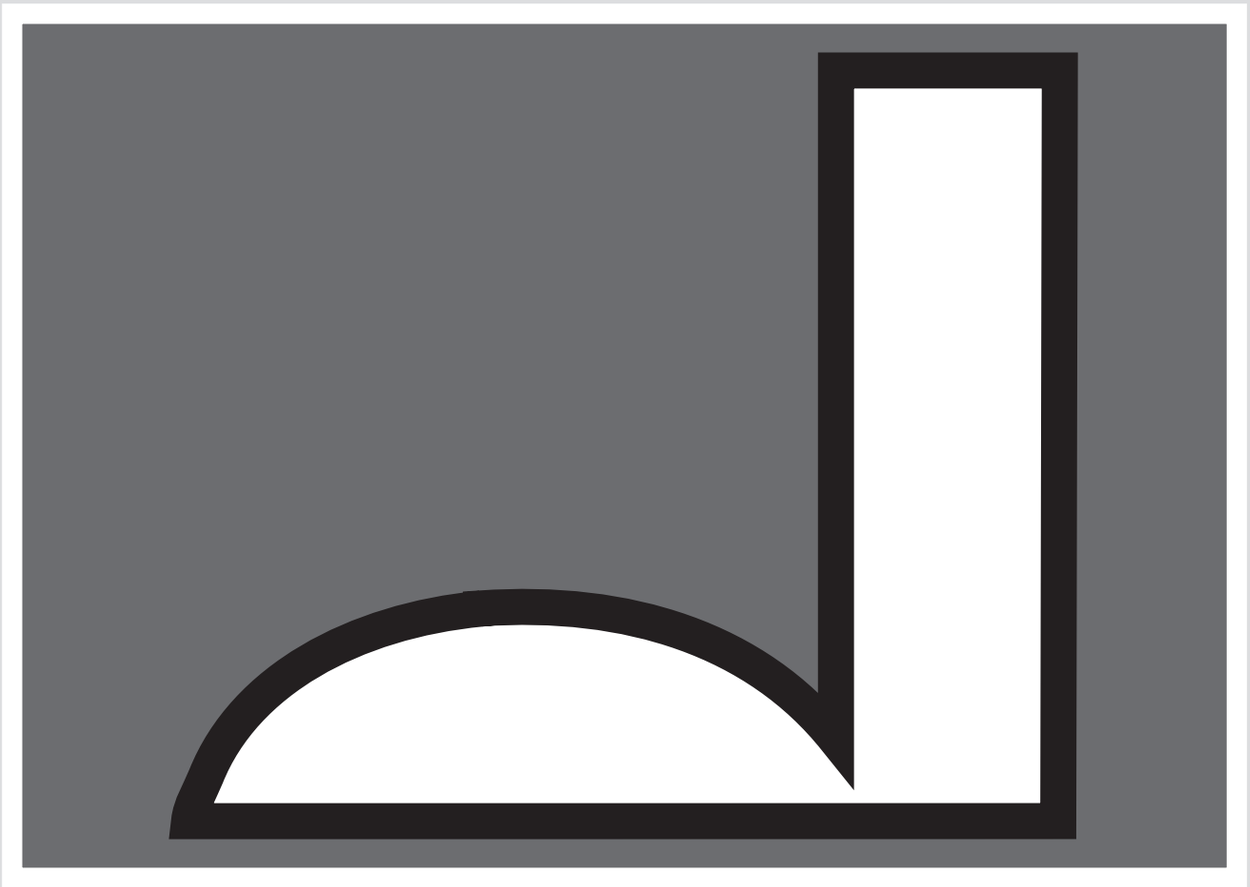
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 22 de dezembro de 2011)
e
Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões no Senado Federal

VOLUME I/II

ANO LXVI – SUP. AO Nº 219 – SEXTA-FEIRA, 23 DE DEZEMBRO DE 2011 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)(3,4)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) (1,5,6,7)
2º - João Durval - (PDT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) - 23	**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25**	**Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15**
Líder **Renan Calheiros - PMDB** **.....** **Líder do PMDB - 17** **Renan Calheiros** Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner **Líder do PP - 5** **Francisco Dornelles** Vice-Líder do PP Ana Amélia (14) **Líder do PV - 1** **Paulo Davim**	**Líder** **Humberto Costa - PT** Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella **.....** **Líder do PT - 13** **Humberto Costa** Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita **Líder do PDT - 5** **Acir Gurgacz** Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque **Líder do PSB - 4** **Antonio Carlos Valadares** Vice-Líder do PSB Lídice da Mata **Líder do PC DO B - 2** **Inácio Arruda** **Líder do PRB - 1** **Marcelo Crivella**	**Líder** **Mário Couto - PSDB** (9) Vice-Líderes Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda **.....** **Líder do PSDB - 10** **Alvaro Dias** Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira (6) Paulo Bauer (8) Flexa Ribeiro (7) **Líder do DEM - 5** **Demóstenes Torres** (3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos (5)
PR - 8 **Líder** **Magno Malta - PR** (11) Vice-Líder Clésio Andrade	**PTB - 6** **Líder** **Gim Argello - PTB** Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti	**PSOL - 2** **Líder** **Randolfe Rodrigues - PSOL** (19)
PSD - 2 **Líder** **Kátia Abreu - PSD** (13) Vice-Líder Sérgio Petecão	**Governo** **Líder** **Romero Jucá - PMDB** Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	

Notas:
1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
15. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
16. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
17. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
18. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
19. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.

EXPEDIENTE

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1– Resenha Mensal (período de 1º a 22 de dezembro de 2011)

1.2– ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 69ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011 113

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011 141

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011 166

Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2011 188

1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 41ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de outubro de 2011 **(*)**..... 209

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 230

Ata da 44ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 241

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de novembro de 2011..... 244

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de novembro de 2011..... 263

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 294

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 319

Ata da 49ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de novembro de 2011..... 326

Ata da 50ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de novembro de 2011..... 330

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 359

Ata da 52ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de dezembro de 2011..... 379

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011..... 409

Ata da 54ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011..... 434

Ata da 55ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011..... 460

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de dezembro de 2011..... 479

1.2.2.1 – Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outros

Ata da 17ª Reunião, realizada em 15 de setembro de 2011 501

Ata da 18ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2011 502

Ata da 19ª Reunião, realizada em 6 de outubro de 2011 504

Ata da 20ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2011..... 513

Ata da 21ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 521

Ata da 22ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2011..... 525

1.2.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 66ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011..... 553

1.2.3.1 – Subcomissão Permanente de Segurança Pública

Ata da 1ª Reunião, realizada em 20 de outubro de 2011 590

1.2.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 70ª Reunião, Ordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011..... 595

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011..... 599

1.2.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

1.2.5.1 – Subcomissão Permanente da Água

Ata da 2ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2011..... 619

1.2.5.2 – Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável

Ata da 4ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2011 622

Ata da 5ª Reunião, realizada em 30 de junho de 2011..... 645

1.2.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2011 668

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de outubro de 2011 684

Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de outubro de 2011 712

Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de outubro de 2011 749

Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de outubro de 2011 775

Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de novembro de 2011 809

Ata da 84ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2011..... 848

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 890

Ata da 86ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de novembro de 2011..... 912

Ata da 87ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 926

Ata da 88ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2011..... 957

Ata da 89ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 960

Ata da 90ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 960

Ata da 91ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 999

Ata da 92ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de novembro de 2011..... 1002

VOLUME II

Ata da 93ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2011..... 1036

Ata da 94ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2011..... 1073

Ata da 95ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2011..... 1094

Ata da 96ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2011..... 1108

Ata da 97ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011..... 1152

Ata da 98ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011..... 1185

1.2.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 49ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de outubro de 2011 1210

Ata da 50ª Reunião, Ordinária, realizada em 20 de outubro de 011 1235

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de outubro de 2011 1271

Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de outubro de 2011 11295

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 7 de novembro de 2011..... 1320

Ata da 54ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2011..... 1336

Ata da 55ª Reunião, Ordinária, realizada em 10 de novembro de 2011..... 1344

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2011..... 1371

Ata da 57ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2011..... 1401

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 24 de novembro de 2011..... 1403

Ata da 59ª Reunião, Ordinária, realizada em 1º de dezembro de 2011 1427

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de dezembro de 2011..... 1449

Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011..... 1468

1.2.7.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio + 20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas

Ata da 11ª Reunião, realizada em 11 de agosto de 2011**(1*)**..... 1492

Ata da 12ª Reunião, realizada em 18 de agosto de 2011**(2*)**..... 1506

Ata da 13ª Reunião, realizada em 25 de agosto de 2011..... 1524

Ata da 14ª Reunião, realizada em 5 de setembro de 2011 1541

Ata da 15ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2011 1556

Ata da 16ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2011..... 1576

1.2.7.2 – Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira

Ata da 15ª Reunião, realizada em 29 de setembro de 2011 1591

Ata da 16ª Reunião, realizada em 4 de outubro de 2011 1616

Ata da 17ª Reunião, realizada em 19 de outubro de 2011 1633

Ata da 18ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2011 1656

Ata da 19ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2011..... 1659

1.2.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de dezembro de 2011..... 1668

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2011..... 1710

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2011..... 1716

1 – *Republicação

2 –

1.2.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR

Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2011..... 1725

Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2011..... 1737

1.2.9.1 – Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016

Ata da 4ª Reunião, realizada em 25 de outubro de 2011 1739

1.2.10 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 58ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2011..... 1758

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2011

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Dezembro/2011

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 22/12/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Ordinária	14
De Premiações E Condecorações	1
Não Deliberativa	2
Total de sessões realizadas	**17**

Quadro Geral de Matérias
01 a 22/12/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Retirada pelo autor	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Total
PEC	1	-	1	-	**2**
PLC	8	7	0	1	**16**
PLS	0	11	2	8	**21**
SCD	1	0	0	0	**1**
ECD	1	0	0	0	**1**
PDS	12	0	1	0	**13**
PRS	9	0	0	0	**9**
MSF*	9	-	-	-	**9**
Total	41	18	4	9	**72**

*Constam no quadro MSF de escolha de autoridade e embaixadores apreciadas. As MSF 107/2005, 110/2010 e 91/2011, de indicação de autoridade, e o PDS 325/2010 foram retirados, respectivamente, pelas MSF 176/2007, MSF 38/2011, MSF 104/2011 e MSF 94/2011, e não constam dos totais desse quadro.

Quadro de Requerimentos*
01 a 22/12/2011

Natureza	Total
Congratulações, pesar e assemelhados	19
Desapensamento de matérias	1
Informações	18
Inversão da Ordem do Dia	2
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	4
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	3
Retirada de assinatura de matéria	1
Retirada de matéria	3
Tramitação conjunta	4
Urgência para matéria	3
Total Geral	**60**

*No período de 01 a 22/12/2011 foram apreciados outros requerimentos, não autônomos (vinculados a outra matéria), que não constam nesta resenha.

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa

01 a 22/12/2011

	PRES REP	SF	CD	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	2	-	13	15
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	11	-	11
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	1
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	1	1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1	0	11	12
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	9	-	9
Total	3	20	26	**49**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
01 a 22/12/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	84	1	83
Art. 40 (2)	2	-	2
Art. 43, I (3)	3	-	3
Art. 43, II (4)	7	-	7
Soma	**96**	**1**	**95**
Requerimento para retirada	1	-	-
Total Geral	**97**	**1**	**95**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

01 a 22/12/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	**4**

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal
02/02 a 22/12/2011

Tipo da sessão	Quantidade
Deliberativa Extraordinária	7
Deliberativa Ordinária	126
De Premiações E Condecorações	2
Especial	19
Extraordinária	1
Não Deliberativa	80
Total de sessões realizadas	**235**
Reunião	3
Reunião Preparatória	3
Total de Reuniões	**6**
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias
02/02 a 22/12/2011

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Total
PEC	2	-	3	1	6	-	0	**12**
PLC	53	74	3	3	0	9	0	**142**
PLS	8	130	7	25	24	49	1	**244**
SCD	5	0	0	0	0	0	0	**5**
ECD	2	0	0	0	0	0	0	**2**
PDS	74	296	1	1	1	0	0	**373**
PRS	27	0	1	0	1	0	0	**29**
MSF	99	-	0	0	-	-	0	**99**
OFS	24	-	0	2	0	-	0	**26**
SDS	1	0	0	0	0	0	0	**1**
Total	295	500	15	32	32	58	1	**933**

Quadro Geral de Medidas Provisórias
02/02 a 22/12/2011

	Aprovada na íntegra	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão, com emendas	Rejeitada pelo Plenário	Total
MEDIDA PROVISÓRIA	6	0	1	0	1	**8**
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO	-	2	24	3	0	**29**

Quadro de Requerimentos
02/02 a 22/12/2011

Natureza	Total
Audiência de comissão	98
Auditoria	7
Congratulações, pesar e assemelhados	370
Convocação de autoridades	4
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	2
Criação ou alteração de comissão temporária	13
Desapensamento de matérias	16
Desarquivamento de matéria	61
Destaque	1
Dispensa de interstício	1
Dispensa de parecer	1
Extinção de urgência	1
Funcionamento do Senado Federal	1
Homenagem de pesar	16
Inclusão em Coleções do Senado Federal	2
Informações	283
Inversão da Ordem do Dia	6
Levantamento de Sessão	1
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde / Interesse Particular (superior a 120 dias)	2
Licença Saúde (superior a 120 dias)	5
Missão (em representação do Senado Federal)	115
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	2
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	82
Reexame de matéria por Comissão	4
Retirada de assinatura de matéria	2

Natureza	Total
Retirada de matéria	52
Sobrestamento	1
Tramitação conjunta	70
Urgência para matéria	38
Voto de aplauso ou semelhante	16
Voto de censura	3
Total Geral	**1280**

Quadro de Matérias Aprovadas por Iniciativa
02/02 a 22/12/2011

	PRES REP	SF	CD	TST	CN	MPU	STF	TCU	TJDFT	Total
PROJETO DE LEI DA CÂMARA	16	-	91	16	-	1	1	1	1	127
PROJETO DE LEI DO SENADO	-	138	-	-	-	-	-	-	-	138
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	5	-	-	-	-	-	-	5
EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO	-	-	2	-	-	-	-	-	0	2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	1	5	357	-	7	-	-	-	-	370
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO	-	27	-	-	-	-	-	-	-	27
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Total	17	170	456	16	7	1	1	1	1	**670**

Quadro de Requerimentos de Licença
(Sem ônus)
02/02 a 22/12/2011

Fundamentação – RISF	Apresentados	Retirados	Total
Art. 13 (1)	614	13	601
Art. 40 (2)	19	1	18
Art. 43, I (3)	53	-	53
Art. 43, II (4)	84	1	83
Soma	**770**	**15**(5)	**755**
Requerimento para retirada	13(5,6)	-	-
Total Geral	**783**	**15**	**755**

1. **Missão política ou cultural de interesse parlamentar;**
2. **Representação da Casa ou missão no País ou no exterior, autorizado pelo Presidente do Senado ou pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ou a que tiver maior pertinência, e sem ônus para o Senado Federal;**
3. **Licença para tratamento de saúde; e**
4. **Licença para tratar de interesses particulares.**
5. **O Requerimento nº 208/2011-M retirou os Requerimentos nºs 179/2011-M e 205/2011-M.**
6. **O Requerimento nº 464/2011-M retirou os Requerimentos nºs 386/2011-M e 455/2011-M**

Observação: requerimentos de licença, com ônus, são aprovados pelo Plenário e encontram-se contabilizados no Quadro de Requerimentos.

Quadro de Requerimentos de Licença
(Com ônus) *

02/02 a 22/12/2011

Fundamentação - RISF	Total
Art. 40 (1)	115

(1) Missão (em representação do Senado Federal)

*** Requerimentos de licença com ônus são aprovados pelo Plenário e encontram-se disponibilizados no quadro de requerimentos**

Matérias apreciadas pelo Senado Federal
01 a 22/12/2011

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 2

1. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 59/2007	Altera o art. 45 da Constituição Federal, para estabelecer o sistema eleitoral misto para as eleições de Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.	Francisco Dornelles	15/12/2011

2. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 114/2011	Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.	Presidente da República	20/12/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 16

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 30/2011	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.	Sérgio Carvalho	06/12/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 16

1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 5

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 52/2008	Dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.	Sandro Mabel	13/12/2011
PLC 319/2009	Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.	Tarcísio Zimmermann	13/12/2011
PLC 19/2011	Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.	Silvio Torres	20/12/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 229/2009	Institui a Semana Nacional de Educação, Conscientização e Orientação sobre a Fissura Lábio-Palatina e dá outras providências.	José Eduardo Cardozo	22/12/2011

2. Ao arquivo. Total: 1

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 185/2009	Denomina Rodovia Deputado Ildefonço Cordeiro o trecho da Rodovia BR-364, entre as localidades de Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança, Estado do Acre.	Ilderlei Cordeiro	21/12/2011

3. À sanção. Total: 10

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 27/2009	Altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 - Lei Rouanet - para reconhecer a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural.	Rodovalho	20/12/2011

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 16

3. À sanção. Total: 10

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 134/2009	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.	Presidente da República	20/12/2011
PLC 89/2010	Dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério do Esporte.	Presidente da República	20/12/2011
PLC 112/2007	Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador.	Marcelo Teixeira	21/12/2011

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 166/2010	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.	Alberto Goldman	12/12/2011
PLC 237/2009	Denomina Prefeito Leôncio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.	João Oliveira	14/12/2011
PLC 66/2010	Denomina Rodovia Manoel Ferreira Lago Filho o trecho da rodovia BR-146 entre as cidades de Passos e Bom Jesus da Penha, ambas no Estado de Minas Gerais.	Aelton Freitas	14/12/2011
PLC 95/2010	Denomina Senador Jonas Pinheiro o trecho das rodovias BR-070, BR-163 e BR-364 referente ao rodoanel de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso.	Thelma de Oliveira	14/12/2011
PLC 20/2011	Denomina Guimarães Rosa a ponte construída sobre o Rio São Francisco, ligando os Municípios de Carinhanha e Malhada, na BR-030, no Estado da Bahia.	Zezéu Ribeiro	14/12/2011
PLC 217/2009	Denomina Milton Brandão a rodovia BR-404 que liga a cidade de Piripiri, no Estado do Piauí, à de Icó, no Estado do Ceará.	Paes Landim	16/12/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 21

1. À Câmara dos Deputados. Total: 11

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 615/2007	Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.	Marcelo Crivella	05/12/2011
PLS 579/2011	Altera o art. 320 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir a aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de campanhas educativas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, e de desestímulo ao consumo de álcool e drogas por parte dos motoristas.	Eunício Oliveira	05/12/2011
PLS 353/2009	Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso.	Jayme Campos	15/12/2011
PLS 40/2011	Altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para fins de concessão de crédito rural.	Ana Amélia	15/12/2011
PLS 308/2006	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para coibir a concorrência parasitária.	Antonio Carlos Valadares	19/12/2011
PLS 159/2010	Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham bisfenol-A em sua composição.	Gim Argello	21/12/2011
PLS 198/2010	Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que "Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências", para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.	José Sarney	21/12/2011
PLS 240/2011	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a esclerose lateral amiotrófica entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.	Ana Amélia	21/12/2011
PLS 312/2011	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar o direito à cirurgia plástica reparadora no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Gim Argello	21/12/2011
PLS 351/2011	Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoelétricas.	Delcídio do Amaral	21/12/2011
PLS 415/2011	Dispõe sobre os programas suplementares da União de seleção, aquisição e distribuição de material didático-escolar para a educação básica.	Paulo Bauer	21/12/2011

2. Ao arquivo. Total: 10

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 708/2011	Dispõe sobre responsabilidade civil do Estado.	Aécio Neves	08/12/2011

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 21

2. Ao arquivo. Total: 10

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 402/2011	Altera dispositivos da Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	Marta Suplicy	15/12/2011

Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 283/2008	Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril 1995, que "proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho", para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho .	Antonio Carlos Valadares	05/12/2011
PLS 147/2009	Autoriza o Poder Executivo a pagar duas parcelas correspondentes ao Fundo de Participação dos Municípios e dá outras providências.	Raimundo Colombo	19/12/2011
PLS 16/2010	Acrescenta o art. 23-A à Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dá outras providências. (garante a assunção dos resíduos pela União para mutuários que assinaram contratos de financiamento no SFH de acordo com sua faixa de renda)	Marconi Perillo	19/12/2011
PLS 19/2010	Denomina que o aeroporto de Jaguaruna, em Santa Catarina, seja denominado "Aeroporto Zilda Arns".	Raimundo Colombo	21/12/2011
PLS 362/2007	Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para reduzir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos.	Expedito Júnior	22/12/2011
PLS 652/2007	Altera as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam, a critério dos mutuários, financiamento de até cem por cento do valor da avaliação do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos.	Marconi Perillo	22/12/2011
PLS 256/2010	Isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico.	Marcelo Crivella	22/12/2011
PLS 61/2011	Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções.	Vanessa Grazziotin	22/12/2011

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 121/2007 Complementar	Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinada à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	07/12/2011

Matéria: Emenda(s) da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1

1. À sanção. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 290/2001	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Turismólogo.	Câmara dos Deputados	21/12/2011

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 13

1. Ao arquivo. Total: 1

Retirada pelo autor. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 325/2010*	Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa para Proteção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	21/12/2011

*Retirado pela MSF nº 94/2011.

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 13

2. À promulgação. Total: 12

Aprovada pelo Plenário. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 194/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	08/12/2011
PDS 236/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço e de Transporte para as Localidades de Bonfim (Brasil) e de Lethem (Guiana), assinado em Bonfim-RR, em 14 de setembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	08/12/2011
PDS 243/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Guiné Equatorial para Cooperação Educacional, celebrado em Bata, em 23 de outubro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	08/12/2011
PDS 286/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado no Rio de Janeiro, em 29 de maio de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	08/12/2011
PDS 287/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral sobre Cooperação e Parceria, assinado em Brasília, em 29 de março de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	08/12/2011
PDS 242/2011	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	13/12/2011
PDS 195/2011	Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2011
PDS 237/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2011
PDS 288/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2011
PDS 289/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2011
PDS 291/2011	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana, sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	20/12/2011
PDS 452/2011	Aprova o texto da Proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010.	Presidente da República	20/12/2011

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 9

1. À Câmara dos Deputados. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 42/2011	Altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional.	Casildo Maldaner	20/12/2011

2. À promulgação. Total: 8

Aprovada pelo Plenário. Total: 8

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 64/2011	Autoriza o Estado de Rondônia a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com garantia da União, no valor de até US$ 6,231,.000.00 (seis milhões e duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial - Profisco/RO".	Comissão de Assuntos Econômicos	20/12/2011
PRS 65/2011	Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 451.980.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões e novecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	20/12/2011
PRS 57/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	Comissão de Assuntos Econômicos	21/12/2011
PRS 66/2011	Autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de até US$ 7.479.000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América)	Comissão de Assuntos Econômicos	21/12/2011
PRS 67/2011	Autoriza a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - Sabesp, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até Y 33.584.000.000,00 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de ienes)	Comissão de Assuntos Econômicos	21/12/2011
PRS 68/2011	Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor de até US$ 49.604.127,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil e cento e vinte e sete dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).	Comissão de Assuntos Econômicos	21/12/2011
PRS 69/2011	Autoriza o Município de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US $ 45.100.000,00 (quarenta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América)	Comissão de Assuntos Econômicos	21/12/2011
PRS 70/2011	Autoriza o Município de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US $ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).	Comissão de Assuntos Econômicos	21/12/2011

Matéria: Mensagem (sf). Total: 9

Aprovada pelo Plenário. Total: 9

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 132/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Ilhas Fiji, à República de Nauru e às Ilhas Salomão.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 133/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 134/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 135/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor FERNANDO APPARICIO DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 136/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha da Senhora MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 138/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia, e, cumulativamente, junto à República de Kiribati, a Tuvalu e ao Estado Independente da Samoa.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 141/2011	Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 144/2011	Submete ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, c/c o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorente do término do mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro.	Presidente da República	13/12/2011
MSF 148/2011	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.	Presidente da República	20/12/2011

Matéria: Requerimento. Total: 60

Aprovada pela Mesa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1162/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Saúde informações referentes à aquisição pelo Governo Brasileiro, no ano de 2010, de 6, 5 milhões de doses de vacinas H1N1, que tiveram sua validade antecipada em seis meses, causando prejuízo na ordem de R$ 78 milhões de reais.	Vanessa Grazziotin	02/12/2011

Matéria: Requerimento. Total: 60

Aprovada pela Mesa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1165/2011	Requer, nos termos regimentais, que sejam solicitadas ao Ministério de Minas e Energia informações sobre resultados de trabalhos desenvolvidos pela Petróleo Brasileiro S.A - PETROBRAS, nos Estados de Mato Grosso e Goiás, relacionados à pesquisa de petróleo e gás natural.	Comissão de Serviços de Infra-estrutura	02/12/2011
RQS 1209/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, de Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça acerca de procedimento investigativo, no âmbito daquele Ministério ou, especificamente, da Funai e da Polícia Federal, em virtude de denúncia formulada pelo procurador-geral do Estado de Rondônia, com base inicial em reportagem da revista Veja do dia 23 de abril de 2008, sobre enventual envolvimento de funcionários desses órgãos em exploração ilegal de madeira em terras dos índios Suruí, em Rondônia.	Comissão de Fiscalização e Controle	02/12/2011
RQS 1210/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, de Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente acerca de procedimento investigativo, no âmbito daquele Ministério ou, especificamente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em virtude de denúncia formulada pelo procurador-geral do Estado de Rondônia, com base inicial em reportagem da revista Veja do dia 23 de abril de 2008, sobre eventual envolvimento de funcionários do órgão em exploração ilegal de madeira em terras dos índios Suruí, em Rondônia.	Comissão de Fiscalização e Controle	02/12/2011
RQS 1221/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda relativas ao Banco do Brasil, tais como: local de funcionamento de cada uma das diretorias, dotação de empregados na direção-geral do Banco no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, bem como número de vagas, divisões e gerências transferidas da direção-geral em Brasília para São Paulo e Rio de Janeiro.	Rodrigo Rollemberg	02/12/2011
RQS 1222/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda, no âmbito da Caixa Econômica Federal, relativas ao local de funcionamento de cada uma das diretorias da entidade, número de empregados lotados no Distrito Federal, número de empregados transferidos do Distrito Federal para outras unidades da Federação e relação de imóveis locados ou adquiridos pela CEF nos últimos cinco anos.	Rodrigo Rollemberg	02/12/2011
RQS 1237/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro da Fazenda referentes às dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estados (Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997).	Lindbergh Farias	02/12/2011
RQS 1238/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao presidente do Banco Central referentes às dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estados (Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997).	Lindbergh Farias	02/12/2011
RQS 1243/2011	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, cópia do inquérito policial que investiga denúncias de irregularidades nas obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, no Estado do Paraná.	Alvaro Dias	02/12/2011
RQS 1250/2011	Solicita, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o andamento das investigações de lavagem de dinheiro na Caixa Econômica Federal.	Alvaro Dias	02/12/2011
RQS 1251/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República acerca do Plano "Operação em Defesa da Vida", criado pelo Governo Federal para combater a violência no campo.	Vanessa Grazziotin	02/12/2011
RQS 1257/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União acerca da criação do "Cadastro Empresa Pró-Ética".	Pedro Simon	02/12/2011

Matéria: Requerimento. Total: 60

Aprovada pela Mesa. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1296/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário relativas à condução, na região Norte, do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo e do Programa Terra Legal.	Vanessa Grazziotin	02/12/2011
RQS 1304/2011	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Integração Nacional, informações a respeito das linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, destinadas ao financiamento de projetos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal, e recuperação de áreas degradadas.	Jorge Viana	02/12/2011
RQS 1306/2011	Requer, nos termos do § 2° do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações a respeito do Programa de Plantio Comercial de Florestas (PROPFLORA), no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e outras, nos termos do original.	Jorge Viana	02/12/2011
RQS 1339/2011	Requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal , combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes informações acerca das ações de competência do DNIT sobre a ponte do Rio Madeira, na BR-364, entre Rio Branco e Porto Velho.	Jorge Viana	02/12/2011
RQS 1341/2011	Requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Cidades informações sobre denúncias de irregularidades envolvendo entidades habilitadas pelo Ministério como parceiras no programa "Minha Casa Minha Vida".	Alvaro Dias	02/12/2011
RQS 1343/2011	Tramitação conjunta - Propostas de Emenda à Constituição nºs 97, de 2011; e 42, de 2007	Jorge Viana	02/12/2011
RQS 1357/2011	Desapensamento de matérias - Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 166 e 488, de 2009.	Wellington Dias	02/12/2011
RQS 1360/2011	Tramitação conjunta - Projetos de Lei do Senado nºs 179, de 2006 e 444, de 2011.	Ciro Nogueira	02/12/2011
RQS 1384/2011	Tramitação conjunta - Projetos de Lei do Senado nºs 307, de 2011; 151 e 505, de 2007; e 99 e 177, de 2011.	Ana Amélia	02/12/2011
RQS 1429/2011	Tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2008; e 682, de 2011.	Gim Argello	02/12/2011
RQS 831/2011	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao ministro da Justiça sobre o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas no Brasil, em especial no estado do Amazonas.	Vanessa Grazziotin	02/12/2011

Aprovada pelo Plenário. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1484/2011	Inversão da Ordem do Dia da sessão deliberativa de hoje de modo que o item 3 da pauta, correspondente à Proposta de Emenda à Constituição PEC nº 114, de 2011, seja apreciado em primeiro lugar como item 1.	Romero Jucá	06/12/2011
RQS 1525/2011	Inversão de pauta.	Romero Jucá	07/12/2011
RQS 1526/2011	Urgência para matéria - Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009.	Clésio Andrade	07/12/2011
RQS 1531/2011	Requer, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 121 (cento e vinte e um) dias, a partir do dia 7 de dezembro de 2011.	Garibaldi Alves	07/12/2011
RQS 1542/2011	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, II, c, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada autorizada ausência dos trabalhos do Senado Federal, com ônus para a Casa, para presidir a audiência pública regional da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas - CMMC, que ocorreu no dia 18 de novembro de 2001, na cidade de São Paulo/SP.	Sérgio Souza	14/12/2011

Matéria: Requerimento. Total: 60

Aprovada pelo Plenário. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1563/2011	Urgência para matéria.	Ana Amélia	19/12/2011
RQS 1564/2011	Urgência para matéria.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	19/12/2011
RQS 1560/2011	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da I Cúpula Mundial de Legisladores, como parte integrante do evento Rio+20, a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2011, no Rio de Janeiro.	Cícero Lucena	20/12/2011
RQS 1554/2011	Requerem, com fundamento no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 27 de Fevereiro de 2012, destinada a homenagear os 107 anos de fundação do Rotary Internacional.	Valdir Raupp	21/12/2011
RQS 1572/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em homenagem ao centenário de nascimento de José Waldemar Alcântara e Silva, ex-senador e ex-governador do Estado do Ceará, no dia 13 de abril de 2012.	José Pimentel	21/12/2011
RQS 1573/2011	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de sessão especial, dia 13 de fevereiro de 2012, destinada a comemorar os 95 anos de nascimento do ex-governador de Sergipe Seixas Dória.	Lauro Antonio	21/12/2011
RQS 1579/2011	Requer, nos termos do art. 13 combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão a serviço do Senado sua ausência dos trabalhos da Casa no dia 12 de dezembro de 2011, quando participou, na qualidade de Diretor Nacional do Interlegis, da cerimônia de assinatura de protocolos na Câmara Municipal de São Paulo, na cidade de São Paulo - SP.	Cícero Lucena	21/12/2011

Deferida pela Presidência (art. 41 do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1415/2011	Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a participação do Senador Walter Pinheiro no "II Fórum Latino-Americano de Políticas Públicas para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina", que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, no período de 5 a 7 de dezembro de 2011.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	05/12/2011

Encaminhada pela Presidência. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1478/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do médico e ex-atleta SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA OLIVEIRA, ocorrido na madrugada do dia 04 de dezembro de 2011, em São Paulo.	Alvaro Dias	05/12/2011
RQS 1480/2011	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família de ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA, falecido em 4 de dezembro de 2011.	Wellington Dias	05/12/2011
RQS 1481/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do ex-jogador de futebol SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA, o Doutor Sócrates; e, ainda, apresentação de condolências à sua mulher, Katia Bagnarelli, aos seus seis filhos e aos seus irmãos, Sóstenes, Sófocles, Raimundo Filho, Raimar e Raí.	Eduardo Suplicy	06/12/2011
RQS 1482/2011	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de voto de pesar aos familiares, pelo falecimento do jogador de futebol Sócrates de Oliveira.	Paulo Paim	06/12/2011
RQS 1518/2011	Requer, nos termos regimentais, voto de congratulações ao Arcebispo de Aracaju, Dom JOSÉ PALMEIRA LESSA, pela celebração do Jubileu da Arquidiocese de Aracaju, que comemora 100 anos de Diocese.	Antonio Carlos Valadares	06/12/2011

Matéria: Requerimento. Total: 60

Encaminhada pela Presidência. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1519/2011	Requerem, nos termos do disposto nos art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento das vítimas do acidente automobilístico ocorrido na noite do dia 4 de dezembro de 2011, na BR-230, entre os municípios de São Mamede e Patos, no Sertão da Paraíba.	Cícero Lucena	06/12/2011
RQS 1520/2011	Requer, nos termos do art. 222, parágrafo 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Presidência do Senado Federal apresente voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente entre uma carreta e um ônibus que transportava trabalhadores rurais de Pernambuco, ocorrido no dia 3 de dezembro de 2011, no Km 583 da BR-116, na Bahia.	Humberto Costa	06/12/2011
RQS 1521/2011	Requerem, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA, aos 74 anos, ocorrido no dia 4 de dezembro de 2011, no Hospital do Coração (HCor) em São Paulo.	João Vicente Claudino	06/12/2011
RQS 1535/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento das vítimas do acidente rodoviário ocorrido no Município de Feira Grande, no Estado de Alagoas, no dia 8 de dezembro de 2011.	Fernando Collor	09/12/2011
RQS 1536/2011	Requer, nos termos regimentais, Voto de Lembrança em homenagem póstuma ao Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto pelo quarto ano de falecimento, ocorrido no dia 11 de dezembro de 2007.	Mozarildo Cavalcanti	13/12/2011
RQS 1544/2011	Requerem, nos termos dos arts. 218, VII, e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do economista André Urani, ocorrido no dia 14 de dezembro de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.	Eduardo Suplicy	14/12/2011
RQS 1549/2011	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Louvor ao Colégio Santa Cecília, pela passagem dos 100 anos de meritórios serviços de ensino prestados à população de Fortaleza - CE.	Inácio Arruda	14/12/2011
RQS 1555/2011	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de congratulações aos cidadãos de Rio Branco-AC pelos 129 anos de fundação da cidade, a ser encaminhado ao Prefeito Municipal, Raimundo Angelim e para o Presidente da Câmara Municipal, Juraci Nogueira, na qualidade de legítimos representantes da população local.	Jorge Viana	15/12/2011
RQS 1566/2011	Requerem, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do carnavalesco João Clemente Jorge Trinta, o "Joãosinho Trinta", aos 78 anos.	Eduardo Suplicy	20/12/2011
RQS 1567/2011	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Milton Martins Vasconcelos Filho, Chefe do Cerimonial do Ministério da Saúde, aos 37 anos, em 17 de dezembro de 2011, em São Paulo.	João Vicente Claudino	20/12/2011
RQS 1568/2011	Requer, nos termos do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas condolências à família de Milton Martins Vasconcelos Filho, falecido em 17 de dezembro de 2011.	Wellington Dias	20/12/2011
RQS 1571/2011	Requer, nos termos do disposto no art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do agrimensor, espeleólogo e historiador Ramis Bucair, falecido no dia 20 de dezembro de 2011, em Cuiabá - MT.	Pedro Taques	20/12/2011
RQS 1588/2011	Requer inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região Amazonas/Roraima, que comemorou 30 anos no último dia 16 de dezembro, bem como encaminhamento do voto à Desembargadora Valdenyra Farias Thomé, presidente daquele Tribunal Regional.	Vanessa Grazziotin	22/12/2011
RQS 1589/2011	Requer inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Jornalista Arlindo Porto por ter sido eleito presidente da Academia Amazonense de Letras no útimo dia 17 de dezembro, bem como encaminhamento do voto à Academia.	Vanessa Grazziotin	22/12/2011

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1550/2011	Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito - Prorrogar por 120 dias o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito do ECAD e que sua previsão de gastos seja acrescida de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).	Randolfe Rodrigues	14/12/2011

Matéria: Requerimento. Total: 60

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1534/2011	Retirada de matéria - Projeto de Lei do Senado nº 708, de 2011.	Aécio Neves	08/12/2011
RQS 1558/2011	Retirada de matéria	Francisco Dornelles	15/12/2011
RQS 1559/2011	Retirada de matéria	Marta Suplicy	15/12/2011

Indeferida pela Presidência. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1565/2011	Retirada de assinatura da Proposta de Emenda à Constituição nº 105, de 2011.	Anibal Diniz	19/12/2011

REQUERIMENTOS DE LICENÇA . Total: 95

(Sem ônus)

Art. 13, 40, 43, I e 43, II

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
687-M	Aécio Neves	13	02.12	Atividade Parlamentar
688-M	Aécio Neves	13	05.12	Atividade Parlamentar
689-M	Humberto Costa	13	01.12	Atividade Parlamentar
690-M	Marcello Crivella	13	02.12	Atividade Parlamentar
691-M	Lídice da Mata	13	05.12	Atividade Parlamentar
692-M	Casildo Maldaner	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
693-M	Lúcia Vânia	13	01.12	Atividade Parlamentar
694-M	Sérgio Souza	13	02.12	Atividade Parlamentar
695-M	Wellington Dias	13	28.11	Atividade Parlamentar
696-M	Jarbas Vasconcelos	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
697-M	Anibal Diniz	13	02.12	Atividade Parlamentar
698-M	Luiz Henrique	13	01.12	Atividade Parlamentar
699-M	Antonio Russo	13	02.12	Atividade Parlamentar
700-M	Paulo Bauer	13	05.12	Atividade Parlamentar
701-M	Paulo Paim	13	02.12	Atividade Parlamentar
702-M	Sérgio Petecão	13	02.12	Atividade Parlamentar
703-M	José Agripino	13	02.12	Atividade Parlamentar
704-M	João Ribeiro	13	02.12	Atividade Parlamentar
705-M	Ana Amélia	13	05.12	Atividade Parlamentar
706-M	João Durval	13	02.12	Atividade Parlamentar
707-M	Armando Monteiro	13	02.12	Atividade Parlamentar
708-M	Mário Couto	13	02.12	Atividade Parlamentar
709-M	Marta Suplicy	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
710-M	Valdir Raupp	13	02.12	Atividade Parlamentar
711-M	Lúcia Vânia	13	02.12	Atividade Parlamentar
712-M	Maria do Carmo Alves	13	02.12	Atividade Parlamentar
713-M	Walter Pinheiro	13	05.12	Atividade Parlamentar
714-M	Clésio Andrade	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
715-M	Mário Couto	13	05.12	Atividade Parlamentar
716-M	Paulo Davim	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
717-M	Kátia Abreu	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
718-M	Lídice da Mata	13	05.12	Atividade Parlamentar
719-M	Vital do Rêgo	43, II	05.12	Licença Particular
720-M	João Ribeiro	13	05.12	Atividade Parlamentar
721-M	Benedito de Lira	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
722-M	Armando Monteiro	13	05.12	Atividade Parlamentar
723-M	Sérgio Petecão	13	05.12	Atividade Parlamentar
724-M	Jayme Campos	13	05.12	Atividade Parlamentar
725-M	Lobão Filho	43, II	05.12	Licença Particular
726-M	Maria do Carmo Alves	13	05.12	Atividade Parlamentar
727-M	Mário Couto	13	06 a 08.12	Atividade Parlamentar
728-M	Francisco Dornelles	13	02 e 05.12	Atividade Parlamentar
729-M	Zeze Perrella	13	05.12	Atividade Parlamentar
730-M	Demóstenes Torres	43, I	02.12	Licença Saúde
731-M	Lúcia Vânia	13	08.12	Atividade Parlamentar
732-M	João Vicente Claudino	13	05.12	Atividade Parlamentar
733-M	Paulo Bauer	13	13.12	Atividade Parlamentar
734-M	Mário Couto	13	13 a 15.12	Atividade Parlamentar
735-M	Lídice da Mata	-	-	Retirada do Requerimento nº 718/2011-M
736-M	Eduardo Braga	13	25 e 28.11	Atividade Parlamentar
737-M	Romero Jucá	13	14.12	Atividade Parlamentar
738-M	Ricardo Ferraço	13	15.12	Atividade Parlamentar
739-M	Armando Monteiro	13	15.12	Atividade Parlamentar
740-M	Armando Monteiro	13	16.12	Atividade Parlamentar
741-M	Armando Monteiro	13	19.12	Atividade Parlamentar
742-M	Sérgio Petecão	13	15 e 16.12	Atividade Parlamentar
743-M	Lobão filho	43, II	15.12	Licença Particular
744-M	Cícero Lucena	13	15 e 16.12	Atividade Parlamentar

RQS	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
745-M	Lobão Filho	43, II	16.12	Licença Particular
746-M	Lobão Filho	43, II	19.12	Licença Particular
747-M	Mário Couto	13	16.12	Atividade Parlamentar
748-M	Fernando Collor	13	19 a 22.12	Atividade Parlamentar
749-M	Marcelo Crivella	43,II	20 a 22.12	Interesse Particular
750-M	Mário Couto	13	19.12	Atividade Parlamentar
751-M	Sérgio Petecão	13	19.12	Atividade Parlamentar
752-M	Zeze Perrella	13	20 a 22.12	Atividade Parlamentar
753-M	João Capiberibe	13	20 e 21.12	Atividade Parlamentar
754-M	Cícero Lucena	13	19.12	Atividade Parlamentar
755-M	Clésio Andrade	13	15 e 16.12	Atividade Parlamentar
756-M	Cássio Cunha Lima	43, II	20 a 22.12	Licença Particular
757-M	Mário Couto	13	20 a 22.12	Atividade Parlamentar
758-M	Jarbas Vasconcelos	13	21 a 22.12	Atividade Parlamentar
759-M	Antonio Russo	13	22.12	Atividade Parlamentar
760-M	Mozarildo Cavalcanti	43,I	21 e 22.12	Licença Saúde
761-M	Casildo Maldaner	43,I	21 a 27.12	Licença Saúde
762-M	Clóvis Fecury	13	21.12	Atividade Parlamentar
763-M	Renan Calheiros	13	21.12	Atividade Parlamentar
764-M	Alfredo Nascimento	13	22.12	Atividade Parlamentar
765-M	Marta Suplicy	13	22.12	Atividade Parlamentar
766-M	Lídice da Mata	13	22.12	Atividade Parlamentar
767-M	Sérgio Petecão	13	22.12	Atividade Parlamentar
768-M	Ângela Portela	13	22.12	Atividade Parlamentar
769-M	Wellington Dias	13	22.12	Atividade Parlamentar
770-M	Armando Monteiro	13	22.12	Atividade Parlamentar
771-M	Luiz Henrique da Silveira	13	22.12	Atividade Parlamentar
772-M	Francisco Dornelles	13	22.12	Atividade Parlamentar
773-M	Renan Calheiros	13	22.12	Atividade Parlamentar
774-M	João Capiberibe	13	22.12	Atividade Parlamentar
775-M	Eduardo Suplicy	40, sem ônus	22.12	Atividade Parlamentar
776-M	Eduardo Suplicy	40, sem ônus	15 e 16.01	Atividade Parlamentar
777-M	Anibal Diniz	13	22.12	Atividade Parlamentar
778-M	Humberto Costa	13	22.12	Atividade Parlamentar
779-M	Delcídio do Amaral	13	22.12	Atividade Parlamentar
780-M	Maria do Carmo Alves	13	22.12	Atividade Parlamentar
781-M	Cícero Lucena	13	22.12	Atividade Parlamentar
782-M	Aécio Neves	13	22.12	Atividade Parlamentar
783-M	Humberto Costa	13	15.12	Atividade Parlamentar

B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha
01 a 22/12/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	02
Conjunta Solene	03
Total	**05**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PLN (aprovados)	42
Lidas	**Quantidade**
Vetos totais	01
Vetos parciais	49
PRN	01
Designação da CPMI (RQN nº 4/2011)	01

Resenha Consolidada
02/02 a 22/12/2011

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	11
Conjunta Solene	10
Total	**21**

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
PRN (aprovado)	01
PLN (aprovado)	57
Retificações (aprovadas)	02
Total	**60**

Sessões Realizadas
01 a 22/12/2011

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta	1º/12/2011, às 12 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 8, 14, 15, 19, 23, 26, 32, 33, 35, 43, 46, 48 e 52, de 2011.
Conjunta Solene	05/12/2011, às 12 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a homenagear o povo palestino pela passagem do Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.
Conjunta	07/12/2011, às 12h30min, suspende às 13h15min – reaberta em 08/12/2011, às 13h21min, suspende às 13h21min - reaberta em 13/12/2011, às 12h49min, suspende às 13h23min – reaberta em 14/12/2011, às 13h06min, suspende às 13h41min – reaberta em 20/12/2011, às 13h01min, suspende às 14h33min – reaberta em 21/12/2011, às 12h50min, suspende às 13h36min – reaberta em 22/12/2011, às 16h26min, suspende às 16h30min – reaberta em 22/12/2011, às 17 horas, suspende às 17h08min – reaberta em 22/12/2011, às 21h32min, suspende às 22h02min – reaberta em 22/12/2011, às 22h11min, suspende às 22h51min – reaberta em 22/12/2011, às 23h19min – encerra às 23h59min. (Plenário da Câmara dos Deputados)	- Nos dias 07 e 08/12/2011 - Destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 35, 48 e 52, de 2011 e, nos termos do art. 107, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, dos seguintes Projetos de Lei do Congresso Nacional: 5, 7, 12, 18, 24, 27, 30, 31, 34, 36 a 42, 44, 45, 47, 49, 50, 51, e 53 a 57, de 2011. - Nos dias 13 e 14/12/2011 - Continuação da sessão conjunta iniciada no dia 7 de dezembro de 2011, destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 35, 48, 52, 5, 7, 12, 18, 24, 27, 30, 31, 34, 36 a 42, 44, 45, 47, 49, 50, 51, e 53 a 57, de 2011. - Nos dias 20 e 21/12/2011 - Continuação da sessão conjunta iniciada no dia 7 de dezembro de 2011, destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 35, 48, 52, 5, 7, 12, 18, 24, 27, 30, 31, 34, 36 a 42, 44, 45, 47, 49, 50, 51, e 53 a 57, de 2011. Foi acrescido à pauta o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 29, de 2011, que "Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015". - No dia 22/12/2011 - Continuação da sessão conjunta iniciada no dia 7 de dezembro de 2011, destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 35, 48, 52, 5, 7, 12, 18, 24, 27, 30, 31, 34, 36 a 42, 44, 45, 47, 49, 50, 51, e 53 a 57, de 2011. Foi acrescido à pauta o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2011, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012".
Conjunta Solene	12/12/2011, às 10 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o centenário de nascimento de San Tiago Dantas.
Conjunta Solene	21/12/2011, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 68, de 2011, que "*Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" (DRU)*. (oriunda da PEC nº 114 de 2011, no Senado Federal e nº 61, de 2011, na Câmara dos Deputados). (Emenda Constitucional nº 68, de 2011 – Public. no DOU de 22/12/2011)

Matérias Apreciadas
1° a 22/12/2011

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
48/2011-CN (n° 208/2011, na origem)	PL n° 8/2011-CN Leitura: 20/06/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, credito suplementar no valor de R$ 90.980.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.534, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
57/2011-CN (n° 226/2011, na origem)	PL n° 14/2011-CN Leitura: 28/06/2011	Abre ao Orçamento de Investimento para 2011 crédito suplementar no valor total de R$ 445.643.156,00, em favor de empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R$ 179.719.447,00, para os fins que especifica.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.535, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
58/2011-CN (n° 227/2011, na origem)	PL n° 15/2011-CN Leitura: 28/06/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, cr édito especial no valor glob al d e R $ 16. 500.000,00, pa ra o s fin s que especifica, e dá outras providências.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.536, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
66/2011-CN (n° 261/2011, na origem)	PL n° 19/2011-CN Leitura: 14/07/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério da A gricultura, P ecuária e A bastecimento e de Operações O ficiais de C rédito, c rédito especial n o valor global de R$ 300.000.000,00, para os fin s que especifica, e dá outras providências.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.537, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
78/2011-CN (n° 331/2011, na origem)	PL n° 23/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre ao Orçamento de Inv estimento pa ra 20 11 cr édito suplementar no v alor to tal d e R $ 1.124.446.832,00, em favor de empresas estatais, para os fins que especifica.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.538, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
81/2011-CN (n° 334/2011, na origem)	PL n° 26/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério d os T ransportes, c rédito supl ementar no valor de R$ 71. 758.918,00, pa ra reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.539, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
106/2011-CN (n° 445/2011, na origem)	PL n° 32/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios d o M eio A mbiente e d a In tegração N acional, crédito suplementar no valor global de R $ 96.798.777,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.553, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
107/2011-CN (n° 446/2011, na origem)	PL n° 33/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento da S eguridade S ocial da U nião, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do D esenvolvimento Social e Combate à Fome, cr édito s uplementar no v alor global de R$ 1.993.575.303,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.540, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
117/2011-CN (n° 456/2011, na origem)	PL n° 43/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios d o D esenvolvimento Agrário e d a P esca e Aquicultura, crédito s uplementar no v alor g lobal de R $ 403.725.000,00, par a reforço de d otações co nstantes da Lei Orçamentária vigente.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.541, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
120/2011-CN (n° 459/2011, na origem)	PL n° 46/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério d os T ransportes, c rédito supl ementar no valor de R$ 10. 000.000,00, pa ra reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	1º/12/2011 às 12 horas	Sancionada a Lei nº 12.542, de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)
133/2011-CN (n° 500/2011, na origem)	PLC nº 77/2011-Complementar (PL nº 87/2011,-Complementar na Casa de origem) Veto Parcial nº 30/2011	Altera dispositivos da L ei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e dá outras providências.	07/12/2011 às 12 horas	Lido Total - 05 Veto Parcial
134/2011-CN (n° 506/2011, na origem)	PLS nº 372/2008 (nº 5.030/2009, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 31/2011	Reabre o pr azo para requerimento de re torno ao ser viço de que trata o a rt. 2º d a Lei n º 8.878, de 11 de maio de 1994, que ‘ dispõe s obre a c oncessão d e a nistia na s condições que menciona’, e dá outras providências.	07/12/2011 às 12 horas	Lido Total - 01 Veto Total
138/2011-CN (n° 523/2011, na origem)	PLC nº 41/2010 (PL nº 219/2003, na Casa de origem) Veto Parcial nº 32/2011	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a L ei nº 8.112, de 11 de dezembro de 199 0; rev oga a L ei nº 11.111, de 5 de maio d e 20 05, e disp ositivos da Lei n º 8. 159, d e 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.	07/12/2011 às 12 horas	Lido Total - 03 Veto Parcial
140/2011-CN (n° 536/2011, na origem)	PLC nº 6/2009 (PL nº 3.937/2004, na Casa de origem) Veto Parcial nº 33/2011	Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às i nfrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8. 137, de 27 de de zembro de 199 0, o Decreto-Lei nº 3.6 89, de 3 de outubro de 1941 – C ódigo de Processo P enal, e a L ei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.	07/12/2011 às 12 horas	Lido Total - 28 Veto Parcial
109/2011-CN (n° 448/2011, na origem)	PL n° 35/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao Orçamento da S eguridade S ocial da U nião, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 300.000,00, para o fim que especifica.	13/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.554, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
122/2011-CN (n° 461/2011, na origem)	PL n° 48/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 116.167.797,00, para o s fin s qu e especifica, e dá outras providências.	13/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.559, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
126/2011-CN (n° 465/2011, na origem)	PL n° 52/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre aos O rçamentos F iscal e da S eguridade S ocial da União, em f avor d os Mini stérios d o P lanejamento, Orçamento e G estão e das Cidades, crédito su plementar no valor gl obal de R$ 47 .698.584,00, par a reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	13/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.561, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
85/2011-CN (n° 339/2011, na origem	PL n° 27/2011-CN Leitura: 29/08/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério da E ducação, c rédito e special n o v alor de R $ 73.633.333,00, para o s f ins que e specifica, e dá o utras providências.	14/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.552, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
110/2011-CN (n° 449/2011, na origem	PL n° 36/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre aos O rçamentos F iscal e da S eguridade S ocial da União, em fav or do S enado F ederal, d o T ribunal de Contas d a U nião, da J ustiça F ederal, d os Mi nistérios da Previdência S ocial e da D efesa, d o Mini stério P úblico d a União e de T ransferências a E stados, D istrito F ederal e Municípios, cr édito su plementar no v alor gl obal de R$ 76.518.479,00, p ara r eforço de dotações c onstantes d a Lei Orçamentária vigente.	14/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.555, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
112/2011-CN (n° 451/2011, na origem	PL n° 38/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério da D efesa, c rédito e special no v alor d e R $ 135.458.800,00, para o fim que especifica.	14/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.556, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
114/2011-CN (n° 453/2011, na origem	PL n° 40/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor gl obal de R $ 3 80.941.983,00, para re forço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	14/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.557, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
119/2011-CN (n° 458/2011, na origem	PL n° 45/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Justiça, das Relações E xteriores, d o Me io A mbiente e da D efesa, crédito e special no v alor global d e R $ 430.010.000,00, para os fins que especifica.	14/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.558, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
124/2011-CN (n° 463/2011, na origem	PL n° 50/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor das Justiças F ederal, E leitoral e do T rabalho, do M inistério Público da União e do Min istério das Relações Exteriores, crédito e special no v alor global d e R $ 116.195.533,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	14/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Sancionada a Lei nº 12.560, de 15/12/2011 (DOU 16/12/2011)
46/2011-CN (n° 196/2011, na origem	PL n° 7/2011-CN Leitura: 13/06/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios da Faz enda, do Des envolvimento, In dústria e Comércio E xterior e do T urismo, crédito suplementar no valor gl obal de R $ 19.285.346,00, p ara reforço d e dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
87/2011-CN (n° 345/2011, na origem	PL n° 29/2011-CN Leitura: 1º/09/2011	Institui o P lano P lurianual da União para o período 2012-2015.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado o Substitutivo, a Errata de Plenário nº 1, o Adendo de Plenário nº 1 e a Solicitação do Relator em Plenário. À sanção.
113/2011-CN (n° 452/2011, na origem	PL n° 39/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre aos O rçamentos F iscal e da S eguridade S ocial da União, em fav or dos Min istérios da E ducação e do Esporte, cré dito esp ecial n o v alor glob al d e R $ 49.266.793,00, para o s f ins que e specifica, e dá o utras providências.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
115/2011-CN (n° 454/2011, na origem	PL n° 41/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério da Int egração Nacional, crédito es pecial no valor de R$ 130.500.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
116/2011-CN (n° 455/2011, na origem	PL n° 42/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, cr édito especial no valor gl obal de R$ 1 99.843.160,00, p ara o s f ins qu e especifica, e dá outras providências.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
121/2011-CN (n° 460/2011, na origem	PL n° 47/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério da Agricultura, P ecuária e A bastecimento e de Encargos Financeiros da Un ião, crédito especial no va lor global de R$ 81.157.976,00, para os fins que especifica.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
128/2011-CN (n° 467/2011, na origem	PL n° 54/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor de empresas estatais, crédito especial no valor total de R$ 38.645.735,00, para os fins que especifica.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
142/2011-CN (nº 568/2011, na origem)	PLV nº 28/2011 (oriundo da MP nº 541/2011) Veto Parcial nº 34/2011	Dispõe so bre o F undo de Financiamento à Exportação (FFEX), alte ra o art . 1 º d a L ei no 12.096, de 24 d e novembro de 20 09, e as Le is nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro d e 1973, e 9. 933, de 2 0 de d ezembro d e 1999; e dá outras providências.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Lido Total - 04 Veto Parcial
143/2011-CN (nº 569/2011, na origem)	PLV nº 29/2011 (oriundo da MP nº 540/2011) Veto Parcial nº 35/2011	Institui o R egime E special d e R eintegração de V alores Tributários p ara as E mpresas E xportadoras (R eintegra); dispõe s obre a re dução d o Imposto s obre P rodutos Industrializados (IPI) à indústria aut omotiva; alt era a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas q ue menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11 .033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11. 196, de 21 de nov embro de 2005, nº 10 .865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho de 2007, nº 9. 782, d e 26 d e janeiro d e 1 999, e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida P rovisória no 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga o art. 1º da Lei nº 1 1.529, de 22 d e o utubro d e 20 07, e o ar t. 6º d o Decreto-Lei nº 1. 593, de 2 1 de d ezembro de 1 977, nos termos que especifica; e dá outras providências.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Lido Total - 07 Veto Parcial
144/2011-CN (nº 574/2011, na origem)	PLC nº 79/2011 (PL nº 1.749/2011, na Casa de origem) Veto Parcial nº 36/2011	Autoriza o P oder Ex ecutivo a cri ar a em presa p ública denominada Empresa Brasileira de S erviços Hospitalares - EBSERH; a crescenta dispositivos ao Dec reto-Lei nº 2.848, de 7 d e dezembro de 1 940 – C ódigo P enal; e dá outras providências.	20/12/2011 às 12 horas (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Lido Total - 02 Veto Parcial
111/2011-CN (n° 450/2011, na origem	PL n° 37/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios da Ciência, T ecnologia e In ovação, da Educação, d a C ultura e do E sporte e d e O perações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 949.733.022,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	21/12/2011 às 12h30min (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
125/2011-CN (n° 464/2011, na origem	PL n° 51/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre a o O rçamento F iscal da União, em f avor dos Ministérios da Faz enda, do Des envolvimento, In dústria e Comércio Exterior e do T urismo, de Encargos Financeiros da U nião e de Operações O ficiais d e C rédito, c rédito suplementar no valor global de R$ 1.769.248.701,00, para reforço d e d otações constantes da L ei O rçamentária vigente.	21/12/2011 às 12h30min (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
131/2011-CN (n° 470/2011, na origem	PL n° 57/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento da S eguridade S ocial da U nião, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 32. 120.000,00, pa ra reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	21/12/2011 às 12h30min (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
44/2011-CN (n° 194/2011, na origem	PL n° 5/2011-CN Leitura: 13/06/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério d as C omunicações, cr édito s uplementar no valor de R $ 24.376.000,00, p ara ref orço d e d otação constante da Lei Orçamentária vigente.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
55/2011-CN (n° 224/2011, na origem	PL n° 12/2011-CN Leitura: 28/06/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério d a A gricultura, P ecuária e A bastecimento, crédito s uplementar n o v alor de R $ 2. 334.427,00, para reforço d e d otações constantes da L ei O rçamentária vigente.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
65/2011-CN (n° 253/2011, na origem	PL n° 18/2011-CN Leitura: 12/07/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor de Encargos Financeiros da Un ião, crédito especial no va lor de R$ 2.816.660,00, para os fins que especifica.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
79/2011-CN (n°332/2011, na origem	PL n° 24/2011-CN Leitura: 26/08/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R$ 300.000,00, p ara o fim q ue especifica, e d á o utras providências.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
86/2011-CN (n° 344/2011, na origem	PL n° 28/2011-CN Leitura: 1º/09/2011	Estima a r eceita e fix a a desp esa d a U nião pa ra o exercício financeiro de 2012.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado o Substitutivo com Erratas e Adendos. À sanção.
104/2011-CN (n° 443/2011, na origem	PL n° 30/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao Orçamento de Investimento para 2011, em favor de em presas e statais f ederais do Grupo E LETROBRAS, crédito e special no v alor total de R $ 1. 055.118.669,00, para os fins que especifica.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado o Substitutivo. À sanção.
105/2011-CN (n° 444/2011, na origem	PL n° 31/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério d os T ransportes, c rédito supl ementar no valor de R$ 8.692.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
108/2011-CN (n° 447/2011, na origem	PL n° 34/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento da S eguridade S ocial da U nião, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 44 6.823.143,00, pa ra r eforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
118/2011-CN (n° 457/2011, na origem	PL n° 44/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento da S eguridade S ocial da U nião, em favor do Mi nistério d a P revidência S ocial, crédito suplementar no valor de R$ 4.776.413,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
123/2011-CN (n° 462/2011, na origem	PL n° 49/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos De putados, d as Justiças Fe deral, El eitoral e do Trabalho, da P residência d a R epública e do Mi nistério Público da União, crédito su plementar no valor glo bal de R$ 101.308.880,00, pa ra r eforço d e dotações co nstantes da Lei Orçamentária vigente.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
127/2011-CN (n° 466/2011, na origem	PL n° 53/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao Orçamento d e Investimento para 2011, em favor da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S .A. - R S E nergia e de empr esas do Grupo PETROBRÁS, c rédito especial no v alor to tal de R$ 5.736.647.926,00, para os fins que especifica.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
129/2011-CN (n° 468/2011, na origem	PL n° 55/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao Orçamento de Inv estimento pa ra 20 11 cr édito suplementar no v alor to tal d e R $ 8.631.945.462,00, em favor de diversas empresas estatais, e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R$ 20.731.286.239,00, para os fins que especifica.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.
130/2011-CN (n° 469/2011, na origem	PL n° 56/2011-CN Leitura: 17/10/2011	Abre ao O rçamento F iscal d a União, em favor do Ministério da C iência, T ecnologia e In ovação, c rédito suplementar no v alor d e R $ 5 0.000.000,00, p ara r eforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22/12/2011 (continuação da sessão iniciada em 07/12/2011)	Aprovado. À sanção.

MCN	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS
-	PRN n° 4/2011	Altera o § 3º do art. 6º da Resolução nº 01, de 2002-CN, para admitir a concessão de prazo de até duas sessões ordinárias, independente de deliberação do Plenário, mesmo que a Medida Provisória esteja sobrestando a pauta de votação.	Leitura	-

Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 22/12/2011

Nº	Assunto
46/2011 (public. no DOU de 07/12/2011)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a vigência da Medida Provisória nº 547, de 11 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 13 de outubro de 2011, que "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010".

Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional
01 a 22/12/2011

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
652/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional, anteriormente marcada para hoje, às 10 horas e trinta minutos, ocorrerá às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.
649/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional será no dia 22 de dezembro, quinta-feira, às 10 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.
648/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Sessão Solene do Congresso Nacional, destinada à inauguração dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizar-se-á no próximo dia 2 de fevereiro de 2012, quinta-feira, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.
647/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que em aditamento ao Ofício nº 634, de 2011, consulta sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 26 de março de 2012, segunda-feira, às dezessete horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil.
646/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, nos termos do disposto no § 3º do art. 60 da Constituição Federal, combinado com o art. 85 do Regimento Comum, convoca sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 21 de dezembro do corrente, quarta-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 68, de 2011, "que Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias" (DRU).
635/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado, a cópia do Ofício nº 8.610, de 2011, do Senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, Relator do Mandado de Segurança nº 30.896. Informa ainda que o referido documento foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde se encontra tramitando o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 28, de 2011, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012".
634/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que tendo em vista manifestações do Senador Inácio Arruda, do Deputado Osmar Júnior e de outros Senhores Parlamentares, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 26 de março de 2012, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 90 anos de fundação do Partido Comunista do Brasil.
633/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que tendo em vista manifestações do Senador Wellington Dias, do Deputado Carlinhos Almeida e de outros Senhores Parlamentares, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 19 de março de 2012, segunda-feira, às onze horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os 10 anos de fundação do Movimento Político pela Unidade.
632/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional será no dia 20 de dezembro, terça-feira, às 12 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.
631/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória n° 552, de 2011, que "Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
629/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 (CN), expirou, no dia 12 de dezembro do corrente ano, o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 542, de 12 de agosto de 2011, que "Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Mapinguari e dá outras providências".
628/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a reabertura da sessão conjunta do Congresso Nacional será no dia 20 de dezembro, terça-feira, às 10 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.
618/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica a designação do Deputado Walney Rocha, em substituição ao Deputado Jovair Arantes, como titular, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 552, de 2011, que "Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004", conforme o Ofício nº 508, de 2011, da Liderança do Bloco PSB/PTB/PCdoB na Câmara dos Deputados.
617/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 140, de 2011-CN (nº 536/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009 (PL nº 3.937, de 2004, nessa Casa), que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.
616/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 860, de 06/12/2011, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, que solicita a substituição da exposição de Motivos da Medida Provisória nº 552, de 1º/12/2011.
615/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 551, de 2011, que "Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências".
614/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro de Estado do Esporte o Ofício nº 51, de 2011-CN (nº 157/11/GM-ME, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional relatório contendo os projetos que no exercício de 2010 captaram recursos por intermédio da Lei de Incentivo ao Esporte. A matéria, publicada no DSF de 06/12/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
603/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que está convocada sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 7 (sete) de dezembro do corrente, quarta-feira, às 12:30 (doze horas e trinta minutos), no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 35, 48 e 52, de 2011, e, nos termos do art. 107, da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, dos seguintes Projetos de Lei do Congresso Nacional: 5, 7, 12, 18, 24, 27, 30, 31, 34, 36 a 42, 44, 45, 47, 49, 50, 51, e 53 a 57, de 2011.
602/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do TCU o Aviso nº 24, de 2011-CN (nº 1.740-GP/TCU/2011, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades do TCU, referente ao terceiro trimestre do exercício de 2011. A matéria será publicada em suplemento ao DSF de 03/12/2011 e vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
601/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República adotou, no dia 1º de dezembro de 2011, a Medida Provisória nº 552, de 2011, que "Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004". Nos termos do disposto nos §§ 2º, 3º e 7º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, fica constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria e estabelecido o calendário para a sua tramitação, lida em Sessão do Senado Federal realizada no dia 02/12/2011.
600/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 550, de 2011, que "Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências".
599/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que foi encaminhado nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 549, de 2011, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona".
597/2011 CN	Dep. Marco Maia – Presidente da CD	Comunica que a Senhora Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a Mensagem nº 138, de 2011-CN (nº 523/2011, na origem), na qual comunica haver vetado parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2011 (PL nº 219, de 2003, nessa Casa), que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências". Nos termos do art. 104 do Regimento Comum, solicita a indicação de 3 (três) Senhores Deputados e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN, a indicação de mais um Deputado, para integrar a Comissão Mista a ser incumbida de relatar o veto.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

B.2 – Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC

Resenha Mensal
01 a 22/12/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Reuniões	01
Total	

Matérias	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	01
Total	

Resenha Consolidada
30/08 a 22/12/2011

Reuniões Realizadas	Quantidade
Instalação (INST)	01
Reuniões	15
Total	**16**

Proposições	Quantidade
Requerimentos (aprovados)	18
Total	**18**

Resultados das Reuniões
01 a 22/12/2011

Reunião realizada em 14 de dezembro de 2011

16ª Reunião, às 14 horas

Primeira Parte: Consideração da Senadora Vanessa Grazziotin e dos Deputados Alfredo Sirkis e Márcio Macêdo sobre a participação brasileira na COP-17, realizada neste último final de semana, em Durban, na África do Sul.

Segunda Parte: Relatório final da Comissão.

Relator: Deputado Márcio Macêdo.

Resultado: Aprovado

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011 – CMMC
Requer a indicação de representantes desta Comissão para participarem do lançamento da I Cúpula Mundial de Legisladores.

Autoria: Deputado Márcio Macêdo e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado

C - SECRETARIA DE COMISSÕES
C.1 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Permanentes

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 22/12/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	2	3	-	5
CAS	3	3	-	6
CCJ	3	1	-	4
CE	2	2	-	4
CMA	-	3	-	3
CDH	-	5	-	5
CRE	3	1	-	4
CI	-	5	-	5
CDR	-	3	-	3
CRA	-	3	-	3
CCT	-	3	-	3
CMMC	1	-	-	1
TOTAL GERAL	14	32	-	46

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	-	-	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	-	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empr. e do Empreendedor Ind. – CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	-	-	-
Permanente de Promoção, Acomp. e Defesa da Saúde – CASSAÚDE (CAS)	-	-	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	1	-	-
Temporária Pol. Soc. Depend. Quím.Álcool, "Crack" e outras Drogas–CASDEP(CAS)	2	-	1
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	1	1	-
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	-	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM (CMA)	-	-	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	-	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO (CMA)	-	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	-	-	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	-	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	-	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp. Rio+20 e Reg. Intern. Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	1	-	-
Permanente Modern. e Reaparelhamento. Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	-	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	1	-	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	-	-	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	1	1	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de Informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	7	2	1

Proposições Apreciadas
01 a 22/12/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	-	1	9	9	-	-	1	-	9	-
CAS	-	-	-	1	2	14	3	-	-	-	-	-	-
CCJ	-	-	-	-	4	-	3	-	-	-	-	1	-
CE	-	-	-	1	2	2	2	-	-	-	-	-	-
CMA	-	-	-	-	2	-	2	-	2	-	-	-	-
CDH	-	-	-	3	2	8	3	-	-	-	-	-	-
CRE	-	-	-	-	1	-	-	-	7	-	-	4	4
CI	-	-	-	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-
CDR	-	-	-	1	-	3	4	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	1	-	-	3	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	-	-	-	1	56	-	-	-	-	-
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	7	15	36	33	56	9	1	-	14	4

Proposições Apreciadas
01 a 22/12/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR COM	REQ COM	PAR E REL SUB COM	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	33
CAS	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	29
CCJ	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	24
CE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	12
CMA	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	7	-	-	16
CDH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	19
CRE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	20
CI	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-	-	10
CDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
CRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	7
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
SUBTOTAL	10	2	3	-	-	-	-	-	-	-	46	-	-	236

Legendas – Comissões

CAE – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
CAS – COMISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
CCJ– COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
CE – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
CMA – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCLIZAÇÃO E CONTROLE
CDH – COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO E CONTROLE
CRE – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
CI – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA
CDR – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
CRA – COMISSÃO DE REFORMA AGRÁRIA E AGRICULTURA
CCT – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
CMMC – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC (T) – Projeto de Lei da Câmara (terminativo)
PLC (NT) – Projeto de Lei da Câmara (não terminativo)
PLS (T) – Projeto de Lei do Senado (terminativo)
PLS (NT) – Projeto de Lei do Senado (não terminativo)
PDS (T) – Projeto de Decreto Legislativo (terminativo)
PDS (NT)– Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo)
PRS – Projeto de Resolução
IND – Indicação
MSF – Mensagem "SF"
RQS "SF" – Requerimento apresentado no Plenário
OFS – Ofício "SF"
AVS – Aviso
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
EM. PLEN. – Emendas apresentadas em Plenário
REC – Recursos
DIV – Diversos
PET – Petição
PET (SF) – Petição "SF"
PAR. COM. – Parecer de Comissão
REQ. COM. - Requerimento (e Aditamento) de Comissão e Subcomissão
PAR E REL. SUB E COM – Parecer e Relatório das Subcomissões e da CMMC (Resolução nº 4, de 2008-CN)
CONS., QUES.ORD. OUTR. – Consulta, Questão de Ordem e Projetos apresentados pelas Comissões

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
02/02 a 22/12/2011

COMISSÕES	REUNIÕES			
	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	CONJUNTAS	TOTAL
CAE	35	22	15	72
CAS	3	49	4	56
CCJ	37	26	4	67
CE	29	36	6	71
CMA	13	20	27	60
CDH	-	91	8	99
CRE	32	27	3	62
CI	2	46	13	61
CDR	5	28	3	36
CRA	-	34	19	53
CCT	-	40	19	59
CMMC	1	14	1	16
TOTAL GERAL	157	433	122	712

SUBCOMISSÕES	REUN	PROP	REL
Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	-	-	-
Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional – CAESTN (CAE)	6	16	-
Temporária de Avaliação da Política Fiscal – CAEAPF (CAE)	4	-	-
Permanente das Micro e Peq. Empr.e do Empreendedor Ind.–CAEMPEEI (CAE)	-	-	-
Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência – CASDEF (CAS)	8	6	-
Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE	6	7	-
Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP (CAS)	19	15	-
Temporária Pol.Soc.Depend. Quím.Álcool, "Crack" e outras Drogas–CASDEP	22	15	1
Permanente de Imagem e Prerrogativas Parlamentares – CCJIPP (CCJ)	-	-	-
Permanente de Segurança Pública – CCJSSP (CCJ)	2	1	-
Temporária para Analisar o PRS 96, de 2009 – CCJSTRA (CCJ)	10	1	1
Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – CECTMCS (CE)	-	-	-
Permanente do Livro – CESL (CE)	-	-	-
Permanente do Esporte – CESE (CE)	-	-	-
Temporária de Enfrentamento à Violência no Ambiente Escolar (CE)	-	-	-
Permanente da Água – CMAGUA (CMA)	3	-	-
Permanente Acomp. Copa Mundo 2014 e Olimpíadas 2016–CMACOPOLIM	12	6	-
Temporária para Acomp.Exec.Obras Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	3	-	-
Temporária Acomp. Conferência ONU sobre Desenv. Sustentável –CMARIO	6	-	-
Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	6	9	-
Permanente da Criança, Adolescente, da Juventude e do Idoso – CDHCAJI (CDH)	1	-	-
Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza – CDHEMRP (CDH)	1	-	-
Permanente de Combate ao Trabalho Escravo – CDHESCRAVO (CDH)	-	-	-
Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior – CREPCBE (CRE)	-	-	-
Permanente Acomp.Rio +20 e Reg.Intern.Mudanças Climáticas – CREMC (CRE)	17	2	-
Permanente Modern.e Reaparelhamento das Forças Armadas – CREMRFA (CRE)	1	-	-
Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira – CREPAFF (CRE)	20	3	-
Permanente – Plano de Aceleração do Crescimento – CIPAC (CI)	-	-	-
Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID (CI)	-	-	-
Permanente do Desenvolvimento do Nordeste – CDRDN (CDR)	8	9	-
Permanente da Amazônia – CDRAM (CDR)	6	18	-
Permanente do Desenvolvimento do Codesul – CDRDESUL (CDR)	-	-	-
Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016 – CDRCOOL (CDR)	6	7	-
Permanente dos Biocombustíveis – CRABIO (CRA)	-	-	-
Temporária para Acompanhar a Política Agrícola Brasileira – CRAPAB (CRA)	-	-	-
Permanente de Serviços de informática – CCTSINF (CCT)	-	-	-
TOTAL GERAL DE REUNIÕES E PROPOSIÇÕES	167	115	2

Proposições Apreciadas
02/02 a 22/12/2011

COMISSÕES	PEC	SCD	ECD	PLC (T)	PLC (NT)	PLS (T)	PLS (NT)	PDS (T)	PDS (NT)	PRS (NT)	IND	MSF	RQS SF
CAE	-	-	-	1	13	62	55	-	-	4	-	36	-
CAS	-	2	-	13	12	74	35	-	1	-	-	4	-
CCJ	19	3	1	8	33	26	11	-	2	5	-	10	2
CE	-	-	-	41	12	29	27	-	-	2	-	1	-
CMA	-	-	-	11	7	7	8	-	3	-	1	-	-
CDH	-	-	-	4	11	11	35	-	-	2	-	-	-
CRE	-	-	-	1	6	1	17	-	57	-	-	53	32
CI	-	-	-	3	4	-	17	-	-	-	-	15	-
CDR	-	-	-	1	3	7	20	-	-	-	-	-	-
CRA	-	-	-	1	3	5	20	-	-	-	-	-	-
CCT	-	-	-	1	3	1	5	269	-	-	-	-	1
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	19	5	1	85	107	223	250	269	63	13	1	119	35

Proposições Apreciadas
02/02 a 22/12/2011

COMISSÕES	OFS	AVS	PFS	SUG	EM. PLEN	REC	DIV	PET	PET (SF)	PAR	REQ COM	PAR REL SUB COM	CONS QUES ORD. OUTR	TO-TAL
CAE	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-	84	-	-	261
CAS	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	72	-	-	216
CCJ	38	-	-	-	13	-	-	-	-	2	107	-	-	280
CE	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	73	-	-	188
CMA	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	114	-	-	156
CDH	1	1	-	6	-	-	-	2	-	-	152	-	-	225
CRE	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49	-	2	220
CI	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	69	-	-	115
CDR	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	32	-	-	68
CRA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	74	-	-	104
CCT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61	-	-	341
CMMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	-	-	18
SUBTOTAL	53	15	4	6	13	-	-	2	-	2	905	-	2	2192

Relatório das Atividades das Comissões Permanentes
01 a 22/12/2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Delcídio do Amaral
Vice-Presidente: Senador Lobão Filho

68ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 42 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, para permitir a contratação de operações de crédito destinadas à regularização de inadimplência com instituições do sistema financeiro nacional.
Autoria: Senador Casildo Maldaner
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Favorável nos termos do Substitutivo (Emenda nº 1) que apresenta, rejeitando a Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira.
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo) e contrário à Emenda nº 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Cria mecanismos de fiscalização e controle sobre as despesas com publicidade e patrocínio das empresas estatais federais.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CAE.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277 DE 2004
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ivo Cassol
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586 DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera os incisos V, VI e VII do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para reduzir o prazo de carência para utilização da conta vinculada do FGTS para fins de aquisição de moradia própria e amortização e pagamento de prestações de financiamentos habitacionais.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Insere o art. 47-A na Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007, para prorrogar o prazo de permissão do cômputo, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), das matrículas de pré-escola em instituições conveniadas.
Autoria: Senador Inácio Arruda e outros
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Vicente Claudino
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estabelecer a isonomia entre empresas públicas, sociedades de economia mista e empresas privadas para a prestação de serviços públicos.
Autoria: Comissão de Serviços de Infraestrutura (SF)
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Blairo Maggi
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer, contrário ao Projeto.

ITEM Nº 07
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 189 DE 2010
TERMINATIVO

Ementa do Projeto: Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade destinar recursos às vítimas das enchentes de Alagoas.
Autoria do Projeto: Senador João Tenório

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 203 DE 2010
TERMINATIVO

Ementa do Projeto: Autoriza a Caixa Econômica Federal a realizar concurso especial da Mega-Sena, com a finalidade de destinar recursos às vítimas das enchentes nos Estados de Pernambuco e Alagoas.
Autoria do Projeto: Senador Cícero Lucena
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Resultado: Não sendo oferecidas emendas na discussão em Turno Suplementar, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61 DE 2011
TERMINATIVO

Altera as Leis nº 11.482, de 31 de maio de 2007; nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995; reajustando as faixas de renda do imposto de renda e os valores das deduções.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *Ad Hoc:* Senador Lobão Filho
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 09

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362 DE 2007
TERMINATIVO

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 1 2 de janeiro de 2001, qu e dispõe sobre as ope rações com re cursos dos Fu ndos Constitucionais de Fina nciamento do Norte, do No rdeste e do Ce ntro-Oeste, para redu zir os encargos financeiros dos financiamentos concedidos.
Autoria: Senador Expedito Júnior
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 652 DE 2007
TERMINATIVO

Altera as Leis 4.380, de 21 de agosto de 1964, e nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para estabelecer que os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedam, a critério dos mutuários, fin anciamento de até cem po r cento d o valor da avalia ção do imóvel para famílias com renda de até quatro salários mínimos.
Autoria: Senador Marconi Perillo
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Ribeiro
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 72 DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para estender até um ano antes da declaração do estado de calamidade pública a possibilidade de considerar como efetivamente utilizada a área dos imóveis rurais que e stejam com provadamente situados e m á rea de o corrência de calamidade p ública da qu al resu lte frustração de safras ou destruição de pastagens, para efeitos de ITR.
Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Armando Monteiro
Relatório: Pela aprovação do Proj eto e d a Eme nda nº 1-CRA na fo rma da Subem enda que ap resenta, apresentando, ainda, a Emenda nº 2.
Resultado: A Comissã o aprova o P rojeto, a Emenda nº 1-CRA na forma d a Subeme nda apre sentada, renumerada como Emenda nº 2-CAE, e a Emenda nº 2, renumerada como Emenda nº 3-CAE.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 254 DE 2008
TERMINATIVO

Permite que o desconto da contri buição patronal do imposto de renda d as pessoas físicas, previsto na Lei nº 9.250, de 26 de deze mbro d e 199 5, seja feit o em dob ro qu ando o em pregado domé stico fre qüente instituição de ensino.
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CE.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto e a Emenda nº 1-CE-CAE.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 86 DE 2011-CAE

Requer, nos termos do art. 76, § 1º, II, do Regimento Interno do Senado Feder al, a prorrogação dos trabalhos da Subcomissão Tempo rária de Avaliação da Po lítica Fiscal até o término da próxima se ssão legislativa, em virtude da não conclusão dos seus trabalhos.
Iniciativa: Senador Francisco Dornelles
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 14
MENSAGEM (SF) Nº 146 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 15,000,000.00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) cujos recursos serão destinados ao "Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Inácio Arruda
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PRS apresentado. Aprova, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria.

69ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha sido locado.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272 DE 2007 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria : Senador Lindbergh Farias
Relatoria *Ad Hoc* : Senador José Pimentel
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9 DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.
Autoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria : Senador Blairo Maggi
Relatório: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 4 que apresenta e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 4, renumerada como Emenda nº 1-CAE, e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Cyro Miranda.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.
Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatoria *Ad Hoc* : Senador Valdir Raupp
Relatório: Contrário ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer contrário ao Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 628 DE 2007
TERMINATIVO

Exclui os juros recebidos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, nas modalidades cumulativa e não-cumulativa.
Autoria: Senador Valdir Raupp
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83 DE 2009
TERMINATIVO

Altera as regras de premiação dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números.
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto e a Emenda nº 01.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256 DE 2010
TERMINATIVO

Isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1-CE.
Resultado: A Comissão rejeita o Projeto e a Emenda nº 1-CE.

70ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 148 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 147 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 6,231,000.00 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Rondônia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Administração

Tributária, Financeira e Patrimonial - Profisco".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 150 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédit o externo, com garantia da Re pública Federativa d o Bra sil, n o valor de até US$ 45 1,980,000.00 (qu atrocentos e cin quenta e um milhões e novecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da Amé rica), entre o E stado do Rio de Janeiro e o Banco Inte ramericano de Desenvolvimento - BID, cujo s recursos destina m-se ao financi amento pa rcial do "Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatoria *Ad Hoc* : Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 87 DE 2011 - CAE

Requer, no s termo s do Regimento I nterno d o S enado F ederal, a realização d e a udiência pú blica para debater a s d esonerações tributári as e os i ncentivos fiscai s concedidos pel o governo e com si gnificativo impacto na arrecadação fi scal pa ra o ano d e 2 012, com a p resença do s seguintes convi dados: Sen hor Nilson Teixei ra – Econ omista-chefe d o Credit Suisse ; Senhor Fe lipe Salto – Econo mista da Tend ências Consultoria I ntegrada; Se nhor Ma nsueto Almeida – Té cnico de Planejamento e Pe squisa do In stituto d e Pesquisa Econômica Aplicada; e Senhor Carlos Alberto Barreto – Secretário da Receita Federal do Brasil.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 88 DE 2011 - CAE

Requer, n os termos do a rt. 93, I, do Regimento I nterno do Se nado F ederal, a realizaçã o de audi ência pública com a finalid ade de in struir a apreciação d o Proj eto de Lei do Sen ado nº 40 de 20 10, com a presença dos seguintes expositores: representante do Ministério da Integração Nacional; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; representante da Secretaria do Tesouro Nacional; representante da Receita Federal do Brasil; e representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Autoria: Senador Sérgio Souza e outros
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 89 DE 2011 - CAE

Requer, no s termos do art. 93, II, do Regimento In terno do Se nado Fed eral, a realização de audiê ncia pública, em conjunto com a Comi ssão de Serviços de Infraestrutura - CI, com o objetivo de discuti r o tema: "Ampliação do Merca do Li vre de Ene rgia Elétrica no Brasil", co m a pre sença dos seguintes convida dos: Exmo. Sr. Márci o Zimme rmann - Se cretário Executivo do Minist ério d e Mina s e Ene rgia – MME; Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira - Presid ente do Co nselho de Administ ração da Câmara d e Co mercialização de Energia Elétrica - CCEE; Sr. Reginal do Almeida de Medei ros - Presi dente Executivo da Asso ciação Brasileira dos Comercializadores de Energi a – Abrace el; Sr. Ed valdo Alves Santana - Diretor da Agê ncia Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Lúcio Reis - Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – Anace; Sr. Lu iz Fernan do L. Vianna - Presidente d a Associ ação Brasil eira dos Produto res Independentes de Energia Elétrica – Apine; Sr. Antonio Gavazzoni - Presidente do Grupo Centrais Elétricas de Santa Cat arina S. A. – Cele sc; e Sr. Paulo Pedrosa -P residente da Associaçã o Bra sileira de G randes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – Abrace.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

71ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento à Resolução do Senado Federal Nº 32 de 2007, destinada a discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da Política Monetária.

PARTICIPANTE

- Alexandre Tombini - Presidente do Banco Central do Brasil.

72ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 152 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$ 7,479,000.00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinados ao financiamento parcial do Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba - PROFISCO/PB.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 153 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de ¥ 33.584.000.000,00 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de ienes), entre a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo - SABESP e a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA, destinados ao financiamento parcial do "Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Enegética".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 154 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 49,604,127.00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil e cento e vinte e sete dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral - Projeto META - 1ª Fase".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 04
MENSAGEM (SF) Nº 155 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 45,100,000.00 (quarenta e cinco milhões e cem mil

dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinados ao financiamento parcial do "Programa de Drenagem Urbana de Fortaleza - DENURB".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 05
MENSAGEM (SF) Nº 156 DE 2011
NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 50,0 00,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, destinados a o financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional Fortaleza".
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Humberto Costa
Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável nos termos do PRS apresentado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304 DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.
Autoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 - CAE.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 721 DE 2011
TERMINATIVO

Dá nova redação ao art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para reduzir e escalonar, por faixa de receita bruta anual da pessoa jurídica, o valor das multas por descumprimento de obrigação acessória criada com base no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.
Autoria: Senador Francisco Dornelles
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Ordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 33
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 09
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 09
Projeto de Resolução (não terminativo): 01
Mensagem (SF): 09
Requerimento – CAE: 04

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS Nº 189, de 2010

e ao PLS nº 203, de 2010, que tramitam em conjunto.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

Presidente: Senador Jayme Campos
Vice-Presidente: Senador Casildo Maldaner

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 54, de 2011-CAS e nº 64, de 2011-CAS, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011 (Art. 93, I, RISF), que "Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta".

PARTICIPANTES

- Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino - Diretor de Operações de Aeronave da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC;
- Ronaldo Jenkins de Lemos - Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA;
- Gelson Dagmar Fochesato - Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA;
- Georges de Moura Ferreira - Professor de Direito Aeronáutico Nacional e Internacional da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO; e
- Paulo Rogério Licati - Piloto de Aeronaves.

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011 – CAS

Requeiro, nos termos regimentais, o Aditamento ao Requerimento nº 54/2011 acrescentando o nome do Sr. Paulo Rogério Licati Piloto de Aeronaves, como orador, para participar da Audiência Pública no Âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS nº 434, de 2011 "Modificação da jornada de trabalho do aeronauta".
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011 – CAS

Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública destinada à apresentação e ao aprofundamento do Plano "Viver sem Limite" – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –, que foi lançado, em 17 de novembro, pela Presidenta Dilma Roussef. Serão convidadas a Ministra-Chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, responsável pela gestão executiva do Plano, e a Ministra da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário Nunes, responsável pela coordenação da implementação do Plano, para que possam esmiuçar as diversas ações ali previstas.
Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo - SINAC.
Autoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011 na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2004
TERMINATIVO

Altera o artigo 2º da Lei 10555, de 13 de novembro de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R$ 100,00 (cem reais), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2004 e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham bisfenol-A em sua composição.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2010.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2010.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (discjockey) e Produtor DJ (disc-jockey).
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010 e as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a esclerose lateral amiotrófica entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2011.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2011.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar o direito à cirurgia plástica reparadora no âmbito do Sistema Único de Saúde.
Autoria: Senador Gim Argello
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2011.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoelétricas.
Autoria: Senador Delcídio Do Amaral
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar explícito que a gratuidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) e para vedar a cobrança, por parte das unidades da rede própria do SUS, pela execução de ações de saúde.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Casildo Maldaner
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2011
TERMINATIVO

Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir isenção da contribuição destinada à Seguridade Social nos casos de contratação realizada conforme a política de reinserção social prevista no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).
Autoria: Senador Waldemir Moka
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011 – CAS

Nos termos do inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, **REQUEIRO** a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP para debater a Campanha Nacional em Defesa da CLT e avaliar os trabalhos da subcomissão em 2011. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão.
Autoria: Senador Paulo Paim.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011 – CAS

Em aditamento ao Requerimento de nº 63/2011 – CAS, que dispõe sobre a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 606, de 2011, que "altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho", requeiro que seja incluído no rol de convidados o Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.
Autoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 47/2011-CAS, de autoria das Senadoras Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2011, que dispõe da imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos de idade com a vacina antipapilomavírus humano – HPV na rede pública do sistema Único de Saúde – SUS de todos os estados e municípios brasileiros.

PARTICIPANTES

- Jarbas Barbosa - Secretário de Vigilância em Saúde, Representante do Ministério da Saúde;
- Vera Lúcia Mota da Fonseca - Comissão de Parto Normal do CFM, Representante do Conselho Federal de Medicina;
- Etelvino de Souza Trindade - Presidente da Associação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO;
- Renato de Ávila Kfouri - Presidente da Associação Brasileira de Imunizações – SBIm; e
- Luiz Antonio Santini - Diretor Geral do Instituto Nacional de Câncer – INCA.

54ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

Votação do Relatório Final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas – CASDEP, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

Presidente da CASDEP: Senador Wellington Dias
Relatora da CASDEP: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado o Relatório nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
AVISO Nº 58, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais - Promeso (TC 010.604/2009-0).
Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pelo conhecimento do Aviso e posterior arquivamento.
Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2005
TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os membros das Policias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal.
Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelecendo a retenção da receita de medicamentos

sujeitos à prescrição de profissionais habilitados.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011 e as Emendas nºs 1-CAS e nº 2-CAS.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007
TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, nos termos do substitutivo ora apresentado, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007.
Resultado: Aprovadas a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, em Turno Único. Fica prejudicado o Projeto. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, e a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, que tramita em conjunto.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2007

Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências.
Autoria: Senador Pedro Simon

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011 – CAS

Requeremos, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2011, que "Estabelece critério de distribuição do resultado do exercício financeiro do FGTS para as contas vinculadas dos trabalhadores", tendo como convidados representantes das Entidades Laborais, das Entidades Patronais e do Governo, inclusive da Caixa Econômica Federal, no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS).
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia.
Resultado: Aprovado.

55ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 60 e 61, de 2011–CAS, de iniciativa da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias."

PARTICIPANTES

- Martha Regina de Oliveira - Gerente-Geral de Regulação Assistencial da ANS, Representante de Mauricio Ceschin, Diretor – Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- Paulo Hoff - Médico oncologista, diretor do ICESP e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês;
- Luciana Holtz de Camargo Barros - Presidente do Instituto Oncoguia;
- Arlindo de Almeida - Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE, Representante de Entidade dos Planos de Saúde; e
- Florentino de Araújo Cardoso Filho - Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB.

56ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a expansão das vagas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio.
Autoria: Senador Wilson Santiago
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011, com a emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer. favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição e altera a Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.
Autoria: Senador Paulo Davim
Relatoria: Senador Cícero Lucena
Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, e esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador.
Autoria: Deputado Marcelo Teixeira

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicuro, pedicuro e profissionais de beleza em geral.
Autoria: Deputado Salatiel Carvalho
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007 com as Emendas nº(s) 1 e 2-CE, e pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramitam em conjunto.
Resultado: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, com as Emendas nºs 1-CE-CAS e 2-CE-CAS e à Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramita em conjunto. Aprovado também Requerimento de Urgência para apreciação da matéria

ITEM Nº 04
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007
TERMINATIVO

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário.
Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2007
TERMINATIVO

Ementa do Projeto: Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências.
Autoria do Projeto: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 115, de 2007, nos termos do

Substitutivo que apresenta e pela Declaração de Prejudicialidade do PLS nº 152, de 2007.
Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.
Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010
TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº211, de 2010,das Emendas nºs 1 a 6-CE e das Subemendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e 5-CE-CAS; a Emenda nº 4 -CE-CAS com a Subemenda nº 1 -CAS; e a Emenda nº 6-CE-CAS com a Subemenda nº 2-CAS.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos.
Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Roberto Requião
Relatório: Pela aprovação do Projeto, e das Emendas nºs 1 e 2-CDH, que apresenta.
Resultado: Aprovado o e as Emendas nºs 1-CDH-CAS e 2-CDH-CAS.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011 - CAS

Requeremos nos termos do artigo 336 combinado com o artigo 338, IV do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para votação dos Projetos de Lei da Câmara nº 112, de 2007 e 95, de 2011.
Autoria: Senadora Ana Amélia.
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011 - CAS

Requeiro nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para debater a aplicação da Lei nº 9.797/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde - SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, com as presenças do Dr. Luciano Chaves, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, representante do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina- CFM, da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde de Mama – FEMAMA e da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 10

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011 - CAS

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Previdência Social o seguinte pedido de informações: Tramita nesta Casa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 476, de 2008, do Senador Paulo Paim, que determina que o auxílio-acidente não poderá ter valor menor do que o salário mínimo vigente no país. Qual o impacto financeiro nas contas da Previdência Social advindo da aprovação desta proposição legislativa?
Autoria: Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

TOTAL DE REUNIÕES: 06
Extraordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 30
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 14
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Aviso (SF): 01
Requerimento - CAS: 08
Relatório Final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas – CASDEP: 01

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 115, de 2007, que tramita em conjunto com o PLS nº 152, de 2007

SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – CASEMP (CAS)

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Lídice da Mata

19ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 66, de 2011-CAS, de autoria do Senador Paulo Paim, para avaliar os trabalhos da Subcomissão em 2011 e Debater a Campanha Nacional em Defesa da CLT.

PARTICIPANTES

- José de Lima Pereira - Coordenador Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho do Ministério Público do Trabalho – MPT;
- Warley Martins Gonçalles - Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP;
- José Calixto Ramos - Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST;
- Gabriel Faria Oliveira - Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF;
- José da Silva Filho - Coordenador Nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;
- Lourenço Ferreira Do Prado - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito – CONTEC;
- Sérgio Luiz da Costa - Presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de Goiás; e
- Sérgio Miranda - Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores do Estado de Minas Gerais – FST/MG.

TOTAL DE REUNIÕES: 01

Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS – CASDEP (CAS)

Presidente: Senador Wellington Dias
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

21ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011

Votação do Relatório Final.
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Resultado: Aprovado o Relatório da Subcomissão, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal,

22ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011

Apresentação do Relatório Final da Subcomissão Temporária – CASDEP, transmitida por Videoconferência às Assembléias Legislativas do País.
Relatoria: Senadora Ana Amélia

PARTICIPANTES

- Wellington Dias – Senador Presidente da CASDEP;
- Ana Amélia – Senadora Relatora da CASDEP;
- Reginaldo Lopes – Deputado Presidente da CEDROGA;
- Givaldo Carimbão – Deputado Relator da CEDROGA;
- Rosane Ferreira – Deputada Membro Titular da CEDROGA;
- Tânia Mara Garib – Secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul;
- Emmanuel Forte Silveira Cavalcante – Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM;
- Célio Luiz Barbosa – Presidente da Federação Norte-Nordeste das Comunidades Terapêuticas e Fundador da Fazenda da Paz;
- Vladimir de Andrade Stempliuk – Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça;
- Jorge Silva - Deputado;
- Deise Benedito – Assessora da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República;
- Eduardo Rocha – Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Aloisio Andrade – Coordenador de Políticas Sociais sobre Drogas, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e
- Coronel Manhago – Representante da Comissão Antidrogas, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

TOTAL DE REUNIÕES: 02
Extraordinárias: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Relatório Final: 01

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Eunício de Oliveira

Vice-Presidente: Senador José Pimentel

64ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO
MENSAGEM (SF) Nº 141, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal, o nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Romero Jucá
Relatório: Votação secreta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Senhora ROSA MARIA WEBER CANDIOTA DA ROSA para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria da Ministra Ellen Gracie Northfleet.

65ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 134, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, e os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Armando Monteiro
Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos dos pareceres adotados pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as emendas de redação nºs 1-CE-CAE-CDH-CCJ, 4 A 15-CAE-CDH-CCJ e rejeitando as emendas nºs 2 e 3-CE.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria os cargos de Juiz-Auditor e Juiz-Auditor Substituto para a 2ª Auditoria da 11ª Circunscrição Judiciária Militar, no âmbito da Justiça Militar da União; revoga dispositivos da Lei nº 10.333, de 19 de dezembro de 2001; e dá outras providências.
Autoria: Superior Tribunal Militar
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 166, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Alberto Goldman
Relatoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Luiz Henrique

Relatório: Com voto no sentido de responder ao Presidente do Senado Federal que possuem natureza de emenda de redação as de nº 1 a 6, aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.
Resultado: Aprovado o Parecer, concluindo que possuem natureza de emenda de redação as de nº 1 a 6, aprovadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 102, DE 2011-CCJ

"Nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLC 180, de 2008, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença dos seguintes convidados: Doutora Roberta Fragoso Menezes Kaufmann, Procuradora do Distrito Federal e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília – UnB, autora do livro Ações Afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos EUA e no Brasil; Professora Yvonne Maggie, titular do Departamento de Antropologia Cultural, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Senhor Bolívar Lamounier, sociólogo, cientista político e autor de alguns dos mais conhecidos estudos de ciência política no país; Senhor José Roberto Ferreira Militão, advogado civilista, militante do movimento negro contra o racismo e as discriminações; Professor José Roberto Pinto de Góes, professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense; Doutor Sérgio Danilo Pena, geneticista e professor titular do Departamento de Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal da Universidade Federal de Minas Gerais; Senhor Demetrio Martinelli Magnoli, sociólogo, geógrafo e Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Senhor Simon Schwartzman, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro e Ph.D. em ciência política pela Universidade da Califórnia, Berkeley; e Doutor Walter Claudius Rothenburg, Mestre e Doutor em Direito pela UFPR."
Autoria: Senadores Demóstenes Torres e Pedro Taques.
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 103, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2009."
Autoria: Senador Armando Monteiro.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 104, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2011."
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 105, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor Hamilton Dias de Souza, advogado constitucionalista de grande saber jurídico, dentre os convidados da Audiência Pública aprovada na 60ª Reunião Ordinária na data de 23 de novembro do corrente ano, para instruir a elaboração do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal ao Projeto de Resolução do Senado número 72 de 2010."
Autoria: Senador Ricardo Ferraço.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 106, DE 2011-CCJ

"Requeiro nos termos regimentais, emaditamento ao Requerimento nº 99/2011-CCJ, que aprovou a realização de Audiência Pública desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de debater o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que "estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, nas operações interestaduais com bens e mercadorias

importados do exterior", a inclusão do seguinte convidado: Senhor Paulo Antonio Skaf, Presidente da Federação das Indústrias do Estado do São Paulo - FIESP."
Autoria: Senadora Marta Suplicy.
Resultado: Aprovado.

66ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
OFICIO "S" Nº 11, DE 2011
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 317.574, de 2010, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Betim, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.
Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer.

ITEM Nº 02
OFICIO "S" Nº 52, DE 2011
TERMINATIVO

Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no processo RE nº 588.149, publicado no Diário da Justiça de 6 de junho de 2011, mediante o qual o Plenário da Suprema Corte, por maioria, conheceu o recurso, e no mérito, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao extraordinário para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "e a seguradora" do antigo item 4 do § 1º do artigo 7º da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Pedro Taques
Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.
Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer.

ITEM Nº 03
OFICIO "S" Nº 53, DE 2011
TERMINATIVO

Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 28.141, publicado no Diário da Justiça de 1º de julho de 2011, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, denegou a segurança e declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da alteração promovida na Tabela D da Lei nº 7.603/2001, pela Lei nº 8.943/2008, que institui contribuição para a Associação Matogrossense dos Defensores Públicos - AMDEP.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Aécio Neves
Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.
Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer.

ITEM Nº 04
OFICIO "S" Nº 22, DE 2010
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 405.031, de 2008, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 190 a 193 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer.

ITEM Nº 05
OFICIO "S" Nº 23, DE 2010
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 527.602, de 2009, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Ofício "S".
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Ofício "S".

ITEM Nº 06
OFICIO "S" Nº 6, DE 2011
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 97.256, que declarou inci dentalmente a inconstitucionalidade da expressão: vedada a conversão em penas restritivas de direitos, constante do § 4º do artigo 33, e da expressão: vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos, constante do artigo 44, da Lei nº 11.343, de 2006 (impossibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos para os casos de tráfico de drogas).
Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.
Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer.

ITEM Nº 07
OFICIO "S" Nº 16, DE 2006
TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 346084, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
OFICIO "S" Nº 11, DE 2006

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação o correu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
OFICIO "S" Nº 12, DE 2006

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 357950, cuja publicação o correu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
OFICIO "S" Nº 13, DE 2006

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 390840, cuja publicação o correu no Diário da

Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.
Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatório: Pela prejudicialidade dos Ofícios "S".
Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade dos Ofícios "S".

67ª REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância.
Autoria: Senador Armando Monteiro
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Aprovado o Requerimento nº 107, de 2011-CCJ, de urgência para a matéria.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares.
Autoria: Senadora Lúcia Vânia

TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".
Autoria: Senador Arthur Virgílio
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, com duas emendas que apresenta, e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, com a conseqüente declaração de prejudicialidade da emenda que lhe foi oferecida.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao PLS nº 278, de 2009, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, e contrário ao PLS nº 119, de 2008 restando prejudicada a Emenda a ele oferecida.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 107, DE 2011-CCJ

"Requeiro, nos termos do artigo 338 inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2011."
Autoria: Senador Luiz Henrique.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 24
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 04
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento – CCJ: 06
Ofício "SF": 10
Mensagem SF: 01

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA – CCJSSP (CCJ)

Presidente: Senador Pedro Taques
Vice-Presidente: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relator: Senador Eduardo Braga

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011

Apresentação e apreciação do Plano de Trabalho da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.
Resultado: Aprovado o Plano de Trabalho.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 01, de 2011 – SSPJ

Requeiro nos termos do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nessa Subcomissão Permanente de Segurança Pública com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal, do Procurador-Geral da República, do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, ainda, do Presidente e do Relator da Comissão de Juristas criada com a finalidade de elaborar anteprojeto de Código Penal a fim de discutir os problemas atuais da segurança pública e as leis penais no país, além de buscar sugestões para contribuir com o trabalho de elaboração do anteprojeto e de iniciativas legislativas a serem tomadas pela Subcomissão de Segurança Pública.
Autoria: Senador Pedro Taques.
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – SSPJ: 01

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador Roberto Requião
Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer

68ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre os programas suplementares da União de seleção, aquisição e distribuição de material didático-escolar para a educação básica.

Autoria: Senador Paulo Bauer
Relatoria: Senador Magno Malta
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.
Resultado: Aprovado, com a Emenda nº 01-CE.

ITEM Nº 02
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 198, DE 2010
TERMINATIVO
(TURNO SUPLEMENTAR)

Altera a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que "Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências", para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.
Autoria do Substitutivo: Senador Valdir Raupp
Autoria do PLS 198/10: Senador José Sarney
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.
Resultado: Matéria adotada pela Comissão.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, estabelecendo percentual para destinação de recursos do Fundo Social para a educação.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas.
Resultado: Aprovado o parecer, com as Emendas nºs 01-CE e 02-CE.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, e esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador.
Autoria: Deputado Marcelo Teixeira
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Favorável, com as emendas oferecidas, e pela prejudicialidade do PLC nº 95, de 2011
Resultado: Aprovado o parecer, com as emendas nºs 01-CE e 02-CE, prejudicando o PLC nº 95, de 2011, que tramita em conjunto.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2011

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicuro, pedicuro e profissionais de beleza em geral.
Autoria: Deputado Salatiel Carvalho
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela prejudicialidade do presente projeto e favorável ao PLC Nº 112, de 2007, com as emendas oferecidas.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, DE 2009
TERMINATIVO

Denomina Rodovia Deputado Ildefonço Cordeiro o trecho da Rodovia BR-364, entre as localidades de Nova Califórnia e Boqueirão da Esperança, Estado do Acre.
Autoria: Deputado Ilderlei Cordeiro
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, DE 2010
TERMINATIVO

Denomina que o aeroporto de Jaguaruna, em Santa Catarina, seja denominado "Aeroporto Zilda Arns".
Autoria: Senador Raimundo Colombo
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *Ad Hoc*: Sérgio Petecão
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 73, DE 2011 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de um Ciclo de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão, com a finalidade de discutir o tema "Federalismo e a Educação".
A relação dos convidados e a programação do evento serão posteriormente apresentadas.
Autoria: Senadores Cristovam Buarque, Cássio Cunha Lima e Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011 – CE

Requeiro, nos termos do art. 101, I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 70, de 2011, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
Autoria: Senador Waldemir Moka
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 72, DE 2011 – CE

Requeiro, nos termos do art. 101, I do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitada a oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 245, de 2009, previamente à sua apreciação, em caráter terminativo, por esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Resultado: Aprovado

69ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Em atendimento ao Requerimento nº 67, de 2011-CE, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Armando Monteiro e Roberto Requião, com a finalidade de homenagear os "alunos brasileiros ganhadores de medalhas e outros participantes da Olimpíada Mundial do Ensino Técnico – 2011, 41ª *Worldskills,* Londres".

PARTICIPANTES

- Shirley Moraes - Chefe do Centro de Programas Educacionais e Coordenadora Nacional do Projeto na *WorldSkills* - Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo – CNC/SESC;
- Natã Miccael Barbosa - Representante dos 28 alunos ganhadores de medalhas e participantes da Olimpíada Mundial do Ensino Técnico – 2011, *WorldSkills*, Londres; e
- Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional de Indústria – CNI/SENAI; e
- Tjerk Dusseldorp - Presidente da *WorldSkills Internacional.*

70ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Insere novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União.
Autoria: Senador Blairo Maggi
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela prejudicialidade
Resultado: Aprovado o parecer pela prejudicialidade.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 75/2011 – CE

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o "Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa". Os convidados serão posteriormente indicados.
Autoria: Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque e Paulo Bauer
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 74/2011 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade de instruir o PLS nº 341, de 2011, que "obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a expor em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica" A relação dos convidados será posteriormente apresentada.
Autoria: Senador Cássio Cunha Lima
Resultado: Aprovado.

71ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2011-CE, de autoria do Senador Cristovam Buarque, com a finalidade de homenagear os vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011.

PARTICIPANTES

- Alex Vieira dos Santos - Professor vencedor do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, categoria Uso Avançado de Tecnologia - Município de Salvador – BA;
- Eraldo Martins Guerra Filho - Professor vencedor do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, categoria Educador Inovador - Escolas Técnicas - Município de Paulista – PE;
- Jane Liete Dalla-Lana - Professora vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, categoria Inovação em Conteúdo - Município de General Câmara – RS;
- Jorge Cesar Barbosa Coelho - Professor vencedor do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, categoria Inovação em Colaboração - Município de Campo Bom – RS;
- Lúcia Regina Silva dos Santos - Professora vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, categoria Inovação em Comunidades - Município de Manaus – AM;
- Marcus Vinícius Leite - Professor vencedor do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, categoria Educador Inovador - Escolas Particulares - Município de Belo Horizonte – MG;
- Sandra Maria Satagoça - Professora vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, categoria Contextos Desafiadores - Município do Rio de Janeiro – RJ; e
- Vera Beatriz Hoff Pagnussatti - Professora vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011 - Município de Marechal Cândido Rondon – PR;

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Ordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 12

Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Requerimento – CE: 05

Obs.: Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 198, de 2010.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador Rodrigo Rollemberg
Vice-Presidente: Senadora Kátia Abreu

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 123, DE 2011 – CMA

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor MÁRCIO PERCIVAL, Vice-Presidente de Finanças da Caixa Econômica Federal, para, em audiência pública nesta Comissão de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre as denúncias de que a Caixa Econômica Federal estaria tentando atrasar a operação de aporte de R$ 600 milhões no banco PanAmericano.
Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 124, DE 2011 – CMA

Requeiro, nos termos dos arts. 50 e 58, § 2º, III, da Constituição Federal, e do art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor Irmar Silva Batista, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Reparação de veículos e Acessórios do Estado de São Paulo - SIRVESP para, em audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista Veja, acerca do suposto achaque que foi vitima ao tentar registrar a entidade no Ministério do Trabalho e Emprego.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 8, DE 2005
NÃO TERMINATIVO

Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a abertura de procedimento investigatório para averiguar os resultados dos processos de intervenção e liquidação de instituições financeiras públicas e privadas no âmbito do PROER, do PROEF e do PROES.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Pedro Taques
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela apresentação de requerimento de sobrestamento da matéria e de requerimentos de informações ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Presidente do Banco Central do Brasil
Resultado: Aprovado o Parecer da CMA, pelo sobrestamento da matéria e a presentação dos Requerimentos nº 125 e 126, de 2011-CMA, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda e ao Presidente do Banco Central do Brasil.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Propõe que a Comissão realize ato de fiscalização e controle sobre planejamento de investimentos em infra-estrutura.
Autoria: Senador Jefferson Praia
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pelo envio de cópias do processado da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2009, incluído este relatório, à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União, para as providências que julgarem cabíveis, bem como seu posterior arquivamento
Resultado: Aprovado o Parecer da CMA, pelo envio de cópias do processado da Proposta de Fiscalização e Controle nº 2, de 2009, incluído este relatório, à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União, para as providências que julgarem cabíveis, bem como seu posterior arquivamento.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no rio Mucajaí, no Estado de Roraima.
Autoria: Senador Augusto Botelho
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela rejeição do projeto
Resultado: Aprovado o Parecer da CMA, pela rejeição do projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 440, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros, estabelece o monopólio das patentes originadas dessas pesquisas, e dá outras providências.
Autoria: Senador Sérgio Souza
Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela aprovação do projeto com acolhimento da emenda apresentada pelo Sen. Sérgio Souza
Resultado: Aprovado o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CMA. Apresentou voto contrário (vencido) o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre o empregador rural; altera as Leis nºs 8.023, de 12 de abril de 1990, e 5.889, de 8 de junho de 1973; e dá outras providências.
Autoria: Deputado Silvio Torres
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda nº 1-CRA/CAS
Resultado: Aprovado o Parecer da CMA, pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1-CRA/CAS/CMA.

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nº 63 e 64, de 2011-CMA, de autoria, respectivamente, dos Senadores Álvaro Dias e Randolfe Rodrigues, com o objetivo esclarecer denúncias de corrupção acerca da liberação de recursos pelo Ministério das Cidades para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União.

PARTICIPANTE

- Mário Negromonte - Ministro de Estado das Cidades.

60ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 127, DE 2011-CMA

Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor FERNANDO PIMENTEL, Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para, em audiência nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle prestar os devidos esclarecimentos sobre sua atuação como consultor entre 2009 e 2010, bem como sobre as denúncias de tráfico de influência em licitações da prefeitura de Belo Horizonte.
Autoria: Senador Álvaro Dias
Resultado: Rejeitado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 128, DE 2011-CMA

Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento RMA 118/2011, do Senador Vicentinho Alves, e aos requerimentos RMA 119 e 122, ambos de 2011, de autoria, respectivamente, dos senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, que seja acrescentada à relação de convidados para a audiência pública que pretende discutir a mudança da cota dos reservatórios das usinas de Jirau e Santo Antônio, os senhores: 1. ALTINO VENTURA FILHO, Secretário de Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia – MME; 2. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA FARIAS, Diretor de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.
Autoria: Senador Delcídio do Amaral
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 129, DE 2011-CMA

Requer a realização, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), do Colóquio sobre a Carta da Terra (Earth Charter), em parceria com a Comissão de Direito Ambiental da IUCN e da Earth Charter International.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 130, DE 2011-CMA

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação de representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para participarem do lançamento da I CÚPULA MUNDIAL DE LEGISLADORES, como parte integrante do evento RIO+20, a realizar-se no Rio de Janeiro, em dia 16 de dezembro do corrente.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 131, DE 2011-CMA

Requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de um conjunto de audiências para tratar do controle e avaliação das políticas públicas brasileiras, abordando os seguintes temas:

1 – Tema: Política nacional de formação de estoques públicos – execução e constatações de fiscalização;

2 – Tema: Programa Bolsa Família – impactos e problemas de implementação;

3 – Tema: Aeroportos e transporte aéreo – gargalos, segurança e qualidade de serviços;

4 – Tema: Programa de construção de submarinos – gestão e problemas de implementação;

5 – Tema: Operações especiais do BNDES – capitalização para o Programa de Sustentação do Investimento e operações de capitalização da Petrobras (da Lei 12.276, de 2010)– impactos econômicos, gestão de risco e transparência nas contas fiscais;

6 – Tema: Programa de tratamento de resíduos sólidos urbanos;

7 – Tema: Programa de proteção ao depoente especial – resultados e implementação;

8 – Tema: Implantação e operacionalização da assistência farmacêutica básica no âmbito do sistema de saúde pública.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Propõe, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX e com o artigo 102-B do Regimento Interno do Senado Federal, a instauração de procedimento de fiscalização e controle com a finalidade de acompanhar os processos investigativos, administrativos e judiciais das instituições financeiras arroladas em inquérito da Polícia Federal que as indicia em crimes contra o sistema financeiro.
Autoria: Senador Pedro Simon
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pelo arquivamento e pela apresentação de Requerimento de Convocação do Ministro de Estado da Fazenda e Requerimento de Informações ao Tribunal de Contas da União
Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento da matéria e pela apresentação de Requerimento de Informações ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério da Fazenda,

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Autoriza, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados no Rio Branco, no Estado de Roraima.
Autoria: Senador Augusto Botelho
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela rejeição
Resultado: Aprovado o Parecer pela rejeição do projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 176, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal.
Autoria: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Pela aprovação do projeto com as três emendas aprovadas na CAE e uma que apresenta
Resultado: Aprovado o Parecer pela aprovação do projeto com as emendas nº 1, 2 e 3 -CAE/CMA e nº 4-CMA.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relator *Ad Hoc*: Senador Aníbal Diniz
Relatório: Pela aprovação
Resultado: Aprovado o Parecer pela aprovação do projeto.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Deliberativa: 02
Extraordinária – Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 16
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 02
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 02
Proposta de Fiscalização e Controle (não terminativo): 03

Requerimento - CMA: 07

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

Presidente: Senador Paulo Paim
Vice-Presidente: Senadora Ana Rita

95ª REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 114, de 2011–CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater os 50 anos da campanha da legalidade".

PARTICIPANTES

- Deraldo Goulart – Diretor do Filme "Jango em 3 atos";
- Ivo Czamanski – Fotógrafo durante a Campanha da Legalidade;
- Loiva Lopes Calderan – Diretora de Projetos da Confederação Brasileira da Tradição Gaúcha;
- Marcelino Tabajara Ruas – Diretor do Filme "Este foi Brizola"; e
- Carlos Henrique Esquivel Bastos – Jornalista.

96ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 155, DE 2011 - CDH
NÃO TERMINATIVO

"Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater, à luz da proteção dos direitos humanos, sobre os noticiados conflitos ocorridos com os índios por residirem há muitos anos na área onde está sendo implantado o setor residencial noroeste, em Brasília, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Associação Brasileira de Antropologia – ABA; Representante da Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Representante do Ministério Público Federal; Representante da Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília; Representante da ADEMI – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliári o;Sr. Jorge Eremites de Olivei ra, Antropólogo; e Pajé Santxiê Tapuya, Liderança Indígena".
Autoria: Senadora Lídice da Mata e Senador Rodrigo Rollemberg
Resultado: Aprovado o Requerimento.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a reserva de habitações para idosos de baixa renda nos programas oficiais de produção de moradia, alterando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.
Autoria: Deputada Iris de Araújo
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Relatório com a Emenda nº 01-CDH que apresenta.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 420, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tipificar a conduta de violência sexual contra crianças e adolescentes.
Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela rejeição da matéria.
Resultado: Aprovado o Relatório, pela rejeição da matéria.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 445, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera o art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para inserir, dentre os pressupostos para adoção da medida de internação, a prática do tráfico de drogas ou de crimes hediondos.
Autoria: Senador Jayme Campos
Relatoria: Senador José Agripino
Relator *Ad Hoc*: Senador Magno Malta
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o relatório.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 569, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº. 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto sobre a renda da pessoa física os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos pelos portadores do transtorno do espectro autístico.
Autoria: Senador Marcelo Crivella
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatora *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o relatório.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.
Autoria: Deputado Luiz Bittencourt
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda (Substitutiva) que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2009
TERMINATIVO

Possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência.
Autoria: Deputado Neilton Mulim
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento da CAS, e uma Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto, as Emendas nº 01-CAS/CDH e a nº 04 –CAS/CDH e a Emenda nº 05-CDH.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2010
TERMINATIVO

Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.
Autoria: Deputado Dr. Nechar
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CI, (Substitutivo).
Resultado: Aprovado Substitutivo.

ITEM Nº 09

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004
TERMINATIVO

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutivo), e com uma Subemenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo e a Submenda.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético - DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as duas Emendas.

ITEM Nº 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 578, DE 2009
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida.
Autoria: Senadora Serys Slhessarenko
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta, e rejeição da Emenda nº 1-CI.
Resultado: Aprovado o Projeto a Emenda do Relator e rejeitada a Emenda nº 1-CI.

ITEM Nº 12
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2010
TERMINATIVO

Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite.
Autoria: Senador Flávio Arns
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas.

ITEM Nº 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2010
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência".
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senadora Marinor Brito
Relatoria *Ad Hoc*: Senador João Alberto Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria, com uma Emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda.

ITEM Nº 14
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2010
TERMINATIVO

Inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador.
Autoria: Senadora Marisa Serrano
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da expressão pessoas portadoras de deficiência.
Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 436, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social -, para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22.
Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senadora Ângela Portela
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 156, DE 2011 - CDH

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater a vinculação horária da Classificação Indicativa e a proteção de crianças e adolescentes, com a presença dos seguintes convidados: Guilherme Canela, representante da UNESCO, Domingos Dresch da Silveira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário Nunes, Secretária Nacional dos Direitos Humanos, Exmo. Sr. Dr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, e um representante da ABERT".
Autoria: Senadora Lídice da Mata
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 157, DE 2011 - CDH

"Requeiro a realização de audiência pública a avaliarmos os trabalhos realizados pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa no ano de 2011".
Autoria: Senador Paulo Paim
Resultado: Aprovado.

97ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 157, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, "para avaliação dos Trabalhos da Comissão de Direitos Humanos no ano de 2011".

PARTICIPANTES

- Marlete Queiroz - Representante da Associação dos Ciganos Calons;
- Ana Valéria Mendonça – 2ª Vice-Presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - FEMAMA;
- Warlei Martins Gonçalles - Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados – COBAP;
- Dojival Vieira - Advogado - Editor da AFROPRESS;
- Marcelo dos Santos Monteiro - Presidente do CETRAB;
- Francisco Avelino Batista – Representante da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB;
- Josefina Serra dos Santos - Secretária da Igualdade Racial do Distrito Federal;
- Geraldo Gonçalves de O. Filho – Diretor Executivo da CONTRATUH;
- Amábile Pácios - Especialista em violência na Educação; e
- Jovita José Rosa – Representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE.

98ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 153, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, "para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a elaboração do Relatório Nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas".

PARTICIPANTES

- Ministra Maria do Rosário Nunes – Ministra de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Daniella Hiche – Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa;
- Embaixadora Gláucia Silveira Gauch - Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty;
- Luis Gustavo Magnata – Advogado do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP; e
- Andrés Ramirez – Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados no Brasil – ACNUR.

99ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 156, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, "com a finalidade de debater a vinculação horária da Classificação Indicativa e a proteção de crianças e adolescentes".

PARTICIPANTES

- Davi Ulisses - Diretor Adjunto do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça;
- Carmen Silveira de Oliveira - Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos;
- Guilherme Canela - Coordenador do Setor de Comunicação e informação da UNESCO; e
- André Cyrino – Consultor da Associação Brasileira das Emissoras de Rário de Televisão - ABERT.

2ª PARTE

ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2009
TERMINATIVO

Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em

eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.
Autoria: Deputado Luiz Bittencourt
Relatoria: Senador Paulo Davim
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda (Substitutiva) que apresenta.
Resultado: Adotado o Substitutivo.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2010
TERMINATIVO

Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.
Autoria: Deputado Dr. Nechar
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CI, (Substitutiva).
Resultado: Adotado o Substitutivo.

ITEM Nº 03
TURNO SUPLEMENTAR AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004
TERMINATIVO

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.
Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Eduardo Amorim
Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CCJ (Substitutiva), e com uma Subemenda que apresenta.
Resultado: Adotado o Substitutivo com a Submenda.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

"Assegura validade nacional à Declaração de Nascido Vivo – DNV, regula sua expedição, altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências".
Autoria: Poder Executivo
Relatoria: Senadora Ana Rita
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o relatório.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária – Deliberativa: 01
Extraordinária – Audiência Pública: 03
Extraordinária – Audiência Pública e Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 19
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 03
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 02
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 08
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento - CDH: 03

Obs.: Turno Suplementar ao PLC Nº 33, de 2009
Turno Suplementar ao PLC Nº 30, de 2010
Turno Suplementar ao PLS Nº 216, de 2004

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: Senador Fernando Collor
Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 132, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha do Senhor RUBEM ANTONIO CORREA BARBOSA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República das Ilhas Fiji, à República de Nauru e às Ilhas Salomão.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
MENSAGEM (SF) Nº 136, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal, a escolha da Senhora MARIA AUXILIADORA FIGUEIREDO, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Malásia, e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Brunei Darussalam.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 03
MENSAGEM (SF) Nº 134, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor MIGUEL GUSTAVO DE PAIVA TORRES, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Togolesa.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 242, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em nome da Autoridade Nacional Palestina, assinado em Ramallah, em 17 de março de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 1239, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal,

inserção em ata de voto de pe sar pelo fale cimento do visi onário e cria tivo empre sário do setor de informática S TEVEN PAUL JOBS, co-f undador, presidente e, até agosto de 2011, di retor executivo da Companhia Apple, ocorri do no dia 05 de outub ro de 201 1, na cidad e de Palo Alto, Califórnia, Est ados Unidos da América.
Autoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 1415, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja autorizada a parti cipação do Sen ador Walter Pi nheiro no "II Fóru m Lati no-Americano de Política s Públi cas p ara Internet, Co mércio Eletrônico e Te cnologias M óveis: Impa cto Eco nômico, Social e Cultural no desenvolvimento da Améri ca Latin a", q ue se rá reali zado no Hotel Four Sea sons em Mi ami, Flórida, no período de 5 a 7 de dezembro de 2011.
Autoria: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (SF)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011 – CRE

Requeiro, no s term os do artigo 9 3, in ciso I do Regimento Inte rno do S enado Fed eral, a reali zação de Audiência Pú blica Conjunta de sta Com issão d e Rel ações Exteri ores e Defesa Na cional – CRE com a Comissão de Educação, Cultura e E sporte –CE, destinada a debater e analisar o Projeto de Lei do Sen ado nº 39 9, de 2 011 que "Alt era a Lei nº 9.394, d e 2 0 de dezembro de 19 96 (Lei de Di retrizes e Ba ses da Educação), para dispor sobre a reva lidação e o re conhecimento automático de diplom as o riundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica", de autoria do Senador Roberto Requião.
Autoria: Cristovam Buarque
Resultado: Aprovado.

60ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
MENSAGEM (SF) Nº 135, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Submete à apreciação do Senado Fe deral, a escolha do Senhor FE RNANDO APPARI CIO DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Guiné-Bissau.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: A Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.
Resultado: Apreciada a Mensagem.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 289, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercíci o de Ativi dades Remuneradas por parte de Dependentes do Pe ssoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Nairóbi, em 6 de julho de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 896, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, aos 200 anos de Independência da Venezuela, comemorado no dia 05 de julho de 2011.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 1126, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Solidariedade ao Estado Palestino em seu pleito pela admissão como membro da Organização das Nações Unidas (ONU).
Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado.

61ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 195, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Gabonesa, assinado em Libreville, em 18 de janeiro de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 237, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares, celebrado em Liubliana, em 10 de dezembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Francisco Dornelles
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 291, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana, sobre Isenção Parcial de Vistos, assinado em Bonfim, em 14 de setembro de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011 – CRE

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e tendo em vista a recente promulgação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, requeiro, do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores as seguintes informações: 1. relação dos tratados bilaterais e multilaterais em vigor sobre segurança de informações, a cesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade; 2. relação dos tratados bilaterais e multilaterais que tenham sido assinados pelo Brasil, mas ainda não aprovados pelo Congresso Nacional (nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal), que versem sobre segurança de informações, acesso a informações, cooperação envolvendo assuntos sigilosos e quaisquer outros celebrados pelo Brasil que possuam cláusulas de confidencialidade; 3. cópia dos tratados referidos nos itens 1 e 2; e 4. a percepção do Governo Brasileiro no que concerne à aplicabilidade de cláusulas dos tratados nos itens 1 e 2 que porventura confrontem com o disposto na Lei nº 12.521, de 2011.
Autoria: Senador Fernando Collor
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011 – CRE

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para a qual seja convidado o Senhor CHRISTIAN BERNARD, Diretor-Presidente Internacional da Ordem Rosacruz, AMORC. A Audiência mencionada tem por objetivo ouvir Sua Senhoria a respeito de aspectos relacionados à Conferência Rio +20 e à percepção rosacruz sobre os temas da agenda daquele evento.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do País, especialmente no Estado do Acre, onde, no dia de hoje, 850 haitianos estão no município de Brasiléia em condições precárias, mesmo com a assistência básica que o Governo do Estado tem oferecido. No entanto, esta situação somente poderá ser resolvida com a intervenção do Governo Federal, que tem a competência legal para tratar do assunto.
O Senado Federal, particularmente a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, necessita tomar conhecimento e intervir na situação dos refugiados, convidando para a audiência pública as autoridades, abaixo relacionadas, para esclarecer quais as medidas que os organismos internacionais e o governo brasileiro estão adotando para enfrentar a situação.
- Alto Comissariado da ONU;
- Ministério das Relações Exteriores;
- Ministério da Justiça;
- Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.
Autoria: Senador Jorge Viana e outros senhores Senadores

Resultado: Aprovado.

62ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 288, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Zâmbia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, assinado em Lusaca, em 8 de julho de 2010.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 452, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Proposta de Emenda ao Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional, nos termos da Resolução nº 66-2, adotada em 15 de dezembro de 2010.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatório: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado.

2ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 55, de 2011-CRE, de autoria do Senador Jorge Viana e outros Senadores, com a finalidade de discutir a situação dos refugiados haitianos que ingressam no Brasil pelas fronteiras da Região Norte do País, especialmente no Estado do Acre.

PARTICIPANTES

- Luiz Paulo Teles Barreto, Presidente do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE);
- Andrés Ramirez, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados;
- Rodrigo do Amaral Souza, Ministro, Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores; e
- Miriam Medeiros da Silva, Coordenadora Geral de Acompanhamento da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

TOTAL DE REUNIÕES: 04
Ordinária – Deliberativa: 03
Extraordinária – Deliberativa e Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 20
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (não terminativo): 07
Mensagem (SF): 04
Requerimento SF: 04
Requerimento – CRE: 04

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA RIO+20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CREMC (CRE)

Presidente: Senador Cristovam Buarque
Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles

17ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CRER+20, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer seja realizado ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de acompanhar e contribuir para o planejamento e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Tema: "Movimentos Sociais e a Rio+20.

PARTICIPANTES

- Sra. Nair Goulart – Presidente Adjunta da Confederação Sindical Internacional;
- Sra. Moema Miranda – Diretora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE;
- Sr. Luiz Zarref – Representante da Via Campesina.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA – CREPAFF (CRE)

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia

20ª REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011

Reunião realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 00
Relatório: 00

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senadora Lúcia Vânia
Vice-Presidente: Senador Blairo Maggi

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao art. 80 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tratar de sinalização indicativa em rodovias.
Autoria: Deputado De Velasco
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ricardo Ferraço
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Resultado: Aprovado Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 01 - CI (Substitutiva).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, DE 2010
NÃO TERMINATIVO

Veda a imposição, pelas prestadoras do Serviço Móvel Pessoal (telefonia celular), de prazo de validade para os créditos dos planos de serviço pré-pagos.
Autoria: Senador Sérgio Zambiasi
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Waldemir Moka
Relatório: Pela aprovação
Resultado: Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011 - CI

Requeiro, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater o despreparo da Agência Nacional do Petróleo (ANP) em dar uma resposta adequada ao vazamento de petróleo ocorrido no início do mês de novembro deste ano na Bacia de Campos, mais precisamente no campo do Frade. Para tanto, recomendo a presença do Senhor Haroldo Lima – Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.
Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011 - CI

Requeiro, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja a convite o senhor MÁRIO NEGROMONTE, Ministro de Estado das Cidades e convidado o senhor LEODEGAR TISCOSKI, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental para, em audiência pública conjunta desta Comissão de Serviços de Infraestrutura com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, prestar os devidos esclarecimentos sobre matéria publicada pela revista ISTOÉ, em sua edição de 3 de agosto do corrente, que trata de denúncias de liberação de recursos para obras consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
Autoria: Senador Álvaro Dias e Senador Cyro Miranda
Resultado: Aprovado

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 11/2011, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, e ao Requerimento nº 64/2011, de autoria Senador Walter Pinheiro e outros, com o intuito de informar quais as metas prioritárias do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e expor sobre o andamento dos investimentos do PAC relacionados à infraestrutura urbana do País, versus PPA 2012-2015.

PARTICIPANTE

- Miriam Belchior - Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

Aposição dos retratos dos Ex-Presidentes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Excelentíssimo

Senhor Governador do Estado de Góias, Marconi Perillo e Senador Fernando Collor.

60ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 372, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, para extinguir a arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão (RGR).
Autoria: Senadora Ana Amélia e outros
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Resultado: Aprovado o Parecer da Comissão, pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 01 - CI (Substitutiva).

ITEM Nº 02
AVISO Nº 76, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.261 , de 2011 - TCU - Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada com o objetivo de analisar a governança das agências reguladoras federais de infraestrutura (TC 012.693/2009-9).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria
Resultado: Aprovado o Parecer da Comissão, pelo conhecimento da matéria e seu arquivamento.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011 - CI

Nos termos dos art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública com o objetivo de discutir o tema: "Ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica no Brasil", com a presença dos seguintes convidados:

MÁRCIO ZIMMERMANN – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME

LUIZ EDUARDO BARATA FERREIRA – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

REGINALDO ALMEIDA DE MEDEIROS – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL

EDVALDO ALVES SANTANA – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

LÚCIO REIS – Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE

LUIZ FERNANDO L. VIANNA - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE

Autoria: Senadores Delcídio do Amaral e José Pimentel
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011 – CI

"Requeiro, com fundamento nos arts. 73, 74 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, composta por cinco membros titulares e cinco suplentes, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional."
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Resultado: Aprovado.

61ª REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353, DE 2011

NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o art. 10 -A na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, para determinar que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional de Petróleo (ANP).
Autoria: Senador Ivo Cassol
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Resultado: Aprovado Parecer pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 01 - CI (Substitutiva).

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011 – CI

"Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para subsidiar esta Comissão na apreciação da Mensagem n. 151. Desde logo, requer sejam convidados para audiência pública o Deputado Mauro Bragatto, relator da CPI do Sistema Ferroviário do Estado de São Paulo; O Ministério Público Federal, através dos signatários da Representação da Procuradoria Geral da República n. 16848-2011-1contra a ANTT e outros, quais seja, os procuradores federais Thiago Lacerda Nobre, Lara Marina Zanella Martinez Caro, Harold Hoppe, Osmar Veronese, Carlos Bruno Ferreira da Silva e o Subprocurador Geral da República Antonio Fonseca. Solicito seja convidado também o engenheiro civil Paulo Sidnei Ferraz."."
Autoria: Senador Roberto Requião
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária - Deliberativa: 03
Extraordinária – Não Deliberativa: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 10
Projeto de Lei da Câmara (não terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Aviso "SF" (não terminativo): 01
Requerimento - CI: 05

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador Benedito de Lira
Vice-Presidente: Senador Eduardo Amorim

34ª REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para estimular os Arranjos produtivos Locais.
Autoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 02-CDR (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 261, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Porto Nacional, no Estado do Tocantins.
Autoria: Senador Vicentinho Alves
Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 472, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera as Lei nºs 9.249 e 9.250, ambas de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do imposto de renda, das contribuições e doações efetuadas ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS instituído pela Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.
Autoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria: Senador Wellington Dias
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CDR.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.
Autoria: Senador Renan Calheiros
Relatoria: Senador Paulo Paim
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer da CDR pela aprovação do Projeto.

35ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

Eleição do Vice-Presidente da Comissão.
Resultado: Eleito por unanimidade, como Vice-Presidente, o Senador Lauro Antônio.

2ª PARTE

Não houve deliberação de matérias.

36ª REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2010
TERMINATIVO

Altera os incisos III e IV do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO e dá outras providências.
Autoria: Deputado Aelton Freitas
Relatoria: Senador José Pimentel
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para assegurar aos municípios a faculdade de direcionar integralmente as ações do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV ao atendimento de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas.
Autoria: Senador Lindbergh Farias
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 432, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.
Autoria: Senadora Ana Rita
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Lídice da Mata
Relatório: Pela aprovação com a Emenda nº 01 que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 01-CDR.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2011
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências, para incluir os Municípios na composição do Sistema Nacional de Turismo.
Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação nos termos do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Substitutivo. Nos termos do art. 282 do R.I.S.F, o Substitutivo será submetido a Turno Suplementar.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Deliberativa: 03

MATÉRIAS APRECIADAS: 08
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (terminativo): 03
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 04

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARAOLÍMPICOS DE 2016 – CDRCOOL (CDR)

Presidente: Senadora Lídice da Mata
Vice-Presidente: Senador Ataídes Oliveira

5ª REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2011

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2011-CDRCOOL, de autoria da Senadora Lídice da Mata, com a finalidade de debater "Rede de Proteção Social necessária e as políticas de acessibilidade para a Copa de 2014, a Olimpíada e a Paraolimpíada de 2016".

PARTICIPANTE

- Camilo Sales Dornelas – Diretor do Centro de Estudos dos Agentes Policiais da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 06, DE 2011-CDRCOOL

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento Nº 04, de 2011 – CDRCOOL, aprovado em 20/09/2011, que a audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater os impactos da Copa de 2014, da Olimpíada e da Paraolimpíada de 2016 sobre a tecnologia de informação brasileira, inclua como convidados: o Sr. Antonio Gil, Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM; e o Sr Fernando Carvalho, Presidente da Agência de Tecnologia de Informação do Ceará – ETICE.
Autoria: Senadora LÍDICE DA MATA
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 01
Requerimento – CDRCOOL: 01

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador Acir Gurgacz
Vice-Presidente: Senador Waldemir Moka

51ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 73, DE 2011 – CRA

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizado o 23º Seminário, no âmbito do Ciclo de palestras e debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, em 2 de dezembro de 2011, sexta-feira, às 15 horas, na Câmara Municipal de Ariquemes – Rondônia-RO, com o objetivo de avaliar e debater a questão fundiária da Amazônia em especial em Rondônia e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do Governo do Estado de Rondônia, com a presença dos seguintes convidados:

- Shirley Nascimento – Secretária Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal – SERFAL/MDA;
- Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;
- Anselmo de Jesus – Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária – SEAGRI/RO;
- Carlino Lima – Superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Rondônia – INCRA/RO.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

52ª REUNIÃO REALIZADA EM 8 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 70, de 2011-CRA, de autoria dos Senadores Walter Pinheiro, Acir Gurgacz e Eduardo Suplicy, para que seja convidado o Senhor Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta.

PARTICIPANTE

- Senhor Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira – Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura.

53ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 80, DE 2011
TERMINATIVO

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês e a proibição de diferenciação de preços entre produtores e a proibição da prática de cotas de excedente, chamado de produção excedente, entre os períodos das águas.
Autoria: Deputado Reginaldo Lopes
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1.
Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CRA. À SGM.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.
Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1 (Substitutiva).
Resultado: Aprovado o Parecer, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 2-CRA (Substitutivo).

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 502, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Concede seguro-desemprego, no período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo de cana-de-açúcar.
Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Ivo Cassol
Relatório: Pela aprovação do Projeto com as Emendas nº 1 a 6.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável com as Emendas nºs 1 a 6 - CRA.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 136, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.
Autoria: Senador Inácio Arruda
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Antonio Russo
Relatório: Pelo encaminhamento do PLS nº 136/2011 à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para análise.
Resultado: Aprovado o Parecer pelo encaminhamento Comissão de Assuntos Sociais e, posteriormente, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para análise.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 74, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 47, de 2011 – CRA, aprovado em 18/8/2011, que trata da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 73, de

2007, qu e regulam enta as atividad es de p esquisa, produção, importa ção, libera ção no ambie nte e comercialização de clones, de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, répteis e aves.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 75, DE 2011 – CRA

Requer, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e art. 50, § 2º da Constituição Federal, conforme solicitação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Buritis/RO, informações junto ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Exmo. Sr. Afonso Florence, sobre os projetos de assentamento que não se encontram plenamente regularizados conforme o anexo e quanto aos processos de demarcação em andamento.
Autoria: Senador Acir Gurgacz
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Audiência Pública: 01
Extraordinária – Deliberativa: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 07
Projeto de Lei da Câmara (terminativo): 01
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 03
Requerimento – CRA: 03

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Eduardo Braga
Vice-Presidente: Senador Gim Argello

57ª REUNIÃO REALIZADA EM 01 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento n.º 60, de 2011 – CCT, de autoria dos Senadores Eduardo Braga e Gim Argello, com o objetivo de debater o tema: "Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) – Novas Li citações d e Posi ções O rbitais – Prog rama do Satélite Geoestacionário Brasil eiro – Atendimento às Regiões Norte e Nordeste".

PARTICIPANTES

- Marco Antônio Raupp - Presidente da Agência Espacial Brasileira – AEB;
- João Carlos Fagundes Albernaz - Gerente Geral d e Satélites e Serviço s Globais da Superintendência de Serviços Privados (SPV) da Agência Nacional de Telecomunicações– ANATEL; e
- Manoel Almeida - Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Satélite – ABRASAT.

58ª REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, DE 2011
NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder exe cutivo a desenvol ver, lançar e opera r satéli te que atend a a Regi ão Amazônica e a firmar acordo com demais países para compartilhamento dos custos e da utilização do satélite.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Parecer

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO ULTRA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Formosa, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 530, DE 2010
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável, com as emendas que apresenta
Resultado: Aprovado o Projeto, com as emendas nº 1 e 2 - CCT

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 296, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TEUTÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Teutônia, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 299, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga a autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA FLORESTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 320, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MONTENSE DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 62, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o at o que renov a a permissão outo rgada à RÁDIO VOX 90 LT DA. para explorar servi ço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Americana, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 68, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que re nova a p ermissão outo rgada RÁDIO ELDORADO LTDA. para expl orar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 70, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇ ÃO LIBERDA DE E TRAB ALHO PELA CULTURA DE ALTINÓPOLIS para executar serviço d e radiodifusão comunitária na cidade de Altinópolis, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o at o que outorga autorização à ASSOCI AÇÃO ME NSAGEM DE ESPERANÇA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 152, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permi ssão outorgad a à RÁ DIO PI ONEIRA LT DA. para explora r serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 191, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 159, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE INDEPENDENTE DE PORTEIRINHA LTDA. - ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 129, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à MELLO E BRUNO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Missão Velha, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 209, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO BARBACENA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 210, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO VERDES MARES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 211, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CASTELO BRANCO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)

Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 212, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇ ÃO COMUNITÁ RIA SÓCIO-CULTURAL SANTA TEREZINHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sucupira do Norte, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 213, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a con cessão outo rgada à TV CO RCOVADO S.A. para ex plorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 214, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. pa ra explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 215, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA. pa ra explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 151, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga pe rmissão à DIF USORA NATUREZA FM LT DA. para expl orar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Herculândia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 227, DE 2011

TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO FM GAMELEIRAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte das Gameleiras, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 228, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL RAFARDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rafard, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 229, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE VIVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Eunício Oliveira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Valdir Raupp
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 205, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LÍDER FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 230, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO GOIANINHA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianinha, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 231, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ITAPEMA FM DE FLORIANÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ciro Nogueira
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 198, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO DE PORTEL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Portel, Estado do Pará.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 200, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE MARACAJAÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 201, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCADORA DE OLÍMPIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Olímpia, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 202, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DA COMUNIDADE DE MURIÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 33
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 203, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autoriz ação à ASSOCIAÇÃO COM UNITÁRIA CULTURAL MAISA - ACCM par a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 206, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II pa ra explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas tropicais na cidade de Cachoeira Paulista, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 207, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AL ICE MARTINS PINHEIRO pa ra executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Parnamirim, Estado do Rio Grande do Norte.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 36
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 208, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que re nova a pe rmissão outorgada à RÁDIO A TLÂNDIDA FM DE CAXIAS D O SUL LT DA. para explorar serviço de radiodifusão sonora e m frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, E stado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 37
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 218, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permi ssão outorgada à MEGA EMPRESA DE COMUNICA ÇÕES LTDA. para explorar se rviço de radio difusão sonora em frequên cia modula da na cid ade de Ribeirão Pre to, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 38
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 219, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a conces-são outorgada à RÁDIO CRUZEIRO LIMITADA para explorar serviço de

radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 39
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 220, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE VALEPARAIBANA DE RADIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taubaté, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 40
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 222, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permis-são outorgada à RÁDIO A VOZ DO VALE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fartura, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Cyro Miranda
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 41
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 176, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à PONTO NORTE RÁDIO FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Seberi, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 42
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 177, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE RÁDIO COMUNITÁRIA DO RIACHO FUNDO II - CANDANGO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Riacho Fundo II, Distrito Federal.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 43
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 258, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a EMPREENDIMENTOS RADIOFÔNICOS SULMINAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 44
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCI AÇÃO COM UNITÁRIA UNIDOS VENCEREMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto de Lima, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 45
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 175, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDA DE VALE DE COMUNICAÇÕES LT DA. para explo rar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 46
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 253, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que re nova a con cessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO HULHA NEG RA DE CRICIÚMA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ond as médias na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 47
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 261, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autori zação à ASSOCIAÇÃO COM UNITÁRIA MAR AZUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Marcelo Crivella
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 48
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 192, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissã o outorga da à GUARARAP ES METROPOLITANA F M LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre quência mod ulada na cidade de Jaboatão dos G uararapes, Estado de Pernambuco.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável

Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 49
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 272, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE SERRANA DE RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Taió, Estado de Santa Catarina.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 50
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CHARRUA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador João Ribeiro
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 51
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 248, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ESTRELA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador João Ribeiro
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 52
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 268, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO NOVA DRACENA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador João Ribeiro
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 53
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 281, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO MONTES CLAROS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Vital do Rêgo
Relatoria *Ad Hoc*: Senadora Ângela Portela
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 54

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 277, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga concessão à FUNDAÇÃO PAULO JACKSON para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Benedito de Lira
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 55
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 225, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV ARATU S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Salvador, Estado da Bahia.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 56
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 275, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à NORTE SUL RADIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

ITEM Nº 57
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 339, DE 2011
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à NORTE SUL RADIO DIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD)
Relatoria: Senador Gim Argello
Relatório: Favorável
Resultado: Aprovado o Projeto

59ª REUNIÃO REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2011 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 19, de 2011-CCT, de autoria do Senador Eduardo Braga e outros, com a finalidade de "avaliar as ações desenvolvidas no âmbito do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI) no período de 2007 a 2010".

PARTICIPANTE

- Aloizio Mercadante – Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

TOTAL DE REUNIÕES: 03
Extraordinária – Deliberativa: 01

Extraordinária – Audiência Pública: 02

MATÉRIAS APRECIADAS: 57
Projeto de Lei do Senado (não terminativo): 01
Projeto de Decreto Legislativo (terminativo): 56

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidente: Senador Sérgio Souza
Vice-Presidente: Deputado Alfredo Sirkis
Relator: Márcio Macêdo

16ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORDINÁRIA)

Relatório Final da Comissão, conforme Resolução nº 4, de 2008-CN, de 31 de dezembro de 2008.
Relator: Deputado Márcio Macedo
Resultado: Aprovado.

ITEM EXTRAPAUTA
REQUERIMENTO Nº 18, DE 2011 - CMMC

Requer a in dicação de repre sentantes de sta Co missão pa ra particip arem do lança mento da I Cúpula Mundial de Legisladores.
Autoria: Deputado Márcio Macedo e Senador Sérgio Souza
Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 01
Ordinária - Audiência Pública: 01

MATÉRIAS APRECIADAS: 02
Requerimento-CMMC: 01
Relatório Final: 01

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 46

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 7

TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 236

C.2 - Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Relatório da SSCEPI - 02/02 a 22/12/2011

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA POLÍTICA ATS 24/2011	11									CONCLUSÕES ENCAMINHADAS EM 17.05.11
DEFESA CIVIL RQS 171/2011	7	14	14					1		RELATÓRIO FINAL APROVADO EM 14.12.2011
REFORMA DO CÓDIGO PENAL (JURISTAS) RQS 756/2011	4									

COMISSÕES TEMPORÁRIAS EXTERNAS

Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
SEGURANÇA PÚBLICA RQS 455/2011	5	6	5							RELATÓRIO FINAL APROVADO EM 20.12.2011

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI

Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
TRÁFICO DE PESSOAS RQS 226/2011	20	127	127	112				1		RELATÓRIO PARCIAL APROVADO EM 21.12.2011
ECAD RQS 547/2011	16	147	141	96						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI

Nome	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
					PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011										AGUARDANDO INSTALAÇÃO

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ATA DA SEXAGÉSIMA NONA REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia treze de dezembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Casildo Maldaner, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Demóstenes Torres, Alvaro Dias, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Gim Argello, Clésio Andrade e Blairo Maggi. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Eduardo Braga, Lobão Filho, João Ribeiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 68ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 94 de 2011, de 29 de novembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de outubro de 2011, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal, e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Aviso nº 96, de 2011, de 28 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 147 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 6,231,000.00 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Rondônia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial – Profisco'", tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Ivo Cassol, Roberto Requião e Cyro Miranda. É solicitada Vista pelos Senadores Roberto Requião e Cyro Miranda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Item 2– Projeto de Lei do Senado nº 259 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Em 29/11/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 3– Projeto de Lei do Senado nº 118 de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "altera a alínea "b", do inciso II, do § 2º, do art. 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, com vistas a permitir a exploração de instalações portuárias privadas para uso geral", tendo como Relator o Senador Jorge Viana, que oferece relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de pauta, a pedido do Relator. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 214 de 2009, não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha sido locado", tendo como Relator o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório contrário ao Projeto. Em 6/12/2011, o Presidente em exercício da Comissão, Senador Lobão Filho, designou o Senador Benedito de Lira Relator "Ad hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Em 6/12/2011, foi concedida Vista ao Senador Inácio Arruda. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, devolve a relatoria ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. Anunciada a

Matéria, usam da palavra os Senadores Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Aloysio Nunes Ferreira, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. A Matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 272 de 2007 – Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que "altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece Relatório contrário ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto. Em 6/12/2011, o Presidente em exercício da Comissão designou o Senador Ivo Cassol Relator "Ad hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Lindbergh Farias. Em 6/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador José Pimentel Relator "Ad hoc", em substituição ao Senador Ivo Cassol. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2004 – Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que "dispõe sobre a criação de conselhos tripartites, com representantes do governo, empregados e empregadores, para fiscalizar a concessão de incentivos fiscais", tendo com Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece Relatório contrário ao Projeto. A Matéria é retirada de Pauta, a pedido do Relator, para reexame. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação", tendo como Relator o Senador Lobão Filho, que oferece Relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Em 13/5/2005, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Mão Santa. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Ricardo Ferraço Relator "Ad hoc", em substituição ao Senador Lobão Filho. Após a leitura do Relatório pelo Relator "Ad hoc", usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Blairo Maggi e Luiz Henrique, que solicita Vista da Matéria. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Luiz Henrique, nos termos regimentais. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 577 de 2007, não terminativo, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, que "dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de eventuais calamidades naturais, ao trabalhador rural que exerça sua atividade individualmente ou em regime de economia familiar", tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 33 de 2008, não terminativo, de autoria da CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CN), que "dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa)", tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que oferece Relatório contrário ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Após a leitura do Relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Luiz Henrique e Sérgio Souza, que solicita Vista da Matéria. O Presidente da Comissão concede Vista ao Senador Sérgio Souza, nos termos regimentais. Item 10– Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2010, não terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que "dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios", tendo como Relator o Senador Blairo Maggi, que oferece Relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 4 que apresenta e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3. Em 11/10/2011, o Presidente da Comissão designou o Senador Blairo Maggi Relator "Ad hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Clésio Andrade. Em 25/10/2011, foram apresentadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Cyro Miranda. Após a leitura do Relatório pelo Relator, usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com a Emenda nº 4, renumerada como Emenda nº 1-CAE, e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Cyro Miranda. Vota vencido o Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. Item 11– Projeto de Lei da Câmara nº 61 de 2011, não terminativo, de autoria da Presidente da República, que "altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e

execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências", tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece Relatório contrário ao Projeto. Anunciada a Matéria, o Presidente da Comissão designa o Senador Valdir Raupp Relator "Ad hoc" em substituição ao Senador Waldemir Moka. Após a leitura do Relatório pelo Relator "Ad hoc" é encerrada a discussão. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, contrário ao Projeto. A Matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Item 12– Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao Projeto. Em 6/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora. Item 13– Projeto de Lei do Senado nº 628 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "exclui os juros recebidos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, nas modalidades cumulativa e não-cumulativa", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. Em 6/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usam da palavra os Senadores Cyro Miranda e Eduardo Suplicy, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por onze votos favoráveis, cinco votos contrários e uma abstenção. Votam vencidos os Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin e Luiz Henrique. Vencido o Relator, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Cyro Miranda Relator do Vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 14– Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 699 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 492 de 2007 com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta e pela rejeição do PLS nº 699 de 2007 e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 699 de 2007 com a Emenda nº 1-CAS e pelo arquivamento do PLS nº 492 de 2007. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Item 15– Projeto de Lei do Senado nº 83 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que "altera as regras de premiação dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números", tendo como Relator o Senador Luiz Henrique, que oferece Relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Demóstenes Torres, Humberto Costa, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Pimentel e Blairo Maggi. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto e a Emenda nº 01 por quatorze votos contrários, três votos favoráveis e nenhuma abstenção. Votam vencidos a Senadora Lídice da Mata e os Senadores Luiz Henrique e Ricardo Ferraço. Vencido o Relator, o Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Demóstenes Torres Relator do Vencido, nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 16– Projeto de Lei do Senado nº 256 de 2010, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico", tendo como Relatora a Senadora Vanessa Grazziotin, que oferece Relatório pela rejeição do Projeto e da Emenda nº 1 – CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CE. Após a leitura do Relatório pela Relatora, usa da palavra o Senador Demóstenes Torres. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão rejeita o Projeto e a Emenda nº 1-CE por dezessete votos contrários, nenhum favorável e nenhuma abstenção. São lidos e serão apreciados posteriormente os Requerimentos nºs 87, 88 e 89 de 2011. O Requerimento nº 87 de 2011, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço**,** requer a realização de audiência pública para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo no ano de 2012, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Nilson Teixeira – Economista-chefe do Credit Suisse; Senhor Felipe Salto – Economista da Tendências Consultoria Integrada; Senhor Mansueto Almeida – Técni-

co de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Senhor Carlos Alberto Barreto – Secretário da Receita Federal do Brasil. O Requerimento n° 88 de 2011, de iniciativa dos Senadores Sérgio Souza e José Pimentel, requer a realização de audiência pública com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2010, com a presença dos seguintes expositores: representante do Ministério da Integração Nacional; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; representante da Secretaria do Tesouro Nacional; representante da Receita Federal do Brasil; e representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O Requerimento n° 89 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de discutir o tema: "Ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica no Brasil", com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME; Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Sr. Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel; Sr. Edvaldo Alves Santana – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Lúcio Reis – Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – Anace; Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; e Sr. Antonio Gavazzoni – Presidente do Grupo Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. – Celesc. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 69ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 68ª reunião.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento:

– Aviso nº 94, de 29 de novembro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de outubro de 2011, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

– Aviso nº 96, de 28 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9069/95, o demonstrativo das emissões do real referentes ao mês de outubro de 2011, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, comunico que, no dia 15 de dezembro, às 10 horas, no Plenário 2 do anexo II da Câmara dos Deputados, será realizada audiência pública conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, com a presença do Presidente do Banco Central do Brasil, Exmo. Sr. Alexandre Tombini, para apresentar avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, primeiro semestre de 2011.

Portanto, quero registrar que, no dia 15 de dezembro, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 do anexo II da Câmara dos Deputados, será realizada audiência pública com o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo, pela ordem.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Presidente, quero trazer aqui um assunto à nossa Comissão e pedir ajuda ao Presidente e aos demais membros de como devemos proceder sobre um assunto da Medida Provisória nº 552. Ela chegou à Câmara na semana passada e trata sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, mas seu art. 2º traz a eliminação do uso de todos os créditos de PIS e Cofins, créditos presumidos, em toda a cadeia alimentar que se produz no Brasil, tanto para o mercado interno quanto para a exportação.

Considero este um assunto extremamente grave, é um aumento de carga tributária violento, uma vez que temos como crédito presumido nas atividades que produzem alimentos, que vai desde a produção

de milho, arroz, soja, depois passa pelas fábricas de ração, chega nos aviários, que viram os frangos, que chegam à mesa do consumidor. O IPI é de 1,65 e a Cofins é de 7,65. Somando os dois, dão 9,3. O que acontece? Esse assunto vem lá de trás, de quando foi derrubada a CPMF ainda. O Governo estava perdendo arrecadação, com a derrubada da CPMF, e aumentou o PIS e a Cofins, para recompor a sua base de arrecadação. Só que, naquele momento, a pura substituição de um e de outro deixava muito mais caros os produtos alimentícios, porque a taxa era muito maior. Então o Governo, inteligentemente, criou os créditos presumidos. O que são os créditos presumidos? São aqueles créditos que estão embutidos ao longo da cadeia produtiva que o produtor não tem como pegar de volta. Por exemplo: o produtor de frangos paga energia elétrica. Lá dentro, tem a contribuição da Cofins e do PIS. Ele compra combustível. Lá dentro, também estão embutidos. Então, como ele não tem como resgatar isso de volta, na ponta final o Governo deu um crédito presumido para as empresas que ele presume. Bom, dentro do valor total de produção tem 50% do imposto embutido, assim ele dava um crédito de 50%. Esse dinheiro, logicamente, as indústrias distribuem de volta, em preço para os produtores.

Na Medida Provisória nº 552, estão tirando de todo mundo, o que significa um aumento da carga tributária, um aumento dos preços dos alimentos, porque ele terá que ser repassado ou na ponta, para o consumidor, ou para trás, para o produtor. Se ele passar para trás, para o produtor, volta novamente para a cadeia. E o pior de tudo é que também se vai tributar a exportação.

Então, vemos os Estados brasileiros que estão sendo penalizados, que não têm nenhuma rubrica aqui no Orçamento Geral da União este ano, para recomposição da Lei Kandir. V. Exª vem de um Estado produtor e sabe o quanto se perde e nós não...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – *(Manifestação fora do microfone.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – E não temos mais, hoje, mecanismos...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – *(Manifestação fora do microfone.)*

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não temos, hoje... Pode falar, por favor.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Desculpe, estava falando aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Pensei que era comigo.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Não, desculpe.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, o que acontece? Não temos, hoje, a recomposição da Lei Kandir, e o Governo, ao mesmo tempo, vem e penaliza mais uma vez o setor produtivo, que vai penalizar os Estados.

Gostaria, então, de trazer esse assunto aqui à nossa Comissão, porque o que acontece é que a Câmara tem retardado o envio das medidas provisórias para cá, chegamos aqui e constatamos que têm grandes problemas, e o Governo não nos deixa mais mexer, porque efetivamente tem que voltar para a Câmara, e recomeça todo o processo.

Queria, Presidente, o seu auxílio e dos Srs. Senadores, para ver como é que vamos agir nessa forma. O correto aqui é simplesmente retirar esse artigo e não deixar nem que ele tramite, porque já propus uma emenda lá na Câmara, por meio de um Deputado, que elimina o farelo da soja e o óleo. O Senador Armando já fez uma para o leite e tenho certeza de que o Senador Cyro vai fazer para ração. Aí entram os produtores de frango, de suínos, o pessoal dos bovinos, enfim, todo o setor alimentício que produz ração animal e comida para o ser humano. Todo, 100% dele está sendo taxado em 9,3.

Portanto, gostaria que esta Comissão, por ser uma Comissão de Assuntos Econômicos, tomasse uma providência e teremos que trabalhar sobre esse assunto, caso contrário, veremos os preços subirem e as empresas cada vez com mais dificuldade, porque não tem como exportar imposto. É uma exportação de imposto o que o Governo está fazendo conosco.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Eu queria me somar a essa preocupação do Senador Blairo, lembrando que isso tudo teve origem quando as alíquotas do PIS e da Cofins foram elevadas, quando houve a mudança do sistema cumulativo para um sistema de valor adicionado, ou seja, de débito e crédito.

Como nessas cadeias produtivas há uma predominância de fornecedores, inclusive de pessoas físicas, você não tem como, ao longo da cadeia, se creditar quando o fornecedor é pessoa física, daí a necessidade de que tivéssemos um crédito presumido para desonerar a cadeia produtiva.

Quero dizer que compartilho inteiramente dessa preocupação do Senador Blairo, creio que é uma coisa extremamente justa e não reagir a isso seria admitir uma elevação na carga tributária para várias cadeias, sobretudo do setor alimentício.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Aloysio Nunes e, depois, o Senador Cyro Miranda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, teremos hoje, às 14h30, na sala 15, pouco mais adiante, ocasião para reagirmos contra isso, porque é exatamente hoje, às 14h30, que está marcada a reunião da comissão mista para dar parecer à medida Provisória nº 552. É ir lá e rejeitar. Ela começa a tramitar e, no início da tramitação, recebe o parecer de uma comissão mista, Deputados e Senadores.

Eu, quando sou designado, vou. Geralmente fico sozinho. No tempo em que era vivo o nosso saudoso Itamar, ele ia também e era uma ocasião de ficarmos conversando, durante meia hora, apenas para constatar ausência de quórum, porque o Governo boicota a instalação das comissões mistas exatamente para que não haja parecer, e a oposição, já habituada ao rame-rame, não vai. Então, é uma ocasião de arregimentarmos Deputados e Senadores e irmos todos lá, no momento da instalação, onde será eleito o Presidente da Comissão e designado o relator, para tomarmos essa providência. É hoje, na sala 15, às 14h30. Parecer sobre a Medida Provisória nº 552. Creio que os interessados devem ir e mobilizar aqueles que estejam preocupados com esse tema levantado pelos Senadores Armando Monteiro e Blairo Maggi, para que tomemos uma providência que está ao nosso alcance.

Reclamamos muito contra medidas provisórios, e é verdade, o Governo abusa, mas o Congresso tem sido extremamente complacente, não apenas se rendendo a essa pressão, a essa chantagem do esgotamento do prazo, como também deixando de exercer a sua competência no momento da votação das condições de admissibilidade no âmbito das medidas das comissões mistas, que são sistematicamente esvaziadas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só para finalizar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tínhamos essa preocupação, o Senador Blairo foi muito feliz, e melhor ainda essa informação que recebemos, porque, se não conseguimos estancar isso lá, aqui estamos mortos, porque ela não tem prazo para voltar.

Pegando carona no que disse o Senador Aloysio, penso que temos que fazer um esforço concentrado hoje e pedir a todos desta Comissão que fôssemos juntos e, em dez minutos, pelo menos, marcamos uma posição. E começar de lá, porque, se vier para cá, não tem jeito. E gostaríamos de ouvir, também, as considerações do Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Presidente só ouve, mas considero absolutamente pertinente. Aqui, vários Senadores e Senadoras são oriundos de Estados produtores e concordo com as ponderações dos Senadores Blairo e Armando Monteiro de que esse artigo específico da Medida Provisória nº 552 é extremamente prejudicial aos nossos Estados e ao País também, envolvendo um segmento fundamental para o Brasil, que é a cadeia alimentícia.

Portanto, essa sugestão de já marcarmos posição, às 14 horas, na instalação dessa comissão de Deputados e Senadores, é muito boa, tendo em vista, inclusive, que já existem emendas a essa Medida Provisória na Câmara dos Deputados, exatamente com relação a esse artigo.

Então, hoje, às 14h30, sala 15. Senão, sem dúvida nenhuma, teremos muitos problemas em função desse artigo da medida provisória.

Entramos agora na pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 147, DE 2011
– Não Terminativa –

Solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$6,231,000.00 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Rondônia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial – Profisco.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Waldemir Moka.

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Godard, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o Sr. Alex Wendel, assessor da representação do Estado de Rondônia em Brasília.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, pela ordem, antes do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Após a apreciação desse projeto, poderíamos apreciar os projetos terminativos, porque temos quórum e vários Srs. Senadores terão de sair daqui – algumas Srªs Senadoras também. Eu já solicito a V. Exª que comecemos pelo item 16, caso V. Exª acate a inversão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ainda não temos quórum, Senadora. Falta um para as decisões terminativas. São treze. Mas temos de aproveitar a presença ilustre do Senador Requião aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, passo a ler o relatório.

Com a Mensagem n° 147, de 2011, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado de Rondônia, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com a garantia da República Federativa do Brasil.

A operação de crédito, no valor de até US$6,231,000.00 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), destina-se a financiar, parcialmente, o Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial – Profisco, do Estado de Rondônia.

Acompanham o pedido de autorização a Exposição de Motivos nº 185/2011-MF, do Ministro da Fazenda, os pareceres favoráveis da Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a minuta do contrato de empréstimo, além de outros documentos referentes ao mutuário e à operação.

A Comissão de Financiamentos Externos (Cofiex), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, autorizou a obtenção de financiamento externo para o projeto, nos termos da Recomendação n° 1050, de 26/09/2008.

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio do Ofício nº 294/2010/Desig/Dicic-Sured, de 19.10.2010, credenciou a presente operação de crédito externo e a incluiu no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Bacen sob o número TA555494.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, o projeto contará com investimentos totais de US$ 6,923,000.00 sendo US$ 6.231.000,00 financiados pelo BID e o restante proveniente da contrapartida estadual.

A operação de crédito sob exame será efetuada na modalidade de empréstimo do mecanismo unimonetário do capital ordinário do BID, com taxa de juros baseada na Libor e desembolsos previstos para o período 2011 a 2015.

De acordo com o cálculo efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo estimativo da operação com o BID situa-se em 5,19% ao ano, flutuante conforme a variação da Libor, patamar considerado aceitável, tendo em vista o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional em dólar no mercado internacional.

Sr. Presidente, passo agora a ler o voto porque a análise é extremamente técnica e o que interessa, na minha avaliação, é que o projeto e o Governo de Rondônia dão toda as condições.

Vou passar a ler todas as condições obedecidas.

O Senador Ricardo me disse que tinha sido classificado na chamada sigla C, em condições de dificuldades, mas o Tesouro Nacional determina, aqui no projeto de resolução, que só dá a garantia mediante um contrato com o Estado de Rondônia, em que o Estado vai contrair e pagar esse empréstimo.

Ante o exposto, voto favoravelmente à autorização para a contratação da operação de crédito externo pleiteada pelo Estado de Rondônia, com a garantia da República Federativa do Brasil, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº , DE 2011

Autoriza o Estado de Rondônia a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da União, no valor de até US$ 6.231.000,00 (seis milhões e duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial – Profisco/RO."

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Rondônia autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com garantia da União, no valor de até US$ 6.231.000,00 (seis milhões e duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial – Profisco/RO".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser

realizada nas seguintes condições:

I – **devedor**: Estado de Rondônia;

II – **credor**: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US$ 6.231.000,00 (seis milhões e duzentos e

trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – **prazo de desembolso**: cinco (5) anos, contados a partir

da vigência do contrato;

VI – **modalidade**: Empréstimo do Mecanismo Unimonetário

com taxa de juros baseada na LIBOR;

VII – **amortização**: o empréstimo será amortizado mediante o pagamento de parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela cinco anos após a data de vigência do contrato e a última até vinte anos após esta data;

Quer dizer, haverá uma carência de cinco anos.

VIII – **juros**: exigidos semestralmente nas mesmas datas dos pagamentos da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre determinada pelo BID e composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, mais ou menos uma margem de custo relacionada aos empréstimos do BID que financiam os empréstimos do Mecanismo Unimonetário com taxa de juros baseada na LIBOR, mais a margem para empréstimos do capital ordinário vigente na data de determinação da taxa de juros para cada trimestre, expressa em termos de uma porcentagem anual;

IX – **comissão de crédito:** até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a ser estabelecida periodicamente pelo BID e calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

X – **despesas com inspeção e supervisão geral**: em um semestre determinado, não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Parágrafo Único. As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Rondônia, na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que:

I – o Estado de Rondônia celebre contrato com a União contrato e contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, combinados com o § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das Transferências Federais;

II – o Ministério da Fazenda verifique e ateste a adimplência do Estado de Rondônia com a União, nos termos do art. 10, § 4°, da Resolução n° 48, de 2007, com a redação que lhe foi dada pela Resolução n° 41, de 2009;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Moka, pelo relatório.

A matéria está em discussão.

Senador Ivo Cassol e, depois, Senador Requião.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, após a leitura do Relator, Senador Waldemir Moka, quero dizer que o Estado de Rondônia cumpre as metas estabelecidas no programa pela estruturação de ajuste fiscal relativo ao exercício de 2010, quando ocupei o cargo daquela Casa por dois mandatos e sucessoriamente pelo Governador João Cahulla.

Esse projeto começou com a aprovação de uma lei estadual de nº 2.087, de 12 de junho de 2009, na época em que o Estado de Rondônia vinha com dificuldade em termos de arrecadação e, ao mesmo tempo, de necessidade de atender à demanda que vinha pela frente com as usinas hidrelétricas do rio Madeira.

Sempre fui contra, Sr. Presidente, Srs. Senadores, qualquer tipo de empréstimo dentro da gestão pública. Por dois mandatos, por sete anos como Governador do Estado de Rondônia, quando peguei a administração de 2003 com folha de pagamento atrasada, eu nunca fui à instituição financeira para pegar dinheiro emprestado. Mas esse foi um projeto que nós começamos lá atrás, para a reestruturação e modernização do sistema da

administração tributária. Não é para investimento ou para infraestrutura à parte.

O Senador Moka falou comigo antes de ler o relatório.

Eu sou contra qualquer tipo de financiamento, a exemplo do que foi divulgado há poucos dias no Estado de Rondônia. O Governador nem bem começou, nem utilizando hoje os recursos do Estado de Rondônia está aplicando com competência e, ao mesmo tempo, já foi ao BNDES para pegar 528 milhões emprestados mais outro empréstimo de 200 e poucos milhões, quase um bilhão de reais.

Ao mesmo tempo, quando se busca nesse sistema que está aqui hoje, nesse projeto de modernização da administração tributária, Senador Moka, Relator, e Sr. Presidente, eu serei a favor, porque são seis milhões de dólares. O recurso é pequeno, mas é para investir na infraestrutura de arrecadação do Estado de Rondônia, é para melhorar a arrecadação.

Então quero deixar bem claro aos nobres colegas Senadores e à equipe do Governador que está acompanhando aqui e lá no Estado de Rondônia que, quanto aos outros financiamentos, mesmo sendo do BNDES, eu sou contra. Estou dando o meu voto favorável a este empréstimo para o Estado arrecadar mais, para diminuir a sonegação, Senador Moka, nosso Relator, e o Estado poder arrecadar mais e aplicar com eficiência. Só no mês passado o Estado tinha uma previsão de arrecadar, como nos outros anos, cento e sessenta e poucos milhões, arrecadou quatrocentos milhões. Comparados os meses de janeiro e fevereiro deste ano com os de 2010, arrecadou 41% a mais de ICMS.

Então, não tem por que buscar dinheiro emprestado. O que precisa fazer é sim, na verdade, aplicar os recursos que estão entrando com competência e seriedade. Só isso.

Portanto, nesse projeto aqui não sou a favor do empréstimo. Esse empréstimo, na época nós demos entrada foi por que o Estado queria modernizar o sistema tributário e não tinha condições, naquela época. De lá para cá, a arrecadação saiu de um orçamento de três milhões e meio e hoje está em quase sete milhões e pouco já, quer dizer dobrou o orçamento, então não precisaria. Mas como é para a modernização do sistema tributário, o meu voto é favorável.

Mas quero deixar bem claro: o restante dos empréstimos que o Estado for buscar, o Governo do Estado não conte com o Senador Cassol, porque não é justo nós endividarmos um Estado quando, na verdade, a gestão no Estado de Rondônia que não tem competência de administrar nem a folha normal hoje no dia a dia, dando prejuízo no dia a dia. Têm muitos gestores públicos, Sr. Presidente, que com pouco faz muitas coisas, a exemplo do Senador Blairo Maggi, a exemplo do Requião, quando foi Governador do Estado de Mato Grosso, a exemplo do Ivo Cassol, que aqui vos fala, como Senador, que foi Governador do Estado de Rondônia. Nós já listamos outros gestores que você pode dar um caminhão de dinheiro que só faz besteira, não tem dinheiro que dá conta.

Então, portanto, nos outros empréstimos sou contra por causa disso. Hoje serei favorável ao relatório do Senador Moka, porque é para estruturação e modernização do sistema tributário no meu Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Ivo Cassol.

Senador Requião com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Excepcional Governador de Rondônia, meu amigo Confúcio Moura, mas nós não estamos tratando aqui de um empréstimo. Na verdade, a Fazenda está simulando o empréstimo. Porque ela classificou esse empréstimo na categoria “C”.

Como disse textualmente aqui o Senador Moka: “Não apresenta [o Governo de Rondônia] suficiente capacidade de pagamento para fazer frente aos compromissos da operação pleiteada. Todavia, o Ministro da Fazenda (...) considerou ‘elegível, em caráter excepcional’.”

Estranho o “caráter excepcional”. É uma coisa bacana. Em “caráter excepcional” agora se faz um empréstimo, quando a própria Fazenda declara que o Estado não tem condições de pagá-lo.

Estamos tratando de uma doação. Eu acho até necessária. A reforma da estrutura tributária do Estado de Rondônia é importante para o Estado e para o Governo, mas não sei se cabe à Comissão de Economia do Senado participar de uma simulação. Mais ainda: é um empréstimo de risco, porque vinculado à Libor, porque, com a crise na Europa, ninguém tem mais ideia onde vai parar... Quais são o índice e a possibilidade de risco dessa... Como podermos chamar isso? Eu me contive para não chamar de maracutaia econômica com o patrocínio da Fazenda. Mas é uma simulação. Para dizer o menos, é uma simulação.

Sou a favor da doação. A nossa Presidenta pode utilizar, para isso, a possibilidade da DRU, que nós estamos a lhe conceder de forma necessária, mas não cabe a esta Comissão o atropelamento da legislação, concedendo o empréstimo rigorosa e absolutamente impagável.

Eu tenho de me retirar. Presido a Comissão de Educação, que deveria ter começado há dois minutos. Mas peço a V. Exª que contabilize o meu voto contrário, ao mesmo tempo em que sugiro à Presidência da

República uma doação para Rondônia, mas que não avilte a Comissão de Economia, nos levando a aprovar um absurdo desse.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Requião.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer o contraditório, até porque fiz questão de dizer, não omiti, que, no Estado de Rondônia... Há um parágrafo único, Senador, que diz que o exercício que previne a autorização, ela fica condicionada a que o Estado de Rondônia celebre contrato com a União, contrato de contragarantia, sob a forma de vinculação das receitas próprias.

Então, na verdade, isso aqui, o Estado de Rondônia vai ter de pagar, Senador. Inclusive ele diz o seguinte no final ali, para não ser cansativo: o Estado fica autorizado a requerer transferência de recursos necessários para a cobertura dos compromissos a serem honrados.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Como eu tenho que me retirar, porque presido a Comissão de Educação, peço vista do processo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pedido de vista do item 1. Esse é um direito dos Senadores e das Senadoras. Portanto, pedido de vista do item 1.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vista coletiva. Na próxima terça-feira, aprovaremos ou não essa operação de empréstimo.

Quero aqui registrar – e nós temos quórum – o item 2.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Presidente, eu solicitei, se possível, a inversão para o item 16.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É exatamente com relação à ponderação que V. Exª apresentou.

O item 2 e o item 3 foram retirados de pauta por solicitação dos seus relatores.

Com o item 6, houve a mesma coisa.

Quero também registrar aqui que o item 12 e o item 14 também foram retirados de pauta por solicitação dos Relatores. Portanto, como temos quórum e por sugestão da Senadora Vanessa Grazziotin – se todos estiverem de acordo permaneçam como se encontram –, vamos entrar já nos projetos terminativos, começando pelo item 13.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não sou do Estado de Rondônia, mas eu sei da necessidade que tem o Governador. O ano está terminando, e precisamos votar aqui. Eu preciso pedir urgência para que o projeto seja votado no plenário.

Eu acho que o Senador Requião, ao pedir vista, vai perceber que eu fiz questão de dizer que o Estado, na verdade, está dando as chamadas contas em garantia até vinculando receita. Então, não há que se falar em doação, salvo melhor juízo.

Agora, eu queria saber de V. Exª qual é o prazo. É claro que é legítimo o direito de qualquer Senador pedir vista. Quando esse projeto voltará?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – São cinco dias, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Cinco dias?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Cinco dias. Como são vistas coletivas, são cinco dias.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu temo...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas nós votaremos esse projeto, porque teremos ainda, no dia 20, dia em que votaremos a DRU no plenário, a última reunião do ano da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu faço esse apelo a V. Exª em nome do Governador de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Entendo que, quando esse item 1 for mais aprofundado, ficará muito claro por que V. Exª votou favoravelmente.

Começando pelo item 13, terminativo.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 628, DE 2007
– Terminativo –

Exclui os juros recebidos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, da base de cálculo da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, nas modalidades cumulativa e não-cumulativa.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: *Em 6/12/2011, foi concedido vista coletiva.*

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado. O relatório já foi lido pelo Relator na

68ª reunião, realizada em 06 de dezembro, ocasião em que foi concedido vista coletiva.

Pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, esse projeto havia sido antes relatado por V. Exª, que, tal como eu, também apresentou relatório pela rejeição da matéria, mas não havia sido apreciado.

Então, eu aqui apresentei, na sessão passada, as razões pelas quais deveria o projeto ser rejeitado. O Senador Dornelles solicitou vista, e daí foi dado vista coletiva, mas já foram expostas as razões por que a recomendação é pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, toda matéria que vem... A meu ver, esse é um imposto, inclusive, em cascata. Ele está pedindo a retirada do cálculo da contribuição do PIS/Pasep, porque ele já tem isso na sua origem.

Então, eu acho que é muito justo e meritório esse projeto. Eu sou favorável a esse...

Já pediram vista desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Já, já. Portanto, nós precisamos colocá-lo em votação.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, sou extremamente favorável, porque já está embutido em vários outros impostos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o relator vota "Não" ao projeto. Item 13.

Senador Suplicy voto conhecido.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT MS) – Não.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acompanho o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT MS) – Vota "Não".

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Não".

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Meu voto é a favor do empréstimo. Então é "Não".

Ah, o empréstimo já passou.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso já passou Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Então me dê um tempo para ver, porque eu esta aqui...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Vamos esclarecer.

Estamos votando o negócio e ninguém está sabendo o que está acontecendo aqui. Vamos com calma. Não foi lido o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT MS) – Já foi lido o relatório.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Foi na outra vez. Eu, sinceramente nem sei o que estou votando. Eu gostaria de ter um minutinho para entender o que está sendo votado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se quiserem, eu esclareço então as razões.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Como?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se os Senadores desejarem, eu esclareço as razões pelas quais o parecer é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, de uma forma expedita, Senador Suplicy, eu pediria a V. Exª que explicasse rapidamente esse projeto para que todos os Senadores tivessem... Nós já começamos a votação, esse é que é o problema.

Então, para encaminhar a votação, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No mérito, conforme se lê na justificação, o PLS se propõe a excluir da base de cálculo da Cofins e da Contribuição para o PIS/PASEP...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT MS) – V. Exª poderia falar um pouquinho mais alto Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –... os valores recebidos ou creditados a título de juros sobre o capital próprio, definidos pelo art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Os juros sobre o capital próprio são dedutíveis para fins de apuração do lucro real (art. 9º, *caput*, da

Lei nº 9.249, de 1995), base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) que disponha de escrituração contábil completa.

Assim, eles são computados como *despesa* pela pessoa jurídica que os paga. Ao efetuar o pagamento ou crédito ao beneficiário, essa pessoa jurídica recolhe ao Fisco federal 15% a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (art. 9º, §§ 2º a 6º, da Lei nº 9.249, de 1995). Vê-se, assim, que é o beneficiário dos juros sobre o capital próprio que arca com o ônus do Imposto de Renda.

O mesmo não ocorre com os dividendos, que são apurados após a incidência de tributação na pessoa jurídica que os paga, razão pela qual o beneficiário os recebe isentos.

O pagamento de juros sobre capital próprio é uma faculdade da pessoa jurídica e está sujeito aos limites previstos no § 1º do art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995.

Tecnicamente, é possível à lei estabelecer que os juros sobre o capital próprio, que constituem *receita* da pessoa jurídica beneficiária, não devam compor a base de cálculo dos tributos incidentes sobre o faturamento ou receita bruta, no caso, Cofins e Contribuição para o PIS/Pasep. A lei pode conceder isenções e outros benefícios tributários.

Contudo, como muito bem colocado no relatório anteriormente apresentado, a concessão dessa benesse fiscal não se afigura razoável, porque exacerbaria favor fiscal já existente no âmbito do Imposto de Renda.

O recebimento de renda a título de juros sobre capital próprio é tributado na fonte pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%, sem qualquer adicional. Trata-se de uma alíquota inferior à alíquota de 27,5%, atualmente incidente sobre os rendimentos mensais da pessoa física superiores a R$ 3.911,63, e também inferior à de 25%, incidente sobre a parcela do lucro mensal da pessoa jurídica superior a R$ 20.000,00 (o chamado adicional).

Além disso, o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), exige, nas proposições que concedam ou ampliem incentivos ou benefícios de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da norma no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como o atendimento do disposto na lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Deve também cumprir ao menos uma das exigências por ela postas.

Segundo essas exigências, ou o proponente demonstra que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afeta as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO, ou a proposição deve ser necessariamente acompanhada de medidas de compensação, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo. Neste último caso, o benefício só pode entrar em vigor quando implementadas tais medidas compensatórias.

Não consta da justificação da proposição essas estimativas previstas e exigidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, nem as medidas de compensação da perda de receita.

Ante o exposto é que o voto é pela rejeição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Não havendo mais quem queira discutir, agora vou colocar em votação, depois dessa explicação sucinta, expedita do Senador Suplicy.

Senador Suplicy, voto conhecido.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Não".

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Já votei, com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Não".

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador, eu vou me abster nesta votação e vou manifestar o porquê.

Eu considero estranho que juros sobre empréstimo do proprietário, ou seja, sobre capital, virem dividendo. O juro é deduzido na contabilidade para calcular o lucro e, a partir daí, pagar o imposto. Então, já foi deduzido.

Eu confesso que não estou entendendo bem e por isso me abstenho.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, abstenção do Senador Cristovam Buarque.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Não".

Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu voto "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "sim".

Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu voto contra o relator. Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, vota "Sim".

Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Sim".

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Não".

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Sim".

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Voto "Sim", com o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Sim".

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sim.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Sim".

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Voto "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Sim".

Foram 11 votos SIM; 05 votos NÃO e uma abstenção.

Designo, portanto, o Senador Cyro Miranda como relator do vencido, nos termos do art. 128.

A Comissão aprova o Projeto do Senador Valdir Raupp.

Partimos agora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir inversão – eu já havia pedido –, para o Item 16, porque eu tenho que coordenar uma audiência pública a respeito de um projeto que eu estou relatando em outra Comissão e já iniciou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Se V. Exª permitir a gente votar agora o Item 16...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, nós vamos votar o Item 16.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Só para um esclarecimento.

Embora tenha sido rejeitado o parecer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas foi aprovado o Projeto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Foi o projeto... Mas vai ser oferecido... Como o projeto não foi votado, vai ser oferecido um voto alternativo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E aí, sim, nós vamos deliberar sobre...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Nomeado... Não, já, automaticamente, já aprovou... É somente *pro forma*. A nomeação do relator Cyro Miranda para o vencido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Porque pode haver alteração. Pode haver alteração.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Óbvio que pode.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nós participamos de uma discussão outro dia, na Comissão de Constituição e Justiça, justamente sobre isso. Aqui muitos vão se lembrar que era sobre a reforma política.

O que acontece é que, embora rejeitado o voto, é designado um relator do vencido justamente para que se faça a modulação. É óbvio que o indicativo é pela aprovação do projeto, mas algumas modificações ainda podem ser feito. Senão, não haveria necessidade de se indicar um relator. Qual a necessidade? Declarava-se, imediatamente, o voto como aceito.

Então, é possível, inclusive nos termos do que foi discutido na Comissão da Constituição e Justiça, que o projeto indicado vencedor possa sofrer algumas modificações. O que, aparentemente, é o caso porque o Senador Armando Monteiro e o Senador Cyro já indicaram que algumas modificações devem ser feitas. O que foi derrubado foi o parecer do Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, Senador Demóstenes, Presidente Delcídio.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A sugestão do Senador Demóstenes pode fazer sentido, sobretudo se, ao ser reapresentado o voto favorável, haja a previsão das exigências na Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso seria algo que poderia até vir a modificar o parecer contrário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Somente para registrar:

Art. 128. Vencido o relator, o Presidente da comissão designará um dos membros, em maioria, para suceder-lhe, exceto se o fato ocorrer apenas em relação à parte da proposição ou emenda, quando permanecerá o mesmo relator, consignando-se o vencido, pormenorizadamente, no parecer.

E o § 5º do art. 132 diz: "Verificando-se a hipótese prevista no art. 128, o parecer vencedor deverá ser apresentado na reunião ordinária imediata, salvo deliberação em contrário."

Portanto...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Isso não quer dizer que não pode haver. Não há qualquer ressalva quanto á modificação. O voto virá no sentido da aprovação do projeto, mas pode ter alguma modificação. É isso que estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Mas, Senador Demóstenes, eu até entendo a ponderação de V. Exª, que é muito sensata, mas, ao ser votado o projeto, o "sim" é para aquilo que o projeto do Senador Raupp propõe.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, é simplesmente a indicação do Senador Cyro Miranda para ser o relator do projeto que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral (Bloco/PT – MS) – Não houve nenhuma discussão adicional, nenhuma emenda adicional.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não houve nenhuma proposta do Plenário no sentido de se alterar o projeto original.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas isso pode vir através do relator. E isso pode vir até para escoimar algumas ilegalidades, que é o caso do projeto.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, para discutir. Eu queria só ponderar que o Senador Suplicy, de forma muito correta, lembra que, por uma falha, o projeto não contempla o impacto de renúncia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Nós temos que fazer a renúncia fiscal.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Portanto, seria necessário suprir no relatório do Senador Cyro essa questão, ou seja, dimensionar o impacto, para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E nós decidimos na CCJ, que era uma consulta que poderia ser feita, mas eu posso trazer o voto, que, neste caso, embora o voto seja vencedor, esse voto pode comportar modificações.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes, eu acho até que, pela excepcionalização, os impactos nas contas, especialmente com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal, essa questão merece a atenção especial da Comissão de Assuntos Econômicos. E assim nós o faremos com o Senador Cyro Miranda, porque nós também, em função de um Regimento e dentro da lógica que sempre pautou a Comissão de Assuntos Econômicos, também não podemos atravessar determinadas coisas que têm razoabilidade e, portanto, têm pertinência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito. Eu concordo com V. Exª. É só para dizer que, realmente, o voto vencedor é para defender o projeto do Senador Raupp. Quanto a isso, não há dúvidas. Mas aquelas inconstitucionalidades ou injuridicidades têm que ser corrigidas, não é?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, mais uma vez, registrando aqui que o PLS 628, de 2007, já foi aprovado em caráter terminativo, o parecer vencedor. A posição da Mesa apenas registra o que foi deliberado. Mas, com certeza, são importantes as ponderações do Senador De-

móstenes, do Senador Armando Monteiro, do Senador Suplicy, e nós conversaremos com o Senador Cyro Miranda nesse sentido. Pediria ao Senador Demóstenes que encaminhasse esse parecer da CCJ.

Nós, até por solicitação da Senadora Vanessa Grazziotin, vamos antecipar o item 16 porque a Senadora é relatora em outra comissão.

Portanto, Projeto de Lei do Senado 256, de 2010, terminativo, que Isenta de tributos os materiais escolares de uso contínuo requeridos pelos estabelecimentos de ensino para os alunos do ensino básico.

Autoria do Senador Crivella e relatoria da Senadora Grazziotin. O parecer é pela rejeição do projeto e da Emenda nº 1 da Comissão de Educação. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação Cultura e Esporte, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1 da Comissão de Educação. Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra, a relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Passo para a análise, Sr. Presidente.

O projeto está em plena em conformidade com os ditames da técnica legislativa, mas não atende à juridicidade, conforme explicação desenvolvida na análise de mérito, a seguir.

Mérito: apesar de o autor prever a concessão de isenção na ementa do projeto, tecnicamente o objeto se assemelha mais ao instituto da imunidade, por se tratar de um amplo e irrestrito afastamento de todos os tributos incidentes sobre os bens considerados.

É certo que o art. 2º poderia ser interpretado como uma recomendação para que Estados, Distrito Federal e Municípios adiram à renúncia fiscal pretendida pelo PLS, conforme explicação constante da justificação, mas, em nosso entender, a palavra "adotarão" denota uma obrigatoriedade, uma determinação coercitiva para que esses outros entes concedam o benefício, o que viola evidentemente o pacto federativo e, por conseguinte, também a Constituição Federal.

Se o art. 2º for lido realmente como uma mera sugestão, restará inócuo, pois o ordenamento jurídico atual já preserva a autonomia de Estados, Municípios e Distrito Federal para a instituição e cobrança dos tributos de suas alçadas. Cabe a eles também eventuais renúncias de receita dentro dos limites estabelecidos na Constituição Federal, nas similares estaduais e na Lei Orgânica do DF.

Acrescente-se que o tributo que mais sobrecarrega os materiais escolares é o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS), da competência dos Estados. Sua redução ou eliminação teria de ser negociada com cada Estado, caso a caso, não cabendo ao legislador federal estabelecê-la em lei ordinária.

Diante disso tudo, Sr. Presidente, analisamos também que a emenda apresentada e aprovada na Comissão de Educação, tendente a estabelecer o benefício a todo o ano letivo, embora muito pertinente dentro da lógica do projeto, não resolve a inadequação da proposta, motivo pelo qual também deve ser rejeitada.

Consideramos, portanto, em vista de todo o exposto, desaconselhável a continuidade do PLS nº 256, de 2010, e da emenda supracitada, não obstante a excelente intenção do Senador Marcelo Crivella em tentar contribuir com a redução de preços dos produtos de uso escolar.

Pelas razões expostas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 256, de 2010, juntamente com a Emenda nº 1 – CE, e pelo seu arquivamento.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa pela objetividade.

A matéria está em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, realmente, Senadora Vanessa Grazziotin tem razão porque se trata de um caso de imunidade tributária e que deve ser tratado, evidentemente, por proposta de emenda à Constituição. Ademais, o artigo segundo do projeto diz o seguinte:

Art. 2º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão, no âmbito de sua competência e nas respectivas jurisdições, as medidas necessárias à adoção do disposto no artigo 1º desta Lei.

Então, estamos tratando aqui não da incidência de impostos, mas de imunidade. Aí vêm: material escolar, uniforme, equipamento de uso contínuo. Acho que todos concordam com isso. Só que está sendo feito de forma inadequada como ressaltou a Senadora Vanessa Grazziotin. A União não pode deliberar sobre ICMS, e o ICMS é o que carrega mais peso nisso aqui. Vale lembrar que o Senado já deliberou acerca dessa matéria no Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, aí corretamente, porque não trata de imunidade, mas trata de zerar as alíquotas de IPI, de PIS/Pasep e de Cofins. Isso está na Câmara dos Deputados.

Então, voto com a Senadora Vanessa Grazziotin, porque ela tem razão plena.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senado Demóstenes.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto e a Emenda nº 01, da Comissão de Educação.

Votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação o projeto e a Emenda nº 01 da Comissão de Educação. Quem vota com a relatora vota "Não" ao projeto e à Emenda nº 01 da CE.

Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Vanessa Grazziotin, voto conhecido.

Senador Luiz Henrique?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Aloysio Nunes Ferreira?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – "Não", portanto, com a Relatora.

Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Flexa Ribeiro?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Demóstenes Torres?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Voto "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Não" o Senador Ferraço.

Senador Alvaro Dias?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador João Vicente?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com a relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a Relatora, portanto, "Não".

Resultado: 17 votos NÃO.

A Comissão rejeita o projeto e a Emenda nº 01 da Comissão de Educação.

Vamos, agora, ao item 15.

Eu pediria aos Senadores e Senadoras que permanecessem, temos apenas mais esta votação em caráter terminativo.

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 83 DE 2009
– Terminativo –

Altera as regras de premiação dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 01 que apresenta.

Lembro, mais uma vez, que o projeto é terminativo, exige quórum qualificado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – O item 14, Sr. Presidente, o PLS nº 492?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Quanto ao item 14, por solicitação do Senador Dornelles, que tem reunião do PP neste momento e que gostaria de relatar o projeto, vamos marcar a votação para a próxima terça-feira.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É um projeto importantíssimo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª. É de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador. É de autoria do competente Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Relator, Senador Luiz Henrique, para relatar o item 15.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trata-se de projeto de autoria do hoje Governador do Estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, da maior importância.

O projeto trata da seguinte matéria, como tal enunciada em seu art. 4º:

"Art. 4º-A. No caso de nenhum apostador obter a combinação que permita o prêmio máximo em cada um dos concursos de prognósticos sobre o resultado de sorteio de números, o valor correspondente à premiação máxima deve ser rateado subsequentemente entre os apostadores que acertarem o maior número possível de números.

Parágrafo único. Nos concursos de prognósticos terminados em zero e cinco não se aplica o disposto no caput deste artigo, acumulando-se os valores para serem rateados nos concursos seguintes de mesma terminação".

ANÁLISE

A proposição atende aos atributos exigidos pela boa técnica legislativa em consonância com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998. Não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento pátrio, tem poder coercitivo, está em conformidade com as demais regras regimentais.

Nesse sentido, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade do projeto, por sua adequação à técnica legislativa e, no mérito, por sua aprovação com emenda de mera redação.

Salvo melhor juízo, é o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

A matéria está em discussão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes, para discutir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, se eu bem entendi, o que propõe aqui o Senador hoje Governador Colombo, meu amigo, gente de primeira linha, é que, no caso da premiação, que ela não se acumule, ou seja, se ninguém acertar o número máximo, volta para cá. Se for isso, sou contra, porque o sujeito fica na expectativa de ganhar uma grande bolada e de qualquer forma vai se distribuir o prêmio, então, no mérito, sou contra. Acho que o sistema atual é bom. Melhor acumular, alguém vai ganhar; fica naquilo.

De vem em quando, até eu jogo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, vou na linha do próprio Senador Demóstenes.

Primeiro, sou um apostador inveterado; toda semana jogo. Nunca ganhei nada, nem cheguei perto, mas um dia vai ter a minha sorte. E o acúmulo, o prêmio acumulado é exatamente aquele sonho que o apostador tem, de quantos carros vai comprar, onde vai comprar a fazenda, para onde vai viajar. Se cair isso, a quantidade de apostas, o número de recursos vai lá para baixo. Sou contra esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, na mesma linha. Vai tirar todo o estímulo, que hoje o maior estímulo e a conversa hoje, do momento, é porque hoje vão estar acumulados perto de R$40 milhões. Vai ser uma loteriazinha comum, perdendo o estímulo.

Também voto pela rejeição desse projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pelo jeito, vai ser não por unanimidade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É, eu tenho sorte no amo; portanto, tenho azar no jogo e não jogo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Parece que o Senador Humberto Costa só joga quando

acumula. Quando não acumula, ele não joga, não é, Senador? Joga toda semana?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O que me parece pretender o hoje Governador e Senador Colombo, segundo o parecer do Senador Luiz Henrique, é que nós possamos socializar o acesso a essa premiação.

Ora, quando você socializa você está estimulando a que mais pessoas possam participar.

Por isso, voto favoravelmente ao Relator Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço, pela socialização do prêmio. É esse o discurso.

Senador Luiz Henrique, relator do projeto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, acho que o espírito do projeto não foi bem alcançado pelos nobres colegas.

O objetivo do Senador Colombo é exatamente esse, permitir que mais pessoas tenham acesso à premiação e que essa premiação não se acumule num só ganhador. De modo que eu faria um apelo para que aprovássemos esse projeto, que é do mais alto mérito, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Caro Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, se nós observarmos a quantidade de pessoas que jogam quando há um prêmio acumulado, veremos que é simples de fazer. Na primeira aposta, há um número limitado; na proporção que o prêmio vai se acumulando, mais pessoas apostam. Exatamente o contrário. Portanto, aqueles que entendem que vai socializar o benefício estão socializando aquilo que basicamente não existe. Enquanto que quanto mais se acumula mais impostos se arrecadam, mais benefícios sociais se adquire através do incentivo da loteria e mais pessoas acreditam que participarão de um volume maior. Exatamente por isso, o chamado bolão quanto mais acumulado tem mais bolão se tem para apostar.

Portanto, a proposta nega exatamente o grande estímulo da loteria.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo, outro jogador inveterado.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu ganho toda a semana na loteria porque eu nunca jogo. Então sou um ganhador porque não gasto dinheiro com a loteria.

Mas eu acho aqui o charme realmente, é ver esse bolão acumulado e as pessoas tentando se resolver na vida com apenas – não sei se são cinco números ou seis – não sei quantos são. Mas eu gostaria de dizer que a discussão do jogo está tão importante, que talvez a gente pudesse trazer de volta para cá a legalização dos cassinos no Brasil. Estou vendo que tem tanta gente que gosta de jogar, e eu sou favorável a essa liberação porque gera emprego, gera renda, teríamos condições de ter um dinheiro maior para fazer social. Tomar bastante daqueles que gostam de jogar e distribuir para aqueles que precisam. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado Senador Blairo.

Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o Projeto e a Emenda nº 1, votação nominal.

Consulto o Plenário se podemos fazer só uma votação.

Se todos os Senadores e Senadoras concordam permaneçam como sem encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Em votação o Projeto e a Emenda nº 1.

Quem vota com o relator vota "Sim" ao Projeto e a Emenda nº 1.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, em solidariedade ao relator e como socialista voto "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Sim", socializando os ganhos da loteria.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Luiz Henrique. Voto já conhecido.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, voto com o relator, voto com o Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vota "Sim".

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Voto "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Lamentando não poder acompanhar o nosso relator, é sempre difícil para mim não acompanhá-lo. Mas pela manutenção do sonho, voto "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – O sonho e a esperança. Voto "Não".

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Também lamentando e, quanto ao Senador Luiz Henrique, mas meu voto é "Não". Pelos sonhos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Olha, a conclusão desse debate aqui, é a mesma coisa chegar para o Vettel na Formula 1, e falar para os demais: "Oh, o importante é ele chegar de segundo para trás.".

Foram 14 votos NÃO, e 3 SIM.

A Comissão rejeita o Projeto e a Emenda nº 1 da CAE, e pela veemência, eu indico o Senador Demóstenes Torres o Relator do vencido.

Nos termos do art. 128, Senador Demóstenes.

Bom, concluída a pauta terminativa, os itens e votos de Projetos Terminativos, voltamos ao item 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214 DE 2009

– Não Terminativo –

Acrescenta § 3º ao art. 54 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para, nos contratos de locação empresarial de espaço em shopping center, tornar nula a cláusula pela qual o locatário fica impedido de instalar outro estabelecimento, de mesma bandeira, em áreas geográficas próximas ao shopping center cujo espaço tenha sido locado.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira (substituído por "ad hoc")

Relatoria *ad hoc*: Senador Benedito de Lira

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa;

2. Em 6/12/2011, o Presidente em exercício da Comissão designou o Senador Benedito de Lira Relator "Ad Hoc" da Matéria, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira;

3. Em 6/12/2011, foi concedida Vista ao Senador Inácio Arruda.

O relatório já foi lido pelo relator *ad hoc* na 68ª reunião, realizada em 6 de dezembro, ocasião em que foi concedida vista ao Senador Inácio Arruda.

Então, designo novamente o Senador Aloysio Nunes Ferreira como relator, porque o *ad hoc* não está presente, que é o Senador Benedito de Lira.

Pergunto ao relator original, que deixou de o ser e que agora se tornou *ad hoc*, Senador Aloysio Nunes Ferreira, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, Sr. Presidente.

O parecer já foi distribuído, e a argumentação é muito clara: eu entendo, com todo o respeito à iniciativa do Senador Raupp, que a chamada cláusula de territorialidade ou a cláusula de raio é um componente muito importante na viabilização desses empreendimentos que são os *shopping centers*. E dou as razões no meu parecer: existe toda uma... O fato de os lojistas estarem juntos agrega clientela ao *shopping*. Na medida em que um dos lojistas é autorizado a estabelecer a mesma loja dentro de um espaço num raio, digamos, muito próximo ao *shopping*, ele vai tirar clientes do conjunto do empreendimento.

Esse é o meu ponto de vista, que está claramente expresso no meu parecer.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Para defender...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Aloysio Nunes.

Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Eu queria apresentar aqui às Srªs e aos Srs. Senadores algumas razões por que nós devemos aprovar esse projeto.

O art. 170 da Constituição Federal de 1988, inciso IV, estabelece como um dos princípios da atividade econômica a livre concorrência. Tal princípio objetiva o desenvolvimento econômico produzido pela iniciativa privada, dentro de uma ótica capitalista de liberdade de exercício da atividade econômica. É mediante a livre concorrência que se melhoram as condições de competitividade das empresas, forçando-as a um constante aprimoramento e a oferecer condições mais favoráveis ao consumidor.

Vamos aqui na Súmula 646, do Supremo Tribunal Federal: "Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área".

Então, são várias as razões, eu nem vou ler todas aqui, para não tomar muito tempo, mas são várias as razões que nos levam a crer que esse projeto é meritório e merece ser aprovado.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, permita-me fazer apenas um adendo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Raupp.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu acho que o mesmo princípio da iniciativa me leva a rejeitar o projeto, porque ninguém é obrigado a aderir a esse empreendimento coletivo que é um *shopping center*. Se um lojista, autonomamente, assina uma cláusula de territorialidade, não tem por que o legislador se sobrepor à vontade da pessoa que firmou o contrato.

Em nome do princípio da autonomia do contrato é que não vejo razão, quer dizer, nego a competência do Congresso Nacional para impor a sua vontade, a vontade do Estado sobre a vontade expressa pelo comerciante que, ao aderir ao empreendimento do *shopping*, assinou, livre e espontaneamente, a cláusula de territorialidade.

Em nome, portanto, da autonomia da vontade, que rege o direito civil brasileiro, é que sou contra o projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro, para discutir.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Aloysio, esses contratos de adesão dos *shopping centers* são esses contratos que são leoninos. Se o lojista quer entrar no *mix* de um *shopping*, mas ele não aceita as condições impostas pelo *shopping*, ele não entra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ninguém é obrigado a ir para o *shopping*!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se você não aceitar, você não vai!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade. Ninguém é obrigado a aderir a uma seguradora, ou a um telefone...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É diferente.

O contrato de adesão são esses contratos de massas, grandes contratos de massas, quando você compra uma linha telefônica, etc.

O contrato do *shopping* é um contrato que envolve um número restrito de pessoas, de comerciantes, adultos, que sabem onde é que está o seu interesse, são donos do seu próprio nariz, e, portanto, podem assinar ou não a cláusula de territorialidade, se lhes convier. Ninguém é obrigado a se estabelecer. Esse é o meu ponto de vista, entendeu?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ninguém é obrigado!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É verdade. Agora...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – "Eu quero ir para o *shopping*."

"Aqui são as regras do nosso condomínio" – o *shopping* é um condomínio empresarial.

"Aqui estão as regras; o senhor aceita?"

"Aceito."

Então, pronto. Assinou, a lei não pode interferir e desconstituir, considerar nula essa cláusula contratual livremente aceita por duas pessoas plenamente capazes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Você fica impedido depois de abrir uma loja num raio de tantos quilômetros ou metros, não sei...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É a regra do jogo, que você aceitou. Esse é o meu ponto de vista.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – É leonino, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS. *Fora do microfone.*) – Eu imagino você que é presidente de um partido que é...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Menos liberal nesse caso, não é, Senador? (*Risos*.)

Mas vou votar com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A matéria continua em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Os Senadores que concordam com o relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Votos contrários do Senador Raupp, Senador Sérgio Souza, Senador Eunício e Senador Pimentel.

Portanto, aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, Senador Eunício.

Só registrar que, como o Senador Raupp é autor, não se conta o voto dele, ou seja, são dois votos só, do Senador Pimentel e do Senador Eunício. Ah, e o do Senador Sérgio Souza também. São três. Já foi computado. Senador Pimentel, Senador Eunício e Senador Sérgio Souza.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu queria só um pela ordem rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Não é para tratar dessa matéria não. É sobre uma matéria que já está até vencida, mas, como é do meu Estado, sinto-me na obrigação de fazer uma fala aqui bem breve. Foi o empréstimo de US$6 milhões para reestruturação da Secretaria da Fazenda do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Foi o primeiro item da pauta.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Quando eu fui Governador, isso já há quase quinze anos, nós aprovamos um empréstimo de 8 milhões que foi muito útil. A Receita do Estado de Rondônia cresceu exponencialmente, e eu tenho certeza de que esses US$6 milhões fariam muito bem à saúde financeira do Estado de Rondônia. E o que são US$6 milhões para um Orçamento de R$6 bilhões, que é o Orçamento do Estado hoje? O Estado está alavancando empréstimos até de R$400 milhões, R$500 milhões. Eu não entendi por que o pedido de vista – lógico, com todo o direito que cabe aos Senadores –, mas eu acredito que, na próxima semana, devemos aprovar, porque é um empréstimo pequeno, para a reestruturação da Secretaria da Fazenda do Estado de Rondônia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp.

Foram pedidas vistas coletivas, e isso é regimental, mas, na próxima terça-feira, nós votaremos.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272 DE 2007 – Complementar – Não Terminativo –

Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para ampliar as hipóteses de direito a créditos de ICMS na aquisição de insumos e equipamentos destinados à produção agropecuária.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Lindbergh Farias (substituído por *ad hoc*).

Relatoria *ad hoc*: Senador Ivo Cassol.

Relatório: contrário ao Projeto.

Observações: 1. a matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com parecer favorável ao projeto;

2. em 6/12/2011, o presidente em exercício da Comissão designou o Senador Ivo Cassol relator *ad hoc* da matéria, em substituição ao Senador Lindbergh Farias;

3. em 6/12/2011, foi concedida vista coletiva.

O relatório já foi lido pelo relator *ad hoc* na 68ª reunião, realizada em 6 de dezembro, ocasião em que foi concedida vista coletiva.

Eu vou designar outro relator, porque o Senador Ivo Cassol não está presente. Vou designar o Senador Pimentel como relator *ad hoc*.

Consulto o Senador Pimentel se ele quer fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido. Portanto, mantenho a posição do relatório do Senador Lindbergh.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Pimentel.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao Projeto.

Passamos agora para o Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145 DE 2005
– Não Terminativo –

Determina que a União efetue abatimento de 20% do pagamento mensal do serviço da dívida pública dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em favor da Educação.

Autoria: Senador Cristovam Buarque
Relatoria: Senador Lobão Filho
Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa;

2. Em 13/5/2005, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Mão Santa.

Como o Senador Lobão Filho não está presente, vou indicar um Senador do PMDB, Senador Ferraço, como Relator *ad hoc* da matéria.

É o Item 7, Senador Ferraço.

Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2005.

Página 111.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É submetido à Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto do Senador Cristovam Buarque, com a ementa em epígrafe.

Prevê o projeto que 20% dos recursos estaduais e municipais atualmente entregues à União, como serviço das suas dívidas refinanciadas, não mais serão enviados ao Governo Federal, passando a ter o seu uso vinculado aos gastos com educação. Assim, a proposição define regras para a implementação do objetivo em questão, como a determinação de que os entes federados, para fazer jus ao benefício, deverão comprovar que o montante que gastavam com educação, anteriormente, não será reduzido nem direcionado para outra finalidade.

São também definidos os tipos de gastos que poderão ser realizados com os novos recursos, quais sejam: aumento do salário médio, capacitação e formação de professores, aquisição de material didático, de equipamentos e de instalações, reforma, manutenção e construção de escolas e alimentação e transporte escolar.

Compete, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a esta Comissão estudar e emitir parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame, bem como opinar sobre proposições relacionadas com dívida pública, nos termos dos arts. 97 e 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não obstante o louvável objetivo do projeto em comento, que busca reforçar a natureza prioritária da educação como política pública, a proposição contém vício de inconstitucionalidade insanável. O refinanciamento das dívidas estaduais e municipais pela União foi implementado mediante contrato assinado entre as partes. Conforme o art. 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, lei superveniente não pode determinar que um dos partícipes de tal contrato, que constitui ato jurídico perfeito, refaça o acordo ali contido à revelia do outro. Consequentemente, qualquer mudança nessa relação contratual requer a prévia anuência das partes envolvidas.

Em que pese, Sr. Presidente, o evidente mérito da iniciativa, em face do exposto, estamos votando pela rejeição do PLS nº 145.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

A matéria está em discussão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, o Senador Cristovam Buarque, sempre atento às questões da educação, apresenta um projeto em que propõe que 20% das dívidas dos Estados e dos Municípios para com a União sejam direcionadas... Ao invés de irem para o Tesouro, para abatimento dessas dívidas, que sejam direcionadas aos gastos com a educação.

Meritório o projeto, mas o parecer do Senador Lobão Filho, com o Senador Ferraço como relator *ad hoc,* é pela rejeição.

Eu apenas faço esta intervenção para trazer novamente à discussão algo que, há algum tempo, foi motivo de uma discussão intensa, que é a revisão, pelo Congresso Nacional, das dívidas dos Estados e dos Municípios com a União, para que nós pudéssemos rever os indexadores dessas dívidas.

Os Estados e os Municípios já pagaram, ao longo do tempo, um montante superior ao valor do que deviam e estão devendo, hoje, o saldo dessa dívida é maior do que o valor inicial acrescido dos juros, em função do indexador.

Naquela altura, vários Senadores subiram à tribuna, deram números. Eu próprio fui, mostrei o valor da dívida do Estado do Pará, quanto foi pago, qual o valor remanescente, e se criou, aqui, um clima de que a União ia chamar uma comissão para rever essa dívida, mas entrou no esquecimento. Entrou no esquecimento.

Então, o projeto do Senador Cristovam vem ao encontro dessa vontade que todos nós que representamos os Estados da Federação temos de que devemos retomar esse assunto, que é da maior importância para os Estados que representamos.

Eu espero que no retorno, após o recesso, nós possamos iniciar a próxima sessão legislativa retomando esse assunto, para que possamos trazer um alívio aos Estados da Federação brasileira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Há, inclusive, o acolhimento e a concordância, através de uma manifestação pública do Ministro Guido Mantega.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sim, é lógico.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Da necessidade de alterarmos esses indicadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A União diz que concorda com isso. A União diz que concorda.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Então, eu acho que V. Exª incorpora e sugere que, já em 2012, esta Comissão possa tratar desse tema,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – A CAE tem de assumir essa bandeira, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – ... assumindo a coordenação e a liderança, porque os Estados estão sendo aviltados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Aviltados, exatamente. É isso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Essa é a verdade e a Comissão de Assuntos Econômicos pode e deve se rebelar, a meu juízo, contra essa sangria que está acontecendo nos Estados federados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria a V. Exª, Senador Delcídio do Amaral, com a competência com que V. Exª comanda esta Comissão, que assuma essa bandeira.

Assuma essa bandeira em nome dos Estados da Federação brasileira, para que nós possamos iniciar a próxima sessão legislativa com esse tema que é da maior importância para todos os Estados da Federação brasileira.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Flexa.

Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – O senhor me permita lembrar aos nossos companheiros Senadores que já está sob exame desta Comissão o projeto de autoria do Senador Luiz Henrique, que é o 334, que eu terei a honra de relatar e cujo objeto é, fundamentalmente, este: a redefinição, vamos dizer, dos critérios de refinanciamento das dívidas, indexadores, etc.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – E nós, inclusive, apresentamos, Senador...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Então, nós estamos prontos, por entender que essa matéria é da maior importância.

Eu quero compartilhar com o Senador Flexa e com o Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero aproveitar, também, porque nós aprovamos um requerimento, aqui, para trazer essa discussão dos Estados para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu não tenho dúvida, no próximo ano, esse vai ser o principal tema a ser discutido aqui na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nós aprovamos, Senador Flexa, um requerimento exatamente alinhado com as propostas de V. Exª.

Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, o autor do projeto do item 7.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, esse projeto tem duas características: uma é a negociação da dívida em si, Senador Flexa, como o senhor estava falando, dos Estados com a União; a outra é o paga-

mento da dívida que nós temos com o futuro deste País ao não darmos a educação correta às nossas crianças.

O que estamos propondo não é perdoar a dívida dos estados nesses 20%, mas condicionando que eles deixem de pagar esses 20% desde que utilizem esse dinheiro para financiamento da educação naquilo que prevê o projeto, como capacitação de professor, etc.

Eu quero lembrar que desde 2003, quando começou o Governo Lula, os ministros da educação – eu fui um deles – e o próprio Presidente chegaram a falar na ideia de perdão da dívida internacional dos países, desde que eles investissem uma parte disso na educação. O que estamos fazendo é trazer o discurso feito pelo Brasil no cenário internacional para um discurso interno, dos estados em relação à União.

Eu creio que hoje os estados têm dificuldade em pagar, mas não estamos aqui querendo facilitar. Por isso, não afetaria a responsabilidade fiscal. Nós queremos que eles sejam aliviados do pagamento da dívida desde que invistam em educação.

Se alguém der a ideia, que é capaz de surgir daqui, da Presidenta fazer uma medida provisória perdoando a dívida de quem construir estádio para a Copa, é provável que passe facilmente. Talvez o Governo Federal se interesse em perdoar a dívida para investir em infraestrutura para a Copa do Mundo. Não sei como não pensaram nisso ainda. Eu estou propondo usar isso para a educação. Portanto, peço o apoio dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para pelo menos fazermos isso.

E concluo dizendo que o parecer do Senador fala em constitucionalidade. Nós temos uma comissão de Economia e uma de Constituição e Justiça. Não vamos nos adiantar em tomar a posição constitucionalista quando esse projeto, certamente – imagino –, ainda passará pela Comissão de Constituição e Justiça. Deixemos para eles analisarem a constitucionalidade. Tomemos aqui a decisão sobre se ela é positiva – senão votemos contra – em relação às finanças dos estados e à educação brasileira.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Cristovam.

Senador Blairo primeiro e, depois, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu só queria antecipar o pedido de vista, porque quero elaborar um parecer contrário ao do ilustre relator sobre essa matéria que é relevante demais.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, foi pedida vista agora, mas eu iria encaminhar, na discussão, o meu voto contrário ao parecer do relator, acompanhando o que o Senador Cristovam colocou.

Nós do Senado e quem já passou pelos governos estaduais ou pelo Executivo sabemos muito bem que jamais um secretário de fazenda ou ministro de fazenda, a equipe econômica dará parecer favorável a qualquer iniciativa dessas que foi feita no Senado ou na Câmara. Nunca! Eles sempre primam pela arrecadação e depois o Executivo resolve o que fazer com o que sobra. Mas o Senado Federal tem como papel propor essas mudanças.

Aqui votando contrário ao parecer do relator não conseguiremos implantar o que o Senador Cristovam quer, porque o Governo tem muita força e vários mecanismos pela frente para derrotar a ideia. Mas nós temos a obrigação de propor as mudanças.

Quero parabenizar o Senador Cristovam, porque se depender do Ministro da Fazenda e da equipe econômica não sairá nem um centavo. Mas nós temos a obrigação e a coragem de propor a mudança. Por isso, quando essa matéria voltar para cá, o meu voto será favorável à aprovação desse projeto de lei.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Ferraço, já registrando aqui pedido de vistas do Senador Luiz Henrique.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – A minha expectativa... Eu me pronuncio na condição de relator *ad hoc*, porque de fato não fui instado a fazer um trabalho aprofundado sobre o tema. Mas quero crer que o experiente Senador Luiz Henrique possa fazê-lo e quem sabe encontremos caminhos para sanarmos os vícios de constitucionalidade.

Agora, é importante também considerarmos, Senador Luiz Henrique e Senador Cristovam Buarque, que 88% das dívidas refinanciadas pela União pertencem a apenas quatro estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Nós temos que ter muito cuidado para com a consequência e o efeito dessa meritória iniciativa do Senador Cristovam Buarque, para que, em lugar de produzir o efeito desejado, possamos distorcer em função da concentração que isso vai gerar, não apenas em função do visto de inconstitucionalidade, mas também na questão do mérito.

Quero crer, inclusive, que a proposta subscrita de renegociação das dívidas, pelo Senador Luiz Henrique, pelo Senador Eduardo Braga, que foi inclusive

acolhida pela Bancada do PMDB..., o PMDB tornou isso uma bandeira do Partido. Quem sabe possamos, aqui, nesse interregno, inclusive com a Relatoria do Senador Armando Monteiro, encontrar uma solução em definitivo e a Comissão de Assuntos Econômicos poderá assumir a coordenação dessa renegociação.

Mas antes quero, mais uma vez, reiterar o propósito nobre, salutar e meritoso do Senador Cristovam Buarque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Portanto, Item nº 7.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Queria salientar, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – O Ministro da Fazenda, Dr. Guido Mantega, disse, pelo menos duas vezes em que compareceu a esta Comissão, que era preciso fazer a mudança nos indexadores da dívida. Afirmou aqui, várias vezes, que estavam inadequados com a política de juros atual. Até agora não aconteceu nada. É preciso, realmente, que esta Comissão, V. Exª à frente, erga essa bandeira para que os Estados saiam da situação em que se encontram de grande dificuldade para atender às demandas da população.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Esse será o grande debate da Comissão de Assuntos Econômicos no próximo ano.

Portanto, vistas do Senador Luiz Henrique.

Item nº 8. O Senador Acir Gurgacz solicita a retirada, até porque ele tem grande interesse em relação a esse projeto, pautaremos na próxima reunião.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33 DE 2008
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CN)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Contrário ao Projeto.

Observações:

1. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Com a palavra o trabalhador, Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Senador, Presidente, confesso que já estou quase com estafa de tanto que corri. Este ano foi altamente produtivo para o Senado Federal, para o Congresso Brasileiro, tendo em vista a aprovação do Código Florestal Brasileiro, da Emenda nº 29, e tantos outros projetos importantes que aprovamos nesta Casa.

Farei um relatório bem sucinto, bem leve.

Entendo, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que os créditos de carbono não deveriam ser tratados como valores imobiliários, por meio de edição de lei, isso porque a sua caracterização como valor imobiliário não definiria a sua natureza jurídica, nem contribuiria para trazer segurança jurídica demanda pelos participantes do mercado de crédito de carbono. Desse modo, antes de contribuir para a segurança jurídica, a aprovação do Projeto geraria custos adicionais e desnecessários para o mercado de crédito de carbono, além do que, o mercado brasileiro já dispõe de alguns mecanismos hábeis ao funcionamento e estruturação de projetos destinados à emissão de crédito de carbono, todos regulamentados por instrução da CVM.

No âmbito do Poder Executivo, o Ministério das Minas e Energia manifestou-se contrário à aprovação do Projeto por uma série de incongruências técnicas no entendimento do legislador, do que são os RCS.

Sobre os trâmites necessários para a sua emissão, conforme as diretrizes emanadas na convenção, o quadro das Nações Unidas para a mudança do clima e do Protocolo de Kyoto e sobre as proposições de natureza jurídica.

Sr. Presidente, diante dessas razões, recomendamos o voto pela rejeição da matéria, porém acredito que ainda não temos leis muito claras nesse sentido. Esta Comissão precisa se aprofundar, a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle precisa se aprofundar um pouco mais nessa matéria para que possamos estabelecer regras claras para esse fim.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp.

A matéria está em discussão.

Senador Sérgio Souza.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Luiz Henrique também.

O Senador Sérgio Souza já havia solicitado, Senador Luiz Henrique.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, na verdade, vou pedir vistas deste projeto, inclusive na condição de Presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, principalmente porque

essa questão do Protocolo de Kyoto termina no ano que vem. Nós temos que olhar isso com bastante atenção. E, na semana passada, encerrou-se a Convenção das Partes, em Durban. E a Convenção das Partes, a COP-17, ocorrida na África do Sul, teve como tema principal mudanças climáticas. Então, vamos fazer aí uma análise do que foi decidido em Durban para ver se o projeto realmente está adequado. De repente, a gente pode promover até mesmo uma melhoria. Então, vou solicitar vistas deste projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

Meu caro Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Rapidamente, Sr. Presidente.

No projeto do novo Código Florestal, o Senador Jorge Viana e eu incluímos um capítulo sobre incentivos governamentais, financeiros, administrativos à preservação e recuperação do meio ambiente. E, sendo aprovado na Câmara e sancionado pela Srª Presidente da República, dentro de 180 dias a partir da publicação do novo Código, o Governo Federal enviará a este Congresso um programa de incentivos à preservação e recuperação florestal, que, evidentemente, abarcará este tema proposto neste projeto. De modo que este projeto é da maior importância e agiu bem o nobre Senador Sérgio ao solicitar vista. Eu gostaria de compartilhar com ele a análise mais acurada desta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Portanto, pedido de vistas ao item nº 9, Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 9 DE 2010
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), pelos Estados e Municípios.

Autoria: Senador Renan Calheiros

Relatoria: Senador Blairo Maggi

Relatório: Favorável ao projeto com a Emenda nº 4 que apresenta e contrário às Emendas nºs 1, 2 e 3.

A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa; em 11/10/2011, o Presidente da Comissão designou o Senador Blairo Maggi Relator ad hoc da matéria, em substituição ao Senador Clésio Andrade; em 25/10/2011, foram apresentadas as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Relator, Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Sr. Presidente, Srs. Relatores, vamos ao relatório.

Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 9, de 2010, de autoria do Senador Renan Calheiros, que dispõe sobre a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies), pelos Estados e Municípios.

O PLS é composto de oito artigos. Eu vou ler os artigos e, depois, vou ao voto.

O art. 1º autoriza Estados e Municípios a firmar convênio com a União visando à qualificação profissional de estudantes do ensino superior beneficiários do Fies que não estejam no mercado de trabalho.

O art. 2º esclarece que a qualificação profissional compreenderá atividades estritamente relacionadas aos objetivos do curso superior, em períodos de 20 ou 40 horas semanais, a critério da administração.

Nos termos do art. 3º, a participação nos programas de qualificação profissional será de até doze meses, podendo ser prorrogados por igual período.

O art. 4º determina que o Fies, na forma do regulamento, abaterá mensalmente um por cento do saldo devedor consolidado dos participantes no programa de qualificação, incluídos os juros devidos no período, independentemente da data da contratação do financiamento.

O art. 5º atribui aos participantes do programa de qualificação o direito de receber uma bolsa qualificação em valor equivalente a um salário mínimo, na hipótese de jornada de 20 horas semanais, e de dois salários mínimos, caso sua jornada seja de 40 horas semanais.

Nos termos do art. 6º, a União poderá efetuar transferências financeiras aos Estados e Municípios destinadas ao pagamento da bolsa qualificação. Os Estados e Municípios poderão aumentar as respectivas bolsas qualificação caso façam a complementação com recursos próprios.

O art. 7º limita em 20%, do total de servidores do ente federado, o número de participantes do programa de qualificação.

A justificativa da proposta parte do princípio de que o Fies teria se transformado num impasse para os profissionais formados. Após a conclusão do curso superior, muitos não conseguem pagar as mensalidades do empréstimo contraído. O nível de inadimplência dos beneficiados do Fies chegou a 22%. O autor da proposta cita a Lei nº 12.202, de 2010 – que permitiu o abatimento do saldo devedor do Fies aos profissionais do magistério público e a médicos dos programas de saúde da família –, para propor alívio similar aos estu-

dantes dos demais cursos superiores que não estejam inseridos no mercado de trabalho.

O projeto foi encaminhado, então, à Comissão de Assuntos Econômicos e à de Cultura, Educação e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa.

Também foram apresentadas emendas de autoria do Senador Cyro Miranda, as Emendas nºs 1 e 2 – CAE.

Então, o nosso voto aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, é pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 3 – CAE e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 9, de 2010, com a seguinte Emenda.

A Emenda é bastante longa, mas, enfim, o parecer é favorável à aprovação do projeto de autoria do Senador Renan Calheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Blairo.

A matéria está em discussão.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, o Relator, o nosso querido colega Blairo Maggi, percebeu o problema central, do ponto de vista jurídico, do projeto de lei que estamos examinando, que é a inadequação do projeto ao princípio federativo da nossa estrutura político-administrativa – diz o Relator –, uma vez que o projeto autoriza os Estados e Municípios a firmar convênio com a União.

Ora, como bem lembrou o Relator, não cabe à União autorizar os Estados e Municípios a firmar convênio; quem autoriza é o Poder Legislativo do Município ou do Estado.

Para tentar contornar essa dificuldade, o Relator substitui o "autorizar" por "incentivar". Eu creio que não resolve o problema, meu prezado Blairo Maggi. Não resolve porque o que é incentivar? Não há nenhum conteúdo jurídico em incentivo. Incentivo é como: "Olha, parabéns!". Não há, digamos, conteúdo normativo nesse "incentivar".

Tudo o mais decorre disso, quer dizer, é um projeto vazio porque, se fosse autorizativo, seria inconstitucional; e, sendo a autorização substituída por estímulo, é vazio do ponto de vista normativo.

Por isso, com todo o respeito à opinião e ao esforço que faz o Relator Blairo Maggi para salvar o projeto, eu me permito votar contra.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em discussão, ainda, a matéria. (*Pausa.*)

Não mais havendo quem queira discutir, passamos à votação.

Os Senadores que concordam com o relatório do Senador Blairo Maggi permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Voto contrário do Senador Aloysio Nunes.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com a Emenda nº 4, renumerada como Emenda nº 01 da CAE, rejeitando as Emendas nºs 1, 2 e 3, de autoria do Senador Cyro Miranda.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Último item da pauta.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 61 DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Waldemir Moka
Relatório: Contrário ao projeto.

A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Como o Senador Moka não se encontra, indico o Senador Raupp Relator *ad hoc* do item nº 11, o laborioso Senador Raupp, o insubstituível.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, devido à hora, todo mundo com fome já, vou fazer o relatório mais breve ainda.

Nesses termos, ficando demonstrado que o projeto, a despeito de seu elevado mérito, não inova o ordenamento jurídico brasileiro, deve, por essa razão exclusiva e absolutamente determinante, ser rejeitado por esta Comissão.

Considerando as razões apresentadas, votamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 2011.

Esse é o relatório do Senador Moka, relatado aqui *ad hoc* por mim.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp, pela objetividade.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Raupp.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, contrário ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Encerramos a pauta.

Agora, vou ler três requerimentos dentro das regras estabelecidas pelos atos aprovados aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O primeiro requerimento é do Senador Ricardo Ferraço:

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo no ano de 2012. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Sr. Nilson Teixeira, Economista-Chefe do Credit Suisse; Sr. Felipe Salto, Economista da Tendências Consultoria Integrada; Sr. Mansueto Almeida, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea; Sr. Carlos Alberto Barreto, Secretário da Receita Federal.

Justificação

Reportagem do jornal Valor Econômico do dia 13 de dezembro de 2011 informa que as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo Governo podem superar R$ 40 bilhões em 2012, o que significaria um desafio a mais para o cumprimento da meta de superávit primário de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB), em um cenário que terá forte aumento de despesas vinculadas ao reajuste do salário mínimo. O uso intenso de tais medidas pode impor, também, um obstáculo para quedas mais fortes dos juros.

Tal montante de desonerações e incentivos remete, principalmente, à equalização da taxa de juros do Programa de Sustentação do Investimento do BNDES e ao Programa Brasil Maior, a nova política industrial do Governo, o qual prevê, dentre outras medidas, a devolução de créditos tributários e a ampliação do Simples Nacional, o Reintegra, as desonerações do IOF e eletrodomésticos da linha branca, bem como do IPI sobre bens de capital, material de construção, caminhões e veículos.

Os convidados podem dar contribuição óbvia a tema tão importante. Assim, peço aos meus pares a aprovação desta proposição.

Votaremos na terça-feira, dentro das regras estabelecidas, este requerimento.

Segundo requerimento:

Nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada no âmbito desta comissão audiência pública com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado de nº 40, de 2010. Para tanto, sugiro sejam convidados os seguintes expositores: um representante do Ministério da Integração Nacional, um representante do Ipea, um representante do Tesouro Nacional, um representante da Receita Federal e um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esse requerimento é apresentado pelo Senador Sérgio Souza, do Paraná, e pelo Senador José Pimentel, do Ceará.

Portanto, vamos votá-lo na próxima semana.

Último requerimento que a Presidência desta Comissão apresenta:

Nos termos do artigo 93, inciso 2, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada por esta Comissão de Assuntos Econômicos em conjunto com a Comissão de Infraestrutura audiência pública com o objetivo de discutir o tema Ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica no Brasil, com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME; Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, CCEE; Sr. Reginaldo Almeida de Medeiros, Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel; Sr. Edvaldo Alves Santana, Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Lúcio Reis, Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – Anace; Sr. Luiz Fernando L. Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine.; e Sr. Antonio Gavazzoni – Presidente do Grupo Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. – Celesc.

O mercado livre de energia elétrica no Brasil representa hoje 27% do consumo nacional. É uma participação expressiva, mas poderia ser mais do que isso face às restrições de natureza legal.

Na nossa visão, sem comprometer as exigências que devem ser observadas em relação à segurança do sistema elétrico, é perfeitamente possível aumentar o número de consumidores industriais ou comerciais do mercado livre, estendendo os seus benefícios a outros segmentos da economia brasileira.

Atualmente, apenas 1.000 (mil) grandes consumidores fazem parte do grupo beneficiado pelo mercado livre de energia elétrica. Caso a legislação seja flexibilizada, mais consumidores industriais ou comerciais poderão ser classificados como consumidores livres, fazendo com que a economia brasileira se torne mais competitiva, gerando também emprego e renda. Já existe amparo legal para que essa flexibilidade ocorra por parte do Ministério de Minas e Energia.

Vale lembrar que, a partir da liberalização ocorrida no mercado de telecomunicações, no final dos anos 90, os consumidores saíram ganhando, sem prejuízo de aspectos técnicos. Entendemos que os consumidores de energia elétrica, mesmo que ainda restritos aos da

área industrial ou comercial, têm direito de exercer ou não a opção de serem livres, exatamente como ocorre há muitos anos na área de telecomunicações. Hoje, em termos restritivos, o Brasil seguramente está entre os mais atrasados da América Latina quando se trata de mercado livre de energia elétrica.

Com o intuito de fornecer subsídios para avaliar o assunto, torna-se necessária a realização dessa audiência pública com os representantes do setor.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Eu gostaria de sugerir nessa nominata o Presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina, o Sr. Antonio Gavazzoni.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, por sugestão do senador Luiz Henrique, o Dr. Antonio Gavazzoni, Presidente do Grupo Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. (Celesc).

Essa foi a pauta de hoje.

Quero agradecer, mais uma vez, às Senadoras e aos Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos por mais esta reunião exitosa, em que abordamos todos os temas da pauta. No dia 20, teremos a última reunião do ano, espero, da Comissão de Assuntos Econômicos.

A todos os Senadores e Senadoras, aos que nos acompanham aqui, assessores, imprensa, o meu muito obrigado.

A reunião está encerrada.

(Iniciada às 10 horas e 28,minutos, a reunião é encerrada às 12horas e 32 minutos.)

ATA DA SEPTUAGÉSIMA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinqüenta e nove minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Ana Amélia, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Clésio Andrade e, ainda, do Senador Walter Pinheiro. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, José Agripino, João Ribeiro e Marinor Brito. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 69ª Reunião, que é dada como aprovada. Em seguida, comunica aos Membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento: Aviso nº 98 de 2011, de 30 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-019.375/2011-5, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 8 de 2011; e Aviso nº 1712-Seses-TCU-Plenário, de 30 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido pelo Plenário daquela Corte nos autos do processo nº TC-030.315/2010-7, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, referentes à auditoria destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Informa que foi apresentado o parecer vencedor, elaborado pelo Senador Cyro Miranda, pela aprovação do projeto de Lei do Senado nº 628 de 2007, nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal. É aprovada pela Comissão a dispensa da leitura do referido parecer. Informa, ainda, que foi apresentado o parecer vencedor elaborado pelo Senador Demóstenes Torres, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 83 de 2009, nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal. É aprovada pela Comissão a dispensa da leitura do referido parecer. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da primeira parte da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 148 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça", tendo como Relator o Senador Lindbergh Farias, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. Após leitura do relatório pelo Relator, usa da palavra o Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para fazer sua exposição. Após a exposição do

indicado, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Lindbergh Farias e Eduardo Suplicy. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Eduardo Suplicy e Demóstenes Torres para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça, por treze votos favoráveis, quatro contrários e nenhuma abstenção. Item 2– Mensagem (SF) nº 149 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça", tendo como Relator o Senador Armando Monteiro, que oferece relatório a ser apreciado em votação secreta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Ivo Cassol Relator "Ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad hoc", usa da palavra o Sr. Ricardo Machado Ruiz para fazer sua exposição. Após a exposição do indicado, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Demóstenes Torres, Lindbergh Farias e Eduardo Suplicy. Os Senadores Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy solicitam vista da Matéria. O Presidente da Comissão concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da segunda parte da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 147 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 6,231,000.00 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Rondônia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do 'Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial – Profisco'", tendo como Relator o Senador Waldemir Moka, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Em 13/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. Anunciada a Matéria, usa da palavra o Senador Waldemir Moka, Relator da Matéria. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem (SF) nº 150 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República, que "propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 451,980,000.00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões e novecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM" , tendo como Relator o Senador Casildo Maldaner, que oferece relatório favorável ao Projeto nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Valdir Raupp Relator "Ad hoc" da Matéria. Após a leitura do relatório pelo Relator "Ad hoc", encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3– Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado)", tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 4– Projeto de Lei do Senado nº 304 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada. Item 5– Projeto de Lei do Senado nº 193 de 2008, terminativo, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que "altera o caput do art. 13 e o art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre a correção dos depósitos efetuados nas contas vinculadas do FGTS, e dá outras providências", tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy, que oferece relatório pela rejeição do Projeto. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Pare-

cer favorável ao Projeto. Em 6/12/2011, foi concedida Vista Coletiva. Em 13/12/2011, foi apresentado Voto em Separado, de autoria do Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de pauta a pedido da Relatora. Item 6– Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 699 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 492 de 2007 com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta e pela rejeição do PLS nº 699 de 2007 e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 699 de 2007 com a Emenda nº 1-CAS e pelo arquivamento do PLS nº 492 de 2007. A apreciação das Matérias é adiada. Item 7– Projeto de Lei do Senado nº 721 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "dá nova redação ao art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para reduzir e escalonar, por faixa de receita bruta anual da pessoa jurídica, o valor das multas por descumprimento de obrigação acessória criada com base no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. Item 8– Requerimento nº 87 de 2011, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo e com significativo impacto na arrecadação fiscal para o ano de 2012, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Nilson Teixeira – Economista-chefe do Credit Suisse; Senhor Felipe Salto – Economista da Tendências Consultoria Integrada; Senhor Mansueto Almeida – Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Senhor Carlos Alberto Barreto – Secretário da Receita Federal do Brasil. Em 13/12/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 87 de 2011-CAE. Item 9– Requerimento nº 88 de 2011, de iniciativa dos Senadores Sérgio Souza e José Pimentel, que requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2010, com a presença dos seguintes expositores: representante do Ministério da Integração Nacional; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; representante da Secretaria do Tesouro Nacional; representante da Receita Federal do Brasil; e representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Em 13/12/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 88 de 2011-CAE. Item 10– Requerimento nº 89 de 2011, de iniciativa do Senador Delcídio do Amaral, que requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, com o objetivo de discutir o tema: "Ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica no Brasil", com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME; Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Sr. Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel; Sr. Edvaldo Alves Santana – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Lúcio Reis – Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – Anace; Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; Sr. Antonio Gavazzoni – Presidente do Grupo Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. – Celesc; e Sr. Paulo Pedrosa – Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – Abrace. Em 13/12/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão. Colocado em votação, a Comissão aprova o Requerimento nº 89 de 2011-CAE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e oito minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 70ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 69ª reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos para o seu conhecimento:

Aviso do Tribunal de Contas da União.

Aviso nº 98/2011, de 30 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido no plenário daquela Corte, nos autos do Processo nº TC 019375/2011 – 5, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução do Senado Federal nº 8, de 2011.

Aviso nº 1.712, TCU – Plenário, de 30 de novembro de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do acórdão proferido pelo plenário daquela Corte nos autos do Processo nº TC 030315/2010 – 7, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, referentes à auditoria destinada a avaliar a sistemática de habilitação, concessão e investimentos realizados pelas empresas beneficiárias do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – Reidi.

Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Eu quero, hoje, só explicar que nós estamos iniciando, cara Senadora Ana Amélia, Senador Moka e Senador Dornelles, a CAE mais cedo porque, hoje, nós temos uma pauta longa, não só uma pauta fechando os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, mas também vamos ter a sabatina de dois novos diretores do Cade. Depois, teremos uma pauta mais expedita, mais restrita, porque existem empréstimos que nós precisamos aprovar hoje para, em caráter de urgência, votá-los no plenário – um é de Rondônia e o outro é do Rio de Janeiro –, e, depois, a presença do Presidente do Banco Central, num momento importante para a economia mundial. O Presidente do Banco Central é Alexandre Tombini.

Portanto, é por isso que nós estamos iniciando a Comissão de Assuntos Econômicos, hoje, mais cedo, exatamente porque a pauta está complicada, Senador Moka.

Eu quero fazer, aqui, um registro muito rápido, também, dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos neste ano.

Durante este ano, a Comissão de Assuntos Econômicos realizou 69 reuniões – trata-se de um recorde na história da Comissão de Assuntos Econômicos –, sendo 33 ordinárias, 21 reuniões extraordinárias e 15 reuniões conjuntas.

Portanto, foi um ano bastante produtivo, graças aos Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos.

Na próxima tela, depois das reuniões, a Comissão de Assuntos Econômicos em números: foram feitas deliberações, houve resultados e deliberações, num total de 282 projetos – aprovados, 204; conhecidos e arquivados, 3; rejeitados, 63; e prejudicados, 12.

Portanto, nós tivemos, aí, pauta cheia em todas as reuniões e, ao mesmo tempo, com uma votação com números importantes, mostrando a efetividade da Comissão de Assuntos Econômicos, a despeito de muitas reuniões conjuntas e muitas audiências públicas.

É importante ressaltar, também, que em relação aos projetos de lei apreciados na CAE, foram 113 projetos de lei do Senado e 14 projetos de lei da Câmara, como a própria figura demonstra.

No *slide* 5, aprovamos 16 autorizações e empréstimos. Nós, aí, concentramos por Estados e Municípios, para simplificar um pouco esta exposição, mas São Paulo com quatro, o Paraná com dois, o Rio de Janeiro com dois, o Espírito Santo com um, Minas Gerais com um. Depois, aqui está aberto. Para os Estados: São Paulo, um; Rio, dois; Espírito Santo, um; Minas Gerais, um. Para os Municípios: São Bernardo do Campo (SP), um; São José dos Campos (SP), um; Hortolândia (SP), um; Curitiba (PR), um; Paranaguá (PR), um. E, ainda, 6, para União:

– Para o projeto de consolidação do programa bolsa família e apoio ao compromisso nacional pelo desenvolvimento social;

– Para o projeto am-x, que visa modernizar 43 aeronaves a-1;

– Para o programa de financiamento para a gestão de resíduos sólidos urbanos e mecanismos de desenvolvimento limpo;

– Para o programa de desenvolvimento do setor água – interáguas;

– Para financiar, parcialmente o "projeto de modernização das hidrelétricas furnas e luiz carlos barreto de carvalho;

– Para o programa de modernização da gestão do patrimônio imobiliário da união.

(*slide* 6)

Além disso, realizamos **7 sabatinas** durante o ano de 2011. Nas sabatinas aprovamos a indicação das seguintes autoridades:

Autoridade Pública Olímpica

– Márcio Fortes De Almeida – Presidente

Banco Central

-Sidnei Corrêa Marques – Diretor

– Altamir Lopes – Diretor

Cade

-Fernando De Magalhães Furlan – Presidente

-Alessandro Octaviani Luis – Conselheiro

-Marcos Paulo Veríssimo – Conselheiro

-Elvino De Carvalho Mendonça – Conselheiro

(*slide* 7)

Gostaria de destacar algumas matérias importantes que foram aprovadas durante este ano:

Ampliação do rol de empresas aptas a ingressarem no Simples Nacional (plc 77/2011);

Cria autonomia financeira, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública (pls 225/2011);

Criação do sistema único de assistência social – SUAS (PLC 189/2010);

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase (PLC 134/2009);

Dobra o desconto no ir do empregador quando empregado frequenta instituição de ensino (PLS 254/2008);

Definição de percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista em que a união detenha maioria do capital social (PLS 112/2010);

Criação do Fundo Nacional Pró-leitura (PLS 294/2005);

Substituição de alimentos não saudáveis nas escolas públicas e privadas (PLC 93/2010);

Ampliação do controle sobre gastos com publicidade e patrocínio nas estatais federais (PLS 82/2009).

(*slide* 8)

É importante registrar que temos 371 matérias tramitando na CAE. por aí podemos ver quantas pautas ainda a CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, tem pela frente, já no próximo ano 220 estão com os relatores; 103 matérias estão prontas para a pauta; somente 6 estão aguardando distribuição;

Portanto, muito poucos processos deixaram de ser despachados e 42 estão aguardando realização de audiência pública (sendo 35 requerimentos e 7 projetos de lei).

Esses números são importantes e mostram o que representa a Comissão de Assuntos Econômicos no trabalho legislativo dos Senadores.

Na próxima tela, temos o *slide* 9.

Tivemos uma preocupação muito grande de procurar fazer uma discussão equitativa, proporcional às bancadas, considerando o Bloco de Apoio ao Governo e também os partidos de oposição.

V. Exªs podem ver que está razoavelmente equilibrada a distribuição e o que prejudicou um pouco foi a saída do PR do bloco de apoio ao Governo, mas procuramos sempre buscar um equilíbrio na distribuição das relatorias, até para que todos os partidos se façam representados nos projetos.

Na tela 10, se o PR continuasse integrando o bloco de apoio ao Governo, V. Exªs podem verificar que está tudo bastante equilibrado e, portanto, temos tido um zelo grande no sentido de distribuir proporcionalmente as relatorias, de acordo com a representatividade de cada partido.

No *slide*, é importante registrar também que desequilíbrios aconteceram – voltando ao *slide* 10 –, porque, após 17/11, foram designados relatores para apenas 48 projetos, de um total de 517 designações. Isso reflete 9,2% do total de designações até o momento. Isso é mais um fator de desequilíbrio, porque fomos distribuindo, ao longo do tempo, a maioria dos projetos que vieram aqui para a Comissão de Assuntos Econômicos.

No *slide* 11, aprovamos 76 requerimentos. Foram atendidos 41; 5 parcialmente atendidos; e 30 não atendidos.

No *slide* 12, realizamos 29 audiências públicas. Duas audiências para debater o PRS nº 72/2010 – que voltará à pauta no ano que vem, é um projeto importante sobre o ICMS da importação –; audiências para debater a repartição de *royalties* do petróleo – tendo a presença de governadores, Ministro das Minas e Energia, vice-governadores e o Presidente da Petrobras, até porque aqui foi a Comissão onde esses grandes debates ocorreram. V. Exª foi protagonista desse debate, com muita competência, Senador Dornelles –; três audiências para debater a crise econômica internacional e as repercussões na economia brasileira – tendo a presença de vários ministros, como o da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, e do Presidente do Banco Central, que hoje estará conosco a partir das 11 horas –; três audiências em conjunto com a Comissão de Infraestrutura sobre a renovação de concessores de energia elétrica; três audiências – um tema importante que, no próximo ano, sem dúvida nenhuma, vai merecer uma grande atenção dos Senadores e do Governo Federal – para debater o Plano Brasil Maior, um plano fundamental de competitividade para o nosso País, com a presença do Ministro Pimentel, do Ministro de Ciência e Tecnologia e do Presidente do BNDES; audiência sobre o risco da desindustrialização da economia brasileira – o PR nº 72 tem muito a ver com esse processo de desindustrialização –; audiência conjunta para debater o PLC nº 116/2010, sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado – são as redes, os canais fechados –; audiência com o Ministro da Fazenda para prestar informações sobre o cenário para 2011, espe-

rado pelo Governo Federal; audiência com a Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para debater a erradicação da pobreza – uma audiência importante, de iniciativa do Senador Suplicy –; audiência com o Ministro da Ciência e Tecnologia para debater sobre economia e competitividade, a importância da inovação, fundamental para o País; e três audiências com o Presidente do Bacen, sobre políticas monetária, creditícia e cambial.

Vamos agora para o item 13.

Também foram criadas subcomissões, que estão em funcionamento no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos: a Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal, que tem como Presidente o Senador Francisco Dornelles e Vice-Presidente o Senador Cyro Miranda; e a Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, tendo como Presidente o Senador Aloysio Nunes Ferreira e Vice-Presidente o Senador José Pimentel.

Portanto, esse é um resumo dos trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos.

Quero aqui agradecer a competente equipe comandada pela Adriana, que não tem medido esforços no sentido de garantir um bom desempenho para a Comissão de Assuntos Econômicos. Sem a presença deles, não conseguiríamos chegar a esses números, portanto, quero agradecer a toda a nossa equipe da Comissão de Assuntos Econômicos e também aos Senadores e Senadoras.

É importante registrar que não tivemos nenhuma reunião da CAE adiada, nenhuma reunião sem quórum, ou seja, a CAE teve Casa cheia ao longo de todas as suas reuniões, isto é uma grande vitória, especialmente dos Senadores e Senadoras, pelo trabalho que desenvolveram ao longo deste ano de 2011.

Isso posto, gostaria aqui de registrar, também...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentar o Presidente Delcídio do Amaral, pela maneira como conduziu tão bem a Comissão de Assuntos Econômicos, uma das mais importantes do Senado Federal, desde o início do ano de 2011. V. Exª acaba de demonstrar o quão produtiva foi esta Comissão, os seus trabalhos e o quanto se conseguiu avançar. V. Exª também mostrou o equilíbrio com que procurou realizar a distribuição das diversas iniciativas legislativas para todos os Senadores, dos mais diversos partidos aqui presentes, e isto também é um mérito muito importante, como diretriz e exemplo de V. Exª.

Com respeito às iniciativas de votação e projetos, há um projeto de grande relevância – que eu muito teria gostado de ter concluída a votação nesta Comissão de Assuntos Econômicos. Refiro-me ao projeto que define as normas das cooperativas. V. Exª designou o Senador Lindbergh Farias para realizar o parecer e ele me informou que está com o parecer pronto. Houve, entretanto, uma iniciativa legítima da Senadora Ana Amélia, que me explicou que, considerando que a área de cooperativas é um assunto de grande relevância para o seu mandato, pediu que fosse também ouvida a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – inclusive lá já foi discutido, mas ela avaliou que seria próprio fazê-lo outra vez.

Registro esse fato, Sr. Presidente, porque era uma das pendências importantes desta Comissão, mas, como surgiu a iniciativa, em Plenário, desse requerimento, quero aqui fazer o apelo aos Senadores, inclusive à Senadora Ana Amélia – é legítimo que ela queira estudar, debater o assunto –, de que possamos, se possível no primeiro semestre, logo no início, dar prioridade a este assunto. É um apelo que faço com muito carinho, amizade, respeitando a Senadora Ana Amélia, porque há uma expectativa da parte de todos, seja das cooperativas de agricultores familiares, das pequenas cooperativas das mais diversas entidades, como da OCB, e assim por diante. Há uma expectativa grande, que resulta de um esforço de anos do Senador Osmar Dias, de mim próprio, do ex-Senador Fogaça, e assim por diante. Queria dar essa informação para todos aqueles que esperam, inclusive o Secretário Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Professor Paul Singer, que é um dos responsáveis pela área de cooperativas no Brasil.

O segundo ponto que queria mencionar, agradeço por V. Exª ter aqui levado em conta e realizado a primeira etapa da audiência pública sobre o Programa Brasil Sem Miséria, com a presença da Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e da Srª Ana Fonseca, Secretária Executiva do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema, mas aquele requerimento inclusive tinha outras etapas, referentes à vinda de acadêmicos e especialistas no assunto, e essas etapas ainda poderão ser feitas em 2012.

Queria registrar isso e cumprimentá-lo, Presidente Delcídio do Amaral, pela maneira como conduziu. Creio que todos nós estamos felizes por termos colaborado com V. Exª para o bom êxito dos trabalhos desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy, Senador importante, com uma participação efetiva não só na

Comissão de Assuntos Econômicos, mas nos trabalhos do Congresso Nacional.

Realmente, esses dois tópicos que V. Exª citou são muito importantes, todos nós aguardamos e, legitimamente, a Senadora Ana Amélia também solicitou que esse projeto tramitasse pela Comissão de Agricultura, até pelo tema e sua importância, mas espero que no próximo ano tenhamos as condições necessárias para não só discutir e votar esse projeto sobre cooperativas, como também dar sequência àquela agenda já aprovada, especialmente elaborada por V. Exª, que começou com a Ministra do Desenvolvimento Social e vai prosseguir ao longo do próximo ano.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senadora Ana Amélia, pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria primeiro, também como o Senador Suplicy, cumprimentar V. Exª pela competência, pela habilidade, pela energia e pela força com que comandou, no bom sentido, esta Comissão, com esse resultado.

Quanto à questão do cooperativismo, hoje, embora o sistema cooperativista brasileiro tenha sido ampliado para diversas atividades, ainda mantém, no setor da produção agropecuária, a principal expressão desse importante segmento de economia no nosso País, especialmente na Região Sul, que conheço melhor. No meu Estado do Rio Grande do Sul, mas também Santa Catarina e Paraná, predominantemente são realizadas pelo sistema de cooperativas, o que é muito bom. É uma distribuição mais justa e correta do resultado da produção.

O Senador Suplicy apenas inverteu a ordem. Na verdade, não é por preocupação com o meu mandato, a prioridade é porque a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária deve ser ouvida, precisa ser ouvida, até porque precisa ser fortalecida nas suas finalidades. Penso que uma matéria dessa natureza não passar pela Comissão de Agricultura seria, digamos, imperfeito o processo de tramitação dessa matéria nesta Casa. Este foi o motivo. Claro que isso faz parte das minhas prioridades, tanto que – e aí agradeço a V. Exª, Senador Delcídio do Amaral – esta Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o PLS nº 40, de minha autoria, a despeito da posição divergente do Senador, meu Líder, Francisco Dornelles, que foi Ministro do Trabalho, e do nosso Senador Lindbergh Farias, a questão de aplicar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – por cooperativas de crédito. Hoje estará aqui o Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, que tem sobre essas cooperativas uma referência da melhor qualidade, porque o Banco Central fiscaliza essas instituições.

Com habilidade, o Senador Casildo Maldaner fez um relatório primoroso, porque foi encontrar uma forma inteligente de fazer a proteção desse patrimônio do FAT – que é dinheiro dos trabalhadores, como bem lembrou o Senador Dornelles –, como dar garantias em letras do Tesouro Nacional. Não os títulos podres que foram comprados pela Caixa Econômica Federal, lamentavelmente, em uma operação que ainda precisamos esclarecer nesta Comissão, mas uma forma absolutamente adequada para operar e fortalecer.

Então, estou preocupada sim, porque as cooperativas de crédito – todas elas, de todas as áreas – estão habilitadas, pela segurança com que trabalham, a ampliar o financiamento para os pequenos agricultores e também para a área urbana, como muito bem fez o Senador Casildo Maldaner.

Agradeço a V. Exª e esclareço o motivo pelo qual levei essa matéria também para discussão na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, antes de V. Exª terminar – serei muito objetivo –, quero lembrar que o maior número de cooperativas no Brasil, disparado, são cooperativas agropecuárias. É o maior número, daí porque não ouvir a Comissão de Agricultura me parece...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Sem sombra de dúvida, Senador Moka e Senadora Ana Amélia, é absolutamente legítimo e pertinente o requerimento apresentado. Portanto, acho que assim exercitamos e conseguimos executar um bom trabalho, especialmente pelo tema, o cooperativismo. As cooperativas são fundamentais, e não o são só para o Brasil; vários países desenvolvidos têm no cooperativismo a sua máquina motriz.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De lá, nos fizemos a experiência.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles, pela ordem.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente, eu queria dizer que os resultados alcançados pela Comissão de Assuntos Econômicos só foram possíveis graças à sua liderança, à sua competência e à maneira como o senhor conduziu, com muita firmeza, com muita democracia. De modo que a minha posição aqui é a de cumprimentar V. Exª e dizer que esses resultados são resultados que pertencem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Dornelles é um dos Senadores mais importantes do Senado e, na CAE, talvez a sua principal estrela.

Senador Cyro Miranda, do Estado de Goiás.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero fazer das palavras do professor Dornelles, nosso mestre aqui, as minhas. Já tive oportunidade de lhe dizer que neste ano foi gratificante para mim, como primeiro neste Parlamento, estar sob sua Presidência. Realmente, alcançamos os objetivos porque temos um Presidente de fato e de direito, e um Presidente republicano acima de tudo.

Sinto-me extremamente satisfeito por estar ao seu lado e peço desculpas se não pude colaborar em alguma coisa à altura que V. Exª merece. No próximo ano, com certeza, produziremos mais ainda.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cyro Miranda.

Quero agradecer a todos os Senadores e a todas as Senadoras pelo trabalho. Acho que a nossa vitória é a vitória dos Senadores e Senadoras que se empenharam muito aqui – é uma vitória coletiva – e da equipe da Comissão de Assuntos Econômicos. Usando uma expressão que usei na campanha, foi uma vitória de todos.

Darei continuidade à pauta.

Já citei que nós vamos enviar os avisos encaminhados pelo TCU, por meio de ofício circular, a todos os gabinetes dos Senadores e Senadoras.

Quero registrar também que foi apresentado o parecer vencedor, elaborado pelo Senador Cyro Miranda, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 628, de 2007.

Nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a dispensa da leitura desse parecer.

Os Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário, para as devidas providências.

Foi apresentado, ainda, o parecer vencedor, elaborado pelo Senador Demóstenes Torres, pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2009.

Nos termos do art. 132, § 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a dispensa da leitura desse parecer.

Os Senadores e as Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada ao Plenário, para as devidas providências.

Iniciaremos, agora, as sabatinas, Senador Lindbergh.

– 1ª PARTE –
PAUTA

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 148 DE 2011
– Não Terminativa –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 149 DE 2011
– Não Terminativa –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor RICARDO MACHADO RUIZ para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: A ser apreciado em votação secreta.

Os indicados já se encontram no recinto da Comissão.

Solicito que a Secretaria os conduza ao Plenário do Senado, ao Plenário da Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Estou preocupado com essa aprovação dos empréstimos de Rondônia e Rio de Janeiro. Se tivesse quórum, poderíamos, rapidamente, como o parecer de Rondônia já foi lido, votar, porque vai ter a sabatina, agora, dos indicados ao Cade e a reunião poderá se estender muito e até se esvaziar no final. Eu pediria, se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não temos ainda quórum para deliberar, mas, tão logo o alcancemos, votaremos os empréstimos. Isso é fundamental porque temos de encaminhar para o Plenário também do Senado para que votemos hoje.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu perguntaria a V. Exª, e, aí, sempre sob seu comando, essa colocação do Senador Raupp é muito importante, se não seria possível que os relatórios pudessem ser lidos e, posteriormente, quando houvesse número, serem votados.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeito. Acho bem razoável;

Então, antes de começar aqui a sabatina, os Relatores...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – O de Rondônia já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – É, sei.

Então, antecipando aqui, já lendo os relatórios, vou começar aqui o Item 1.

– 2ª PARTE –
PAUTA

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 147 DE 2011
– Não Terminativa –

Solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 6,231,000.00 (seis milhões, duzentos e trinta e um mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado de Rondônia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial – Profisco".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Waldemir Moka

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

Observações:

1. Em 13/12/2011, foi concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais.

É importante registrar que acompanha a apreciação da matéria, conforme Resolução 43, de 2001, do Senado Federal, a Srª Eliane Bukah, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, e a Srª Ângela Semirami Soares, Analista de Finanças e Controle da Gerência de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, ambas representando o Tesouro Nacional, e a Srª Francisca Lucilene da Silveira, Coordenadora do Projeto.

Como já disse, o relatório já foi lido na 69ª reunião, em 13 de dezembro, e foi concedida vista coletiva.

Pergunto ao Relator se deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –Sr. Presidente, apenas para atualizar.

O Senador Roberto Requião pediu vista, inclusive alegando que isso é real. Eu disse no relatório que a Secretaria do Tesouro Nacional colocou o Estado de Rondônia no chamado Item C, alegando que não teria condições de contrair o empréstimo.

Sr. Presidente, pedi, embora a Consultoria do Senado tenha feito o relatório, uma nota técnica, até porque eu disse ao Senador Roberto Requião que há uma condição para ser feito: primeiro, o Ministro da Fazenda considerou de forma excepcional, e ele tem prerrogativa para isso, e, segundo, está condicionado a um contrato em que o Estado de Rondônia se compromete com garantias, inclusive constitucionais, a cumprir e pagar, liquidar o empréstimo.

O empréstimo, Sr. Presidente, tem uma questão específica é para a Secretaria da Fazenda, exatamente para melhorar o setor de arrecadação.

Por último, há um parecer favorável. Absolutamente, a Comissão de Assuntos Econômicos não está fazendo nenhum tipo de concessão. Este Relator não o faria, ao dar um parecer favorável, até porque o Estado de Rondônia preenche todos os requisitos para contrair esse empréstimo.

Era só isso que eu queria acrescentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Moka.

Portanto, só aguardaremos o quórum para votar o projeto de Rondônia, e espero que algum Senador solicite o encaminhamento desse projeto em caráter de urgência, para que votemos no plenário do Senado hoje ainda.

– 2ª PARTE –
PAUTA

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 150 DE 2011
– Não Terminativa –

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 451,980,000.00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões e novecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Rio de Janeiro

e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado (PRS) que apresenta.

É um projeto muito importante para o Rio de Janeiro.

O Senador Casildo Maldaner não poderá estar conosco hoje, pela manhã, mas estará na votação da DRU à tarde.

De acordo com a Resolução nº 43, estão aqui presentes a Srª Eliane Buccat, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda; e a Srª Angela Semiramis Soares, Analista de Finanças e Controle da Gerência de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, ambas representando o Tesouro Nacional. E o Sr. Renato Villela, Secretário de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, que também está aqui presente.

Com a palavra o relator *ad hoc*. Eu nomeio o revigorado Relator Senador Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Rio de Janeiro, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se a financiar o "Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara – PSAM", que visa contribuir para a reversão do estado de degradação ambiental da Baía de Guanabara. Seu propósito é o aumento da cobertura da coleta e tratamento de esgotos nessa área urbana, contribuindo para a redução da carga orgânica de origem doméstica vertida na Baía de Guanabara.

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA599454. Será contratado sob a modalidade de Empréstimo do Mecanismo Unimonetário, com taxa de juros baseada na LIBOR.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo médio do empréstimo será de 5,53 % a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR, considerado aceitável por essa Secretaria, dado o custo atual médio de captação do Tesouro Nacional, em dólar, no mercado internacional.

Vale destacar que os recursos totais a serem alocados no programa alcançam investimentos totais de US$ 639, 551 milhões, no período de 2011 a 2016, sendo que além do empréstimo pretendido estão previstas contrapartidas de recursos do Estado no montante de US$ 187, 571 milhões.

Eu vou agora ao voto para ganharmos tempo, pois creio que já é de conhecimento das Srªs e dos Srs. Senadores o teor desse relatório.

Conclui-se, assim, que estão satisfeitos os limites e condições estabelecidos pelas aferidas resoluções do Senado Federal que tratam da matéria, assim como as exigências e condições para a prestação de garantia pela União contidas no art.40 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado do Rio de Janeiro para contratar a operação de crédito externo, nos termos seguintes:

Autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 451.980.000,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões e novecentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Raupp.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Eu estou me preparando aqui, porque, se ninguém quiser discutir, a hora em que tivermos quorum vamos somente votar, senão, abriremos discussão, ainda, Adriana. *(Pausa.)*

Então, se não há nenhum Senador ou Senadora para discutir... O Senador Lindbergh queria fazê-lo?

Portanto, encerrada a fase de discussão, nós só vamos votar na hora em que houver quórum, conforme sugestão do Senador Dornelles, esperando que algum Senador ou Senadora peça urgência para que nós votemos em plenário, hoje, esse empréstimo. *(Pausa.)*

Já foi pedida a urgência.

Portanto, voltamos agora à primeira parte da pauta, relativa às sabatinas.

Concedo a palavra ao relator do Item 1, Senador Lindbergh Farias, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a MSF nº 148, de 2011, da Presidenta da República, que submete à consideração do Senado Federal

o nome do Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Por intermédio da Mensagem – MSF nº 148, de 2011 (Mensagem nº 565, de 13 de dezembro 2011, na origem), e nos termos do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o disposto no art. 4º, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Conforme o currículo que acompanha a Mensagem, o indicado, nascido em 09 de outubro de 1975, em Itú-SP, graduou-se em Direito, no ano de 1998, pela Universidade Católica de Pernambuco. Além disso, é pósgraduado em Direito Público Geral pela Faculdade de Direito da Universidade de Montpellier 1, França – conclusão no ano 2000 –, bem como em Direito da Concorrência, pela Fundação Getúlio Vargas, conclusão em 2009.

A carreira jurídica do indicado iniciou-se no Escritório de Advocacia Urbano Vitalino, em Recife-PE, onde trabalhou entre 1998 e 2003. Em 2004 ingressou por concurso público na carreira de Procurador Federal, da Advocacia Geral da União. Em 2005 e 2006 atuou como Procurador-Chefe da Dívida Ativa do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE – responsável pela inscrição e cobrança dos créditos da Autarquia.

Posteriormente, de 2006 a 2008, foi Coordenador Jurídico Administrativo da Procuradoria do CADE. Responsável por organizar o funcionamento da Procuradoria e coordenar as teses jurídicas, substituindo, também, o Procurador Geral em suas ausências e impedimentos. Em 2009, atuou como Procurador-Geral Interino da Autarquia.

Atualmente é o Procurador-Geral do CADE, conduzido ao cargo para o biênio 2010-2011 e, nesta ocasião, tem seu nome novamente submetido a esta Casa pela Presidência da República, para sua recondução ao cargo.

No âmbito acadêmico foi Professor de Direito Econômico do IESB – Instituto de Ensino Superior de Brasília-DF, de fevereiro de 2005 a dezembro 2009; professor licenciado da Faculdade de Direito da SOPECE, Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino; representante da Procuradoria-Geral Federal na Comissão de Assuntos de Natureza Penal da AGU e, ainda, Coordenador Adjunto do Fórum de Procuradores Chefes dos Órgãos Reguladores da Advocacia Geral da União.

O indicado já proferiu diversas palestras e publicou artigos sobre temas ligados ao direito econômico, concorrência e regulação, tanto no Brasil quanto em outros países. Em análise ao seu perfil evidencia-se um profissional com a experiência técnica e a produção acadêmica necessária e adequada ao cargo.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberarem a respeito da indicação do Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) do Ministério da Justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias, pelo excelente relatório.

Ele já está no CADE. É uma recondução.

Portanto, solicitaria, meu caro Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, objetividade, porque V. Sª já é bem conhecido e está indo para a recondução. Passo a palavra a V. Sª.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria perguntar a V. Exª – neste caso devo dizer que não conheço, não estou a par dos procedimentos – se não seria possível que fosse lido o relatório do segundo indicado e que posteriormente o debate fosse com os dois ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O problema é que o Senador Armando Monteiro está a caminho e ele nos solicitou que o aguardássemos porque ele gostaria de fazer o relatório do Dr. Ricardo Machado Ruiz.

Então, passo a palavra ao Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral. Senador Lindbergh Farias, muito obrigado pelas palavras, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, é uma grande satisfação voltar a esta Casa na qualidade de servidor público indicado pela Presidência da República para continuar à frente da Procuradoria-Geral do Cade. É uma satisfação novamente estar sendo sabatinado nesta Casa. Tive oportunidade, durante meu mandato, de comparecer a audiências públicas, tanto no Senado Federal, quando na Câmara dos Deputados. Entendo ser muito impor-

tante como uma contínua prestação de contas dos servidores públicos que exercem os múnus nos seus órgãos para os quais foram indicados.

É muito prazeroso também fazer parte de uma instituição que cresce cotidianamente, em que são diminuídos os prazos para análise de atos de concentração, em que existe uma análise técnica muito profunda de processos administrativos, uma autoridade administrativa que se encarrega de cada vez mais procurar celebrar acordos administrativos, tanto do processo de concentração econômica quanto nos processos de conduta, viabilizando de fato aquilo que agrega interesse coletivo, que é a preservação da legislação com o interesse privado, tentando otimizar os recursos econômicos do Brasil, também fazer parte de uma instituição que obtém êxito judicial, que é o reconhecimento em mais de 70% dos casos dos processos que são submetidos ao Judiciário, que demonstram a correção da atuação da autoridade que é transparente. A Procuradoria, por exemplo, teve uma participação de auditorias feitas pelo Conselho Nacional de Justiça, pela USP, juntamente com Fiesp, Sociedade Brasileira de Direito Público, a OCDE e todas elas atestaram o grau de transparência, o grau de organização e o grau de funcionamento em que a gente procura sempre atuar com muita excelência em prol do interesse do nosso País.

Além disso, é também muito prazeroso fazer parte de um momento histórico de vanguarda no Brasil em que nós nos preparamos para uma nova legislação que incrementa aspectos exigidos há muito com o maior incremento dos servidores públicos, com análise prévia de atos de concentração, uma estrutura que une autoridades que antes estavam cindidas e isso tudo vai, com certeza, possibilitar que o País esteja cada vez mais dentro de uma estrutura exigida, de uma análise econômica célere, efetiva, que possa representar a contento o nosso Brasil.

Essas são algumas palavras introdutórias, como foi requerido pelo Senador Delcídio do Amaral.

Coloco-me à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores para prestar esclarecimentos adicionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Gilvandro, pela objetividade.

Concedo agora a palavra ao Relator do Item 2, Senador Armando Monteiro, para que proceda à leitura do seu relatório sobre o indicado.

Como o Senador Armando Monteiro ainda não chegou e estamos bastante pressionados pelo tempo, indico Relator *ad hoc* o Senador Ivo Cassol para o Item 2 da pauta. Depois passarei a palavra ao Dr. Ricardo Machado Ruiz. Temos dois oradores inscritos: o Senador Dornelles e o Senador Suplicy.

Como é uma recondução e já temos quórum também, eu gostaria de, se todos os Senadores concordarem, abrirmos a votação, mesmo ao longo das falas dos Senadores e das respostas dos diretores do Cadê, para que ganhemos tempo, até porque são duas reconduções. *(Pausa.)*

Portanto, passo a palavra ao competente Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente, demais Senadores.

Por intermédio da Mensagem nº 149, de 14 de dezembro de 2011 (Mensagem nº 566, de 13 de dezembro de 2011, na origem) e nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o dispositivo do art. 4ª da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, a Presidente da República submete à consideração do Senado o nome do Sr. Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça.

A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar por voto secreto sobre a escolha dos titulares de cargos que a lei determina. Por sua vez, o *caput* do art. 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, exige a aprovação do Senado para a nomeação de conselheiro do Cade.

Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista o rol de competências atribuído aos conselheiros pelo art. 9º da mencionada Lei nº 8.884, de 1994, a saber:

a – emitir voto nos processos e questões submetidas ao Plenário do Cade;

b – proferir despachos e lavrar as decisões nos processos em que forem relatores;

c – submeter ao Plenário a requisição de informações e documentos de quaisquer pessoas, órgãos, autoridades e entidades públicas ou privadas, a serem mantidas sob sigilo legal, quando for o caso, bem como determinar as diligências que se fizerem necessárias ao exercício das suas funções;

d – adotar medidas preventivas fixando o valor da multa diária pelo seu descumprimento;

e – desincumbir-se das demais tarefas que lhes forem cometidas pelo Regimento Interno do Cade.

Acompanha a mensagem o *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Também são atendidas as exigências dos incisos I, II, III, IV e V, dos arts. 1, 2, 3 e 4 do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão.

De acordo com o *curriculum vitae*, o candidato já exerce o cargo de Conselheiro do Cade desde 19 de janeiro de 2010, com o término do mandato previsto para 18 de janeiro de 2012.

O art. 4º, inciso I, da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, estabelece que o mandato de conselheiro do Cade é de dois anos, permitida uma recondução .

Nascido em 03 de junho de 1966, em Presidente Prudente, São Paulo, o indicado é Bacharel, em 1988, e Mestre, em 1994, em Economia pela Unicamp, e Doutor em Economia, em 2003, pela...

O indicado é professor da Universidade Federal de Minas Gerais e da Faculdade de Ciências Econômicas, FACE.

Lecionou em diversas disciplinas em pós-graduação e graduação, além de ter sido orientador em várias teses de doutorado e dissertações de mestrado.

Em pesquisa, atualmente, o indicado realiza estudos na área de Diversificação e Consolidação dos Grupos Econômicos Privados Nacionais, mas pesquisou em outros campos econômicos desde 2005, notadamente nas áreas tecnológicas e de desenvolvimento regional.

Chamam a atenção, no *curriculum vitae* do candidato, os diversos artigos e capítulos de livros publicados, além dos trabalhos técnicos de consultoria e relatório. Foram 22 artigos em periódicos e 18 capítulos de livros, além de dois livros, sendo que um como organizador.

Em vista do exposto, consideramos que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Ricardo Machado Ruiz para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Cade.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ivo Casso.

Com a palavra, o Sr. Ricardo Machado Ruiz, para que faça uma breve exposição.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Bom dia, Senador e Senadoras.

Como foi bem lembrado, eu sou professor da Universidade Federal de Minas Gerais e já estou no Cade há dois anos, que se encerram em 18 de janeiro de 2012. Estou indicado para a recondução.

Entendo que, no momento, estamos numa situação peculiar do Cade, estamos mudando de um modelo antigo de análise antitruste para um novo modelo antitruste. Essa transição será uma transição extremamente importante para a instituição e, como eu participei, vamos dizer assim, do final do modelo antigo, eu entendo que eu tenho alguma contribuição importante para a construção do novo, porque tivemos uma fase de transição extremamente crítica onde nós não podemos deixar de fazer avaliações antitruste e fazer com que os negócios corram de forma tranquila nessa transição que pode ser, em diversos aspectos, nova, polêmica, porque teria uma superposição ente as duas formas de avaliação antitruste.

Então, entendo que esse é um momento importante, eu gostaria de participar desse momento e, por isso, estou me posicionando para recondução ao CADE. Participei e estou participando da elaboração desse modelo de transição, de como fazer essa mudança do antigo para o novo CADE, e me avalio, então, qualificado para fazer essa transformação, essa metamorfose institucional a mais tranquila possível. Por isso, estou me candidatando à recondução. Como disse o Senador Relator, eu já atuo no CADE há dois anos, portanto tenho algum conhecimento de como fazer essa transição suave e, por isso, estou me colocando à recondução e à apreciação aqui dos Senadores e Senadoras presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Machado Ruiz.

Eu só queria, como nós temos *quorum* suficiente, apenas votar os dois empréstimos rapidamente, para a gente tirar isso da frente, porque nós precisamos, com urgência, votar esses dois empréstimos. É um pouco confuso, mas, em função do tempo e da semana, eu entendo que é a melhor forma.

Portanto, voltamos ao Item 1, cujo Relator é o Senador Moka.

Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir o assunto, coloco em votação o Relatório do Senador Waldemir Moka.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero pedir urgência, Senador Delcídio, para que, aprovado, possa ir a Plenário diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Solicito, então, à Secretaria... Perdão, a burocracia aqui me proíbe...

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Moka.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Nós vamos encaminhar, para ver se votamos esse empréstimo ainda na sessão do Senado Federal de hoje.

O Item 2 também.

Não havendo mais nenhum Senador e Senadora que queira discutir a matéria, os Senadores e Senadoras que concordam com o Relatório do Senador Ivo Cassol permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Perdão. Desculpe-me, Senador Ivo Cassol.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relatório do Senador Valdir Raupp permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu queria pedir também regime de urgência urgentíssima para esse item.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Em votação a apresentação do requerimento de urgência urgentíssima proposto pelo Senador Cyro Miranda.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A Mesa Diretora encaminhará em regime de urgência a matéria, para que votemos também o empréstimo do Rio de Janeiro hoje, na sessão de hoje do Senado Federal.

Voltando agora...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Só quero agradecer a todos os Senadores por essa aprovação aqui dos projetos que beneficiam o Estado do Rio de Janeiro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh Farias, um legítimo representante do povo do Rio de Janeiro, comandado pelo Senador Dornelles.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Liderado pelo Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) –Existem dois Senadores inscritos, o Senador Francisco Dornelles e o Senador Eduardo Suplicy, e, portanto, vou passar a palavra ao Senador Francisco Dornelles. Como houve um acordo aqui dos Senadores e das Senadoras para que a gente abrisse a votação, o que é uma prática desta Comissão, e como hoje nós temos a recondução de dois diretores do Cade e também uma agenda longa pela frente, fechando com o Presidente do Banco Central, eu vou já abrir o processo de votação.

Portanto, quero...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Apenas por uma questão de lealdade, o Senador Francisco Dornelles vai fazer uma pergunta e, dependendo da resposta, eu vou pedir vista. Até em relação ao Sr. Ricardo Machado Ruiz. Então, se V. Exª me permite, só em relação a ele e aguardando a resposta que ele der a uma questão que vai ser formulada pelo Senador Dornelles. Talvez, se o Senador pudesse fazer a pergunta, e ele responder imediatamente, também dirimida a questão, podemos votar sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Perfeitamente, Senador Demóstenes.

Então, vamos dar esse encaminhamento.

Começamos com o Senador Dornelles, em seguida o Senador Suplicy. Aí, o Senador Demóstenes, em função das respostas, se posicionaria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim, dependendo da resposta dada.

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Dornelles com a palavra.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Cade passou por uma grande reformulação, houve uma legislação específica, e qual foi a grande modificação na legislação do Cade?

É que, anteriormente, a autorização para todo processo de concentração de empresas era dada *a posteriori* e, de acordo com essa legislação, é dada agora de forma antecipada. As empresas só podem entrar e fazer a fusão ou incorporação com autorização do Cade. Eu fui muito contra essa modificação, porque acho que o Cade não tem estrutura, e empresas não podem ficar esperando três, quatro, cinco anos e meses para fazer essa concentração.

Então, tivemos uma grande discussão aqui e fizemos um acordo no Senado que o Cade desrespeitou. O Cade desrespeitou o acordo feito no Senado, numa reunião de que participaram aqui quase todos do comando do Cade.

Então, o que ocorreu?

Nós verificamos que a legislação do Cade, a Lei nº 8.844, estabelecia um limite de 400 milhões para ser necessária a presença do Cade. Ou seja, em qualquer procedimento inferior a 400 milhões, o Cade não precisava estar presente. Então, o que fizemos?

Fizemos a correção pelo IPCA, e se chegou ao valor de 1,358 bilhão, valor abaixo do qual não havia necessidade da presença do Cade. O Cade levantou objeções, e fizemos um acordo em 1 bilhão. Por quê? Para deixar o Cade voltado para as grandes situações de concentração, para que ele pudesse ter tempo de examinar isso em um período mais curto. Pois bem, foi feito um acordo aqui com a presença de vários representantes do Cade, e o que ocorreu? O Cade foi para a Câmara, fez uma grande mobilização para a Câmara torpedear o acordo feito no Senado e desrespeitou a palavra que assumiu no Senado.

E teve mais: estabeleceu-se também um prazo para que o Cade pudesse examinar esse processo. Estabeleceu-se, depois de uma negociação grande, um prazo de 120 dias e prorrogação por 60 dias.

Sabe o que ocorreu, Presidente? O Cade foi à Presidente da República, e ela vetou. O Cade hoje não tem mais prazo. Então, se duas empresas querem fazer e entrar num processo de fusão e pedem autorização prévia no Cade, não existe mais prazo. O Cade pode ficar o tempo que quiser, e as empresas ficam de braços cruzados esperando. De modo que o mais grave nisso, Sr. Presidente, é o seguinte: o Cade desrespeitou o acordo feito no Senado; não somente jogou todo o peso na Câmara para modificar e para revogar o acordo feito no Senado, como propôs à Presidência da República que vetasse o acordo feito aqui na presença do Líder Romero Jucá. De modo que gostaria de ter explicações sobre esse fato.

E gostaria de perguntar ao Dr. Ricardo Ruiz que, no seu currículo, diz que o senhor é professor da Universidade de Minas Gerais em tempo integral e dedicação exclusiva. Como o senhor pode compatibilizar essa situação de tempo integral e dedicação exclusiva à universidade com a sua atuação no Cade?

Desse modo, queria explicação sobre essa falta de cumprimento do Cade do acordo feito no Senado, esse desrespeito. Por que vocês ignoraram o acordo feito no Senado? E sobre o caso específico, a sua situação de professor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou passar, primeiro, a palavra ao Dr. Ricardo Machado Ruiz e depois ao Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, para responder as perguntas do Senador Dornelles.

O Senador Dornelles tem mais alguma pergunta?

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, Sr. Presidente, é só para ler as pessoas que estiverem presentes aqui: Subchefia da Casa Civil, representante; Dr. Francisco Franco, da Secretaria-Adjunta do Ministério da Fazenda; Dr. Felipe de Paula, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; Dr. Vinícius Marques de Carvalho, Conselheiro do Cadê; representante da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Dr. Diogo de Oliveira; representante da Secretaria Econômica do Ministério da Fazenda, Salomão Miguel de Sousa; Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Fazenda e Vera Salaronzi, Secretária.

Então, esses estiveram na reunião. Houve ata da reunião, que o Cade assinou. Depois, pressionou o relator na Câmara para descumprir o acordo feito no Senado e propôs que a Presidência vetasse o que foi acordado no Senado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, só para adiantar.

Diante da afirmação do Senador Dornelles de que o Cade desrespeitou o acordo feito com o Senado, só me resta, então, pedir vista nos dois casos.

Peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – V. Exª não prefere ouvi-los, pelo menos dentro do que V. Exª ouviu primeiro?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Ouço, ouço.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Ricardo Machado Ruiz.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Inicialmente, Senador Dornelles, sou professor na Universidade Federal de Minas Gerais. Estou cedido ao Cade desde 15 de janeiro de 2010. Então, eu não exercendo atividades regulares. Faço basicamente orientação e alguma pesquisa com alunos de quem, na época, eu já era orientador. Então, não estou atuando como professor.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas o senhor continua como professor com dedicação exclusiva, em tempo integral?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não. Estou cedido ao Cade.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas lá continua...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não, não. Só estou com atividades basicamente de orientação, que são atividades não regulares. Ou seja, faço seminários, etc, etc, mas não sou um professor regular.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O senhor como quarenta horas por lá?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Recebo, cedido ao Cade.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Por quarenta horas?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Exato. Cedido ao Cade desde 15 de Janeiro de 2010. A minha cessão foi publicada no Diário Oficial de 15 de janeiro de 2010 e se encerra no dia 18 de janeiro de 2012.

Caso eu seja reconduzido ao Conselho, peço revalidação da cessão para um novo período de dois anos.

Mas sou um funcionário público federal e não trabalho nas duas instituições. Eu trabalho em uma instituição: o Cade. O que eu faço basicamente na Universidade Federal, por enquanto, é alguma atividade de pesquisa e de orientação; eventualmente seminários e algumas áreas, mas isso é totalmente irregular, porque isso não é compatível com uma dedicação de quarenta horas na Universidade Federal ao mesmo tempo em que sou Conselheiro no Cade. Então, não há compatibilidade. Por isso, foram reduzidas significativamente, em mais de 90%, as atividades que eu exercia antes na Universidade Federal. Hoje, o que faço é fundamentalmente orientação, no âmbito de alguma pesquisa que tem na Universidade, mas eu não estou atuando regularmente nela.

Sumarizando, respondo a sua pergunta, Senador.

Quanto à segunda pergunta, a questão da negociação...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – ...no Senado, eu não estava presente nesta reunião. O senhor leu o nome das pessoas que estavam presentes, Senador? Eu não estava presente. Escapam-me quais foram os acordos rompidos.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Cade nunca te informou os acordos feitos pela direção do Cade aqui no Senado?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não, eu tinha alguma informação dos debates, mas eu não estava participando desses debates por uma questão muito simples. Eu estava naquele momento negociando três casos extremamente complicados que me reduziram muito o tempo disponível para participar. Eu não participei ativamente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O que o senhor acha da posição do Cade de fazer o acordo com os Senadores, depois desrespeitá-lo na Câmara e pedir veto ao Presidente da República?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Não estou informado sobre todos esses acordos e quais foram os acordos rompidos ou aceitos. Mas acredito que se foi feito algum acordo, o acordo deve ser cumprido.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas não foi.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Realmente, escapam-me quais foram os acordos rompidos. Tenho informação fundamentalmente dos resultados da lei como aprovada pelo Senado e dos vetos. Mas fiquei ausente em boa parte desses debates. Concretamente, vou explicitar o que me levou a ficar ausente dos debates: 1. o caso BR Foods, e 2. dois Acordos de Preservação da Reversibilidade da Operação, Amil/Dasa e Gol/Webjet. Isso me consumiu todo tempo e não tive condições de participar das negociações. Basicamente faltou tempo físico, o relógio não permitia.

Então, tenho grande dificuldade, Senador, em debater esse tema, porque não tive condições de estar lá. Ouvi dentro do Cade sim, tive informações de que houve algumas divergências no Senado, alguns debates complementares que se seguiram na Câmara e foi aprovada uma lei com alguns temas. Um dos temas do qual tenho conhecimento, tenho que afirmar, é a questão dos 800 milhões, 1 milhão, ou 400 milhões, os 30 milhões, o debate sobre o corte no faturamento para apreciação da fusão pelo Cade. Foram aprovados 400 milhões e 30 milhões. Eu acredito que...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – No Senado foi aprovado 1 bilhão.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Então, no Senado foi aprovado 1 bilhão e na Câmara isso ficou reduzido a 400.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Cade foi lá e descumpriu o acordo na Câmara e voltou sem correção para 400 milhões.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Entendo, acho que essa divergência... Tenho conhecimento da divergência entre a posição do Senado e a posição na Câmara, mas não tenho informações nem condições de afirmar que houve um acordo e foi rompido. De fato, tenho que atestar o meu desconhecimento, porque eu não estava presente nas reuniões e não estava presente nas negociações. De novo, eu estava envolvido em três outros atos de concentração que não me permitiam participar de forma ativa e relevante na negociação.

Atesto aqui minha ignorância e meu desconhecimento, mas estou informado de que houve a posição de 1 bilhão no Senado e que depois, na Câmara, saiu a aprovação de 400 milhões e 30 milhões, como uma segunda medida de corte. Disso que tenho conhecimento.

Essas são as minhas respostas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Ricardo Machado Ruiz.

Com a palavra o Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – Obrigado, Senador. Obrigado pelas perguntas, Senador Dornelles.

Primeiramente eu gostaria de destacar a posição ativa de V. Exª no debate do projeto. Sei que, depois da aprovação da agora lei em *vacatio legis*, muitos dos pontos que V. Exª destacou permanecem no texto da lei. A questão da diminuição do valor das multas de 30% que hoje, com a participação de V. Exª, estão de

01 e 20% do faturamento das empresas. Existe também um outro critério. V. Exª também foi muito ativo em retirar o faturamento bruto e utilizar o ramo de atividade. Isso também é um destaque que faz parte da legislação aprovada. Na discussão sobre exclusividade, V. Exª entendia que na infração, utilizada a expressão exclusividade deveria ser retirada do texto de lei e ela foi de fato retirada. Sei também do empenho de V. Exª em relação à discussão sobre 1 bilhão e nesse ponto tenho conhecimento de um envolvimento do Cade, dos conselheiros e de parte da Presidência, de que existe um dispositivo na legislação que autoriza que o Ministro da Fazenda e o Ministro da Justiça incrementem esse valor. Os membros do Cade, com certeza, irão junto às autoridades, legitimadas para isso, para fazer valer o quantitativo, o incremento que foi discutido. Esse é um pleito sobre o qual o Cade tem uma preocupação muito grande.

Um outro ponto que acho o mais notável é a discussão sobre a eventual retirada do prazo máximo para o Cade. Eu vi e li alguns comentários na mídia de que o veto da Presidência da República em relação ao art. 64 teria excluído a aprovação por decurso de prazo. Mas eu afirmo a V. Exª peremptoriamente que discordo dessa interpretação. O dispositivo vetado dizia que todo e qualquer prazo geraria o decurso de prazo. E na verdade existem prazos intermediários – aquilo que na legislação a gente considera prazos impróprios – de distribuição para um conselheiro, de encaminhamento de um setor para outro, que são prazos que, eventualmente, não são considerados prazos suscetíveis a uma aprovação por decurso de prazo. Mas o prazo que foi estabelecido na legislação de 240 dias passíveis de incremento de 60 dias, a requerimento das partes, ou até 90 dias por sugestão do tribunal, esse prazo, sem sombra de dúvida, permanece na legislação, seja por uma interpretação histórica, seja por uma interpretação...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – E por que a Presidente vetou, então? Por que ela vetou?

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – O veto presidencial falava em relação a todos os prazos da lei, mas o prazo peremptório de 240 dias, com esses incrementos que falei a V. Exª, permanece e digo isso baseado em uma interpretação histórica. A legislação sempre entendeu que isso é possível. Eu não creio que uma legislação que avança vai retirar uma garantia importantíssima não só para os administrados como para a própria administração. Dentro de uma visão finalística, se a gente for pensar que a legislação tendeu a trazer um avanço e celeridade, a gente não pode imaginar que a administração vetou...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – E por que o Cade propôs o veto, no acordo feito?

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – O veto é porque o prazo abrangia alguns prazos que não seriam os prazos peremptórios, então, o prazo de 240 dias, como tentei explicar a V. Exª. O prazo de 48 horas para distribuição de um relator, de fato, não poderia ser caracterizado como um prazo passível de aprovação de decurso de prazo. Mas eu já me manifesto aqui nesta Casa que, ainda como procurador em exercício até o dia 18 de janeiro, eu entregarei à sociedade um parecer entendendo que não houve, de forma alguma, dentro da interpretação da legislação, uma modificação da aprovação do decurso de prazo.

A legislação...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Deixa eu perguntar de forma muito objetiva: duas empresas apresentam ao Cade um pedido de fusão de incorporação. Qual é o prazo máximo que o Cade tem?

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – O prazo máximo, pela legislação, é de 330 dias.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Isso tudo?!

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – É...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Mas o acordo foi feito por muito menos, um prazo muito mais curto.

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – O prazo, excelência, é de 240 dias...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quer dizer que duas empresas vão ficar esperando um ano para concluir um processo de fusão, com autorização do Cade, para elas começarem o processo de fusão?!

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – As próprias empresas podem requerer uma dilação de prazo...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não, eu estou perguntando o seguinte: havia sido feito um acordo de que o prazo máximo do Cade, para autorizar ou não autorizar, para se pronunciar "sim" ou "não" – a partir dali era considerado autorizar ... houve o veto, o senhor está dizendo que a soma dos intermediários leva ao final; qual é o prazo hoje?

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – O prazo, sem mais dilações, é de 240 dias, o prazo que permanece na legislação, é o prazo peremptório. Agora, as partes podem requerer essa dilação, por interesse das partes que, às vezes, querem apresentar mais documentos...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª vai soltar um parecer nesse sentido?

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – Com certeza.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Não está sem prazo?

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – Não, de jeito nenhum.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Apenas é difícil compreender por que motivo foi vetado, então. Porque, se houve o veto, realmente não há justificativa e mantenho a posição de que o acordo feito no Senado, quer no limite, quer no prazo, o próprio Cade tomou a iniciativa de pedir que ele não fosse cumprido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes, com a palavra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, me permita, o momento de pedir vista é justamente este e eu pedi a V. Exª a palavra até para que nós tivéssemos esclarecimentos.

Acho que o Senador Dornelles foi bastante peremptório em relação ao que aconteceu. O Senado – não foi a situação, nem a oposição – designou o Senador Dornelles para participar de uma rodada de negociação com o Cade e com outros agentes governamentais, políticos e econômicos, para se encontrar uma solução para a nova lei. E, segundo informa o Senador Dornelles de maneira bastante enfática, o Cade descumpriu a palavra dada no Senado, trabalhou para outro texto na Câmara e, em seguida, trabalhou junto à Presidência da República, para que houvesse vetos a esse projeto.

Então, parece-me que essa é uma ofensa a esta Casa. Não é uma ofensa ao Senador Dornelles ou ao Presidente, mas é uma ofensa à Casa. Se o Senador foi designado para tal, se o Cade topou fazer isso, não há como sair dali e mudar de opinião. Para que empenhar a palavra dada em algo assim? E é algo que, a nosso ver, era benéfico, tanto é que designamos um dos quadros mais brilhantes na área para que pudesse fazer essa discussão.

Assim, Sr. Presidente, parece-me que algumas questões precisam ser esclarecidas. Temos de ver esse parecer, que não tem força vinculante, mas que é um indicativo de que o Cade admite determinado prazo.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Demóstenes, V. Exª me concede um aparte?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Com o maior prazer!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Eu queria fazer um apelo ao Senador Demóstenes. Na verdade, há sete conselheiros no Cade. Aqui, se não votarmos nenhum dos dois, esse número cairá para cinco. Em janeiro, encerra o mandato do Presidente, e o Cade ficaria com quatro conselheiros. O quórum mínimo é de cinco conselheiros.

Não participei disso, e o Senador Dornelles sabe da minha admiração por ele e pelo seu trabalho nesta Casa. Talvez, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, se estivesse aqui, pudesse nos explicar isso.

Mas faço um apelo a V. Exª, que iniciou com a ideia de pedir vista de um dos casos. É claro que eu preferiria que V. Exª não pedisse vista de nenhum dos dois casos, para que não se paralisassem as atividades do Cade. Toda a discussão que se deu aqui, Senador Demóstenes e Senador Dornelles, girou em torno do prejuízo gerado ao se paralisarem as atividades do Cade e do prazo dado para as empresas. Veja bem que vamos paralisar as atividades do Cade em janeiro, vamos esperar uma nova Comissão de Assuntos Econômicos. Então, é claro, meu pedido seria para que V. Exª pudesse reconsiderar os dois. Mas, se não pudesse fazê-lo, se V. Exª limitasse o pedido de vista a um dos casos, votaríamos o nome do Gilvandro, que é o Procurador-Geral do Cade, e deixaríamos o outro caso para fevereiro.

Então, era esse o apelo que faria a V. Exª, para que não paralisássemos as atividades do Cade em janeiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, em atenção ao Senador Demóstenes Torres. Ainda há outros Senadores que querem arguir, e o Senador pode avaliar, pelo conjunto de todas as respostas e indagações, que é necessário pedir vista da matéria. Mas eu gostaria que houvesse a conclusão da arguição, Sr. Presidente. Quem sabe, nessa arguição, o Senador poderá obter maiores esclarecimentos?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Há só mais um Senador a arguir, que é V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu, pelo menos, estou inscrito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu gostaria de ouvir o Senador Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concedo a palavra ao Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, houve um acordo com o Senado, mas ele foi descumprido. V. Exª está dizendo que haverá um parecer e que o Ministro da Fazenda e o Ministro da Justiça têm poderes de, por meio de um

ato – tenho minhas dúvidas em relação a isso, mas vou acreditar na palavra dos senhores –, fixar esse valor.

Sr. Presidente, há a seguinte situação: quando foi votada a lei do Cade, no Governo Fernando Henrique, estabeleceu-se que um valor abaixo de R$400 milhões não ia ao Cade. O objetivo era fazer com que o Cade concentrasse seu trabalho nos grandes casos de incorporação. Ora, como esse valor não foi corrigido, o Cade, hoje, está discutindo incorporação de galinheiro. Isso é muito bom para os escritórios de consultoria, que têm trabalho. Acho que essa preocupação com esse trabalho dos escritórios de consultoria é muito importante, mas vamos deixar que eles percam um pouco de trabalho e se concentrem somente nos grandes casos. Então, foi corrigido esse valor, para que o Cade pudesse se dedicar aos grandes casos de incorporação.

Mas o acordo foi descumprido. Agora, dizem-me o Dr. Ricardo e o Dr. Gilvandro que o Ministro da Fazenda e o Ministro da Justiça podem, por meio de portaria, estabelecer esse limite e que o Procurador vai fazer um parecer fixando um prazo. Tenho a impressão de que, hoje, não há prazo. Se o Cade ficar sentado em cima de um pedido, vai...

Eu pediria, Senador Demóstenes Torres, se estivesse de acordo, um crédito de confiança e a aprovação, porque outros diretores do Cade virão posteriormente aqui. Espero que vocês não descumpram esse acordo feito aqui. Quero saber se os senhores assumem a responsabilidade desse acordo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, Sr. Presidente, em relação ao Gilvandro, desisto. Agora, em relação ao Dr. Ricardo, o próprio currículo dele apresentado na Internet, atendendo também à solicitação do Senador Lindbergh, traz uma intensa movimentação profissional junto à Universidade Federal de Minas Gerais. Parece-me que essa dedicação exclusiva... V. Exª opta por ter apenas aquela função. Como V. Exª diz que está cedido, mas não anexou esse documento, aqui, repito, pelo currículo apresentado por V. Exª mesmo, V. Exª participa de diversos projetos de pesquisa ainda na Universidade Federal de Minas Gerais, eu manteria o pedido de vista em relação ao Dr. Ricardo Machado Ruiz e pediria a V. Exª que oficiasse à Universidade Federal de Minas Gerais para explicar qual a situação profissional dele hoje, para que, logo na primeira semana de janeiro, já tivéssemos condição de fazer a votação em relação a ele.

Então, mantenho o pedido de vista em relação ao Dr...

Em fevereiro, melhor dizendo.

Mantenho o pedido de vista em relação ao Dr. Ricardo e votamos o Dr. Gilvandro, que solta o parecer até meados de janeiro, segundo ele mesmo. Atendemos, então, à solicitação do Senador Lindbergh com a concordância do Senador Dornelles.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senador Demóstenes, e se o Dr. Ricardo Ruiz esclarecer essa questão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, pelo amor de Deus, também não vamos... V. Exª acabou de fazer uma proposta e foi aceita.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tudo bem, eu queria só reforçar que, se ele esclarecesse... Só quero dizer que, em janeiro, vai haver recondução, vai haver recondução, não...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª faz uma proposta e, depois desfaz a sua proposta?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Não. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Demóstenes, temos até cinco dias de vistas, até cinco dias, e eu gostaria de propor, se houver um pedido de vista, vista de 24 horas, para aproveitarmos amanhã também e votarmos o nome do Dr. Ricardo Machado Ruiz.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Nesse caso, seria melhor desistir. O que estou solicitando a V. Exª é que também seja oficiado, porque há uma incongruência apontada pelo Senador Dornelles. Ele não juntou esse documento da Universidade Federal e o currículo dele mostra o seguinte, só para ler atualmente os projetos de que ele participa: atividade de participação em projeto de Faculdade de Ciências Econômicas, Ciência de Desenvolvimento e Planejamento Regional; atividade de participação em projeto de Faculdade de Ciências Econômicas; projeto de pesquisa em Diversificação e Consolidação dos Grupos Econômicos Privados Nacionais, Estrutura Corporativa, Inovação, Tecnologia e Política de Indução; atividade de participação em projeto de faculdade de ciências econômicas; projeto de pesquisa em Governança Institucional das Cidades; atividade de participação em projetos Cedeplar; projeto de pesquisa em Metodologia de Avaliação de Resultados; e projetos e tal. Assim, a impressão que tenho é de que ele continua ativamente participando da Universidade, ao contrário do que afirmou.

Então, o que eu pediria a V. Exª? A concessão do pedido de vista comum e o envio de um ofício à Universidade Federal perguntando, até em proveito dele próprio, para escoimar quaisquer dúvidas de que ele se encontra numa situação indesejável. Pode sair daqui com um requerimento de vista para a Universidade Federal ou pode sair com um pedido de diligência para o Ministério Público, que eu mesmo farei, para

verificar a situação dele, para ver se está praticando improbidade administrativa.

Então, como houve um acordo na Casa, eu pediria a V. Exª, se fosse possível, que votássemos o Dr. Gilvandro e que estabelecesse esse prazo regimental, que é usual – V. Exª pode também abreviar, não tem problema nenhum, mas é uma peculiaridade, apenas em razão disso –, para sabermos exatamente o que está acontecendo com ele profissionalmente na Universidade Federal de Minas Gerais, até para deixá-lo mais à vontade para exercer mais livremente a sua carreira. Firmo o compromisso de, em chegando a resposta da Universidade Federal, não criar qualquer transtorno na votação que se realizaria na primeira semana de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Demóstenes.

Com a palavra o Dr. Ricardo Machado Ruiz.

O DR. RICARDO MACHADO RUIZ – Primeiro, vou retornar à primeira questão colocada pelo Senador Dornelles quanto ao prazo. Estou participando dos grupos internos do Cade de reorganização institucional. Estamos trabalhando com o prazo de 240 dias. Estamos participando de dois grupos, eu, particularmente. Estou trabalhando na construção da notificação prévia, que é um conjunto de informações necessárias para fazer avaliação no ato de concentração, nos guias e também nas fases internas de avaliação.

Esse conjunto todo está agendado para 240 dias. Toda a organização institucional, todas as fases somadas estão dando 240 dias, com a dilação opcional por parte das requerentes. Até onde estou informado, estamos trabalhando nesse período e dividindo a equipe par alcançar os 240 dias. Essa é que é a atividade interna do Cade hoje para alcançar o que entendemos ser a definição da lei: 240 dias. Eu acho até estranho, escapa-me a organização interna sem prazo. O que nós temos hoje é a construção de uma instituição para avaliação em 240 dias de atos de concentração.

Esse é o primeiro ponto.

Senador Demóstenes, eu tenho ainda atividades de pesquisa, como relatei, e alguma orientação. Entre essas atividades todas, uma, talvez, seja falha minha. Em uma delas, saí da pesquisa, basicamente porque não podia levar adiante. Em relação às metodologias, por exemplo, saí da pesquisa. Só fiquei na pesquisa basicamente porque o projeto original foi aprovado com meu nome, que é de 2009. Então, eu mantenho o registro da pesquisa, mas eu não atuo mais nela. Essas pesquisas estão colocadas aí como foram aprovadas na congregação da instituição.

Então, estou em três ou quatro pesquisas. Todas elas, de 2009, foram aprovadas como tal, mas só participo de uma pesquisa, que é essa de diversificação, em que meus orientandos estão atuando, e participo como professor orientador. O registro que está aí é basicamente aquele aprovado na congregação da universidade. Em uma eu atuo, que é essa de diversificação. As outras é porque foram aprovadas naquela época, final de 2009; algumas até na primeira quinzena de 2010.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª acumula os salários? Recebe pela universidade e pelo Cade?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Pelo Cade, eu recebo o DAS 5, 65% do DAS 5, porque sou funcionário público federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E recebe também pela universidade federal?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Eu mantenho o salário da universidade e acumulo parte do DAS 5. Parte. Como, eu acho, todos os outros funcionários públicos.

Esses registros são acadêmicos, e o currículo que eu uso é o currículo *lattes* do CNPq, onde estão registradas as atividades acadêmicas.

Então, basicamente, eu mantive os registros acadêmicos da época. E a atividade única que tenho de pesquisa é essa de diversificação. É a única de esclarecimento, talvez, ou de explicação? Não sei exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Senador Presidente, eu apenas peço a V. Exª que dê uma resposta sobre pedido de vista para ver qual a decisão que vamos tomar também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O que já quero propor aqui é o encaminhamento para votação do Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – O Senador Suplicy ainda nem sabatinou os dois. E, no caso do Dr. Ricardo Machado Ruiz, o próprio Cade está providenciando essas informações, ainda hoje, relativas à Universidade Federal de Minas Gerais. Como tenho até cinco dias, se até hoje vierem as justificativas, vou marcar uma reunião extraordinária da CAE para amanhã, para que nós votemos também a indicação do Dr. Ricardo Machado Ruiz.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Então, também, só por uma questão de lealdade, vou dizer que vou levar a questão dele ao Ministério Público Federal para investigação. Só por uma questão de lealdade também.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Claro! E V. Exª tem todo o direito, como qualquer cidadão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida, principalmente como Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Delcídio do Amaral, eu gostaria de perguntar para ambos, Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo e Sr. Ricardo Machado Ruiz, a respeito de...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, só uma pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu já vou liberar a votação para o Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo. Então, enquanto V. Exª vai fazendo a sabatina, até porque é uma recondução, estamos abrindo essa exceção. Portanto, aqueles Senadores que quiserem votar, já está à disposição o nome do Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, uma vez que o Senador Demóstenes já se adiantou e disse que vai pedir vista do Dr. Ricardo Machado Ruiz.

Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, neste semestre, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica avaliou e autorizou três grandes operações de fusões em setores estratégicos para a economia brasileira e para os brasileiros em geral. Refiro-me à fusão das empresas Perdigão e Sadia, que deu origem à BRFoods, a união das empresas aéreas LAN, chilena, e TAM e a união da Citrosuco, pertencente ao grupo Fisher, com a Citrovita, do grupo Votorantim, que permitiu a criação da maior empresa do mundo de suco de laranja.

Considerando que ambos, o Prof. Ricardo Machado Ruiz, como Conselheiro, e o Sr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo, como Procurador-Geral, participaram dessas decisões, pergunto:

1) nessas operações, as empresas envolvidas assinaram termo de compromisso e desempenho, visando a garantir o ambiente concorrencial desses mercados?

2) quais as obrigações que as empresas envolvidas nessas operações assumiram para garantir o nível de emprego e renda nos respectivos mercados e também o grau de competitividade?

3) em relação à fusão Citrosuco e Citrovita, quais os cuidados que o Cade assumiu para preservar a capacidade de barganha e a sobrevivência dos produtos independentes que se sentem prejudicados pela operação?

Os senhores puderam acompanhar a preocupação muito grande dos citricultores, em especial do Presidente Flávio Viegas, da Associtrus (Associação Brasileira de Citricultores), que observou que essa nova fusão poderá consolidar um desequilíbrio entre o produtor e a indústria. Entretanto, o Cade tomou algumas precauções com respeito às preocupações dos produtores de laranja. Eu agradeço se puderem nos informar que avaliação fizeram, se levaram em conta, de fato, a preocupação do desaparecimento de novas unidades produtivas, pois a fusão anteriormente realizada acabou resultando no fechamento de uma unidade produtora importante, por exemplo no interior de São Paulo. Será que essa nova fusão, que levará produtos e sucos de laranja a serem responsáveis por uma empresa que vai dominar 45% do mercado de suco de laranja no mundo, não vai significar prejuízos maiores para os produtores de laranja? Agradeço se puder nos informar que preocupações ambos tiveram e que recomendações acabaram acordando para que não haja prejuízo para os produtores de laranja, que empregam um número muito grande de trabalhadores em vários Estados da Federação.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Concluiu, Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu ainda gostaria, até em benefício da dúvida levantada pelo Senador Demóstenes Torres, que o Sr. Ricardo Machado Ruiz possa, com a maior transparência possível, nos informar com clareza qual é a remuneração de um membro conselheiro do Cade em sua função e como se compõe, porque me parece normal que um professor de faculdade peça licença de suas atividades docentes para, então, com a remuneração de professor, ser conselheiro do Cade, onde terá, além da remuneração de professor licenciado, um acréscimo relativo a esse DAS mencionado por ele. Se pode mencionar qual é a remuneração normal. Vamos supor que haja uma pessoa que não seja professor de universidade, pode ser outro colega, quanto ele recebe pelo trabalho no Cade, incluindo a remuneração, qual é esse valor global e se porventura ele tem algum acréscimo em relação a seus outros colegas no Cade. Para deixar bem claro isso para todos nós Senadores. Agradeço. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

O SR. GILVANDRO VASCONCELOS COELHO DE ARAÚJO – Obrigado, Senador Suplicy.

Em relação às colocações feitas por V. Exª, em ambos os casos, o pronunciamento da Procuradoria foi exatamente de que haveria necessidade de algumas restrições em todos os três casos.

O caso Sadia e Perdigão – que eu acho que o Conselheiro Ruiz pode aprofundar, já que foi relator de um acórdão, em razão do voto-vista que proferiu – foi um caso em que vimos sim alguma preocupação. Haveria necessidade de supressão de marcas e de oferecimento de uma gama de produtos ao mercado para que pudesse haver uma rivalidade. O que, de fato, nós propusemos foi isso. E a empresa, após o pedido de voto-vista, celebrou um acordo. Esse acordo comportava exatamente a alienação de uma quantidade de produtos integrados, juntamente com a supressão de marcas, e a alienação de marcas, para que houvesse a inserção de um novo agente econômico capaz de rivalizar. Esse é um processo exemplar, em razão do acordo celebrado entre o Conselho e a empresa Sadia/Perdigão, hoje BRF. E foi algo extremamente importante porque houve a proteção. Inclusive, durante o trâmite da alienação, nós nos preocupamos com a manutenção do nível de emprego e com a manutenção da estrutura das marcas dentro de um patamar equitativo, para que o adquirente pudesse, de certa forma, ao comprar o produto, já se encontrar em condições de competitividade firme. E esse foi um processo que contemplou o Conselho e contemplou também as empresas. Porque nós acreditamos que se conseguiu chegar a um consenso em que ambos os interesses foram protegidos: o interesse do consumidor e o interesse da coletividade, tutelados pelo Conselho; e, obviamente, o interesse empresarial, tutelado pela empresa.

No caso da Latam, havia menos impactos concorrenciais, e na nossa manifestação, especificamente, nós nos preocupamos com duas coisas. Primeiro, comunicar à autoridade regulatória brasileira, no caso a Anac, que havia restrições demandadas pela autoridade chilena que talvez pudessem trazer impactos para o mercado brasileiro. Na decisão, o Conselheiro Relator Olavo Chinaglia adotou essa sugestão nossa de encaminhamento para a Anac. E outro ponto que fez parte do voto foi que as duas empresas não poderiam permanecer com as duas bandeiras, a Star Aliance e a One World, das quais ela detém hoje a titularidade, o que poderia gerar um impacto concorrencial. Isso também foi acatado pelo Conselheiro e pelo Plenário, porque esses eram, na nossa ótica, os pontos mais sensíveis em relação à aprovação do ato de concentração.

Em relação ao terceiro ato que V. Exª mencionou, Citrovita/Citrosuco, esse foi um ato em que houve um termo de compromisso de desempenho. Novamente, um acordo administrativo firmado entre as requerentes e o Cade, em que a preocupação era exatamente viabilizar uma estrutura de negociação entre os produtores e os processadores. Então, o Conselho se preocupou em que os processadores pudessem fornecer o máximo de transparência e informação, para que os produtores tivessem uma melhor condição de negociação, mitigando assim o eventual desequilíbrio que existia entre os dois polos do setor produtivo de laranjas.

Esse foi um caso importante em que as preocupações foram endereçadas ao Conselho para preservar essa estrutura de mercado. Então, o voto do conselheiro Carlos Ragazzo foi um voto muito bem posto, em que ele analisou, com muita cautela e com muita precisão, todos esses aspectos e endereçou inclusive com uma manifestação, logo depois da sessão, do membro do Ministério Público, entendendo que aquilo era um acordo bem interessante, porque, de certa forma, preservava uma estrutura de negociação possível dentro daquele mercado.

Esses foram mais ou menos os casos perguntados por V. Exª. E só para destacar: foram casos em que o Cade teve muita sensibilidade de ouvir as partes e tentar chegar a uma relação de consenso, que é sempre mais desejável e é uma preocupação constante do Conselho.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

Com a palavra o Dr. Ricardo Ruiz.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Serei bem rápido nos três casos.

O caso Latam é basicamente isto: detectamos modestos impactos anticoncorrenciais na fusão e optamos, então, por fazer uma fusão muito modesta em algumas linhas, particularmente Santiago-São Paulo.

No caso Citrosuco, é exatamente esta a descrição: o que se montou foi basicamente um TCD em que nós articulamos um conjunto de informações que seriam de interesse dos produtores para uma melhor negociação. Tanto é que, no voto do relator, ele coloca como condicionante à suspensão do TCD a criação da Concecitrus. O modelo Concecitrus já embutia, na lógica da Concecitrus, o volume de informações necessárias. Foi a melhor negociação entre os produtores e esmagadores de laranja; as informações estão no TCD. Então, seria redundante ter o Concecitrus e o TCD.

A proposta colocada pelo conselheiro relator é que, caso exista o Concecitrus, o TCD se torna desnecessário, porque ele soluciona os grandes problemas detectados no caso da fusão Citrovita/Fischer.

O caso Sadia/Perdigão, eu teria que explicar. Nós tivemos duas fases no caso Sadia/Perdigão. Nós tivemos a fase do conselheiro relator, que votou pela reprovação, e eu participei da segunda fase, quando pedi vista para avaliar o caso. E, no âmbito do pedido

de vista, nós chegamos a um acordo. Esse acordo é que levou, por exemplo, à alienação de um conjunto de ativos por parte da Sadia/Perdigão – BRFoods, no caso –, que tornou possível a fusão.

Consigo discutir com algum conforto essa segunda fase, porque foi quando eu, como conselheiro com pedido de vista ao voto, pude elaborar um acordo com a BRFoods. Quanto ao voto do conselheiro relator, teria que ser consultado melhor o conselheiro relator. Eu consigo discutir o voto em si, mas consigo discutir com mais detalhes a construção do acordo que levou à aprovação da fusão em 13 de julho de 2011.

No caso basicamente, nós excluímos, selecionamos um conjunto de ativos que permitia a entrada de um outro produtor em condições concorrenciais razoáveis. O que é razoável? Manteria o sistema de preços e disputa concorrencial em patamares considerados adequados pelo Cade. Esse foi basicamente o conjunto de ativos. Esses ativos estão elencados no TCD; eu não posso anunciar, discriminar esses ativos porque são ainda sigilosos e estão em negociação. Como é de conhecimento público, esses ativos estão sendo negociados entre BRFoods e Marfrig. Esse é basicamente o desenho do acordo que foi feito e que está ainda em implementação o cumprimento dos acordos assinados em 13 de julho, os temos do acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E sobre a questão relativa a sua remuneração como conselheiro do Cade e da universidade...

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Eu sou professor associado e agora estou migrando para a condição... professor adjunto e estou migrando para professor associado. Então, eu tenho salário padrão de professor associado de R$7,3 mil e alguma coisa, dependendo do triênio. Tenho também 65% de DAS-5 no Cade, que é em torno de R$4.300,00 e alguma coisa. Tenho uma bolsa do CNPq, que é uma bolsa de produtividade em pesquisa que é dada a todo professor que tem alguma produtividade. Em parte, por isso que eu mantenho algumas atividades, porque para manutenção dessa bolsa eu tenho que me manter produtivo em termos acadêmicos. Então, eu continuo orientando e fazendo pesquisas, publicando artigos em livros e capítulos de livro; uma parte da publicação é para manter essa bolsa do CNPq, que é de R$1.100,00. E tem também alguma atividade de pesquisa, que tem alguma remuneração que flutua em torno da minha atividade, que fica em torno de quatro, mais ou menos por aí, dependendo da pesquisa e da atividade que eu faço, como elaboração e revisão de relatórios de pesquisa. Essa é basicamente a atividade que eu tenho. Isso varia um pouco.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Essas pesquisas são vinculadas à universidade?

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – São vinculadas à universidade, todas pelas fundações universitárias...eu tinha dúvidas, Senador, na época, quanto à possibilidade de fazer essa pesquisa, tanto é que eu consultei na época o Procurador do Cade e perguntei qual era a possibilidade de acumular e ele deu um parecer de que se as atividades fossem vinculadas à universidade, exclusivamente às universidades e fundações da universidade – duas citadas à época e continuo sendo dessas duas, porque não foi criada nenhuma outra fundação –: Fundep e Ipead, ligadas à universidade, são universidades de ensino e pesquisa, eu poderia continuar nessa atividade, mas eu não poderia fazer qualquer outra atividade fora das fundações ligadas à universidade. Foi daí que eu mantive e todas as minhas atividades são ligadas a essas duas fundações; a bolsa de pesquisa do CNPq, que é ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia; o DAS-5, que é padrão no funcionalismo público; e a minha condição hoje de professor adjunto, migrando para a condição de associado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu pediria só a cópia do parecer do Procurador do Cade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para uma consideração final.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Cópia do parecer sobre o prazo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É. Sobre a acumulação das pesquisas..

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ok.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em se mantendo o pedido de vista, eu agradeço se puder ser considerado como vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então, vista coletiva.

Vou pautar a votação do Dr. Ricardo Ruiz para amanhã, às 9 horas, desde que sejam encaminhados os documentos, não só a cessão, Dr. Ricardo, mas muitas questões aqui levantadas eu acho que a universidade tem absoluta tranquilidade de explicar essas atribuições que V. Sª detém e eu espero que até amanhã, às 9h, na reunião extraordinária da CAE, votemos também a aprovação de V. Sª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de assinalar e peço até a

opinião do Sr. Ricardo Machado Ruiz, porque me parece que uma pessoa pode exercer plenamente funções como de conselheiro do Cade, mas não deixar de se preocupar com seu conhecimento adicional de realização de pesquisas e estudos, inclusive de fazer publicações. Isso é algo que me parece normal, mas acho que, com os esclarecimentos que virão até amanhã, teremos um quadro melhor para essa avaliação, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Dr. Ricardo Ruiz, mais alguma observação.

O SR. RICARDO MACHADO RUIZ – Basicamente, eu mantive algumas atividades de pesquisa e ensino em função do parecer da Procuradoria. Acabei de entregar uma cópia desse parecer ao Senador Demóstenes em que tomei a precaução de me informar se era possível manter essas atividades sem entrar em conflito com a atividade de conselheiro do Cade.

Na época, pautado por essa informação da Procuradoria, eu mantive essas atividades de pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado.

Portanto, nós estamos em processo de votação.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Esse assunto já está... O Senador Demóstenes já pediu vista, mas quero dizer que a assessoria estava nos dizendo aqui que ele pode acumular o salário da universidade mais DAS-5 no Cade e que está liberado para fazer atividades de pesquisa. Essa é uma situação usual não só nesse caso, mas em todos os outros casos em que um funcionário de universidade é cedido para órgãos públicos. Eu somente queria reafirmar isso.

A gente entende o Senador Demóstenes e sabe da posição e da correção do Senador Demóstenes. Mas houve um grande acordo com o Senador Dornelles.

Vale dizer, Senador Dornelles, que vamos trabalhar. Quero me associar a V. Exª em relação a se deixar claro esse prazo. Em janeiro, haverá a substituição do Presidente. Haverá uma sabatina do Presidente em fevereiro. Esse é um prazo bom para trabalharmos e clarificarmos todas essas questões.

Sei que foi pedida vista da matéria, mas eu queria somente reforçar isso. Pelo nosso desejo, seria tão bom, Senador Demóstenes, se conseguíssemos fechar isso hoje! Mas vamos para essa reunião, amanhã, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu só queria fazer uma ponderação, Senador Demóstenes, primeiro, com relação à remuneração dele. O que ele explicou aqui é a absoluta praxe. Isso não se dá só para universidade. Eles adotam essa sistemática, inclusive, para muitos empregados de empresas estatais que vêm a Brasília para prestar serviço em Ministérios, assim por diante. Isso é de praxe. Como ele comentou aqui, não há diferença de tratamento com relação às demais entidades.

O que cabe, única e exclusivamente, Dr. Ricardo Ruiz, são as justificativas dessas atividades na Universidade. Compreendi bem as razões, e o Senador Lindbergh também foi muito claro. Mas, com o encaminhamento pela Universidade dessas atribuições e com o parecer da Procuradoria, que V. Sª já encaminhou, teremos condição de votar amanhã o processo e de encerrar esse assunto também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me fazer um esclarecimento acerca do que é a dúvida. A dúvida é a seguinte: ele tem atividade exclusiva como professor da Universidade Federal de Minas Gerais e foi aprovado para participar como conselheiro do Cade. Muito bem! Não há dúvida quanto à remuneração dele, até porque ele se deslocou da Universidade Federal para cá; é possível que isso aconteça. Mas ele mesmo fez uma consulta, e vamos ver a consulta do Cade. Ele continua desempenhando atividades de pesquisa e continua trabalhando na Universidade Federal. Então, qual é a dúvida? A dúvida é se isso é possível. Segundo, ele é remunerado por essas atividades de pesquisa, ele recebe bolsa, além de bolsa do CNPq. Ele desempenha uma série de outras atividades remuneradas junto à Universidade Federal de Minas Gerais. Então, a questão não diz respeito simplesmente ao vencimento que ele aufere lá, cumulado com o vencimento que ele aufere aqui, porque isso, é evidente, é normal. Mas o fato é que ele só deixou de dar aulas, mas continua orientando pesquisas e continua recebendo por isso. Ele foi autorizado por um parecer do Cade. Vou analisar e ver a documentação. É claro que, agora, mais ainda, vou buscar o Ministério Público mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A votação já está encerrada? (*Pausa.*)

Portanto, eu indicaria como escrutinadores o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Demóstenes Torres. (*Pausa.*)

Eu gostaria, enquanto fazemos o escrutínio...

O Senador Demóstenes e o Senador Suplicy fizeram a apuração.

Resultado: 13 votos SIM; e 4 votos NÃO.

Portanto, a indicação do Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Solicito encaminhar urgente à Mesa Diretora do Senado, para que aprovemos hoje ou, o mais tardar,

amanhã – espero que hoje – a indicação do Dr. Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araújo.

E vou marcar para amanhã, dentro do que o Regimento admite, reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos para a votação do nome do Dr. Ricardo Machado Ruiz, que vai apresentar as documentações solicitadas pelos Senadores, especialmente o Senador Demóstenes e o Senador Dornelles. Portanto, amanhã, reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos.

Aproveito a oportunidade para alertar os Senadores e Senadoras que precisamos de quórum amanhã para a votação do Dr. Ricardo Machado Ruiz e, muito possivelmente, de empréstimos, que ainda virão, para que limpemos a pauta e tenhamos condição de encaminhar esses processos todos para votação no plenário do Senado de amanhã. Portanto, quero agradecer às Srªs e aos Srs. Senadores que participaram desta sabatina e parabenizar o Dr. Gilvandro, desejando sucesso também na votação em plenário. Amanhã, às nove horas da manhã, votamos o nome do Dr. Ricardo Machado Ruiz.

Darei continuidade à nossa pauta deliberativa.

Vou suspender a pauta deliberativa por problema de quórum. Nós votaríamos os Itens 3 e 4. O Item 5, foi solicitado pela relatora a retirada de pauta. O Item 6 é terminativo, um projeto cujo relator é o Senador Dornelles, mas não há quórum para deliberar. Da mesma forma, o Item 7. Portanto, para concluir a nossa pauta deliberativa, vou colocar em votação somente os requerimentos.

O Requerimento nº 87, de 2011, meu caro Senador Pedro Taques.

Houve uma pequena alteração, incluindo "e com significativo impacto na arrecadação fiscal para o ano de 2012".

ITEM 8
REQUERIMENTO Nº 87 DE 2011

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater as desonerações tributárias e os incentivos fiscais concedidos pelo governo no ano de 2012, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Nilson Teixeira, Economista-Chefe do Credit Suisse; Sr. Felipe Salto, Economista da Tendências Consultoria Integrada; Sr. Mansueto Almeida, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; e Sr. Carlos Alberto Barreto, Secretário da Receita Federal do Brasil.

Iniciativa: Senador Ricardo Ferraço

Observações: 1. Em 13/12/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão.

Somente para acrescentar, no requerimento: "e com significativo impacto na arrecadação fiscal para o ano de 2012".

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 87, de 2011, Item 8 da pauta, do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 9
REQUERIMENTO Nº 88 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com a finalidade de instruir a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 40 de 2010, com a presença dos seguintes expositores: representante do Ministério da Integração Nacional; representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; representante da Secretaria do Tesouro Nacional; representante da Receita Federal do Brasil; e representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Iniciativa: Senadores Sérgio Souza e José Pimentel.

Observações: *1. Em 13/12/2011, foi lido o Requerimento pelo Presidente da Comissão, conforme determinam os atos da CAE.*

Com a palavra os autores do requerimento. *(Pausa.)*

Se os autores do requerimento não tiverem nada mais a dizer, coloco em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 88, de 2011, da CAE.

ITEM 10
REQUERIMENTO Nº 89 DE 2011

Requer, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura – I, com o objetivo de discutir o tema: "Ampliação do Mercado Livre de Energia Elétrica no Brasil", com a presença dos seguintes convidados: Exmo. Sr. Márcio Zimmermann – Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia – MME; Sr. Luiz Eduardo Barata Ferreira – Presidente

do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; Sr. Reginaldo Almeida de Medeiros – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – Abraceel; Sr. Edvaldo Alves Santana – Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel; Sr. Lúcio Reis – Diretor da Associação Nacional dos Consumidores de Energia – Anace; Sr. Luiz Fernando L. Vianna – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – Apine; e Sr. Antonio Gavazzoni – Presidente do Grupo Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A. – Celesc.

Acrescentando o Sr. Paulo Pedrosa, Presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – Abrace.

Este requerimento já foi aprovado na Comissão de Infraestrutura, é um requerimento conjunto e trata do mercado livre, que é um tema muito importante para a competitividade das tarifas de energia. Mas são oito pessoas convidadas. Possivelmente, teremos que dividir em duas, porque, com oito pessoas aqui, isto ficará como o Maracanã. Portanto, é absolutamente inviável uma audiência pública com oito pessoas, apesar de eu mesmo ter apresentado este requerimento. Ele foi crescendo ao longo do tempo, por isso é que temos esse número de pessoas.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 89, de 2011, item 10 da pauta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, eu pediria a V. Exª que examinasse a proposta que encaminho, para que V. Exª possa fechar com chave de ouro a sua competente Presidência nesta Sessão Legislativa.

Temos dois projetos terminativos. O Senador Dornelles é relator de um deles, que propõe a compensação de créditos tributários na receita do Brasil. Nós já temos nove Senadores presentes e está havendo reunião da Comissão de Relações Exteriores. Nós poderíamos tentar completar o quórum e fecharmos a pauta com esses dois projetos terminativos.

Se V. Exª permitir, enquanto o Senador Dornelles fizesse a leitura do parecer, nós tentaríamos resgatar os Senadores para completar o quórum e concluir a pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Flexa, nós temos aqui o item 6, que é de V. Exª e a relatoria é do Senador Dornelles. A minha preocupação é se vamos conseguir o quórum.

Eu sugeriria a V. Exª, se V. Exª e todos os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras concordarem, que fizéssemos a pauta administrativa, e o que nós não conseguimos votar hoje, votaríamos amanhã também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pois não. Nós vamos fazer a extraordinária para votarmos o Dr. Ricardo e faríamos, em seguida...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Isso. E faríamos uma pauta administrativa para votar aqueles projetos que não pudemos votar hoje e, ao mesmo tempo, muito possivelmente, o empréstimo de São Paulo, da Sabesp, que deve estar entrando e que deve ser lido hoje, para que entre amanhã na pauta da CAE.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Eu só sugeriria que fizéssemos a votação dos projetos terminativos...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Primeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Exato. Depois, o empréstimo e o Dr. Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Ok.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, amanhã, para resumir, temos a votação do Dr. Ricardo Ruiz para o Cade e teremos a nossa pauta administrativa, que são aqueles projetos não terminativos e os terminativos que não foram votados e, eventualmente, algum financiamento, muito possivelmente de São Paulo, da Sabesp, que pode estar sendo apresentado, sendo lido hoje, no plenário do Senado.

Portanto, peço aos Senadores e às Senadoras, titulares e suplentes da Comissão de Assuntos Econômicos, que amanhã estejam presentes aqui, às 9h, para que fechemos a pauta, como disse o Senador Flexa Ribeiro, com chave de ouro, liquidando todos os assuntos aqui tratados e programados para este ano de 2011.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 8 minutos.)

ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, EX-

TRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 11 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Lindbergh Farias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Jorge Viana, Cristovam Buarque, Valdir Raupp, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Sérgio Souza, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Armando Monteiro e João Vicente Claudino. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Acir Gurgacz, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, José Agripino, Clésio Andrade, João Ribeiro e Marinor Brito. A Presidência declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 69ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública, tendo como expositor o Exmo. Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32 de 2007. A Audiência conta com a presença, ainda, dos Srs. Altamir Lopes, Diretor de Administração – DIRAD, e Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo, Diretor de Política Econômica – DIPEC. Após a exposição do Exmo. Sr. Alexandre Tombini, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Armando Monteiro, Eduardo Suplicy, Sérgio Souza, Ana Amélia e Lindbergh Farias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro taquigráfico. – Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 71ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 70ª reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A Ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Audiência pública com a presença, como expositor, do Exmº Sr. Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007; com a presença ainda dos Srs. Altamir Lopes, Diretor de Administração (Dirad), e Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Diretor de Política Econômica (Dipec).

Peço aos Srs. Senadores, Senador Dornelles e Senador Flexa Ribeiro, que conduzam o convidado, o Ministro Tombini, ao plenário da Comissão.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: S. Exª o Sr. Alexandre Tombini terá 30 minutos para fazer sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será pedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, tendo prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo-se ao Ministro o mesmo tempo para tréplica.

Portanto, estamos aqui aguardando a chegada do Presidente do Banco Central, Presidente Tombini.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, pela ordem.

Temos três expositores. V. Exª está dando meia hora e, certamente, dará para cada um. Então, é uma hora e meia só de exposição.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não, não, não, Senadora Ana Amélia. Os dois Diretores, o Carlos Hamilton Vasconcelos e o Dr. Altamir, vêm mais como *backup* do Presidente. Só o Presidente que vai falar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente, por ter esclarecido, porque penso que o debate vai ter muito mais...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com certeza. É somente o Presidente do Banco Central que vai expor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não que os nossos diretores não tivessem muito a dizer também nas suas respectivas áreas. Apenas por causa do adiantado da hora e porque temos sessão hoje para votação da DRU também.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito pertinente, Senadora Ana Amélia.

Portanto, agora, passo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Alexandre Tombini, para fazer sua exposição.

Trinta minutos e, se for necessário, um pouco mais, Dr. Tombini.

Será um prazer enorme ouvi-lo.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exmº Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exmºs Srªs e Srs. Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos, estou aqui hoje na minha quarta audiência pública deste ano, no nosso procedimento de audiências trimestrais para prestação de contas sobre a evolução da política econômica, em particular da política monetária a cargo do Banco Central do Brasil.

Vou fazer uma apresentação breve, para nossa discussão posterior.

Presidente, parece que não está saindo a imagem.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Não está saindo a imagem? Pediria, por favor... A imagem não está sendo reproduzida.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Vou interromper e aguardar o ajuste da imagem. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Só pediria um pouquinho de paciência. Tivemos um problema técnico. A digitalização é importante, mas de vez em quando ela complica a vida da gente; vez por outra. Mas já estamos aguardando. Daqui a pouquinho começará a audiência pública com o Ministro Tombini. *Ok? Ok*.

Com a palavra o Ministro Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Exmº Presidente da CAE. Vamos à nossa...

O roteiro da apresentação hoje, primeiro, traz um balanço da economia em 2011, o cenário internacional, o elemento importante para entendermos a evolução das nossas políticas e também da nossa economia, perspectivas para a economia brasileira em 2012 e algumas considerações finais.

Comecemos pelo balanço de 2011. V. Exªs se recordam que encerramos o ano de 2010 com a economia brasileira crescendo 7,5% ao ano, um crescimento acima do produto potencial da economia, algum descompasso entre demanda e oferta, a inflação naquele período em ascensão, *commodities* agrícolas, reajuste de transporte urbano já em janeiro, o que tem um peso relevante para nossa cesta de consumo do IPCA, o índice oficial de inflação da meta do Governo do Banco Central.

Tivemos também fatores climáticos intensos no início de 2010 com as tragédias no Sudeste, que impactaram de certa maneira a questão dos preços ao consumidor; o choque do preço do etanol, nos primeiros meses do ano de 2011 e alguma pressão na inflação de serviços, que precisava de resposta do nosso lado.

Tínhamos também considerações do ponto de vista do objetivo da estabilidade sistêmica da economia brasileira, estabilidade financeira, alguns riscos importantes com os quais nos defrontamos no início do ano, por exemplo, o intenso e volátil fluxo de capitais que ocorreu principalmente na primeira metade do ano e mais intensamente no primeiro trimestre de 2011.

Tínhamos uma rápida expansão do crédito ao consumo, em alguns casos com extensão de prazos além da vida útil das garantias, vida útil contábil, enfim, vida útil para efeitos tributários. Isso foi identificado antes da virada do ano e já agimos em cima disso.

Em relação ao cenário internacional, tivemos oportunidade de discutir inúmeras vezes, nesta Comissão, sobre a complexidade desse cenário, que exigiu um acompanhamento muito intenso por parte das autoridades no Brasil, especialmente no nosso caso, acompanhamos em alta frequência a evolução do cenário internacional, que já era de grande complexidade no início de 2011.

A reação de políticas foi uma reação abrangente, talvez sem precedentes na história recente pelo fato não tanto da intensidade do uso dos instrumentos, mas pela combinação de uma série desses instrumentos para tratar dos riscos à estabilidade financeira e também da inflação que rodava em patamares elevados na virada do ano.

Entre as medidas mais tradicionais para tratar do desequilíbrio que se avizinhava entre a evolução da oferta da economia e a demanda e as pressões inflacionárias, foram adotadas, nos primeiros sete meses do ano, ações de políticas monetárias. Também no campo fiscal, o Governo adotou uma série de medidas para assegurar uma posição sólida para o Brasil, ajudando a tratar desses desequilíbrios.

O crescimento não sustentável em ritmo muito acelerado do crédito, assim como o intenso e volátil influxo de capitais que o Brasil observava no início do ano requereram uma série de medidas adotadas pelo Banco Central e pelo Governo, as chamadas medidas macroprudenciais, para mitigar esses riscos e não termos as consequências mais tarde tanto na questão do risco no crédito quanto a uma eventual reversão dos capitais, deixando sequelas não só no lado financeiro, mas também para a economia real. Então, medidas prudenciais foram adotadas para mitigar esses riscos.

Os resultados, resumidamente, são: temos uma convergência da inflação para a meta; a inflação mensal em patamar mais baixo desde junho; e poderia dizer que desde maio de 2011 já vínhamos observando

uma redução dos níveis de inflação mensal medido pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. A inflação acumulada em 12 meses, após alcançar o pico no terceiro trimestre, em outubro, está em trajetória de queda desde então. E temos a visão de que esse processo de convergência continua nos próximos meses em relação à inflação acumulada em 12 meses. Tivemos a moderação do crescimento do crédito ao consumo, que nos preocupava bastante no início do ano.

E esse crédito vem sendo estendido às famílias com garantias agora mais compatíveis, ou seja, todas as medidas que foram tomadas de requerer maior nível de capital dos bancos para fazer frente a perdas não esperadas fizeram com que as estruturas de garantia se tornassem mais compatíveis. Por exemplo, o crédito sendo estendido com prazo ajustado à vida útil e vida contábil das garantias como no caso dos automóveis.

Também as medidas tomadas na área da exposição ao risco de moeda estrangeira surtiram efeito. Chegamos ao terceiro trimestre deste ano, trimestre de maior volatilidade no cenário internacional, de maior deterioração do cenário internacional, com menor exposição cambial das instituições financeiras, em particular, mas também da economia como um todo, com a economia brasileira mais preparada para uma reversão do cenário global.

Moderação do fluxo financeiro de capitais estrangeiros de curto prazo com aumento da participação dos investimentos diretos e de capitais de mais longo prazo, essa foi a evolução da ponta externa ao longo do ano de 2011, em parte reflexo das medidas adotadas pelo Banco Central e pelo Governo.

Em relação à inflação mensal a que me referi, depois de termos aquela parede inflacionária de outubro de 2010 a abril 2011, com uma média mensal de inflação de 0.77 – que seria uma inflação de 9,5% anualizada –, temos a redução dessa média a partir de maio. E nos sete meses seguintes, a média da inflação mensal – tem as sazonalidades, obviamente –, já está num campo mais compatível com o centro da meta, uma média mensal na faixa de 0,38%, que, anualizada, seria equivalente a uma inflação de 4,6% ou 4,7%. Então nós já temos aí o resultado das políticas dessa ampla estratégia de contenção das pressões inflacionárias, vemos que já surtiram resultados no terceiro e no quarto trimestres deste ano.

Em relação à inflação acumulada em doze meses, como aquela grande inflação que observamos de outubro a abril. Ela continua em parte conosco na base da inflação de doze meses. Essa inflação de doze meses foi subindo até atingir o pico em outubro – 7,31% medido pelo IPCA, o índice oficial – e já vem se reduzindo nos meses de outubro e novembro. Essa trajetória é dada pela expectativa do mercado. Estamos pegando aí a expectativa colecionada pelo Banco Central, dos agentes de mercado, na posição de 16 de dezembro, que é a posição mais recente. Nós vemos aí a redução do pico até o mês de maio de 2012, uma expectativa de redução de quase dois pontos percentuais, como já havíamos antecipado aqui em outras reuniões desta Comissão.

Em relação à moderação no crescimento do crédito, as medidas adotadas... Estou pegando só o crédito relacionado a empréstimo pessoal e financiamento de veículos. Nós vínhamos com uma concessão diária média de 30 dias, mas a concessão diária nessas duas importantes linhas de crédito ao consumo vinha numa ascendente, acelerada após as medidas. Depois de um ajuste inicial, ela continua num patamar elevado, porém há uma nova tendência a partir da implantação daquelas medidas em dezembro de 2010.

Em relação à redução a que me referia, da exposição cambial dos bancos, já em 6 de janeiro nós instituímos um depósito compulsório sobre a posição vendida no mercado em dólares à vista, quer dizer àquelas instituições que estavam apostando numa valorização adicional do real frente ao dólar foi imposto um depósito compulsório a partir de 6 de janeiro, com um período de adaptação.

O que vimos ao longo deste ano foi uma redução dessas exposições, sempre lembrando a V. Exªs – já tivemos oportunidade de discutir isso em reuniões passadas – que o mercado de câmbio à vista gira na faixa de 2 a 2,5 bilhões de dólares por dia. A posição na virada do ano estava na faixa dos 17 bilhões. Ela estava crescendo, ela poderia alcançar não sei quanto, é sempre difícil dizer, mas poderia ir a 40 bilhões. Quer dizer, uma posição de 30 ou 40 bilhões, para ser desfeita num mercado que gira 2 bilhões por dia realmente geraria uma solução extrema num momento de maior aversão ao risco internacional, de fuga para o dólar enfim. Então, o que nós fizemos foi preparar esse mercado, as posições agregadas no mercado à vista, de maneira que quando adentrássemos um período de maior turbulência, como foi a partir do mês de agosto, principalmente no mês de setembro... Essa posição, na realidade, logo antes de agosto, estava em 6 bilhões. Ou seja, em três dias ela poderia ser desfeita num mercado que gira de 2 a 2,5 bilhões. Uma posição de 6 bilhões poderia ser desfeita rapidamente sem grandes turbulências no mercado de câmbio. Isso foi feito e deu resultado, de maneira que conseguimos entrar num período de piora do cenário internacional com maior tranquilidade.

Em relação à recomposição dos fluxos de capitais: nós também vimos uma redução desses fluxos.

Há um fluxo grande ainda no terceiro trimestre: foi uma medida que nós tomamos, foi só uma recomposição contábil, mas a tendência foi de redução das médias mensais dos fluxos financeiros ao longo do terceiro e do quarto trimestres do ano. Isso foi, em grande parte, resultado das políticas adotadas.

Obviamente, ultimamente, também o cenário internacional tem pesado sobre a relação financeira do País com o resto do mundo. Em relação à maior participação do investimento direto também.

No ano de 2010 nós víamos ali uma composição onde 40% eram investimento direto, e 60%, demais fluxos de capitais, entre títulos de renda fixa, ações e empréstimo. Ou seja, teoricamente fluxos sujeitos a maior reversão no momento de maior turbulência internacional.

Em 2011, também em decorrência do IOF e de outras medidas adotadas no Brasil, tivemos um rebalanceamento desse fluxo, no qual quase 72% na posição de janeiro a outubro de 2011 representado por investimento direto e 28% por aqueles outros capitais mais sujeitos à reversão. Teoricamente, uma situação mais confortável para enfrentar o momento da economia nos últimos dias.

Ingressos de capitais também alongados. A imposição de IOF de 6% para operações até dois anos inverteu essa dinâmica. Nós tivemos, no período de julho a março de 2011, basicamente os fluxos de curto prazo na frente dos fluxos de longo prazo e, de abril de 2011 a novembro uma predominância dos fluxos de longo prazo e dos de curto, inclusive com uma saída nesse período.

O cenário internacional tem tido um foco importante das nossas preocupações, não só do Governo, principalmente do Banco Central. Tivemos oportunidade de discutir em várias outras audiências no decorrer deste ano. Temos investido, de fato, no melhor entendimento da evolução do cenário internacional e dos seus reflexos potenciais sobre a economia brasileira.

O cenário, só resumidamente. Os Estados Unidos, nos dados mais recentes, têm apresentado uma melhora acima do esperado nos meses de julho a agosto, quando saíram indicadores que eles chamam de *soft data*, que são os indicadores de confiança bastante ruins, mas os dados, o *hard data*, os dados concretos vieram, pode se dizer, em grande medidas melhores. Então, vemos uma melhora do quadro da economia norte-americana no curto prazo, nos últimos meses. Agora, permanecem as entradas estruturais, alguns riscos que põem em questionamento a sustentação desse processo de recuperação mais recente.

Em relação à zona do euro, acho que é legítimo dizer que as negociações políticas avançam, mas ainda faltam detalhes na adoção das políticas de maior integração, por exemplo, fiscal da zona do euro, que têm tido o objetivo explicitado pelas lideranças. Há problemas ainda sem definição definitiva, como as dificuldades que várias economias europeias têm enfrentado no financiamento das suas dívidas.

Em relação à China, a questão é a desaceleração do crescimento, se essa será uma desaceleração suave ou será uma desaceleração mais pronunciada. Vou entrar em cada um desses itens rapidamente, em seguida.

Grandes economias emergentes, os Brics e outras economias emergentes adotaram políticas de combate à inflação na linha do que adotamos aqui no Brasil. Estamos todos enfrentando uma redução na demanda global que para frente deve afetar um pouco o crescimento dessas economias que têm sido a parte mais vibrante da economia global no que diz respeito ao crescimento econômico.

Um resumo rápido do quadro em que nos encontramos hoje é um baixo crescimento da economia global para os próximos anos. Nós vamos ter que transitar nesse ambiente. Acho que há boas perspectivas para o Brasil conseguir transitar nesse ambiente sem sacrificar o crescimento sustentável nos próximos anos.

O crescimento econômico melhor do que esperado no curto prazo. Há entre os riscos e as entradas estruturais ainda o endividamento do setor público se elevou desde a crise de 2007, 2008 e 2009 de maneira significativa. Temos ainda um mercado de trabalho que apresentou alguma melhora na margem, uma parte dessa melhora à custa de uma redução das pessoas procurando trabalho, ou seja, o chamado aumento do desalento. Mas, de certa forma, o mercado de trabalho tem-se comportado um pouco melhor do que se supunha, pelo menos em meados de 2011, com a queda do desemprego, mas ainda em níveis bastante elevados para a economia norte-americana. O mercado imobiliário também não se recupera. O mercado residencial tem sofrido as consequências da grande alavancagem, do grande endividamento ao longo de uma década e ainda não se recompôs. Veremos, em seguida, alguns dados sobre esse mercado.

O endividamento das famílias permanece elevado. Houve o aumento da poupança das famílias norte-americanas nos últimos meses, mas recentemente o que se viu foi o aumento do consumo, de certa forma, não sustentado pela recuperação forte do mercado de trabalho nem pelo mercado de crédito, mas, sim, por um certo retorno naquele elevação da poupança que se viu ao longo de 2011. A poupança das famílias chegou a 6% e já recuou para 3% da renda, ou seja, uma parte desse consumo que vimos no curto prazo veio

também à custa de uma reversão naquele processo de ajuste na poupança das famílias norte-americanas. Por isso, permanece o questionamento sobre se esses dados mais fortes da economia americana vão se sustentar ao longo do ano de 2012.

Rapidamente, começando de cima, pelo mercado de trabalho. Nós vimos o desemprego caindo um pouco na ponta, mas ainda em níveis elevados em relação ao que era no período pré-crise, de janeiroa julho ou até no início de 2008. Então, o desemprego está em torno de 9%; recentemente, caiu abaixo disso, como mencionei.

E a criação de empregos tem ocorrido na margem, mas ainda é uma criação relativamente fraca para recuperar todos os empregos que foram perdidos ao longo dos anos de crise.

No outro gráfico, também no topo da figura, o mercado imobiliário. Vemos o índice de preços de imóveis à esquerda, na escala da esquerda. Houve uma redução significativa dos preços de imóveis médios nos Estados Unidos. Esses preços se mantêm naqueles níveis; não houve recuperação, portanto, prejudicando um eventual efeito riqueza, em que as famílias se sentem com a sua poupança, digamos, com seu estoque de poupança recuperado, e vão para o consumo. Mas o que vemos são índices de preços de imóveis ainda muito deprimidos, e a venda de novos imóveis também caiu. Houve alguma recuperação na ponta, mas em níveis bastante mais baixos do que foi a realidade na economia norte-americana, no período pré-crise.

Continuando no sentido horário, no gráfico debaixo, as expectativas de crescimento foram revisadas para baixo; essa foi a história ao longo de meados do ano na economia norte-americana. Havia uma expectativa de crescimento de 3,10% para 2012, mas este crescimento prospectivo, essas projeções foram sendo revistas. Agora, houve uma melhorada na ponta, mas o crescimento esperado para 2012 é na faixa de 2,20%.

Atividade econômica: esse é um índice de expectativa de produção industrial, que está em torno da neutralidade. Há uma ligeira percepção negativa no que diz respeito às perspectivas de atividade industrial nos Estados Unidos no período à frente.

Em relação à Zona do Euro, as negociações políticas, de certa forma, avançaram rumo à união fiscal. A união monetária foi intensificada a partir de 2002; a união fiscal, como todos nós sabemos, ficou para trás. Agora, há uma tentativa de uma maior disciplina, de uma maior força nessa integração dos Tesouros dos países membros da União Europeia e, principalmente, da Zona do Euro.

Os detalhes ainda não estão totalmente claros. A implementação desse processo não é imediata. Nós conhecemos um processo de integração fiscal; é um processo prolongado, em que é preciso grande determinação. Então, há questões a serem dirimidas nas próximas semanas, meses e anos em relação a essa maior integração fiscal.

O plano aprovado recentemente ainda não apresenta uma solução definitiva para a crise. Há as questões relativas à ajuda financeira emergencial, essa necessidade de refinanciamento de algumas grandes economias europeias que estão, de certa forma, pesando nos mercados há algum tempo. Vamos acompanhar isso com muito cuidado nos próximos meses.

Crise fiscal, endividamento fiscal, como foi o caso, reflexo de todos os resultados da crise financeira de 2007, 2008 e 2009. São problemas de longa maturação para ser resolvidos e passa por uma recuperação do crescimento a forma de conseguir dissipar o peso de dívidas. Uma variável econômica importante que certamente não está no horizonte de curto prazo da Europa é o restabelecimento de um nível de crescimento mais forte. As projeções indicam outra direção neste momento.

Ainda temos a questão dos bancos, que têm adquirido ao longo do tempo os ativos que se pensavam, ativos de risco de zero, as dívidas soberanas. Então há um grande volume desses papeis nos balanços dos bancos europeus. Isso tem gerado uma percepção dos mercados, uma percepção de maior vulnerabilidade.

A adequação do capital, ou seja, o recurso próprio que o banco tem para fazer frente a eventuais perdas nos seus ativos, tem sido feita na Europa mais pelo lado da redução dos empréstimos, da alavancagem das posições de ativos. O crédito, por isso, tem sofrido não só uma redução dos estoques, mas também o fluxo de geração de novos ativos tem sido prejudicado por essa questão da necessidade de adequar o capital aos riscos potenciais, os riscos que estão sendo enfrentados naquela área econômica.

Há venda de ativos inclusive no exterior. Nós vimos alguns casos desses, inclusive na região, nessa tentativa de reduzir a exposição, consequentemente, de adequar o capital ao tamanho do balanço dessas instituições.

Em resumo, os mercados devem continuar voláteis nas próximas semanas e meses e a Europa deve ter um baixo crescimento em 2012, com importantes países possivelmente em recessão nesse período.

Em relação aos efeitos da demora da resolução da crise, isso vai aumentando a complexidade e o custo da resolução, como todos sabemos. Aqui é só uma figura para ilustrar essa maior complexidade e o maior custo de resolução com o passar do tempo. Então, uma situação de crise que poderia ser resolvida

com um menor volume de recursos vai se ampliando e tornando a resolução mais complexa. Nós já estamos vivendo esse processo no momento.

Uma questão para se acompanhar, com todos os progressos feitos na participação, na governança, no aprofundamento da integração fiscal e também nos mecanismos de liquidez que estão sendo discutidos e desenvolvidos na Europa, nós temos pela frente uma necessidade de financiamento desse grupo de países que não é pequena. Como V. Exªs podem notar, nós temos uma certa concentração nos primeiros quatro meses do ano que vem. Será um momento em que um avanço será necessário para que esse refinanciamento das dívidas dos países afetados seja feito com maior tranquilidade. De fato é uma concentração que deve ser acompanhada por nós com cuidado.

Em relação às informações, zona do euro: risco soberano subindo. Em meados do ano de 2010 já se inicia uma subida e há uma intensificação na metade deste ano, incluindo a Itália. A França também sofreu, nos meses de julho e agosto, um aumento da percepção de risco soberano. Esse risco, como mencionava há pouco, teve reflexos sobre o risco dos bancos, na medida em que eles são os grandes absorvedores da dívida soberana e que a expectativa de crescimento tem sido reduzida de forma significativa. Nós vemos ali no mês de agosto houve uma revisão da expectativa de crescimento para 2012, ainda um crescimento positivo, porém uma redução marcada.

E no que diz respeito à atividade econômica, o indicador de expectativa da indústria nós vemos o posicionamento mais recente desse indicador, nessa área de percepção negativa abaixo de 50, como vimos de uma forma menos marcada na economia americana. Esse é o quadro recente de perspectiva para a economia na zona do euro.

Em relação à China, há uma desaceleração no ritmo de crescimento. A principal questão para nós aqui e que seria importante acompanhar se essa desaceleração será uma desaceleração organizada, suave. Há alguns desafios, por exemplo, em relação ao sistema financeiro, à situação fiscal das províncias, o setor imobiliários, em que houve um investimento grande, e o crescimento necessário para absorção da mão de obra chinesa – são alguns desafios.

A nossa visão no Banco Central é de que a China tem condições e instrumentos para arquitetar uma desaceleração suave. Nós já estamos vendo a reversão de algumas políticas que foram adotadas, como a redução do compulsório, a redução das taxas de juros; eles têm condições de administrar isso na nossa visão; mas, naturalmente, pela dimensão da China, nós temos que acompanhar. Uma desaceleração suave da economia chinesa não deixa de ser um quadro positivo para a nossa economia. Por um lado tem menos pressão inflacionária advinda das *commodities*; por outro, ainda com crescimento de 8% ou um pouco mais, a economia brasileira, certamente, diante da integração comercial e maior integração financeira que há entre as duas economias, poderá transitar com uma certa tranquilidade em um quadro de desaceleração suave. Nós temos que acompanhar isso ao longo dos próximos meses.

Em relação também a essa perspectiva da atividade econômica, atividade industrial, a China recentemente teve uma melhora, ainda é um dado parcial, mas ela se posiciona também num quadrante de percepção negativa para os próximos meses em relação à evolução da expectativa para a indústria.

Quanto às economias emergentes, fazemos um resumo rápido. Várias dessas economias, incluindo o Brasil, adotaram políticas de combate à inflação.Os BRICS, em especial, lidando com pressões inflacionárias, é importante adotar uma série de medidas para combater a inflação. Também estão lidando agora com redução da demanda global, preço de *commodities* em ligeira queda, eu diria, neste momento. E a volatilidade de fluxos de capitais foi a norma em 2011, não deve ser diferente no mundo com desequilíbrios ainda para serem ajustados ao longo dos próximos trimestres, quem sabe, anos, as economias emergentes terão que lidar com a volatilidade dos fluxos internacionais de capital.

Devem crescer num ritmo menor, no conjunto das economias emergentes, sempre lembrando da desaceleração da China e outras economias importantes da Ásia – este não será o caso do Brasil –, mas em termos das economias como um todo, é este o quadro que estamos vislumbrando para o ano de 2012.

Nós vemos lá no quadrante superior, a evolução do comércio e do crescimento global, uma retração ao longo de 2011; preços das *commodities*, depois de terem subido de forma muito importante no segundo semestre do ano passado e início deste ano, apresenta uma acomodação com ligeira queda nos meses mais recentes.

A questão da China.

No quadro inferior do lado direito, nós vemos a correlação forte entre essa expectativa de evolução industrial, PMI da China, e o índice de *commodities* metálicas, que são as que sofrem mais impacto no nível de atividade econômica. Vemos, com a redução das perspectivas de crescimento da China, uma volta pronunciada na ponta, no gráfico em azul, dos preços do CRB, que é um índice de *commodities*, na categoria de metais, que sofre maior influência do ciclo econô-

mico, ou seja, da atividade econômica, em particular da atividade econômica na China.

No último gráfico, vemos a volatilidade dos fluxos de capitais. Quando olhamos o ano de 2011, podemos ver que há uma diferença visual nesses fluxos em relação aos dois anos anteriores. Essa é uma realidade. Vamos ter de lidar tanto com os riscos potenciais que uma volatilidade maior gera, quanto, eventualmente, como lidamos no início do ano, com outro tipo de risco – e, no caso, era o risco de uma maior inflação em função de um grande influxo de recursos que observamos na economia brasileira.

Então, indo para a conclusão, vou falar das perspectivas da economia brasileira para 2012.

A política macroeconômica tem sido consistentemente conduzida no País. O sistema financeiro continua apresentando uma solidez importante, o que nos diferencia de várias outras jurisdições. Conseguimos, ao longo do tempo, manter, intensificar e ampliar os colchões de liquidez tanto em moeda estrangeira, quanto em moeda nacional. Ou seja, temos capacidade de reação no quadro atual, mas também numa eventual deterioração do quadro internacional.

Executamos ações tempestivas no campo macroeconômico para minimizar esse efeito da crise internacional na economia brasileira em meados do ano, quando vimos essa reversão forte da expectativa de crescimento das principais áreas econômicas, quando tivemos de lidar com toda a discussão nos Estados Unidos sobre elevação ou não do teto da dívida até o final de julho, quando a autoridade monetária norte-americana sinalizou o adiamento do início do processo de normalização das condições monetárias na sua decisão de 09 de agosto de 2011. Quando vários créditos soberanos tiveram sua percepção de risco elevada ou tiveram um rebaixamento na sua classificação, percebemos, reavaliando o cenário internacional, que a combinação desse cenário que se deteriorou em meados deste ano com as medidas que foram tomadas requeria, naquele momento, uma reversão tempestiva das políticas, de forma a compensar, a mitigar os efeitos dessa crise internacional, que já se agravava com potenciais impactos para a economia global e para a economia brasileira.

Em termos de perspectiva, eu gostaria de deixar duas mensagens aqui para V. Exªs.

A inflação de 2012 será menor do que a de 2011. Esse processo já iniciou. Na inflação acumulada em doze meses, a partir de outubro deste ano, estamos vendo um processo de convergência. As expectativas também têm convergido para patamares menores. Estamos focados, no Banco Central, em trazer essa inflação para a meta em 2012. E vimos a inflação mensal já girando em níveis mais compatíveis com a nossa meta de inflação de 4,5%. Então, esse é um processo que está em curso e que continuará em 2012. Com isso, a inflação em 2012 será menor do que a inflação em 2011.

Com tudo o que está sendo feito desde final de agosto deste ano, temos a visão no Banco Central de que o crescimento econômico no Brasil em 2012 será maior do que o crescimento observado em 2011.

Da mesma forma, discutimos, no início do ano, a adoção da política monetária de contenção das pressões inflacionárias. Dizíamos que o efeito era defasado e cumulativo, dizíamos que os efeitos da política monetária seriam mais sentidos na economia brasileira no terceiro trimestre e no segundo semestre do ano de 2011, e foi exatamente isso que ocorreu. Há defasagem nesse processo. Não é que ele não impacte já no curto prazo. Houve as medidas do crédito, que têm um impacto mais rápido sobre a economia. Mas aquelas medidas adotadas no início do ano foram mais sentidas no terceiro trimestre do ano de 2011, e isso ocorreu porque há defasagem no mecanismo. Primeiro, a política monetária afeta as condições da economia e, num segundo momento, a inflação. Então, há defasagem bem marcada, há efeitos cumulativos. Da mesma forma que ocorreu quando estávamos apertando a política monetária, ocorrerá agora também. Ou seja, há efeitos defasados dessa política, cumulativos. Então, o que estamos dizendo aqui na mensagem é que o crescimento de 2012 será maior que o crescimento em 2011, e o crescimento no segundo semestre de 2012 será maior que o crescimento do primeiro semestre de 2012.

Brasil – alguns indicadores importantes para entender a redução da vulnerabilidade da economia brasileira ao longo dos últimos anos.

A primeira linha de defesa é o câmbio flutuante. Nós vimos ali na ponta ele flutuar, desvalorizar quando o cenário internacional se agravou. Nós temos agora um câmbio mais depreciado, em termos nominais, do que tínhamos há alguns meses. Porém, o Brasil está andando em linha com outras moedas de economias comparáveis com a do Brasil.

Nós temos a questão da dívida externa líquida a partir de 2006 e início de 2007. O Brasil assume uma posição – o setor público – credora em moeda estrangeira de maneira que abriu o espaço para adoção de políticas anticíclicas quando o Brasil é confrontado com o choque internacional, como foi o caso de 2008 e como está sendo neste momento.

O endividamento externo, se compararmos a situação brasileira em dezembro de 2003 com a situação em outubro de 2011, nós veremos que os indicado-

res de endividamento externo tiveram uma melhoria significativa.

A dívida de curto prazo sobre a reserva era de 120%, agora é de 22%.

O serviço da dívida em relação à exportação de bens e serviços era mais de 60%, hoje é menos de 20%.

A dívida total em relação ao PIB, que era na faixa de 40%, hoje é na faixa de 12%, 13%. Então, houve uma redução das vulnerabilidades da economia brasileira nos últimos anos e isso nos dá um certo conforto para enfrentar uma situação internacional mais adversa que temos visto recentemente.

E a dívida pública líquida, com exceção da crise de 2008-2009, veio numa trajetória descendente, e isso dá uma tranquilidade em relação à capacidade de refinanciamento do Governo brasileiro, em relação à capacidade de financiamento do soberano, um problema que está sendo enfrentado com grande dificuldade em outras importantes áreas econômicas do globo.

Em relação aos colchões que eu mencionei, não só as vulnerabilidades são menores, mas, em termos de instrumentos, nós também temos o aumento das reservas internacionais; esse é um dado bastante disseminado, divulgado. Antes da crise de 2008, tínhamos 205 bilhões de reserva e agora temos 350 bilhões.

Em relação aos depósitos compulsórios, houve uma recomposição deles: antes da crise de 2008, tínhamos R$246 bilhões, hoje temos mais de R$440 bilhões.

Em relação ao sistema financeiro, nós tivemos um aumento na inadimplência, mas também um aumento da provisão atual bastante confortável, acima da provisão requerida e, certamente, muito acima da inadimplência pelo menos contemporaneamente, e isso também dá uma tranquilidade em relação ao nosso sistema. O índice de capital é um sistema bem capitalizado, acima dos mínimos regulatórios requeridos, tanto lá fora quanto o nosso mínimo maior de 11%. Então, esses também são elementos importantes desse quadro da economia brasileira e da capacidade de enfrentar toda essa turbulência internacional que nós temos enfrentado.

Em relação às reservas internacionais, sempre importantes, que é uma discussão recorrente aqui: nós tivemos como resultado da administração das reservas com variação cambial, no primeiro semestre, um custo de 44 bilhões e, no segundo semestre de 2011, até a data de 30 de novembro, tivemos um resultado positivo, de 670 bilhões. Ou seja, no ano, o resultado positivo, incluindo a variação cambial até 30 de novembro de 2011, está na faixa de 26 bilhões.

Sem variação cambial, que também é um número que gostamos de apresentar, nós temos um total do ano de 27 bilhões de custo com a administração das reservas. Esse custo pode ser visto como uma apólice para enfrentar o tipo de cenário internacional que temos enfrentado, pelo menos desde final de julho, desde agosto deste ano.

Em relação ao *swap* cambial, que é um outro instrumento que o Banco Central vem utilizando, basicamente a nossa posição... Indo lá atrás: em 2002, nós tínhamos uma posição vendida, ou seja, nós estávamos vendendo dólares no mercado futuro e, entre 2005 e 2008, passamos a ter uma posição comprada em dólares. Essa posição reverteu na crise. Tivemos que utilizar esse instrumento para reestabilizar esse mercado importante e ficamos por um bom tempo com essa posição estável, ou seja, nem comprava nem vendia no mercado futuro de *swaps* cambiais. Durante esse ano, nós tivemos que nos valer desse instrumento. Foi um instrumento importante para a nossa segurança financeira, para a nossa estabilidade. Nós tomamos uma posição, ou seja, compramos dólares no mercado futuro, complementando nossas intervenções no mercado à vista de reservas. Essa posição foi basicamente constituída no início do ano, quando havia abundância e muita vontade no mundo de apostar contra o dólar; e, nesse caso, em favor do real, nós constituímos esse colchão. Depois, no mês de setembro, ele teve que ser utilizado para se reestabilizar o mercado, e isso nos ajudou nesse processo de enfrentamento da crise e tem nos ajudado.

O resultado *swaps* cambiais nós vemos ali em resultados para o Banco Central. Eles foram extremamente positivos no mês de setembro e, depois, ao longo do ano, temos incorrido num custo, o preço desse instrumento, um instrumento importante.

Na linha vermelha, vemos o acumulado do resultado para o Banco Central ao longo de 2011; um resultado positivo de R$600 milhões para o Banco Central. Então, uma ferramenta útil, importante, que gerou esse tipo de resultado financeiro, que eu gostaria de compartilhar com V. Exªs.

Em relação à política econômica, às medidas tempestivas, à reação tempestiva a que me referia já nas últimas três reuniões do Comitê de Política Monetária, iniciado no final de agosto, o Banco Central reduziu 150 pontos na sua taxa básica, a taxa Selic. Na política fiscal também houve uma ampliação de esforço, anunciada no final de agosto, e o compromisso de geração do superávit primário nos próximos anos, muito importante, especialmente pelo fato de que uma parte relevante da atual dificuldade que as economias europeias enfrentam, inclusive outras economias, diz respeito a uma frágil situação fiscal. Então, ter uma situação fiscal forte, fortalecida, ajuda-nos a enfrentar esse tempos complexos que temos enfrentado nos

últimos meses. Isso, certamente, abrirá espaço para o Brasil enfrentar melhor esse ambiente internacional no ano de 2012.

Medidas macroprudenciais também foram tomadas há um mês, no sentido de rebalancear essas medidas, ou seja, retendo o aspecto mais prudencial da medida, isto é, evitando um esticamento exagerado dos prazos no crédito ao consumo, endividamento exagerado, trabalhando numa faixa mais prudente do crédito. Com isso, só com esse rebalanceamento das medidas macroprudenciais, nós liberamos um total de mais de R$9 milhões de capital para o sistema; potencialmente uma alavancagem de dez, onze vezes poderia gerar um impacto de até 100 bilhões em geração de crédito.

Em relação ao que eu falava, isso são expectativas do mercado. Nós não as temos na nossa previsão. A previsão do Banco Central será divulgada com relatório de inflação, a ser divulgado nos próximos dias.

Só para se ver a dinâmica do que eu me referia, o mercado espera... Esse é o crescimento acumulado em quatro trimestres. O terceiro trimestre foi de fato o trimestre mais forte, o de maior impacto na economia. Agora, nos dados trimestrais, nós veremos uma recuperação.

Em relação ao acumulado em quatro trimestres, esse formato é o que eu mencionava agora há pouco, até pelas defasagens das políticas que estão sendo adotadas e pelo efeito cumulativo. Nós teremos uma situação em que, no segundo semestre do ano que vem, vamos crescer mais do que no primeiro e, no ano de 2012, cresceremos mais que no ano de 2011.

Convergência da inflação para a meta. Vemos aí as projeções, as estimativas do mercado. O Banco Central vai divulgar, nos próximos dias, um relatório da inflação de dezembro, as nossas projeções para o ano de 2012 e 2013 no que concerne à inflação futura medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo.

As expectativas do mercado recentemente tem sido revisadas para baixo. Expectativa de inflação para 2012 está em queda há nove semanas, já caiu 17 pontos em relação ao nível que havia alguns meses.

Considerações finais. Temos adotado um regime de política macroeconômica no Brasil que tem dado bons resultados: controle da inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante. Temos também uma moderna regulação do Sistema Financeiro Nacional, tem sido peça-chave na estabilidade da economia e na capacidade de enfrentamento do ambiente internacional mais complexo. Temos, ao longo do tempo, capacidade, como país, de aumentar a renda *per capita* ao mesmo tempo em que continua o processo de redução da desigualdade na economia brasileira.

Renda *per capita*, só um gráfico para ilustrar o que tem sido dito, a preços constantes de 2010, nós vemos aí a continuação do aumento da renda *per capita* brasileira já atingindo, a preços de 2010, R$19,6 mil na posição junho de 2011.

Desemprego. Temos aí níveis recorde de baixa no desemprego. Esse processo deve se sustentar ao longo dos próximos semestres e ano a despeito da sazonalidade. Vemos, na margem, um mercado de trabalho crescendo menos do que crescia, mas também há que se levar em conta a absorção já de cerca de 15 milhões de brasileiros no mercado de trabalho nos últimos anos desde 2004. Então um processo natural de desaceleração da redução, mas há uma expectativa de que os níveis de desemprego se mantenha baixo nos próximos meses e trimestres.

O índice de Gini, que nós mostramos aqui, apesar de não ter grandes mudanças de uma reunião para outra, é sempre importante para ilustrar esse avanço na redução da desigualdade de renda do trabalho e os rendimentos mais amplos que vêm ocorrendo no País nos últimos anos e décadas.

Política Econômica. Mesmo diante de um cenário internacional complexo, a classificação de risco da economia brasileira tem sido melhorada e o custo do financiamento soberano tem caído. Recentemente o soberano brasileiro fez uma emissão cujos custos são os menores dos últimos 40 anos, também é uma indicação forte do nível de confiança que há na economia brasileira. Essencialmente as três principais agência de classificação de risco melhoraram as notas do Brasil ao longo do ano de 2011. Nós vemos isso graficamente, ali na ponta, depois de um período de certa estabilidade, as três já elevando a nossa classificação de risco, já dentro do grau de investimento, melhorando nessa classificação.

Aí os custos das emissões, o Global 2021 e o Global 2041 nós vemos essa evolução, ou seja, redução das condições. Tudo bem, as taxas caíram, mas elas não eram elevadas, saindo da crise em 2009, taxas muito baixas. Globalmente vemos uma melhora específica na economia brasileira em relação ao custo de financiamento lá fora. Diga-se de passagem, custo menor do que de várias economias avançadas neste momento.

O crescimento econômico brasileiro será maior em 2012 do quem 2011, com aquela aceleração no segundo semestre do ano que vem, a inflação menor, já estamos em processo de convergência, trazendo essa inflação para a meta no ano de 2012.

São essas as considerações que eu gostaria de fazer inicialmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Tombini.

Nós temos oito oradores inscritos. Vamos acompanhar aquela ordem intercalada, que sempre foi adotada aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Vou sugerir às Srªs e aos Srs. Senadores fazermos em blocos de quatro. Teremos quatro Senadores primeiro, o Presidente Tombini responde; depois, mais quatro Senadores, na sequência. Se todos estiverem de acordo... *(Pausa.)*

Então, Senadora Ana Amélia, primeira oradora inscrita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Delcídio do Amaral.

Caro Presidente do Banco Central e demais diretores, eu queria cumprimentá-lo pela exposição completa, um encerramento e um balanço da política econômica do atual Governo. Também aproveito para agradecer o apoio que a direção do Banco Central deu na contratação dos concursados, jovens que já estão fazendo treinamento. Eu queria fazer esse agradecimento porque me envolvi pessoalmente na questão, Dr. Altamiro, abordei a matéria. E informar-lhe que, para a alegria do setor, foi aprovado, em caráter terminativo, na Comissão também, o PLS nº 40, de minha autoria e relatado pelo Senador Casildo Maldaner, que amplia a presença das cooperativas de crédito de todo o País para a concessão de crédito na área rural e urbana, usando recursos do FAT, sem a intermediação do BNDES, o que barateará esse custo. Tenho informações do próprio Banco Central de que o Sistema de Crédito Cooperativo vem atuando com muito rigor e com muito cuidado. Esse projeto também vai dar garantia ao sistema – como bem elaborou o Senador Casildo Maldaner –, vai usar como garantia Letras do Tesouro, as boas letras, os bons títulos, para não haver risco para os recursos que são dos trabalhadores brasileiros.

Feita essa observação, Sr. Presidente, prestei atenção no que V. Exª falou e agrego aqui uma premissa: o setor privado está prevendo aumento dos gastos não financeiros da União. Nos próximos três anos, alcançaria 1,4% do PIB. Esse aumento elevará para 19,4% do PIB o volume de despesas não financeiras, e é projetado com base na política de reajuste do salário mínimo do Governo Federal. Agora, em 2012, está estimado em 14,7%, somadas as necessidades de investimentos com a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Sr. Presidente do Banco Central, as perguntas, a partir dessa premissa, são: 1) Como o senhor avalia esse tipo de análise produzida pelo setor privado? Qual é o seu grau de confiabilidade e de influência para a economia do ano que vem? 2) Se as análises estiverem corretas, como o Governo irá cumprir sua meta de superávit primário de 3,1% do PIB até o fim do Governo da Presidenta Dilma Rousseff? 3) Qual é a importância de cumprir essa meta? 4) O aumento dos gastos governamentais é positivo em tempos de crise internacional? 5) Nesse cenário, será possível diminuir a taxa de juros?

Neste momento, parece que está havendo aumento na inadimplência. Eu queria também um comentário de V. Exª a esse respeito.

Essa é a parte boa. Agora vem a parte ruim, Presidente, ou pelo menos preocupante.

Eu suponho que o Banco Central tenha uma fiscalização muito rigorosa sobre o setor bancário privado, e que o mesmo rigor deva ser aplicado sobre as instituições financeiras públicas, como é o caso do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Nós temos duas notícias bastante preocupantes e, como eu disse, graves.

A Caixa Econômica Federal anunciou hoje a compra de 35,54% do capital do Banco PanAmericano, por meio da Caixa Participações (Caixapar), em um negócio de R$ 739,2 milhões.

A operação, cuja conclusão ainda depende [à época em que a notícia saiu] da aprovação do Banco Central, envolve 49% do capital social votante e 20,69% das ações preferenciais do PanAmericano, o que representa 35,54%, do capital total do banco [um banco cujo prejuízo foi anunciado em R$4 bilhões].

A outra questão, da mesma forma rumorosa e preocupante, está no jornal *Folha de S.Paulo* de hoje, que fala da transação supostamente fraudulenta da Caixa Econômica Federal com a corretora Tetto, que poderá repercutir sobre o próprio Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, com um rombo de R$100 milhões, numa operação absolutamente inexplicável do ponto de vista técnico e da questão da preocupação financeira, usando títulos podres e umas explicações pouco convincentes sobre a forma como essas operações foram realizadas.

Essas são as minhas questões, meu caro presidente Alexandre Tombini.

Obrigada, Presidente Delcídio do Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral.Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo orador inscrito é o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Bom, eu queria cumprimentar o presidente Tombini e a diretoria.

Gostaria de colocar as minhas preocupações em duas linhas. A primeira é indagar se as medidas de relaxamento daquelas medidas macroprudenciais que

foram adotadas não deveriam ser mais ousadas agora, tendo em vista que a desaceleração da atividade econômica se deu de maneira muito forte, como revelam os números do terceiro trimestre. Nós sabemos que o crescimento do ano passado foi turbinado fortemente por um processo de expansão fiscal, de expansão do crédito. E agora essas medidas prudenciais tiveram que ser adotadas no início do ano, mas o fato é que a atividade econômica de desacelerou muito fortemente.

Então essa é uma primeira questão.

A segunda. Uma preocupação com o crédito externo. Ou seja, já há sinais de uma contração de crédito, das linhas de crédito, sobretudo em relação ao setor exportador do nosso País. E eu gostaria de ouvir o presidente, sobretudo levando em conta aquela situação de 2008, em que houve realmente um colapso, uma absoluta interrupção das linhas de crédito externo, como é que ele vê os desdobramentos da crise na Europa, tendo em vista o processo de desalavancagem dos bancos na Europa, na perspectiva da dinâmica da própria crise, na visão da questão do crédito externo.

Finalmente, presidente, há muitos analistas que apontam que o crescimento da economia brasileira nos últimos quatro anos, que esteve fora do padrão histórico, deu-se por fatores até certo ponto artificiais. Ou seja, o Brasil expandiu fortemente o crédito; houve um processo que ampliou o mercado doméstico em função da incorporação de uma parcela, de um contingente expressivo de consumidores; houve uma desinflação produzida pela apreciação cambial, o que significou uma elevação de renda real do trabalhador. Então a perspectiva é a seguinte: esses fatores tendem a não se reproduzir mais, ou seja, não dá para expandir mais o crédito, que já chegou a níveis razoavelmente ajustados ao padrão internacional, sobretudo levando em conta que no Brasil as taxas de juros estão ainda muito acima dos patamares internacionais. Diante disso, como o presidente vê a permanência de fatores estruturais que continuam constrangendo a economia brasileira e que por certo nos farão talvez voltar àquele padrão anterior, em que muitos supõem que, no Brasil, o crescimento do PIB potencial não pode exceder a 3, 3,5%, porque num País que tem essa carga tributária, que tem um baixíssimo investimento, uma taxa de investimento ainda muito baixa, sobretudo levando em conta o investimento do setor público e as dificuldades na área de infraestrutura, que ainda estão presentes, eu pergunto: terá o Brasil, presidente Tombini, condições de crescer de forma sustentável nesse padrão que vigorou nos últimos anos?

São essas as questões e eu agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

O próximo orador inscrito é o Senador Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Então, será o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srª Ministro, parabéns pela competência com que V. Exª vem conduzindo os seus trabalhos no Banco Central. É uma satisfação muito grande, para todos nós, acompanharmos o êxito da sua gestão.

Sr. Presidente, examinando os dados do Banco Central do mês de outubro, verifiquei que a conta financeira de outubro de 2010 teve um saldo positivo de R$12 bilhões, mas, em outubro de 2011, caiu para R$3 bilhões, e que os investimentos, em carteira, em outubro de 2010, representaram R$18 bilhões, mas, em outubro de 2011, caíram para R$600 milhões. Por outro lado, está havendo uma reversão no relacionamento dos empréstimos *intercompanies*. Verificamos que o problema são os empréstimos de matrizes no exterior às suas subsidiárias, que foram R$2,6 bilhões, em 2010, e caíram para R$120 milhões em 2011, e o inverso, ou seja, as subsidiárias externas estão emprestando às suas matrizes. Como o Senhor vê esse movimento? Sinaliza alguma coisa esse movimento de outubro, ou seja, essa diferença de outubro de 2011 para outubro de 2010? Isso preocupa o Banco Central? O Senhor acha isso natural ou não tem nenhuma indicação mais complexa?

A segunda questão, Sr. Presidente, é que, examinando o relatório fiscal do Banco Central, verificamos uma dívida interna líquida de quase R$2 bilhões e, quando se examina, quando se chega à líquida, vemos alguns créditos da União. O crédito, junto ao BNDES, está em R$280 bilhões, inclusive com situações que, muitas vezes, não dá para entender, Sr. Presidente. O recurso do FAT é a arrecadação do PIS/PASEP, ou seja, a arrecadação do PIS/PASEP é o recurso do FAT. Quarenta por cento são repassados ao BNDES a custo zero, ou seja, não custam nada à União. A União repassa 40% ao BNDES a custo zero. A União está tirando esse dinheiro a custo zero e repassa para o BNDES tomando dinheiro, pagando Selic, para mandar dinheiro para o BNDES. O Senhor não acha que isso daqui é um erro matemático? Deixar de destinar ao BNDES um dinheiro que tem a custo zero e entrar na praça, pagando Selic, para enviar dinheiro ao BNDES? Qual é o percentual, hoje, a situação do BNDES, o passivo do BNDES, representado por dívidas da União? O Banco Central está acompanhando a situação dos bancos públicos, do BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica?

A última questão é a seguinte, Sr. Presidente: o cadastro positivo. O cadastro positivo foi votado pelo Congresso e apresentado – foi uma proposta do Executivo – como um instrumento importante para a queda da taxa de juros. Temos tido aqui, nos últimos meses, uma queda da Selic. O cadastro positivo praticamente já foi aprovado e não se vê nenhum sinal de queda de taxa de juros no mercado livre, ou seja, é como se não tivesse cadastro nem queda de Selic. Houve elevação. Quer dizer, a Selic é neutra? A Selic realmente não tem... O fato de se elevar ou de se diminuir a Selic... Ela é neutra no mercado livre? E o cadastro positivo? Como é que está funcionando esse cadastro positivo em relação à taxa de juros?

A última questão é o problema da inadimplência diante de um quadro de desaquecimento da economia. É preocupante, Sr. Presidente, porque o que se nota é que houve um aumento grande na geração de emprego nos últimos anos. As classes "c" e "d" tiveram muita facilidade de crédito e estão endividadas. Se houver um desaquecimento, um desemprego, existe alguma preocupação com o problema da inadimplência?

E, para terminar, pedindo licença ao Presidente, quais são os reflexos que vão ocorrer na situação externa do Brasil com o desaquecimento da China?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Dornelles.

Com a palavra agora o Senador Suplicy. Depois temos mais dois Senadores inscritos, o Senador Sérgio Souza e o Senador Lindbergh.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Delcídio Amaral, prezados Srs. Altamir Lopes, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo e Alexandre Tombini, Presidente do Banco Central, percebo que a exposição de V. Exª nos traz tranquilidade no sentido de que quase todos os indicadores estão caminhando numa direção positiva de diminuição da inflação, de crescimento maior da economia em relação à situação de alguns meses atrás, de taxa de desemprego descendente – e é das mais baixas taxas de desemprego havidas na história desde que começou a ser medida a taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas do Brasil –, e do crescimento da renda *per capita*, sendo tudo relacionado também a uma diminuição do coeficiente de desigualdade.

Certamente, a experiência que o Brasil vem acumulando, em especial o Banco Central, tem feito as autoridades, inclusive do Banco Central, do Ministério da Fazenda e do Planejamento, aprender mais e mais com a teoria econômica e com a nossa própria experiência. Uma das coisas que têm preocupado economistas, industriais e as pessoas, em geral, tem sido o fato de que por muito tempo tivemos juros relativamente elevados e câmbio apreciado, contribuindo para dificultar a competitividade de nossa indústria e o possível risco de desindustrialização.

Recentemente, no primeiro semestre deste ano, tivemos um aumento de juros por parte do Banco Central. O Presidente Alexandre Tombini nos falou de como é que as variações, por exemplo, na taxa de juros, têm um efeito prolongado ao longo dos próximos meses. Então, neste ano nós tivemos, no primeiro semestre, um aumento na taxa de juros que, por sua vez, resultou em efeitos que ainda estão acontecendo por causa da defasagem citada.

Por outro lado, nas últimas três reuniões do Copom, houve exatamente, conforme salientou, a diminuição em 150 pontos na taxa de juros, que agora deverá ter, pelo mesmo raciocínio e experiência acumulada dos estudos do Banco Central, efeitos defasados que poderão ser bastante positivos para o objetivo de ao mesmo tempo promover o crescimento e ter um efeito sobre a taxa de câmbio mais adequada, porque estamos vendo o câmbio ser apreciado.

O Ministro da Fazenda, Guido Mantega, deu uma entrevista ao *Estado de S.Paulo* esta semana, onde ressaltou que o Governo está atento a não permitir que a taxa de câmbio não desça, se for colocado o valor do dólar em relação ao real, abaixo de 1,60, mas estamos hoje acima de 1,86, o que significa algo, do ponto de vista dos exportadores, mais positivo.

Então, por outro lado, a queda da taxa de juros acaba tendo um efeito positivo para o estímulo aos investimentos, acumulação de capital, ao investimento produtivo que, por sua vez, tem um efeito não imediato, mas prolongado ao longo dos meses seguintes, no sentido de aumentar a capacidade produtiva e a oferta de bens e serviços. O que, por sua vez, acaba se constituindo em uma pressão menor para a inflação, ou seja, quando aumenta a oferta de bens e serviços, tem-se uma menor pressão inflacionária. Então, há um conjunto de fatores que precisam ser considerados simultaneamente.

E me parece que o Governo brasileiro, as autoridades monetárias, o Banco Central vêm tomando decisões no caminho mais correto.

Na exposição de V. Exª, em um certo momento, V. Exª mostrou a evolução do nível de emprego nos Estados Unidos, e eu notei que, no gráfico mostrando a evolução do emprego nos Estados Unidos, há um crescimento da atividade do nível de emprego no primeiro ano do governo Barack Obama, para depois ter uma diminuição e, agora, está reagindo um pouco, positivamente.

O que queria assinalar é que, no primeiro ano do governo Barack Obama houve um aumento significativo do *earned income tax credit*, credito fiscal por remuneração recebida. O que gostaria de assinalar é que as autoridades econômicas brasileiras devem estar atentas aos efeitos desse mecanismo, que é um mecanismo de transferência de renda que proporciona aos trabalhadores que não alcançam determinado patamar de renda na econômica norte-americana passam a receber um crédito fiscal, que tem sido aumentado. Aumentou, por exemplo, no Governo Bill Clinton muito significativamente, o começo do governo dele, também no governo do Barack Obama.

O que saliento que nós brasileiros precisamos estar conscientes deste tipo de crédito fiscal por remuneração recebida e estudarmos bem os nossos tipos de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família. O que observo e recomendo à analise dos economistas do Banco Central é que levem em conta qual seria o melhor desenho de transferência de renda, tendo em conta aqueles que existem nos Estados Unidos, no Reino Unido e nos demais países europeus e aqueles que existem no Brasil.

A argumentação que normalmente tenho apresentado, e encaminho a V. Exª um artigo onde trato deste assunto, melhor que o crédito fiscal por remuneração recebida seria a instituição daquilo que já aprovado pelo Congresso Nacional, sancionado pelo Presidente Lula, a instituição de uma renda básica de cidadania, que um dia poderá acontecer para todos, se fosse hoje, os 191 milhões de brasileiros. A evidência de que isso pode ser bastante benéfico está ali no lugar do mundo onde existe uma experiência nesse sentido há 28 anos. V. Exª sabe onde é esse lugar, num dos Estados norte-americanos. O coeficiente Gini da economia norte-americana, no ano passado, estava em torno de 0,49; a unidade da federação com maior desigualdade era o distrito de Colúmbia, onde está Washington D.C, com 0,533, próximo do coeficiente Gini último do Brasil.

O Estado onde é menor o coeficiente Gini eu pergunto a V. Exª se sabe. É o Estado do Alasca, com 0,40. Eu passo às mãos de V. Exª o estudo em que falo sobre isso, para demonstrar que a experiência de 28 anos de uma renda básica igual para todos os cidadãos do Alasca contribui para que esse tivesse o menor coeficiente Gini dos 50 Estados norte-americanos.

Muito obrigado e meus cumprimentos pela evolução da economia brasileira que, dessa vez, quase todos os indicadores são no sentido de progresso positivo. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Obrigado, Senador Suplicy.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza e, depois, fechando, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente Delcídio do Amaral; Exmº Sr. Presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; demais diretores do Banco Central; Srªs e Srs. Senadores; primeiro eu quero enaltecer e dizer que pude perceber da sua exposição, Presidente Alexandre Tombini, que no segundo semestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, registraram os maiores índices de inflação e também de baixo crescimento do PIB.

O Brasil, pelas suas ações, vêm recuperando principalmente o que diz respeito à diminuição da inflação, mas também no aumento da previsão de crescimento do PIB e que isso acontecerá em 2012 e, por isso, esse otimismo todo.

Mas aí vem uma pergunta dentro desse contexto: tendo em vista que a crise europeia se difundiu muito mais no segundo semestre de 2010, isso tudo quer dizer que o Brasil estaria, de certa forma, blindado? O Brasil estava, lógico, acredito eu, preparado, mas estaria imune aos efeitos externos de crises como esta da zona do euro e também aquela que ainda assola os Estados Unidos?

Essa seria a minha primeira pergunta. Uma outra: um pouco do que foi colocado pelo Senador Dornelles, no mercado livre de juros, eu vejo que o custo do crédito para o cidadão brasileiro, tanto para pessoa física com para pessoa jurídica, principalmente o crédito de capital de giro, ele é altíssimo e não tem nenhuma referência com a Selic. Se nós verificarmos aí, eles chegam à margem de 30%, 40% e até 50% ao ano praticados por alguns bancos, sem falar em juros de cartão de crédito e de limite de cheques especiais. Estamos falando de crédito direto ao consumidor, aquele que vai ao banco, independentemente de ser banco público ou privado, toma um empréstimo de um capital para incorporar a sua pequena empresa ou a sua empresa de porte médio ou até para o seu custo de pessoa física e ele chega realmente a taxas de juros que ultrapassam a casa dos 30% a 40% ao ano.

E aí não estaria havendo um endividamento da população brasileira e um enriquecimento de forma desleal ou desproporcional dos bancos brasileiros ou dos bancos que operam no Brasil? Estamos acostumados, Presidente Delcídio, a ver anúncios constantes dos bancos do Brasil mostrando crescimento, ganhos reais, lucros de bilhões de reais. Sou muito consciente de que a política bancária no Brasil foi a que suportou a crise de 2008 e a que também tinha uma responsabilidade muito grande por conta da iminência de crise em 2011 e em 2012.

Vejo o seguinte: a população brasileira não é aquela que está pagando isso tudo? Não se corre o risco de haver uma bolha de crédito no futuro e de haver um problema ainda maior para a nossa economia? Se houvesse aqui um juro real, um juro de mercado livre menor, na faixa real da taxa Selic, não haveria um maior incentivo ao crescimento econômico do País? O cidadão, assim, não consumiria mais? E, por isso, não produziríamos mais, gerando mais emprego e renda?

Há também a seguinte pergunta: qual o percentual do PIB tomado em empréstimos hoje pelo cidadão brasileiro, pessoa física ou pessoa jurídica?

Existe uma expectativa de redução da taxa Selic, que chegaria a menos de 5% até 2014. Essa expectativa pode ser alcançada pelo Governo brasileiro, pelas políticas implantadas até agora?

Vou finalizar, Sr. Presidente.

Há outra pergunta: qual é a política do Governo brasileiro, qual a política do Banco Central para a valorização do real? Chegaremos ao nível dos R$2,00 o dólar? Ou esse valor pode ir muito além desse patamar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

O último orador é o Senador Lindbergh Farias, a quem concedo a palavra.

Depois, o Presidente Tombini vai responder aos Senadores.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente Delcídio do Amaral.

Sr. Presidente Tombini, V. Exª chega a esta Casa depois de um ano de turbulências e de muitos ataques às políticas do Banco Central. Falo não só em relação ao dia 31 de agosto, em que o Banco Central antecipou-se ao tomar a decisão de reduzir em 0,5% a taxa de juros, mas também em relação ao começo do ano, quando havia a discussão em torno da inflação.

Eu me lembro de cada reunião do Copom, que acompanhávamos aqui, nesta Comissão de Assuntos Econômicos. O mercado sempre pedia alta maior das taxas de juros. Parecia que não acreditava nos efeitos dessas medidas macroprudenciais, que, como estamos vendo neste terceiro trimestre, foram fortes. Mas o sentimento era este: a cada reunião do Copom, o mercado pedia mais. E me lembro da histeria que houve neste País no dia 31 de agosto, quando o Banco Central baixou a taxa de juros em 0,5%. Houve uma histeria. Dizia-se que o Governo estava abrindo mão do controle inflacionário, com ingerência política, com interferência política. O interessante é que, nesse aspecto, os opositores se calaram.

Não só o Banco Central, mas também a Presidenta Dilma, no dia 02 de agosto, antecipou-se à piora do cenário econômico internacional e lançou o plano Brasil Maior, discutindo proteção à nossa indústria e inovação tecnológica. E o Banco Central tomou aquelas medidas no dia 30.

Chamo a atenção para a coluna de Ribamar Oliveira, do jornal *Valor Econômico*, de 20 dias atrás, em que ele disse o seguinte: houve um descompasso entre os economistas de instituições financeiras e as tesourarias dos bancos. Naquele dia 31 de agosto, quando o Banco Central baixou em 0,5% a taxa de juros, a tesouraria dos bancos e o mercado já tinham baixado essa taxa, que já estava a 11,5%, Senador Presidente Delcídio do Amaral. Achei isso muito interessante, porque também o mercado se antecipava, e já tinham passado dois meses do terceiro trimestre. O Banco Central e o mercado entendiam que já havia uma desaceleração econômica.

Dessa forma, primeiro, quero parabenizar V. Exª. Acho que a Presidenta Dilma, em relação às posições do Governo como um todo, e o Banco Central estão agindo de forma adequada no que diz respeito a essa crise econômica. Devo dizer também – e é importante dizer – que no debate que nós temos aqui neste Senado sempre, em cima dos gastos públicos, da nossa dívida, é importante levantar os números.

Estou com os números de setembro do Fundo Monetário Internacional: a relação dívida/PIB da França, 81%; da Alemanha, 57,2%; da Grécia, 124,8%; da Irlanda, 98,8%; do Japão, 130%; e nós estamos com 38,6%, com uma relação dívida/PIB cadente no nosso País.

Devo dizer outra coisa. Eu queria falar sobre o impacto fiscal dessa redução das taxas de juros. Alguns analistas falam que cada ponto percentual de redução taxa de juros mantido por 12 meses significa algo em torno de 11 bilhões. Se nós baixarmos esses 3 pontos de que o mercado está falando, e a nossa expectativa é de que baixemos 3 pontos ou mais, não sei aonde vamos chegar.

Nós estamos com taxas de juros reais hoje em 4.2% a menor desse último período. Estamos falando em algo superior a trinta e pouco bilhões. O impacto disso no nosso déficit nominal é enorme. O impacto disso no nosso déficit nominal é enorme! No ano passado, a despesa do setor público com juros nominais foi de 195 bi. O superávit foi de 101 bi. Nós ficamos com um déficit nominal de 93.7 bi. É uma redução muito significativa. É algo que eu fazia questão de colocar aqui.

Na discussão da Europa, em relação aos números da nossa dívida, a discussão toda de renovação da lógica do Tratado de Maastricht, sabe qual é, Senador Delcídio, Presidente? É déficit nominal. Vão tentar

a construção de um déficit nominal, a médio e longo prazo, inferior a 3% e a relação dívida/PIB de 60%.

O nosso CDS, risco da dívida soberana, é importante que se diga... O Brasil, apesar de as agências de risco terem elevado a nota brasileira, quando a França ainda tem triplo a, nós estamos em bbb+ aqui, mas é preciso dizer que, em relação ao CDS, nós estamos superior à França, estamos abaixo da Alemanha, Estados Unidos e, talvez, do Japão. Mas já estamos com um número melhor que o da França. Então, é importante tranquilizar em relação a essa questão fiscal.

Sinceramente, quando a gente vê as projeções no mercado, relação superávit do próximo ano, há uma avaliação pessimista que não se coaduna com a realidade, com os nossos números. Estou convencido de que a gente caminha, a médio e longo prazo, para ser superavitário. Principalmente com essa mudança nesse arranjo macroeconômico e com a redução dessas taxas de juros.

Eu não quero me alongar, mas eu quero ressaltar o papel dos bancos públicos aqui na crise de 2008. Se não fosse a existência da Caixa Econômica, do Banco do Brasil e do BNDES, nós não tínhamos saído daquela crise, como saímos de 2008. Na hora em que o crédito minguou aqui no Brasil, foram esses bancos públicos que tiveram um papel...

E eu quero dizer aqui aos Srs. Senadores que vou distribuir um documento do Ipea feito agora, em setembro de 2011. O número do documento é 1.665, que fala sobre o BNDES. É um texto muito interessante que fala o seguinte:

Calculando-se adequadamente os custos e ganhos fiscais resultantes dos empréstimos de R$180 bilhões em 2009 e 2010, chega-se a resultados esperados positivos sobre as contas públicas federais. Ou seja, existe, em vez do alegado custo fiscal, um ganho fiscal líquido[um ganho fiscal líquido].

E há aqui nas conclusões:

O presente trabalho estimou o efeito fiscal dos empréstimos concedidos ao BNDES pela União em valor esperado positivo de cerca de R$100 bilhões em valor presente. Tal cifra representa consolidação de um custo fiscal direto líquido de R$50 bilhões e benefícios fiscais indiretos, em virtude da ampliação da renda do setor privado e, por conseguinte, da redução tributária da União de 151,8 bilhões em valor presente.

Sr. Presidente, eu não vou me alongar e nem vou constranger o Presidente Tombini, vou falar sobre um assunto, já dizendo que ele não precisa responder – e não quero que ele de fato responda. Mas a discussão agora é do crescimento. Eu sei que existe, por parte da Presidenta Dilma e desse projeto que o Presidente Lula começou a construir neste País, um compromisso muito grande com a formalização do emprego no Brasil. E estamos hoje com a menor meta da nossa história em desemprego, 5,8%.

Esse, sim, não é um compromisso institucional do Banco Central, mas, digo com todas as letras, é um compromisso deste Governo. Nós temos que olhar esses números de forma atenta. Eu, inclusive, apresentei um projeto em que retirei de pauta em relação ao Banco Central, mas devo dizer aqui que o Luiz Carlos Mendonça de Barros, no jornal *Valor Econômico* de ontem, analisando a crise europeia, disse o seguinte:

Outra forma de avaliarmos o sucesso da *ação de* Ben Bernanke *e sua equipe na* condução da política monetária americana *dos últimos anos é a de olharmos para a forma como o Banco Central Europeu (BCE) vem li*d*ando com os problemas* da *Europa atualmente. [Falando do Banco Central europeu.] Focados apenas em uma inexistente ameaça inflacionária, paranoia que domina o corpo técnico do [banco], e no fato de não terem nenhum compromisso institucional com o crescimento econômico* da *região, se recusam a usar os mesmos instrumentos de ação que levaram o Fed a ter o sucesso em estabilizar a economia. Por essa razão é correto esperarmos que a duração do período de recessão na Europa será muito maior do que os quatro anos que ocorreram nos Estados Unidos.*

Eu não quero me alongar mais. Acompanho a Presidenta Dilma. Acho que o Presidente do Banco Central fez certo quando disse aqui que o cenário é muito duvidoso. E o Presidente do Banco Central foi muito cauteloso. Disse: "Inflação em 2012 menor do que em 2011; crescimento maior do que em 2011". E tem que ser cauteloso mesmo, Presidente! Nós, aqui, estamos torcendo para que a economia brasileira cresça num ritmo mais acelerado, tente chegar a 4,5%, 5%. Achamos que vai haver um aumento do investimento no nosso País e uma série de ações coordenadas pela Presidenta Dilma e pela Ministra Miriam Belchior para fazer esse aumento dos investimentos. Vamos ter os 14% do salário mínimo, vamos ter o desarme das medidas macroprudenciais, o peso da redução das taxas de juros; vamos ter uma coisa no próximo ano, que é ano de eleição nos Municípios. Os prefeitos podem estar certos, Presidente Tombini. Fui Prefeito, mas o último ano é ano de aumento de investimentos nos Municípios. E acredito que podemos puxar um crescimento aqui. Sei das dificuldades, mas é superior a 4,5%, 5%.

Eu acho que o que é mais importante é consolidar essa preocupação com o emprego. Digo isso concretamente em relação ao nosso projeto.

Nós temos muito orgulho de ter colocado 39 milhões de brasileiros na classe média, de ter tirado 28 milhões de brasileiros da extrema pobreza; e o que nós

não aceitamos é a perspectiva, num cenário de crise econômica internacional, de voltar esses que foram para a classe média.

Então, eu sei que o desemprego é uma preocupação cotidiana da nossa Presidenta Dilma.

Só quero concluir falando das nossas preocupações com a Europa. Eu, inclusive, assisti, quero dizer, Presidente Tombini, a uma belíssima entrevista no jornal da Bandeirantes de domingo com o Prof. Delfim Netto. O Prof. Delfim Netto falava em dois caminhos para a Europa: um, de a Europa se transformar numa federação, o que não é simples. Nós estamos vivendo um momento de muitas dificuldades, acho de restrição democrática na Europa; o outro, de saídas bonapartistas, inclusive os cenários sombrios de 10 a 15 anos falam em possibilidades de guerra.

Então, essa é a nossa preocupação nossa com os rumos da Europa, principalmente porque, na minha avaliação, numa crise de natureza recessiva, sobram apenas os velhos planos de austeridade que fracassaram no mundo inteiro, que podem aumentar o desemprego, podem aumentar as crises políticas na região. E, sobre a tese da federação, muitos discutem a situação na Europa, relembrando o debate dos federalistas norte-americanos. Só que a discussão e a dificuldade aqui, concretamente, é muito grande, pela distância política entre os países da Europa, e sabemos que esse caminho de transformar a Europa numa federação não é um caminho simples.

Essa é uma crise para a qual acho que nós temos que nos preparar. Deve ser uma crise longa, uma crise duradoura.

Eram essas as minhas palavras. Desculpem-me a demora.

Eu queria, principalmente, parabenizá-lo, Presidente. V. Exª chega à Casa numa clima de muita tranquilidade.

É claro que existem preocupações. O Senador Dornelles colocou várias muito procedentes, também o Senador Armando Monteiro, a Senadora Ana Amélia, o Senador Sérgio, o Senador Suplicy, mas acho que estamos confiantes. Acho que o Brasil está preparado para enfrentar 2012 com muita força e crescer acima do que está prevendo o mercado, crescer acima dos 4% e, quem sabe, chegar perto dos 5% no próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh.

Agora eu passo a palavra para o Presidente Tombini, para responder os vários questionamentos aqui apresentados.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu enviei um acréscimo de pergunta sobre a evolução do coeficiente Gini. Agradeço se ele puder esclarecer porque...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Suplicy, só pediria brevidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Será muito breve.

É porque o último coeficiente Gini normalmente apresentado pelas autoridades econômicas, inclusive o Sr. Ministro Guido Mantega aqui já se referia ao censo de 2010, que era próximo de 0,53 ou 0,529. Ele apresentou o último dado de 2009 com números para outros critérios que não aqueles que costumam ser os mais utilizados. Por isso, proponho que faça o esclarecimento e possa chegar até 2010, que é o censo, que é o último dado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra o Presidente Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer a S. Exªs pelo interesse tendo em vista a grande quantidade de questões interessantes para o nosso debate.

Iniciando pela Senadora Ana Amélia, quero primeiramente agradecer as informações sobre a evolução do PLS 40, em relação ao escopo de atuação das cooperativas de crédito. Parece muito bem. De fato suas palavras corroboram nossa visão em relação a esse segmento, que tem sido capaz de reciclar a poupança local, que tem tido uma capilaridade importante para levar o crédito principalmente ao interior do País. É uma área que nós, do Banco Central, temos investido bastante não só na fiscalização, mas na regulação, de maneira que essa ampliação potencial da latitude de atuação das cooperativas será positiva no futuro.

Em relação à avaliação do setor privado sobre gastos não financeiros e os desdobramentos dessa avaliação sobre o futuro da política ou da situação fiscal do País, queria dizer que nós, do Banco Central, trabalhamos, nossa hipótese de trabalho é o cumprimento das metas de superávit primário. O Governo tem tido uma atuação altamente consistente do ponto de vista fiscal ao longo do ano de 2011. Na linha do que falava o Senador Lindbergh também havia uma certa dúvida em relação à capacidade de entregar resultados no lado fiscal. O que se viu foi uma política fiscal bastante na linha do objetivo e do compromisso do Governo e há, para o futuro, o compromisso do Governo da Presidenta Dilma de manter a situação fiscal

sujeita à disciplina, de fazer com que esse diferencial, de fato, seja um diferencial do País e, quando essa crise internacional for dissipada, que o Brasil esteja inclusive mais forte do que está hoje em relação às suas políticas econômicas.

De maneira que a avaliação que V. Exª se referia em relação a comprometimento de superávit, de objetivo de superávit no futuro, cabe ao Governo, cabe ao Congresso definir a alocação desses recursos, mas há um compromisso forte de manter a situação fiscal bem arrumada no País. Isso certamente é uma ajuda, do ponto de vista da administração das políticas macroeconômicas, para o trabalho do Banco Central.

Em relação aos casos que V. Exª menciona, o Banco Central do Brasil...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só um pouquinho. Nesse mesmo caso, Presidente, desculpe, nesse cenário que está previsto dá para baixar os juros?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Eu gosto sempre de tratar de inflação, de crescimento. Temos reunião de seis em seis semanas. Temos sinalizado mais ou menos a direção para onde estamos andando, mas, certamente, como bem lembrou o Senador Lindbergh Farias, nessa temática, eu tenho que ser ainda mais cauteloso do que na avaliação do cenário econômico.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E nem quer falar também, não é?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – De maneira que o que eu disse foi que a manutenção numa situação fiscal bem arrumada ajuda o nosso trabalho.

Em relação à fiscalização dos bancos públicos, o Banco Central trata os bancos públicos como qualquer outra entidade regulada. Nós temos a responsabilidade perante a sociedade, perante o País, de tratar os entes públicos da mesma forma como tratamos os participantes do sistema financeiro privado, seja de capital nacional ou capital estrangeiro. De maneira que atuamos da mesma forma, uma forma homogênea, em relação ao cumprimento da regulação prudencial, ao cumprimento das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.

Em relação à questão do Panamericano, nós tivemos a oportunidade, na semana passada, no Congresso Nacional, na Câmara, de detalhar a ação do Banco Central na aquisição do Panamericano por parte da Caixa Econômica Federal. Lembro apenas que foi o Banco Central, na sua atuação sistêmica de assegurar a estabilidade do sistema financeiro como um todo, que identificou inconsistências contábeis e depois as localizou, no caso do Panamericano. Foi o Banco Central que determinou a adoção de providências que levassem à recomposição do capital da instituição financeira, à recomposição desse patrimônio aos níveis de dezembro de 2009, quando foi feita a operação a que V. Exª se referia. Uma solução que, no caso do Panamericano, não trouxe prejuízo aos depositantes, aos investidores e demais credores da instituição. Não houve corrida bancária naquele momento sensível, não houve reflexos para a estabilidade do sistema, não houve dispêndio de recursos públicos. Quer dizer, foi restabelecido o nível de patrimônio do Banco Panamericano após a nossa intervenção e a correção por parte dos controladores, naquele momento. A Caixa só foi autorizada definitivamente a ingressar no Banco Panamericano depois do restabelecimento do patrimônio daquela instituição. O Banco Central comunicou, tempestivamente, encontradas irregularidades e aprofundada a nossa investigação, ao Ministério Público Federal, à Polícia Federal, à Comissão de Valores Mobiliários, ao Coaf e ao CFC, que é a Confederação de Contabilidade, e, enfim, instaurou os processos administrativos. Apenou uma série de administradores nesse processo, cujas penas, em primeira instância, somam mais de 210 anos nesse episódio. Portanto, o Banco Central atuou, atendendo suas obrigações legais, prerrogativas, nesse caso.

Em relação ao outro caso a que V. Exª se refere, o Banco Central está sempre atento a toda e qualquer denúncia de suposta irregularidade envolvendo uma instituição regulada. E a sua supervisão está preparada para investigar, se for o caso, e punir qualquer ocorrência de ilícito administrativo no âmbito das nossas competências legais no Banco Central.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Banco já está investigando?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – É. Se nós tomamos conhecimento ou ao tomarmos conhecimento de algum fato inserido na nossa esfera de regulação e supervisão, nós adotaremos as providências necessárias para apurar o caso e eventualmente aplicar sanções, se for esse o caso. Naturalmente, nós não comentamos trabalho de supervisão eventualmente em curso.

Então, são essas as considerações que eu gostaria de deixar aqui para as perguntas da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Em relação às perguntas do Senador Armando Monteiro, se não seria o caso de, neste momento – digamos – maior ousadia nas medidas, imagino que nas medidas de relaxamento do crédito, referentes aos créditos.

Nós estamos avaliando sempre as condições econômicas. O terceiro trimestre é de piso, digamos assim, para a atividade. A atividade, em quatro trimestre, carrega a inércia, mas no trimestre, na margem,

este é o de maior força e de maior impacto na economia, porque ali coincide todo nosso trabalho do início do ano, juntando essa combinação de política que nós mencionamos, por um lado, e, por outro, o agravamento da crise que, por canais mais imediatos, de confiança, afetaram aquele momento.

Então, agora nós estamos olhando o desenrolar da economia para, inclusive, calibrar todos nossos instrumentos tendo sempre nosso objetivo que é a convergência da inflação. Havendo espaço, nós flexibilizamos; não havendo, nós podemos parar ou subir ou apertar as condições. Não é esse quadro. O quadro que V. Exª coloca é de fato de desaceleração e agora nós temos as defasagens aí em curso, alguns impactos, já no curtíssimo prazo, em função de medidas mais pontuais como são as medidas de créditos ou mesmo as reduções que houve na questão do IPI. Essas medidas mais a curto prazo põe um piso na deterioração do quadro econômico e as medidas mais convencionais têm efeito defasado, apesar de já começar com algum efeito sobre a economia em um período à frente. Então, vamos continuar avaliando e, eventualmente, tomando medidas ou não nas próximas semanas e meses que virão.

Em relação ao crédito externo, V. Exª tem toda a razão de chamar a atenção para essa área. Nós vimos a questão, no início da semana ou na semana passada, vários meios de comunicação levantando essa questão da escassez das linhas. Enfim, nós estamos monitorando isso diariamente. O que nós percebemos, desde antes dessa agudização da crise (vamos datar isso lá para final de julho, início de agosto), que tem havido um impacto no custo de financiamento externo. Na média, é um impacto relativamente moderado em função do quadro internacional. Há casos extremos, mas, na média, é um impacto moderado.

O que vimos também é uma resiliência dos volumes nos estoques de linha tanto... Resiliência! Ligeiramente... Enfim, quase constantes de R$70 bilhões de volume total de linhas externas, por volta de R$35 bilhões as linhas mais direcionadas ao comércio exterior não houve muita modificação.

O que nós vimos também foi uma substituição de fontes de suprimento dessas linhas. Os bancos europeus, que sempre foram muito ativos nos financiamentos transfronteiriço, recuaram em função das condições na Europa. Vimos os bancos americanos, inclusive americanos e asiáticos, nesse contexto oportunizando um preenchimento da oferta de linhas. Então, por isso o volume não fica muito, o custo aumenta um pouco, o volume não varia muito. Há substituição de fonte, de fato. Estamos monitorando, não vemos nada como em 2008. Nós fizemos, na semana passada – V. Exª deve se recordar –, um leilão de linhas, de 30 e de 60 dias, até porque nosso monitoramento não indicava a necessidade, a não ser um pouco de custo, mas nós também conhecemos a sazonalidade. No final de ano, a tendência, em todos os mercados – mas nesse mercado em particular –, é que a liquidez abaixe um pouco. O fechamento de balanço, o fim de ano baixa um pouco... Então, nós oferecemos duas modalidades de linha para passar o ano: 30 e 60, vencendo em janeiro e fevereiro. No leilão, não foi à frente nossa oferta, porque houve pedidos de prêmios que não aceitamos. Mas os prêmios refletiram, digamos, a normalidade em relação ao suprimento de linhas. De outra maneira, não teriam sido pedidos os prêmios que foram pedidos para que se tivesse essa linha em dólar. Então, isso corroborou nossa visão de que nossa situação é resilente, é tranquila em relação a volumes. Obviamente que, amanhã, pode ser diferente. Nós estamos monitorando isso diariamente.

O último ponto que V. Exª coloca é em relação aos fatores de crescimento que estiveram conosco nos últimos anos – expansão do crédito, agregação de vários novos tomadores, a inserção de novos consumidores, os 38 milhões na nova classe média, e a prestação cambial, talvez em função do *boom* de *commodities* a que V. Exª se referia –, e que esses fatores não se repetiriam e, que, portanto, seria difícil sustentar o crescimento nos próximos anos.

Nas questões colocadas, há vários pontos. Nós temos condição, sim, de manter um crescimento sustentável nos próximos anos em relação ao crédito. Havendo uma recomposição no crédito, nós vemos o crédito – por exemplo, financiamento imobiliário – ganhando espaço neste ano, deve continuar ganhando espaço. O consumo é importante. Isso gera capital para as pessoas no futuro, para as famílias. Obviamente que temos o privilégio de tomar as lições do que ocorreu em outros países e não repetir aqui os erros. Mas, de fato, esse crescimento tem ocorrido. Em 2010, em 2011, um certo preenchimento no mercado de crédito pelas operações de crédito imobiliário. Isso vai continuar. Então, eu acho que o crédito tem capacidade de crescer.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente, nesse segmento, o Brasil tem uns 2% sobre o PIB em crédito imobiliário e estoque?

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Um pouco mais. Tem entre 4,5% e 5% do crédito imobiliário. Representa 10% do crédito total. Nós temos um crédito total na faixa de 48%, 50% do PIB, ou seja, há espaço para continuar aprofundando o mercado de crédito, tomando as cautelas devidas.

A inserção dos consumidores é um processo que continua. Naturalmente, cada vez você conse-

gue agregar menos, mas, como foi dito aqui, a ideia é preservar e aprofundar esse processo. Esse é um objetivo do Governo, certamente. No que diz respeito ao Banco Central, nós vamos manter a estabilidade monetária e financeira para que esse processo se dê numa base sustentável.

Então, eu creio que o crescimento sustentável é possível, a renda tem crescido, o emprego continua crescendo. Na margem, obviamente, nós incorporamos quinze milhões de brasileiros nos últimos oito anos. Então, há acréscimos menores, mas é possível continuar evoluindo, é possível continuar numa trajetória de crescimento sustentável.

Eu passaria, agora, às questões colocadas pelo Exmº Senador Dornelles. Em relação, primeiro, aos dados comparativos de outubro deste ano em relação ao ano passado, nós tivemos, de fato, uma diferença grande. Creio que o principal ponto da questão colocada pelo Senador diz respeito ao intercompanhias de uma subsidiária brasileira lá fora mandando para a matriz aqui dentro. O senhor já externou essa preocupação anteriormente.

No caso do mês de outubro, especificamente, nós tivemos uma grande operação de retorno de uma empresa brasileira lá fora. Porque esses recursos vieram para o Brasil, pode haver várias explicações. A explicação que entendo ser a mais plausível é, possivelmente, a redução das oportunidades lá fora e o bom momento que vive a economia brasileira, com todas as necessidades que tem em vários campos, inclusive no desenvolvimento das reservas de petróleo, na parte de infraestrutura. Então, uma parte desses recursos vem para, digamos, para aproveitar as oportunidades no Brasil, num contexto internacional de redução de oportunidades lá fora.

No intercompanhias nós vemos saída. Esse é um movimento que se vê normalmente, investimento estrangeiro saindo no intercompanhias para a matriz lá fora, em níveis moderados. Mas, enfim, é um momento delicado na situação internacional. É possível – e nós vimos neste ano nos dados – que haja um aumento dessas remessas de maneira a capitalizar ou de prover liquidez para as matrizes lá fora, refletindo um pouco a situação internacional. Nós acompanhamos todo o mercado de câmbio, mencionamos agora à resposta dada ao Senador Armando Monteiro, que nós olhamos diversos segmentos, seja linha, sejam remessas, seja o mercado de derivativos, seja o mercado de financiamento ao comércio exterior. Eu acho que nós temos instrumentos, em relação ao mercado de câmbio como um todo, de atuar para que ele esteja funcionando normalmente.

Nós já indicamos isso em setembro, quando houve o auge da versão risco, tivemos um impacto também na economia brasileira, e o Banco Central disse que estaria disposto a entrar, sempre que necessário, para manter a normalidade do funcionamento desse mercado.

Então, nós vemos o mercado como um todo. Naturalmente, nesses períodos de maiores dificuldades internacional, nós vemos essas remessas intercompanhias ocorrendo, talvez, em maior volume.

Em relação aos investimentos em renda variável e nos empréstimos, o que houve foi uma redução da taxa de rolagem, mas ainda estão acima de 100%. E nós tivemos também, no que diz respeito ao investimento em bolsas, um grande investimento no ano passado, uns R$14,5 bilhões, no mês de outubro de 2010, que foram aqueles destinados àquela oferta de ações da Petrobras. Então, está impactado por isso. A base então sofre um impacto, aquela foi uma das maiores operações que ocorreram no ano de 2010.

Em relação às taxas Selic e suas implicações e o que ocorreu aqui no mercado ao tomador final, creio que, da mesma forma com há algumas defasagens na transmissão, quando estávamos subindo os juros lá no começo do ano, neste momento é possível alguma defasagem também em função do ambiente internacional e, digamos, do comportamento das instituições. No que diz respeito ao Banco Central, o que nós queremos que ocorra é que o mercado funcione de uma maneira anticíclica, ou seja, na hora em que nós recomendávamos uma desaceleração no crédito, pois nós víamos uma desaceleração na economia, até para evitar um repique na inadimplência, essa era a visão. Agora, no momento de maior retração, nós estamos reduzindo juros, reposicionando as macroprudenciais. Então, é um momento de, com prudência, retomar os níveis de créditos na economia. Isso é uma situação que nós estamos avaliando no dia a dia e sempre que necessário nós poderemos, o Banco Central, como banco regulador, atuar para que o comportamento seja o mais anticíclico possível, que a aversão à tomada de risco não seja no momento em que as condições econômicas já estão bem mais moderadas do que estavam, por exemplo, no início do ano. E, com isso, acaba-se impactando, sim, a ponta, o custo ao tomador acaba sendo impactado e será impactado. Nós estamos considerando isso nas defasagens.

Em relação a nosso comentário sobre os recursos para o BNDES, me parece que esses recursos, tomados do Tesouro, decorrem do fato que os demais recursos já vêm sendo utilizados. O que nós temos, inclusive, colocados em nossos documentos, relatórios de inflação e em atas, é que nós vemos com bons olhos

os recursos que são tomados à taxa de mercado, que sejam repassados à taxa de mercado. Então, crescentemente, no *mix* do BNDES, nós vimos isso em 2010, que esses outros recursos que têm um financiamento no Tesouro, eles estão saindo já com taxas compatíveis com os custos de capitação e isso tem sido levado em consideração nas ações do BNDES.

Só para responder a sua pergunta mais específica, em relação aos passivos do BNDES, o número que eu tenho é de um passivo total de R$574 bilhões, sendo R$280 bilhões de passivo com a União e R$182 bilhões de recursos do FAT, do PIS/Pasep.

Finalmente, quanto a sua pergunta sobre – bom, são duas perguntas – preocupação com inadimplência, os nossos indicadores de antecedentes de inadimplência, ou seja, os atrasos entre 15 e 90, têm melhorado na margem. Inadimplência é algo que nós acompanhamos com bastante cuidado. Obviamente, no ciclo de perda de política monetária, de desaceleração da economia, nós vimos a inadimplência crescer e o comportamento das instituições ajustar-se. Agora, nós vamos ver um processo de retorno, de redução dessa inadimplência, porque os indicadores de antecedentes já apontam nessa direção. Por exemplo, os atrasos entre 15 e 90 têm caído na margem.

Por último, no que diz respeito ao desaquecimento da China e aos reflexos no Brasil, eu mencionei que o meu cenário básico, o nosso cenário básico para a China é uma desaceleração suave, um crescimento sendo reduzido até o nível de 8%, mais ou menos, como falamos, nesse ambiente. Normalmente, tira-se a pressão das *commodities*. As *commodities* não são um conjunto de produtos homogêneos. Há as metálicas, que sofrem maior influência do nível de atividade; as alimentos, que têm mais resistência, são mais, digamos, inelásticas à renda, ou seja, o preço dos alimentos não sofre tanto, o que é bom para nós não só do ponto de vista do balanço de pagamento, mas também para reduzir as tensões inflacionárias à frente. Então, sendo esse o quadro de desaceleração suave, acho que o Brasil estaria muito bem posicionado para enfrentar esse ambiente. É isso. Nós achamos que a China tem capacidade de administrar essa trajetória de desaquecimento suave.

Em relação ao Senador Suplicy, queria agradecer os comentários dele em relação à questão do crédito fiscal por remuneração recebida, assunto importante, relevante que diz respeito ao quadro de redução da desigualdade econômica e social. Agradeço o artigo que me foi passado e reconheço que o nosso dado está defasado. Nós estamos considerando dados de 2009, e V. Exª já nos passa aqui os dados de 2010. Certamente, nas próximas apresentações, vamos atualizar esses dados. O dado para 2010, que V. Exª acabou passando aqui, é o coeficiente de Gini na faixa de 0526 – o coeficiente de Gini total aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Há uma diferença de critério utilizado. Uma coisa são os rendimentos apenas do trabalho e de pessoas; outra, os rendimentos de domicílio; e outra, que me parece possivelmente a melhor, refere-se a todos os rendimentos de todas as pessoas de dez anos ou mais, dados de que IBGE mais se utiliza, que são esses que estão aí no quadro do IBGE. Mas os outros também são válidos.

E, felizmente, todos mostram o declínio desde 2002 para cá. Então, todos são na mesma direção. Mas acho que é importante considerar, possivelmente, até os três critérios ao fazer a exposição.

Obrigado.

O SR. ALEXANDRE TOMBINI – Obrigado a V. Exª.

Realmente, vamos corrigir isso na próxima vinda à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu passo agora então às perguntas do Senador Sérgio Souza.

A primeira é sobre a crise europeia. Muito se falou aqui na apresentação se o Brasil estaria imune. Bom, o Brasil... Eu procurei mostrar que nós temos reduzido as nossas vulnerabilidades ao longo do tempo, temos mantido uma coerência e consistência nas políticas macroeconômica, na administração mais de curto prazo e temos nos preparado, ao longo dos últimos anos e deste ano também, para ter capacidade de reação.

Essa crise, da forma como nós a encaramos, leva a um resultado de baixo crescimento por um período prolongado no mundo, mas nós temos capacidade de navegar nesse ambiente com um crescimento sustentável, usando nossa administração das políticas macroeconômicas e também, eventualmente, alguns dos colchões que nós formamos, caso seja necessário, nesse período à frente. Não estamos imunes, mas nós temos capacidade de reagir com alguma tranquilidade e sustentar o crescimento por definição aqui, o crescimento sustentável, ao longo dos últimos trimestres e ano.

Com relação ao custo do crédito ao cidadão e ao capital de giro, é uma preocupação nossa se mantemos uma agenda de redução do *spread*. Algumas medidas, ainda que o foco neste ano de 2011 tenha sido a estabilidade e o combate à inflação no início do ano, reajustando as políticas em função do ambiente internacional, nós temos uma agenda, não só o Banco Central, mas o Brasil, o Governo e o Brasil.

Recentemente passou aqui e foi sancionado o projeto cadastro positivo, que tem um impacto estrutural no crédito. Nós anunciamos, na semana passada,

a redução dos créditos que são registrados na nossa central de risco de crédito de R$5 mil para R$1 mil reais. Isso aumenta muito o volume de recursos, principalmente com essa inserção de um grande contingente de novos tomadores, com um tíquete de crédito mais baixo, créditos consignados, créditos pessoais, então nós vamos ter um conjunto de informações muito mais amplo e melhor, inclusive para haver a discriminação positiva do bom pagador e isso se refletir nos custos.

Então há uma série de medidas. Nós tivemos que apertar as prudenciais, tirar dinheiro do sistema, implantar juros, mas, olhando para a frente, a agenda continua e eu acho que é importante para reduzir os custos.

O retorno dos bancos no Brasil está mais ou menos no pelotão intermediário quando comparado com outros sistemas financeiros. Tenho dados, depois posso passar a V. Exª, comparáveis de banco mundial onde o retorno sobre patrimônio líquido está atrás de outras jurisdições como, por exemplo, China, África do Sul, Turquia, Canadá, Indonésia, Argentina, numa comparação internacional, de maneira que não se sobressai o retorno no Brasil em relação a outras jurisdições.

Naturalmente, no que diz respeito à parcela do *spread*, é algo que nós temos trabalhado, tem evoluído ao longo do tempo. Passamos agora pelas crises em 2008, esse movimento teve uma interrupção, mas, num médio prazo, é uma agenda muito importante que nós temos que continuar perseguindo, assim como estamos, mesmo nesse período que eu mencionei agora.

Risco. Estabilidade do sistema financeiro. Estabilidade financeira é uma das missões do Banco Central. Nós somos pagos para isso, então temos que estar atentos. Tomamos uma série de medidas que procurei mostrar aqui ao longo de 2011 para reduzir os riscos na virada do ambiente internacional. Acho que nós tivemos sucesso.

O que nós vimos até agora foi um impacto moderado dos diversos mercados no Brasil, coisa que nós falávamos aqui: não deveríamos tomar de braços abertos essa grande liquidez internacional que havia. Tínhamos que tomar medidas, tomamos medidas, mas, como não aconteceu nada, a gente não fica sabendo, mas, talvez, se não tivéssemos tomado, em setembro ou outubro, talvez teríamos que lidar com problemas muito maiores do que os lidamos.

Então essa preocupação com a estabilidade financeira está no nosso DNA. Nós temos que nos preocupar e a resposta é que não há risco de bolhas. Nós estamos monitorando e, ao contrário agora, nós temos menos risco do que tínhamos, por exemplo, no início do ano.

O percentual do crédito sobre o PIB é na faixa de 49% ou 48,5%, sendo 22,5% pessoa física e 25,9% pessoa jurídica.

Em relação à expectativa de Selic, vou usar a mesma resposta que dei na pergunta da Exma Senadora Ana Amélia. Como é um instrumento da política macroeconômica da parte que cabe ao Banco Central, nós evitamos tecer consideração em relação ao futuro de onde estará a taxa de juros. Obviamente que da política, havendo condições, nós faremos os ajustes, mas também, se, no meio do caminho, os riscos forem maiores do que as oportunidades, nós podemos também usar esse instrumento lá na frente.

A política em relação ao real, nós temos um câmbio flutuante. Acho que esse é um sistema em que, obviamente, há distorções em função... Nós, várias vezes, discutimos isso aqui. Quer dizer, uma das distorções que o fluxo intenso de capitais fazia era, primeiro, uma convergência muito rápida do preço dos ativos, incluindo a taxa de câmbio, sujeita a reversões na frente. Então, tivemos que botar areia na engrenagem para esse processo ser mais lento e não haver uma grande reversão num momento de virada de cenário.

Por ora, tem sido essa, mais ou menos, a história em relação a esse câmbio flutuante. Ele ajuda a economia a responder a situações diferentes no ambiente internacional. Nós não temos uma meta; nós temos uma preocupação de manter a estabilidade financeira e não fazer com que o câmbio acabe sendo, pelo menos em curto prazo, um motivo de preocupação em relação à saúde não só das instituições financeiras – acho que somos muito rígidos nessa –, mas também do setor privado não financeiro, como tivemos num passado não muito distante alguns problemas nessa área.

Em relação...

Bom, agora, então, passo aos comentários do Senador Lindbergh Farias.

Eu queria agradecer as palavras de apoio ao Banco Central. De fato, tem sido um ano bastante complexo no que diz respeito ao ambiente internacional, à volatilidade. O Banco Central procurou tomar as melhores decisões tendo em vista a sua capacidade de análise, o seu corpo técnico. Eu tive oportunidade de falar aqui, algumas vezes, que nós não tínhamos bola de cristal e, portanto, o que nós iríamos fazer era atuar, tomar as decisões com base na inteligência que nós conseguimos capturar, inclusive, do mercado, mas também das nossas fontes de informações próprias do Banco Central e do diálogo que existe hoje, de alto nível... O Brasil é um país importante que participa do diálogo internacional, seja no G-20, o Governo como um todo, seja nos fóruns específicos de bancos centrais, de que cada vez mais estamos participando, enfim, e tendo

uma troca de informações de alto nível, com condições de acompanhar a evolução dos acontecimentos econômicos, das políticas, dos riscos e desafios que outros países enfrentam, outras áreas econômicas certamente têm repercussão sobre o Brasil...

Então, é isso, acho que nós procuramos tomar as melhores decisões com base nas informações que temos. O Banco Central é um órgão de fiscalização e controle. No final do dia nós não temos no nosso, descrição do nosso trabalho, do nosso papel, que é agradar "a", "b" ou "c", nem desagradar. Ou seja, temos de tomar decisões no campo monetário e também na área financeira, de supervisão, que julguemos as mais adequadas para cumprir as nossas missões.

São essas as palavras. Agradeço todo o apoio de V. Exªs e também desse rico debate sobre a economia brasileira em 2011 e as perspectivas para o ano vindouro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Presidente Tombini.

Mais do que nunca, registrar aqui, parabenizá-lo pelo excelente trabalho junto com os diretores do Banco Central e a toda a equipe do Banco Central, que tem profissionais altamente competentes, que, junto com V. Exª, realizam esse trabalho exemplar em prol do Brasil e que nos conduzem a uma situação, apesar do momento difícil que vivemos, uma situação muito mais bem administrada, com mecanismos suficientes para que a gente enfrente esse período aí de crise que muito bem V. Exª acabou de relatar.

Eu gostaria também de registrar, não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade, um fato relevante que foi publicado hoje pela ALL – América Latina Logística, da região Sul, que passa pelo Centro-Oeste, junto com a Mineração Vetorial e, ao mesmo tempo, com o Grupo Triunfo, no porto de Santos. Eles anunciam investimentos de R$7,5 bilhões. São R$4,5 bilhões aproximadamente na compra de locomotivas e vagões – são 180 locomotivas e mais de 5 mil vagões –; investimentos no porto de Santos, para atender efetivamente ao carregamento de minério de ferro, que vai vir lá da minha cidade, lá de Urucum, em Corumbá; ao mesmo tempo, também mais R$2 bilhões na compra de vagões e R$1 bilhão principalmente na mina. Esses projetos são fundamentais para Mato Grosso do Sul e também para São Paulo e vêm ao encontro de uma velha aspiração. Eu, que reclamei muito dos investimentos da ALL, efetivamente, agora, vejo que as coisas estão caminhando. A logística, como foi dito aqui, e a infraestrutura do País são hoje o maior desafio para que o Brasil seja mais eficiente e mais competitivo e promova o desenvolvimento econômico e social, com inclusão social, que talvez seja o maior desafio que nós temos. Eu não poderia deixar de registrar essa bela notícia.

Agradeço também aos Senadores e às Senadoras que participaram dessa agenda comprida, que começou às 8 horas e 30 minutos da manhã – a Senadora Ana Amélia foi a primeira a chegar hoje aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Ao mesmo tempo, desejo a todos, a toda a família do Banco Central um Feliz Natal e um 2012 de realizações. Que vocês continuem tendo êxito e que todos vocês sejam muito felizes.

A reunião está encerrada, lembrando que, amanhã, teremos uma reunião extraordinária da CAE, para terminar a pauta administrativa, aprovar provavelmente mais dois empréstimos e encerrar a sabatina também do Cade.

Muito obrigado a vocês. Até amanhã.

(Iniciada às 11 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 32 minutos.)

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS 10 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19 DA ALA ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e um de dezembro do ano de dois mil e onze, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio do Amaral e, em seguida, do Senador Lobão Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, José Pimentel, Humberto Costa, Acir Gurgacz, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles, Ivo Cassol, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Aloysio Nunes Ferreira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino e Gim Argello. Deixam de comparecer os Senadores Lindbergh Farias, Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Roberto Requião, Luiz Henrique, Demóstenes Torres, Clésio Andrade, João Ribeiro e Marinor Brito. O Presidente declara aberta a Reunião, submetendo à Comissão a dispensa da leitura da Ata da 71ª Reunião, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da pauta. Item 1– Mensagem (SF) nº 152 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que "propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da

República Federativa do Brasil, no valor de US$ 7,479,000.00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados ao financiamento parcial do Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba – PROFISCO/PB", tendo como Relatora a Senadora Lídice da Mata, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório pela Relatora, é encerrada a discussão. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 2– Mensagem (SF) nº 153 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que "propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de ¥ 33.584.000.000,00 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de ienes), entre a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – SABESP e a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, destinados ao financiamento parcial do 'Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética'", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator, é encerrada a discussão. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 3– Mensagem (SF) nº 154 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 49,604,127.00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil e cento e vinte e sete dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do 'Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META – 1ª Fase'", tendo como Relator o Senador Eduardo Suplicy, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator, é encerrada a discussão. Colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 4– Mensagem (SF) nº 155 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 45,100,000.00 (quarenta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinados ao financiamento parcial do 'Programa de Drenagem Urbana de Fortaleza – DENURB'", tendo como Relator o Senador Wellington Dias, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator usam da palavra os Senadores Cyro Miranda e Inácio Arruda. Encerrada a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 5– Mensagem (SF) nº 156 de 2011, não terminativa, de autoria da Presidente da República que "propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinados ao financiamento parcial do 'Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional Fortaleza'", tendo como Relator o Senador Humberto Costa, que oferece relatório favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator usam da palavra os Senadores Inácio Arruda e José Pimentel. Encerrada a discussão e colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado apresentado. Aprova, também, Requerimento de Urgência para a Matéria. Item 6– Projeto de Lei da Câmara nº 57 de 2009, não terminativo, de autoria do Deputado Celso Russomanno, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (Proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado)", tendo como Relator o Senador Acir Gurgacz, que oferece relatório favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa. A matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator. Item 7– Projeto de

Lei do Senado nº 304 de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que "altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores Wellington Dias e Eunício Oliveira. Encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CAE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa. Item 8– Projeto de Lei do Senado nº 721 de 2011, terminativo, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que "dá nova redação ao art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para reduzir e escalonar, por faixa de receita bruta anual da pessoa jurídica, o valor das multas por descumprimento de obrigação acessória criada com base no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999", tendo como Relator o Senador Cyro Miranda, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório pelo Relator, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por doze votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Na votação, o voto do autor da Proposição, Senador Francisco Dornelles, não é computado, consignando-se sua presença para efeito de quórum, nos termos do art. 132, § 8º, do R.I.S.F. Item 9– Projeto de Lei do Senado nº 492 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "suprime o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996", que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 699 de 2007, terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para permitir a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais", tendo como Relator o Senador Francisco Dornelles, que oferece relatório pela aprovação do PLS nº 492 de 2007 com as Emendas nºs 2 e 3 que apresenta e pela rejeição do PLS nº 699 de 2007 e da Emenda nº 1-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com Parecer favorável ao PLS nº 699 de 2007 com a Emenda nº 1-CAS e pelo arquivamento do PLS nº 492 de 2007. Após a leitura do relatório pelo Relator, usam da palavra os Senadores José Pimentel, Flexa Ribeiro, Wellington Dias e Francisco Dornelles, Relator da matéria. É solicitada Vista pelo Senador José Pimentel e outros Senadores. O Presidente em exercício da Comissão, Senador Lobão Filho, concede Vista Coletiva, nos termos regimentais. Antes de encerrar a Reunião, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata desta Reunião, que é dada como aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos, lavrando eu, Adriana Tavares Sobral de Vito, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Delcídio do Amaral,** Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 72ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 71ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Pauta.

Item 1.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, pedindo licença aos demais Senadores, eu gostaria de pedir a V. Exª que submetesse a este Plenário, caso fosse possível, a inversão de pauta para que o Item nº 5, que eu tenho a alegria de relatar, uma operação de crédito para o Município de Fortaleza, pudesse ser o primeiro ponto, porque eu preciso estar presente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que hoje vai votar matérias extremamente relevantes. Se for possível.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o apoio aqui do Senador Inácio Arruda, os Itens 4 e 5.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Portanto, se todos os Senadores concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então nós começamos pelo item...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu peço a inversão para o Item 4. Os Itens 4 e 5 vão ao mesmo destino: Fortaleza.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – A capital cearense.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E V. Exª fica convidado já a passar o Réveillon, o Natal e mais uns quinze dias lá. É extensivo a todos o convite.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou lá, aproveito o restinho de ano e permaneço em Fortaleza em 2012.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Quero só chamar a atenção, Sr. Presidente, para não parecer que isso aqui é um entendimento e dizer que é para ir pelas atrações maravilhosas de Fortaleza.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Tem direito a passar em Campo Maior, no Piauí.

O SR PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Então vamos começar pelo Item 5, até porque o Senador Humberto Costa tem que se deslocar para a CCJ como Líder do Partido.

Então, vamos começar.

ITEM 5
MENSAGEM (SF) Nº 156, DE 2011
– Não Terminativa –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até U$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinados ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR Nacional Fortaleza".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável nos termos da Resolução do Senado – PRS que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 4.301, do Senado, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria a Srª Eliane Bucar, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e a Srª Maria Josenira Pedrosa Cavalcante, Coordenadora de Política de Turismo da Secretaria de Turismo do Município de Fortaleza.

Com a palavra o Relator, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, passo a ler o relatório.

Com a Mensagem nº 156, de 2011, a Presidenta da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Fortaleza, Estado do Ceará, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos advindos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional Fortaleza", que *tem por finalidade desenvolver a atividade turística de forma sustentável, por meio de uma gestão municipal que tenha como diretrizes os planos, programas, projetos e ações que garantam a eficiência, eficácia e efetividade do Turismo de Fortaleza*.

O Programa contará com investimentos totais no valor de US$100 milhões, sendo US$50 milhões financiados pela CAF e o restante proveniente de contrapartida, com desembolsos previstos para o período de 2011 a 2014.

O Banco Central do Brasil (Bacen) credenciou a operação de crédito externo sob exame, estando, portanto, suas condições financeiras incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Bacen, conforme TA603476.

De acordo com estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,9% a.a., flutuante conforme a variação da Libor e considerado aceitável por aquela Secretaria.

Análise.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiram pareceres favoráveis ao pleito e à concessão de garantia da União.

Nos pareceres da STN são fornecidas informações acerca da situação do Município de Fortaleza no que diz respeito ao cumprimento das exigências e condições estipuladas nas Resoluções nos 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, do Senado Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

Conforme a STN, a União dispõe de margem suficiente para a concessão da garantia pleiteada, considerando-se as informações contidas no Relatório de Gestão Fiscal para o segundo quadrimestre de 2011.

Especificamente quanto à concessão de garantia, os citados normativos determinam que a União observe, dentre outras, as seguintes condições prévias à sua prestação:

a) oferecimento de contragarantias suficientes para o pagamento de qualquer desembolso que a União possa vir a fazer se chamada a honrar a garantia;

b) cumprimento, pelo tomador do empréstimo, dos compromissos tributários, financeiros e fiscais assumidos para com a União e com as entidades controladas pelo Poder Público Federal.

A STN emitiu o Parecer nº 1.721 (Copem/STN), de 16 de dezembro de 2011, no qual descreve as condições financeiras da operação e presta informações pertinentes. A Secretaria nada tem a opor à conces-

são de garantia pela União, desde que previamente à assinatura do contrato de empréstimo seja verificada a adimplência do Município com a União, o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso e a formalização do contrato de contragarantia.

A Lei Municipal nº 9.853, de 30 de dezembro de 2009, autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAF, no valor de até 50 milhões e com a destinação dos recursos acima descrita. Autorizou aquele Poder, também, a oferecer como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias, conforme o §4º do art. 167 da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

A STN considerou as contragarantias suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

Do ponto de vista orçamentário, registre-se que a Lei Municipal nº 9.560, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o PPA do Município para o período 2010-2013, prevê as ações do Programa em questão. Por outro lado, a Lei Orçamentária de 2011 (Lei nº 9.733, de 29 de dezembro de 2010) contempla dotações suficientes para o Programa, assim como a previsão do ingresso dos recursos. Conforme a STN, os recursos são suficientes para iniciar as ações.

Quanto à capacidade de pagamento do tomador, a Secretaria do Tesouro Nacional – mediante a Nota Técnica nº 660 (Corem/STN), de 29 de julho de 2011, classificou o Município na categoria "B", suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União.

A propósito, mediante o Parecer nº 1.720 (Copem/STN), de 16 dezembro de 2011, a Secretaria do Tesouro informa que o Município de Fortaleza atende a todos os limites de endividamento fixados pelo Senado Federal. Informa, também, que o estimado comprometimento anual com o serviço de dívidas em relação à sua receita corrente líquida situa-se em apenas 1,89, na média, entre 2011 e 2026. Por outro lado, a relação Dívida Líquida/RCL, por Receitas Correntes Líquidas, situa-se em 0,1, portanto bem abaixo do limite de 1,2 fixado pelo Senado.

Embora a situação de adimplência do Município possa ser verificada no momento da contratação do empréstimo, cumpre ressaltar que o ente tomador encontra-se adimplente com as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e que, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional, não constam pendências referentes aos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas.

As demais exigências contidas nas Resoluções nºs 48, de 2007; 40 e 43, de 2001, todas do Senado Federal, bem como na Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 11.079, de 2004 (Parcerias Público-Privadas), são atendidas pelo Município de Fortaleza, conforme informações no citado Parecer nº 1.721, de 16 de dezembro de 2011, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

III – Voto

Com base no exposto, voto pela aprovação do pleito formulado pelo Município de Fortaleza, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2011

Autoriza o Município de Fortaleza (CE) a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Fortaleza (CE) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional Fortaleza.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

I – **devedor:** Município de Fortaleza (CE);

II – **credor**: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – **garantidor**: República Federativa do Brasil;

IV – **valor**: até US$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – **prazo de desembolso**: quatro anos, contados a partir da data de vigência do Contrato;

VI – **amortização**: vinte e quatro parcelas semestrais e consecutivas, de valores preferencialmente iguais, vencendo-se a primeira aos cinquenta e quatro meses a contar da data de assinatura do contrato;

VII – **juros:** exigidos semestralmente, calculados com base na LIBOR semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de uma margem (s*pread*), expresso como percentagem anual, de 2,65% ao ano, sendo que, durante o período de oito anos corridos a partir da data de início da vigência do contrato, a CAF se obriga a financiar 0,8% da taxa de juros, e,

assim, a margem de 2,65% ao ano corresponderá a 1,85% nos oito primeiros anos;

VIII – **comissão:** 0,35% ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura do contrato;

IX– **despesas**: custo de avaliação de US$15.000,00;

X – **comissão de financiamento**: 0,85% sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato e, no mais tardar, na oportunidade em que se realize o primeiro desembolso;

XI – **juros de mora**: para o caso de mora, serão devidos em adição aos juros à taxa de 2% ao ano.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Fortaleza (CE) na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que:

I) o Município de Fortaleza (CE) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 156, das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 158 e 159, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município; e

II) o Ministério da Fazenda verifique e ateste a adimplência do Município de Fortaleza (CE) junto à União e suas entidades controladas, bem como quanto às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, e o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa. Agradeço pela agilidade na preparação do relatório.

A matéria está em discussão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Para discutir, Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Brevemente, porque estamos acelerando o passo na nossa Comissão, mas eu não poderia deixar de me pronunciar nesse pedido de empréstimo da cidade de Fortaleza, do Município de Fortaleza, porque, primeiro, nós conseguimos incluir Fortaleza no Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional, o Prodetur Nacional. Essa foi uma vitória, eu diria assim, quase no último minuto do segundo tempo, quando o Ministro Paulo Bernardo, ainda no Planejamento, nos recebeu com o ex-Secretário de Turismo da cidade de Fortaleza Henrique Sérgio Abreu e parte da sua equipe. Está aqui a Josefina, que já estava conosco naquela época, o Rafael, que teimosamente, dando uma de Dona Lindu, compraram a briga de que tínhamos que garantir esses recursos para a cidade de Fortaleza.

Fortaleza é uma cidade turística, eminentemente turística, de serviços e turismo. Considero fundamental para nós a aprovação desse importante empréstimo, agora já na gestão da nossa Miriam Belchior, no Planejamento, na Fazenda continua o Guido Mantega e no Turismo já tivemos várias mudanças de lá até aqui, hoje com o Gastão Vieira. É exatamente com o Gastão que vamos ter os recursos finalmente aprovados para a cidade de Fortaleza. Hoje dirige a Secretaria de Turismo a nossa amiga Patrícia Aguiar, que já foi prefeita em uma cidade do interior, em Tauá, e hoje está à frente do Turismo na cidade de Fortaleza.

Então quero dar também meus cumprimentos à nossa Prefeita, Luizianne Lins, porque consegue finalmente aprovar depois de quase quatro anos. Por sorte, temos quatro de prazos para aplicar os recursos. Por aí a gente vê a luta de uma cidade, a burocracia, os mecanismos de controle intenso do Brasil para se liberar um empréstimo para uma cidade tão importante, do ponto de vista turístico, como é a cidade de Fortaleza.

Portanto, Sr. Presidente, queria fazer esse registro porque vão ajudar muito a nossa cidade esses recursos. São R$50 milhões de empréstimos, mas há uma contrapartida do Tesouro Nacional de R$50 milhões. No final, nós vamos ter R$100 milhões de investimentos no Município de Fortaleza para ampliar as condições e receber bem o povo brasileiro, que é quem maciçamente nos visita, e os estrangeiros que vierem aqui, vão ter sempre saudades e vão querer voltar.

Então, Sr. Presidente, peço o apoio de todos e já solicito a V. Exª que, aprovado, submeta ao regime de urgência para que ainda hoje votemos no plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Pimentel. Muito obrigado, Senador Inácio Arruda.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero começar registrando a presteza com que esta Comissão está tramitando esse empréstimo, esse financiamento que chegou recentemente aqui na Casa. O nosso Senador Humberto Costa, o nosso Líder do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, apresenta o seu voto, o nosso Presidente Delcídio do Amaral traz à Ordem do Dia e, como o Senador Inácio Arruda coloca, precisamos aprovar a urgência de plenário em seguida, para que possamos, ainda hoje ou até amanhã votar no plenário. De preferência hoje, porque dia 22 já é próximo ao Natal e tudo leva a crer que, no plenário do Senado Federal, terão poucas matérias pendentes de votação.

Em segundo lugar, quero registrar que esse empréstimo é fundamental para a nossa cidade de Fortaleza. Fortaleza, como todos nós sabemos, é a quinta cidade do Brasil em população, tem um investimento muito forte na sua infraestrutura, principalmente voltado para o setor turístico e, ao lado disso, uma ação dirigida para os mais pobres. O Inácio conhece muito bem o bairro do Pirambu. É um bairro que tem mais de 40 mil habitantes. É a maior ocupação de Fortaleza. E a nossa prefeitura está regularizando totalmente a titulação naquelas propriedades e, ao mesmo tempo, construindo uma grande obra chamada Vila do Mar, que é a urbanização sem tirar as famílias mais pobres daquela região.

Estamos também fazendo uma grande ação para recuperar toda a costa marítima da cidade de Fortaleza, com muitas intervenções. E é por isso que a nossa Prefeita Luizianne Lins, quando foi designada a instalação do estaleiro na área nobre das praias de Forteleza, foi radicalmente contra, e, em seguida, toda a sociedade fortalezense apoiou essa iniciativa.

Esses créditos têm exatamente esta finalidade: garantir a infraestrutura dessa bela cidade que a nossa Prefeita Luizianne Lins e a nossa base aliada administra.

Por isso, peço aos nossos Pares o apoiamento e a aprovação da urgência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pimentel.

Quero parabenizá-los, Senador Pimentel, Senador Inácio Arruda, por mais essa vitória. O item 4 também diz respeito a Fortaleza, mais investimentos para o Município. Portanto, hoje, a capital do Ceará está em festa com esta nossa reunião final da CAE de 2011.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – E o item 4, Sr. Presidente, V. Exª já iniciou a discussão sobre ele? Trata-se de um programa de drenagem urbana. Fortaleza é uma cidade relativamente plana e que tem muitos diques, que são as dunas, que são ao mesmo tempo uma beleza natural e que são diques que ajudam a formar uma quantidade imensa de lagoas. Mas, exatamente os longos períodos de estiagem, nas décadas de 70, 80 e 90, obrigaram os cearenses a ocupar essas regiões baixas e ficar morando praticamente dentro das lagoas.

Hoje, a prefeitura tem um programa de recuperação dessas áreas, que são as áreas de risco da cidade de Fortaleza, onde temos mais problemas lá, e os recursos vão para um programa de drenagem urbana, para possibilitar não só que as áreas de risco sejam eliminadas, oferecendo qualidade de vida às populações mais carentes e, ao mesmo tempo, a cidade fique efetivamente mais bonita, mais saudável e dando condições para que as famílias pobres dessas regiões tenham um local adequado para morar.

É um grande programa que vamos também discutir, e votar em seguida o relatório do nosso colega Wellington Dias. Tive a honra de relatar o projeto destinado ao Estado do Piauí, quando ele era governador. Parte dos recursos ainda está para ser gasta, não é verdade? Mas, o empréstimo foi aprovado aqui com louvor, com o voto de V. Exª na época.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Lobão.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Eu queria fazer o registro aqui também da preocupação e da iniciativa do Senador Eunício, que me procurou para dizer também da preocupação com a aprovação deste projeto.

Quero fazer este registro, neste momento, parabenizando essa aguerrida bancada do Ceará que, com muita competência, luta pelos interesses daquele Estado. A prova maior disso é que nosso líder do governo é o relator do projeto, dada a magnitude e a importância do mesmo.

Parabéns à bancada do Ceará, fazendo o registro na ausência do Senador Eunício, que está presidindo neste momento a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Parabéns ao Senador Pimentel, Senador Inácio e Senador Eunício, por mais essa vitória, e à nossa Prefeita de Fortaleza, fechando o ano muito bem, com recursos que vão ser muito bem investidos na capital cearense.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Humberto Costa.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE, favorável, nos termos do PRS apresentado.

Em votação a apresentação do requerimento de urgência proposto pelo Senador Inácio Arruda.

Os Senadores que concordam com a apresentação do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a apresentação do requerimento de urgência para a matéria.

Como disse o Senador Pimentel, vamos tentar votar essa matéria hoje no plenário do Senado.

ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 155, DE 2011
– Não Terminativa –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 45,100,000.00 (quarenta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Fortaleza, Estado do Ceará e a Corporação Andina de Fomento – CAF, destinados ao financiamento parcial do "Programa de Drenagem Urbana de Fortaleza – DENURB".

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Dias

O relatório é favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado, que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01-SF, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, a Srª Eliane Bucar, gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; e o Sr. Herbert dos Santos Lima, coordenador dos projetos da Copa do Mundo do Município de Fortaleza.

Com a palavra o relator, Senador Wellington Dias. E eu só gostaria de registrar, de pedir o seguinte aos Senadores e também aos gabinetes: além dos empréstimos, nós temos uma pauta de ontem, inclusive dois projetos de caráter terminativo, um deles, inclusive, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, relatado pelo Senador Dornelles. Então, eu pediria aos senhores que a gente permaneça, que façamos uma reunião expedita e que votemos essas matérias que são importantes para fecharmos o ano com a pauta da Comissão de Assuntos Econômicos absolutamente em dia.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, parabenizando pela aprovação do primeiro projeto, passo a fazer...

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu quero só passar, Senador Wellington Dias, a presidência para o Senador Lobão, até porque eu preciso dar uma recauchutada aí para ver se eu consigo atravessar o Natal e o Ano Novo, mas, daqui a pouco, eu volto.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Desejando muita saúde ao nosso Presidente, é uma honra estar aqui presidido pelo nosso vizinho e companheiro de causas do rio Parnaíba, o Senador Lobão Filho.

I – Relatório

Com a Mensagem nº 155, de 2011, a Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal pleito do Município de Fortaleza, Estado do Ceará, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF).

Os recursos advindos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Drenagem Urbana de Fortaleza (Drenurb), que tem por finalidade melhorar a qualidade de vida e as condições ambientais e sanitárias da população da cidade, mediante o desenvolvimento de ações orientadas à otimização do Sistema de Drenagem Pluvial Urbana, à recuperação e à preservação ambiental e ao saneamento das bacias hidrográficas do Município de Fortaleza.

O Programa, como já foi dito, contará com investimentos totais no valor de US$90,2 milhões, sendo US$45,1 milhões financiados pela CAF e o restante proveniente de contrapartida, com desembolsos previstos para o período de 2011 a 2014.

O Banco Central do Brasil (Bacen) credenciou a operação de crédito externo sob exame, estando, portanto, suas condições financeiras incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Bacen, conforme TA601654.

De acordo com estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 6,08% a.a., flutuante conforme a variação da Libor e considerado aceitável por aquela Secretaria.

II – Análise

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Parecer nº 1.620/2011 – COPEM/STN, de 7 de dezembro de 2011, e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), no Parecer PGFN/COF/nº 2.392, de 15 de

dezembro de 2011, manifestaram-se favoravelmente ao pleito e à concessão de garantia da União.

A Lei Municipal nº 9.403, de 3 de julho de 2008, autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a CAF, no valor de até US$45,1 milhões e com a destinação dos recursos acima descrita. Autorizou, ainda, aquele Poder a oferecer como contragarantias à garantia da União as cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias, conforme o §4º do art. 167 da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

Do ponto de vista orçamentário, registre-se que a Lei Municipal nº 9.560, de 28 de dezembro de 2008, que dispõe sobre o PPA do Município de Fortaleza para o período 2010-2013, prevê as ações do programa em questão. Por outro lado, a lei orçamentária de 2011, Lei nº 9.733, de 29 de dezembro de 2010, contempla dotações suficientes para o programa, assim como a previsão do ingresso dos recursos. Conforme a STN, os recursos são suficientes para iniciar as ações.

Quanto à capacidade de pagamento do tomador, a Secretaria do Tesouro Nacional, mediante a Nota Técnica nº 660 Corem-STN, de 29 de julho de 2011, classificou o Município na categoria B, suficiente, portanto, para o recebimento da garantia da União.

Voto.

Com base no exposto, voto pela aprovação do pleito formulado pelo Município de Fortaleza, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do seguinte Projeto de Resolução no Senado: "Autoriza o Município de Fortaleza, Ceará, a contratar operação de crédito externo com a garantia da União com a Corporação Andina de Fomento, CAF, no valor de até US$45,1 milhões.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º – É o Município de Fortaleza autorizado a contratar operação de crédito externo com garantia da União com a Corporação Andina de Fomento – CAF no valor de até US$45,1 milhões.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se ao financiamento parcial do programa de Drenagem Urbana de Fortaleza (Drenurb).

Art. 2º – A operação de crédito referida no artigo 1º deverá ser contratada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Fortaleza – CE;

II – credor: Corporação Andina de Fomento – CAF;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US$45,1 milhões;

V – prazo de desembolso: quatro anos contados a partir da data de vigência do contrato;

VI – amortização: 24 parcelas semestrais e consecutivas de valores preferencialmente iguais, vencendo-se a primeira aos 54 meses a contar da data de assinatura do contrato;

VII – juros: exigidos semestralmente, calculados com base na Libor semestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescidos de uma margem *(spread)* expressa como percentual anual de 2,65% ao ano, sendo que, durante o período de oito anos corridos a partir da data de início da vigência do contrato a CAF se obriga a financiar 0,8% da taxa de juros e, assim, a margem de 2,65% ao ano corresponderá a 1,85% nos oito primeiros anos;

VIII – comissão: 0,35% ao ano, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura do contrato;

IX – despesas: custo de avaliação de US$15 mil;

X – comissão de financiamento: 0,85% sobre o montante total do empréstimo, devido a partir do início da vigência do contrato e, no mais tardar, na oportunidade em que se realize o primeiro desembolso;

XI – juros de mora: para o caso de mora, serão devidos, em adição aos juros à taxa de 2% ao ano.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º – Fica a União autorizada a conceder garantia ao Município de Fortaleza – CE, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que:

I – o Município de Fortaleza celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o artigo 156 das Cotas de repartição de receitas de que tratam os artigos 158, 159, na forma do §4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e outras em Direito admitidas, podendo o Governo Federal reter os recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das transferências federais ou das contas centralizadoras da arrecadação do Município; e

II) o Ministério da Fazenda verifique e ateste a adimplência do Município de Fortaleza (CE) junto à União e suas entidades controladas, bem como quanto às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, e o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Esse é o relatório. Essa é a proposta na qual defendo a aprovação, Sr. Presidente.

Parabenizo aqui a Prefeita Luizianne, a bancada valente do Ceará, sempre muito presente na defesa deste projeto pela importância desse benefício para Fortaleza, que é uma importante capital do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Wellington Dias.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria a Srª Eliane Bucar, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o Sr. Herbert dos Santos Lima, Coordenador dos Projetos da Copa do Mundo, Município de Fortaleza.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Não havendo quem queira discutir... Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, tenho medo de que não haja mais verba para os outros Estados, porque o Ceará está levando tudo. Mesmo assim, concordo. Vamos ver se sobra. Tenho aqui um relatório de São Paulo e temo que não haja verba para isso.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Em votação o relatório do Senador Wellington Dias.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como estão.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, em nome dos nossos Senadores, todos somos membros desta Comissão: o Senador Inácio, o Senador Pimentel e o Senador Eunício, nós pedimos urgência para que, se possível, ainda na sessão de hoje à tarde, consigamos aprovar este importante empréstimo para Fortaleza.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito bem. Aprovado o relatório que passa a constituir o parecer da CAE favorável nos termos do PRS apresentado.

Tendo sido apresentado requerimento de urgência, coloco em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores que concordam com o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Portanto, entra na pauta desta Comissão como aprovado este item.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Passamos agora, eu perguntaria à Senadora Lídice, já que temos 14 Senadores presentes se poderíamos passar aos itens terminativos, que são apenas dois e, logo a seguir, iremos ao projeto de V. Exª.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Wellington Dias com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Só aproveitando, quero aqui apenas registrar, aproveitando a votação desses contratos de empréstimo, a importância de, em 2012, na CAE, pautarmos uma vergonha que considero no nosso País, que são os procedimentos, as exigências para doações de um País para qualquer ente da Federação brasileira. Para aprovarmos um contrato de empréstimo passa pela CAE e, em seguida, pelo Plenário. Para votarmos um projeto de doação, passa por cinco Comissões no Senado, mais pelo Plenário, cinco da Câmara, mais o Senado. Isso é uma coisa inaceitável. Vivi isso como Governador; temos um projeto em tramitação, e gostaríamos que, no próximo ano, tratássemos disso como prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Wellington, sou Relator da mudança do Regimento do Senado agora neste ano. Vou incluir nessas alterações que estamos fazendo, no substitutivo que estamos apresentando, esta alteração proposta por V. Exª.

Dando prosseguimento.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 721, DE 2011

– Terminativo –

Dá nova redação ao art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, para reduzir e escalonar, por faixa de receita bruta anual da pessoa jurídica, o valor das multas por descumprimento de obrigação acessória criada com base no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999.

Autoria: Senador Francisco Dornelles.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Lembro que o projeto é terminativo e exige quórum qualificado.

Com a palavra o relator Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 721, de 2011, de autoria do Senhor Senador FRANCISCO DORNELLES, cujo objetivo é o descrito em epígrafe.

A matéria se apresenta em três artigos.

O art. 1º consiste no objetivo principal da proposição, qual seja, o de estabelecer uma redução escalonada das multas aplicáveis com base no art. 57 da Medida Provisória (MPV) nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001.

O art. 2º corrige uma distorção da legislação atual que permite duplicidade de aplicação de penalidades por informações prestadas pela mesma pessoa jurídica, em relação à Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (EFDPIS/Cofins) e do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACON).

O art. 3º é cláusula de vigência.

Apresentada em dezembro de 2011, a proposição foi distribuída exclusivamente à CAE e em decisão terminativa.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Quanto ao aspecto constitucional, cabe à União legislar sobre direito e sistema tributários, haja vista o disposto nos arts. 24, I, e 48, I, da Constituição Federal (CF). A iniciativa parlamentar é amparada pelo art. 61 da mesma Carta.

A competência da Comissão de Assuntos Econômicos para deliberar sobre a proposição decorre do art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

O projeto está em plena conformidade com os ditames da boa técnica legislativa, conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

MÉRITO

A matéria em análise inova ao oferecer às pessoas jurídicas, independentemente do regime fiscal, um tratamento mais justo e proporcional quanto à aplicação de penalidades por descumprimento de obrigações tributárias acessórias, com a redução e escalonamento das multas.

A proposta consiste em escalonar o valor das multas por faixa de receita bruta, tendo por marco o limite da microempresa no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (R$ 3.600.000,00) e o da opção pelo Lucro Presumido no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (R$48.000.000,00).

Apenas para se ter ideia da miríade de obrigações acessórias admitidas pela atual redação da MPV nº 2.158-35, de 2001, as pessoas jurídicas são obrigadas a entregar, conforme seu ramo de atividades, a seguinte documentação à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB):

a) Dacon (Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais);

b) DCide (Declaração da Cide-Combustíveis);

c) DCP (Demonstrativo do Crédito Presumido de IPI);

d) Decred (Declaração de Operações com Cartão de Crédito);

e) DIF-Bebidas (Declaração Especial de Informações Fiscais relativas à Tributação de Bebidas);

f) DIF-Cigarros (Declaração Especial de Informações Fiscais relativas à Tributação de Cigarros);

g) DIF-Papel Imune (Declaração Especial de Informações Fiscais relativas ao Controle do Papel Imune);

h) Dimob (Declaração de Informações sobre Atividades Imobiliárias);

i) Dmed (Declaração de Serviços Médicos e de Saúde);

j) DNF (Demonstrativo de Notas Fiscais de Produtos Controlados);

k) DSTA (Declaração de Substituição Tributária do Setor Automotivo);

l) ECD (Escrituração Contábil Digital);

m) EFD-PIS/Cofins (Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Acrescente-se, ainda, que, em alguns casos, pode ocorrer uma dupla penalidade pela mesma falta, como no atraso ou incorreção das informações relativas ao PIS/Pasep e à Cofins, que dão ensejo à cobrança de multas distintas para a não apresentação da EFD-PIS/Cofins e do DACON.

Como bem destaca a justificação do projeto, as penalidades pecuniárias no âmbito do direito tributário devem seguir princípios como o do não confisco e o do binômio razoabilidade/proporcionalidade, sem os quais a punição perde seu sentido e passa a configurar instrumento abusivo, inadmissível no estado democrático de direito.

Consideramos, portanto, em vista de todo o exposto, de inestimável valia as ideias oferecidas no texto do PLS nº 721, de 2011, de autoria do Senador Dornelles, motivo pelo qual a matéria deve ser aprovada.

III – Voto

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 721, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cyro Miranda, inestimável valia. O nosso Senador Dornelles continua afiado.

Coloco a matéria em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o projeto.

Votação nominal.

Quem vota com o relator vota "Sim" ao projeto.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – (Fora do microfone.) Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O Senador Francisco Dornelles é o autor.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Voto com o autor e o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – (Fora do microfone.) "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro Miranda é o relator.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator, me congratulando pelo relatório, e com o autor por esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Também com o relator e parabenizando-o pela iniciativa e pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (*Fora do microfone.*) Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Finalmente Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – (*Fora do microfone.*) Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – O projeto, portanto, teve 13 votos SIM.

Está aprovado.

Passamos agora ao item 9, terminativo.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Pimentel, pela ordem.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Esse item, por tratar de compensação com recursos da Previdência Social, eu pediria ao nosso nobre relator se é possível retirá-lo de pauta, para que nós possamos construir uma forma de compensação das receitas do INSS, da Previdência Social, como forma de evitar... Do contrário, vou pedir vista. Como a intenção é construir, nós propomos isso. Aqui se permitem que dívidas com o Tesouro possam ser compensadas nos créditos da Previdência Social, e a nossa posição é que qualquer recurso da Previdência Social precisa ser compensado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Presidente, Senador Lobão Filho, Senador Pimentel, essa compensação de débitos e créditos da receita do Brasil estava prevista, desde 2006, no PLC nº 20; desde 2006. Na ocasião, o Senador Tasso Jereissati fez uma emenda, e o relator, Senador Rodolpho Tourinho, acatou a emenda. A Fazenda, a Receita Federal, naquela ocasião... Ao acatar a emenda, o relator propôs que a vigência da compensação fosse efetivada no segundo ano da implantação da receita do Brasil. Mesmo assim, foi vetada. Nós já estamos no sexto ano da implantação da receita. Não há por que penalizar o contribuinte brasileiro de poder compensar créditos e débitos de uma mesma fonte de arrecadação. Não há mais o que esperar, Senador Pimentel. Já está mais do que implantado esse sistema. Então não temos mais o que ver. Vamos para o plenário ainda discutir o projeto.

Eu queria pedir a V. Exª que pudéssemos... O Senador Dornelles, Ministro da Fazenda, competente nessa questão tributária, examinou o projeto, deu parecer favorável. Queria pedir a V. Exª que nós pudéssemos encerrar a Sessão Legislativa deste ano aprovando o projeto. Vamos discuti-lo no início da próxima Sessão, no ano de 2012 no plenário do Senado. Aí V. Exª terá todo o tempo suficiente para entrar em contato com a Fazenda Nacional, verificar de que forma podemos melhorar o projeto. Não vamos continuar penalizando o contribuinte brasileiro, que tem crédito no imposto de renda e débito na Previdência e não pode fazer uma compensação quando a arrecadação é unificada.

Apesar de a arrecadação ser unificada, não pode fazer compensação na mesma fonte arrecadadora.

Eu pediria a V. Exª que compreendesse a importância de facilitar o contribuinte brasileiro e entendesse o relator, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o nobilíssimo Senador Líder Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, não tenha dúvida de que nós vamos chegar a um procedimento que permita a compensação. No entanto, nós temos uma posição muito clara. Os recursos da Previdência Social, para nós, são intocáveis, porque dizem respeito ao pagamento dos nossos aposentados e pensionistas. Eu lembro muito bem que no programa Brasil Maior, que aprovamos recentemente, criamos uma comissão tripartite para acompanhar as perdas que porventura a Previdência Social tenha e o Tesouro reponha na sua peça orçamentária anual.

Portanto, aqui não vamos votar, nesta reunião de hoje esta matéria. Vamos deixar para a próxima reunião de fevereiro de 2012, pois queremos construir essa forma de compensação e, em seguida, votaremos no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Mas tendo o autor não retirado a matéria de pauta, eu perguntaria a V. Exª se, negando a ele o pedido, pediria vista ou não.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Pimentel, respeito profundamente a posição de V. Exª, as dúvidas, eu só queria chamar a atenção de V. Exª para o seguinte: antes da unificação da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Previdência, realmente era válida a posição da não compensação de débito e crédito de impostos e contribuições. Mas, depois da unificação, essa vedação perdeu um pouco de sentido.

Agora, como existe realmente um determinado recurso com uma determinada destinação, coloquei – quero só chamar a atenção de V. Exª para isto – uma emenda que diz que o valor correspondente à compensação de débitos relativos às contribuições será repassado ao Fundo do Regime Geral de Previdência no máximo dois dias úteis após a data em que ela for promovida. De modo que, no momento em que há compensação, mesmo sabendo que, no fundo, são duas receitas do governo, em decorrência da destinação, existe uma compensação.

Eu queria, respeitando a posição, apenas prestar a V. Exª esse esclarecimento, porque, realmente, depois que houve a unificação, a diferença entre tributo, imposto e contribuição, perdeu muito seu sentido. É melhor cobrança... O sujeito ativo e passivo, no caso, seriam os mesmos.

Mas, de qualquer maneira, mesmo conhecendo a posição anunciada de V. Exª, eu queria apresentar esse cuidado que eu tive em fazer com que os recursos da seguridade social não sejam prejudicados.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, sem prejuízo, dialogando com nosso Relator: seria possível ter mais uma emenda atribuindo competência à comissão tripartite que nós criamos no programa Brasil Maior, também para acompanhar essas funções? Ou seja, nós não estaríamos criando outra comissão, estaríamos também dando àquela comissão a competência de acompanhamento. Porque a comissão já foi criada no Plano Brasil Maior, já sancionado pela Presidente da República, como forma também de monitorar essas rubricas.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Retorno a palavra ao Presidente Dornelles para que possa se manifestar em relação à emenda requerida pelo Senador Pimentel.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – V. Exª há pouco me disse da posição de pedir vista. Essa emenda que V. Exª está apresentando, como sempre muito bem intencionada, acho que criaria um sistema burocrático extremamente elevado, e uma das características do Sistema Tributário Brasileiro é hoje a burocracia. Uma empresa brasileira está gastando 2.700 horas por ano para administrar seu regime tributário, quando, em outros países do mundo, ela gasta 300, 400 horas.

De modo que, quando se cria... O objetivo aqui é uma compensação eliminando a burocracia. Tenho a impressão de que nós criaríamos um controle que praticamente tornaria quase impossível essa compensação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – O papel da comissão, Senador Dornelles, não seria analisar o crédito, seria analisar a transferência por parte do Tesouro para o Fundo Nacional de Previdência Social.

Então, vou manter a vista.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Mas, antes do pedido de vista, é necessário que o Relator pelo menos profira o voto para que, então, o Senador Pimentel possa pedir vista.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, meu voto é o seguinte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Pode, mas aí nós perderemos o quórum, que está exatamente...

Um segundo, só para sabermos se vai haver votação, porque o senhor é o 14º.

Vamos pedir vista, não vamos pedir vista?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Está mantida a vista por meia hora. Não sei se o nosso Relator pode acolher a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Mas a vista é só depois de se proferir o relatório.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Do contrário, Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores entrará em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Dornelles...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, meu relatório é o seguinte, resumindo: antes da unificação da Secretaria da Receita com a Secretaria da Previdência, era justa a não compensação de créditos e débitos entre contribuição e impostos.

No momento em que houve essa unificação, na realidade, imposto e contribuição é uma divergência jurídica, não financeira, de modo que há compensação em todos os sentidos.

E também eu coloquei um artigo garantindo que, mesmo assim, a compensação, em face da destinação, terá assegurados os recursos da seguridade social.

Por esse motivo, meu parecer foi favorável ao Projeto do Senador Flexa Ribeiro.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado.

Colocarei em discussão ou manterei a vista do Senador...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Mantida a vista, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Perguntaria se alguém... Vista coletiva?

Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu quero, aqui, só fazer um apelo ao Senador Dornelles e ao Senador Flexa Ribeiro, porque, na verdade, pelo que eu compreendi...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Concedido vista coletiva.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... pelo que eu compreendi, o nosso Líder do Governo no Congresso, Senador Pimentel, não está contra o Projeto. Ele está apenas pedindo uma oportunidade de poder dialogar com as áreas sobre o tema, para que a gente possa chegar a um texto, quem sabe, de consenso.

Então, eu acho que é um caminho que nós não podemos desprezar e por isso faço aqui esse apelo para que a gente possa fazer isso por entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Tendo sido concedido vista, passo agora à análise do Projeto nº 1 da pauta, de relatoria da Senadora Lídice da Mata.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu só pediria...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O senhor não precisa de quórum mais, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Poderíamos ver o último requerimento, que era autorização de verba para São Paulo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Eu passo a seguir, porque eu tenho um compromisso com a Senadora Lídice, que também tem um compromisso externo. Logo a seguir passo ao de V. Exª.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Mensagem do Senado Federal nº 152, de 2011.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Se for uma questão de viagem...

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Senador Cyro, a Senadora Lídice...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pois não. Desculpe-me.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Senador, se for uma questão...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo,com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US$7.479.000,00 (sete milhões e quatrocentos e setenta e nove mil dólares americanos), entre o Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinados ao financiamento parcial do Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba – Profis-

co/PB. Autoria: Presidência da República. Relatoria : Senadora Lídice da Mata.

O relatório é favorável nos termos do Projeto de Resolução do Senado – PRS que apresenta.

De acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a votação da matéria a Srª Eliane Bucar, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional, e o Sr. Marialvo Laureano dos Santos Filho, Secretário Executivo da Receita Estadual.

Antes de passar a palavra à Relatora, quero fazer o registro de que, na votação do Item 7, na realidade, foram dados doze votos "sim". Para registro desta Mesa.

Com a palavra a Relatora, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srªs Senadoras, é submetida à apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 152, de 2011, da Presidência da República, que solicita autorização para que seja contratada operação de crédito externo contratação de operação de crédito externo,com a garantia da União, entre o Estado da Paraíba e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de US$7.479.000,00 (sete milhões e quatrocentos e setenta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América). Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização Fiscal do Estado da Paraíba – Profisco/PB.

O objetivo do Programa é melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal do Estado da Paraíba visando a incrementar a receita própria do Estado, aumentar a eficiência e a eficácia e melhorar o controle do gasto público e promover melhores serviços aos cidadãos.

O Programa contará com recursos financiados pelo BID no valor total de US$7.479.000,00 (sete milhões e quatrocentos e setenta e nove mil dólares), bem como com um aporte de contrapartida local de US$1.278.000,00 (um milhão e duzentos e setenta e oito mil dólares), totalizando o valor de US$8.757.000,00 (oito milhões e setecentos e cinquenta e sete mil dólares), a serem investidos no período de 2011 a 2015.

O financiamento será contratado sob a modalidade de empréstimo do mecanismo unimonetário com a taxa de juros baseada na Libor e com as demais condições usuais dos empréstimos do BID.

Entre os documentos encaminhados ao Senado Federal constam os pareceres da Secretaria do Tesouro Nacional, da Procuradoria-Geral da Fazenda, que examinam as informações referentes ao pleito e concluem favoravelmente à sua aprovação, desde que obedecidas as condicionalidades prévias ao primeiro desembolso, formalizado o contrato de contragarantia e comprovada a situação de adimplência do Estado da Paraíba perante a União.

II – Análise

As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios subordinam-se à observância e ao cumprimento das condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. As operações de crédito externo são sujeitas a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 28 da Resolução nº 43, de 2001.

Por sua vez, a concessão de garantias pela União subordina-se ao cumprimento dos limites e condições estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 41, de 2009, e também são sujeitas a autorização específica do Senado Federal.

Ademais, devem ser obedecidas as disposições constantes da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A STN emitiu o Parecer COPEM/STN nº 1.105, de 16 de setembro de 2011, favorável ao pleito e à concessão de garantia da União nessa operação de crédito externo.

No Parecer, são fornecidas informações acerca da situação do Estado da Paraíba no que diz respeito ao cumprimento das condições e exigências de natureza financeira e processual, estipuladas nas resoluções do Senado Federal e na LRF.

Relativamente aos aspectos de natureza financeira, nos termos das condições e exigências definidas nas resoluções supracitadas, aplicáveis ao financiamento pretendido, cabem os seguintes esclarecimentos:

a) O referido Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), conforme a Recomendação nº 1.014, de 27 de março de 2008, homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) A contratação da operação de crédito foi deferida pelo Parecer COPEM/STN nº 598, de 27 de maio de 2011, que considerou terem sido atendidos os requisitos mínimos previstos na Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, em especial, quanto aos limites de endividamento do Estado da Paraíba. Foram atendidas também as demais condições estabelecidas no art. 32 da LRF.

c) Relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do plano plurianual e da lei orçamentária anual, é informado que os investi-

mentos previstos no Programa mencionado constam da Lei Estadual nº 8.484, de 2008, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado da Paraíba para o período 2008-2011.

d) Ademais, a Lei Estadual nº 9.331, de 12 de janeiro de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado da Paraíba para o exercício financeiro de 2011, contempla dotações para a execução do Programa no exercício em curso. Constam desse orçamento dotações relativas às receitas da operação de crédito externo, o valor da contrapartida e as despesas com encargos da dívida.

e) A STN também verificou que há previsão do oferecimento de contragarantias da parte do Estado da Paraíba. Para tanto, a Lei Estadual nº 8.663, de 22 de setembro de 2008, autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular as receitas previstas nos arts. 155, 157 e 159, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e outras garantias em direito admitidas.

f) É possível atender a esse pleito de garantia, pois: (i) são consideradas suficientes e adequadas as contragarantias a serem prestadas; e (ii) o Estado da Paraíba conta com recursos suficientes, devidamente demonstrados, para o ressarcimento à União, caso essa venha a honrar o compromisso na condição de garantidora da operação.

g) De acordo com o Relatório de Gestão Fiscal da União para o primeiro quadrimestre de 2011, há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no art. 9º da Resolução nº 48, de 2007.

h) O Estado da Paraíba encontra-se adimplente em relação às metas e compromissos assumidos no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, tendo cumprido regularmente os compromissos pactuados e atingido as metas acordadas contratualmente com a União.

i) Ademais, o Estado da Paraíba encontra-se adimplente com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos por ela recebidos.

j) A verificação da adimplência financeira em face da Administração Pública Federal e suas entidades controladas e de recursos dela recebidos poderá ser feita mediante consulta ao Cadastro Único de Convênio (CAUC), por ocasião da assinatura do contrato de contragarantia, conforme prevê a Resolução nº 41, de 2009, que alterou a Resolução nº 48, de 2007.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (Bacen), sob o número TA519715, para fins de registro e fiscalização dos fluxos de capital estrangeiro.

A PGFN emitiu o Parecer PGFN/COF nº 2.284, de 1º de dezembro de 2011, também favorável ao pleito do Estado da Paraíba.

No exame das cláusulas da minuta contratual, concluiu que elas são admissíveis e estão de acordo com a legislação brasileira aplicável à espécie. Em especial, foi observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, ou contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem como que implique compensação automática de débitos e créditos.

Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização do Estado da Paraíba para contratar a operação de crédito, com garantia da União, nos termos do Projeto de Resolução – do Substitutivo, que é de praxe no Senado Federal – que autoriza o Estado da Paraíba a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor total de US$ 7.479.000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e nove mil dólares dos Estados Unidos da América).

Sr. Presidente, no relatório, segue o texto do substitutivo, que apresenta as garantias, definindo, detalhadamente, o devedor, o credor, o garantidor, a modalidade de empréstimos, os prazos de desembolso, de amortização etc. – o que torna possível a votação aqui – e determinando o prazo máximo de 540 dias para o exercício da presente autorização, contados a partir da sua publicação e que a determinação entrará em vigor na data da sua publicação.

Pela necessidade de o Estado da Paraíba cumprir os objetivos aqui já relatados e ressaltados, gostaria de formular um requerimento, solicitando a urgência para que votemos, ainda hoje, em Plenário, este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senadora Lícide da Mata.

A matéria está, portanto, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o pedido de urgência formulado pela Senadora Lídice.

Os Senadores que aprovam o regime de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o regime de urgência.

Passamos, agora, ao Item 2 da pauta.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 153, DE 2011
– Não Terminativa –

Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de ¥ 33.584.000.000,00 (trinta e três bilhões, quinhentos e oitenta e quatro milhões de ienes), entre a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – SABESP e a Agência de Cooperação Internacional do Japão – JICA, destinados ao financiamento parcial do "Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, nos termos do Projeto de Resolução do Senado que apresenta.

De acordo com o Projeto de Resolução nº 43/01, do Senado Federal, encontram-se presentes, para acompanhar a apreciação da matéria, a Srª Eliane Bucar, Gerente de Responsabilidades Financeiras do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional; o Sr. Marcelo de Assis Ramponi, Gerente de Captação de Recursos para Investimentos da Sabesp; e o Sr. Eric Cerqueira Carozzi, Superintendente de Desenvolvimento Operacional da Sabesp.

Com a palavra o nobre Senador Cyro Mirando, Relator da matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o pleito já foi lido por V. Exª; passo aos pontos principais.

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União. O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação, e a Procuradoria da Fazenda Nacional, por intermédio de parecer, também deu a concessão a garantia por parte da União.

Da análise.

Em resumo, o parecer da STN considerou atendidas todas as exigências.

Do voto.

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Sabesp encontra-se de acordo com as preceituações das resoluções do Senado Federal.

O projeto de resolução do Senado autoriza e resolve:

Art. 1º A Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – Sabesp autoriza contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Agência de Cooperação Internacional do Japão – Jica, no valor de ¥ 33.584.000.000,00.

Os recursos da operação destinam ao Programa de Redução de Perdas de Água e Eficiência Energética.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

– devedor: Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – Sabesp;

– credor: Agência de Cooperação Internacional do Japão – Jica;

– garantidor: República Federativa do Brasil;

– valor: ¥ 33.584.000.000,00;

– prazo de desembolso: quatro anos, a contar da vigência do contrato;

– amortização: 37 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira no dia 20;

– juros: 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) ao ano sobre o montante destinado às obras de engenharia civil, às contingências e à comissão de compromisso, e 0,01% (um centésimo por cento) ao ano sobre o montante destinado aos serviços de consultoria:

a) durante o período de desembolso: pagos semestralmente, começando no dia 20 do sétimo mês subsequente ao da assinatura do contrato;

b) posteriormente: nas mesmas datas da amortização;

– juros de mora: 2%;

– comissão de compromisso: 0,1%.

As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura.

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia à Companhia de Saneamento Básico de São Paulo – Sabesp na operação de crédito externo.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada a:

I – que o Estado de São Paulo celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias;

II – que seja comprovada a situação de adimplência de todas as obrigações da Sabesp junto à União e suas controladas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados desta data.

Essa resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Esse era o relatório.

Eu queria pedir também, conforme o Regimento, urgência urgentíssima para a aprovação da mesma.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Cyro Miranda.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório.

Passo, então, à votação do pedido de urgência.

Coloco em votação.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado o regime de urgência do item 2 da pauta.

Passo, a seguir, ao item 7, também de relatoria do Senador Cyro Miranda.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta.

Observações: *A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

Com a palavra o Relator, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, esse PLS trata da destinação dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas – Funad. Quero ressaltar que o Senador Eunício Oliveira foi muito feliz nesse projeto, que é extremamente meritório.

O art. 1º do projeto propõe destinar os recursos do Funad exclusivamente para ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas e para tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.

O art. 2º prevê que a lei que resultar da eventual aprovação da proposição entrará em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

O art. 3º dá nova redação ao parágrafo único, a fim de obrigar os órgãos receptores dos recursos do Funad a prestar anualmente contas de forma discriminada e pública sobre sua aplicação, conforme os objetivos previstos no *caput* do artigo.

Na justificação ao projeto, o autor assevera que sua intenção é corrigir uma ausência histórica de políticas que promovam a saúde, o tratamento e a proteção social das pessoas que usam, abusam ou são dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, situando, assim, de forma definitiva, a questão das drogas como um problema de saúde pública.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição.

No mérito, a proposição representa uma bem-vinda guinada na destinação dos recursos do FUNAD, direcionando-os exclusivamente para a área da saúde pública.

De fato, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que *cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências*.

Mais recentemente, o Decreto Presidencial nº 7.426, de 7 de janeiro de 2011, transferiu, novamente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (nova denominação da Secretaria Nacional Antidrogas), assim como a gestão do FUNAD, de volta para o Ministério da Justiça.

Como se vê, a aplicação dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas não se destina exclusivamente a ações de saúde, o que seria desejável, haja vista as drogas serem primordialmente um problema de saúde pública. Ao contrário, são verdadeiramente diluídos em um leque extremamente amplo de atividades, com a consequência óbvia de diminuição da eficiência geral e de cada uma delas.

Particularmente, entendemos que a presente proposição representa uma saudável mudança de foco no tratamento da questão, haja vista a constatação de que décadas de investimento prioritário em repressão não lograram êxito significativo no combate às mazelas do uso de drogas ilícitas. Ao contrário, atualmente, o que se tem é a constatação chocante da proliferação das "cracolândias" no coração de nossas cidades, com efeitos sociais devastadores.

Os impressionantes contingentes de jovens, adultos e crianças completamente à mercê do vício são uma realidade por todo o País, seja nos grandes centros urbanos ou nas antes pacatas zonas rurais. Urge

que se tomem medidas radicais. O custo da inação só aumenta com o tempo.

III – Voto

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, do Senador Eunício Oliveira, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº – CAE
(ao PLS nº 304, de 2011)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 5º** Os recursos do fundo de que trata esta Lei serão exclusivamente destinados a ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas e para tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.

Parágrafo único. Os órgãos receptores dos recursos tratados por este artigo ficam obrigados anualmente a fazer a prestação de contas discriminada e pública sobre sua aplicação, de acordo com os objetivos previstos no *caput* do artigo." (NR)

EMENDA Nº – CAE
(ao PLS nº 304, de 2011)

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011.

Antes de terminar o relatório, eu gostaria de parabenizar, mais uma vez, o autor pela sua iniciativa, fazendo justiça e deixando os recursos para a saúde.

Esse é o relatório.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Cyro Miranda.

Eu perguntaria ao Senador Eunício se gostaria de se pronunciar como autor do projeto.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, eu estava ali presidindo a Comissão de Constituição e Justiça, ainda com febre, mas vim aqui rapidamente para, primeiro, agradecer a V. Exª por ter colocado essa matéria tão importante na pauta do dia de hoje, no encerramento, no coroamento dos trabalhos brilhantes feitos por esta Comissão presidida por V. Exª no dia de hoje e pelo Senador Delcídio do Amaral. E agradecer ao Senador Cyro Miranda, que tem sido um Senador sempre muito atuante aqui, pela emenda que ele acrescenta ao projeto, melhorando ainda mais e aperfeiçoando esse projeto.

Esse projeto tem a finalidade, Sr. Presidente, de fazer com que os bens adquiridos com a venda do produto de drogas e entorpecentes sejam investidos para o tratamento daquelas pessoas que foram viciadas, inclusive por aqueles que fazem o tráfico de drogas.

O que a gente vê no Brasil é que a apreensão de carros, casas fazendas, gado, barcos, iates luxuosos apreendidos ficam dez, quinze, vinte, trinta anos para serem leiloados. A aprovação deste projeto vai permitir que esses bens sejam, de imediato, leiloados e revertidos os recursos para o tratamento daqueles que foram viciados por aqueles que fazem o mal no Brasil e no mundo, traficando drogas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI**)** – Sr. Presidente…

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. BLOCO/PMDB – MA) – Obrigado, Senador Eunício.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI**)** – Parabenizo o Senador Eunício pela iniciativa. E como o relatório do Senador Cyro não é terminativo – minha posição é favorável – eu gostaria de analisar em outra comissão onde ele vai concluir sobre uma regra que foi estabelecida, dizendo que os recursos do Fundo serão destinados exclusivamente para a parte de saúde e para as parcerias com as entidades sociais.

Ocorre que o principal ponto que o mundo trabalha hoje, nessa área, é a prevenção. Ao mesmo tempo, há necessidade de uma forte rede de qualificação. Tem de qualificar médicos, psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, enfim, um conjunto de profissionais. Hoje, inclusive, o Brasil já reconhece o técnico em comunidade terapêutica, o técnico em dependência química, enfim, um conjunto de profissões voltadas para essa área. Por isso acho importante que o Fundo não esteja tão amarrado assim pela necessidade. Mas aqui estarei votando favoravelmente e me comprometo a analisar com mais cuidado na outra Comissão, buscando contribuir para a interficência.

Devo dizer, inclusive, que o Ministro José Eduardo Cardozo tem ido aos Estados, fazendo parcerias com os governadores na direção de que se tenha apreensão e se proceda ao leilão.

A Presidente Dilma acabou de lançar, agora, também uma lei que tramita aqui, em que a União dá uma garantia. A União fica como uma garantidora, caso na frente se comprove que aquele bem, aquele patrimônio não era parte de negócios do tráfico ou não era do traficante. Nesse caso, a União faz o ressarcimento.

Eu acho que é uma ideia engenhosa que pode contribuir bem na direção do que deseja o Senador Eunício.

Por isso, voto favorável, com essas observações.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. BLOCO/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Wellington Dias. Esse projeto se encaminhará, caso aprovado, para a Comissão de Assuntos Sociais, onde V. Exª poderá emendá-lo ou discuti-lo com mais profundidade.

Parabenizo o Senador Eunício Oliveira e, também, o Senador Cyro Miranda pela Presidência profícua da CCJ este ano, onde V. Exª teve inúmeros sucessos e vitórias na condução daquela tão importante comissão.

Coloco a matéria em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram.

Está aprovado o relatório do item 7 desta Comissão.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao projeto, com as emendas nºs 1 e 2.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. BLOCO/PMDB – MA) – Senador Acir Gurgacz com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, atendendo a vários pedidos com relação ao item 6, para cobrança antecipada de prestações e serviços, peço para retirar de pauta, para que a gente possa discutir melhor este assunto e chegar a um consenso, para atender a população brasileira. Item nº 6, retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. BLOCO/PMDB – MA) – Positivo. Então, o item nº 6 está retirado de pauta, a pedido do relator.

Passamos, então, ao item 3, último item da pauta.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 154, DE 2011
– Não Terminativa –

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US$ 49.604.127,00 (quarenta e nove milhões, seiscentos e quatro mil e cento e vinte e sete dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento– BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META – 1ª Fase".

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatório: favorável nos termos do projeto de resolução do Senado que apresenta.

Com a palavra o Relator, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, os recursos do referido empréstimo destinam-se ao financiamento do "Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto Meta – 1ª Fase", de interesse do Ministério de Minas e Energia – MME, cujo objetivo é contribuir para a ampliação e consolidação dos avanços no setor de energia e mineração, dando apoio à competitividade e crescimento econômico sustentável do País, assim como à modernização institucional do setor, conforme nota técnica assinalada aqui no parecer.

Informo, Sr. Presidente, que está aqui presente entre nós o Diretor Adjunto e Coordenador de Planejamento e Controle do Ministério de Minas e Energia, Paulo Emílio Teixeira Barbosa, para prestar qualquer informação necessária.

O custo nesta primeira fase foi estimado em US$53.643.414,00, dos quais US$49.604.127,00 com recursos externos e US$4.039.287,00 de contrapartida. Os desembolsos ocorrerão entre 2012 e 2016, assim como a contrapartida nacional.

O Acordo de Empréstimo estabelece que o projeto será executado por intermédio do Ministério de Minas e Energia, com a participação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel, cada um dentro de suas respectivas áreas de autonomia e competência.

Estabelece que, para a implementação do projeto, será instituído um Comitê Gestor composto por um representante de cada instituição, que será responsável pelo acompanhamento da execução e definição das prioridades. A coordenação será de responsabilidade da Unidade Gestora do Projeto – UGP a ser criada no âmbito da Secretaria Executiva do MME, que fará a interface com os coexecutores do projeto.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo Bird, que, geralmente, apresentam condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas domésticas ou internacionais.

A presente operação deverá ser contratada na modalidade de empréstimo com margem variável, assegurado o exercício da opção ao mutuário para a sua conversão para margem fixa. Incorpora juros vinculados à Libor, mais despesas diversas e margem relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo médio da operação situa-se em 3,26% ao ano, flutuante conforme a variação da Libor, em patamares considerados aceitáveis pela Secretaria.

ANÁLISE

As operações de crédito externo da União sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 48, do Senado Federal.

A observância dos preceitos ali contidos é imprescindível.

A Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio de seu Parecer, informa que a Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, identificou o projeto como passível de apoio com financiamento externo, no valor total de US$99.208.255,62. Na primeira fase, ora em exame, o valor será de US$49.604.127,00.

O parecer destaca que, com fundamento nas informações constantes do Relatório de Gestão Fiscal da União para o 2º quadrimestre de 2011, há margem para a contratação da operação pleiteada, conforme os limites estabelecidos na Resolução nº 48, de 2007. Constata o cumprimento das diversas outras exigências e condições definidas, tais como: a inclusão do projeto no Plano Plurianual; a previsão no Projeto de Lei Orçamentária – PLOA para 2012; e, ainda, de acordo com a Secretaria de Orçamento Federal, o referido Projeto de Lei Orçamentária Anual contempla recursos da ordem de R$822.944,00 para juros e outros encargos relativos à operação, em 2012.

As condições são as usuais em operações com o Bird, na modalidade margem variável, conforma já assinalado.

Cumpre mencionar que, conforme o citado parecer da STN, constam do artigo IX das Normas Gerais do Acordo de Empréstimo as condições de efetividade aplicáveis aos empréstimos do BIRD.

Do parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, também encaminhado ao Senado, consta que o empréstimo será concedido por um consórcio formado pelo BIRD e que, na minuta contratual, foram estipuladas as cláusulas usuais desse tipo de operação e que caberá ao Ministério de Minas e Energia adotar as medidas necessárias para a inclusão dos orçamentos anuais e dos recursos necessários ao cumprimento das respectivas condições contratuais e de natureza política.

As demais informações já foram citadas. Mencionamos, por fim, que a nota técnica, elaborada pelos setores do Ministério de Minas e Energia, incluída na documentação encaminhada ao Senado Federal, apresenta, detalhadamente, a fundamentação para o empréstimo pleiteado com as informações sobre os componentes técnicos do Projeto Meta, sua inserção na estratégia para o setor de energia no País, o arranjo institucional requerido para sua execução e seu interesse econômico e social.

Somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem 154/2011 nos termos do Projeto de Resolução que se segue e que está distribuído a todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. Bloco/PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o relatório, que passa a constituir o Parecer da CAE, favorável nos termos do PS apresentado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, requeiro urgência para a apreciação desta matéria, se possível na data de hoje, ainda.

O SR. PRESIDENTE (Lobão Filho. BLOCO/PMDB – MA) – Portanto, coloco em votação o requerimento de urgência do Senador Eduardo Suplicy.

Os Senadores que aprovam o requerimento de urgência permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de urgência.

Finalmente, para terminar esta reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovada a ata e será publicada no Diário do Senado Federal.

Aproveito para agradecer a presença de todos.

Encerro este ano as reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, agradecendo principalmente aos Senadores, que sempre estão presentes, e aos assessores e funcionários desta Casa que sempre dão apoio aos trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado a todos.

Feliz Natal e Feliz Ano Novo! Que Deus proteja a todos nós nesta passagem de ano.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e nove minutos, do dia vinte de outubro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg,Waldemir Moka, Romero Jucá, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Cyro Miranda e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª, 37ª, 38ª, 39ª e 40ª Reunião que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado Nº 284, De 2011, de autoria do Senador Waldemir Moka, que *dispõe sobre O Exercício da Profissão de Cuidador de Idoso.* Em atendimento aos requerimentos Nº 42, de 2011-CAS e Nº 50, de 2011-CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy e do Senador Waldemir Moka, com a presença dos seguintes oradores: Tânia Mara Garib Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Mato Grosso do Sul; Karla Giacomin Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; Rosimeire Rodrigues Coordenadora-Geral do CNDI, Representante do Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, Senhor Ramais de Castro Silveira; Ana Paula Da Silva Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego; Luíza Fernandes Machado Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Idoso do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – DAPES/SAS/MS; Jorge Roberto Afonso De Souza Presidente da Associação dos Cuidadores de Idoso de Minas Gerais – ACI-MG; Marília Berzins Diretora do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento – OLHE, Representante da Presidente do OLHE, Senhora Ingrid Mazeto. Justificou ausência a seguinte convidada: Ana Amélia Camarano Técnica de Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA/RJ. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Cyro Miranda, Waldemir Moka e a Senadora Ana Rita. Às onze horas e quarenta e três minutos assume a presidência a Senadora Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze hora e trinta e um minuto, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calhão, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª, 37ª, 38ª, 39ª e 40ª Reuniões desta Comissão.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2011, de autoria do ilustre Senador Waldemir Moka, que dispõe sobre o exercício da profissão de cuidador de idoso, em atendimento aos Requerimentos nº 42, de 2011, CAS; e nº 50, de 2011, CAS, de iniciativa da Senadora Marta Suplicy e do Senador Waldemir Moka.

Antes de convidarmos os ilustres oradores que aqui estarão conosco, quero apenas fazer um comentário: o projeto do Senador Waldemir Moka será votado em decisão terminativa aqui, nesta Comissão.

Pela proposta, o cuidador de idoso é o profissional que, em casa ou em instituição de longa permanência para idosos, acompanha, dá apoio emocional ou contribui para a convivência social do idoso; dá auxílio e acompanhamento na realização de rotinas, de higiene pessoal e de nutrição; mantém cuidados preventivos com a saúde, dá medicamentos de rotina e faz outros procedimentos.

Pelo texto, poderão exercer a profissão de cuidador de idoso pessoas com mais de 18 anos que tenha concluído o curso fundamental e que tenha feito o curso de cuidador de pessoa em instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação.

O requerimento para a realização desta audiência, como bem disse, volto a repetir, é do Senador Waldemir Moka e da Senadora Relatora Marta Suplicy, que, certamente, como Relatora, é fundamental esta audiência para que ela possa instruir, da melhor forma possível, este projeto.

Antes de mais nada, também quero cumprimentar o Senador Waldemir Moka pela louvável iniciativa, sobretudo porque seu projeto é mais do que meritório. Tem o apoio de todos nós, Senadores desta Comissão, e certamente dos 81 Senadores que compõem o Senado Federal.

V. Exª está de parabéns, até pela sensibilidade que tem não só pelos idosos, mas, certamente, pelas crianças, pelos adolescentes e, de maneira geral, por todos os seres humanos.

Pelo Censo do IBGE 2010, a população de idosos no Brasil é de 20,59 milhões pessoas; 26% da população tinham mais de 75 anos na última década. O Brasil está caminhando para aumento da longevidade. A tendência é o aumento da expectativa de vida.

As leis que garantem o direito dos idosos, depois da Constituição de 1988, são: a Política Nacional do Idoso, de 1994; o Estatuto do Idoso, de 2003. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado tem como uma das suas atribuições debater, votar e regulamentar as profissões.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o projeto de lei que dá incentivos econômicos às empresas que tiverem funcionários entre 60 e 69 anos de idade. Segundo o projeto do Senador Alvaro Dias, as empresas que tiverem pelo menos 30% dos seus funcionários com idade entre 60 e 69 anos de idade poderão deduzir do Imposto de Renda até 25% do montante de salários e encargos previdenciários pagos aos nossos empregados.

Acho que são projetos como este, Senador Waldemir, que engrandecem a nossa Casa e, principalmente, a nossa Comissão.

Tivemos oportunidade, ontem, também, de aprovar um projeto de lei daquela comissão, ou seja, de fazer com que a comissão compartilhasse conosco em relação aos incentivos que poderemos dar, através da redução dos impostos, de até 10% do valor bruto para os hospitais de câncer do nosso País.

Dessa forma, quero aqui reiterar o meu apelo aos nossos Pares, sobretudo aos membros desta Comissão, Senador Cyro Miranda, para, em conjunto, pedirmos o apoio dos nossos Pares do resto da Casa, no sentido de que este projeto seja votado e concretizado, pois, assim, poderemos ter novas ferramentas, instrumentos, sobretudo recursos, para combatermos o câncer no Brasil.

Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Presidente Jayme Campos, eu não li o projeto todo. Ele tem limitação de doação em função do imposto a pagar, alguma coisa assim?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É 10% da renda bruta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Tanto para pessoa física como para pessoa jurídica?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Jurídica também.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Ótimo! Acho que, com isso, nós vamos dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O projeto foi muito bem elaborado, eu comentava o Senador Waldemir Moka; está muito bem blindado. Aqueles que acham que vão fraudar para tirar proveito pessoal poderão incorrer até em pena, ou seja, serem enquadrados dentro do Código Penal brasileiro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Esperamos que a Secretaria, que o Ministério da Fazenda não crie nenhum problema para isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É o que eu comentava com o Senador Waldemir Moka hoje.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda, eu fiz a leitura ontem do projeto de lei, que, aliás, nasceu de uma audiência pública como esta, de hoje. As entidades que vieram e que já prestam um atendimento importante reclamaram de que não há, no País, nenhuma legislação que permita a doação a essas entidades. O Senador Jayme Campos constituiu uma comissão de Senadores e o projeto foi elaborado com a Consultoria do Senado. Percebe-se nitidamente as preocupações que se tem com as limitações já existentes, V. Exª acabou de lembrar do percentual da doação, tanto da pessoa física como jurídica, mas principalmente o cuidado no sentido de que as doações sejam de caráter irreversível, portanto não podem ser anuladas, e principalmente no sentido de se evitar que elas tenham por objetivo fraudar ou, de alguma forma, driblar o Fisco, o imposto de renda. Eu acho que ele é perfeito. O Senador Jayme Campos é o autor, mas com o seu desprendimento, ele já colocou a Comissão como coautora, uma autoria coletiva. Penso que nós vamos caminhar também para a aprovação desse projeto.

Permita-me só dizer aos nossos convidados que é da Senadora Marta Suplicy, quero fazer justiça, a iniciativa desta audiência pública. A iniciativa não é minha; eu apenas sugeri, entre os convidados, a presença da nossa Secretária de Estado de Assistência Social, Drª Tânia Garib, que aqui está presente. Na verdade, foi

a partir de uma discussão em sua secretaria, com os assistentes sociais, que nasceu a ideia de um projeto de lei que possa regulamentar a profissão do Cuidador de Idoso, que, na verdade, já existe na prática, mas não existe de direito. Então a iniciativa...

Vejo com alegria a chegada da Senadora Marta Suplicy. Eu tentava exatamente, Senadora Marta, dizer que a iniciativa da audiência pública é sua, a escolha dos convidados, com exceção da Drª Tânia Garib, foi da Senadora Relatora deste projeto, Senadora Marta Suplicy. Na minha opinião, nós não poderíamos ter tido, Senador Presidente, Jayme Campos, ninguém melhor do que a Senadora Marta Suplicy para cuidar do relatório deste projeto, em função da sua experiência e da sua sensibilidade sobretudo na área social.

Com a presença da Relatora, quero dizer a V. Exª que a Drª Tânia Garib também se encontra aqui. Lembro que, até pouco tempo, a Drª Tânia presidia o Fórum Nacional de Secretários da Assistência Social do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Concluindo, chamaremos, outra vez, os convidados.

Senador Cyro, aqui, tenho de fazer justiça, tecendo um comentário sobre o PLS nº 461, que, originalmente, previa a concessão de subvenção econômica de R$50 milhões por ano às empresas que tivessem em seus quadros pelo menos 30% de pessoas entre 40 e 55 anos. V. Exª, que foi o Relator da matéria, aumentou essa idade e propôs incentivos às empresas que tivessem pelo menos 30% dos funcionários com idade superior a 55 anos e substituiu a concessão por subvenção, por incentivo fiscal. Cumprimento V. Exª pelo projeto meritório.

Quero comunicar às Srªs Senadoras e aos Srs. Senadores que, tão logo a Secretaria desta Comissão der entrada ao projeto na Secretaria-Geral da Mesa, será encaminhada ao gabinete de todos os membros desta Comissão a cópia do projeto que apresentamos no dia de hoje. Infelizmente, não havia a participação de todos aqui. Penso que o Senador Cyro estava presente, bem como o Senador Waldemir Moka. A própria Senadora Marta não estava presente. Mas V. Exª vai receber a cópia do projeto de lei que busca incentivos para os hospitais de câncer no Brasil. É um projeto da Comissão de Assuntos Sociais. Estamos buscando uma nova fonte de recursos para atender aos hospitais de câncer filantrópicos, sem fins lucrativos. É um projeto meritório. Queremos contar com o apoio de V. Exªs.

Convido a participar da Mesa a Srª Tânia Garib, Secretária de Trabalho e Assistência Social do Estado do Mato Grosso do Sul; a Srª Karla Giacomin, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), que já se encontra aqui presente; a Srª Marília Berzins, Diretora do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento (Olhe), representante da Presidente do Olhe, Srª Ingrid Mazeto; o Sr. Jorge Roberto Afonso de Souza e Silva, Presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais (ACI-MG); a Srª Rosemary Rodrigues, Coordenadora-Geral do CNDI, representante do Secretário Executivo da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Sr. Ramaís de Castro Silveira; a Srª Ana Paula da Silva, Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego; e a Srª Luíza Fernandes Machado, Coordenadora da Área Técnica de Saúde do Idoso do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (DAPES/SAS/MS).

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e pelos Senadores aqui inscritos; a palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição; os interpelantes disporão de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Inicialmente, vou conceder a palavra à Drª Tânia Garib.

Como são vários convidados, Senadora Marta Suplicy, penso que podemos conceder a palavra por dez minutos, prorrogáveis, se for o caso, por mais dois ou cinco minutos. Mas, inicialmente, concederemos a palavra por dez minutos.

Assim, concedo a palavra à Drª Tânia Garib, que muito bem representa o Estado de Mato Grosso do Sul, por dez minutos. Se for o caso, concederemos mais dois minutos.

Antes de tudo, tenho de ir à Comissão de Relações Exteriores. Quero convidar a autora deste requerimento e a relatora da matéria para vir presidir esta audiência pública.

A Senadora Marta Suplicy vai presidir esta audiência pública.

V. Exª, Senadora, tem todo o tempo necessário, se for o caso, até as 14h ou 15h, para conduzir os trabalhos desta Comissão.

Sucesso e felicidade! Espero que esta reunião seja a mais proveitosa possível.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada.

Gostaria de saudar o Senador Moka, primeiro, pelo brilhante trabalho. E peço que cada palestrante

realmente tente limitar sua exposição aos dez minutos. Avisarei quando estiver faltando um minuto e serei bastante rígida para que possamos ouvir todos os palestrantes, pois já é quase meio-dia.

E também tenho várias perguntas específicas para fazer. Como não sei se serão respondidas durante as falas, eu gostaria de reservar esse tempo para as perguntas, as indagações que tenho a fazer para elaborar o relatório.

Com a palavra a Srª Tânia Garib, Secretária de Estado do Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso do Sul.

A SRª TÂNIA GARIB – Bom dia, Senadora. Bom dia, Senador Waldemir Moka. É um prazer estar aqui. E quero agradecer, em nome de todos os Secretários e Secretárias de Assistência Social deste País, por esta oportunidade de participar desta audiência e discutir esta questão tão importante.

Eu não poderia deixar de fazer um breve histórico desta situação, sobre a qual esta Comissão tem responsabilidade.

As nossas discussões com o então Deputado Waldemir Moka, hoje Senador, foram sempre no sentido da construção da política de assistência social. Nesse sentido, nós discutimos que uma profissão e uma política são feitas com financiamento, organização e regulamentação das ações, mas, fundamentalmente, com trabalhadores da área.

Esses trabalhadores nem sempre são exclusivos de instituições; há também trabalhadores no âmbito doméstico. E na evolução dessas discussões, antes ainda, como Presidente do Congemas no passado, o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, nós já discutimos esta questão.

E por que eu digo que isso tem relação com esta Comissão? Porque esta Comissão foi responsável... Há dois meses, precisamente em julho – fim de junho ou começo de julho –, foi sancionada pela Presidente da República a regulamentação das alterações na Lei Orgânica de Assistência Social, introduzindo o Suas como o Sistema Único de Assistência Social, e esta foi a Comissão responsável por bater o martelo, em tempo recorde no Senado, sobre esta questão.

E nesse mesmo sistema é que está muito clara a nossa necessidade de pessoal. Mas também a questão do cuidador de idoso não se resume só nisso; brotou neste momento, brotou dessa discussão. Mas há muito mais questões que estão acontecendo por aí.

Diz-se que o ditado popular e a necessidade da população é o que mais vale. E a sociedade e a população já andaram na nossa frente. Praticamente, a questão do cuidador de idosos está presente na nossa sociedade, mesmo sem regulamentação. Ela faz parte do Código Brasileiro de Ocupações, e cada um está fazendo de um jeito, no âmbito do seu Estado, no âmbito do seu Município. Esta iniciativa que o Senador Moka apresenta – e a senhora, como relatora, vai ter a grande responsabilidade de apresentá-la, ouvindo toda a sociedade brasileira –, para nós, que atuamos nas políticas públicas, é de fundamental importância.

De quem estamos falando? Estamos falando desse pessoal que está nessa idade de idoso, graças aos avanços que este País já teve, do quanto este País evoluiu, permitindo que nós tivéssemos uma população idosa. Mas estamos falando de nós também, porque, com as expectativas, nós chegaremos aí e vamos precisar também desta figura especial do cuidador de idosos.

Outra questão que é importante deixar clara é que a política de assistência social, como muitas vezes, de forma errônea, as pessoas pensam, não cuida só de pobre. A política de assistência social cuida de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade, e a vulnerabilidade nem sempre se dá pela pobreza; a vulnerabilidade se dá também pelo estágio de vida, por isso que a política de assistência social tem um papel preponderante na área da criança e do adolescente, na área do deficiente físico e também na área do idoso.

Esses *slides* são apenas para mostrar para quem nós estaremos fazendo esse trabalho.

Por favor, pode passar o próximo?

A realidade o próprio Senador Campos já abordou aqui. Qual é a nossa situação? No mundo, na Europa, demorou-se mais de cem anos para aumentar a expectativa de vida em um ou dois anos. Nós, no Brasil, aumentamos essa expectativa de vida em 25 anos, o que a Europa fez em 100 anos, o que não nos permitiu, culturalmente, incorporar os princípios do cuidador, da necessidade do cuidador de idoso, de a família introjetar a sua grande responsabilidade pelos seus idosos, porque ela não foi preparada e não foi criada para um idoso ficar até essa idade e, por isso, a família não se estruturou para isso. E também a expectativa de vida tem aumentado.

Por favor, o próximo.

Só para a gente ver de onde nós saímos dessa pirâmide populacional em 1980, com os idosos num pequeno segmento, porque a expectativa de vida era pequena.

Por favor, pode ir passando.

É só para a gente ver o que e para quem estamos legislando. Para esse segmento, que vai ser a maior parte da população brasileira, até mesmo quando nós já não estivermos nessas nossas funções e, talvez – não que vamos chegar a 2050 –, fazendo parte de um

segmento pelo qual nós pudemos fazer essa regulamentação neste momento.

Por favor, o próximo.

Nós nos baseamos num marco legal, ninguém aqui está inventando a roda. E muita gente já contribuiu para que nós chegássemos ao momento de podermos falar de regulamentação de cuidadores de idoso, com de vários cuidadores.

Por favor, o próximo.

E já há essas profissões estabelecidas em nosso código de ocupação, o cuidador de idoso no grupo 5162. Quer dizer, estaremos regulamentando o que está no código de profissões que é adotado e para o qual muita gente já faz qualificação. Com essa regulamentação, o que se vai permitir? E esse é o grande mérito dessa proposta. É que haja uma unificação, e não que cada um faça de um jeito, de uma forma, certifique num Estado de uma forma e, em outro Estado, de outra. Nós temos que ter um princípio único. A partir daí, quanto mais, melhor, mas nós temos que ter esse princípio único, por isso a importância dessa regulamentação.

Por favor, o próximo.

De que cuidador de idoso o Brasil precisa?

Por favor.

Ele tem que combinar – aqui vem um grande questionamento, Senadora –, porque nós estamos falando daquele cuidador que vai estar tanto numa instituição quanto num domicílio e, por séculos, nós fizemos do grupo de atendimento dos profissionais que atuam em âmbito de domicílio uma profissão até que, culturalmente, em nossas cabeças, parece de segunda categoria. Mas não o é. Qualquer profissional do âmbito domiciliar deveria ser regulamentado e respeitado e tido como qualquer outro profissional de qualquer outra área, porque eles são fundamentais para a nossa vida, para o nosso desempenho. E, por isso, esse cuidador do idoso, estando nesse grupo também de trabalho domiciliar, tem o nosso respeito e merece a nossa atenção.

O que faria esse cuidador de idoso, além de tudo que foi lido aqui no projeto apresentado pelo Senador e lido pelo Presidente desta Comissão? Ele deve combinar, além de trabalho, o cuidado, e essas coisas não se opõem; eles vão fazer de forma conjunta esse trabalho. Eles vão cuidar do idoso no dia a dia, em sua necessidade; acompanhar, ler para o idoso, trocar o idoso, ficar com o idoso, dormir com o idoso, enfim, todas as atividades que são necessárias para o dia a dia do idoso, como um cuidador. Nós não estamos falando aqui que ele é um atendente de enfermagem que vai cuidar como um atendente de enfermagem. É muito bom que se distinga essa questão. Se o idoso precisar de um atendimento de enfermagem, ele vai buscar nessa categoria o seu profissional. Aqui é o cuidador para o dia a dia do idoso, para estar em casa, cuidando do nosso pai, da nossa mãe, do nosso avô, da nossa avó, para que nós possamos sair, trabalhar e voltar para casa e dar carinho e amor, mas sabendo que, na nossa ausência, alguém o fez, isso no âmbito domiciliar.

Por favor, o próximo.

Nós discutimos um pouco a proposta de ensino fundamental. Isso é para reflexão, para se pensar. Nós achamos que, hoje em dia, o País, com a evolução que tem e com a oferta que tem de educação, nós poderíamos pensar nesse profissional com o ensino médio. É lamentável, mas a gente pega pessoas de ensino fundamental que não sabem interpretar um texto e muitas vezes é necessário que essa pessoa leia... Já terminou o tempo?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PSDB – SP) – Não. Um minuto.

A SRª TÂNIA GARIB – Então, vamos correr aqui. Por favor, pode passar o próximo.

Nós temos que pensar em dois tipos de cuidador: o cuidador de idoso, com papel institucional, que está regulamentado, e vou passar às suas mãos a tipificação dos serviços de assistência social; nós não falamos mais de asilo, mas, sim, de casas-lares e de ambientes institucionais para o idoso, e nós também falamos do cuidador de idoso de âmbito domiciliar.

Por favor, rapidinho.

Hoje, o que nós temos? Uma população significativa que precisa desse profissional. Nós não temos confiança em que esse profissional está sendo bem preparado para isso e nós vivemos essa situação. Por isso, regulamentar e trazer princípios claros nessa regulamentação vai nos auxiliar. Aí falo também como Secretária de Trabalho. Também está nessa proposta que a regulamentação tem que ser feita pelo MEC, que faz ensino formal. O Ministério do Trabalho e Emprego faz qualificação profissional, e muitas qualificações profissionais têm sido feitas inclusive hoje no campo do cuidador de idoso. E também, na semana passada, na Comissão Intergestores Tripartite, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) pactuou em sua comissão o Plano Nacional de Capacitação para que a gente também tenha as profissões de nível auxiliar dentro da política de assistência social. Por isso, como sugestão, é que se deveria pensar também nessa certificação a partir do Ministério do Trabalho e até do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Deixo para outras perguntas, para respeitar todos. Muito obrigada, por poder estar aqui, a todos vocês.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigada, Tânia, pelo cumprimento do horário e pelo que falou também, já deu um primeiro esclarecimento.

Karla Giacomin, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI.

A SRª KARLA GIACOMIN – Bom dia, Senadora. Bom dia a todos. É com muita alegria que o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso participa desta sessão, que, esperamos, seja a primeira de muitas, porque o envelhecimento do Brasil tem que entrar na pauta do Senado. Então, primeiramente, o convite para a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, cujo tema é o compromisso de todos pelo envelhecimento digno no Brasil, que vai acontecer em Brasília, de 23 a 25 de novembro próximo.

Próximo.

A gente gostaria de tratar um pouco para além da questão da velhice como direito.

Próximo.

A gente tinha pensado em um roteiro que tratasse do envelhecimento do Brasil; a Secretária Tânia já nos auxiliou nisso. Nós, provavelmente, vamos poder adiantar rápido, para o cumprimento do art. 230, da Constituição Federal, e as contribuições do Conselho a esse projeto de lei.

Próximo.

Então, é lembrar que, nos próximos 30 anos, de cada quatro brasileiros, um será idoso. Esses brasileiros já nasceram. Hoje eles têm 30 anos. Temos que pensar políticas que abracem essas pessoas.

Próximo.

O direito à velhice significa o direito à vida. E o que desejamos não é só durar, nós queremos viver com dignidade e que a dignidade nos acompanhe ao longo de todas as etapas da vida.

Próximo.

Trago o professor Franco, que é francês, que fala que, da célula à sociedade, toda a vida humana se encontra marcada pelo envelhecimento e que, apesar de todas as teorias, envelhecemos cada vez mais e a tendência do aumento de longevidade ainda não chegou à estabilidade. Quer dizer, estamos num processo de franco envelhecimento.

Próximo.

Só que não há uma nitidez com relação a quando a pessoa é considerada idosa. Por exemplo, para fins legais, acima dos 60 anos; mas, para o benefício de transporte público, acima de 65 anos. Para ter aposentadoria compulsória, caso com que não concordamos, 70 anos. Mas sabemos que muito antes disso muitas pessoas enfrentam dificuldades ligadas ao adoecimento e ao próprio envelhecimento.

Próximo.

Então, em 2012, o Brasil está cotado para sediar a Conferência Mundial sobre o Envelhecimento Madri +10. Como o nosso País, signatário do Plano Madri 2002, cuida da sua população idosa e prepara o seu próprio envelhecimento.

Próximo.

A distribuição etária está colocada: no cinza claro, as crianças, cada vez haverá menos crianças; em negro, os idosos, cada vez haverá mais idosos.

Próximo.

Em 2050, para cada 100 pessoas, 23 serão idosos. Esse impacto vai ser muito maior quando a gente compara idosos e jovens. Em 2040, nós já teremos mais idosos do que jovens. Estamos falando de coisa bem breve. Em 2050, seremos 173 idosos para cada 100 jovens.

Próximo.

Portanto, as políticas públicas relativas à população idosa precisam ser aperfeiçoadas, radicalmente estruturadas, para dar conta dos serviços necessários a uma população, que, em 2050, será de quase 50 milhões de idosos.

O tempo passa muito depressa. Parece que foi ontem que a Constituição de 88 estava sendo pensada, os Constituintes estavam chegando e 20 anos passam num piscar de olhos.

Então, esse velho está convidando vocês a enxergar bem longe, e um longe que está bem perto. Nosso futuro: seremos cada vez mais velhos e não ficaremos para semente. Tudo que está sujeito ao tempo envelhece. Essa é a novidade que o País, as instituições do País e o povo brasileiro recusam-se a ver, ouvir ou falar sobre.

Envelhecer é uma conquista. Envelhecer não é um problema. Envelhecer é um direito protegido pela lei brasileira. Portanto, envelhecer com dignidade somente será um direito se a gente tiver direitos respeitados e novas e velhas políticas forem efetivadas. Nós estamos tratando dos direitos amplamente ditos. É uma pena que eu tenha que ficar correndo, mas vamos lá.

Então, chegamos ao art. 230. O art. 230 estabelece que o Estado, a família e a sociedade dividirão a responsabilidade pelo amparo à pessoa idosa que necessitar. Quem define onde começa e onde termina o papel de cada um? Com quem de fato o idoso pode contar? Nós gostaríamos de trazer aqui um quadro em que o valor da vida fosse linear, onde todas as fases da vida tivessem valor, mas o que nós observamos é que esse valor decai à medida que a gente envelhece.

Um dos direitos que precisa ser respeitado é o direito à família.

Família significa dizer famílias. Não existe mais uma família. Aquela história de Dona Benta e Narizinho já ficou para trás. A família é uma construção social que varia de acordo com as épocas, é um espaço de sobrevivência e de proteção integral de seus filhos e dos membros que necessitarem; é um espaço de cuidado e é nisso que temos acreditado, mas é também um espaço de conflito.

Então, a gente parte do seguinte pressuposto: ao pensar essa lei, vocês devem reconhecer que, quando um membro da família passa a precisar de cuidado, quem precisa de apoio é a família e não este membro. Para a família cuidar bem, ela precisa ser apoiada. O Estado não pode substituir a família, mas a família também não pode substituir o Estado. Então, aquela história ali dos porta-retratos ficou para trás. Hoje temos 15% de relações homossexuais, homoafetivas, que geram famílias, cuja velhice também não está contemplada em nenhum lugar. A questão de gênero do envelhecimento é muito forte, mas, na prática, Estado, sociedade e família não reconhecem a velhice como uma questão social relevante, e a velhice só aparece como filantropia, piedade e um estado privado, o problema é seu, não é nosso.

E quando o direito é o direito ao cuidado? O ser humano é frágil e finito. Do nascer ao morrer, é preciso cuidado. Só que isso vai variar ao longo da vida e de acordo com as culturas.

O que define a necessidade de um cuidador? É a existência de uma incapacidade funcional. Pode ser física, psicológica ou cognitiva. Se a pessoa não consegue mais se cuidar, ela passa a precisar de um cuidador.

Cuidador é a pessoa que oferece os cuidados para suprir as necessidades e a incapacidade funcional de outro ser humano. Nós não temos robô cuidador. Quem vai cuidar será outro ser humano, que pode ser um familiar, pode ser um cuidador, ou pode ser um cuidador profissional. Isso era o que estava previsto no Portaria Interministerial do Ministério da Saúde e do Ministério da Previdência e Assistência Social (MS/MPAS) de 1999. Quando alguém precisa de cuidados, o ônus da dependência recai sobre todos os três. Nos países desenvolvidos, existe um cuidado formal que se superpõe ao cuidado familiar.

No Brasil, desde a Política Nacional do Idoso, existem estruturas de cuidados que estão previstas e não são efetivadas. Então, na prática, o cuidado familiar é o único com que podem contar os idosos brasileiros que se encontram dependentes.

Em caso de doença, quem cuida? Quem cuida é a mulher: a esposa, a filha, a neta, a nora. Só que, cada vez mais, quem cuida é uma pessoa externa à família, porque o País já experimenta os reflexos da redução da família, da mudança do papel da mulher, do aumento da expectativa de vida. Mesmo em cidades do interior, já observarmos essa transferência de cuidados.

Então, o que estamos querendo? Queremos que o Brasil cuide bem das pessoas. Por que? Porque a incapacidade aumenta o custo da hospitalização em três vezes. Porém, a chance de uma pessoa pobre envelhecer com incapacidade é sete vezes a chance de uma pessoa rica. Então, a doença é a mesma, mas os recursos não serão.

O Brasil não garante hoje recursos para o familiar que cuida do parente com incapacidade. E isso dá início a um ciclo perverso: para cuidar, o familiar para de trabalhar; sem trabalhar, ele não contribui para a Previdência Social e perde o direito a uma renda futura; sem renda futura, o familiar será o próximo a depender da política de assistência social; sem dinheiro, ela passa a depender da pessoa idosa para o seu sustento e moradia; o familiar que cuida adoece mais; essa sensação de impotência e o cansaço pelas exigências do cuidado está na raiz da violência doméstica contra a pessoa idosa. E a violência doméstica é alarmante em toda as unidades da Federação.

A quem interessa a velhice sem acesso ou garantia de direitos?

Toda pessoa, idosa ou não, que não consegue mais realizar sozinha suas atividades do dia a dia e do autocuidado precisa de cuidados. Quem fornece esse cuidado é o cuidador, geralmente uma mulher, como já disse.

As políticas de assistência e de saúde precisam superar suas dificuldades de diálogo e de gestão. Desde 1999, existe uma Portaria Interministerial que prevê a formação de cuidadores de idosos que, na prática, nunca saiu do papel. Então, o Estado precisa assumir sua parte e garantir os meios para que toda pessoa que necessita de cuidados, idosa ou não, e toda família que possua alguém nessa condição tenham assegurados os cuidados integralmente.

Hoje, de cada quatro domicílios no Brasil, um possui idosos.

Na saúde, a estratégia de Saúde da Família é o formato atual, mas ela é amplamente insuficiente para oferecer esse cuidado cotidiano. Então, é preciso aumentar a cobertura e ampliar a assistência social da saúde nas áreas envelhecidas da cidade e do campo.

Por isso, Senador, acreditamos que são necessárias políticas públicas para esses três tipos de arranjo: para o idoso que mora sozinho, para o idoso que mora em família com mais gerações, e para o idoso que vive em ambientes coletivos.

A contribuição do Conselho para o PL é esclarecer o que entende por rotina de cuidados. É inadmissível o cuidador assumir cuidados para além dos quais ele for habilitado. Rotinas de cuidado não se confundem com rotinas do trabalho doméstico, para não acontecer aquela ascensão social, em que a pessoa deixa de ser empregada doméstica para ser cuidadora.

O cuidador responsabiliza-se pela ambiência, e não pelo ambiente – e não pela limpeza do ambiente, por exemplo. Ele é responsável pela ambiência. Queremos que o idoso esteja num lugar aprazível, mas respeitando a intimidade, a privacidade e a autonomia.

Também é preciso definir o que é administração de medicamentos e qual administração, porque fica muito amplo. Ele vai fazer uma injeção endovenosa? Não vai. Então, isso tem que estar claro.

Também é preciso esclarecer o que são procedimentos de saúde, porque cabe tudo aí dentro.

E, ao que nos parece, "deslocamento", no texto, refere-se ao apoio à mobilidade.

Outra contribuição é respeitar a definição de instituição de longa permanência que está dada pelo Estatuto do Idoso e pela Lei do Suas.

E, a nosso ver, o Ministério da Educação deve, sim, ter ingerência na capacitação, na formação, mas com a participação de outros ministérios, que também serão afetados por essa lei.

Será preciso, antes de falar que está liberado para quem tem dois anos de experiência, saber qual formação foi dada, porque é necessário que haja um padrão mínimo, se não, estaremos definindo que pessoas que fizeram cursos de final de semana têm o mesmo tratamento de pessoas que foram adequadamente qualificadas. E não gostaríamos que essa lei abrisse esse tipo de precedente.

Outra pergunta que queremos fazer, porque não temos resposta: quanto ao PL do Deputado Inocêncio Oliveira, que já tramitou em várias comissões na Câmara, tendo acontecido a última mudança dele em 10 de agosto de 2011, por que existe esse descompasso entre as Casas no trato do mesmo direito? Se a questão é do cuidador, por que não podemos debater uma proposta conciliatória, ou, de alguma maneira, uma proposta potencializar a outra? Eu pergunto na minha ignorância, por não saber mesmo, se existe essa possibilidade ou não.

E eu queria concluir com falas de mulheres idosas brasileiras, que vivem no cotidiano de uma cidade do interior. Elas entendem que o cuidado é isto.

É que nem uma criança: eu dou banho nele, ponho a comida no prato para ele, o remédio eu dou na mão. Ponho na boca também, e água também. Eu tenho que dar conta de tudo. Tenho que sair para fazer compra, tenho que dar remédio, arrumo casa, lavo roupa, faço as coisas correndo, para dar conta de tudo. Muito cansada, sabe? Preocupação de todo jeito.

Com este braço, eu escorava ele, levantava ele, eu punha os travesseiros, ele sentava e comia. Agora, não. Ele tem de comer deitado. Agora, por conta do ferimento, isto aqui nele virou um dó. Ficou na carne viva. A cama ficava toda molhada. Precisava ficar trocando diariamente assim. Lavar a roupa todo dia. Soltava uma água malcheirosa, ruim.

A D. Marta diz: "Dia 10 de abril, faz 16 anos que ela cuida. A doença dele nós fala derrame. O que ele tem é pressão alta, glicose".

A D. Vitória diz:

Toda vida eu cuidei dele, mas na saúde, porque a gente é obrigado. Eu sempre colocava comida no prato, mas por amizade. Mas não era assim de precisão, não. Agora é que é, de precisão. Igual o médico falou: eu já machuquei demais meus braços pra pelejar pra ele não machucar, pra ele não cair. Já machuquei demais mesmo. Uma vez eu machuquei tanto que eu tive que ir pra casa da minha tia pra ela poder tomar conta de nós. Eu perdi minhas forças que eu tinha. Eu sofro muito da coluna. E aí eu vejo que um bocado é de tanto... Até... É a vida, né? Ele é pesado. A gente fica...

E diz D. Efigênia: "Eu tomava remédio controlado. Uns dois anos eu deixei de cuidar de mim pra cuidar dele".

Vou concluir com a próxima, D. Luísa, que, a nosso ver, representa bem a situação:

Tem hora que eu sinto o desamparo. Os meus filhos é muito bão. Eu num tô falando que eles é ruim, não. Mas acho que o povo hoje em dia, os mais novo, num quer saber de gente idoso. Eles não acha que a gente precisa deles. Eles acha que a gente já viveu muito e já pode morrer. Eu creio isso. É que tudo que a gente fala eles num presta atenção. Num dá atenção na gente. Não é todo dia, nem toda hora não. Mas parece que não. Não leva a sério. A gente tá falando, eles nem tá aí.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy (Bloco/PT – SP) – Obrigada pela exposição. Realmente, foi interessantíssima. Trouxe muitos dados novos, muita abertura, para podermos refletir. Depois vamos querer essa exposição, se pudermos ter acesso a ela.

Parabéns. Muito benfeita.

Srª Marília Berzins, diretora do Observatório da Longevidade Humana e Envelhecimento.

A SRª MARÍLIA BERZINS – Bom dia para todos. Eu agradeço à Senadora e ao Senador Waldemir pela oportunidade de participar aqui.

Eu represento o Olhe, que é uma organização não governamental sediada em São Paulo, que discute o envelhecimento e também é responsável pelo Portal do Envelhecimento. E faço parte do Programa Cuidar é Viver, que tem como estratégia principal a formação de cuidadores de idosos e a sua inclusão no mercado de trabalho.

Aqui nós também, juntamente com nossas antecessoras – neste momento, também vou ser mais rápida –, quero dizer que o Olhe também faz parte desse compromisso do envelhecimento com dignidade no Brasil. Nós já envelhecemos, isso não é mais dúvida, mas nos falta dignidade. Falta dar dignidade aos anos envelhecidos. É este o compromisso de todos: o envelhecimento digno no Brasil. E, na medida em que trazemos para esta Casa a discussão deste assunto tão importante, o do cuidador de idosos, também estamos nos comprometendo para que esses anos envelhecidos possam ser vividos com dignidade.

O que a profissão cuidador de idosos tem que ver comigo? E, quando digo "comigo", convido todos vocês a participarem disto. Não é um assunto que diz respeito aos outros, mas, cada vez mais, as famílias brasileiras estão participando disto. A Karla apresentou as estatísticas: em cada grupo de quatro, há uma pessoa idosa, que pode ser seu tio, seu avô, mãe, sogra, ex-sogra. Enfim, o envelhecimento faz parte da nossa vida, e um cuidador de idosos, um dia ou outro, poderá entrar na sua vida.

Aqui são os dados da população idosa do Brasil, que já foram apresentados.

Aqui se faz um destaque: 5,499 milhões de brasileiros têm 75 anos ou mais. E este destaque é justamente porque, possivelmente, nessa fase da vida, essas pessoas precisarão de cuidado. E cabe lembrar aqui que nem todo idoso vai precisar de cuidado na sua existência, mas nos chama a atenção este dado do número de brasileiros que têm essa idade.

Aqui trago alguns dados da cidade de São Paulo, que refletem um pouco: 43% dos idosos têm mais de 70 anos; 45% dessa população idosa está numa situação que se chama situação de fragilidade; e quase 21% dessa população idosa demanda algum tipo de atendimento, ou seja, no Brasil isso representa hoje quase 4,3 milhões de pessoas, lembrando que quase 60% desse número são de mulheres.

E aí trazemos a imagem desse cidadão: "Quem vai cuidar de mim?" Esse cidadão foi cuidado por pessoas idosas, vivia numa situação subumana, numa casa que juntava lixo, material inservível, vivia abandonado, uma pessoa usava do seu recurso financeiro e não repassava para ele, e ele foi encontrado por um programa de política pública que atende cuidadores de idosos e deu a ele essa condição de dignidade.

Então, temos no Brasil de hoje um grande desafio, que não é só de hoje, mas é do futuro: quem vai cuidar dos idosos que precisam de cuidado?

E a nossa legislação, a nossa Constituição dá à família essa responsabilidade de cuidar, mas não pergunta que condições são essas de cuidado que a família presta ao cidadão idoso. Temos, por outro lado, como nos diz o marco legal quando se fala de envelhecimento, que a responsabilidade é da família, da sociedade e do Estado. E precisamos que o Estado se comprometa com essa responsabilidade de prestar cuidado aos seus cidadãos que precisam de cuidado, uma vez que envelhecimento é um direito humano fundamental. Não podemos nos esquecer disso.

Então, quando falamos em família, precisamos desmistificar a ideia de que a família cuida do idoso. A família cuida do jeito que dá, conforme os relatos que foram apresentados agora pela Karla. E não é porque eles não querem, é que não conseguem, não têm condições para isso.

Assim, precisamos mudar o olhar do modo de atenção ao idoso. E isso inclui a atenção a suas necessidades sociais, sanitárias, econômicas e afetivas, pois hoje eles já equivalem a quase 21 milhões de brasileiros.

Trazemos aqui a questão do cuidador de idoso. E temos algumas matérias que saíram na mídia que estão também dizendo da necessidade desse profissional. O mercado para cuidador de idosos está em alta. E tem muita gente percebendo isso e formando cuidadores de forma indevida, ganhando muito dinheiro. Daí a oportunidade de se discutir esse projeto de lei, que vai dar condições melhores de trabalho.

Isto é o que temos encontrado na mídia: na Rede Globo, na Record, em jornais, que têm dado destaque a essas situações.

E aí nós fazemos uma observação, uma vez que o nosso olhar vem contribuir, porque somos uma ONG que forma cuidadores de idosos. Os cursos que capacitam o cuidador da pessoa idosa não estão ainda regulamentados; não existe uma padronização e normas fixas sobre o conteúdo de horas mínimas obrigatórias para ele. Ao olhar, nos dá a sensação que esse é um assunto que é uma terra de ninguém: tudo pode e não se tem um princípio que regula isso.

Então, esta formação já tem sido uma exigência do mercado de trabalho. Eu fiz uma consulta rigorosa nas ofertas de cursos de cuidadores. Há no Brasil cursos que contemplam a formação em duas horas e outras chegam a duzentas horas de formação. Então, nós temos um universo bastante amplo e tem cursos

que são oferecidos pela Internet, oferecendo isso: "Faça o curso de cuidador pela Internet". E quando você analisa o conteúdo programático desses cursos, não existe uma uniformidade. Inclusive, alguns cursos ensinam até procedimentos que nem são referentes à atuação do cuidador de idosos. Isso é uma preocupação porque não se sabe que profissional é esse, o que nos vai oferecer; e há uma confusão muito grande, porque o designa como um profissional exclusivo da saúde, e não entendemos que deva ser.

Trago também uma questão do trabalho. Há muitos cuidadores que desenvolvem o seu trabalho em condições indignas, e aqui a nossa ONG, a OLHE, tem defendido, está na defesa do trabalho descente, entendendo que esse trabalho descente é a oportunidade de emprego, rendimentos e jornada de trabalho dignos, com base na proteção social e no diálogo social desse movimento. Então, muitos cuidadores têm jornadas abusivas, não têm folgas. Então, penso que a regulamentação da profissão vai ajudar, vai tirar do subemprego, da clandestinidade, dessa confusão que se faz quando você é cuidador e depois passa a ser um empregado doméstico, e o passa a ser numa outra condição.

Próximo.

Aqui, o projeto de lei do Senador, que todos conhecem, fiz uma síntese.

Pode passar, por favor.

E aí, eu queria terminar, dando alguns pontos positivos, negativos e algumas sugestões ao projeto de lei.

O projeto tem o seu texto bem condensado, o que possibilita a abrangência da sua aplicação no território nacional, bem diferente do projeto de lei que está correndo no Congresso. Ele foi bem objetivo e isso evita você fazer uma monte de explicação que talvez não se aplique neste Brasil tão grande, tão diferente, tão desigual que nós temos. Ele cria a profissão de cuidador de idosos. E aqui, só para considerar, que há outros cuidadores: há cuidadores de crianças, cuidadores de doentes mentais; de pessoas com deficiência, mas ele é específico como cuidador de idosos. Neste momento, devido a essa carência, nós entendemos que está claro fechar nesse "cuidador de idoso". Entretanto, essa é uma discussão que se pode abrir.

A definição da idade mínima é boa; o ensino fundamental, sim, é importante, mas nós encontramos muitos cuidadores que já trabalham, mas não têm o ensino fundamental e isso, no Brasil, pode trazer algumas dificuldades, mas concordamos que ele precisa ter essa formação mínima porque vai precisar dessa condição para...

A SRª – (*Fora do microfone*.) Ler e escrever, pelo menos.

A SRª MARÍLIA BERZINS – Ler e escrever, até porque ele vai decifrar informações, vai acompanhar o idoso ao médico; nós incentivamos que ele faça à família um relato das suas atividades, até para a sua garantia.

Muito bom no projeto é que ele não define o cuidador de idoso como sendo um profissional da saúde, o texto define que o cuidador não poderá desempenhar atividades de competência de outras profissões da área da saúde legalmente regulamentadas. Isso é positivo. Ele exige a qualificação, formação para o exercício profissional. Isso também é muito bom, porque nós queremos, sim, a profissão de cuidador, mas que tenha qualificação. Para nós, necessariamente, a criação da profissão deve estar associada a esta qualificação, a esta formação.

Pontos negativos que foram identificados.

A definição do cuidador restringe, naquele conceito do que é, e excluiu a atuação nos outros espaços da vida social; não é só em LPI e em domicílio, mas ele pode atuar em hospitais, em serviço público específico para idoso. Então, precisa se alargar essa área de atuação. Na nossa experiência ele não somente trabalha em LPI e em domicílio. Ele pode, por exemplo, ficar... nós temos em São Paulo muitos cuidadores contratados com jornada específica para acompanhar o idoso enquanto estiver internado no hospital, naquela situação em que a família não tem como prover isso.

A letra C das funções – Cuidados de Saúde Preventivos: Administração de Medicamentos de Rotina e Outros Procedimentos de Saúde. Isso pode gerar questionamentos das profissões regulamentadas; é preciso especificar melhor o que se diz disso, inclusive, quando nós falamos em administração de medicamentos; isto é um atributo da Enfermagem. Então, precisamos melhorar essa redação para, justamente, não oferecer oportunidade das categorias caírem.

O curso de cuidador é conferido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC. Aqui nos preocupa muito isso e estamos trazendo à discussão, para melhorar o conceito disso. A maioria dos cursos para formação de cuidador de idosos, no Brasil, não são instituições reconhecidas pelo MEC; e cuidador de idoso não é nível técnico. Acho que também não podemos começar a profissão classificando com nível técnico, que tem toda uma carga horária para definir o que é nível técnico.

Próximo.

Esse resultado aqui foi de um material que nós trouxemos da Internet e recolhemos sugestões de várias pessoas Brasil. O MEC só regulamenta instituições de ensino superior, e aqui também não concordamos que seja o MEC quem credencie isso, porque isso vai

encarecer os cursos; a média de um curso em São Paulo vai de 150 a R$350,00. Se a gente jogar isso para uma instituição de ensino, certamente esse valor será inacessível para a maioria dos cuidados e vai excluí-los do trabalho.

Próximo.

Algumas sugestões. Aí, uma sugestão para a gente discutir, a necessidade de inclusão de carga horária mínima de formação. O Ministério da Saúde fez umas oficinas e deu uma sugestão de 160. Mas não é o caso de a gente propor a quantidade, mas pensar nesse sentido. Inclusão de currículo mínimo para a formação, não desse detalhado, mas de uma forma que isso possa passar por todas as situações.

Próximo.

E aqui nos trazemos uma definição de cuidador, para ampliar um pouco a definição contida no projeto de lei. E eu vou passar – porque nós não vamos discutir isso para não descumprir mais o meu tempo – para a redação do art. 2º.

Poderá exercer a profissão de cuidador de idoso o maior de 18 anos, que tenha concluído o ensino fundamental e que tenha concluído com aproveitamento curso de qualificação para formação de cuidador da pessoa idosa, conferido por instituições de ensino reconhecidas pelas autoridades de educação competentes.

Isso vai pelo Estado e não pensando no Brasil. E, terminando, para os idosos? Nada? Tudo!

É isso o que desejamos, que os idosos brasileiros recebam tudo o que têm direito, uma vez que estão assegurados pela Constituição e o idoso é um sujeito de direito pleno, sim, até o último instante da sua vida. E é muito bom esta aqui e participar desta discussão, que é urgente no Brasil, necessária.

Parabéns, Senador e Senadora, pela iniciativa. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco//PT – SP) – Muito boa também a exposição e traz, cada vez mais, mais assunto para que a gente tenha que se debruçar sobre esse relatório que, aparentemente, era muito simples, Moka. Esse relatório está ficando cada vez mais complexo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, Senadora, graças à sua sensibilidade nós estamos tendo uma audiência pública... Eu nunca tive a pretensão. Na verdade, a Tânia já disse, as assistentes sociais... O pessoal me pediu. Embora eu seja médico, eu tenho sistematicamente atuado na área de agricultura, em função da economia do meu Estado. Mas eu tive um apoio muito forte das assistentes sociais; eu me comprometi, neste mandato de Senador, que iria me dedicar mais à área social. Tanto é que vim para cá e assumi como membro titular da Comissão de Assuntos Sociais.

Então, eu estou começando a resgatar um compromisso assumido, que espero aprender.

Ontem, Senador, eu presenciei uma audiência pública que tratava da questão da primeira infância. Tem uma frente parlamentar, do Deputado Federal Osmar Terra, lá do Rio Grande do Sul. Eu fiquei impressionado; veio uma colega médica psiquiatra da França e o Dr. Bernard. Eu fiquei impressionado quando os dois disseram o que se precisa também cuidar da criança, sobretudo nos primeiros quatro anos, e a fragilidade das pessoas no final da vida.

Então, são duas coisas que me chamaram à atenção. Eu quero dizer que estou ouvindo tanto a Drª Tânia e estou percebendo – e certamente a Senadora Marta – que vai melhorar em muito este texto. E a minha contribuição foi a de ter iniciado o debate. Isso é que é o importante.

O fundamental é que a gente tenha um texto claro e que possa, realmente, facilitar e melhorar essa condição dos idosos.

A SRª MARÍLIA BERZINS – (*Fora do microfone*.) nos preocupa também o conteúdo do projeto de lei que corre no Congresso, aquele...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu vou apensar e lê-lo...

A SRª MARÍLIA BERZINS – Mas ele é muito preocupante. Então, eu gostaria de deixar registrado isso, que ele tem coisas muito assustadoras...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou estar muito atenta...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, o projeto do Inocêncio, ele ainda não saiu da Câmra; e nós só poderemos apensá-lo...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quando ele estiver aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) –...quando ele estiver aqui. Mas, de qualquer forma, nós vamos evoluir, sem dúvida nenhuma, para um texto bem mais amplo e melhor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Senadora Ana Rita terá que sair, ela vai querer dar uma palavrinha. Então, vamos dar a palavrinha a ela e, depois, continuamos a nossa...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Lamentando que terei que sair, mas cheguei quando já havia iniciado. Nós estávamos, também, em outra audiência pública, discutindo a educação especial que é um tema tão importante quanto este.

Estou muito feliz por estar aqui em uma mesa extremamente grandiosa, pelo menos as três falas que ouvi, com um conteúdo magnífico e de um tema

que muito nos interessa e que afeta profundamente a todos nós. É muito difícil alguém que não tenha que se relacionar com idoso de alguma maneira. Nós nos relacionamos com as pessoas idosas permanentemente, até porque seremos idosos daqui a pouquinho. Então, este é um tema que está na pauta do dia, e que bom.

Quero aqui parabenizar o Senador Moka, parabenizar a Senadora Marta por nos ter oferecido esta oportunidade de trazer pessoas com tanta informação, com tanta competência, com tanta contribuição. Acho que esse projeto apresentado pelo Senador Moka tem tudo para ser um projeto o mais perfeito possível, com a colaboração da Relatora, Senadora Marta, após ouvir tantas falas importantes aqui.

Mas preciso sair porque tenho um compromisso meio-dia e meia, estou já um pouquinho atrasada, mas gostaria de fazer um pedido, embora não possa ficar aqui até o final.

Quero solicitar, depois, se possível, o material que vocês estão apresentando e vou solicitar também uma gravação desta audiência, porque acho importante para que possamos ter esse conteúdo.

Também me colocar à disposição de vocês, caso seja necessário, em algum momento quando da tramitação do projeto nesta Casa.

Parabéns, Senadora Marta. Tudo de bom para você.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos enviar todo o material aqui coletado, porque V. Exª tem sido sempre uma partícipe muito ativa em todas as questões...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu quero pedir desculpas. Eu não gosto de fazer isso, sair cedo, mas eu preciso sair. Infelizmente, não tem como. A gente faz tudo ao mesmo tempo aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada pela participação.

Com a palavra o Sr. Jorge Roberto Afonso de Souza e Silva, Presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais.

O SR. JORGE ROBERTO AFONSO DE SOUZA E SILVA – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite e parabenizar o Senador Moka pelo brilhante trabalho, por esse projeto de lei que vem ao encontro das necessidades do cuidador de idosos; o pedido da audiência pública pela Senadora Marta Suplicy, muito conveniente este momento para discutirmos a regulamentação do cuidador como profissão; cumprimentar os demais componentes da mesa, em nome da Drª Carla, que além de tudo foi minha professora, é minha conterrânea, e também a outra professora, a Drª Marília; e saber da responsabilidade da minha fala perante a elas também.

Sou cuidador de idosos, meu nome é Jorge, criado por uma idosa, graças a Deus até hoje ela cuida de mim, tem 90 anos de idade; é empregada doméstica, não sabe ler e escrever, minha mãe empregada doméstica, meu pai, porteiro; baixa escolaridade.

Eu, antes de cuidador, carregador de mudanças e tive a oportunidade de entrar neste ramo. Sim, pode até não parecer – eu deixei a gravata de fora, prá não fugir muito a minha origem –, sou cuidador de idosos; e tem uma fala que me preocupa muito, e que vou até copiar, do Dr. Matheus Papaléo, uma vez em que estive em Brasília, também. Ele menciona que, antes de definirmos a escolaridade, vamos pensar que, para muitos brasileiros e brasileiras que hoje trabalham como cuidadores de idosos com excelência, esse trabalho leva o sustento para o seu lar e que esses cuidadores de idosos, que podem ficar excluídos dessa profissão, ajudaram a construí-la.

E se eu não fizesse essa fala, eu não teria como olhar nos olhos de uma cuidadora chamada Porcina, viúva por sinal, de 50 anos de idade, com apenas a 5ª série, e que, com muita alegria, no final do ano, foi mostrar o seu contracheque e dizer: "Jorge, muito obrigada, eu acabei de construir a minha casa." Para ela, é uma casa; para muitos, se olharem, é um puxadinho, mas é a casa dela, com o dinheiro que ela ganhou, trabalhando, cuidando de idosos. Não é um salário ruim, não: ela ganha R$3 mil. Por méritos. Começou com muito menos. Por méritos!

Então, em nome de uma cuidadora, citei um exemplo como o dela, vamos pensar muito bem antes de definirmos a escolaridade. Eu compreendo que é muito importante, sim, que as pessoas voltem a estudar, aquelas que já estão, que se deem oportunidades, que se possam aumentar prazos e incentivos para essas pessoas, que têm escolaridade um pouco menor e não compreendem o projeto.

Mas, como os profissionais da saúde, o trabalho do cuidador é tão importante e, ao mesmo tempo, tão simples, que muitos deles, mesmo sem ter essa escolaridade, exercem com qualidade o seu trabalho.

Dentro da minha fala, também tenho uma preocupação muito grande com o projeto que tramita na Câmara. Eu preferiria, se o projeto que tramita na Câmara for aprovado, mesmo sendo apensado da forma como está, era melhor que o cuidador não estivesse regulamentado, para já nascer numa profissão como um profissional engessado totalmente.

Eu, como cuidador e representante de 4 mil cuidadores de idosos associados e bem organizados na Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Ge-

rais, posso falar com categoria: nós não somos nem temos a intenção de ser profissionais da saúde. Agora, nós trabalhamos, sim, em conjunto com a saúde e com a assistência social. É importante que isso fique bem frisado. Não é do nosso interesse. Para tal, caso alguém queira, como cuidador, ser técnico ou auxiliar de enfermagem, que vá buscar esse curso, que integre o conselho entre outros.

Essa é uma fala para acabar de vez com o entendimento de algum setor da saúde que tenta, de alguma forma, barrar a atuação do cuidador. Vou reforçar aqui: sem nós, cuidadores de idosos, eu garanto, eu afirmo, sem titubear, que o trabalho de muitos profissionais, a exemplo do nosso Senador, que é médico – do fisioterapeuta, do nutricionista, do terapeuta ocupacional entre tantos outros –, seria prejudicado completamente, porque, no dia a dia, quem convive, quem cuida, quem auxilia é esse cuidador! Então, vamos trabalhar em conjunto.

Eu tenho tempo ainda, não é mesmo?

Quanto à organização da categoria, eu tenho um sonho, como profissional da área. Só que, primeiro, antes de discutirmos esse sonho, que amanhã ou depois – sou profissional de nível superior de cuidador de idosos. Assusta um pouco falar disto: o rapaz é nível superior? Sim, eu fiz um curso superior, por uma universidade em Belo Horizonte, de dois anos, com carga horária acima de 1.600 horas. Pena que a universidade não entendeu que esse curso poderia ter continuado, por questões particulares.

Sou um profissional de nível terceiro grau, de nível superior, fiz uma pós-graduação com aulas da Drª Marília e da própria Drª Karla, e tenho conhecimento de causa como cuidador.

Então, sonho que, no futuro, nós possamos, sim, voltar a ter uma qualificação permanente, digo, fiscalizada, mas temos que tomar cuidado para não encarecer também o curso, porque das pessoas que fazem esse curso a renda é baixa, é uma realidade. A maioria delas são mulheres – eu tenho dados, pelo menos em Belo Horizonte, metropolitanos que comprovam isso –, muitas delas fora do mercado de trabalho, que não teriam condições, se esse curso encarecer, de fazê-lo, a não ser que viesse sempre pela iniciativa pública.

Quanto à qualificação, nós temos de pensar também, no futuro, em um órgão que possa fiscalizar e credenciar esse profissional para atuar. É uma preocupação muito grande, sim. Assim como o técnico em enfermagem tem o seu conselho, como outras profissões têm o seu conselho, nós temos de pensar numa entidade tal que possa fiscalizar e normatizar essa atuação do cuidador, não só pela regulamentação, porque ela não vai dar todo o parecer, mas também pela profissão, que tem de evoluir. Mas nós temos de encaminhar para a fiscalização e o acompanhamento desse trabalho, um acompanhamento sistemático.

E sobre o âmbito de atuação do cuidador? A Drª Marília mencionou que ele não é mais só esse profissional que atua em domicílio ou que atua numa ILPI. Não, é claro que não!

Eu sou, hoje, o presidente de uma associação que tem 127 cuidadores contratados, cuidadores de idosos que estão fazendo também um serviço público, que é o Programa Maior Cuidado, que hoje está atendendo cerca de 400 idosos, que jamais sonharam em ter um cuidador em seu domicílio, de forma gratuita e permanente.

Eu atendo muitas famílias em Belo Horizonte, só da classe a e da classe b, raramente da classe c, só famílias de nível alto, que podem pagar. Agora, imaginem esses idosos que não têm condições, que moram, pelo menos em Belo Horizonte, em áreas vulneráveis! E temos o cuidador que presta esse serviço. É outro o ambiente em que ele está atuando, de outra forma: já não é mais na ILPI nem no trabalho doméstico.

Então, nós temos de definir outros lugares mais e não deixar fechado só em ILPI e em domicílio. Eu já vejo agências de turismo que trabalham com idosos com interesse de ter um acompanhante. Houve um *show* em Belo Horizonte, por exemplo – se não me engano, do Julio Iglesias, de quem os idosos gostam muito –, em que foram necessários, sim, cuidadores para ajudar os idosos a se locomoverem dentro do espaço, que tinha escadas. Então, há ambiente para o cuidador trabalhar que não só o domicílio e as instituições.

E, mais uma vez, vou deixar bem marcado – inclusive, não poderia estar em melhores mãos do que as da Senadora Marta Suplicy, mulher sensível, que vai entender bem a causa dos cuidadores e, eu poderia garantir, das cuidadoras de idosos, que compreendem 95% dessa mão de obra – que, ao apensar ao projeto da Câmara, possa prevalecer o do Senado, com a intervenção dos profissionais e daqueles que estão ali, na linha de frente, trabalhando, que conhecem a causa e têm números para mostrar e para garantir que é o melhor projeto.

Então, Senadora, com todo o prazer de chamá-la de V. Exª – muito prazer, sempre quis dizer isso, gente! –, pedimos, de coração: olhe essa causa com carinho, com muito amor, porque essa profissão, certamente, daqui a alguns poucos anos, vai ser uma das mais reconhecidas do Brasil, não tenho dúvidas! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada.

Sr. Jorge Roberto, foi muito emocionante o seu depoimento, que coloca a grande dificuldade de como resolver esse problema.

Eu já tinha pensado na *expertise* que as pessoas vão adquirindo e, ao mesmo, como a gente gostaria também de qualificar a profissão, o que tem a ver com a escolaridade.

Agora, a sua fala mostrou uma coisa muito clara: que talvez não seja só a parte técnica que a gente vai ter de ver no cuidador, porque um cuidador que seja só técnico talvez vá desempenhar a metade do trabalho. A gente sabe que, com o idoso, há o carinho.

E quando V. Exª também falava, eu notei o carinho com que V. Exª comentava de sua avó, que o criou, de suas companheiras de trabalho que também exercem a profissão, e eu fiquei pensando: puxa, ele deve ser um bom cuidador! E isso a gente não pode fazer exame para descobrir.

Mas, então, a gente também não pode eliminar quem talvez não tenha, como V. Exª teve, condição de fazer o curso, pela idade ou pelas possibilidades que apareceram, como pessoas ou as donas de casa que certamente poderiam exercer esse trabalho.

Então, é mais um probleminha para a gente resolver!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, este talvez seja o momento com que eu mais fiquei preocupado.

Eu coloquei ensino fundamental aqui e eu percebi que há uma preocupação, inclusive da senhora, de que esse nível seja... Mas é essa a preocupação que ele tem. O ensino fundamental eu coloquei como exigência e preocupado, viu, Jorge, que, mesmo com essa exigência legal, muitas pessoas possam ficar de fora em função de que não têm o ensino fundamental.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Mas, aí, Senador, isto eu tenho certeza de que eu vou manter, o ensino fundamental. Eu estava na dúvida se deveria o médio. Porque o ensino fundamental implica saber ler e escrever. Você não pode, não dá... Aí acho que é um parâmetro que...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas veja que ele menciona aí a 5ª série não é? É isso que eu estou dizendo!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a 5ª série, nas nossas escolas, às vezes não vão saber ler e escrever, mas a gente vai tentar que saibam escrever na 5ª série!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não, não. É por isso que eu coloquei ensino fundamental. Na verdade, eu estou...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Ah, talvez possamos colocar "ler e escrever" em vez de ensino fundamental!

Não dá, não é? É muito!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que há uma exigência aqui, na fala da Drª Karla, que talvez o nível tivesse de ser um pouco maior. Eu percebi isto: nível médio.

E eu digo assim: esta preocupação eu tive, de...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim, mas a gente vai ter de resolver.

Bom, você vai falar. Então, eu já vou dar-lhe a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós já estamos antecipando o debate.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, vou pular a Rosemeire, vou para a Ana e, depois, eu volto, porque, daí, você já diz também a sua ideia.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Eu não vou nem gastar os dez minutos!

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não, porque a gente tem tanta dúvida e pergunta que eu vou querer ouvir muito ainda.

Que horas são? Bom, dá tempo.

Vamos lá.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Muito bom dia a todas e todos.

Eu me chamo Ana Paula, sou Diretora do Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho e, em nome do Ministro Lupi, quero expressar, primeiramente, os nossos parabéns ao senhor, Senador, e à senhora, Senadora Marta, pela brilhante ideia de trazer esse tema a esta mesa.

Quero dizer para vocês que, é claro, a gente tinha uma expectativa por saber da relevância do tema, mas eu não posso, de maneira alguma, furtar-me de mencionar que os depoimentos que nos antecederam – da Tânia, da Karla, da Marília e de um cuidador – causam uma profusão de emoções nos nossos corações porque nos fazem pensar. Eu, por exemplo, fiquei pensando na minha mãezinha, que está em casa e não dormiu bem à noite, e já tive vontade de chorar, fiquei com remorso uma hora, quando ouvi um pedaço, fiquei me perguntando: meu Deus, nessa parte de atenção, às vezes, eu falo com a minha mãe tão rápido! Ela quer conversar comigo, eu – tá, mãe! – saio e não dou atenção. Enfim, é esse monte de coisas, de sentimentos, dos quais a gente não consegue também se separar, graças a Deus!

Então, eu quero dizer para vocês, objetivamente, a contribuição que o Ministério do Trabalho pode dar.

Primeiramente, alguns dados. Nós temos hoje, registrados, com carteirinha assinada, são 10.371 cuidadores de idosos no País. Sabendo, ainda, que muitos cuidadores trabalham sem a carteira assinada ou – isto também já foi identificado em alguns Estados – trabalham com a carteira assinada em outra ocupação, como serviço doméstico, enfim...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eles põem essa profissão na carteira?

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Na carteira.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Podem pôr?

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Podem porque está no Código.

A profissão, na verdade, já existe. O que nós vamos regulamentar, com o projeto de lei, é a maneira do exercício da profissão.

E no período de janeiro para cá, o que é uma coisa bacana é que estamos gerando, de carteira assinada, 100 novos empregos de carteira assinada a cada mês, de 2011 para cá, e esses números vêm crescendo.

Em 2010, nos postos do Sine, nós tivemos 21.342 pessoas que se ofereceram para trabalhar como cuidadores, a grande maioria delas com baixa escolaridade realmente. Captamos 2.244 vagas, conseguimos empregar 641 apenas, via rede oficial dos postos do Sine. Mas um diagnóstico mais expressivo que os nossos postos nos relatam, na rede do Sine coordenada pelos Estados e Municípios, é justamente a falta de oferta de qualificação profissional para essas pessoas que querem trabalhar nessas ocupações.

Outro dado interessante em relação à qualificação: o Ministério do Trabalho vem aplicando alguns recursos para formação gratuita de cuidadores de idosos, mais especialmente de 2007 para cá. Em 2003, eu registro o primeiro curso financiado com recursos nossos para cuidador de idosos. Mas, de 2008 para cá, temos acelerado isso. Tivemos duas ações significativas. A primeira formação de cuidadores oficial, em termos de Planseq, foi por meio do Planseq Afrodescendente, foi um dos cursos oferecidos nesse Planseq, que era um Planseq nacional, e agora o Estado do Rio de Janeiro demandou algumas situações específicas, e estamos lá desenvolvendo qualificação para formar 3.700 pessoas nesse momento.

Em termos de País, alguns Estados nunca tiveram registro de curso gratuito para cuidador, mas muitos deles sim, e cada vez mais o número de Estados que vêm aderindo a essa iniciativa tem aumentado. Temos hoje 4.741 pessoas estudando, fazendo curso gratuito de cuidador de idosos; 4.297 formadas nos últimos 5 anos, e ainda mais 3.600 vagas contratadas para daqui por diante.

Temos, como eu disse, ações específicas coordenadas pelo Governo Federal, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e muitas ações dos próprios Governos estaduais, através da parceria com secretarias de trabalho e secretarias de assistência social.

Para sobrar mais tempo para discutirmos, eu queria só deixar, como sugestão, na questão específica da escolaridade: o Ministério do Trabalho também tem uma política regulamentada que acompanha as políticas de emprego e renda, que é a certificação profissional, especificamente a certificação de saberes. É uma política pública praticamente ainda, vamos dizer, no berço. Ela não se desenvolveu, não desabrochou como deveria no País, mas nós temos toda condição, hoje, de atender a esses profissionais que estão no exercício da profissão e não têm a escolaridade necessária, através do processo de certificação.

O que é, basicamente, a certificação? É o reconhecimento de um conhecimento que aquela pessoa adquiriu ao longo da sua vida, seja por um curso de formação ou não, e que a habilita a exercer aquele tipo de profissão.

A certificação precisa ser regulamentada, é um processo sério. O Inmetro pode ser convocado, inclusive, por nós para fazer o processo de certificação, e aí, ao invés de a pessoa fazer o curso de qualificação ou de ter que estudar num supletivo para ter o segundo grau, independentemente da escolaridade, ela vai numa instituição acreditada para isso – o Ministério do Trabalho e Emprego faz a acreditação – e faz a prova. Se, com a prova, ela for considerada efetivamente habilitada, ela recebe, igualmente a uma pessoa que teria a exigibilidade que a lei vai colocar, seja o nível de primeiro grau ou o segundo – e a gente até acha que tem que ser o primeiro, já deixo isso dito –, ela recebe o certificado e está habilitada a exercer essa profissão laboral.

Outra sugestão que quero dar para o projeto de lei, Senadora, é que, de fato, o Ministério possa participar desse processo regulatório porque, efetivamente, na ação de qualificação social e profissional, é competência muito mais do Ministério do Trabalho tratar desses assuntos do que do MEC, porque o MEC, efetivamente, regula o que ele mesmo colocou: funções, ocupações de nível técnico e tecnológico, que não é o caso que se discute aqui.

Quero encerrar, mais uma vez agradecendo pelo aprendizado, por tudo que escutei hoje. Enfim, como cidadã brasileira, por ter oportunidade de contribuir com esse debate. E quero corroborar sua fala, Senadora, encerrando, dizendo que, de fato, os pulos, os saltos do meu coração na fala do nosso cuidador diziam isso. Além da questão da formação e tudo o mais, essa é

uma ocupação que necessariamente passa pela questão vocacional. A pessoa tem que ter vocação, tem que ter esse instinto de realmente querer bem e de cuidar do seu próximo para ser um bom cuidador, e isso está acima de todas as coisas.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Srª Ana Paula, que trouxe alguns parâmetros importantes também, além da sua emoção.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Rosimeire Rodrigues, Coordenadora-Geral do CNDI, Representante do Secretário Executivo da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Bom dia a todos e a todas. Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à Casa, em nome da Ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e da Drª Nadine Borges, que é Secretária Nacional de Promoção dos Direitos, onde está o Conselho Nacional do Idoso e a promoção dos direitos da pessoa idosa.

Acho que poucas pessoas sabem do valor que a pessoa idosa tem no Senado. Na escolha, quando vem um Senador para cá, para escolher, o primeiro critério para a escolha é a questão da idade: o mais idoso escolhe o gabinete onde vai ficar e outras coisas. É importante que as pessoas saibam para conhecerem o valor que a Casa dá a isso, e tanto o Senado quanto a Câmara.

Para nós, da Secretaria de Direitos Humanos, esta audiência é importantíssima, porque, com a lei de 1999, quanto à questão interministerial, para a SDH hoje estar implementando o que foi colocado na lei, temos essa dificuldade que está aqui na mesa colocada, que é a questão da posição diferenciada dos Ministérios e a posição da sociedade civil. Então, a audiência vai trazer uma nova lei que vai regulamentar isso.

Por quê? Porque, na nossa posição, nós, para implementarmos a lei, fizemos duas coisas que consideramos básicas. Uma foi garantir o orçamento, porque, sem orçamento, não vai. Inclusive, no PPA 2012 está prevista verba para capacitação, para implementação da profissão de cuidador. Isso é a primeira coisa. A segunda coisa é que fizemos um contato com o MEC através dos estudos tecnológicos da Setec, que é a Secretaria de Tecnologia, que é o maior instituto, que tem a maior rede de formação no País, porque nós queremos atingir todo o País.

Então, qual o órgão que nós procuramos? Os institutos tecnológicos. Lá, eles têm agora um curso que é de dois anos, um curso de formação em nível superior. Por que nós colocamos, fizemos essa proposta com o MEC? Aqui a gente vê na mesa, tanto o pessoal que é da associação, tanto o Jorge, que é da associação, quanto os Ministérios, e eles colocam a questão de ter que ser primeiro grau, ter que ser segundo grau; uns oferecem corretamente, outros não. Como isso não está definido, nós precisamos que a lei defina algumas coisas para nós: a questão da nomenclatura; da carga horária; onde ele pode atuar e onde ele não pode. A lei vai ter que dizer isto também: onde ele não pode. Porque, senão, daqui a pouco ele é contratado para uma coisa e está fazendo outro serviço também, aí ele vai para a área da saúde, e nós vamos ter problema com outros profissionais. Então, é importante dizer até onde ele pode ir.

Definido isso, nós já temos lá essa proposta do MEC, que aguarda a carga horária para que seja definido, em nível superior, que, se a pessoa teve uma graduação de segundo grau que não se considera suficiente, que ele tinha um primeiro grau, ele vai ter, em nível superior, numa formação, essa oportunidade, não vai precisar fazer igual ao Jorge, que teve que pagar. Ele vai ter que fazer isso. E também uma coisa importante: ele vai ter um financiamento do Pronatec, que vai fazer, vai pagar para que ele, enquanto esteja fazendo sua formação, receba, para podermos resolver esse problema.

Hoje, as pessoas já estão formadas, vocês viram que já estão com carteira assinada, e a gente não pode retroagir a lei. Então, como podemos resolver esse problema? É fazer um curso básico, com a carga horária básica, de nível superior, para resolvermos esse problema, porque aí vamos afunilar. Portanto, nós precisamos, mais do que ninguém – a SDH precisa, mais do que ninguém –, dessa definição da lei, para que possamos implementar isso, lembrando que, quanto mais rápido ela sair, melhor para podermos dar encaminhamento a esse problema.

Recebemos, por meio do Conselho Nacional, questionamento com relação a cursos de formação, a entidades que credenciam, a cuidadores também, a nomenclaturas. Há Estados que fazem concurso público já para cuidador, e a nomenclatura é diferenciada. Por exemplo, a nomenclatura que se usa em Minas não é a mesma que se usa em Boa Vista, sendo que o trabalho é mais ou menos o mesmo. Então, além dessa nomenclatura, onde pode atuar, como e o que não pode fazer.

E, quanto à SDH, temos o Disque 100, que são as denúncias, além de outras coisas relacionadas à violência contra a pessoa idosa. Nessa questão do Disque 100, nós temos lá uma demanda específica que também gera algo que nós precisamos colocar na lei:

quem vai fiscalizar a atuação do cuidador, porque nós temos uma demanda também quanto à violência do cuidador contra a pessoa idosa. Este ano – é geral –, de janeiro a setembro, nós tivemos 24.509 denúncias no Disque 100, isso porque esse serviço não é tão bem divulgado como a gente gostaria. Dessas violências, a gente tem a questão de negligência, violações, tortura, violência física, violência institucional, psicológica, violência sexual, e muitas delas – posso depois mandar para cá a porcentagem – são feitas por cuidadores. Um dado que nós não temos é a questão da escolaridade do cuidador, que acho que a gente pode até incluir quando as pessoas forem fazer a denúncia.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – E o gênero?

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Quanto ao gênero, na questão do cuidador, ocorre o seguinte: o gênero é, na sua quase totalidade, o gênero feminino. Com relação às denúncias, muitas delas também são do gênero feminino e com menos idade. Quanto menos idade tem o cuidador, maior é o índice de violência com relação à pessoa idosa. Esse dado nós temos. Posso mandar especificamente, por Estado, bem definido, para ver se ajuda na lei, até para nos ajudar também.

Então, entre essas outras coisas, o objetivo principal aqui nós alcançamos, que é resolver um problema, que é a falta de cuidadores, ampliar o número de cuidadores, regulamentar, para atender ao nosso objetivo principal, que é a pessoa idosa. Nós trazemos muitos dados, mas os 10 minutos... Na hora que vemos os 10 minutos na tevê, quando assistimos à TV Senado, a gente fala: "Mas esse Senador já falou, eu já entendi o que ele queria, e ele continua falando". Então, quando a gente chega aqui, a gente vinha no carro, eu e a Karla, combinando: "Karla, vamos ter que ceder um pedaço para você, porque o tempo é pouco".

Então, vou parar por aqui. Agradeço. Todas as falas aqui foram realmente contributivas à lei. A gente espera o sucesso dessa lei, quem sabe ainda para este ano.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigada, Rosimeire.

Só para uma questão de esclarecimento, eu não entendi bem: a proposta que vai para o MEC, ou que o MEC está esperando, ela vem de onde?

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Ela vem de uma proposta da CDH.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então eu posso pegar essa proposta para ver?

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Pode, pode. A gente pode passar...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Passa para a gente.

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – E o próprio MEC também tem, a Setec.

A gente precisa definir... Eles têm a proposta de cargo enquanto nível superior e a gente precisa definir aqui, enquanto lei, conteúdos para que possa fechar a carga horária. Tem a carga horária geral.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É, eu não sei. Não sei se isso uma lei deveria definir. Acho que não. Mas o que ficou muito confuso para mim é se isso deveria ser pelo MEC ou pelo Trabalho. Pelo MEC tem algumas vantagens como... Não sei se vocês acompanharam o Pronatec, que foi aprovado esta semana. É uma possibilidade gigantesca de jovens, de adultos e de pessoas do EJA, de poderem ter curso profissionalizante financiado ou por instituições ou pedindo o recurso para pagar depois de formado. Então, é isso que eu acho que vai ser uma das coisas que a gente vai ter... Não sei se o Pronatec vai para o Ministério do Trabalho...

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Vai também, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vai também?

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Vai também. Os recursos são do FAT...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – São do FAT. É verdade. Você tem razão. É do FAT mesmo.

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Eu sou a pessoa que responde pelo Pronatec no Ministério do Trabalho.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É verdade. Eu tinha me esquecido.

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – (Fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Porque eu acho que isso abre um caminho gigantesco para pessoas...

A SRª ROSIMEIRE RODRIGUES – Eu posso lhe garantir. Posso lhe garantir mesmo que a regulação da questão da qualificação pelo MTE em nenhum momento inviabiliza o financiamento do Pronatec. Não há desencontro aí, porque o financiamento...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bem. Isso era um detalhe que foi esclarecido.

Vamos ouvir agora a Srª Luíza Fernandes Machado, coordenadora da Área Técnica de Saúde do Idoso do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde.

Com a palavra.

A SRª LUÍZA FERNANDES MACHADO – Primeiramente, boa tarde a todos e a todas. Boa tarde, Senadora Marta Suplicy, cumprimento a Mesa e todos os colegas aqui presentes, Senador Waldemir Moka, parabéns pela sua iniciativa.

Nós, enquanto área técnica de saúde do idoso, coordenando a área da saúde do idoso, nós estamos sempre enfrentando a grande dificuldade do cuidar. Nós sabemos, hoje, que temos mais de vinte milhões de pessoas idosas neste País, um envelhecimento que se deu de forma muito rápida. Se vocês se lembrarem, na década de 70, nós cantávamos – muitos de nós éramos muito jovens e adolescentes –, nós cantávamos "noventa milhões em ação, prá frente, Brasil". Copa do Mundo de 1970. Hoje, somos duzentos milhões. Naquela época nós éramos um país jovem, todos nós. A minha mãe era muito mais nova do que eu hoje e eu achava minha mãe muito envelhecida. Os cuidados, a preocupação começou a surgir da década de 80 para cá.

Então, o que acontece? Hoje, enquanto área técnica do Ministério da Saúde... Aliás, eu quero cumprimentar também, em nome do Ministro Alexandre Padilha, que ficou muito satisfeito com a nossa participação aqui enquanto Ministério da Saúde.

Nós sabemos das dificuldades que enfrentamos. Quero lembrar que a Saúde sozinha não vai dar conta. Nós sabemos das necessidades de todos os setores. Na realidade, a preocupação com o envelhecimento tem que ser intersetorial e com uma visão multidisciplinar. Então, não adianta porque o médico sozinho não vai dar conta, o enfermeiro sozinho não vai dar conta, o assistente social... Enfim, nós precisamos que todos os profissionais se agreguem, se juntem e lutem por uma melhor qualidade de vida para os nossos idosos neste País.

É muito importante lembrar que o Ministério da Saúde, juntamente com o Ministério da Previdência Social, em 1998 e 1999, começou a ter uma preocupação com a questão dos cuidadores. Foi elaborada uma portaria, naquela época, com foco na capacitação de pessoas que cuidavam dos seus idosos dependentes.

Nós sabemos que a saúde da pessoa idosa, nós temos uma política nacional de saúde da pessoa idosa, de 1999, que foi reformulada em 2006, e o grande foco da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é a avaliação da capacidade funcional desse idoso.

Quando nós preconizamos que nós queremos que o idoso, quer dizer, que todos nós envelheçamos, mas que vivamos com qualidade, com autonomia e independência, que são conceitos distintos... A autonomia está ligada ao poder de decisão e a independência está ligada ao ato de fazer. Quando o idoso começa a perder sua autonomia, não consegue mais escolher a roupa que vai vestir, não consegue mais administrar o seu dinheiro, ele precisa de alguém para ajudá-lo a desempenhar as atividades da vida diária e no cuidado, nós temos que ter uma figura chamada cuidador, seja de um cuidador familiar, seja de um cuidador formal, contratado pela família.

Quero citar aqui uma coisa muito interessante. Todos nós lembramos que a estrutura familiar deste País modificou-se muito. Vou citar um exemplo meu, da minha família. Minha avó teve doze filhos. Então, tradicionalmente, a mulher era a cuidadora. A mulher cuidava dos filhos, cuidava da família, cuidava dos mais velhos. A minha avó teve doze, minha mãe teve sete, eu só tive duas e minha filha só tem uma, e diz que não vai ter mais filhos.

Então, se nós começarmos a observar hoje, temos vinte milhões de idosos. Em 2025, seremos 32 milhões de idosos. Em 2050, o percentual de idosos provavelmente será maior que o percentual de crianças de zero a quatorze. Mas o nosso grande foco continua sendo a saúde materno-infantil. Mas temos que parar e começar a nos preocupar com a questão desse processo de envelhecimento, que está se dando muito rapidamente. Os países desenvolvidos enriqueceram primeiro, levaram, como alguém aqui já falou hoje, cem anos nesse processo de envelhecimento, mas ficaram ricos primeiro e envelheceram depois. Nós envelhecemos de uma forma muito rápida e intensa e continuamos pobres.

Então, o que estamos fazendo? Qual a nossa grande preocupação enquanto Ministério da Saúde, coordenação nacional da saúde do idoso? A nossa preocupação é com o cuidado. A linha do cuidado ao idoso perpassa todos os níveis de atenção. Nós temos idosos muito bem, obrigado. Quantos idosos nós temos com sessenta anos ou mais, mas muito bem, desempenhando suas atividades da vida diária, viajando, passeando, trabalhando, sem problema nenhum, sem precisar de cuidados, mesmo com sua hipertensão ou seu diabetes controlado.

Mas nós temos um percentual imenso de idosos que necessitam de cuidados. São os idosos que se encontram acamados, são os idosos que vivem em leitos hospitalares e são idosos que, muitas vezes, vivem em ILP, Instituição de Longa Permanência.

Então, para esses idosos nós precisamos do olhar, do cuidar, e hoje, através da estratégia de saúde da família, nós temos o estímulo aos profissionais, às equipes, exatamente para acompanhar, orientar e acolher o cuidador familiar. Então, nosso grande foco tem sido exatamente esse olhar. Os profissionais de saúde têm como papel fundamental orientar o cuidador, porque nós sabemos que a grande maioria dos

nossos idosos que estão num leito hospitalar precisa do cuidado, e muitos são cuidados pela própria família, muitos são cuidados por aquela mulher que deixou de trabalhar ou que nunca trabalhou, mulheres idosas também, para cuidar dos seus companheiros e vice-versa.

No ano passado, eu passei por uma experiência. Minha mãe, até os noventa anos, tinha total autonomia e independência. Nós somos do Rio de Janeiro e estou aqui em Brasília, quando assumi a coordenação de saúde do idoso, em 2009... Sou servidora de carreira do Ministério da Saúde, com 32 anos de serviço, dedicada à questão do envelhecimento. E o mais interessante: quando vim para Brasília, minha mãe virou para mim, aos 94 anos, em junho de 2009, e perguntou-me: "Mas o que você vai fazer em Brasília? Está na hora de você se aposentar". Eu disse: "Mamãe, pelo amor de Deus, eu estou muito nova para me aposentar. Eu quero continuar trabalhando até morrer". Ela virou-se e disse: "Que nada! Você tem que aproveitar: curtir a neta, aproveitar a vida, viajar, fazer tudo". Tudo bem. Mas a grande preocupação da minha mãe era, com a minha vinda para Brasília, ficar sem aquela retaguarda por eu ser a única filha mulher – os outros cinco são homens; um faleceu. Acho que ela ficou preocupada, porque era comigo que ela mais contava. E foi impressionante, porque, em seis meses, ela faleceu, vítima de um AVC. Era uma pessoa que tinha total autonomia e independência. Até os 90 anos, ela fazia todas as atividades, morava sozinha e fazia tudo.

Quando a minha mãe sofreu o primeiro AVC em julho, eu tive exatamente o grande problema: procurar cuidadores. E, pelo fato de nós conhecermos as especificidades do envelhecimento e da saúde da pessoa idosa, eu tive grande dificuldade de conseguir cuidadores com formação, com capacitação correta.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª LUIZA FERNANDES MACHADO – Bom, para encerrar – meu tempo acabou –, eu queria ler somente um pedacinho de uma mensagem de Leonardo Boff:

"Tudo que existe e vive precisa ser cuidado para continuar existindo. Uma planta, uma criança, um idoso, o planeta Terra. Tudo o que vive precisa ser alimentado. Assim, o cuidado, a essência da vida [...], precisa ser continuamente alimentado. O cuidado vive do amor, da ternura, da carícia e da convivência". [Leonardo Boff, em 1999.]

Só quero dizer aqui uma coisa: que nós tenhamos cuidadores, que nós nos preocupemos com a formação desses cuidadores, com a proposta que aqui se encontra de profissionalização dessa pessoa, desse cuidador, mas também que não esqueçamos que nós vamos criar um nicho também de gratificações, de dinheiro. Quem é esse cuidador? Não é só o foco da capacitação, mas, sim, o gostar. Para cuidar de velhos não basta saber; além de tudo, também tem que gostar.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Srª Luiza Fernandes Machado.

Devido ao adiantado da hora – acho que a gente tem condição de ir até uma e meia –, eu vou, primeiro, agradecer, porque foram maravilhosos os depoimentos, que deram muitos esclarecimentos, criaram um monte de perguntas além das que eu tinha, mas nada sobre o qual eu acredito que não posso me debruçar e, eventualmente, até trocar ideias por telefone com os que estão... Espero que vocês se disponibilizem também a isso para algumas dúvidas maiores.

Eventualmente, pode-se até mandar um rascunhão, primeiro, do projeto para darem uma lida e exporem opiniões, porque acredito que este é um dos projetos, Senador Moka – parabenizando-o novamente –, mais importantes que nós temos na Casa e está passando de mansinho. *(Palmas.)* Ele pode mudar a vida de milhões de cidadãos, milhões de cidadãos que hoje são desprezados.

Aqui, deu para se obter um panorama. Sou uma pessoa que gosta muito dos assuntos relacionados ao gênero feminino e tenho observado. Como mudou a família – e foi bem colocado aqui –, a mulher não tem mais possibilidade de cuidar da mãe ou da avó nem interesse, para falar a verdade também, em fazer isso. As mulheres precisam... Porque, hoje, não há mais lares neste Brasil que prescindam de um duplo salário numa família. Então, criou-se uma situação em que a mulher não pode ficar cuidando, que era a sua função em famílias de antigamente, tradicionais – os homens nunca fizeram essa função. Então, o idoso ficou meio abandonado, porque, com esse crescimento... Aí eu gostaria de ressaltar principalmente o papel da mulher na sociedade que foi quem desencadeou toda essa mudança. As famílias mudaram, porque a mulher mudou. E, na medida em que a mulher mudou, o papel que era da mulher ninguém entrou para exercer. Então, nós estamos com um grande vazio que precisa ser preenchido.

Eu não vou deixar todo mundo falar – deixar, não... Não vai haver tempo para todo mundo falar. Vai falar quem quiser falar, mas, rapidamente, porque nós temos esse tempo.

Eu vou colocar um pouco as dúvidas que ficaram.

Eu tinha uma ideia. Acho que fui eu que busquei a relatoria desse projeto, porque eu me interesso por este assunto do cuidador há muito tempo, desde a Prefeitura de São Paulo, vendo aqueles idosos que moravam em prédios sem elevador e cuja família não tinha como

estar ali presente. Então, imagine uma pessoa de 80 anos morando no 4º andar de um predinho no centro de São Paulo! A pessoa fazia um supermercado por semana, comprava banana e leite e, depois, passava fome. Alimentava-se muito mal. Ela não descia, porque não tinha mais condição de descer sozinha aquelas escadas – às vezes, nem fisicamente. Ela não se exercitava na calçada, porque ia cair ou ser assaltada. Ela não pegava ônibus para ir a um parque ou à sua fisioterapia ou à consulta médica, porque ela não podia fazer isso sozinha, com 70, 80 anos, mesmo bem de saúde, e porque tinha medo numa cidade grande.

E fui atrás para ver se podia fazer-se alguma coisa. Lembrei-me de um projeto que tinha visto na França da então Ministra Martine Aubry, que disputou agora a presidência, mas ficou o outro candidato, o Hollande. Ela tinha um projeto para cuidadores que era feito para jovens: chamava-se Primeiro Emprego. Uma das possibilidades do primeiro emprego era ser cuidador. Esse projeto eu até tentei fazer em São Paulo, mas já não deu mais tempo de fazer. Ele bate frontalmente com o que nós estamos conversando aqui.

Um cuidador de 17, 18, 19, 20 anos ou até de 21 anos que vai ter a possibilidade de ter a sua primeira carteira assinada, que é uma enorme oportunidade, não vai ter a condição que eu estou percebendo que é necessária ou, então, vai ter uma condição muito limitada, o que talvez possa até ser tratado em outro projeto. Ele vai fazer isto: fazer o supermercado, ajudar a fazer o exercício e acompanhar na consulta médica. É outra coisa, mas não é cuidador. Então, acabou essa minha ideia, porque deu para eu perceber a diferença.

Outra coisa que eu queria perguntar é se vocês acham que deveria haver uma estipulação salarial, um piso salarial para a profissão – eu gostaria de ouvir – e quanto deveria ser.

Há outra coisa. Foi mencionado aqui que o cuidador é genérico: "cuidador"; não está "cuidador de criança", "cuidador de doença mental", "cuidador de deficiência". Vocês acham que, nesta fase, mantém-se "cuidador" e, depois, faz-se um específico para outras possibilidades ou vocês acham que se devia deixar "cuidador", de forma genérica? Eu quero saber a opinião de vocês.

A outra questão refere-se àqueles que já estão na profissão. Nós tivemos isso... Eu fiz isso também em São Paulo. Nós tínhamos professores que trabalhavam em creche, e fui avaliar a qualificação: 80% não tinham ensino fundamental para trabalhar em creche, o que é um arraso, não é? E como fazer? Era muito difícil, porque era uma revolta generalizada ter que cursar; era difícil fazer exame, porque provavelmente não iam passar. E muitos eram muito qualificados pelo exercício, há trinta anos, naquela profissão. Eu perguntaria a vocês que ideia teriam para poder qualificar essas pessoas. Poderia ser um exame que não seria escrito, porque provavelmente não teriam a qualificação, mas uma entrevista com as instituições. Talvez o Ministério do Trabalho possa dar uma resposta. Se não for agora... Aliás, se não der para responder agora tudo que estou perguntando, vocês poderiam me mandar por *e-mail* as reflexões e discutir nos seus grupos também. Qual seria o jeito mais adequado de a gente não fazer uma coisa aberta para que quem está lá já fique e também para não excluir os que não têm ensino fundamental?

A outra questão é a da fiscalização. Eu acho importante pôr isso. Não sei se se deve pôr esse ponto no projeto e eu queria saber a opinião. Quem achar que tem que pôr dê alguma sugestão de compensação que deveria ser feita. Eu tenho dúvidas em relação a isso.

Depois, eu pediria à Luiza, que foi a última a falar e eu acho que foi muito bom – você colocou algumas coisas muito do cotidiano, que qualificam quando a pessoa precisa de um cuidador –, isso talvez pudesse ser uma introdução : eu gostaria, se você pudesse me mandar por escrito, de ter informações sobre quem é necessário trocar, coisas muito óbvias, mas que não são tão óbvias. Acho que nos alimentaria muito para fazer um bom relatório.

Eu acho que basicamente são essas as questões que eu tenho. Talvez, Senador, eu nem ouça isso agora, eu peça que... Qual é o seu *e-mail,* Fábio, que é a pessoa que vai me ajudar a fazer o relatório?

O SR. FÁBIO RIBEIRO SERVO – Pode dar o da senhora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Qual é o meu?

O SR. FÁBIO RIBEIRO SERVO – É martasuplicy@senadora.gov.br.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É martasuplicy@senadora.gov.br. Aí vocês põem: relatoria idosos.

Bom, o que eu posso dizer para vocês é que eu tenho um compromisso com cada um e com todos os idosos de fazer o melhor trabalho que eu conseguir. Eu vou me esforçar muito, porque é um assunto que eu considero importantíssimo, além de ser algo sobre o que eu tenho essa percepção há muito tempo. E estou muito feliz, Moka, de você ter feito esse projeto, porque me deu a oportunidade de poder fazer alguma coisa. Eu queria, há muito tempo, poder dar uma contribuição nessa área. E agora, com essa oportunidade, eu espero poder dar o melhor de mim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora, só um minuto. Eu preciso muito agradecer a Drª Maria Júlia Monteiro da Silva, minha assessora

jurídica, que, na verdade, foi quem esteve em contato com a Drª Tânia Garib e, eu acho, com algumas de vocês também, porque a Maria Júlia que redigiu. Ela é funcionária de carreira aqui, uma pessoa altamente qualificada e me pediu também que pudesse enviar para a gente o *E-mail*. É mariajulia?

A SRª MARIA JÚLIA MONTEIRO DA SILVA – É mjulia@senado.gov.br.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É mjulia@senado.gov.br. Eu gostaria de acompanhar. Primeiro eu preciso aprender.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nós todos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Essas coisas, às vezes... Sou médico. Dei aula de fisiologia na Universidade em Mato Grosso do Sul, mas é uma coisa diferente isso, porque, às vezes, o cara é médico, mas...

Agora, uma coisa fica claro para mim: que o cuidador não é atendente de enfermagem. Mas restringir e dizer que ele não pode dar o remédio, eu fico preocupado com isso. Sabe por quê, Senadora? Porque, na prática, essas pessoas que estão no dia a dia, que vivem ali, são elas que vão dar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Na prática, é a família que dá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então essa é uma coisa que me preocupa. Agora, quando a gente diz: medicamento de rotina, nós não estamos, evidentemente, nem vou, porque eu compraria uma briga tão grande... Então, nós temos que melhorar talvez a redação, mas eu não quero, e não vamos, fazer isso. Uma coisa é o papel da enfermeira, da técnica em enfermagem, e outra coisa, eu quero que esse projeto seja assim: cuidador de idoso mesmo, a pessoa que vai ler, que vai cuidar da higiene, acompanhar – são completamente diferentes –, mas também vai dar um remédio. É claro que vai dar em função de uma receita, de uma prescrição. Agora, eu fico preocupado, porque, às vezes, não está ali, mas dizem: "Não, ele não pode dar o remédio". Isso me preocupa.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Isso tem que estar na lei. Concordo, porque senão vai ter processo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É. Daqui a pouco você cria um problema. Eu sei que esta audiência pública é o que de melhor pode acontecer, porque eu acho que dificilmente nós vamos reunir pessoas que tenham uma experiência maior, que conheçam melhor o assunto. Eu não tenho a menor pretensão, eu gostaria realmente de que a nossa iniciativa pudesse terminar num texto que realmente atendesse, que a gente não discriminasse as pessoas que estão, às vezes, cuidando. Eu me sensibilizei muito com o que ele falou. Eu acho importante. Começa com a qualificação, mas talvez a pessoa não tenha a vocação para cuidar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí também não interessa. Pode ser a pessoa mais qualificada, mas, se ela não tiver carinho, se não tiver atenção com a pessoa, acho que de nada isso vai valer também. Então são coisas que me preocupam. E aí eu queria que vocês também refletissem, porque nós vamos fazer uma lei aqui, Drª Marília, que vai valer para este País. E nós temos que pensar nos Municípios pequenos. Nas cidades grandes, talvez seja... Mas nosso temor: hoje, no interior, há muitas e muitas pessoas que esperam que a gente possa resolver isso.

A SRª TÂNIA GARIB – Por isso que não pode ter piso salarial, senão a gente vai ter problema neste País, entende? Pode valer para São Paulo e para o Rio de Janeiro.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – São coisas que a gente quer colocar. E aí eu e a Drª Maria Júlia discutimos muito isso. Quando você começa a colocar, você começa a limitar.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Eu também concordo. Quanto mais amplo a gente deixar, melhor é. Engessar é terrível.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É por isso que o texto nosso propositadamente, vocês podem ver, é curto. Procurei ser o mais...

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Enxutinho.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para também não começar a querer detalhar, porque aí a gente incorre em limitações.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Faltou uma pergunta. Duas coisas eu quero saber, desculpem, porque agora me dei conta: na equipe do Saúde da Família, deveria ter cuidador ou é algo que vocês acham que deveria caminhar separado? Sobre os remédios já foi perguntado. E o cuidador do idoso deve ter algum tratamento trabalhista distinto do disposto na CLT? Essa é outra questão. E a outra é: há necessidade de carga horária máxima diferenciada, horário de trabalho, alguma coisa assim? Mande-me, por escrito, o que cada um acha. Eu concordo – já ouvi um não – que não mesmo, porque vai lá cuidar e diz: "De noite, eu durmo". Aí não adianta. Agora, ao mesmo tempo, pode ter um tipo de demanda que não seja humana ou justa. Então é nisso que vocês vão me ajudar a pensar.

Eu agradeço ao Jorge, à Ana Paula, à Karla, à Tânia, à Marília, à Rosemeiry e à Luiza.

A SRª LUIZA FERNANDES MACHADO – Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Luiza.

A SRª LUIZA FERNANDES MACHADO – Eu gostaria só de fechar falando o seguinte: em 2007, o Ministério da Saúde fez um grande movimento voltado novamente para a elaboração do conteúdo programático e das definições da própria competência dos cuidadores e nós lançamos esse guia prático do cuidador – Senador, se o senhor não tiver, vou deixar com o senhor. É um guia de orientação que nós repassamos para todos os Estados, para todos os Municípios, para esses cuidadores.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Já estamos avançados em muita coisa.

A SRª LUIZA FERNANDES MACHADO – Nós temos um trabalho, um estímulo aos Municípios na elaboração das capacitações dos cuidadores. Então o Ministério da Saúde está preocupado. Agora, eu acho que é muito importante também que seja convidado também o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Espere aí. Essa é outra questão. Eu vi que estava faltando esse Ministério, eu acho que não foi convocado, e o MEC. Eu acho que nós temos que pensar para onde vai esse projeto, entende?

A SRª TÂNIA GARIB – Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não. Mas, olha, já tem um não.

A SRª TÂNIA GARIB – Para onde vai? Como assim?

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É responsabilidade de quem? São vários ministérios? Vai ser o Trabalho, o MEC, o MDS?

A SRª TÂNIA GARIB – Vários ministérios.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não sei. Eu quero que vocês me ajudem a pensar.

A SRª LUIZA FERNANDES MACHADO – A visão vai complementar, tem que ser intersetorial.

A SRª ANA PAULA SILVA – Não tenha dúvida. Só quero esclarecer: cada um naquilo que é sua competência. Eu penso assim. E todos nós temos um braço aí nessa história da regulação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sim. Mas e os cursos? Os cursos são de que ministério?

A SRª ANA PAULA DA SILVA – No meu entendimento, é do Ministério do Trabalho indiscutivelmente, porque qualificação profissional é nossa competência.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vamos ver. Obrigada a todos, gente.

A SRª ANA PAULA DA SILVA – Independente disso, eu quero só dizer à senhora que, acerca de tudo o que se refere à parte legal também, nós vamos fazer um estudo com a nossa assessoria jurídica. E quero também citar e agradecer a presença da Mariângela, que é nossa Coordenadora-Geral, pessoa extremamente sensível que vai me ajudar a preparar todas as respostas para esses questionamentos no que compete ao Ministério do Trabalho, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então trabalhem bem. Mandem rápido para que eu possa também agilizar o relatório.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 26 minutos, encerra-se a reunião às 13 horas e 31 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia nove de novembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Eunício Oliveira e das Senadoras Ângela Portela e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007. Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.Autoria: Senador Gerson Camata. Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria "Ad hoc": Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do PLS nº 169, de 2008 e do PLS nº 494, de 2009, que tramitam em conjunto. Resultado: Após lido o Relatório, pelo Senador Paulo Paim, Relator "Ad hoc", a

matéria é Retirada de Pauta. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008 Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem. Autoria: Senador Marcelo Crivella. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2009 Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes Autoria: Senador Marcelo Crivella. ITEM 2 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009 Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.Autoria: Senador Jefferson Praia Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg Relatoria "Ad hoc": Senador João Durval Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009 na forma do Substitutivo que apresenta; e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009. Resultado: Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009 Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências.Autoria: Senadora Marisa Serrano. ITEM 3 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2010 Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio. Autoria: Senador Jayme Campos Relatoria: Senador Lindbergh Farias. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2010 Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. Autoria: Senador José Bezerra Relatoria: Senador Lindbergh Farias Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011 Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador. Autoria: Deputado Roberto Magalhães Relatoria: Senador Paulo Bauer Resultado: Adiado. ITEM 6 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003 Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências.Autoria: Senador Marcelo Crivella Relatoria: Senador Cícero Lucena Resultado: Adiado. ITEM 7 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003 Altera o disposto no caput do artigo 103 Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim Relatoria: Senador Casildo Maldaner Resultado: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 482, de 2003, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. ITEM 8 – Terminativo – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007 Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências.Autoria: Senador Marcelo Crivella Relatoria: Senador Cícero Lucena Resultado: Adiado. TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2008 Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril 1995, que "proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho", para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares ITEM 9 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2003 Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.Autoria: Senador Paulo Paim Relatoria: Senadora Vanessa

Grazziotin Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006 Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. Autoria: Senador Valdir Raupp Relatoria: Senador João Vicente Claudino Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda, que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2011 Altera a Lei nº 5811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos. Autoria: Senador Lindbergh Farias Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do Relator. ITEM 12 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011 Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências.Autoria: Deputada Sueli Vidigal Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 13 – Terminativo – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011 Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.Autoria: Deputada Elcione Barbalho Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2010 Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a existência do Programa Saúde da Família em municípios com mais de quarenta mil habitantes. Autoria: Senador Alfredo Nascimento Relatoria: Senador Paulo Davim Relatório: Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. Resultado: Adiado. ITEM 15 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 55, DE 2011 Dispõe sobre o exercício da profissão de Agente de Turismo.Autoria: Senador Vital do Rêgo Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 16 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2011 Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo.Autoria: Senador José Pimentel Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg Relatório: Pela aprovação do Projeto.Resultado: Adiado. ITEM 17 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 412, DE 2011 Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir no campo de atuação do SUS a execução de campanhas sociais voltadas a promoção da saúde mental.Autoria: Senador Eduardo Amorim Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin Relatório: Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 18 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CAS Nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Previdência Social, o seguinte pedido de informações: – Tramita nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2008, do Senador Paulo Paim, que determina que o auxílio-acidente não poderá ter valor menor do que o salário mínimo vigente no país. Qual o impacto financeiro nas contas da Previdência Social advindo da aprovação desta proposição legislativa? Autoria: Senador Cícero Lucena Resultado: Adiado. ITEM 19 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2003 Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal.Autoria: Senador Valdir Raupp Relatoria: Senador Waldemir Moka Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Jayme Campos, Humberto Costa e João Durval. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Quero fazer a leitura do Aviso nº 1.593 do Tribunal de Contas da União. Depois, vamos passar à apreciação dos itens 1 a 19, conforme pauta previamente divulgada.

Passo à leitura resumida do aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria, para as consultas que se fizerem necessárias.

Aviso nº 1.593, TCU, Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência a cópia do Acórdão nº 2.843, que trata de auditoria operacional realizada na Política Nacional de Assistência Oncológica do Instituto Nacional do Câncer do Ministério da Saúde.

Quero, também, levar ao conhecimento das Srªs e Srs. Senadores o convite do Ministério do Estado da Saúde, do ilustre Ministro Alexandre Padilha, que convida para a primeira reunião do Comitê de Mobilização Social para o fortalecimento das ações de prevenção e qualificação do diagnóstico e tratamento do câncer de colo de útero e de mama. O evento será realizado no dia 10 de novembro de 2011, quinta-feira, das 14 horas às 16 horas, no auditório interno da Fiocruz, 1º andar, Bloco Educacional, Av. L-3 Norte, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Gleba ASC04 Brasília, Distrito Federal. Na ocasião, o Ministro fará anúncio do balanço das ações realizadas desde o lançamento do programa, em março de 2011.

É um convite do Ministro, e todos os Senadores que fazem parte desta Comissão estão convidados a participar desse evento muito importante.

A pauta desta 43ª Reunião tem 19 itens, sendo 6 não terminativos e 13 terminativos. Entre os 19 itens, tem 4 em turno suplementar.

Quero apenas fazer um breve comentário em relação ao programa que ontem, dia 8, o Governo Federal lançou, Senador Paulo Paim, o Programa SOS Emergência. Foi anunciada a intenção de melhorar o atendimento à gestão do setor de emergência de 11 hospitais brasileiros. Cada um dos estabelecimentos participantes irá receber uma quantia de R$3,6 milhões do Ministério da Saúde. O planejamento é para que, até 2014, o programa chegue a até 40 unidades de saúde brasileiras. Entre as capitais que receberão investimento estão Fortaleza, Goiânia, Recife, Brasília e Salvador. Todas as unidades participantes terão um núcleo de acesso à qualidade hospitalar, o qual ofertará apoio e orientação com relação à melhoria da gestão na qualidade de assistência. As atividades terão o monitoramento do Comitê Nacional de Acompanhamento SOS Emergência, que tem a coordenação feita pelo Ministério da Saúde e vai receber e fazer o encaminhamento das soluções apresentadas pelos núcleos citados acima.

Outro programa apresentado foi o Melhor em Casa, em que pacientes do Sistema Único de Saúde que não necessitam de internação hospitalar poderão receber o atendimento em casa. Os pacientes irão receber um leito hospitalar e equipamentos médicos, os quais serão utilizados na casa da pessoa. Caso o equipamento necessite de energia elétrica, a residência do indivíduo terá a isenção total da tarifa da eletricidade.

Acho que é um programa meritório, de louvável iniciativa, até porque na medida em que os hospitais, as casas de saúde do Brasil estão totalmente abarrotadas, acho que é uma saída. Como também essa nova injeção, esse aporte de recursos para os hospitais.

Eu acho que é fundamental, tendo em vista que, lamentavelmente, o estado é precário. Ontem, V. Exª deve ter acompanhado pelo Jornal Nacional uma reportagem feita pelo JN no Ar, que mostrou o estado dos prontos-socorros, sobretudo de Porto Velho. E ali houve uma ponderação do Secretário, dizendo: "A capacidade que tínhamos aqui era para atender uma população x; hoje, nós temos uma população de x+y". Por causa da construção das usinas Jirau e Santo Antônio, a população ali aumentou, no mínimo, em 30 a 40 mil homens, que estão ali trabalhando nas obras. Com isso, a capacidade que o pronto-socorro eventualmente teria chegou ao ponto de exaustão.

Então, são aportes de recursos que o Governo Federal tem que fazer não só para melhorar a questão do atendimento, mas sobretudo para melhorar a questão da capacitação de uma boa gestão. Infelizmente, Senador Paulo Paim, a questão, muitas das vezes, é de gestão.

Eu tenho acompanhado, tenho visto e o que se percebe com muita clarividência é que falta realmente um compromisso com o cidadão, com a vida, principalmente daqueles que recorrem a essas unidades de saúde, que são pessoas que, lamentavelmente, não tiveram o privilégio de serem abastadas – Deus não quis dar a elas – e precisam todos os dias dos serviços públicos deste País. E o tratamento dado a elas é indigno.

Eu chego a ficar revoltado, indignado quando vejo o cidadão morrer na porta de um hospital, como temos visto todos os dias. E até mesmo a irresponsabilidade. Aqui mesmo houve um fato – não sei se V. Exª acompanhou – em que um médico orientou uma mãe que procurasse dar leite para a criança e o enfermeiro entendeu, no hospital, que teria que dar o leite na veia da criança. Tem cabimento um fato como esse? Estava no hospital; o médico recomendou dar leite à criança e ele

deu o leite na veia da criança. Até que ponto chegou a falta de compromisso desse profissional?

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, eu quero, primeiro, cumprimentar V. Exª. V. Exª tem trazido esse tema saúde diversas vezes para o Plenário da nossa Comissão, até porque é a Comissão correspondente. Temos aqui uma subcomissão da saúde. E, mais uma vez, V. Exª tem a grandeza, eu diria, grandeza política, por tantas críticas que fizemos – e de fato fizemos, V. Exª fez, eu também fiz – sobre o caos no sistema de saúde, com todo o respeito que a gente tenha pelo Ministro da Saúde, por quem temos o maior carinho. E, aqui, enfatizávamos que a questão é de gestão, mas também de recursos, tanto eu quanto V. Exª.

Até confesso que falei, de forma muito tranquila e simples, que nesse prêmio do Congresso em Foco, eu acabei recebendo o prêmio de parlamentar destaque na área da saúde...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Por esse nosso depoimento, mais do que merecido...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu quero dividir o prêmio com V. Exª, porque V. Exª provoca o assunto...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – S. Exª está quase recebendo todos os dias um prêmio aqui, pelo trabalho magnífico que faz

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu acabo de receber o prêmio e quero dividi-lo com V. Exª e com a Comissão, porque foi nesta Comissão que tratamos desse tema tantas e tantas vezes. E V. Exª mais uma vez vem e elogia, inclusive, o Governo quando encaminha um projeto da abrangência desse, que é a saúde na casa do cidadão.

Alguns países, independentemente da questão ideológica... Me lembro que, uma época, estive em Cuba por um mês e percebi que lá havia atendimento do chamado médico familiar, que atendia na própria casa. Percebo que, independentemente de serem capitalistas ou socialistas, os países adotam esse atendimento, eu diria, muito mais personalizado, da saúde em casa. Pelo que percebi e li alguma coisa pela manhã, o Governo está encaminhando nesse sentido. V. Exª tem razão, nós temos que ter criatividade, ampliar a nossa capacidade de gestão e, ao mesmo tempo, claro, nós, aqui do Congresso, via orçamento, apontarmos recursos para que a saúde do brasileiro seja cada vez mais atendida com qualidade, seja dado atendimento com qualidade.

Por isso que quero dividir com esta Comissão de Assuntos Sociais, que tem demonstrado toda preocupação com o tema saúde. Eu até disse, no momento em que recebi o prêmio em nome do Congresso, que a saúde fica no campo da seguridade. É do que tratamos aqui: saúde, assistência e previdência. É o palco desta Comissão e por isso ficou com o Senado e não com a Câmara esse prêmio, que quero dividir aqui com a Comissão de Assuntos Sociais e com V. Exª.

Meus cumprimentos, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim. Na verdade, temos buscado, naturalmente, até solução, na medida em que as soluções hoje no Brasil apontam com muita dificuldade.

Entretanto, nossa obrigação, como Senadores da República, representantes legítimos da sociedade brasileira aqui, no Congresso Nacional, é buscar encaminhamento. É muito fácil só criticar, não é, Senador? A crítica...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tem que ter a grandeza de elogiar, como V. Exª fez agora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – No meu entendimento, a crítica, quando é construtiva, ela é saudável no regime democrático. Todavia, aqui as pessoas muitas vezes, pelo foco que dão na crítica, pensam na questão política, pessoal ou partidária. Eu não trabalho com esse foco, muito pelo contrário. Acho que temos que dar mérito – ou seja, fazer os elogios – na medida em que atitudes como essas são louváveis, são compromissos do Governo e, sobretudo, na medida em que o Governo está procurando não só carrear mais recursos para os hospitais dos grandes centros do Brasil – o que necessariamente se faz – como também criando uma nova alternativa para que o cidadão muitas vezes tenha condições de ser tratado em casa. O Governo oferece todos os equipamentos, recursos médicos e, até mesmo, se eventualmente o equipamento estiver gastando energia, ele terá tarifa zero.

Então, são políticas públicas como essa que, certamente, vão tentar minimizar as dificuldades instaladas hoje no Brasil.

Um fato que me chama muito a atenção, Senador Paulo Paim, é que, pelo que me consta, a questão da falta de recursos ainda é muito grande. Eu, particularmente, votei naquela época contra a CPMF. Vou ser muito sincero com o senhor. Eram convicções que eu tinha diante daquela que até hoje existe...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É isso que nos aproxima. Essa franqueza nas posições.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas, no fundo, todos nós queremos melhorar a saúde do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro! Eu, particularmente, cheguei à conclusão de que se, de fato, esses recursos vão ser destinados depois com um novo, sei lá, uma CPMF mascarada, não sou contra. Até porque o que havia então era que os recursos não seriam repassados hoje. Havia, com certeza, diante da opinião pública brasileira, realmente uma revolta de que esses recursos, lamentavelmente não estavam sendo canalizados para a saúde no Brasil.

Entretanto, se tivermos uma coisa séria, o dinheiro sendo aplicado na saúde, eu, particularmente, não teria nenhuma dificuldade. Não teria nenhuma dificuldade, até porque já ouvi cidadão do povo, humilde, do interior do meu Estado, dizendo: "Olha, Senador, se eventualmente essa matéria voltar a ser discutida no Congresso, eu queria pedir para o senhor votar, porque a nossa situação aqui é precária, é difícil. Neste caso, se o Governo, de fato, for investir essa nova fonte de receita lá na ponta, na saúde, eu queria pedir, fazer um apelo: vote". Então, não sou contra não, desde que melhore. Não podemos, em hipótese alguma também, ter um novo tributo – que é o caso dessa contribuição – e não investir na área de saúde no Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Exª por essa posição, que é uma posição corajosa e que só poderia vir mesmo do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deixando claro ao Brasil – pois estamos ao vivo para todo o Brasil – que, na oportunidade, V. Exª votou contra e eu a favor. Estivemos, naquele momento, em tribunas diferentes. Mas lembro-me, e quero fazer justiça, de que antes de subir à tribuna, quando o Presidente Lula mandou a proposta, que seria de negociação, que seria reduzir, se não me engano, de 0,33% para 0,11%, seria 1/3 pago especificamente para a saúde. Eu me lembro que falei com os líderes da oposição, que disseram o seguinte: "Olha, a proposta veio numa hora errada, tarde. Já está dado o fato, agora não há como, neste momento, conciliar aqui, ninguém vai entender mais nada. Agora, se for nesses moldes mesmo, reduzindo a 1/3 do que era pago e os baixos salários não sendo atingidos" – lembro-me, vou falar, o Arthur Virgílio me disse isso no plenário de forma muito tranquila, acho que falei também com o Agripino –, "nós poderíamos fazer um outro debate, mas agora não há mais clima".

E V. Exª está levantando novamente isso. Se não atingirmos os salários menores e tivermos um percentual que atinja, por exemplo, de dez salários mínimos para cima, e que seja bem menor... Casualmente, entrou aqui o nosso Líder, Humberto Costa, que é defensor dessa tese. Ele defende essa tese de que haja um tipo de contribuição para a saúde, que não atinja os menores, mas que contribua especificamente para a saúde.

Eu fico feliz também de ouvir sua posição, que é a mesma do Humberto e que a minha, desde que a gente garanta que o dinheiro vá para a saúde e que não seja no mesmo valor do que era antigamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente.

Aproveitando a presença do Líder, eu estava conversando, trocando uma ideia com o Senador Paulo Paim, Senador Humberto Costa, primeiro cumprimentando o Governo pelo lançamento dos programas ontem. Ou seja, ele está repassando mais R$3,6 bilhões a alguns hospitais de alguns Estados da Federação, a alguns prontos-socorros, no caso de Fortaleza etc.. Por outro lado, também o programa é quase um *home care*, em que o Governo vai oferecer, naturalmente, tratamento na casa das famílias e isentar tarifas, eventualmente, no caso de algum equipamento.

Por outro lado, eu estava dizendo ao Senador Paulo Paim que, lamentavelmente, um dos problemas que temos hoje é a questão dos recursos para a saúde. Nós tivemos uma reunião na casa do Senador Waldemir Moka, e essa reunião me parece que deu uma esfriada. Eu gostaria de reativar essa conversa. Acho que é uma conversa que dá para levar adiante. Evidentemente que alguns pontos nós temos que consertar. Por exemplo, o Senador Paulo Paim deu uma ideia bacana: para quem ganha acima de dez salários mínimos seria descontada essa taxa. Não seria 0,38%. Vamos cobrar 0,18% ou 0,20%.

Contem comigo! Eu disse que se deve agir acima de questão política, partidária. Não é por aí! Acho que temos que pensar grande, pensar no Brasil, pensar na gente sofrida. Está claro e evidente que, se não houver recursos, não vamos chegar a lugar nenhum, em que pese a boa vontade do Governo, que todo mundo está acompanhando.

Ontem, V. Exª deve ter acompanhado, no Jornal Nacional, o caso de Porto Velho. Com o aumento da demanda, com a construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, está abarrotado. E não vai haver JN no Ar que resolverá o problema. É conversa fiada. Não é só questão de gestão; é questão de recursos.

Então, acho que V. Exª poderia conduzir, claro que com grandes conhecimentos, sobretudo por ser respeitado aqui na Casa por todos os seus colegas. V. Exª tem moral, tem condições de levar avante esse projeto. Da minha parte, eu quero e vou levá-lo para a Bancada do meu partido.

Disse até um fato ao Senador Paulo Paim aqui: eu já recebi 20, 30 telefonemas, alguns contatos pessoais de gente humilde, que são meus eleitores do interior do Estado, dizendo: "Senador Jayme Campos, o

estado da saúde aqui é precário. Todavia, se voltarem a discutir uma nova CPMF, com outra terminologia, eu queria fazer um apelo ao senhor para votar com o Governo". E é gente humilde; não é cidadão abastado. Gente humilde do interior que me ligava: "olhe, por favor, trabalhe esse projeto, desde que esse recurso seja canalizado".

V. Exª não estava aqui como Senador da República. Foi mal encaminhada essa matéria, Senador. Eu me lembro muito bem. Tinha tudo para ser votada. Lamentavelmente, o encaminhamento foi ruim. Muito ruim. Faltou o quê? Abrir um canal de entendimento, um melhor diálogo, o que não houve naquela oportunidade. Eu não tinha por que não votar a favor. Eu tinha tudo para votar. Eu e mais alguns. Entretanto, a matéria foi muito mal encaminhada, lamentavelmente, naquela oportunidade.

Chegou uma proposta aqui, eu me lembro muito bem, à meia-noite, praticamente. Ora, todo mundo debateu a matéria o dia todo, exaustivamente. Essa matéria já vinha sendo debatida. À meia-noite, chega-se com uma proposta pedindo para suspender – V. Exª se lembra – a matéria, para votá-la no outro dia. Aí, não! Aí já havia desconfiança. Em política, não pode haver desconfiança. O princípio básico do político e da política é ter confiança, o cidadão acreditar naquilo que você está acordando. E, lamentavelmente, isso não houve; por sinal, acho que isso foi um desastre – particularmente, acho –, sobretudo pela desconfiança que havia de que esses recursos continuariam a não ser investidos na saúde. Esse foi o grande mal. A matéria foi mal conduzida, e havia essa desconfiança.

De forma que faço aqui um compromisso com V. Exªs para tocarmos para frente. A ideia não é nenhum absurdo. Muito pelo contrário. É uma ideia meritória, um projeto meritório. Acho que temos condições de sensibilizar a Casa, sobretudo na medida em que todos nós estamos vendo as dificuldades por que passa... Ninguém pode desconhecer isso. Em relação à vida humana, na escala de valores, duas coisas são importantes: primeiro, Deus; segundo, a vida. Então, nesse caso, acho que todos nós temos que nos engajar. E contem comigo, como Presidente desta Comissão!

Queremos, nesta oportunidade, o seguinte: aqui temos vários itens. Há os não terminativos e também as emendas de comissão, que estão propostas para o PPA. Designamos o Senador Humberto Costa para relatar. Não sei se temos... Não temos.

Então, diante de outras reuniões que estamos tendo, sobretudo na CCT e na CMA, nós colocamos a relatoria para que o Senador Humberto Costa relate... (*Pausa.*)

Ah, não chegou. Então vamos ler pelo menos aqui a matéria, para dar tempo de chegar o parecer da Consultoria.

Nós temos aqui vários itens não terminativos. O Item 1, da pauta, por favor, é o Projeto de Lei do Senado nº 718, página 16. Gostaria de consultar o Senador Paulo Paim se pode relatar *ad hoc* esta matéria.

ITEM 1
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.

Autoria: Senador Gerson Camata

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2008

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e produtos químicos, quando adquiridos por empresas recicladoras, cooperativas e associações para emprego, exclusivo, em serviços e processos de reciclagem.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2009

Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes.

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Relatoria: Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição do PLS nº 169, de 2008 e do PLS nº 494, de 2009, que tramitam em conjunto.

Observação: *A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para relatar *ad hoc* essa matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o relatório do Senador Rodrigo Rollemberg sobre o projeto do Senador Crivella tem, no mínimo, sete, oito páginas. Então, vou iniciar pela Análise, que simplifica o parecer do Relator.

ANÁLISE

As proposições se revelam oportunas pelo elevado mérito que trazem em seus respectivos conteúdos, conforme expressamos nas razões apresentadas a seguir.

Quanto ao PLS nº 718, de 2007, observamos que a Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000, estabeleceu a obrigatoriedade de devolução, pelos usuários, das embalagens de agrotóxicos vazias aos estabelecimentos comerciais onde os produtos foram adquiridos, objetivando mitigar os riscos que esses produtos representam à saúde da população e ao meio ambiente.

Analogamente, os produtos de uso veterinário oferecem riscos semelhantes à saúde da população e ao meio ambiente, não havendo razão para tratamento diferenciado. Assim, a iniciativa em pauta supre convenientemente a lacuna existente na regulamentação do descarte de embalagens vazias de produtos de uso veterinário, aplicando uma solução já experimentada, com sucesso, na destinação das embalagens de agrotóxicos.

Entretanto, observamos algumas imperfeições no texto do projeto que mereceram atenção e nos levaram a apresentar as correções necessárias na forma de substitutivo.

A primeira correção necessária é a supressão da vírgula na referência, contida no *caput* do art. 1º do PLS, à data do Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969.

Encontramos a segunda inconsistência no texto do § 2º do art. 3º-A, que faz referência ao § 2º, quando o correto seria fazer referência ao *caput* do art. 3º-A.

A terceira alteração realiza-se sobre o conteúdo do § 2º do art. 3º-A e visa a promover a responsabilização de forma similar entre os fabricantes nacionais e estrangeiros.

Outras duas alterações têm por objetivo corrigir imprecisões no *caput* e no § 3º do art. 3º-A do projeto, que devem fazer menção ao adquirente de produtos de uso veterinário, uma vez que o termo "usuário" pode ser associado inadequadamente aos animais nos quais os produtos são usados. Além disso, é necessário dar nova redação ao caput do art. 3º-A, com o objetivo de eximir do nível de controle e fiscalização sugerido na proposição os produtos de baixo risco à saúde dos animais e das pessoas e ao meio ambiente, como xampus, por exemplo. Pela mesma razão, apresenta-se nova redação para o § 3º do art. 3º-A.

A alteração promovida no art. 3º-B tem por fim evitar redefinir penalidades já previstas na legislação. Finalmente, com a redação do novo art. 3º-C, concede-se o prazo de ajustamento operacional para os estabelecimentos comerciais atenderem às novas exigências.

Em relação ao PLS nº 169, de 2008, as medidas propostas têm o objetivo de estimular a atividade de reciclagem e seus benefícios sobre o meio ambiente. Ainda quanto ao mérito, Sr. Presidente, a atividade de reciclagem oferece um grande potencial para a geração de emprego e renda, além de contribuir para a maior racionalidade no uso dos recursos naturais, renováveis e não-renováveis.

Quanto ao PLS nº 494, de 2009, que objetiva dar melhor e mais adequada destinação aos rejeitos causadores de graves problemas ambientais nas médias e grandes cidades brasileiras, além de inovar e contribuir para o aprimoramento do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, apresentamos também alguns ajustes, ditados principalmente pelo aperfeiçoamento da técnica legislativa.

Suprimimos, de início, os dois primeiros artigos do PLS nº 494, de 2009: no caso do art. 1º, por se tratar de mera repetição de sua ementa; no caso do art. 2º, por conta do disposto no art. 3º, que, de modo mais objetivo, cumpre a mesma função do dispositivo que o antecede.

É importante lembrar que a Lei nº 8.666, de 1993, entre outras providências, regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública. Em seu art. 12, são discriminados os requisitos que devem ser prioritariamente considerados nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços, por meio de redação dada pela Lei nº 8.883, de 8 de junho de 1994.

Portanto, o art. 3º do PLS nº 494, de 2009, atende à boa técnica legislativa, na medida em que acrescenta ao dispositivo em questão parágrafo que cumpre, adequadamente, sua função. Mais ainda, conforme assinalado, o art. 3º torna dispensável a presença dos dois artigos anteriores da proposição.

Assim, com evidentes ganhos de concisão e clareza, a proposição pode ter como art. 1º a alteração proposta para o art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que passaria a vigorar acrescido do parágrafo único proposto.

Por seu turno, o texto do art. 5º do PLS, ao estatuir que a autoridade ambiental competente deva estabelecer metas para a substituição progressiva de lixões por aterros sanitários, vale-se de termos pouco precisos, não especificando a diferença entre as expressões "lixões" e "aterros sanitários", o que não o credencia como comando embasado pela boa técnica legislativa.

Cabe, ainda, assinalar que o *caput* do art. 6º da proposição faz referência ao acréscimo de "inciso XI" ao *caput* do art. 48 da Lei nº 11.445, de 2007, quando o correto seria fazer menção ao "inciso XII", como corretamente grafado, em seguida, no próprio texto do PLS.

Além disso, é recomendável a alteração da expressão "incentivar a adoção", trocando-a por "incentivo à adoção", uma vez que essa é a forma com que os incisos anteriores do art. 6º estão dispostos no texto da lei.

Registre-se que o art. 7º da proposição inclui alínea *d* ao § 8º do art. 2º da Lei nº 10.848, de 2004. Após o início de sua tramitação, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, veio a acrescentar uma alínea *d* ao mesmo parágrafo. Em face dessa alteração, é necessário atualizar a proposição, renumerando para inciso *e* o item a ser acrescentado.

Finalmente, atendendo às disposições regimentais relativas à prioridade das proposições originadas no Senado Federal, aprovamos, na forma de substitutivo, o projeto de lei mais antigo e rejeitamos os dois mais recentes.

VOTO

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 718, de 2007, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 169, de 2008, e nº 494, de 2009, na forma do Substitutivo.

O Substitutivo está divulgado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou encerrar aqui.

Não havendo quem queira discutir, vou encerrar a discussão. Entretanto, aguardando assinaturas para que possamos entrar em processo de votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Obrigado.

Na verdade, esta proposição é extremamente meritória no sentido de que nós precisamos realmente regulamentar, dentro da legislação existente, coisas que deixaram de ser precisas, que não foram precisadas ao longo da discussão que se deu no momento da sua respectiva aprovação. No entanto, no caso específico desse tema, nós temos aqui em curso a regulamentação da lei dos resíduos sólidos, que, na verdade, trata especificamente dessa temática.

Então, a minha proposição, sem prejuízo ao trabalho do Relator, ao trabalho do autor, que considero extremamente meritório, seria, se possível, retirarmos da pauta esse projeto para tentarmos uma conversa com o autor e o Relator, no sentido de ou adequar ao que está sendo feito em termos de regulamentação, ou tentar convencê-los de que não se faria necessária a aprovação dessa legislação pelo fato de nós estarmos num processo de regulamentação da lei dos resíduos sólidos.

Se V. Exª e os nossos pares não tiverem nenhuma objeção a esse encaminhamento, agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nenhuma objeção temos, naturalmente, em relação a esse pedido que V. Exª nos fez.

Antes de mais nada, concedo a palavra para que o Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como Relator *ad hoc,* eu concordo com o encaminhamento, até porque eu li sem conhecer a matéria, e nada melhor do que aprofundarmos o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos retirar a matéria de pauta para melhor discuti-la, sobretudo, se for o caso, com o autor e com o Relator.

Então, está retirado de pauta o PLS nº 718, de 2007, que está à página 16.

Item 2.

Consulto V. Exª, Senador Humberto Costa, se está preparado, com conhecimento da relatoria que lhe coube.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Daqui a pouco. Estou apenas analisando uma emenda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos aguardar V. Exª. Se for o caso, encerramos esta reunião e convocamos outra para que V. Exª relate naturalmente aqui as emendas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, nós temos uma série de projetos – no mínimo dois, se não me engano –, que é apenas para ver se o Plenário concorda com a votação feita em primeiro turno. Se fosse possível V. Exª colocar ... Não teria votação nominal nem...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós estamos completando o quórum. Daqui a pouco, será possível. Todavia, não há impedimento. Temos que ler outras matérias para dar sequência aos nossos trabalhos nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, enquanto aguardamos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente.

Item 2.

Consultaria o Senador João Durval se poderia relatar. Página 51, que é o PLS nº 324, de 2009, que tramita em conjunto com o PLS nº 547, de 2009.

ITEM 2
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.

Autoria: Senador Jefferson Praia

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garatia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco e dá outras providências.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senador Rodrigo Rollemberg

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009 na forma do Substitutivo que apresenta; e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009.

Observações: – *Em 26/10/2011, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator;*

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Concedo a palavra ao ilustre Senador João Durval para relatar *ad hoc* a matéria.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Em consonância com as disposições do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS a apreciação do mérito da matéria apresentada.

Cumpre observar, inicialmente, que o PLS nº 324 e o PLS nº 547, de 2009, respaldam-se em aprimorada técnica legislativa, seguindo as diretrizes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e as orientações advindas das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Quanto ao mérito, percebemos com muita clareza que tanto as secas severas quanto o excesso de chuvas trazem prejuízos irreparáveis para a agricultura familiar nas várias regiões do País.

Nesse sentido, as alterações promovidas pelos projetos em análise representam, conjuntamente, a ampliação dos instrumentos de proteção dos agricultores familiares e redução da pobreza nas áreas rurais alcançadas pelas medidas propostas.

Não podemos olvidar que os agricultores familiares produzem a maior parte dos alimentos básicos consumidos no mercado interno, sendo responsáveis diretamente pelo controle da inflação desses produtos e pela ocupação de significativa parcela da mão-de-obra que atua no setor primário de nossa economia.

Esses pequenos produtores, que nos orgulham por sua dedicação, precisam ter nosso reconhecimento transformado em amparo, principalmente, nos momentos em que as catástrofes batem à porta, quer em razão do fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico. É fundamental que o Estado brasileiro ofereça o suporte necessário à continuidade da produção familiar, por ocasião desses eventos.

Assim, entendemos que as proposições examinadas contribuem para amenizar os efeitos das catástrofes de que tratam, além de se constituírem em medidas consistentes para a redução das desigualdades regionais no Brasil.

Finalmente, para que se cumpram as determinações regimentais contidas nos arts. 133 e 260 do Regimento Interno do Senado Federal, acerca da apreciação de matérias que tramitam conjuntamente, tendo origem comum no Senado Federal, apresentamos substitutivo que justapõe os conteúdos das duas propostas e conserva a numeração das mais antigas.

Voto.

Pelo exposto, votamos pelo arquivamento do PLS nº 547, de 2009, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009, na forma do seguinte Substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 324, DE 2009
(Substitutivo)

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que *cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica* para estender o auxílio às áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Desenvolvimento do

Centro– Oeste (SUDECO) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa vigorar com a seguinte redação: "Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, nas regiões que especifica." (NR)

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002:

"**Art. 1º** É criado o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituído o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, respectivamente definidas pelas Leis Complementares nº 124, nº 125, ambas de 3 de janeiro de 2007, e nº 129, de 8 de janeiro de 2009.

....

§4º Para os efeitos desta Lei, são considerados agricultores familiares os que se enquadrarem nos critérios estabelecidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006." (NR)

Art. 3º O *caput* do art. 8º e o art. 10 da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 8º** Farão jus ao Benefício Garantia-Safra os agricultores familiares que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, vierem a sofrer perda em razão de estiagem ou excesso hídrico, comprovada na forma do regulamento, de pelo menos 50% (cinqüenta por cento) da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, banana, hortaliças, juta ou malva, sem prejuízo do disposto no § 3º deste artigo." (NR)

"**Art. 10** ....

....

II – do instrumento de adesão constará a área a ser plantada com feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, banana, hortaliças, juta ou malva, além de outras informações que o regulamento especificar;

...." (NR)

Art. 4º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador João Durval.

Nós vamos adiar a discussão, diante da falta de quórum. Apesar de termos número suficiente de assinaturas, vamos encerrar e esperar a próxima reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, o Senador Lindbergh Farias – eu sou Relator de um projeto dele, o Item 11, que é um projeto que trata da questão dos trabalhadores da Petrobras –, ele solicitou, a pedido dos trabalhadores, que nós não o votássemos, embora já tenha sido votado em primeiro turno. Ele gostaria, até, que nós tivéssemos uma audiência pública nesse sentido. Então, como é um pedido do autor e eu sou o Relator, eu pediria a V. Exª que o tirasse de pauta no dia de hoje para eu combinar com ele essa audiência que ele solicitou.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O pleito de V. Exª será atendido na forma regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu queria apenas... Daqui a pouco, vamos encerrar a sessão e abrir uma nova reunião, diante das matérias que nós temos de aprovar para encaminharmos à Comissão de Orçamento – inclusive o Relator da matéria, Senador Humberto Costa, se encontra presente aqui. Aqui tem apenas uma matéria – inclusive, é de V. Exª a autoria –, que é em caráter de turno suplementar e não há nenhum problema para a aprovação, diante das assinaturas que nós temos, que são suficientes.

ITEM 7
– Terminativo –
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 482, DE 2003

Altera o disposto no caput do artigo 103 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991,

que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Observação: – Em 26/10/2011, foi aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS), ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Não foram apresentadas emendas em turno suplementar.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas em discussão suplementar, o substitutivo do PLS 482, de 2003, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Eu quero, nesta oportunidade, agradecer a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão. Todavia, eu convido e convoco os Srs. Senadores a permanecerem, para votarmos em outra reunião que estamos promovendo na manhã de hoje.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, APÓS A 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS.

Às nove horas e quarenta e nove minutos, do dia nove de novembro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, e das Senadoras Ângela Portela e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 43ª Reunião que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta destinada à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI Nº 29, de 2011-CN, "***Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015"*. **Autor do Projeto:** Presidente da República. **Relator das Emendas da CAS:** Senador Humberto Costa. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Humberto Costa, que dá início ao seu Relatório comunicando que foram apresentadas vinte e duas (22) propostas de emendas nesta Comissão, ao Projeto. Após a leitura do Relatório procede-se à discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN esclarecendo-se que a Comissão poderá apresentar até cinco (5) emendas à despesa ao Projeto em exame, não havendo limite para as emendas de texto. Em seguida, encerra-se a discussão e passa-se à votação. **Resultado:** são aprovadas por unanimidade duas (2) emendas à despesa (Emendas nºs 1 e 2), relacionadas à inclusão de iniciativas, e vinte (20) emendas ao texto (Emendas nºs 3 à 22) ao PPA-2012-2015, na seguinte ordem: **1 –** Iniciativa **– Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); **2 –** Iniciativa **– Estruturação da rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); **3 –** Texto **– Inclui metas no programa 2037** – Programa: 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); **4 –** Texto **– Acrescenta parágrafo ao Art. 16**; **5 –** Texto **– Altera a redação do inciso I do art. 4º**; **6 –** Texto **– Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/raça** – Programa 2019: Inclusão de indicadores; **7 –** Texto **– Inclusão de indicador ao programa 2069** – Programa 2069: Inclusão de indicador; **8 –** Texto **– Modifica o objetivo 0619 do programa 2019** – Programa 2019: Bolsa Família; **9 –** Texto **– Trabalho, emprego e renda** – Programa 2071: Trabalho, emprego e renda; **10 –** Texto **– Inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do sistema único de saúde (SUS); **11 –** Texto **– Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); **12 –** Texto **– Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); **13 –** Texto **– Modifica o objetivo 0289 do programa 2071** – Programa 2071: Trabalho, emprego e renda; **14 –** Texto **– Modifica o objetivo 0619 do programa 2019** – Programa 2019: Bolsa Família; **15 –** Texto **– Inclui indicadores ao programa 2019 explicitando atendimento às mulheres, por grupo de cor/**raça – Programa 2019: Inclusão de indicado-

res; **16 –** Texto **– Modifica indicadores do programa 2071** – Programa 2071: Alteração de indicadores; **17 –** Texto **– Alteração de meta no programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra** – Programa 2029: Desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária; **18 –** Texto **– Cegonha – inclui metas ao objetivo 0715 do programa 2015** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); **19 –** Texto **– Modifica o objetivo 0619 do programa 2019** – Programa 2019: Bolsa Família; **20 –** Texto **– Trabalho, emprego e renda** – Programa 2071: Trabalho, emprego e renda; **21 –** Texto **– Modifica iniciativa 02QO do objetivo 0715 do programa 2015** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); **22 –** Texto **– Modifica iniciativa 02QR do objetivo 0715 do programa 2015** – Programa 2015: Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Usam da palavra os Senadores Humberto Costa, Jayme Campos e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as Notas Taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior desta Comissão.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da CAS ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN, Plano Plurianual da União para o período 2012-2015 no PPA.

É o seguinte o item a ser apreciado:

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO
Nº 29, DE 2011
EMENDAS AO PPA 2012-2015

"Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015".

Discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **Projeto de Lei nº 29/2011-CN**.

Relatoria: Senador Humberto Costa

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Foram recebidas 22 emendas.

Eu concedo a palavra ao ilustre Senador Humberto Costa para relatar as emendas, conforme já estão nas mãos de S. Exª.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, relato, aqui, o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as propostas de emendas a serem apresentadas ao PLN nº 29, de 2011, projeto de lei que institui o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Relatório.

Histórico.

A Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 22 propostas de emendas a serem apresentadas ao PLN nº 29, de 2011-CN, projeto de lei que institui o Plano Plurianual da União, para o período de 2012-2015, conforme a seguir discriminado:

Emendas PPA 2012-2015:

Emenda nº 1, da Senadora Vanessa Grazziotin:

Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde;

Programa: 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde;

Tipo de emenda: É uma iniciativa nova – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde.

Emenda nº 2, da mesma Senadora:

Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde;

Emenda nº 3, do Senador Paulo Paim:

Inclui metas no Programa 2037;

Programa: 2037 – Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, cujo objetivo é ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar.

Emenda nº 4, do Senador Paulo Paim:

Acrescenta parágrafo ao art. 16. O texto da lei é uma emenda modificativa;

Tipo de emenda: Texto da lei – modificativa.

Emenda nº 5, também do Senador Paulo Paim:

Altera a redação do inciso I do art. 4º;

Tipo de emenda: Texto da lei – modificativa.

Emenda nº 6, também do Senador Paulo Paim:

Inclui indicadores ao Programa 2019;

Programa: 2019 – inclusão de indicadores;

Tipo de emenda: De programa.

No caso do Senador Paulo Paim, S. Exª explicita atendimento às mulheres por grupo de cor/raça.

Emenda nº 7, também do Senador Paulo Paim:

Inclusão de indicador ao Programa 2069;

Programa: 2069 – Inclusão de indicador;

Tipo de emenda: De programa.

Emenda nº 8, do Senador Paulo Paim:

Modifica o Objetivo 0619 do Programa 2019, que é o Bolsa Família.

Tipo de emenda: É uma emenda de objetivo, para melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres.

Emenda nº 9, da Senadora Lídice da Mata:

Ementa: Trabalho, emprego e renda, no Programa 2071.

Tipo de emenda: É uma emenda de Objetivo 0869.

Também da Senadora Lídice da Mata a **Emenda nº10**:

Inclui metas ao Objetivo 0715, do Programa 2015;

Programa: 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde;

É uma emenda de objetivo.

Da Senadora Lídice da Mata a **Emenda nº 11**:

Modifica a iniciativa do Objetivo 0715, do Programa 2015, aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

Tipo de emenda: De iniciativa.

Da Senadora Lídice da Mata, **Emenda nº 12**:

Modifica iniciativa 02QR, do Programa 2071;

Programa: 2071 – Trabalho, emprego e renda;

Emenda de objetivo.

A **Emenda nº 14** também é da Senadora Lídice da Mata:

Modifica o Objetivo 0619, do Programa 2019, que é o Bolsa Família;

É uma emenda de objetivo.

A **Emenda nº 15** também é da Senadora Lídice da Mata:

Inclui indicadores ao Programa 2019, explicitando atendimento às mulheres por grupo de cor/raça;

Então, inclusão de indicadores;

É uma emenda de programa.

Emenda nº 16, da Senador Lídice da Mata, também:

Modifica indicadores do Programa 2071;

Programa: Alteração de indicadores;

É uma emenda de programa.

A **Emenda nº 17**, do Senador Cyro Miranda:

Propõe alteração de meta no Programa 2029 para incluir prioridade para mulheres e população negra;

2029 é um programa de desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária.

O tipo de emenda é de objetivo.

O Senador Cyro Miranda também apresenta a **Emenda nº 18**.

A emenda inclui metas ao Objetivo 0715, do Programa 2015, aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde;

A emenda é de objetivo.

A **19ª Emenda** também é do Senador Cyro Miranda:

Modifica o Objetivo 0619, do Programa 2019 – Bolsa Família;

Emenda de objetivo.

Emenda nº 20, do Senador Cyro Miranda;

Ementa: Trabalho, emprego e renda;

Programa: 2071 – Trabalho, emprego e renda;

É uma emenda de objetivo.

Emenda nº 21, também do Senador Cyro Miranda:

Modifica Iniciativa 02QO do Objetivo 0715 do Programa 2015;

Programa: 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde;

Emenda de iniciativa.

Emenda nº 22, do Senador Cyro Miranda, a última emenda:

Modifica Iniciativa 02QR do Objetivo 0715 do Programa 2015;

Programa: 2015 – Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde.

É uma emenda de iniciativa.

Análise das propostas.

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 97, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006-CN, pode apresentar até cinco emendas à despesa ao projeto em exame, não havendo limite para as emendas de texto.

Consoante o item 2, 3, 4 do parecer preliminar ao Projeto de Lei do PPA 2012/2015, considera-se emenda à despesa aquela relacionada à inclusão de iniciativas.

Quanto a esse ponto, vale ressaltar que apenas as Emendas de nºs 1 e 2 são relacionadas à inclusão de iniciativas, sendo as demais enquadradas como emenda ao texto.

A análise por nós empreendida focalizou o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito às regras constantes do parecer preliminar e da já citada Resolução nº 1, de 2006-CN.

Entendemos que as proposições em exame cumprem as exigências previstas nos citados normativos. Além disso, consideramos que todas as emendas apresentadas estão estritamente relacionadas à área de atuação desta Comissão, bem como estão revestidas de caráter institucional e representam inegável interesse nacional.

Voto do Relator.

Portanto, diante do exposto, votamos por que esta Comissão de Assuntos Sociais apresente as 22 emendas ao Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2012/2015, relacionadas no quadro constante do item 1.1 deste parecer.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Humberto Costa pelo belo relatório.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, às 10 horas eu tenho uma audiência com os povos indígenas, mas quero deixar o meu voto, acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE(Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, ou seja, a 44ª.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço ao Senador Humberto Costa.

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 58 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto, do dia dezesseis de novembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Vicentinho Alves, João Durval, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Clésio Andrade, Eunício Oliveira, Álvaro Dias, Paulo Bauer e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2010**. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio. **Autoria:** Senador Jayme Campos. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria "Ad hoc":** Senadora Ana Rita. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010, com a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 4 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2003**. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a recomposição de áreas de preservação permanente e da reserva florestal legal. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovada a Sugestão do Relator, quanto à alteração do despacho inicial da matéria. **ITEM 3 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2010**. Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência. **Autoria:** Senador José Bezerra. **Relatoria:** Senador Lindbergh Farias. **Relatoria "Ad hoc":** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto. Resultado: Aprovado Parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010. **ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006**. Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. **Autoria:** Senador Valdir Raupp. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Relatoria "Ad hoc":** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda, que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 55, DE 2011 – CAS**. Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2009, que Estabelece a duração máxima da jornada de trabalho do far-

macêutico, com a participação dos seguintes convidados: Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia, ABRAFARMA; Senhor Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA; Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos, FENAFAR; Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; e Representante do Conselho Federal de Farmácia. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº55, de 2011. **ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 54, DE 2011 – CAS.** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011 que "altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta". Segue, abaixo, relação de palestrantes a serem convidados: Senhor Carlos Eduardo Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronave da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC); Senhor Gelson Dagmar Fochesato, Comandante da Varig Linhas Aéreas e Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA); Senhor Ronaldo Juenkins de Lemos, Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); Senhor Nelson Riet Correa, Presidente do Conselho Consultivo de Ciências Aeronáuticas da ANAC e da Federação dos Aeroclubes do RS (FAERGS); Senhor Georges de Moura Ferreira, Prof. de Direito Aeronáutico Nacional e Internacional pela PUC-GO, Consultor da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer, Conselheiro da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves – APPA e Consultor da Associação Brasileira de Aeronaves Experimentais. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011.** Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e dá outras providências. **Autoria:** Deputada Sueli Vidigal. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatoria "Ad hoc"**: Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o Relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011.** Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie. **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 1 – Não TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 324, DE 2009**. Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências. **Autoria:** Senador Jefferson Praia. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009.** Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo de Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **Relatoria "Ad hoc":** Senador João Durval. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009 na forma do Substitutivo que apresenta; e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 324, de 2009, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo); e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009. **ITEM 8 – TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2011.** Revoga a alínea f do art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de excluir a embriaguez habitual ou em serviço como causa para a rescisão do contrato de trabalho pelo empregador. **Autoria:** Deputado Roberto Magalhães. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº12, de 2011, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 9 – TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 193, DE 2003.** Acrescenta parágrafo ao artigo 166 e altera a redação dos artigos 167 e 193, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre as medidas de segurança e de proteção individual contra os riscos de acidentes do trabalho, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº193, de 2003, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **ITEM 10 – TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DE DIS-**

CUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 615, DE 2007. Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, para proibir o uso de informações constantes dos cadastros das agências de proteção ao crédito e afins, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho e dá outras providências. **Autoria:** Senador Marcelo Crivella. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 283, DE 2008**. Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril 1995, que "proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho", para definir ações e crimes resultantes de discriminação na relação de trabalho. **Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Resultado:** O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 615, de 2007, é dado como definitivamente adotado, no Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **EXTRAPAUTA – ITEM 19 – REQUERIMENTO Nº 52, DE 2011-CAS**. Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, c/c o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o senhor CARLOS LUPI, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para, em audiência pública nesta Comissão de Assuntos Sociais, prestar os devidos esclarecimentos sobre as matérias publicadas pelas revistas VEJA e ISTOÉ, em suas edições nº 2.243 e nº 2.192, respectivamente, que tratam sobre esquemas de corrupção no Ministério do Trabalho e Emprego. **Autoria:** Senador Alvaro Dias, subscrito pelas Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Rita e pelo Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 20 – REQUERIMENTO Nº 53, DE 2011-CAS**. Requer, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso V, e artigo 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Senhor Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para em audiência nesta Comissão de Assuntos Sociais, prestar esclarecimentos sobre as denúncias que faz a edição 2243 da revista Veja, sobre o suposto desvio de recursos públicos de programas de qualificação profissional e sua relação com o empresário Adair Meira, dono da Fundação Pró-Cerrado e da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (RENAPSI). **Autoria:** Senadoras Ana Amélia, subscrito pela Senadora Ana Rita e pelo Senador Eduardo Suplicy. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 21 – REQUERIMENTO Nº 56, DE 2011-CAS.** Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao Requerimento aprovado na Comissão de Assuntos Sociais – CAS, para realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2009, que Estabelece a duração máxima da jornada de trabalho do farmacêutico, a inclusão do seguinte convidado: Sr. Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. **Autoria:** Senadora Lidice da Mata. **Resultado:** Aprovado o Requerimento nº 56, de 2011 – CAS, em aditamento ao Requerimento nº 55, de 2011 – CAS. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Itens 6, 11, 15, 16, 17 e 18. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Humberto Costa, Álvaro Dias, Eduardo Suplicy, João Durval, Waldemir Moka, Ana Rita, Ana Amélia e a Deputada Elcione Barbalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. e Srªs Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Hoje teremos 18 itens na pauta, sendo 7 não terminativos e 11 terminativos. Um item extrapauta. Dentre os 19 itens, três em turno suplementar.

Quero registrar a presença da ilustre Senadora Ana Amélia, que chegou no horário britânico, como sempre faz, não só na Comissão, como também no plenário da Casa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Horário gaúcho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Horário gaúcho, como ela bem disse aqui.

Queria fazer apenas um comentário em relação a uma matéria que saiu esta semana no jornal *Zero Hora*, que fala que os remédios comercializados no Brasil estão entre os mais caros do planeta. Foram comparados os preços dos medicamentos em relação

a outros sete países, muitos com poder aquisitivo superior ao Brasil. A pesquisa mostra que o consumidor brasileiro é o que paga mais. No Brasil, paga-se sete vezes mais do que em Portugal, por exemplo.

Os fatores apontados para essa diferença são: altos preços cobrados pela indústria farmacêutica, fiscalização ineficiente, excesso entre a linha de produção e o balcão da farmácia e carga tributária elevada, o Governo chega a cobrar 40% do preço final dos medicamentos. Esta cadeia perversa acaba agravando doenças e aumentando o sofrimento de muitos brasileiros, principalmente os doentes e consumidores de baixa renda.

O País conseguiu avançar quando colocou no mercado os genéricos, com preços mais acessíveis, mas o alcance ainda é muito restrito, porque só há produtos disponíveis em casos específicos.

Reduzir o valor dos impostos dos medicamentos e aumentar a fiscalização são contribuições importantes e urgentes para baratear o preço dos remédios e aumentar o cuidado com a qualidade de vida do povo brasileiro.

Desta forma, Senadoras Ana Amélia e Ana Rita, é verdade que o Brasil é um dos países que mais praticam preços caros em relação aos medicamentos, isso torna quase impossível à população de baixa renda comprar, no momento mais difícil e crítico de sua vida, como em casos de saúde.

Nesse caso, penso que o melhor encaminhamento seria o Governo Federal reduzir a carga tributária, os impostos, os tributos, que estão acima da média de qualquer país do planeta. Creio que o Brasil tem tudo para começar a fazer uma política tributária, reduzindo os impostos sobre os medicamentos, o que também é muito importante para o bem-estar do povo brasileiro.

Gostaria aqui de iniciar a pauta do dia, mas também falar sobre a *Folha de S.Paulo*, que comenta que os hospitais públicos do País perdem em qualidade, graças à dificuldade da gestão.

Isso é um assunto discutido exaustivamente aqui nesta Comissão, diante das denúncias e de matérias que têm saído na imprensa de circulação nacional de que a gestão, lamentavelmente, é precária na maioria dos hospitais de nosso País. Isso tem trazido transtorno e prejudicado sobremaneira a população brasileira.

É uma matéria muito interessante, feita com o Dr. Paulo Chap Chap, Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio-Libanês. Ele faz um belo comentário, aqui, mostrando, quase comprovando, que realmente não é só falta de recursos, mas, acima de tudo, é a questão de uma boa gestão, para um bom funcionamento e atendimento dos hospitais públicos de nosso País.

Temos aqui vários itens, e gostaria de iniciar com o item 1 da pauta.

Antes, vou reler requerimento da Senadora Ana Amélia e do Senador Alvaro Dias. Daqui a pouco lerei, porque está faltando quórum, ainda.

Vamos ler o item 2 da pauta, decisão não terminativa, página 69.

ITEM 2
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2010

Acrescenta o inciso XVIII ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.

Autoria: Senador Jayme Campos

Relatoria: Senador Lindbergh Farias

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações: A matéria constou na pauta da reunião do dia 09/11/2011, sendo adiada a sua apreciação;

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – **CDH,** em decisão terminativa.

Queria solicitar à ilustre Senadora Ana Rita, se possível, relatar, como relatora *ad hoc*, o item 2 da pauta, página 69.

Quero conceder a palavra à senhora, para que possa proferir o seu relatório, *ad hoc*. Nesse momento, lamentavelmente, não está presente o Senador Lindbergh e V. Exª, com certeza, poderá relatar, *ad hoc*, para darmos bom andamento aos trabalhos desta Comissão.

Com a palavra, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente, é com um prazer muito grande que faço a relatoria, *ad hoc*.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 174, de 2010, de iniciativa do Senador Jayme Campos, trata da possibilidade de saque dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para financiar obras ou reformas em imóvel próprio com o objetivo de oferecer maior acessibilidade ao trabalhador e aos seus dependentes com deficiência.

Segundo o autor da proposta, a grande motivação do projeto de lei em análise reside na série de cuidados e nos elevados custos financeiros, impostos pela necessidade de uma estrutura habitacional que proporcione o mínimo de bem estar às famílias que possuem integrantes com deficiência.

A matéria foi distribuída às Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, esta última em decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

ANÁLISE

Não existem óbices no que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade do projeto em questão.

Quanto ao mérito, sabe-se que a constituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) está fundamentada em três pilares: indenização em casos de desemprego involuntário; aposentadoria ou morte; e instrumento no âmbito da política habitacional (aquisição da casa própria).

A Lei nº 8.036, de 1990, em seu art. 20, traz as possibilidades de movimentação da conta vinculada do FGTS. A intenção do legislador foi a de delimitar as modalidades de saque, para evitar o comprometimento tanto do suporte financeiro do trabalhador em casos de cessação ou diminuição do fluxo de renda (em decorrência de situações de desemprego, aposentadoria ou morte), quanto da acumulação de recursos para aplicações nas áreas de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Por essa razão, vários são os projetos de lei prevendo novas hipóteses de saque do FGTS que acabam recebendo forte oposição, haja vista uma demandada cautela na análise de propostas que visem ampliar esse rol. Contudo, entendo que não seja este o caso da presente proposta.

Ora, a possibilidade de uso dos recursos do FGTS para pagamento de melhorias arquitetônicas nos lares que possuam pessoa com deficiência constitui mera decorrência da aquisição de casa própria, que é um instrumento de política habitacional, a qual, como já dito, constitui um dos objetivos centrais do FGTS.

Para o caso da pessoa com deficiência, a garantia da acessibilidade do imóvel próprio representa elemento intrínseco à satisfação da política habitacional. De que adiantará adquirir um imóvel e não poder ter uma vida independente quando nele habitar? Portanto, no caso da pessoa com deficiência, a política habitacional somente se perfaz com a garantia da acessibilidade do imóvel adquirido.

Aliás, a garantia da acessibilidade, com a finalidade de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, está prevista nos artigos 9 e 19 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008.

Por isso, gostaria de parabenizar o Senador Jayme Campos pela iniciativa para permitir a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço do trabalhador que necessite executar projeto de acessibilidade em imóvel próprio.

Assim, por todo o exposto, sou favorável à aprovação do PLS 174/2011. Faço apenas uma ressalva no que diz respeito à adequação do termo "portadores de necessidades especiais" à expressão "pessoa com deficiência", conforme conceituado no artigo 1 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que ingressou no ordenamento jurídico brasileiro com *status* constitucional.

Voto

Em vista do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2010:

Art. 1º – O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XVIII:

"Art. 20

XVIII – para realização de obras ou reformas em imóvel próprio, com o objetivo de dar acessibilidade ao trabalhador ou a seus dependentes que seja pessoa com deficiência, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS."

Sala da Comissão, Senador Lindbergh, que foi o autor do relatório, e, como Senadora, *ad hoc*, também sou favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Rita, como também agradeço, de forma toda especial, ao Senador Lindbergh Farias, por ter acatado meu projeto e relatado de forma favorável, sobretudo da sua demonstração de ser também um homem cristão, que pensa nas pessoas, como ele bem disse aqui, com deficiência.

Esse projeto é meritório, no meu modo de pensar, pois vai permitir às famílias que, eventualmente, tiveram a tragédia de ter um pai, um filho, uma mãe ou um irmão, com problema na casa, e poder tirar todo o seu Fundo de Garantia para melhorar essa questão da habitação, da acessibilidade, como rampas, banheiros, etc. Enfim, é um projeto que considero importante, na medida em que vai permitir que, naturalmente, alguns milhões de brasileiros que, lamentavelmente, não tiveram acesso a esse recurso, o tenham.

Diante disso, aprovado, poderão retirar do Fundo de Garantia e aplicar na sua moradia.

Em discussão o projeto.

Para discutir, Senadora Ana Rita. Com a palavra V. Exª.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Jayme Campos, gostaria de parabenizar V. Exª pela iniciativa do projeto. É fundamental que as pessoas que têm casa própria e que têm pessoas com deficiência em suas famílias, especialmente cadeirantes, tenham acessibilidade, porque isso assegura, não só às famílias, mas, particularmente, à pessoa que tenha alguma deficiência, uma melhor qualidade de vida.

Eu também me inscrevi para fazer um comentário, Senador, que muito nos alegra, porque a visão de que precisamos adequar a mobilidade para atender melhor às pessoas com deficiência já está, de certa forma, sendo atendida pelos Municípios, pelo Poder Público. Essa consciência de que é preciso adaptar as moradias populares para atender às famílias que têm pessoas com deficiência já é uma política que está sendo apropriada pelo Poder Público. Aí, eu quero citar, por exemplo, Minha Casa, Minha Vida e outras iniciativas de moradia popular executadas pelos Municípios, que têm destinado um percentual mínimo de moradias para atender às pessoas com deficiência. Eu quero citar o exemplo da Prefeitura Municipal de Vitória, na qual trabalhei durante os últimos cinco anos, em que um percentual das moradias em áreas populares, em áreas de risco social é feito completamente adaptado, com todo acesso, com todas as condições para receber as pessoas que têm alguma deficiência, particularmente a deficiência física. Eu me recordo de uma solenidade de entrega, em que uma família, cujo chefe era um cadeirante, morava no alto do morro e, para poder sair para ir ao médico ou para poder ter condição de sair de casa até mesmo para o lazer, precisava ser levado pelos vizinhos. No dia em que as casas foram entregues, ele foi o primeiro a ser beneficiado com uma casa adaptada. E a emoção dele e de toda sua família foi muito forte, o que contagiou todos os presentes. Isso mostra que essa é uma política importante e necessária que precisa ser ampliada.

Diante disso, parabenizo V. Exª pela iniciativa. Com certeza, muitas famílias serão beneficiadas com essa iniciativa, com esse projeto de lei, porque leva o Poder Público e mesmo a iniciativa privada, a adotarem, nos seus empreendimentos, casas adaptadas. Na verdade, a iniciativa do senhor favorece aquelas famílias que já têm a sua moradia e que, porventura, passaram a ter uma pessoa com deficiência em função de algum problema. Dessa forma, elas terão condição de resgatar parte do FGTS para poder fazer melhoria na sua casa. Então, parabéns, Senador. Iniciativas como esta merecem todos os nossos elogios.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª por suas palavras bondosas e generosas. Na verdade, políticas públicas como esta têm de ser desenvolvidas por parte do Poder Executivo. Cabe a nós, legisladores, realmente, fazer com que as leis sejam aprovadas e colocadas em favor da sociedade brasileira.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da mesma forma, Senador Jayme Campos, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa, até porque a existência de um estatuto para a pessoa portadora de deficiência só tem sentido quando políticas e medidas práticas são adotadas para beneficiar essas pessoas ou as suas famílias. Então, a legislação existe, mas ela só tem validade quando ela sai do papel e a pessoa sente a eficácia dessas medidas. Então, penso que essa iniciativa de V. Exª, relatada com propriedade pelo Senador Lindbergh, com relatoria *ad hoc* da nossa competente colega Ana Rita, é exatamente no sentido de dar aplicabilidade prática a uma disposição que existe, com recurso do próprio cidadão, que ele vai disponibilizar para melhorar as condições de vida. Não é dinheiro novo, não é gasto adicional; é dinheiro que pertence à própria família do cidadão portador de necessidade especial ou, agora, como diz a nossa convenção, pessoa com deficiência.

Então, cumprimentos à iniciativa do caro Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como não há mais quem queira discutir, vamos suspender temporariamente a discussão e vamos para outra fase, com a leitura de outro projeto, aguardando número suficiente regimentalmente para ser aprovado, mesmo não sendo em caráter terminativo.

Passaremos ao item 4.

Temos a presença do Senado Moka.

O item 4 está na página 90, com decisão não terminativa.

ITEM 4
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2003

Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para recomposição de áreas de preservação permanente da reserva florestal legal, de autoria do Senador Valdir Raupp e que tem como Relator o Senador Waldemir Moka.

Observações: A matéria foi distribuída para a Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Em 20/10/2011, esta Presidência recebeu o Ofício nº 244, de 2011, da lavra do Senador Waldemir Moka, Relator da matéria, solicitando providências que passo a ler:

A matéria constou na pauta da reunião de 09/11/2011, sendo adiada a sua apreciação.

Eu gostaria de ler, aqui, o Ofício do Senador Waldemir Moka:

Sr. Presidente, cumprimentando V. Exª, sugiro oficiar ao Presidente do Senado Federal, no sentido de rever a distribuição do Projeto de Lei do Senado, PLS nº 191, de 2003, encaminhando para análise desta Comissão de Assuntos Sociais, do qual sou Relator, em virtude da Resolução nº 1, de 2005, do Senado Federal, que criou a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Toda competência regimental referente ao tema meio ambiente foi transferida da CAS para a CMA. Embora o PLS nº 191, de 2003, tenha sido desarquivado em março deste ano, continuou a tramitar seguindo no despacho inicial de 2003, qual seja a audiência da CAS e, posteriormente, da Comissão de Assuntos Econômicos sem decisão terminativa.

Antecipadamente, envio agradecimento pela atenção dispensada.

Senador Waldemir Moka.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senador Valdir Raupp, originariamente, é anterior a essa decisão do Senado, qual seja da criação da Comissão de Meio Ambiente e trata de incentivos fiscais em relação a florestas. Então, esse projeto, antes da criação da Comissão, a matéria meio ambiente era avaliado o mérito aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. Então, estou pedindo que V. Exª, depois de ouvir o Presidente do Senado, encaminhe para a Comissão de Meio Ambiente, onde penso lá, será dado um parecer sobre o mérito.

É essa a minha decisão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exº, Senador Waldemir Moka.

Vamos suspender, inclusive, a discussão dessa matéria, tendo em vista a falta de quórum, na medida em que há um trâmite que terá que ser cumprido por esta Comissão. Então, vamos suspender temporariamente a discussão desta matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se V. Exª quiser, posso ler, inclusive, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode sim, perfeitamente. Não tem relatório, não tem relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não tem mesmo, tem só a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Salvo melhor juízo, se V. Exª quiser ler a justificativa, todavia, regimentalmente, não se faz necessário.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só insisto que, se qualquer Senador ou Senadora olhar o projeto, vai perceber que é um projeto cujo mérito merece ser apreciado pela Comissão de Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Sem sombra de dúvida.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só por isso é que estou oficiando a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só não consulto os membros desta Comissão, diante do quórum, porque, pelo encaminhamento de forma regimental desta Comissão, eu teria que consultar o Plenário para ver se concorda com a sugestão do eminente Senador Waldemir Moka. Essa é a fase regimental.

Daqui a pouco, entraremos nesse processo de discussão.

Vamos ao item 3, página 81, decisão não terminativa.

ITEM 3
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, 2010

Altera o art. 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência.

Autoria: Senador José Bezerra
Relatoria: Senador Lindbergh Farias
Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações: Em 09/11/2011, a matéria constou na pauta, sendo adiada a sua apreciação.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decisão terminativa.

Tendo em vista que não está presente, ainda, o ilustre Senador Lindbergh Farias, consulta a Senador Vanessa Grazziotin sobre se poderia relatar *ad hoc* a matéria nesta Comissão. É página 81, Item nº 3. Gostaria de consultar V. Exª se pode relatar *ad hoc*.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Posso, sim senhor. O que o senhor pede é uma ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª a bondade, como sempre.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Parecer ao Projeto de Lei do Senado nº 2.69/2010 de autoria do Senador José Bezerra.

Altera o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para facultar às empresas substituir a contratação de empregados pelo patrocínio de atletas portadores de deficiência.

Relatório:

É submetido à apreciação desta Comissão o projeto que já li, que altera...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se V. Exª quiser entrar na fase seguinte.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sim.

Que altera a legislação previdenciária para permitir que as empresas obrigadas a admitir, em seus quadros, um percentual de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas possam substituir essa obrigação pelo patrocínio de atletas com deficiência.

Como V. Exª já disse, posteriormente o projeto irá à CDH.

A análise do projeto, Sr. Presidente, em relação à constitucionalidade é perfeito, correto.

Entretanto, analisando o mérito, firmamos posição contrária à aprovação da matéria. O cuidado e a atenção dispensados às pessoas com deficiência precisa ser objeto de medidas de apoio prático e iniciativas legislativas em diversos campos do direito. É preciso instituir um sistema diversificado, que contemple todas as formas de inclusão e que considere o contexto econômico, social e cultural amplo. Eventuais dificuldades não devem arrefecer o nosso ânimo e é preciso, sempre, identificar quais são as reais demandas geradas por esses problemas e, então, criar novas alternativas de construção da cidadania desse segmento da população.

Dentro dessa linha de pensamento, as dificuldades de inclusão das pessoas com deficiência, no trabalho, não devem servir de argumento para canalizar recursos para atividades desportivas. O ambiente de trabalho e as relações de emprego ainda são espaço de extrema relevância para as políticas sociais de discriminação positiva das pessoas com deficiência.

O ambiente esportivo, por sua vez, é circunscrito àqueles que têm condições físicas para tanto, ou seja, muito embora o desporto tenha papel fundamental na construção da cidadania das pessoas com deficiência, a sua profissionalização atinge um universo restrito e, portanto, para as demais pessoas, a política pública de fomento ao emprego em geral tem maior campo de influência. O trabalho no comércio, na indústria e nos serviços oferece uma gama imensa de possibilidades para as pessoas com deficiência, com condições adaptáveis às demandas específicas de cada pessoa.

Então, embora reconheçamos a validade dos argumentos expostos pelo autor e os nobres objetivos que nortearam a apresentação da proposta, entendemos que as políticas de inclusão das pessoas com deficiência, no âmbito dos esportes paraolímpicos, podem ser implementadas de outras formas mais vantajosas para os beneficiários. Não precisamos abrir mão dos percentuais reservados pela legislação previdenciária, no mercado de trabalho, para reabilitados e pessoas com deficiência.

Voto:

À vista do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2010.

> Aqui, Sr. Presidente, quero cumprimentar o Senador Lindbergh não só pelo relatório, mas pelo eficientíssimo trabalho que tem feito para as pessoas portadoras de necessidades especiais, com deficiência. S. Exª preside uma Subcomissão desta Casa e parece que não redigiu o relatório na primeira pessoa talvez já prevendo que alguém o leria. Enfim, "optamos pela rejeição". De fato, creio que está corretíssimo.

O outro registro, Sr. Presidente, é que o Brasil, neste momento, é o primeiro colocado no *ranking* de medalhas dos jogos para-olímpicos, do Panamericano Para-olímpicos, o que quer dizer que já estamos colhendo os frutos desse grande esforço que vem sendo feito no País para a inclusão das pessoas com deficiência. Agora, como disse o Senador Lindbergh: trocar, poder substituir, a obrigatoriedade de contratação de pessoas por patrocínio do esporte penso que não é um bom caminho. Acho que a gente deveria colocar outra obrigação às empresas que, afinal de contas, são as que mais ganham e têm um nível de lucratividade no Brasil fantástico e fenomenal, não é, Presidente?

É o relatório.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A matéria, daqui a pouco, entrará em fase de discussão, já que estamos aguardando o número de assinaturas para cumprirmos o Regimento nesta Comissão.

Nós temos aqui vários itens. Item 12.

Consulto a Senadora Ana Amélia se pode relatar para nós a matéria, Item 12, página 164.

V. Exª, como sempre, eficiente até na rapidez e velocidade que dá à sua leitura.

ITEM 12
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006

Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador João Vicente Claudino.

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações:

– Em 17/08/2011, a matéria é retirada de pauta a pedido do Relator para reexame do relatório;

– Em 18/10/2011, foi recebido novo relatório do Senador João Vicente Claudino;

– A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 26/10/2011 e 09/11/2011, sendo adiada a sua apreciação;

– A votação nominal será nominal.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para relatar *ad hoc* esta matéria, que é o item 12, página 164, de caráter terminativo.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para relatar *ad hoc* o projeto.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, vou diretamente à análise desta matéria que, aliás, já é bem extensa.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado, compete à Comissão dar parecer sobre o projeto de lei.

Alterações promovidas na legislação de regência do seguro-desemprego inserem-se no campo do Direito do Trabalho e da Previdência Social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

O projeto de lei em análise teve como inspiração matéria jornalística, publicada pelo jornal *Estado de Minas*, em que se informou que boa parte dos beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS/Pasep sequer sabe que tem direito ao pagamento do abono salarial anual.

Tal situação perdura até hoje com pequena flutuação na variação percentual dos que deixam de receber o abono salarial, fixando uma média nacional de 5%, o que representa aproximadamente um milhão de participantes.

Trata-se, portanto, de número expressivo de trabalhadores que deixam de acessar o benefício em virtude de desinformação, desatenção ou simplesmente desconhecimento desse direito.

Segundo notícias divulgadas, foram injetados na nossa economia, nos últimos dias, cerca de R$3 bilhões, com o início do calendário 2011/2012 do pagamento do abono salarial. O benefício de um salário mínimo (R$ 545,00) foi depositado em conta de poupança da Caixa Econômica Federal ou conta social para cerca de 5,5 milhões de trabalhadores.

No total, 19.979.814 trabalhadores têm direito a receber o abono salarial neste exercício, com dispêndio de cerca de R$10,9 bilhões para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O pagamento aos demais identificados neste exercício começa no dia 10 de agosto de 2011, nas agências do Banco do Brasil, e no dia 11, na Caixa Econômica Federal.

A data para sacar o benefício varia de acordo com o mês de aniversário do beneficiário, no caso dos trabalhadores cadastrados no Programa de Integração Social (PIS), ou pelo final da inscrição no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Púbico (Pasep).

Como se sabe, após encerrado o calendário de pagamentos, os recursos destinados ao pagamento do abono salarial e dos rendimentos acabam retornando à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Essa é uma consequência lógica que está regulamentada na Resolução Codefat nº 668, de 28 de junho de 2011, que "disciplina o pagamento do abono salarial referente ao exercício de 2011/2012".

É o que se conclui da análise do art. 7º, *verbis:*

"Art. 7º. O agente pagador prestará contas dos recursos recebidos, devolvendo, até 01.08.2012, o eventual saldo de recursos, apresentando a documentação pertinente até 31.08.2012.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo estabelecido, o saldo de recursos será remunerado conforme disposto no § 2º do art. 5º desta Resolução.

Como se depreende do disposto em tela, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil são meros agentes pagadores. O FAT apenas aloca os recursos para o pagamento do benefício. Na hipótese de o abono não ter sido sacado pelo beneficiário no prazo estabelecido no cronograma, os recursos deverão retornar à origem.

Assim resta saber se o trabalhador que implementou as condições de acesso ao benefício poderá sacá-lo mesmo após o prazo final instituído no cronograma (exercício atual, 29 de junho de 2012).

A recusa dos agentes públicos em permitir o saque do abono pelo trabalhador após o término do

exercício financeiro gera uma pretensão de natureza econômica, ou, por outros termos, um direito subjetivo patrimonial. Assim sendo, a matéria submete-se à prescrição, e não à decadência, razão pela qual acertada a redação proposta pelo eminente autor.

Argumente-se ainda que o abono devido ao trabalhador tem origem constitucional, conforme definido no § 3º do art. 239 da Constituição, *verbis*:

> Art. 239..... .....
> *(...)*
> *§ 3º Aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público até dois salários mínimos de remuneração mensal é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição.*

Nem a norma Constitucional, nem mesmo a Lei nº 7.998, de 1990, estabelecem prazo prescricional específico, embora tal matéria seja regulada por resolução do Codefat, o que nos parece impróprio do ponto de vista jurídico.

Todavia, a Constituição estabelece no inciso XXIX do art. 7º da Constituição um prazo de dois anos para que o trabalhador possa reclamar seus direitos trabalhistas após a extinção de seu contrato de trabalho. Assim, adotamos, por similitude, idêntico prazo para que o trabalhador possa requerer o pagamento do abono salarial anual restrito aos dois últimos exercícios.

Alargar indefinidamente o prazo prescricional comprometeria as aplicações regulares do FAT e poderia também estimular fraudes ao sistema, o que não é desejado por ninguém.

Assim, adequamos a legislação, até para deixar claro ao trabalhador que ele pode receber os valores atrasados até o limite de dois anos, o que é uma medida justa e administrável no âmbito do FAT. Não sendo percebido o benefício na data aprazada, o trabalhador saberá que tem o direito de recebê-lo no prazo de até dois anos, de acordo com resolução específica do Codefat, disciplinando o pagamento de benefícios de exercícios anteriores.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2006, com a seguinte emenda:

> Dê-se ao parágrafo único do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, alterado pelo art. 1º do PLS nº 61, de 2006, a seguinte redação:
>
> *Art. 9º*
>
> ....
>
> Parágrafo único. No caso de beneficiários integrantes do Fundo de Participação PIS-Pasep, serão computados no valor do abono salarial os rendimentos proporcionados pelas respectivas contas individuais e o direito ao benefício prescreverá após dois anos, acumulando-se anualmente, regulando-se o pagamento de benefícios não acessados nos termos do calendário anual, por resolução específica do Codefat.

Esse é o voto, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ana Amélia, desculpe. Nós vamos aguardar um pouco para entrarmos na fase de discussão dessa matéria, na medida em que estão faltando duas assinaturas para completarmos. Vamos aguardar e daqui a pouco nós vamos discutir.

Aqui tenho o Item 5, com a presença da valorosa Senadora Lídice da Mata. Trata-se de um requerimento.

ITEM 5
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CAS

Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais – CAS, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2009, que estabelece a duração máxima da jornada de trabalho do farmacêutico, com a participação dos seguintes convidados:

– Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácia – Abrafarma;

– Senhor Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;

– Representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos – FENAFAR;

– Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; e

– Representante do Conselho Federal de Farmácia.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Presidente Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias, Abrafarma; Sr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea; representante da Federação Nacional dos Farmacêuticos; representante do Ministério do Trabalho e Emprego; e representante do Conselho Federal de Farmácia. Autoria: Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra a V. Exª, Senadora Lidice, para nós fazermos o encaminhamento dessa matéria. Certamente, é importante que V. Exª se manifeste em relação ao seu requerimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, meus caros companheiros de trabalho, Srs. Senadores, na verdade, esse requerimento vem no sentido de nós estimularmos o debate e o esclarecimento da questão, já que tenho a relatar um projeto de lei que estabelece a diminuição da carga de trabalho atual dos farmacêuticos brasileiros. Mesmo tendo muita simpatia pela causa, acho que é de extrema importância que nós possamos ouvir os diversos segmentos envolvidos, tanto os representantes dos farmacêuticos quanto do comércio de farmácias do Brasil, da Associação Brasileira de Redes de Farmácias, representantes do Ministério do Trabalho e Emprego e representantes do Conselho Federal de Farmácia.

É com esse objetivo que peço o apoio para que possamos aprovar esse requerimento e viabilizar essa importante audiência pública que venha a auxiliar a informação e a formação de uma opinião desta Comissão.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só para efeito de informação à Senadora Vanessa Grazziotin, nós ainda não estamos em fase de discussão e estamos aguardando mais uma assinatura. Mas agora acho que já permite. Se V. Exª quer discutir o requerimento, com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Na realidade, eu só quero cumprimentar a Senadora Lídice da Mata pela iniciativa de realizarmos aqui, no âmbito do Senado, esse debate importante acerca da jornada de trabalho dos profissionais farmacêuticos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como V. Exª, não é?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. E eu aqui não falo nem como Senadora, mas como profissional farmacêutica que sou, lembrando que a gente tem debatido esse assunto relativo a todas as categorias no âmbito da saúde, e de não menos importância é também a questão dos farmacêuticos.

Entretanto, em relação a esses profissionais, Sr. Presidente, há um elemento a mais, que é a sua alta inserção no mercado de trabalho através da iniciativa privada.

É um debate importante. Afinal de contas, são profissionais da mais extrema importância dentro do Sistema Único de Saúde e do sistema de saúde brasileiro.

Cumprimento a Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, concordar com a iniciativa da Senadora Lídice da Mata. E aí um questionamento à própria Senadora Lídice da Mata e também à Senadora Vanessa Grazziotin, cuja formação também é de farmacêutica: em várias universidades, em várias faculdades o curso é de farmácia e bioquímica. Eu tenho comigo que talvez, não sei se atingiria, devêssemos ampliar o termo para farmácia e bioquímica, porque vários profissionais têm três anos de farmácia e mais um ano de bioquímica. Mas esse profissional atua, basicamente, na profissão de farmacêutico. São chamados de farmacêuticos e bioquímicos. Se V. Exª concordar e isso não for criar nenhum tipo de problema na audiência, eu queria sugerir que a gente ampliasse o termo para farmácia e bioquímica. O profissional pode ser farmacêutico e bioquímico. Mas eu queria consultar a Senadora Vanessa, que é da área.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Moka, de fato, V. Exª tem razão. Há uma polêmica muito forte em relação a isso. Apenas um dos cursos é de farmácia e bioquímica. Nós tivemos uma mudança curricular profunda há alguns anos e todos eles, independentemente da opção e da área em que queiram seguir trabalhando, seja de bioquímica, seja de alimentos, área de medicamentos, da assistência farmacêutica, todos são farmacêuticos, Senador Moka. Essa, inclusive, é a denominação do projeto. Os farmacêuticos abrangem os bioquímicos. É a mesma coisa com o médico. O médico tem o pediatra, o oftalmologista. Na área da Farmácia, é a mesma coisa. Bioquímica é apenas uma das partes. Infelizmente, a visão que se tem é que quase todo farmacêutico é bioquímico, por conta da não valorização das outras áreas que considero tão importantes ou até mais importantes. Por exemplo, a área de medicamentos é a principal, a primordial, não a Bioquímica para os profissionais farmacêuticos.

Acho que deixamos do jeito que está, Senador Moka, porque abrange todos, inclusive os bioquímicos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Era só uma sugestão, mas concordo com a argu-

mentação da Senadora Vanessa. Lá, no meu Estado, o curso é Farmácia e Bioquímica e muitos...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Na Bahia, também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Muitos cursam apenas três anos e têm um título de farmacêuticos. Aqueles que completam o curso são farmacêuticos e bioquímicos.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Na Bahia, são farmacêuticos e bioquímicos. Eles cursam cinco anos.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É o seguinte, Senador Moka: antigamente, eram cinco anos Farmácia e Bioquímica e quatro anos Farmácia. Agora, são cinco anos só Farmácia e mais um ou dois anos de qualquer outra habilitação. Então, o curso mínimo de Farmácia são cinco anos, uma cadeia única, e depois a complementação para qualquer outra área, ou especialidade em Bioquímica ou especialidade em medicamentos ou em qualquer outro que seja...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Em alimentos.

Farmácia abrange tudo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tudo.

Daqui a pouco, vamos entrar em processo de votação. Estamos aguardando apenas uma assinatura, mas vamos votar o requerimento de V. Exª, Senadora Lídice da Mata. Daqui a pouco, vamos entrar em processo de votação. Está faltando apenas uma assinatura, porque precisamos de pelo menos nove. Só falta um... São onze.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Se o Senador Moka tiver alguma contribuição para alguma outra entidade que não está prevista na nossa audiência, que envolvesse só os bioquímicos, não teria problema para mim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não. Como a Senadora Vanessa está dizendo, todo farmacêutico, pelo que entendi, é bioquímico. Todo bioquímico também tem de ser farmacêutico. Os bioquímicos devem ter uma associação, mas acho que isso é desnecessário, diante da argumentação da Senadora Vanessa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Vamos suspender daqui a pouquinho. Estamos em processo de votação.

Item 7 da pauta, na página 116.

Já se encontra aqui o ilustre Senador Vicentinho Alves.

ITEM 7

Requerimento, nos termos regimentais, para realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011 que altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.

Segue, abaixo, relação de palestrantes a serem convidados:

Sr. Carlos Eduardo Pellegrino – Diretor de Operações de Aeronave da Agência Nacional de Aviação Civil – Anac; Sr. Gelson Dagmar – Comandante da Varig Linhas Aéreas e Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Sr. Ronaldo de Lemos – Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Sr. Nelson Correa – Presidente do Conselho Consultivo de Ciências Aeronáuticas da ANAC e da Federação dos Aeroclubes do Rio Grande do Sul; Sr. Georges de Moura Ferreira – Professor de Direito Aeronáutico Nacional e Internacional pela PUC, Consultor da Associação Brasileira de Táxis Aéreos – ABTAer, Conselheiro da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Consultor da Associação Brasileira de Aeronaves Experimentais.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.

Concedo a palavra a V. Exª, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse nosso requerimento é sobre o projeto de autoria do Senador Blairo Maggi, regulamentando a jornada de trabalho dos aeronautas. Nada melhor que uma audiência pública para ouvir essas pessoas que V. Exª acaba de citar e que representam vários segmentos envolvidos nesse projeto.

De modo que solicito apoio dos nobres Senadores e das nobres Senadoras no sentido de que possamos, efetivamente, ter essa audiência pública para que possamos condensar os melhores encaminhamentos e, assim, procurar fazer um bom relatório no sentido de regulamentarmos a jornada de trabalho dos aeronautas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Vicentinho Alves. Daqui a pouco vamos votar não só o requerimento de V. Exª, como também outros requerimentos que já foram lidos, aguardando apenas uma assinatura para cumprirmos o número regimental de assinaturas para votação de projetos não terminativos, como também de outros requerimentos.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, só para uma orientação. Caso seja aprovado

o nosso requerimento, para este ano ainda é possível haver audiência pública ou para o ano que vem?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para início de dezembro será possível, conforme informação da Secretaria da Comissão aqui, da Drª Dulcídia, fazer essa audiência pública, para que V. Exª também possa, naturalmente, emitir o seu parecer em relação a esse projeto de lei.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Item 13, do Senador Mozarildo Cavalcanti, página 172, decisão terminativa.

ITEM 13
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011

Altera o *caput* do art. 3º da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde, e outras providências. Deputada Sueli Vidigal.

O Senador Mozarildo Cavalcanti é relator da matéria, sendo pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. Observações à matéria constaram na pauta da reunião do dia 09/11/2011, sendo adiada a sua apreciação. E, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92, se for aprovado o substitutivo será ele submetido a turno suplementar. A votação será nominal.

Consulto o ilustre Senador João Durval se V. Exª pode, *ad hoc*, ler o relatório do Senador Mozarildo Cavalcanti, Item 13, página 172. Consulto V. Exª se pode ler como relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador João Durval, para relatar *ad hoc* o Item 13, página 172.

Com a palavra o Senador João Durval.

Solicito a V. Exª que entre na fase de análise, tendo em vista que esse projeto se encontra nesta comissão e todos os Senadores já tiveram acesso e tiveram a oportunidade de tomar conhecimento da matéria. Então, se V. Exª quiser entrar na fase de análise, a Mesa fica grata, tendo em vista que vou dar mais velocidade em outros projetos que se encontram aqui na mesa.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Análise:

A matéria em exame inscreve-se entre aquelas sobre as quais incumbe a CAS pronunciar-se quanto ao mérito, nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Em virtude do caráter terminativo e exclusivo da decisão, a comissão deve analisar também a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

No mérito, a alegação da autora de que a atividade física é fator condicionante e determinante da saúde e que a sua inclusão na relação, presente no *caput* do art. 3º da Lei Orgânica da Saúde, deverá fortalecer a inclusão e o financiamento dessas ações, quando da formulação de políticas públicas de saúde.

Igualmente, concordamos com a alteração proposta para a sequência dos elementos da frase. Sob o aspecto da técnica legislativa é inegável que a nova redação elimina a inadequação do texto em vigor.

Não vemos, no entanto, razão para excluir o transporte da mencionada relação vez que as precárias condições de transporte dos trabalhadores têm-se mostrado têm-se mostrado elemento condicionante e determinante das condições de saúde ao gerar, cada vez mais, estresse, insegurança e acidentes, por força do agravamento das insuficiências e das condições de transporte de massas em nossas metrópoles.

Se há justificativa para incluir a atividade física naquele rol, não há justificativa para excluir o transporte.

Quanto à constitucionalidade, não vislumbramos óbices ao projeto, uma vez que a matéria se insere na competência da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde (Constituição Federal, arts. 24, XII, e 196). Igualmente, não há o que opor à juridicidade e regimentalidade do projeto.

Por fim, o projeto está elaborado de acordo com os princípios da boa técnica legislativa, segundo determina a Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Voto.

Por seu mérito, constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2011

Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinante e condicionante, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Está em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovada. Não? Não.

A matéria está suspensa.

Item 14.

Assume a Presidência o Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Vicentinho Alves.

Passamos ao Item nº 14, pag. 178.

ITEM 14
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

– Em 22/09/2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA aprovou Parecer favorável ao Projeto.

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 09/11/2011, sendo adiada a sua apreciação.

A votação será nominal.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Vanessa Grazziotin, para proferir o seu relatório. Item 14, página 178.

Com a palavra a ilustre Senadora Vanessa Grazziotin.

Esse relatório ainda não foi lido. V. Exª tem que proferir o relatório e nós aguardamos quórum suficiente para entrar em processo de votação.

Página 178, Item 14.

A Senadora Vanessa é a Relatora. Se V. Exª quiser ir à análise, eu acho que é suficiente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como a senhora sempre...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Fazer uma leitura corrida. Vou fazer um curso de leitura corrida, Sr. Presidente.

Primeiro, quero apenas reforçar que se trata de um projeto de autoria da Deputada Federal Elcione Barbalho que altera a Lei nº 10.779 de forma a estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período de defeso da espécie.

Análise.

Sr. Presidente, em relação às normas e à competência do Congresso Nacional, o projeto está plenamente correto, enquadrado na legislação brasileiro.

Quanto ao mérito, a proposição é oportuna e atual. Há restrições impostas pelo Ibama e outros órgãos de fiscalização do meio ambiente que impõem aos catadores de caranguejo a proibição da cata em determinados períodos do ano assim como acontece com a pesca, a fim de proteger as espécies e conservar o meio ambiente.

O projeto nada mais faz do que garantir o direito já assegurado aos pescadores artesanais, conforme previsto na Lei nº 10.779.

A exclusão dos catadores de caranguejo dos benefícios dessa lei fere o princípio da universalidade da cobertura, previsto no art. 194 da Constituição Federal. Esse princípio determina que não se faça distinção entre pessoas que enfrentam adversidades que as impeçam de trabalhar para obter o sustento.

Considera-se ainda o princípio da igualdade para se assegurar o benefício do seguro-desemprego aos catadores de caranguejo durante o período de defeso da espécie.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, em sessão do dia 22, já deliberou sobre essa proposição, aprovando o relatório do Senador Waldemir Moka.

Na Comissão de Agricultura ficou consignado que o caranguejo uçá é um dos mais importante componentes da fauna dos manguezais brasileiros, ocorrendo com maior ou menor abundância em toda a vasta extensão ocupada pelos mesmos desde o Amapá até o Estado de Santa Catarina. Assim, como outras espécies marítimas e fluviais, está sujeito ao período de defeso, necessário à sua preservação.

Também informou-se que anualmente são capturados mais de onze mil toneladas de caranguejos nos mangues do litoral brasileiro, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, por milhares de catadores que, no período de defeso, ficam sem parte importante de sua renda e sujeitos a sanções da legislação de crimes ambientais, razão pela qual a proposição merece nosso atendimento.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 53/2011.

Concluo cumprimentando muito a Deputada Elcione Barbalho, que estende, Senadores e Senadoras, aos catadores de caranguejo o mesmo benefício já conquistado pelos pescadores artesanais há algum

tempo, o que vem contribuindo muito... Digo isto porque vivo na Amazônia e sei o quanto os pescadores da minha região se beneficiam com o seguro-desemprego quando do período do defeso. Isso tem ajudado enormemente o meio ambiente e a natureza. Cumprimento a Senadora pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu também quero cumprimentar a Senadora Elcione Barbalho...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Deputada. É o esposo. Quem sabe... Se for vontade de Deus e do povo paraense, com certeza ela vai chegar também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Nós já a chamamos de Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já é alguma coisa, não é?

Com a palavra a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Caro Senador Presidente, eu queria solicitar vista porque queria ver se a nossa Relatora poderia incluir, além do caranguejo, nesse período de defeso, o benefício para os catadores de siri e marisqueiros em geral. Estou pedindo vistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhora está pedindo vistas? Eu consulto se alguém...

Então, vista coletiva para atender regimentalmente à matéria, que é o item 14 da página 178, Projeto de Lei nº 53.

Concedo vista coletiva.

Extrapauta. Requerimento:

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º..."

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Questão de ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, estou recebendo aqui solicitação do Senador Cícero Lucena para incluirmos, naquele requerimento nossa da audiência pública da carga horária dos farmacêuticos, um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, Humberto Luiz Ribeiro da Silva, Secretário de Comércio e Serviços. Como não tenho nada a opor, gostaria de propor a inclusão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria que V. Exª formalizasse, por escrito, e encaminhasse à Secretaria da Mesa aqui...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ...dizendo que V. Exª é autora do requerimento, concordando. Acho que não há nenhuma objeção dos demais membros da Comissão quanto a acrescentar mais uma autoridade para ser convidada.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação.

Aprovado, também, mais um adendo feito pela Senadora Lídice da Mata.

Como eu estava dizendo:

"Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado, Trabalho e Emprego, para que, em audiência nesta Comissão de Assuntos Sociais, preste os devidos esclarecimentos sobre as matérias publicadas pelas revista *Veja* e *istoÉ* em suas edições nºs 22, 43 e 21 e 92, respectivamente, que tratam sobre esquemas de coprrupção no Ministério do Trabalho e Emprego. Autoria, Senador Alvaro Dias."

V. Exª está com a palavra para fazer encaminhamento do seu requerimento.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Exª me permite, antes de fazer o encaminhamento?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Pois não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É que teríamos nós aqui uma sugestão a V. Exª: que seja transformada a convocatória em convite.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sem dúvida, eu já redigi como convite.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero só esclarecer à Senadora Grazziotin que será convite. Naturalmente, com a aquiescência dos demais Senadores e Senadoras, será feito.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu poderia subscrever o requerimento de V. Exª, Senador?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Claro!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Gostaria de subscrever o requerimento do Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para encaminhar, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu sei que há também um requerimento da Senadora Ana Amélia com o mesmo objetivo. É desnecessário até justificar esse requerimento. É verdade que o Ministro esteve na Câmara dos Deputados recentemente. Ocorre que, depois da audiência pública

da Câmara dos Deputados, tivemos fatos novos relevantes que foram veiculados pela imprensa do País. Tivemos, por exemplo, a utilização de um avião com o DNA de um proprietário de ONG. Houve o desmentido do Ministro, inclusive diante dos Deputados, na Câmara dos Deputados, e, posteriormente, comprovou-se que o Ministro, realmente, utilizou-se daquele avião, com a presença do empresário de nome Adair. Foi ao Maranhão, numa pré-campanha eleitoral do seu partido. Então, há comprovação, portanto, de que houve da parte do Ministro quebra de decoro ao faltar com a verdade aos Deputados. Isso configura crime de responsabilidade. Caberia, inclusive, à Câmara dos Deputados instaurar procedimentos para a responsabilização do Ministro e eventual, se houvesse admissibilidade da Mesa da Câmara dos Deputados e a instauração dos procedimentos, julgamento por parte do Senado Federal, como a legislação estabelece. Portanto, os fatos dizem respeito a denúncias de sindicalistas da Baixada Santista, relativamente a pagamento de propinas para obtenção de recursos em convênios com os sindicatos, e a utilização do avião. Além do que o *Correio Braziliense*, jornal aqui da capital, também denuncia a existência de diárias irregulares utilizadas pelo ministro, inclusive no exterior.

Portanto, os fatos são relevantes, graves, gravíssimos. Mentira oficial é crime de responsabilidade. Ofende a instituição parlamentar, ofende o povo brasileiro, desmoraliza o ministro.

É evidente que nós o convidamos e ele tem até o direito de se defender aqui, exatamente para expor. Alguém pode dizer: o depoimento numa comissão do Senado Federal não traz consequência alguma. Eu penso diferente. Qual é a motivação? A motivação é ampliar a capacidade de indignação e de reação do povo brasileiro diante da banalização da corrupção e da impunidade.

É evidente que a exposição dos fatos, a presença do ministro, o questionamento aberto diante da opinião pública expõe falcatruas, colocam-nas à luz. E, obviamente, faz renascer a capacidade de indignação do povo brasileiro, que esteve, de certa forma, anestesiada nos últimos anos. Só isso justifica a presença do ministro aqui.

As outras providências já foram anunciadas. Já protocolamos representação junto ao Ministério Público Federal, para investigação dos eventuais crimes praticados: corrupção passiva, corrupção ativa, formação de quadrilha, improbidade administrativa etc. Mas é fundamental que a transparência se confira a um episódio como esse, para que a população possa ter a exata noção das irregularidades praticadas pelo ministro.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço a subscrição do requerimento. Já ouvi, inclusive, entrevista do Senador Humberto Costa, Líder do PT, concordando com o convite. A Senadora Vanessa já pede para subscrever. Tenho, portanto, que agradecer a bancada governista, que concorda com o convite ao ministro, para que ele possa vir. E peço a V. Exª que agilize inclusive o convite. Quem sabe até que o ministro possa vir já na manhã dessa quinta-feira, amanhã, portanto, em tempo de poder aqui ser questionado pelos Srs. e Srªs Senadoras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Mas vamos ler outro pedido, no requerimento também feito pela Senadora Ana Amélia, para entrarmos no processo de votação, em bloco, em relação aos requerimentos.

Requer, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V e art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Carlos Roberto Lupi, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para, em audiência nesta Comissão de Assuntos Sociais, prestar esclarecimentos sobre denúncias que faz na edição 2243 da revista *Veja* sobre o suposto desvios de recursos públicos de programa de qualificação profissional e sua relação com o empresário Adair Meira, dono da Fundação Pró Cerrado e da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração. Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para encaminhar. Após o seu encaminhamento, vamos entrar no processo de votação, em bloco, dos requerimentos propostos pelo Senador Alvaro Dias, com a Senadora Vanessa Grazziotin, como também da Senadora Ana Amélia.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Jayme Campos.

Na verdade, foram se avolumando as denúncias de irregularidades no âmbito do Ministério do Trabalho. E também há essa controvérsia de declarações do ministro que não se confirmam com a realidade. Penso que a presença dele aqui na Comissão de Assuntos Sociais é o local adequado para prestar esses esclarecimentos. Como já disse o Senador Alvaro Dias, o próprio Governo reconhece. Talvez, vindo amanhã já chegue atrasado se a Presidenta Dilma, que tem sido muito atenta nesses rumorosos casos, no sentido de evitar a contaminação do Governo com processos dessa natureza é de todo condenável. Imagino que se houver tempo hábil, concordo com o Senador Alvaro

Dias, no sentido de se fazer o convite ainda hoje ao Sr. Ministro para estar presente amanhã, na Comissão de Assuntos Sociais.

Essa é a minha justificativa para esse requerimento, dado o aumento e não só para esclarecer as dúvidas sobre os critérios que são adotados, pelo Ministério do Trabalho, na concessão de registro de novos sindicatos de trabalhadores. Então, há muito que ser esclarecido especialmente nesse âmbito porque se trata de política pública e de responsabilidade do próprio..., isso sem falar na questão da participação político-partidária que os ministérios acabam sendo uma espécie de reserva de um determinado partido, comprometendo até a lisura de ação do Governo e imagino que a Presidenta Dilma não queira e não pretenda dar esse caráter dessa ocupação pelos partidos que compõem a base aliada do Governo.

Então, o objetivo também é nessa direção, Sr. Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senadora Ana Amélia

Em discussão o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, Senador Eduardo Suplicy. Logo após, Senadora Ana Rita.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Conforme também ouvi a entrevista com a qual concordo inteiramente do Senador Humberto Costa, Líder do PT, avalio que seja disposição do Ministro Carlos Lupi de imediatamente, o quanto antes, se dispor a comparecer a esta comissão.

Sugeriria, Sr. Presidente, consoante com as sugestões dos Senadores Alvaro Dias e Ana Amélia, que, se possível, V. Exª possa entrar em contato de pronto com o Ministro e ainda, durante a nossa reunião, possa confirmar a presença dele, dada a urgência de esclarecimento dos episódios ele próprio estará disposto, conforme o Senador Humberto Costa falou, a comparecer, porque essa inclusive tem sido a diretriz da Presidenta Dilma Rousseff. Sempre que haja qualquer questão que quaisquer de seus Ministros devam esclarecer junto ao Congresso Nacional, ela sempre diz que o referido Ministro possa comparecer.

No caso, seria apropriado que viesse a essa Comissão de Assuntos Sociais, que está associado à pasta das relações de trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Esclareço que vamos tentar manter contato agora com a reunião em andamento para que S. Exª nos confirme para amanhã, entre 9h e 9h 30min, o Ministro possa comparecer aqui.

Esclareço a V. Exª que o pleito é mais do que justo, até porque é um assunto que temos que esclarecer nesta Comissão, se possível amanhã.

Vou pedir à nossa Secretária Drª Dulcídia que faça contato, porque quero falar pessoalmente. V. Exª quer intermediar ou não gostaria?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu me disporia, mas V. Exª é o Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Acho que um pleito do Senador Eduardo Suplicy teria muito peso junto ao Ministro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Exª há de convir que o próprio Líder Humberto Costa já tomou a iniciativa de dizer da disposição do Ministro vir aqui.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Como o Ministério é próximo não precisa usar avião.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade. Antes de V. Exª, Senador Vicentinho, a Senador Ana Rita estava na ordem de inscrição na frente de V. Exª.

Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu apenas me inscrevi para subscrever também os requerimentos tanto do Senador Alvaro Dias quanto da Senadora Ana Amélia convidando o Ministro Carlos Lupi a vir aqui prestar os devidos esclarecimento.

Então, quero também subscrever esses convites.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Ana Rita também vai subscrever o requerimento proposto pela Senadora Ana Amélia, que já formam quatro Senadores. O Senador Alvaro Dias está junto com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Também vai subscrever o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, havendo vários requerimentos sobre a mesa, consulto V. Exª a possibilidade de colocar todos os requerimentos, em bloco. É possível? Para aproveitarmos o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Todos os que foram lidos, atendendo ao pleito de V. Exª, vamos votar.

Estou aguardando apenas a discussão desse requerimento proposto pela Senadora Ana Amélia e pelo Senador Alvaro Dias. Nesse caso, todos os requerimentos vamos votar em bloco. Consulto se há

mais algum Senador ou Senadora que queira discutir os requerimentos já lidos aqui.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação os requerimentos.

Convite ao Ministro Carlos Lupi. São autores a Senadora Ana Amélia e o Senador Alvaro Dias.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Como também o requerimento proposto pelo Senador Vicentinho Alves, que já foi lido e encaminhado. É o Item nº 7.

Requerimento do Senado Vicentinho Alves.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Item nº 5 é um requerimento de autoria da Senadora Lídice da Mata. Página 104, com o adendo que é proposto pela Senadora Lídice da Mata. Convida para vir a esta Comissão, por encaminhamento do Senado Cícero Lucena, se não me falhe a memória, o ilustre Humberto Luiz Ribeiro da Silva, que é Secretário de Comércio e Serviços.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Item 1, página 16, decisão não terminativa. Já foi lido o relatório pelo Senado João Durval.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 324/2009, na forma do substitutivo que apresenta. É pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 547/2009.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item nº 2, página 69, já foi lido.

A votação foi favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 174/2010, com a emenda do Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº174/2010 e a Emenda nº1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Item 3, o projeto também já foi lido.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o parecer que conclui pela rejeição do Projeto de Lei nº 269/2010.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 269/2010 do Senado.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

Item 4, lido em 16/11/2011.

Em votação a sugestão do Senador Waldemir Moka no sentido de rever a distribuição o PLS nº 191/2003.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovada a sugestão do relator, a matéria será encaminhada ao Presidente do Senado para providências cabíveis.

Item nº 8 é em caráter suplementar.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Essa matéria foi da relatoria do Senador Paulo Bauer.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo, o PLS nº 12/2011 é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item nº 9, em turno suplementar.

A relatoria foi do Senado Cícero Lucena.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo ao PLS nº 193, de 2003, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 10, em turno suplementar.

Não foram apresentadas emendas no turno suplementar.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo ao PLS nº 615, de 2007, é definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A Secretária da Mesa me comunica aqui que está tentando manter contato com o ilustre e valoroso Ministro, que espero que continue, pelo menos, até as próximas 48 horas, porque a tendência, parece-me... Não estou fazendo nenhum juízo perverso em relação naturalmente à sua permanência. Todavia, como bem disse a Senadora Ana Amélia, a Presidente Dilma Rousseff tem sido implacável nesses casos de denúncia, sobretudo quando as pessoas usam de truques ou de palavras para dizer que fulano ou sicrano não estava acompanhado dele no avião. Lamentavelmente, as provas são muito contundentes. Neste caso, acho que a Presidente Dilma vai ser implacável, como foi com os demais...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sem polemizar, Sr. Presidente, veja como a democracia é o regime adequado. As opiniões são divergentes. Eu vejo a Presidente Dilma de outra forma: como uma advogada de defesa mal sucedida, que sempre perde a causa ao final.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores que aguardem para assinar aqui, naturalmente, as matérias que já foram votadas.

Estamos aguardando, porque, em rápidos minutos, segundos, a assessoria do Ministro vai ver se é possível... Já está fazendo o contato.

Estamos aqui aguardando, enquanto assinamos naturalmente os projetos que foram aprovados na Comissão.

Na verdade, o Ministro foi muito eficiente e pontual, há que ele mesmo se prontificou a ir à Câmara para fazer as suas justificativas e as suas ponderações.

E eu espero, Senadora Lídice da Mata, que, da mesma maneira, da mesma forma que ele foi solícito, compareceu à Câmara – até mesmo antecipando o convite da Câmara, ele compareceu para prestar esclarecimentos – ele seja gentil, um *gentleman* nesse caso também, comparecendo à Comissão de Assuntos Sociais para prestar os devidos esclarecimentos que o caso requer diante das denúncias que são graves.

Acho que a Comissão de Assuntos Sociais tem muito a ver com o Ministério do Trabalho, e, nesta oportunidade, espero que o Ministro retorne rapidamente à Comissão para nós, se possível, informarmos os Srs. e as Srªs Senadoras agora. Caso contrário, se demorar, no período da tarde, nós faremos um comunicado no plenário da Casa da resposta que será dada pelo Ministro Carlos Lupi em relação à sua vinda à Comissão, se possível amanhã, às 9h30 ou até, no máximo, as 10 da manhã, para esclarecer naturalmente aos nossos Senadores e às Senadoras os questionamentos e as indagações que serão feitos em relação às denúncias a ele feitas pela revista *Veja*, pela revista *IstoÉ* e por outros jornais de circulação nacional.

Diante disso, indago à Secretaria se a...

No dia 23, conforme informação da Secretaria, após a reunião deliberativa – isto é muito importante –, vamos fazer aqui a votação das emendas em relação ao Orçamento na Loa. Eu gostaria de contar com a presença de todos os senhores. Imagino que alguns vão apresentar algumas emendas, até porque nós temos um prazo de até este dia para encaminharmos ao Senador Walter Pinheiro o PPA, ao Deputado Arlindo Chinaglia. Agradeço a V. Exª a informação.

Eu gostaria também de ler aqui... O do Ministro já foi lido aqui e não vale a pena. Vamos aguardar.

Neste caso aqui, eu acho que, como não temos quórum para votar algumas matérias em caráter terminativo, nós devemos encerrar a sessão, aguardando naturalmente a ligação da assessoria do Ministro Carlos Lupi, diante do convite que está sendo feito a ele, para que amanhã, se possível, esteja aqui na Comissão para prestar esclarecimentos.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas para não ficar omisso nessa votação, eu tive que atender ali, mas quero informar que, se aqui estivesse, Senadora Ana Amélia, votaria favoravelmente ao requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A assessora da Liderança do Governo está dizendo, por informação, pleito do próprio Senador Romero Jucá, que o Ministro se dispõe a vir na próxima semana.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Qual é a informação?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ela trabalha com o nosso Líder do Governo aqui no Senado, Senador Romero Jucá, e informa que há disposição, o Ministro tem a disposição de vir na próxima semana. Eu não sei se o contato foi feito através... Foi feito pela liderança. Mas não há nenhum impeditivo de nós também indagarmos e convidarmos o Ministro para vir a esta Comissão, se possível, amanhã, porque semana que vem eu acho que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Inês era morta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Inês era morta, conforme a expressão, o termo usado pela Senadora Ana Amélia.

De qualquer maneira, está registrada aqui a informação da Liderança do Governo.

Todavia, nós vamos tentar manter contato ainda. Continuaremos insistindo nesse contato com o Ministro para que ele nos confirme se é possível vir aqui amanhã prestar esclarecimento nesta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É importante a disposição do Ministro de vir à Comissão, mas é importante que seja aberta a possibilidade, porque certamente é no interesse dele o esclarecimento, de vir o quanto antes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Daí peço que V. Exª abra a possibilidade de, se possível, amanhã, na primeira hora, 9 horas ou 9h30, que ele possa comparecer. Eu acho que é do próprio interesse do Ministro Carlos Lupi atender ao convite de V. Exª, se possível, amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós vamos tentar manter o contato agora de forma direta, vamos insistir.

E eu comunicarei todos os membros desta Comissão, se for o caso, no plenário da Casa ou, de forma individual – cada gabinete será comunicado diante da insistência que nós vamos fazer.

Eu imagino que o Ministro não vai ter nenhuma dificuldade, até porque, para ele, eu acho que é fundamental vir prestar esse esclarecimento nesta Comissão.

De forma que, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta e cinco minutos, do dia dezessete de novembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Paulo Davim, Cícero Lucena, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Álvaro Dias, Paulo Bauer, Gim Argello e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Pedro Taques, José Pimentel, Acir Gurgacz, Demóstenes Torres, Renan Calheiros, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Ivo Cassol, Sérgio Souza e as Senadoras Marinor Brito e Kátia Abreu. Registram presença os Deputados Weverton Rocha, Paulo Pereira, Domingos Dutra, Zéca Viana e a Deputada Luciane Bezerra. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente reunião destina-se ao Comparecimento do **Ministro de Estado do Trabalho e Emprego**, Senhor **Carlos Roberto Lupi**, para prestar esclarecimentos sobre as matérias publicadas pelas revistas "**Veja**" e "**Isto É**", que tratam sobre esquemas de corrupção no Ministério, e também sobre suposto desvio de recursos públicos de programas de qualificação profissional e sua relação com o Empresário **Adair Meira**, em atendimento aos Requerimentos nos **52** e **53**, de **2011-CAS**, de iniciativa do Senador Alvaro Dias e Senadora Ana Amélia, subscritos pelas Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e pelo Senador Eduardo Suplicy. Usam da palavra os Senadores Álvaro Dias, Eduardo Suplicy, Demóstenes Torres, Pedro Taques, Cristovam Buarque, Inácio Arruda, Acir Gurgacz, Renan Calheiros e as Senadoras Ana Amélia, Vanessa Grazziotin, Marinor Brito e Kátia Abreu. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se a ouvir o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Roberto Lupi, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre as matérias publicadas pelas revistas *Veja* e *Isto,é* que tratam do esquema de corrupção no Ministério e também sobre suposto desvio de recursos públicos de programas de qualificação profissional e sua relação com o empresário Adair Meira, em atendimento aos Requerimentos nºs 52 e 53, de 2011-CAS, de autoria do Senador Alvaro Dias e da Senadora Ana Amélia, subscritos pelas Senadoras Ana Rita e Vanessa Grazziotin e pelo Senador Eduardo Suplicy.

Eu ia fazer o convite, mas já está conosco aqui o Ministro Carlos Lupi.

Antes de mais nada, Sr. Ministro, quero dizer que nesta Comissão, com certeza, através dos requerimentos propostos, será um momento ímpar para que V. Exª possa prestar os devidos esclarecimentos não só para esta Comissão, mas para o povo brasileiro, que, com certeza, está aguardando as palavras de V. Exª na manhã de hoje.

De acordo com os arts. 397 e 398 do Regimento Interno do Senado Federal, esta Presidência irá conceder a palavra ao Sr. Ministro Carlos Lupi por meia hora. Posteriormente, será iniciada a fase de interpelação dos Srs. Senadores inscritos. A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida, inicialmente, aos autores dos requerimentos e subscritores e, posteriormente, na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada Partido.

O interpelante dispõe de cinco minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, tendo o prazo máximo de dois minutos para a réplica, concedendo-se ao Ministro do Trabalho o mesmo tempo para a tréplica.

Eu gostaria de conceder, inicialmente, a palavra ao ilustre Ministro Carlos Lupi para dar início à sua exposição.

Registro também a presença do Deputado Paulo, além de outros valorosos Deputados. Também estão presentes o Deputado Weverton Rocha, do Maranhão, e o Deputado André Figueiredo, do Ceará. Ambos nos honram com sua presença nesta Comissão.

Com a palavra o Sr. Ministro Carlos Lupi, por trinta minutos, para fazer sua exposição.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Presidente Jayme Campos a honra, a gentileza, a generosidade do convite, e aos Srs. Senadores e dizer que penso que esta Casa é o ambiente democrático, o ambiente sério onde a gente pode fazer os esclarecimentos devidos e dar todas as informações que as Srªs e os Srs. Senadores e Deputados queiram.

Quero fazer apenas uma preliminar bem rápida para dar oportunidade de ter o máximo de perguntas e questionamentos os senhores e as senhoras puderem fazer sobre alguns fatos.

Primeiro, estou no Ministério do Trabalho desde o dia 25 de março de 2007. No Ministério do Trabalho, nesse período, nós já conseguimos completar, este mês, agora, quase dezoito milhões de empregos formais. É claro que o emprego formal não é criado pelo Ministério do Trabalho, mas também pelo Ministério do Trabalho. Ele tem, sobretudo, como seu principal motor, como sua principal força de criação a política econômica.

O nosso Governo tem dado aumento real aos trabalhadores: em média, o salário mínimo aumentou 54% acima da inflação; em média, todas as categorias profissionais tiveram aumento em acordos coletivos de 26% acima da inflação. O Brasil vive um momento ímpar: mais de 24 milhões de brasileiros saíram da miséria.

Como já disse, em torno de 18 milhões de brasileiros entraram no emprego formal. É o maior número de formalização de emprego na história do Brasil. Em todas as estatísticas, em todos os dados, pela primeira vez você tem maior contingente de trabalhadores e trabalhadoras no emprego formal do que no emprego informal.

Faço essa fala inicial porque tenho muita tranquilidade de dizer que eu trabalho e busco cumprir com minha obrigação, é claro que com as falhas, os defeitos, os erros que todo ser humano pode e deve ter, mas sempre com o objetivo de servir a minha pátria, de servir a minha nação, de servir ao povo brasileiro.

Penso que estamos num momento em que precisamos definir – é esse o grande debate que quero fazer – na sociedade democrática o papel de cada um de nós, assim como o papel da mídia, como instrumento de democratizar a informação. Nós lutamos muito para que ela conquistasse esse espaço. Lutamos contra a ditadura. Eu lutei, inclusive, vendendo jornal para que esse espaço democrático pudesse ter acesso cada vez a maior número de pessoas. Eu tenho plena consciência do papel importante que ela desempenha na informação, mas ninguém, nenhum ser humano, é dono da verdade absoluta. Nós precisamos fazer um debate em que a gente tenha o amplo direito de defesa de todo o cidadão. Não podemos viver em uma sociedade em que se condenam as pessoas sem prova. Nós não podemos numa sociedade em que se editam falas, se pegam respostas fora do contexto para tentar demonizar qualquer cidadão às vezes por não gostar

dele, às vezes por não ter simpatia, às vezes pó pensar diferente, às vezes porque alguns de nós representam interesses diferentes e diversos daqueles.

Então, quero começar dizendo que o Ministério do Trabalho e Emprego é um Ministério que cumpre, com muito orgulho, o seu papel. São dez mil funcionários. Hoje é o único Ministério, na Esplanada, que não tem, na função fim, terceirizado. Nós fizemos um concurso e substituímos cerca de três mil funcionários terceirizados por funcionários públicos. O lado positivo é que, com isso, terminou-se com o processo da indicação pessoal do terceirizado e exerceu-se o processo democrático do concurso público. O lado negativo é que se perdeu muito da memória do Ministério do Trabalho. Muitos desses cidadãos, cidadãs, estavam lá há oito, dez anos. Com isso, tinham muita memória do seu serviço. Isso atrapalhou, e muito, muitas questões administrativas do Ministério. Ao lado disso, cerca de 85% – olhem os números, que são impressionantes, é bom as Srªs e os Srs. Senadores e Deputados terem consciência disso – desses concursados saíram para outros entrarem porque fizeram concurso e passaram para outra função melhor, se aposentaram, não se adaptaram ou não gostaram, ou seja, há dois anos e meio eu vivo um grande desafio, que é não ter um quadro permanente de funcionários que tenham pelo menos um tempo dentro do Ministério do Trabalho para exercer o conhecimento, a sua bagagem de conhecimento que só o tempo dá.

Mas estamos vencendo esse desafio. Já fizemos esse concurso, nós estamos chamando agora duzentos auditores fiscais, nós temos hoje cinco Secretarias dentro do Ministério do Trabalho: a Secretaria Executiva, que toca toa a função administrativa, que é dirigida pelo Sr. Paulo Roberto Pinto, funcionário de carreira do Banco do Brasil; a Secretaria de Inspeção de Trabalho dirigida Drª Vera, Albuquerque, auditora fiscal há mais de vinte anos, funcionária de carreira do Ministério do Trabalho; a Secretaria de Políticas Públicas de emprego, que é dirigida hoje Dr. Carlos Roberto Simi, que é fiscal fazendário do Município do Rio de Janeiro, requisitado; a Secretaria de Relações de Trabalho, que é exercida hoje pela Drª Zilmara, que também é uma pessoa técnica, não tem vínculo político-partidário – o Dr. Paulo Pinto tem e o Dr. Carlos Simi também tem; e a Senaes, que é a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que é hoje comandada pelo maior e mais experiente homem público na área de economia solidária, que é o Prof. Paul Singer, que é filiado ao PT.

Então, começo dizendo isso porque essa falácia que o Ministério do Trabalho é um aparelho se quebra pela constatação das chefias de cada uma dessas secretarias. Nas secretarias técnicas, nós nunca influenciamos ação de conotação política e, sim, uma ação de conotação republicana e democrática, tanto é que ela é feita por uma Auditora Fiscal do Trabalho – que eu conheci, apresentada pela Drª Ruth Vilela, uma ex-Secretária, que ficou durante dez anos e cumpriu excelente trabalho lá – que exerce essa função sem uma indicação por parte do Ministro ou de qualquer partido político da base aliada.

Começo falando assim, porque tenho muita tranquilidade ao falar isso. Nós somos humanos e, às vezes, temos arroubos, forças de expressão que se perdem em alguns momentos. E, às vezes, com essas forças de expressão, com esses gestuais, procuram nos demonizar com a opinião pública. Mas eu trabalho com a verdade, eu busco a verdade, eu luto pela verdade, com todos os erros que, como ser humano, posso cometer.

Então, falado isso, eu quero começar pedindo a generosidade dos Senadores – eu não vou demorar os 30 minutos – para relatar a nota taquigráfica do que eu falei na Câmara dos Deputados.

Pergunta do nobre Deputado Fernando Francischini, do PSDB, do Paraná – Paraná ou Pará?: "Não vou perguntar do avião..." Isso foi na quinta-feira, anterior às denúncias apresentadas pela revista *Veja*, que aconteceu, no sábado à tarde para domingo. Tivemos acesso no sábado, logo nas primeiras horas da manhã:

"Se o senhor usou realmente, com esses valores liberados e com a prestação de contas não apresentada, fica muito difícil. A opinião pública brasileira está inteira aqui. [Naquele dia, na quinta-feira passada.] Se o senhor usou realmente um jatinho deste, é um problema grave, é um problema ético. Eu acho que o senhor tem de explicar. O Sr. Adair Meira tem relação pessoal com o senhor? O senhor já esteve, fora do Ministério, com ele? Tem relacionamento pessoal? Recebeu ele na sua casa? O senhor frequentava a casa do Dr. Adair Meira? Viajou no jatinho, alguma vez, dele?"

Eu respondi... E aí não tem nenhum tipo de ofensa. Eu vi que o Dr. Adair ficou chateado, porque eu não me lembrei do nome. Tinham sido cinco oradores que protocolaram esse requerimento para que eu fosse lá. Eu fui anotando cada pergunta. Só depois dos cinco oradores, com cerca de dez a doze perguntas, é que eu comecei a responder. Ora, é óbvio. Eu não sou um ser humano que tem uma memória absoluta. Eu tenho uma memória boa, mas ela falha. São muitos compromissos. Quantas pessoas, na vida pública, votam na gente, conhecem a gente e a gente fica naquela dúvida em estar se lembrando dela? E eu não registrava o nome dele, naquele momento, com a personalidade dele. Inclusive quero registrar isso publicamente:

a instituição que ele representa é das que fazem os melhores trabalhos no Ministério do Trabalho, constatado pela equipe técnica. Todas as tomadas, todas as participações dele, das instituições comandadas por ele foram feitas através de chamada pública. Desde 2008, o Ministério do Trabalho e Emprego é o primeiro, o pioneiro a executar chamada pública. O que acontece com a chamada pública? Ela tem de ter uma concertação do objetivo dela; depois...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – A luz sempre vem.

Depois, ela tem uma chamada à concorrência pública, que não é a da Lei nº 8.666, a Lei da Licitação, mas tem de ter publicidade, tem de ter participação, tem de ter nota. Eu distribuí, na quinta-feira passada, todos os editais das participações dessa instituição, que, repito, é séria. Para vocês terem uma ideia, um dos maiores programas, dos melhores programas que têm no Ministério do Trabalho, é o de aprendizagem, que nós desenvolvemos com várias instituições. Entre as melhores, está a Fundação Roberto Marinho, que tem parceria justamente com a Fundação Pró-Cerrado, que é dirigida também pelo Dr. Adair Meira.

Então, eu não fiz, em nenhum momento, diminuição. Eu não fiz, em nenhum momento, cena, teatro. Eu simplesmente, sob pressão, depois de dez, doze perguntas, me socorri de um documento para localizar o nome com a pessoa. Foi somente isso que aconteceu.

Quando se fez a pergunta "O Sr. Adair Meira tem relação pessoal com o senhor?", eu respondi: "Eu não tenho nenhuma relação, nenhuma, absolutamente nenhuma, com o Sr. Adair." Eu não disse que não o conheço. É diferente perguntar: "Você tem relação com o Senador Eduardo Suplicy?" e perguntar "Você conhece o Senador Eduardo Suplicy?". "O senhor tem relação de amizade com o Senador Eduardo Suplicy?" é uma pergunta. "O senhor conhece o Senador Eduardo Suplicy?" é outra pergunta.

E aí eu vejo esse processo de tentativa de linchamento público da gente por falta e por mentira. A cada hora vem com um processo de ataque que não se sustenta. Então, agora, diz-se que eu menti. Está nas notas taquigráficas. Eu não tenho nenhuma relação. Por quê? Porque o Dr. Deputado Federal Fernando Francischini, no seu papel de oposição, perguntou: "O Sr. Adair Meira tem relação pessoal com o senhor? Não, não tem. Eu não sou amigo dele. Eu não tenho relação pessoal com ele". E foi o que eu respondi. E completei: "Absolutamente nenhuma. Devo tê-lo encontrado em alguns convênios, em alguns eventos públicos". E, com certeza, eu já o encontrei. E depois eu respondo uma série de coisas.

Eu gostaria que a gente, antes de editar só a resposta, botasse a pergunta, fizesse o contexto, explicasse para a população, para a sociedade brasileira que a gente não pode ter só uma versão.

Bom, quando aconteceu esse fato denunciado pela revista *Veja* no sábado, eu tinha... Sábado e domingo são dias de descanso. Aproveitei que, na segunda-feira, tinha sido decretado ponto facultativo e emendei com a família para descansar um pouquinhoo, monitorado, é claro, pela minha assessoria, quando aconteceram as denúncias, usando, colocando essas denúncias, algumas delas – chamadas denúncias – com a palavra do Ezequiel, que é meu amigo pessoal.

O Ezequiel trabalhou comigo, foi meu assessor durante um ano e, depois, foi Secretário de Políticas Públicas de Emprego durante dois anos. Há um mês – estou falando a absoluta verdade –, há um mês, ele esteve no meu gabinete, convidando-me para ser padrinho do casamento dele, e eu aceitei. Para mim, não há problema nenhum em aceitar. Acho apenas que ele deu uma informação, que é verdadeira. Não há nada a esconder nem temos por que mentir. Em nenhum momento, foi-me perguntado sobre aquele fato na Comissão, porque aquele fato ainda não existia. O que me foi perguntado é da relação pessoal. Eu não tenho relação pessoal, infelizmente. Eu não tenho nada contra ele. E qual é o problema se eu passar a ter a partir de agora? Qual é o problema? É crime você conhecer as pessoas? Formar amizade com as pessoas?

Verifiquem as prestações de conta. Verifiquem como foi feita a entrada dessa instituição dentro do Ministério do Trabalho. Perguntem às fundações que têm parceria. Eu tenho a melhor referência de todo o grupo técnico sobre essa instituição. Eu quero deixar isso claro, porque eu o vi muito chateado. Eu não quis, de nenhuma maneira, diminuir ou colocar insignificância na instituição dele que tem 30 anos; não são 30 dias. Tem sede, tem endereço, tem outros convênios com vários ministérios, com várias instituições. Eu, em nenhum momento, quis diminuir ninguém. Se eu o fiz, foi involuntariamente, sob pressão, com dez, cinco pessoas perguntando. Doze perguntas. Anotei e procurei, porque a memória, às vezes, falha; sou humano. Só isso. Então, eu queria começar respondendo isso.

Segundo, olhem só o que é a vida. Saíram matérias para todos os gostos, não é? E sempre ou sou mentiroso ou sou conivente, mas Deus é justo. Eu acredito na verdade.

Há aqui uma entrevista dele que eu peguei no *Correio Braziliense*. Olhem que interessante: **"O senhor conhece o Ministro Carlos Lupi? Tem relação política com ele?"**

E responde o Sr. Adair Meira: "Nós estamos sendo usados para atacar o ministro, numa crise que não é nossa. Mas, quando o ministro fala da gente com aquele desprezo [a que me referi, mas não foi essa a intenção], ele está nos deixando na berlinda. Ou o ministro é equivocado ou é esquecido."

Nem um nem outro. Eles não responderam à pergunta como foi feita, caro Adair.

"Eu nunca neguei que o conheço."

Nem eu. Ele está dizendo que nunca negou que me conhece. Nem eu nunca neguei. Digam uma vez, uma palavra. É só pegar as notas taquigráficas em que eu digo que não o conheço. Eu não disse isso. Eu disse que não tenho relações, o que é diferente de conhecer a pessoa.

Resposta dele: "Mas não tenho relação estreita ou informal com o ministro". Essa é a resposta dele. "Eu contesto o que ele declarou, que acaba levando a esse tipo de especulação que não interessa a ninguém." A interpretação dada à minha fala: "**O senhor estava no voo com o ministro pelo interior do Maranhão? Pagou o aluguel do voo? O que foi conversado naquela viagem?"** Confirmo as informações dadas pelo Ezequiel Nascimento, ex-secretário de Políticas Públicas de Emprego. Não patrocinei o voo [palavras dele]; indiquei a empresa de táxi aéreo para o Ezequiel [palavras dele], a Aerotec. Eu não fiquei perto do ministro (dentro do avião). Fui convidado pelo Ezequiel. Eu não sei se Ezequiel e Lupi estão brigados. [Não estamos.] Acho que estão, porque o Ezequiel era presidente do Diretório do PDT e foi afastado. [Não foi afastado, ele pediu para sair.] Fui convidado porque Grajaú era a cidade natal dele, Ezequiel. Cidade natal dele, Ezequiel, Grajaú. Eu fui lá para prestigiá-lo. Absolutamente, não tratamos de convênio na viagem, porque eu mal conversei com ele.

Terceira resposta do Dr. Adair. Só saiu no *Correio Braziliense*. Ninguém da televisão botou isso. É a vida.

"De onde vem a sua relação com o Ezequiel?" "O Ezequiel nos convidou para concorrer às chamadas públicas do Ministério. Para concorrer às chamadas públicas do Ministério. Ele estava precisando de boas instituições. É difícil acreditar, mas é a verdade. Quando entramos lá, eles estavam com muitos problemas de execução de programas [é verdade, ainda temos] com entidades que não entregavam os serviços. Nós temos qualidade para fazê-lo". Palavras do Dr. Adair.

Eu estou sendo acusado por uma publicação em que o acusador nega a acusação, porque ele diz que não pagou a aeronave nenhuma. O que aconteceu? Aqui está o roteiro da viagem. Quinta-feira – isto já está no *site* –, eu saí no voo de uma companhia aérea às oito e quinze, oito e trinta, para o Maranhão, acompanhado de dois assessores à época, o Weverton e o Fábio Borges, que estavam comigo. Chegamos. Faz uma escala em Imperatriz, para meia hora, e depois vai para São Luís do Maranhão. Chegando a São Luís do Maranhão, os copeiros me receberam, fui para o hotel e dormi. No dia seguinte, o que nós fizemos? Aqui está o roteiro. Quinta-feira, voo da TAM, Brasília-São Luís, com escala em Imperatriz. Sexta-feira, dia 11, saída de São Luís para a cidade de Pinheiros, às sete horas da manhã, aeronave Senecal. Retorno de Pinheiros a São Luís às dez horas. Em seguida foi feito deslocamento terrestre para as cidades de Santa Rita e Icatu, retornando para São Luís no final da tarde, cumprindo uma agenda com o Prefeito do PSDB João Castelo. Ele está aí, é só perguntar.

Sábado, dia 12 – eu estava lá desde quinta à noite –, saída de São Luís para Imperatriz, por volta das sete da manhã. Foram utilizadas a aeronave Senecal e o avião que trouxe o Ezequiel à cidade de São Luís do Maranhão.

Neste momento, estavam o Senecal, que era um grupo de oito ou nove pessoas. Estava eu, chegou o Ezequiel, com um senhor que eu não conhecia, a quem fui apresentado naquele dia, o Dr. Adair. Fui apresentado a ele exatamente naquele dia, nesse dia 12... Deixa eu confirmar aqui o dia. Dia 12 de dezembro de 2009, foi quando o Ezequiel me apresentou: "aqui é um amigo meu". "Muito prazer. Muito prazer". "Ministro, tem duas aeronaves". Eu tenho – é verdade –, eu operei as duas audições, uma há dez anos e outra há menos, quatro ou cinco anos, e tenho uma dificuldade muito grande nos ouvidos por causa de pressurização. Aí ele falou assim: "Vamos na aeronave em que eu vim". Fui eu, o ex-Governador Jackson Lago, o Weverton, o Ezequiel e esse senhor que eu conheci naquele dia, o Sr. Adair, nesse avião, nesse avião que é um King Air.

A primeira resposta que foi na página do Ministério foi a primeira resposta colocada pela minha assessoria de imprensa da informação que ela tinha. Nós, sábado, ao meio-dia, não tínhamos nem como localizar as pessoas nem ter essas informações.

Aí fez um roteiro com esse avião, King Air, com o seguinte roteiro: fizemos uma agenda com a Prefeitura de Imperatriz, também administrada pelo PSDB. O Prefeito é o Sebastião Madeira. Está aí. Depois fomos para a cidade de Açailândia, foi de carro, também administrada pelo PSDB. Está aí. É só perguntar. Ildemar Gonçalves.

De lá, fomos para a cidade de Grajaú, terra natal do amigo Ezequiel, onde tinha uma formatura de qualificação profissional. Fui lá visitar, para prestigiá-lo, junto com o Jackson, que estava num momento difícil, tinha acabado de ser cassado. Calma. De lá, voamos para a

cidade de Grajaú, administrada pelo DEM, através do Prefeito Arruda. É só perguntar. Está aí. Participação da formatura do ProJovem Trabalhador.

No final da tarde, a comitiva, com a mesma logística, utilizou, utilizada, ou seja, os dois aviões, se deslocou para a cidade de Imperatriz, onde eu participei de um jantar com lideranças políticas. Aí era a liderança partidária. Foi por isso que eu não quis usar nada de dinheiro público, porque misturava um pouco a agenda administrativa com a agenda partidária. Ppara não confundir, para não ter mais problemas. Eu disse assim: "Vamos utilizar a estrutura que vocês conseguiram para mim". E foi o que aconteceu.

Domingo, saímos de Imperatriz para Timon, por volta das oito horas

No domingo, saímos de Imperatriz para Timon, por volta das oito horas também, as mesmas duas aeronaves, junto com o meu amigo Ezequiel. Lá eu participei, visitei o Centro da Juventude de Timon, que é administrado por um companheiro de Partido. Também era uma atividade partidária. Depois fizemos agenda na sede do PDT, almoçamos e peguei um voo da FAB, quando fui... De um lado, Timon é fronteiriço de Teresina. Então pegamos o carro, atravessamos, pegamos o avião da FAB, que me deixou no Paraná.

Esses são os fatos concretos, reais, com as testemunhas citadas, podendo ser conferidos por qualquer um.

Toda essa estrutura utilizada, normalmente quando envolve agenda partidária, eu peço para o partido providenciar. Eu não tenho como, e os senhores são Senadores, Deputados. A gente pode entrar até no carro de alguém que nos dá carona que a gente não tem noção de quem é. A nossa vida pública é assim. Quantos Ministros, quantos Senadores, quantos Deputados, numa atividade corriqueira, podem ter usado carro, podem ter usado helicóptero, podem ter avião de quem não conhecem?

Bom, a partir desse momento – acho que o meu erro foi não checar com a devida apuração que devia – eu comecei a tomar muito mais cuidado. Então, isso foi o que aconteceu.

E o que acontece hoje? Primeiro, repito. A instituição que a revista acusa de ter pago a aeronave diz que não pagou, publicamente, no "Jornal Nacional", nos jornais. Eu quero saber do que estou sendo acusado. Ou será que não é racional imaginar que, se eu tivesse alguma aeronave para me levar, eu preferiria que ela me levasse – tudo bem, Senador? – numa aeronave que era essa direto em vez de eu ficar três, quatro horas fazendo escala em Imperatriz para chegar no dia seguinte em São Luís? Então, quem tem que explicar o pagamento dessa aeronave não sou eu. Eu fui de carona do Ezequiel. Como ele pagou, de que maneira ele pagou compete à companhia aérea falar e compete ao Ezequiel falar. Eu não sei. Eu não tenho obrigação de saber. Eu não pedi aeronave, eu não solicitei aeronave. E, pela informação pública dada pelo Sr. Adair, ele não pagou a aeronave. Então eu quero saber do que estou sendo acusado, só isso. Eu só quero saber do que estou sendo acusado.

Eu vi um linchamento público durante cinco dias.

Vocês têm ideia do que é família, vocês têm ideia do como a família da gente sofre nesse processo. Mas eu quero que todo esse processo seja esclarecido. Eu quero saber do que eu estou sendo acusado.

Eu aproveitei para pegar a minha agenda, porque vi que o Dr. Adair é de Goiás, a sede onde ele mora, para saber quantas vezes eu fui em Goiás, em 2009, 2010. A gente é humano. Então, está aqui, eu fiz uma agenda... duas agendas: 2009 e 2010, uma por ano.

Em 2009, eu fiz, no dia 1º de junho, eu fui para Goiânia numa aeronave do Governo do Estado. Fui fazer uma assinatura do convênio na sede de Goiânia, fui ao centro de treinamento de pilotagem, em Goiânia, fui à solenidade de entrega de certificação da primeira turma do curso de qualificação, almocei com o Governador do Estado, Alcides Rodrigues, embarquei nesse avião do Governo para Minaçu, para ver aquela questão do aço, da... Como é que se chama? Amianto. Obrigado, desculpe.

Às quinze horas, fiz essa visita à Minaçu, visita à Sama Minerações, com os trabalhadores e tal, depois embarquei nessa aeronave do governo às 16h30. Às 17h30, desembarquei no hangar do governo, tudo em Goiás. Às 19h20, encontrei com o Prefeito de Goiânia, Sr. Iris Rezende; às 20 horas, recebi a entrega do título honorífico de cidadão goiano; às 22 horas, embarquei para Belo Horizonte. Essa foi a minha agenda de 2009 em Goiás.

Em 2010, eu fui no embarque, no ano seguinte, para Goiânia, às 14h30, também numa aeronave do Governo do Estado, que me pegou, fiz o lançamento de programas do Ministério do Trabalho e Emprego em parceria com o Governo do Estado de Goiás e a entrega de certificados aos beneficiários dos projetos Plantec e ProJovem. E de noite eu verifiquei, porque, depois da denúncia comecei a checar tudo, para não cometer ou evitar cometer erros.

Nesse mesmo dia, eu fui convidado para um jantar e nesse jantar estava presente o Dr. Adair. Tinha jornalista lá, tinha fotógrafo lá. Aliás, a coincidência, olhem só: todos os eventos que estão sendo denunciados foram fotografados, filmados, estão em toda a imprensa, local e regional. Como eu seria tão insano de cometer qualquer irregularidade convidando a imprensa para

estar comigo? Nem esse jantar para o qual eu fui convidado pelo Governo do Estado... O Governador acabou não indo de noite, mas foram alguns secretários, foram deputados, tinha umas 30 pessoas. Estava lá o Sr. Adair. Até tinha uma música ao vivo. Eu me sentei ao lado de um jornalista que fez uma entrevista comigo de quase meia página, uma página, no dia seguinte. Chamo ele como testemunha. Desculpem, mas eu não sei o nome, não me lembro do nome. Então, tudo público. Não tenho o que esconder. Tudo público, tudo noticiado, tudo divulgado. Agora, eu não tinha como, naquele momento, alguém me perguntar se o senhor fez ou não fez... Eu posso ter falhas na hora da informação, porque esse detalhe... Vocês imaginem quantas visitas eu faço a cada semana, a quantos Municípios eu vou? Então é muito difícil esse processo de memorização, principalmente quando a gente não tem tanta intimidade com as pessoas.

Então eu queria começar com esse relato, queria me colocar à inteira disposição dos Srs. Senadores, queria humildemente pedir o meu direito constitucional da inocência até que se prove o contrário. Eu não posso ser condenado sem nenhuma prova, eu não posso ser acusado sem acusação, porque o possível acusador de ter pago nega. Eu não posso ser acusado de mentiroso quando leio para os senhores a nota taquigráfica da pergunta que diz se eu tinha alguma relação pessoal e da resposta: eu dizendo que não tinha relação, mas que já tinha tido contatos, já tinha tido eventos, vários, não foi só um, não. Tive nesse Jovem Aprendiz, tive em Goiás, de lançamento de Programa Jovem, tive nesse... E qual é o problema? Com a imprensa do lado. Todos esses eventos foram publicitados, estão nos jornais, estão em revistas. Eu não tenho o que esconder.

Era isso que eu queria dizer e muito obrigado pela paciência das senhoras e dos senhores Senadores e Deputados em me ouvir. Era isto que eu queria: esse ambiente onde eu tivesse o direito de falar sem ser editado; onde eu tivesse o direito de responder, mas que as pessoas pudessem me ouvir do começo ao fim; onde eu tivesse o direito de não ser condenado sem absolutamente nada que possa me condenar, muito menos a fama de mentiroso. Está nas notas taquigráficas, é só pegar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Sr. Ministro. A princípio a Mesa agradece a prestação de esclarecimentos, entretanto entraremos na fase de indagação, na ordem dos inscritos, sobretudo pelos autores do requerimento.

Quero pedir, solicitar, de forma muito humilde, aos assistentes que se encontram sentados na terceira bancada que, à medida que fossem chegando os Senadores e Deputados, cedessem os lugares para as autoridades. Se for possível, ficarei muito grato.

Com a palavra o ilustre Senador Alvaro Dias por cinco minutos a que V. Exª tem direito. V. Exª está com a palavra, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Primeiro, Sr. Presidente, cinco minutos é muito pouco, mas faço uma pergunta preliminar.

Li que V. Exª afirmou: "A Presidente pediu-lhe para permanecer, Ministro". É verdade?

O SR. CARLOS LUPI – É verdade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – A Presidente pediu?

O SR. CARLOS LUPI – É verdade.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Não pediu a V. Exª que pedisse ao Brasil perdão por ter mentido à Câmara dos Deputados?

O SR. CARLOS LUPI – Posso responder no final?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Porque, Ministro, eu até preferia que fosse um pingue-pongue, mas não há nenhum problema, já que a prática aqui é a resposta ao final.

V. Exª está subestimando a inteligência dos brasileiros. Os Deputados ouviram, eu ouvi, os brasileiros que sintonizaram os noticiários da TV nestes dias ouviram V. Exª afirmar taxativamente: "não usei este avião. Não usei este avião nem outro avião."

V. Exª leu parcialmente as notas taquigráficas. A parte em que configura mentira, que é crime de responsabilidade, e por isso estamos requerendo ao Procurador-Geral da República que encaminhe ao Supremo um pedido para investigação e julgamento, com perda de mandato e suspensão dos direitos políticos, se eventualmente comprovado o crime de responsabilidade.

V. Exª afirmou taxativamente que não viajou naquele avião e que não viajou em outro avião também. E V. Exª, de viva voz, agora, confirma que viajou, discute quem pagou, discute se tem relação com o Sr. Adair.

Sinceramente, não importa muito se V. Exª tem relação com o Sr. Adair, não importam também as relações pessoais de V. Exª, o sentimento de V. Exª, as declarações de amor que V. Exª faz, isso tudo não tem importância nesta hora. O fato concreto, a materialidade do fato é que V. Exª mentiu ao afirmar que não viajou naquele avião.

O seu assessor Ezequiel afirma que não pagou. O Diretório do PDT afirma que não pagou. A nota do Ministério diz que o Diretório do PDT pagou.

Também não importa mais agora saber quem pagou, quem não pagou. O crime de responsabilidade é consequência da mentira proferida por V. Exª na Câ-

mara dos Deputados, desrespeitando não o Parlamento apenas; afrontando a sociedade e se desmoralizando.

A permanência de V. Exª diante desse fato compromete o Governo e a Presidente Dilma. Não se trata de omissão, de conivência. Trata-se de cumplicidade. Se a Presidente pede a V. Exª para permanecer no Ministério, ela é cúmplice desses fatos.

Portanto, é indiscutível que V. Exª usou o avião e é também indiscutível que V. Exª afirmou que não usou o avião. Portanto configura o crime de responsabilidade.

Eu também quero aproveitar o tempo, Sr. Presidente, para fazer outras indagações.

O Tribunal de Contas afirma em relatório, no último dia 19, que mais de 500 relatórios de prestação de contas de entidades que receberam dinheiro do Ministério não foram apreciados. As irregularidades foram apontadas pelo Tribunal, que afirma: "O Ministério do Trabalho não fiscaliza, não cobra a prestação de contas". Esses casos estão sendo denunciados, os últimos, mas há tantos casos. Segundo o Tribunal de Contas, são 500 relatórios de prestação de contas que receberam dinheiro público, as entidades, e esses relatórios não foram analisados pelo Ministério do Trabalho e correm o risco de ficar sem análise por mais cinco anos.

Eu faço essa pergunta, porque V. Exª nomeou, no dia 13 de março de 2009, a Srª Ana Paula da Silva para exercer um cargo em comissão com esse objetivo de analisar os relatórios de prestação de contas.

Essa senhora foi nomeada por Erenice Guerra para ocupar o cargo de Diretora de Qualificação do Ministério, que é o cargo responsável por firmar e controlar convênios de qualificação profissional que costumam acabar, como nos últimos, como casos de polícia.

Essa senhora concorreu, pelo PDT, à Prefeitura de Bombinhas, em Santa Catarina, em 2004. Ela foi eleita vereadora, depois concorreu, em 2008, à prefeitura. E ela foi condenada pelo Tribunal de Contas – aqui tenho o acórdão, todos os documentos referentes ao que estou dizendo estão aqui, à disposição de V. Exª. Não prestou contas quando ocupou o cargo de tesoureira do PDT em Santa Catarina.

O Ministro Relator foi o Sr. Augusto Nardes, que condenou a Srª Ana Paula dizendo o seguinte: "Inferimos que não há comprovação de boa fé por parte dos responsáveis, especialmente em razão da revelia da Srª Ana Paula da Silva, bem como do não saneamento dos autos por parte dos respectivos responsáveis, Srª Ana Paula da Silva."

Após condenada pelo TCU, por se recusar a prestar contas, ela foi promovida no Ministério e a sua atribuição passou a ser exatamente

(...) e a sua atribuição passou a ser exatamente... Ela que não presta contas passou a fiscalizar as contas das entidades que recebiam recursos do Ministério do Trabalho. E mais, Sr. Ministro: em 2008, ela colocou o seu comitê na sede de uma ONG, Iaceco (Instituto Administrativo de Capacitação, Estudos, Controle e Organização), que recebeu R$284 mil em um convênio de R$450 mil com o Ministério do Trabalho. É pré-candidata à Prefeitura de Bombinhas em 2012.

Como explicar, portanto, que V. Exª nomeia, para fiscalizar contratos, para analisar prestação de contas, uma pessoa condenada pelo Tribunal de Contas por esse fato? É o mesmo que colocar o cabrito cuidando da horta, Sr. Ministro.

Sr. Presidente, mais uma indagação apenas: relativamente à denúncia da revista *ISTOÉ* sobre fábrica de sindicatos, a começar pelo Amapá, com sete sindicatos, para setores industriais inexistentes, segundo a matéria, são todos motoristas de uma cooperativa de veículos controlada por um parlamentar, que são os líderes sindicais. O Ministério foi avisado pela Federação das Indústrias, em 2009, de que o sindicato não tinha representação. A resposta do Ministério foi que não cabe ao Ministério apurar se os integrantes das entidades possuem indústria no ramo ao qual pretendem representar. O que ocorre, Sr. Ministro, é que, nesses três anos, foram concedidos 1.457 registros sindicais, e mais de 2 mil estão a caminho. Nos seis meses deste ano, o senhor autorizou o funcionamento de 182 entidades. O Ministério é mesmo uma fábrica de sindicatos, Sr. Ministro?

Há uma denúncia do sindicalista João Carlos Cortez, de que assessores diretos do Ministro, assessores do gabinete do Ministro teriam pedido a ele 60% do imposto sindical para regularizar sua entidade. Isso procede? O sindicalista mente ou ele diz a verdade? E é evidente que, se o senhor disser que o sindicalista mente, ele terá o direito inclusive de pedir uma acareação com V. Exª. Portanto...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, encerrou o meu tempo, tenho que ser disciplinado. Apenas, ao final, afirmo que hoje, pela madrugada, o jornal *O Estado de São Paulo* publica matéria afirmando que o dono do avião confirmou a versão do empresário sobre a viagem. O dono do avião alugou o avião para a viagem do Ministro ao Maranhão.

Eram as indagações que eu tinha a fazer, e apenas concluo, Sr. Presidente, dizendo que acinte é, sem dúvida, afirmar que não há aparelhamento no Ministério do Trabalho. Nós sabemos que há. Esse é o modelo. Não só no Ministério do Trabalho. É um modelo adotado pela Presidência da República, que loteou o

Governo, que constituiu capitanias hereditárias, com os seus donatários. Os partidos que apoiam o Governo se transformaram em donatários de capitanias hereditárias, e as administram como se fossem propriedades. Quem indica, por exemplo, o Delegado Regional do Trabalho neste ou naquele Estado é o partido do Ministro. Portanto, há...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito a V. Exª que conclua.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Há um aparelhamento visível, e esse aparelhamento do Estado brasileiro é a fábrica de escândalos de corrupção a que nós estamos assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Alvaro Dias, e consulto aos Srs. Senadores se vamos responder em bloco, ou seja, entraremos na fase de interpelações por três vezes, ou seja, três Senadores, e aí V. Exª responde.

(Intervenção fora do microfone: "De três em três".)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Então, na ordem de inscrição, tem a palavra a autora do requerimento também, a Senadora Ana Amélia.

V. Exª tem cinco minutos para fazer sua interpelação...

...V. Exª tem cinco minutos para fazer a sua interpelação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Jayme Campos.

Caro Ministro Carlos Lupi, Senador Renan Calheiros, eu também faço minha primeira pergunta sobre notícia veiculada pela televisão, ontem, Ministro, segundo a qual, na audiência em que V. Exª esteve com a Presidenta Dilma Rousseff, houve uma ligação viva-voz, por telefone, com o Presidente Lula, e ele teria feito uma referência para sua permanência no Ministério. Então, eu queria que o senhor dissesse se houve ou não essa ligação e em que tom foi a solicitação do Presidente Lula, se é que houve.

O senhor disse que querem demonizá-lo. Quem quer demonizá-lo? Por quê? Eu penso que também envolve questão partidária, porque, quando nós fizemos aqui o requerimento apresentado pela oposição e, antes que o meu requerimento tivesse sido apresentado, solicitando sua presença na CAS, para minha surpresa, porque em outros eventos, em outros casos como o do Ministro Orlando Silva, houve uma certa proteção, uma certa blindagem, e, no seu caso, os Senadores do PT, logo em seguida, apoiaram sua vinda para cá. O que está havendo? Que trato diferente é esse em relação aos ministros e ao ministro que ocupa uma Pasta como a sua?

Do ponto de vista administrativo, eu quero saber quantos convênios, Ministro Lupi, foram assinados pelo seu Ministério do Trabalho. Eu tenho informação de que são seiscentos convênios. Pergunto: Como é possível administrar, fiscalizar, avaliar o desempenho desses convênios para qualificação interna de mão de obra? Porque são milhares de reais que são aplicados e que não resolvem, aparentemente, o apagão de mão de obra que vivemos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, tem o polo naval, muito importante, para o qual é preciso buscar operários da Bahia, para trabalhar lá. Tudo bem que pode ser área especializada, mas, se essa qualificação está funcionando adequadamente, teríamos trabalhadores em cada região em número suficiente para responder a essa demanda. Não seria mais conveniente voltar ao sistema anterior? Porque são ONGs. Foi disseminado esse critério para que esses convênios sejam feitos com os Estados e os Municípios, já que, nesse caso, tem o controle do Tribunal de Contas e das outras instâncias, Ministério Público e as demais autoridades fiscalizadoras.

Conheço bem o seu partido, sou devedora de gratidão a Leonel Brizola. O Rio Grande do Sul tem formação histórica e o Brizola concebeu o seu partido, o PDT, como uma trincheira partidária ou partido da verdade coletiva e da verdade histórica. "O PDT [dizia Brizola] é a força brasileira, é o Partido Trabalhista de Vargas, o verdadeiro partido dos trabalhadores e não desses politiqueiros que andam por aí vendendo a nossa legenda." Palavras dele. E até, numa alusão ao sambódromo, que ele criou no seu Estado, ele disse: "Estou pensando em criar um "vergonhódromo", para políticos que, ao verem a chance de chegarem ao poder, esquecem os compromissos com o povo". E o Movimento de Resistência Leonel Brizola, numa nota divulgada pela imprensa, manifesta-se:

O Movimento de Resistência Leonel Brizola expressa sua profunda indignação com as notícias que revelam fatos desabonadores no âmbito do Ministério do Trabalho, que procuram atingir o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Brizola nos legou um partido limpo. É entristecedor ver a revelação de fatos que desabonam a trajetória de um partido político que sempre cultivou o trabalhismo e o nacionalismo como instrumento das lutas do povo brasileiro.

Nós, do Movimento de Resistência Leonel Brizola, conclamamos todos os pedetistas, em especial nossos parlamentares no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e Câmaras de Vereadores, nossos prefeitos e vice-prefeitos, que sempre cultuaram valores éticos e patrióticos, que manifestem seu

repúdio a este quadro que enxovalha nossa imagem e desmerece nossa história.

Eu faço isso pelo respeito que tenho ao Leonel Brizola e ao PDT, que, no Rio Grande do Sul, é um partido de excelência, e também em homenagem a grandes parlamentares aqui, Senadores Cristovam, Pedro Taques e Acir Gurgacz, que é o Líder da bancada; Miro Teixeira, meu amigo, Reguffe, Vieira da Cunha, do Rio Grande do Sul, Enio Bacci e Alceu Collares, entre outros pedetistas.

Então eu queria que V. Exª situasse a questão partidária, a questão de o próprio Conselho de Ética haver dito que não era conveniente o senhor permanecer na Presidência no exercício do Ministério, que poderia acontecer desaguar no que aconteceu hoje.

E o senhor falou muito aqui no papel da mídia. Ninguém é dono da verdade. O senhor imagina que é preciso limitar a ação da imprensa, Ministro, o senhor que teve um começo de história bonito, porque foi vendedor de jornal, teve uma relação...? Qual é o seu entendimento? Cada vez que acontece uma crise dessas, a imprensa sempre é alvo para limitação, cerceamento, uma censura à imprensa. Qual é o seu posicionamento em relação a essa questão de novo, destacando aí o papel que Brizola teve em relação à história do seu partido, o PDT?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora... V. Exª está inscrita aqui também como subscritora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Sim, mas eu não quero esperar a minha vez de falar. Não sei nem se vou falar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vai falar, sim. V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Infelizmente, tive que sair, Sr. Presidente, para uma reunião da Mesa e não vi a exposição total do Ministro Lupi. Vou deixar a minha inscrição mais para o final. Apenas gostaria de fazer um reparo aqui de forma muito respeitosa.

A Senadora Ana Amélia fez uma observação dizendo que o tratamento dado – e eu entendi – pela base dos partidos que apoiam o Governo Federal aqui, o tratamento dado ao Ex-Ministro Orlando Silva teria sido diferente do tratamento dado ao Ministro Lupi. Havia blindagem a ele e não há, segundo o que ela diz, teria havida a blindagem ao Ministro Orlando e não ao Ministro Lupi.

Quero dizer o seguinte, que o mesmo tratamento – não falo pelo Partido dos Trabalhadores, sou do PC do B – a mesma reação que tivemos em relação ao Ex-Ministro Orlando Silva estamos tendo com o Ministro Lupi. Aliás, as pessoas que se dispuseram a vir falar foram exatamente eles. O Ministro Orlando teve a mesma atitude, Senadora. O primeiro requerimento, nós tratamos por telefone, quando o Ex-Ministro Orlando ainda estava viajando, para ele vir aqui.

Então, não houve blindagem. Nós sempre prezamos muito pela transparência, pelo debate do assunto posto na ordem do dia. Acho que não procede a observação de que o tratamento...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas só tem um Senador do PT aqui.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Bom, respondo por mim, e estou fazendo uma observação em relação ao que disse a Senadora Ana Amélia...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E eu também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – ... que houve blindagem e que o tratamento foi diferenciado. O tratamento foi igual. Apresentamos requerimentos e aprovamos requerimentos. Fomos os primeiros a apresentar requerimento para que ambos viessem aqui falar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Vanessa, tendo em vista que a senhora se encontra presente, dificilmente a senhora terá condições de falar, porque são mais de quinze inscritos.

Com a palavra o ilustre Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos.

V. Exª tem direito à réplica, Senadora, se desejar fazer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No sistema democrático, a Senadora emitiu o juízo dela e eu não tive... Falei uma espécie de verdade.

O Ministro aqui, ao longo do tempo, quando falou: "É bom que se leiam e se entendam as coisas como elas são ditas". Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Superado.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy, por cinco minutos. Espero que cumpra literalmente, diante da ordem de inscrição, pois são vários Senadores que temos aqui inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Presidente Jayme Campos, prezado Ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego, primeiro acho muito importante a sua disposição de vir aqui e transmitir aqui o quanto quer a apuração completa da verdade, a busca da verdade. Acho muito importante que V. Exª possa, diante dos episódios havidos, do fato de que em praticamente todos os principais jornais do País,

nos últimos dias, inclusive hoje, se estampam contradições em relação às declarações que V. Exª agora, aqui hoje, ter oportunidade de esclarecer.

Pelo que pude ouvir e compreender de suas observações, V. Exª reconhece que, quando afirmou peremptoriamente ali que não tinha uma relação de conhecimento, de amizade com aquele empresário, V. Exª, agora e hoje,

pela primeira vez, pelo que eu pude perceber com muita clareza, reconhece que de fato aquele empresário viajou com V. Exª naquele avião, um avião que tinha um relacionamento com esse empresário contratado. E agora V. Exª já tem todas as informações. Então eu acho que V. Exª reconheceu. Mas cabe, quem sabe, na forma de V. Exª aqui dizer, até para bem responder ao Senador Alvaro Dias e à Senadora Ana Amélia: olhe, eu cometi de fato um engano – estou me colocando na posição de V. Exª. Sim, às vezes, a nossa memória, ao encontrar, nos deparar e conviver com centenas, milhares de pessoas no nosso dia a dia e encontros nos mais diversos lugares, todos nós, pessoas públicas, muitas vezes não reconhecemos de pronto todo e qualquer nome que...

As pessoas dizem: o senhor conhece tal pessoa? Tem bom relacionamento com ela? Em que circunstância? É natural que V. Exª possa ter esquecido um nome específico, tal. Mas eu acho que é importante esse esclarecimento. E hoje, felizmente, V. Exª tem aqui a oportunidade de esclarecer de forma cabal.

Acredito que o tenha feito já para a Presidenta Dilma Rousseff, ainda mais tendo ela, como declarou no início da sua exposição... Se é fato que a Presidenta o convidou para continuar como Ministro, então eu acho que ela deve ter compreendido isso, porque, obviamente, V. Exª deve reconhecer que para a Presidenta Dilma Rousseff, que deseja, da parte de seus Ministros, que sempre estejam falando a verdade, buscando a verdade. Então, se porventura houve um ou mais enganos, é preciso o reconhecimento muito claro de quais foram os enganos cometidos.

Então eu recomendo a V. Exª que deixe muito claro o que agora V. Exª tem a certeza do que aconteceu de fato, quais foram os enganos que V. Exª de fato cometeu, pelo que reconhece. Isso é fundamental do ponto de vista da sua relação com os Parlamentares, os membros da Câmara.

V. Exª chegou a citar-me pessoalmente como exemplo de pessoa que conhece. Eu sinto que gostaria até de conhecê-lo melhor, de que V. Exª pudesse, até como Ministro do Trabalho, conhecer em maior profundidade as reflexões que eu tenho com respeito ao Ministério do Trabalho.

Eu acho muito positivo que V. Exª tenha, ao longo do período desde quando iniciou a gestão com o Presidente Lula, no âmbito do Ministério do Trabalho, sido acompanhado de uma evolução muito positiva no que diz respeito à maior formalização de trabalhadores na economia brasileira, de um aumento real do salário mínimo, acompanhado de diversas outras políticas que colaboraram para que o Brasil enfrentasse as crises econômicas internacionais, como as de dois, três anos atrás, como a de agora, de uma maneira muito positiva. E eu tenho certeza de que V. Exª é parte importante disso. Quisera eu estivéssemos aqui dialogando sobre outros temas relacionados às questões de como ainda melhorar a participação da população brasileira em termos de oportunidades de trabalho e renda e, por isso, eu até lhe encaminho um trabalho que recém publiquei no mês de outubro, na *Conjuntura Econômica*, sobre os temas que gostaria de dialogar em maior profundidade com V. Exª e, por isso, encaminho-lhe esse exemplar da *Conjuntura Econômica* com um artigo meu sobre o qual, na oportunidade devida, quero muito dialogar com o Ministro do Trabalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Acho que, em bloco de três, o Ministro poderia responder já ao Senador Eduardo Suplicy, ao Senador Alvaro Dias e à Senadora Ana Amélia, que são signatários também desse requerimento.

V. Exª está com a palavra. Se fôssemos cumprir literalmente o Regimento, seriam dois minutos. Mas, nesse caso, V. Exª tem de seis a oito minutos, se possível, para responder às perguntas.

O SR. CARLOS LUPI – Obrigado. Serei bem sucinto e tentarei responder.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para pedir ao depoente, ao Ministro, que nos entregue a cópia da nota taquigráfica. Eu pedi uma cópia, a própria Secretaria pode tirar. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS LUPI – Já está sendo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Ministro tem uma cópia aí. V. Exª...

O SR. CARLOS LUPI – É que eu quero responder, aí vou ficar sem, só tenho uma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não, é só para tirar uma cópia.

O SR. CARLOS LUPI – Mas já está sendo feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Rapidamente chegará.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está chegando, perfeitamente.

O SR. CARLOS LUPI – Posso responder?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com a palavra o Ministro.

O SR. CARLOS LUPI – Vou repetir aqui, companheiro, amigo, Senador Alvaro Dias. Independentemente de divergências, o senhor sabe que tenho muito respeito e o conheço há muitos anos. Respeito seu direito democrático de fazer oposição e de pensar diferentemente da gente, porque isso é uma democracia.

Lerei mais uma vez as notas taquigráficas, em que foram respondidas, e algumas perguntas são respondidas. Lerei na íntegra, para ajudar.

Pergunta do Deputado Fernando Francischini:

"Não vou perguntar do avião [...]". [Isso foi antes da denúncia, foi na quinta-feira.] [...] acho que o senhor vai responder... se o senhor usou realmente... com esses valores liberados e com as prestações de contas não apresentadas, fica muito difícil. A opinião pública brasileira está inteira aqui hoje. Se o senhor usou realmente um jatinho desse, é um problema grave, um problema ético. Eu acho que o senhor tem que explicar... O Sr. Adair Meira [a pergunta] tem relação pessoal com o senhor? O senhor já esteve fora do Ministério com ele? Tem relacionamento pessoal, recebeu ele na sua casa [...] [frequentava a casa dele], viajou no jatinho [dele] alguma vez, viajou no jatinho alguma vez com ele?"

Resposta: "(...) Eu não tenho nenhuma relação [...]".

Aí eu acho que eu cometi um equívoco, eu deveria ter dito que não tenho nenhuma relação pessoal, que era o objeto da pergunta, e eu respondo um pouco ao Senador Eduardo Suplicy, mas eu respondi em cima da pergunta. Aí você contextualiza só a resposta sem a pergunta, fica difícil de a população entender. Absolutamente nenhuma relação pessoal. Aqui estou acrescentando, porque não fiz essa resposta na hora.

"Posso ter, e devo ter encontrado ele em algum convênio público", [em eventos]. Que como se faz esse convênio, se faz lançamentos públicos deles. Já fiz alguns lançamentos, centenas de lançamentos públicos de convênios e você pode ver a pessoa presente o convênio, que ele executa. Relação nenhuma!"

Repito: meu erro talvez tenha sido colocar relação pessoal. Não sei onde ele mora, nunca andei em aeronave pessoal dele. A minha resposta está na nota: nunca andei em aeronave pessoal dele, ele já respondeu que não tem aeronave, ele já respondeu que indicou para o Ezequiel a aeronave que iria alugar. Então, a nota taquigráfica...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – E acrescentou, Ministro: nem em outros aeronaves.

O SR. CARLOS LUPI – Sim, nem em outras aeronaves particulares.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Particulares, exatamente. E essa é uma aeronave particular.

O SR. CARLOS LUPI – A questão de táxi aéreo, amigo, é uma aeronave alugada...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É particular.

O SR. CARLOS LUPI – Mas é táxi aéreo.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas é particular, Ministro. Não é público, é privado.

O SR. CARLOS LUPI – Amigo, todo avião de carreira é particular. Todo avião da TAM, da Gol, que a gente voa é particular.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, essa tentativa de justificar o injustificável compromete ainda mais, torna isso ainda mais ridículo diante da opinião pública do País.

O SR. CARLOS LUPI – Tudo bem, Senador, é sua opinião e eu respeito. Estou tentando responder.

Quando eu disse isso aqui eu me referi a esse fato. Não tinha nenhuma denúncia apresentada, foi na quinta-feira anterior à denúncia apresentada. Eu disse que não tinha andado em avião pessoal nem dele, nem de ninguém. Pessoal. É diferente de você andar num táxi aéreo, é diferente de você fretar avião.

Mas o que o senhor perguntou, além dessa questão do avião?

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Em relação a essa questão do avião, Sr. Ministro, seria mais digno, da parte de V. Exª se viesse aqui pedir perdão por ter mentido ao País.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Senador Alvaro Dias, eu não menti. Primeiro, não dei nenhuma resposta sobre um avião porque não tinha essa pergunta naquele dia. A pergunta feita não foi essa. Esse fato surgiu na revista *Veja* de sábado, nobre Senador. Não existia esse fato.

Bom, tentando ainda...

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Ministro, contestar imagem, vídeo na TV. O Brasil viu. O Brasil viu.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Meu amigo, eu não disse, em nenhum momento, que não andei na aeronave. Peço que o senhor cobre e utilize uma frase minha dizendo que eu não andei na aeronave.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Mas foi o que nós ouvimos, Ministro. Talvez o senhor tenha pensado uma coisa e dito outra.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – A minha resposta está dada. A aeronave em que andei eu já relacionei no começo da fala, já relacionei como foi feito e acho que não preciso repetir.

Quanto à questão da Drª Ana Paula da Silva, ela não é fiscal, não trabalha na área de prestação

de contas, ela é Diretora de Qualificação. Diretora de Qualificação é quem formata, quem prepara os projetos de qualificação do Ministério.

Quanto à questão de condenação eu não tenho conhecimento, até porque todos os cargos comissionados do Ministério do Trabalho antes passam por um crivo para ver se não tem nenhum processo para poder ser nomeado. Então, não tenho conhecimento desse fato.

Fábrica de sindicatos. Isso é uma denúncia antiga que aconteceu por parte da revista *Veja*. Foi aberto inquérito e até agora nada se apresentou. Quero informar ao nobre Senador que muitas vezes há brigas sindicais, lutas pelo mesmo espaço, e isso gera algumas denúncias.

São as respostas ao Senador...

À Senadora Ana Amélia. Ligação Lula não teve, Senadora. Não é real.

Segundo, "quem quer endemonizá-lo?" É só a gente assistir ao que está acontecendo na televisão.

Questão partidária. Eu pedi licença justamente por causa dessa polêmica. Seiscentos convênios. São mais, cerca de mil e duzentos. Só que, Senadora, desde janeiro deste ano nós não fizemos mais nenhum convênio direto, nenhum convênio direto com instituições não lucrativas, porque nós, desde o final do ano passado, percebemos que não estávamos conseguindo responder à demanda que existia de cobrança para a prestação de contas.

Dessas cobranças de prestação de contas, 128 já foram entregues e estão no Portal da Transparência. Essas prestações de contas não vão todas para o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas é que seleciona algumas para examinar. Então, não existem quinhentos processos de prestação de contas em pendência. Existiam quinhentos processos com instituições, desde 2003, sem fins lucrativos. E como houve uma demanda anterior muito grande que ficou reprimida, nós, em 2010, não realizamos nenhum convênio novo. Todos que estão sendo executados agora ainda são de 2008 e 2009 que ainda não terminaram. Por isso estamos dando preferência para Estados e Municípios. Aliás, a maioria dos convênios são com Estados e Municípios e a maioria das instituições sem fins lucrativos são o Senac, o Senai e o Senar, nos Estados.

Ao Senador Suplicy, estou à disposição do amigo. Repito ao senhor...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sobre a mídia, o senhor não tem nada?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Sobre a ação da imprensa, Senadora, eu prefiro a pior das difamações a silenciar a democracia. Eu acho que, por pior que a gente se sinta numa situação de injustiça, a gente não pode cercear o direito da liberdade de imprensa. A liberdade é uma conquista da sociedade, não de uma pessoa. A liberdade de imprensa é uma conquista da sociedade brasileira. Eu a defendo veementemente, penso que a imprensa tem que discutir um pouco e debater um pouco o direito de defesa, os espaços do direito de defesa, os espaços do direito de resposta. Normalmente, as acusações ocupam primeiras páginas e páginas inteiras e as respostas não ocupam vinte por cento daquilo que foi feito na acusação. Essa é a discussão que eu acho que precisa ser travada. Mas com tudo que possa haver de injustiça, eu defendo que não haja nenhum cerceamento ao direito de imprensa.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Ainda tenho só mais uma resposta.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, à sua esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu não entendi bem. Apenas para uma reprise, se for possível. O Ministro disse que nos anos de 2010 e 2011 não foi assinado nenhum convênio com entidade privada. É isso?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Desculpe-me. Eu cometi um erro e a senhor está me ajudando. Agradeço. Em 2011. É muita coisa na cabeça da gente. Em 2011. em 2010 houve. Desculpe-me. Agradeço sua intervenção, porque a senhora me ajudou. Porque realmente é 2011, ano vigente. Em 2010 ainda teve, poucos, mas teve. Por que teve poucos em 2010? Porque foi ano eleitoral e em ano eleitoral tem aquele período que você é proibido. Mas a senhora tem razão e errei nessa afirmação do ano. Na verdade, é o ano vigente.

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Acho que a sua correção não foi completa. No ano de 2011, o senhor assinou R$52milhões em convênios com a iniciativa privada.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Não, não. Deixa eu só esclarecer. Tem planos plurianuais que duram quatro anos e que estão renovados para esse período, que já foram feitos anteriormente. Estou dizendo novo convênio. Novo é o que começa neste ano. Então, você tem alguns convênios que já existiam, que são planos plurianuais de sistema nacional de emprego, de emissão de carteira de trabalho, de seguro-desemprego, com algumas instituições, que foram renovados. Isso existe, sim. Disse novos na área de qualificação profissional específica, que é o que foi perguntado.

Ao Senador Suplicy, para responder rapidamente, já disse e repito ao senhor que não disse, em ne-

nhum momento, que não conhecia. Eu não disse que tinha relação, respondendo à relação pessoal, que não tenho. Agora, o conheço, repito que o conheço e não tenho vergonha nenhuma disso. Por que teria vergonha e para que iria esconder algo que é público? Na página do Ministério do Trabalho tem todos esses eventos, nos convênios estão todas as fotografias, a imprensa publicou tudo, nesse jantar a que fui e que o Dr. Adair estava, tem fotos, tem jornalista que me entrevistou, não tenho o que esconder. No resto, estou à sua disposição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite, primeiro quero aqui observar que o Ministro respondeu, naquela ocasião primeira, que desde 2011 não havia contratos. Não foi erro. V. Exª respondeu. A Senadora Kátia pediu um esclarecimento, mas V. Exª tinha afirmado com correção. Podemos verificar nas notas taquigráficas...

A SRA. KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Não, Sr. Senador, ele disse 2010 e 2011.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Posso ter me equivocado. Se me equivoquei, corrijo. Não tem problema nenhum

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos continuar aqui naturalmente. Está concluindo as respostas aos três oradores inscritos inicialmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu queria, por uma questão de respeito ao Ministros Carlos Roberto Lupi, dizer que a impressão para os que ouviram o áudio que apareceu nas emissoras de TV diversas vezes foi que V. Exª teria afirmado algo que, agora ,reconhece que não foi exatamente o que tinha acontecido, no que diz respeito ao seu conhecimento e presença do empresário Adair naquele voo, naquela viagem, porque a sua negativa tinha sido muito peremptória ao responder.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – E anterior a isso, só para lembrá-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Portanto, que V. Exª agora reconheça o que, na verdade, inclusive foi estampado pelas emissoras de televisão, pela imprensa e pela própria revista *Veja,* que, portanto, tenha cometido um engano é relevante e importante. Queria deixar claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está ótimo. Prosseguindo, em permuta na lista de inscrição, diante da Senadora Ana Rita, que permutou com o Senador Demóstenes Torres.

Senador Demóstenes Torres, V. Exª tem assegurada a palavra para sua interpelação por cinco minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srªs e Srs. Senadores, indagaria a V. Exª Sr. Ministro, primeiro, também participou, fazia parte do transporte um avião Sêneca que acompanhou V. Exª? Houve uma versão de que o PDT e o Sr. Jackson Lago, já falecido, teriam efetuado pagamento dessa aeronave. Tanto o PDT desmentiu que fez o pagamento dessa aeronave quanto a família do Sr. Jackson Lago disse, inclusive, que ele não tinha recursos para efetuar o pagamento.

Como fazia parte, parte da comitiva viajava nesse avião, indagaria V. Exª se sabe quem efetuou o pagamento desse avião, uma vez que as fontes indicadas pelo Ministério e por V. Exª dizem que não efetuou o pagamento.

Segundo, V. Exª disse que estava em missão também partidária. V. Exª pode dizer se recebeu diárias do Ministério para fazer essa viagem e

Ministério para fazer essa viagem? E nós podemos acessar posteriormente as contas para verificar se V. Exª recebeu ou não diárias para fazer essa viagem?

Indagaria a V. Exª acerca de uma entrevista que foi dada pelo Sr. Adair Meira, no dia 15 de novembro, ao jornal *O Popular*, de Goiânia. Indagado:

O que o senhor achou de o Ministro Carlos Lupi dizer, em depoimento na Câmara, que não o conhece?

[Ele disse]: Ele está equivocado ou desmemoriado. Eu estranho muito quando o Ministro diz que não nos conhece. Ele está sobrecarregando a Fundação como se fosse suspeita. Parece que está dizendo: "Pelo amor de Deus, conhecer essa pessoa é a pior coisa do mundo". Ou ele está equivocado, quer dizer, não tem controle sobre o que fazemos e entregamos ou está sem memória.

[E ele disse mais. Disse o seguinte:] Não se trata uma pessoa assim [referindo-se a ele mesmo]. É preciso dizer essa verdade: eu acho que ele tem razões suficientes para dizer: "Eu o conheço, é uma organização decente, que faz, que entrega. Ele sabe muito bem que nós temos competência, tamanho, abrangência nacional. [E diz:] Se nós somos o maior executor do Ministério do Trabalho ou um dos maiores e ele não nos conhece? Como não nos conhece?

Eu acho que aí ele teria razão. Seria como o comandante da Aeronáutica não conhecer a Embraer, não é verdade? Ele está dizendo aqui que ele é o maior executor ou senão um dos maiores do Ministério, fato que nós não conhecíamos até agora. Imaginávamos que ele tinha um, dois, três convênios. E ele diz ainda mais: que ele tem uma rede – não se trata, portanto... –, que ele é dirigente, disse que não é dono, é dirigente da Pró-Cerrado e de uma rede chamada Rede Pró-aprendiz, que tem 61 entidades no Brasil. E aí ele vai tecendo comentários, dizendo que V. Exª o conhece e

o conhece bem, portanto, não podia ter esse lapso de memória inclusive em relação ao nome dele.

V. Exª confirma que essa ONG, a Rede de ONG é a maior operadora do Ministério do Trabalho ou é uma das maiores que V. Exª tem lá dentro?

Eu indagaria ainda a V. Exª acerca da matéria publicada pela revista *Veja*, mais especificamente sobre a ONG Oxigênio. A revista afirma:

Não é de hoje que as ONGs que firmam convênios com o Ministério do Trabalho são alvo de achaque de pedetistas ligados à pasta. Em 2009, a Oxigênio, que detinha contratos para a realização de cursos de qualificação profissional de trabalhadores em São Paulo, sofreu com o assédio. A exigência inicial era de 30% de um convênio de R$1,6 milhão. Quando a Oxigênio se recusou a pagar a propina, a pressão se intensificou.

"Você não tem defesa. Já prestou um serviço e sofre a ameaça de não receber. Se o sujeito te põe contra a parede, o que você faz?", afirma um dos dirigentes da ONG. Esse dirigente admire ter efetuado um pagamento de R$50 mil, em dinheiro, a um emissário do PDT na sede da entidade.

"Eles quiseram ainda mais, mas eu disse não. Quando você tenta resistir, sua vida vira um inferno".

Eu indagaria: V. Exª teve conhecimento desse fato antes da publicação da matéria da revista *Veja*? E se teve conhecimento desse fato, qual providência V. Exª tomou antes da publicação dessa matéria?

E por último, uma pergunta que o Senador Alvaro Dias fez e me parece que V. Exª não respondeu. Nesta madrugada, o jornal *O Estado de S. Paulo* publica uma matéria, assinada pelo jornalista Leandro Colon, intitulada: "Dono de Avião Confirma Versão de Empresário sobre Viagem". E diz que um dos sócios da Aerotec Táxi Aéreo confirmou ontem ao Estadão que o presidente da entidade Pró-Cerrado, Adair Meira, providenciou o avião King Air de sua empresa usado pelo Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em viagens oficiais a cidades do Maranhão em dezembro de 2009. Diz ele – entre aspas –: "O Adair foi meu cliente".

Eu indagaria se V. Exª tem algum controle dessa rotina ou confiava no seu assessor a ponto de delegar a ele essas missões. V. Exª fez isso de forma insciente ou admite que, em outras viagens pelo Brasil, pode ter usado outras aeronaves nas mesmas condições? São essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Na ordem de inscrição, Senadora Marinor Brito. V. Exª tem cinco minutos para sua indagação e interpelação. Após V. Exª, na ordem de inscrição, Senador Acir Gurgacz, Senador Taques, e vamos passar para quatro Senadores, e depois o Ministro responde.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todos. Queria, em primeiro lugar, dizer ao Ministro Carlos Lupi que eu não fui eleita pelo meu Estado para ter simpatia ou demonizar qualquer Ministro. A escolha dos ministros é da Presidenta Dilma. A minha é de fiscalizar o trabalho dos ministérios, atendendo um princípio que, para mim, é muito caro, que é o princípio da moralidade pública, do bem público e que o trabalho que vocês desenvolvem seja realizado com transparência e probidade. Essa é a minha função. Então, eu não estou aqui com a tarefa de ter simpatia ou não por qualquer Ministro ou mesmo de demonizar qualquer um. Agora, existem fatos, existem denúncias, e, como o senhor mesmo disse, eu não vou fazer nenhuma fala nem vou me movimentar sem contextualizar. Nós estamos aqui debatendo num contexto em que a Presidência Dilma tem, numa sequência, se desmoralizado diante da opinião pública e desta Casa, pelo menos no olhar de alguns parlamentares ou de parte dos parlamentares. Na sequência dessas defesas que ela tem feito a vários ministros acusados de corrupção, a gente vê a consumação da exoneração ou do "pedido", entre aspas, de exoneração dos ministros. É nesse contexto que a gente recebe o Ministro Carlos Lupi aqui. Então, não estamos aqui demonizando ou tentando encontrar chifre na cabeça de cavalo.

Eu vou lhe perguntar: a Presidenta Dilma acreditou, desta vez, no senhor? Porque ela acreditou nos outros também. Está descartada a possibilidade da sua exoneração, aliás, da sexta exoneração por denúncia de corrupção? Eu acho estranho o senhor falar: "Eu passei a tomar mais cuidados depois da denúncia." É obrigação ter cuidado com o uso do patrimônio público. É obrigação. O senhor, por um acaso, como perguntou aqui o Senador Demóstenes, recebeu diárias dessas viagens? Se recebeu diárias, vai ter de devolver pelo menos uma parte delas, porque o senhor disse aqui foi em missão institucional e em missão partidária, e em missão partidária não pode ter diária, tem que devolver, se as recebeu.

O Senador Alvaro Dias apresentou aqui mais uma denúncia relacionada ao Ministério que envolve a Srª Ana Paula Silva, que é diretora de qualificação, como o senhor diz. Diante desse dossiê, desse acórdão publicado com a sentença – o senhor disse ainda há pouco que não desconhecia –, diante disso, o senhor vai exonerar a Srª Ana Paula Silva? Olha, eu acho que é preciso deixar claro aqui, e talvez a fala da Senadora Ana Amélia tenha uma preocupação com o comportamento, senão, Vanessa, de toda a base aliada, mas pelo menos de parte dela, de como uma parte da

base aliada tem se conduzido, sim, aqui, bloqueando as possibilidades e, em alguns casos – foi assim com o Zé Dirceu e com outros ministros -, tentando impedir que esta Casa exercesse o seu direito de indagar sobre denúncias. Nós temos direito. Aí, eu queria fazer uma referência muito positiva à postura, de pronto, do Senador Pedro Taques e do Senador Cristovam, que, diferentemente de alguns Senadores aqui, imediatamente, se colocaram à disposição de acompanhar isso e de ver a transparência do debate, a possibilidade do exercício da democracia, trazendo V. Exª aqui. Em momento algum, tentaram impedir a vinda ou se movimentaram nesse sentido. Querem transparência. Eu acho que esse é o sentido de momentos como este que estamos exercitando aqui.

Eu queria, por fim, dizer que têm muitas evidências e têm muitas frases que V. Exª disse neste período que estão aspadas nos jornais. Eu vou subscrever, como subscrevi outros, o pedido de investigação, porque não pode ficar por isso mesmo. É mais um ministro denunciado; é mais um ministro em que a Presidente Dilma diz que acredita; é mais um ministro que, por um determinado momento, o Governo anuncia que não vai exonerar, mas, na sequência, surge uma série de exonerações, inclusive a do ministro. É preciso acabar com isso. Os ministérios não têm de estar à disposição deste interesse mesquinho das relações promíscuas que o Governo tem tido com setores, com partidos e, em especial, com Parlamentares! Isso precisa acabar! Tem menina sendo violentada, passando fome, lá, no meu Estado, no Marajó! Tem gente morrendo de fome, morrendo de malária! É preciso acabar com isso!

Eu não vou, enquanto eu estiver aqui, negligenciar a minha função pública, a minha função de fiscalizar e de pedir providências. O PSOL está alinhado, não para demonizar, mas para exigir transparência e probidade, porque essa é a função de vocês! Se vocês não estão conseguindo exercer desse modo e a Presidenta Dilma está sendo conivente, vocês vão ter de responder por isso! Inclusive ela.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou apenas pedir a V. Exª para encaminhar ao Ministro Carlos Lupi o dossiê com o acórdão e a sentença de condenação da Srª Ana Paula, para que o ministro possa conhecer todos os detalhes desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito a V. Exª que o entregue à funcionária da mesa para que seja passado às mãos do Ministro Carlos Lupi.

Vamos prosseguir com a nossa audiência.

Na ordem de inscrição, com a palavra o Senador Acir Gurgacz. V. Exª tem cinco minutos para fazer a sua interpelação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Saúdo o Sr. Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, demais Senadoras e Senadores, saúdo nosso Ministro Carlos Lupi.

Agradeço a sua presteza, Ministro Lupi, em vir aqui, ao Senado. Aliás, antes de ser convidado, o senhor já se colocou à disposição, querendo vir aqui, ao Senado, assim como fez na Câmara dos Deputados, para dar as suas explicações e a sua versão aos fatos. Isso mostra a sua tranquilidade e a sua vontade de transparência, assim como nós todos aqui, do PDT. Nós nos sentimos tranquilos e felizes por V. Exª estar aqui, fazendo as suas colocações da maneira como realmente V. Exª o fez.

Eu quero cumprimentá-lo, Sr. Ministro, pela sua administração à frente do Ministério do Trabalho. Ao longo dos anos, junto com o ex-Presidente Lula, e hoje, junto com a Presidenta Dilma, V. Exª tem feito um trabalho muito importante para o nosso País, tem feito um trabalho de geração de emprego. É o grande problema que nós temos no Brasil, e essa geração de emprego é feita exatamente em função de um plano de governo, plano de governo em que o PDT esteve junto com o PT na campanha de 2006 e 2010.

Portanto, esse trabalho que V. Exª faz, que a sua equipe do Ministério do Trabalho faz à frente dessa Pasta tão importante deixa o PDT muito tranquilo, honrado e feliz por esse resultado.

Portanto, Ministro, nós estamos aqui para dar o apoio a V. Exª, para que continue esse trabalho que é importante para o nosso País, é um trabalho importante para o nosso Partido, porque sabemos do seu empenho, sabemos da sua vontade de trabalho, da sua lisura e da sua presteza em vir aqui, conversar rapidamente e dar a sua versão aos fatos. Mostra a sua imparcialidade, mostra que realmente V. Exª quer colocar tudo a limpo e vem aqui com o peito aberto, como V. Exª coloca, para dar as explicações e atender a esta Casa, que é parte da democracia do nosso País.

Portanto, a minha colocação é só nesse sentido: cumprimentá-lo e dizer que eu tenho uma plena confiança no seu trabalho. Estou firme consigo nessa luta para que possamos passar esse momento, que é importante para a democracia brasileira, é importante para o Ministério do Trabalho e também para a nossa Presidenta Dilma.

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco. DEM – MT) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz e vamos a mais um Senador para fazer as suas indagações e interpelações.

Na ordem de inscrição, o Senador Pedro Taques está com a palavra, por cinco minutos.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, Sr. Ministro, companheiro do PDT, membros do PDT que aqui se encontram, temos duas situações que estão, penso, sendo embaralhadas aqui. Uma é a situação jurídica. Essa questão jurídica fica para os momentos apropriados das agências estatais como Polícia Federal, Ministério Público, e lá a presunção de inocência é um direito fundamental pela qual todos nós lutamos.

O segundo momento, é a questão política. E esta Casa está fazendo uma avaliação política. Quando se fala em política, se fala em confiança.

Eu sou do PDT e tenho muita honra em ser do PDT, tenho muito honra em ser do PDT, mas penso que a sociedade brasileira e este Governo não detêm mais a confiança em o PDT estar mais nesse Ministério. Não há república sem confiança. Por isso, com toda lealdade a V. Exª, disse isso ontem à noite, entendo que o PDT deva se afastar do Ministério, porque o PDT já não mais detém a confiança da sociedade brasileira neste Ministério.

É a minha opinião como Senador da República, e fui eleito para isso. Penso que a questão jurídica será tratada a seu tempo, e o tempo jurídico, o tempo do judiciário, o tempo da Polícia Federal é um tempo totalmente diferente do tempo político. Politicamente – e eu não quero tratar de oposição e situação – esses fatos são graves. Eu não quero fazer prejulgamento, porque eu não sou jurista neste instante para fazer prejulgamentos. Agora, politicamente, eu entendo que esses fatos são graves e estão a merecer uma maior investigação.

Esse é um ponto.

Em uma frase muito interessante, Aristóteles diz que gosta muito de Platão, mas gosta mais da verdade. Politicamente, nós precisamos de algumas verdades. Então, com respeito ao trabalho que o senhor exerceu no Ministério, com respeito ao Partido do qual nós dois fazemos parte. Com muita honra, o senhor há mais de 30 anos e eu há pouco mais de um ano.

E vim para o PDT, conversei inicialmente com o senhor, em razão da confiança ao senhor, mas politicamente nós não temos mais condições de exercer esse Ministério. A questão jurídica nós vamos debatê-la no foro apropriado. Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Exª, a não ser sustentar que nós, do PDT, devemos nos apear deste Ministério, porque partido político é muito importante. Não há democracia sem partido político. Agora, mais importante que partido político é a defesa do patrimônio público, é confiança que deve existir dentro de uma república.

Tenho absoluta certeza de que V. Exª respeita a minha posição, como respeito a sua de não sair do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –Concluída a interpelação e indagação do Senador Pedro Taques, gostaria de dizer ao Ministro que S. Exª está com a palavra para responder aos Senadores Demóstenes Torres, Marinor Brito, Acir Gurgacz, que manifestou apoio a S. Exª, e também em relação à manifestação do Senador Pedro Taques.

V. Exª, Ministro Carlos Lupi, está com a palavra.

O SR. CARLOS LUPI – Obrigado.

Começando com o Senador Demóstenes Torres. Muito obrigado pelas perguntas. Admiro a sua coragem de enfrentar a adversidade que o senhor enfrentou e está aqui firme, lutando pelas suas ideias, lutando pelas suas causas. Tenho muito respeito pelo senhor, tenha certeza disso.

Sobre as três questões básicas que o senhor perguntou. Sobre a questão das diárias do Ministério, eu não posso afirmar, mas só foi uma diária na sexta-feira.

A SRª – (Fora do microfone)

O SR. CARLOS LUPI – Bom, eu tenho que pegar os detalhes depois e a gente apresentar, porque não posso afirmar uma coisa sem ter informação.

Então, a senhora, por favor, depois a gente encaminha tanto ao Senador quanto à Senadora Marinor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas recebeu?

O SR. CARLOS LUPI – Alguma recebi, sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Vai devolver?

O SR. CARLOS LUPI – Se estiver irregular, devolvo. Tenho que verificar, não posso afirmar porque não tenho esses dados aqui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas foi também em missão partidária.

O SR. CARLOS LUPI – Mas tinha também ação ministerial. Todos os dias tinha. Mas, se estiver irregular, devolverei sem nenhum problema. Vou verificar e respondo ao senhor em seguida.

Quanto à questão da afirmação...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Do avião Seneca.

O SR. CARLOS LUPI – Bom, do avião Sêneca, a responsabilidade da estrutura, repito aqui, foi do Estado do Maranhão. Tirando esse, pelo que o Senador Alvaro Dias disse, eu não li a matéria, quando o empresário...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – O Estado que V. Exª diz é o Governo do Maranhão?

O SR. CARLOS LUPI – Não, não. Estávamos fora do Governo. É o PDT do Estado. É o PDT do Estado do Maranhão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas o PDT diz que não pagou, Ministro?

O SR. CARLOS LUPI – Meu irmão, mas aeronave foi cedida, foi doada. Estou pegando, depois o Everton, que é Deputado Federal está com esses dados, e pode... Foi uma doação de um dono de aeronave no Maranhão pelas relações que ele tem com o partido lá, que cedeu oficialmente essa Seneca. Tem todo o traçado do voo, tem o piloto confirmando isso. Tem todo esse processo normal e natural, e qualquer um de nós pode ter uma aeronave cedida para deslocamento.

Bom, quanto à questão da entrevista do Dr. Adair, daquilo que a Senadora Marinor também falou, o Alvaro Dias e o senhor, sobre a questão do Dr. Adair, repito aqui aquilo que já falei no início da fala. Quero só, para não cometer mais qualquer tipo de erro, a Assessoria me informou que o que eu li aqui é a degravação, não é ainda a nota taquigráfica, porque ainda não está à disposição. Nós pegamos a fita e degravamos a fita, só para não cometer o erro que eu falei primeiro notas taquigráficas. Não é a nota taquigráfica, é uma degravação da fita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu só pergunto, Ministro, acerca da fala dele, nesse jornal de Goiás, de que ele é o maior prestador de serviço do seu Ministério ou um dos maiores.

O SR. CARLOS LUPI – Eu não posso lhe afirmar. Só fazendo esse levantamento. Eu não tenho, mas me comprometo a fazê-lo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Mas, então, o que ele quis dizer que ele é bem conhecido no Ministério.

O SR. CARLOS LUPI – Eu nunca disse que o desconhecia. Eu, em nenhum momento disse. Eu não tinha a relação, como já falei na nota, que é a relação chamada pessoal, de amizade. É isso que quis dizer. Isso foi o equívoco. Eu devia ter colocado: não tenho relação pessoal. Aí pode ter sido um erro meu. Eu já comecei a fala pedindo desculpas porque não era essa a minha intenção. E já disse que já o conheço, que já tive alguns eventos públicos com ele, já estive, inclusive, num jantar, lá no Estado de Goiás, onde ele estava presente também. Eu não tenho problema nenhum. Não tem crime nenhum de a gente se encontrar com as pessoas, conviver com as pessoas. Qual o problema? E todos os processos de que ele participou dentro do Ministério foram de chamadas públicas.

Bom, agora, o quantitativo eu não tenho como informar, porque eu não tenho esse dado aqui neste presente momento.

Mas o que o senhor perguntou...

Bom, a denúncia apresentada pela revista *IstoÉ*. Eu, no dia seguinte... Desculpe. A denúncia anterior, da *Veja*, da Oxigênio e tal. No dia seguinte, dou entrada em uma solicitação à Polícia Federal; abri o inquérito administrativo interno para verificar essas denúncias; e está em averiguação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Mas V. Exª não teve...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Não, não. Nenhuma. Nenhuma. Absolutamente nenhuma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Só a partir da...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – A partir do momento em que foi denunciado pela revista. E eu, na segunda-feira – quer dizer, no próprio dia, porque sai na Internet no sábado, duas horas, uma hora –, quando tomei conhecimento disso, já me comuniquei, imediatamente, com o Ministro da Justiça e pedi para a Polícia Federal abrir inquérito. Esse inquérito está aberto e vai dar um resultado para saber a veracidade ou não. O que é estranho, Senador, é que quem denuncia não recebeu o dinheiro. Então, é muito estranho alguém denunciar que há algum tipo de corrupção se ela não recebeu o dinheiro. Mas a Polícia Federal está investigando.

Mais o quê? O que faltou?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Em relação ao avião (*fora do microfone*), à matéria publicada nesta madrugada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, confirmando que o cliente realmente...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Pelo que o senhor falou e está confirmando, a informação do Sr. Adair.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Que ele era...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – E a informação, o que o Sr. Adair declarou é que ele não pagou; que ele intermediou a aeronave para o Dr. Ezequiel, mas que não pagou. Então, ele está confirmando que o Dr. Adair não pagou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Não, me permita. V. Exª não leu a matéria...

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Eu não li.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Está entre aspas: "O cliente"... Quem é o cliente?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Aí, eu realmente não tenho conhecimento. Não li. Estou baseado na informação pública que o Dr. Adair deu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Além disso, ainda perguntei se isso era praxe; se V. Exª admite que, por ter delegado a assessores, como

nesse caso, a função de encontrar o avião, isso pode ter acontecido outras vezes.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Pouco provável, porque esses casos, quando acontecem, a gente normalmente faz toda a agenda ministerial do Gabinete do Ministro, a assessoria. Tanto é, Senador, que o senhor vai verificar que a minha ida para o Maranhão foi em uma aeronave de carreira. Ora, se eu tivesse qualquer intenção, eu tinha pedido para ir no voo fretado, não em um avião de carreira. Então, por que eu fui em um avião de carreira? Então, não tem muita lógica.

Todo procedimento que eu faço é um procedimento que todos do Ministério fazem. Temos uma coordenação de agenda, e essa coordenação de agenda é que programa essa agenda.

O que acontece? Normalmente, quando vou ao Estado, quando vou a um Município, nos fins de semana, também faço atividade partidária. E, quando há essas atividades partidárias, normalmente ou o diretório nacional é responsável ou o diretório estadual ou municipal é responsável.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Como tenho direito a réplica, faço só mais duas perguntas. Como, nos fins de semana, V. Exª tem atividade ministerial e partidária, V. Exª admite que pode ter recebido, em outras ocasiões, diárias também do Ministério?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Não, eu não posso afirmar, porque tenho que verificar. Mas penso que é pouco provável que eu o tenha feito, porque a minha equipe, nessa área, é muito eficiente. Só verificando. Não tenho como.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – E a segunda questão: V. Exª disse que a Presidente Dilma pediu para V. Exª permanecer. V. Exª podia dar detalhes dessa conversa, de como foi?

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Olha, uma conversa entre a Presidente e o Ministro tem que guardar confiança recíproca.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO) – Perfeito.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Então, a lealdade tem que ser a marca do caráter de um ser humano, como o senhor a tem, e de muito caráter. Eu só posso me limitar a dizer que ela pediu que eu continuasse.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO. *Fora do microfone*.) – Perfeito. Obrigado.

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Agora, temos também os questionamentos da Senadora Marinor.

Já respondi algumas, quando respondi ao Senador Demóstenes sobre a questão da aeronave.

A questão da demissão está descartada. Não sei, porque o meu cargo de confiança é da Presidente. A qualquer momento, qualquer um dos 37 Ministros pode ser nomeado ou pode ser demitido. A função é exclusiva da competência da Presidente. A população, quando a elegeu, outorgou a ela essa confiança.

Quanto à questão do maior cuidado, eu quis dizer para a senhora que, nessas questões das viagens, alertado que fui, em alguns momentos, passei a ter mais cuidado do que o habitual na questão de viagem. Por quê? Nós somos humanos, Senadora. Às vezes, você tem alguns companheiros em algum Estado, que você entra no carro e que você não sabe nem quem está do teu lado dirigindo. Às vezes, você vai a locais públicos, em almoços, em jantares, que você não tem como dar do quantitativo de pessoas que estão, quem elas são, como são.

Então, toda pessoa de vida pública – e a Srª Senadora sabe disso – pode estar sujeita a cumprimentar alguém que esteja fora da lei, e ser usado aquilo contra a gente; a estar usando um carro que esteja com algum tipo de irregularidade, não estar pago o IPTU. Então, eu passei a ter mais cuidado, porque a gente, na função pública, sofre sempre uma espécie (...)

A vida da gente é uma vitrine permanente; todo mundo fica acompanhando corretamente. O papel da senhora é esse mesmo, é fiscalizar, é acompanhar, é denunciar o que a senhora acha que está errado, mas é o meu direito também pensar diferente da senhora. Eu penso diferente. Eu acho, por exemplo, que o Presidente Lula marcou a história deste País. Eu sempre falo do Presidente com muito carinho porque sei que ele está passando por um momento muito difícil, mas ele é um guerreiro, ele é vitorioso. Ele vai vencer mais essa, porque os homens com natureza como a dele, com a força de fé que ele tem... Oitenta por cento da população brasileira que respeita e ama o Presidente Lula.

Eu tenho muito orgulho de ter participado do governo dele, muito orgulho mesmo. Tenho muito orgulho de ter sido escolhido pela Presidente Dilma para continuar esse trabalho.

Agora é óbvio, é claro, há cinco anos no Ministério você quando toma uma decisão, você sempre vai gerar... Há outras pessoas que não gostam da decisão tomada.

A política é assim. Quem tem opinião desagrada quem tem opinião diferente, mas isso não pode diminuir o convívio democrático, o respeito, a cidadania. Eu respeito o posicionamento que a senhora tem.

Acho que é isso.

Tinha mais alguma coisa? (Pausa.)

Queria agradecer ao Senador Acir Gurgacz a palavra de apoio, a solidariedade. Tenha a certeza de

que seu amigo não tem apego a cargo; ele tem apego a causa.

Eu tenho trinta anos de vida pública. Não são trinta dias. Já fui Secretário de Estado, já fui Secretário Municipal, já fui Deputado Federal. A minha vida sempre foi gerada por polêmicas porque sou um homem que tem opinião. Infelizmente, Senador, quando a gente opinião tem, a gente desagrada muita gente que não tem a opinião da gente.

Eu tenho a honra de dizer que em trinta anos de vida pública eu não tenho um processo contra mim. Um. Eu tenho a honra de dizer isso.

Eu tenho a honra de afirmar ao senhor. Às vezes eu exagero porque sou um "sangão" italiano. Então, isso é explorado contra mim. Estou tomando todo o cuidado para segurar o meu sangue italiano. O meu exagero é fruto de quem veio de muito baixo, Senador, de quem começou a trabalhar muito jovem, de quem perdeu o pai muito novo e que sabe que vencer na vida para as pessoas que têm a minha origem é muito mais difícil. A gente tem muita discriminação. Há muita gente que não gosta da gente sem conhecer. Eu peço: pelo menos me conheça para depois não gostar. Há gente que odeia a gente sem nunca ter conhecido a gente. O que é que eu posso fazer?

Sou daqueles que lutam até o fim. Minha vida é um permanente desafio, a cada dia.

Quando falou o Senador Alvaro, o próprio Senador Demóstenes: "ah! não teve o mesmo comportamento das bancadas", eu pedi ao Senador Pedro Taques, ao Senador Cristovam, ao senhor: chamem na hora e no dia que quiserem. Eu não tenho o que temer. Quem não deve não teme. A verdade, amigo, vence. Pode ter certeza de que ela vai vencer mais uma vez. Eu tenho muita segurança disso. Há os que são céticos, há os que são agnósticos, há os que são ateus. Eu tenho muita fé na verdade de Deus, e ela vence. É questão de tempo, mas ela vence. Tem que ter muita paciência porque às vezes ela demora, porque fica testando se a nossa fé é verdadeira.

Senador Pedro Taques, eu respeito sua opinião. O senhor sabe que nós, do PDT, o acolhemos de coração e de braços abertos. O senhor sabe que, no momento da sua candidatura, o tipo de pressão que a gente teve até para rifar sua candidatura. O senhor sabe que eu dei a palavra ao senhor. No primeiro dia ,quando o senhor entrou no partido, o senhor fez um ato histórico, que eu nunca vou esquecer. O senhor renunciou à função no Ministério Público. Renunciou. Não se aposentou, renunciou para acompanhar o Senado com apenas 3% de aceitação popular. O senhor ganhou a eleição pelos seus méritos. O senhor ganhou a eleição pela sua competência, pela sua respeitabilidade, mas dá ao teu amigo a chance de ele lutar pela verdade dele. Eu só quero ter essa chance. Eu só quero ter a chance de não ser condenado sem provas. Eu só quero ter a chance de mostrar à população que ela está falando com um homem digno, sério, pai de família, avô. Não está o cargo em função aqui. Não é o espaço de ser Ministro. Eu já fui durante cinco anos. Eu já marquei a história. Até quem não gosta de mim... Dei sorte, batemos um recorde de geração de emprego. Agora várias premiações internacionais estão acontecendo para programas do Ministério do Trabalho. Demos direito de registro às centrais sindicais. Isso incomodou muita gente.

A gente sabe que, quando a gente toma uma ação, implica reação. O que quero é pedir ao amigo, com toda a consideração e respeito que tenho a você – ao senhor, desculpe –, ao Senador, é que me dê o direito de eu mostrar à população que o que falam não corresponde à verdade. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/M – MT) – Continuando, pela ordem de inscrição, ainda há quatro Senadores inscritos.

Vamos trabalhar em bloco para concluirmos nosso trabalho, que, com certeza, serão feitas as indagações.

Pela ordem de inscrição, o Senador Cristovam Buarque. V. Exª terá cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Ministro, nós estamos aqui, pelo menos espero que todos assim estejam, porque temos causas e relações de amizade. Quero deixar claro aqui que, do ponto de vista de minha relação de amizade com o senhor, eu continuo absolutamente um amigo seu. Quero dizer que, com todas essas ambiguidades que possam surgir, com essas manipulações, com dúvidas, eu não tenho dúvida em relação à minha relação pessoal com o senhor.

Eu quero analisar um pouco, do ponto de vista das causas que nós temos e que são comuns, os argumentos para defender uma posição nossa em relação às causas que nós defendemos.

Quando, alguns anos atrás, nós nos reunimos, a Executiva do PDT, para decidir se entrávamos ou não no Governo, naquele instante, o senhor lembra, eu fui contra essa entrada. Eu achava que a entrada do PDT no Governo diluiria a nossa identidade, nos atrelaria a partidos tão maiores que fariam com que nós perdêssemos o conjunto das ideias que Brizola, Darcy Ribeiro e outros nos deixaram.

Eu quero reconhecer aqui que o seu desempenho no Ministério justificou ter entrado no Governo. O senhor cresceu, mesmo entre aqueles que o conheciam, durante o seu desempenho, fazendo coisas que o Senador Acir já disse. Eu, inclusive, acrescento a

adoção do relógio eletrônico de ponto, o que faz com que, neste País, desapareça um absurdo: o setor formal age informalmente. O senhor trouxe para a formalidade não só milhões de trabalhadores informais, mas também algumas empresas formais que tinham ações informais.

É por conta dessa grandeza do seu tempo de Ministro que, inclusive, durante alguns meses, foi o único Ministério que só tinha notícias boas no Governo, essa é a verdade. Geração de emprego, carteiras profissionais assinadas, regularização de centrais, tudo isso é por conta dessa posição da grandeza que o senhor adquiriu e o nosso Ministério adquiriu que eu defendi que deveríamos, usando o verbo do Senador Taques, um verbo um tanto do Centro-Oeste provavelmente: apear-se do Governo o partido. Eu não quero falar o senhor pessoalmente, porque o senhor pessoalmente depende da sua vontade e da vontade da Presidente, o senhor e ela. Então, não adianta a gente querer continuar insistindo, como, aliás, eu insisti juntamente com outros junto ao senhor.

Nós não podemos deixar que um Ministro que chegou a um tamanho que nos deixou orgulhosos e que, ao mesmo tempo, fez o Brasil funcionar melhor, de repente saia menor. Pode ser um trauma de quem saiu demitido por telefone, o que talvez seja a forma mais grave de sair menor, salvo sair por corrupção, salvo sair por denúncias de enriquecimento, como alguns tiveram. Até aqui não houve uma mácula sobre o senhor do ponto de vista de enriquecimento ilícito, como houve de outros. Até aqui não houve uma mácula do ponto de vista de dizer: "Eu o vi pegando dinheiro". Não houve nem uma, como houve de outros. Talvez por isso...

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) (?) – Sem nenhuma prova, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu disse: falaram. No caso dele, nem falam. Não falaram ainda. Por conta disso eu acho que seria...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC do B – CE)) – Podem falar até em V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Podem. É verdade. É verdade. É verdade. No caso do Ministro, não levantaram essa calúnia. Levantaram outros aspectos como acusações caluniosas, podem ter sido. Mas houve uma declaração de um Ministro que tinha aumentado o seu patrimônio não sei em quantas vezes com apartamentos. Pode ter sido calúnia, pode não ter sido. No seu caso não houve.

Talvez seja exatamente por isso que, diante de todas essas dúvidas que surgem, nós precisamos pensar se não é hora de o PDT, não falo o nome Lupi, apear-se – aliás, desse verbo o Brizola gostaria provavelmente – do Governo.

O Senador Demóstenes lembrou uma coisa boa. Não sei se mudou o quadro aqui. Aliás, chegou mais um. Agora tem um do PT. Tinha o Suplicy, que a gente sabe da independência dele. É sintomático que o PT não esteja aqui. Nós não vemos essa força dizendo que a sua necessidade no Governo é fundamental para continuar o governo. Eu temo que, de repente, a gente possa ter essa saída de qualquer maneira e num momento mais desvantajoso do que estamos aqui. Se fosse há duas semanas, seria ainda melhor. Mas, talvez, esteja na hora de entendermos que nós, o PDT, não vamos para a oposição. Não tem por que, do ponto de vista dos blocos ideológicos neste País, estarmos na oposição, mas eu não vejo por que estarmos dentro do Governo. A ideia seria o PDT apear e não indicar ninguém, mas não indo para a oposição, simplesmente dizendo: Presidente, naquilo que for fundamental para o Brasil – e o Governo atual tem muita coisa boa para o Brasil –, nós estaremos juntos. No que não for, estaremos contra.

E quero aqui dizer de público que nesses anos todos, Sr. ministro, eu não recebi um telefonema seu que votasse a favor ou contra nada. Sempre respeitou. É apenas isso, explicitado do ponto de vista das relações formais entre o partido e o Governo. Talvez essa seja uma solução melhor do ponto de vista daqueles que defendem uma causa. A saída permitiria nos reaglutinar na busca de uma identidade que está um pouco perdida. Aliás, falei aqui na grandeza do seu ministério e sua, mas quero falar outra. Quando o Brizola faleceu, a sensação que havia é de que o PDT acabaria. E o PDT não acabou, por seus militantes, mas sobretudo pelo seu papel de incansável coordenador. Inclusive devo ao senhor, pessoalmente, como a principal pessoa do partido que me fez candidato a presidente, provavelmente o maior cargo que vou ter na minha carreira, porque presidente eu não serei.

Então, tudo isso faz com que a gente tenha que proteger essa grandeza que foi adquirida pela sua figura e pelo partido. E, para isso, era bom sair de todos esses debates que estão sendo feitos entre palavras como "alugar", "indicar", "conhecer" ou "ser amigo pessoal". Sair disso e deixar que as coisas sejam apuradas pelos órgãos que o senhor convidou para apurar. As pessoas estão esquecendo que foi o senhor que pediu o Ministério Público, foi o senhor que pediu a Polícia Federal, foi o senhor que foi à CGU. O senhor fez tudo isso. Então, vamos deixar que eles apurem, sem necessidade de não só expor a figura do ministro, como também evitar que amanhã venham dizer que, por conta de ser ministro, pôde manipular as apurações.

Essa era a manifestação que eu queria fazer, Presidente – desculpe-me por passar um minuto. Do pondo de vista da relação pessoal, não tenho nada até aqui – poderá haver, como de qualquer outro aqui – que me afaste, não tenho nada hoje aqui, por causa das suspeitas que foram levantadas. Mas as ambiguidades que têm surgido, as dificuldades de explicação, as mudanças, de um dia para o outro, de como aprofundar as explicações deixam um clima que talvez seja prejudicial não a nossa amizade, mas, certamente, à causa que nós defendemos em razão de que estamos aqui na luta política.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cristovam.

Quero, antes de conceder a palavra a outro Senador inscrito, registrar a presença do valoroso amigo Zeca Viana, Deputado Estadual pelo PDT de Mato Grosso, presidente do diretório regional do Estado, que nos prestigia aqui, como também da Deputada Luciana Bezerra, do PSB.

Pela ordem de inscrição, concedo a palavra, por cinco minutos, ao ilustre Senador Inácio Arruda. V. Exª tem cinco minutos para fazer a sua interpelação.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero, primeiro, tratar da questão, meu caro Lupi, da participação dos nossos partidos no Governo.

Por qual razão? A primeira razão, V. Exª levantou muito bem. O senhor foi Ministro por cinco anos. O senhor pode largar isso amanhã, ir embora e pronto. O PCdoB não faz questão nenhuma de cargo nenhum, mas nós temos um compromisso, que é de natureza política. E eu considero o embate que está sendo travado no País de natureza política, porque, quando um bandido chega e faz uma denúncia caluniosa, mentirosa, sem prova, sem nada e usa isso para retirar um Ministro do cargo e permite ilações até dos amigos, imaginem o que os adversários farão! Se os amigos fazem ilação de que aquela suspeita caluniosa já é bastante evidente, imaginem o que os adversários vão fazer!

Eu considero, então, a batalha desse ponto de vista. A natureza é política, o enfrentamento é político, e os nossos partidos, querendo ou não, têm compromisso mais histórico com a causa em curso, que é a causa do Brasil. É por isso que estamos no Governo. Estamos no Governo porque conseguimos um governo no campo democrático, no campo popular e da esquerda que foi capaz de retirar 39 milhões de pessoas da condição de pobreza e miséria e colocar na classe média. Isso melhora a vida do povo, isso melhora a qualidade de vida. Nós poderíamos fazer um leque grande de informações para demonstrar o que ocorre no País, o que ocorre do ponto de vista interno e as relações externas que permitem ao Brasil estar numa situação e numa posição, hoje, de destaque no mundo inteiro, em todos os campos, em todos os terrenos, e com essa feição, de um governo democrático e popular.

Qual o objetivo central? O objetivo central, em última instância, é atingir o Governo, e o Governo é a Presidente Dilma, é atingir uma ex-guerrilheira, capaz, inteligente, que governa o País, que começa a baixar os juros de uma banca que nos rouba todo dia e não tem denúncia nenhuma do assalto que essa banca pratica, sem denúncia nenhuma do assalto que essa banca pratica contra o povo brasileiro. São bilhões, todos os dias, todas as horas. Não houve investigação sobre uma privatização sequer no Brasil. Vendeu-se a Vale do Rio Doce, com quatro bilhões em caixa, por três. É uma espécie de crime de lesa-pátria. Investigação zero.

Unanimidade da mídia a favor. Olha, aquilo era uma coisa maravilhosa. Não havia um senão.

Então, eu considero o embate de natureza política. E é nesses termos que o meu Partido apoia V. Exª. Ponto. Nós não vamos entrar nessa onda.

Olha o que afirma o Senador Cristovam. Não só a amizade com V. Exª, como pedetista histórico, porque ele é lá da velha guarda brizolista, digamos assim, lá da preparação do programa do Brizola para a educação, aquele lema fantástico que o Brizola usou na campanha de 89, mais recente de V. Exª.

Eu não tenho nada contra o Ministro. Contra o meu tinha uma calúnia, uma calúnia mentirosa, safada, covarde. Disse Shakespeare que de uma calúnia ninguém se livra. Nem V. Exª, nem eu, nem ninguém. O mais poderoso soberano é capaz de se livrar de tudo, menos de uma calúnia, de um safado e mentiroso calunioso.

Contra o senhor, nenhuma calúnia conseguiram produzir ainda, mas estão exigindo a sua renúncia, porque o senhor é a "bola da vez". O senhor tem que cair, o senhor tem que cair de qualquer jeito. Para isso, vão buscar criar dificuldades internas no seu próprio partido, dividi-lo, porque assim é mais fácil. Se for eu ou a Marinor pedindo, não tem problema. Mas imagina se alguém do PDT pede a sua queda? Divide o seu partido. Cria uma dificuldade terrível para V. Exª. Então, consideramos que não podemos aceitar esse tipo de investida que, em última análise, não se trata nem de V. Exª nem do PCdoB. Trata-se de atingir o alvo central, porque o passo seguinte é dizer: esta Presidente é desmoralizada. Esta Presidente é conivente. Esta Presidente acoberta a corrupção. Esta Presidente acoberta o desvio. Esta Presidente acoberta a malandragem.

Esse é que é o alvo. Temos de ter cabeça para isso – cabeça política, capacidade de raciocinar nesse cenário. Foi e é difícil tirar um Presidente que per-

mite que o povo eleve a sua qualidade de vida, que possa expandir as universidades e garantir ensino de qualidade para a população, que possa expandir o ensino técnico, que possa gerar carteira assinada e salário mínimo, que possa dizer que o salário mínimo no próximo ano vai ter um dos maiores aumentos da história. É difícil. Mas, quem sabe, umas calúnias que comecem sabotando o Governo por dentro, dividindo os partidos da base? "Retira o PDT; depois, vamos ver se retiramos outro. Vamos deixá-la sem apoio, porque, sem apoio, eu posso, quem sabe, até derrubá-la". Já tem gente que insinuou isto: "Quem sabe se a gente não derruba também a Presidente?".

O senhor lembra que um jornal anunciou que a Presidente, ainda na véspera da eleição, tinha mentido e defendeu isso o tempo inteiro, durante a campanha, para tentar desmoralizar, naquela cantilena de quem tem monopólio da verdade? A única coisa que eu peço a V. Exª é que nós – e o partido de V. Exª possa nos ajudar aqui, no Congresso Nacional – possamos democratizar uma das áreas que a gente não conseguiu tocar, que é democratizar a mídia no Brasil. Democratizar. Não queremos regular ninguém. Nenhum! Continuem do jeito que querem, mas queremos democratizar, permitir que todos possam dizer a sua verdade. Como o senhor apelou aqui, no começo da sua explanação, eu não quero ser editado na base da covardia, eu não quero ser editado. Eu quero que digam tudo o que eu disse, como o senhor está tendo oportunidade de dizer agora.

Essa é a nossa opinião. É uma opinião de natureza política. Nós enfrentamos o debate na política. Nós não nos acovardamos na política. Não peçam nunca isso do meu partido.

É isso que eu tenho para dizer para V. Exª, sustentando a posição de defesa que o senhor pediu a todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Inácio, até porque já mostrou a sua coragem e valentia, como nordestino e cearense. Aí é taco de Araraquara, cabra da peste.

Eu quero registrar, antes de mais nada, de forma toda especial e carinhosa, a presença do meu querido amigo – Senador eterno que será – Wellington Salgado, que nos honra também aqui com a sua presença. É bem-vindo aqui, Senador Wellington.

Com a palavra a ilustre Senadora Kátia Abreu. V. Exª tem cinco minutos para fazer os seus comentários e a sua interpelação.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria que os meus cinco minutos, Sr. Presidente, fossem os mesmos que os do Inácio Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª terá aqui, com certeza, a complacência da mesa e a generosidade...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ele foi merecedor e eu gostaria de pelo menos imitá-lo no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – ... permitindo a V. Exª pelo menos oito minutos.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Carlos Lupi, eu gostaria de contar aqui uma história sobre o Codefat, uma situação com que nós convivemos, há algum tempo, mais ou menos em 2008, 2009. Naquela época, o Codefat era composto por seis confederações patronais, seis confederações de trabalhadores e seis representantes de governo. Em 2008, estava-se finalizando uma presidência, num rodízio ético e acordado – nada escrito, mas apenas um compromisso moral – entre as representações tripartites na Presidência do Codefat. É uma coisa salutar o equilíbrio entre as presidências. O Governo já tinha passado. Depois, naquele ano, estava concluindo o mandato o representante dos trabalhadores, e, então, por justiça, a próxima presidência seria patronal, seria entre as seis confederações patronais. Antes tínhamos quatro, mas daqui a pouco eu chego lá, onde nós tivemos mais duas.

As seis confederações se reuniram e entenderam que a presidência, naquele ano, deveria ser da CNA porque a CNA nunca havia presidido o Codefat e, por justiça, a CNA poderia presidir o Codefat em 2008.

Feito o acordo e pensando que o acordo seria cumprido, nós, imediatamente, começamos a pesquisar na CNA o nome de alguém, de um técnico de excelência que pudesse nos representar na presidência do Codefat naquela época. Eu não podia por conta do mandato presidir o Codefat, mesmo sendo Presidente da CNA, e, mesmo que pudesse, não tinha o desejo e muito menos o tempo necessário para me dedicar a um conselho que administra tantos recursos importantes do País.

Selecionamos uma pessoa da maior capacidade, que não gostaria aqui de expor porque foi uma situação constrangedora para essa pessoa. Mas, com a aprovação de todas as confederações patronais, em que pese eu não precisar ter feito isso, em consideração e zelo peguei o currículo do cidadão, distribui para as confederações patronais para saber se todas estariam de acordo com o currículo para presidir o Codefat.

Para a nossa surpresa, tivemos um arranjo desfeito, com apoio dos votos do Governo e com o apoio dos votos dos trabalhadores, e elegeu-se uma confederação patronal, recentemente criada, às pressas, pelo Ministério do Trabalho.

A CNA, a CNI, a CNC e a CNF, dos bancos, as quatro confederações, fizemos uma renúncia pública a nossa vaga no Codefat em repúdio à truculência que foi praticada pelo Ministério do Trabalho e, à frente, o Ministro Lupi. As quatro mais velhas, mãos antigas, que têm como braço principal na qualificação profissional deste Pais os quatro "S", renunciamos ao Codefat, pelo golpe aplicado e um acordo quebrado, repito, antes que venham dizer que esse acordo não estava escrito.

Muitos acordos nesta Casa são feitos todos os dias e não precisa escrever. Na política não precisa de papel, precisa do fio do bigode, da dignidade, da transparência e da ética. Homem não precisa dar a palavra, mas quando der a palavra cumpra a palavra. Portanto, renunciamos ao Codefat e mandamos essa comunicação ao Presidente Lula, que nos retirou do Codefat.

O curioso de tudo isso é que uma dessas duas patronais é a Confederação Nacional de Serviços, que foi criada em dezembro de 2008 e, em agosto de 2009, já presidia o poderoso Codefat. Ela aceitou e submeteu aplicar um golpe em suas colegas parceiras porque não tem compromisso com a representação, porque elas são ilegais e sofrem Adin da Confederação Nacional do Comércio contra elas na justiça, porque a lei é clara. A vedação da criação de confederações por produto, mas o Ministério achou que podia, por uma simples resolução, criar federações e sindicato por produto. E a lei é claríssima ao dizer que as confederações e federações precisam ser territoriais, uma em cada Estado do Brasil.

Mas essa, que em apenas um ano de criação virou a Presidente poderosa do Codefat, tem apenas seis federações, enquanto que a CNA, a CNI, a CNC e a CNF, dos bancos, têm 27 federações cada uma, uma representada em cada Estado do Brasil há décadas. Dia 23 agora, com a presidência da Presidente Dilma, a CNA fará 60 anos. Mas o Ministro achou que a CNA não poderia presidir o Codefat, mesmo tendo uma representação extremamente técnica.

Se não pudesse ser a CNA, por que o Ministro poderia entender que o Presidente era da oposição ao Governo? Poderia ter sido a CNI, poderia ter sido a CNC, poderia ter sido a CNF, poderia ser qualquer patronal, mas não um golpe aplicado na última hora, na calada da noite e que fez com que nós quatro, as quatro mais velhas se retirassem do Codefat.

Ele foi maior do que todas elas, ele quis ser maior do que todas elas e, numa atitude de humilhação dessas federações, deixamos todos os recursos lá, sem vigilância, apenas com as centrais dos trabalhadores. E não quero aqui diminuir as centrais dos trabalhadores, absolutamente, mas nós sabemos, está aqui

Absolutamente, mas nós sabemos, está aqui, feito pelo Contas Abertas, contratado pela CNA, todos os recursos passados pelas Centrais dos Trabalhadores. E nós sabemos do comprometimento e da dependência que, infelizmente, isso traz dos recursos financeiros.

Mas a Confederação do Turismo, também criada às carreiras em 2009, tem apenas seis federações, ao contrário das quatro, que aqui disse que têm 27 federações em todo o Brasil. Mas ele ainda precisava de mais quatro para completar, porque o Conselho é tripartite, é paritário: Governo, trabalhadores e empregadores. O que aconteceu? Ele convidou a Fenaseg. Ilegalmente, a Fenaseg foi convidada para fazer parte do Conselho, que a Federação das Seguradoras do Brasil, que é uma federação, não é uma confederação, não é uma confederação. Ela não poderia estar lá nesse lugar, representante do Codefat.

Então, quero anunciar a todos que, hoje, no Conselho do Codefat, temos seis representantes do Governo, temos seis representantes dos trabalhadores e temos cinco dos patrões, porque não conseguiu completar as seis vagas do patronato.

Hoje, estão lá as duas criadas às pressas, sem representação, com insegurança jurídica e as duas têm ação da CNC do Supremo Tribunal Federal, CNS e CNTur, está lá a Confederação do Transporte, Presidente é o Senador Clésio, está lá a CNS da Saúde e está lá a Fenaseg, que não podia estar lá sendo representada, em que pese todo o respeito que tenho por esta federação.

Outra coisa curiosa, Ministro Lupi, é que o Sindicato dos Produtores Rurais, por exemplo, e é igual para todos os demais.... nós já pedimos a criação de sindicatos, 48 sindicatos pendentes no Ministério do Trabalho. Desde 1971, nós temos pedidos de sindicatos para serem registrados, porque basta uma junta governativa em uma cidade, convoca-se eleição, em qualquer sindicato é assim, trabalhadores ou patrões, e cria-se um sindicato rural ou cria-se um sindicato dos demais setores. Mas são 48 apenas, e nós, desde 1971, temos pendências. Nos últimos três anos, nós só conseguimos registrar três sindicatos de produtores rurais. Ao contrário da Confederação dos Serviços e da Confederação do Turismo, não estou falando de sindicato, não. Eu estou falando de uma confederação que pegou o Brasil inteiro. Não foram nem seis meses para criar essas duas confederações de fachada, fajutas, que não representam nada e nem ninguém. Eu desafio uma visita a cada uma das federações nesses seis Estados e aos sindicatos que compõem cada uma delas. Desafio de público uma visita em cada uma. Não existem. São todas de fachada para expurgar as quatro

confederações respeitadas pelo Brasil, que administram os "S" mais importantes do Codefat neste País.

E tem mais, em setembro de 2011, depois de várias tentativas amigáveis do Ministério do Trabalho para que nos entregasse: quantos sindicatos dos trabalhadores foram criados no mesmo período? Zero de resposta. Zero de resposta. Oficializei a resposta em setembro de 2011, mas, com certeza, o Ministério está muito ocupado para responder a uma Senadora, para responder à CNA. Quantos sindicatos de trabalhadores foram criados nesse mesmo período?

Então, quero dizer a todos vocês que é assim que se encontra hoje o nosso Codefat, que administra bilhões e bilhões do seguro-desemprego, os recursos do BNDES e os recursos livres, que são objeto de que estamos tratando aqui hoje.

Mas gostaria ainda, Sr. Presidente, de dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para concluir, Senadora Kátia.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – ... Sr. Presidente, mais um minuto, por favor, porque sou a última e não temos mais oradores. Gostaria porque eu me dediquei, estudei, pesquisei, pagamos assessoria para ter esse comportamento aqui, não de acusação, mas estamos aqui com nosso direito justo de perguntar sobre as dúvidas que temos.

Sr. Presidente, gostaria de protocolar aqui um requerimento com V. Exª. Eu não faço parte da Comissão, mas peço aos Senadores que estão aqui neste momento, que fazem parte da Comissão, se puderem assinar comigo, eu gostaria de ter em mãos desta Comissão o Convênio de nº 6.0051, celebrado em 24/12/2007, com a Pró-Cerrado, no valor de 2.379 milhões. Este convênio foi celebrado antes da viagem ao Maranhão. E eu recebi uma denúncia muito consistente de que a nota que pagou a viagem desse avião está na prestação de contas deste convênio. Tomara que seja mentira, mas eu quero ver. Esse requerimento é para que essa prestação de contas detalhada deste convênio com a Pró-Cerrado... O avião é da Aerotec. A Aerotec é de Goiânia. Pró-Cerrado é de Goiânia. O avião saiu de Goiânia, passou em Brasília e foi para o Maranhão. Então, para que não fique nenhuma dúvida sobre V. Exª, nós queremos aqui, no Senado Federal, toda a prestação de contas detalhada deste convênio da Pró-Cerrado. Pelo número do convênio, V. Exª vai encontrar.

A última pergunta é a seguinte. Aliás, são duas. Além de tantas ONGs que receberam quase 20%... Apenas sete ONGs receberam 20% de todos os recursos de 2010, uma coisa extraordinária: Oxigênio, 10 milhões; Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos do DF – não é de São Paulo; é do DF... Eu nem sabia que tinha, Senador Cristovam, metalúrgicos em Brasília, no DF. Tem? Tem fábrica de carros em Brasília? Eu, sinceramente, não sabia. A nossa Capital tem muita variedade de produção, e eu, realmente, sou ignorante e não conheço o parque industrial aqui do DF. V. Exª pode nos esclarecer. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos do DF recebeu R$8.961.000,00. Mas eu queria saber do Centro de Cidadania Cidade Maravilhosa, do Rio de Janeiro, que, aliás, é um nome muito simpático, que recebeu 6 milhões e 306. Engraçado que ela existe há muito tempo, mas a coincidência é grande. Eu também recebi uma denúncia que essa ONG só conseguiu convênios com Ministérios em 2008 – uma coincidência que gostaria que V. Exª explicasse –, depois que essa ONG contratou para os seus quadros o Sr. Renato Pereira Simões, Secretário Estadual de Trabalho do Rio de Janeiro, entre 1993 e 1994, que, infelizmente, é um senhor que tem as contas reprovadas pelo TCU enquanto foi Secretário Nacional do Trabalho no Rio de Janeiro. Como um passe de mágica, depois da contratação desse cidadão pela ONG Cidade Maravilhosa, em 2008, essa ONG começou a assinar os seus convênios. Pode ser uma coincidência, mas eu gostaria de ouvir do Ministro a sua posição em relação a isso.

Por último, Sr. Presidente, eu queria uma explicação: o que justificou, qual foi o estudo feito pelo Ministério do Trabalho para que, em 2007, quando o senhor entrou no Ministério, que foi em março de 2007... Naquele ano, as ONGs receberam R$17 milhões apenas. Vamos ver quanto receberam os Municípios? Quarenta e sete milhões. E quanto receberam os Estados, os governadores? Cento e quarenta e seis milhões. Então, repito: governadores e Estados, 146; Municípios e prefeitos, 47; ONGs, 17. Isso em 2007.

Agora, vamos passar para 2010? Em 2010, os governadores, que antes haviam recebido 146, receberam 78, a metade, apenas três anos depois, uma redução de 146 para 78. E os prefeitos? Vamos ver os prefeitos. Os prefeitos tinham recebido 47 milhões e mantiveram praticamente 54 milhões. Tiveram um pequeno aumento. Agora, vamos ver as ONGs? Que coisa extraordinária! Em 2007, recebiam 17 milhões. Sabe quanto receberam em 2010? R$103 milhões. Isso dá um aumento de 582%.

A minha pergunta objetiva: da onde saiu essa decisão política? Da onde saiu essa decisão técnica? Por que optar pelas ONGs novas, novíssimas, sem tradição, sem conhecimento e reconhecimento nacional, fugindo da brigada do Tribunal de Contas com facilidade, diferentemente dos prefeitos e governadores, que passam e cortam 12 para fechar as suas contas nos tribunais tanto dos Municípios quanto dos

Estados e da União. E por que essa opção? Por quê, Sr. Ministro? Os governadores não eram capazes? Os governadores são corruptos? Não, não acredito que seja isso. As ONGs são mais limpas? As ONGs são mais transparentes? Eu gostaria muito de obter essa resposta. O que embasou essa decisão gravíssima de que fizesse essa transferência? Isso é a privatização do FAT. Agora há pouco, o Inácio Arruda reclamou da privatização da Vale do Rio Doce, que cresceu e é uma das maiores empresas do mundo, com a telefonia, no Brasil, todo sabe o que aconteceu, com as empresas de energia todo mundo sabe o que aconteceu. A privatização salvou o Brasil.

A Petrobras poderia estar muito mais, arrecadando muito mais se mais moderna fosse e mais aberta fosse. Infelizmente, veio um retrocesso.

Privatização é isso aqui, Senador Inácio. Privatização dos recursos públicos é isso aqui. É tirar de prefeito, tirar de governador e entregar para uma ONG que ninguém conhece e que tem dificuldade de fiscalização.

Agora, quanto aos governadores, através de suas Secretarias de Trabalho e Ação Social, com seus Sines, nos seus Estados, quanto poderiam ter feito? E por que os "esses" não? Por que os "esses"", em nível nacional, nunca foram chamados?

Engraçado, agora, o Ministro da Educação chamou todos os "esses" e o Pronatec nacional da indústria, do comércio, dos serviços e até da área rural vai ser feito com os "esses", porque têm notório saber, têm prática, têm história e são fiscalizados pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral, 24 horas. Eles estão instalados nos Senais nacionais e assim em todos os "esses".

O Ministério da Educação confiou nos "esses". Está confiando nos "esses", nos "esses" tradicionais, porque não existem outros "esses". Só existem esses quatro "esses" patronais.

Então, Sr. Presidente, eu ainda quero aqui, também, pedir a explicação: por que, em 2007, do seguro-desemprego do pescador artesanal, foram aplicados R$452 milhões e, em 2011, o seguro-pescador, que tem até um nomezinho diferente – seguro defeso – passou para 1 milhão e 264. E nós não precisamos, aqui, lembrar das denúncias que foram feitas por pescadores que declararam, no Pará, que nunca tinham visto uma vara de pescar, nunca tinham visto uma rede, nunca tinham visto uma canoa e que foram incluídos no seguro defeso.

Eu não tenho nada contra. Eu espero que pessoas pobres tenham acessado esses recursos, mesmo que irregularmente, porque pelo menos ameniza um pouco. Pessoas pobres consumiram, comeram com esse dinheiro. Mas como é que foi esse critério? Que tanto de pescador foi esse aumentado, no Brasil, de repente, desde 2007? Em apenas três anos, nós saímos de R$452 milhões para 1 milhão e 262 pescadores. Como foi essa política para encontrar essas pessoas?

Eu quero parabenizar se alguém conseguir me explicar, se V. Exª conseguir me explicar como é que tudo isso foi feito.

Então, eu encerro agradecendo a sua paciência e dizendo, antes que possa parecer qualquer mágoa com relação à questão do Codefat, que quero declarar que tem, sim. Tem mágoa, muita mágoa, porque nós fomos humilhados, nós fomos vilipendiados, nós fomos expulsos, porque quem tem moral tinha pedido a renúncia do Codefat. Só se nós não tivéssemos vergonha na cara, como muita gente não tem neste País, infelizmente. Gente poderosa que não tem vergonha na cara de mentir para o povo brasileiro.

Nós tivemos de renunciar ao Codefat diante do golpe aplicado a essas confederações.

Tem rancor, sim, porque os recursos do FAT são preciosos e nós tínhamos o maior prazer, a maior alegria em participar desse conselho, porque era um conselho de alto nível neste País.

Hoje, estão lá as confederações dos trabalhadores, que, repito, merecem todo o nosso respeito, mas coagidas, porque dependem dos recursos para sobreviver. E os órgãos de governo, que mal participam por lá, entregam tudo a cargo deste Ministro, que ainda, por enquanto, se encontra aqui, neste momento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – Senadora Kátia Abreu, V. Exª propôs o requerimento para ser encaminhado ao Ministério do Trabalho, em relação ao Convênio nº 60051, de 2,37 milhões.

Eu quero comunicar a V. Exª que, primeiro, a senhora tem de dirigir, em relação ao expediente aqui, à Comissão de Assuntos Sociais, por favor. E V. Exª, não sendo membro desta Comissão, de forma regimental, teria de pegar a assinatura de um membro desta Comissão para que nós possamos tomar as informações e, sobretudo, ter a resposta do Ministério do Trabalho.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Eu gostaria de pedir ao Senador Suplicy... Só um minutinho. Eu gostaria de pedir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra...

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, para uma questão de ordem, o Ministro Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI – Eu poderia, ser for conveniente para a Senadora, a gente aceitar e dar infor-

mações, independentemente de qualquer burocracia. Nós não temos o que esconder.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Mas é necessário que seja de forma burocrática. Eu faço questão absoluta e convidaria o Senador Suplicy, se for o caso, para assinar o pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – Ou Ana Amélia.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Ou Ana Amélia, para que nós possamos ver a prestação de contas desse convênio.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – Essa é uma questão regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tendo em conta até a iniciativa do Ministro Carlos Lupi, não há problema de assinar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está com disposição de assinar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O Ministro Carlos Lupi acaba de informar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – Eu peço que os Senadores...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...que ele prestará a informação.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Muito obrigada aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campo. Bloco/DEM – MT) – O Senador Eduardo Suplicy e Senadora Ana Amélia, assinem, por favor, esse requerimento para que eu possa fazer a leitura e aprová-lo neste momento, para que o Ministro dele tome conhecimento, assim como toda a sua assessoria aqui presente.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – E também o número do sindicato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos cumprir, regimentalmente, Senadora Kátia.

Requer, nos termos regimentais, que seja solicitado ao Ministro do Trabalho Emprego o envio da prestação de contas referente ao Convênio nº 60.051, da ordem de 2.379282,62, firmado em 2007, entre o referido Ministério e a Fundação Pró-Cerrado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Vou passar às suas mãos, se V. Exª me permite, de forma não tão burocrática.

Acho que não precisa ser a própria Comissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Tem a palavra o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu só queria que constasse que eu não sou nem suplente desta Comissão, não faço parte dela como titular, para prejuízo meu em razão da presidência do trabalho bem desempenhado por V. Exª, mas faço questão de apoiar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Diante do fato de que a Senadora Ana Amélia e o Senador Eduardo Suplicy o são, não tem por que V. Exª também não ser signatário neste requerimento.

Eu solicito à nossa secretária que passe o requerimento para que o Senador Pedro Taques o assine. Depois vamos entregá-lo ao Ministro Lupi, que, naturalmente, depois prestará a informação.

Concedo a palavra do ilustre Ministro.

Indago do Plenário, às Srªs e aos Srs. Senadores, se estão satisfeitos diante das informações prestadas aqui, ou seja, diante das indagações. Na ordem de inscritos, alguém quer fazer algum pequeno adendo para que o Ministro possa responder e nós concluirmos o trabalho e encerrarmos a presente reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Senador Jayme Campos, eu gostaria que ficasse bastante clara, prezado Ministro Carlos Roberto Lupi, a estranheza que aconteceu. V. Exª já se referiu a ela, mas acho que aqueles que estamos assistindo a esta reunião gostaríamos de ter isso ainda mais claro, porque quando da resposta dada ao Deputado Fernando Francischini com respeito ao Sr. Adair Meira, vou aqui repetir o que V. Exª disse: "Eu não tenho nenhuma relação, nenhuma, absolutamente nenhuma, com o Sr. Adair. Posso ter e devo ter encontrado ele em algum convênio público."

Vou me ater a essa parte.

Toda a imprensa brasileira, os meios de comunicação contrastaram essa observação com as reportagens e as fotos de V. Exª no avião, de V. Exª ao lado dele – é uma evidência – e depois com esse detalhamento que o Senador Demóstenes Torres mencionou, onde é dito pelo Sr. Almir José dos Santos: "O Adair foi meu cliente", disse à reportagem. Almir dos Santos, porém se recusou a informar se foi Meira quem pagou pelo aluguel do avião. Mas, de qualquer maneira, V. Exª há de convir que houve uma contradição nos termos enfatizados por V. Exª – "Eu não tenho nenhuma relação, nenhuma, absolutamente nenhuma, com o Sr. Adair" – e depois o fato das evidências – ele estar no avião ao seu lado e ter, conforme ele disse e V. Exª mencionou, afinal: "Como é que o Ministro Carlos

Lupi não reconhece a nossa relação porque, afinal de contas, eu sou responsável por uma das organizações que têm uma relação importante e há tempos com o Ministério do Trabalho?"

Eu coloco isso aqui com essa ênfase para que V. Exª tenha oportunidade de esclarecer, em profundidade, essa contradição, que certamente deve ter, por exemplo, sido objeto do diálogo entre a Presidenta Dilma Rousseff e V. Exª. Afinal, como explicar essa contradição em termos, ainda que V. Exª tenha aqui explicado a diferença entre conhecimento nenhum com pessoa com quem possivelmente tenha se relacionado, está bem?

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É só para deixar claro e dar a oportunidade a V. Exª para isso.

Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, a Senadora Kátia Abreu, para concluirmos os nossos trabalhos aqui. Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

A SRª KÁTIA ABREU (PSD – TO) – Sr. Presidente, é apenas mais uma informação aos colegas Senadores. O Ministro recebeu entre os dias 10 a 14 de dezembro de 2009, para ir ao Maranhão, três diárias e meia, no valor de R$1.736,90. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluindo os nossos trabalhos, antes de passar a palavra ao Ilustre Ministro Carlos Lupi, colocarei extrapauta, nesta comissão, o requerimento:

Requeiro, nos termos regimentais, que os Requerimentos nº 02, de 2011, e 08, de 2011, ambos da Cassaude, sejam contemplados em audiência pública, que será realizada no dia 22 de novembro de 2011, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, destinada a discutir a situação da saúde suplementar no Brasil, conforme Requerimento nº 37, de 2011 – CAS, de autoria do Senador Paulo Davim e, por tratar do mesmo tema, de autoria do Senador Humberto Costa.

Em votação o requerimento.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Concedo a palavra ao Ilustre Ministro. Olhe, estou chamando muito o senhor de Senador. Quem sabe, um dia, não vai ser Senador pelo Rio de Janeiro. Por que não?

Com a palavra o Ministro Carlos Lupi, para fazer as suas considerações finais e responder às demais interpelações e indagações feitas pelas Srªs e Srs Senadores.

Com a palavra o Sr. Ministro Carlos Lupi.

O SR. CARLOS LUPI – Obrigado, Senador Jayme Campos. Quero começar pelo meu dileto companheiro e amigo Cristovam Buarque. Eu já tinha respondido ao Cristovam? (Pausa)

Já tinha. Não, respondi ao Pedro Taques e ao Senador Acir. Ele falou depois. Por isso que está aqui anotado. Isso é que é um partido democrático. É isto que as pessoas têm dificuldade em entender: que nós podemos conviver com divergência de opiniões; é que nós podemos fraternalmente ter capacidade de pensar diferente. Essa é a diferença do nosso PDT. Ninguém persegue ninguém. Como o ssenhor falou, ninguém nunca ligou para senhor para votar assim ou assado. Como eu nunca fiz com o Senador Pedro Taques, como nunca fiz com o Senador Acir. Nós discutimos, nós debatemos. E nós, na opinião divergente, podemos manter a unidade, mesmo divergindo, porque esse é o processo democrático.

Eu divirjo do senhor, porque eu acho que o que está em jogo – o Senador Inácio falou um lado que achei interessante – é a causa que a gente representa, como o senhor falou. Mas, qual é o lado da causa hoje? Que lado é esse? Que causa nós representamos? Eu penso que o Presidente Lula representou para nós um resgate, com os possíveis erros que ele tenha, com falhas que o governo possa ter tido, com falhas que eu, com certeza, colaborei, na presença do Ministério do Trabalho. Mas ele marcou uma mudança do ciclo da macropolítica brasileira, na economia, na sociedade e na realidade brasileira.

A nossa ascensão, a nossa adesão, sem qualquer tipo de condicionamento ao projeto que representava e representa o Presidente Lula, foi uma adesão a uma causa, a uma causa de um trabalhador que veio do nada, de um nordestino que conseguiu fazer sucesso pela sua tenacidade, pela sua capacidade de trabalho. Eu acho que essa causa teve o sucedâneo dela feita pela Presidente Dilma, porque a Presidente Dilma é uma herdeira do trabalhismo também. Ela fundou o nosso PDT; ela foi uma mulher que sofreu nas torturas. Então, penso que nós estamos na causa certa, do lado certo e, mais, no Ministério do Trabalho representando a base essencial da história do trabalhismo.

Eu costumo dizer, Senador, que o trabalhismo tem duas pernas que locomovem o seu corpo. Uma é a pátria, cuja principal base é a educação do seu povo; e outra é o trabalhador que constrói a pátria brasileira.

Eu penso, divergindo dos companheiros, que a nossa presença no Governo é a afirmação dessa causa, porque nós estamos fazendo políticas públicas para avançar nessa causa. Nós estamos ganhando antagonismos, forças grandiosas que são contra o que a

gente pensa, porque nós defendemos essa causa. Se, no Ministério do Trabalho, fôssemos apenas mais um; se, no Ministério do Trabalho, nos conformássemos sempre com o *status quo*, com o sistema que tinha sido mantido em anos anteriores, com certeza o nosso papel seria zero. Acho que nós estamos conseguindo mudar essa relação. E, quando a gente consegue mudar; quando a gente dá, pela primeira vez, o registro das centrais sindicais; quando a gente luta pelo imposto sindical, Senador Cristovam, a gente luta porque ninguém questiona o imposto patronal. Ninguém pergunta: "Ah, é bem usado?" Ótimo que seja bem usado, mas ele precisa existir. E por que não o dos trabalhadores? Eu quero discutir com a sociedade isso.

Eu acho que o nosso papel, como partido, é ter a capacidade de, permanentemente, ser fiel e leal à sua história, mas saber, permanentemente, se atualizar. Então, penso que estamos na representação governamental, hoje, do Ministério do Trabalho e Emprego, ganhando poderosos inimigos, porque nós somos coerentes, porque nós somos leais à nossa causa, porque nós temos um lado: o lado do fraco, o lado do trabalhador. Nós temos um lado que está dando aumento real de 54% ao salário mínimo nos últimos anos. Nós temos um lado real em que os trabalhadores estão tendo acesso aos gabinetes ministeriais e da Presidente, do ex-Presidente Lula, o que nunca tiveram; não eram recebidos nem por assessores. Nós estamos mudando a face do Brasil. Nós estamos sendo o Brasil de todos – todos, literalmente –, não apenas de alguns privilegiados. E acho que isso já justifica a nossa presença no Governo.

E mais: eu penso que esse debate nós temos que fazer naquele colegiado que nos colocou no Governo, que é o diretório nacional, democraticamente. Como decidimos daquela vez. Decidimos no voto: 85% dos convencionais decidiram apoiar e estar no Governo. E eu me submeto à vontade dessa maioria. Agora, nós temos que debater com profundidade, para a gente não ser instrumento de o Brasil andar para trás; para não ser instrumento de forças reacionárias que aproveitam possíveis falhas, possíveis erros para nos fazer dividir; para ser instrumento das forças que estão frustradas pelo apoio popular, não conseguindo mais se eleger, perdendo eleições presidenciais, e que acham que, no tapetão, podem derrubar o Governo.

Vejo a oposição pedir a cabeça de ministro. Primeiro, eleja o presidente! Depois que eleger o presidente, aí, sim, nomeie o ministro que quiser. Mas quem foi eleita foi a Presidente Dilma, por uma base da sociedade, esmagadoramente majoritária, que deu a sua aprovação ao Governo do Presidente Lula e está dando a sua aprovação ao Governo dela.

Então, isso é um debate que nós temos que fazer, temos que enriquecer. O senhor sabe o respeito e o carinho que tenho pelo senhor e vou continuar tendo, claro, em todos os momentos da minha vida.

À vontade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone*.) – *(Inaudível.)*

O SR. CARLOS ROBERTO LUPI – Depois? Ok.

Vou responder também. O Senador Inácio está mais próximo da minha linha de pensamento, mesmo – olhem o que é a vida – em partidos diferentes, mas isso é democracia.

Agora, tenho aqui algumas perguntas muito amplas e algumas afirmações da Senadora Kátia Abreu.

Senadora, tenho pela senhora profundo respeito. Eu nunca faltei, para com a senhora, com a consideração, com o respeito. A senhora é uma representante do povo, uma mulher que venceu pelos seus méritos. Sei da sua história, sei o quão difícil foi para a senhora manter a sua família. Sei e respeito as pessoas que têm a sua história. Agora, nós temos visões diferentes de mundo. Eu não poderia me intrometer, como não me intrometi, em uma luta sindical-patronal. Existia uma portaria, que foi a Portaria nº 186, que deu legalidade à existência dessas confederações. Essas confederações se articularam: procuraram as confederações dos trabalhadores, procuraram as representações patronais, procuraram as representações governamentais e fizeram uma disputa interna, e ganharam essa disputa interna. Depois, vocês pediram para sair. Ninguém foi tirado de lá; vocês pediram para sair. E foram substituídos porque pediram para sair.

Eu não entro no mérito, não entro na discussão. Se está na Justiça, vamos aguardar o Supremo decidir. Agora, enquanto não há, tramitada em julgado, uma decisão do Supremo, vale aquilo que está lá.

E mais: quem opera todos os recursos do Codefat são três bancos públicos, que são os agentes operadores. Primeiro, o BNDES, que hoje tem em torno de R$110 bilhões sendo administrados para empréstimos de pequenas, microempresas e grandes empresas também. Depois, o Banco do Brasil, que faz a política do e, depois, a Caixa Econômica Federal. O Codefat é um conselho deliberativo. Ele não tem poder de determinar recurso para ninguém. Ele aprova resoluções, ele aprova normas, ele aprova regras estabelecidas para como vai ser aplicado o dinheiro pelo banco, como o BNDES deve aplicá-lo, que políticas públicas deve desenvolver, quais são as prioridades. Somente isso. E eu não entro na discussão da questão da representação interna porque é uma discussão patronal e eu não tenho legitimidade para respondê-la.

Sobre a questão que a senhora falou dos convênios, ano a ano, os valores, eu peço desculpa à senhora que eu não tenho condições de responder-lhe de memória e de cabeça. Providenciarei e a senhora terá todas as respostas devidas até a semana que vem, se assim a senhora compreender, porque eu não tenho condições humanas de responder quanto foi aplicado num ano, como no outro, por que aumentou um, por que diminuiu outro. Isso só com os dados técnicos que eu tenho que, formalmente, apresentar-lhe e farei com o maior prazer, como eu já disse que responderei esse.

A questão do seguro-desemprego, Senadora: não é feita a avaliação de quem deve ou não receber o seguro-desemprego do defeso do pescador pelo Ministério do Trabalho. O Ministério do Trabalho apenas paga àquele que é credenciado pelo Ministério da Pesca. A regra estabelecida é pelo Ministério da Pesca. E essas regras... aumentou muito o volume do valor gasto também por causa, em parte, não tudo**,** por causa do reajuste do salário mínimo. Aumentou muito o salário mínimo. Como aumentou muito acima da inflação o salário mínimo, aumentaram os gastos com o seguro defeso. Agora, também aumentou o quantitativo de pescadores. E pode ter erros, nós estamos tentando corrigir.

A senhora tem razão em alguns casos; não estou dizendo que não. Agora, nós estamos agindo inclusive com o apoio da CGU, junto com o Ministério da Pesca, para cruzar informações, para aperfeiçoar, para evitar fraude. Ainda existe? Existe, mas nós estamos trabalhando para corrigir.

O que mais a senhora me procurou? Bom, da Confederação dos Metalúrgicos de Brasília, o que tem aqui, Senadora, é a sede. O convênio é feito com... A Confederação, como a senhora bem sabe, é um órgão nacional e, como Brasília é sede da República, a maioria das grandes confederações tem sua sede aqui. Então, a Confederação dos Metalúrgicos tem a sede aqui e ela ganhou uma chamada pública, que é um tipo de licitação para executar esse convênio de intermediação de mão de obra; não é de qualificação, não, é de intermediação de mão de obra.

Deixe-me ver se falta mais alguma coisa. Desculpe, porque é muita coisa.

Bom, a questão dos 48 sindicatos patronais na área agrícola tem muita disputa, e a senhora sabe melhor do que eu porque a senhora é da área e conhece muito profundamente. Tem muita disputa entre sindicatos e federações de trabalhadores rurais, sindicato de trabalhadores da Contag, agricultura familiar e disputa também com as patronais por causa de módulos. Há grande discussão, inclusive em votação no Congresso, do tamanho para ser considerado quem é o quê, quem é sindicato patronal, quem é sindicato da agricultura familiar e quem é sindicato de pequenos agricultores em si. E isso está realmente por causa do quantitativo de impugnações, do quantitativo de medidas judiciais, que muitas delas tenham o andamento regular.

Nós não entramos no mérito. Em nenhum momento, o Ministério do Trabalho, na hora da concessão do registro sindical, tendo em vista que há a liberdade de organização sindical, entra no mérito; ele apenas verifica se estão sendo cumpridas as regras estabelecidas na Portaria 86. Cumpridas as regras, coloca durante trinta dias como prazo de impugnação. Depois de impugnada, faz a análise da impugnação, concede ou não, baseada naquelas regras.

Eu realmente, nessas 48, não sei. Eu gostaria, se a senhora não se incomodasse, que a senhora me elencasse diretamente esses sindicatos para eu responder um a um o que houve, o que não houve. Se teve impugnação, isso eu não sei, de cabeça eu não sei.

A SRª KÁTIA ABREU (Bloco/DEM – TO) – Está protocolado desde setembro, Sr. Ministro.

O SR. CARLOS LUPI (Ministro do Trabalho e Emprego) – Bom, não sei se no meu gabinete que está protocolado ou em algum gabinete, senhora. Isso daí eu verifico e a senhora terá a resposta. Eu peço para a minha assessoria, por gentileza, dar uma verificada nisso.

Mais alguma coisa da Senadora... Eu acho que não.

Aqui, o Senador Suplicy. Eu repito, Senador, o que eu já falei desde o início que eu tomei a iniciativa de falar logo. A gente tem que saber qual é o contexto e qual é a pergunta para colocar a resposta dentro do contexto dessa pergunta. Na quinta-feira, Senador Suplicy, não existia ainda a denúncia da revista *Veja*. Eu, em nenhum momento – o senhor tem áudio, o senhor tem gravação – falei que avião utilizei. Na declaração do Ministério do Trabalho está dizendo, sim, que eu fui ao Maranhão, viajei em aeronave e, naquele primeiro momento, nós só colocamos o Seneca porque não tínhamos – isso foi num sábado meio-dia – a informação, só conseguimos detalhá-la depois.

A minha memória não é tão prodigiosa assim: ela falha porque são muitos compromissos. É muito mais fácil as pessoas conhecerem a gente do que a gente conhecer todas as pessoas. Como é que o senhor vai conhecer os dez milhões de eleitores que o senhor tem? É impossível!

O que eu falei sobre o Dr. Adair, já pedi a ele desculpas, porque ele ficou todo ofendido, foi como está feita a pergunta, que é: o senhor tem relação pessoal? Relação pessoal é uma relação de amizade. Relação pessoal pode ser uma relação mais profunda. Eu não

tenho relação pessoal. Eu tenho conhecimento. Eu o conheço. Eu já estive com ele.

Nessa viagem, por acaso, Senador Suplicy, foi o dia em que eu o conheci. E por acaso, Senador Suplicy, em todos esses eventos a que ele foi, tinha programas de qualificação profissional que são feitos em entes públicos. Isso está em jornais, isso está em revista. Eu não tem o que esconder, como eu falei, que já jantei com ele lá – ee peguei a agenda para verificar – com jornalista do lado. O senhor sabe que onde tem jornalista não há segredo. É impossível. Então eu não tenho o que esconder, eu não tenho simplesmente o que esconder.

Então, eu respondi nesse contexto. Estigmatizaram uma resposta em cima de um contexto para um outro fato ocorrido depois para me botar a pecha, a marca de mentiroso. Não conseguem outra coisa. Então, eu sou mentiroso. Então eu vou... Por isso que eu já falei inicialmente, por isso que eu, com toda tranquilidade, expliquei que já o conhecia, mesmo sem ter relação pessoal, na complexidade da relação pessoal, como você pode perguntar, ainda mais a um Deputado da oposição que vem com todo aquele carinho peculiar que se tem com quem está no Governo. Então, eu tomei o cuidado de dizer naquela hora, naquele momento, sem nenhuma denúncia apresentada, que eu não tinha essa relação, respondendo a essa relação. Mas nunca, em nenhum momento, em nenhuma nota, eu disse que não o conheço. Não existe essa palavra, entendeu?

Agora, eu sou humano. Eu posso ter, em muitos momentos, naquele momento: "Ah, o senhor fez um charme". Não é. É porque, como hoje, eu fui anotando as perguntas. São muitas perguntas, Senador. Como é que eu vou guardar todas as perguntas e muitas feitas ao mesmo tempo? Eu anotei e, na hora, falhou a memória e eu fui comparar para ver qual era o nome, para não falhar. Foi só isso. O meu crime foi ter falhado na hora do nome, entendeu?

Então eu quero fechar, agradecendo aos senhores, agradecendo. Vocês estão me dando uma oportunidade, que eu não tive até agora, de ser ouvido. Vocês estão me dando uma oportunidade de falar sem ser editado até agora. Não sei o que é que vai acontecer na televisão depois. Mas eu só queria isto: eu só queria esse direito. Eu só queria fazer esse debate com a sociedade brasileira.

A gente não pode condenar as pessoas sem prova. A gente não pode simplesmente demonizar as pessoas sem dar a elas o direito de defesa. A gente não pode ter uma página inteira acusando e três linhas apresentando o direito de defesa. É isso o que eu quero discutir.

Eu não quero discutir o direito à liberdade de imprensa, que eu defendo. Eu ajudei a vender jornal. Agora continuo ajudando, porque o que estão fazendo comigo deve estar vendendo muito jornal.

Mas, sabe qual é a minha sina, Senador, desde garoto, desde treze anos de idade? Nada na minha vida foi fácil. Tudo foi muita luta, tudo foi muito difícil desde que eu perdi o meu pai.

Eu vou continuar nessa luta, acreditando nesse Deus que protege a gente, nesse Ser supremo que ilumina a gente e, na verdade, que eu aprendi a acreditar com a minha mãe e acredito até hoje. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem para concluir.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Uma breve referência. O querido Senador Cristovam Buarque mencionou que não havia aqui pessoas do PT, a não ser eu, que ele considera muito independente, mas eu sou Senador do PT e considero, avalio como minha responsabilidade aqui procurar sempre esclarecer. Então, nas oportunidades, e todos aqui são testemunha, quando os Ministros do Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff estiveram aqui, eu, na medida do possível, sempre estive presente e formulei indagações como essa para esclarecer bem os episódios que considero importante serem esclarecidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero, antes de mais nada, registrar a presença do ilustre e valoroso Deputado Domingos Dutra, que nos honra com sua presença, como também do Deputado Ezequiel Fonseca, de Mato Grosso, que também prestigia esta Comissão.

Quero informar à ilustre Senadora Kátia Abreu que o seu requerimento, baseado no art. 215, alínea "a", diante de que é um requerimento de pedido de informação para Ministro de Estado, nós tínhamos que ter nove assinaturas de membros titulares desta Comissão – baseado no art. 215, alínea "a". Neste caso, esse requerimento que V. Exª propôs aqui, nós vamos ter que fazer a leitura na próxima quarta-feira, diante da sessão que nós teremos nesta Comissão.

Concluindo, Sr. Ministro, antes de mais nada, eu quero agradecer a V. Exª pela sua boa vontade em vir aqui, até porque ontem, quando nós estávamos discutindo, nesta Comissão, o requerimento proposto pelo Senador Alvaro Dias, pela Senadora Ana Amélia e outros signatários, me fizeram um apelo de que eu mantivesse o contato com V. Exª para que, se possível, V. Exª pudesse vir no dia de hoje.

E nós temos de ser justos, vamos ser justos: o Ministro veio de pronto. Quando liguei para ele, ele me atendeu imediatamente e me disse: "Senador Jayme Campos, tenho toda a disposição para amanhã, às nove e trinta, estar na sua Comissão."

Diante disso, confirmei com todos os Senadores e o Ministro, britanicamente, esteve aqui, conforme acordado com o Presidente desta Comissão, às nove e trinta.

Diante de tudo isso, nós temos de fazer justiça a V. Exª, porque as pessoas, quando estão acuadas, vamos dizer um termo bem conhecido no meu Estado de Mato Grosso, não facilitam as coisas.

Então, eu quero, de público, reconhecer a vontade, sobretudo a disposição de V. Exª para vir a esta Comissão e prestar os devidos esclarecimentos, que, certamente, são muito importantes, não para nós, desta Comissão, para os nossos Senadores, mas, acima de tudo, para o povo brasileiro.

Dessa maneira, quero concluir, agradecendo a presença de todos os Senadores e, sobretudo, do Ministro, que veio aqui. Se satisfez ou não satisfez, quem vai fazer a avaliação, com certeza, serão os Senadores, mas, acima de tudo, o povo brasileiro.

Com certeza, hoje tem alguns milhões de telespectadores nos assistindo pela TV Senado, ouvindo-nos pela Rádio Senado e, acima de tudo, com a participação efetiva de toda a imprensa nacional, que deu a cobertura. Imagino que algumas até ao vivo entraram, para ouvir aqui, naturalmente, a fala não só do Ministro, como, certamente, as indagações que cada Senador e Senadora fizeram na manhã de hoje.

De tal forma, quero agradecer a presença de V. Exª e declarar encerrada a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião encerra-se às 12 horas e 38 minutos.)

ATA DA 47ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta minutos, do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka, Paulo Davim, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Benedito de Lira, Clésio Andrade e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença o Senador Blairo Maggi. A Presidência registra presença do Prefeito de Sinop/MT, Senhor Juarez Costa e do Secretário de Saúde de Sinop, Senhor Mauri Rodrigues de Lima. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para tratar do tema "Saúde Suplementar no Brasil", atendendo aos Requerimentos nºs 37/2011-CAS, de autoria do Senador Paulo Davim e 57/2011-CAS, de autoria do Senador Humberto Costa (este último contempla o Requerimento nº 2 de 2011-CASSAUDE, de autoria dos Senadores Eduardo Amorim e Humberto Costa, e o Requerimento nº 8 de 2011-CASSAÚDE, de autoria do Senador Humberto Costa e da Senadora Ana Rita), com a presença dos seguintes oradores: José Cláudio Ribeiro Oliveira, Assessor Jurídico da Unimed do Brasil, Representante do Presidente da Unimed do Brasil, Senhor Eudes de Freitas Aquino; Marcio Costa Bichara, Secretário de Saúde Suplementar, Representante do Presidente da Federação Nacional dos Médicos – FENAM e Representante do Presidente do Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; José Luiz Dantas Mestrinho, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira – AMB, Representante do Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB, Senhor Florentino de Araujo Cardoso Filho; Vinícius Marques De Carvalho, Secretário de Direito Econômica do Ministério da Justiça – SDE/MJ; Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Justificaram a ausência os oradores: Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE; Representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE; José Augusto Peres Filho, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCon; Marilena Lazzarini, Presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC. Usam da palavra os Senadores Paulo Davim e Mozarildo Cavalcanti. Às dez horas e cinqüenta e sete minutos assume a presidência o Senador Paulo Davim e às onze horas e um minuto retoma a Presidência o Senador Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas, às Srªs e aos Srs. Senadores, demais convidados e presentes nesta Comissão.

Declaro aberta a 47ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública para debater questões relacionadas à saúde suplementar no Brasil, atendendo os Requerimentos nºs 37, de 2011-CAS, de autoria do Senador Paulo Davim – que já está presente – e 57, de 2011-CAS, de autoria do Senador Humberto Costa. Este último contempla o Requerimento nº 2, de 2011-CAS-SAUDE, de autoria do Senador Eduardo Amorim e do Senador Humberto Costa, e o Requerimento nº 8, de 2011-CASSAÚDE, de autoria do Senador Humberto Costa e da Senadora Ana Rita.

Para tanto, quero convidar para compor a Mesa, na ordem, naturalmente, dos nomes aqui relacionados – e se algum dos aqui chamados não tiver chegado, solicito que sejam encaminhados até a Mesa assim que chegarem –, o Dr. José Cláudio Ribeiro de Oliveira; o Dr. Márcio Costa Bichara, Secretário de Saúde Suplementar, representando o Presidente da Federação Nacional dos Médicos – Fenam, Cid Célio Jayme Carvalhaes; Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM, Roberto Luiz D'Avila; José Luiz Dantas Mestrinho, Diretor de Assuntos Parlamentares; o representante do Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB, Florentino de Araújo Cardoso Filho; Dr. Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Composta a Mesa pelos convidados aqui presentes, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas:

– Os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos;

– A palavra será concedida às Senadoras e Senadores pela ordem de inscrição;

– Os interpelantes terão três minutos assegurados, igual prazo, para respostas do interpelado.

Já se encontram presentes também o Dr. José Cláudio e o Dr. Vinícius, Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça.

Convido o Sr. Márcio Costa Bichara para fazer a sua exposição. O senhor tem 10 minutos assegurados para fazer a sua exposição. Naturalmente, se for preciso, mais alguns minutos, para que possamos cumprir integralmente a nossa agenda e, sobretudo, para dar oportunidade a que nossos Senadores tenham oportunidade de fazer suas interpelações e suas indagações.

Dr. Márcio, V. Sª está com a palavra.

O SR. MÁRCIO COSTA BICHARA – Bom dia, Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Bom dia, Senadores presentes. Gostaria de agradecer ao Senador Paulo Davim, pelo requerimento para tratar de um tema desta importância; ao Senador Humberto Costa, ao Senador Eduardo Amorim, autores desta audiência pública.

Gostaria, primeiramente, de justificar a ausência da Drª Márcia, que estaria representando o Conselho Federal de Medicina. Ela teve um problema de saúde ontem à noite, ligou-me, e aqui estou representando também o Conselho Federal de Medicina.

Eu vou apresentar o requerimento que foi feito à Procuradoria-Geral do Trabalho e dizer o porquê desse requerimento.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR OTÁVIO BRITO LOPES DD. PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

Fenam – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS, entidade sindical de segundo grau, inscrita no CNPJ sob o nº ..... com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, na Rua Franklin Roosevelt, 84, salas 803/804, Bairro do Castelo, CEP 20021-120, vem, respeitosamente, à presença de V. Exª, expor e requerer o que se segue:

1. Como se vê do Estatuto em anexo, a Fenam é o ente sindical de segundo grau que representa os médicos no âmbito nacional.

2. Na condição de entidade nacional, cumpre à Fenam buscar a solução das questões que afligem a categoria.

3. Na atualidade e como consequência de omissão da ANS – Agência Nacional de Saúde e da falta de responsabilidade social das operadoras de planos de saúde, os médicos que atendem a convênios e a clientes de seguradoras enfrentam dificuldades em reajustar e realinhar os preços dos serviços que prestam, situação que tende a empurrar esses profissionais até mesmo a uma paralisação dos atendimentos.

4. É inquestionável que o direito à saúde é um dos direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal, nos termos da dicção do art. 6º, in verbis:

*'**Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.'*

Por outro lado, é expresso nas disposições do art. 196, também da Constituição Federal, que:

*'**Art. 196**. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.'*

A mesma Constituição faculta ao setor privado a assistência à saúde, o que deve ocorrer de forma complementar e segundo diretrizes do Sistema Único de Saúde. Vejamos:

*'**Art. 199**. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.'

Visando dar efetividade ao preceito constitucional, foi editada a Lei nº 9.961/00, que, em seu art. 1º, dispõe, in verbis:

*'**Art. 1º** É criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro/RJ, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantam a assistência suplementar à Saúde.'*

5. Contudo, como é pacífico, público e notório, o Estado, que não revela capacidade de prover o direito à saúde assegurado aos cidadãos, vem se mostrando incapaz de formular e regulamentar a ação do setor privado na assistência à saúde, o que causa distorções que levam à defasagem dos preços dos serviços, situação que, sem ação eficaz, levará à paralisação do setor, causando indescritíveis e irreparáveis danos à população.

Efetivamente, a regulamentação feita pelo Estado, através do Ministério da Saúde e da ANS, é feita de uma forma hipócrita e vem causando problemas aos profissionais prestadores de serviço, pois, embora vise manter equilibrado o sistema suplementar de saúde, apenas protege as operadoras de planos de saúde e deixa desprotegido o profissional, que está na ponta da prestação do atendimento à população.

A principal fonte de desequilíbrio é a falta de atualização dos valores pagos aos profissionais de saúde. Deve ser ressaltado que, embora uma das regras de contratualização estabeleça que os contratos entre operadoras de plano de saúde e prestadoras de serviço devam conter cláusulas de reajuste, essas cláusulas, embora previstas na maioria dos contratos, não são respeitadas, pois sequer informam o lapso de tempo em que os valores da prestação de serviços devem ser atualizados.

6. Sem a assunção, pela ANS, de seu papel de organizadora e reguladora da assistência médica suplementar, pelo exercício e prática de atos que mostrem a responsabilidade da Agência com a saúde da população, não restará outra saída aos profissionais de medicina que não a paralisação das atividades.

A existência de normas como a Resolução Normativa 71/2004, que, em seu artigo 1º, estabelece que "...as operadoras de planos privados de assistência à saúde e as seguradoras especializadas em saúde deverão ajustar as condições de prestação de serviços com profissionais de saúde em consultórios e com as pessoas jurídicas, mediante instrumentos jurídicos a serem firmados nos termos e condições estabelecidos..." ou, ainda, afirmações outras de que os instrumentos jurídicos obedecerão os princípios da teoria geral dos contratos, não geram qualquer efeito concreto diante da omissão da ANS que não fornece meios ou ferramentas capazes de fazer com que os profissionais tenham seus contratos respeitados.

7. A Fenam, através de seus representantes, vem tentando a criação, no âmbito da ANS, de mecanismos, como, por exemplo, uma Câmara Arbitral para discutir e resolver os problemas de defasagem dos contratos. Contudo, até a presente data não obteve êxito.

8. O quadro existente mostra que os contratos de médicos com as operadoras de planos privados de assistência à saúde, bem como de seguradoras, quando prevêem cláusula de reajuste, não estabelecem a periodicidade dos mesmos, uma aberração que contraria princípios da própria RN 71/2004, que, para a relação plano de saúde/paciente, exige que estejam previstos critérios para reajuste, com descrição de forma e periodicidade.

9. O nível de desrespeito existente atinge frontalmente as previsões do Código Civil Brasileiro, que preconiza a função social do contrato, exigindo que, na execução do contrato, sejam respeitados os princípios da honestidade e da boa-fé e também que, quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, deve-se adotar a interpretação mais favorável ao aderente, no caso o profissional de saúde, em favor do qual a cláusula deverá ser interpretada.

10. Além de tudo que se disse acima, há ainda o aspecto ético de o Estado fechar os olhos para o

aviltamento da profissão a que é levado o médico que se submete a trabalhar pelos preços pagos pelos planos de saúde.

11. Todos os fatos expostos revelam a existência de um conflito latente, cuja eclosão irá proporcionar danos à população usuária de planos e seguros de saúde. A omissão dos agentes públicos e a real possibilidade de uma ação dos profissionais de saúde levam à necessidade de instalação de um processo de mediação que, na visão da Fenam, pela variedade de agentes envolvidos e pela magnitude dos problemas, só pode ser assumido pelo Ministério Público do Trabalho.

12. Diante do exposto, requer a Fenam seja instalado um processo de mediação, visando por fim à situação denunciada, requerendo, ainda, sejam convocadas a ANS, bem como as operadoras e seguradoras descritas no anexo.

Brasília, 20 de abril de 2009.

Fiz questão de trazer isso, Senador Paulo Davim, porque o que falamos há dois anos aconteceu. Há dois anos, provocamos o Ministério Público Federal do Trabalho, tivemos uma audiência com as operadoras, com a Agência Nacional de Saúde, e as operadoras desqualificaram a intermediação do Ministério Público Federal do Trabalho, dizendo que ali não era o fórum, que nós éramos prestadores de serviço.

O Dr. Otávio, procurador-geral que estava acompanhando o processo, ficou extremamente irritado com a postura das operadoras, dizendo que "não existe relação de emprego, mas existe relação de trabalho, sim, e que era papel do Ministério Público Federal do Trabalho intervir nessa relação".

Nós tivemos outras três audiências, e as operadoras insistiam em não se criar uma intermediação via Ministério Público Federal do Trabalho. Não avançamos. Na última reunião, houve a participação do Secretário de Direito Econômico, aqui presente – não sei se era o Vinícius que estava presente –, e da Agência Nacional de Saúde também, as entidades médicas, as operadoras. Foi dado um encaminhamento pelo Ministério Público do Trabalho, de se reunir com a Secretaria de Direito Econômico, com a ANS, para ver se era possível um acordo que contemplasse todos os envolvidos.

Infelizmente, não houve avanço, não por nossa parte. Nós, o tempo todo, procuramos o canal da negociação.

Em 7 de abril, houve uma paralisação histórica. A população foi penalizada, sim, pois nós paramos 90% do atendimento na saúde suplementar no Brasil. Quem foi prejudicado com isso? O usuário do plano de saúde.

Iniciamos negociações com as operadoras de 7 de abril em diante, criamos as comissões estaduais, que avançaram muito pouco. O poder de negociação das operadoras é muito forte, o poder de pressão é muito grande. Para nossa tristeza, a Secretaria de Direito Econômico soltou uma resolução, condenando esse movimento, punindo as entidades médicas. Tivemos que recorrer ao Judiciário, contra a norma da Secretaria de Direito Econômico. Conseguimos a liminar. A Secretaria de Direito Econômico recorreu, e continua essa briga jurídica.

No dia 21 de setembro, fizemos uma nova paralisação.

Para os senhores terem ideia da repercussão desse movimento, a paralisação do dia 7 de abril só perdeu inserção de mídia para o assassinato no Rio de Janeiro, que foi no mesmo dia, daquelas crianças daquela escola.

Então, houve um clamor nacional ao problema.

No dia 21 de setembro, foi a mesma repercussão. E a gente viu que essa paralisação de um dia era mesmo para mostrar à sociedade a gravidade do problema hoje na saúde suplementar no País. Hoje, as operadoras, continuam vendendo plano, vendendo plano... Há planos por aí de R$30,00 por mês, R$35,00 por mês. Eu até levei um folheto para a Agência Nacional de Saúde. E o plano tem autorização da ANS. Está lá: ANS. E a gente reclama disso, porque uma operadora que vende um plano de saúde a R$35,00, a R$40,00 por mês, como é que essa operadora vai operar no mercado? E eu cito o exemplo do seguro de carro: a gente não consegue fazer um seguro de carro baratinho assim. Por que o seguro de saúde consegue vender a R$30,00, a R$40,00 por mês?

Então, esse é um problema sério.

Outro problema que estamos vendo: houve um aumento do número de usurários, não houve expansão de rede, não houve credenciamento de médicos, não houve construção de leitos hospitalares, não houve credenciamento de clínicas e hospitais, e o usuário hoje de plano de saúde está permanecendo de três a quatro horas para ser atendido num pronto atendimento. Está sendo penalizado. Há pronto atendimento em algumas capitais em que o paciente de Pediatria está levando de oito a dez horas para ser atendido, pagando seu plano de saúde!

Então, a situação é muito grave. A categoria médica está num processo... Amanhã temos outra reunião nacional, para dar os encaminhamentos dessas duas paralisações. Existe uma insatisfação generalizada, e existe até proposta de descredenciamento do sistema. Algumas especialidades vão se descredenciar do sistema. Assim, o usuário de plano de saúde vai ter acesso a um plano de saúde em que algumas especialidades ele vai ter, outras especialidades ele não vai ter.

Mas eu acho que, como disse o procurador Dr. Otávio, numa relação dessas, conflituosa, o Estado tem que intervir. O Estado precisa intervir, porque todo mundo lava as mãos, e, infelizmente, o usuário é que está sofrendo as maiores consequências dessa situação calamitosa hoje em que se encontra a saúde complementar.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós é que agradecemos ao senhor, Dr. Márcio.

De fato, o que o senhor aponta aqui tem tudo a ver. São quase 257 planos de saúde sob intervenção. Isso é muito ruim, a sociedade tem sido penalizada, e tudo está praticamente numa vala comum. O senhor disse que a espera para atendimento chega a quatro horas. Lá em Mato Grosso, chega a seis horas, a oito horas. É um verdadeiro crime que está sendo cometido contra aqueles que pagam seus planos de saúde.

Prosseguindo a nossa reunião, queremos passar a palavra ao Dr. José Cláudio de Oliveira, assessor jurídico da Unimed do Brasil, representando o presidente da Unimed do Brasil, Eudes de Freitas Aquino.

O senhor tem a palavra assegurada por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Inicialmente, queria agradecer ao Senador Jayme Campos pelo convite para participar desta audiência. Quero saudar os demais Senadores presentes, como também os colegas da Mesa.

Gostaria de dizer, em nome do sistema a que pertenço, que é a Unimed do Brasil, que o sistema Unimed é um sistema cooperativo. Hoje temos cerca de 110 mil médicos que são cooperados. Não são credenciados. Temos quase 18 milhões de usuários atendidos pelo sistema Unimed. Estamos presentes em mais de 80% dos municípios de todo o território nacional.

Hoje o sistema Unimed representa um terço da saúde suplementar no Brasil. Temos também um terço de médicos que são cooperados. E é um sistema que nasceu exatamente para valorizar o trabalho do médico. Então, no sistema Unimed, a gente sempre prestigiou, vamos dizer assim, a valorização do trabalho do médico.

Na verdade, nessa questão de honorários, pela própria sistemática do sistema cooperativo, não existe milagre. Como é que funciona uma cooperativa, seja médica, seja rural, seja de qualquer segmento? No nosso caso, o médico é o prestador de serviço, e, numa ponta da cooperativa, temos as receitas; na outra ponta, as despesas; e o médico, na verdade, recebe um valor pela consulta, um valor pelo procedimento médico que é como se fosse um adiantamento, porque, ao final do balanço da cooperativa, o que vai acontecer? Se a cooperativa apresentou sobra no exercício, o médico vai receber um pouquinho a mais pelo procedimento médico; se a cooperativa apresentar perdas, ele vai ter que devolver um pouco daquilo que ele recebeu.

Então, para se verificar o que está acontecendo na saúde suplementar, nada melhor do que tirar uma fotografia, vamos dizer assim, do próprio sistema cooperativo. Isso que o Dr. Márcio colocou aqui é uma realidade: ultimamente, o médico não vem recebendo aquilo que efetivamente deveria receber. Mas isso decorre de uma série de fatores. Acho que a culpa não está tão somente na ANS. Eu acho que não existe um único culpado.

Quando se vê, por exemplo, o aumento de custos, principalmente de órteses, de próteses, materiais, medicamentos, tudo isso acaba impactando no custo de modo geral. E, obviamente, nesse sistema cooperativo, o que acaba acontecendo? Na hora em que se aumentam esses custos, na outra ponta, o médico acaba pagando essa conta, porque, no sistema Unimed, se há um incremento de custos hospitalares, se há incremento no custo de órteses, no custo de medicamentos, obviamente, vai sobrar menos para o médico cooperado.

E, em outros segmentos, a sistemática é um pouco diferente. O médico lá é contratado, o hospital é contratado também, é credenciado, e, obviamente, se há aumento desses custos, há necessidade de uma negociação generalizada com todos esses prestadores.

Nós temos aqui, na regulação da assistência de saúde, da assistência suplementar, três resoluções que tratam exatamente da contratualização: uma da contratualização de hospitais, outra da contratualização de laboratórios (SADT), e a outra da contratação de prestadores de serviços, clínicas, que o Dr. Márcio comentou aqui, que é a Resolução nº 71.

Eu acho que, nessas três Resoluções, a ANS fez o que podia fazer: estabeleceu critérios gerais em termos de contratação com os prestadores. Agora, a ANS não pode descer lá, nem deve, na minúcia dessa relação entre os prestadores, porque não há previsão legal para isso. Há previsão, sim, para se estabelecerem os critérios gerais em relação a esses instrumentos contratuais. E a ANS vem exigindo isso daí e observando inclusive as peculiaridades dos diversos segmentos de operadoras.

Por exemplo, no sistema Unimed, com o médico nós não temos relação contratual. A nossa relação é institucional, porque o médico, como não é contratado – ele é cooperado –, a relação dele é disciplinada pelo estatuto social, pelo regimento interno da cooperativa. Ali é que está disciplinado quanto ele vai ganhar, de

que forma, e principalmente em decorrência do balanço da cooperativa.

Eu tenho batido bastante – e é bom que esteja aqui o Secretário de Direito Econômico – na questão do reajuste. Quer dizer, não existe milagre nesse segmento. Se os reajustes são achatados, como o foram em várias oportunidades, fica difícil, porque, de um lado, há custos crescentes, e, de outro, há reajustes que não refletem efetivamente o aumento desses custos.

Então, Dr. Márcio, não há milagre. Quer dizer, nós trabalhamos com um segmento que são planos empresariais e planos individuais e familiares. Nos planos individuais e familiares, a ANS controla os reajustes. Nos planos empresariais, apesar de haver uma livre negociação com as empresas, obviamente, aquele reajuste autorizado pela ANS acaba, de certa forma, balizando para as próprias empresas. Quando é publicado o índice de aumento da Agência Nacional de Saúde, fica difícil chegar a reajustar com uma empresa algo diferente daquilo que a ANS está autorizando.

Eu tenho a satisfação aqui de ver presente, nesta audiência, o Senador Humberto Costa, nosso ex-Ministro da Saúde. Quando se desenhou esse processo regulatório, na época o Senador era Deputado Federal e participou de todas as correções trabalhadas no projeto de lei que depois acabou se tornando a Lei nº 9.656. Quer dizer, essa lei hoje, com suas regulamentações, eu diria que não é desejável. Há muita coisa ainda a ser aperfeiçoada, mas eu acho que este trabalho legislativo tem a virtude exatamente de contribuir para isso.

Numa outra audiência pública de que participei aqui há algumas semanas – e o Dr. Maurício estava presente também –, eu disse que me sentia gratificado de ver que o Congresso Nacional, pela Lei nº 9.656, havia delegado para a ANS a regulamentação da saúde suplementar no Brasil. Mas não tinha abandonado a saúde suplementar no Brasil, porque acho que estas audiências públicas contribuem, e muito, exatamente para o aperfeiçoamento da saúde suplementar.

O Dr. Maurício é testemunha de que temos contribuído bastante, muitas vezes com críticas construtivas sobre esse processo regulatório, mas o sistema Unimed contribui com esse processo desde o início da regulamentação, continua contribuindo, e eu acho que a saúde suplementar no Brasil é de vital importância.

Foi colocado pelo Dr. Márcio tanto o art. 196 quanto o art. 199 da Constituição Federal. O art. 196 estabelece que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". E o art. 199, que "a assistência à saúde é livre à iniciativa privada". E eu acho que a iniciativa privada está fazendo a sua parte, porque hoje, infelizmente, o Estado não teria condições de cumprir aquilo que está ali no art. 196. Acho que é algo desejável, mas hoje, se os 44 milhões ou 45 milhões que estão na saúde suplementar saírem da saúde suplementar e forem para o Sistema Único de Saúde, sem dúvida nenhuma, nós vamos ter um caos total na saúde brasileira.

Então, é de suma importância que cada um cumpra a sua parte, porque, infelizmente, as necessidades são ilimitadas, mas os recursos são escassos, tanto no sistema público, quanto no sistema privado.

Agradecendo, mais uma vez, a atenção dos senhores, é isso que eu tinha a falar no primeiro momento, e fico aqui à disposição para qualquer questionamento depois.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. José Cláudio, que neste ato representa o Presidente Unimed do Brasil, Dr. Eudes de Freitas.

Quero apenas fazer uma observação às palavras de V. Sª, Dr. Cláudio, de que os reajustes conseguidos aos planos de saúde são da ordem de 5% até 6%. Todavia, houve um incremento da receita de 13% no ano passado. Significa o quê? Que houve um crescimento de 13%, mas que foi repassado para os profissionais 6%, e apenas para os planos coletivos. Os planos individuais não foram contemplados, naturalmente, com o mesmo atendimento. Ou seja, a diferenciação foi apenas para os planos coletivos. Nesse caso, há uma diferença em relação ao que se agregou e ao que se ofertou aos profissionais que prestam serviço aos planos de saúde.

Não sei se V. Sª entendeu a minha observação em relação a esses números que o senhor citou.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO DE OLIVEIRA – Se esses 13% são do total da receita, porque, se for do total da receita, aí temos que ver o incremento também, o aumento de usuários que houve no ano. Então, não sei se esse valor...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A receita cresceu 13% – essa é uma matéria jornalística que saiu na imprensa nacional. É óbvio que, se novas pessoas estão participando, teria aumentado. Todavia, aqui se fala que incrementou apenas a receita, sem novos adeptos, ou seja, pessoas que foram para o plano de saúde.

Não sei se essa observação, que é matéria da imprensa, retrata de fato a verdade, a realidade. São números que a imprensa brasileira divulgou tempos atrás em relação ao incremento da receita. Agora, seria muito fácil crescer 13% com novas pessoas.

Concedo a palavra ao Dr. José Luiz Mestrinho, Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB), representante do presidente dessa Associação, Florentino de Araújo Cardoso.

V. Sª tem 10 minutos para a sua exposição.

O SR. JOSÉ LUIZ MESTRINHO – Bom dia, Senador Jayme Campos, Senador Paulo Davim, Senador Humberto Costa, agradeço pelo convite à Associação Médica Brasileira.

Na verdade, venho aqui para mostrar a relação entre os profissionais médicos e a saúde suplementar. Participo – sou cirurgião –, como médico, tanto da saúde suplementar como da saúde pública. Essa visão colocada de que a migração dessa quantidade de pessoas da saúde suplementar para o SUS vai criar um problema muito grave é óbvia. É por isso que há essa discussão, essa dificuldade na relação entre médicos e operadoras de plano de saúde.

A visão associativa da Associação Médica é de que os planos de saúde interferem no trabalho do médico, remuneram-no mal e prejudicam a saúde dos pacientes. Tudo para conter custos e manter larga margem de lucros.

Baseado nessa premissa dessa visão associativa da Associação Médica, vemos a interferência dos planos: na glosa de procedimentos e indicações terapêuticas; na alegação de autorização de consultas, exames, procedimentos e materiais especiais; na restrição a doenças preexistentes – vou, primeiro, fazer uma avaliação aqui e depois quero passar esses *slides,* que não estão contemplados agora –; no tempo de internação pré e pós-operatório; nos atos diagnósticos terapêuticos mediante designação de auditores; descredenciamento unilateral dos profissionais; oferta de pacotes com valores prefixados, engessando a autonomia do médico e deteriorando a qualidade do atendimento.

Outro aspecto é a contratualização. Os médicos firmam contrato com os convênios, os credenciam como prestadores de serviços de planos de saúde.

As operadoras de plano de saúde praticam aumento abusivo das suas mensalidades prejudicando os cidadãos que compram os seus serviços.

Não há uma cláusula contratual que promova a revisão dos valores pagos aos prestadores de serviço, a despeito do aumento acima da inflação de suas mensalidades.

Necessitamos de fato de uma data base para reajuste de honorários e regras claras para credenciamento e descredenciamento que deveriam estar explicitados nos contratos que assinamos.

A ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) também faz parte dessa situação, numa omissão sistemática, prejudicando não somente os profissionais, mas principalmente os pacientes.

Afronta à competência legal do órgão, a lei que criou a Agência, a Lei nº 9.961, que, em seu art. 3º, afirma:

Art. 3º A ANS terá por finalidade institucional promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regulando as operadoras setoriais, inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores, contribuindo para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

Uma crise de identidade da ANS: se atende ao interesse público ou se atende aos interesses do próprio governo.

Quanto ao rol dos procedimentos, a rol da ANS é excludente para assistência médica mínima obrigatória aos usuários dos planos de saúde.

Quanto menor a extensão do rol, mais dificuldades os médicos terão de lançar mão de recursos diagnósticos terapêuticos para tratar seus pacientes.

As entidades médicas entendem que o rol da ANS contemple cerca de 5.300 procedimentos da CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos) e seja atualizado pelo menos a cada dois ou três anos.

A ANS exclui uma série de procedimentos de altos custos do rol sem um critério técnico, favorecendo o bolso das empresas prestadoras.

Há restrições de cobertura de plano. A autorização prévia de procedimentos médicos são mecanismos administrativos para conter exatamente aquilo que o médico solicita. Glosas indevidas, quebra de sigilo profissional do paciente. Essa é uma realidade.

Na avaliação do plano de saúde, foi feito um estudo pela Associação Paulista de Medicina, que é uma das federadas da Associação Médica, onde foram ouvidos vários médicos para conhecer a opinião dos médicos sobre a atuação dos médicos sobre a atuação dos planos de seguro de saúde.

Próximo.

A pesquisa quantitativa foi telefônica, com 15 minutos de duração: o universo médico do Brasil cadastrado no Conselho Federal de Medicina, credenciados ou conveniados com, no mínimo, três planos ou seguros de saúde atualmente e nos últimos cinco anos.

Próximo.

Essa é uma amostragem por região: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Próximo.

Aqui é o *ranking* para identificar as categorias estudadas. Foram realizados testes com a confiança de 95%.

Próximo.

Perfil da amostra. A maioria homens, 64, daqueles três mil e poucos; 36 de feminino; idade média de 46 anos.

Próximo.

Os profissionais concluíram a graduação com uma média de 21 anos. Então, tinha médico, 22%, de um a 10 anos de formado, mas a média maior foi de médicos formados entre 21 a 31 anos de idade, o que dava uma média de 21 anos.

Próximo.

Tipo de atendimento realizado: consultada particular. Nesse universo pesquisado, a consulta particular representa 20% e a consulta por meios de planos de seguro de saúde, 80%.

Próximo.

A avaliação geral dos planos de seguro de saúde é média.

O médico que trabalha com o plano de seguro de saúde atribui uma média 5,0 para as operadoras, numa escala de zero a dez. Essa é a média de pontuação.

Próximo.

Avaliação geral dos planos de saúde: 5%, Norte e Nordeste, representando cada região.

Próximo.

A média entre os planos que trabalham, nos últimos cinco anos, avaliação média de 5,4, sendo que 4% atribuíram nota zero e apenas 2% notas 9,0 e 10.

Próximo.

Avaliação geral. Novamente, os médicos que atuam na saúde Sudeste e Centro-Oeste são os mais críticos; eles têm um percentual de reclamação acima da média dos outros Estados.

Próximo.

Desempenho das marcas dos planos de saúde. É objetivo medir a percepção sobre a atuação dos planos de saúde. Os profissionais médicos respondem a perguntas sobre vários aspectos. Todas as respostas para as perguntas dessa etapa foram espontâneas, ou seja, não foram apresentadas opções de respostas aos entrevistados. Em cada uma das perguntas os profissionais médicos apontavam até três planos, hierarquizando a resposta em primeiro, segundo e terceiro lugar. A resposta sempre foi relacionada ao plano ou seguro de saúde que o profissional médico trabalha ou trabalhou nos últimos cinco anos.

Próximo.

No total, no Brasil, o *ranking* foi esse: Paga pior são essas empresas; Mais burocrático e Pior Plano.

Próximo.

Assuntos por região: Sudeste, Sul, Nordeste, aqui também especificados e com o mesmo critério.

Próximo.

Principais resultados por cada região. A situação vai ranqueando cada um dos planos de saúde: região Sudeste, região Sul, região Nordeste, região Norte e região Centro-Oeste. Vê-se que, na região Centro-Oeste, no Distrito Federal, a maioria dos planos não é como no Nordeste. Aqui, a Unimed praticamente não tem muita importância.

Próximo.

Interferência dos planos de seguro de saúde.

Percepção sobre a interferência dos planos de saúde na autonomia técnica do trabalho médico.

Interferência dos planos de saúde: 92% dos médicos que atendem por planos de saúde afirmam ocorrer interferência da operadora na autonomia técnica do médico.

Próximo.

Grau de interferência. Uma média de 5,8. Numa escala de zero a dez, o médico atribuiu a nota 5,8 para o grau de interferência dos planos de seguro de saúde na autonomia técnica do médico; 8% atribuíram nota dez e no mesmo valor observado para o zero.

Grau de interferência do plano de saúde por região. A região Nordeste tem interferência geralmente maior, a mesma coisa.

Próximo.

Essa por região. No caso, a Centro-Oeste.

Próximo.

Avaliação de interferência dos planos na autonomia do médico. Eles interferem: tempo de internação, período de internação pré-operatório, mais glosas, no número de exames e procedimentos, prescrição de medicamentos de alto custo, relação de doenças pré-existentes e atos diagnósticos terapêuticos mediante designação de auditores.

Próximo.

Esse é por região.

Próximo.

Regulamentação.

Opinião sobre a portabilidade aos usuários dos planos de saúde. É positiva tanto para os usuários dos planos de saúde quanto para a classe médica a portabilidade dos planos.

Próximo.

Principais resultados. Oito em cada dez atendimentos nos consultórios são provenientes de planos ou seguros saúde. Isso é mais ou menos a média do que a gente já falou anteriormente.

Próximo.

Essa é a avaliação da Cassi no nível de Brasil.

Próximo.

Noventa e dois por cento dos médicos afirmam que o plano de saúde interfere.

Próximo.

Glosar procedimentos ou medidas terapêuticas; número de exames ou procedimentos; restrições a doenças pré-existentes; atos diagnósticos e terapêuticos mediante designação de auditores.

Próximo.

Esse é só um detalhamento.

O estudo revela que quase totalidade dos médicos sofre algum tipo de interferência por parte das operadoras de planos ou seguros saúde (92%). Ainda, cerca de dois em cada dez afirmam que este é um procedimento comum a todos os planos ou seguros saúde.

O grau de interferência é de 5,8, em escala de zero a dez, na opinião dos médicos consultados.

Próximo.

Na avaliação da visão associativa, queríamos apenas que as operadoras dos planos de saúde precisam entender que os avanços da medicina e os custos dos novos procedimentos não são ditados pelos médicos que os atendem. Dessa forma, a mão é dupla. Assim como eles necessitam de reajustar as suas mensalidades, necessitamos também melhorar os nossos honorários.

Essa aparente relação conflituosa entre saúde suplementar e entidades médicas tem que ser convergente e não divergente.

O que almejamos é parceria para que os clientes dos seus planos sejam nossos clientes, atendidos com qualidade, segurança, competência e modernidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço-lhe, Sr. José Luiz.

Prosseguindo pela ordem, vamos conceder a palavra ao ilustre Sr. Vinícius Marques de Carvalho para sua exposição, por 10 minutos, mais dois a três minutos.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Bom dia, Senador Jayme Campos.

Eu queria, antes de qualquer coisa, agradecer o convite e cumprimentar os membros da Mesa, agradecer o convite do Senador Paulo Davim.

Na forma de um preâmbulo talvez, eu queria explicar um pouco o papel da Secretaria de Direito Econômico e como ela se insere nesse contexto de discussão do mercado de saúde suplementar no Brasil.

A Secretaria de Direito Econômico (SDE) é, dentro do sistema brasileiro de defesa da concorrência, aquele órgão responsável pelas investigações de possíveis condutas anticompetitivas em quaisquer mercados, setores de atividade econômica do País. A Constituição e a Lei de Defesa da Concorrência não fazem nenhuma exceção a que tipo de atividade econômica a SDE tem que atuar. De algum modo, quaisquer atividades econômicas hoje no País que sejam remuneradas podem estar sob o crivo da Lei de Defesa da Concorrência.

A SDE é responsável por fazer as investigações e encaminhar, com propostas de condenação ou de absolvição ou de acordos, para que o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) julgue, concordando ou discordando com o que a Secretaria propõe.

O que eu proponho fazer aqui hoje é mostrar rapidamente e dividindo em bloco, sem falar de nenhum caso concreto, quais são os temas relacionados à saúde suplementar com que hoje a gente atua na Secretaria de Direito Econômico, no mais das vezes, por provocação ou por situação que identificamos e atuamos de ofício também. E aí levantar um pouco também qual tem sido a jurisprudência do Cade em relação a esses temas, a jurisprudência tradicional, e como temos encaminhado para o Cade as nossas decisões. Os senhores vão perceber que, na maioria desses temas, temos tentado propor ao Cade uma relativização da sua jurisprudência tradicional, algum tipo de mediação no caso de saúde suplementar, tendo em conta principalmente a diferença de poder de barganha entre os médicos e os planos de saúde. Mas isso eu acho que vai ficar mais claro na apresentação.

Pode passar, por favor.

Aqui, só para os senhores terem uma ideia dos números nos processos administrativos com condenação – aí já estou lidando com processos do Cade. Hoje, a grande maioria das condenações, 35,09% empatado com o amarelo e o vermelho são condenações relacionadas a tabelas médicas, e o vermelho relacionado à unimilitância, que é a exigência de exclusividade principalmente que as Unimeds fazem em relação aos médicos, para que atuem só prestando serviços para a Unimed.

Hoje, para os senhores terem uma ideia, na SDE, há 82 investigações em curso, o que representa um quinto do total do departamento que atua com esse tema. É o setor mais demandado, ao lado do setor de revenda de combustíveis.

Pode passar.

E aí, agora, os casos em bloco que vou apresentar.

Primeiro, envolvendo relações dos planos de saúde com os hospitais, enfim, com clínicas.

Há alguns casos relacionados com recusa de contratar. Planos de saúde recusam a contratação com clínicas e hospitais, descredenciando-os. E vice-versa. Em algumas situações, hospitais e clínicas não aceitam contratar com o plano de saúde. Essa conduta de recusa de contratar é uma conduta que, de algum modo, em situações normais de mercado, representa a liberdade individual de cada um contratar ou não. Quando ela se revela uma conduta anticompetitiva? Ela se revela uma conduta anticompetitiva se há essencialidade, poder de mercado por parte do plano

de saúde; se realmente houve recusa de contratação; se a recusa era injustificada tanto em relação a aspectos técnicos como econômicos. Em casos específicos, há necessidade de verificar se não há conluio na recusa de contratar simultânea. Às vezes, temos caso em que hospitais concorrentes em tese recusam conjuntamente a contratação de um plano de saúde. Existe este movimento hoje no Brasil acontecendo: de hospitais comprando planos de saúde; plano de saúde comprando hospitais. E às vezes o hospital de determinado plano de saúde não quer prestar serviço a outros planos de saúde também. Em determinado município onde aquele hospital é o principal hospital, em municípios pequenos se pode impedir a entrada de um novo plano de saúde e aí se cria um monopólio naquele município por conta da recusa de contratar.

Pode seguir.

A mesma coisa em relação a esses casos de exclusividade entre planos de saúde e hospital; exigências de serviço com exclusividade por parte do plano de saúde em relação ao hospital. O hospital que quiser trabalhar com plano de saúde concorrente não pode; temos casos relacionados a isso.

Nos Estados Unidos, a gente sabe que houve condenações do ponto de vista do direito da concorrência em relação a esse tipo de conduta e a gente tem alguns casos na SDE também analisando essa hipótese.

Pode passar, por favor.

Negociação coletiva: os planos de saúde negociando coletivamente com tabelas de preços editadas e divulgadas por suas associações. Já há condenações do Cade sobre isso nesses processos administrativos. Também é uma conduta que já foi condenada em outras jurisdições no mundo. Os planos de saúde em geral argumentam em prol das suas tabelas – e aqui eu não estou falando de negociação coletiva de médicos, não estou falando do caso que o Dr. Márcio levantou, estou falando do outro lado, dos planos de saúde negociando em conjunto – e dizem que conseguem diminuir os preços dos serviços médicos com essa negociação coletiva. É meio razoável que isso se espere. Agora, a questão é se é uma conduta anticompetitiva ou não. O argumento deles é que, reduzindo preço que eles pagam aos médicos, eles conseguem reduzir os custos e, em tese, se repassam esses custos aos consumidores e, portanto, o consumidor na ponta é beneficiado. A gente sabe que essa relação benefício do consumidor não pode ser avaliada só dessa perspectiva. E os planos de saúde de autogestão dizem que não competem entre si; então, por isso, não há prejuízo à concorrência de negociar em conjunto.

Vamos lá.

Aqui já acabei mencionado quais são os argumentos em contrário a esse tipo de negociação coletiva. O fato de os planos de saúde já terem um poder de barganha ainda maior em relação aos médicos, individualmente eles já têm, quando eles negociam coletivamente, eles têm mais ainda e isso pode gerar prejuízos ao consumidor, com inclusive diminuição da oferta e aumento de preço. Sempre que a gente tem diminuição da oferta, a gente tem aumento de preço para o consumidor final. Isso é algo pacífico na teoria econômica.

Pode passar.

Agora, outro grupo de investigações envolvendo médicos e prestadores: tabela de honorários. Aqui a gente já está falando das tabelas médicas. Hoje a gente discute muito em torno da CBHPM. As entidades de classe e sindicatos que representam os prestadores editam as tabelas de honorários mínimos e usam essas tabelas para negociação coletiva. O Cade historicamente condena essas tabelas. A maioria das condenações do Cade é feita com base no argumento de estratégia de cartelização, de influência de conduta uniforme, mesmo as tabelas feitas pelos médicos.

A gente tem tentado relativizar esse argumento. É claro que a decisão final é do Cade, mas a proposta que a gente apresentou e que inclusive o Dr. Márcio mencionou na medida preventiva, que se flexibilize a utilização das tabelas, que os médicos possam utilizar a CBHPM como referência para negociar com os planos de saúde, desde que não trabalhem o valor da CBHPM como valor obrigatório, uniforme para o território nacional inteiro.

As entidades médicas têm argumentado com a gente inclusive de que há uma banda na tabela da CBHPM e que é algo que o Cade tem que dar a palavra final, mas que para nós parece razoável.

Pode passar.

As negociações coletivas também são decorrência da utilização das tabelas. O argumento dos médicos sempre tem sido equilibrar o poder de barganha perante as prestadoras. O Cade, quando se deparou com esses temas faz algum tempo; o Cade nos últimos tempos não tem tratado desse tema, mas lá atrás, na sua jurisprudência, o Cade condenou as negociações coletivas. A nossa posição é de que as negociações coletivas podem ser autorizadas desde que o profissional que não queira aderir à negociação coletiva ou, caso a negociação coletiva não chegue a bom termo, não seja estimulado a descredenciar. O que a gente quer resguardar é a decisão individual do médico. Ele quer participar do processo de negociação coletiva, a sua entidade participa em nome dele; se a entidade não chegar a um acordo, o que pode acontecer? O

médico tem o direito de falar: "Vocês não chegaram a um acordo, mas eu preciso prestar serviço para esse plano de saúde e eu sozinho vou tomar a decisão de prestar." Talvez seja esse o ponto central de polêmica entre a SDE e as entidades, mas para nós é um ponto importante que é deixar para o médico individualmente a decisão de se descredenciar se quiser; e não de qualquer entidade de classe que o represente. Esse talvez seja o plano central.

A gente tem 39 casos em trâmite sobre esse assunto, um deles já foi para o Cade e envolve tabela, negociação coletiva e é o caso em que a gente espera – a gente pode discutir isso um pouco mais no debate com os Senadores, porque o tempo está acabando – que haja uma negociação e um acordo entre o CFM, a Fenam e a AMB com o Cade para se delimitar esses parâmetros que, a partir daí a negociação coletiva possa acontecer sem que os médicos sejam ameaçados sempre com uma denúncia no sistema brasileira do sistema da concorrência porque estão negociando coletivamente, porque eles vão ter uma decisão do Cade que os ampara a fazer negociação coletiva dentro de determinados parâmetros. Pelo menos essa é a nossa expectativa, a gente está trabalhando para isso, inclusive a ANS tem dado um apoio bastante grande nesse processo.

Pode passar, por favor.

Descredenciamento em massa é decorrente dessa mesma questão, da possibilidade de o médico decidir individualmente se ele quer se descredenciar ou não, porque na SDE – é bom que a gente ressalte isso –, a gente tem um departamento de defesa do consumidor que é responsável pela coordenação do sistema brasileiro de defesa do consumidor. Então, todos os Procons, todas as sociedades civis de defesa do consumidor está ali também sob o nosso guarda-chuva, vamos dizer assim. E é muito importante encontrar um equilíbrio que garanta aos médicos condições de trabalho para prestar serviços de qualidade, mas que também garanta ao consumidor acesso a esses serviços.

Então, a gente também pensa que quando uma negociação coletiva não chega a bom termo, os médicos têm o direito de não participarem, de não atuarem mais com aquele plano de saúde, mas os que quiserem continuar por um preço menor também têm o direito de negociar individualmente. É só esse o ponto.

Pode passar.

Cooperativas médicas – juro que vou terminar – são casos específicos que se referem àquelas cooperativas por especialidades, cooperativas de anestesiologistas, cooperativas de neurocirurgiões, que negociam como cooperativas; ou elas se estruturam na forma de cooperativa ou elas se estruturam hoje na forma de sociedades limitadas – já há casos como esses.

O Cade, de novo, condenava essas cooperativas por cartel; de um tempo para cá, foram feitas algumas mudanças nessa orientação do Cade. O Cade passou a analisar se essa cooperativa, por exemplo, exige exclusividade do médico, o médico pode atuar pela cooperativa, mas também pode prestar serviço individualmente. Se ele pode, então, talvez não tenha problema. A cooperativa abarca a totalidade dos médicos daquela especialidade no município? Não abarca. Então, talvez... Os preços são obrigatórios? Não são obrigatórios. Nesse tipo de situação, o Cade tem já adotado uma postura também mais flexível.

Pode passar.

Unimilitância são esses casos que eu mencionei. A maior parte das condenações do Cade – inclusive o Cade tem uma súmula – constitui infração contra a ordem econômica a prática sob qualquer forma manifestada de impedir e criar dificuldades a que médicos cooperados prestem serviços fora do âmbito da cooperativa caso essa detenha posição dominante.

Então, esses são os casos. O Cade tem 15 instruções na SDE; o Cade já julgou 78, condenou já 60 e existem 25 casos pendentes de julgamento. Esse talvez seja o principal assunto hoje no sistema de defesa da concorrência em relação à saúde suplementar.

Vou parar por aqui. Essas são as decisões judiciais que confirmam essa tese. E desculpem-me por ter passado um pouco no tempo.

Estou à disposição para as perguntas e para o debate.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Vinícius.

Para dar um bom andamento aos nossos trabalhos, concedo a palavra ao Dr. Maurício Ceschin, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O senhor tem 10 minutos, prorrogáveis por mais cinco, para fazer a sua explanação.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Muito obrigado, Sr. Presidente Jayme Campos. Agradeço também o convite e a oportunidade oferecida pelos Senadores Paulo Davim, Humberto Costa, Eduardo Amorim. Agradeço a presença da Senadora Ana Amélia, com quem vamos ter um novo encontro ainda este mês para falar de medicações de uso oncológico.

Obviamente o tempo é muito curto e eu queria dar uma visão ampla e isso não será possível, então, vou tentar acelerar ao máximo e me focar naquilo que parece ser...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Teremos a concordância dos Srs. e Srªs

Senadores. O senhor tem 15 minutos. Atualmente, se os Senadores permitirem e concordarem, porque é regimental, nós podemos até abrir mais um espaço.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Mas eu vou tentar ser o mais objetivo possível.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é uma agência reguladora do Governo Federal vinculada ao Ministério da Saúde, que atua em todo território nacional na regulação, normatização, controle e fiscalização do setor de planos de saúde no Brasil. Aqui a definição e atribuição são de regular planos de saúde.

O termo suplementar neste contexto significa que, além do sistema público de saúde, que é direito de todos, o cidadão pode contratar serviços privados do mercado de planos de saúde como uma opção de atendimento médico.

O marco legal são as Leis n° 9.656, de 03/06/1998, que dispõe sobre a regulamentação dos planos e seguros privados de assistência à saúde; e n° 9.961, de 28/01/2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Diretoria Colegiada é o órgão máximo da Agência, não é o Diretor Presidente da Agência. O Diretor Presidente da Agência acumula a função de normas e habilitações de produtos e o órgão máximo é a Colegiada.

Próximo.

Os números do setor: hoje nós estamos falando quase 47 milhões de brasileiros que têm um plano médico hospitalar e quase 16 milhões de planos exclusivamente odontológicos.

Próximo.

Vinte um por cento dos planos, hoje, são individuais; 76% são coletivos. Isso é importante porque a Agência controle e define reajuste para 21% do mercado e em 76% do setor regulado há uma livre negociação pelo poder de barganha das empresas, entre operadoras e planos. Portanto, quando a gente relaciona o reajuste de planos individuais como indexador de alguma forma do reajuste do setor isso não é fácil, uma vez que ele só incide sobre 21%.

Com relação a contratos novos e antigos, ainda 17% dos contratos são contratos antigos e, portanto, não têm toda a cobertura e proteção da Lei nº 9.656, de 1998.

Próximo.

Hoje ainda temos 1.042 operadoras de planos de saúde médico-hospitalar e 379 de planos odontológicos.

Ao longo dos últimos onze anos, o número das operadoras vem sendo reduzido por ação da Agência na liquidação de operadoras que não têm condições de atuar no mercado e ofertar aquilo que a lei assegura ao consumidor.

Próximo.

Outra prova de atuação da Agência é que, em regimes especiais, hoje, existem 186 operadoras ou sob direção fiscal e cerca de 70 operadoras em liquidação extrajudicial; portanto, o processo de saneamento do mercado continua e a Agência tem atuado junto ao mercado no sentido de deixar operadoras que tenham condições de ofertar aquilo que é assegurado por lei ao consumidor.

Próximo.

Os desafios da saúde suplementar: há uma mudança demográfica mundial e no Brasil não é diferente, que vai impactar demais o sistema suplementar de saúde e o sistema público de saúde.

Próximo.

Há uma mudança de pirâmide populacional que faz com que as despesas com saúde neste País vão aumentar significativamente nos próximos 20 anos.

A pirâmide populacional do País muda para o que a gente chama de um barril populacional, na realidade, com as faixas etárias mais novas tendo uma participação menor e um incremento das faixas etárias mais elevadas. Hoje o indivíduo acima de 60 anos gasta em torno de 8 a 12 vezes mais do que um adulto jovem, portanto, isso tem um impacto brutal no sistema de saúde. E aí, Srs. Senadores, discute-se que o sistema de saúde é só de gestão, eu digo que não, ele é de recursos mesmo. Se não aplicarmos mais recursos em saúde, não fazemos fazer frente aos desafios que virão.

Próximo.

Com a utilização, esse gráfico é muito ilustrativo, se olharmos o perfil de utilização do SUS, o que acontece por faixa etária, a frequência de utilização aumenta muito com a faixa etária e o custo da saúde nas faixas etárias mais elevadas é muito maior.

Próximo.

Portanto, o principal desafio é a sustentabilidade pelo envelhecimento, pela incorporação tecnológica, pelo modelo de pagamento aos prestadores que privilegiam o consumo e a utilização de materiais em detrimento da remuneração do trabalho médico. Quero deixar claro, e vou interferir na apresentação, que a ANS entende e afirma que os honorários médicos, nos últimos anos, ficaram defasados em relação à cesta de insumos da saúde suplementar. É evidente que há uma defasagem do ganho médico na saúde suplementar. A discussão aqui é se ela deve ser resgatada pelo puro e simples repasse ao consumidor, ao cidadão. Nós precisamos buscar alternativas de redistribuição de modelos de remuneração no sistema que privilegie o consumo de materiais, medicamentos, órteses e próteses e uso de tecnologia em detrimento do ganho médico. Não só simplesmente repassar a necessida-

de absoluta de reajuste do ganho médico diretamente para o consumidor e para o cidadão.

Cultura de tratamento de doenças *versus* promoção de saúde e promoção, heterogeneidade concorrencial, que é muito importante nesse mercado, e também a questão de novos entrantes, que foi o que o Senador comentou, o setor cresceu o seu faturamento em 13% e o número de beneficiários, no ano passado, aumento 9% na saúde suplementar.

Próximo.

A agenda regulatória. A agência tem no seu *site*, desde o começo do ano, uma agenda regulatória, dizendo tudo o que ela vai fazer nos próximos dois anos, com previsibilidade, com antecedência, com transparência todos os itens que ela está tratando em termos regulatórios, o que ela pretende fazer e o que ela almeja com cada um desses itens. Todo cidadão deste País pode dar sugestões, pode interferir, pode, de alguma forma, participar dessa agenda.

Por favor, próximo.

No modelo de financiamento, estamos atacando, não vou citar todos, pela falta de tempo, estamos trabalhando na questão da capitalização somado ao modelo de mutualismo atual com vistas a prevenir o aumento futuro de custo que vamos ter com o envelhecimento da população. É necessário a gente poupar e gerar riqueza para ter sustentabilidade no sistema.

Próximo.

Nós definimos prazos máximos de atendimento, que é aquilo que o Senador citou que também ocorre em Mato Grosso. Pela primeira vez este ano e a partir do dia 19 de dezembro, entra em vigor a resolução normativa que estabelece prazos máximos para o atendimento dos consumidores de saúde suplementar. Implantamos já o programa de acreditação e, no acesso à qualidade assistencial, estamos trabalhando no sentido de garantir ao consumidor aquilo que ele tem direito.

Próximo.

No pagamento de prestadores, estimular adoção pelo setor de codificação única. Entendemos também que é importante adotar a referência da hierarquização da CBHPM. A gente já defende isso, tem discutido isso com o sistema brasileiro de defesa da concorrência, com o SDE e o Cade. Nós defendemos que haja a introdução da CBHPM como referência de hierarquização de procedimento médico. Estamos também tentando buscar um pacto setorial para definição e criação de mecanismo de estímulos indutores para a nova sistemática de remuneração de hospitais. A agência não tem a atribuição legal de mudar o modelo de remuneração dos hospitais, mas incentivar e induzir a gente tem feito. Desde que eu entrei na agência, em início de 2010, nós temos dois grupos de trabalho funcionando: um a respeito de hierarquização de honorários médicos, outro a respeito de hierarquização de honorários médicos, outro a respeito do modelo de remuneração em hospitais. Nós temos trabalhado junto à entidades médicas diretamente promovendo reuniões e com entidades hospitalares e operadoras, porque entendemos que, na medida que melhorarmos o modelo de remuneração dos hospitais, nós criamos recursos para remunerar melhor o médico e não simplesmente novamente repassar esse custo para o consumidor.

Próximo.

Assistência farmacêutica, que é muito cara, Senadora Ana Amélia, com razão, é parte da agenda regulatória da agência não só de medicamentos oncológicos, mas que os planos de saúde passem a oferecer principalmente para portadores de patologias crônicas, remédios e medicação de uso ambulatorial. Nós temos trabalhado nisso e possivelmente até o final do ano que vem devemos chegar a um bom termo.

Próximo.

Incentivo à concorrência. Nós temos trabalhado junto ao SDE e Cade para compreensão da particularidade da questão médica, da questão de hospitais. Temos feito reuniões com o SDE e o Cade. Se você me permite, Vinícus, essa mudança da percepção do SDE em relação à hierarquização da tabela CBHPM e da questão da negociação coletiva a gente tem trabalho junto nisso e estamos aprofundando e trazendo as entidades médicas. Eu fui a cada entidade médica, conversei com cada presidente de entidade médica, tivemos reunião no Cade junto ao SDE na tentativa de buscarmos um acordo que ultrapassasse essa questão da adoção da CBHPM e permitisse a negociação coletiva por parte dos médicos junto à operadora de saúde. É uma relação assimétrica, o médico é hipossuficiente nessa relação e ele precisa das entidades lhe dando respaldo. Essa é a visão da agência hoje.

Avançar no modelo de mobilidade, a portabilidade já avançou e temos trabalhado nesse sentido.

Próximo.

Acesso à informação. Nós temos feito uma série, todos os planos de ação definidos na agenda foram concluídos, divulgando súmula, "empoderando", trazendo maior poder de decisão para o consumidor, "tangibilizando" as ações da agência, dando transparência em linguagem não técnica para que o consumidor tenha acesso à informação.

Próximo.

A migração de contratos antigos por arcabouço legal de tal forma que permita maior proteção da agência e da lei por parte dos consumidores. Eu entrei na agência nós tínhamos quase dez milhões de contra-

tos antigos, hoje nós temos oito milhões de contratos antigos e ainda 17%, mas a gente pretende avançar nisso. Nós estamos avançando, reduzindo o número de contratos antigos, que são o principal objeto da judicialização e saúde.

Assistência ao idoso. Não podemos esquecer disso, porque este é um país que, daqui 40 anos, terá 30% da população de idosos. Desculpem a brincadeira, é melhor a gente envelhecer do que a outra opção, que é muito pior. Então é melhor envelhecer com dignidade e com um sistema de saúde que nos atenda.

Próximo.

Integração da saúde suplementar com o SUS. Nós temos trabalhado em conjunto com o Ministério da Saúde de forma muito íntima na identificação única do beneficiário de planos de saúde com o cartão único do SUS, de tal forma que um cidadão, no País, tenha uma identificação única em saúde, independente de ele estar na saúde suplementar ou pública, e em um modelo de sistema nacional do que deve ser suplementar, complementar ou substitutivo.

Próximo.

Rapidamente, no ressarcimento ao SUS, nós, ao entrarmos, praticamente refizemos toda a estrutura de ressarcimento, toda a rotina, todo o processo. Esses são os resultados que estamos tendo de ressarcimento ao SUS. Então se há dúvida se a agência tem cumprido a sua função, esse é o grau de ressarcimento que a gente obteve neste ano até agora, que é o maior dos últimos seis anos acumulados, em termos de cobrança, em termos de pagamento, em termos de parcelamento, em termos de inscrição de dívida ativa. É absolutamente maior do que a gente tinha conseguido até então. Graças até a ajuda do meu antecessor, graças à ajuda do Ministério da Saúde, do Datasus, a gente tem conseguido cumprir a atribuição legal da agência.

Demandas de consumidores, só para a gente colocar que, no sistema que o Vinícius colocou, o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor, ligado ao DPDC do Ministério da Justiça, apesar de todos dizerem que saúde é a campeã de reclamação, saúde está em 5º lugar, com 2.9% do número total de reclamações em todos os Procons do Brasil enquanto o campeão tem 29%. Portanto não é que nós não somos campões, estamos muito longe de ser campões. E na saúde, não só na saúde privada, não, mas na saúde como um todo, esse número de reclamações, embora seja muito significativo, a gente não despreza esse número, está muito longe de ser o campeão de reclamações no Brasil em termos de Procons.

Próximo.

Mesmo na Proteste, a saúde é o sétimo colocado, com o mesmo percentual também muito distante dos primeiros colocados. Se a gente simplesmente relacionar o número de reclamações pelo número de atendimentos, considerando só consultas e internações e considerando o número de beneficiários, relacionar o número de reclamações dá 0,06 e de eventos 0,02. Não estou fazendo o jogo do contente, as reclamações são contundentes, envolvem saúde, elas são importantes, mas elas não são as campeãs de audiência.

No Disque ANS, a grande maioria do que a gente recebe na ANS são pedidos de informações e não de reclamações. Este ano, pela mudança do portal da agência, da linguagem que estamos utilizando do consumidor, nós aumentamos drasticamente o número de acessos do consumidor à agência e a participação dele na regulação. A agência tinha antes, em média, quatrocentas, quinhentas participações quando a gente fazia uma consulta pública. Hoje nós temos uma média de 16 mil participações para cada consulta pública. O número de reclamações também aumentou este ano junto à ANS, o que demonstra maior poder de informação, maior informação e maior demanda do consumidor.

Próximo.

Esse é um instrumento que a agência utiliza para a negativa de atendimento e dá cinco dias de prazo para as operadoras darem uma resposta. Sessenta e sete por cento das negativas de atendimento que a agência recebe hoje nós resolvemos sem a introdução de processo sancionador, resolvemos de imediato.

Próximo.

Acordos que a gente faz com Procons em todo o Brasil.

Próximo.

A relação entre operadoras e prestadoras. Vou ao ponto. Essa é a evolução, Presidente, do faturamento do setor e a evolução dos custos médicos hospitalares do setor. A relação entre o custo assistencial, esse não é o custo total, e o faturamento sem mantém constante nos últimos onze anos. Portanto, não há transferência do baixo ganho médico para o sistema de operadoras. O que a gente observa é outra coisa.

Próximo.

Se a gente utilizar os dados da Unidas como referência, 56% do que o sistema de autogestão do País gasta são com materiais, medicamentos, órteses e próteses e só 11% com honorários médicos. Portanto o que a gente tem observado no sistema é uma transferência do honorário médico para a tecnologia, consumo de materiais, medicamentos, órteses e próteses.

Próximo.

Se a gente olhar os principais hospitais do País, o que evolui mais em termos de participação do faturamento é insumos hospitalares, órteses e próteses, medicamentos, equipamentos e custo com exames, e,

novamente, não é honorários médicos. Ou seja, o setor de saúde suplementar observa essa transferência do ganho médico para a tecnologia armada, para o consumo de materiais, medicamentos, órteses e próteses.

A heterogeneidade do setor, como foi mesmo dito pela Unimed, faz com que o sucesso ou não das entidades médicas na negociação também sejam heterogêneas. Então hoje há cooperativas médicas com 35% de participação e, via de regra, a penetração da negociação dos médicos nas cooperativas é maior. Nas medicinas de grupo tem-se ainda mais dificuldades. Nas seguradoras tem havido avanço. Portanto o comportamento do setor em relação a honorário médico também é heterogêneo.

Próximo.

Aí vamos direto ao ponto, porque acho importante discutir isso. Não existe a previsão expressa na lei que permita a ANS controlar os preços pagos aos prestadores de serviço, arbitrando valores de honorários médicos, estipulando periodicidade de reajuste, metodologia ou forma de remuneração profissional médico. Não existe.

Próximo.

Não contente com isso, pedi uma consulta à Procuradoria Federal junto à ANS sobre o tema e perguntando sobre a legalidade da ANS de controlar preços pagos a prestadores. Na resposta da Procuradoria não se vislumbra, na Lei nº 9.656, amparo jurídico para a medida em análise. Resta claro inexistir previsão expressa na lei que permita tal entendimento – está aqui o número do entendimento da Procuradoria.

Apesar de a agência não ter essa atribuição legal e não ter amparo na Procuradoria, a agência vem empreendendo várias ações no sentido de facilitar e melhorar – pode passar o próximo – esse entendimento entre médicos e operadoras: a obrigatoriedade da contratualização; o Programa Olho Vivo, que analisa os contratos das operadoras desde 2010; troca de informações de saúde suplementar, em que deixamos claro qual é o procedimento, pois isso torna mais tangível o que cada operadora paga para seus médicos; dois grupos de trabalho, que já citei, sobre remuneração de hospitais e hierarquização de honorários médicos – Dr. Márcio Bichara participou disso.

Tivemos dificuldade de percepção da insensibilidade das operadoras, sim. Por isso que estamos sendo cada vez mais contundentes na ação, que é possível a agência ter junto às operadoras, principalmente no Programa de Monitoramento da Contratualização, que analisa os contratos.

Próximo.

Programa de acreditação de operadoras que leve em consideração o que ela tem de registro e ganho de rede credenciada, a qualidade da rede credenciada, a forma como ela dá acesso ao consumidor; a norma de garantia de atendimento que induz o aumento da rede credenciada para os médicos, para que seja feito o atendimento em tempo hábil; norma do Plano de Recuperação Assistencial e Direção Técnica, a que muito pouca gente está dando importância, e ela tem uma importância crucial, porque pela primeira vez a agência fiscaliza a questão... Pela primeira vez, não. Ela aumenta a sua atuação na sua fiscalização assistencial, e, se há alguma dificuldade assistencial, a agência intervém com direção técnica e pode levar à liquidação extrajudicial dessa operadora. Além disso, na garantia de atendimento, a agência está introduzindo uma nova penalidade, que é prevista em lei, mas que já está nessa RN, que é a interrupção da comercialização por parte da operadora se ela não atender aos prazos máximos de atendimento e até a inabilitação do gestor da operadora na saúde suplementar, caso isso tenha um movimento reiterado de negativa de atendimento.

Programa de Monitoramento da Qualidade.

Próximo.

Programa de Qualificação das Operadoras que leve em consideração a questão da relação com médicos e a informação da rede credenciada. A partir do próximo ano, será obrigatório haver, no *site* de cada operadora, toda a rede credenciada georreferenciada com todos os médicos, todos os serviços profissionais à disposição do consumidor.

Eu só queria terminar dizendo que a agência não concorda em ser omissa nesse processo. A agência tem limitações de atribuição legal, mas tem atuado constantemente na busca do entendimento entre as partes, na busca de normativos que tangenciem essa limitação, mas que de alguma forma traga condição melhor ao ganho do médico, que, repito, é reconhecido dentro da agência que esse ganho está defasado. Não há uma atitude hipócrita da agência nesse sentido, nem por parte do Ministério da Saúde, nem do atual Ministro, nem dos Ministros anteriores – está aqui o Senador Humberto Costa –, nem dos meus antecessores, nem da parte da atual diretoria.

Vale dizer que, recentemente, foi indicado como novo diretor da agência um egresso do movimento médico, ligado à Fenam, ligado ao CFM, o que nos alegra, o que nos traz muita alegria. Espero que esta Casa aprove a indicação desse nome, feito pela Presidenta da República, porque isso pode inclusive ajudar na discussão, mas não acredito também que no dia seguinte que tome posse ele também tenha uma ação hipócrita. A agência não tem uma atitude hipócrita, não tem atitude de omissão. Temos trabalhado com afinco nesse atendimento, temos trabalhado junto à SDE,

ao Cade, temos contato direto e continuado com as entidades médicas no sentido de trazermos de volta ao ganho médico uma condição melhor. Mas isso não pode ser feito simplesmente à custa do repasse desse custo ao beneficiário final, ao cidadão, ao consumidor de planos de saúde. Nós temos que lembrar, sim, que é atribuição da agência defender o interesse público. E principalmente pelo desafio da sustentabilidade e pelo envelhecimento que este País vai observar, termos sustentabilidade, instituir modelos de financiamento melhor e controlar a evolução dos custos, tudo isso é necessário, do ponto de vista de sistema, para que consigamos a viabilidade e a sustentabilidade desse sistema em longo prazo.

O problema é complexo, não é de simples solução. Nós temos trabalhado e temos plena confiança de que a adoção da hierarquização da CBHPM e a autorização para a negociação coletiva por parte dos médicos com os operadores são grandes avanços e devem ser implementados. Nós defendemos isso, temos discutido isso com a SDE e ao Cade e esperamos que as entidades médicas concordem que possamos avançar nesse sentido e trazer uma condição para o médico melhor.

Obrigado e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª, Dr. Maurício, pela bela explanação. Entretanto, quero fazer apenas uma observação.

O senhor citou um número aqui, dizendo que há uma satisfação no sistema de saúde...

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Uma reclamação.

Nesse caso, é uma satisfação quase geral. O próprio Senador Mozarildo tomou um susto. Percebi ali. Houve 2,9% de reclamação no Procon. Imaginem!

Acho que quem deu esses dados para o senhor está totalmente equivocado. Quem procura o Procon o faz em última situação, em última instância. Entretanto, se o senhor for às portas dos hospitais deste País, a reclamação é de quase 100%, salvo melhor juízo. E, em relação aos planos de saúde também, imagino que sim. É aquela velha história: se você faz um dado estatístico para mensurar, se se busca um instrumento para saber quantas pessoas deixam de registrar BO, ou seja, que deixam de ir à delegacia de polícia para registrar uma ocorrência, acho que o número é maior do que aqueles que registram, por exemplo, pequenos furtos. Esses procuram a delegacia de polícia.

Por favor, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Quero só reforçar o que V. Exª está dizendo. Acho que o Dr. Maurício deve saber da pesquisa do Ibope. Nacionalmente, sabe-se que saúde é disparadamente a maior reclamação; e entre elas está o SUS e também os planos de saúde.

Eu sou insuspeito, e não quero dizer que os médicos que estão no exercício da profissão sejam suspeitos. Não exerço mais a profissão, embora eu seja médico e continue com meu CRM, mas defender o que os planos de saúde fazem, ou seja, que aumentem mais de 400% o valor que cobram – são dados publicados pelo próprio plano de saúde – dos usuários e que aumentem a consulta médica em algo em torno de 16%... É preciso atentar para isso, porque são coisas divulgadas. Inclusive, está falando aqui o Senador Davim, nós, da bancada médica, vamos nos juntar para tentar no ano que vem oferecer ao Ministro uma colaboração legislativa que possa realmente pôr fim a isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quer dizer que estou mais ou menos no caminho certo. Chamou-me a atenção esse fato e outro também, que 257 planos de saúde estejam sob intervenção. Daqui a pouco vou fazer essa indagação, porque temos aqui os autores do requerimento.

Acho que o número é alarmante, não é, Senador Cyro? Duzentos e cinquenta e sete! Temos que saber qual o critério para essas empresas em que estão essas operadoras entrarem no sistema. Caso contrário, acho que é um estelionato o que estão praticando contra a sociedade brasileira.

Mas, de qualquer forma, agradeço ao senhor, e vamos entrar na fase de indagação.

Prioritariamente, temos aqui o ilustre, valoroso e competente Senador Paulo Davim, que vai fazer suas indagações após outro autor do requerimento, que é o ilustre e valoroso Senador Humberto Costa.

V. Exª está com a palavra para fazer as indagações que necessariamente achar que lhe convém.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Obrigado, Presidente.

Quero agradecer a todos que atenderam ao nosso convite e que estão aqui abrilhantando esta Mesa num debate tão pertinente quanto é este sobre a assistência suplementar de saúde no Brasil.

Compreendo que a assistência suplementar no Brasil, além de ser importante, é estratégica, porque imaginem os senhores se parte dos 47 milhões de brasileiros que se utilizam da assistência suplementar de saúde migrasse para o SUS. Seguramente, nós entraríamos em colapso, porque, apesar de termos um bom sistema de saúde, nós não temos uma rede capacitada para atender a tamanha demanda.

Portanto, acho que esta discussão é pertinente, é estratégica, é importante, e acho que deverá existir um esforço coletivo no sentido de procurar saída para esse problema.

Eu sempre imaginei que o sistema público funcionasse como uma espécie de balizador da assistência suplementar de saúde. Eu sempre imaginei isso, mas isso não acontece. E, na medida em que o sistema público de saúde foi afundando numa crise, na minha avaliação, sem precedentes na história deste País, de certa forma houve uma contaminação da assistência suplementar de saúde, porque, vejam bem: antigamente, para se ter um atendimento pronto, imediato, com bons médicos, em boas clínicas, em bons hospitais, o cidadão ou a cidadã buscava as operadoras de plano de saúde para fazerem o seu plano. Estavam absolutamente satisfeitos no tocante à assistência médica. Hoje em dia, isso não mais acontece, porque os bons profissionais estão deixando os planos de saúde. Está havendo uma revoada. As boas clínicas estão se descredenciando das operadoras; os bons hospitais, da mesma forma. Hoje, pelo menos no meu Estado – e esta realidade acontece em outros Estados da Federação –, se você sair com seu filho para um atendimento de urgência de pediatria, você não será atendido antes de três horas de espera, porque a rede pública não oferece assistência adequada, está superlotando as urgências pediátricas dos hospitais privados, e está acontecendo um fato agravante: estamos perdendo pediatras. Ninguém mais quer ser pediatra, porque o pediatra, quando atende a criança uma vez, a primeira coisa que os pais pedem é o número do celular dele, para ligar de manhã, de tarde, de noite e de madrugada; e o pediatra recebe uma remuneração simbólica das operadoras de plano de saúde. Não vale a pena. Por isso que o Brasil está entrando num caminho perigoso. Está praticamente deixando de existir algumas especialidades no Brasil, porque o Brasil está sofrendo um problema grave de falta de médicos especialistas em UTIs. Ninguém quer mais trabalhar em UTI porque, primeiro, é estressante, é trabalhar em ambiente de confinamento, expondo a própria saúde, o estresse, o desgaste orgânico, para receber uma remuneração, da mesma forma, simbólica. Então, essa é a realidade.

Houve épocas no Brasil em que os governos estimulavam, Senador Mozarildo, a criação de planos de saúde. Em cada esquina se abria um. Era uma forma de se oferecer à população o que o Estado não tinha condição de oferecer. E aí colocavam preços irrisórios, irreais, para o cidadão, para a cidadã se inscrever no plano de saúde. Esse usuário cumpria a carência e começava a utilizar o plano. Com cinco, seis anos, o plano quebrava, ia embora e deixava o calote para os médicos, para as clínicas e para os usuários.

Eu fui vítima de calote de plano de saúde. A minha clínica foi vítima. Como eu, vários e vários hospitais; várias e várias clínicas, mas depois as coisas mudaram. Criaram-se critérios para abrir operadoras de planos de saúde, no sentido de proteger o usuário e proteger os prestadores de serviço.

Mas, na verdade, sempre houve estímulo por parte dos governos na abertura de planos de saúde; e, quanto mais barato, melhor, já que o governo não tem condição de assumir a demanda da sociedade e dos seus órgãos públicos, do sistema público.

Parece-me que, hoje, as coisas ainda se não são como eram antes, com esse objetivo definido, estabelecido, continuam com forte traço de segurar as rédeas do plano de saúde no sentido de repassar o reajuste real, porque existem incorporações de novas tecnologias. Isso é fato. E há um agravante, que é a judicialização na saúde. Não só no setor público, mas também e sobretudo no setor privado. E aí, o que está acontecendo? Estamos vivendo um impasse. Os médicos estão sendo aviltados.

Nos últimos dez anos, os planos de saúde tiveram um reajuste de mais de 100%. Eu tenho os dados, mas não os estou achando aqui agora. Foi de 160%. E foi repassado algo em torno de 40% para os médicos, nos últimos dez anos. As operadoras tiveram 160% de reajuste e repassaram apenas um pouco mais de 40% para o ato médico, para o trabalho médico. Isso é aviltante! Isso é desrespeitoso!

E todas as vezes que os profissionais médicos se posicionam, o que é legítimo – isso é legítimo –, vem sempre um posicionamento contrário – com todo o respeito, Vinícius – da Secretaria de Direito Econômico; ela se posiciona contrariamente a essa movimentação legítima dos médicos.

Se você chama um encanador à sua casa, quando chega, ou antes de começar o serviço, ele estabelece o preço. Se você chama um jardineiro à sua casa, com todo o respeito às demais profissões, ele estabelece um preço. Se você leva a sua TV para um conserto a um eletroeletrônico, ele estabelece o preço do trabalho dele. Ora bolas, nós, médicos, trabalhamos o que existe de mais absoluto no ser humano, que é a vida. Entretanto, querem tolher o nosso direito de estabelecer o preço do nosso trabalho. Não é justo. Não é razoável.

Eu compreendo, eu compreendo as prerrogativas dos órgãos como a ANS, a Secretaria de Direito Econômico; eu compreendo isso. Mas eu também não concordo com o viés que está sendo tomado, o caminho que está sendo tomado, de enfrentamento. Acho que poderia se estabelecer – eu comecei a minha fala

dizendo isso – um pacto, chamar para conversar antes de desafiar, antes de oprimir. Porque o que aconteceu no movimento paredista de 21 de abril foi um protesto de 24 horas e, depois, veio aquela reação desproporcional – desculpe-me mais uma vez, Vinícius – da Secretaria de Direito Econômico. Foi desproporcional. É como se quisesse que os médicos recebessem as chicotadas e beijassem o açoite. Não. Nem o direito, sacrossanto direito, de reclamar, de chorar, de lamentar, de reação... Porque esse contexto é um contexto cruel, desrespeitoso, não só para os médicos, mas sobretudo para os pacientes, objetivo maior de toda a nossa profissão e dedicação, ao longo de muitos anos de vida.

Enquanto a saúde pública não for resgatada e passar a funcionar como verdadeiro balizador da iniciativa privada, nós vamos ter esse problema, esse enfrentamento. E não é salutar esse enfrentamento. A gente precisa... Eu sou um defensor incorrigível, eu sou um defensor implacável do serviço público, eu acredito no serviço público. Infelizmente, nós não temos, no Brasil, condição de atender pelo nosso serviço público as necessidades do povo brasileiro. Portanto, é necessária a assistência suplementar. Se a gente começar esse enfrentamento, o que vai acontecer? Os médicos vão continuar saindo em uma escala muito maior, sem haver arregimentação pelas entidades de classe, mas espontaneamente, eles vão sair, vão sair, e as clínicas vão se descredenciar. Já estão saindo, há uma verdadeira debandada.

Há especialidades que vão acabar no Brasil; a pediatria é uma. A pediatria é uma, se nós não tivermos cuidado. Então, vai acabar, vai fragilizar o esteio, por incrível que pareça, do Sistema Único, a assistência suplementar. Porque, se continuar dessa forma, eu não tenho dúvida, vai haver uma migração dos usuários todos para o sistema público, que vão pagar e não vão ter acesso ao serviço. Vão pagar e vão demorar cinco, seis, sete, oito horas para serem atendidos.

Vocês acreditam que existem hospitais privados onde o indivíduo chega e fica na fila esperando leito de UTI? Coisas só concebidas no serviço público estão acontecendo na iniciativa privada. Os pacientes que pagam o plano de saúde ficam nos corredores dos hospitais privados esperando vaga em UTI, porque os hospitais privados não querem mais ampliar suas UTIs, não querem mais oferecer leitos em UTI porque a remuneração é irrisória, é irreal. Então, eu acho que esse é um problema complexo. Precisamos trabalhar com inteligência.

Eu me posiciono frontalmente contrário aos enfrentamentos. Eu acho que precisamos conversar. Não vejo outra saída que não seja através do diálogo. Porque o momento que vivemos no Brasil é um momento crítico, na saúde pública principalmente. Mas agora há uma real contaminação da saúde suplementar. Portanto, são estas as minhas palavras.

Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito com as exposições feitas pela Mesa. Quero agradecer a presença de todos.

Fiz esses comentários em função do que vivencio, porque estou no mandato de Senador, mas continuo com minhas atividades médicas, até porque há uma relação histórica. Eu fui da Associação Médica Brasileira, fui da Fenam, fui do Conselho de Medicina, fui da Sociedade de Especialidade, da Amib. Portanto, tenho uma relação histórica com o movimento médico, conheço e vivencio na pele esses problemas e, por isso, tomo a liberdade de tecer esses comentários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Paulo Davim e associo-me às suas considerações e observações. Isso é correto, esse é o sentimento da sociedade e, sobretudo, dos profissionais da área, na medida em que, lamentavelmente, está ocorrendo falta de entendimento, de diálogo. Se não buscarmos o entendimento, o diálogo, com certeza, isso irá de mal a pior. A tendência é piorar, percebemos com muita clareza. É ruim, péssimo e quem paga o pato é, nada mais, nada menos, o cidadão brasileiro. Estou convencido de que algo tem que ser feito para melhorar essa situação.

Pela ordem de inscrição, o ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Exª tem cinco minutos mais três, pela sua experiência e, sobretudo, pelo grande profissional que é, que mesmo não exercendo sua profissão atualmente, com certeza, sempre o fez com respeito ao ser humano. O seu Estado, particularmente, deve muito ao senhor pelo trabalho que sempre dedicou à causa da Medicina do povo de Roraima.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Jayme Campos, Presidente desta Comissão, Srs. Senadores, quero cumprimentar especialmente os autores do requerimento, inclusive aqui presente o Senador Paulo Davim.

Tenho 42 anos de formado – farei agora no dia 23 de dezembro. Fui de uma época em que, dentro da escola, era incutido na nossa cabeça que o médico era um sacerdote e que não podíamos mercantilizar a profissão. No entanto, começamos a ver, depois que nos formamos, casamos, temos filhos, que o médico não é um sacerdote; o médico é um ser humano, um profissional como outro qualquer, que precisa ganhar bem para, primeiro, continuar sendo um bom médico, para poder se atualizar, poder estudar; segundo, para não precisar, como já acontecia um tempo atrás e está

pior agora, ter quatro, cinco empregos quando sai de uma residência médica, para poder fazer um trabalho razoável e ser empregado ou do SUS ou dos planos de saúde.

E aí nós estamos numa dicotomia que considero terrível, porque, de um lado... Olha que fui constituinte e acho que o SUS é um excelente plano, um excelente modelo, porém, na prática, ele precisa ser remodelado, precisa ser melhorado sob todos os aspectos. Conversei muito com o atual ministro, que é um homem de formação médica, conhece a realidade.

Mas também, pelo outro lado, quem tinha um plano de saúde se sentia seguro e hoje não se sente mais. E o que é pior – aí vem a questão da mercantilização –: é evidente que ninguém vai criar uma empresa para ter prejuízo, nem o próprio Governo, que vive reclamando por mais recursos na saúde. Então, de um lado, na área do serviço público, eu não tenho dúvida de que o que existe não é falta de dinheiro, é sim corrupção, má gestão; não é falta de dinheiro para a saúde, não. Aliás, se for destinado mais dinheiro para a saúde, se continuar com o mesmo método que vinha até agora, não adiantará nada. É o mesmo que, como se diz no linguajar popular do Norte e do Nordeste, "salgar carne podre".

Do outro lado, do plano de saúde, o Senador Paim leu um percentual confirmado pelo Senador Davim, e confirmado também pelo nosso amigo Márcio, de 140%; eu tirei um dado de pouco mais de 400% nos últimos 10 anos, de reajuste. Mas vamos ficar em cento e quarenta e pouco. O que foi repassado para os médicos foi menos de 40%. Então, é um esquema de mercantilização. Foi dito aqui pelo Dr. José Luiz, o médico do plano de saúde – eu sei por que, inclusive vou dizer aqui da Unimed. Meu filho, que é juiz em Roraima, tem um plano de saúde da Unimed. Veio para cá porque precisou fazer uma cirurgia de glaucoma, mas a Unimed não cobria, porque a Unimed de Brasília é outra Unimed.

Houve um outro caso de um amigo meu, que teve câncer e teve que se tratar em São Paulo. Como a Unimed dele era de Fortaleza, foi um parto para conseguir que a Unimed de São Paulo o atendesse. Mas é tudo uma sigla só: Unimed, um espírito inicial, um exemplo para o qual sempre dei nota 10, uma cooperativa de médicos. Então, é preciso esclarecer, realmente, essas coisas. E como nós, em Medicina, sabemos que o mais difícil é fazer o diagnóstico e que, feito o diagnóstico, fazer o tratamento se torna bem mais simples, eu acho que o diagnóstico está mais ou menos aí, está mais ou menos colocado.

Falei com o Senador Davim, e nós pretendemos, a Bancada de médicos, sem excluir qualquer Senador que se sensibilize com isso, apresentar pelo menos opções de tratamento para essa questão. E, diferentemente da estatística colocada aqui pelo Dr. Maurício, o Ibope publicou uma pesquisa nacional que, para minha surpresa, que pensei que ia ser desemprego, que ia ser segurança, deu saúde disparado.

Então, quem não acreditar na seriedade da pesquisa do Ibope, feita em todo o território nacional... No meu Estado, se ela for feita, dará mais de 100% – se for possível dar mais que 100% –, porque é um caos. Lá só há Unimed. Então, fica-se entre a cruz e a espada: o serviço público que não funciona e a Unimed, que também não funciona direito.

É preciso realmente... Aqui não estamos em nenhum tribunal de julgamento; ao contrário, queremos encontrar formas de saída porque aqui há dois prejudicados: primeiro, o usuário, o paciente, o doente; segundo, o médico, que fica ali como algodão entre cristais, porque vai trabalhar num hospital sucateado, como disse o Senador Davim, que tem filho... Hoje, no jornal do meu Estado, está lá: pacientes com vários e vários dias para marcar uma consulta de ortopedia. E isso também se dá na Unimed. Um funcionário meu, lá de Roraima, foi internado na Unimed e ficou três dias na emergência para se chegar a um diagnóstico.

Então, é preciso vermos que a realidade é essa. O diagnóstico está feito, e precisamos saber quais os tratamentos adequados.

Eu gostaria de dizer que quero muito colaborar, será um serviço que prestarei até a mim mesmo, como médico, mas à população brasileira também, se encontrarmos uma ou várias saídas para que possamos ter uma saúde melhor, principalmente para aqueles mais necessitados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti. Mas, antes, gostaria de registrar a presença do Prefeito da minha cidade de Sinop, minha querida cidade de Sinop, Prefeito Juarez Costa, que nos visita hoje aqui em Brasília.

Eu queria dirigir uma pergunta aqui ao Maurício, para entrarmos na fase das respostas dos senhores convidados.

A Resolução Normativa nº 265, de agosto deste ano, que concede a bonificação aos beneficiários de planos privados de assistência à saúde pela participação em programas para Promoção do Envelhecimento Ativo ao Longo do Curso da Vida e de premiação pela participação em programas para População-Alvo Específica e programas para Gerenciamento de Crônicos tem sido considerado um grande avanço para a sociedade brasileira.

Quando da sua publicação, eu mesmo fui à tribuna e a elogiei. Nesta Comissão, da mesma forma, eu o fiz. Todos nós estamos convictos de que a prevenção é o melhor caminho. Porém, as operadoras reclamam, com certa razão, que a regra não impõe aos beneficiários a efetiva busca por uma qualidade de vida melhor, na medida em que seu art. 12, inciso IV, veda condicionar sua aplicação "ao alcance de determinada meta ou resultado em saúde".

As operadoras alegam que não é factível que se estimulem as operadoras à concessão de descontos e de benefícios sem que possam contar com o apoio dos próprios beneficiários para isso.

Assim, pergunto: como vem sendo monitorado o cumprimento dessa norma e como a ANS pode compatibilizar interesses de modo a aperfeiçoá-la? Essa é a indagação.

Eu tinha outra indagação a fazer, mas o Senador Paulo Davim e o Senador Mozarildo, que têm muita experiência nisso, já a fizeram. Mas os senhores ainda não tinham feito essa abordagem que fiz nessa minha indagação. Então, penso que vale a pena fazê-la, diante do fato de que, há poucos dias, foi feito um verdadeiro carnaval em torno disso, com essa divulgação. Confesso que achei a ideia louvável, meritória, porque, realmente, isso era muito importante dentro desse contexto. Todavia, temos de saber o que está sendo feito em termos de monitoramento, para que, de fato, isso seja concretizado.

Diante das indagações feitas aqui pelos Srs. Senadores, vou conceder a palavra aos senhores convidados. A pergunta feita pelo Senador Paulo Davim foi meio eclética.

Então, de acordo com a ordem de inscrição, concedo a palavra ao Sr. José Cláudio Oliveira. Depois, os outros convidados farão suas considerações.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO OLIVEIRA – Eu queria responder ao Senador Mozarildo, que fez algumas considerações em relação à Unimed. Não conheço exatamente o caso. Vou até deixar um cartão com o Senador. Vou averiguar isso.

Na verdade, os planos de saúde que são adquiridos têm limitação geográfica. Há planos registrados na ANS que são locais, regionais, e planos que são nacionais. Então, se a pessoa adquiriu um plano com cobertura somente no Estado de Roraima, ela não terá atendimento em outro Estado da Federação. Pode ter ocorrido isso. Não estou afirmando que necessariamente tenha ocorrido isso nos dois casos, mas vou averiguar. Eu gostaria que o Senador, depois, passasse o caso para mim, para que eu pudesse ver isso pessoalmente com os Presidentes da Unimed de Fortaleza e da Unimed de Roraima.

O que quero dizer é que pode ter ocorrido isso, o que é muito comum. Muitas vezes, a pessoa adquire aquilo que ela tem condições de assumir num plano de saúde, com a limitação geográfica e também com a rede credenciada de que, obviamente, o plano dispõe. É óbvio que um plano que tem uma rede credenciada de primeira linha, com cobertura anual, custa muito mais do que aquele que tem uma rede credenciada sem hospitais de primeira linha. E um plano local custa menos do que um plano que dá cobertura nacional. Então, isto acontece muitas vezes: a pessoa adquire um plano básico e, depois, quer que o atendimento seja feito num prestador ou numa localidade que não estaria dentro do seu plano de saúde.

Quero fazer uma observação, apesar de não ser médico – é que, como o Senador falou, a gente vem aqui e vê o diagnóstico: é importante caminharmos para a terapêutica, para o que precisamos efetivamente fazer para aperfeiçoar esse modelo. Há o diagnóstico. O próprio Dr. Maurício, na sua apresentação, mostrou aqui uma das metas: a de buscar alternativa de novos modelos de reajustes para planos individuais e familiares. Então, a própria ANS está consciente de que o modelo atual de reajuste não é o mais adequado, tanto que está na busca de novas alternativas. Sei que isso não é fácil, que isso envolve vários aspectos, mas penso que temos de buscar alternativas que possam aperfeiçoar esse modelo, que é um modelo essencial.

Também se diz nessa questão que houve tanto de reajuste. Posso garantir que, no sistema Unimed, tudo aquilo que sobra é repassado para o médico cooperado, porque lá ele não é credenciado, lá ele é dono. Certo? Então, o que sobra vai para ele. Posso dizer o que aconteceu nos últimos anos. Não se consegue repassar para ele todo esse incremento por uma razão muito simples: como citei aqui anteriormente, há outros custos, como os custos referentes à cobertura de órteses e de próteses, os custos da própria judicialização, os custos de procedimentos que são autorizados por liminares sem cobertura contratual, e, obviamente, isso acaba saindo daquilo que poderia efetivamente ser repassado para o médico.

Então, esse diagnóstico está aí feito por todo mundo. Precisamos, então, encontrar a terapêutica para resolver esses problemas. Obviamente, estão dando ali como resultado uma menor produção para o nosso médico cooperado, porque, na cooperativa, tudo aquilo que sobra vai para esse médico.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª.

Seguindo a ordem de inscrição, como eu disse aqui, concedo a palavra ao Dr. Márcio Costa.

O SR. MÁRCIO COSTA BICHARA – Obrigado, Senador.

Senador Mozarildo, é um prazer vê-lo. É um grande batalhador pela categoria médica.

Quando abordamos essa questão da omissão da ANS, temos de reconhecer que, no último ano, na gestão de Maurício Ceschin, houve vários avanços. As entidades médicas têm denunciado isso antes da gestão de Maurício Ceschin, antes dessa nova diretoria. Estamos denunciando esses problemas há vários anos. Esse documento que eu trouxe é de 2009.

Então, por que falamos em omissão? Por ser uma autarquia federal, por que não melhorou a lei que regula os planos de saúde?

Senador, o senhor teria alguma dificuldade em apresentar um projeto, em parceria com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, sobre a contratualização do médico? O senhor teria alguma dificuldade de mudar a lei? Nunca foi feito isso! É muito cômodo manter o poderio das operadoras dentro da Agência e não ver a gravidade do que está acontecendo com os prestadores de saúde! Esse é o questionamento.

Não estamos chamando ninguém de omisso. Estamos chamando a atenção para a forma como a ANS sentou em cima da lei, que fez onze anos, e não se propôs a mudá-la. Para nós, isso é omissão, sim. Entra diretoria, sai diretoria, e continua tudo como antes. O nosso questionamento é esse, sem personalizar ninguém.

Há outra questão: o custo atuarial de um plano de saúde. Outro dia, escutei uma aberração, a de que, agora, existem novas classes econômicas, C e D, e de que precisamos criar planos de saúde para essas classes econômicas. Se, hoje, já existem planos de saúde de R$40,00, já imaginou os planos de saúde que virão por aí para as classes C e D? Serão de R$15,00, de R$12,00 ou de R$8,00. Quem regula esse mercado? Quem é que controla essa venda indiscriminada de planos de saúde? Aí a gente cobra também da Agência Nacional de Saúde. Quando se lança qualquer plano, isso passa pela Agência, não é? Mas uma operadora – há mais de mil no mercado – que lança um plano de saúde, colocando uma vida dentro da carteira daquele plano de saúde, sem saber o quanto vai custar esse cidadão, vende um plano a R$30,00 por mês? Alguém tem de intervir nisso! E não serão os médicos, não! Estamos lá para atender.

Temos feito essas discussões e temos insistido nisso, mas, infelizmente, não temos avançado. Se, hoje, você for a qualquer operadora de plano de saúde, você verá que há um plano mais simples e um plano mais sofisticado. E continuam criando mecanismos para, infelizmente, ludibriar a população brasileira, vendendo um serviço que não pode e não vai ser prestado.

Há outra questão: as operadoras cartelizaram o honorário médico, tabelaram o honorário médico no Brasil inteiro! Denunciamos isso para a Secretaria de Direito Econômico. Uniformizaram isso. Pasmem! Eu soube de um diretor da Abramge que superintendência ou diretoria que pagar mais do que R$50,00 para o médico será exonerada. Então, Senador, estão fazendo com o honorário médico a barganha do lucro. E o lucro foi assustador nessas operadoras de planos de saúde. Não foi um lucrinho, não! Esses dados eu não os tenho aqui.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Eu tenho esse dado aqui. Foram R$70 bilhões em 2010.

O SR. MÁRCIO COSTA BICHARA – Esse foi o faturamento, não é?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – E o faturamento foi de R$64 bilhões em 2009.

O SR. MÁRCIO COSTA BICHARA – Então, se o faturamento foi de R$70 bilhões, qual foi o lucro? E em cima de que houve esse lucro? São questões que estamos trazendo aqui e que temos denunciado. Vamos continuar denunciando isso, independentemente das negociações que possam surgir.

Vemos, com muito mérito, Vinícius, a posição da Secretaria de Direito Econômico. Acho que é um avanço fantástico a questão da negociação coletiva e da hierarquização da classificação brasileira. E, se não fosse o movimento, não conseguiríamos esses avanços em prol da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª.

Seguindo a ordem de inscrição, passamos a palavra ao Sr. José Luiz Dantas Mestrinho, Diretor de Assuntos Parlamentares, que dispõe de três minutos para fazer suas observações, tempo este prorrogável por mais um minuto, totalizando quatro minutos.

O SR. JOSÉ LUIZ DANTAS MESTRINHO – Não tenho muito a acrescentar ao que foi dito pelo Senador Paulo Davim e pelo Márcio Bichara.

A grande realidade é que há um SUS público e um SUS suplementar. O que tem acontecido é a convergência do SUS suplementar para o SUS público, ou seja, está se entrando em crise.

Aqui, foi dito aqui a respeito de terapia intensiva. Ao se chegar a qualquer hospital, quando se fala "privado"... Não aceito mais a mídia dizer: "Os médicos que atendem em hospitais privados". Quais são os médicos que atendem em hospital privado? Sabemos que 20% daquele pessoal, normalmente, ficam na região Sul e que o restante dos médicos brasileiros atende

por convênios ou pelo SUS. Então, diz-se que os médicos privados se negam a atender, a internar, ou coisa que o valha. Não se está dizendo a realidade, mas o povo está acreditando que o médico é o responsável por isso. E isso não é verdade. Essa é uma falácia, é o aproveitamento de uma oportunidade, para jogar em cima de nós a responsabilidade do setor público e, agora, do setor complementar. Isso não pode acontecer. E assistimos a isso e brigamos.

A gente fala do custo operacional de um consultório médico, que recebe R$40,00. Estudos a respeito dos gastos dos consultórios com secretárias, com luz, no dia a dia, mostram que, para o médico, restam menos de R$5,00 por consulta. Ninguém fala isso! Estamos carregando esse andor, com dores nos ombros, porque muitas entidades nos amarram.

Quero fazer aqui o mesmo que fez o Bichara: aplaudir a atuação atual da ANS e do Cade, porque, agora, pelo menos escutam algumas das coisas pelas quais brigamos há muitos anos.

Dizem o seguinte: "É decisão do médico individualmente, não da entidade". Ora, como o médico vai decidir individualmente se ele não tem força para isso? Ele precisa ter a orientação de uma entidade que lhe diga o que deve ser descredenciado por não ser justo, pelo fato de ele estar sendo explorado, por se antiético.

Em segundo lugar, fala-se que descredenciamento em massa é lícito. Tudo bem, a Constituição ou qualquer outra lei dos Tribunais podem até favorecer isso. Mas, numa cidade pequena onde há neurocirurgiões, ortopedistas, pediatras, cirurgiões gerais minguados, eles serão submetidos a atender por preços injustos, indignos, porque não se pode descredenciar? O que é que há? Briguem para que a situação seja resolvida com o público, com o complementar, para que toda a população seja assistida adequada e modernamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço suas observações.

Com a palavra o Sr. Vinícius Marques de Carvalho.

O SR. VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO – Obrigado, Senador.

Obrigado, Senador Paulo Davim e Senador Mozarildo, pelas palavras.

Uma coisa eu posso afirmar aos senhores com a maior convicção: não há interesse maior da SDE hoje do que virar a página em relação a esses 82 processos na área de saúde suplementar que temos lá. Isso por vários motivos. Vou falar de dois. O primeiro é um motivo de fundo. A Secretaria de Direitos Econômicos tem que lidar com todos os setores da economia brasileira. E, pelo menos desde que cheguei lá, tentamos estabelecer um critério de priorização em que, de fato, consigamos direcionar nosso olhar para setores econômicos na área da indústria, na área da agricultura e na área de serviços que têm um impacto às vezes muito mais negativo na população quando se organizam.

Há duas semanas, a SDE mandou para o Cade o resultado final da sua análise sobre o cartel de cimento no Brasil, pedindo a condenação das principais empresas do País nesse setor. Gostaríamos de investigar mais casos parecidos com esse, por isso precisamos lidar com a situação dos processos, com o nosso estoque lá. Tenho até o dever legal de lidar com o estoque de processos que encontrei quando cheguei lá. Quando cheguei lá, encontramos oitenta e poucos processos nessa área de saúde suplementar.

Eu poderia lidar com isso de dois modos. Eu poderia ter uma postura de simplesmente olhar a jurisprudência tradicional do Cade e falar: "É isto aqui. Vou adotar a jurisprudência do Cade e mandar os processos para o Cade com aquela recomendação tradicional de condenar tabela, de condenar negociação coletiva, de condenar qualquer tipo de ação coletiva dos médicos". Eu sabia que essa já não era mais a postura, que o Cade teria uma nova discussão sobre o assunto, e também não era a minha. Então eu fui buscar um caminho talvez mais trabalhoso, mas mais correto, da minha perspectiva, como agente público, de conduzir um processo que culminasse numa negociação ou num acordo, não que resolvesse o problema do setor, porque os instrumentos da SDE para isso são muito pequenos. A ANS tem as limitações dela. As limitações da SDE são maiores ainda, porque nós não podemos regulamentar nada, nós não podemos estabelecer preço. Somos proibidos legalmente de fazer isso.

Então, o que poderíamos tentar fazer é criar parâmetros para essa negociação coletiva. E foi o que tentamos. Só que aí tem um porém: não sou eu que negocio. No desenho institucional do Sistema de Defesa da Concorrência, quem negocia é o Cade. E o Cade só negocia se ele tiver um caso. Se ele não tiver um caso, não tem como negociar em cima do nada. Eu tinha que mandar um caso para o Cade. E foi isso que eu fiz.

E nós podemos até fazer uma avaliação de que algumas daquelas medidas talvez pudessem ter tido outra redação ou outra... Agora, no cerne, no central daquilo, pelo que estou entendendo, pelo que já conversei um pouco com os representantes das entidades, inclusive nessa reunião no Cade, não havia grandes divergências sobre a possibilidade de ter a negociação coletiva, sobre a possibilidade de usar a CBHPM.

Essas questões individuais, Dr. José, é claro que não esperamos que o médico negocie individualmente. Não existe essa expectativa e talvez nem seja bom para a concorrência que isso aconteça, ou para

o consumidor final que isso aconteça. Nós não esperamos isso. Nós só queremos resguardar essa possibilidade em tese, para que, se por acaso houver um médico que, por algum motivo específico, não queira participar de um movimento coletivo, ele possa manter as suas condições. "Ah, isso não vai acontecer!". Tudo bem, mas não tem problema que na prática não aconteça. Se em tese estiver resguardado esse direito para que aconteça, para nós já é razoável. Nós não estamos falando de um movimento. Quando lidamos com o movimento de greve, quando há relações de emprego estabelecidas, quem não quiser fazer a greve pode continuar trabalhando, então, por que eu adotar um regime mais rígido em relação aos médicos? Não tem por quê. Talvez eu até fosse alvo de algum questionamento sobre a constitucionalidade de uma medida que dissesse que pode sim obrigar o médico a participar de um movimento coletivo e tal. Ele tem direito de não participar, é só isso. Eu acho que isso é muito tranquilo.

Em que fase se encontra essa discussão, Senador, no sentido do diálogo? O Cade agora tem um relator lá com o caso. São dois relatores, são dois casos. Do ponto de vista do Regimento Interno do Cade, as partes, se elas quiserem fazer um acordo – porque tem a previsão na lei, de fazer um acordo –, elas têm que fazer uma proposta. Então, se a Fenam, a AMB e o CFM fizerem uma proposta nos termos que estamos falando aqui, é claro que pelo menos uma primeira proposta, que não precisa ser a melhor proposta, da perspectiva do Cade, e nem a pior proposta, da perspectiva deles, mas que seja uma proposta que balize uma negociação, essa conversa o Cade já se dispôs a fazer e já falou: "Olha, vamos fazer esse diálogo assim que chegar uma primeira proposta". E eu acho que estamos nesse momento. Uma proposta das entidades, com três parágrafos, que permita a negociação coletiva, que permita a CBHPM ser utilizada, com algum nível de resguardo a possíveis decisões individuais do médico, seja de não participar de descredenciamento coletivo, seja de não participar de negociação coletiva, eu acho que demos um passo enorme para pelo menos resolver a questão da perspectiva do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

É claro que isso não vai resolver todo o problema, toda a questão. Vamos ter que avançar. Não sei se é o caso de alguma alteração legislativa ou de a própria ANS, dentro dos limites que ela tem, conseguir – e estamos dispostos a ajudar – criar uma estrutura que facilite esse processo de negociação ou a questão da remuneração dos médicos, que é evidente que é injusto. Qualquer pessoa sabe que esses valores que o Dr. José mencionou agora em relação ao consultório médico é claro que geram injustiça, é claro que geram perda da qualidade, é claro que geram problemas para o consumidor brasileiro, para o cidadão brasileiro. E estamos totalmente de acordo com isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Vinícius e faço apenas uma observação em relação aos planos de saúde.

Primeiro, com todo respeito que tenho ao José Cláudio, que representa aqui a Unimed, eu não sei, conheço bem no meu Estado, lá a Unimed virou uma potência, uma potência. Só em prédios que estão fazendo, pelo cálculo dos últimos dois anos, são mais de R$100 milhões. Eu acho que juntando todas as demais cooperativas do Estado de Mato Grosso, não chegam nem perto da Unimed. Enfim, a conclusão a que cheguei é que, na verdade, algo tem que ser feito para uma melhor distribuição. Vamos ser justos: os números citados aqui pelo José Luiz, realmente são irrisórios. Quando você fecha a conta, não dá. Por isso há um grande número de descredenciamento das operadoras, e quem está pagando o pato é a sociedade. Sabe por quê? Eu tenho um irmão médico também. Tenho irmão médico, sobrinha, sobrinho, etc. A família é grande. Só de sobrinhos tenho 40. Você imagine, somos nove irmãos de um pai e uma mãe, mais dois de criação, somos onze irmãos. Há de tudo lá, médico, dentista, engenheiro. Pois bem, o que se percebe é que há um grande número de descredenciamento das operadoras. Feito isso, o cidadão vai para o consultório dele e passa a cobrar lá, com razão, devida razão, R$400,00, R$500,00, R$600,00.

Há poucos dias, indaguei a um médico: "Você atende por algum plano de saúde?". Ele estava atendendo uma cunhada minha e falou: "Não. Eu saí fora já há algum tempo. Eu atendo no meu consultório. Inclusive eu atendo a sua cunhada lá no meu consultório e venho ao hospital visitá-la". E perguntei: "Você me desculpe, com todo respeito, pode estar sendo inoportuna a minha indagação, mas quanto você cobra por uma consulta?". Ele falou: "Olha, como vocês são gente boa e a família é grande, é R$500,00 cada uma".

Aonde eu quero chegar? Quem está pagando o pato, na verdade, é a sociedade. Porque, na medida em que você tem um plano de saúde e não está sendo atendido como deveria ser, eu acho que a população está pagando caro por isso. O cidadão, no que diz respeito à saúde, como eu digo, faz das tripas coração para dar a seus familiares o mínimo de dignidade na hora de mais dificuldade na vida do cidadão. Então, isso tem sido muito ruim.

Agora, é fundamental, meu caro Maurício – e já foi aqui levado em consideração o seu trabalho –, que

algo tem de ser feito. Temos que chegar a uma conta, a um acordo, para que a sociedade, a população não seja penalizada, sobretudo o cidadão mais humilde, aquele que não tem plano de saúde. Lamentavelmente, a saúde no Brasil é precária, ninguém desconhece. É muito ruim, muito ruim. Eu fico com pena do cidadão brasileiro, do trabalhador, daquele que ganha um salário mínimo, um salário e meio, e não tem condições de pagar um plano de saúde. Ele vai a uma unidade de saúde pública do País e é tratado como se fosse um cidadão que está fora de qualquer direito à cidadania. Nós temos que rever isso. O Governo brasileiro tem ponderado, dizendo que é por escassez de recursos. Dias atrás, o Ministro esteve nesta Comissão e disse que precisamos aprovar outros instrumentos, mecanismos, novas fontes de receita. Eu concordo. Todavia, precisamos também buscar um ponto de equilíbrio. Quem não pode pagar caro, como está pagando, é o povo. É de se lamentar.

Neste fim de semana, em Mato Grosso, apareceram imagens inclusive da minha cidade, que é a segunda maior cidade do Estado, com 300 mil habitantes, de que fui prefeito por 3 três vezes, durante 14 anos. Naquela oportunidade, construímos um belo e magnífico hospital. Depois, como governador, tive a primazia de construir 1,1 mil leitos hospitalares no Estado, em hospitais do interior, principalmente. Modéstia a parte, quando fui governador, dediquei o meu governo à área da saúde. Mato Grosso é um Estado de dimensão continental, como 900 mil Km². O cidadão não tinha a quem recorrer. Lá eu investi com muita dificuldade, construí 1,1 mil leitos hospitalares. O único hemocentro do Estado fomos nós que construímos, e existe até hoje. Foi na minha gestão como governador, eu tive a primazia de construir.

Entretanto, de lá para cá, parece que as coisas pioraram. Não melhoraram não. Quando fui prefeito, por 3 mandatos, durante 14 anos, parece que as coisas fluíam melhor. De lá para cá, a coisa piorou de tal maneira que você fica às vezes indignado, você fica humilhado, você acha que no Brasil, nos últimos tempos, o cidadão passou a ser mercadoria de terceira, de quinta, de sexta categoria. E na escala de valores – para encerrar aqui minha participação, meu caro Maurício – duas coisas são importantes: a primeira é Deus; a segunda é a vida – palavras do pároco da minha cidade, o Padre Dalci. Eu não canso de citar essa sua fala, já que, na verdade, precisamos dar mais carinho e um tratamento melhor às pessoas, e priorizar, naturalmente, a saúde pública em nosso País, principalmente ao homem interiorano.

Para se ter uma noção, em Mato Grosso há cidades distantes da capital 1.550Km. O cidadão, quando vai de ambulância de Apiacás, chega só a carcaça da ambulância e o chassi, porque o resto já ficou para trás. É verdadeiro. Lá é chamada de ambulância terapêutica: o cidadão vem de mentira. Ele vem, já chega morto, recebe o atestado de óbito, e a mesma ambulância que trouxe volta com ele. Isso é verdadeiro. Então, nós temos que melhorar essa situação. Eu acho que é possível. É possível. O Brasil é um país rico, um país de potencial fantástico, que faz crescer sua economia. Todavia, dos serviços essenciais, pouco ou quase nada chega lá na ponta, para o cidadão menos favorecido da sorte.

De forma, meu caro Presidente, que, com certeza, faz um trabalho penoso e competente, eu passo a palavra ao senhor, mas eu tinha que fazer essa observação. A ANS tem que agir, assim como a SDE, e as operadoras também têm que ter um pouquinho de bom senso. Que deixem de ganhar um pouquinho mais e repassem para os profissionais da saúde.

Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Primeiro, agradeço de novo a oportunidade. A ANS tem sido criticada pelo excesso de coisas que está fazendo. Então, quando a gente recebe um incentivo como "ela precisa agir", pelo menos é um conforto, porque a gente tem atuado bastante no setor, no sentido de trazer maior conforto para o consumidor e de tentar buscar soluções para esses impasses. Por isso, ela tem uma agenda regulatória bem clara e bem definida.

Eu só queria ir ao encontro do que o senhor colocou e, depois, falar sobre a questão do envelhecimento ativo.

V. Exª falou sobre o acordo e sobre a gente evitar o enfrentamento e buscar o acordo. Peço a sua ajuda, no sentido de a gente construir, com as entidades médicas e com a flexibilização que o SDE já demonstrou aqui, esse dois pontos, porque não tenho dúvida de que – eu estou formado há quase 30 anos como médico – é um grande avanço para o médico a questão da adoção da hierarquização da CBHPM e da negociação coletiva. Então, peço a sua ajuda, inclusive no sentido de a gente juntar as entidades ao SDE, ao Cade – a agência tem procurado fazer essa interlocução, esse trabalho de facilitador – para buscar essa solução. Essa solução interessa a todos, à sociedade, como o Presidente falou aqui. Então, é importante que a gente trabalhe nesse sentido, e eu peço a colaboração e a compreensão de todos os agentes. As entidades médicas estão construindo uma proposta de acordo. O SDE já mostrou essa flexibilidade, o Cade também tem demonstrado essa flexibilidade, e a agência tem total interesse em que isso se resgate. Que o honorário

médico seja resgatado para valores dignos que sejam factíveis para a atividade.

A segunda questão... Não vou entrar no campo da pediatria, senão vou provocar outra celeuma, porque eu sou a favor, mas algumas entidades não são a favor de que algumas especialidades básicas sejam reconhecidas de forma diferenciada, como é o caso da pediatria, que não tem procedimento. O médico só ganha na consulta. Nós vamos ter um problema de desabastecimento de pediatras no Brasil se não mudarmos o modelo de remuneração nesse sentido. Algumas especialidades básicas têm que ter um olhar específico. Como a taxa de natalidade no Brasil caiu substancialmente nos últimos 30 anos, o público-alvo dos pediatras diminuiu um pouco, mas isso não significa que nós temos que extinguir a especialidade. Muito pelo contrário. Nós precisamos preservá-la.

A questão da garantia do atendimento deixa claro um ponto que, para nós, é líquido e certo: a garantia do atendimento é obrigação da operadora de saúde. A obrigação de dar acesso ao atendimento é dela, porque ela vendeu um contrato e tem que entregar.

Nós introduzimos, pela primeira vez, nessa gestão, o conceito do tempo máximo de atendimento. Por quê? Porque a gente achava que não estava sendo entregue. Quando eu falo de níveis de reclamação, refiro-me aos dados do Procon, mas eu não acho que a qualidade é adequada. A qualidade tem que ser aprimorada. Por isso, há o programa de qualificação de operadoras, de acreditação de operadoras e de qualificação de prestadores hospitalares que a agência lançou neste ano. Então, a qualidade tem que ser aprimorada, e nós temos que garantir acesso. A obrigação é da operadora, e, se não garantir acesso, ela não pode operar.

Ao longo de onze anos, mil operadoras foram fechadas, foram liquidadas, porque não tinham condições de estar nesse setor. Cento e oitenta estão em regimes especiais. A agência acompanha a operadora na busca da recuperação econômico-financeira para ela continuar prestando serviços na recuperação assistencial. Caso contrário, eu concordo: ela ilude o consumidor. Nós precisamos fechar essa operadora. E, hoje, o consumidor tem a proteção da portabilidade especial, ou seja, ele pode caminhar para outra. Então, tudo isso está sendo visto. A agência tem atuado em garantir o acesso, tem buscado garantir o acesso.

De alguma forma, quanto a essa questão da rede credenciada dimensionar de forma adequada, se não houver o credenciamento e não houver a garantia do acesso, essa operadora vai sofrer as penalidades que a lei prevê. Não tenha dúvida disso.

Quanto ao envelhecimento ativo... Se eu puder terminar a minha fala antes de falar do envelhecimento ativo, rapidamente, convoco as entidades médicas, o SDE, o Cade – a agência está à disposição, de portas abertas, como esteve ao longo do ano – para a gente promover esse acordo. Isso é um avanço para o médico e para a sociedade. Se o senhor puder ajudar, se os Senadores puderem ajudar, principalmente a bancada médica, os nossos colegas vão ser muito bem-vindos.

Quanto à questão do envelhecimento ativo, na semana passada nós fizemos um evento para o qual abrimos 200 vagas. Passamos para 300 e vamos ter que repetir, porque já há 600 inscritos, e vamos ter que aumentar, mais uma vez, porque foi para 900 o número de inscritos.

A gente divulgou uma cartilha, um manual com os critérios para se fazerem programas de prevenção e de promoção de saúde sujeitos à bonificação e à premiação. Nós fizemos uma série... Contamos, inclusive, com a colaboração do CFM, da AMB, na questão específica do parto normal – esse é um assunto importante também para a sociedade –, em um trabalho desenvolvido com a Federação Brasileira de Obstetrícia, com a Sociedade Brasileira de Pediatra, com o CFM, e a AMB tem-nos ajudado bastante nesses trabalhos que envolvem rol.

Nós temos uma cartilha de orientação para as operadoras sobre como elas formatam programas e como elas desenvolvem programas.

Eu só atento para uma coisa: a questão do envelhecimento ativo é uma mudança de paradigma na saúde suplementar, Presidente. Até então os planos de saúde não eram autorizados a dar desconto por um fator ligado à promoção e à prevenção. Nós alinhamos o incentivo econômico ao incentivo da prevenção e da promoção. E por que não atrelar a resultados médicos? Porque isso protege o cidadão por uma razão muito simples: a gente não adoece só por hábitos e vícios. A gente adoece por fatores genéticos, por fatores ambientais e por fatores familiares que a gente não controla. Desculpe. Eu sou filho de pai hipertenso e dislipidêmico. Eu tenho orgulho de ser filho de quem sou, mas eu não tenho culpa de trazer esse traço genético. Portanto, se no meu programa eu não consigo atingir determinados patamares de resultado, não é por minha culpa. Eu me envolvi no programa, eu estive ligado a ele, mas eu não consegui aquele resultado esperado. Sendo assim, a gente não pode atrelar a bonificação e a premiação ao resultado clínico que o programa impingiu àquele paciente, mas, sim, à participação dele no programa.

À bonificação e à premiação qualquer consumidor, qualquer cidadão faz jus pelo simples fato de partici-

par o programa. O fato de ele não ter alcançado níveis melhores muitas vezes não é culpa dele. Portanto, ele não pode ser penalizado. Então, a lei previu inclusive isto: a regulação é no sentido de favorecer uma prática saudável e não a obrigatoriedade de ele melhorar os níveis de colesterol ou de pressão arterial, porque isso não depende dele.

A lógica do sistema é a participação, é o envolvimento do beneficiário, e os critérios pelos quais podem ser feitos os programas e manuais para se desenvolver...

Por último, só quero dizer-lhe que esses programas são registrados na agência. A operadora avisa e notifica a agência sobre quais são os programas e quantos estão envolvidos, quais são os beneficiários envolvidos, em que programas, e quais são os programas que elas desenvolvem. Portanto, a gente tem o monitoramento disso, sim, e vai ter o monitoramento. E mais: a gente está tentando ajudar todo o sistema a desenvolver programas. Então, é motivo de alegria, sim. Não se desamine, não, Presidente. É um caminho muito longo, é uma mudança de paradigma, é uma mudança cultural, mas a gente tem que enfrentá-la desde já, para alcançar um futuro melhor no longo prazo e um resultado melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sªs, aos Senadores e aos autores do requerimento,Senador Paulo Davim e Senador Humberto Costa.

Todas as indagações feitas foram respondidas.

Como Presidente, agradeço a presença de todos os senhores aqui, na certeza de que esta audiência foi a mais proveitosa possível e de que poderemos colher bons resultados.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência.

(Iniciada às 09 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 55 minutos.)

ATA DA 48ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e um minuto, do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Clésio Andrade e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação dos Itens da Pauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 58, DE 2011 – CAS.** Nos termos do inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 378 de 2011 – que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 59, DE 2011 – CAS.** Requeiro, nos termos do disposto nos artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença do Senhor Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, destinada a discutir a intenção do Governo de distribuir até 50% dos lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme matéria veiculada pelo Jornal O Globo, do dia 20 de novembro de 2011. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 60, DE 2011 – CAS.** Requeremos nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS 352, de 2011, que "Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1.998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias." Para tanto, sugerimos sejam convidados: Dr. Mauricio Ceschin – Diretor – Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS; Dr. Paulo Hoff – médico oncologista, diretor do ICESP e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês; Sra. Luciana Holtz de Camargo Barros – Presidente do Instituto Oncoguia; Dr. Adalberto Abrão Siufi – Médico Oncologista – Diretor da Clínica de Oncologia – Campo Grande – MS. **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado com aditamento oral, apresentado pela Senadora Ana Amélia, acrescentando o nome do Senhor *Florentino de Araújo Cardoso Filho*. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: Itens 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11. Usam da palavra os Senadores

Paulo Paim, Waldemir Moka e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Dulcidia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as Notas Taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

O Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Aviso do Tribunal de Contas da União nº 1.639, que passo a ler. Passo à leitura resumida do Aviso do Tribunal de Contas da União, que ficará à disposição dos Srs. Senadores na Secretaria, para as consultas que se fizerem necessárias.

Aviso nº 1.639 – Seses – TCU – Plenário, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha a esta Presidência cópia do Acórdão nº 027102/2010-6, que trata da auditoria operacional realizada no programa Farmácia Popular – Sistema de Co-Pagamento, do Ministério da Saúde.

O relatório fica à disposição aqui, nesta Comissão, para que todos os Senadores e Senadoras tenham acesso e possam acompanhar, naturalmente, de forma clara e transparente, o relatório e o voto que o fundamentam.

Foi encaminhado pelo Presidente do Tribunal, Ministro Benjamin Zymler, a esta Secretaria, de maneira que os Srs. Senadores poderão ter acesso a esse relatório, que acho muito importante, diante da fiscalização que fizeram em relação ao programa Farmácia Popular, que é fundamental, tendo em vista que tem muito a ver com esta Comissão e, sobretudo, com o Ministério da Saúde.

Nós queremos fazer um pequeno comentário em relação à audiência pública que nós tivemos ontem, aqui, e que foi muito proveitosa.

Tivemos, aqui, uma audiência com vários representantes não só das associações médicas, como também representantes das operadoras do sistema de saúde do nosso Brasil.

O que me chamou muito a atenção foram os números das operadoras que estão sob monitoramento por parte da Agência Nacional de Saúde. É algo parecido, em torno de 257, ou seja, 257 planos de saúde que estão praticamente sob intervenção.

Quero crer que o Governo tem de tomar muita preocupação quando vai credenciar uma operadora, ou seja, um plano de saúde como esses que tem no nosso País, até porque têm trazido sérios transtornos para a população brasileira, que, com muita dificuldade, consegue pagar, naturalmente, suas mensalidades desse plano.

Por outro lado, na própria Secretaria de Direito Econômico, SDE, que é vinculada ao Ministério da Justiça, existem 82 processos de investigação em curso, contra planos de saúde.

Tudo bem, Paulo?

É o setor mais demandado, ao lado da revenda de combustível, conforme informou o Sr. Vinícius Carvalho, Secretário de Direito desse Ministério.

Segundo o representante da Federação Nacional de Médicos, Márcio Bichara, os médicos que atendem aos convênios, aos clientes e às seguradoras enfrentam dificuldades em reajustar, em realinhar os preços dos serviços que prestam.

Na verdade, as operadoras estão ganhando muito e remunerando muito mal, também, os nossos profissionais da saúde. Isso tem causado protesto, manifestação e até greve, e muitos se desligando, naturalmente, dos planos de saúde, trazendo tantos transtornos que, hoje, Senador Paulo Paim, os planos de saúde, praticamente, estão quase se nivelando com o SUS.

Lamentavelmente, o cidadão paga e chega a demorar seis, oito horas para receber um atendimento. Isso é muito ruim. Acho que algo tem que ser feito. A própria Agência Nacional tem que tomar algumas providências, sob pena de, lamentavelmente, termos um outro SUS no Brasil, mas pago com muita dificuldade por milhares ou milhões de famílias brasileiras, haja vista que temos um enorme contingente que paga os planos.

Os dados apresentados pelo Instituto Datafolha, pelo Diretor de Assuntos Parlamentares da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Mestrinho, o médico que trabalha com plano de saúde no Brasil atribuiu, em média, nota cinco para as operadoras, em uma escala de zero a dez. Dos médicos ouvidos na amostragem, 92% dizem que há interferência das operadoras na autonomia técnica do médico, principalmente dos profissionais das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

De maneira que esse é um fato que tem que ser apurado. Imagino que a agência tem que apurar, na

medida em que os planos de saúde não podem interferir, em hipótese alguma, na autonomia técnica do profissional da saúde.

É grave essa denúncia, e espero que, naturalmente, não só a Agência Nacional de Saúde tome as providências, mas, acima de tudo, que cheguemos a um entendimento na questão de pagamento de um melhor salário aos profissionais da saúde que prestam serviço às nossas operadoras.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, ouvi parte do seu pronunciamento, mas quero dar um testemunho. Não vou dar o nome do médico, pois ele não me autorizou ainda, mas vou dizer o que ele me disse. Esse médico é um grande profissional do Rio Grande do Sul, respeitadíssimo, eu diria, inclusive, de conceito internacional. Ele me deu exatamente o depoimento que V. Exª neste momento apresenta, mediante denúncia, de outras áreas.

Disse-me ele: "Senador, você não imagina o quanto as seguradoras, os planos de saúde procuram intervir na questão do médico". Ele me disse: "O médico fica entre o mar e o rochedo, porque o paciente está precisando, e ele está desesperado para atender o paciente, porque ele quer salvar vidas, e a seguradora pressionando para ele não dar aquilo que o paciente tem direito de receber. Quer dizer, se você, uma hora dessas, precisar, convide-me [ele me disse isso] e estarei inteiramente à disposição para dar um depoimento nesse sentido".

É um cidadão que, no meu entendimento, não tem nada a temer, um profissional respeitadíssimo, com conceito internacional, mas, para ajudar os pacientes e os profissionais, que são muito mal pagos – V. Exª tem toda razão –, estaria disposto até a dar esse depoimento.

Claro que não vou sugerir isso aqui sem primeiro falar com ele. Não sei se o depoimento seria interno ou em uma audiência pública, mas quero apenas assinar embaixo do documento que V. Exª traz a esta Comissão, relatando esses fatos da questão dos planos de saúde. Falamos tanto do SUS, e os planos de saúde privados estão na mesma situação.

Há também uma outra situação, da qual me lembrei aqui e relato rapidamente, de uma senhora que conheço há muitos e muito anos. Não é parente, mas uma amiga de muitos e muitos anos, que pagou um plano de saúde dos mais caros, durante toda a vida, e está com problema. O valor da operação é R$70 mil, e o que diz o plano de saúde? "Isso nós não pagamos. Vá procurar seus direitos na Justiça". Ela foi para a fila do SUS e vai ter que entrar na fila mesmo, porque é no computador que são programadas as cirurgias. Ela não vai poder passar na frente de outros que estão esperando pela mesma operação. Aí está certo. Se um homem ou uma mulher está lá esperando uma operação, por exemplo, de coração – é mais fácil de lembrar –, essa pessoa terá que entrar na fila com os outros. Não tem como passar na frente. E ela está desesperada na fila porque o plano de saúde resolveu que, simplesmente, não vai fazer a operação de que ela necessita.

Então, é algo que tem que ser, de fato, aprofundado, e V. Exª, mais uma vez, de forma corajosa, traz este tema ao debate nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, na medida em que os dados são muito ruins, Senador Paulo, tendo em vista que a minha maior preocupação é com o credenciamento, ou seja, quando se habilita uma operadora junto à ANS, ela tem que ter, imagino, critérios, tendo em vista que são 257; não são 5, não são 10, não são 15 operadoras que estão hoje sob intervenção. É um absurdo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Duzentos e cinquenta e sete?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Duzentos e cinquenta e sete.

Então, imagino que tem que haver muita preocupação nesse sentido.

A ANS tem que ter cautela; temos que ter critérios rígidos, sobretudo para não virar empresa de picaretagem.

A sensação que eu tive com essa informação é que verdadeiras indústrias de picaretagem estão sendo criadas para operar o sistema de saúde privada em nosso País. Por outro lado, na CDE, encontram-se mais 82 processos de investigação, que estão em curso, em relação aos planos de saúde do nosso País.

Graves e sérios os números que estão aqui. Nós temos que apurá-los.

Contamos com a presença da valorosa Senadora Ana Amélia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já dei bom dia, mas ela não me respondeu. Acho que ela está brava comigo! Estou brincando. Ela estava assinando os documentos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O meu bom-dia todo especial à valorosa Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu quero pedir desculpas, Presidente, porque eu costumo chegar junto com o senhor aqui, mas, com a chuva, há um congestionamento geral em Brasília. Terrível! Então, levo 15 minutos, mas levei 45 minutos para chegar até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda razão.

Eu imagino que o Paulo também foi tirador de leite como eu. Levantamos de madrugada. A Ana Amélia também, imagino, porque ela foi criada no interior do Estado Rio Grande do Sul. Eu não sei se ela mexia com leite, mas devia mexer com alguma cultura lá.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, se não mexermos no... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade! Mas hoje é o Dia D. Nós vamos entrar em processo de votação na Comissão de Meio Ambiente, inclusive foram apresentadas algumas emendas, sobretudo na medida em que, lamentavelmente, o relatório, na primeira versão apresentada, não condiz com a realidade, principalmente dos Pampas, de Minas Gerais, do Brasil todo, tendo em vista que estão deixando esses 45%, ou seja, baixando para 25%, que é um número muito ruim, que vai prejudicar sobremaneira a produção agrícola brasileira.

Mas, de qualquer forma, eu quero mostrar aqui os novos dados divulgados na semana passada pelo Censo 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que mostra que o Brasil avança também a passos lentos, claro, em tarefas fundamentais na área social, como no combate à violência, no fim do analfabetismo e na diminuição da desigualdade de renda.

O analfabetismo caiu, discretamente também, é bom que se esclareça, em uma década. A taxa entre as pessoas de 15 anos ou mais, foi de 13.6, em 2000, para 9.6, em 2010 – imagino que foi um número bastante significativo. Isso significa que há 13.9 milhões de brasileiros analfabetos, quase 40% deles com mais de 60 anos.

Em relação às desigualdades regionais, a taxa do analfabetismo é de 5.4 no Sudeste, 5.1 no Sul, 7.2 no Centro-Oeste e 11.2 no Norte. O Estado com maior índice, por incrível que pareça, também é Alagoas, com 22.5, um número extremamente alto.

No Nordeste rural, o índice do analfabetismo chega a 32.9, ou seja, atinge um a cada três adultos.

A desigualdade da distribuição de renda continua grande. Segundo o Censo, os 10% mais ricos são donos de 42.8 do patrimônio nacional. Já os 10% mais pobres ficam com 1.3%.

Metade da população brasileira tem ganho médio de R$375 por mês, valor abaixo do mínimo, ou seja, de R$510.

Um por cento da população mais rica concentra renda dos 40% mais pobres.

Com relação à questão de cor, mais desigualdades, pois o Censo aponta que, nas cidades com mais de 500 mil habitantes, o ganho de brancos é de 2.4% vezes maior do que o dos negros, que incluem pardos e pretos, na classificação do IBGE. Somados aos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), também publicados neste mês, os dados do Censo mostram que o País está muito longe do paraíso em relação à conquista da sociedade.

Como vemos, o IBGE revela um Brasil ainda pobre, desigual, com avanços lentos na área social.

Espero que nesta década possamos melhorar, tendo em vista que os números aqui ainda são gritantes. Isso mostra que o Brasil pode ter avançado muito pouco ainda nas relações sociais, sobretudo na questão de renda da população. Melhorou? Melhorou. Mas precisamos ter mais critérios, sobretudo nessa distribuição, porque o Governo tem o papel preponderante de buscar esse desequilíbrio, principalmente nas áreas mais pobres do nosso País.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador, casualmente, eu falava com a Senadora Ana Amélia sobre a importância desse documento que V. Exª leu. E ela me dizia – vou contar aqui em público – que dava uma entrevista, há pouco tempo, para a Rádio Na Moral. Na entrevista, ela demonstrava a preocupação dela, que é sua também, com a situação dos aposentados.

Claro que estamos avançando, mas temos muito por fazer. O salário mínimo tem de fato um crescimento. Ele poderá agora, em janeiro, ultrapassar 14%, mas o aposentado que ganha um pouquinho mais que o mínimo, já não ganha nada. Ele vai ganhar somente o mínimo.

Por isso é que nós estamos fazendo um movimento, e quando apresentei a emenda, Senador, permita que eu diga isto, lá na Comissão de Orçamento, para garantir pelo menos 80%, eu disse que o fazia não em meu nome, mas em nome de uma série de Senadores, como também o Paulinho lá apresentou em nome de uma série de Deputados. E listei alguns nomes, quando me perguntaram. Eu disse: "Tenho certeza: Ana Amélia, Jayme Campos" e fui listando alguns nomes em relação aos quais eu tinha total convicção de que votariam a favor dos aposentados nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Certeza absoluta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, eu acho que o Governo vai ter que ceder. Não há como não ceder. Hoje haverá a abertura da Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. É um tema que também lá vai ser levantado. Eu vou participar da abertura e não há como eu não falar, se for convidado a falar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Perguntaram-me ontem por que eu não fui. A Senadora Ana Amélia foi uma das que perguntaram. Mas um jornalista me perguntou por que eu não fui a esse encontro internacional do combate aos preconceitos, que reuniu 15 países. Eu disse: "Eu não fui porque não fui convidado". Foi aqui no Brasil.

Enfim, se hoje à noite eu for convidado a falar, eu falarei naturalmente sobre a importância de melhorarmos a situação dos aposentados, principalmente do Regime Geral da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª tem toda a razão.

Aproveitando a oportunidade, quero comunicar aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras que, às 9h, o Senador Wellington Dias, Presidente da Subcomissão Temporária vinculada à CAS, que está discutindo a dependência química do consumo do *crack* em nosso País, vai apresentar o resultado da sua viagem pela Europa, onde foi buscar naturalmente impressões sobre a experiência internacional do combate às drogas.

Por outro lado, quero aproveitar para registrar que até o fim do ano a valorosa Senadora Ana Amélia vai apresentar também o seu relatório final sobre o tema "Resultados dos debates realizados nesta Subcomissão ao longo deste ano". Eu imagino que a Senadora está preparando o seu relatório e vai apresenta-lo aqui, nesta Comissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pegando carona nesse pronunciamento, eu também devo apresentar para V. Exª o trabalho da Subcomissão de Trabalho e Previdência. Até o fim do ano, eu entrego o relatório a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Tenho certeza de que será um belo relatório e que certamente ele nos ajudará a construir bons projetos também para o nosso País.

Por outro lado, particularmente aqui, quero externar a minha opinião em relação ao que ocorreu ontem, quando o Senado aprovou o uso de recursos do FGTS em obras da Copa do Mundo. Eu confesso para o senhor, Senador Paulo Paim, e Senadora Ana Amélia, que eu acho que essa não era a fonte correta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Esse dinheiro do trabalhador já está financiando habitações, com o que eu concordo que ele financie, e outros programas de caráter social. Agora, obra de mobilidade urbana para financiar estádio de futebol, pavimentações, asfalto e cidades, eu acho que o Governo tinha que buscar qualquer outra receita. Menos essa. O dinheiro do FGTS é sagrado do trabalhador e está depositado.

Por que eu digo isso? Porque estou muito preocupado. Daqui a pouco vão avançando, vão avançando nesse dinheiro. Daqui a pouco, o trabalhador brasileiro, quando for buscar os seus direitos, aquilo que ele recolheu, com o qual ele contribuiu, que o seu patrão contribuiu, ele não vai achar. Ele vai ter dificuldade, e isso é grave, é sério.

De qualquer forma, a própria oposição nesta Casa vai ingressar no Supremo Tribunal Federal, arguindo inconstitucionalidade, para buscar, talvez, um mecanismo, um instrumento, para que esses recursos não sejam destinados às obras que nada têm a ver com políticas sociais em nosso País. Eu acho que está correto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Exª tem toda a razão. Permita-me que eu fale sobre isso, sem querer tomar o tempo de forma indevida e até falando a toda hora. Mas V. Exª traz temas que a população está discutindo.

Eu já havia me posicionado publicamente que não concordaria que se usasse o dinheiro do Fundo de Garantia para a Copa. E dei até um exemplo – não sei se foi aqui ou na Comissão de Educação: perdi uma votação por um voto, e o projeto nem era meu. O projeto era do Senador Eunício e estabelecia que, com relação ao dinheiro do Fundo de Garantia, se o trabalhador fosse perder a casa e se houvesse um depósito lá, ele poderia usar o dinheiro para não perder a casa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quer dizer, o dinheiro continuaria lá, então, porque não sairia de lá. Ele pagaria o sistema financeiro.

Perdi por um voto. Para isso não pode. Agora, usar o dinheiro para a Copa pode?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É um contrassenso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É um contrassenso.

Apresentei a emenda, a sugestão que tinha, para o Relator. Infelizmente, não foi acatada. Ontem, eu tinha a tendência de votar contra essa MP, exatamente devido a essa questão específica, porque acompanhei todo o debate que se fez, eu diria, na sociedade brasileira.

O dinheiro do Fundo de Garantia é principalmente para a casa do trabalhador e para o caso de indenização – o eixo principal. Houve algumas outras iniciativas válidas, mas não havia chegado nunca a esse ponto.

O que me disse o Senador Wellington Dias no plenário? "Fique tranquilo que esse ponto a Presidenta vai vetar. Nós só não acatamos alguma alteração agora, não só a sua, como as de outros Senadores, porque o

projeto voltaria para a Câmara, mas no projeto original da Presidenta Dilma não constava o uso do dinheiro do Fundo de Garantia para a Copa, e ela vai vetar".

Eu espero que vete. Votei também nessa confiança.

Então, V. Exª está coberto de razão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu imagino que todos nós precisamos ter essa preocupação. Lamentavelmente, já há uma facilitação, sobremaneira, em relação às obras para a Copa do Mundo. Governo aprovou dias atrás, facilitando as concorrências públicas que serão feitas. Agora, pega o dinheiro do FGTS.

Por que não o BNDES, então, nesse caso, que é um banco de desenvolvimento? Que financiasse os Estados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ora, financia obra no exterior. Todos os dias, você vê milhões e milhões de dólares...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Algumas suspensas, como na Bolívia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. Inclusive mais de US$300 milhões que o povo boliviano não aceitou. As obras foram paralisadas. Imagino que vá ter um prejuízo enorme, tendo em vista que parte dos recursos tinham sido usados. Entretanto, a população boliviana não aceitou.

Pois bem. Agora, nesse caso, pegar dinheiro do FGTS?

E V. Exª fez uma observação aqui pertinente, dizendo que o cidadão poderia sacar o dinheiro para melhorar sua habitação. E não pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para pagar. O dinheiro ficaria lá mesmo! Se ele paga.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ficaria lá mesmo.

Então, não está dando para entender, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não.

Da mesma forma, ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos votou um projeto que estava tendo resistências porque prevê o uso de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que está na mesma linha, porque são direitos dos trabalhadores, mas com uma garantia de uso das Letras do Tesouro, para que as cooperativas de crédito, que são fiscalizadas pelo Banco Central, tivessem os repasses diretos para financiar os agricultores, especialmente pequenos agricultores. Elas são disseminadas no País. O próprio Banco Central reconhece a seriedade.

Houve resistências aqui na Casa, da Bancada do Governo, quanto a essa matéria.

Ora, havendo uma garantia, da mesma maneira é o raciocínio que faço em relação ao uso dos recursos do Fundo de Garantia para a Copa. É a mesma coisa. Às vezes, como esse seu projeto para a casa própria teve problemas e, por um voto, não foi aprovado, no meu caso, felizmente, Senador Paim, foi aprovado por unanimidade ontem, depois de um longo período.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Na nossa Ordem do Dia aqui, vamos ler o relatório das emendas de Comissão, que foi relatado de forma brilhante pelo Senador Waldemir Moka. Entretanto, temos cinco itens não terminativos. Gostaria de aproveitar a oportunidade para ler aqui, com a devida vênia, o Item nº 1, cuja relatoria é do Senador Cícero Lucena. Já que S. Exª não se encontra presente, peço a V. Exª, Senadora Ana Amélia, para relatá-lo de forma *ad hoc*, página 12. *(Pausa.)*

Daqui a pouco, passo a palavra a V. Exª, para o Item nº 1.

Todavia, como está presente o Senador Paulo Paim, temos de fazer o encaminhamento com a presença dele nesta Comissão.

É o requerimento, nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requerendo realização de audiência pública, a fim de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2011, que altera a Lei nº 5.811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores efetivos e comissionados a jornada de turnos ininterruptos.

Autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi uma solicitação feita por diversos setores da sociedade, para que realizássemos uma audiência pública antes da votação do projeto. O projeto, se não me engano, é do Senador Lindbergh Farias, que trata deste tema. Achei justo ouvir todos antes de aprovar um projeto como esse, que trata do turno de seis horas.

Então, os setores serão convidados. Se houver um grande entendimento, melhor. Se não houver, bom, veremos como encaminharemos. O próprio autor do projeto concordou com audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tanto os empregados quanto os empresários concordaram que houvesse.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado também o requerimento do Senador Paulo Paim.

Temos outro extrapauta, aproveitando a presença de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ia justamente sugerir, pela ordem, que fosse incluído.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

REQUERIMENTO Nº, DE 2011 – CAS

Requeiro, nos termos do disposto nos artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença do Senhor Jorge Hereda, Presidente da Caixa Econômica Federal, destinada a discutir a intenção do Governo de distribuir até 50% dos lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme matéria veiculada pelo Jornal O Globo, do dia 20 de novembro de 2011.

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra a V. Exª para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Bom, essa matéria é tão importante que hoje também está na capa, Sr. Presidente, do jornal *Folha de S.Paulo.* É a manchete principal do jornal de hoje: "Governo estuda distribuir parte dos lucros do FGTS".

Estávamos discutindo agora há pouco sobre as garantias disso. Também poderemos incluir como assunto extrapauta desta audiência pública essa matéria. Mas o meu objetivo é que a Caixa Econômica Federal esclareça quais são os critérios, o que o Governo pretende com isso. Afinal, esse é o dinheiro do trabalhador, e o que mais se requer em relação a isso é transparência, para evitar os problemas que já tivemos com relação a outros casos de trabalhadores cujos direitos foram violados – como é o caso do fundo Aerus/Varig – e não podemos permitir que nesse caso também haja um problema de descaso. Por isso o requerimento para que o Presidente da Caixa venha fazer esses esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Entendi bem. É em relação à intenção de distribuir até 50% do lucro. Imaginem!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Até 50% do fundo para os trabalhadores. Como será feito isso, de que forma, como está o caixa dos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, onde estão sendo aplicados esses recursos.

Muitas questões são pertinentes, inclusive isso que há pouco V. Exª levantou, para aplicar nas obras da Copa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só quero apoiar o requerimento, Sr. Presidente. Acho que temos que tratar o Fundo de Garantia, de fato, com todo carinho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como já foi dito, se olharmos a questão da Previdência, o dinheiro só entrava e só saia não para os aposentados. Construíram obras faraônicas neste País. Depois, chegou-se a um ponto em que sempre me dizem que não há dinheiro para pagar os aposentados. Não estou falando nem deste ou daquele governo, não. Essa é uma questão histórica.

Então, acho que tem que haver esse cuidado.

Meus cumprimentos à Senadora Amélia.

Quanto à questão do fundo, não é nem ser contra e nem a favor neste momento. Queremos saber de fato...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O que está acontecendo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O que está acontecendo.

Então, meus cumprimentos e meu apoio ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento de V. Exª.

Temos que aproveitar a presença.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria pedir o outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Há outro aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sei que é o Senador Moka, mas é um relatório pequeninho, o de uma audiência no Senado, requerida pelo Senador Moka e por mim. Posso apresentá-lo rapidamente, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É sobre esse requerimento de V. Exª?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se me permite, vou lê-lo, e V. Exª vai fazer o encaminhamento da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CAS

Requeremos, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 93, inciso II, e art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, destinada a instruir o PLS nº 352, de 2011, que "altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1.998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias". Para tanto, sugerimos sejam convidados: Dr. Mauricio Ceschin – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Dr. Paulo Hoff – Médico Oncologista, Diretor do Icesp e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês; Srª Luciana Holtz de Camargo Barros – Presidente do Instituto Oncoguia; Dr. Adalberto Abrão Siufi – Médico Oncologista, Diretor da Clínica de Oncologia, Campo Grande (MS).

Autores: Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia e ao Senador Waldemir Moka para fazerem o encaminhamento da matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Acho que foi incluído também o Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Neste requerimento que se encontra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não, mas vamos incluí-lo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria aditar a presença do Presidente da Associação Médica Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida, na forma regimental, pela Presidência e pela Secretaria desta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, eu sou autora, Presidente Jayme Campos, de um projeto que prevê a administração de quimioterapia oral em domicílio aos pacientes que precisam desse tratamento – claro, autorizado pelos planos de saúde.

Como essa é uma matéria nova, e o Senador Waldemir Moka é o Relator, nós acordamos que o melhor seria ouvir as partes interessadas nesse processo. Então, por isso a proposta dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka, também como autor desse requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não tenho nada a acrescentar. Acho que, como Relator, é importante que ouçamos todas as partes envolvidas e, daí, fazer melhor juízo na fase final do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu vou encerrar esta reunião para abrirmos a outra, a fim de votarmos as emendas de comissão, porque temos prazo para entregá-las no dia de hoje ainda. Entregaremos no dia de hoje. São as emendas de comissão.

Declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 09 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 09 horas e 31 minutos*.)

ATA DA 49ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos, do dia vinte e três de novembro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a Reunião sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eduardo Amorim, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Clésio Andrade e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Ana Rita. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é aprovada. Esta Reunião destina-se à discussão e votação das Emendas da Comissão de Assuntos Sociais ao **PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, de 2011** que encaminha ao Congresso Nacional nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, o texto do Projeto de Lei

que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012" (Projeto de Lei Orçamentária para 2012). **Autor do Projeto:** Presidente da República. **Relator das Emendas da CAS:** Senador Waldemir Moka. A Presidência concede a palavra ao Relator, Senador Waldemir Moka, que dá início ao seu Relatório comunicando que foram apresentadas setenta (70) Emendas nesta Comissão ao Projeto. Após a leitura do Relatório fizeram uso da palavra, para discutir, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Jayme Campos, Presidente da CAS e Waldemir Moka, Relator da Emendas da CAS. Encerrada a discussão e não havendo sido apresentadas Emendas de Remanejamento, o Relatório conclui por quatro Emendas de Apropriação. Passa-se à votação. **Resultado:** são aprovadas por unanimidade as seguintes Emendas de Apropriação ao PLOA-2012: **Emenda nº 1-CAS –** Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadora Lúcia Vânia e Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka e Romero Jucá. **Emenda nº 2-CAS –** Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais. **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Senadores Jayme Campos, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Rodrigo Rollemberg e Romero Jucá. **Emenda nº 3-CAS –** Estruturação de Unidades de Atenção Especializada de Saúde – Nacional. **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadora Vanessa Grazziotin e Senadores Humberto Costa, Waldemir Moka e Romero Jucá. **Emenda nº 4-CAS –** Implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE). **Valor:** R$ 250.000.000,00. **Iniciativa:** Senadores Jayme Campos, Humberto Costa, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Romero Jucá. O Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, submete aos membros a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta Reunião, 49ª, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às nove horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da CAS ao Projeto de Lei nº 28, de 2011, Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2012, PLOA.

Foram recebidas 70 emendas.

Concedo a palavra ao Senador Waldemir Moka para fazer a leitura das respectivas emendas. Depois, vamos para a fase de discussão, para declararmos encerrada.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka, Relator desta Comissão em relação às emendas propostas pelos Srs Senadoras.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srªs Senadoras, Srs. Senadores, incumbiu-me S. Exª o Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, de ser o Relator das emendas desta Comissão à peça orçamentária.

Eu quero dizer que a Comissão de Assuntos Sociais recebeu, no prazo estabelecido pela convocação ou na convocação, 70 propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 28, de 2011, do Congresso Nacional, Projeto de Lei Orçamentária para 2012, conforme a seguir discriminado.

V. Exªs estão acompanhando. Descrevo, aqui, as 70 propostas. Não vou lê-las porque seria...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não tem necessidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não há necessidade. Vou passar à análise.

Eu quero explicar, dentro dessa análise, os critérios, porque a Comissão, V. Exªs sabem, pode, no máximo, colocar quatro emendas, e 70 emendas, nós tínhamos de ter algum critério. Às vezes, o critério, de alguma forma, não privilegia um Senador ou outro Senador, mas tenho certeza de que é um critério, V. Exªs haverão de concordar, que me pareceu ser o mais democrático e o mais abrangente possível.

Vamos à análise da proposta.

Importa, preliminarmente, ressaltar que a Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do art. 44, § 1º,

Item 2, da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional, pode apresentar até oito emendas ao Projeto de Lei Orçamentária, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento relativo às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente.

Vale destacar, das 70 emendas apresentadas, que nenhuma é de remanejamento. Então, nós só tivemos de selecionar quatro emendas de apropriação – não sei se estou sendo claro.

A análise empreendida focalizou, inicialmente, o exame da adequação das propostas de emenda apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao interesse nacional – faço um parêntese para dizer que existem algumas emendas que, embora tenham mérito, fogem à competência da nossa Comissão –, tendo em vista as disposições dos arts. 26, § 1º, e 43 a 45 da Resolução nº 1/2006-CN. Nesse relevante aspecto, cumpre esclarecer que as Emendas nºs 23, 46, 47, 64 e 70 devem ser inadmitidas por destinarem recursos a unidades orçamentárias não vinculadas a esta Comissão, nos termos do Anexo da Resolução nº 1/2006-CN. Já a Emenda nº 22 destina recursos a entidades privadas, o que não é permitido pelo art. 44, inciso II, da Resolução nº 1/2006-CN.

Abaixo estão relacionadas as emendas consideradas inadmitidas – estão aqui as inadmitidas pelo motivo que estou aqui lendo.

Quero salientar aos Srs. Senadores que esta análise e esse relatório são feitos pela nossa Consultoria; então, estritamente nos termos regimentais da Comissão e, evidentemente, também da lei que rege a Comissão Mista de Orçamento.

Agora, vamos ao critério.

Com o objetivo de atender ao maior número possível de emendas, todas de inegável mérito, nosso parecer contemplou a semelhança verificada entre as emendas de apropriação que propunham ações dentro da mesma unidade orçamentária, de forma a proceder à aglutinação das mesmas.

O que nós fizemos? Selecionamos as quatro emendas que mais se repetiam dentro da rubrica, da peça orçamentária, e que destinavam recursos para a mesma ação. Então, nós transformamos uma emenda na autoria de vários Srs. Senadores e várias Srªs Senadoras. Foi a forma que encontrei. Então, passa a ser de coautoria, conforme V. Exªs vão ver no quadro.

Tal metodologia nos auxiliou a verificar quais ações foram mais demandadas pelos integrantes desta Comissão. A seleção das quatro emendas de apropriação a serem apresentadas por esta Comissão buscou, então, abranger, da melhor maneira possível, as 70 emendas apresentadas.

Desta forma, propomos a aprovação das emendas de apropriação relacionadas nos quadros a seguir.

Então, eu agora vou ler as quatro emendas que foram selecionadas dentro desse critério que acabei de relatar.

Emenda nº 1: Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em Municípios de até 50 mil habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride), R$250 milhões.

Nesta aqui, nós tivemos Humberto Costa, eu mesmo, Lúcia Vânia e Romero Jucá.

Segunda emenda: Assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população e desenvolvimento de atividades educacionais e de pesquisa no campo da saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, R$250 milhões.

Autorias: Jayme Campos, Vanessa Grazziotin, Ana Rita, Lídice da Mata, Humberto Costa, Vicentinho Alves, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Lúcia Vânia, Rodrigo Rollemberg e Romero Jucá.

Quer dizer, nesta emenda, todos esses Senadores tiveram a mesma intenção. Então, transformamos essa Emenda nº 2 em autoria de todos os Senadores.

Terceira emenda: Estruturação de Unidade de Atenção Especializada de Saúde Nacional, R$250 milhões.

Vanessa Grazziotin, Humberto Costa, Waldemir Moka e Romero Jucá.

E, finalmente, a quarta emenda: Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em Municípios de até 50 mil habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (Ride).

Jayme Campos, Humberto Costa, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Romero Jucá.

Voto do Relator.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão de Assuntos Sociais delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação anteriormente citadas e propomos que a Secretaria desta Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2011.

Senador Jayme Campos, Presidente, e Waldemir Moka, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka, pelo belo relatório, e vamos entrar em fase de discussão.

Em discussão está o relatório apresentado pelo valoroso Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, quero cumprimentar o nosso Relator, Waldemir Moka, pelo critério adotado.

Só faria uma pergunta a V. Exª. Eu não tenho problema nenhum, porque algumas emendas que apresentei aqui foram contempladas em outras comissões. Então, terá o meu apoio totalmente.

Só lhe pergunto: ali, no Item 2, está R$250 mil, e há a iniciativa de inúmeros Senadores. Há uma emenda minha, uma emenda até, pelos volumes que tenho apresentado, muito simbólica. Se não me engano, uma emenda de R$20 mil, para atendimento à saúde das populações negras e indígenas.

Gostaria de saber se, parcialmente, essa emenda não poderia estar contemplada também no Item 2. Eu apenas estaria acrescentando, digamos, mais R$20 mil aos R$250, e nós, indiretamente... Aqui, V. Exª diz que atende a todas as populações, e, como faço uma emenda, eu diria que, no mínimo, é correlata essa situação. Se não poderia contemplá-la, englobando-a nesse mesmo item.

É a pergunta que faço a V. Exª.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, a assessoria já me informa que essa situação foi analisada. É que isso caracterizaria uma outra emenda. Ela não fica adequada, segundo eles, dentro desse item. Razão por que não foi colocada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há uma discordância minha com a assessoria, não com V. Exª. Vou respeitar. Aqui diz: "Assistência médica qualificada e gratuita a todos os níveis da população", ou seja, à saúde da população. E o que estou propondo? Atendimento à saúde da população, mas discriminada. No mínimo, ela é correlata. Eu, como Relator na Comissão de Direitos Humanos, acatei inúmeras emendas dos Senadores quando entendia que ia no mesmo sentido, mas quero dizer que me submeto ao relatório de V. Exª e votarei com a maior tranquilidade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu estou só dizendo que, de alguma forma, precisamos ter algum critério. O critério em que me pautei é o mais técnico possível. A sua emenda é específica do Sarah.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não, não é do Sarah, não. É ampla, total, geral e irrestrita.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para o Fundo Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Apenas disse que R$20 mil poderiam se somar aos R$250 mil, indo para R$270, e atenderia também a saúde da população negra e indígena, já que aqui trata da população.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se eu bem entendi, Senador Paulo Paim, V. Exª apenas colocou R$20 milhões e particularmente está especificado. Somariam R$270, ou abriríamos mão dos R$250.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu tenho a mesma compreensão do Senador Paim.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A assessoria está dizendo que essa emenda – não é a tua, a nossa – nossa é específica. Está aqui: "Serviço Social Autônomo de Associação de Pioneiras Sociais". É específica.

Então, estou dizendo que não é a sua emenda. A nossa emenda é que tem isso. Ela é específica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, a do Sarah!

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não é a emenda de V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Entendi. Está carimbada para o Sarah.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não aparece no Orçamento a razão social.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas, particularmente, está definido que é para o Sarah Kubitschek.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como é carimbada para o Sarah, e eu sou também fã do Sarah...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – O que aconteceu? Vários Senadores, aqui, remeteram a emenda específica ao Sarah, e, aí, eu fiz uma emenda específica ao Sarah. E a tua emenda, como não se refere...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É mais ampla. Não se refere ao Sarah.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Não se refere. Então, ela não tem como ser "agasalhada" aqui, usando um jargão mais chulo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agora eu entendi.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto o Senador Paulo Paim se foi feito o devido esclarecimento pelo Senador Waldemir Moka.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou convencido. Eu não tinha percebido que era especificamente para o Sarah. Mas todos nós somos fãs do Sarah.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria em relação às emendas de comissão que foram relatadas pelo valoroso Senador Waldemir Moka. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação as emendas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião, ou seja, a 49ª.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Diante da aprovação, meu caro Senador Waldemir Moka, serão encaminhadas agora, para que cumpramos literalmente o ritual, para o Orçamento da União, em relação às emendas desta Comissão.

V. Exª está com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ao agradecer à assessoria da nossa Comissão, a Consultoria do Senado, quero de público elogiar o trabalho, feito com extrema dedicação. É preciso levar isso em consideração. O pessoal é altamente qualificado. Não há – é visível isto – nenhum outro interesse que não seja o de que tenhamos, entre as emendas, as que se somaram mais.

Aliás, Senadora Ana Amélia, eu devo confessar que o critério... Eu percebi, na Comissão de Agricultura, o que V. Exª fez. Achei que era muito democrático e adotei o mesmo critério.

Sr. Presidente, quero agradecer de forma especial também à minha assessora, Érica, que esteve aqui o tempo todo, e pedir desculpa aos Srs. Senadores, porque eu vou me retirar. Normalmente, eu participo desde o início até o final, mas hoje eu tenho uma incumbência, porque começa a votação do relatório do Código Florestal, e estou envolvido com aquele relatório também.

Agradeço ao Presidente Jayme Campos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns! Agradeço a V. Exª.

Eu também quero associar-me aos seus agradecimentos a toda a assessoria, que fez um belo trabalho – o Luís, a Érica e outros que naturalmente participaram da elaboração.

Quero também me associar às palavras do Senador Waldemir Moka, diante do fato de que, muitas vezes, o servidor do Senado recebe críticas. Na verdade, eu sempre os defendi, porque sei que aqui 99,9% são funcionários competentes, sérios, honestos. Certamente, são poucas instituições neste Brasil que têm funcionários de alto gabarito, de escol, que não deixam a desejar. Muito pelo contrário, estão de parabéns. Da mesma forma, têm o reconhecimento do Presidente desta Comissão, que é o Senador Jayme Campos.

Eu quero comunicar a V. Exªs que, também como membro da Comissão de Meio Ambiente, nós vamos deixar para a próxima reunião a leitura dos demais itens que estavam previstos para esta aqui. De tal maneira, como nada mais temos a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado pela presença de todos.

(Iniciada às 09 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)

ATA DA 50ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta minutos, do dia trinta de novembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Armando Monteiro e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justificam ausência os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os demais membros. Registram presença os Senadores Flexa Ribeiro e Walter Pinheiro, a Deputada Federal Elcione Barbalho e o Deputado Federal Givaldo Carimbão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, informando que essa está dividida em três partes. Passa-se à apreciação da Pauta. **1ª PARTE – ITEM ÚNICO** – *Leitura e discussão do Relatório Final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas – CASDEP, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.* **Presidente da CASDEP:** Senador Wellington Dias. **Relatora da CASDEP:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** *Lido o Relatório e iniciada a discussão, a Relatora acata as sugestões apresentadas pelo Senador Waldemir Moka no sentido de se realizar um levantamento das legislações em tramitação nas duas Casas do Congresso Nacional pertinentes ao tema; uma Conferência Nacional, organizada pelo Governo Federal sobre Drogas, bem como a remessa do Relatório Final, aprovado pela Comissão, às Autoridades do Governo Federal, Estadual e Municipal.* **2ª PARTE – DELIBERAÇÃO DE PROPOSIÇÕES. ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 61, DE 2011-CAS.** *Em aditamento ao Requerimento de nº 60 /2011 – CAS, que dispõe*

sobre a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 352, de 2011, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias", requeremos que seja incluído no rol de convidados um Representante de Entidade dos Planos de Saúde e o nome do Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB. **Autores:** Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 2011.** *Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime praticado contra a segurança alimentar.* **Autoria:** Senador Eduardo Amorim. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2011. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2011. **ITEM 4 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2010***. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a existência do Programa Saúde da Família em municípios com mais de quarenta mil habitantes.* **Autoria:** Senador Alfredo Nascimento. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. **Resultado:** Aprovado Parecer pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. **ITEM 5 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011**. *Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.* **Autoria:** Deputada Elcione Barbalho. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Durante a discussão a Senadora Ana Rita apresenta 3 (três) Emendas ao PLC nº 53, de 2011. A matéria é Retirada de Pauta, a pedido da Relatora, para exame das Emendas. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2003**. *Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003 e a Emenda nº 1-CAS. Ficam adiados os demais itens da pauta, a saber: Itens 2, 7 e 8. **3ª PARTE – ITEM ÚNICO – ESCOLHA DE AUTORIDADE – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM (SF) Nº 144, DE 2011**. *Submete ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, c/c o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor* ***ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO****, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro.* **Autoria:** Presidente da República. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado**: A Comissão aprova o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, por unanimidade, com 15 (quinze) votos SIM, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2011 – CAS.** *Requeiro, nos termos regimentais, o encaminhamento para Sua Excelência a Presidente da República, Senhora Dilma Rousseff, e demais autoridades do Poder Executivo e Judiciário, para conhecimento e determinação de medidas cabíveis, das Propostas para o Plano de Estratégia Nacional sobre Políticas de Prevenção e Combate ao Álcool, "Crack" e outras Drogas, aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em parceria com as Frentes Parlamentares do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que atuam com foco no tema, bem como a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas, da Câmara dos Deputados, "destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do Crack e de outras drogas ilícitas"– CEDROGA.* **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA – ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011 – CAS.** *Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, que altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Senhor João Oreste Dalazen – Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Senhor Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Senhor Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Senhor Paulo Pereira da Silva – Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; Senhor Artur*

Henrique – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Waldemir Moka, Wellington Dias, Armando Monteiro, Benedito de Lira, Paulo Davim, Paulo Paim, Flexa Ribeiro, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Humberto Costa, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcante; as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Ana Rita, Lídice da Mata, Lúcia Vânia e a Deputada Elcione Barbalho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 50ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Esta Presidência comunica que recebeu o Memorando nº 11353, datado de 25 de novembro de 2011, da chefia de gabinete do Senador Cristovam Buarque, que passo a ler.

Com os meus cordiais cumprimentos, informo a V. S. que o Senador Cristovam Buarque está impossibilitado de comparecer aos trabalhos desta Comissão de Assuntos Sociais – CAS, no período compreendido entre os dias 28 de novembro e 02 de dezembro do corrente ano, pelos motivos especificados na cópia do requerimento em anexo.

Solicito as necessárias providências com relação à justificação da frequência do parlamentar junto à Presidência desta Comissão.

Atenciosamente, Regina Célia Simplício, Chefe de Gabinete.

A presente reunião está dividida em três etapas, da seguinte forma:

1ª etapa: Apresentação final da Subcomissão Temporária – CASDEP;

2ª etapa: Deliberação de proposições; e

3ª etapa: Mensagem do Senado Federal nº 144, de 2011, da escolha de autoridade para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

1ª PARTE
– Item Único –

Leitura e discussão do ***Relatório Final*** *da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas –* ***CASDEP****, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.*

Presidente da CASDEP: Senador Wellington Dias

Relatora da CASDEP: Senadora Ana Amélia

Lembro às Srªs e Srs. Senadores que o prazo para funcionamento desta Subcomissão Temporária encerra-se no dia 16 de dezembro do ano em curso. Após a leitura do relatório, será aberta a discussão e, no dia 14 de dezembro, quarta-feira, será submetido à votação.

Quero conceder a palavra à Senadora Ana Amélia, para a leitura e posterior discussão do relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras Drogas – CASDEP, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, tendo como Presidente o Senador Wellington Dias.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, para ler o seu relatório, em relação à Subcomissão, CASDEP.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Jayme Campos, Senador Waldemir Moka, que deu uma grande contribuição, também, aos trabalhos desta Subcomissão, criada no início da Legislatura, por iniciativa do Senador Wellington Dias, que preside a Subcomissão, e por mim, que tinha requerido a discussão, especificamente sobre *crack*.

Como o Senador Wellington Dias havia proposto à Comissão a criação de uma Subcomissão para álcool e drogas, a palavra *crack*, para mim, é emblemática para figurar, porque, em nosso País, o mercado dessa droga, muito violenta, é muito relevante. Por isso ficou e queria informar aos senhores o relatório, e agradeço, de antemão, à consultoria da Comissão de Assuntos Sociais e do Senado Federal, pelo trabalho realizado, muito competente e dedicado.

O relatório contém 120 páginas, Presidente Jayme Campos, mas apresentarei agora apenas as conclusões e que são as sugestões propostas ao longo das 32 ações que vimos aqui, com 32 debatedores que vieram, em várias áreas, debater a questão.

Essas conclusões foram decididas em quatro capítulos. A primeira parte refere-se às ações sociais, prevenção e reinserção social; a segunda, segurança pública e legislação; a terceira, saúde pública e tratamento; quarta, sugestões obtidas no *hotsite*, e também coloco um anexo do relatório do Senador Wellington Dias, que foi o que ele viu, junto com mais três Deputados da Câmara Federal, que visitaram Portugal, Inglaterra, Holanda e Suécia, verificando, nesses países, as políticas públicas adotadas na prevenção e no tratamento das drogas.

O que se percebeu foi que a questão das drogas é um problema global, não só do Brasil, com o destaque que *crack* é uma coisa específica nossa, praticamente, porque, nessa região visitada, as drogas mais consumidas são maconha, cocaína e heroína. Agora, na Inglaterra, há o surgimento de 40 drogas sintéticas, que foram detectadas. Portanto, essa é uma questão global e que interessa a todo mundo.

Vou à leitura do relatório, dispensando a parte inicial, caro Presidente, indo diretamente aos capítulos que interessam:

Ações sociais, prevenção ao uso de drogas e reinserção social

Ocupação de espaços considerados redutos de usuários de drogas, com a implementação de atividades culturais e esportivas.

Planejamento de ações voltadas para a prevenção e o combate ao uso de todas as drogas, inclusive as lícitas, com atenção especial para o *crack*.

Adoção de linguagem compatível com o público-alvo na implementação de ações de prevenção ao uso de drogas.

Promover a informação para a sociedade sobre as drogas, de forma firme, porém não alarmista.

Instituição de um Sistema Único de Assistência Social, que coordenaria toda a atuação dos programas de assistência social do País e contribuiria para o combate à disseminação das drogas, inclusive do *crack*.

Ocupação dos espaços na vida do jovem, mediante o estímulo às atividades esportivas e culturais, com aumento dos investimentos em educação, esporte e lazer pelas três esferas de governo (municipal, estadual e federal).

Definição das políticas de reinserção social dos dependentes, a partir de amplas discussões coordenadas entre todos os órgãos das três esferas de governo.

Abordagem do assunto da prevenção por meio de políticas governamentais inclusivas, e não por meio de leis.

Criação de contribuição social, com alíquota de 1%, incidente sobre o valor de venda de bebidas alcoólicas e derivados do tabaco, com o objetivo de arrecadar recursos para o Fundo Nacional Antidrogas.

Financiamento vigoroso para as comunidades terapêuticas pelo orçamento da assistência social, e não pela área da saúde, como estímulo à ampliação dessa rede de atendimento, acolhimento e ressocialização/inserção familiar e social.

Restrição da propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação de massa.

Adesão dos veículos de comunicação à campanha contra as drogas. Alguns já vêm realizando isso com muito brilho.

Fomento com recursos orçamentários, por parte do governo, dos grupos de autoajuda e comunidades terapêuticas.

Estímulo à consciência da dignidade do ex-dependente.

Envolvimento dos familiares do ex-dependente no processo de ressocialização.

Foco na reinserção social do dependente químico, mediante a criação de oportunidades de estudo e trabalho para os indivíduos em tratamento.

Realização, pela instituição responsável pelo tratamento do dependente, de um diagnóstico das condições da família para receber o paciente em sua fase pós-tratamento.

Adoção de programas de educação em tempo integral nas escolas.

Realização de campanhas nas escolas, para evitar o primeiro contato do estudante com as drogas, baseando-se não apenas em conhecimento científico, mas também em valores.

Transformação da escola em ambiente que desperte a sede pelo conhecimento, pela cidadania.

Instituição da obrigatoriedade do oferecimento, pelas escolas do ensino fundamental, de disciplina nos moldes da antiga Organização Social e Política do Brasil (OSPB), com o intuito de conscientizar os alunos sobre a cidadania que não implica apenas em direitos, mas, também, em deveres e sobre os riscos das drogas e seus perigos.

Emprego da música e de outras expressões artísticas como método de conscientização dos riscos e de prevenção do uso de drogas, nas escolas públicas e privadas, usando, se possível, artistas, cantores que estejam dispostos a esse programa. Aliás, ontem apresentei a V. Exª a cantora Rosemary, que já se ofereceu para participar de uma campanha dessa natureza.

Ampliação dos investimentos em inclusão digital. Essa é uma área que alcança também a ocupação e a qualificação do jovem em setor estratégico para o mercado de trabalho.

Criação de redes comunitárias de solidariedade para mobilizar e organizar a sociedade, com a presença de um orientador espiritual.

Atuação integrada e articulada entre as áreas de saúde e assistência social, com pleno envolvimento da sociedade civil. Promoção da transversalidade de todos os programas na prevenção com os Ministérios da Saúde, Ação Social, Trabalho, Educação, Esporte e Cultura.

1.26. Formação de jovens como disseminadores da prevenção ao uso de drogas. Esse programa deveria estar presente nos cursos do Sistema "S" e naqueles

que envolvem jovens: Menor Aprendiz e Pró-Jovem, por exemplo.

1.27. Implementação de programas de prevenção ao uso de drogas nas favelas e comunidades, a exemplo do que já ocorre nas escolas, incluindo a arte/esporte, como instrumento para atingir objetivos.

1.28. Fortalecimento dos trabalhos de prevenção por meio do fomento do convívio familiar harmonioso e dos vínculos familiares e comunitários. Intensificar ações nas escolas e famílias.

1.29. Ministério do Trabalho e Emprego deve mobilizar centrais sindicais e confederações patronais para discutir e implementar medidas preventivas de combate ao *Crack*, no âmbito do trabalho.

1.30. Adoção, no âmbito laboral, de uma abordagem mais preventiva do que repressiva.

1.31. Maior engajamento das entidades sindicais em ações de prevenção e combate ao uso de drogas voltadas aos trabalhadores urbanos e rurais, inclusive por meio da realização de levantamentos sobre uso de drogas por seus filiados.

1.32. Adoção, pelas empresas, de programas de prevenção do uso de drogas, incluindo tabaco e álcool, a exemplo da bem sucedida iniciativa da Petrobras.

1.33. Ampliação dos programas de profilaxia do uso de drogas implementados pelo Serviço Social do Comércio (SESC) e pelo Serviço Social da Indústria (SESI), a exemplo do programa executado pela Unidade Estratégica de Resultados de Responsabilidade Social do Departamento Regional do Sesi do Rio Grande do Sul.

1.34. Promoção de melhores condições de vida, aliada à prevenção e ao tratamento do dependente químico, para diminuir a vulnerabilidade desses grupos sociais.

1.35. Formação de consórcios municipais para a implementação conjunta de ações visando à prevenção do uso de drogas.

1.36. Inclusão, nos acordos fronteiriços do Mercosul, de proposta de repartição de recursos para o compartilhamento de responsabilidades para as ações de prevenção ao uso de drogas, envolvendo Estados e Municípios, incluindo participação dos países vizinhos.

1.37. Combate ao abuso do álcool, porque representa enorme custo econômico para o País, com o tratamento das doenças causadas pela bebida, com os efeitos decorrentes da violência no trânsito e com os homicídios.

O capítulo 2 trata de segurança pública e legislação penal, caro Presidente e Senador Waldemir Moka.

2. Segurança pública e legislação penal

2.1. Implementação de ações integradas que reúnam forças policiais, entidades civis, igrejas, Ministério Público, órgãos do Poder Judiciário e secretarias municipais de saúde.

2.2. Ampliação e aprimoramento da cooperação internacional para o combate ao tráfico de drogas.

2.3. Aperfeiçoamento da legislação referente ao combate à lavagem de capitais e à alienação de bens de traficantes.

2.4. Fortalecimento das ações de combate ao tráfico nas áreas de fronteira, com duplicação do efetivo de policiais federais nessas áreas.

2.5. Aplicação de punições aos policiais envolvidos com o tráfico de drogas.

2.6. Elevação do montante de recursos orçamentários destinados ao combate ao tráfico de drogas, com priorização da restrição de acesso como forma de conter o consumo de drogas. Áreas federal, estaduais e municipais.

2.7. Criação de setores de inteligência nos órgãos policiais e preparo da polícia para lidar com o tema das drogas por abordagem social e humana.

2.8. Estabelecimento de parceria entre o Poder Judiciário e o sistema de saúde, para evitar a carcerização pura e simples dos usuários.

2.9. Rejeição à descriminalização do uso de drogas.

2.10. Estabelecimento de controle rigoroso sobre a indústria química nacional. Essa indústria é que fornece as matérias-primas para a formação do *crack*, da cocaína e de outras drogas.

2.11. Integração de todos os órgãos governamentais em ações de combate ao uso e ao tráfico do *crack*.

2.12. Criação de força tarefa nacional, específica para o combate ao *crack* e acompanhamento das políticas e programas implementados, nessa área.

2.13. Deslocamento e subordinação direta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD – à Presidência da República, dando à Secretaria *status* de Ministério.

2.14. Adoção de estruturas penitenciárias que ofereçam tratamento humanizado aos detentos, com programa de reinserção de presos/presas.

2.15. Maior rigor na habilitação de motociclistas e também exigências mais restritas na aquisição de motocicletas.

Esse capítulo entrou, Presidente, em função de ter sido trazido aqui pelo Senador Eduardo Amorim, que trouxe aqui um médico ortopedista especialista nessa matéria, que mostrou dados alarmantes sobre o aumento dos acidentes, das mortes e também de sequelas graves de acidentes com motocicletas. Por isso, resolvemos incluir também essa questão aqui.

2.16. Inclusão, entre as penalidades para as infrações de trânsito, do trabalho social em hospitais

que prestem atendimento de emergência e o acompanhamento após a alta do paciente, vítima de acidente.

Se não me falha a memória foi o Senador Paulo Davim que trouxe e não o Senador Eduardo.

2.17. Instituição de mudanças no sistema de concessão de licença para conduzir veículo automotor no Brasil: o candidato aprovado nos exames para a primeira habilitação receberia uma licença provisória, com validade de dois anos, que somente seria convertida em habilitação permanente se, nesse período, ele não cometesse qualquer infração. Válido para automóveis e motocicletas.

O problema, que essa matéria também tem, é que, em geral, o motorista ou o motociclista está sob efeito de álcool ou droga quando acontecem os acidentes.

2.18. Vinculação dos recursos tributários arrecadados com as drogas lícitas às ações de combate ao uso de drogas.

2.19. Instituição do internamento compulsório em situações que impliquem risco ao paciente ou a outras pessoas, ou sempre que o dependente esteja morando nas ruas.

Nesse particular, hoje a legislação brasileira não permite o internamento compulsório; apenas mediante autorização da família ou do juiz.

Eu sou relatora nesta Comissão daquele projeto do Senador Demóstenes Torres, que dá um marco regulatório sobre a internação compulsória dos dependentes.

2.20. Internamento compulsório de dependentes químicos que estiverem nas ruas, quando se tornam um risco para a integridade das pessoas.

2.21. Aplicação de penas alternativas para os crimes decorrentes do uso de drogas.

2.22. Permissão legal para que a atividade laboral possa ser adotada como forma de tratamento (terapia ocupacional), sem violação das normas trabalhistas.

2.23. Maior atuação do Poder Legislativo para ampliar os recursos orçamentários e para aperfeiçoar a legislação sobre o enfrentamento do problema das drogas.

2.24. Monitoramento dos espaços públicos por meio de câmeras para coibir a atuação de traficantes de drogas.

Capítulo 3, agora.

3. Saúde pública e tratamento.

3.1. Adoção de um programa amplo, que envolva a recuperação de dependentes químicos e sua reinserção na sociedade, buscando-se um modelo que concilie tratamentos médico-hospitalares e ações assistenciais.

3.2. Reorganização e ampliação da rede de assistência à saúde de dependentes químicos e pessoas com problemas decorrentes do uso indevido de drogas, em especial dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD) e de serviços que ofereçam internação. Tempo integral de funcionamento!

Nesse caso do Caps, hoje eles fecham às 18 horas. Até a Presidente Dilma Rousseff, nesses dias, reclamou exatamente disso, porque não teria sentido. Normalmente, à noite é que os problemas são reincidentes.

3.3. Definição de políticas públicas que integrem as áreas de justiça, saúde e assistência social, bem como as três esferas de Governo, com ações, articuladas de forma harmônica e integrada, que incluam desde a prevenção do uso de drogas até a recuperação do dependente químico.

3.4. Capacitação dos profissionais, em todos os níveis de atenção à saúde, para a prevenção do uso de drogas e o atendimento aos dependentes químicos.

3.5. Organização, pelo Governo Federal, de uma conferência nacional sobre drogas.

3.6. Estabelecimento de regras claras para reger as parcerias entre comunidades terapêuticas e governo.

3.7. Permissão para que as comunidades terapêuticas imponham aos internos a obrigação de participar de atividades religiosas; apenas a permissão e não a determinação.

3.8. Uso da espiritualidade no tratamento oferecido aos internos de comunidades terapêuticas, sem, no entanto, impor determinada doutrina religiosa.

3.9. Reconhecimento da fé e da cultura como eficazes na recuperação de dependentes.

3.10. Permissão para que as comunidades terapêuticas sejam contratadas pelo poder público sem licitação, em situações emergenciais, desde que, é claro, confirmada a qualidade dos serviços prestados.

3.11. Criação de grupo responsável por avaliar as comunidades terapêuticas, que conferiria um selo de qualidade àquelas aprovadas, de modo que poderiam receber recursos públicos sem burocracia.

3.12. Legalização e reconhecimento das comunidades terapêuticas como instituições eficientes e capazes de absorver a grande demanda de usuários de álcool e outras drogas, com enfoque mais voltado para os valores do que para a repressão.

3.13. Adoção de mecanismos para flexibilizar a liberação de recursos do SUS ou de outras fontes para as entidades que trabalham com a recuperação de dependentes, de forma séria e comprometida, sem prejuízo do necessário controle do uso de verbas públicas.

3.14. Revogação da proibição do trabalho de crianças e adolescentes internados nas comunidades terapêuticas.

Nesse caso, normalmente o trabalho é no plantio de horta, de jardim, que tem um efeito também terapêu-

tico, e a horta serve para produzir a alimentação que as crianças ou os adolescentes ou os adultos consomem.

3.15. Respeito à espiritualidade de todos aqueles que são submetidos a um tratamento para a dependência de álcool e outras drogas.

Aqui, está um pouco repetido, porque já foi tratado no capítulo anterior.

3.16 – Instituição do sistema de vigilância epidemiológica voltado para o problema das drogas, que permita colher dados para subsidiar o planejamento das ações voltadas para essa questão.

3.17 – Priorização da percepção médica do problema das drogas, pois os especialistas garantem que a drogadição é doença. Essa é também a constatação geral no relatório que o Senador Wellington Dias fez, ouvindo a experiência dos outros países.

3.18 – Internação e alta de paciente por motivo ligado às drogas somente mediante uma prescrição médica ou recomendação médica.

3.19 – Vinculação das comunidades terapêuticas ao Ministério do Desenvolvimento Social.

3.20 – Combate ao preconceito existente na sociedade e entre profissionais de saúde em relação aos dependentes químicos.

3.21 – Busca de novas formas de abordagem dos dependentes, que não exijam o concurso de profissionais especializados.

3.22 – Oferecimento, pelo sistema de saúde, de tratamento para a dependência, que deve ser pautado pelo acolhimento e pela busca voluntária, preferencialmente.

3.23 – Adoção para o tratamento da dependência do *crack* de abordagem diferente daquela oferecida para a dependência de outras drogas, tendo em vista as características dessa droga que é de maior risco para o usuário.

3.24 – Direcionar o tratamento da dependência química para o acolhimento universal e qualificado em qualquer ponto da rede assistencial.

3.25 – Reforço aos grupos profissionais multidisciplinares existentes nos Caps-AD e em outros serviços de saúde destinados ao tratamento da dependência química, com atendimento em tempo integral.

3.26 – Investimento na rede de atenção às urgências, unidades de pronto-atendimento, prontos-socorros, principalmente na capacitação dos profissionais, em face de sua efetiva importância no atendimento de primeira linha aos dependentes químicos.

3.27 – Instituição de consultórios de rua e de casas de acolhimento transitório.

3.28 – Criação de programa específico voltado para as comunidades indígenas.

3.29 – Criação de conselhos de referência de assistência social nas unidades de Saúde da Família, que contaria com um agente comunitário social.

3.30 – Desvinculação das comunidades terapêuticas da assistência médica aos dependentes químicos, haja vista serem responsáveis apenas pelo acolhimento.

3.31 – Cuidar da parte física e psíquica, mas também espiritual do dependente químico.

3.32 – Maior atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde nas políticas de assistência à saúde de dependentes químicos e pessoas com problemas decorrentes do uso indevido de drogas.

3.33 – Inclusão, nos acordos fronteiriços do Mercosul, de proposta de repartição dos recursos para o compartilhamento de responsabilidades para as ações de tratamento de dependentes químicos.

3.34 – Adoção de maior rigor metodológico no diagnóstico da dependência química.

3.35 – Criação, no âmbito do Plano Nacional de Saúde, de objetivos, diretrizes e metas para tratar da questão das drogas

Agora, vamos para o 4º capítulo, com as sugestões que obtivemos no *hotsite* criado especificamente pela Secretaria de Comunicação do Senado Federal, à qual nós antecipadamente agradecemos. Isso foi enviado por populares, por pessoas que participaram do *site*, oferecendo sugestões que acolhemos de bom grado, porque é uma forma democrática de trabalhar.

Essas sugestões são:

4.1 – Implementação da escola em turno integral, com educação profissionalizante e ensino de empreendedorismo, civismo e escotismo.

4.2 – Integração da família à escola.

4.3 – Aplicação dos recursos hoje usados para a aquisição de armas e para as ações de repressão em programas sociais para a população de maior risco.

4.4 – Desburocratização da abertura de associações e entidades congêneres que atuam na prevenção do uso de drogas, com a fiscalização do serviço prestado.

4.5 – Controle da venda de bebida alcoólica a menores.

4.6 – Impressão do número de telefone do serviço Viva Voz (0800-510-0015) e do órgão policial estadual responsável pela investigação de crimes relacionados às drogas nos livros distribuídos gratuitamente pela rede pública de educação e em todos os panfletos, cartazes e demais veículos impressos de publicidade das três esferas de governo.

4.7 – Promoção de políticas públicas que incluam o jovem no mercado de trabalho.

4.8 – Acompanhamento dos jovens na educação, a ser efetuado pela família, entidades religiosas, sociedade e Poder Público.

4.9 – Desestímulo da juventude a manter contato com o fumo e com a bebida alcoólica.

4.10 – Maior participação da população em apoiar as polícias no combate ao crime.

4.11 – Instituição de internação permitida pelos responsáveis para crianças e adolescentes dependentes químicos.

4.12 – Para os dependentes químicos, preferência do tratamento em regime de internação, em detrimento do regime ambulatorial ou de hospital-dia.

4.13 – Internação compulsória de usuários de drogas em clínicas de reabilitação, a fim de evitar que se tornem ameaças à sociedade, isso feito com recomendação médica.

4.14 – Manutenção de contingente policial com salário justo e devidamente equipado (armas e veículos) para: montar barreiras de fiscalização não só nas fronteiras internacionais, mas também nas estradas intermunicipais e nos portos, com abordagem de carretas, ônibus, carros de passeio, aviões, carros oficiais e encomendas transportadas pelos correios.

4.15 – Investimento na reestruturação da família logo que forem identificados os primeiros sinais de envolvimento de um dos membros com as drogas.

– Proibição da venda de bebidas alcoólicas em estádios.

– Desqualificação de marginais como ídolos da juventude.

– Regulamentação do art. 2º da Lei de Drogas (Lei nº 11.343, de 2006), no que se refere aos usos medicinal, científico e ritualístico-religioso.

– Instituição de controles administrativo e social, além de diálogo intercultural, em vez da proibição pura e simples do uso de drogas.

– Estabelecimento de parcerias e de isenções fiscais para empresas privadas que se engajarem em campanhas contra o álcool e as drogas, na comunidade ou em sua própria estrutura.

– Inclusão de mensagens contra as drogas em cupons fiscais e em rótulos de produtos diversos.

– Formação de grupos de ex-usuários para conferir palestras em escolas públicas e em presídios.

– Estabelecimento de parcerias com emissoras de televisão, mediante incentivos fiscais, para a divulgação de mensagens publicitárias contra as drogas e o álcool, protagonizadas por artistas famosos.

– Concessão de incentivos aos clubes de futebol para que divulguem mensagens contra o álcool e as drogas em uniformes, estádios e cartazes publicitários. É uma forma de penalizar também.

– Inclusão, na pena imposta ao condenado por crime de tráfico de drogas, da obrigatoriedade de assistir a um filme, com duração de 30 minutos a uma hora, contendo depoimentos de familiares que sofrem com o problema das drogas.

– Afixação, em hospitais públicos e privados, de imagens que possam gerar impacto na sociedade, a exemplo de fotografias de pessoas antes e depois do consumo de drogas e de órgãos retirados de pacientes acometidos por doenças decorrentes do consumo de drogas.

– Extensão, a todos os municípios brasileiros, do projeto denominado Café Convívio, originário da Europa, em que monitores atendem dependentes de drogas e seus familiares.

Esse é o relatório. Eu queria agradecer, meu caro Presidente, porque V. Exª pôde verificar que, no que foi oferecido pela população foi de grande valia, com abordagens de valor técnico e nós acolhemos nesse relatório.

Esse é o relatório que estamos apresentando à Subcomissão de Combate ao Álcool, Crack e outras drogas e que ofereço à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Antes de iniciarmos a fase de discussão, quero cumprimentar a Comissão, sobretudo o Presidente Senador Wellington Dias e V. Exª, como Relatora desta matéria, pelo trabalho operoso, competente, que, sem sombra de dúvida, teve a participação, imagino, de quase toda a população, através de segmentos da sociedade que aqui estiveram em audiências públicas reiteradas vezes, e sobretudo deu oportunidade, abrindo espaço via Internet, Twitter, de a população, até a mais humilde, ter acesso e dar sugestão. O que me chamou a atenção em seu relatório foi que a senhora disse aqui que mesmo pessoas que não estiveram em audiências públicas aqui, que participaram, tiveram acatadas suas sugestões. Isso é meritório e, sobretudo, democrático e enriqueceu, com certeza, o relatório de V. Exª.

Quero crer que isso poderá somar-se às propostas do Governo Federal e, buscando os encaminhamentos, buscando medidas para que possamos, de certa forma, buscar resolver aquilo que já virou um epidemia no nosso Brasil e no mundo de uma maneira geral essa questão do *crack*, do álcool, do fumo etc.

De maneira que quero, como Presidente desta Comissão, cumprimentar todos os membros e, sobretudo, V. Exª, que fez um trabalho competente e operoso diante do relatório que acabamos de ouvir.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Ana Amélia, nossa Relatora, que fez um relatório do qual não pude participar, mas que teve a participação do Senador Wellington Dias, que visitou países com experiências importantes, ali também relatadas. Mas queria indagar da Senadora Ana Amélia se, no seu relatório, que não tive oportunidade de ler todo, há proposta de alteração da legislação. Me lembro de que, nas audiências públicas, havia críticas à atual legislação e que ficamos aqui, Senadora, de recolher essas sugestões, se possível, em nome da Comissão da Saúde, identificar as mudanças na legislação e oferecer uma contribuição, no final desta Comissão, no sentido de alteração da legislação que poderia melhorar ou ajudar no combate à droga.

Há uma crítica, eu me lembro de uma audiência no meu Estado, promovida pela Câmara dos Deputados em que o juiz federal, Dr. Odilon, que convidamos para vir aqui, e também o promotor público faziam críticas. Pedi que eles a remetessem a esta Comissão, porque nós temos que fazer todo esse trabalho – e são elencadas aí centenas de sugestões nos quatro capítulos, Senadora –, só que eu não sei, indago a V. Exª, se teríamos alguma contribuição específica em termos de legislação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Há uma referência, Senador, de passagem sobre alteração da legislação em vigor exatamente no que diz respeito à internação do dependente. Hoje isso só pode ser feito mediante determinação judicial, provocada por um membro da família ou outra pessoa. Se o dependente tiver cometido um crime, ele vai ser preso, independente de estar ou não drogado, ele vai ser preso pelo crime. Quanto a isso, a lei já é clara.

Então a alteração que tem que ser feita é essa, nessa questão, ou o agravamento das penas para os traficantes, o que também está em exame nesta Casa. Eu mesma, como disse, sou relatora de um projeto do Senador Demóstenes Torres que prevê a internação compulsória do dependente. Claro que ele volta a criminalizar, mas o conceito geral foi não criminalizar o dependente, porque todos aqui, especialmente a área médica, consideram a questão da drogadição como doença e não como uma escolha da pessoa. Ela é doente, ela faz isso por doença. Os motivos que levam a isso são vários, os psiquiatras aqui também nos explicaram isso. Então está também encaminhada nesta Casa alteração legal para essa matéria. Evidentemente que, no caso dos traficantes, teria que se fazer uma revisão no aspecto de quais as possibilidades de se ampliar as penas para ele.

Hoje a gente já vê quando a Polícia Federal faz abordagem... Hoje mesmo, no Bom Dia, Brasil, foi mostrado que a Polícia Federal descobriu uma nova forma dos traficantes operar. Eles estão trabalhando no interior, em sítios em São Paulo, porque são distantes as casas e o traficante tem um trabalho livre. Ele mascara, põe lá uma plantação de pepinos, sai caminhão com pepino, e aquilo não chama a atenção. Só que, atrás dos pepinos, há várias carretas e toneladas de ou maconha ou cocaína. Ou ainda o sítio serve de lugar para a fabricação dessas drogas; são verdadeiros armazéns com tecnologia sofisticada para produção dessas drogas. Só os equipamentos que eles mostraram R$5 milhões, esse é o custo dessas máquinas para empacotamento, não só de drogas, mas também de cigarros adulterados. Ou seja, cada vez mais o crime se aperfeiçoa.

Eu agradeço muito a contribuição de V. Exª em relação a essa questão, Senador Waldemir Moka. Nós podemos também, no relatório, acrescentar isto, de que seria conveniente fazer um resumo de toda a legislação brasileira no capítulo específico sobre essa abordagem.

Obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente *(Falha na gravação.)* talvez, embora desde o início dissemos que esta Comissão e esta Subcomissão não teriam esta característica de repressão à droga, e sim a parte mais de tratamento, abordagem. Mas, de qualquer forma, como houve crítica sobre isso, talvez alguma coisa específica ou então um encaminhamento desse relatório. Nós temos aqui, recém-criada, uma Secretaria de Segurança, uma coisa mais em relação a essa questão.

Queria sugerir que esta Comissão enviasse. Tenho certeza de que no meu Estado a Secretária Tânia Garib tem muito interesse em receber esse relatório da nossa Comissão, até porque ela também participou ativamente dessa discussão e poderia reproduzir para as secretarias sociais dos Municípios do Mato Grosso do Sul. É claro que não dá para todos os Municípios, mas para cada Estado. Penso que poderíamos fazer uma reprodução desse relatório para os 27 Estados, com o Distrito Federal. Acho que é uma grande contribuição para que a gente possa pelo menos ter uma diretriz. E essa questão de recomendar um seminário nacional com a participação do Governo Federal é, sem sombra de dúvida, de muita valia, de muita importância.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Inclusive, Sr. Presidente, para acrescentar, eu tenho certeza de que V. Exª tomará as providências para acatar a sugestão do Senador Moka, que é realmente importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É claro. Agradeço a ideia, a proposta do Senador Moka. Vamos procurar, através da Comissão, encaminhar, se possível para os 5.632 Municípios brasileiros. Isso é fundamental, muito elucidativo e vai contribuir sobremaneira com as políticas públicas sociais em relação ao *crack*, à droga nos Municípios brasileiros. Esse é um trabalho que eu solicito à Secretaria da Comissão para providenciar junto à Gráfica do Senado, a fim de encaminharmos esse material para as secretarias de todo o País.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos encerrar a discussão.

Quero comunicar que essa matéria que acabamos de discutir aqui será submetida à votação no dia 14. No dia 14, vamos submeter à votação esse relatório da Senadora, tendo em vista, primeiro, que estamos aguardando quórum; segundo, que, por orientação da própria Comissão, pretendemos colocar no dia 14 porque, se mais alguém quiser discutir até lá, daremos a oportunidade de contribuir com o nosso relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço e peço a nossa consultoria que acrescente essa sugestão do Senador ao Capítulo II, que trata de segurança pública e legislação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Será a Secretaria-Geral da Mesa quem vai tomar as devidas providências.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por favor. Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então vamos entrar na segunda etapa de deliberação e de proposição, que é a apreciação dos Itens 1 a 8, conforme pauta previamente divulgada. São três não terminativos e cinco terminativos.

E, finalmente, a terceira etapa da reunião, com a mensagem da indicação do Dr. André, que, inclusive, já se encontra presente nesta Comissão.

2ª PARTE

(Deliberação de proposições)

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2011 – CAS

Em aditamento ao Requerimento de nº 60 /2011 – CAS, que dispõe sobre a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 352, de 2011, que "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias", requeremos que seja incluído no rol de convidados um Representante de Entidade dos Planos de Saúde e o nome do Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB.

Autores: Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, meu caro Mozarildo, e finalmente ao Senador Waldemir Moka para encaminhar o seu requerimento.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Jayme Campos, essa audiência pública pretende ampliar o debate em torno de um projeto de minha autoria que trata da inclusão da quimioterapia oral domiciliar no rol de serviços prestados pelos planos de saúde.

É uma matéria muito relevante. Tenho a alegria de ter como relator o Senador Waldemir Moka. Então, para facilitar o trabalho do Relator e com a sugestão do próprio Relator, estamos propondo essa audiência pública e a inclusão - pois não estava no primeiro requerimento, como o senhor disse - do Presidente da Associação Médica Brasileira, Florentino de Araújo Cardoso Filho, e também do Sr. Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A senhora quer incluir mais...?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É, porque temos aí a ANS...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aqui, a senhora propôs o Sr. Florentino, Presidente da Associação Médica Brasileira.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agora, V. Exª solicita a inclusão do Sr. Arlindo...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Do Sr. Arlindo de Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito à Secretaria para tomar conhecimento da indicação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Arlindo de Almeida, Presidente da...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Arlindo Almeida.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto se a assessoria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já vai ser incluído no requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu ficaria grata também se o próprio Relator manifestasse sua opinião sobre o...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como também o Senador Waldemir Moka é autor do requerimento, V. Exª tem dois minutos para encaminharmos. Depois, colocamos em votação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu estou tomando cuidado, Sr. Presidente, nesse assunto. Logo que a Senadora apresentou o projeto, eu fui designado relator e houve, por parte das entidades médicas, uma solicitação para que pudéssemos discutir. Eu acho que uma audiência pública é um bom momento para discutir. A inclusão dos nomes sugeridos pela Senadora Ana Amélia vai contribuir com o debate. Pretendo, após esse debate, fazer o relatório, ouvindo esses diversos segmentos da sociedade.

Muito obrigado.

Sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, eu, infelizmente, me atrasei, mas eu queria aproveitar para, primeiro, parabenizar todos os membros da subcomissão a que esta Comissão confiou os trabalhos na área de políticas sobre drogas. Parabenizo especialmente a nossa Relatora, a Senadora Ana Amélia, que já havia feito uma explanação sobre o seu relatório.

Registro a presença do Deputado Carimbão, que é relator de uma comissão semelhante na Câmara.

Quero aqui, Presidente, dizer que estamos trabalhando a aprovação desse relatório e, em seguida, a ideia de um encontro das comissões da Câmara e do Senado, para que possamos ter uma posição comum, de modo a apresentar ao Poder Executivo Federal, ao Judiciário e a todas as áreas que devem participar desse processo uma proposta sistematizada que possa garantir que o Brasil tenha um plano estratégico na área de políticas sobre drogas, que possa dar conta da prevenção, do tratamento, do acolhimento, das políticas públicas, da reinserção social, enfim, de um conjunto de mudanças que são necessárias.

Esta Comissão fez um trabalho intenso, visitando e ouvindo o que vem dando certo em várias regiões do Brasil. Gostaríamos que pudéssemos coroar esse trabalho apreciando esse relatório. A nossa sugestão é que pudesse ser na semana do dia 14, exatamente para poder dar tempo até lá de fazer esse encontro com a comissão, convidando também a frente parlamentar – aliás, algumas frentes parlamentares aqui existentes.

Da nossa parte, agradeço a V. Exª, a todos os membros e ao próprio Presidente Sarney por todo apoio que deu para a condução desses trabalhos. De forma especial, todos nós reconhecemos o importante trabalho da Senadora Ana Amélia que se dedicou para a apresentação desse relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Da mesma forma, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que fez como Presidente.

Fechamos o relatório com muita categoria, como sempre o faz a nossa valorosa Senadora Ana Amélia, que já relatou a matéria aqui. Nós a colocamos em discussão e pretendemos votá-la no dia 14, como V. Exª bem disse aqui.

Quero não só cumprimentar V. Exª, que fez um trabalho exemplar como Presidente, mas também a Senadora Ana Amélia e outros demais Senadores que participaram desta Comissão, sobretudo porque foi um debate amplo, discutido com a sociedade brasileira, o que deu uma oportunidade ímpar, até mesmo através da Internet, do Twitter, às pessoas que participaram e deram sugestões que foram acatadas pela relatora. Dessa maneira, o debate foi democrático.

Espero que, com esse relatório, realmente possamos dar a nossa contribuição a essa política pública, que é de fundamental importância para o nosso País. Lamentavelmente, nós temos percebido e visto que essa situação está virando uma verdadeira epidemia, e nós temos que dar um basta. Naturalmente, é nosso papel aqui, como Parlamentar, como Congressista, ajudar também o Poder Executivo a buscar solução.

Acima de tudo, quero dizer que, em políticas como essas, temos que contar com a participação da sociedade; a sociedade tem que estar engajada. Se não contamos com a participação efetiva da sociedade, tenho quase certeza de que o Governo, de uma maneira geral – tanto o Executivo quanto o Legislativo –, fica impotente para resolver graves, sérios problemas como esse, que, lamentavelmente, está vivenciado praticamente toda a sociedade brasileira em todos os dias. Isso é ruim, grave, mas valeu a pena o trabalho que V. Exª, Senador Wellington Dias, fez como Presi-

dente e que a querida amiga, Senadora Ana Amélia, fez como relatora.

Aqui estão os meus efusivos cumprimentos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, permita-me só mais uma sugestão. É claro que, além da Senadora Ana Amélia, o Senador Waldemir Moka, que também fez uma bela participação; o Senador Eduardo Amorim; as Senadoras Vanessa e Lídice, dentre outros Parlamentares, estiveram sempre muito presentes.

Quero ressaltar, Sr. Presidente, a ideia de que possamos fazer esse encontro com a transmissão pelo Interlegis, de modo que as assembleias estaduais, as câmaras, inclusive, possam participar.

Quero destacar aqui o importante papel da sociedade. Várias entidades estiveram presentes aqui, como o Conselho Federal de Medicina, entidades vinculadas, psicólogos, psiquiatras, comunidades terapêuticas, que tiveram um grande papel. Enfim, um conjunto de entidades, além de Municípios, Estados, e vários governos estão se organizando. Tudo isso certamente expressa o relatório da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, para concluirmos e colocarmos em votação o requerimento de V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas agradecer as referências do Senador Wellington.

Na abertura do meu relatório, na leitura do relatório, Senador Wellington, nosso Presidente da Subcomissão, informei que está anexado ao relatório o resultado da avaliação feita pela Comissão Brasileira Parlamentar. O Senador Wellington juntamente com o Deputado Carimbão, a Deputada Iracema Portella e a Deputada Rosane visitaram quatro países, trazendo uma valiosa contribuição. Muito do que foi visto lá confere com a realidade em relação a comunidades terapêuticas, à municipalização e à repartição compartilhada, ao compartilhamento com os três níveis de Governo. Então, várias das coisas foram aqui abordadas e estão anexadas a esse relatório.

Eu queria que a Secretaria da Mesa registrasse, além da sugestão do Senador Moka sobre a questão da legislação penal em relação às drogas, também esse detalhe de que o tema é sugerido para um debate conjunto da Câmara e do Senado e uma final apresentação à sociedade com o Interlegis. Então, eu gostaria de fazer essa solicitação, reforçando o pedido do Senador Wellington, a quem eu agradeço. E também endosso o que ele disse em relação à colaboração de todos os Senadores e da Presidência desta Comissão ao trabalho que nós estamos na antevéspera de concluir.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço a V. Exª. As providências serão tomadas e encaminhadas à Secretaria desta Comissão.

ITEM 3
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, DE 2011

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime praticado contra a segurança alimentar.

Autoria: Senador Eduardo Amorim

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2011.

Observações:

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 23/11/2011, sendo adiada a sua apreciação;

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em Decisão Terminativa.

V. Exª está com a palavra, meu caro Senador Benedito Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chega a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 410, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para dispor sobre crimes praticados contra a segurança alimentar.

É da competência desta Comissão tratar desse assunto relacionado à alimentação de todas as escolas públicas de educação básica do País, referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), estipulando a pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

Ainda segundo o projeto, a lei sugerida entrará em vigor 120 dias após a data de sua publicação.

O autor justificou perfeitamente o seu projeto e nós passamos à análise.

À Comissão de Assuntos Sociais cabe, pelo art. 100 do Regimento Interno do Senado, entre outras atribuições, opinar sobre proposições que tratem da proteção e defesa da saúde e da fiscalização de alimentos, matérias afetadas pelo presente projeto.

É forçoso reforçar os argumentos constitucionais, legais e sociais aludidos pelo nobre Senador Eduardo Amorim, na justificação do PLS, com os dados da realidade presente e futura da própria escola pública brasileira e dos sistemas de ensino.

O Plano Nacional de Educação, ora em tramitação no Congresso Nacional, prevê também a implan-

tação, em dez anos, da escola em jornada integral em metade das 200 mil escolas públicas do Brasil. Ora, do ponto de vista dos hábitos alimentares, trata-se de uma revolução: para milhões de estudantes, mais da metade de suas calorias resultarão de, pelo menos, três refeições fornecidas pelas escolas. É muito grande a responsabilidade do legislador face a esse novo desafio.

Sabemos da seriedade e da qualidade de muitas ações de gestores, de nutricionistas, de técnicos em alimentação escolar e de merendeiras que adquirem, planejam, preparam e distribuem um total que supera dez bilhões de refeições anuais. Mas, infelizmente, temos conhecimento de fatos lamentáveis que comprometem não somente a qualidade, mas também a própria existência do programa, destinado a funcionar pelo menos em duzentos dias letivos.

Daí a necessidade e oportunidade de uma sanção legal, que ora se propõe, para evitar e coibir as possíveis irresponsabilidades gerenciais no Plano Nacional de Alimentação Escolar.

Ressalte-se que esta análise restringe-se ao mérito da medida proposta. Os aspectos relativos à constitucionalidade e à juridicidade do projeto serão analisados pela CCJ. Ademais, consideramos mais adequado que eventuais imperfeições de redação e de técnica legislativa também sejam analisadas por aquele Colegiado.

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2011.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Benedito Lira.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2011.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, já foi votado, este que acabou de ser lido?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Lido e votado. Coloquei em discussão. Ninguém se manifestou, eu coloquei em votação e foi aprovado, minha cara Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu estava preparada, porque queria fazer uma observação com relação a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª, lamentavelmente, a matéria...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Nós estávamos conversando sobre outro projeto aqui, que também temos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já está encerrada a discussão, minha cara Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com todo o respeito, mas infelizmente V. Exª não participou da discussão. Está encerrada e aprovada.

ITEM 4
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2010

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para tornar obrigatória a existência do Programa Saúde da Família em municípios com mais de quarenta mil habitantes.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela **oitiva preliminar** da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Observações:

– A matéria constou na Pauta das Reuniões dos dias 9, 16 e 23 de novembro de 2011, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

Paulo Davim, está assegurada a palavra a V. Exª.

Pode sintetizar, em função de que essa matéria já se encontra aqui nesta Comissão há algum tempo.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vou ler a análise e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – A matéria em análise, por se tratar de questão relativa à saúde enquadra-se entre aquelas passíveis de apre-

ciação pela CAS, nos termos do art. 100, inciso II, do Regimento Interno.

Concordamos com o Senador Valadares em que não há como discordar dos argumentos favoráveis à existência do Programa de Saúde à Família em todos os Municípios brasileiros no que diz respeito ao mérito da proposição.

Sem sombra de dúvida, a operação do programa pela nossa Municipalidade trará enorme benefício ao funcionamento do SUS e melhorias ao atendimento à nossa população.

Acompanhamos o Senador Valadares também na dúvida quanto à constitucionalidade da proposição.

Entendemos ainda que a matéria se insere na competência privativa da União para legislar sobre seguridade social, que inclui direitos relativos à saúde.

Proposição do Legislativo Federal destinada à criação de programa de ação para outros Entes Federados. No caso, o Município teria vicio de iniciativa por atentar contra princípio federativo da organização do Estado brasileiro.

Ademais, o art. 30 da Constituição reserva ao Município a organização e a prestação, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, do serviço público de interesse local, como é o caso do Programa da Saúde à Família.

Voto

Em vista do exposto, o voto é pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do que dispõem os arts. 101, inciso I, e 133, inciso V, alínea d, ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, é esse o meu voto e relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovada a oitiva da CCJ sobre Projeto de Lei do Senado nº 1.213, de 2010.

A matéria vai à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 5
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53, DE 2011

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para estender ao catador de caranguejo o benefício do seguro-desemprego durante o período do defeso da espécie.

Autoria: Deputada Elcione Barbalho
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

– Em 22/09/2011, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 09/11/2011, sendo adiada a sua apreciação;

*– Em 16/11/2011, **lido o relatório**, foi concedida **Vista Coletiva** nos termos regimentais;*

– Votação nominal.

Quero registrar a presença da valorosa Deputada Elcione Barbalho, que nos honra com sua presença aqui. Por sinal, este Projeto é de sua autoria.

Consulto os Srs. Senadores se há manifestação decorrente do pedido de vista.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem, pela ordem, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A Senadora Ana Rita, inclusive, está reclamando de que não tem conseguido ouvir muito a condução dos trabalhos em decorrência do elevado nível de ruídos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Já pedi silêncio. Se continuarem, infelizmente, a Mesa, a Presidência vai pedir para sair do plenário desta Comissão, lamentavelmente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eu conversava, há pouco, com a Senadora Ana Rita, que até está solicitando a palavra, e ela vai apresentar emendas ao Projeto. Apresentar emendas é um direito regimental que a Senadora tem.

Então, eu gostaria de ouvir, se possível, se V. Exª assim permitir, as...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu digo o seguinte: é possível ela fazer a emenda lá na CCJ. Essa matéria já foi lida aqui na Comissão. Já foi discutida. Então, o melhor encaminhamento, sobretudo o local adequado é a CCJ, porque essa matéria já foi lida e já foi discutida aqui na Comissão. Conforme informação da Secretaria da Comissão, ela vai em caráter terminativo lá na CCJ.

Então, eu acho que V. Exª poderia muito bem fazer essa emenda lá na CCJ, porque ela vai em caráter terminativo. Ela já foi lida e discutida aqui.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Ela já foi lida...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – E discutida. Vamos entrar em processo de votação.

É o Item 3?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É o Item 5.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu achei que era o Item 3. No caso do Item 5, V. Exª tem tempo. É regimental.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu tenho direito, porque foi pedido vista, pelo que eu sei. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu achei que era o Item 3.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – E é terminativo nesta Comissão. Então eu quero apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Dentro da forma regimental, V. Exª tem todo o direito, V. Exª poderá apresentar a sua emenda.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – É isso, Sr. Presidente, então. Aqui é muita conversa, muita falação, eu não estou conseguindo acompanhar os trabalhos, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Infelizmente, infelizmente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Olha só: com relação ao Item 5, que trata do Projeto...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Da Deputada Elcione Barbalho.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Isso, de que a Senadora Vanessa Grazziotin é Relatora, que trata do catador de caranguejo, nós estamos apresentando três emendas. Então, eu gostaria de colocar... Não vou fazer aqui a defesa das emendas neste momento, mas, como me parece que a Senadora Vanessa vai pedir a retirada de pauta, apresento as três emendas, vou deixá-las com a Comissão, para que, depois, a Relatora possa apreciar as emendas e emitir parecer sobre elas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Mesa agradece a V. Exª. Vamos receber e encaminhar à Relatora da matéria, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu só gostaria de adiantar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, nesse caso, essa matéria está com a votação suspensa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Até a devida...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – A análise das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeitamente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu só gostaria de registrar, primeiro, a presença da Deputada Elcione aqui, que tem acompanhado muito de perto. Nós conversamos por telefone, no mínimo, três vezes ao dia, ela me ligando para saber do Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Que maravilha, hein!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – De fato, é uma questão muito importante para o Brasil, sobretudo para o Estado do Pará. Aqui estamos vendo os dois paraenses lado a lado, o Senador Flexa e a Deputada Elcione.

Entretanto, olhei rapidamente as emendas que estão sendo apresentadas neste momento pela Senadora Ana Rita e as considero extremamente meritórias. Então, acho que o melhor caminho é esse. Tenho certeza, tenho convicção absoluta de que a Senadora Ana Rita tem o objetivo de contribuir, porque há um entendimento divergente em relação à matéria. Alguns imaginam que essa questão já está prevista na lei, outros não. Eu, quando fiz o relatório, debati muito e penso que nós precisamos reforçar a garantia desse direito a essas pessoas, Sr. Presidente. Então, eu peço um prazo de, no mínimo, uma semana e pouco para poder analisar as emendas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Estão em nossas mãos as emendas e nós vamos encaminhá-las a V. Exª para que faça a devida análise.

Pela ordem, Senador Moka.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSD – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, primeiro o Senador Waldemir Moka, para discutir rapidamente, como também a V. Exª está assegurada a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O Senador Waldemir Moka está com a palavra para discussão da matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero apenas e tão somente dizer que essa legislação do catador de caranguejo não pode ser diferente da do pescador profissional. O que se pretende? No período do defeso, exatamente para que se possa procriar, a multiplicação, você tem que garantir a esses catadores pelo menos um salário mínimo, que é a garantia da sobrevivência desses profissionais. Embora em Mato Grosso do Sul não tenhamos a felicidade de ter um litoral, nós temos o Pantanal. Mas eu acho que é meritório o projeto.

Evidentemente, conforme já adiantou a Senadora Vanessa, a Senadora Ana Rita quer contribuir nessa discussão, mas eu não poderia, uma vez que, Sr. Presidente, eu tive a oportunidade e o privilégio de relatar esse projeto na Comissão de Agricultura, achei

meritório e gostaria de marcar a minha posição nesta Comissão em relação ao tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, Srªs e Srs. Senadores, eu não tenho a sorte de fazer parte da Comissão de Assuntos Sociais, mas vim aqui hoje para ter esse privilégio de participar da reunião e apoiar o projeto da Deputada Elcione Barbalho, que é da maior importância.

O Senador Moka já disse, assim como a Senadora Vanessa, em seu relatório, que o catador de caranguejo tem que ter a mesma proteção que têm os pescadores, até porque, se não tiver, a espécie vai ficar desprotegida e sujeita à extinção, uma vez que vão catar a espécie em desenvolvimento. Lá no Pará isso acontece.

O que tem que haver, Senador Moka, por parte do Governo Federal é rigor no atendimento do seguro defeso, que lamentavelmente não tem ocorrido. Essa é outra questão.

Então, quero apoiar em boa hora o projeto da Deputada Elcione e dizer que a Senadora Ana Rita tem todo o direito de fazer as emendas. Vai conversar com a Relatora e com a Deputada para haver entendimento.

Senador Jayme Campos, a Deputada Elcione gostaria de usar da palavra, se V. Exª assim o permitir. Se puder conceder a palavra à Deputada, ela gostaria de fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero comunicar ao Senador Flexa Ribeiro que não é da praxe das Comissões aqui. Todavia, como V. Exª nos faz esse pleito baseado no art. 89, como é prerrogativa da Presidência desta Comissão, eu concedo à Deputada Elcione Barbalho três minutos para fazer as suas observações, para que os nossos Senadores tomem conhecimento desta matéria.

V. Exª dispõe de três minutos, Deputada e querida amiga Elcione Barbalho.

A SRª ELCIONE BARBALHO (PMDB – PA) – Muito obrigada, Sr. Senador Jayme Campos.

Srs. Senadores, a minha vinda nada mais é do que colaborar para que esse projeto aconteça.

Quando a Senadora Vanessa coloca a importância só para o Pará, não é só para o Pará. O caranguejo existe desde o Amapá até Santa Catarina. O que ocorre é que uma coisa é o Sul e o Sudeste, outra coisa é o Norte e o Nordeste.

O Senador poderia até dizer para mim: mas, Deputada, a Lei da Pesca já atende a essas prerrogativas.

Eu conversei com o Ministério do Planejamento, conversei com o Ministério do Trabalho, fui a todas as instâncias. Nós não estamos, absolutamente, criando impasse para o Governo. O que eu quero deixar claro é que foi mais uma questão cultural, porque, por exemplo, no meu Estado passa de pai para filho. E esse pessoal está passando fome. É uma questão social, uma questão de emergência. E eu apelaria aos Srs. Senadores que estudassem com carinho, que verificassem que isso já se comporta na Lei da Pesca. Eu não estou inovando. Estou, atendendo, inclusive, a uma exigência de abaixo-assinados, onde estive na região principalmente do nordeste do Pará.

Peço aos Senadores que olhem com carinho. Já conversei, inclusive, com a Deputada, desculpe-me, com a Senadora – é o hábito de estar lá na Câmara – Ana Rita, com a Senadora Lídice da Mata. Parabenizo a iniciativa. Elas queriam colocar a questão dos mariscos, siris e crustáceos. Simplesmente é outro projeto, que recebi esse apelo e que agora está sendo aprovado na Comissão de Seguridade Social, quer dizer, é apenas uma redundância, não vai... Agora, o que não gostaria é que sofresse emendas aqui. Eu venho batalhando ao longo desses anos para que esse projeto avance e seja aprovado. Se houver emenda aqui, vamos inviabilizar que ele aconteça mais adiante.

Peço apenas a compreensão de todos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Jayme.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem de inscrição, para discutir a matéria, Senador Rodrigo Rollemberg. Está assegurada a palavra a S. Exª, da mesma forma à Senadora Ana Rita, como também à valorosa Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Jayme, cumprimento V. Exª e os demais Senadores e Senadoras desta Comissão, a minha origem é de um Estado do Nordeste, a minha família é do Estado de Sergipe, vizinho do Estado de Alagoas, onde se produz o melhor caranguejo do Brasil, com todo o respeito ao Pará e ao Estado de Alagoas. E a catação de caranguejo é feita por gente muito simples, gente muito pobre e que se aproveita da riqueza dos mangues não apenas para catar o seu caranguejo, mas o aratu, o siri, o guaiamum, a ostra. E é absolutamente coerente que todos esses catadores, essas pessoas que vivem da cata e da venda desses produtos possam ser atingidas por esse benefício no período de defe-

so, que, para proteger a reprodução dessas espécies, ficam obrigadas a parar de catar naqueles períodos.

Portanto, entendo que devemos aperfeiçoar, precisamos ver qual a melhor tramitação disso, mas fazer com que esse direito seja ampliado a outros catadores de crustáceos, similares ao caranguejo, promovendo grande inclusão social.

Como a Senadora Vanessa vai avaliar as emendas apresentadas, eu só quero alertar, e me chamou atenção aqui, e tenho a convicção de que a Senadora Ana Rita também vai se pronunciar sobre isso, inclusive podendo aperfeiçoar este texto, é que uma das emendas se refere ao pescador profissional como o pescador de tartarugas. Isso me preocupa bastante, porque, parece-me, a tartaruga só é prevista, no Brasil, em manejo em criatórios. A pesca de tartaruga é uma pesca proibida, e nós não devemos. Aí é completamente diferente dar o defeso para o catador de caranguejo, de siri, de aratu, de mariscos do pescador de tartarugas. Então, fica esse alerta para a Relatora Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na ordem de inscrição para discutir a matéria Senadora Ana Rita.

Serão dois a três minutos para cada um dos Senadores para podermos colocar em votação outras matérias aqui.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, realmente conversamos, com todo o respeito, a nossa Deputada Elcione, mas não posso me furtar de exercer o meu papel enquanto Senadora da República, e a minha intenção aqui é em nenhum momento prejudicar o projeto, muito pelo contrário. Nós queremos é valorizar o projeto no sentido de ampliar para que outros trabalhadores da área da pesca também possam se beneficiar do defeso.

A Senadora Vanessa vai avaliar aqui, como Relatora da matéria. Se houver algum problema nas emendas, que possamos conversar, mas o nosso objetivo é justamente ampliar, tanto é que, no art, 1º, estamos inserindo o § 1º, que amplia isso, para que outros trabalhadores, outros catadores possam também se beneficiar da política.

Então, é isso, Sr. Presidente. É mais no sentido de colaborar, de aperfeiçoar e de qualificar o Projeto, e não de retardar e dificultar. Muito pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Pela ordem de inscrição, Senadora Lídice da Mata.

Com a palavra V. Exª.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu não vou contestar a afirmação do melhor caranguejo do Brasil, feita pelo Senador Rodrigo Rollemberg, porque a Bahia é beneficiária dessa produção de caranguejo de Sergipe e eu posso comprovar realmente a sua qualidade.

Mas, Sr. Presidente, nós já tivemos essa discussão aqui na Comissão e, à época, eu apresentei justamente essa vontade de incluir aqui as marisqueiras do Nordeste, as marisqueiras do Recôncavo, portanto de Santo Amaro, de Maragogipe, de toda a região do manguezal da Bahia do Acupe, da nossa Bahia de Todos os Santos.

Falo também em nome do Senador Walter Pinheiro, que está tendo que se retirar para participar de outra comissão, que acho imprescindível que possamos abrir esse contexto incluindo também a preocupação do Rodrigo no sentido da retirada do pescador de tartarugas.

A Deputada Elcione Barbalho esteve comigo, no meu gabinete, solicitando que eu não apresentasse a emenda justamente para poder fazer fluir mais rapidamente o Projeto.

Mas creio que, a esta altura, se estamos aqui no sentido de colaborar e fazer com que o Projeto seja aperfeiçoado, nós poderíamos garantir que o seu retorno para a Câmara fosse feito num acordo de que lá ele pudesse passar completo e rapidamente para a aprovação, já aperfeiçoado pelo Senado.

Portanto, eu parabenizo a Senadora Ana Rita e proponho que a Senadora Vanessa possa incorporar esse direito mais amplo para dar direito também às marisqueiras de todos os tipos de mariscos e crustáceos do nosso rico Nordeste brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Essa matéria aqui está sendo retirada de pauta diante das emendas apresentadas pela Senadora Ana Rita, que vamos encaminhar para análise final à nossa Relatora da matéria, que é a Senadora Vanessa Grazziotin.

Se, eventualmente, a Deputada Elcione Barbalho conseguir demover a Ana Rita da ideia de fazer essas emendas... Acho que é um entendimento que V. Exª vai ter que manter com a Ana Rita.

Neste caso, está suspensa a discussão dessa matéria e eu quero consultar as Srªs e os Srs. Senadores. Ainda temos alguns projetos aqui. Todavia, temos aqui ainda a sabatina com o Presidente da ANS. Consulto se suspendemos os itens da pauta, se suspendemos esta reunião e vamos entrar no processo de sabatina com...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero fazer um apelo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Item 6 já foi lido, já foi encerrada a discussão, ninguém é contrário. É só votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu não poderia deixar de atender o pleito de V. Exª, Senador Paulo Paim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, se não for examinado hoje, mesmo que vá ser depois, como temos a sabatina e mais uma audiência pública, então eu queria que V. Exª, se pudesse, incluísse... É apenas um requerimento de...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um requerimento.

Vou atender os dois pleitos, tanto do Senador Paulo Paim quanto da Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –

ITEM 6
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 391, DE 2003

Proíbe a publicação em jornais de anúncio de emprego, sem a devida identificação da empresa contratante.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações: – *Em 14/05/2009, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto;*

– Em 19/10/2011, lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria;

– A matéria constou na Pauta das Reuniões dos dias 26 de outubro, 9, 16 e 23 de novembro de 2011, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação Nominal.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003, ressalvada a emenda da relatora.

Procede-se á votação nominal.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Voto com a relatora e cumprimento o Senador Paulo Paim pela brilhante iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovada a matéria. Entretanto, com ressalva baseada na Emenda 391, emenda da relatora. E a votação também poderá ser nominal.

Posso repetir a mesma votação, se V. Exªs concordam, para a emenda. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 391, de 2003, e a Emenda nº 1, da CAS.

Será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no **Diário do Senado Federal.**

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2011 – CAS

Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 606, de 2011, que altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Senhor João Oreste Dalazen – Presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Senhor Robson Braga de Andrade – Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Senhor Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC); Senhor Ophir Filgueiras Cavalcante Junior – Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Senhor Paulo Pereira da Silva – Deputado Federal e Presidente da Força Sindical; Senhor Artur Henrique – Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Autoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, sou relatora deste projeto que altera a CLT no capítulo que tange às execuções trabalhistas.

Esse tema é de grande interesse da Justiça do Trabalho, em vista do acúmulo de execuções não efetivadas, o que acaba provocando não só um problema social, mas também econômico.

Dada a complexidade da matéria em vários setores, entendi que seria o melhor caminho convidar o próprio Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a quem tive a honra de receber em meu gabinete, mais os representantes do setor empresarial, indústria e comércio, com suas respectivas entidades, e duas centrais sindicais, as maiores, para tratar desse assunto no âmbito da Comissão.

Penso que é uma forma mais adequada. Penso que, pelo nosso calendário, isso só poderá ser feito no início da Legislatura do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito. Agradeço a V. Exª.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Terceira parte da nossa reunião do dia de hoje.

3ª PARTE

(Escolha de Autoridades)

– ITEM ÚNICO -
– Não Terminativo –
MENSAGEM (SF) Nº 144, DE 2011

Submete ao Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, c/c o art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, o nome do Senhor ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Observação: – *A arguição do indicado será pública e a votação em escrutínio secreto (Art. 52 da CF e Art. 383 do RISF)*

Convido o Srs. Senadores, meu amigo, Senador Mozarildo Cavalcanti e o Senador Eduardo Suplicy para que acompanhe até a Mesa o sabatinado, Dr. André.

Solicito que S. Exªs acompanhem o nosso sabatinado conduzindo-o até a Mesa. *(Pausa).*

Quero também, nessa oportunidade, dizer que o relatório da indicação do Sr. André é do ilustre Senador Paulo Davim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o relatório de V. Exª e, se V. Exª quiser vir fazer parte da Mesa, está convidado pela Presidência.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Não posso negar o convite do meu Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está convidado com muito prazer.

Sentimo-nos lisonjeados com a presença de V. Exª à Mesa, ao nosso lado.

Com a palavra o Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório na indicação do Dr. André Longo Araújo de Melo para exercer o importante cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Antes de começar a leitura, quero saudar o Dr. André Longo. Conheço-o da sua militância, do seu trabalho e da sua competência a frente dos cargos que assumiu nas entidades médicas estaduais e nacionais.

Passo à leitura do relatório:

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 10, parágrafo único, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 144, de 2011 (Mensagem nº 516, de 17 de novembro de 2011, na origem).

Anexado à mensagem, foi enviado o *curriculum vitae* do indicado.

O Sr. André Longo Araújo de Melo é brasileiro, natural de Patos (PB), tem 40 anos e é casado.

É médico, graduado pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco (UFPE), em 1995. Tem, ademais, pós-graduação nas áreas de clínica médica e cardiologia, nas quais detém título de especialista desde 2002, tendo cursado residência médica no Hospital Universitário Oswaldo Cruz da UFPE.

Iniciou sua carreira como médico plantonista da Clínica Unicordis – Urgências Cardiológicas, tornando-se, posteriormente, médico cardiologista da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco e da UFPE.

Entre 2002 e 2006, foi Presidente do Sindicato dos Médicos de Pernambuco. Foi, também, Diretor de Formação, Residência Médica e Educação Médica Continuada da Federação Nacional dos Médicos (FENAM) e membro-titular da Comissão Nacional de Residência Médica.

Foi Conselheiro Efetivo eleito, em várias gestões, e exerceu os cargos de Vice-Presidente (2006 a 2008) e de Presidente (2008 a abril de 2011) do Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (CREMEPE), onde desempenha, hoje em dia, a função de Vice-Corregedor.

Ocupa, atualmente, o cargo de Conselheiro Federal suplente, pelo Estado de Pernambuco, no Conselho Federal de Medicina (CFM). Nesse órgão, é membro da Comissão de Saúde Suplementar e Coordenador Adjunto da Comissão de Assuntos Sociais.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e aqui resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Sr. André Longo Araújo de Melo ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V, Exª, Senador Paulo Davim.

Queremos conceder agora a palavra ao Dr. André Longo Araújo de Melo para fazer a sua exposição aqui. V. Sª tem dez minutos, mas, se necessário, vamos conceder mais cinco minutos, até porque o Dr. André aqui é Longo e, acima de tudo, tem um grande amigo aqui, que é o Senador Armando Monteiro. Tive a honra de recebê-lo no meu gabinete, me apresentando o nosso sabatinado, o Dr. André, que é o do seu querido Estado de Pernambuco. Então V. Sª tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco, até 15 minutos, se necessário.

Quero fazer um pleito aos Srs. Senadores e Senadoras. Esta matéria depende de votação nominal e secreta. Solicito que permaneçam para que possamos hoje votar o nome do Dr. André e, se possível, encaminharmos também para o plenário da Casa, para ser votado.

V. Sª tem dez minutos, prorrogáveis por mais cinco.

Com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Quero solicitar ao Presidente a possibilidade de abertura da urna de votações.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos aguardar apenas o início da fala, os primeiros cinco minutos, e seu pleito será atendido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza V. Exª é nossa Senadora que tem todos os pleitos atendidos.

Com a palavra o caro amigo André.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Bom dia a todos os Senadores, Senadoras. Bom dia, Exmº Sr. Presidente da CAS, Exmº Sr. Relator Paulo Davim, a quem agradeço a gentileza do incentivo de seu relatório.

Eu gostaria de inicialmente fazer um agradecimento especial à confiança depositada pelo Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e pela Presidente Dilma Rousseff em me indicar para tão honroso cargo. Registro ainda a satisfação por constatar que, após

11 anos de existência da Agência, chega à Agência o primeiro agente regulador, na condição de Diretor, vindo do Norte e Nordeste, o que nos enche realmente de júbilo por estar aqui neste momento submetido à apreciação de V. Sªs.

Gostaria de apresentar rapidamente uns *slides*, mostrando o marco legal da regulação do setor, em que temos a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre a regulamentação dos planos e seguros privados de assistência à saúde. Essa Lei foi modificada por sucessivas, cerca de 45, medidas provisórias e hoje está em vigor. Ainda é importante citar a Lei nº 9.961, de 28/01/2001, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar, posterior à edição da Lei dos Planos de Saúde.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar é dirigida por uma diretoria colegiada em que o presidente acumula uma dessas diretorias e nós estamos nos colocando, nesse momento, para a diretoria que está vaga, que é a diretoria de gestão.

Próximo.

Vamos apresentar alguns dados do setor, o perfil, o número de beneficiários. Hoje nós chegamos a 46,6 milhões de usuários da assistência médica, com ou sem odontologia, e temos mais de 15,7 milhões de planos exclusivamente odontológicos.

Próximo, por favor.

Em relação aos tipos de planos e época de contratação, nós temos cerca de 76% de planos coletivos e 24% de planos individuais, planos novos em torno de 80%, ou seja, após a edição da Lei nº 9.656, de 98, e em torno de 20% de planos antigos e um contingente ainda de mais de oito milhões de pessoas que não fizeram adaptação ou imigração de seus contratos para a nova Lei.

Próximo, por favor.

Este *slide* mostra um pouco a diversidade do setor da saúde suplementar por grupos de operadoras, em que se tem a medicina de grupo, com cerca de 39% do mercado, 18 milhões de pessoas; as cooperativas, com 35%, quase 17 milhões; as seguradoras, com quase 6 milhões, 12%; as auto-gestões com 11%, 5,5 milhões vidas, e a filantropia com algo em torno de 3%, 1,6 mil vidas.

O próximo, por favor.

Esse *slide* mostra um pouco da dinâmica das operadoras. Você vê que, no último trimestre, houve registros novos de operadoras. Vinte e quatro operadoras médico-hospitalares novas. Oito operadoras exclusivamente odontológicas novas e também registros cancelados nesse trimestre. Vinte operadoras médico-hospitalares e onze operadoras exclusivamente odontológicas. Ainda há um grande contingente, um expressivo contingente, de operadoras com beneficiários, como nós pudemos ver, cerca de 1.400 operadoras com beneficiários, sendo mil e trinta e sete operadoras médico-hospitalares e 373 exclusivamente odontológicas.

Próximo.

Esse mostra um pouco da magnitude do faturamento e dos custos assistenciais e a sinistralidade, há uma relação entre as duas coisas ao longo da última década. Então, percebe-se um crescimento do faturamento, mas também crescimento das despesas assistenciais e uma sinistralidade que permeia a casa dos 80%. Houve uma pequena queda em 2010, mas os primeiros dados de 2011 apontam para uma nova subida dessa sinistralidade com o aumento dos custos assistenciais. O setor deve movimentar, este ano, valores próximos a 80 bilhões.

Próximo.

Então, vou colocar rapidamente para os Srs. Senadores os grandes desafios da saúde complementar. O principal deles é a sustentabilidade, dados o crescente envelhecimento e a longevidade da população, que impacta custos, a incorporação tecnológica crescente, impactando custos com a grande especulação da indústria e do comércio sobre a área da saúde. Um problema é o modelo de pagamento a prestadores que privilegiam o consumo e a utilização de materiais em detrimento da remuneração do trabalho do médico, a cultura de tratamento de doenças em detrimento de uma promoção da saúde e da prevenção de doenças. A gente sabe que é muito mais custoso o tratamento do que a promoção e a prevenção. Essa heterogeneidade ocorrencial é própria dos mercados imperfeitos, que tendem à concentração. A ampliação do mercado, tendo em vista o crescimento econômico do País, que tem proporcionado a melhoria da renda, novos consumidores no mercado de trabalho. É uma das principais reivindicações dos sindicatos de trabalhadores. Por isso, crescem os planos coletivos mais do que os individuais.

Próximo.

A Agência tem uma agenda regulatória com previsão para atuação nos próximos anos. Gostaríamos de deixar expresso o nosso compromisso com essa agenda regulatória, que está colocada pela agência. Há nove eixos que estão aí colocados: modelo de financiamento do setor; garantia de qualidade; acesso assistencial; modelo de pagamento a prestadores; assistência farmacêutica; incentivo à concorrência; garantia de acesso à informação; contratos antigos; assistência ao idoso; integração da saúde suplementar com o SUS. Desses eixos alguns estão mais avançados do que os outros, mas queremos nos integrar aos

esforços que são desenvolvidos hoje pela diretora da ANS no sentido de promover avanços.

Próximo.

Quero registrar, em particular, nosso compromisso com uma regulação que esteja em constante evolução, que seja dinâmica, educativa mais do que punitiva, participativa, integrada e transparente nas ações. Que a gente possa garantir a sustentabilidade do setor e ter crescimento com a melhora de indicadores de qualidade assistencial e também pensando na segurança, estimular a concorrência para garantir melhores opções de preços e serviços aos consumidores, aprimorar os critérios de reajuste dos benefícios refletindo uma variação de custos adequada a cada região do País – é um esforço que tem sido desenvolvido – , buscar soluções para que os reajustes sejam mais adequados para beneficiários de todas as idades. É uma questão que se está discutindo hoje na agência. Queremos integrar.

Próximo.

A questão da ampliação da assistência farmacêutica, muito bem trazida pela Senadora Ana Amélia e pela Senadora Lúcia Vânia, para pacientes em tratamento ambulatorial, fora do hospital, principalmente para os portadores de doenças crônicas e também a questão dos quimioterápicos para o câncer; manter o estímulo ao processo de adaptação e migração dos contratos individuais e coletivos, anteriores à lei. Como eu disse, há mais de oito milhões de pessoas ainda com contratos anteriores à lei; estimular estudos e iniciativas de atenção à saúde dos idosos e acompanhar mais de perto a assistência que deve ser especial, geriátrica, a esse público; garantir os processos de ressarcimento ao SUS e o programa de estímulo à conformidade regulatória das operadoras, recém lançado programa que aborda benefícios para aquelas operadoras que possam estar em dia com suas obrigações para com a agência.

Peço mais um minutinho só para concluir.

Promover e estimular a política de prevenção à saúde, à integração com o Sistema Único de Saúde. A agência não pode ser meramente uma agência econômica. Ela tem de ser também uma agência promotora de saúde, integrando-se às políticas públicas de prevenção, nas diversas áreas hoje tocadas pelo Ministério. É preciso integrar mais o SUS e a ANS, o Ministério da Saúde e a ANS.

Passa o próximo.

Estimular a ampliação das redes de assistência à saúde, garantindo mais acesso e menos espera para a realização de consultas e procedimentos. Deve vigorar, agora em dezembro, a última resolução normativa, que foi adiada por três meses e que fala nos prazos para atendimento das diversas necessidades colocadas para os consumidores; buscar soluções para a valorização do trabalho profissional, focando, em especial, na consulta médica e na hierarquização dos procedimentos; estimular e cobrar o cumprimento das regras de contratualização com os prestadores, o que tem sido alvo de constantes reclamações. Dados da própria agência apontam que 80% dos contratos analisados têm algum problema em relação a cláusulas de reajuste; estimular as negociações coletivas regionais; estimular o diálogo permanente com operadoras, prestadores e consumidores em busca da qualificação do setor e redução de conflitos. Por fim, a valorização do capital humano da ANS.

Deixo-os com essa bela imagem da nossa Recife, com os seus rios, mar e pontes. Pontes é o que o Ministro Alexandre Padilha pediu que fizéssemos com todo o setor, no sentido de construir uma saúde suplementar mais qualificada e a serviço da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V.Exª. Depois dessa imagem do seu Estado de Pernambuco, não tenho dúvida nenhuma de que, na votação, já garantiu o voto de todo mundo.

Vamos passar para a fase de arguição. Pela lista de inscrição, temos inicialmente a Senadora Vanessa Grazziotin; depois, a Senadora Ana Amélia; depois, os Senadores Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Armando Monteiro, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti e Humberto Costa.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Comunico, diante do pleito feito pela Senadora Ana Amélia, que já se encontra à disposição da Mesa as cédulas de votação. V. Exª fez esse pleito aqui; ele foi encaminhado, e a Mesa atende, com muita honra, o seu pleito.

Então, aqueles Senadores que eventualmente queiram votar, já está disponibilizado, na mesa, a cédula de votação.

Com a palavra a Senadora Vanessa Grazziotin.

Eu solicito que seja o mais breve possível, diante da lista de inscrição, pois já temos aqui mais de doze Senadores inscritos. Eu gostaria que fosse feito com a maior brevidade possível, para que o nosso sabatinado tenha a oportunidade de responder às indagações feitas por V. Exªs.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Como V. Exª, Presidente, atende a todos os nossos pedidos, não somente o da Senadora Ana Amélia, vou atender ao pedido de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu agradeço uma vez mais a V. Exª

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Vou procurar ser tão objetiva quanto foi o Dr. André, que acaba de fazer uma exposição curta, num prazo pequeno, mas penso que muito profunda. Acho que ele tocou, pelo menos *en passant*, em todos os problemas que considero os maiores problemas dessa relação entre usuários e planos de saúde.

Mas quero, antes de iniciar, cumprimentar o Senador Paulo Davim pelo relatório. Acho que o relatório está em excelentes mãos, porque o Senador Paulo Davim tem sido, nesta Casa, um dos Senadores, um dos Parlamentares, que mais tem se dedicado às questões de saúde. Então, não tenho dúvida nenhuma de que ele analisou o currículo, aliás, um belo currículo do Dr. André, com muito critério, e não apenas o currículo, mas tenho certeza de que ele procurou se aprofundar ao máximo com relação a conhecer as opiniões do Dr. André, que irá ocupar, não tenho dúvida alguma, com a sua aprovação aqui no plenário, uma das diretorias dessa agência de saúde complementar.

Mas, Dr. André, atendendo pedido do nosso Presidente, eu gostaria de falar muita. Mas eu acho que não é momento de a gente falar muita coisa. Eu tive oportunidade de conversar com o senhor. Como todos os usuários, eu não sou, mas na minha família todos são, de planos de saúde, não há um usuário neste País, que não tenha uma reclamação a fazer. Não há, porque é um caso gravíssimo.

É um dos serviços que mais precisam alcançar melhorias no País, porque se reclamam do SUS, se as pessoas reclamam das dificuldades encontradas no SUS. O crescente das dificuldades encontradas nos planos de saúde está se aproximando muito do SUS. Então, baseada nesta avaliação que eu não considero positiva. Eu acho que é extremamente precária a atuação dos planos de saúde no Brasil, é que eu vou lhe fazer algumas perguntas.

V. Exª listou aqui os nove eixos que considera prioritários. Eu gostaria de falar sobre todos, mas não vai ser possível: qualidade, financiamento, assistência farmacêutica. Eu acho isso fundamental, porque é plano de saúde. A saúde está incompleta se não houver assistência farmacêutica. Não basta apenas o atendimento do médico. É necessário o diagnóstico e é necessário também o acesso dos pacientes aos insumos, para ter de volta a saúde perdida em determinado momento.

Então, penso que esses são avanços importantes. Mas V. Exª falou da articulação do SUS. Nós aprovamos há alguns meses – não muitos – uma medida provisória vinda da Presidência da República que muda as regras de relacionamento entre o poder público, o Sistema Único de Saúde e os planos de saúde como forma de facilitar o ressarcimento.

Não há dúvida alguma. Não há dúvida de que grande parte dos usuários do sistema de saúde, principalmente quando sofrem problemas graves imediatos, eles buscam a rede pública de saúde, e não recebem ressarcimento.

Então, eu gostaria que o senhor se aprofundasse mais em relação a isso. Se o senhor acha que a legislação que o Brasil dispõe hoje é suficiente para cobrir essas despesas, para efetivar esses repasses e qual é o percentual que o senhor acredita de atendimentos do SUS a usuários de plano de saúde que ocorrem. Qual é o percentual mais ou menos?

Eu considero essa uma questão chave.

E uma segunda questão para terminar, Presidente, em homenagem ao Presidente. O senhor falou muita coisa, mas eu não me lembro. Não sei se alguém conversou comigo, eu posso ter perdido. Peço desculpas se assim aconteceu.

Mas, do contrário, se V. Sª não apresentou, que nos dissesse, Dr. André, qual é a proporção que existe entre o número de médicos e segurados?

Eu acho que esse é um dado fundamental. É fundamental! Posso falar aqui de segurados que são colocados em filas de um mês, de dois meses, ou que são obrigados a mudar de médico, porque quando um médico forma um nome, quando forma um bom número de pacientes ele abandona o plano de saúde e vai cobrar 500 reais em uma consulta particular.

Então, essa proporção é fundamental, porque não dá para medir a eficiência e a qualidade sem que a gente conheça a proporção. E isso é importante mesmo, tanto que o senhor mesmo colocou – e eu que venho do movimento sindical sei que hoje uma das principais reivindicações dos trabalhadores é plano de saúde.

Então, temos de tomar esse cuidado. Eles estavam em greve até agora há pouco. A maioria é de cooperativas ou – eu anotei – ou médicos, medicina de grupo. Medicina de grupo ou cooperativas. Ou seja, os próprios envolvidos nisso.

Eles vão lá, é como uma passagem, para arrumar uma clientela e depois abandonarem os seus pacientes, que não pagam pouco! É caro, é muito caro um plano de saúde.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero, antes de mais nada, registrar aqui a presença do Dr. Maurício, Presidente da ANS, que nos honra uma vez mais nesta Comissão.

Seja bem-vindo.

Na ordem de inscrição, Senadora Ana Amélia.

V. Exª está com a palavra para fazer as suas indagações, inquirições ao sabatinado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ao Dr. André Longo, que encantou aí, no final, com essa imagem tão bonita, como bom pernambucano – e pernambucano é gaúcho a pé, então, eu e o Senador Paim estamos aí nesse mesmo grupo de pessoas. Queria saudá-lo pela exposição clara que fez aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais.

Tenho apenas duas questões para V. Exª.

Existe uma disparidade do faturamento dos planos de saúde e o valor médio pago por consulta médica. O reajuste anual autorizado pela ANS aos planos de saúde é muito maior do que o valor repassado aos prestadores de serviço. Como é feita essa conta?

Muitas vezes, Dr. André, o médico pede um determinado exame ao paciente, e o plano de saúde não o autoriza. Quem sabe da necessidade do paciente é o plano de saúde ou é o médico? E o senhor, como é médico, certamente vai responder bem isso.

E, por fim, como é feito o controle sobre os fiscais dos planos de saúde? Existe um número máximo de prescrições de exames que pode ser realizado pelo profissional de saúde?

São as minhas questões – para colaborar com o Presidente Jayme Campos, que pediu, e ainda tenho crédito com o tempo, meu caro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Na ordem de inscrição, Senador Eduardo Suplicy.

A V. Exª peço que seja também na mesma linha de prazos, tempos aqui que as nossas Senadoras usaram.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Jayme Campos, Sr. André Longo Araújo de Melo, considero que a sua trajetória envolve um preparo excelente para estar na Agência Nacional de Saúde.

V. Sª salientou a interação que deve haver de objetivo de aperfeiçoar, ao mesmo tempo, o sistema suplementar de assistência à saúde à população brasileira com o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Agradeço se V. Sª puder, justamente, centrar sobre como é que a Agência Nacional de Saúde pode colaborar para que haja esse melhor entrosamento possível, que seja a convivência dos sistemas de serviços privados de saúde com a garantia do Serviço Único de Saúde, que é prestado e constitucionalmente assegurado a toda a população brasileira.

Essa é a minha principal indagação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

Consulto se vamos em blocos de três ou se vamos em bloco...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De três, atendendo a "Vossa Majestade", a Senadora Vanessa Grazziotin.

Vamos solicitar ao ilustre amigo, Dr. André... Após as indagações, V. Sª está com a palavra.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – São muitos questionamentos. Vou tentar aqui sintetizar. Se faltar alguma coisa, eu gostaria que os Senadores pudessem colocar.

A Senadora Vanessa Grazziotin falou sobre a questão das reclamações. Acho que ela começou colocando isso. Ela mesma, em seu gabinete, me relatou um problema ocorrido na família com a questão da rede assistencial. Sem dúvida nenhuma, há um contingente de reclamações, mas, paradoxalmente, Senadora, as pesquisas mostram um grau de satisfação dos clientes com os planos. As pesquisas que foram mostradas... Há pesquisas do Datafolha deste ano que...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. *Fora do microfone*.) – (*Inaudível*.)

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Pois é. Infelizmente, esses são os dados.

Uma pesquisa do Conselho Federal de Medicina, inclusive, apontou grande número de reclamações, mas, paradoxalmente, uma satisfação em torno de 76%.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Dr. André, o Conselho Federal de Medicina diz que há médicos suficientes no Brasil.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Vou chegar, vou chegar...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Há médicos até demais onde está o PIB, não onde está o povo.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Mas foi uma pesquisa do Datafolha, Senadora. Estou só relatando aqui o que a gente viu, certo? Porque a gente fez um apanhado dos dados para poder trazer para cá... Sei que é paradoxal. Não estou aqui colocando como um paradoxo, mas como uma realidade constatada por uma pesquisa de um instituto que é conhecido, renomado. É uma constatação de que há um grande número de reclamações, embora eu tenha dados na própria Agência de que o setor saúde não é dos mais demandados nos Procons e nas demandas dos consumidores. Ele chega a ser o sétimo mais demandado pelos consumidores, embora qualquer reclamação desse setor seja uma reclamação de um setor nevrálgico, já que se tratam de bens indisponíveis, como saúde e vida. Então, qualquer reclamação desse setor, evidentemente, tem uma repercussão

maior, vai para a mídia com maior intensidade e gera, sem dúvida nenhuma, a necessidade de resolução por parte da agência.

Em relação à questão da assistência farmacêutica, que a senhora colocou muito bem, existe uma limitação da lei. A Lei nº 9656 não abordou isso. Precisamos realmente do Congresso Nacional, para que corrija. Temos dois projetos em tramitação, inclusive no Senado, um da Senadora Lúcia Vânia, que estende a assistência farmacêutica, e será preciso discutir, ainda, como será feito isso. Se será um adiciona, em separado do que é oferecido hoje ou integrada. A agência, inclusive, tem parecer no sentido de que ela seja integrada aos planos já existentes. Não seja algo separado, até porque não se entende se ter só assistência farmacêutica sem ter outro tipo de assistência, seja ambulatorial, seja hospitalar.

Em relação ao que a senhora falou quanto à questão do ressarcimento, a legislação já normatiza isso. Mais recentemente, nesse último ano, de 2010 para cá, temos visto resultados mais expressivos, muito mais expressivos do que toda a série histórica de ressarcimento. Para que se tenha uma ideia, houve um depósito agora, este ano, de mais de R$ 70 milhões no Fundo Nacional de Saúde, pela ANS. Esse valor, para se ter uma ideia, corresponde a 80% daquilo que foi depositado ao longo de toda série histórica do ressarcimento.

Então, acho que já há uma medida concreta no sentido de avançar na questão do ressarcimento. Eu queria dizer a senhora que esse foi um dos pedidos específicos que o Ministro Padilha fez quando nos convidou para o honroso cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde. Mas havia algumas dificuldades técnicas. É preciso avançar do ponto de vista da informática, para que se integrem os dois sistemas. Precisamos ter uma identidade única no Brasil, no País, para permitir, inclusive, que, posteriormente, possamos ter um prontuário único, para que se possam facilitar todos os processos todos de cobrança, todos os processos, inclusive os de assistência. Porque hoje, certamente, se gasta muito, o desnecessário, por exemplo, com repetição de exame, com repetição de consulta. Quer dizer, é preciso trabalhar melhor essa questão, mas, sem dúvida nenhuma, é uma das prioridades, será uma das prioridades na nossa atuação essa questão do ressarcimento.

É difícil, até por conta da falta de dados de informática, responder para a senhora o número correto de quantas pessoas, com plano de saúde, utilizam o SUS. Nós precisamos avançar em tecnologia para poder permitir isso. Estimar é realmente algo difícil. Eu não arriscaria um número aqui.

A proporção de médicos e segurados, tem-se hoje em torno de um terço dos médicos ativos no País. São 350 mil médicos, algo em torno disso. Teríamos 120, 130 mil médicos prestando serviço aos planos de saúde, em torno de 25%, um quarto da população. Aí eu teria de fazer a conta e isso teria de ser analisado de acordo com as redes assistenciais que são montadas na hora da venda do produto. É preciso analisar. Inclusive há um trabalho, sei que há um trabalho. Na verdade, você está de fora, e eu estou entrando na agência. Mas procurei conhecer mais os dados informados no site da agência e realmente já há um trabalho, uma tentativa de quantificar as redes assistências vigentes, no sentido de poder colocar em prática essa resolução que veio ao encontro dos anseios dos consumidores, que é aquela da questão do tempo para a realização de cada procedimentos, dos procedimentos mais simples e dos procedimentos mais complexos. Inclusive isso vai no sentido da necessidade de ampliação das redes e do próprio conceito de rede que precisa também ser colocado para melhorar a questão da assistência à população.

A Senadora Ana Amélia fez um questionamento sobre como é feita a conta dos honorários.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Meu caro André, como ela não está presente aqui, gostaria que você passasse para a resposta ao Senador Eduardo Suplicy. Ela saiu da Comissão.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – O Senador Suplicy pergunta como se pode integrar mais a ANS ao Sistema Único de Saúde, propriamente ao Ministério da Saúde. A Agência é parte do Ministério. Na verdade, existe já em curso, na agenda regulatória que está colocada aí, uma série de questões, essa de que eu falei, a questão da identidade única no sistema. Acho que a gente tem de avançar em políticas de prevenção. O Ministério não pode estar numa linha e a Agência, noutra. A Agência precisa se integrar às diversas políticas públicas preventivas que são colocadas hoje pelo Ministério da Saúde.

A questão do ressarcimento é outra questão que liga. Na verdade, do ponto de vista conceitual de legislação, as duas coisas estão muito distintas. Mas acho que dá para fazer, sim, com integração institucional, com o empenho das diretorias. Eu tenho convicção de que as diretorias têm se empenhado. Já há uma reunião mensal de colegiado de que a presidência da ANS participa. Acho que se discutem todos os temas que envolvem a saúde no País. Nós precisamos, sem dúvida nenhuma, avançar nessa integração entre as duas instâncias, SUS e ANS.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Davim pelo seu trabalho, pela sua dedicação, especialmente pela sua atuação na área de saúde aqui nesta Casa. V. Exª passou a ser uma referência para todos nós nesta área.

Quero cumprimentar o Dr. André e desejar-lhe muito sucesso, dizer que V. Sª assume um dos maiores desafios, acredito, numa instituição extremamente demandada pela sociedade.

Todos nós sabemos que a inversão da pirâmide demográfica exige uma nova agenda, e V. Sª demonstrou, pela sua exposição, estar antenado em relação a isso. Portanto, desejo muito sucesso, desejo que V. Sª possa, realmente, inovar na Agência, possa responder a essas demandas que são urgentes e frequentes.

Por fim, eu chamaria a atenção de V. Sª para a questão do idoso. Eu acho que, dentre os diversos segmentos da sociedade, o idoso é o mais fragilizado diante dos planos de saúde. Portanto, eu gostaria que V. Sª falasse alguma coisa a respeito dessa questão. No mais, desejar-lhe muito sucesso, ao lado do Ministro da Saúde, que tem mostrado a sua eficiência, o seu trabalho, a sua competência e, principalmente, o seu comprometimento com a área de saúde. Bom dia aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Lúcia Vânia.

Na ordem de inscrição, com a palavra o valoroso companheiro e amigo, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quero cumprimentar o Dr. André Longo Araújo de Melo – portanto, tem um dos meus sobrenomes, Melo. Primeiramente, quero dizer que tenho muito boas informações a seu respeito. Seu currículo, analisado também pelo Senador Paulo Davim, que também é médico, é bom. Agora, me preocupo, como médico, como V. Sª é, que V. Sª possa estar com um diagnóstico já feito antes de ter examinado o paciente.

Discordo muito em relação aos números. Temos dados recentes de uma audiência com os planos de saúde. Nos últimos dez anos, os planos de saúde aumentaram em 150% o valor cobrado dos usuários e o valor de aumento para os procedimentos médicos, de modo geral, foi de 40%. É uma mercantilização terrível da atividade médica. Ninguém está esperando que os planos de saúde se transformem em entidades filantrópicas, mas também não queremos que haja essa mercatilização.

Alguma coisa está muito errada nessa questão porque, primeiro, a evasão dos médicos dos planos de saúde. Há uma saída...

O médico, depois que atende durante um período, sai por várias razões. Primeira, pelo mau pagamento; segunda, pela "regulação" dos seus procedimentos: o médico não pode pedir esse ou aquele exame porque o plano não cobre, o médico não pode, como V. Exª acabou de dizer, receber um doente a segunda vez porque está repetindo consultas. Quer dizer, o plano, no fundo, quer regula o procedimento do profissional de acordo com os interesses econômicos do plano. Isso realmente não pode continuar. Há que se fazer, de ato, um trabalho de vigilância permanente porque não dá para aceitar a forma como está. Fora isso, o que vê – até questionei aqui o representante da Unimed – são algumas coisas que não explicadas ao usuário. Por exemplo, alguém que faz um plano da Unimed num Estado X quando chega a outro Estado não pode ser atendido. Dizem: "Ah! Há um plano nacional". Às vezes isso não é comunicado à pessoa. A pessoa está pagando um plano da Unimed, por exemplo, no norte e precisa de uma cirurgia em São e não pode fazê-la. Eu tive um caso de uma pessoa de Roraima com câncer que teve enorme dificuldade para conseguir fazer o tratamento e teve que pagar uma difernça para ser atendido pela Unimed – estou falando aqui da Unimed.

Uma coisa que V. Exª já disse e também foi dita nesta audiência é fundamental: se ficarem trabalhando os planos de saúde somente com a parte curativa – curativa com todas letras minúsculas – e, de outro lado, o SUS atrapalhado entre a prevenção e o atendimento curativo...

O que é pior: também pacientes dos planos são atendidos nos hospitais públicos. Aí vem aquela questão: por quê? Porque os planos de saúde não têm, às vezes, estrutura para atender e não especificam isso quando o usuário vai fazer um plano de saúde. Hoje em dia o percentual de pessoas que têm plano de saúde, seja corporativo, da empresa, etc., seja particular, é muito grande. em mais pena nessa história são: os idosos são as pessoas que mais têm carências.

Acho realmente...

Já votei, mas quero dizer a V. Exª o seguinte: é preciso passar um novo olhar nessa questão da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Não pode haver, primeiro, essa dicotomia, esse trabalho separado; segundo, essas estatísticas conflitantes. Qualquer um que conversa com as pessoas vê que ou essas pessoas não estão indo ao Procon, ou essas pessoas não estão externando suas dificuldades, mas basta citar um exemplo da pesquisa do Ibope, que foi nacional, sobre a maior reclamação do povo brasileiro. Eu pensei

que seria emprego, eu pensei que seria segurança, no entanto, foi saúde, disparado. Dizem: "Não, é do SUS". Não é só do SUS; é do SUS e dos planos de saúde. Eu tenho exemplos em minha família de inúmeros casos de pessoas que foram...

Além dessas restrições, disseram: "Precisa de tal exames, mas o plano não cobre, só, portanto, sendo particular o médico tem que pedir aquele exame para fazer o diagnóstico. Ele não pode ficar bitolado a uma regulamentação dos planos.

Eu queria deixar essas considerações muito mais para que, quando assumir, V. Exª possa ter esse novo olhar porque até aqui, realmente, a Agência Nacional de Saúde Suplementar ainda não tem tido o trabalho de fiscalizar e de regulamentar o setor.

Por fim, eu quero também dizer uma coisa, aliás, foi o Senador Walter Pinheiro que me chamou a atenção: nós aqui sabatinamos e aprovamos a indicação dos membros das agências reguladoras e depois não podemos convocar ou convidar m membro dessa agência. Para mim, foi surpresa saber disso. Você pode convidar, ou até convocar, o Ministro da Saúde e não pode convocar um membro da agência. Por quê? Estão acima da lei? Se isso está na lei, nós temos de modificar a lei, porque nós que somos os fiscais de tudo, nós, os Parlamentares, temos, sim, o direito, quando houver elementos, de convocar os dirigentes das agências reguladoras. Talvez pela filosofia a agência reguladora tenha de estar imune às questões do Estado, mas aqui não pode estar imune à inquirição e à investigação do Poder Legislativo.

Portanto, são essas as ponderações que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti. Imagino que o Senador Wellington queira se inscrever também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não, Sr. Presidente, quero, primeiro, parabenizar a Comissão pela condução e desejar todo o êxito ao André.

Falo também um apelo em relação a um requerimento que tínhamos tratado mais cedo, para que pudéssemos, já na terça-feira, realizar essa audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental.

Estamos instruindo aqui o requerimento de V. Exª e, antes da conclusão da reunião, vamos lê-lo.

Com a palavra o ilustre Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srªs e Srs. Senadores, antes de formular uma perguntar ao Dr. André Longo, eu queria dar um testemunho a esta Comissão, a todos os Senadores e também fazer uma solicitação.

A solicitação é no sentido de que possamos votar um pedido de urgência para que seja apreciado no plenário o nome do Dr. André Longo, se possível na Ordem do Dia de hoje.

Também gostaria de dar o testemunho, não só como pernambucano – já que ele é pernambucano -, mas também como militante dos movimentos sociais na área da saúde, especialmente, quanto a quem é o Dr. André Longo.

Ele tem uma história de militância política que vem lá de trás. Foi membro do movimento estudantil em sua época de faculdade. Foi integrante do movimento de médicos residentes; diretor do Sindicato dos Médicos, inclusive Presidente do Sindicato dos Médicos de Pernambuco; posteriormente, foi integrante do Conselho Regional de Medicina, posteriormente seu Presidente; e é uma pessoa extremamente identificada com as causas da saúde, com as causas sociais.

Portanto, o Ministério da Saúde não teria melhor escolha, melhor sugestão a fazer à Presidenta Dilma do que indicar o nome do Dr. André Longo. Nós pernambucanos, inclusive, ficamos todos orgulhosos pela possibilidade de tê-lo nos representando na ANS.

A questão que eu queria levantar diz respeito a duas coisas, ao mesmo tempo.

Eu tenho o entendimento de que essa é uma área em que a dispersão, em termos de operadoras, não é um bom caminho, porque estamos acostumados com empresas sem grandes condições de estrutura, que ficam limitadas ao atendimento das coberturas legais. Isso nos impede, inclusive, de, em muitos casos, ampliar o âmbito da lei para caminharmos para uma cobertura integral, por parte dos planos de saúde. Ainda temos essas segmentações de plano hospitalar, plano ambulatorial, plano odontológico, enfim.

Então, em um sistema como esse, no meu entendimento, é bom que tenhamos empresas fortes, robustas, se possível até com uma dimensão nacional. No entanto, temos empresas regionais que têm um certo grau de robustez e que, hoje, vivem uma situação muito difícil, por conta de um processo de monopolização que vem ocorrendo e que, inclusive, coloca em uma mesma careira, em uma mesma cadeia, a operadora, o fornecedor. É a operador que tem o hospital, que tem o laboratório e que, inclusive, utiliza essa cadeia para impedir que outras operadoras possam atuar.

Hoje, há no Brasil uma grande operadora que praticamente comprou todos os laboratórios de Pernambuco. Então, outras empresas ficam até sem possibilidade de utilizar, para seus serviços, esses laboratórios, porque há uma tentativa de fazer uma concorrência que não me parece tão leal.

O que fazer para que possamos, ao mesmo tempo, ter empresas robustas, capazes de cumprir a legislação e, até mesmo, as necessidades de ampliação dessa legislação, e não levarmos a um processo de monopolização tão absurdo que faria com que as imperfeições desse mercado se tornassem ainda maiores?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Humberto Costa.

Esta foi a última bateria de inscritos.

Então, nesse caso está encerrada a ordem de inscrição para fazer as indagações.

Concedo a palavra ao Dr. André para as conclusões, antes das conclusões do seu pronunciamento, colocarei o requerimento do Senador Wellington Dias para, depois, iniciarmos o processo de contagem dos votos. Nesse caso, imagino ser possível colocarmos nesta pauta, atendendo ao pedido do Senador Wellington Dias.

O SR. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO – Em relação à Senadora Lúcia Vânia que colocou a questão do idoso. Na verdade, a questão do envelhecimento, da longevidade, do aumento da longevidade da população é um fenômeno mundial, não é um fenômeno somente brasileiro. Sem dúvida alguma tem impactos crescentes nos custos sociais e pega uma população que normalmente está fragil, a partir de que sua renda normalmente tende a cair nessa fase mais avançada de vida. E sem dúvida nenhuma, a Agência tem que trabalhar a questão do idoso como prioridade.

Uma outra questão muito difícil, que é difícil também no Sistema Único de Saúde, é a formação de profissionais hoje para atender a essa demanda, que é uma demanda que cada vez mais tem se especializada. A questão da assistência geriátrica, que é uma realidade, que tem muita dificuldade hoje. O Brasil tem pouquíssimas residências médicas na área de geriatria para atender a essa demanda crescente de idosos, que precisam ter acesso ao Sistema de Saúde em uma área que cada vez mais se especializa.

Os custos assistências podem até ser multiplicados por dez no idoso em relação ao jovem. É exponencial esse crescimento. Isso impacta, sem dúvida, os custos dos planos de saúde.

Os estudos que estão sendo feitos hoje apontam para algumas alternativas, como contribuição maior no período da juventude. Inclusive, há estudos, que andei lendo, sobre a questão de capitalizações que podem ser feitas ao longo da vida no sentido de poder financiar esse período mais adiante. Sei que há estudos hoje sendo desenvolvidos pela Agência, imagino que com ajuda de economistas, no sentido de tentar encontrar soluções para essa questão da assistência.

E também, evidentemente, políticas que atendam à questão preventiva. Acho que, sem dúvida, não dá para você ficar apenas fazendo a medicina curativa, como bem disse o Senador Mozarildo. Precisamos trabalhar prevenção de uma série de questões que possam acometer o idoso.

Não sei se satisfaço, mas é basicamente isso.

A outra questão, Senador Mozarildo, na verdade os números não foi eu quem os trouxe, na verdade, a gente captou números fornecidos pela própria Agência, números que estão na própria mídia, fornecidos pela Datafolha, Ibope, realmente mostrando essa distribuição.

Não tenho dúvida de que há reclamações. Isso é indiscutível, que se reclama muito de plano de saúde, mas, ao mesmo tempo, veja, a questão da satisfação foi medida por institutos sérios. E, ainda mais, veja como é interessante: quem está fora quer entrar. Há um estudo agora que, numa avaliação de quem não tem plano de saúde, 80% considera importante ou muito importante ter acesso a esse serviço.

Você faz uma análise com outros desejos da população, até o plano de saúde é o segundo maior desejo hoje, só perde para a casa própria, quer dizer, isso é, sem dúvida nenhuma, impactante e mostra a relevância.

Eu tenho a convicção de que o senhor atua, faz a crítica no sentido construtivo, no sentido de que a Agência precisa se mover. E não existe mercado perfeito, como também não vai existir regulação perfeita. Regulação tem que estar sempre avançando, no sentido de estar captando essas questões. Já entra na questão que o Senador Humberto colocou, na verdade, essa dinâmica do mercado, o mercado não é concentrado. Os índices de concentração, pelo que andei lendo... Você pega o índice C4, que é o índice que mede concentração de mercado, e o índice C4 é inferior a 20%. Ou seja, as quatro maiores empresas não chegam a deter 20% do mercado. Quer dizer, ainda há uma série de operadoras que estão se ajustando nisso. Tanto é que existe uma centena – acho que 160 operadoras – em regime de direção fiscal; mais de três dezenas delas em processo de liquidação extrajudicial. Isso mostra que a agência, Senador, também está atuando. A gente talvez não esteja conseguindo passar isso. Mas, de um total de mil operadoras, você ter quase duzentas em algum tipo de inserção interna, no sentido de aprimorar conceitos fiscais, assistenciais, isso mostra que há um movimento no sentido de tentar corrigir as falhas no sistema.

Acho que a preocupação do Senador Humberto Costa, a quem agradeço as elogiosas palavras. Humberto Costa, somos suspeitos, porque, além de tudo,

somos amigos. Então, a gente pondera as palavras do Senador, que realmente nos tocam bastante, mas vêm do amigo. Eu acho que a agência tem sim de focar o olhar nessa questão da concentração e mais nas aquisições que estão sendo feitas na rede assistencial. A lei protege porque isso, na verdade – falta-me o nome agora –, mas deter todo o monopólio de um determinado serviço, cabe uma interação com a Secretaria do Direito Econômico, com o CADE, inclusive para tentar trabalhar esses números. Realmente, eu não tenho, Humberto, como lhe dizer quanto representa, por exemplo, a aquisição que você está falando. Acho que é da AMIL, acho que você falou desse plano especificamente, da aquisição de laboratórios e quanto isso representou de mercado. Acho que precisaria realmente estudar isso para a gente poder ter uma definição melhor e como a agência pudesse atuar.

Mas acho que é uma preocupação interessante para a diretoria, que está aqui presente para também poder se colocar. E a gente assim, tão logo chegue – ainda tem um período; ainda tem a votação, não é Senador? Ainda tem a votação – a gente possa contribuir também com essa questão.

Bom, eu agradeço todas as contribuições. Fiquei muito feliz em poder ter meu nome colocado aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. E fico à disposição dos Srs. Senadores. Eu queria dizer só uma coisa. Convites, Senador Mozarildo, da comissão para nós é ordem. Pelo menos, para a ANS. O Maurício está dizendo aqui. O que chegar de convite, jamais vai precisar de convocação, porque a gente vai estar sempre aqui. Acho que isso o Maurício pode garantir. Ele está balançando a cabeça positivamente ali. E toda vez que qualquer Senador precisar, a gente vai estar à disposição aqui para debater os problemas da saúde suplementar brasileira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. André. Desejo-lhe muitas felicidades e tenho a certeza de que vai prestar um bom serviço à frente dessa agência suplementar.

Está encerrado o processo de votação e o de arguição.

Antes de iniciarmos o processo de apuração dos votos, quero ler um requerimento proposto pelo Ilustre Senador Wellington Dias. Feito isso, o encaminhamento da matéria, entramos no processo de apuração dos votos depositados na urna.

Requeiro, nos termos regimentais o encaminhamento para Sua Excelência, à Presidência da República, a Srª Dilma Rousseff e demais autoridades do Poder Executivo e Judiciário, para o conhecimento e determinação de medidas cabíveis, das propostas para o Plano de Estratégia Nacional e Políticas de Prevenção e Combate ao álcool, *crack* e outras drogas, aprovados pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, em parceria com as Frentes Parlamentares do Congresso Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que atua em foco no tema, bem como a Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas da Câmara dos Deputados, destinado a promover estudos e proposições de políticas públicas e de projetos de lei, destinados a combater e prevenir os efeitos do *crack* e de outras drogas ilícitas – Cedroga.

Autoria: Senador Wellington Dias.

V. Exª está com a palavra para fazer o encaminhamento do seu requerimento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, acho que o próprio requerimento já expressa. Estamos concluindo os trabalhos e a ideia é poder unificar a posição do Senado com a posição da Câmara, para fins de encaminhamentos ao Poder Executivo, aos outros Poderes, enfim, para além das medidas próprias do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – As Srªs e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram (*Pausa.)*

Aprovado.

Eu quero convidar os Senadores João Durval e a Senadora Lúcia Vânia para funcionarem como escrutinadores dos votos aqui depositados na urna na indicação do Dr. André.

Lúcia Vânia e João Durval para funcionarem como escrutinadores *(Pausa.)*

Solicito à Srª Secretária que recolha as demais cédulas que não forma utilizadas.

Estamos em processo de apuração na indicação do nome do Dr. André Longo de Araújo Melo para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Senadora Lúcia Vânia e o Senador João Durval se encontram em processo de apuração dos votos.

Espero que o Dr. André tenha pelo menos101% dos votos... Isso não é possível. Mas 100% espero que ele esteja...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu sei que não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está encerrada a discussão, mas V. Exª, enquanto aguardamos o processo de votação, tem 3 minutos, Senador Casildo Maldaner, que nos abandonou nesses últimos dias, e a esta Comissão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu gostaria, então... Não é porque o DF está em feriado hoje, o Senado não está.

Mas as razões são múltiplas nesta Casa, e todos têm as suas afinidades.

Eu cheguei até com o fôlego meio de fora, mas para dizer que a gente participa mesmo do encerramento desta votação, para trazer a nossa solidariedade para que o Dr. André tenha sucesso nessa nova Agência.

Quero que fique lavrado nos Anais da Casa, Sr. Presidente, a minha posição, embora a votação tenha se encerrado.

Este é o testemunho que quero fazer, enquanto fazem a apuração. E cumprimentá-lo mais uma vez. Aliás, o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Jayme Campos, usa um relógio suíço, se não no braço, na cabeça, porque S. Exª cumpre os horários, endireita o Brasil.

Se todas as comissões seguissem o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, ou se no Brasil se cumprissem os horários, como o Senador Jayme Campos faz, o País seria outro, sem dúvida.

Era esse o testemunho que eu queria trazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Acho que o mínimo que temos de fazer é o cumprimento dos horários *(Pausa.)*

Vamos encaminhar, por solicitação do nosso Líder Humberto Costa, essa matéria ao Plenário da Casa para ser votado hoje em regime de urgência.

Eu solicito a V. Exª, Senador Humberto Costa, quem, se possível, encaminhe requerimento à Mesa para nós encaminharmos ao Presidente José Sarney, para colocar na Ordem do Dia de hoje, no Plenário da Casa.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, como eu tenho certeza da aprovação, por unanimidade, do nome do nosso colega Dr. André Longo, quero aproveitar a oportunidade e desejar-lhe muita sorte, porque competência, tenho certeza V. Sª já tem.

Tenha certeza de que nós estamos aqui torcendo para um trabalho eficaz, efetivo.

Quero chamar atenção para a importância da saúde suplementar. A saúde suplementar no Brasil, além de necessária, é estratégica, porque, imaginem os senhores se os 47 milhões de brasileiros, que se utilizam dessa assistência suplementar de saúde, tivessem de desaguar no SUS. Evidentemente, o sistema público entraria em colapso.

Portanto, eu considero importante e estratégico para a estabilidade da saúde no Brasil. E até a Lei nº 8.080 já estabelece a saúde suplementar.

Então, acho importante. Deverá haver outro olhar para esse segmento. Evitar, o que tem acontecido amiúde no Brasil, os enfrentamentos entre prestadores de serviço e operadoras. O que, no final das contas, termina prejudicando esse segmento.

Permitir que os prestadores de serviço tenham um nível de satisfação aceitável, de forma que se evite essa debanda, essa revoada que estamos testemunhando pelo Brasil afora. Então, isso cria problemas de consequências inimagináveis em um futuro a longo prazo ou até mesmo a médio prazo.

Portanto, ficam aqui os meus votos de sucesso ao Mauricio, que tem dado uma dinâmica diferente à Agência Nacional de Saúde. Confio demais na condução da Agência e, inclusive e sobretudo, na sensibilidade dessa diretoria da Agência Nacional de Saúde. Boa sorte e felicidades!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, como também agradeço ao Senador João Durval e à Senadora Lúcia Vânia, que funcionaram como escrutinadores.

Vou proclamar o resultado: 15 Srªs e Srs. Senadores foram votantes; 15 votos SIM.

Aprovado, por unanimidade, o nome do Dr. André Longo para diretor da Agência Suplementar de Saúde. (*Palmas*.)

Quinze Senadores votaram; 15 votos "sim".

Está de parabéns o Dr. André.

Informo ao ilustre Senador Humberto Costa que o seu pleito já foi registrado e será encaminhado.

A Mesa registra e acata, e a Secretaria encaminhará ao Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 21 minutos.)

ATA DA 51ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e oito minutos, do dia seis de dezembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Benedito de Lira, Armando Monteiro, Clésio Andrade e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa

da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião, que é dada por aprovada. A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública para instrução do Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2011 que "*altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta*", em atendimento aos Requerimentos nº 54, de 2011-CAS e nº 64, de 2011-CAS de iniciativa do Senador Vicentinho Alves, com a presença dos seguintes oradores: Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronave da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; Ronaldo Jenkins de Lemos, Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA; Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas – SNA; Georges de Moura Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico Nacional e Internacional da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO; Paulo Rogério Licati, Piloto de Aeronaves. Justificou ausência o Senhor Nelson Riet Correa, Presidente do Conselho Consultivo de Ciências Aeronáuticas da Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC. **EXTRAPAUTA – ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 64, DE 2011-CAS.**. **Autoria:** Senador Vicentinho Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011-CAS.** *Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública destinada à apresentação e ao aprofundamento do Plano "Viver sem Limite" – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –, que foi lançado, em 17 de novembro, pela Presidenta Dilma Roussef. Serão convidadas a Ministra-Chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, responsável pela gestão executiva do Plano, e a Ministra da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário Nunes, responsável pela coordenação da implementação do Plano, para que possam esmiuçar as diversas ações ali previstas.* **Autoria:** Senadores Lindbergh Farias e Paulo Paim. **Resultado:** Aprovado. Às dez horas e nove minutos assume a Presidência o Senador Vicentinho Alves. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas, especialmente às Srªs e aos Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a 51ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 50ª Reunião desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A presente reunião, em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2011, CAS, de iniciativa do Senador Vicentinho Alves, que nos dá a honra de participar conosco desta Mesa, destina-se à realização de audiência pública para instruir o

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 434, DE 2011

Altera a Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, para modificar a jornada de trabalho do aeronauta.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria na CAS: Senador Vicentinho Alves

Para tanto, quero chamar nossos ilustres convidados, que já se encontram presentes, aqui, há alguns dias.

Inicio com o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Sr. Gelson Fochesato – por favor, se já se encontra, pode sentar-se à mesa; Sr. Georges de Moura Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico Nacional e Internacional da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC–GO); Sr. Ronaldo de Lemos, Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA); Sr. Carlos Eduardo da Silveira Pellegrino, Diretor de Operações de Aeronave da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Consulto V. Exª e os demais Senadores sobre a possibilidade de convidarmos também como palestrante o Comandante Paulo Rogério Licati. Ele é Comandante da GOL, especialista em gerenciamento de fadiga, e dará uma grande contribuição para esta audiência pública também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como é o nome dele?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Paulo Rogério Licati.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para cumprir o Regimento Interno, consulto o Plenário. (*Pausa*.)

Aprovado.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Convido o Sr. Paulo Rogério para fazer parte da Mesa.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores. A palavra será concedida aos Senadores e Senadoras pela ordem de inscrição, que já se encontra aberta pela Secretaria desta Comissão.

Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado.

Concedo a palavra ao Sr. Gelson Dagmar para sua exposição. V. Sª terá dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos, para que possamos concluir, dentro do prazo regimental, esta audiência pública.

Com a palavra o ilustre Gelson Dagmar, por dez minutos, para a sua exposição.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Bom dia a todos. Sr. Presidente da CAS e Senador Vicentinho, obrigado pelo convite; o Sindicato Nacional dos Aeronautas agradece o convite, em nome de todos os pilotos da aviação agrícola, aviação de táxi aéreo, aviação de helicópteros e aviação regular.

É uma pena termos apenas quinze minutos. Nós precisaríamos de mais tempo para tratar de assunto tão relevante.

Para nós discutirmos o futuro dos aeronautas e, na ponta, o futuro do usuário, temos que conhecer o presente e lembrar as nossas raízes, de onde surgiu a nossa regulamentação.

Em 1941, até então, não tínhamos nada, a aviação não tinha regras; a regra era da empresa: voa-se 150, 200 horas por mês. Saía-se no dia 1º e não se sabia quando voltava. Então, no Decreto nº 8352, no seu art. 64, fixou-se o limite de 80 horas para o comandante, somente para o comandante, e 100 horas para os demais tripulantes, inclusive o copiloto. E o tempo de voo, naquela época, era contado da hora que a aeronave decolava até a hora em que pousava.

Em 1951 – até então, as empresas continuavam descumprindo esse pequeno e simples regulamento –, estabeleceu-se, em seu art. 65, sanções às empresas aéreas por descumprir a regulamentação e aos próprios tripulantes. E voltou-se ao conceito da operação de tempo de voo de calço a calço, desde o momento em que se vira o motor até a hora em que se corta o motor.

Em 1958, a Portaria nº 716/GM5 apresenta mais algumas alterações não tão relevantes.

Em 1960, a Portaria nº 701 define a composição dos tripulantes e suas habilidades. Limitou-se a oito horas de voo por dia também para o copiloto e de 12 horas de voo para os demais membros da tripulação. O limite mensal era de 80 horas; trimestral, 240 horas e anuais, 800 horas. Para os demais tripulantes, 90 horas por mês; 270 no trimestre e 900 horas anuais.

No Decreto nº 50660, foi consubstanciada a nossa primeira regulamentação profissional. Foram definidas as funções a bordo, sendo histórico o fato da criação das quatro folgas mensais e a prestação de serviço por escala de voo, no mínimo, semanal. Passam-se as horas de voo para 100 horas por mês, 270 horas no trimestre e 1 mil horas anuais, sendo que o limite de trabalho semanal em 50 horas e 160 horas para as aeronaves com velocidade superior a 600 km/h. E para até essa velocidade, o limite era de 80 horas por mês e 240 horas por trimestre, ficando uma comissão de analisar o total de horas de voo anuais.

Em 1961, a Portaria nº 778 registrou a Comissão de Estudos Técnicos em Aviação Civil, que estava prevista no Decreto nº 50660. Essa comissão era composta por dois representantes do Ministério da Aeronáutica à época, um representante do Ministério do Trabalho e Previdência Social, um representante das companhias aéreas e um representante dos aeronautas.

A Portaria nº 521, de 1962, definiu a composição das tripulações e manteve o tempo de voo de cem horas, 270 horas no trimestre e mil horas anuais. O limite diário foi fixado em treze horas de trabalho nessa Portaria e, no máximo, em dez horas de voo. Para aeronaves com velocidade superior a 600 quilômetros horários, o limite ficou em 80 horas de voo por mês, em 240 horas de voo no trimestre e em 800 horas de voo anuais. E, hoje, a velocidade das aeronaves a jato supera os 600 quilômetros por hora. Isso ficou determinado para as aeronaves de longo curso, que fazem voos internacionais. Para as aeronaves de curto e médio curso, definiram-se 70 horas de voo por mês, 210 horas de voo no trimestre e 700 horas de voo anuais.

Em 1962, o Decreto nº 1.304 modifica a comissão, acrescentando mais um representante da Aeronáutica, um representante do Snea e um representante do Sindicato Nacional dos Aeroviários, porque se fazia aviação pensando-se somente nos aeronautas, não se colocavam no conjunto os trabalhadores em terra.

Durante o período militar, o Sindicato estava sob a intervenção de uma junta governativa. Foi feito o Decreto-Lei nº 18, que implantou a nova regulamentação

da nossa profissão. Essa lei manteve cem horas de voo por mês, 270 horas no trimestre e mil horas anuais. Na intervenção militar, houve uma coisa muito ruim: por meio do Decreto-Lei, foi retirada a Comissão Técnica Permanente de Análise para a Aviação Comercial.

Houve alterações no Decreto-Lei nº 78. Depois, houve alterações no Decreto nº 776 e mais alterações no Decreto nº 529.

Pode passar para o próximo *slide*, por favor.

No período militar, o Sindicato já estava com uma direção eleita, e, devido às várias alterações na regulamentação, com seus problemas – aquilo era um verdadeiro Frankenstein –, o Brigadeiro Deoclésio, cujo nome se escreve com "s" mesmo, enviou uma carta propondo uma comissão para debater a regulamentação profissional. Em 1977, uma comissão interministerial constituída pelo Sindicato envia estudo para o Congresso. Em 1978, os militares apresentam outro projeto, discutindo isso tão somente com as empresas aéreas. Em 1979, os militares enviam um texto secreto deles para o Sindicato, dando-nos o prazo de oito dias para fazer alterações.

Na ditadura militar, o Sindicato, com direção eleita, disputa no Congresso. Em 1979, o Deputado José Acosta, entendendo a problemática séria em que estava envolvida a nossa regulamentação, apresentou um projeto e foi acusado de intromissão em assuntos militares. Em 1979, os militares apresentam um projeto para ser implantando por decreto presidencial. Em 1980, o Sindicato negocia a retirada dos dois projetos, para a criação da comissão interministerial com Délio Jardim de Mattos, o Ministro da Aeronáutica, e Murillo Macêdo, do Ministério do Trabalho.

Em 1982, houve o ponto de mutação: os acidentes da Vasp em Brasília e da Vasp em Fortaleza geraram grande discussão sobre o problema da jornada de trabalho dos aeronautas. Então, em 1982, o Sindicato envia um projeto emergencial para o Congresso Nacional. Em agosto/setembro, a comissão inicia os trabalhos. Em abril de 1983, a comissão conclui os trabalhos, e o projeto vai para a redação. Em julho, o projeto sofre alterações. Em dezembro, o projeto tramita no Congresso em regime de urgência. A lei é aprovada em abril, com a assinatura do Presidente João Figueiredo; do Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos; e do Ministro do Trabalho, Murillo Macêdo.

Esse é o nosso histórico da aviação. Isso foi o passado.

O que nós temos de presente, senhores? Só comparando um pouquinho, sem muitos detalhes.

O Decreto nº 5.060/61 nos colocava para trabalhar 13 horas e descansar 11, com 10 horas de voo por dia, sem limite de pouso. Em 66, cinco anos depois, manteve 13 horas de trabalho por dia, com 11 de descanso, mantendo também as 10 horas de voo. Já a Lei nº 7.183 faz várias alterações: para aeronaves convencionais, 100 horas por mês, 270 no trimestre e 1.000 anuais; para aeronaves turboélices, 100 horas no mês, 255 no trimestre e 935 anuais; para jato, 85 no mês, 230 no trimestre e 850 anuais; e para aviação de helicóptero, 90 no mês, 260 no trimestre e 960 anuais. E a jornada de trabalho reduziu de 13 para 11 horas, com o descanso, que aumentou de 11 para 12 horas; limitado a 5 pousos e com 9 horas e 30 minutos de voo por dia.

Se compararmos isso tudo com o PL nº 434, é difícil continuar a discussão. Ela está totalmente equivocada e na contramão da história do mundo inteiro. O mundo hoje está preocupado com a segurança de voo e com a fadiga. E o Projeto de Lei vai contra esse processo.

Vou tentar ser breve, Senador, mas não tem como tratar deste assunto sendo muito rápido não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mais cinco minutos para V. Sª concluir.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Mais cinco minutos? Então, vou ser obrigado a passar aqui...

Eu pediria para passar o próximo *slide*.

Com relação à fadiga... Estou usando o material de um colega meu, que talvez vá fazer uma palestra aqui depois, e não sei se ele quer... Você tem material aí, Licati? Então, eu vou até pedir sua ajuda, se for o caso. A Ical desenvolveu um trabalho para analisar a fadiga. Porque o problema da aviação comercial, dos acidentes hoje, não é problema técnico da aeronave, mas sim a fadiga das tripulações. A fadiga humana pode ser entendida como estado fisiológico de redução da capacidade de desempenho mental ou físico resultante da falta de sono, vigília estendida e/ou atividade física que pode prejudicar o estado de alerta e a habilidade de operar com segurança uma aeronave ou desempenhar tarefas relativas à segurança. Estudos da Nasa feitos por pilotos, de forma anônima, apontavam que a fadiga estava relacionada com 21% dos incidentes e acidentes aéreos. Em 1980, portanto, antes da nossa limitação de 83, o congresso americano solicitou à Nasa estudos sobre os efeitos da fadiga nos pilotos da aviação comercial. Esses estudos só foram concluídos em 92, doze anos depois.

Por gentileza.

Fatores que contribuem nos acidentes da aviação civil. Esse é um dado do Cenipa, atualizado, como vocês podem ver, em 12 de julho deste ano.

Lá em cima, podemos ver que o tráfego aéreo tem um... Ele vai ser muito pequeno, mas o ponto está lá em baixo, senhores. Planejamento, supervisão e jul-

gamento são os maiores fatores de acidentes na aviação comercial brasileira. Por quê? Por causa da fadiga.

Próximo.

Eu tenho que ser rápido porque me deram só mais cinco minutos. Eu lamento, senhores.

Fatores contribuintes aos acidentes aeronáuticos. Esse é o resumo de um trabalho feito por pessoas especializadas no assunto. O objetivo do estudo foi comparar os resultados da investigação de acidentes aeronáuticos brasileiros do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – Cenipa, com o Sistema de Análises e Classificação de Fatores Humanos, o Human Factors. Foram analisados e comparados os relatórios finais de 36 investigações de acidentes aeronáuticos ocorridos entre 2000 e 2005 no Estado de São Paulo. Foram mencionados 163 fatores contribuintes dos acidentes aeronáuticos nos relatórios do Cenipa. Contudo, 370 foram identificados por meio do Human Factors. Conclui-se que as análises do Cenipa não contemplaram fatores organizacionais associados aos acidentes aéreos.

Próximo, por favor.

Aqui, um quadro comparativo da exposição do trabalho. Ao estar acordado de uma a três horas, você pode ver o gráfico à esquerda e comparar com o gráfico à direita a relação da exposição entre o trabalho e a fadiga. De quatro a seis horas, sobe um pouquinho; da sétima a nona hora, quase que dobra e, da décima hora, décima segunda hora em diante, há um aumento de mais de 400% do risco de fadiga. E risco de fadiga significa acidente.

Próximo.

Esse é um trabalho comparativo a trabalho em terra – a mesma filosofia.

Próximo.

Novas regras aumentam a produtividade, mas o final virá no próximo gráfico.

Pode passar esse aí, por favor.

Pode passar esse também, que depois, de repente, o Licati fala alguma coisa a respeito.

Pode passar esse também.

Pode passar esse também.

Pode passar esse também.

Aí uma escala de voo de um trabalhador normal, que tem oito horas de sono e tem nove de trabalho. A faixa verde lá em cima, aquele desenho preto demonstra desde a hora que a pessoa levanta para trabalhar, depois do almoço dá uma quedazinha e depois volta ao normal e cai. E fica tudo na faixa verde. Esse é um trabalhador normal.

Próximo gráfico.

A simulação da PL 434 para jornada das 6 às 20 da noite: no primeiro dia, está normal; no segundo dia, já entra numa faixa amarela; no terceiro dia, passa uma linha pontilhada, que eu pedi para o Licati depois explicar para as pessoas, já que meu tempo está se esgotando.

Pode passar direto.

De seis a doze horas, vejam só, do segundo dia em diante, é quase um crime.

Terceiro. Pode passar.

Trabalhar de madrugada doze horas. Veja só a situação do tripulante com o é que fica. O Licati vai explicar isso para vocês.

Pode passar mais um gráfico.

Em todos esses acidentes que estão nessa tela, senhores, as aeronaves estavam em perfeitas condições; as tripulações fatigadas.

Pode passar.

Eu queria que passasse esse vídeo, por gentileza, que seria o último.

Dizem que na Europa e na América se voa mais de cem horas; então eu quero que vocês vejam esse vídeo. Lá se voa mais de cem horas, mas existem leis que respeitam o trabalhador, punem as empresas e punem os tripulantes. Aqui neste País, as leis não são respeitadas por ninguém.

Por favor.

É um vídeo importante que eu acho que tem que ser visto uma vez que se alega que na Europa e nos Estados Unidos se voa mais de cem horas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Poderá ser na conclusão de outro expositor.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Pode ser, então. Quando o Licati for falar, ele apresenta. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode ser.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) –Eu pergunto a V. Sª se está concluído?

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Está concluído, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª e gostaria imensamente que falasse mais 20 minutos. Entretanto temos vários expositores aqui e a norma regimental desta Comissão e das demais aqui nesta Casa funciona com esses parâmetros.

Todavia, imagino que outros convidados também terão capacidade de fazer suas exposições e nada vai impedir também que, na fase de interpelação, o senhor coloque aqui algumas posições certamente importantes.

Pela ordem de inscrição, convidamos o Georges de Moura Ferreira, que é professor de direito aeronáutico nacional e internacional na PUC de Goiás.

Tem a palavra assegurada por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Primeiro, bom dia a todos, Srs. Senadores.

Eu acho que estamos aqui para falar de regulação; temos até uma pequena exposição que já está sendo armada ali, mas eu queria observar uma coisa, antes mesmo de nós começarmos a trocar alguma ideia.

Qualquer assunto que envolve aviação, com certeza, causa uma comoção muito grande. E é uma comoção porque aqui hoje nós estamos presentes e tratando de um assunto que diz respeito à regulação da lei do aeronauta, mas parece que está muito focado apenas nas empresas aéreas regulares, aquelas que nós chamamos de RBH 121. Mas eu acredito que nós teremos um momento em que nós vamos ter que abrir aqui, aproveitando este fórum de debates, porque quando o senhor diz dez minutos, tenho certeza de que não dá para expor em dez minutos, eu tenho certeza de que o Fochesato, o Jenkins, o próprio Licati aqui presente não têm como falar do teor da importância do avião.

E como todos estão focando a Aviação 121, quero dar um enfoque aqui, aproveitando a presença do Fernando Alberto, Superintendente do Sindicato dos Aeronautas, que está aqui, do Sr. Wolner também, do Comandante Gustavo Albert, que é proprietário de táxi aéreo e presidente de uma grande associação voltada à associação civil, que é a Associação Brasileira de Ultraleves, e da Abrapac. Há muito tempo que não vejo todo o setor da aviação reunido. Eu acredito que isso aqui precisa ser um pontapé, precisa ser um *starting*, uma série de ações e não apenas ações isoladas e que não fique apenas em uma audiência pública.

Apenas para nós termos uma ideia do que estamos tratando, quando nós falamos a respeito da formação do aeronauta – pode ir passando por favor, já que vai ser uma coisa bem rápida –, nós sempre temos em vista a ponta do sistema. A ponta do sistema sempre vemos que seria aquela aviação de linha aérea, que seriam *boeings*, *airbuses*, sendo que, em realidade, nós temos um universo que fica no meio e que é importante não apenas para a qualificação, mas para a formação e que vai suprir toda a mão de obra dessas grandes empresas.

Pode passar, por favor.

Bom, isso aqui é apenas para dizer que, no Brasil, dentro do programa de formação, nós temos 23 centros universitários, 123 aeroclubes, 117 escolas, mas passamos por uma crise. É uma crise interessante, porque é uma crise voltada para o crescimento. É uma crise em que nossa infraestrutura chegou a um certo limite. Nós não temos mais condições, por exemplo, de colocar mais aeronaves, mais pessoas e, é claro, quando você começa a trabalhar numa escala apertada, isso influi em toda a cadeia. Isso influi no *stress*, influi na qualidade de voo do aeronauta, enfim, tem toda essa contextualização.

Pode passar, por favor.

Um dado interessante: o número de carteiras emitidas pela Anac, do ano passado para cá, praticamente triplicou. O número de aeronaves que deu entrada no Brasil também subiu bastante. Só para nós termos uma ideia do que a demanda tem feito... Pode passar, por favor. O que está acontecendo? Nós tivemos uma variação, de um ano para o outro, de 23% de contratação, nós também estamos com pilotos de linha aéreas com uma variação significativa e tudo isso significa uma coisa: estamos voando mais. Agora, se você mais, precisa de mão de obra mais qualificada, se precisamos de mão de obra mais qualificada, também precisamos de mais espaço, de mais infraestrutura, enfim, nós precisamos de toda uma contextualização voltada para esse sistema. E parece que, em algum momento, está havendo uma falha nessa contextualização que está influindo em um setor que é extremamente sensível para a nossa viação.

Pode passar, por favor. Mais uma, por favor.

Quando nós falamos na mão de obra, na qualidade de voo, no que está acontecendo, só quero destacar uma coisa que o Fochesato, o Licati aqui com certeza vão dizer. Até poucos anos atrás, nós tínhamos aqui a cultura do piloto pau e bola. Piloto pau e bola seria aquele piloto que aprende a voar pé e mão, que aprende a voar o Paulistinha, que aprende a voar o Aero Boeiro e, de repente, é um piloto que, quando voar aeronaves, mesmo na aviação geral conhecida como aviação executiva ou em táxi aéreos, já pega uma descente tecnológica muito grande. E quando esse piloto sai e vai operar uma aeronave *airbus*, por exemplo, aí já tem outra compreensão do sistema. Muitas pessoas colocam: a modernização alivia a carga de trabalho?

Pode passar, por favor. Esse aí foi onde muitos pilotos, praticamente uma geração inteira, aprenderam a voar; eu inclusive me incluo aí. Essa é a cabine do Paulistinha, onde realmente todo piloto aprende a ter intimidade com a aeronave. Quando você voa numa avião como esse daí, você realmente aprende noções de aerodinâmica. O problema é que essa é a formação dada para praticamente todos os pilotos no Brasil.

O próximo *slide*, por favor.

E essa aeronave Cirrus já é utilizada praticamente para instrução nos Estados Unidos. Essa aeronave,

como podemos ver, além de ter toda uma configuração, que na aviação nós chamamos de Efis – ou seja, nós temos apenas o sistema de substituição analógico por um sistema praticamente todo por tela de cristal líquido –, ela tem praticamente a mesma tecnologia embarcada que um Airbus, muito esquisito de navegação, e esse avião tem até mesmo um paraquedas balístico. Tem uma redundância.

E o objetivo final de todos que estão aqui presentes, qual é?

Passe o próximo *slide*, por favor.

Isso daí já é um Airbus A380, já é o topo de linha de uma geração de aeronaves. É a maior aeronave em uso, e ela realmente representa um pouco o que está acontecendo com nossos comandantes quando eles têm que operar uma aeronave e quando muitas vezes eles vão ficar dez, doze, quinze horas dentro de uma cabine, mesmo que seja em uma tripulação de revezamento ou o que quer que possamos ver.

Assim, então, dentro das faculdades, temos passado para nossos alunos uma doutrina de segurança em relação à questão de jornada de trabalho do aeronauta, porque nós temos colocado muito a questão da responsabilidade civil; quando há um acidente, se ele é ou não relacionado à fadiga e, principalmente, quando acontece um caso de estresse ou relacionado à carga horária, se ela é ou não é adequada, quem fez ou deixou de fazer essa jornada e o que isso aí vai resultar lá na frente.

Mas aquilo para o qual queremos chamar a atenção hoje, já que tenho certeza de que o Jenkins vai esgotar esse assunto, tenho certeza também de que o Pellegrino vai falar bem dele, é sobre o próximo *slide*.

Pode passar, por favor.

Esse é um assunto que acredito precisa ser tratado em uma audiência pública à parte. Existe hoje um requerimento dentro da Comissão de Infraestrutura do Senado, e falo pelos Senadores presentes, que é a Subcomissão da Aviação Civil, que é uma Subcomissão que foi proposta pelo Senador Vicentinho.

É impossível em uma audiência pública nós esgotarmos, exaurirmos todo e qualquer assunto envolvendo aviação, como, por exemplo, jornada, sendo que a aviação não é apenas a linha aérea regular; a aviação é: aviação geral, são os táxis aéreos, é a aviação de instrução, nós temos os serviços aeroespaciais, e, quando falamos em carga horária, quando falamos em trabalho junto às linhas aéreas, além dos aeronautas, também temos que envolver os aeroviários, também precisamos envolver os aeroportuários, que estão passando por uma carga de estresse fantástica.

Enfim, isso daqui temos que ver como um *start*, mas de todo esse trabalho que estamos fazendo aqui, de tantas pessoas, identifico aqui de empresas aéreas, representantes, talvez, de seis empresas de grandes linhas aéreas, de táxis aéreos, acho que se conversássemos aqui hoje e se encerrássemos esse tópico, haveria uma frustração muito grande, até mesmo porque o Brasil está crescendo em nível exponencial, porque apenas a aviação geral e táxis aéreos...

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Já peço a prorrogação, por favor. Faltam só 20 *slides*. Então o que vira?

Das 13.833 aeronaves, nós temos 7.793 dentro do serviço privado; 1.536 voltadas aos táxis aéreos, ou seja, nós estamos vendo que a aviação de linha aérea, apesar de hoje ela já transportar mais passageiros do que os ônibus terrestres, em distâncias a mais de 500 quilômetros, o número de aeronaves, de tripulação é algo que precisa crescer bastante. Agora, para se chegar àquela ponta, talvez 800 aeronaves em número de linhas entre boeings e airbusses, nós temos que passar pela formação do piloto e temos que passar pela qualificação do comandante, e a qualificação do comandante se dá principalmente dentro de empresas de táxis aéreos, cuja jornada de trabalho precisa ser especificada, precisa ser explorada. E por que não até mesmo tratada dentro de um tópico à parte de uma subcomissão, dentro de um tópico à parte desse próprio estudo que está sendo feito nesse Projeto de Lei nº 434?

Próximo, por favor.

Pode passar.

Pode passar – realmente, porque o tempo já acabou.

Para termos uma ideia, quando falamos em aviação geral e em táxis aéreos, dados do próprio Sindicato Nacional de Táxi Aéreo, que está aqui presente, mostram que muitas pessoas desconsideram a importância do táxi aéreo e agem até com muito preconceito, porque as empresas de linhas aéreas não crescem mais no Brasil por falta de infraestrutura, mas atendem 140 cidades no Brasil, mas atendem 140 cidades no Brasil. Os táxis aéreos alcançam praticamente 3.370 cidades. Se nós colocarmos a aviação geral que não o táxi aéreo, ou seja, aviação geral, aviação executiva, aviação privada, esse número aumenta bastante. Agora, assim como a aviação geral, os táxis aéreos, como eu digo, prestam um proeminente auxílio para qualificação de pilotos. Mas os táxis aéreos hoje, dentro do atual quadro da jornada de trabalho do aeronauta, se você aplica a jornada de trabalho dos regulares aos táxis aéreos, principalmente num país como o nosso, que tem dimensões continentais, onde muitas vezes você voa dentro de um Estado como o Amazonas, onde

você tem apenas dois pontos de abastecimento para aeronaves com gasolina de aviação, e é um Estado de um milhão de metros quadrados, maior que a Turquia, qualquer voo ou qualquer traslado que você faça de um enfermo, em que você tem que sair do Estado do Amazonas, você já está estourando a sua carga horária, você já está, como se diz, regulado.

Pode passar, por favor.

E apenas para nós termos também uma ideia da importância do setor dos táxis aéreos e por que nós devemos tratar isso aqui com os sindicatos – não desfazendo de quem está aqui representando as empresas, que é uma pessoa por quem eu tenho um carinho enorme, que conheço há bastante tempo –, de chamar as associações, chamar os pilotos que também trabalham na área para que nós façamos algo que possa movimentar – a palavra-chave significa política pública –; nós precisamos criar políticas públicas voltadas a todos os ramos da aviação no Brasil. E apenas os táxis aéreos – talvez as pessoas desconheçam – arrecadam R$1bilhão em impostos, geram 50 mil empregos diretos e indiretos, uma frota de 1.536 aeronaves. Mas principalmente é essa frota que vai qualificar toda mão de obra que literalmente vai para todas as empresas aéreas. Porque, no Brasil, nós não temos um programa que forma o piloto, desde sua origem, quando ele vai ao aeroclube, que se apaixona, quando o aerovias ou aerococo entra nele, até a fase em que ele tem que acumular as horas de voo como piloto comercial, para depois transformar em piloto de linha aérea. Os comandantes que estão aqui sabem mais ou menos essa sina, esse caminho por que têm que passar.

Pode passar, por favor.

Bem, senhores, o que nós estamos vendo é o seguinte: o Senado, o Senador Vicentinho, quando puxou para si esse projeto, chamou para si uma responsabilidade muito grande, até mesmo porque o Senador Vicentinho é piloto, formou-se na aviação comercial, o pai dele também foi piloto, e agora ele está vendo uma oportunidade grande de atender aqui os colegas e toda a indústria da aviação.

Então, o apelo que faço à Mesa, ao Senador Vicentinho é para que esta iniciativa não pare por aqui, que não seja apenas uma audiência pública, mas, sim, que sejam marcadas várias audiências públicas e, por favor, de preferência, dentro de uma subcomissão, porque nós temos medo de que muitas subcomissões fiquem esvaziadas. Mas, se nós olharmos aqui para trás, veremos que temos pessoas do Rio Grande do Sul, do rio de Janeiro, do Amazonas, todas aqui hoje presentes, que estão aqui para ouvir, mas, principalmente, para se fazerem presentes e que, com certeza, vão correr atrás de suas bases parlamentares para que essas ideias possam frutificar e que realmente não fiquem apenas em uma audiência pública que vai morrer.

Vamos aguardar os debates e o tempo...

Agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Sª, meu caro, prezado Georges de Moura.

Prosseguindo na nossa reunião, na ordem de inscrição, convido o Ronaldo de Lemos, que é Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Eu queria sugerir algo aqui, Paulo Paim e Cyro, ao Senador Vicentinho Alves. Já existe uma subcomissão, lá na infraestrutura, em que este debate pode ser ampliado, não só no âmbito do Senado, mas com audiências públicas até fora, imagino, do Senado, em alguns pontos regionais do Estado, do Amazonas, do Sudeste, do Sul, do Centro-Oeste, até porque facilitaria sobremaneira convidar todos os interessados para participar.

Acho que é um evento importante diante do que está sendo aqui abordado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Rio Grande do Sul está na fila aqui. Esse é um tema muito delicado. Se tivermos que votar, vamos discutir no Rio Grande também.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – O berço da Viação Aérea Rio Grandense – Varig.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Em Goiás, Senador Vicentinho, eu acho que nós somos a terceira frota particular, se não me engano, em número de aeronaves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Exatamente.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – E aqui está se tratando de um tema da maior importância, o Prof. Georges colocou isso, como também o Sr. Gelson. A gente cuida da vida humana pensando só em saúde e em educação, e, de repente, há um desleixo. Há pessoas cuidando das nossas vidas e burlando a regulamentação, não por culpa delas – essas pessoas são forçadas a burlar essa a regulamentação. É preciso haver uma discussão muito grande.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Ao final da nossa fala, Sr. Presidente Jayme Campos e demais colegas Senadores, vamos exatamente seguir essa linha. Compreendo que todas as subcomissões nesta Casa são importantes, mas, na minha visão, uma das mais importantes subcomissões desta Casa – e esta vai ser a ideia; já tenho conversado sobre isso com todos – será a Subcomissão de Trabalho, com

bastante objetividade. Com simpósio, não se chega a um denominador. Desse assunto vamos tratar no próximo ano. A ideia é a de que o prazo máximo seja de seis meses, para que, por meio do Senado, possamos dar uma grande contribuição ao Governo Federal e ao País, regulamentando toda a aviação nacional. É essa a nossa ideia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns!

Prosseguindo nossa audiência, concedo a palavra ao Sr. Ronaldo, para fazer sua exposição.

Peço desculpas, porque tenho de me retirar da reunião. Sou membro titular da Comissão do Orçamento, e lá vamos iniciar a reunião às 10 horas.

Passo a Presidência desta audiência ao valoroso e competente Senador Vicentinho Alves.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Assumo a Presidência e concedo a palavra ao Dr. Ronaldo de Lemos, Diretor Técnico do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (Snea).

O SR. RONALDO JENKINS DE LEMOS – Obrigado, Senador.

Em seu nome, Senador, gostaria de cumprimentar todos os Senadores aqui presentes. Temos o prazer de participar desta audiência.

Esse tema é extremamente delicado e está sendo discutido há muitos anos, como o próprio Comandante Fochesato apresentou. O que é importante em tudo isso é que a nossa regulamentação é genérica. Esse é nosso primeiro grande problema. É uma regulamentação que regula a profissão do piloto de *long range*, que faz voo internacional, que faz perna de 15 ou 16 horas, e que serve para o piloto de aviação agrícola, que trabalha em condição especial. Este é o primeiro problema que enfrentamos: a nossa regulamentação é incapaz de atender a toda essa gama. Essa é a primeira coisa que temos de observar na regulamentação.

A regulamentação é fruto de uma discussão, é fruto de um trabalho de longos anos. Várias modificações foram feitas. Mas, de qualquer maneira, a nossa última regulamentação é da década de 80. É uma regulamentação que não condiz com a situação atual, com as novas tecnologias e com as novas aeronaves, mas, ao mesmo tempo, a gente continua convivendo com aeronaves de tecnologia antiga. Então, são coisas extremamente delicadas, que terão de ser observadas com muito cuidado.

Tive oportunidade de falar sobre isso com o Professor Georges. O assunto do projeto de lei atinge apenas uma parte da situação. Conversamos sobre isso antes com o Senador. Achamos que a questão é muito maior do que somente falar em horas de voo e em jornada de trabalho.

Todos nós queremos que nossas empresas sejam competitivas e que os pilotos estejam satisfeitos, e uma coisa tem de estar ligada a outra. Não se pode apenas olhar um lado sem olhar o outro. Isso terá de ser olhado em conjunto.

A legislação em vigor deve ser aprimorada. Acredito que podemos aprimorá-la, no sentido de aumentar a produtividade e de, ao mesmo tempo, dar ao piloto uma condição melhor de trabalho, se tivermos...

Por favor, pode apresentar o próximo quadro?

É só uma pequena comparação com as regulamentações que existem no mundo. A nossa primeira no Brasil. Estou falando só para jato. Não fiz outra colocação de turboélice. Somente para jato, nem para táxi aéreo. Mas está ali, é a regulamentação que nós temos. Nos Estados Unidos, podemos ver que a regulamentação é maior, inclusive com as horas/mês de 190, jornada de 16 horas, que está sendo modificada por um estudo muito grande, em razão de problemas que eles tiveram lá. A nova proposta americana está ali ao lado, quer dizer, dando 13 horas de jornada com 8 de descanso, que agora vai ser de 9, perdão. E ali o senhor está falando em 8 folgas por mês, não é? Em horas de descanso, seriam 9 horas, que é o que está proposto agora. Na Europa, essa é a posição da subparte que lá está proposta. Ali, apenas um exemplo dos Emirados Árabes, pois lá praticamente não há aviação doméstica, apenas aviação internacional. Os parâmetros são bastante diferentes, mas condizem com o que está nos Estados Unidos e na Europa também. E o PL 434, que foi colocado ali ao lado também, com seus limites ali estabelecidos.

O que queremos dizer é apenas que hora de voo e jornada de trabalho são apenas uma parte da situação. Nós temos que trabalhar isso a fundo e principalmente com embasamento científico. Nossa regulamentação antiga é empírica, não é baseada em dados científicos. Hoje em dia, existem vários estudos no mundo. Hoje em dia, existe o Sistema de Gerenciamento de Fadiga – provavelmente o Licati vai conversar sobre isso aqui – e existe uma série de outras ferramentas com que podemos apoiar um trabalho sério. Mas é o que eu digo – falei aqui com o nosso Senador e falei com o Jorge –: tem que ser um trabalho isento. Nós temos que nos sentar para discutir isso, esquecendo as camisas que vestimos, no sentido de dar ao Brasil uma regulamentação da profissão do aeronauta séria e baseada em dados científicos. Com isso, poderemos ter uma regulamentação para longo curso, uma regulamentação para táxi aéreo, uma regulamentação para voo doméstico. Na própria aviação comercial, que eu represento, nós temos a aviação doméstica de aeronaves maiores e temos a aviação regional. A

regulamentação não pode ser a mesma para atender as necessidades de cada setor. Eu acho que é isso que nós temos que buscar.

Para não tomar muito tempo, nós pegamos a regulamentação proposta para os Estados Unidos, a nova, e aplicamos numa empresa brasileira.

Por favor.

Esse é o resultado. A remuneração dos pilotos aumentaria em 16% e os dias de folga em 44%. Hoje, nossa media de folgas é de 8 e 10 dias. Passaria a ser de 12 a 14 dias. A jornada diária de trabalho tem um aumento de 18% e a carga horária anual, de 17%. Hoje, por exemplo, a média de um piloto normal de linha aérea regular é de 218 horas de voo por trimestre. Não se consegue voar mais do que isso. Com a nova colocação, passaria a voar em torno de 255 horas por trimestre. Quer dizer, essa é a situação.

E o que nós temos que entender também é que o Sistema de Aviação Civil não é independente. Se você traz um problema para resolver o problema da aviação ou dos tripulantes você vai bater em controle de tráfego aéreo, você vai bater em infraestrutura aeroportuária, vai bater na regulamentação. Quer dizer, há uma série de outras coisas que estão ligadas a isso e que têm que evoluir da mesma maneira. Não adianta eu aumentar a carga de trabalho dos pilotos, aumentar o número de horas de voo, se eu não vou ter onde colocar meus aviões. Isso tudo tem que ser feito em conjunto, e tem que ser feito, como já falei mais de uma vez, em bases científicas.

Hoje em dia, nós não temos competitividade. Recebi a visita de um empresário que vinha investir no Brasil, criar uma empresa cargueira. Pediu indicações, visitou três empresas brasileiras, voltou e disse: "Olha, aqui é impossível de se abrir uma empresa. A carga tributária é muito grande, a produtividade dos tripulantes é baixa. Então, o que eu vou fazer? Vou abrir uma empresa na Colômbia. Agora, como eu posso fazer a quinta liberdade no Brasil, está liberado. Venho aqui e vou carrear as minhas cargas para o resto do mundo. Não preciso abrir uma empresa no Brasil." Então, nós estamos perdendo investimento e também postos de trabalho.

Então, por isso, digo que, na hora em que se senta para discutir um assunto como esse, a gente tem que ter tudo isso em mente.

Senador, muito obrigado. Obrigado pela audiência. Eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Nós é que agradecemos Dr. Ronaldo.

Concedo a palavra a Carlos Eduardo Pellegrino, representando aqui a Anac – Agência Nacional de Aviação Civil. Com a palavra V. Sª

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA PELLEGRINO – Exmº Sr. Senador Vicentinho Alves, Presidente substituto da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Senadores:

É uma grande honra para a Agência estar aqui hoje – pedi para colocar a nossa apresentação – e poder participar desse debate.

Os oradores anteriores mostraram claramente a importância e a relevância para essa Casa de a gente poder discutir. O Comandante Fochesato falou claramente sobre isso. É uma discussão antiga e precisa ser cada vez mais renovada, dado que a tecnologia está em alteração. *(Pausa.)*

Próximo, por favor.

Mais uma.

A gente vai seguir esse roteiro. Vamos falar um pouquinho da Agência: marco regulatório, missão, organograma, principais atribuições, visão geral, limites de atuação, carga de trabalho dentro do panorama mundial e programa de gerenciamento de risco de fadiga humana dentro de uma visão bem simples para a gente depois, se necessário, a gente discutir na fase de debate.

Próximo, por favor.

Coloquei o marco regulatório da Agência justamente em ordem de antiguidade das leis: Lei do Aeronauta, que é a mais antiga das leis; o nosso CBA; a lei de criação da Anac; o decreto que regulamenta a Agência e a mais nova lei que criou a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, que fez algumas alterações na Agência. Esse é o nosso marco regulatório e como a Agência trabalha dentro da Aviação Civil.

Próximo, por favor.

Qual é a missão, para que existe essa Agência? Só tem uma: promover a segurança, excelência e o sistema de aviação civil de forma a contribuir para o desenvolvimento do País e o bem-estar da sociedade brasileira. É isso que cada servidor da Agência escolheu. Foi uma votação. A missão da Anac está bem clara, e estamos cumprindo essa missão.

Próximo, por favor.

Para cumprir essa missão, qual o nosso organograma? Somos cinco diretores, um deles é definido pela Presidenta como Diretor-Presidente. As superintendências estão abaixo, diretamente ligadas às Diretorias da Agência. Estou situado como sendo o último à direita, operações de aeronaves. Subordinada a mim está a Superintendência de Segurança Operacional, que toma conta justamente da aplicação das regras da Lei do Aeronauta.

Próximo, por favor.

As principais atribuições da Agência: autoridade de aviação civil, colocada como escrito na Lei; regular e fiscalizar os nossos provedores tanto da parte técnica quanto da parte econômica; integrar o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos; representar internacionalmente o governo brasileiro junto com o Ministério das Relações Exteriores nos fóruns internacionais de aviação civil; fazer a proteção do passageiro e também trabalhar com fomento da aviação civil.

Próximo.

Como ferramenta de trabalho, o Congresso já absorveu, no Brasil, em 1949, a Convenção de Chicago. A partir daí, o Brasil reconheceu essa convenção, ou seja, há toda a disciplina jurídica para isso: as recomendações de segurança emitidas pelo Cenipa, dentro do Sipaer; os regulamentos brasileiros de aviação civil, que estão implantados e estão em fase de atualização; nossas resoluções e portarias da Agência; as instruções de serviço, que são nada mais nada menos que guias para que os nossos provedores de serviço possam trabalhar com critério; os manuais de procedimento dos nossos inspetores; auditorias e fiscalizações nos nossos entes regulados; e os indicadores setoriais, como é que está sendo o desempenho.

Como desempenho, é importante mostrar como a Anac foi avaliada. Junto com o Brasil todo, houve uma avaliação da Agência, em maio de 2009, feita pela Oaci, e o Brasil ficou com uma avaliação de 87,3%, foi o nono lugar no *ranking* mundial, quinto dos países do G-20.

A média mundial hoje, depois de concluída essa fase de auditorias da Oaci que ocorreu em 2010, está em 58,6%. Nós estamos muito bem.

Fomos também aprovados numa auditoria que foi feita em seguida, quando eu ainda era Superintendente de Segurança Operacional. Não tivemos fôlego nenhum, e a FAA veio, avaliou-nos, e nos consagramos com 100%. Ou seja, mantivemos a categoria como *compliance* da Icao.

Essa auditoria era na parte da segurança de voo. Da mesma maneira, é feita a auditoria na parte de *security,* a proteção contra atos de interferências ilícitas. E o Brasil também se saiu muito bem, com 85% de aprovação dos nossos aeroportos brasileiros.

Próximo, por favor.

Agora vamos ao termo propriamente dito e como ele está sendo discutido no mundo.

A visão da Agência está sempre voltada a apresentar a parte técnica. A gente não está aqui para dar a nossa opinião, não está aqui para discutir a não ser a apresentação do que há de mais correto hoje em dia para ser feito, porque a Anac cumpre a lei, não discute essa lei. A discussão está aqui nesta Casa e na casa do lado, a Câmara.

Próximo, por favor.

As comparações que a gente acha importante trazer aqui. A gente esqueceu as outras aviações. É porque é muito difícil, nas outras aviações, fazer uma comparação. As leis são mais fluidas em relação a isso, ficou muito difícil de a gente comparar. Se for necessário, a gente tem outros *slides* com um detalhamento muito mais aprofundado.

Então, na parte de pilotos que voam em aeronaves a jato – não é aviação comercial, é aviação que voa turbojato –, essa é a comparação no mundo. O Brasil é o que tem menos horas mensais; porém, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, existem propostas de normas que estão reduzindo esses limites mensais.

Próximo, por favor.

O limite trimestral – continuamos com o Brasil com 230, os demais países com 300 horas trimestrais. Porém tanto os Estados Unidos quanto a Europa estão propondo normas, que não foram aprovadas ainda, para reduzir essas horas trimestrais.

Próximo, por favor.

Comparando, por último, nós temos o limite anual. E aí é onde há a maior divergência. O Canadá chega a 1.200 horas no limite anual, lembrando que, aqui no Brasil, nós temos um fato bem diferenciado dos outros países. Eles sempre tratam como dias corridos, ou seja, 30 dias, 90 dias e 365 dias corridos. Não é olhado como na nossa lei hoje em dia, em que fecha um trimestre, fecha um ano, dentro de uma visão em que, virou o ano, zera a quantidade de horas que aquele piloto colocou.

Próximo, por favor. Mais uma.

Mas a Oaci não está somente olhando para horas *hard times,* as horas fixas. Há necessidade de criar, como bem colocaram os outros oradores, alguma coisa diferenciada, para melhorar e cientificamente avaliar o risco da fadiga. A gente está hoje em dia cada vez mais avançando na tecnologia. Já existe carro até da Volkswagen – a gente pode ver nos anúncios – que avisa que está na hora de parar e tomar um cafezinho. E a mesma coisa com o piloto. Está na hora de fazer essa avaliação.

Então, esse programa está previsto para a Oaci.

Eu estou passando às mãos do Senador Vicentinho todo um conjunto de documentos que a gente preparou para que ele possa subsidiar esse trabalho. São os mais novos da OACI; tratam justamente dessa parte de fadiga, tanto para o lado do regulador, quanto para o lado do operador. Esse é um processo orientado por dados; objetiva melhorar e gerenciar continuadamente e não só numa empresa aérea, pode ser até numa

aviação geral; desde que o proprietado daquelas aeronaves queira criar esse programa de fadiga, ele pode ser feito. Gerenciar fadiga independente da sua casa, orientado principalmente por dados, cientificamente requer uma abordagem sistemática e organizacional.

A Anac vem trabalhando justamente nessa linha. Ela fez, ano passado, um seminário e convidou vários dos aqui presentes para essa discussão. No início deste ano fizemos um seminário internacional sobre esse tema; trouxemos gente do Canadá, do Transport Canadá, da agência reguladora deles, trouxemos gente a OACI; infelizmente da Ifalpa não pôde vir, mas veio uma pessoa da Alfa, representando não só a Alfa como a Iata, justamente para a gente discutir esse tema de muita importância.

Por favor, mais uma.

Essa a notícia, essa a informação que a gente gostaria de trazer para subsidiar os debates e um debate mais, se quiserem colocar, estamos à disposição.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Nós é que agradecemos, Pellegrino.

Concedo a palavra ao Comandante Rogério Licati. Comandante Rogério é um especialista em gerenciamento de fadiga, que poderá também, ao fazer uso da palavra, contribuir conosco nesse sentido, sobre a sua fala com relação à fadiga.

V. Sª dispõe de dez minutos.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Obrigado, Senador Vicentinho; obrigado à Mesa; ao Paulo pela oportunidade de estar podendo passar um pouquinho do meu aprendizado sobre o gerenciamento de fadiga.

Para quem não me conhece, eu não estou representando ninguém. Sou piloto, hoje associado à Abrapac, Associação Brasileira dos Pilotos de Aviação Civil.

Na verdade, eu comecei esses estudos sobre gerenciamento de fadiga justamente pela minha indignação com o dia a dia por que passa um piloto. Pela atual regulamentação, já é um trabalho penoso para a aviação. Só quem está lá no dia a dia, nas madrugadas seguidas, sabe o que é estar dentro de uma aeronave, com responsabilidade, às vezes com 180 pessoas a bordo, 180 famílias, pai, filho, enfim, políticos com a gente, na nossa responsabilidade, e a gente tem que estar bem, num estado de alerta adequado para transportar pessoas com segurança.

Comecei um trabalho, a partir daí, fazendo uma mensuração do humor dos pilotos comerciais da aviação comercial brasileira. Para quem não sabe, a variação de humor que as pessoas têm durante o dia ela nos traz uma percepção da fadiga. Nós tivemos alguns resultados interessantes. Então, por exemplo, os pilotos que saem para voar na madrugada têm um resultado mais negativo, um estado de humor negativo. Isso quer dizer que a propensão nessa hora para acidentes é grande. Nós comparamos com outro trabalho feito com foco... Aqui são equipamentos, empresas aéreas que fazem avaliação de erros dos pilotos. Então a gente começa a observar que tem a ver com longas jornadas de trabalho e com o pessoal que sai para trabalhar na madrugada.

A gente começa a entender que o modelo de como se faz uma escala tem que ser observado. Então, por exemplo, o ser humano funciona bem no sentido horário, no sentido horário do relógio. Quando entramos no horário de verão, quando a gente perde uma hora, todo mundo sente e leva-se uma semana para se adaptar nessa só uma hora que perdeu. Imaginem um tripulante que vem de folga, dois dias de folga e tem que encarar uma madrugada. Ele não tem oportunidade de sono. O que a Icao diz, no conceito do FRMS... Venho acompanhando isso já algum tempo, quando tem simpósio fora, eu pego dinheiro do meu bolso, pago em cinco vezes uma passagem e vou atrás para aprender, para saber e para poder até estar falando com vocês sobre isso. Então, o conceito do FRMS, o Gerenciamento de Fadiga na Aviação, é ligar, ter uma ponte de ligação entre a ciência e as operações aéreas. Esse é o básico. Não tem como você ter gerenciamento de fadiga sem o conhecimento científico E a gente tem que ter gente para fazer a ligação dessa ponte, ter conhecimento para isso.

A Icao, no Anexo 6, falava alguma coisa sobre gerenciamento de fadiga, mas não era tão assertiva como é agora. Hoje já tem até um manual, um guia para gerenciar fadiga, guia para os Estados e para as próprias operadoras.

A Icao começou em 2003, mais ou menos, um grupo de trabalho, que foi até 2006, para estudar a regulamentação dos países. De 2006 a 2008, criaram outro grupo de trabalho para discutir como gerenciar fadiga. No finalzinho de 2008, começaram uma força-tarefa, que inclui vários países e órgãos reguladores ao redor do mundo, para desenvolver esses manuais que agora foram entregues.

Na verdade, o FRMS vem para dar uma flexibilização na escala de vôo, porque o ser humano não é fixo e rígido, mas as escalas hoje são fixas e rígidas. Colocam tempo máximo de trabalho e tempo mínimo de descanso, e, ponto, não interessa que horas são. O tempo de descanso não pode ser confundido com o tempo de oportunidade de sono. É isso que a Icao coloca. Quando ele fala que a fadiga poder ser entendida como fator fisiológico proveniente da redução de sono, privação de sono, tempo acordado, enfim, ciclo circadiano, está colocando isso em consideração.

Outro fator que a Icao coloca também é a carga de trabalho. Só para vocês entenderem, não temos estudos ainda no mundo que dizem que, por exemplo, uma ponte aérea com cinco pousos é mais cansativa do que um voo São Paulo para Bogotá, para quem faz, com o mesmo tempo de voo. Sabemos, subjetivamente, que cansa mais, principalmente o tráfego aéreo Rio/São Paulo. Esses estudos começaram nos Estados Unidos, em Washington. Estive em um simpósio lá. Esses estudos serão entregues em 2013. São estudos para saber como é que se desenvolve a carga de trabalho.

O que o Fochesato mostrou foi um *software* de desempenho humano desenvolvido pela Nasa, desenvolvido pelo Dr. Rush, a pedido da Força Aérea americana. Nas jornadas extensas, eles começaram a perder muitos aviões B2, que são aqueles aviões invisíveis. A tripulação ficava 40 horas voando, com dois pilotos. Quando tinha que fazer reabastecimento em voo ou cumprir a missão ou lançar bomba, os pilotos estavam em más condições, em condições extrema de fadiga e não conseguiam realizar a missão com sucesso. Começaram a ter um custo muito grande com isso. O Dr. Rush já estudava o comportamento humano e sabia como as pessoas se portavam com a privação de sono de uma hora, de duas horas, com a privação de três noites sem dormir. Com esses dados, ele criou um modelo biomatemático, que, hoje, a gente coloca dentro de qualquer escala de voo e aproxima, em 80%, a sensação de fadiga do ser humano.

Então, não tem coisa muito difícil para a gente fazer hoje. Até fiz uma simulação da PLS 434, de como ficaria a escala de voo nos extremos. Colocando 60 horas de trabalho, durante o dia e também durante a noite, a gente vê que não tem condições de um tripulante fazer aquilo. Na verdade, a gente não pode se iludir. A pessoa vai dormir dentro do avião, ponto, e o risco fica extremo. Algumas empresas aéreas no Brasil já vêm utilizando esses modelos de maneira experimental. Através de relatórios de fadiga, estão conhecendo, vendo como é que funciona, como é que se desenvolve a fadiga no nosso dia a dia, enfim.

Por outro lado, quatro empresas que estiveram no seminário da Icao comentaram sobre o desenvolvimento do gerenciamento de fadiga nessas empresas, que foram a *Easy Jet*, que é uma empresa *low cost*, a *German Wings*, Alemanha, empresa *low cost*, a *Virgin Atlantic*, também uma empresa de grande porte, e a *Nas Air*. As quatro que subiram ao plenário da Icao falaram que as empresas passaram a reduzir custos, quando praticaram o FRMS, o gerenciamento de fadiga. Isso que mais impressionou. Enquanto a gente fala hoje: "Vamos gerenciar fadiga na aviação." O pessoal: "Não, isso vai aumentar custo, isso vai aumentar tripulação." Muito pelo contrário, eles reduziram o número de contratações excessivas, devido à diminuição do absenteísmo, e melhoraram aquele problema do presenteísmo. Para quem não sabe, o presenteímo é a pessoa trabalhar em condição fatigada, cansada.

Existem vários estudos sobre isso. Os Estados Unidos, por exemplo, em 2007, gastaram US$150 bilhões entre absenteísmo e presenteísmo. Eles observaram que US$40 milhões foi com o absenteísmo, as pessoas não compareceram ao trabalhando. Os outros US$110 milhões foram gastos com pessoas produzindo mal. Então, a pessoa trabalhando a semana inteira no escritório, por exemplo, perderia em média 5 horas e meia de trabalho, por não ter condições de realizar o trabalho dela. Então, isso dá um prejuízo muito maior do que a própria falta, do que a própria doença, a pessoa trabalhar em má condição. Na aviação, por exemplo, quando a gente pega essa curva de desempenho... Fica assustador quando se coloca 14 horas de vôo. O seu desempenho vai chegar a um certo ponto e vai cair, também, como qualquer outro. Só que na aviação isso se traduz em acidente. É diferente de você estar aqui no escritório, o que não vai ocasionar problema para ninguém, mas na aviação isso se traduz em acidente.

Enfim, o gerenciamento de fadiga é bem-vindo. Hoje existem não só empresas aéreas interessadas, mas de taxis aéreos. Há executivos já pedindo para que se aplique o gerenciamento de fatiga para os pilotos porque, às vezes, a pessoa está com a família e não quer colocá-la em risco. Então, hoje nós temos como mensurar isso. É aquela história, se você não tem como mensurar não tem como controlar. Então, o gerenciamento de fadiga é feito por meio de dados, de pesquisas, a gente começa a mensurar, a ter um dado científico para fazer isso. Uma apresentação sobre isso levaria uma hora, infelizmente o tempo aqui é pouco. Agradeço-lhes pela atenção e muito obrigado pela oportunidade. Espero que das próximas vezes a gente tenha mais tempo para a discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Concedo a palavra ao grande Presidente da Comissão de Direitos Humanos, ao brilhante Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho, V. Exª me elogia porque é muito meu amigo.

Primeiramente, quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa de trazer ao debate esse tema. Cumprimento todos os convidados e digo-lhes que esse tema, de fato, é delicado e complexo, é um tema que merece, desculpem-me a expressão, é tão delicado que está na contramão daquilo que as centrais, as confederações e os sindicatos debatem em uma política geral, global e não específica. Não estou entrando na questão es-

pecífica. Hoje o debate que nós temos, com a sociedade brasileira, é a respeito de como vai ser a redução de jornada. Sinto que o setor empresarial – pelo qual tenho o maior respeito e com quem tenho um diálogo muito bom – aponta que precisamos ir devagar, mas eles não falam em aumento de jornada. Eles falam de construirmos um bom debate, no campo da livre negociação, e de um limite máximo. Confesso que fiquei um pouco perplexo. Estava lá em outra reunião quando soube que havia aqui um debate sobre o aumento da jornada. Quero dizer que não tenho problema e que não é tabu para mim, discuto qualquer assunto. Tanto que todos sabem qual é minha posição em relação à Previdência e não sou contra debater a idade mínima. Não sou contra qualquer tipo de debate, mas sou obrigado a dizer que é uma questão específica. Eu, pelo menos, não ouvi a fala de todos os convidados, só o Paulo. A questão da fadiga é algo, de fato, que preocupa todos, pelo menos no campo que atuo. Sou um dos autores da redução de jornada de 44 horas para 40 horas. Então, meu discurso aqui seria hipócrita se não fosse na linha do que estou falando aqui para vocês, do meu entendimento. Tenho estudos que mostram que empresas que reduziram a jornada aumentaram a produtividade, aumentaram o número de trabalhadores e lucraram mais ainda. O trabalhador começa a produzir com muito mais qualidade, pegando a questão da fadiga. Por outro lado, tenho de enfatizar que sou o autor do Estatuto do Motorista. Visa a regulamentar todo esse mundo complexo do transporte terrestre. Qual é o debate ali? O debate que mais pega é o da jornada, é o excesso de jornada do caminhoneiro, do motorista de ônibus, do taxista, do motorista de van, mas vamos centrar no caminhoneiro. O Ministério da Saúde tem uma campanha nesse sentido, que é o chamado pacto pela vida, devido à estafa, à fadiga desses profissionais do volante. Então, sobre esse tema, muito mais do que aqui eu querer falar de uma área que conheço pouco, tenho a minha visão global que vai, mais ou menos, pelo pouco que ouvi e também pelo documento que o sindicato e, se não me engano, o Gelson falou, embora eu não estivesse aqui, nessa linha do que está nesse documento.

Somo-me àquela visão, que é um tema que não pode ser votado no oba, oba. É um tema que exige tantas audiências quantas forem necessárias, e podemos chegar até a um entendimento de que não tem que aumentar, que tem que reduzir a jornada, mas vão ter de nos convencer naturalmente. Agora, não vejo problema nenhum em debater, mas pode ser que cheguemos à conclusão, depois das audiências públicas, de que a questão não é a jornada, mas formação técnica – prepararmos mais pilotos para que o nosso mercado tenha um potencial maior e não tenha que pegar profissionais fora – e investimento. Está aí o Pronatec, que tem que avançar também nessa área da formação de profissionais. Tem aqui mesmo o Fundep, que é um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante, que, se aprovado, geraria em torno de R$9 bilhões para investimento nessa área.

Enfim, parece-me, sem querer fazer um julgamento precipitado, que não é aumentando a jornada desses profissionais que se vai buscar a solução, até porque acompanhei – quero dizer isso para vocês com todo carinho e respeito que tenho a todos os que estão aqui, à Graziela, por exemplo – a situação do Aerus, a situação desses profissionais que dedicaram a vida no volante e, hoje, estão ganhando salário mínimo. Esse mundo merece um carinho especial. Vocês, na verdade, como foi muito bem dito aqui, praticamente, se empoderam, se não estiverem bem preparados, do direito da vida e da morte. Veja a radicalidade do meu discurso. Por que radicalidade? Calcule um comandante, um piloto estafado dirigindo numa jornada que vai debilitar, digamos, a responsabilidade dele, como tem também o motorista de ônibus, enfim. Mas é esse o debate que vamos ter que fazer. Todo cuidado é pouco para um tema tão delicado como esse que envolve, em um vôo, 180, 200 passageiros. Quem sabe os aviões maiores, não tenho uma dimensão, podem chegar até quase 300 passageiros.

A história mostra que esse é um tema delicado. Por isso, quero me somar aqui à voz do sindicato. Vamos, no mínimo, fazer uma comissão especial para esse tema. Parece-me que termina dizendo isso aqui no documento. Se for o caso, quero estar nessa comissão como membro da Comissão de Assuntos Sociais, como Presidente da Subcomissão do Trabalho e da Previdência e como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. Quero estar nesse debate com certeza. Parece-me que li aqui, no documento, se não me engano...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Senador Paim, veja a coincidência. Só um minutinho. Dias atrás, com a nossa assessoria e com os consultores, já pensando na composição da Subcomissão, lá estava o seu nome, sem, inclusive, consultá-lo. Portanto, compreendo que V. Exª vai contribuir muito nessa Subcomissão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Aqui, o documento do sindicato vem na linha de que V. Exª fala. Eu tinha lido aqui e estava procurando. Diz aqui embaixo:

Dessa forma, havendo necessidade de mudança na lei, sugerimos, então, que seja criada uma comis-

são quadripartite, composta por representantes trabalhadores das empresas aéreas, do Governo, dos profissionais de saúde, medicina e aviação, para dar conta dessa discussão.

Naturalmente, nós, Senadores e Deputados, também deveremos estar nos somando a esse debate.

Um pouco é isso. Eu não sou daqueles que se nega a qualquer tipo de debate. Todo debate é válido, e os argumentos, enfim, a gente vai buscando a solução para o povo brasileiro, para a nossa gente, para os trabalhadores e para todo o setor.

Quero só concluir dizendo que, no debate do Estatuto do Motorista, fui a quase todos os Estados e reúno-me, nos Estados, com o PIB estadual e com as lideranças dos trabalhadores. Em muitos Estados, eles deslocam as lideranças dos empresários e dos trabalhadores e vão, como foi o caso de Porto Alegre, como foi o caso de Curitiba, como foi o caso de São Paulo, como foi o caso do Rio de Janeiro. Mas, mesmo ali, e aí termino, é consenso que tem que reduzir a jornada dos profissionais do volante. Em nenhum momento um só empresário levantou a possibilidade de aumentar a jornada que já é excessiva. Mas o debate é sempre bom.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem, Senador Paim.

Ficou faltando assistirmos a um vídeo, por parte do Gelson, Sindicato Nacional. O vídeo já está pronto? *(Pausa.)*

São dois minutos. Dá para a gente...

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – É um vídeo rápido. Já que se fala na Europa, se são cem horas, duzentas horas, é um vídeo para mostrar o grito de alerta dos pilotos europeus.

Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nós temos um pouco de tempo ainda. Talvez você pudesse fazer um comentário, porque estamos ao vivo pela TV Senado, o Brasil assistiu ao vídeo, mas nem todos entenderam. Seria bom se você puder fazer um comentário da mensagem que eles passam.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Na realidade, é aquilo que o Jenkins falou. Nos Estados Unidos, o vôo é de tantas horas; na Europa, outras tantas horas. Na realidade, a regra é essa. Só que esses limites de horas de voo provocam a fadiga. E a tradução é bem simples: excesso de trabalho provoca fadiga, fadiga provoca acidentes. Essa é mensagem desse vídeo todo.

Só um segundo.

Há leis, lá fora, que aprovam mais de cem horas, de 85, mas é o limite máximo, mas nenhuma empresa voa isso. Há acordos entre empresas e seus trabalhadores. No Brasil não existe acordo, até porque, no Brasil, as empresas não respeitam nem a atual lei. Lá fora, sim. Na América, 190 horas, Vicentinho. Mas ninguém voa 190 horas, porque há acordo. Voam-se 90 horas, 100 horas, 85 horas. Tem que se esclarecer isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem.

Eu cumprimento os ilustres palestrantes aqui, colegas aviadores, começando pelo Paulo, o Jorge e Ronaldo, que representa o Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias (SNEA), mas também é aviador, comandante. Cumprimento o Pellegrino e o Gelson. Cumprimento também o Senador Paim, que é um entusiasta das causas trabalhistas deste País. E saúdo vários colegas aviadores que aqui estão – você, Rogério, comandante da Gol, tocantinense, amigo, que aqui está e, para nossa alegria, já comandante. Cumprimento o comandante Gustavo, que aqui se encontra, a Associação Brasileira de Ultraleve. Cumprimento o Francisco Cancherini, da empresa aérea ABSA Cargo. Cumprimento o Olimar José Costa, representante da Associação Nacional dos Pilotos de São Paulo. Se pudesse se identificar, seria bom. Cumprimento o Rafael Domingues, copiloto da Gol, São Paulo, jovem. Cumprimento o Márcio Miguéis de Andrade, comandante da Gol. Cumprimento o Frank Marques, copiloto da Gol. Já cumprimentei o Rogério. Cumprimento o Dag Diniz, comandante da TAM, São Paulo. Cumprimento o Guilherme Ponzoni, comandante da Captain. Cumprimento o Guilherme Aberle, assessor de relações institucionais da Trip Linhas Aéreas. Cumprimento Fernando Alberto dos Santos, superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo do Rio de Janeiro. Cumprimento Wolner Aguiar e Edson Sanches, membros do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo do Rio de Janeiro. Cumprimento Ricardo Aparecido da Costa, comandante de escala de voo da Trip Linhas Aéreas – São Paulo. Cumprimento o Denis, gerente geral de operações da Trip. Cumprimento Graziela Baggio, ex-presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, nossa amiga. Cumprimento, enfim, todos os demais ilustres visitantes.

Senador Paim, ao iniciar esta minha fala, eu quero – pela primeira vez nesta legislatura em uma audiência pública para tratar da questão da aviação e dos aviadores do nosso País – homenagear duas pessoas,

naturalmente, que não puderam estar aqui. Um é o meu velho, querido e saudoso pai, que voou por mais de 30 anos na Amazônia, Comandante Vicente de Paula Oliveira. Nos idos de 1957, meu pai saiu dos Estados Unidos, em um Cessna 170, e veio à cidade de Porto Nacional. Foi um dos pioneiros na importação de aviões voando para o Brasil. Decolou para a Panair, com mais cinco companheiros, e de lá vieram voando. E também um irmão que morreu em um acidente de avião, que se chama Antônio Geremias Alves de Oliveira. Esse meu irmão e eu ganhamos a vida juntos, voando em companhias, voando na Amazônia, e ele veio a morrer em um acidente aéreo na cidade de Alvorada, ali próximo a Gurupi, em Porto Nacional.

Portanto, a esses dois eu quero render esta audiência pública e todos os assuntos da aviação, sempre em homenagem a eles.

Não é fácil, Senador Paim, uma pessoa no País sair de aviador a Senador da República. E eu tenho o prazer de dizer que sou aviador de profissão, de atividade, não apenas como *hobby*. Eu e minha família ganhamos a vida voando. Portanto, tudo o que eu puder fazer pelos aviadores do Brasil irei fazer, com o maior prazer, aqui no Senado da República. Quero, com isso, dizer que conheço um pouco da aviação. Não conheço tudo, mas um pouco. Com o entusiasmo e a preocupação que tenho, espero contribuir muito com a regulamentação e, cada vez mais, com o aperfeiçoamento das regras para a aviação no País. Que a gente contemple efetivamente os interesses dos aviadores, mas em sintonia com as companhias. Não podemos, também, deixar inviabilizadas as companhias porque perderemos os postos de trabalho. De modo que essa nossa tarefa vai ser de bastante equilíbrio no sentido de contemplarmos da melhor forma possível os interesses das categorias, tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores.

Nesta audiência pública estamos tratando do Projeto de Lei do Senado nº 434, de autoria do Senador Blairo Maggi. Claro que é polêmico, aumenta a carga horária. Como pudemos observar, por meio dos brilhantes palestrantes, Senador Paulo Paim, a coisa é mais complexa, muito mais. Isso aqui é um pingo d'água no oceano. A aviação avançou, a tecnologia avançou e as leis do nosso País, principalmente as que regulam a aviação, têm de avançar também na medida em que vemos a necessidade. Por isso, apresentamos um requerimento.

Sobre esse assunto não vamos decidir agora, como V. Exª, inclusive, sugeriu. A ideia é a de trazermos esse assunto para a Subcomissão que apresentamos para tratar da aviação de um modo geral. Vai desde a regulamentação de ultraleves, de taxis aéreos, da aviação geral, regional, até as companhias e os aviadores dessa aviação, aviadores de ultraleves, para sabermos quais são as regras para eles, quais são as regras para os taxis aéreos, para os regionais, para companhias, enfim, vamos conciliar tudo isso. Vamos dar uma grande contribuição. Já estamos contando com alguns consultores na área do Senado. O Professor Jorge, muito amigo nosso – inclusive seu avô era amigo do meu pai –, hoje, é um moço preparado nessa área, o que demonstrou aqui. Além do Paulo, nosso diretor. A ideia é convidar o sindicato das empresas, o sindicato dos aviadores, a Anac, o Ministério do Trabalho, para participarem e sentarem à mesa conosco. Não podemos deixar de fora a Infraero, muito embora, imagino, Senador Paulo Paim – já o disse em uma conversa informal, mas a conversa de um homem público é sempre pública –, "cada macaco no seu galho".

Digo isso porque na Infraero está uma pessoa que não conhece os assuntos da aviação. O Presidente da Infraero é um homem que dedicou sua vida – e não quero, de forma alguma, entrar no campo da ordem pessoal – à questão dos bancos, da economia. A Infraero é uma questão de aviação, de aviadores e companhias. Ela é complexa. Acho que à frente da presidência da Infraero deveria e deverá estar um presidente que conheça, efetivamente, os assuntos da aviação, que saiba o que é uma aerovia, um ILS, por aí afora. Fico decepcionado quando vejo o presidente da Infraero anunciar puxadinhos em aeroportos enquanto se vê a China, esses países aí, investindo de forma fantástica em seus aeroportos, na infraestrutura aeroportuária. O Brasil não é um País de puxadinho mais. Nós somos uma economia forte, que devemos muito ao Presidente Lula. Agora estamos muito bem conduzido pela Presidente Dilma. Nós precisamos de uma infraestrutura de aeroportos de forma atender efetivamente às necessidades do País.

Vamos agora ter a nossa Copa do Mundo. E não acredito em administração de improviso.

Portanto, fica aqui essa nossa ressalva em relação a Infraero.

Já disse isso, inclusive, na Casa Civil, que me preocupa muito como aviador e como Senador ligado à área a forma de gestão com que se encontra a nossa Infraero.

Portanto, essa é a primeira audiência pública. Haveremos de contar com a contribuição e a colaboração ou da Presidenta Lúcia Vânia, na Comissão de Infraestrutura, ou do Presidente Senador Jayme Campos, no sentido de nos abrir a oportunidade, porque imagino que podemos discutir isso em uma ou outra Comissão.

E devo entrar em contato com o Presidente Sarney para que ele também colabore conosco no sentido

do atendimento do pleito do nosso requerimento para nos atender com a subcomissão, porque há várias subcomissões já instaladas na Casa, e nós vamos buscar um espaço nesse sentido.

Essa subcomissão será no sentido de uma subcomissão de trabalho. Com isso queremos dizer que a nossa intenção será de, em torno de seis meses, podendo ser prorrogado uns meses a mais, mas que, em seis meses, a gente tenha efetivamente alinhavada a questão da aviação e a regulamentação da aviação no País.

É uma subcomissão que queremos que ela seja com a participação de todos os envolvidos, mas para a gente trabalhar e apresentar efetivamente uma regulamentação equilibrada, que atenda aos aviadores e que atenda aos empregadores.

Não é fácil, mas vamos chegar lá.

De modo que peço sempre a compreensão de todos porque a minha intenção é aquela de fazer o melhor. E imagino que uma causa como essa, uma causa supernobre, que envolve inclusive, como já disseram aqui o Comandante Alencastro e os demais, a grande maioria do povo brasileiro, as famílias brasileiras, transporta pessoas, transporta riquezas. Enfim, todo o povo hoje, com a facilidade que temos hoje de voar, com passagens mais baratas, estamos tratando de um assunto importantíssimo.

Portanto, imagino eu, reconheço que todas as subcomissões são importantes, mas esta, na minha visão, será uma subcomissão muitíssima importante para tratarmos dos assuntos que tocam diretamente à família brasileira.

Quando a gente entra em um avião de uma companhia para voar, ali nós temos que ter a segurança desde a hora em que chegamos no aeroporto, o passageiro quer o conforto da Infraero. Não dá para você desembarcar no Aeroporto de Brasília e ficar esperando uma mala por mais de uma hora. Igual eu que cheguei, esses dias, de Palmas, fiquei mais de uma hora com a minha esposa aguardando uma mala para poder pegá-la.

Acho que todos têm compromissos.

Com relação ao embarque de bagagens na aeronave, a segurança para aquele embarque, além da segurança dos aviadores de estarem em plena condição de voo.

Portanto, é um conjunto que temos de discutir. Está aqui o amigo Pellegrino, que também vai contribuir conosco nesse grupo de trabalho que será dentro da Subcomissão.

Como aviador, quero aqui dizer claramente a posição que quero ter nesta Subcomissão. Eu quero, Senador Paim, sempre defender os aviadores do Brasil. Não é possível se admitir, uma vez que os aviadores do Brasil são como jogadores de futebol, são craques, em sua maioria são bons em voar, que se importe aviadores. Nós temos de defender a mão de obra nacional. Então, que as companhias, o Dr. Ronaldo nos compreenda nesse sentido de proteger a mão de obra nacional. Nós vimos o caso da Lan Chile, que é a parceria lá, importando aviadores. Não foi bom nem para a companhia, muito menos para os aviadores.

Portanto, precisamos valorizar o que é nosso, valorizar a Escola Superior de Aviação, que tem no Rio Grande do Sul, do Senador Paim, e em Goiânia; precisamos valorizar os aeroclubes. Nós temos aeroclubes fantásticos, que podem fazer parcerias, inclusive, com as universidades. Nós estamos fazendo um modelo em Tocantins, no aeroclube de Porto Nacional, que deverá ocorrer agora no próximo ano, uma parceria da Unitins, Universidade de Tocantins, com uma grade de aviação implantada em Porto Nacional no campus, em convênio com o aeroclube – o teórico na Unitins e o prático no aeroclube, o Governo do Estado –, inclusive, pagando, num convênio, a folha de pagamentos, dando, em contrapartida, bolsa para alunos de baixa renda. Quer dizer, um convênio fantástico que estamos bolando com o Governador Siqueira Campos, que já assimilou a ideia. Já estamos avançando na questão do convênio.

Portanto, ficam aqui essas colocações. Quero dizer que esta audiência pública foi um início do que vamos discutir pela frente. Esse projeto do eminente Senador e amigo Blairo é polêmico, como disse o Senador Paim. Ele aumenta a carga horária. Precisamos discutir melhor isso lá na Subcomissão. De modo que, no mais, peço, antes dos agradecimentos, a compreensão de todos para que a gente possa, efetivamente, construir uma regulamentação para a aviação no País que seja a melhor possível, a mais equilibrada. Haveremos de ter como membro o Senador Paim, que já se posicionou, que muito vai contribuir conosco. Tem vários Senadores que são simpáticos à aviação, que gostam. Portanto, a aviação é apaixonante.

Costumo dizer, nas minhas falas no Senado Federal, que três temas me sensibilizam. Um é a aviação, por ser um aviador; o outro são as hidrovias neste País, que ainda estão adormecidas. Nós, que vamos muito à Amazônia, sabemos da capacidade deste País de transportar pessoas e produtos pelas nossas hidrovias. As hidrovias, com certeza, têm custo mais barato e são o meio mais viável, ambiental e socialmente, porque, assim como sabemos que temos de preservar as rodovias e as ferrovias, vamos preservar os nossos rios. Eu, que venho de uma cidade às margens do rio Tocantins, Porto Nacional, gosto muito de

ver os barcos indo e vindo. Por isso, defendo reclusas junto à construção de hidroelétricas. Não dá para se construir hidroelétricas cortando o rio e a condição das pessoas irem e virem, que é uma condição, inclusive, constitucional. Portanto, hidrovias são o outro tema.

O outro são os povos indígenas, porque voei muito na Amazônia com eles. Aqui, sempre que posso, dou a minha contribuição para valorizar, para melhorar cada vez mais a condição de vida dos povos indígenas do nosso país. Recentemente, tivemos os Jogos dos Povos Indígenas na nossa cidade, Porto Nacional, com a participação de todos os Estados da Federação, inclusive do Rio Grande do Sul.

Quero me conduzir dentro desses três temas, como prioridade, aqui no Senado Federal.

Aviadores do Brasil, meus colegas, tenham a segurança de que vamos procurar fazer o melhor, claro, com esse pensamento do equilíbrio junto às empresas de aviação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Vicentinho, se me permite uma contribuição, formada essa Comissão – acho que todos aqui vão concordar –, nós podemos fazer uma visita ao nosso Executivo, ao nosso Governo, ao Advogado-Geral da União, no sentido de que se tenha uma solução para a questão do Aerus, para esses profissionais que deram a sua vida por nós.

Eu me lembro de que quando fui para a África pedir a libertação do Mandela eu levei um documento do Governo brasileiro e foram eles que, da nossa querida Varig, nos levaram e disseram: "Olha, estão dizendo que, se nós chegarmos com vocês aqui, eles vão bombardear. Eles não vão bombardear coisa nenhuma, nós vamos descer aqui com vocês." Esses homens e mulheres pagaram a vida toda o Fundo Aerus e, de repente, alguém se apropriou – o Governo que deveria fiscalizar – para uso indevido do dinheiro. Hoje, os comandantes estão ganhando salário mínimo.

Essa Comissão, por mim, se quiser, pode ser formada este ano, se V. Exª puder, para que a gente faça uma visita à Casa Civil, aos ministérios correspondentes, à AGU. Tem de ter uma solução! Morreram mais de 500 e a solução não veio. Em cada Estado a que vou, eles estão lá dizendo: "Muito obrigado, Senador Paim." Eu tenho de engolir em seco o muito obrigado, porque não fizemos nada a não ser brigar na tribuna e ficar para lá e para cá. Eles estão lá com a faixa humildemente, porque são diplomatas, são homens preparados. Em nenhum momento chegam aos eventos e dizem com faixas: "Obrigado, Senador. Sabemos que o Senhor está tentando." Isso mexe comigo. Quando falo eu sei que eles estão ouvindo esta audiência agora e sabemos do carinho que eles têm por nós e nós temos por eles. Tem de ser feita alguma coisa, não é justo! Sei que V. Exª nos lidera nesta área aqui na Casa. Quero estar ao lado de V. Exª para irmos aonde tivermos de ir, mas tem de ter uma solução! Os representantes da categoria sabem, os empresários também sabem. Nós temos de achar um caminho, eles não podem continuar morrendo e não recebendo nada. Nem para o enterro, a bem dizer, eles recebem mais. Veja a situação a que chegaram homens que, na sua atividade, ganhavam R$14 mil, R$ 15 mil por mês.

Então, fica o apelo a V. Exª, que é muito sensível a esse tema, para que possamos estar juntos nessa trincheira.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Senador Paim, bem lembrado.

Quando ainda Deputado Federal, recebi Graziela e outros membros. Fiz um pronunciamento na Câmara, que está registrado nos Anais, em defesa de todos. Muito bem lembrado por V. Exª a inclusão da questão dos aposentados da Varig e de outras companhias também, como a Transbrasil, parece-me. Precisamos discutir isso melhor. É um direito adquirido por eles, trabalharam com dignidade, transportaram vidas, riquezas, principalmente naquela época, quando você ia de barco ou de avião, porque as estradas eram poucas. Ainda mais, esses aviadores que já estão no final da vida lutam para receber sabe lá quando. Eles são daquela época em que ser aviador significava uma vida digna. Quando pousava um aviador no interior do Brasil, o prefeito, o juiz, o padre, enfim, todos iam receber aquele aviador. Portanto, ser aviador nessa época era o máximo. Se havia um aviador na cidade, só começava o baile depois que começava o aviador, o gerente do Banco da Amazônia, o do Banco do Brasil...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E o professor, permita-me, que era muito considerado neste país.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem lembrado, Senador Paim.

De modo que vamos, ao implantar a Subcomissão, discutir aqui, vamos discutir pelo Brasil, na Região Norte, na Região Nordeste. Já temos mais ou menos idealizada, Senador Paim, uma audiência pública em Belém, uma no Nordeste, em Recife ou Fortaleza, uma no Centro-Oeste, que deverá ser em Goiânia, uma em São Paulo, uma no Rio e uma no Rio Grande do Sul. Então, essa é a ideia, para que a gente ouça por lá o que eles pensam.

Alguma coisa, quando discutimos aqui recentemente numa sabatina do Diretor Passos, eu coloquei. Claro que eu disse que votaria pela aprovação, mas colocava algumas preocupações. Uma delas era – inclusive, foi revogada aquela portaria, Pellegrino – como um aviador sai de Campo Grande, do Rio Grande do

Sul, para vir fazer uma prova de regulamento de 20 minutos, de meia hora. Então, não tinha cabimento dificultar ainda mais a questão dos aviadores.

Nós temos um problema sério na Anac – e disso o Pellegrino tem conhecimento – com relação aos funcionários da Anac, no Rio de Janeiro. Eles pensam apenas no seu trabalho e na ordem pessoal e familiar. Eles não pensam no Brasil. A Anac tinha de estar toda em Brasília, com todo respeito pelo Rio de Janeiro, para facilitar a vida dos aviadores das empresas de táxi aéreo. Enfim, temos de trazer para Brasília porque, para você ter uma ideia, um aviador, para renovar a sua licença médica, às vezes, dura dois, três meses, a sua licença técnica também, por causa da burocracia do Rio de Janeiro.

Então, precisamos corrigir isso. Não é fácil, porque compreendo o corporativismo, mas, acima do corporativismo, precisamos ter um pensamento no Brasil mais avançado. A Anac precisa avançar nesse aspecto de facilitar a vida dos aviadores do Brasil.

Portanto, se alguém quiser fazer uso das considerações finais, está aberta a palavra. *(Pausa.)*

Dr. Pellegrino, Diretor de Operações, V. Exª de cinco minutos.

O SR. CARLOS EDUARDO DA SILVEIRA PELLEGRINO – Muito obrigado, Senador.

O senhor colocou um ponto importantíssimo. A gente não podia se furtar de colocar essas novidades porque, como o senhor bem colocou – o senhor já esteve na Anac várias vezes, até quando eu estava como presidente interino, já conversou com o Diretor Marcelo, com o Diretor Passos –, é uma preocupação da Agência e dos seus diretores toda essa parte do tratamento dos nossos pilotos.

Hoje em dia ninguém precisa mais ir a nenhum lugar, a não ser na sua própria casa, para postar qualquer documento para a Agência. Apesar de toda a dificuldade, como o Georges bem colocou, o crescimento neste ano foi imenso, não existe um adjetivo melhor do que esse. Saímos de uma média de cerca de 800 processos/mês, corrigindo você, Georges, para 4 mil processos/mês registrados no nosso sistema. Não há como uma Agência, dentro da visão do serviço público, concurso público, suportar, dentro de um planejamento... Começamos o ano com 75 servidores nessa área e estamos hoje com 26, justamente porque, pelo planejamento da lei que criou a Agência, que foi discutida em 2004 e colocada em vigor em 2006, tínhamos de devolver os militares, e, lógico, tem-se que cumprir a lei. A Agência não teve a oportunidade de receber todos os servidores concursados. Hoje temos um déficit de cerca de 700 servidores.

Para fazer frente a esse desafio, a área de tecnologia da informação trabalhou muito. Hoje, da sua casa, Senador, o senhor, que é piloto como eu, pode postar toda a documentação para se regularizar. O nosso portal já está com essa ação. Foi agora recém publicado o novo Regulamento, o de nº 183, que amplia para a aviação geral a possibilidade de credenciar examinadores. Com isso, não só as empresas aéreas, mas também os aeroclubes e as associações... E aí gostaria de ressaltar uma ação que já estamos fazendo e que está tendo muito sucesso, e a gente convida todas as associações para participar com a gente. A Abraphe foi pioneira com relação a isso. Ela iniciou um projeto conosco. Hoje não estamos tendo problema nenhum nos processos de revalidação dos pilotos de helicóptero, principalmente na área de São Paulo.

Temos feito campanha de avaliação, e eles já se estão programando para criar seus próprios examinadores credenciados. Aqui, o pessoal da ABUL já está programando-se para fazer a mesma coisa. Nós conversamos com o Dr. Sucupira, da APPA, para fazer o mesmo. Estamos cativando isso, porque a ideia da agência é abrir. Exatamente, o senhor esteve lá, em maio. Eu me lembro, o senhor esteve lá conosco, em maio, comigo e com o Diretor Passos, e colocou esse pleito.

Logicamente, é uma coisa – o senhor sabe muito bem – que a gente não consegue fazer de uma hora para outra, mas o desafio para a Agência foi colocado, e a gente espera finalizar este ano. Esperamos poder vir ao seu gabinete, para dizer "Senador, a gente conseguiu".

Trocamos... O custo da mudança das pessoas talvez seja muito caro, mas, com a tecnologia que se tem hoje em dia, fica muito mais fácil resolver o problema, porque ele é um problema não só meu, que sou viador e também diretor da Agência, mas de todos os aviadores e de todos aqueles que possuem licença.

Estão aqui a Graziela, que é comissária, e outros, que têm outras licenças emitidas na Anac. A Anac tem esta responsabilidade de emitir e de manter as suas licenças.

Hoje, o nosso portal está excelente, muito elogiado por outras autoridades que o consultam, para convalidar as licenças. E estamos até emitindo a nossa carteira, com a possibilidade de ela ser provisória, coisa que nunca tinha sido feita antes. O pessoal criticava. Os Estados Unidos fazem isso, e outras autoridades o fazem.

Hoje, se o senhor precisa fazer uma revalidação, se a Casa da Moeda ou os Correios deixaram... Se houve algum problema, e a licença deixou de chegar à sua casa, conforme nossa carta de serviço, o senhor

pode imprimi-la na sua casa. É válida por 90 dias, mas dá tempo de enfrentar o desafio, como foi mais esse. Houve uma greve dos Correios, e passamos, com sucesso, por todo esse problema.

Então, a Agência tem suas dificuldades, reconhecemos. Mas queremos colocar claramente: estamos trabalhando para melhorar. Com relação ao servidor, estamos buscando junto ao Ministério do Planejamento um novo concurso. Aí, sim, com um novo concurso, a gente vai buscar realocar todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Antes de encerrar, mais uma vez, muito obrigado pela vinda dos senhores comandantes, que vieram aqui para contribuir muito.

Coloco extrapauta um requerimento do Senador Lindbergh Farias e do Senador Paulo Paim.

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2011 – CAS

Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública destinada à apresentação e ao aprofundamento do Plano "Viver sem Limite" – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência –, que foi lançado, em 17 de novembro, pela Presidenta Dilma Roussef. Serão convidadas a Ministra-Chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, responsável pela gestão executiva do Plano, e a Ministra da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Ministra Maria do Rosário Nunes, responsável pela coordenação da implementação do Plano, para que possam esmiuçar as diversas ações ali previstas.

Autoria: Senadores Lindbergh Farias e Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Nem um minuto. É uma iniciativa do meu querido amigo, Senador Gilberto Farias, que nos convidou para assinarmos juntos o requerimento, e o faremos com enorme satisfação – a Comissão de Direitos Humanos e a subcomissão que ele preside, que trata da questão da pessoa com deficiência.

É um belo projeto lançado pela Presidenta Dilma, e as duas Ministras viriam à Comissão, para detalhar mais o projeto, que, tenho certeza, vai trazer muita alegria para cerca de 26 milhões de brasileiros que têm algum tipo de deficiência.

Naturalmente, eu também vou torcer para que, nesse embalo, isso ajude a aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já aprovamos no Senado e que está na Câmara dos Deputados.

Esse é o objetivo do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo queiram ficar como estão.

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – Se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pois não.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – É rapidinho.

Senador Paim, a tradução do filme é simples. É um grito de socorro dos pilotos do mundo inteiro. Os europeus, cuja legislação é de tantas horas por mês, estão pedindo socorro para reduzi-las. Os americanos, com 190 horas, estão pedindo socorro para reduzi-las. Então, está bonito no papel que são 190 horas, mas os pilotos estão pedindo socorro: "Reduzam! Porque nós, cansados, somos perigosos".

Senador Vicentinho?

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pois não.

O SR. GELSON DAGMAR FOCHESATO – O problema não é aumentar a jornada. O problema, aqui no nosso País, é o cumprimento da lei que estiver em vigor.

Nós temos, no sindicato, 2.400 denúncias, desde fevereiro do ano passado até agora, sendo que 70% dessas denúncias são de descumprimento da regulamentação. Não é para voar mais do que 85 horas não, Senador, é a escala de vôo mudando diariamente. As pessoas não têm vida social. E sem vida social, sem a saúde, cuidado! A pessoa marca um médico para amanhã e quando chega a São Paulo, a empresa diz: "Olha, amanhã você não está de folga mais não; amanhã a gente vai fazer o vôo tal". Aí, cancela o médico.

Quando nós sairmos daqui, muitos dos senhores vão almoçar, não vão almoçar? Está escrito em algum lugar que tem de ser comida quente ou fria? Não está escrito, mas todos vão almoçar uma comida quente. Tem uma empresa brasileira, moderninha, que não tem refeição quente. Então, imagine, Senador, uma tripulação trabalhar por 14 horas sem refeição quente, porque a empresa entende que uma saladinha serve? Então, a questão não é trabalhar 10, 12 ou 50 horas. A questão é que a lei implementada seja efetivamente cumprida. É isso que deixo claro para os senhores. O grito é de socorro para pilotos e comissários; e mecânicos de vôo para empresas que ainda os têm.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Muito bem, presidente.

Bom, muito obrigado pela presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente audiência pública.

Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 25 minutos.)

ATA DA 52ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia sete de dezembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Waldemir Moka, Paulo Davim, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Cícero Lucena, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcante, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Clásio Andrade e das Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Justificam ausência os Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Braga e Eduardo Amorim. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 4 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2011** *Altera o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, definindo que nos repasses de recursos oficiais seja exigida a certidão negativa de débito junto ao FGTS.* **Autoria:** Senador José Pimentel. **Relatoria:** Senador Casildo Maldaner **Relatório**: Pela aprovação com a Emenda que apresenta. **Resultado**: Matéria é Retirada de Pauta, a pedido do Autor. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2010**. *Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados.* **Autoria:** Senador Arthur Virgílio **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010. **Resultado:** Matéria é Retirada de Pauta para reexame, a pedido do Relator. **ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2011** *Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o descredenciamento de prestador ou de profissional de saúde.* Autoria: Senador Lobão Filho Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011. **Resultado**: Matéria é Retirada de Pauta para reexame, a pedido do Relator. **ITEM 16 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2011.** *Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelecendo a retenção da receita de medicamentos sujeitos à prescrição de profissionais habilitados.* **Autoria**: Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria**: Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado**: Matéria é Retirada de Pauta, a pedido da autora. **ITEM 20 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2011.** *Regulamenta o exercício da acupuntura.* Autoria: Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011. **Resultado**: Matéria é Retirada de Pauta para reexame, a pedido do Relator. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2011.** *Dispõe sobre a jornada de trabalho e a concessão de férias dos trabalhadores de saúde que atuam em unidades de urgência e emergência de serviços de saúde.* **Autoria**: Senador Paulo Davim. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **Relatório**: Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. **Resultado**: Aprovada a oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ. A matéria retornará à CAS, em Decisão Terminativa. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2009.** *Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos veículos de passageiros e mistos movidos a tração elétrica.* **Autoria**: Senador Flávio Arns. **Relatoria**: Senador Gim Argello **Relatório**: Pela aprovação do PLS nº 255, de 2010, com as três Emendas que apresenta; e pela rejeição dos PLS's nºs 44 e 364, de 2009, que tramitam em conjunto. **Resultado**: Matéria é Retirada de Pauta para reexame, a pedido do Relator. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 364, DE 2009.** *Altera o art. 11 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que "dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores e dá outras providências", para determinar que os veículos leves híbridos utilizem, além da energia elétrica, apenas biocombustíveis.* Autoria: Senador João Tenório **TRAMITA EM CONJUNTO**

COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 255, DE 2010. *Concede benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com veículos híbridos ou movidos a tração elétrica, suas partes e acessórios.* Autoria: Senador Roberto Cavalcanti. **ITEM 18 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2011**. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar explícito que a gratuidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) e para vedar a cobrança, por parte das unidades da rede própria do SUS, pela execução de ações de saúde.* **Autoria**: Senador Humberto Costa. **Relatoria**: Senador Casildo Maldaner. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011. **ITEM 18 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2011**. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar explícito que a gratuidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) e para vedar a cobrança, por parte das unidades da rede própria do SUS, pela execução de ações de saúde.* **Autoria**: Senador Humberto Costa. **Relatoria**: Senador Casildo Maldaner. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011. **ITEM 9 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2010**. *Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham bisfenol-A em sua composição.* **Autoria**: Senador Gim Argello **Relatoria**: Senador Paulo Davim. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2010. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2010. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2003**. *Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatoria:** Senador Cyro Miranda. **Relatório:** Pela aprovação do PLS nº 5, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos PLS's nºs 314, de 2005 e 200, de 2004, que tramitam em conjunto. **Resultado:** Lido o Relatório, matéria é Retirada de Pauta, a pedido do Autor. **TRAMITA EM CONJUNTO COM. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2004.** *Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM. PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005.** *Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.* Autoria: Senador Paulo Paim. **ITEM 15 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2011**. *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar o direito à cirurgia plástica reparadora no âmbito do Sistema Único de Saúde.* **Autoria**: Senador Gim Argello. **Relatoria**: Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2011. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2011. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006**. *Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.* **Autoria**: Senador Valdir Raupp. **Relatoria** "Ad hoc": Senadora Ana Amélia. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado**: Concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 19 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2011**. *Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir isenção da contribuição destinada à Seguridade Social nos casos de contratação realizada conforme a política de reinserção social prevista no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).* **Autoria**: Senador Waldemir Moka. **Relatoria**: Senadora Ana Amélia. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011 e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2010.** *Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito.* **Autoria**: Senador Gilberto Goellner Relatoria: Senador Vicentinho Alves. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010. **Resultado:** Concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2004.** *Altera o artigo 2º da Lei 10555, de 13 de novembro de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R$ 100,00 (cem reais), de que trata a Lei*

Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. **Relatoria**: Senador Cyro Miranda **Relatório**: Pela aprovação com a Emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2004 e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 5 – Não TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2011.** *Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC.* **Autoria**: Senador Vital do Rêgo. **Relatoria**: Senador Vicentinho Alves. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011 na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **ITEM 18 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2011.** *Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar explícito que a gratuidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) e para vedar a cobrança, por parte das unidades da rede própria do SUS, pela execução de ações de saúde.* **Autoria**: Senador Humberto Costa. **Relatoria**: Senador Casildo Maldaner. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011. **ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 322, DE 2010.** *Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som (discjockey) e Produtor DJ (disc-jockey).* **Autoria**: Senador Sérgio Zambiasi. **Relatoria**: Senador Paulo Paim **Relatório**: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010 e as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **ITEM 20 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 473, DE 2011**. *Regulamenta o exercício da acupuntura.* **Autoria**: Senador Eduardo Suplicy. **Relatoria**: Senador Paulo Paim. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2011. **Resultado**: Matéria é Retirada de Pauta para reexame, a pedido do Relator. **ITEM 1 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011 – CAS .** *Nos termos do inciso I, do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP para debater a Campanha Nacional em Defesa da CLT e avaliar os trabalhos da subcomissão em 2011. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão.* **Autoria**: Senador Paulo Paim. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 2 – EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011 – CAS**. *Em aditamento ao Requerimento de nº 63 /2011 – CAS, que dispõe sobre a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 606, de 2011, que "altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho", requeiro que seja incluído no rol de convidados o Dr. Renato Henry Santana, Presidente da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.* **Autoria**: Senadora Ana Amélia. **Resultado**: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Waldemir Moka, Cyro Miranda e as Senadoras Ana Amélia, Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas, especialmente aos Srs. e Srªs Senadoras.

Havendo número regimental, declaro aberta 52ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária e da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Apreciações dos Itens 1 a 20, conforme pauta previamente divulgada.

São cinco itens não terminativos e quinze itens terminativos.

O Item 4 (PLS nº 184, de 2011); o Item 11 (PLS nº 316, de 2010); o Item 13 (PLS nº 165, de 2010); o Item 16 (PLS nº 348, de 2011) e o Item 20 (PLS nº 473, de 2001) serão retirados de pauta para reexame das matérias.

Os relatores pediram para retirá-los de pauta e, regimentalmente é possível, portanto, estão sendo retirados de pauta.

Eu gostaria de, aqui, fazer um breve comunicado.

A CAS aprovou o requerimento para o comparecimento das Ministras Gleisi Hoffmann, Ministra-Chefe da Casa Civil, e Maria do Rosário Nunes, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, para apresentação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, ou seja, Viver sem Limite, lançado pelo Governo Federal.

As Ministras foram convidadas a explicarem o programa no âmbito da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiências, vinculada à CAS.

O requerimento para o comparecimento das Ministras é de autoria do Senador Lindbergh Farias, que é o presidente da Casdesp.

Consulto o Senador Paulo Paim, que já nos honra com a sua presença, se V. Exª também foi signatário desse requerimento, ou seja, convidando as Ministras.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sim. Às Ministras Gleisi e Maria do Rosário, para discutirmos as políticas públicas para Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Acho que é uma grande iniciativa e um belo momento, pois encerraríamos os nossos trabalhos desta Comissão presidida por V. Exª com as presenças de duas Ministras que estão fazendo – no meu entendimento – um trabalho muito bom no nosso Governo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Fiz essa indagação tendo em vista ser o requerimento de autoria apenas do Senador Lindbergh. Então, V. Exª foi o signatário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A iniciativa foi do Senador Lindbergh. Como ele não se encontrava, eu, naturalmente, o subscrevi, porque temos caminhado juntos nessa questão das pessoas com deficiência: Comissão de Direitos Humanos e Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – cumprimento V. Exª por ser signatário desse requerimento.

A audiência via acontecer nesta quinta-feira, dia 8 de dezembro, às 11 horas, aqui nesta Comissão.

É bom que se esclareça que são 650 milhões de pessoas no mundo, aproximadamente, portadoras de deficiência, cerca de 10% da população mundial. Essas pessoas não têm as mesmas oportunidades oferecidas à população em geral

Pelo último Censo do IBGE, 14.5% da população brasileira possuem algum tipo de deficiência, totalizando, aproximadamente, 26.5% de pessoas.

A pesquisa retrata que os deficientes no Brasil, pesquisa realizada pelo Centro das Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a maior proporção dessas pessoas, se encontram no Nordeste, ou seja, 16.8%; e a menor, no Sudeste, 13,1%.

Por outro lado, quero fazer um breve comunicado: no dia 13 de dezembro haverá uma grande conferência do Interlegis com diferentes setores envolvidos no combate às drogas no Brasil, a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos, álcool, *crack* e outras drogas, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais, vai apresentar as conclusões do relatório final, resultado de nove meses de trabalho.

Instalada em março deste ano, a Subcomissão ouviu 32 pessoas em 12 audiências públicas. Foram convidados representantes de movimentos sociais, de comunidades terapêuticas, de sindicatos, de instituições privadas, dependentes químicos e gestores das três esferas de governo.

As sugestões para as políticas públicas de combate ao uso e tráfico do *crack* e outras drogas químicas no Brasil estão no relatório de autoria da Senadora Ana Amélia, com recomendações divididas em três grandes áreas: assuntos sociais, prevenção e uso de drogas, reinserção social, segurança pública, legislação penal e saúde pública de tratamento.

Uma missão parlamentar organizada pelo Presidente da Cadesp, Senador Wellington Dias, visitou a Holanda, a Suécia, o Reino Unido e Portugal, para analisar a legislação internacional, o sistema prisional, alternativas de tratamento de dependentes químicos, políticas públicas e resultado da descriminalização.

A votação do relatório final está prevista para o dia 14 de dezembro na Comissão de Assuntos Sociais e já votado pelos integrantes da Subcomissão. Portanto, no dia 14, de forma conclusiva, estaremos votando o relatório apresentado aqui e faremos um balanço. Se não for no dia 14, no dia 21, esta Comissão pretende divulgar o balanço de nossas atividades, não só dos projetos que foram aprovados, como também das subcomissões, que tiveram um trabalho muito eficiente, trazendo para esta Comissão resultados que certamente serão muito oportunos. Nós poderemos ajudar também o Poder Executivo em soluções de graves problemas, sobretudo esta Subcomissão, que é importante com relação ao *crack*, que avança e que tem dilacerado o tecido social da família brasileira.

De modo que quero crer que o trabalho que realizamos neste ano de 2011 foi fértil, próspero, Senador Paulo Paim. Não tenho dúvida alguma da contribuição de V. Exª. Particularmente me dirijo ao senhor como um dos grandes Senadores da República, que atua em outras comissões, mas quero me referir particularmente a esta, à Comissão de Assuntos Sociais.

Tenho certeza de que o ano de 2011 deu a possibilidade a que pudéssemos contribuir com posições,

ideias, propostas e sugestões ao Poder Executivo e, certamente, a segmentos da sociedade brasileira. Dessa forma, caminharemos juntos, de mãos dadas, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas, acima de tudo, de mãos dadas com a sociedade brasileira.

Tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Jayme Campos, pelo brilhante trabalho realizado durante este ano, que, com certeza, se repetirá nos próximos anos, não só nesta Comissão, mas em outras que atuaremos juntos, como temos atuado.

Disse em uma oportunidade e repito: esta, na minha avaliação, foi a comissão mais produtiva. O mérito é de V. Exª, de toda a equipe e dos Senadores que entenderam. Fico feliz, porque é um momento em que, no Brasil, a questão social, na minha avaliação, não tem tido a relevância que merece. Quando digo a questão social é na sua amplitude.

V. Exª sabe das minhas preocupações, por exemplo, com os aposentados, que até hoje não têm resposta, sempre há uma desculpa que, no meu entendimento, não me convence, de que não dá para melhorar a vida desses homens e mulheres que construíram este momento bonito da história. Podemos falar para o mundo, comparando com o que passa hoje a Europa e os países envolvidos, que atravessamos um momento até positivo, mas fruto – e sou daqueles que reconhece – de um acúmulo de um trabalho de anos. Sou um dos que reconhece aqui o trabalho do ex-Presidente Fernando Henrique. E o Plano Real? Vamos desconhecer que o Plano Real foi importante para a estabilidade da moeda? Como não vamos desconhecer – V. Exª é um daqueles que reconhece – o trabalho do ex-Presidente Lula, da Presidenta Dilma.

Fizemos muito, mas ainda temos muito a fazer, principalmente no aspecto social. E a sua Comissão representa, incorpora essa visão de um mundo moderno, com preocupação com o econômico e também com o social, que é a nossa Comissão de Assuntos Sociais.

Então, meus cumprimentos a V. Exª. Se eu não estiver aqui no dia 21, quero de já cumprimentá-lo. Pode ter certeza de que, se dependesse de mim, se pudéssemos dar um prêmio para a Comissão mais operante, eu daria para esta aqui. Estou falando francamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sei os outros Senadores das outras Comissões me entenderão, até porque sou Presidente também de uma Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Quando toco aqui, acho que é muito importante falarmos do governo Fernando Henrique. Ele tem seu mérito, ninguém pode desconhecer e, evidentemente, também de forma muito clara, o Presidente Lula. O Brasil cresceu, avançou em muitas políticas públicas e em infraestrutura. Todavia, como disse, ainda há muito o que fazer.

O que me traz uma certa preocupação, Senador Paulo Paim, nesses últimos dias, principalmente agora, é a questão da desaceleração da economia brasileira.

Lamentavelmente, os números de hoje, que a grande imprensa nacional divulgou, principalmente por meio da Rede Globo, no Bom Dia Brasil, são realmente preocupantes. O Governo está tomando algumas medidas, principalmente no que diz respeito a crédito, para que a nossa economia interna, ou seja, o consumo interno brasileiro não desacelere, não desaqueça nossa economia, porque isso afeta um conjunto, principalmente na questão do desemprego. Na medida em que o nosso parque industrial, ou seja, as nossas exportações, as nossas indústrias deixarem de produzir, com certeza isso será muito ruim, vai diminuir o número de vagas, empregos e, com certeza, pode atingir outros segmentos. Já há, meu caro amigo, Senador Paulo Paim, prazer em recebê-lo.

Então, acho que o Governo está tomando as medidas corretas, infelizmente, estamos acompanhando a Europa de uma maneira geral, praticamente quebrou. Evidentemente, o Brasil, até certo ponto, está blindado. É óbvio, evidente que não poderíamos desconhecer e deixar de nos preocuparmos com que essa crise, que ela também pudesse nos afetar. Claro, natural, bem menos. O Ministro Guido Mantega hoje declarou que as providências serão tomadas, vai facilitar os créditos e hoje ninguém pode desconhecer que a economia nacional é forte. Temos 200 milhões de brasileiros praticamente e todo esse pessoal consome. Principalmente, neste momento, acho que é mais do que importante continuarmos com nossa economia crescendo e trazendo saldo positivo na balança comercial e na exportação. Acima de tudo, acho que o grande garantidor da economia é o mercado interno brasileiro, até porque aumentou o poder de compra não só da classe média, mas, sobretudo, do próprio trabalhador brasileiro.

Eu tenho visto, acompanhado, Senador Paulo Paim, que no Brasil todos os setores estão aquecidos. A construção civil aqueceu muito e isso permitiu a geração alguns milhares de empregos em nosso País. O mesmo em todos os segmentos. Tenho percebido isso em Mato Grosso. Tenho andado em algumas cidades,

em algumas regiões e ali se percebe claramente que mudou o cenário em todas as áreas. Praticamente, é quase uniforme. Todos estão crescendo, estão se desenvolvendo e isso permite que nós tenhamos um País com mais oportunidades. Gerando oportunidades, fazemos com que tenhamos empregos para a população, principalmente aquelas pessoas que dependem visceralmente do novo momento ímpar do emprego, que dá a ele justiça social.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, meu Presidente. Assino embaixo. Estou vendo a grandeza de V. Exª. Fiz um gesto reconhecendo o Plano Real e não desconhecendo o trabalho feito pelo ex-Presidente Fernando Henrique, passando pelo trabalho também excelente feito pelo Presidente Lula. V. Exª fortaleceu ainda o trabalho do Presidente Lula. V. Exª é de oposição, que foi do Governo anterior, mas, além de elogiar o Presidente Lula, V. Exª também enfatizou a importância do Governo da Presidenta Dilma, no qual o País, resumindo sua fala, está virado num canteiro de obras. Que bom! Gerando emprego, renda, distribuindo renda e fazendo com que a vida do brasileiro tenha uma qualidade melhor. Claro que nós aqui temos feito nosso papel. Ontem mesmo, acho que o Congresso, embora com uma ou outra posição diferente, é natural, deu já uma demonstração de maturidade, aprovou o Código Florestal. Claro que há aqui meu Senador do lado, que tem seu voto contra e é natural. Não foi o Código ideal. Claro que sabemos que não foi, mas todos tiveram que ceder um pouco. Aqueles que têm uma posição, digamos, mais dura em relação ao meio ambiente tiveram que ceder; os agricultores e produtores rurais também tiveram de ceder, para se aprovar o código possível. Mas aprovamos. E eu espero que hoje, ainda, a Casa aprove a Emenda 29, com o nosso voto muito firme a favor dos 15% do município, 12% do estado e 10% da União. Vamos esperar que isso aconteça e depois votaremos a DRU.

Sr. Presidente, permita-me que eu termine, para avançarmos nos trabalhos. Claro que eu gostaria que a DRU não incidisse sobre a seguridade. Mas sei que se eu apresentasse uma emenda agora, até conseguiria as 27 assinaturas, porque sei que V. Exª, por exemplo, assinaria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu seria um dos signatários, com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu já tinha umas quinze assinaturas e me perguntaram: Você não quer dar o nome dos quinze que assinaram? Não. Não vou dar, porque há alguns com quem não falei ainda e sei que talvez assinassem. Mas nós sabemos que se apresentarmos uma emenda, tranca tudo. Aí, não se vota a DRU, que é importante no difícil momento por que passa a economia do nosso País, jogando a DRU para o ano que vem, gerando um problema enorme.

Eu tenho uma PEC que visa a fazer com que a DRU... E V. Exª assinou. Todos os Senadores. O Clésio assinou. O Paulo Davim assinou, para assegurar que essa PEC tramite e amanhã ou depois nós consigamos que a DRU não incida mais sobre a seguridade social.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pode contar comigo. Eu acho que a PEC do senhor é realmente louvável, meritória e muito importante.

Agora, é bom que se esclareça, em que pese eu não ser da base do Governo particularmente porque por quatro vezes ocupei cargo do Executivo, que o Governo precisa ter um instrumento até na movimentação. Ninguém pode esquecer, na medida em que...

O que ocorre? A Presidente Dilma está pedindo que fosse protelada, ou seja, postergada para mais, se possível até 2015. Eu não sou contra, até porque sei que ela precisa ter, naturalmente, uma ferramenta, um instrumento na mão para fazer algumas mudanças no seu orçamento; para facilitar, sobretudo nesses momentos de crise que o Brasil vive. Mas me parece que ontem chegamos a um denominador comum.

Pela informação que tenho, hoje começaremos a votar a Emenda 29 e também a DRU. Nesse caso, vamos caminhar juntos, nem que, naturalmente, a Emenda 29 seja, vamos imaginar num todo, em três anos, se for o caso. Essa é a tese que eu tenho em mente, porque o País tem suas dificuldades. Então, se não forem aprovados os 10% para serem usados a partir do próximo ano, que sejam 8%, 9% e 10% em três anos. O mais importante é atingirmos um nível de 10%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vamos construir um caminho. Alguns Senadores levantaram essa tese e também achei que é possível avançarmos nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu acho que é possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E veja bem V. Exª que na nossa conversa aqui acho que quem a nós está assistindo... Eu recebi já umas duas ou três mensagens cumprimentando pela maturidade, reconhecendo o Governo passado e o presente. A própria DRU é fruto do Governo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas a estamos bancando juntos, praticamente: oposição e governo, porque se entende que é um instrumento importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Do governo passado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Do governo passado. Antes do governo...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Lula.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Lula e Dilma.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E nós estamos bancando que a DRU tenha de ser mantida pelo menos até 2015.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Perfeito.

Obrigado.

ITEM 6
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 144, DE 2011

Dispõe sobre a jornada de trabalho e a concessão de férias dos trabalhadores de saúde que atuam em unidades de urgência e emergência de serviços de saúde.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela oitiva preliminar da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ.

Observação:

– Votação simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero, mais uma vez, cumprimentar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu quero fazer uma observação, Senador Paulo, de que apenas será a leitura do relatório pelo Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É em caráter terminativo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Ah, é terminativo.

Então, farei a leitura dele. Enquanto isso, buscamos quórum necessário para votação.

Sr. Presidente, o nobre e competente Senador Paulo Davim apresentou à Casa o Projeto de Lei nº 144, que tem por objetivo regular a jornada de trabalho e a concessão de férias dos trabalhadores de saúde que atuam em unidades de urgência e emergência de serviços de saúde.

É bom, para quem está assistindo à TV Senado, saber que o Senador Paulo Davim, aqui ao meu lado, é médico e conhece a área como ninguém. Por isso, os meus cumprimentos antecipados – e o meu voto – pelo seu brilhante projeto.

A proposição determina que a duração normal dos empregados e dos servidores públicos em unidade de urgência e emergência, inclusive as pré-hospitalares de serviços públicos de saúde, não excederá 12 horas diárias e 36 horas semanais.

É obrigatória a concessão de um intervalo diário para repouso e alimentação, de 30 minutos, não computados na duração da jornada.

Poderá haver prorrogação de tempo da jornada de trabalho na vigência de catástrofes, emergências de saúde pública ou de outra situação que acarrete grave risco à saúde da população. Nesse caso, o tempo de trabalho excedente será remunerado pelo valor da hora normal, acrescido como manda a nossa Constituição dos respectivos 50%.

Com relação à concessão de férias, o projeto prevê que, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a 40 dias de férias, sem prejuízo da remuneração, a ser usufruída em dois períodos de 20 dias em cada semestre.

Também não muda muito, porque hoje para outros setores são 30 mais 10, o que significa 40. Apenas se está ofertando que pode ser até de 20 mais 20. As férias serão concedidas, observando-se a necessidade do serviço.

Sr. Presidente, não vou ler todo o relatório. Está claro aqui, pela leitura da parte principal, que já fiz. Toda a argumentação justifica a importância da aprovação desse projeto.

Em vista do exposto, o voto é pela oitiva preliminar da Comissão de Justiça e Cidadania, nos termos do que dispõem o art. 101, Inciso I, e o art. 133, Inciso V, alínea "d", ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim, o belo relatório e consulto se V. Exªs já querem discutir essa matéria ou aguardar mais pelos Senadores.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, posso fazer...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro.

Em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Paulo Davim. A V. Exª, que é autor do projeto, está assegurada a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, veja bem, todos sabem da minha atividade profissional. Eu milito na urgência e emergência, sou intensivista, trabalho em UTI; também, há muitos anos, exerço funções nas instituições médicas estaduais e nacionais e acompanho de perto essa questão do desgaste dos servidores da saúde que trabalham nesses setores.

Todos nós sabemos, e a literatura médica apresenta sobejamente matérias científicas, trabalhos científicos, pesquisas, apresentando o desgaste orgânico que os profissionais que trabalham nesse tipo de atividade trazem consigo.

Então, é muito frequente os profissionais que trabalham em urgência e emergência desenvolverem, ao longo de suas atividades, doenças que chamamos de doenças do estresse, que são as hipertensões, as colites, as gastrites, os distúrbios do sono, que são os mais frequentes, a desidrose, as fibromialgias, até mesmo a síndrome de Burnout.

Houve um trabalho publicado pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, desenvolvido por 15 psicólogos, a grande maioria, doutores e pós-doutores, sobre a síndrome de Burnout nos servidores de saúde em Natal, que apresentou um dado assustador, alarmante.

O trabalho, de cunho científico e com a chancela da Universidade Federal, mostrou que 5% dos servidores da saúde tinham tentado suicídio. Ou seja, eles não tiveram ideias suicidas, tentaram o suicídio de fato. Há um desgaste, um momento de exaustão emocional, psicológica e física desses servidores, até porque, Sr. Presidente, com essa proposição nossa de dois períodos de férias por ano, não estou inventando nada. Isso não é nada de novo, porque os profissionais que trabalham com radiologia já são contemplados com esses dois períodos de férias; os profissionais que trabalham com DST e AIDS já são contemplados com esses dois períodos de férias, porque a lei compreende que há um desgaste maior, que esses profissionais estão submetidos a um estresse maior, até porque, quando a lei contemplou os profissionais que trabalhavam e trabalham com radiação ionizante, naquele período os equipamentos eram – eu diria – jurássicos e não tinham a facilidade de mobilização que se tem hoje. Atualmente, Sr. Presidente, os aparelhos de raios X são cada vez mais compactos. Eles entram nas UTIs, vão para os centro cirúrgicos e fazem raios X na beira do leito. Eu que trabalho em UTI... Em uma UTI que tenha 10 leitos, se precisarmos fazer raios X de um paciente, começamos, se for possível, do primeiro leito até o último leito. Todo o dia acontece isso e expõe não só o profissional médico, mas toda a equipe de radiação ionizante. Portanto, se essa lei é verdade para quem trabalha em radiologia, essa lei tem de ser verdade para quem trabalha em terapia intensiva também porque se expõe à radiação ionizante do mesmo jeito.

Há pouco tempo a Anvisa estabeleceu novos critérios para os consultórios odontológicos que possuem raios X odontológico. Mudaram-se os critérios, criando parâmetros de segurança. Ora, e vejam que o potencial ionizante de raios X em um gabinete odontológico é bem menor que o de um aparelho de raios X dentro da UTI, dentro de um centro cirúrgico e até mesmo em uma unidade de politrauma em um hospital de urgência. É bem menor! No mínimo, é uma radiação de 500 mil ampères.

Então, existe um contrassenso e eu quero apenas adequar essa lei e abranger os profissionais que se submetem à radiação ionizante também; além, evidentemente, dos profissionais que estão submetidos a um desgaste muito grande.

Olha, Sr. Presidente, trabalhos científicos mostram que profissionais que trabalham em regime de urgência em hospitais morrem mais cedo do que qualquer outro profissional que trabalhe em outro tipo de atividade. Então, a quantidade de profissionais que se entregam ao etilismo é muito grande para quem trabalha nessas áreas. É uma necessidade de espairecer quando se sai de uma jornada extenuante de plantão e urgência. Os profissionais que saem de lá dificilmente vão direto para casa. Eles procuram um bar ou um restaurante para fazer uma espécie de higiene mental pelo desgaste orgânico e emocional a que eles são submetidos. O senhor sabe muito bem que, cada vez mais, nossa saúde apresenta uma deficiência muito grande e isso expõe o profissional.

Portanto, essa lei é necessária, até porque essa lei e esses cuidados... Cuidar de quem cuida é uma obrigação dos governos, do estado... Do estado em *lato sensu*. Em países desenvolvidos, de Primeiro Mundo, isso já existe: o estado procura proteger esses profissionais. Essa lei é uma lei que vem ao encontro dos anseios daqueles que trabalham em urgência e emergência por este País afora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Exª. Continua em discussão a matéria.

Com a palavra, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu ouvindo as explicações do Autor, eu me convenço, cada vez mais, de que ele está com a razão. Por isso, Sr. Presidente, eu percebo aqui que eu tenho uma orientação de que este projeto de lei seria

primeiro discutido na CCJ, mas, também, Sr. Presidente – se essa for a vontade do Autor – eu quero que...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se me permite, eu quero antecipar... Esta matéria vai à CCJ e depois retornará para CAS para ser votada em caráter terminativo. Isso é uma informação que dou a V. Exªs.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, acho que é até melhor para o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exato.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Porque senão eu alteraria meu parecer, nós votaríamos e mandaríamos para lá. Mas como a recomendação da consultoria foi só para ver... Como se trata de empregado da área pública – e isso é de iniciativa do Executivo... Pelo que percebi aqui... Quando eu digo... O voto é pela oitiva preliminar da CCJ... Que ele fosse para a CCJ e que volte para cá de forma definitiva. Eu, naturalmente, darei o parecer favorável. Se o Autor concorda, votaríamos dessa forma, só para ver a questão da constitucionalidade. Aprovado lá, com os devidos ajustes – que talvez eles façam – vem para cá...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quando retornar para cá, ela vai ser votada em caráter terminativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E voltaria para este Relator, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado. Fica assegurado o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Depois do belo relatório de V. Exª, mais do que justo nós continuarmos.

Não tendo mais quem queira discutir, comunico que iremos suspender a votação para aguardarmos quórum. *(Pausa.)*

É uma matéria que vai ter que ser retirada. Já comuniquei que vai à CCJ.

Eu quero comunicar que o Item 2 também será retirado de pauta, a pedido do Relator, Senador Gim Argello, para uma nova análise.

Nós temos aqui o item 18, com a presença do Relator e Vice-Presidente, Casildo Maldaner. Eu gostaria de ter indagar a V. Exª, que está... *(Pausa.)*

Tem o item 9 também, mas é decisão terminativa. O relator do item 9 é o Senador Paulo Davim.

V. Exª faz questão? *(Pausa.)*

Vou colocar este projeto e depois o projeto de V. Exª.

ITEM 18
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 366, DE 2011

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para tornar explícito que a gratuidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) e para vedar a cobrança, por parte das unidades da rede própria do SUS, pela execução de ações de saúde.

Autoria: Senador Humberto Costa

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011.

Observação:

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para proferir o seu relatório. Após a leitura e discussão do relatório, Senador Paulo Paim, quero comunicar a V. Exª que vamos colocar o item 9, se não me falha a memória, que tem V. Exª como Relator da matéria.

Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, vem ao exame da Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 366, de 2011, de autoria do Senador Humberto Costa. A iniciativa altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 [portanto há 21 anos], (Lei Orgânica da Saúde), para tornar explícito que a gratuidade é um princípio do Sistema Único de Saúde (SUS) e para vedar a cobrança, por parte das unidades das redes próprias do SUS, pela execução de ações de saúde.

Para isso, o projeto acrescenta dois dispositivos novos ao texto da Lei Orgânica da Saúde:

i) um inciso ao art. 7º (que estabelece os princípios segundo os quais devem ser organizados e operados os serviços públicos de saúde e os privados contratados ou conveniados com o SUS) para acrescer o princípio da "gratuidade das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde";

Aí tem mais as letras ii, a primeira é a i, que acrescenta, agora são dois ii.

ii) um parágrafo com dois incisos ao art. 32 (que trata das fontes de recursos para o financiamento do sistema), para proibir a venda de ações de saúde por parte dos serviços próprios estatais de saúde e a concessão, por parte desses serviços, de privilégio, prioridade ou reserva de leitos para beneficiários de planos privados de assistência à saúde.

A proposição é justificada como uma forma de suprir a inexistência de norma jurídica que estabeleça explicitamente a gratuidade do atendimento prestado pelo SUS.

Segundo ao autor da proposição, "o princípio da gratuidade no SUS não está referido de maneira expressa na Constituição Federal, mas é aceito como um princípio implícito na nossa Lei Maior". Da mesma forma, afirma que em nenhum lugar na legislação federal brasileira está escrito que o atendimento do SUS deve ser gratuito.

Paralelamente a isso, denuncia um "movimento insidioso de apropriação dos serviços públicos por interesses privados, mormente as operadoras de planos de saúde", caracterizado pela venda – cada vez mais frequente – de ações de saúde para clientelas privadas, pelos hospitais de ensino.

A continuar nesse caminho – conclui o nobre Senador Humberto Costa – em breve teremos a generalização da chamada "dupla porta".

Por isso, o projeto não recebeu emendas e será apreciado terminativamente por esta Comissão.

Análise.

Tem grande mérito a proposição do Senador Humberto Costa.

O projeto de lei que ele oferece à consideração desta Casa supre lacuna importante em nosso ordenamento jurídico e institui norma eficaz para prevenir esse "movimento insidioso" – para usar suas corretas palavras – de apropriação dos serviços públicos de saúde por interesses outros que não a saúde de nossa população.

Quanto à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, não há o que obstar à proposição: cuida de matéria cujo exame compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado; a matéria se insere na competência da União para legislar sobre proteção e defesa da saúde, segundo dispõe a Constituição Federal em seu art. 24, XII; não fere princípios fundamentais e atende à Constituição Federal quanto à espécie do processo legislativo para tratar do assunto – lei ordinária.

Está, ademais, vazado em boa técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2011.

Este é o relatório, Sr. Presidente, nobres colegas, para fazer com que não haja aquela dupla porta em que muitos planos de saúde aproveitam para internar pelos hospitais públicos, universitários. Aí, têm o plano de saúde, mas aproveitam para jogar na conta do SUS. Tem que colocar um fim nisso. Esta é a intenção do projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Casildo.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para discutir, Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, serei breve. Eu quero parabenizar o Senador Humberto Costa por essa iniciativa, porque, na verdade, é o seguinte: todas as vezes em que uma situação se agrava, existem soluções mirabolantes que surgem. Então, nós sabemos que a saúde no Brasil não vai bem e começam a surgir opções de melhoramento de forma cada vez mais criativa, e nem sempre essa criatividade trará benefício real.

Uma das soluções "criativas" é a dupla porta, com o argumento de que a dupla porta vai possibilitar entrada de recursos para que possam ser utilizados com o paciente do SUS. Nós sabemos que isso não sai da retórica. É um argumento falacioso, porque, na hora em que eu abro para atender pacientes privados ou pacientes conveniados de operadoras de plano de saúde, eu diminuo o número de leitos oferecidos à população carente. Então, na verdade, vai se agravar ainda mais a situação da saúde pública no País.

Portanto, eu acho que esse projeto visa a coibir esse equívoco. Eu acho que o serviço público tem que ser genuinamente público, usando os recursos públicos, para atender o segmento carente, que não tem acesso à saúde privada, à saúde suplementar.

Portanto, eu quero apenas externar a minha opinião e parabenizar a iniciativa do Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Davim.

Encerramos a discussão.

Salvo melhor juízo, o nosso valoroso e eminente Senador Moka queria discutir. Mas imagino que S. Exª, tendo chegado agora... Não sei se quer discutir essa matéria.

Nesse caso, consulto e indago. Eu não sei se V. Exª chegou aqui rapidamente para discutir essa matéria ou não. V. Exª está com essa disposição ou não está?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu quero confessar que estou recebendo um telefonema da Secretária de Saúde do meu Estado, preocupada com a informação de que o Governo vai retirar o pedido de urgência da Emenda nº 29. Só porque estamos na Comissão de Saúde quero falar da importância. Estou sendo deselegante, sem querer, com V. Exª, mas não poderia deixar de falar com minha contemporânea de faculdade, Drª Beatriz

Dobashi, que inclusive presidiu, ou preside, o Fórum Nacional dos Secretários de Saúde do nosso País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se ajuda, o que eu sei até o momento é que há um acordo para a gente votar a Emenda nº 29 no plenário. Vamos para lá para votar a Emenda nº 29.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente, a nossa proposta de hoje é irmos para votar, até porque ontem foi anunciado pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que já estava sendo feito o encaminhamento. Mas, antes de concluir, concedo a palavra...

Vamos encerrar a discussão dessa matéria, que foi da relatoria do Senador Casildo Maldaner, e, depois, passaremos para outras matérias.

Encerro a discussão e retiro o projeto. Vamos aguardar quórum para votarmos, tendo em vista que esse projeto é de caráter terminativo.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, apenas reafirmo a apreensão do Senador Moka em relação à Emenda nº 29.

Como disse o Senador Paim – e V. Exª confirma –, ontem, à noite, no limiar da votação do Código Florestal, o Líder do Governo acenou dizendo que havia um acordo para votar a Emenda nº 29. Não acreditamos que tenha havido o rompimento dessa palavra porque isso é muito importante. Há uma expectativa enorme de Parlamentares da Câmara dos Deputados, igualmente, da Frente Parlamentar da Saúde, do nosso conterrâneo, o Deputado Darcísio Perondi, e de outros Parlamentares envolvidos nesse processo de votação da Emenda nº 29. Portanto, não é possível aceitar um retrocesso em relação ao acordo de ontem.

Queria também, além dessa preocupação, voltar ao tema. Foi encerrada a discussão, mas é apenas uma curiosidade que queria expor ao autor do projeto, Senador Paulo Davim, já lido pelo Senador Paulo Paim. É sobre a definição da carga horária dos trabalhadores na saúde, no setor público.

Senador Paulo Davim, gostaria de saber por que V. Exª deu ênfase... Vinha ouvindo a Rádio Senado e prestei atenção em seus esclarecimentos. Concordo plenamente que na área do atendimento de emergência e urgência o nível de estresse não só do médico, mas dos enfermeiros, de todos os que trabalham nesse atendimento é realmente muito sério. O seu projeto define 36 horas semanais e 40 dias de férias divididos em 20 e 20. A proposta envolve também o recepcionista, todos os funcionários do hospital ou apenas os funcionários que estão submetidos a essa carga de estresse?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senadora, os servidores que trabalham em regime de urgência, atendendo diretamente o paciente, e que se expõem à radiação ionizante são os técnicos, os enfermeiros, os bioquímicos, enfim, os profissionais que trabalham diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Só a parte administrativa está excluída.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – São só os profissionais que lidam diretamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – As pessoas que trabalham diretamente com os atendimentos de urgência e emergência.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi a dúvida que eu tive.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se eu bem entendi é extrapauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Exatamente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Entendido. Agora compreendi. Obrigada Senador. Obrigada, Presidente.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos**.** Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

ITEM 9

– Terminativo –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 159, DE 2010

Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para proibir a comercialização e a oferta de mamadeiras, bicos e chupetas que contenham bisfenol-A em sua composição.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2010.

Observações:

– Em 24/11/2010, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– Votação nominal.

É muito importante essa matéria.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, antes de ler essa análise, eu queria apenas informar aos Srs. Senadores o que vem a ser o bisfenol-A.

Esta substância, que é utilizada na confecção de mamadeiras, de chupetas, do bico da mamadeira, evita a porosidade nesses equipamentos plásticos. Deixa aquele duro plástico liso internamente e diminui ou, praticamente, zera a porosidade, mas é cancerígena e, além disso, poderá alterar hormonalmente o paciente. Funciona, no organismo, como o estrógeno, que é um hormônio feminino. Pode também ter ação desregulando a tireoide. Nos países da Europa e Estados Unidos da América, eles já não usam essa substância, que já foi proscrita.

Portanto, este projeto aqui, no Brasil, vem beneficiar e, evidentemente, prevenir os nossos pequenos brasileiros de poderem, no futuro, desenvolver algum tipo de câncer ou distúrbio hormonal.

Mas passo à leitura da análise.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que a matéria – proteção à saúde – conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

Conforme salientado pelo autor e pela relatora na CDH, Senadora Rosalba Ciarlini, o bisfenol-A é uma substância química largamente empregada na fabricação de policarbonatos, que, no entanto, oferece potencial cancerígeno quando ingerida. Nesse sentido, o projeto é especialmente meritório, pois visa a proteger o ser humano na fase mais sensível de sua vida, ou seja, na infância.

Com efeito, estudos publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstraram que a ingesta diária média de bisfenol-A é muito variável, mas foi estimada em 0,2mg/kg (dois décimos de micrograma por quilograma) de peso corporal em bebês amamentados exclusivamente no peito; de 2,3mg/kg naqueles alimentados por fórmulas infantis usando mamadeiras sem policarbonato; e de 11,0mg/kg de peso em lactentes em uso de fórmulas oferecidas em mamadeiras fabricadas com policarbonato. Para adultos, a estimativa de consumo foi de 1,5mg/kg de peso corporal.

Isso demonstra cabalmente que os lactentes constituem o segmento populacional mais afetado pelo uso disseminado do bisfenol-A pela indústria. Dessarte, a proposição legislativa sob análise é precisa ao vedar o uso da substância em produtos empregados na alimentação infantil.

O potencial carcinogênico do bisfenol-A está registrado na literatura médica internacional, bem como seus efeitos deletérios sobre o sistema endócrino. Considerando a existência de dúvidas sobre os níveis seguros de exposição ao produto, a medida mais prudente e racional a ser adotada é afastá-lo da alimentação das crianças. E isso deve ser feito o mais rápido possível.

No mais, não há reparos a fazer em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa do PLS nº 159, de 2010.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 159, de 2010.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senador Paulo Davim.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma consideração rápida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A Anvisa propôs essa discussão, no âmbito, inclusive, do Mercosul, pela importância do projeto. Se a Anvisa propôs, na mesma linha, no âmbito do Mercosul, e o debate está avançado, é mais do que justo que o Senado da República aprove um projeto que só vai contribuir, inclusive, para o debate que, com certeza, faremos lá, no Mercosul, Senadora Ana Amélia, Simon, enfim, todos os Senadores e Deputados, que estão no Parlasul. Já levaríamos um projeto aprovado do Senado brasileiro para fortalecer a mesma posição dentro do Mercosul.

Pela total aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Encerro a discussão.

Vamos retirar de pauta, aguardando quórum. Estamos quase concluindo o nosso quorum, tendo em vista que esta matéria é de caráter terminativo.

Esta Presidência informa que as emendas da CAS foram admitidas pela Comissão Mista de Orçamento, aguardando apenas a votação do relatório final para saber quais valores vão permanecer nas emendas.

O Senador Waldemir Moka foi o relator das emendas aqui na CAS.

ITEM 1
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, DE 2003

Dispõe sobre reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 5, de 2003, na forma do Substitutivo que apresenta; e pela rejeição dos PLS's nºs 314, de 2005 e 200, de 2004, que tramitam em conjunto.

Observações: – *Votação simbólica.*

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 200, DE 2004

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 314, DE 2005

Dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, com a permissão do Senador Cyro, eu vou presidir a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, gostaria que, após a apreciação do Senador Cyro, eu pudesse relatar o Item 15.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª, com a concordância expressa, será atendido na forma regimental. Após o relator Cyro Miranda, a V. Exª, Senador Mozarildo, está assegurada a leitura do relatório.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Jayme Campos, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero dizer que é sempre um prazer ser o relator das matérias do Senador Paim, pela sua competência e também pelo seu espírito sempre de estar defendendo o trabalhador.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 5, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo, a partir de maio de 2004, e dá outras providências, entre as quais a de conceder o mesmo reajuste a todos os benefícios mantidos pela Previdência Social.

Por meio do Requerimento nº 415, de 2011, foi determinado que passassem a tramitar em conjunto com o PLS nº 5, de 2003, os PLS nº 200, de 2004, e nº 314, de 2005, ambos também de autoria do Senador Paulo Paim, devendo as matérias retornarem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), e, em seguida, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para decisão terminativa.

Por fim, o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2005, que institui uma política de reajuste para o valor do salário mínimo e para os benefícios mantidos pela Previdência Social, propõe uma correção inicial do salário mínimo que vigoraria a partir de 1º de maio de 2006. Ademais, a partir de 1º de maio de 2007, o salário mínimo e os benefícios previdenciários deveriam passar a observar critérios de reajuste automático que preservem seus valores reais. Para o salário mínimo, prevê-se, além disso, a garantia de concessão de aumento adicional equivalente ao dobro da variação real positiva do PIB verificada no ano anterior. Em caso de variação nula ou negativa, não cabe a concessão de incremento real, apenas o reajuste monetário.

Não foram apresentadas emendas aos referidos projetos de lei.

Análise.

Todos os projetos são semelhantes, pertinentes e de elevado alcance social, pois visam proteger o poder de compra do salário mínimo e, por conseguinte, a renda do trabalhador mais carente.

Há que se considerar o incremento na demanda agregada decorrente da elevação do salário mínimo, o que provoca crescimento econômico. Estima-se que a massa de rendimentos de todos os beneficiários do salário mínimo em 2010 tenha sido majorada em aproximadamente R$ 20 bilhões.

Concordamos com as iniciativas em análise, pois tratam o salário mínimo como instrumento de inclusão social no bojo de uma ótica redistributiva.

Além disso, as proposições preocupam-se em estabelecer critério permanente de reajuste do piso nacional, retirando a margem aleatória dos aumentos. No entanto, não compartilhamos com o fato de que o formato do reajuste deva ser estendido a todos os benefícios de aposentadoria. Reajuste do salário mínimo é política de trabalho e renda, e não política previdenciária. Ademais, uma possível inclusão de um dispositivo dessa natureza poderia colocar em xeque a Previdência, já com sérios problemas de equilíbrio financeiro. Não há cálculo atuarial que dê suporte para a defesa de aumentos reais para benefícios previdenciários nos mesmos patamares que o salário mínimo, salvo, por determinação constitucional, para o piso dos benefícios.

Apresentamos, assim, substitutivo, e quero dizer ao Senador Jayme Campos que esse substitutivo foi discutido com o autor, Paulo Paim, e também com o Governo, para que pudéssemos fazer então um substitutivo que não tivesse rejeição.

O objetivo é consolidar todas as propostas constantes dos projetos em pauta, levando-se em conta os esforços empreendidos pela Comissão Mista Especial do Salário Mínimo, que procurou restituir o cunho distributivo do salário mínimo, não apenas pelo resgate de sua função social, mas também pela iniciativa im-

plícita do estabelecimento de um mecanismo legal e permanente para o seu reajuste.

Dessa maneira, propomos que o salário mínimo receba, anualmente, a correção monetária dos últimos doze meses, conforme variação do INPC, e além disso, perceba, a título de aumento real, percentual correspondente à média das variações positivas do PIB dos últimos três exercícios. Além disso, propomos que a data-base dos reajustes seja o mês de janeiro, facilitando a discussão de seu valor no âmbito das discussões do orçamento federal.

O aspecto que mais chama a atenção nessa alternativa é o fato de que variações muito grandes de um ano para outro podem contaminar o índice da correção. Além disso, a política pode constranger governos posteriores, tanto no sentido de pagar valores muito inferiores, como superiores, que comprometeriam o Tesouro, mediante o INSS. Basta observarmos que, na política atual, a correção do salário mínimo poderá atingir patamares próximos aos 15%. Sem dúvida será um grande benefício à grande parte da população, mas sofreremos, novamente, com ameaças às contas do governo, comprometendo outras partes importantes do orçamento público.

Voto

Ante o exposto, e em função do disposto no art. 260, II, "b" do Regimento Interno do Senado Federal, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2004, e nº 314, de 2005, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2003, na forma do seguinte Substitutivo:

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 5, DE 2003
(Substitutivo)

Dispõe sobre regra permanente para o reajuste anual do valor do salário mínimo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O salário mínimo será reajustado, no mês de janeiro de cada exercício, em percentual que reflita a preservação do poder aquisitivo e aumento real.

Art. 2º O percentual a título de preservação do poder aquisitivo do salário mínimo será aferido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor –INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado nos doze meses anteriores ao mês do reajuste.

Art. 3º O percentual a título de aumento real do salário mínimo será, no mínimo, equivalente à média das taxas de variação real do Produto Interno Bruto – PIB dos três exercícios anteriores.

§ 1º A taxa de variação real do PIB do ano corrente levará em consideração o valor do PIB deste ano em relação ao seu valor no ano imediatamente anterior.

§ 1º Somente serão levadas em consideração, no cálculo da média de que trata o *caput*, as taxas positivas de variação real do PIB.

§ 2º As taxas de variação e a média referidas no *caput* serão apuradas pelo IBGE e divulgadas até o último dia útil do mês imediatamente anterior ao da aplicação do respectivo aumento real.

Art. 4º Na hipótese de não divulgação de pelo menos um dos percentuais de que trata o art. 1º, o Poder Executivo da União estimará os percentuais para o período não disponível, permanecendo válido para os fins desta lei, sem qualquer revisão, sendo os eventuais resíduos compensados no reajuste subsequente, sem retroatividade.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogados os arts. 2º. 3º e 4º da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

Esse projeto foi amplamente discutido tanto com o relator como também com a área do Governo.

Esse é o nosso relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cyro Miranda

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...como autor do projeto e reconhecendo o belíssimo trabalho feito pelo Senador Cyro Miranda, na verdade nós vamos ver que eu tenho diversos projetos e esse é de 2003. E como ele é de 2003, no andar da carruagem, permitam que eu use esse termo, nós aprovamos uma medida provisória que está garantindo o reajuste todo dia 1º de janeiro e nesse ano vai ser na faixa de quase 15%,o que vai ser um belo ganho para o trabalhador do salário mínimo.

Mas por que eu estava mantendo, na verdade dos fatos, o projeto? Porque eu queria que nós construíssemos uma política de valorização também para os aposentados e pensionistas, que pode ser, como o Senador Cyro também levanta, até mesmo desvinculada do salário mínimo. Mas temos que ter uma política nesse sentido.

Se o Senador Cyro Miranda concordar, nós retiramos de pauta, para a gente poder dialogar um pouco mais sobre esse tema, porque, na verdade, em matéria específica de salário mínimo, nós já temos uma política consolidada. E em tese, os quatro ou cinco proje-

tos que eu apresentei poderiam estar prejudicados. O que eu gostaria é de, no diálogo, talvez, chegar a um entendimento de apontar – e estamos discutindo com o Ministro Garibaldi, inclusive – uma política permanente de valorização dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Se o Senador Cyro concordar, eu pediria que nós tirássemos hoje de pauta para que pudéssemos dialogar sobre o tema.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Concordo perfeitamente, Senador Paim.

Fui avisado de que, se nós vinculássemos aos benefícios da previdência social, o Governo faria de tudo para que não fosse aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu sei.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Então, eu acho que seria bom se nós conversássemos, iríamos ao Ministro e vamos ver se fazemos outra proposta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Comunico que foi retirado de pauta, por pleito feito pelo autor do projeto.

ITEM 15
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 312, DE 2011

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para assegurar o direito à cirurgia plástica reparadora no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Senador Gim Argello

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2011.

Observação: – *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, inicialmente agradeço a gentileza que me deu de relatar logo em função de um compromisso que tenho em seguida.

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 312, de 2011, de autoria do Senador Gim Argello, acrescenta parágrafo único ao art. 19-M da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir as cirurgias plásticas corretivas ou reparadoras entre os procedimentos terapêuticos que configuram a assistência terapêutica integral no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS).

O art. 19-M é um dos dispositivos que compõem o capítulo recentemente incorporado à Lei Orgânica da Saúde pela Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011, "para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do SUS". Esse artigo define "assistência terapêutica integral" como a dispensação de medicamentos e produtos de interesse para a saúde e o oferecimento de procedimentos terapêuticos e as condições em que isso é devido pelo sistema.

O PLS nº 312, de 2011, estabelece que as cirurgias plásticas corretivas e reparadoras, inclusive as de lesões decorrentes de violência ou acidentes, incluem-se no rol desses procedimentos.

A proposição é justificada pelo seu autor como necessária, frente à dificuldade de acesso a esse tipo de cirurgia no SUS, mesmo àquelas para reparar sequelas graves e deformantes. A explicitação do direito serve, assim, para assegurá-lo definitivamente e para que não reste dúvida sobre a importância do procedimento.

O projeto não recebeu emendas e será apreciado terminativamente por esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Análise.

Concordamos com o propositor quanto à necessidade de ampliação da oferta de cirurgias reparadoras no âmbito do SUS. Aqui é bom esclarecer que não são cirurgias estéticas, mas apenas reparadoras. Do nosso ponto de vista, a positivação do direito a esse acesso, objeto da proposição, deverá constituir elemento favorecedor da revisão das políticas correspondentes e da ampliação do financiamento e da oferta dos procedimentos referidos.

Tem mérito, portanto, o projeto.

Quanto à regimentalidade, constitucionalidade e juridicidade, também não há reparos a fazer: (i) cuida o projeto em análise de matéria cujo exame compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado; (ii) a matéria se insere na competência da União para legislar privativamente sobre seguridade social, que compreende a saúde e, portanto, as atribuições do SUS, e concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre proteção e defesa da saúde, segundo dispõe a Constituição Federal em seus arts. 22, XXIII, e 24, XII; (iii) não fere princípios fundamentais e atende à Constituição Federal quanto à espécie legislativa adequada para tratar do assunto – lei ordinária.

Está, ademais, vazado em boa técnica legislativa.

Portanto, o voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado 312, de 2011.

Vamos proceder à votação em caráter nominal.

Temos quórum para votar a matéria relatada pelo Senador Mozarildo Cavalcanti.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti? Voto conhecido.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade o Projeto de Lei do Senado nº 312.

Será comunicada a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Nós temos alguns itens que já foram lidos, cujas matérias são de caráter terminativo, que eu gostaria que, se possível, nós votássemos também. Já foram lidos e discutidos. Entraremos em processo de votação.

A Senadora Ana Amélia foi relatora desta matéria, do item 8.

ITEM 8
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 61, DE 2006

Altera o art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

– Em 16/11/2011, a Presidência designa Relatora "ad hoc" a Senadora Ana Amélia, em substituição ao Senador João Vicente Claudino;

– A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 26 de outubro; 09, 16, 23 e 30 de novembro de 2011; sendo adiada a sua apreciação;

– Votação nominal.

A matéria já foi discutida na Comissão.

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 61, de 2006, ressalvada a emenda da relatora.

Vamos proceder à votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e com a relatora, Sr. Presidente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, já está em votação? É porque estamos combinando...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consultei. V. Exª quer discutir?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Não, não é discutir, não, Sr. Presidente, é porque estamos combinando com a relatora... Tem um problema no projeto. Nós vamos ter que pedir vista...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Que aliás é um problema que afeta o próprio benefício ao

trabalhador, ao beneficiado. Então a gente pretende corrigir essa falha e voltar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Fazer a emenda de redação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu gostaria de uma vista coletiva para...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É regimental. Eu consulto o Plenário.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Retirado para aguardar o entendimento. Concedido o pedido de vista feito pelas Senadoras Ana Amélia e Ana Rita.

ITEM 19
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2011

Altera os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para instituir isenção da contribuição destinada à Seguridade Social nos casos de contratação realizada conforme a política de reinserção social prevista no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD).

Autoria: Senador Waldemir Moka

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observação: *Votação nominal.*

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu parecer.

Estou aqui diante de várias matérias que já foram discutidas. Aguardo apenas a votação. E, no afã de votar, tendo em vista o bom andamento desta Comissão, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir seu parecer.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E como muito aprecia V. Exª, vou direto à análise, caro Presidente.

Em análise da matéria – concessão de isenção por um ano de contribuições previdenciárias para estimular a reinserção de usuários e dependentes de drogas – não detectamos impedimentos constitucionais, jurídicos ou regimentais. A iniciativa é a comum, prevista no art. 61 da Carta Magna, e a competência é do Congresso Nacional, nos termos do art. 48 do mesmo Texto Constitucional.

Quanto ao mérito, a proposição apresenta inegáveis aspectos positivos. É sabida a resistência dos empregadores na contratação, como empregados, de ex-usuários e ex-dependentes de drogas em processo de recuperação. Para além de eventuais preconceitos descabidos, devemos reconhecer que o risco de uma recaída está quase sempre presente nesses casos e o trabalho de reabilitação envolve a consciência, pelo próprio indivíduo em tratamento, de que a luta contra o vício é renovada a cada dia.

O papel relevante do trabalho e do emprego sempre foi reconhecido e é sempre lembrado quando se pretende estimular a reinserção de indivíduos na cidadania, dando-lhes condições mínimas de saúde psicossocial. Um ambiente de normalidade controlada, como o das grandes empresas, serve para que o empregado encontre novas amizades, motivação e sentido para a existência.

É justo, então, que o Estado ofereça aos empregadores dispostos a colaborar no combate à dependência química uma compensação e um estímulo para que eles participem efetivamente no esforço das políticas públicas sobre drogas. Em última instância, haverá economia nos gastos com a saúde, com a previdência e com a assistência social.

E, sendo a seguridade grande beneficiária do sucesso dessas políticas, nada mais adequado do que conceder uma isenção temporária, em benefício de empregados e empregadores, nos encargos sociais relativos ao custeio da Previdência Social.

É esse, enfim, o objetivo do projeto em análise.

A proposição, além disso, atenta para a responsabilidade fiscal, atribuindo ao Poder Executivo a estimativa do montante da renúncia fiscal e elaboração de demonstrativo, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Sendo assim, reconhecemos a procedência dos argumentos favoráveis à aprovação da proposta, expostos pelo nobre proponente, o caro Senador Waldemir Moka, que, como Paulo Davim, também é médico. Mozarildo também é médico.

Entretanto, a redação prevista para o § 15 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 1991, parece-nos inapropriada, pois se refere ao cálculo, e não à contribuição em si. Para corrigir essa impropriedade redacional, estamos propondo emenda de redação.

Voto.

Em face das considerações expostas, opinamos pela aprovação do

Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao § 15 do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, a seguinte redação:

"**Art. 22** ....
... .

§ 15. A contribuição prevista no inciso I deste artigo não incidirá sobre as remunerações dos empregados admitidos, conforme o § 3º do art. 20 desta lei, durante o primeiro ano de vigência da relação de emprego (NR)".

Esta é a apresentação do voto e da emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Está em discussão o relatório da Senadora Ana Amélia, do projeto de lei do Senador Waldemir Moka.

V. Exª tem preferência por ser autor do projeto.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Rapidamente.

Sr. Presidente, durante a discussão, aliás, aprovamos o relatório da valorosa Senadora do Rio Grande do Sul. Minha amiga Ana Amélia relatou na Subcomissão presidida pelo Senador Wellington Dias, de dependentes químicos, de uma forma mais genérica, uma coisa que chama a atenção: os dependentes químicos, usuários de droga, depois de desintoxicados, quando param de usar a droga, a grande dificuldade é você fazer com que eles voltem a conviver em sociedade. Muitas vezes, esses dependentes ficam um ano, dois anos em tratamento. E há uma dificuldade para você conseguir vaga no mercado de trabalho. Então, o projeto visa apenas e tão somente estimular as empresas a admitir.

Às vezes, essa figura do ex-drogado não é correta porque sempre será um dependente químico. Mas o contato com a sociedade, principalmente se ele encontrar um trabalho e passar a ter uma vida a mais normal possível, vai contribuir muito para que o tratamento se torne mais eficaz. Nesse sentido é que estou dando uma isenção às empresas que contratarem esse tipo de pessoas acometidas dessa dependência química. Então, estou sendo bem objetivo.

O projeto é basicamente nessa linha, Sr. Presidente. Aliás, ouvi muito isto aqui, e a Senadora Ana Amélia também, que o grande problema, nessas comunidades terapêuticas, é que exigiam... Eu estou com um moço lá há mais de um ano, mas não temos como socializá-lo novamente, para que ele volte ao convívio na sociedade.

É nesse sentido, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns, Senador Moka!

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o autor e a relatora, mas aproveito este momento para dizer que precisamos refletir de forma coletiva aqui, o Congresso Nacional, não só o Senado, e também o Executivo. Votarei, com tranquilidade, a favor do projeto – deixo bem claro isso. Mas é bom lembrar que, conforme o último dado da Anfipe, houve, nos últimos sete anos, mais de R$100 bilhões de renúncias fiscais da Previdência, ou seja, da seguridade social.

É claro que esse é um caso específico. Mas eu apenas faço este comentário – nada contra, pois esse caso é um caso que merece –: toda vez que se fala em renúncia fiscal da Previdência significa que menos dinheiro entra e aposentado não tem reajuste.

Era só para fazer esse comentário rápido, não sobre este caso.

Respeito aqui a iniciativa do Senador Moka, relatada pela Senadora Ana Amélia. É justo, é justo, mas que nós nos lembremos, em outras situações, de tantas renúncias fiscais, e que deixemos de lado a Previdência. Nesse caso, concordo na íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e encerro a discussão.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, só para comentar isso mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, eu acho que até englobaria, de um certo modo, a parte dos cumprimentos que faço aqui ao Senador Moka e à Relatora Ana Amélia. Estou vendo aqui na agenda que, amanhã, teremos audiência pública na Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiência, para a apresentação do plano Viver sem Limite. É um plano a saúde, aos direitos da pessoa com deficiência.

Foram convidadas a Chefe da Casa Civil, Ministra Gleisi Hoffmann, responsável pela gestão executiva do plano, e a Ministra da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Maria do Rosário Nunes, responsável pela coordenação e implementação do plano. Será na quinta-feira, dia 8, às 11 horas.

Parecer que vai haver uma audiência pública para tratar das pessoas com deficiência.

Temos uma proposta, ou já passou por aqui, de as empresas que admitirem pessoas com deficiência terem alguma isenção. De um certo modo, que as pessoas com dependência química venham ao encontro dessa proposta do Senador Moka, relatada pela Ana Amélia.

Eu acho que isso coincide com essa tese.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero só fazer um adendo aqui ao

Senador Moka, ao seu projeto, e à própria relatora. Surgiu aqui uma ideia. É um projeto que busca, como bem disse aqui o Paulo Paim, uma renúncia fiscal. Ninguém é contra. Entretanto, na regulamentação dessa lei, eventualmente, pode se colocar que essas pessoas que usavam drogas, como você disse, têm que ser inseridas na sociedade, então, nós estipularíamos um prazo na regulamentação. Ou seja, após três anos, essa empresa que contratou poderia deixar de ter esse privilégio de ter...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É um ano?

Resolvido o problema.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu ia até argumentar com o Senador Paulo Paim de que é apenas e tão somente por um ano. Isso serve para estimular mesmo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª entendeu que elogiei o projeto. Aproveitei o ganho. E, nesse caso, assino embaixo. Será por um ano.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Entendi e compartilho com o argumento de V. Exª. Não podemos tirar, por qualquer motivo, recursos da previdência, porque isso vai fazer falta em algum momento. Mas, como isso será por um ano, será uma forma apenas de estimular mesmo a reinserção dessas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª está de parabéns, Senador Moka!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, apenas esclareço ao Senador Casildo Maldaner, que tem preocupação social a respeito dos portadores de necessidades especiais, que, hoje, a legislação já prevê determinado número de empregados, o percentual que as empresas precisam contratar nessas condições. Então, já faz parte de uma legislação social existente no Brasil qualquer tipo de deficiência, para habilitar pessoas a essa atividade. Aliás, as empresas têm tido dificuldades de encontrar essas pessoas. Colocam anúncios nos jornais, e, às vezes, até o Ministério do Trabalho multa as empresas, mesmo depois de as empresas terem se esforçado para encontrar pessoas capacitadas ou com vontade ou disponibilidade para trabalhar nessas condições. Eu queria apenas fazer esse esclarecimento.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu lhe agradeço, Senadora Ana Amélia. Naturalmente, nessa audiência pública que tratará das pessoas com deficiência, vamos ver as novidades que surgirão para melhorar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, ressalvada a emenda da Relatora.

Vamos proceder à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor, o Senador Waldemir Moka, e com a Relatora, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto do Senador Waldemir Moka é conhecido.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Meu voto é conhecido. Agradeço à Senadora Ana Amélia pela contribuição da emenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto da Senadora Ana Amélia é conhecido. Mas é bom ratificá-lo aqui ao vivo e a cores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Meu voto é conhecido. Faço questão de cumprimentar o autor da matéria, o Senador Waldemir Moka, muito ativo nesta Comissão de Assuntos Sociais e nas outras Comissões. Foi um dos grandes responsáveis pelo sucesso de ontem na votação do Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com os brilhantes Senadores, com o autor e com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com a Relatora. Cumprimento o autor pela importante iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente, parabenizando também o autor da matéria, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com a Relatora e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade.

Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação quanto à emenda oferecida pela Relatora.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar as boas-vindas ao Prefeito Alexandre Tadeu Salomão Abdalla, de Gurupi, no Tocantins, que está sendo acompanhado pelo Senador Vicentinho Alves e que, inclusive, expressou o interesse de fazer de Gurupi um exemplo pioneiro da Renda Básica de Cidadania. Por isso, vou dar a ele meu livro a respeito do assunto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. A Presidência também saúda o Prefeito de Gurupi, Salomão Abdalla.

Consulto, uma vez mais, se posso repetir a mesma votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2011, e a Emenda nº 1.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para publicação no *Diário*.

Atendendo ao pleito do Senador Casildo, essa matéria já foi lida e discutida, e já entramos em processo de votação. Trata-se do item 18, que está à pág. 201 e que altera a Lei nº 8.080/90. Nesse caso, vamos também entrar em processo de votação. É da relatoria...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para os colegas que acabaram de chegar aqui, quero dizer que é uma proposta do Senador Humberto Costa, que procura regulamentar o uso de recursos para o SUS. Quer dizer, os hospitais que atendem pelo SUS, em muitos casos, como disse o Senador Paulo Davim, usam os programas de saúde que existem, ocupam os leitos que são relacionados para o SUS e aproveitam para cobrar do SUS, o Sistema Único de Saúde. E os planos de saúde economizam com isso.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Na verdade, cobram duas vezes, não é?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É. Uma porta dupla. Trata-se de uma regulamentação para fazer com que, na verdade, os leitos que muitas vezes são ocupados pelos planos de saúde, que acabam não pagando e ocupam o lugar de pessoas que não têm esses planos privados... Eu até faço esse registro...

Está chegando o Senador Humberto Costa, que é o autor da proposta. E nós tivemos a honra de fazer este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Em votação a matéria.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não poderia ser diferente.

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo? Voto conhecido.

Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – RN) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator e o Autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Autor e o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 366, de autoria do Senador Humberto Costa.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Esta matéria também já foi lida. Ou seja, é um projeto do Senador Gim Argello, que teve como Relator o Senador Paulo Davim. É o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2010, que altera a Lei nº 11.265.

Nesse caso, vamos entrar em processo de votação.

É o Item 9, página 101, que já foi relatado hoje pelo Senador Paulo Davim. É sobre os bicos de madeira, não é isso, Senador Paulo Davim?

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Autor e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa? O Relator foi o Senador Paulo Davim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim? Voto conhecido.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator e o Autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lídice da Mata?

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para a ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Para retificar, como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Projeto de Lei nº 289, de 2010. Item 10, página 103.

ITEM 10
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2010

Modifica a redação do inciso II do art. 4º da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito.

Autoria: Senador Gilberto Goellner:

Relatoria: Senador Vicentinho Alves.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010.

Observação:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao ilustre Senador Vicentinho Alves para proferir o seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vou direto também à análise, para contribuir com o tempo.

A proposta analisada envolve regulamentação de profissão e disposição vinculada à segurança no trânsito. Está em conformidade com os incisos I e XI do art. 22 da Constituição Federal, que tratam da competência privativa da União para legislar sobre o direito do trabalho e sobre trânsito.

Assim, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende também aos pressupostos relativos a atribuições do Congresso Nacional e iniciativas de leis, art. 48, *caput* do art. 61.

Quanto ao mérito, consideramos louváveis os argumentos expostos pelo autor e a preocupação manifesta com o trabalho relevante e fundamental dos instrutores de trânsito para integridade física e segurança dos cidadãos que circulam nas vias públicas.

Em última instância, a posse de um modelo de habilitação sujeito a maiores exigências e restrições não é garantia de que se trata de um bom profissional.

De fato, como registra a justificação da proposta, a legislação atual inclui uma norma descabida e excessiva que merece ser modificada. Descabida porque o parágrafo único do art. 3º da norma vigente já determina que nas aulas práticas de direção veicular o instrutor de trânsito somente poderá instruir candidatos à habilitação para categoria igual ou inferior àquela em que esteja habilitado. A norma é excessiva, enfim, porque sendo desproporcional às responsabilidades do instrutor de trânsito o requisito da lei vigente estaria ensejando dificuldades no mercado de trabalho em decorrência da escassez de instrutores que satisfaçam à condição imposta.

Em suma, instrutores com outras qualificações, talvez até mais relevantes para a atividade, podem ficar sem acesso ao trabalho por não cumprirem com a exigência legal.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010, de autoria do Senador Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, pedindo aqui antecipadamente vênia ao Senador relator da matéria, em função de uma solicitação do Ministério das Cidades, eu gostaria de solicitar vistas. Os técnicos do Ministério vão entrar em contato diretamente com o relator da matéria e eu agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos.Bloco/DEM – MT) – Consulto os demais Senadores e Senadores se é possível pedirmos vista de forma coletiva.

Agradeço a V. Exª. Retirado o projeto. Pedido de vista do Senador Humberto Costa, com apoiamento dos demais membros desta Comissão.

ITEM 7
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 12, DE 2004

Altera o artigo 2º da Lei 10555, de 13 de novembro de 2002, que autoriza condições especiais para o crédito de valores iguais ou inferiores a R$ 100,00 (cem reais), de que trata a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Pela aprovação com a Emenda que apresenta.

Observação:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para proferir o seu relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2004, de autoria do Senador

Paulo Paim, altera o art. 2º da Lei nº 10.555, de 13 de novembro 2002, introduzindo mecanismo que reduz a idade mínima de 70 (setenta) para 60 (sessenta) anos para que o titular de conta vinculada do FGTS possa fazer jus ao crédito de complemento de que trata a Lei Complementar nº 110, de 2001.

Em 17 de maio de 2004, o Senador César Borges apresentou emenda à proposição em apreço, assegurando o benefício da lei a todos os idosos titulares de conta vinculada do FGTS e não apenas aos que estivessem na condição de idoso até a data limite para se firmar o Termo de Adesão, 30 de dezembro de 2003. Ainda de acordo com a emenda, o idoso titular de conta vinculada do FGTS poderia, a qualquer tempo, subscrever o Termo de Adesão, tendo assim direito ao benefício de que trata a Lei nº 10.555.

Análise.

No que tange à constitucionalidade, à regimentalidade e à juridicidade, não há vícios que prejudiquem a proposição em apreço. O texto segue a boa norma legislativa, sendo dotado de clareza, concisão e objetividade. Trata-se, pois, de iniciativa relevante e meritória, ainda que, em parte, seu escopo já seja, hoje, objeto de atenção de legislação em vigor.

Com efeito, o Governo Federal editou, em maio de 2004, a Medida Provisória nº 185, alterando a Lei nº 10.555, interpondo dispositivo legal no qual está contemplada a maioria dos pontos de que trata o projeto, assim como a emenda em análise. A MPV nº 185/2004, convertida na Lei nº 10.936, de 12 de agosto de 2004, reduz a idade mínima de acesso ao crédito de complemento, nos termos da Lei Complementar nº 110, de 70 para 60 anos.

Além disso, possibilita a extensão da adesão aos detentores de conta vinculada do FGTS que já completaram ou venham a contemplar os 60 anos de idade, indo, assim, no mesmo sentido do que está sendo proposto na emenda apresentada pelo Senador César Borges.

Entretanto, é importante frisar que a Lei nº 10.936, em vigor, vincula a obtenção do benefício por parte do idoso à subscrição pretérita do Termo de Adesão de que trata o art 6º da Lei Complementar nº 110. Ou seja, de acordo com a referida lei ordinária, só terá acesso ao crédito de valores iguais ou inferiores a R$ 100,00 o idoso titular de conta vinculada do FGTS que tenha assinado o Termo de Adesão no prazo fixado pela legislação. Não estão, portanto, contemplados os titulares de conta que, mesmo preenchendo os requisitos etários, não tenham subscrito o Termo de Adesão no prazo devido. Esse é o aspecto restritivo que a proposição em apreço vem sanar.

De todo modo, ao possibilitar o acesso ao crédito ao idoso, permitindo ainda, de acordo com a emenda do Senador César Borges, que, a qualquer tempo, o idoso possa vir a firmar o Termo de Adesão, o PLS nº 12 e a respectiva emenda vem resgatar uma justa reivindicação dos potenciais beneficiários.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2004, assim como da emenda no I-CAS, observada a seguinte subemenda.

SUBEMENDA À EMENDA Nº I – CAS

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 10.555, de 2002, em substituição à constante no art. 1º do PLS nº 12, de 2004:

"Ar. 1º. ....

... .

''Art. 2º O titular de conta vinculada do FGTS, com idade igual ou superior a sessenta (60) anos fará jus ao crédito de complemento de atualização monetária de que trata a Lei Complementar nº 110, de 2001, com a redução nela prevista, em parcela única, desde que, a qualquer tempo, tenha firmado o termo de adesão, de que trata o art. 6º da mencionada Lei Complementar. (NR) '"

Esse foi o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senador Cyro Miranda.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira mais discutir, encerro a discussão.

O processo será de votação nominal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Votação do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2004, ressalvada a emenda do relator.

Consulto às Srªs e aos Srs. Senadores como votam.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – *(Intervenção fora do microfone)* Com o relator e com a emenda que atualiza o projeto... Senadores Cesar Borges e Cyro Miranda só a aperfeiçoa, sou totalmente favorável.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Cosa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda? *(Pausa.)*

Voto conhecido

Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado, por unanimidade.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Eu consulto V. Exª, os demais Senadores e a Senadora Ana Amélia da possibilidade de eu fazer a leitura do Item nº 5, em razão de eu ter uma audiência com o Prefeito de Gurupi, Dr. Abdala, que nos honra inclusive aqui com sua presença, lá no Ministério dos Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será, com certeza, atendido.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu consulto os Srs. Senadores se podemos repetir a votação da emenda oferecida pelo relator. *(Pausa.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se concordam, aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2004, e a Emenda nº 1 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

ITEM 5
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2011

Cria o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo – SINAC.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Vicentinho Alves

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011 na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em Decisão Terminativa;

– A matéria constou nas Pautas das Reuniões dos dias 23 e 30 de novembro de 2011, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves para proferir o seu relatório.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente,Srªs Senadoras, Srs. Senadores, irei direto à análise:

Compete a esta Comissão opinar quanto a questões afetas à proteção e defesa da saúde das proposições submetidas a sua apreciação.

Nesse aspecto, o projeto de lei do nobre Senador Vital do Rêgo tem mérito, uma vez que os acidentes de consumo fazem parte do dia a dia dos nossos serviços de saúde, constituindo, assim, relevantes problemas nessa área em nosso País.

O PLS nº 311, de 2011, institui um sistema de informação que poderá auxiliar o Poder Público a conhecer, normatizar e fiscalizar fornecedores com vistas à adequação a um maior grau de segurança dos produtos e serviços que vendem. Vemos, no entanto, que o referido sistema não tem substrato institucional, isto é, não são identificadas as instituições que o albergam e operam.

O Código de Defesa do Consumidor, ao instituir cadastros de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos ou serviços, atribui essas competências aos órgãos públicos de defesa do consumidor.

Entendemos que essa solução deva ser também adotada para o SINAC.

Ainda quanto ao mérito, não há como atribuir a um sistema de informação competências executivas como as estabelecidas no art. 3º do projeto, segundo as quais o SINAC poderá notificar fornecedores.

Entendemos que essa competência é do órgão público de defesa do consumidor que mantém e opera o sistema, dentro dos limites da sua jurisdição.

A proposição tem, ainda, vício de injuridicidade, na medida em que contraria determinação da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, segundo a qual o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Ora, o direito do consumidor encontra-se positivado no nosso ordenamento jurídico na forma do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) que, inclusive, contém uma seção específica tratando dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

Melhor técnica legislativa seria aquela que trouxesse para o texto do código essa matéria nova. Ademais, o projeto inclui dispositivos inadequados a um texto legal na medida em que expressam intenções ou finalidades e outros conteúdos que não determinam obrigações, mas possibilidades.

Concordamos com o mérito, mas entendemos que a proposição merece aprimoramento na forma e na técnica legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011, na forma do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº ... – CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 311, DE 2011

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para criar o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo (SINAC).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 44-A:

"**Art. 44-A** – Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão o Sistema Nacional de Controle de Acidentes de Consumo (SINAC) para armazenar levantamentos, registros e análises de informações sobre acidentes de consumo.

§ 1º – O SINAC receberá informações relativas a acidentes de consumo dos órgãos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais com atribuições de fiscalizar e controlar o mercado de consumo.

§ 2º – Os órgãos públicos de defesa do consumidor expedirão, sempre que necessária e cabível, notificação aos fornecedores de produtos ou serviços para que, sob pena de desobediência e sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, prestem informação sobre questões relativas à periculosidade e nocividade dos produtos e serviços oferecidos."

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sr, Presidente, esse é o nosso relatório e o nosso voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Vicentinho Alves.

Está em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2011, na forma do Substitutivo que apresenta.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da comissão pela aprovação do PLS nº 311, de 2011, na forma da Emenda nº 1 da CAS, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

ITEM 17
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 351, DE 2011

Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de operação, manutenção e outras necessárias ao funcionamento das usinas nucleoelétricas.

Autoria: Senador Delcídio Do Amaral

Relatoria: Senador Lobão Filho

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 28 de setembro de 2011, tendo sido retirada a pedido do Relator;

– Em 24/11/2011, foi recebido novo Relatório do Senador Lobão Filho;

– Votação nominal.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, ressalvada a emenda do relator.

Nós vamos designar relator. Essa matéria, na verdade, não foi lida.

Eu consulto a Senadora Ana Amélia se V. Exª pode relatar *ad hoc?* É o Item 17, pág.193.

A informação da secretaria está falha. Eu solicito a nossa Secretária Drª Dulcídia que, por favor, modifique a capa, o encaminhamento da matéria.

V. Exª está com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu vou direto à análise do projeto, Presidente Jayme Campos.

A proposição em discussão pretende regular o trabalho em regime de revezamento dos empregados que prestam serviços em atividades de operação, manutenção, proteção radiológica e física das usinas nucleoelétricas, bem como em qualquer outra atividade necessária ao seu funcionamento.

No mérito, concordamos com os argumentos apresentados pelo autor.

Com efeito, como nas usinas nucleoelétricas o reabastecimento de combustível nuclear e a manutenção ou a realização de melhorias técnicas são executadas em regime contínuo de trabalho, preferencialmente em escalas de revezamento de 12 horas, para permitir o rápido retorno da unidade geradora ao sistema elétrico nacional, visando a evitar a sobrecarga do sistema, são necessárias medidas de proteção especial aos profissionais que trabalham nesses estabelecimentos.

Como se sabe, no âmbito do Direito do Trabalho e da proteção ao trabalhador, dependendo da atividade que ele exerce, o legislador, além de assegurar seus direitos básicos, deve ainda lhe garantir que desempenhe seu ofício com segurança para sua vida e saúde, inclusive com o necessário repouso após a jornada de trabalho e depois do decurso de tempo de efetivo comparecimento ao serviço.

Por isso, atendidos os requisitos de interesse social e tendo em vista as características de determinadas atividades, deve o legislador criar normas específicas, considerando o tipo de atividade, o desgaste produzido por ela e os riscos que lhe são inerentes, para, desse modo, dispensar-lhe um tratamento especial.

Aliás, isso ocorreu hoje, na votação do projeto do Senador Paulo Davim, em relação aos atendidos da urgência e emergência hospitalar.

Atenta a esses aspectos, a legislação trabalhista contém normas protetoras de situações por motivo de ordem pessoal – mulheres, menores e idosos – e de ordem profissional – bancários, empregados do serviço de telefonia, de telegrafia submarina e subfluvial, do serviço ferroviário, do trabalho em minas de subsolo, entre outras.

No entanto, a despeito de sua importância e das especiais características de que se reveste sua atividade, para os empregados nas usinas núcleoelétricas não há ainda norma nesse sentido.

As disposições propostas pelo presente projeto vêm em boa hora e, com certeza, irão proporcionar um tratamento mais adequado aos empregados que prestam serviços em atividades de operação, manutenção, proteção radiológica e física nas usinas nucleoelétricas.

Por fim, cabe-nos promover um pequeno reparo na redação do § 3º do art. 2º do projeto, no que tange ao intervalo destinado à alimentação do empregado, estabelecido em uma hora pela proposição.

Como esse empregado está em regime de disponibilidade no local de trabalho ou próximo dele e tendo em vista a peculiaridade de sua atividade, que é a de atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, entendemos que, nesse caso, o intervalo para alimentação deve ser reduzido para meia hora.

Voto.

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao § 3º do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, a seguinte redação:

"Art. 2º ....

....

§ 3º Para garantir a normalidade das operações ou para atender a imperativos de proteção e segurança nuclear, poderá ser exigida a disponibilidade do empregado no local de trabalho ou em local próximo, durante o intervalo destinado à alimentação, que será de 30 minutos.

Esse é o relatório. Esse é o voto do Senador Lobão Filho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2011, ressalvada a emenda do relator.

Vamos proceder à votação nominal.

Após isso, há mais dois projetos que são terminativos, inclusive do nosso valoroso Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Um da Senadora Ana Amélia e um do Senador Zambiasi. Eu só sou o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª já foi relator e já solicitou.

Peço às Srªs e aos Srs. Senadores que aguardem um pouquinho, para votarmos mais esse projeto, concluindo o nosso trabalho.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – "Sim", com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A matéria...

Aprovado.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para a emenda oferecida pelo Relator.

Se V. Exªs concordam, está aprovado.

Resultado... Ou seja, aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 351/2011 com a Emenda nº 1 da CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado.

Eu solicito a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu leio o relatório, sintetizado em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Um minuto só...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Uma homenagem a dois gaúchos: Senador Zambiasi e Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito ao Senador Humberto Costa, se possível, um minuto para atendermos aqui o pleito do caro e valoroso Relator da matéria, Senador Paulo Paim. Essa matéria já foi lida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já foi lida.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós entraremos em processo de votação. É o item 12, pág. 128, decisão terminativa, Projeto nº 322/2010.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu leio. Eu leio em um minuto e dou meu parecer já.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É de autoria do Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Zambiasi. Grande Senador Senador pelo Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Que foi substituído pela grande Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senadora Ana Amélia...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O parecer é o seguinte...

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir seu relatório e entraremos em fase de discussão e votação. Mas imagino que V. Exª, pela praticidade, competência e eficiência será rápido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Competência eu não sei, porque eu leio o voto lá...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Então, o projeto é do Senador Zambiasi que vem regulamentar, de forma definitiva, as profissões de DJ, profissional de som, disk-jóquei, produtor. E está aqui o Sindicato dos DJs aqui do DF que fizeram um grande trabalho nesse sentido.

É uma regulamentação da profissão e um direito pelo qual eles vêm trabalhando há muitos anos. A autoria é do nosso Sérgio Zambiasi, que é redialista,

foi Deputado Federal e Senador. Meu voto é pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado Federal nº 322/2010, ressalvadas as três emendas do Relator.

Vamos proceder à votação nominal.

Eu já consulto os Srs. e Srªs Senadores se podemos repetir esta mesma votação, posteriormente, para as três emendas oferecidas pelo Relator. Para adiantar...

Aprovado.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Como o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como Vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Valoroso Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator e com as emendas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 322/2010 e as Emendas nºs 1, 2 e 3 da CAE.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Suplicy, só o da Senadora Ana Amélia... Um minuto... Me comprometo também, antes que o senhor saia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado o projeto de lei – como o disse –, será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

ITEM 14
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2011

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir a esclerose lateral amiotrófica entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2011.

Observação:

– Votação nominal.

Com a palavra, Senador Senador Paulo Paim para proferir seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, na continuação de sua leitura, eu sintetizarei em um parágrafo.

A proteção objetiva, em síntese, a alterar a redação do art. 151 da Lei 8.213, de 14 de julho de 1991, para estender o benefício de dispensa de cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez aos portadores de esclerose lateral amiotrófica no âmbito do Regime Geral da Previdência que, se aprovada, passa a vigorar a partir da aprovação desta lei.

Esse é o voto, pela aprovação, cumprimentando a Senadora Ana Amélia. Por isso que eu sempre aqui falo: "Cuidado com as renúncias, porque esse é o tipo de direito que temos a assegurar e se nós renunciarmos muito, depois não poderemos pagar". Cumprimento V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E não é renúncia, é direito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Esse não, não é renúncia, pelo contrário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente, é direito.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Quero poder pagar benefício como este.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Essa foi a doença que vitimou o ex-Governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Vamos discutir a matéria. Está em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Srª Presidente, quero louvar esse projeto da Senadora Ana Amélia, porque vivo isso em família. Sei de perto o que é essa doença chamada ELA. É meritório e acho que isso é uma das coisas mais justas que podem acontecer.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Aliás, apresentei o projeto atendendo os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, agradecendo a relatoria tão rápida quanto eficiente, porque por causa dessas associações dos portadores de ELA (Esclerose Lateral Amiotrófica) que eu, sensibilizada pelo drama que vivem essas famílias, apresentei o projeto e fico feliz com a aprovação, pelo menos com a relatoria, porque ele não foi ainda submetido à aprovação.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Infelizmente, Senador Paulo Paim, não será possível, caiu o quórum. Só faltava um Senador para votarmos, porque a matéria é em decisão terminativa. Se buscarmos um.

Estamos aguardando, até porque é um belo projeto.

Cumprimento V. Exª, Senador Paulo Paim, é um projeto maravilhoso que, certamente, vai atender centenas ou milhares de pessoas que têm esse problema de saúde.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Quero apenas me somar a todos que já se congratularam com a iniciativa da Senadora Ana Amélia. Conhecemos de perto essa patologia neurológica, progressiva, limitante e que traz grandes prejuízos, não só ao portador da ELA, mas também a toda família.

Portanto, externo aqui meu voto favorável à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação a matéria.

Consulto como vota o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Do relatório.

Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Autora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com a Autora e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com os dois, Autora e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Da mesma forma, Autora e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota, voto conhecido, cumprimentando aqui pelo seu projeto, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Parabenizando os brilhantes Senadores Paulo Paim e Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O voto ilustre e valoroso do Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Autora e com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Benedito de Lira? Consulto a V. Exª, Senador Benedito de Lira, como vota? Como vota V. Exª?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O projeto foi aprovado.

O Projeto nº 240 foi aprovado por unanimidade.

Será comunicada decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

O item 6 é votação simbólica. O número 4 também.

Votação simbólica. Esta matéria já foi lida hoje. A matéria será encaminhada à CCJ.

Senador Paulo Davim, V. Exª é o Relator desta matéria que já foi lida. Como não há mais ninguém para discutir essa matéria... Ela é o item 6, página 77. Consulto a V. Exª, estamos em processo de votação, porque ele é em caráter e decisão terminativa. Então, não é possível mais votar esta matéria, pois não há quórum. *(Pausa.)*

A votação é simbólica, desculpem-me. A votação será simbólica em virtude da conclusão do voto do Relator.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovada a oitiva preliminar da CCJ sobre o Projeto de Lei do Senado nº 144, de 2011. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Há mais um projeto aqui não é terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 1
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2011 – CAS

Nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP, para debater a Campanha Nacional em Defesa da CLT e avaliar os trabalhos da Subcomissão de 2011. Os convidados serão indicados posteriormente perante a Secretaria da Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o seu requerimento, se assim o desejar. Caso contrário, passaremos para a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, para ganharmos tempo, se V. Exª puder colocar de imediato em votação seria o ideal pela justeza do pleito que foi-me solicitado pela sociedade organizada. Como V. Exª já leu o requerimento é mais do que justo que façamos um debate sobre a importância das leis trabalhistas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

EXTRAPAUTA

ITEM 2
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2011 – CAS

Em aditamento ao Requerimento de nº 63 /2011 – CAS, que dispõe sobre a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, para instruir o PLS 606, de 2011, que "altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho", requeiro que seja incluído no rol de convidados o Dr. Renato Henry Sant'Anna, Presidente da ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para encaminhar o seu requerimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, demais Senadores e Senadoras, sou relatora do Projeto de Lei do Senado nº 606, que trata exatamente da questão do cumprimento da sentença de execução de títulos extrajudiciais da Justiça do Trabalho. Como é um tema complexo – recebi muitas observações a respeito desse projeto de todos os lados –, decidi requerer essa audiência pública para discutir o assunto com maior detalhamento.

Estão incluídos o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho no âmbito da Justiça, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, e o Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Domingos de Oliveira. São dois do setor privado patronal, dois representantes dos trabalhadores – o Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, e o Presidente da CUT, Artur Henrique – e, ainda, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Ophir Cavalcante.

Dessa forma, para uma equilibrada composição dessa audiência pública, requeiro a inclusão do Dr. Renato, Presidente da Anamatra, nessa audiência pública, que ainda não está com data marcada, possivelmente será em 2012, porque agora já estamos no prazo final e é uma matéria que precisa ser exaustivamente debatida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª. Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O item 3 fica adiado tendo em vista que o Senador Paulo Bauer não está presente.

Agradeço a presença de todas as Senhoras Senadoras e de todos os Srs. Senadores e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 7 minutos.)

ATA DA 53ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dez minutos, do dia treze de dezembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Humberto Costa, João Durval, Waldemir Moka, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Marta Suplicy e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Registra a presença o Senador Marcelo Crivella. A Presidência registra a presença do Professor Paulo Naud e da Diretoria da Comissão de Incorporação e Tecnologias – SCTIE/Ministério da Saúde, Senhora Clarice Alegre Petramale. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2011, que *dispõe da imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos de idade com a vacina antipapilomavírus humano – HPV na rede pública do sistema Único de Saúde – SUS de todos os estados e municípios brasileiros*, em atendimento ao Requerimento nº 47, de 2011-CAS, de autoria das Senadoras Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin, com a presença dos seguintes oradores: Jarbas Barbosa, Secretário de Vigilância em Saúde, Representante do Ministério da Saúde; Vera Lúcia Mota da Fonseca, Comissão de Parto Normal do CFM, Representante do Conselho Federal de Medicina; Etelvino de Souza Trindade, Presidente da Associação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO; Renato de Ávila Kfouri, Presidente da Associação Brasileira de Imunizações – SBIm; Luiz Antonio Santini, Diretor-Geral do Instituto Nacional de Câncer – INCA. Justificaram ausência os Representantes da Associação dos Laboratórios Nacionais – ALANAC e da Federação Nacional dos Farmacêuticos. Às onze horas e trinta e oito minutos assume a Presidência a Senadora Vanessa Grazziotin. Usam da palavra o Senador Marcello Crivella e a Senadora Marta Suplicy. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 53ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior desta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2011, que dispõe sobre a imunização de mulheres na faixa etária de 9 a 40 anos de idade com a vacina antipapilomavírus humano – HPV na rede pública do Sistema Único de Saúde – SUS de todos os Estados e Municípios brasileiros, em atendimento ao Requerimento nº 47/2011 – CAS, de autoria das Senadoras Marta Suplicy e Vanessa Grazziotin.

Para tanto, convido para compor a Mesa nossos ilustres convidados e oradores que já se encontram presentes: Etelvino de Souza Trindade, Presidente da Associação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Se já se encontra presente, por favor... Convido o Dr. Renato de Ávila Kfouri, Presidente da Associação Brasileira de Imunizações.

Os convidados que já se encontram presentes faço questão de que venham à mesa: Dr. Etelvino de Souza Trindade e Dr. Renato de Ávila Kfouri. Sejam bem-vindos.

Quero registrar a presença de Luiz Antonio Santini, Diretor-Geral do Inca, e Drª Clarice Alegre, Diretora da Comissão de Incorporação de Tecnologia do Ministério da Saúde. Sejam bem-vindos a esta Comissão.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos.

Mas, antes, aguardando as autoras do requerimento, Senadoras Vanessa Grazziotin e Marta Suplicy, meu caro Senador que já se encontra presente, quero dizer que o projeto idealizado pela Senadora Vanessa Grazziotin é de extrema importância para o nosso País. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos e se encontra desta feita, tendo como Relatora a Senadora Marta Suplicy. Esta audiência tem como finalidade maior instruir certamente esse projeto.

O Papilomavírus Humano – HPV é uma das doenças sexualmente transmissíveis mais comuns no mundo, e o Brasil é um dos líderes mundiais em incidência de HPV. As maiores vítimas, Senador Mozarildo, são as mulheres com idade entre 15 e 25 anos. V. Exª, na condição de médico, tem conhecimento disso.

O mais grave é que a doença é responsável por 90% dos casos de câncer de colo de útero. A autora do projeto argumenta que o câncer de colo uterino é a doença maligna responsável pela morte de milhares de brasileiras.

Estudos sobre o câncer de colo de útero indicam que cerca de nove a cada dez casos de câncer de útero têm ligação com a presença do vírus HPV no organismo.

Depois das neoplasias de pele, o câncer de colo uterino é o segundo tumor maligno de maior incidência entre as mulheres brasileiras.

É o câncer mais incidente na Região Norte, ocupa a segunda posição nas regiões Centro-Oeste e Nordeste e a terceira nas regiões Sul e Sudeste.

Ou seja, é o maior entre as mulheres mais pobres do Brasil.

A rede do Sistema Único de Saúde (SUS) faz exames de prevenção, mas, apesar do grave problema de saúde pública, a imunização não é oferecida, e a vacina, desenvolvida em 2007, é muito cara.

Eu gostaria de lembrar que o Brasil não está conseguindo cumprir a meta de reduzir a mortalidade maternal até 2015. Essa meta é um dos oito objetivos do milênio, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, ONU, para cento e noventa países.

Espero que esta audiência pública seja das mais proveitosas tendo em vista que os números são alarmantes. Não tenho dúvida alguma de que o projeto da minha amiga Senadora Vanessa Grazziotin é importantíssimo diante do enfrentamento que temos que fazer a essa doença, que imagino que não fica atrás do próprio *crack* , que é uma verdadeira epidemia em nosso País.

De tal maneira que espero de V. Sªs que vão participar desta audiência pública possam contribuir sobremaneira na elaboração da relatoria feita pela Senadora marta Suplicy,

Concedo ao Dr. Etelvino de Souza a palavra para fazer sua exposição pelo prazo de 15 minutos. Acho que é tempo suficiente para cumprimos o nosso horário.

Está com a palavra assegurada o Dr. Etelvino de Souza.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Bom dia a todos. Muito obrigado a V. Exª, Senador Jayme Campos.

Como foi dito aqui na introdução pelo Senador Jayme, o HPV é muito preocupante para o médico, principalmente para o ginecologista-obstetra, que lida com mulheres porque a mulher é a vítima preferencial da infecção HPV, haja vista que a infecção HPV *endpoint,* o mais grave que acontece é o câncer e o câncer de colo de útero.

Vou fazer umas apresentações porque vou fazer um embasamento numérico que não tenho de memória. Por favor.

Aqui temos alguns dados para situarmos nossa palestra.

A infecção pelo Papilomavirus Humano (HPV) é a doença sexualmente transmissível mais comum no mundo – 6 milhões de pessoas infectadas por ano.

Estudos epidemiológicos: 80% das mulheres no mundo entram em contato com algum tipo de HPV em algum momento de suas vidas.

A Organização Mundial de Saúde estima que 630 milhões de pessoas apresentem infecção genital pelo HPV Prevalência mundial de 9-13%.

O risco de adquirir a infecção ao longo da vida é de 50%. Ocorre geralmente entre dois e dez anos do início da atividade sexual. Isso acontece no caso do *endpoint* quando vai para a transformação maligna, porque ela se apresenta em torno de trinta dias.

Próximo, por favor.

Pelo menos, há treze genótipos, ou seja, há treze tipos de vírus – cerca de 120 estudados e relatados – que podem causar câncer do colo do útero, e se associam com outros cânceres anogenitais e de cabeça e pescoço. Então, há o anal, que está correlato, o vaginal, o vulvar, o de colo de útero, que é o mais importante e o mais incidente, e de laringe e faringe também.

Próximo, por favor.

Ele á altamente transmissível, tem pico de incidência logo após o início da atividade sexual, o que se torna uma coisa bastante dramática porque, hoje, com o comportamento social que antecipa o início da vida sexual e uma facilitação de parceiros múltiplos, a moça entra logo em contato com o vírus, o que pode

ser potencialmente deletério para ela no futuro – e ela é muito nova. A maioria das pessoas adquire a infecção em algum momento da sua vida.

Próximo, por favor.

A infecção do HPV é predominantemente adquirida na adolescência independente do tipo viral. Por quê? Porque ela ainda está com o sistema imunitário em formação. Embora tenha uma potencialização imunitária muito alta, é na adolescência que ela se infecta. Na maioria das vezes, é transitória.

Os estudos recentes têm descrito um segundo pico de prevalência da infecção nas Américas e na África em mulheres em torno de 45 anos ou mais. Isso significa também alguns comportamentos sociais. Nessa faixa etária é que ocorre, muitas vezes, o desfecho desagradável de matrimônios, quando acaba uma parceria. Às vezes, a mulher procura novas parcerias e, então, se expõe novamente a infecções.

Próximo, por favor.

Vejam como isso aqui ocorre dentro da história da infecção.

A mulher tem o primeiro contato com uma infecção do HPV. A maioria vai ter uma resolução pela imunidade orgânica; uma parte vai para NIC1 – neoplasia intraepitelial cervical de grau 1. É um pequeno início de transformação de células que já nos adverte no sentido de que possa haver um câncer. Se isso não se resolve e evolui para uma infecção persistente, aqui mora o perigo, porque o HPV é o fator necessário para haver câncer de colo. Ele não é exclusivo nem é determinante, porque, como vimos, 80% das mulheres entra em contato com o HPV, mas não terá câncer. Terá câncer ou lesões pré-malignas um contingente de 2% no máximo. Então, nós estamos fazendo com que essa infecção persistente não ocorra se aprovarmos uma vacinação.

Em mais até três anos, ela pode evoluir de uma infecção para o NIC2/3, ou seja, agravou um pouquinho, ou adenocarcinoma *in situ*, ainda não câncer. E, até vinte anos, ela pode chegar a um *endpoint* de um câncer cervical, o que a gente pretende eliminar se nós evitarmos que essa infecção acesse o aparelho genital da mulher.

Próximo, por favor.

Isso aqui dentro de estudos americanos. Os senhores vêm como a incidência de colo de útero é alta. Depois, temos de vagina e vulva. Vagina menos, mas vulva um tanto considerável. O anal é o segundo. Pode-se ver que é muito incidente, talvez por mudança de comportamentos humanos, seja no homossexualismo, seja na prática do coito anal. Então, ele aumenta bastante. Os outros são um pouco menores, mas também há incidências, e as incidências também não são de baixa preocupação.

Próximo, por favor.

Aqui, para dar o contexto do câncer de colo. Como eu já disse, no mundo, 500 mil casos novos; 230 mil mortes/ano. Na América Latina, 72 mil; no Brasil, 17.540. Essa estimativa é para 2012, recém-lançada pelo instituto dirigido pelo Dr. Santini, aqui presente. Foi lançado há duas semanas. São 4.800 mulheres por ano; é a quarta causa de morte de mulheres por câncer.

As taxas do Brasil são de 25,2 por cem mil; na América do Sul, 24,6. Vejam que estamos na América do Sul. Se fizermos o contexto econômico da América do Sul, o Brasil está na ponta; e a gente fica com os índices muito baixos. Quer dizer, nós somos limitados por baixo, ou seja, nós jogamos no maior número.

Esse aqui é um estudo de prospecção do GLOBOCAN, que faz a estimativa um pouco maior do que a que foi aferida pelo Inca. Ele fala em 24.562, com projeção, para 2015, de 37.400.

Próximo, por favor.

Além disso, ele promove as verrugas genitais. Existe uma vacina que tem uma proteção de verruga genital de dois tipos; a outra só tem os dois tipos cancerígenos. Os estudos de verrugas genitais não são muito creditícios, porque a mulher que tem verruga genital se sente diminuída, se sente mal, e, muitas vezes, a ocorrência não é muito relatada, bem como não há a notificação compulsória. Consequentemente, a consolidação de dados fica insuficiente. Mas, dentro de estudos um pouco melhores, não do Brasil, nós temos de 4% a 11% das mulheres com taxa de incidência, de freqüência.

Próximo, por favor.

Então, qual é a proteção que a vacina poderia dar?

Ela é profilática; ela não é curativa. Ela protege menos a mulher que já se infectou com algum vírus – é óbvio –, porque, se tem dois, a mulher que se infectou com um, ela será protegida do segundo. O primeiro já está nela: ou foi eliminado, ou continua persistente.

Próximo, por favor.

Qual seria a duração da proteção?

A persistência dos anticorpos, já demonstrada, é de cinco anos. Esse estudo aqui não está atualizado; é do *Vaccines and Biologicals*, da Organização Mundial de Saúde (2007). No entanto, no HPV de Lisboa, que ocorreu este ano, em julho, esses dados já estão em nove anos. A proteção contra infecção persistente também está demonstrada ser superior a cinco anos. Contra todas as doenças genitais correlatas aos genótipos, também está demonstrada ser superior a cinco. E o estudo que deu a quarta dose mostrou que a pessoa mantém memória imunitária. Ou seja, se ela entrar em

contato com o vírus, e os níveis de anticorpos estiverem baixos, os níveis de anticorpos automaticamente sobem na hora em que é desencadeado o *input* da agressão orgânica. Há estudos em andamento para determinar.

Fazendo um corolário, a vacina contra Hepatite B, quando entrou no mercado, também se pensava que ela daria proteção em torno de três a quatro anos; e, depois, se comprovou que dá para vinte anos. Então, há uma possibilidade dessas vacinas darem uma proteção além do que se espera.

Próximo.

Isto aqui é para mostrar o que acontece: os níveis de incidência das doenças, como diminuem. Esta linha vermelha aqui é mais relativa à verruga genital: ela cai muito no início da vacinação, quando a vacina tem proteção contra o HPV 6 e 11, que dá a verruga genital.

Próximo.

Isto aqui é tirando um paralelo da curva, que não é regular, fazendo a linha decrescente, mostrando como baixa muito quando começa a vacinação.

Próximo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – É da verruga, é da verruga genital. Ela baixa rapidamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Também tem do câncer, a diminuição. Nos estudos, ela dá 100%. Os estudos, que são o Futuro I e o Patrícia – o Futuro 1 e o Futuro 2 são da MSD e o estudo Patrícia é da GSK – mostram que o câncer de colo é 100%, na amostragem que tem e que está sendo seguida. Existe um viés, porque o universo que começou o estudo vai diminuindo, porque as pessoas não aderem ao estudo na sequência. Mas, dentro das pessoas que ainda continuam sob controle, mantém-se esse índice em torno de 100% da queda da infecção por HPV, que poderia desencadear câncer no futuro.

Nas mulheres que participaram dos estudos, sem exposição ou infecção HPV, ambas as vacinas foram altamente eficazes. Há eficácia contra a infecção persistente com o 16 e 18, que são os que produzem mais de 80% do câncer nas mulheres, e também, no caso da verruga, o 6 e o 11, como visto na curva lá. Contra NIC II e NIC III, ou seja, a lesão prévia, os estudos mostram 100%.

Vejam bem, quando a Medicina fala em 100%, isso não é totalmente confiável, porque na Medicina tudo o que pode acontecer às vezes não acontece e tudo o que não deveria acontecer acontece. Então, os 100% significam os estudos que foram feitos. É claro que, na hora em que tivermos uma amostragem ao longo do tempo e com um N muito elevado, provavelmente poderá haver casos que fujam dos 100%, mostrando o tradicional e o ocorrente nos humanos.

Próximo.

Haverá impacto na saúde pública?

A eficácia clínica foi muito alta nas mulheres sem evidência de infecção HPV. A eficácia foi menor entre mulheres já expostas ao HPV. É claro, porque às vezes já teve uma infecção, então só vai proteger de um segundo vírus.

Então, a conclusão é que a vacinação de meninas antes de se exporem à infecção HPV traria o maior impacto na saúde pública.

Próximo.

Isto é o que a gente tem como um modelo do que se vai eliminar: o Condiloma Acuminado, 90%, que é a verruga; o Ascus, que é a lesão inicialzinha, 60%; lesão de baixo grau, 50%; lesão de alto grau, 70%; e o câncer, 70%. Só que vocês vêem que o tempo disto aqui passa de meses e vai terminar em décadas.

Próximo.

Benefício da vacina: historicamente, ela representa um meio de prevenir doenças causadas por agentes microbianos ou outros patógenos, todas as vacinas o fazem; potencial de redução de câncer cervical e lesões precursoras; outros cânceres do trato genital inferior; verrugas genitais; e cânceres de ânus, pênis, laringe.

Próximo.

Há custo efetividade na vacinação da população? Nos países onde há programas de rastreamento de câncer do colo uterino a adição da vacina HPV nos programas tem custo efetividade. Já está estudado. O Canadá está bem à frente nisso, o Reino Unido também, a Austrália, com muitos estudos referentes a isso.

O benefício do custo diminuído do rastreamento e do tratamento dependerá de cada país. Os de previsão da aplicação em países em desenvolvimento parecem ter custo efetividade grande.

Próximo.

Porque os estudos são pequenos, números pequenos, e não há ainda uma sequência de tempo que embase com maior segurança tudo isso.

Isto aqui é um estudo que fiz, uma atualização. Esses dados que tenho são de 2002; então, fiz uma atualização de 30% na desvalorização monetária do que houve do dólar, até bastante.

Então, vocês veem, se eu dou a vacina – para se ter uma ideia mais ou menos de custo/eficácia se a gente introduzir vacina como norma de saúde pública brasileira: se você tem uma lesão bem inicial você cura, até NIC III você cura 100%, dentro daquele viés de que falei do não absolutismo na Medicina, mas vejam que ele parte de US$24 a US$519.

Quando o câncer está restrito ao colo é US$1,4 mil. Nós pegamos, no Brasil, geralmente esse grupo aqui. O grupo que tratamos aqui é o restrito ao colo e restrito à pélvis. Portanto, essa paciente nos custa em torno de R$3,5 mil no mínimo. E R$3,5 mil para o tratamento, se vocês colocarem aquele dado inicial que o ICA nos dá, de que cerca de 18 mil pacientes durante 20 anos terão câncer, serão 18 mil vezes 20, ou seja, 360 mil mulheres a serem tratadas ao custo unitário de R$3,5 mil.

Na verdade, quando se fala de ausência de recursos para promover uma ação de saúde, realmente o recurso é escasso, mas no Brasil tudo é escasso. Temos tudo para ser feito. Então, a responsabilidade dos gestores é muito grande porque a gente não tem como fazer a equalização, mas a equanimidade é almejada e, dentro da equanimidade, o que seria melhor a gente fazer?

De repente, se a gente fizesse esse custo operacional do tratamento do câncer depois de 20 anos, a vacina não vai ser tão cara quanto a gente pensa.

Próximo.

Custo-efetividade no Brasil. Os estudos são parcos.

Esse aqui é do mundo inteiro; então, colo do útero, 35 e 50 ao longo do prazo, caso sejam vacinados 70%. É mais ou menos aquele gráfico. Eu acho que são dados não muito interessantes e, talvez, o último aqui interesse.

Nesse estudo ainda de 2007, seria 25 e poderia ser 50 ou 75. Se não me engano, no dia 9 de novembro, houve uma reunião em Bogotá em que o nosso Ministro da Saúde esteve junto com os membros da Opas e foi discutida a inserção de vacina nos países da América Latina. E, dentro do que o Dr. Rodolfo, que é o da saúde da mulher da Opas me informou aqui em Brasília, o custo de operacionalização da vacina no Brasil pode cair abaixo de US$10. É possível cair abaixo de US$10 para essa faixa de crianças. Para as crianças, a gente ficaria na faixa de modelos internacionais, de começar o calendário vacinal nas meninas escolares entre 9 e 12 anos.

Quando amplia a faixa, nós temos um viés que a senhora talvez tenha que pensar ou as pessoas que vão fazer a lei. Nós temos um problema porque somos o único País com essa população imensa que, obrigatoriamente, o SUS tem que atender. E, se a gente não fizer uma limitação ou um programa em que a gente fale exatamente em que circunstâncias seriam vacinadas, a judicialização ocorrerá. Então, todas as mulheres passarão a ter direito.

Eu acho que, mesmo a US$10 a vacina, mesmo com a possibilidade de judicialização, o custo/eficácia é compensador. É uma regrinha de aritmética que não fiz, mas acho que não é muito difícil de ser feita, não. Acredito que a gente teria que vacinar aproximadamente uns 10 milhões de pessoas, suponho. A vacinação é única e vai dar uma garantia, hoje, de oito anos. Começa a fazer sentido do ponto de vista econômico o custo/eficácia.

Próximo.

Ela tem limitações e não protege todos os HPVs, não trata infecções nem previne outros tipos. É lógico: ela é preventiva, não é terapêutica. A duração ainda não é conhecida, mas estamos acima de oito anos e a possível necessidade de realização de dose de reforço limita o uso, principalmente entre a população mal servida pelo serviço de saúde, e as três doses recomendadas para vacinação primária podem não ser disponibilizadas. Isso a gente pensando na situação brasileira e nas situações regionais que a gente tem que enfrentar, principalmente no Norte.

Dentro dos programas que se pensa, a gente dá a dose tão logo seja possível, a gente complementa tão logo seja possível. Teria que ser feito isso. Daí...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Ah, sim, é comum.

Dentro desse aspecto, as recomendações, inclusive autorizadas pela Anvisa, seriam três doses. A maioria do mundo o faz.

No entanto, já existem estudos mostrando... Isso foi discutido em Berlim agora, em setembro, no simpósio sobre HPV. O Canadá parte na frente, como sempre. O Canadá tem um modelo de saúde pública fantástico, funciona bem, e eles estão avante, com três províncias canadenses que já estão dando somente duas doses, e com custo/eficácia, duas doses dando custo-efetividade. Então, ainda está começando. Ousaram.

Terminou meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O senhor tem mais cinco minutos para concluir.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Termino antes.

Próximo, por favor.

Então, este aqui, acho que é o último *slide* que tenho para apresentar, mostrando os países todos que já aderiram à utilização de vacinação.

A gente vê que, realmente, a vulnerabilidade do mundo e as dissonâncias e discrepâncias existentes no equilíbrio socioeconômico ficam muito bem vistas quando se fazem ações que beneficiam a população. Os países ricos todos já colocaram, e os pobres, infelizmente, ainda não, e, possivelmente, os pobres seriam mais beneficiados que os ricos nesse aspecto.

Próximo.

Muito obrigado a todos.

Desculpem se passei o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Dr. Etelvino pela bela explanação, fundamental para tomarmos conhecimento da matéria, tendo em vista que vai ser relatada pela Senadora Marta Suplicy. Certamente será aprovada com louvor, porque meritório o projeto.

Já havia registrado aqui a presença do Dr. Luiz Antonio, Diretor-Geral do Inca; entretanto, por solicitação de V. Exª, Senadora Marta Suplicy, convido o Dr. Luiz Antonio para fazer parte da Mesa conosco nesta audiência pública.

V. Sª está convidado. Solicito à Secretária que providencie mais uma cadeira, por favor.

Doutor Luiz Antonio Santini é Diretor do Inca. Atendendo à solicitação da Senadora Marta Suplicy, estamos convidando-o para participar da Mesa.

Esta audiência pública foi requerida pela autora do projeto, Senadora Vanessa Grazziotin, e também pela Senadora Marta Suplicy, que está, com certeza, obtendo mais informações e observações sobre esta matéria, que é muito importante, para fazer o relatório.

Todavia, quero convidar a Senadora Vanessa Grazziotin para presidir.

Faço questão que V. Exª presida porque V. Exª é a autora, juntamente com a Senadora Marta Suplicy. Nada mais justo que V. Exª assuma a Presidência. Convido para presidir V. Exª.

Aqui já está a lista para os Senadores e Senadoras que queiram se inscrever para fazer indagações aos convidados.

Por favor, Vanessa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sem maiores delongas, agradeço ao nosso Presidente Jayme Campos pela oportunidade.

Não sei qual foi a ordem acertada, mas acho que poderia ser agora o Dr. Jarbas, Secretário de Vigilância em Saúde, que, neste debate, representa o Ministério da Saúde.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Bom dia. Meu nome é Jarbas Barbosa. Sou médico epidemiologista. Estou como Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Eu gostaria, primeiro, de parabenizar a Comissão e as Senadoras que propuseram esta reunião para debater este tema, que é tão importante.

Eu trouxe uma apresentação pequena. Alguns dados que vou colocar que forem coincidentes com o que já foi apresentado pelo Dr. Etelvino vou passar rapidamente, de maneira que a gente possa ter uma ideia geral da situação do HPV, da situação da vacina, de alguns dados que nós já temos de países que já implantaram a vacina, de alguns dados sobre a situação do câncer de colo de útero no Brasil e também dos passos que o Ministério já fez, cumprindo a legislação vigente sobre incorporação de tecnologia ao SUS.

Não sei se já está disponível a apresentação aí no...

Pode passar o próximo.

Bom, rapidinho, eu queria só mostrar uns dados. Do lado direito, aí embaixo, nós temos os Estados Unidos. Não sei se dá para ver bem. É uma série longa, que começa em 1930.

Os Estados Unidos começaram uma redução importante das mortes relacionadas ao câncer de útero. Aí está o conjunto de grande parte disto – colo do útero, alguma coisa do corpo do útero –, já na metade dos anos 40 para os anos 50, porque, a partir daí, começou a haver uma tecnologia extremamente eficaz para a prevenção da mortalidade do câncer de colo do útero, que é o rastreamento da população com o teste do Papanicolau e o tratamento das lesões encontradas. Essa estratégia foi altamente eficaz não só nos Estados Unidos, no Canadá, mas também em países da América Latina. O Chile, por exemplo, país em que a mortalidade por câncer de colo de útero era comparável à do Brasil, depois que conseguiu efetivamente universalizar o acesso à tecnologia do rastreamento, produziu uma redução dramática da mortalidade por câncer de colo de útero.

Aqui, no lado esquerdo, está o Brasil. Vou detalhar mais o Brasil. Aqui temos a taxa de mortalidade por vários tipos de câncer em mulheres. É uma série menor – a dos americanos começava em 30, e a nossa começa em 1980. Nós vemos que, mesmo no Brasil, com alguma dificuldade de universalizar o acesso, principalmente em algumas regiões do País, como a região Norte, a redução da taxa de mortalidade também é importante.

O câncer de colo de útero hoje, no Brasil, já é a terceira causa de morte em mulheres. Já foi superada pelo câncer de pulmão e é superada largamente pelo câncer de mama, que tem quase o dobro da mortalidade do câncer cérvico-uterino.

Pode passar o próximo.

Aqui detalhamos um pouco, porque isso é importante para as estratégias que vamos discutir. Quando analisamos as capitais, o câncer de colo de útero no Brasil já é a quarta causa de mortalidade. Além de ser superada pelo de mama, que tem mais do dobro nesse caso, é superada pelo de pulmão e já é superada pela mortalidade por câncer de colo retal, porque o acesso à estratégia que está disponível do rastreamento com tratamento precoce é altamente eficaz.

Há dados do Brasil e do mundo inteiro que demonstram uma altíssima eficácia dessa estratégia, quando ela é implantada. No interior, existe uma redução menor. Há uma tendência de redução, mas ainda persiste como a terceira causa pela dificuldade de acesso, porque as pessoas no interior do Brasil ainda têm mais dificuldade de acesso do que as pessoas que estão nas capitais.

Pode passar o próximo.

Aqui temos o Brasil. Nós separamos aqui só o câncer de colo de útero – isso para o Brasil inteiro, interior, capital e o total. A série também é partir dos anos 80, todas com a tendência de redução, mas há uma variação regional.

Pode passar o próximo.

Aqui temos Nordeste. Embora tenhamos no Nordeste uma redução importante, uma tendência de redução nas capitais, no interior, nesse paradoxo do aumento, na verdade, dá-se um registro melhor do câncer de colo de útero que está aumentando. Provavelmente, ele está reduzindo mais lentamente no Norte do País. No Nordeste, temos um quadro parecido. Onde registramos melhor a mortalidade, a mortalidade está-se reduzindo muito com a estratégia atualmente disponível. No interior do Nordeste, onde as mulheres tinham mais dificuldade de acesso, temos aí, pelo menos, uma persistência. Se o registro tivesse sido melhor lá no começo dos anos 80, provavelmente estaríamos vendo uma redução também, mas com menor velocidade do que aquela que ocorre nas capitais.

Pode passar.

No Sul e no Sudeste, como não temos muito problema de acesso, a tendência é muito semelhante. Temos uma tendência de redução, tanto nas capitais, como no interior, uma redução importante da mortalidade pelo câncer de colo de útero.

Pode passar o próximo.

Centro-Oeste também tem essa variação, mas a tendência, nitidamente, é de redução, seja nas capitais, seja no interior, porque também aí há menos dificuldade de acesso e o registro da causa de mortalidade específica já não era ruim, mesmo nos anos 80, diferente do Norte e do Nordeste.

Pode passar o próximo.

Aqui temos uma radiografia – vamos dizer assim – dos dados mais recentes, mas a mortalidade por câncer de colo não tem uma variação abrupta de um ano para outro, diferente de uma doença transmissível, que temos aquele comportamento epidêmico em um ano. Isso tem uma tendência que geralmente é mais suavizada ao longo do tempo.

Aqui vemos que está o número de casos, mais ou menos 26 mil casos, número redondo do Brasil; está por faixa etária, mas temos a taxa que chamamos incidência, que colocamos no denominador o número de mulheres existentes naquela faixa etária. Vemos que o grande problema da incidência no colo do útero é exatamente nas faixas etárias mais avançadas. Quanto mais avança a idade, temos uma incidência elevadíssima. Se compararmos a incidência nas mulheres com menos de 34 anos com as mulheres com mais de 70 anos, a incidência chega a ser aí por volta de mais de 50 vezes maior, o que demonstra que o grande problema do colo do útero nosso é fazer com que uma parte importante das mulheres do nosso País tenha acesso à estratégia já disponível, que é o rastreamento e o tratamento eficaz.

Pode passar o próximo.

Aqui temos a mortalidade. No anterior era a incidência; aqui temos as que morrem. O comportamento é muito semelhante. Antes de 34 anos, a morte por câncer de colo de útero era um evento raro. Enquanto que nas mulheres com mais de 70 anos – aqui é menos de um por grupo de cem mil mulheres – aqui é quase 36 mortes por cada grupo de cem mil mulheres, o que demonstra também o mesmo comportamento crescente. Quando olhamos nas regiões do País – já vimos isso no gráfico, por isso vou passar rápido – no Norte, 72, enquanto que no Sul e no Sudeste do País temos em torno de 29, ou seja, mais do dobro a mortalidade na região Norte, e é lá onde está concentrada hoje a grande incidência, a grande mortalidade por câncer de colo de útero pela dificuldade de acesso que algumas populações nessas regiões têm aos serviços de saúde de uma maneira geral.

Pode passar o próximo.

Aqui temos a prevalência do papiloma vírus. Vou passar rápido. É um mapa muito pareci ao que já foi apresentado pelo Dr. Etelvino.

Temos aqui o 16 e o 18. No Brasil, há uma prevalência elevadíssima, como vários outros países do mundo. É uma tendência mundial. Os países que estão em branco, Paraguai e Peru, é porque não temos estudos, mas onde se estuda e se procura com estudos de soroprevalência se encontra uma prevalência muito elevada do papiloma vírus, principalmente depois que se inicia a atividade sexual.

Pode passar o próximo.

Também são outros sorotipos.

Pode passar o próximo.

Essa seta está no lugar errada; desconfigurou um pouco. Temos aqui dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) sobre o acesso ao exame preventivo de câncer de colo de útero no Brasil.

O que eu queria chamar a atenção – a seta, na verdade, deveria estar aqui nessa faixa – nas mulheres

mais jovens, onde está a seta, de 14 a 29 anos, 71% das mulheres afirmam que já fizeram pelo menos um preventivo nos últimos três anos. Sabemos que a informação do último ano, às vezes, tem o que se chama de efeito memória em estudo de epidemiologia, por isso a pergunta ser nos últimos três anos, mas aí 71% das mulheres já dizem que fizeram pelo menos um nos últimos três anos.

No grupo etário seguinte, que é de 30 a 44 anos, isso sobre; 73% das mulheres dizem que fizeram um preventivo nos últimos três anos.

Entre os 45 e 59 anos, está por volta de 71,5%. O grande problema nosso, onde a seta deveria estar, em 60 anos ou mais: aqui vemos que apenas 47% das mulheres nessa faixa etária informam que teriam feito, nos últimos três anos, um exame de Papanicolau.

Considera-se, no mundo inteiro, por razões culturais, religiosas, de formação, você nunca consegue100% de cobertura de Papanicolau, mas considera que se você tem acima de 75% e se o tratamento da lesão identificada é feito rapidamente, isso consegue baixar significativamente a mortalidade por câncer de colo de útero. O problema é que quando olhamos essa distribuição no Brasil inteiro, também essa distribuição é muito desigual. Na Região Norte o acesso ainda é menor. Na média, as mulheres no Brasil, 70% delas hoje já referem ter feito exame Papanicolau nos últimos três anos; mas isso, na Região Norte, baixa para cerca de 50%; ou seja, ainda há uma desigualdade regional muito importante.

Próximo.

Muito rapidamente, estamos aqui com a companhia do Dr. Santini, que vai responder a algumas dessas questões. Só para rememorar a estratégia de rastreamento do câncer de colo de útero no Brasil é o exame Papanicolau. Antes, era feito em mulheres de 25 a 59 anos, população considerada como de maior risco, três anos depois de dois exames anuais consecutivos negativos. Este ano houve uma mudança que ampliou a recomendação para até 64 anos. Depois dos 64 anos, se mulheres nessa faixa tiverem dois exames negativos consecutivos nos últimos cinco anos, não haveria necessidade de exames subseqüentes. Para as mulheres que têm mais de 64 anos e nunca fizeram o exame citopatológico, ou seja, uma parte dessas mulheres da Região Norte, da área rural da Região Nordeste têm recomendação para fazer dois exames com intervalo de um a três anos. Se ambos forem negativos, elas seguiriam a recomendação anterior, não necessitariam de exame adicional. Hoje, no Brasil, são feitos cerca de 18 milhões de exames citopatológicos no setor público e privado, com essa distribuição para a qual eu chamei a atenção e que tem certa desigualdade regional.

Próximo.

Atualmente, temos duas vacinas licenciadas; foram registradas para esse uso mais amplo. Uma vacina é bivalente, tem os dois sorotipos mais relacionados, como o Dr. Etelvino disse. Outros sorotipos além do 16 e do 18 produzem também. Por que não há todos? Porque é muito difícil ter uma vacina com 12 ou 13 sorotipos ao mesmo tempo. Provavelmente haveria algum tipo de competição entre eles e deixariam de produzir imunidade exatamente nos sorotipos mais relacionados com o câncer.

Por outro lado, isso significa que mesmo que se vacinem 100% das meninas ainda haveria a possibilidade de restarem aí 22% dos cânceres de colo de útero relacionados com outros sorotipos que não fazem parte das vacinas. Temos outra vacina que é a vacina quadrivalente, que, além do 16 e do 18, incluiu o 6 e o 11, que são os outros dois sorotipos depois desses que mais estão relacionados. Já existem estudos para vacinas com o 5, o 7, o 9. E a tendência é que a gente tenha isso ampliado, como está ali colocado. Isso ainda está em estudos, mas é provável que tenha no próximo.

O esquema vacinal proposto é de três doses. Existem estudos de eficácia com duas doses, mas a gente ainda não tem, vamos dizer assim, recomendação baseada em evidência forte que possa dizer que haveria proteção com menos de três doses no atual momento. É provável que tenhamos isso muito brevemente, mas por enquanto a recomendação é de três doses, sendo dada a terceira dose com seis meses depois da primeira. Ela tem eficácia alta em mulheres sem contato prévio com o HPV.

Depois de certa idade, os estudos apontam que é indiferente vacinar ou não. Ou seja, em mulheres que já iniciaram a vida sexual, os estudos apontam que a eficácia é absolutamente igual: se tomam ou se não tomam não tem nenhum impacto importante do ponto de vista da saúde pública sobre o desfecho, o risco de aquela mulher vir a ter ou não. Porque ao ter contato, naturalmente, produz-se imunidade provavelmente muito melhor do que a imunidade produzida pela vacina. A vacina resulta aí absolutamente sem eficácia.

É uma vacina segura. Em alguns países, houve dificuldade com alguns eventos adversos de meninas que desmaiaram quando tomaram por conta da dor da picada, mas nada que seja significativo.

A proteção vacinal é prolongada, como o Dr. Etelvino aqui disse. A gente já tem o segmento de nove anos; alguma proteção cruzada contra outros tipos de sorotipos do vírus. A duração dessa proteção cruzada ainda está em estudo e não se sabe se ela vai

persistir como a proteção originária. Ou seja, quanto aos sorotipos que não fazem parte da vacina, será que, com 15 anos, as meninas vacinadas continuarão protegidas porque a proteção cruzada persistirá? Isso ainda é uma interrogação. E os estudos, daqui a 5 ou 10 anos, logicamente é que vão trazer mais resultado.

Pode passar.

Aqui é a recomendação da Organização Mundial de Saúde de que a população, por tudo que falamos, sejam crianças, meninas na faixa etária de 9, 10 a 13 anos, de maneira que a gente tivesse nessa faixa etária maior proteção possível. Logicamente que a gente falando de saúde pública sempre a gente procura, diferente da avaliação individual, pessoa a pessoa, para a maioria dos países do mundo é nesse limiar de 13 anos que a gente começa a ter os estudos de soroprevalência, que demonstram que a gente começa a mudar e se deixa de ter uma população – sem querer fazer trocadilho – virgem de contato por vírus e passar a ter contato com vírus e com isso já ter alguma proteção causada por esse contato.

Pode passar.

Aqui a gente traz o resultado de uma meta-análise sobre eficácia, que foi publicado muito recentemente. No estudo de meta-análise se faz um tratamento estatístico em todos os estudos já publicados de maneira a produzir um resultado baseado nesses estudos de maneira simplificada.

E conclui que a vacina é eficaz para prevenir a infecção persistente de doença cervical associada com os tipos de HPV que fazem parte da vacina entre mulheres jovens. As vacinas foram seguras, geralmente bem toleradas; a vacinação de adolescentes antes da atividade sexual parece ser a mais efetiva medida de saúde pública para prevenir as doenças cervicais e o câncer.

Ele diz "parece" porque, na verdade, para termos estudos que comprovem redução na mortalidade pelo câncer de colo de útero, nós vamos ter que esperar alguns anos. O que a gente faz, em epidemiologia, é uma causalidade por aproximação porque se se está prevenindo eficazmente a verruga vaginal, provavelmente se vai prevenir também as lesões cancerígenas.

Mas como a causalidade tem um tempo muito distante, a pessoa não se infecta hoje com HPV e desenvolve o câncer daqui a cinco anos; isso leva 20, 25, 30, 40, 50 anos. Por isso a palavra "parece".

Questões relacionadas à eficácia de longo termo e à segurança, ainda têm que ser abordadas exatamente por causa disso. A gente tem o segmento de nove anos, e é provável que essa proteção dure mais tempo, mas ainda não existe, pelo tempo recente de introdução da vacina, uma evidência segura que diga que dure 20, 30 ou 40 anos.

Pode passar o próximo.

O preço da vacina, inicialmente, era muito elevado, por volta de US$150 a dose; o estudo de custo-efetividade feito no Brasil na época demonstrou que ela não era custo-efetiva. Os estudos de custo-efetividade se baseiam numa regra internacional – não é que a vacina vai economizar dinheiro – isso aí é outro tipo de estudo –, baseado na renda do país dizem que mesmo quando se introduz um custo, esse custo dentro de um certo parâmetro, de um PIB *per capita* a dois PIB *per capita*, tem um parâmetro internacional para possibilitar a comparação, ele vale a pena ser introduzido.

E desses estudos podem resultar que a vacina não é custo-efetiva, é custo-efetiva, é muito custo-efetiva ou é econômica. Quando ela entra na categoria econômica quer dizer que, além de ser custo/efetiva, reduzirá o gasto que a sociedade e o sistema de saúde têm com aquele problema.

E 2011, nós fizemos um novo estudo de custo-efetividade, porque o preço baixou bastante e hoje está sendo oferecida, pelo Fundo Rotatório da Organização Pan-americana de Saúde, por volta de US$14 a dose. Esse estudo nós fizemos para três vacinas que estão candidatas a entrar no PNI: a vacina contra hepatite A, a vacina contra varicela e a vacina contra o HPV. Todas três resultaram custo-efetivas. Nenhuma das duas que são custo-efetivas, que são a HPV e varicela, é muito custo-efetiva mas é custo-efetiva; e a vacina de hepatite A se revelou econômica. Porque quanto à hepatite A, temos uma transição no Brasil que, no passado, a maioria – a minha geração, por exemplo, aos cinco anos de idade, 90% já tinha tido contato com o vírus da hepatite A, que era daquelas viroses inespecíficas da infância. Então, a vacina era absolutamente pouco efetiva, porque os casos de hepatite A em crianças é muito leve, cura espontaneamente, não deixa sequelas, não tem nenhum problema.

O que está acontecendo?

Com o aumento da melhoria sanitária que a gente tem no Brasil, nas últimas décadas, isso está mudando. Então a gente começa a ter um deslocamento dos casos de hepatite A para jovens e adultos. E aí os casos de hepatite A podem ser muito mais graves.

A vacina de hepatite A, das três, provavelmente por isso, é que a resultou, vamos dizer assim, no maior ganho econômico se fosse incorporada ao sistema.

Vários países – perto de 30, como o Dr. Etelvino disse – já introduziram a vacina, mas a cobertura é muito variável. Na Austrália – e o pai dessa vacina é australiano e foi quase que um compromisso do país em fazer uma boa campanha de vacinação – é onde

há a maior cobertura: de 80% a 90%. A Holanda, que tem um sistema de saúde de excelente qualidade, com cobertura universal e acesso gratuito, só consegue 50%, e os Estados Unidos, 35%. Porque, no grupo etário de adolescentes, com três doses injetáveis, com seis meses de diferença entre a primeira e a última, não é fácil atingir cobertura vacinal elevada. O mais próximo disso que a gente tem é a vacina de hepatite B, exatamente com o mesmo esquema: três doses injetáveis.

Quando a gente ampliou a cobertura da vacina de hepatite B para adolescentes e jovens conseguimos, por aí, coberturas holandesas, de 50% a 60%, porque, por razões culturais, é um grupo que geralmente não vai à unidade de saúde. É preciso estratégias especiais para que a gente consiga.

A estratégia de implantação é complexa, porque pré-adolescente geralmente é um grupo cuja cobertura não é alta. É preciso três doses e deve-se explicar muito bem que há necessidade de se manterem todas as ações de prevenção. Isso vai contra o que o senso comum pensa das vacinas.

O que as pessoas pensam das vacinas? Eu tomo e estou protegido pelo resto da vida, não preciso fazer mais nada.

Nesse caso, a menina vacinada e a menina não vacinada terão que fazer exatamente o mesmo protocolo de prevenção. Vou dar um exemplo só: a vacina contra meningite por *haemophilus influenzae* tipo B, que é uma meningite gravíssima, foi implantada no final de 99. Dois anos depois, ela já conseguiu reduzir 90% das internações por *haemophilus influenzae* tipo B.

As outras vacinas têm um efeito parecido, então essa será uma vacina que vai necessitar de toda uma preparação, vamos dizer assim, para ser implantada, primeiro para que a menina não pense que está protegida de todas as doenças sexualmente transmissíveis, para que não confunda HPV com HIV, não ache que está tranquila nem que não precisa fazer o Papanicolau, porque ela vai fazer exatamente o mesmo protocolo até que se tenha segurança, se é que se vai ter um dia. Como cerca de 22% dos cânceres são relacionados com outros sorotipos, provavelmente mesmo algumas meninas vacinadas vão ter câncer no futuro, primeiro porque nenhuma vacina imuniza 100%. A gente tem o que se chama de falha primária. Segundo porque com nenhuma vacina, em nenhum país, se consegue cobertura de 100% com três doses; terceiro porque, como tem os 22%, se você somar os três pedaços – quem se vacina e não se imuniza, que não consegue completar a terceira dose e quem é de outros sorotipos – sempre vai haver um conjunto de meninas que, mesmo depois da implantação, continuarão a sofrer o risco de câncer, como vamos mostrar aqui no gráfico.

Próximo, por favor.

Já estou concluindo. Acho que esse é o penúltimo.

Em que pé nós estamos?

O Congresso aprovou, em abril deste ano, a lei sobre Incorporação de Tecnologias no SUS. Essa lei cria a CONITEC, que é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias. Nós recebemos os estudos de custo, efetividade, impacto epidemiológico e viabilidade orçamentária, porque essa vacina, se adotarmos o preço praticado agora para o Fundo Estratégico da Organização Pan-americana de Saúde, se a gente obedecesse exclusivamente à recomendação da Organização Mundial de Saúde no sentido de implantar isso na faixa etária de 9 a 13 anos, no primeiro ano significaria um impacto de pelo menos R$600 milhões.

Nos anos subseqüentes, haveria uma diminuição, porque vacinaríamos apenas quem estivesse entrando nessa faixa etária; então se reduziria para 1/4 disso, R$150 milhões, mas a gente teria R$600 milhões de impacto. O que o PNI gasta hoje com o total de vacinas equivale a R$1,6 bilhão, ou seja, nós estamos falando de um impacto orçamentário que corresponde a 1/3 de tudo que o Brasil gasta, hoje, com o programa de vacinas.

Terceiro, muito respeitosamente, mas tecnologia específica – vacina, teste, medicamento –, quando é introduzida pela legislação, pode criar um problema e é por isso, inclusive, que a lei de incorporação de tecnologia previu todo esse tempo.

Nós tivemos no Brasil, durante décadas, duas décadas pelo menos, a obrigatoriedade de continuar fazendo um exame chamado abreugrafia, porque era lei, enquanto já havia vários estudos científicos demonstrando que a abreugrafia era absolutamente pouco efetiva para fazer detecção de tuberculose, mas como era lei, a gente teve de continuar cumprindo.

Se a gente tem uma lei dessa vacina e com o desenvolvimento dos antivirais a gente passa a ter um tratamento com antivirais para os HPVs que custa 10% do preço da vacina, a gente teria de revogar a lei para poder fazer essa mudança. Se, por outro lado, estudos demonstram que meninos, pessoas idosas, por conta do câncer de cabeça e pescoço, lá na frente poderiam se beneficiar da vacina, a gente teria o problema, também, da fixação de faixa etária na lei.

Então, como há uma possibilidade de uma mudança muito rápida gerada por evidência científica, eu, respeitosamente, quer dizer, eu creio que o asseguramento de direitos é fundamental estar nas leis, mas com tecnologias específicas a gente pode ter essa dificuldade se a gente fica com obrigatoriedade legal, com nenhuma flexibilidade, porque a lei tem de ser cumprida.

Por favor, é o último agora.

Aqui é um estudo. Esse grupo foi um grupo de especialistas da USP que trabalham com estudos de custo-efetividade de vacinas.

Esse é, vamos dizer assim, um modelo que é feito: se vacinassem todas as meninas com 10 anos de idade em 2012, o que aparece aí nesse gráfico, e a gente não fizesse mais nada, a gente começaria a ter impacto 20, 25 anos depois.

O impacto máximo – 35 anos depois – seria de evitar 500 mortes, mas não evitaria 270 mortes, ou seja, se a gente... Só a vacina evita 500, mas não evita quase 300 mortes.

Então, isso eu trouxe para dizer que, na minha avaliação, a vacina pode ser uma estratégia importante, junto com outras ações, mas sem esquecer que nós já temos uma estratégia que é capaz de evitar quase todas aquelas mortes se for aplicada.

Segundo, as mesmas barreiras – sociais, de acesso, econômicas – que fazem com que as mulheres da região amazônica, por exemplo, tenham dificuldade de acesso, hoje, ao exame Papanicolau, provavelmente, farão com que elas tenham mais dificuldade de acesso a completar a terceira dose.

Então, a gente pode ter o risco de vacinar as que já têm acesso, e por isso o impacto seguramente, no mundo real – aí, a gente não está falando de um grupo de controle, acompanhado –, provavelmente naquelas áreas do interior do Nordeste, no interior da Amazônia, a gente precisa, sem relevar a importância que pode ter a incorporação da vacina, seguramente fazer muito mais, ainda, para que essas mulheres tenham acesso às tecnologias já disponíveis.

Então, eu queria concluir, agradecendo e dizendo que tanto eu como o Dr. Santini e a equipe do Ministério vamos estar aqui para perguntas depois das apresentações.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Eu agradeço a participação do Dr. Jarbas Barbosa, que penso ter falado em nome do Ministério da Saúde, não é isso?

Infelizmente, nós vamos ter de readequar o tempo, mas eu acho que depois das duas primeiras intervenções muito do que se disse não precisa ser repetido.

Então, para que a gente possa concluir a nossa audiência pública com os mesmos participantes com que iniciamos, a gente vai, se os senhores aceitarem, a senhora e o senhor, Dr. Renato e a Dr. Vera Lúcia –, a gente diminuirá para dez minutos. Fica bom assim?

Então, eu passo a palavra, de acordo com o acordo feito aqui ao Dr. Renato de Ávila Kfouri, que preside a Associação Brasileira de Imunização.

Dez minutos, então.

O SR. RENATO DE ÁVILA KFOURI – Obrigado, Exmª Srª Senadora.

Eu gostaria de, em nome da Sociedade Brasileira de Imunizações, agradecer o convite e parabenizar pelo projeto de lei do Senado, que vem ao encontro, muito, dos anseios de a gente trabalhar em relação à prevenção, que é sempre muito melhor do que terapêuticas.

Eu vou procurar aqui, nesses poucos minutos, chamar a atenção e tentar ponderar sobre um pouco de tudo o que já foi dito aqui, sob a ótica do que é hoje o nosso Programa Nacional de Imunizações, o que a gente consegue através dele e quais são os critérios de inclusão de novas vacinas, porque isso, como falou bem o Dr. Jarbas, acho que tem de ter critérios, tem-se de pensar muito bem como dever ser feito.

Primeiro, por favor.

Só relembrando alguns pontos importantes.

Pode passar o primeiro, por favor.

Então, para o HPV – uma coisa que eu gostaria só de chamar a atenção –, é que existem mais de 100 tipos identificados. Os que causam câncer, basicamente o 16 e o 18, respondem por 70%, e os tipos que não causam câncer, que causam verrugas, o 06 e o 11, representam 90%. São os de baixo risco.

Próximo.

Número de mortes, já mostrado, em diferentes partes do mundo. Vejam que é um problema mundial, não é só aqui na América Latina e nem no Brasil.

Próximo.

Outro dado que eu quero chamar muito a atenção – refiro-me ao próximo também, esse aí eu só vou lembrar – pode dar mais um clique, por favor –, e que se estima, resumindo tudo o que foi dito aqui, 51 novos casos por dia, isso no Brasil, dois casos por hora e uma morte por hora relacionada ao câncer.

Então, temos uma doença realmente com uma carga da doença, um impacto em saúde pública muito grande entre nós aqui, perdendo somente para o câncer de mama nas mulheres, entre os cânceres mais frequentes no sexo feminino.

Próximo.

Aqui vem uma primeira ponderação em relação ao que o projeto fala, que é algo em torno de vacinação entre 09 e 40 anos, e por que vacinar os pré-adolescentes?

Próximo.

O primeiro *slide* mostra a incidência nas diversas faixas etárias. A idade da infecção pelo HPV, mostran-

do que a menina de 15 a 19 anos é onde a incidência do HPV oncogênico acontece mais.

O Drº Etelvino mostrou um segundo pico acontecendo na idade mais madura, entre 30 e 40 anos. Mas, quando a gente pensa em uma vacina, na introdução de uma vacina que previne o HPV, é importante que essa proteção seja duradoura. E a introdução da vacina contemplando faixas etárias precoces para prevenir essa exposição que a menina tem precocemente é fundamental em qualquer programa que a gente queira desenvolver.

Próximo.

Esses são dados de diferentes países, mostrando quando acontece a primeira relação sexual entre meninos e meninas em diferentes países – estão aí todas as referências. Mas chamo a atenção para o Brasil: 32% das meninas e 47% dos meninos relataram iniciação sexual com menos de 14 anos de idade. Isso é dado de 1998. Provavelmente essa idade deve ter rebaixado, ou essa porcentagem deve ter aumentado um pouco mais.

Próximo.

Então, se agente sabe que a exposição ao HPV acontece precocemente, logo depois, as meninas que já têm vida sexual ativa, cerca de um terço delas, um ano depois do início da vida sexual, já foram expostas a algum tipo de HPV, fica claro que a estratégia de prevenção conta a doença deve se iniciar precocemente. E, se houver que, em algum momento, se eleger faixas etárias prioritárias para receber a vacina não serão para as mulheres de 20, 30, 40, e sim àquelas que ainda não foram expostas. Isso a gente vai ver até nas recomendações das sociedades médicas.

As duas vacinas já foram citadas aqui. Nós temos, hoje, duas vacinas, que são feitas com tecnologias de recombinância genética, que criam partículas semelhantes ao vírus. É importante destacar a segurança que essas vacinas têm. Essas vacinas não desenvolvem doenças, essas vacinas não dão efeitos colaterais ou efeitos adversos importantes. Então, são vacinas bem seguras, com a utilização delas já em larga escala em muitos países.

Próximo.

Esses são os modos de se fazerem as vacinas. À direita, o HPV natural. Ele tem, dentro de sua cápsula, o material genético ali em laranja, a parte do DNA do vírus e, do lado de cá, é como se fosse uma partícula não infecciosa, o vírus oco, sem material genético, capaz de estimular resposta imune, porém, sem causar doença, sem causar infecção.

Próximo.

Há duas vacinas, dando uma resumida. Este também é outro ponto importante que há de se discutir no momento da implantação: que vacina utilizaríamos se fôssemos introduzir uma? Uma bivalente, que contempla os dois principais tipos de câncer de colo de útero, relacionados ao câncer de colo de útero, o tipo 16 e o 18. Essa vacina traz na sua composição um sistema adjuvante que melhora os títulos de anticorpos. Então, a resposta imune é um pouco mais elevada. Sobre a implicância que tem isso na duração da proteção, ainda não temos muitos dados. Mas já há dados de modelos matemáticos de que a proteção dessa vacina, provavelmente, deva sua se prolongar por cerca de vinte anos ou mais.

A quadrivalente é uma vacina que, além dos tipos 16 e 18, contempla dois outros tipos, o tipo 6 e o 11, que são os responsáveis pelas verrugas genitais. E aqui, se pensar numa vacina que queira ter o impacto também em verrugas genitais, é a única disponível hoje.

As duas vacinas são aplicadas no esquema de três doses: primeira dose; de um a dois meses a segunda; seis meses a terceira. Todas de utilização intramuscular e extremamente seguras.

Próximo.

Ambas têm demonstrado, nos estudos, 100% de eficácia para aqueles tipos. Não é para qualquer câncer, mas para aqueles tipos de HPV. Então, ainda não tivemos falhas vacinais nesses casos, nessas mulheres vacinadas lá atrás.

O que se tem observado com ambas as vacinas, um pouco mais com a vacina bivalente, é a proteção adicional, a tal da proteção cruzada contra outros tipos que parecem ser importantes também.

Proteção contra verrugas só com a quadrivalente. As mulheres vacinadas há nove anos, praticamente dez anos, persistem imunes. E há recentes recomendações para a vacina quadrivalente também em meninos e homens de 9 a 26 anos, visando à prevenção de verrugas genitais e a transmissão para as meninas e mulheres também.

Próximo.

Bom, baseado nisso tudo, o que os grandes órgãos de saúde pública do mundo e aqui do Brasil têm feito? Têm recomendado a vacina, a Organização Mundial da Saúde, a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, nós da Sociedade Brasileira de Imunizações, a Febrasgo, que é representada pela Drª Vera, a Sociedade Brasileira de Pediatria. Então, há um consenso, nas sociedades médicas, de que as meninas, as mulheres, devem receber essa vacina antes do início da vida sexual.

Próximo.

Mas, quando a gente vai pensar num calendário de imunização, quando a gente vai pensar em colocar

uma vacina disponível, alguns critérios precisam ser respeitados. Precisamos estar atentos.

Esse é o nosso primeiro Calendário de Imunização, de 1968. O Estado de São Paulo, antes de existir o Programa Nacional de Imunizações, já tinha um calendário que contemplava as cinco vacinas – BCG, paralisia, tríplice, sarampo e varíola. Esses calendários se modificaram.

Próximo, por favor.

Esse é um calendário de crianças, hoje, que contempla rotavírus, hepatite B, pneumo, meningo, febre amarela, sarampo, rubéola. Ou seja, houve um incremento muito grande de vacinas no nosso calendário pediátrico.

Próximo, por favor.

O nosso calendário de vacinação do adolescente contempla hepatite B – esse é do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde –, difteria, tétano, febre amarela, sarampo, caxumba e rubéola. Essas são as vacinas hoje disponíveis gratuitamente no Programa Nacional de Imunizações para Adolescentes.

Próximo.

Esse é o calendário do adulto. Contra a hepatite B, hoje, estamos vacinando só até 24 anos. Para o idoso, a gente incorporou a vacina contra a influenza também nas campanhas.

Próximo.

Nós temos que lembrar que o nosso Programa Nacional de Imunizações hoje tem um sistema que é chamado "Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais", ou seja, indivíduos que tenham riscos maiores – portadores de HIV, transplantados, diabéticos, pessoas com problemas cardíacos, pulmonares – podem receber qualquer uma dessas vacinas importantes para a sua faixa etária, se tiverem algum desses riscos. Ou seja, gratuitamente, o Programa Nacional de Imunizações incorpora essas vacinas para os grupos de risco.

Próximo.

Próximo também. São as vacinas disponíveis.

Esse é o calendário da Sociedade Brasileira de Pediatria, recomendando o que uma sociedade médica entende como ideal.

Pode dar um clique aí, por favor. Próximo.

Mostrando o HPV na Sociedade Brasileira de Pediatria.

Próximo.

Na Sociedade Brasileira de Imunizações, o mesmo calendário de 2011, recomendando também – por favor, mais um clique – a vacina contra HPV nas meninas de 11 a 12 anos.

Próximo.

No adolescente, idem.

Próximo.

Está mostrando aí a recomendação das sociedades médicas.

Próximo.

E aí vem o ponto final, para o qual eu queria chamar atenção no final da minha fala, em relação a que critérios devem se utilizar para introdução de vacinas no calendário público de vacinação. **O** que devemos considerar como prioridade? Será que é a introdução do HPV? Será que é a expansão da utilização da faixa etária de hepatite B para todos, não só para até 20 anos? Será que é a *influenza* para adultos mais jovens? Será que é a meningite C para adolescentes? Será que a transição de polio oral para polio injetável, uma vacina mais segura, seria a prioridade?

Então, baseada nisso, não só o Brasil, mas também o mundo, a Organização Mundial de Saúde solta um documento importante como este, um guia para a introdução de novas vacinas em programas nacionais de imunizações. O Brasil não ficou muito atrás disso.

Próximo, por favor.

Para a gente conseguir êxitos como esse, como o da nossa campanha do H1N1 – com praticamente metade da nossa população vacinada; 100% do nosso grupo *target* do nosso grupo alvo de vacinação tendo sido contemplado, quase metade da população, um feito inédito. Ou seja, um programa que tem uma credibilidade, que tem uma aceitação, neste País que é continental, conseguir vacinar, nos diferentes rincões deste País, com elevadas coberturas, todos esses grupos, realmente, é um programa que funciona muito bem, o qual eu queria exaltar pela qualidade e pelo respeito que esse Programa de Imunizações adquiriu frente à comunidade médica e frente à nossa população.

Próximo.

O que estabelece o nosso Programa Nacional de Imunizações, baseado não só em outros países, mas também aqui entre nós? Critérios, primeiro, epidemiológicos: que doença é essa? Que prevalência tem? Que relevância e que importância tem?

Aspectos imunológicos: o que temos hoje para a introdução a essa vacina? Há uma proteção duradoura? Funciona? Não funciona?

Aspectos tecnológicos. Aí, sim, foi criado o nosso Comitê, em abril de 2011, para também falar dessa questão da tecnologia em saúde, importante para avaliar tudo isso, a segurança, o custo, a viabilidade técnica e econômica. Hoje, as últimas vacinas introduzidas no nosso Programa de Imunizações foram introduzidas com acordos de transferência de tecnologia. Então, hoje, a gente compra uma vacina de um laboratório produtor internacional com o compromisso de transferir a tecnologia para a produção nacional.

Temos de ter a garantia desse produto e a disponibilidade dele. Nós temos uma corte enorme de nascidos: nascem 3 milhões de habitantes ou 2,7 milhões por ano. Então, cada idade, cada faixa etária que a gente resolve vacinar significa milhões de doses para uma vacina que é de três doses. Será que temos suporte, *supply,* disponibilidade dessa vacina? Isso também leva em conta a credibilidade do nosso programa. O estágio de desenvolvimento de novas vacinas às vezes também implica isso.

Outra coisa fundamental é a logística. Temos geladeira, temos rede de frio: cabe, nas nossas milhares de salas de vacinas que temos espalhadas por aí, esse quantitativo de vacinas a ser armazenado no nosso estoque? Nós estamos com reformulação total da nossa rede de frio. E o treinamento? Não basta colocar cinco, dez vacinas de uma vez; esse pessoal que aplica precisa ser treinado nos eventos adversos, nas notificações – como é que se aplica. Então, há uma logística muito grande.

E, obviamente, as questões que já foram abordadas aqui, de custo e efetividade, que é um dos critérios, não digo o principal mas é um critério fundamental saber, quando se introduz uma vacina, quanto eu gasto com a doença, quanto vou gastar com a prevenção, se isso está economizando, se está salvando dinheiro, se está salvando vidas em relação ao meu PIB. São contas complexas que têm de ser feitas, não tenham dúvida.

Próximo.

Só um resumo do que foi o nosso Programa Nacional de Imunizações, criado em 1973, e dizer – eu queria destacar o principal – que, nesse Programa Nacional de Imunizações, existe um Comitê Técnico Assessor em Imunizações, formado por grandes especialistas na área de imunizações em nosso País, em que a sociedade médica está representada, em que a Anvisa está representada, em que os produtores de vacina, como o Bio-Manguinhos e o Butantã, estão representados também nesse Comitê.

Então, o fórum de discussão, hoje, de introdução de novas vacinas e a avaliação técnica de resultados, de esquemas, de faixas etárias, de escolha de vacinas, não tenho dúvida de que o Comitê Técnico Assessor em Imunizações é o fórum ideal para discutir todos esses assuntos, respeitando sempre os princípios da igualdade e universalidade, que são a base de sustentação do SUS.

Próximo.

Credibilidade.

Próximo.

Essa é uma apresentação da nossa Coordenadora do Programa Nacional de Imunizações em relação às vacinas incorporadas mais recentemente.

Próximo.

As prioridades para os próximos dois anos, segundo o nosso programa, são a vacina pentavalente e poliomielite inativada.

Próximo.

As prioridades para os próximos cinco anos, segundo o nosso programa, são a introdução de varicela, hepatite A, HPV, heptavalente e vacina contra a dengue. Obviamente, para um futuro próximo também, a vacina contra malária e leishmaniose, que está em fase de estudos clínicos ainda, as vacinas prioritárias para o nosso País.

Essa é só uma visão de futuro do programa.

E termino dizendo que deve ser de conhecimento de todos que o Ministério da Saúde, juntamente com a Secretaria de Vigilância em Saúde e a Secretaria de Ciência e Tecnologia, de Atenção à Saúde e o Instituto Nacional do Câncer assinaram um documento recente, razoavelmente recente, datado de exatamente julho de 2011, que está aqui, à disposição, deixo com a Presidência da Mesa, segundo o qual a posição do Ministério da Saúde, por ora, baseado nesses estudos de custo e efetividade e as dúvidas que persistem é contrário ainda à aprovação, devendo essa nova revisão ser feita em face dos estudos de custo e efetividade que estão por terminar. Esses estudos são baseados naquele estudo de custo e efetividade de 2010, mas o custo de 2011 está para sair também, o custo e efetividade. E há o compromisso do grupo de rever essas questões relacionadas a custo e efetividade.

Esse é o final do documento que deixo à disposição da Senadora.

Tem os e-mails da sociedade, e a gente tem que trabalhar pelas imunizações que representem um avanço para a nossa saúde pública.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada. Nós agradecemos ao Dr. Renato.

Solicito que seja feita uma cópia para que a gente possa entregar aos Senadores, principalmente à Senadora Marta Suplicy, que é Relatora da matéria.

Passo-lhe a palavra, lembrando que V. Sª dispõe de dez minutos, Drª Vera.

A Drª Vera representa aqui o Conselho Federal de Medicina.

A SRª VERA LÚCIA MOTA DA FONSECA – Boa tarde a todos.

Em primeiro momento, quero cumprimentar a Senadora Vanessa, a Senadora Marta Suplicy e agradecer muito o fato de o Conselho Federal de Medicina estar aqui representado.

Cumprimento também meus colegas, meus amigos aqui da Mesa, pedindo desculpas pelo meu atraso,

porque, apesar de estar representando o Conselho Federal de Medicina, eu sou do Rio de Janeiro, vim de lá e realmente houve um problema no meu voo.

Optei por não fazer uma apresentação mais técnica, porque, apesar de neste momento representar o Conselho Federal de Medicina, eu sou Diretora Administrativa da Febrasgo. Então sabia que o nosso Presidente, Dr. Etelvino, faria isso e até pelo trabalho que nós realizamos sempre em conjunto com a Sociedade Brasileira de Imunizações. Além disso, todo o tema foi exposto com bastante brilhantismo e acredito que toda a parte técnica tenha sido relatada.

Ao Conselho Federal de Medicina cabe exaltar a importância de o Governo nos chamar como entidade, seja o Conselho Federal de Medicina, sejam as sociedades de especialidade, que detêm o conhecimento técnico, e obviamente o Ministério da Saúde, que, com certeza, é o maior parceiro em toda essa estratégia, e o fato de estarmos juntos para realmente tentar resolver da melhor forma possível uma doença tão importante e tão grave no nosso País.

Hoje sabemos que o câncer de colo uterino é um grave problema de saúde pública. É isso que tem que estar bem claro para todas as autoridades e para nós principalmente, ginecologistas que trabalhamos com essa doença.

Claro está, especialmente no nosso País, que é continental, que as regiões Norte e Nordeste são as mais atingidas, com certeza pela falta de realização do preventivo, ou melhor, não só pela falta da realização do Papanicolau, porque nós temos plena certeza de que não é só a falta do exame lá, mas principalmente pela falta do que a gente chama de uma prevenção secundária. Quer dizer, não adianta realizar os exames de prevenção se não indicamos essa determinada população para realizar o tratamento das lesões precursoras.

Todos sabemos que existe, sim, uma grande prevenção, é uma doença que pode ser prevenida, mas precisamos – e acho que esse é o fórum... Apesar de estarmos falando em vacina, é bom lembrarmos que o tratamento das lesões precursoras é necessário ser feito, é necessário citar essa atenção especial e, com certeza, será necessário mesmo com a difusão maior da vacina contra o vírus HPV, obviamente contra o câncer de colo uterino.

Na verdade já foram mostradas todas as partes técnicas e, claro, a importância da vacina e nos resta, eu gostei muito, Excelentíssima Senadora Vanessa, do seu último parágrafo da sua justificativa, quando realmente V. Exª diz que considerando a relevância do tema, para a saúde feminina, pedimos o apoio de nossos pares para a aprovação desta medida, para a prevenção e o controle do câncer de colo uterino.

Acredito que esse apoio não seja só para os seus Pares Senadores, mas talvez a necessidade do apoio seja exatamente para isso que nós estamos fazendo aqui. Um apoio de outras entidades, um apoio, lógico, do Ministério da Saúde, um apoio depois, no futuro, dos médicos inclusive, para difundirem, fazer realmente esse programa acontecer.

Então, acredito que é muito neste sentido que o Conselho Federal de Medicina poderá ajudar todo esse processo.

Claro que o CFM acredita nisso, já foi falado aqui.

Qualquer medida que possamos fazer para poder prevenir alguma determinada doença, é claro que não só o HPV, não só o câncer de colo uterino, mas toda medida de prevenção é muito bem vinda.

Seria ótimo se hoje, no nosso país, tivéssemos apenas essa preocupação.

É claro que temos de fazer todo um trabalho junto com a terapêutica, é importante e é óbvio, mas sabemos que toda essa prevenção se faz necessária.

Então, na verdade o Conselho Federal de Medicina se mostra dessa forma, acredita-se nessa vacina, até porque não é o Conselho que acredita, mas são todas as entidades que mostram, são entidades nacionais e entidades internacionais, como a Organização Mundial de Saúde, como a Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia e tantas outras entidades que acreditam no poder de prevenção da vacina com o vírus HPV.

E nós só podemos dizer que estamos aqui dando o devido apoio e colocamos todo o nosso serviço, o que nós dispomos, com certeza, não só a serviço do governo, mas, neste momento, a serviço do Senado para o que seja necessário nesse momento e posteriormente, nós acreditamos que essa vacina, realmente, seja liberada e que nós possamos fazer em termos de divulgação ou em termos de um trabalho em conjunto para que possamos atingir os objetivos que queremos e que no final é a diminuição da prevalência, claro, da doença, do câncer de colo uterino e, consequentemente, a diminuição da mortalidade do câncer de colo uterino.

Senado assim, não gostaria de me alongar mais por conta do horário, mas agradecer esta oportunidade. Esperamos que, se outros fóruns ocorrerem, nós do Conselho possamos estar juntos para trabalharmos cada vez mais e melhor esse projeto de lei.

Então, mais uma vez, Exmª Srª Senadora, agradeço a oportunidade de estar aqui, neste momento, representando o Dr. Roberto D'Ávila e colocando, mais uma vez, o Conselho Federal de Medicina à disposição de V. Exª e de todo o Senado.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Drª Vera.

Vou passar a palavra... Não há oradores inscritos, mas nós temos aqui dois Senadores e tenho convicção plena de que ambos querem falar.

E, pela prevalência, como Relatora da matéria, passo a palavra à Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Talvez pudéssemos ouvir rapidamente o Sr. Luiz Santini, Diretor do Inca, que também foi convidado a fazer parte da Mesa.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Eu estou pulando o Dr. Santini, desculpe-me.

O senhor tem dez minutos também.

O SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA – Obrigado, Senadora.

Vou procurar falar rapidamente, se possível até usando uma menor parte do tempo.

Agradeço também à Senadora Marta.

Acho que os pontos importantes e principais sobre o tema da vacina já foram colocados. Talvez seja importante mencionar, como foi acentuado por todos os que me antecederam, que, independentemente da incorporação ou não da vacina, a manutenção e o fortalecimento do Programa de Controle do Câncer do Colo do Útero é absolutamente indispensável. Isso é um requisito fundamental para que possamos fazer essa discussão.

O câncer do colo do útero é uma doença "prevenível", porque é uma doença sexualmente transmissível. Ele é evitável, na medida em que se podem tomar medidas de prevenção e até mesmo com uma vacina se pode evitá-lo. É tratável e curável. Então, todos esses componentes necessariamente precisam fazer parte da abordagem do problema.

Como já foi demonstrado, também, ele é a segunda causa de morte em algumas regiões do País, a primeira na região Norte. Dentro do panorama de desigualdade no Brasil, vamos encontrar, até mesmo nas Regiões Sul e Sudeste, bolsões onde esse tumor pode representar uma prevalência muito alta em relação aos outros que são mais evidentes, com prevalência regional.

Então, ele é realmente um grave problema de saúde pública. E não foi à toa, não foi por outro motivo que a Presidente Dilma, no dia 21 de março deste ano, lançou o que foi chamado Programa de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer. E, dentro desse programa, uma das prioridades eleitas foi o fortalecimento do Programa Nacional de Controle do Câncer do Colo do Útero, assim como também o fortalecimento do Programa Nacional do Controle do Câncer de Mama e a ampliação e qualificação da assistência oncológica no SUS.

Esse programa tinha como eixos de organização transversais a difusão à informação e à mobilização social e o fortalecimento da informação epidemiológica.

Mais uma vez, esta reunião contribui sobremaneira para o desenvolvimento desse programa pelo espaço que dá para a discussão do tema e pela profundidade com que ele está sendo encontrado.

É importante dizer que, desde 1984, com o Programa de Atenção à Saúde Materno-Infantil, que a Senadora Marta já ajudou a construir neste País, com seus incentivos nos meios de comunicações e tudo isso, desde essa época, o Programa de Controle do Câncer do Colo Uterino vem se desenvolvendo, vem sendo absorvido e incorporado pelo Ministério da Saúde e desenvolvido sempre em atuação parceira com Estados e Municípios. E, na medida em que o SUS se formou em 1988, a partir de então, essas parcerias se transformaram em pactuações e o programa foi ganhando densidade e fixando metas, diretrizes e planos de trabalho.

Eu posso dizer que hoje nós não temos ainda um programa de rastreamento organizado nacionalmente, porque o rastreamento organizado exige um processo de seguimento e de acompanhamento que nós ainda não somos capazes de executar, mas já temos um plano de ação para redução da incidência e mortalidade do câncer do colo do útero, que foi discutido e aprovado inclusive por um comitê do qual várias entidades presentes participaram, em particular a Federação das Associações Brasileiras de Ginecologia e Obstetrícia.

Os avanços que nós podemos considerar que temos alcançado nesse processo pelo Sistema Único de Saúde são, primeiro, que o SUS dispõe de um programa hoje descentralizado, com protocolos definidos, com pactuação de metas com os gestores estaduais e municipais pelo Ministério da Saúde. Hoje são realizados 12 milhões – hoje já mais do que isso, quase 13 milhões – de exames Papanicolau por ano.

Existe um sistema de informação capaz de coletar as informações de cada um desses exames. O percentual de Municípios que realizam esses exames subiu de 89%, em 2004 para 95% em 2008; a estratégia da família está sendo progressivamente incorporada na implementação do programa; o percentual de amostras insatisfatórias dos exames Papanicolau, que é um indicador de qualidade fundamental, vem se reduzindo, e hoje, no Brasil, esse percentual é em torno de 1%, e é aceitável até um limite de 5%; há ofertas de exames em todo o País; há unidades de confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras em todos os Estados, permitindo um protocolo de tratamento am-

bulatorial em consulta única – um médico chamado vai tratar o paciente; e há ofertas de braquiterapia para o tratamento dos casos de câncer invasor, diagnosticado em todos os Estados.

O que, então, acontece? O que está errado? Basicamente o que acontece é o que acontece no Brasil com quase todas as políticas públicas: a desigualdade. Nós dispomos de toda essa tecnologia, de toda essa ferramenta. No entanto, em alguns Estados das regiões Norte e Nordeste, 30% dos Municípios apresentam aquele indicador de qualidade muito acima do indicador desejável. Existe ainda, portanto, um problema de qualidade muito grande. Existem 1.226 laboratórios que realizam exames citopatológicos. Porém, a grande maioria não possui programa de qualidade, nem interno, nem programa de qualidade externo. Existe um baixo índice de seguimento dos casos positivos do rastreamento, o que dificulta a resolução do caso e o tratamento.

Então, por isso, o programa, que é apresentado pela Presidenta e conduzido pelo Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção à Saúde, do Instituto Nacional de Câncer e das parcerias com os Estados e Municípios, prevê o fortalecimento da gestão do programa – quer dizer, esses componentes de gestão que mencionei –, a qualificação das equipes de atenção por rastreamento, a gestão da qualidade dos exames citopatológicos e a garantia de confirmação diagnóstica e tratamento das lesões precursoras. Para isso, o programa prevê um conjunto de investimentos que visa essencialmente à estruturação inicialmente, até 2014, de 20 serviços de referência para diagnósticos e tratamentos para lesões precursoras com investimento de 2 milhões e recursos para custeio de 14 milhões.

Outra importante iniciativa é a estruturação de centros qualificadores de profissionais ginecologistas, um trabalho que está sendo feito também junto com a Federação, e a revisão das diretrizes de tratamento das lesões precursoras.

Na verdade, com esse programa, esperamos o resultado de uma redução de incidência e de mortalidade do câncer de colo do útero, prioritariamente uma redução de incidência de 70% do câncer do colo do útero na Região Norte do País, porque temos visto que nas regiões Sul e Sudeste, principalmente, essa incidência e a mortalidade já vêm sendo reduzidas, e agora estamos com esse foco específico na região Norte, em função dessa prevalência absolutamente desproporcional, como foi aqui demonstrada.

Para concluir, como foi dito, o Ministério da Saúde está tendo uma política cautelosa em relação à incorporação da vacina no calendário – o Dr. Jarbas já explicou isso muito bem.

Estamos todos de acordo que a vacina é um grande avanço do ponto de vista científico, do ponto de vista tecnológico, mas a cautela da sua implantação como estratégia de saúde pública está vinculada à necessidade de estudos que estão sendo desenvolvidos e para os quais o Ministério aponta uma perspectiva de reavaliação para os próximos cinco anos.

Muito obrigado, mais uma vez, Senadora.

Fico à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos a V. Sª, Dr. Santini, mais uma vez lhe pedindo desculpa pela falha inicial.

Agora eu passo a palavra à Relatora do projeto, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero, primeiro, parabenizá-la pelo projeto, realmente bastante relevante em virtude da preocupação que temos com a incidência desse tipo de câncer, e principalmente sendo V. Exª vinda de uma região em que o problema é seriíssimo.

Bom, a partir de tudo que foi colocado, um relatório sobre esse tema não é fácil. Duas coisas ficaram mais claras para mim, e eu gostaria que talvez eles pudessem dar uma opinião. Primeiro, a manutenção da faixa etária de 9 a 25 é o principal – não estou falando do projeto de V. Exª –, aumentar estaria quase fora de questão, pelo efeito que tem em mulheres de mais de 40 e do custo benefício nessa altura.

Depois, eu acho que a última fala do Dr. Santini resume um pouco algumas coisas que foram ditas. Nós temos uma região do País extremamente afetada e temos outra menos afetada. Como poderíamos fazer um projeto de lei, se assim fosse, que contemplasse as regiões em que esse tipo de câncer atinge mais a população? Poderíamos pensar nisso. Eu não sei se é possível, mas temos que pensar se pode ser feito assim. Porque, pela incidência no Sul e no Sudeste, talvez nós fôssemos não desperdiçar, porque nunca é desperdício quando estamos salvando vidas, mas teríamos um gasto que talvez pudesse ser, em um ministério que precisa sempre de recursos, melhor aproveitado. Inclusive enquanto eu ouvia as falas, eu pensava que a utilização do preservativo para essa questão é vital. Se você consegue que todos usem o preservativo, o problema cai meteoricamente. E você atinge também a AIDS, que é outro problema seriíssimo na faixa etária de 15 a 24 anos, em que meninas e mocinhas também estão sendo atingidas. Então, campanhas nesse sentido são importantes.

Com relação à vacina, nós lidamos com muito preconceito. A faixa de idade em que a vacinação se-

ria mais importante é em meninas de 9 a 13 anos. Eu fico pensado como é que você vai explicar a uma mãe para levar sua filha de nove anos para tomar a vacina porque ela vai iniciar sua vida sexual. Gente, eu não sei se estou delirando, mas para quem já trabalhou nessa área, isso é quase impossível! Seria quase como uma autorização da mãe. Para fazer a cabeça dessa mãe teria de ter uma campanha extremamente esclarecedora. Ao mesmo tempo, pode haver preconceito contra jovens que tomarem a vacina. Então, tudo isso tem de ser pensado quando você vai fazer uma coisa dessas.

O Dr. Jarbas abordou uma questão que eu achei interessante também. Eu sou sempre contra fazer engessamento. Já fui executiva, e tudo que você engessa, depois não consegue mudar, o panorama mudou e você não tem como fazer.

Eu não sei se dá para fazer – estou há pouco tempo no Senado e não tenho experiência ainda – lei com validade, algo assim: vamos fazer esta lei para determinada região do País primeiro, passando para outras regiões, e sendo reavaliada daqui a quatro, cinco anos. Teremos que conversar com os doutores especializados e saber. Depois de quanto tempo podemos avaliar se isso não tem mais sentido em virtude da mudança do panorama, do comportamento, de tudo, ou se devemos implementar mais? Essas são as questões que ficaram mais claras para mim.

E uma questão que eu acho até que ficou clara, mas da qual tenho que ter certeza. Essa vacina não tem nada de cumulativa, não é? Ela é tomada, depois de oito anos ela continua ou não – isto eu entendi, ela provavelmente continuará. Mas, se tomar de novo, ela tem alguma possibilidade de ser comulativa?

E a outra questão que me parece importante é essa questão das três doses. Eu acho tão difícil conseguir que a mãe faça pré-natal, primeiro pela própria questão de locomoção, pela inexistência do posto de saúde, por tudo isso. Como é que vamos levar para prevenção de uma doença? Ela vai achar que a filha não vai contrair, porque a filha não vai ter sexo. Nós vamos incorrer na compra de milhões de vacinas e não sei o que vai acontecer.

Tudo isso são ponderações, e vou me sentar com a Senadora Vanessa para que tenhamos uma solução, porque são dificuldades sérias para implantação de um programa desses. Sendo que a experiência do Sul e Sudeste mostrou que o Papanicolau e o tratamento das lesões também são efetivos. E sendo que nas regiões mais pobres do País a gente não consegue nem fazer o Papanicolau.

Na própria região amazônica, em que os médicos, para fazer isso têm que se locomover em barco, levar vacinas em armazenamento precário, como nós vamos fazer? Não seria melhor a gente investir em um Papanicolau descente, em que sirva para todas as mulheres, e no tratamento das lesões, e prevenir, talvez, nesses locais, como o Norte, em que a Senadora tem a preocupação, focar mais nisso? Eu não sei, mas são as questões que me ficaram desta audiência, que esclareceu muita coisa e complicou bastante outras, porque é um projeto de extrema importância e, ao mesmo tempo, tem outras dificuldades que me pareceram bastante evidentes.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Marta.

Se a Senadora não se importa, irei fazer apenas dois questionamentos e, na sequência, a gente passa a palavra.

Primeiro, Senadora, V. Exª tem razão. E quando a Drª Vera disse que pediu o apoio, não foi apenas aos Pares, mas à sociedade, porque este é o objetivo do projeto: discutir a saúde da mulher. A gente pode até não ter o projeto aprovado em um curto espaço de tempo, mas este debate já ajuda, e ajuda em muito, não tenho dúvida alguma. É uma forma de dialogarmos com o Ministério da Saúde sobre as necessidades.

Eu não quero aqui me colocar no lugar dos profissionais da área da Saúde, que trabalham em pneumologia, que fazem estudos e que têm muito mais dados que eu.

Entretanto, Senadora Marta, algumas peculiaridades em relação à Região Norte e o interior da Região Norte – não em cidades como Manaus, mas no interior da Região Norte, onde vive muita gente. Não temos médicos, literalmente. Nós temos em torno de dez Municípios do Estado do Amazonas que têm médicos porque eles trabalham sem registro do Conselho Federal, porque são da Bolívia, são do Peru e outros países. E o Conselho Federal sabe disso e deixa, porque se tirá-los de lá ninguém ocupará aquele lugar. Não há médicos e não há laboratórios de análises clínicas. Então, levar a vacina é ainda muito mais fácil que qualquer outro tipo de metodologia de prevenção, porque há o vacinador, há o agente de saúde.

Então, esses aspectos é que precisamos discutir. E as únicas observações que quero fazer em relação a isso, sobre o estudo do Ministério da Saúde. A gente tem conversado, inclusive com o Dr. Santini e com o Dr. Jarbas tivemos a oportunidade de conversar sobre essa matéria algumas vezes.

O ideal seria que a gente vivesse em um mundo em que não precisasse de um estudo custo-efetividade para implantar qualquer nova metodologia de assistência à saúde. Acho que isso seria o ideal. Mas não vamos idealizar, porque nós não vivemos nesse

mundo. Segundo, não consegui concluir o meu levantamento ali, mas o que se gasta com medicamento de alto custo no Brasil é cem vezes mais que com assistência farmacêutica básica para algumas. Tem medicamentos para câncer que custam16 mil reais a unidade, e o Ministério Público manda que o Sistema Único de Saúde garanta o acesso a essa população.

Então, eu acho que é isso. Infelizmente, vivemos nessa realidade, mas nós temos que tentar superá-la e não nos conformarmos, porque sou daquelas que acho ninguém, nenhum de nós...e nós estamos fazendo aqui. Nós não estamos conformados com isso. Nós queremos mudar essa realidade.

Aí, acho que tem dois aspectos novos, e um a Senadora Marta levantou. Vários países – não sei se México, e eu não saberia dizer exatamente quais – começaram, Senadora, dessa forma como V. Exª sugere. Vão começar por região, começar por Municípios, localmente, e depois ver até onde dá para fazer a extensão. Seria um caminho.

Segundo, não sei se esse relatório feito, cuja não aprovação o Ministério da Saúde recomenda, eu não sei e quero lembrar que a Senadora e hoje Ministra Ideli Salvatti tinha um projeto semelhante tramitando nesta Casa. Não sei se esse parecer era da época em que cada dose da vacina era em torno de R$200,00 ou se já chegou no 14...

O SR. RENATO DE ÁVILA KFOURI (*Fora do microfone.*) – Tem nas duas perspectivas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Tem nas duas perspectivas, mas o custo baixou muito: US$14 a dose, como já foi dito aqui pelo Dr. Jarbas, é uma diminuição significativa, sem falar dos acordos que se podem ter, como estamos tendo em outras áreas.

Então, eu fico tranquila quando vejo que a Senadora Marta é a relatora. Fico muito tranquila por isso, porque eu sei que vamos debater muito. Nós vamos encontrar saídas para isso. Não tenho dúvida alguma. Acho que não poderia estar em mão melhor. E não digo isso porque estou diante da Senadora, mas porque todos nós conhecemos a luta da Senadora em relação às mulheres e à saúde da mulher, principalmente. Então, o que nós precisamos..., e há esse pacto nosso com o Ministério da Saúde. Há esse pacto nosso de buscar caminhos, de tal forma que a gente possa atingir um contingente de mulheres, pelo menos aquelas mais vulneráveis.

Mas eu senti falta – não sei se perdi essa parte da exposição – do custo do tratamento. Eu não li todo esse estudo de custo-efetividade/benefício, enfim, mas o custo do tratamento... O exame de Papanicolau permite um diagnóstico precoce, portanto um tratamento precoce, e há vários níveis de precocidade. Tem aquela bem adiantada, a média, enfim... E o custo mesmo efetivo. Isso entra no estudo, entrou certamente, que fosse falado sobre isso.

No mais, agradecer, desde já, a presença de todos e todas aqui.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Senadora Vanessa, depois me dá a palavra?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Na hora, Senador. Não é depois, é agora.

Senador Crivella, com muito prazer.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Desculpe, eu nem faço parte da Comissão, mas é um assunto tão candente que me trouxe aqui.

Eu queria que vocês me explicassem uma coisa. Quero saudar aqui a todos os convidados na figura ilustre de um grande homem do meu Estado, o Dr. Luiz Antonio Santini. Vanessa, ele preside o Inca. Nós todos contamos com a sua devoção, eu diria, porque vocês sabem que o câncer hoje é uma tragédia, que está aumentando cada vez mais.

Não sei se viram uma publicação na *Folha de S.Paulo.* Na Inglaterra, acompanharam 100 mil casos de câncer e disseram, depois de um estudo longo, que em 45% dos homens e 40% das mulheres, estão relacionados a quatro fatores: álcool, tabaco, obesidade e má alimentação, considerada a má alimentação falta de frutas, legumes e verduras. Pode ser filé *mignon* com caviar. Se não tiver frutas, legumes e verduras, segundo o estudo, é má alimentação – 45% dos homens e 40% das mulheres.

Mas, saudando o Dr. Luiz Antonio Santini, eu saúdo essa constelação de astros da saúde.

Mas queria fazer uma pergunta: não sei se é constitucional, mas, se nós tivermos de priorizar um grupo para a aplicação da vacina, existe um grupo de risco?

É só isso.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Bem instrutivo, Senador Crivella.

Vamos começar por onde? Dr. Jarbas ou Dr. Etelvino? Tanto faz. Então, Dr. Jarbas, que já está com o microfone ligado.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Bom, muito obrigado.

Acho que as considerações foram extremamente importantes, e vou muito rapidamente passar nas principais questões. Primeiro, esclarecer que estamos discutindo aqui, na verdade, duas questões, uma de forma e uma de conteúdo.

O parecer do Ministério sempre é contrário a introduzir vacina por lei. Na legislatura passada, o

Congresso aprovou um calendário de imunizações. O Ministério da Saúde deu parecer contrário, foi vetado pelo Presidente da República, Presidente Lula. Eu imagino que, não sem alguma dor no coração, ele vetou a lei, mas vetou por compreender e concordar com os argumentos do Ministério de que introdução de vacinas não deveria ser tratada por lei. Pelo que eu disse antes, pelos exemplos que dei antes, isso engessa, obriga que você mantenha... Por exemplo, não é provável que aconteça, mas, se algum efeito adverso dessa vacina acontece depois de dez anos, nós já vamos saber daqui a um ano; e, se isso acontece, teríamos que mudar a lei para mudar. Qualquer alteração tecnológica pode produzir a necessidade de mudar a tecnologia também, e ficaríamos engessados pela lei.

Então, por princípio, não estou debatendo aqui esse parecer contrário. Ele não é contrário à vacina. Esse parecer foi contrário a que introduzíssemos a vacina por lei. Quero separar isso bem para deixar clara a posição do Ministério. O Ministério tem, como foi relatado aqui, um comitê técnico de assessores; o comitê técnico de assessores foi reformulado, do qual participa as sociedades de especialistas, pesquisadores. Todos assinam declaração de conflito de interesses nas reuniões agora, uma nova metodologia, inclusive para deixar claro que são decisões que não têm nenhum tipo de conflito. Então, nossa questão é em relação à lei.

Em relação à introdução da vacina, só rememorando, estamos discutindo três vacinas para introduzir. Creio que elas serão introduzidas brevemente. O debate é em torno de quem vem primeiro, porque aí se discute preço, acordo e transferência de tecnologia, quer dizer, um conjunto de questões para introdução, mas tanto a vacina de varicela... Porque, em relação à varicela, hoje, há uma intolerância social muito maior do que havia no passado, o que é natural. As mães que, há 20 anos, 30 anos, achavam que catapora era uma doença normal da infância, hoje, um surto de catapora, pela dificuldade que causa, de perder aula, de a mãe às vezes ter que faltar ao trabalho, porque não há com quem deixar a criança etc., essa vacina é custo efetivo, e está na lista; a de hepatite A, como falei, é custo efetivo e é mais do que isso, é econômica e também está na lista; e a vacina de HPV, cujo resultado eu já adianto, é de custo efetivo também. O problema é que, sendo custo efetivo, discutimos o orçamento do Ministério. Só para as cinco idades representaria um incremento, no primeiro ano, de R$600 milhões. Se vamos para a faixa etária estendida, até os 40, isso significa R$3,5 bilhões no primeiro ano, e, logicamente, numa sociedade que nos cobra o que fazer bem com o dinheiro, isso seria mais importante do que, por exemplo, como falei: nas capitais brasileiras, o câncer de colo de útero já é a quarta causa. Na frente dele está o colo retal. O acesso à colonoscopia, que foi um instrumento que fez com que declinasse dramaticamente a mortalidade por câncer de colo intestinal, é muito baixo no Brasil. Quer dizer, seria melhor, em termos de número de mortes a serem evitadas, gastar todo esse dinheiro com vacina ou combinar um uso mais racional da vacina com a melhoria do programa de Papanicolau, de acesso, de mamografia? Quer dizer, como estamos tendo que olhar o conjunto, e o conjunto tem um universo limitado, temos que fazer essa escolha.

Em relação à pergunta se ela pode ser cumulativa, eu entendi se até hoje, a eficácia dela, reconhecida para aquele sorotipo da vacina, dura nove anos. Provavelmente vai durar mais. Provavelmente deve ser uma daquelas vacinas que vão dar proteção quase por toda a vida. Mas só temos segurança disso com as três doses, e aí vem a dificuldade que já colocamos.

Existem outras estratégias, sobre as quais não falei porque estamos passando muito rápido. Estamos querendo inclusive fazer uma discussão técnica no Brasil sobre algumas estratégias utilizadas em países da América Latina para uma população de difícil acesso, como a inspeção visual com crioterapia. Qual é a grande vantagem dela? O problema do Papanicolau, hoje, não é muito diferente do da vacina. A mulher vai uma vez para a unidade de saúde, é pedido um exame, tem que voltar outra vez para colher, tem que voltar outra vez para pegar o resultado e depois vai para o tratamento. A vacina tem o mesmo problema: tem que ir uma vez, tem que ir uma segunda vez, tem que ir a terceira vez. Essa inspeção visual não é panaceia também. Tudo isso tem que ser muito bem avaliado, se é factível, mas é resolvido numa visita só na unidade de saúde, ou seja, reduziria bastante em população de mais dificuldade. Isso precisa ser avaliado.

Na Amazônia, ela é mais fácil que os outros métodos? A pergunta é da Senadora Vanessa. O problema é que não podemos compará-la com os outros métodos, porque ela não elimina a necessidade de a mulher continuar fazendo. Mesmo a mulher vacinada, ela tem que continuar exatamente com o mesmo protocolo. Então, na verdade, a gente não retiraria a necessidade de a mulher na Amazônia continuar fazendo o Papanicolau, a gente estaria acrescentando, provavelmente protegendo principalmente as meninas, mas para as mulheres a partir dos 13 anos a gente não teria proteção, e a necessidade de melhorar a qualidade do Papanicolau e garantir acesso a todas as mulheres na Amazônia persistiria basicamente no mesmo.

O México e os outros países na América Latina que o implantaram o fizeram parcialmente, só em Mu-

nicípios pobres, no caso do México. No caso do Brasil, essa pergunta é difícil de responder porque aqui, como o SUS constitucionalmente diz que todos têm direito, provavelmente nós teríamos uma batalha jurídica tremenda. Nós só temos e o Judiciário só aceitou até agora, da minha memória, determinadas exceções muito bem localizadas. Por exemplo, a vacina de varicela já é utilizada para a população indígena, porque epidemiologicamente, pelas condições de moradia etc., tem uma transmissão muito maior, são casos mais graves. Então, por enquanto, só está na população indígena.

Outras vacinas, apesar de o benefício delas ser diferente regionalmente, e cito a vacina de influenza, cujo benefício é muito bem marcado na Região Sul e na Sudeste; na Região Nordeste e Norte, é difícil de avaliar o impacto, porque, como lá não existe inverno, um período frio, quase não há impacto. Mesmo assim, houve todo um debate e viu-se que haveria muitas ações judiciais, então, seria melhor implantar no Brasil inteiro. Isso realmente é difícil de garantir só num local quando a lei diz... E qualquer mãe que entrar na Justiça, em qualquer lugar no Brasil, eu creio que provavelmente ganhe a causa com facilidade, baseado no direito constitucional do acesso universal.

No estudo de custo-efetividade – a última pergunta da Senadora –, é levado em conta, Senadora, todos os custos. Essa é uma metodologia complexa, nós recebemos e é por isso que eu digo que ela é custo-efetiva. Tivemos uma reunião, na semana passada, com um grupo de pesquisadores da USP. Nós recebemos – o relatório ainda está vindo –, já vimos o resultado, mas no relatório se leva em conta todos os custos por todo o estadiamento, quanto se gasta não só com o Papanicolau, quanto se gasta até com transporte, o custo do transporte que a mulher tem para ir; Tudo isso é levado em conta. A vacina é custo-efetiva; não significa que ela vai economizar. Esse estudo não demonstrou que ela economiza. Mas nós implantamos coisas não é só quando ela é econômica. Quando ela é custo-efetiva, justifica-se a implantação. Quer dizer, ela não precisa economizar, ela basta ser custo-efetiva. Ela é custo-efetiva junto com aquelas outras duas de que eu falei.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Dr. Etelvino.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Obrigado.

Eu acho que há dois focos, mas eu não vou entrar na parte sobre a qual eu me sinto incompetente para discutir.

Nós devemos ficar muito satisfeitos de os nossos representantes serem preocupados com a saúde dos nossos habitantes. Isso é uma coisa fundamental. E também devemos dar apoio para os nossos gestores tentarem aplicar adequadamente os recursos que são parcos e poucos.

Eu não sei como discutir essa questão. No entanto, como participei, como representante da Febrasgo e não como presidente, da discussão no Inca, de onde saiu o documento, uma coisa que não me ficou clara é a seguinte: entendo esse processo de não gessar. Mas eu achava na época, e inclusive discuti o assunto: por que não se pode priorizar a vacina de forma segmentada? E a resposta que veio do Ministério da Saúde é de que seria uma judicialização, abriria porta à judicialização. No entanto, na mesma época, ocorria um pico de incidência de pneumonia na Bahia, e o Ministério fez, naquele momento, ações específicas para aquela área, que seria a Bahia.

Acredito no seguinte: como o Ministério é parco de recursos, não tinha talvez pernas para que a vacina fosse incorporada; então, ele não ousou talvez fazer algumas ações específicas para o local que preocupava todo mundo, o Norte. E, logicamente, os nossos representantes, nos quais nós votamos, preocupam-se com a população. Então, não havendo uma saída de uma forma, tenta-se fazer de outra, legislando a respeito.

Eu acredito que talvez o processo seja esse. Eu não vou entrar nesse mérito e não tenho competência para discutir isso. Mas eu acho o seguinte: dentro do que a Senadora Marta Suplicy disse...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Eu tenho tempo ou encerrou?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pode falar.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – A faixa etária, eu creio que, sob o ponto de vista técnico ou científico, se for priorizar, é a faixa etária da *naïve*, da menina que nunca teve relação sexual. Essa seria a faixa prioritária. E o modelo mundial de sucesso foi feito nessa faixa, no escolar.

Talvez o problema mais sério que nós tenhamos é que nós temos uma *expertise* excelente em vacinação dentro de centro de saúde, mas o perdemos nas escolas. Os mais antigos talvez se lembrem de que nas escolas nós fazíamos exame de fezes, fazíamos tudo. Perdeu-se essa ação.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Srª Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou tentando fazer isto da melhor forma possível. Hoje, a Anvisa sugere de 9 a 25, não é isso?

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – A 26.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Peço desculpas para esclarecer que a Anvisa não recomenda. A Anvisa só registra.

É o registro.

A recomendação é feita pelo Ministério.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas, então, vou colocar de outra forma. A Senadora está propondo de 9 a 40. Isso eu já vi que não dá.

Então, vamos ver. Se fosse, por exemplo, qual seria o custo– efetividade, de 9 a 13?

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Responda, Jarbas. Sobre custo-efetividade, vocês têm os estudos. Não estão prontos, mas vocês os têm.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Todos os estudos mundiais dizem que ela é não só custo-efetivo, mas também é eficaz em meninas que não iniciaram ainda a atividade sexual. Depois que iniciam a atividade sexual, não se consegue mostrar a proteção delas sequer para verruga genital.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, o que teria sido dito, dessa forma, é que nós teríamos que ver a faixa etária em que a jovem brasileira começa a ter relação e focarmos nisso. Exatamente isso. Quer dizer, com nove anos eu acho que ninguém está tendo, não é? Quer dizer, nós imaginamos que não é a maioria das nossas jovens que começa a ter relação sexual nessa idade.

Talvez aumentar um pouco a faixa e estender um pouco. Estou tentando ver. Estou aprendendo junto – junto não, que V. Exªs é que sabem. Estou tentando dar o melhor encaminhamento e gostaria de uma reflexão sobre isso.

O SR. RENATO DE ÁVILA KFOURI – Posso fazer só um comentário?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – E a virgem de 30 anos? A mulher que não tem...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela vai continuar virgem, não vai pegar! As estatísticas indicam que, se está virgem há 30 anos, o problema é sério!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Eu quero ressaltar que aqui é um Senador evangélico, que vive em um mundo a que a Senadora Marta vai só na época da campanha. Mas há muitas brasileiras que têm vida sexual depois: evangélicas, católicas, religiosas de modo geral.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, eu estava brincando, Senador. Eu acho que isso existe, mas o que nós estamos falando aqui é da maioria. E nós não estamos tendo recursos nem para a maioria.

A Senadora Vanessa, exatamente pensando nas que iniciam a vida sexual mais tarde, propôs dos 9 aos 40. O que nós estamos vendo é que não há como fazer isso, em termos de recurso ou de eficácia ou de efetividade, nada. Nós temos que ver a faixa. E a minha preocupação é em que faixa nós fazemos. E estava colocando que com nove anos não tem sentido, mas, ao mesmo tempo, tem que ser antes da vida sexual. Em que idade, antes da vida sexual, vamos – se aprovarmos – determinar que uma pessoa, inclusive uma pessoa de 30 anos que não seja virgem, tenha tido uma vida sexual e vá com 30 anos tomar vacina, o que foi esclarecido é que não vai fazer efeito. Nós vamos gastar um dinheiro que pode ser utilizado em uma eficácia maior de distribuição de Papanicolau.

Então, é um assunto que passa longe da virgindade aos 30 anos!

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Está bom.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Eu continuo ou não?

Eu parei dizendo que a faixa prioritária possivelmente seria essa faixa da *naïve*, da que não teve relação. Eu vou adiantar um pouquinho. Como a Senadora Marta Suplicy perguntou por que nove anos, também com o viés que existe, de como explicar a uma mãe que ela deva autorizar que a filha dela manter relação sexual porque, para a mãe, ela só irá ter depois de casada. A dos outros vai ter antes, mas a dela só depois de casada. Então, ela não irá aceitar.

Mas, há um motivo, é lógico, há um racional de começar nessa faixa etária. O adolescente tem melhor capacidade imunogênica. Então, começar nessa faixa é melhor. Na fase da adolescência a resposta imunogênica é melhor; depois, ele pode complementar. Então, teria um racional nisso.

O problema do segmentar eu já falei. Eu acredito que seria uma solução o segmentar, usar onde é mais possível. Então, mesmo como o Jarbas falou, você pega a menina, digamos, do Norte, que não tem acesso, vai precisar as outra continuarem a prevenção? Vai. Mas, uma coisa, no meu entender, não implica na outra. Se eu tenho indicativos suficientes de que a vacina vai proteger em longo prazo, se eu pudesse vacinar essas meninas hoje eu acredito que no futuro isso irá dar um resultado epidemiológico satisfatório. Então, faria as duas ações, se possível. Quando não é possível, a gente para.

Também a gente começar a colocar óbices definitivos sem tentar, aí engessa tudo, engessa mais ainda. Nós não vamos andar mais porque não é possível. Na hora em que não é mais possível a gente tem que arrumar o possível, até aonde podemos caminhar.

Quanto ao que o Senador disse, priorizar grupo de risco, grupo de risco é justamente jovem. Por quê? Porque o perfil epidemiológico do jovem é quando ele começa a vida sexual, porque o comportamento sexual

humano mudou no mundo inteiro. Então, o problema de gestação de jovens é mundial, não é só brasileiro. Então, as doenças sexualmente transmissíveis irão aparecer nessa...

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Você está pressupondo promiscuidade?

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Promiscuidade, não.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – O adolescente, por certo grau de irresponsabilidade, costuma ter relação sexual e poderá ter uma vida promíscua, com vários parceiros.

O SR. ETELVINO DE SOUZA TRINDADE – Poderá ser. Eu acredito até que o comportamento sexual, hoje, seja uma fidelidade seqüencial; ela é fiel enquanto dura aquilo. Depois, ela muda e passa a ser outra. Acredito que o comportamento é um pouco nesse sentido. Logicamente, a gente não pode generalizar, mas um segmento considerável da sociedade procede dessa forma.

Então, o risco para ter câncer, para ter essas doenças, é: início da vida sexual precoce e, segunda coisa, multiplicidade de parceiros.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Etelvino.

A pedidos, vamos passar a palavra, agora, à Drª Vera.

A SRª VERA LÚCIA MOTA DA FONSECA – Somente fazendo algumas considerações em relação ao que os Senadores disseram.

Senadora Marta, no início, quando a gente começou a estudar a vacina e a vacina chegou, talvez a gente tivesse, realmente, esse pensamento. Isto foi muito discutido: como a gente apresentar essa vacina para a mãe da criança e tudo o mais.

Na nossa prática – e eu peço desculpas, Senadora, não estou falando mais como CFM, mas como ginecologista –, no dia a dia, não percebemos isso, independentemente até do nível cultural dessa mãe. Se você coloca que é uma vacina contra o câncer do colo uterino, enfim, isso se perdeu.

Volto a dizer: tínhamos esse pensamento, isso foi muito discutido, mas hoje ficou no plano completamente secundário. Pela nossa prática, pela prática do dia a dia, a gente viu que não tem essa reação se nós informamos. Ao contrário, a gente até conversa muito com a sociedade de imunizações e com a nossa; muito ao contrário, essa vacina, como qualquer outra, é muito mais bem aceita no meio pediátrico do que, posteriormente, conosco, na Ginecologia, até porque não é uma *expertise* nossa como ginecologistas. Agora nós estamos mudando isto, a importância de vacinar a mulher.

Todos nós sabemos quem tomava conta dessa vacina: era o pediatra. O pediatra era o grande responsável em orientar essa família; orientava a mãe, que cuidava dessas crianças.

Hoje, não. Hoje estamos tomando muito esse cuidado – nós, ginecologistas – porque entendemos, como foi bem mostrado aqui, que há tantas vacinas que devem ser administradas numa fase maior, na adolescência, na idade adulta e outras até com o idoso. Então, na verdade, não vemos isso mais como um problema. Os pediatras conseguem ter esse acesso muito bom, e nós, ginecologistas, também conseguimos mostrar que é uma vacina importante em relação à prevenção do câncer de colo uterino, independentemente dessa faixa etária ou independentemente de mostrar isso ou uma preocupação maior para a mãe, porque ela, no dia seguinte, vai ter vida sexual.

Acho que toda essa orientação... Sempre digo que, apesar de estarmos no meio da saúde, temos que estar mais juntos com o Ministério da Educação. No nosso País, temos que trabalhar com o Ministério da Educação essa grande orientação em relação à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, em relação à sexualidade. Essa orientação tem que ser dada pelas escolas. Acho prioritária essa nossa união com a escola.

Eu discordo um pouquinho quando a gente fala de promiscuidade, porque, na verdade, hoje sabemos que o HPV pode estar presente em mais de 60% da população e não necessariamente vai provocar doença. Ele está presente e, na grande maioria das vezes, de forma latente. Então, pode haver uma menina que vai ter relação com um único parceiro, o namorado dela, com quem, possivelmente, poderá até a vir casar. Só que esse namorado pode ter tido duas, cinco, dez parceiras ou até uma antes dela e ser infectado pelo vírus HPV.

Então, não estamos falando de promiscuidade. Estamos falando de uma menina adolescente, jovem que fez a opção de ter vida sexual com o seu namorado, com quem pode até vir a se casar, e teve a transmissão do vírus HPV. Isso é promiscuidade? Em absoluto. E talvez seja promiscuidade aquele menino que teve relação com duas parceiras, duas namoradas previamente e teve o azar de ser contaminado? Não. Então, não estamos falando de promiscuidade.

Quando a gente vê um grupo maior de risco, hoje a gente não fala mais nisso. Quer dizer, a gente sabe qual é a população que seria o ideal de ser vacinada, que é essa que já foi bem falada, bem demonstrada.

Eu queria exemplificar uma cidade do Rio de Janeiro. A gente está falando muito desse processo de judicialização e quem sou eu, nesta Casa, para dizer como isso pode ou não ser feito, mas eu quero exemplificar. Por exemplo, o Município de Campos, do Estado do Rio de Janeiro, comprou a vacina, que foi administrada numa estratégia, penso eu, ideal, procurando realmente as escolas, quer dizer, procurando a população local. Então, de alguma forma, isso existe. Um Município chegou lá e comprou a vacina. Eu não sei como fica essa parte da judicialização, mas, de alguma forma, existe.

Senadora Vanessa, entendo – é claro – que isso não é *expertise* de V. Exªs, mas é sempre bom a gente lembrar isto, até para quando as senhoras passarem para outras pessoas: não nos basta fazer o preventivo. Quando a gente fala de preventivo, a gente tem muito a ideia, popularmente falando, de que fiz o preventivo, tenho o diagnóstico do câncer de colo uterino. Nós não temos. O preventivo, o Papanicolau é um rastreio de forma grosseira.

Vamos pegar, naquela determinada população, as pessoas que estão com alterações citológicas e, daquelas alterações citológicas, vamos ter um grupo em que vamos fazer a colposcopia e, aí sim, fazer o diagnóstico histopatológico, que é por meio da biopsia, para saber se tem ou não uma lesão precursora ou se tem um carcinoma invasor. Quer dizer, isso é mais um detalhe até para subsidiar toda essa discussão que as senhoras estão fazendo da melhor forma possível.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada a V. Sª.

Agora, passo para o Dr. Renato Kfouri.

O SR. RENATO DE ÁVILA KFOURI – Acho que só tenho poucos comentários em relação a três pontos que acho importante salientar.

Senadora, em relação à cobertura, isso é um problema do mundo inteiro. Vacinar adolescentes é grande problema para qualquer vacina em qualquer lugar do mundo. É uma população que é difícil levar para centros de saúde, que não frequenta, que odeia tomar injeção, que não quer saber de ir lá, e tem que tomar três doses, seja com hepatite B. Como o colega Jarbas mostrou, as nossas baixas coberturas são com hepatite B na adolescência, é um País que tradicionalmente as tem. Realmente, vai ser um grande desafio introduzir vacinas na adolescência.

Creio também, só finalizando a cobertura, que é o grupo. Eu não conheço nenhum outro país que introduziu vacina acima de 26 anos. Em todos os países, as recomendações do calendário são na adolescência, de nove anos. Acho que, quanto a isso, a senhora tem toda a razão, porque são...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – De diminuir.

Qual é a faixa etária ideal para V. Exª?

O SR. RENATO DE ÁVILA KFOURI – Essa é outra discussão. Como...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Levando em conta um País como o nosso.

O SR. RENATO DE ÁVILA KFOURI – Perfeito. Perfeito. E não é só um País como o nosso, não. Existem alguns estudos com vacinas de HPV dadas aos cinco anos. Será que essa vacina pode durar o suficiente para a vida toda? Eu posso pegar essa menina na fase em que ela frequenta centros de saúde, em que ela frequenta pediatras e vaciná-la?

Há pessoas, há grupos já estudando esta possibilidade, de fazer vacina contra HPV, não porque ela vá ter vida sexual aos cinco anos, mas porque ali eu pego ela, e mais para frente eu não vou pegar essa menina. Pode ser que seja o futuro. Mas isso está longe ainda.

Outra coisa que foi muito discutida aqui, em relação à regionalização dos nossos calendários. Ele citou, o Jarbas citou em relação à vacina de *influenza*, que é utilizada em diferentes regiões, mas nós temos, hoje, uma única vacina que é diferenciada no País que é a da febre amarela, porque há regiões do País que tomam e há regiões do País que não tomam.

Agora, realmente, num país como o nosso, que tem uma dimensão e tem epidemiologia de doenças diferentes, seja hepatite A, hepatite B, meningite, acho que é uma discussão que a gente precisa começar a fazer mesmo, não é, Jarbas? Acho que a gente precisa começar a discutir, talvez, prioridades de vacinas diferentes para regiões diferentes do País. Mas isso nós não temos ainda.

Por fim, acho que é só a questão do que o Jarbas também disse em relação a conteúdo e forma. Acho que, em relação ao conteúdo, ninguém está discutindo aqui a importância que a vacina tem ou o impacto que ela traria no sistema de saúde.

Acho que a gente só precisaria, talvez, é ver a melhor forma, o melhor fórum, a melhor maneira de discutir e introduzir essa vacina para a nossa população.

Só isso, Senadora.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Dr. Renato.

Dr. Santini...

Na sequência, vou passar ao Dr. Jarbas, que quer fazer uma observação em relação a uma colocação aqui.

Antes, Dr. Santini, a Senadora Marta já disse aos senhores, mas eu quero aqui justificar que ela teve que sair para abrir outra reunião, mas já estamos nos encaminhando para o final da nossa audiência.

Dr. Santini.

O SR. LUIZ ANTONIO SANTINI RODRIGUES DA SILVA – Muito obrigado, uma vez mais, Senadora Vanessa.

Eu acho que, para concluir minha participação nesta reunião, quero, primeiro, colocar-me à disposição, tanto da Senadora Vanessa quanto da Relatora, para, em todos os momentos que sentirem necessidade, podermos contribuir com informações, com opiniões, com maior detalhamento em relação ao desenvolvimento do programa, das ações, dos resultados, dos obstáculos, dos desafios, enfim, de tudo aquilo que envolve esse tema, um tema extremamente complexo e que vai requerer mesmo de todos nós um aprofundamento, uma reflexão muito grande.

Segundo, quero dizer que concordo que a questão hoje não está mais colocada em relação à utilização, mas em relação à estratégia: como desenvolver uma estratégia que essa vacina possa ser incorporada e resultar no melhor benefício possível para aquela população a que destinamos essa tecnologia.

Em terceiro lugar, quero cumprimentar também pela iniciativa, não só pelo tema em si, mas também por trazer o tema do câncer, que, frequentemente, é visto como um problema, vamos dizer assim, de sociedade rica, de pessoas afluentes ou de outros países ou de algo fora da gente, quando, na verdade, verificamos hoje que, só para o próximo ano, nossa estimativa é de algo em torno de 520 mil novos casos de câncer, com mais de 50 mil casos de câncer de mama, 18 mil de câncer de colo do útero, um crescimento, portanto, de vários tipos de câncer no País, e precisamos ter cada vez mais atenção da sociedade para esse problema.

Por isto, Senadora, agradeço a oportunidade também.

A Srª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós é que agradecemos imensamente a presença de V. Sª aqui, Dr. Santini.

Para encerrar nossa reunião, Dr. Jarbas.

O SR. JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR – Obrigado, Srª Presidente.

É um comentário muito rápido, primeiro, para parabenizar a Senadora Vanessa Grazziotin, que consegue, eu creio, abordar três dimensões extremamente importantes com este debate: a questão da Região Norte, vamos dizer assim, da Amazônia, a dificuldade de acesso que ainda temos naquela região para universalizar efetivamente algumas estratégias eficazes que conseguiram, comprovadamente, ao longo das últimas décadas, ter muito impacto sobre a saúde, o problema da saúde da mulher e o problema do câncer, como falou aqui o meu colega de Ministério, Dr. Santini.

Eu só queria fazer um esclarecimento, talvez, sobre essa questão da segmentação. Creio que o problema da judicialização ocorrerá certamente se nós regionalizarmos. A segmentação por idade, essa não tem muito problema, porque vacina, por conceito, é segmentada. Estratégias de vacinação universal, quando existem, geralmente é porque faltou uma estratégia adequada.

A única doença que nós erradicamos no mundo, a varíola, nós erradicamos sem precisar vacinar 100% da população. Vacinam-se, geralmente, os mais vulneráveis, e se procura com a vacina o que se chama de efeito de rebanho, ou seja: os que estão protegidos pela imunização protegem os que não estão.

Sobre isso, eu queria dar um último argumento, de novo contestando a forma e não o conteúdo, e dizendo por que não podemos engessar isso com a lei. Alguns estudos... Por exemplo, em vez de aumentar a faixa etária, talvez vacinar os meninos também nessa faixa, esses meninos fariam efeito rebanho para proteger outras meninas; ou seja, como foi bem lembrado aqui pela nossa colega do Conselho Federal de Medicina, se conseguimos proteger também os meninos, é uma hipótese ainda não comprovada, esses meninos, ao terem contato com parceiras não estariam "transmitindo", vamos dizer assim, o HPV.

Então, é uma vacina que, por ser nova, várias estratégias em debate: de ampliação de faixa etária, de vacinar meninos e meninas. Por tudo isso, creio que se conseguíssemos encontrar uma solução para não engessar, vamos dizer assim, esse debate técnico – o que precisa ser feito –, seria muito interessante.

Então, gostaria de parabenizar mais uma vez a Senadora por essa iniciativa.

A Srª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PC do B – AM) – Agradeço também a participação do Dr. Jarbas.

Não quero aqui abrir um novo debate, mas também não vou resistir a fazer um breve comentário sobre a iniciativa legislativa ou não.

Sou profissional da área de saúde também – sou farmacêutica – e penso que em todas as áreas – não só na área de saúde, mas também na área da construção civil, na área da economia – tudo é absolutamente técnico, mas também absolutamente político. Não tenho dúvida quanto a isso.

Eu, aqui, lembrava... Acabei de sair e cheguei atrasada aqui porque vim de uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde debatíamos um projeto de lei de um Senador que mudava uma taxa de

referência para remuneração de determinada dívida. Mudava a taxa de juros de TJLP para não sei o quê. A dinamicidade disso é muito maior do que na área de saúde. As mudanças no mercado...e é uma questão estritamente técnica: os termos do economês, como se diz, são muito mais complicados do que o termo da Medicina, da área de saúde. E a técnica também. Mexem com vida? Mexem também.

Então, acho que essa é uma polêmica boa.

Apesar disso tudo, compreendo que fica um grande saldo dessa audiência pública, que não vai ser a primeira, nem vai ser a última. Nós temos um pacto, nós temos um pacto com o Ministério da Saúde, nós temos um pacto com a sociedade, de manter o diálogo. Estou muito curiosa para ver esse novo estudo de efetividade, custo-efetividade. Muito curiosa para ver.

Acho que, em breve, poderemos fazer. Aqui foram colocadas várias ideias: faixa etária – por que de 9 a 40 e poucos anos? Porque é uma questão de regulamentação que pode caber até ao Ministério da Saúde. A lei pode ser modificada assim: trata da saúde e diz que a definição dos critérios – a forma e o local – fica a critério do Ministério da Saúde.

Eu acho que precisamos engessar uma política, e ela tem que ser engessada a favor da saúde da população e, sobretudo, da saúde das mulheres.

Eu e Dr. Santini nos encontramos em Manaus – ele acompanhava a Presidenta Dilma quando lá foi lançado o Programa Nacional de Saúde da Mulher, cujo foco era o enfrentamento ao câncer de colo de útero e ao câncer de mama, porque a incidência de lá é maior. Em que pese eu ser profissional da área de saúde, esse projeto que, aliás, eu já havia apresentado na Câmara; quando saí da Câmara e vim para cá, fiz questão de apresentar.

E fui procurada exatamente por pessoas, técnicos da área, que trabalham com essa questão. No mais, quero agradecer a todos e já deixamos o convite para o próximo debate.

Nada vai sair sem que haja uma construção. Acho que esse é o nosso maior objetivo. Somos testemunhas do grande esforço que o Ministério da Saúde vem desenvolvendo no sentido de garantir, de fato, o cumprimento total da lei, que é uma lei excelente, acho que das melhores do mundo, mas que falta se tornar uma realidade prática. A equidade, a universalidade, esse é o grande objetivo de todos nós.

Agradecemos a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, a nossa reunião está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 34 minutos.)

ATA DA 54ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas, do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Ricardo Ferraço, Lauro Antonio, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Paulo Bauer, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Gim Argello e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Ana Rita e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. A presente Reunião está divida em duas partes. **1ª PARTE – ITEM ÚNICO** – *Votação do Relatório Final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas – CASDEP, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.* **Presidente da CASDEP:** Senador Wellington Dias. **Relatora da CASDEP:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado com as sugestões acrescidas à seção 5 do Relatório Final (Sugestão dos membros da CASDEP/CAS): **5.3 –** Sugestão do Presidente da CASDEP, Senador Wellington Dias, aprovada em Plenário, pela Comissão de Assuntos Sociais, na 54ª Reunião (Extraordinária) realizada em 14/12/2011: Sugere, na aprovação de um dos projetos que tramitam no Senado, a adoção dos parâmetros da Organização Mundial da Saúde, que considera bebida alcoólica toda aquela com teor alcoólico acima de 0,5%. Sugere, então, a proibição de veiculação de propagandas e/ou peças publicitárias na mídia nacional de qualquer bebida com teor alcoólico acima de 0,5%; **5.4 –** Sugestão da Relatora, Senadora Ana Amélia, aprovada em Plenário pela Comissão de Assuntos Sociais, na 54ª Reunião (Extraordinária) realizada em 14/12/2011: Sugere que as decisões legislativas sobre o tema não deverão ser adotadas sem serem ouvidas, antecipadamente, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) e o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR); **5.5 –** Sugestão do Senador Eduardo

Suplicy, aprovada em Plenário pela Comissão de Assuntos Sociais, na 54ª Reunião (Extraordinária) realizada em 14/12/2011: No âmbito da política de prevenção, inserção da vertente cultural com ações de educação e prevenção às drogas. Adoção, nas campanhas de enfrentamento ao uso disseminado de drogas, dos modelos dos trabalhos artísticos desenvolvidos pelo ator Licurgo Espínola e pelo dramaturgo Asdrúbal Serrano, que representam importante instrumento de prevenção ao estimularem a conscientização de jovens e crianças para os riscos e males gerados pela utilização da droga. Para os mesmos fins, a Relatora, Senadora Ana Amélia, sugere a inclusão do trabalho desenvolvido pelo Deputado Estadual do Rio Grande do Sul, Mano Changes (PP/RS), junto às escolas de ensino médio públicas e particulares de uso da música como instrumento de prevenção às drogas e ao crack. **2ª PARTE – DELIBERAÇÃO DE PROPOSIÇÕES. ITEM 1-EXTRAPAUTA** – **TERMINATIVO** – **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2007.** Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências. **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, nos termos do substitutivo ora apresentado, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007. **Resultado:** Aprovadas a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, em Turno Único. O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, e a Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, que tramita em conjunto**. ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2010.** *Modifica a redação do inciso II do art. 4 da Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para alterar a qualificação exigida para o exercício da profissão de instrutor de trânsito.* **Autoria:** Senador Gilberto Goellner. **Relatoria:** Senador Vicentinho Alves. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2010. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, DE 1984.** *Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho. PROCESSO ESPECIAL.* **Autoria:** Comissão de Relações Exteriores (CD). **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 16, de 1984. **Resultado:** Concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2011.** *Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelecendo a retenção da receita de medicamentos sujeitos à prescrição de profissionais habilitados.* **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011 e as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS. **ITEM 6 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2005.** *Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os membros das Policias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal.* **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – AVISO Nº 58, DE 2009.** *Encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0).* **Autoria:** Presidente do Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria "Ad hoc**": Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pelo conhecimento do Aviso e posterior arquivamento. **Resultado:** Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009. **ITEM 3 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 593, DE 2010.** *Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.* **Autoria:** Senadora Níura Demarchi. **Relatoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 593, de 2010 e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011. **Resultado:** Concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 2-EXTRAPAUTA – REQUERIMENTO Nº 68, DE 2011-CAS**. *Requeremos, nos termos do Artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública desta Comissão de Assuntos Sociais, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 580, de 2011, que "Estabelece critério de distribuição do resultado do exercício financeiro do FGTS para as contas vinculadas dos*

trabalhadores", tendo como convidados representantes das Entidades Laborais, das Entidades Patronais e do Governo, inclusive da Caixa Econômica Federal, no Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS). **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e Senadoras Marta Suplicy e Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 121, DE 2010.** *Dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda.* **Autoria:** Deputado Ciro Pedrosa. Relatoria: Senador Clésio Andrade. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e a Emenda nº 1-CI que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta, a pedido do Relator. **ITEM 3-EXTRAPAUTA – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010.** Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências. **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010. **Resultado:** Lido o Relatório e encerrada a discussão, fica adiada a votação da matéria. Ficam adiados os demais Itens da Pauta, a saber: Itens 4, 5, 7 e 9. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Paulo Davim, Ricardo Ferraço, Lauro Antonio, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Benedito de Lira, Armando Monteiro, Clésio Andrade, Gim Argello e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Marta Suplicy e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom-dia a todos e a todas. Havendo número regimental, declaro aberta a 54ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Queria aproveitar a oportunidade para fazer um rápido balanço das atividades da Comissão de Assuntos Sociais, no ano de 2011.

Relatório de atividades – Comissão de Assuntos Sociais/2011.

Nesta oportunidade, quando estamos fechando os trabalhos legislativos de 2011, aproveito para fazer um balanço das atividades da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, à qual tenho a honra de presidir.

Reuniões realizadas pela CAS: 54; matérias deliberadas: 123; audiências públicas: 17; requerimentos aprovados: 67; reuniões das subcomissões: 56, no total; reuniões da CASDEF: 9; reuniões da CASSAUDE: 6; reuniões da CASEMP: 19; e reuniões da CASDEP: 22.

Foram ouvidos por esta Comissão os Ministros da área social: Alexandre Padilha, da Saúde; Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social; Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego; Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

A CAS regulamentou profissões importantes, entre elas as das atividades de taxista, *disc jockey* – DJ – e de especialista em vinhos.

Aprovamos projetos essenciais, como a instituição do SUAS – Sistema Único de Assistência Social –, e gostaria de destacar outras matérias deliberadas ao longo do ano.

No Trabalho e Emprego, as empresas que tenham pelo menos 30% dos funcionários com idade superior a 55 anos terão incentivos fiscais; aprovamos a atualização da multa aplicada ao empregador que não concede descanso semanal remunerado ao empregado; votamos a permissão para o trabalhador usar os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS –, para financiar as obras ou reformas em imóveis que garantam acessibilidade às pessoas com deficiência; aprovamos a garantia de safra aos agricultores familiares em caso de estiagem e catástrofes naturais; foi aprovado pela CAS o projeto que permite ao empregador doméstico descontar do Imposto de Renda de Pessoa Física o salário pago aos seus empregados, no valor equivalente a três salários mínimos; a redução da contribuição previdenciária para 5%, de empregadores e empregados domésticos; foi votado adicional de insalubridade para mototaxista, complementando a lei que regula a profissão de mototaxista e motoboy; e também a ampliação da rede de ensino técnico-profissionalizante, com a criação de um novo fundo: Fundep.

Na Previdência, o aposentado por invalidez poderá pedir suspensão da aposentadoria para retornar voluntariamente à atividade profissional, e asseguramos ao aposentado ou pensionista o direito de solicitar o

recálculo de seu benefício a qualquer momento, sem a restrição de prazo para o pedido.

Para debater temas sociais relevantes, foram convidados os representantes de diferentes setores da sociedade, ouvidos na CAS, no âmbito das Subcomissões em Defesa do Emprego e da Previdência Social – CASEMP –, de Promoção, Acompanhamento, Defesa e Saúde – CASSAUDE – e de Assuntos Sociais para Pessoas com Deficiências – CADESF.

Debatemos os problemas dos pacientes graves ou de alto risco, no dia a dia da saúde pública do País, e as dificuldades sofridas pelos profissionais que atuam na área; a regulação dos planos de saúde; a regulamentação da profissão de cuidador de idoso; a primeira infância e na construção da saúde mental. Mudança na jornada de trabalho de trabalhadores, como aeronautas e psicólogos.

Discutimos, ainda, os direitos dos portadores de câncer e estamos propondo um projeto conjunto da CAS com incentivos fiscais a entidades de apoio a pacientes com câncer.

Por fim, eu gostaria de destacar aqui os valorosos Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Senadora Ana Amélia, que já se encontra nesta Comissão. Gostaria de destacar os nove meses de trabalho da subcomissão temporária criada para debater o combate à dependência química, com foco no *crack*. Em doze audiências públicas, foram ouvidas trinta e duas pessoas.

As sugestões de políticas públicas de combate ao uso e tráfico do *crack* e outras drogas químicas no Brasil estão no relatório final da subcomissão, com recomendações divididas em três grandes áreas: ações sociais, prevenção ao uso de drogas e reinserção social; segurança pública, legislação penal e saúde pública em tratamento.

Sabatianas – entre as sabatinas realizadas, destaco: a aprovação da recondução do Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, e dos diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar, a ANS.

Antes de mais nada, agradeço o empenho das Senadores e Senadores que integram a Comissão de Assuntos Sociais pelo semestre, que, particularmente, com muita modéstia, foi muito produtivo, porque tivemos a pauta limpa, como V. Exªs tiveram a oportunidade de ouvir no relatório que proferi. Tenham a certeza, Senadoras e Senadores, que fizemos, nesta Comissão, indiscutivelmente, um trabalho que permitisse aprovarmos não só os projetos, mas, acima de tudo, realizarmos as audiências públicas, que permitiram, através dos autores dos requerimentos, que se instruíssem os projetos. Isso foi importante na medida em que os relatores tomaram conhecimento dessas audiências que, acima de tudo, permitiram que fossem produzidos belos relatórios para contribuir nesses projetos de lei.

De forma que pessoalmente, quero, nesta oportunidade, agradecer a presença dos senhores. Confesso que, no meu entendimento, foi uma das comissões mais produtivas desta Casa, não desmerecendo nenhuma outra Comissão. Todavia, percebe-se com nitidez que esta Comissão contou com presença maciça dos Senadores. Raramente não aprovamos aqui projetos terminativos, sobretudo os que precisavam de voto nominal. O comparecimento a esta Comissão foi vigoroso.

De forma que me sinto honrado sobremaneira e agradeço a presença dos colegas que aqui estão. Espero que o ano de 2012 seja realmente da mesma maneira, principalmente aprovando os interesses do povo brasileiro. Esta nada mais é do que uma Casa da sociedade brasileira, principalmente esta Comissão, que tem o papel preponderante na defesa de políticas públicas, sobretudo as de alcance social, que são importantes na construção de um país com mais justiça social.

Agradeço, portanto, a todos, particularmente ao Senado Paulo Paim, que já se encontra, bem como o Senador Paulo Davim, Senadora Ana Amélia, Senador Ricardo Ferraço e outros que estarão chegando a esta Comissão.

Com a palavra o Senador Paulo Paim**.**

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu não poderia, creio que não só eu, depois do balanço apresentado por V. Exª, deixar de cumprimentar – não vou fazer aqui um longo discurso – V. Exª e toda sua equipe pela forma com que conduziu os trabalhos.

Quando terminamos um ano e fazemos o balanço de uma comissão, temos sempre a tendência a dizer que esperamos que o ano que vem seja melhor. No seu caso, vou dizer que o ano que vem deve ser igual a este, porque, mais do que V. Exª, com sua capacidade de articulação, produziu aqui eu diria que é quase impossível. Mas sempre é bom perseguir o impossível, não? No entanto, se for igual, eu já diria que os trabalhadores e aposentados, pensionistas, deficientes. idosos, até mesmo os dependentes do *crack*, Senadora Ana Amélia, agradecerão ao longo da história. V. Exª fez um excelente trabalho. Podemos coroar hoje esse balanço. Conversamos com V. Exª ontem, o Senador Ricardo Ferraço já está aqui. Houve um pedido dos comerciários de todo o Brasil. Foram a V. Exª, foram ao Senador Ricardo Ferraço. Ambos, de pronto, disseram aos líderes que os procuraram: "Se depender de nós dois...". Ou seja, V. Exª e o Senador Ricardo Ferraço, que fez um brilhante relatório, que fiz questão mencionar no Plenário, sobre a questão dos motoristas. Nós,

desta Comissão, para orientação também de V. Exª, reproduzimos na íntegra o substitutivo feito por ele e articulado com os empresários e os trabalhadores.

Então, quero apenas cumprimentar V. Exª e tenho certeza de que hoje votaremos também a regulamentação dos comerciários, principalmente pelo mérito desta Presidência e do Relator, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Paulo Paim, por suas palavras generosas e bondosas. Não fizemos mais que a nossa obrigação. Ao contrário, fizemos aquilo que certamente é importante para cada Senador e Senadora aqui no Senado Federal.

A presente reunião está dividida em duas etapas, da seguinte forma: primeiro é a votação do relatório da CASDEP.

1ª PARTE

– Item Único –

Votação do Relatório Final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas – CASDEP, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

Presidente da CASDEP: Senador Wellington Dias

Relatora da CASDEP: Senadora Ana Amélia

Nesse caso, particularmente, consulto a valorosa Senadora Ana Amélia se gostaria de fazer alguns comentários.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vou conceder a V. Exª.

Se V. Exª quer fazer alguns comentários, convido para fazer parte da Mesa e nos dar a honra aqui.

Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar vênia e consultar V. Exª e os membros da Comissão, em função de estarmos daqui a pouco iniciando os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça, se seria possível fazermos a leitura do item 1, porque é um tema absolutamente convergente, uma construção ampla que fizemos, não apenas envolvendo os trabalhadores, como envolvendo também os empresários, que regulamenta a profissão do comerciário.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Informo a V. Exª que o pleito que nos faz é um projeto extrapauta. Nesse caso, consulto os demais Senadores se têm alguma objeção a fazer diante do pleito feito pelo Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Não temos quórum ainda para ser votado, todavia, V. Exª poderá ler o relatório. Vamos ler o relatório, aguardando quórum para votarmos.

Com a devida vênia e respeito que tenho por V. Exª, vamos atender o pleito, entretanto, gostaria de passar a palavra à Senadora Ana Amélia, para que pudesse fazer alguns comentários em relação ao relatório produzido por ela na Subcomissão e por ela relatado lá.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É uma honra não apenas para V. Exª ouvir a Senadora Ana Amélia, como para mim, também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, amigo Ricardo Ferraço. Caros Senadores, caro Presidente Jayme Campos, da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, Srªs e Srs. Senadores, queria apenas ratificar todas as palavras do Senador Paulo Paim a respeito dos resultados obtidos por esta Comissão, sob seu comando. Percebemos aqui um esforço da sua liderança pessoal, da sua forma de convivência com os colegas, mas da sua forma enérgica de conseguir quórum para a votação das matérias, todas elas de grande relevância nos aspectos sociais, seja do trabalho, seja da questão da saúde, seja da questão da previdência. V. Exª teve, nessa relação, um comportamento exemplar.

Eu, que estou no primeiro mandato, estou aprendendo muito e também queria lhe agradecer por esse ensinamento. Aproveitaria também para cumprimentar a assessoria da Comissão de Assuntos Sociais, por intermédio da nossa sempre atenta e cordial Dulcídia, e toda a equipe que trabalha nesta Comissão, pela dedicação exemplar ao trabalho. Também cumprimentar a assessoria de comunicação, que teve um trabalho eficiente junto com a Secretaria de Comunicação do Senado Federal, no meu caso, publicando a revista *Em Discussão*, tratando especificamente sobre o *crack* e que tem uma repercussão muito grande. Assim, queria agradecer também à Secretaria de Comunicação do Senado Federal por essa colaboração.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse relatório é o resumo das principais questões propostas aqui, ao longo de todas as audiência públicas, em um total de 32 autoridades que aqui estiveram para falar: médicos, psiquiatras, representantes do Governo, comunidades terapêuticas, autoridades policiais, Poder Judiciário, governos estaduais, governos municipais, trazendo uma colaboração valiosa.

O que um relator tem de fazer? Mesmo contrariando a sua posição pessoal a respeito de determinadas matérias, é preciso conter o pensamento majoritário

das pessoas que vieram trazer a sua contribuição. Foi o que eu fiz, Sr. Presidente.

Lamentavelmente – não sei por que razão, se por má-fé, por desconhecimento –, existe uma interpretação equivocada de que este Relatório está comparando as chamadas drogas lícitas com o *crack*. Em nenhum momento, houve qualquer tipo de comparativo sobre isso. Eu, que sou de um Estado produtor de vinhos, por exemplo, o Rio Grande do Sul, e sempre defendi esta cadeia produtiva, não seria coerente de minha parte, agora, entrar com uma ideia, com uma sugestão, de uma penalização a esse setor produtivo, que emprega milhares de pessoas, que está vinculado à própria cultura da história do Rio Grande do Sul e dá uma grande contribuição ao nosso País.

Então, nesse aspecto, ela está considerando o vinho não só como uma questão de consumo, de alimento, mas como uma questão cultural. O vinho está arraigadamente vinculado à cultura do meu Estado.

Então, queria fazer esse esclarecimento e dizer que o resultado deste Relatório, como V. Exª abordou, traça em capítulos as ações sociais, prevenção ao uso de drogas, reinserção social, segurança pública e legislação penal, saúde pública e tratamento.

Nisso são todas aquelas abordagens que vão desde um apoio mais específico e vigoroso às chamadas comunidades terapêuticas, a uma política de governo, Senador Jayme Campos, que haja a chamada transversalidade entre o comando que vai gerir e administrar a política pública de enfrentamento ao *crack* e outras drogas, porque hoje percebemos, na série de audiências públicas, que não há uma relação de cooperação, por exemplo, o Ministério do Trabalho, que tem uma responsabilidade social grande na prevenção, usando os seus instrumentos, que são as entidades patronais e as centrais sindicais. Não há uma interação em relação a isso e nenhuma central está trabalhando, pelo que ouvimos aqui, pela prevenção.

Assim, estamos propondo que haja essa transversalidade e que a Senad (Secretária Nacional de Combate às Drogas) seja subordinada não ao Ministério da Justiça, mas à Presidência da República. Nesse particular, seria para dar empoderamento a essa Secretaria, porque o problema é muito sério.

É claro que, quando o Governo lançou o Programa de Combate ao *Crack*, suscitam-se muitas dúvidas: desde se é ou não uma epidemia; se deve ser internamento compulsório ou involuntário. Essa questão me parece marginal. O foco é fazer o enfrentamento. O debate e as divergências são democráticas e devem acontecer, mas elas não devem dominar o debate, para não comprometer a política que está sendo implementada.

Já se sabe também que é preciso, no âmbito da segurança pública, reforçar nas fronteiras o efetivo da Polícia Federal. Ouvimos aqui o seu representante dizer que, se dobrasse o efetivo, seria duplicado, ou triplicado, o volume de droga apreendida na fronteira. Se uma autoridade policial vem e nos diz isso, concluímos que é preciso fazer isso, mas é preciso haver um acordo internacional com os países do Mercosul e outros de fronteira com o Brasil neste enfrentamento, que não é apenas do Brasil.

Como conclusão deste Relatório, nesta questão específica, para esclarecer de modo muito claro, uma sugestão: criação de contribuição social, com alíquota de 1%, incidente sobre o valor da venda de bebidas alcoólicas e derivados de tabaco, com o objetivo de arrecadar recursos para o Fundo Nacional Antidrogas.

É uma sugestão. E ela não pode ser implementada, sem ouvir os representantes dessa indústria, para que eles se manifestem, e o próprio Governo, porque isso diz respeito à questão tributária. Então, não se pode ir além do que falamos aqui, ou seja, colocar a carroça na frente dos bois.

Estou falando apenas da abordagem tributária, Sr. Presidente, vinculação dos recursos tributários arrecadados com as drogas lícitas, as ações de combate ao uso de drogas.

Ainda no aspecto relacionado à questão tributária, estabelecimento de parcerias e isenções fiscais para empresas privadas que se engajarem em campanhas contra o álcool e as drogas ilícitas na comunidade ou na sua própria estrutura empresarial.

Então, esses são os aspectos que estão relacionados diretamente à questão tributária e fiscal em relação à questão do enfrentamento às drogas.

Estamos dando aqui também um elenco de sugestões de fortalecimento orçamentário para as chamadas comunidades terapêuticas, que funcionam com grande regularidade e com grande seriedade – nós ouvimos aqui.

Também devemos estabelecer, como eu disse, essa interação entre os ministérios, envolvendo saúde, ação social, educação e trabalho e, é claro, justiça, no âmbito da segurança pública e dos acordos internacionais para a área de fronteira. O Governo já avançou o sinal, mas pensamos que é preciso e necessário ampliar a discussão sobre essa matéria que é da maior relevância. Estamos, com esse trabalho, oferecendo essa contribuição.

No caso das sugestões propostas, há a proibição de propaganda de bebida alcoólica e tabaco. Com a minha história no jornalismo, eu tenho como preceito a questão da liberdade. Simplesmente proibir uma propaganda não terá, seguramente, o efeito didático

que queremos na educação das pessoas. Podemos, sim – e a própria indústria aceita -, fazer algumas restrições: digamos, não colocar atletas famosos para ser o vendedor da ideia de consumir bebida, para ser o garoto-propaganda, ou não usar também artistas famosos que tenham influência sobre os jovens ou os horários. Mas isso é uma sugestão, Senador Cyro Miranda. Para isso, precisam ser ouvidas também as partes interessadas, como a Abert e como o Conar. Hoje, o Supremo Tribunal Federal está julgando a questão da classificação da programação das televisões. O que a maioria dos ministros está dizendo? Que a responsabilidade pela escolha do horário e da programação que o adolescente e a criança assistem é dos pais. É uma questão lógica isso. É preferível o que está acontecendo em São Paulo, em relação ao controle das drogas. A lei brasileira hoje proíbe venda de bebida alcoólica ou cigarro para menores. Eu queria perguntar se essa lei é respeitada nos rincões do Brasil, nas favelas, nos bairros mais distantes, onde não há uma observação e uma presença do Estado. O que está acontecendo em São Paulo? Em São Paulo, as empresas, os supermercados se juntaram às comunidades mais pobres, às periferias para levar o ensinamento e a educação às mães, as líderes, que, realmente, têm liderança sobre a família, para que elas sejam envolvidas nisso. Isso tem um efeito didático muito mais eficiente que simplesmente proibir, porque hoje 20% das bebidas consumidas no Brasil são clandestinas, mistura de álcool puro com corante ou uma groselha. O que é isso? Lesar a saúde e lesar o fisco, porque é informal, ilegal e clandestino. Então, se caminharmos pelo viés da proibição simplesmente, corremos o risco de, ao invés de reduzir, ampliar o desejo de buscar uma coisa proibida. Assim, a educação nesse processo terá um impacto muito maior. Eu estou sublinhando isso, Presidente, exatamente na medida em que estamos num regime democrático e à luz do que o Supremo Tribunal está decidindo sobre a questão da programação para as crianças.

Então, o nosso Presidente Wellington Dias acompanhou o trabalho e nós, ao final, estamos sugerindo, além das várias providências que já foram aprovadas na subcomissão, pelo menos duas providências: encaminhar o relatório que já foi aprovado na CASDEP à Presidente da República, aos Ministros de Estado da Saúde, da Educação, da Justiça, de Trabalho e Emprego e Assistência Social, aos governadores, aos prefeitos municipais, ao Ministério Público Federal e aos Ministérios Públicos Estaduais e à Ordem dos Advogados do Brasil; e criar uma comissão especial mista, entre Senado e Câmara, para estudar todas as proposições em tramitação nas duas Casas Legislativas pertinentes à dependência química em todos os aspectos, selecionar as melhores proposições e projetos e dar celeridade à tramitação no Congresso. Eventualmente esta mesma comissão, que deverá ser subordinada à Comissão de Constituição e Justiça, poderá propor alguma sugestão para o encaminhamento dessas matérias.

Chamo a atenção novamente, naquelas propostas relacionadas à proibição, à restrição da propaganda, para que deva ser ouvido o Conar e também a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. A questão é compatibilizar.

Queria aproveitar a presença do Presidente Wellington Dias, porque também uma missão liderada pelo Senador Wellington Dias, que presidiu a CASDEP, foi bem sucedida ao avaliar as políticas públicas adotadas em países da Europa e da Escandinávia, para dizer que nós a acolhemos aqui como contribuição, porque são, de alguma maneira, muito coincidentes com o que nós aqui propusemos. Embora na Europa as drogas mais consumidas sejam a maconha, a cocaína e a heroína, o *crack* não chegou à maior parte desses países, e talvez dificilmente chegue, no Brasil é uma coisa grave. Hoje 98% dos municípios brasileiros têm incidência do *crack*, e isso foi constatado pela Confederação Nacional dos Municípios. Toda a vigilância em relação a essa matéria será pequena.

Então, queria agradecer muito a colaboração de todos os colegas que participaram desse trabalho e das autoridades que deram a valiosa contribuição durante a sequência de audiência públicas que fizemos aqui.

O Senador Eduardo Suplicy, ontem, me apresentou duas sugestões que vieram de um ator e diretor de teatro que faz um trabalho em Alagoas muito importante e de outro artista que também faz essa colaboração. A esses dois profissionais da cultura brasileira que estão envolvidos com essas campanhas educativas, meritórias, queria registrar aqui os cumprimentos, e também ao Mano Changers, que, lá no Rio Grande do Sul, fez uma campanha nas escolas. Ele é cantor, tem um conjunto de música que leva às escolas provocando os jovens a fazer um texto de música sobre a questão da droga, e dá musica a esses textos. Isso tem dado também um bom grau de aceitação para os jovens em relação a essa matéria.

Esse é o relatório que eu apresento a V. Exªs e ao caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e cumprimento a Senadora Ana Amélia pelo belo e exitoso relatório. Certamente poderemos dar a nossa contribuição, através dessa Comissão, sobretudo pela Subcomissão, aos órgãos aqui já nominados. Quero crer que dessa maneira estamos buscando soluções para esse grave problema.

Entretanto, para concluir e entrar no processo de votação...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Senador Jayme, se me permite só um aparte...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Daqui a pouco...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Mas podemos ouvir com o maior prazer o Senador Cyro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda, pela ordem, depois V. Exª, o Senador Wellington, e vamos para o processo de votação, tendo em vista que temos vários projetos para serem votados aqui nessa Comissão. E, entrando aqui, no aguardo, na espera, Riçado Ferraço, que quer relatar a matéria, que é um projeto do Senador Paulo Paim. É isso?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – É isso!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É isso, Sr. Presidente. Se me permitir, porque, às 10 horas, recebo a Ministra Maria do Rosário, mas não queria sair daqui sem votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar. Com certeza os seus colegas vão poupar V. Exª aqui um pouco e vamos votar ainda.

Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado. Agradeço ao Senador Wellington Dias, como sempre muito gentil.

É só para parabenizar a Senadora Ana Amélia pela maneira como relatou todo esse problema. E eu queria colaborar com V. Exª no sentido de dizer que o governo tem dois pesos e duas medidas para essas coisas. Ele proíbe uma série de coisas e, ao mesmo tempo, taxa – e é um dos principais impostos, o IPI do cigarro e da bebida. Ou ele tem uma vertente só, vamos proibir a fabricação, ou... Tem outro projeto tramitando em que diz o seguinte: "Não se pode vender cigarros e bebidas alcoólicas a quinhentos metros de uma escola". Ora, a quinhentos e um metros pode. Então, o que falta é fiscalizar, é disciplinar a propaganda depois de determinar, como V. Exª falou.

Quero parabenizar e também me enfileirar a esse seu pensamento e fazer quorum a essa sua...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Wellington Dias, Presidente da CASDEP, e há também o nosso amigo, Senador Eduardo Suplicy, que fará um breve relatório, uma observação, para votarmos a matéria e encaminharmos os demais projetos que devem ser votados.

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com certeza.

Primeiro, Presidente, agradeço a V. Exª, à Comissão de Assuntos Sociais e à equipe que esteve conosco durante este ano, pelo menos durante oito meses de intenso trabalho.

Também com muita satisfação, parabenizo a Senador Ana Amélia, que se dedicou, como Relatora, a todo esse trabalho, visitando várias regiões do Brasil. Ouvimos aqui experiências exitosas de várias partes do Brasil e do mundo.

Eu queria aqui, ao final desse trabalho, também fazer algumas observações.

Primeiro, o Senador Eduardo Suplicy encaminhou um documento que considero importante, porque é apresentada uma sugestão da vertente cultural que já tínhamos visto no Rio Grande do Sul, para a política de prevenção. Considero importante e acredito que possamos, inclusive, acatar, nas sugestões que existem nesse campo, no próprio relatório.

Permita-me Senadora Ana Amélia, quero apenas chamar a atenção para um ponto do relatório, que foi o mais polêmico, exatamente o relativo às bebidas.

A rigor, Sr. Presidente, a própria Organização Mundial de Saúde já classifica o álcool como uma droga. Mais ainda, classifica como a mais grave das drogas do mundo, do ponto de vista da saúde. A partir desse conceito, vários países do mundo estão trabalhando a não propaganda da bebida.

O Brasil tomou uma decisão muito corajosa em relação ao cigarro. Havia muitos argumentos para que não se aprovasse. Havia, inclusive, muito *lobby* para que não fosse aprovado. Muitos diziam que isso não seria aprovado porque a Souza Cruz não deixaria. E o resultado concreto é: menos 30 milhões de brasileiros fumantes.

Eu acredito que o Brasil precisa caminhar em relação ao álcool. Aliás, uma das críticas que fiz ao programa lançado agora pela nossa Presidente Dilma foi exatamente a de que faltou direcionamento em relação a isso.

Eu queria aqui, Senadora Ana Amélia, fazer apenas esse destaque. Compreendo que é importante a Comissão ter aqui uma posição na direção de que há aqui vários projetos tramitando nesta Casa... É simples. O que é bebida alcoólica? Só temos de definir isso. Já é proibida a propaganda de bebida alcoólica no Brasil. Qual é o problema? Quando votada junto com o cigarro, aqui se fez uma alteração, classificando como bebida alcoólica aquelas com graduação alcoólica acima de 13º.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Graduação alcoólica.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – É por essa razão que as empresas estão caminhando para as misturas. Ou seja, a aguardente, que tem um teor alto, é misturada com o hortelã, com outras coisas, as vodcas, etc.

Então, quero aqui sustentar que devemos recomendar a aprovação de um dos projetos – não sei qual. Na Comissão da Câmara, esta recomendação foi aprovada por unanimidade, de que é considerada, pela Organização Mundial de Saúde, bebida alcoólica toda aquela acima de 0.5. Qualquer bebida com teor alcoólico acima de 0.5 é considerada bebida alcoólica.

Quero aqui parabenizar e elogiar, mas faço esse apelo a nossa Relatora, para que possamos caminhar nessa direção. Acho que o mundo não fugirá desse pensamento, dada a gravidade.

Sr. Presidente, se hoje temos, estima-se, dois milhões de usuários de *crack* em situação grave e de drogas mais pesadas, também temos, pelo menos, dezoito milhões de brasileiros que abusam ou fazem uso sistemático do álcool, e isso tem consequências graves: tem um custo social no trânsito, tem um custo social na família, tem o custo dos presídios. Creio que não se trata de proibir a bebida, não se trata de proibir a comercialização, é proibir a propaganda, ou seja, ter um conceito claro: droga é droga, não se pode fazer propaganda de droga. Portanto, se o álcool é uma droga, não se pode permitir propaganda de qualquer bebida que tenha mais de 0,5. E quero aqui sustentar essa posição e fazer esse apelo a nossa querida Relatora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Desculpe, Senador, mas eu poderia contrapor: eu acho que, por essa lógica, nós, então, teríamos que proibir também a propaganda de veículos e de motos porque matam tanto quanto as drogas hoje no nosso País. A lógica, daí, é...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu gostaria de solicitar a V. Exªs que concluam, naturalmente, as observações, tendo em vista que o nobre Senador Eduardo Suplicy quer fazer observações e comentários também.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Permitam-me somente uma contraobservação também. Primeiro, quanto a veículo: 70% dos acidentes que temos têm drogas no meio. É por isso mesmo que temos que inibir. Aliás, o Congresso, corajosamente esta Casa, acaba de aprovar que qualquer motorista que estiver dirigindo com mais de 0,6% de álcool na corrente sanguínea, isso é considerado um crime. É exatamente dentro dessa classificação da Organização Mundial de Saúde. É por isso, Sr. Presidente, que quero fazer esse destaque e gostaria que pudéssemos caminhar nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Claro, na medida em que a sugestão proposta pelo Senador Wellington Dias não traria nenhuma dificuldade para que a Relatora acatasse e já a colocasse também em votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com a observação específica de que é a proposta da Presidência, do Presidente da Comissão em relação a essa questão, e junto com a proposta do Senador Eduardo Suplicy também.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ótimo.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

V. Exª tem três minutos assegurados, tendo em vista que nós temos 25 projetos para votar.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente Jayme Campos, da Comissão de Assuntos Sociais, quero cumprimentar o Senador Wellington Dias, Presidente da Subcomissão que estudou as políticas sociais sobre dependentes químicos e de álcool, *crack* e outras drogas, a Senadora Ana Amélia, pelo trabalho extraordinário de aqui terem ouvido dezenas de pessoas de todo o Brasil, pessoas da área da saúde, de todas as áreas, inclusive do Governo, com as visões mais diferentes, que contribuíram para um maior grau de consciência sobre como poderemos evitar, prevenir, educar aqueles, sobretudo jovens, que hoje têm utilizados as drogas, o *crack* em especial, mas outras.

Considero muito importante encaminhar a V. Exª, Presidente Jayme Campos, o ofício que ontem enviei a ambos, Senadores Wellington Dias e Ana Amélia, bem como aos Ministros da Saúde e da Justiça responsáveis pelo plano de prevenção e combate ao *crack*, onde mostro as contribuições do ator Licurgo Spinola, um dos principais protagonistas da novela Amor e Revolução, que está passando no SBT, e também de Asdrúbal Serrano, que é um dramaturgo, discípulo do Teatro do Oprimido. Ambos têm, sobretudo, realizado ações de dramas de teatro com jovens, alguns ex-usuários do *crack*, dialogando com esses jovens. Por exemplo, em Maceió, onde presentemente o Licurgo Espínola está realizando esse trabalho, que já fez com mais de cinco mil jovens em escolas, em teatros, conversando com jovens. Da mesma forma faz o Asdrúbal Serrano, seja no interior de São Paulo, seja em áreas como Guaianases, a cidade de Tiradentes e outras. Fez apresentações a que eu próprio assisti, também no Teatro Oficina, onde foi convidado por José Celso Martinez Corrêa para apresentar a peça Krake – Aviltadas.

Portanto, encaminho a V. Exª o teor completo desse ofício e cumprimentando a Ana Amélia e o Wellington Dias por esse trabalho de excepcional qualidade,

que, sobretudo, tem aquele tom que a Presidenta Dilma falou no seu pronunciamento ao lançar o plano contra o *crack* e outras drogas: uma atitude solidária à dor das mães e dos pais que se preocupam com seus filhos. Vamos procurar achar um caminho alternativo que não o das drogas.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – As duas sugestões, Presidente, do Senador Wellington, da forma como ele coloca, radicalizando a questão, e do Senador Suplicy, e eu acrescentaria também o Mano Changes, que entra na mesma linha cultural para essas ações de educação e prevenção às drogas, porque a parte essencial é a prevenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e cumprimento o Senador Wellington Dias, que muito bem presidiu esta Comissão, e a valorosa Senadora Ana Amélia, que foi Relatora da matéria.

Em 30 de novembro de 2011, a Comissão de Assuntos Sociais abriu a discussão do relatório final da CASDEP, sendo adiada a votação, e em 2 de dezembro de 2011 a subcomissão temporária CASDEP aprovou o seu relatório final.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – ... me desculpando pelo atraso, Sr. Presidente, tive dificuldade hoje pela manhã, mas eu queria somente dizer o seguinte: esse trabalho feito pela Senadora Ana Amélia e pelo Presidente Wellington Dias, de que também participaram a Vanessa e vários outros Senadores, eu me orgulho de ter participado junto com os amigos, e eu acho que essa é uma grande contribuição.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Uma excelente participação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Foi.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – E dizer aos membros da Comissão de Assuntos Sociais é que, talvez, no futuro... Isso não é em tom de crítica. O Governo lançou um programa... Aliás, eu elogiei o programa, porque ele é muito bem feito. A gente até estimava aqui, Wellington, qualquer coisa em torno de R$3 bilhões. O Governo foi mais ousado do que isso: colocou no Orçamento R$4 bilhões. Só que tem muita coisa nesse relatório, a gente lendo, que talvez merecesse também fazer parte do conjunto de procedimentos que o Governo lançou. Eu acho que, no futuro, talvez, uma sintonia melhor entre as Comissões e o que o Governo vai lançar, porque é importante, até porque aqui nesta Casa, e nós visitamos vários segmentos da sociedade *in loco*, como é o caso do meu Estado, na fronteira, que foi Ponta Porã, muitas coisas, eu tenho certeza, Senador Wellington, seriam importantes. Eu sei que alguns de nós têm até dificuldade de... Não é crítica, é uma sintonia mesmo, Presidente, que eu acho que é importante. Agora, esta Casa também e as Comissões precisam começar a se impor nesse debate em relação ao Executivo.

Parabenizo a Ana Amélia e o Presidente Wellington Dias.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Waldemir Moka.

Em votação o relatório da CASDEP.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado nos termos do art. 73 e 76 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais aprova o relatório final da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e outras Drogas.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federa, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Quero comunicar a V. Exªs que a votação deste relatório será inserida a sugestão última proposta pelo Senador Wellington Dias e pelo Senador Eduardo Suplicy.

V. Exªs tenham a certeza de que serão contempladas as últimas sugestões que deram diante do relatório apresentado pela Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para acrescer uma boa notícia à aprovação desse excelente relatório, para informar que todos aqui estão trabalhando tanto que talvez não tenham podido ver os tão belos gols de Neymar e Borges. Dois a zero para o Santos, no primeiro tempo, no Japão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, vamos fazer um gol de placa com os comerciários agora, que estão ali atrás quase desesperados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

2ª PARTE
(Deliberação de proposições)

EXTRAPAUTA
ITEM 1
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, nos termos do substitutivo ora apresentado, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007.

Observações:

– Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do RISF, se for aprovado o Substitutivo será ele submetido a Turno Suplementar.

– A Votação será nominal.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2007

Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Simon

Solicito a V. Exª que permaneça mais um pouco, para votar essa matéria, também. Trata-se de um projeto importante, relativo aos nossos comerciários.

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço, para a leitura do relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, os trabalhadores comerciários que nos acompanham nesta que julgo ser uma histórica e memorável reunião da Comissão de Assuntos Sociais, pela oportunidade que estamos tendo, um dia após regulamentar a profissão de motorista em nosso País, o que vai trazer grande tranquilidade não apenas para os trabalhadores, motoristas, essa que é uma profissão com características muito próprias, que necessitava de alguns marcos que pudessem regular o funcionamento da profissão.

Hoje, estamos aqui tendo a oportunidade de relator o Projeto do Senador Paulo Paim, com substitutivo, com modificações que foram alvo de um profundo debate.

Nós temos, Sr. Presidente, nos valido do método de colocarmos as partes em torno de uma mesa para que o entendimento possa convergir, para que isso possa evoluir e ter, como consequência, a apropriação no dia a dia das profissões.

Então, foi de fundamental importância não apenas a autoria do Senador Paulo Paim, mas foi de fundamental importância toda a sua experiência, toda a sua interlocução, para que pudéssemos, ouvindo as partes, chegarmos a um denominador comum que ora apresentamos à Comissão de Assuntos Sociais.

Vem a exame desta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 115, de 2007, do Senador Paulo Paim.

No PLS nº 115, de 2007, destacam-se os seguintes aspectos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores:

a) obrigatoriedade da especificação, na Carteira de Trabalho e de Previdência Social, da atividade ou função a ser desempenhada pelo empregado do comércio, sendo vedada a denominação genérica;

b) jornada de trabalho diária de seis horas, com início às sete horas da manhã e término às dezenove horas, salvo alteração em decorrência de convenção ou acordo coletivo;

c) proibição de trabalho aos domingos e feriados;

d) piso salarial nacional para os empregados no comércio correspondente a três vezes o valor do salário mínimo nacional;

e) data-base nacional da categoria no mês de novembro de cada ano, quando será promovida a recomposição salarial, as bases das condições de trabalho e a concessão de benefícios sociais;

f) instituição do Dia do Comerciário, a ser comemorado no dia 30 de outubro.

Já o PLS nº 152, de 2007, propõe:

a) definição do exercício da profissão de comerciário, com a indicação do ramo de atividade, conforme especificado em anexo que acompanha o projeto;

b) jornada de trabalho diária de sete horas e semanal de quarenta e duas;

c) remuneração do serviço extraordinário superior em cem por cento à do normal.

Ou seja, esses são os aspectos mais relevantes e é preciso também considerar não apenas a iniciativa do eminente Senador Paulo Paim, mas também a iniciativa do Senador Pedro Simon, de modo que nós fizemos a juntada dessas duas propostas para alcançarmos esse entendimento e essa convergência.

Nas justificações que acompanham as proposições, os autores enfatizam a necessidade de regulamentação do exercício da profissão de comerciário,

tendo em vista que constituem uma categoria que congrega milhões de trabalhadores, e a manter a situação atual, cada vez mais vão se tornando inseguras as relações de trabalho no setor comerciário.

É de se enfatizar que, para instruir as proposições, a Comissão de Assuntos Sociais promoveu, nos dias 5 de maio e 11 de novembro de 2009, audiências públicas com a participação de representantes das categorias econômicas e profissionais ligadas ao comércio, Sr. Presidente.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

De acordo com o art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais emitir parecer sobre projetos de lei que versem sobre condições para o exercício das profissões.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional.

Sob o aspecto material, a medida dá cumprimento ao disposto no art. 5º, XIII da Lei Maior, ou seja, nossa Constituição Federal.

Historicamente, Sr. Presidente, Srs, Senadores, os comerciários se inseriram na economia brasileira sob diversas formas.

Ao longo de séculos, ocupam-se como mascates e caixeiros viajantes, além de terem atuado atrás de balcões de secos e molhados, uma velha e antiga tradição do interior do nosso País.

A dinâmica de sua profissão evoluiu para as modernas possibilidades de relação entre comerciário e consumidor, aproximando um do outro cada vez mais com a prestação de serviços e apresentação de produtos.

Trata-se também de uma categoria cujos impactos transcendem a área socioeconômica. É inquestionável, portanto, que as atividades comerciárias ajudaram a dinamizar a economia nacional a produzir riquezas para o País e até a criar, naturalmente, hábitos culturais.

Do ponto de vista sindical, a categoria se orgulha de sua tradição de luta, que inspirou o Dia do Comerciário, celebrado, meu caro Senador Paulo Paim, no dia 30 de outubro. A comemoração da data tem origem numa grande manifestação de 1932, quando cinco mil caixeiros do Rio de Janeiro, então capital federal, foram em passeata até o Palácio do Catete e entregaram uma pauta de reivindicações ao Presidente da República Getúlio Vargas.

Em 30 de outubro daquele ano, um dia depois da audiência, Vargas publicou no Diário Oficial o Decreto Lei nº 4.042, de 1932, que reduziu a jornada de trabalho de 11 para 8 horas diárias.

Embora a atividade comerciária seja um das mais antigas, dinâmicas, relevantes em empregatícios e ocupações da História do Brasil, até hoje – pasmem – a categoria não teve a sua profissão regulamentada.

Só de trabalhadores registrados, são 7 milhões e 300 mil pessoas a serviço do comércio do Brasil, com sua luta e com seu esforço, levando dignidade para suas famílias e contribuindo com o desenvolvimento do nosso País.

A falta de uma legislação para o setor o fragiliza, traz incertezas quanto às condições de trabalho e acaba por deteriorar a qualidade do serviço prestado à população brasileira.

A rotatividade no comércio atinge a 50% dos trabalhadores. Como o empregador não tem parâmetros legais para o registro profissional do comerciário na carteira de trabalho, torna a relação empregatícia muito suscetível a toda sorte de conveniências, que, em muitos casos, desestimula o trabalhador em continuar o exercício da sua função profissional.

A reiterada e crescente reivindicação dos trabalhadores do comércio em defesa da regulamentação da categoria propiciou que a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, a CNTC, as federações e os sindicatos de comerciários em todo o Brasil, com o apoio das centrais sindicais, uniram-se na articulação de uma proposta para o setor, que trouxesse maior harmonia entre os interesses e pontos de vistas anteriormente conflitantes.

Assim, com base no conteúdo das sugestões que as entidades representativas nos trouxeram, foi elaborado o texto que apresentamos, ao final, como Substitutivo às proposições em análises, isto é, os Projetos de Lei do Senado de nºs 115 e 152, ambos de 2007.

Voto.

Ante o exposto, opinamos naturalmente com base na relevância, pela aprovação deste PLS nº 115, de 2007, nos termos do substitutivo ora apresentado, e pela declaração de prejudicialidade do PLS nº 152.

É como relatamos, Sr. Presidente, em caráter terminativo, este projeto, que, sendo aprovado nesta Comissão, não tem necessidade de ir ao Plenário do Senado, o que torna mais relevante ainda a decisão desta Comissão em se tratando de uma antiga e histórica reivindicação do setor comerciário, dos trabalhadores do comércio em nosso País.

É como relato, pedindo apoio aos nobres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª Senador Ricardo Ferraço, e quero cumprimentar pelo belo relatório. Sem sombra

de dúvida, nós estamos dando a dignidade a esses 7.3 milhões de trabalhadores que certamente aguardavam, já ávidos, há muitos anos, essa regulamentação.

Está em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Não posso deixar de, primeiro, parabenizar a iniciativa do Senador Pedro Simon e o trabalho com muita competência do Senador Ricardo Ferraço e de fazer um destaque aqui especial ao Senador Paulo Paim. Quando cheguei aqui ao Senado, foi com ele que busquei me inteirar dessa pauta de reivindicação muito importante e cobrada em todo o Brasil, certamente também no meu Estado.

Quero aqui registrar, Sr. Presidente, a importância desses – falaram aqui em sete milhões –, na verdade, doze milhões de trabalhadores em todo o Brasil. É estranho que uma das mais antigas profissões da história da humanidade, somente hoje estejamos regulamentando no Brasil.

Destaco aqui a história desse Sindicato. Com eles, aprendi muitas coisas: Evaldo Ciríaco, um dos primeiros presidentes atuantes no meu Estado, Almerinda e Mourinha; Raimundo Nonato, que hoje é vice-presidente da Confederação Nacional, tão bem presidida pelo Levi; o Zé Augusto, que é o secretário. Muitas lideranças se destacam no Brasil. No meu Estado, por exemplo, o Cícero Magalhães, um ex-presidente que hoje é Deputado Estadual; o Paixão, que é o atual presidente; o Marcos Holanda, que é presidente da Federação.

Em homenagem a todos esses lideres, que durante tantos anos trabalharam pela aprovação, o Brasil hoje comemora, se Deus quiser, a aprovação também nesta Comissão.

Quero aqui posicionar-me favorável e fazer um apelo para que a gente possa aqui louvar uma coisa, Sr. Presidente, que eu acho que é raro nesta Casa: um projeto que, depois de longo tempo, chega aqui hoje para votação com entendimento, inclusive com a área patronal. Aqui destaco o Dr. Antonio dos Santos, que é um histórico presidente da Confederação Nacional do Comércio.

Então, eu acho que a gente tem que homenagear aqui hoje, com essa aprovação, a luta dos trabalhadores.

Parabéns, Paulo Paim!

Parabéns, Senador Ferraço!

Meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu quero ser rápido naquela velha frase que o senhor já me ouviu dizer algumas vezes: projeto bom é projeto aprovado. Então, eu quero votar com rapidez, mas, permita-me, Sr. Presidente, primeiro, reconhecer o trabalho do Senador Ricardo Ferraço.

Não há como não destacar o trabalho deste Senador, porque, desde o primeiro momento, quando debatemos este tema e também a regulamentação do motorista profissional terrestre, ele disse: "Se as partes se entenderem... Eu sou parceiro, e você sabe, tanto quanto eu, Paim – dizia-me ele –, pela sua experiência na Casa, que, se as duas partes se entenderem, fica fácil, para nós, encaminhar". E, seguindo a orientação do Relator, nós dialogamos muito com ele e também com o setor patronal e com o dos trabalhadores nos dois casos. Por isso, ele é o Relator das duas matérias, que nós vamos aprovar aqui hoje.

Se os líderes aqui me permitirem, Sr. Presidente, quero dizer que, quando iniciei a minha vida sindical, eu ouvia muito aquela frase "pelego e não pelego" e sempre discordei desse termo. Depende da ótica de cada um e de como se pensa em fazer a política sindical.

Por isso, Sr. Presidente, quero encerrar só fazendo uma homenagem aqui ao Almeida, Presidente da Confederação, que faleceu neste ano. O sonho dele era ver este projeto aprovado. Que, lá do alto, o Almeida veja – Levi, Zé Augusto e tantos outros que estão aqui neste momento – que o projeto será aprovado hoje por unanimidade.

Vida longa aos comerciários! Vida longa aos seus líderes! E que, lá do alto, o Almeida esteja vendo que o Congresso está fazendo a sua parte.

Era isso.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço tanto ao Senador Paulo Paim quanto ao Senador Ricardo Ferraço.

V. Exª registrou aqui, na sua fala, o belo relatório. Então, não foi à toa que eu designei este competente Senador Ricardo Ferraço, até pela habilidade na condução da negociação deste projeto, particularmente.

Ambos estão de parabéns.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Waldemir Moka com a palavra.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu percebo que, quando... O Paim disse aqui. Conheço o Ricardo Ferraço, e uma característica do Senador Ferraço é pegar as coisas e analisá-las com profundidade. Estudioso, dedicado, ele é um Senador que procura detalhar as coisas com uma enorme

competência, uma característica que já percebemos no início do seu mandato.

E, o Paim, nós conhecemos a sua história. É difícil separar hoje a história dos militantes e dos trabalhadores sem envolver a história deste extraordinário Senador do Rio Grande do Sul, que é o Paulo Paim.

Mas eu quero focar numa coisa. Quando há a convergência, Sr. Presidente, principalmente entre as confederações, que envolve exatamente os dois setores, fica muito fácil para nós aqui, e esse é um trabalho que as Comissões e nós temos que perseguir. Há um entendimento nessas legislações que envolve empregados e empregadores. Isso é fundamental.

Uma legislação como essa nós vamos votar absolutamente tranquilos, porque houve um relatório realmente que chegasse... Nem sempre isso é possível, mas, quando é possível, é o melhor dos cenários.

Parabéns ao Relator e aos autores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Queria também parabenizar o Relator e os autores deste projeto, até porque, Sr. Presidente, eu faço parte, há 38 anos, como empregador, da área dos comerciários.

Este projeto, realmente, é muito benfeito. Foram ouvidas as duas partes. Há um equilíbrio.

Está de parabéns.

Eu, representando até o lado de lá, parabenizo, endosso e voto a favor.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Parabéns, Senador Cyro Miranda.

Asseguro a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Jayme Campos, em primeiro lugar, quero cumprimentar V. Exª, quando do encerramento do trabalho desta Comissão, pela brilhante condução desta Comissão.

Quero cumprimentar o Senador Ricardo Ferraço pelo seu relatório. O Senador Waldemir Moka foi muito feliz ao expressar a seriedade e a profundidade com que o Senador Ricardo Ferraço se dedica aos temas.

Não posso deixar de cumprimentar os autores da matéria e, de forma muito especial, o Senador Paulo Paim, que é reconhecido nacionalmente como um grande defensor dos trabalhadores, um grande defensor das minorias, um grande defensor dos menos favorecidos. Não poderia deixar de expressar também minha opinião favorável ao projeto de lei no relatório do Senador Ricardo Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Rodrigo Rollemberg.

Não há mais quem queira discutir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer um registro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Este projeto é de 2007 e está sendo votado somente agora. Temos que rever isso e dar celeridade a matérias tão relevantes quanto esta. Cumprimento o Relator, Senador Ricardo Ferraço, e também os dois Senadores. Fico orgulhosa, como gaúcha, que ele tenha tido origem em duas iniciativas, do Senador Paulo Paim e do Senador Pedro Simon, de representantes do meu Estado. Fico muito orgulhosa. Voto a favor também desse projeto extremamente atual, embora tenha demorado tanto tempo para ser apreciado nesta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Antes de iniciar o processo de votação, não posso deixar de dizer aos membros da confederação que este projeto está sendo votado hoje aqui, a bem da verdade, graças ao Senador Paulo Paim e ao Senador Ricardo Ferraço, que ontem, por volta de...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – E por V. Exª, sem V. Exª não estaria extrapauta não! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Foram os dois que me procuraram e pediram que o colocasse extrapauta. Na verdade, esta matéria não estava pautada, todavia, atendendo a um pleito deles, dos nobres Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Paim, nós o colocamos extrapauta. Evidentemente, fiz a indagação, consultei o Plenário se poderíamos colocá-lo, e todos os Senadores presentes concordaram. De maneira que vocês estão de parabéns, tendo em vista que é um projeto meritório e certamente estamos fazendo aqui apenas justiça social.

Está encerrada a discussão.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Vicentinho. V. Exª quer fazer alguma observação?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Não, depois.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em face do voto do Relator, iremos votar o Substitutivo do PLS nº 115, de 2007. Após, votaremos a declaração da prejudicialidade do PLS nº 152, de 2007.

Está em votação o Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007.

Consulto como vota o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Substitutivo do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com os comerciários e com o Relator. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando o eficiente relatório do Senador Ricardo Ferraço, parabenizando Paim, também Pedro Simon, que teve a iniciativa, mas, na verdade, temos que parabenizar a luta dos comerciários, que chegaram até aqui e estão presentes nesta Comissão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? Consulto V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero, primeiro, dizer que não cheguei a tempo de fazer uma homenagem a V. Exª, que tem se revelado um grande Presidente desta Comissão, tem conseguido agregar todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Aqui é a Comissão de Assuntos Sociais. Não temos partido político aqui, são assuntos sociais, o exemplo está aqui, nesta reunião do dia hoje. Cumprimento V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Quero dizer da minha alegria de termos trabalhado este ano, e vamos trabalhar ainda mais ano que vem, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se Deus quiser.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E também quero homenagear o Senador Paim e o Senador Ferraço. Ontem tivemos uma grande vitória no plenário e hoje outra grande vitória nesta Comissão. Ontem foi aprovada a regulamentação da profissão de motorista e, hoje, a dos comerciários. (*Palmas.*) Então, meu abraço a todos os comerciários. E voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, nossa querida Senadora Vanessa Grazziotin, pelas palavras generosas e bondosas com que se referiu a minha pessoa.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pelo Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Pelo Substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Voto conhecido do Senador Ricardo Ferraço.

Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto a favor do Relator e dos comerciários. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto com o Substitutivo do Senador Ricardo Ferraço, com o autor, Paulo Paim, e com os comerciários, que vieram aqui apoiar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, homenageando os comerciários do Brasil, particularmente os do Tocantins, voto com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator, Sr. Presidente, cumprimentando os e autor por esse entendimento tão significativo para os trabalhadores do comércio no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero informar à Senadora Lídice da Mata e à Senadora Ana Rita que, tendo cumprido os

blocos, o voto de V. Exªs fica para a próxima. O mais importante é que estão sobrando votos aqui. Por incrível que pareça, raras vezes isso acontece. Temos aqui a Senadora Lídice da Mata, que veio apoiar, como também a Senadora Ana Rita.

Parabéns!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, mas V. Exª pode perguntar à Senadora Ana Rita, se ela votasse, como ela votação.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Já manifestei.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ela já manifestou aqui.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente, vou ter que me ausentar para comparecer a uma audiência no Ministério da Educação...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito a V. Exª que aguarde só um pouco, porque estamos concluindo a votação.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pois não. Pensei que tivesse concluído.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ok.

Resultado: aprovado por unanimidade.

(Palmas.)

Vamos aguardar. Vamos votar ainda.

Aprovada a Emenda nº 1 da CAS, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, a matéria vai a turno suplementar, nos termos dos arts. 282, combinado com o art. 92.

Declaro prejudicado o Projeto, nos termos do art. 334, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em votação a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 152, de 2007.

Quem vota – é bom que se esclareça – com o relator vota "sim", para declaração de prejudicialidade do PLS nº 152, de 2007.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PC do B – AM) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o ilustre Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela prejudicialidade. Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Benedito de Lira? *(Pausa.)*

Não se encontra mais.

Aprovado por unanimidade.

Aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal. *(Palmas.)*

Estão de parabéns!

Concluída a votação.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Vicentinho Alves.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Devido ao fato de eu ter que me ausentar, Presidente, para comparecer a uma audiência com o Ministro da Educação, solicito de V. Exª a retirada do item 10 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

ITEM 1
– Não Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 16, DE 1984

Aprova o texto da Convenção nº 87 relativa à Liberdade Sindical e à Proteção do Direito Sindical, adotada em São Francisco em 1948 por ocasião da 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, da Organização Internacional do Trabalho. PROCESSO ESPECIAL.

Autoria: COMISSÃO RELAÇÕES EXTERIORES (CD)

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984.

Observação:

– Votação simbólica.

Solicito silêncio para o bom andamento dos trabalhos desta Comissão. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço para proferir o seu Relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Para proferir relatório. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Vanessa Grazziotin pede a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço, que lhe conceda a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – É possível ainda pedirmos inversão, ou só quando concluirmos a matéria do Senador Ferraço?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Ele vai ler a matéria. Vamos colocar em discussão e votar em caráter simbólico.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Depois posso solicitar a inversão de pauta?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza. V. Exª tem todo o direito.

Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Para proferir Relatório. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, com a vênia da minha querida e eminente Senadora Vanessa Grazziotin.

Trata-se, Sr. Presidente, de Projeto de Decreto Legislativo, de 1984, que se reveste, a meu juízo, de uma honra. Há de ser uma das matérias há mais tempo em tramitação nesta Casa, naturalmente por estarmos conseguindo dar um fecho e um coroamento a esta matéria, que está relacionado ao Texto nº 87, relativo à liberdade sindical e à proteção do direito sindical, adotado em San Francisco em 1948.

Efetivamente, ainda que aguarde apreciação do Senado, já há 27 anos, a proposição tem um início muito mais remoto, pois se originou na Mensagem Presidencial de 1949, remetida ao Congresso Nacional – Pasmem! -, pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra.

Desde então, mais de 62 anos se passaram, e o Projeto acompanhou a mudança da Capital para Brasília, o advento de duas novas Constituições e a passagem, Senador Moka, de 16 Presidentes da República. Sua tramitação se caracteriza pela alternância entre ocasionais momentos de impulsos e longos períodos de inércia, pontuados por incidentes aleatórios, como o extravio e a recomposição do processado em algum momento da década de 1960.

O Projeto submete à aprovação do Congresso a Convenção nº 87, da Organização Internacional do Trabalho, que consiste, como é usual, nas convenções da Organização Internacional do Trabalho, de um preâmbulo, no qual se explicitam as razões e as circunstâncias de sua adoção, seguido no caso de 21 artigos.

A matéria, como dito, é um trabalho multilateral, adotado sob a égide da Organização Internacional do Trabalho, encaminhada e adotada por aquela organização, na 31ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em 1948. Por se constituir de tratado que importa na adoção de encargos para o Brasil, cabe ao Congresso Nacional a competência exclusiva para resolver definitivamente sobre sua aprovação, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal.

Por seu tema – Organização Sindical -, a Convenção se encontra inserida no âmbito da competência desta Comissão de Assuntos Sociais, conforme o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

A Convenção foi objeto de apreciação das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, que se inclinaram ambas pela sua aprovação. Apreciado por esta Comissão, seguirá nos termos do art. 376 do Regimento Interno do Senado Federal.

Portanto, Sr. Presidente, estamos diante de uma raríssima oportunidade de consolidarmos uma propositura que tramita nesta Casa há mais de 60 anos.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1984, que aprova o texto da Convenção nº 87, de 1948, da Organização Internacional do Trabalho, que versa sobre a liberdade sindical para os trabalhadores em nosso País.

É como relato, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Ricardo Ferraço.

Faço um breve comentário. Esta matéria se encontra aqui no Senado desde 1984, essa proposta legislativa, e agora estamos fazendo o seu encaminhamento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP — RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o relatório...

Está em discussão a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão a matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Primeiro, cumprimentar. Há pouco, até fiz um registro de que a matéria sobre a regulamentação da atividade dos comerciários está desde 2007; esta, desde 1984. Apesar disso, eu penso que uma matéria dessa complexidade, uma semana a mais, uma semana a menos, ela não perde, digamos assim, a validade.

Na semana que vem, teremos reunião, Presidente? *(Pausa.)*

Dia 21.

Queria, primeiro, pedir vista da matéria para, na semana que vem, votarmos com convicção sobre essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Indago se pode ser vista coletiva.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista coletiva concedida à Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu gostaria de pedir de V. Exª, se possível, a inversão de pauta, para que pudéssemos votar agora o Item nº 11, matéria de minha autoria, cujo relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida na forma regimental, como sempre é atendida aqui pela presidência desta Comissão.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Solicito que os Srs. Senadores Paulo Davim e Cyro Miranda permaneçam na Comissão para votarmos aqui projeto da Senadora Vanessa Grazziotin que merece aqui toda nossa consideração.

ITEM 11
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2011

Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, estabelecendo a retenção da receita de medicamentos sujeitos à prescrição de profissionais habilitados.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas Emendas que apresenta.

Observações: A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 07/12/2011, sendo retirada a pedido da autora.

A votação será nominal.

Solicito que as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores permaneçam para realizarmos esta votação.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Mozarildo Cavalcanti para proferir o seu relatório.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, como o relatório já foi distribuído aos Senadores, vou me ater à leitura da análise e do voto.

Nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que tratem de proteção e defesa da saúde, matéria objeto do PLS nº 348, de 2011. Em vista do caráter terminativo da decisão, devem ser analisados, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa do projeto.

Tem razão a nobre Senadora Vanessa Grazziotin quanto à necessidade de incentivar o uso racional de medicamentos e diminuir o risco de acidentes e intoxicações por esses produtos que advém, principalmente, da automedicação e da insuficiência dos critérios e controles sanitários sobre a sua dispensação e a venda em nossas farmácias comerciais.

Concordamos com que o comando normativo vigente sobre o receituário e a dispensação dos medicamentos sob regime de controle sanitário especial é frágil e merece ser atualizado e reforçado. Não concordamos, no entanto, em que sejam trazidos para uma lei nacional detalhes operacionais que melhor caberiam em uma norma infralegal. Norma essa que contaria, inclusive, com o mérito de possibilitar, de forma mais ágil do que a conferida pelo processo le-

gislativo, seu aperfeiçoamento e adaptação aos novos conhecimentos e tecnologias, conferindo-lhe, destarte, maior efetividade.

Ademais, essa é a determinação constitucional, segundo a qual, no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais (art. 24, § 1º).

Sugerimos, também, adotar a denominação já presente na legislação sanitária federal de "medicamentos sob regime de controle sanitário especial".

Por fim, o projeto trata de matéria cuja competência para legislar é da União, sendo, portanto constitucional quanto à iniciativa, porque, logicamente, o Senado também participa da União. Da mesma forma, não possui óbices quanto à juridicidade e à regimentalidade.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para estabelecer a retenção da receita de medicamentos sob regime de controle sanitário especial."

EMENDA Nº – CAS

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011, a seguinte redação:

"**Art. 1º** O art. 43 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

'**Art. 43**. A venda e a dispensação de medicamentos sob regime de controle sanitário especial fica sujeita à retenção da receita pelo estabelecimento farmacêutico.

Parágrafo único. O órgão sanitário competente determinará, em regulamento específico:

I – as substâncias e os medicamentos que ficam sujeitos a controle sanitário especial;

II – as condições para a venda e a dispensação de medicamentos sob regime de controle sanitário especial;

III – as informações que as prescrições devem conter;

IV – as informações que serão prestadas, ao órgão sanitário competente, pelo estabelecimento farmacêutico que vende ou dispensa medicamentos sob regime de controle sanitário especial'."

Este, portanto, é o voto, pela aprovação, com as duas emendas que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei nº 348, de 2011, ressalvadas as duas emendas do Relator

A votação será nominal.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as duas emendas oferecidas pelo Relator.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está em votação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o Relator e com o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Vanessa Grazziotin? O voto é extremamente conhecido por ser autora do Projeto.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, permita-me. Eu acho que a iniciativa é excelente, eu acho que a Anvisa faz isso, mas a todo e qualquer novo salto no mercado, eles entram com um mandado e acabam ganhando isso. Eu acho que isso precisa ter um projeto de lei. É feliz a iniciativa e é muito importante a aprovação desse Projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – De maneira que V. Exª vota...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Favorável, "sim".

Como vota o Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu voto favoravelmente e quero parabenizar a Senadora Vanessa por essa iniciativa. Nós que somos da área sabemos da importância da legislação, da importância do controle sobre esses medicamentos que poderão, se não forem bem utilizados, trazer malefícios, ao invés dos benefícios que esperamos dele.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – A favor. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator e com a autora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota, voto conhecido, o Senador Mozarildo Cavalcanti. *(Pausa.)*

Voto conhecido.

Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O projeto foi aprovado por unanimidade.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 348, de 2011, e as Emendas nºs 1 e 2 da CAS, será comunicada a decisão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Há uma discordância, embora não terminativo, no item nº 3. Pergunto a V. Exª se posso pedir vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – O item nº 3 não foi nem lido. Por sinal, não está presente o Relator da matéria, Senador Armando Monteiro. *(Pausa.)*

Acabou de chegar o Senador Armando Monteiro.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – A pergunta que faço a V. Exª é se posso pedir vista do item nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Deixe-me ler a matéria. V. Exª, conhecedor profundo do Regimento Interna desta Casa, em sendo lido, tem toda prerrogativa de pedir vista.

ITEM 6
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 417, DE 2005

Altera o Decreto-Lei nº 667, de 1969, estabelecendo exames periódicos para os membros das Policias Militares e Corpo de Bombeiros dos Estados e Distrito Federal.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005.

Observações:

– Em 28/04/2010 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer contrário ao Projeto.

– Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, farei a leitura da análise.

Compete à CAS, conforme dispõe o art. 100, I e II, do Regimento Interno da Casa, opinar sobre condições para o exercício das profissões e os aspectos relativos à proteção e defesa da saúde das matérias a ela submetidas.

Em relação às questões afetas ao trabalho, a opinião dos especialistas é de que a realização de exames toxicológicos de rotina tem pouco valor como estratégia para o enfrentamento das consequências do uso de drogas nos ambientes de trabalho.

A medida pode, ademais, originar discriminação e estigmatização, expor o trabalhador usuário ou dependente químico à situação vexatória, promover sua segregação, ser causa de dispensa e, em decorrência, interferir na manutenção de relações de trabalho harmônicas dos policiais entre si e com os comandos das corporações.

Concordamos com a opinião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que nos antecedeu na análise da matéria, em que a medida fere o direito à intimidade e à vida privada do cidadão, protegido pelo inciso X do art. 5º da Constituição Federal, direito que incide em qualquer relação, inclusive nas relações laborais.

No que diz respeito ao aspecto sanitário, isto é, ao impacto da medida proposta sobre a redução do consumo de substâncias psicoativas e da prevalência

de dependência química naqueles grupos profissionais, as evidências científicas, da mesma forma, mostram que os exames toxicológicos, como ação isolada, têm pouco valor seja para a prevenção, seja para o controle do uso indevido dessas substâncias.

Além disso, a Política Nacional Sobre Drogas vigente no Brasil, positivada por meio da Resolução nº 3, de 27 de outubro de 2005, do Conselho Nacional Antidrogas, tem, como pressuposto, tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias e dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.

Por conseguinte, e dada a sua característica estigmatizante, nossa política nacional sobre drogas não acolhe nem recomenda a realização de exames antidrogas, seja como ação preventiva, seja no âmbito das diferentes modalidades de tratamento, na recuperação de dependentes químicos, ou em projetos de redução de danos e reinserção social e ocupacional de dependentes químicos. Esse fundamento, contudo, não é acolhido pelo PLS nº 417, de 2005.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está em discussão a matéria.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Nesse caso, nós já temos uma regulamentação, Sr. Presidente, que prevê condições para exames quando se começa a ter problemas de saúde, tanto no Corpo de Bombeiros como na Polícia Militar ou em outras áreas, no próprio Exército e na Aeronáutica. Eu acho que outro tema mais preocupante é que, hoje, normalmente, quando se detecta e comprova algum problema, o policial, seja ele militar estadual, civil ou das Forças Armadas, normalmente é levado ao afastamento da corporação. Esse é o ponto que a gente tem que alterar. Simplesmente obrigar o exame não é a solução.

Por isso, concordo aqui com o voto do Relator e chamo a atenção para que a gente discuta, no próximo ano, esse outro ponto. O Brasil tomou uma decisão para os civis: considera o usuário de qualquer droga como uma pessoa com doença, uma pessoa com problema de saúde e não um criminoso, só pelo fato de ser usuário. Então, eu acho que essa é a mudança que nós temos que fazer. Acompanho aqui o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM –MT) – Agradeço a V. Exª.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005.

Quem vota com o Relator vota "não" ao Projeto.

Vamos proceder à votação.

Está bem esclarecido? *(Pausa.)*

Quem vota com o Relator, pela rejeição, vota "não".

Como vota a Senadora Ângela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Humberto Costa?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o Relator. Não.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Davim? *(Pausa.)*

Voto já conhecido.

Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Armando Monteiro?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Clésio Andrade?

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Com o Relator, Sr. Presidente. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti, desculpe-me.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Falha aqui da nossa assessoria que não grifou aqui, mas prazerosamente registramos o voto de V. Exª.

Aprovado por unanimidade.

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2005.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

ITEM 3
– Não Terminativo –
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 593, DE 2010

Susta os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto de 2009, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto – SREP.

Autoria: Senadora Níura Demarchi

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 593, de 2010 e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011.

Observações:

– Em 24.08.2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer favorável ao Projeto;

– No período de 29 de agosto a 02 de setembro de 2011, a matéria recebeu 4 Emendas de Plenário, retornando à CCJ para exame do Relator;

– Em 28.09.2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ aprovou Parecer contrário às Emendas de Plenário nºs 1 a 4, de 2011;

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Armando Monteiro, para proferir o relatório.

O SR. ARMANDO MOTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em decorrência da aprovação dos Requerimentos nºs 1.103, 1.114 e 1.122, vem a exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 593, que tem por finalidade sustar os efeitos da Portaria nº 1.510, de 21 de agosto, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto e a utilização do Sistema de Registro Eletrônico (Srep), estabelece uma série de regras para marcação do ponto eletrônico, instituindo um comprovante para o trabalhador a cada registro. O registrador eletrônico de ponto será certificado por órgão competente e homologado pelo Ministério do Trabalho, possuindo características e dados complementares especificados na portaria.

É importante registrar que a proposição, bem como as quatro emendas a ela apresentadas já foram examinadas pela CCJ, que deliberou pela aprovação do Decreto Legislativo nº 593, que susta os efeitos da referida portaria, e pela rejeição das emendas.

Em relação às empresas, como já explicitamos quando relatamos a presente proposição na CCJ, essa medida gera uma série de custos desnecessários ao impor o sucateamento de todos os equipamentos e práticas adotadas há mais de vinte anos, que utiliza os sistemas eletrônicos. Os aparelhos que passariam agora a ser exigidos estão chegando ao mercado com valores entre 2.500 e 5 mil reais. Os fabricantes estimam que para evitar grandes filas e desperdício de tempo no ato do registro do ponto deve-se calcular um equipamento para cada 70 funcionários.

Com isso, Sr. Presidente, estima-se a troca de um milhão de registradores de ponto. O custo total, que envolve a compra, a instalação e a adaptação do novo sistema, poderá alcançar a cifra de 6 mil reais por equipamento, o que significa um custo de 6 bilhões de reais para o setor produtivo nacional. Isso no momento em que o país demanda medidas que fortaleçam a nossa competitividade diante da acirrada concorrência externa.

Com relação aos trabalhadores, a portaria também traz transtornos; nas grandes fábricas serão formadas imensas filas com desperdício de tempo em razão da espera da impressão do comprovante e dos deslocamentos, especialmente para quem fazia o registro em computadores. Adicionalmente, o regulamento exige a necessidade de os trabalhadores armazenarem seus comprovantes, que, além de serem de tamanho diminuto, não têm nenhuma característica de segurança para provar sua autenticidade.

Com respeito ao objetivo de combate à fraude, a portaria tem pouco alcance, uma vez que o equipamento não é capaz de coibir a mais comum das fraudes: a combinação entre empregado e empregador de registrar o ponto nos padrões normais independentemente do excesso de horas trabalhadas.

A portaria também parte do pressuposto equivocado de fraude generalizada no ponto eletrônico e, dessa forma, pune a grande maioria das empresas e trabalhadores que utilizam sistemas eletrônicos de ponto corretamente.

Isso ocorre porque a medida, infelizmente, não foi precedida do desejável diálogo tripartite, ou mesmo de um estudo eficiente sobre os eventuais problemas relativos ao controle da jornada, mas, infelizmente, por casuísmo.

Finalmente, pela burocratização do sistema e pelo seu alto custo, a portaria estimula o retrocesso tecnológico com a adoção pelas empresas de sistemas ultrapassados, como os sistemas mecânicos e manual.

Não pode, todavia, a portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio desse instrumento, criar novos direitos e deveres que não estão previstos em lei, tais como a obrigação de o empregador fornecer o comprovante impresso, recibo pelo tempo despendido, e o direito de o empregado receber este comprovante.

Passemos agora à análise das emendas apresentadas no Plenário desta Casa. A de nº 1 suprime o art. 1º da proposta, tornando-a sem eficácia.

A de nº 2 altera a redação do art. 1º do projeto para sustar os efeitos previstos pelo art. 14 da Portaria nº 1.510, de 2009, que obriga o fabricante a apresentar "Certificado de Conformidade do REP à Legislação" e "Atestado Técnico e Termo de Responsabilidade".

As de nºs 3 e 4 alteram a redação do art. 1º do projeto para sustar os efeitos previstos pelo art. 30-A da aludida Portaria, que equipara ao fabricante nacional o importador que legalmente introduzir no Brasil o equipamento, excluindo a possibilidade de a pessoa natural ser importadora.

As Emendas de Plenário nºs 1 a 4 não podem ser acolhidas porque não sanam a exorbitância do poder de regulamentar do Ministério do Trabalho e Emprego, presente na Portaria já aludida, nº 1.510, de 21 de agosto de 2009.

Finalmente, pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo que sustou a Portaria e pela rejeição das Emendas de Plenário nºs 1 a 4.

É esse o nosso entendimento, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Armando Monteiro.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, Senador Wellington Dias.

Antes de mais nada, Senador Wellington, quero registrar, mesmo não sendo membro desta Comissão, a presença do Blairo Maggi, que nos honra aqui nos visitando. Na próxima eleição, ele poderá participar desta Comissão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o maior prazer, Sr. Presidente. Será uma honra.

Sr. Presidente, primeiro compreendendo e louvando aqui todas as preocupações levantadas, mas considerando, como foi dito aqui, que o Senador Paulo Paim está neste instante recebendo a Ministra Maria do Rosário na Comissão de Direitos Humanos e pediu-me apenas, para que pudesse examinar um pouco mais, que eu pedisse vista do projeto.

Então, como ainda temos uma nova reunião, queria aqui, com a concordância do meu querido relator, que faz aí com muita competência o seu relatório, fazer esse pedido de vista.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental. Pedido de vista concedido.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há um requerimento sobre a mesa, de um pedido de audiência pública, com a finalidade de debater o Projeto de Lei do Senado nº 580, de minha autoria, que estabelece critério de distribuição do resultado do exercício financeiro do FGTS para as contas vinculadas dos trabalhadores.

Eu gostaria fossem convidados representantes das entidades laborais, das entidades patronais e do Governo, inclusive da Caixa Econômica Federal, no conselho curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Esse requerimento é assinado por mim como autora do projeto e pelo Senador Rollemberg, relator.

Ao mesmo tempo, vi que nesta Casa também tem um requerimento similar, que é da Senadora Ana Amélia. O dela veio a partir de uma matéria veiculada pelo jornal *O Globo*, pedindo a presença do Sr. Jorge Hereda, presidente da Caixa Econômica, para discutir a intenção do Governo de distribuir até 50% dos lucros do Fundo de Garantia.

Então, se a Senadora aceitasse, nós poderíamos fazer uma única...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...requerimento.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ela pode assinar junto esse novo pedido e fazemos uma única audiência, só que com mais pessoas, que são as que poderão também contribuir, como conselho curador....

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP — RS) – Concordo com a sua proposição.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, poderia acrescentar ao pedido que está sendo feito o requerimento, também conjunto com o Rollemberg, já assinado, com a Senadora Ana Amélia.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Deixe-me só fazer uma observação. Como V. Exª já fez o verdadeiro encaminhamento da matéria, coloco em votação o requerimento proposto pela Senadora Marta Suplicy.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Sr. Presidente, peço a retirada do Item 8 da pauta para reavaliação do relatório. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendido na forma regimental. Será retirado de pauta o item 8.

ITEM 2
– Não Terminativo –
AVISO Nº 58, DE 2009

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.375, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente ao levantamento de auditoria de natureza operacional para identificação de eventos de risco no Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso (TC 010.604/2009-0).

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pelo conhecimento do Aviso e posterior arquivamento.

Observação:

– A matéria constou na Pauta da Reunião do dia 07/12/2011, sendo adiada a sua apreciação;

– Votação simbólica.

Consulto a Senadora Ana Amélia se concorda em relatar *ad hoc* a matéria. Se V. Exª concorda, a matéria se encontra às paginas 186, item 2.

V. Exª está nomeada relatora *ad hoc* desta matéria.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Vou diretamente à análise do projeto, Presidente Jayme campos.

Avisos do Tribunal de Contas da União encaminhados ao Congresso Nacional, ou às suas comissões, constituem procedimento usual daquela Corte que visa, formalmente, a informar-lhes sobre as ações levadas a efeito com a execução de suas funções precípuas ou especificamente demandadas. Nesse sentido, aos membros do Congresso Nacional, ou de suas comissões, cabe, fundamentalmente, tomar conhecimento de seu teor.

O Tribunal de Contas, exercendo sua competência constitucional de auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo, informa a esta Casa Legislativa, por meio do Aviso em exame, sobre fragilidades verificadas no referido programa Promeso. Segundo o relatório que fundamenta o Aviso, foram verificadas três fragilidades em aspectos essenciais do programa, objeto de recomendações do TCU.

A primeira delas diz respeito à possível falta de sustentabilidade do programa, já que a maior parte dos seus recursos, cerca de 90%, é alocada ao programa por meio de emendas parlamentares, dificultando o planejamento das ações de desenvolvimento regional. Em função da alta participação de emendas parlamentares no programa, o Ministério da Integração Nacional e a Codevasf procuram orientar os autores das emendas sobre as prioridades do desenvolvimento regional nos seus Estados de origem. O TCU entende que essa orientação pode ser aprimorada. Para isso, recomenda à Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional que institua banco com projetos de apoio a arranjos produtivos locais e os apresente aos Parlamentares quando da análise do Projeto de Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional.

Uma segunda fragilidade constatada pelo TCU foi a falta de recursos humanos na Secretaria de Programas Regionais, do Ministério da Integração, para planejar, executar e acompanhar as ações desenvolvidas pelo Promeso. Essa deficiência, de acordo com o Relatório, limita o alcance de resultados mais satisfatórios, já que há praticamente um servidor responsável para cada mesorregião, território que abriga vários Municípios. Diante disso, o Tribunal recomendou ao Ministério que dote a Secretaria de Programas Regionais com o quantitativo adequado de servidores para a execução das tarefas inerentes ao Promeso.

A terceira fragilidade apontada no Relatório foi a falta de instrumentos para a avaliação dos resultados do Promeso. Segundo a última avaliação disponível no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, todos os indicadores propostos encontravam-se sem qualquer mensuração, apenas com a menção de que está em estudo um novo indicador para avaliar o impacto do Promeso. O TCU considera que essa ausência de avaliação do programa pelo próprio ministério dificulta a gestão e o planejamento das suas ações. Desse modo, recomenda-se ao Ministério da Integração Nacional que institua indicadores de desempenho para mensurar os resultados obtidos e subsidiar a realização de avaliações no Promeso.

Portanto, pelo Aviso nº 58, de 2009, o Tribunal de Contas da União informa a esta Comissão sobre as fragilidades identificadas na execução do progra-

ma Promeso e sobre as recomendações enviadas ao Ministério da Integração Nacional e a seus órgãos subordinados, diretamente vinculados à execução do programa, com vistas ao seu aperfeiçoamento.

Informa, ainda, que, relativamente à indicação de áreas para realização de auditorias pelo Tribunal, a proposta de sua fiscalização deverá ser formulada por procedimento específico, já que não pode ocorrer, por vedação imposta por resolução do próprio Tribunal, no âmbito de processo já existente.

Para tanto, enfatiza que os elementos que permitem a formulação de propostas de fiscalização já foram encaminhadas à competente secretaria do TCU, à qual cabe encaminhar as propostas de fiscalização e as informações sobre a disponibilidade de recursos humanos para a sua efetivação.

Dessa forma, relativamente ao Aviso em exame, a esta Comissão cabe, nos termos regimentais, tão-somente tomar conhecimento das informações prestadas pelo TCU e deliberar pelo seu arquivamento.

Eventualmente, quando assim entender necessário, cabe deliberar sobre aspectos atinentes aos procedimentos adotados e aos resultados apurados no processo de fiscalização e controle.

Voto.

Diversos órgãos e entidades encaminham, por determinação legal ou por iniciativa própria, relatórios de atividade ao Congresso Nacional. Tendo em vista o princípio da separação dos Poderes, determinado pelo art. 2º da Carta Magna, não há, entretanto, nenhuma providência específica a ser tomada com relação a documentos dessa natureza, cujo encaminhamento deve ser entendido como uma deferência ao Senado Federal.

Por outro lado, se detectada alguma irregularidade nos órgãos e entidades públicos, por qualquer meio, o Senado Federal pode atuar, dentro de suas prerrogativas constitucionais, por exemplo, requerendo informações, convocando ministro de Estado, solicitando auditorias ao Tribunal de Contas da União, criando comissões parlamentares de inquérito e, obviamente, alterando a legislação naquilo que for necessário.

Mas, tais providências, caso venham a ser tomadas, devem necessariamente ocorrer após a tomada de conhecimento e o arquivamento do relatório e não durante sua apreciação. Pois não existe, à luz do Regimento Interno do Senado Federal, providência específica a ser feita com relação aos relatórios encaminhados pelo Tribunal de Contas da União, além do que já é feito, ou seja, tomar conhecimento do relatório e arquivá-lo.

Em síntese, o TCU submete ao conhecimento desta Comissão o resultado de auditoria de natureza operacional realizada para identificar eventuais ocorrências de riscos constantes no Promeso. O TCU, nos termos do Aviso nº 58, de 2009, não identificou irregularidades tais como malversação ou desvios de recursos públicos. Mesmo se as tivesse identificado, não caberia outra alternativa a esta Comissão, por força regimental, além de tomar conhecimento do Acórdão e determinar seu arquivamento.

Assim, diante desses fatos e à luz do exposto, uma vez que esta Comissão tomou conhecimento do Acórdão nº 2.375, de 7 de outubro de 2009, do Tribunal de Contas da União, votamos pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009.

Esse é o relatório *ad hoc* que faço, representando o Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Está em votação o parecer que conclui pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso nº 58, de 2009.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, ele passa a constituir o parecer da Comissão pelo arquivamento do Aviso nº 58, de 2009.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação do Senado Federal.

Item extrapauta, decisão terminativa.

Vamos aguardar para ver se vai ter quorum, mas vamos permitir que o nosso valoroso e grande Senador Gim Argello, que é Relator da matéria, possa proferir o seu relatório.

ITEM 3
– Terminativo –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010

Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010.

Observações:

– Em 28.09.2011 a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – CCJ aprovou parecer contrário ao Projeto.

– A Votação será nominal.

Concedo a palavra para o Senador Gim Argello para suas considerações, se necessário.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É necessário porque os despachantes são valorosos trabalhadores nacionais brasileiros. Eles aqui não pedem nada mais do que justiça, o que é muito bom, porque o Senado, hoje, através da votação desse projeto, poderá fazer.

Vou passar diretamente ao relatório.

O Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, promove alterações na lei de regência dos Conselhos Federal e Regionais dos Despachantes Documentalistas (Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002), para complementar a disciplina legal que regula as atividades da categoria.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo relatado, em ambas, pelo Deputado Sandro Mabel, recebendo nas duas oportunidades parecer pela aprovação.

Da forma como dispõe o projeto, os Conselhos Federal e os Regionais passam a ter personalidade jurídica de direito público; fica vedada a criação de mais de um Conselho na mesma base territorial; autoriza-se os conselhos a fixar e cobrar contribuições, preços, serviços e multas e torna privativo o exercício da profissão de despachante às pessoas habilitadas no conselho regional de sua base territorial.

A matéria foi distribuída para a deliberação da Comissão de Assuntos Sociais – CAS – desta Casa em caráter terminativo.

Até o momento, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

Compete esta Comissão, nos termos do disposto no inciso I do art. 101, do Regimento Interno do Senado Federal, deliberar sobre a presente proposição.

Quanto ao mérito, demonstram-se oportunas e propícias as modificações legais propostas. A Lei nº 10.602, de 2002, oriunda do Projeto de Lei 3.752, de 1997, foi promulgada com vários vetos parciais, o que acabou por fazer viger em nosso sistema jurídico uma lei incompleta, acarretando inúmeras dificuldades ao pleno funcionamento dos Conselhos Federal e Regionais dos Despachantes Documentalistas.

A presente iniciativa busca dar novamente coesão ao texto da Lei nº 10.602, de 2002, para que ela seja, enfim, um instrumento hábil a permitir o bom controle e fiscalização dessa atividade tão relevante para a sociedade brasileira.

Importante é, de fato, salientar a natureza jurídica de direito público de que são dotados os Conselhos Profissionais e também é necessária a adequada regulação da cobrança das contribuições devidas por pessoas físicas e jurídicas.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e consulto se tem alguém que queira discutir a matéria. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Wellington Dias.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, parabenizando não só o relatório, mas o esforço do Senador Gim Argello no sentido de consolidar esses dois conselhos: Conselhos Federal e Regionais dos Despachantes Documentalistas. Infelizmente, vamos ter problemas de quorum, mas a minha posição é favorável, pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Da mesma forma, endosso as palavras do Senador Wellington Dias em relação ao trabalho feito pelo Senador Gim Argello em uma matéria que é pertinente e que interessa muito à categoria. Lamentavelmente, perdemos o quorum e não poderemos deliberar sobre esse tema tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

A discussão vai ficar encerrada. Para a próxima reunião, vamos colocar como item 1 ou 2 da pauta para ser votado em caráter nominal. Neste caso, está encerrada a discussão.

Vamos aguardar. Retiro de pauta para votarmos na próxima quarta-feira, valoroso e grande Senador Gim Argello, que muito bem relatou esse projeto de lei.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Fica convocada reunião extraordinária para a próxima semana para votarmos o Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2007, em turno suplementar, para depois remetermos ao plenário ,comunicando a decisão da Comissão à Presidência do Senado Federal, para ciência e publicação no *Diário do Senado*.

Ao encerrarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 54ª Reunião.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Muito obrigado pela presença de todos.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 57 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas.)

ATA DA 55ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos, do dia quinze de dezembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos,** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Lauro Antonio, Cyro Miranda, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência registra a presença do Dr. Rafael Kaliks, Oncologista Clinico do Instituto de Oncologia; da Senhora Virginia Marta Magrim, Tesoureira da Federação Brasileira de Entidades Filantrópicas de Apoio a Saúde da Mama – FEMAMA; da Senhora Valéria Mendonça, Vice Presidente da Federação Brasileira de Entidades Filantrópicas de Apoio a Saúde da Mama – FEMAMA. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião destinada à realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias*, de autoria da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da ANS, Representante do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Senhor Mauricio Ceschin; Paulo Hoff, Médico Oncologista, Diretor do ICESP e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês; Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto Oncoguia; Arlindo de Almeida, Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo – ABRAMGE; Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB. Justificou ausência o Senhor Adalberto Abrão Siufi, Médico Oncologista e Diretor da Clínica de Oncologia de Campo Grande/MS. Às nove horas e quarenta e dois minutos assume a Presidência a Senadora Ana Amélia. Usa da palavra o Senador Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde, para incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral entre as coberturas obrigatórias", em atendimento aos Requerimentos nºs 60 e 61/2011, da CAS, de autoria dos Senadores Ana Amélia e Waldemir Moka.

Convido para fazer parte da Mesa a Drª Martha Regina de Oliveira, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da ANS, representando o Dr. Maurício Ceschin, Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Seja bem-vinda.

Convido o Dr. Paulo Hoff, médico oncologista Diretor do Icesp e do Centro de Oncologia do Hospital Sírio Libanês.

Seja bem-vindo.

Convido a Drª Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente do Instituto Oncoguia.

Convido o Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB.

Indago se já se encontra presente o Dr. Arlindo de Almeida, que é Presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo, que neste ato representa a entidade dos planos de saúde. (*Pausa.*)

Se não se encontra, vamos aguardar a sua chegada.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase

de interpelação pelas Senadoras e Senadores, que certamente se inscreverão durante esta audiência; a palavra será concedida às Senadoras e aos Senadores na ordem de inscrição; os interpelantes terão três minutos assegurados e igual prazo para a resposta do interpelado.

Quero fazer um breve comentário em relação a este projeto, que é o PLS nº 352, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que recebeu parecer favorável do Senador Waldemir Moka. Evidentemente, se ele tiver algum questionamento ou indagação a fazer para aprimorar o seu relatório, terá uma oportunidade ímpar diante desta audiência pública que será realizada para que ele possa de fazer chegar a conclusões em seu relatório.

O projeto da Senadora Ana Amélia será votado em decisão terminativa aqui, na Comissão de Assuntos Sociais. A proposta altera a lei dos planos de saúde para obrigar as operadoras a incluir os tratamentos antineoplásicos de uso oral nas coberturas obrigatórias dos planos.

Vale explicar que neoplasias são células malignas geralmente associadas a um tumor. Essas células têm crescimento desordenado e são combatidas com radioterapia e quimioterapia. Antineoplásicos são os medicamentos oncológicos, ou seja, para câncer.

Na proposta, a autora do projeto lembra que atualmente cerca de 40% dos tratamentos oncológicos usam medicamentos de uso domiciliar em substituição aos tratamentos feitos em hospitais, sob regime de internação ou atendimento ambulatorial.

Estima-se que, daqui a 15 anos, 80% dos tratamentos oncológicos serão feitos no domicílio do paciente com os medicamentos antineoplásicos, ou seja, com os medicamentos antineoplásicos de uso oral.

Hoje boa parte desses pacientes está sendo atendida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O rol de procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos privados de assistência à saúde é estabelecido por resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e não incluem os medicamentos de uso domiciliar.

No parecer favorável, o Senador Waldemir Moka lembra que na última atualização feita pela Anvisa com os 60 procedimentos não foi contemplada a quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral. A resolução atual da ANS apenas faculta às operadoras de planos privados de assistência à saúde oferecer, por sua própria iniciativa, cobertura maior do que a mínima obrigatória, inclusive medicação de uso oral domiciliar. O Relator ressalta que a quimioterapia oral feita em casa oferece vantagens ao paciente, tanto físicas quanto emocionais.

Quero dizer às representações que compõem a Mesa e aos ilustres Senadores Waldemir Moka, Relator da matéria, e Ana Amélia, nossa querida amiga que é autora do projeto, que esta Comissão, há poucos dias, aprovou um projeto que vai permitir que sejam dados incentivos fiscais às pessoas que fazem doações às entidades sem fins lucrativos de atendimento aos pacientes de câncer. É meritório o projeto e tenho certeza absoluta de que com isso estão sendo minimizadas as dificuldades que encontram esses hospitais e casas de saúde que hoje, lamentavelmente, ficam à mercê, muitas vezes, de repasses e de transferências de recursos para essa área.

Espero que esta audiência pública seja a mais proveitosa possível. Este projeto é, sobretudo – quero confessar de público –, meritório. É louvável a iniciativa da Senadora Ana Amélia.

Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria agradecer ao Presidente Jayme Campos, sempre atento, e a todos que aceitaram o convite para participar desta audiência pública cujo objetivo é auxiliar o Relator, Senador Waldemir Moka, que é médico também, no esclarecimento de dúvidas existentes com relação a essa matéria, embora a minha iniciativa tenha sido proposta à entidade que trata da questão do câncer, que é a Oncoguia.

Temos dois motivos: dar ao paciente uma condição melhor e mais segura de receber esse tratamento, que barateia a rede hospitalar, porque reduz a ocupação de leitos, uma vez que a pessoa está em casa. E o ambiente familiar, Dr. Paulo, nosso oncologista tão respeitado, conhecido no Brasil e fora do Brasil... A imunidade do paciente – eu não sou especialista, mas a gente lê um pouco – é menor e os riscos de contrair algum tipo de problema adjacente à doença são maiores numa internação hospitalar.

Então, por todos esses motivos, convidamos também os representantes dos planos de saúde, porque pensamos que pode até, do ponto de vista do tratamento, ser mais barato para um plano de saúde esse tratamento do que uma internação hospitalar com todos os custos dele decorrentes.

É claro que tanto o Senador Moka como eu queremos primeiro a segurança de que esse tratamento será para o paciente. Quer dizer, não haverá riscos de ele sofrer algum tipo de sequela ou alguma reação que lhe exija um tratamento emergencial e como tratar nesses casos. E há outras dúvidas também pertinentes à questão econômica. A nossa preocupação básica é a segurança e a tranqüilidade para que o paciente receba esse tratamento.

Hoje a indústria farmacêutica, que também se manifestou favoravelmente a respeito, tem tido uma produção na área química e farmacêutica de medicamentos de grande aceitação, mas nós não podemos, nem o Senador Moka, que deixou a Medicina há algum tempo, nem eu... É saber se de fato essa medicação é eficaz no tratamento. Todas essas questões são as dúvidas que nós temos.

Eu queria também, só para terminar, porque o mais importante é ouvir os nossos convidados, dizer ao Senador Jayme Campos, agradecendo a sua referência sobre esse projeto, que nasceu de uma audiência pública que tratamos sobre o câncer. A Luciana estava presente, quando o representante do Hospital do Câncer de Barretos disse que muitas pessoas, Dr. Paulo, que veem o trabalho nobre do Dr. Mário Prata, lá em Barretos, querem contribuir. Mas, como já pagam muitos impostos pela atividade, ele sente que aquilo seria uma doação para uma finalidade que é de interesse público por que é área médica. Então, eles não têm nenhum tipo de incentivo para fazer a doação.

Coletivamente, esta Comissão de Assuntos Sociais decidiu assumir, não uma ideia vinda do Hospital do Câncer de Barreto, mas como uma ideia coletiva desta Comissão, liderada pelo nosso Presidente ativo e combativo, Jayme Campos, muito interessado em resolver o problema.

Então, felizmente já foi aprovado. Agora, o objetivo desta audiência é dar esses esclarecimentos.

Renovo um agradecimento profundo a todos vocês que aceitaram o nosso convite, deixando responsabilidades muito sérias para atender o convite, especialmente o Dr. Paulo Rolf que, todo mundo sabe, tem lá, no hospital em São Paulo, uma responsabilidade. Agradeço muito. Quero, sobretudo, agradecer ao Presidente e ao nosso relator que fará um belo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Vamos iniciar.

Como a primeira expositora, quero convidar a Drª Martha Regina de Oliveira, para fazer a sua exposição. Penso que serão suficientes 15 minutos para que a senhora faça a sua exposição. Por 15 minutos a senhora terá a palavra assegurada.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Bom dia. Quero agradecer o convite para estar aqui, porque é um assunto muito importante para a gente também. Quero agradecer ao Senador Jayme Campos, à Senadora Ana Amélia. Para a gente também é um assunto importante.

Primeiro, quero me desculpar em nome do Dr. Maurício, que queria muito estar aqui. É um assunto que ele gosta muito de discutir. Infelizmente, ele não pôde participar.

Esse sempre foi um assunto que a gente discutiu. Existe um artigo na Lei nº 9.656, que é o art. 10, que impede a obrigatoriedade de a ANS obrigar as operadoras a oferecerem medicação domiciliar hoje. Então, é em cima disso que a gente está discutindo aqui.

A gente sabe que, desde 1998, quando foi formulada a lei até hoje, muita coisa evoluiu na Medicina. A gente sabe que houve uma preocupação na formulação da lei para a proteção do câncer e que, naquele momento, não se poderia pensar que fosse evoluir para uma quimioterapia oral.

Então, a gente entende a importância, acha o PL de extremo valor. E a gente só queria colocar algumas ponderações para a gente ter a certeza de que isso vai acontecer da melhor forma possível.

E aí eu trouxe uma apresentação bem pequena – pode passar – para a agente pontuar algumas coisas.

O que é avaliação de tecnologia? É um processo abrangente de investigação das consequências clínicas, econômicas, sociais da utilização da tecnologia em saúde emergente ou já existe, desde a pesquisa e desenvolvimento, até a sua obsolescência.

Apresenta como fonte de investigação: eficácia, efetividade, segurança, risco, custo, custo-efetividade, custo-benefício, equidade, ética, implicação econômica ambiental da tecnologia e outras variáveis envolvidas na tomada de decisão dos gestores em saúde.

Pode passar.

No mundo, desde 1990, vários países criaram instituições voltadas para a avaliação de tecnologia. Para quê? Para você ter segurança de que as tecnologias emergentes vão ser utilizadas, e da melhor forma possível. O que é isso? A gente tem de saber aproveitar a tecnologia que está aparecendo, mas a gente também tem de ter a segurança de que ela vai ser utilizada direito.

Então, Canadá, Austrália, Reino Unido, Holanda, França, Espanha, todas elas criaram núcleos de avaliação de tecnologia, e elas criaram um rede, que se chama Inata, que é para colaboração entre os países, e o Brasil participa, por intermédio do Ministério da Saúde.

Só para termos uma ideia, rapidamente, a maior parte desses países, na hora em que a tecnologia chega ao país, seja qual for a tecnologia – pode ser um medicamento, pode ser um equipamento –, ela passa por uma avaliação de especialistas que, na hora em que ela entra, ela já entra com a indicação correta, já entra calculado para quantas pessoas aquele país vai ter aquela tecnologia ou aquele medicamento. Então, ela já entra de uma maneira que ela já vai ser efetiva,

vai ser utilizada, e ela já vai ser usada para a melhor população possível.

Tentar construir alguma coisa nesse sentido é o que a gente gostaria.

Pode passar.

Aqui no Brasil, a gente começou a ter um movimento nesse sentido por meio do Ministério da Saúde. Então, foi elaborada a Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde, depois foi criado o CITEC (Centro de Inovação Tecnológica), que é uma comissão para avaliar e incorporar tecnologia, e, este ano, foi publicada a Lei nº 12.401, que dispõe sobre a avaliação de tecnologia no Sistema Único de Saúde. É claro que é uma lei mais voltada para o Sistema Único de Saúde, mas as suas diretrizes atingem o País. Então, ele avalia uma tecnologia com segurança, com eficácia para a população do Brasil e não só voltada para o SUS.

Aí, a gente considera o seguinte: há dois tipos de avaliação: um, que é o de eficácia e segurança, e outro, que é uma avaliação de custo-efetividade. Aí, sim, a gente acha que tem de ter uma avaliação para cada subsistema, vamos chamar assim, para o SUS e para a saúde suplementar. Mas a segurança e a eficácia têm de ser única para o País.

Pode passar.

A gente participa dessa rede. A gente participa do Citec. A gente integra essa rede. Hoje, como a gente participa? A gente tem uma avaliação própria dentro da ANS, então, a gente avalia os procedimentos e a gente os incorpora em uma tabela que a gente chama de Rol. Hoje é assim.

A partir do momento que esse procedimento passa pela avaliação do Citec, que agora vai se chamar Conitec, pela lei, esse procedimento é revisto na nossa tabela. Então, hoje, a gente sabe que a nossa velocidade de incorporação na saúde suplementar ela é um pouco mais acelerada do que a velocidade de incorporação nas tabelas do SUS. A gente permite que o procedimento seja incorporado, a gente faz a nossa avaliação, mas, a partir do momento em que ele é avaliado por essa comissão do SUS, a gente reavalia esse procedimento na tabela: incorpora os que não tiverem sido incorporados ou retira, se algum outro parecer foi emitido nesse sentido. Então, hoje, existem duas formas de incorporar, uma, direto pela ANS e outra via Citec/Conitec, mas a gente acha que os dois têm de se falar em algum momento.

Pode passar.

Aqui eu trouxe uma avaliação de tecnologia feita pela Associação Médica Brasileira, só para a gente ter uma idéia do que estamos falando aqui. Eles avaliaram uma quimioterapia para câncer de pulmão – eu não quis trazer nome, porque acho que não vale a pena. É uma quimioterapia venosa, não é oral, até para a gente só ter a ideia do que está acontecendo. E a gente não quer cair no mesmo erro. Então, ele compara uma quimioterapia isolada com a associação de outra quimioterapia X. A quimioterapia isolada permite uma sobrevida de dez meses; e à associação com a quimioterapia X, ela dá uma sobrevida de mais dois meses. Seria o desfecho.

Pode passar.

Isso aí pode passar rápido. Apenas para vermos como são feitas as avaliações, como são feitos os cálculos, mas o que importa é o *slide* que vem a seguir, a gente não precisa ficar aqui discutindo esse tipo de coisa mais técnica.

Pode passar.

A avaliação diz o seguinte: de cada cinco pacientes tratados, um consegue viver dois meses a mais.

Pode passar.

Depois a gente avalia o risco do uso desse medicamento.

Pode passar.

Para cada 23 pacientes tratados, um morre por cauda do medicamento, não chega a ter aquela sobrevida esperada.

Então, o risco que existe, o impacto na pessoa é: para quatro pacientes beneficiados com dois meses a mais de sobrevida, um deles morre por causa do medicamento.

Aí vem a nossa pergunta: o paciente tem consciência disso? Do risco associado do uso desse medicamento? Esse desfecho é um benefício para o paciente? Ele considera isso um benefício? Ele sabe que quatro pessoas que tomaram o medicamento, um vai morrer por causa do medicamento e os outros vão ter um desfecho com uma sobrevida a mais de dois meses?

Então, para você conseguir um benefício, você gastaria R$210 mil como tratamento. Isto, para o sistema de saúde é um impacto relevante, porque a gente deixa de estar incorporando e deixa de estar usando esse dinheiro num beneficio outro qualquer.

Pode passar.

Então, o que a gente queria com isso? É óbvio que a gente quer que, quanto mais tecnologia com eficácia e segurança existir, ela seja incorporada, ela seja usada. A gente só quer garantir que o bom seja usado e que a coisa que não é tão comprovada assim, que não gera um benefício, seja separada desse pacote.

A gente tem uma parceria com a AMB com a construção das diretrizes clínicas. A nossa proposta é que a gente expanda essa construção de diretrizes e que a gente incorpore, sim, a medicação oral, porque ela é eficaz, muitas vezes ela é até superior do que a quimioterapia venosa – e aí outras pessoas que sabem

muito mais do assunto vão poder dizer –, mas que a gente possa garantir que a quimioterapia oral que é eficaz, que é segura, seja utilizada; e eu aquela outra, que não tem tanta evidência e que ainda não consegue ser comprovadamente eficaz, ela fique aguardando para que novas evidências cheguem para ela, então, seja incorporada. E a gente garantir segurança e, mais do que isso, a gente garantir transparência para o beneficiário é outra diretriz da agência.

A gente quer, agora, tentar falar cada vez mais a língua do paciente, para ele poder entender cada vez mais o que a gente está produzindo, que tem uma linguagem muito, muito difícil. E aí a AMB está sendo pioneira nisso no País. Está começando construir uma discussão com os pacientes para a construção dessa linguagem. Acho que isso também vai ajudar muito a construção de uma nova forma de avaliação e de incorporação de tecnologia no País.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço à Drª Martha, que cumpriu literalmente o tempo dado a ela.

Prosseguindo, vamos conceder a palavra ao Dr. Paulo Hoff para a sua exposição.

V. Sª tem 15 minutos assegurados.

O SR. PAULO HOFF – Muito obrigado, Sr, Presidente, Senador Jayme Campos; Senadora Ana Amélia; Senador Moka; Senadores, para mim foi uma honra ter recebido esse convite. Eu acho que esse é um assunto extremamente importante no momento em que estamos vivendo, no Brasil, uma situação boa, mas que requer atenção.

Nós estamos vivendo o nosso bônus demográfico. Isso é ótimo para a nossa economia. Nós temos menos pessoas mais jovens, mais pessoas na idade ativa, a economia cresce, o País se desenvolve. Mas, a consequência do bônus demográfico é que nós vamos ter mais pessoas idosas. Isso é muito bom. As pessoas vão viver mais, nós vamos ter um segmento mais robusto da fatia mais idosa da população. Esse desenvolvimento natural vai fazer com que ocorra um aumento do número de casos de câncer, e nós já estamos vendo isso.

O Inca já nos alertou para a possibilidade e a muito provável incidência de um milhão de casos de câncer nos próximos dois anos. E eu gostaria de, infelizmente, alertá-los de que isso é só o início dessa escalda. Nós vamos enfrentar uma escalada grande no número de casos de câncer neste País. Já é a segunda causa de morte.

Nos Estados Unidos, em 2020, o câncer será a principal causa de morte, suplantando mortes pelo coração, e o Brasil dever seguir na mesma tendência algumas década depois.

Para falar de quimioterapia oral, eu me permitiria mencionar um pouco do histórico da quimioterapia.

A quimioterapia é algo novo. Ela surgiu logo após, ou mesmo durante a II Guerra Mundial, e foi uma evolução do uso de venenos, de gases, nos campos de batalha.

Nos trabalhos pioneiros de Sidney Farber e de Goldman, eles, na realidade, começaram avaliando ao contrário: como resgatar células que haviam sido envenenadas. Isso levou ao desenvolvimento de quimioterápicos basicamente de uma maneira empírica, se procura um veneno na natureza e se examinava se esse veneno poderia ser utilizado para matar células anormais, mais do que as células normais do paciente. Isso, então, levou à formação de drogas que tinham o índice terapêutico muito pequeno.

A diferença entre a dose que ajudava ao paciente e a dose que matava o paciente era muito pequena e, naturalmente, isso levou a problemas importantes. Por exemplo, as drogas geralmente não podiam ser usadas de maneira oral porque teriam uma absorção muito errática e alguns pacientes poderiam ser muito prejudicados. E levou a uma hospitalização do tratamento do câncer. Eram pacientes que tinham doenças graves e o tratamento era muito agressivo, nada mais natural do que se seguisse nesse sentido.

Agora, exatamente há 40 anos, talvez para tentar escapar de toda a pressão da Guerra do Vietnã, o Presidente Nixon assinou um ato, hoje conhecido como Ato de Guerra ao Câncer, no qual ele começou a destinar quantias realmente expressivas para o estudo do câncer. Essas quantias foram primariamente usadas para o desenvolvimento de medicina básica, ciência básica e ciência translacional, e levou à compreensão do que formava o câncer nas nossas células.

Esse conhecimento é incompleto, mas avançou de maneira tal que, mais ou menos ali pelos anos 80, começou surgir a oportunidade de se desenvolver outro paradigma para o tratamento de câncer: desenvolvimento de drogas que tivesse um alvo específico dentro da célula. Então, não mais usaríamos um veneno genérico, mas uma medicação que atuasse numa alteração genética dentro da própria célula, seja no receptor, etc.

O que aconteceu? Nessa última década vimos uma explosão no número de novas medicações. Como essas medicações são feitas em laboratório e desenhadas para o tratamento do câncer, grande parte são medicações orais. Nós temos os anticorpos monoclonais, ainda temos algumas quimioterapias endovenosas, mas, das mais ou menos 800 moléculas que estão em investigação hoje – e esse é um grande avanço –,

a vasta maioria são pequenas moléculas que podem ser facilmente administradas por via oral.

Então, isso mudou a realidade do tratamento do câncer como um todo. Hoje nós já temos no Brasil mesmo mais de uma dezena de drogas orais, que são aprovadas para o tratamento do câncer, e mais são aprovadas quase todos os anos. Então, naturalmente que há a necessidade de se estudar quem vai pagar a conta dessas medicações, porque esse desenvolvimento todo custa muito caro, Senador, e essas drogas são muito caras.

Hoje é muito comum prescrevermos medicações orais aos pacientes que custam na ordem de R$8,00 a R$10 mil por mês. Infelizmente a nossa população, assim como a população de qualquer país, consegue pagar do seu bolso um tratamento que custa R$8,00 a R$10 mil por mês. A conta vai acabar sobrando para o governo ou para outras fontes pagadores que fazem parte do sistema. É isso que nós estamos discutindo realmente aqui.

No Brasil, hoje, nós temos uma situação – a colega pode me corrigir: perto de 50 milhões de brasileiros optaram por uma saúde suplementar, o restante faz uso do tratamento pelo SUS, mas essas drogas orais, infelizmente nesse momento não são contempladas nos planos de saúde da saúde suplementar.

Então, o que acontece? Se o indivíduo não consegue comprar o remédio com o seu dinheiro – e não tem quem consiga pagar R$10 mil por mês de remédio –, e o seu plano de saúde não dá direito a essas medicações – essa é a opção que ele tem para se tratar –, ele procura o SUS, ele procura os Estados. E eu diria que se nós voltarmos e olhar as ações judiciais, grande parte da judicialização que está acontecendo na Medicina do Brasil hoje podem ser linkadas ao uso das medicações orais.

Eu não havia planejado falar disso, mas eu me senti obrigado, depois da apresentação anterior, de fazer um comentário sobre a Citec e o Decit. Acho que é muito importante um país, em termos de saúde publica avalie custo-efetividade de um tratamento. O Decit tem um papel muito, muito importante. Mas nós temos de separar o que é saúde complementar e o que é saúde pública.

Os países que foram listados, como a Inglaterra, realmente têm. Existe o NICE, um núcleo de excelência para o tratamento de câncer. Agora, o Nice não determina o que vai ser pago para planos e operadoras no país. A droga é aprovada no país e depois o NICE vê se o governo vai pagar a droga ou não. As operadoras e os pacientes têm acesso, pagando, porque quem deveria fazer avaliação de efetividade e segurança não é o Decit, é a Anvisa. Uma vez que a medicação está aprovada no Brasil, nós imaginamos que a Anvisa tenha feito o seu dever de casa e tenha avaliado se a medicação era segura e se ela traz realmente benefícios aos pacientes.

Dito isso, eu sou completamente a favor de se usar as medicações e indicações claras. Não deve haver, no caso de medicações desse custo, uma liberdade excessiva na sua prescrição, porque na hora que o paciente tem câncer, ele não tem mais opões, senta na frente do médico, ele pode se sentir tentado a usar alguma coisa que talvez possa dar certo e aí causa um desequilíbrio financeiro no sistema sem uma razão de ser clara. No Estado de São Paulo, nós conseguimos trabalhar com o governo, e nós temos oito medicações orais que não são cobertas pelo SUS, mas que são cobertas pelo Governo de São Paulo, todas com indicações muito claras. Então, por exemplo, Sorafenib, só em primeira linha para paciente que tem cirrose child A com carcinoma hepatocelular. Não é usado em outra indicação.

Sunitinib o Governo dá ao paciente em primeira linha no tratamento do câncer renal metastático. Não dá na segunda linha e não dá para o paciente que tem *performance* ruim. Talvez haja modelos melhores que este, mas acho que certamente uma diretriz ou uma padronização se fazem importantes quando falamos de uma terapia desse custo, realmente muito grande. Então, acho que, na realidade, temos de pensar sobre responsabilidades.

Vamos ver, cada vez mais, uma desospitalização dos pacientes, pelos motivos muito bem apresentados pela Senadora Ana Amélia; vamos ver, cada vez mais, os pacientes sendo tratados em casa.

Isso é um avanço, mas temos de seguir esse avanço com a disponibilização da medicação, e acho que o sistema de saúde suplementar tem uma responsabilidade de fazer a sua parte também, porque, se não o fizer, essa responsabilidade vai cair certamente sobre o Governo. Pelos preços mencionados, infelizmente, jogar essa responsabilidade sobre o paciente é impossível. Muito pouca gente neste País vai poder usar essas medicações.

E existem alguns tipos de doenças nas quais esses tratamentos fizeram uma mudança dramática. Vou usar alguns: o tumor de estroma gastrointestinal. Quando eu comecei a fazer oncologia, nós não tínhamos remédio para esses pacientes. A expectativa de vida era de menos de um ano. Hoje, a expectativa de vida são cinco anos, e é estimada, porque ainda não chegamos à expectativa dos pacientes sendo tratados com Imatinib, Sunitinib e outras drogas orais em sequência. Esse ganho de dois meses da sobrevida mediana há que ser visto – não sei exatamente com

que regime foi comparado –mas há que ser visto que isso se trata do pico da mediana. Não é quanto cada paciente ganha. Então, é importante se olhar a curva como um todo e se olhar o resultado final das populações, porque aí se tem um impacto relativo na população como um todo.

Eu tinha um professor que me dizia o seguinte: se você torturar o suficiente, os números vão dizer o que você quer. Então, é sempre importante ter um pouquinho de cuidado com isso. São drogas caras e as indicações são específicas. Eu não acho que a gente deva receber, como médico, uma carta branca para usar para todo o mundo, porque isso realmente pode gerar um desequilíbrio econômico, mas acho importante a incorporação e acho que o sistema de saúde suplementar deveria ver essas medicações da mesma maneira que vê as medicações endovenosas, que também não são liberadas para qualquer tipo de aplicação.

Eu antevejo um futuro não muito distante em que as medicações endovenosas é que vão ser exceção. Nós vamos ver a troca. A rotina vai ser o tratamento oral, que vai ser mais conveniente, mais eficiente e, provavelmente, mais econômico para o paciente e para o sistema como um todo.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Dr. Paulo Hoff, pelos esclarecimentos extremamente relevantes aqui, até levantando algumas questões que também nos levam, talvez, a outras ações no âmbito desta Comissão, como essa questão da competência da ANS e da Anvisa no caso da avaliação desses medicamentos.

Eu queria também agradecer a presença do Dr. Rafael Kaliks, oncologista clínico, diretor científico do Instituto Oncoguia. Muito obrigada pela presença aqui.

Convido, agora, o Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, da Associação Médica Brasileira, para sua exposição pelo mesmo tempo.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Muito bom dia a todos. É um privilégio da Associação Médica Brasileira participar deste fórum de discussão. Parabenizo a Senadora Ana Amélia pela beleza do projeto; o Senador Waldemir Moka, colega médico, pela relatoria.

Sou um cirurgião oncológico, o que eventualmente pode enveredar por algumas interpretações, mas eu aqui represento a Associação Médica Brasileira, cujo foco é fazer o melhor pelos doentes brasileiros.

Todo o esforço do médico é sentado, galgado, planejado, discutido para levarmos o que é melhor para os nossos doentes. Não existiríamos se não fossem os nossos doentes, de tal sorte que nada é mais importante do que o doente.

A partir do momento em que pensamos dessa maneira, nós buscamos continuamente, porque o conhecimento muda; na maioria das vezes melhora muito, porque começamos a nos aprimorar da pesquisa, do desenvolvimento, dos resultados, da evidência, cujo foco é sempre trazer o melhor para o doente. Se pensamos dessa maneira, é indiscutível que devemos enveredar pela terapêutica oral no doente oncológico, para fazer isso de maneira ambulatorial, porque o avanço dos medicamentos nessa área é de tal monta, e vai crescer com uma velocidade tão grande, que não podemos ficar a reboque, senão nós vamos prejudicar os nossos doentes.

A partir do momento em que se está mudando a curva e, como bem disse a Martha, como bem disse o Paulo Hoff, que cada vez mais a tendência é que se desenvolvam medicamentos orais, nós devemos certamente oferecer isso aos nossos doentes, porque é melhor. Não vou nem entrar no mérito de que, se não existir, o doente vai fazer outro, normalmente venoso, internado, às vezes com maior toxicidade, mais longe da família, com diminuição da imunidade pelo ambiente, com maior risco inerente à doença e fora da doença, pelo ambiente hospitalar, que é diferente do seu ambiente domiciliar.

É também importante que entendamos que os médicos não sabem tudo, que a verdade é filha do tempo e que existe um grupo de médicos que estuda determinada coisa, que sabe mais de determinada coisa; existe outro grupo de médicos que sabe mais outras coisas, de tal sorte que também é interessante que disciplinemos quem vai fazer a indicação dos medicamentos, e sob que circunstâncias os medicamentos serão prescritos, como também bem frisou Paulo Hoff.

É importante que imaginemos que os médicos, sim, se preocupam com custos; os médicos, sim, procuram fazer o que é melhor, mais efetivo, mais eficaz, com custo menor. Sabemos também que, a partir do momento que é do quotidiano de todos nós aqui... No momento em que determinada droga surge, quer seja venosa ou oral, ela tem um custo. À medida que ela se vai colocando no mercado, que se vai ampliando o seu uso, eventualmente o seu leque de opções terapêuticas, esse custo cai, porque pesquisar medicamentos, o que nós, brasileiros, ainda não fazemos muito bem, custa uma assombrosa soma de recursos. Então, é necessário que nós avaliemos o resultado para o doente, que nós buscamos seja o melhor; e que, se eventualmente tem um impacto desse tamanho nesse momento, com certeza, com a disseminação do uso racional, prudente, responsável, certamente o custo cai ao longo do tempo.

Ademais, existem custos que não são mensuráveis, como eu consegui tratar um doente com resultados iguais e, muitas vezes, melhores em casa do que internado. Tem um custo invisível que não conseguimos medir que é o Florentino estar perto da família dele, é o Florentino usar a cama dele, é o Florentino atender ao telefone e poder conversar com as pessoas no seu ambiente.

Então, nós nos preocupamos com tudo isso, e nós somos defensores contumazes de que o melhor que pudermos fazer pelos nossos doentes, nós o faremos. A Associação Médica Brasileira tem pilares, e um pilar forte dela são todas as sociedades médicas de especialidades deste País. Temos no Brasil 53 especialidades médicas, temos 54 áreas de atuação. Então, temos a sorte de conviver com esse grupo de médicos que detém o conhecimento, e nós achamos que é também prudente... E nos colocamos inteiramente à disposição para discutir em qualquer foro, para ver quais serão as indicações mais precisas, de tal sorte que se prepondere o que é o conhecimento técnico. Que não façamos isso utilizando vieses outros que não visem ao que é melhor para o nosso doente, porque certamente um grupo desse padrão tem extrema responsabilidade de buscar sempre o que é melhor para o Brasil e o que é melhor para nossa população.

E a informação ao doente, a informação à população defendemos ainda mais, porque devemos cada vez mais caminhar em direção à promoção da saúde. Penso que isso deve ser certamente uma grande bandeira do Governo, ou dos governos, nos três níveis – municipal, estadual e federal –, levando a boa informação à população brasileira, inclusive sobre medicamentos, sim. Também achamos extremamente complicado ver no quotidiano propaganda de determinados medicamentos na televisão que, no final, diz assim: "Se não conseguir o efeito esperado, procure o seu médico". Então, devemos informar a população de maneira adequada, de maneira precisa, porque o País avança de maneira bem mais rápida do que imaginávamos há 10, 15 anos, e não podemos ficar a reboque do desenvolvimento; não podemos deixar nossos pacientes sem a possibilidade de tratá-los com o melhor que o conhecimento, que a Medicina e as outras áreas da saúde oferecem a seus pacientes.

Então, a Associação Médica Brasileira dá as mãos a esse projeto, parabeniza e diz que, no que for preciso, do ponto de vista técnico, certamente estaremos de mãos dadas para discutir diretrizes e *guidelines.*

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigado, Dr. Florentino, pela valiosa colaboração, pela exposição, pela economia do tempo também, o que permitirá também um debate aqui sobre esse tema tão candente.

Passo a palavra agora à Drª Luciana Holtz, presidente do Instituto Oncoguia.

A SRª LUCIANA HOLTZ DE CAMARGO BARROS – Bom dia a todos.

Senadora Ana Amélia, Paulo, Arlindo, Martha, Florentino, é realmente um prazer estar aqui, principalmente lembrando que estamos aqui representando, sim – vamos pensar em um número –, provavelmente os nossos 520 mil novos casos de câncer que 2012 espera. Então, realmente, uma grande oportunidade.

Também quero parabenizar mais uma vez, Senadora, V. Exª e o Senador Moka, que, para nós, têm uma coisa bastante importante: a forma atenciosa, cuidadosa, realmente muito responsável pela qual vêm conduzindo esse processo – incluindo e ouvindo, de modo transparente, aberto. Então, isso realmente é muito importante para nós.

Vamos passar.

Para começar, a gente está aqui, como se viu, para discutir o importante Projeto de Lei nº 352, de 2011, que pretende então cobrir os antineoplásicos de uso oral pelos planos de saúde.

Acho muito importante lembrarmos... Acho que o Dr. Paulo já explicou, mas quando se fala de antineoplásico de uso oral, estamos falando de quimioterápico, de hormonioterápico, de medicamentos de suporte, de toda uma gama de medicamentos que vão fazer diferença na vida do paciente. Sem dúvida alguma, acho que já está super claro aqui, depois de tanta exposição na mesa, o quanto esses medicamentos são, sim, um avanço importante da Medicina e que trazem mais qualidade de vida para o paciente, mais tempo de vida sem progressão da doença, menos efeitos colaterais e, como o Florentino tão bem falou, acho que têm, sim, um preço. A gente lá, acompanhando o dia a dia dos pacientes, sente que é a questão da autonomia, da liberdade, do ir e vir, do estar em casa, que promove, sim, sem dúvida alguma, um aumento na qualidade de vida desse paciente.

Próximo.

Aqui, vale lembrar então, como a Martha também disse, que, quando em 98 a lei foi criada, ela veio realmente para cobrir o procedimento de que o paciente precisava. Naquela época, a única coisa que existia era o quimioterápico endovenoso, o paciente ficando, sim, então, super coberto, super amparado pelo que a lei disponibilizava.

Aí, então, a lista, rápida, de todos os quimioterápicos orais que existem, o que corresponde – a gente já sabe – a 30% mais ou menos de medicamentos hoje; dos quimioterápicos existentes, é um número de 30%

mais ou menos do total, e a gente sabe também que há estimativa, como o Dr. Paulo já disse, para daqui a 10 anos, ou pelo jeito antes, de que esse número vá chegar a 80% por tantos avanços que a gente vem discutindo.

A gente sempre fica pensando: como isso está chegando ao paciente? Como é o acesso que o paciente está tendo a esse tratamento, a essa novidade, a esse avanço?

Então, uma pergunta que a gente tem no dia a dia do Fale Conosco. Por exemplo, uma paciente falando que o câncer dela progrediu, e aí uma paciente com o plano de saúde, que após a negativa do plano de saúde, resolve recorrer, então, ao Sistema Único de Saúde, com uma prescrição de quimioterapia oral. E resolve pedir ajuda ao Sistema Único de Saúde. Ela está perguntando, então, como pode fazer isso. Isso é a maioria. Esse é o dia a dia dos pacientes.

Então, são realmente poucos os pacientes que recorrem aos planos de saúde mesmo e que resolvem brigar e pedir para o plano de saúde cobrir suas despesas. Sobre isso, a gente fez uma rápida consulta na Internet, o quanto isso vem sendo, na mídia, amplamente discutido, amplamente divulgado. Inclusive, infelizmente, há planos de saúde literalmente prescrevendo o SUS após uma negativa. Então, indicam realmente: "Procure o SUS, porque a gente não tem como cobrir".

Fica muito claro que a gente está diante de uma lei que precisa ser atualizada, uma lei que não está conseguindo acompanhar todos os avanços que a gente vem tendo ultimamente na Medicina.

Mais uma matéria, então, de mídia. Vocês devem ter visto a entrevista do Ministro Padilha à *Veja* e o que para a gente fica muito claro na fala dele e com que a gente concorda. Quando ele foi questionado sobre a campanha do Lula, essa questão que, nas redes sociais, todo o mundo estava dizendo que o Lula tinha de fazer tratamento no SUS. E a fala dele foi de que a gente não pode achar normal, natural, que alguém que pague um plano de saúde tenha de recorrer ao SUS. Quem dera a gente pudesse falar para o Ministro que isso realmente fosse real! Infelizmente, o que a gente está vendo é que, sim, um paciente que paga plano de saúde tem tido, sim, que recorrer ao Sistema Único de Saúde.

Não é só. Para a gente, foi sempre um desafio construir essa apresentação, porque a gente dizia: "Estamos falando de saúde suplementar, depois vamos ver dados do SUS". Mas não tem jeito. A gente está o tempo inteiro colocando numa mesma balança questões que não deveriam estar numa mesma balança, mas que lá estão.

Aí, a gente fez um rápido levantamento. Para vocês terem uma ideia, de 83 decisões analisadas de ações de pacientes que entraram na Justiça para conseguir um quimioterápico oral – isso lá em São Paulo –, 100% foram procedentes; ou seja, foram favoráveis ao paciente, mostrando, sim, que a Justiça tem estado ao lado do paciente e, mais do que isso, que a Justiça está trazendo uma atualização da lei. Está entendendo que a lei já pode ser atualizada e precisa ser atualizada, ficando ao lado do paciente, promovendo esse acesso ao paciente.

Outro dado importante a que a gente teve acesso: a gente levantou que, então, se realmente o plano de saúde estivesse arcando com isso, a União estaria economizando R$175 milhões no ano de 2010, o que, fazendo uma continha rápida – todo o mundo aqui deve ter tido acesso ao último relatório do TCU, que analisou a situação do câncer no Brasil –, a gente poderia comprar, por exemplo, 58 aparelhos de radioterapia, poderia construir 580 postos de saúde, e – eu estava falando aqui com o Paulo – nós não estamos falando de um número tão alto assim, quando falamos de 175 milhões, apesar de ser um número bastante elevado.

Outros dados, para pensarmos o quanto. Realmente, estamos falando de um mercado em grande expansão. Então, vamos olhar um pouquinho para os números dos planos de saúde.

Em 2000, estávamos falando em 30 milhões de beneficiários. Em 2011, já estamos falando em 46 milhões de beneficiários. Fazendo uma rápida comparação, sabemos que a população brasileira cresceu 13% nesse mesmo período e falamos de 52% de crescimento desse mercado. É mais um dado, somente comparando. Então, falamos que 46 milhões é mais ou menos o tamanho da população da Espanha, quatro vezes o tamanho de Portugal.

Outro dado bastante importante para sabermos é quanto à população. Desde o Estado de São Paulo, 45% da população têm plano de saúde; 80% da população de São Caetano tem plano de saúde, lá em São Paulo. Por outro lado, 6% tem planos de saúde no Maranhão. E temos outros dados mostrando o quanto o mercado está crescendo e se tornando um grande sonho de consumo da população, que está almejando ter um plano de saúde e esperando – acho que é o mais importante – que no momento em que precise, tenha acesso.

Nós ainda estamos falando de uma palavra tão temida, de uma doença tão temida. E ficamos imaginando que, sim, uma pessoa que pensa em adquirir um plano de saúde é claro que está imaginando que no momento em que precisar estará totalmente coberto.

Então, lembramos que essa pesquisa nos mostra que hoje o segundo principal sonho de consumo da classe c não é mais o carro e, sim, ter um plano de saúde.

Mais um dado, para finalizarmos essa parte, é de uma audiência que houve este ano, na Câmara dos Deputados, para discutir a questão dos planos de saúde. E encontramos, ali, a fala de um Deputado do qual eu não estou me lembrando o nome. Estavam discutindo e fica claro ali que realmente os lucros dos planos de saúde, hoje, no Brasil, são de no mínimo 20%. Então, estamos falando, sim, de um mercado de grande crescimento e expansão, que merece também considerar o nosso pedido.

Quanto isso custa? Aí, encontramos esse estudo apresentado na ISPOR, um congresso europeu, por um integrante da equipe de médicos brasileira, que infelizmente não pode estar aqui conosco, mas ele também está totalmente à disposição para conversar. Então, pelo estudo dele, que apresento aqui, custaria 50 centavos a mais, por mês, na conta do usuário, no valor da mensalidade. E vale, sim, ser olhado com mais profundidade e atenção e, de repente, por que não, também chamar o responsável pelo estudo para conversar, ou fazer outro tipo de levantamento para ver esse dado?

Eu queria fazer um pedido aqui para todos vocês: que cada um se imaginasse sendo um paciente que acabou de receber um diagnóstico de câncer de rim metastático, que paga plano de saúde há 20 anos. O médico, ainda bastante abalado, porque é difícil dar um diagnóstico como esse, diz para o paciente que tem, apesar de tudo, também outra notícia para dar. Se fosse ontem, ele não teria nenhum tratamento para oferecer para esse paciente, mas hoje tem quatro medicamentos a oferecer para um paciente que acaba de receber um diagnóstico de rim metastático. E esses quatro medicamentos são orais. E aí?

Hoje, pelo plano de saúde, esse paciente não teria acesso a esse tratamento, pela forma como está organizada essa questão. Então, acho que merece, sim, atenção; e precisamos parar para discutir.

Muito obrigada, Ana Amélia. Muito obrigada, Senadores, pela oportunidade. E está aqui uma singela proposta nossa de que, sim, a lei precisa ser atualizada com a inclusão de tratamentos antineoplásicos de uso oral. Discutindo amplamente com a Martha, concluímos que devem ter registro na Anvisa, a qual já avaliou a segurança e eficácia, e que tenham bula.

Talvez precisemos parar para discutir um pouquinho essa questão da bula e lembrar que o médico também tem que prescrever o que é de melhor para esse paciente e também tem que comprovar o que está prescrevendo. Nada está solto ou sem limite. Nós não estamos querendo que haja desordem, mas, sim, que haja conversa e que haja uma atualização de tudo que vem sendo proposto até hoje.

Não estamos aqui sozinhos.

Pode passar.

Estamos aqui com um grupo de outras organizações que estão envolvidas, apoiando e sempre nos acompanhando.

É isso, gente.

Está aqui o meu muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Luciana, especialmente pelo entusiasmo com que trata essa questão, que envolve, sobretudo, as questões emocionais das pessoas, além da doença.

É uma doença que fragiliza muito a família, não só o paciente portador de câncer, qualquer tipo dele.

Eu queria também agradecer a presença de Valéria Mendonça, Vice-Presidente da Femama, Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama; e de Marta Magrini, Tesoureira da Femama, a mesma entidade, também pela presença e apoio a essa audiência pública.

Agora, vamos ouvir o Dr. Arlindo de Almeida, que representa as entidades de planos de saúde, já que ouvimos o ponto de vista oficial, por intermédio da ANS, a agência reguladora que cuida dos planos de saúde; a área médica, por meio de uma ONG ligada ao setor; o Dr. Paulo Hoff, na área específica da Oncologia, especialista nos tratamentos; e o Dr. Florentino, da Associação Médica Brasileira, que já mostraram o impacto econômico, que ou cai no plano de que o usuário é beneficiado e faz parte, ou cai no SUS e às vezes é preciso recorrer à justiça para ter acesso ao tratamento.

Então, Dr. Arlindo de Almeida, por favor, o senhor tem quinze minutos para sua exposição.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Bem, em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Senadora Ana Amélia Lemos e o Senador Waldemir Moka Miranda pela preocupação no sentido do acesso dos pacientes com essa doença terrível até agora ao tratamento, à quimioterapia oral; enfim, acesso a esses tipos de medicamento e a outros medicamentos. Realmente, nós não podemos – as operadoras – ser contra esse tipo de acesso, sem dúvida nenhuma.

Como muito bem disse o Dr. Paulo Hoff, esse número de pessoas com câncer tende a crescer tremendamente, sem dúvida nenhuma. O envelhecimento da população é patente e detectado pelo IBGE, dado principalmente ao aumento da expectativa de vida do brasileiro e ao baixo índice de natalidade que está ocorrendo atualmente.

Então, o Brasil sofreu uma transformação, em 20 anos, semelhante a países que sofreram essa transformação em 50 ou 100 anos. O Brasil já está com setenta e tantos anos de expectativa de vida: as pessoas, os homens e mulheres, com até sete anos a mais. Bem, essa é a preocupação: achar que é preciso esse acesso. Agora, o grande problema é o seguinte: quem deve pagar essa conta? Esse é o problema.

Nós temos uma expectativa. Quando a Luciana disse que os planos de saúde têm 20% de lucro, realmente isso nos assusta. Eu acho que ela não deve ter consultado os dados da Agência Nacional de Saúde, que mostra no máximo algumas seguradoras que teriam em torno de 4%, por aí. Certo? Mas numa soma geral os senhores verão que o número é completamente diferente.

Então, trouxemos aqui a situação real do número de operadoras, a evolução do número de operadoras e o estágio atual, o panorama atual das operadoras de planos de saúde.

Aqui nós vemos que em dezembro de 2000 existiam cerca de 2.723 operadoras e atualmente temos 1.618, certo? Então, fecharam 1.105 operadoras. Vamos dizer, quase 50% das operadoras fecharam, certo? Bem, isso ocorreu. Evidentemente, algumas dessas operadoras simplesmente faliram ou tiveram problemas financeiros – a grande maioria. E muitas delas foram incorporadas por outras operadoras, ocasionando um efeito de formação de grandes empresas, de oligopólios, vamos dizer assim, não chegando a haver monopólios a ponto de incomodar nesse sentido o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), do Ministério da Justiça.

Bom, isso tem ocorrido por quê? Porque as pequenas operadoras têm uma dificuldade muito grande de sobreviver. É interessante os senhores notarem o seguinte: das 1.600 operadoras listadas – quando existiam, porque acho que agora nem mais esse número existe; a Martha está aí para comprovar ou não – 20% – isso nos foi dito por um dos diretores da agência – tem até dois mil usuários. Se tivermos uma média de ticket de R$150,00 até sobrevalorizando a média, seria uma média de R$300 mil por mês. E realmente fica muito difícil uma operadora desse tipo sobreviver, porque estamos numa equação terrível dentro da nossa área. Sabemos o quanto recebemos e faturamos, mas as despesas, por lei, são infinitas. Então, não sabemos quanto vai custar o tratamento de um paciente. E isso é de extrema importância.

Quando se fala no Brasil, sabemos que a saúde é subfinanciada, sem dúvida nenhuma, principalmente por meio do Governo; e a iniciativa privada está contribuindo com cerca de R$75 bilhões para tratamento da população em geral. Tudo bem, porque ela trata determinados segmentos da população, uma média de 25%. Mas acontece que o Brasil aplica... Isso também dito por um ex-diretor da agência, um ex-presidente da agência, que o Brasil gasta 8,4% do seu PIB (Produto Interno Bruto), na saúde, conta que, evidentemente, está abaixo. Mas desses 8,4%, 5% são da iniciativa privada. Somente 3,4% são do Governo Federal: ou do Ministério da Saúde, ou do SUS, ou do Município, ou do Estado, numa equação completamente diferente da de qualquer lugar do mundo, onde, normalmente, o Estado entra com cerca de 70% do financiamento. Isso é comum de existir nos países.

Aqui no Brasil, diferentemente, não seriam somente os planos de saúde. O próprio cidadão também desembolsa uma quantia razoável, principalmente na parte de farmácia ou de consultas pagas. Enfim, também há esse desembolso.

Então, nós mostramos ali e mostramos qual situação está havendo: direções fiscais, empresas fechando. Diga-se de passagem, quando uma empresa é fechada e entra numa direção fiscal, por exemplo, todos os bens dos sócios são bloqueados, certo? Tanto as contas bancárias quanto as propriedades, tudo é bloqueado.

Nós precisamos também analisar que esses planos de saúde não são todos lucrativos. Existem planos, por exemplo, de misericórdias, planos de filantrópicas que estão em grandes dificuldades e não têm finalidade lucrativa. Nós temos planos de autogestão que não têm finalidade lucrativa. Enfim, temos até as sociedades médicas que acham que a parte de cooperativismo médico não seria uma atividade lucrativa, mas, sim, uma atividade de médicos.

Então o lucro líquido, após o Imposto de Renda, que pedi para ser levantado, e após se fazer uma média geral de todas as operadoras, dá 0,9% de lucratividade média, o que é menos de 1%. Qualquer coisa que se ponha a mais, quando a Agência Nacional de Saúde determina novos procedimentos a serem cobertos, evidentemente terá um impacto, que, realmente, nunca chega a ser cumprido depois de um ano, porque quando se começa um novo rol de procedimentos, durante um ano tem de se fornecer esses procedimentos gratuitamente. Depois, então, vai-se verificar quanto custariam esses tipos de procedimentos e normalmente se chega a números que não batem com os que costumamos fazer juntamente com nossos atuários. Tanto isso é verdade que os planos individuais estão à beira do extermínio. Praticamente ninguém consegue fazer isso.

O grande problema também é que esse tipo de custo aumentado que vai ocorrendo acaba por expulsar as pessoas da classe média da área dos planos

de saúde. E vimos aqui, Cardoso – e a Luciana disse muito bem –, que é o segundo sonho do brasileiro. Todo mundo sabe que todas as pautas de reivindicação, desde as das profissões mais humildes até das profissões de ministros, por exemplo, desejam planos de saúde. Em primeiro lugar o salário e em segundo lugar o plano de saúde. Então, isso é fundamental. Quer dizer que nós precisamos estender.

Estamos brigando para que haja uma diminuição das obrigações. Que haja, inclusive, algum plano de saúde acabado, em que saibamos quanto custa aquilo, para atingir as populações de baixa renda. Já existe uma flexibilização de produto em nível ambulatorial, mas que ainda é muito caro.

Aqui trouxemos alguns exemplos. O Dr. Paulo me corrija se eu estiver errado. Mas aqui são vários tipos de medicamentos ao custo... Por exemplo, o Glivec, que é o primeiro, a 6.352 por mês. E segundo informações, evidentemente, oito a dez anos ou mais de utilização, o que praticamente é uma pensão, vamos dizer assim.

Então, a única colocação que tenho a fazer é de que todo paciente deve ter acesso a isso. Agora, de quem é essa obrigação? Da sociedade toda? Do Estado? Do plano de saúde?

O plano de saúde realmente não tem condições de arcar com tudo, porque à medida que se vão colocando determinados tipos de obrigações para os planos de saúde, o custo vai crescendo. Quando se diz que são apenas cinquenta centavos ou 1%, olhem que com 0,9%, 0,1% de faturamento é terrível, certo?

Por que não se cobre, por exemplo... Como a Luciana pôs em dúvida, quando foram criados os planos de saúde deveria ter uma cobertura geral. Não foi isso o aprovado. Eu participei de todas as tratativas e estamos sob um regime, com relação aos planos de saúde, de medida provisória, que não foi feita pelo Poder Legislativo, mas pelo Estado.

O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e que depois veio ao Senado e foi aprovado não previa isso. Essa cobertura que hoje é a mínima seria a máxima. Foi revertido completamente por intermédio de 44 medidas provisórias. Então, o legislador não teve oportunidade de raciocinar sobre isso, de verificar esse tipo de coisa e dar sua opinião, porque é ele quem faz a lei.

Então, em resumo, não tenho nada contra a que as pessoas tenham esse acesso; muito pelo contrário. Nós achamos que as pessoas devem ter direito a todo acesso possível. Agora, temos dúvida sobre a quem cabe essa conta, a partir do subfinanciamento que existe, haja exemplo o grande problema da Emenda Constitucional nº 19, se não me engano, que está em grande discussão e que até hoje não foi aprovada por falta, talvez, de vontade política do Governo, do Poder Executivo no sentido de financiamento da saúde. Sabemos que a saúde está subfinanciada e, além disso, a sua gestão também não é um primor, vamos dizer assim, mas os planos de saúde não podem ser responsáveis por tudo. Quando se diz isso, peca-se muito. As operadoras realmente vão sendo exterminadas aos poucos, e nós corremos o risco de perder a possibilidade de ter essa rede capilar das operadoras, que são as operadoras em determinados locais que constituem a rede fina do nosso sistema, que é um sistema de extrema importância.

Obrigado.

Desculpe-me se passei do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada. O senhor foi exatamente pontual, como os demais expositores, Dr. Arlindo de Almeida, que representa aqui a entidade associativa que tem a representação dos planos de saúde.

Coloco, agora, o tema em discussão.

Senador Waldemir Moka, que é o Relator deste projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, Arlindo, que representa aqui os planos de saúde, Dr. Paulo Hoff, Luciana, Dr. Florentino, Drª Martha, eu tenho um relatório pronto e uma posição tomada. Eu estou tomando a liberdade de fazer audiência pública, até porque...

Agora, são tantas coisas, mas vou me ater ao que o Dr. Paulo Hoff disse: a questão da prescrição e como seria isso na prática. Isso é uma coisa que me preocupa. E aí, Ana Amélia, essa coisa da judicialização também é preocupante, porque, às vezes, chega para um secretário de saúde – que tem que, em 24 horas, até arrumar um medicamento que, muitas vezes, não há no País; tem que ser importado. Eu já vi isso. Mas eu quero separar as coisas.

Por exemplo, Dr. Arlindo, o plano de saúde é, embora não devesse ser, um negócio. As pessoas pagam um plano de saúde. Agora, a cobertura precisa ser colocada. E a sociedade tem que discutir, porque quando o senhor diz assim: "Ah, mas quem tem que pagar a conta?", hoje – vamos ser sinceros –, quando o plano de saúde não cobre, para onde a pessoa vai? E quem é obrigado, através de decisão judicial? É o Estado. Na prática, é. Eu vou colocar isso... Os próprios médicos – nós temos a Unimed e temos as nossas dificuldades – também têm seu plano de saúde. Aliás, eu acho que o maior plano de saúde do País é a Unimed, que é uma cooperativa, mas não deixa de ser um plano de saúde.

A minha preocupação, neste momento – e vou me ater a isso, Ana Amélia –, é a de que as pessoas

portadoras de neoplasia têm que ter direito ao que há de melhor em termos de medicação. Isso para mim está muito claro. E vou pensar para não ficar exatamente no que o Dr. Paulo colocou: quem prescreve e em quais circunstâncias. Isso é realmente uma coisa que vou levar em consideração.

No seu projeto, não há essa preocupação, até porque o projeto tem como objetivo colocar entre os procedimentos que têm que ter cobertura dos planos de saúde também os chamados antineoplásicos orais. E para mim ficou muito claro. Eu tinha uma preocupação, que até quero aqui mencionar: essas medicações... Eu queria ouvir do Paulo Hoff e do Dr. Florentino se há algum inconveniente dessa medicação oral. Pode ter algum tipo de efeito colateral? Alguns pacientes, ao ingerirem esse tipo de medicação, têm algum tipo de problema? Quer dizer, há casos em que se toma medicação oral e, logo em seguida, precisa ser internado. Realmente não tenho dados sobre isso. Ouvi de alguns colegas que teríamos que ter esse tipo de preocupação com a medicação oral, porque, às vezes, as pessoas podem ter, ao começar a tomar isso, algum tipo de efeito colateral.

Então, eu quero ouvir do Dr. Arlindo... Você vai me perdoar, mas eu não vou estabelecer essa polêmica, que, para mim, é muito clara. Os planos de saúde estão fechando e vão continuar fechando, Arlindo, porque esse é o regime que temos aqui. Quer dizer, se ele não der conta, vai diminuir a capilaridade. É possível que aconteça isso, mas não posso pensar nisso, Arlindo, porque, senão, vou privar o paciente de ter uma medicação. O que vai acontecer na prática? Os planos de saúde vão se organizar, vão se fundir. Vamos ter, lamentavelmente, talvez em outra discussão... Mas, neste momento, qual é a discussão? O paciente ou o cidadão que paga um plano de saúde tem ou não direito à medicação que está no mercado e cujo custo é alto? Eu acho que o Florentino tem razão. E nós vimos isso.

E aí tem toda uma história, porque a cada momento... Eu já vi isso. Uma droga começa a ser usada em escala e, aí, começa a baixar o custo. Daqui a pouco, a indústria farmacêutica muda um radical da molécula e coloca outro medicamento com preço lá em cima, estratosférico. Isso também tem muito na indústria da farmacologia. Tem muito disso. Então, acho que essas coisas... Eu fico absolutamente à vontade, porque, nesse assunto, tenho uma formação acadêmica: dei aula de Química, fui monitor de Bioquímica. Quer dizer, ninguém vai me enrolar nisso. Não tem jeito de o cara vir me enrolar. Um dia um cara aqui: "As moléculas são iguais, mas o resultado é diferente." Eu disse: "Companheiro, aí está difícil." Quer dizer, não tem jeito. A estrutura molecular é ela. O máximo que você pode ter é uma isomeria. Mas não existe essa forma.

Então, essas coisas nós vamos estar aqui... Eu vou ainda me ater. Eu pedi à Ana Amélia: "Ana Amélia, vamos fazer uma audiência pública, vamos ouvir mais pessoas." Ah, vocês ficam aí canetando, dando obrigação para o plano de saúde. E aí como vai ficar? Nessa questão aí vou ter uma preocupação, mas me permita dizer: eu vou ouvir mais pessoas, mas aqui o seu argumento de que o faturamento ou o lucro é menos do que 1% não me comove nem me sensibiliza, absolutamente! Agora, não sei, na prática, como vamos fazer.

E, aí, sim, acho que tem que haver uma preocupação com quem prescreve e em quais circunstâncias, para não virar uma indústria, gente fazendo aquela coisa de receitar medicamentos caros porque tem um esquema para comprar medicamento não sei de quem. E aí se forma logo um esquema para ficar prescrevendo medicação cara, com alto custo. Isso realmente me preocupa, porque depois vamos ter... É um bônus demográfico, como diz o Paulo. Neste momento, o País tem muito mais gente trabalhando do que gente de pouca idade ou já aposentado. E nós temos que aproveitar esse bônus demográfico exatamente para ter uma Previdência mais eficiente, para ter planos de saúde mais robustos e com mais condições, porque é aquela história: quem sai na chuva é para se molhar. Se tenho plano de saúde, tenho que prever fazer um cálculo atuarial – sei lá – de como vou bancar aquilo. Então, não posso colocar também no mercado um plano de saúde em que as pessoas contribuem e, depois de 20, 30 anos, na hora em que ela precisa...

Tem gente que contribui há 20 anos, não teve uma gripe, um resfriado e, na hora em que aparece, como disse aqui, um tipo de neoplasia, vai lá e ouve: infelizmente, você pagou a vida inteira, mas isso aqui o seu plano de saúde não vai cobrir.

Eu queria ouvir o Paulo Hoff, o Arlindo e as pessoas aqui.

O SR. PAULO HOFF – Senador, isso é muito importante. Não é porque é uma medicação oral que ela deixa de ser uma quimioterapia. A gente chama de drogas-alvo, drogas moleculares, mas elas têm efeitos colaterais. Eu acho muito importante ressaltar isso. Não é uma medicação para ser prescrita por pessoas que não têm prática, porque, sim, ela pode ter efeitos colaterais. No geral, são menos e menos intensos do que a quimioterapia convencional, mas é necessária a atenção. Agora, a gente já faz isso em grande quantidade. Os oncologistas estão familiarizados e fazem isso no dia a dia, quando a gente vê, por exemplo, o

gasto no sistema, como foi bem mostrado pela Luciana. Então, acho que é muito importante.

Há um ano e meio ou dois anos, o Supremo fez uma audiência pública – o Ministro Gilmar Mendes era o Presidente – em que se discutiu isto: a judicialização. E ficou muito claro que a judicialização diminuiria se os juízes e os tribunais tivessem noção de que há, realmente, um protocolo sendo seguido, uma diretriz sendo seguida. Ele chamou a atenção, na carta final dele, de que sentia a necessidade de algo que desse respaldo aos juízes para evitar o excesso de judicialização, porque, de novo, não é questão de dar uma carta branca a nós médicos para fazermos o que quisermos quando quisermos. Eu acho que tem que haver pessoas treinadas para prescrever essas medicações, e elas serem usadas para o que elas funcionam.

E permita-me, Senador. Não estou diretamente envolvido, Arlindo, na sua apresentação, mas acho que planos de saúde com 2, 4, 5 mil contribuintes terão muita dificuldade não só no aspecto oncológico, mas também no reumatológico. Vai ter que se criar um mecanismo entre eles de *pool*, de risco, resseguros, algum tipo, seguindo outras indústrias de seguro. Como o Senador Moka ressaltou, é um negócio. E existem modelos de outros tipos de seguro a serem seguidos, porque, infelizmente, tem que ficar absolutamente claro, muito claro para o indivíduo quando compra o seguro – "Olha, se você tiver câncer, isso não ser coberto" –, porque ele compra o seguro esperando usá-lo para coisas graves. Não é para dor de barriga; é para câncer, para infarto.

A SRª LUCIANA HOLTZ DE CAMARGO BARROS – Deixe-me só dizer uma coisa que acabei esquecendo. A gente tem exemplos pelo Brasil de planos de saúde pequenininhos que cobrem quimio-oral. E vou citá-los aqui: Unimed de Porto Alegre, Unimed de Blumenau, Unimed de Limeira, Amil de Brasília e Unimed de São José do Rio Preto, que, inclusive, se colocaram à disposição também para contar como fazem, como estão fazendo para fechar a conta.

Então, acho que isso é importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço à Drª Luciana e passo a palavra ao Dr. Arlindo, que responde não só o questionamento do Senador Moka, mas também à observação feita pela Drª Luciana.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Bem, eu sou médico formado em 1962 – quer dizer, no ano que vem, faço 50 anos de formado –, pela Universidade Federal de São Paulo. Então, vamos dizer, já não estou mais em atuação. Quer dizer, evidentemente, não vou discutir Medicina com os colegas aqui e tal. A gente tem essa visão social. Eu sempre tive e todo médico que se forma tem essa visão social, sem dúvida nenhuma.

No que diz respeito ao que o senhor disse e ao que o Dr. Paulo também disse, parece que a própria Agência Nacional de Saúde, comentando esse tipo de projeto de lei, fez uma observação em relação a editar alguma coisa no sentido de que haja um protocolo para que sejam utilizados esses tipos de medicamentos. Não vai impedir a judicialização, diga-se de passagem, porque a lei, muitas vezes, o próprio juiz não cumpre. Ele acha que é uma cláusula abusiva e acabou. Ele vai decidir.

Nós temos feito vários tipos de encontros com o Poder Judiciário no sentido de ter alguma equipe médica, por exemplo. O Dr. Paulo poderia ser, por exemplo, um consultor de juízes de última hora, porque, muitas vezes, o que acontece na judicialização é que os casos chegam sexta-feira à noite para o juiz analisar no fim de semana, certo? E ele não tem como analisar aquilo, e o problema é colocado como risco de vida. E, às vezes, não é nada disso. Então, essa judicialização pode ocorrer e vai aumentar, evidentemente, mas é uma causa... Por mais que se ponha a proteção de protocolo e tal, isso vai acontecer. Esses casos que, por exemplo... As Unimeds realmente são um sistema grande; não são um sistema único. São trezentas e sessenta e tantas operadoras de plano. Muitas já fecharam também. Dentro dessas que estou indicando, há muitas Unimeds que também já fecharam as suas portas. E elas têm essa possibilidade. Quer dizer, uma Unimed pequenininha está sendo absorvida por Unimed regional grande, porque ela não tem que constituir reserva, não tem que constituir garantias, não tem que ter aqueles médicos prudenciais que são exigidos das operadoras. Então, isso é fácil para elas.

Agora, existem operadoras pequenas... Por exemplo, há até a Mútua de juízes, que, às vezes, são pequenas operadoras. Os próprios juízes se preocupam com isso. Os desembargadores, por exemplo, do Rio de Janeiro se preocupam muito com isso e têm defendido. E toda vez que se oferece alguma coisa, algum benefício no sentido individual, isso vai afetar toda uma população que é coberta, porque nosso sistema trabalha em mutualismo.

Então, como o senhor mesmo disse, aquelas pessoas sadias pagam por aquelas pessoas que têm tratamentos caríssimos, que, sozinhas, não teriam condições de cobrir. Seria mais ou menos o contrário de um tipo de...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS. Fora do microfone.) – Aposentadoria...

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Isso. Então, respondendo aí, esse caso, por exemplo, que a Drª

Luciana citou da Amil, a Amil é uma só, é nacional. Duvido que ela, em determinado local, possa cobrir determinado tipo de coisa porque ela não teria motivação para negar em outros, certo? É uma associada nossa, é a maior empresa. Ela, sim, é a maior empresa, porque é uma empresa só, que tem mais de cinco milhões de usuários e tal.

Agora, é evidente que tem que haver uma escala. Uma empresa pequena desse tipo, como o Dr. Paulo disse, é evidente que não aguenta um prematuro que fique três meses em uma UTI pediátrica, está certo? Então, ela vai fechar; vai ocorrer isso realmente, a não ser que tenha muito dinheiro. Existem operadoras pequenas que chegam a ter 10, 15 mil usuários, mas são de altíssimo custo. Então, elas atendem a uma nata da população. O plano de saúde chega a custar R$4 mil, R$5 mil. Mas esse é outro tipo de problema, que nós temos realmente. Agora, com o que a gente não se conforma...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Dr. Arlindo, com todo respeito, mas é um problema de vocês. Não pode ser do paciente, do que paga o plano de saúde, meu Deus do céu! Pelo amor de Deus, Arlindo! Então, vou entrar no mercado para oferecer um produto e, depois, de repente, vou dizer que houve um prematuro que ficou dez meses...

Eu acho que esse tipo de situação não deveria ocorrer, se você quer saber a minha opinião. Nós devíamos ver quais planos de saúde têm condições realmente de ofertar o plano de saúde. É assim que vejo.

Eu acho que não podemos ficar discutindo aí a questão. Desculpe-me, mas...

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Senador, o senhor me permite só colocar uma coisa?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – O Estado, pela Constituição, é o responsável pela saúde de toda a população – art. 196 da Constituição. Quer dizer, então, a gente vai deixar a coisa andar por conta da iniciativa privada? Ela não tem... Veja bem: a população não vai ter condições de ter plano de saúde. A classe média não vai ter condições. Nós vamos elitizar os planos de saúde.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Desculpe-me doutor. Nós não estamos tratando... A questão do Estado é outra questão. Desculpe-me, mas eu não posso enxergar assim. Por exemplo, acho que o Estado tem obrigação.

Agora, estamos falando de uma pessoa que, por opção pessoal, até porque ela paga imposto, tem direito ao SUS. Qualquer pessoa, em princípio, tem, desde que... É um sistema universal. Mas estamos falando de um segmento que priorizou, no seu orçamento familiar, pagar um plano de saúde. Nós estamos falando disso. É disso que estamos falando.

Não quero aqui colocar a culpa, e não estou eximindo o Estado, não. Eu sou... Aliás, aqui, embora eu seja da base do Governo, fui um dos Senadores que votaram para que tivéssemos os 10% da União. E é o que penso mesmo. Não há sentido obrigar o Município, o Estado, e a União ficar fora do percentual. Aqui não está alguém. Não é isso. Eu cobro – e cobro duro!

Agora, estamos falando de plano de saúde. Estou falando de um cidadão que tem direito ao SUS, mas que fez uma opção, no orçamento familiar, de cobrir através de um plano de saúde e de dar à família dele essa garantia. Agora, ele não pode chegar ao final, depois de 20 anos de pagamento, a não ser que... Como diz o Paulo, vamos deixar claro isso. Esse plano de saúde não cobre isso, não cobre aquilo, não cobre aquilo, não cobre aquilo, tudo bem.

O SR. ARLINDO DE ALMEIDA – Esse é o cálculo atuarial, que é feito de acordo com a cobertura. Agora, se a cobertura vai sendo acrescida em todo momento, evidentemente, foge-se dos cálculos atuariais. Desculpe-me, Senador, estar contestando e tal.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós temos de... Você representa um segmento, e acho que está fazendo aqui o seu papel. E tenho aqui também a obrigação... Entendo essa questão financeira. Muitas operadoras vão fechar? É possível.

Mas sou um daqueles que acham que talvez seja o momento, realmente, de termos, às vezes, até menos... Ou seja, há aquelas que vão fundir-se, mas o importante é que quem paga o plano de saúde, na hora em que precisar, seja atendido.

Agora, se tivermos de ter uma discussão depois, especificamente, sobre a saúde financeira dos planos de saúde, sobre como se vai fazer isso em relação ao Governo, ao sistema de saúde, aos planos de saúde... Acho que essa é outra discussão.

Neste momento, o que estamos discutindo é o seguinte: vamos incluir, ou não, os antineoplásicos, para que os planos de saúde possam também cobri-los. Essa é a discussão, a meu ver, neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Moka.

Não sei se o Dr. Florentino tem alguma observação a fazer, porque eu gostaria de finalizar com uma questão que parece estar sendo necessária aqui: a das competências nesse processo. Então, eu queria que o senhor falasse, respondesse ao Senador Moka.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Muito rapidamente, Senador Moka, os medicamentos têm efeitos colaterais. A tendência é a de que,

cada vez mais, haja menos. E, se compararmos com o *status* vigente venoso, já há menos – já há menos.

Acho que vale a pena salientar muito rapidamente que o mercado é competitivo e que quem é bom se estabelece. Se fizermos um comparativo extremamente simples, o sistema bancário hoje é um dos mais rentáveis, as empreiteiras, com tantas obras, são as mais rentáveis, e nós continuamos com bancos quebrando, continuamos com empreiteiras quebrando. Então, isso vai acontecer em todos os ramos, em todos os segmentos.

O que temos de entender é que o nosso foco aqui é oferecer o que é melhor para os nossos doentes. Se pudermos fazer isso, por que não vamos fazer?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero ser mais objetivo com os dois colegas.

Ao colocar isso, vamos dizer... Claro, vou ver como faço isso, junto com a Senadora, quem prescreve e em quais circunstâncias, mas o que me preocupa é que isso, em algum momento, a quantidade: qual é o percentual disso? Quer dizer, podemos ter algum tipo de problema com isso, ou seja, com as pessoas sendo medicadas em casa, via oral; com a quantidade de pacientes que, em função da medicação, teriam de recorrer a uma internação de urgência; com algum tipo de coisa maior? Eu tenho de preocupar-me com isso?

Estou fazendo essa pergunta, porque, embora eu esteja distante da profissão, a minha formação... E vão cobrar-me isso. Como se faz? Como não se leva isso em consideração?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu gostaria, Senador Waldemir Moka, que o Dr. Paulo e o... Acho que o Dr. Paulo...

Eu gostaria que os dois, que estão na área da oncologia, respondessem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Se você estivesse no meu lugar, Paulo, você faria isso – quer dizer, estou falando como médico – sem a preocupação de que isso poderia provocar efeitos colaterais? Isso poderia ser em grande escala ou coisa desse tipo?

O SR. PAULO HOFF – Se essas medicações forem prescritas por pessoas que estão preparadas, o risco não é maior; ao contrário, é menor do que com as medicações endovenosas. Então, não vejo problema.

Porém, Senador, se o senhor me permite, acho que uma coisa seria importante: haver uma previsão de recolhimento do que não fosse utilizado.

Acho que isso seria... Pensando em longo prazo – e médico está sempre preocupado com o próximo passo –, acho que, quanto a esse recolhimento, algum sistema tem de haver, porque algumas dessas drogas são antigiogênicas etc. Não se quer que isso fique no armário de casa, que depois o paciente faleça e que alguém use esse remédio para outra coisa – que dê para o cachorro ou alguma assim. São medicações sérias, porém isso já se faz hoje. Vai haver efeitos colaterais, mas não mais do que acontecem hoje.

Eu só talvez incluísse alguma previsão de recolhimento, de entrega – sei que isso é difícil de policiar – do que não foi utilizado, para minimizar riscos mais tarde.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu queria agora, já que o Dr. Paulo levantou, saber se essa medicação pode ser aproveitada para outro paciente.

O SR. PAULO HOFF – Nos Estados Unidos, a medicação é dispensada pelo número de comprimidos, não por caixa. É muito mais fácil, Senadora, porque aí a medicação realmente sai no volume em que vai ser utilizado.

Aí vai depender...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Em função até do custo dele.

O SR. PAULO HOFF – É. Hoje em dia, a Anvisa não permite que a gente recolha a medicação ou pelo menos que oficialmente a reutilize, por riscos de segurança, mas isso tudo pode ser discutido no âmbito da ANS e da ANVISA, ou seja, como seria. Talvez o fracionamento é que seja muito importante, para o indivíduo não ter de comprar um frasco de remédio que vai durar mais tempo do que ele precise.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E a realimentação dependerá, então, da prescrição médica adequada não só do tipo de medicamento, mas também da quantidade do medicamento.

O SR. PAULO HOFF – Isso.

Aí alguém pode imaginar: ele está defendendo reserva de mercado. Não é isso. Acho que essa medicação tem de ser prescrita por pessoas que são familiarizadas com o método, porque é quimioterapia, não é algo que se prescreve... A gente fica preocupado com o antibiótico sendo prescrito irregularmente, e isso é muito mais sério do que o antibiótico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Só um momentinho.

A senhora quer perguntar a ele?

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Só para deixar mais claro. Quando você fala do profissional qualificado, é do oncologista que está falando? Acho que é importante a gente dar nome, não é?

O SR. PAULO HOFF – Acho que no Brasil há os oncologistas e as pessoas que não fizeram formação específica, mas que se submeteram à prova de título de especialistas. Acho que tem de ser alguém nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Passo a palavra, como envolveu o exercício da medicina, à Associação Médica Brasileira, ao Dr. Florentino.

Eu queria, então, concluir com essas outras questões.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Defendemos que deve ser quem é titulado, com título de especialista na área.

Talvez, Paulo, em vez de se pensar em recolher o medicamento, como quem vai disponibilizar é o Plano, é fazer de maneira... por tempo determinado. Eu preciso de x comprimidos para tantos dias ou um mês e tal. Disponibilizar dessa maneira, de maneira fracionada, porque talvez tenhamos mais controle do que a eventualidade de se ter de recolher.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço.

Agora...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só quero dizer que, num projeto de lei, o máximo é dizer que se vai normatizar isso. Não há como, num projeto de lei, detalhar isso tudo. Basta colocar que a Agência vai normatizar, uma coisa assim parecida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Passo a palavra à Drª Martha, da ANS.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Só queria fazer três colocações.

Na verdade, Senador Moka, o senhor captou exatamente a mesma ideia que a gente tinha de como operacionalizar isso. É exatamente o que o senhor colocou. O fracionamento não depende da gente, e a forma de disponibilização é muito diferente de uma operadora para outra. Há uma que faz reembolso, a pessoa compra e reembolsa; a outra forma é a própria operadora dar a cartelinha; outra operadora tem convênio com a farmácia.

Então, a forma de disponibilização é muito diferente. Acho que vale uma parceria com a Anvisa, para ela tentar isso de outra forma. Quem regula essa parte do fracionamento é a Anvisa, e não a ANS.

Aí só quero colocar uma coisa que foi muito discutida aqui. A gente discute muito isto na Agência, que é o seguinte: uma pessoa que compra um plano em 1990 não pode, em 2010, ter os mesmos equipamentos, medicamentos e tal de quando comprou o plano. Ela compra um plano para ser atendida em 2011, em 2012. Então, a gente acredita fortemente nisto: em que a revisão das tabelas de procedimento é necessária, para que as pessoas tenham adequado o tratamento. É assim que a ANS atua.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Drª Martha.

A minha questão agora até foi suscitada pela exposição do Dr. Paulo. Quando apresentei o projeto, a ANS já estava também caminhando nessa direção.

Como tenho uma atuação independente aqui, penso que é melhor caminhar para um entendimento, para se ter um resultado positivo, do que simplesmente dizer "Não é como quero, não vou fazer". Então, acho que essa é a atitude de responsabilidade, num tema que é de interesse de toda a sociedade brasileira – não é de Governo, de Senadores, mas da sociedade brasileira.

A ANS, então, trouxe uma questão, e a discutimos. E quero agora, pelo que disse o Dr. Paulo sobre a questão de competências, saber se, do ponto de vista médico, isto está correto e qual é o caminho.

Diz o art. 12 da proposta – sugestão da ANS:

"Art. 12. A cobertura da quimioterapia oncológica domiciliar de uso oral deve ser feita de acordo com a avaliação de tecnologia e formulação de protocolos clínicos previstos na Lei nº 12.401 deste ano e diretrizes publicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS."

Está correto isso ou é a Anvisa que tem de dar essa avaliação?

O SR. PAULO HOFF – A dificuldade que há com essa proposta que vem da ANS, que me parece que liga a aprovação e o uso ao que é aprovado hoje pelo DCIT – esclareça-me, Martha, se eu estiver errado.

Hoje, há pouquíssimas medicações que são aprovadas dentro desse contexto, dentro das medicações que são utilizadas.

Acho que para os protocolos e as diretrizes têm de haver uma instância reguladora a ser determinada, Senadora, e poderia até ser o DCIT, mas não com a velocidade de incorporação que eles estão tendo agora, porque, quanto a essas medicações todas, que foram muito bem mostradas pelo Arlindo – e ele está absolutamente correto nos tempos e valores –, praticamente nenhuma, tirando-se o Imatinib, está coberta pelo DCIT hoje. Então, nós sairíamos, a senhora me perdoe, com uma vitória de Pirro.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Sairíamos com a soma zero aqui, nesta discussão valiosa.

O SR. PAULO HOFF – Sim, exato.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, meu caro Relator, essa proposta eu queria...

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Posso, Senadora, tentar explicar qual foi a ideia? Talvez a redação não tenha sido a melhor.

A ideia é a de que a ANS pudesse propor protocolos e diretrizes, assim como o faz para cobertura de

qualquer outro procedimento, seja ele equipamento e tal. Hoje esses protocolos e diretrizes são discutidos e feitos pelas sociedades médicas. Então, não é a ANS que faz o protocolo e a diretriz, é a sociedade médica.

A gente tem cada vez mais crescido com relação à parceria com a AMB, mas como não dá tempo e como a gente não consegue produzir tudo que deseja com a AMB, a gente faz direto com a sociedade.

A ideia do DCIT, Paulo, era só a de que, uma vez que passasse por lá, pudéssemos rever a nossa atuação, mas a gente não ficaríamos limitados ao que passa pelo DCIT.

Talvez essa redação tenha ficado truncada nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Nós temos de esclarecer, porque a lei, quando é feita, é para valer com o que está escrito.

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Isso. A ideia não é a de que fique atrelado ao que passa pelo Citec. Mas, uma vez passando pelo Citec, que isso possa ser revisto na Agência. E, quanto à Anvisa, acho que vale a pena a gente trazê-la para a discussão não só do fracionamento, mas também de como as bulas são disponibilizadas, de como são aprovadas. Acho que isso também faz parte dessa discussão.

Quando a gente coloca "protocolos e diretrizes", são protocolos e diretrizes clínicos, relacionando-se qual paciente tem benefício, para qual paciente isso é mais bem estudado – para um é melhor do que para outro –, é nesse sentido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bem, então, vamos já fazer uma alteração nesse texto, para um esclarecimento dentro da ótica, da visão do Dr. Paulo. E agora penso que o Dr. Florentino também vai, imagino, na mesma direção do que falou o Dr. Paulo.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Muito bem levantada a questão pela Senadora.

E achamos que o mais adequado é que o protocolo, a diretriz, o *guideline* deve ser feito por quem detém o conhecimento científico.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Que é a Anvisa, no caso?

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – É a Associação Médica Brasileira, porque, a partir do momento em que se cria a brecha de que quem faz uma diretriz é uma agência, corre-se o risco de mais vieses.

Nós não queremos nenhuma reserva de mercado, absolutamente. Mas só defendemos aqui que a diretriz clínica só deve ser feita por quem detém o conhecimento técnico.

Neste momento, como a Martha bem frisou, existe esta parceria: Associação Médica Brasileira e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Mas não sei se, daqui a alguns meses, daqui a um ano, quem está na Agência de repente vai cismar e dizer assim: "Vou contratar aqui a, b e c e vou fazer um *guideline"*.

Então, a partir do momento em que tivermos um *guideline* garantido pelas sociedades de especialidades, que é quem detém o conhecimento, penso que os doentes ficarão mais seguros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agora, fiquei com uma dúvida e gostaria que o Dr. Paulo me dissesse se esse é o caminho, porque a sociedade tem de ter um poder moderador. E o poder moderador deveria ser feito por uma agência de Governo: ou a ANS, no caso, ou a Anvisa, que tem a questão.

Então, eu queria uma opinião do Dr. Paulo sobre essa posição do Dr. Florentino a respeito da avaliação da tecnologia e formulação.

O SR. PAULO HOFF – Senadora, eu não tenho a resposta, mas, como mencionei na minha apresentação, teoricamente a avaliação de efetividade e de segurança é responsabilidade da Anvisa como agência que registra a medicação no País.

Uma vez que a Anvisa determinou que a medicação está disponível, qualquer um pode comprá-la. Não é porque o indivíduo está comprando via SUS, via convênio ou com seu próprio dinheiro, que o grau de segurança deve ser diferente. O paciente do SUS e o paciente da Agência merecem tanto respeito quanto aquele que usa seu próprio dinheiro e que compra a medicação.

Agora, acho que as agências podem conversar entre elas. Acho que o papel da AMB é fundamental. Ele pode ou não ser decisivo, mas certamente consultivo, não tenho a menor dúvida disso. O repositório do conhecimento médico brasileiro hoje está na AMB, via suas associações de especialidades. Quem dá os títulos de especialistas no Brasil é a própria AMB, o Senador Moka conhece bem.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas a AMB só pode ser consultiva, até porque ela não pode ser responsabilizada amanhã ou depois por nada. A Anvisa faz isso, ouvindo a Associação Médica Brasileira. Tem de haver uma agência, porque senão, na forma legal, não há como responsabilizar em caso de...

Então, acho que aí é a Anvisa mesmo, não tenho dúvida disso, ouvindo-se a parceria com a Agência... Não sei, mas, do ponto de vista legal, não tenho dúvida disso, não.

O SR. FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO – Senadora Ana Amélia, só um esclarecimento. Talvez eu não tenha sido muito claro.

Estou falando de indicações – de indicações. Quando falamos em colocar droga no mercado, aí não tenho dúvida nenhuma de que tem de ser a Anvisa, para estudar tudo – eficácia, custo, efetividade, segurança. É a agência reguladora, não tenho dúvida.

Estou falando de "indicado para tal e tal coisa": não deve ser a agência reguladora. A agência reguladora é para colocar a droga no mercado. Aí ela vai dizer: coloquei a droga A no mercado, para tratar tal e tal doença, em tais e tais circunstâncias.

A SR PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Então, eu lhe refaço, já que o senhor não respondeu, a posição desse texto da ANS, que, quando discutimos juntos, colocou: *"[...] com a avaliação de tecnologia e formulação de protocolos clínicos previstos na Lei nº 12.401 e diretrizes publicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar."*

A SRª MARTHA REGINA DE OLIVEIRA – Deixe-me só tentar fazer-me entender. Na verdade, a Anvisa permite o registro e registra a bula. Então, uma vez que ela registra aquele medicamento – pode ser medicamento ou equipamento –, atribui o registro e diz assim: esse medicamento pode ser comercializado no Brasil, porque tem segurança. Isso, dentro de métodos que eles analisam, para ser comercializado no Brasil.

Aí, depois, por que ele passa por uma avaliação da ANS para entrar na tabela da saúde suplementar e por uma avaliação do Citec ou do DCIT, enfim, para entrar na tabela do SUS? Para identificar para que população e comparando com outros medicamentos e equipamentos existentes a superioridade ou a equivalência daquele medicamento e daquele equipamento no sistema de saúde.

Então, quando falo em diretriz, não é diretriz para aquele medicamento ser usado no Brasil, mas uma diretriz que indique exatamente isso que foi colocado aqui: qual é o medicamento que efetivamente é seguro. Há aquele medicamento que eu dei o exemplo, mas há outros que são até muito piores do que esse, e todos eles têm registro, todos têm o seu uso permitido dentro do País. O que queremos é um protocolo para identificar qual é a melhor pessoa para usar aquele medicamento, que é o que o Dr. Paulo faz no Estado de São Paulo, no Município de São Paulo.

E construímos essas diretrizes hoje na ANS e chamamos de diretrizes de utilização, e não são só os medicamentos as têm, mas os PET Scan têm, a tomografia tem, enfim, qual é o melhor perfil para o uso daquele medicamento ou daquele equipamento. E isso é necessário para termos segurança de que vai ser usado da melhor maneira possível, diferente do registro do medicamento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Pois é, Martha, acho difícil colocar isso na lei. A lei vai obrigar que os planos de saúde cubram. É uma questão.

Aí virá outra questão que eu estou preocupado, ou seja, quem prescreve e em quais circunstâncias...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Aí é que tem que ficar claro qual o órgão que vai ficar...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Aí a lei pode dizer que a agência vai normatizar isso ouvindo a Associação Médica Brasileira. É isso que estou pensando. A minha cabeça está desse jeito, Senadora Ana Amélia. Acho difícil, na lei, detalhar todas essas questões.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Drª Luciana, gostaria de fazer alguma manifestação sobre esse...

A SRª LUCIANA HOLTZ DE CAMARGO BARROS – Na verdade, eu gostaria de pedir a contribuição do nosso Diretor Científico, Dr. Rafael, que está aqui e, com certeza, pode contribuir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Passo a palavra, então, ao Dr. Rafael.

O SR. RAFAEL KALIKS – Bom dia. Agradeço muito. Parabéns pelo trabalho que está sendo desenvolvido aqui.

São dois detalhes que gostaria de levar em consideração. Em primeiro lugar é que basta, talvez, fazermos, com a medicação antineoplásica oral, o que já vem sendo feito de maneira adequada com antineoplásicos endovenosos. Ou seja, a Anvisa garante ou aprova, com base em segurança e eficácia, indica para que doença isso está aprovado, e a comunidade médica prescreve com base em estudos de fase III, que são estudos grandes, para que pacientes isso está indicado. E nenhum convênio cobre uma medicação endovenosa para uma indicação questionável. Não acontece. Então, basta transportar isso para a medicação oral.

Outro detalhe em relação à redação que a ANS sugeriu é que existe uma vinculação de duas diretrizes, que são coisas diferentes. Existe o PCDT, diretriz que está sendo desenvolvida. Até este momento existem mais ou menos dez diretrizes para o SUS, e vem sendo ampliado gradativamente. E existe outra diretriz, e elas não batem, porque eu comparei, da ANS/AMB, que são diferentes. Então, no texto, para a saúde complementar, não deveria estar citado o PCDT que rege o que vai e o que não vai ser aprovado para o SUS, porque são dois mundos lamentavelmente ainda diferentes e vão persistir sendo diferentes.

Então, se for citado alguma diretriz como uma base possível para basear que doença será tratada por

essa medicação oral, acredito que é a da ANS/AMB, embora o número de protocolos, mesmo da AMB/ANS seja muito pequeno comparativamente ao número de doenças neoplásicas que existem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Fico mais tranquila em função de a Drª Martha ter entendido que é preciso fazer, meu caro colega Moka, que é o Relator, uma alteração nessa proposta sugerida nesse artigo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Vou chamar à minha responsabilidade de Relator. Essa é uma coisa que não vou dividir com ninguém. Afinal de contas, o texto tem que ser meu. Posso ouvir, mas, em última instância, vou definir e colocar um texto que a Comissão, depois de pronto, possa alterar por meio de emendas.

Alguém tem que chamar para si a responsabilidade do que vai ser apresentado na Comissão. Eu já tenho um texto aqui, estamos fazendo a audiência pública, vamos revê-lo depois de tudo isso e fazer o que for melhor.

E ainda vamos ter a discussão, que não será mais este ano. Mas foi muito bom que não fosse, é o que quero dizer. Por quê? Porque estamos percebendo, nesta audiência pública, que ainda temos muitas coisas... Não chegaria a esse detalhe, mas é uma questão que a Comissão de Saúde é que vai definir. Não chegaria a tantos detalhes. Não gosto de leis que entram em tantos detalhes, mas acho que temos que passar a responsabilidade na normatização para a agência. Essa é questão. Caso contrário, a cada momento vão surgir outras coisas que teriam que ser colocadas. E aí teremos uma lei que, na hora de ser aplicada, começa a dar problema.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito os esclarecimentos do Senador Waldemir Moka, que revela que a relatoria está em ótimas mãos, porque, além de médico, conhece a química bastante, pois é um ex-professor de Química e vai dar bastante tranquilidade a todos os pacientes que precisam.

Não é objetivo do Senador Moka, tenho certeza, nem nosso, Dr. Arlindo, criar qualquer problema para os planos de saúde, mas apenas um equilíbrio entre a compra de um serviço prestado – isso é serviço – e aquilo que se recebe. E acho que no nosso sistema devemos ter esse equilíbrio. Temos o interesse de preservar a saúde dos planos de saúde, já que, para o consumidor desse serviço, como foi visto na exposição da Drª Luciana, é um desejo e um sonho de consumo. E que bom que seja isso, porque, primeiro, está revelando uma falência do Estado na assistência médica – esse é um dado revelador –, pois é uma deficiência que temos na população e, segundo, a necessidade que temos de ter essa segurança, o que é uma educação extremamente positiva da sociedade em relação a ter uma cobertura suplementar.

Agradeço muito o Senador Moka por sua valiosa colaboração. Tenho certeza de que o seu relatório trará tranquilidade para os portadores com esse equilíbrio entre as posições expostas aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só quero agradecer a todos e me desculpar, Dr. Arlindo, se em algum momento... É que aqui as posições são diferentes. Às vezes, vou para uma discussão com as minhas filhas e digo: podem crucificar-me. Já digo assim porque, às vezes, estamos em uma posição... Mas quero agradecer a elegância com que você tratou disso. Temos que levar em consideração o custo, só que acho que a discussão... Penso que em algum momento temos que conversar na própria Comissão de Saúde e ver como a questão desses encargos para os planos de saúde e como esses planos de saúde vão conseguir... Mas, neste momento, parece que a discussão é outra, temos que assegurar e, depois, ver como isso vai se comportar na prática...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Envolvendo também a indústria produtora dessa quimioterapia que tanto precisamos.

Em nome do Presidente da Comissão, Senador Jayme Campos, que está em outra Comissão e me pediu para presidir a Comissão de Assuntos Sociais, quero agradecer novamente ao Dr. Rafael; à Virgínia Marta Magrini, da Femama; à Valéria Mendonça, também da Femama; outras autoridades vinculadas e interessadas nesta matéria, mas especialmente a Drª Martha, da ANS, que várias vezes já colaborou conosco; ao Dr. Florentino, da AMB, cuja presença e esclarecimentos foram extremamente valiosos; à Drª Luciana, que também tem parte neste projeto; ao Dr. Paulo Hoff, que dispensa apresentações porque é uma pessoa reconhecida no Brasil inteiro – eu, como gaúcha, tenho muito orgulho, porque ele tem origem no Rio Grande do Sul –, e ao Dr. Arlindo de Almeida, que representou as entidades que trabalham com os planos de saúde ou planos suplementares de saúde.

Também quero agradecer ao Relator e dar por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 16 minutos.)

ATA DA 56ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLO-

RESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinqüenta e nove minutos, do dia vinte e um de dezembro de dois mil e onze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Jayme Campos**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto costa, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Lauro Antonio, Cícero Lucena, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Paulo Bauer, Gim Argello e das Senadoras Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **EXTRAPAUTA – ITEM 11 – ADENDO AO PARECER DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2005.** Leitura do Adendo ao Parecer do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, aprovado por esta Comissão em 19/10/2011, para a devida retificação a seguir: *Na parte final do §4º, do artigo 21-A, na forma do Substitutivo pela Emenda nº 1-CAS, onde se lê "artigo 34", leia-se "artigo 35".* **Resultado:** À Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências. **ITEM 4 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007.** *Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador.* **Autoria:** Deputado Marcelo Teixeira. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2011.** *Dispõe sobre a regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicuro, pedicuro e profissionais de beleza em geral.* **Autoria:** Deputado Salatiel Carvalho. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007 com as Emendas nºs 1 e 2-CE e pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramita em conjunto. **Resultado**: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, com as Emendas nºs 1-CE-CAS e 2-CE-CAS, e à Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramita em conjunto. Aprovado também Requerimento de Urgência para apreciação da matéria (RAS nº 69, de 2011). **ITEM 1 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2011.** *Altera o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, definindo que nos repasses de recursos oficiais seja exigida a certidão negativa de débito junto ao FGTS.* **Autoria:** Senador José Pimentel. **Relatoria "ad hoc":** Senador Lauro Antonio. **Relatório**: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011 com a Emenda de redação que apresenta. **Resultado**: Concedida Vista Coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2011.** *Dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos.* **Autoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatoria:** Senador Roberto Requião. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011 e das Emendas nºs 1 e 2-CDH, que apresenta. **Resultado**: Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011 e as Emendas nºs 1-CDH-CAS e 2-CDH-CAS. **EXTRAPAUTA – ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011-CAS.** *Requeremos nos termos do artigo 336 combinado com o artigo 338, IV do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para votação dos Projetos de Lei da Câmara nº 112, de 2007 e 95, de 2011.* **Autoria:** Senadora Ana Amélia e Senadores Waldemir Moka, Cyro Miranda, Paulo Paim, Lauro Antonio, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Suplicy, João Durval, João Vicente Claudino, Paulo Bauer e Ricardo Ferraço. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 6 – TERMINATIVO – TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007.** *Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário.* **Autoria:** Senador Paulo Paim. **TRAMITA EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2007.** *Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências.* **Autoria:** Senador Pedro Simon. **Relatoria:** Senador Ricardo Ferraço. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei nº 115, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta e pela Declaração de Prejudicialidade do PLS nº 152, de 2007. **Resultado**: O Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 115, de 2007, é dado como definitivamente adotado, em Turno Suplementar, nos termos do art. 284 do RISF. **EXTRAPAUTA** – **ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011-CAS.** *Requeiro nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para debater a aplicação da Lei nº 9.797/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, com as presenças do Dr. Luciano Chaves, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, representante do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina– CFM, da Federação Brasileira de Instituições Filantró-*

picas de Apoio à Saúde de Mama – FEMAMA e da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Resultado**: Aprovado. **ITEM 7 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010.** *Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.* **Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010. **Resultado**: Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010. **ITEM 8 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010.** *Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.* **Autoria:** Senadora Marisa Serrano. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº211, de 2010, das Emendas nºs 1 a 6-CE e das Subemendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010 e as Emendas nºs 1-CE-CAS, 2-CE-CAS, 3-CE-CAS e 5-CE-CAS; a Emenda nº 4-CE-CAS com a Subemenda nº 1-CAS; e a Emenda nº 6-CE-CAS com a Subemenda nº 2-CAS. **ITEM 3 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2011.** *Dispõe sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição e altera a Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.* **Autoria:** Senador Paulo Davim. **Relatoria:** Senador Cícero Lucena. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado**: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE. **ITEM 2 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2011.** *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a expansão das vagas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio.* **Autoria:** Senador Wilson Santiago. **Relatoria:** Senador Paulo Bauer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011 com a emenda que apresenta. **Resultado**: Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011 com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em Decisão Terminativa. **EXTRAPAUTA – ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011-CAS.** *Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Previdência Social o seguinte pedido de informações: Tramita nesta Casa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 476, de 2008, do Senador Paulo Paim, que determina que o auxílio-acidente não poderá ter valor menor do que o salário mínimo vigente no país. Qual o impacto financeiro nas contas da Previdência Social advindo da aprovação desta proposição legislativa?.* **Autoria:** Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda. **Resultado**: Aprovado. Ficam adiados os demais itens da Pauta, a saber: Itens 5 e 9. Às dez horas e vinte e nove minutos assume a Presidência o Senador Waldemir Moka. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Waldemir Moka, Ricardo Ferraço, Lauro Antonio, Cícero Lucena, Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Vicentinho Alves, Eduardo Suplicy, Roberto Requião, Paulo Bauer, Gim Argello e as Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Jayme Campos, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos itens 1 a 10, conforme pauta previamente divulgada. São quatro itens não terminativos e seis terminativos.

Leitura do adendo ao parecer do Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2005, aprovado por esta Comissão em 19/10/11, para a devida retificação a seguir.

Na parte final do §4º, do art. 21, *a*, na forma do Substitutivo proposto pela Emenda nº 1 – CAS, onde se lê "art. 34", leia-se "art. 35".

Vamos encaminhar à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu gostaria de comentar o resultado de uma pesquisa internacional que mostra que o exame de DNA para HPV deve ser rotina.

Um estudo envolvendo 45 mil mulheres mostrou que o teste do DNA do vírus HPV, associado ao exame preventivo ginecológico, é mais eficiente para o diagnóstico precoce das lesões que podem levar ao câncer do colo do útero em relação ao exame padrão Papanicolau.

O trabalho, realizado por uma equipe de uma Universidade de Amsterdam, na Holanda, acompanhou as mulheres por cinco anos e é o estudo mais consistente publicado até hoje, demonstrando essa correlação.

A associação dos dois métodos apresentou maior eficiência no diagnóstico precoce de câncer, reduzindo de 0,07% para 0,02% a incidência da doença no grupo analisado.

Baseados nessa evidência, os pesquisadores sugerem que os serviços de saúde incluam o exame do HPV entre os procedimentos ginecológicos de rotina de mulheres com mais de 30 anos.

No Brasil, o protocolo médico padrão indica esse procedimento apenas para pacientes que apresentaram resultado suspeito no chamado Papanicolau. A questão é que o exame de DNA é duas a três vezes mais caro que o Papanicolau.

O câncer do colo do útero é o segundo mais frequente entre as mulheres brasileiras, atrás do câncer de mama, e representa a quarta causa de morte de mulheres por câncer em nosso País. Em média, são diagnosticados 18.430 novos casos por ano, com 4,8 mil vítimas fatais.

O HPV está diretamente relacionado à doença, presente em cerca de 90% dos casos.

O estudo chega no momento em que está em discussão, aqui na CAS, o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin que inclui a vacina contra HPV no sistema público de saúde.

Faço esse pequeno comentário diante de que, na semana passada, tivemos aqui a oportunidade de ter uma audiência pública com várias autoridades da área para, se possível, incluirmos – como bem disse a Senadora em seu projeto – essa vacina para o HPV no sistema público de saúde. Acho que é muito importante, louvável e meritório o projeto da Senadora Vanessa Grazziotin, que tem como relatora a Senadora Marta Suplicy.

Eu queria também fazer aqui um esclarecimento em relação à Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Começou a vigorar, desde esta segunda-feira, a norma da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), estabelecendo que beneficiários dos planos de saúde não poderão esperar mais que sete dias por uma consulta com especialistas das áreas de pediatria, clínica médica, cirurgia-geral, ginecologia e obstetrícia.

A norma entraria em vigor no dia 19 de setembro, mas foi adiada para que as operadoras dos planos tivessem um prazo maior para se adaptar às regras.

Além do prazo de sete dias para consultas nessas especialidades, há ainda o prazo de três dias para serviços de diagnóstico por laboratório de análise clínica em regime ambulatorial, e 21 dias para procedimentos de alta complexidade.

Com a mudança, a agência publicou uma nova resolução normativa, a RN 268, para ajustar a anterior RN 259. Com isso, a operadora deve oferecer pelo menos um serviço ou profissional em cada área contratada.

Nos casos de ausência de rede assistencial, a operadora deverá garantir o atendimento em prestador não credenciado no mesmo Município ou o transporte do beneficiário até um prestador credenciado, assim como seu retorno à localidade de origem. Os custos ficarão por conta da operadora.

As empresas de planos de saúde que não obedecerem aos prazos definidos pela ANS sofrerão penalidades e, em casos de descumprimentos constantes, poderão passar por medidas administrativas, como a suspensão da comercialização de parte ou de todos os seus produtos e a decretação de regime especial de direção técnica, inclusive com a possibilidade de afastamento dos dirigentes da empresa.

Resolução Normativa 259 da ANS.

São serviços, prazos úteis:

– consulta básica – pediatria, clínica médica, cirurgia-geral, ginecologia e obstetrícia: sete dias;

– consulta nas demais especialidades médicas: 14 dias;

– consulta/sessão com fonoaudiólogo: 10 dias;

– consulta com nutricionista: 10 dias;

– consulta e sessão com psicólogo: 10 dias;

– consulta/sessão terapeuta ocupacional: 10 dias;

– consulta com fisioterapeuta: 10 dias;

– consulta e procedimentos realizados em consultório/clínica com cirurgião-dentista: sete dias;

– demais serviços de diagnóstico e terapia em regime ambulatorial: 10 dias;

– procedimentos de alta complexidade: 21 dias;

– atendimento em regime de hospital-dia: 10 dias;

– atendimento em regime de internação eletiva: 21 dias;

– urgência e emergência: imediato.

Eu acho que é louvável a iniciativa da ANS, tendo em vista que, lamentavelmente, as operadoras têm-se transformado em um verdadeiro “Susão”, ou seja,

o cidadão paga e, lamentavelmente, o atendimento, hoje, é precário.

Falo isso com muita cátedra, porque tenho acompanhado, particularmente, alguns planos privados que, infelizmente, prestam um mau atendimento à população brasileira, sobretudo a muitos deles, que pagam com muita dificuldade, especialmente a classe trabalhadora, que paga, às vezes, até além da sua possibilidade e, infelizmente, não é atendida da forma como precisaria ser atendida, com uma prestação de serviços altamente qualificada e, sobretudo, no momento em que o cidadão mais precisa desse atendimento.

Eu quero iniciar a pauta do dia de hoje, agradecendo, inicialmente, a presença dos Senadores Paulo Paim, meu caro amigo, também, Cyro Miranda, da Senadora Ana Amélia, do nosso amigo Senador Sérgio Souza, que muito bem representa o seu querido Estado do Paraná.

Nós temos, aqui, 10 itens.

Eu gostaria de consultar a Senadora Ana Amélia se quer fazer a leitura do item 4, página 39, se V. Exª tem, já, a disposição, como sempre tem. Até, por sinal, eu estava comentando com o Senador Paulo Paim que é a Senadora mais frequente aqui nesta Casa, depois do Paulo, é óbvio, que chega todos os dias. O Paulo tem 99,9 de frequência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu combinei com ela e nós chegamos mais ou menos juntos todos os dias. Isso é coisa do Rio Grande.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Mas V. Exª é primeiro. O Paulo chega aqui às sete e quinze.

O Zezinho que se cuide, porque ele chega primeiro que o Zezinho aqui.

Eu disse: "Paulo, você não deve fazer o café em casa."

Ele disse: "Eu tomo o café aqui, no cafezinho do Senado."

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É bom explicar para os nossos telespectadores, porque o senhor falou do Zezinho, que é um funcionário exemplar desta Casa. É uma pessoa de uma competência, de uma agilidade e de uma delicadeza no trato com todos os Senadores. Ele é um atencioso servidor, que fica trabalhando no âmbito do café, onde os Senadores se reúnem, próximo ao plenário.

Então, a ele e a todos os colegas dele que servem ali, as nossas homenagens também. O Zezinho é essa figura a que o Senador Jayme Campos está fazendo referência. A gente brinca muito de que talvez o Zezinho tenha um quartinho ou uma rede para ficar aqui, porque, quando a gente chega, ele já está aqui. E, quando a gente sai, ele não saiu ainda.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Exatamente. São poucas pessoas que trabalham como o Zezinho. Eu digo a ele: você deve ter arrumado algum apartamento, alguma rede para dormir por aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É verdade. E ele está sempre de bem com a vida, está sempre sorridente, nunca reclama.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Nós queremos cumprimentar, por sinal, os servidores do Senado, que, particularmente, acho extremamente eficientes de maneira geral. Todos, do mais humilde, que é o cidadão que serve o café, às nossas assessorias, eu tenho na minha conta como os melhores servidores públicos deste País indiscutivelmente. Quando se fala em reforma aqui, é bom que se esclareça, Senador Paulo Paim, V. Exª que é defensor dos trabalhadores, nós temos que analisar. Já se encontra aqui um projeto de reforma administrativa; todavia, nós temos que ver com muito cuidado, para não penalizar nem prejudicar os nossos servidores.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria aproveitar também, com a vênia do Presidente Jayme Campos, para estender os cumprimentos à nossa querida Dulcídia, que representa... Não faço isso por ser mulher. É uma dedicada responsável pelo funcionamento de uma das comissões mais importantes da Casa, que é a Comissão de Assuntos Sociais.

A Dulcídia e toda a equipe da Casa, nós trabalhamos muito intensamente na CASDEP, Senador Jayme Campos, e eu pude avaliar bem o empenho de todos desta Comissão em ajudar para que um trabalho tão relevante do ponto de vista social tivesse a finalização com a qualidade que teve.

Então, eu preciso compartilhar o êxito desse trabalho com a eficiência e a dedicação de todos os que integram a equipe de assessoramento da Comissão de Assuntos Sociais liderados pela nossa Dulcídia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero fazer um pequeno comentário.

V. Exª talvez não saiba, mas ela é nossa conterrânea mato-grossense, cuiabana de chapecruz, como dizemos lá. Ela está emprestada em Brasília, mas dentro em breve, com certeza, depois de aposentada, vai retornar para o nosso Estado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu brinco com ela, dizendo que é a sósia da Ministra Miriam Belchior, por isso é poderosa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito parecida por sinal.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu queria salientar que ontem tive a oportunidade de entregar à Mesa, junto com o Senador Renan, um pleito dos nossos funcionários lá do cafezinho de uma equiparação salarial a que eles têm direito, porque existem dois outros funcionários que estão desempenhando a mesma função, mas com salários diferentes. Então, ontem, depois de recolhidas as assinaturas, nós entregamos à Mesa.

Também quero aproveitar para deixar aqui a nossa mensagem de apreço, de carinho a todos os funcionários da Casa, em especial aos funcionários desta Comissão, aos nossos parceiros, nossos colaboradores que, sempre atentos a qualquer movimento nosso, já estão solícitos.

Quero aproveitar para desejar um Natal com muita paz e um ano novo de muita esperança e muitas conquistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está com a palavra a Senadora Ana Amélia para a leitura do item 4, p. 39.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 112, DE 2007
– Não Terminativo –

Dispõe sobre o exercício das atividades profissionais de cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicura, pedicura, depilador e maquiador.

Autoria: Deputado Marcelo Teixeira

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicuro, pedicuro e profissionais de beleza em geral.

Autoria: Deputado Salatiel Carvalho

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007 com as Emendas nºs 1 e 2 – CE, e pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramitam em conjunto.

Observações:

– Em 06.12.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE aprova o PLC nº 112, de 2007, com as emendas nºs 1 e 2 – CE e prejudica o PLC nº 95, DE 2011, que tramita em conjunto;

– Votação simbólica.

V. Exª com a palavra, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, esses projetos tratam da regulamentação das profissões relacionadas aos cabeleireiros e também a manicures, pedicures e atividades afins.

Essa matéria foi exaustivamente tratada na Câmara dos Deputados, submetida a duas comissões, a Comissão de Educação e a CAS, já houve inclusive audiência pública na Comissão de Educação, no dia 20 de maio de 2009.

Ele não é terminativo na CAS. Depois de apreciado aqui, como já o foi na Comissão de Educação, ele será submetido ao Plenário.

Deputados Federais já me procuraram, mostrando a relevância desse assunto. O sindicato dos cabeleireiros do Rio Grande do Sul e do Brasil, a entidade nacional, também fizeram o mesmo, então penso que a gente poderia aprovar.

Não há vício de iniciativa, como foi alegado pelo Governo, porque o art. 22, combinado com o art. 48 da Constituição Federal, não existe problemas em relação ao fato de Congresso Nacional legislar sobre a questão da regulamentação. Aliás, o que tem sido feito para isso. Então, vou direto à questão do mérito, porque eu sou favorável à aprovação da proposta.

Em sua defesa, a Comissão de Educação já elencou diversos argumentos que focalizaram especialmente os aspectos educacionais do exercício profissional das atividades que se pretendem regulamentar. São justas e bem fundamentadas as preocupações dos autores dessas iniciativas.

As atividades profissionais de cabeleireiros, barbeiros, esteticistas, manicures, pedicures, depiladores e maquiadores estão a exigir, a cada dia mais, qualificação e especialização constantes, tendo em vista, especialmente, o uso sistemático de produtos químicos e objetos cortantes, bem como de meticulosos procedimentos de higiene e profilaxia no local de trabalho.

Parecer anterior, da Senadora Rosalba Ciarlini, hoje Governadora do Rio Grande do Norte, registra que pesquisa realizada entre 2006 e 2007, pela Secretaria de Estado da Saúde, na cidade de São Paulo, verificou que uma, em cada dez manicures, havia contraído as hepatites B ou C. O mesmo estudo constata a falta de correta utilização de medidas de biossegurança para evitar a transmissão dos vírus e, ainda, a desinformação em relação ao risco de contágio na atividade que exercem esses profissionais – não só para o profissional, mas também para o cliente, é claro. Além disso, 72%

das manicures desconheciam as formas de transmissão da hepatite B e 85% não sabiam como se dá o contágio pela hepatite C. E, o que é pior, 45% acreditavam não transmitir doença alguma a seus clientes.

A regulamentação do exercício da profissão do cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador insere-se, então, num contexto que exige atenção para os riscos envolvidos nessa atividade. Falta informação sobre os procedimentos seguros de trabalho e falta também o reconhecimento profissional, capaz de estimular a difusão de técnicas e a formação adequada do quadro de trabalhadores da área.

No âmbito do Direito do Trabalho, assunto de atribuição específica desta CAS, sempre que o interesse público assim exigir, é necessária a interferência do Estado em determinadas atividades profissionais, para limitar o seu livre exercício não para a formação de reserva de mercado para um determinado segmento econômico-profissional, mas, sim para imposição de deveres funcionais, em favor dos consumidores dos serviços, que podem acarretar sério dano social e risco à segurança, à integridade física, à saúde e ao bem-estar das pessoas, quando executados sem as cautelas necessárias.

Julgamos por oportuno citar, ainda, dois argumentos expostos pela ex-Senadora Rosalba Ciarlini. O primeiro registro é de que, com a presente regulamentação, o Estado e o consumidor passam a exigir desses profissionais o efetivo cumprimento da ética profissional e da responsabilidade pelo eventual descumprimento das normas sanitárias. São-lhes dadas, por outro lado, condições para exercerem sua profissão na sua amplitude de direitos, não permitindo a atividade de terceiros sem formação especializada para o seu exercício.

A segunda ponderação é que o PLC nº 112, de 2007, está em consonância com a tradição de nosso ordenamento jurídico, como o confirmam as diversas leis e dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, que teve seu início na década de trinta do século passado – imaginem só – com a finalidade de disciplinar certas profissões, a fim de garantir ao cidadão a prestação qualificada de serviços.

Quanto ao Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, queremos registrar que foi apresentado com os mesmos objetivos do PLC nº 112, de 2007, e com muitas similaridades. As diferenças, em nosso entendimento, não justificariam a modificação da iniciativa de tramitação mais longa, que é mais completa.

As emendas aprovadas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte aperfeiçoam a proposição. A Emenda nº 1 da Comissão de Educação suprime a expressão "técnica" do texto do inciso II, do art. 2º do PLC, para evitar controvérsias em relação à natureza da habilitação exigida, dado o uso do termo técnico para o ensino médio integrado à educação profissional.

Por sua vez, a Emenda nº 2 da Comissão de Educação uniformiza a redação do texto em relação à flexão de gênero dos termos "manicura" e "pedicura", que são substituídos por "manicure" e "pedicure".

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, com as emendas aprovadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011.

Esse é o voto, Sr. Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Para efeito de registro nas notas taquigráficas, a Senadora Ana Amélia leu o item 4 da pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Antes, eu gostaria de dizer que ontem não tive oportunidade de parabenizar a Senadora Ana Amélia pelo seu pronunciamento irretocável em relação à liminar anteontem concedida pelo Ministro Celso de Mello, em relação ao CNJ. Na hora em que ia fazer um aparte, fui chamado ao meu gabinete, pois havia um governador nosso à nossa espera. Mas quero dizer a V. Exª que foi a primeira a tocar no assunto, de maneira irretocável.

Parabéns por todo o seu conteúdo. Penso que teve um efeito muito grande o seu pronunciamento de ontem, pois já na imprensa do meu Estado repercutiu.

Está de parabéns pela iniciativa, Senadora!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, até porque o Senador Demóstenes Torres é autor de um projeto que dá força e poder ao CNJ e hoje a Comissão de Constituição vai ser...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Exatamente. Foi onde apontou qual a saída para esse caso, que seria hoje, se for possível.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Exatamente. Eu lhe agradeço muito, Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quero parabenizá-la por isso e também pelo relato desse projeto, extremamente meritório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero comunicar às Srªs e Srs. Senadores que esse projeto tramita em conjunto. Há um Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que busca

essa regulamentação das profissões de cabeleireiro, manicure, pedicure e de profissionais de beleza em geral. É um projeto de autoria do Deputado Salatiel Carvalho e a Senadora Ana Amélia é a relatora aqui.

Naturalmente, essa matéria é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, com as Emendas nº 1 e 2 – CE, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramitam em conjunto.

Só fazer aqui algumas observações. Em 06/12/2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o PLC nº 112, de 2007, com as Emendas nºs 1 e 2 – CE, e prejudicou o PLC nº 95, de 2011, que tramita em conjunto.

Está em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT– RS) – Esse tema vem sendo debatido na Câmara e no Senado há mais de duas décadas e sempre criam um obstáculo para a aprovação dele. Eu mesmo, quando era Deputado, apresentei o projeto, aprovei e, no fim, acabou sendo arquivado, por recurso ao Plenário.

Aqui mesmo, no Senado, fizemos debates e audiências públicas sobre esse tema diversas vezes, reunindo-nos com o setor inclusive, e a matéria não avançava. Penso que hoje é um dia importante, pois, felizmente, agora, com essa decisão tomada pela Câmara e com o nosso relatório aqui apresentado pela Senadora Ana Amélia – quando digo nosso relatório é o relatório que V. Exª fez –, veremos o projeto aprovado.

Só quero dar os parabéns à Relatora. O Moacyr, Presidente da Contratuh, esteve comigo há poucos minutos falando também desse projeto e teve que se retirar, mas há uma delegação deles aqui e eu disse que tinha certeza absoluta de que o relatório da Senadora seria aprovado por unanimidade.

Só isso, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente Jayme Campos, agradeço muito porque, com uma defesa dessa, já tenho o apoio dos Senadores pela palavra do colega Paulo Paim. É muito bom.

O Senador Cyro já tinha manifestado o apoio. Penso que o Moka, que tem um excelente cabeleireiro, excelente barbeiro, também vai apoiar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas na fronteira não somos assim, não temos muito esses luxos, não!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão a matéria.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas o Senador Moka está com um *new look*, agora. Isso não foi da fronteira.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas ainda é barbeiro, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É barbeiro, não é? A navalha é que é usada.

Vamos votar essa matéria; entretanto, estamos aguardando a chegada de mais alguns Senadores. Enquanto isso, leremos outros itens da pauta e depois faremos.

É não terminativo; todavia, estão faltando mais quatro assinaturas para completar a lista de presença ainda aqui.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, acabo de cometer uma injustiça. Imagine o pessoal lá, o João! Quando comecei a cortar o cabelo, nós o chamávamos de barbeiro, mas ele já é há muito tempo cabeleireiro também. No salão onde corto o cabelo, somos amigos de vinte e tantos anos. Foi, inclusive, meu aluno no Colégio Dom Bosco.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Imaginem, foi aluno do Moka! O Moka está com 75 anos! Nem tanto, não é?

Encerro a discussão.

Vou retirar o projeto, aguardo assinaturas. Já chegou o Senador Roberto Requião. Daqui a pouco vamos entrar em processo de votação, até porque esse item não é terminativo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E ele é amigo dos cabeleireiros e também dos barbeiros.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Como ele diz, "das cabeleireiras". É um feminista.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, ainda em relação a esse João, na Assembleia Legislativa, Senador, lembro-me de que, em relação a esse projeto, isso realmente tem uma tramitação difícil. Cheguei a participar, no Mato Grosso do Sul, de uma assembleia dos cabeleireiros na qual reivindicavam essa regulamentação. O João, esse cabeleireiro de Campo Grande, foi porta-voz desse grupo e tomei o compromisso – era Deputado Federal – de apresentar o projeto aqui. Mas a verdade é que já havia o projeto tramitando, e fico feliz, hoje, de ter participado do relatório da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Então, vamos encerrar a discussão e aguardar daqui a pouco. Imagino que há os cabeleireiros, os barbeiros, porque o projeto aqui, Senador Moka – é bom que se esclareça – cita cabeleireiro,

barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador.

É um projeto abrangente, que vamos votar daqui a pouco, aguardando só o quórum da presença aqui.

Item 1 da pauta. Decisão não terminativa.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera o art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, definindo que nos repasses de recursos oficiais seja exigida a certidão negativa de débito junto ao FGTS.

Autoria: Senador José Pimentel

Relatoria: Senador Casildo Maldaner

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, com a emenda de redação que apresenta.

Observações:

– A matéria constou na pauta das reuniões de 07 a 14/12/2011, sendo adiada a sua apreciação;

– A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa;

– Votação será simbólica.

Consulto o Senador Lauro, que se encontra presente aqui, se V. Exª poderia relatar essa matéria, *ad hoc*. Página 12, item 1.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pois não, Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Logo depois, temos uma reunião da CCJ muito importante, na qual tentaremos restabelecer os poderes do Conselho Nacional de Justiça, e tenho que estar presente.

Sou Relator do item nº 9 e requeri a V. Exª uma inversão de pauta para que, logo em seguida, eu possa ler o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É item 10, Senador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Plenário. Se V. Exªs concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Vou atender V. Exª, com a concordância do Plenário.

Com a palavra o Senador Lauro, para relatar, *ad hoc*, o item 1, p. 12.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Relator: Senador Casildo Maldaner.

Relatório.

É submetido a esta Comissão de Assuntos Sociais o Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, de autoria do Senador José Pimentel, que altera a Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, que proíbe as instituições oficiais de crédito de conceder empréstimos, financiamentos e outros benefícios a pessoas jurídicas em débito com o FGTS, para estender tal vedação a toda e qualquer instituição de crédito nos repasses de recursos oficiais.

A proposta tem apenas dois artigos. O primeiro dá nova redação ao art. 1º da referida Lei nº 9.012, de 1995, para estender a vedação de que trata a todas as instituições de crédito, nos repasses de recursos oficiais.

O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Segundo o autor, a proposição tem por objetivo resguardar a competitividade das instituições financeiras públicas, na medida em que a vedação contida no art. 1º da Lei nº 9.012, de 1995, na redação atual, implica restrição às suas atividades econômicas não imposta às suas congêneres privadas, o que pode ser interpretado como afronta aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

Argumenta ainda que, nos termos do art. 173, §1º, II, da Constituição, é explícita a sujeição das instituições financeiras oficiais às regras do direito privado, equiparando-as às instituições privadas no que tange a direitos e obrigações civis e comerciais.

Por fim, assevera que a ampliação da exigência de adimplência junto ao FGTS incentivará a arrecadação e a regularidade das empresas tomadoras de empréstimos.

A matéria foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais e à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Análise.

Nos termos do art. 90, incisos I e XII, art. 91, inciso I, e art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Sociais discutir, opinar e votar proposições submetidas ao seu exame, por despacho do Presidente, especialmente as que digam respeito a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência social, população indígena e assistência social.

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade, entendemos que a CAE se pronunciará oportunamente sobre tais aspectos.

Em relação à técnica legislativa, desde já há dois pequenos reparos a fazer. Conforme a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, art. 12, III, *d*, em uma modificação de lei por alteração de re-

dação, supressão ou acréscimo, o artigo modificado deve ser identificado "com as letras 'NR' maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final". Posto isso, cumpre notar que apenas o texto modificado permanece entre aspas no corpo do projeto, mas não as letras "NR".

Um segundo reparo é que a redação do art. 1º da Lei nº 9.012, de 1995, na forma proposta pelo PLS nº 184, de 2011, omite os §§ 1º e 2º da redação atual do referido artigo, sem que haja justificativa aparente para tanto.

Propomos emenda de redação ao final para corrigir esses lapsos.

Quanto ao mérito, concordamos com os argumentos do autor, Senador José Pimentel. Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que deu nova redação ao já referido art. 173 da Carta Magna, não faz sentido o tratamento diferencial dado pela Lei nº 9.012, de 1995, às instituições financeiras oficiais.

A presente proposição tem o condão de afastar definitivamente qualquer risco de interpretação equivocada da norma vigente, promovendo um tratamento isonômico entre as instituições financeiras públicas e privadas.

Mais do que isso, trata-se aqui de zelar pelo patrimônio dos trabalhadores contribuintes do FGTS. Por uma questão de justiça, não tem cabimento permitir que devedores do Fundo tenham acesso a créditos lastreados em recursos oficiais, geralmente concedidos em condições facilitadas. Ao mesmo tempo, não é demais lembrar que a arrecadação do Fundo se destina não só à proteção desses trabalhadores, mas igualmente ao financiamento de projetos de infra-estrutura, habitação e saneamento.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2011, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº 1 – CAS
(Ao PLS nº 184, de 2011)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 184, de 2011:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.012, de 30 de março de 1995, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º. É vedado às instituições de crédito, nos repasses de recursos oficiais, conceder empréstimos, financiamentos, dispensa de juros, multa e correção monetária ou qualquer outro benefício a pessoas jurídicas em débito com as contribuições para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS."

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Lauro.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Para discutir, Senador Paulo Paim com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Pimentel é tão louvável que eu entenderia – não sei se o Relator *ad hoc* aqui concorda. De fato, as contribuições sociais são fundamentais para manter o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e também a própria Previdência Social, na sua extensão.

É uma pena que autor do projeto não esteja aqui, mas eu colocaria uma pequena emenda aqui, Sr. Presidente, naquela visão que temos demonstrado aqui, de dar respaldo aos benefícios dos aposentados e pensionistas. Eu colocaria, aqui no final, que as contribuições do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e da seguridade social, porque daí também quem estiver em dívida com a Previdência vai ter que acertar as contas lá, se quiser ter qualquer tipo de benefício.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e consulto o Senador Lauro, que foi Relator *ad hoc*, se V. Exª concorda com a emenda proposta pelo Senador Paulo Paim.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, cabe vista desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu vou pedir vista do projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vista pedida pelo Senador Cyro Miranda.

Consulto o Plenário se pode ser vista coletiva. *(Pausa.)*

Vista coletiva concedida.

Eu gostaria de solicitar ao Senador Paulo Paim para formalizar a emenda à secretaria desta Comissão.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2011
– Terminativo –

Dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senador Roberto Requião

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, e das Emendas nºs 1 e 2 – CDH, que apresenta.

Observações:

– Em 24.11.2011, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH aprovou Parecer Favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 – CDH;

– Votação nominal;

Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Requião para proferir o seu relatório.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com essa proposta, Sr. Presidente, o Senador Paulo Bauer se consagra como o protetor das crianças de até seis anos. É um belo projeto.

Vamos ao relatório.

Em análise nesta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, do Senador Paulo Bauer, que pretende assegurar às trabalhadoras, empregadas ou avulsas, com filhos menores de seis anos, o pagamento em dobro do salário-família, benefício previdenciário previsto na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Justificando a iniciativa, o autor registra a má distribuição de tarefas entre homens e mulheres e o impacto negativo que os filhos causam quando da inserção das mães no mercado de trabalho, dificultando-lhes o acesso às carreiras mais bem remuneradas ou aos postos hierarquicamente superiores.

O proponente também cita comparação, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), entre o número de horas dedicadas por homens e mulheres às tarefas domésticas. Vê-se que as mulheres assumem quase o triplo do tempo de trabalho despendido com tarefas do lar em relação aos homens, além de ficarem encarregadas de outros serviços externos, de acompanhamento dos filhos nos cuidados educativos e de saúde.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas ao projeto.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa analisou a matéria, concluindo pela sua aprovação com duas emendas. Uma altera a redação da ementa e outra é destinada a atender às normas que regem a responsabilidade fiscal, tendo em vista que se trata da ampliação de um benefício previdenciário.

Análise.

O benefício do salário-família insere-se nos campos do Direito do Trabalho e da Previdência Social. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade nem de antijuridicidade.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre a presente proposição.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta. Trata-se de uma medida compensatória, um benefício maior para quem enfrenta maiores dificuldades e responsabilidades. Embora se saiba que esses valores deveriam ingressar integralmente na renda familiar, em favor dos filhos, não se pode visualizar as famílias como um modelo único.

Há, inegavelmente, um crescimento no número de domicílios sob responsabilidade das mulheres trabalhadoras. Em muitos casos, a participação do homem é mínima, tanto no trabalho doméstico como na renda familiar, e a sobrecarga econômica enfrentada pelas trabalhadoras acaba retardando ou dificultando a emancipação feminina, além de prejudicar a educação e evolução saudável dos filhos.

Cuida-se, com a proposição, de oferecer um apoio previdenciário adicional às mães trabalhadoras, empregadas ou avulsas, com idade entre zero e seis anos, que, em última instância, deverá resultar em benefícios para os filhos, preocupação central do salário-família. Combina-se a ampliação de um benefício para trabalhadores de baixa renda com a canalização desses recursos para aquelas que, segundo as pesquisas sociais e econômicas, vêm assumindo a maior parte das responsabilidades em relação também ao maior número de crianças.

É claro que essa é apenas uma medida dentro de um conjunto de iniciativas necessárias à política social de combate às desigualdades de gênero no trabalho. É preciso também combater a discriminação no acesso aos empregos e às remunerações diferenciadas sem argumentos razoáveis, oferecer creches e apoio assistencial e melhorar a empregabilidade, com oferta de treinamentos e reciclagens, das cidadãs trabalhadoras.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou a matéria com duas emendas, que julgamos oportunas e cabíveis. A primeira altera a ementa da proposição para citar a lei que está sendo modificada. A segunda cuida do impacto financeiro da medida nas receitas previdenciárias, com observância dos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, malfadada Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, com as emendas adotadas pela Comissão de Direitos Humanos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço ao Senador Roberto Requião.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Paulo Bauer, autor do projeto.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, registrar que eu vivo uma condição de apreensão e de ânimo, neste momento, na Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que, se este projeto for aprovado, se o relatório do Senador Requião for aprovado, eu termino este ano, o primeiro ano do meu mandato como Senador, comemorando a aprovação do único projeto de minha autoria nesta Casa, neste ano. Muitos estão tramitando, mas é sempre muito prazeroso poder terminar o ano com um projeto desta envergadura aprovado.

Por isso, se for possível, eu quero pedir aos Srs. Senadores que participam desta reunião que analisem a matéria e deliberem a respeito dela na data de hoje sem que haja uma postergação, porque, com certeza, o projeto, indo à Câmara dos Deputados, já que aqui ele tem a condição de deliberação terminativa, no primeiro semestre do ano que vem, poderá ser analisado naquela Casa e também aprovado para efeito de sua prática e de sua aplicação na vida das trabalhadoras brasileiras.

O Senador Roberto Requião foi muito feliz. Eu quero cumprimentá-lo pela excelência do seu relatório e me permita, Senador Requião, aqui acrescentar duas ou três informações que eu considero relevantes para o entendimento e a compreensão dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras acerca dessa matéria.

Quem instituiu o salário-família no Brasil foi o Presidente Getúlio Vargas na época em que se conferiu ao trabalhador uma série de novos direitos trabalhistas.

Desde lá, a legislação não foi modificada em relação a esse benefício. Ele é pago tanto para a mulher como para o homem que tenham filhos com idade até 14 anos. O valor não é significativo, ele se aproxima de R$ 35,00 atualmente, e a mãe recebe, por meio do seu empregador, o valor correspondente aos seus filhos; o pai recebe do empregador a quem ele está vinculado o mesmo valor. Portanto, se um casal tem três filhos, eles recebem seis cotas de salário-família, três por parte do pai e três pelo lado da mãe. O empregador, o patrão, que paga esse valor, na verdade não tem nenhuma despesa com esse pagamento, porque, ao final do mês seguinte ao do pagamento, o empregador desconta o valor passado e repassado ao trabalhador da guia do INSS que ele paga ao Governo. Portanto, quem paga, quem custeia o salário-família é a Previdência Social; não é a empresa, não é o empregador.

De outro lado, é preciso mencionar que a Constituição Federal diz expressamente que é direito de todas as crianças do País ter creche – e creche pública – e que isso é uma competência municipal.

V. Exªs sabem que eu sou do Estado de Santa Catarina, um Estado que tem uma grande condição positiva em termos de economia e de atendimento social à sua população. Entretanto, nos Municípios mais desenvolvidos do meu Estado, ainda é difícil vermos e verificarmos um número, tipo 60%, 70% de crianças atendidas em creches públicas. Existem, inclusive, Municípios, Senador Requião, que não alcançam 10% do número de crianças atendidas em creches públicas.

Ora, se uma mulher é trabalhadora, tem três filhos e dois desses filhos são menores de seis anos, ela trabalha o dia inteiro na empresa e não tem onde deixar os filhos se não existir creche pública. O que ela faz? Ela precisa entregar as suas crianças no contraturno escolar para uma tia, para uma vizinha, para, digamos assim, uma pessoa que possa cuidar até eventualmente da própria família; senão ela não consegue cumprir o turno de trabalho na fábrica, na empresa, no comércio onde ela tem o contrato de trabalho.

Aí vem uma situação: se a Constituição manda manter creches e abrir creches e o Poder Público não consegue, nós estamos deixando de dar atenção à criança, à mulher trabalhadora e deixando de cumprir o dispositivo constitucional. Ninguém até hoje foi penalizado por isso em nenhum Município brasileiro pelo descumprimento dessa disposição constitucional.

De outro lado, é preciso mencionar que a mulher brasileira recebe em torno de 18% a 20% menos de salário do que o homem trabalhador, em média, em todas as atividades.

O Senador Paulo Paim, que cuida muito desse assunto de salário mínimo, emprego e trabalho, sabe perfeitamente disso e todos os senhores e senhoras conhecem a realidade: a mulher ganha menos e, segundo levantamentos oficiais do Governo, chega a trabalhar, como dona de casa e mãe de duas ou três crianças, cerca de 28 horas por semana a mais nas atividades domésticas e não ganha tanto quanto o homem na atividade onde está empregada.

A forma de compensarmos de alguma maneira essas situações é, no meu ponto de vista, fazendo com que o salário família seja pago em dobro em relação às crianças menores de seis anos para a mãe e não para o pai – e ainda é pouco. Mas, Senador Requião, façamos um cálculo: se uma mulher percebe R$ 1mil por mês como salário líquido na empresa onde está, se tiver dois filhos ou três filhos com menos de três anos, ela vai receber 10% a mais de salário. Isso é muito importante na vida dela.

E mais um detalhe que é preciso esclarecer: eu apresentei à Ministra Iriny Lopes esse projeto, fui ao Governo e disse que não é um projeto de um Senador da oposição, não é um projeto que se faz e que eu quero que seja aprovado para fazer discurso; ele é para fazer justiça, para fazer o bem, para fazer um

benefício para a mulher e para a criança. E vejam V. Exªs: se uma mulher tem filhos e é mãe solteira, o pai não está identificado ou não está a ele atribuída a responsabilidade pelos filhos, o Governo, via previdência, paga cota de salário família e economiza a do pai. Nesse caso o Governo está tendo lucro quando a mãe é solteira.

Na segunda opção, se houver um divórcio, o pai não terá a guarda dos filhos e, nesse caso, ele não percebe também o salário família apesar de pagar a pensão alimentícia correspondente a eles. Além de perder uma renda, ele ainda tem que arcar com o pagamento da pensão alimentícia.

Em terceiro, se houver a viuvez de uma mulher, a morte do seu marido, também as crianças perdem. E isso é injusto, porque, nesse caso, o Estado deveria estar mais presente do que estava quando o pai era vivo.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, que este é um projeto que não pode merecer contestação. Em todos os contatos e conversas que mantive, ele mereceu a aprovação, mereceu aplausos até porque, efetivamente, vai, desde Getúlio Vargas, ser o primeiro projeto, a primeira lei, que avança, melhora e faz mais justiça com essa importante conquista do trabalhador e da trabalhadora brasileira que é o salário família.

E, como disse o Senador Requião, eu quero sempre trabalhar pelas crianças. E, se for aprovado este projeto, tenho certeza de que elas serão as maiores beneficiadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª e vamos encerrar a discussão. (*Pausa.*)

Como não há mais ninguém que queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, ressalvadas as Emendas nºs 1 e 2 da CDH.

Vamos entrar em processo de votação.

Eu gostaria de avisar às Srªs e Srs. Senadores que temos projetos muito interessantes, entre os quais esse do Senador Paulo Bauer, que estamos votando em decisão terminativa, dos cabeleireiros e dos comerciários. São projetos que exigem quórum, sobretudo porque são de caráter terminativo.

Solicito às Srªs e Srs. Senadores que permaneçam para entrarmos em processo de votação.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o autor e o relator, cumprimentando ambos pela iniciativa. Já fizemos o debate na Comissão de Direitos Humanos e é um belo projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Rodrigo Rollemberg: como vota?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Voto favorável ao relator, parabenizando o autor pela excelente ideia desse projeto.

Parabéns, Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador João Durval: como vota?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Waldemir Moka: como vota?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto "sim", Sr. Presidente, parabenizando o autor, Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Lauro Antonio: como vota?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto "sim" e parabenizo o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto a Senadora Ana Amélia: como vota?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o autor e o relator. Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto o Senador Cícero Lucena: como vota?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, eu só queria dizer, antes de dar o meu voto, e claro que vai ser "sim", que na minha região, além de tudo aquilo que o Senador Paulo Bauer colocou, nós temos casos de mães deixarem filhos de cinco anos cuidando de filhos com dois ou três anos no barraco ou na casa.

Então, nada mais justo do que a proposição do Senador, bem como o voto do relator.

Então, eu acompanho ambos, parabenizando-os.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, parabenizando a iniciativa do autor dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o autor e o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o autor e o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o autor e o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Roberto Requião?

Voto já conhecido.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com o projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com o relator e com o autor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aprovado por unanimidade esse projeto.

Eu consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as Emendas nºs 1 e 2, da CDH.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovadas.

Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, e as Emenda nº 1 CDH/CAS e nº 2 CDH/CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 4. Vamos votar, porque essa é a segunda votação em turno suplementar.

Esse é o dos cabeleireiros, está certo. Eu imagino que haja alguns cabeleireiros aí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria falar pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria registrar a presença do Sindibeleza, da sua presidente, Maria Mesquita Hellmeister.

Esse sindicato tem 48 anos de fundação. É uma equipe que trabalha de uma forma muito alinhada com a responsabilidade social. Tem sede em São Paulo e subsede em Guarulhos, em São Paulo.

Então, saúdo a Maria Mesquita Hellmeister. Também, a Maria dos Anjos... Aliás, a Maria dos Anjos é a nossa presidente. Ela também representa a Contratuh e é a diretora executiva da área de Institutos de Beleza e Cabeleireiros de Senhoras, Barbeiros, Lustradores de Calçados – que se incluem, também, nessa relação –, além de presidir o Sindibeleza.

Também o William Woo, presidente da Associação Nacional do Comércio de Artigos de Higiene Pessoal e Beleza.

A Maria dos Anjos, eu queria até saudá-la, porque ela também é uma líder que está envolvida com a categoria. Ela também participa do CTG União e Tradição, em Embu, São Paulo. É a tradição envolvendo.

Eu achei muito bonita a frase que traz a publicação do Sindibeleza: "Eu não disse que seria fácil. Eu disse que valeria a pena." Essa é uma frase de D. Bosco e a gente pode dizer isso em relação a esse projeto que o Senador Paulo Paim muito bem lembrou. Ele teve a iniciativa. Também os Deputados, como foram relembrados por V. Exª, não só o Salatiel Carvalho, mas o Marcelo Teixeira e, também, a ex-Senadora Rosalba Ciarlini.

Então, essas pessoas todas trabalharam intensamente para deliberar sobre uma matéria que diz respeito ao interesse dos cabeleireiros.

Eu queria, particularmente, fazer uma referência ao Marcelo Chiodo, que é o presidente do Sindicato dos Salões de Barbeiros, Cabeleireiros, Institutos de Beleza e Similares do Rio Grande do Sul, que foi o primeiro líder da categoria que me provocou para que solicitasse urgência na tramitação dessa matéria, o que estou fazendo agora, nesta Comissão, solicitando encarecidamente, a todos os Srs. Senadores, o apoio a essa categoria que é tão importante para todos nós, na nossa necessidade de bem apresentar, com a valorização dessa categoria, com a valorização também do preparo técnico para todos eles.

Muito obrigada, Sr. Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Está encerrada a discussão, diante de que esta matéria, tendo sido lida e discutida, naturalmente terá como relator da matéria... Fiz apenas o encaminhamento.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Questão de ordem, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – É só para registrar a presença do representante da Anabel, uma associação brasileira de artigos de beleza que se encontra aqui e ponderou a importância desta matéria. Então, faço questão de registrar.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Quero associar-me a V. Exª, Senador Cícero Lucena, e à Senadora Ana Amélia, registrando também a presença aqui das líderes desse segmento da classe trabalhadora brasileira. Que tenham todo o respeito não só do Senador Jayme Campos, mas, sobretudo, de todos os membros desta Comissão.

Em votação o parecer, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, com as Emendas nºs 1 e 2 – CE, e pela declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramita em conjunto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Exª me permite só um segundo?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É só uma frase. Primeiro, mais uma vez, cumprimento a Senadora Ana Amélia. Apenas para dizer que o Moacyr Roberto Tesch, que não só está aqui porque é Presidente da Contratuh – a Senadora Ana Amélia lembra –, da qual está aqui uma diretora, pediu-me muito que eu dissesse que ele vem acompanhando há anos esse projeto. Cumprimenta o autor e a Relatora. É o Presidente da Contratuh, Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2007, com as Emendas nºs 1 CE/CAS e 2 CE/CAS, e aprovada a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2011, que tramita em conjunto.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal.

Cumprimento vocês. Estão de parabéns pelo projeto aqui! *(Palmas.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria ampliar e completar essa decisão e essa deliberação, agradecendo, antecipadamente, a todos os Senadores e Senadoras, Senador Presidente Jayme Campos, e a presença dos cabeleireiros.

Valendo-me do Regimento Interno do Senado Federal, no capítulo XX – Da Urgência, que trata das disposições gerais, no art. 336, Sr. Presidente, está dito que nós podemos, pela Comissão, coletivamente, pedir a urgência dessa matéria em plenário.

Então, é o pedido que faço para concluir, com sucesso, neste exercício. Faço verbalmente a solicitação dessa urgência e, depois, encaminharia. Peço, mas preciso que os Senadores aprovem essa solicitação para o encaminhamento em plenário.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Quero unir-me, fazendo em conjunto, ao pedido, ao apelo que faz a Senadora Ana Amélia. Depois de tanto tempo tramitando, com tanta gente, eu acho que teríamos que dar urgência à votação disso em plenário, Sr. Presidente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Na mesma linha, Sr. Presidente, somando-me à urgência.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu solicito a V. Exª apenas para formalizar o requerimento de urgência a fim de encaminharmos, mas, de qualquer maneira, sabendo que V. Exª vai formalizar, já vou ler aqui, naturalmente dentro da forma regimental.

Submeto ao Plenário o requerimento de urgência para o PLS nº 112, de 2007, conforme o art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento de urgência será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências, evidentemente aguardando a formalização para encaminhar à Secretaria da Mesa.

Está aprovado. *(Palmas.)*

Vocês são privilegiadas e privilegiados, porque aqui há um consenso. É de forma consensual que o projeto, relatado por esta valorosa mulher brasileira Ana Amélia, foi aprovado e, sobretudo, vamos encaminhar, se possível, para votar em caráter de urgência também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como é simbólico, nós poderíamos votar o dos comerciários? Porque é só para ver se todos concordam que continue...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Vamos votar já, rapidamente.

Eu estava aguardando o Relator da matéria, que é o Senador Ricardo Ferraço, que me pediu que o aguardássemos um pouquinho. Se ele não chegar, daqui a pouco vamos votar.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, eu pediria que seguisse a pauta, porque eu sou o terceiro.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª vai ser atendido mesmo antes de pedir, pela sua simpatia inconteste aqui, admirado que é por todos nós.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a destinação dos recursos de premiação das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal não procurados pelos contemplados dentro do prazo de prescrição, e altera a Lei nº

10.260 de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

Autoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

– A matéria constou na pauta da reunião do dia 14.12.2011, sendo adiada a sua apreciação;

– A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), muito bem presidida pelo Senador Roberto Requião, que aqui nos honra com a sua amável presença;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Cícero Lucena para proferir o seu relatório.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Sr. Presidente, o relatório já foi distribuído. Inclusive, V. Exª já fez referência na reunião anterior e, como eu não tenho o timbre de voz que tem o Senador Requião, dou como lido o relatório.

O meu voto é pela aprovação com o substitutivo que apresentei e já distribuído anteriormente a todos os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Cícero Lucena.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011, na forma do substitutivo que apresenta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2011, na forma da Emenda nº 1 – CAS, Substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Educação e Cultura.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, a Senadora Vanessa Grazziotin, que chegou um pouco atrasada hoje, mas tem o privilégio e a primazia de pedir "pela ordem" em todos os momentos que naturalmente se fizerem necessários. Ela é uma das primeiras que chegam aqui. Hoje ela chegou um pouco atrasada, mas confesso que senti sua falta de imediato. Mas ela já nos honra com a sua presença.

Pela ordem a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Mas eu não vou me intimidar com esse comentário, não, Sr Presidente; vou fazer a questão de ordem.

Na verdade, é uma solicitação que faço a V. Exª, não só porque cheguei após haver sido iniciada a reunião, mas também porque vou ter de sair antes. Está aqui também a Senadora Lídice, e temos de abrir a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu falei que senti a falta de V. Exª porque V. Exª é assídua.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria, se V. Exª e os colegas me permitirem e se fosse possível, de pedir a inversão da pauta para aprovarmos o requerimento que eu apresentei, para a realização de audiência pública.

E por que o aprovaríamos agora? Para a realização da audiência pública em fevereiro, para debater ações relativas ao cumprimento da legislação brasileira, que obriga a reparação da mama como parte do tratamento de câncer de mama no Brasil.

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica vai desenvolver um grande evento no início de março do ano que vem, e seria importante que fizéssemos um debate, logo no começo de fevereiro, sobre o assunto.

Portanto, há a necessidade de aprovarmos o requerimento hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – V. Exª será atendida extrapauta.

Agora vamos ler o Projeto de Lei da Câmara nº 28, que é de relatoria do Senador Gim Argello.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – E depois entraria o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – V. Exª poderia pedir à Senadora Ana Amélia ou a outro Senador que o subscrevesse, porque eu vou ter de me retirar?

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Para fazer o encaminhamento?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Para fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Com certeza.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente.

Então, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Se o Senador Gim Argello permitir, tendo em vista a presença da autora, levaremos um minuto para ler o requerimento aqui.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – **Item extrapauta**:

REQUERIMENTO Nº 70, DE 2011 – CAS

Requeiro nos termos dos art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública, para debater a aplicação da Lei nº 9.797/1999, que dispõe sobre a obrigatoriedade da cirurgia plástica reparadora da mama pela rede de unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS nos casos de mutilação decorrentes de tratamento de câncer, com as presenças do Dr. Luciano Chaves, Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, representante do Ministério da Saúde, do Conselho Federal de Medicina– CFM, da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde de Mama – FEMAMA e da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Consulto se V. Exª quer encaminhar o seu requerimento. *(Pausa.)*

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

V. Exª foi atendida melhor do que se esperava.

ITEM 7
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2010 – Terminativo –

Altera a Lei nº 10.602, de 12 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas e dá outras providências.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010.

Observações:

– Em 28.09.2011, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, aprovou Parecer Contrário ao Projeto;

– Em 14.12.2011, lido o Relatório pelo Senador Gim Argello e encerrada a discussão, foi adiada a votação;

– Votação nominal.

Eu gostaria de consultar se os Srs. Senadores estão preparados para a fase de votação. *(Pausa.)*

Algum comentário ou observação como Relator, Senador Gim Argello? Consulto V. Exª.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Não, só agradecer a todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, pois é um projeto para fazer justiça a essa carreira de trabalhadores, que são os despachantes documentalistas.

Podemos ir ao voto, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu quero cumprimentar o relator e votar favoravelmente ao relatório. Parabéns, Senador Gim Argello!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Voto com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota a Senadora Ana Amélia?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Com o relator e o autor.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cícero Lucena?

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco/PSDB – PB) – Com o relator, Sr. Presidente, pela amplitude do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com o relator, parabenizando-o. É extremamente meritório esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Vicentinho Alves?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Gim Argello? Voto já conhecido: "sim", com louvor.

Aprovado por unanimidade o projeto. *(Palmas.)*

Aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2010.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

A decisão foi terminativa.

V. Exªs estão de parabéns pela aprovação, por unanimidade, desse projeto muito bem relatado pelo Senador Gim Argello!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma pergunta a V. Exª.

O Senador Ricardo Ferraço já leu o relatório, o projeto já foi aprovado. Agora, é turno suplementar. Houve emendas? Se não houve emendas...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Eu vou só... Se havia emendas... Até agora não houve emendas. V. Exª tem razão. Nós vamos votar, porque é um projeto que está em turno suplementar.

Vamos aguardar dois minutos. Caso contrário, após a votação deste projeto aqui, entrará o projeto dos comerciários.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 211, DE 2010
– Terminativo –

Modifica a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder seguro-desemprego aos artistas, músicos e técnicos em espetáculos de diversões.

Autoria: Senadora Marisa Serrano

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº211, de 2010, com as Emendas nºs 1 a 6-CE e as duas subemendas que apresenta.

Observações:

– Em 21.06.2011, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE aprovou parecer favorável ao projeto com as Emendas nºs 1 a 6-CE.

Solicito silêncio. A Presidência pede, de forma muito humilde, que façam silêncio para a leitura do relatório dos demais Senadores.

A votação será nominal.

Solicito às Srªs e aos Srs. Senadores que permaneçam para votarmos não só este como outros projetos que se encontram nesta Comissão.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir o seu relatório.

Item 8, p. 108.

V. Exª está com a palavra, Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório. V. Exª, se possível, faça a análise, tendo em vista que este projeto se encontra aqui, na Comissão, para entrarmos em processo de votação.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Jayme Campos, vou direto à questão relacionada à categoria que se pretende proteger, dos músicos, dos artistas performáticos, incluindo bailarinos, e dos técnicos em espetáculos de diversão – tais como os cenografistas, figurinistas, iluminadores, etc. –, que constituem um grupo que, a despeito de uma imagem glamorizada, encontra-se em situação de grande vulnerabilidade social.

Efetivamente, ainda que os números sejam imprecisos, os trabalhadores em questão, ainda que – como assevera a autora – sejam em pequeno número, cerca de 65 mil trabalhadores são afligidos por um desemprego permanente, da ordem de 80 a 85%, e, quando estão empregados, muitas vezes se envolvem em relações de trabalho informais e de curta duração.

A precariedade da condição social do artista performático e do técnico de cena não é peculiar à situação trabalhista do Brasil, sendo percebida em todos os países e objeto das preocupações da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que mantém programa específico para a condição social do artista.

A autora do projeto alerta, com razão, que as condições de trabalho peculiares do artista tornam muito difícil a sua inclusão no regime geral do seguro-desemprego, não obstante a existência de bolsões de trabalhadores que mantêm relações trabalhistas regulares, tais como os músicos de orquestras sinfônicas e os bailarinos de corpos de baile estáveis.

Em razão disso, necessária, entende a autora, a criação de regras especiais para a concessão de seguro-desemprego, dado que seria impossível a criação de sistema específico que fosse dotado de sustentabilidade financeira.

Na Comissão de Educação, o Relator, Senador Waldemir Moka, concordou com as razões da autora, mas houve por bem sugerir modificações na sua redação para aumentar o período mínimo de trabalho a cada 12 meses, necessários para a concessão do benefício, o que é louvável, porque é uma iniciativa

que dá, digamos, maior capacidade de aprovação, inclusive por parte do Governo, de 30 para 60 dias, para explicitamente excluir a possibilidade de cumulação do seguro-desemprego do artista com o benefício geral e também fixar o montante do benefício em um salário mínimo.

Essas modificações estão contidas nas Emendas nºs 4, 5, e 6 da Comissão de Educação e possuem inegável mérito também. A ampliação do prazo mínimo de trabalho de 30 para 60 dias, além de consistente com a necessidade de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que custeará o pagamento do benefício, com a necessidade de justificação social do benefício junto aos demais trabalhadores.

As Emendas nºs 5 e 6, por sua vez, representam uma desejável cautela, para explicitar a vedação de recebimento combinado do benefício e fixar seu valor no mínimo, pois, ainda que possamos argumentar que tais disposições já estavam implícitas no texto, é sempre salutar impedir eventuais interpretações espúrias.

As Emendas nºs 1, 2 e 3 são puramente de redação, obedecendo ao critério de agregação das categorias em virtude das leis que as regulamentam, merecendo, igualmente, aprovação.

Apenas do ponto de vista unicamente da redação legislativa, consideramos adequada a alteração das grafias dos numerais veiculadas nas emendas, que são feitas apenas por extenso, ao passo que, no projeto e na própria Lei nº 7.998, de 1990, é feita em algarismos, seguidos do numeral por extenso entre parênteses. Propomos, então, subemendas, nos termos do art. 231 do Regimento Interno do Senado Federal, para modificar essa grafia, a fim de preservar a coerência formal da Lei nº 7.998.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 211, de 2010, na forma das emendas nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6 da Comissão de Educação, com as seguintes subemendas:

SUBEMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)
(à Emenda nº 4 – CE ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à Emenda nº 4 – CE a seguinte redação: Dê-se ao inciso I do art. 3º-B da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"I – haver trabalhado nas atividades arroladas no caput por ao menos 60 (sessenta) dias nos 12 (doze) meses anteriores à data do requerimento do benefício;"

SUBEMENDA Nº – CAS (DE REDAÇÃO)
(à Emenda nº 6 – CE ao PLS nº 211, de 2010)

Dê-se à Emenda nº 6 – CE a seguinte redação:

Dê-se ao art. 4º-A da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, nos termos do que dispõe o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, a seguinte redação:

"Art. 4º-A. O benefício do seguro-desemprego será concedido ao músico, artista ou técnico em espetáculos de diversões com o valor mensal de um salário mínimo, por um período máximo de 4 (quatro) meses, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo de 12 (doze) meses, contados da data de seu registro profissional nos termos da Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, ou da Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, ou a partir do mês subsequente ao pagamento da última prestação de seguro-desemprego referente a período aquisitivo anterior."

Esse é o voto e essa é a subemenda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Está em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, ressalvadas as Emendas nºs 1 a 6 e as duas subemendas que apresenta.

Vamos proceder à votação nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Wellington Dias?

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Durval?

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco/PDT – BA) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, com a Relatora, que é a Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Ricardo Ferraço?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Lauro Antonio?

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – A Senadora Ana Amélia tem o voto conhecidíssimo.

Como vota o Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Com a Relatora, parabenizando-a.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador João Vicente Claudino?

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Paulo Bauer, se ainda se encontrar presente?

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Concluída a votação.

Está aprovado, por unanimidade, o projeto.

Consulto as Srªs e os Srs. Senadores se podemos repetir a votação para as Emendas nºs 1 a 6 e para as duas subemendas oferecidas pela Relatora.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2010, e as Emendas nºs 1, 2, 3 e 5 – CE/CAS; a Emenda nº 4 – CE/CAS, com a Subemenda nº 1 – CAS, e a Emenda nº 6 – CE/CAS, com a Subemenda nº 2 – CAS.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência no plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Item 6, p. 71:

ITEM 6
TURNO SUPLEMENTAR DE DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 115, DE 2007
– Terminativo –

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de comerciário.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim

Senador Paulo Paim, como sempre, fazendo coro e letra nos seus projetos aqui: é um projeto extremamente meritório.

É louvável a iniciativa de V. Exª de fazer um projeto como este. Por muito tempo, já era aguardado pela classe dos comerciários brasileiros. Faço esse comentário porque eu também fui comerciário muitos anos e me sinto contemplado, da mesma forma, mesmo hoje não estando trabalhando na área. Repito: eu me sinto também contemplado com o projeto de V. Exª.

TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2007
– Terminativo –

Dispõe sobre o reconhecimento da profissão do comerciário, regulamenta sua jornada de trabalho e dá outras providências.

Autoria do Projeto: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei nº 115, de 2007, nos termos do Substitutivo que apresenta e pela Declaração de Prejudicialidade do PLS nº 152, de 2007.

– Na reunião da Comissão de Assuntos Sociais, em 14.12.2011, foi aprovado o substitutivo (Emenda nº 1 – CAS) ao PLS Nº 115, de 2007, ora submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

– Ao Substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral.

Consulto o nosso ilustre Relator, Senador Ricardo Ferraço, se foi apresentada alguma emenda no turno suplementar.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, não foi apresento qualquer tipo de emenda. Então, estamos solicitando dos Pares, dos nobres colegas desta Comissão que possamos, então, votar, em turno suplementar, essa que é uma vitória dos trabalhadores comerciários do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, só uma frase.

Quero cumprimentar o Relator, Senador Ricardo Ferraço, pelo substitutivo que fez, ouvindo todos os setores da sociedade. É uma alegria enorme ver a votação, hoje, em segundo turno.

Quero dizer também da contribuição do Senador Simon, já que o Relator teve a sabedoria de fundir os dois projetos, ouvindo todo o setor.

Parabéns ao Relator. Parabéns a V. Exª. Isso foi fundamental para que a matéria viesse a voto.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Continua em discussão.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, também só para dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Wellington Dias, com a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – ... da alegria, do orgulho desses projetos que estamos aprovando hoje: de um lado, o que regulamenta a profissão de cabeleireiro, esse dos documentalistas; agora, o dos comerciários, em fase já conclusiva, em segunda votação.

Parabenizo V. Exª pela condução da Comissão. Quero dizer que foi um prazer muito grande trabalhar, aqui, com um Presidente sempre presente, ousado na pauta. Acho que foi uma das comissões que mais aprovou neste ano.

Parabenizo, também, a iniciativa do Senador Paulo Paim, sempre ligado e comprometido com as causas dos trabalhadores.

Por isso, defendo aqui a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª as suas palavras generosas e bondosas.

Naturalmente, o bom andamento do trabalho é graças à participação efetiva de cada colega Senador, que naturalmente tem dado bastante presença aqui, permitindo que aprovemos vários projetos de interesse sobretudo da classe trabalhadora brasileira que depende visceralmente da regulamentação da sua profissão, bem como outros projetos também inerentes a esta Comissão.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Senador, gostaria de associar-me ao Senador Wellington Dias em suas palavras, para manifestar meu apoio a esse projeto, que vem fazer justiça a uma classe de trabalhadores tão importante como a dos comerciários, e, ao mesmo tempo, também cumprimentar V. Exª, Senador Jayme Campos, pela condução serena, firme e profícua desta Comissão.

Certamente, a Comissão de Assuntos Sociais será lembrada como uma comissão que aprovou, ao longo de 2011, projetos da maior importância para a população brasileira, especialmente para os trabalhadores brasileiros.

V. Exª e todos os membros desta Comissão estão de parabéns. Eu me sinto muito orgulhoso de ter convivido e participado desta Comissão.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, Senador Rodrigo, as palavras entusiásticas, sobretudo palavras que nos entusiasmam a continuar a trabalhar com mais energia, em defesa dos interesses do povo brasileiro.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo do PLS nº 115, de 2007, é definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Portanto, está aprovada a matéria.

Parabéns, Senador Paulo Paim, Senador Ricardo Ferraço e Pedro Simon.

Esse é um projeto extremamente importante para os comerciários brasileiros.

Sinto-me também contemplado, porque fui comerciário por muitos anos, meu caro Senador Paulo Paim.

Nós vamos para o Item 2, decisão não terminativa, p. 20.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2011
– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre a expansão das vagas na educação profissional técnica articulada com o ensino médio.

Autoria: Senador Wilson Santiago

Relatoria: Senador Paulo Bauer

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011, com a emenda que apresenta.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, em Decisão Terminativa;

– Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, o relatório que produzi a respeito desta matéria apresento neste momento:

Relatório.

O Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011, de autoria do Senador Wilson Santiago, visa a estabelecer em 40% o percentual mínimo da oferta de vagas de educação profissional articulada ao ensino médio na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para tanto, o projeto altera as disposições transitórias da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

Para o enfrentamento das despesas suscitadas, o autor sugere a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) como fonte adicional de financiamento da educação profissional. Nesse caso, propõe, também, a modificação da redação do art. 10 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, de modo que a educação profissional seja contemplada com recursos desse fundo.

Para justificar a proposição, o autor enfoca a necessidade de criar oportunidades educacionais para o grande número de jovens com idade de 18 a 24 anos, fora da escola e sem ocupação profissional. A medida conjuga positivamente o interesse nacional, as necessidades sociais e o estímulo e revigoramento dos sistemas de ensino.

Após análise da Comissão de Assuntos Sociais, a proposição, que até aqui não recebeu emendas, segue à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa.

ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito de proposições que tratem de relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões. Os aspectos educacionais da proposição, bem com a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, serão apreciados pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

É interessante destacar que o PLS nº 186, de 2011, foi protocolado em 20 de abril de 2011, portanto antes de o Poder Executivo apresentar à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1.209, de 2011, mediante o qual instituía o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e modificava uma série de leis, entre as quais a mencionada lei de regência do FAT.

No Senado Federal, o projeto do Pronatec tramitou como Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2011. Votado aqui sem alterações, o referido PLC foi enviado à sanção, dando origem à Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Com a vigência dessa lei, notadamente de seu art. 14, o art. 10 da Lei nº 7.998, de 1990, passou a vigorar com a seguinte redação, com destaque nosso:

"Art. 10. É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico".

Dessa maneira, o emprego de recursos do FAT no desenvolvimento de programas de formação profissional, consoante vislumbrado pelo Senador Wilson Santiago, já se encontra equacionado. Por isso mesmo, em relação a essa preocupação, o projeto em exame encontra-se prejudicado, por visível perda de oportunidade. Por essa razão, apresentamos emenda supressiva, para adequar o projeto a essa nova realidade.

No que toca aos demais pontos sob exame da Comissão de Assuntos Sociais, quer-nos parecer que a matéria conserva relevância e oportunidade. Em que pese ao efeito esperado do Pronatec, em termos de atenção à educação profissional e valorização dessa modalidade, a medida proposta pelo PLS nº 186, de 2011, mostra-se adequada, ademais de envolver uma estratégia compatível com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), objeto do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, de duplicar a oferta de vagas na modalidade até 2020.

O PLS nº 186, de 2011, constitui, assim, importante medida para o aumento da atratividade da educação escolarizada para nossos jovens, respeitada a constatação de que os adultos em geral se interessam mais por atividades práticas. Por isso mesmo, do ponto de vista dos aspectos analisados na CAS, a matéria é meritória ante a perspectiva de ampliação das oportunidades de inserção no mundo do trabalho.

A proposição atende, ao mesmo tempo, as necessidades das mais prementes de nossos jovens, e aos anseios do País por mão de obra tecnicamente qualificada. Desse modo, parece-nos que a matéria pode receber encaminhamento por sua aprovação nesta Casa. Em caso de remanescer sem apreciação por tempo mais elástico, deve-se ponderar a possibilidade de apensá-la ao projeto de lei do PNE que aqui aportar para revisão.

Voto

Em face do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº – CAS

"Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011, renumere-se o seu art. 4º como art. 3º, e suprima-se

da ementa do Projeto a referência à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990".

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Está em discussão o relatório do Sr. Paulo Bauer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2011, e a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais, a matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte em decisão terminativa.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 71, DE 2011-CAS

Nos termos do disposto no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Previdência Social o seguinte pedido de informações: Tramita nesta Casa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 476, de 2008, do Senador Paulo Paim, que determina que o auxílio-acidente não poderá ter valor menor do que o salário mínimo vigente no país. Qual o impacto financeiro nas contas da Previdência Social advindo da aprovação desta proposição legislativa?

Autoria: Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda para encaminhar.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Estou subscrevendo somente pedindo um esclarecimento, porque é o dobro do pagamento. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal.

Requerimento da Senadora Ana Amélia e outros – também subscrevo.

Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 69, DE 2011 – CAS

Requeremos nos termos do artigo 336 combinado com o artigo 338, IV do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para votação dos Projetos de Lei da Câmara nº 112, de 2007 e 95, de 2011.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Quer discutir, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, apenas dizer que já foi submetido... Já foi formalizado. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só para o registro, porque já foi aqui definido e aprovado.

Nada mais havendo a tratar...

Antes, porém, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata desta reunião, a 56ª.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 34 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 15 DE SETEMBRO DE 2011, ÀS DUAS HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinqüenta e um minutos, do dia quinze de setembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Wellington Dias**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença do Senador Waldemir Moka e da Senadora Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª Reunião que é dada por aprovada. O Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se à discussão preliminar do Relatório desta Subcomissão. O Senhor Presidente registra que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou, na 31ª Reunião realizada hoje, às nove horas, o Requerimento nº 14, de 2011-CASDEP. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüen-

ta e quatro minutos, lavrando eu, Dulcídia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras drogas, da 1ª Sessão legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 16ª reunião de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão preliminar do relatório desta Subcomissão.

Como é de conhecimento de V. Exªs, foi deliberado pela Comissão de Assuntos Sociais o Requerimento nº 14, de 2011-CASDEP, aprovado por esta Subcomissão em reunião realizada dia 23 de agosto de 2011, e também pela Comissão de Assuntos Sociais.

Passo a ler o seu inteiro teor para discutir detalhes sobre o assunto com V. Exªs.

REQUERIMENTO Nº 14, DE 2011-CASDEP

"Requeiro, nos termos do Artigo 40, § 1º, I, do Regimento Interno, a realização de missão oficial, com a participação de membros da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas – Senadores Wellington Dias, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ana Amélia e Eduardo Amorim – a Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, com o objetivo de fomentar o intercâmbio de experiências e de colher subsídios para formulação de políticas públicas de enfrentamento ao uso disseminado de álcool, crack e outras drogas.

Deverão ser realizadas visitas, in loco, a instituições que alcançaram êxito no enfretamento do tema, objetivando absorver essa experiência internacional direcionada ao equacionamento de questões como: prevenção, informação, educação, tratamento médico e psicológico, recuperação, legislação, reinserção social dos usuários, segurança pública e o papel institucional do Estado e da sociedade civil organizada."

Sala das Comissões 23 de agosto de 2011.

Então, esta é a Ata e este é o requerimento.

Eu devo apenas informar aqui que, da conversa tida com os Senadores, estamos fazendo a opção de organizar, junto com o Ministério de Relações Exteriores, junto com as embaixadas e com a Comissão de Assuntos Sociais, essa agenda de viagem entre os dias 29 e 30 de outubro, a depender dos horários possíveis de vôo, com o retorno previsto para o final de semana do dia 6 ou 7 novembro, ou seja, aproximadamente uma semana, e, aí, há que, obviamente, adaptar aos horários de vôo.

A proposta é que se possa fazer um roteiro, fazendo primeiro a Suécia, em seguida, a Holanda; depois, Inglaterra e Portugal. E o objetivo, além dos aqui citados, é examinarmos quatro distintas experiências de países que já têm um plano em andamento ou com redução, ou com impedimento do crescimento no número de usuários de drogas e na dependência química no país.

Então, consultados os Senadores, este foi o melhor calendário encontrado.

Por isso, não havendo outras sugestões, fica aprovado este cronograma para que a equipe da Comissão possa, a partir daí, organizar toda a agenda. E vamos trabalhar com a Direção da Casa as condições para que tenhamos, inclusive, a presença de um consultor que possa acompanhar os trabalhos da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 54 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2011, ÁS NOVE HORAS SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e trinta e dois minutos, do dia quatro de outubro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença do Senador Wellington Dias

e da Senadora Vanessa Grazziotin. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 17ª Reunião que é dada por aprovada. A Senhora Presidente comunica que a presente reunião destina-se à deliberação de requerimento constante da pauta e à apresentação das conclusões preliminares do Relatório Final desta Subcomissão. Passa-se à apreciação do item único da pauta: ITEM 1 – Não Terminativo – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CASDEP. "Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II e artigo 100, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, finalizada em dezembro de 2010, que destinou-se a analisar *in loco* os efeitos das políticas sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil, com a presença do relator, o ex-Deputado Federal, Doutor Germano Bonow." **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Dulcídia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Senadora Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas

O SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 10ª Reunião de 2011.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimento, Item 1 constante da pauta, e apresentação das conclusões preliminares do relatório final desta Subcomissão.

ITEM 1
– Não Terminativo –
REQUERIMENTO Nº 15, DE 2011-CASDEP

"Requeiro, nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os artigos 93, inciso II, e art. 100, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, finalizada em dezembro de 2010, que destinou-se a analisar in loco os efeitos das políticas sobre drogas instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil, com a presença do relator, o ex-Deputado Federal Dr. Germano Bonow."

Este requerimento é assinado por mim.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Antes de encerrar esta reunião, gostaria de informar que as conclusões deste relatório, relacionadas ao exame pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, serão divulgadas no hotsite específico e colocadas à disposição para o debate da sociedade brasileira.

Essas conclusões foram obtidas a partir das exposições feitas aqui, ao longo das audiências públicas, quando ouvimos psiquiatras, médicos, representantes do Governo, do Ministério da Justiça, do Ministério da Saúde, do Ministério da Ação Social, do Ministério do Trabalho, enfim, todas as áreas envolvidas diretamente com essa matéria e também as comunidades terapêuticas, iniciativas no âmbito do setor público e até de pessoas que, dependentes de crack e de outras drogas, acabaram se recuperando. E a ressocialização acabou trazendo essas pessoas para o convívio não só social e familiar, mas também pessoas hoje que têm liderança em trabalhos de grande valor didático, como foi o caso do Secretário de Vila Velha, no Espírito Santo, e também do Prefeito de Cachoeirinha, no Rio Grande do Sul, que agora tratam de estabelecer políticas públicas de combate a esse grande mal que é a droga, especialmente a dependência do crack. No caso de Cachoeirinha, o Prefeito Vicente acabou criando, neste ano, a primeira comunidade terapêutica pública para tratar dos dependentes químicos naquele Município.

Então a iniciativa tomada estará à disposição de todos os brasileiros com acesso à Internet para esse hotsite da própria Comissão, para que possam

manifestar-se, inclusive sugerir algumas medidas para tentarmos prevenir e, sobretudo, neutralizar, mitigar os dramáticos efeitos sociais e de saúde pública que causa o consumo de drogas, do crack, de modo particular, especialmente atingindo não só a área dos grandes centros metropolitanos, mas também as pequenas cidades, as médias cidades no Brasil, e até a zona rural, o que é, lamentavelmente indicativo do quanto essa praga chamada consumo de crack está representando na destruição dos sonhos de milhares de jovens adolescentes e também de pessoas adultas.

Por isso temos o grande desejo de que a sociedade se manifeste, através do hot site, fazendo sugestões para que o nosso relatório possa consubstanciar, de modo democrático, as ideias e as propostas que a sociedade oferecer, não apenas aquilo que aqui coletamos, mas também o que vamos receber das pessoas que estiverem dispostas a colaborar com esse trabalho.

O desafio do crack não é apenas uma responsabilidade do Poder Executivo e dos governos nem desta Casa do Congresso Nacional. É um desafio para a sociedade brasileira e por isso convidamos a todos para participar desta batalha, uma verdadeira guerra para o enfrentamento do crack.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos.

(Iniciada às 9 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 38 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE OUTUBRO DE 2011, ÀS NOVE HORAS SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quarenta minutos, do dia seis de outubro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência em Exercício da Senhora Senadora **Ana Amélia**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas**,** com a presença da Senadora Ângela Portela e da Senadora Vanessa Grazziotin. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião que é dada por aprovada. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Justificou ausência do Senador Cristovam Buarque. A Senhora Presidente em Exercício comunica que esta Audiência Pública tem o objetivo de discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que analisou *in loco* os efeitos das políticas sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil. Orador Participante: Doutor Germano Bonow, ex-Deputado Federal, Relator, em 2010, na Comissão Externa para Analisar Política Antidrogas, da Câmara dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Ana Amélia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senadora **Ana Amélia,** Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Droga

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta 19ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 18ª Reunião de 2011.

As Srªs e os Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública com o objetivo de discutir as conclusões do relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que analisou, *in loco*, os efeitos das políticas sobre drogas, instituídas em Portugal, Holanda, Itália e Brasil, atendendo ao Requerimento nº 15, de 2011-CASDEP, de minha autoria.

Convido, então, para falar sobre esse tema o Dr. Germano Bonow, ex-Deputado Federal, Relator em 2010, na Comissão Externa para analisar política antidrogas da Câmara dos Deputados.

Caro Deputado Germano Bonow, pela sua experiência parlamentar, sabe que a Casa é dividida em várias comissões técnicas tanto quanto a Câmara. Peço desculpas ao senhor pelo atraso em função de estar relatando a indicação do Embaixador brasileiro para o Suriname, o Diplomata do nosso Estado, Rio Grande do Sul, Marcelo Baumbach. Por isso, peço desculpas a V. Exª. Os demais Senadores que integram esta Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais também estão lá pelo mesmo motivo.

V. Exª tem 20 minutos – ou mais, se precisar – para fazer sua exposição.

O SR. GERMANO BONOW – Bom dia, Senadora Ana Amélia, Presidente desta Subcomissão; bom dia senhoras e senhores, para mim é uma honra poder participar desta reunião aqui, no Senado.

Fui Relator, na Câmara dos Deputados, dessa comissão, presidida pelo Deputado Vieira da Cunha, que ainda contou com a presença dos Deputados Geraldo Resende, Bel Mesquita, Raimundo de Matos. Paulo César, Osmar Terra, Alceni Guerra, Sueli Vidigal, Antonio Chamariz, Givaldo Carimbão, Padre Linhares e Marcelo Ortiz.

Fiz um PowerPoint, se a senhora me permite. Nesse PowerPoint, há alguns erros, pela pressa, pela urgência. Então, pedi à assessoria da Comissão para amanhã ou depois me encaminhá-lo com as correções devidas.

Eu queria só, antes de começar a exposição, fazer uma referência à Política Nacional de Saúde Mental, que é uma política de Estado. Não é uma política da Presidenta Dilma, nem do Presidente Lula, nem do Presidente Fernando Henrique.

Eu não sou psiquiatra. Sou médico, mas não sou psiquiatra. Na aprovação da lei estadual da luta antimanicomial, da reforma psiquiátrica do Rio Grande do Sul, em 1992, eu era Deputado. Votei a favor, achei que era importante. Posteriormente, em 1996, como Secretário da Saúde, participei do fechamento de leitos psiquiátricos no meu Estado.

Eu também queria dizer que sou contra manicômios e não conheço ninguém que seja a favor. Acho que hospital é uma coisa e manicômio é outra. Hospital tem médico, hospital tem enfermeiro, hospital tem limpeza, tem organização, tem acesso a exames médicos, tem leitos. Manicômio, para mim, é sinônimo de depósito, é sinônimo de presídio, é sinônimo de sofrimento e de más condições de saneamento básico.

Diferencio também a doença mental e o sofrimento psíquico. A doença mental, para mim, é a esquizofrenia, é o alcoolismo, é o distúrbio bipolar. O sofrimento psíquico, a senhora lá no Rio Grande sabe: a situação do Grêmio. Quando o Grêmio perde, eu entro em sofrimento psíquico. É uma situação bastante... Mas não é uma doença mental; é um sofrimento psíquico.

Atualmente, sou diretor do sindicato médico.

Essa política de saúde mental...

Estes são dois *slides* sobre a situação de um homem tentando conseguir uma internação, que se envolve com crack, do jornal Zero Hora, de Porto Alegre.

O seguinte é o dono de uma clínica do Rio Grande do Sul. Ele era um pastor; trabalhava em cinco comunidades terapêuticas na cidade de Guaíba. Elas foram fechadas pelo Ministério Público porque usavam, entre outras coisas, a tortura como método de recuperação dos pacientes. Foram fechadas.

A questão do álcool e da droga está envolvida na política de saúde mental do nosso País. E faço um marco quando me lembro da lei do Deputado Paulo Delgado, de 1989, na sua exposição de motivos. Ele faz a referência de que naquele ano havia 120 mil leitos psiquiátricos em hospitais especializados no Brasil – 120 mil leitos psiquiátricos! Os dados dos seguintes, que são esses dados dos leitos psiquiátricos do SUS – e são publicações do Ministério da Saúde – mostram a redução de quase 2, 3 mil leitos psiquiátricos por ano no Brasil.

Os últimos dados, de 2010, foram publicados no Saúde Mental em Dados, do Ministério da Saúde, agora, recentemente.

Então, inegavelmente, há falta de leitos psiquiátricos. E a nossa política nacional de saúde mental, que está exposta nesse fôlder do Ministério da Saúde, chama a atenção para quatro ou cinco pontos. Um é o Caps.

Eu queria me deter um pouquinho no chamado Centros de Atenção Psicossocial. É um ambulatório, um ambulatório especializado, é um ambulatório que seria a retaguarda dos programas de saúde da família, do posto de saúde, dos ambulatórios, onde o cidadão pode e deve ser atendido.

O outro é o serviço de Residências Terapêuticas. É para que a gente coloque aquelas pessoas que estavam internadas nos velhos manicômios, por exemplo, no Hospital São Pedro, de Porto Alegre, em algum lugar. São pessoas que tiveram alta e que tem que ir para algum lugar. Então, lá em Porto Alegre, criaram-se umas casinhas no fundo do hospital, e ali há 60, 70 pessoas que não precisariam estar no hospital e que estão nos serviços de Residências Terapêuticas.

A outra ideia da Política Nacional de Saúde Mental são os leitos em hospitais gerais; a abertura de leitos em hospital geral, substituindo os leitos psiquiátricos em hospital especializado, ambulatórios e o Programa De Volta Para Casa. São desses instrumentos que a política nacional trata.

O Ministério da Saúde tem uma portaria que fala sobre o Caps. E diz assim – sublinhei ali: "Deverão estar capacitados para realizar prioritariamente o atendimento de pacientes com transtornos mentais severos e persistentes". Vejam, estamos falando de transtorno mental severo e persistente. O alcoolismo é um deles, o crack é um deles, a esquizofrenia é um deles. Precisam de atendimento especializado, sem dúvida nenhuma.

Esses são os números de CAPS que existem no País. Os dados são referentes a 190 milhões habitantes, e há 1.650 Caps.

Volta um pouquinho, por favor.

Desses 1.650 CAPS, o Caps tipo I é quase a metade. E, por uma questão de conceituação do Ministério da Saúde, O CAPS tipo I não tem psiquiatra. Não é que falte psiquiatra; não tem psiquiatra, não cabe psiquiatra no Caps tipo I. Então, uma instituição especializada para dar assistência especializada à rede de prestação de saúde pública do País não tem especialista.

O Caps tipo II tem um psiquiatra. O Caps tipo III tem dois psiquiatras. É o melhor Caps que existe. Funciona 24 horas por dia.

Qual é a deficiência? Até dezembro do ano passado, havia 16 Estados que não tinham nem um Caps tipo III. E vejam: o Caps não é um por Estado; o Caps tem um limite de habitantes necessário.

O Caps Infantil tem 132. Os dados são de julho de 2011. O Caps álcool e drogas são 262.

O Presidente Lula, em 2009, instou seus colaboradores a abrirem um CAPS que tivesse atendimento 24 horas, que seria o CAPS tipo AD III, que pudesse funcionar 24 horas. Existe um no País que funciona 24 horas, num total de 1.650.

Passemos ao seguinte, por favor.

Esta aqui é uma tabela mostrando a população por tipo de CAPS. E chamo a atenção para os recursos humanos: no CAPS tipo I, de novo, é um médico com formação em saúde mental. Não é um psiquiatra. O psiquiatra é no II, no III, no CAPS Infantil e no CAPS AD. Depois, eles têm uma postura de, por exemplo, no CAPS tipo I, profissionais de nível superior. Eles podem ser da área de saúde, mas podem não ser. Não sou contra nem a favor, desde que estejam treinados e preparados para isso.

O CAPS tipo III, ainda nessa época, antes do AD III, é o único dos CAPS que funciona em feriados e finais de semana.

Então, o CAPS é a coluna mestra da política de saúde mental. É em número insuficiente e tem equipe inadequada. Não tem condições de prestar atendimento, e o cidadão que tem necessidade de um atendimento de urgência em álcool e drogas não tem para onde ir.

Residências Terapêuticas.

Eu queria fazer uma rápida referência ao ano de 1972. O Secretário da Saúde do Rio Grande do Sul era o Jair Soares. Ele mandou fazer um levantamento do número de pacientes que havia no Hospital São Pedro. Fizemos um levantamento na época, e havia 5.500 pacientes. Em 1972. Passaram-se 40 anos. Hoje, ele tem 100 pacientes agudos e 200 ou 300 moradores, incluindo os das casinhas das quais falei.

A política nacional prevê que as pessoas que moravam nos hospitais possam ir para as residências terapêuticas e/ou para o Programa De Volta Para Casa, que é o seguinte: há 3.832 beneficiários. Se somarmos os dois números de beneficiários no País do De Volta Para Casa e do Residências Terapêuticas, não dá 7 mil pessoas. A pergunta é: onde estão essas pessoas, que são deficientes mentais e que estavam em hospitais como o São Pedro, que são manicômios, em 1972? Nas ruas, embaixo da ponte?

Mas a sociedade se organiza. O Senador Zambiasi me levou a uma comunidade terapêutica, na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, onde havia 150 pessoas internadas. Na saída, eu disse a ele: "Senador, aqui tem um grupo grande que não é drogado". Ele disse: "Não. A metade dos que estão aqui são egressos do São Pedro".

Na cidade de Cachoeira do Sul, há não um asilo, mas um lugar que atende deficiente mental, que tem 96 pacientes internados. Ou seja, estamos desconhecendo uma realidade do nosso dia a dia.

Então, há o Caps, o De Volta Para Casa, o Residências Terapêuticas, e aí o Governo resolveu implantar consultórios de rua. Não vou fazer nenhum comentário sobre consultórios de rua.

O seguinte, por favor.

Até o ano passado, os centros de convivência, que seriam os lugares onde as pessoas que estão nos Caps, as pessoas que estão no Residências Terapêuticas poderiam passar, que têm problema de doença mental, esses centros de convivência implantados existiam só nessa meia dúzia de Municípios até 2009, 2010. Agora, no relatório do Saúde Mental em Dados deste ano, não aparece.

Para mim, um dos pontos mais críticos que a gente tem é a questão dos leitos de psiquiatria em hospitais gerais. São tidos como solução. Fecha o leito psiquiátrico em hospital especializado e abre leito psiquiátrico em hospital geral. Os dados de 2008 apontam 2.568 leitos no País – 2.568 leitos no País!

Visitei alguns hospitais. Um dos Municípios que são tidos como exemplo na área de saúde mental é Campina Grande, na Paraíba. Visitei o Caps, o serviço de residência terapêutica e visitei os leitos de psiquiatria em hospital geral, no hospital de Campina Grande, na Paraíba. Fiz uma pergunta: "Por que esses leitos estão abertos num hospital filantrópico privado e não nos hospitais públicos?" Ele disse: "Os hospitais públicos não querem abrir. Não têm condições de abrir. Por isso nós tivemos de abrir em um hospital privado".

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Leitos psiquiátricos?

O SR. GERMANO BONOW – Sim, leitos psiquiátricos.

Funciona como uma ala lá em Campina Grande. É uma ala com os devidos cuidados: as janelas têm proteção; enfim, todos os cuidados de um hospital psiquiátrico. Da mesma forma que, em alguns hospitais gerais de Porto Alegre, as janelas têm grades; o pessoal da nutrição é preparado, é treinado para não deixar uma faca em cima da mesa; o pessoal da segurança tem cuidados especiais, são treinados para isso; a enfermagem, da mesma forma, tem todos os cuidados. E, ainda assim, ocorrem tentativas de suicídio em hospitais do porte do Parque Belém de Porto Alegre – estou falando de 2011.

Voltando um pouquinho, registro que visitei, semana passada ainda, um outro hospital geral, a Santa Casa de Jaguarão, onde há meia dúzia de leitos psiquiátricos. E lá perguntei a eles quem é que cuidava, ou seja, se havia psiquiatras. Eles responderam: "Há psiquiatra uma vez por semana". O mesmo psiquiatra que atende no CAPS atende na Santa Casa. Ele vem de Pelotas, que fica a 150km de Jaguarão. Então perguntei: "E durante a semana?" Eles responderam: "É o clínico que atende". "Tem treinamento?" – perguntei. "Não; não têm treinamento nem o médico, nem a enfermagem, nem a nutrição, nada". E digo: Sim, mas..." E eles disseram: "Nós fazemos o que é possível fazer. E ainda assim há tentativas de suicídio aqui dentro. É um leito psiquiátrico".

Não acho que seja totalmente errado. Acho que, se se treinasse as pessoas, se se preparasse as pessoas, em uma cidade a 150km de outra em que há psiquiatras, eu acho que seria possível. Mas a política de abrir leitos psiquiátricos no meio da clínica médica de qualquer hospital geral, na minha visão, é temerária. É temerário para o paciente psiquiátrico e para o paciente enfartado, para a grávida que vai dar a luz, para a criança que está hospitalizada. Isso não é compatível; acho que isso é algo que deveria ficar bastante claro. Se são leitos psiquiátricos em hospital geral, deveria haver uma ala, uma ala em que houvesse condições de dar atendimento integral.

Quero lhe fazer uma referência sobre um plantão de emergência em saúde mental em Porto Alegre. Nesse relatório, que é do segundo semestre de 2006, eu grifei o que diz assim:

"É alarmante constatar que metade das indicações de internação em uma emergência em saúde mental é para dependentes químicos, e que, mesmo assim, ao longo do ano, mais de 600 pacientes ficaram sem vagas".

Isso em 2006.

O seguinte, por favor. (Pausa.)

Em 2009: "o encaminhamento para os hospitais gerais psiquiátricos (SUS) ou a criação de serviços substitutivos, conforme preconizado pela reforma, não têm sido vislumbrados pelas sucessivas gestões".

Esta semana nós visitamos esse plantão de emergência em Porto Alegre. A situação é pior: eles não têm para onde encaminhar nem o dependente químico, nem o docente mental.

Nessa história toda de política de saúde mental, da reforma psiquiátrica, do fechamento de leitos psiquiátricos, da não implantação de instrumentos alternativos, surgiu o crack como a pedra no caminho da reforma psiquiátrica. (Zero Hora, fevereiro de 2008).

Lógico que isso não surgiu em 2008. Isso já vem desde o fim dos anos 90, só que, ai, as coisas começaram a se complicar bastante.

Essa é uma declaração do ex-presidente da Associação Rio-Grandense de Psiquiatria, Fernando Lejderman.

O seguinte, por favor. (Pausa.)

Eu grifei ali as palavras dele:

"A epidemia de dependentes de crack é um problema significativo de saúde pública que apresenta diversos fatores na sua origem, mas, sem dúvida, um dos principais determinantes é a dificuldade no acesso ao tratamento das doenças mentais".

O seguinte, por favor. (Pausa.)

Esses dados não são da Confederação Nacional dos Municípios; está errado. A fonte é o Relatório do Governo do Brasil sobre o número de internações associadas a transtornos mentais. Chama a atenção o número de internações por problemas com o álcool: 95 mil, quase 70%. E, quando se fala no último tópico em "múltiplas drogas", não significa que são outras drogas, não. São pessoas internadas por conta do uso de duas ou três drogas ao mesmo tempo, ou álcool e opiáceos, álcool e cocaína, sedativo e alucinógeno, tabaco e álcool. É uma mistura isso. E surge uma outra droga, que é o oxi.

Seguinte, por favor.

Aí, uma pesquisa da Confederação Nacional dos Municípios, feita em 2010, sobre a proporção de municípios que executam ações no enfrentamento ao crack e outras drogas. Dos 5.500 municípios, 3.950 responderam, e quase 50% têm ações. Esse mesmo relatório pergunta se os municípios têm Caps. Dos 3.950, 14% têm Caps, com 584 citações.

Essa é uma conclusão não do nosso trabalho, mas do relatório da Confederação Nacional dos Municípios. A principal estratégia para acolhimento e tra-

tamento de portadores de transtorno mental, no qual estão incluídos os usuários de drogas, são os Caps, que possuem uma cobertura de 14% dos municípios que responderam as pesquisas, o que confirma que as estruturas físicas existentes e a disponibilidade de serviços é insuficiente para atender as demandas.

Bo Mathiasen, que era representante do escritório das Nações Unidas – e continua –, publicou no Zero Hora, em Porto Alegre, este artigo. Eu grifei uma parte. Ele diz:

A recomendação das Nações Unidas aos Estados-membros é de que se desenvolvam cada vez mais políticas de saúde para usuários de drogas, tratando-os como pessoas que precisam de acesso ao atendimento – e não de punição criminal. (...) Afinal, as drogas não são prejudiciais porque são ilegais, são ilegais justamente porque são prejudiciais.

E diz mais:

A aparente contradição entre legalização ou não legalização tende a tirar a discussão do foco que realmente interessa e que, na verdade, revela muito mais convergências do que divergências: a busca por uma abordagem equilibrada entre as ações de prevenção, incluindo [de novo] o amplo acesso aos serviços de saúde para os usuários, e as ações de repressão, focadas no controle ao crime organizado transnacional e aos grandes financiadores do tráfico.

Folha de S.Paulo, também 2008.

Em julho do ano passado, a Comissão realizou um seminário. Nesse seminário, compareceu o Frei Hans, de Guaratinguetá. Ao lado dele, na posição, estava o Dr. Delgado, do Ministério da Saúde. Frei Hans fez referência às fazendas de comunidades terapêuticas que ele tem espalhadas no mundo: 52 no País e umas vinte espalhadas em países como Alemanha, por exemplo. Uns dois anos antes, eu havia consultado a Senad sobre o número de comunidades terapêuticas que existiam no País. A Senad tem um trabalho que fala em seiscentas no Brasil. O Ministério da Saúde tem uma Portaria da Anvisa, de 2001. O Ministério da Saúde não tinha e não tem nenhuma ação em relação às comunidades terapêuticas. Consultei a Secretaria a Saúde do Secretário Osmar Terra, Deputado Federal do Rio Grande do Sul, que me informou que eles desconheciam o número de comunidades terapêuticas no Rio Grande do Sul.

Os dados que estão na tela se referem já a março de 2011, trazidos pela Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas. O padre que me relatou isso visitou as 193, onde estão internadas 6.302 pessoas. Eu tenho o relatório do padre sobre isso. O Secretário Terra, no governo da Governadora Yeda, implantou um sistema de bolsas para essas comunidades terapêuticas. Até dezembro, eram em torno de seiscentas bolsas, que atingiam 37 – volta, por favor –, 37 ou 38 comunidades terapêuticas. As outras não têm nenhum tipo de assistência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Bolsas para internação?

O **SR. GERMANO BONOW** – Para internação. Bolsas para internação, para...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Como se fosse um financiamento?

O SR. GERMANO BONOW – Um financiamento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Para o jovem que não tem dinheiro ir para lá?

O SR. GERMANO BONOW – Isso.

Bom, as comunidades terapêuticas não têm supervisão da área de saúde, não têm supervisão da área de assistência social, não têm supervisão da área de segurança, a tal ponto que aquele segundo slide que eu lhe mostrei, das comunidades que foram fechadas em Guaíba, quando fechadas, tinham diplomas do Poder Público pelo bom atendimento dado, e foram fechadas porque a tortura era usada como meio de recuperação.

Então, eu não tenho dúvida de que, bem empregada, a comunidade terapêutica ajuda na solução do problema. O trabalho do Frei Hans, em Guaratinguetá, o trabalho do Padre Haroldo, em Campinas, o trabalho do pessoal da Pacto, em Porto Alegre, o trabalho das comunidades terapêuticas que são hoje, como me disse o Deputado Carimbão, mantidas e subvencionadas pelo Governo de Alagoas, um sistema que vale a pena ver, faz com que digamos que é importante que o Governo entenda e comece a dar importância a essa forma de recuperação das pessoas envolvidas com drogas.

Ainda dentro das conclusões da Confederação Nacional, a exclusão social e a ausência do cuidado integral aos que sofrem de transtornos mentais ainda estão presentes de forma histórica. A reforma psiquiátrica e a política nacional apontam para a necessidade de reversão do modelo assistencial, de modo a contemplar as reais necessidades da população, o que deve ser um compromisso federativo.

Dias atrás, pela vez primeira, em 12 de agosto de 2011, quando pelo País aconteceram passeatas em favor da liberação das drogas, entidades médicas do Rio Grande do Sul – Sindicato Médico, Conselho Regional de Medicina, Associação Médica do Rio Grande do Sul, Associação Brasileira de Estudos de Álcool e Drogas, Associação Brasileira de Psiquiatria – lançaram nota criticando a liberação das drogas. Eu trouxe estes dados, estavam nos jornais de Porto Alegre, na época, e creio que também serão levados ao Congresso Brasileiro de Psiquiatria, no Rio de Janeiro, agora

no mês de novembro. Uma posição bastante clara: a maconha é importante porta de entrada para as demais drogas. Os médicos são contra a liberação do uso de droga, com base técnica.

Bem, Senadora, tenho as conclusões no relatório, não vou me estender, vou só citar rapidamente. Há coisas que acho que são importantes.

Com relação ao tratamento, é vital, é importante que tenha condições de ser tratado quem busca o auxílio. Também achamos que – a Comissão votou e apoiou isto –, na prevenção, devemos dar ênfase aos benefícios de uma vida normal e saudável e procurar trabalhar com ações centradas em regiões e em grupos que apresentem maior vulnerabilidade às drogas. Ou seja, em Portugal, disseram-nos: "Quando notamos que em uma região há uma distorção qualquer em relação à sociedade e descobrimos que há tráfico, colocamos todas as nossas forças, o pessoal da segurança, o pessoal da ação social, o pessoal da área de saúde pública, todos ali para resolver aquilo. Resolvido, nós recuamos. Pode ser uma região, pode ser uma escola, pode ser um serviço, pode ser... Nós trabalhamos dessa forma". À semelhança da Holanda.

Outro ponto que considero extremamente importante é uma revisão na legislação que trata da publicidade de bebidas alcoólicas. Minha proposta, aprovada na Comissão, é que deveria ser banida da mídia. Parece-me uma deslealdade com a educação quando uma professora do ensino primário mostra os danos que as drogas causam ao indivíduo e, à noite, essa mesma criança que assistiu à aula da professora veja artistas de televisão, jogadores de futebol, o treinador da seleção brasileira falando de bebidas alcoólicas. Ou seja, é uma luta desigual da professora contra pessoas que são da mídia, no dia a dia. A ideia é banir completamente da mídia a publicidade de bebidas alcoólicas. Sei que é uma luta bastante complicada, bastante difícil, mas é uma proposta.

Também propomos que a reintegração à família e à sociedade deve ser um objetivo constante de qualquer política pública voltada à recuperação de toxicodependentes. Falamos da repressão... Na redução de danos, a frase que coloquei aqui é uma frase do pessoal da Holanda: "Resolver metade do problema é melhor do que não resolver nada".

Tratamento compulsório. A proposta da Comissão é que se discuta o assunto. O assunto tem de ser discutido porque as pessoas estão morrendo. Lembro-me que, em Porto Alegre, uma senhora matou o filho. Uma senhora que morava na Conceição matou o filho – filho único – porque queria R$10,00 para comprar droga. É um absurdo que se permita chegar a esse ponto, não é? Se há dificuldade para internar pessoas com drogas, a dificuldade é muito maior para quem tem menos de 18 anos e para mulheres. Muito maior.

Seguinte, por favor.

Portugal. Em Portugal, criaram a Comissão de Dissuasão, que funciona da seguinte forma: Portugal é um país que tem em torno de dez milhões de habitantes – regula, em tamanho, com Santa Catarina – e trabalha com uma Comissão de Dissuasão que, encontrando alguém que está usando drogas, esse alguém é levado pela polícia para a Comissão, não pessoalmente, ele é intimado a comparecer à Comissão, que tenta fazer com que o cidadão não use mais drogas. Se for pego novamente, ele cumpre penas administrativas, é proibido de frequentar determinado lugar, de fazer determinada coisa. Na terceira vez, ele vai para a internação.

Na Europa, existe o Observatório Europeu de Drogas e da Toxicodependência. Eu acho que, aqui, o ponto que me parece importante ressaltar é o de gastos de vulto em campanhas de prevenção veiculadas na grande mídia e que não obtêm o retorno esperado. Ao contrário, dados estatísticos comprovam que, associadas às campanhas, sobrevém o aumento do consumo de experimentação. Quando funcionários do Observatório Europeu nos disseram isso, citaram um trabalho nos Estados Unidos, de anos anteriores, reenfatizado pelo pessoal da Holanda, quando, no passo seguinte, visitamos a Holanda. Então, é algo importante e que se associa ao pensamento do pessoal de Portugal, na medida em que Portugal trabalha focado onde tem problema, e não de uma forma generalista.

Este é um coffeeshop da Holanda. É a fotografia de um coffeeshop. Quem nos deu essa fotografia foi o gerente do coffeeshop. Nós fomos encaminhados pelas autoridades governamentais para uma instituição não governamental, que nos levou a uma visita ao coffeeshop. Eles nos contaram como trabalham. Os dados são extraoficiais. Disseram, por exemplo, que existem setecentos coffeeshops na Holanda. São lugares onde você entra e, se quiser usar maconha, você usa. Eles têm capacidade de armazenar 500g. O coffeeshop não pode armazenar mais do que isso. À pessoa que usa aquilo eles distribuem cartões iguais a este, com instruções para as pessoas que vão usar maconha, lembrando que a pessoa vai ali por prazer, por diversão. Se a pessoa estiver grávida, não deve usar, se for lá para fugir de algum problema, não deve usar. É proibida a entrada de menores e é proibido o uso de bebida alcoólica ali dentro. Há uma série de restrições.

Com curiosidade, perguntamos para as autoridades da Holanda como isso funcionava se a droga é proibida na Holanda. Eles disseram: "É um ponto que temos dificuldade de esclarecer". Porque o cidadão

pode entrar, ou seja, qualquer cidadão pode entrar, comprar e fumar maconha lá dentro, sem nenhum problema, mas o coffeeshop é proibido de comprar maconha. Então nós perguntamos: "Como é que ele compra?". A autoridade disse: "Olha, esse é um ponto obscuro. Nossa política é de tolerância. Ou seja, nós respeitamos os direitos individuais, nossas fronteiras são abertas, respeitamos também a coletividade. Entendemos que é uma forma de enfrentar a droga, de dar condições para quem usa maconha. As outras drogas são totalmente proibidas. Então, nós facilitamos isso". O pessoal do coffeeshop – não cito como dado oficial –, fala em faturamento de cerca de dois bilhões de euros, dos setecentos coffeeshops na Holanda, e um pagamento de mais de quatrocentos milhões de euros em impostos. Os dados eu não posso afirmar, mas foram comentados conosco.

A Holanda tem uma sala que é usada para droga pesada. As pessoas que querem usar drogas pesadas podem ir lá. Havia uma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – E são de domínio do poder público?

O SR. GERMANO BONOW – Do poder público, onde tem médico, enfermeira, pessoal da assistência social, pessoal da segurança.

Então, a pessoa pode usar, mas vai usar dentro de uma sala fechada, sob a supervisão dos órgãos de saúde, segurança e assistência social. E não é qualquer um que pode usar, é aquele que não consegue, no tratamento, sair da situação e, então, ele consegue acesso a essa sala.

A Holanda está com um problema em relação aos coffeeshops porque os países vizinhos, que fazem fronteira com ela, têm reclamado junto à comunidade europeia, porque as pessoas saem desses países e vão usar os coffeeshops de lá, vão usar maconha lá na Holanda. E a política deles é diferente. Então, tem muita pressão para acabar com os coffeeshops. Eles, no entanto, acham que os dados de avaliação deles da epidemia de drogas na Holanda não são melhores nem piores do que a média europeia. Então, não tem por que mudarem. Se provassem que eles, holandeses, estavam mal, eles mudariam a sua posição. Mas eles estão num processo de discussão.

Tanto a Holanda, quanto Portugal, quanto a Itália, quanto o Observatório Europeu de Controle de Drogas enfatizam que a questão das drogas é dinâmica. Quando eu mostrei aquele slide do OXI, essa nova droga, a forma como as drogas vão entrando, a mudança de utilização, a transformação da cocaína no crack. As autoridades italianas, quando nós perguntamos qual era a importância do crack, responderam que lá não havia crack, não havia problema nenhum. Na última noite em Roma, nós jantamos com um jornalista brasileiro que mora em Roma há bastante tempo e comentamos que ali na Itália não havia problema de crack. E ele disse: "Como não tem problema de crack?! Tem, sim. Saiam à noite e vocês vão ver se não tem problema de crack." Ou seja, é muito dinâmico.

E a peculiaridade deles também, numa observação clara, é que não dá para se enfrentar o problema das drogas de uma maneira uniforme. Não há uma receita para a Europa, há uma receita para a Holanda; há uma outra para Portugal; há uma outra para a Itália; há diferentes formas de enfrentar o problema relacionado com as drogas em si. Isso ficou bastante claro para nós, tanto na Itália, quanto na Holanda, quanto em Portugal, quanto nesse Observatório Europeu contra as Drogas.

A Itália tem muita experiência com as comunidades terapêuticas. E a maior parte delas recebe financiamento por parte do Estado. Quase todos eles acham que é uma utopia acabar com o problema das drogas, que a gente tem que conviver e tem que procurar diminuir os danos, procurar a redução de danos.

Itália, Holanda, Portugal têm mais problema com a heroína. A heroína tem uma medicação que pode ser substituída reduzindo o dano e levar ao tratamento, que é a metadona.

Como o grande problema da Europa está ligada à heroína, ele tem uma realidade diferente da realidade brasileira. Nós não temos esse problema da heroína, o nosso problema é muito mais ligado à questão do crack e da maconha.

Encerro apenas com um outdoor do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul, da Abrasus sobre a falta de leitos psiquiátricos. Coloco-me à disposição da senhora para qualquer pergunta.

Muito obrigado. Passei um pouco do tempo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada.

Foi valioso. Muito obrigada, caro Deputado Germano Bonow pela qualidade da exposição, pela profundidade e pelas informações.

Começo pela parte final que era exatamente a minha percepção de que nessa questão não existe uma receita pronta, porque somos sociedades diferentes, padrões econômicos e culturais diferentes para se aplicar. Agora, com essa observação de que na Europa, por exemplo, a droga prevalente é a heroína, que tem um outro tipo de efeito sobre a saúde do consumidor, enquanto no Brasil, o crack é devastador.

Essa questão sobre o problema do tratamento compulsório é tema a ser examinado, e o maior problema é de menores de 18 anos e mulheres. Nesse aspecto, essa realidade brasileira, nós estamos aqui

com um projeto do Senador Demóstenes Torres, do qual sou relatora, regulamentando essa questão e os médicos psiquiatras são favoráveis a esse internamento compulsório, que é como existe também na Suécia. A embaixadora veio aqui e deu uma explicação onde há tolerância zero. Seria essa a forma adequada de fazer o tratamento compulsório. A gente, nesse particular, verificou que, no Rio Grande do Sul, como não há na legislação uma definição sobre isso, dessa possibilidade, o cidadão não pode ser internado à revelia, contra a vontade dele. Só espontaneamente ele vai ele vai para uma clínica psiquiátrica. Como não existe lei, então, as famílias, como esse exemplo que o senhor citou da mãe que acabou matando o filho único, estão recorrendo a Defensoria Pública porque só com autorização judicial se pode fazer a internação compulsória. Ela tem que ter autorização judicial. As famílias vão à Defensoria para que ela solicite autorização judicial para internamento. E, dos casos pedidos, 90% se trata de *crack*.

E a Defensoria é exatamente para atender à camada mais pobre da população, Deputado Bonow.

Então, são essas questões. Uma outra questão que o senhor começou na exposição, em primeiro a constatação muito clara de que não há oferta de leitos suficientes para atender sequer a um terço da clientela de pacientes mentais. O entendimento dos médicos psiquiatras também é de que a droga é uma doença mental. Então, não existe esse internamento.

O senhor trouxe também uma ideia através dessas bolsas e estou aqui vendo que, hoje, nós chegamos à conclusão pelos depoimentos que 85% dos internamentos dos dependentes de *crack* e outras drogas se dão nas comunidades terapêuticas no Brasil. E elas têm um papel realmente relevante. Evidentemente que falamos do geral, Fazenda Esperança, Padre Aroldo, e outras que são de instituições espíritas, ou evangélicas, todas elas têm a religião como referência. E isso é fundamental.

Então, penso que aqui nós vamos propor algumas políticas, no caso do orçamento – lá no Rio Grande do Sul, foi através da bolsa do paciente que não tem condições de pagar.

Agora, uma questão a V. Exª: quanto mais de CAPS-AD nós precisaríamos das 262 no Brasil? E na prevenção qual é o melhor caminho? Que ideias lhe chamaram mais atenção no caso de prevenção, já que fazer campanha, gastar dinheiro em uma campanha, em alguns lugares do mundo, o resultado foi exatamente inverso.

Eu tenho uma dúvida, Deputado Germano Bonow, quanto a uma tese da classe médica de defender e proibir propaganda de cerveja na televisão. Porque eu vou por uma lógica seguinte: de *crack* não existe uma propaganda na TV, nada e, no entanto, o aumento do consumo dessa droga, que é violenta, é inacreditável. Hoje não já cidade do nosso Estado do Rio Grande do Sul ou qualquer Estado brasileiro que não tenha já essa droga presente. Então, uma dúvida que eu tenho na questão de tirar a presença na televisão da cerveja se vai fazer algum resultado. Porque o *crack* não tem nenhuma propaganda e, no entanto, está crescendo.

O SR. GERMANO BONOW – Senadora, eu não sou do ramo de publicidade, não entendo absolutamente nada disso. No estado atual da arte, é algo técnico-científico, algo que tem que ser avaliado cientificamente. Então, eu ousaria lhe responder quase que na base da "achologia". A primeira ponderação: quando fiz a afirmação das campanhas de mídia de massa de que elas estimulam em vez de reprimir, logicamente se eu fizer uma campanha de massa dizendo que o álcool é bom vai ampliar o número de pessoas. E seu botar um artista de televisão, uma jovenzinha estimulando que tomem uma cerveja, eu vou estimular as crianças a tomar cerveja. Não tenho dúvida disso. Não quero citar nome de ninguém aqui. Se eu pegar um treinador da seleção brasileira...veja bem, como me sinto como cidadão – não sou mais Deputado, estou afastado da área política –, eu abro os jornais e vejo Copa do Mundo; eu vejo recursos para a Copa do Mundo. Copa do Mundo é seleção brasileira e o técnico da seleção brasileira toma cerveja. É um estímulo a tomar cerveja, é uma indução...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pode até não tomar; ele está recomendando que tome...

O SR. GERMANO BONOW – É uma indução. Aí eu vejo aquela menina idealista, de 20 e poucos anos, que terminou a faculdade, que vai lecionar, que chega na frente de seus alunos e diz: "Olha, o álcool faz mal para a saúde. Quando a gente usa o *crack* passou pelo álcool antes, passou pela cerveja antes. Quando usa maconha – está provado –, passou pela cerveja antes. Quando usa a cocaína, passou pela cerveja antes. Faz mal, você não pode beber bebida alcoólica."

Aí, de noite, ela assiste a TV e vê o técnico da seleção, uma cantora, um não sei o que... É desleal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Mas, Deputado, vou fazer o papel de advogado do diabo.

O SR. GERMANO BONOW – É "achologia", estou lhe dizendo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Penso que, claro, seria importante que os especialistas em psicologia social avaliassem isso com as pessoas que lidam com como é que a propaganda mexe com o inconsciente das pessoas. Mas o fato de

a professora falar isso, como o senhor lembrou – "não consuma droga, não beba álcool" –, mais do que a TV devem ser o pai e a mãe, o exemplo do pai e da mãe. Penso que tenha muito mais força do que a própria televisão, porque eles são a referência que a criança e o adolescente têm. Dentro da família que ele convive e tem como referência. O pai é o modelo, especialmente para os meninos, e a mãe, para as meninas. E se ele em casa, regularmente, tomam ou falam, ou tomam e não falam aos filhos, ou não orientam os filhos, é um problema bastante sério.

O SR. GERMANO BONOW – Eu dizia, não na Holanda, na Itália, na Europa, mas aqui nos contatos com Padre Aroldo, com Frei Hans, com o pessoal da Pacto de Porto Alegre e com psiquiatras, visitando hospitais, a questão família, não só na questão de propaganda, é fundamental. Que tem uma família constituída, estruturada tem muito mais chance. Muito mais chance! Em qualquer desvio de ser corrigido.

Então, aí é uma questão mais complexa, ainda não me aventuraria a entrar nessa esfera. Mas, mesmo essa família estruturada, que, eventualmente, toma cerveja, toma um vinho ou seja lá o que, algo em casa, em algum momento, eu continuo entendendo que é desleal num processo de educação a mídia entrar massiçamente estimulando a bebida alcoólica. Mas volto a dizer que não sou do ramo de psicologia social, de publicidade e não tenho como avaliar isso. Para mim, seria uma questão lógica.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Eu percebo que a área médica tem esse pensamento quase consensuado a respeito dessa questão. Tenho dúvidas exatamente porque o *crack* que não tem propaganda na TV está aumentando o consumo.

Para finalizar, Deputado, na questão da prevenção, a gente viu aqui pesquisas. Houve uma especialista, se não me engano, da Unicamp ou da USP que fez um trabalho muito interessante, mostrando que o jovem que pratica qualquer tipo de religião se torna menos fragilizado, menos vulnerável ao acesso à droga. Esse jovem tem força interior, uma segurança maior. A droga gera a famosa adrenalina, e o jovem a prova e não consegue mais dela sair.

Então, que visão o senhor tem dentro dessa linha? Temos de fazer também um crivo dessas boas comunidades terapêuticas. Temos de ver o caso de Guaíba. Não podemos admitir uma coisa dessas, que é uma coisa absurda. Como o senhor vê essa questão?

O SR. GERMANO BONOW – Em relação às comunidades terapêuticas, acho que os Legislativos tinham de dar um estímulo para que elas fossem introduzidas, de forma oficial, dentro da rede de atendimento aos drogados. Isso não significa que se vá colocar dinheiro, recurso financeiro ali, que se vá financiar. Mas as Secretarias Municipais e Estaduais e o Ministério têm de saber que elas existem, têm de saber que elas podem auxiliar com treinamento, mostrando o caminho. A maior parte dessas pessoas é gente boa, que quer fazer alguma coisa. Esse cidadão de Guaíba, o pastor, que distorceu a finalidade, fez algo que estava faltando, não por nada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Devido à ausência do Estado.

O SR. GERMANO BONOW – Havia 330 pessoas em cinco comunidades em Guaíba, na frente de Porto Alegre. Não é por nada!

Essas comunidades estão centradas no trabalho, na fé e no espírito comunitário. E me parece fundamental que haja a introdução delas na luta contra as drogas.

Eu queria fazer uma observação: falamos muito em drogas, há percentuais altos, as organizações falam em milhões de pessoas, mas há outras questões. O relatório do Governo do Brasil de 2007 diz o seguinte: quase 50% da população brasileira é abstêmia, ou seja, quase a metade não usa álcool. Esse é um dado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – É um dado importante.

O SR. GERMANO BONOW – São 90 milhões de pessoas que não usam álcool, o que é significativo. Esse dado está no relatório do Governo. Acho que isso é importante.

Há saída, há muita perspectiva, na medida em que essa bandeira é levantada pelas comunidades terapêuticas, pelos grupos de autoajuda, como os AAs, e pelo pessoal que trabalha com droga de forma anônima. O grupo Amor Exigente fez um congresso em julho em Guarulhos, em São Paulo, no qual havia mais de duas mil pessoas, vindas de várias partes do País. Veio gente do exterior, gente que quer auxiliar os outros. Então, o Poder Público e os órgãos de saúde tinham de trazer todas essas pessoas para dentro da luta contra as drogas. Não estou falando de recursos financeiros. Estou falando de movimentos que ajudam as pessoas que precisam de ajuda.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Agradeço muito ao Deputado Germano Bonow, com o qual concordamos plenamente. Esse enfrentamento é tão grave, que não se pode imaginar que apenas o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário, por si, por suas competências, podem resolver esse problema, que é de todos os brasileiros e de todas as brasileiras, que é de todas as famílias, porque um dependente faz adoecer a família inteira. Estamos destacando isso no Senado – já está no *hotsite* do Senado –, para tentarmos obter da sociedade também

uma participação e um envolvimento, para que a sociedade tenha consciência da gravidade da situação.

Lamentavelmente, o que percebemos aqui, Deputado Germano Bonow – imagino que esta tenha sido também a constatação do trabalho dos senhores na Câmara –, é que não há uma transversalidade eficaz e eficiente entre os órgãos públicos federais. Há, no Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional sobre Drogas (Senad), que trata da questão do ponto de vista da segurança. Na área da saúde, agora, há outro olhar. E muitos aspectos, para nós, aqui, deveriam estar relacionados à ação social, para que houvesse a reinserção dessas pessoas. Ao passar somente uma semana desintoxicado, o cidadão volta para a rua ou para a dependência. Então, ele tem de voltar a viver longe da droga, se possível.

Vamos propor também essa transversalidade nas ações, na segurança pública, na saúde, na ação social, com a reinserção da comunidade, envolvendo, é claro, os entes federativos, Estados e Municípios, nesse processo. Agora, a Confederação Nacional dos Municípios também abriu um espaço para a discussão desse tema. Como eu disse para o senhor, isso, hoje, já está em todos os Municípios, inclusive na área rural, por mais longe que ela seja. É uma tragédia completa o que ocasiona o *crack*.

Agradeço muito, mais uma vez, a V. Sª a colaboração preciosa.

Não havendo mais inscritos para falar, vou declarar encerrada a presente reunião, renovando os agradecimentos ao Deputado Germano Bonow.

O SR. GERMANO BONOW – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 36 minutos.*)

ATA DA 20ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e cinco minutos, do dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença das Senadoras Vanessa Grazziotin e Ana Amélia e do Senador Eduardo Amorim. Justificou ausência o Senador Cristovam Buarque. Havendo o número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião que é dada por aprovada. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. O Senhor Presidente comunica que esta Audiência Pública tem o objetivo de apresentar o Relato do Presidente desta Subcomissão e das demais autoridades que participaram da Missão Oficial realizada *in loco* nos Países: Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, em busca de aprimorar conhecimentos quanto às políticas públicas adotadas para os dependentes químicos nesses países. Registra-se a presença da Deputada Federal **Rosane Ferreira (PV/PR),** membro titular da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, "*destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do Crack e de outras drogas ilícitas*" – CEDROGA, como oradora convidada. Justificaram ausência: Deputada Federal Iracema Portella (PP/PI), 3ª Vice-Presidente da CEDROGA e Deputado Federal Givaldo Carimbão (PSB/AL), Relator da CEDROGA. **ITEM 1 – EXTRAPAUTA – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 16, DE 2011 – CASDEP**. "Nos termos do artigo 93, combinado com o art. 73, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública destinada ao Relato do Presidente desta Subcomissão, Senador Wellington Dias, e demais autoridades que participaram da Missão Oficial realizada *in loco* nos Países: Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, em busca de aprimorar conhecimentos quanto às políticas públicas adotadas para os dependentes químicos nesses países. A Audiência Pública contará com a presença dos seguintes convidados, membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados – CEDROGA, '*destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de Projetos de Lei destinados a combater e prevenir os efeitos do Crack e de outras drogas ilícitas*': Deputada Iracema Portella (PP/PI), Deputada Federal, 3ª Vice-Presidente da CEDROGA; Deputado Givaldo Carimbão (PSB/AL), Deputado Federal, Relator da CEDROGA; e Deputada Rosane Ferreira (PV/PR), Deputada Federal, Membro Titular da CEDROGA." **Autoria:** Senador Wellington Dias. **Resultado:** Aprovado. Usou da palavra a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e um minuto, lavrando eu, Dulcídia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Senador Wellington Dias,

e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram.

Aprovado.

A presente reunião destina-se à apresentação do relato da viagem desta Presidência em Missão Oficial realizada *in loco* nos Países Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, em busca de aprimorar conhecimentos quanto às políticas públicas adotadas para os dependentes químicos nesses países.

Eu devo dizer que convidamos uma representação da Câmara. Esteve aqui conosco a Deputada Rosane, do Paraná, mas em razão de outro compromisso teve de se ausentar e deverá, se concluir seus trabalhos, voltar ainda aqui.

Convidamos, também, a Deputada Iracema Portella, o Deputado Givaldo Carimbão e a Deputada Rosane Ferreira, como membros da comissão que trata desse tema na Câmara dos Deputados.

De acordo com o art. 94, § 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará normas. Na verdade, será feita a apresentação do relatório.

Inicialmente, não sei se o nosso Senador Eduardo Amorim estava ali concluindo, mas a Mesa tem o Requerimento nº16, de 2011, da Casdep:

"Nos termos do art.93, combinado com o art.73, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro realização de audiência pública destinada ao relato do Presidente desta Comissão, Senador Wellington Dias, e demais autoridades que participaram da Missão Oficial realizada *in loco* nos Países Inglaterra, Holanda, Suécia e Portugal, em busca de aprimorar conhecimentos quanto às políticas públicas adotadas para os dependentes químicos nesses países.

A audiência contará com a presença dos seguintes convidados, membros da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, CEDROGA, destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de projetos de lei destinados a combater e prevenir os efeitos do *crack* e de outras drogas ilícitas: Deputada Federal Iracema Portella, PP – PI, 3ª Vice-Presidene da comissão; Deputado Federal Givaldo Carimbão, PSB – AL, relator da comissão; Deputada Federal Rosane Ferreira, PV – PR, membro titular da CEDROGA.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Bom, faço, então, aqui a leitura do relatório da Missão Oficial ao exterior.

Participaram da missão o Senador Wellington Dias, na qualidade de Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e outras Drogas, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais; os Deputados Federais Iracema Portella, Givaldo Carimbão e Rosane Ferreira, membros da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições de políticas públicas e de projetos de lei destinados a combater e prevenir os efeitos do *crack* e de outras drogas ilícitas, CEDROGA, da Câmara dos Deputados; e a Secretária de Estado da Secretaria de Trabalho e Assistência Social do Estado do Mato Grosso do Sul, Srª Tânia Mara Garib.

A missão realizou-se no período de 29 de outubro a 5 de novembro de 2011 e visitou a Suécia, a Holanda, a Inglaterra e Portugal. Teve por objetivo conhecer as políticas públicas adotadas naqueles países para o enfrentamento do problema da dependência química.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria sugerir, como o senhor acompanhou o trabalho, porque já li, estou lendo agora a parte da Inglaterra, e dá para entendermos bem o que caracteriza cada um dos dois países que eu havia lido...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Poderia fazer um resumo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Isso. Como o senhor tem boa memória, poderia fazer um relato verbal, sem se ater ao que está escrito, falar de acordo com sua observação, com sua percepção. Creio que dará uma boa...As imagens podem aparecer para dar uma ilustração.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Começo afirmando que considero da maior importância essa viagem. Uma coisa é... Nós, aqui, por exemplo, ouvimos a representação da Embaixada da Suécia, mas não sei se pelo tempo que colocamos para as audiências públicas...Eu participei também de um evento internacional, em 2009, onde também estava a Suécia. Estou pegando esse país com exemplo, porque tinha tido a oportunidade de ver duas vezes. Na verdade, temos uma situação em que a presença naquele país permite-nos ir muito além do que normalmente um relatório governamental poderia fazer.

Nós estivemos na Suécia, onde fomos muito bem recebidos e acompanhados pela Embaixada. Aliás, em todos os países tivemos um grande apoio dos embaixadores e das embaixadas. Na Suécia, tivemos contato com o governo sueco. Lá quem coordena a política é o Ministério da Saúde. Este é o presidente da comissão que, no parlamento, na sede do parlamento onde tivemos uma reunião, onde foi feita uma apresentação... Esta é a nossa embaixadora na Suécia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Minha amiga.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Amiga da Senadora Ana Amélia. Aliás, ela nos recebeu muito bem.

Desse trabalho, o que destaco na Suécia? Primeiro, ficamos sempre com a impressão de um país muito fechado, onde tudo é proibido, enfim, e na verdade, quando vamos para lá, saímos com outra visão.

Quero lembrar um fato que, muitas vezes, não é citado e tem grande importância. Nos anos 60, nos anos 70, principalmente na Europa, na América do Norte, tivemos uma fase em que o grito de liberdade, na defesa de todas as formas de liberdade, trabalhou-se em muitos países a liberação da droga, a liberação da prostituição, tratando-os não mais como crimes. Esse é um fato que esta região, Suécia, Inglaterra, Holanda e um pouco menos Portugal, vivenciou. É importante compreendermos. Nós mesmos que somos da geração que acompanhou – eu ainda era pequenininho –, nos anos 60 e 70, a fase dos Beatles, dos Rolling Stones, para lembrarmos o quanto isso pesou nessa fase.

O que temos na Suécia? Eles tiveram uma mudança brusca, ou seja, o país foi para um ponto de forma mais rápida. Eles fizeram um plebiscito e, a partir dali, fizeram uma classificação de drogas pesadas e de drogas leves – aí é com o Ministério da Saúde. Nessa discussão, eles caminharam para uma linha em que trataram, de pronto, do tabaco, do álcool, classificando como drogas mais leves, a maconha também, e outras consideradas drogas pesadas.

Lá o problema grave é a heroína. Principalmente a heroína... Chega um pouco de cocaína, não tem ainda o *crack*. Aliás, nessa região a gente vai encontrar uma presença mais forte do *crack* na Inglaterra. Também na Holanda e em Portugal há uma presença quase nula do *crack*. Eles têm a presença mais forte da heroína.

Então, adotaram um projeto ousado, com forte investimento, criaram uma rede de prevenção, que é o que mais encanta, pois eles têm um trabalho (em visita a uma escola) com a integração do Ministério da Saúde com o Ministério da Área Social (da Educação) em que eles trabalham, principalmente, fatiado por geração: crianças, adolescentes, adultos, idosos e, a partir daí, eles separam as áreas de maior risco e fazem um trabalho preventivo.

O que me encantou muito na Suécia foi a aposta nas lideranças jovens, ou seja, um trabalho em que a juventude contribui, como líderes de grêmio (como são as nossas organizações aqui) na defesa, com grande conhecimento e qualificação – eles conhecem com profundidade cada droga – e, a partir daí, passam a fazer uma política de ampla defesa. Eles têm, aproximadamente, metade da população que já experimentou alguma droga, principalmente a bebida e o cigarro; uma fatia menor, em torno de 10%, outras drogas. Vem reduzindo, para as novas gerações, o desejo e a experimentação e o uso mais frequente de drogas mais pesadas. Eles estimam hoje que tiveram cerca de 12% da população consumindo, de forma abusiva, como dependentes, drogas. Eles estimam hoje próximo de 1%. Eles tiveram uma redução muito forte.

Eles estão preocupados porque fizeram uma política de controle da propaganda e agora, com as redes de comunicação internacional, eles não encontraram ainda um mecanismo legal de evitar que a propaganda chegue por canal aberto. Então, chegam redes de televisão dos Estados Unidos, por exemplo, e de outros países de fora da comunidade europeia ou mesmo de dentro da comunidade europeia. Eles criaram agora um Conselho da Comunidade Europeia para lidar sobre os vários temas, este é um dos que eles estão debatendo, mas estão com grandes dificuldades de encontrar uma forma que não mexa na democracia, na liberdade de imprensa, enfim, para que possam fazer esse trabalho.

Além da prevenção, tem uma importante rede de saúde. Ou seja, eles têm uma presença de alta complexidade, a base de uma unidade para cada milhão de habitantes – é algo parecido com Portugal. Eles criaram uma rede de média complexidade e toda uma área de atenção básica que também atua na área de prevenção.

Eu destaco ainda que, além do tratamento, eles têm uma divisão, que também é muito comum nesses quatro países, que é a parte da desintoxicação seguida da parte do acolhimento. Eles credenciaram comunidades e clínicas terapêuticas. Tem uma presença maior de clínicas, mas tem aproximadamente um terço dos credenciados de comunidades terapêuticas. A maior parte vem das experiências da Itália, ligadas à igreja, principalmente nessa última década. Eles reconhecem que o trabalho feito na desintoxicação pela área pública e, em seguida, pelas comunidades terapêuticas, o resultado é maior. A eficiência chega, em alguns casos, a 90%. Eles atestam, eles fazem os exames, enfim.

Aí, eu destaco três coisas para finalizar. A primeira: eles fizeram uma centralização. Tem uma estatal

distribuidora de bebidas. Não sei se há uma foto, nós fizemos uma visita, não podia, estava fechada quando a gente foi, já tinha encerrado. Acho que aí já é na Holanda, mais atrás. Não sei se conseguiram pegar. Volte aí atrás. Não, já passou, acho que não aproveitaram a foto. Mas eles têm, Senadora Ana Amélia, uma distribuidora estatal de bebidas. Tanto as bebidas que eles produzem, essa vodca que é muito consumira aqui no Brasil, porque eles são produtores, seja produzida naquele país ou de qualquer país, ela tem que ser vendida para essa estatal, que tem uma rede de distribuição em praticamente todos os municípios do país, funciona de segunda a quinta-feira. Sábado, domingo e feriado faltou, só na segunda-feira seguinte e tem um trabalho de conscientização muito forte. As pessoas, para venderem bebidas, são treinadas. Fiz um teste. Nós chegamos num restaurante para almoçar e ali perguntei se era possível levar uma garrafa de vinho. Eles disseram que não. Quer dizer, eu poderia pedir a bebida ali, mas para consumir ali, não poderia comprar ali para levar para casa. Ou seja, só a distribuidora poderia fazer essa venda. Ao venderem, as pessoas colocam registros e, a partir dali, o país passa a ter um controle de quem é usuário. Portanto, não é proibida.

Outra coisa que me chamou a atenção é que eles têm na rede de saúde uma sistemática de exames anuais, isso já é da política do sistema de saúde deles. Tanto a saúde privada, os planos de saúde, como a bancada pelo poder público.

Nessa sistemática, eles fazem normalmente exames de sangue e de urina, em escolas, quando o aluno se matricula quando vai servir ao Exército, quando começa a trabalhar quando vai ser servidor público, enfim. Nesses exames, eles têm uma regra que é a seguinte: por exemplo, o álcool se o teor de álcool na corrente sanguínea for de até 0,5 é considerado normal, de 0,6 até 1,2 eles tratam como a gente trata o colesterol, o controle do açúcar, enfim, e recomendam o tratamento. Ou seja, ali é recomendado o tratamento: "Você vai ter que reduzir a bebida, você vai ter que tomar uma série de medidas de atuação nesta área". Se estiver acima de 1,2, o tratamento passa a ser obrigatório. Da mesma forma, as pessoas que são presas. Se são presas, automaticamente, assim como são feitos os exames de praxe para adentrar à prisão, nesses exames fazem o exame relacionado ao teor do álcool. Com base nesses exames, eles recomendam o tratamento. No caso do presídio, se for usuário, mesmo que esteja apenas de 0,6, por exemplo, de álcool ou numa incidência de heroína, é compulsório o tratamento, é feito um tratamento compulsório.

Eles reconhecem que no tratamento voluntário o efeito é melhor. Então, há uma tentativa de que seja voluntário, mas, não sendo possível ser voluntário, eles fazem compulsoriamente.

Chama-me a atenção um fato que eles adotam. É o seguinte: eles adotaram lá atrás a política de fazer a redução de pena em razão do tratamento, eles voltaram atrás. Eles sentiram que isso criou um artifício para muita gente sair do sistema prisional. Portanto, se o juiz reconhecer, como em muitos casos, que deve haver uma redução pelo comportamento, etc, aplica-se o que já diz a lei, como é o caso do Brasil, mas nunca em troca do tratamento.

Portugal também adotou uma sistemática semelhante.

Por último, eu quero destacar da Suécia. Eles têm uma fonte de financiamento garantida que, no caso deles, vem das bebidas legais, principalmente dessa distribuidora, quer dizer, como o país é quem tem a distribuidora nacional de bebidas, e é monopólio, ou seja, a lucratividade, aquilo que seria o lucro é que é estatal – a distribuidora de bebidas na Suécia, está certo?

Pois é, é uma situação muito forte. Eu também não tinha esse conhecimento.

Então, a lucratividade vai, ela é destinada para esse tratamento. Eles têm um custo médio de €100 mil por ano, por usuário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) (*Intervenção fora do microfone*.) – E usam esse dinheiro do imposto da bebida para tratar...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente, para tratar dos doentes, mais o imposto que é aplicado sobre cigarros, ou seja, eles já chegaram a aplicar €9 bilhões por ano, mas isso, na medida do tempo, como foi reduzindo o número de dependentes, eles estimam que, neste ano, deve fechar em torno de €1,7 bilhão, ou seja, à medida em que vai aumentando a redução de problemas, vai reduzindo o custo.

Então, eu destaco esses pontos dessa experiência.

Da Holanda, também, eu devo dar o testemunho de que a imagem que a gente tem da Holanda é outra, está certo? Ou seja, a gente fica com a impressão de que vamos chegar na Holanda e encontrar gente fumando maconha, por exemplo, na rua, em todo lugar. Então, isso não é verdade.

Então, a Holanda, da mesma forma que a Suécia, tinha um regime completamente aberto, era assim. Eles criaram o mecanismo de autorizar estabelecimentos, que são os *coffeeshops*, onde a pessoa pode comprar

e usar ali ou no seu domicílio. Não pode na rua. Usa no *coffeeshop* ou em seu domicílio.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E só 5g, 0,5g.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Até 0,5g de maconha.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – De maconha.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Você chega lá e tem um cardápio: maconha da Bolívia, ou de Marrocos, enfim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Específica, eles têm especificação para o grau, porque quando ela é mais forte, ela tem um grau de dependência maior.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente. Exatamente.

Então, veja só: o que eu considero importante da experiência da Holanda? Primeiro, uma coisa que eu confesso que, nessa viagem, ficou mais clara: eles tinham uma compreensão de que, no momento em que era crime ser usuário de drogas, ele cortava a relação desse homem, dessa mulher com a sociedade. Passaria a ter uma relação escondida, uma relação falsa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Marginal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – E ele passava a ter uma relação com os traficantes, com os produtores, enfim.

Isso gerou uma relação em que muitos desses usuários, como ocorre no Brasil, foram transformados em parte da rede na comercialização.

Então, eu acho que esse é um ponto que eu destaco da medida que eles tiveram a ousadia de fazer lá mais atrás, da não criminalização.

Porém, eles estão, neste instante, no Parlamento, fazendo uma nova mudança.

O governo encaminhou...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Alteração na lei. Estão mudando a lei.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É. O governo mandou um projeto… O diagnóstico é o seguinte: é que, principalmente Amsterdã… Eles têm mais ou menos 700 *coffeeshops* só em Amsterdã. É onde tem a maior concentração. Nas demais cidades, é um *coffeeshop*, são dois, no máximo.

Então, essa cidade se transformou num ponto de atração de pessoas do mundo inteiro, atraídas por essa curiosidade ou para a aquisição, e levam, invariavelmente, outras drogas pesadas, e eles não estão conseguindo controlar.

Então, a proposta do governo é de criar um cartão que serve como identidade e como instrumento de controle para a compra. Só vão poder vender para os holandeses, para os nativos, ou para quem for residente há mais de dois anos.

Então, esse é o debate que estão travando. Ao contrário do que pensamos, eles têm uma posição, em relação ao que imaginamos, conservadora. Há uma tendência de ser aprovada essa medida.

Nesse cartão, as pessoas que têm baixa renda ou que não têm renda, o Governo subsidia a droga.

As pessoas, desde que se cadastrem na rede, passarão, a partir dali, a se submeterem a um processo que as levem ao tratamento.

Tanto na Holanda como na Suécia, eles introduziram a metadona...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É de uso oral, para substituir a seringa e evitar a contaminação da AIDS.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato. Que é uma substância que, além de evitar a seringa, ela é um sintético da heroína, que é o principal problema que eles têm.

Facilita, na visão deles, a fase do tratamento, porque como eles têm o controle de todas as substâncias, que não tem sobre as variedades de heroína, eles passam, aí, a fazer uma redução gradativa durante o tratamento. Então, cientificamente, eles colocam que além de evitar danos colaterais – HIV e outras coisas –, também tem essa vertente.

Na Suécia, chegaram a pensar em liberar a metadona, mas aí começaram a perder o controle e a comercialização passou a se dar também para estrangeiros, então, eles voltaram atrás.

Na Holanda, eles estão investindo muito fortemente na prevenção. Eles têm uma entidade, que é esta aí, uma empresa que foi contratada, junto com as universidades que faz pesquisas, que faz todo o acompanhamento; tem uma rede, na Internet, em que as pessoas podem fazer os seus exames pela própria Internet, voltado para jovens, voltado para as diferentes drogas, as legais e as ilegais, e têm, a partir daí uma série de orientações. Isso tem dado um efeito muito bom.

Eles adotaram a grade na escola a partir do 8º ano de educação, quando eles passam a ter um ensinamento mais profundo, principalmente na universidade. Ou seja, a rede de professores inteira foi treinada, foi qualificada, e eles estão apostando muito nessa área.

Avaliam, em pesquisas recentes, uma forte redução, especialmente das gerações mais jovens. Eles verificam que boa parte dos consumidores nos *coffees shops* é de uma população que está aí entre 35, 40, 50 anos, é mais ou menos nessa faixa de idade. Então, eles tiveram um avanço muito grande no passado e dizem que está havendo uma redução. Qual é o pro-

blema? Eles estão vendo um crescimento no consumo do álcool. Estão agora com uma política mais forte em relação ao álcool.

Tem uma rede de tratamento, parte estatal, parte credenciada, para a desintoxicação.

Nesse ponto, as pessoas que fazem uso, essa imagem aqui, por exemplo, é de uma clínica pública em que alguém que fuma a heroína, que faz uso da cocaína, ele tem as salas e todo o acompanhamento para o seu uso. Aí eles fazem a distribuição das seringas até para o uso acompanhado na dosagem adequada. E essas pessoas começam, a partir desse primeiro contato com o governo, na avaliação deles, a iniciar um diálogo, e há, a partir daí, uma tentativa de convencimento para o tratamento. Esses tratamentos são bancados pelos planos de saúde e também pelo governo.

Na Inglaterra, esse, por exemplo, é o *kit* que eles entregam para os usuários. Naquele pacote ali, tem uma quantidade de heroína. Aí, eles fazem o uso, aí mesmo, com o acompanhamento médico.

Pode passar.

Aí são as salas em que os profissionais fazem o atendimento, com psicólogo, psiquiatra, médicos, assistentes sociais, especialistas nessas áreas em que fazem o atendimento.

Pode passar.

E tem a clínica onde eles fazem exames, fazem todo o acompanhamento. O objetivo é sempre pelo convencimento. O Governo só atua de forma criminal quando a pessoa pratica outro crime. Se alguém for pego vendendo, por exemplo, um grama de heroína, é considerado traficante. Aí, a legislação trata de modo diferenciado. Tem também um sistema prisional separado do sistema dos que são livres e fazem, a partir daí, toda uma política de acompanhamento bancada pelo Poder Público.

Bom, aí já na Inglaterra, essa foi uma reunião que nós fizemos na Embaixada da Inglaterra. O embaixador organizou as reuniões tanto com o Ministério da Saúde quanto com o Ministério do Interior, que trata da parte de segurança, como também fizemos algumas visitas em diversas áreas.

Na Inglaterra, destaco o fato de terem um trabalho preventivo muito forte. Foi quem, primeiro, na Europa desenvolveu o uso da tecnologia para viabilizar uma relação especialmente com a juventude. Eles têm hoje um sistema de saúde, tanto na rede privada como na rede pública, que garante todo o trabalho. Na fase da desintoxicação, tem uma rede credenciada também de comunidades terapêuticas. Eles apostam muito nas organizações não governamentais.

Pode passar.

Estou colocando aqui bem rapidamente.

Estivemos com a Baronesa Meacher. Essa senhora está liderando um movimento mundial pela descriminalização do usuário.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente. Ela já esteve com o Presidente Fernando Henrique, e há um conjunto de presidentes e um conjunto de lideranças que estão tratando sobre isso.

A tese principal, Senadora Vanessa, defendida por eles é de que, quando a sociedade trata o usuário como criminoso, empurra esse usuário para os braços, não só dos traficantes, mas de outras drogas.

Pode passar.

Essa é a reunião, também lá, com o vice-ministro da saúde, que esteve também apresentando todo um trabalho, toda atuação... Eles estimam em cerca de 2 bilhões o investimento total com essa área.

A Inglaterra é um país que ainda teve uma estabilização, mas num patamar muito elevado. Eles estimam, considerando todas as drogas, inclusive o álcool, cerca de 18% da população considerada problemática, tanto que entrou na pauta forte, tanto do Congresso, que nós visitamos também, como na pauta do Governo.

A Suécia e a Inglaterra tiveram agora uma participação grande num debate. A Organização Mundial de Saúde acaba de, agora, no mês de setembro, aprovar uma resolução, em que trata o álcool como o mais grave problema das drogas no Planeta, porque as diferentes drogas têm diferentes formas de atuação: no Brasil, cocaína, *crack* e outras misturas com a cocaína; na Europa, a maior parte dos países é a heroína e em outros, o ópio. Mas o álcool tem hoje – eles testemunham – uma presença em praticamente todos os países do mundo como o mais grave problema.

Por último, Portugal. Eu queria fazer um destaque aqui, Senadora Ana Amélia, porque em Portugal, além de uma cultura muito próxima da brasileira, eles têm praticamente as regras do Brasil, só que implementadas onze anos atrás. Ou seja, temos hoje o arcabouço legal, mas ainda estamos atrasados na implementação.

Nós fomos recebidos pelo Dr. Manoel, o cidadão de bigode na cabeceira da mesa. Ele é o Presidente do instituto de desintoxicação de Portugal, que foi criado. Na verdade, é um órgão independente dentro do Ministério da Saúde. É como criar um instituto ou uma fundação no Brasil, que passa a ter uma autonomia administrativa, porque viram que tinham o equivalente a uma secretaria nacional junto ao Ministério e isso dificultava muito a forma de atuação.

O Ministro da Saúde preside a política nacional e o presidente do instituto é o executor. O próprio Presidente da República faz parte do Conselho Interminis-

terial e na sua ausência o Ministro da Saúde. E tem um conselho com a sociedade.

Eu digo que é o modelo sobre o qual mais devemos nos debruçar no Brasil. Eles têm o mais completo cadastro. Portugal estima que tenha 8 mil dependentes de álcool, 38 mil dependentes de drogas ilícitas chamadas drogas pesadas e um total de aproximadamente 15 mil usuários de drogas que estão na rede de atendimento. Eles estimam que ainda haja uma fatia fora da rede, mas acreditam que pelo menos 90% estejam dentro dessa rede, pelo sistema que adotaram no País;

Eles adotaram parte da sistemática da Suécia, de exames, etc, e um mecanismo em que o usuário não é considerado um criminoso; porém, utilizando-se de drogas em locais públicos tem uma pena administrativa. Normalmente, é lavrada pela polícia uma notificação, como para um motorista que passa num sinal vermelho; ele a recebe ali e é dado um prazo para que compareça a uma unidade que funciona como aconselhamento. Então, é uma comissão que tem advogado, assistente social, um profissional da saúde, médico, psiquiatra, psicólogo, enfim. E o objetivo do aconselhamento é convencê-lo de voluntariamente fazer o tratamento. Eles fazem duas, três ou mais tentativas.

O usuário, normalmente, no primeiro momento em que é detectado como usuário não recebe nenhuma penalidade, apenas uma advertência. A partir da segunda vez, recebe uma multa; e a partir da terceira, dependendo do seu grau de dependência, passa a ser compulsoriamente obrigado ao tratamento.

Dentro do sistema prisional há separação entre o sistema de privação da liberdade para crianças e adolescentes, para mulheres e para homens. E eles estão muito animados, pois comemoram uma redução de 30%, nesta década, mas têm ainda uma preocupação muito grande com o álcool. Eles tiveram uma forte dependência, mas agora percebem que houve um crescimento e eles estão debruçados também sobre esse tema. Eles criaram um programa de reinserção social. Normalmente, os outros países, como nós aqui, apesar de constar no arcabouço, não têm um sistema claro de reinserção social. Eles criaram um programa de vida e emprego, em que o governo dá uma parte da remuneração para as empresas que fazem o acolhimento. Estão tendo agora uma preocupação de empresas da sobriedade, empresas livres de drogas, que recebem um selo e, a partir daí, esse credenciamento. A partir desse primeiro emprego, durante um período as pessoas voltam ao trabalho, e eles avaliam que isso está sendo fundamental para o resultado.

Esta foi uma visita que fizemos a esse centro. Deve passar mais. É o centro onde eles recebem os usuários, é onde tem a fase do convencimento. A partir daí, eles têm um judiciário, o ministério público, enfim todo especializado nessa área de políticas sobre drogas. Criaram um fundo, que vem com receitas das chamadas drogas legais, especialmente o tabaco, o cigarro e a bebida, e comemoram que estão colhendo bons resultados.

Com esse resumo, estamos colocando com mais detalhes o aperfeiçoamento, quero dizer que foi uma viagem muito importante.

Quero finalizar, minha querida Senadora Ana Amélia. Durante a viagem, conversamos com essa comissão da Câmara. Então, qual é a ideia? A comissão de lá vai apresentar seu relatório e nós, aqui, também vamos apresentar nosso relatório. A ideia é fazermos o esforço de uma reunião conjunta onde possamos, a partir da experiência das duas comissões, ver como extrair propostas de prevenção, de tratamento, das várias fases até a reinserção social e políticas públicas, algumas propostas para o setor privado, para a previdência, que possamos abraçar conjuntamente e apresentar ao Governo Federal.

O Governo chegou a anunciar que hoje estaria lançando um programa, seriam algumas medidas, principalmente na área da saúde. Mas na nossa chegada, fizemos um apelo ao Governo de que era importante ouvir, já que há uma comissão na Câmara, uma comissão no Senado, já que há um conselho que não havia sido escutado sobre esse tema. Seria importante que fizéssemos assim. Elogiamos o trabalho feito com as pessoas com deficiência, que tiveram uma forte participação e resultou num plano que é aplaudido por todos os segmentos na área da pessoa com deficiência. Então, não tem sentido, em uma política como essa, também não fazer essa tentativa. O Governo tem manifestado que a ideia é tomar algumas medidas agora e submeter, no próximo ano, ao crivo de uma conferência nacional um plano mais abrangente que possa ser submetido. Então, creio que principalmente por essa possibilidade, por toda experiência que acumulamos aqui, vejo a necessidade e a importância de apresentarmos, de preferência as duas Casas, se pudermos apresentar um plano que possa espelhar a experiência das duas Casas, acho fundamental e gostaria de ouvi-la.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Wellington Dias, quero cumprimentá-lo porque foi realmente uma reunião de trabalho essas visitas. O que foi, digamos, capturado coincide com muitos pontos de vista que aqui expusemos ao longo das 32 pessoas que vieram aqui. A confirmação, com seus relatórios, do qual tive uma rápida leitura, não uma olhada, mas deu para pelo menos sublinhar algumas coisas. Primeiro: isso é um problema global. Não é um

problema do Brasil, é um problema global. Segundo: é uma doença. A droga é uma doença confirmada em todos esses países. As leis dos países estão sendo mudadas permanentemente. A Holanda está mudando, está aperfeiçoando; a Inglaterra está mudando. Então, essa questão da legislação está... Até porque o próprio mercado das drogas está se alterando.

Tipos diferentes de drogas.

Na Europa, nesses países que o senhor... na parte da Escandinávia, como é o caso da Suécia, as principais droga são a maconha, produzida no Marrocos, especialmente, a heroína e a cocaína. A cocaína é produzida aqui na América do Sul: Bolívia, Peru, Colômbia, os grandes fornecedores. Na Inglaterra, 50% da criminalidade estão associados à droga. Isso pode, talvez, se confirmar aqui no Brasil. A Inglaterra, como nós aqui, está entrando uma ação muito intensa de vigilância sobre a fronteira; embora seja uma ilha, eles têm problemas exatamente pela chegada, pela fronteira, da droga no país. Nós, inclusive em nosso relatório que apresentaremos amanhã, teremos uma questão desse reforço que a Polícia Federal nos apresentou.

Uma questão que nós em nosso relatório sublinhamos – e que os senhores levantaram – é a prevenção. Todos os países estão fazendo prevenção em escolas, em *sites...* Outro item que nós aqui não focamos adequadamente, mas eu acho que é importante na formação geral, é a municipalização. Levar o problema para a comunidade mesmo, lá onde ele está.

As comunidades terapêuticas.

Todos ressaltaram como um caminho muito importante esse aspecto hospitalar. E não é só nosso o problema da falta de leitos. Portugal tem 1.500 leitos e faltam leitos também, o mesmo ocorre na Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Uma observação que considero importante nas comunidades terapêuticas. Há um consenso (uma experiência deles) quanto a eles darem preferência às comunidades com 30 ou 50 membros. Eles acham que as comunidades, com quantidade gigantesca, o resultado é mais baixo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No caso brasileiro, elas também não são grandes, não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Uma coisa que eu queria aqui ressaltar. Portugal desenvolveu algo que considero excepcional: eles pagam com base em resultados e premiam... Ou seja, eles estão pagando cerca de mil euros para uma comunidade terapêutica. Então, eles pagam uma parte como mensalidade, em torno de quinhentos euros, aproximadamente a metade, e a outra parte eles pagam com base em três resultados que eles querem: abstinência por mais de "x" tempo – eles começaram com um ano e agora estão indo para dois anos –, o não retorno à criminalidade. Ou seja, se aquele paciente, além de ter sido tratado, ele teve uma formação, uma preparação para não voltar a incidir no crime, eles também premiam isso. E o terceiro é pela reinserção social, quando eles pagam, inclusive, além desses mil euros, eles pagam um valor extra se conseguirem que essa pessoa volte a estudar, volte a trabalhar, ou seja, que ela volte a ter as atividades adequadas à sua idade. Eu acho fundamental esse processo de premiação que eles adotaram. É uma coisa mais recente, mas eles avaliam que estão dando um grande resultado. Por quê? Porque além da rede que o estado tem; a outra rede ajuda na reinserção.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu tenho dúvidas no Brasil quanto a isso, Senador. Isso pode ser um canal de estímulo para a droga para ser beneficiado por isso. Eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Mas eles obrigam um mínimo de dois... Eles ampliaram o tempo para o mínimo de dois anos para a reincidência. Então, a rigor, quem está querendo um emprego imediato, ele não tem essa condição. E todos eles não pagam para as entidades. Eles fazem um pagamento em que é feito como se fosse para a família. Eu estive em Minas Gerais com o Governador Anastasia. Eles estão adotando em Minas Gerais um cartão. Eles pagam lá R$900,00, ficam R$100,00 com a família e os outros R$800,00 eles pagam para a comunidade de acolhimento, a comunidade terapêutica.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É como funciona em Portugal.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É como se fosse uma ajuda à família.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Porque o dependente paga, a família pobre paga só 20% e o fundo paga 80%.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Facilita o controle e evita a burocracia da prestação de contas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria concluir, Senador Wellington, essas observações que fiz do seu relatório.

O tema tem que ter uma contínua atenção dos governos, do parlamento e da sociedade.

No caso da Inglaterra, eles já apreenderam 40 tipos de novas drogas sintéticas produzidas na China. Isso aumenta geometricamente a possibilidade de você estar viciando e fazendo de um mercado paralelo esse

tráfico dessa droga sintética que já está no Brasil, como o êxtase e todas as outras.

Então, isso já está na Europa, pelo menos na Inglaterra. E esse tema das novas drogas, porque se a classe médica hoje não está adequada... Porque muitos deles têm que preparar os médicos para terem um diagnóstico adequado sobre a droga que o dependente está consumindo, mais ainda quando chegarem essas novas drogas, como o médico está preparado para ministrar uma desintoxicação? De que forma vai fazer isso?

Também vi aqui que esse é um tema que para alguns países, especialmente como a Inglaterra, ele, digamos assim, é um tema marginal. A mídia não trata disso e a Câmara dos Lordes também não tem isso como agenda prioritária. Os políticos que entram nisso correm o risco de serem banidos pelo eleitor, vejam que contraditório isso. E a falta de leitos também permeia – com exceção da Suécia, rica, muito rica, mas que também tem problemas com a falta de leitos, que também não é uma coisa só brasileira – e o fundo é para as drogas, feito com essa coisa que nós também estamos no nosso relatório fazendo.

Então, penso que a gente, com essa sua contribuição... Amanhã apresento o relatório e anexo o seu relatório, porque acho que ele subsidia toda a parte que fizemos em relação a essas questões relacionadas à prevenção. A gente deu muito destaque também a isso, com tudo que foi abordado aqui, com a colaboração dos consultores do Senado, que fizeram as conclusões.

Então, amanhã a gente apresenta. Acho que essa sua ideia de fazer o debate conjunto com a Câmara é extremamente produtivo. Aí, o Congresso leva ao Poder Executivo o que aqui ele colheu *in loco*, porque nós chamamos aqui... E o senhor andou visitando, nós visitamos Porto Alegre, todas as instituições no Nordeste também, em Alagoas, o que está sendo feito no seu Estado, no Piauí, Mato Grosso do Sul também. Então, isso é importante para essa avaliação.

Parabéns, novamente, pelo relatório que foi feito, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Obrigado.

Eu destaco, para encerrar aqui uma coisa que a gente já tinha percebido aqui e está incluído no próprio relatório da Organização Mundial de Saúde: se não houver ações em todo o Planeta, se não for um lado voltado à redução da oferta, mas também a redução da demanda, não há muita alternativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um caminho... É uma via de duas mãos. Não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É verdade.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É preciso também que isso tenha um comando superior, no caso, brasileiro. Como muitas áreas tratam desse assunto, um comando superior, digamos, subordinado à Presidência da República e não ao Ministério da Justiça, para fazer exatamente a transversalidade com saúde, com ação social, com Justiça, em todas as áreas em que precisa ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu agradeço e parabenizo V. Exª também. Amanhã vamos estar juntos aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Amanhã não funcionam os bancos em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Então, fica convocada reunião para amanhã, às 9h – está certo? –, para apresentação do relatório da nossa Relatora, Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Nessa reunião com a comissão da Câmara, a ideia seria fazermos de tal modo que pudesse o Interlegis fazer a transmissão, porque há várias frentes de assembleias, de câmaras que podem acompanhar e contribuir no debate.

Estamos tentando para o dia 13. Vamos conversar com o Presidente Sarney para ver se conseguimos encontrar uma agenda.

Está ficando para o dia 14, Senadora, a apresentação e a votação do relatório na subcomissão e, no dia 14, na CAS. Aliás, amanhã, na CAS, para a leitura do relatório. E, aí, abre-se o período do debate. A votação na CAS está prevista para a semana do dia 14.

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 15 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 1 minuto.)

ATA DA 21ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA SEIS DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS QUATORZE HORAS, SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e trinta e cinco minutos, do dia seis de dezembro de dois mil e onze, na sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Wellington Dias, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependen-

tes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 20ª Reunião, que é dada por aprovada. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. O Senhor Presidente comunica que a presente Reunião destina-se à votação do Relatório Final desta Subcomissão. É aprovado o Relatório Final com a alteração sugerida pelo Senador Wellington Dias de conferir nova redação ao item 2.13 da seção *Conclusões*. A Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da presente Ata, que é dada por aprovada. Usaram da palavra a Senadora Ana Amélia e o Senador Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinqüenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Declaro aberta a 21ª Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e Outras Drogas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apresentação e votação do relatório final desta Subcomissão.

Passa-se à apreciação do item único, conforme pauta previamente divulgada.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Wellington Dias, o relatório já foi lido na Comissão de Assuntos Sociais, o Senador Moka acompanhou, foi distribuído e imagino que o Presidente tenha tomado conhecimento. Eu acrescentaria apenas, se assim o Presidente entender, o que foi anexado, que não estava no texto relatado aqui na Comissão de Assuntos Sociais. São sugestões de membros da Comissão sobre a remessa do relatório final para a Presidente da República, os Ministros da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Educação, da Justiça e da Assistência Social, que são as áreas afins à matéria, e aos governadores e prefeitos municipais, com uma correspondência que diga que é o Prefeito quem deve encaminhar isso à área competente, porque, se mandarmos para um secretário municipal de saúde, nem sempre, como no Governo Federal, é a Secretaria de Saúde que está encarregada daquela matéria social. Por isso, cabe ao Prefeito designar. No caso dos Ministérios, pode-se eventualmente mandar essa informação para os Ministros, para fazer essa distribuição aos seus departamentos.

Essa é a distribuição da matéria. Além dos Prefeitos municipais, Ministério Público Federal e Estaduais e a Ordem dos Advogados do Brasil.

Outra propositura que foi acolhida também é a criação de uma Comissão Especial Mista, do Senado e da Câmara, destinada a estudar – e foi uma sugestão do Senador Moka – todas as proposições que estão em tramitação nas duas Casas Legislativas, pertinentes à matéria relacionada à dependência química em todos os aspectos, com a tarefa de selecionar as melhores proposições e dar celeridade à tramitação no Congresso Nacional. Isso também pode incluir iniciativas que esta Subcomissão possa tomar no âmbito do Legislativo e apresentar junto a essa comissão mista. Penso que seria poupar energias no âmbito do Legislativo para agilizar as matérias. Então, se V. Exª aceitar, fica composto dessa forma.

Foi anexada também a parte que se referiu ao relatório das experiências observadas pelo grupo liderado por V. Exª nos quatro países da Europa escandinava.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Wellington, realmente isso foi debatido na última sessão da Comissão de Assuntos Sociais e não foi nem falha da relatoria. Na verdade, Dr. Odilon, um Juiz Federal, faz muita crítica à legislação e pedi a ele que trouxesse o que, em sua opinião, deveria ser mudado na legislação atual que pudesse... Ele faz muito mais combate ao tráfico. A nossa Comissão nunca teve isso como prioridade, mas penso que poderíamos mandar modificações na legislação que pudessem contribuir. Por exemplo: essa questão polêmica da internação voluntária. Creio que é uma questão que o Congresso deveria decidir e votar. E outras coisas que tratam muito mais da repressão mesmo em relação ao traficante, essa coisa de redução de pena, porque eles criticam muito isso. Mas realmente nunca foi esse o foco da Comissão. É apenas como contribuição.

Penso que a Senadora Ana Amélia fez um grande relatório que, é claro, foi enriquecido com essa visita

que V. Exª fez a vários países e, ao colocar anexado ao relatório, como fazendo parte dele, penso que é importante e fundamental que mandemos isso, sobretudo para as Secretarias de Estado.

A Tania Garib acompanhou a delegação e tenho certeza de que isso será muito aproveitado pelas assistentes sociais e pela área de saúde como uma contribuição, afinal de contas ouvimos muita gente aqui, gente com experiência e capacidade, penso que esse relatório daria uma grande contribuição.

Da minha parte, Sr. Presidente, quero dizer que fico feliz de ter participado, porque nós levantamos o problema e o País hoje o discute. Penso que esse foi o grande ganho, não há mais como se dizer que há a questão do *crack* e das drogas. Não. É um assunto que está na pauta, tanto é que a própria Presidente – nossa Exª já confirmou isso – pretende lançar um programa de combate. Penso que uma das coisas que fez com que isso acontecesse foi a vinda, aqui, da Secretária Nacional Antidrogas, Ministros, enfim, penso que esta Comissão tem muito o que comemorar.

Sou favorável ao relatório da Senadora Ana Amélia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Senadora, gostaria apenas de compreender. Nessa ideia da criação dessa Comissão, desse grupo, ela seria na CAS? Quer dizer, a Comissão aqui apresenta a sugestão direcionada para a própria Comissão de Assuntos Sociais? A quem caberia a criação, para eu entender?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Presidente, aqui temos que ver qual é o caminho melhor para criar essa Comissão Mista, do ponto de vista do seu funcionamento. Ela pode ser uma Comissão independente, não subordinada a nada, apenas uma Comissão; pode ser uma Subcomissão, para o exercício de 2012, junto à CAS; mas talvez a independência não determinada, porque vai depender de uma série de regulamentos, tenha mais liberdade e flexibilidade de se ter essa comissão mista.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Queria dar uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Recentemente, o Senado criou uma comissão, penso que foi chamada de Segurança, alguma coisa assim, que está tratando de temas de caráter de penas, coisas assim. O Presidente é o Senador Pedro Taques. Creio que poderíamos encaminhar o que tiver de legislação para essa comissão e eles, evidentemente, transformariam isso. Até porque é um pessoal mais ligado a isso mesmo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – À legislação.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A essa legislação e com experiência. No caso do Senador Pedro Taques, ampla experiência nessa questão de como fazer a pena, enfim. Penso que a Comissão nunca teve como foco essa questão, mas entende – e remete para a Comissão de Segurança – que é preciso melhorar a legislação, principalmente em relação ao combate ao narcotráfico ou aos traficantes.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Deixa eu colocar mais um ponto aqui que me veio, Senadora. No item 2.13, é colocada a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, existente hoje, vinculada à Presidência da República, dando à Secretaria *status* de Ministério. Por conta de todo o debate que há hoje, de redução, de aumento, enfim, queria só examinar a possibilidade de colocarmos isso, mas colocarmos alternativas, porque o importante é que tenha um ministro, uma pessoa com o Estado, porque, como tem que trabalhar com vários Ministérios, quem for Presidente da República escolhe um ministro – normalmente o que temos sugerido sempre é o da saúde ou o da área social, porque o tema que abordamos é mais nessa área – que possa fazer esse trabalho. Eu gostaria de ver se poderia acrescentar.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – A sua sugestão é que o item 2.13, que diz o seguinte: "Deslocamento e subordinação direta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad – hoje está subordinada ao Ministério da Justiça".

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Subordinada à Presidência da República, dando à Secretaria *status* de Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ou a indicação, ou dá uma alternativa. Ou indicando o Ministro da Saúde ou do Desenvolvimento Social para coordenar a política.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Uma alternativa. Ou indicando...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso. A primeira é essa, mas caso, por razões administrativas não queira...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Uma redação melhor. A ideia é essa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu sei. A gente põe um texto aqui apenas para alterar. Eu

também, quando escrevi, tive a mesma preocupação de V. Exª, porque hoje a grande cobrança é que... Até ontem, o Dr. Gerdau, que tem a responsabilidade e foi escolhido pela Presidente Dilma para tratar da questão da eficiência da administração pública federal, tocou nesse assunto novamente. Então, seria para ajustar até ao novo momento que está vivendo o poder público, a retirar o *status* de Secretaria, mas um órgão subordinado à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Também tirando essa coisa de *status* de Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exato.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Na verdade, falar isso foi um reforço não apenas à estrutura funcional, mas à ideia de empoderamento dessa Secretaria, estando junto à Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Ok. Por último, queria primeiro parabenizar pelo relatório, penso que ele expressa bem todo o trabalho que foi feito, com muita competência; queria parabenizar aqui a dedicação da nossa relatora, Senadora Ana Amélia; agradecer também a todos os membros que estiveram dedicados aqui, durante praticamente esse ano inteiro, a essa causa e, assim como o Senador Moka, penso que o lado que destaco é isso: o nosso trabalho contribuiu para pautar o Brasil de forma mais organizada, planejada, sobre esse tema, dando conta, como está no relatório, de todos os aspectos. Puxa no aspecto que sempre se trabalhou, da segurança, do combate ao narcotráfico, à produção, mas, olhando por esse lado dos dependentes, do ponto de vista da prevenção, do tratamento, da reinserção social e das políticas diversas que são apresentadas.

Como foi lembrado aqui, queria, ainda, dizer que tem esse trabalho da Câmara e do Senado. Amanhã também estará sendo concluído o trabalho da comissão da Câmara. Com base nos relatórios da Câmara e do Senado, a proposta que eu tinha apresentado – e queria dizer que estivemos conversando, outro dia, lá no Plenário – seria a de ver se é possível fazer uma sistematização de coisas que foram comuns, para que se tenha, a partir daí, a condição de um texto que as duas Casas possam trabalhar, de forma conjunta, na relação com as demais áreas.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É um caminho, Presidente. Mas penso que, como ele vai mais complexo um pouco, da abrangência até institucional, do que fez aqui, sou pelo fortalecimento. Isso daria, possivelmente, mais força à ideia do trato da questão da droga e do *crack*, de modo especial, mas penso que seria já levar à CAS, para essa análise.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para a CAS a sua sugestão, porque aí imagino que teria um terceiro relatório. Seria um terceiro relatório, com a súmula, digamos, das duas comissões, da Câmara e do Senado, e para uma terceira que vai conseguir o resumo de tudo o que foi dado e encaminhar para as duas Casas, ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, que encaminham à Presidência da República. Não sei se a tramitação é por esse caminho.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Na verdade, a sugestão da Senadora está correta, ele não seria um texto para anexar ao relatório. O relatório é o relatório. Nesse caso, ele seria mais... O que estamos fazendo aqui? Recomendando que, a partir desse trabalho, aquilo que dependa de autorização legal seja tratado na Comissão que está sendo lembrada aqui. Está certo?

Dito isso, quero aqui colocar o relatório em votação. Estou acatando a sugestão de encaminharmos essa posição para a CAS.

No caso, agora, colocaria em votação o relatório.

Em votação.

Como vota o Senador Waldemir Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – SIM, com a relatora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Com a relatora, voto conhecido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Voto também favorável.

As Srªs e Srs. Senadores...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

Com essa aprovação, vai com a alteração sugerida por V. Exª, no 2.13. Vou tirar o "deslocamento" e dizer "subordinação direta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – Senad – à Presidência da República". Só a isto, ou ao Ministério a que for delegada essa missão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só que é importante que seja um ministro, que fique claro.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ou ao ministro.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – É, porque, para coordenar uma política dessa, que envolve vários Ministérios, é preciso ter um ministro coordenando.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Ou ao ministro responsável pela coordenação?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Exatamente.

Com essa alteração, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório final da CASDEP, que será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, na reunião deliberativa do dia 14 de dezembro de 2011.

Quero lembrar que estamos fazendo um evento para apresentação de relatório no próximo dia 13/12, às 9 horas, no Interlegis. A ideia é podermos ter a apresentação às várias entidades.

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da presente reunião.

Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo aqui a toda a equipe que, com muita competência, também trabalhou aqui assessorando, sejam as equipes dos gabinetes – os Senadores estiveram mais aqui, no dia a dia –, assim como a parte da consultoria, da assessoria técnica e, especialmente, os membros da CAS, que estiveram aqui nos apoiando, nesse período.

Muito obrigado. Encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTRAS DROGAS, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2011, ÀS NOVE HORAS, AUDITÓRIO ANTONIO CARLOS MAGALHAES, EDIFÍCIO SEDE DO INTERLEGIS – SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e dois minutos, do dia treze de dezembro de dois mil e onze, no Plenário Antonio Carlos Magalhães, Edifício Sede do Interlegis, Senado Federal, sob a Presidência do **Senador Wellington Dias**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, com a presença da Senadora Ana Amélia e do Senador Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Membros desta Subcomissão. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião. O Senhor Presidente informa que a presente Reunião destina-se à apresentação das Conclusões do Relatório Final desta Subcomissão, aprovado na Reunião do dia seis de dezembro de 2011, transmitida por videoconferência pelo Interlegis para as Assembléias Legislativas e Secretarias de Saúde do País e demais convidados. O Senhor Presidente inicialmente concede a palavra à Relatora da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, Senadora Ana Amélia que apresenta as conclusões do Relatório Final da Subcomissão e, em seguida, a palavra é concedida ao Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados – CEDROGA, Deputado Reginaldo Lopes, que faz breve relato sobre o Relatório Final da CEDROGA. Participaram da Mesa de Trabalho: Senadora Ana Amélia, Relatora da CASDEP; Deputado Federal Reginaldo Lopes, Presidente da CEDROGA; Deputado Federal Givaldo Carimbão, Relator da CEDROGA; Deputada Rosane Ferreira, membro da CEDROGA; Vladimir de Andrade Stempliuk, Diretor de Projetos Estratégicos e Assuntos Internacionais da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD, do Ministério da Justiça; Tânia Mara Garib, Secretária de Estado de Trabalho e Assistência Social do Estado do Mato Grosso do Sul; Emanuel Fortes Silveira Cavalcante, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM; Célio Luiz Barbosa, Presidente da Federação Norte-Nordeste das Comunidades Terapêuticas e Fundador da Fazenda da Paz. Fizeram uso da palavra: Deputado Federal Dr. Jorge Silva e Deise Benedito, Assessora da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário Nunes. Usaram da palavra, por videoconferência, os Senhores e Senhoras: Deputado. Eduardo Rocha, da Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul; Aloisio Andrade, Coordenador das Políticas Sociais sobre Drogas, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Coronel Manhago, da Assembléia Legislativa do Estado Espírito Santo. A Presidência registra as seguintes presenças: Rosângela Ribeiro, Analista de Pesquisa da Confederação Nacional de Municípios; Fabiana Angélica Costa Faria, Gerente do CAPSad de Ceilândia, representante da Diretoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Graziella Barreiros e Jozenir Alves de Oliveira, Assessoras da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Emelie Pellby, representante da Embaixada da Suécia; Jamili Calixto, Assessora da Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde; Marta Klumb Oliveira Rabelo, Coordenadora do programa Saúde na Escola do Ministério da Educação; Elisa de Araújo, Assessora Parlamentar do Conselho Federal de Medicina. A Presidência propõe a dispensa da leitura e aprovação da ata da décima sétima Reunião da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais

sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e outras Drogas, que é dada por aprovada. Registra-se a participação, por videoconferência, dos Deputados Estaduais da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, Rejane Dias e João de Deus; e das Assembléias Legislativas dos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Bahia. Antes de encerrar os Trabalhos, o Senhor Presidente submete aos membros da CASDEP a dispensa da leitura da Ata desta Reunião, a vigésima segunda, sendo acatada e dada por aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos, lavrando eu, Dulcídia Francisca Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Senador Wellington Dias, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas.

Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom-dia.

Gostaria de saudar todos os presentes no Interlegis, toda a equipe do Interlegis e do Senado Federal, que tem nos ajudado neste trabalho, e também todos os parceiros das assembleias legislativas dos Estados e nas Câmaras Municipais que podem nos acompanhar.

Quero convidar à Mesa a nossa Relatora, querida Senadora Ana Amélia, que tem desenvolvido todo esse trabalho para que possamos finalizar amanhã os trabalhos, e o Senador Waldemir Moka. É um prazer tê-lo conosco. (Pausa.)

V. Exª vai acompanhar do plenário? (Pausa.)

V. Exª fica mais elegante do plenário. É um grande prazer.

Quero convidar a nossa querida Deputada Rosane, do nosso querido Estado do Paraná, Rosane Ferreira, que tem uma bela atuação como Deputada Federal.

Devo dizer que aguardamos ainda a presença do nosso querido Deputado Carimbão, que é o Relator na Câmara, e da Deputada Iracema, que também faz parte do trabalho e pediu que justificasse a sua ausência em virtude de problemas de saúde.

Quero convidar também aqui a Srª Tânia Mara Garib, que também representa aqui as Secretarias de Trabalho e Assistência Social do Estado pelo Mato Grosso do Sul, que nos alegra e que é conterrânea do nosso querido Senador Waldemir Moka; o Sr. Vladimir Stempliuk, representando aqui a área de projetos estratégicos internacionais, através da Senad, representando a Drª Paulina. Saúdo, enfim, a representante da Embaixada da Suécia; as entidades dos direitos humanos; através do Célio, as comunidades terapêuticas e as diversas entidades presentes. Apesar de não ter a relação de todos os presentes, saúdo a todos e a todas. É um prazer e uma alegria muito grande partilhar este trabalho.

O objetivo deste momento é apresentação do relatório. Amanhã, quarta-feira, teremos a votação, na Comissão de Assuntos Sociais, o relatório da Comissão apresentado pela Senadora Ana Amélia.

Permitam-me antes convidar Sr. Emmanuel Fortes, Vice-Presidente do Conselho Federal de Medicina, para estar conosco representando as entidades profissionais; o Célio, representando aqui a experiência das organizações não-governamentais; a Rosângela, que também representa a Confederação Nacional dos Municípios, importante parceira nossa nesse trabalho; a Elisa, que representa o Conselho Federal de Psicologia; o Jozenir, que representa aqui o Ministério da Saúde; a Marta, que representa o Ministério da Educação, Jamili Calixto, que representa a área técnica do Ministério da Saúde; a Emelie, pela Embaixada da Suécia, e Graziella Barreiros, que também é da área técnica de saúde mental. Sejam bem-vindos.

Quero aqui dar boas vindas e saudar todos que nos acompanham pelo Interlegis. Quero dizer da alegria, porque não conhecia o Interlegis. Tive o privilégio de ser Deputado Federal no ano em que criamos o Interlegis. Na época, o hoje Senador Aécio Neves era Presidente da Câmara, o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado. Havia um processo de contribuir com os Legislativos para informatizar. Tivemos, então, a ideia de criar uma rede. Na época, eu era de uma comissão dessa área e ajudamos na organização. Para mim, é uma alegria muito grande ver os resultados desse trabalho, hoje, espalhados em câmaras municipais e assembleias por todo o Brasil.

Quero saudar a todos que nos acompanham. Vamos ter, aqui, um momento de apresentação.

Quero saudar a Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, que está nos acompanhando, os que nos acompanham no Estado do Pará, no Estado do Piauí, no Estado de Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Amazonas, Minas Gerais e São Paulo, e também as Câmaras Municipais de vários Estados.

Temos problema de fuso horário em alguns Estados. Certamente, alguns vão entrar no decorrer da apresentação, pelo que me informaram.

Mas vejam, a ideia, hoje, é compartilhar com todos que participaram, de alguma forma, desse trabalho. Buscamos, desde o início, com os nossos Senadores, fazer um trabalho em parceria, em conjunto, integrado até com a Câmara dos Deputados, com diferentes

áreas do Governo Federal, dos Estados e Municípios e com diferentes entidades de profissionais, de cientistas, das universidades, das comunidades terapêuticas, dos grupos de autoajuda.

Também tivemos oportunidade de visitar, durante esse trabalho, as experiências, de preferência, as exitosas. Tínhamos como objetivo examinar experiências bem sucedidas em, praticamente, cinco blocos: na área da prevenção, na área do tratamento, que, mais tarde, passamos a compreender a necessidade de ter uma parte tipicamente de saúde e uma parte mais de acolhimento, na área de reinserção social e de políticas públicas necessárias com a integração com o setor privado.

Durante esse trabalho também, conhecemos a experiência de outros países, através da Organização Mundial de Saúde, da UNODC, através de Embaixadas como a da Suécia e em visitas que fizemos, assim como também a Câmara Federal, a outros países.

Quero, aqui, dizer, e não posso deixar, além de fazer o agradecimento a todos que nos receberam tão bem em todos os lugares do Brasil, em, praticamente, todas as Regiões, por essa experiência acumulada, assim como em outros países, o apoio que recebemos, aqui, de toda a área técnica da Câmara, do Senado e dos órgãos governamentais, tanto dos Estados, dos Municípios e, principalmente, do Governo Federal. Destaco, ainda, a dedicação da nossa Relatora, Senadora Ana Amélia, que, nesse período todo, teve, vamos dizer assim, muito trabalho, e de toda a equipe técnica da Comissão de Assuntos Sociais e dos nossos Parlamentares.

Hoje, o objetivo é fazer uma apresentação ainda no sentido de que todos possam compreender quais as conclusões a que chegamos sobre esse trabalho. Após a aprovação na Comissão de Assuntos Sociais, esse trabalho vai ser publicado e encaminhado, como uma proposta do Senado Federal, pelo Presidente do Senado, assim como da Câmara, pelo Presidente da Câmara – e lá também já tivemos a apresentação – para todos os Estados, todos os Municípios, para as diferentes entidades, enfim. Esperamos servir de base para que tenhamos as condições de implementação dessas políticas

Quero ainda que, após a votação nesta quarta-feira, essa é a ideia também desse debate, tenhamos as condições de ver pontos que a Câmara possa ter chegado a conclusões e que também sejam importantes acoplar, unificando as conclusões dos dois trabalhos, que eu considero importantíssimos, e condensando para toda essa apresentação.

Além disso, eu quero aqui comemorar já o lançamento de um programa que foi lançado recentemente pela Presidente Dilma, pela sua equipe, voltado para essa área da prevenção, para essa área do tratamento, por exemplo, Senador Waldemir Moka, acatando a tese de ter uma parte da desintoxicação, uma parte tipicamente de saúde, mas também fazendo parcerias na área do acolhimento com as organizações sociais, as clínicas privadas, enfim, os setores que também venham a se interessar por esse trabalho. E ainda com a política de qualificação, a política voltada para garantir as condições de maior conhecimento de pesquisa nas parcerias com as universidades.

Destaco ainda um conjunto de medidas que estão sendo tomadas, tomadas não só em relação ao combate ao narcotráfico, com a redução da produção, as parcerias internacionais, mas também voltadas para que se possa evitar ou pelo menos ter melhores instrumentos para combater a lavagem de dinheiro e um conjunto de outros crimes que são praticados nessa área, e medidas, é claro, para a sustentação. Ou seja, a Presidente anunciou investimentos da ordem de R$4 bilhões voltados para esse plano. É claro, como a gente vai ver no relatório, há um conjunto de outras propostas importantes que devemos trabalhar.

E para passar aqui aos relatores, para iniciar esta apresentação, eu gostaria de dizer que devemos insistir com o Governo Federal, no sentido de que já em 2012 nós possamos ver acontecer a primeira conferência nacional nessa área de políticas sobre álcool, crack e outras drogas.

Vejam que hoje mesmo estamos tendo a conferência aberta ontem, A Conferência Nacional das Mulheres, já na sua terceira edição; na última sexta-feira, a Conferência Nacional da Juventude. E, assim, uma série de conferências foram realizadas este ano e outras que são programadas a cada dois anos, a cada três anos. E eu compreendo que nós temos um bom debate no Brasil inteiro por tudo que vivenciamos. Nós temos aí importantes políticas e experiências espalhadas pelo mundo. E creio estar na hora de o Brasil fazer a sua pactuaçao para um plano estratégico nacional mais completo. E acho que para unificar Municípios, Estado, União e também o setor privado, as organizações não governamentais, o melhor caminho, como o Brasil já tem experiências em outras áreas, é o da conferência nacional.

Então, com essas palavras, sejam bem-vindos.

Quero passar a palavra à Senadora Ana Amélia, a nossa relatora, para a apresentação aqui de um breve relato sobre as conclusões desse trabalho, para abrirmos o debate.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Senador Wellington Dias, em seu nome e da Deputada Rosane Ferreira, que representa a Câmara dos Deputados nes-

ta reunião, quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa e os que vieram participar deste encontro, aqui no Interlegis, na comunicação virtual com várias assembleias legislativas.

Nós produzimos um relatório e eu gostaria de agradecer antecipadamente às 32 autoridades especialistas nos diversos setores, que deram a sua valiosa contribuição em audiências públicas, ao longo do funcionamento da Subcomissão de Combate ao Crack, Álcool e outras Drogas, que teve o desenrolar junto à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

É dessa contribuição da área médica, da área governamental, das comunidades terapêuticas, da Polícia Federal, dos diversos ministérios, é que nós produzimos esse relatório. Ele tem praticamente 20e páginas; não cabe numa reunião destas uma leitura desse relatório. Eu apenas vou resumi-lo, dizendo que ele é dividido em Ações Sociais, Prevenção ao Uso de Drogas e Reinserção Social, Segurança Pública e Legislação Penal, e Saúde Pública e Tratamento. Esses são os eixos que determinam uma política de enfrentamento ao crack e a outras drogas.

Como bem revelou o Senador Wellington Dias, o Governo tomou a sua iniciativa independentemente do que o Senado ou a Câmara fizeram nessa mesma direção.

Penso como relatora, e depois de ter acompanhado as diversas audiências públicas, que não há uma transversalidade dentro do Governo com relação a esse tema. É necessário, Senador Wellington – o senhor, que tem essa interlocução com o Governo – uma coordenação central, proposta no relatório inclusive; a subordinação da Senad diretamente à Presidência da República, para dar-lhe legitimidade maior em função da relevância deste tema – ou mesmo ao Ministério da Saúde, posto que o Ministro Alexandre Padilha coordenou o lançamento do combate – para que os Ministérios de Educação, Trabalho e Ação Social tenham essa interatividade, essa transversalidade. Vimos que, no Ministério do Trabalho, por exemplo, onde se tratam das relações de capital e trabalho, não há uma ação com as centrais sindicais ou com as centrais patronais, as confederações de indústria, no sentido exatamente desse envolvimento. Percebemos ações isoladas como na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul ou na Petrobras, uma empresa estatal, ações da melhor qualidade, do ponto de vista da prevenção, do tratamento e do acompanhamento daquele dependente seja de álcool ou de outras drogas. Então é preciso que haja planejamento nessa transversalidade para que o resultado do esforço do Governo, os quatro bilhões, tenha um efeito como se fossem oito bilhões de reais aplicados nesse enfrentamento às drogas.

Fazendo uma avaliação institucional, lamento muito que estejam se discutindo hoje questões periféricas: é ou não é epidemia, o que é internação involuntária ou compulsória. A relevância do que foi feito tem que ser visto pela sua essência. E esse debate, essa discussão não cabe hoje porque ela acaba consumindo energias importantes numa questão que é realmente grave.

Eu me baseio nos dados da Confederação Nacional dos Municípios, que constatou que em 98% dos Municípios brasileiros existe a presença do crack, que é uma droga muito barata, de fácil acesso, que se alastra vertiginosamente, consumindo o sonho de milhares e milhares de adolescentes no Brasil. Ela está na área rural e nos grandes centros urbanos por meio das cracolândias que assustam com as imagens que vemos pela televisão. Então não é uma questão para se minimizar ou para se dizer que não é epidemia, que não é tão grave. Isso estaria apenas ajudando a não dar a este tema a importância, a relevância e o esforço que ele merece e não só do ponto de vista da segurança pública, da polícia. É prudente, é oportuno que o Governo tenha reforço nas fronteiras. Nós ouvimos nas audiências públicas pela Polícia Federal que se houvesse uma ampliação do efetivo da Polícia Federal nas regiões de fronteiras seria possível duplicar ou quintuplicar a apreensão de drogas pelo serviço desse aumento de efetivos. Ora, é apenas um detalhe desse processo. Cabe ao Governo tomar a decisão.

Então, nessa linha geral estamos entendendo que o Governo precisa, por meio dos seus órgãos, de todos os seus ministérios, fazer essa intercessão. O Ministério do Trabalho, por exemplo, chamar as centrais patronais, as confederações, chamar as centrais sindicais e com elas discutir com orientação do órgão central coordenador da política de enfrentamento ao crack, uma política de prevenção nessa área. Porque este não é um problema de Governo; este é um problema da sociedade brasileira. É assim que eu entendo, depois de ouvir tantas explicações, tantas exposições, desde a área médica, de psiquiatras, de médicos do conselho federal, da Associação Médica Brasileira, que no começo dos nossos trabalhos promoveu, aqui em Brasília, no Conselho Federal, um seminário de enfrentamento ao crack. O próprio Conselho Federal de Medicina.

Então, estamos diante desse cenário e não podemos baixar a guarda nem a vigilância e temos que trabalhar muito. É preciso foco na prevenção, isso é fundamental, especialmente envolvendo as escolas, e aí entra o Ministério da Educação. As escolas de família precisam ser inseridas nesse processo. Essa é uma responsabilidade enorme das famílias.

É preciso também o envolvimento de pessoas com campanhas com pessoas que tenham, digamos, uma visibilidade positiva, sejam atletas, artistas, enfim, figuras notáveis para fazer...

Um exemplo veio também do Rio Grande do Sul, onde um artista, que é também político, fez uma campanha nas escolas, em que provoca o debate, as crianças escrevem letras a respeito daquilo, e o músico, que é deputado, faz a música e canta aquela música produzida pelo jovem, que é de 2º grau. Isso é uma forma lúdica de se abordar um problema sério, e a criança absorve esse conhecimento de uma maneira muito mais fácil – a escola e o aprendizado hoje têm outras técnicas. A criança está muito mais ligada nessa questão digital, no virtual, na Internet. Ele pode produzir a sua música e colocar no You Tube, e isso tudo muda o conceito de se educar e de se trazer o jovem e o adolescente para também colaborar nesse processo.

O que foi feito em grandes empresas, como eu disse na Petrobras, também vale como referência para outras empresas estatais trabalharem da mesma maneira.

Na questão da reinserção social, as comunidades terapêuticas. E o Senador Wellington Dias é um defensor das comunidades terapêuticas – e eu aprendi a admirar o trabalho feito por todas elas. Evidentemente, nesse caso, é preciso um reforço orçamentário oficial para apoiá-las. A sociedade também deveria, e eu não vejo mal algum que uma seja evangélica ou católica, porque se provou cientificamente que a espiritualidade e a religião ajudam no processo de educação e também no de recuperação dos valores humanos, nesse processo de reinserção social e também no processo de recuperação da auto-estima das pessoas que estão ali, seja usando terapias laborais, seja usando terapias pela religião ou de outras maneiras em que essas pessoas estejam realmente comprometidas. É preferível que uma pessoa esteja abrigada, recebendo conteúdos de valores humanos, princípios de valores da vida a estar jogada na rua, numa "cracolândia", numa promiscuidade em que seu fim pode ser até a morte. Então, é nesse modo de pensar que nós entendemos o trabalho que essas entidades vêm realizando.

Também há a ampliação dos serviços do Caps-AD, que são os centros de acolhimento psicossocial que o Governo espalhou – são 258 no País, número pequeno. Evidentemente, dentro desse programa que o Senador Wellington mencionou, lançado pela Presidenta Dilma Rousseff na semana passada, seguramente há não só a ampliação do número dessas unidades, mas sobretudo o funcionamento num horário compatível com a necessidade do dependente, do usuário, porque hoje a própria Presidente – e fiquei feliz – constatou que às 18h ele fecha as portas. Ora, é a hora mais aguda em que o dependente está precisando desse atendimento. Claro que esses Caps, digamos, atendem num processo inicial de desintoxicação do dependente. A desintoxicação não é suficiente, porque, desintoxicado, se voltar ao seu ambiente normal, ele retorna e recai na drogadição. Então, é preciso retirá-lo daquele ambiente após a desintoxicação, que é um processo médico, e aí teremos, então, a recuperação da pessoa.

Já fiz a menção em relação à questão das comunidades terapêuticas, da segurança pública, uma referência en passant sobre a decisão do Governo de reforçar a fronteira, mas estamos propondo, ao final deste relatório, Senador Moka – o senhor teve parte importante nessa sugestão de, ao cabo, sugerir a criação de uma subcomissão mista formada por deputados e senadores no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, para que, ao longo do ano que vem, façam um levantamento geral de todas as iniciativas de projetos na Câmara e no Senado que tratem da questão das drogas; para dar celeridade às votações nas duas Casas, por acordo de lideranças, e se necessário a própria subcomissão elaborar projetos que tenham a ver com a questão relacionada ao trato dessa matéria tão relevante.

Nas questões de saúde pública e tratamento, da mesma forma, reforçar, como eu disse, a questão do atendimento através do Caps.

Por fim, eu queria agradecer, como já fiz aos que participaram da área médica, das entidades representativas dos médicos, mas também de todas as outras entidades governamentais que deram a sua valiosa contribuição, em especial em nome de Dulcídia, que foi a nossa secretária e que cuidou atentamente de todos os procedimentos burocráticos e também da assistência técnica, para que pudéssemos chegar a bom termo, encerrando os trabalhos desta Subcomissão. Amanhã, vai ser votado na Comissão de Assuntos Sociais.

Quero também cumprimentar a iniciativa do Senador Wellington Dias, que, junto com Deputados Federais, liderados pelo Deputado Givaldo Carimbão, fizeram visitas a alguns países e trouxeram contribuições que, na verdade, têm muita afinidade com aquilo que nós, neste relatório, propusemos. Com algumas diferenças porque, na Europa, por exemplo, ou na Escandinávia, as drogas mais consumidas são maconha, cocaína e heroína; o crack não está ainda na dimensão que tem no Brasil, onde é uma droga muito barata, de fácil produção, é um subproduto da cocaína e está de forma muito pesada entrando em todos os rincões do nosso imenso País e é preciso cautela. Toda cautela,

prudência e vigilância será pequena diante desse mal que está matando o sonho de muitos jovens brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós é que saudamos a Senadora Ana Amélia. Saudamos também a presença, pelo Interlegis, da nossa representação de Rondônia, também do Distrito Federal e dos Estados do Maranhão e da Bahia, que estão nos acompanhando também.

Gostaria de convidar, por uma proposta do Mato Grosso do Sul...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já falei! Um abraço de todos nós aqui ao Deputado Eduardo Rocha, do glorioso Estado do Mato Grosso do Sul, aliás, que tem um belo trabalho; a Drª Tânia, que é nossa secretária aqui, acompanhou. Gostaria de pedir aos participantes... Antes, quero convidar o Deputado Reginaldo, que é presidente da Cedroga, que é a Comissão na Câmara, aqui por uma proposta da nossa querida Deputada Rosane Ferreira. Bem-vindo, Deputado Reginaldo, de São Paulo, que preside essa importante Comissão.

Quero pedir aos participantes nas Assembleias Legislativas que quiserem fazer uso da palavra liguem o hotline 8032 e 8031 e se identifiquem, para que possamos interagir aqui, após a apresentação dos relatórios.

Permitam-me já, de pronto, passar ao Deputado Reginaldo Lopes, Presidente da Comissão Especial da Câmara dos Deputados nessa área de políticas sobre drogas.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Wellington Dias, Senadora Ana Amélia, Célio, da comunidade terapêutica, Emmanuel, Tânia e todos os companheiros que estão aqui.

Primeiro, encerramos nossos trabalhos na quarta-feira passada, com a Rosane Ferreira, nossa companheira, membro da Comissão, e apresentamos 12 projetos de lei.

Qual foi a orientação na apresentação desses projetos? Está bem afinado, com uma sintonia bem construída com as linhas também que a nossa Presidenta Dilma apresentou com o projeto de enfretamento. Ou seja, os quatro principais eixos de que tive oportunidade de ver a Senadora Ana Amélia falando, que são: prevenção, acolhimento e tratamento, reinserção e requalificação e o da repressão. Então, os nossos 12 projetos, primeiro naquela lógica de que enfrentamento às drogas tem que ser um compromisso de todos nós, é uma responsabilidade de todos. O que buscamos na conclusão desse relatório? Fizemos várias indicações, Senador Wellington Dias, mais de 70, à Presidenta da República. Mas a intenção foi fortalecer esse diagnóstico e essa responsabilidade de todos.

Primeiro, apresentamos uma emenda constitucional para fazermos uma união federativa, uma integração federativa do enfrentamento das drogas, que vai um pouco na direção do projeto apresentado pela Presidenta Dilma, que cria o sistema de controle, monitoramento e enfrentamento. Dentro dessa emenda constitucional, queremos discutir com a sociedade brasileira um plano de metas. Eu acho que o modelo que foi feito pelo Plano Nacional de Educação é um bom modelo. Nele se estabelecem metas e estratégias para o cumprimento da melhoria da educação. Eu acho que, também em relação às drogas, nós deveríamos tratar da mesma forma: com metas e estratégias.

O nosso projeto, evidente, é um início de um debate. Não foi evidente em nenhum momento a intenção de apresentar um projeto, que, como qualquer projeto, nunca é acabado. Nesse sentido, de fato, a intenção mesmo foi abrir o debate, porque nós entendemos que o fórum adequado para construção dessa metas, dessas estratégias é de fato a conferencia nacional de enfrentamento às drogas, que, entre os temas do Governo democrático popular do Presidente Lula e da Presidente Dilma, é o único que ainda não foi pauta de uma conferência nacional. Fizemos uma indicação à Presidente Dilma Rousseff para que ela possa fazer uma convocação. O projeto foi iniciado na Câmara. Queremos iniciar no ano que vem – amanhã nós temos uma reunião com o Presidente Marco Maia –, a nossa intenção é constituir essa comissão especial que vai analisar o plano nacional de enfrentamento. A ideia é construir um plano decenal e contar com a participação dos municípios e, em especial, dos Estados que estão aqui nesse debate na definição de suas metas legislativas, como contribuição do Legislativo, e na construção dos seus planos, com a participação do nosso povo nos debates.

Também apresentamos, eu acho que dentro do projeto da Presidenta Dilma, quatro eixos. O eixo da reinserção, da requalificação ficou um pouco aquém da necessidade desse tema.

Então, estamos dando duas grandes contribuições, no nosso entender, evidente, para debater com a sociedade. A primeira: entendemos que, para o cidadão continuar em abstinência, precisa, evidentemente, refazer o seu projeto de vida, as suas relações afetivas. É preciso ser reinserido na sociedade. Então, qual é a contribuição que estamos apresentando para debate? No campo da requalificação, estamos defendendo uma tese dentro da Lei nº 11.343, que fala das ações estratégicas de formação e requalificação do depen-

dente químico em abstinência. Porém, o que é isso? Como fazer? O que fazer?

Estamos propondo que, dentro da rede de ensino federal, os institutos federais de ciência, educação e tecnologia, que, diga-se de passagem, são parte de um projeto, do ponto de vista da concepção de uma instituição de educação, talvez o mais moderno de todos os nossos tempos... São instituições verticalizadas, onde o trabalhador pode se qualificar profissionalmente e até mesmo sair como pós-doutor, sempre tendo foco naquilo que é prioritário desse instituto ou dessa chamada universidade tecnológica, que é formar profissionais de nível médio.

Como 90%, 95% – o Célio, que é Presidente da Federação, pode falar um pouco sobre isso... Pela estatística que nós temos, as pessoas com transtorno de dependência, de alta dependência em tratamento estão entre o ensino médio e o ensino fundamental. Então, a maioria não concluiu, sequer, o ensino fundamental. Portanto, um foco na qualificação profissional, em nossa opinião, tem que ser a conclusão do ensino fundamental, e, para isso, temos o Projovem Urbano, que poderia ter um recorte especial para os jovens em tratamento, em abstinência, os ex-dependentes químicos, inclusive, para uma qualificação mais robusta, um vestibular específico nas instituições federais. Não é cota. Na verdade, estou aproveitando um projeto de lei – sou relator na Comissão de Educação e tenho voto favorável do Governo –, para criar uma ação estratégica, não uma cota para dependentes químicos.

Portanto, estamos propondo um aumento de vagas em todos os cursos, em todos os turnos. Ou seja, estamos propondo 10% a mais. Exemplo: temos o curso de Técnica em Mecânica, com 50 vagas; então, ele passará a ter 55 vagas, e, nessas cinco vagas, a gente usa o modelo do ProUni, com um modelo de vestibular específico, e a gente seleciona – pode ser pelo Enem ou por uma prova específica – os dependentes químicos que estão em tratamento, que passaram por essa rede apresentada pelo Ministro Padilha e pela Presidenta Dilma, e que se encontram em abstinência.

Mas podemos até ampliar – esse projeto vai chegar ao Senado – para os jovens em medidas socioeducativas, porque, de fato, o Estado brasileiro nunca conseguiu encontrar uma proposta que desse a eles uma requalificação. E podemos até dizer, também, para egressos do sistema prisional. Podemos até ampliar, se isso for uma compreensão, mas o foco principal é o tratamento dos jovens com dependência química.

Isso está dentro da Lei 11.343. Então, de fato, estamos regulamentando e desenhando na lei e nesse artigo, e propondo uma lei objetiva e concreta.

Na outra ponta... Então, está certo. Isso permite 100 mil vagas. Nós temos hoje... É bom lembrar aqui que havia 100 mil vagas na rede tecnológica, o Presidente Lula elevou para 500 mil vagas, e, com a Presidenta Dilma, no final de 2014, com as 208 novas instituições, vamos chegar a cerca de um milhão, a 1,2 milhão de vagas – desculpe, 1,2 milhão de alunos. Isso aí permitiria, num prazo de dois a três anos, 100 mil cidadãos em tratamento de dependência química sendo requalificados.

Na outra ponta – quero cumprimentar o Deputado relator, meu irmão, Givaldo Carimbão, que acabou de chegar –, nós estamos propondo, então, que, nos contratos públicos e nos serviços públicos, nas licitações públicas, 1% seja destinado aos dependentes químicos em tratamento. Então, a ideia desses dois projetos é: dialogar com a requalificação e dialogar com a reinserção.

Depois, nesse compromisso de que o tratamento das drogas é responsabilidade de todos nós, estamos regulamentando também dois artigos da Lei 11.343. Quais são esses artigos?

Primeiro, o art. 68 das Disposições Transitórias. O que diz esse artigo? Que os Estados, a União, o Distrito Federal e Municípios poderão conceder benefícios sociais às entidades que trabalham na prevenção, tratamento, acolhimento e reinserção. Mas o que aconteceu na prática, Senadora Ana Amélia? É que isso nunca foi regulamentado, desde 2006. Então, nenhuma instituição, um conselho municipal de enfrentamento às drogas, por exemplo, não consegue fazer um folder, não consegue fazer uma campanha, não consegue fazer um evento. E as entidades que trabalham não conseguem fazer um encontro de jovens, não conseguem fazer uma palestra. A comunidade terapêutica não consegue captar um centavo, porque, de fato... Quando consegue, é uma contribuição da sociedade, mas a lei que incentiva essa renúncia fiscal nunca foi regulamentada. Então, nós estamos regulamentando.

E nós não estamos criando mais despesa para a União, porque nós não estamos aumentando o percentual permitido da Lei de Incentivos. Estamos permanecendo nos 4%. Porém, estamos colocando, juntamente com a Lei de Incentivo ao Esporte, juntamente com a Lei de Incentivo à Cultura e juntamente com o Fundo da Infância e da Adolescência, mais esta política pública de financiamento às entidades da sociedade civil que trabalham com a questão da dependência química.

Na outra ponta, para fazer essa união, essa unidade federativa de tratamento às drogas, nós precisamos encontrar, nós precisamos de ter recursos no Fundo Nacional de Enfrentamento às Drogas. Esse Fundo foi criado em 2006, porém não tem verba ca-

rimbada. E não adianta: sem recurso, é impossível o ente da Federação mais importante nessa luta, que são os Municípios, terem condições de fazer um plano municipal de enfrentamento ou implementar uma política sem financiamento.

O que estamos propondo, então? Nós estamos propondo tributar as drogas lícitas, porque todo mundo sabe que as drogas lícitas são, de fato, a porta de entrada da droga ilícita. Não que seja uma escadinha – quem bebeu cerveja, vai mexer com crack; isso é um absurdo. Só que a pessoa fica mais vulnerável. É provável que quem está usando crack tenha passado pela cerveja ou pelo cigarro, mas não é automático, porque a ampla maioria do povo brasileiro é usuário recreativo.

Então, estamos propondo tributar em 1% a mais a bebida, o Cofins – isso daria 2 milhões e 200. E estamos encontrando em um texto do ponto de vista legislativo para essa proposição que consigamos arrecadar mais 1,5 milhão no cigarro. O cigarro é um sistema tributário... Um bilhão e meio. Dois bilhões e poucos na cerveja e nas bebidas com esse 1%, e mais 1 bilhão e pouco. Quatro bilhões. A ideia é que esse projeto possa disponibilizar para o fundo nacional R$4 bilhões. E essa distribuição seria fundo a fundo dentro do sistema federativo. Esse projeto também faz parte da conclusão dos nossos trabalhos.

O cigarro tem uma tributação de um imposto fixo e de um imposto variável. Ele tem em toda a cartela um imposto fixo de 75 centavos. Na verdade, o cigarro no Brasil é sexto mais barato do mundo; não é o mais caro. Então, há um senso comum de que é caro, e não é verdade. Então, dá pra aumentar bastante. A média no mundo é R$6,00. Nós temos no Brasil de 3,75, 3,25, com o aumento que a Presidenta Dilma fez agora para a política do Brasil Maior. Então, a ideia é que a gente também amplie um pouco a carga tributária. Então, acho que é simpática, acho que a sociedade aprova essa iniciativa.

O outro projeto que nós estamos apresentando está na linha também de fazer enfrentamento às drogas lícitas, que é, na verdade, a proibição da propaganda de bebidas, seja na televisão, seja nos rádios. Esse é um enfrentamento, talvez, dos mais complexos do ponto de vista dos interesses econômicos, mas para quem já conseguiu tirar da televisão e dos rádios a propaganda de cigarros, com resultado extremamente positivo... Em dez anos, 30 milhões de brasileiros largaram o tabagismo. Esse é o dado. De 32% da população que fuma passamos para uma população de 17%. Quinze por cento de quase 200 milhões: 30 milhões de brasileiros.

Temos alguns outros projetos, mas eu diria que os mais importantes são esses. Ou seja, esses são os projetos que articulam dentro da política nacional, dentro desses eixos colocados, têm a sintonia fina com a política nacional apresentada pela Presidenta Dilma.

Por último, entra na polêmica das internações involuntárias. Então, apresentamos um projeto e estamos chamando isso de ações protetivas, que é uma internação involuntária, mas em que o cidadão tem o direito de se internar involuntariamente. Não é obrigatório. Queremos dar ao cidadão esse direito, esse instrumento ao Estado, mas como um direito do cidadão. A ideia é que – de fato, isso hoje não está regulamentado – nós determinamos um prazo, e o prazo no projeto que estamos apresentando é de 90 dias. Entendemos que 30 dias seria o suficiente para ele passar por uma chamada enfermaria especializada, que a Presidenta Dilma anunciou, ou um hospital geral para desintoxicação; depois, nessa internação clínica involuntária, os profissionais teriam 60 dias para o convencimento, porque é evidente que, se, em 60 dias, ele não for convencido de que precisa continuar o tratamento, não adianta mais esse cidadão continuar sendo obrigado a se tratar, porque, de fato, não existe tratamento compulsório, involuntário. O único tratamento que tem alguma possibilidade de sucesso é o tratamento voluntário. A forma de internação pode ser involuntária, pode ser protetiva, pode ser compulsória. Então, na verdade, a nossa compreensão é essa, porque, senão, de fato, aí a linha fica tênue entre uma segregação, entre o que é direito da pessoa e o dever do Estado de dar proteção ao cidadão. Então, estamos determinando...

E também, nesse mesmo projeto, nós queremos criar e diferenciar o protocolo. Hoje o protocolo utilizado para definir se a pessoa tem ou não que ser internada clinicamente é um protocolo da saúde mensal. Então, nós achamos que é melhor para a gente diferenciar, porque é diferente, um protocolo específico para dependência química. Então é evidente que isso também faz parte desse projeto que está apresentando e propondo as internações protetivas.

Esses são os projetos. É evidente que são projetos de lei. A nossa comissão foi de estudo e proposição, então ainda cabe um amplo debate das comissões temáticas da Câmara dos Deputados e, depois, das comissões temáticas do Senado. Portanto a sociedade poderá participar de um amplo debate. E também, como envolvem e abrangem mais de três comissões temáticas, será necessária a criação de novas comissões especiais. Amanhã mesmo estaremos com o Presidente Marco Maia para acertar quais serão os principais projetos, qual será a ordem para que possamos criar essas comissões especiais na Câmara e

iniciar esse debate, agora deliberativo, desses projetos que citei, que fazem parte da conclusão e do belo relatório apresentado pelo meu amigo Givaldo Carimbão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já aproveito de pronto, ao parabenizar o nosso querido Deputado Reginaldo Lopes pela apresentação, para convidar o Deputado Carimbão. Registro a presença do Deputado Carimbão, que foi o Relator na Câmara e, como a Senadora Ana Amélia, se dedicou, como se diz no Nordeste, de corpo e alma a esse trabalho.

Saúdo a presença de Fabiana Angélica Faria, que dirige o Centro de Atendimento Psicossocial Álcool e Droga aqui, no Distrito Federal.

Para iniciar as discussões propriamente, quando cada um vai apresentar, vamos estabelecer uma regra para ganhar tempo com mais pessoas participando: em torno de três a quatro minutos.

Queria começar privilegiando os nossos parceiros que estão fora do Interlegis em Brasília e já passar de pronto ao Deputado Eduardo Rocha, do Mato Grosso do Sul, para usar da palavra, com o maior prazer.

O SR. EDUARDO ROCHA – Bom dia, Senador Wellington, bom dia, nosso Senador Moka, a nossa querida Secretária Tânia Garib.

Senador Wellington, V. Exª que esteve numa comissão na nossa cidade fronteira Ponta Porã, estivemos juntos na cracolândia, conhecemos uma clínica terapêutica que passa por dificuldades.

O que nós, no Mato Grosso do Sul, entendemos? Um dos passos mais importantes seria vigiar as nossas fronteiras.

A Presidente Dilma determinou que o Exército fosse para as nossas fronteiras, a pedido do nosso Governador, André Puccinelli, para realizar a operação Ágata 3, mas é uma operação que tem prazo para terminar, e nós precisamos urgentemente cuidar das nossas fronteiras, porque toda droga que vem do Paraguai e da Bolívia e todas as armas que vêm do Paraguai e da Bolívia não ficam no Mato Grosso do Sul; elas vão para todo o Brasil. Então, se nós não cuidarmos das nossas fronteiras permanentemente com a criação de uma polícia de fronteira ou a ampliação da Polícia Federal, que hoje tem um contingente de apenas 250 homens para vigiar toda a nossa fronteira, e a necessidade seria de mais de 1.500 homens, nós não vamos conseguir segurar esse aumento das drogas no Brasil inteiro. Passa por essa dificuldade o Mato Grosso do Sul, o nosso Estado irmão Mato Grosso e os outros Estados que têm fronteira seca com os países da Bolívia e do Paraguai, haja vista que temos a necessidade urgente de cuidar dessas fronteiras.

A Presidente Dilma tem um mecanismo muito forte para isso, que são as MPs. O problema do enfrentamento das drogas tem urgência e relevância. Então nós podemos fazer as ações. E vai para o nosso Congresso Nacional pensar e discutir, porque as nossas fronteiras estão largadas. Nós não podemos mais conviver com um Brasil de porteiras abertas para as drogas e para as armas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Quero saudar o Deputado Eduardo Rocha e de pronto dizer que quando estivemos aí, primeiro pela forma carinhosa como fomos recebidos, tivemos a oportunidade de estar também com o Governador Puccinelli, que esteve visitando Ponta Porã na ocasião em que estivemos naquela cidade.

Na verdade, agora, nesse plano que foi lançado, Deputado, foi anunciada a contratação de mais policiais federais e rodoviários voltados para a fronteira. Ficou de o Vice-Presidente Michel Temer apresentar o primeiro balanço, colocado como positivo pelo Ministro Eduardo Cardozo, desse trabalho do novo monitoramento com aeronaves não tripuladas, enfim.

Aliás, a Senadora Ana Amélia lembrava, quando esteve fazendo depoimento a representação da própria Polícia Federal, já colocava a necessidade de pelo menos mais dois mil homens para completar a cobertura nessa área de aproximadamente 17 mil quilômetros de fronteiras que nós temos entre o Brasil e os países.

E também verificamos que na área da saúde, que está aqui no relato da Senadora Ana Amélia, uma cidade como Ponta Porã termina atendendo à demanda de outro país. Se ela recebe recursos apenas olhando para a população brasileira, é preciso um tratamento especial também na área da saúde, da assistência social, enfim, porque o volume de atendimentos é maior proporcionalmente à população.

Agradecemos a importante contribuição que V. Exª dá e me permita ouvir a palavra do Executivo estadual, com sua experiência, a Drª Tânia Garib, dando segmento a esse debate.

A SRª TÂNIA MARA GARIB – Bom dia, Senador Wellington, Presidente desta Comissão Temporária, Relatora Ana Amélia, Deputado Reginaldo, Deputado Carimbão, Deputada Rosane, que participam intensamente desse processo também, os nossos representantes e parceiros do Poder Executivo, seja municipal ou estadual, no atendimento às pessoas nesse âmbito dos Municípios brasileiros, os nossos parceiros que aqui estão no plenário e muito especialmente as assembleias dos Estados. Creio que mais de 60% das assembleias, como vemos aqui, estão atentas a este debate, Senador, exatamente porque é o nosso anseio.

Antes de mais nada, quero agradecer a boa vontade do Senado, da Comissão, no momento em que fiz a solicitação, via Senador Moka, de fazer parte desse grupo de estudos, exatamente por ser de Mato Grosso do Sul e ver lá toda essa questão, a questão colocada agora pelo Deputado Eduardo Rocha. E eu quero destacar que esse nobre Deputado de Mato Grosso do Sul tem feito, em todas as cidades do Estado, audiências públicas com as famílias, com as entidades, com as organizações não governamentais, exatamente para discutir com todos os caminhos que devemos tomar nessa área.

O meu agradecimento, a minha satisfação e o privilégio de, na história da minha vida, ter podido viajar com vocês, conhecer experiências. Naquele momento eu pensava, sinceramente, que queria tirar coisas de proveito para aplicar no meu Estado. Posteriormente, com o convívio com todos os senhores e senhoras que estavam nesses países que visitamos, eu pude ver que existe uma legião de pessoas no mundo que estão comprometidas com essa causa.

Quero destacar que foi um grande aprendizado, mas precisamos colocar alguns pontos aqui. Por isso o agradecimento de também poder estar aqui e ver no relatório, dito pela Senadora Ana Amélia, e também no depoimento do Deputado Reginaldo que muito do que vocês propõem é o que nós vivemos, é a realidade que bate à porta do Poder Executivo, seja no campo da autoridade, como é chamado no plano lançado, seja no campo da prevenção, seja no campo do tratamento. Só que nós precisamos de soluções urgentes. O plano pode até não ser o melhor, ele pode até sofrer críticas, mas precisa ser implantado imediatamente.

O plano das fronteiras, como comentou o Deputado Eduardo e também o Senador, parece que está um pouco mais avançado, Senador. O Secretário de Justiça já se reuniu com todos os Estados que têm fronteiras, definindo a ampliação das ações, o quanto será repassado para as secretarias de segurança. Agora, o nosso plano foi lançado e nós precisamos, Deputado Reginaldo, que algumas ações sejam colocadas em prática imediatamente. Nós deixamos virar epidemia. Isso é de responsabilidade pública, é uma responsabilidade nossa e nós precisamos urgentemente colocar algumas ações em prática, mesmo que elas comecem pequenas.

O relatório da Confederação Nacional dos Municípios revelou que nos pequenos Municípios tem muitos usuários, tem muitas famílias comprometidas por essa causa. E, lamentavelmente, o plano engloba cidades grandes, propostas para grandes Municípios. Então eu gostaria que nas legislações que os senhores realizam e na fiscalização que é papel do Congresso Nacional vocês nos defendessem e lutassem muito para que todas as propostas pudessem atingir, o mais rápido possível, todos os Municípios e que efetivamente alguma coisa comece. O plano foi bonito, mas não tem data. Nós precisamos que ele coloque prazo de início. É lógico que não terá fim, mas que as ações comecem, por favor, imediatamente para que a gente possa, efetivamente, em todos os Estados brasileiros, dar resposta a todo esse trabalho que o Congresso faz e que nós, do Poder Executivo, Municípios e Estados, fazemos. Nós precisamos, com um plano de seriedade e compromisso, ver metas, ver respostas e a nossa família brasileira mais feliz, tendo a satisfação de ver seus filhos numa condição melhor, com perspectivas, como qualquer brasileiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos à Secretária Tânia.

Já vejo o Deputado João de Deus, do Estado do Piauí.

As pessoas das assembleias legislativas que quiserem fazer uso da palavra devem ligar para o hot line 8032 ou 8031.

Quero registrar, Tânia, dentro do que foi trabalhado, que compreendemos que para ter esse sistema é importante que a Senad, a secretaria na área da política sobre drogas, seja vinculada diretamente à Presidência da República, eu defendo que seja com status de ministério, como são as secretarias especiais. A partir daí, a gente facilita toda a organização. Passa a ter o conselho interministerial e o conselho da sociedade normalmente chancelado nas conferências, passamos a, de alguma forma, indicar para os Estados, para terem uma estrutura forte, como tem Alagoas, São Paulo, Piauí, Minas, enfim. Alguns Estados devem ter uma área específica para cuidar do assunto. Pode ser uma secretaria já existente, como acontece no Mato Grosso do Sul, mas é uma área de secretaria que vai ter condição de coordenar o processo. E, a partir daí, com o conselho estadual, com o conselho municipal. Eu sonho que as câmaras municipais todas tenham uma frente parlamentar ou uma comissão especial, assim como nos parlamentos estaduais, como já temos em várias assembleias do Brasil, e na Câmara e no Senado. Daí, somando com as entidades sociais, porque tem as organizações também das comunidades terapêuticas, das entidades... Estivemos no Rio Grande do Sul, onde existe uma associação das mães de dependentes de alguma droga. Então, as entidades de pessoas que passaram pelo processo, entraram em abstinência e se organizam bem em muitos lugares, o próprio AAA, enfim.

Vou passar a palavra para o Dr. Emmanuel Cavalcanti, pelo Conselho Federal de Medicina, e, aproveitando o que foi colocado pelo Reginaldo, ouço em seguida o Givaldo Carimbão, que pudesse já tratar um pouco... Se não me engano, foi aprovado pelo Conselho Federal de Medicina o novo protocolo específico para essa área da política sobre drogas.

Então, com a palavra o Dr. Emmanuel Cavalcanti, do Conselho Federal de Medicina.

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Senador Wellington Dias, o agradecimento do Conselho Federal por este convite para compor a Mesa.

Senadora Ana Amélia, parabéns pelo relatório. Li porque recebi uma minuta na semana passada, mas, hoje, tive a oportunidade de ver que foi construído com muito critério. Isto, para nós, tem uma relevância extraordinária: é absolutamente imparcial e o retrato do que a sociedade enfrenta e terá que enfrentar.

Acho que os médicos têm uma contribuição a dar, tanto quanto as demais profissões que integram o grupo multiprofissional que aborda essa problemática. A medicina, em particular, tem travado uma discussão interna, com os seus membros, para que tenhamos com clareza o que é intervenção médica, até onde vai e a partir de onde se institui uma intervenção que é social, isto é, para reinserir essa pessoa na sociedade. Então, entendemos, a partir daí, que existem estabelecimentos que precisam funcionar, essencialmente, sob a ótica médica, para desintoxicar as pessoas, para tratar a abstinência, para tirar dos episódios psicóticos que ocorrem, para tratar as comorbidades, e outras instituições que são as comunidades terapêuticas, incluindo os grupos de apoio social, como narcóticos anônimos, alcoólicos anônimos e outras instituições que se organizam para dar apoio, que funcionam sem estar dentro do espectro da medicina.

Discutimos isso com a Câmara Técnica de Psiquiatria exatamente para evitar o conflito, que é muito acirrado, instigado por disputas ideológicas, e não queremos entrar nessa disputa porque entendemos que dois padrões essenciais para a existência do ser humano estão sendo confrontados e entrando em colisão: a defesa à vida, que é um bem prescrito constitucionalmente, a vida é um bem indisponível, e a liberdade, que é também um patrimônio constitucional e indisponível, uma conquista. A vida é a essência, a liberdade é o conquistado. Você só é livre quando tem um organismo saudável para tomar as suas decisões e iniciativas ou constrói a sua relação com a vida obedecendo às regras da sociedade. Nem o livre pensar é livre, porque construímos internamente as nossas censuras. A construção do saber e do ser humano impõe regras para o seu próprio pensar.

Então, essa disputa entre o que é involuntário, compulsório, essas coisas estão atrapalhando, efetivamente, o desenvolvimento de estratégias para tratar, porque esta estratégia não está impondo restrições à liberdade, está defendendo a vida, que é o maior patrimônio. Ninguém tem liberdade sem estar vivo, e a vida é o bem tutelado, em primeiro lugar, na nossa Constituição. É a vida, a liberdade, a propriedade.

Então, precisamos ter essa clareza para compreender que, quando definimos, dentro da medicina, quais são as situações de risco em que uma pessoa vai se submeter a um tratamento contra a vontade, porque há uma prescrição médica de involuntariedade, estamos dizendo que aquele organismo está padecendo de uma enfermidade que não lhe permite escolher, que a continuidade desse comportamento vai fazer com que sua vida entre em risco ou coloque em risco a vida de outrem ou o próprio patrimônio, a segurança social. Essa prescrição médica não é uma conquista dos médicos, mas uma defesa que a sociedade tem a partir dos conhecimentos do biológico e do comportamental em função do biológico.

As internações compulsórias são previstas com intervenção da Justiça, do juiz. Posso perfeitamente explicar como isso aconteceu porque participei da construção da Lei nº 10.216. Estávamos muito mais focados na questão de disciplina de internação involuntária. Deputado, nesse dispositivo, existe já um regramento que diz que, a qualquer tempo, o paciente pode pedir uma revisão. Essa revisão tem previsão legal. Estabelecer critérios de temporalidade para que a pessoa permaneça internada não está de acordo com o espectro do adoecer. Tem doenças que em 10 dias ou 15 dias tiramos daquele episódio mais agudo e doenças que levam de 3 a 6 meses para trazer a pessoa ao seu funcionamento normal. Então, acredito que o controle que precisa ser feito é o de as secretarias de Estado da saúde terem uma vigilância, e dos ministérios públicos, a quem é comunicada a internação involuntária, e cobrarem o elemento evolutivo para proteger a sociedade. Nesse caso, sim, teremos mecanismos corretos para que o tratamento seja feito com a liberdade do médico dizer que o senhor continua doente e vai permanecer internado ou o senhor não tem mais a doença que obrigava a sua internação nessa condição e pode receber alta. O compulsório foi estabelecido para as questões infracionais e nós, quando construímos a regra, esquecemos de dizer que era para as questões infracionais e colocamos apenas que ficava a critério do juiz, só que o juiz tem que pedir a opinião do médico para estabelecer isso.

O que gera mais polêmica e que tem sido alvo de um desgaste muito grande, sempre em defesa da

questão da liberdade, é esse recolhimento compulsório das pessoas, e, nesse ponto, vem uma contradição. A sociedade está lutando e criando restrições cada vez mais agudas para os fumantes e para os que usam bebidas alcoólicas. É uma restrição. Essas pessoas já não têm praticamente liberdade e ficam inibidas ao fumar ou beber em ambientes públicos. No sentido oposto, a sociedade está dizendo que precisamos dar um tratamento libertário para quem consome drogas, principalmente a maconha, mas nós entendemos que não é nada disso. A lei brasileira é clara, a lei brasileira diz que aquele que for flagrado portando drogas vai ser recolhido. A lei já diz isso. Ele não vai ser preso, mas vai ser detido e apresentado a uma autoridade judiciária que lhe aplicará advertência e toda uma série de sanções e, mais, o compromisso que ele precisa ter de não continuar consumindo drogas. É assim que a lei brasileira trata essa questão. Então, quando alguém é flagrado em qualquer lugar consumindo droga, portando droga, seja qual for a quantidade, está sujeito à regra geral da Nação. A lei brasileira diz que ele tem que ser recolhido. Contra isso, não podemos nos opor, porque é lei. O que nós precisamos ter com clareza é que, nesse recolhimento, para que o juiz disponibilize os recursos necessários para o tratamento acontecer – e, nesse caso, é involuntário, é contra a vontade, é compulsório, porque é uma determinação legal –, ele precisa ter todos os equipamentos disponíveis para sua execução.

Então, em rápidas palavras, isso é o que eu gostaria de deixar posto. No mais, dizer que nós publicamos uma cartilha com relação ao crack especificamente; considero que ela foi muito bem elaborada, os Senadores tiveram lá...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Já está na Internet?

O SR. EMMANUEL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – Está na Internet já disponibilizada, no Portal do CFM: portalmedico.org.br.

Está disponível para toda a sociedade. Tem lá todas as etapas, dos tratamentos, dos medicamentos que podem ser usados e muitas coisas mais.

Mas a última intervenção, Senador, é para dizer que nessa estratégia, o hospital psiquiátrico tem sido estigmatizado como sendo uma peça execrável que não cumpre uma função social porque detém, retém e constrange e nós estamos, de público, dizendo que não é verdade isso. O hospital psiquiátrico, como qualquer estabelecimento de assistência médica, tem regras para funcionar e precisa ter regras, sim. O que ele não pode ser é um pardieiro onde não se presta assistência, mas onde prestar assistência corretamente, ele tem utilidade, e no tratamento das drogadependência, vai ter uma instituição que deve funcionar dentro do modelo médico, porque pessoas que ficam 30, 40, 50 dias internado num hospital geral não vai ter o espectro de abordagem que teria se estivesse dentro de um hospital.

E, por último, a minha preocupação com a indústria química nacional. Eu acredito que existe uma sociedade entre alguns grupos – já tive informações – e o tráfico e a produção. E é necessário que se aja realmente com muito rigor para saber onde está sendo consumida a produção de álcool, acetona, éter e outros insumos que possibilitam o refino da cocaína.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos ao Dr. Emmanuel Cavalcanti, que, com certeza, abre novos pontos de vista – aliás, um bom advogado para defesa das causas.

Quero aqui registrar a presença da Dayse Benedito, da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

Eu passaria à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pedi a palavra ao Presidente Wellington Dias porque tenho um compromisso, uma reunião que já estava pré-marcada, agendada, para fazer um comentário ao relatório do Deputado Reginaldo Lopes sobre essa questão da proibição.

Eu tenho, como jornalista durante muitos anos, uma dificuldade porque acho que a educação tem uma forma maior no convencimento do que simplesmente se proibir as coisas. Então, ele terá uma eficácia maior do ponto de vista da sociedade prepará-la para a vida, para esses valores do que simplesmente o Estado vir com um tacão e proibir.

Acompanhei, Deputado Reginaldo, um trabalho que está sendo realizado hoje no Estado de São Paulo porque a lei diz que é proibido vender bebida alcoólica para menores. A lei está aí, a lei é boa e quem é que obedece a essa lei? Eu pergunto: quem obedece a essa lei? Então, a lei que proíbe a venda de bebida está correta? Está correta. É assim em todo o mundo. Mas será que nos bairros periféricos onde não está o Estado há um controle para venda de drogas ou o pequeno comerciante, desatento ou apenas para ter mais lucro, vende?

Então, é preciso inserir essas pessoas numa responsabilidade social. E nos Estado de São Paulo eu fui informada esta semana do trabalho que está sendo feito com as mães das periferias de favelas, exatamente nesse sentido de que a mãe seja a portadora desse processo. O bar ou estabelecimento comercial que tiver esse comprometimento também terão um selo de responsabilidade social para a própria indústria do

setor de bebidas – não a estou defendendo aqui... mas penso que um processo educativo nessa inserção da sociedade para participar, ela mesma, desse processo de fazer valer uma lei tem um valor intrínseco maior para a sociedade.

Da mesma forma, os supermercados em São Paulo também estabeleceram um convênio, liderados pelo Estado, junto com a indústria. A caixa dá um sinal de luz vermelha quando aquele produto chega às vezes numa pessoa só. O caixa está orientado a saber se ele tem fisionomia de menor e pedir a carteira de identidade. Isso já está funcionando. Eu acho que essas iniciativas educativas têm um peso sobre um novo comportamento da sociedade muito mais eficaz do que a simples proibição. Uma restrição é aceitável, claro, por exemplo, não envolver grandes nomes para fazer propaganda de bebida. Acho que sim, isso seria válido. Até estou usando, de uma maneira muito radical, o exemplo do Sócrates. O Sócrates não era um jogador comum, o Sócrates era um médico, tinha consciência do que estava fazendo. Então, se proibirmos a bebida, temos que entender, primeiro, o arbítrio de cada um de fazer escolhas. Porque, por essa lógica, Deputado Reginaldo, vamos ter que proibir também a propaganda de automóveis. Os automóveis estão matando demais no nosso trânsito, temos que proibir a propaganda do automóvel e a propaganda de motocicleta, que está matando e deixando inválidos milhares de jovens, que são, certamente, os maiores usuários.

Eu tenho muito receio, talvez por essa coisa do exercício da liberdade de expressão, de você começar a proibir e não ter o ganho da conscientização. Porque, quando você proíbe está estimulando a clandestinidade. Hoje, 20% das bebidas consumidas no Brasil já são bebidas clandestinas, feitas à base da mistura de um corante ou de um suco junto com álcool puro. Então, o efeito para a saúde de uma pessoa de bebida dessa natureza é devastador.

Então, tenho, digamos, um certo cuidado com isso e como há esse exemplo de um Estado que está todo envolvido, os Municípios, as empresas, o supermercado, o selo social dessa responsabilidade do dono de um pequeno bar ou boteco na favela trazer isso. A Cufa – Central Única das Favelas também está envolvida em trabalhos dessa natureza. Penso que a educação tem uma eficácia maior sobre esse processo.

É apenas o registro. Nós também colocamos, preferi colocar restrição e não a palavra proibição, porque penso que num regime democrático, tão bem defendido por V. Exª, ele terá muito mais eficácia do que provavelmente começarmos a impor ao cidadão, como agora está em julgamento no Supremo Tribunal Federal a questão relacionada à classificação da programação de televisão. Os Ministros estão dando um direcionamento, dizendo que quem tem a responsabilidade sobre a classificação é a família. O pai e a mãe é que têm que dizer o que um adolescente deve assistir. Eu acho que aí está correto e por isso eu também queria manifestar essa opinião. Queria agradecer muito as palavras do Dr. Emmanuel, o estímulo das suas referências ao nosso trabalho. Tive muita colaboração da área médica e compartilho com V. Exª, é preciso mesmo deixarmos esse debate regional. Se é internamento compulsório, involuntário, isso é o de menos, temos que salvar, temos que falar das pessoas. Se é epidemia, é secundário. Temos um problema. O problema é grave? É, a indicação do Observatório do Crack, da Confederação Nacional de Municípios mostrou que nos rincões mais remotos do nosso País, na zona rural, o crack já chegou e está tendo um efeito devastador. Não é só sobre a periferia de pessoas pobres, no meio de pessoas de nível médio, formadas, o crack também já entrou. Isso está muito sério e temos que levar esse enfrentamento com a responsabilidade que todos temos. Acho que o Dr. Emmanuel, penso que também o Deputado Reginaldo, a Secretária Tânia e que é a posição do Deputado Carimbão, do nosso Presidente e também dos demais membros da Mesa: o problema do enfrentamento do crack não é apenas de Governo, ele é um problema da sociedade brasileira, que tem que estar permanentemente vigilante.

Agradeço muito, Presidente Wellington. Cumprimento-o também por essa iniciativa que nos tornou parceiros neste processo. Quando começamos o ano legislativo, V. Exª apresentou um requerimento de uma subcomissão para drogas e álcool e eu incluí, achei que o crack era a questão da droga mais grave para o Brasil, que é o País que tem este problema com maior incidência e atingindo 98% dos Municípios brasileiros.

Então, agradeço muito a gentileza. Lamento profundamente, porque aprenderia muito nesse debate com os Deputados Reginaldo e Carimbão, que é um especialista dedicado, como, digamos, um ofício sacerdotal, mais do que parlamentar, a essa matéria. À nossa Tânia Mara também e aos demais membros da Mesa, agradeço muito a gentileza.

Agradecer também aos nossos participantes das assembleias de Mato Grosso do Sul e aos que estão aguardando na fila para entrar nesse debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos.

Deputado Reginaldo.

Convidaria o Carimbão a ficar mais próximo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Sr. Presidente, quero aproveitar. Sou coordenador da Bancada

de Minas e está havendo apresentação dos relatórios setoriais e eu preciso fazer destaque para defender os interesses do meu Estado, os interesses do País.

Mas, quero, primeiro, dizer para a Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Aliás, quero agradecer aqui às assembleias também, porque estou sabendo que, em todo o Brasil, estamos apreciando orçamento, pela disposição de estarmos juntos aqui hoje.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Quero dizer para a Senadora que também concordo muito com a sua fala. Acho que o caminho é, evidentemente, mais do que educação, uma boa informação.

De fato, na questão do cigarro, houve uma combinação de diminuição de propaganda, de restrição, inclusive de proibição. Houve campanhas educativas. Ou seja, na verdade, em dez anos, o cigarro perdeu status. Lembro-me de que, na minha adolescência, dava status. Para sair de casa tentar paquerar as meninas, tínhamos que ter um maço de cigarros no bolso. E hoje perde todas, não há nenhum tipo de simpatia.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – E as meninas perdem todos também.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Perdem todos. Então, está ótimo – para não ser machista.

Na verdade, é isso. Temos que tirar o status da bebida. Esse é o grande desafio. E essa combinação de carro com o álcool é que mata mesmo, essa mata e estamos vivendo uma guerra no Brasil. Temos que resolver essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Permita-me só dizer. O último relatório da Organização Mundial de Saúde – e eu comemorei muito isso – reconhece o álcool como a mais grave das drogas do Planeta. Se é droga, como se falar de propaganda?

Visitamos agora Suécia, Holanda, Inglaterra e Portugal. O grande drama, hoje, que esses países vivem é por conta das redes de televisão, o canal fechado, por onde chega a propaganda. Ou seja, estão buscando encontrar mecanismos de impedir a propaganda por esses meios.

Cito o cigarro, sim, como exemplo. Estou falando aqui de droga. Ou se reconhece que o álcool é ou que não é. Reconhecido como droga, não se tem para onde correr. Desculpe-me.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – O álcool é a droga que mais mata. Vamos ter que fazer esse debate. Evidente que há fortes interesses, mas temos que avançar. O projeto está colocado, bem defendido pelo nosso relator, e vamos promover um amplo debate da sociedade.

Acredito que temos que tirar essa importância que as pessoas, lamentavelmente, hoje, dão ao álcool.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Quero só registrar o nosso...

A Senadora Ana Amélia entendeu como se você estivesse defendendo a proibição de venda.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Não. A proibição de propaganda.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/ PT – PI) – Sei, eu também compreendi.

Foi basicamente isso, porque, no relatório que ela faz, ela também coloca, da mesma forma, a questão da propaganda.

O SR. REGINALDO LOPES (PT – MG) – Por último, acho o seguinte: estamos iniciando esse debate, de maneira agora institucional, na Câmara e no Senado, com ampla participação da sociedade civil. Nesse momento, é normal que as pessoas venham para o debate com suas posições e que, de fato, não temos uma única saída. Isso ficou bem colocado pelo nosso programa da Presidenta Dilma. Ou seja, ninguém é dono da verdade nesse debate. Nós todos aqui estamos aprendendo.

É evidente que, nesse momento, é importante que a gente tenha, para todas as ações, uma diversidade de propostas, porque as situações são distintas no mundo de quem tem envolvimento com as drogas. Por isso, gostei do modelo de tratamento apresentado. É o modelo que nós defendemos na Câmara, de vários equipamentos, de diversidade de equipamentos de programas para o acolhimento de tratamento por quem entende a complexidade que é esse tema.

Portanto, vamos viver, no ano de 2012, fortes debates. Com certeza, vamos terminar o ano que vem já com resultados práticos, levantados aqui pela nossa secretária, Tânia Garib, e, de fato, nós precisamos mesmo. Eu acho que este ano foi um ano que não ficou só no debate, não, porque foram implantados os centros de referência de enfrentamento ao crack, que são muito importantes, que é uma política de formação de profissionais para fazer isso, os 49... Digo isso porque as pessoas acham que a gente ficou no debate, e que a Presidenta Dilma ficou estudando para apresentar no final do ano. Não é verdade. Eu costumo dizer que este debate durante este ano foi como um carro em alta velocidade que a gente foi trocando o pneu com o carro andando, e nós fizemos o lançamento do Plano de Fronteiras, que teve resultados extraordinários – e aqui cumprimento o Deputado do Mato Grosso do Sul. Nesses três primeiros meses, nós tivemos um resultado extraordinário na questão da unificação das Forças Armadas, dos órgãos de segurança pública.

Então, quero dizer aqui que... Mudamos a Lei da RBC da Anvisa, a Resolução, e agora, evidentemente, permitindo a incorporação desse equipamento que é importante e tem aí 50 anos de experiência.

E agora vamos todos juntos nessa importante tarefa de fazer esse enfrentamento. E eu tenho certeza de que vamos terminar o próximo ano melhor do que este ano, apesar de que este ano foi muito produtivo e sinalizou para o futuro.

Muito obrigado. Peço desculpas por não poder continuar, mas estou à disposição do nosso companheiro Wellington Dias, do nosso Senado, e das Casas Legislativas para continuar o nosso debate.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecendo ao Deputado Reginaldo e agora, já caminhando para o encerramento, nós vamos ouvir aqui o Deputado Carimbão; em seguida, o Aloísio Andrade, que está lá em Minas Gerais.

Aloísio, o.k. aí? (Pausa.)

Então, passarei a palavra ao Aloísio Andrade, que tem feito um belíssimo trabalho em Minas Gerais.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Parece que não conseguiram aqui integrar com Minas Gerais.

Enquanto preparam aí o Aloísio Andrade, de Minas Gerais, vamos ouvir aqui o nosso querido relator, Givaldo Carimbão. Esteve aqui, para você saber, a Rosane, o nosso presidente da comissão também, e agora gostaríamos que V. Exª pudesse acrescentar suas conclusões.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Primeiro, quero parabenizar...

(Interrupção do som.)

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – ...estudos e propostas sobre a questão das drogas no Brasil.

A Câmara Federal, conjunta e paralelamente, fizemos a comissão especial, e foram 9 meses e 9 dias de trabalho. Eu, particularmente, fui a 15 países. Fui aos 27 Estados. Fiz 30 viagens aos 27 Estados durante esses 9 meses e 9 dias, tentando estudar um pouco e contribuir com o Brasil, como Parlamento contribuir com o Brasil. E acho que foi de muita importância.

Eu quero dizer que sempre procurei trabalhar junto, Câmara e Senado, ou seja, Reginaldo, eu como presidente e relator, junto com o Wellington e com a Senadora Ana Amélia. Por quê? É claro que é importante as duas Casas estarem afinadas nesse sentimento, para trabalharmos, naturalmente, junto ao Executivo. Nessa direção, o Reginaldo já fez algumas colocações aqui, mas eu gostaria de um pouco mais.

Eu não gostaria, no meu relatório, inicialmente, de discutir a questão do involuntário, ou do compulsório, etc. Isso porque, no Brasil, existe uma demanda reprimida, que não existe, naturalmente, em Portugal, que é busca ativa. Imaginem que, no Brasil hoje, com 200 milhões de habitantes, segundo a pesquisa, 0,7% a 1% da população está no crack, ou seja, há dois milhões de brasileiros, e o Brasil, efetivamente, hoje não tem instrumentos para atender 50 mil pessoas, 30 mil pessoas. Há uma demanda reprimida de 1,95 milhão de pessoas!

Então, se está sendo discutida a questão do involuntário, tudo bem; particularmente, aqui e ali, pode acontecer, e acho que é importante também; mas no final a Câmara exigiu... O parlamento, deputados que eu não esperava me pediram que colocasse... Arnaldo Faria de Sá, por exemplo, foi um desses deputados que me solicitou. E, quando o Reginaldo colocou aqui os 90 dias, e nós colocamos a pedido do Deputado de São Paulo... Ele pediu que fizéssemos 90, prorrogáveis por mais 90 dias, seis meses até – a questão do involuntário. Não estava na minha pauta, como relator, no começo, mas foi nessa dimensão.

Eu apresentei um relatório com 1.058 páginas, depois de visitar 15 países, 27 Estados. E foi unânime! Foi unânime! Não houve um Estado que me desse uma posição diferente em relação, por exemplo, à propaganda de bebida.

Hoje, Alagoas, por exemplo, tem 800 dependentes químicos sendo acolhidos, pagos pelo Estado, ou seja, com o Estado bancando a recuperação, o acolhimento desse pessoal.

O Estado agora está abrindo um Hospital Geral em Rio Largo, só para a desintoxicação de dependentes químicos, isso combinado com o modelo Minesota, ou seja, com a questão da terapia também. Nós estamos fazendo na plenitude aquilo que deu certo no mundo. Alagoas está tendo o primeiro hospital, no Brasil, nessa dimensão, em que se faz a desintoxicação e já faz o começo da terapia.

O Ministério da Saúde acolheu, por exemplo, a questão dos acolhimentos, porque até então era uma comunidade terapêutica: tratamento, tratamento, tratamento.

O Dr. Emmanuel é muito claro: nós somos carne e espírito; a medicina trata da patologia, mas as comunidades terapêuticas e acolhedoras tratam de acolher a vulnerabilidade social, de refazer um plano de trabalho.

Então, têm-se o Amplictil, Fenergan, Aldox, que são os remédios da medicina para trabalhar a patologia; agora, quanto ao "amorex", ou seja, ao amor por seis meses, nove meses, um ano, aí são as comunidades que têm toda uma metodologia no AA, no INA, nos Doze Passos, etc., etc. Então, isso se completa.

Eu quero dizer, Senador Wellington Dias, que estive com a Presidente Dilma e com a Ministra da Casa Civil, Gleisi, quando estive com os técnicos, discutindo a questão do Plano, previamente. Ela ia lançar uma semana antes, não lançou, escutou a comissão, depois tomou algumas decisões e passou de R$2,5 bilhões para R$4 bilhões. Enfim, nós discutimos isso.

Lamento, lamento profundamente. Primeiro, como se tem uma Senad, uma Secretaria Nacional sobre Políticas sobre Drogas, com todo o respeito, e se entrega a outro Ministério a coordenação do processo sobre dependência química, o Plano Crack? Não consigo entender na minha cabeça isso. O que tem haver a Casa Civil, se há uma Senad, que é a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas? As drogas são uma questão transversal: envolvem segurança pública, saúde, ação social, educação na prevenção. Existe uma série de ações. Ora, se alguém está preparado no Brasil para trabalhar essa dimensão deve ser a Senad.

E, de repente, joga-se a escanteio a Senad. E a Senad é um figurante desse processo, para trabalhar dentro do Ministério – com todo o respeito. A Gleisi mesmo colocou várias vezes: "Eu confesso que não tenho muito conhecimento sobre a causa". E não tinha de conhecer, realmente; é outro mundo. A Senad é que tem um cabide de todas as informações nessa dimensão.

Por isso, nós propomos – você defende, eu defendo –: a Senad tem de passar de Secretaria de Estado a Ministério. Quem tem de coordenar a política... senão fecha.

No meu relatório, coloco isto claramente: por favor, fechem amanhã a Senad. É para continuar do jeito que está? Fechem. Para que, se o Gabinete Civil está coordenando? Ao contrário, ela tem de ser fortalecida, para trabalhar a Política Nacional sobre Drogas.

Nós chegamos a Portugal e à Suécia, e o que diziam? "A Senad é uma representante..." De repente, para coordenar o processo, vem... Com todo o respeito, colocou quatro técnicos, que, com todo o respeito, não têm profundidade na matéria.

Então, esse Plano... Estou aqui como Deputado Federal, que estuda essa matéria há 20 anos e que procura, a cada dia aprender um pouco mais, afirmando para o Brasil: não terá eficácia esse Plano. Se continuar do jeito em que está, ele não terá eficácia em mais um pingo – estou dizendo.

Primeiro, a Senad ficou com a prevenção e com a incumbência de fazer os estudos, capacitar, etc., etc. Tudo bem. Ela tem uma grande capacidade. Eu vi a capacitação dos professores, por exemplo. É um grande trabalho, mas ele não tem dimensão, não tem grandeza no tamanho: é para duas mil pessoas. Dois mil professores serem capacitados no Brasil? Agora, devem dar maior largura a esse tamanho. Ele tem de ter tamanho, não adianta ter conteúdo pura e simplesmente. Esse é um dos pontos. É importante haver conteúdo, mas, se não houver tamanho para a sociedade do tamanho do Brasil, não há jeito.

Então, nessa dimensão aqui, ou o Governo aporta rigorosamente recursos, para fazer prevenção na profundidade, ou vejo que dessa forma não funciona.

Segundo, vem a recuperação. Aí o Ministro da Saúde lança o plano de R$200,00 a diária e vai capacitar hospitais gerais para fazerem a desintoxicação. Alagoas, por exemplo, com três milhões de habitantes, ficou com 200 vagas, conforme li ontem num documento.

Meu amigo, só quem não conhece e não tem a mão na massa é que pode fazer besteira dessa forma. A coisa melhor do mundo é fazer projeto em cima de bureau com ar condicionado. Quer ver para a ponta do serviço. Ora, aí você vai desintoxicar. Tudo bem. Fez a parte patológica, mas o dependente químico não é somente parte patológica. Ele perdeu toda uma história para trás, de rancor, de ódio, de problemas com a sociedade, com a mãe, com o pai, com a família, com o traficante. Se não tiver nesse modelo um outro tratamento, um outro acolhimento, pergunto: apaticamente, fala assim, pisando em ovos, porque não teve coragem o Governo de enfrentar o Conselho Federal de Psicologia, que é contra totalmente a comunidade terapêutica. Há mais três mil comunidades terapêuticas no Brasil.

Meus companheiros estão me escutando neste momento pelo Brasil afora. O Brasil tem hoje dois milhões de pessoas no crack. Vai acolher quantos? Dez mil? Para quê, pelo amor de Deus? Para enganar a sociedade? Tem que, no mínimo, fazer um plano, por exemplo, para 50 mil pessoas. Se tenho dois milhões, tenho de ter uma dimensão para os quatro anos. O financiamento que vai sair pelo Brasil para as comunidades terapêuticas não chega, no tamanho, a dez mil. Para que serve? Eu tenho dito o seguinte: é uma obturação em toda uma dentadura, você colocar uma obturaçãozinha no dente aqui.

Desintoxicar sem haver acolhimento não tem jeito. Desculpem-me, é enxugar gelo. E outra coisa: não vi falar no plano. Cadê a realização social? Perguntem a qualquer dependente químico que está sendo acolhido – todo mundo conhece isso, quem trabalha nessa dimensão aqui. Dos cidadãos que estão lá, na dependência química, 95% não têm o ensino fundamental. Ele quer trabalhar de volta, mas está marginalizado. Não vi nenhum plano para fazer reinserção social. Eu não um plano para fazer reinserção social. Se você fizer

a desintoxicação e depois não tiver o acolhimento e a reinserção social, sacudiu dinheiro fora. Não tem jeito, porque isso aqui é um processo integrado. É importante o hospital psiquiátrico quando se está com transtorno grave, o CAPS AD III; aí foi lançado o 41, depois vai ter 200. Isso aqui é colocar um pingo de chuva no mar, para o tamanho do Brasil. São três mil comunidades terapêuticas e não dão conta. O que é um CAPS AD III? Nada mais é do que uma comunidade terapêutica de primeiro setor. E o preço que se vai é dez vezes mais do que uma comunidade terapêutica.

Foi o que senti nesse plano, em que, lamentavelmente, foram lançadas as ideias, mas o tamanho do problema vai continuar. São Paulo, por exemplo: fomos dentro da Cracolândia. Quinze mil pessoas, zumbis, só no centro de São Paulo, segundo a polícia de lá. E a pessoa vai à delegacia e diz assim: "Eu quero ser acolhido, quero ser tratado, pelo amor de Deus", e o Governo não dá essas condições. Aí vai pagar dois mil e quinhentos contos numa cadeia para passar quatro anos depois. Ou seja, uma criança na Febem, na socioeducativa hoje, está custando R$8 mil por mês; aqui, em Brasília, são R$14 mil por mês por uma criança acolhida, que roubou dez celulares para trocar por crack. Pergunto: que inteligência, pelo amor de Deus?

Estou lançando um livro esta semana, estou pegando na minha cota quatro mil livros, dizendo o seguinte: o Governo está botando dinheiro pelo ralo na segurança pública. Eu pedi ao juiz para passar um mês na cadeia; quero dormir no xadrez para conhecer o que é isso; quero ficar na porta da delegacia; quero estar dentro do xadrez. Noventa por cento de quem chega à porta da delegacia e vai para a cadeia tem droga no meio. Nós vimos lá na Europa, que não tem crack, segundo já na Grã-Bretanha – imaginem, não estou falando na Holanda –, na Suécia, 50% de quem chega à prisão já é usuário de drogas. Você escutou lá com a gente esses números. No Brasil, que é o crack, são 90%.

Pergunto: não é muito melhor fazer um programa arrojado de acolher o cidadão antes de ele chegar à cadeia? Na cadeia, vai custar R$2,5 mil, R$3 mil por mês vezes quatro anos; ou seja, R$120 mil vai custar um preso, e, para acolher um dependente químico, gastam-se R$10 mil. E fica agora aqui o Conselho Federal de Psicologia contra, o Governo se acua; quem está tomando conta lá é o Tykanori, que é totalmente contra isso, e o Governo não toma providência.

Então, a Presidente Dilma tem grande intenção, sinto isso. Porém, lamentavelmente, na minha avaliação, não teve coragem de tomar medidas muito mais duras e arrojadas. Por exemplo, colocou aqui o companheiro de Mato Grosso do Sul. Nós fomos a – para encerrar, Sr. Presidente – Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai. Noventa e oito por cento da cocaína do Planeta é produzida na Bolívia, Colômbia e Peru, e a maconha, em Marrocos e Paraguai.

Muito bem, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul fazem divisa com esses três ou quatro países com a maconha, que é o Paraguai.

Parece-me, com todo o respeito, que não são somente dois mil policiais, é importante e parabéns. Temos 17 mil km de fronteira, 16.884 km de fronteira.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Só para dizer que, além dos policiais, há a parceria com o policiamento dos Estados.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Isso, está bem. Agora, repare bem: imagine que de Maceió – eu vim agora – a Brasília são 2 mil km. A fronteira que temos com esses países significa oito vezes a distância entre Maceió e Brasília. Eu vou dar aqui um número. É uma tese que sempre defendi, que lamentavelmente não vi, e acho que seria importante para o Brasil. A Bolívia é o único país do Planeta que tem autorizada pelo Congresso Nacional a produção de cocaína; 12 mil hectares são autorizados, só que plantam 30 mil. No Peru, são 61 mil hectares de produção de cocaína. E, na Colômbia, 51 mil hectares.

Da Colômbia, saiu tudo para o Panamá, El Salvador, Honduras, Haiti, Estados Unidos, Canadá e México. Noventa e tantos por cento da produção da Colômbia vão por esse caminho aqui. Não é o grande problema do Brasil. Produzia 300 mil hectares. Os Estados Unidos aportaram recursos, foram parceiros e conseguiram reduzir para 50 mil hectares.

O problema do Brasil hoje, grave, está num país chamado Bolívia.

A Bolívia tem 10 milhões habitantes, enquanto o Peru tem 30 milhões e a Colômbia, 50 milhões. Dez milhões de habitantes, 5% da população do Brasil; 200 milhões do Brasil e 10 milhões da Bolívia. Só que o PIB da Bolívia é 1% do PIB do Brasil, ou seja, 17 bilhões; cinco vezes mais pobre é a Bolívia em relação ao Brasil. Parece-me muito mais inteligente o Brasil fazer um tratado internacional não bélico, um tratado diplomático para uma mudança de cultura dentro da Bolívia. Se o Brasil comprar toda folha de coca – eu vi agora, foram 6 bilhões para dar começo ao metrô em Minas Gerais... O PIB da Bolívia é de 17 bilhões. Parece-me que é uma questão de inteligência. É ter uma discussão com o Parlamento, com o Executivo; é a primeira vez na história em que um parlamento vai dentro do parlamento boliviano para conversar. Ou seja, se o Brasil comprasse toda folha de coca, seria um milhão de vezes mais barato do que a repressão que se faz no Brasil, em segurança pública.

Mas não quer, não? O Brasil hoje está produzindo tecnologia dentro da Bolívia, por exemplo, pela Embrapa, café, cacau, só que – atenção, senhoras e senhores –, até então, a produção de cocaína nesse país era uma vez por ano; depois de 15 anos, chegou a tecnologia lá e agora é transgênica, é de 4 em 4 meses, ou de 3 em 3 meses; há 3 ou 4 produções por ano. Aí eu pergunto: se o Brasil consegue fazer um tratado para trabalhar a questão da redução da produção e produzir café, cacau etc. e comprar numa dimensão comercial, ficará muito mais barato para o Brasil. Então, não é somente a questão da fronteira que é importante – parabéns! –, mas o Brasil tem que trabalhar nessa dimensão, porque, na hora que você diminui a oferta, naturalmente, você vai dificultar na sua e procura lá fora. Então, alguns pontos ficaram vagos: a inserção social, que eu não vi; o acolhimento, muito apático no plano, muito. Eu estou aqui, se conheço um pouco desta matéria, estou dizendo – e cobrem de mim –: se continuar esse plano aí implantado, não haverá nenhum impacto no resultado, nos próximos anos.

Isto é uma cadeira; são quatro pés: prevenção, recuperação, reinserção social e trabalhar a legislação. Ou se faz essas quatro coisas ou, então, se não fizer a reinserção social, fica com uma perna quebrada. Se você desintoxica, mas não faz o acolhimento nas comunidades, você não resolve o problema. Então, ou você faz isso integrado ou, então, o Brasil, mais uma vez, vai sacudir dinheiro pelo ralo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Vocês veem aí a empolgação do nosso querido Carimbão, que tem feito esse belo trabalho.

Aliás, a sugestão, Carimbão, que estamos encaminhando é... Nós vimos que a Europa criou o Conselho Europeu de Políticas sobre Drogas, em todos os sentidos. Aliás, é o primeiro item da Organização Mundial de Saúde. É um problema mundial. Ponto. Se é um problema mundial, não dá para resolver em nível local. O Brasil tem hoje força para organizar o Conselho das Américas de Políticas sobre Drogas. Aliás, esse é um dado que o Carimbão gosta de citar. Temos hoje, no máximo, doze países que são responsáveis por quase 100% de toda a matéria prima de drogas no Planeta. E são países pequenos, normalmente. Exceto a China, o restante são países pequenos. Estamos falando da Nicarágua, de Marrocos, da Bolívia, da Colômbia. Enfim, são países pequenos e normalmente muito vinculados à pobreza. São produzidas em regiões realmente muito pobres.

Então, eu acho que é um papel importante, dentro disso que você coloca, que acho o Brasil também tem de assumir.

Registro aqui a presença do nosso Deputado Dr. Jorge Silva. É um prazer muito grande tê-lo aqui.

Agora, sim, vamos ouvir o nosso querido Aloísio Andrade, em Minas Gerais. Em seguida, vamos ouvir o Célio e o Vladimir.

O SR. ALOÍSIO ANTÔNIO ANDRADE DE FREITAS – Bom dia, Senador Wellington Dias. Estão ouvindo bem aí?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem.

O SR. ALOÍSIO ANTÔNIO ANDRADE DE FREITAS – Ótimo. É uma alegria estar com vocês aí, encontrar novamente com a Comissão do Senado, Deputado Carimbão, Deputado Reginaldo Lopes.

Eu vou fazer a colocação, Senador, em nome dos conselhos estaduais de políticas sobre drogas, que atualmente a gente coordena.

Então, concordando com o Deputado Vivaldo Carimbão, a gente estranhou que o plano fosse trabalhado, sem que fossem ouvidos nem os conselhos estaduais, nem os conselhos municipais. A rede nacional de conselhos existe desde 1982, quando foi criado o Confem, Conselho Federal de Políticas sobre Drogas, na época Conselho de Entorpecentes, então ligado ao Ministério da Justiça.

Quero falar duas coisas que eu acho muito importantes, Senador. Primeiro, que precisamos capitalizar o Funad – Fundo Nacional Antidrogas, porque ele normalmente, todo fim de ano, devolve para o caixa único do Governo um volume significativo de dinheiro. Então, precisamos agilizar o Fundo nacional Antidrogas.

Na reunião que tivemos com a Presidenta Dilma, fiquei muito bem impressionado com a sua capacidade de ausculta e de resumo. Ela mostrou que a disponibilidade dela é completa para a área. Mas, realmente, concordo novamente com o Deputado Givaldo Carimbão, precisamos de tecnologia. Não basta boa vontade na área da dependência química. Aliás, nós falamos na audiência pública do Senado, que, talvez, a área da dependência química seja a área onde menos a lógica é lógica e onde menos o bom-senso basta. Precisamos de tecnologia e, para isso, precisamos capitalizar o Fundo Nacional Antidrogas. E Minas vai, se Deus quiser, agora no primeiro semestre de 2012, deflagrar o processo com a primeira APAD – Associação de Proteção ao Dependente, no mesmo modelo das APACs – associações de proteção ao condenado, onde o Município, a sociedade civil organizada e a sociedade produtiva, parte da sociedade de associação comercial, de federação das indústrias, voltadas para

a criação de um modelo nuclear, um modelo que a gente chame, então, de replicável, porque o déficit, a falta que nós temos hoje do número de vagas, Senador, é impressionante.

Então, sabemos que não temos soluções simples para a área de dependência química, mas temos que ter escolhas inteligentes. Nós tivemos duas situações anteriores que frustraram a população brasileira, que foram o anúncio do Ministro Temporão de que seriam enviados e envolvidos 169 milhões para o combate ao crack, e nada chegou à ponta depois de ver um anúncio dos 440 milhões, agora os 4,400 bilhões.

Entendemos que hoje comemora-se, Senador, a conscientização. Hoje, o Brasil é um país conscientizado do problema da droga. Segundo, precisamos ser mais eficazes. E aí parabenizo a comissão presidida por V. Exª e a comissão presidida pelo Deputado Reginaldo Lopes, relatoria do Deputado Carimbão, que vai ser Senador um dia – não é, Carimbão? –, se Deus quiser.

Mas, do ponto de vista prático, que quero deixar estas três sugestões. Primeiro, que os conselhos sejam mais ouvidos, os conselhos que estão na ponta e os conselhos que estão organizados. Acabamos de fazer uma reunião em Minas com vinte dos presidentes dos conselhos estaduais. Hoje, só o Estado de Goiás não tem o seu conselho instituído. Então, é uma fonte de informação importante. Segundo, capitalização e utilização do Fundo Nacional Antidrogas. E, terceiro, a tentativa de estudarmos esse modelo das associações de proteção ao dependente, para que a gente possa tirar esse atraso.

Terminando meu raciocínio, na época, então, da Constituinte, o Prof. Elias Murad, então Deputado Federal por Minas Gerais, colocou a proibição de anúncio de terapias, agrotóxicos, bebidas alcoólicas e tabaco. E foi por uma pequena modificação colocado, então, como bebidas alcoólicas acima de 13 graus. Bebida alcoólica é bebida alcoólica, e acho que isso tem de ser realmente modificado. Uma substância que provoca dependência que nós já temos a tendência a usá-la não precisa ser anunciada. Não precisa disso.

Senador, quero agradecer a oportunidade de participação, parabenizar a Comissão e o Senado. Vamos ver, se Deus quiser, se em 2012 tenhamos um ano bem interativo. Deus permita que a gente tire esse atraso que nós estamos, lamentavelmente. Muito obrigado. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço. Quero dizer a você, Aloísio, que, dentro do que está colocado tanto no relatório do Deputado Carimbão quanto no da Senadora Ana Amélia, o que nós temos é a necessidade de ter a organização dos conselhos dos Estados, a organização dos conselhos dos Municípios, que nós temos particularidades e atribuições próprias dos Municípios, além do conselhão, com toda a sociedade. E aí a ideia da conferência, ou seja, a conferência faz a pactuação, organiza toda a rede e todo o sistema e tem que ter essa forte participação social.

Quero parabenizar o nosso querido Aloísio e agradecer-lhe por toda a contribuição, com todos os conselheiros do Brasil.

Já passo a palavra ao Célio. Vamos deixar a Senad, que está sendo objeto de um bom debate, para a fase final.

O SR. CÉLIO LUIZ BARBOSA – Bom dia a todos, bom dia às autoridades, em nome do Senador Wellington Dias, tenho muito prazer de ver, hoje, o lançamento na subcomissão do seu relatório. É muito importante para todos nós das comunidades terapêuticas. Estou falando aqui em nome das federações de comunidades terapêuticas. Sou o presidente da Federação Norte-Nordeste das Comunidades Terapêuticas. Abraçar as pessoas que estão ai hoje nos assistindo, como o Deputado João de Deus, no Piauí, a Missionária Milene, lá no Pernambuco, o próprio Aloísio Andrade, que é um grande amigo e irmão de lutas de mais de vinte anos nessa questão das drogas.

Há uma polêmica muito grande do que se deve e do que não se deve, mas não há uma polêmica na conjectura do total, da construção de toda uma política, o que é comunidade terapêutica e o que não é comunidade terapêutica.

A comunidade terapêutica foi criada há mais de dois anos na comunidade cristã. Após a morte de Cristo, as pessoas foram trabalhando em comuns a todos. Então, lá nós fazemos um trabalho de recuperação do indivíduo em todo o seu contexto do ser.

A Presidente Dilma é que chamou as federações, não foram as federações que foram lá pedir audiência a ela. A Presidente Dilma nos chamou para uma audiência pública, não é, Senador e Deputado Carimbão, que estão aqui presentes? Nós fomos lá conversar com ela e mostrar o que fazemos de fato. Hoje, mais de 80% das internações dos dependentes químicos do Brasil são em comunidades terapêuticas, onde pregamos abstinência total, internação voluntária, convivência entre os pares. Os pares de que falo não é o paciente não, mas todo o contexto, os profissionais, os administradores que lá atuam, toda a conjectura de funcionamento de uma entidade. Então, lá não tem paciente que não participa de tudo. Ele participa de tudo, principalmente das ações da instituição, da sua administração como um todo. Isso é comum. Isso também é uma prática de reinserção social. Então, nós trabalhamos a prevenção, o tratamento, a reinserção

social e o trabalho com a família. Nós não estamos aqui brigando com associação, não estamos brigando com o sindicato, não estamos brigando com nada porque não nos interessa.

Pegaram sessenta comunidades, estou aqui com o senhor, Deputado, Carimbão, a melhor do Estado de Pernambuco, que eu visitei, junto com a Comissão. O Deputado Dr. Jorge Silva está aqui presente, estivemos juntos na visita, em Pernambuco. Porque lá se reza Ave-Maria. Não estamos aqui para discutir religião de ninguém não, gente. Nós estamos aqui é para salvar vidas. Eu ouvi muito bem, aqui, o Presidente do Conselho Federal de Medicina. Então, os psiquiatras...

O que eu enxergo é uma disputa de consultório, é uma disputa de pacientes. Nós não trabalhamos com pacientes, trabalhamos com vidas, gente! E isso está atrapalhando a consciência das pessoas por causa, por exemplo, estamos fazendo junto com a Senad uma pesquisa de levantamento, de mapeamento de todas as comunidades terapêuticas.

Nós não somos a favor de um açougue para atender as pessoas, não somos a favor de que amarrem as pessoas. Nós trabalhamos com as famílias para não amarrar as pessoas, mas essas instituições que amarram as pessoas são clínicas involuntárias que não são comunidades terapêuticas. Uma comunidade terapêutica não trabalha como involuntária. Há uma má-fé nas pessoas que estão colocando o que não fazem.

A universidade de psicologia, na área de psicologia, não tem nenhuma grade que ensine alguém a questão da dependência química. Não há nada na área de psicologia que trate da dependência química dentro da formação. Como é que eu sou doutor nisso, do que eu não conheço? Nós, das federações, não estamos aqui para brigar com ninguém. Nós vamos continuar fazendo o nosso trabalho que é salvar vidas. E salvar vidas com Deus. Deus é importante na vida de todos nós.

Quando eu fui montar a Fazenda da Paz no Estado do Piauí, há dezessete anos, mandaram me prender. Todos os psiquiatras dessa época que estão lá hoje, ou são voluntários da Fazenda da Paz, ou mandam os seus pacientes para se tratar lá. E as mais de duas mil profissões de psicólogos que trabalham como unidades terapêuticas? São duas mil, oitocentas e trinta e seis pessoas que trabalham em comunidades terapêuticas. "Nós vamos mandar todo mundo embora porque eles não são a favor, porque o sindicato não é a favor". É o conselho, é o Conselho Federal.

Eu não guardo muito isso porque não trabalhamos com bairrismo, nós trabalhamos com seres e acreditamos que funciona, o tratamento de dependentes químicos funciona. Nós precisamos do hospital para desintoxicar, precisamos dos pronto-socorros, hospitais e CAP´s para tratar das comorbidades. Desde quando eu vi o Carimbão pela primeira vez e o Amorex...Então, precisamos de uma internação com maior tempo porque é necessário. No crack é uma internação com maior tempo nas comunidades terapêuticas e outras instituições afins.

Temos que trabalhar, o que não foi colocado no plano, um trabalho grande na inserção porque a maioria dos dependentes químicos não é reinserido. Como é que eu vou reinserir quando não participei? Então, é na reinserção. Agora, não acredito na política de separar por que vou dar a vaga para o dependente químico que usa a droga e tem vaga de estudo. Não. Tem que dar a conquista. A pior coisa que fazemos para um dependente químico ou, de outra área, é não dar o direito de conquista.

Temos que conquistar as coisas. Como é que eu vou criar...

Vou dar só um exemplo. O ECA é uma das melhores leis que há para criança e adolescente. Ensinaram o adolescente que ele só tem que ter direito, não tem que ter o dever. O que chama mais atenção é a gente dar o direito às pessoas e o dever, onde fica? Nós trabalhamos com o dependente químico dessa maneira.

Nós trabalhamos o dependente químico para que ele conquiste o seu espaço, para que ele não vá fazer parte de ir atrás de uma mesa em que alguém vai indicar o seu caminho. Nós vamos construir um caminho juntos. Nós não abrimos mão da internação voluntária, nós não abrimos mão da abstinência total, nós não abrimos mão de trabalhar com a espiritualidade, nós fazemos, de fato, um trabalho de excelência em nosso Brasil e isso foi reconhecido.

O Ministro da Saúde colocou que ele visitou a comunidade terapêutica de que sou fundador e colocou o lançamento do plano como exemplo. São palavras dele "eu visitei uma comunidade terapêutica no Piauí, junto com o Senador Wellington Dias, e lá eu vi excelência de trabalho, lá eu vi excelência de tratamento e vi, todas as pessoas que estavam lá, com ar de felicidade". Eu estava presente nessa hora.

Por que é que vamos denegrir? Nós somos a favor de tirar o joio do trigo. Aqueles "açougues", que não chamo de comunidades terapêuticas, aqueles "açougues" que maltratam as pessoas... Vamos junto. As Federações vão junto com a Senad. Estamos fazendo um levantamento, se Deus quiser, em três meses vamos entregar esse levantamento pronto em que vamos mostrar o que é o que não é comunidade terapêutica e o que não é sai fora. É obrigação do Estado, é obrigação dos conselhos. Quem fiscaliza não é o Conselho de Psicologia, quem fiscaliza são os Con-

selhos Estaduais de Políticas Públicas sobre Drogas de cada Estado que têm o obrigação de fiscalizar as comunidades terapêuticas.

Não aprovamos totalmente a RDC 29 porque falta mais fiscalização. Ela permite que muitas coisas aconteçam. Nós, das federações, queremos que se abra uma portaria em que haja mais fiscalização em cima da RDC 29 em relação às comunidades terapêuticas e vamos trabalhar, sim.

Em nossas comunidades temos médicos voluntários, temos psicólogos, temos assistentes sociais, temos uma grade de pessoas que funcionam e, para trabalhar na comunidade terapêutica, tem-se que acreditar e conhecer o que é uma comunidade terapêutica. Estamos lutando.

Quero agradecer ao Senador Wellington Dias que nos deu a oportunidade de construir um exemplo de trabalho, Nesse ano começa a funcionar a escola, estamos terminando a grade curricular disso, e vamos fazer um centro de formação de profissionais e técnicos para trabalhar em comunidade terapêutica, para disseminar e mostrar como funciona a comunidade terapêutica.

Estamos fazendo uma representação ao Ministério Público dessa matéria que saiu sobre as comunidades terapêuticas. Queremos saber como e como foi feito isso. Muitas delas estão entrando com processo em cima do conselho. As federações estão apoiando, mas não vamos brigar. Só queremos saber qual foi o critério para fiscalizar porque, conheço, o conselho fiscaliza o profissional e onde ele trabalha. Disso eu tenho conhecimento.

Nós demos entrada no Ministério Público sobre o assunto. É uma questão de classe que vai ser resolvida da maneira mais correta possível e as comunidades terapêuticas estão fazendo o trabalho. A única que não tem financiamento do Estado, do Município e do Governo Federal e faz, de fato, bem feito o que ela sabe fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecemos ao Célio e o parabenizamos.

Dou aqui o meu testemunho desse belo trabalho feito em nosso Estado. Aliás, registro aqui da Presidente da Comissão Especial versada em política de drogas, além do Deputado João de Deus, da Deputada Rejane. Não estou conseguindo reconhecer daqui os demais membros, mas está também o Conselho Estadual de Políticas sobre drogas.

Tivemos aqui nesse debate a participação, além do Piauí, de Minas Gerais, do Mato Grosso do Sul, da Paraíba, Mato Grosso, São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará, Bahia, Ceará, Rondônia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e a Bahia.

Quero agradecer a todos esses Estados pela contribuição e fazer minhas as palavras do Deputado Carimbão com um adendo apenas. A Ministra Gleisi, na verdade, tem a tarefa de coordenar as várias políticas para o Brasil. Sou testemunha, por exemplo, da forma correta como foi feito e o resultado excelente nas políticas para pessoas com deficiência que o Brasil acaba de receber – e acompanhei de perto como Vice-Presidente de uma comissão aqui. Falo também da política do Brasil sem miséria, da política do Pronatec, da política da desburocratização, enfim, de uma série de políticas, que, como a primeira pessoa da Presidente, depois do Vice-Presidente, é o Gabinete Civil na estrutura executiva, ela também acompanhou.

Mas quero concordar com o fato de não se ter dado, a partir daí, a área técnica, a sua coordenação, para a Senad. É a minha crítica a isso. Por isso, acho que temos aí uma série de coisas.

Agora, já aproveitando que a nossa Secretária Tânia colocava, o objetivo da Comissão da Câmara e do Senado é exatamente completar. Quero elogiar termos um avanço. Como a própria Presidente disse, não é ainda o Plano Estratégico Nacional: é um programa. Ou seja, é um programa que vem com algumas coisas da saúde, e acho que há outras ainda a serem trabalhadas. Eu senti a ausência, por exemplo, desse tratamento especial nas áreas de fronteira – para citar um exemplo.

Há a necessidade de se ter a área... Há a área da assistência social, mas ainda com essa timidez – por exemplo, quanto à reinserção social, o que acho que é o grande vazio.

E, na área da própria prevenção, esse ponto da bebida. Além da não propaganda, defendo – está aqui nos nossos relatórios – a necessidade de trabalharmos na prevenção o licenciamento especial.

Aliás, a Suécia, que está aqui representada, e Portugal trabalham esse conceito. Assim como, para a venda de medicamentos, exige-se uma licença especial, com profissionais qualificados, desde o garçom de um bar ou de um restaurante até o proprietário, até as pessoas que trabalham têm de ser qualificados, para lidar com uma droga que é viciante.

Quer dizer, é parte do lazer? Sim. É parte de todo um processo cultural, enfim, mas há este problema: a droga causa problema à saúde; o abuso ou o uso frequente geram a dependência.

É muito comum, no Brasil inteiro, encontrarmos pessoas que chegam ao balcão do boteco, do bar, caindo de bêbadas e intoxicadas, pedindo: "Bota um aí!". E o cidadão lá não é treinado. Acho, inclusive, que

essa qualificação, como disse a Senadora Ana Amélia – apostando na qualificação –, vai gerar, inclusive, o efeito da lei relacionada à idade – por exemplo, a ideia de não se criar a dependência com o uso mais cedo da droga. Quanto mais tarde forem as primeiras experiências...

Ou melhor, a Tânia está pedindo aqui também um espaço. Aliás, você ia falar da nova droga lá da Rússia, do Krokodil. Krokodil? É esse mesmo o nome?

A SRª TÂNIA MARA GARIB – (Interrupção do som.) ...e que, na nossa visita à Europa, já sinalizaram para nós que essa droga seria pior que as demais utilizadas na Europa, porque é feita em casa, misturando-se o ácido clorídrico, a gasolina e uma série de outros componentes.

E é lamentável: está na imprensa já, pelo menos estou com um e-mail aqui sobre essa nova droga, que é muito mais destrutiva que o crack, mas que teoricamente seria um crack para a Europa, onde ainda não há o crack.

Mas vamos voltar a nós, Senador. Nós temos de resolver o nosso problema. É lógico que, quando fazemos alguma coisa, queremos fazer o prêmio Nobel da questão, e não é esse o nosso caso. Precisamos começar a fazer.

As próprias comunidades terapêuticas, no ano passado, como disse o representante, ficaram sem nenhum financiamento. E elas estão atendendo essas pessoas. Aliás, se existe um segmento que está atendendo neste País, esse é o das comunidades terapêuticas.

Então, nós precisamos começar. O apelo... Quando falo em Poder Executivo, falo também da sociedade. Nós estamos no Poder Executivo, encaminhados pela sociedade, para cuidar das políticas públicas. O apelo que a gente faz ao Congresso Nacional é o de que, identificando os pontos que precisam ser aprimorados, que precisam ser legislados, ele nos ajude e vá aprimorando esse programa.

O que não dá é ficarmos discutindo por dois, três ou quatro anos. Se tivéssemos intervindo desde o primeiro plano, o Programa de Combate ao Crack e Outras Drogas, há dois anos, talvez não tivéssemos chegado ao ponto a que chegamos agora, com as experiências que existem em alguns Estados. Mas nós precisamos ter uma política de Estado nesse sentido, porque o País não aguenta mais.

Falamos, porque recebemos isso no âmbito das secretarias. Muitas vezes, isso era dirigido às secretarias de assistência antes; agora temos mais parceiros para dividir essa tarefa, mas é fundamental um comando.

Onde não há um comando, onde não há um plano de metas, onde cada um fala por si, nunca vai haver o resultado dessa história. Por isso, a importância do Congresso ao sugerir e apontar essa questão do comando.

E algo que... A ressocialização não foi abordada no Plano, mas a prevenção foi abordada. Estamos também tomando o lugar aqui da Senad, que, daqui a pouco, vai falar, mas, quanto à prevenção, cujo exemplo nós vimos, Deputado Carimbão, na nossa visita, não há melhor sistema de prevenção como o que vimos na Holanda.

A defesa do Programa Escola Saudável, que estamos iniciando em Mato Grosso do Sul, não falando exclusivamente de drogas, não somente com programas como o Proerd, mas no sentido... Lá mesmo vimos que a defesa que eles fazem não é simplesmente "Diga 'não' às drogas", mas "Conheça esse efeito e tome a decisão de que isso não é o mais importante para você", somada a uma série de coisas.

Então, à questão da prevenção, que a Senad vai encampar, pelo menos é como está no Plano, junto com o Ministério da Educação, creio que temos de dar mais ênfase.

Vamos começar o tratamento com o que se tem, Deputado Carimbão. Não é suficiente? Não é suficiente. Mas vamos começar. O que não dá é tentar ficando achar o que é, o que é, o que é, e não começar e, com isso, estarmos nessa epidemia, que praticamente está difícil de ser controlada.

Reprimir a chegada da droga, como o senhor disse, é fundamental, assim como haver programa de prevenção para que menos pessoas entrem no uso da droga. Eu, de forma até... Confesso a minha ignorância na questão. Eu achava que só jovens entravam na droga. Visitando uma comunidade terapêutica feminina, vi que uma senhora, por uma frustração no casamento, com 55, 60 anos, começou a usar crack, talvez porque, no meu Estado, Mato Grosso do Sul, o crack seja mais fácil e chegue... Aquilo foi um choque, confesso, e uma ignorância da minha parte. Como eu poderia contribuir com uma senhora de 55, 60 anos, que, a partir daquele momento, começou a usar?

Por isso, as ações também... E aqui defendo o papel da Política de Assistência Social, através dos Centros de Referência – CRAS e até mesmo dos CREAs, quando há violação do direito, no sentido de que esses possam ter um papel extremamente ativo.

Parece que a questão da Senad e a questão da assistência, embora constassem no Plano como um todo, ficaram como coadjuvante, com papel não claro. Isso nós precisamos esclarecer. Mas o mais importante

é parabenizá-los e dizer que nós precisamos que comecem a legislar aquilo que é fundamental para aprimorar.

O Plano está aí. Vamos fazê-lo, vamos colocá-lo em prática. Vamos buscar, persigam para nós, por favor, a data do começo dessas ações, para que possamos começar e ir atualizando.

Todos os parceiros são fundamentais, todos os conselhos, todos os sindicatos, toda a sociedade; enfim, são os nossos filhos que estão aí – que estão ou que poderão estar – e que temos de defender.

E quero dizer o seguinte: hoje o trânsito está matando, mas principalmente com quem já usou uma droga, com quem já usou o álcool. Por isso, o trânsito é uma decorrência da violência que foi causada neste País.

O Deputado Carimbão é muito bom em estatística, mas vou só acrescentar mais uma, que aprendi com ele também e, lógico, lendo: a maioria das pessoas que estão presas por uso de drogas não foram presas pela droga, mas sim pela violência que a droga provocou depois de seu uso; e o maior número de violências, efetivamente, até contra as mulheres também, foi provocado por pessoas que usam a droga, a começar pelo álcool.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Muito bem. Parabéns.

Nós vamos, agora, já encerrando este trabalho e agradecendo, ouvir o Dr. Vladimir.

Vladimir, só para lhe dizer, o Espírito Santo, o Leonardo e o Deputado Luciano Rezende...

O.K. aí, Leonardo?

O Leonardo, do Espírito Santo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Pois não, Leonardo.

O SR. LEONARDO – (Interrupção do som.) ...da Comissão, e gostaríamos de deixar claro – primeiro, queremos parabenizar V. Exª por estar presidindo este trabalho – que o Espírito Santo se torna também um parceiro, através da sua Comissão, na Assembleia Legislativa, e do Conselho de Políticas Antidrogas do Estado.

Parabéns a todos. Estamos aqui na parceria com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Nós agradecemos ao Leonardo e ao Deputado Estadual Luciano Rezende, do PPS do Espírito Santo, que preside esse trabalho no Espírito Santo. Ou seja, é importante prosseguir com as assembleias legislativas e com as câmaras municipais, com a presença desse trabalho, além das organizações sociais.

Acho que essa organização das comunidades terapêuticas, que hoje existem, praticamente, em todo o Brasil, as organizações de ex-dependentes, enfim, dão uma forte contribuição.

Vamos ouvir, agora, a Senad, que foi tão debatida. Quero aqui parabenizá-la por todo o trabalho, por toda a resistência, por toda a defesa que faz da política correta dessa área.

Vladimir, representando a Senad.

O SR. VLADIMIR DE ANDRADE STEMPLIUK – Obrigado, Senador Wellington Dias.

Gostaria de agradecer o convite feito à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e pedir desculpas, em nome da nossa Secretária Nacional, D. Paulina Duarte, que infelizmente não pôde comparecer a este evento.

Gostaria também de parabenizar a Comissão pelo lançamento desse relatório, que representa um esforço importante do Senado Federal em contribuir com o debate dessas questões, exatamente dentro da sua missão, que é acompanhar as políticas públicas e contribuir para que elas melhorem sempre.

Gostaria de cumprimentar também o Deputado Givaldo Carimbão, os demais Deputados presentes, as demais autoridades, os membros da Mesa.

Bem, acho que fechamos 2011 numa situação muito diferente do que vimos acontecer no Brasil, nesses últimos anos. Então, realmente, apesar de todas as críticas, de todas as deficiências, de todo o trabalho que precisamos ainda continuar fazendo, acho, na avaliação do Governo, que avançamos bastante no debate desse tema e, realmente, na implementação de ações efetivas para o seu enfrentamento.

Como já foi mencionado nessa Mesa, a ONU usa um termo muito interessante para definir essa problemática: "O problema mundial das drogas". Quer dizer, é um problema que atinge o mundo como um todo.

Então, o Brasil não está ausente nessa questão, ou seja, também é atingido por essa problemática, assim como outros países.

Como também já muito bem ilustrado e exemplificado nessa Mesa, o Brasil possui algumas características, algumas especificidades, que tornam o desafio ainda maior para nós: a proximidade dos grandes produtores de cocaína; a proximidade também do maior produtor de maconha do mundo, que é o Paraguai; uma população extremamente grande, diversa; ainda, uma distribuição de renda difícil; muitos locais do Brasil ainda com dificuldades importantes de acesso aos benefícios do Estado. Então, tudo isso torna o Brasil, vamos dizer assim, com uma especificidade, que cabe a quem resolver? A nós mesmos. Então, estamos fazendo no nosso trabalho.

Entendemos que, quando a Câmara dos Deputados produz um relatório exatamente para contribuir

no debate dessa questão e passa a votar projetos de lei que vão aperfeiçoar a forma que temos para lidar com isso; quando o Senado Federal estabelece uma subcomissão específica para debater o tema, que também contribui com uma série sugestões importantes, e o Governo Federal também se reúne durante meses para lançar um plano, que é fruto de um esforço coletivo de Governo, e reserva para esse plano um investimento de R$4 bilhões, isso tudo mostra que o Brasil não está parado, que o Brasil não está apenas observando os nossos jovens consumirem drogas. Inclusive, eu gostaria de exemplificar com outras pesquisas que têm mostrado, por exemplo, que o consumo de diversas drogas entre estudantes brasileiros tem caído, fruto dos esforços de toda a sociedade brasileira. Então, é importante que nós tenhamos em mente que não estamos falando apenas de uma droga no Brasil, que é o crack. Não existe apenas o crack no Brasil, as pessoas não usam apenas o crack.

Então, quando o Governo muitas vezes insiste que é importante que nós pensemos também em outras substâncias que são muito importantes, porque impactam de forma muito importante os nossos sistemas, é porque estamos trabalhando com isso há muitos anos. O Governo não está parado; o Governo não começou a trabalhar agora, ano passado, quando lançou o plano emergencial. Então, o Governo também tem uma forma de trabalhar que é construída socialmente, pactuada com os Municípios e Estados. Também não somos um Governo que não sabe o que fazer ou que não conhece nada sobre o assunto e que está completamente perdido na abordagem do tema. É importante que também a gente perceba que esses esforços que estão sendo realizados não começaram no ano passado e que o problema que o Brasil enfrenta hoje também não é decorrente de apenas uma substância que surge no nosso contexto dos Municípios e da nossa população. Sabemos que essa mesma população que hoje usa o crack antigamente usava cola de sapateiro, os inalantes, lança-perfume. Todos nós aqui circulamos pelas cidades brasileiras e presenciamos essas populações morando em nossas ruas, vivendo também em desassistência por muitas décadas. Nenhum de nós aqui acha que isso é uma novidade e produto do crack. Sabemos que essas pessoas estão aí há muito tempo. Então, é importante também que as ações pensadas pelo Governo e pela sociedade não cedam muitas vezes a uma vontade, a uma intenção muito boa de ajudar essas pessoas, mas passando por cima da liberdade delas, porque são cidadãos. Quer dizer, o fato de serem usuários de drogas não os desqualifica, eles são portadores de direitos e são merecedores da atenção do Estado, e temos que escutá-los e não termos grandes ideias que vão ajudá-los, mas que implica, muitas vezes, não cumprir os direitos dessas pessoas.

Assim, são muitos pontos e aspectos que precisam ser considerados quando lidamos com essa questão.

Então, eu gostaria de dizer que, para o Governo, esse relatório é uma contribuição importante. Temos uma forma de trabalhar, mas estamos abertos, obviamente, a todas as sugestões que foram elaboradas nesse relatório, bem como na Câmara dos Deputados, mas, obviamente, temos de pactuar, temos de nos debruçar sobre esse material com calma, juntar esforços com o Congresso Nacional e pactuarmos com a sociedade. Gostamos muito dessa ideia de uma conferência nacional exatamente para que possamos ampliar esse debate, porque existem pontos que a gente sabe, porque, no Senad, recebemos muitas sugestões da população brasileira, e sabemos que existem muitos outros pontos que também ainda não foram contemplados nem pelo plano nem pelos relatórios da Câmara dos Deputados e do Senado. Então, gostamos da ideia de uma conferência porque acho que vai dar uma dimensão mais importante e mais abrangente para essa discussão.

Gostaria de dizer, retomando o início de minha fala, que acho que a publicação desses relatórios, o lançamento desse plano, os Estados e Municípios também lançando, e já participamos em vários desses locais do lançamento dos planos estaduais e municipais, ou seja, estamos vivendo no Brasil uma verdadeira sinergia de debates e de ideias, de lançamentos e de soluções para o enfrentamento dessa questão. Então, acho que foi um ano bem positivo, apesar de sabermos a dimensão do problema, sabermos que temos de agir de forma urgente. Não estamos parados, mas consideramos bem positiva todas essas contribuições. Estamos abertos também a debater o nosso plano, modificar no que realmente ele não é eficaz ou nas ausências que foram percebidas, mas é importante que a gente deixe uma mensagem para a população brasileira de que estamos juntos, estamos realmente dando prioridade nisso, porque poucos países do mundo lançaram planos como o Brasil lançou e, quando nós apresentamos as ações que o Brasil vem empreendendo, nosso País sempre é visto como um exemplo para os outros países do mundo, porque, e os Deputados e Senadores devem saber disso, poucos países estão dando a prioridade que o Brasil está dando para esta questão.

Agradeço a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom, então, por isso, compreendemos essa

palavra sua sobre a necessidade do Brasil liderar na ONU, na Organização Mundial de Saúde, e, enfim, onde mais for necessário esse tema.

Eu quero aqui, já indo para o encerramento mesmo, pois temos apenas um último inscrito, o nosso Deputado Dr. Jorge Silva, fazer uma questão burocrática. Para quem está nos Estados compreender, na verdade, esta reunião é uma reunião oficial da subcomissão do Senado.

Peço, então, a dispensa da leitura. (Pausa.)

Coloco aqui para aprovação a Ata da 17ª reunião desta Subcomissão.

Os Senadores que aprovam, como se diz aqui no Senado, queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Eu queria então passar a palavra aqui para o Deputado Dr. Jorge Silva. Em seguida, a gente vai para as considerações finais aqui, para o encerramento.

O SR. DR. JORGE SILVA (PDT – ES) – Senador, obrigado pela oportunidade.

Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a Mesa, no seu nome, e parabenizar a Subcomissão do Senado por este momento: o lançamento do seu relatório final. Chegamos ao final do ano com avanço, acho que avançamos. Se nós pegarmos esses oito, dez meses que estamos vivenciando, nós, junto com a Comissão Cedroga, visitamos este País, estudamos, lemos, discutimos. Acho que o País avançou, temos que... Acho que todo mundo avançou. O Senad, os Ministérios, o Governo, o Senado, a Câmara amadureceu. Acho que nós tivemos a oportunidade, durante esse ano, de dar uma contribuição positiva para o País: a concretização desses relatórios finais, o programa do governo. Acho que isso é importante. Não podemos perder de vista também que a droga está crescendo em proporção geométrica e as nossas ações talvez sejam ainda bem incipientes, mas eu acho que nós tivemos ações bem objetivas, que é o início de uma ação.

Eu gostaria de citar também, e eu vejo dentro dessa discussão, a reforma psiquiátrica que nós tivemos. Ela foi uma reforma psiquiátrica importante. Ela avançou, fez com que os pacientes portadores de patologias psiquiátricas pudessem ser acolhidos. Houve um avanço dentro do País nesse processo. Porém, nós não podemos deixar de observar que é como se o crack, pela maneira, pela capacidade de dependência do crack, pelo avanço, pelo preço, tivesse desestruturado esse processo. Nós temos que ter esse sentimento e ver que estamos num momento novo. Falando para o Senad, para o Ministério, eu acho que nós temos que usar a experiência que nós tivemos com a epidemia de HIV. Naquele momento, no início dos anos 80, ninguém sabia tratar HIV. Todo mundo queria ser dono do processo. A discussão foi mais ou menos parecida. Quem eram os profissionais que iriam cuidar? Então, eu acho que é botar o pé no chão. Nós, que visitamos alguns Estados, o Carimbão que visitou os 27 Estados, vimos este País com ações fragmentadas. Em cada Estado em que se ia, em cada Estado, em cada Município que se vai não existe uma ação ordenada.

Eu acho que esse plano, esse programa do Governo tem essa missão. Quem puder fazer mais, que faça, quem tiver inovação, que a faça, mas tem de ter uma norma, tem de ter um plano de ações e metas a serem cumpridas pelos Estados, que os Municípios ou as regiões vão replicando esses planos de ações e metas.

Não sei, não tenho certeza se foi criada uma câmara técnica em nível de Governo, para manter essa discussão com representantes dos diversos Estados. Eu acho isso importante para estar, todo mês... Deveria ter isso, ter a câmara técnica, em que você tem representantes e são discutidas as ações que estão acontecendo. Acho que seria algo que poderia ser acrescentado e a nossa expectativa é de que a gente consiga dar um alento a esses jovens, a essas pessoas que vivem na dependência química hoje e a essas famílias que tanto esperam de nós, homens públicos.

Então, parabéns a todos.

Eu acho que a gente encerra o ano com um saldo positivo, mesmo que não seja o saldo positivo que a gente gostaria de ter.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – OK. Agradeço ao Deputado Dr. Jorge Silva, Deputado pelo Espírito Santo.

Aliás, sobre o Espírito Santo ainda, eu quero fazer uma retificação: na verdade, quem se manifestou foi o Coronel Manhago, que também registra que lá no Espírito Santo, na Assembleia, tem uma comissão voltada para esse tema da droga, que é coordenada, na verdade, pelo Deputado Rodney Miranda. Ao lado dele, estava o representante do Deputado Luciano Rezende.

Então, faço essa correção.

Deise. É possível chegar o microfone para a Deise? A Deise é pela Secretaria de Direitos Humanos.

Realmente, é para a gente concluir.

A SRª DEISE BENEDITO – Bom dia a todas e todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Bom dia.

A SRª DEISE BENEDITO – Meu nome é Deise Benedito, sou assessora da Ministra Maria do Rosário.

Eu gostaria de fazer apenas três colocações, por gentileza. Eu acho que eu gostaria de saber, dentro do trabalho desta Comissão, que está de parabéns pelo

trabalho que vem sendo feito, se vocês têm alguma coisa no que se refere ao tratamento de homens e mulheres jovens em privação de liberdade, porque tem uma grande parte desses jovens que são dependentes químicos e, no momento em que eles são presos ou estão em cumprimento de pena, não se sabe se é feito um trabalho de desintoxicação, principalmente no interior dos presídios.

Então, eu acho que você tem de trabalhar, também, esse lado.

Sei que é um trabalho difícil, não é fácil, são grandes desafios, mas eu acho que uma das questões que têm de ser colocadas é esta: a questão dos presídios e dos manicômios judiciários. E com outro detalhe dentro dessa questão dos presídios: quando se fala da questão das drogas – se enfatizou muito a questão do cigarro –, o uso do cigarro em espaços públicos.

Por incrível que pareça, Senador Wellington, se o senhor entra nos presídios, a moeda corrente no presídio é o cigarro.

Então, parece que nós, livres, temos de tomar cuidado com o cigarro e os que estão presos podem continuar fumando cigarro. Então, tem essa incoerência nisso. O cigarro é a moeda. Então, tem esse detalhe.

Depois, a questão que foi colocada, também, das propagandas, das propagandas principalmente de cerveja, no verão. São propagandas em que se usa o corpo de mulheres, de jovens, para se vender a cerveja, e, aí, como foi também colocada essa questão, o alto índice de dependentes, alcoólatras jovens, que está crescendo no País.

Então, se de um lado você tem a propaganda, que também se baseia nas antigas propagandas de cigarro, que são sucesso, fama, status que a bebida dá e também se mostram corpos sarados, a beleza também. Quer dizer, você está vendendo, o tempo todo, a eterna juventude e, ao mesmo tempo, você vê que, atrás desse álcool, atrás dessa bebida tem mortes, tem assaltos, tem espancamento de mulheres, morte de mulheres, e ainda as mulheres, num País... Se é proibido que as mulheres sejam tão violentadas, nessas propagandas elas são violentadas porque elas também estão vendendo essa cerveja.

Então, eu acredito que algumas medidas devem ser feitas. E eu acredito muito que a AmBev, as grandes empresas responsáveis por bebidas também tinham que ter sua responsabilidade social sobre os índices altíssimos de homicídios praticados por homens que estão embriagados por suas cervejas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradecendo aqui à Deise, já vou para o encerramento.

Primeiro, quero dar uma informação, se o Deputado permitir, na verdade, nos dois relatórios, constam algumas situações especiais. Uma delas é de quem está privado de liberdade, seja em presídios, seja nessas áreas de privação de liberdade para adolescentes, nesse caso, o que é recomendado é um sistema especial. Ou seja, independente do sistema de toda a rede de saúde, você tem um sistema especial voltado para essa área, numa parceria entre o Ministério da Saúde, a Senad, o Ministério da Justiça.

Da mesma forma, externamente, isso ficou inclusive no próprio programa lançado pela Presidente Dilma para crianças e adolescentes, mulheres. São sistema distintos, inclusive na parte do acolhimento, que é feito de forma separada. E, aqui no Senado, atentamos para a necessidade, e estamos fazendo com a Câmara, para índios e comunidades quilombolas. Nós temos uma incidência muito grande, maior entre os índios, do crescimento das drogas, e é preciso respeitar a cultura. Enfim, há todo um sistema também feito de modo especial.

Foi citado aqui pelo Deputado Reginaldo o ponto principal – e aí não se pode esconder: é preciso de uma fonte nova de recursos, porque, para fazer para valer, não é pouco dinheiro. Lá atrás, quando a gente falava em R$3,5 bilhões, todo mundo ficada assustado com os valores, mas não tem jeito; nós andamos pelo mundo, e os países que estão vencendo para valer tomaram medidas muito sérias.

E também não há segredo: é da tributação das drogas legais, das drogas lícitas, que se extrai a fonte de financiamento para todo o sistema. Ou seja, sobre o cigarro, sobre a bebida, sobre a cola e outras coisas mais que se coloca essa carga.

Vi o número aqui apresentado pelo Deputado Reginaldo, e é bom fazer a conta: estive na Receita Federal, e é preciso ser um pouco maior. Foi colocado aqui 1% sobre as bebidas, o que daria em torno de R$2,5 bilhões, e xis para o cigarro. A carga do cigarro já é elevada, e aí tem que ter um cuidado – uma coisa que aprendi vivendo essa relação com a Receita Federal –, pois hoje ela chega a 70%, e, quando cresce muito nos países, dá um efeito colateral: o pessoal sai para um cigarro de pior qualidade, e isso termina causando um problema à saúde ainda maior. Então, é preciso ver a dosagem, é preciso ver qual é o lado bom, neste momento, da aplicação.

É que o mundo inteiro, inclusive nossa vizinhança, fez um aumento grande da carga tributária. Para se ter uma ideia, nos países em que estivemos, o preço da cerveja varia de €6 a €14. Isso para compreendermos o quanto que a nossa cerveja não está barata, como se diz. O pessoal das cervejarias fica meio zangado comi-

go sempre que eu coloco isso, mas é uma verdade. E a carga tributária no Brasil ainda é muito baixa, mesmo com o último reajuste agora. Eu perguntei à Presidenta Dilma e à equipe por que já não tinham casado agora para esse financiamento. "Ah, porque acabamos de fazer um ajuste na carga tributária das geladas e das bebidas quentes". Eu sempre defendo, para efeito do mercado interno, um peso forte nas importadas. Mas eu compreendo: é hoje em torno de 35%, 36% a carga tributária sobre as bebidas, na média. Então, ela ainda é relativamente baixa em relação a outros países.

Então, finalizando aqui, eu queria colocar o seguinte: nós vamos apresentar um relatório conjunto. A ideia é de pegar, a partir dos dois relatórios, e fazermos um trabalho – e essa é uma tarefa que me comprometo, aqui com o Deputado Carimbão, vou ver com a equipe da Senadora Ana Amélia – que a gente possa condensar aquilo que são as recomendações, separando por área, quais são as medidas próprias do Executivo federal, quais são as medidas próprias do Executivo estadual, quais são as medidas próprias do Executivo municipal, inclusive por área, Ministério do Trabalho, Secretaria dos Direitos Humanos para área da Segurança, da Saúde, da Educação. Enfim, cada uma das áreas, social etc.

Ao mesmo tempo, ver o que compete ao Judiciário. Por exemplo, a recomendação de um juizado especializado – que o Carimbão chama de justiça terapêutica – nessa área da dependência química e assim Ministério Público, Defensoria, enfim.

Há necessidade de termos, por exemplo... O que os Municípios, as assembleias devem fazer? Manter as comissões; onde não criou, criar; ajudar as assembleias dos Municípios possam também se estruturar. Por quê? Porque agora vem a parte principal, que é o acompanhamento, fazer valer aquilo que já está em vigor e aquilo que ainda não está em vigor; fazer um conjunto de leis, que aí depende, parte Câmara e Senado, tem que alterar a nova classificação do que seja uma bebida alcoólica, o que é isso. Já há proibição da propaganda da bebida. Qual é o problema? Abaixo de 13° é permitido.

Nós acabamos de ter uma vitória aqui no Senado, está lá na Câmara, a chamada Lei Seca, que é considerar embriagado quem estiver acima de 0,6 de teor de álcool no sangue, na corrente sanguínea. Aqui, o que estamos pegando é a mundial, é a que a Organização Mundial classifica; bebida alcoólica é toda aquela com mais de 0,5; exatamente para evitar esses efeitos colaterais, inclusive no trânsito. Então, para aprovar um projeto desses precisa de forte mobilização.

Então, as assembleias, os movimentos sociais, os conselhos, enfim, precisamos estar atentos para poder aprovar, inclusive esse pacote que o Governo acabou de colocar aqui. Não é brinquedo mexer com lavagem de dinheiro, mexer com uma série de projetos que estão aqui para poder valer, vir para pauta; tem um monte de projetos. Ah!, mas se é o Governo que está mandando é fácil de aprovar. Negativo. Há projetos que o Governo mandou... Veja a Emenda 29, votamos agora depois de 12 anos, e olha como ele saiu; longe daquilo que se desejava. Então, se não tiver forte mobilização social, nós vamos ter problema.

Chamo à atenção. Na regulamentação do pré-sal, inclusive é um projeto de minha autoria, que é uma fonte nova de recursos, nós estamos colocando a área de dependência química, que foi aprovada aqui no Senado; está lá na Câmara e não vai dar tempo para este ano, por problemas na pauta do Congresso, mas há maioria para aprovar; vai ser aprovado agora no começo do ano. E aí é dinheiro para os Municípios, é dinheiro para os Estados, além do dinheiro federal. Então, acho que vale a pena sustentar um tema como esse.

Enfim, o que nós desejamos aqui é agradecer.

Meu querido Carimbão, com o maior prazer.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PSB – AL) – Eu queria só, ao encerrar, dizer que a pesquisa feita pela Unifesp, agora, diz o seguinte: há 20 anos, quando o Estatuto da Criança e do Adolescente foi lançado... A pesquisa saiu agora, em junho de 2011. Dá a dimensão de 11 anos de idade; as crianças estão começando a beber aos 11 anos de idade. E aí tem um agravante, é bom que se entenda isso. Quem começa a beber antes dos 18 anos de idade tem mais chances de se tornar um dependente químico. A formação do caráter, na psicologia, ela dá essa dimensão. Ou seja, quem começa a beber antes dos 18 anos tem mais chances de se tornar um dependente químico. Estão começando a beber aos 11 anos de idade agora. Então, ela tem uma justificativa nesse processo de evolução da antecipação na bebida e nas drogas. Noventa e oito por cento de quem chega à medida socioeducativa tem envolvimento com drogas. As crianças que chegam à medida socioeducativa no Brasil tem 98%; só 2% não têm envolvimento com drogas, estou falando de drogas ilícitas; não estou falando de droga lícita não; não é bebida, cigarro ou loló; vai ser a maconha, cocaína e o crack. Estou dizendo porque fui fazer experiência de campo, na prática, desse processo.

No Brasil, eu percorri 27 Estados, fiz audiência em 27 Estados e posso afirmar que um quase nada se tem de acolhimento de dependente químico de menor; de mulher, bem pouco; de homem tem três mil, quatro mil comunidades; está sendo feito agora um levantamento oficial. Mas, de criança, é quase nada.

Eu presidi a Comissão que regulamenta as FEBEM do Brasil, as medidas socioeducativas do Brasil. Rita Camata foi minha relatora quando Deputada, ainda, e Alcenir Guerra meu sub-relator.

Nós estamos, agora, implantando – em Alagoas estamos fazendo, em Minas Gerais trabalhando para fazer um modelo alternativo para a Justiça, para as pessoas, de medidas socioeducativas que bota tudo num bolo, só tem um sistema, não tem dois.

A Portugal fomos eu e o Wellington, era para voltarmos a Portugal, a Tânia foi conosco, voltaram um dia antes. Nós ficamos um pouco mais para conhecer a questão das comunidades terapêuticas de governo – o governo tem comunidade terapêutica – e as comunidades do terceiro setor. E lá, a prisão é dividida em duas: a prisão e a prisão terapêutica. Ou seja, Minas Gerais é o maior exemplo do mundo, e o Brasil não copia, que são as APCs – Associação de Proteção às Pessoas Condenadas tem um grande modelo. Portugal estava lá. E para criança não tem, para o menor. E aí, estamos tentando com a justiça em Alagoas fazer essa experiência; estamos com três unidades para uma alternativa na justiça, nessa dimensão.

E por fim, a questão da propaganda. Eu tenho sete mandatos de parlamentar e nesses meus sete mandatos já vi muita coisa, discussão, enfim, e quando nós fomos aprovar o fim da propaganda de cigarro, que era cigarro e bebida, a bebida foi, só que foi lá para 13°.

O que acontece: lembro-me como se fosse hoje. "Vocês não vão conseguir porque a Souza Cruz não vai permitir. O poder econômico é muito maior." E nós conseguimos. E os números colocam hoje que 34%... Hoje é 17. O fim da propaganda de cigarro no Brasil, as restrições... Os direitos estão dados, porém, claro que você... Êpa, respeite o direito do outro também. E aí foi uma dimensão.

É o que escuto agora: "vocês não vão conseguir porque a AmBev...". Eu sei e é verdade, não sou nenhuma criança não. Agora, dos 51 Deputados que fazem a nossa Comissão Especial, e o Deputado Dr. Jorge Silva tem a honra de participar conosco, foi votado por unanimidade o fim da propaganda de bebida. Eu sinto no Congresso Nacional, na Câmara Federal, a disposição, porque esse tema chegou dos palácios às favelas. A droga não é mais simplesmente... Ah, porque é pessoa de baixa renda, é uma questão social... Não, ela está hoje do palácio à favela; não tem mais classe social não.

Quando eu fui lançar este ano a Frente Parlamentar de Combate às Drogas, os Senadores falaram: Carimbão, estou com a família, pode ser um irmão, um primo... Enfim, está na casa, na família. E chegou ao ponto, Senador Wellington, que os que nos pediam como políticos na campanha, arruma emprego, arruma emprego, agora é assim: pelo amor de Deus, arruma uma vaga para acolher o meu primo, meu irmão, meu filho etc. que está nas drogas. A pauta inverteu, de alguma forma.

Então, há uma cobrança. A propaganda de bebida ela é mais tempo ou menos tempo. Na Suécia, nós vimos lá e colocamos no nosso relatório... como é que se pode se chegar a um posto de gasolina e a propaganda: "Álcool e volante não se misturam." E aí o posto, deste tamanho, vendo o álcool e a gasolina. É dez reais aqui no álcool e o cara já pedindo aqui a cerveja para tomar, com a mão na moto e a outra na bebida. Não estou falando de carro não.

Aí, o Senador Wellington defende a tese que nós defendemos: operação especial e onde pode ser vendida a bebida. Não é possível vender bebida gelada em posto de gasolina. A propaganda de bebida é fácil explicar: a arrecadação é de 3,5 bilhões de IPI de cigarro; de bebida é 2,5 bilhões. São 6 bilhões que o Brasil arrecada. A Ambev teve de lucro 7 bilhões. O lucro da Ambev é maior do que toda a arrecadação tributária do Brasil, de IPI, nessa dimensão. Vai ter problema? Vamos. Agora, é melhor ter problema com a Ambev do que com o povo brasileiro. Quem vota em mim é o povo ou o dinheiro da Ambev? Tem que ficar claro para a sociedade isso. Cadê os compromissos sociais? Cadê o nosso compromisso com a sociedade? Então, diz: a escada é a escada mesmo; ninguém chega ao crack pelo crack. É bebida, loló, maconha, cocaína e crack. Quem trabalha com dependente químico sabe que é isto. Eu não conheço, na face da Terra, alguém que começou o crack pelo crack; quero que me mostre um, pelo amor de Deus. A bebida está em primeiro lugar, e nós não vamos tomar providências? Não, me desculpe, mas quem tem compromisso com a Ambev vai ficar com a Ambev. O nosso compromisso é com o povo brasileiro.

Então, era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado, parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Eu que agradeço.

Bom, então encerrando aqui os trabalhos, e tem uma parte burocrática aqui, antes de finalizar os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura de aprovação da Ata desta reunião, a 22ª.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram? (Pausa.)

O nosso objetivo acho que foi alcançado. Era colocar na pauta brasileira, de forma adequada, de forma correta, esse debate. Já faz muitos anos que se trata sobre o tema da droga. Como foi lembra aqui

pelo Vladmir, lá atrás era o lança-perfume, loló, LSD, maconha, cola.

Agora, está no auge o crack, o crocodile, que é exatamente isso que é colocado. À medida em que se faz o controle da acepam, do bicarbonato, mistura com gasolina, com querosene, com cal virgem, enfim. E daí surgem todas essas coisas.

Então, quero aqui agradecer a cada um dos que ficaram na assembleia legislativa. Saudar, e ainda vejo aqui, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Maranhão, Bahia, Pará, Mato Grosso do Sul e o meu glorioso Piauí. Quero mandar um abraço aqui para a Frente Parlamentar, que tem todo esse trabalho na assembleia legislativa, à Presidente, Deputada Rejane, que vejo aqui, com outros parlamentares. Temos vários parlamentares de vários lugares do Brasil, Municípios, a presença de frentes parlamentares ou de comissões especiais. E repito, compreendo que no ano de 2012 devemos prosseguir com essa rede de debates, para que a gente possa avançar.

Então, Deus abençoe a todos, agradeço aqui pela presença.

Nada havendo mais a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 13 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 10:00 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES DA CCJ, Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e trinta e seis minutos, do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Ala Senador Alexandre Costa, número três, sob a Presidência do Senhor Senador Eunício Oliveira, com a presença dos Senadores José Pimentel, Pedro Taques, Jorge Viana, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda, Marcelo Crivella, Pedro Simon, Luiz Henrique, Francisco Dornelles, Sérgio Petecão, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Demóstenes Torres, Armando Monteiro, Gim Argello, Magno Malta, Randolfe Rodrigues, Eduardo Suplicy, Rodrigo Rollemberg, Humberto Costa, Roberto Requião, Valdir Raupp, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira, Lauro Antonio, Flexa Ribeiro, José Agripino, Mozarildo Cavalcanti e Clésio Andrade e das Senadoras Marta Suplicy, Ana Rita e Lúcia Vânia reúne-se a presente Comissão. Deixam de comparecer os Senadores Romero Jucá, Vital do Rêgo e Renan Calheiros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) declara aberta a Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta: **ITEM 1) OFICIO "S" Nº 11, DE 2011 Terminativo** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 317.574, de 2010, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Betim, Estado de Minas Gerais. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Observações:** Votação nominal. **Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer. ITEM 2) OFICIO "S" Nº 52, DE 2011 Terminativo** Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no processo RE nº 588.149, publicado no Diário da Justiça de 6 de junho de 2011, mediante o qual o Plenário da Suprema Corte, por maioria, conheceu o recurso, e no mérito, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao extraordinário para reconhecer a inconstitucionalidade da expressão "e a seguradora" do antigo item 4 do § 1º do artigo 7º da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Pedro Taques. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Observações:** Votação nominal. Durante a discussão, o Senador Pedro Taques reformulou o Relatório, concluindo pela apresentação de Projeto de Resolução. **Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer. ITEM 3) OFICIO "S" Nº 53, DE 2011 Terminativo** Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 28.141, publicado no Diário da Justiça de 1º de julho de 2011, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, denegou a segurança e declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da alteração promovida na Tabela D da Lei nº 7.603/2001, pela Lei nº 8.943/2008, que institui contribuição para a Associação Matogrossense dos Defensores Públicos – AMDEP. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Aécio Neves. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Observações:** Votação nominal**. Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer. ITEM 4) OFICIO "S" Nº 22, DE 2010**

Terminativo Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 405.031, de 2008, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 190 a 193 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Observações:** Votação nominal. **Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer. ITEM 5) OFICIO "S" Nº 23, DE 2010 Terminativo** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 527.602, de 2009, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Aloysio Nunes Ferreira. **Relatório:** Pela declaração de prejudicialidade do Ofício "S". **Observações:** Votação nominal. **Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Ofício "S". ITEM 6) OFICIO "S" Nº 6, DE 2011 Terminativo** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 97.256, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da expressão: vedada a conversão em penas restritivas de direitos, constante do § 4º do artigo 33, e da expressão: vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos, constante do artigo 44, da Lei nº 11.343, de 2006 (impossibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos para os casos de tráfico de drogas). **Autoria:** Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Demóstenes Torres. **Relatório:** Pela apresentação de Projeto de Resolução. **Observações:** Votação nominal. **Resultado: Aprovado o Projeto de Resolução, oferecido como conclusão do Parecer. ITEM 7) OFICIO "S" Nº 16, DE 2006 Terminativo** Encaminha ao Senado Federal, para os efeitos ao art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 346084, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. **TRAMITA EM CONJUNTO COM OFICIO "S" Nº 11, DE 2006** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998. **TRAMITA EM CONJUNTO COM OFICIO "S" Nº 12, DE 2006** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 357950, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998. **TRAMITA EM CONJUNTO COM OFICIO "S" Nº 13, DE 2006** Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 390840, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998. **Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. **Relatoria:** Senador Pedro Taques. **Relatório:** Pela prejudicialidade dos Ofícios "S". **Observações:** Votação nominal. **Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade dos Ofícios "S". ITEM 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011 Não Terminativo** Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância. **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Luiz Henrique, nos termos regimentais. ITEM 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE**

2011 Não Terminativo Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências. **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete Emendas que apresenta, favorável às Emendas nºs 1, 5, 7 e 9 e contrário às Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8. A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Em 22/11/2011, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria; Em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas n° 1 e n° 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Em 24/11/2011, foi recebida a Emenda n° 3, de autoria do Senador Clésio Andrade; Em 06/12/2011, foram recebidas as Emendas n°s 4 a 8, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira; Em 13/12/2011, foi recebida a Emenda n° 9, de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 14/12/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador Demóstenes Torres, com voto que conclui pela aprovação do Projeto com 26 Emendas que apresenta. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres, Marcelo Crivella, Marta Suplicy, Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Neves e Flexa Ribeiro, nos termos regimentais. ITEM 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011 Não Terminativo** Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria. **Autoria:** EXTERNO – Presidente da República. **Relatoria:** Senador Luiz Henrique. **Relatório:** Favorável ao Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Demóstenes Torres, Flexa Ribeiro, Marta Suplicy, Inácio Arruda e Gim Argello, nos termos regimentais. ITEM 14) PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 96, DE 2009 Não Terminativo** Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações. **Autoria:** Mesa do Senado Federal. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Relatório**: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nos 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e Emendas CCJ nos 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 33, 34 e 35, na forma do substitutivo que apresenta, restando rejeitadas as demais emendas. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Sérgio Petecão, Ricardo Ferraço e Eduardo Suplicy, nos termos regimentais. ITEM 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009 Não Terminativo** Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares. **Autoria:** Senadora Lúcia Vânia. **TRAMITA EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008** Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências". **Autoria:** Senador Arthur Virgílio. **Relatoria:** Senador Gim Argello. **Relatório**: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, com duas emendas que apresenta, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, com a conseqüente declaração de prejudicialidade da emenda que lhe foi oferecida e contrário à Emenda nº 1. A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa. Em 14/12/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, que recebeu parecer contrário. **Resultado: Concedida vista aos Senadores Roberto Requião e Marta Suplicy, nos termos regimentais.** Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente Reunião, às treze horas e quarenta e oito minutos, restando adiados os demais itens constantes da pauta a saber: ITEM 8) OFÍCIO S nº 13, de 1999, ITEM 9) OFÍCIO S nº 22, de 1998, ITEM 10) OFÍCIO S nº 31, de 1997 e ITEM 15) SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO nº 268, de 2002, e para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente (Senador Eunício Oliveira) e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Eunício Oliveira,** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª reunião ordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, a ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos Itens nºs 1 a 14. E eu que imaginava que iríamos ter

um final de ano com uma pauta mais suave... A pauta está extremamente carregada hoje.

Antes de dar a palavra ao Senador Aloysio, informo que temos uma votação em bloco, temos vários ofícios que foram questionados na semana passada, em relação à questão de Supremo Tribunal Federal, de matérias que foram encaminhadas ao Senado, e que nós não estávamos dando a devida atenção a esses ofícios, a esses encaminhamentos. Foi um questionamento feito pelos Senadores Aloysio, Pedro Taques e Demóstenes, e a Mesa resolveu não deixar pendências de ofícios que tivessem chegado a esta Comissão.

Portanto, vou pedir autorização ao Plenário para que ordenemos os trabalhos. O Senador Pedro Taques acaba de chegar. Em seguida, vou consultá-lo, mas vou consultar o Senador Aloysio. Embora os ofícios sejam com pareceres diferentes, mas foram distribuídos todos aos Srs. Senadores, para que não fiquemos aqui repetindo, já que todos são terminativos... É importante essa matéria, e é preciso que tenhamos um pouquinho de atenção.

Vou submeter ao Plenário que sejam votados em bloco os Ofícios "S" cujos votos concluam no mesmo sentido. Se o Ofício "S" do Senador Pedro Taques está no mesmo sentido do Ofício do Senador Aloysio, ou seja, favorável, não tem por que submetermos a várias votações as mesmas matérias, já que os relatórios são favoráveis. Se for contrário, vamos fazer em conjunto, no mesmo sentido, as votações.

Submeto ao Plenário.

Os Srs. Senadores que não tiverem objeção, e já consultei o Senador Aloysio para fazer a votação dos projetos que ele está apresentando em bloco. Consulto o Senador Pedro Taques se também pode ser feito em bloco. Desde que concluam no mesmo sentido, a votação será feita de uma única vez.

Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim, Presidente, concordo com a sugestão, acho-a racional. Apenas quero fazer um adendo. Se algum Senador não concordar com um ponto específico de um bloco de pareceres no mesmo sentido, ele pediria destaque e votaria separadamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Se houver discordância... Espero que relatório advindo dessa matéria de V. Exª, do Senador Demóstenes, do Senador Pedro Taques e do Senador Aécio Neves, acho que não haverá discordância do Plenário, tendo em vista que as matérias são de conhecimento de todos. Como nós temos uma pauta intensa aqui hoje, inclusive com o relatório da Reforma Administrativa e outros relatórios que aqui chegaram, consultado o Plenário, eu vou para o primeiro bloco.

ITEM 1
OFICIO "S" Nº 11, DE 2011
– Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 317.574, de 2010, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 99 da Lei Orgânica do Município de Betim, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Observações: *Votação nominal.*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SR) – Uma indagação importante do ponto de vista de organização dos nossos trabalhos.

É intenção de V. Exª termos mais uma reunião na semana seguinte, somente para termos consciência disso?

A pergunta é natural porque poderá haver matérias, inclusive a questão da Reforma Administrativa, pelo volume e tudo, e nós estamos conhecimento agora do relatório. Acredito que seja prudente, neste caso, pedir vista, desde que sabendo que haverá uma reunião na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Procede o questionamento de V. Exª. Pergunto à assessoria se a próxima reunião é na quarta? Eu pediria um pouco de atenção da assessoria aqui para a Mesa. Que dia do mês cai a próxima quarta-feira? Dia 21.

Bom, como Congresso Nacional irá funcionar até o dia 22, portanto, no dia 20 vou convocar reunião para que a gente conclua as matérias que ficarem pendentes na pauta.

Vou informar à segurança da Mesa que, por gentileza, nesta porta aqui somente os Srs. Senadores; fotógrafos, cinegrafistas têm a outra porta de acesso. Esta porta de acesso é dos Srs. Senadores, para que a gente possa dar continuidade aos trabalhos.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Aloysio Nunes. Como teremos cinco projetos que serão relatados por V. Exª no dia de hoje, vou pedir a V. Exª que seja sucinto, obviamente que dentro das limitações regimentais. Embora a votação seja em bloco, vou fazer a leitura individual.

V. Exª tem a palavra para a leitura do Item 1 da pauta, Ofício S nº 11, de 2011, terminativo.

Portanto, Senador Pedro Simon, votação nominal daqui a pouco nesta Comissão.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Gostaria que após a apreciação dessa matéria houvesse uma inversão de pauta para apreciarmos o Item 13 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, eu vou dar a palavra ao Senador Aloysio.

Nós vamos fazer o primeiro bloco, com essas votações dos Ofícios S, para as quais eu havia me comprometido. Em seguida, submeto ao Plenário o pedido de inversão de pauta solicitada por V. Exª.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após, obviamente, a apreciação de todos os Ofícios S.

Peço desculpas a V. Exª, mas há um compromisso com essa relação, mas, em seguida, coloco em votação a solicitação de V. Exª.

Senador Aloysio Nunes Ferreira tem a palavra para relatar o Item 1.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O objeto do recurso extraordinário foi uma disposição da Lei Orgânica do Município de Betim, que dispõe sobre a necessidade de autorização da Câmara para que o Prefeito e o Vice-Prefeito pudessem se ausentar do Estado e do País.

O tribunal de justiça do Estado julgou improcedente a ação proposta pelo prefeito da cidade, que recorreu dessa decisão, mediante o recurso extraordinário que foi provido pelo Supremo Tribunal Federal, com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República, uma vez que o Supremo entendeu que há uma discrepância entre esse dispositivo e o paradigma federal, o paradigma da Constituição Federal válido para o presidente da República, de licença para se ausentar do País.

De modo que é uma questão que já foi objeto de reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, sempre em ações em recurso extraordinário, jurisprudência absolutamente consolidada, e o parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Parecer favorável do Ofício nº 11, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Como está na questão de se agrupar aqui, eu vou passar à leitura dos próximo itens, a não ser que o Senador Pedro Taques...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Pela ordem, Sr. Presidente. Apenas, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Gostaria só de indagar ao Sr. Relator se consta, no ofício encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal, o registro taquigráfico, porque, de acordo com o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, ofício do Supremo deve conter quatro itens: o texto de lei, o acórdão, o parecer e o registro taquigráfico.

Eu tenho só dúvidas se nesse caso ele se encontra... Pode ser um equívoco da minha parte, só para superar essa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eu peço desculpas ao Sr. Relator, mas eu só estou em dúvida nisso.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só tem o voto e tem a ata.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, o Sr. Relator demonstrou a correção disso, e estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Atende a V. Exª?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. *Fora do microfone.*) – Atende.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, vamos aos itens agrupados.

ITEM 2
OFÍCIO "S" Nº 52, DE 2011
– Terminativo –

Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no processo RE nº 588.149, publicado no Diário da Justiça de 6 de junho de 2011, mediante o qual o Plenário da Suprema Corte, por maioria, conheceu o recurso, e no mérito, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao extraordinário para re-

conhecer a inconstitucionalidade da expressão "e a seguradora" do antigo item 4 do § 1º do artigo 7º da Lei nº 6.374/89 do Estado de São Paulo.

Autoria: Supremo Tribunal Federal.

Relatoria: Senador Pedro Taques.

O relatório é pela declaração de prejudicialidade do Ofício "S".

A votação vai ser nominal, e eu concedo a palavra, no mesmo molde que fizemos com o Senador Aloysio Nunes Ferreira, em bloco, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – É o Ofício nº 52, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Cinquenta e dois, pág. 96, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Analisa-se, em caráter terminativo, nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o Ofício "S" nº 52, de 2011 (nº 117/P-MC, na origem), assinado pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro CEZAR PELUSO, pelo qual, em obediência ao art. 52, X, da Constituição Federal, remete-se cópia do acórdão exarado no Recurso Extraordinário (RE) nº 588.149 (São Paulo), relatado originariamente pelo Ministro GILMAR MENDES.

No mérito, o acórdão decide sobre a constitucionalidade da expressão "e a seguradora" presente no antigo item 4 do § 1º do art. 7º da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989, do Estado de São Paulo, diploma que institui o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) naquele ente federativo.

Passo à análise, Sr. Presidente.

O inciso X do art. 52 da Constituição Federal estabelece competência privativa do Senado Federal para suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

O caráter terminativo da decisão da CCJ encontra esteio no art. 91, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No caso presente, juntamente com o ofício de encaminhamento, foram remetidos ao Senado Federal pela Suprema Corte cópias do acórdão prolatado, do Parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento. Assim, encontram-se preenchidos todos os requisitos do art. 387 do RISF, relativamente à documentação que deve instruir o processo.

Com fundamento no caput do art. 103-A da Constituição Federal, o STF editou a Súmula Vinculante nº 32, do STF, estabelecendo a não incidência do ICMS sobre a alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras. Exatamente pelo efeito vinculante da súmula determinado pelo referido dispositivo constitucional para os demais órgãos da administração pública direta e indireta, tornar-se-ia inócua qualquer providência do Senado no sentido de extirpar a inconstitucionalidade do ordenamento jurídico brasileiro.

Assim, ante a edição da Súmula Vinculante nº 32, do Supremo Tribunal Federal, é de se declarar a prejudicialidade do Ofício "S" nº 52, de 2011, em relação à faculdade de o Senado Federal suspender a execução da norma em tela, declarada inconstitucional.

Voto pela prejudicialidade deste Ofício, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O próximo item da pauta, vou pedir ao Senador Aloysio Nunes, página 181. Trata-se do item 3, cujo relator é o Senador Aécio Neves, que está a caminho. Como ele ainda não chegou, vamos dar celeridade a essa questão. São todos projetos terminativos.

Hoje sei que vamos ter que ficar chamando a atenção para os celulares, porque precisamos dar atenção a essas matérias que são extremamente importantes. São matérias oriundas do Supremo Tribunal Federal que precisam ser analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vou pedir ao Senador Aloysio que, se concordar, já que se trata de um relatório do Senador Aécio Neves, ilustre parlamentar desta Casa, que é do seu partido e que tem total discernimento também nessa questão, que seja relator *ad hoc* desta matéria.

ITEM 3

OFICIO "S" Nº 53, DE 2011

– Terminativo –

Encaminha, para os efeitos do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 28.141, publicado no Diário da Justiça de 1º de julho de 2011, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, denegou a segurança e declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade da alteração promovida na Tabela D da Lei nº 7.603/2001, pela Lei nº 8.943/2008, que institui contribuição para a Associação Matogrossense dos Defensores Públicos – AMDEP.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Aécio Neves

Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Observações: Votação nominal.

Relator *ad hoc* nesta reunião, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, a quem consulto se aceita a função.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Estou tomando conhecimento agora do parecer do Senador Aécio Neves.

Por esse Ofício, Sr. Presidente... *(Pausa.)*

O processo... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Apenas para ajudar V. Exª, ele pede pela apresentação de um novo projeto de resolução sobre essa matéria. Se V. Exª concordar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Um novo projeto de resolução?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ele pede um projeto de resolução para essa matéria. É pela apresentação de um projeto de resolução.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exª que salte esse item, porque eu preciso ler o parecer para poder resumi-lo corretamente. Depois, voltamos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O próximo item é de V. Exª, da página 214.

ITEM 4
OFÍCIO "S" Nº 22, DE 2010
– Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 405.031, de 2008, que declarou a inconstitucionalidade dos artigos 190 a 193 do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela apresentação de Projeto de Resolução.

Concedo a palavra a V. Exª e alerto que as votações serão todas nominais.

O Senador Aloysio tem a palavra.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, a questão que se discutiu aqui, nesse recurso extraordinário, foi a respeito da constitucionalidade de um artigo do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, que criou naquela Corte o instituto da reclamação no processo trabalhista.

O Supremo Tribunal Federal entende que, dado o caráter recursal do instituto da reclamação, ele só poderia ser criado por lei – lei em sentido estrito, em sentido formal – e não por resolução interna do Tribunal. Portanto, considerou inconstitucional esse artigo do Regimento Interno.

De modo que meu parecer é favorável à suspensão da execução dos citados artigos do Regimento Interno do TST.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Recurso, só por lei. Não se pode criar recurso por Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 5 da pauta. Página 254, Senador Aloysio.

ITEM 5
OFÍCIO "S" Nº 23, DE 2010
– Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 527.602, de 2009, que declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

Autoria: Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela declaração de prejudicialidade do Ofício "S".

Tem a palavra V. Exª, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente, Sr. Presidente, a prejudicialidade ocorre porque a norma legal impugnada, ou seja, o *§* 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, foi revogado por uma lei posterior, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, de modo que, tendo sido revogado esse dispositivo, declaramos a prejudicialidade do Ofício "S" nº 23.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, item 6 da pauta.

ITEM 6
OFÍCIO "S" Nº 6, DE 2011
– Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da certidão de trânsito em julgado e do inteiro teor do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Habeas Corpus nº 97.256, que declarou incidentalmente a inconstitucionalidade da expressão: "vedada a conversão em penas restritivas de direitos", constante do § 4º do artigo 33, e da expressão: "vedada a conversão de suas penas em restritivas de direitos", constante do artigo 44, da Lei nº 11.343, de 2006 (impossibilidade de conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos para os casos de tráfico de drogas).

Autoria: Supremo Tribunal Federal
Relatoria: Senador Demóstenes Torres
Relatório: Dependendo de relatório.

Página 297, Senador Demóstenes Torres, pela apresentação de projeto de resolução. E a votação obviamente é nominal, de acordo com aquilo que já decidimos anteriormente, que seria por agrupamento das posições.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, este é um processo interessante. O Supremo Tribunal Federal decidiu que no caso de tráfico de drogas, na expressão utilizada pelo Ministro Gilmar Mendes, aqueles que cometerem crime de pequeno potencial ofensivo, sendo primários, tendo bons antecedentes, que não se dediquem às atividades nem integrem organização criminosa, com isso prevendo a redução da pena de um sexto a dois terços, impede a substituição da pena corporal por restritiva de direitos.

O que quis dizer o Supremo Tribunal Federal com isso? Foi até uma questão que fizemos para a Ministra Weber.

Quis dizer o Supremo Tribunal Federal que, no caso do pequeno traficante... O que vem a ser pequeno traficante? É o aviãozinho, é aquele reconhecido pelo juiz que a lei é inconstitucional, que nesse caso deve-se permitir a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos. E está certo o Supremo Tribunal Federal. Mas, como bem diz aqui o art. 33, § 4º, que é o artigo mencionado pelo Ministro Gilmar Mendes, isso se aplica nessa situação.

Só que o Supremo enviou para cá um ofício mandando também suspender o art. 44 da mesma lei. E o art. 44 diz o seguinte: "**Art. 44.** Os crimes previstos nos arts. 33, *caput* [É tudo tráfico de drogas e tudo mais.] e § 1º, e 34 a 37 desta Lei são inafiançáveis e insuscetíveis de sursis, graça, indulto, anistia e liberdade provisória, vedada a conversão de suas penas em restritivas de direito."

Ora, se nós suspendermos também essa expressão, estaremos permitindo a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos também para os grandes traficantes.

Então me parece, até pelo voto que tenho aqui apartado, do aditamento do Ministro Gilmar Mendes, que a polêmica é só em relação aos pequenos traficantes. E nisso nós concordamos. Acho que todo mundo aqui... A Senadora Marta Suplicy inclusive fez uma intervenção muito correta a esse respeito, numa dessas sessões, falando justamente da possibilidade de o pequeno traficante, o aviãozinho e tal ter direito logo de cara ao cumprimento da pena não encarcerado, mas de uma pena restritiva de direitos.

Então, Sr. Presidente, como art. 52, inciso X, permite que o Senado suspenda no todo ou em parte a lei, eu estou modulando, como o Supremo faz com as leis nossas, a decisão do Supremo Tribunal Federal para que se suspenda tão somente a expressão "vedada a conversão em pena restritiva de direito", "vedada a conversão de suas penas em restritivas de direito", no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343, de 2006, mantendo todavia a expressão no art. 44, que diz respeito aos grandes traficantes.

É esse o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Demóstenes.

Vamos ao item 7 da pauta.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Os meus já estavam prontos para relatar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – *Ad hoc* do Aécio?

Então, V. Exª, Senador Aloysio já tem condições de relatar o item 3?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. O senhor me permite uma indagação? As discussões, em apartado, serão feitas lá para frente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim. Quem quiser fazer a discussão, eu vou dar a palavra?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Lá para frente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim. Logo em seguida, aqui.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Não, não… Nesse caso do Senador Demóstenes?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Sim. Se V. Exª quiser discutir agora, vou dar a palavra a V. Exª antes de dá-la ao Senador Aloysio. V. Exª quer discutir agora?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Apenas, Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores…

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Pois não, tem a palavra V. Exª para a discussão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Apenas para ressaltar a importância deste relatório do Senador Demóstenes. Ele revela que o Senado da República, através do art. 52, X, da Constituição, ele está modulando e manipulando efeitos de uma decisão. Existe uma Lei nº 9.868/99 que fala sobre modulação dos efeitos da decisão no controle concentrado. Essa lei é de 99 e foi votada aqui – todos conhecem essa lei – no sistema concentrado. O Supremo Tribunal Federal vem modulando as decisões também no sistema difuso. E agora nós estamos dando a real importância ao art. 5.210 da Constituição. Nós temos de nos recordar que o Supremo Tribunal Federal, em alguns votos, tem tentado esvaziar o art. 52, X, dizendo que não existe mais importância para ele em razão da chamada abstrativização do sistema difuso. O relatório do Senador Demóstenes traz a modulação também para a resolução que esta Casa vai editar.

Era só a isso que eu queria fazer referência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Obrigado, Senador Pedro Taques, pela contribuição importante que dá V. Exª no esclarecimento de matéria tão importante e da aplicação do art. 52, X, da Constituição.

Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes para o item 3.

Solicitei ao Senador Aloysio Nunes que fosse relator *ad hoc* nesta Comissão. Tem a palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, depois de ter lido o parecer muito bem elaborado pelo Senador Aécio Neves, tenho condições de relatar *ad hoc*.

Em 29 de junho de 2008, foi editada a Lei Estadual nº 8.943, do Estado do Mato Grosso, que instituiu uma contribuição para a Associação Matogrossense de Defensores Públicos, mediante uma alteração na tabela de custas judiciais. O CNJ, Conselho Nacional de Justiça, no curso de um pedido de providências, determinou ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que se abstivesse da cobrança dessa contribuição instituída pela referida lei, com base em uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que veda instituição de tributos em benefício de associações ou entidades privadas.

A Associação Matogrossense de Defensores Públicos impetrou mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal contra essa decisão do CNJ, argumentando que o Conselho Nacional de Justiça usurpara a competência jurisdicional do Supremo Tribunal Federal, uma vez que não cabe ao CNJ declarar a inconstitucionalidade de leis estaduais.

O Ministro Cezar Peluso, que era Vice-Presidente do Tribunal na época, indeferiu a liminar, e a Procuradoria Geral da República manifestou-se pela denegação do mandado de segurança requerido pela Associação.

O Relator da matéria foi o Ministro Lewandowsky, que enfrenta a questão central de saber se o CNJ poderia ou não determinar ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que revisasse seus atos normativos sobre o regime de custas. Concluiu o Ministro Lewandowski que, efetivamente, o CNJ não teria competência constitucional para suspender a lei estadual.

Por outro lado, entendeu o Ministro Lewandowski que se não convalidasse a decisão do CNJ, ele estaria contrariando remansosa jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal.

Então, o que faz o Supremo?

A decisão do Supremo é, em primeiro lugar, considerar que o CNJ não poderia suspender a aplicação desse artigo da lei estadual do Estado de Mato Grosso, mas, por outro lado, considerou inconstitucional o referido artigo, para determinar a nulidade, enfim, a inconstitucionalidade do artigo que institui essa cobrança em favor da Associação dos Defensores Públicos.

É uma matéria interessante, é um julgamento que vale a pena ser examinado, depois, com mais cuidado, mas creio que a conclusão a que chega o Senador Aécio Neves é absolutamente inquestionável no sentido de suspender a execução.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu agradeço ao Senador Aloysio Nunes.

Como o Senador Aécio estava relatando uma matéria em outra Comissão, eu agradeço ao Senador Aloysio Nunes pela leitura e pela concordância com o relatório do Senador Aécio Neves, mas, por questão de zelo com o trabalho do Senador Aécio Neves e como ele estava relatando outra matéria em outra

comissão e veio para cá correndo para relatar a matéria, eu devolvo a relatoria, com todo o respeito a V. Exª, ao Senador Aécio, para que, se ele quiser fazer algum comentário...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – É que eu me comunico com o Senador Aécio neves por telepatia, de modo que nós estamos perfeitamente...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas nós havíamos combinado...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não foi à toa que eu pedi a V. Exª que fizesse a leitura do relatório.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Mas nós havíamos combinado não tornar isso público, Senador Eunício; pode gerar ciúmes aí nas instâncias partidárias.

Senador Eunício, agradeço a V. Exª ter me dado a palavra. Agradeço, em especial, ao Senador Aloysio por ter dado muito mais brilho a esse relatório com sua exposição, com sua capacidade de compreensão, me parece absolutamente claro o objetivo a que chegamos e a proposta de um projeto de resolução para sanar essa questão.

Lamento não ter podido estar aqui, mas como estamos no final do ano, acabava de relatar outra importante matéria em outra comissão. Parece-me que o Senador Aloysio já concluía a leitura do nosso relatório. A proposta final que fazemos, a partir da análise de que eu fico apenas com a parte final do meu relatório, já que foi lido pelo Senador Aloysio quase todo ele, apenas para deixar claro que a comunicação do Presidente do Supremo Tribunal Federal se fez acompanhar de cópia do acórdão, com relatório e voto, e do registro taquigráfico do julgamento ao qual se referiu o Senador Aloysio, do texto legal questionado, bem como do parecer da procuradoria Geral da República, estando cumpridas, portanto, todas as exigências contidas no art. 387 do Regimento Interno do Senado.

Por fim, concluindo, como já concluiu o Senador Aloysio, entendemos, à luz das informações contidas nos autos, que se faz oportuno e conveniente retirar – essa é a proposta que fazemos – do ordenamento jurídico o dispositivo legal declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede incidental.

Assim procedendo, o Senado Federal, confere efeito *erga omnes* à decisão do Pretório Excelso nos autos do Mandado de Segurança nº 28.141, de 2009.

Voto.

Ante o exposto, e, em especial, com base nos arts. 101, III, e 388 da Carta regimental desta Casa, opinamos, Sr. Presidente, pela apresentação e aprovação do seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2011

Suspende, nos termos do art. 52, X, da Constituição Federal, a execução da alteração promovida na Tabela "D" da Lei nº 7.603, de 27 de dezembro de 2001, pela Lei nº 8.943, de 29 de julho de 2008, do Estado de Mato Grosso.

O Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, X, da Constituição Federal e considerando a declaração de inconstitucionalidade de texto de diploma legal, conforme decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Mandado de Segurança nº 28.141, de 2009, resolve:

Art. 1º É suspensa a execução da alteração promovida na Tabela "D" da Lei nº 7.603, de 27 de dezembro de 2001, pela Lei nº 8.943, de 29 de julho de 2008, do Estado de Mato Grosso.

Portanto, parece-me, Sr. Presidente, que com esse projeto de resolução nós sanamos definitivamente esta questão, mantendo já uma decisão anterior do Supremo Tribunal Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Aécio.

Os processos, hoje, estão todos pequenininhos.

Próximo item da pauta:

ITEM 7
OFICIO "S" Nº 16, DE 2006
– Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal, para os efeitos ao art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 346084, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

TRAMITA EM CONJUNTO COM
OFICIO "S" Nº 11, DE 2006

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 358273, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta

Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

TRAMITA EM CONJUNTO COM OFICIO "S" Nº 12, DE 2006

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 357950, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

TRAMITA EM CONJUNTO COM OFICIO "S" Nº 13, DE 2006

Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no recurso extraordinário nº 390840, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 15 de agosto de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Pedro Taques

Relatório: Pela prejudicialidade dos Ofícios "S".

Observações: *Votação nominal.*

(O Presidente faz soar a campainha)

Mais uma vez, vou pedir a compreensão das assessorias para que a gente possa trabalhar. Os Senadores já trocam ideia entre si. Se as assessorias ficarem ao telefone celular, conversando um com o outro, não temos condições de apreciar matérias importantes como as que estamos apresentando aqui. Peço desculpas às assessorias, mas há necessidade de silêncio para podermos trabalhar. Embora alguns assessores não deem a menor importância ao que a Presidência está falando, vou insistir, vou parar a reunião até que as assessorias compreendam que preciso dirigir os trabalhos desta Casa. (*Pausa.*)

Senador Pedro Taques, o relatório de V. Exª é pela declaração de prejudicialidade dos Ofícios "S" nºs 11, 12, 13 e 16, de 2006.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sim. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Os Ofícios "S" nºs 11, 12, 13 e 16. Esses feitos têm em comum a arguição de inconstitucionalidade do §1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 1998, enfim, declarado em cada um dos acórdãos supracitados em homenagem ao firmado em jurisprudência do Supremo no sentido de reconhecer que são sinônimos os seguintes termos, faturamento e receita bruta, para fins de aplicação da lei tributária.

Segundo a corte, o dispositivo declarado inconstitucional tenta redefinir o conceito de receita bruta, ampliando-lhe indevidamente o alcance para albergar a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica.

Cabe a esta Comissão, de acordo com o art. 91, de forma terminativa, se manifestar a respeito do art. 52, X, da Constituição. Estaríamos, Sr. Presidente, diante de exemplo clássico de possibilidade de edição de projeto de resolução do Senado para conferir eficácia contra todos à decisão do Supremo, não fosse o advento da lei 11.941, de 27 de maio de 2009, que, por meio de seu art. 79, inciso XII, revogou expressamente o §1º do art. 3º da citada Lei nº 9.718, tornando inócua qualquer providência ulterior desta Casa Legislativa no sentido de suspender a execução do referido dispositivo legal.

Dessa forma, ante a solução imposta pela Lei nº 11.941, de 2009, é forçoso reconhecer a prejudicialidade dos Ofícios "S" nºs 11, 12, 13 e 16, todos de 2006, no que tange à possibilidade de o Senado suspender a execução da norma em tela, uma vez que. por óbvio, não há nada a suspender se não existe mais o que mereça ser suspenso.

Dessa forma, restou prejudicada a edição de uma resolução, Sr. Presidente.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

O Item 8 da pauta, como o Senador Jucá não está presente, vou retirá-lo.

Itens 9 e 10. Eu tinha redesignado relator, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, mas vou retirar de pauta essas matérias... Tem um aglomerado ali... Espero que o Senador Benedito de Lira, nessa reforma administrativa que está fazendo, amplie o espaço das comissões técnicas para a gente ter local para os assessores fazerem aqui as reuniões com os Senadores, para que não sejam feitas reuniões aqui na mesa de trabalho.

O Item 8 já retirei de pauta, pois o Senador Romero Jucá está ausente.

Os Itens 9 e 10, de comum acordo com o Senador Aloysio Nunes Ferreira...

Consulto V. Exª se concorda com a retirada de pauta de ofício, tendo em vista que foi redistribuído a V. Exª quase de última hora e queria que V. Exª fizesse, como sempre faz, um parecer de profundidade e, obviamente, de convicção. *(Pausa.)*

Então, vou retirá-los de pauta para a próxima semana, se V. Exª concordar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço, Sr. Presidente. Inclusive uma dessas matérias é mais complexa e ficaria mais à vontade se V. Exª a retirasse de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, eu a retiro de pauta, voltando na próxima reunião, já aviso aos Srs. Senadores, porque sei que será uma semana de comemorações, mas teremos reunião na próxima quarta-feira para a gente limpar todos os itens que fiquem pendentes das pautas passadas.

Desde já, estamos convocados todos para a próxima quarta-feira, às 10 horas da manhã aqui, nesta Comissão.

Vou consultar se algum Senador deseja fazer uso da palavra em relação a esses ofícios. Como já se manifestaram os relatores brilhantemente aqui, eu só consulto, por dever de ofício, se tem algum Senador que gostaria de fazer uso da palavra para, em seguida, entrarmos em outros itens da pauta. *(Pausa.)*

Estão retirados os itens 8, 9 e 10 para a próxima semana.

Não havendo quem queria discutir, passamos ao processo de votação, que é nominal, que vou agrupar em dois blocos. A votação nominal do primeiro bloco será dos itens 1, 3, 4, e 6.

Só para os Srs. Senadores ficarem sabendo o que vão votar nominalmente: Item 1, Ofício S-11; Item 3: Ofício S-53; Item 4, Ofício S-22; Item 6, Ofício S-06. Todos de 2011.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Taques, pois não.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, melhor refletindo a respeito do item 2 da pauta... O relatório que eu apresentei está vazado nos seguintes termos: "Assim, à interdição da súmula vinculante nº 32, é de se declarar a prejudicialidade do Ofício S-52". Melhor refletindo aqui com o Senador Aloysio...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não está em votação. V. Exª pode reformular a qualquer momento, até o início da votação.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

Eu me permito reformular...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Inclusive ele não está no primeiro bloco. Está no segundo bloco.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Reformular no seguinte sentido: para não declarar a prejudicialidade do Ofício, mas, sim, apresentar projeto de resolução para suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo Supremo. E justifico: no caso da súmula vinculante, é possível a sua revisão nos termos do art. 103 proposta por um dos legitimados. Então, nós teríamos uma lei que poderia denominá-la, na falta de outro nome, de alma penada sem qualquer resultado sobre a sua existência no mundo jurídico.

Portanto, concordo com o Senador Aloysio, que argumentou nesse sentido e está inteiramente com razão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Senador Pedro Taques reformula o relatório, está nas normas taquigráficas. E a tempo V. Exª reformula porque na primeiro parte – e senão teríamos que fazer uma votação específica –, Senador Pedro Taques, vou incluir o item 1, o item 3, o item 4, o item 6 e o item 2, que V. Exª reformula e que entra no primeiro grupo.

Vou colocar agora em votação os projetos de resolução oferecidos como conclusão de parecer, no primeiro bloco. Vamos fazer duas votações nominais para esses blocos.

Votação nominal, Srs. Senadores, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Como vota o Senador José Pimentel?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota a Senadora Marta Suplicy?

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Pedro Taques?

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com o relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o relator ou relatores – são vários.

Como vota o Senador Inácio Arruda?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os relatores.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Pedro Simon? (*Pausa.)*

Com o relator.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC. *Fora do microfone*.) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG. *Fora do microfone*.) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Alvaro Dias. (*Pausa.*)

Com os relatores.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os relatores.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. *Fora do microfone*.) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. *Fora do microfone*.) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com o Relator.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Completa a votação por unanimidade dos presentes.

Votação do segundo bloco.

As matérias foram aprovadas pela unanimidade dos presentes.

Votação nominal do segundo bloco, tendo em vista o parecer apresentado pelos ilustres Relatores.

Declaro a prejudicialidade dos Ofícios S nºs 23, de 2010; 11, 12, 13 e 16, de 2006, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Declaro a prejudicialidade desses ofícios.

Coloco em votação a declaração de prejudicialidade dos Ofícios S nºs 23, de 2010; 11, 12, 13 e 16, de 2006. Vou colocar em votação a prejudicialidade desses ofícios.

Trata-se de matéria terminativa. Portanto, a votação será mais uma vez nominal, Srs. Senadores e Srªs Senadoras.

Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim".

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Com os Relatores.

Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com os Relatores.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com os Relatores.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – "Sim", com os Relatores.

Senador Magno Malta. (*Pausa*.)

Saiu. Vou chamá-lo em seguida.

Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Lobão Filho.

O SR. LOBÃO FILHO (Bloco/PMDB – MA) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Lauro Antonio.

O SR. LAURO ANTONIO (PR – SE) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Com os Relatores.

Votação unânime pela presença dos Srs. Senadores nesta Comissão.

Aprovadas as declarações dos Ofícios de nºs 23, 11, 12, 13 e 16, de 2006.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Próximo item da pauta: Item 11.

O Senador Luiz Henrique da Silveira havia pedido a palavra naquele momento para fazer inversão de pauta, e eu disse ao Senador que logo após a votação dessas matérias, eu lhe daria a palavra.

Não sei qual é a solicitação, mas tem a palavra V. Exª, no momento oportuno, como eu havia dito.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, para solicitar a inversão de pauta do Item 13, que cria cargos na carreira de diplomata.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Nós temos os Itens 11, 12 e 13, mais o 14, 15 e 16 na pauta de hoje.

O Item 13 da pauta é não terminativo. É o PLC nº 122.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, eu só vou antecipar o pedido de vista. Como se trata de criação de cargos, vou pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Item 13 da pauta.

Primeiro consulto os Srs. Senadores a respeito da solicitação do Luiz Henrique da Silveira de inversão de pauta do Item 13 com o Item 11, que seria o item seguinte da pauta. Consulto o plenário se concorda com a inversão de pauta.

Se todos os Srs. Senadores concordam... *(Pausa.)*

Em não havendo objeção, eu faço a inversão de pauta para o Item 13.

ITEM 13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2011
– Não Terminativo –

Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.

Autoria: EXTERNO – Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações: *A matéria já foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique da Silveira por inversão de pauta.

Tem a palavra V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei da Câmara nº 122...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Luiz Henrique, só para dar uma informação.

Disseram que o corredor está pleno de pessoas e nós instalamos um telão para acompanhamento dos trabalhos desta Comissão, no dia de hoje, no plenário da Sala 19. Só para informar às pessoas que lá existe outro telão para acompanhamento dos trabalhos da Comissão.

Desculpe, V. Exª.

Tem a palavra V. Exª, Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2011, de origem do Poder Executivo, que Cria cargos na Carreira de Diplomata, altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e cria cargos de Oficial de Chancelaria.

Após tramitar por diversas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada naquela Casa e encaminhada, por força do art. 65 da Constituição Federal (CF), para a revisão do Senado Federal.

Nesta Casa, a matéria teve o seu mérito apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde mereceu aprovação unânime.

O art. 1º do Projeto de Lei da Câmara cria quatrocentos cargos de Diplomata para provimento gradual a partir de 2011.

O art. 2º promove alterações no Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, que institui o regime jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro e promove alterações em diversas leis ordinárias que regem a matéria, para adequar o Quantitativo de Cargos do Quadro Ordinário da Carreira de Diplomata às alterações empreendidas pelo projeto sob análise.

O art. 3º cria oitocentos e noventa e três cargos de Oficial de Chancelaria no Quadro de Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, para provimento gradual a partir de 2011.

O art. 4º, por seu turno, reforça o comando de gradação de provimento dos cargos criados, mediante autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a disponibilidade orçamentária, devidamente comprovada no anexo específico da lei

O art. 5º, além de condicionar a criação dos cargos à autorização e à expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária, prevê a necessidade de dotação orçamentária suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do art. 169, § 1º da Constituição Federal e fixa regra para provimento dos cargos remanescentes que deve observar os recursos orçamentários disponíveis, com expressa previsão na lei orçamentária do exercício da efetiva criação e provimento.

Por fim, o art. 6º é a cláusula de vigência.

O projeto, originalmente encaminhado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi acompanhado pela Exposição de Motivos Interministerial nº 159/MP/MRE, de 30 de junho de 2010.

Nessa Exposição de Motivos, conforme bem sublinhado pela CRE, foram acostados os argumentos que justificam a criação dos quatrocentos cargos de diplomata e dos oitocentos e noventa e três cargos de Oficial de Chancelaria, que são o aumento efetivo da participação do Brasil nos debates dos principais temas da agenda internacional contemporânea, como a reforma das instituições econômicas multilaterais, a criação do G-20, os novos esforços da Rodada de Doha e as gestões para o retorno do país ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Análise.

Passa-se à análise da matéria em face de sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, tendo em vista que, quanto ao mérito, a matéria já foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

No que concerne à constitucionalidade da matéria, não há óbices a opor ao projeto.

A iniciativa legislativa do projeto, *ex vi* do art. 61, § 1º, inciso II, alínea *a* da CF, é privativa do Presidente da República e por ele foi constitucionalmente exercida.

Não há qualquer reparo quanto à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa do projeto.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 122, de 2011.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Luiz Henrique.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Vista coletiva.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma. Vista concedida ao Senador...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu também gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva ao Senador Gim Argello, Senadora Marta, Senador Demóstenes...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas eu gostaria, Sr. Presidente, que V. Exª pudesse colocar como primeiro item de pauta na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu quero pedir um minuto de atenção do Plenário porque me chegou aqui uma informação de que o Presidente desta Comissão, Senador Eunício Oliveira, havia proibido que os jovens que têm um projeto em pauta aqui hoje – inclusive o Presidente da UNE, Daniel Illiescu, que está aqui também – adentrassem a esta Comissão. Isso não é verdade! *(Palmas.)*

(Manifestação da plateia: Muito bem!)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Permita-me dizer, Sr. Presidente, que o que existe...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aqui, o que pedi foi que tanto as assessorias como os ouvintes e os que participam desta Comissão fizessem silêncio, para que pudéssemos ouvir os Srs. Senadores, que têm a obrigação de fazer um trabalho pelo Brasil em votações e em discussões de matérias importantes.

Eu militei no movimento estudantil e devo dizer que eles estão se portando aqui de forma adequada, sem criar qualquer tipo de problema, sem criar tumulto, inclusive sem fazer barulho.

Ali está muito apertado, e, portanto, oriento a Segurança a acomodar esses jovens, sem atrapalhar o espaço destinado aos Senadores.

Peço a eles silêncio, para que possamos fazer aqui um trabalho adequado, que, inclusive, sirva de incentivo aos jovens brasileiros, que merecem e precisam entrar na vida política, para dignificar ainda mais a cultura deste País.

Já vou conceder a palavra a V. Exª, Senador Inácio.

Portanto, não há por parte da Presidência qualquer registro contrário à permanência dos jovens nesta Comissão. Mas, para acomodar as outras pessoas – aqui, não está cabendo todo mundo –, disponibilizei outra sala, a de nº 19, que deverá servir a quem quiser – isto não é obrigatório – assistir, por meio do telão, aos nossos trabalhos e às nossas votações. (*Palmas.*)

O Senador Inácio Arruda pede a palavra pela ordem.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, primeiro, quero testemunhar as providências tomadas por V. Exª, que já tinha anunciado antes que havia adotado a medida de colocar um telão na Sala nº 19, para que mais pessoas pudessem acompanhar a discussão dessa importante matéria. O nosso Relator, o Senador Randolfe, já está presente. Trata-se do Estatuto da Juventude.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Mas não vai ser agora que vamos votá-lo, não. Vamos seguir a pauta.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, o que ocorre é que parece que houve um exagero no zelo da nossa Segurança, que usou até *spray* de pimenta.

A juventude quer participar desta reunião com tranquilidade, como o senhor bem disse. A juventude vem acompanhar o andamento dessa votação e tem dado demonstração disso.

Então, faço um apelo à Presidência da Casa. O problema não é da nossa Comissão. O senhor tomou as providências, o que foi muito bem ajustado. Mas peço que a Presidência da Casa, primeiro, autorize os estudantes a participarem desta reunião – eles vão fazê-lo com a maior tranquilidade – e que, segundo, tenha um cuidado especial com a nossa juventude. Se tratarmos mal a nossa juventude, fica difícil de conduzirmos bem o País. Nesse sentido, apelo à Presidência da Casa.

Sei que V. Exª, Sr. Presidente, tomou as providências necessárias e o fez com antecedência, não agora, no momento em que chegou a informação de reclamação.

Então, faço esse apelo à Presidência da Casa, porque muitos estudantes querem participar desta reunião, e nós queremos tratá-los bem. É evidente que eles vão tratar bem todos os Senadores e todos os funcionários da Casa, porque é assim que eles têm agido normalmente, no interesse da coletividade.

Eram essas as questões que eu gostaria de abordar, Sr. Presidente, reforçando a posição de V. Exª. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Já vou conceder a palavra a V. Exª.

Vou pedir aos que estão no plenário apenas que não se manifestem, que assistam naturalmente a todos os nossos debates, à nossa reunião.

Senador Aloysio, tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu apenas queria dizer, Sr. Presidente, que são todos muito bem-vindos, mas que a regra da Casa dita que não se pode manifestar nem contra nem a favor. Então, por favor, todos permaneçam em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O.k., Senador Aloysio.

Vamos ao próximo item da pauta.

Quanto à matéria constante do Item 13, foi concedida vista coletiva.

Volto ao Item 11 da pauta, à pág. 1.292.

ITEM 11
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, DE 2011
– Não terminativo –

Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 09 de junho de 2011, que disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância.

Autoria: Senador Armando Monteiro.

Relatoria: Senador Gim Argello.

Relatório: favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta.

Observações: *A matéria será apreciada ainda pelas Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa.*

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello, para proferir seu relatório.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É um projeto de autoria do nobre Senador Armando Monteiro. Vou ler o relatório.

I – Relatório

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2011, do nobre Senador Armando Monteiro, que *altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que "disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito", de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância*.

A proposição compõe-se de dois artigos.

O art. 1º altera o art. 16 da Lei nº 12.414, de 2011, que passaria a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 16.** O banco de dados e a fonte são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado".

O art. 2º determina que a lei que se originar do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, seu autor destaca a relevância da Lei n° 12.414, de 2011, que disciplina a criação do chamado cadastro positivo, que objetiva a formação de um banco de dados sobre o histórico de adimplemento de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, o qual favorecerá hábitos de adimplência e estimulará uma análise de risco mais acurada na concessão de empréstimos, de forma a permitir a redução do custo dos financiamentos.

Argumenta que, a despeito da importância da Lei do Cadastro Positivo, seu art. 16 necessita ser aperfeiçoado, no ponto em que cria responsabilidade objetiva do consulente – a pessoa natural ou jurídica que acessa informações em bancos de dados para fins de concessão de crédito ou realização de venda a prazo ou outras transações comerciais e empresariais que lhe impliquem risco financeiro – pelos danos causados ao cadastrado.

Assevera que a responsabilidade objetiva, que independe de culpa, somente pode ser atribuída ao banco de dados e à fonte das informações e jamais àquele que faz uso das mesmas para definir se concede ou não o crédito, que poderá negá-lo sem qualquer justificativa baseada nas informações obtidas.

Por essa razão, propõe que a responsabilidade objetiva e solidária pelos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância das disposições legais se restrinja ao banco de dados e à fonte, excluindo o consulente.

Não foram apresentadas emendas à proposição que, após a análise desta Comissão, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em caráter terminativo, para a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

II – Análise

A proposição trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 22, inciso I, e no art. 24, inciso VIII, da Constituição.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, o projeto se afigura irretocável, porquanto: *i*) o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii*) o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico; *iii*) possui o atributo da *generalidade*; *iv*) se afigura dotado de potencial *coercitividade*; e *v*) é compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No mérito, compartilhamos do entendimento de que o consulente não pode ser responsabilizado pelos prejuízos causados ao cadastrado, tendo em vista que ele é apenas usuário da informação.

Portanto, é correta a proposição ao excluir a responsabilidade objetiva do consulente do banco de dados, restringindo-a à fonte e ao banco de dados, estes, sim, responsáveis pela anotação e fornecimento da informação que pode causar dano ao cadastrado.

Há ainda outra alteração necessária ao aperfeiçoamento da Lei do Cadastro Positivo.

O seu art. 11 estabelece que, *desde que autorizados pelo cadastrado, os prestadores de serviços continuados de água, esgoto, eletricidade, gás e telecomunicações, dentre outros, poderão fornecer aos bancos de dados indicados, na forma do regulamento, informação sobre o adimplemento das obrigações financeiras do cadastrado*. Ressalva, contudo, no parágrafo único, que *é vedada a anotação de informação sobre serviço de telefonia móvel na modalidade pós-paga*.

Ora, o cadastro positivo é a lista dos clientes que pagam em dia suas dívidas. Considerando que o serviço de telefonia móvel, notadamente na modalidade pós-paga, fornece informações relevantes sobre o comportamento do cliente perante a sua operadora, sobretudo o histórico de adimplemento, entendemos que não deve ser excluído do cadastro positivo, o que pode acarretar prejuízo aos próprios consumidores, por impossibilitar o uso de informações de um item relevante de seu consumo na formação do cadastro.

Também propomos uma alteração na ementa da proposição, para ajustar sua redação.

III – Voto

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 331, de 2011, e, no mérito, por sua aprovação, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 331, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a redação do art. 16 da Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, que *disciplina a formação e consulta a banco de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito*, de forma a excluir a responsabilidade solidária do consulente quanto aos danos materiais e morais causados ao cadastrado."

EMENDA Nº – CCJ

Inclua-se, no PLS nº 331, de 2011, o seguinte art. 2º, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

"Art. 2º Fica revogado o parágrafo único do art. 11 da Lei n° 2.414, de 9 de junho de 2011."

Portanto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Gim Argello.

Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Dornelles.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, para que me inscreva também.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o projeto de lei de autoria do Senador Armando Monteiro altera o art. 16 da Lei nº 12.414, que criou o chamado Cadastro de Contribuintes. O objetivo desse Cadastro é o de facilitar que pessoas que pagam em dia suas obrigações tenham mais facilidade de obter e fazer

operações de crédito, inclusive, podendo se beneficiar até mesmo da redução da taxa de juros.

É importante, quando se fala do Cadastro Positivo, o fato de que só tem seu nome incluído no Cadastro aquele que desejar. A pessoa tem de solicitar que seu nome seja incluído no Cadastro e, a qualquer momento, pode retirar seu nome do Cadastro. Desse modo, a presença do nome de determinada pessoa no Cadastro só ocorre se essa pessoa assim quiser. E ela pode retirar seu nome dali no momento em que desejar.

Dentro da criação do banco de dados, há a figura do gestor, que é aquele que administra o banco de dados. O banco de dados é referente a dados obtidos por uma pessoa. Há a fonte, que é aquela pessoa jurídica ou física que municia o banco de dados. Então, se faço uma operação de crédito em determinada empresa e se autorizo, aquela empresa pode enviar meu nome para o banco de dados, para que eu, realmente, tenha facilidade nas operações de crédito.

O art. 16, que se deseja mudar, estabelecia que o banco de dados, ou seja, aqueles responsáveis pelos dados armazenados, e a fonte, que municia o banco de dados, teriam responsabilidade objetiva sobre suas informações. Mas ali se colocou também o consulente. Ora, se vou lá, pergunto e peço informações, não posso ter responsabilidade objetiva pelas informações que me dão, mesmo porque, de acordo com o projeto de lei, para a formação do banco de dados, só poderão ser armazenadas informações objetivas, claras, verdadeiras e de fácil compreensão. Desse modo, se sou a pessoa que peço a informação num banco de dados sobre determinado cadastrado, não posso ter responsabilidade objetiva pelas informações que me são dadas.

O projeto do Senador Armando Monteiro retira a responsabilidade do consulente e estabelece que os bancos de dados e a fonte são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos morais que causarem ao cadastrado.

Por esse motivo, minha posição é favorável à aprovação do projeto do Senador Armando Monteiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, à Senadora Marta Suplicy.

Tem a palavra V. Exª, Senadora Marta.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o projeto propõe a alteração da lei de cadastro positivo, suprindo a responsabilidade objetiva do consulente em caso de danos materiais e morais causados ao cadastrado.

Não acho correto esse projeto, não acho justo. Acho que vai sobrar para o consumidor. Por quê? Porque quando ocorre uma consulta ao cadastro positivo, ele não recomenda a concessão de crédito, quem nega o crédito é o consulente, aquele que fez a consulta ao cadastro. Se o crédito foi negado injustificadamente, com base em informações equivocadas, fornecidas pelo cadastro positivo, é fundamental que se possibilite ao consumidor que ele possa ingressar em juízo contra o consulente, que é com quem ele tem a relação direta. É injusto impor àquele que teve seu crédito negado a obrigação de acionar o banco de dados ou a fonte, que muitas vezes são de difícil identificação.

Num exemplo concreto, se for uma loja ou se for um banco, normalmente, se o crédito for negado, aquele que teve o crédito negado vai poder acionar este banco ou a loja porque sente que tem ali um erro. Com esse projeto, em vez de poder acionar a loja ou o banco, ele vai ter que ir atrás de quem forneceu para a loja ou para o banco, o que, para a maioria das pessoas, é dificílimo fazer.

Então, eu acredito que, do jeito que está hoje, funciona bastante bem, e esse projeto acaba protegendo quem dá o crédito e acaba colocando numa situação difícil o consumidor.

Claro que acredito, e o autor acentuou isso muito bem, que negar crédito sempre é um direito da instituição financeira ou da loja. Agora, o cadastrado, pelo seu histórico financeiro, pode ter uma justa expectativa de receber esse crédito, e, se esse crédito for negado e for usada como justificativa uma informação falsa do cadastro que provoque dano moral ou material... Por exemplo, alguém está fazendo empreendimento, aí vem uma informação equivocada, o banco não dá o crédito e a pessoa perde já tudo o que estava sendo preparado, fica muito mais difícil para ela ir atrás dessa informação equivocada que foi dada. Hoje, ela vai ao banco ou à loja que não está dando o crédito e resolve com muito mais facilidade esse problema. Então, a responsabilidade deve, sim, ser do consulente, e não de quem fornece para o consulente a informação errada.

Quanto ao Senador Gim Argello, ele tem o mérito de ter apresentado outra mudança na lei do cadastro positivo, porque atualmente o art. 11 da lei diz que prestadores de serviço poderão fornecer informação sobre o cadastrado. O que o Senador fez? Acrescentou o telefone celular como parte. Mas a lei excetua os serviços de telefonia móvel, e o Relator pretende terminar com essa exceção. Mas há um argumento, Senador Gim, que é contrário à própria exposição de motivos da Medida Provisória 518, de 2001, origem da lei atual do cadastro positivo. A lei diz que a exclusão das informações sobre telefonia móvel se deve a dois fatores. Em

primeiro lugar, a relação entre os consumidores e as operadoras é extremamente instável, havendo, muito frequentemente, a troca da operadora, reforçado com o advento da portabilidade do número. Em segundo lugar, a grande maioria dos consumidores se utiliza da modalidade pré-paga, que, para fins de formação do histórico de crédito, não tem nenhuma utilidade, pois se trata de uma compra à vista.

Não me parece que acabe acrescentando. Vou votar contra o Relator, o Senador Gim Argello, vou votar pela rejeição, por esses motivos, que me parecem bastante claros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir, está inscrito o Senador Pedro Taques e, em seguida, V. Exª.

O Senador Pedro Taques estava inscrito para discutir a matéria.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o art. 15 da Lei 12.414 afirma: "As informações sobre o cadastrado constantes dos bancos de dados somente poderão ser acessadas por consulentes que com ele mantiverem ou pretenderem manter relação comercial ou creditícia".

Só o consulente pode acessar o dado, não é isso?

Penso que signifique uma restrição ao direito constitucional do consumidor nós retirarmos a responsabilidade objetiva, que a Constituição estabelece como direito fundamental ao consumidor, e isso significaria, a meu juízo, um retrocesso.

Por isso, vou votar, respeitando a posição do autor e de S. Exª o Relator, contra o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, divergir, de uma vez só, do nosso querido Pedro Taques e da Senadora Marta Suplicy é muito difícil. Mas eu penso que o cadastro positivo foi um grande avanço. O problema não é o da restrição do crédito. É da pessoa ter acesso a um crédito melhor em decorrência do histórico dele de compra. E vejam bem: se nós responsabilizarmos objetivamente o consulente, quem é que vai fazer a consulta? Se a pessoa que faz a consulta e um dado é oferecido erroneamente a ela, que não tem culpa alguma nisso, e ela responde objetivamente pelo dano causado...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Não responda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente. Então, a proposta é esta: ela não responder objetivamente, mas, sim, subjetivamente. Continua o direito. Se ele pega a informação correta e faz um mau uso daquela informação, o consumidor pode acioná-lo. Não está excluída a possibilidade de uma responsabilização subjetiva. O que se está dizendo é o seguinte: a pessoa que obteve o dado não pode ser responsabilizada objetivamente, ela não pode ser culpada por um ato de terceiro, até porque isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sem dúvida. Mas acontece que aí simplesmente mata o projeto. Quem é que vai buscar qualquer consulta que beneficie o consumidor? Que ali não é questão de dar ou negar o crédito. É o seguinte: existe um banco, ao qual a pessoa autoriza que o nome dela esteja lá, e ela pode pedir, a qualquer momento, que o nome dela seja retirado dali; e aquele banco diz: "O Gim Argello é bom pagador. Então, ele merece que, em vez de pagar 10% de juros, pague 7%". Só isso.

Então, se o banco de dados fornece o dado erroneamente, como é que o dono da loja vai responder por isso? Ele deve responder se ele obteve o dado correto e usou-o indevidamente. Aí não é responsabilidade solidária objetiva, mas subjetiva, porque ele, por problema dele, causou aquele dano.

Então, parece-me que o projeto é bom, não lesa o consumidor. Ao contrário, ele possibilita que a pessoa consulte, porque, se eu sou o dono de uma loja e se eu corro o risco, para beneficiar alguém lá, para que obtenha um crédito melhor, de ser processado por uma informação que um banco autorizado pelo próprio cliente me dá de forma equivocada, por que eu vou fazer isso? Eu vou vender para todo mundo a 10%, a 12% de juros. Por que eu vou beneficiar alguém que tem um crédito melhor, se eu corro o risco de, com aquilo, ter algum problema?

Então, nesse aspecto, ouso divergir dos nossos dois grandes Senadores, Pedro Taques e Marta Suplicy, e vou acompanhar o relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, pela ordem. Pela ordem, Excelência.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É sobre a matéria?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – É sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Há Senadores inscritos. V. Exª quer falar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – O pela ordem era para pedir vistas da matéria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pronto. Tem direito.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem direito a pedir vista da matéria.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vista coletiva, Senador Luiz Henrique, Senador Randolfe... Portanto, vista coletiva.

Senador Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva. Portanto, Senador Dornelles, V. Exª estava inscrito para falar, mas agora perdeu a objetividade, no dia de hoje pelo menos, tendo em vista que a matéria...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A vista foi concedida da matéria.

Próximo item da pauta.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – ...solicito inversão de pauta para o Item 16, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Próximo item da pauta é o PLC nº 98, Item 12.

O que solicita V. Exª?

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Solicito a V. Exª que, por favor, promova a inversão de pauta para o Item 16.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Srs. Senadores, há outra solicitação de inversão de pauta, do Senador Gim Argello.

O próximo item da pauta, Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, de acordo com a solicitação do Senador Gim Argello.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Calma, Senador Randolfe. Estou só alertando, e V. Exª estava conversando com a assessoria, para V. Exª ficar atento e ver se concorda. O próximo da pauta é o item de V. Exª.

Quero saber se todos os Srs. Senadores concordam com a inversão de pauta solicitada pelo Senador Gim Argello, que é Relator desse projeto do qual foi pedida vista e do último.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senadora Marta Suplicy, pela ordem.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu concordo e peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu concordo e peço vista. *(Risos)*

Gim, dê por lido.

Primeiro eu tenho que submeter ao Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam com a inversão de pauta queiram permanecer como se acham. *(Pausa)*

Invertida a pauta.

ITEM 16
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera os arts. 132, 134 e 139 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), relativos aos conselhos tutelares.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

TRAMITA EM CONJUNTO COM
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 119, DE 2008

Altera a Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências".

Autoria: Senador Arthur Virgílio

Relatoria: Senador Gim Argello

Relatório: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2009, com duas emendas que apresenta, contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2008, com a consequente declaração de prejudicialidade da emenda que lhe foi oferecida.

Observação: *A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.*

– Em 14/12/2011, foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares, dependendo ainda de relatório.

Senador Gim Argello, já antecipando que a Senadora Marta Suplicy vai pedir vista, V. Exª tem a palavra para a leitura de um sucinto relatório.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Peço a plateia que não se manifeste, por favor, para não criar precedentes. Respeito a manifestação e o desejo de vocês, mas é regimental.

Vou conceder a palavra ao Senador Gim Argello, antes apenas registrando uma informação da Diretora-Geral Drª Dóris, que veio à Mesa pedir que eu regis-

trasse que o incidente lamentável acontecido com os estudantes não foi dentro da Casa nem com a segurança da Casa, mas com a polícia fora das instalações do Senado. Portanto, apenas registro a informação. Não tenho o contexto, mas confio e registro a informação dada pela Drª Dóris, que veio à Comissão para pedir que nos manifestássemos nessa condição.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello para proferir o relatório sobre a emenda.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, o projeto...

O senhor quer que eu faça o relatório dele e fale sobre a emenda, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra para o relatório e para a emenda apresentada, pedindo a V. Exª, já que se trata de inversão de pauta, que seja extremamente sucinto.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Eu posso dar como lido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pode.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sobre a emenda...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Foi distribuído e V. Exª pode dar como lido.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Está bem. Então, tá...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só um minuto, Senador Requião. Já concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Comunico que nós temos também outras matérias. E como há muitos visitantes na Casa hoje, vou dar como lido o parecer, que é pela aprovação, também aprovando uma emenda de nossa autoria, para fins de unificação do processo de escolha de que trata esse artigo, que prorroga o mandato dos conselheiros tutelares cujo exercício termina em quatro anos, que é a terceira oposta daqueles que foram excluídos em primeiro processo justificado de todo o território nacional.

A justificativa está aqui.

É um projeto muito importante, Sr. Presidente. E há outra emenda aqui, de autoria do nobre Senador Antonio Carlos Valadares, que é somente sobre a data do projeto, sobre a data da eleição dos conselheiros tutelares do País todo: ele está sugerindo o dia 15 de novembro. Mas como pode cair em um dia de semana, a sugestão que mantenho no projeto – então, negando essa emenda dele – é que seja no primeiro domingo após o dia 18 de novembro, que é o Dia dos Conselheiros Tutelares.

A autora, que é a nobre Senadora Lúcia Vânia, a qual colocou várias sugestões que eu acatei, como o mandato de quatro anos, as garantias trabalhistas, remuneração, que terá de constar de lei orçamentária municipal.

Quer dizer, é um projeto muito, muito bom, que eu vou deixar para discutir, então, na semana seguinte, já que houve pedido de vista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A Senadora Marta Suplicy pediu vistas para o Item 16. Vista exclusiva da Senadora Marta Suplicy.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Vistas coletivas, para impedir a paralisação da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Vistas coletivas, solicitada pelo Senador Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Mas eu peço a palavra pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) –...para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – O desnecessário incidente com os estudantes da Une na porta foi, sim, de responsabilidade da Polícia do Senado.

Os rapazes me telefonaram, eu me dirigi à portaria, e o Chefe da Segurança me informou que o impedimento havia ocorrido por ordem direta do Senador Eunício, Presidente da Comissão.

Posteriormente, eu conversei com o Senador e S. Exª negou ter dado esta ordem.

Não tem sentido nenhum; incidente desnecessário, provocado por uma medida inoportuna, desnecessária da Segurança do Senado.

Então, não vamos admitir que se sonegue a responsabilidade agora. Uma bobagem monumental, provocada pela Segurança do Senado; e eu recebi essa informação, pessoalmente, do diretor da Segurança. E posteriormente V. Exª me disse, quando me dirigi à Mesa, que não tinha dado ordem alguma nesse sentido.

Que isso não se repita mais e não fuja a direção da Casa à responsabilidade dessa bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Requião, só para deixar claro, eu já me pronunciei aqui... Os meninos da Une estão

bem caladinhos, as assessorias é que estão fazendo barulho aqui.

Eu já me pronunciei sobre isso, Senador Requião em relação a que... Senador Requião, eu devo uma satisfação a V. Exª, que me trouxe a informação.

Eu jamais dei qualquer tipo de ordem para que não entrassem pessoas nesta Comissão. Nunca falei com o chefe da Segurança do Senado. As duas únicas pessoas da Segurança do Senado às quais me dirijo são: o Sr. Itamar e o Sr. Nagibe, que trabalham nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, eu quero deixar bem claro que se alguém usou o nome do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, usou indevidamente.

Ao contrário, eu fui do movimento estudantil e tenho integral... Se eu votar aqui, se houver empate, eu vou desempatar em favor do projeto que regulamenta o Estatuto da Juventude.

Como eu não tenho direito a voto, apenas quando há empate, não terei a condição de manifestar pelo voto. Mas tem o Estatuto da Juventude o integral apoio do Senador Eunício Oliveira. Obviamente que o Senador Randolfe Rodrigues, relator desta matéria, por designação da Presidência. Portanto, qualquer incidente dessa natureza, se houver manifestação pacífica, ordeira ela deve ser sempre respeitada e é dessa forma que estão se comportando os meninos da Une, da Ubes e dos interesses da juventude brasileira aqui nesta Comissão.

Portanto, ao Item 12 da pauta.

ITEM 12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 98, DE 2011
– Não Terminativo –

Institui o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, o estabelecimento do Sistema Nacional de Juventude e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

O relatório é favorável ao projeto, com sete emendas que apresenta e pela aprovação das Emendas de nºs 1, 5, 7 e 9 e a rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8.

Observações: a matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

– em 22/11/2011, foi realizada audiência pública para instruir a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

– em 23/11/2011, foram recebidas as Emendas n° 1 e n° 2, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– em 24/11/2011, foi recebida a Emenda n° 3, de autoria do Senador Clésio Andrade;

– em 06/12/2011, foram recebidas as Emendas n°s 4 a 8, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira;

– em 13/12/2011, foi recebida a Emendas nº 9, de autoria do Senador Flexa Ribeiro;

– em 14/12/2011, foi recebido Voto em Separado do Senador Demóstenes Torres, com voto que conclui pela aprovação do projeto com 26 emendas.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues, para proferir o seu relatório.

Tem a palavra V. Exª, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes de fazer a leitura do parecer e do voto em relação a esta importante matéria, eu quero fazer alguns registros.

Primeiro, é o agradecimento mesmo ao Senador Eunício Oliveira, presidente desta CCJ e, como eu, só que em tempos diferentes, militante do movimento de juventude, militante do movimento estudantil e que me conferiu esta honra de relatar esta matéria.

Como já foi dito anteriormente pelo nosso querido e atual presidente da União Nacional dos Estudantes, meu querido amigo Daniel Iliescu, esta matéria é, na verdade, um tema geracional. Nós falamos de Estatuto da Juventude, nós falamos de políticas públicas para a juventude desde o início dos anos 90 e, desde o início dos anos 90, nós debatemos a necessidade da construção de políticas públicas afirmativas para a juventude brasileira.

Eu tive a honra de conduzir uma experiência de política pública na Secretaria Especial para a Juventude do Governo do Amapá, nos idos de 1994, durante o governo do atual Senador João Alberto Capiberibe. E tive a honra de pertencer, então, à primeira experiência de política pública para a juventude do Brasil. E também participei da União Nacional dos Estudantes (UNE), estive na UNE, no movimento estudantil, no final dos anos 80/início dos anos 90, e participei dos reclames para que o Brasil adotasse e tivesse uma legislação desse porte, que, digo de passagem, não é novidade no mundo. Na verdade, o nosso País está atrasado. Outros países já construíram um espaço de políticas públicas para a juventude e já tiveram experiências de políticas públicas para a juventude. Só para citar alguns exemplos, quero destacar a experiência cubana, a experiência da Nicarágua, a experiência do Canadá e, mais recentemente, a experiência venezuelana.

Nesse sentido, este projeto, como já foi dito, representa uma conquista geracional. Esta matéria é uma bandeira não só da atual geração de jovens, mas pelo menos de vinte anos, ou seja, pelo menos de duas gerações da juventude brasileira, que ansiava por ter um diploma legal dessa natureza que estabelecesse um conjunto de políticas públicas para a juventude que firmasse e consolidasse o que são direitos da juventude.

Portanto, faço a leitura do relatório.

Em exame nesta Comissão o Projeto de Lei da Câmara n° 98 de 2011, de autoria da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, da Câmara dos Deputados. A proposiçãoinstitui o Estatuto da Juventude, que estabelece os direitos dos jovens, as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas à juventude, bem como o Sistema Nacional de Juventude.

O projeto original teve longa tramitação na Câmara dos Deputados, e resultou do trabalho iniciado pela Frente Parlamentar em Defesa da Juventude que, em 2003, levou à criação da referida Comissão Especial. Na Casa de origem, foi relatado pela nobre Deputada Manuela D'Ávila.

O PLC nº 98, de 2011, está organizado em dois títulos, que equivalem aos eixos principais inicialmente propostos pela Comissão Especial para o debate: – Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude e Da Rede e do Sistema Nacionais de Juventude.

O primeiro título subdividi-se em dos capítulos. O Capítulo I dispõe sobre os princípios e as diretrizes das políticas públicas para essa parcela da população. Nesse sentido, o PLC define como jovens as pessoas com idade compreendida entre quinze e vinte e nove anos. Reitero, destaque meu, essa é a faixa definida por decisão da Organização da Nações Unidas.

Para não perder de vista a existência de faixas etárias intermediárias e atingir as necessidades específicas dos jovens, conforme a idade, o texto adota a seguinte divisão terminológica: jovem-adolescente, entre quinze e dezessete anos; jovem-jovem, entre dezoito e vinte e quatro anos; e jovem-adulto, entre vinte e cinco e vinte e nove anos.

O Capítulo II trata dos direitos da Juventude, nas diferentes dimensões, quais sejam: a)cidadania, participação social e política e representação juvenil; b) educação; c) profissionalização, ao trabalho e à renda; d) igualdade; e) saúde; f) cultura; g) desporto e lazer; e h) meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O Título II dispõe sobre a instituição da Rede e do Sistema Nacionais de Juventude, apresentando medidas destinadas ao fortalecimentos dos conselhos de juventude; e o estabelecimento de sistemas nacionais de avaliação e de informação sobre esse segmento populacional, bem como a competência dos entes federados para materializar o que o Estatuto estabelece.

Após a aprovação dos requerimentos nºs 96 e 98, de 20011-CCJ, subscritos por mim e pelo ilustre Senador Demóstenes Torres, esta Comissão realizou audiência pública, em 22 de novembro último, para discutir o PLC 98, de 2011.

A referida audiência contou com a participação dos seguintes convidados: Deputada Federal Manuela D'Ávila, Relatora do Estatuto da Juventude na Câmara; Severine Macedo, Secretária Nacional da Juventude; Gabriel Medina, Presidente do Conselho Nacional da Juventude; Daniel Iliescu, Presidente da União Nacional dos Estudantes; Carlos Leoni Rodrigues Siqueira Júnior, representante do Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música; Cristina Gomes Saraiva; e Antônio Francisco de Lima Neto, coordenador do setor de Juventude do MST.

Na ocasião, foram discutidos diversos aspectos do projeto do Estatuto da Juventude, com destaque para a questão da meia-entrada em eventos culturais. Esse tema já havia sido objeto de entendimentos realizados entre entidades representativas do segmento juvenil e da classe artística, consubstanciados em proposição legislativa da lavra dos Senadores Eduardo Azeredo e Flávio Arns, PLC nº 188, de 2007, aprovado nesta Casa, e que tramita na Câmara dos Deputados como Projeto de Lei nº 4571, de 2008.

Foram apresentadas nove emendas ao PLC nº 98, de 2011. A Emenda nº 1, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, visa recuperar parte do acordo pactuado entre os estudantes e representantes da classe artística no tocante à meia-entrada. Assim, pretende limitar o benefício a 40% do total de ingressos disponíveis em cada evento, e dispor sobre a fiscalização de tal restrição.

A Emenda nº 2, também do Senador Aloysio Nunes Ferreira, objetiva alterar o § 1º do art. 14 do PLC, que trata da meia-passagem nos transportes interestaduais e intermunicipais, circunscrevendo o benefício aos deslocamentos de ida e volta do estabelecimento de ensino dos jovens estudantes.

Da mesma forma, a Emenda nº 3, de autoria do Senador Clésio Andrade, visa incluir, no dispositivo que trata da meia-passagem, a previsão de que o benefício tarifário seja custeado com recursos financeiros específicos previstos em lei, vedando a atribuição desse custeio aos demais usuários do serviço de transporte. Na justificativa, o Senador fundamenta-se em pareceres da Agência Nacional dos Transportes Terrestres e da Advocacia-Geral da União sobre a matéria, alertando para o risco de que a aprovação da meia-passagem para os jovens estudantes, sem previsão orçamentária e independentemente da fina-

lidade da viagem, redunde em incrementos tarifários repassados para o conjunto dos usuários do serviço, em sua maioria de baixa renda.

As Emendas nº 4 a nº 8 são de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira. A Emenda nº 4 pretende reduzir a faixa etária abrangida pelo Estatuto, limitando-a aos jovens adolescentes (15 a 17 anos) e aos jovens-jovens (18 a 24 anos).

A Emenda nº 5 propõe nova redação para o inciso X do art. 22 do projeto, que dispõe sobre a veiculação de campanhas educativas relativas ao álcool.

A Emenda nº 6 intenta suprimir do projeto a previsão de que as emissoras de rádio e de televisão destinem espaços ou horários especiais voltados à realidade social do jovem, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural.

A Emenda nº 7 objetiva alterar a cláusula de vigência da lei em que o projeto se transformar, conferindo prazo de cento e oitenta dias após a publicação para sua entrada em vigor.

A Emenda nº 8 acrescenta parágrafo único ao art. 26 do projeto, que dispõe sobre a meia-entrada, para determinar que esse benefício seja custeado, preferencialmente, com recursos orçamentários específicos extratarifários.

Por fim, a Emenda nº 9, do Senador Flexa Ribeiro, também propõe alterações ao art. 26 do projeto, a fim de incluir menção expressa aos eventos esportivos na previsão do benefício da meia-entrada e estabelecer que a comprovação da condição de discente deve ser feita mediante Carteira de Identificação Estudantil expedida por uma das entidades nacionais de representação estudantil ou suas afiliadas.

Análise.

Cumpre-nos, inicialmente, analisar a constitucionalidade do PLC nº 4 em apreço. Nesse aspecto, não foram verificados quaisquer vícios formais, uma vez que se trata de matéria – proteção à juventude – em que a competência da União para legislar, por iniciativa de qualquer membro do Congresso Nacional, está expressa nos arts. 24, XV, e 48, da Constituição Federal.

A proposição atende, ainda, ao disposto no art. 227, § 8º, da Carta, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010, que determina que a lei deverá estabelecer o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens.

No que tange ao mérito, é preciso, antes de tudo, compreender a juventude como uma categoria socialmente construída. Por isso e em virtude disso a definição de 15 a 29 anos por já ser pacificado no âmbito da Organização das Nações Unidas. Ela ganha contornos próprios em contexto históricos e sociais distintos, e é marcada pela diversidade de condições sociais, culturais, de gênero e até mesmo geográficas.

Além disso, a juventude é uma categoria dinâmica, em constante transformação. Por isso, o fato de tratarmos o heterogêneo conjunto dos jovens como unidade social, com interesses comuns, é, por si só, arriscado. Mesmo assim, encontrar as similaridades e os pontos comuns nesse diversificado segmento é fundamental para pensarmos o papel da ação política e legislativa sobre tão relevante grupo social.

A juventude caracteriza-se como um período de confirmação de valores apreendidos na família e na escola, de ampliação dos círculos sociais e de um progressivo processo de assimilação de tarefas e responsabilidades próprias da vida adulta. Trata-se de um momento fundamental na formação do indivíduo, bem como um período de integração da pessoa à sociedade.

A escolha da profissão, a entrada no mercado de trabalho, as primeiras experiências sexuais, etc. são expressões dessa condição. Daí a importância de uma legislação especificamente voltada para a juventude.

A promessa de garantir uma formação plena a todos os indivíduos nos interessa na medida em que confere direitos às pessoas, amplia e qualifica sua relação com o mundo e a sociedade e contribui na direção da formação de uma humanidade mais livre e consciente de si mesma, onde os indivíduos possam exercer a totalidade de suas capacidades.

Ao tratarmos de um Estatuto da Juventude estamos necessariamente discutindo políticas públicas que, de alguma forma, incidam sobre os jovens. Neste caso é importante destacar três tipos de políticas públicas:

1. Universais: são as políticas implementadas com o conjunto da população, entre os quais se incluem os jovens. Incluem-se aqui as políticas educacionais, trabalhistas e de saúde, por exemplo.

2. Atrativas: são políticas implementadas amplamente junto à população, mas que apresenta uma condição de alcance privilegiado com a juventude. É o caso, por exemplo, das bibliotecas comunitárias ou dos centros culturais.

3. Exclusivas: são políticas que tem como foco principal o jovem, como por exemplo, um programa de inserção profissional voltado ao primeiro emprego.

A expectativa da aprovação de um Estatuto direcionado para a juventude é de que suas diretrizes orientem este conjunto de políticas públicas, sejam elas universais, atrativas ou exclusivas.

Segundo dados da projeção populacional do IBGE, em 2007 os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somava 50,2 milhões de pessoas, o que correspondia a 26,4 da população total. Para o ano de 2010, a projeção é que o número de jovens chegue a

51,3 milhões. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE) de 2007, 30% dos jovens podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo. Porém, apenas 15,7% são oriundos de famílias com renda domiciliar per capita superior a dois salários mínimos.

Embora haja equilíbrio de gênero entre os jovens, sendo 50% de homens e 50% de mulheres, a pobreza é maior entre as mulheres jovens: 53%, assim como o é para o restante das faixas etárias da população. Os jovens de baixa renda concentram-se principalmente na região Nordeste (51% do total do país), sendo que 19% são jovens pobres de áreas rurais. Note-se ainda que 70,9% dos jovens pobres não são brancos, ainda que entre os jovens fora da linha da pobreza 53,9% sejam brancos.

As diferenças entre brancos e negros ficam evidentes em outras áreas, como saúde e educação. Em relação ao analfabetismo, constata-se que o número de jovens negros analfabetos, na faixa etária entre 15 e 29 anos, é quase duas vezes maior que o de jovens brancos. No ensino superior, a desigualdade entre negros e brancos é ainda mais gritante: com base nos dados da educação superior coletados pelo INEP em 2009, os brancos são 70,2%, os pardos 22,3% e os negros 4,6%. Entretanto, o percentual de concluintes brancos sobe para 76,4% enquanto o de pardos e de negros cai para, respectivamente, 17,5% e 2,8%.

Os jovens negros são também, as maiores vítimas da violência. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do SUS apontam que os jovens brancos do sexo masculino apresentam uma taxa de mortalidade por causas externas de 138,2 mortos a cada 100 mil habitantes, a taxa entre os jovens negros é de 206,9. Considerando a faixa etária entre 18 e 24 anos, a taxa de mortalidade é de 74,3 entre os brancos e de 163,1 entre os negros. Ou seja, a cada jovem branco morto por homicídio morrem, em média, dois negros.

As desigualdades aparecem ainda na proporção de jovens nas cidades e no campo. De acordo com o IBGE, 84% dos jovens vivem em áreas urbanas contra 16% dos jovens que habitam zonas rurais. Porém, entre os que vivem nas cidades, 48,7% vivem em condições inadequadas de habitação.

Os dados apresentados demonstram, portanto, de forma cabal, a importância da aprovação de um estatuto da juventude por esta Casa. Essa importância foi reafirmada durante a realização da 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em Brasília, no último fim de semana, nos dias 9 a 12 de dezembro, com a participação de mais de 2 mil delegados de todo o País.

O PLC em análise inova ao dar destaque para a participação da juventude nos processos decisórios. O projeto busca determinar providências para que haja efetiva participação juvenil nos espaços públicos por meio da criação de conselhos de juventude em todos os entes federados. Além disso, a proposição visa a constituir um sistema nacional de juventude, instrumento institucional necessário para potencializar as políticas existentes e realizar funções de monitoramento e avaliação.

É certo que um diploma legal abrangente como o estatuto não poderia interferir, de forma detalhada, em cada uma das políticas públicas que se destinam à juventude brasileira, cada qual com suas próprias normas constitutivas e regulamentares. No entanto, a maior contribuição do presente projeto é definir uma organicidade institucional para o olhar do Estado direcionado aos jovens. E mais: o projeto também introduz na legislação um elemento fundamental para o aperfeiçoamento de nossa democracia: o efetivo protagonismo juvenil na definição das próprias políticas públicas. Contudo, o texto interfere diretamente em três políticas públicas. A primeira delas diz respeito à distribuição dos recursos destinados a incentivos culturais. No art. 28 do projeto, consta a previsão de que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura sejam preferencialmente direcionados a programas e projetos destinados aos jovens. Entendemos que o estabelecimento de percentual determinado na aplicação dos recursos do FNC não configura medida eficaz para o desenvolvimento cultural dos jovens brasileiros. Mais adequado é, em nosso entendimento, adotar como princípio transversal na destinação dos recursos do FNC o desenvolvimento cultural dos jovens, independentemente das características específicas do projeto.

A segunda mudança de impacto preconizada pelo projeto é a concessão de desconto de pelo menos 50% no valor dos ingressos dos eventos de natureza artístico-cultural, de entretenimento e lazer em todo o território nacional, conforme estabelece o art. 26. Sobre esse ponto, versam as Emendas nºs 1, 8 e 9. Sobre ele dedicou-se a audiência pública que discutiu a matéria.

Diante da existência de entendimento prévio negociado entre as entidades representativas dos estudantes e a classe artística sobre o alcance e as condições da meia-entrada, promovemos intenso debate com esses atores, para construir uma proposta que contemplasse o acordo feito entre as partes e garantisse algumas condições que julgamos importantes, para que tal benefício reverta-se em verdadeiro alcance social.

Assim, a emenda que apresentamos avança na regulamentação da meia-entrada para os jovens es-

tudantes, de maneira a minimizar o ônus imposto ao setor cultural pela concessão generalizada de identidades estudantis fraudulentas, sem nenhum controle, sobre a sua expedição.

Quero destacar, Sr. Presidente, que foi em virtude da busca desse entendimento que por duas vezes adiamos a votação dessa matéria. Chegamos a um entendimento que talvez não seja ainda o entendimento possível, adequado e necessário. É por isso que é importante o conjunto da tramitação dessa matéria pelas outras comissões de mérito: pela Comissão de Direitos Humanos e pela Comissão de Educação, na qual teremos maior disposição, sendo Relator nessas comissões, em acatar e acolher outras emendas que melhorem e aperfeiçoem o projeto.

A emenda proposta, portanto, combina dois aspectos importantes: de um lado, a regulamentação do processo de expedição da carteira de identificação estudantil, que volta a ser exclusivamente expedida pelas entidades estudantis reconhecidas e legitimadas para os estudantes efetivamente matriculados nos níveis e modalidades de ensino previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Para tanto, faz-se necessária a revogação da Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001, além das mudanças propugnadas no próprio art. 36 do projeto. Com isso, é incorporada a Emenda nº 9 de S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

E aqui quero destacar: a carteira expedida pelas entidades estudantis é uma conquista histórica das mesmas desde os anos 60. A supressão das carteiras foi uma das primeiras medidas do regime de exceção instaurado no Brasil em 1º de abril de 1964, medidas que colocaram as entidades estudantis na ilegalidade, transformando em entidades proscritas a UNE, a Ubes e suas congêneres. O que estamos fazendo é recuperar um direito legítimo das entidades representativas dos estudantes brasileiros.

De outro lado, a emenda prevê a circunscrição do benefício da meia-entrada, que passa a corresponder a 50%, no caso de eventos com financiamento de recursos públicos, e a 40% do total de ingressos disponíveis para cada evento, financiado exclusivamente por entes privados. A diferenciação entre os eventos com financiamento público e privado, está em consonância com o dispositivo da Lei nº 8.313/91, conhecida como Lei Rouanet, que prevê a gratuidade de 10% dos ingressos dos eventos que contarem com seu apoio financeiro. Essa previsão é acompanhada do detalhamento das medidas necessárias para a fiscalização do cumprimento desse percentual pelo setor cultural, bem como da atribuição ao Conselho Nacional de Juventude da competência de acompanhar a implementação da meia-entrada no País. Com isso, é parcialmente acatada a Emenda nº 1, do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Ao mesmo tempo, a emenda que apresentamos garante a meia-entrada também para jovens carentes, em especial os oriundos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Com isso, atendemos uma reivindicação de ampliar o Estatuto da Juventude também para jovens, mas destacando claramente o critério de serem jovens pobres. Por isso estamos vinculando com o Programa Bolsa Família a extensão para o atendimento do benefício da meia-entrada.

Em nosso entendimento, é preciso avançar na gratuidade do documento de identificação estudantil para os jovens estudantes carentes.

Consideramos estudantes carentes, para fins de expedição gratuita da carteira estudantil, os estudantes que comprovem serem beneficiários das seguintes iniciativas: Programa Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e beneficiários de programas de assistência estudantil, como moradia estudantil, nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

Como não conseguimos chegar a um entendimento com as entidades estudantis sobre o financiamento do custo das carteiras gratuitas, resolvemos por continuar este debate nas outras comissões em que o projeto tramitará. Vale ressaltar que a gratuidade da carteira estudantil para os jovens estudantes carentes, goza de apreço das entidades e, para este Senador, é condição basilar para garantia de acesso a um direito aos que mais precisam.

Portanto, como esse debate será remetido às outras comissões, rejeitamos – repito: temporariamente – a Emenda nº 8.

A terceira interferência direta promovida pelo PLC nas políticas públicas está expressa no art. 14, que garante a todo jovem entre 15 e 29 anos o direito à meia-passagem nos transportes intermunicipais e interestaduais, independentemente do motivo da viagem. O dispositivo estabelece, ainda, que o custo desse benefício seja financiado preferencialmente por recursos orçamentários específicos, procurando evitar o repasse para as tarifas dos serviços. Esse aspecto é objeto das Emendas nº 2 e nº 3.

Sobre o tema, julgamos importante diferenciar o direito à mobilidade que o Estatuto pretende estabelecer para os jovens da prestação do serviço de transporte escolar. A nosso juízo, o *caput* do art. 14 do projeto já aborda, de maneira adequada, o transporte escolar. A meia-passagem em transportes intermunicipais e interestaduais, de que tratam os §§ 1º e 2º do dispositivo, não se circunscreve, portanto, aos deslocamentos de

ida e volta do estabelecimento escolar, como pretende a Emenda nº 2.

Por outro lado, parece-nos intransponível o vício de inconstitucionalidade relativo à previsão de descontos nas passagens do transporte intermunicipal. O serviço de transporte coletivo prestado dentro do território estadual é da competência exclusiva dos Estados, e a União não poderia estabelecer gratuidades ou descontos unilateralmente. Por isso, apresentamos emenda para suprimir os §§ 1º e 2º do dispositivo, o que nos leva à rejeição da Emenda nº 3.

No tocante aos transportes interestaduais, julgamos conveniente replicar a conquista dos idosos carentes possibilitada pelo Estatuto do Idoso.

Assim, introduzimos, mediante inclusão de novo art. 34 na Seção VIII do projeto, a previsão de duas vagas gratuitas por veículo, além de outras duas com desconto de, pelo menos, 50% na sua aquisição, para os jovens comprovadamente carentes. Com isso, buscamos garantir que o jovem de baixa renda tenha asseguradas as oportunidades de cultura e de lazer de que necessita para o seu pleno desenvolvimento.

Adicionalmente, acrescentamos novo art. 35, também na Seção VIII, destinado a prever que a União envide esforços junto aos entes federados para promover o transporte coletivo urbano subsidiado aos jovens.

No tocante à Emenda nº 4, não concordamos com a sugestão de reduzir a idade englobada pelo Estatuto. A faixa de 15 a 29 anos vem sendo consagrada em documentos internacionais que tratam da juventude e já é considerada como o público-alvo das políticas implementadas para esse segmento. Por isso, não podemos acatá-la.

Da mesma forma, rejeitamos a Emenda nº 6, que pretende suprimir a destinação de horários e espaços específicos na programação de rádios e emissoras de televisão para os jovens. A nosso ver, trata-se de dispositivo que não afronta a liberdade de expressão, nem o disposto no art. 221 da Constituição, que já estabelece a preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas na grade de programação das emissoras. O que o projeto prevê vem somar-se a esse princípio, fortalecendo o espaço dos jovens nos meios de comunicação.

Por outro lado, julgamos que a Emenda nº 5, que dá nova redação ao dispositivo referente à veiculação de campanhas relativas ao álcool, conforma-se às discussões realizadas no âmbito da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, *Crack* e Outras Drogas, instalada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa. Desse modo, merece ser acatada.

Igualmente, a Emenda nº 7, que prevê que o Estatuto entre em vigor seis meses após sua publicação, parece-nos meritória, para dar aos órgãos e entidades competentes o tempo necessário para transformar as diretrizes da norma em políticas efetivas para a juventude.

Certamente seria possível apresentar um substitutivo que aperfeiçoasse outros aspectos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Porém, julgamos conveniente, depois de sete anos de tramitação naquela Casa, acelerar a apreciação do Estatuto, limitando a análise desta Comissão às modificações mencionadas acima, que consideramos essenciais para sua aprovação.

Todavia, continuaremos a envidar esforços para que o Estatuto possa ser preenchido das lacunas que ainda existem. Nossa compreensão é que este debate precisará envolver amplas parcelas da juventude brasileira que não são representadas pelas entidades que colaboraram com este primeiro relatório.

Dessa maneira, ao passo que já fora externado pelos Presidentes das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que será delegada a este Senador a relatoria do projeto nas respectivas comissões, assumimos o compromisso de continuar buscando alternativas, inclusive através de audiências públicas nos Estados, para construção de um texto que contemple os anseios da juventude brasileira e a contribuição, fundamental, que o Senado Federal pode dar neste processo.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 98, de 2011, com as emendas apresentadas a seguir, e pela aprovação das Emendas nºs 1, 5, 7 e 9 e a rejeição das Emendas nºs 2, 3, 4, 6 e 8:

Esse é o parecer e esse é o voto, Sr. Presidente.

(Manifestações da plateia.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não, calma.

Existe um voto em separado do Senador Demóstenes Torres, e, regimentalmente, tenho de dar a palavra para ele para que profira o seu voto em separado, para, em seguida, abrirmos a discussão do relatório do Senador Randolfe, que tem preferência sobre o voto em separado do Senador Demóstenes.

Senador Randolfe, o relatório de V. Exª tem preferência. Derrotado o relatório do Senador Randolfe, passa-se à votação do relatório do Senador Demóstenes. Portanto, tenho que conceder regimentalmente a

palavra ao Senador Demóstenes para leitura do voto em separado que ele apresentou à Comissão.

V. Exª tem a palavra para emitir o voto em separado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Sr. Presidente, vou pedir vista, uma vez que o Senador Randolfe reformulou seu voto – ele trouxe um voto novo –, e, em decorrência disso, em consideração ao próprio trabalho feito pelo Senador Randolfe e abrindo uma oportunidade para diálogo de mais uma semana, peço vista regimental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª abre mão de fazer a leitura do voto em separado?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. Peço vista por uma semana e, na semana que vem, ou nós entramos em entendimento, ou apresento o voto, porque...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok, entendi. Só para poder ordenar os trabalhos: V. Exª pede vista do projeto relatado pelo Senador Randolfe, não abre mão do voto em separado, mas, se houver entendimento em relação ao que V. Exª defende no voto em separado e com o Senador Randolfe, que é o Relator, aí V. Exª poderá, sim, abrir mão do voto em separado na próxima reunião. É isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Só para entendimento da Mesa.

Senador Aloysio Nunes pede vista, Senadora Marta, Senador Crivella. Quem mais pediu vista?

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio Neves; Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

Próximo item, então, para retirada de pauta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Nós teremos só mais uma reunião para terminar a sessão legislativa da CCJ. Eu acho que seria de bom tom, na próxima quarta, retornar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A vista coletiva vai voltar na próxima quarta. Deixe-me explicar o porquê do direito de vista do Senador Demóstenes Torres: esse relatório já havia sido lido e dado vista. Só que V. Exª, ao fazer o entendimento com a UNE, com a Ubes e com a juventude, não sei com quem mais V. Exª conversou, V. Exª reformulou o voto; ao reformulá-lo, é regimental o pedido de vista do Senador Demóstenes Torres. Por isso, sou obrigado a conceder vista ao Senador Demóstenes Torres, em relação ao projeto, hoje, relatado por V. Exª, por se tratar de um outro projeto, porque é um projeto reformulado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Perfeitamente. V. Exª e o Senador Demóstenes estão corretíssimos.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Então, acatadas as emendas do Senador Demóstenes para a próxima semana, poderemos entrar em discussão e em votação sem direito a vista, porque se não vai ser um outro relatório. Cada vez que se fizer um relatório novo, regimentalmente, sou obrigado a dar vista.

Portanto, está concedida a vista coletiva ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011.

Próximo item da pauta.

(*Manifestação das galerias*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, obrigado a vocês!

Agora, vou pedir silêncio a vocês, porque tenho o próximo item da pauta.

ITEM 14
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 96, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução...

(*Manifestação das galerias*.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Por favor!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, isso aqui não dá!

(*Manifestação das galerias*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Randolfe!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não, não dá!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Não posso bater nas crianças!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não têm o que fazer aqui!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Estão saindo, estão saindo!

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Na próxima quarta-feira...

(*Manifestação das galerias*.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – É regimental gente, por favor! Por favor, Daniel, por favor!

(Manifestação das galerias.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós vamos votar essa matéria na próxima quarta-feira...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) *(O Sr. Presidente faz soar a campainha)* – Eu vou pedir à imprensa, por favor, faça a entrevista lá fora! Daniel... Daniel, por favor, dá a entrevista lá fora.

Senador Aloysio, tem a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, nós vamos votar essa matéria na próxima quarta-feira, Eu queria já, preventivamente, dizer a V. Exª que eu acho degradante para o Senado o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ter de pedir "por favor" para cumprir o Regimento Interno.

Não é possível que um grupo, qualquer que seja o grupo, a favor ou contra a qualquer causa se reúna no recinto de uma comissão para pressionar diretamente, com gritos, com aplausos ou reprovação, a deliberação dos Senadores. Eu considero isso absolutamente inadmissível! Absolutamente inadmissível! Não é possível! Isso contraria um princípio...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...básico da democrática representativa. Nenhum grupo de pressão pode tentar se sobrepor, no grito, à deliberação dos representantes do povo.

Então, eu já estou prevendo o que vai acontecer na próxima quarta-feira; eu já estou prevendo o que vai acontecer na próxima quarta-feira: nós teremos novamente uma galeria cheia de entidades estudantis, que são, enfim, eu não quero entrar no mérito, mas são entidades estudantis ou outras, pouco importa o que sejam, para gritar, para aplaudir, para vaiar, o que é absolutamente inadmissível.

Era isso que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aloysio, a manifestação de plateia, V. Exª em plena razão, é regimental e é inadmissível. Agora, quanto à presença, é costume da Casa termos as presenças de várias categorias pressionando, é fato, a todos nós. Foi assim com os taxistas: houve manifestações; hoje mesmo, nós tivemos outra manifestação do pessoal do Conselho Tutelar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Se me permite, Presidente, pouco importa!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu concordo com V. Exª: é regimental o silêncio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Pela ordem, Presidente Eunício.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Aécio.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Apenas para contribuir com a discussão. Esse é um tema que movimenta sentimentos mais agudos, digamos assim, então, como sugestão, V. Exª poderia, acho que seria um exagero cercear as presenças dos estudantes – só para concluir, Senador Aloysio –, mas limitar...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu não quero limitar ninguém, Senador; eu só quero que as pessoas sejam limitadas pela regra, que é o silêncio!

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco/PSDB – MG) – Eu estou concordando plenamente com V. Exª. Mas, mais do que isso: como o número de pessoas será maior certamente do que o de hoje, poder-se-ia limitar. E até que essas entidades possam – se forem 20, 30, 50, 100, não sei quantos cabem aqui – limitar, definindo quais representantes vão estar aqui dentro e, em outra dependência da Casa, os demais, assistiriam à votação, para não ficar um tumulto, inclusive impedindo o trânsito dos Srs. Senadores pelos corredores. Eu acho que atende a todos uma representação aqui dentro, e, em outras dependências da Casa, em outras salas de reuniões, os outros possam assistir. Acho que é algo natural e não cerceia a possibilidade de manifestação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Permita-me, Sr. Presidente, entrar nisso. Acho que duas coisas erradas foram feitas hoje, primeira, agredir os estudantes lá fora; segunda, permitir a manifestação aqui dentro. Porque é. Nem contra nem a favor. Daqui a pouco chega com um tomate aí e, pronto!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Senador Demóstenes, V. Exª tem razão, quer dizer,... Os Srs. Senadores têm razão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – No meu caso, que não tenho cabelo, tudo bem. Mas imaginem o Humberto Costa com aquele cabelo branco, bonito e tal, sair todo vermelho...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – A preocupação é dos que têm implante...

Quero deixar bem claro que o Senador Aloysio Nunes tem razão, é regimental. V. Exª tem razão. A

manifestação, eles se mantiveram ali quietinhos, na saída, começaram a gritar palavras de ordem, aí não tem como a Mesa impedir. Acho que a sugestão do Senador Aécio Neves media essa questão, sabendo, na hora em que eu for iniciar a votação, que é proibido, regimentalmente, manifestação de terceiros aqui.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Claro, com todos, mas em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Ok.

Vamos ao próximo item da pauta.

ITEM 14
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO
Nº 96, DE 2009
– Não Terminativo –

Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Autoria: Mesa do Senado Federal

Relatoria: Senador Benedito de Lira

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nºs 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e Emendas CCJ nºs 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 33, 34 e 35, na forma do substitutivo que apresenta, restando rejeitadas as demais emendas.

A relatoria é do Senador Dornelles, mas S. Exª se colocou impedido de fazer a relatoria porque pertenceu ou pertence, como Conselheiro, a um instituto que prestou serviço à elaboração da reforma ainda na legislação passada. Nesta legislação nós não contratamos absolutamente ninguém, não gastamos sequer um centavo para que fosse elaborado. Isto aqui foi fruto do trabalho de uma subcomissão presidida pelo Senador Suplicy, e a matéria foi relatada pelo Senador Ricardo Ferraço. Fez parte da comissão também o Senador Benedito de Lira, se não me falha a memória, o Senador Cícero Lucena e o Senador Vital do Rêgo. Era uma subcomissão de cinco membros. O Senador Ferraço foi o Relator; depois, o Senador Dornelles, que abdicou, devolveu a relatoria, que passou a ser do Senador Benedito de Lira.

Observações: a matéria foi apreciada pela Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, como falei, presidida pelo Senador Suplicy e relatada pelo Senador Ricardo Ferraço, a quem de público agradeço.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pela ordem, Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, eu gostaria de pedir vista a este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª só pode pedir vista após a leitura do relatório. Em seguida darei a palavra a V. Exª para, após a leitura do relatório do Senador Benedito de Lira, obviamente... É regimental, e V. Exª terá direito à vista, mas não pode pedir antes do relatório do Senador Benedito de Lira. Em seguida darei a palavra a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Ok. Então, após o relatório eu gostaria de me pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Após o relatório, tem a palavra V. Exª.

Senador Benedito de Lira, tem a palavra V. Exª para a apresentação do relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer alguns pequenos comentários e, até certo ponto, alguns agradecimentos, antes de começar a leitura do nosso relatório.

A reunião de hoje marca mais uma etapa do importante processo de modernização administrativa do Senado Federal. Tenho a honra de apresentar a V. Exªs e ao Senado Federal parecer da CCJ sobre o Projeto de Resolução nº 96, de 2009, comumente denominado Reforma Administrativa do Senado Federal, cuja relatoria nesta Comissão foi colocada sob a minha responsabilidade. Com satisfação acatei o desafio de elaborar a presente peça legislativa de cuja autoria, evidentemente, não detenho a sua exclusividade.

Neste momento, quero agradecer a todos que de algum modo contribuíram para a sua conclusão. Agradeço especialmente aos servidores da Casa, que subsidiaram a subcomissão temporária que analisou o PR nº 96 com informações valiosas sobre o funcionamento de seus respectivos setores; aos senhores membros da CCJ, que cumprimento na pessoa de S. Exª o Presidente da Comissão, Senador Eunício Oliveira; aos Srs. Senadores membros da Subcomissão Temporária, que cumprimento na pessoa de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy e do Senador Ricardo Ferraço, Relator desta matéria na Subcomissão que entregou ao Senado Federal um trabalho completo e altamente qualificado.

Eu e as pessoas que me auxiliaram na elaboração deste parecer fomos guiados nesta tarefa pela mesma motivação que levou a Comissão Diretora a apresentar o PRS nº 96, de 2009. Motivou-nos a urgente necessidade de adequar o Senado Federal, sua estrutura

e seu modelo de gestão às legítimas exigências da sociedade brasileira por transparência, economia de recursos e racionalidade administrativa. O substitutivo que apresentamos, portanto, busca complementar todas essas demandas.

Partindo do criterioso relatório do Senador Ricardo Ferraço, propusemos alguns ajustes que, no nosso entendimento, aprimoram o texto aprovado na Subcomissão tanto nos aspectos formais quanto do conteúdo.

Na leitura do parecer, que farei em seguida, entrarei em maiores detalhes a respeito desses aprimoramentos. Por ora, basta dizer que, além do corte do número de terceirizados da Casa e da adequação da estrutura de alguns órgãos – como a Consultoria Legislativa, a Secretaria de Comunicação Social e a Secretaria Geral da Mesa do Senado –, procedemos a alterações que resultarão, segundo dados da Administração da Casa, em uma economia da ordem de aproximadamente R$ 150 milhões.

Também destacamos no relatório o apoio à emenda do Senador Francisco Dornelles, que proíbe expressamente o nepotismo nas unidades administrativas desta Casa, além da adoção de um processo seletivo de provas para contratação de estagiários.

Na posterior leitura do parecer, discutiremos, em detalhes, essas e outras propostas contidas no Substitutivo, que, além de conservar grande parte das contribuições do relatório aprovado na Subcomissão, incorporou ainda mais de sessenta emendas apresentadas pelos nobres Senadores.

Antes de passar à leitura do parecer, porém, eu não poderia deixar de enfatizar a importância da participação dos servidores do Senado Federal ao longo de todo processo da reforma administrativa.

Eu costumo dizer que nós, Senadores, somos meros inquilinos nesta Casa. Hoje estamos aqui; amanhã não estaremos mais. Quem fica, quem trabalha pelo Senado como instituição, quem preserva a memória desta Casa são os servidores do Senado Federal. Foi essa a premente preocupação. Portanto, garanti que desta reforma surgisse um Senado Federal não apenas adequado às suas funções, não apenas adequado às demandas da sociedade brasileira, mas também um Senado que proporcione aos seus servidores as melhores condições possíveis para que eles desenvolvam um trabalho à altura das suas atribuições.

Por isso, Sr. Presidente, no nosso esforço de conjugar essas várias perspectivas da sociedade civil, dos servidores da Casa e dos princípios modernos de Administração Pública, surgiu a presente proposta, que submeteremos à avaliação de V. Exªs, com a convicção de que elas não apenas atualizam o Senado em relação às práticas administrativas mais atuais, mas também prepara esta Casa para os desafios que ela há de enfrentar nos anos vindouros.

Depois dessas preliminares, Sr. Presidente, começaremos a fazer a leitura do nosso Parecer.

O Projeto de Resolução do Senado nº 96, de 2009, de autoria da Comissão Diretora, busca alterar o Regulamento da Administração do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, promovendo reforma administrativa na Casa.

O projeto original contém apenas três artigos: o primeiro estabelece nova redação para as Partes II e III do Regulamento Administrativo, na forma do Anexo apresentado; o segundo acresce ao Regulamento a Parte IV, que cuida das disposições gerais e transitórias; e o terceiro determina vigência imediata para a resolução, produzindo efeitos a partir de 1º de março de 2010.

O Anexo da Resolução, por seu turno, apresenta essas três partes em 662 artigos, dedicando-se a Parte II do Regulamento a estabelecer a estrutura e as competências dos órgãos administrativos do Senado Federal e a Parte III a regulamentar o número de cargos e de funções comissionadas existentes na Casa, especificando as atribuições e a lotação dos respectivos ocupantes.

Pontua a Comissão Diretora, ao justificar o projeto de sua iniciativa, que a proposta de reforma administrativa efetua profunda reestruturação no Senado Federal, mediante a modernização da gestão, o aumento da transparência no processo decisório e o corte de despesas, reduzidas em 40% no caso das funções comissionadas. Alega, também, que a proposta se embasa nos estudos técnicos da Fundação Getúlio Vargas e nas sugestões oferecidas por diversos Senadores e servidores.

A matéria foi encaminhada ao exame prévio da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde foi criada Subcomissão Temporária para sua análise. No primeiro momento, a Subcomissão foi composta pelos Senadores Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares e Pedro Simon, além do Senador Jarbas Vasconcelos, que a presidiu, e do Senador Tasso Jereissati, que funcionou como relator.

Após a realização de diversas audiências públicas e intensos debates, o Senador Tasso Jereissati ofereceu relatório com voto pela aprovação da matéria, na forma de substitutivo. Com o final da Legislatura, entretanto, o documento não chegou a ser apreciado.

Na presente Legislatura, foi instituída nova Subcomissão para examinar o tema, colegiado do qual tive a honra de participar ao lado dos Senadores Vital do Rego e Cícero Lucena, além da inspiradora companhia do Senador Eduardo Suplicy, que presidiu os

trabalhos, e do Senador Ricardo Ferraço, designado para relatar a matéria.

Houve, então, nova rodada de debates e audiências públicas, que culminaram com a apreciação e aprovação, no dia 6 de julho próximo passado, do relatório oferecido pelo Senador Ricardo Ferraço, com voto pelo acolhimento do projeto de resolução, na forma do substitutivo apresentado.

Em termos gerais, esse substitutivo reafirma a estratégia adotada pelo primeiro relator, estabelecendo o seguinte: priorização da área fim; comando unificado para a coordenação dos órgãos da área meio; junção dos órgãos voltados à gestão do conhecimento; redução de despesas, por eliminação de hipertrofias, duplicidades e superposições; e designação de funções comissionadas exclusivamente para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento previstas na estrutura, para prevenir distorções na hierarquia.

Nesse sentido, mantém a proposta de acrescentar novo artigo ao projeto de resolução, prescrevendo o envio à Comissão Diretora de uma série de estudos formulados por diversos órgãos da Casa com vistas ao redimensionamento e à otimização dos recursos humanos e materiais necessários ao funcionamento do Senado Federal. Mantém, igualmente, a forma mais compactada das Partes do Regulamento Administrativo, que se desdobram em 221 artigos, bem como o enxugamento dos órgãos e das funções e cargos comissionados.

Até o momento, o PRS n° 96, de 2009, recebeu 69 emendas, 34 apresentadas perante a Mesa do Senado e 35 oferecidas no âmbito desta Comissão.

Análise.

Não há óbice constitucional para a tramitação da proposta sob exame, que observa as regras de competência e iniciativa, não afronta cláusula pétrea e se materializa na espécie legislativa adequada. Lembremos, a propósito, que o inciso XIII do art. 52 da Constituição Brasileira estabelece ser da competência privativa do Senado Federal dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços.

Vale dizer que o projeto está em conformidade com as normas jurídicas e regimentais vigentes, notadamente com a regra inscrita no inciso III do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal, que indica ser competência da Comissão Diretora propor ao Senado projeto de resolução dispondo sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços.

É inquestionável, também, o mérito do projeto de resolução sob análise, que propõe estrutura mais racional e enxuta para o funcionamento desta Casa, sobretudo quando se consideram os desvios e inchaços ora existentes, noticiados à exaustão pela imprensa, e a necessidade de cortes nas despesas públicas diante do conturbado cenário financeiro internacional.

Cabe ressaltar, neste momento, o esforço dedicado pela Comissão Diretoria, pelos membros das duas edições da Subcomissão da Reforma Administrativa, especialmente pelos tão competentes relatores, por vários Senadores e servidores, individual e coletivamente, a fim de construir o melhor regulamento administrativo possível para esta Casa.

Foi exatamente com esse propósito que nos lançamos à análise minuciosa do texto aprovado pela Subcomissão a partir do instante mesmo em que assumimos a relatoria da matéria. Essa análise evidenciou fragilidades que podem comprometer a gestão da Casa e a própria eficácia da reforma administrativa, tão esperada e necessária, fragilidades que acabaram por inspirar a elaboração de nova versão do texto normativo.

Um primeiro e preliminar registro se impõe: todas as alterações que sugerimos sejam promovidas no texto resultam do diálogo com os mais diferentes segmentos administrativos da Casa. Partimos do pressuposto de que os servidores do Senado, os diretores inclusive, conhecem as suas necessidades e são capazes de identificar as carências.

Nesse passo, identificamos, de saída, que o enxugamento proposto na estrutura administrativa pelo substitutivo do Senador Ferraço deixa em aberto a dimensão do corte de custos decorrente da redução de 30% na contratação de mão de obra terceirizada, que hoje representa um terço do número de pessoas que trabalham no Senado.

Para sanar o problema, propomos não somente um corte no quantitativo de terceirizados, mas a imposição de que essa redução resulte também na diminuição do custo financeiro dos contratos de terceirização de mão de obra. Essa medida, por si só, trará ao Senado Federal economia superior a 48 milhões de reais por ano.

Ademais, percebemos que o texto do Senador Ferraço não trata dos demais contratos de prestação de serviço, que estão longe de ter valor irrelevante. Para enfrentar essa questão, propomos a racionalização desses contratos, com redução de, no mínimo, trinta por cento do seu valor atual, e com a reestruturação das unidades incumbidas de geri-los.

Também verificamos ser necessário assegurar a continuidade dos trabalhos da Secretaria de Comunicação Social, mediante a preservação de sua estrutura mínima de funcionamento. Afinal de contas, no contexto atual, em que a sociedade demanda cada vez mais informação e transparência no exercício da

cidadania, como entender que o Senado resolve economizar efetuando cortes estruturais justamente na área de comunicação social?

Na contramão dessa estratégia, mas sem inflacionar o número de cargos de direção, oferecemos uma proposta baseada na racionalidade da distribuição das funções, que favorece a adoção de um sistema de comunicação eficiente e otimizado nos seus recursos humanos e materiais. Desse modo, pretendemos garantir as condições para o estabelecimento de uma forma moderna e instantânea de comunicação no Senado, capaz de privilegiar a interatividade com o cidadão e de estimular a participação crescente do eleitor no processo político legislativo, sem pesar no bolso do contribuinte.

Ainda nessa trilha, vislumbramos a necessidade de reformular os termos como se descrevem as atribuições de várias unidades e como se agrupam os serviços, sempre em busca da máxima racionalidade e eficiência. Citamos, por oportuno, a contribuição dos servidores das Consultorias, da Secretaria-Geral da Mesa (SGM) e da Secretaria-Geral de Administração (SGA), entre outros, na crítica dos dispositivos diretamente afetos a suas unidades. De forma abnegada, essas pessoas leram atentamente o texto do substitutivo apresentado pelo Senador Ferraço e trabalharam para aperfeiçoá-lo, propondo um grande número de pequenos ajustes.

Entre os ajustes propostos, a principal modificação no âmbito da Secretaria-Geral de Administração, envolve a alteração na denominação do Conselho de Administração para Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, buscando caracterizá-lo como um colegiado voltado ao planejamento e à gestão estratégicos. O órgão terá como secretaria-executiva o Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica que será encarregado de assessorar a alta administração, os colegiados e órgãos da Casa na tomada de decisões administrativas relacionadas à governança corporativa, em termos de alinhamento estratégico, análise de riscos, eficiência e análise de desempenho, bem como nas decisões relacionadas à gestão estratégica, incluindo a gestão de pessoas, de projetos, de processos e da cultura organizacionais.

Convém efetuar, ainda, o realocamento de vários serviços subordinados à SGA. Lembramos, a título de exemplo, o caso do Serviço de Qualidade de Vida e Assistência Social, que saiu do âmbito da Coordenação de Saúde do Trabalho do Departamento de Saúde, para ingressar na Coordenação de Aposentados e Pensionistas do Departamento de Recursos Humanos.

Nesse processo de redesenho da nova estrutura da Casa, guiado pela ideia de gestão estratégica e protagonizado pelos órgãos superiores de execução, nomeadamente a Secretaria-Geral de Administração e a Secretaria-Geral da Mesa, identificou-se a necessidade da existência de algumas unidades administrativas que não constam do texto apresentado pelo Senador Ferraço. É o caso, por exemplo, do Serviço de Avaliação e Controle de Custos, inserido na Coordenação de Orçamento e Finanças Gerenciais, do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade. Trata-se, sem dúvida, de uma medida responsável e sensata definir uma estrutura próxima do ordenador de despesas que tenha por incumbência avaliar e controlar os gastos, conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional.

Priorizando as atividades finalísticas do Senado, propomos que os espaços físicos dos edifícios anexos I, II, e III sejam destinados ao uso das unidades diretamente envolvidas no processo legislativo. Em função disso, sugerimos a transferência da Biblioteca para outro espaço, mais adequado a seus fins. Em contrapartida, desfazemos a fusão de serviços bastante distintos proposta pelo Senador Ferraço. Essa fusão atingiria não só o setor responsável pela gestão de empréstimos, devoluções e cobranças, que só neste ano já beneficiou mais de 50 mil, mas também o responsável pelo acervo de recortes de jornais, que é um dos mais completos e antigos do País, porquanto iniciado em 1826.

No que se refere à Secretaria-Geral da Mesa, propomos instrumentalizar de forma mais adequada esse que é o órgão fundamental de assessoramento ao processo legislativo. Por isso, reforçamos a estrutura central da unidade e o assessoramento às Comissões Permanentes da Casa, restringindo o número de servidores efetivos especialistas em processo legislativo que podem ser lotados em cada Gabinete Parlamentar. Além disso, estruturamos a Coordenação de Registros Taquigráficos com dois serviços: um de apoio ao Plenário e outro de apoio às Comissões.

Reforçamos a atividade fim da Secretaria de Gestão do Conhecimento, explicitando a sua função como órgão encarregado de planejar, implementar e controlar as atividades de desenvolvimento de competências por meio de atividades de educação no âmbito do Senado Federal. Além disso, prevemos a possibilidade de que o órgão conte com um pequeno número de assessores e assistentes técnicos.

Aliás, por questões técnicas envolvendo a formalização de acordos de cooperação celebrados entre o Senado e instituições de ensino superior, houvemos por bem denominar Instituto Legislativo Brasileiro o órgão responsável por capacitar os servidores da Casa.

Sugerimos a adoção da emenda apresentada pelo Senador Francisco Dornelles, que torna expressa

a proibição de nepotismo nos gabinetes parlamentares, motivo por que retificamos os substitutivos apresentados como conclusão ao relatório do PR 96, de 2009, dando ao art. 223 do Regulamento Administrativo proposto a seguinte redação:

No âmbito de cada gabinete do Senador e de Lideranças é vedada a nomeação ou a designação de familiar do respectivo Senador, familiar da máxima autoridade administrativa da Casa ou ainda familiar de ocupante de cargos comissionados ou de função de confiança do mesmo gabinete, compreendido o ajuste para designação recíproca.

Parágrafo único: para os fins deste artigo, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consaguinidade ou afinidade até o terceiro grau, inclusive.

Com relação ao estágio, entendemos a importância do papel dos estagiários no funcionamento de diversos segmentos da administração do Senado e, em atenção ao princípio da impessoalidade na administração pública, propomos que a sua seleção se faça mediante processo seletivo de provas, de modo a favorecer a moralidade administrativa.

Essa alteração atende aos anseios dos jovens estudantes universitários que almejam fazer estágio no Senado Federal e pretendem buscar a vaga em base em critérios meritocráticos.

Reiteramos que a inovação promovida para assegurar a estrutura mínima de funcionamento ótimo da Casa não desvirtua o conteúdo do substitutivo aprovado por unanimidade dos membros da Subcomissão da Reforma Administrativa, nem se desvia de diretrizes originalmente firmadas pela Comissão Diretora. Basta dizer que a aprovação do substitutivo que ora apresentamos, segundo dados da administração geral do Senado, irá gerar uma economia anual para os cofres públicos de R$150 milhões. Essa cifra, vale dizer, equipara-se àquela estimada com base no parecer da Subcomissão e do relatório do Senador Ferraço.

Ressaltamos, por oportuno, que a oferta de um novo texto se justifica por dois motivos: primeiro, para reparar os vários pequenos desajustes detectados na proposta da nova estrutura da Casa; segundo, para adequar a redação do anexo do projeto de resolução, que continha três partes, o regulamento administrativo, as exigências da técnica legislativa impostas pela lei complementar de fevereiro de 98, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consideração das leis.

Uma das exigências da referida lei complementar não observada pelo texto substitutivo em análise é a precisão quanto à numeração dos dispositivos. O art. 20, por exemplo, ostenta dois parágrafos, embora um se denomine parágrafo primeiro e o outro, parágrafo único, além disso, as alíneas existentes no texto normalmente, que funcionam como desdobramento dos incisos, como prescreve a lei.

Por fim, Sr. Presidente, importa dizer que a apresentação de um novo substitutivo, longe de significar um desdouro ao trabalho feito pelos relatores anteriores, representa o amadurecimento de um texto que resulta na intensa participação dos servidores e gestores da Casa no processo ora em curso de modernização da sua estrutura administrativa.

Antes de tudo, a oferta do substitutivo que ora apresentamos decorre do respeito à importância desse projeto para o resgate da imagem do Senado Federal diante do eleitorado e para garantia do perfeito funcionamento da Casa, que é vital no cenário do fortalecimento da questão federativa.

Vale dizer que o substitutivo ora oferecido à apreciação deste nobre Colegiado analisa, no anexo do presente parecer, as emendas apresentadas ao projeto original perante a Mesa do Senado e aquelas apresentadas ao substitutivo aprovado pela Subcomissão.

Voto: diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PRS nº 96, de 2009, e, total ou parcialmente, das Emendas apresentadas junto à Mesa nos 3, 4, 5, 9, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 29, 30 e 32 e Emendas CCJ nos 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 28, 29, 33, 34 e 35, na forma do substitutivo a seguir, restando rejeitadas as demais emendas.

Esse é o parecer e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Benedito de Lira, meus cumprimentos pelo belíssimo relatório apresentado por V. Exª, aliás, extremamente coerente com a sua competência e conhecimento da matéria.

O Senador Petecão havia pedido vista.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Presidente, o senhor me permite?

Primeiramente, gostaria de parabenizar o Relator, Senador Benedito de Lira. É claro que, nessa proposta, houve alguns avanços, mas entendemos que precisam ser vistas algumas situações, por exemplo, a situação da Polícia Legislativa. Existe uma interpretação de prerrogativa dúbia e nós precisamos dar uma trabalhada nisso. Então, eu gostaria, se o senhor me permite, Presidente, pedir vista do projeto.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vista coletiva.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Também peço vista coletiva, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Vista coletiva ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...dada a importância da matéria, cumprimentando o Senador Benedito de Lira, mas também avaliando que é necessária uma reflexão, dado o volume tão grande, e até a próxima quarta-feira, poderemos examinar as contribuições dadas.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Concedida vista coletiva.

ITEM 15
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2002
– Não Terminativo –
Dispõe sobre o exercício da Medicina.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Com a palavra o Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente. Com base no art. 108, parágrafo único, que diz o seguinte:

Art. 108. *As comissões reunir-se-ão com a presença, no mínimo, da maioria de seus membros.*

Parágrafo único. A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída, com antecedência mínima de dois dias úteis, aos titulares e suplentes da respectiva comissão mediante protocolo.

E no fato de que este projeto só entrou ontem à noite, Sr. Presidente, peço a V. Exª que o retire de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Srs. Senadores, acato a preliminar levantada pelo Senador Demóstenes Torres. O artigo é claro. Adio o exame deste projeto para a próxima reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser ouvido antes.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Por favor, com a palavra V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Imagine, estou aqui passando fome.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mando trazer um sanduíche para V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, é pior: eu não posso comer. Estou com um problema intestinal. A verdade é que, no dia do Ato Médico, estou com um problema sério. Eu não posso nem almoçar hoje. Agora...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas tudo por causa do Ato Médico?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, foi um jantar ontem, uma comida mineira.

Sr. Presidente, V. Exª sabe que este projeto está aqui desde 2002, no Congresso Nacional. Ou seja, em janeiro, vai completar dez anos de tramitação entre o Senado e a Câmara dos Deputados. Este projeto saiu daqui, a relatoria coube a Senadora Lúcia Vânia e passou alguns anos na Câmara. Voltou no ano passado, fui designado relator, tive muito trabalho, tive que ouvir todos os segmentos envolvidos com a saúde. Enfim, V. Exª, retirando-o de pauta, naturalmente, na próxima reunião, que será a última – a próxima reunião será na quarta-feira e será a última reunião –, alguém pedirá vista para procrastinar de novo.

Esse trabalho que está sendo feito agora, neste momento, com toda a compreensão do Senador Demóstenes Torres, é para não ser votado o projeto, não é para discutir. Porque V. Exª poderia até ter me dado a oportunidade de iniciar a leitura do projeto, alguém poderia pedir vista, juntamente com o Senador Demóstenes Torres. E na próxima reunião é que iríamos votar. Não vamos votar esse projeto agora. Então, o fato de pedir achando que nós iríamos votar está errado, porque já tínhamos combinado inclusive com o Senador Aloysio Nunes de pedir vistas da matéria. Então, o fato de tirar de pauta significa procrastinar. E não há motivo para essa procrastinação, de vez que eu fiz o máximo para obter o maior número de apoios.

Eu vou ser homenageado por várias categorias. Por exemplo, hoje recebi um ofício da representação nacional dos farmacêuticos, que vai me conceder, no mês de janeiro, uma homenagem pelo ato médico. Recebi telefonemas dos enfermeiros de Sergipe e do Brasil parabenizando pelo ato médico. Só tem uma categoria que não concorda; uma das quatorze categorias que temos no setor médico: é a dos terapeutas. Mas eu conversei com eles e mostrei, por exemplo, Sr. Presidente, que o diagnóstico funcional e o diagnóstico cinesio-funcional a Câmara dos Deputados tirou, prejudicando substancialmente os fisioterapeutas. E eu fiz reviver o projeto original da Senadora Lúcia Vânia, prestigiando essa categoria. Inclusive, essa expressão cinesio-funcional não existia. Foi uma criação do trabalho da Senadora Lúcia Vânia.

Eu acho, Senador Demóstenes Torres, que agora não vamos votar nada! V. Exªs até me permitiriam que eu fizesse uma apresentação breve do relatório e na próxima reunião, aí sim, eu faria uma apresentação por meio do PowerPoint, para explicar, em pormenores, como foi feito esse trabalho de engenharia política, colocando mecanismos que foram aprovados pelo Senado Federal, pela Câmara dos Deputados e

fazendo um substitutivo mais consensual possível, tanto que eu estou recebendo – já disse – homenagens do Brasil inteiro, não só de médicos. Aliás, os médicos não fizeram nenhuma homenagem a mim. Os enfermeiros é que estão fazendo homenagem, bem como os farmacêuticos.

Então, digo a V. Exª que seria uma desatenção ao relator. Eu passei mais de um ano trabalhando nessa matéria e de repente falam: "Não! Não tem número". Mas, espere, eu não disse que iria votar nada aqui. Não estou pedindo para votar nada!

Eu peço a compreensão de V. Exª, Sr. Presidente, e do nobre Relator Demóstenes Torres, para que me permitam fazer uma leitura sucinta do relatório e na outra reunião, na quarta-feira, aí, sim, entrarei nos detalhes que os Senadores precisam saber, sobre como fiz esse substitutivo. Então, peço, nobre Senador, a sua compreensão, porque nós não iremos votar a matéria nesta reunião.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Infelizmente, não há previsão regimental, não é, Sr. Presidente, conforme V. Exª já definiu.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Eu queria dizer a V. Exª o seguinte...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu já cheguei à conclusão que o Senador Demóstenes Torres age, neste Senado Federal, com o maior radicalismo. Ontem, foi contra a ministra, já votada pelo nosso Congresso Nacional, que recebeu desfeita publicamente. Uma profissional que passou 35 anos na judicatura do trabalho, uma especialista. Nós precisamos de alguém, no Supremo Tribunal Federal, com essa especialidade. E o Senador Demóstenes Torres foi contra tudo e contra todos! Ele investiu...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É um direito meu! Eu fui eleito. Eu faço o que quiser!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É um direito de V. Exª.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu sou Senador como V. Exª é. Estude o Regimento! V. Exª quer passar por cima do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É um direito de V. Exª, Senador. Mas V. Exª disse que ela é incompetente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E é.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não é, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – V. Exª quer fazer média!

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não preciso fazer média. Não tenho nenhum processo no Supremo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Está fazendo média. V. Exª quer fazer média.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não tenho nenhum processo no Supremo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Espero que não tenha.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) –... e não terei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pode investigar. Não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Srs. Senadores...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não sou policial, não. Policial é...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não precisa investigar; é público.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não. Exatamente. V. Exª quer me obrigar. Eu tenho direito. Eu tenho direito de ter opinião.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª tem direito, mas não de desvirtuar uma mulher que teve quase 40 anos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu não faltei com o respeito a ninguém.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – V. Exª agiu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não senhor. V. Exª está colocando palavras na minha boca.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Demóstenes, por favor. Srs. Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Eu disse, inclusive, que ela tinha reputação ilibada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, Srs. Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Assuma V. Exª que não tem coragem de fazer nada. Não me interessa homenagem de quem quer que seja, não.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor, Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Não me interessa homenagem, não. Interessa-me o Brasil. É um direito meu.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Demóstenes, eu pediria aos Srs. Senadores...

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu acho que essa alteração do Senador Demóstenes Torres...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Você que provocou.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – ... não é a primeira vez que ele se altera nesta Casa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – E daí?

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria que V. Exª...

V. Exª continua, realmente estava fazendo uma bela exposição.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Inclusive recebeu uma admoestação pública do Presidente do Senado, pela forma como ele trata, na tribuna, os seus colegas. Até o próprio Presidente do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas vamos continuar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Escute V. Exª: eu não recebi admoestação de ninguém.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Recebeu.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador Demóstenes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – Tente V. Exª fazer admoestação pública...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu não estou fazendo admoestação nenhuma; eu estou achando que V. Exª age de forma radical.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/DEM – GO) – É um direito meu, como membro da Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Aliás, como Presidente desta Comissão, não agia desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ. *Fazendo soar a campainha.*) – Senador, eu pediria... Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estranho que o Presidente saiu há poucos instantes, o Presidente efetivo, e disse-me: "Senador Valadares, V. Exª será chamado para fazer o seu relatório. Nós sabemos que não vai ser votada esta matéria hoje, claro". E depois acontece este quadro. Isso é estranho.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Senador Valadares, eu considero esse Ato Médico projeto da maior importância. Examinei o relatório de V. Exª e praticamente concordo com os termos integrais do seu relatório. Entretanto, o Senador Demóstenes Torres levantou uma preliminar e, realmente, o art. 108 diz o seguinte: "A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será distribuída, com antecedência mínima de dois dias úteis, aos titulares e suplentes..." Eu não posso ignorar o Regimento da Casa. De modo que não tenho outro caminho a não ser acolher a questão de ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Não, mas eu acho que houve preconceito, porque matérias anteriores...

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – Mas não foi levantada a preliminar.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Matérias anteriores passaram pelo mesmo crivo de procedimento. Só esta é que foi marcada.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Dornelles. Bloco/PP – RJ) – No momento em que foi levantada a preliminar, eu tenho que decidir. Nas situações anteriores, não ocorreu essa preliminar. De modo que eu acato a preliminar e adio o exame desta matéria para a próxima reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 48 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, realizada em 20 de outubro de 2011, quinta-feira, às 09:30 horas, na Sala de Reuniões da CCJ, nº 3, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte de outubro de dois mil e onze, na Sala de Reuniões da CCJ, número três, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, havendo número regimental, o Presidente da CCJ, Senador Eunício Oliveira, instala os trabalhos da Subcomissão. Reunida a Subcomissão Permanente de Segurança Pública, com a presença dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira e Randolfe Rodrigues. Após a votação, por aclamação, são eleitos e empossados o Senador Pedro Taques, Presidente da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, Vice-Presidente

da Subcomissão Permanente de Segurança Pública. É designado relator geral, o Senador Eduardo Braga. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Randolfe Rodrigues e Eunício Oliveira. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrada a presente reunião às dez horas e quarenta minutos, e, para constar, eu, Ednaldo Magalhães Siqueira, Secretário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Pedro Taques**, Presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Segurança Pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011-2012.

Foi, até o presente momento, registrada aqui, na Presidência, apenas uma chapa. Mas, antes de anunciá-la, registro, com prazer, a presença do meu querido companheiro Senador brilhante Jayme Campos, que é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e que tem dado um dinamismo muito grande àquela Comissão, fazendo pautas sempre importantes e dinamizando, modernizando e atualizando as leis do Brasil. Obviamente, Senador, a participação de V. Exª engrandece a nossa Comissão de Constituição e Justiça nesta manhã de instalação desta Subcomissão tão importante para a sociedade brasileira.

Registro, com prazer também, a presença do Deputado Paulo Prado..., do Dr. Paulo Prado, Procurador de Justiça e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado. Obrigado, Dr. Paulo, pela sua presença aqui hoje.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Presidente, V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Pois não.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Quero dizer a V. Exª que ele já pleiteou, já ensaiou uma candidatura a Deputado Federal na eleição passada. Espero que, na próxima, em 2014, ele possa sair candidato. Por sinal, Mato Grosso será muito bem representado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Sentado agora na bancada de Senadores, quem sabe?

Registro também, com prazer, a presença do Dr. Emanuel Vieira, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Registro, com prazer, a presença do Dr. Diógenes Curado, Delegado de Polícia Federal e Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso.

Do Senador Jayme Campos eu já fiz o registro.

Senhores, não se assustem, pois esta Comissão é sempre lotada. Hoje há poucos Senadores presentes porque é a instalação de uma subcomissão extremamente importante.

Nesta semana, o Senado Federal criou uma comissão de juristas, por iniciativa do Senador Pedro Taques – e peço a permissão para aqui registrar a presença do Presidente da Associação dos Familiares Vítimas de Violência no Mato Grosso, Dr. Heitor Geraldo Reis –, junto inclusive com o Ministro Gilson Dipp, que vai presidi-la, para subsidiar o Congresso Nacional e esta Casa, o Senado, em matéria de modernização e atualização do Código Penal Brasileiro.

Essa foi mais uma iniciativa do Senador Pedro Taques. E vejo aqui muita gente de Mato Grosso. Podem ter orgulho desse filho ilustre que representa a todos e o Estado de Mato Grosso. O Senador Pedro Taques tem se destacado aqui com o seu trabalho, com a sua dedicação, com a sua abnegação para a melhoria dessa questão de segurança pública e da qualidade de vida do povo brasileiro e, especialmente, do seu querido mato Grosso.

Quero dizer a vocês que esta Subcomissão terá um papel extremamente importante, que é de fazer um anteprojeto do Código Penal Brasileiro.

O Código Penal Brasileiro é de 1940, portanto, antigo, arcaico e, em algumas coisas, até anacrônico. Em 1940, não tínhamos Internet, por exemplo; não utilizávamos essa modernidade chamada cibernética. E o Código atravessou inclusive a ditadura, meu caro Relator da Comissão da Verdade, Senador Aloysio Nunes, que foi Ministro da Justiça. Atravessou todo esse período, inclusive o da ditadura, e ainda está em plena validade. Nesse tempo, não se discutia a questão de crimes hediondos. A sociedade brasileira era uma sociedade rural. Não se discutia, nessa época, um tema tão ruim de se debater, mas tão atual, que é a corrupção no Brasil. Não se discutia vários outros temas e, depois, leis foram sendo feitas, várias leis, e hoje existem dificuldades para a aplicação do Código Penal Brasileiro.

Existem vários temas polêmicos que serão debatidos nesta Comissão, quando aqui chegarem, como, por exemplo, a maioridade penal aos 16 anos – a sociedade hoje está madura para fazer esse debate, e o Congresso Nacional deve isso a ela –, assim como o

crime de pedofilia e vários outros crimes, que, lamentavelmente, assombram o povo brasileiro.

Nós recebemos informações, por meio de um trabalho de pesquisa, de que, há pouco tempo, a grande angústia do povo brasileiro era a questão do emprego, do trabalho e da miséria de quase 50 milhões de brasileiros. Felizmente, o Brasil avançou e esse já não é o tema que assusta tanto a sociedade brasileira. O tema que mais assusta a sociedade brasileira hoje é a segurança pública, e temos, nesta Comissão, a obrigação de debatê-lo. Então, tive a oportunidade de poder criar aqui esta Subcomissão de Segurança Pública e entregá-la a homens que têm experiência nessa área.

Há Senadores que se dedicam, como muitos aqui, a totalidade desta Comissão, ao trabalho diuturno para prestar conta à sociedade daquela procuração em branco que nos entregou nas mãos, para que cuidássemos dessa própria sociedade. Então, é com muito prazer, com muito orgulho, que eu instalo esta Subcomissão e entrego nas mãos de homens como Aloysio Nunes Ferreira, que é um jurista, que foi Ministro da Justiça do governo Fernando Henrique, que tem se destacado nesta Comissão pela sua atuação serena, equilibrada, correta e, do ponto de vista de cultura jurídica, tem dado ensinamentos a todos nós, especialmente a mim, que não tenho especialidade, profundidade na área. Também o Senador Pedro Taques, a quem todo o Brasil conhece pelo seu destemor na luta contra a corrupção, na luta pela não violência com as pessoas deste País.

Esse aspecto da sociedade média brasileira, da classe média brasileira, que é o assombro, o medo que assola a todos ao sair de casa às 5 horas da manhã, muitas vezes às 4 horas da manhã, para buscar o sustento e a sua dignidade, que é o trabalho, pois muitos deles não conseguem voltar para casa de forma digna por causa da violência que assola todo o País, é um tema preocupante.

Eu queria fazer uma proposta ao Senador Pedro Taques. Esta Comissão, que é de alto nível, tem esse jovem que já se destaca aqui com muita animação no Senado Federal, por sua atuação firme, com a cara de criança, mas com a cabeça bastante adulta, com muita coisa armazenada para fazer o bem ao povo brasileiro. As pessoas poderão não compreender por que o seu partido só tem um representante nesta Subcomissão, ele próprio, que foi escolhido por esta Presidência para participar desta Subcomissão tão importante aqui na Comissão de Constituição e Justiça. V. Exª tenha certeza, Senador Randolfe, de que é pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pela sua obstinação e pelo zelo que V. Exª tem pelo mandato que lhe entregou o povo de sua terra.

Por isso, agradecendo aqui a presença do Senador Jayme Campos, quero dizer que, além dessas figuras ilustres aqui, o ex-governador que representará o meu Partido, PMDB, por estar em missão oficial, não se encontra presente nesta manhã. Refiro-me ao Senador Eduardo Braga, que teve uma destacada atuação como governador do Amazonas; um homem que, como governador, teve sempre um cuidado muito grande, participei com ele da questão ambiental, que aflige também o povo brasileiro. Ele não está aqui hoje, porque está viajando em missão oficial fora do Brasil, mas foi designado por mim e pelo meu Partido para fazer parte desse grupo seleto que vai compilar, sugerir a esta Subcomissão temas tão caros à sociedade brasileira hoje relativos à segurança pública.

Antes de conceder a palavra, queria propor a esta Subcomissão, inclusive com o voto desta Presidência, que aqui não fizéssemos votação secreta, por escrutínio secreto com apuração; que fizéssemos uma eleição, por aclamação, do nome do Senador Pedro Taques para presidir esta importante Subcomissão da Segurança Pública, que vai tratar de temas tão relevantes para o povo brasileiro.

Se os Srs. Senadores concordarem – Senador Aloysio Nunes, Senador Randolfe, eu e obviamente o Senador Jayme Campos –, declaro instalada esta Subcomissão e sugiro que façamos não uma chapa, mas uma aclamação ao nome do Senador Pedro Taques para presidir esta Subcomissão. Se os Srs. Senadores concordarem, obviamente basta dizer "sim" no microfone. Apoiado? (*Pausa.*)

(*Os Srs. Senadores se manifestam fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Aclamado? Então está eleito o Senador Pedro Taques para a presidência da Subcomissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Se V. Exª quiser fazer uso da palavra, tem V. Exª a palavra para se manifestar. Declaro empossado o Senador Pedro Taques eleito, por aclamação, pelos membros desta Subcomissão.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça; Srs. Senadores; amigos do Estado de Mato Grosso, Paulo Prado, Procurador de Justiça; Emanuel Pinheiro, Deputado Estadual, sobrinho do saudoso Jonas Pinheiro, grande Senador que honrou o povo de Mato Grosso nesta Casa; Diógenes Curado; Heitor; Delegado Marçal que ali está; outros companheiros do Estado de Mato Grosso; para mim é uma honra, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Interrompendo V. Exª, Jonas Pinheiro foi um grande amigo do Senador Eunício Oliveira; um

Senador de saudosa memória, de grande trabalho aqui nesta Casa da República.

Desculpa, Senador. V. Exª tem a palavra.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado. Essa fala de V. Exª só confirma que o povo de Mato Grosso estava correto quando para cá enviou o Senador Jonas Pinheiro, amigo de todos nós. Recebo com muita honra e com gosto esta incumbência para tratar desse tema, sobretudo acompanhado de Senadores do quilate e da envergadura de Aloysio Nunes, ex-Ministro da Justiça; Randolfe Rodrigues, o Senador mais jovem da história da República; do Senador Demóstenes; do Senador Lindbergh; do Senador Eduardo Braga. Para mim, é uma honra tratar desse tema. Vou falar pouca coisa neste momento, porque temos que falar menos e fazer mais.

Nós poderíamos – e vou propor como Presidente ao Sr. Relator – tratar da segurança sob duas lógicas: a lógica da política pública, de criação de oportunidades para que o cidadão não pratique o crime, e também a lógica da repressão; repressão sem conteúdo político-ideológico, repressão com respeito aos direitos fundamentais, repressão como se encontra na Constituição da República, no art. 144, § 1º. Repressão para que nós possamos entender que os direitos fundamentais podem ser respeitados e devem ser respeitados, mas a Constituição da República proíbe a proteção insuficiente do cidadão, porque o Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão. Esta Subcomissão, Senador Eunício, vem atender aquilo que o cidadão brasileiro está a exigir.

Ontem o Ibope, junto com a Confederação Nacional da Indústria, editou e divulgou uma pesquisa dizendo que a população brasileira está mudando os seus hábitos em relação à questão da segurança. Cito alguns poucos números para que não os cansar.

Setenta e nove por cento da população, segundo a pesquisa, presenciaram algum tipo de crime ou situação de violência nos últimos 12 meses; 30% disseram ter sofrido diretamente com a violência em caso de roubo e furto nos últimos 12 meses; 80% dos entrevistados mudaram de hábito em razão da violência. Deixaram de andar com dinheiro 63%; aqueles que têm dinheiro aumentaram o cuidado ao sair de casa do trabalho 57%; evitaram sair à noite 54%; 8% viram algum homicídio no período dos últimos 12 meses. Nós temos 3% da população e 12% dos homicídios do mundo. Isso deve ser analisado sob a ótica de respeito aos direitos fundamentais, mas entendendo que o Estado tem o dever fundamental de proteger o cidadão.

Assim, Senador Eunício, esta Subcomissão trabalhará – eu penso, isto será sugerido – em conjunto com a comissão especial de jurista criada para constituir e realizar um novo Código Penal. A Subcomissão precisa realizar audiências públicas, mas não só deve realizar audiências públicas, debates; deve também concretizar esses debates. Então esta Subcomissão vai buscar a concretização da instrumentalização da sociedade brasileira, para que tenhamos instrumentos legislativos que nos deem tranquilidade e segurança para fiscalizarmos a aplicação desses recursos.

Quero aqui, Senador Eunício, recordar que existe a comissão especial externa do Senado que acompanha o PAC da Segurança, presidida pelo Senador Eduardo Braga, o Vice-Presidente é o Senador Jayme Campos e eu tive a honra de ser escolhido para ser relator. Nós vamos fazer com que essas comissões possam trabalhar em conjunto e o Senado possa revelar à sociedade brasileira a sua vocação: a vocação de criar leis para que tenhamos segurança e possamos fiscalizar.

Assim, assumo com muita honra a presidência desta Subcomissão, dizendo que temos que debater menos e trabalhar mais. Por isso falo pouco nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Deixando claro que esta é a única Subcomissão criada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senador Aloysio, V. Exª gostaria de fazer uso da palavra?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O Senador Pedro Taques falou por nós.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Eu quero sugerir também, já que temos que eleger um presidente e um vice, se os Srs. Senadores concordarem, o nome do Senador Aloysio para ser o vice-presidente desta Subcomissão, se ele assim o aceitar, também por aclamação.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Ser o vice do Pedro Taques para mim é uma honra extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª, que ontem brilhou tanto nesta Comissão e orgulhou a todos nós que fazemos parte dela, obviamente que será aclamado também, e eu o declaro também empossado – ouvindo os Senadores –, neste ato, como Vice-Presidente desta Subcomissão de assuntos de segurança desta Casa.

Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Sr. Presidente, nós nos sentimos contemplados pela fala do Senador Pedro Taques. Eu queria só cumprimentar o Presidente e o Vice-Presidente desta Subcomissão e agradecer a honra da designação de V. Exª para integrar um colegiado como este. Não sei se sou digno de tanto! Já estou em um colegiado seletíssimo, que é

o colegiado da Comissão de Constituição e Justiça, e estar em um colegiado mais seleto ainda é motivo de muita honra para mim. Espero estar à altura de honrar a confiança de V. Exªs pela designação.

Queria cumprimentar V. Exª pela constituição desta Subcomissão, porque tenho muita esperança no trabalho de seus membros, que venha atender o que V. Exª muito bem disse agora: é um clamor da classe média brasileira, é um clamor da sociedade brasileira. Seja do Oiapoque ao Chuí, por todo canto, o problema da violência e da falta de segurança pública aflige a cidadania brasileira.

Portanto, já não era sem tempo a constituição desta Comissão, e muito trabalho, com certeza, ela terá por todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveria. Bloco/PMDB – CE) – Eu também queria registrar a presença de Cilma Azevedo, que é representante da Rede Desarma Brasil.

Senador Jayme Campos, se quiser fazer uso da palavra, V. Exª poderá fazê-lo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª, meu caro Presidente Senador Eunício Oliveira.

Mesmo não fazendo parte desta Comissão, já participei dela na outra legislatura. Ou seja, nos primeiros dois anos, quando cheguei a esta Casa, fui membro titular da CCJ. Desta feita, fiz questão absoluta de vir participar da posse do companheiro, amigo Senador Pedro Taques e dos demais membros desta Subcomissão de Segurança Pública, primeiro, por sermos do mesmo Estado; segundo, porque entendo a importância que esta Subcomissão vai ter aqui, no Senado Federal.

V. Exª, que foi Deputado por alguns mandatos, sabe que naquela Casa existe uma comissão de Segurança Pública. Entretanto, aqui, no Senado, nós não tínhamos esta Subcomissão, muito menos uma comissão. Todavia, eu tinha certeza absoluta de que o valoroso Senador Pedro Taques, sobretudo juntamente com Randolfe, juntamente com Aloysio Nunes e outros pares, vai fazer um trabalho extraordinário.

Segurança Pública, meu caro Pedro Taques, é um conjunto de ações que se tem que fazer, ou seja, é muito fácil o cidadão se dirigir ao Secretário de Segurança Pública, ao comandante da Polícia Militar para a instalação de uma delegacia de polícia, para a instalação de um destacamento de polícia ou coisa parecida. Na verdade, na minha visão, particularmente, são ações que o Governo, de maneira geral, tem que fazer, sobretudo na questão da educação, que é fundamental; que ofereça equipamentos comunitários nos momentos de lazer à população. Com isso, conjuminando lá na frente com políticas públicas que vão permitir a redução do aumento da incapacidade do Brasil.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, isso é uma epidemia. No Mato Grosso, particularmente, lamentavelmente, aumentou o índice de forma assustadora, em que pese o esforço sobrenatural – porque aqui tenho que testemunhar isto –, o competente trabalho do nosso Secretário de Segurança Pública, mas, infelizmente, não estamos conseguindo, de fato, combater, de forma efetiva, a marginalidade, a criminalidade, que aumentaram assustadoramente.

Quero aqui, desta feita, meu caro, valoroso Senador Pedro Taques, dizer a V. Exª, como membro da comissão externa, nomeado pelo Presidente Sarney, para fazermos um trabalho no sentido principalmente da questão das fronteiras. Esta Comissão é presidida pelo Senador Eduardo Braga, sou o Vice-Presidente e V. Exª é o Relator, portanto, podemos fazer um trabalho em conjunto no sentido de termos, com certeza, alguma coisa de concreto.

É muito fácil, Senador Eunício, é quase uma prática aqui as audiências públicas; entretanto, nada de concreto se apresenta. E nós precisamos ter audiências públicas em que possamos apresentar algo de prático. Vou dar um exemplo para V. Exª. Iniciamos um trabalho em relação à busca de novas fontes de recursos para o combate ao câncer no Brasil. Foi feito um trabalho de formiguinha. Ontem, a minha Comissão teve a primazia de apresentar um projeto com nova fonte de receita; ou seja, o cidadão poderá descontar 10% da sua receita bruta para o combate ao câncer no Brasil, sobretudo nos hospitais filantrópicos, sem fins lucrativos.

Esta Subcomissão tem um papel preponderante na medida em que se discute agora o PAC 2, que vai destinar algo em torno de R$3,2 bilhões para a área de segurança pública. Espero que esta Subcomissão, presidida pelo Senador Pedro Taques, e a outra, da qual participo, possam contribuir sobremaneira nas políticas públicas para a segurança do nosso País. De tal forma, caros colegas, Senadores Pedro Taques, Aloysio, Randolfe e os demais que fazem parte desta Subcomissão, estou feliz! Tenho certeza de que algo de bom vai se concretizar através do competente e eficiente trabalho que V. Exªs vão fazer à frente desta Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

V. Exª foi muito feliz, primeiro, na criação desta Subcomissão e, em segundo, na escolha dos Senadores que se propuseram a participar desta Subcomissão. Não têm pessoas mais competentes, ilustres e sobretudo compromissados com boas políticas públicas neste País. Parabéns a V. Exª e principalmente ao nosso Presidente Eunício Oliveira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Obrigado, Senador Jayme.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Permita-me só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – Antes de encerrar, o Senador Pedro Taques com a questão de ordem.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – O Regimento Interno determina que o Presidente constitua e faça a designação do Vice-Presidente, Senador Aloysio, e do Relator, Senador Eduardo Braga. Assim ficam designados, desde logo, esses dois ilustres Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – V. Exª então está designando o Relator, o Senador ...

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Eduardo Braga e o Vice-Presidente, Senador Aloysio.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco/PMDB – CE) – O Vice-Presidente já estava eleito, por aclamação: Senador Aloysio.

Então, declaro também empossado, mesmo na ausência, o Senador Eduardo Braga.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 40 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2011.

Às onze horas e nove minutos do dia treze de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Roberto Requião** e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ana Amélia, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, Demóstenes Torres, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Inácio Arruda, Lauro Antonio, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Paulo Bauer, José Agripino, Magno Malta, João Ribeiro e Marinor Brito. Neste momento, a Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Logo após, a Presidência inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 318, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "Insere novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União". O relator designado é o Senador Mozarildo Cavalcanti e o parecer pela prejudicialidade do projeto é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Cássio Cunha Lima requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento, o que é aprovado **(ver Item Extra-Pauta)**. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica". O relator designado é o Senador Sérgio Petecão e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. É aprovado Requerimento, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, para realização de Audiência Pública de instrução do projeto **(ver Item Extra-Pauta)**. A matéria fica sobrestada nesta Comissão até a realização da Audiência Pública. **Item 11: Requerimento nº 75/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ana Amélia, Cristovam Buarque e Paulo Bauer, que requerem "... nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 II e 93 II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o 'Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa'. Os convidados serão posteriormente indicados". O Requerimento é aprovado. **Item 12: Comunicados da Presidência: Comunicado 1:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do resultado da Pesquisa de opinião pública nacional sobre Educação Pública no Brasil elaborada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal. A pesquisa aborda os seguintes aspectos: Instituição de cotas em universidades públicas; Qualidade da educação pública no Brasil; Creches como primeira fase da educação formal; Importância da internet; e Cursos profissionalizantes. A pesquisa está disponível na página desta Comissão, no endereço www.senado.gov.br => Atividade Legislativa => Comissões do Senado => Permanentes => Comissão de Educação, Cultura e Esporte => Diversos ou na página do Senado, no endereço www.senado.gov.br/noticias/DataSenado => PESQUISAS => Pesquisas

de 2011 => Educação pública no Brasil". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 2:** "Comunico aos Senhores Senadores que será encaminhado ao gabinete de Vossas Excelências documento contendo a síntese das nove Audiências Públicas realizadas no âmbito desta Comissão, no período de maio a agosto do ano corrente, a respeito do Plano Nacional de Educação. O documento também será disponibilizado para consulta no seguinte endereço eletrônico: www.senado.gov.br => Atividade Legislativa => Comissões do Senado => Permanentes => Comissão de Educação, Cultura e Esporte => Diversos => Plano Nacional de Educação => Síntese das Audiências Públicas". A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 3:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do resultado da Pesquisa realizada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 63 – CE, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, sobre a área cultural brasileira, abordando os seguintes aspectos: Necessidade de aumento dos recursos destinados à cultura; Limitação de empenho e movimentação financeira das dotações constantes da lei orçamentária anual destinadas à cultura; Priorização de recursos às manifestações culturais tradicionais da nossa cultura, como afro-brasileiras, indígenas, ciganas, etc.; Realização de atividades culturais em espaços públicos, como escolas e praças públicas, como forma de proteger e promover a identidade e a diversidade cultural; e Importância da cultura como fator de desenvolvimento sócio-econômico dos países. A pesquisa está disponível na página desta Comissão, no endereço www.senado.gov.br => Atividade Legislativa => Comissões do Senado => Permanentes => Comissão de Educação, Cultura e Esporte => Diversos ou na página do Senado Federal, no endereço www.senado.gov.br/noticias/DataSenado". A Matéria vai ao arquivo. Prosseguindo, a Presidência passa à deliberação do item incluído extra-pauta. **Item Extra Pauta: Requerimento nº 74/11-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que requer "... nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade de instruir o PLS nº 341, de 2011, que 'obriga as escolas públicas de ensino fundamental e médio a exporem em placa visível os seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica'. A relação dos convidados será posteriormente apresentada". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 250, de 2009; Item 3: Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2011; Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 140, de 2010; Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2010; Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 151, de 2010; Item 8: Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2010; Item 9: Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2010 e Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2011**. Prosseguindo, a Presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Roberto Requião, encerra a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice- Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Roberto Requião,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Havendo, pelo menos na lista de presença, número suficiente, número regimental, embora, como vocês estão vendo, esse número ao se confirme no plenário, eu declaro aberta a 70ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação dos Senadores presentes – são dois, Cássio Cunha Lima e Maria do Carmo – a proposta de dispensa de leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. (*Pausa.)*

Por dois Senadores presentes, está, então, aprovada a Ata da reunião anterior.

Vamos ganhar algum tempo, expondo alguns comunicados.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do resultado da pesquisa de opinião pública nacional sobre educação pública no Brasil, elaborada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal.

A pesquisa aborda os seguintes aspectos: instituição de cotas em universidades públicas; qualidade da educação pública no Brasil; creches como primeira fase de educação formal; importância da Internet e cursos profissionalizantes.

A pesquisa está disponível na página desta Comissão no endereço www.senado.gov.br, atividade legislativa, comissões do Senado, permanentes, Comissão de Educação, Cultura e Esportes, diversos, ou na página do Senado no endereço www.senado.gov.br/notícias/datasenado/pesquisas, pesquisa de 2001, Educação Pública no Brasil.

A matéria vai ao arquivo.

Com uma ressalva só: essas pesquisas são feitas sem ter havido um debate público intenso a respeito do assunto. Portanto, uma pesquisa de opinião que não é

precedida por um debate de esclarecimento será sempre uma pesquisa extraordinariamente frágil. Foi feita e está à disposição dos Srs. Senadores e dos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Comunico aos Srs. Senadores que será encaminhado ao gabinete de V. Exªs documento contendo a síntese das nove audiências públicas, realizadas no âmbito desta Comissão, no período de maio a agosto do ano corrente, a respeito do Plano Nacional de Educação. O documento também será disponibilizado para consulta no seguinte endereço eletrônico: www.senado.gov.br.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do resultado de pesquisa realizada pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 63, da Comissão de Educação, de autoria da Senadora Lídice da Mata, sobre a área cultural brasileira, abordando os seguintes aspectos: necessidade de aumento dos recursos destinados à cultura; limitação de emprenho e movimentação financeira das dotações constantes da Lei Orçamentária Anual destinadas à cultura; priorização de recursos às manifestações culturais tradicionais da nossa cultura, como afro-brasileiras, indígenas, ciganas etc; realização de atividades culturais em espaços públicos como escolas, praças, como forma de proteger e promover a identidade e a diversidade cultural; e importância da cultura como fator de desenvolvimento socioeconômico dos países. Disponível no seguinte endereço: www.senado.gov.br.

Vamos à pauta.

Nós temos número na lista de presença e três Senadores no plenário. Temos alguns itens não terminativos. Um deles seria o item nº 3, que tem como relator o Senador Pedro Simon, que não está presente. Outro seria o item nº 6.

ITEM 6
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2011

Insere novo parágrafo no art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para determinar a proporcionalidade entre o número de estudantes beneficiados e o valor da isenção fiscal concedida pela União.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações: ***1- Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos***

Com a palavra o Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Sr. Presidente, Srs. e Srªs Senadoras, havia, na sessão passada, pedido para retirar esse projeto. Aliás, para adiar a análise para chegar a uma conclusão melhor. Mas hoje vou ler a análise e o voto.

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas, e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do PLS nº 318, de 2011, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

A educação é um direito de todos, conforme prevê a Constituição Federal de 1988. Ainda segundo seu texto, um dos deveres do Estado no campo da educação é efetivado mediante a garantia de "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um" (art. 208, V).

Para avançar no cumprimento desse dever, o Governo Federal criou e mantém uma rede de universidades federais, bem como os institutos federais de educação, que oferecem vagas em cursos de educação tecnológica, de nível superior, em grande parte de suas unidades.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) constitui outra iniciativa da União de promover o acesso à educação superior, mediante a abertura de linhas de crédito subsidiado para que os estudantes possam obter recursos para o pagamento de mensalidades escolares em instituições particulares de ensino.

O Prouni constitui uma alternativa de ingresso na educação superior, voltada para estudantes de baixa renda, que tenham feito o ensino médio em escolas públicas ou em particulares, como bolsistas integrais. As bolsas, concedidas a "fundo perdido", são usadas para pagamento de encargos educacionais de cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições educacionais privadas, com ou sem fins lucrativos, em troca de isenções fiscais. As bolsas podem ser integrais ou parciais, de 50% e de 25%, conforme o nível de renda familiar do candidato.

Para favorecer a permanência de estudantes mais carentes no Prouni, podem ser concedidos a eles outros dois incentivos: a Bolsa Permanência e a oferta de estágios, mediante a assinatura de convênios. Todavia, ainda sobram vagas no âmbito do Prouni, em cursos de menor demanda e em instituições menos renomadas. Mesmo quando isso ocorre, as instituições

de ensino, por terem aderido ao programa, continuam sendo beneficiadas pelas isenções fiscais. Com o objetivo de corrigir essa falha, o PLS em exame estabelece a proporcionalidade entre as bolsas efetivamente concedidas e o valor da renúncia fiscal. Conforme sentenciou o autor da proposição, em sua justificação, "ou os estabelecimentos de ensino tornam suas bolsas mais atrativas para os estudantes selecionados ou perdem parte dos benefícios de isenção tributária".

Vê-se, portanto, que o projeto visa a aperfeiçoar o Prouni, mediante a promoção de justiça fiscal, sem prejudicar seu alcance social.

Válido quanto a seu mérito educacional, o projeto encontra-se redigido em boa técnica legislativa e não possui vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade.

Em suma, nossa posição, quanto ao mérito educacional, é pelo apoio à sugestão trazida pelo projeto, o que nos faz manter a avaliação sobre a matéria.

Entretanto, a conversão da Medida Provisória nº 517, de 2010, na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que dispõe sobre imposto de renda, marinha mercante, banda larga, créditos presumidos, usinas nucleares, Fundo Nacional de Desenvolvimento, debêntures, tributação sobre importações, precatórios, fundo de investimento em infraestrutura e pesquisa, Reserva Particular do Patrimônio Natural denominada Seringal Triunfo (Estado do Amapá), PIS/PASEP, COFINS, financiamento estudantil, entre outros temas, acabou por contemplar o objeto da proposição em tela, especificamente no art. 26 da norma mencionada.

Desse modo, com base nos arts. 136, III, e 334 do Regimento Interno do Senado Federal, avaliamos que a matéria encontra-se prejudicada, isto é, já foi atendida. Em face do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade e, consequentemente, o arquivamento do projeto de lei do Senado por – repito – já estarem atendidas as finalidades a que se propõe. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Em discussão o voto do Relator, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam com o Relator permaneçam como estão; os contrários se manifestem.

Aprovado pela unanimidade dos quatro Senadores presentes na reunião da Comissão de Educação.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, a palavra com o Senador Cássio Cunha Lima

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco/PSDB – PB) – Fiz chegar à Mesa, à Presidência de V. Exª, um requerimento nos termos regimentais para que seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão com vista a ampliar o debate e melhor instruir o PLS nº 341 que consta da pauta de hoje. Mas, diante da visível falta de quórum no Plenário para deliberação das matérias terminativas, creio oportuna a ampliação do debate com a realização das audiências públicas que ora requeiro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – A Mesa não necessita nem colocar em votação seu requerimento. A absoluta falta de quórum para a votação de uma matéria terminativa já posterga para a próxima reunião da Comissão que, provavelmente, se dará no próximo ano. Seu requerimento está acatado de ofício.

Sobre a mesa requerimento do Senador Cristovam Buarque, Ana Amélia e Paulo Bauer que requerem a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, com a finalidade de debater o acordo ortográfico da língua portuguesa.

Com a palavra, para justificar o requerimento, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, eu não vou ler a justificativa até para ganhar tempo. O que acontece é que o acordo ortográfico foi um avanço; mas um avanço que está sendo muito contestado pela timidez como foi feito e pela incapacidade de melhorar a maneira como nos...

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Ou seja, Senador, não foi um avanço, foi um atropelo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade. Então, o avanço, que eu coloquei, foi atropelado e tímido. Por isso, eu gostaria, junto com a Senadora Ana Amélia, de propor que façamos aqui um debate, especialmente trazendo pessoas que contestam a maneira como foi feito o acordo e o que ficou no acordo, e trazer também quem possa defendê-lo como o máximo que se poderia conseguir, apesar de eu não estar de acordo de ter sido o máximo e de que não precisava ser feito com esse atropelo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Senador, só a título de informação... Não tenho segurança absoluta na informação que vou dar, alguma coisa pode ter acontecido mais recentemente. Mas esse fantástico acordo, em Portugal, não foi aprovado pelo Congresso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não foi aprovado. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Requião. Bloco/PMDB – PR) – Então, é um acordo do Brasil com al-

guns linguistas, que não foi sequer considerado pelo Congresso português. Portanto, um verdadeiro atropelo.

Em discussão ao requerimento do Senador Cristovam Buarque, Ana Amélia e Paulo Bauer.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os favoráveis permaneçam como estão; os contrários se manifestem.

Aprovado.

A Mesa remete para a comissão de pauta de forma que venha a agendar a reunião, a audiência pública.

Há um item não terminativo que denomina Museu Histórico Senador Itamar Franco, o Museu Histórico do Senado Federal. Autoria do Senador José Sarney e relatoria do Senador Pedro Simon.

Acredito que seria importante a presença do Senador Pedro Simon para esta análise.

Então, vamos deixar para a próxima reunião.

Há algum outro item terminativo? (*Pausa.*)

Estou insistindo na precariedade do quórum porque isso vem se repetindo em função da absoluta impossibilidade de o Senado manter 11 comissões e quarenta e tantas subcomissões funcionando ao mesmo tempo. Eram trinta e tantas. O último balanço é de quarenta e tantas já porque algumas outras foram organizadas posteriormente. Vamos ver se, para o ano que vem, nós reorganizamos esse processo.

Todas as matérias da Comissão daqui para frente são terminativas. Nós poderíamos fazer, eventualmente, a leitura dos pareceres, mas estaremos fazendo a leitura na ausência dos Srs. Senadores. Não me parece apropriado.

Outro problema que temos é a regulamentação das audiências públicas. Elas são importantíssimas, principalmente para que os Senadores possam se assenhorear das diversas opiniões sobre as matérias debatidas. Com o excesso de comissões e de subcomissões, via de regra, os Srs. Senadores e Senadoras não têm condição física e material de comparecerem às audiências públicas. Precisamos regulamentar isso também.

E, para que esta nossa reunião de debates não passe a ser uma simulação, por absoluta falta de quórum para debates consistentes, dou a nossa reunião por encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 9 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

ATA DA 71ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2011.

SESSÃO DE HOMENAGEM

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e onze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual da Senhora Senadora Maria do Carmo Alves**, e com a presença dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Lauro Antônio, Ana Amélia, Paulo Bauer, Magno Malta, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Mozarildo Cavalcanti, Clésio Andrade e Vicentinho Alves, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Roberto Requião, Evonete Dantas, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Armando Monteiro, João Vicente Claudino, João Ribeiro e Marinor Brito. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Sessão de Homenagem, atendendo ao Requerimento nº 56/11–CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinada a **"Homenagear os vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011"**. Neste momento, é proclamada a relação de nomes, condecorações e localidades dos homenageados: **Senhor Alex Vieira dos Santos**, professor vencedor na categoria Uso Avançado de Tecnologia, do Município de Salvador, Bahia; **Senhor Eraldo Martins Guerra Filho**, professor vencedor na categoria Escolas Técnicas, do Município de Paulista, Pernambuco; **Senhora Jane Liete Dalla-Lana**, professora vencedora na categoria Inovação em Conteúdo, do Município de General Câmara, Rio Grande do Sul; **Senhor Jorge Cesar Barboza Coelho**, professor vencedor na categoria Inovação em Colaboração, do Município de Campo Bom, Rio Grande do Sul; **Senhora Lúcia Regina Silva dos Santos**, professora vencedora na categoria Inovação em Comunidades, do Município de Manaus, Amazonas; **Senhor Marcus Vinícius Leite**, professor vencedor na categoria Escolas Particulares, do Município de Belo Horizonte, Minas Gerais; **Senhora Sandra Maria Saragoça**, professora vencedora na categoria Contextos Desafiadores, do Município do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro e **Senhora Vera Beatriz Hoff Pagnussatti**, professora vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, do Município de Marechal Cândido Rondon, Paraná. Logo após, é registrada a presença para acompanhar a Audiência Pública do Senhor Ricardo Castanheira, Diretor de Assuntos Corporativos da Microsoft Brasil; Senhor Magno Bráz, Diretor Administrativo da Fun-

dação Torino e dos alunos da Fundação Torino. Como convidados, comparecem à Sessão de Homenagem o **Senhor Emílio Munaro, Diretor de Educação da Microsoft Brasil e os professores vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011**. Neste momento, a Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, passa a presidência ao Senhor Senador Paulo Bauer, Vice-Presidente da Comissão. Finda a exposição dos convidados, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, autor do Requerimento, e os Senhores Senadores Lídice da Mata, Ana Amélia e Walter Pinheiro. Logo após, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e um minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Paulo Bauer,** Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 71ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata anterior e aprovação da mesma.

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião atende ao Requerimento nº 56, de 2011, de autoria do Senador Cristovam Buarque, destinado a homenagear os vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Senhoras e senhores, bom-dia. Cumprimento os integrantes da Mesa desta reunião: a Presidente eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Exmª Srª Senadora Maria do Carmo Alves; o Diretor de Educação da Microsoft Brasil, Sr. Emílio Munaro.

Esta reunião extraordinária destina-se a homenagear os vencedores do Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos por educadores de escolas públicas, privadas, escolas técnicas públicas, fundações, secretarias estaduais e municipais de ensino e núcleos de tecnologia educacional que utilizam a tecnologia para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem.

Nesta sexta edição, procura-se valorizar as instituições que incentivam o desenvolvimento de projetos educacionais que criem referência e promovam experiência entre educadores utilizando a tecnologia nos métodos de ensino-aprendizagem.

Parabenizamos os vencedores do 6º Prêmio Microsoft Educadores Inovadores 2011:

– Alex Vieira dos Santos, professor vencedor na categoria Uso Avançado de Tecnologia, do Município de Salvador – BA;

– Eraldo Martins Guerra Filho, professor vencedor na categoria Escolas Técnicas, do Município de Paulista, Pernambuco;

– Jane Liete Dalla-Lana, professora vencedora na categoria Inovação em Conteúdo, do Município de General Câmara, Rio Grande do Sul;

– Jorge Cesar Barboza Coelho, professor vencedor na categoria Inovação em Colaboração, do Município de Campo Bom, Rio Grande do Sul.

– Lúcia Regina Silva dos Santos, professora vencedora na categoria Inovação em Comunidades, do Município de Manaus, Amazonas;

– Marcus Vinícius Leite, professor vencedor na categoria Escolas Particulares, do Município de Belo Horizonte, Minas Gerais;

– Sandra Maria Saragoça, professora vencedora na categoria Contextos Desafiadores, do Município do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro;

– Vera Beatriz Hoff Pagnussatti, professora vencedora do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, do Município de Marechal Cândido Rondon, Paraná.

Com a palavra, a Presidente eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Exmª Srª Senadora Maria do Carmo Alves, que irá dar prosseguimento às atividades da reunião extraordinária.

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – E agora convidamos as autoridades, o Diretor da Microsoft, os professores homenageados e os Senadores a fazerem uso da palavra.

Com a palavra o professor Emílio Munaro.

O SR. EMÍLIO MUNARO – Na pessoa da Exmª Senadora Maria do Carmo Alves, eu cumprimento todos os Senadores presentes, autoridades, professores e professoras, alunos e alunas, todos e todos. Meu bom-dia.

Antes de mais nada, muito obrigado pela oportunidade de estarmos aqui, compartilhando com os senhores essa experiência tão enriquecedora que é o Prêmio Microsoft Educador Inovador.

Como já foi mencionado, esse prêmio está na sua sexta edição e acontece anualmente. Ele tem três etapas: a etapa Brasil; depois vamos para a etapa latino-americana, já que o Brasil pertence a essa região latino-americana; e, depois, a etapa mundial.

Só para os senhores terem ideia, neste ano, nós tivemos 1.702 projetos de todo o Brasil. Todos os Estados da Federação submeteram projetos. Nós tivemos 21 finalistas, que foram escolhidos por uma banca examinadora da qual fazem parte a Unesco, a Fundação Victor Civita, o Instituto Ayrton Senna – portanto, empresas de alto renome fazem parte dessa banca examinadora. Por fim, tivemos aí os professores premiados, que depois participaram da etapa mundial.

Na etapa mundial, Senadores – acreditem –, esse prêmio recebeu mais de 250 mil submissões de 107 diferentes países, e nós tivemos a graça não só de ter a presença exaltada de todos os nossos educadores, que lá estiveram participando dessa cerimônia, mas o grande ápice foi, pela primeira vez na história da Microsoft Brasil, um primeiro lugar. Nos últimos seis anos, sempre tiramos segundo ou terceiro lugares, mas, neste ano, tiramos um primeiro lugar, o que para nós foi motivo de muito orgulho, com a Prof. Sandra, que concorreu arduamente. *(Palmas)*

Dos 250 mil projetos no mundo, ela tirou o primeiro lugar em Contextos Desafiadores. Inclusive, Senadores, eu estive pessoalmente ontem na escola da Sandra, no Rio de Janeiro, uma escola que fica dentro de um presídio carioca de recuperação e formação de garotas. O exemplo de vida que eles fazem lá é plausível de ser, realmente, compartilhado com todos.

No mais, eu só queria finalizar dizendo que a Microsoft tem um compromisso muito sério com este País. Nós já estamos há 22 anos presentes aqui no Brasil. Temos mais de mil colaboradores, 14 escritórios por todo o País. E fazer da educação essa plataforma de desenvolvimento sustentável do nosso País é o que nós mais acreditamos. Costumo dizer que sou muito feliz no emprego que tenho, porque, além de fazer o que amo, ainda sou remunerado por isso.

Então, agradeço a todos vocês pela presença e passo a palavra à Senadora novamente para que ela possa depois considerar os professores. Muito obrigado. Um bom-dia. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – Parabenizamos, então, os vencedores do 6º Prêmio Microsoft Educadores Inovadores de 2011.

Agora, passo a palavra a Alex Vieira dos Santos, professor vencedor na categoria Uso Avançado da Tecnologia, no Município de Salvador, Bahia.

O SR. ALEX VEIRA DOS SANTOS – Bom-dia, Srª Senadora, senhoras e senhores presentes. O meu projeto foi desenvolvido em Salvador. Meu nome é Alex Vieira dos Santos. Sou professor da escola pública há 11 anos, de escola pública para escola pública, de universidade pública para universidade pública. O projeto é em uma disciplina crítica – Física – e com um cunho interdisciplinar. O projeto é desenvolvido com alunos do ensino médio, faixa etária entre 15 e 19 anos, alunos da periferia, com suas deficiências, que vieram trazendo de anos e anos dos pormenores da educação que eles tiveram. E, por ser uma disciplina crítica que necessita de conhecimentos tanto da parte de Literatura quanto de Matemática, porque Física é uma junção disso tudo, buscou-se desenvolver um projeto que estudasse astronomia e astronáutica com esses alunos. Por que astronomia e astronáutica? Astronomia e astronáutica são conteúdos negligenciados na escola pública. Eles não são trabalhados da maneira como são trabalhados na disciplina Física – quando é trabalhado.

Então, esses alunos estavam na última fase da educação média, que é o terceiro ano, e foi desenvolvido, buscando-se que eles discutissem isso no modo mais simples e mais próximo do cotidiano deles.

O projeto surge também no contexto da realização da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica, que é financiada e patrocinada pelo CNPq. Então, discutir com os alunos questões básicas, partindo-se de coisas simples, como o que é o dia, o que é a noite, o que são as estações do ano, qual é a própria origem da vida – porque não se deixa de conversar isso –, de maneira interdisciplinar foi o foco do projeto.

Então, em resumo, esse projeto busca discutir com eles a Astronomia, não fugindo das questões curriculares da disciplina e do que está incluso no projeto de educação do Estado da Bahia. Então, eu não posso fugir do currículo, mas também não posso ficar no currículo engessado, fazendo com que os alunos não discutam isso na sala de aula.

O tema, então, está ligado à vida dos alunos, não está desconexo ao que está acontecendo na escola e no contexto da educação brasileira. O projeto está embasado num currículo chamado CTS, que é Ciência, Tecnologia e Sociedade, o qual estudo no meu doutorado. Então, já aplico isso também na escola pública.

As áreas de aprendizagem que trabalhei foram Física, Química, Matemática, Português, História e Inglês. É óbvio que Biologia entrou depois, porque já estávamos discutindo também Astrobiologia, claro, sem aprofundamento. Já estávamos discutindo com os alunos a questão da origem da vida – isso recai em questões históricas sobre a origem da vida.

Então, vou só anunciar aqui os objetivos claros do projeto, o que acho importante, para que se entenda bem o que se estava buscando com esses alunos.

Os objetivos claros e amplos eram: discutir com os educandos da educação básica conceitos relativos à Astronomia e Astronáutica – e, em 2012, isso vai estar sendo ampliado para os alunos da educação profissional integrada, que é o novo plano Pronatec brasileiro –; inserir no contexto da escola reflexões acerca das ciências, seus limites, suas contribuições e suas utilizações na sociedade, porque ela perpassa conhecimento científico e tecnológico, que tem de ser inserido; utilizar as TICs, que são as Tecnologias de Informação e comunicação, como ferramenta para potencializar o ensino e a aprendizagem; compreender que os conhecimentos de Física estão presentes no dia a dia dos alunos, que não estão desconexos. Estou aqui, agora, falando sobre um conhecimento de Física, utilizando a Física para isso. Então, é mostrar ao aluno que está no currículo dele e está na vida dele a Física.

Estimular a inovação e a criatividade no contexto da escola – um ponto que está morto na escola é a inovação e a criatividade, não só por parte do professor, mas também por parte do aluno –; possibilitar que alunas e alunos, no contexto do projeto, desenvolvam habilidades e competências para a produção textual e laboral correlatas à disciplina Física e às outras disciplinas que foram desenvolvidas.

Nesse projeto, o aluno e a aluna têm o papel de construir o conhecimento de forma colaborativa, buscando respostas para as questões sugeridas e/ou para as questões que os inquietam. Então, é importante dizer que o projeto não nasce só do professor, mas das perguntas que foram feitas na sala de aula. Então, não posso verticalizar o conhecimento. Estou para orientar e mostrar caminhos, não para determinar esses caminhos que estão dentro da sala de aula.

Já o professor nesse contexto parte como investigador, porque não deixa de ser investigação para os próximos anos o que posso mudar e melhorar na minha prática pedagógica. Eu oriento, realizo a "medição" do que pode acontecer, porque não posso fugir do currículo e tenho de atribuir notas e conceitos a alunos. Então, essas notas e conceitos são atribuídas ainda ao aluno. Tenho também de orientar sobre dúvidas desses educandos, incentivar a investigação deles. Uma das políticas que a gente tenta fazer na escola é estimular a pesquisa na educação média. Então, todas as questões que perpassam a educação perpassam a pesquisa. Então, a gente busca fazer com que o aluno pesquise e tenha seus conhecimentos, não só absorva o que está pronto na sociedade.

Então, as decisões do projeto se tornam comunitárias, e isso estimula o protagonismo juvenil.

É importante salientar que o foco principal da utilização do projeto sobre a Microsoft – e já estou, posso dizer, com a Microsoft, há três anos, desde 2009 – foi utilizar um *software* específico que a Microsoft desenvolve e distribuir gratuitamente um *software* da área de astronomia, o Worldwide Telescope. Ele não está ainda traduzido para o português, porém, como o projeto é de forma interdisciplinar, a professora de inglês fazia intervenções, para que pudesse ter esse contexto da utilização do *software*. Não só o Worldwide como a inserção das tecnologias com informações na Nuvem, MSN, Windows, *sites* de busca.

Então, a integração do contexto da sala de aula com o que a tecnologia proporciona fez o sucesso do trabalho e não só a minha intervenção, mas o contexto em geral. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – Esta reunião está sendo transmitida pela TV Senado, com cobertura integral da Agência, Jornal e Rádio Senado.

Vou passar a palavra para Eraldo Martins Guerra Filho, professor vencedor na categoria Escolas Técnicas, do Município de Paulista, em Pernambuco.

O SR. ERALDO MARTINS GUERRA FILHO – Bom dia, Srª Senadora, bom dia Sr. Diretor, bom dia a todos os Parlamentares, bom dia a todos, vou tentar, sucintamente, apresentar o projeto ConstruCoco.

Ele veio como uma proposta da disciplina de Empreendedorismo, de poder apresentar uma prática e uma vivência profissional para os alunos do curso técnico, que estavam sentindo uma necessidade de aliar a teoria a uma pouca vivência ou prática do projeto.

Então, nesse caso, em uma reunião com os próprios alunos, no primeiro dia de aula, decidimos transformar nossa sala de aula para a vivência de uma empresa. Mudamos a perspectiva dos alunos de apenas adquirir o conhecimento que estivesse no quadro. Passamos a incentivar a pesquisa científica e o estudo científico, para que pudéssemos desenvolver algum produto ou serviço.

Em poucas aulas, utilizamos algumas técnicas utilizadas em empresas, como *brainstorm*, para escolha do produto ou serviço que seria desenvolvido naquele período.

Uma das linhas de pesquisa que frisamos foi a utilização desse produto ou serviço para as boas práticas socioambientais e que pudesse, de alguma forma, beneficiar uma comunidade.

Durante o *brainstorm*, decidimos trabalhar em cima de três produtos: a cana de açúcar, o resquício da construção civil e o coco. Tínhamos que aprofundar

uma pesquisa para saber qual dos três seria mais útil e traria maior benefício para nossa sociedade.

Nessa pesquisa, os próprios alunos sentiram a necessidade de desenvolver parcerias, para que facilitasse o projeto, uma vez que a educação não compreende unicamente poucas pessoas e sim várias.

O projeto começou a tomar um caráter interdisciplinar. Então, nesse momento em que conseguimos estabelecer parcerias, uma das parcerias muito forte que pudemos contar foi o centro da Microsoft que acontece na nossa escola, que ofereceu e promoveu para os alunos cursos de capacitação em treinamento em Axel, em Word, em PowerPoint, que pudessem facilitar os meios desses alunos, sem esquecer as questões de pesquisa e educação científica.

Tendo tido os alunos essa vivência, passaram para a parte de campo. Então, teríamos que descobrir por que o coco teria essa viabilidade. Conseguimos, através da pesquisa, descobrir que é um dos grandes agentes poluentes do Norte e do Nordeste, pela sua grande quantidade de uso. Uma barraca de coco, em baixa temporada, chega a vender 150 cocos por dia, sem contar as empresas, como Ducoco, Sococo. E esse material não tem utilidade.

Fomos aos centros de artesanato para saber se esse material era absorvido pelos artesões e descobrimos que apenas 3% do que é produzido no Nordeste é absorvido.

Então, já tínhamos uma matéria prima e precisávamos definir o que fazer com ela. Partimos para um estudo para desenvolver um tijolo. A partir do momento em que desenvolvemos um tijolo feito da fibra do coco, buscamos outras parcerias como a Emlurb e o Inmetro, para testar e garantir o projeto. Os alunos precisavam ter um produto que tivesse uma aceitação no mercado e realmente fosse um produto de alunos profissionalizantes de escolas técnicas. Além dessas parcerias que tivemos para testar o produto, para conhecer o produto, para fazer o produto, levamos o projeto a caráter bem interdisciplinar, com alunos de Química para testar as propriedades do tijolo, para ver como seria a decomposição do tijolo durante seis meses ou um ano.

Então, toda essa vivência foi possível graças a esse projeto. E não sendo apenas suficiente, inserimos dentro da vivência desse projeto novas metodologias educacionais, como foi o caso do uso do Scram. Permitimos que os alunos, dentro de uma ementa criada pelo projeto, definissem como seria feita a pesquisa, por quem seria feita a pesquisa, ou seja, cada aluno desenvolveria sua habilidade para correr atrás do que seria necessário, sem a intervenção do professor. Isso dava liberdade para ele pensar, para ter criatividade. E as parcerias foram muito importante para essas orientações.

Então, hoje esse projeto nos rendeu, não só o prêmio dos Professores Inovadores da Microsoft, como recebemos outros convites para a FIBOPS - Feira Internacional de Boas Práticas Socioambientais, e a apresentação do projeto em nosso próprio Estado.

Os alunos hoje contemplaram esse projeto de tal forma que eles foram geradores de multiplicadores e motivadores na escola. Hoje, a partir desse projeto, temos mais sete projetos engajados porque eles se sentiram motivados por esses alunos. E esses mesmos alunos, após o término do curso da disciplina, estão atuando como mentores nos projetos iniciados este ano.

Então, o projeto teve um objetivo muito maior do que o esperado, muito superior às expectativas do aluno e principalmente à realização profissional dos mesmos.

Obrigado. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – Passamos agora a palavra para a Srª Jane Liete Dalla-Lana, professora vencedora na categoria Inovação em Conteúdo, do Município de General Câmara, Rio Grande do Sul.

A SRª JANE LIETE DALLA-LANA – Bom dia a todos. Sou a Jane, sou de General Câmara, uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, com oito mil habitantes, uma escola pública, trabalho já há quinze anos.

O objetivo do projeto foi criar uma rede colaborativa na Nuvem de forma que os alunos pudessem estudar o folclore. Então, foi dividida entre Língua Portuguesa, História, Filosofia e Artes. Esses professores incentivaram os alunos a criar vídeos digitais de curta duração para participarem de um festival na cidade. Então, os alunos estudaram o folclore e saíram a campo para filmar, com palmtops, celulares, câmeras digitais.

Depois desse estudo, todos os alunos, em sala de aula, discutiram tudo que aconteceu e todos participaram de todo o processo. Então, usaram o Skydrive e todas as ferramentas de tecnologia de informação e comunicação para fazer a divisão das tarefas e as discussões. Os alunos mandavam para os professores pelo Skydrive, os professores corrigiam, devolviam, no outro dia se discutia e isso acontecia no horário oposto da aula deles. Quem estudava de manhã, fazia isso à tarde, quem estudava à tarde, fazia isso pela manhã.

Após isso, houve o festival de vídeo. Os vídeos foram submetidos à avaliação de júri técnico e júri popular. Os melhores vídeos foram premiados na cidade e foi chamada toda a comunidade escolar para assistir esses vídeos.

Após essa premiação, os vídeos foram divididos com outras escolas, compartilhados, de forma que todos

pudessem assistir. E esse ano esse foi o primeiro festival de vídeo, é esse o projeto, e esse ano já aconteceu o segundo festival de vídeo. O ano passado, então, foi o folclore, o resgate da parte histórica do folclore. Este ano foi com as histórias infantis e ano que vem será com histórias filosóficas.

Então, os alunos estão bem engajados no projeto, houve muito aprendizado. Todos puderam fazer grandes trocas com as escolas, com outros professores.

E também gostaria de salientar que nada disso teria seria possível sem o apoio da Microsoft, porque a gente faz os projetos, acontecem na escola, mas, se a gente não divulga, se a gente não participa ninguém fica sabendo o que acontece na escola.

Então, graças ao Emílio, à Mariana e a Adriana, a gente pôde divulgar, a gente pôde sair para fora do país e mostrar o trabalho que acontece na escola. E dizer que não é só porque é uma escola pública que a gente não pode fazer. A gente tem um pouco de tecnologia, então, com pouco, a gente consegue fazer muito. A gente tem que tentar.

Eu vejo que hoje na escola os professores reclamam muito de salário, de condições. Não estou dizendo que eles ganhem bem, mas, acho que na sala de aula não é local para se discutir isso. Então, é um local de aprendizagem e da gente ofertar para o aluno o que a gente tem de melhor e tentar sempre, que a gente vai conseguir levar o nome da escola e as coisas boas que a gente faz.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – Passamos a palavra para Jorge Cesar Barboza Coelho, professor vencedor na categoria inovação em colaboração, Município de Campo Bom, Rio Grande do Sul.

O SR. JORGE CESAR BARBOZA COELHO – Bom dia a todos.

Vou me apoiar um pouco na apresentação que eu trouxe para compartilhar com vocês.

O projeto que eu vou apresentar é o CBB Web TV.

Por favor, pode passar.

O nosso projeto consiste num meio de comunicação jovem entre os estudantes, para os estudantes, e tem como objetivo os objetivos dos estudantes, e, então, a contribuição da escola. Através de um *blog*, os alunos mantêm uma Web TV.

Por favor, pode passar.

A nossa Web TV conta com vários canais. Temos 04 principais canais, que foram os canais que nós submetemos ao prêmio Microsoft: o CBB News, um canal de notícias onde os estudantes abordam questões do seu cotidiano e outros interesses jovens; CBB Defender, que é um canal voltado para a questão do *bullying* e *cyberbullying*; CBB Sports, que é um canal de transmissão dos jogos esportivos da nossa cidade e das cidades vizinhas; e o CBB Life, que é um canal de transmissão em tempo real dos eventos escolares e da cidade.

Por favor, pode passar.

Nós também temos vários outros canais para contemplar o ensino fundamental. O currículo, por exemplo, tem o CBB Radio, que é uma rádio web que transmite a programação da cidade, das escolas. Temos também uma série, como se fosse uma novela, em parceria com os projetos de arte, dança e outros projetos sociais que ocorrem no nosso município e em municípios vizinhos.

Por favor, pode passar.

O foco do projeto é o aluno.

Trabalhamos com 04 máximas: a coautoria, a reflexão crítica, principalmente em cima das mídias e das tecnologias da informação, a pesquisa aplicada e o conhecimento novo. Buscamos construir esse conhecimento novo através de Remix.

Pode passar, por favor.

São vários os canais. Temos um canal, por exemplo, para os animais de estimação. Alunos do primeiro ano, alunos de 06 aninhos, ensinam como cuidar dos animais de estimação. Eles já manifestam o conhecimento e são valorizados.

O nosso canal mais arrojado, que utiliza a tecnologia Microsoft, que foi bem difícil de implementar, é o CBB Life. É um canal de transmissão ao vivo. Nós já temos mais de 500 horas de transmissão ao vivo e cobrimos eventos de 05 dias interruptos.

Para vocês entenderem como funciona o canal, nós montamos a redação no local do evento, o que é bastante desafiador para os alunos. Essa redação entra em contato com a nossa tecnologia, que fica toda de modo virtual no Skydrive e utiliza o Messenger para atribuições e protocolos. Inicia-se a transmissão, que não é fechada, mas, sim, aberta ao público. Por exemplo, todas as escolas do município participam das transmissões. As diretoras, as professoras e inclusive os pais ficam *on line*, interagindo, durante a transmissão. Eles podem mudar a posição das câmeras, impedir uma cobertura especial e solicitar entrevistas além das que temos na nossa pauta para o evento.

Fazemos o registro dos eventos. Por exemplo, na mostra de ciência da nossa escola, nós fazemos o registro e disponibilizamos para os pais. Também montamos material e reflexões para os próximos eventos similares e uma avaliação.

O mais difícil de tudo isso é a questão do ao vivo, mas isso é um elemento pedagógico, porque na vida nós não temos *replay*. Muitas coisas acontecem

ao vivo, e você tem de estar pronto naquele momento. Para testar o aluno na sua potencialidade máxima, nós criamos esse canal.

Uma facilidade é a questão das mídias, principalmente as mídias disponibilizadas pela Microsoft que são bastante intuitivas. Rapidamente os alunos, inclusive os pais, que também participam do projeto, aderem a todas as dinâmicas que envolvem o aprendizado dos alunos.

Pode passar, por favor.

A colaboração é um ponto alto. O que me deixou mais feliz foi vencer o prêmio em colaboração. Para mim, é o melhor reconhecimento. Estou muito satisfeito, porque a colaboração é um ponto alto da humanidade agora. Trabalharmos em equipe é muito importante. Os problemas são muitos complexos e uma pessoa não consegue resolvê-los. Temos que lidar com nossos egos, com nossas potencialidades, com nossas dificuldades e interconectar isso, e a escola tem que iniciar isso desde cedo, desde muito cedo.

A nossa dinâmica é um pouco diferente: não nasce dos professores. Os protocolos nascem rigorosamente dos alunos, passam pela avaliação dos professores, que compartilham com os familiares, e, daí sim, são disponibilizados para a comunidade. Toda interação, esse trabalho em equipe, todo ele acontece dentro de tecnologias Microsoft na nuvem, que seria a virtualidade no aprendizado.

Essas são algumas das ações que já realizamos. Foram mais de 10 eventos transmitidos, esportivos e não, escolares ou não. As matérias abordam vários temas, inclusive o projeto já forneceu uma oficina de animação digital para todos os professores da rede da nossa cidade. Neste ano, vai promover uma oficina para as cidades vizinhas.

Pode passar, por favor.

Um diferencial do nosso projeto é o impacto social. Por exemplo, em uma única ação que foi a Gincana Solidária, os alunos arrecadaram material que favoreceu mais de 200 famílias. Em uma única atividade, o Varal Solidário, em que os alunos tinham que entrar em contato, pelas redes sociais e fazer um varal com roupas para doação, foram arrecadados 5Km de roupas para doação.

Pode passar, por favor.

Essas são algumas características do projeto. O projeto não é de uma única disciplina. Envolve todas as disciplinas da nossa rede. É um espaço de autoria e de interatividade inclusive com os País. Tem compromisso social. É uma preparação para as competências do séc. XXI. Trabalha muito fortemente a convergência digital e a colaboração.

Pode passar, por favor.

Mais informações no nosso *blog*, onde a gente mantém a WEB TV.

Agradeço.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – Lúcia Regina Silva dos Santos, professora vencedora na categoria inovação em comunidades do Município de Manaus, Amazonas.

A SRª LÚCIA REGINA SILVA DOS SANTOS – Bom dia a todos.

Gostaria de agradecer o convite e dizer como estou feliz de estar participando desse evento. Queria agradecer também ao Secretário de Educação do Amazonas, Gedeão Amorim, e ao diretor da minha escola Fundação Bradesco, Carlos Zacarias de Paula Neto, que está aqui e que tem apoiado esse projeto.

O projeto que desenvolvo na escola é chamado *Cyberbullying – qual o seu papel, vítima, agressora ou expectador?*, que é uma das coisas que está acontecendo entre os jovens.

Ressalto a iniciativa da Microsoft, que tem investimentos profundos na educação e que motiva os professores a participar, a divulgar o seu trabalho não só no Brasil, como no mundo, possibilitando ao professor mostrar para fora do Brasil, do seu Estado, como é o caso do Amazonas, que é tão distante, que estamos preocupados com o uso adequado da Internet e das redes sociais pelos jovens. Estamos preocupados com o que eles estão fazendo.

Então esse projeto vem desenvolver isso.

A Fundação Bradesco nasceu de um sonho do saudoso Amador Aguiar e tem 45 escolas em todo Brasil.

O *Cyberbullying* trabalha as competências para o jovem. Qual são essas competências? A competência pessoal, a competência social, a competência produtiva e a competência cognitiva. O objetivo é mostrar que esse jovem protagonista tem que estar antenado, no seu meio ambiente, não só com ele, mas com o que ele faz, nessas redes sociais, que vêm causando *cyberbullying* e o *bullying*. Através de ações, utilizando as ferramentas da Microsoft, podemos criar vídeos, fazer gráficos e levantamento de dados, para socializar não só na nossa escola, mas também em escolas próximas da nossa comunidade, porque a Fundação Bradesco está situada em um bairro pobre de Manaus, que é o Alvorada II.

A partir de ações que fizemos dentro da nossa escola, trabalhando o *cyberbullying*, as outras escolas me convidaram. A Fundação Bradesco é uma escola privada. As escolas estaduais foram parceiras. Levamos esse projeto para fora. Era ação do aluno. Ele gerava as ações, gerava todas as atividades. Eles falavam a

mesma linguagem desses jovens. Então, era muito mais fácil ter acesso a isso. O jovem, quando acessa a Internet, acha que está no anonimato, mas o projeto conscientiza que não existe anonimato na Internet. Em tudo o que você faz, as máquinas são testemunhas. Então, quando eles começam a ter consciência de que existe uma lei que rege o ciberespaço, que existem penalidades que podem ser para eles ou para os pais, começam a pensar "o que eu estou fazendo aqui? Por que eu estou agredindo, se tem uma consequência?" Eles acham que o deletar está resolvendo o problema. E nós mostramos para eles, com os gráficos, que isso não é possível, que existem ações nas suas ações, que existem penalidades. Então, eles começam a pensar, a ver que, fazendo isso através da Internet, isso não vai ficar nas nuvens, não vai ficar no anonimato, que vai ter uma consequência na vida social desse jovem, na sua comunidade, no seu *habitat*.

Quando o projeto iniciou, nós tivemos vários conflitos entre jovens na nossa comunidade. Hoje o projeto está com um ano e nós não temos um registro policial de agressão próximo à nossa escola. Mas, para isso, nós precisávamos também da parceria dos pais, e os pais muitas vezes não queriam participar. E os próprios jovens: "nós vamos atingir através de reuniões dos pais". Os jovens foram às reuniões dos pais falar com esses pais, mostrar que eles também eram responsáveis pelo que os filhos faziam na Internet, que eles poderiam também estar evitando. A partir daí, percebemos que muitos pais não sabiam nem utilizar o computador, não sabiam nem ligar.

E onde aconteciam essas agressões? Percebíamos que era nas *lan houses*, nos *cyber* cafés próximos, na nossa comunidade. E nós levamos as nossas ações para esses *cyber* cafés. Então, a partir das ferramentas que a Microsoft nos oferece e palestras, falando com eles, jovem falando com jovem, nós percebemos que nós melhoramos muito.

Então, eu só quero agradecer por essa oportunidade, esse apoio que a Microsoft deu para mostrarmos que no Amazonas nós fazemos esse trabalho, que nós estamos preocupados e que, infelizmente, o ensino ainda não está no currículo escolar, mas que gostaríamos que isso acontecesse, porque é uma preocupação, porque esse jovem protagonista tem que saber das suas responsabilidades, ele tem que ter o autocuidado, ele tem que ter o *alter* cuidado e ele tem que ter o ecocuidado, para ele transformar numa sociedade melhor.

Então, eu só gostaria mesmo de agradecer a todos os Ministros que me deram esta oportunidade, à Microsoft, mais uma vez, salientando a pessoa do Emílio, que motiva, a Adriana e a Mariana, que estão presentes, que nos apóiam, que estão sempre nos motivando a fazer esses projetos, a mostrar.

Eu estou muito emocionada não apenas por ter sido homenageada juntamente com meus colegas aqui presentes, mas, principalmente, por perceber que é através dela que estamos num novo momento da história brasileira, pois esta homenagem revela um novo olhar dos representantes da Nação brasileira para o País e que este gesto demonstra que estamos no caminho certo para, através da educação, prepararmos um futuro melhor para o nosso querido País.

Então, muito obrigada. O Amazonas agradece. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Maria do Carmo Alves. Bloco/DEM – SE) – Passamos, agora, a palavra a Marcus Vinícius Leite, professor vencedor na categoria Escolas Particulares, do Município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

O SR. MARCUS VINÍCIUS LEITE – Bom dia a todos.

Eu também quero agradecer a oportunidade de estar aqui, agradecer à Microsoft pelo prêmio. Inclusive, no nosso caso, é a primeira vez que o Prêmio Educadores Inovadores contempla escolas particulares, que prestam um serviço também fundamental no nosso País. A educação é ampla, está em todos os segmentos, e as escolas particulares se incluem nesse segmento.

Eu tenho que confessar que sou um educador num contexto privilegiado. Por que num contexto privilegiado? A nossa escola nos fornece todas as condições para um bom trabalho. É a Fundação Torino, de Belo Horizonte. Na realidade, nós temos a obrigação de sermos inovadores por podermos contar com todos os recursos para a realização dessa tarefa.

A nossa escola é uma escola de matriz bicultural, ítalo-brasileira, mas ela hoje se foca mais numa educação internacional, com trabalho em diversos idiomas. Inclusive, três dos nossos estudantes estão aqui, à nossa direita – pode levantar, gente! – e vieram aqui acompanhar esta cerimônia. *(Palmas.)*

Ali está exposto o *blog* da Rádio História. Eu vou explicar brevemente do que se trata.

Essa ideia surgiu a partir do momento em que eu descobri o que era um *podcast*. *Podcast* é uma transmissão de arquivos de áudio. E eu descobri que algumas escolas possuíam rádios virtuais. A ideia que veio a minha mente era como trabalhar uma rádio virtual com o conteúdo que eu trabalho, que é o conteúdo de História. A ideia foi exatamente casar a rádio com o conteúdo histórico. Surgiu a ideia de cobrir os eventos históricos como se os alunos fossem contemporâneos desses eventos. Então, eles vão pesquisar o tema. Em

cima dessa pesquisa, realizam uma pauta jornalística e, ao mesmo tempo, envolvendo elementos de dramaturgia, eles vão ter que representar os personagens e fazer a cobertura desse evento após a pesquisa. Então, há um narrador, que é como se fosse o âncora de uma rádio; esse âncora chama o repórter no evento, o repórter explica o que está acontecendo e faz uma entrevista. Isso permitiu que a gente, ao longo dos três anos deste projeto – estamos no terceiro ano – pudesse cobrir uma série de eventos tanto da História do Brasil quanto da História mundial.

Ali, por exemplo, a gente está cobrindo a trégua de 1914, principalmente das tropas inglesas e alemãs durante a primeira guerra. Então, uma turma do nosso quarto ano do *liceo* foi cobrir esse evento e realizou essa cobertura. A gente inseriu uma tecnologia da Microsoft, o Windows Movemaker, e pudemos, através dela, criar esse arquivo que, hoje, vira um vídeo. Antes era só um *podcast*, um arquivo de áudio. Agora, eles também pesquisam as imagens e inserem nos vídeos. Se a gente clicar ali, a gente vai ter essas imagens passando e o áudio sendo executado.

O interessante é o seguinte: como a nossa escola é internacional, essa cobertura aí, por exemplo, está sendo feita em português e em inglês. Um dos nossos primeiros áudios foi a cobertura da queda do Muro de Berlim, e tivemos uma entrevista em alemão. A gente aproveitou um aluno nosso que era alemão. Então, já fizemos cobertura em inglês, em alemão, em espanhol, em italiano e, recentemente, uma cobertura em francês.

Então, como disse, temos a obrigação de inovar, porque trabalhamos em condições muito boas, num contexto socioeconômico privilegiado. Então, não há desculpa para não realizar um bom trabalho.

Agradeço a todos. Era isso que eu tinha a expor acerca da Rádio História. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Bom dia a todos. Agradecemos a manifestação do Professor Marcus Vinícius Leite.

Eu assumo neste instante a Presidência dos trabalhos desta Comissão, agradecendo à Senadora Maria do Carmo a gentileza de ter iniciado os trabalhos, ocupando com muito brilho esta posição e substituindo-me, com certeza, com mais brilho ainda.

Quero justificar que a minha ausência se deu por conta de atraso no deslocamento que fiz, via aérea, de Curitiba até aqui, na manhã de hoje. Por essa razão me atrasei.

Saúdo o Diretor de Educação da Microsoft, Emílio Munaro, e todos os presentes.

Pela ordem dos inscritos, nós ouviremos agora a Professora Sandra Maria Saragoça, vencedora na categoria Contextos Desafiadores, do Município do Rio de Janeiro, e que, inclusive, obteve o primeiro lugar no evento mundial em que se premiaram todos.

A SRª MARIA SARAGOÇA – Eu sou professora da Rede Estadual do Rio de Janeiro e trabalho em uma escola que funciona dentro de uma unidade socioeducativa, o Degase, que é responsável pelas medidas socioeducativas dos adolescentes em conflito com a lei. Então, lá a gente tenta fazer um trabalho diferente, até para tornar a escola um pouco diferente das que geralmente as meninas encontram.

Então, o projeto veio de uma parceira com a Lego, que doou 20 mil peças, o Degase entrou com a parte de logística, e a Secretaria de Educação com toda a estrutura curricular para podermos começar o projeto. Comecei com a capacitação e descobri que aquelas pecinhas de Lego poderiam fazer filmes e filmes pedagógicos. Então, em sala de aula, com os professores, nós demos o primeiro passo. A professora de Português veio com a ideia de trabalhar meio ambiente e fez com os alunos um trabalho; o professor de Geografia nos orientou e dali saiu o primeiro filme, com a técnica de *stop motion*, colocando na ferramenta Movie maker, Windows Movie maker. O filme ficou tão bom que todo mundo gostou, que o diretor da outra escola municipal falou: "Traz pra cá". E nós levamos as nossas meninas, alunas, adolescentes em conflito com a lei, que passaram a ser palestrantes nessa escola municipal. Assistiram 750 alunos em várias turmas. No final da última turma, uma adolescente me abraçou e, chorando, falou: "Professora, eu nunca pensei de poder ensinar alguma coisa a alguém". Aquilo me bateu e pensei que aquele era o caminho a seguir. E começamos a fazer filmes e filmes. A partir daquele momento, começamos a fazer parcerias para que rompessem com essa discriminação. Porque há uma certa discriminação em relação a essas meninas. Geralmente as pessoas pensam que essas meninas não têm condições, que elas são bandidas. E quando a gente leva essas meninas para fora, a gente consegue vencer paradigmas, a gente mostra que, quando é dada uma oportunidade, elas são capazes, sim.

Nesse momento, elas acreditam que elas são capazes. Quer dizer, a autoestima delas é elevada e, com isso, elas buscam novas coisas, e aquelas pessoas que estão assistindo mudam esse paradigma.

A gente teve essa experiência tanto nesse Ciep, que é o Graciliano Ramos, da rede municipal, quanto no Colégio de Aplicação Emmanuel Leontsinis, que é da rede particular. A gente viu que as pessoas que assistiram, hoje, não aceitam mais dizer que essas meninas não têm salvação. Elas apoiam tudo que a gente faz – acho que um dos benefícios do prêmio vai ser o convite para ir a outras escolas, porque é difícil ter esse

convite. Quer dizer, hoje já temos duas escolas parceiras e que realmente apoiam e fazem essa recepção.

Eu costumo até dizer, nessas apresentações, que essas meninas cometeram atos muitas vezes graves, mas que realmente, na comunidade delas, é do jeito delas. Uma menina, na festa das crianças, estava emburrada, com 14 anos, e perguntei: "O que foi?" E ela: "Eu quero pular no pula-pula". Porque lá havia um pula-pula. "E o diretor não quer me deixar." "Mas você não está grávida?" "Estou, mas eu quero pular." Quer dizer, uma menina de 14 anos, grávida, queria pular no pula-pula, e ela tinha praticado um ato infracional. Então, que maneira nós temos de julgar essa menina? A gente tem que ali, na socioeducação, ajudar que ela consiga ver um novo horizonte, uma perspectiva de vida. E é para isso que estamos trabalhando.

Hoje em dia, vemos uma escola diferenciada dentro dessas unidades socioeducativas, e a gente vê o próprio Degase se articulando. Muitas já saem empregadas. E o mais gostoso disso é o resultado que a gente tem tido, que é de ver que a maioria das meninas para quem a gente dá essa oportunidade, com vários parceiros, elas não voltam. E, com carteira assinada, elas saem e provam para a gente que esse é o caminho.

Então, basta a gente investir nesse caminho. Isto é que a gente veio mostrar aqui: que através desse trabalho, elas podem mostrar e sentir que são capazes.

Era só isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a Prof. Sandra Maria Saragoça pela exposição e passamos a palavra à Prof. Vera Beatriz Hoff Pagnussatti.

A SRª VERA BEATRIZ HOFF PAGNUSSATTI – Bom dia a todos, Senador Paulo; cumprimento os demais presentes.

Sou a Prof. Vera Pagnussatti, professora da rede pública do Paraná. Trabalho em sala de aula há 28 anos, sou apaixonada pelo que faço, realmente, e todo ano procuro envolver meu alunos além do livro didático, porque penso que, realmente, o professor hoje tem tantas ferramentas que ele precisa explorar.

O meu trabalho teve como foco principal os gêneros textuais jornalísticos, que é um conteúdo. Trabalho com alunos de oitava série e primeiro ano do ensino médio. Então, diferentes suportes por quê? Porque eu trabalho sempre o impresso e trabalho também *online.*

Busquei uma parceria com o jornal da cidade e coloquei a minha vontade de trabalhar o jornal, sabendo que muitos dos nossos alunos não têm uma assinatura de jornal.

Eles concordaram e mostrei qual era o meu trabalho – são dois anos de projeto –, e o jornal não tem coragem de não mandar jornais todos os dias para a escola. E vejo o jornal como um aliado para a transformação social. Começo trabalhando os temas presentes na própria sociedade. Quais são as notícias que circulam na minha sociedade? São drogas, violência no trânsito. E, a partir dessa leitura, consigo fazer com que eles saiam daquela mesmice e comecem a perceber os problemas da sua cidade e que não só da nossa cidade, mas que são do mundo também. Então, o objetivo maior realmente era provocar para a construção do conhecimento. De que forma? Eu não posso ser um simples leitor. Eu dizia para eles: "Vocês são leitores, mas vocês são capazes também de produzir textos e escrever para jornal". Então, esse jornal chamado *O Presente à cidade* abriu um espaço para a escola, para o projeto. A gente trabalhava diferentes gêneros e enviava, via *online*, via *e-mail*, os textos para o jornal e ele ia publicando conforme a necessidade da escola.

Pode passar.

O objetivo era, no final do projeto de 2010, montar o jornal da escola com os textos produzidos, diferentes textos produzidos pelos alunos. Além dessa produção, a satisfação de o aluno poder ler o texto que escreveu é muito grande; é uma grande satisfação ele receber o jornal no dia seguinte, na escola, e ver o seu texto impresso naquele jornal. Então, ele passou de leitor para produtor também. E a comunidade acabou participando muito, porque houve um envolvimento muito grande dos pais, conforme os temas que a gente ia trabalhando.

Pode passar.

Os gêneros trabalhados foram notícias, manchetes, reportagens, anúncios publicitários, editoriais, charges, reportagens fotográficas, artigos de opinião, entrevistas, anúncios, carta do leitor, todos eles em forma de oficina, de forma gradativa e, claro, começando pela notícia, que é a matéria-prima do jornal.

Pode passar.

Os temas trabalhados foram escolhidos pelos próprios alunos em forma de enquete: "o que vocês gostariam de trabalhar?". Então, temos aqui: sexualidade precoce, gravidez, meio ambiente, poluição, água, drogas, sustentabilidade, política, ética, democracia, cidadania, esportes, violência juvenil, *bullying*, *cyberbullying*, violência no trânsito etc. E os alunos se tornaram monitores em oficinas.

Na tragédia de Realengo, o tema era *bullying.* "O que a gente vai fazer? Vamos trabalhar o tema, mas não ficar simplesmente trabalhando o gênero; nós vamos passar isso para outras turmas da escola que não estão trabalhando esse tema". Então, alunos de 13 anos deram um *show*, porque realmente, através de pesquisa, montaram oficinas e trabalharam inclusi-

ve com o ensino médio e todas as escolas. E tivemos convite para trabalhar em outras escolas também.

Pode passar, por favor.

Toda semana, então, há socialização da leitura do jornal que chega à escola. A gente tinha um ponto específico, os alunos leem mesmo hoje, e há toda a parte da teoria. É claro que, dentro da Língua Portuguesa, tenho algo a cumprir, que são as especificidades de cada gênero, a coesão, a coerência, a leitura, a produção, e, ao mesmo tempo, as práticas. Então, buscar realmente, através da pesquisa, através de entrevistas com as pessoas da comunidade, a elaboração de textos, apresentação para a classe, outras escolas, a produção do jornal local, oficinas para outras turmas e, principalmente, buscar na comunidade subsídios para a elaboração do jornal.

Próximo.

Hoje nós temos na escola uma banca de jornais e revistas, recebemos diariamente jornais, disponibilizamos *notebook*, para que os nossos alunos tenham acesso a os jornais *online* do mundo todo, até o da cidade e outros também.

Por favor, o próximo.

Aqui, a produção dos jornais, as etapas todas, todas as etapas criadas, o trabalho de um ano todo.

Pode passar, porque acho que o meu tempo está esgotado.

A tecnologia utilizada: blog, mídias, Internet, Power Point, todas disponilizadas aos alunos. Muitos são filhos de agricultores e não têm Internet ou computador em casa, então, a escola tem que fazer esse papel.

Pode passar.

Aqui, alguma coisinha do jornal impresso. E hoje nós temos o jornal *online*, não mais o impresso, porque é bastante caro para a escola; as redes sociais.

Pode passar.

Aqui o rendimento dos alunos. Os alunos que trabalharam no ano passado e neste ano têm um crescimento notório nas habilidades cognitivas, pessoais, produtivas, habilidade relacional.

Pode passar.

Aqui, opinião de alunos do ano passado; deste ano já foi tudo meio *online.* Isso aqui é uma parte do jornal que foi editado.

Pode passar.

Aqui, sou professora PDE e gostaria de agradecer pessoalmente ao Senador Roberto Requião, que não se encontra presente, porque foi ele que criou o PDE no Paraná. Foi o momento de os professores saírem de sala de aula e estudarem novamente. E muitos trabalhos que estavam adormecidos havia muito tempo, durante o PDE, a gente pôde estudá-los e praticá-los.

Pode passar.

Esta aqui é a minha escola, é um colégio estadual muito bem organizado.

Quero dizer da minha satisfação de estar aqui e agradecer ao pessoal da Microsoft a oportunidade. Nós, como educadores, temos um papel muito importante. As mídias são importantíssimas, mas nós somos importantes mediadores na transformação desta sociedade.

Obrigada. *(Palmas.)*

Aqui é o meu Município maravilhoso, com 50 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não. Agradecemos e cumprimentamos a Prof. Vera pela sua exposição. E o Diretor da Microsoft Dr. Emílio pediu mais um minuto para fazer uma observação e uma informação complementar.

V. Sª tem a palavra, Dr. Emílio.

O SR. EMÍLIO MUNARO – Obrigado, Senador.

Na verdade, eu só queria que todas as pessoas aqui presentes tivessem a satisfação que tive de conhecer todas elas e saber do trabalho árduo de cada uma. Eu tive a oportunidade de ir ontem conhecer o projeto da Prof. Sandra, lá no Rio de Janeiro, e mais que isso, eu tive a oportunidade de conversar com as garotas que são impactadas por esse projeto.

Houve dois episódios que mexeram comigo e que eu queria compartilhar com vocês.

O primeiro foi que uma das garotas com quem nós iríamos conversar infelizmente tinha sido presa de manhã, porque ela não tinha se comportado bem durante o dia. Aí quando eu fui perguntar para ela: "O que você fez?" Ela disse: "Eu bati na menina porque ela falou mal da minha mãe, e da minha mãe ninguém vai falar mal". Então, quer queira, quer não, ela não fez a coisa correta, agredindo a amiga; é claro que não. Mas veja o valor que ela tem em relação à maternidade, à mãe dela, o quanto a mãe dela é importante para ela.

E acabei vendo uma aluna numa aula de trabalhos manuais que tinha feito um sapo, com um CD, para a mãe dela. E aí a professora disse: "Por que você não o dá de presente para o Emílio?". Eu falei: "Não, não, não, por favor, a sua mãe merece seu sapo mais do que eu. Não diga isso." E saí da sala. E ela veio correndo atrás de mim e disse: "Olha, aqui está; eu gostaria de dar o sapo para o senhor porque eu gostei muito do senhor".

A conclusão a que chego é que você não é capaz de dar aquilo que você não recebe. Então, ela só conseguiu dar aquilo, e a representatividade do amor, é porque ela recebe de você, Sandra, e das pessoas do Degase, esse amor de volta, porque senão a gente não consegue fazê-lo.

E dizer que o trabalho do professor é fundamental neste nosso País, porque é por intermédio de vocês que a gente vai provocar a transformação, transforma-

ção essa que, digo, aconteceu comigo. Senadores, eu sou fruto da educação pública deste País. Eu me formei em escolas municipais e estaduais durante todo o ensino básico, sendo ele fundamental e médio. Tenho orgulho de dizer isso. Se hoje eu tenho duas universidades, um mestrado e estou caminhando para o meu doutorado, eu devo ao Estado. Portanto, sim, é possível esse modelo transformador, mesmo na escola pública brasileira.

E eu pediria uma salva de palmas para vocês, porque tenho orgulho de vocês por estarem aqui. *(Palmas.)*

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Em seguida, passaremos a palavra aos Srs. Senadores e às Srªs Senadoras para as suas manifestações, considerações e até questionamentos. Mas, antes, quero informar que esta reunião está sendo divulgada e veiculada pela TV Senado, pela Rádio Senado, pela Agência Senado e também pelo Jornal do Senado. Portanto, ela será, imediatamente, e também nos dias seguintes, de conhecimento público de todo o País. A TV Senado é muito assistida por todos os brasileiros e isso nos orgulha e nos deixa felizes porque, obviamente, o trabalho que se faz aqui, de legislar, de discutir problemas, de questionar, de fiscalizar Governo, de denunciar erros, de aplaudir acertos, agora fica mais completo também com essa reunião de homenagem proposta pelo Senador Cristovam Buarque, homenageando, em nome de todos os brasileiros, pela Casa do Senado da República, a todos vocês vencedores deste prêmio que a empresa Microsoft realiza e organiza já há vários anos e que hoje contempla a educação de uma forma muito especial.

O Senador Cristovam Buarque, pelo Regimento, tem a preferência e o direito de fazer a primeira manifestação, mas a Senadora Lídice da Mata, que tem um compromisso em outra comissão, consultou se o Senador Cristovam concede a ela a oportunidade de falar primeiro. Parece-me que a Senadora Ana Amélia requer a mesma coisa. Se o Senador Cristovam estiver de acordo...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – (*Fora do microfone. Inaudível*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Ah, pediu para falar? Desculpe. Então, Senadora Ana Amélia...

Primeiro consulto V. Exª se concorda. V. Exª é um *gentleman*, um cavalheiro, antes de mais nada. (*Pausa*.)

Muito obrigado.

Em seguida, passarei a palavra à Senadora Lídice da Mata.

Ouço, com prazer, a Senadora Ana Amélia, que pediu a palavra pela ordem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, era apenas para inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Está inscrita.

Senadora Lídice da Mata com a palavra.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, convidados e premiados do dia de hoje e a Microsoft, quero primeiro parabenizar – aliás, é uma das coisas que vivo fazendo neste Senado – o Senador Cristovam Buarque. O seu compromisso com a educação brasileira faz com que ele possa nos permitir este momento especial na Comissão de Educação, trazendo aqui esta grande contribuição de apresentação do Prêmio Microsoft do Brasil.

Segundo, parabenizo a própria Microsoft, pela atitude. Isso demonstra uma compreensão, demonstra o que a responsabilidade social de uma empresa pode promover.

Por outro lado, parabenizo esses missionários da educação brasileira. Eles são verdadeiros missionários, que provam, no dia a dia, que, apesar de todas as dificuldades, de todas as conclusões apressadas de que a educação pública no Brasil fracassou, nós temos essas experiências que comprovam a sua potencialidade. E essa potencialidade parte principalmente do compromisso dos professores com a educação.

Nós somos lutadores para que a educação brasileira e os educadores brasileiros tenham todas as condições possíveis de realizar esse trabalho. Aliás, o representante das escolas particulares, na sua fala, disse que eles têm a obrigação de fazer isso, porque eles têm todas as condições apresentadas pela instituição particular em que ele trabalha de realizar isso. Então, a inovação, para eles, é a obrigação diária. Mas vocês provam que a inovação no trabalho de vocês é fruto muito mais da compreensão da missão, da dedicação e da necessidade de superação das dificuldades encontradas individualmente.

Parabenizo o Alex Vieira dos Santos, que eu quero especialmente saudar, por ser da minha terra, a Bahia. Conheço a rede educacional baiana, sei dos seus desafios, fui prefeita da cidade de Salvador, também realizamos importantes desafios lá. Tenho o orgulho de ter sido a prefeita que colocou, pela primeira vez, uma Internet numa escola pública municipal, no Brasil, que foi numa comunidade de Marotinho, uma comunidade fruto de uma invasão, como a gente chama na Bahia as ocupações irregulares de terra, e vencendo o desafio inclusive com os professores, com o sindicato dos professores, que achavam que botar computador e Internet numa escola era secundário. Primeiro nós precisávamos consertar todas as carteiras existentes,

vencer todas as etapas e compreender o método educacional como método etapista, para depois colocarmos computador nas escolas.

Depois daquela experiência que nós tivemos, o MEC adotou, a partir daí, um *kit* que levou os computadores às escolas públicas no Brasil inteiro.

Então, eu quero parabenizar cada um de vocês, pela conquista realizada em nome do povo brasileiro, em nome da educação brasileira, com todas as dificuldades. E quero, de forma muito especial, por ser uma parlamentar que atua, há muitos anos, na área da criança e do adolescente, especialmente acompanhando também esse trabalho de recuperação socioeducativa, com adolescentes e jovens infratores, ou atualmente em conflito com a lei... E essa experiência desenvolvida por Sandra realmente é algo acima da atividade normal, cotidiana, pois sei que vocês, além de lidarem com o público difícil, que é o público da escola pública normal, que convive com muita violência, pelo menos nos Estados nordestinos e do Norte, com muitas dificuldades em suas comunidades, especialmente esse trabalho com os que são a população em conflito com a lei, que são tão estigmatizados em nosso País, no caso das meninas ainda mais. Na prefeitura de Salvador – felizmente estou me remetendo a isso –, criamos um programa, o Cidade Mãe, hoje já bastante prejudicado, mas que manteve, durante muito tempo, abrigos nas ruas, justamente fazendo um trabalho com as crianças na ruas, e um trabalho socioeducativo para prevenir essa atuação de infração com a lei.

E quero parabenizar e dizer que fico extremante orgulhosa de ser um trabalho desenvolvido como esse de Sandra.

E quero parabenizar a Microsoft num aspecto também: primeiro, não sei como foi o critério, técnico certamente, mas aqui temos, Senadoras mulheres, quatro homens e quatro mulheres premiadas, mostrando, por coincidência, essa capacidade das mulheres – aliás, somos a maioria nas escolas públicas ou particulares deste País. Então, fico muito feliz de ver essa premiação de mulheres determinadas, dedicadas.

Depois, louvo o conteúdo social de todas as experiências aqui apresentadas. Todas têm um conteúdo de integração social, de agregação social muito grande. Assim, quero parabenizar todos vocês, dizendo do meu orgulho de participar deste momento.

Obrigada. (*Palmas*.)

Queria pedir licença, porque tenho um compromisso já assumido antes. Aqui estamos com a Conferência das Mulheres acontecendo, ontem e hoje, e, paralelamente a ela, diversas atividades.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação da Senadora Lídice da Mata e passamos a palavra ao eminente Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento. Depois ouviremos a Senadora Ana Amélia, que está inscrita, e o Senador Walter Pinheiro.

Vamos ouvir todos, para depois verificarmos se há necessidade de mais algumas manifestação.

Por favor, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta é a segunda audiência que a gente faz, em uma semana, relacionada a olimpíadas, chamemos assim, do conhecimento. Na semana passada, ouvimos coisas formidáveis aqui sobre a World Skills, que é uma olimpíada mundial sobre ensino técnico, em que alunos brasileiros ganharam medalhas de ouro, medalhas de prata, no grande evento realizado em Londres.

E hoje estamos assistindo aqui a esta olimpíada que a Microsoft realiza.

Isso dá uma esperança muito grande a todos nós de que, quando se quer, quando se tem esperança, quando se tem criatividade, quando se tem vontade, a gente consegue fazer coisas novas.

No caso de hoje, há algo especial. É diferente da outra. A outra é uma olimpíada para mostrar como o ensino técnico pode formar profissionais de qualidade para o Brasil. Mas esta tem uma coisa especial. Não sei se vocês estão percebendo, mas vocês estão inventando uma nova escola. Vocês estão inventando um novo professor. Vocês estão inventando um novo aluno. E temos de inventar isso rapidamente.

Tudo mudou no mundo radicalmente nos últimos 30 anos, nos últimos 40 anos. Menos a escola ainda. E, se a gente não mudar, a escola fica superada, fica para trás. Uma loja de alguns anos atrás para um supermercado de hoje é diferente; aeroporto é diferente; banco é diferente; loteria! Eu sou do tempo do jogo do bicho, e não faz muito tempo. Hoje existem computadores mais modernos numa lotérica do que até nas universidades.

Tudo está mudando, e a escola tem que mudar.

Nós, ultimamente – nós que eu digo não eu; nós a sociedade brasileira –, temos dito que, nas nossas escolas, as crianças ficaram violentas. É claro que elas têm que ser violentas na realidade que a gente vive! Duas realidades! Uma realidade é a realidade da sociedade. A escola está conectada com a sociedade. A sociedade é violenta, Senadora Maria do Carmo. A violência penetra na escola, e essa é difícil de se lutar contra ela dentro da escola, embora, se a escola ficar boa, se garantir formação boa às crianças todas do Brasil, nos próximos vinte anos, a sociedade será

mais pacífica depois. A escola é um instrumento de pacificação. Mas vai demorar para chegar a todos.

Há uma outra violência, que é a desconexão da escola com os avanços técnicos. Vejam que interessante: a violência vem de uma conexão com a sociedade e de uma desconexão com os avanços técnicos. A escola fica chata! A escola fica ruim! A gente viu aqui exemplos – e eu vou depois citar um por um dos exemplos – de como pequenos gestos atraem o aluno.

E cito um caso aqui: o governador do Distrito Federal, o José Roberto Arruda, criou um programa naquela época chamado Adote uma Escola. E eu e minha mulher adotamos uma escola. Uma escola na cidade de Planaltina, mas numa das partes mais pobres. E eu consegui que um empresário colocasse ali naquela escola o que se chama lousa inteligente. Na verdade, em vez do quadro negro, é um terminal de computador, em que o professor dá aula, mas trazendo para dentro toda a realidade. O diretor, um bom diretor, escolheu... E isso eu falo muito por aqui, porque parece que eu estava me lembrando do fato, ao ouvir as falas. O diretor colocou nessa sala crianças de 15 anos que ainda estavam na quarta série, que estavam saindo; depois de uma, duas, três repetências, estavam indo embora; ele pegou esses meninos e meninas e colocou nessa sala – claro, depois de treinar o professor. Não perdeu nenhum aluno. Os alunos descobriram um mundo diferente. Descobriram que, quando eles estudavam geografia, aparecia ali a foto, e não um desenho.

Como é que a gente consegue segurar o aluno hoje com quadro negro, quando o aluno está nas três dimensões!? Num domingo, eu fui assistir a esse filme Avatar, e pensei: imaginem amanhã, segunda-feira... Não sei se todos assistiram. É um filme maravilhoso, em terceira dimensão, com viagens espaciais. E pensei: imagine amanhã, o aluno chega na escola, e o professor diz: "Isto aqui é um sol" – e aí faz um pontinho de giz. "Esta aqui é a Terra" – e faz um pontinho de giz. "A Terra gira" – e aí faz uma roda. Não há aluno que goste disso no mundo de hoje. É como se, no meu tempo, não houvesse quadro negro. Quando não tinha... Até o séc. XVIII, não havia quadro negro. É interessante até. O quadro negro foi inventado por um professor de geografia. Um professor de literatura não pensou em fazer quadro negro, para escrever o nome dos autores. Não precisava. Foi um professor de geografia. Como é que você ensina geografia sem quadro negro? Se ensinava.

A mesma pergunta vale hoje: como é que se ensina biologia, desenhando o cérebro num quadro negro, em vez de mostrar o cérebro por meio de *softwares* que já existem hoje disponíveis? Você aperta um botão e aparece aquilo ali na tela.

Então, a violência vem da conexão e da desconexão. A conexão com a sociedade violenta e a desconexão com a riqueza tecnológica que existe hoje, tanto do ponto de vista do *hardware*, quanto do *software*; tanto do ponto de vista do equipamento, quanto dos desenhos que estão lá dentro.

Tem que inventar um novo professor. Tem que inventar uma nova escola, que vai surgir. Tem que inventar um novo aluno.

E vocês estão fazendo isso. E vou mostrar isso, pegando cada caso que vocês falaram aqui, começando pelo Alex.

A ideia de trazer astronomia e astronauta para dentro da escola traz o interesse do aluno. É isso que está trazendo. E, ao trazer astronomia e astronáutica através dos problemas do dia a dia, como o Professor Alex falou, você consegue certamente garantir a atenção do aluno não apenas ensinando a ele. E, ao garantir a atenção do aluno, você ensina mais. O Eraldo, a partir do local, fazer pesquisas. É a interação. Você cria uma interação. Essa interação atrai a atenção e o aluno aprende. A Jane, o uso de ferramentas. Isso é fundamental. Tem que levar para dentro da escola todas as ferramentas modernas da chamada TI. Tem que levar para dentro a tecnologia da informação. Não existe mais escola que mereça o nome de escola sem televisão, sem computador e sem saber usar isso, porque colocar computador... Ouvi dizer que querem colocar isso para cada aluno. Mas se não ensinar o professor, se não preparar o aluno, se não colocar o software correto, eles vão usar isso para outras coisas. E aí a gente ficou apenas dinamizando a indústria montadora de *tablets*, porque aqui a gente não vai fabricar *tablets*, a gente vai montar. E vai montar porque a gente não tem a ciência e tecnologia. E não tem a ciência e tecnologia porque não teve boa escola de base para todos no Brasil.

Taiwan é quem vai montar essa fábrica aqui. Taiwan é muito menor do que o Brasil, foi criado há pouco tempo como país, saiu de uma guerra civil na China.

Aliás, quero fazer aqui um parêntese. Brasília tentou trazer para cá as olimpíadas estudantis; perdeu para Taiwan. Conversei com as pessoas que foram lá defender a vinda para cá. Eles disseram: caramba, quando a gente chegou, viu que ia perder, Valter. Por quê? Porque a gente levou um livrinho sobre Brasília. Eles deram um *tablet* desse para cada um dos que decidiam para onde ir. Então, se você queria saber sobre Taiwan, usava isso. Como vão ser as olimpíadas? Os Estados apareciam debaixo, de frente, de lado. E daqui, um livrinho. Tem gente que achou que eles ganharam porque ao distribuir compraram voto. Não foi isso, porque isso não vale mais nada por aí afora. É porque

eles convenceram com o uso da tecnologia e puderam distribuir porque são os inventores, os fabricantes.

Então a Jane mostrou o uso de ferramentas. O Jorge, Cesar, mostrou uma coisa muito interessante: esses canais de transmissão, muito interessante a colaboração com os pais. Isso é fundamental. A gente não consegue atrair os pais para dentro da escola. Eles sentem medo dos professores. E você fez o trabalho de atraí-los.

Eu quero aproveitar e reclamar. O meu projeto que está na Câmara, no finalzinho, não sei por que, estão contra, tanto o Ministério do Desenvolvimento Social quanto o Ministério da Educação. É um projeto simples: para receber a Bolsa Família o pai terá que ir pelo menos uma vez por ano à escola. É uma coisa tão óbvia! Não querem, em parte é porque o professor não quer empoderar os pais.

Você teve coragem de trazer os pais. Quando os pais começarem a ir vão começar a reclamar dos professores. Tem que empoderar os pais.

Eu publiquei agora um livrinho assim sobre como fazer a revolução educacional no Brasil. E coloquei uma coisa que era tão atrevida que eu não disse que era proposta. Eu coloquei como uma ideia para empoderar os pais e cobrar um pouquinho da escola: o pai pagar cinco reais por mês. Ele aí começa a se sentir dono, começa a achar que o professor é pago por ele e começa a ir lá cobrar. A gente acha que isso quebra a gratuidade. Ponha um real só e destine a um fundo, não para pagar nada. Ele vai começar a se empoderar. E vocês trouxeram.

Aproveito para citar uma frase dele, que a vida não tem replay. É uma boa vida. Mas o Brasil tem. E a gente já perdeu esses anos todos sem educação. Dá tempo de fazer ainda. Não dá para cada um de nós, porque de fato a vida não tem replay, mas a história permite se a gente souber usar.

A Lúcia, no uso da internet, também falou da dificuldade de atrair os pais, mas da necessidade disso. A internet é fundamental, não apenas porque atrai o jovem no sentido de usar a internet, que é uma coisa maravilhosa, mas pela possibilidade da internet na educação.

Essa semana, saiu na televisão que tinham descoberto um planeta num sol a 600 anos luz daqui.

Numa aula, você aperta os botõezinhos, e o planeta não vai aparecer, porque ninguém vê o planeta. Calculam o sol por causa da mudança do sol deles na luz. Ninguém vê, mas você traz a pesquisa, você mostra como foi descoberto. Isso atrai muito.

E ela agradeceu. Eu quero dizer que nós agradecemos a você, Lúcia, e a todos vocês. E ela agradeceu à Microsoft. Nós agradecemos também.

O Marcus Vinícius me mostrou – e ele disse isso – a obrigação de sermos inovativos. É fundamental. Nós não podemos assumir a condição de professor sem ser inovativos. Como se diz por aí em Filosofia, há uma contradição em termos: não se é professor se não for inovativo daqui para a frente, porque o conhecimento está se inovando. Então quem não é inovativo deixa de ser professor. Por isso defendo uma coisa de que os jovens não gostam. Eu defendo que o diploma tenha prazo de validade. A cada cinco anos você tem que renovar o seu diploma, senão você não merece o nome de médico, de engenheiro. *(Palmas.)*

Não vou dizer aqui como se renova isso. Eu tenho minhas propostas. Mas não precisa ir à escola de novo, não. Pela internet você renova, você consegue o conhecimento. Quem não se atualiza... Aliás me disseram que na Microsoft o diploma dura um ano só. Os diplomas que eles dão têm que ser renovados. E aqui tem uma loja não da Microsoft, mas da Apple, e eu vou muito lá. A menina que vende disse que todo mês tem curso, senão ela não consegue vender, ela não consegue responder às perguntas dos clientes.

O professor tem que ser inovativo. Vocês estão mostrando que isso é possível.

A Sandra, confesso que passou emoção para mim pelo fato de com quem ela trata, essas meninas que estavam querendo ir embora. E ela disse uma frase interessante: quando é dada oportunidade, elas mudam o paradigma, elas agem, elas mudam e passam a ser pessoas, não vou dizer normais de jeito nenhum, não vou dizer iguais, porque ninguém é igual, mas elas passam a ser pessoas integradas. Esta é a mudança do paradigma: de desintegradas passam a ser integradas.

Eu só queria fazer uma brincadeira dessa menina com 14 anos, grávida, que queria brincar no pula-pula. Quero dizer que cada vez que vejo a minha neta no pula-pula me dá uma vontade tremenda de saltar também ali e de fazer cambalhotas. Não é só porque ela é menina, mas porque ela gosta de aventuras, ela gosta do novo. E ela disse: as meninas têm salvação. Há salvação se a gente fizer a escola do gosto da criança. Isso é importante. Escola tem que ser do gosto, se não a gente não devia obrigar a criança a ir para a escola.

Quando defendo o horário integral, já discutindo com crianças, disseram: mas você quer que a gente fique seis horas nessa porcaria? Eu disse: não, eu quero uma escola em que você não queira ir para casa. E tem escola assim. Tem uma aqui em Palmas, municipal, sem dinheiro de fora do Município. A mãe tem dificuldade em levar o filho para casa, às cinco da tarde, depois de ter passado o dia inteiro na escola, porque passa com experiências desse tipo, porque passa com

esporte, com pula-pula talvez. Então a escola tem que ser gostosa, e a gente se esqueceu desse lado.

E, finalmente, creio que a Vera foi a última. Essa ideia dos jornais é formidável. A gente tem que incentivar isso ao máximo.

Muitos anos atrás, escrevi um livrinho chamado "A Revolução nas Prioridades", em que eu colocava 100 medidas que mudariam o Brasil. Uma delas era a garantia de jornais grátis nas escolas. Todas as escolas receberiam jornais grátis, porque lendo jornal você conhece o mundo, ainda mais se for, hoje em dia, o jornal por via da mídia, por via da internet, que o jovem gosta mais.

Às vezes eu acho que jovem não acredita em nós quando nos ouve falar ao vivo; acredita quando vê pela televisão. Eu tenho um amigo que tem um filho que já está grande agora. Quando ele tinha dez anos era fanático por futebol. Ele perguntou ao menino – era Gabriel o nome dele – se o menino sabia quem foi Pelé. Ele disse: é claro que eu sei. É aquele que jogava no tempo em que o mundo era em preto e branco. *(Risos.)*

Ele não podia acreditar que a televisão fosse em preto e branco. Ele achava que o mundo era em preto e branco. Para eles a realidade está no monitor. A gente tem que levar isso para eles.

E eu concluo dizendo que vocês estão ajudando a criar o novo professor. Primeiro, o novo professor da esperança, do comprometimento, da criatividade e da ousadia. O que vocês fizeram aqui é muito ousado. Eu garanto como teve diretor que não gostava dessas coisas, garanto como teve colega que disse que não era para fazer isso.

Segundo é que o professor do futuro não vai ser mais como eu, um professor artesanal, ele sozinho. Você me dá um quadro negro e um giz, e eu dou uma aula. Acabou isso. Agora o professor é uma mistura de pelo menos três profissionais: o professor que sabe da matéria, o que sabe transformar a matéria em desenhos gráficos que façam a aula agradável e como usar todo o potencial da lousa inteligente e o que é capaz de colocar isso na mídia para que o aluno em casa reveja a aula, para que a aula vá para todo mundo, para que o que ficou doente não vá para a escola, não precise ir.

Esse novo professor, a gente está ainda inventando. Ainda não está claro, até porque eu acho que não vai ser só uma pessoa mesmo, serão três. Não dá para exigir de um professor que sabe matemática saber colocar isso de uma maneira bonita na lousa inteligente nem dá para o que entende de desenho gráfico para colocar na tela saber colocar isso na rede. Então vai ter um professor da disciplina e um de cada uma dessas duas áreas por escola, como assessor. Não precisa estar na sala, de jeito nenhum.

Vocês estão inventando essa nova escola e eu agradeço muito o que estão fazendo. Vocês são os primeiros a merecer o aplauso e o agradecimento. E, depois, ao Emílio, ao Ricardo e à Microsoft. Primeiro a eles. Sem eles vocês não conseguiriam fazer. Agora o apoio de vocês foi fundamental. Por isso agradeço bastante e parabéns.

Eu queria que tivessem mais audiências como esta para que o Brasil passasse a ter esperança, criatividade, ousadia e comprometimento como esses professores têm. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Senador Cristovam Buarque por sua manifestação e por sua aula, porque ele sempre é um grande mestre, um grande professor nesta Comissão em razão das abordagens adequadas e precisas que faz.

Concedemos a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Paulo Bauer, caro Emiliano Munaro e os homenageados, fica bem difícil falar depois do nosso mestre nessa matéria, mas eu modestamente exerci o magistério, fiz o meu estágio quando ainda o curso de magistério era escola normal, nos anos 60, quando não havia nenhuma dessas modernidades à disposição do professor. Então a minha criatividade era com base no que a gente podia fazer. Por exemplo: no conteúdo do terceiro fundamental era o estudo da comunidade com interseção no Estado. Então, naquela época, eu levava os meus alunos para audiências com o prefeito municipal ou para conhecer uma agência bancária. Não havia nem sequer o computador para facilitar as operações. E fazia uma relação com cartas – imaginem hoje o correio eletrônico, o e-mail – entre a minha cidade, Lagoa Vermelha, e São Borja, a terra dos presidentes, que era uma forma de conhecimento histórico também.

Fico muito feliz hoje, passada a revolução tecnológica, com as redes sociais, com um instrumento tão valioso aproximando as pessoas, modificando comportamentos e dando mais agilidade ao raciocínio para uma criança que hoje já nasce com videogame no berço, que esses professores usem esses instrumentos da tecnologia e da informação em benefício da melhoria da qualidade das pessoas, tendo valores maiores.

Lamentavelmente, também esses instrumentos às vezes são usados para o mal: o *bowling*, a pedofilia e outros.

Mas aqui estamos falando do bem, destacado pelo trabalho louvável desses mestres.O talento que eles receberam estão distribuindo aos alunos que estão recebendo esses ensinamentos.

Eu queria, embora cumprimente todos, fazer um registro especial e uma homenagem, como Senadora

do Rio Grande do Sul, a Jane Dalla Lana, que é professora vencedora do Prêmio Especial Educadores Inovadores 2011, na categoria Inovação de Conteúdo, do Município de General Câmara, que tem uma história também, o próprio Município. Eu a conheci lá, estive lá, fui muito bem recebida numa festa que o Município comemorava. E ao Jorge César Barboza Coelho, professor do Prêmio Especial Educador Inovador 2011, na categoria Inovação em Colaboração, do Município de Campo Bom, que também conheço bastante, do setor coureiro calçadista, um berço da produção de couros e calçados.

Fico muito orgulhosa quando vejo o que eles estão realizando, porque tendo começado na época que não havia nada dessas modernidades. E o que você disse Emília, em relação ao que se impressionou, sobre a atitude das duas alunas do Rio de Janeiro, na verdade você recebe o que você dar, como você falou, e o professor tem essa capacidade, ele passa às vezes a substituir o pai e a mãe, que não são capazes de um gesto de afeto, um abraço, um aperto de mão em um aluno, que faz toda a diferença.

Eu queria aproveitar, meu caro Presidente Paulo Bauer, já que, praticamente, estamos no limiar do encerramento das atividades de 2011 desta Comissão, para cumprimentar a assessoria da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, na pessoa do Júlio Linhares, pelo esforço que tem feito junto com toda a equipe, ele, muito inteligentemente, assessorado na maior parte por mulheres, com todo respeito aos barbudinhos que também ajudam, mas eu queria dizer que isso faz uma diferença muito grande, e sentimos muita segurança. E as duas últimas pautas, como disse o Senador Cristovam Buarque, exatamente, finalizaram, na Comissão de Educação, com uma palavra que se chama recompensa. Foi o que o Senador Cristovam teve oportunidade de ver em Londres, num evento fantástico, no qual o Brasil saiu-se muito bem, e agora estamos aqui também recompensando o esforço desses mestres criadores, que vão fazer a diferença na formação de crianças, que serão homens amanhã, com valores diferenciados também, mostrando que esses valores valem mais do que apenas um consumismo desenfreado; ler um livro, mesmo de forma virtual, vale muito mais do que fazer outras coisas, comprando um tênis, por exemplo, porque isso não cresce a pessoa, ela cresce com o livro, com o aprendizado.

Parabéns à Comissão de Educação, parabéns ao Senador Cristovam que trouxe aqui os homenageados, e também à Microsoft pelo envolvimento com um processo tão importante na formação dos nossos jovens.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos e cumprimentamos a Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, informando a todos os Senadores e aos professores, hoje homenageados, que, ao término da exposição dos Senadores, faremos a foto oficial. Portanto, convido todos a permanecerem, convido os fotógrafos a ficarem de plantão porque ainda teremos esse registro histórico para ficar nos *Anais* da Casa.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, aqui homenageados, os representantes da Microsoft, quero aqui, na pessoa do Emílio e do Ricardo, que têm sido parceiros nesses desafios no Brasil, a Microsoft, lembrando que fizemos aqui, Cristovam, com esses jovens, muito bem lembrado por V. Exª, mas também anteriormente nós tivemos a presença de outros jovens nesta mesma Casa, na Comissão de Ciência e Tecnologia, onde eu me encontrava, ao lado, agora, também encerrando os trabalhos da nossa Comissão. Tive também oportunidade de aqui, num programa patrocinado pela Microsoft de ver nossos jovens despontando pelo mundo.

Quero chamar a atenção para duas coisas, Senador Cristovam, que são muito importantes nesse aspecto da inovação.

Conceituamos muito hoje que inovação é só desenvolvimento para uso de tecnologia de última geração. É você trabalhar as coisas que terminam, de certa maneira, saltando mais aos olhos. Hoje até se utiliza essa ferramenta mais nas mãos do que em qualquer outra coisa, mas as pessoas terminam transferindo essa inovação sempre para a tecnologia de ponta.

Inovação é algo que, de maneira muito mais revolucionária tem que mexer com conteúdos imateriais. Essa é a grande proeza. Como inovamos usando todo esse arsenal tecnológico, de maneira que isso possa bater na vida das pessoas, chegar à vida das pessoas e mexer com um elemento que é muito maior.

Você usou uma expressão "a vida não tem *replay*", do Jorge, e, na realidade, essa é uma coisa muito importante. Portanto, a revolução patrocinada por esses professores é exatamente desafiando isso, mostrando que é possível usar tecnologia para até, de vez em quando, darmos um retorno à história da vida e podermos saborear, talvez não com a utilização do *replay*, mas com a utilização de atos que podem nos levar de volta a entender inclusive o momento que estamos vivendo hoje.

O professor Nicolelis tem feito um trabalho com essa questão do desenvolvimento através da neurociência e está aplicando isso, Senador Cristovam, Se-

nadora Ana Amélia, a partir não é do nascedouro, mas inclusive da gestação. O programa envolve inclusive as mulheres. E aí, se não me engano, quinze dias atrás, também na Comissão, nesta Casa, o Nicolelis nos mostrou dizendo: "Posso interferir ..." Foi aqui na Comissão de Educação, onde fizemos uma excelente, uma ótima audiência pública com o Nicolelis. Ele mostrou que era possível você trabalhar com isso desde o feto.

É que partimos sempre do princípio, Senador Bauer, de que aos iluminados somente, aos que têm maiores oportunidade, essas pessoas que têm capacidade de desenvolvimento. Essa história não é assim.

Por isso que tanto discutimos aqui na Comissão a oportunidade para a criança, Senador Cristovam. Quando as oportunidades são iguais, aí vamos encontrar o que estamos vendo aqui hoje, a possibilidade de todo mundo se desenvolver. Essa história de que alguém nasce burro... A mulher não pare burro.

As relações, as oportunidades, o que é disponibilizado, essas coisas vão determinando o que um vai se desenvolver mais do que o outro. Essas coisas que vão alterando. É importante salientarmos isso.

Recordo-me – não sei se o Senador Cristovam se lembra desse episódio, eu era deputado federal – de que, certa feita, trouxemos Emília Ferreiro para um debate na Comissão de Educação. Numa dessas audiências, o Senador Cristovam estava, não como Senador, na época. E Emília contou duas experiências interessantes e inovadoras, naquela época, duas experiências bombásticas na área de educação, Cristovam. Mexendo na sala de aula, mexendo com um público que não tem acesso a muita coisa, esse público no interior da América Latina como um todo. Ela veio falar sobre construtivismo, mas veio falar, naquela época, sobre inovação. E o que Emília Ferreiro nos dizia? Ela virou-se para mim e disse: "Deputado, eu pego o jornal velho para levar para a sala de aula; o jornal é velho para o senhor, que já leu, mas, para os meninos que nunca viram o jornal, ele é novo, a notícia é fresquinha; e eu aproveito a notícia para estabelecer uma relação diferenciada de conteúdo, de transmissão de conteúdo". E ela pegou um dos jornais que ela utilizava, não me recordo agora qual era o periódico – como costumam chamar nossos irmãos latino-americanos –, e a manchete tratava da questão da quantidade de água que caia numa determinada região, quantos milímetros. E ela disse: "Eu aproveito esse título e falo de geografia, e os meninos vão aprendendo o que acontece com o clima, o que acontece com cada região; depois, adentro para o número, e mostro a quantidade em milímetros; aí vou para a matemática, já vou ensinando outras coisas. Parto para o terreno inclusive das explicações dos fenômenos da natureza, através da física, com uma matéria de um jornal, e tratando de algo do cotidiano daqueles meninos. Afinal de contas, a chuva caiu na cidade, no local, no distrito, no povoado onde esses meninos vivem. E aí fui ensinando a eles o que acontece e, nesse contexto de inovação, demonstrando a eles como era possível eles conceberem efetivamente cada coisa, do que chegar lá e ficar: clima é um fenômeno... Geografia; tome aqui, matemática; anote aí, Pitágoras: a soma do quadrado dos catetos é igual..."

Ela disse: "Eu vou pelo cotidiano, na inovação dessa relação".

Mas, jornal velho, Cristovam! Notícia velha! Já choveu, já está seco; passou tanto tempo!

Esses meninos não só não tinham acesso a essa técnica de educação, como sequer tinham acesso à leitura de jornais. Esse periódico, levado por Emília Ferreira para essa região, circula em outra área que não essa aonde esses meninos vivem.

Segunda experiência que ela fez, na época procurando inclusive uma empresa que não vou dizer concorrente, mas que trabalha na mesma área de TI ou mais até – IBM é uma empresa até mais de *hardware* do que de *software*.

A IBM – todo mundo se lembra das chamadas máquinas de escrever com a famosinha esfera; um fenômeno! – substituiu-a. Emília disse que passava nas empresas e dizia: "Como todo mundo estava entusiasmado com a IBM, e dizia, me dá a máquina velha?"

E ela procurou inclusive alguns escritórios da IBM e disse: "Quando vocês venderem uma máquina para essas empresas, peça a máquina velha para mim, que vou levar para o interior da América Latina". E levo para a sala de aula.

Cristovam, você se lembra de Esther Pillar Grossi, que ensinou às mulheres o programa de mulher aprender a ler e escrever depois de certa idade, sair do analfabetismo. Uma coisa que Emília me disse que eu nunca esqueci: "A maior dificuldade, deputado, para uma pessoa, quando ela começa a aprender, que ela não sabe ler e escrever, é que ela tem vergonha da sua caligrafia". Eu, por exemplo, tenho uma caligrafia feia danada. E ela disse que começou a usar a máquina. Primeiro, venceu essa barreira – a pessoa batia e via a letra bonitinha. E então a pessoa ia aprendendo a escrever escrevendo na máquina. Depois ela dizia: "Agora, você fez na máquina, vamos ver aqui. Viu que você pode fazer? Qual é o problema?" E aí ela foi trabalhando essa coisa do uso de uma ferramenta para quem sequer sabia usar uma caneta. Então, você vai inovando.

É para esse aspecto que quero chamar a atenção, para esse desafio. Por isso, louvo muito a atitude da Microsoft de patrocinar isso, numa demonstração

clara, numa preocupação de talentos, e partimos para esse novo cenário do que é a utilização de TI no Brasil, que ficamos muito atrasados, e esse conceito de inovação que podemos aplicar para isso.

Na Bahia, duas experiências participaram disso: a participação da nossa professora Mara Souza, da Escola Idalice Nunes, na cidade de Guanambi, com o desenvolvimento de um programa, Cristovam, para resolver o problema das pessoas que têm a chamada deficiência auditiva, os surdos. Portanto, estabelecendo uma nova forma para que essas pessoas pudessem, de certa maneira, não só escrever, mas também desenvolver as técnicas de educação para resolver um problema e, efetivamente, adotar uma ferramenta.

Outra, a experiência com o Alex, que está aqui, do professor Alex Santos, da Escola Pinto de Carvalho, que é a introdução de Astronomia Astronáutica na sala de aula, como você lembrou muito bem.

Portanto, as nossas crianças precisam disso, e reinventar esse modelo de escola. Na prática, as duas experiências, assim como as outras, Senadora Ana Amélia, aqui apresentadas, são todos os professores tentando reinventar, inclusive com ele próprio, aquela forma arcaica e carcomida de, na sala de aula, você levar um plano de aula e você o usa 365 dias no ano, todos os anos. Chega uma hora que o professor... Os professores até dizem muito isso: "Chega uma hora que a gente não aguenta mais nem se ouvir". Óbvio, estão repetindo algo que, para o público ali que está chegando é novidade, mas, para o professor que está repetindo aquilo, é uma ladainha. Aí chega uma hora que ele mesmo cansa e, obviamente, no cansaço, há o deslize, há o desestímulo, há uma série de coisas.

Então, o que os professores fizeram aqui hoje, Cristovam, ainda que nós enxerguemos algo da ciência, o uso de uma ferramenta, o uso de um *software*, o uso da astronáutica, o uso de elementos de técnica de ciência, mas o que eles fizeram aqui foi uma produção imaterial fenomenal, renovando a si mesmo, inovando para si mesmo e buscando essa renovação e essa interação com seu público, com seu universo do dia a dia, que precisa, efetivamente, continuar contando com essa figura, que tem que continuar sendo a figura mais importante da vida de um estudante, como orientador.

Então, na medida em que essa interação bate, um participa, desenvolve, trabalha, essas coisas vão dando à sala de aula um estímulo bem maior do que a obrigação de todo dia ir lá e bater o ponto ali, na chegada. Na minha época, havia a escola técnica, por exemplo, em que eu estudei na década de 70, Cristovam, e havia uma baita sirene. Como eu estudava o dia inteiro na escola técnica, eu levava uma mochila velha com uma marmita que minha mãe já fazia em casa, eu passava o dia inteiro dentro da escola técnica, eu comia ali mesmo. A escola parecia mais uma oficina, mas a escola já tinha essa preocupação na década de 70: como a gente podia adotar novas formas de ensinar para permitir, inclusive, não formar apertadores de botão, mas, efetivamente, construirmos nas escolas centros de formação de cidadãos que inovam, que enxergam as mudanças do mundo, mas que não perdem de vista a questão principal, que é cada vez mais contribuir com o ser humano. Acho que esse é o aspecto central, e é nisso que tem batido muito o nosso companheiro Nicolelis quando ele trata da sua neurociência. Ou seja, nós precisamos mexer na ciência, mas não podemos desprezar, de forma nenhuma, a inovação como elemento estimulador e elemento que atenda ao interesse da pessoa humana.

Portanto, parabéns a todos esses professores, ao meu amigo, o baiano Alex, à Maura, que não pode estar aqui, pelo desafio.

E é bom lembrar: os dois professores da Bahia são de duas escolas públicas. A Pinto de Carvalho, para que vocês possam entender – e talvez o Alex possa explicar melhor do que eu – não é situada em nenhum bairro nobre de Salvador. A Pinto de Carvalho situa-se numa região de grande aglomeração e onde a população é de baixa renda. Portanto, é um desafio a mais mostrar que é possível fazer isso. O próprio Alex é uma figura cuja formação se dá nas universidades públicas e ele é, inclusive, doutorando de uma das universidades estaduais, o que mostra o acerto desse investimento nas nossas instituições públicas e o incentivo para que nossa gente continue aprimorando essas boas técnicas de relacionamento em sala de aula.

A sala de aula tem que ser um local de prazer, Paulo Bauer, e não de obrigação.

Era isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação do Senador Walter Pinheiro.

Pelo que pude compreender e ouvir das manifestações, parece-me que não houve qualquer questionamento ou pergunta a respeito dos trabalhos. Houve, sim, manifestação, depoimento, elogios e aplausos de todos que usaram da palavra.

O Senador Cristovam Buarque pede para, mais uma vez, manifestar-se.

V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bem pouco, Sr. Presidente, apenas para dizer que o Senador Walter Pinheiro trouxe uma dimensão que a gente estava esquecendo, mas que está no trabalho deles também, que é a inovação sem ser, necessa-

riamente, tecnológica: a inovação de método. Isso é muito importante.

Paulo Freire não inventou o uso da televisão para a alfabetização. Isso é uma coisa posterior. Mas ele fez uma revolução ao mostrar que o analfabeto aprende melhor se ele não for aprender conforme as crianças. Então, ele trouxe isso. Isso também está no trabalho deles aqui. A parte de informática deles é uma parte importante, mas é apenas uma perna de uma visão diferente.

Nesse caso, aproveito para citar o trabalho do Eraldo, que não mencionei. Eu poderia até dizer que não foi esquecimento, que foi de propósito, porque ele é pernambucano e eu queria destacá-lo, mas não, realmente foi porque me faltou. O trabalho dele é com o coco. É um trabalho que parte do local mesmo, como disse o Walter.

Agora, o bom é quando combinamos as duas coisas. A Professora Ferrero, quando citou esse exemplo de, a partir da chuva, estudar-se matemática, geografia e tudo, imaginem se ela pudesse, com uma lousa inteligente, levar para dentro da sala de aula o noticiário da véspera, mostrando uma densidade pluviométrica muito grande, uma inundação. Atrairia muito mais do que apenas falando. Mas pensei agora que a coisa é tão rápida que eu ia dizer "a Fátima Bernardes mostrando", e já não é mais a Fátima Bernardes. Podem ver como a coisa é rápida?

Se trouxesse um noticiário da véspera, essa combinação da criatividade metodológica que o Walter trouxe...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Lembre-se que a Emilia Ferrero fazia isso na década de 80.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não se falava nem em lousa, chamava-se de outro quadro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Pior, chamávamos de quadro-negro, que era verde. A gente não conseguia nem modernizar também.

Mas é fundamental o que ele trouxe, a ideia da inovação metodológica.

Um dia desses, conversando aqui com as pessoas, eu estava dizendo: a vacina contra a poliomielite é uma das maiores invenções do mundo em criatividade, mas a ideia de vacinar todas as crianças no mesmo dia com a gotinha foi o que permitiu erradicar a doença, não foi só a vacina. Se a vacina ficasse guardada, não erradicaria a doença. Foi a visão de vacinar no mesmo dia. Não se tinha pensado nisso fora do Brasil. Iam vacinando quando os pais levavam. Aqui, inventamos o mesmo dia. Criou-se uma campanha por televisão. Foi isso que provocou, de fato, a erradicação no Brasil.

Então, Walter, você trouxe essa contribuição.

E eu aproveito para dizer ao Eraldo que eu gostei muito do seu projeto, feito lá, em Paulista. E foi um esquecimento, não foi para prestigiá-lo mais que os outros por ser pernambucano.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Cristovam, esse negócio da invenção, só para aproveitar para brincarmos um pouco aqui, a história da invenção do pijama, por exemplo, que é uma coisa muito antiga, resolveu um problema de saúde pública, porque o sujeito vinha com a roupa do corpo, numa região fria, por exemplo, e se ele pegasse um carrapato ou qualquer outro bicho, ele deitava com aquela mesma roupa, o bichinho saía da roupa e ia para o corpo, exatamente porque o corpo estava muito mais quente. Então, na medida em que ele tirava a roupa, deixava-a de fora e vestia o pijama, pelo menos o carrapato ficava na roupa. Uma coisa muito simples. Então, isso muda, uma simples invenção. Nesse caso, ninguém inventou um avião, e, sim, um pijama. Por isso estou dizendo: como é que os inventos, como é que a inovação mexe, efetivamente, e faz transformações. Eu defendo que a gente continue investindo em grandes inventos, mas esse é o maior de todos, mexer com o comportamento do ser humano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Se me permite, só para dar mais um exemplo disso: durante décadas se tentou fazer o Canal do Panamá e não conseguiam porque era impossível fazê-lo com tantas mortes que aconteciam ali, em virtude da malária. Durante anos colocaram médicos tentando, até que um disse: basta não deixarmos a água muito tempo no mesmo lugar. Foi assim que se fez o Canal do Panamá, com uma campanha para não deixar a água parada, que trazia o mosquito, que levava a malária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos a manifestação de V. Exªs.

Passo a palavra à mestre de cerimônias para registrar as autoridades presentes neste evento.

A SRª MESTRE DE CERIMÔNIAS – Agradecemos a presença das seguintes autoridades: Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, Exmº Sr. Senador Paulo Bauer; Diretor de Educação da Microsoft Brasil, Sr. Emílio Munaro; Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque; Exmª Srª Senadora Maria do Carmo Alves; Exmª Srª Senadora Ana Amélia; Exmº Sr. Senador Walter Pinheiro; Diretor de Assuntos Corporativos da Microsoft Brasil, Sr. Ricardo Castanheira; Diretor Administrativo da Fundação Torino, Sr. Magno Braz; alunos da Fundação Torino.

Estiveram presentes o Exmº Sr. Senador Humberto Costa e Exmª Srª Senadora Lídice da Mata.

Tenham todos um ótimo dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Muito obrigado.

Quero, encerrando a presente reunião, mais uma vez cumprimentar a todos os professores participantes e homenageados e registrar que esta Comissão, com esta reunião, alcançou o número de 71 reuniões realizadas no presente ano. Tivemos aqui mais de 200 deliberações, votações de temas da mais alta relevância, tanto na área da educação, como do esporte e da cultura. Naturalmente que a educação toma mais nossa atenção por ser um assunto muito mais amplo, mais complexo e até de grande importância.

Com certeza, esta reunião serve para homenagear os professores, serve para estimular outros a participarem de projetos, mas quero aqui deixar meu registro pessoal de cumprimentos e de aplauso à Microsoft, não só por ela, como empresa, ter realizado e continuar realizando esse projeto, esse programa, mas por dar um exemplo. Sou defensor da iniciativa privada. Como homem público, tenho me caracterizado sempre pela defesa do Estado pequeno e da economia grande, da atividade privada, fazendo aquilo que ela puder fazer, inclusive, quando for possível, por concessão pública. Mas devo dizer aqui aos dirigentes da Microsoft que a empresa dá um exemplo para outras empresas. Empresa deve, precisa e pode ganhar dinheiro. Faz parte do negócio ter lucro, ter resultados, remunerar acionistas, pagar funcionários, mas, na hora em que ela descobre, identifica uma possibilidade social e faz isso por meio da educação, ela cumpre com seu dever, ela se torna uma empresa cidadã, ela se torna uma empresa que tem o direito de querer prosperar mais, de evoluir mais, de crescer mais e de ter até mais lucro, por que não?

Parabéns à Microsoft. Que os empresários brasileiros que nos ouvem e que nos assistem neste instante adotem, cada um na sua realidade, na sua limitação, no seu lugar, exemplo parecido.

Muitas vezes me pergunto, e fiz isso semana passada em Santa Catarina, num evento com vereadores – só para citar um exemplo, porque também no mundo político precisamos ter mais exemplos –, onde perguntei a mais de 500 vereadores reunidos num grande congresso, vereadores do meu Estado, de todos os partidos: quando aquela Câmara de Vereadores fez uma sessão solene de homenagem a um professor que se tenha destacado no Município? Quando a Câmara de Vereadores fez uma sessão para homenagear uma escola? Quando uma comissão de vereadores se deslocou do ambiente da sessão para visitar uma, duas ou três escolas do Município? Certamente que, se todos fizerem a sua parte, a Microsoft e todas as outras empresas, as câmaras de vereadores, as assembleias, o Congresso Nacional, nós vamos colocar a educação bem alta, no lugar de destaque em que ela merece estar, com providências técnicas, com equipamento, com reciclagem, com aprimoramento de professores, com inclusão dos pais, com participação da sociedade, porque é inegável: a educação ainda é o caminho mais barato e mais curto para alcançarmos uma grande tentação que todos temos diariamente de chegar à felicidade. Só ela é que pode promovê-la.

Parabéns a todos.

Declaro encerrada a presente reunião, convocando os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para a próxima, no horário regimental, que será, obviamente, no próximo semestre, porque, neste semestre legislativo, não teremos mais reuniões.

Trago a todos o abraço do Senador Roberto Requião, Presidente desta Comissão, agradecendo também à assessoria desta Casa pelo trabalho, pela diligente e atenciosa contribuição e colaboração que deram durante este ano aos trabalhos desta Comissão.

Encerrando a reunião, convido os homenageados e Senadores e Senadoras para se colocarem aqui à frente para fazermos a foto oficial desta reunião.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 21 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA, CRIADA PELO RMA N° 38, DE 2009, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011, TERÇA-FEIRA, APÓS A REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMA (DESIGNADA PARA ÀS 11h30)

Às treze horas e quarenta minutos do dia dezessete de maio de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência da Senhora Senadora **MARISA SERRANO**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Água. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, WALDEMIR MOKA, MARISA SERRANO, PAULO DAVIM, ANTONIO CARLOS VALADARES, RODRIGO ROLLEMBERG, EDUARDO BRAGA E WILSON SANTIAGO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **JORGE VIANA, VANESSA GRAZZIOTIN E VITAL DO REGO.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta, destinada à aprovação do Plano de Trabalho da Subcomissão. Realizada a leitura pelo Relator, Se-

nador Paulo Davim, é aprovado o Plano de Trabalho, que segue em anexo. Usam da palavra os Senhores Senadores João Pedro e Pedro Taques**.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Marisa Serrano,** Presidente da Subcomissão Permanente da Água.

REGISTRO DE TAQUIGRAFIA EM 17/05/2011

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Subcomissão Permanente da Água.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovada.

Esta reunião destina-se à apreciação do plano de trabalho da Subcomissão, conforme exposição do Relator, o Senador Paulo Davim, a quem eu passo a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Plano de trabalho.

O Brasil possui a maior concentração de água doce do mundo, abriga em seu território uma das maiores redes hidrográficas do Planeta, além de extensas reservas de águas subterrâneas. Entretanto, a distribuição e o uso do recurso ainda são uma questão premente para a população do País.

Embora tenhamos uma das legislações mais avançadas do mundo com relação à questão da água, a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, ainda persistem graves problemas de gestão dos recursos hídricos a serem resolvidos.

Apesar de a Política Nacional de Recursos Hídricos descentralizar a gestão da água por bacias hidrográficas, não foi instalada até agora a parte considerada dos comitês gestores de bacias.

O saneamento continua a ser um problema grave na maioria dos Municípios brasileiros e grande parte da população ainda possui dificuldade de acesso à água potável. A poluição da água avança em todo o território nacional, agravando o problema de distribuição e saneamento.

O aquecimento global e as mudanças climáticas também impõem desafios futuros para a gestão da água não apenas no nosso País como em todo o mundo. Prevê-se que até o final do século XXI a disponibilidade e o acesso aos recursos hídricos se tornarão um dos principais fatores a motivar os conflitos internacionais. É, portanto, necessário aperfeiçoar a legislação brasileira para, se possível, enfrentar os problemas presentes e futuros, referentes à gestão dos recursos hídricos. É forçoso também organizar debates com os Estados membros da Federação para garantir que esses sejam agentes atuantes do processo.

Também deve ser dada especial atenção à participação do Poder Legislativo em fóruns internacionais, tal como o Fórum Mundial da Água, que se realiza a cada três anos. Os parlamentares devem acompanhar as discussões que estão ocorrendo entre as nações sobre a gestão da água e participar ativamente da formulação, das conclusões e dos resultados obtidos nesse fórum.

Para atingir os objetivos da Subcomissão, apresentamos o presente plano de trabalho para o exercício de 2011, para apreciação e aprovação, e lembramos que o mesmo poderá ser aditado pelos Senadores nos temas que sejam do seu interesse e não tenham sido contemplados.

Programa de atividades: 1) audiência pública sobre o VI Fórum Mundial da Água com a presença do Dr. Benedito Braga, Presidente do Comitê Internacional do VI Fórum e Vice-Presidente do Conselho Mundial da Água; 2) participação de Senadores no evento de lançamento do processo parlamentar do VI Fórum Mundial da Água, organizado em conjunto pelo Conselho da Europa, pelo Conselho Mundial da Água e pelo Comitê Internacional do Fórum, tendo como anfitriã a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no dia 10 de junho de 2011, em Estrasburgo, França; 3) participação dos Senadores no Fórum das Américas, evento preparatório para o VI Fórum Mundial da Água; 4) audiência pública sobre rios transfronteiriços com a participação do Ministério das Relações Exteriores e da Agência Nacional de Águas – ANA; 5) audiência pública sobre a experiência de gestão de comitês de bacias intermunicipais e interestaduais com a participação de representantes de três comitês mais um estudioso da academia; 6) audiência pública para apresentação do projeto "Cultivando água boa – Itaipu Binacional"; 7) audiência pública sobre a água em cidades com a participação da ANA, do Ministério das Cidades e representantes da academia.

Era só, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Obrigada, Sr. Relator.

Antes de colocar em debate a proposta do Sr. Relator, lembro que o Senador João Pedro esteve conosco em Istambul, no V Fórum Mundial da Água.

No ano que vem nós teremos o VI Fórum Mundial da Água, em Marselha, na França. E um dos preparató-

rios que vão ser apenas para os parlamentares discutirem a questão política da água será em Estrasburgo, na França, como disse o Senador Paulo Davim, no dia 10 de junho deste ano. E todos nós, da Subcomissão, estamos convidados para participar desse evento.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Davim pelo programa de atividades e colocar à disposição dos Srs. Senadores a palavra.

Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Concordo com a proposta do Relator, Senador Paulo Davim.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Concordo com a proposta de trabalho apresentada por S. Exª, o Senador Paulo Davim.

A SRª PRESIDENTE (Marisa Serrano. Bloco/PSDB – MS) – Então, de acordo com a proposta apresentada pelo Relator, Senador Paulo Davim, do plano de trabalho para 2011 da Subcomissão Permanente de Água, dou por aprovado o relatório.

Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h46min)

PLANO DE TRABALHO

O Brasil possui a maior concentração de água doce no mundo. Abriga em seu território uma das maiores redes hidrográficas do planeta, além de extensas reservas de água subterrâneas. Entretanto, a distribuição e o uso do recurso ainda é uma questão premente para a população do País.

Embora tenhamos uma das legislações mais avançadas do mundo com relação à gestão da água – a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos –, ainda persistem graves problemas de gestão dos recursos hídricos a serem resolvidos.

Apesar de a Política Nacional de Recursos Hídricos descentralizar a gestão da água por bacias hidrográficas, não foi instalada, até agora, parte considerável dos comitês gestores de bacias. O saneamento continua a ser um problema grave na maioria dos municípios brasileiros e grande parte da população ainda possui dificuldade de acesso à água potável. A poluição da água avança em todo o território nacional, agravando o problema de distribuição e saneamento.

O aquecimento global e as mudanças climáticas também impõem desafios futuros para a gestão da água, não apenas no nosso País como em todo o mundo. Prevê-se que até o final do século XXI a disponibilidade e o acesso aos recursos hídricos se tornarão um dos principais fatores a motivar os conflitos internacionais.

É, portanto, necessário aperfeiçoar a legislação brasileira para ser possível enfrentar os problemas presentes e futuros referentes à gestão dos recursos hídricos. É forçoso, também, organizar debates com os Estados membros da federação para garantir que estes sejam agentes atuantes no processo.

Também deve ser dada especial atenção à participação do Poder Legislativo em fóruns internacionais, tal como o Fórum Mundial da Água, que se realiza a cada três anos. Os parlamentares devem acompanhar as discussões que estão ocorrendo entre as nações sobre a gestão da água e participar ativamente da formulação das conclusões e dos resultados obtidos nesses fóruns.

Para atingir os objetivos da Subcomissão apresentamos o presente Plano de Trabalho para o exercício de 2011, para apreciação e aprovação e lembramos que o mesmo poderá ser aditado pelos Senhores Senadores, nos temas que sejam do seu interesse e não tenham sido contemplados.

Programa de Atividades:

Audiência Pública sobre o 6º Fórum Mundial da Água – com a presença do Dr. Benedito Braga – Presidente do Comitê Internacional do 6º Fórum e Vice-Presidente do Conselho Mundial da Água;

Participação de Senadores no evento de lançamento do Processo Parlamentar do 6º Fórum Mundial da Água, organizado em conjunto pelo Conselho da Europa, pelo Conselho Mundial da Água e pelo Comitê Internacional do 6º Fórum tendo como anfitriã a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, no dia 10 de junho de 2011, em Estrasburgo – França;

Participação dos Senadores no Fórum das Américas, evento preparatório para o 6º Fórum Mundial da Água;

Audiência Pública sobre Rios Transfronteiriços – com a participação do Ministério das Relações Exteriores e da Agência nacional de Águas – ANA;

Audiência Pública sobre a experiência de gestão de comitês de bacias intermunicipais/interestaduais com a participação de representantes de 3 comitês e mais um estudioso da academia;

Audiência Pública para apresentação do Projeto Cultivando Água Boa – Itaipu Binacional;

Audiência Pública sobre Água e Cidades com a participação da ANA, do Ministério das Cidades e representante da academia.

Sala de Reuniões, 17 de maio de 2011 – Senadora **Marisa Serrano**, Presidente; Senador **Paulo Davim** Relator.

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), COM A 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 09h.

Às nove horas e quatorze minutos do dia oito de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência dos Senhores Senadores **RODRIGO ROLLEMBERG e JOÃO PEDRO,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20 – CMARIO20. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, RODRIGO ROLLEMBERG, EUNÍCIO OLIVEIRA, IVO CASSOL, RANDOLFE RODRIGUES, VANESSA GRAZZIOTIN** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, VICENTINHO ALVES, PEDRO TAQUES, VITAL DO RÊGO, WILSON SANTIAGO, ROMERO JUCÁ, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, MARISA SERRANO, KÁTIA ABREU** e **PAULO DAVIM.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** com o objetivo de debater o tema "Economia verde: serviços ambientais", tendo por foco as oportunidades, entraves e experiências mais significativas para inserir os serviços ambientais no contexto da economia verde, conforme entendida nos debates para a Conferência, assim como para avaliar a legislação atual sobre incentivos e/ou pagamentos por serviços ambientais, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência. Comparecem os seguintes convidados: Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente; Roberto Lorena, Coordenador de Transferência de Tecnologia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Maurício Lopes, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Carlos Roberto Bueno, Coordenador de Extensão do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA); Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional; e Daniel Serra, Gerente de Relações Governamentais da Empresa Natura. Após a exposição dos convidados, usa da palavra o Senhor Senador **JOÃO PEDRO**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Registro de taquigrafia da reunião de 08/06/2011.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB – DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Conjunta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a 4º Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Economia Verde e Serviços Ambientais", em cumprimento ao Plano de Trabalho da Subcomissão aprovado em 17 de maio de 2011 e ao Requerimento nº 34, de 2011, da CMA, aprovado em 24 de maio de 2011, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg.

Esta audiência pública também integra os eventos do Senado Federal pelo Dia Mundial do Meio Ambiente.

Aproveito para convidar para fazer parte da Mesa o Presidente da Subcomissão da Rio+20, Senador João Pedro.

Informo, ainda, que uma das entidades convidadas, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, comunicou a impossibilidade de participação devido à realização, de 8 a 10 de junho, do 8º Seminário Anual de Pesquisa, principal evento do calendário científico do Instituto, em que estão envolvidos todos os seus pesquisadores e diretores.

A presente audiência conta com a participação dos seguintes convidados: Dr. Maurício Lopes, Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a quem convido para fazer parte da Mesa; Sr. Carlos Roberto Bueno, Coordenador de Extensão do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa); Srª Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional.

Temos outros convidados, que chamaremos à Mesa logo que chegarem.

Quero cumprimentar o Senador João Pedro, cumprimentar os nossos convidados e dizer da alegria de recebê-los, especialmente por estarmos nas celebrações da Semana do Meio Ambiente e no momento em que o Senado inicia os debates sobre a revisão do Código Florestal.

Quero aproveitar para agradecer a presença de todos, que nos honram com sua presença, servidores da Embrapa, Diretora da Embrapa, pesquisadores, e dizer que nessa discussão do Código Florestal, ainda que tenhamos algumas limitações pelo fato de que o projeto de revisão do Código Florestal que tramita seja do Legislativo, tenho dito que algo importante de construirmos o entendimento para oferecermos como alternativa para um projeto de iniciativa do Poder Executivo, naquilo que couber à iniciativa do Poder Executivo, e incorporarmos no texto, se couber, ao Poder Legislativo são instrumentos econômicos que incentivem a preservação.

Tenho reiterado que entendo que estamos diante de uma grande oportunidade na construção desse Código Florestal, oportunidade de construir um grande entendimento no Senado Federal para oferecer um texto moderno e que permita que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, um grande produtor de agroenergia, mas que também saiba utilizar com inteligência e sustentabilidade toda essa imensa biodiversidade que temos no nosso País.

Portanto, esse debate sobre serviços ambientais, instrumentos econômicos que incentivem a preservação, que incentivem boas práticas agrícolas, que incentivem manejos sustentáveis da nossa biodiversidade é uma agenda das mais importantes e estratégicas para o nosso País neste momento, especialmente quando nos preparamos para sediar a conferência internacional Rio+20, no Rio de Janeiro, no próximo ano, que tem como ponto mais importante, como agenda mais importante a economia verde e uma governança internacional que garanta os instrumentos de incorporação da economia verde no cenário mundial.

Portanto, é com muita alegria que recebemos os nossos convidados nesta manhã.

Vamos, então, iniciar o debate, passando a palavra ao Dr. Maurício Lopes, Diretor Executivo da Embrapa.

Antes, quero apenas registrar a presença do Dr. Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente.

Seja muito bem-vindo. É uma alegria tê-lo aqui conosco.

O SR. MAURÍCIO LOPES – Meu bom-dia, Senador Rodrigo Rollemberg, Presidente da Comissão de Meio Ambiente. Meu bom-dia também ao Senador João Pedro, Presidente da Subcomissão Rio+20. Meu bom-dia aos integrantes da Mesa que participam desta audiência pública. Meus cumprimentos aos presentes, aos colegas da Embrapa, à Diretora Vânia, à Drª Cíntia.

Eu trouxe uma pequena apresentação que vai me auxiliar na apresentação de algumas ideias sobre desafios e oportunidades para a agricultura brasileira no âmbito da economia verde, nesse grande desafio que temos de entender e compreender a possibilidade de valorizarmos os serviços ambientais e valorizarmos mais a imensa base de recursos naturais que temos no País.

É uma breve síntese do que vou apresentar. Rapidamente, algumas informações sobre a economia verde, um paradigma emergente, o que é a economia verde no Brasil, o que estamos fazendo, nosso entendimento de como o País pode participar dessa vertente emergente, da inovação relacionada à economia verde, a agricultura na economia verde e os desafios e oportunidades para o nosso País.

Nós sabemos que esse é um paradigma emergente que vem ganhando força, especialmente em função dos programas que o PNUD tem lançado em âmbito internacional, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que vem promovendo essa ideia do crescimento com sustentabilidade – esses dois conceitos não são antagonistas, pelo contrário, são complementares –, de que é possível promover prosperidade econômica com melhoria ambiental e também, a partir do meio ambiente, gerar novas oportunidades econômicas para o crescimento.

As principais características da economia verde, que vem sendo promovida e estimulada pelo Pnud, são que ela reconhece e investe no capital natural, é fundamental para a redução da pobreza, gera empregos e impulsiona a equidade social.

A substituição de combustíveis fósseis é um objetivo extremamente importante, a descarbonização das economias, promover o uso mais sustentável e inteligente da base de recursos naturais e lidar com o grande desafio de gerarmos e utilizarmos energias sustentáveis e viabilizar uma vida urbana mais sustentável e crescer mais rapidamente que a chamada "economia marrom", a economia convencional.

Os governos têm um papel extremamente importante na consolidação dessa visão, com o estabelecimento de marcos regulatórios sólidos e inteligentes. Acho que parte dessa discussão hoje vem, na verdade, para discutirmos uma estratégia e caminharmos nessa direção, priorizar investimentos e gastos públicos que impulsionem o que eu chamo aqui de uma reconversão verde de setores importantes da economia, reduzir

gasto público em áreas que esgotem o capital natural, usar tributação e instrumentos baseados no mercado para modificar preferências de consumidores, estimular investimentos chamados verdes, inovações verdes, investir na formação de capacidades, de competências. Se vamos fazer essa reconversão de forma inteligente e consequente, é preciso ter gente preparada, é preciso ter competência e capacidade e, obviamente, termos que fortalecer a governança internacional, e é importante que o Brasil esteja se posicionando no âmbito dessa discussão de forma internacional.

O Brasil ainda está para trás nessa grande corrida pela economia verde. Os senhores que têm acompanhado essa discussão e acompanham, por exemplo, as ações da China, da Coreia do Sul, da Alemanha. O Brasil, definitivamente, ainda não acordou para o potencial dessa, digamos, reconversão ou desse ajuste. Aqui, um extrato de um artigo da *Folha de S.Paulo* do início deste ano, de fevereiro, que mostra que o Brasil, frente aos investimentos feitos por outros países, em especial China e Coreia do Sul, ainda não acordou para essa revolução emergente.

E ali, em vermelho, estão áreas onde alguns países têm feito investimentos substanciais, biorrefinaria, tecnologia de biomassa, biologia avançada, energia eólica, fotovoltaicos, etc. E quando a gente analisa a situação do Brasil nessas várias frentes, a gente percebe claramente que há espaços substanciais para mais avanços.

Mas o Brasil talvez seja o país em melhor condição para se posicionar bem, para alcançar uma posição de destaque no âmbito dessa vertente emergente. O Brasil é o único País do Planeta que poderá alcançar a condição de potência agrícola, ambiental e energética ao mesmo tempo. Não há nenhum outro país no Planeta com a base de recursos naturais, com a base de inovação que os permita alcançar o Brasil, essa condição do Brasil. O Brasil é o único País que pode realmente alcançar essa condição, e a gente tem que ser inteligente e realmente consolidar a nossa posição como potência agrícola, ambiental e energética.

A agricultura, obviamente, é uma ponta de lança extremamente importante nessa caminhada. Muitos acreditam que a agricultura será a indústria do futuro. Além de produtora de alimentos e fibras, a nossa agricultura já se mostra capaz de produzir energia de forma sustentável, energia renovável, mas há avenidas fantásticas para que a agricultura contribua mais no âmbito da produção de biomassa, da química verde, de novos materiais, ajudando a reconverter, a descarbonizar e trazer a nossa economia para uma situação mais sustentável no futuro. Muitos já reconhecem isso. Coloco aqui dois exemplos, essa revista *The Economist* e esse *think tank* chamado Instituto Demos, do Reino Unido, que já dizem que é importante pensar o Brasil como economia do conhecimento natural. Já começa, em âmbito internacional, a crescer essa percepção do Brasil como uma potência sustentada nessa lógica da economia do conhecimento natural, uma vez que o nosso sistema de inovação é já, em grande parte, sustentado ou construído sobre a rica base de recursos naturais que temos.

Obviamente que há um caminho enorme ainda a ser percorrido, o de viabilizar ou de se construir uma visão de uma agricultura que, além de fibras, energia e alimentos, também seja promotora, por exemplo, dessa integração alimentação, nutrição e saúde. Todos vemos a situação dos sistemas de proteção de seguridade social e de saúde mundo afora. É preciso que a agricultura dê essa contribuição para o nosso futuro. Os sistemas de saúde estão em crise mundo afora e aqui há um espaço fantástico para a agricultura contribuir mais.

A agricultura como produtora de biomassa e viabilizadora de uma nova bioindústria, com biomateriais, a indústria verde, a química verde, e obviamente, a agricultura se especializar como provedora também de serviços ambientais que contribuam para o acesso e uso seguro e inteligente da nossa rica base de recursos naturais.

Obviamente, não podemos esquecer que a agricultura também tem um papel extremamente importante na questão do bem-estar, do reconhecimento da valorização da cultura, por exemplo, associada aos recursos naturais, a nossa rica biodiversidade, aos conhecimentos tradicionais.

Portanto, o desafio é muito grande. Já avançamos muito. O Brasil conseguiu construir uma agricultura pujante, competitiva, nos últimos 30 a 40 anos. Os avanços estão aí: a genética de alta *performance*; os sistemas de produção altamente especializados; a constante elevação de produtividade que conseguimos alcançar ao longo dos últimos 30, 40 anos; a ampliação de funcionalidade – a agricultura brasileira é a única agricultura que conseguiu incorporar e responder bem a esse desafio de produção de energia sustentável –; exportações e grande contribuição para o desenvolvimento do País. Acho que é seguro dizer que sem a agricultura que a gente conseguiu construir nos últimos 30, 40 anos, o Brasil não estaria tão bem quanto está. Talvez o País estivesse até quebrado.

Mas há desafios e oportunidades enormes à frente. Temos que olhar para a questão dos impactos ambientais, dos impactos sociais, dos desbalanços regionais e da pressão sobre biomas frágeis, que são questões importantes que devem estar na agenda de

instituições preocupadas com inovação para agropecuária. É preciso olhar para além da dimensão econômica relacionada à agricultura e também enxergar as dimensões sociais, ambientais e culturais. Por exemplo, na questão ambiental, é preciso reconhecer, como o Brasil está reconhecendo, a questão das emissões, e o Brasil está tratando disso de forma bastante responsável. Quando a gente vê as metas brasileiras de redução de gás até 2020, o Brasil está com seu programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), tentando lidar com todas essas questões importantes relacionadas a emissões na agropecuária, que estão listadas aqui nesse *slide*.

Agora, nós precisamos também reconhecer que há um caminho fantástico e uma oportunidade imensa para o Brasil, um País tropical, que está submetido a estresses que tendem a se intensificar no futuro, com mudanças globais, estresses térmicos, hídricos, nutricionais. É preciso que a agricultura incorpore definitivamente essa visão de provedora de serviços ambientais; que, através da agricultura, a gente consiga devolver para a sociedade, para o meio ambiente aqueles serviços que, na verdade, foram eliminados ou foram removidos, na medida em que a agricultura ocupou o espaço no ambiente natural, na medida em que foi necessário, por exemplo, remover a vegetação nativa. Então, há um caminho fabuloso para a nossa agricultura incorporar essa visão de contribuir na recomposição ou no retorno, para a natureza, de serviços importantes.

Nós já temos dado mostras de que isso é perfeitamente possível, isso é perfeitamente factível. Eu cresci numa região, no cerrado de Minas, onde se fazia aquele tipo de agricultura que vocês veem lá em cima, com o "x", agricultura do gradão e da erosão, das voçorocas. Isso não existe mais no Brasil. É preciso que a gente reconheça que, se existe, é muito pouco em relação ao que era há 30 anos. Nossa agricultura evoluiu tremendamente, inclusive retornando para a natureza serviços importantes, como produção de água.

Vejam a ascensão ou a área de plantio direto que existe no Brasil hoje. É praticamente a maior área de plantio direto, e isso permitiu que a agricultura brasileira se tornasse, por exemplo, uma importante produtora de água limpa. Com o solo protegido da forma que é hoje, a agricultura brasileira tornou-se uma importante produtora de água limpa, e isso é serviço ambiental extremamente importante. Na medida em que nós avançamos com o processo de intensificação da produção para evitar expansão excessiva sobre biomas frágeis, por exemplo com o sistema integração lavoura e pecuária, nós criamos caminhos para termos pastagens bem manejadas e maior eficiência na fixação e na captura de carbono. Quando adicionamos floresta ao processo, ainda damos um passo a mais.

Então, nós temos que perguntar: que país, no Planeta, está tendo condições de fazer isso? Ou que outro país, no Planeta, está seguindo a trajetória que a agricultura brasileira está seguindo? E eu posso dizer com alguma segurança que nenhum país. Nenhum país tem essa visão ou está construindo uma trajetória para sua agricultura como o Brasil está construindo. Então, nós temos que trazer essas questões e construir uma agenda positiva, mostrando, por exemplo, os avanços que o País fez em adaptação de cultivos, em tropicalização da soja. Estamos fazendo, agora, a tropicalização do trigo. Os avanços na resistência a estresses bióticos e abióticos, no controle biológico de pragas, que hoje, no Brasil, nos economiza uma quantidade imensa de agroquímicos, tornando a nossa agricultura cada vez mais segura; aquicultura, que reduz a pressão sobre recursos nativos; agricultura orgânica, que avança; fixação biológica de nitrogênio que nos permite produzir em grandes áreas, sem utilização de fertilizantes químicos, como o nitrogênio, que tem um impacto tremendo sobre o processo de emissão de gases; e os recursos genéticos, pré-melhoramentos e melhoramentos, que fizemos em praticamente todas as culturas, tornando-as mais adaptáveis, mais compatíveis com a nossa realidade de país tropical, que tem fragilidades.

Os avanços foram imensos e é preciso que reconheçamos esses avanços, como, por exemplo, os avanços promovidos pelo zoneamento, que nos permite expandir a agricultura de uma forma mais segura, de uma forma mais planejada, de uma forma mais objetiva e inteligente. Mas temos, sim, de trazer essa agenda positiva e de colocá-la à frente da discussão. Infelizmente, percebemos que não é a agenda positiva que prevalece ou ela talvez não tenha a projeção e a importância que tem hoje, mas é preciso que se coloque essa agenda positiva. Temos também que reconhecer se vamos avançar nesta nova vertente de desenvolvimento da economia verde, da economia mais sustentável.

A agricultura terá de abraçar novos desafios. Vamos ter de olhar a agricultura na interface com a energia renovável - o Brasil é o país que mais avançou neste campo e temos de projetar, na verdade, essa posição de liderança do Brasil. O Brasil e a nova bioindústria: tem uma nova indústria nascente, baseada nos recursos naturais, na biodiversidade, em novos produtos, em uma grande reconversão da indústria, por exemplo, que precisa ser descarbonizada, que precisa se tornar mais sustentável. Na gestão de recursos hídricos, o Brasil tem as maiores reservas de água potável do Planeta

e é preciso que trabalhemos a interface da agricultura, com acesso e uso seguro e inteligente dessa rica base de recursos naturais. A questão de resíduos é, ao mesmo tempo, um problema e uma oportunidade – vejam, por exemplo, o etanol de segunda geração, biomassa, que cria toda uma nova oportunidade e uma nova perspectiva para a bioindústria. Turismo: quando vemos o que é o turismo rural mundo afora, em outros países, e o que poderia ser turismo rural no Brasil.

Então, elenco aqui um conjunto enorme de desafios para a Embrapa, para as nossas instituições parceiras e para o sistema de inovação no Brasil, para que realmente abracemos desafios de forma objetiva e ajudemos o País a marchar de maneira firme e bem planejada na direção dessa nova vertente de desenvolvimento. Precisamos investir mais em melhoramento genético, na confluência com as novas tecnologias, a biologia avançada. Estresses térmicos, hídricos e nutricionais vão nos pressionar, vão pressionar o País, vão pressionar a nossa agricultura e vão pressionar a nossa economia. Precisamos ter saídas científicas e tecnológicas e soluções. Precisamos ter capacidade também de antever esses desafios e de nos prepararmos para eles rapidamente.

Obviamente, para caminharmos bem nessa nova vertente de desenvolvimento, é preciso que o País construa um arcabouço legal que sustente uma estratégia de longo prazo para a economia verde no Brasil, a nossa economia verde. É preciso que haja um quatro regulatório que facilite o fluxo de investimentos e que estimule investimentos em inovação, porque essa vertente de desenvolvimento vai ser extremamente baseada em informação e em conhecimento e é preciso recursos para viabilizar o processo de inovação que viabilize a nossa caminhada nessa direção. Então, precisamos ser inteligentes para pensar que incentivos precisamos construir e que desincentivos são necessários para que façamos uma reconversão rápida e inteligente. Financiamento, fomento, adoção de padrões. Precisamos estar inseridos num contexto e numa visão internacional que está sendo construída nessa nova vertente de desenvolvimento. São muitos os mecanismos que podemos pensar e tentar desenvolver.

No Brasil, temos tudo na mão: uma base de recursos naturais fantástica e uma trajetória incrível numa agricultura que caminhou e tem dado passos rápidos na direção da sustentabilidade. Agora, precisamos ser inteligentes para trazer os mecanismos corretos. É preciso tentar olhar de que política nacional precisamos, de que programas de estímulo precisamos e que inteligência estratégica é preciso construir no Brasil para que caminhemos de forma inteligente na direção dessa nova vertente de desenvolvimento.

Também é sempre prudente olharmos para outras experiências, o que eu chamo de *benchmarking*: há países que avançaram e estão avançado tremendamente nessa vertente de desenvolvimento. Um deles é a Coreia do Sul, que já construiu todo seu arcabouço legal e normativo para estimular o desenvolvimento da economia verde naquele país. A China e outros países têm feito a mesma coisa. Talvez um caminho inteligente, nessa linha da inteligência estratégica, da inteligência competitiva, seja olharmos para essas experiências e começarmos a perguntar: há aqui referências que podem ser interessantes e que podem nos ajudar a caminhar na direção que precisamos caminhar?

A mensagem que eu gostaria de deixar na minha manifestação final é que realmente vamos para a Rio+20 com uma agenda positiva, construída em cima da lógica que está aqui neste *slide*: o Brasil é o único país deste Planeta Terra que pode almejar uma condição de potência agrícola, de potência ambiental e de potência energética ao mesmo tempo. Temos a base de recursos naturais, temos a inteligência, temos as instituições. Precisamos ser criativos e inteligentes para construir o processo que nos leve a essa condição.

Muito obrigado, Senador Rollemberg. Muito obrigado, Senador João Pedro. É um prazer para nós, da Embrapa, estarmos aqui contribuindo com essa importante discussão e com esse importante debate.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco/PSB - DF) – Muito obrigado, Dr. Maurício Lopes, Diretor-Executivo da Embrapa.

Eu quero convidar para a mesa o Dr. Daniel Serra, Gerente de Relações Governamentais da empresa Natura, e também o Dr. Roberto Lorena, representando o Ministério da Agricultura.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, eu quero só fazer um comentário muito rapidamente. Eu vejo uma apresentação como esta do Dr. Maurício e fico vendo a agricultura do futuro no Brasil. Nós podemos, ainda com tranquilidade, ostentar o título de agricultura mais sustentável do Planeta, mas, ao ver uma apresentação desta, percebo como devemos investir em inteligência estratégica, Senador João Pedro, e o mar de oportunidades que se abre para o Brasil. Entendo que um dos produtos mais importantes do debate sobre o Código Florestal, que tem mobilizado a população brasileira, é que desdobramentos, após a aprovação do Código, poderemos dar. Eu fico pensando nas imensas oportunidades. Por exemplo, eu conversava, nesta semana, com Celso Manzatto, da Embrapa Meio Ambiente, e ele dizia das imensas oportunidades para o setor florestal brasileiro, ou seja, a partir das recomposições das reservas legais e das áreas de preservação permanente, hoje, há uma

constatação de que faltam sementes, mudas, tecnologias de recomposição, o que abre também um leque de oportunidades muito grande para o setor florestal brasileiro. No que se refere á questão da biodiversidade, há a necessidade de rediscutirmos a legislação brasileira de acesso a recursos genéticos. Esse é um debate que vamos trazer para a Comissão de Meio Ambiente, para o Brasil poder aproveitar de forma inteligente e sustentável essa imensa biodiversidade. Outro tema importantíssimo é a independência brasileira no que se refere aos insumos agrícolas. Hoje, temos uma agricultura extremamente dependente de nitrogênio, fósforo e potássio vindos de outros países e ainda avançamos muito pouco em pesquisas sobre a produção de insumos biológicos. Entendo que, na agricultura do futuro, os insumos biológicos terão uma grande participação. Portanto, são agendas, como disse o pesquisador Maurício, estratégicas para o País, e o Senado Federal, através da sua Comissão de Meio Ambiente e de diversas outras comissões, deve estar presente permanentemente nesse debate.

Passo a palavra, agora, com muita alegria, ao Sr. Volney Zanardi, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. VOLNEY ZANARDI – Senador Rodrigo Rollemberg, Senador João Pedro, gostaria de trazer uma saudação da Ministra Izabella Teixeira à iniciativa da Comissão. Esse processo é um processo que qualifica e prepara todos nós para os debates que devemos enfrentar mais adiante na Rio+20. Queria cumprimentar os colegas de mesa e, a partir da apresentação do Dr. Maurício traz para nós, eu acho importante tecer alguns comentários de caráter mais geral, até porque é fundamental que a gente tenha uma visão muito clara deste contexto em que nós vivemos hoje em dia. Eu acho que o Senador Rodrigo Rollemberg trouxe elementos muito claros dessas oportunidades, mas que, por trás, elas trazem um certo desafio.

Se nós tivermos uma perspectiva histórica e se observarmos como a questão do desenvolvimento no Brasil tem sido tratada nos últimos trinta, quarenta anos, a gente sai daquela discussão mais focada simplesmente numa visão econômica. Começamos a avançar muito nos últimos dez anos na discussão social. A questão do crescimento tem que ser relativizada com o aspecto de inclusão social, e esta Casa, por exemplo, tem dado grandes contribuições na construção de marcos legais que trazem essa perspectiva de política integrada.

Então, esse movimento que se faz na sociedade brasileira de uma forma geral, nos últimos quarenta anos, tem-se refletido no marco legal e também tem-se refletido na política ambiental, não só sob uma perspectiva nacional, mas o diálogo que ela faz com o mundo globalizado.

Se a gente olha a década de 70, o que se fazia? Fundamentalmente, controle da poluição e unidade de conservação. Chegando na década de 80, aparece a política nacional do meio ambiente, começa assim uma perspectiva mais preditiva, aparecem os instrumentos da política como os estudos ambientais, o licenciamento ambiental, mas ainda com uma visão muito isolada da questão ambiental. Quando a gente avança agora para a década de 90, de 2000, os desafios de uma política integrada na questão do social, ambiental, econômico aparecem de uma forma muito mais clara e não é simplesmente uma questão de politicamente correto, é uma questão realmente de opções, de como nós temos que nos preparar para esse processo de transição. E a questão da economia verde – e aí a gente tem que ter um certo cuidado com esse conceito – aparece dentro desse marco evolutivo em que nós estamos vivendo.

Esse desafio que vem da política integrada traz justamente para nós uma necessidade de trabalhar o que vem por trás disso, que é a complexidade, preparar-nos para esse processo e, para isso, nós precisamos de planejamento de médio e longo prazo, porque eu sempre brinco, a gente, às vezes, infelizmente, como foi feito aqui, a gente foca na agenda negativa, e muito da agenda negativa que a gente enfrenta hoje é falta de perspectiva de médio e longo prazo, em que nós não reconhecemos, muitas vezes, a questão social, ambiental, como ativos de um processo de opções que nós temos que ter em relação ao nosso desenvolvimento. E aí nós precisamos tomar algumas decisões.

Sobre essa questão do médio e longo prazo, a gente tem falado muito da questão social, mas, se a gente olhar para o marco legal que se tem construído nos últimos cinco anos, por exemplo, nós temos políticas muito importantes que foram aprovadas neste Parlamento, como a Política Nacional de Saneamento, Política de Resíduos, em que se trabalha uma visão integrada; a questão econômica, ambiental e social aparecem forte dentro desses marcos legais que foram desenvolvidos aqui no Parlamento, e esse processo realmente nos cria um ambiente muito favorável para avançarmos nesse processo de transição.

Recentemente agora, em maio, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente lançou um documento, um relatório, que trata justamente dessa questão da necessidade de desatrelarmos a questão de consumo de recursos dos impactos ambientais a do crescimento econômico. E aí ele nos traz alguns números muito interessantes, principalmente relacionados aos países emergentes: o papel que os países

emergentes tem dentro dessa política global nos próximos anos.

Vê-se ali que, hoje, há um consumo na Terra em torno de 50 bilhões de toneladas de insumos – matéria-prima, combustíveis fósseis, minérios – e que a tendência num cenário como o de hoje, nesse mesmo cenário tendencial, é triplicar esse consumo de recursos naturais para 150 bilhões de toneladas/ano até 2050, o que é, vamos dizer assim, um cenário insustentável.

Acontece que, ao se discutir essa questão dos recursos, por trás vem justamente como nos preparamos para esse processo de transição, como o mundo todo olha para isso, e aí o Brasil tem um papel que é como ele se comporta nos fóruns de relações internacionais. Nós temos assumido compromissos como, no caso, da emissão de gases de efeito estufa, em que se definiu uma redução em torno de 38% a 39% na redução de gases, tendo como base o cenário de 2005, mas nós temos uma outra discussão que vai muito mais além dessa que é realmente trabalharmos a nossa economia, trabalharmos a nossa sociedade, prepará-la para esse processo, que é um processo em que nós queremos que todos ganhem.

Dentro dessa perspectiva, entra um pouco essa discussão do conceito de economia verde, porque essa preparação, esse processo que se vive de transição e de uma melhor integração entre as questões sociais, econômicas e ambientais, em algumas vezes, é resumido, é sintetizado nesse conceito de economia verde, mas é passado de uma forma muito simplificada.

A gente tem que tomar um pouco de cuidado nessa discussão, por exemplo, da relação economia-meio ambiente que aparece de tempos em tempos. Quem se lembra, por exemplo, na década de 90, em que nós tivemos toda aquela discussão forte, de documentos internacionais... Aparece vários livros, como *Blueprint for a Green Economy*, de David Pearce, na Inglaterra, muito focado numa questão de externalidade de mercado.

A gente viu que aquela visão só de mercado não resolve; não resolve as questões sociais, não resolve questões ambientais, tem o espaço, são instrumentos importantes, mas nós não podemos trabalhar com essa visão reduzida e que cria alguns problemas com os quais temos que tomar cuidado, porque eles não substituem uma visão de uma política pública integrada, não substituem toda uma demanda mais atual que nós temos hoje, de relação de setor privado, sociedade, transparência, sustentabilidade, nossos processos.

Eu estive, na semana passada, em um seminário internacional, justamente discutindo essa questão de recursos, o papel de recursos do mundo global, e o pessoal me perguntou: "E o papel dos emergentes?" A primeira coisa: o papel dos emergentes é garantir a democracia em seus países. Quer dizer, nós temos que ter condição de criar pactos dentro da nossa sociedade que sejam pactos em que todos se identifiquem, todos vejam como pactos que nós possamos sustentá-lo no tempo, no médio e longo prazo.

Essa discussão da transição, que não vai ser de uma hora para outra e não vai ser simplesmente uma questão de: "Vamos deixar o mercado funcionar", ela é uma discussão que exige de nós todos, do Parlamento, do governo, da sociedade, uma grande maturidade, um aperfeiçoamento dos nossos instrumentos, das nossas instituições. E, como eu disse, o Parlamento brasileiro tem sido um elemento fundamental de criar esse marco, em que trabalhamos essa convergência entre as questões sociais, ambientais e econômicas.

Dei como exemplo a questão do Plano Nacional do Saneamento, a questão da Política Nacional de Resíduos, e o próprio Executivo também tem feito um esforço, alguma dessas questões vão chegar ao Parlamento, mas estamos trabalhando hoje as questões relacionadas ao Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentável, quer dizer, as questões de consumo, de melhorar a qualidade do nosso consumo, sob o aspecto até de um menor impacto. Mas, também, atrás de toda essa discussão de economia verde, vem a discussão, por exemplo, que devemos lançar neste ano, da política nacional de desenvolvimento competitivo: a questão da política industrial. Nessa política, haverá um núcleo da área ambiental em que esse processo deverá ser considerado e deverá ser, vamos dizer assim... É preciso colocar na questão da política integrada, na gênese das políticas, a questão ambiental e a questão social.

A política nacional de desenvolvimento competitivo, além desse aspecto de respeitar as questões ambientais, tem outra vertente que está relacionada a desenvolvimento da cadeia de bens e serviços ambientais. Nós temos, vamos dizer assim, um grande potencial de desenvolvimento da cadeia de bens e serviços – hoje em dia, não há uma definição clara do que são bens e serviços ambientais – e precisamos apoiar o desenvolvimento dessa cadeia, porque todas as outras cadeias dependem desses serviços, dependem desses bens. Quer dizer, nós queremos qualificá-los. Por exemplo, uma cadeia que eu acho que tem feito um trabalho excelente é a cadeia do petróleo.

Há uma política, o Prominp, que é uma parceria entre o Governo e a sociedade, que tem pensado não só nas questões de qualificação, treinamento e capacitação, mas também nas questões relacionadas aos laboratórios, às embarcações, que são insumos fundamentais para viabilizarem a infraestrutura, mas

também são insumos importantes na hora em que se vai fazer a verificação, o controle ambiental.

Então, acho que esse exemplo da cadeia de petróleo é interessante, pois demonstra como estamos pensando à frente, a médio e longo prazo. Existem outras cadeias que talvez precisem aceleradamente ter essa visão. Acho que a siderurgia é uma cadeia que está pedindo para que a gente trabalhe de forma acelerada em relação a esse processo de uma visão mais integrada.

Mas, falando dessa questão de bens e serviços ambientais, nós temos experiências como a concessão de florestas públicas, em que se abre uma quantidade enorme de movimentação de recursos e de empregos ligados a isso. Recente estudo da OIT, Organização Internacional do Trabalho no Brasil – é claro que essa questão de emprego verde pode ter várias definições, mas não é o caso de entrarmos aqui nesse detalhamento –, identificou, nas cadeias que trabalham com questões relacionadas à conservação, à preservação da qualidade ambiental, cerca de 2,6 milhões de empregos no Brasil, o que é algo relevante. Podemos realizar discussões conceituais, mas, como dizem, não é simplesmente uma questão de *marketing*, não é simplesmente uma questão politicamente correta. É uma questão realmente econômica, uma questão social. Nós estamos vivendo essa transição e devemos refletir sobre esse processo, porque nós precisamos de coordenação para que isso aconteça de uma forma, vamos dizer assim, mais rápida, eficiente, com maior eficácia.

Nem falei aqui dos aspectos relacionados, por exemplo, à questão dos biocombustíveis, que passa por todo um processo, no qual o Brasil é pioneiro e grande produtor de tecnologia.

Há uma questão muito importante que está por trás de todo esse processo de bens e serviços da economia verde e desse processo de transição que vivemos. É preciso analisar esse momento e identificar algumas questões que são fundamentais para facilitar esse processo.

Uma delas – acho que já foi até mencionada aqui anteriormente – é trabalharmos a questão do marco legal. Quando nós pensamos hoje, por exemplo, sobre a questão de pagamentos de serviços ambientais... Se olharmos para o PIB hoje, o PIB só analisa esse aspecto de fluxo de economia. Nós geramos renda, e é isso que conta. Agora, nós também não levamos em conta o que estamos desacumulando, às vezes, de recursos hídricos, o que estamos desacumulando de minerais, o que estamos desacumulando de floresta. Isso não entra na nossa contabilidade, e o nosso PIB sempre vai crescendo, mas, às vezes, se olharmos a médio e longo prazo, nós verificaremos que estamos perdendo ativos que são importantes para sustentar esse processo.

Dentro dessa perspectiva de que o processo econômico, a contabilidade econômica tem que levar em conta esse aspecto dos ativos que nós estamos consumindo dentro desse processo, é importante dar visibilidade para a questão fundamentalmente dos serviços ambientais.

Há algumas experiências no Brasil hoje. A Agência Nacional de Águas conduz o projeto Produtor de Água, que procura remunerar, no âmbito de bacias hidrográficas, proprietários de áreas onde há preservação de matas ciliares e boa conservação de solos. Tivemos também experiências com o Proambiente, algumas experiências principalmente na Amazônia. Alguns Estados, como Minas Gerais, também já produzem até com legislação própria, mas falta um marco legal que nos dê segurança jurídica e possibilidade de avançar nessa questão.

Cito, por exemplo, o Projeto de Lei nº 792, que está na Câmara dos Deputados, acho que na Comissão de Finanças, com o Deputado Arnaldo Jardim, que traz uma contribuição e uma discussão importante para criar um marco legal que dê maior segurança, maior possibilidade de desenvolvermos iniciativas na questão específica desse instrumento de serviços ambientais.

Temos que tomar um pouco de cuidado, porque, às vezes, falamos de serviços ambientais como se fosse economia verde, e de economia verde como se fosse toda a economia. A gente tem que colocar cada coisa no seu lugar e ver que eles têm que estar dentro de um contexto, de uma estratégia, de um planejamento, de uma visão de política. Então, o pagamento de serviços ambientais é uma ferramenta importante.

A Medida Provisória nº 535, que a Presidenta editou na semana passada, institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e traz em si elementos desse conceito de facilitação da conservação e de reconhecimento dos serviços que as comunidades tradicionais desempenham nas florestas nacionais, nas reservas extrativistas e nas reservas de desenvolvimento sustentável. Mas isso ainda é muito pouco. É fundamental para esse processo complexo, o processo de desenvolvimento, que nós venhamos a desenvolver instrumentos, ferramentas econômicas que facilitem esse processo difuso de dar escala para essas iniciativas e para esses princípios com os quais todos nós, de uma forma geral, comungamos.

Para concluir, essa é uma temática muito fascinante. Além desse aspecto do pagamento dos serviços ambientais, há a questão do acesso a recursos

genéticos, que já foi abordada aqui. Essa é outra discussão que realmente nós devemos fazer e que está represada há algum tempo por causa do marco legal, que precisa de uma qualificação que nos atualize até no mundo em que vivemos hoje.

Concluo dizendo que o evento da Rio+20, que será realizado aqui no próximo ano, nos abre a oportunidade de promover esses debates que fazemos hoje aqui, criar essa reflexão e, com isso, alimentar estratégias e propostas que são fundamentais para que avancemos nessa transição. Quer dizer, a questão da inovação é outro processo fundamental que tem que ser debatido, o financiamento e o financiamento à inovação.

Nós vivemos um momento muito interessante no País. A questão da Rio+20, toda a dinâmica que já vem de algum tempo, os próprios megaeventos esportivos que vamos viver em 2014 e em 2016 são eventos muito interessantes para que trabalhemos as políticas ambientais.

Nós vemos aí uma discussão sobre a Copa, sobre as Olimpíadas que se resume simplesmente à pegada de carbono. Nós estamos discutindo grandes eventos que têm possibilidade de gerar renda e inclusão social, com uma série de projetos que podem ser mais facilitados dentro da nossa lógica federativa de relação entre Estados e Municípios, mas também trabalhamos na linha de que esses grandes eventos deixem um legado, que é essa possibilidade de pactos e de políticas que se coordenam e que se aceleram. E a discussão da economia verde, embora pareça muito simplificada, está por trás disso. Ela vem com essa visão de política integrada, de necessidade de planejamento e de pactuação entre a sociedade, o setor privado e o Governo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Volney, que representa a nossa Ministra, que representa o Ministério do Meio Ambiente.

Vou passar a palavra, em seguida, para Letícia Tura, Diretora Executiva da ONG Fase Nacional.

V. Sª tem 15 minutos.

A SRª LETÍCIA TURA – Bom dia a todos aqui presentes. Gostaria de agradecer o convite para estar aqui, abrindo esta oportunidade também para a sociedade civil se posicionar sobre esse tema importante. Pena que eu seja a única mulher da Mesa. Percebi que a Mesa é um pouco masculina, mas é uma excelente oportunidade para diferentes setores dialogarem, diferentes visões se apresentarem aqui.

Eu falo a partir de uma experiência de trabalho numa ONG que é a Fase, que este ano completa 50 anos de existência aqui no Brasil. Já teve escritórios em 18 Estados da federação. Atualmente trabalhamos com escritórios regionais. Temos seis escritórios regionais. Ela tenta articular o desenvolvimento e o acompanhamento de experiências no território, experiências de agroecologia, de economia solidária, de saneamento ambiental, moradia e gestão democrática da cidade à intervenção nas políticas públicas nacionais e globais.

Durante esse percurso, o que a gente observa é que o Brasil, hoje em dia, já é bastante rico em experiências e práticas inovadoras de agricultura, de agroextrativismo baseado nos princípios de agroecologia que precisam ser melhor conhecidos.

Existe no Brasil a ANA, que é a Articulação Nacional de Agroecologia, com um *site* na Internet que tem um mapa dessas experiências espalhadas pelo Brasil. São experiências como manejo florestal comunitário, sistemas agroflorestais, enriquecimentos de capoeira, enfim, que trabalham com a diversidade dos sistemas, que pensam o sistema de produção, o território e a comunidade, não apenas o produto.

Acredito que conhecer essas experiências pode enriquecer bastante esse debate. Dentro disso, gostaria de falar um pouco sobre a experiência do Proambiente, que já foi citado, pelo Ministério do Meio Ambiente e que ocorreu na Amazônia. É interessante trazer para cá uma concepção de que a Amazônia não pode ser pensada apenas como o pulmão do mundo ou como um grande maciço florestal. A Amazônia é também um berço ou um celeiro – a palavra que se quiser usar – de experiências e práticas inovadoras, de populações que vivem lá há décadas, há séculos produzindo, sobrevivendo na floresta e da floresta. Na verdade, existe lá a possibilidade de visualizarmos vários modelos de que uma outra concepção, uma outra sociedade é possível. Então, é bom também enxergar a Amazônia dessa forma. E isso significa, antes de tudo, enxergar seus povos, suas populações, a prática, a forma como essas pessoas vivem e aprender com elas. Vamos aprender, dentro do Brasil, aquilo que o Brasil já tem dentro dele.

Gostaria de falar dessa experiência que acompanhei desde o início, que foi o Proambiente.

Os anos 90 foram muito ricos para a Amazônia. Foi um momento em que a agricultura familiar teve acesso ao crédito pelo FNO, Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, quando se desenvolveram lá as experiências do PDA, que era o Projeto Demonstrativo tipo A, do PPG-7, experiências de cooperativismo, beneficiamento de produtos, as experiências das reservas extrativistas, enfim, um momento muito rico e propositivo na região.

No final dos anos 90, nós, um conjunto de organizações, concebemos o Proambiente. Estavam muito envolvidas na época as federações dos trabalhadores na agricultura, o Conselho Nacional das Populações

Extrativistas, o Grupo de Trabalho Amazônico, a Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), o GTA, enfim, o Monape (Movimento Nacional dos Pescadores). E, na época, as pessoas começaram a ouvir falar sobre serviços ambientais, em 1999, doze anos atrás. O que a gente concebeu foi, na verdade, uma política de crédito ambiental. Era uma forma de se garantirem subsídios. Havia um fundo ambiental associado ao crédito que faria um rebate no principal da dívida. Não sei se todos aqui entendem essa linguagem.

A partir disso, nós fizemos uma grande discussão nos nove Estados da Amazônia, com o público desses movimentos, e essa proposta de política foi se aperfeiçoando. Ela deixou de ser uma proposta de crédito, porque a gente começou a ver os limites, e se transformou em um programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar. Ou seja, ela deixou de ser um simples programa de serviço ambiental para se tornar um programa de desenvolvimento.

Em 2002, essa política foi levada para o Ministério do Meio Ambiente, junto com o PDA, e depois foi se desenvolvendo. Infelizmente, ela não foi para a frente, porque havia uma concepção ainda de polos pioneiros. Foram instalados polos pioneiros em toda a região, não se conseguiu constituir um fundo. Se ela tivesse surgido hoje, talvez tivesse um outro percurso.

O que havia de interessante nela era o seguinte: era um programa de desenvolvimento que tinha, articulado a ela, um programa de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), uma ATER também inovadora. Nos anos 90, discutiram-se muito as inovações de ATER, uma outra política de crédito, o planejamento da unidade de produção e da comunidade para que não se pensasse na própria unidade produtiva apenas no curto prazo, mas que houvesse uma visão de longo prazo, que se pudesse planejar a própria propriedade, não se pensar por produto, mas pensar a propriedade como um todo. Era um programa que pensava também o acesso ao mercado, porque a pessoa produz de uma forma inovadora e depois faz o que com aquele produto? E o desenvolvimento local do Município, da comunidade.

Aliado a isso, havia um fundo de remuneração dos serviços ambientais. Esse fundo foi o que a gente, na época, não conseguiu concretizar.

Então, ele não era um programa – acho que esse é o grande lance quando se pensa em serviços ambientais – voltado simplesmente para gerar serviço ambiental. Era um programa para gerar o desenvolvimento local sustentável, inclusivo, pelo qual o serviço ambiental era um instrumento, e não um fim em si mesmo. Essa é uma grande diferença e um aprendizado que o Proambiente traz. E acrescentou muitos elementos também. Não se reduziu apenas à visão de carbono; trouxe uma visão muito ampla sobre isso.

Há um trabalho de doutorado feito sobre o Proambiente, de um pesquisador chamado Luciano Matos, que trabalhou na Embrapa. Não sei se ainda está lá. Ele fez o seu doutorado na Unicamp, atualmente é professor. Mas eu acho que vale a pena, quem quiser se aprofundar nesse tema, conhecer esse trabalho e também ver os vários prós e contras desse debate, assim como também a possibilidade de inclusão dos vários setores nessa proposta, como, por exemplo, a agricultura familiar .

Dentro disso, do que a gente tem acompanhado nesses doze anos, a discussão, o crescimento dessa discussão, a forma como ela foi sendo trabalhada, os serviços ambientais, há algumas coisas que nos preocupam, como a forma como isso está começando a ser regulamentado ou a ser traduzido.

Um dos riscos que a gente observa é a questão da mercantilização da natureza, a nova frente que vem por aí, na verdade, a construção de uma nova *commodity*, que agora é a *commodity* carbono e, futuramente, a *commodity* biodiversidade, através dos TEEBs (**The Economics of Ecosystems and Biodiversity – Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade)**, que também foram discutidos na Conferência da Biodiversidade. Então, na verdade, é bom que a gente esteja aqui fazendo, criando normatizações não para a construção de um sólido arcabouço de políticas públicas, mas devemos fazer a construção de normatizações para a regulamentação de um mercado. Quando eu falo de mercado é no sentido de um mercado financeiro. Quer dizer, não contra a economia, contra o mercado, contra as relações comerciais, mas, antes de tudo, estamos criando normatizações para isso. Então, fortalecendo mais as ações e mecanismos mediados pelo mercado do que pelo próprio Estado, tirando o papel do Estado de promover isso e o papel do Estado de redirecionar seus recursos, que não são poucos. São recursos nacionais, recursos do Orçamento-Geral da União, que são muitos, recursos dos seus bancos. A gente deveria pensar bastante sobre eles. Às vezes, parece que a gente pensa primeiro sobre os recursos internacionais, para depois pensar sobre o nosso próprio recurso.

Também vejo com preocupação que os serviços ambientais estejam sendo pensados, antes de tudo, pelo que os serviços dos ecossistemas geram, as abelhas e tal, e não pela ação humana, pelo trabalho humano. Pensar a partir de produtos, de serviços, e não a partir de uma sistema de produção, de um território, de uma comunidade.

O não reconhecimento da agricultura familiar, das populações extrativistas como setores produtivos. Olhar esses setores como setores produtivos e não como setores alvo de políticas sociais. Acho que eles têm de ser encarados como sujeitos econômicos, que também têm condições de participar do desenvolvimento do País como sujeitos econômicos, que também têm condições de participar do desenvolvimento do País como sujeitos desse processo.

A visão também do uso restrito e preservacionista sobre os recursos naturais e não uma visão de uso sustentável. Também fico preocupada que vença mais nessa discussão uma visão de uso mais restrito da natureza, e não o que a gente aprendeu com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas, com as reservas extrativistas, que na verdade é o que a gente deve pensar com relação aos usos das unidades de conservação, o uso sustentável.

Por fim, também não limitar apenas ações de redução das emissões de gases de efeito estufa que não estejam associados à ideia de desenvolvimento local. Da mesma forma, também ver que as coisas que a gente está discutindo aqui têm relações com as negociações que também são travadas internacionalmente. Então, não correr o risco de, na verdade, a gente estar defendendo formas de compensação que levam à redução dos compromissos de emissão dos países desenvolvidos.

Por fim, gostaria de colocar mais um risco nesse processo de discussão. Quando a gente está pensando na questão dos serviços ambientais, é também a garantia da soberania sobre os territórios, tanto da soberania nacional, como das próprias populações, produtores e produtoras sobre seus territórios. Ou seja, não podemos, de forma alguma, nesse processo, minimizar os aspectos sociais, fundiários, territoriais, levar em conta as diferenças sociais e tal.

Aí, o que acho que poderíamos, nesse processo, é tentar pensar diferente. Pensar menos os serviços ambientais como apenas um fornecimento de produto, mas também pensar o serviço social como o acesso e a garantia de direitos. Ou seja, o reconhecimento dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais de determinadas populações que já têm uma prática produtiva, que já têm um modo de vida que leva já, hoje em dia, à preservação da floresta, do meio ambiente, a preservação da água. Essas práticas precisam ser valorizadas. Essas práticas que, na verdade, nunca foram valorizadas nem socialmente, nem economicamente, antes de tudo, elas precisam ser reconhecidas, elas precisam ser visibilizadas, precisam ser conhecidas para que possam ser reconhecidas e, a partir daí, serem valorizadas economicamente, é claro, através de instrumentos econômicos, que seja mediados pelo Estado, através de políticas públicas, de fundos públicos, de incentivos, de uma inserção deles no comércio, em outras formas de comércio e com controle e participação social.

Era isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Letícia.

Vamos passar a palavra, em seguida, para o Sr. Roberto Lorena, que representa o Ministério da Agricultura.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Por gentileza, só para complementar.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO)– Sr. Presidente, senhores participantes desta audiência pública, quero dizer que, a partir de agora, em todas as comissões das quais faço parte, não voto mais a favor de realização de audiência pública.

Vejo a exposição, o tema que a gente debate, pela grandeza que tem, mas vejo a Casa ausente. Fui marcar presença – sou suplente – em outra comissão, e o mesmo acontece na outra comissão.

Então, a partir de agora, Sr. Presidente, pode registrar que não haverá o voto do Ivo Cassol para convite de qualquer pessoa para participar de audiência pública, porque, infelizmente, não debatemos o tema na altura necessária, pela importância do tema, não só este, mas também os demais temas.

Quero aqui deixar registrado, com isso, que, infelizmente, vejo com tristeza... Não é por nada, mas isso já vem ocorrendo há dias. Quando os trazemos aqui, temos que estar com a Casa lotada, com os Senadores titulares presentes ou seus suplentes dessas comissões, para que possam debater o tema, trocar ideias, ver as dificuldades de cada região, para que não se fique só no discurso bonito das futuras proposições e do que pode ser feito, mas no que se deixou de fazer e no que se pode fazer melhor ainda. Eu quero simplesmente contribuir com isso.

Só quero deixar registrado isso.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Está registrado o protesto de V. Exª.

É bom lembrar que a audiência pública, evidentemente, ganha mais ênfase com o debate, com o contraditório, mas ela está sendo filmada, gravada. Vamos sistematizar as falas, as opiniões de todas as instituições. Nós temos até setembro para trabalhar. Esta é uma Subcomissão que vai trabalhar. Nada aqui é perdido. Pelo contrário, esta Subcomissão vai formar uma proposta do Senado, da Comissão do Meio Ambiente. Vamos apresentar as propostas que vocês

estão aqui colocando no Senado como forma de proposta do Brasil, para esse grande evento – vou fazer aqui uma brincadeira com o Volney, que disse: "Esse evento não é 'esse evento': é 'o evento'".

Rio+20 é o evento. É muito importante isso. Então, cabe a indignação do Senador, mas nós estamos trabalhando para que as palavras, a pesquisa, o acúmulo, o alerta, a *expertise* que o Brasil tem contribuam com o mundo. É um evento da ONU, e nós teremos que ser propositivos. Esta Subcomissão vai fazer valer essas horas e horas de contribuição que vocês estão dando – Governo, empresários, empresas, sociedade civil, que está aqui muito bem representada pela Srª Letícia.

Temos uma agenda até setembro. Paralelamente, neste exato momento, temos o funcionamento de mais ou menos onze comissões. E nós estamos fazendo. Temos que trabalhar.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Sr. Presidente, pela legislação que eu conheço, por mais que eles sejam representantes de uma entidade, de um Ministério, de um órgão ou de uma classe, os representantes inatos do povo do Brasil são os Deputados do povo do Brasil, são os Senadores e Deputados Federais. O senhor falou aqui que está passando na televisão, mas quem está assistindo em casa não tem direito a dar palpite, não tem direito a falar. Quem tem direito de rebater, debater e dizer o que pode contribuir mais com a explanação somos nós, Senadores. É isso que quero dizer.

Os Senadores representam o povo brasileiro, para poder melhorar ainda mais todo esse discurso. Espero, na verdade, que esse discurso seja colocado na prática. Por que falo que tem de ser colocado na prática? Fui Governador por dois mandatos. Nos governos passados, infelizmente, nada disso foi verdade. Eu vi a explanação da Letícia, aqui presente, também vi a do Volney, representando o Ministério do Meio Ambiente. Hoje estamos buscando, com esse novo Código Florestal, quem é o culpado, quem fez e quem deixou de fazer.

Desejo o maior sucesso para a Ministra Izabella, que ela consiga colocar na prática e que não se repitam os erros cometidos pelos governos passados, independentemente de cor partidária. Não vou começar a discutir questões partidárias, porque tem gente boa em todos os partidos e também tem carne de pescoço. Mas houve ineficiência, no passado, sobre toda a questão ambiental. Os primeiros culpados pela questão ambiental no Brasil estar desse jeito, infelizmente, foram os Ministérios, o próprio Governo, que se deixou levar com a expectativa de fazer e não acontecer.

Só para concluir, na cidade de Machadinho, a Embrapa quer fechar. Quer fechar em Ouro Preto também. Quer dizer, nós temos é que criar mais polos regionais para melhorar a qualidade, melhorar a nossa tecnologia, melhorar o nosso produto. De que maneira pode ser feito?

Não é por nada, é importante a audiência, é importante debater aqui, mas eu gostaria que houvesse mais pares nossos aqui, João Pedro, para poder trocar o conhecimento que você tem lá do seu Estado do Amazonas, o nosso, de Rondônia, que é diferente. O Estado do Amazonas é um polo industrial. Se amanhã acabar o incentivo fiscal de Manaus, aquele povo todo vai para a juquira. Já Rondônia serviu como modelo de reforma agrária, é diferente dos outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não, nós temos muita castanheira lá, não vai para a juquira não. Muita castanheira e copaíba.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Não, tem castanheira, mas, quando eu falo ir para a juquira, é para ir desmatar, porque não tem outro jeito. Se acabar o incentivo fiscal, as indústrias vão embora.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Estou entendendo.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, a que é que me refiro? Cada Senador de cada região, de cada Estado, vai debater, junto com esse grupo de pessoas com conhecimento em várias áreas, em vários Ministérios, com o Brasil inteiro. E aí o que nós estamos representando? Estamos representando o povo de cada Estado, o povo brasileiro. Concordo com tudo isso, nós podemos botar no relatório. Ótimo, isso é fundamental, mas o importante é sempre ter a participação dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com certeza.

Vamos ouvir o Sr. Roberto Lorena, que é coordenador de Transferência de Tecnologia do Ministério da Agricultura.

V. Exª tem quinze minutos.

O SR. ROBERTO LORENA – Bom dia, Sr. Senador João Pedro. Bom dia, Sr. Senador Ivo Cassol. Bom dia a todos. Bom dia aos demais integrantes da Mesa.

Em nome do Ministério da Agricultura, gostaria de fazer uma breve explanação, trazer uma colaboração sobre o tema. Nosso objetivo seria trazer clareza sobre a posição brasileira, sobre o que o Brasil pensa para levar à Rio+20.

Antes de mais nada, o que o mundo pensa do Brasil?

Hoje, de manhã, eu estava lendo uma notícia de uma organização internacional de madeira tropical. Essa organização, num seminário, apresentou um trabalho, mostrando que as florestas tropicais do mundo – vejam bem, a visão deles é florestas tropi-

cais do mundo, estamos todos no mesmo saco: Índia, Brasil, etc. – ainda estão sob ameaça da produção de alimentos e da produção de biocombustíveis. Essa é uma visão do mundo.

Eles perceberam que os países que têm florestas tropicais, como a Malásia, aumentaram muito a consciência. Eles têm uma consciência, ou seja, eles estão dizendo que nós temos uma consciência da importância de se manterem florestas tropicais, de não avançar mais sobre florestas tropicais, mas que nós não estamos conseguindo evitar esse avanço, seja por falta de recursos, ou, segundo o trabalho deles, seja porque ainda é mais lucrativo derrubar a floresta para produzir agricultura, pecuária, silvicultura. Essa é a visão que o mundo tem da gente.

Eles até perceberam que houve um aumento considerável do uso sustentável da floresta em pé. Considerável. Passamos, no mundo, de 36 milhões de hectares para 53 milhões de hectares. Só que o todo de florestas tropicais em pé é de 750 milhões de hectares. Quer dizer, aumentar de 36 milhões de hectares para 53 milhões de hectares, em valores absolutos, continua sendo muito pouco.

Lembra também o mesmo trabalho que o Brasil é um dos maiores responsáveis pelo aumento, mas, em seguida, já nos desmerecem, dizendo que só mudamos a forma de cálculo, que o aumento não foi real. Evidentemente, eles não sabem o tanto de unidades de conservação criadas no Brasil nos últimos dez anos, daí esse aumento ser real.

Tendo em vista como estão nos olhando, vamos olhar para dentro. É de fato sustentável manter a floresta em pé, extraindo madeira por plano de manejo, extraindo sementes no Brasil? Para segurar a floresta em pé, poderíamos chegar ao morador da floresta, ou ao agricultor que a gente queira que recupere floresta, e dizer: "Olhe, não derrube, viva de madeira. A cada trinta anos, em cada local que você retira, você tem de separar a sua floresta em piquetes. A cada trinta anos, você tira duas árvores por hectare. Essa é a regra de estabelecida do Brasil. Então, viva de planos de manejo sustentável, viva de sementes, viva de folhas para extratos, para óleos, e assim por diante, e você terá uma produção sustentável". Isso é verdade?

Vamos olhar para os exemplos. Primeiro, nós temos que separar o País em diferentes situações. Nós não podemos dizer a mesma coisa para o bioma amazônico, para o bioma mata atlântica, para a caatinga. Se a gente disser que não quer mudar a caatinga, nós vamos deixar de fazer a transposição do São Francisco? A transposição do São Francisco vai mudar radicalmente a caatinga. Dá para a gente chegar à caatinga e dizer: "Olhe, viva na caatinga, que é sustentável? Evidentemente que não.

Mata atlântica. Vamos pegar o exemplo mais fantástico que nós temos, que é no sul de Minas Gerais, na cidade de Extremo. Lá existe uma organização que envolve a prefeitura, com um marco legal, envolve uma ONG internacional, envolve a Agência Nacional de Águas e principalmente os agricultores. Percebeu-se que aquela era a região que fornecia água para o Estado de São Paulo, para a cidade de São Paulo. E foi feito o levantamento: era preciso proteger nascentes, era preciso proteger APPs (Área de Proteção Ambiental), margens de rios. Então, chegou-se para o agricultor: "Olhe, você tem que proteger nascentes e margens de rios". E aí, evidentemente, percebeu-se que, aplicando o Código Florestal do jeito que ele está hoje e todo o seu normativo que há no Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), percebeu-se que não ia dar, que não era sustentável. Por que não era sustentável? Era porque ele destruía o ambiente? Não, ao contrário. Ambientalmente, ia ficar muito bom. Mas ia tirar fonte de renda, não era possível. Qual foi a solução? Foi mostrar à sociedade, ali no Município, que a floresta mantida, mesmo que em pequena monta, em pequena área, é interesse da sociedade, e que há um valor agregado. Há um valor para a floresta mantida que não se traduz em semente colhida, não se traduz em madeira vendida, mas se traduz em qualidade de vida de todo os Municípios, de toda a sociedade. E aí decidiu-se, naquela situação, que a sociedade deveria repartir benefícios com o agricultor, que era o dono da terra. Passou-se a pagar o benefício da sociedade, a sociedade passou a pagar ao agricultor, para que ele proteja a água que está dentro da terra dele. Então, em vez de ele produzir leite com 50 cabeças de gado – é uma região leiteira –, ele passa a produzir com 20. E a diferença, os tantos litros de leite que ele deixou de produzir, a sociedade está pagando a ele. Isso é pagamento por serviços ambientais. Essa é uma forma bem-sucedida por serviços ambientais. Isso também é usado, várias pessoas devem ter visto, nos Estados Unidos.

Então, se a gente vai para a Rio+20, a gente tem que mostrar que, para o Brasil como um todo manter essa floresta em pé, tem um custo, isso custa dinheiro. Para o Brasil aumentar o tamanho da floresta tropical, isso também custa dinheiro. Então, a gente tem que levar... Se o beneficiário dessa manutenção da floresta é o mundo, então, está na hora de a gente dizer: "Nós vamos, sim, manter a floresta em pé, mas nós precisamos que o mundo participe disso". É lógico que o nosso dever de casa é fazer o marco legal.

Então, em termos de bioma amazônico, quais os caminhos para a gente manter a floresta em pé? O primeiro, o mais urgente, realmente, é a fiscalização, é comando e controle. Disso ninguém tem dúvida, e isso está sendo feito. Mas a gente tem algumas ferramentas que já estão sendo trabalhadas, só que o efeito é a longo prazo. Nós temos uma ferramenta fantástica na promoção do desenvolvimento sustentável. Lembrem-se de que, quando se fala em sustentável, temos sempre que levar em conta que a parte econômica faz parte da sustentabilidade. É inevitável. A gente não pode dizer ao agricultor: "É linda a floresta em pé; você pode só colher o açaí, nunca vai colher o palmito". No dia em que ele tiver um filho doente, que ele tiver que pagar um médico na cidade, ele vai cortar o pé de açaí e vai vender o palmito.

Então, não adianta a gente colocar nas costas de quem está lá, nas populações ribeirinhas, no bioma amazônico: "Faça isto, que é lindo". A gente tem que fazer a parte de sociedade, que custa dinheiro. O próprio zoneamento ecológico e econômico, o macrozoneamento do Governo Federal já coloca isso bem claro. Existem situações no bioma amazônico em que vamos pagar mais do que o PIB regional produz, porque é interesse brasileiro manter aquela floresta em pé. Não dá para ficar pegando exemplos bem-sucedidos aqui e acolá e colocar isso para o Brasil como um todo; achar que as populações que estão nas unidades de conservação têm a obrigação de se virar e dizer que isso é sustentável.

Então, nós temos que assumir que isso tem um custo para o País, e, se é interesse da sociedade brasileira manter esses biomas, nós vamos colocar mais dinheiro nesses biomas, nessas situações, do que o PIB regional produz. Ou seja, é deficitário sim, no sentido da soma de valores. Agora, é evidente que, para o País, há um superávit tremendo, que é a preservação desses biomas.

Existe um procedimento que visa à sustentabilidade dentro das propriedades que já está em andamento, mas é uma coisa que, realmente, vai levar tempo.

Em 2009, o Ministro Minc e o Ministro Stephanes assinaram um decreto chamado Mais Ambiente, o Programa Mais Ambiente. É um programa de regularização ambiental. Esse programa é liderado pelo Ministério do Meio Ambiente; eu, pessoalmente, faço parte da comissão que trabalha nesse programa; já têm quatro Estados trabalhando na regulamentação ambiental; tem mais outros sete Estados bastante adiantados. O objetivo é muito simples. Conforme está no decreto, você chega a uma propriedade, ela é cadastrada, é georreferenciada, a reserva legal é georreferenciada, a APP (Área de Preservação Permanente) é georreferenciada. Normalmente, todos sabem, a maior parte das sociedades brasileiras não tem regularidade ambiental. A partir, então, desses georreferenciamentos, faz-se um plano de recuperação, onde for necessário, dentro da propriedade.

Nós ainda estamos fazendo a parte administrativa. Nós estamos criando o sistema eletrônico do cadastro, preparando os mapas de georreferenciamento – então, o agricultor não vai ter que pagar alguém para fazer o georreferenciamento. O agricultor, no caso, vai a uma associação no Município ou à Prefeitura, conforme cada caso, explica onde está a terra dele e, por imagem de satélite, identifica se a terra é dele e, se for necessário, vai um técnico até a propriedade dele. Evidentemente que, para cinco milhões de propriedades, isso vai demorar um bocado para a gente vai avançar. Mas a gente vai escolhendo focos principais e vai avançando.

Aí eu pediria a V. Exªs, Senadores, já me reportando ao Código Florestal, que esse sistema que já está no decreto Mais Ambiente seja mantido no novo Código. A gente tem um trabalho imenso já em cima dele. A gente tem uma esperança muito grande de trabalhar em cima desse material. Hoje ele está refletido no texto que está lá, ele foi copiado do sistema atual, que é a conversão das multas em recuperação ambiental. Então, hoje está lá colocado. Mas um fator que eu traria a esta Casa é que, apesar de a gente ter milhões de dificuldades para implementar o Mais Ambiente, de trazer a regulamentação, a gente tem a possibilidade de uma facilidade que nos ajudaria muito, que é o serviço ambiental, que é a aprovação de um marco legal para serviços ambientais. A gente pode chegar a uma propriedade e dizer: "Olhe, sua obrigação é de recuperar 'a', 'b' e 'c'"; mas, ao mesmo tempo, é importante termos um fundo que já vai fornecer as mudas, que vai dar tecnologia, que vai dar ao agricultor a mão de obra de cercar, de fazer gestão de sua propriedade. E o custo já podemos trazer de um fundo vindo de serviços ambientais. Quer dizer, essa ferramenta de serviços ambientais seria de extrema importância na viabilização do programa de regularização ambiental.

Concluindo, pediria certa atenção, Sr. Senador, ao marco legal de serviços ambientais. Ele é muito completo, ele está vindo da Câmara, ainda não foi ao Plenário, mas é muito completo em relação ao pagamento dos serviços ambientais, à formação do fundo, à organização. Isso é muito interessante.

O que nos preocupa um pouco são as fontes de recursos para pagar os serviços ambientais. Quem coloca dinheiro? Como a sociedade vai gerir essa coisa de alimentar o fundo que vai pagar os serviços ambientais, que vai proteger as florestas brasileiras?

Recursos externos? Ótimo. Recursos do Orçamento da União? Muito bem.

O que pega um pouco é que dá a impressão de que agricultores que usam recursos naturais teriam que fazer contratos com agricultores que mantêm recursos naturais e um contrato direto entre quem planta e quem não planta. Quem mantém a floresta receberia dinheiro de quem... Será que jogar esse custo sobre a produção de alimentos é interessante ao País? Então, eu só pediria atenção na parte do projeto que se refere à cobrança por serviços ambientais.

Encerrando, eu acho que cabe, sim, a gente levar a posição brasileira. É interessante ao mundo manter florestas. Isso custa dinheiro, isso tem um custo real, não só pelo que você deixa de produzir, mas também por aquilo que você vai ter que recuperar. São dois custos. Se o beneficiário é o planeta, então, o planeta deve, sim, arcar com esses custos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Roberto Lorena.

Vamos passar a palavra ao Daniel Serra, que é Gerente de Relações Governamentais de empresa Natura.

V. Sª tem quinze minutos.

O SR. DANIEL SERRA – Bom dia a todos.

Senador João Pedro, muito obrigado pelo convite. Estou muito feliz de estar aqui. Pretendo não usar os quinze minutos. Serei muito breve no que vou falar.

A gente veio aqui para falar sobre uma associação do uso sustentável da biodiversidade com a manutenção de serviços ambientais.

Rapidamente, a Natura é uma empresa brasileira que tem 41 anos. A nossa razão de ser é criar, produzir e comercializar produtos que promovam o bem-estar bem, entendendo o bem-estar como uma boa relação de você com você mesmo, e o estar-bem uma relação do indivíduo com o todo, uma relação harmônica do indivíduo como o todo.

Esses são os nossos números. Como eu falei, é uma empresa de 41 anos. Estamos presentes em 11 países, somos atualmente um pouco mais de sete mil colaboradores. Esses são os números fechados em 2010.

Temos muito orgulho de contar com 1,2 milhão de consultoras Natura, que são pessoas que revendem os nossos produtos e nos ajudam a portar as nossas mensagens.

É uma empresa listada no novo mercado da Bovespa, com cerca de 40% das ações negociadas em bolsa. Receita líquida de 2010: R$4,2 bilhões; investimentos em inovação equivalente a 2,6% dessa receita líquida, o que dá cerca de R$110 milhões em 2010.

A Natura persegue, desde 2007, uma meta de redução de emissões de gases de causadores do efeito estufa. Então, a gente tem uma meta de reduzir 33% até 2013, e, até 2010, alcançamos 21%. Mas, enfim, estamos perseguindo essa meta.

Agora o conteúdo que nos traz aqui. A Natura acredita que o uso sustentável da biodiversidade contribui com a manutenção serviços ambientais de fornecimento, ou seja, bens e produtos gerados pelos ecossistemas; serviços ambientais de regulação, ou seja, processos naturais regulados pelos ecossistemas; serviços ambientais culturais, que são os bens imateriais advindos desses ecossistemas e serviços ambientais de suporte, que são funções que mantêm todos os outros serviços.

A gente acredita que essa relação de uso sustentável da biodiversidade gera recursos de quatro formas para as comunidades. O primeiro e o principal são as relações de fornecimento, ou seja, abastecimento: a compra de insumos extraídos de forma sustentável das florestas é uma importante senão a principal ou a maior fonte de recursos nessa relação.

Além disso, no nosso caso específico e de outras indústrias também, existe um remuneração por uso de imagem, por atividade de desenvolvimento local. Até a ONG Fase, que está aqui presente na pessoa da Letícia, é um importante parceiro da Natura nesse tipo de investimento para desenvolvimento local, porque entendemos não estar comprando de grandes indústrias, grandes fornecedores, num esforço para ajudar as comunidades a organizarem essas cadeias de fornecimento. Isso é necessário para o negócio. Então, tem mais um recurso que é destinado às comunidades.

Por fim, acho que é importante a gente se ater um pouco mais a isto: são os recursos de repartição de benefícios pelo uso do conhecimento tradicional associado e patrimônio genético da biodiversidade.

Isso aqui é um pouquinho do que eu falei há pouco. Os recursos advindos do fornecimento de matérias primas têm que estar orientados pela valorização do trabalho da comunidade e buscar, por meio de uma análise da estrutura de custo, oferecer um preço justo pela compra daquele ativo. Muitas vezes, a gente não está falando de *commodities*. A gente está falando de insumos da floresta, que não têm um preço regulado em mercado. Então, é muito importante fazer esse trabalho para a determinação do que seria o preço justo do fornecimento.

Além disso, a remuneração pelo uso do patrimônio cultural, repartição de benefícios – que foi o que falei – é fundamental. A repartição de benefícios está prevista desde a criação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), desde 1992. O Brasil tem uma legis-

lação interna que regula essa relação, que é a Medida Provisória 2186-16, de 2001.

Como comentei há pouco, a gente remunera pela utilização das imagens das comunidades e também temos alguns investimentos em desenvolvimento local, que pode se dar por meio de fundos de apoio, atividades de capacitação para essas comunidades, ajuda para que elas tenham certificações e planos de manejos de suas áreas e estudos e assessorias para construir e apoiar essa organização social.

Então, como falei há pouco, queria me ater um pouquinho mais a respeito da questão da repartição de benefício. A repartição de benefício deve ser feita pelo acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. A CDB se refere a uma repartição de benefícios justa e equitativa, mas ela não define se essa repartição será ou não monetária. Ela pode ser por meio de um suporte a uma atividade de formação profissional ou alguma coisa parecida.

A diferença desses recursos pagos por atividade de fornecimento é que esses são um recurso carimbado. A comunidade recebe, o provedor de acesso de patrimônio genético recebe esse recurso com um carimbo de que ele precisa ser destinado à conservação da biodiversidade. Então, esse é o destino principal. A gente acredita que esses recursos são importante vetor para a promoção do desenvolvimento sustentável bem localizado.

Agora, acrescento um dado: estima-se que o Brasil tenha de 10% a 20% de toda biodiversidade mundial. No entanto, a gente conhece muito pouco dessa biodiversidade se comparada com a de outros países. Estou falando aqui do número de coleções que o Brasil tem. Apesar de ter uma biodiversidade significativamente maior do que esses países, a gente tem muito pouco conhecimento. Isto aqui é um dado do Ministério de Ciência e Tecnologia. Essas coleções são simplesmente o cadastro taxionômico das plantas. No entanto, para se fazer o acesso ao patrimônio genético dessas espécies necessárias para fazer a pesquisa, para fazer o desenvolvimento tecnológico, lançar produto, gerar recursos e repartir benefícios que vão contribuir para a conservação da biodiversidade, estima-se que o Brasil tenha hoje – este é um dado do Ipea, de uma pesquisa de fevereiro deste ano – 1,8 milhão de espécies no território nacional. No entanto, o atual sistema brasileiro de acesso à biodiversidade e à repartição de benefícios, no ano passado, em 2010, autorizou 25 acessos a biodiversidade. Numa conta bastante simples, a gente conclui que, com 1,8 milhão de espécies a 25 autorizações por ano para acesso ao patrimônio genético, vamos demorar 72 mil anos para conhecer o patrimônio genético da biodiversidade brasileira.

A Ministra Izabella tem uma expressão muito legal. Ela fala que a biodiversidade é um novo pré-sal ou mais um pré-sal para o Brasil. Acontece que, com este modelo de exploração que temos hoje, esse pré-sal vai ficar para daqui a 72 mil anos. Então, a proposta é de rediscutir este sistema de acesso a biodiversidade e repartição de benefícios para que ele, de fato, seja atraente.

Já vou me encaminhando para o fim e quero pontuar esta mensagem: o uso sustentável da biodiversidade pode certamente contribuir para a manutenção de serviços ambientais por meio da destinação de recursos bem localizados que vão contribuir para que os serviços ambientais continuem sendo prestados pelos ecossistemas. O uso sustentável da biodiversidade brasileira é uma oportunidade de produção de ciência, tecnologia e inovação para o País. Essa atividade pode gerar riquezas, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação da variabilidade genética das espécies e manutenção dos serviços ambientais.

Esse não é um tema unicamente de meio ambiente. A gente acredita muito que é oportunidade para o Brasil de desenvolvimento, de fazer ciência, de buscar diferenciação. A externalidade disso é que esse recurso de sistema de acesso e repartição de benefícios pode contribuir também com a manutenção dos serviços ambientais. No entanto, para que essa riqueza possa ser explorada de forma sustentável é necessário definição de regras claras que estimulem a utilização desses recursos.

Eu agradeço muito a oportunidade. Quero reforçar novamente que o Brasil tem grande oportunidade de se desenvolver a partir de sua biodiversidade, desenvolver-se conservando. Para isso, precisamos rever este marco legal de acesso a biodiversidade que hoje no Brasil é orientado pela Medida Provisória 2.186-16/2001. Precisamos avançar nessa discussão. Muitos setores estão envolvidos, tais como agricultura, indústria, meio ambiente; e o mais importante é que ele comece, que haja diálogo e que busquemos as convergências para avançar nessa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Daniel Serra.

Vamos passar a palavra, em seguida, para o Dr. Carlos Alberto Bueno, que representa o Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia (Inpa).

V. Sª tem 15 minutos.

O SR. CARLOS ALBERTO BUENO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador João Pedro, do Estado do Amazonas. Tivemos outros Senadores aqui que já

deram sua contribuição, como o Senador Ivo Cassol, de Rondônia, Estado com que temos uma relação interessante de trabalho.

Peço desculpas pela minha garganta. Com a saída ontem de Manaus para cá, a variação tanto da umidade do ar quanto do oxigênio me causaram um problema na voz.

Quero agradecer ao Senador João Pedro pelo convite e parabenizá-lo por esta forma de discussão. Mesmo com alguns questionamentos, há importância na audiência pública em que todos, mesmo pela TV Senado, têm noção do nível de discussão que está se travando, de contribuição, e para que todos saibam que realmente há preocupações, caminhos e que estamos discutindo isso. Com certeza, vai ser um pacote de informações bastante interessante para a Rio+20, em que o Brasil deve ser modelo para o mundo. Já temos um conjunto de leis focadas na valorização ambiental não só econômica, em que todo o mundo pensa, mas teremos uma oportunidade de mostrar para o mundo esta nossa ótica que chamamos o desenvolvimento o mais sustentável. É difícil a gente pensar em sustentabilidade quando as populações crescem exponencialmente. Todos nós pensamos em ter cada vez mais energia, alimento, etc. E isso, fatalmente, na base da pirâmide, está lá o meio ambiente nos oferecendo essas alternativas.

Trabalho no Inpa, não sei se todos conhecem, se tiveram oportunidade de nos visitar; se não tiveram, estamos lá, com a base em Manaus, mas trabalhamos em toda a Amazônia, com núcleos em várias cidades na Amazônia.

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia foi criado em 1954, exatamente em um período em que se falava em internacionalização da Amazônia, e o mundo estava querendo montar um instituto com base no centro da Amazônia, mas com espaços para todos os países trabalharem. Então, o governo brasileiro, antes que avançassem nessa ideia, criou um instituto em que colocou a palavra nacional para dar uma contextualização de instituto brasileiro de pesquisa da Amazônia. Estamos fazendo agora em julho 57 anos da implantação, e nossa missão é esta: gerar e disseminar conhecimento e tecnologia com relação ao desenvolvimento da Amazônia, capacitar recursos humanos para o desenvolvimento daquela importante região do Brasil para o mundo.

Na verdade, é um tripé: fazer pesquisa, que é o ponto focal, principal dessa instituição, exatamente para subsidiar as empresas, quer dizer, todos os setores que dependem da natureza, o que é aquilo lá. Temos que entender aquilo. Sobrevoando a Amazônia, vê-se um mundo de água, um mundo de floresta. O que é que tem lá? Quais são as relações entre os seres que vivem lá? Como é que podemos nos desenvolver da forma mais alinhada possível, mais inteligente possível?

Disseminar conhecimentos e tecnologias é um problema seriíssimo, e já existe um conjunto grande. O Inpa tem 57 anos, é um instituto muito jovem, e, na floresta amazônica, temos descoberto árvores que têm mais de 1.500 anos. Então, imaginem um instituto com 57 anos que quer entender a evolução de uma região como aquela. De qualquer maneira, há um conjunto muito grande de informações, não só cientificas no entendimento, mas tecnológicas, e já transformadas em inovação. Já existem produtos e processos que trazem novidades para o mercado, e isso é importantíssimo, pois é um dos pontos frágeis nossos. Temos que criar, por exemplo, um clima de entendimento de criação de patentes, e aí vem a proteção dos conhecimentos em termos de tecnologias, a incubação de empresas, quer dizer, as instituições têm que se aproximar das empresas e repassar a elas o que têm de melhor para que haja competitividade em âmbito internacional.

Uma questão também importantíssima é formar recursos humanos. Eu até me incluo nessa questão. Sou engenheiro agrônomo, aprendi em São Paulo, na universidade de alta tecnologia, que o mato a gente tem que tirar e plantar alguma coisa que produza mais, e que, se não botar veneno e adubo, não produz. Então, essa, infelizmente, é a conotação que o grupo de agronomia florestal, há trinta e tantos anos, aprendia na escola. Fui para a Amazônia e vi que estava tudo errado. Dá vontade de pegar os livros e jogar fora ou rasgar. Ou seja, nós temos que gerar informação para o desenvolvimento regional. Então, a adubação não é aquela, a doença não é aquela, a produção não é aquela. E o que é então? É uma nova cara, é o novo, é um olhar diferente. Isso é que é importante, e a pesquisa tem que dar conta desse resultado.

Bom, temos aí nossa Amazônia, e a parte em vermelho são os caminhos do desenvolvimento; na verdade, é o acesso à Amazônia, quer seja por terra, quer seja por rio. Os pontos em vermelho são as áreas já trabalhadas pelo homem; são áreas antropizadas, que dão acesso à região, só para se ter uma ideia. E coloquei aí alguns números para discutirmos um pouquinho o tamanho desse compromisso, dessa responsabilidade que temos.

O tamanho da Amazônia, 5,2 milhões km^2, que representam 60% do nosso território, 7% do planeta, 25 milhões de habitantes, parte significativa da população brasileira mora numa região imensa; na verdade, isso dá uma densidade demográfica média de 5 habitantes/km^2. Só para ter uma ideia do tamanho do desafio: temos 11 mil km de fronteiras internacionais;

muitas vezes, existe uma picada, muitas vezes é um rio. Há uma coisa até interessante: quando é um rio a divisa, e o rio na Amazônia, não sei se todos sabem, eventualmente, de um ano para outro, muda o curso, muda a direção. Aqueles rios são muito sinuosos. Ele faz tanta pressão que muda. Já tem até problema internacional, porque um país perdeu, e o outro ganhou, porque a divisa é o rio, e ele mudou a direção. São coisas curiosas que acontecem. Essa é uma realidade na Amazônia. Então, imaginem a nossa necessidade de proteger as fronteiras em 11.000 km, sendo que essa divisão de país é uma divisão geopolítica; aqui é Brasil, lá é Peru, lá é Colômbia. Se tivermos políticas diferenciadas de desenvolvimento, isso vai dar a maior confusão; aqui pode, lá não pode. Temos muitos casos dessa natureza. Daí a importância dessa conotação de parceria internacional, essas questões transfronteiriças serem muito mais fortalecidas para que tenhamos a mesma forma de visualizar.

Água. É um recurso fantástico. Sobre ele vamos falar mais detalhadamente daqui a pouco. Temos cerca de 17% a 20% – os números são por aí – de toda a água doce do mundo. Lembro que a próxima guerra ou a próxima moeda forte para o mundo será a água potável, e nós temos aí um volume significativo. Até coloquei aqui um número interessante: o rio Amazonas joga no mar cerca de 200 mil m^3/s de água. Isso, na média, considerando dados de engenharia, significa que, em um segundo, o rio abastece, por 24 horas, uma cidade de 2 milhões de habitantes. Então, enquanto estamos conversando aqui, cidades com 2 milhões de habitantes, durante trinta dias, foram abastecidas. Digo isso para mostrar o tamanho da nossa responsabilidade ao gerir esse recurso, ou seja, a água.

Na Amazônia, nossas estradas são os rios. Temos poucas estradas. Isso passa também por uma política de acesso, se é melhor rodovia, se é melhor ferrovia ou se é melhorar as hidrovias e os portos. Para se ter uma ideia, a chuva que cai na região é de 15 trilhões de m^3/ano. É chuva que não acaba mais. Só para se ter uma ideia, algumas árvores grandes da Amazônia, como a sumaúma, o angelim – temos lá milhares delas – podem transpirar mais de 500 litros de água por dia, quer dizer, tirar do solo e jogar, a 60 metros de altura, mais de 500 litros de água por dia. Então, dá para se ter uma ideia do papel que a floresta amazônica desempenha e do volume de água que ela joga na atmosfera. Logo vamos retornar a esse assunto com mais detalhes.

Estoque de carbono no ecossistema. São 48 bilhões de toneladas de carbono, pensando na parte aérea e na parte subterrânea. Já falaremos mais um pouquinho sobre isso para mostrar a dimensão daquilo de que estamos falando.

Bom, a megadiversidade já foi citada aqui. A biodiversidade é o grande mote da região, mas temos a diversidade hídrica, temos grandes grupos de água: água preta, água branca, água barrenta. O Inpa está agora descrevendo uma água vermelha, que tem características... O que tem a ver com isso?

Por exemplo, a calha do rio Negro, de Manaus até são Gabriel da Cachoeira, tem quatro Municípios: Novo Airão, Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira. No mesmo tamanho, na mesma extensão do rio, na calha do Solimões, há mais de trinta Municípios.

Então, existe alguma razão para essa distribuição das cidades. O que é isso? Água do rio Negro: muito límpida, pH baixo, pouca quantidade de zoo e fitoplâncton, que é a base alimentar do peixe. Então, há pouco peixe, há pouca alimentação. A base sedimentar da bacia é mais solos arenosos, solos podzolizados, que não retém matéria orgânica, que não retém nutrientes, ou seja, temos uma agricultura mais difícil, uma pesca mais difícil. Não tem gente morando. No Solimões, é exatamente o contrário. Digo isso só para mostrar o que a água, o que o rio pode ter, além de outras questões, como a produção de alimentos, de transporte. Isso vai por uma política estadual, enfim, nacional de gestão dessas cidades.

Influência no clima global. Recursos minerais ainda desconhecidos. Há nióbio, que é mineral estratégico. Está muito em área indígena. Vejam o tamanho do problema que nós temos; problema bom, não é? Há um potencial grande, mas há necessidade de se estabelecer a legislação, marcos legais de como fazer para proteger a natureza, mas também que sejamos beneficiários de todo esse potencial que existe na região.

Fonte de petróleo e gás natural. São estratégias que o Governo brasileiro tem de adotar, conhecendo a questão de petróleo e gás natural. A Petrobras investiu muito na Bolívia, como nós todos sabemos, trocou o presidente, "pelo que *sí,* pelo que *no,* se está aqui, é meu e tal". "Não, mas tem um contrato." Rasga o contrato e não tem mais. É lógico que são questões internacionais, mas quero mostrar a importância de conhecermos o potencial que temos e, a partir daí, estabelecermos políticas de uso e conservação desse potencial.

Na Amazônia, o petróleo já foi descoberto há mais de trinta anos e ainda hoje não chegou a Manaus o gás natural. Ainda hoje, estamos vendo lá, em grande quantidade, o uso de motores para produzir energia elétrica, um imenso gasto, milhões de litros por mês, jogando na atmosfera monóxido e dióxido de carbono,

principalmente. Então, essa mudança de matriz energética há mais de trinta anos que se conhece. Há um pouco de questões políticas e assim por diante.

Este é só para mostrar o crescimento da população nos últimos 60 anos. No Amazonas, tivemos o aumento de 6,8%. Em Manaus, em que há grande concentração de pessoas, quase 13%. Isso demanda muita energia, muito alimento. Então, precisamos ter uma política diferenciada.

Grandes estratégias para desenvolver a região. Serviços ambientais, que é a nossa ótica aqui, turismo. Certamente, o turismo bem feito será uma forma inteligente de desenvolver a região. Pensando especificamente nos serviços ambientais, a biodiversidade, que foi aqui citada – vamos entrar em detalhes –, a reciclagem de água e o estoque de carbono são os três pontos principais com que podemos traçar uma força em termos de serviços ambientais.

Biodiversidade tem aí o conceito estabelecido em 92, na época da Eco 92. A estimativa... Aqui vemos com o Daniel os números que ele colocou lá: 1,8 milhão, mas, só de invertebrados, aqui nós temos 10 milhões. É bicho que não acaba mais. A cada dia se descobrem coisas novas. Tudo é um chute, e qualquer chute que se dê é um chute a menor.

Quanto à questão da biodiversidade, o valor econômico é o principal, mas há o valor estético, a beleza. Até para o nosso psicológico, o verde é interessante. Ao ver coisas que não estão sendo degradadas, você se sente bem com isso. É preciso considerar a oportunidade que nós temos de gerar como potencial, ou seja, não está sendo utilizado ainda, mas é um material com o qual, a curto, médio e longo prazo, poderemos ter fantásticas rendas.

Só para ter uma ideia, o Inpa, como um grande conhecedor da biodiversidade da Amazônia, tem aí, só insetos, por exemplo, mais de 2 milhões de invertebrados em álcool, insetinho em que você não consegue colocar um alfinete para identificá-lo. De peixe, ele conhece mais de 1.100. Sem contar os répteis, anfíbios e aves. De madeiras, imagina-se cerca de 5 mil – o Inpa conhece cerca de 3.200 espécies diferenciadas, descritas e identificadas e qual seria o seu uso.

Reciclagem de água. Só para se ter uma ideia, daquela água a que me referi – 15 trilhões de m^3 de chuva –, 50% da água cai na bacia, os outros 50% vão para outras regiões. Então, a chuva que cai no Sul, no Centro-Oeste, com certeza, boa parte dela vem da Amazônia. Os problemas que tivermos lá de desmatamento, mudando-se aquela questão de chuva, com certeza, também acarretarão problemas na distribuição de chuvas em outras partes do Brasil e um pouquinho no Chile, um pouquinho... Não vai, no caso, para a Europa e para os Estados Unidos.

Só para ter uma ideia, uma curiosidade: onde nasce o rio Amazonas, a praticamente 4.500 metros de altitude, nos primeiros 10% da bacia, ele cai em grande quantidade, e depois corre numa descida de 2 cm/km. Olhem a dificuldade de a gente aproveitar um rio como esse: em um quilômetro, ele desce 2 centímetros. É praticamente parado.

Esse *slide* é só para mostrar também o rio principal.

Quanto ao encontro das águas, acho que todos conhecem, bem em frente a Manaus, há diferenças radicais, como eu dizia. Só para se ter uma ideia, em solo dissolvido, 8 mg/l, e aqui, no Solimões, 500 mg/l. Nós pegamos uma amostra de água do rio Negro e colocamos num aparelho de última geração que o Inpa tem, e encontramos mais de 500 compostos dissolvidos na água. Substâncias que vêm de fungos, bactérias e tal. Cólera, por exemplo, não se desenvolve no rio Negro. Então, certamente, é muito mais do que água. Veja o potencial que nós temos de diversidade, que, em algum momento, pode ser trazido como uma riqueza para nossa região.

Mostrando a questão da água, como as mudanças climáticas vêm acontecendo, em 2005, tivemos uma grande seca; em 2009 uma grande cheia. Essas são as grandes preocupações que temos em relação a esse recurso interessante, que é a água.

Dinâmica do carbono. Esse, na verdade, é o processo que está mais formatado, mais delineado. Nós temos, na Bolsa de Nova York, na Bolsa de Londres, o valor da tonelada de carbono, e nós sabemos que, mais ou menos, 50% da matéria seca das florestas é carbono, o que nos dá, então, aqueles 48 bilhões de toneladas.

Há coisas interessantes. A própria floresta natural sequestra mais que emite. Havia uma grande discussão sobre a questão de a floresta estar em clímax. Então, ela não estaria contribuindo, mas, pelo que nós sabemos, ela tem uma relação positiva, ou seja, ela absorve mais carbono, liberando oxigênio e CO_2 – quebra no meio, fixa o carbono e joga oxigênio. Evidentemente, o desmatamento vai liberar CO_2, metano, e vamos, com a queima, perder diversidade, deixar o solo à exposição. Quer dizer, tem que haver realmente um cuidado muito grande nesses processos de transformação da floresta e em outros ambientes mais produtivos, podemos assim dizer.

Bom, só para terem um ideia de como foi o desmatamento na Amazônia – em razão dessa preocupação, estamos todos aqui discutindo o assunto, e vem aí o Código Florestal –, houve várias políticas que fizeram

com que ele diminuísse. Infelizmente, essa pontinha aqui demonstra que, neste ano, já houve um aumento significativo do desmatamento, até pelo direcionamento que se imagina no Código Florestal.

Só para terem uma ideia, ressalto a questão citada aqui sobre o monitoramento de controle. Em vermelho está a área desmatada, e em verde a área oficialmente autorizada a desmatamento. Então, desmata-se muito mais do que a autorização prevê, e a gente não consegue evidentemente controlar.

Eu coloquei um dado interessante – só para terem uma ideia – sobre a questão do passivo ambiental. O Ibama aplicou mais de R$5 bilhões em multas de várias ordens, e, até julho de 2008, nós discutiremos o valor de R$2,4 bilhões em vários momentos. São multas não pagas, mas aplicadas.

Bom, esse ponto é só para fechar a questão dos serviços ambientais.

Nosso objetivo maior aqui é descobrir como converter a floresta como um todo em serviços ambientais. O carbono, sobre o qual nós falamos rapidamente aqui, é o que já está mais estruturado, com marcos legais e com valores, segundo o entendimento que é possível fazer. Aí, sim, há um envolvimento com o Planeta como um todo, com as mudanças que se imagina em temperatura, em chuvas e em outras coisas mais. Então, isso já está mais ou menos estruturado. A questão é saber quem está a fim de pagar e de que maneira se pagaria. Mas há uma tendência crescente, porque existem muitas empresas com esse foco, com essa vontade de pagar.

Gestão de recursos hídricos para garantir a sustentabilidade das comunidades que mantêm a floresta. Se alguém pagar, como vai ser gerido esse recurso? Em que nível ele vai ser gerido? Se esse recurso for realmente direcionado para a preservação, os povos que vivem na floresta – assunto bastante comentado aqui – têm que receber efetivamente esses recursos em saúde, em educação, em energia, em transporte. Isso tem que ser transformado não em um presente para eles. A comunidade não pode ficar na rede pensando: "Estou preservando, estou aqui". Isso tem que ser transformado.

E esse programa que o Governo Federal, por meio da Presidenta, lançou na semana passada tem muito a ver com o treinamento de pessoal. Esse mundo de informação que nós temos e que a pesquisa tem gerado, como tecnologia, potencial e inovação, tem que ser transformado efetivamente em resultado para a região, principalmente os produtos não madeireiros. A gente deixa um pé de castanha em pé e valoriza a castanha no sentido de dar um valor a mais do que ela vale, até para pagar o serviço ambiental. A árvore fica em pé fazendo o processo de fotossíntese, a ciclagem de água, e isso entra em mercado justo. Mas, é preciso haver política pública, fiscal, para a valorização.

Tirando os devidos impostos sobre isso, é preciso haver fomento, recurso a fundo zero – a gente sabe da descapitalização do morador da floresta –, é preciso haver *marketing*. Quer dizer, o próprio Governo pode ouvir empresas como a Natura e fazer um *marketing* do que é esse produto, para mostrar que isso não está degradando a floresta, mas, sim, valorizando comunidades que estão lá no interior da floresta. É preciso mostrar que esse produto obedece a todos os critérios de certificação. A comercialização passa por uma organização comunitária: não é uma pessoa que vai vender, mas comunidades. E assim por diante.

Então, vemos que há um conjunto de resultados já prontos e que, em razão de discussões como essas e de marcos legais para cada uma dessas atividades, com certeza, podemos dar uma contribuição bastante significativa, valorizando essa questão dos serviços ambientais.

Então, eu queria agradecer a todos. Eu acho que o tempo era muito curto, mas isso a gente pode, inclusive, traduzir em documentos com mais conteúdo de propostas, de políticas, de resultados. Eu acho que, de qualquer maneira, para iniciar uma discussão, vai ser muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Bueno. Veja que, como sou lá do Amazonas e o Inpa, além de ser lá... O Inpa é nacional, mas eu sou vizinho do Inpa, e você teve o maior tempo aqui, não é?

O SR. CARLOS ROBERTO BUENO (*Fora do microfone*.) – Obrigado por ter feito esse ofício.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Veja só.

Bom, quero registrar a presença do Mário Mantovani, do SOS Mata Atlântica, na nossa audiência pública.

Quero registrar, com muita satisfação, em nome da nossa Subcomissão, a presença de vocês e as contribuições. Foram falas densas, profundas, que, com certeza, vão contribuir com a proposta, que não é proposta do Senado, mas proposta que o Senado está organizando junto à sociedade e às instituições.

Eu vou levantar uma questão e todos poderão refletir sobre ela, falar, sobre o meu entendimento dessa primeira fala. Agora, essa segunda fala vai ser meio que um pinga-fogo, está bom?

Roberto, você está representando o Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), e não é esse o debate, mas eu vou aproveitar a audiência

pública só para externar a minha opinião: transformar as multas em serviços ambientais está no Código Florestal, e vou colocar com muita tranqüilidade: é muito pouco, muito pouco. Eu acho que o Estado brasileiro, a nossa lei tem de ter um padrão de exigência mesmo, forte. Está no Senado o Código Florestal e vamos fazer o debate, já começamos a fazer o debate, mas, nesse item,nós precisamos punir com mais rigor quem derruba, de forma irresponsável, uma castanheira ou uma seringueira.

Foi levantada aqui, na fala do Volney, e quero... Eu senti que a Embrapa chamou a atenção e disse: "Os países da Ásia e a Coreia já estão tratando da economia verde. Estão tratando, é para agora." Na fala do Volney, que é do Ministério do Meio Ambiente, ele levanta uma perspectiva de nós ainda nos prepararmos para o planejamento do debate dessa questão de nós enfrentarmos a economia verde.

Eu quero chamar a atenção para a relevância do evento Rio+20. O Brasil tem de ser propositivo, e as audiências aqui vão nessa estratégia de nós apresentarmos a nossa proposta para o Governo, via Ministério de Relações Exteriores, as opiniões, principalmente das instituições de pesquisa, da sociedade civil e de Governo. Nós vamos trabalhar forte nisso, nós vamos fazer ainda três audiências, que chamamos, aqui no Senado, de diligências. Nós vamos para Mato Grosso, para ouvir o debate a partir desse bioma. Nós vamos para Manaus, onde a Fase já esteve e saiu – tem de voltar para o Amazonas. Depois, nós vamos para o Nordeste. Devemos ir para o Rio Grande do Norte, principalmente para trabalhar em energia, a partir da experiência do Nordeste com energia eólica.

Então, nós vamos sair do Senado para fazer três diligências em biomas diferentes, mas com esse objetivo de termos, até setembro, uma grande contribuição da sociedade brasileira para esse que é um evento importante da ONU, que vai ser realizado. Temos a responsabilidade não só de ser sede, mas de apresentar isto que a Fase levantou: experiências brasileiras. Nós temos experiências aqui. O Brasil tem de olhar, com muito carinho, para as suas próprias experiências com economia verde.

Estou levantando isso para todos vocês fazerem uma fala de três minutos, está bem? E nós vamos encerrar. Fiquem à vontade, está bom?

Vamos pela ordem. A Letícia pode começar, pela esquerda.

A SRª LETÍCIA TURA – Bom, nestes meus três minutos finais, primeiro, eu gostaria de reforçar isso que foi colocado agora pelo Senador, que estava aqui, e que nos meus quinze minutos eu não consegui colocar.

De fato, há esse risco, nesse debate dos serviços ambientais, de a gente fugir das exigências da legislação ambiental, não só do Código Florestal, mas das outras exigências. Eu acho que a gente tem de estar bastante atento a isso, nesse processo, agora, de construção dessa política, desses marcos regulatórios, para a gente, na verdade, não sobrepor as coisas e não perder conquistas. Quer dizer, existem muitos elogios à legislação ambiental brasileira, então, a gente tem de estar bastante atento para não perder.

Eu registrei, aqui, uma coisa, falando das experiências que existem no Brasil, que existem na Amazônia... Não sei se foi você que colocou a questão do açaí e do palmito, mas, do palmito, também tem experiências de manejo sustentável, por touceiras. Quer dizer, na verdade, até para aquelas práticas que a gente imagina serem mais predatórias, você tem muita coisa, no conhecimento tradicional, de como você fazer um outro aproveitamento.

Fora isso, eu gostaria só de reforçar, de finalizar, de nos instar a pensar diferente, de perceber, também, a questão dos serviços ambientais e de, efetivamente, a gente trazer para esta discussão não só o debate sobre o mercado, mas também dos direitos ao meio ambiente, dos DESCs (direitos econômicos, sociais e culturais).

Por fim, quero agradecer. Eu gostei muito de estar aqui, acho que foi uma boa oportunidade de dialogar com várias expectativas. Enfim, espero ter contribuído para o debate, e nós estamos abertos para continuar debatendo.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Letícia.

Roberto Lorena.

O SR. ROBERTO LORENA – Um dos pontos mais fantásticos do decreto do Mais Ambiente, do Presidente Lula, é que ele não coloca no mesmo patamar, na mesma situação, o desmatador ilegal e o agricultor.

Então, é completamente diferente a gente falar de quem está tirando a castanheira, tirando a seringueira, está avançando sobre a Amazônia, de quem está em Santa Catarina, produzindo em um local em que o uso da terra foi convertido há 100 anos, há 50 anos, há 200 anos. São situações completamente diferentes e a gente tem chamado muito a atenção. Em geral, está-se colocando o agricultor como desmatador ilegal. Isso não tem o menor sentido.

O decreto é bastante claro. Esse decreto não se aplica ao desmatamento ilegal. O decreto do Programa Mais Ambiente se aplica à regularização de agricultores. Ele não protege, em momento nenhum, o desmatamento ilegal, e é isto que a gente gostaria de ver refletido no Código Florestal: essa segurança jurí-

dica para o agricultor e essa segurança jurídica para a sociedade de que vamos continuar combatendo o desmatamento ilegal e não vamos dar anistia a quem está tirando a madeira da unidade de conservação.

Como foi apresentado há pouco pelo Inpa, a quantidade de desmatamento ilegal é incrível, é muito alta. Então, a única questão sobre isso é que, se a gente tiver um marco legal de pagamentos e serviços ambientais para ajudar nessa regularização... E, ali, não é anistia. Existe um custo real para o agricultor, que ocupa uma margem de rio seja há 50 anos, seja há 200 anos. Ele vai ter que recuperar aquela margem de rio. Aquilo tem um custo. A gente sabe que custa em torno de R$10 mil por hectare. Isso não é viável para os pequenos agricultores. Se uma fazenda tem 5 mil hectares, 10 mil hectares, para se fazer 20 ou 30 hectares, é muito fácil. Não é problema. Para os grandes agricultores, não é problema. Mas, para os pequenos agricultores, quando a APP pega quase toda a propriedade, isso tem um custo. E esse programa seria tremendamente incentivado, viabilizado, se, de fato, nessa conversão da margem de rio, dos seus 10 hectares, que seriam 20% a 30% da propriedade, nós chegássemos com a semente, nós chegássemos com toda condição tecnológica. Isso custa dinheiro. E isso seria, então, o pagamento pelo serviço dessa proteção ambiental.

Esse é o foco do Governo brasileiro no sentido da regularização ambiental. Não é, em absoluto, anistia.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Roberto.

Maurício Lopes, da Embrapa.

O SR. MAURÍCIO LOPES – Senador João Pedro, eu não gostaria de perder a oportunidade de falar mais um pouquinho sobre o que está acontecendo especialmente na Ásia, nessa vertente da economia verde ou do que eles chamam lá de *green growth*. Tive oportunidade de viver na Coreia do Sul entre 2009 e, agora, início de 2011, coordenando um programa de cooperação internacional da Embrapa. Fiquei muito impressionado com o que acontece especialmente na Coreia do Sul e na China. É um processo alucinante de investimento e de ênfase em inovação tecnológica na vertente da economia verde.

Dou um número aqui: o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a UNDP (United Nations Development Programme) fez um desafio aos países, depois da crise de 2008, para que destinassem parte dos pacotes de apoio à retomada do crescimento ao desenvolvimento da economia verde. A Coreia do Sul aplicou simplesmente 81% desses recursos no desenvolvimento da economia verde, e a China, 38%. Uma coisa absolutamente alucinante o que acontece. A Coreia do Sul, em menos de dois anos, construiu o arcabouço legal para o desenvolvimento da economia verde, construiu observatórios e bases de inteligência estratégica para a economia verde. O fato é que há um movimento intenso, organizado e inteligente, em muitas partes do mundo, no sentido de organizar essa reconversão. Temos que estar extremamente atentos. Um componente crítico nesse movimento é o que o Volney coloca: complexidade. Essa é uma questão complexa, que envolve diversas vertentes de inovação, diversas visões, combinando a questão ambiental, social, agricultura, outras vertentes econômicas importantes.

Para a pesquisa, é extremamente importante que estejamos atentos ao futuro. A pesquisa tem que trabalhar visando o futuro, obviamente o presente e o passado são referências extremamente importantes para nós, mas não há, nesse caso, como não fazer uma visada crítica, objetiva, inteligente para o futuro.

Vejam bem que esses países que não têm uma base de recurso natural sólida como o nosso vão se sustentar no processo de inovação para produzir conhecimento para, então, terem moeda de troca no processo de acessarem os recursos naturais de que precisam. Vejam os movimentos desses países migrando para a África, para a América Latina. Isso está tudo baseado numa lógica de intenso investimento e inovação tecnológica, desenvolvimento de propriedade intelectual, que deem a esses países um grande poder de acesso aos recursos que eles precisam, fora de suas fronteiras.

Temos que estar extremamente atentos, olhando adiante, construindo uma agenda inteligente, visionária de inovação. Do contrário, no futuro, corremos risco de, havendo mudanças de paradigma na vertente de inovação tecnológica, o Brasil ficar à mercê de negociações complexas, de países que vêm, então, acessar nossa base de recursos naturais assentados nessa lógica de inovação, trazendo suas inovações protegidas para, de repente, colocar-nos numa situação, às vezes, complexa e difícil.

Então, não há como caminhar sem inteligência estratégica. Nós precisamos ter inteligência estratégica no Brasil para lidar com essa questão. A inteligência no Brasil para lidar com essas dimensões que estamos tratando aqui está extremamente verticalizada, ela está localizada na agricultura, no meio ambiente, na ciência e tecnologia, na fazenda. Nós precisamos transversalizar a inteligência estratégica no Brasil. Nós precisamos combinar as inteligências que estão nesses vários componentes para desenvolvermos uma inteligência estratégica para o País se posicionar bem.

Esse é o ponto que eu gostaria de deixar, Senador.

Agradeço a oportunidade de estar aqui participando deste importante debate. Por favor, conte conosco, conte com a Embrapa nesse desafio que a Subcomissão tem até a Rio+20.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Maurício, pela contribuição.

Vamos ouvir o Volney.

O SR. VOLNEY ZANARDI – Sr. Senador, a minha abordagem foi muito na perspectiva de fazer a relação entre economia verde e política integrada, perceber o momento que nós vivemos. Como o Maurício diz, atrás da economia verde vem a perspectiva de complexidade, de como temos de tratar essa questão. Não é apenas nos planejarmos para o futuro, nós já vivemos uma transição, temos vários setores onde identificamos a reciclagem, os aspectos relacionados à política do desenvolvimento produtivo. Dei vários exemplos aqui. Nós vivemos isso, mas não vamos vencer essa complexidade, se não tivermos um planejamento, se não tivermos pactuação, se não tivermos essa inteligência estratégica dita pelo Maurício.

Em nenhum momento, quando falamos da relação da perspectiva integrada econômico-social-ambiental, nós estamos abrindo mão daqueles ganhos históricos da legislação ambiental. Sabemos que comando e controle é simplesmente uma visão de fiscalização. E a lei é insuficiente, ela não resolve essa complexidade que temos pela frente. Temos de vencer esse aspecto.

De outro lado, existem, nessa transição, algumas questões do marco legal que são fundamentais. Temos de sair daquela visão de projeto-piloto, que tem sua importância, gera metodologia, gera conhecimento, mas temos de ganhar escala. Temos de sair da época do projeto-piloto para realmente trabalhar uma visão de centralidade, de integração da questão ambiental nas políticas.

Acho que essa foi a mensagem. O Brasil não deve nada para ninguém, nós temos muitos avanços. Temos também um potencial enorme. Estamos realizando parte desse avanço. No entanto, esse avanço só vai continuar se nós nos planejarmos, nos prepararmos para o que vem pela frente. Ele não vai cair de graça do céu.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Volney.

Em seguida, tem a palavra o Bueno.

O SR. CARLOS ROBERTO BUENO – Senador, já foi colocado um conjunto de propostas aqui, mas acho que, para a Rio+20, uma coisa bastante importante é definir os marcos legais que foram estabelecidos na Rio e, vinte anos depois, o que aconteceu. Provavelmente, muitos tópicos serão um tiro no pé, porque não conseguimos atingir muitas metas. Mas isso é importante para entendermos até que ponto não só o Brasil mas o mundo desenvolveram ações preestabelecidas naquela época no Rio de Janeiro.

Um ponto importantíssimo a ser mostrado lá seria a questão do código florestal. Não sei qual é o cronograma que o Senado tem para definir essas questões, mas acho que seria um instrumento fantástico para mostrarmos para o mundo, na questão propositiva, o que o Brasil pensa. Basicamente é um código florestal/código agrícola. Nós estamos justamente tentando amarrar essas duas questões.

Outra coisa importantíssima – e temos de fechar – é uma descentralização regional. Se pensarmos na Amazônia, que tem campo serrado em Roraima, mata tropical, cerrado, campos naturais em Roraima, para cada um, com certeza, a política é diferente. Pode ou não pode plantar cana na Amazônia? Tem local que pode, tem local que não pode. Vamos fazer uma agricultura com soja, com gado? É lógico que pode. Todo mundo quer comer uma picanha, tomar uma cerveja no fim de semana, mesmo na Amazônia, e há áreas que podem. Então, esse marco legal, ou seja, esse zoneamento seria importante de ser estabelecido, não só regionalmente, mas, se possível, municipalmente.

Outra coisa é aproveitar as experiências exitosas. Esta semana – o Mantovani estava conosco lá –, uma empresa de petróleo, como foi colocado aqui, por livre vontade e espontaneidade, resolveu: "Eu quero fazer uma doação para preservação." Entre outras, ela vai doar R$1,00 por barril. De cada barril retirado, ela vai doar R$1,00. E são 50 mil barris por dia. Então, se se fizer uma conta do que pode ser... Isso é a vontade de pagar. Então, se houver um marco legal, foi até sugerido pelo Senador Braga, que estava presente, que isso se transformasse num marco legal institucional. É um direito que nós temos: se vai tirar um benefício, isso pode ser transformado, de certa forma, num marco legal.

E a outra coisa interessante de que o Maurício falou foi justamente a questão de cenários. Então, temos aí, com certeza, mudanças climáticas, o clima vai pegar, vai subir, quais são as plantas, o material genético, o vai acontecer com as doenças tropicais, com os transmissores, sobre isso nós temos que ter um entendimento, para estabelecer políticas, mesmo que, inicialmente, num modelo piloto; depois, estabelecer como políticas de desenvolvimento regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Bueno.

Em seguida, o Daniel Serra, da Natura.

O SR. DANIEL SERRA – Senador João Pedro, muito obrigado, mais uma vez, pelo convite. Eu gostaria de começar elogiando a disposição desta Subcomissão em chamar os atores para conversar sobre articular uma posição brasileira para levar para a Rio+20.

Eu quero seguir na mesma linha do que comentou o Maurício, da Embrapa, um pouco antes, do entendimento do Brasil sobre o que é essa nova economia, essa economia verde, o quanto a gente conhece desse novo mundo para onde todos deveremos ir, senão este Planeta, em algum tempo, não vai ser mais habitável. Eu acho que o Brasil tem que fazer uma reflexão do quanto ele estimula o desenvolvimento dessas novas práticas aqui dentro e do quanto o nosso marco legal impede ou não estimula ou desestimula.

Então, eu trouxe aqui hoje uma fala a respeito do marco legal de acesso e uso sustentável da biodiversidade, que acreditamos muito contribuir com a manutenção de serviços ambientais. Com o atual sistema imposto pela legislação vigente, a gente demoraria 72 mil anos para conhecer o patrimônio genético brasileiro. Eu acho que esse sistema não condiz com essa nova economia que está nascendo e que é necessária. E todos precisaremos embarcar nesse conceito e nesse mundo novo.

Então, eu quero elogiar mais uma vez a disposição do Senado, especialmente desta Comissão, e dizer que, em nome da Natura e em nome também do Movimento Empresarial pela Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, de que a Natura faz parte, assim como empresas como a Suzano e a Centroflora, que estão aqui presentes hoje, reafirmo a disposição empresarial em participar, em dialogar, em construir alternativas e apresentar visões.

É isso. Agradeço, e contem com a gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Em nome de todos os membros da Subcomissão Rio+20, da Comissão de Meio Ambiente, quero agradecer a participação de todos vocês que estão contribuindo, com certeza, com a proposta brasileira. Agradeço a presença de todos aqui, da imprensa, de jornalistas que prestigiaram a audiência pública.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 40 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RIO+20), COM A 24ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 14h00.

Às quatorze horas e trinta minutos do dia trinta de junho de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 9, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **JOÃO PEDRO,** reúnem-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável RIO+20 – CMARIO20. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, RODRIGO ROLLEMBERG, IVO CASSOL, DELCÍDIO DO AMARAL** e **BLAIRO MAGGI.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores **ANIBAL DINIZ, JORGE VIANA, VITAL DO RÊGO, VICENTINHO ALVES, WILSON SANTIAGO, EUNÍCIO OLIVEIRA, SÉRGIO SOUZA, EDUARDO BRAGA, ALOYSIO NUNES FERREIRA, KÁTIA ABREU** e **PAULO DAVIM.** A Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA,** com o objetivo de debater o tema "Economia verde: Mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e Redução de emissões por desmatamento e degradação (REDD)", tendo por foco as oportunidades, entraves e experiências mais significativas para inserir MDL e REDD no contexto da economia verde, conforme entendida nos debates para a Conferência, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência. A audiência pública conta com os seguintes convidados: Mercedes Bustamante, Coordenadora-Geral de Gestão de Ecossistemas da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Dra. Thelma Krug, Pesquisadora e Dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil (Carta de Belém); e Paulo Rossato, Coordenador do Programa 3S do Instituto Sadia/ Confederação Nacional da Indústria (CNI). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, PEDRO TAQUES, BLAIRO MAGGI** e **RODRIGO ROLLEMBERG**. Os convidados respondem aos questionamentos feitos e apresentam suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de taquigrafia.

Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Registro De Taquigrafia da Reunião de 30/06/2011

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 5ª Reunião da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores permaneçam como se encontram. (*Pausa*.).

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública sobre o tema "Economia Verde: Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) e Reduções de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD)", tendo por foco as oportunidades, entraves e experiências mais significativas para inserir MDL e REDD no contexto da economia verde, conforme entendido nos debates para a conferência, de modo a contribuir para o planejamento e a realização da Rio+20, inclusive com a formação da posição brasileira para a conferência.

A audiência conta com os seguintes convidados: a Srª Mercedes Bustamante, Coordenadora-Geral de Gestão de Ecossistemas da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Iagles Alves Muniz, da Coordenação Geral de Mudanças Climáticas da Secretaria de Política e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia; Drª Thelma Krug, Pesquisadora e Dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Srª Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil, de Belém; e o Sr. Paulo Rossato, Coordenador do Programa do Instituto Sadia/ Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Vamos compor a Mesa. Vamos chamar a Srª Mercedes Bustamante para compor a Mesa; a Srª Iagres Alves Muniz; a Drª Thelma Krug, que vai abrir esta audiência pública; a Srª Lúcia e o Sr. Paulo Rossato.

Quero registrar aqui a presença e, ao mesmo tempo, pedir desculpas por conta dos afazeres, nesse mesmo horário, do Senador Pedro Taques, que nos dá a honra de estar aqui conosco.

V. Exª quer dar uma palavra? Até porque V. Exª, daqui a pouco, vai sair. É um Senador do Brasil, de um Estado brasileiro, desse grande Estado que é o Mato Grosso.

Desde já, muito obrigado pela presença de todos e de todas.

Quero registrar que a maioria das convidadas são mulheres.

V. Exª tem a palavra, Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Senador João Pedro, Presidente desta Subcomissão, senhoras convidadas, senhores convidados, Srªs e Srs. Senadores, é uma honra recebê-los aqui.

Esse tema para o Senado é de vital importância. Diria que, mais do que para o Senado, é para o Brasil.

Hoje, na parte da manhã ainda, Senador João Pedro – V. Exª ali se encontrava –, estávamos a discutir com a Ministra do Meio Ambiente o projeto do Código Florestal, e eu iniciei a minha fala fazendo referência ao que se denomina de um Estado constitucional cooperativo. O que é esse Estado constitucional cooperativo? A República Federativa do Brasil não se encontra isolada, insulada. Nós devemos obrigações internacionais. E, na matéria ambiental, nós não podemos seccionar a questão ambiental tendo em conta o conceito medieval de soberania. Daí a importância de conferência como esta, em que esta Subcomissão busca trazer subsídios e também trazer elementos para que nós aqui possamos auxiliar em uma legislação que possa ser uma legislação não de produtores ou ambientalistas, mas uma legislação para brasileiros. E, eu diria, muito mais do que uma legislação só de brasileiros, mas uma legislação de futuras gerações, independentemente da nacionalidade dessas pessoas, porque não podemos seccionar o meio ambiente como todos sabemos.

Gostaria de cumprimentar o Senador João Pedro, uma vez que, em razão dos duzentos compromissos que cada Senador tem por hora aqui, você é levado a, muitas vezes – quase na maioria das vezes –, ser sem educação. Você acaba de falar e tem que sair: "tenho mais duas comissões", "tenho que falar", "tenho que pegar um avião", e isso é uma conseqüência que pode deixar problemas, inclusive, ambientais.

Agradeço a presença de vocês e cumprimento o Senador João Pedro pela forma que ele se encontra a conduzir essa subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Pedro Taques.

Vamos passar imediatamente a palavra à Drª Thelma Krug que é pesquisadora e dirigente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais para abordar o tema.

V. Sª tem a palavra.

A SRª TELMA KRUG – Muito obrigada, Senador.

Igualmente congratulo-me também por levar a cabo essa discussão nesta Subcomissão, assim como dou meu boa tarde aos Senadores presentes, aos meus

colegas de mesa. Só fazendo... Para que depois o meu diretor não fique bravo, sou pesquisadora e sou chefe da Cooperação Internacional do INPE. Senão, depois, meu diretor vai me puxar a orelha.

Eu imaginei iniciar esta sessão justamente para introduzir o tema REED Plus, como a gente costuma dizer em nosso linguajar de discussão no âmbito dos acordos multilaterais. Esse tema foi introduzido dentro da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças do Clima, foi introduzido em 2005 na COP 11 e foi introduzido com o seguinte título: Reduções de Emissão por Desmatamento em Países em Desenvolvimento e uma Abordagem para Estimular a Ação.

Naquela ocasião, dizia-se que esse tema tinha que ser incluído na agenda da convenção pela urgência em se tratar as emissões por desmatamento e a contribuição dessas emissões para as emissões totais de gases de efeito estufa para a atmosfera.

Bom, essa urgência, obviamente, quando se fala de floresta, de desmatamento, ela ainda tem uma grande incerteza relacionada. Mesmo o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, que é o nosso painel científico, tem uma dificuldade de associar, numericamente ou quantitativamente, a contribuição das florestas para o aquecimento global ou para a mudança do clima.

De qualquer forma, as nossas contabilidades internas, levando-se em consideração os dados da FAO e os dados do Brasil, que tem um sistema de monitoramento muito avançado e que permite com que os nossos números tenham uma confiança bastante grande, nos levam a crer que essa contribuição do desmatamento para as emissões globais é da ordem de 9% a 11%.

De qualquer forma, Senador, queria realmente levantar um problema que a gente vê. Em particular, o Brasil vê essa discussão da introdução das florestas na agenda internacional da convenção do clima como importante. A gente não omite a relevância e o papel das florestas no ciclo de carbono, mas ressalta, com enorme preocupação que, no que tem que ser atacado realmente ou ser tratado são as emissões fortes que são as grandes contribuintes para a mudança do clima atual.

Não adianta a gente imaginar o tratamento muito específico de florestas sem que a gente trate de todos os outros setores que estão contribuindo de uma forma muito mais significativa. O Brasil, na ocasião, imaginou que iria, sim, aceitar na introdução desse tema, no âmbito da convenção, justamente por entender que o texto da convenção tem provisões que permitem com que os países em desenvolvimento pudessem receber suporte, inclusive suporte financeiro, capacitação, transferência de tecnologia, clamar por essas provisões e fazer com que esse tema pudesse ser tratado sob a égide de um texto de convenção.

De certa forma, os países começaram a especular muito sobre todo o suporte financeiro que porventura viria do que se chamava, na ocasião, de RED – R E D simplesmente –, que seria a redução de emissões por desmatamento.

Muitos países clamavam por equidade e, portanto, imaginavam o que acontece com os países, por exemplo, que não têm mais desmatamento, mas têm florestas? Vamos introduzir mais um elemento: conservação. Por conservação a gente entende manutenção de estoque de carbono. Outros já diziam: mas eu não tenho desmatamento. Eu tenho degradação florestal. Portanto, vamos introduzir mais um D no inicial RED para valer pela degradação florestal. Em outros países diziam: não, mas eu tenho intenção de aumentar o meu estoque de carbono florestal.

Assim, Senador, distinta Casa, o tema REDD, que agora lê-se REDD+, na verdade engloba muito mais que o desmatamento, mas inclui também a degradação florestal, a conservação dos estoques de carbono florestal, o manejo sustentável de florestas e, finalmente, o enriquecimento dos estoques de carbono florestal.

Bom, esse é ponto em que a gente hoje entende, no âmbito das negociações multilaterais, a questão de REDD.

É importante ressaltar que toda a parte afeta às formas de financiamento para essas ações ou atividades, entendidas como atividades de mitigação da mudança do clima, ainda estão em discussão. Entre elas, imagina-se que se possa ter fundos, fundos vindos de acordos multilaterais; possa-se ter fundos avindos de cooperações bilaterais, a exemplo do que se tem hoje no fundo Amazônia. Também iniciou-se uma discussão de que, porventura, os resultados advindos desse conjunto de atividades pudessem gerar certificado de redução de emissões, a serem transacionados no mercado de carbono, para fins de uso, por parte dos países desenvolvidos, quando do não atingimento da sua meta acordada, como forma, então, de auxiliá-los a atingir a meta acordada de redução de suas emissões.

Portanto, a gente tem que contextualizar REDD+ dentro deste mecanismo que estão introduzindo, que a gente poderia chamar, de uma forma simplista, como um mecanismo de mercado compensatório: no sentido de que os países desenvolvidos, ao não conseguirem fazer domesticamente aquilo que acordaram fazer, façam uso, então, de reduções de emissões ou outras formas, como aumento de estoque de carbono, como forma de auxiliá-los a cumprir a sua meta.

Isso foi o que deu origem ao mecanismo de desenvolvimento limpo, como uma forma, uma das três formas que os países desenvolvidos têm para auxiliá-los a cumprir as suas metas acordadas de redução de emissões.

Isso posto, Senador, quando se introduz a questão, a potencial introdução de um mercado de carbono com caráter compensatório, a gente sabe historicamente que isso passa a requerer um conjunto de metodologias e um conjunto de aspectos muito mais profundos do que aqueles que poderiam, porventura, ser gerados a partir de uma cooperação internacional – por exemplo, Fundo Amazônia –, onde, para o país que está doando – por exemplo, a Alemanha, a Noruega –, foi suficiente a demonstração de uma certa organização interna, de uma disposição de querer reduzir as suas emissões por desmatamento e degradação florestal, por conservação e outros. Isso foi suficiente e sem ter um caráter de geração de qualquer tipo de benefício que não seja o simples reconhecimento da contribuição que esses países estão dando para ajudar o Brasil nessa tratativa.

Uma das preocupações que surge é que tudo o que o Brasil advogou no início, na introdução desse item na agenda, que era uma abordagem simples, uma abordagem rápida e, portanto, com metodologias que fossem simples, porém justas e honestas, a partir de poder se demonstrar de maneira mensurável, relatável e verificável, os resultados das atividades de REDD+.

Então, não queríamos nos dirimir dessa preocupação de demonstrar resultados efetivos, mas também imaginávamos que não poderíamos simplesmente aumentar a complexidade das discussões, introduzindo uma discussão de mercado compensatório, que fará com que essas discussões se prolonguem por muitos e muitos anos ainda.

Remeto-me à discussão da introdução de atividades florestais no primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto, quando foram simplesmente aprovadas ou elegíveis as atividades de reflorestamento e florestamento, com grandes ressalvas, incluindo a de que os países desenvolvidos poderiam usar somente 1% dos benefícios ou dos resultados de reflorestamento, do aumento do estoque de carbono, na justificativa para chegar à sua contabilidade de redução de emissões. Além do mais, entendendo a vulnerabilidade das florestas, inclusive a mudança do clima, uma certificação ou uma emissão de certificado de redução de emissões temporário, de tal forma que o país não ficasse refém de ter que manter florestas em pé por período indefinido de tempo. Já explico, Senador, se me permitir explicar por que, e a esta Casa também. Fazendo, então, que, depois de um certo tempo, os países compradores desses certificados de emissões tenham que substituí-los por formas mais permanentes de redução de emissões, principalmente relacionadas aos outros setores energéticos, processos industriais, e assim por diante.

Bom, então, imaginamos, passados tantos anos dessa negociação para introdução dessas atividades como elegíveis no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo, mudaram significativamente as nossas preocupações para que pudéssemos hoje imaginar uma contextualização de introdução desse tipo de mecanismo nas negociações multilaterais.

Diria ao senhor que, no seu bojo maior? Não, diria que as preocupações continuam as mesmas e digo por quê. Associado àquela idéia de que eu disse, de que, se não houver um esforço global de redução de emissões global e, principalmente, nos setores mais responsáveis por essas emissões, nós seremos e, principalmente as florestas, todos serão significativamente afetados pela mudança do clima.

Isso por causa das previsões de que a mudança do clima intensificará a ocorrência de eventos extremos, a exemplo... Não diria que o evento que aconteceu, de grande seca, na Amazônia, em 2005, foi resultado de mudança do clima, mas poderia dizer que os efeitos daquela seca poderiam ser reproduzidos em grande escala no futuro. As questões das inundações, dos tsunamis, as questões das pestes... Hoje, o Canadá justifica uma preocupação com suas florestas, que foram atacadas por pestes, por causa do aquecimento médio da temperatura.

Então, são preocupações que nos fazem pensar que, se tratarmos as florestas de uma forma isolada de uma preocupação mais global com o que fazemos com os outros setores, não vai resolver a questão. Aquilo que fizermos para mantermos as florestas em pé, que fizermos de esforços para reduzirmos essas emissões e aplicação de manejo sustentável, aumento de estoque de carbono, será em vão se porventura ações não antrópicas, mas naturais, como a mudança do clima, ou indireta, como a mudança do clima, pudessem afetar então as nossas florestas.

Temos uma preocupação muito grande, Senador, de assegurar que, sim, haja mecanismos que sejam aplicáveis, financiamento para toda as atividades relacionadas a REDD+, mas independente de um mecanismo de mercado compensatório, de tal forma que toda a contribuição que não só o Brasil, mas todos os países em desenvolvimento derem nesse sentido serão adicionais àquelas que os países desenvolvidos estão dizendo que vão fazer. De outra forma, estaremos simplesmente fazendo com que essa conta fique por igual.

Senador, eu lhe diria também, eu não sei quanto tempo ainda tenho, mas eu acho que isso contextualiza um pouco, como eu lhe disse, houve uma preocupação e há uma preocupação muito grande no bojo das negociações internacionais não só com os resultados de REDD+, mas sim com o estabelecimento também de salvaguardas e princípios que estão sendo tomados como de igual relevância aos resultados a serem alcançados.

Dentre eles inclui-se uma participação plena e efetiva dos povos indígenas nas discussões em áreas onde as atividades forem colocadas, assim como a participação das comunidades locais. Outra preocupação é com a questão da biodiversidade, que são temas que também compõem, vamos assim dizer, essa preocupação no âmbito das negociações internacionais.

Como lhe disse, as discussões, desde 2005 até agora, foram de natureza mais política do que metodológica. Permitem que nós entendamos hoje o complexo de REDD+ em um contexto mais amplo, e iniciando-se agora uma discussão muito mais profunda das questões metodológicas associadas, inclusive a da não permanência dos estoques de carbono, por conta dessa vulnerabilidade que lhe disse. Ou seja, faz-se um esforço hercúleo, mas, de repente, sem que se tenha intenção e sem que se tenha uma ação do homem, essas florestas podem ser parcial ou amplamente dizimadas ou comprometidas nas suas funções naturais por conta desses efeitos que não são controláveis pelo homem.

Com isso eu lhe diria, finalmente, Senador, que, no âmbito multilateral, entende-se REDD+ como um instrumento que ajude os países em desenvolvimento a mudar o seu modelo de desenvolvimento, fazendo com que os mesmos não tenham de trilhar o mesmo caminho que eles trilharam ao ter que acabar com as suas florestas nativas e naturais.

Então, esse é o entendimento.

Por isso, uma iniciativa de atividades que permitam uma visão de país, uma visão em nível nacional, com estratégias claras na forma como o país vai fazer isso, articuladamente, com os Estados, com os Municípios e com as comunidades da sociedade civil.

Então, trata-se de uma responsabilidade muito maior do que simplesmente considerar os benefícios, mas é olhar para a REDD+ com uma visão de mudança de modelo de desenvolvimento, estruturada em plataformas, incluindo a estratégia de uso e o papel das florestas dentro dessa temática.

Então, com isso, Senador, espero ter ficado dentro dos 15 minutos que V. Exª me permitiu.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Drª Thelma.

Quero dizer que V. Exª foi rigorosa, passou alguns segundos e não tem nenhum problema.

V. Exª foi filmada e gravada.

A SRA. THELMA KRUG – Com toda essa emoção que eu tenho ao defender... Não só defender as nossas florestas, mas defender, realmente, uma preocupação de uma visão muito mais global e não simplesmente focada em florestas, que é o que eu acho que a gente tem de ter. Não é só uma estratégia...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não basta cuidar só da floresta.

A SRA. THELMA KRUG – Não.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – É do todo.

A SRA. THELMA KRUG – É do todo. E não só no Brasil. É do todo fora também.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Eu observei, V. Sª chamou a atenção.

A SRA. THELMA KRUG – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Dra. Thelma Krug, pela contribuição.

Nós vamos ouvir o Paulo Rossato, que é Coordenador do programa da Confederação Nacional da Indústria.

Tem 15 minutos, Paulo.

O SR. PAULO ROSSATO – Em primeiro lugar, quero agradecer, em nome do Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o convite formulado e espero corresponder à proposta deste encontro.

Venho relatar aqui um exemplo do que nós, dentro da indústria, podemos fazer em prol dessa causa tão importante para a sociedade.

Por gentileza.

A minha proposta, nesses pequenos tópicos, é trazer para o conhecimento dos senhores o Programa 3S, do qual nós chamados de Programa de Suinocultura Sustentável Sadia.

Onde tudo começou.

Historicamente, os senhores sabem que suinocultura sempre foi taxado como um potencial contaminante, especialmente pelo seu dejeto. Para quem imagina uma criação de suínos há 50 anos atrás, não imagina o que nós temos hoje. Há 50 anos, o dejeto era disposto na natureza, como hoje qualquer animal silvestre faz. Hoje, em função da cadeia, trabalhar com grande soma de animais, nós temos de ter cuidados a esse respeito.

Em 2002, muitas indagações se faziam a respeito, especialmente no Estado de Santa Catarina, um dos Estados que mais produz suínos no Brasil, e, também, porque lá nós temos entidades de pesquisa, como a Embrapa, que alertam a sociedade a respeito dos impactos criados por essa atividade.

Ela foi se desenvolvendo, especialmente nos pequenos produtores, e, quando a indústria se deu conta, estava com um problema na mão. Algo tinha de ser feito. Foi quando a sociedade de lá, motivada por todos os entes mais preocupados, como a própria Embrapa, a FATMA, que é a Fundação Estadual de Meio Ambiente, o Ministério Público, as indústrias, sentaram e começaram a discutir alternativas. Foi quando surgiu, então, a possibilidade de somar algumas atitudes que buscavam sanar, ou minimizar, os impactos ambientais, as questões de aproveitamento do gás, para minimizar também os efeitos na atmosfera.

Para isso, precisava-se pesquisar. Foi quando a Sadia, então, colocou à disposição – na verdade, dos pesquisadores internos – algumas granjas nas quais se fez o diagnóstico e as suas experiências.

Claro, vendo os resultados que poderia ter nós criamos o Instituto Sadia, sem fins lucrativos, que na verdade fomentou, comprou essa prática, que nós denominamos de Programa de Suinocultura Sustentável, e, em parceria com a companhia, se implantou, se procurou implantar na cadeia de produção de suínos em todo o País.

A partir da experiência da própria empresa é que nós procuramos externalizar para o programa.

Por gentileza.

O Instituto Sadia foi criado em dezembro de 2004, é sem fins lucrativos. O próprio programa não visa rentabilidade.

A missão é de contribuir para o desenvolvimento sustentável através do desenvolvimento e apoio aos projetos de preservação de recursos naturais, fomento à pesquisa tecnológica e educação. E nós focamos o Instituto em dois programas. Um é o da Suinocultura Sustentável e o outro é o um programa de investimento social, que até então a companhia não tinha foco.

O Programa de Suinocultura Sustentável foi criado com adesão voluntária. Nós fizemos um diagnóstico para todos os nossos produtores de suínos, expondo qual era a nossa iniciativa, qual seria a contribuição deles, qual seria a contribuição da empresa, como funcionaria. E 99,9, senão 100%, manifestaram interesse em adotar e aderir o programa.

Inicialmente, nós idealizamos esse programa para 100% da nossa integração de suínos.

Implicava na instalação de biodigestores, em regime de comodato. Ou seja, de um modo ou de outro nós financiaríamos esses biodigestores, colocaríamos nas propriedades dos produtores, para fins de armazenar os dejetos, não só isolando-o do solo, mas também permitindo que nós retivéssemos os gases produzidos e desse os seus devidos tratamentos.

Investimento pago, através dos créditos de carbono. Foi uma idéia que surgiu a partir do Protocolo de Quioto, como uma das possibilidades de se custear esse investimento e a disseminação de novas tecnologias para fins de melhoria ambientais, melhorias do próprio meio onde essa comunidade vive.

Eu falei bastante da questão do meio, como se vivia há cinqüenta anos, quando tínhamos dois ou três porquinhos – permitam-me falar assim – perto da propriedade. Imaginem vocês com mil, 1.200 suínos próximos da propriedade! O odor não é dos mais agradáveis. Uma das soluções foi realmente enclausurar o gás. E isso melhorou substancialmente, se não totalmente.

O objetivo do programa, então, foi reduzir os impactos, promover a sustentabilidade desses produtores – foi uma forma de mantê-los, porque aqueles estudos da Embrapa e companhia limitada, em 2000, davam conta de que, se não fizéssemos algo, aqueles produtores estariam fadados a parar a sua atividade naqueles Estados onde já havia concentração – e reduzir as emissões de gás no efeito estufa que, claro, possibilitava, em armazenando, a sua comercialização.

Como funciona? Na verdade, o Instituto serviu como uma base, que buscou os recursos. O BNDES nos apoiou nesse programa. O Instituto, então, adquiriu e forneceu a tecnologia necessária aos produtores, entregando um patrimônio em comodato, que é nada mais – vocês vão ver na próxima figura – do que uma cobertura da esterqueira – permitam-me a palavra –, e também o isolamento do solo. E, óbvio, com um sistema de queima.

Uma vez somado esse volume de carbono, o qual a gente deixa de emitir para a atmosfera, esse volume, então, é comercializado. É o que se espera fazer. E, por sua vez, com retorno 100% para esse integrado. É assim que nós montamos a sistemática do Programa 3S.

Por gentileza.

Em tese, é uma granja, a qual armazena os seus dejetos, como vocês podem ver na figura central. Deles saem alguns influentes, que são materiais sólidos e líquidos, que são dispostos em lavouras, como de irrigação, e também para a geração de energia.

Por gentileza.

O escopo do programa foi esse. Nós idealizamos para cinco unidades, onde temos produção de suínos, que são em Concórdia, Três Passos, Toledo, Uberlândia e Lucas. Isso no Estado de Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso, com uma totalidade de 1.086 produtores. Temos mais produtores, mas, devido à viabilidade econômica, ele não pôde ser estendido.

Houve uma participação do BNDES nesse aumento em R$60,5 milhões para o programa, os quatro

primeiros, e R$28,3 milhões para Lucas do Rio Verde. Ainda há um recurso a ser aplicado, porque estamos finalizando a última fase.

Para justificar a possibilidade da obtenção do recurso, nós tivemos que também pré-contratar a venda desses créditos. E temos tido respaldo, como o Fundo Europeu, do qual, embora vencida a primeira etapa e não termos disponibilizado a tempo os carbonos, eles, acreditando no nosso programa, renovaram a sua intenção de comprar, inclusive, até 2021.

Dois marcos importantes para o Programa são: no dia 29 de novembro de 2009, nós obtivemos o registro na ONU, e, a partir de agosto de 2010, nós conseguimos registrar propriedades na ONU. Ou seja, a partir desse momento, nós estamos creditando carbono em prol do programa.

Por gentileza.

Uma distinção interessante que tenho de estabelecer para o Programa 3S é que já existiam programas do qual nós denominávamos PDDs, inclusive, no protótipo que tínhamos na própria companhia, nós utilizamos como modelo tecnológico a metodologia a ser usada perante a ONU. Mas nós não tínhamos, e não temos, no mundo o POA, com o qual, através de várias parcerias, inclusive do próprio Governo Brasileiro, a gente conseguiu então que, num grande guarda-chuva, tivéssemos postos todos os nossos produtores, facilitando não só pela viabilidade econômica, mas pela manutenção do programa por mais tempo, com mais segurança.

Por gentileza.

Para vocês verem a complexidade que se tem do programa, nós tentamos colocar aqui todas as fases pelas quais passamos e onde nós nos encontramos hoje. Vejam que nós estamos – digamos assim – nos penúltimos indicadores na verificação dos créditos pela empresa. E estamos, na penúltima linha, na última fase em que a atribuição é competida à empresa. A partir dali, é com a ONU. Ou seja, todas as fases que competia à empresa cumprir, nós estamos cumprindo.

Por gentileza.

Para vocês terem uma idéia de como funciona, o gás é armazenado naqueles grandes balões, que nós chamamos de biodigestores. Ele é canalizado para um flare, ou para um equipamento que possa queimar esse gás de uma forma controlada e medida, a uma temperatura prefixada de, no mínimo, 500º Celsius. Esses dados são coletados. A gente desenvolveu, em parceria com uma empresa de São Paulo, uma metodologia de apuração desses dados. Eles estão disponíveis *on-line*, para quem quiser acessá-los – produtor a produtor –, e ele vai contabilizando, em determinados segundos, quanto de gás passou por aquele sistema e quanto de gás conseguiu queimar naquela temperatura e naquelas condições que possam ser aproveitadas como crédito.

Por gentileza.

Para vocês terem uma idéia de como é feita a impermeabilização no solo e também a retenção dos gases com a lona por cima. O equipamento de queima, com as válvulas. No outro quadrado, na outra fotografia, temos um sistema eletrônico, do qual falei que é *on-line.* E aqui, por último, uma imagem mais generalizada de como posto geralmente na propriedade do suinocultor.

Uma imagem ainda do balão, do queimador; uma imagem onde prestamos assistência. Isso é por conta da companhia. É educação mesmo, educação para a manutenção do biodigestor, e a gente aproveita para passar mensagens em prol do meio ambiente. Ou seja, a preservação da mata ciliar, a preservação das lagoas, a preservação das nascentes. Enfim, aqui é feito um programa de educação mesmo.

Uma imagem mais geral, onde podemos ver o que esse produtor ocupa na sua lavoura. Então, é essa a matéria-prima, do qual ele dispõe de uma forma muito disponível para ele, economizando, inclusive, com produtos químicos.

Quais seriam, então, os benefícios que nós temos no projeto? Primeiro, a redução de odor, de vetores, como mosca. Não se tem mais aquela proliferação de moscas, de ratos; melhora a qualidade de vida ambiental na propriedade. As pessoas podem caminhar por perto que não tem onde cheirar ruim, o que antes não era possível. Obviamente, a gente pretende com isso aumentar a renda da propriedade. E aí vamos ter oportunidade de fixar o homem no campo. A gente já percebe isso. Os produtores descobriram uma grande fonte de energia elétrica. Eles estão gerando energia elétrica. Propriedades grandes já abastecem com energia elétrica toda a sua propriedade. Para nós, R$20 mil não representa muito; mas, para a propriedade, R$20 mil é toda a energia que ela gasta, além de oportunizar a sua diversificação econômica. Além de oportunidade de diversificação econômica nas propriedades.

Por gentileza.

Nós temos também produtos alternativos, como o biofertilizante e o próprio biogás, o qual alguns já pretendem vender como fonte de energia, não só utilizando na sua propriedade, mas o excedente. E, claro, nós podemos gerar crédito de carbono, o qual nós idealizamos como viabilizador econômico desse programa.

Nós temos algumas limitações que pretendemos trazer aos senhores – 30 segundos, Excelência.

Nós tivemos grande dificuldade na demonstração da adicionalidade, ou seja, em nível do POA e do CPA nas metodologias. Isso nos retardou todo o programa; nos fez, inclusive, recalcular todo o programa.

Nós temos tido dificuldade nas responsabilidades das certificadoras. Elas tinham e têm sempre um compromisso com a ONU de bem relatar todos os fatos, de fazer com que isso seja transparente e correto. E eles duvidavam ou colocavam em xeque todos esses processos. Nós tínhamos que entrar de cabeça para demonstrar que isso realmente pode ser medido. Então, junto com eles, buscamos alternativas para isso.

Realmente, nós tivemos várias oportunidades em que organismos pudessem participar. E não foi fácil chamá-los para dentro do programa. Dificuldade na gestão, monitoramento, controle, isso não é fácil você trabalhar lá na propriedade que desconhece o sistema, ou que não tenha logo percebido as suas vantagens.

E, por fim, a burocracia interna, seja desde a própria ONU, seja dos nossos organismos internos, banco e a própria companhia. Nós tivemos que aprender juntos. Tudo isso aí foi criado e houve um aprendizado comum. Esse programa é inovador na ONU. Então, todas as metodologias estão sendo acompanhadas e criadas à medida que o processo vai avançando.

Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade e me coloco à disposição.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Paulo.

Essa experiência se dá em um único Estado ou em vários Estados?

O SR. PAULO ROSSATO – Não, hoje nós temos em todo o País onde nós temos plantas que criam suínos. Por exemplo, no Estado do Mato Grosso, 100% dos produtores detêm essa metodologia e essa forma de cuidar do dejeto e dos gases. No Sul, como é mais pulverizado e temos pequenos, para os pequenos ainda não é viável economicamente. Então, não atende a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – O.k.! Obrigado.

Lúcia Ortiz, Amigos da Terra Brasil (Carta de Belém), 15 minutos.

A SRª LÚCIA ORTIZ – Uma boa-tarde a todos e a todas. Queria agradecer imensamente o convite.

Antes de colocar a minha exposição, eu gostaria de apresentar a organização de onde eu falo. Amigos da Terra Brasil é uma entidade ecologista que já tem 40 anos e é um membro nacional da Federação de Amigos da Terra, uma federação já com representantes em 80 países. E, através dessa rede internacional, nós fazemos seguimentos às negociações sobre mudanças climáticas e também da Convenção da Biodiversidade. Nós fazemos parte também do Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20. Inclusive, nesses dois dias, estamos com redes internacionais e organizações coletivas, movimentos sociais brasileiros debatendo o nosso caminho de mobilização e as pautas de maior preocupação frente ao processo da Rio+20. Então, bastante oportuno este diálogo promovido por esta Comissão.

E nós fazemos parte também, no nível nacional, do grupo da Carta de Belém, que é um grupo que tem se preocupado com o reflexo dessas políticas nas negociações internacionais muito voltadas aos mercados ou àqueles mecanismos que hoje nós entendemos como parte desse processo da economia verde, sendo refletidos de forma muito acelerada nas políticas públicas nacionais, em projetos de lei em tramitação.

Nós tínhamos em um momento, como a Drª Thelma explicou, todo um histórico das negociações internacionais na busca de um consenso, na busca de metodologias também robustas para a definição de algumas formas, métodos e caminhos para que a gente tivesse tanto a sustentabilidade que buscamos como a redução das emissões.

O que nós estamos vendo hoje, com a Rio+20, é ainda que o próprio termo, o próprio conteúdo ou os mecanismos já sendo validados como parte dessa chamada economia verde, estão em discussão. Nós temos agora um processo, de um ano para frente, onde não existe um consenso entre os países sobre o próprio conteúdo do que seria a economia verdade; mas um entendimento, cada vez mais ampliado, dessa base desses mecanismos de mercado.

Então, o que a gente realmente tem de concreto nesses mecanismos para avaliar o seu resultado ou avaliar que eles realmente sejam a melhor saída? Acho que foi colocado muito bem que um mecanismo de desenvolvimento limpo foi esse laboratório dos mecanismos de mercado, mecanismos compensatórios, que deram origem não só a esse mecanismo de troca e compensação no âmbito da convenção, mas também abriu as portas para os mercados voluntários. Por exemplo, para a venda de crédito de carbono em bolsas de valores e em outras instâncias não reguladas pelos governos, e que isso tem se tornado bastante comum, sendo, enfim, colocado na letra, na interpretação dos próprios projetos da legislação, que estão em curso hoje.

Então, o que a gente tem? No nível global, um resultado muito claro é que as emissões não foram reduzidas nem mesmo nos níveis ínfimos previstos pelo Protocolo de Quioto, que seriam 5% com relação aos níveis de 90. E a gente teve, no nível nacional, uma série de negócios privados ampliando o seu lucro com a aquisição de créditos e, muitas vezes, com impactos negativos também nas comunidades.

O caso, por exemplo, das hidrelétricas, da venda de créditos de carbono sendo inclusive validada pelo

sistema da ONU para a obtenção de créditos, ela não mostra nenhuma adicionalidade, porque são projetos que a gente já sabe que estão na pauta do país – PCHs ou, mesmo agora, grandes hidrelétricas –, que sairiam, de qualquer forma, com impactos sobre as comunidades, com impacto ao acesso dessas comunidades também à água. Enfim, que vão se proliferando e não é considerada inclusive a própria contribuição desses projetos para o efeito estufa. Porque, como a gente sabe, as hidrelétricas também representam contribuições de gases, como o gás metano na sua constituição.

Mas existem também uma série de outros projetos que circularam dentro desse espaço do MDL bastante emblemáticos e que nos dão margem para interpretações ou para especulações, que acabam tirando, muitas vezes, a credibilidade desses mecanismos. Por exemplo, a gente tem uma projeção de emissões de um determinado curso de um processo, e a gente faz uma metáfora dizendo de uma certa chantagem ou extorsão que é feita ao apresentar esses processos, do tipo: eu poderia estar roubando, eu poderia estar matando, mas eu vou fazer um pouco menos e isso vai ser considerado a minha contabilidade de redução de emissões.

Então, a gente tem projetos, por exemplo, que incluem a expansão de monoculturas, não no caso de recomposição florestal, mas como substituição de fontes energéticas por uma empresa que nunca utilizou, por exemplo, um carvão mineral como fonte energética. Mas ela diz: se eu não conseguir créditos para continuar produzindo e aumentar a minha produção de carvão vegetal, eu poderia estar substituindo por carvão. E assim eu vou gerar uma comparação das hipóteses e gerar créditos de carbono, sem de fato estar promovendo reduções reais, efetivas, de emissões.

Então, o que a gente está vendo é mais do que impactos positivos ou impactos concretos sobre o clima. A gente está, de uma forma geral, reduzindo as emissões globais ou reduzindo as emissões do País. E, realmente, fazendo com que essa redução fosse o rumo para um desenvolvimento sustentável, que, como a Drª Thelma falou, incluísse os diversos setores. O que a gente está vendo é abrir um espaço para um mercado que, muitas vezes, é especulativo, tem muitas falhas, tanto técnicas e metodológicas, quanto de entendimento, de enganação. Como dar um preço a uma nova *commodity*, que é a *commodity* do carbono? É preciso criar uma credibilidade que ainda não existe.

Então, estamos baseando-nos em que vamos ter os recursos para implementar políticas públicas baseadas num mercado que ainda nem tem credibilidade. Está-se criando uma nova bolha especulativa que poderá cair logo em seguida, porque realmente a sociedade está acordando para essa lógica de mercado sendo o centro das políticas públicas que deveriam estar privilegiando os bens comuns, privilegiando o interesse público.

Nós temos isso na nossa política de mudanças climáticas, com uma série de metas de redução. Alguns setores têm medidas pouco aprofundadas de educação ambiental, resíduos, mas no centro dessa política está a criação dos direitos de funcionamento de um mercado de certificações, onde reproduzimos a lógica Norte/Sul, dos países industrializados, para a lógica nacional, ou seja, as corporações petrolíferas, usinas a carvão, podendo compensar suas emissões dentro do próprio país, sem de fato reduzir, sem de fato fazer essa transição do que seria uma economia, talvez não verde, mas uma economia que fosse solidária, sustentável, justa, equitativa.

Além desses mecanismos do clima, essa mesma lógica tem sido reproduzida com cada vez mais frequência e já incorporada na Convenção da Diversidade Biológica, além do REDD, outros mecanismos, como a economia dos ecossistemas e da biodiversidade, ou o mecanismo de desenvolvimento verde, ou seja, a possibilidade dessas compensações, que, na lógica da dinâmica da atmosfera, podiam ter sentido: você está emitindo aqui, mas você reduz a emissão ali, isso tem uma lógica na circulação da atmosfera global. Mas, no caso da biodiversidade, isso não acontece, não se pode dizer: vou desmatar aqui, e assim vou criar um mercado, uma demanda por uma biodiversidade preservada em outro lugar e vou compensar isso. E essa lógica que está nas negociações internacionais é reproduzida, por exemplo, nas discussões do Código Florestal: vamos fazer compensações em outros biomas, em outras bacias.

Para a lógica da biodiversidade, tanto para reprodução dos modos de vida das pessoas que estão no campo e que precisam daquela diversidade para manter sua produção, como na lógica da própria taxa de extinção da biodiversidade ou da preservação da água daquele ecossistema que precisa daquela APP naquela microbacia ou naquele bioma, são lógicas que realmente não são reproduzíveis, a menos que o interesse seja não o meio ambiente, não a questão climática, mas a criação desses mercados. E, para criação dos mercados, precisamos de uma indução de escassez para precificar aquilo que vai ser comodificado, ou seja o ar, o direito de poluir, seja a água, sejam as espécies mesmo da biodiversidade.

Então, a economia verde, muitas vezes, não está sendo tratada como uma transição para uma outra coisa e, sim, uma economia espelho, ela precisa gerar uma escassez, ela precisa continuar uma economia

poluidora para gerar os compradores de uma biodiversidade, de um ar puro, porque senão isso não se torna precificável.

A nossa preocupação é muito grande de essa lógica estar sendo incorporada dentro das políticas públicas mesmo dentro do Código Florestal que previa e sempre previu e o Brasil sempre teve essa previsão de políticas públicas, seja de financiamento, seja de fomento, seja de assistência técnica, que permitisse o cumprimento do Código Florestal com o uso sustentável dos recursos.

Do que a gente precisa? A gente precisa criar uma chantagem para ver se alguém paga por aquilo, para então dar um direito que deveria ser assegurado, porque existe o reconhecimento de que os agricultores estão preservando, de que as populações tradicionais, de que as populações indígenas há tantos vêm preservando esses ecossistemas, essa biodiversidade, essa floresta, ou realmente precisamos colocar tudo isso que ainda não estava no acesso ao mercado ou não iremos ter outra fonte, ou mesmo outro controle ou controle social público, que é também o dever da sociedade? Mas o Estado deve dar as condições para assegurar o controle público da sociedade sobre os bens comuns e não simplesmente assegurar os interesses de mercados.

Então, coloco nossa preocupação. Temos defendido que não existam compensações nem mecanismos do mercado dentro das negociações globais, mas isso se dá também no âmbito dos Estados, do Brasil, e muitas vezes das pessoas, porque, hoje em dia, a mídia naturaliza essa discussão para cada consumidor. Diz-se: você pode continuar abastecendo o seu carro com gasolina, mas compre um cartão que alguém vai plantar uma árvore.

Então, essa ideia de compensação, inclusive nas relações individuais, de que tudo pode ser pago, de que tudo pode ser mercantilizável, naturaliza a nossa relação com a própria natureza. Isso, em vez de valorizar, digamos assim, o pequeno agricultor ou as comunidades tradicionais, está de fato simplificando, reduzindo a sua importância, que deveria ser central para as políticas públicas, além do olhar daquelas formas de vida como também centrais dentro de um modelo de desenvolvimento mais amplo.

É isso que temos defendido dentro do grupo da Carta de Belém e também uma discussão que tem sido feita com relação à disputa dos conceitos de economia verde que estão sendo levados para a reunião da Rio+20. Esperamos que a Rio+20 não seja uma desculpa para atropelar a aprovação de propostas para que o Brasil ganhe na corrida por estar pronto para um desenvolvimento verde que ainda não foi acordado, que ainda não foi discutido, que ainda não foi contextualizado, que ainda não lhe foi dado um real significado não só por setores técnicos, por setores do Legislativo, mas por toda a sociedade.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Lúcia, pela exposição.

Em seguida, passo a palavra para a Srª Mercedes Bustamante, que representa o Ministério da Ciência e Tecnologia.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Vou pedir licença para falar em pé. Tenho o vício de professora e tenho dificuldade enorme de falar sentada.

A minha ideia é apresentar um pouquinho o panorama do que temos hoje no Brasil em termos de mecanismos de desenvolvimento limpo, dos projetos, e também um pouco da discussão sobre os mecanismos envolvidos na redução de emissões por desmatamento e degradação.

Próximo, por favor.

Foi colocada pela Lúcia a questão do conceito do que seria economia verde. Achei interessante começar trazendo a definição do órgão das Nações Unidas que lida com meio ambiente, como eles a definem. Eles têm uma definição de trabalho do que seria uma economia verde. Seria aquela que resulta em melhoria do bem-estar humano, em equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Numa expressão mais simples, a economia verde poderia ser pensada como uma economia de baixo carbono, eficiente no uso dos recursos e socialmente inclusiva.

Próximo, por favor.

A economia verde é aquela cujo crescimento de renda e empregos são impulsionados tanto por investimentos públicos como privados, reduzindo as emissões de carbono e a poluição, melhorando eficiência energética e dos recursos, evitando a perda da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

Esses investimentos devem ser catalisados e apoiados por reformas políticas e mudanças na regulamentação. Então, acho que este é um aspecto fundamental: como vamos construir a base legislativa regulamentar, política para essa economia verde; como vamos pavimentar esse caminho até uma economia verde.

Esse caminho de desenvolvimento deve manter, melhorar e, se necessário, reconstruir esse capital natural como um ativo econômico crítico e uma fonte de benefícios públicos. Em particular, para as pessoas mais pobres, cuja subsistência e segurança dependem fortemente dos recursos naturais.

É importante trazer para este contexto as metas que o Brasil assumiu no final de 2009, na reunião de Copenhague, que incluíam a redução entre 36% e quase 40% das emissões projetadas para 2020, por meio de ações de caráter voluntário e também através do uso de mecanismos de desenvolvimento limpo. Algumas dessas ações envolvidas no alcance dessas metas incluem a redução do desmatamento na Amazônia, das taxas de desmatamento de 80% em 40% para o cerrado, recuperação de florestas a partir de áreas de pasto, aumento da eficiência energética, aumento do uso de biocombustíveis e de energia gerada por hidroelétricas e o uso de fontes alternativas de energia, incluindo a substituição do carbono proveniente de matas nativas por florestas plantadas.

Bom, entrando um pouquinho agora na questão do mecanismo do desenvolvimento limpo, a Telma fez uma bela introdução ao tema e ao contexto histórico, lembrando que a base do mecanismo foi inicialmente proposta pela delegação brasileira, como forma de um fundo de desenvolvimento limpo já em 1997, no âmbito das negociações da construção do protocolo. E essa idéia já modificada foi adotada em Quioto em 1998.

O próximo, por favor.

Então, o Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer localmente as bases jurídicas que eram necessárias para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e criou a sua Autoridade Nacional Designada já em 1999, através de um decreto presidencial. Então, foi também a primeira nação a formalizar essa inscrição da Autoridade Nacional Designada junto ao Conselho Executivo do MDL, em 2002.

Lembrando que essa Autoridade Nacional Designada é constituída pela Comissão Interministerial sobre mudança global do clima, é um colegiado com 11 ministérios, presidida pelo Ministro de Ciência e Tecnologia e com a Vice-Presidência do Ministro do Meio Ambiente. E é responsável, entre outras ações pelas analises os projetos referentes ao MDL, pela emissão da Carta de Aprovação que atenda aos critérios de desenvolvimento sustentável e voluntariedade e também pela definição de normas e critérios mais específicos.

Hoje, em termos de panoramas de projetos de MDL no mundo são 7.684 projetos, sendo que, desses, cerca de 41% estão registrados pelo Conselho Executivo. E o primeiro país no *ranking* dos países com projetos de MDL seria a China, com 39% dos projetos; a Índia em segundo lugar, com cerca de 27% dos projetos; e o Brasil em terceiro lugar, com 6% dos projetos.

Em termos de potencial, o potencial anual de redução anual de emissões, o Brasil contribui ali – é o segundo gráfico – com cerca de 5%.

O próximo, por favor.

Bom, esse gráfico mostra a evolução dos projetos de MDL no Brasil, tanto em termos – nas barras em cor roxa – de validação quanto – na coloração vinho, bordô, eu diria – os processos em registro. Então, mostram a evolução desde 2004 até maio, agora, de 2011, que é o levantamento mais recente. Então, nós temos, ali, em torno de 400 a quase 500 projetos.

Bom, em termos da distribuição da redução dos gases de efeito estufa em função da distribuição dos projetos, a maior parte dos gases, na verdade, trabalham com a redução de CO^2 e metano, e uma pequena fração, com o óxido nitroso.

Próximo, por favor.

Em termos de escala desses projetos, seguindo nessa caracterização, a maior parte dos projetos hoje são projetos de larga escala, cerca de 58%; 42% só são projetos considerados de pequena larga escala. A maior parte está concentrada na Região Sudeste, são cerca de 49% dos projetos, sendo o Estado de São Paulo aquele que tem a participação mais expressiva em termos de projetos de MDL.

Quando consideramos agora a distribuição dos projetos por setor, vemos que, no caso, a energia renovável responde por um pouco mais da metade dos projetos. Então, a maior parte das atividades está no setor energético. A suinocultura, que foi apresentada aqui muito bem pelo Paulo, com 15,6%; troca de combustíveis fósseis e aterro sanitário, com 7,5%.

O próximo, por favor.

Só que chamo a atenção aqui nesta tabela, porque no gráfico anterior a representação é muito pequena, para a contribuição dos projetos que envolvem reflorestamento. No caso do Brasil, no levantamento mais atual, são somente três projetos, o que corresponde ali, em termos de números de projetos, a 0.6%.

Próximo.

Como foi colocado ali também pela Thelma, essa dificuldade de projetos no setor florestal em termos de MDL está apenas relacionado que florestamento e reflorestamento são atualmente elegíveis como projetos dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e isso justifica então que o MDL tenha sido relativamente mais bem sucedido no setor energético, com um valor de mercado primário de US$7,4 bilhões em 2007.

Bom, essa questão florestal, embora seja, como já foi colocado aqui, uma fração em relação a todas as outras fontes de emissão de gases de efeito estufa em escala global, ela tem um papel extremamente relevante para o Brasil. Esta tabela mostra os dez países com maiores áreas de florestas primárias no mundo, segundo o levantamento da FAO. Então, o Brasil apa-

rece em primeiro lugar como o país com maior extensão de florestas primárias no mundo.

Então, isso traz um pouco de novo foco para a questão florestal do Brasil e daí todo esse contexto das negociações internacionais que já foi colocado aqui.

O próximo, por favor.

Bom,quando estamos falando aqui em distribuição dos sistemas florestais brasileiros, novamente esse é o mapa do IBGE que distribui os biomas brasileiros, se consideramos a Amazônia e o Cerrado, que são dois dos biomas onde nós temos os processos mais intensos de conversão de mudanças no uso da terra, eles correspondem aproximadamente a 70% do território brasileiro.

Próximo, por favor.

E, novamente, esse tópico é relevante. Esse é o quadro da segunda comunicação nacional das emissões de gases de efeito estufa, que coloca ainda uma contribuição, em termos nacionais, de 77% das emissões em dióxido de carbono, que estão relacionadas a mudanças do uso da terra e florestas.

Bom, então, dentro desse contexto de desmatamento e degradação florestal, que foi colocado aqui, e as várias dificuldades de que o MDL atuasse nesses setores, foi introduzida a questão dos mecanismos associados à Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, que seria também mecanismo financeiro que ofereceria incentivos aos esforços para reduzir as emissões no setor florestal dos países em desenvolvimento.

Lembrando um pouquinho o histórico, o mecanismo foi proposto na 13ª COP, mas já havia discussões sobre o escopo do REDD desde 2005. E na COP em Cancún, em 2010, as políticas de mecanismos de implementação foram então ainda mais especificados e acordados em um processo de longo prazo de ações corporativas.

Então, um pouquinho do contexto histórico lembrando que ele começa com um RED, só com um D, que é foco no desmatamento; ele se expande depois para desmatamento e degradação florestal, que é o segundo D, como foi colocado aqui pela Thelma, acrescido depois de um Mais, o processo do REDD+, porque ele já entra ampliado para incluir conservação florestal, manejo sustentável e valorização dos estoques de carbono florestal; e a uma visão de longo prazo de inclusão da agricultura de florestas e outros usos da terra, que já seria o REDD++. Então, a gente já acrescenta mais um símbolo.

Só um pouquinho em termos da visão conceitual, o que nós estamos... Qual é a dificuldade e a complexidade que foi colocada aqui quando falamos em termos de estoque de carbono, permanência dos estoques de carbono, formas de verificação. Esse quadro traz, no eixo vertical, o estoque de carbono; na linha horizontal, o tempo e os vários mecanismos; em vermelho, o que desce rapidamente ali, seria o desmatamento pura e simplesmente.

Então, ali de uma tacada só, temos a redução desses estoques de carbono. Quando eu tenho, por exemplo, a conservação, a floresta intacta, é a linha verde reta ali, onde tenho a manutenção desses estoques de carbono.

Eu posso ter o manejo da floresta em que os estoques são reduzidos, mas retornam ao seu patamar inicial, que seria o manejo sustentável; ou eu posso ter uma extração de madeira de forma não sustentável, em que os estoques vão caindo gradualmente ao longo do tempo; ou, no meio do caminho, eu posso ter o desmatamento e, a partir daí, fazer um reflorestamento. Então, eu começo, gradualmente, no temo, a aumentar esses estoques de carbono.

Então, o que falamos quando lidamos com a questão florestal é exatamente essa complexidade, que foi colocada aqui pela Thelma, é esse quadro que está colocado aqui. Esse conjunto, essa diversidade de situações e como elas se refletem em termos dos estoques de carbono do sistema florestal e da relação desses estoques ao longo do tempo, ou seja, estamos falando qual é a escala de tempo que vai aparecer no eixo horizontal ali.

O próximo, por favor.

Bom, quais são os requisitos das atividades de REDD? Eles têm que ser baseados em estimativas de emissões cientificamente robustas, se eles quiserem ser eficazes. Então, esse é um ponto central, e isso exige metodologias de monitoramento, relatório e verificação dos sistemas nacionais de emissões, seguindo os princípios da convenção do clima.

Próximo.

Vou passar rapidamente. Eles incluem transparência, ou seja, os mecanismos todos de inventários e metodologias, eles têm que ser explicados, claramente documentado para que se possa verificar a sua exatidão; de consistência, ou seja, o inventário tem que ser internamente consistente ao longo do tempo, ao longo dos anos.

Próximo, por favor.

Comparabilidade, ou seja, essas estimativas de emissão e remoção têm que ser comparáveis entre as partes. Então, todos esses critérios têm que ser seguidos. Então, nós precisamos ter metodologias, formatos, padronizados, fornecidos pelo PCC, acordados no âmbito das convenções internacionais; abrangências, ou seja, essas estimativas elas devem incluir toda a cobertura geográfica relevante, as categorias,

todos os gráficos ou todos os reservatórios que seriam acordados.

O próximo.

E acurácia, ou seja, essas estimativas não devem ser sistematicamente nem superiores nem inferiores ao valor verdadeiro. Ou seja, é preciso reduzir as incertezas o quanto seja possível. Caso haja um compartimento que seja mais incerto – é o que gente vem discutindo, por exemplo, o estoque do carbono no solo –, adota-se então uma perspectiva mais conservativa e se considera somente os reservatório onde há uma maior acurácia.

O próximo, por favor.

Esse quadro, então, traz um pouco desse contexto do que temos em termos opção de mitigação. É aquele que reduz as emissões de CO_2, ou aqueles que aumentam o seqüestro do CO_2. E o que está associado aí em termos de objetivo de mitigação ao reduzir o desmatamento ou, por exemplo, ao criar novas áreas de floresta ou aumentar a cobertura de árvores? Quais são os instrumentos políticos envolvidos nessas duas opções?

Então, eu posso ter na primeira opção de reduzir as emissões, os mecanismos de REDD, lá no primeiro D; ou eu posso ter, no outro extremo, os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, de florestamento e de reflorestamento; e, na etapa intermediária, aqueles que envolvem, então, a conservação e a redução da degradação florestal.

E isso implica novamente o quê? Diferentes conjuntos de opções de manejo florestal.

O próximo, por favor.

Então, temos aí diferentes tipos de uso da terra, com um potencial diferente dentro de um programa nacional de REDD ou de RED+, e as diferentes tarefas que vão estar associadas aos mecanismos de verificação de relatório, de monitoramento.

Então, é muito importante novamente entender que cada uma dessas etapas vai implicar na institucionalização e consolidação dessas metodologias nos sistemas de monitoramento diferentes.

O próximo, por favor.

Fazendo um levantamento rápido, da mesma forma como vimos os projetos relacionados a MDL, o que temos hoje em termos de REDD no Brasil? Isto está baseado em um levantamento que foi feito pelo Ministério do Meio Ambiente em 2010 – em particular, pelo Serviço Florestal Brasileiro. O que existe hoje são 21 projetos, mais uma iniciativa nacional, que é o Fundo Amazônia. Em termos de *status* desses projetos, cerca de 64% estão em fase de elaboração; 27% em fase de implementação e 9% – seriam 2 projetos – implementados.

Eles envolvem cerca de 33,5 milhões de hectares, que seriam então objeto desses projetos de proteção e conservação, com base nos mecanismos de rad. Esse mapa mostra só a distribuição desses projetos, as localidades com projetos de REDD, a maioria deles localizados na Amazônia, nos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Fora desse bioma, temos projetos no Paraná, na Mata Atlântica, e um projeto no cerrado, no Estado de Tocantins.

E quais são as abordagens desses projetos REDD? A maior parte deles trabalha com o REDD simples, que seria 45%; já há no sistema 46% com sistema do REDD+ e uma fração pequena com o REDD++. O que eles envolveriam em termos de mitigação? Todos esses projetos foram apresentados por organizações não governamentais, mas as instituições públicas e empresas privadas são parceiras em alguns desses projetos.

Aí vem a grande questão: qual é a escala hoje correta para um mecanismo ou para a aplicação do sistema de REDD? Essa é uma questão chave, porque, como eu coloquei anteriormente, ela tem a ver com a questão da contabilidade. Como essa contabilidade será feita, quais serão os incentivos oferecidos e quem vai ser responsável por esse sistema de monitoramento.

Então, a escolha do nível geográfico ou da escala de contabilidade e dos créditos de REDD tem profundas implicações para a eficácia, eficiência e para a equidade desses mecanismos de REDD.

O próximo.

Só lembrando que, quanto à eficácia, há três dimensões que são importantes: a capacidade de lidar com os vazamentos, ou seja, eu reduzo as emissões aqui, mas amplio as emissões mais à frente. Então, eu tive um efeito de fuga, de vazamento. Como isso será caracterizado, contabilizado. Qual é o nível geral de participação que vai influenciar no nível das emissões globais alcançadas? Então, se vamos trabalhar na escala de projeto esse nível é um; em um sistema nacional, esse nível de participação é bastante diferente. E, sobretudo, quais serão as reformas políticas gerais que serão necessárias e que vão afetar e influenciar a profundidade, o custo e a permanência dessas reduções. Ou seja, novamente a escala de tempo é extremamente importante. Se estamos falando em redução de emissões, o que é isso? Cinco anos, dez anos, vinte anos, trinta anos. Como isso será garantido, qual é a eficácia do sistema?

Em termos de eficiência, o custo de eficiência das abordagens das diferentes escalas também é extremamente importante, porque uma escala de projeto envolve um custo de monitoramento, relatório e verificação; um sistema nacional já envolve outra escala

de custos, custo de implementação das políticas e a eficiência dos pagamentos dos custos de oportunidades vai variar com a escala do projeto.

O próximo, por favor.

A questão da acuidade. É muito discutido entre países, mas pode ser talvez – e isso já foi colocado aqui também – em um nível mais subnacional. Ou seja, um regime que permite apenas abordagens nacionais de REDD poderia, e essa é a queixa de alguns países, excluir aqueles países que têm um sistema de governança menos eficientes, e fazer com que esses recursos drenem para aqueles países que tenham um sistema melhor de governança. Isso pode acontecer nacionalmente também.

Então, qual seria a escala correta de REDD? Se a gente pudesse colocar isso em um gráfico, poderíamos ter uma abordagem nacional ou poderíamos ter uma abordagem subnacional, na escala dos projetos, que são aquelas imagens coloridas isoladas, ou poderíamos ter o que se chama hoje de uma abordagem "aninhada", em que você traz os projetos para dentro de um sistema nacional de REDD.

O próximo.

Abordagem subnacional, o que seria na base dos projetos. Ela prevê o envolvimento mais precoce, uma participação mais ampla, é atraente para investidores privados. Mas há problemas graves, entre eles a questão do vazamento, isto é, o aumento das emissões fora dos limites do projeto. E, na verdade, ela não vai conseguir abordar aquelas forças mais amplas relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal.

O próximo.

Aqui, só colocando um pouquinho... Vou pular por causa do tempo, mas, na verdade, aí, em termos de transações hoje de mecanismos de RED, corresponde a algo inferior a 5% do que é o mercado primário de MDL, só para a gente colocar na escala em termos financeiros.

O próximo, por favor.

Já a abordagem nacional permite um amplo conjunto de políticas, resolve a questão de vazamento interno e cria apropriação pelo País. De curto para médio prazo, no entanto, essa abordagem nacional vai só ser viável para alguns países, e aí a questão da governança é fundamental, em termos da pavimentação desse caminho, que nós vamos chegar até um sistema nacional de REDD.

A abordagem "aninhada", que seria provavelmente a mais flexível, porque ela permite que os países comecem na escala subnacional, mas traz depois para uma abordagem nacional, fazendo com que haja a incorporação desses projetos em escala nacional. A grande dificuldade aí, depois, é harmonizar esses dois níveis.

O próximo.

Em considerações finais, todas essas três abordagens em termos de escala – e é a mensagem que eu gostaria de deixar aqui –, para creditar as atividades de REDD, elas exigem regras que são internacionalmente acordadas, para comunicação, monitoramento e verificação. É preciso pensar em um sistema de pagamento, e é preciso pensar nos arranjos institucionais. Tanto em nível nacional, ou seja, uma Autoridade Nacional Designada ou similar para aprovar todos esses projetos, como em nível internacional. Ou seja, como vamos lidar com a questão de um órgão fiscalização de um projeto centralizado de um sistema de crédito.

O próximo, por favor.

Em termos de MDL, eu gostaria de colocar, em termos de perspectivas, o que temos pela frente. Existe um trabalho muito interessante, foi um relatório do Banco Mundial junto com a BMF&Bovespa, que foi uma primeira tentativa de inventário do potencial de projetos de desenvolvimento de baixo carbono no Brasil, que poderiam contribuir para alcançar os compromissos voluntários, mas também contribuir para um futuro abastecimento de energia no País.

O próximo.

Eles tiveram uma metodologia interessante. Eles avaliaram as mais de 7.500 propostas hoje de MDL no Conselho Executivo e viram as 130 metodologias que são hoje aprovadas dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, tentando identificar as entidades que podem implementar atividades de mitigação.

O próximo.

Então, usando o que eles chamaram de essa lente de CDMs, olharam o caso do Brasil para fazer uma estimativa do número de projetos similares de desenvolvimento de baixo carbono que poderiam ser implementados aqui.

Então, eles chegaram à conclusão, vendo 61 tipos de tecnologias, atividade de cinco setores diferentes da economia, eles identificaram mais de 18 mil potenciais projetos de redução de emissões, que corresponderiam a uma redução potencial de carbono ao longo dos próximos dez anos, mas também a capacidade de geração adicional de energia.

Ou seja, há um caminho a ser traçado, mas também um enorme potencial de desenvolvimento associado a esses dois mecanismos. Mas o que é preciso é pensar rápida e coerentemente em uma estrutura institucional que permita que isso seja feito com segurança jurídica para as partes envolvidas, mas, sobretudo, que garanta que esses processos gerem os benefícios climáticos que deles são esperados e também de desenvolvimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT AM) – Obrigado, Mercedes.

O nosso Senador Blairo Maggi vai fazer algum comentário? (*Pausa*.)

Já ouvimos os nossos convidados. O MTC, que acaba de fazer a exposição, mais o setor privado, o Instituto Sadia...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Está concluindo, Senador?

SRª MERCEDES BUSTAMANTE – O MCT.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Só a... O MCT, à mesa, está atento aqui. Só a Mercedes, não é isso? (*Pausa.*)

V. Exª quer fazer um comentário?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Estão concluindo?

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Não, vai haver uma segunda rodada aqui e queríamos ter um debate mais denso, por conta da...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, eu vou só fazer uma colocação, se V. Exª permitir.

Desculpe-me, cheguei atrasado porque hoje a nossa vida complicou-se: desde cedo aqui, com várias reuniões, várias audiências públicas. Acabei de sair de uma agora, da Defesa Civil também.

Mas eu só queria deixar para a Mesa que eu, quando fui Governador do Estado de Mato Grosso, procurei, no segundo mandato, ter um programa de REDD no Estado. Trabalhamos muito e nos envolvemos com vários organismos, com muito afinco, realmente, para estabelecer alguma coisa lá no Estado.

Chegamos a separar uma área que estaria apta a esse tipo de projeto. Tivemos a oportunidade também, depois, em Copenhague, de conversar com vários possíveis parceiros e empreendedores. Infelizmente, na época, isso foi frustrado em função da crise econômica. Enfim, todos vocês conhecem bem a história. Mas como também, depois, no início de 2009 – em abril, saí do governo –, também não acompanhei muito mais como estão essas questões de REDD.

Seria uma pergunta: nós estamos ainda naquele grau de dificuldade de buscar parceiros? Quer dizer, temos a mercadoria para entregar e não temos comprador para essa mercadoria. Como é que vocês estão enxergando isso? Porque a questão do REDD, para mim, separa-se assim: você tem a reserva legal, que é obrigatória – há uma lei, inclusive, que estamos discutindo novamente, a lei de florestas, o Código Florestal, que pede que, na Amazônia, 80% das florestas sejam preservadas. Você teria a oportunidade de uso de 20% dessa floresta.

Sei o pensamento do Governador Eduardo Braga, lá do Amazonas, hoje meu colega Senador, de que, quanto ao Amazonas – enquanto discutíamos, viajamos e fizemos alguns eventos juntos –, sempre teve a ideia de que 100% das áreas deveriam ir para REDD.

Eu já tenho um pensamento um pouco mais conservador, porque acho que, enquanto a nossa lei nos obrigar a preservar 80%, ninguém vai pagar nada para nós sobre aquilo que já temos a obrigação de pagar. Então, restam os 20% que, no caso, o proprietário teria a opção de converter para fazer qualquer atividade econômica ou transformar a floresta em uma atividade econômica, nos 20%. Mas, mesmo colocando isso claramente para o mercado internacional, a gente não consegue fazer com que eles entendam isso. E me parece sempre que fica o pensamento de que o Brasil tem a obrigação de preservar a integralidade das suas florestas em 100%, sem receber nada.

Então, acho que esse é o grande confronto que temos. Sempre que discuti REDD, entendo o mecanismo, sei que é possível, sei que podemos garantir que temos controle sobre isto, de dar transparência, mas, infelizmente, não conseguimos captar os recursos necessários.

Ouvi alguma coisa, lá pelo Mato Grosso, de que estariam fazendo alguns projetos pontuais, mas, sinceramente, nunca consegui confirmar nenhum desses. Sempre brinco com o Daniel Nepstad que, nessa questão do crédito de carbono, do dinheiro de carbono, Senador, é como o espírito santo: todo mundo sabe que existe, mas nunca ninguém viu. Quer dizer, o grande negócio está em transformar isso em coisas reais.

E, como Governador, como eu já disse antes, cheguei a propor, inclusive dentro de áreas nobres do Estado do Mato Grosso, para que servissem de exemplo, porque são áreas que não foram convertidas para a agricultura e têm alto valor, que fossem convertidas para a agricultura. O proprietário se dispunha a não fazer nenhuma conversão e transformar aquilo em um exemplo. Mas, mesmo assim, nós não conseguimos.

Então, só para contar um pouquinho do que a gente tentou fazer lá e para saber se esse grau de dificuldade ainda é real, se ainda existe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – É uma boa contribuição, que vai dar uma segunda rodada aqui.

Também o ex-Governador do Amazonas não definiu áreas, melhor dizendo, o Estado criou uma série de unidades de conservação no Amazonas e montou uma fundação, que é a Fundação Amazonas Sustentável, com sede, mas também acho que não chegou a aprofundar por conta de...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Ele dava 80% de desconto para vender só 20, ele queria vender 100, e ninguém conseguiu vender nada!

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vamos fazer uma rodada aqui? Com as questões colocadas pelo Senador Blairo Maggi, já dá para...

A SRª THELMA KRUG – Com certeza, dá um gostinho...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Vamos lá, Thelma? Você pode começar.

A SRª THELMA KRUG – Vamos, vamos, Excelência!

Senador Maggi, obrigada. Venho acompanhando, é claro, seus esforços de longa data, inclusive a própria participação do senhor, quando era ainda governador, na criação do Fundo Amazônia, na discussão com a Ministra Marina Silva. Então, temos boas lembranças daquele tempo.

Obviamente, o senhor faz uma pergunta contundente: ainda continua o grau de complexidade ou as coisas estão mais facilitadas? Acho que – se me permitem o achismo –, acredito que o grau de complexidade continua e continuará por muito tempo. E lhe explico por que, na minha visão, isso aconteceria. Toda vez que o senhor clamar por um mercado de carbono, precisa haver uma demanda, quer dizer, o mercado é condicionado pela demanda. Hoje, não sabemos de onde essa demanda vem, dentro das negociações multilaterais formais e, não, por exemplo, no mercado voluntário, que é o mercado especulativo, que esperará que, no futuro, o que ele está comprando hoje tenha valor no mercado formal. Então, não estou falando de um mercado voluntário; estou falando no âmbito, por exemplo, de um MDL, uma vez que o senhor se remeteu a Copenhague e, portanto, o senhor estava buscando parceiros ou potenciais investidores em um fórum formal de negociação.

Hoje, se eu lhe disser que, surpreendentemente, a maior parte dos países em desenvolvimento nem pensa em ter REDD+ dentro de um mecanismo de MDL, por causa da sua natureza e do caráter da escala, o caráter da necessidade da integração desses potenciais projetos – o MDL é projeto. Quer dizer, qual é a escala? Não é um projetinho! Deve ser um projetão, mesmo que seja em nível subnacional e que esteja integrado dentro de uma política federal harmonizada com as políticas estaduais. Ou seja, há a necessidade de uma demonstração muito mais do que simplesmente de um esforço singular, estadual, mas a harmonização disso em um contexto mais federal.

Não bastasse isso, quer dizer, hoje, se o senhor me perguntar: existe a demanda? Não existe, Excelência, não existe! Aliás, estamos, o Brasil, fazendo um esforço hercúleo no ambiente de negociações internacionais da Convenção do Clima, para manter viva a chama do Protocolo de Quioto, que é a única que hoje asseguraria a continuidade do MDL como mecanismo. É a única forma!

É claro que, nas discussões do regime internacional futuro, poderão surgir outras alternativas de financiamento, correlatas ou não, mas, primeiro, há a necessidade de se assegurar que o próprio Protocolo de Quioto tenha continuidade depois de 2012. Hoje, questiona-se muito isso. Portanto, questiono a própria demanda.

Segundo, o nível de ambição demonstrado pelos países desenvolvidos em reduzir as suas emissões de gases de efeito estufa é pífio – pífio, para dizer o mínimo! Portanto, muito daquilo que, potencialmente, estarão dizendo que vão fazer, de redução de emissões, poderá ser feito domesticamente. Portanto, onde está o mercado? Eu lhe direi: eu não sei. Eu não sei.

Terceiro. Duvido que, na demonstração de adicionalidade, que o nosso colega colocou com a questão de suinocultura, hoje, dentro de um ambiente onde o Brasil se comprometeu, com metas voluntárias de redução de suas emissões, particularmente as do desmatamento, tanto na Amazônia quanto no cerrado, como fica a questão da demonstração de adicionalidade?

Então, eu espero que essas três respostas... E o senhor me entende. O senhor sabe que eu sou uma emocionada com esse tema. Por isso, o Brasil sempre buscou outras formas, que não a de um mercado, nem o formal, nem o especulativo, para justificar que recursos fossem trazidos não só para o Brasil, mas para todos os países em desenvolvimento detentores de florestas, para que eles mudassem o seu modelo de desenvolvimento. Não buscar o mercado, não buscar uma forma escusa de não trazer recursos, que seria o comprometimento desses países no esforço de uma mudança de modelo de desenvolvimento. Eu não jogaria, enquanto cidadã, uma mudança de modelo de desenvolvimento no mercado. Eu acho que isso é compromisso entre países. Há provisões na Convenção e há formas de viabilizá-lo.

Quando eu falo em mecanismos de mercado, existem mecanismos de mercado, Excelência, que podem ser utilizados, como, por exemplo, os próprios países desenvolvidos venderem o excedente daquilo que eles fizerem, tributações, taxações, leilões... Há várias formas que a gente caracteriza como de mercado para poder apoiar recursos para países em desenvolvimento, Senador Maggi.

Lamento que a minha resposta ao senhor seja que acho que o grau de complexidade aumentou, pela significativa visão de que o Protocolo de Quioto não

continuará e, portanto, seu mecanismo de desenvolvimento limpo associado também não continuará.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Paulo, quer comentar?

O SR. PAULO ROSSATO – Não sei o quanto eu poderia contribuir com a fala e com o conhecimento já tido, mas o que eu posso resumir a respeito da nossa experiência de que, independentemente do mercado, nós temos uma outra razão social, nós temos outros objetivos quando temos uma empresa situada numa comunidade como, por exemplo, Mato Grosso.

É do conhecimento de V. Exª que, no Estado de Mato Grosso, todas as propriedades – já me referi aqui antes da sua estada – de suinocultura lá, no Mato Grosso, estarão com nosso Programa 3S. Muito embora se espere que com o mercado se viabilize o custeio dessas instalações, não foi só por isso que se fez dessa forma.

Então, minha mensagem a respeito desse tema é a seguinte: temos que ter algumas atitudes independentemente de como caminhará o mercado. Agora, tenho dúvida: se não buscarmos o que a colega da Mesa falou, não acreditamos que vamos conseguir mudar isso. São pequenas atitudes, como essa que exemplifiquei, mas que sei que não estarei mudando o mundo. Eu preciso de algo mais. Já caminhamos muito sobre isso e seria uma lástima retroceder. E o que se colocou aqui é que existem riscos.

Era o que eu tinha a contribuir neste momento.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mercedes.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Bom, eu gostaria de dividir em alguns aspectos, porque foram colocadas várias questões interessantes na sua fala, Senador.

A primeira delas, que eu gostaria de ressaltar, como já foi mencionado aqui, é que se trata de um problema complexo. Dificilmente vai haver uma solução simples para um problema como esse e uma solução que venha por um único mecanismo. Ela envolve diferentes setores, como já foi colocado aqui, diferentes escalas, e as soluções também vão ter que envolver diferentes atores e escalas.

Com relação à questão do Brasil, especificamente, eu acho que, especificamente, precisa ser trabalhada – e isso já vem sendo discutido em algumas reuniões – a preparação do Brasil, enquanto país, Estado, para o mercado de carbono. Como é que vamos trabalhar isso já foi colocado aqui em termos de regulamentação, em termos das instituições, e considerando a possibilidade de um mercado internacional de carbono, mas também de um mercado nacional de carbono, como é previsto aí pelo Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Então, acho que esse é um dever de casa nosso também, não esperar somente pela oportunidade, mas nos prepararmos para essas oportunidades. Acho que é preciso aí que haja uma discussão bastante profunda com os diferentes setores para que possam ser avaliadas todas as implicações que hoje essas diferentes alternativas, esse quadro complexo nos apresenta enquanto Estado.

Acho que esse é um aspecto, essa preparação para o mercado de carbono, o que isso vai significar para a economia brasileira, o que vai significar para as instituições brasileiras, como é que isso impacta novamente os diferentes entes da Federação, Municípios, Estados, União, como isso vai ser consolidado, e isso realmente demanda um debate bastante grande.

Eu gostaria de mencionar aqui que acho que o esforço que o MMA vem fazendo no sentido da discussão de um sistema nacional de REDD, que eu acho que vai um pouco já encaminhando todas essas discussões, mas a gente, obviamente, precisa avançar em várias outras direções.

Aí, eu gostaria de colocar aqui outro fator. Quando a gente discute florestas, no caso do Brasil, e eu mencionei isto na minha apresentação, tem uma relevância grande para a questão climática exatamente por serem as mudanças de uso da terra e das florestas a maior contribuição brasileira em termos das emissões de gases de efeito estufa.

Agora, a conservação de florestas extrapola, e muito, a questão climática. Existem vários outros aspectos que asseguram não só o bem-estar do Planeta, mas em primeira instância o bem-estar dos brasileiros, que está associado à conservação de florestas.

Então, quando o senhor coloca o alto valor da conversão para a agricultura, sim, e qual é o peso que estamos dando ao outro lado, qual o valor que se atribui à conservação de florestas. É preciso que, para que uma comparação seja justa, que essa equação tenha os dois lados balanceados. Então, o que ganhamos com a conservação de florestas tem que estar explicitamente colocado, porque, senão, é sempre uma comparação, eu diria, até injusta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Permite-me?

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Sim, claro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Eu só estava me referindo...

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Eu entendi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ... aos 20% disponíveis hoje.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Certo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Isso é o que teríamos que negociar aí.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Eu entendo. Eu só quero trazer um pouquinho mais da discussão, efetivamente, da valoração e da conservação das florestas. Muitas vezes é colocada a conservação florestal como um processo estático. E, na verdade, eu até mostrei dentro do quadro dos estoques de carbono, um manejo floresta sustentável consegue manter esses estoques de carbono, ou seja, a função climática é mantida, a função de conservação de biodiversidade, a manutenção dos recursos hídricos é mantida e, ao mesmo tempo, isso gera renda e se fixam as populações às suas atividades culturais, como já foi colocado aqui, e a manutenção também da própria diversidade social dentro do País.

Então, eu acho que é bastante importante que a gente trate essa questão da conservação florestal associada também ao manejo florestal. O Brasil é um país de florestas, mas é também um país de savanas... O próprio cerrado, pela definição da FAO, cai como um sistema florestal por ter a maior parte do cerrado com mais de 30% de cobertura.

Então, é preciso que a gente realmente incorpore esse patrimônio não só como um patrimônio natural, mas também como um patrimônio econômico nosso, acho que crítico para o País.

Quando a gente pensa em outras formas de desenvolvimento, quer dizer, tem todos os compromissos internacionais também, mas uma exploração sustentável do nosso patrimônio florestal é, em primeira instância, um grande benefício para o Brasil.

Eu acho que esse é o lado da equação que a gente precisa desenvolver para equalizar como outras formas de uso. O ideal seria – é a minha posição sempre – que a nossa paisagem fosse realmente aquela paisagem diversificada e multifuncional, onde nós pudéssemos conciliar as diferentes vocações dentro dos diferentes biomas de uso. Nossa vocação de produção de energia, de produção de alimentos, de conservação dos recursos naturais com uma perspectiva de longo prazo. A gente tem que colocar – eu falo isto sempre – um prêmio na posteridade. Foi colocado aqui pelo Senador Pedro, que estava aqui no início da reunião, que é muito interessante essa perspectiva de onde nós queremos estar nos próximos cinquenta ou cem anos, do que vamos deixar para as próximas gerações.

Então, eu acho que o clima foi que motivou, talvez, a nossa reunião hoje aqui, mas quando a gente está falando de conservação de florestas, é preciso que o nosso foco também olhe o que está associado a isso.

Então, novamente, acho que há um dever de casa que tem que ser feito. Efetivamente, quando a gente vê a colocação aqui do setor privado, das dificuldades, do esforço que a empresa faz para mitigar as emissões, para melhorar as condições de vida locais, as condições do ambiente, para os produtores, para os pequenos e médios produtores, não deveria existir essa dificuldade. Esse é que é o ponto.

O que precisamos fazer para retirar essa dificuldade, para que o setor privado veja isso como um atrativo, para que, realmente, quando ele incorporar a sua responsabilidade social e ambiental, ele encontre os mecanismos para expressar essa responsabilidade social e ambiental. Essa é a dificuldade que a gente tem.

Então, é importante essa preparação. O Brasil precisa se preparar urgentemente para isso, o que significa que a urgência não deve substituir a profundidade. Nós temos que ter o senso de urgência, mas também ter a percepção da complexidade e da profundidade das alterações que serão necessárias, para que a gente não esteja mudando a legislação no ano que vem e que possa fazer isso de forma mais duradoura.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito bem, Mercedes.

Lúcia Ortiz.

A SRª LÚCIA ORTIZ – Obrigada, Excelência.

Eu queria aproveitar esta oportunidade e o privilégio de poder estar problematizando, talvez até devolvendo a questão para a gente também poder esclarecer o quanto esse senso de urgência está relacionado – e é a nossa preocupação – com os processos da economia verde, com a Rio+10 e com as questões que a gente vê, assim, um ajuste das políticas ambientais tramitando com bastante rapidez.

Então, tentando trazer uma perspectiva que seja, claro, cultural também diferente de outra região, a gente vê, no sul do País – eu sou do Rio Grande do Sul –, a gente tem o contrário da proporção. A gente tem os 20% da reserva legal e essa obrigatoriedade de APP. E o que a gente vê, conversando com as comunidades e assentamentos nos quais a gente trabalha, é que, apesar de o Código atual permitir esse uso sustentável desses recursos, isso é colocado para as populações, talvez também por uma deficiência que venha de toda a construção dessa lei ou do próprio movimento ambiental, de separar o homem da natureza, é visto pelos assentamentos como "esta aqui é a área do Incra", "esta aqui é a área do Ibama", "esta área podia estar cercada; não é minha, não nos pertence, a gente não pode fazer uso dela".

Então, talvez, nesse caso, ao invés de buscar uma medida de mudar essa lei para criar uma adicionalidade, para alguém pagar para aquela área continuar intocada, a gente não poderia considerar que a adicionalidade, ou que essa cooperação internacional,

que esse entendimento de um fundo, como o Fundo da Amazônia, fosse justamente o Governo dar as condições, através de recursos do BNDES ou do Fundo da Amazônia, para que esse uso sustentável dessa propriedade pudesse ser feito com assistência técnica, com fomento, com equipamentos, com conhecimentos, troca de conhecimentos, sistemas florestais, agroflorestais e agroecologia? Isso não poderia ser considerado uma adicionalidade?

A gente vê que, se um raciocínio vai para um lado, o outro raciocínio pode ser o seguinte: se, do lado da Amazônia, 80% têm que ser preservados, preservar isso não é nenhuma adicionalidade. Então, talvez seja melhor mudar a lei para criar um pouco de... Pode ser custo de oportunidade, mas também pode ser quase uma chantagem: agora eu posso preservar ou consigo um pagamento.

Então quem sabe a gente não conseguisse juntar realmente essa mentalidade e cobrar aquilo do Estado, porque o Brasil está crescendo, sua economia está forte, os recursos públicos para o setor privado e para as grandes corporações, através do BNDES, e créditos para o setor agropecuário estão fluindo, inclusive relacionando com a sua perspectiva de baixo carbono. Enfim, essas projeções no ABC do baixo carbono, por que não a gente tentar realmente fazer essa inclusão de que as políticas públicas sejam a forma de viabilizar tanto o uso quanto a preservação, quanto o bem-estar, quanto essa diferença cultural e os modos de vida.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – E aí, Blairo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Muito bom! Dá para ficar o dia inteiro aqui, o resto do dia.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mas já estão nos chamando para lá.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Já estão nos chamando lá.

Só para finalizar aqui, Senador João Pedro.

(Interrupção do som.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – ...um assunto aqui que é muito importante. A gente sabe que mercado é oferta e procura. Se ofertar muito, ele não vale nada. E o que ela acabou de dizer é o seguinte: daqui a pouco vou ter que dizer "olha, eu não tenho essa oferta disponível; portanto, se você quiser comprar, nós vamos ter que negociar". É claro que seria uma coisa bastante, muito ousada, arriscada. Acho uma volta quase impossível no País tirar a reserva legal, não ter mais essas travas, vamos chamar assim. Muitos países não têm, como a Costa Rica, se não me engano – corrija-me se eu estiver errado –, a Costa Rica não tem um mecanismo de reserva legal, e, no entanto, eles têm conseguido recursos para a manutenção das florestas deles mais do que nós. Meia verdade ou não, mas é mais ou menos por aí. Só para fazer essa constatação que foi colocada.

De fato, o Brasil tem muita coisa a oferecer e eu acho que, se não acontecer, por mecanismos como a questão de Quioto ou outros protocolos, uma obrigatoriedade para isso, nós vamos ter sempre um ativo e esse ativo não vai valer muito a não ser uma coisa empírica, apostar no futuro e coisa parecida.

Hoje, na nossa discussão, vocês do Amazonas passaram por isso. Vocês fizeram essa constatação de que a Região Amazônica tem as maiores florestas, tem o menor PIB, tem a menor receita *per capita* e tem o menor IDH.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Com pobreza...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – É, é uma pobreza com uma coisa que a gente diz que é uma riqueza. Na verdade, nós não estamos conseguindo auferir lucro, renda com isso. Então, quando eu, pelo menos enquanto estava discutindo, como Governador, a questão do REDD, eu dizia sempre: "Olha, um componente que tem que entrar nessa questão não é só..." Vamos imaginar se a gente conseguisse receber e o proprietário da área recebesse dinheiro. Mas só isso não seria suficiente, porque o Município, a municipalidade precisa participar também. O Estado precisa participar. Caso contrário, eu, como proprietário de uma área, por exemplo, poderia morar no Rio de Janeiro, receber por ter uma área na Amazônia, e as pessoas que vivem no Município de Apuí, de Humaitá ou em qualquer lugar do seu Estado vão ficar na eterna pobreza.

Então, é complicado isso. Você precisa distribuir. Não dá para deixar só para quem detém o título da terra, por exemplo.

Daria para a gente passar o resto do dia aqui conversando. É um assunto agradável, um assunto interessante, mas nós temos a Ordem do Dia e precisamos nos deslocar para lá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Blairo.

Nós vamos fazer assim: agora é vapt-vupt. Todos que estão aqui podem fazer as considerações finais, fechando esse debate...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Senador, permita-me... Eu esqueci do Paulo. Ele falou um negócio interessante. Eles têm um programa, da questão da suinocultura, muito interessante. Cem por cento das propriedades que trabalham com isso lá têm essa questão, e, no entanto, a gente vê o pessoal da suinocultura sofrer. Mas sofre... Agora, novamente, embargo

na Rússia. Por mais esforço que esse setor faça para estar absolutamente legal, absolutamente tranquilo na questão ambiental, não há um país no mundo que diga assim: "preço por preço, tu me compre lá do Brasil ou tu me compre do Mato Grosso porque os caras fazem a coisa certa". Quer dizer, nem isso, nem isso a população ou os países... Não é a população. A população vai no... Nem isso eles conseguem reconhecer. Então, é muito difícil você levar isso adiante se não houver, mais uma vez, uma questão de governo por trás, porque o mercado, sozinho, não consegue reconhecer. O que o mercado quer? O mais barato. Se um quilo de carne de suíno, no mercado, na gôndola, na Inglaterra ou em qualquer lugar, custa um dólar sem cuidados ambientais e um dólar e meio com cuidados ambientais, o de cuidados ambientais vai ficar na prateleira.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado.

Thelma Krug.

Um minuto.

A SRª THELMA KRUG – Eu acho que a complexidade... *(Interrupção do som.)*

Ou seja, as florestas sempre são consideradas como altamente vulneráveis, como eu coloquei na minha fala inicial, inclusive devido à questão da mudança do clima, que a gente não sabe para onde vai.

Ou seja, se depender das negociações hoje, estamos preocupadíssimos, porque nem há uma ambição grande por parte daqueles que historicamente foram os maiores emissores e há uma grande visão de contribuição dos países em desenvolvimento para ajudar a mitigar a mudança do clima. Isto é, as coisas não estão se falando em pé de igualdade, vamos assim dizer, e não deveria ser em pé de igualdade. Os países desenvolvidos deveriam estar fazendo muito mais ou sendo muito mais ambiciosos.

Então, a questão das florestas é vista como uma oportunidade rápida, barata, para dar tempo, porque a grande esperança é que grandes inovações tecnológicas surjam, algumas questionáveis, como toda essa discussão de geoengenharia, essa questão de captura e armazenamento de CO_2, mas a aposta está em que vamos investir naquilo que é mais rápido, talvez por isso todo esse clamor, esse investimento na área florestal no âmbito da convenção para dar aos países desenvolvidos uma oportunidade de poder desenvolver em 20 anos, 30 anos, talvez para 2050, uma base mais tecnológica, que permita, então, reverter o que talvez já tenha se tornado irreversível.

Então, é um pouco dessa lógica que eu trago, e preocupação também. E só lhe asseguro, se V. Exª me permitir, Senador João Pedro, quanto à questão de que o Brasil defende, com todas as letras e com toda a sua força, que o REDD seja o mecanismo que tenha contribuição, sim, financeira, para assegurar não só o leque de redução de emissões, mas a questão de conservação, que é um pouco mais delicada, e essa daria uma outra conversa muito mais longa.

Excelência, o senhor não vai me permitir dizer sobre os 20% do Senador Maggi?

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Exª tem liberdade para...

A SRª THELMA KRUG – Eu poderia responder rapidamente sobre a questão dos 20%?

Em termos legais, eu acho que sim, seria uma defesa. Se por lei o senhor poderia desmatar 20%, por que não emitir títulos ou transacionar certificados de redução de emissões por algo que o senhor acha que o senhor ia fazer, mas não fará se for recompensado financeiramente?

Existem dois aspectos aqui. Um é a demonstração, que é contrafactual. Jamais seremos capazes de dizer se iriam ou não iriam acontecer os desmatamentos dos 20%. Então, essa coisa é contrafactual.

E a segunda é a questão mais sensível, da demonstração da permanência daquele carbono por um tempo muito grande, 50% por no mínimo 30, 40 anos; os outros 40%, por mais ou menos centenas de anos; e alguns 20% daquilo que o senhor está imaginando compensar com os certificados transacionados, se fosse esse o caso, milhares de anos.

Então, essa é uma questão, uma análise... É muito tempo. Infelizmente é assim, são esses os números que estão sendo dados para a gente. Então, é uma preocupação que a gente tem.

Por isso, a busca por outras formas, outros mecanismos que não sejam puramente os mecanismos de transacionar certificados de redução de emissões. Eu acho que a complexidade é muito maior.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Mercedes.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Eu não vou resistir a falar da Costa Rica, Senador, se o senhor me permitir. É um país extremamente interessante, só acho que talvez não seja o melhor exemplo para o Brasil, novamente, eu digo, pela questão da escala. A extensão territorial da Costa Rica realmente é muito reduzida se a gente comparar com a extensão do Brasil. Os mecanismos de governança têm que ser outros.

Cito o exemplo de que Costa Rica também não tem exército. Seria uma situação inadmissível para o Brasil hoje, com os problemas todos de fronteira que temos etc., que o Brasil abrisse mão de seus exércitos.

Então, é tudo uma questão também de escala, e a gente precisa pensar exatamente nessa extensão

territorial e nessa heterogeneidade toda que temos dentro do Brasil.

Acho que o senhor levanta alguns pontos que são interessantes. Acho que toda essa relação entre proprietário, escala local, escala municipal, escala do Estado, tenho uma preocupação muito grande com a escala do Município, porque eu falo que o prefeito é quem está na ponta do processo, é quem ouve a queixa, é quem sabe que o hospital não funciona, é quem sabe que a escola tem problemas. É um pouco diferente da escala do Estado e a escala da...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – No Brasil, o módulo fiscal diferencia-se de Município para Município, não digo nem de região para região.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – É, então acho que são todas essas questões, a questão da...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Há Municípios do Amazonas maiores que a Costa Rica.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Exato, para o senhor ver como a Costa Rica é interessante, mas com restrições.

Mas exatamente é o que a gente fala: a hora de pegar o touro a unha é esta. Concordo que os mecanismos de mercado são uma das alternativas válidas para algumas situações, mas não é a solução exatamente para todos os problemas.

Então, é exatamente como é que vamos olhar esses diferentes ângulos, isso é extremamente relevante.

Agora, falando pelo lado de ciência e tecnologia, acho que existe também um grande papel aí, em termos de inovação tecnológica, não só em termos de fontes de energia, mas na própria exploração dos nossos recursos naturais. Nós somos o País da megadiversidade, e os nossos principais produtos de exportação estão relacionados à soja, que é de origem asiática, ao gado, que é de origem também asiática, que é o zebu, e que é alimentado...

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Arroz.

A SRª MERCEDES BUSTAMANTE – Exatamente. E é alimentado por gramíneas que são africanas. Então, para um País que detém a megadiversidade, estamos usando muito pouco, economicamente, da nossa diversidade. Acho que isso também abre uma outra porta, dentro da própria economia verde, que a gente está discutindo, de inovação tecnológica, e aí sim, um patrimônio realmente que deve ser explorado, e espero que realmente seja. Aí são mais as iniciativas do Ministério de abrir parques tecnológicos relacionados à biodiversidade como uma porta para a gente começar a olhar essa questão da valoração dos nossos recursos naturais, nativos, por assim dizer.

Então, novamente, acho que a questão do clima está inserida em toda a questão do que a gente chama hoje das mudanças ambientais globais. É importante trazer isso também dentro desse contexto mais geral.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Paulo.

O SR. PAULO ROSSATO – Primeiramente, eu quero deixar claro que a Confederação Nacional da Indústria realmente acredita num desenvolvimento sustentável, seja por pequenas ou por médias iniciativas, mas ela está imbuída em permanecer produzindo de forma sustentável.

Em nome do Presidente Robson Braga de Andrade, da Confederação, Excelência, quero lhe passar três compêndios. O primeiro, demonstrando os 150 primeiros projetos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, de uma forma concentrada; um guia de referência das Estratégias Corporativas de Baixo Carbono; e também um sumário executivo de Oportunidades de Negócios para a Indústria de Projetos de Eficiência Energética com MDL Programático.

A assessoria da Mesa está de posse de outros exemplares, que serão disponibilizados aos demais membros e também aos demais Senadores.

Por fim, só quero destacar, ex-Governador, Senador Blairo Maggi, que, se nós hoje não estamos sendo reconhecidos pelo esforço que se faz, esperamos que, no futuro, as pessoas reconheçam, por isso vamos continuar. O esforço é válido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – V. Exª perdeu um grande debate. Mas V. Exª terá a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Ainda bem que existem notas taquigráficas.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – E eu agradeço a sua ausência, porque eu me fartei aqui.

A SRª LÚCIA ORTIZ – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade, saudar a iniciativa no âmbito das discussões, que embasam tanto a participação do Brasil, da sociedade, desta Casa e amplia os debates de forma mais democrática e inclusiva em torno do processo todo da Rio+20, lembrando que é uma conferência que tem como um dos focos não só a economia verde, como a governança. E a gente entende também a governança como respeito a esses processos democráticos, seja dentro da ONU, seja também no nosso País. E o que estamos vendo, ao contrário do que já foi visto na lógica ou na dinâmica das conferências, é que, mesmo antes que se tenha qualquer acordo, qualquer acesso a documento, qualquer conhecimento, seja da posição do Brasil, seja da

de outros países, o que a gente tem já é um compêndio de recomendações sendo dadas para os países em desenvolvimento, e não para os países historicamente responsáveis pela questão climática e tal. São recomendações para os países em desenvolvimento, para medidas domésticas, ou seja, políticas públicas para sua transição para a economia verde. Ou seja, não é para o mundo todo.

Então, é esse alerta de que as coisas realmente caem do céu de repente, e temos que fazer um ajuste estrutural das nossas políticas ambientais e sociais em prol dessa economia sem que haja realmente um entendimento do que é isso ou sem que isso seja, no mínimo, democrático, as condições garantidas de democracia no Brasil para isso.

Então, é o alerta que a gente faz a esta Casa também, aos Senadores. E lembrando também, quanto à discussão do Código Florestal, como o último tem quase 50 anos, ou mais de 50 anos, pensando num Código para daqui a 50 anos, tem-se que ver realmente a necessidade e a responsabilidade do aprofundamento desse debate que agora vai estar no Senado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Lúcia.

Eu quero dizer a todos os convidados que, para esse trabalho da Rio+20, da Subcomissão – aqui, no Senado, temos duas Subcomissões que tratam da Rio+20, tanto na Comissão de Relações Exteriores, como na Comissão de Meio Ambiente –, está aqui o nosso Presidente, Senador Rollemberg. E nós temos uma agenda de trabalhos que vai culminar com a sistematização das contribuições. Mais uma vez, muito obrigado. São contribuições sobre as quais nós vamos dialogar com o Ministério de Relações Exteriores para que seja a proposta do Governo brasileiro.

Então, as falas, as reflexões, as críticas, as preocupações serão contempladas nessa proposta de ser um instrumento do Brasil para o mundo.

Com a palavra, o nosso Presidente Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Quero cumprimentar nosso Presidente da Subcomissão da Rio+20, Senador João Pedro, e todos os convidados e me desculpar, mas, realmente, o acúmulo de agenda nesta Casa não nos permite estar em todos os compromissos ao mesmo tempo. Eu gostaria muito de estar aqui desde o início. Já tivemos hoje um grande debate sobre o Código Florestal, com a presença da Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Quero dizer que concordo com a afirmação hoje feita pelo Senador Eduardo Braga, salvo engano, de que a primeira grande conquista é o clima em que está acontecendo este debate, um clima de serenidade, de equilíbrio neste Senado, buscando construir um grande entendimento sobre o Código Florestal.

Eu dividiria esse debate do Código Florestal, que vai ter impacto muito grande nesse debate sobre economia verde, na questão para trás e no que nós devemos nos preocupar para frente.

Para trás, refiro-me à ocupação e uso do solo, à regularização, para dar tranquilidade jurídica aos nossos produtores rurais. Quanto mais a gente discute e ouve a opinião dos Senadores de forma enfática, mais a convicção íntima que eu formo é de que as convergências são muito maiores do que as divergências. E, portanto, nós devemos continuar apostando nesse entendimento.

Mas o grande desafio, que não está colocado no texto que veio da Câmara, e este debate traz – e vou ler as notas taquigráficas em seguida para conhecer a opinião dos nobres palestrantes, todos com grande experiência na área – é como incorporar a esse texto instrumentos econômicos que estimulem a preservação.

Estou vendo com muita alegria aqui a presença da Mercedes Bustamante, da Thelma Krug e de diversos outros, mas a Mercedes Bustamante é professora da Universidade de Brasília e uma das maiores conhecedoras do nosso cerrado brasileiro. E eu quero aqui, Senador Blairo Maggi, manifestar uma preocupação que tenho em relação a este debate, especificamente em relação ao cerrado.

O cerrado é um dos maiores biomas e detém uma das maiores biodiversidades do planeta. Estima-se em torno de 12 mil espécies de plantas no cerrado, sendo que 4.400 são endêmicas, plantas que só existem no cerrado brasileiro.

E aprendi, com a Profª Mercedes Bustamante que o nosso bioma, a nossa região é a caixa-d'água do Brasil: 70% das águas da bacia do Paraná, do Tocantins e do São Francisco nascem nessa região.

Então, imaginem a importância estratégica que o cerrado tem para o Brasil do ponto de vista da biodiversidade, da utilização inteligente dessa biodiversidade e do ponto de vista dos nossos recursos hídricos.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – E a Amazônia é a rede de distribuição dessa caixa-d'água.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Perfeito.

Agora, em relação à Amazônia, por competência certamente dos representantes da região, conseguiu-se mobilizar a opinião pública nacional e internacional em defesa da Amazônia. O mesmo não aconteceu ainda em relação ao cerrado. Eu me lembro de que, em uma discussão na Liderança do PMDB, salvo engano, na Câmara dos Deputados, com o então Minis-

tro da Agricultura Reinhold Stephanes, discutiu-se um pacto do desmatamento zero no Brasil. Eu disse: "Nós aceitamos o desmatamento zero em todas as regiões do Brasil com exceção do cerrado. Alto lá! Por que o cerrado é tratado dessa forma?".

E a minha preocupação de criar instrumentos econômicos é que, com todas essas características importantes que o cerrado tem, seja pela biodiversidade, seja pela questão dos recursos hídricos, hoje poderemos, legalmente, sem infringir a lei, desmatar 80% do cerrado brasileiro. Imaginem o que isso significará para o futuro do País!

Portanto, é muito importante...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Vamos passar para 65% aqui. É igual lá no Mato Grosso: passa-se para 65% e fica tudo igual.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Defendo essa proposta com muito entusiasmo.

Mas, vejam bem, o que acontece? Precisamos criar instrumentos econômicos que valorizem a preservação. Acho que esse exercício devemos fazer. Entendo e repito – como defendi hoje na presença da Ministra – que, por exemplo, quem utiliza práticas agrícolas adequadas – e o Senador Blairo Maggi, mais do que ninguém, conhece isso –, como práticas de integração lavoura–pecuária ou de plantio direto, que poupam o solo e reduzem a erosão, o assoreamento, no meu entendimento, deve haver, por parte dos bancos oficiais, um tratamento diferente do de quem ainda utiliza práticas tradicionais, que têm um impacto ambiental negativo muito maior.

Essa é uma questão importante, até porque, por exemplo, hoje, quem está praticando a integração lavoura-pecuária-silvicultura está reduzindo a pressão sobre as áreas de biomas preservados.

E temos de criar outros instrumentos, como a questão, esta discussão de como regulamentar o REDD+ aqui, no Brasil, para que a gente possa também ser remunerado pelo desmatamento evitado. E acredito, para que a gente possa dar efetividade à decisão do Código Florestal de recuperar as Áreas de Preservação Permanente, ou seja, 15 metros, como está previsto no relatório do Deputado Aldo Rebelo, vamos precisar dar incentivos econômicos para que os pequenos produtores rurais possam fazer isso; senão, não daremos eficácia a esse Código.

Eu, particularmente, estou defendendo – como temos, por exemplo, na FINEP, uma linha de juro zero para inovação tecnológica – que tenhamos, se possível, uma linha de juro zero para o agricultor familiar, para o pequeno agricultor fazer a recuperação da sua Área de Preservação Permanente, porque ele estará promovendo um bem coletivo, para o conjunto da sociedade. Portanto, acho que é merecido fazer isso.

Além do quê, temos que preparar as nossas instituições de pesquisa e de assistência técnica para desenvolver novas tecnologias porque, como a Embrapa vem alertando, hoje se tivermos, imediatamente após a aprovação do Código Florestal, de recuperar as áreas de reserva legal, fazer as recomposições, as áreas de preservação permanente, nós vamos ter dificuldades de ter acesso a sementes, de ter acesso a mudas e de ter acesso a tecnologias de recuperação dessa biodiversidade, porque avançamos muito na pesquisa, no desenvolvimento científico-tecnológico para a produção agrícola – o Brasil hoje é reconhecido como o grande país da agricultura tropical do mundo – mas não avançamos da mesma forma no que se refere à economia florestal.

Hoje foi dito que o Brasil, embora tenha 15% da biodiversidade do mundo, somos responsáveis por apenas 4%...

(Interrupção do som.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ...do mundo. Portanto, são preocupações que certamente devem ter sido levantadas aqui pelos especialistas.

Acredito que este debate sobre pagamento de serviços ambientais, sobre instrumentos econômicos que estimulem a preservação talvez seja o debate mais importante que se tem hoje no Congresso em relação ao Código Florestal e em relação à contribuição que o Brasil pode e deve dar na transição de uma economia tradicional para uma economia verde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador Rollemberg, pela contribuição.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, antes de encerrar, vou fazer uma provocação ao Presidente. Ele faz a emenda de 65% no cerrado no resto do Brasil, e eu assino junto contigo. Vamos conservar mais o cerrado.

Eu queria apenas anunciar a presença do Prefeito da cidade de Sapezal, Sr. Cesar Borges Maggi, meu primo, e sua esposa Odete, um dos melhores prefeitos de Mato Grosso.

Já o convidei, Rodrigo, e vou convidar o Senador João Pedro para a gente visitar Sapezal e vocês conhecerem um pouco da agricultura que se faz em Mato Grosso, principalmente naquela região, com alta tecnologia de plantio direto, conservação de solo, de águas. O Presidente Lula foi lá uma vez e me disse muitos anos depois: "Foi a coisa mais bonita que eu já vi na minha vida, andando de helicóptero: ver a plantação de soja, as matas ciliares preservadas e o fun-

do do rio das águas cristalinas daquela região". Quer dizer, é onde se produz não diria com perfeição, mas com todos os cuidados necessários. Gostaria que vocês fossem meus hóspedes lá para a gente conhecer um pouco daquilo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado. Quero saudar o prefeito que participa e assiste a nossa audiência pública. O cerrado está unido aí.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para registrar e não perder a oportunidade. Eu tenho convicção de que o Senador Blairo Maggi é um dos Senadores que terá papel muito importante na construção desse entendimento sobre o Código Florestal, primeiro, porque é uma pessoa que tem o respeito dos produtores rurais do Brasil de forma geral, teve uma experiência muito grande como grande produtor rural de grãos que é e como Governador do Estado e viveu todo esse processo de transição e de mobilização mundial em relação à soja brasileira quando houve uma preocupação mundial de que a soja brasileira prejudicasse o meio ambiente. Inclusive, foi o primeiro, foi o inovador empresário brasileiro a participar desse grande acordo internacional de boas práticas não apenas agrícolas, de boas práticas de sustentabilidade ambiental, de boas práticas de responsabilidade social, o que faz com que a soja brasileira das pessoas que participaram desse acordo internacional tenha um preço diferenciado em relação às outras. Isso demonstra que o maior diferencial de competitividade da agricultura brasileira é exatamente poder ostentar o título de agricultura mais sustentável do planeta. Tenho certeza de que o Senador Blairo Maggi, pela sua experiência, por todo o processo conflituoso que viveu e de reconhecimento posterior das próprias organizações não-governamentais, tem uma enorme contribuição a dar na construção de um entendimento sobre o Código Florestal.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Eu não tenho nenhuma dúvida.

Agradecemos a todos e a todas, aos nossos convidados, aos assessores, à imprensa e ao Prefeito que está nos visitando.

A participação do Senador Blairo Maggi foi uma grande contribuição, e também a do Senador Rollemberg. O Senador Pedro Taques passou por aqui no início da nossa reunião. Enfim, muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 16 horas 43 minutos.)

ATA DA 78ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE OUTUBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 117, de 2011–CDH, aprovado em 25/08/11, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater o bicentenário de Bagé-RS. Convidados: Carlos Eduardo Dudu Colombo, Prefeito de Bagé – RS; Dom Gílio Felício, Bispo da Arquidiocese de Bagé – RS; Ronaldo Teixeira da Silva, Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul em Brasília; Thamires Sonaglio, Miss de Bagé 2012; e Larry Manoel Medeiros de Almeida, Vice-Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios. Faz uso da Palavra o senhor Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dez horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental – conforme é praxe da Comissão, às 9h em ponto iniciamos, com convidados presentes ou não, mas os convidados já estão presentes –, declaro aberta a 78ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 117, de 2011 – CDH, aprovado em 25/08/11, de autoria deste Senador e de outros, para aqui lembrarmos o bicentenário de Bagé, Rio Grande do Sul.

Como me disse aqui o Prefeito, Dr. Colombo, que já está presente, a nossa querida Rainha da Fronteira. É isso, não? E que está no centro do debate da chamada caminhada e discussão da importância da chamada faixa da fronteira, esse debate que estamos aprofundando aqui, no Congresso Nacional.

Então, é sobre esse aspecto que estamos fazendo esta audiência no dia de hoje. Como o debate da

faixa de fronteira está na ordem do dia e nós temos o bicentenário de Bagé, é mais do que justo que nós iniciemos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, esta audiência pública.

Eu vou falar um pouco sobre Bagé; em seguida, nós iniciamos o nosso debate. Mas, de pronto, convido para a mesa o Prefeito de Bagé, Rio Grande do Sul, o Sr. Carlos Eduardo Dudu Colombo, por favor.

Convido também o Sr. Bispo da Arquidiocese de Bagé, Rio Grande do Sul, Dom Gílio Felício, companheiro também de longas jornadas, que vai fazer uso da palavra.

Estão conosco já outros convidados, que depois vou citar.

Estamos esperando a chegada do representante do Governador, que é o Ronaldo, e também do representante da companhia Correios e Telégrafos, o Manuel dos Santos, o Cantuária, que é um companheiro nosso que virá também dialogar conosco.

Eu convidaria para a mesa também a Rainha, que é a Thamires. Convidamos também a Thamires, que é a Miss Bagé, para dar um colorido especial a esta mesa, que tem dois negões, um branco e uma Miss agora. (*Risos*.)

O Brasil todo está assistindo, mas eles sabem que aqui é ao vivo mesmo, tudo que a gente fala aqui vai ao ar.

Seja bem-vinda, Thamires.

Sobrenome?

Sonaglio. Thamires Sonaglio. Muito bem, Thamires.

Audiência pública, bicentenário de Bagé.

Eu vou fazer uma pequena introdução, que é para as pessoas que estão assistindo à TV Senado saberem um pouco desta audiência pública.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos celebrar, com muita alegria, os 200 anos da cidade de Bagé, repito, Rainha da Fronteira. A comemoração do bicentenário se justifica nesta Comissão por Bagé ser a cidade modelo em direitos humanos da rede de cidades do Mercosul.

Parabéns! Estou lendo agora. É sinal que as informações que chegaram aqui é que Bagé é a cidade modelo do complexo do Mercosul, ou mercocidades, que têm como um dos principais objetivos contribuir com o processo de integração da nossa América.

Bagé é um dos principais Municípios do Rio Grande, com uma população de 120 mil habitantes e uma expectativa de vida de 70 anos.

Se tiver alguma coisa de errado, vocês depois complementam, dizendo: "Não, não é bem assim", ou "é mais que isso".

Ocupa o 29º lugar no *ranking* das economias gaúchas e se destaca no ramo da educação; possui três universidades e uma taxa de analfabetismo relativamente pequena, que não chega a 5%; é um grande polo agropecuário do Rio Grande.

A cidade de Bagé também é o berço do cavalo crioulo, um dos símbolos do nosso Estado.

A Rainha da Fronteira, como Bagé também é chamada, devido à posição estratégica e relevante diante do Uruguai, com o qual faz divisa territorial; e para o Estado gaúcho, foi fundada no dia 17 de julho de 1811, por Dom Diogo de Souza. É o quinto Município mais antigo do Rio Grande.

O início da história de Bagé data do final do século XVII, entre os anos de 1683 e 1690, quando portugueses e espanhóis colonizadores chegaram à região, fundaram o povoado de São Miguel, um dos Sete Povos das Missões. Após isso, criaram uma redução denominada Santo André de Guenoas, dominaram índios e promoveram disputas sangrentas pelo território; o discurso catequizador dos padres jesuítas levou indígenas a resistirem bravamente, houve uma peleia forte e, enfim, avançaram.

A região de Bagé foi também palco de diversos outros conflitos entre brancos e índios, conflitos sangrentos que mostraram o poder aguerrido que foi construindo o povo dessa região, hoje totalmente integrado. Povo que não descansa de lutar e de enfrentar, na construção de um desenvolvimento sustentável que atenda a todos.

Enfim, não vou aqui falar de toda a história de Bagé, vou fazer uma rápida introdução.

Para concluir, eu diria que o médico e educador, Áttila Taborda, em 1943, inspirado pelo dom telúrico, com sua pena certeira de coração e alma, assim descreveu Bagé:

"No extremo sul, na fronteira
Num trono de realeza,
lhe fez a natureza,
Está Bagé sobranceira,
Qual 'Rainha da Fronteira'[...]"

O encantamento, quando se avista pela primeira vez aquele torrão, é de namoro juvenil, em noturnas preces que só os olhos entendem.

Enfim, aqui fala um pouco, nessa bela poesia, de Bagé, a nossa Rainha da Fronteira.

A partir daqui, vamos passar a palavra, de pronto, para o nosso convidado, Prefeito de Bagé, Carlos Eduardo Dudu Colombo. Que nos fale um pouco de Bagé, desse momento e como está a nossa líder ali, que é Bagé, Rainha da Fronteira.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Em primeiro lugar, o nosso bom dia a todos.

Queremos aqui, no Senado da República, com muita alegria, com muita satisfação, cumprimentar o Senador Paulo Paim, nosso conterrâneo, gaúcho, parlamentar que por tantos anos honrou a Câmara Federal. Agora, também temos a oportunidade de acompanhar o seu brilhante trabalho no Senado da República e agradecer exatamente por, entre outras importantes ações para o povo brasileiro, ter feito essa proposição deste momento especial na Comissão de Direitos Humanos, trazendo então o tema da nossa bicentenária Rainha da Fronteira, a nossa cidade de Bagé.

Quero também, com a mesma alegria, cumprimentar nosso Bispo Diocesano, Dom Gílio Felício, e agradecer ao Dom Gílio a sua presença também aqui, em Brasília. Dom Gílio é um das lideranças mais carismáticas da nossa região e que também, com certeza, contribui para a riqueza e o engrandecimento da nossa Bagé. Quero também cumprimentar a Thamires Sonaglia, nossa Miss Bagé, que nos acompanha, engrandece e traz a beleza das mulheres bageenses para nossa Capital Federal. Cumprimentar os demais membros da nossa comitiva e dizer, Senador Paulo Paim, que nós estamos, a partir de 17 de julho deste ano, comemorando os nossos 200 anos de fundação.

São 200 anos de história, tradição e desenvolvimento. A nossa cidade já foi o palco de grandes batalhas, foi o cenário marcante das nossas principais revoluções. Desde então, forjada por um espírito aguerrido, Bagé vem desenhando progressivamente a sua história.

Comemoramos um presente de 200 anos e projetamos, na verdade, um grande salto para o futuro exatamente sincronizados no presente que vive hoje a nossa Nação. Inaugurado esse momento extremamente positivo com o Presidente Lula, vemos a sua continuidade, a sua ampliação com a Presidenta Dilma.

Nós representamos hoje, aqui, nesta Casa, no Senado da República, o orgulho de aproximadamente 120 mil habitantes da nossa Bagé. Portamos a valorosa missão de deixar aqui, nesta Casa, também assinalado o nome da nossa bicentenária Rainha da Fronteira. Do passado que a história registra, de lutas, de glórias, nós vivemos hoje um presente de conquistas e de grandes avanços que colocam Bagé como polo da Região da Campanha do Estado do Rio Grande do Sul. Isso nós fazemos referenciando a Universidade da Região da Campanha, uma importante universidade comunitária, que hoje vive um processo intenso de recuperação, de revitalização.

Com isso, nós registramos a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, criada na gestão do Governador Olívio Dutra; registramos a criação da nossa Universidade do Pampa, que acolhe milhares de estudantes de vários Estados do País, inclusive, na nossa região; e registramos aqui também o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, com ensino técnico acessível a um número muito grande de jovens da nossa região. Tudo isso é a certeza da realização do sonho de milhares de jovens.

Os nossos programas hoje de inclusão habitacional, com centenas de moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida sendo construídas; o Programa de Inclusão Digital nas escolas. Hoje, Senador Paulo Paim, nós pretendemos chegar até o final deste ano, das 38 escolas de ensino fundamental, com 30 escolas com seus laboratórios, e, no final de 2012, 100% delas, cada uma com seu laboratório de informática.

Também faz parte desse salto para o futuro a implantação em Bagé do programa Um Computador por Aluno, em que tivemos a oportunidade, na Escola René da Rosa Collares, no bairro Vicente Galo Sobrinho, alunos da rede de ensino fundamental de Bagé, dentre as milhares de cidades brasileiras, as milhares de escolas e os milhões de alunos brasileiros do ensino fundamental, Bagé foi a primeira cidade do País a receber o programa Um Computador por Aluno, com todo o apoio do Governo Federal. E, estimulados por isso, já adquirimos mais mil computadores, Senador, e até o final do ano estarão todos eles implantados, e 1.400 alunos da nossa rede terão já, então, o seu computador para uso pessoal, digitalizando o ensino e permitindo a inclusão digital.

A nossa UPA. Estamos agora iniciando uma UPA 24 horas, novos postos de saúde; a ampliação da rede municipal de ensino; e, também, uma jornada, que consideramos grandiosa, um grande desafio, que foi a construção do nosso plano de desenvolvimento econômico. Entendemos, na gestão, a importância de que, numa cidade, a economia é um marco fundamental e ela precisa ser planejada. E não um planejamento estatizado, mas o Estado, na figura do Município, coordenando um processo em que conseguimos reunir dezenas de entidades locais, urbanas, rurais, setores ligados ao empresariado, setores ligados ao sindicalismo dos trabalhadores, movimentos comunitários, e conseguimos produzir, Senador, um plano de desenvolvimento econômico para a nossa cidade para os próximos 20 anos, fortalecendo aquilo que é a característica fundamental da nossa economia, o sistema produtivo agropastoril; fortalecendo Bagé como uma cidade polo e também, evidentemente, a necessidade de mais investimentos em infraestrutura, gestão e financiamento.

Portanto, vivemos, em nosso entendimento, um momento extremamente positivo na nossa cidade.

Também, Senador Paulo Paim, que nos acompanha – e nos dirigimos a todos aqueles que nos assistem –, estamos, neste momento, resolvendo, com o apoio do Governo Federal, aquele que tem sido, ao longo dos anos, o maior e o mais antigo problema da nossa cidade: a dificuldade para enfrentar nossas sucessivas estiagens. Bagé transformou-se em uma cidade conhecida pela seca, pelo racionamento de água, que ocorre quase todos os anos exatamente pela sua dificuldade de armazenamento. Pois bem, com o apoio do Governo Federal, através do PAC, conseguimos os recursos e estamos construindo, com a Presidente Dilma, a Barragem da Arvorezinha. Faço essa referência e cito aqui dois membros do governo que participam dessas duas atividades a que faço referência. Cito a nossa Secretária Magda Flores, do Desenvolvimento Econômico e do Turismo, que coordenou toda a construção do Plano de Desenvolvimento Econômico; e também o nosso diretor e companheiro Kiwal Parera, que é o Diretor do Departamento de Águas e que, ano após ano, administra os nossos recursos, o abastecimento de água à população. Estamos, então, construindo hoje a barragem que vai permitir que Bagé tenha a garantia de abastecimento de água potável e também um salto no sentido de que novos e importantes empreendedores venham a instalar-se na nossa cidade.

Pois bem, nós deflagramos um grande movimento cultural para comemorar os 200 anos por meio de um fórum inter-religioso. Por exemplo, temos permanentemente – Dom Gílio é uma figura sempre presente – procurado comemorar os 200 anos valorizando a pluralidade religiosa da nossa cidade, que também é um importante elemento que compõe a nossas diversidade cultura, étnica, enfim, tudo aquilo que Bagé representa sob o ponto de vista da sua pluralidade.

Bem, Senador Paulo Paim, é muito importante e adequada essa sua proposição na Comissão de Direitos Humanos, porque este ambiente nos permite trazer ao Senado da República as extremas dificuldades em que vivem as cidades brasileiras situadas, como Bagé e nossos vizinhos, na faixa de fronteira. Nós sabemos – e temos acompanhado e participado – que o Governo Federal tem estado extremamente sensível às dificuldades e limitações das cidades da faixa de fronteira.

Bagé está situada entre aquelas 588 cidades brasileiras. Portanto, praticamente 10% do que são as nossas cidades. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde temos o maior número, são 197 cidades. Representamos, na faixa de fronteira, uma população superior a 10 milhões de habitantes, situados todos em uma linha divisória, com os nossos países vizinhos, de mais de 15 mil quilômetros, onde onze unidades da federação, onze Estados, fazem fronteira com dez diferentes países. Por que esse é um tema sobre o qual consideramos o debate necessário? Exatamente porque nós, da faixa de fronteira, estamos em uma região do País com uma defasagem muito grande de desenvolvimento.

Percebe-se que o desenvolvimento histórico do País caminhou em direção às grandes metrópoles situadas no centro ou em direção ao litoral. E nós, em outro extremo, com indicadores preocupantes, indicadores econômicos e indicadores sociais.

Então, trazemos também esse tema, e trago também esse tema, Senador Paulo Paim e todos que nos acompanham, na condição de Vice-Presidente, para as cidades da faixa de fronteira, da Frente Nacional de Prefeitos. Temos a mais absoluta convicção de que o Governo Federal fez a tarefa mais importante.Ele criou o ambiente para que os diferentes Ministérios da República possam estar integrados, identificando e dialogando sobre as suas principais dificuldades para operar as políticas públicas.

Por outro lado, saúdo o Dr. Ronaldo Teixeira.

Muito obrigado por sua presença, Dr. Ronaldo!

S. Sª representa, nesta solenidade, o Governador Tarso Genro. Agradeço mais uma vez a sua presença, pois é um permanente parceiro. Já esteve anteriormente no Ministério da Justiça, com os programas do Pronasci. Hoje, é o nosso elo na Capital Federal.

Então, como dizia, o Governo Federal criou um ambiente apropriado, através de um conjunto significativo de Ministérios, para que seja feito um trabalho, um diagnóstico, um levantamento, da situação da dificuldade de trabalhar as políticas públicas na faixa de fronteira. Por outro lado, desafiou também todos os Estados da Nação a organizar os núcleos da faixa de fronteira.

Agora, no último dia 20, tive a oportunidade, em Porto Alegre, de, juntamente com o Governador Tarso Genro, participar da criação do Núcleo Rio Grande do Sul da Faixa de Fronteira, envolvendo, inclusive, as universidades e outras organizações do Estado, além das prefeituras das cidades gêmeas.

O Governo Federal tem provocado, fundamentalmente, nós, prefeitos. Porque, também, de nada adiantará o empenho do Governo Federal, o empenho do Senado da República, o empenho dos Governadores de Estado ao criar os núcleos, se nós, prefeitos, não estivermos presentes, diagnosticando, dialogando entre nós, e nos articulando junto com o Governo Federal para políticas de desenvolvimento da faixa de fronteira.

Cai muito bem para nós, por exemplo, quando, nesses dias, já temos ouvido vozes dentro do Parlamento brasileiro que levantam a possibilidade da formatação de um PAC para a faixa de fronteira. Então,

Senador Paulo Paim, também estamos trazendo esse tema porque, para nós, não tem forma maior, não tem forma melhor de comemorar o bicentenário da nossa cidade e de valorizar a história do Rio Grande do Sul do que melhorando a vida da população. Dessa forma, estamos convencidos de que estaremos comemorando muito bem a nossa história, a história do Rio Grande do Sul e a história das cidades que compõem o nosso Estado, a nossa faixa de fronteira.

Desde já, queremos manifestar aqui a mais absoluta confiança e a certeza do seu empenho, Senador Paulo Paim, para que, das mais diferentes formas, o Senado da República, o Governo Federal, todos nós, estejamos construindo políticas de desenvolvimento para o nosso País, como efetivamente tem sido feito na sua história, na sua trajetória, com certeza, no sentido de formatarmos uma política adequada, necessária à faixa de fronteira, como o nosso País já tem dado demonstração histórica de uma dedicação especial a determinadas regiões mais empobrecidas do nosso País.

É claro, evidentemente, que queremos dizer que nesse tema da faixa de fronteira há muito mais do que problemas. Os problemas, digamos assim, estão dentro de uma margem histórica. Temos grandes potencialidades, grandes qualidades a serem exploradas na nossa faixa de fronteira.

Encerro, aqui, a minha participação.

Ainda na sequência, queremos passar ao Senador...Passamos tantos anos, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Caminhando.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Caminhando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Construindo. Hoje, você é Prefeito de uma das cidades mais importantes do Rio Grande.

Esses 200 anos têm uma simbologia. Permita-me falar, antes de você terminar...

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Aqui faremos um papo meio solto, nada de formalidades. Embora tenhamos, depois, o carimbo, que foi encaminhado pela nossa companhia de Correios e Telégrafos.

Quero dizer que temos muito orgulho de Bagé. Bagé, inclusive, já foi homenageada no plenário da Câmara dos Deputados. Alguém pode perguntar: mas por que o Paim, pela importância, não fez no plenário do Senado? Resolvi fazer de forma diferente. A Câmara já a homenageou. Nós estivemos lá, nós Senadores, os três Senadores estiveram lá naquele dia. Resolvemos fazer uma homenagem, hoje, aqui no espaço da Comissão – que é presidida por um gaúcho, não tem por que não dizer isso – e aprofundar um pouco mais. No plenário é mais homenagem, fica mais um discurso pela simbologia. Aqui a gente pode falar um pouco mais da realidade da região, da importância desse debate sobre a faixa de fronteira, lembrando Bagé como uma referência, inclusive, da Revolução Farroupilha, como você introduziu. Este é o momento do Mercosul. Nesse novo avanço, o que significa a cidade que chamaria de polo – e por isso é a Rainha da Fronteira – nesse debate da Faixa de Fronteira.

Meus cumprimentos ao Governador Tarso Genro pelas iniciativas já tomadas. Só estou falando neste momento para mostrar a quem está assistindo o porquê desta homenagem. A Câmara já a fez no plenário e nós a estamos fazendo aqui na Comissão de Direitos Humanos.

A palavra continua com o Dudu, o nosso Prefeito – digo logo Dudu. Ele pode me chamar de Paim que não tem nada. Somos parceiros de algumas décadas.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Exatamente. Agora, agreguei o Dudu ao nome. Então, oficialmente, também...

Então, retomando a importância desse debate, faço questão de registrar que estamos juntos com o Senador Paim. Todos nós sabemos do trabalho incansável – tanto na Câmara quanto, hoje, no Senado – que o Senador Paulo Paim dedica aos aposentados e idosos do nosso País. E quero registrar aqui, Senador Paim, que, nas políticas públicas para a pessoa idosa, temos dito a oportunidade em Bagé, naquilo que tange à responsabilidade municipal, de estabelecer grandes avanços.

Uma das primeiras iniciativas que tomamos, além de criar a Coordenadoria da Mulher, a Coordenadoria dos Direitos Humanos, a Secretaria do Meio Ambiente e a Coordenadoria de Relações Internacionais, para ampliar o leque das políticas públicas, considerando a centralidade que dever ter o tema da pessoa idosa nas políticas do nosso País, criamos a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa. Temos lá, já da gestão anterior, do ex-Prefeito Mainardi, o Centro do Idoso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Que eu visitei, um belo centro.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – E foi acolhido, com muita alegria, pelo seu compromisso. Já ampliamos esse Centro do Idoso e estamos trabalhando com sua emenda, que, inclusive, permitirá melhorias.

Esta semana acontecerá em Bagé um seminário internacional Dialogicidade, baseado exatamente no conceito do nosso grande educador Paulo Freire. Lá estaremos debatendo o tema do idoso, o tema da ci-

dade e o da intersetorialidade – por isso, dialogicidade –, com representações, por exemplo, da Alemanha, de Portugal, da Venezuela, do Chile, da Argentina, enfim, dos outros países vizinhos, exatamente fomentando, então, o debate da importância da necessidade das políticas públicas para a pessoa idosa.

Então, evidentemente, para nós, aqui, esta oportunidade é um momento muito importante. E aqui também tem que se fazer um importante registro: quero agradecer, mais uma vez, publicamente – e agradeço na figura do Dom Gílio Felício – à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, quando no ano de 2003, desafiou, na Campanha da Fraternidade, toda a sociedade brasileira e o Poder Público para o tema da pessoa idosa e a necessidade de todos, além das relações familiares, institucionais, enfim, terem políticas para a pessoa idosa.

E a partir dali, inclusive em Bagé, iniciou-se esse trabalho, com a criação do Conselho, com a criação do Fundo, com a criação da Conferência da Pessoa Idosa. E, graças a Deus, hoje também temos lá, em Bagé, a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa. É uma importante ferramenta para a construção da política do idoso e melhoria da qualidade de vida.

Então, encerro aqui esta manifestação, agradecendo, mais uma vez, a oportunidade que o Senado da República nos oferece, de levarmos a história de Bagé já construída, história que estamos construindo, de divulgar o momento extremamente positivo do Município.

E mais um importante registro, Senador Paim: estaremos em Bagé, a partir deste ano, sediando – pela mão do grande diretor Jayme Monjardim – a maior parte da filmagem da obra *O Tempo e o Vento*, do nosso grande Erico Verissimo.

Então, para *O Tempo e o Vento*, temos o ambiente urbano, que é a cidade de Santa Fé. E a cidade de Santa Fé é a cidade cinematográfica; a cidade cenográfica será construída em Bagé, em área pública, no Parque do Gaúcho – que o senhor, inclusive, conhece muito bem. E será uma belíssima construção, uma cidade cinematográfica para as filmagens, mas também para além das filmagens, porque, concluída toda a produção cinematográfica, que ocorrerá entre os meses de março a abril, a cidade de Santa Fé fica como um importante espaço para a cultura, para a história, para o turismo, para a literatura brasileira, para a literatura do Rio Grande do Sul, para a literatura mundial, como pode ser considerada a obra de Erico Verissimo.

Então, mais um importante equipamento que nós conquistamos, que tem exatamente o fundamento de valorizar e destacar a história do nosso Estado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Foi o Prefeito Carlos Eduardo Dudu Colombo, mais conhecido como Dudu Colombo, que a gente recebe com muita alegria, até porque Bagé... Eu – que a visito não digo todos os meses, mas todo ano vou a Bagé; pelo menos uma vez por ano vou lá –, sei da sensibilidade, do corte das diferenças...

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO (*Fora do microfone*.) – Iniciamos agora o convite para a Festa do Churrasco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Festa do Churrasco, no dia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nos dias 4, 5 e 6.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dias 4, 5 e 6, a XIX Festa Internacional do Churrasco. E não tem como eu não dizer que eu gosto de um churrasco. Acho que vou para lá mesmo, nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2011, Parque do Gaúcho, em Bagé.

Muito bem, está aqui o convite recebido. E sei do compromisso, Dudu, porque nós estamos também na Comissão dos Direitos Humanos, da sua administração, do combate ao preconceito contra negro, contra índio, combate para que ninguém seja discriminado por motivo nenhum, inclusive as pessoas com deficiência. Por isso nós lançamos lá o Cantando as Diferenças, que é aquele projeto que foi para a Câmara, tipo um selo de qualidade que já levamos para algo em torno de 400 cidades do Rio Grande, cidades onde de fato haja uma preocupação com os direitos humanos, inclusive com a política das mulheres, que você faz muito bem lá com sua equipe.

Então, meus cumprimentos a todos.

De imediato, passamos a palavra agora... Antes de passarmos para Dom Gílio Felício, Bispo da Arquidiocese de Bagé, que conheço também há algumas décadas – estivemos juntos inúmeras vezes, inclusive, na Bahia, na posse. Quando foi aquela época, na Bahia?

O SR. GÍLIO FELÍCIO (*Fora do microfone.*) – Foi em 1988.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em 1998, estive na Bahia, em um ato com Dom Gílio, um belíssimo ato. E, agora, Dom Gílio está como Bispo da Arquidiocese de Bagé.

Mas qual o convite que teria?

Recebo, neste momento, um convite, e vou lê-lo para socializar:

"Prezado Senador Paim, vimos por meio deste convidá-lo para participar do VI Foro Regional Kizomba, que se realizará de 10 a 12 de novembro na cidade de Rivera, Uruguai, este que se desenvolverá no marco do Ano Internacional dos Afrodescendentes [Olha o

compromisso de que eu falava antes que vocês têm]. E constitui uma instância com espaço para que as autoridades nacionais e regionais expressem os avanços no tema de políticas de equidade racial.

Sua participação é de enorme importância devido ao compromisso que V. Exª tem com a luta pela equidade racial.

Prefeito Dudu Colombo"

Muito obrigado, Prefeito. Já vou aproveitar: vou para o churrasco e vou para a atividade lá, para explicar o Estatuto da Igualdade Racial, que hoje é lei, graças ao Presidente Lula. Foram anos e anos de luta, mas hoje está sancionado e já é lei.

Muito obrigado.

Por favor, Dom Gílio Felício, Bispo da Arquidiocese de Bagé, na verdade, uma grande liderança de todo o País não só na questão do negro, mas também na linha dos direitos humanos. Destaca-se também pela cor da pele e na peleia para que ninguém seja discriminado. Parabéns!

O SR. GÍLIO FELÍCIO – Querido amigo Exmº Sr. Senador Paulo Paim, quero dizer parabéns por esta sessão tão significativa, lembrando e manifestando amor, com o melhor do coração, à nossa querida Rainha da Fronteira. Quero igualmente dizer que Bagé é, sem dúvida, o Município do Rio Grande do Sul lá na fronteira; entretanto, nasceu contribuindo significativamente para o bem da Nação brasileira.

O nascimento de Bagé firma, de certa forma, as fronteiras e estabelece um mecanismo de enriquecimento muito importante, exuberante não só do Rio Grande do Sul, mas também de todo o Brasil. E Bagé também é berço de heróis legendários, que contribuíram muito para a Nação brasileira e para o mundo.

Quero saudar o senhor e os seus colegas Senadores. Quero também saudar, de todo o coração, o meu querido Prefeito e grande amigo Dudu, por esse entusiasmo que tem na condução da nossa Bagé, preocupado com o desenvolvimento econômico e social, preocupado em favorecer o diálogo interreligioso dessa gloriosa comunidade. A preocupação que me toca muito também, que é a preocupação da Igreja no Brasil, especialmente as igrejas católicas de fronteira, é essa dimensão do trabalho que Dudu realiza, olhando não somente para a sua cidade, mas também para a região da fronteira brasileira, querendo, exatamente, intercâmbio e todo um crescimento para a região do pampa ou da pampa que se estende, uma região de uma riqueza imensa. Evidentemente, sonha com muito desenvolvimento, mas mantém uma riqueza que me encantou desde 2003, quando cheguei lá.

Quero saudar também os que estão aqui fazendo parte da Mesa, como o Dr. Ronaldo, representando o Governador Tarso Genro, de quem lembro uma iniciativa muito bonita: a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico, reunindo todas as tendências, as lideranças de todos os matizes, exatamente para que pudessem com ele pensar com muito carinho e com muita proatividade o desenvolvimento do Rio Grande. E eu fui privilegiado com o convite, pois faço parte desse Conselho.

Quero também saudar a delegação que veio conosco de Bagé: de forma especial, Magda Flores, da Secretaria do Desenvolvimento e Kiwal Parera. E, não por último, quero saudar a nossa querida Miss Bagé, Thamires, e os telespectadores.

Eu queria dizer que faço minhas as palavras do Prefeito, lembrando a realidade, os sonhos da bicentenária Bagé, mas digo que, como Bispo da Igreja Católica Apostólica Romana, sinto-me muito à vontade nessa celebração bicentenária, porque a Igreja viu e ajudou Bagé a nascer, batizou Bagé, arranjou um padroeiro para essa Bagé – o soldado da paz, São Sebastião Mártir – e acompanhou, nesses 200 duzentos anos, com suas possibilidades e limites, a vida e a missão dessa querida cidade, preocupada, evidentemente, com a evangelização, a educação da fé, mas trabalhando, nessa evangelização, com a dimensão que se volta para o desenvolvimento integral da pessoa e de todas as pessoas.

E é por isso que estamos presentes em diversos momentos: o momento cultural, social, inclusive político – mesmo a Igreja não tendo um partido político, a Igreja favorece que esses personagens possam trabalhar significativamente para o bem de cada um e o bem de todos.

Amigo Paulo Paim, quero dizer um grande obrigado a você, já que você se entusiasmou com a iniciativa do Prefeito Dudu, trabalhando para concretizar, para fazer alguma coisa de significativo ao Ano do Afrodescendente. Quero agradecer a você não apenas os discursos, mas também a ajuda significativa aos nossos bispos, à Conferência dos Bispos do Brasil, à Pastoral Afro, lembrando o quanto devemos lutar para que o bom, o belo, o verdadeiro desse povo afrodescendente seja significativamente contemplado e para que, de fato, todas as dimensões de trabalho da sociedade se voltem para esse povo que precisa de um socorro para realizar o sonho de cidadania a pleno título, mas que também precisa de uma atenção especial para ser acolhido em sua imensa riqueza.

Eu tenho uma alegria muito grande ao que é hoje o bem-aventurado Papa João Paulo II, que nos visitou três vezes e, em cada momento de sua visita ao Brasil, sempre olhou com muito carinho para o povo afrodescendente.

Na última vez, em 1997, ele fez uma pequena declaração, lembrando que os brasileiros merecem toda a atenção. A cultura, o cultivo de seus valores culturais enriquecem a igreja e, com certeza, vão dar quantidade e qualidade ao processo de cidadania próprio e a tantos outros que hoje vivem à margem do festim da vida.

De todo coração, muito obrigado, Senador Paulo Paim. Muito obrigado, Prefeito e sua delegação, pela atenção dada às religiões, que têm, sim, muito a contribuir para a vida e a missão do povo, inclusive para o intercâmbio entre as nações de fronteira há mais de 20 anos. Aliás, são 25 anos que nossas dioceses de fronteira se reúnem para pensar nas coisas próprias da Igreja e também para ver, estudar como está o nosso povo e contribuir para que não tenhamos, em nossa região de fronteira, algumas coisas que outrora aconteciam, como o ódio, a xenofobia e tantas outras, mas para que tenhamos uma fraternidade que contribua com um desenvolvimento significativo. E, é claro, como lembra um grande pai da igreja, o Santo Irineu, a glória de Deus é o desenvolvimento pleno da pessoa humana.

É isso o que nós desejamos. E, a partir disso, desejo que desça sobre V. Exª, Paulo Paim, sobre toda a querida Rainha da Fronteira e sobre todos os telespectadores a benção do Deus Todo-Poderoso: o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Amém. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o nosso querido Dom Gílio Felício, Bispo da Arquidiocese de Bagé . Eu lembrava com o nosso Prefeito Dudu que, naquela oportunidade, fui à Bahia quando o Bispo foi consagrado Bispo de Salvador, Bahia. Foi naquela oportunidade de um grande evento, quando o Brasil todo se deslocou para lá.

Não sei, mas acho que foi o primeiro, permitam-me que eu diga, bispo negro de uma capital, que foi V. Exª. Estivemos juntos naquela oportunidade.

Noto que os anos passam, eu estou de barba branca, cabelo branco, e ele, nada, continua um jovem lutador! E dizer também de Dom Gílio.

O SR. DOM GÍLIO FELÍCIO – Um bispo auxiliar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, mas foi bispo e fez um belo trabalho lá.

Recentemente, estive lá e recebi o título de cidadão de Salvador. Eles lembraram se o senhor não viria para lá, naquela oportunidade. Eu disse: "Hoje ele não vem, mas em outra oportunidade ele volta aqui."

Quero dizer também, Dom Gílio, que V. Exª me ajudou muito na aprovação do Estatuto do Idoso.

Dom Gílio, via CNBB, me deu uma grande contribuição. Nós visitamos os Presidentes da Câmara e do Senado na época para que o tema fosse pautado e votado. E também no Estatuto da Igualdade Racial. Não foi o ideal que nós queríamos, mas foi um avanço. Nós sabemos que a vida é assim: dando passos, nós vamos construindo uma política de igualdade de oportunidades para todos. Já participamos de debates de salário mínimo, da pessoa com deficiência, enfim. E vamos construindo juntos.

Então, está de parabéns a nossa Bagé por ter Dom Gílio lá! Eu queria que todas as cidades do Brasil tivessem um Dom Gílio, com a sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento social, a distribuição de renda e a política de igualdades.

Eu pediria uma nova salva de palmas para Dom Gílio, porque não é todo dia que a gente consegue trazer Dom Gílio, viu? Ele só veio aqui porque são 200 anos de Bagé. De outras vezes eu tentei, mas a agenda eu sei que é concorrida para todo mundo! (*Palmas.*)

Passo a palavra, neste momento – vou deixar a nossa Miss para a fala final em nome da Mesa –, para o Secretário do Governo do Rio Grande do Sul, Ronaldo Teixeira da Silva, que já esteve aqui em outras oportunidades.

Quero agradecer de público ao Ronaldo, que não é daqueles secretários ou ministros que em tudo cria dificuldades. O Ronaldo convidou: veja, só com certo tempo, atualmente, por causa da agenda, e eu me faço presente. E ele, mais uma vez, está aqui conosco, representando, para alegria nossa, o Governador Tarso Genro.

Com a palavra o Secretário Ronaldo Teixeira da Silva.

Muito obrigado mais uma vez, Ronaldo.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já veio aqui até "pilchado", na Revolução Farroupilha, quando fizemos um debate aqui!

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Viemos a rigor!

Sempre que convocados por um Senador da República estaremos aqui, porque certamente cada convocação que o nobre Senador realiza o faz em nome do Brasil, porque é Senador da República, e especialmente em nome do Rio Grande do Sul, que é o Estado que, aqui em Brasília, neste momento, represento em nome do Governador Tarso Genro.

Então, em nome do nosso Governador, quero cumprimentar a nossa Miss e, legitimamente, Senador, deixar a Miss falar por último porque estamos, definitivamente, na República das mulheres. Desde o advento da nossa Presidente, com o desempenho

que vem mostrando à frente do Executivo federal, isso não deixa dúvidas.

Então, quero cumprimentar a Miss de Bagé; o nosso Prefeito, um Prefeito companheiro não só de inúmeras iniciativas conjuntas com o Governo Federal e com o Governo Estadual, mas também companheiro de partido; os Lanceiros Negros, já que o Senador lembrou a Revolução Farroupilha e o orgulho de estar ao lado de Dom Gílio, acompanhado, obviamente, do Senador Presidente desta Comissão. Então, quero cumprimentá-los em nome da história dos Lanceiros Negros e pela oportunidade de estar em conjunto aqui, em comunhão, falando sobre os 200 anos de Bagé.

É importante também que se registre que este é um espaço, Senador, em que seguramente as palavras não são distorcidas. Então, o Senado Federal, que é uma Casa democrática, tem que ser também valorizado como tal, porque hoje nós observamos, nas mais diversas esferas da comunicação do Brasil – na grande imprensa, na grande mídia – uma necessária, de um lado, e, por vezes, de outro, forçosa formação de opinião pública. E, por vezes, naturalmente essas opiniões vêm eivadas de ideologia, o que também, de alguma forma, é natural, porque todos somos seres ideológicos. No entanto, o Senado Federal nos dá um espaço generoso para que possamos aqui, igualmente, fazer as nossas considerações.

Então, cumprimento também a Casa Senado Federal pela democracia por meio da sua televisão, do seu espaço de comunicação.

O nosso Prefeito Dudu conhece bem – e quero aqui tecer rápidas considerações, pois sempre que instado, eu preparo algumas questões que julgo fundamentais –, mas nós tivemos, em Bagé, dois momentos que são decisivos e fundamentais como símbolos do Governo do Presidente Lula e que agora, em parte, em um dos dois aspectos que irei referir, tem continuidade com a Presidenta Dilma.

Nós tivemos um episódio na área da educação, ou até dois episódios na área da educação, que têm de ser sempre sublinhados por onde passamos: o então Ministro Tarso Genro, na relação com a cidade de Bagé, na relação com a região de fronteira, preocupado com o desenvolvimento regional da metade sul, viu por bem potencializar a área de educação.

Não há nenhuma hipótese de darmos sequência às grandes conquistas que o Governo Lula empreendeu sem que consolidemos de fato um projeto educacional para o País. Por mais que o Governo do Presidente Lula tenha feito, por mais que o então Ministro Tarso Genro – Ministro da Educação na oportunidade – tenha feito, ainda é insuficiente. Tomem isto claramente como uma assertiva: ainda é insuficiente! Por exemplo, debater a participação da educação no PIB nacional continua sendo central.

E olhe, Senador Paim e todos os que nos escutam, nós, quando passamos pela Educação – e posso dizer isso, Dom Gílio, com orgulho, porque fui chefe de gabinete do Ministro Tarso Genro; depois, fui Secretário Executivo do Ministro Tarso Genro e, oportunamente, fui Ministro interino da Educação, também junto ao Ministro titular, Tarso Genro –, lá nós construímos uma política educacional agora continuada pelo Ministro Fernando Haddad, que foi Secretário, colega, naquela oportunidade. Construímos uma política para ecoar para os próximos dez anos, mas ainda assim considero insuficiente o que se tem feito.

Por que digo isso, e aproveito este espaço para sublinhar? Nós instituímos o Fundeb, que é um aumento de vinculação constitucional, e, agora, nós temos aqui, no Congresso, o debate sobre a DRU, que é a busca por mais vinculação. E, às vezes, Senador, não nos damos conta da importância daquele momento para a Nação brasileira. Foi um momento muito difícil, porque, na oportunidade, o Ministro Palocci, que era o responsável pelo Ministério da Fazenda e o responsável pelo equilíbrio macroeconômico do País naquele início de Governo Lula, no primeiro mandato, tinha uma visão contrária a mais vinculação de receita. E vincular receita naquele momento era seguramente se opor a uma visão neoliberal.

Então, a decisão do Presidente Lula de instituir o Fundeb e, portanto, aumentar a vinculação de receita para a educação – e, portanto, entre aspas, mas muito entre aspas, "engessar" o Orçamento, porque era este o argumento da área econômica, e, portanto, neoliberal, engessar através da vinculação da receita – era, seguramente, o grande marco necessário para o Brasil iniciar o seu processo de desenvolvimento. E o Presidente Lula teve a coragem e a sensibilidade de sempre em instituir o Fundeb.

Então, tivemos, naquela oportunidade, a instituição do Fundeb, que não teve efeito ainda. Nós não temos nem dois, três anos de Fundeb, e vamos ter o efeito real de um aporte de mais de 48 bilhões, nos próximos dez anos; 48 bilhões para a educação básica brasileira, nos próximos dez anos. Instituímos, naquela oportunidade, também o ProUni – o Programa Universidade para Todos, hoje, praticamente, com um milhão de jovens bolsistas, que não teriam acesso à universidade, e instituímos a ampliação das universidades federais. Hoje, já são quatorze, desde o Governo Lula, tendo sequência no Governo Dilma. E aqui especialmente uma relação com a fronteira foi decisiva, porque não só tivemos, de um lado, a possibilidade de reconstituir a Urcamp, Prefeito, potencializando a

Urcamp, mas também instituindo campus da Unipampa, com cursos complementares capazes de incidir na educação regional e, por conseqüência, potencializar o desenvolvimento regional daquela grande Bagé, vamos dizer assim, na nossa área de fronteira.

Então, quero sublinhar esse primeiro aspecto que julgo fundamental, porque Bagé, com as suas autoridades, com o seu Prefeito, com a sua iniciativa, foi decisiva para termos a potencialidade da educação naquela região. Então, isso demonstra algo muito interessante, não é? Bagé, que talvez a gente possa ter como uma cidade mais provinciana, por ser de fronteira, mostrou-se uma cidade, um Município cosmopolita, com visão de mundo para poder observar que só é possível se desenvolver com educação.

Outro traço que quero também sublinhar diz respeito a um segundo mandato do Governo Lula, quando o Ministro Tarso Genro já não era Ministro da Educação, mas da Justiça, e eu, por trajetória histórica e lealdade, já não estava mais na educação; estava já na Justiça, ao lado do nosso Ministro, do então Ministro Tarso Genro. E ali tive a honra de ser Secretário – chefe de gabinete, primeiro; depois, Secretário Executivo, especialmente responsável pela coordenação nacional do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. E de novo Bagé se fez presente, instituindo o primeiro gabinete de Gestão Integrada de Fronteira.

A luta que agora a Presidenta começa a travar em relação à segurança de fronteiras tem origem no Pronasci, especialmente tem origem nessa experiência em Bagé, quando não só o gabinete foi exitoso, desde o seu espaço físico ampliado, qualificado, tecnologicamente preparado, até o resultado efetivo, obtido naquela oportunidade. Nós, no primeiro ano de implementação do Pronasci Fronteiras, como chamávamos, já alcançamos 60% de redução dos índices do abigeato. Lembra-se, Dudu? O companheiro Dudu lembra bem, porque, como Prefeito, era o Presidente do GGI, do Gabinete de Gestão Integrada. Então, foi uma ação coordenada entre Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, as forças do Município, além, é claro, da nossa sempre presente Brigada Militar e da nossa Polícia Civil do Rio Grande do Sul.

Esse gabinete integrado nos ofereceu oportunidade de mostrar ao País que é possível ter um controle sobre as fronteiras, e, portanto, inibir o crime e o ingresso, desde armas ilegais, passando pelas drogas e chegando ao crime propriamente dito. Então, é possível inibir. E, de novo, Bagé foi decisiva para implementar uma nova visão de segurança pública que combina, de um lado, ações de segurança *stricto sensu*, com alta tecnologia, repressão qualificada e, de outro, mas de forma combinada, ações sociais de caráter preventivo, capazes de conter a criminalidade nas suas raízes socioculturais.

Só por isso, eu já deveria parabenizar Bagé diante de duas grandes iniciativas na relação com o Governo Federal. E isso mostra a grandeza das suas lideranças; isso mostra a grandeza da liderança do Prefeito Dudu Colombo, que sempre esteve – É bem verdade, com o apoio do ex-Prefeito Mainardi, mas isso também demonstra grandeza política local, porque são lideranças que, em nome da cidade, atuam e não em nome de si mesmos, como projeto político pessoal.

Então, quero aqui, de público, em nome do Governador, mais uma vez, referir e cumprimentar essas duas iniciativas, acrescentando ainda mais alguns aspectos que julgo necessários nesse espaço.

O nosso Dom Gílio referiu-se à questão religiosa. Isso também insere Bagé de um modo diferenciado. O nosso Prefeito referiu-se à questão do idoso, mais uma vez mostrando o cosmopolitismo da visão bageense. Quando eu me refiro aos Lanceiros Negros, antecedendo o convite não só para o churrasco, para o qual espero ter também essa possibilidade, mas antecedendo a referência ao convite para o seminário sobre os afrodescendentes, o que renova o cosmopolitismo que aqui sublinhei de Bagé. Demonstra, então, essa pluralidade extraordinária.

E, para confirmar isso, nós precisamos lembrar um pouco da arte e da literatura, que sempre carrego comigo por prerrogativa de formação. Como a minha formação é na área da linguística e das letras, sempre lembro, quando o meu conhecimento autoriza, é claro, o que há de arte e de literatura de envergadura nacional e internacional nas regiões onde se processam esses debates.

Mas é preciso referir, do ponto de vista artístico, a Glauco Rodrigues, que nasceu em Bagé, em 1929, e que foi um artista que ganhou uma dimensão ao lado do Carlos Scliar, de Vasco Prado, e chegou à dimensão de entregar a pintura para o Papa João Paulo II, intitulada A primeira Missa do Brasil. Às vezes, a gente lembra que esse quadro, ao ser entregue, foi um momento bonito para o Papa João Paulo, quando esteve no Brasil, em 1980. E a gente valoriza o quadro A Primeira Missa do Brasil, valoriza a história, valoriza o próprio Papa João Paulo II, que recebeu o quadro e esquece, com o tempo, que foi Glauco Rodrigues, um bageense que pintou o quadro, teve a oportunidade de fazê-lo e de entregar ao Papa João Paulo II.

Também sublinho, então, a referência que o Prefeito Dudu faz a *O Tempo e o Vento*. Decididamente, Bagé é a cidade dos Verissimo, não é? Porque, se um lado, *O Tempo e o Vento* foi escrito pelo Erico, pai; *O Analista de Bagé* foi escrito pelo filho, o Luis Fernan-

do. Então, decididamente, é a cidade dos Verissimo, o que é um orgulho extraordinário. O Erico, na década de 30, certamente, no famoso romance de 30, foi talvez, ao lado de Euclides da Cunha e Guimarães Rosa, um dos principais romancistas do modernismo brasileiro, do romance de 30, e, com certeza, o Luis Fernando é o maior cronista brasileiro vivo. E constituir, a partir de Bagé, uma visão de mundo não é menor. É importantíssimo para a cidade. E quando o Luis Fernando Veríssimo foi homenageado em Bagé, foi muito significativo, porque às vezes a gente deixa passar também algumas considerações.

O analista, todos conhecemos, é um psicanalista freudiano que se diz ortodoxo, mas que tem iniciativas heterodoxas como o joelhaço. Mas o Luis Fernando Verissimo, quando indagado sobre a figura do bageense, porque ele se inspirou ali para instituir um analista que, em tese, é sempre um homem mais sensível, mais intelectualizado, respondeu que o traço fundamental do analista era a sua honestidade, era a sua lealdade. Então, parece-me que isso também é um símbolo que a cidade tem de usar, tem de apresentar, porque está marcada na história da literatura brasileira com esse personagem extraordinário do Luis Fernando Verissimo.

Então, se nós considerarmos, Senador, que o tema religioso está presente, que o tema do idoso está presente em Bagé, que essa pluralidade, que os Lanceiros Negros, que a Revolução Farroupilha, que 200 anos, que o Glauco Rodrigues, que os Verissimo, se tudo isso existe – a educação, como me referi, a segurança com cidadania, como novo conceito nessa área – se tudo isso é verdade nesses 200 anos, parece-me ficar comprovada a tese que foi cunhada, em 1836, em plena Revolução Farroupilha – quando o General Neto vence talvez uma das principais batalhas da Revolução, sem a presença do Bento, mas vence instituindo na Região de Bagé a bandeira tricolor gaúcha, a referência à bandeira tricolor gaúcha – a tese, então, que se processa a partir dessa vitória, comandada pelo General Neto, que nascia, naquele momento, o espírito rio-grandense.

Então, parece-me que o orgulho, que é de todos os gaúchos, de ser gaúcho, nós podemos dizer que, nesses 200 anos, de fato, começou em Bagé.

Parabéns, Prefeito! Parabéns à nossa cidade! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O nosso Secretário de Estado do Rio Grande do Sul, representando o Governador, o Ronaldo, o Prof. Ronaldo, permita-me, que mais uma vez nos dá uma aula de conhecimento, voltando ao passado, no presente e projetando já o futuro. Grande Ronaldo!

Neste momento, vou passar a palavra à Miss Bagé 2012, Thamires Sonaglio.

Muito bem, Thamires com a palavra.

A SRª THAMIRES PEREIRA SONAGLIO – Em primeiro lugar, bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar, de forma especial, o Senador Paulo Paim, por esta sessão, por esta importante iniciativa na comemoração dos 200 anos de Bagé. Nós ficamos muito honrados. Eu gostaria de cumprimentar também o Bispo Dom Gílio, que é um importante líder da nossa comunidade, nosso querido líder. Eu gostaria de cumprimentar também o Dr. Ronaldo Teixeira pela presença. Obrigada.

E também, de forma especial, quero cumprimentar o Prefeito Dudu. Quero agradecer pela oportunidade de estar aqui e dizer que nós que moramos em Bagé conseguimos ver todo esse trabalho que foi dito de frente. Nós conseguimos enxergar isto, todo esse avanço e esse salto para o futuro que o senhor conseguiu fazer na sua gestão em Bagé.

Então, aproveito a oportunidade também para convidar todos para o maior churrasco do mundo, que é a IX Festa do Churrasco, que acontece em Bagé, nos dias 4, 5 e 6 de novembro, no Parque do Gaúcho. Nós esperamos todos vocês. Ficaremos muito felizes com a sua presença!

Muito obrigada e bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Com muita competência aqui, ela mostra não só a beleza da mulher do Rio Grande, de Bagé e região, mas também a inteligência, a capacidade. Eu tenho sempre enfatizado isso. Às vezes, para a mulher, pela sua beleza – e está aqui uma miss –, muitos olham só para a beleza e não conseguem perceber – é até uma forma de discriminar – a capacidade intelectual e a desenvoltura, como ela, que pegou o microfone, deu o recado dela, rápido e certeiro, eu diria.

Eu acho que essa é uma homenagem a toda a mulher brasileira que, às vezes, é discriminada pela beleza, como se só a beleza fosse importante. Pela beleza e pela capacidade intelectual que você aqui mostrou, uma salva de palmas, à Thamires. (*Palmas.*)

Pode falar.

Está com a palavra o Prefeito.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Nós estamos, então, já nos encaminhando para aquela atividade relacionada ao selo e ao carimbo dos 200 anos de Bagé. Eu não sei se antes ou depois, mas nós queremos deixar aqui uma lembrança, uma lembrança em nome do povo de Bagé ao Senador Paulo Paim.

Não sei se o fazemos agora ou na sequência. Pode ser agora?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode ser agora, para, depois, irmos para o selo. Vamos dar a palavra, inclusive, a quem chegou aqui, o nosso amigo e Líder que está conosco aqui Larry Manoel Medeiros de Almeida, que é o Vice-Presidente de Gestão de Pessoal dos Correios, para prestigiar os 200 anos de Bagé.

Se quiserem podem se aproximar um pouquinho mais para cá.

O Prefeito está com a palavra, Dudu Colombo. Em seguida falará então o Larry; na sequência, teremos então a homenagem a Bagé, com o selo de 200 anos e o carimbo também de 200 anos.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Nós queremos, em nome de toda a população da nossa bicentenária Rainha da Fronteira, fazer uma entrega aqui ao Senador Paulo Paim, de um exemplar do nosso Plano de Desenvolvimento Econômico.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem: Plano de Desenvolvimento Econômico, Bagé, 2011 – 2031, um belo exemplar, que mostra um projeto de longo prazo e não somente para essa ou aquela gestão. Parabéns!

Recebo com alegria, para os Anais da Casa.

Continua com a palavra o Prefeito Dudu.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Então, na sequencia, quero, juntamente com a Thamires, fazer a entrega, e com Dom Gílio, ao Senador Paulo Paim, de um produto, um presente que reflete também a capacidade e a criatividade do nosso povo bajeense.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É uma bela obra de arte! Desculpe quem está vendo lá em casa, mas isso vai para o meu gabinete e só vai para casa quando eu deixar de ser Senador. Vai ficar colado comigo no meu gabinete.

Uma salva de palmas para quem fez a obra, pois é uma obra de arte! (*Palmas.*)

Quem chegar ao meu gabinete, a partir de hoje, vai encontrar, ao lado da foto da Presidente Dilma e do Presidente Lula. Vai estar lá! Muito obrigado.

Peço à Assessoria, se puder, com todo o cuidado e com todo o carinho, pois é uma obra de arte. É linda mesmo. Leva lá para o gabinete; coloque entre o Lula e a Dilma.

Eu tenho no meu gabinete, Ronaldo, uma foto, naturalmente, do ex-Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Esse relógio vai estar entre os dois, unindo.

Neste momento, vamos passar a palavra ao Vice-Presidente de Gestão de Pessoal dos Correios, nosso amigo, conhecido há longos anos também, com quem temos dialogado muito em todos os momentos, até em momentos de greve, não é, Cantuária? Lembra, Cantuária? Cantuária era dirigente sindical e muitas vezes ajudou na mediação das greves também, como dirigente e como líder. E hoje é um dos representantes aqui na sala dos Correios: Manoel dos Santos Cantuária, assessor parlamentar da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, que aqui está também na representação. Agora chegou aqui, para nossa alegria, o próprio Vice-Presidente, para participar dessa atividade de 200 anos de Bagé.

E dizer para os meus amigos dos Correios e Telégrafos que, na votação última que houve, eu votei "sim" e o Cantuária foi o que mais me convenceu, dizendo: "Ó Paim, eu sou dirigente sindical eterno. Tu achas que eu iria estar defendendo essa tese, pedindo para tu votares conosco, se trouxesse algum prejuízo aos trabalhadores ou à companhia?" Acabei votando; então, se eu levei depois uma pauladinhas tu foste o culpado. Mas votei com consciência, já que, com os argumentos que vocês trouxeram, fiquei muito tranquilo no meu voto.

Neste momento, quero passar à palavra ao nosso querido Larry Manoel Medeiros de Almeida, que é Vice-Presidente, representando, enfim, os Correios.

Vocês dirigem. A partir da palavra ao Larry, vocês coordenam.

O SR. LARRY MANOEL MEDEIROS DE ALMEIDA – Quero, inicialmente, aqui saudar o nosso amigo, parceiro de muitos e muitos anos – a gente acompanha toda a sua trajetória, Senador Paulo Paim, é uma satisfação muito grande; a Dom Gílio Felício, nosso Bispo da Arquidiocese de Bagé; o Sr. Ronaldo Teixeira, Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul; nossos aniversariantes; nosso Prefeito de Bagé, Carlos Eduardo, o Dudu Colombo – é uma satisfação; nossa Miss Bagé, Thamires – é uma satisfação muito grande.

Trouxe uma pequena carta dos amigos dos Correios, que vou ler em um segundo momento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique bem à vontade e use o tempo que entender necessário.

O SR. LARRY MANOEL MEDEIROS DE ALMEIDA – Muito obrigado.

Nós trouxemos uma cartinha aqui dos Correios, já caminhando para 117 mil empregados dos Correios. Agora, com a contratação do concurso público, estamos contratando mais 10 mil empregados e vamos chegar a 117 mil empregados, o que é uma satisfação muito grande.

Eles me incumbiram de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

É uma boa notícia. É uma boa notícia! São dez mil novos empregos, é isso? (*Palmas.*)

O SR. LARRY MANOEL MEDEIROS DE ALMEIDA – Exatamente. São 9.190 vagas ofertadas em concurso. Agora, vamos chegar a mais de 10 mil contratações seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. LARRY MANOEL MEDEIROS DE ALMEIDA – Essa equipe toda disse: "Olha, como é dos Correios, não deixe de levar a cartinha e ler para essa equipe maravilhosa, principalmente para os bageenses." Em um segundo momento, eu vou passar, então, ao Cerimonial a leitura da carta.

Mas quero dizer da satisfação muito grande, como gaúcho também – é claro, a gente sempre coloca que brasileiros acima de tudo, mas o sentimento da terra, o ufanismo do solo do rincão rio-grandense nos deu uma satisfação muito grande de o Presidente me pedir para representá-lo. Eu disse: "Para mim, será uma grande honra, Presidente, porque é uma grande honra representar o Presidente Wagner Pinheiro". Mas é também uma grande honra falar em nome do povo rio-grandense, do povo gaúcho e fazer essa homenagem à cidade de Bagé!

É uma satisfação muito grande estar participando aqui das comemorações do Bicentenário de Bagé.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Larry!

Esse foi o nosso amigo e companheiro Larry Manoel Medeiros de Almeida, que aqui, como Vice-Presidente, falou inclusive em nome do Presidente dos Correios, para alegria nossa, e mostrou toda essa marca do povo gaudério, do povo gaúcho! Brasileiro sempre, mas gaúcho também: essa frase tem um pouco de regionalismo. O nosso mestre disse: "Bastante!"

Mas eu quero neste momento, conforme entendimento já feito, convidar o Sr. Tito para o lançamento do selo personalidade, carimbo dos 200 anos de Bagé.

Passamos ao cerimonial dos Correios, Sr. Tito Lívio de Aquino. Está com a palavra.

O SR. TITO LÍVIO DE AQUINO – Senhoras e senhores, o Ministério das Comunicações e a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos lançam, nesta oportunidade, o selo personalizado e o carimbo comemorativo alusivos aos 200 anos de Bagé.

O selo personalizado é composto de duas partes: na primeira, aparece em destaque a Bandeira Nacional, encimada pelas flores do Ipê amarelo, árvore símbolo nacional contornada pelo mapa do Brasil. Na segunda, a logomarca dos 200 anos de Bagé. O selo personalizado será obliterado com o uso do carimbo comemorativo, alusivo à data.

O carimbo comemorativo, lançado nesta solenidade, destaca a mesma temática do selo, com a logomarca dos 200 anos de Bagé, com o lema "um salto para o futuro", circundada pela inscrição 200 anos de Bagé, Rio Grande do Sul e também Correios, Brasília, Distrito Federal, 24 de outubro a 22 de novembro de 2011, aludindo ao local de lançamento e período de utilização do carimbo comemorativo.

Para conduzir o ato de lançamento do selo personalizado, convidamos o Vice-Presidente de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Larry Manoel Medeiros de Almeida, a se posicionar junto à mesa do lançamento.

Neste momento, o Vice-Presidente dos Correios convida para a primeira obliteração o Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

O Senador Paulo Paim recebe, das mãos do Vice-Presidente dos Correios, um álbum que contém as peças filatélicas ora lançadas.

Para a segunda obliteração do selo, o Vice-Presidente dos Correios convida Dom Gílio Felício. (Palmas.)

Da mesma forma, Dom Gílio recebe das mãos do vice-presidente um álbum contendo as peças.

Para a terceira obliteração, o Vice-Presidente dos Correios convida o Prefeito de Bagé, Sr. Dudu Colombo.

O Vice-Presidente entrega ao Prefeito Dudu álbum contendo as peças filatélicas. *(Palmas.)*

Para a quarta obliteração, o Vice-Presidente dos Correios convida o Secretário de Estado da Representação do Governo do Rio Grande do Sul em Brasília, Sr. Ronaldo Teixeira da Silva.

De igual modo, o Vice-Presidente entrega ao Secretário Ronaldo um álbum contendo as peças filatélicas. *(Palmas.)*

Para a quinta e última obliteração, o Vice-Presidente convida a Miss Bagé, Thamires Sonaglio.

Thamires Sonaglio recebe, das mãos do Vice-Presidente, álbum contendo as peças filatélicas ora lançadas. *(Palmas.)*

Senhoras e senhores, encerrando este ato de lançamento do selo personalizado e do carimbo comemorativo alusivos aos 200 anos de Bagé, ouviremos as palavras do Vice-Presidente de Gestão de Pessoas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Sr. Larry Manoel Medeiros de Almeida.

O SR. LARRY MANOEL MEDEIROS DE ALMEIDA – Como representante dos Correios, eu não poderia deixar de ler aqui a nossa missiva destinada ao povo bageense por ocasião seu aniversário.

Eu queria aqui, então, colocar, em nome do amigo e Senador Paulo Paim, do Prefeito de Bagé, Carlos Eduardo Colombo, o Dudu...

Cumprimento as demais autoridades presentes e, em especial, todos os bageenses por esta data tão especial. Essa é uma audiência em homenagem ao bicentenário de Bagé, localizado no meu querido Rio Grande do Sul:

"Nós, dos Correios, presentes em todo território nacional, não poderíamos nos furtar de participar dessas homenagens que estão ocorrendo ao longo deste ano a esta cidade conhecida carinhosamente por Rainha da Fronteira.

Bagé, ao longo da sua história, tem dado relevantes contribuições para o Estado do Rio Grande do Sul e para o País. Famosa por sua vocação agropecuária, Bagé, ao longo desse último período, transformou-se também em polo educacional, de saúde e cultural.

A figura de um gaúcho, como podemos ver no selo, saltando com um cavalo e a inscrição "um salto para o futuro", ilustrada no selo comemorativo, é muito mais do que uma homenagem. É a certeza de que Bagé e seu povo estão preparados para enfrentar os desafios do presente e os que virão com determinação, sabedoria, inovação e criatividade.

Bagé, fundada em 17 de julho de 1811, merece o nosso reconhecimento."

Em nome da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e do Ministério das Comunicações, saúdo o bicentenário e desejo prosperidade à Rainha da Fronteira!

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Vice-Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios, Sr. Larry Manoel Medeiros de Almeida, que nos brindou com este belo ato, lembrando 200 anos de Bagé com selo e com carimbo.

Recebemos, com muita alegria inclusive, um exemplar que fala dos selos personalizados, que mostra um pouco dessa história bonita dos selos.

Neste momento, vamos para as considerações finais dos nossos convidados.

Vamos começar invertendo. Começa o nosso professor, mestre, representante do Governador, o Secretário Ronaldo, para suas considerações finais, pelo tempo que assim entender.

O SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA – Senador Paulo Paim e todos os nossos integrantes desta Mesa, o Prefeito, a Miss, Dom Gílio, agora o Vice-Presidente dos Correios, parece-me que a simbologia do selo de alguma forma sintetiza a importância de Bagé e a importância de comemorar 200 anos.

Duzentos anos significa dizer que há uma história e uma trajetória de uma comunidade que precisam ser devidamente aqui reverenciadas e valorizadas. Parece-me que nosso Prefeito Dudu Colombo tem, na sua liderança frente à Prefeitura, representado dignamente os destinos dos bageenses. Isso é fundamental para que a gente possa, de fato, acreditar na possibilidade de transformar o nosso Rio Grande do Sul no Rio Grande do Sul do Brasil e do mundo, como quer o Governador Tarso Genro. Não há possibilidade de se ter o Rio Grande do Sul do Brasil e do mundo sem ter a metade sul à altura das grandes nações Municípios de todo Brasil.

Então, quero aqui registrar, em nome do Governador do Estado, Tarso Genro, meus cumprimentos oficiais a Bagé pelos seus 200 anos. Parabéns, Dudu Colombo!

Mais uma vez, parabéns, Senador Paim, por oportunizar a todos os gaúchos e gaúchas este espaço, em que podemos divulgar não só a nossa cultura, como também as nossas iniciativas, os nossos pensamentos, fazendo com que o Senado também seja do Sul do Brasil e do mundo.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Secretário de Estado Ronaldo Teixeira da Silva, que aqui representou e falou em nome do Governador Tarso Genro.

Passamos a palavra neste momento a nosso querido Dom Gílio Felício, Bispo da Arquidiocese de Bagé, no Rio Grande do Sul. Ele é Bispo do Brasil e do mundo, pronto.

O SR. GÍLIO FELÍCIO – Nosso grande poeta Mário Quintana lembra de forma muito simples, em uma série de versos sobre o nosso dicionário, que hoje tem "h", ontem não tem "h" porque o que importa de fato é o dia que virá.

Na verdade, queremos agradecer o privilégio que Deus nos dá de estar aqui vivendo este momento de celebração do Bicentenário de Bagé e de estar à disposição para que este momento seja a garantia de um futuro melhor para cada bageense, para todos os bageenses e, como já foi lembrado, a partir daí, para o Brasil e o mundo. Que desça sobre o Prefeito Dudu e sobre toda a Rainha da Fronteira em seu bicentenário, que desça também sobre o Paim, sobre os seus companheiros Senadores e sobre todos aqueles que estão acompanhando esta solenidade a sabedoria, a graça e a bênção do Deus Todo-Poderoso, o Pai, o Filho e o Espírito Santo.

Amém. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Dom Gílio Felício, Bispo da Arquidiocese de

Bagé, com as suas considerações finais, iluminando a todos nós, lembrando a energia positiva do universo e a força de Deus para guiar nosso caminho – aqui repetimos –, não só de Bagé, mas também dos gaúchos, do Brasil e da humanidade.

Parabéns, meu querido Dom Gílio!

Então, para suas considerações finais, neste momento passamos a palavra à Miss de Bagé 2012, Thamires Sonaglio.

A SRª THAMIRES PEREIRA SONAGLIO – Bom, mais uma vez, então, agradeço o privilégio desta sessão. Nós bageenses nos sentimos muito honrados.

Obrigada também pela presença de todos aqui. Nós ficamos muito felizes e verdadeiramente orgulhosos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Thamires.

Essa foi a Thamires, Miss Bagé 2012, agradecendo a todos por essa atividade.

Então, neste momento, eu passo a palavra ao nosso querido Larry Manoel Medeiros de Almeida, Vice-Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios, para que depois o Prefeito Dudu encerre esta audiência pública.

O SR. LARRY MANOEL MEDEIROS DE ALMEIDA – Senador Paulo Paim, eu quero registrar aqui, nas palavras de Dom Gílio, o presente de nós estarmos aqui hoje, na condição de Vice-Presidente dos Correios e também participando deste momento tão nobre, que é fazer com que os Correios realmente participem ativamente das atividades do Bicentenário de Bagé.

É uma satisfação muito grande, Dom Gílio, é um presente de Deus a gente realmente estar aqui participando.

Eu queria fazer também um comentário em relação ao selo. O selo é objeto de desejo de todos os filatelistas do mundo inteiro. Então, quando os Correios emitem um selo, ele acaba transpondo as fronteiras brasileiras, buscando o mundo inteiro e levando a importância de Bagé, levando a importância de nós estarmos registrando o bicentenário de uma cidade que é a Rainha da Fronteira, mas que também, pelo seu histórico, é uma das sentinelas da nossa fronteira do extremo sul.

E como nós tivemos também familiares – meu avô de Jaguarão, padrinho de Bagé, minha mãe de Pelotas –, para nós que viemos daquela metade sul, realmente esse presente, Dom Gílio, é um presente de Deus e se torna mais importante ainda.

Então, esse selo vai percorrer o mundo inteiro mostrando O Bicentenário. Os filatelistas são ávidos por selos da mesma forma que os numismatas pelos carimbos. O carimbo também é objeto de desejo porque vai também ser peça de acervo em todo o mundo.

Essa é uma forma de os Correios contribuírem fortemente nessa passagem de 200 anos dessa cidade próspera que nós conhecemos tão bem, que é Bagé.

Parabéns, mais uma vez, Prefeito! Parabéns, nossa Miss! Parabéns a todos os bageenses!

Reforço o salto para o futuro. E o futuro, realmente, começa em Bagé.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT - RS) – Esse foi o Vice-Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios representando o Presidente, o nosso amigo Larry Manoel Medeiros e Almeida.

Quero dizer, Larry – permita-me que eu diga neste momento – que, quando nós pensamos, pensamos na questão do selo e do carimbo. Eu estou me referindo ao meu gabinete. Mas quero dar agora a origem do processo. Quando nós ligamos para os Correios, disseram: "Chegou atrasado, Senador. Está todo o povo de Bagé já aqui, articulando o carimbo e o selo".

Eu disse: "Então, vou me somar. Só vou pegar a mesma carreta". E, daí, disseram: "Fique tranquilo. O senhor só reforça e vai sair, sim, o carimbo e o selo". Então, parabéns a sua equipe. Quando eu pensei já estava tramitando lá dentro. Parabéns a toda equipe do Prefeito! (*Palmas.*)

Eu só vim me somar. Falei com o Cantuária, falei com Larry: "Senador, já está encaminhado aqui. O seu pedido só reforça. Vai sair o selo e vai sair também o carimbo".

Está aí o belo exemplo, a criação, uma arte do cavalo e o salto para o futuro. É uma beleza de criação. Meus cumprimentos!

Então, neste momento, passo a palavra ao nosso querido Prefeito Dudu Colombo, de Bagé, para que faça as considerações finais, em nome da Mesa e do Plenário.

Depois, vamos encerrar a reunião.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Com muita alegria, alegria do tamanho dos 200 anos da nossa Rainha da Fronteira, quero agradecer a presença de todos, a assessoria da Casa, que tão dedicadamente criou todas as condições para que pudéssemos estar realizando esta sessão. Quero agradecer àquelas pessoas lá em Bagé, que também trabalharam para que nós pudéssemos estar hoje realizando esta sessão e divulgando os 200 anos de Bagé para todo o nosso País.

Quero, muito fraternalmente, agradecer a presença do nosso amigo Dr. Ronaldo Teixeira, o nosso amigo Dr. Nado, de tantas e tantas iniciativas importantes na gestão do Presidente Lula e que permitiu que tantos e

importantes benefícios pudessem chegar à nossa cidade e também à nossa região, conforme foi relatado aqui, nesta sessão. Quero agradecer a sua presença, a sua palavra, em nome do Governador Tarso Genro. Sabemos da dedicação e do empenho do Governador, que, inclusive, já fez em Bagé uma das primeiras interiorizações do governo estadual.

Muito obrigado. Com certeza – os convites estão aqui, Dr. Ronaldo –estaremos imediatamente lhe repassando e contando com a sua presença em nossa Festa Internacional do Churrasco.

Quero também...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E também no evento dos afrodescendentes...

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Também no evento em Rivera, exatamente. Com certeza, estará lá participando.

Quero agradecer mais uma vez a presença, o apoio, as palavras do nosso Bispo Diocesano Dom Gílio Felício, esta que é uma das grandes figuras da nossa cidade.

Dom Gílio, aonde vai o caminho é o caminho da profecia e da alegria evangélica. Isso, com certeza, compõe um importante ambiente na nossa cidade, na nossa região, até onde o seu trabalho alcança. Muito obrigado também por mais uma importante presença sua no cenário dos 200 anos de Bagé.

Quero agradecer e cumprimentar também aqui a nossa Thamires, Miss Bagé, uma beleza e inteligência que, como muito bem foi registrado nesta sessão, de forma tão importante e grandiosa, divulga a nossa cidade e insere-se também, como inseriu-se nesta sessão, nos importantes eventos dos 200 anos de Bagé.

Muito obrigado, Thamires, por sua companhia, por sua presença.

Quero cumprimentar também e agradecer ao Larry Manoel, Vice-Presidente de Gestão de Pessoas dos Correios. Quero dizer, Larry, que os 200 anos de Bagé são parte importante da história do Brasil e são parte importante também da história das nossas vidas. Que bom que, nesses 200 anos de história, nós possamos olhar para a história recente de Bagé e ter gravadas, na história de Bagé, mobilizações, em determinados momentos, pela manutenção dos Correios como uma empresa pública e estratégica para o nosso País.

Lá em Bagé, também foi levantado, em outros momentos da história do nosso País, a defesa da sociedade, a defesa do movimento sindical pela manutenção dos Correios como empresa pública e estratégica para o nosso País, e, para alegria e satisfação nossa, engajada nos 200 anos, levando, então, por meio desse selo, parte da grandeza da história da nossa cidade. Evidentemente, também da história do nosso Estado, do nosso País e dos cidadãos e das cidadãs que contribuíram e que contribuem para esses 200 anos.

Por fim, quero aqui cumprimentar e agradecer a essa grande personalidade dos movimentos sociais, dos lutadores sociais e da política digna do nosso País.

Sempre que tenho oportunidade, digo que vir a Brasília e encontrar o Senador Paulo Paim é encontrar um irmão do povo brasileiro. O Senador Paulo Paim é um irmão do povo brasileiro pelas lutas em defesa das pessoas portadoras de deficiência, das pessoas excluídas por questões raciais, pelos idosos, por todos os homens e mulheres deste País. (*Palmas.*)

Portanto, eu sempre digo, quando tenho oportunidade – e lá eu divulgava que esta sessão está sendo promovida pelo Senador Paulo Paim. E eu, com muito orgulho, chamo a esse companheiro de irmão do povo brasileiro, pelo seu compromisso, plenamente demonstrado durante toda a sua trajetória de vida.

Então, aqui o nosso agradecimento porque, entre todas as suas lutas, todos os seus temas – a sua agenda, que não é estadual, é uma agenda nacional e, muitas vezes, uma agenda internacional –, coube, no Senado da República, por meio da sua mão, o espaço para que estivéssemos divulgando, comemorando, celebrando os 200 anos da nossa Bagé, bicentenária Rainha da Fronteira.

Muito obrigado, Senador Paulo Paim! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Dudu Colombo, Prefeito de Bagé, pelas palavras. Olhe, eu gostei: irmão do Brasil eu nunca tinha ouvido, mas gostei muito. Irmão do povo brasileiro!

Permitam que eu diga rapidamente que acabei tendo uma relação com Bagé muito forte. E vou lembrar um episódio. Estava havendo uma...

V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. CARLOS EDUARDO DUDU COLOMBO – Na Câmara dos Deputados, o Deputado Paulo Paim era um irmão, um dos irmãos maiores do povo brasileiro. Hoje, é um irmão mais velho do povo brasileiro: está no Senado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado. Já estou no Estatuto do Idoso e usufruindo dele.

Mas deixem-me só rapidamente falar de um episódio que me marcou muito. Eu havia assumido a Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, e lá em Candiota, na região de Bagé, há greve na construção da usina, mais ou menos 10 mil trabalhadores.

Eu pensei: mas eu apenas assumi o sindicato de Canoas. Como é que eu vou mediar ou interferir em uma greve lá em Bagé? A minha consciência pesou:

"Não, você é presidente do sindicato de Canoas, mas você é um sindicalista; você tem de olhar para o conjunto da obra, para todos os trabalhadores."

Eu perguntei: qual é o motivo da greve? É que estavam morrendo trabalhadores na construção da usina. Eu disse: bom, isso aí, então, não tem mais limite. Mandei-me para Bagé, e lá quem me recebe? O Dudu e o Mainardi me recebem. Disseram-me: "Paim, a situação é essa. E os trabalhadores me mandaram uma carta com centenas de assinaturas. E tu és muito bem-vindo aqui".

Ambos, na época, eram só líderes na região, mas não eram prefeitos, não eram vereadores, não eram nada. Aí, me convoca também depois – e vou citar aqui, por questão de justiça – o hoje ex-marido da Presidenta Dilma, o Carlos Araújo, que era Deputado Estadual. Ele disse: "Paim, acho que é importante tu ires lá, e eu vou contigo!" O Carlos Araújo foi comigo.

Em resumo, ficamos lá 12 dias. O Dudu, o Mainardi, o Bagé – eu me lembro do Bagé, do Sidenir, que é Secretário do Governo lá. Ô Bagé, parabéns, Secretário Juventude, Esporte e lazer, que é o Sidenir, a quem eu chamava de Bagé. E ele é até hoje Bagé!

Eu sei que ficamos 12 dias lá, paramos de fato a obra e dissemos o seguinte: "A obra não retoma!" E olha que não era aumento de salário e, sim, condições de trabalho para o nosso povo.

Estávamos lá: o Dudu estava junto, eu me lembro muito do Mainardi e do Carlos Araújo. E havia outro cidadão lá, que era um vereador da cidade, de quem eu não me lembro aqui agora, mas que também estava conosco – sei que não é mais vereador. Ele também era do PDT esse vereador. Ele era advogado, mas não me lembro do nome. Mas ele sabe que eu quis fazer justiça a ele aqui também. Está em uma foto que tenho até hoje em meu gabinete.

No fim de 12 dias, voltamos ao trabalho normal. Aprovamos estabilidade para uma comissão de fábrica, porque era preciso fiscalizar. A peãozada morria dentro da obra: já havia morrido uma meia dúzia!

Resultado: dali para frente, não faleceu mais ninguém; ninguém mais morreu!

Eu vou ter que contar aqui, porque é coisa do passado. A gente dizia só o seguinte: "Ninguém pode furar a greve". E se alguém furar? A gente dizia: "Olha, aconteceu um fato que a gente não quer que se repita. Então, que ninguém fure a greve!"

Essa era a mensagem da peãozada, não era eu quem estava dizendo. Um dizia para o outro: "Olha, a gente está fazendo a greve por um motivo. Quem furar a greve pode aumentar a lista daqueles que estão no caminho, pode aumentar a lista do motivo da greve!"

Resultado: ninguém furou a greve! Uma posição democrática. Não houve um fura-greve!

E, no final, e aqui vou encerrar, fico muito feliz porque recebi – e há a sua assinatura lá –, eles me entregaram um quadro feito em uma caixa de papelão. Um dos artistas pintou um quadro de São Sebastião, com aquelas flechas. Todos assinaram e me deram. E eu voltei com aquele troféu para Canoas, feliz da vida.

Um viva a Bagé! Um viva aos trabalhadores! Um viva à luta em defesa daqueles que mais necessitam, porque sei que é um compromisso de todos nós.

Um viva aos 200 anos de Bagé!

Está encerrada a reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 58 minutos.)

ATA DA 79ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 25 DE OUTUBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e três minutos do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Marta Syplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Mozarildo Cavalcanti e os não membros Valdir Raupp e Antônio Carlos Valadares.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 82, de 2011–CDH, aprovado em 02/06/11, de autoria do Senador Sérgio Petecão, "com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam, intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda a natureza no Brasil". Convidados: Marcos Roberto Muffarreg, Diretor do Departamento de Administração da FUNASA, em representação ao Senhor Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente da Fundação Nacional da Saúde; Giovanini Evelim Coelho, Coordenador Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em representação ao Senhor Jarbas Barbosa, Chefe da Secretaria de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde; e Aldo Moura, Presidente da Associação DDT, A Luta Pela Vida, Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário de Imprensa do

Condsef - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal. Às onze horas e quarenta e dois minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Sérgio Petecão. Às doze horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente, Senador Sérgio Petecão, devolve a presidência para o Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente resume as seguintes reivindicações apresentadas na Audiência Pública pelos Servidores envolvidos com o uso de pesticidas no combate de endemias: criar um banco de dados acerca dos problemas relacionados aos servidores envolvidos com o uso de pesticidas no combate de endemias; viabilizar o rápido trâmite dos projetos que tratam dos problemas relacionados aos servidores envolvidos com o uso de pesticidas no combate de endemias; dar condições de trabalho aos Servidores e evitar o adoecimento desses envolvidos com o uso de pesticidas no combate de endemias; tratar os servidores doentes por causa do uso de pesticidas no combate de endemias; fiscalização rigorosa do Ministério da Saúde na aplicação de pesticidas no combate de endemias; que a Funasa realize seminário para ouvir os servidores e sua condição de trabalho; que o parlamento reconheça a necessidade de aposentadoria especial para servidores envolvidos com o combate de endemias através do uso de pesticidas; e a realização de uma reunião com composição mista de Senadores e Deputados Federais, no dia 27/10/2011, às 14 horas, no Plenário nº 2, Ala Senador Nilo Coelho, com representantes dos servidores e dos Ministérios da Saúde e Previdência. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças dos Servidores da Funasa e do Ministério da Saúde, de diversos Estados presentes no Plenário. **Extrapauta**. **Item nº 1**. **Requerimento nº 145-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012. Autoria: Senadora Ângela Portela. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Eduardo Amorim, Antônio Carlos Valadares, Mozarildo Cavalcanti e os não membros Deputados Federais Mauro Nazif e Carlos Magno. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e onze minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 79ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 82, de 2011–CDH, aprovado em 02/06/11, de autoria do Senador Sérgio Petecão, "com o objetivo de que sejam prestados esclarecimentos sobre as condições de saúde dos ex-funcionários da Sucam intoxicados pelo DDT durante a utilização desse inseticida no trabalho de campanha contra as endemias de toda natureza no Brasil".

Quero dizer que, no momento em que o Senador Sérgio Petecão, que está se deslocando para esta sala, chegar, ele vai fazer parte da Mesa e vamos dividir os trabalhos.

Foram convidados para esta audiência pública: Marcos Roberto Muffarreg, Diretor do Departamento de Administração da Funasa, em representação ao Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente da Fundação Nacional da Saúde.

Eu convido o Sr. Marcos para que tenha assento aqui à mesa.

Sr. Marcos, por favor, seja bem-vindo aqui. *(Palmas.)*

Convidamos, também, o Coordenador Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em representação ao Sr. Jarbas Barbosa, Chefe da Secretaria de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde, Sr. Giovanini Evelim Coelho.

Seja bem-vindo também. *(Palmas.)*

Este é o Senador Wellington Dias, que vai acompanhar o nosso debate. Ele dá uma saída e volta. As palmas são para ele voltar logo. *(Palmas.)*

Eu sei que ele volta. Quando ele diz que volta, ele volta.

Estamos esperando, também, a chegada – acho que não está conosco ainda – do Sr. Aldo Moura, Presidente da Associação DDT – A Luta Pela Vida.

Pois bem, nós vamos iniciar a nossa audiência. Eu vou fazer uma pequena introdução para situar todos aqueles que estão assistindo à TV Senado, e, pelos canais alternativos da NET, a esta audiência pública.

Enfim, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por iniciativa do Senador Sérgio Petecão, vai debater, hoje, o assunto "DDT – A Luta pela Vida".

O diclorodifeniltricloroetano é um pesticida utilizado desde a Segunda Guerra Mundial para combater os mosquitos causadores da malária e do tifo.

A custos baixos e de fácil acesso, o inseticida já causou sérios problemas de saúde aos funcionários da Superintendência de Campanha da Malária, a antiga Sucam, atual Funasa, isso por causa do uso do produto utilizado por eles.

Na região amazônica brasileira, muitos mata-mosquitos, como eram chamados os funcionários da Sucam, foram vítimas do inseticida.

Com pouco ou nenhum acesso aos meios de proteção à exposição ao produto, hoje, o número de ex-funcionários apresentando sequelas irreversíveis é expressivo.

No Brasil, o uso, fabricação, importação, exportação e comercialização foram proibidos há dois anos, por meio da Lei nº 11.936, de 2009.

O que diz a lei?

Art. 1º É proibida, em todo o território nacional, a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de [eu vou ler, embora, se der alguns tropeços, como a gente fala no Rio Grande, vocês não deem bola] diclorodifeniltricloretano.

Até saiu bem. Eu me saí bem, saí bem.

Em resumo, DDT.

Art. 2º Os estoques de produtos contendo DDT, existentes no País à data da publicação desta Lei, deverão ser incinerados no prazo de 30 (trinta) dias, tomadas as devidas cautelas para impedir a poluição do ambiente e riscos para a saúde humana e animal.

Segundo o Senador Sérgio Petecão, autor do requerimento que motivou esta audiência pública, palavras do Senador Sérgio Petecão: "Até hoje, famílias inteiras padecem com seus enfermos e sem a devida proteção e apoio do nosso Governo." Ou seja, do Governo Federal.

Meus amigos e minhas amigas, enfim, hoje, a Comissão de Direitos Humanos, atendendo a essa provocação positiva, abre, como tem feito, com toda a sociedade brasileira o debate sobre o uso maléfico do DDT pelos antigos funcionários da ex-Superintendência de Campanha da Malária e vamos aqui, claro, buscar caminhos para solucionar as demandas pessoais dos chamados ex-mata-mosquitos, que merecem todo o nosso respeito e acesso a princípios democráticos igualitários que busquem a justiça.

Estamos aqui, como sempre, na nossa caminhada, buscando o respeito aos direitos humanos, à construção de uma sociedade com políticas de igualdade e buscando, sempre, a justiça.

Quero dizer que esta reunião, como tantas outras que tenho feito – esta deve ser, já, a de nº 78, que eu faço neste ano –, tem como objetivo mostrar à sociedade o que está acontecendo com setores da nossa população e quais os caminhos para que a gente construa, via esses caminhos, soluções para atender ao nosso povo, como eu sempre digo, na busca de que ele possa viver e envelhecer com dignidade.

Com essa pequena exposição, nós vamos, de imediato, iniciar a nossa audiência pública.

Vou passar a palavra...

Já chegou o Sr. Aldo Moura.

Por favor, eu queria convidar o Presidente da Associação DDT – A Luta Pela Vida, Aldo Moura, para que venha à mesa.

Já está aí o Aldo Moura? Está aqui.

Seja bem-vindo, Aldo Moura. *(Palmas.)*

Sr. Aldo Moura, nosso convidado.

Eu vou seguir a ordem que me foi colocada pela assessoria da Comissão.

Então, fala em primeiro lugar, o Sr. Marcos Roberto Muffarreg, Diretor do Departamento de Administração da Funasa, que aqui representa o Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente da Fundação Nacional de Saúde.

Está com a palavra pelo tempo que for necessário para fazer a sua exposição. Em princípio, eu tenho dado 15 minutos mais cinco, mas, se for necessário mais, nós vamos, naturalmente, conceder.

O SR. MARCOS ROBERTO MUFFARREG – Eu acho que não.

Bom dia a todos. Bom dia, companheiros, trabalhadores do Ministério da Saúde.

Eu vou pedir licença para ler um breve resumo dos fatos.

A Fundação Nacional de Saúde é junção de várias instituições: Fundação Sesp, que foi criada para cuidar da parte da medicina preventiva e também de saneamento, em 1945 – aqui nem está isso, mas eu sei –, e da Sucam, que veio do antigo DNERu.

A Funasa foi criada pelo Decreto nº 100, de 1991, com a fusão dessas centenárias instituições.

Esse DDT foi utilizado pela Sucam e, depois, pela Funasa de 1950 a 1997. A partir daí, ele parou de ser usado – a partir de janeiro de 1998.

Em 1994, agentes da Funasa no Estado do Pará – em 1994 – passaram a alegar provável intoxicação desse produto, com ações de mais quatrocentos servidores.

Seguindo orientação da presidência da Funasa à época, 1994, foi contratada uma empresa para fornecer medicamentos a esses servidores e fazer exames para verificar se havia ou não essa intoxicação.

A Funasa, na ocasião, examinou servidores nos Estados do Pará, Tocantins, Goiás, Rondônia, Mato Grasso, sempre obedecendo aos protocolos de investigação, criados por um grupo de trabalho de especialistas, oriundos da Fundação Oswaldo Cruz, que é do Ministério da Saúde, e da própria Funasa. Quer dizer, foram contratados especialistas para estudarem o assunto. Esses exames desses servidores foram catalogados com a conclusão de avaliação individual de cada servidor.

Atualmente, existem várias decisões judiciais sobre o tema, favoráveis a alguns servidores e que estão sendo cumpridas nos Estados do Acre e do Maranhão.

Todavia, essas ações de combate e controle de endemias foram transferidas da Funasa para o Ministério da Saúde em junho de 2003. Ou seja, a Funasa, hoje, não combate endemias, e já se vão oito anos. E os técnicos especializados que compunham o Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi) não pertencem mais aos quadros da Funasa também há oito anos; estão, hoje, na Secretária de Vigilância Sanitária.

Os agentes de saúde nos Estados e Municípios foram redistribuídos. Quer dizer, desde 2003, os trabalhadores estavam na folha de pagamento da Funasa, todavia, exercendo atividades nos Estados e Municípios, de forma descentralizada, sob orientação do Ministério da Saúde. Só que ainda pertenciam à folha de pagamento da Funasa. Quer dizer, era uma coisa meio esdrúxula. A responsabilidade da saúde de um trabalhador sempre é do contratante. Não tem dúvida. E o contratante, até o ano passado, era a Funasa, todavia, sob a orientação técnica do Ministério da Saúde. Então, sempre existe essa dualidade em saber onde vai executar esses procedimentos, equipamentos de proteção individual, enfim essa série de coisas. Digo isso porque sou oriundo do Rio de Janeiro, e onde se tem o maior número de agentes de combate a endemias é no Rio de Janeiro. E, lá, eu costumava dizer que os trabalhadores eram filhos de quatro pais: o Estado, para onde eles foram descentralizados; o Município, onde eles exercem efetivamente as suas ações; o Ministério da Saúde, que dá orientação técnica, e o "pai", Funasa, que paga mesada. Então, no sentido figurado, filho de quatro pais. Quase já apanhei com essa brincadeira, mas é uma realidade. A partir do ano passado acabou isso, agora está só com dois pais: o Ministério da Saúde e o Estado. Enfim, a Funasa hoje ainda detém na sua folha de pagamento os aposentados e pensionistas, estes não passaram para o Ministério da Saúde.

Então, a Funasa, hoje, não se exime da responsabilidade jurídica nem tampouco institucional, e há a necessidade de se concluir todo esse processo dentro do Legislativo e dentro das vias judiciais para que se cumpra. Então, a Funasa está aberta a cumprir as determinações que vierem tanto do Legislativo quanto do Judiciário para que se corrijam eventuais problemas que tenha havido no passado.

Esse é um breve relato da Funasa*. (Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Sr. Marcos Roberto Muffarreg, que, inclusive, deixou cópia de sua fala conosco. Depois, poderemos disponibilizá-la a quem interessar possa. Ele deu aqui a posição da Funasa.

De imediato, vamos passar a palavra ao Sr. Giovanini Evelim Coelho, Coordenador-Geral do Programa Nacional de Controle da Dengue da Secretária de Vigilância e Saúde, do Ministério da Saúde, em representação ao Sr. Jarbas Barbosa, chefe da Secretaria de Vigilância de Saúde do Ministério da Saúde.

Por favor, Sr. Giovanini.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paulo Paim.

Quero cumprimentar o amigo Marcos, colega da Funasa.

Inicialmente, eu queria destacar, Senador Paulo Paim, o grande reconhecimento que o Ministério da Saúde tem em relação ao valoroso trabalho desenvolvido pelos nossos agentes de saúde.

Entendemos que, mesmo com toda a tecnologia disponível no mundo, o trabalho humano ainda é um elemento importante para o desenvolvimento de ações de saúde pública, em particular essas doenças de âmbito da saúde pública que são negligenciadas e que, muitas vezes, atingem os mais longínquos rincões deste País.

Eu elaborei uma pequena apresentação, Senador, se o senhor me permitir, e a ideia aqui – obviamente, eu não vou fazer nenhum juízo de valor – é apresentar alguns aspectos técnicos em relação ao uso do DDT e também algumas ações que o Ministério da Saúde vem fazendo na direção de aprimorar, cada vez mais, os aspectos relacionados à atenção à saúde dos trabalhadores do Ministério da Saúde.

Próximo.

Para destacar, primeiro, como já valorizei o trabalho dos nossos agentes, o Brasil é um País que tem mais de 100 anos de experiência em controle de doenças endêmicas.

Estes são alguns exemplos dos resultados alcançados ao longo dos 100 anos, como a erradicação da febre amarela urbana no País, a erradicação da *Anopheles gambiae* no Nordeste do Brasil. *Anopheles gambiae* é um potente vetor transmissor da malaria na África, que, caso fosse introduzido no País, seria um desastre do ponto de vista de saúde pública. Esse vetor foi erradicado. A erradicação do vetor *Aedes ae-*

gypti, em 1957, mas que, lamentavelmente, reinfestou-se em 1976. A erradicação da malária em grande parte do território nacional, com exceção somente da região amazônica, e mais recentemente a eliminação do *Triatoma infestans,* que é o principal transmissor da Doença de Chagas.

Alguns antecedentes em relação ao uso do DDT em saúde pública, o Senador inclusive já me ajudou, já apresentou alguns dados, foi, na verdade, a sua utilização, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando se descobriu a sua efetividade no controle da doença. A sua efetividade principalmente pela sua capacidade residual, ou seja, de se manter nas paredes das residências onde a malária tem uma transmissão intradomiciliar.

Em 1957, a Organização Mundial de Saúde incentiva, por conta dessas características do produto, o processo de erradicação global da malária. E, no Brasil, como já citei, na década de 60, foi iniciada campanha de erradicação da malária, em que se alcançou um grande objetivo, erradicando-se a malária em grande parte do País, com exceção da região amazônica.

É sempre bom destacar que, na década de 30, por exemplo, o Brasil convivia com estatísticas de mais de 50 milhões de casos de malária registrados. A partir do processo de utilização do DDT, obteve-se uma redução importante.

Na década de 70, o DDT era o único inseticida efetivo e disponível para uso em aplicações residuais. Na década de 90, foram incorporados outros inseticidas, particularmente o uso de piretróides. Em 1994, foi interrompido o uso do DDT e, na ocasião, foi realizado um inventário para a incineração controlada desse produto.

Tem um anterior, por favor, acho que o senhor passou mais rápido. O senhor pode voltar, por gentileza.

Destacar também a Lei nº 11.936, de autoria do Senador Tião Viana, que, definitivamente, além daquele ato administrativo de 1994, a questão da importação, fabricação e exportação do DDT, bem como a manutenção dos estoques ficou definitivamente proibido o uso no Brasil.

Próximo.

Eu gostaria de fazer algumas considerações técnicas em relação à questão do DDT.

O DDT, hoje – esse quadro mostra um banco de dados da Organização Mundial da Saúde de uma área chamada Ipcsintox. Esse Ipcsintox é um banco de dados de todos os inseticidas de uso em saúde pública no mundo. E, nesse banco de dados, você tem todas as informações catalogadas em relação ao uso do DDT – reações adversas, riscos para a saúde humana, etc. Então, essa base de dados é pública, que qualquer cidadão pode acessar e que pertence à Organização Mundial da Saúde.

Próximo.

Eu gostaria, mais uma vez, de deixar claro que não estou fazendo aqui juízo de valor. Estou apenas apresentando resultado, o que a Organização Mundial da Saúde fala em relação ao DDT.

Primeiro, a sua utilização nos programas de saúde pública. Ela coloca que o DDT ainda é extensamente utilizado em programas de saúde pública, onde o vetor é suscetível. O seu uso predominante é em aplicações residuais intradomiciliares contra anofelinos, em programa de controle da malária, utilizado em concentrações finais a 5%.

Próximo.

Outra informação é em relação aos trabalhadores expostos ocupacionalmente. Há um relato: "Mais de 150 pessoas expostas profissionalmente, de maneira pesada e prolongada, em fábricas de DDT, foram submetidas a exames médicos exaustivos. Os únicos achados foram resultados pertinentes ao armazenamento e à excreção do DDT e seus metabólicos, em uma moderada excitação das enzimas microssomáticas do fígado".

Próximo.

Outra observação desse banco de dados diz o seguinte:

"Em extensas observações de borrifadores fortemente expostos com e sem roupa protetora não revelaram nenhuma evidência de efeitos nos exames clínicos, quadro sanguíneo e teste de urina."

Próximo.

Agora vou apresentar rapidamente – o Marcos já me ajudou, inclusive, na parte da apresentação – o contexto das demandas dos trabalhadores da Funasa. Nós tivemos um grupo de servidores da Funasa que conseguiu uma concessão de tutela antecipada para garantir o tratamento de servidores, alegando a possível intoxicação pelo DDT.

Na ocasião, a Funasa do Pará, atendendo à medida judicial, a essa tutela antecipada, contratou uma empresa para fornecimento de medicamentos, hotel, para garantir a assistência do pessoal. Uma questão que ficou muito clara é que o serviço médico da Funasa na ocasião não tinha parâmetros suficientes para definir a questão do atendimento médico com a definição de medicamentos para esses servidores.

Por conta desse aspecto, a Funasa, na ocasião, instituiu uma portaria, para estabelecer um protocolo de ação.

Próximo.

Essa foi a Portaria nº 202, de 2001, que criou um grupo de trabalho com especialistas em toxicologia,

grupo esse que teve a participação de especialistas da Fiocruz e de outras instituições e que tinha basicamente dois grandes objetivos: o primeiro de propor um protocolo para definir os procedimentos a serem adotados pela Funasa na avaliação de saúde ocupacional de servidores submetidos à exposição ao DDT. Isso era uma situação prioritária, tendo em vista que não se tinha um protocolo devidamente definido para os procedimentos a serem adotados.

E um outro objetivo foi avaliar os resultados dos exames individuais desse grupo de trabalhadores que conseguiram essa tutela antecipada, exatamente para avaliar o grau de comprometimento da saúde deles e, obviamente, também para estabelecer critérios para implementar um tratamento adequado a cada caso específico diagnosticado.

Próximo.

A principal questão que se colocava na ocasião e que, obviamente, se coloca até hoje é até que ponto a exposição ocupacional ao DDT pode ter comprometido a saúde dos servidores.

Próximo.

O primeiro ponto que é bom destacar é que esse estudo foi o que na epidemiologia falamos de estudo descritivo. Ele não tem o poder suficiente para estabelecer uma relação causal; para isso, são necessários estudos analíticos mais aprofundados. Mas, de qualquer maneira, o protocolo foi aplicado onde, como metodologia, fez-se um levantamento da história ocupacional desses 119 servidores, com dados clínicos e laboratoriais, fazendo-se anamnese, história atual e pregressa, exame clínico geral, exame clínico neurológico, exames laboratoriais, como hematologia, bioquímica, eletroencefalograma, eletrograma, exame toxicológico para definir o nível de DDT no sangue e outros metabólicos.

Próximo.

Alguns resultados. Na avaliação desse grupo, encontrou-se uma diversidade de problemas nesses trabalhadores. E, certamente, essa diversidade de problemas se dá exatamente por conta do trabalho duro – que é o trabalho do agente – e das condições de trabalho em regiões inóspitas.

Então, a avaliação de saúde desses trabalhadores demonstrou na ocasião que pelo menos 77,3% daqueles trabalhadores tinham um histórico de pelo menos um episódio de malária, ou seja, esses trabalhadores, por trabalharem em áreas endêmicas, eram obviamente expostos a diversas infecções ou sucessivas infecções pelo protozoário da malária, que tem, entre outros problemas, impactos relacionados a problemas hepáticos etc.

Alguns aspectos relacionados ao uso de bebidas alcoólicas, pelo menos 42%; 18,5% tinham problemas relacionados a hepatopatia crônica; e ocorrências também outras sintomatologias, como gastrite, diabetes, hanseníase, tuberculose e sífilis. Na ocasião, esse grupo considerou que esses problemas de saúde eram muito mais relacionados ao estilo de vida e também à questão da malária.

Próximo.

Foi feito o exame clínico neurológico nesses servidores, um exame chamado eletromiografia. Desses 62 servidores, 54,4 apresentaram exame normal, e 52 servidores tiveram uma leve anormalidade. Cinco servidores não realizaram o exame.

A conclusão desse grupo ainda: aparentemente, não existe associação entre os achados neurológicos em exposição ao DDT. No entanto, eles fizeram no relatório uma observação de alta frequência do alcoolismo, do uso de medicamentos, cloroquinas, isoniazida e outros.

A cloroquina, Senador, é uma das medicações usadas no tratamento da malária e, como toda medicação, tem efeitos adversos. São produtos que podem determinar os problemas neurológicos. Não sou especialista na área, mas um dos principais aspectos relacionados à intoxicação pelo DDT é exatamente a ocorrência de problemas neurológicos.

Então, nessa amostra desse estudo que foi feito, os pesquisadores não tiveram condição de avaliar o nexo causal, tendo em vista a ocorrência de outros agravos, que, de certa maneira, funcionariam como confundidores de uma avaliação mais precisa.

Próximo.

Então, as conclusões desse estudo são, primeiro, que, de acordo com os conhecimentos atuais, não há evidência de que se possa haver relação entre o DDT e os casos médicos identificados no estudo.

Houve apenas, naquela ocasião, um caso de intoxicação aguda, em 1997, que evoluiu para a cura sem sequelas. Esse foi um caso de um servidor que, segundo os relatos, ingeriu, inclusive, a questão do DDT, mas que, quando foi examinado, evoluiu sem maiores sequelas.

E um outro aspecto que foi avaliado é a eliminação do DDT e dos metabólicos do DDT. Eles puderam verificar que a vida média biológica dele foi mais curta do que tem sido relatado na literatura. Acho que um aspecto importante a destacar é que, por conta do uso do DDT na agricultura, parte da população brasileira pode ser considerada contaminada com resíduos de DDT, principalmente com o uso do DDT na agricultura.

Mesmo assim, a avaliação que esse estudo fez foi exatamente que, nesses trabalhadores dessa pequena

amostra de estudo, houve uma eliminação mais rápida do que normalmente se tem relatado na literatura.

Próximo.

Esse estudo, obviamente, traçou algumas recomendações, entre elas, o desenvolvimento de estudos analíticos para estabelecer uma possível relação de casualidade entre a exposição ao DDT e a ocorrência de agravos na saúde. Para isso, são necessários estudos epidemiológicos retrospectivos, onde se tem que fazer uma análise pregressa de todos os fatores de risco que podem eventualmente ocasionar problemas de saúde nos trabalhadores, estudos ambientais para avaliação dos níveis de DDT na população não exposta, residentes nessas áreas.

A ideia é exatamente conhecer melhor o grau de exposição ao DDT dessa população que não se expôs ocupacionalmente ao DDT. E também uma recomendação de que esses trabalhadores tivessem a sua saúde monitorada regularmente, não só aqueles expostos ao DDT, mas também todos aqueles que têm contato com agentes químicos.

Próximo.

Resumidamente, algumas ações do Ministério da Saúde. O Dr. Marcos já esclareceu que a questão dos trabalhadores não é mais responsabilidade da Funasa, mas do Ministério da Saúde. Existe uma coordenação do Ministério da Saúde, que é a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas, que tem feito alguns movimentos que consideramos importantes exatamente para garantir a qualidade da saúde ocupacional.

A primeira ação importante foi a recomposição da força de trabalho dos núcleos estaduais, principalmente para dar um enfoque na estrutura administrativa desses núcleos estaduais, voltados para a questão da saúde do trabalhador. Para isso, foram contratados médicos do trabalho para todos esses núcleos, exatamente para aprimorar essa ação. Em alguns, foram elaborados laudos das condições ambientais de trabalho para o desenvolvimento de ações de promoção da saúde e prevenção de doenças. E um aspecto importante também é a descentralização orçamentária de recursos para os núcleos, ou seja, descentralizaram-se do nível central do Ministério da Saúde os recursos para a realização desses exames nos núcleos estaduais.

Próximo.

E uma atribuição específica da Secretaria de Vigilância e Saúde e que é um processo permanente é a necessidade de elaboração de normas técnicas para orientação de Estados e Municípios.

Sabemos, e o Marcos já adiantou isso, que os servidores de combate a endemias, hoje, pela própria legislação do Sistema Único de Saúde, são descentralizados para os Estados e Municípios, cabendo ao Ministério da Saúde, nessa área específica da Secretaria de Vigilância e Saúde, a elaboração de normas técnicas para orientação em relação a procedimentos de segurança, a procedimentos de armazenagem, distribuição de praguicidas, manuais para orientação dos trabalhadores e, no caso específico da malária, guias para melhor gestão local desses programas.

Então, são procedimentos de normas técnicas que hoje estão disponíveis para todos os Estados e Municípios.

Acho que é o último.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Giovanini Evelim Coelho, Coordenador-Geral do Programa Nacional de Combate à Dengue, que aqui representou a Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.

Pessoal, vou pedir o máximo de silêncio. Estamos providenciando uma sala ao lado, com telão, para que aqueles que estão de pé também possam assistir à nossa audiência pública sentados.

Só vou citar o nome de lideranças de outros Estados, que vieram da sua base para este evento. Registro aqui: Gerson Camarada, Jailton Gouveia, Daniel Pereira, Abson Praxedes, Luiz Botelho, Francisco Pereira da Silva, Rubem da Silva Barbosa, Pedro Nazareno, Fernando Oliveira, Milton Alves, Paulo Roberto da Conceição, Jussara Grifo, Francisco Dias. Eles são de diversos Estados, todos representando o Sindsep. E o Coordenador-Geral é o Gerson Camarada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Gerson Camarada representa o Sindsep de Alagoas. Estão aqui coordenadores de praticamente todos os Estados que estão envolvidos com o tema. Ele cita Acre, Roraima, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás...

Quem não foi citado? Ceará, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Rondônia, Amazonas, Tocantins. Praticamente todos os Estados estão aqui representados. Santa Catarina. Rio Grande do Sul não tem ninguém? Rio Grande do Sul.

Uma salva de palmas para todos. *(Palmas.)*

Vamos passar a palavra, neste momento, para o Aldo Moura, que é Presidente da Associação DDT – A Luta pela Vida. E vai complementar a fala do companheiro Aldo Moura, o Sérgio Ronaldo da Silva, que também vai fazer a sua exposição em complementação.

Passamos a palavra ao Sr. Aldo Moura, pelo tempo que for necessário.

O SR. ALDO MOURA – Cumprimento os componentes desta Mesa. Quero agradecer pelo convite a mim feito para participar desta audiência pública. Au-

toridades aqui presentes, profissionais da imprensa, meus companheiros da Funasa de todos os Estados brasileiros que estão presentes. Bom dia a todos.

Sr. Presidente, eu gostaria não mais de falar, mas de apresentar alguns arquivos que trago aqui em minha mala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique bem à vontade.

O SR. ALDO MOURA – O Sérgio Ronaldo vai me auxiliar neste momento, lendo um pequeno resumo, complementando aquilo que o nosso representante acabou de citar. Em seguida, quero apresentar como era o nosso trabalho e mostrar fotos. Depois, vou mostrar o início do adoecimento dessas pessoas. A seguir, o quadro atual no Estado do Acre. Por último, a relação daqueles que já faleceram após a suspensão do uso do inseticida DDT no combate às endemias na Amazônia. E aqui estou falando do Estado do Acre.

Então, eu gostaria que o Sérgio Ronaldo fizesse a leitura do relatório para mim. Eu leio, mas tenho dificuldade visual. Então, pediria ao Sérgio Ronaldo que fizesse a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranqüilo. O senhor já encaminhou muito bem. O Ronaldo complementa e o senhor entra depois, com o segundo tempo, falando um pouco. Uma salva de palmas para o Aldo Moura. *(Palmas.)*

Está contigo a bola, Ronaldo.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Primeiramente, bom dia a todas e a todos; Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos; Dr. Muffarreg, da Funasa; Dr. Giovanini, do Ministério da Saúde. Quero só reforçar, Senador, que aqui estão praticamente... Ainda não está presente o Rio Grande do Sul, mas estará, pois o representante está em deslocamento para cá, mas todos os Estados da Federação que a Condsef representa estão presentes neste teatro, porque achamos que é a luta pela vida desses trabalhadores importantes. Por isso, a Condsef reforçou, juntamente com nossos sindicatos filiados, a participação nesta audiência na busca de soluções que até hoje estão estancadas.

A nossa missão hoje é tentar buscar alguns caminhos que vão, diante dos relatos dos fatos, no contraditório do que, em algum momento, aqui foi apresentado. *(Palmas.)*

Deixe-me ler o texto.

Carlos Chagas, no período de 1910 a 1913, esteve na Amazônia em uma expedição científica para produzir um relatório. Contratado pela então Superintendência de Defesa da Borracha, nessa viagem, ele e outros cientistas visitaram os rios Solimões, Acre, Juruá, Purus, Iaco, Negro e baixo Rio Branco.

O relatório revisado e assinado por Oswaldo Cruz destaca o papel das doenças na exploração da borracha, considerando como problema principal a ausência de uma orientação lógica na indústria da borracha. Com isso, a falta de planejamento no campo do saneamento produziria terreno fértil para a produção e reprodução de doenças, entre elas a campeã de morte, o duende do Amazonas, a malária.

Segundo o ofício que acompanha o relatório, a solução da questão da borracha depende primordialmente do problema sanitário.

Segundo Cruz e Chagas, o relatório aponta que a malária chamou a atenção dos cientistas devido ao seu elevado índice na região e pelas suas consequências na vida social e econômica das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sérgio, permita-me interrompê-lo. Faço questão, Senador Sérgio Petecão, que é o autor do requerimento, que fez a convocação, que sente ao meu lado à mesa.

Volto a palavra para o Sérgio Ronaldo, e o Senador falará no momento em que entender mais adequado.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Dou boas-vindas ao Senador Sérgio Petecão. Tem até o meu primeiro nome, sou Sérgio Ronaldo.

O relatório aponta que a malária chamou a atenção dos cientistas devido ao seu elevado índice na região e pelas suas consequências na vida social e econômica das pessoas.

O combate à doença também não era fácil, necessitaria de alto investimento em infraestrutura e em recursos humanos. Um dos aspectos destacados como limitantes de ações mais efetivas para a época foi a dispersão de pessoas em grandes áreas de terra.

Algumas observações de Carlos Chagas persistem e são realidade na atual conjuntura do Estado do Acre. A elevada incidência da doença foi um dos fatores que desencadeou um reordenamento institucional no Ministério da Saúde, culminando na criação da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – Sucam, que, entre outras ações, incorporou a Campanha de Erradicação da Malária (CEM). Apesar de conhecidos os riscos na utilização do DDT, a incidência da doença na região amazônica era tão assustadora que justificaria sua aplicação.

Sua forma de ação eficaz e rápida propiciou resultados verdadeiramente notáveis, levando à expansão de seu uso. O DDT revolucionou a luta contra a malária. Sua eficácia contra formas adultas dos mosquitos e seu prolongado efeito residual – 6 a 12 meses – fizeram com que, no período de 1946 a 1970, todos os programas de controle da doença apoiassem seu uso. A utilização em grande escala desse produto foi denunciada em 1962, por Rachel Carson, autora do

livro *Primavera Silenciosa*, onde atribui a contaminação do DDT à causa da redução populacional de aves.

O DDT chegou ao Brasil em 1945, mas, ao contrário de outros países que restringiram o seu uso, como Suécia, Estados Unidos e Canadá, as primeiras medidas restritivas entre nós se vincularam apenas ao controle de ectoparasitoses e em pastagens.

Vários estudos apontam para a problemática da utilização desses compostos, seja na agricultura ou para o controle de doenças. Embora o seu uso tenha auxiliado na redução de doenças para homens e animais e incrementado a produção agrícola, os efeitos desses agentes, ao longo do tempo, representaram um grande risco para a saúde, sendo necessário o monitoramento e a vigilância desses produtos.

A presença do DDT e de seus metabólicos tem sido documentada em vários tipos de amostras biológicas humanas, principalmente no sangue, tecido adiposo e leite materno.

A absorção do DDT pelo organismo humano se dá, principalmente, pela inalação e ingestão de alimentos contaminados. Nos humanos, intoxicações crônicas, ou seja, aquelas em que há acúmulo gradual de DDT e seus metabólicos por longos períodos, são registrados os seguintes sinais e sintomas: neuropatias periféricas, incluindo paralisias, discrasias sanguíneas, lesões hepáticas, lesões renais e arritmias, alterações no sistema nervoso, sistema imunológico, endócrino, além de efeitos sobre a reprodução e desenvolvimento fetal.

O DDT pode possuir ainda efeitos carcinogênicos, e a presença no organismo tem sido associada principalmente ao desenvolvimento de câncer de fígado, por ser considerado um potente indutor das enzimas hepáticas do citocromo P450, que promovem a ativação de outras substâncias carcinogênicas, como a aflatoxina B1 e a ciclofosfamida. Sua presença potencializa, portanto, os efeitos desses carcinógenos.

Para combate da malária, a Sucam possuía, no Acre, um quadro de 500 guardas atuando no Estado desde 1970, conhecidos como o Exército dos Mata-Mosquitos. Nesse período, as principais atividades desses guardas eram a busca de casos de malária e a borrificação de DDT, visando à proteção das casas com inseticida, que era aplicado duas vezes por ano. Os trabalhadores não podem ser expostos a uma quantidade de DDT superior a 1mg por metro cúbico de ar, para um período de oito horas de trabalho por dia. Mas há suspeita de que, no Acre, a exposição tenha sido muito superior a essa quantidade.

Finalizo o texto e passo a palavra ao Senador, caso queira passar a palavra para o Senador Petecão, mas para o Aldo, se for o caso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Sérgio Ronaldo da Silva, que complementou a exposição.

Agora, a palavra, conforme já articulado pelo próprio Aldo, volta para ele, Aldo Moura, que é o presidente da Associação DDT – A Luta pela Vida. Volta para você, para complementar, inclusive com as fotos que você disse que iria apresentar.

O SR. ALDO MOURA – De acordo com o que já vimos e ouvimos, Sr. Presidente, acho que este momento é crucial para todos nós, guardas da malária, que trabalhamos com esse inseticida por um período prolongado. E aqui não estamos falando só do inseticida DDT em pó; nós trabalhamos com esse inseticida na forma solúvel, em pasta a 80%, DDT GT 100%, e isso sem os cuidados devidos, nós não usávamos proteção. Ou seja, será que nós éramos de ferro? E me ponho a pensar – tenho perdido noites de sono – se não seria melhor as autoridades deste País nos colocarem dentro de uma câmara de gás ou darem uma injeção letal em cada um. Fica a pergunta no ar. *(Palmas.)*

Eu gostaria neste momento de fazer uma apresentação para que V. Exªs tomem conhecimento de como era o nosso trabalho, principiando no tempo da ditadura.

Aqui apresentamos uma foto tirada no dia 7 de setembro de 1974. Esse exército era apresentado também no dia 7 de setembro, complementando as festividades do dia 7 de setembro – aí estávamos fazendo a apresentação. Essas fotos são bem recentes, porque, em outra época, nem estradas tínhamos. Nessa foto, eu apareço; ela é da época em que eu fazia esse trabalho de campo.

Vamos ver algumas imagens e, em seguida, apresentar o quadro de adoecimento, como apareceu o adoecimento.

Volte um pouquinho, por favor.

Essa foto aí: quando chegava um superior lá no campo, nós tínhamos de nos apresentar para ele da forma que os senhores estão vendo aí, como um exército. Eles eram os coronéis e nós, o exército. Hoje eu vejo ainda, gente, esse coronelismo, nós já mortos, ainda impera no nosso meio. É uma ditadura.

Pode continuar.

Aí aparece um dos nossos rios, o rio Iaco, lá em Rio Branco, Acre – o nosso companheiro Sérgio Ronaldo acabou de mencioná-lo. Vejam as nossas condições, a situação em que a gente trabalhava: em pequenos barcos, em meio às feras, aos grandes jacarés, às tempestades, alagamentos, enchentes.

Aí, já na abertura dos ramais. Lá do outro lado, naquela vegetação, é o lado peruano; do lado de cá, é o lado brasileiro. Aqui, ao lado, já temos um barco

sofisticado, porém, dentro desse barco, eram guardados gasolina, óleo diesel, DDT, e nós dormíamos em cima do DDT, das caixas, enfim, convivíamos com isso. A nossa alimentação também era feita aí dentro.

Essas eram as casas que chamávamos de PA. Então, nós éramos imigrantes e dávamos graças a Deus quando encontrávamos uma casa como essa aí para nos alojarmos, para fazer um PA.

E aí, Sr. Presidente, nós não tínhamos condições absolutamente de nada. Nós não tínhamos água potável, a alimentação era precária, era um trabalho completamente degradante.

Aí, algumas das dificuldades nos ramais, nas estradas, que hoje cortam o nosso País de Norte a Sul.

Aqui, Sr. Presidente, senhores aqui presentes: no mês de setembro de 1998, nós começamos a ver os nossos companheiros morrerem com muita freqüência. Eram mortes muito próximas umas das outras. E como era eu que levava os companheiros para o cemitério – os outros já nem queriam mais fazer isso –, comecei a desconfiar de alguma coisa, a pensar que havia algo de errado naquela história.

O que está errado, eu não sei, foi por isso que viemos aqui. Lá, no Acre, eu levei ao conhecimento do nosso glorioso Senador Sérgio Petecão, como é conhecido. Na época, ele não pôde dar continuidade a esse trabalho porque ele era candidato a prefeito lá na nossa cidade. Nós repassamos essa atribuição para a Deputada Perpétua Almeida, que, aliás, pediu que eu justificasse a ausência dela aqui. Nós vínhamos no mesmo voo, mas, infelizmente, ela pegou uma virose muito repentinamente e se encontra agora em repouso, vai ao médico agora à tarde – já deve estar lá.

Aí estão as fotos de como começou o adoecimento. O que a gente via era os companheiros morrerem muito rápido. Todos esses companheiros que vão aparecer aí já faleceram – de 1998 para cá, já faleceram todos.

Esse cidadão que vocês estão vendo aí, Sr. Presidente, quando morreu, era só o tórax, o resto foi todo cortado pedacinho por pedacinho. Foi lamentável, muito triste.

Hoje, a situação dos demais, nós vamos ver no quadro atual, de agora: a pessoa vai – desculpem a palavra – apodrecendo lentamente até chegar a hora da morte. E esse quadro de adoecimento até a hora da morte é muito degradante, é muito penoso, tanto para as pessoas que estão doentes como para as famílias.

Senhoras e senhores, Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão, vejam a situação de um cidadão como esse – é semelhante a de outros que vamos ver. Esse homem está todo queimado. Será que ele entrou no fogo ou será que é uma intoxicação? Isso nós não sabemos.

O nosso representante do Ministério da Saúde falou aqui muito bem quando... Eu tenho dificuldade em fazer pronunciamentos, sejam eles quais forem, devido ao meu sistema neurológico...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fique tranquilo, porque você está falando muito bem. *(Palmas.)*

O SR. ALDO MOURA – É que me foge o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me aproveitar para registrar a presença do Senador Valdir Raupp, que sempre está conosco nesta caminhada. Seja bem-vindo, Senador. *(Palmas.)*

O SR. ALDO MOURA – Aproveitando a oportunidade, eu também quero cumprimentar o Senador, que é uma pessoa que tenho visto em várias audiências públicas. Ele é do Estado de Rondônia e está ao lado dos nossos companheiros de Rondônia.

O quadro de Rondônia não é diferente do quadro do Estado do Acre, Senador. Muita coisa já foi feita, isso é inegável. Quando o senhor falava do tratamento... Muito embora isso tenha acontecido por força de decisões judiciais, a Funasa garantiu, em parte, a realização de exames caríssimos, mas isso não resolveu o problema.

Agora, eu quero passar o quadro atual de como se encontram os nossos companheiros lá no Estado do Acre.

Esse companheiro aí...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixem-me aproveitar para registrar a presença da Vice-Presidente do Senado, que veio aqui fortalecer a audiência com a sua presença, que é a Senadora Marta Suplicy. *(Palmas.)*

O SR. ALDO MOURA – Prazer em conhecê-la pessoalmente.

Dando continuidade ao nosso trabalho. Esse é o quadro atual em que se encontram os nossos companheiros que trabalharam no combate às endemias lá no Estado do Acre.

Esse companheiro aí, aparentemente a visão dele está ótima, está até bonito, mas esse companheiro está com câncer de pulmão; os pulmões dele estão petrificados. Ele está num desespero muito grande, a família também e a gente não sabe as causas. *(Pausa.)*

Esse cidadão é um outro cidadão que se encontra mutilado dentro da sua residência e que não consegue mais andar, também com câncer. *(Pausa.)*

Aí, é um outro que sofreu paralisia. *(Pausa.)*

Nesse cidadão aí, o estado neurológico dele vem se arrastando em torno de 10 anos. Olha a quantidade de medicação que esse cidadão toma. Isso aí sai do bolso dele. São remédios caríssimos, dos quais ele

estava me falando e mostrando a receita. Remédio que custa até R$600,00. *(Pausa.)*

Esse cidadão aí, é bom frisar em cima dele, Sr. Presidente. Os nossos coordenadores lá no Estado do Acre colocaram esse cidadão aí em cima de uma carroça, de uma charrete com um cavalo e, junto com ele... Ali era a casa dele. O veneno, o mantimento, enfim, ele convivia diretamente com isso. Depois, fizeram um alojamento num assentamento do Incra, em chão batido e o prenderam lá dentro por anos, anos e anos. Ele adoeceu dentro do acampamento, pegou essa paralisia lá dentro do acampamento e hoje ele se encontra nessa situação, praticamente abandonado. *(Pausa.)*

Essa senhora também trabalhava em campo, com os boletinhos que a gente colocava dentro da sacola, misturados com o veneno e ela manuseava aqueles boletinhos, passando na boca. Ela está com câncer também. *(Pausa.)*

Esse cidadão também era um dos guardas de malária lá da nossa região e está com paralisia. *(Pausa.)*

Esse cidadão aí, eu o deixei dentro da UTI, também está com câncer. Aí são as medicações que ele toma. *(Pausa.)*

Olhem, vejam bem, olhem as pernas desse cidadão. Esse cidadão não dorme dia e noite com dor no corpo inteiro. *(Pausa.)*

Aí, vamos passar alguns outros. *(Pausa.)*

As pernas desse aí incham igual àquela primeira imagem que nós vimos. Agora, ele está fazendo um tratamento. *(Pausa.)*

Esse daí sente uma dor nos ossos, no corpo. Está viajando agora para os grandes centros em busca de tratamento, porque lá não conseguiu, a medicina de lá não resolve isso. Até porque ninguém acredita que isso tenha a ver com o DDT e, por isso que eu disse que era melhor que se colocasse dentro de um quarto, soltasse logo uma bomba dentro, para acabar com a nossa história.

Então, esse foi o exame que esse rapaz de camisa amarela que apareceu aí fez recentemente. De acordo com o médico que o examinou, daquela parte azul para baixo ele está perdendo todo o contato, todo o movimento, ele não sente nada ali. Fura com agulha, qualquer coisa, e ele não sente nada. *(Pausa.)*

Então, nós concluímos essas...

Esse aí sente uma dor no braço que falta quebrar o braço, ele grita dia e noite também. *(Pausa.)*

Concluindo a sessão de fotos, nós queremos apresentar agora, Sr. Presidente, a relação dos falecidos por ano. *(Pausa.)*

Nós vamos apresentar a relação dos falecidos por ano.

Aqui, Sr. Presidente, nós fizemos um pequeno levantamento, começando no ano de 1996.

Em 1996, faleceram dois; em 1997, faleceu um; em 1998, também faleceu um. Já, em 1999, faleceram dois; no ano 2000, faleceram três; em 2002, quatro; 2003, três; 2004, um; 2005, quatro e, em 2006, esse número foi subindo. Em 2006, foram sete; em 2007, também faleceram seis e, em 2008, foi quando nós levamos ao conhecimento das autoridades que alguma coisa havia de errado e faleceram sete companheiros.

Aí, quero fazer uma ressalva para dizer, Sr. Presidente, que esse número é só daqueles que estão na ativa. Quando pegamos aqueles ex-guardas que trabalharam e que por motivo diverso saíram do emprego e também estão nessa mesma situação, em 2009, esse número subiu para onze, incluindo aqueles ex-guardas. Nós fizemos questão de deixá-los fora, e falar só verbalmente para V. Exªs.

Em 2009, houve uma intervenção, que foi aquela ação judicial a que V. Exª se referiu aqui; a Funasa entrou em ação junto com os governos de Estado. No meu caso lá, no Estado do Acre, o Governo do Estado também interveio também na questão, ele abraçou a causa, mesmo por força judicial. Então, houve a princípio um cuidado e esse número reduziu. Aí, começou aquele "empurra com a barriga", porque médico nenhum quer assumir a responsabilidade. Ou seja, ele nem diz o que a pessoa sente, nem diz que ele está intoxicado. Então, diz: "Não, você não tem nada. Faz todos os exames e você está com mais saúde do que eu". E o cara morrendo. Isso é que não dá para entender.

Então, o que acontece hoje lá no Estado do Acre? Até então, ia tudo muito bem, o tratamento estava sendo garantido, o atendimento médico-hospitalar também e os médicos começaram a empurrar com a barriga. Quando os companheiros chegam lá, eles tratam na ponta do casco – vou logo dizer assim – ,e a pessoa volta para casa.

Agora, a partir de 2011 esse número voltou a subir, gradativamente. Este ano já faleceram seis companheiros que estavam na ativa.

Então, senhoras e senhores, Sr. Presidente, nós não estamos aqui, eu acredito que os senhores não viriam perder o tempo aqui, para discutir uma cosia que não tem um fundamento.

Vejam bem, nós, funcionários, é que não temos essa explicação para dizer. Os senhores têm, os senhores têm. O Governo tem essa explicação para nos dar. Quando o senhor falava que precisaria fazer um levantamento minucioso, com mais detalhe, um levantamento, sim, eu acatei a sua decisão, mas é que o senhor falou "precisaria". Nós precisamos que seja feito.

Nós, guardas, não podemos fazer, mas os senhores podem muito bem fazer. (*Palmas.*)

E eu vim aqui, lá do Estado do Acre, fazer um pedido de socorro a V. Exªs: Sr. Presidente, eu vim pedir socorro, não só para o pessoal do Estado do Acre, porque eu já fui convidado a ir a vários Estados, inclusive Rondônia, Pará, Macapá, cujos quadros não são diferentes do quadro do Estado do Acre. É a mesma coisa.

Estive em audiências públicas já aqui; estive em audiência com a Condsef aqui, que tinha representante de todos os Estados, e, de acordo com eles, aí os senhores puderam ver, é no País inteiro. E alguma coisa precisa ser feita.

Eu agradeço aqui, mais uma vez, pelo convite que me fizeram. Agradeço pela presença dos nossos companheiros, principalmente meus conterrâneos lá do Estado de Rondônia, os companheiros lá do Estado de Belém, Macapá, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, enfim, agradeço a todos; agradeço ao senhor e muito obrigado por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Vamos continuar com a nossa audiência.

Este foi o Aldo Moura, Presidente da Associação DDT – A Luta pela Vida. E, neste momento, agradeço também ao Sérgio Ronaldo da Silva, Secretário de Imprensa e Comunicação do Condsef e filado à CUT, pela sua exposição também.

Neste momento, vamos passar a palavra aos Senadores: tem o Senador Sérgio Petecão e o Senador Valdir Raupp.

O SR. ALDO MOURA – Se o senhor me permitir, eu pediria aqui aos nossos companheiros que dessem uma salva de palmas para os nossos falecidos. Por favor. O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer, vamos fazer. (*Palmas.*)

Vamos fazer um pouquinho mais, já que o senhor solicitou. De fato, as imagens são chocantes – eu ia comentar sobre isso depois da fala dos Senadores –, mas a gente pode inclusive levantar e fazer um minuto de silêncio simbolicamente. Em seguida, fala o Senador.

(*Procede-se a minuto de silêncio.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Sérgio Petecão, como autor do requerimento desta reunião, teria direito à palavra, mas o Senador Valdir Raupp a pediu, pela ordem.

Senador Valdir Raupp, pela ordem, com entendimento feito aqui já com o Senador Sérgio Petecão, que é o autor do requerimento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Agradeço imensamente ao Presidente Paulo Paim e ao Senador Sérgio Petecão, por estar concedendo este espaço em primeiro plano para mim, até porque não sou membro desta Comissão, então estou aqui falando como visitante. Mas eu queria cumprimentar todos os membros da Mesa e parabenizar os expositores, que conseguiram fazer algumas pessoas chorarem aqui na plateia.

Eu acompanho, Sr. Presidente, Paulo Paim... Aliás, esta Comissão está em boas mãos. Ninguém melhor do que o Senador Paulo Paim para presidir esta Comissão *(Palmas.)*, em se tratando da Comissão de Direitos Humanos. O Senador Paulo Paim é uma pessoa humana, que tem tratado essas questões com muito carinho, com muita dedicação, todas as causas dos trabalhadores, dos sindicatos, como o exemplo deste caso aqui da Funasa, que tem comovido todos nós. Eu tenho acompanhado lá em Rondônia, e essa situação se agravou um pouco mais quando o Governo Federal, ainda na época do Fernando Henrique, que não quero aqui criticar. Na época, fui voto vencido, porque nem no Congresso eu estava, para não municipalizar. Eu acho que depois da municipalização piorou um pouco mais. *(Palmas.)* Piorou muito, porque a grande maioria dos Municípios não tem condições de dar estrutura suficiente de viaturas, de apoio, de trabalho, para esses soldados no passado reconhecidos como guardas de endemias.

Eu comparo os guardas de endemias, os servidores da Funasa, que trabalham no campo, com os soldados da borracha. Com uma diferença: os soldados da borracha, com todo respeito, merecem até mais do que estão ganhando, mas não trabalham mais. Então, qual é a diferença? A diferença é que os guardas de endemias da antiga Sucam, hoje Funasa, eles trabalham, têm que trabalhar, e estão morrendo por causa dessa questão que foi colocada aqui, do DDT.

Então, quero aqui me colocar à disposição. Não sou membro desta Comissão, até por causa das minhas atribuições, e já vou ter que sair daqui a pouco para relatar projetos lá na Comissão de Assuntos Econômicos, estão me aguardando. Mas eu quero deixar aqui a minha solidariedade, externar os nossos sentimentos às famílias que já perderam os seus entes queridos e me colocar, com o meu partido, à disposição do Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim, com o apoio do nosso companheiro Petecão, lá do Estado do Acre, para tentar encontrar um caminho para melhorar essa situação.

Eu acho que do jeito que está não pode continuar. Eu já havia feito esse compromisso lá em Rondônia, nas reuniões lá.

Quero cumprimentar o Presidente do Sindisef, ex-Deputado Daniel Pereira, que preside hoje o Sindi-

cato dos Servidores Federais de Rondônia com muito brilhantismo e entusiasmo também – já era da Comissão anterior e agora está na presidência – e que tem defendido também com unhas e dentes essa situação dos direitos dos servidores da Funasa em Rondônia.

Então, em meu nome e da Deputada Marinha Raupp, que é do Estado de Rondônia também, e creio que posso falar por toda a bancada do Estado de Rondônia e pelo PMDB nacional – tenho a grata satisfação de presidir hoje o PMDB nacional –, quero me colocar à disposição para todas as ações que a Comissão de Direitos Humanos vier a fazer em defesa desses trabalhadores.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Valdir Raupp, Líder e Presidente nacional do PMDB, que, com certeza absoluta, vai nos ajudar muito.

Eu conversava aqui com o Senador Sérgio Petecão e vamos dialogar com a Mesa e com vocês também, para que esta audiência pública não seja somente – e o Senador Valdir Raupp apontou nesse sentido – mais uma audiência pública. Seja uma audiência pública da qual a gente veja o *day after*, como se diz, "o dia depois". E, daí, o que a gente vai fazer para resolver a situação de vocês. Esse é o objetivo.

Com a palavra agora o Senador Sérgio Petecão, que é o autor do requerimento desta bela audiência em que está sendo debatida a situação gravíssima que eu vi aqui nas fotos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Bom dia a todos!

Ouvindo atentamente a exposição feita pelo Sérgio, quero pedir desculpas pelo atraso, porque tive que passar por outra Comissão também. Mas esse depoimento que o Aldo deu aqui, gente, eu posso dizer para vocês que convivo ao vivo, ao vivo. Eu estou nessa luta aí há alguns anos já. Isso tudo começou... O Aldo disse que eu tive que me afastar por conta de uma candidatura a prefeito. Foi mais ou menos assim. Não foi assim, mas foi mais ou menos assim, porque, na época, eu era candidato a prefeito e chegou essa denúncia para nós. Nós fomos à Funasa, fizemos uma reunião, e eu tenho uma relação muito próxima com o pessoal da Funasa. Inclusive tenho parentes lá, que trabalham na Funasa. Fizeram essa denúncia e eu fui lá.

Realmente, ouvi esses depoimentos que todos aqui e o Brasil inteiro ouviram também. Daí nós começamos um trabalho forte em cima disso aí, com denúncias. Havia uma jornalista, Dulcineia Azevedo, que foi quem produziu toda essa peça aí; foi ela que começou. Eu disse: "Dulcineia, dedique-se a esse caso, junto com o Aldo, com muita luta". E ela expôs isso para a sociedade, porque isso era tratado assim meio... O Governo não deixava isso aflorar. Isso estava meio encubado, como a gente chama lá no Acre. Mas, depois de algumas denúncias que nós fizemos nos jornais, no rádio, na televisão, isso veio à tona. E aí os parlamentares mais ligados ao Governo também pularam para dentro e, como eu senti que o meu papel já tinha sido cumprido, eu tinha feito minha parte, eu fui tocar minha campanha e eles assumiram essa luta.

Mas eu acho que esse é um tema que nós não podemos politizar. Esse tema não tem partido, não tem bandeira. Não tem bandeira, porque nós estamos lidando com vidas, com o sofrimento das pessoas. Penso que qualquer cidadão que vier para um debate como este, tentando tirar proveito político de uma situação dessa, ele tem que morrer primeiro dos que os que já estão morrendo. *(Palmas.)*

Mas, na política, infelizmente, Paim, você sabe disso, têm pessoas que não podem ver uma platéia desta que já querem tentar tirar benefício.

Mas, Paim, quando eu cheguei aqui, você falou baixinho no meu ouvido e disse: "Petecão, uma reunião como esta nós não podemos encerrar sem ter um encaminhamento". Até porque este pessoal aqui já está cansado de fazer este tipo de audiência, Paim. (*Palmas.*) É como o Raupp disse, essa história está comprida. Lá no Acre, alguns daqueles que o Aldo mostrou, participaram dessas reuniões. O nosso medo lá no Acre é que as reuniões continuem e depois o Aldo não tenha mais ninguém para contar a história, porque já morreram todos. Essa é a preocupação nossa, não é isso, Aldo? Isso porque, daqui a pouco, todo o pessoal vai morrer e...

Agora, Aldo, eu penso que a gente teria que ser assim pragmático: o que é nós temos de fazer? O que é que ainda se pode fazer? Isso porque eu vejo assim a coisa ainda muito solta também. Nós temos que focar; ouvir aqui do Giovanini. Nós não podemos querer também agora sacrificar o Giovanini por tudo que aconteceu no Acre, porque muito nego aí veio dando barrigada nessa disputa, nessa discussão e hoje também não podemos responsabilizar...

Agora nós precisamos saber o que é que ainda pode ser feito; o que é que tem que ser feito de imediato.

Essas propostas têm que chegar às mãos do nosso Presidente, Paulo Paim. Eu, sinceramente... Como Deputado Federal, participei de várias reuniões como esta; lá, no Acre, já participei de várias reuniões como esta, várias, várias. E, quando cheguei ao Senado – o povo do Acre me deu esse direito de representá-lo –, uma das primeiras coisas que fiz foi tentar marcar esta audiência, só que esta é uma Comissão muito concorrida, porque, com todo respeito a todos os Senadores

aqui – são 81 Senadores –, mas eu não conheço nenhum Senador que se dedique ao trabalho mais que o Senador Paulo Paim. Eu não conheço. *(Palmas.)*

É só questão de justiça. Estou tentando aqui fazer justiça. Eu já participei de audiência com ele aqui na segunda-feira e já participei audiência com ele na sexta-feira, que são os dias mais difíceis de encontrar parlamentares aqui na Casa. Então, o Paim é uma pessoa que sente prazer... Então, não quero me alongar, porque acho que já foi dito. Tudo que tinha que ser dito já foi dito aqui, tanto pelo Aldo, quanto pelo Sérgio. Cheguei um pouco atrasado, uns vinte minutos, mas eu acho que já foi dito.

Está na hora de vermos as propostas, Paim. Estamos diante de uma grande responsabilidade. O Senador Valdir Raupp hoje é uma das expressões políticas do nosso País. É o homem que comanda o PMDB. Tem uma força política muito grande. O Paim, não precisa nem dizer, todos nós já conhecemos.

Agora, eu quero me juntar a esse grupo de Senadores que queiram dar a sua contribuição, queiram se empenhar, para que possamos, diante dessas propostas que estão aí em suas mãos, pelo menos foi o que foi dito aqui pelo companheiro ali. Qual é o seu nome?

O SR. GERSON CAMARADA – Gerson, Sindsep de Alagoas.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Gerson, o companheiro aqui de Alagoas, para que essas propostas sejam colocadas à mesa e possamos trabalhar mais focados e diretamente para a coisa não ficar muito solta. Porque, sinceramente, não sei onde é que tem que fazer reunião. Lá no meu Estado, já foi feita na Câmara de Vereadores, na Assembleia Legislativa. Aqui, na Câmara Federal. Aqui no Senado é a primeira, Aldo?

O SR. ALDO MOURA – Foram seminários.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Seminários, mas essa é a primeira audiência que estamos fazendo aqui.

Quantos têm do Acre aqui, Aldo?

O SR. ALDO MOURA – Do Acre só tem eu. Ah, tem o Pedro Nazareno, que é Pedro do sindicato.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Porque, para o Aldo vir de lá, ele não recursos. Para isso, é feita uma quota. É uma humilhação para ele se mexer. Então, não sei quando é que o Aldo vai poder participar de outra reunião.

A ideia, a minha sugestão, já de encaminhamento, Paim, é que possamos pegar essas propostas que estão aí, encaminhadas pelo sindicato, e possamos ir, dentro do menor espaço de tempo, dar um retorno para vocês: olha, meus irmãos, dá ou não dá. Porque não dá para ficarmos protelando, empurrando com a barriga. Quando o Aldo fala, hoje chorou pouca gente aqui. Mas tem reunião em que o pessoal chora mesmo, porque as imagens são muito fortes.

O SR. ALDO MOURA – Não tem mais lágrima.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Esses aqui porque não têm mais lágrimas, acabaram.

Mas eu já participei de audiência pública aqui em que as pessoas ficam comovidas. Mas não adianta só ficar comovido. Temos que resolver alguma coisa.

Então, da minha parte, estou com o sentimento do dever cumprido. Era abrir esse espaço aqui, no Senado, nesta comissão tão importante, que é a Comissão de Direitos Humanos. E eu dizia: no dia em que esse tema chegar, em que o Paim ouvir esses depoimentos, vir essas imagens, no dia em que o Senado estiver de posse das reivindicações de vocês, eu tenho certeza de que vamos também dar a nossa resposta. Porque é preciso dar uma resposta – é preciso.

Eu, sinceramente, tenho até vergonha de reunir com vocês, porque eu me reuni como deputado estadual, como Presidente da Assembléia do meu Estado, como Deputado Federal e estou reunido como Senador. Vou ficar muito triste se eu sair da política e disser assim: "Eu não vi sair nada". Já fiz reuniões em ministérios. Já fiz reunião na Funasa. Já fiz reunião com ministro e ministra. E não resolveu, porque, se tivesse resolvido, vocês não estariam aqui em mais esta audiência.

Então, é isso, meus amigos. Quero agradecer, de coração, a presença dos companheiros que vieram de longe. Do meu Estado, eu fiz a pergunta para o Aldo, mas eu sabia que viria pouco, porque eu vi a dificuldade para que pudéssemos arrumar a passagem do Aldo. Porque tudo tem que sair do bolso. Não tem outra forma. Hoje, para os senhores terem uma ideia, como Senador, eu não posso dar uma passagem. Tenho uma cota de passagem e gostaria muito de ter hoje mais de vinte representantes do meu Estado, porque muitas pessoas querem vir, mas, infelizmente, eles não podem. Não posso dar passagem para uma pessoa vir aqui para tratar de um assunto do interesse dessa magnitude, dessa importância.

Pensam que os Deputados e Senadores não fazem nada, mas nós também temos as nossas limitações. Esse não é um assunto para ser tratado aqui. Parabenizo vocês por terem essa garra, não sei nem qual o termo, essa esperança de que um dia o nosso País possa reconhecer o trabalho de vocês e fazer justiça com aquelas famílias, esses que não estão mais aqui, mas que as famílias estão nos Estados sofrendo e passando muita dificuldade.

Obrigado, Paim. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Senador Sérgio Petecão, autor do requerimento que mostrou toda a trajetória da caminhada de vocês, que, sem sombra de dúvida, chocou não somente a mim, mas a todos que estão assistindo à TV Senado pelos canais alternativos.

É de praxe nesta Comissão garantir também a palavra ao Plenário, e quero garanti-la de forma que falem em torno de quatro companheiros, mas de forma bem objetiva, porque falar do problema já está claro e quero ajudar no encaminhamento. Quero que vocês, já que estão com as propostas, que entrassem com as falas em plenário, de forma que a Mesa recebesse como forma de encaminhamento.

Vocês têm que dar, na fala de cada um, porque ouvi alguém dizer que as propostas estão aí. Então, eu gostaria que o primeiro a falar apresentasse as propostas de encaminhamento.

Eu pediria ao sindicato, à entidade... Vamos encaminhar com a maior tranquilidade. Quero dizer também aos companheiros que estão em pé que a sala 7 está à nossa disposição para que todos possam assistir aos debates sentados, se assim entenderem.

Vai lá o Sérgio Ronaldo para o encaminhamento.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Companheiros, acho que estamos buscando os caminhos, porque as propostas nós já temos. O importante, Senador, é que, amanhã e na próxima quinta-feira, estaremos realizando o encontro nacional chamado pela confederação com estes e com os demais trabalhadores que estão vindo de todo o País. Já temos as propostas e vamos fazer um consolidado com os ajustes e, na sexta-feira, apresentaremos o que é emergencial, o que é urgente e o que pode ser implementado a longo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nesta sexta?

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Nesta próxima sexta, porque vamos ter um encontro, consolidamos as propostas, o que é urgente e o que é a médio e longo prazo. Vamos protocolar na Secretaria de Direitos Humanos, para darmos tratamento a essas demandas, de acordo com os encaminhamentos que estão saindo daqui.

Agora, qual era uma situação que achamos urgente, que era um pedido que gostaríamos de fazer aqui, em nome de todos e todas, da confederação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, vamos ficar em silêncio para que possamos ouvir este que é o momento mais importante, que é dos encaminhamentos, para que vocês voltem sabendo o que vai acontecer depois da audiência pública.

Fizemos o ajuste e o Plenário já alertou que recebo vocês com tranquilidade na quinta-feira, porque sexta-feira é feriado, se não me engano.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Pode ser na quinta-feira à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, quinta-feira à tarde. Fica já ajustado – e permita-me ajudar – quinta-feira à tarde, às 2 horas, nesta mesma sala, estarei aguardando vocês para receber as propostas compiladas. (*Palmas.*)

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Perfeito. Agora, na busca das soluções, pelo que vimos aqui, tem conflito de teses. Há fatos que são reais na prática e há teses conflitantes, que dizem que é por conta de álcool, por conta de vida pregressa, uma série de teses. Há teses que são os fatos. Então, queremos tecnicamente sentar para tentar dirimir os fatos e encontrar soluções.

Então, a sugestão que a Condsef traz aqui é que seja constituída uma comissão mista, porque há Deputados que também estão interessados em debater o problema, entre Senadores, Deputados e técnicos das partes do Ministério, da Funasa, acompanhados da Federação, para que se busquem os caminhos, porque aí a gente encontra a solução, discutindo as teses conflitantes. São teses que têm conflitos. Se a gente for debater aqui, vamos passar o dia todo. Mas esse seria um caminho para buscar as soluções e dar o tratamento devido a cada caso, de acordo com os encaminhamentos. Esse era um caminho para a gente ir para a prática e, como bem falou o Senador Sérgio Petecão, para ir encontrando as soluções, porque, evidentemente as vidas, estão indo, e isso, para nós, é uma perda muito grande.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só um minutinho, pessoal. Vamos com tranquilidade, sem pressa. Só tenho uma votação. Se eu for lá para votar, o Sérgio fica presidindo. Vou lá. Se for para votar, voto e volto. Se não votarem, volto em seguida.

Quero só assegurar o seguinte: já há uma primeira proposta para que a gente monte uma comissão mista para debater as propostas que estão colocadas à Mesa. Essa comissão mista seria de Senadores e Deputados. Com certeza, eu e o Senador Sérgio Petecão estamos dispostos a estar nesta comissão para ajudá-los. Vocês indicam o nome dos Deputados. É claro que foge da nossa alçada qual é a posição da Funasa e também do Ministério da Saúde quanto a essa comissão.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Acho extremamente pertinente. A solicitação poderia ser encaminhada ao Sr. Ministro, que, obviamente, vai delegar

às áreas competentes – a área de gestão de pessoas, a área técnica –, para acompanhar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. A Funasa?

O SR. MARCOS ROBERTO MUFFARREG – A FUnasa obedece ao Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom.

Então, vamos fazer o seguinte, pessoal: para não ficar aquela coisa de que foi, não foi, e, às vezes, a burocracia atrapalha, como já temos o encaminhamento para a quinta, nossos dois convidados painelistas levam essa reivindicação e, na quinta-feira, às 14h, seria também a primeira reunião da Comissão Mista, junto com a Funasa e com a Comissão de Saúde, aqui, na Comissão, às 14h. Vou dedicar o meu tempo, porque não tem votação na quinta, normalmente, aqui, e estarei aqui, então, para a primeira reunião. Vamos solicitar aos Deputados, ao sindicato e aos representantes do Ministério uma primeira conversa. Será uma reunião de trabalho. Não é uma audiência pública. Seriam só os membros da Comissão. Ok? *(Pausa.)*

Vamos ao segundo passo, conforme combinamos, passando a palavra agora a quatro companheiros do Plenário. É preciso apertar um botão preto para falar ao microfone. Uma luz verde se acenderá e vocês terão direito à palavra. Vamos ordenar, e o sindicato me ajuda, os quatro que terão a palavra. Ronaldo, por favor, me ajude. *(Pausa.)*

Por favor, se dirijam ao Ronaldo. *(Pausa.)*

Ronaldo, entendendo a sua preocupação, por favor, serão seis nomes. Pessoal, de quatro vai para seis.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Gerson, Luiz Carlos, Jussara, Ademar, Carlos e o companheiro do Pará. Pronto, beleza!

Começa pelo Gerson e a gente vai aqui organizando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou pedir para o Senador Sérgio Petecão presidir até que eu vá ali só para votar um projeto extrapauta que trata da situação das pessoas com deficiência. Depende de mim porque sou o relator. Se vocês me permitirem, só vou lá rapidinho para pedir para colocar o extrapauta e volto para cá. Me deem cinco minutos. Vocês determinam a ordem da fala com o nosso Presidente em exercício.

O SR. VALMIR – Excelência, Senador Petecão?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Pois não.

O SR. VALMIR – Eu queria fazer uma proposta. Eu queria contradizer um pouco o que o companheiro do Ministério da Saúde falou.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Gostaria que o senhor se identificasse.

O SR. VALMIR – Sou o Valmir, de Belém do Pará. Eu queria que o senhor ligasse para a junta médica da Funasa, em Belém, para ver se no exato momento... Porque eu ontem saí, fechei meu tratamento lá... Saí porque realmente não adiantava ficar no hotel porque passei do dia 13 ao dia 24 sem atendimento médico, porque não existe médico disponível. Quem está pedindo para você é o médico da Funasa. Você chega lá e ele está pedindo para você... Quando você chega lá, já está escrito o exame que você tem que fazer. Já está pré-agendado. Não tem médico disponível. Eu dou o número do telefone, e vocês se identifiquem como se fosse um servidor que queria o atendimento com um médico pago, porque existe um laboratório, existe um médico sendo pago pela Funasa, mas não existe o especialista lá. Se você quiser, eu lhe passo o número do telefone agora e você pode ligar para lá agora. Se existir...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Ok, companheiro. Como foi combinado, teve a proposta do Sérgio, para que a gente foque em cima das propostas que vamos discutir. Acho que o depoimento do companheiro é importante, o pessoal do Ministério está aqui presente, com certeza estão sensíveis ao problema, mas precisamos encaminhar.

Pela ordem, está inscrito aqui o Gerson, de Alagoas; o Luiz Carlos, do Ceará; o Francisco Pereira, do Pará; o Ademar Rodrigues, de Goiás; Jussara Grifo, de Minas Gerais; o Abson, de Rondônia, e o Carlos Henrique, do Distrito Federal. Por enquanto, essas pessoas vão fazer uso da palavra. Espero que possamos ser bastante objetivos, até para que, se houver necessidade de outros companheiros fazerem uso da palavra, a gente possa dar oportunidade para eles.

Está com a palavra o Gerson, de Alagoas.

O SR. GERSON CAMARADA – Excelência, eu queria transferir a minha fala para o segundo porque eu gostaria da presença do Senador Paulo Paim, porque eu tenho um recado dos servidores da ex-Sucam de Alagoas. Então, eu gostaria que ele estivesse presente. Eu passaria a minha vez para a segunda pessoa. Quando o Senador chegar, eu uso a minha fala. Porque eu preciso passar um recado para ele do povo de Alagoas, dos aposentados.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Tudo que você disser aqui, irmão, está sendo gravado. Ele vai ter acesso às informações. Está sendo gravado. Senão, o segundo vai dizer...

O SR. GERSON CAMARADA – Então esta é a oportunidade única, ou dá ou desce.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Não, é porque o segundo vai dizer: não, eu gostaria de falar com o Paim. Aí nós vamos ter que suspender. Então, vamos suspender por trinta minutos e aguardar o Senador.

O SR. GERSON CAMARADA – Está bom, sem problema.

Vou falar. Estou aqui com o objetivo único de realmente reparar essa situação que vem ao longo desses anos com certeza trazendo problemas para nossos trabalhadores da ex-Sucam, conhecidos lá no nosso Estado como malaeiros.

Quero saudar o Senador Sérgio Petecão, saudar a Mesa, na pessoa do Sérgio Ronaldo, Marcos Roberto, da Funasa, Giovanini, do Ministério da Saúde. Na verdade, eu vou fazer duas colocações com relação à Funasa e ao Ministério da Saúde. Em seguida, vou passar a palavra ao meu colega aqui, que é um exemplo vivo da situação hoje de um contaminado, ele é uma pessoa que está contaminada. Hoje é um camarada que é contaminado. Então, eu gostaria de fazer algumas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Gerson, sobre os contaminados o Aldo já falou. Já mostrou. Todos aqui estão sensíveis. Temos que falar sobre as propostas.

O SR. GERSON CAMARADA – A Funasa, por exemplo, em Alagoas, tem atendido e obedecido ao STF, à questão da MI 880, em que está concedendo abono e permanência com laudos, logicamente da própria Funasa, que veio da antiga Sucam. Só que o Ministério da Saúde em Alagoas, Giovanini, não está. Infelizmente o MPOG está criando problemas lá com o pessoal. Está exigindo documentos que não existem, porque a Sucam na época não tinha; tinha arquivos, mas esses arquivos, com certeza, desapareceram. Então, está tendo muito problema em Alagoas, e eu gostaria que o nosso nobre Giovanini fizesse um contato com o núcleo de Alagoas porque, infelizmente, o RH de Alagoas está criando problemas demais. Além do problema de as pessoas estarem doentes, de os ex-guardas estarem doentes, estão exatamente tendo problema para terem o direito ao abono de permanência lá em Alagoas.

Era essa a proposta que eu queria fazer ao Giovanini com relação aos núcleos nos Estados.

O SR. PRESIDENTE(Sérgio Petecão. PSD – AC) – Ok, Gerson, a gente agradece a sua fala. Depois, o companheiro de Alagoas, se quiser fazer uma explanação da situação dele, ele fará, mas vamos primeiro focar aqui nos encaminhamentos que foram feitos aqui pelo Sérgio.

Vamos passar a palavra a Luiz Carlos, do Ceará.

O SR. LUÍS CARLOS MACÊDO – Bom dia aos componentes da Mesa, em especial o Senador Sérgio Petecão, aos demais companheiros e companheiras de todo o País presentes aqui nesta audiência pública. Sou Sr. Luís Carlos Macêdo, Diretor da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal. Sou farmacêutico bioquímico da antiga Sucam, fui coordenador da Campanha de Controle de Doença de Chagas, no Estado do Ceará, e tenho uma experiência com relação a essa questão. Mas o que a gente foca é a história do passado, os clorados. Infelizmente, a gente deixa também de lado os organofosforados que estão aí no dia a dia, no cotidiano, no combate às endemias, principalmente a questão da dengue, que, desde 1986, vem causando transtornos à saúde pública em nosso País.

Obviamente, concordo com o Senador Valdir Raupp quando ele coloca que, depois desse processo da descentralização, infelizmente, Estados e Municípios no nosso País não têm ainda as condições reais para o combate e controle das endemias.

Voltando para a nossa questão, acredito que aqui a gente tem que sair com os seguintes encaminhamentos: criarmos um banco de dados nacional de toda essa problemática, não só da região Norte, como também de todo o País, porque nós sabemos que, por exemplo, no Estado do Ceará, estão começando a aparecer também os óbitos de companheiros com câncer. Nós sabemos que, bioquimicamente, os clorados tem efeito cumulativo, enquanto os fosforados são eliminados mais rapidamente. Mas os organofosforados também causam danos à saúde do trabalhador, não só respiratória, como dermatológica e outros danos – os organofosforados. Tudo em nome da indústria química no combate a controle de vetores. Temos outras saídas para o controle de vetores, que são as saídas de agentes biológicos no controle das larvas, principalmente do *Aedes aegypti.* Por exemplo, no Estado do Ceará, na década de 1980, quando nós coordenávamos a campanha de chagas, os equipamentos de proteção individual praticamente não existiam. Os trabalhadores dormiam juntamente com os inseticidas. Quando o companheiro Aldo Moura colocou a história do PA, que é o ponto de apoio, é o ponto aonde o trabalhador ia, nos rincões deste País, para poder se proteger, para poder dormir, e dormiam juntamente com os inseticidas. Essa é uma questão de saúde pública.

Então, nós, trabalhadores, estamos defendendo a saúde pública do povo, da população brasileira, e estamos sendo prejudicados.

Só, para concluir, a criação do banco de dados e sairmos daqui com uma frente parlamentar em defesa dos trabalhadores contaminados da Sucam.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Só para lembrar aos companheiros que eu entendo a necessidade, que é tão difícil a gente ter uma oportunidade desta aqui no Senado, mas tiramos o encaminhamento no começo, porque vai ter uma comissão e ela vai tratar disso.

Então, é importante que os companheiros façam seus registros, mas, depois, nós vamos ter todo o tempo necessário para que possamos debater isso dentro da comissão e elaborarmos as propostas. Entenderam? Só para lembrá-los.

Francisco Pereira, do Pará.

O SR. FRANCISCO PEREIRA – Eu quero me dirigir...

A gente pede socorro para vocês, porque a gente trabalhou, ao longo do tempo, e a gente não tinha equipamento de proteção individual, os EPI, e não tivemos instruções sobre como usar o inseticida. E nós não manuseamos só DDT, foi todo o tipo de piretroide. E todos os piretroides são derivados de DDT, está entendendo?

Então, o que a gente pede aqui encarecidamente a vocês e às autoridades competentes, é que venham logo nos indenizar, pelo menos para morrermos dignamente e deixarmos para a nossa família, porque o problema já está identificado. Agora o que está acontecendo?

As autoridades competentes, que não estou aqui alegando, dizendo que são os senhores, mas os que já tomaram conhecimento, estão fazendo vista grossa. Por quê? Porque já está todo mundo sequelado, morrendo à míngua. Por exemplo, eu tenho um problema na medula óssea, que foi descoberto pelo próprio Ministério da Saúde. Está entendendo?

Porque aqui se encontra um documento, reconhecido pelo próprio Ministério da Saúde, sobre um exame de colinesterase, que eles estão descumprindo. E eu gostaria de pedir para o Sérgio Ronaldo, que eu entreguei da outra vez aqui, que esse decreto, que seja cumprida essa portaria, esse decreto, que é o Decreto nº 6.885, de 25 de maio de 2009, em razão do qual o próprio Ministério da Saúde, com todo o respeito, e a Funasa, estão mentindo para a Condsef, que vêm fazendo os nossos exames periódicos. Está aqui a portaria, que eu tenho em mãos, que eu protocolei e entreguei para as autoridades e à Perpétuo Almeida, pedindo socorro para todos eles.

O projeto do Zequinha Marinho não passou porque eles não fazem por onde passar. Eles estão fazendo por onde passar um projeto de lei, o PLP nº 549, que congela o gasto público. Com o orçamento, as autoridades competentes não fazem isso.

Então, está aqui. A gente pede – lá na Funasa, em Belém do Pará, a gente está fazendo só um exame clínico, o resto não está fazendo, a gente está morrendo à mercê – que vá naquele recursos humanos do Pará e tomem providências, porque eles estão nos enterrando. A gente chega ao médico e ele já está com o laudo pronto, porque eles ligam para o médico dizendo o que o médico tem que fazer. Isso é contra a ética profissional.

Então, a gente tem que ver com o Conselho Federal de Medicina e o Conselho Estadual de Medicina, porque isso é omissão de socorro.

Eu tenho várias denúncias no Ministério Público Federal, no Ministério do Trabalho em Marabá, Polícia Federal, no qual eles já foram chamados.

Eles tentaram me incriminar. Está aqui o documento do Ministério Público, dizendo que eu estou mentindo.

E meu processo já teve reconhecimento na Justiça, para eles me indenizarem e me tratarem, eu e minha família. E eles não cumpriram. E está aqui; e eu estou morrendo à mercê.

E eu gostaria que vocês tivessem mais dó de nós e da nossa família e desse pessoal que está aqui, porque ninguém está brincando de doente. Nós estamos sequelados, nós estamos morrendo, nós somos uma bomba atômica. Então, tomem providência disso, por favor. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Com a palavra o companheiro Ademar Rodrigues, de Goiás.

O SR. ADEMAR RODRIGUES – Boa tarde.

Bom, eu queria saudar a Mesa, na pessoa do Senador Petecão, e saudar também a Mesa, nas pessoas do Aldo e do Sérgio Ronaldo, que estão aqui representando os trabalhadores.

Meu nome é Ademar. Eu sou Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Goiás e também já estive militando, na direção, no Sindicato do Estado de Tocantins. Coloco isso porque, em algumas falas aqui, não ficou bem claro que esse é um problema nacional. Para a gente tem de ficar claro que esse é um problema nacional. Ele não é regional. (Palmas.) Queremos deixar esse esclarecimento aqui, esperando que, no momento em que se tome qualquer posição, isso seja feito de forma que atinja todo o Brasil.

O companheiro começou a falar, e acho que é fundamental que neste momento a Casa tome posição em relação a dois PLs que estão no Congresso Nacional. Um, do Deputado Zequinha Marinho – eu me lembro do número –, de nº 4.485. Esse PL, inclusive, passou recentemente na Comissão de Seguridade Social. Então, queríamos que daqui essa frente parlamentar

que foi levantada pelo companheiro Luís Carlos fizesse essa conexão, para jogá-la para a sexta comissão. Praticamente, já está encerrado esse trâmite que vai haver do PL nº 4.485, que institui uma espécie de pensão especial aos servidores da ex-Sucam, que trabalharam com Malathion, com DDT etc, no valor, se não me engano, de R$2.075,00. Tem também outro projeto de lei, da Deputada Perpétua Almeida, que estabelece uma indenização. Também seria interessante que a gente pudesse se debruçar sobre esses dois projetos.

Então, neste momento, o que a gente está colocando é isso, é trabalhar nessa linha, numa indenização para esse pessoal. Nesse momento da vida deles, nada mais justo que pelo menos haja uma indenização, haja um reconhecimento. A gente tem visto que as vítimas da ditadura, algumas pessoas recebem indenizações de cem mil, duzentos mil, trezentos mil. E esses soldados, esses companheiros que morreram e continuam morrendo? (*Palmas.*) Então, minimamente, teria de haver esse reconhecimento por parte do Ministério da Saúde. Há que chegar o momento em que o Ministério da Saúde reconheça que usou esses trabalhadores como cobaias (*Palmas.*) Tem de reconhecer isso! Esses trabalhadores foram jogados nos locais mais difíceis deste País sem condição alguma, sem uso de EPI, sem serem preparados para o impacto que sofreriam naquele momento e posteriormente.

Hoje, estão à míngua, e o Ministério e a Funasa alegando que eles não têm problema algum. Ora, se vocês fizerem um levantamento... O companheiro disse aqui: morreu o fulano e o fulano. Muitas vezes, as pessoas dizem: morrer é natural para o ser humano. É, sim, mas a idade dessas pessoas, principalmente neste momento, em que a qualidade de vida do País aumenta, assim como a expectativa de vida, esses companheiros continuam morrendo com uma expectativa de vida muito menor do que de qualquer outro trabalhador.

Então, queríamos essa atenção por parte do Senador Sérgio Petecão e do Senador Paulo Paim. Enfim, dessa frente parlamentar que vai ser criada aqui hoje. O nosso muito obrigado (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Com a palavra Jussara Grifo, de Minas Gerais.

A SRª JUSSARA GRIFO – Queria cumprimentar a Mesa e os meus companheiros e companheiras da Funasa e hoje Ministério da Saúde. Uma das coisas que acho que a gente tem de ter claras é que a pesquisa que tem hoje da Funasa, que coloca que não é conclusiva, quando se coloca a questão do álcool, da malária, de Chagas, tem de colocar isso como acidente de trabalho, tem de começar a tratar essas questões dos trabalhadores como acidente de trabalho, porque largar a família por 40, 60 dias, e muitos deles perderem a família pelas condições de trabalho, porque deixavam a família e quando voltavam já não tinham a família em casa, isso tudo pelas condições de trabalho a que foram submetidos, sem nenhum equipamento, que hoje não tem, porque o Ministério da Saúde e a Funasa – e esse debate a gente vai ter de fazer – ainda não acompanham, mesmo tendo financiamento, a questão do equipamento, não é passado o equipamento de proteção a esses trabalhadores. Até hoje, eles trabalham sem... Eu tenho recibo no sindicato de equipamento comprado pelo trabalhador. Isso é um absurdo para mim.

Outra questão, nós estamos fazendo o exame periódico. O Ministério da Saúde vai começar a implementá-lo no final do ano, este ano, já que tem uma legislação do Governo Federal há três anos.

Eu duvido que consiga implementar este ano para o pessoal de campo, é mais fácil para a sede, mas tem que discutir hoje o rol desses exames para os trabalhadores. Eu acho que o rol dos exames hoje, na Portaria do Ministério da Saúde e Funasa, não se adéqua à realidade de trabalho do nosso trabalhador na ponta. Então, é um debate também que acho que esse grupo de trabalho também tem que fazer.

Hoje também não dá para discutir só o DDT. Hoje se você observar as condições de trabalho nas centrais de UBV nossa, aquele lugar é desumano. Naquele lugar, nem um animal pode trabalhar. É feito o laudo. A Funasa fez laudo, passou para o Ministério, mandou retirar os trabalhadores, e o laudo está esquecido. Mesmo laudo colocando que aquele não é ambiente de trabalho para o trabalhador. Então, temos vários instrumentos hoje, no Ministério da Saúde, na Funasa, porque acho que é importante a indenização, é importante a gente estar trabalhando com esses dois projetos. É importante o EPI, mas é preciso ter uma política de saúde do trabalhador dentro das instituições, que vai impedir que alguns outros que não estão doentes adoeçam. Nós temos que ter duas levas nesse grupo de trabalho. Tratar de quem está doente. Fico deprimida quando vejo que um trabalhador tem que entrar na Justiça para garantir o seu direito de tratamento. Esse é o primeiro. A gente tem o Sistema Único de Saúde hoje. O trabalhador da saúde da Funasa e Ministério, se estiver intoxicado, tem que usar o instrumento legal, porque a instituição não assume a doença do trabalhador, adoecer por condições de trabalho e salvar muita gente neste País. E muitos deles não viram nem sua família crescer. Dá para escrever um livro da nossa história. A nossa história é muito bonita.

Mas nós temos, agora, a partir deste momento, neste grupo de trabalho, dar um final feliz à nossa his-

tória, de tratar quem está doente, indenizar as famílias que precisam ser indenizadas e ter uma política para quem está ficando, porque agora quem está vindo também são profissionais do Município e do Estado, que estão fazendo o mesmo trabalho nosso. E nós temos que ter política para esses trabalhadores que estão vindo também. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Com a palavra Abson, de Rondônia.

Faço um registro especial aqui, pedindo desculpas por ter deixado de registrar aqui a presença do nosso querido Deputado Federal Mauro Nazif, de Rondônia. Mauro, obrigado pela presença.

E tem que dar um testemunho aqui. O Mauro está nesta luta desde o começo, que fui Deputado Federal junto com ele e acompanhei a sua luta em prol dos trabalhadores, tanto de Rondônia quanto do País como um todo.

Parabéns, Mauro, pela tua luta.

O SR. ABSON PRAXEDES – Abson Praxedes, membro do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Rondônia, Sindsef, na qualidade de Secretário de Saúde e membro também do Departamento de Saúde da Condsef. Parabenizo o Aldo.

Aldo, você retratou a situação do Brasil, não do Acre, com relação ao problema dos guardas, dos malaeiros, dos combatentes das endemias do Brasil. E acredito também que o Sérgio Ronaldo foi feliz na questão do encaminhamento, porque aqui seria, Senador Petecão, impossível a gente de pronto colocar propostas que contemplassem essa situação no País. E mais feliz ainda, Sérgio Ronaldo, acredito, e já com a predisposição do Paulo Paim e do Sérgio Petecão, que esta comissão estará em boas mãos, a comissão mista para que realmente a Condsef possa subsidiá-la na questão das proposições e do encaminhamento, do desdobramento desse trabalho.

De antemão, até proporia, na condição de indicação de representante da Câmara Federal, se o Deputado Mauro Nazif pudesse compor, juntamente com Perpétua Almeida, essa comissão que pudesse realmente desdobrar essa importante situação do problema que nós enfrentamos.

Mas eu não poderia deixar de colaborar um pouco aqui com o Aldo, com relação a essa problemática nossa.

Em Rondônia, eu tenho certeza de que essa comissão vai levantar esses dados, a Organização Mundial da Saúde deu como parâmetro que até 3% de unidade grama, por decilitro de sangue, de pesticida, era tolerável ou é tolerável. E nós, em Rondônia, temos, dos que fizeram exame, 70% acima de 3%, chegando até a 81%, algum colega, de pesticida do grupo organoclorado no organismo.

Então, se, desse percentual, não se faz correlação com esse grande número de pessoas que adoeceram, com quadro sintomatológico, que leva para uma questão de uma possível intoxicação, a gente realmente não tem como entender o adoecimento e o falecimento de colegas na faixa etária de 45 a 55 anos. Então, alguma coisa, de fato, está errada.

E poderíamos até citar aqui a lei do Congresso Nacional que proíbe, no Brasil, em 2009, que extermina o uso de DDT no País. Por si só já é uma prova de que era um inseticida que, de certa forma, estava causando dano à sociedade brasileira, principalmente a nós que trabalhamos desde a década de 1950.

Então, por si só eu acho que o Governo brasileiro assume que o inseticida, o DDT, foi um pesticida que prejudicou e muito, não só a sociedade brasileira, mas, principalmente, nós, trabalhadores da saúde.

E eu queria pegar a fala aqui do Dr. Giovanini. Ele foi feliz quando colocou em sua palestra o êxito que nós, combatentes das endemias, tivemos no País. Eu fico feliz, Dr. Giovanini, e acredito que nós todos aqui no plenário, porque nós honrosamente cumprimos a missão que nos foi delegada, que foi a de salvar as vidas do povo brasileiro. Nós, realmente, conforme o senhor mostrou, ficamos felizes. Em Rondônia, nós controlamos a malária, que chegou inclusive a ter algumas cidades ditas como campeãs mundiais da malária. E nós combatemos e salvamos vida.

E, da mesma forma que nós combatemos a malária, nós saímos combatidos. Contraímos a malária e muitos colegas tiveram uma situação bem complicada com relação a isso.

Por outro lado, foi dito também aqui, com relação ao estilo de vida que nós tivemos no decorrer do enfrentamento e da operacionalização do nosso trabalho. O estilo de vida totalmente inadequado, dormindo em cima de caixa de DDT, pendurados em rede, em locais insalubres, em locais onde poderíamos correr o risco de algum inseto nos picar e morrermos à míngua, por estarmos longe de qualquer recurso.

Foi dito aqui também que o nosso trabalho, anualmente, consistia em dois ciclos de 105 dias. Isso leva a crer, estou entendendo, que a proposta vai ser encaminhada pela Condsef e estou colaborando aqui até para poder enriquecer e melhorar mais ainda os nossos expositores posteriormente.

Dessa maneira, o estilo de vida que nós enfrentamos para combater as endemias no País, por si só, já enseja uma violação aos direitos humanos. Então, nós temos que ser reparados por essas condições desu-

manas nas quais nós fomos colocados para combater as endemias neste País.

Por fim, quero dizer aqui ao nosso representante da Funasa, independentemente de filhos de qualquer ente federativo que queira nos assumir como pai, nós queremos ser filhos do Estado brasileiro. Nós queremos ser filhos do Estado brasileiro, o Estado brasileiro tem que realmente nos amparar, reparando os malefícios que causou para aqueles que tentaram e conseguiram minimizar e salvar vidas da Nação toda. (*Palmas.*)

Então, nada mais do que isso. A gente simplesmente quer... E felicitar, Senador Sérgio Petecão, V. Exª, por essa luta, por essa bandeira. Sabemos da Maria Perpétua. Temos o nosso Deputado Mauro Nazif, que tem feito esse enfrentamento. Quero felicitar por essa iniciativa.

Tenho certeza de que a Condsef vai estar, passo a passo, acompanhando e fornecendo subsídios para que essa comissão possa de fato dar uma conclusão definitiva para reparar o dano causado a esses laborosos e honroso trabalhadores da saúde no Brasil.

Obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – para finalizar, temos inscrito o companheiro, Carlos Henrique, do Distrito Federal.

O SR. CARLOS HENRIQUE BESSA FERREIRA – Bom dia, companheiros e companheiras. Bom dia, membros da Mesa. Quero agradecer pela oportunidade.

Como foi dito pelo Senador, meu nome é Carlos Henrique. Para quem não me conhece, sou diretor do Sindsep-DF e também da Condsef.

Antes de mais nada, a primeira proposta que quero colocar é com relação aos recursos que saem do Ministério da Saúde. Eles vão para os Estados e Municípios para compra de EPIs, mas a gente vê que essa compra de materiais de proteção, de equipamento de proteção muitas vezes não ocorre. Chega ao Estado, chega ao Município, e o governador ou o prefeito acaba muitas vezes utilizando esses recursos para outra área, atendendo a outro setor do Estado ou da prefeitura, deixando nossos companheiros realmente à mercê desses verdadeiros venenos, como DDT e outros agentes químicos, expostos ao manuseio direto desses materiais, que são extremamente perigosos.

Então, a minha primeira proposta é no sentido de que haja uma fiscalização rigorosa do Ministério da Saúde, porque estão saindo recursos públicos, dinheiro de todos nós, para a compra de materiais para proteger a vida de quem tanto se dedica para proteger a vida do próximo, mas muitas vezes a vida desses companheiros fica completamente desprotegida.

A segunda proposta que quero colocar é em relação à Funasa.

Na Funasa, tem o setor de qualidade de vida, que, aliás, está aqui presente. Entendo condições de trabalho também como qualidade de vida. Só aqui, no Distrito Federal, temos 162 servidores que ainda pertencem ao quadro da Fundação Nacional de Saúde e que estão cedidos ao Governo do Distrito Federal, inclusive trabalhando no combate à dengue e às demais doenças consideradas endêmicas. Também, nos outros Estados, ainda existem companheiros que pertencem ao quadro da Funasa, trabalhando no combate às doenças consideradas endêmicas. Então, que a Funasa, por intermédio do setor de qualidade de vida, ouça esses companheiros, realize um seminário, quem sabe até nacional, para ouvir esses companheiros sobre as principais dificuldades que encontram no desempenho das suas atividades.

Por último, quero aqui fazer um registro que considero extremamente importante. Quero complementar um pouco a fala do companheiro Ademar. O companheiro Aldo trouxe uma situação aqui extremamente importante e grave, que é a situação dos companheiros no Acre. Essa problemática é nacional. Só no Estado do Pará, há mais de 300 casos de intoxicação. A problemática maior, no que diz respeito à intoxicação neste País, se encontra no Estado do Pará. Temos vários companheiros que, ano após ano, falecem em virtude da intoxicação. O caso do Amazonas também é um caso muito grave.

Então, o Estado brasileiro tem uma dívida com esses companheiros e, infelizmente, ele está protelando para pagar essa dívida. Isso não pode acontecer mais. É inaceitável que o Estado brasileiro continue fechando os olhos e tapando os ouvidos para esses casos de intoxicação, que são milhares em todo o País. Afinal de contas, tenho certeza absoluta, como todos aqui – já finalizando a minha fala –, de que os casos de intoxicação não são mera coincidência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Deputado Mauro, V. Exª quer fazer alguma consideração, porque vamos passar para a Mesa (*Pausa.*) Aqui...

A SRª FRANCISCA CAMPOS DE QUEIRÓS – Excelência, eu queria uma fala, por favor. A gente está vindo de uma distância muito grande. Eu quero três minutos, só três minutos...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Ok, está concedido.

O seu nome. Por favor, identifique-se, para a Taquigrafia.

A SRª FRANCISCA CAMPOS DE QUEIRÓS – Eu vou me identificar. Sou Francisca Campos de Queiros. Sou coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará.

Como já foi falado aqui, o Pará é o Estado que tem o maior índice de intoxicados pelos pesticidas de combate às endemias. Está aqui uma frase também: "Ontem salvando vidas, hoje lutando contra a morte".

Isso, no Estado do Pará, é uma realidade, porque o descaso do Ministério da Saúde e o descaso da Fundação Nacional de Saúde com os companheiros que estão intoxicados é imenso!

Eu fiz questão de colocar ao meu lado um companheiro. A Fundação Nacional de Saúde e o Ministério da Saúde dizem que os companheiros estão morrendo porque bebem muita cachaça, pela vida ativa sexual e muitas coisas mais, esse companheiro aqui é militante da Igreja Assembleia de Deus. Trabalha desde que está na Fundação Nacional de Saúde e está aqui nessas condições.

Hoje ele já está bom! Ele esteve sem poder falar, sem poder andar, sem nada.

Nós só queríamos pedir aos Parlamentares que estão nesta Casa e que lutam pela saúde, que dizem que lutam – e vamos ver se lutam, porque queremos alguma coisa palpável –, é que tenha uma política, que a Fundação Nacional da Saúde, através do Ministério da Saúde, reconheça que adoeceram todos esses cidadãos que trabalharam no combate e controle das endemias no Brasil inteiro, no Estado brasileiro. E que reconheçam... Já que dizem que eles estão assim porque beberam muita cachaça, existe programa de governo que reconhece que o álcool é uma doença. Então, que tratem, que tenham um programa que trate o alcoolismo.

Em segundo lugar, pediríamos a todos aqui, todos os companheiros que estão aqui, que trabalharam pela saúde de todos os brasileiros, pedem hoje o reconhecimento do adoecimento; o tratamento da saúde e indenização pela negligência prestada pelo Ministério da Saúde e a Fundação Nacional de Saúde. (*Palmas.*)

Esses companheiros trabalharam a vida inteira para salvar a vida, a nossa vida – eu também sou da Fundação Nacional da Saúde. Então, todos esses companheiros trabalharam nas três áreas: de insalubridade, de periculosidade e de danosidade! E não é possível que, em pleno século XXI, o Governo Federal corte 60 bilhões do Orçamento da União que seria para a saúde, educação e segurança e tape os ouvidos para os companheiros que estão adoecidos.

Então, Srs. Parlamentares que estão à mesa, Condsef, companheiros, trabalhadores, façamos essa comissão e comecemos a exigir do Governo brasileiro que faça alguma coisa por todos esses homens que estão aqui, homens e mulheres deste País, porque os filhos deles também estão intoxicados. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Muito bem, vamos passar a palavra ao Deputado Mauro Nazif, Deputado Federal de Rondônia, para que ele faça aqui as suas considerações e, em seguida, vamos passar para a Mesa, por conta aqui já do adiantamento da hora e o pessoal do Ministério tem outras agendas a cumprir. Está certo, gente!?

O SR. MAURO NAZIF RASUL – Primeiramente, eu gostaria de parabenizá-lo, Senador Petecão, com quem trabalhei quatro anos, por esta iniciativa, juntamente com Paulo Paim, porque somos sabedores, há muito tempo, da sensibilidade que o senhor tem no que se refere a essa matéria.

Lembro que, na Câmara, por diversas vezes, estivemos reunidos para tratar desse assunto, porque mexe muito com o seu Estado, assim como mexe com o nosso Estado de Rondônia, bem como o Estado do Pará e com vários Estados do nosso País.

Então, fica este cumprimento, esse registro. Hoje sabemos da importância da matéria.

Quero cumprimentar o Sr. Giovanini. Há necessidade de se sentar nesta mesa. A Funasa e o Ministério da Saúde têm que sentar à mesa, não têm como ficarem de fora. Sabemos que é um assunto que já vem há muito tempo e, por isso, ficamos tristes ao vermos que ainda não se tem o reconhecimento. Há um tempo, vimos serem indenizadas aquelas pessoas que tinham hanseníase e que ficaram sequelados. O País reconheceu. E hoje nós estamos nos deparando com algo que é do mesmo patamar.

Cumprimento o Aldo, pessoa com quem já estivemos em vários encontros, o Sr. Marcos Roberto, o Sr. Sérgio. Cumprimento aqui todos os funcionários da Funasa, em nome do nosso Estado, através do Daniel Pereira, pessoa que está à frente do Sindsef de Rondônia. Cumprimentamos todos e todos se sintam cumprimentados.

Petecão, eu vejo que nós temos três pontos importantes a tratar, quando nós falamos dos intoxicados por esses inseticidas. Primeiro, indenização; segundo, tratamento; e, terceiro, aposentadoria especial. (*Palmas.*) São os três pontos, quando debatemos esses assuntos, para os quais sentimos que se tem uma necessidade muito grande. Já participei de vários seminários e audiências que tratam da questão da indenização. Fico muito triste – e espero que isso aqui hoje não tenha acontecido, e não deve ter acontecido – quando ouço que o problema dos servidores da Funasa e da extinta Sucam é em decorrência da bebida alcoólica. Eu fico muito triste quando eu ouço isso, porque é querer denegrir qualquer ser humano. É querer achar... (*Palmas.*) Eu não vou nem dizer que é querer achar uma desculpa, porque eu acho que isso é uma coisa tão

forte, quando você tenta jogar que é porque a pessoa bebe e acabou tendo esses problemas.

Participamos, juntamente com técnicos especializados da área em que se tem uma demonstração de como o servidor – e, no caso, eu vou falar como o paciente – se apresenta clinicamente quando da intoxicação, que vai desde a ponta do fio de cabelo até na unha dos pés. Ela acomete tudo que é órgão. Então, clinicamente está comprovado. Clinicamente – e eu sou profissional médico –,está comprovado. Aí vamos entrar na questão laboratorial. Tem que se ter a comprovação por meio dos exames. Laboratórios que atestam um percentual altíssimo...

Gostaria de registrar a presença do Deputado Carlos Magno, do nosso Estado de Rondônia também, e que tem um trabalho... (*Palmas.*)

Quando esses exames são comprovados, a Funasa os rejeita e pede a contraprova; sempre pedindo a contraprova. Eu fico aqui olhando um material em que se fala que a justiça do Pará determina que seja oferecido tratamento de desintoxicação aos servidores. A Justiça entende que se tem que oferecer o tratamento de desintoxicação. Se oferece o tratamento de desintoxicação, é para quê? É porque está intoxicado. Se você não estiver intoxicado, não tem a desintoxicação. Isso é ponto pacífico. Pode não se estar falando da questão do laboratório, porque falta fechar a questão laboratorial. Mas a clínica, muitas vezes, tem que prevalecer sobre o laboratório. Quantas vezes já pegamos paciente com malária, e se faziam um, dois, três, quatro exames, todos negativos, Dr. Giovanini, todos negativos. Você entrava com o tratamento e o paciente melhorava. A mesma coisa aqui. Nós estamos desvalorizando aquilo que é a essência de qualquer ser humano, que é a sua parte clínica a qual preenche todos os requisitos que determinam quando se tem ou não se tem essa intoxicação.

Falar que a Organização Mundial de Saúde já preconizava o uso do DDT e outros inseticidas e que todos estavam preparados com o uso de todos os seus equipamentos, uniformes, botas e outras coisas e muito fácil. É muito fácil a gente falar isso. Se eu pegar um livro, o livro fala isso. Mas, na prática, isso não acontecia, e muitas vezes não acontecia como até hoje a gente vê, em várias reuniões, faltando essa condição de trabalho.

Então, entendo que, nessa questão da indenização, o Ministério da Saúde tem que se sensibilizar mais. O Congresso Nacional – assim como foi feito para aqueles pacientes portadores de hanseníase que ficaram sequelados tiveram essa indenização – tem que se sensibilizar com essa matéria, assim como tem que ser ofertado a essas pessoas o tratamento. Obrigatoriamente, tem que ser ofertado o tratamento a essas pessoas. Já deveria ter uma portaria baixada pelo Ministério da Saúde, pela Funasa, determinando isso, assim como nós temos o Projeto nº 555, que fala da aposentadoria especial e que se tem de dar esse tratamento, porque esses senhores e essas senhoras merecem essa aposentadoria especial.

Acabaram de me entregar aqui um laudo toxicológico. Centro de Atendimento Toxicológico Dr. Brasil. Conclusão: "Positivo para presença de pesticidas grupo organoclorado no material cromatografado". Então, aqui tem mais um laudo que me entregaram agora. E nós já vimos vários desses laudos, mas sempre são questionados e vêm as contraprovas.

Em decorrência disso, sabemos que o Congresso Nacional tem o seu papel. O Senado, Petecão. E, novamente, quero cumprimentá-lo mesmo, porque sei da sua luta por essa causa. Também a Câmara dos Deputados tem muito essa obrigação. Mas gostaríamos que o Ministério da Saúde e a Funasa tivessem a sensibilidade para o caso, porque isso merece tal sensibilidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Eu registro aqui a presença do Deputado Carlos Magno e pergunto se V. Exª quer fazer uso da palavra.

O SR. CARLOS MAGNO RAMOS – Obrigado, Presidente, Senador Petecão, do nosso vizinho Estado do Acre.

Eu não poderia deixar passar a oportunidade de dizer aos representantes do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, aos dirigentes das entidades que representam esse povo tão sofrido, que já, por diversas vezes, e neste momento estamos discutindo essa questão da infestação, da contaminação pelo DDT dos agentes da Funasa, que, na sua atividade profissional, já enfrentavam diversas situações de periculosidade e hoje sofrem consequências, além das vidas que já se foram. Colegas e companheiros estão batalhando por essa causa e há os que não estão mais aqui presentes. Todos precisam ter uma resposta.

Eu acho que o Deputado Mauro Nazif, pela sua formação médica, pode discorrer tecnicamente sobre essa questão dos laudos positivos contestados pelo Ministério da Saúde e pela própria Justiça. E o Congresso Nacional, por meio da Câmara e do Senado, tem que criar oportunidades – por isso, gostaria de parabenizar pela iniciativa da audiência pública – para buscarmos, por intermédio da legislação, uma alternativa que dê tranquilidade e resgate a dignidade desse povo que já trabalhou muito, principalmente nessas regiões. E, como eu disse, na sua atividade, enfrentou diversos riscos e alta periculosidade, pela função exercida.

Então, como Deputado Federal, eu gostaria de manifestar o apoio irrestrito não só meu e do Deputado Mauro, mas de toda Bancada do Estado de Rondônia, dos colegas, do meu Partido PP, sob a liderança do nosso Líder Aguinaldo, encampando essa ideia e trabalhando para que busquemos uma solução definitiva para esses companheiros que já prestaram e prestam serviço ao povo, principalmente da região Norte, tão sofrido, para que tenha atenção especial nas atividades do seu dia a dia.

Quero me colocar à disposição não só como membro da bancada, mas também como membro do Partido PP, para encaminhamento naquela Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Registro aqui a especial presença do nosso querido Senador Eduardo Amorim, do nosso querido Estado de Sergipe, que também é médico e uma pessoa sensível que tem lutado muito pelas causas dos menos favorecidos aqui no Senado.

E passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para que possamos dar o encaminhamento que foi acordado pela Mesa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Boa tarde a todos. Presidente, obrigado pela palavra.

Presidente Paulo Paim, muito obrigado pela oportunidade. Nós vivemos de comissão em comissão, de reuniões entre as comissões e as subcomissões, que aqui são mais do que uma dezena. Mas obrigado pela palavra.

Eu manifesto o meu total e irrestrito apoio a essa luta, a essa causa, porque, como médico e ex-Secretário de Saúde, conheço muito bem todos os riscos. Acho que reconhecer esse pedido, esse apelo é nada mais nada menos do que se fazer justiça.

Então, Sr. Presidente, naquilo que for necessário e em que as nossas mãos puderem ajudar essas forças que se somam nesse pleito, eu me coloco à disposição, como aqui foi manifestado também em nome de outro partido irmão. Irei até o meu Partido PSC me manifestar e pedir apoio de toda a bancada e dos Parlamentares defendendo e procurando fazer a justiça necessária, juntamente com todos os que procuram ajudar na manutenção da saúde de todos nós.

É o meu breve comentário, mas, de forma firme e incisiva, dizendo que também faço parte dessa luta e desse exército também.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Eu queria aqui fazer um registro especial. Temos a presença do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, também do Estado de Sergipe. É um Senador atuante, que sempre está em defesa das causas dos menos favorecidos. (*Palmas.*)

Eu passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares e, como estamos no encerramento, passo a Presidência dos trabalhos para o nosso líder maior, Senador Paulo Paim, que causou um problema político. Por causa da sua saída, ninguém queria falar; todos queriam falar na sua presença. Mas o Sérgio me ajudou e, graças a Deus, sensibilizamos os companheiros. Ele disse que tudo que foi dito está sendo gravado e o senhor vai analisar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou assistir ao vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. PSD – AC) – Ok.

Passo a Presidência dos trabalhos ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sérgio Petecão.

Eu digo a vocês que precisam entender um pouco, e sei que entendem, porque lá iria ser votado um projeto de que sou relator, que trata das pessoas com deficiência que não estavam mais tendo direito à escola especial.

Calculem como uma pessoa – exagerando – que é cega, cadeirante e surda vai poder estar numa escola dita normal? Ela precisa ter um carinho, um tratamento especial. Claro, quanto mais inclusão, melhor; mas há casos em que o Estado deve investir num tratamento especial. Por isso, eu me retirei daqui e fui lá. Foi uma batalha. Li o relatório em dois minutos, quando me deram a palavra, e, felizmente, foi aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Então, meus parabéns a vocês pelo entendimento. O Senador Antonio Carlos Valadares estava lá e viu o esforço que fizemos.

Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Paulo Paim, eu estava na Comissão de Educação com V. Exª quando o projeto foi aprovado; e V. Exª falou que na Comissão de Direitos Humanos havia uma audiência pública para tratar do assunto do uso de DDT, que está provocando câncer nos agentes de combate à dengue.

Eu me recordo de que esse produto, considerado cancerígeno há muitos anos, era bastante usado, principalmente nas florestas tropicais, no combate às endemias rurais. E essa aplicação foi suspensa durante muitos anos.

Penso que, de fato, a dengue é uma doença terrível. Há várias faces de sua ingerência no Brasil, atingindo pessoas de todas as idades. Em todas as regiões, existem casos da dengue hemorrágica matando pes-

soas. De fato, ela precisa ser combatida, sem dúvida alguma, mas que esse combate não venha causar a morte daqueles que trabalham no setor de saúde para evitar a incidência da dengue.

Eu vim aqui para, em decorrência do que V. Exª disse na Comissão de Educação, prestar solidariedade a todos aqueles trabalhadores envolvidos no combate à dengue, que são alvos, sem dúvida alguma, da ocorrência de doenças como o câncer, provocadas pelo uso indevido desse produto, que já foi condenado há muitos e muitos anos. Eu até pensava que não deveria ser usado porque ele coloca em perigo a vida de pessoas que ajudam no combate à dengue.

Portanto, minhas palavras aqui são apenas de solidariedade a esses trabalhadores, que, espalhados pelo Brasil inteiro, arriscam suas vidas para salvar outras vidas.

Obrigado a V. Exª. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra aos companheiros componentes da Mesa para suas considerações finais.

Recebi aqui um arrazoado das principais propostas que vocês apresentaram, que, para mim, apontam principalmente para essa reunião de trabalho na próxima quinta, reunião mista de Deputados, Senadores...

Os Deputados que estão presentes já se considerem convocados. Eu sei que mesmo que eu não os convocasse eles diriam que estariam aqui. Isso é bom, mas quero tomar a liberdade de convocá-los para participarem, na próxima quinta-feira, às duas horas da tarde, da reunião com o Ministério da Saúde, o sindicato e as lideranças que vocês vão escolher, para que a gente possa, numa reunião de trabalho, aprofundar as propostas que foram elencadas nesta Comissão.

Vou passar a palavra aos companheiros da Mesa para as considerações finais.

Começo com Sérgio Ronaldo da Silva, que pode ajudar a dar o encaminhamento final.

O SR. SÉRGIO RONALDO DA SILVA – Eu acho, Presidente Paulo Paim, que os encaminhamentos e os relatos aqui retratam uma realidade que vai no caminho da busca do que nós acabamos de sinalizar. Estamos encontrando os caminhos, finalmente, algo concreto. Foi o que nós...

A perspectiva evidente que todos tinham e têm. Achamos que, nos debates que vamos ter amanhã e na quinta pela manhã, vamos buscar mais alguns ajustes e trazer propostas concretas que, de fato, venham a resolver, definitivamente, essa situação grave que assola esses trabalhadores e trabalhadoras em todo o Brasil.

Nós agradecemos, em nome da Confederação, em nome de nossos sindicatos filiados, de todos os trabalhadores e trabalhadoras que são representados pela Confederação e pela CUT.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Passo a palavra, de imediato, a Joselias Ribeiro da Silva, Coordenador Geral de Recursos Humanos da Funasa, para suas considerações finais.

O SR. JOSELIAS RIBEIRO DA SILVA – Na pessoa do Dr. Marcos Muffarreg, que teve de se ausentar por conta de outro compromisso, eu gostaria de manifestar a posição da Funasa com relação ao encaminhamento que foi dado.

Acredito que teremos, sim, uma reunião de trabalho, com a criação dessa comissão mista, no sentido de que a gente possa esclarecer e resolver o problema que hoje aflige os servidores da Funasa. A Funasa, por meio de seu corpo técnico, tem lutado bastante no sentido de que sejam solucionadas todas essas questões.

Acredito que essa comissão dará início, sim, e pode apresentar a proposta de que todos os trabalhadores estão precisando. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Joselias Ribeiro da Silva, Coordenador Geral de Recursos Humanos da Funasa.

Vamos passar agora a palavra ao Sr. Giovanini Evelim Coelho.

O Senador Sérgio Petecão vai fazer o encerramento como autor do requerimento.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Eu queria, na verdade, agradecer pela oportunidade, pelo convite, e destacar que esta reunião realmente pode ser considerada como um marco importante, mais um passo nesse processo, nessa discussão que se arrasta há alguns anos.

Eu só queria chamar a atenção para um aspecto, Senador, e reiterar, primeiro, a sensibilidade do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para essas questões.

O Ministro Padilha tem um histórico de trabalho em doenças endêmicas, tem um histórico de vida na região amazônica.

Esse currículo, por si só, já lhe dá uma alta sensibilidade. Não tenho dúvida de que o Ministério da Saúde, dentro de suas atribuições, vai fazer todo o esforço para a solução desse problema.

No entanto, eu queria destacar, até porque o Senador Petecão foi muito feliz numa intervenção, quando disse que deveríamos ser pragmáticos nesse aspecto, que a gente precisa deixar muito claro o que vamos discutir e propor nessa comissão, porque se falou em indenização do trabalhador, falou-se em aposentadoria especial e falou-se em política de saúde dos trabalhadores. Sem dúvida, todos os assuntos

são extremamente importantes; sem dúvida. Mas, se queremos dar objetividade a esse processo, teremos de definir exatamente em que linha de assunto nós vamos trabalhar, até porque muitas reivindicações colocadas aqui como, por exemplo, a aposentadoria – peço desculpas se eu estiver equivocado –, extrapolam a atribuição do Ministério da Saúde. Certamente, outros atores deverão ser convocados para isso.

Exatamente, atendendo ao pragmatismo que o Senador Petecão colocou, com muita clareza, acho que essa comissão deve ter muito claro quais são os caminhos e quais são a reivindicações que nós queremos definir.

Outro aspecto que pode até soar antipático, Senador e demais presentes, é que o Ministério da Saúde vai tomar decisões com base em evidências. Com todo o respeito ao pronunciamento do Deputado Mauro Nazir, que é um profissional de saúde, a evidência científica precisa prevalecer. Então, quando se fala que...

(*Manifestações fora do microfone.*)

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me dar uma balizada aqui.

Pessoal, quero que vocês entendam o seguinte. Primeiro, os representantes do Ministério da Saúde vieram aqui. Eu sempre digo isso nas audiências públicas, porque é muito mais fácil para um ministro ou um representante dizer: digam que não vou. Porque esse é um convite que a gente faz. Não é uma convocação. Eles vieram aqui e estão expressando o seu ponto de vista.

Acho que estamos caminhando bem nesta nossa audiência, porque nós sairemos daqui, e eles já concordaram... Se começarmos a hostilizá-los, eu sei que eles não farão isso, mas já viriam para a reunião com um pé atrás. Acho que temos que sair com o mesmo clima que iniciamos. A reunião está marcada para quinta-feira. Nós estaremos aqui, o Ministério estará aqui e, se for preciso, nos encaminhamentos, nós vamos convocar também o Ministério da Previdência, porque é uma questão de governo e não só do Ministério da Saúde.

Eu acho que tem que aprofundar, sim, a questão da aposentadoria especial, mas entendo a posição do Sr. Giovanini, de que isso não é da competência do Ministério da Saúde, mas é da Previdência. Não me custa nada convidar também para quinta-feira um representante do Ministério da Previdência. Mas eu quero que vocês nos ajudem no encaminhamento. Eu prefiro a franqueza do Giovanini a ele dizer o seguinte: "Está tudo bem, está tudo bem, pessoal, tchau, estou saindo". Ele não está fazendo isso. Ele está dizendo que o que é da alçada do Ministério eles vão responder, e dentro de critérios. É claro que sabemos que tem que ter critérios. Eu sempre digo que a Previdência – e estou falando da Previdência – é nossa. Não podemos achar que todo mundo vai ter aposentadoria especial – quando digo todo mundo são os trabalhadores do Brasil –, aqueles que têm direito vão ter que ter. E vamos brigar por isso. Esse é o nosso objetivo.

Espero que vocês me ajudem. Uma salva de palmas para vocês. Espero que tenham entendido o meu pedido. As palmas são para vocês. *(Palmas.)*

Vamos lá Giovanini, desculpe-me interrompê-lo.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Obrigado, Senador, por garantir-me a palavra.

Como eu estava falando, obviamente nós temos que ter evidências, e evidências com bases científicas. Os trabalhadores estão doentes? Estão. É claro e notório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ninguém tem dúvida quanto a isso.

O SR. GIOVANINI EVELIM COELHO – Agora, fazer a associação de um elemento a, b ou c exige uma avaliação aprofundada, exige ciência. Não é apenas com base em laudos de um ou outro laboratório. Temos que ter uma avaliação técnico-científica. De maneira que essa sensibilidade do Ministro Padilha certamente vai ajudar nesse processo.

Quero, mais uma vez, reiterar, Senador Paulo Paim, que, nessa comissão, definidos os objetivos e definida claramente a atribuição do Ministério da Saúde, não tenha dúvida de que o Ministério da Saúde estará presente e dará todo o apoio e todos os esclarecimentos necessários para a questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Giovanini, reafirmando que o Ministério da Saúde vai estar aqui na próxima quinta-feira, às duas da tarde, e vai cumprir a sua parte.

Neste momento, concedo a palavra ao Líder Aldo Moura, Presidente da Associação DDT – A Luta pela Vida.

O SR. ALDO MOURA – Sr. Presidente, quero agradecer pela oportunidade que me deu. Quero parabenizar o ilustre Senador Sérgio Petecão e todos os Parlamentares aqui presentes. Saio daqui muito contente, porque eu vi uma unificação entre as autoridades aqui presentes em realmente resolver essa questão definitivamente.

Portanto, muito obrigado a todos, muito obrigado aos meus companheiros dos outros Estados e até a próxima oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de passar a palavra para o Senador Sérgio Petecão, é justo, eles fizeram um pequeno sinal, foi erro da minha parte, quero conceder, para as considerações

finais, a palavra aos nossos dois Deputados presentes e também ao Senador, se assim entenderem.

Querem dar a saudação final?

O SR. CARLOS MAGNO RAMOS – Eu só gostaria de dizer, Senador Paulo Paim, que o senhor tem a representatividade e a liderança para nos convocar para hora e o dia que o senhor quiser. O senhor exerce essa liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. quinta-feira, às duas da tarde, aqui.

O SR. CARLOS MAGNO RAMOS – Eu só gostaria de justificar a minha ausência em face de compromissos, mas eu estarei presente com a minha assessoria. Porque esta Comissão terá, na sua sequência, e eu tenho certeza, eu gostaria de estender isso aqui ao Senador Petecão, autor do requerimento, de poder estar presente. E o senhor já demonstrou isso. Agora mesmo, esteve em Goiás, defendendo a questão dos aposentados; de Previdência, o senhor está pronto a colaborar também, com a sua experiência e acompanhamento com relação aos aposentados. Quero apenas justificar e dizer a essas pessoas, ao Daniel, que é Presidente do Sindsef de Rondônia, e a todas as lideranças que faremos parte dessa comissão, seremos convocados e estaremos presente nessa discussão. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Deputado Carlos Magno. Se não puder estar presente, mandará o seu chefe de gabinete para falar por V. Exª.

Deputado Mauro Nazif.

O SR. MAURO NAZIF RASUL – Só para retornar um pouquinho à fala do Sr. Giovanini. Eu também sou muito pragmático, Dr. Giovanini. E, quando falamos lá atrás, nós especificamos cada área. Quando falamos da aposentadoria especial, Senador Paulo Paim, isso não é uma discussão que trazemos a esta Mesa. Esta é uma discussão que falamos que é de suma importância para esses senhores e essas senhoras. E esta matéria está sendo tratada pelo Projeto de Lei nº 555, que tramita no Congresso Nacional. Então, essa é uma responsabilidade nossa, como Deputados Federais, e dos Senadores, caso à parte.

O que é competência? O que vimos que o Ministério da Saúde e a Funasa têm que trabalhar? É a questão da indenização e do tratamento para essas pessoas. Isso é de responsabilidade, sim, do Ministério da Saúde, tanto na questão da indenização quanto na questão do tratamento. Especificamente esses dois casos.

Se a intoxicação tivesse tratamento, nenhum deles estaria aqui. Por que eles não melhoraram? Porque não há tratamento para intoxicação. Esse é um outro dado clínico que é somado. Quando não há o tratamento e os próprios laudos dizem que não há tratamento, essa é uma grande característica. Então, você tem o aspecto do funcionário com todos os sintomas e sinais da doença e somado a isso não há tratamento. Ainda há os laudos laboratoriais, mas que sempre a Funasa e o Ministério da Saúde estão relutando em aceitar.

Então, essa questão, para mim, de se aprofundar é como o senhor disse: "Desculpa, porque do que eu vou falar talvez vocês não gostem de ouvir". A mesma coisa eu vou falar: o que a gente fala muitas vezes o Ministério da Saúde e a Funasa não gostam de ouvir pelo não reconhecimento. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essas foram as palavras do Deputado Mauro Nazif, que está convidado para quinta-feira, às duas da tarde.

Neste momento, o Sr. Giovanini vai ter que sair. Eu queria que, na saída dele, a gente desse uma salva de palmas, para que, na quinta-feira, ele esteja conosco mais uma vez. (*Palmas.*)

Obrigado, Dr. Giovanini, e leve um abraço para o Ministro Padilha, pelo qual tenho o maior respeito.

Senador Valadares, com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, primeiro para corrigir um equívoco quando do meu pronunciamento. Eu sabia que o DDT já tinha sido banido do Brasil desde 2009. Agora, na década de 70, quase o mundo inteiro condenou o uso desse pesticida por causar, justamente durante o combate à malária e ao tifo, essa doença terrível que é o câncer.

Então, eu gostaria, além de fazer essa correção, de dizer que aquelas pessoas que foram contaminadas no passado e que têm efeitos em sua saúde merecem uma resposta positiva do Brasil, que é o País que tem uma das Constituições mais avançadas do mundo, em que os direitos humanos são respeitados. Não só em nível nacional. O Brasil assina convenções internacionais, tem compromissos, e é obrigado a tomar providências no sentido de proteger o ser humano, não só de doenças infectocontagiosas, de violência contra a mulher, contra crianças, mas também de proteção dos seus trabalhadores. Por isso que aqui dois trabalhadores me entregaram neste momento dois projetos que estão em curso, tramitando na Câmara dos Deputados: o 4.973, de 2009, e o 4.485, de 2008. O primeiro trata da indenização e do tratamento médico dos trabalhadores da extinta Sucam, atual Funasa, contaminados pelos inseticidas DDT e Malathion; o segundo dispõe sobre a concessão de pensão especial aos trabalhadores da extinta Sucam e atual Funasa.

Ora, o Brasil que é um País signatário de todas as convenções internacionais sobre direitos humanos,

deverá dar o exemplo aprovando esses projetos lá na Câmara dos Deputados e trazendo para o Senado para aprovarmos também.

Agradeço a V. Exª. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Valadares.

Neste momento, quero, com enorme satisfação, passar a palavra ao Senador Sérgio Petecão, autor do requerimento para esta audiência pública. No meu entendimento, uma das mais importantes da Comissão de Direitos Humanos e que terá desdobramentos já na quinta-feira.

Senador Sérgio Petecão.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Parabéns, Senador Sérgio Petecão, por esta iniciativa louvável.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Paulo Paim, eu quero agradecer pela sensibilidade de V. Exª quando apresentamos este requerimento. V. Exª de pronto atendeu o nosso pedido e o colocou em votação. Também queria agradecer pela sensibilidade dos demais Senadores desta Comissão que aprovaram o nosso requerimento. Teve uma companheira que fez uso da palavra, acho que do Pará, que colocou em xeque e disse: "Não sei nem se esses Deputados, esses Senadores estão realmente preocupados em resolver o problema". Sinceramente, da minha parte, quando eu fiz a minha fala, no começo, eu disse: "Estou com o sentimento do dever cumprido". Eu estou fazendo a minha parte. Essa avaliação, se é pouco ou se é muito, depois vamos saber.

Então, Paim, demais Senadores que poderiam estar em outra comissão, os Deputados Federais não tinham nem necessidade de estar aqui, mas vieram. Essa avaliação, se os Deputados ou Senadores vão fazer alguma coisa ou não, o tempo é que vai dizer. Não dá para que, de forma alguma aqui, eu possa estar vendendo expectativas e dizer: "Olha, vocês fiquem tranquilos que vai resolver". E, na minha fala, eu disse que esta não é a primeira nem a segunda nem a terceira reunião de que participo – o Aldo é testemunha disso. Lá no meu Estado, eu enfrentei um debate duro contra o meu Governo, muito duro, com o Ministério Público Federal...

Então, meus amigos, eu queria agradecer, de coração, na pessoa do Aldo, que não tinha dinheiro nem para embarcar, coitado, tivemos que fazer cota para ele poder vir. Lá no Acre, Paim, se fosse para trazer quem queria vir, nós teríamos que fazer no Auditório Petrônio Portela, porque todo mundo queria vir. O pessoal não aguenta mais. Aquelas fotos que o Aldo mostrou ali, aquilo é pura verdade, gente; aqueles depoimentos das pessoas que estão morrendo, as pessoas estão se acabando em cima de umas camas; as famílias daqueles que já foram estão em completo abandono.

Então, fica aqui, mais uma vez, os meus agradecimentos a todos, ao pessoal da Funasa, do Ministério da Saúde, que veiram aqui, ao Sérgio, que prestou esse apoio muito importante de nos ajudar a coordenar, a tirar os encaminhamentos. Agora, vamos para outra etapa. Acho que essa proposta de formar uma comissão foi maravilhosa. Não podemos, de forma alguma, querer resolver tudo no mesmo dia. Agora, vamos trabalhar. Uma coisa eu garanto para vocês, e eu disse aqui e pedi desculpa aos colegas Deputados que estavam presentes – no momento, estava o Senador Raupp –, estamos na mão do Senador que tem a maior sensibilidade nesta Casa, o Paim. Às segundas-feiras, ele faz audiência aqui, nesta Comissão; às sextas-feiras, faz audiência nesta Comissão. E, quando ele chamou para quinta-feira, vai ser difícil juntar Deputado e Senador, mas ele já se dispôs e abriu mão, podia muito bem estar lá na base dele, no Rio Grande do Sul, mas já abriu mão para estar aqui junto conosco, na quinta-feira, para que possamos, se Deus quiser, formar essa comissão e avançar sobre essa situação que não pode mais esperar. Está bom?

Meu muito obrigado. Estou à disposição de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, deixem-me só fazer um fechamento aqui. Primeiro, agradeço a todos, quem está na Mesa, quem está no plenário, aqueles que estão assistindo pela TV Senado, pelo sistema de Internet, a esta importante reunião.

Vi, aqui, os encaminhamentos, recebi um resumo, mas, para mim, o mais concreto de tudo, neste momento, é a reunião de quinta-feira, porque será uma reunião de trabalho, às duas horas. O Sérgio Ronaldo informa que vocês vão reunir as principais propostas e trazê-las aqui. Vou ter o cuidado de convidar alguém do Ministério da Previdência, porque acho que é importante que esteja o Ministério da Saúde, da Previdência, o sindicato, as lideranças e os Deputados e Senadores.

Aprendi, nesta Comissão, pessoal, agora mesmo, quando eu vinha para cá, já marquei outra audiência pública, para quinta-feira. Depois da reunião de vocês, vou ter outra com o pessoal que está em greve e não está conseguindo negociar – acho que é o pessoal da área de ciência e tecnologia. Vou me reunir com eles depois das cinco aqui, nesta mesma sala, para buscar um caminho também para eles, como fiz diversas vezes, em diversos anos, com os Correios e Telégrafos e com os bancários.

Mas eu queria dizer para vocês que vamos sentar, e rende muito mais, às vezes, uma reunião de trabalho

do que uma audiência pública. Na audiência pública, fala-se do problema e, na reunião de trabalho, com um grupo menor, aprofundamos quais os caminhos que podemos percorrer na busca de soluções. Tenho muito carinho, muito respeito pelo Ministro da Saúde, o Ministro Padilha, e, se for necessário, tentarei falar com ele também, relatando essa iniciativa do Senador Sérgio Petecão, e pela sua importância.

Então, não vou ler aqui as propostas básicas, mas eu diria que, *grosso modo*, posso aqui, até de improviso, dizer: vocês querem saber como é que fica a indenização; como é que fica, embora dependa de projeto, mas sabemos que projeto também depende do Governo para aprovar ou não, a aposentadoria especial, e como é que ficam o tratamento médico e os remédios.

São três grandes temas que vão envolver toda a demanda que aqui vocês apresentaram.

Com esse rápido fechamento, reafirmo a importância da próxima quinta-feira, às duas da tarde. E eu quero também dizer a todos: nunca joguem a toalha, tenham sempre esperança de que podemos chegar à vitória, atingindo os objetivos que nortearam essa bela iniciativa do Senador Sérgio Petecão.

Voltem em paz para os seus Estados...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fala, fala.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Senador Paim, por conta dessa proposta, e vejo que a presença do Aldo é de fundamental importância.

Aldo, você volta para o Acre ou você trouxe uma rede já preparada para ficar aqui?

O SR. ALDO MOURA – Eu trouxe uma rede, mas faltam as cordas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos dar um jeito nas cordas para você ficar até quinta.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – É porque, para o Acre, vocês imaginam a distância, e, para o Aldo voltar, vai ser difícil. Então, Aldo, sugiro que você já fique; se o problema é corda...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou te pedir um aparte. Uma salva de palmas para o Senador Mozarildo Cavalcanti, que está aqui e vai ser parceiro nosso, podem ter certeza, nessa caminhada. (*Palmas.*)

Mozarildo, quer dar uma saudação? Está em tempo ainda. O Mozarildo, o pessoal sabe...

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Só prestar a minha solidariedade como Senador e como médico. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, pessoal, voltem para os Estados na certeza de que...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD – AC) – Quantos Senadores passaram por aqui?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passaram por aqui em torno de oito Senadores, dando total apoio e dois Deputados Federais.

Com isso, pessoal, encerramos a nossa audiência pública, mas, antes, tenho que aprovar um requerimento, se vocês me permitem, da Senadora Angela Portela.

Os que concordam com a entrada do item extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento nº 145-CDH, de 2011.

O requerimento da Senadora Angela Portela visa à realização de audiência pública para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados nas propostas do Plano Plurianual e do Orçamento.

Aqueles que concordam com o mérito dessa audiência pública para discutir o Plano Plurianual e o Orçamento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com isso, encerramos a audiência pública.

Vivam os trabalhadores! Viva a mobilização! Viva a pressão! Até o atendimento das reivindicações.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião encerra-se às 13 horas e 11 minutos.)

ATA DA 80ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 26 DE OUTUBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e seis minutos do dia vinte e seis de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senhor Senador **Paulo Paim** e do não membro Senhor Senador **Clésio Andrade.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 144, de 2011–CDH, aprovado em 20/10/11, de autoria do Senador Paulo Paim, "a fim de debatermos as questões trabalhistas e sindicais no Brasil". Convidados: Germano Silveira de Siqueira, Diretor de Assuntos Legislativos da ANAMATRA, em representação ao Senhor Renato Henry Sant'Anna, Presidente da Associação Nacional

dos Magistrados da Justiça do Trabalho- ANAMATRA; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Secretário Geral da NCST, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST; Jacy Afonso de Melo, Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT, em representação ao Senhor Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil – CTB; José Maria, em representação da Coordenação do CSP – Conlutas; Deputado Federal Assis Melo; Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores - UGT; Arthur Bueno de Camargo, em representação do Fórum Sindical do Trabalhador – FST; Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Direitos Humanos e Cidadania da Força Sindical, em representação ao Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; Luiz Antônio Festino, Diretor de Assuntos Trabalhistas, Segurança e Saúde no Trabalho da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Deputado Federal Miguel Corrêa; Deputado Estadual do Estado de Minas Gerais Celinho do Sinttrocel; Omar José Gomes, Presidente da Confederação nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres; Procurador do Trabalho Adélio Justino Lucas; e Pedro José de Oliveira Lopes, Vice-Presidente da seção II - Transporte de cargas. Servidores da Caixa Econômica Federal fazem homenagem ao Senador Paulo Paim e entregam placa de reconhecimento e agradecimento pelo apoio e empenho em campanha salarial. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim e Clésio Andrade. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezoito horas e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 80ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação. (*Pausa*.)

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº144, de 2011-CDH, aprovado em 20.10.2011, de autoria deste Senador e de outros, a fim de debatermos as questões do mundo do trabalho e as questões sindicais na ótica dos trabalhadores.

Nós todos estamos acompanhando o debate da PEC nº369, de 2005, que está na Câmara dos Deputados, e são enormes as preocupações com essa PEC. Também todos estamos vendo que, cada dia mais, há um avanço daqueles que querem flexibilizar totalmente o direito dos trabalhadores e é mais do que adequado que o movimento sindical provocasse esta audiência pública, para que aprofundemos o debate e o que vamos fazer, mediante aquilo que chamamos uma ameaça aos direitos dos trabalhadores. Por isso, estão acontecendo eventos em todo o País. Quero lembrar que participei de um evento já aqui, no Petrônio, um em Minas, um em Goiás, participarei dia 11 de um em Porto Alegre com este objetivo: defender o direito dos trabalhadores e a liberdade e autonomia sindical na visão dos trabalhadores. Por isso, fazemos esta audiência e, para tanto, vamos, de imediato, formatar nossa Mesa.

Convidamos o Sr. Germano Silveira de Siqueira, Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, em representação ao Sr. Renato Henry Santana, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. É com alegria que recebo aqui a Anamatra, que, quero dizer, tem-nos ajudado muito. Se muitos não sabem, vão saber hoje, vocês que estão aqui, pela TV Senado, porque está sendo transmitida esta audiência para todo o Brasil pelos canais alternativos – aqui, no Senado, são nove canais; um está cobrindo o plenário, naturalmente, mas os outros canais estão pela Internet reproduzindo esta audiência pública para todo o País –, aqui vou dizer que só existe o aviso prévio proporcional aprovado no Congresso devido à Anamatra. Como foi o processo? O projeto estava totalmente engavetado, eu tinha apresentado há umas décadas lá, na Câmara, apresentei outro aqui, no Senado, construído junto com a Anamatra, e esse projeto estava pronto para ser votado na CCJ, daí, por provocação da sociedade, o Supremo ficou de decidir, e ia decidir em cima do projeto que a Anamatra me entregou, e apresentei, que daria uma aviso prévio de 180 dias. Daí, o setor empresarial pressionou a Câmara... Exatamente, para cada um ano, dez. Daí, pressionou a Câmara para aprovar um por três. Em vez de 180 dias, virou 90 dias. Mas, assim mesmo, foi um pequeno avanço. Devido a quê? Porque houve uma mobilização que estava acontecendo para regulamentar o aviso prévio, que é um instrumento que está assegurado na Constituição, o aviso prévio proporcional.

Então, parabéns à Anamatra, foi fundamental esse movimento.

Chamamos para a Mesa Jacy Afonso de Melo, Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT, em representação ao Sr. Artur Henrique da

Silva Santos, Presidente da CUT. Chamamos também, conhecemo-nos há algumas décadas, não vou dizer quantas, porque vocês vão achar que tenho mais idade do que aquela que exatamente tenho, e você também, Jacy, é melhor eu parar por aqui...

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Fiz 50 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Já fiz 60, então te ganhei.

Enfim, chamamos, para compor a mesa, Moacyr Roberto Tesch, Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que aqui representa o Calixto.

Quero agradecer também ao Moacyr, porque, no congresso da Cobap que foi realizado em Caldas Novas, eu não tinha como ir, porque eu tinha um evento das Centrais em Porto Alegre, na sexta de manhã. O Moacyr foi meu motorista – dirige bem –, levou-me a Caldas e me trouxe na mesma noite. Eu participei da abertura do evento, ele me trouxe. Às 9h da manhã, eu peguei o avião e consegui participar do evento em Porto Alegre.

Muito obrigado, Moacyr.

O Ricardo Patah, da UGT (União Geral dos Trabalhadores), não se encontra. Não sei se mandou representante. Tinha de estar aqui o Ricardo ou o representante. Eu vou estar em Minas no dia 7, para participar do congresso da UGT e vou virar cidadão mineirinho também, vai haver as duas coisas lá. Eu vou receber da Assembleia o título de cidadão de Minas.

O Ubiraci não está também, o Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil, e o José Maria, que é Presidente ou Coordenador do Conlutas. Aí vocês mudam o nome, não é, José Maria? Não sei se é Coordenador ou Presidente do Conlutas. Já colocamos mais cadeiras e mesa. Por fim, Arthur Bueno de Camargo, que representa aqui o Fórum Sindical dos Trabalhadores. Peço aos companheiros que estão aí que façam parte aqui da primeira Mesa.

Então, vamos fazer uma segunda Mesa. Concorda, Arthur? Então, na segunda mesa, vem a Força Sindical, creio que a UGT deve estar chegando. Fizemos uma segunda Mesa, podem usar a primeira fila toda. Sei que estão aqui também os companheiros da Caixa, e eles souberam deste evento e queriam, na abertura dos trabalhos, fazer uma pequena homenagem a um tal de Senador Paim. Se vocês permitirem, serão dois minutinhos para que eles façam essa homenagem. Não sei se estão aí os companheiros da Caixa... Então, eu pediria que se dirigissem para a frente, para que... Se quiserem acompanhá-lo, mais do que um, vocês decidem, vocês mandam. Eles me encontraram no corredor – a verdade é essa – e queriam me entregar uma placa. Eu disse a eles: "Vamos ali com o movimento sindical, entreguem a placa e digam por que estão me entregando a placa e pronto. E nós vamos para a nossa audiência pública. Quem vai falar?

O SR. SERVIDOR DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Sr. Senador Paulo Paim, demais membros componentes desta Mesa, senhoras e senhores, nós somos funcionários da Caixa Econômica Federal e, entre 10 anos e 29 anos, sempre trabalhamos no horário noturno, percebendo adicional noturno. É certo que a Constituição Federal protege o empregado em virtude dessas mudanças de automação. Então, com a mudança da compensação de cheques, em que ela passou a ser por imagem, o que seria, no caso, a automação, nós iríamos perder esse adicional noturno que já fazia parte da nossa vida há 5 anos; 10 anos; 22 anos, no meu caso; 29 anos, e que iria influenciar até no poder aquisitivo em relação à aposentadoria. A Justiça ainda não alcançou esse entendimento da incorporação do adicional noturno. Então, para pleitearmos administrativamente, formamos uma comissão em junho de 2011 para pleitear esse adicional noturno junto à Caixa. Como passe inicial, buscamos o apoio do Senador Paulo Paim, que nos recebeu muito bem, nos abriu as portas, nos deu orientação. E o Senador Paulo Paim buscou o apoio do Senador Eduardo Suplicy, e a orientação deles resultou no fato de a Caixa Econômica Federal reconhecer administrativamente, no dia 14 de outubro de 2011, o nosso direito à incorporação integral do adicional noturno (*Palmas*.)

Então, o que eu gostaria de ressaltar – viemos aqui quatro, cinco, seis vezes – é que sempre fomos muito bem recebidos pelo Senador Paulo Paim. Precisamos do apoio das pessoas boas, como o Senador Paulo Paim, que é uma pessoa bem humana e que dignifica esta Comissão. Justamente em reconhecimento a esse apoio incondicional que o Senador Paulo Paim nos prestou e que representou o resultado da nossa demanda é que nós, como Comissão Nacional dos Funcionários da Caixa Econômica Federal, pleiteando adicional noturno, agora já incorporado, viemos agradecer ao Senador Paulo Paim e lhe entregar uma placa de reconhecimento e agradecimento. (*Palmas.*)

Ao Senador Paulo Paim e equipe os nossos profundos agradecimentos pelo apoio na incorporação do adicional noturno dos empregados da Caixa.

Comissão Nacional dos Empregados em Horário Noturno da Caixa Econômica Federal.

Outubro de 2011.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valeu, moçada! Como é que a gente fala? A luta continua, essa foi só uma etapa. Sejam bem-vindos sempre, estamos à disposição de vocês. Agradeço muito, naturalmente, aos companheiros da Caixa por

esse movimento. Que esta pequena placa, que vai ficar no meu gabinete, seja um símbolo da luta daqueles que não jogam a toalha nunca, porque eles foram insistentes também, pessoal.

A gente tem de contar o outro lado agora. Eles estavam dia e noite no meu pé, no pé do Senador Suplicy. Mas isso é mérito, é o que tem de fazer mesmo. "E daí, Senador? Abriu porta? Marcou audiência? Como é que a gente vai lá? Como é que vão fazer?" Meus cumprimentos.

Então, uma salva de palmas aos guerreiros da Caixa. Se não fosse a pressão, não tinha saído. (*Palmas*.)

Parabéns a todos vocês.

Vamos, de imediato, iniciar o nosso debate. Acho mais do que justo que eu, que falei aqui na Anamatra, que, de imediato, o Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Dr. Germano Silveira de Siqueira, fale sobre as nossas preocupações. Claro que o eixo do debate aqui vai ser a PEC nº369, mas todos falarão aqui de forma muito tranquila de todas as suas preocupações no mundo do trabalho e da organização sindical.

Dr. Germano com a palavra.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Bem, boa tarde a todos.

Senador Paulo Paim, é um prazer e uma honra, mais uma vez, estarmos aqui. Sempre que formos convidados atenderemos ao seu convite. Na verdade, a Anamatra tem um foco, tem uma preocupação estatutária no campo do direito do trabalho. O que diz respeito a essa temática dos Direitos Humanos, do Direito do Trabalho e da própria Justiça do Trabalho é do nosso interesse. Então, agradeço o convite de V. Exª.

Destaco que este debate é absolutamente importante, e gostaria de situar primeiro a temática do Direito Sindical e a importância dela na realidade que estamos vivendo hoje.

Temos notado que há uma série de iniciativas de reorganização dos movimentos sociais, mas são preocupantes. As redes sociais, no mundo inteiro, estão hoje capitaneando o sentimento das pessoas. Em Wall Street, no Oriente, seja lá onde for, as pessoas estão se "organizando" – eu até aspeio a palavra –, estão canalizando as suas insatisfações em torno do Facebook, do Twitter, para ir a algum lugar, para se manifestar em torno de alguma coisa, mas isso com um elevado grau de despolitização.

Mas há que se perguntar: "Mas o que isso tem a ver com movimento sindical?" Tem tudo a ver, tem tudo a ver com os movimentos populares, com os movimentos de bairro, porque, na medida em que as pessoas não se organizam tanto em torno do movimento sindical, das entidades sindicais, dos movimentos de bairro e favela – e aí não chego a tanto, porque a própria mídia, como este aparelho que tenho na mão, não chega aos bairros de favela, mas chega aos sindicatos como instrumento de comunicação – se as pessoas se ligam em torno das redes sociais e se afastam dos sindicatos, alguma coisa está fora da ordem, como diz o compositor Caetano Veloso.

Então, é hora realmente de repensar, e isso é uma tarefa coletiva que passa por um ambiente como este. Rearticular um novo formato da estrutura sindical é uma tarefa importante. Digo que é mais importante ainda porque o Constituinte de 88 pensou uma coisa, e é sempre assim – curiosamente, é sempre assim: o Constituinte pensou uma coisa, e o que se fez dessa coisa foi outra. Vou tratar disso daqui a pouco.

Nós continuamos vivendo, em que pese a Constituição de 1988, uma estrutura sindical dos anos 30. Nesse passo, o Constituinte não fez a quebra que era necessário fazer. Falo aqui da unicidade. Mas, mais do que isso, estamos vivendo uma estrutura sindical verticalizada, de alguma forma opressora, e não conseguimos ainda falar mesmo e bem, e fortemente, de liberdade sindical.

Essa estrutura verticalizada é capaz hoje, no século XXI, de dar resposta a isso, se as pessoas estão hoje se articulando, dando voltas no mundo inteiro, por esse movimento voluntarista das redes sociais? – e essa é outra questão que eu tinha aqui anotada, porque as pessoas, na verdade, hoje estão tentando se articular em torno das ideias, da atuação efetiva das entidades, e pouco em torno dessa estrutura fechada, dessa estrutura megacorporativa, que não traz alternativa para ninguém.

Então, o repensar, que temos de ter como tarefa, é o repensar em torno dessa estrutura getuliana, que cumpriu o seu papel, mas, quando nós, da Anamatra, colocamos o debate, não temos uma reflexão, como se costuma dizer, à direita. Não é uma reflexão conservadora, é uma reflexão para termos um começo de conversa, porque, mesmo quando se fala que temos de quebrar a estrutura da unicidade sindical, sabemos perfeitamente da realidade brasileira, o quanto ela é complexa. Falar de quebra de unicidade sindical no Rio Grande do Sul, no Estado do Senador Paulo Paim, assim como em São Paulo é uma coisa; outra coisa é se falar disso em Rondônia ou em outro Estado menor.

A quebra da unicidade pode ser enfraquecimento puro e simples de uma entidade sindical, mas não tem receita diferente, não tem remédio diferente. Isso é uma construção de natureza política. A diversidade, a pluralidade sindical... E a OIT tem convenção a respeito desse campo da liberdade, e trata dessa forma. E é uma construção política realmente. E nos parece

o melhor caminho, porque o mundo caminha, e volto a falar dessa estruturação das redes sociais: as pessoas não estão mais dispostas, parece-me, a se amarrarem na estrutura rigidamente posta.

Não sei se esta é impressão de todos, especialmente dos dirigentes sindicais que aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu diria para você que há controvérsia tranquila aqui neste plenário.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – É, não tenho dúvida a respeito, mas trago a experiência nossa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para isso é boa a democracia, porque nem todos têm que pensar igual.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Mas trago a experiência nossa do movimento associativo. Nós somos uma entidade de juízes e ainda não temos uma organização sindical de juízes. Eu propugno que deveríamos ter. Os juízes do Brasil são divididos em pelo menos três entidades principais na magistratura, mas temos uma unidade de luta. Nós temos uma unidade de luta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso é fundamental, a unidade em cima de propostas é fundamental.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – O que para nós é mais importante é a unidade nos pontos que nos tocam preponderantemente. Nós temos a divergência no campo formal, associativo, mas temos, na medida do possível, a unidade de ação, quando é possível; quando não é, nós temos as nossas bandeiras, que se distinguem muito, mas temos a unidade que nos congrega. E aí somos até mais fortes do que se tivéssemos uma unidade que já tivemos no passado, mas era uma unidade absolutamente fictícia. Este é um ponto que gostaria também de destacar.

Outra questão que coloco aqui: qualquer projeto de emenda à Constituição deveria delimitar, de algum modo, deveria esquadrinhar, de algum modo, os limites da estrutura sindical brasileira. O que trago aqui como postulado é o princípio da ampla autodeterminação sindical. No tocante à estruturação em federações ou confederações, o que indago e coloco aqui como uma questão é se não deveria ser autodeterminado pelas entidades sindicais, o segmento que seja, se os trabalhadores querem ou não querem se organizar desta ou daquela forma; se basta uma entidade em primeiro grau ou se querem se organizar nacionalmente apenas como uma entidade de primeiro e de segundo grau nacionalmente. É necessária uma intervenção do Poder Legislativo para definir que toda estrutura sindical seja confederativa? Isso não seria uma interferência do Estado brasileiro na autodeterminação sindical? É uma questão que deixo aqui colocada.

Também do ponto de vista da receita sindical, da contribuição associativa, mesmo da contribuição que é operada a cada dissídio coletivo: cabe a um projeto de lei ou cabe a um projeto de emenda à Constituição definir que será obrigatoriamente descontado do trabalhador, ou da empresa que seja, em folha, uma taxa assistencial, um contribuição mensal? Também aqui pontuo que isso é matéria própria do estatuto, e, mesmo sendo matéria própria do estatuto, não pode haver resistência do trabalhador, porque alguns cogitam: "Não, mas isso é enfraquecimento das entidades sindicais". Não é, porque, do ponto de vista do estatuto, ao haver a adesão do trabalhador à própria entidade sindical, ele adere naturalmente às contribuições que deve pagar. Então, não é pelo fato de estar previsto na Constituição essa obrigação que ele está mais ou menos comprometido com ela.

Só destaco isso para reforçar que liberdade sindical está na autodeterminação. Isso no próprio estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você está mexendo num abelheiro aqui, que vai ter discussão para todo lado.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Mas eu vim aqui para provocar a matéria, e provocar do ponto de vista da autodeterminação sindical, do reforço das entidades sindicais, da liberdade, e não da proteção do Estado, do modelo getuliano. É isso que estou pretendendo passar aqui. Não sei se estou conseguindo me fazer compreender.

Mas bem, do ponto de vista do projeto, da PEC 369, e aí deixo o projeto especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você tem mais cinco minutos.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Está bem... Há algumas questõezinhas específicas que gostaria de registrar: o primeiro item, o inciso I da PEC, fala do registro no órgão competente.

Nós entendemos e entendemos, de há muito, desde o art. 8º primário da Constituição, que não há necessidade de um órgão, um órgão no Executivo para registrar as entidades sindicais. As entidades podem perfeitamente ser registradas cartorialmente, nos cartórios de registro civil, como as demais pessoas jurídicas. O registro, no Ministério da Trabalho, mesmo por critério de anterioridade, é o registro protocolar que relembra também a nossa formação sindical dos anos de Getúlio. Não é o melhor critério, não há razão nenhuma, não há motivo algum. E os teóricos do Direito do Trabalho já diziam isso nos primeiros momentos pós-constituinte: que as entidades sindicais poderiam simplesmente ser registradas nos cartórios, no registro

de pessoa jurídica. Se houvesse alguma divergência, naturalmente o Judiciário veria qual a entidade que teria preferência ou não. E os trabalhadores também têm o direito de estabelecer fusões sindicais, na base, fissuras de base. Isso é da política, da política interna das entidades sindicais, do amadurecimento político das entidades sindicais.

No item II do art. 8º, está estabelecida também uma expressão que é muito ruim do ponto de vista da liberdade sindical: "O Estado atribuirá personalidade sindical às entidades". Isso é a negação da liberdade sindical. O Estado não pode estabelecer personalidade jurídica de modo algum. O Estado poderá negar personalidade sindical?

Lembro que, no debate, o Deputado Cândido Vaccarezza foi autor de um projeto que pretendia reconsolidar a CLT. Acho que alguns aqui participaram dessa iniciativa. E lá alguns partícipes daquele projeto diziam o seguinte: "Não, o Ministério do Trabalho pode intervir nas entidades sindicais. Não há nenhuma contradição com a Constituição de 1988 o Ministério do Trabalho baixar uma portaria intervindo nas entidades sindicais". Vejam, esta locução aqui é absolutamente contrária ao conceito de liberdade sindical – entendemos nós.

Outra questão no que se refere às contribuições assistenciais e que já falei aqui é que o princípio é o da autodeterminação. Cabe aos trabalhadores definir qual o nível de contribuição sindical, qual o nível de contribuição assistencial, a quem deve, como deve e de que forma deve.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sem interferência do Ministério Público do Trabalho?

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Sem interferência. Naturalmente que sem interferência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Ministério Público do Trabalho que está incomodando os trabalhadores...

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Está incomodando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que decidem em assembleia, eles vêm e ficam ditando norma de quem pode ou de quem não pode contribuir.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – No campo jurisdicional, o que está tutelado na ordem jurídica? – isso é importante o Senador ter destacado aqui. Não é que ato nenhum da vida civil... Porque, afinal, o Judiciário vive para isso. Qualquer ato ilegal deve ser submetido a controle, da nossa vida, da vida de qualquer um de nós. Qualquer ato ilegal é submetido à Justiça, ao Judiciário. O Judiciário serve para isso. Se houver algum tipo de abuso, ele será submetido a controle. Agora, não é qualquer atribuição de contribuição assistencial, qualquer que seja, que será submetida ao controle do Ministério Público. De modo algum.

Os sindicatos que eu defendo aqui, os sindicatos têm liberdade. E, quando se fala em liberdade, é liberdade de suas contas. Tem dever de prestação de conta, mas tem liberdade de instituição.

E a participação das entidades em negociação coletiva. Só para concluir – sei que meu tempo já se foi –, fala-se muito de acordos individuais, por exemplo, para bancos de horas, horas extras, seja lá o que for. O que defendo é o que sempre defendi, inclusive ao julgar processo aqui: nem acordos de hora extra podem ser feitos sem a participação das entidades sindicais.

Então, claro, para concluir, a liberdade sindical é um caminho, é uma pista de mão dupla. E o amadurecimento sindical é uma tarefa que temos aqui de alta relevância, inclusive para canalizar politicamente esse sentimento de amplas massas, que hoje estão se voltando aí em torno da Internet, das redes sociais, para fazer as pessoas não sabem bem o quê.

E aí concluo, porque infelizmente o tempo também já se foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas haverá outras oportunidades. Obrigado pela contribuição. (*Palmas.*)

Passamos, de imediato, a palavra ao Moacyr Roberto Tesch,. Secretário-Geral da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, que aqui representa o Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Quero dizer que todos os painelistas aqui têm total liberdade de expressar o seu ponto de vista, tanto da questão sindical, quanto do mundo do trabalho.

Moacyr com a palavra. São quinze minutos com mais cinco, para cada um.

Teremos uma segunda Mesa para os convidados que chegaram depois desta montada.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, o Senador das causas justas. E, mais uma vez, há poucos momentos, tivemos a prova dos companheiros da Caixa Econômica agradecendo a sua intervenção, da mesma forma que os companheiros da Varig e outras categorias têm feito esse reconhecimento.

Gostaria de cumprimentar também o Dr. Germano Siqueira, da Anamatra, que tem sido parceira em diversas conquistas dos trabalhadores nas audiências públicas, no posicionamento, na questão do ponto eletrônico e outras questões que têm sido debatidas.

Quero cumprimentar o companheiro Jacy, da CUT; Wagner, da CTB; José Maria, da Conlutas; os nossos companheiros dirigentes sindicais, o Arthur e,

na sua pessoa, os dirigentes sindicais aqui, bem como os companheiros da FST.

Senador, para nós, do movimento sindical, até nos parece que o movimento sindical representa um desafio para qualquer governo.

Quando o Presidente Lula assumiu – diga-se de passagem que teve participação do movimento sindical praticamente como um todo –, uma de suas primeiras ações foi criar o Fórum Nacional do Trabalho. E, nessa oportunidade, já começou com alguns equívocos e deixou boa parte do movimento sindical, que seriam as confederações, de lado para essa discussão. Isso o mentor que articulou o Brasil inteiro, o Bargas, saiu no Brasil inteiro fazendo as discussões sobre o que era melhor do movimento sindical para o trabalhador. E se gastou uma fortuna, diga-se de passagem, nas audiências, nas comissões, nas assembleias, na forma como foi conduzido o processo. E, naquela oportunidade, o Fórum Nacional do Trabalho, não sei se a expressão seria muito forte, mas o Governo chamou "os amigos do rei", as pessoas que tinham mais ou menos o posicionamento que ele gostaria que passasse dentro do Fórum Nacional do Trabalho. E, pelo Fórum Nacional do Trabalho, passou essa mudança que hoje está sendo pregada através da 369.

Mas, conforme eu estava dizendo, o Ministério do Trabalho foi a campo para ser referendado em todos os Estados. Diga-se de passagem, em todos os Estados onde foi feita essa consulta pública, a proposta do Fórum Nacional do Trabalho foi derrotada.

Então, se há um plebiscito, alguma discussão no sentido de qual é o movimento sindical, qual é a forma de movimento sindical que o Brasil tem e qual é o ideal, acho que já foi feito isso poucos anos atrás.

Em contrapartida, no movimento sindical, criou-se o Fórum Sindical dos Trabalhadores, e tivemos a felicidade de ser um dos participantes do Fórum Sindical dos Trabalhadores, inclusive algumas das pessoas que estão aqui na Mesa e no plenário participaram ativamente, e foi feita essa discussão. Foi praticamente o contraponto do fórum chapa branca. Na oportunidade, também estivemos fazendo nossas discussões, e conseguimos fazer uma grande marcha em Brasília, em que reunimos mais de 25 mil pessoas em defesa da unicidade sindical e do sistema confederativo, que estava sendo discutido, e havia uma posição de Governo para desmantelar esse sistema.

Passou essa discussão, e foi praticamente enterrada nesse processo, foi praticamente esquecida a Proposta de Emenda à Constituição nº 369, e parece-me que agora, com o novo Governo, o Governo da Presidente Dilma, parece-me que se ressuscitam os mortos, e vem novamente à discussão no que se presta a discussão do movimento sindical.

Nós somos pela unicidade sindical, somos contrários à pluralidade sindical, até porque maior pluralidade sindical do que temos no Brasil acho que nem a própria Convenção nº87 traria, porque temos sindicatos por categoria, por andar, do jeito que se queira. Basta determinado grupo perder a eleição de uma entidade que, automaticamente, ele já dá um jeito de ser criada outra entidade sindical, com uma pequena alteração dos fundamentos da entidade-mãe. E prova disso é que temos 15 mil, 16 mil sindicatos. Questão de representatividade, questão de pluralidade, eu desafio observarem qualquer parte do mundo e constatarem algum país que tenha tantos sindicatos quanto o Brasil.

Então, dizer que os trabalhadores não sabem o que querem, ou que os trabalhadores não têm organização, maior organização do que temos não existe.

Dentro desse modelo com que trabalhamos, dentro desse modelo da unicidade sindical, parto para as questões mais simples do que a pluralidade sindical. Se você instituir a pluralidade sindical, nós não teremos por segmento, por empresa e coisa e tal. E nesse da unicidade sindical ela é universal. Não interessa se o trabalhador gosta ou não gosta da direção do sindicato, se ele conhece ou não conhece a direção do sindicato, se é filiado ou não ao sindicato: as convenções coletivas são universais, abrangem todos os trabalhadores, independentemente de qualquer situação. Já numa pluralidade sindical, em que o sindicato representa somente os seus associados, ele vai exatamente representar e trazer os benefícios só para aqueles associados. No segmento da hotelaria, por exemplo, no segmento dos condomínios, no segmentos dos próprios comerciários, como ficaria essa situação? Como ficaria a chuva de entidades que existiriam, só pelo fato de uma entidade não querer negociar ou colocar algum impedimento?

Temos a convicção de que a unicidade sindical, da forma como se encontra, ainda é o melhor caminho.

Na pluralidade sindical, ainda teríamos a questão da eliminação do conceito de categoria econômica. Categorias, por exemplo, dos motoristas, dos enfermeiros, que são categorias diferenciadas, por certo, com essa alteração da PEC nº369, iriam abaixo. São construções nossas, que dão certo. São construções nossas que vêm sendo tratadas há alguns anos, e não temos o direito de simplesmente jogar fora essa experiência que está dando certo.

Ele acaba com o sistema confederativo e também com a contribuição sindical compulsória. Nós somos a favor da contribuição compulsória, deixamos bem clara essa questão. Em outras oportunidades, inclusive, traremos essa questão, que já levantávamos: quem

é, desta sala ou que esteja nos assistindo, que, por sã consciência ou por bela vontade, chegaria ao final do mês, chegaria no Imposto de Renda e diria: "Esta aqui é a minha participação do meu Imposto de Renda. Esta aqui é a minha participação da Previdência Social. Esta aqui é a minha participação do IPTU. Esta aqui é a minha participação do IPVA. Esta aqui é a minha participação dos n impostos que temos no dia a dia, que somos obrigados a pagar"?

Da mesma forma, eu perguntaria a todos: quais daqui da sala, quais autoridades... Eu pergunto até mesmo aos advogados: se não fossem obrigados ao recolhimento das verbas para a OAB, alguém faria todos os anos, de livre e espontânea vontade, o recolhimento para a OAB? Todos fazem, mas por livre e espontânea pressão. Da mesma forma, é feito pelos Conselhos Regionais de Administração, pelos Conselhos de Economia.

E nos preocupa o seguinte: os próprios membros do Ministério Público que no passado foram advogados e recolhiam para a OAB hoje em dia nos combatem, dizendo que nossas contribuições têm de ser de livre e espontânea vontade, e não compulsórias.

Nós imaginamos que todas as instituições necessitam de um orçamento. Todas as instituições necessitam de ter previamente os valores disponíveis para fazerem seus gastos. Vamos supor que, no Ministério Público, fossem retiradas todas as verbas que vão àquele órgão; como seria administrada essa instituição?

Sem esquecer que o movimento sindical hoje é peça fundamental para a questão da governabilidade, para a questão da democracia, para a questão de o País estar onde está. Posso dizer isso com todas as letras, porque a responsabilidade que o movimento sindical tem é impressionante. Dias atrás, inclusive, saiu, por meio do Ibope, uma pesquisa das instituições que mais tinham credibilidade perante o povo, e o movimento sindical entrava entre as dez instituições. Quer dizer, a sociedade nos reconhece, a sociedade nos preza, e o trabalhador da mesma forma. Tenho absoluta certeza de que isso faz parte do dia a dia, e devemos preservar a qualquer preço.

Nós temos a pluralidade de lutas nas centrais. As centrais são plurais, as centrais têm o seu papel, e acho que não é papel da central substituir a federação, substituir a confederação, substituir o sindicato. As centrais sindicais têm, sim, o seu papel muito importante, e nós temos demonstrado isso. Temos demonstrado isso na luta das 40 horas, que são lutas universais; temos demonstrado na 151, temos demonstrado na 158, temos demonstrado na redução do imposto de renda, temos demonstrado no trabalho decente.

Temos trabalhado a unidade das centrais. Onde há possibilidade de unidade de lutas, temos demonstrado.

E qual é o papel da central? O papel da central é, nas questões plurais, nas questões globais, nas questões que pegam todos os trabalhadores, fazer a luta. E isso é o que temos feito.

Então, não vejo necessidade, não vejo o porquê de uma PEC nº 369 numa época tão inoportuna, em que o movimento sindical, as centrais sindicais estão se solidificando, estão se respeitando. Há o movimento unitário das centrais. Há um movimento respeitoso. O Governo tem não digo que respeitado, mas até, de certa forma, tem respeitado o movimento sindical e as centrais sindicais, por meio de suas lideranças. Por que iríamos mexer num vespeiro para desestruturar tudo isso que está hoje funcionando de forma ordeira, para reconstruir alguma coisa que não temos expectativa de que dê certo, nem a confiança de que vai dar certo?

Senador Paulo Paim, nós da Nova Central e das entidades sindicais que representamos somos pela unicidade sindical. Somos contra a Convenção nº 87, até porque, mais uma fez frisando, maior autonomia sindical e maior liberdade sindical o movimento sindical teve por meio da forma da Portaria nº186, e a nossa confederação e outras confederações já questionam perante o Supremo Tribunal Federal. A partir da Portaria nº186, a pluralidade sindical foi implantada aqui no Brasil.

Espero que não tão longe essas questões terminem pelo retorno da unicidade sindical, que V. Exª, Senador Paim, ajudou a construir na época da Constituinte, que foi promulgada em 1988.

Muito obrigado.

Eu pediria desculpa, Senador Paim, mas temos outra audiência agora, às 14h30min, que já está ocorrendo na Câmara dos Deputados. É uma audiência pública que trata da Copa do Mundo, e nós trabalhadores da área de turismo e hospitalidade fazemos parte da Mesa nessa discussão. Então, eu pediria desculpas a V. Exª e a todos aqui presentes e pediria para me retirar. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Moacyr Roberto Tesch, que falou em nome da Nova Central sindical dos Trabalhadores.

Moacyr, antes de você sair, se vocês permitirem, eu queria convidá-los, a todos que puderem, para uma reunião a ser realizada amanhã, na Comissão Mista de Orçamento, que reúne senadores e deputados. A comissão vai decidir sobre a peça orçamentária. Lá, mediante entendimento com os trabalhadores aposentados, depois de muita negociação, colocamos uma emenda que quer garantir o aumento real para

os aposentados e pensionistas. Eu estarei lá. Então, convido os que puderem para estar amanhã, às 10 horas, na Comissão de Orçamento, para ajudar naquela mobilização fraternal e democrática, para convencer os deputados e os senadores a votarem a emenda, que foi aprovada no ano passado. E não há motivo algum para que não seja aprovada neste ano. Por quê? Porque o próprio presidente da Comissão Mista de Orçamento e o relator dizem que há um superávit em relação à projeção do Governo para o Orçamento, devido à questão inflacionária, de mais de R$25 bilhões. E, para resolver o problema dos aposentados, em 1º de janeiro de 2012, vamos precisar em torno de R$4 bilhões ou R$5 bilhões. Se não, o salário mínimo vai receber – e que bom que vai receber, deveria receber mais – em torno de 14,6% de aumento, e o aposentado vai receber 6,2%. É uma injustiça enorme para quem ganha um pouquinho mais do que um salário mínimo.

Então, Moacyr, os que puderem, aproveito para convidar a Nova Central para estarmos lá amanhã de manhã, para participarmos desse bom debate sobre a peça orçamentária.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu agradeço, Senador Paim. Inclusive, para ficar registrado, os nossos companheiros da Central continuam até o final da audiência pública. Só eu que gostaria de pedir, mais uma vez, licença para me retirar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos de imediato a palavra ao Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT, que representa aqui o Presidente Artur Henrique da Silva Santos, o companheiro Jacy Afonso de Melo.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Boa tarde, Senador Paim, Dr. Germano, Wagner Gomes, José Maria, Moacyr, Ricardo Patah, José Augusto, do Fórum Sindical, todos representantes que estão aqui.

Acho extremamente importante esta audiência que o Senador Paulo Paim está fazendo e começo lembrando que, antes de começar esta audiência, o Senador Paim relatava o episódio dos 90 dias do aviso prévio. Ele tinha um projeto, que era de 180 dias, e apresentou, tanto na Câmara, quando era Deputado, como no Senado. E, diante de uma ação trabalhista dos funcionários da Vale do Rio Doce no Supremo, o Supremo entendeu que o aviso prévio deveria ser proporcional. E nunca antes, na história deste País, vi tão rapidamente a Câmara dos Deputados construir, sem nosso apoio, um consenso naquela Câmara para aprovar, e depois aqui no Senado, e depois foi sancionado. Foi rápido, inclusive com a concordância do empresariado. Não houve o apoio da CUT, fomos até criticados por essa posição.

Por que estou tratando deste assunto? Porque hoje nós temos uma – vamos dizer uma expressão até um pouco usada – politização do Judiciário, e uma judicialização da política.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permite, é só para dizer à moçada que está lá atrás que podem se sentar aqui nas cadeiras. Estão todas livres e podem ser ocupadas.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Então, eu estou exemplificando que o assunto x, ocorrido lá, gerou aqui, nestas duas Casas Legislativas, uma resolução. Portanto, não houve um debate. Estou dizendo isso porque isso pode ocorrer sobre a questão da reforma sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Está certo? Então, eu estou dizendo isso, porque tem que ser nosso. O movimento sindical tem de ser protagonista. Precisamos ser atores nesse processo e precisamos trabalhar sobre esse assunto, porque, se não, daqui a pouco, nós teremos eventualmente qualquer coisa.

Então, existe um conjunto de pautas em que o movimento sindical está colocado. Hoje aqui, participei agora de manhã, da Marcha da Educação pelos Dez por Cento do PIB, liderado pela CNTE e várias entidades da educação, na luta pelos 10% do PIB.

Aqui há um consenso entre nós da discussão das 40h semanais; da Convenção nº158, da OIT; da regulamentação da Convenção nº151, da OIT – esta Casa aprovou a Convenção nº151, da OIT, que trata da negociação dos servidores públicos, e o Governo até hoje não regulamentou essa Convenção da OIT; nós temos a luta contra a violência no campo e pela reforma agrária. Há uma agenda extensa em que os trabalhadores estão colocados. E agora, mais precisamente na Câmara dos Deputados, a CUT e a CTB, semana passada, preocupavam-se com a terceirização. Infelizmente, só estávamos a CUT e a CTB, discutindo a questão da terceirização.

Então, há um conjunto de iniciativas que o movimento sindical tem de ter um olhar e os sindicatos têm de representar esses trabalhadores, tanto em suas contratações coletivas, em seus acordos coletivos, como na legislação.

Então, essa é nossa opinião. E, para fazer isso, é preciso sindicatos fortes. E só se pode ter sindicatos fortes se eles forem grandes e se tiverem sustentação financeira para enfrentar os patrões e os adversários. Portanto, somos favoráveis a que os sindicatos sejam fortes.

Aí vem a discussão da PEC nº369. A Central Única dos Trabalhadores foi fundada em 28 de agosto de 1983, defendendo a Convenção 87. É uma cláusula pétrea do ponto de vista de nossa concepção sindical. Sempre defendemos isso! Na época eu me licenciei do Banco do Brasil e vim trabalhar com o então Deputado Luiz Gushiken, na Câmara dos Deputados. Se não me engano, o gabinete do Gushiken era 373, e o do Deputado Paulo Paim era o 471, se não me engano. E aqui estava o companheiro José Maria, que era dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem; o Deputado Paulo Paim, que era metalúrgico de Canoas, defendendo, durante a Constituinte, a Convenção 87, por liberdade de autonomia sindical, o que nós não conseguimos naquele processo e naquele momento histórico.

Então, nós sempre tratamos e defendemos a Convenção 87. Somos contra a unicidade sindical imposta por lei – essa é uma posição da CUT. Isso não significa pluralidade sindical, porque quem combate a Convenção nº87 utiliza o argumento de que quem defende a Convenção nº87 defende a pluralidade. Não. Nós defendemos a unidade. Este "U" que está na CUT aqui é vocação nossa! Pela unidade da classe trabalhadora. Agora, isso deve ser uma vontade expressa dos trabalhadores, e não uma coisa imposta pelo Estado através de uma legislação Então, nós temos a vocação pela unidade.

Há no Brasil, sem dúvida nenhuma, uma pulverização sindical, independentemente da legislação que nós temos, apesar de a Constituição expressar a unicidade sindical. Nós temos mais de cinco mil Municípios, a CBO tem várias profissões. Então, nós podemos ter vários sindicatos neste País.

Estou vendo aqui a companheira Rumiko, que é da Contec, da nossa Confederação dos Trabalhadores das Empresas de Crédito, e eu sou da Confederação dos Trabalhadores do Ramo Financeiro – da Contraf. Nós assinamos agora, na campanha salarial, dois acordos coletivos: um assinado pela Contraf, e um assinado pela Contec. Os acordos são iguais. Nós temos mais de 200 sindicatos de bancários neste País e temos o mesmo acordo coletivo. Será que o sindicato, por menor que seja, ou a fragmentação, discute um acordo coletivo diferente? Não! Tanto a Contec como a Contraf reúnem o conjunto de seus sindicatos e têm uma negociação nacional com a Fenaban. Nós sempre propusemos, Ricardo Patah, uma unidade, porque a Contec é filiada à UGT, e a Contraf, filiada à CUT. Nós já propusemos, várias vezes, uma unidade de ação da CUT e da UGT, da Contraf e da Contec, para terem a mesma pauta de reivindicações, uma mesma mesa de negociação, uma mesma mobilização, porque nosso adversário, os banqueiros, só têm do outro lado uma. Então, não é essa legislação que assegura a unicidade sindical. Assim, nós temos de ter a vocação pela unidade, temos de exercitar isso.

Pois bem, a questão da PEC 369 aparece em 2003. Se a gente não contextualizar, nós não vamos talvez entender o processo. E me desculpem relembrar um pouco esse processo aqui.

O Governo Lula tomou a iniciativa de apresentar duas reformas: a reforma tributária e a reforma da Previdência. Uma iniciativa do governo, em 2003, sem nenhum diálogo, sem nenhuma conversa com o movimento sindical. Apresentou uma proposta e fomos contra. E colocamos para o governo que, antes de ele mandar uma proposta por PEC, era preciso ter um diálogo com o movimento sindical, que o governo não podia mandar uma PEC ao Congresso Nacional sem diálogo com o movimento sindical e com os outros atores, com todos os outros setores.

Dessa forma, foi realizado o Fórum Nacional do Trabalho, com participação de trabalhadores, empresários e governo. E lá a Central Única dos Trabalhadores expressou suas opiniões históricas, de defesa da liberdade e autonomia sindical, da Convenção 87, mas fez concessões à sua posição para que tirássemos ali uma proposta comum e que fosse enviada ao Congresso Nacional.

Então, ali, na PEC 369, não se expressa nossa opinião integral, mas foi o possível, naquele momento, para o consenso colocado no Fórum Nacional do Trabalho. Fiz questão de ir lá e buscar uma resolução nossa, uma publicação nossa para entregar ao Senador Paulo Paim. Nós publicamos agora, para o debate de nossa Plenária Nacional da CUT, e fomos buscar todas as resoluções que a CUT debateu desde o dia 28 de agosto de 1983. Nesse período, em três desses mandatos, o atual Senador Paulo Paim foi Secretário-Geral Geral da Central Única dos Trabalhadores. Fui buscar aqui qual é a resolução da CUT de 1983 sobre estrutura e organização sindical; em 1984, no primeiro congresso; lá no Rio de Janeiro, no segundo congresso; lá em Belo Horizonte; e, durante a Constituinte, a Plenária que nós fizemos lá nos metalúrgicos do ABC, em junho de 1987.

Então, está aqui, Senador, toda nossa posição, congresso a congresso, plenária a plenária, momento a momento, dos últimos 28 anos da história da Central Única dos Trabalhadores. Então, nós não estamos discutindo agora. E aqui estão todas as resoluções, que gostaria de passar para o senhor. Desculpe-me, o dia hoje aqui... Então, essas são as nossas resoluções sobre estrutura e organização sindical: avanços, recuos, momentos... E estamos defendendo isso.

Existia a PEC nº 369 e existia o projeto de lei, porque o fórum apresentou. Esqueci-me agora do número do PL que tratava do Fórum Nacional de Trabalho. Então, enviou-se ao Congresso Nacional, e o projeto teve dificuldades de andar no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados. Isso é verdade. E aí, diante dessa dificuldade, qual foi a iniciativa que as centrais sindicais apresentaram? Apresentamos um projeto de lei que regulamentava as centrais sindicais e destinava parte do recurso, 10% do imposto sindical, para as centrais sindicais.

Diante do Fórum Nacional do Trabalho, extraímos a parte que era consenso: a que reconhecia as centrais sindicais. Portanto, a partir do momento em que se reconhece as centrais sindicais, você muda o conceito confederativo, porque, a partir do momento, você passa, não é? Tem alguns companheiros que permanecem ainda não filiados a nenhuma central sindical e defendem o sistema confederativo. Mas há outros que abdicaram do seu legado e apresentaram a construção de uma central sindical, uma instância superior à sua confederação.

Quando se apresentou isso à Câmara dos Deputados, nós tivemos uma surpresa. Qual foi a surpresa? Foi a emenda do Deputado Augusto Carvalho, que extinguia, de imediato, o imposto sindical.

E é bom lembrar, independentemente de nossa posição contrária ali, é preciso registrar que o Augusto Carvalho sempre defendeu o fim do imposto sindical. Ele foi presidente do Sindicato dos Bancários aqui, de 1980 a 1986, pelo PCB, e, quando virou deputado constituinte, ele apresentou uma proposta do fim do imposto sindical. Então, não foi nenhum fato isolado aquela apresentação.

Mas aquela emenda apresentada pelo Deputado Augusto Carvalho acabava com o imposto sindical dos trabalhadores e não acabava com o imposto sindical dos empregadores. Portanto, não tivemos dúvida de ser contra aquela iniciativa.

O Senador Paulo Paim conseguiu uma coisa extraordinária nesta Casa, no Senado Federal. É que, quando o projeto de lei, aprovado na Câmara, veio para o Senado, o Senador Paulo Paim conseguiu aprovar, no Senado Federal, o substitutivo ao projeto apresentado, que incluía a emenda do Deputado Augusto Carvalho. Ele apresentou nesta Casa, e foi aprovado por unanimidade esse projeto de lei que trata da legalização das centrais sindicais. Depois, a Câmara dos Deputados reafirmou a proposta do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por uma questão de justiça, quero resgatar que foram a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Dornelles... Fomos três os relatores do projeto. Nós caminhamos juntos, e foi exatamente o que você contou aqui.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Mas o fato de termos conseguido essa extraordinária unanimidade no Senado foi porque nós assumimos, o conjunto das centrais sindicais, um compromisso: a substituição do imposto sindical. E está assinado por todas as centrais sindicais, pelo menos as seis. CUT, Força Sindical, UGT, CGTB, CTB e Nova Central Sindical assinaram um documento para o Congresso Nacional... Não tinha? Está... Desculpe-me... É que depois vieram as coisas... Então, as cinco centrais sindicais subscreveram um documento ao Congresso Nacional, aos Senadores, dizendo que, ato contínuo a essa legalização das centrais sindicais, nós solicitávamos ao Governo o envio de um projeto ao Congresso Nacional, substituindo o imposto sindical pela taxa da negociação coletiva.

Infelizmente, o Moacyr não está aqui, mas o que significa essa taxa negocial? Ela é aprovada em assembleia dos sindicatos. Ela não é compulsória. É como se fosse uma taxa de condomínio. Você tem o direito de ir lá, fazer oposição, ser contra aquilo. Agora, se for aprovada, ela vale para todos. Por quê? Como diz o Moacyr, o acordo coletivo vale para todos. Quando nós acabamos de assinar o acordo coletivo da categoria bancária, todos os bancários, independentemente de serem sócios ou não do sindicato, recebem o mesmo aumento. Portanto, os gastos, os investimentos que os sindicatos realizam para essa campanha salarial devem ser cotizados com todos os trabalhadores.

Hoje, o Ministério Público utiliza essas taxas aprovadas em assembleia, dizendo que muitas vezes elas só valem para os sócios. Nós queremos que o Legislativo expresse em lei que se trata de uma decisão da assembleia. Por isso, nós queremos sindicatos fortes. E o sindicato que defende a categoria, que faz assembleia, que faz campanha salarial, que vai à base não tem dificuldade para aprovar esse reforço do ponto de vista financeiro. Nenhuma dificuldade. E há sindicatos que não fazem absolutamente... Vamos reconhecer isso, gente. Vamos reconhecer também que há toda uma política – e, de vez em quando, aparece matéria na imprensa – sobre problemas que nós temos no movimento sindical.

Então, nós temos que cuidar disso, nós temos que ser protagonistas disso. Achamos que não há problema algum no encaminhamento. Não há, do ponto de vista do encaminhamento do projeto.

A CUT vai discutir, diante daquilo que não é mais consenso, o que nós vamos fazer de emenda à PEC. Nós vamos ter que reavaliar isso, porque aquilo que foi construído de forma unitária por aqueles atores não necessariamente unitários, do ponto de vista do movi-

mento sindical, mas aqueles atores que participaram do Fórum Nacional do Trabalho, se estão mudando de opinião, que sejam sinceros, não há nenhum problema. Nós reavaliamos. Isso foi debatido anos atrás, a conjuntura atual fez a gente reavaliar isso. Portanto, nós vamos apresentar, durante a tramitação da PEC 369, a nossa oposição a esse assunto.

Queria aqui expressar as nossas opiniões. É preciso também lembrar, no caso, quando tratamos da agenda dos trabalhadores, a questão das práticas antissindicais. E as seis centrais sindicais foram à OIT fazer uma denúncia conjunta sobre práticas antissindicais no País e práticas inclusive do Ministério, de assuntos que impediam o sindicato de fazer isso.

E aqui, numa audiência que tivemos, se não me engano, com a Drª Cleópatra, uma representante da OIT que veio ao Brasil, ela disse: "Olha, nós só estamos analisando essa denúncia das seis centrais sindicais do Brasil sobre práticas antissindicais, porque a análise por parte da OIT das práticas antissindicais é derivada da Convenção nº87, que prevê a liberdade e a autonomia sindical". Então, a OIT só está apreciando e só aprecia essas denúncias porque existe a Convenção nº87 da OIT.

Assim, queria encerrar, colocando essa posição da CUT. Aquele foi o momento de se mexer com o movimento sindical. Vários sindicatos, a partir daquilo, se movimentaram, perceberam. E eu não poderia deixar de registrar aqui, porque fiz isso na época e registrei.

Eu me lembro de que comentei com o presidente do Sindicato dos Comerciários, Ricardo Patah, eu disse a ele que era um *case*, porque o Sindicato dos Comerciários de São Paulo, a partir daquele debate, daquele Fórum Nacional do Trabalho, elevou substancialmente a sua taxa de sindicalização, a partir do momento em que o Fórum Nacional do Trabalho passou a discutir a representatividade dos sócios.

Todo mundo percebeu, foi bom, todo mundo foi à luta, fazer sindicalização. A legalização das centrais sindicais levou a uma disputa por sindicatos. Muitas centrais sindicais que não procuravam sindicatos de base, a partir do momento da legalização, foram atrás dos sindicatos. Basta verificar, para encerrar, qual era o número de sindicatos filiados a uma central sindical quando do Fórum Nacional do Trabalho e o número existente hoje, fruto desse debate que foi feito.

Portanto, nós queremos, finalizando, reafirmar a nossa posição. E a CUT vai fazer uma campanha forte. Essa foi uma das resoluções da nossa plenária agora do início do mês de outubro, em defesa da ratificação da Convenção 87, que prevê a liberdade e a autonomia sindical no Brasil. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Jacy Afonso de Melo, Secretário Nacional de Organização e Política Sindical da CUT.

Só quero informar a todos que esta nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, canal 44 da NET. Quem estiver nos computadores pode acessar www.senado.gov.br/tvsenadointernetcanal8.

Eu sei que muita gente está assistindo, principalmente aqueles que são interessados nos direitos dos trabalhadores e na nossa organização sindical, que é também um direito dos trabalhadores.

Registro a presença conosco do nosso amigo Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores, que vai estar na segunda Mesa, juntamente com Ubiraci Dantas, representante da CGTB, Arthur Bueno de Camargo, representante do Fórum Sindical, e Ruth Coelho Monteiro, representando a Força Sindical. Eles estarão na segunda Mesa.

Quero também registrar a presença conosco de Joilson Cardoso, Secretário Nacional de Política Sindical da CTB; Rumiko Tanaka, Secretária da UGT; José Augusto Silva Filho, Diretor da CNTC, Josevaldo Cunha, Diretor do Andes, sindicato nacional.

Rumiko, diga como é a pronúncia certa. (*Pausa*.)

Rumiko Tanaka. Agora me saí bem.

Então, passo a palavra, de imediato, ao Wagner Gomes, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

O pessoal está assistindo, porque estou com o telefone que está tocando aqui, e dizem: "É isso aí, vamos aprofundar o debate e mobilizar, para não deixar tirarem direito nenhum dos trabalhadores".

O SR. WAGNER GOMES – Boa tarde, companheiros, companheiras. Boa tarde, Senador Paim, José Maria, Jacy, companheiro Germano.

A discussão aqui não é só sobre o problema da unicidade e da contribuição sindical. A PEC 369 não trata só disso. Portanto, é por isso que estão do mesmo lado, contra uma PEC, pessoas que defendem a unicidade sindical, como a CTB, e pessoas que defendem a liberdade e a autonomia sindical da OIT, como o Conlutas.

Por que posições distintas estão do mesmo lado? Porque o problema central, Jacy, não é a questão da unicidade. Não é só isso. A PEC 369 é um instrumento de reforma sindical e trabalhista de graves consequências para os trabalhadores. É isso que está em debate.

Uma das questões principais da PEC 369 é o famoso negociado se sobrepor ao legislado. Isso quer dizer o seguinte: o patrão vai poder fazer acordo com você abaixo da lei, e isso vale. Hoje isso não vale, por-

que você tem a garantia de que o mínimo que tem que vigorar é o que está em lei.

Então, companheiros, o que precisa ficar claro aqui no debate... Eu defendo a unicidade com a tranquilidade com que sempre a defendi em trinta anos de movimento sindical. Eu não consigo compreender, por mais que tentassem, em trinta anos de movimento sindical, que a liberdade sindical, como é chamada, seja mais importante para o trabalhador do que a unicidade.

Eu sou metroviário. Temos companheiros metroviários da diretoria do sindicato. Lá no metrô, tem operador de trem, tem gente que trabalha na estação, tem gente que trabalha em manutenção, tem gente que trabalha na administração. A unicidade sindical hoje obriga que pelo menos no Município um só sindicato de metroviários funcione. Querer me convencer que a tal liberdade e autonomia sindical, pelas quais você pode ter um sindicato de operador de trem, um sindicato da manutenção, um sindicato da estação e um sindicato da administração, que isso é melhor do que um sindicato só, eu não consigo compreender, por mais que tentem me convencer disso.

É evidente que a unicidade sindical é uma conquista dos trabalhadores que nós temos que defender com toda a força. Essa é a opinião da CTB.

"Ah, e o imposto sindical?"

O problema não é o imposto sindical. Nós podemos fazer assembleia, aprovar e descontar em folha. Não é isso que está em discussão também. O que está em discussão é um avanço, principalmente do Ministério Público, para cima das centrais sindicais, para quebrá-las do ponto de vista financeiro. E eles só não fazem isso porque o imposto sindical consta da CLT, portanto, não é possível mexer porque está na CLT. Ao tirar da CLT e transformar em lei ordinária, qualquer juiz pode determinar a suspensão do desconto da mensalidade de qualquer sindicato.

Então, se estiver na Constituição que tem assembleia... Mas não é isso. Todo mundo sabe que os patrões querem acabar com este movimento sindical que está aqui, com todos os seus erros e com os seus acertos, que é responsável pelo que o trabalhador tem de importante até hoje. É este o movimento sindical que existe no Brasil. Não é outro, não é o de Marte. É este que tem aqui. E a PEC 369 não discute só a organização.

Então, companheiros, a PEC 369 precisa ser retirada do Congresso e discutida uma forma que possa unificar todo mundo. Essa que está aí, essa 369 que está aí, não tem jeito, até porque, no nosso Parlamento, pelo que me conste – posso estar errado –, não há muitos Deputados comprometidos com os interesses do trabalhador. Se chegar a 150, é muito! Colocarmos o destino da organização dos trabalhadores, colocarmos a lei trabalhista num congresso que, como os senhores sabem, é composto majoritariamente pelos patrões é o mesmo que entregar o pouco que temos nas mãos do patrão. É isso! Ou os senhores acham que o Congresso, com essa composição, vai melhorar a vida do trabalhador por meio dessa PEC? Quem falou isso?

Sei que o Paim defende a Convenção 87, sei que o Zé Maria a defende, mas não é isso que estamos discutindo, não é isso que nos unifica. O que nos unifica é o pensamento de que há questões na PEC 369 que afetam profundamente os trabalhadores, a ponto de pôr do mesmo lado gente que defende a unicidade e gente que é contra a unicidade. Essa miserável é tão draconiana, que consegue pôr na mesma trincheira pessoas que pensam várias coisas diferentes.

Então, Jacy, você pode dizer: "Ah, mas o Zé Maria defende a Convenção 87. O Paim defende a Convenção 87". É verdade!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, defendo...

O SR. WAGNER GOMES – É, mais ou menos. O Paim já a defendeu com mais convicção, como também o Zé Maria. O Zé já está pensando melhor e vai mudar de opinião também.

O que está na PEC 369, o conjunto da obra é um tiro no coração do movimento sindical. Se passar essa PEC, com toda a boa vontade do Jacy, com toda a boa vontade de quem a defender, isso será um tiro na organização dos trabalhadores, do ponto de vista da sua unidade, pois acaba com a unicidade, e na questão do orçamento. O Sindicato vai tirar dinheiro de onde?

Por que o Conselho Regional de Medicina não acaba com o boleto automático? Por que a OAB não acaba com a anuidade? Por que o conselho dos enfermeiros não acaba com a anuidade? Por quê? Por que todo mundo se garante, e só o movimento sindical tem de ser apenado? Diz-se: "Aí depende da vontade do trabalhador". Por que isso não depende da vontade do advogado? Ou vocês acham que, se não fosse obrigatório, o médico e o advogado pagariam a anuidade? Pagariam os coletes que pagariam! Pagariam nada!

Então, companheiros, nesse problema da sustentação financeira, ou é o trabalhador que sustenta ou são pessoas estranhas aos interesses do trabalhador que vão sustentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me.

O SR. WAGNER GOMES – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero convidar o Deputado Assis Melo para vir compor a Mesa, porque é importante termos aqui senadores e deputados. *(Palmas.)*

O SR. WAGNER GOMES – Então, companheiros, acabar com o imposto sindical e dizer que vai fazer assembleia e... Primeiro, todo mundo tem que pagar. Tem mais razão para pagar quem não é sócio que quem é sócio, porque quem é sócio já ajuda, pagando, então... Sob pena de qualquer canetada acabar com a... Destruir as pernas do sindicato através do problema do dinheiro.

Companheiros, essa PEC aqui, com toda a franqueza, não tem condições de unificar o movimento sindical numa proposta só. Não tem! Se o movimento sindical for para essa batalha para corrigir o que está errado – eu não estou dizendo que está tudo certo no movimento sindical -, com o Congresso desfavorável do ponto de vista numérico, ou você vai ter uma proposta que unifique todo o movimento sindical para conseguir vencer, ou nós vamos para o matadouro, divididos em relação à proposta desta PEC. E, num Congresso onde a maioria não defende os interesses do trabalhador, vamos botar o pescoço na guilhotina.

Portanto, para a CTB, esta PEC tem de ser retirada para tentarmos fazer um projeto que seja de unidade das correntes do movimento sindical, para poder ter a mínima chance de ter conquista e melhorar a organização e a legislação trabalhista.

É isso. Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Wagner Gomes, Presidente da CTB.

Eu já falei aqui com o meu amigo Assis, o Deputado Federal Assis Melo - somos ambos da mesma cidade, Caxias do Sul, Rio Grande do Sul -, para que ele use a palavra no momento que ele entender mais adequado.

Passo a palavra agora ao José Maria, coordenador da Conlutas (Central Sindical e Popular).

O SR. JOSÉ MARIA DE ALMEIDA – Senador Paim, uma saudação da Conlutas aos demais companheiros da Mesa, aos dirigentes sindicais presentes, aos companheiros e às companheiras.

Eu queria aproveitar a presença da Anamatra aqui, na Mesa, e lembrar ao companheiro que está aqui representando a Anamatra, ao Paim e também ao Deputado Assis que talvez um tema que devêssemos retomar para discussão seja a necessária proteção contra demissão imotivada. Ainda no auge das demissões no começo de 2009, foi apresentado um projeto, na Câmara dos Deputados, tratando disso. O projeto foi elaborado com a ajuda da Anamatra também. Não conseguimos fazer com que ele tramitasse. Talvez valesse a pena retomar isso. Ainda hoje, um terço da força de trabalho deste País perde o emprego todo ano, para outras pessoas serem contratadas no lugar, obviamente ganhando menos. É assim que se reduz a renda do trabalhador brasileiro.

Dito isso e saudando também os companheiros e companheiras que vieram para cá depois de participarem da marcha pedindo 10% do PIB para educação pública, uma luta importante de todos nós neste momento, eu queria começar a minha fala dizendo que a PEC 369 surge como fruto do relatório do Fórum Nacional do Trabalho, como lembrou aqui o Jacy Afonso. Ela trata efetivamente de vários aspectos que têm a ver com a organização da estrutura sindical brasileira, mas eu queria concordar com o Wagner e dizer que, na nossa avaliação, esse não é o centro da PEC, não é o seu tema mais importante e não é a modificação mais importante que ela geraria fundamentalmente para as relações de trabalho no nosso País e para a própria organização sindical brasileira. Então, eu acho que é necessário trazer o debate sobre a PEC 369 na sua globalidade, para que possamos extrair daí uma conclusão e vermos como trabalhar a partir da volta da tramitação desta proposta de emenda constitucional na Câmara dos Deputados.

O que eu queria, em primeiro lugar, trazer para o debate, relacionado com aquele relatório do Fórum Nacional do Trabalho e com a PEC 369? Vivemos hoje, companheiros e companheiras - isto é sabido por todos nós e os companheiros e companheiras que estão aqui e que são dirigentes sindicais lidam com isto no seu dia a dia -, a nova realidade da economia no Brasil e no mundo, a partir do advento do chamado neoliberalismo, que trouxe uma necessidade do capital no que diz respeito às relações de trabalho, que são mudanças na organização da produção e na regulamentação das relações do trabalho que convencionamos chamar de flexibilização, que condensam um conjunto de mudanças que visam, fundamentalmente, permitir ao capitalista obter uma redução no custo do trabalho e, dessa forma, um aumento na sua rentabilidade. A redução no custo do trabalho, através de uma série de medidas, seja de organização do processo de produção, seja nas relações de trabalho, é um componente fundamental desse modelo. Essa flexibilização, essa desregulamentação vem sendo implementando no mundo inteiro e também no nosso País. É muito importante chamar atenção para esse tema, porque acho que essa é a base fundamental e a razão fundamental da apresentação da PEC 369; não são as questões relacionadas com a organização sindical.

A desregulamentação, a mudança naquilo que são os direitos estabelecidos em lei nos dias de hoje, é apresentada pelas empresas como uma necessidade dos tempos atuais e um benefício ao trabalhador: afinal de contas, é necessário reduzir os custos, por-

que, assim, gera mais emprego e vai ser melhor para o trabalhador aumentar a competitividade da empresa. Nós, com a nossa experiência prática, sabemos que não é isso que ocorre, mas, se não queremos recorrer à nossa experiência prática, há estudos sobre isso. A própria Organização Internacional do Trabalho tem tratado desse tema em profundidade.

Eu sugiro para quem quer estudar isso com mais em profundidade um livro do Oscar Uriarte, um uruguaio que é consultor da OIT e professor de Direito do Trabalho do Uruguai. Ele fez um livro grande que traduz os estudos que a OIT tem em relação a essa questão. Então, ele apresenta, por um lado, um conjunto de estudos que foram feitos a partir de situações concretas em que se flexibilizou a legislação trabalhista, seja na Europa – ele trata bastante do exemplo da Espanha -, seja na América Latina – na Argentina, na Colômbia, no Chile. Demonstra-se, com números, que a resultante concreta das modificações na legislação trabalhista não foi nem o aumento do emprego, nem a melhoria da renda; foi crescimento do desemprego, a degradação das condições de trabalho e a diminuição da renda. É a Organização Internacional do Trabalho que está dizendo isso, não é simplesmente a Coordenação Nacional do CSP – Conlutas. São dados concretos.

Nesse mesmo livro, ele trabalha com dois conceitos usuais de flexibilidade do trabalho. Ele chama uma de heterônoma, que é aquela flexibilização que é feita na medida em que o Estado, a partir das autoridades e das suas instituições, modifica a legislação e elimina ou diminui algum direito que o trabalhador tinha anteriormente, como, por exemplo, se o Congresso Nacional votasse uma lei acabando com o 13º salário. O segundo conceito que se trabalha com a flexibilização é o que ele chama de autônomo. É aquela flexibilização que se dá através da negociação coletiva e, através da negociação com os sindicatos, se reduz ou se elimina o direito dos trabalhadores. Ele já aponta, no estudo que ele fez, que a maioria dos países que adotaram a orientação de flexibilizar a legislação trabalhista opta pela segunda opção, porque ela é menos desgastante. Em vez de o governante ou de o Deputado votar que vai acabar com o 13º salário do trabalhador, ele disponibiliza esse direito para negociação coletiva e, depois, na pressão, a partir do poder econômico das empresas ou mesma da cooptação de dirigentes sindicais, ele elimina aquele direito sem o desgaste político para o governante.

Esse é o caso que estamos discutindo aqui, no Brasil. A razão fundamental da apresentação da PEC 369 é criar as condições para que haja uma ampla flexibilização daquilo que já não foi flexibilizado no Direito do Trabalho no nosso País. Senão, olhem só: não se trata da discussão acerca da liberdade sindical, do imposto sindical e da honestidade sindical. Nós nos conhecemos há muito tempo, quase todos nós que estamos aqui nesta sala.

Historicamente as organizações sindicais que compõem a CSP-Conlutas sempre lutaram contra a unicidade sindical e contra o imposto sindical. Nós não achamos que sejam institutos que atuem no sentido de fortalecer a luta da classe trabalhadora brasileira. Tínhamos essa opinião quando ajudamos na fundação da CUT, em 1983, e seguimos com essa mesma opinião nos dias de hoje.

Uma das diferenças que nós tínhamos, Jacy, com a lei que legalizou as centrais sindicais foi justamente destinar 10% do imposto sindical para as centrais sindicais. Nós, quando fundamos a CUT, construímos a nossa organização, e com muito orgulho, naquele momento, justamente resistindo contra a utilização dos recursos do Estado, porque nós achávamos que, ao fazê-lo, a central ou a organização perde autonomia política. Então não teria sentido, na nossa opinião, legalizar as centrais sindicais e destinar dinheiro do imposto sindical para financiá-las. É uma opinião que nós temos e mantemos até hoje.

Nós achamos que os sindicatos devem ser financiados por contribuições aprovadas pelos trabalhadores nas suas assembleias e que as centrais sindicais devem ser financiadas pelos sindicatos que a elas se filiarem. Nós achamos que, como tudo neste mundo, quem paga manda, para tratar de uma forma bastante direta desse tema. E se nós queremos que sejam os trabalhadores a mandar nas nossas organizações, eles é que devem financiá-la, porque, no dia em que o Governo começar a financiar, quem vai mandar é o Governo e não a base que nós queremos representar através das nossas organizações.

Não é desse tema que trata fundamentalmente a PEC 369. Do que a PEC 369 trata? Ela promove três grandes blocos de mudança na situação atual. Primeiro ela modifica, propõe modificações importantes no sistema de negociação e contratação coletiva, mas é importante isso que o Wagner já falou: disponibilizar para negociação coletiva os direitos que estão estabelecidos em lei. E o argumento, se vocês puderem acompanhar, recentemente o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC apresentou aqui à Casa Civil, aliás, à Secretaria-Geral da Presidência da República e à Presidência da Câmara dos Deputados um projeto de lei que aparentemente trata da organização de base, mas que fundamentalmente prega a prevalência do negociado sobre o legislado com o argumento de que a legislação trabalhista e as regras atuais de negociação

e contratação coletivas engessam as negociações, e portanto, prejudicam o trabalhador.

Ora, gente, não é preciso ir longe para nós vermos que se trata de uma falácia. A legislação brasileira, primeiro, já é muito flexibilizada e quase todos os direitos que nós temos pela CLT já estão disponibilizados para negociação, salvo poucos. Agora, se há um defeito que a legislação brasileira não tem é esse que os companheiros apontam, porque nunca houve, e não há na atualidade, qualquer proibição na lei de que o sindicato promova um acordo direto com o empresário para melhorar o direito que está na lei. Se é para agregar benefício e acrescentar direitos, não há qualquer proibição na lei. O que há, em alguns aspectos, é a proibição de rebaixar aquilo que está na lei.

Então, fazer prevalecer o negociado sobre o legislado serve para que? Para aumentar direitos? Não. Para isso não precisaria mexer na lei. Serve para reduzir direitos. Esse é o objetivo dessa discussão. E essa é a primeira mudança que essa PEC promove nesse tema da negociação e da contratação coletiva. Aqui se desconhece aquilo que é o conceito básico do Direito do Trabalho, a natureza do direito do trabalho em um País como o nosso.

O Direito do Trabalho foi implantado no Brasil a partir de uma concepção de que há duas partes que se relacionam nas relações de trabalho e são desiguais: há uma parte mais forte, que detém o poder econômico, e uma mais fraca, que é o trabalho. A natureza do Direito do Trabalho no Brasil é equilibrar isso, proteger a parte mais fraca. Deveria ser assim.

Ao estabelecer a negociação sobre a legislação, se desconhece essa natureza do Direito do Trabalho no Brasil, um retrocesso que não é pequeno, um retrocesso histórico numa conquista que a classe trabalhadora deste País, nos primeiros trinta anos do século passado, lutou e muito para conquistar. Foram muitos os que morreram, muitos foram deportados para conquistar esse respeito mínimo à força do trabalho na nossa sociedade.

Depois há uma outra mudança que se relaciona também com o sistema de organização e representação sindical, mas que tem a ver com a negociação e com a contratação coletiva. Estende-se o direito de negociar e contratar dos sindicatos, que hoje é um direito previsto na legislação para os sindicatos. São eles que podem negociar e podem, sim, delegar à federação, à confederação que negocia em seu nome, mas cabe aos sindicatos fazer a negociação e contratação coletiva, e esse direito é estendido às entidades superiores e às centrais sindicais.

Pequeno problema: as centrais sindicais vão estabelecer uma negociação em nome dos trabalhadores e o que elas vão negociar e o que elas vão assinar vai ser aprovado onde? Porque, no que está escrito, no relatório do Fórum Nacional do Trabalho, é que vai aprovar na instância de maior representação da central sindical. O que significa que uma central vai pode negociar em nome de 20 milhões de trabalhadores e aprovar, numa reunião com 300 pessoas, se está certo ou não está certo o acordo.

Isso significa ampliar a liberdade de organização sindical no Brasil? Ampliar a legitimidade dos sindicatos e das organizações sindicais? Nós achamos que não.

O segundo bloco de mudanças que a PEC promove tem a ver com o sistema de organização e representação sindical. Aqui, sim, há uma concentração de poderes na cúpula do movimento sindical. Nós temos um problema histórico no movimento sindical brasileiro, e aí, tem a ver com a visão que nós temos do sistema de organização e representação que foi implantado ainda pelo Getulio Vargas, que é uma concentração de poderes na cúpula, na direção dos sindicatos, das federações e confederações. É isso que leva a que muitas vezes a gente seja obrigado a ver, na imprensa, denúncias de arbitrariedades cometidas por alguns dirigentes sindicais em nome da sua base, e à revelia, muitas vezes, da sua base.

Qual é o problema? Quanto à busca da ampliação da liberdade sindical ou quanto à luta por um regime de liberdade sindical, nós defendemos a Convenção 87 da OIT. Mas vamos além. Nós achamos que o centro, o foco fundamental da luta para que haja liberdade de organização implica aumentar a liberdade do trabalhador da base de escolha e de decisão, porque, afinal de contas, toda a estrutura sindical existe em função do trabalhador, para representar seus interesses e para negociar à luz dos seus interesses e da melhoria das suas condições de vida.

Então, se nós queremos falar em deslocamento de poder na estrutura sindical, nós não podemos falar em deslocar o poder que está concentrado hoje na mão da diretoria dos sindicatos para a cúpula das centrais sindicais, porque nós vamos estar distanciando ainda mais o poder de decisão da estrutura sindical daqueles que lhe dão legitimidade, que é a sua base, que são os trabalhadores na base.

Então, dar poderes para uma central sindical fundar outro sindicato na base de uma entidade já existente, porque essa não obedeceu à decisão da central sindical, não tem nada a ver com liberdade de organização sindical. Que me desculpem os companheiros que defendem a PEC 369 ou aquele relatório do Fórum Nacional do Trabalho. E se acabar com o que existe, com a pouca liberdade sindical que nós temos

hoje, porque isso é o que diz a PEC 369, e é o que diz o relatório do Fórum Nacional do Trabalho.

Não se trata de ampliar liberdade, mas dar poderes para a cúpula substituir o sindicato de base se esse não respeitar. Não respeitar quem? Não é não respeitar os trabalhadores, porque um sindicato que não respeita aquilo que a sua base decide não merece de fato representar aquela base, mas ele desrespeitar a cúpula da central e ser substituído por esse motivo vai no sentido oposto àquele que nós deveríamos caminhar.

E o terceiro bloco de mudanças tem a ver com o direito de greve. Não é secundário o que está naquele relatório do Fórum Nacional do Trabalho e que foi acolhido pela PEC em relação à regulamentação do direito de greve.

Nós já temos no setor privado – agora foi estendido por uma decisão do STF ao setor público – uma lei de greve, uma regulamentação do direito de greve, que é um contrassenso em si. Por quê? Porque a legislação garante o exercício do direito de greve, e a regulamentação legal impede o trabalhador de exercer esse direito. Agora, aqui, na PEC 369, essa situação piora. Chega-se a se falar que só se pode fazer uma greve no setor privado se não se causar um prejuízo irreparável para o patrão. O que é um prejuízo irreparável para o patrão? É aquele que ele não vai recuperar, não é isso? Se eu não posso causar um prejuízo para o patrão, qual é o sentido de eu fazer uma greve? De que maneira a greve vai ser um instrumento de pressão dos trabalhadores se não pode atingir o dono da fábrica naquilo que é a sua parte mais sensível, o bolso? Assim, se uma greve, ao causar prejuízo, tornar-se ilegal, não tem sentido fazer a greve. Percebe o problema?

Então, são esses temas que estão tocados e que vão ser modificados, caso essa PEC seja aprovada. Dessa forma, concordo com o raciocínio que o Wagner fez. Aqui não se trata de discutir unicidade sindical, imposto sindical. A PEC propõe acabar com a unicidade sindical e propõe acabar com o imposto sindical. São posições que eu defendo. Mas não tem sentido defender essa PEC por essas mudanças porque a globalidade do que ela propõe implica um retrocesso para a classe trabalhadora brasileira que suplanta, e muito, o que poderia ganhar com o fim do imposto sindical e com o fim da unicidade sindical.

Então, trata-se, sim, de rejeitar de conjunto essa PEC e trabalharmos não só para a sua rejeição, porque nós não podemos trabalhar simplesmente pela rejeição das mudanças que são propostas neste momento: o que há a fazer – e esta é a tarefa do movimento sindical brasileiro, dos parlamentares que estão aqui nesta Casa e que têm compromisso com a classe trabalhadora brasileira – é buscar mudanças na legislação atual para, de fato, melhorar as condições de vida da classe trabalhadora brasileira.

Por que o Governo, em vez de encaminhar esta PEC, não encaminha um projeto de lei, proibindo a demissão imotivada? São 16 milhões, 17 milhões, 18 milhões, 15 milhões de trabalhadores demitidos todo ano neste País; por quê? Porque a legislação fala de tudo, mas não fala da proteção ao direito do trabalho.

Há algum direito mais básico do que esse? De onde um trabalhador pode extrair a fonte de sustento da sua família que não do seu trabalho? E o trabalho é negado a milhões de pessoas deste País de forma permanente. É retirado desses quinze, dezesseis, dezessete milhões de trabalhadores todo o ano. Depois eles encontram outro emprego, mas encontram de que forma? Eles ganham R$900, perdem o emprego e arrumam outro ganhando quanto? R$700. Por isso, temos aumento de salário todo ano, mas a renda média do trabalhador cai.

O Dieese fez um estudo no Estado de São Paulo, que é o Estado mais rico do País, mostrando que, em 1985, o salário médio do trabalhador da iniciativa privada estava em torno de R$2.360,00 e, no final de 2009, no mesmo Estado de São Paulo, estava em R$1.260,00. Isso é fruto do quê? Da rotatividade de mão de obra. Uma lei poderia mudar essa situação? Poderia. Então, por que não se propõe essa lei, se se quer melhorar a vida da classe trabalhadora, em vez de propor esta PEC? Por que não propomos uma lei, garantindo o direito de organização no local de trabalho?

A ditadura acabou no Brasil, em 1985, por uma luta ferrenha do povo brasileiro, mas, dentro da fábrica, segue da mesma forma como existia até então. O trabalhador, se pensa que pode se organizar para lutar em defesa do seu direito, porque vivemos em uma democracia, perde o emprego, perde a fonte da renda que permite sustentar sua família. Então, o direito de organização no local de trabalho é básico para que haja liberdade de organização sindical no Brasil.

A liberdade de organização não pode ser entendida, companheiros, companheiras, Senador Paim, como liberdade dos dirigentes se organizarem como quiserem. A liberdade, em primeiro lugar, deve ser para os trabalhadores se organizarem como quiserem e elegerem os seus dirigentes da forma como considerarem melhor. Agora, o trabalhador no seu local de trabalho não pode se organizar. É criminalizado por isso, começando com a perda do seu emprego.

A nossa opinião, meu tempo se encerrou, gira em torno dessas ideias que trouxe aqui para vocês, para o debate, respeitando obviamente as ideias que são diferentes das nossas. Achamos que é responsabilidade dos dirigentes sindicais, dos parlamentares que

têm compromisso com a classe trabalhadora intervir nesse processo, evitando que haja mais retrocesso e buscando, no limite das nossas forças, criar condições para que haja um avanço na melhoria das condições de vida e da própria organização sindical dos trabalhadores brasileiros.

Obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi José Maria, representante da Conlutas.

Neste momento, solicito aos companheiros que estão na Mesa – o Germano, o Jacy, o Moacyr, o Wagner e o José Maria – que retornem à primeira fila. Vou formatar a segunda Mesa. O Assis abre esta segunda Mesa, porque ele tem também votações na Câmara.

Então, para compor a segunda Mesa, convido o Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores, UGT; o Arthur Bueno de Camargo, representante do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST); a Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional de Direitos Humanos e Cidadania da Força Sindical, em representação ao Deputado Federal Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical. *(Pausa.)*

Vamos passar a palavra na ordem dos que têm que se retirar.

Registro a presença também do Festino, que é também da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e tem um trabalho muito forte com os motoristas de ônibus, caminhões, enfim, todos. Festino, me dá o nome dos outros dirigentes, depois.

Está presente também o Salim, da UGT. O Deputado Federal já está na Mesa. Os outros já citei. Os outros dirigentes, por favor, encaminhem o cartão para a Mesa, para que eu faça a devida citação.

Está presente o Almir Menezes, diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Andes, e também Maria Suely, diretora do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes).

Passo a palavra, neste momento, ao Deputado Federal Assis Melo, que é também dirigente da CTB – e eu estava lembrando os metalúrgicos de Caxias – e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul, cidade onde nasci e trabalhei durante anos.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – Primeiro, boa tarde, grande companheiro nosso, homem à frente da luta há vários anos, combatente aqui na tribuna do Senado, o nosso grande amigo, Senador Paulo Paim; e demais representantes das centrais sindicais, aqui na mesa e os que já por ela passaram, em nome do nosso Presidente Wagner Gomes, que aqui já se manifestou.

Eu, na verdade, companheiros, serei rápido aqui, porque temos uma reunião lá para tratar também da questão da terceirização, e temos uma reunião ainda com o Presidente Marco Maia para discutir a questão de número de peças nos carros – 80% nacional, essa coisa toda.

Eu queria, na verdade, companheiros, chamar a atenção dos companheiros dirigentes sindicais e das companheiras dirigentes sindicais. Acho que, embora a gente tenha avançado bastante – tenho me dado conta disso, agora, aqui na Câmara –, na verdade, aquela legislação de regressão e de flexibilização dos direitos dos trabalhadores, eles estão empilhados aqui na Câmara, e todo dia salta um de alguma gaveta. Então, quando tu pensa assim... E, depois, ele é, tipo assim, açude: tu está fazendo o açude, e ele vaza, e vaza num lugar, e tu tapa, e ele escapa noutro... Então, sou titular na Comissão do Trabalho e sou suplente na Comissão de Desenvolvimento Econômico, mas hoje estava essa PEC aí lá na Comissão de Constituição e Justiça. Então, em cada comissão dessas, tem alguma coisa circulando. E tu vai ver aí... Tem, e aparece mais ainda.

E a gente não se dá conta de que nós ainda somos poucos aqui – nós, do ponto de vista de um compromisso maior com os trabalhadores. E, às vezes, companheiros, nós trazemos aqui alguém que tem um compromisso com os trabalhadores lá na base, mas chega aqui, na hora, esse compromisso acaba se perdendo.

Então, nós precisamos ter, do ponto de vista das centrais sindicais, um compromisso grande aqui, de uma mobilização quase permanente aqui na Casa, para que possamos também não só ter voz, mas ter a possibilidade de, quando não puder retirar essas coisas, fazer a maior luta possível, porque é, realmente, complicado. E não é no plenário, companheiros! A regressão dos direitos dos trabalhadores está nas comissões. Não é lá no plenário, porque, lá no plenário, quando é coisa do direito do trabalhador, nem vai; e, quando a gente vê, já foi. Então, nas comissões é que há a luta maior nossa, e por isso chamo a atenção das centrais sindicais, de todas elas aqui, para que a gente possa, realmente, estar trabalhando.

Eu queria, companheiros, também, entrar nesse assunto aqui da questão da organização sindical, porque uma sensação que tenho é de que nós temos avançado muito mais na luta concreta nossa, lá na base, do que aqui, do ponto de vista da legislação trabalhista.

Só um dado para vocês: lá em Caxias, as empresas trabalham muito com a questão das câmeras de vídeo, e nós temos só discussão no acordo coletivo que proíbe o uso de câmeras de vídeo. Quando for colocar a questão da câmera de vídeo, tem que haver uma comissão do sindicato, para que o sindicato acompanhe, então, onde vai ser posta a tal câmera

de vídeo. Ou seja, não pode estar na produção. Mas uma empresa lá descumpriu isso. Descumpriu; colocou câmera de vídeo até na porta do banheiro. E aí nós fizemos uma paralisação lá, os companheiros fizeram uma paralisação, acertaram de a empresa retirar, ela retirou – no papel ali –, os trabalhadores voltaram a trabalhar, o sindicato foi embora, a empresa colocou de novo. Nós entramos na Justiça, na Vara lá de Caxias do Sul, e o juiz determinou a retirada das câmeras de vídeo. E mais: delegou o direito de o sindicato entrar na empresa a hora que quiser.

Eu acho, companheiros, que não há uma decisão judicial dessas no nosso País, talvez, de que eu tenha conhecimento, nos últimos anos. E isso, companheiro, é garantir a liberdade que queremos de atuação do sindicato.

Imaginem se um projeto desse tipo vai passar aqui, nesta Casa! Nem no Senado, nem na Câmara! Não passa. Isso, se o cara, por ali, vão nos chamar de não sei o quê, porque dizem que o movimento sindical quer acabar com o País. Tem gente lá, na Comissão de Trabalho, que diz isso, que dirigente sindical quer acabar com o País. É isso o que dizem. Então, você vê como a situação aqui é complicada para avançarmos.

Eu estava dando esse dado para dizer que acho que a nossa luta hoje por fortalecimento e a democratização lá no local de trabalho, pela organização concreta dos trabalhadores, é uma luta permanente e grande, muito grande ainda.

E a outra situação, só para não entrarmos muito no debate, é quanto a essa questão financeira, companheiros. O problema nosso é que queremos dar liberdade para quem não tem, queremos dar liberdade para o trabalhador decidir, Senador, se ele vai pagar o sindicato, quando não é ele que decide. Quem decide não é ele, quem decide é o patrão, companheiros. Como é que vamos querer que os trabalhadores digam que querem contribuir para o sindicato, quando não é ele que decide, quando não é ele que decide, companheiros?

Então, essa situação é um pouco a gente querer uma coisa, quando a realidade é outra. A realidade nossa, companheiros, ainda é de uma imposição muito forte nos locais de trabalho. E, aí, companheiros, quando a gente tem uma lei hoje que garante um pouco de sustentação financeira – digo um pouco, porque, se formos nos basear só no imposto sindical, não sobrevivemos –, então, a luta nossa é, sim, uma luta, companheiros. Claro que queremos, sim, a democratização do local de trabalho, ampla liberdade para o trabalhador, para que o trabalhador possa andar mais, mas ainda não é essa a condição que vivemos no nosso País.

Por isso, as palavras do nosso Presidente Wagner Gomes contemplam, sim, um pensamento, o meu, no caso, porque sou também dirigente da CTB em nível nacional e, portanto, faço parte desta luta aqui.

E quero aqui, Presidente, em nome de todos os trabalhadores aqui, saudar o companheiro Mancha. Ele chegou por ali, não sei se está ali ainda. Ele é metalúrgico. Está lá o Mancha, com quem nos encontramos várias vezes na batalha.

Companheiros, aqui é uma luta grande. Não dá para bobear. Aqui é o legítimo "cochilou o cachimbo cai". Aqui não dá para bobear, companheiro! Cochilou, o cachimbo cai, e o grande número de projetos que tem do ponto de vista de flexibilização e retirada de direito são em pilha lá no Congresso, lá na Câmara. São de pilha, companheiros! Todo dia tem um. O dia que não tem, levantamos a mão para cima: "Beleza, porque hoje os trabalhadores não vão perder nada aqui". É difícil, a coisa é complicada. Estou dando aqui a sensação de quem está aqui pelo menos de terça a quinta lá, na Câmara, fazendo isso.

Obrigado, Senador. Obrigado a todos aqui. Desculpe, porque vamos lá para a batalha da terceirização agora.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Deputado Federal Assis Melo, do PCdoB, do Rio Grande do Sul, parceiro nosso nessa jornada em defesa dos trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas.

Temos uma luta lá – não é, Assis ? – de tentar reverter o famigerado fator. Ainda amanhã, vamos estar juntos lá, na Comissão de Orçamento, para tentar aprovar o reajuste dos aposentados e avançar na questão do fator.

Ricardo Patah, o presidente da União Geral dos Trabalhadores, eu disse aqui na abertura, Ricardo, que tenho ido ao convite de todas as centrais, a todos os Estados. E vou estar em dois eventos da UGT. Vou estar em Florianópolis, no próximo dia 17 ou 18, e depois vou estar, no dia 7, em Minas Gerais, no congresso da UGT. Por isso, entendi que a tua presença aqui é fundamental.

Vai lá, o Patah com a palavra, presidente da UGT.

O SR. RICARDO PATAH – Obrigado, Senador. Boa tarde, companheiros e companheiras.

Quero, primeiro, enaltecer um dos brasileiros mais importantes da nossa Nação, que é este Senador. Em todo e qualquer tipo de atividade que seja social do ponto de vista da inclusão, está na mão do Senador, está lá o coração dele também, tanto na questão das mulheres, tanto na questão dos afro-descendentes, dos aposentados, em especial dos trabalhadores. Or-

gulhamo-nos muito em estar presente em qualquer tipo de atividade para a qual vocês nos chamam, porque você é o nosso baluarte, o nosso ícone. E tenho muito prazer em estar aqui, neste momento, nesta audiência pública.

Queria cumprimentar os companheiros que estão aqui, o Joacir, da CUT; o Zé Maria, meu grande companheiro, que já foi a um programa de televisão da UGT e foi muito bem, por sinal; o nosso companheiro Zé Augusto; o nosso companheiro Salim Reis, nosso vice-prefeito de Carapicuíba; minha companheira Ruth; o Arthur; enfim, todos os companheiros; a Rumiko Tanaka, que aqui está, e assim por diante.

Vou ser breve, vou fazer três reflexões que acho importante, por conta da fala dos companheiros, e valorizo todas elas. Em primeiro lugar, precisamos despertar um pouco o Brasil de hoje, no campo da relação do capital e trabalho.

Nós temos aqui o coordenador da Anamatra, que com certeza é juiz. O senhor é juiz também? Muito bem. E acho importante a sua participação, como também no fórum estava participando lá o Salvador, entre outros companheiros. Acho muito importante.

Senador Paim, nós estamos fazendo lá no Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, com o Nelson Nazar, Presidente, com a Lílian Gonçalves, que é a representante da Escola de Magistratura, um evento, provavelmente no dia 18, para todos os juízes de 1ª Instância.

Infelizmente, o juiz de 1ª Instância... Para ser juiz é dificílimo, tem concurso. Só vai entrar realmente quem conhece as leis, não há dúvida. Mas as pessoas que entram, jovens, não conhece o movimento sindical. E eu digo por que – está sendo gravado isso? – muito juízes de 1ª Instância não gostam do movimento sindical. Não gostam. Não gostam. E as decisões às vezes tomadas na 1ª Instância são decisões absurdas. É lógico que vou respeitar. Decidiu, tem que se respeitar. Mas, como estamos num fórum de debate e discussão, é fundamental que haja essa questão colocada. Os desmembramentos que são autorizados na Justiça hoje, quer dizer, o movimento sindical está se dividindo de tal maneira que o poder que estava na unidade do movimento sindical está simplesmente sendo perdido.

Dou exemplo, porque sou presidente também dos comerciários de São Paulo, que hoje deve ser um dos maiores sindicatos do Brasil. Por conta disso e por conta de interesses pecuniários, alguns grupinhos, grupos de pessoas que não têm absolutamente nada a ver com o movimento sindical, iniciam o processo de fundação de sindicato. Vão ao cartório, fundam um sindicato. Vão à Justiça, e o juiz, a meu ver, em vez de dizer "olhe, este é um sindicato que tem 70 anos, 80 anos, tem tantos sócios"; em vez de mandar fazer uma diligência, que é uma característica que os juízes do passado faziam, "escute, vamos ver o que está acontecendo lá", decidem: "Pode desmembrar, pode fazer isso, pode fazer aquilo". Até chegar depois ao tribunal para mudar, o negócio já está perdido.

Da mesma forma, falo também da minha origem como comerciário. Nós lutamos tanto para tentar diminuir um pouco o impacto do trabalho aos domingos e feriados – que foi o fim para o comerciário. Hoje nós somos 10 milhões de comerciários escravos por conta de uma legislação terrível. Aí, conseguimos melhorar um pouco, para os feriados. E aí foi dito: "Olha, o feriado vai estar aqui, porque, se não houver um bom acordo, vocês têm como impedir que se trabalhe no feriado". Aí nós estamos tentando – a data-base nossa é agora em 1º de setembro –, estamos lá fazendo o acordo, "não vamos abrir no feriado, porque o que vocês estão nos oferecendo é muito pouco". Aí, nós entramos na Justiça para não abrir no feriado, e o juiz diz o seguinte: "Se não abrir no feriado, os empresários não vão ganhar". Mas quero saber: e o trabalhador? Quero saber o que acontece. Quero saber: quem está olhando para o trabalhador, pelo amor de Deus? Será que é só esse Senador? Quem é que está olhando?

Então, essas questões realmente nós precisamos começar a debater e a discutir. Será que é tão importante essa PEC? Ou era mais importante a Convenção 158?

Como foi dito, a própria Convenção 151, que envolve uma disputa, e aí o Joaci, não sei, "vamos deixar o Ministério do Trabalho cuidar disso, o Ministério do Planejamento", ele é patrão. Só está nesta discussão para resolver a regulamentação da 151.

O SR. ASSIS MELO (PCdoB – RS) – Está na Casa Civil.

O SR. RICARDO PATAH – Mas você sabe como é a questão.

Então, os debates precisam ser muito mais importantes, na realidade, como foi dito, na questão desse *turn over* absurdo, pois estamos vivendo praticamente o pleno emprego no Brasil, com plaquetas em todas as empresas de "precisa de gente, precisa de gente", mas nunca teve tanto seguro-desemprego como agora. O custo do seguro-desemprego é muito mais alto do que se gasta com capacitação. E o maior gargalo que temos é a capacitação dos nossos trabalhadores.

Por que acontece isto? O movimento sindical está conseguindo aumentos reais, mas passa um ou dois meses do aumento real, mandam-se as pessoas embora, porque não tem a tal da 151.

Então, acho que, na realidade, temos questões muito mais graves ocorrendo, como, por exemplo, a

questão do Ministério Público do Trabalho, que tem autonomia. Nada contra isso, mas precisamos conversar um pouco mais.

Lá em Rondônia, um componente do Ministério Público daquela região entrou com uma ação civil pública contra o sindicato, porque dizia que o dirigente daquele sindicato estava muito tempo na presidência, então tinha que sair de lá. Mas será que é desse jeito que vamos tirar? Será que é desse jeito que vamos nos movimentar? Fora a questão dessas cobranças da taxa assistencial, etc.

Só falando sobre a questão da troca do imposto sindical pelo negocial. Eu, inclusive, participei. Nós construímos essa questão. Você falou: se a pessoa quer mudar, tem que mudar. Hoje eu penso um pouco diferente e vou dizer o porquê.

Hoje existe a taxa assistencial, que é diferente do imposto sindical, todos sabem. O que acontece? A maior parte dos sindicatos faz a conversão e cobra a taxa assistencial. O comercial cobra 6%, por exemplo.

As empresas mandam milhares de pessoas com a cartinha de oposição, que é uma igual a outra! E aí eu digo... As empresas que fazem isso são as mesmas. Temos lá... Até parece brincadeira, uma piada, mas, há um tempo, foi um mundaréu de gente no sindicato com a carta de oposição, e a SPTV foi lá. Foi tanta gente que a SPTV foi lá. Saiu na televisão, e a minha mãe, que estava vendo, me ligou: "Puxa, filho, o seu sindicato está indo bem, tanta gente aí". Mal sabia ela que o pessoal queria... (*Risos*.)

É um verdadeiro absurdo o que se faz. Muitas dessas empresas, se as pessoas chegam atrasadas um, dois ou três minutos, ou são descontadas ou mandadas de volta. Mas, para ficar na fila, podem ir e ficar. Esses empresários não compreendem que o que importa é a instituição forte, é o sindicato com sócios. Não é diminuindo os recursos dessa forma que vai retirar o poder do sindicato.

Mas precisamos fazer uma avaliação macrointernacional. Hoje, o movimento sindical do Brasil é o mais forte das Américas, no mínimo. Há poucos na Europa, se houver. Os países nórdicos, sim. Os países nórdicos são os mais fortes do mundo, têm 70% ou 80% de sindicalização. Tem a Alemanha, mas tem a Espanha perdendo, a França perdendo, a Itália perdendo. O Brasil, não. O Brasil está em processo de crescimento. Podem ver que os índices de sindicalização estão crescendo a cada ano. Então, para que mexer em uma estrutura que está crescendo, está fazendo...

Estou usando os comerciários de São Paulo porque sou um comerciário e me orgulho de sê-lo, e precisamos da regulamentação da categoria – esse é o homem que está fazendo isso para os milhões de comerciários. Na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Se me permitir, acho que os comerciários trabalharam tanto como os trabalhadores do setor dos transportes e, entre hoje e segunda-feira, vamos receber os acordos construídos... Dos transportes vai ser hoje. Vai ser entregue hoje um acordo construído para uma lei que regulamenta a situação do trabalhador nos transportes, discutida entre empregado e empregadores.

No setor do comércio, sei que houve a participação da sua central e do seu sindicato, sei que me entregarão na segunda-feira...

O SR. RICARDO PATAH (*Fora do microfone*.) – Terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Terça feira. Vamos fazer a construção de um projeto de lei que é de minha autoria. Mas, para construir um entendimento, é fundamental a participação de trabalhadores e empresários. Então, meus cumprimentos aos comerciários e também aos trabalhadores dos transportes, porque são duas leis que vão ser aprovadas.

O SR. RICARDO PATAH – Então, acho que temos de construir, e acho que é fundamental... E falo da Anamatra porque considero fundamental a participação dos juízes, do nosso Judiciário. Quando comentei alguns momentos da 1ª Instância, foi por conta das pessoas que entram... Volto a enfatizar: são pessoas preparadíssimas, porque concorrer a uma vaga de juiz é muito difícil, tem de estudar, tem de conhecer. Mas falta experiência, e é isso, na realidade, que precisamos colocar. Nada de desobediência à lei, pelo amor de Deus. Valorizo... Tanto é que fui pedir ao presidente do tribunal que fizéssemos um trabalho conjunto. Acho que é nesse sentido que temos de construir: chamar o Ministério Público, chamar o Judiciário, falar com as pessoas que estão operacionalizando no Parlamento as mudanças possíveis e construir algo que corresponda à nossa realidade.

Foi dito pelo Zé Maria que, desde o início, há esse fortalecimento, que eles abrem mão do imposto. Eu respeito, mas nós temos muitos sindicatos distintos. Temos os metalúrgicos pela cultura, há sindicatos de comércio e serviços por conta, muitas vezes... No comércio, na cidade de São Paulo, nós temos noventa mil empresas de comércio, a maior parte com dois ou três funcionários. Esse pessoal trabalha com o dono da loja, eles jamais vão ter participação efetiva em qualquer mudança, porque o dono da loja é o padrinho de casamento, a relação é outra.

Nós temos muitas realidades em nosso País. No Norte e no Nordeste de nosso País, temos muitas fragilidades nesse sentido. É diferente do Sul e do Sudes-

te, onde conseguiram fazer grandes revoluções, como em Canoas, no movimento sindical. Infelizmente, em outras áreas, isso não aconteceu. Acho que temos de conversar mais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Revolução não. Não chegamos a esse patamar, mas demos alguns passos.

O SR. RICARDO PATAH – Mas nós não podemos, na realidade, permitir que haja decisões que fortaleçam uma cúpula, que fortaleçam uma minoria em detrimento da grande massa de trabalhadores que têm de ser ouvidos. É preciso discutir, é preciso debater no sentido de criar alternativas.

Em 1988, a Constituição veio para fazer grandes mudanças em nosso País, mas, no caso laboral, ela é ambígua, porque fala da liberdade sindical e, ao mesmo tempo, fala da unicidade sindical. É por isso que há interpretações tão distintas. Eu tenho certeza de que todos nós aqui somos pela liberdade, todos nós aqui somos pelo crescimento do nosso movimento sindical, mas não podemos, em hipótese alguma, permitir que não haja recursos para se fazer um trabalho importante em prol de todas as categorias do nosso País.

Dessa maneira, também sou daqueles que acham que se deva retirar essa PEC. A partir de momentos como este, devemos chamar grandes operadores do Direito em nosso País, em especial o Judiciário, o Ministério Público, o Senado e a Câmara dos Deputados, para definitivamente construir o que há de melhor para os brasileiros, para os trabalhadores e para as trabalhadoras do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Ricardo Patah, presidente da UGT.

Mais uma vez, informo que depois nós vamos franquear a palavra também ao plenário. Esta nossa audiência é transmitida ao vivo pela TV Senado, canal 44 da NET, e também pelo sistema de Internet: www.senado.gov.br/internetcanal8. Então, pelo 44 da NET e, pela Internet, canal 8.

Passamos a palavra, neste momento, ao Arthur Bueno de Camargo, representante do Fórum Sindical do Trabalhador (FST). Vamos deixar por último a Ruth Coelho Monteiro, já que ela foi a única mulher que veio para a Mesa. Ela vai ter o privilégio de fechar esta Mesa, e, depois, vamos ter outra contribuição aqui, do companheiro Fernando Bandeira, que vai falar um pouco da situação dos trabalhadores no transporte terrestre. Em seguida, vou passar a palavra ao plenário.

Então, com a palavra, Arthur Bueno de Camargo.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Primeiramente, quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, cumprimentar o companheiro Bandeira, o companheiro Patah, a companheira Ruth. Quero cumprimentar todos os líderes sindicais aqui presentes, os companheiros, as companheiras. Quero cumprimentar todos os que estão nos assistindo pela TV Senado.

Os companheiros que me antecederam quase que colocaram todas as questões pertinentes dentro daquilo que é o tema hoje. Mas, Senador Paulo Paim, quero aqui dizer da importância deste espaço para que possamos debater um pouco a questão do mundo do trabalho e a estrutura sindical brasileira.

Quero iniciar minha fala, dizendo que fiquei até contente, porque, até agora, eu entendia que a CUT defendia a pluralidade sindical, e o companheiro disse que não, eles defendem a liberdade sindical. Agora, é preciso a gente conhecer um pouco isso. Qual é a prática? Porque uma coisa é a teoria; e a prática?

Estamos vendo aí uma pulverização de entidades sindicais por este País afora, e, como disse o companheiro que me antecedeu, o companheiro Patah, entidades que vêm realmente sendo fundadas sem nenhuma discussão ampla com aqueles que são os maiores interessados, que são os trabalhadores. São pegas algumas assinaturas, que são trazidas para dentro do Ministério do Trabalho, e esse processo realmente baseado naquela famigerada 186, a Portaria 186 do Ministério do Trabalho.

Então, acho que é preciso deixar muito claro aqui que, quando foi colocado em discussão na questão do Fórum Nacional do Trabalho, e que, pelas razões... E aqui temos que relembrar isto: quem não deixou prevalecer aquilo que se pretendia fazer dentro do Fórum Nacional do Trabalho foram os trabalhadores de base, porque a cúpula estava metendo goela abaixo para os trabalhadores questões que não estavam realmente sendo aprovadas pela base. Essa é a grande realidade.

E, aí, o que estamos vendo hoje? Não se conseguiu viabilizar aquilo que alguns dirigentes sindicais pretendiam dentro do Fórum Nacional do Trabalho, e, agora, estão tentando fazer através de portarias no Ministério do Trabalho.

Essa 186 vai nessa direção, Zé. Então, quando se fala que queremos autonomia, liberdade, a questão é: autonomia e liberdade para quem? Autonomia e liberdade é preciso lá para os trabalhadores da base, para que eles tenham autonomia e liberdade.

Muito bem disse aqui o companheiro que temos que conquistar a liberdade para aqueles que sustentam toda a estrutura do movimento sindical, que são os trabalhadores, para que eles possam decidir. Agora, se entendermos que criaremos uma liberdade, de acordo com aquilo que alguns dirigentes entendem na cúpula, e que vamos fazer prevalecer essa liberdade sem que o trabalhador tenha pelo menos o direito de

se expressar no local de trabalho, eu acho que estaríamos fazendo passar o carro na frente dos bois.

Também entendo que o objetivo principal da PEC 369 é outro completamente diferente. Para mim, essa questão da unicidade, pluralidade é apenas a história do bode que colocaram lá dentro. O objetivo principal dessa PEC é precarizar mais ainda as condições de trabalho e estabelecer aquilo em que os empresários vêm batendo há algum tempo: é fazer prevalecer o negociado sobre o legislado. Este é um ponto importante para o qual temos que estar atentos.

Muito bem disseram aqui os companheiros: o que é que impede de você ter uma garantia e você realmente ir além daquilo que você tem? Absolutamente, não existe nenhum impedimento. Por outro lado, nós entendemos, dentro do nosso Fórum do Trabalho, que precisamos, cada vez mais, buscar uma luta unificada.

Como vamos fazer essa luta unificada? Fazendo as lutas pela base. Não há outra alternativa. Achar que, se queremos conseguir aqui na cúpula buscar um entendimento e fazermos com que realmente possamos fazer uma reforma que atenda o interesse, é preciso discutir isso nas bases. E aí sou totalmente favorável àquilo que você colocou, Zé: vamos descer para as bases, vamos fazer uma discussão na base, e aí, sim, vamos trazer para a cúpula para que possamos viabilizar e criar uma estrutura do movimento sindical que atenda às necessidades dos trabalhadores, não da cúpula do movimento sindical.

Senador, para não me alongar, porque os companheiros, com toda certeza, foram felizes nas suas colocações, eu quero dizer aqui que autonomia e liberdade sindical não existem enquanto os trabalhadores não tiverem esse direito de liberdade de expressão dentro do seu local de trabalho.

Defendo, realmente, que temos de trabalhar para a organização nos locais de trabalho. Isso é fundamental para o fortalecimento do movimento sindical.

Foi colocada uma questão que me parece ser oportuno tocar nela: essa questão do Augusto Carvalho, que apresentou aquele projeto pela extinção da contribuição sindical. Agora entrou com uma ADIN no Supremo.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Não é ADIN, é um outro processo, um outro nome.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Não é uma ADIN, mas é uma ação no Supremo?

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Isso. Quando entende que a Constituição não recepcionou a CLT tem outro nome, é o inverso da ADIN.

O SR. ARTHUR BUENO DE CAMARGO – Exato. Eu só posso entender uma coisa: qual é o objetivo disso? Mesmo porque todos nós sabemos que esse projeto que ele apresentou não acabaria com a contribuição sindical dos dois lados, também do setor econômico. Acabaria só com a contribuição sindical dos trabalhadores. Quer dizer, fortalece um lado e tenta enfraquecer o outro.

Portanto, Senador, eu quero finalizar a minha fala, dizendo que o que temos de buscar é uma unificação dessa luta, porque sabemos que o nosso mundo está globalizado, mas a luta sindical ainda não chegou a esse nível. Acredito muito que é com esse tipo de espaço que temos nesta Casa, através do Senador, que podemos, cada vez mais, fazer essa discussão abertamente e podemos realmente unificar essa luta sindical para proporcionarmos melhores condições aos nossos representados e a toda a classe trabalhadora.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Arthur Bueno, que aqui falou em nome do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Quero registrar a presença conosco de Liduíno Lopes de Brito, Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais, Fenafisco, Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital.

Também Sebastião Oliveira, Secretário-Geral da UGT-DF; Moacir Lopes, diretor dos Sindicato dos Previdenciários e diretor da Federação dos Previdenciários; Silene Leiro, diretora da Federação dos Previdenciários; Vera Leda de Moraes, Nova Central; Fernando Bandeira, diretor também da Nova Central; Olmir Justino, Federação dos Rodoviários do Mato Grosso; Antônio Wagner Costa, diretor da Federação dos Rodoviários do Rio de Janeiro; Lourival Vieira, diretor da Federação dos Rodoviários do Paraná; Geraldo Abílio Meireles, diretor da Federação dos Rodoviários de São Paulo; José Alves do Canto, da Nova Central Sindical; Luiz Antônio Festino, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Recebi também do José Augusto, em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores, um quadro sobre informações de sindicatos de trabalhadores e patronais, que ele passa aqui para contribuição da Mesa.

Então, neste momento, passo a palavra à Secretária Nacional de Direito Humanos e Cidadania da Força Sindical, a sindicalista Ruth Coelho Monteiro.

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Boa tarde, Senador Paim. Boa tarde, companheiro Fernando Bandeira, da Nova Central; Arhur, do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Quero primeiramente agradecer o convite e ressaltar a importância desse trabalho que o Senador Paulo Paim tem conduzido no Senado Federal, sobre todas as questões trabalhistas, sobre todas as questões que dizem respeito ao movimento sindical e ao trabalhador brasileiro.

Acho que o Senador está de parabéns. Acho que é uma voz que tem sido quase que única e que tem tido, acho, até o consenso do apoio de todas as centrais e de todo o movimento sindical brasileiro.

Nós avançamos muito, nesses últimos anos, na democracia no Brasil, e isso faz com que hoje o movimento sindical esteja aqui sentado em uma sala no Senado, numa Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, podendo discutir os seus problemas internos de organização.

Isso é um grande avanço, e temos que aproveitar e aprofundar esse avanço da melhor maneira possível. Analisando a história do movimento sindical, ele começou sendo considerado um caso de polícia, um caso de questão social. Começou pelos anarquistas, pelos anarcossindicalistas. Depois foi regulamentado na época do Presidente Getúlio Vargas, ganhou *status* de legalidade e consolidaram-se as leis conquistadas por algumas categorias mais avançadas num código do trabalho que hoje foi estendido a todos os trabalhadores brasileiros. A gente vê, na verdade, a evolução na história deste País e na história do movimento sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me interrompê-la, Ruth: por um gesto de reconhecimento, convido o Omar para compor a Mesa, pois acho que é um dos sindicalistas mais jovens em idade da nossa geração. (*Palmas*.)

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Estou levantando um pouco a história, e todo mundo aqui está cansado de saber e conhece, mas é só para a gente se situar e colocar como o movimento sindical é importante no desenvolvimento da democracia e no desenvolvimento socioeconômico de um País.

Eu acho que as coisas caminham *pari passu,* uma coisa e a outra, porque não existe uma sociedade desenvolvida onde não existe um movimento sindical forte. Por quê? Porque ele é a expressão organizada da sociedade que produz, da sociedade que transforma, da sociedade que produz a riqueza.

O representante da Anamatra anteriormente aqui falou, e é verdade: os movimentos sociais podem ou ser espontâneos, por revolta ou por várias coisas, ou eles podem ser canalizados e ter a sua voz, a sua representação através dos movimentos populares, entre eles o sindical, um dos mais fortes e mais bem organizados. E essas inquietudes, essas demandas, esse inconformismo podem ser canalizados para transformação dessa própria sociedade. E eu acho que o movimento sindical cumpre muito bem esse papel.

Como o companheiro Patah disse anteriormente, o movimento sindical brasileiro hoje é um dos mais fortes que há no mundo, em todos os países. Nós temos, assim, conquistado posição de diálogo social aqui no Brasil que outras entidades de países muito mais antigos, com sociedades muito mais consolidadas, com democracias muito mais fortes e antigas não têm. A gente pode citar até os Estados Unidos. Qual o diálogo social que nos Estados Unidos existe com a FLCIO, por exemplo? Quais os conselhos de que eles participam? Nós, aqui, criamos conselhos, participamos de conselhos de saúde, de previdência, de educação, estamos discutindo, enfim, o País de uma forma integral e integrada. Isso por quê? Porque o movimento sindical está organizado. Nós temos um Conselho Nacional do Trabalho, em que as questões específicas do mundo do trabalho são discutidas. Mas, enfim, se nós temos questões de um salário mínimo e negociado em nível nacional, isso é e foi um papel que as centrais sindicais desempenharam junto a este Governo.

Então, a quem interessa a desestruturação, a quem interessa a fragilização, a quem interessa? Não interessa nem ao setor patronal brasileiro, não deveria interessar, porque, na verdade, esse movimento sindical é o que tem conseguido fazer com que a indústria se desenvolva e se mantenha, que tem batalhado junto para que a nossa economia, apesar da crise externa, se mantenha firme e forte. Tudo isso foi um trabalho com o movimento sindical brasileiro e com as centrais brasileiras.

Então, temos problemas? Temos, muitos, mas quem não os tem. Mas uma coisa que a gente tem segurança de dizer é que não seria a ratificação da Convenção nº 87 que iria resolver os nossos problemas, assim como não resolveu em vários países em que ela já foi ratificada.

Nós temos países, aqui na América Latina, que ratificaram a Convenção n° 87, como a Colômbia, a Guatemala e outros, onde o movimento sindical é trucidado, onde matam dirigentes sindicais todos os dias. Então, eu acho que a questão e a discussão não é essa, e não é esse também o momento nem o fórum para a gente estar discutindo, porque, para nós, ela pode estar até ultrapassada. Há várias convenções que o Brasil não ratificou porque a sua legislação interna e a sua prática já ultrapassaram essas mesmas convenções.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permitam que eu registre a presença do Senador Clésio, que tem nos ajudado muito na construção da regulamentação da profissão dos trabalhadores no transporte. *(Palmas.)*

Também está conosco o Deputado Celinho, do PCdoB de Minas Gerais, que desde o início trabalhou muito também. *(Palmas.)*

Depois a gente vai registrar a presença dos outros convidados.

Convido para vir à Mesa o Procurador Dr. Adélio.

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Então, a questão da nossa estrutura não é esse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Clésio, não é só uma vontade minha, mas uma imposição da Mesa. O Artur disse que o senhor tem que vir para a Mesa.

Obrigado, Artur.

Está conosco também o Deputado Federal Miguel Corrêa, do PT.

Seja bem-vindo. *(Palmas.)*

A palavra continua com a Ruth.

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Obrigada.

Então, como eu estava dizendo, e também foi mencionado aqui que essa é uma estrutura velha, antiga, mas a questão não é a estrutura; a questão é como ela é utilizada, porque, bem ou mal, ela tem mantido os ramos de produção unidos, unificados. Essa é a estrutura, certo? E as negociações, convenções coletivas e acordos coletivos são discutidos por ramos de produção.

E o que a gente vê, às vezes, em outros países, com a criação de sindicatos por empresa, é que fica absolutamente impossível de se negociar, porque você tem pequenas empresas, microempresas que impossibilitam, na verdade, essa negociação e também a organização dos trabalhadores.

E aí, falando-se na liberdade de organização dos trabalhadores, isso a gente pode melhorar. O movimento sindical está discutindo um projeto de lei das práticas antissindicais. Esse projeto, sim, interessaria muito que a gente aprovasse aqui no Congresso Nacional, porque ele coíbe, na verdade, essas práticas que impedem que os trabalhadores se organizem no local de trabalho, que impedem que os trabalhadores se associem às entidades sindicais, que impedem que as entidades tenham o gerenciamento dos seus próprios recursos financeiros, sem interferência do Poder Público, enfim, que impedem a ingerência do Poder Público em questões como greve, manifestações e outras mais, que estão sendo feitas pelo interdito proibitório. São questões que precisam ser legisladas e regulamentadas. Discordo do representante da Anamatra, que diz que o Estado não tem nada a ver com isso, porque, como se disse aqui, são dois lados totalmente desiguais, o lado dos trabalhadores e o lado das empresas.

Então, nós não temos, na verdade, uma total liberdade de organização dentro das empresas. Os sindicatos não podem entrar nas empresas – para entrar nessa empresa, o sindicato tem que ter autorização. Vários trabalhadores e várias empresas preferem se filiar diretamente ao sindicato, sem que a empresa saiba que eles são filiados, porque eles são mandados embora...

Então, nós vivemos ainda numa época e num período em que nós temos liberdade de expressão, nós temos liberdade de eleição, nós temos liberdade de várias coisas, mas nós não temos liberdade dentro das empresas. E isso é uma coisa em que a propriedade ainda é considerada um bem a ser mais protegido do que a liberdade coletiva ou a liberdade individual desses trabalhadores.

Então, enquanto houver essa situação, nós precisamos, sim, de leis, e que o Estado garanta a igualdade, na verdade, de manifestação, de oposição, de reivindicação, de indignação dos cidadãos, especialmente dos trabalhadores.

Então, nessa questão das práticas antissindicais, nós precisamos de uma legislação que garanta esse direito, que é um direito humano, porque direito de expressão e de organização são direitos humanos, e nós temos que nos concentrar... Eu acho que esta PEC nº 369, foi construída durante uma época e durante um período sob determinada circunstância em que houve um consenso do movimento sindical, mas, na verdade, ninguém ficou satisfeito com as posições, e acabou-se fazendo uma PEC que, na verdade, é um monstrengo. Juntaram-se várias partes de vários pensamentos, de várias coisas e se colocou numa PEC que não foi para frente justamente por isso, porque, na verdade, ela não tem o apoio total e absoluto de ninguém. Então, o ideal seria o arquivamento dessa PEC ou a modificação dessa PEC de uma forma que ela contemplasse as principais preocupações do movimento sindical hoje, que não estão, na verdade, centradas nessa questão do imposto sindical ou não estão centradas nessa questão da própria estrutura sindical.

Hoje, a pauta do movimento sindical está em outras convenções da OIT que não estão sendo cumpridas aqui no Brasil apesar de ratificadas, como as Convenções nºs 100 2 111, que trata da não discriminação, que trata da questão do trabalho escravo, que ainda existe no Brasil. Temos a questão do trabalho infantil, outra questão que tem que ser atacada no Brasil. Temos que juntar o movimento sindical e o Congresso Nacional nessa questão. Temos a regulamentação da Convenção nº151, que garante a negociação coletiva dos funcionários públicos, dos servidores, que também precisa ser regulamentada; temos que ratificar, aí sim, a Convenção nº156, que trata do trabalho doméstico para a questão dos trabalhadores, como conciliar trabalho doméstico e trabalho remunerado; temos a Convenção nº158, que trata da questão da demissão imotivada, que é um grande problema hoje no mundo do trabalho, que é a rotatividade da mão de obra, que é uma coisa que atrapalha a sindicalização. Como a gente vai sindicalizar se metade do contingente de

trabalhadores gira o ano todo? Então, esses trabalhadores não param no lugar de trabalho. Como trazer esse pessoal e sindicalizar essas pessoas, trazer para a organização sindical? E temos a recente Convenção nº189, que foi aprovada este ano, que regulamenta o trabalho dos empregados domésticos, que também é uma prioridade, já que temos mais de sete milhões de trabalhadores domésticos neste País.

Então, nós temos uma pauta, eu acho, do movimento sindical com o Congresso Nacional que eu acho que deveria ser filtrada, deveria ser criada, talvez, uma comissão para fazer o levantamento de todos os projetos de lei, PECs, etc, que estão tramitando e sintetizar isso nas coisas que são, hoje, as prioridades do movimento sindical, e aí, sim, a gente iria trabalhar em conjunto para que essas leis, esses projetos fossem aprovados em regime de urgência, porque aquilo que nos une é aquilo que a gente deve continuar trabalhando, continuar aquilo que a gente deve continuar trabalhando, continuar batalhando, porque, como já mencionaram aqui, são poucos os Deputados e Senadores que estão com os trabalhadores, que defendem os interesses dos trabalhadores e que têm compromisso com a classe trabalhadora. São poucos. Existe em todos os partidos, a gente até poderia dizer que tem alguns em quase todos os partidos, mas são poucos, mas a gente necessita ter uma coordenação de esforços para ver o que realmente é importante e interessa a gente, neste momento, estar levando a frente e estar votando e implementando aqui nesta Casa.

Muito obrigada.

Agradeço e encerro aqui minhas palavras pedindo desculpas porque o nosso Deputado Paulo Pereira da Silva, que é o Presidente da Central, não pôde estar presente porque está em outras discussões, porque estão discutindo várias coisas nesta Casa ao mesmo tempo, na Câmara dos Deputados também, sobre terceirização, sobre outros assuntos, e agradecendo a atenção de todos vocês.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esta foi a Ruth Coelho Monteiro, que falou em nome da Força Sindical.

Como a Ruth falou aqui, nós estamos debatendo e discutindo diversos assuntos num mesmo momento.

Esta audiência pública se iniciou com um debate sobre a questão sindical e o direito dos trabalhadores.

Pelo que eu percebi aqui, Clésio, o entendimento que a gente está tendo é muito melhor quando as coisas vêm de fora para dentro do que a gente ficar num embate aqui dentro de quem leva, de quem ganha e de quem perde. Eu acho que este momento tem uma simbologia. Quando nós estamos discutindo, neste fórum, nesta audiência pública, direito dos trabalhadores e organização sindical, nós teremos agora um momento em que empresários e trabalhadores construíram uma redação de um projeto de regulamentação da profissão de motorista, uma luta que nós vimos travando entre nós durante mais de vinte anos.

Eu me lembro de que apresentei um projeto nesse sentido, Senador, há mais de vinte anos. O Senador Gilvam Borges foi o Relator e o projeto caiu, não avançou. E neste momento os projetos estão aqui na Casa. Tem um do Prefeito de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann, e tem um estatuto que eu também apresentei.

Então, em cima de um desses projetos a gente vai construir um acordo, pelo que eu percebo, sem prejuízo de continuar debatendo o Estatuto para avançarmos mais.

Então, eu gostaria muito que, neste momento, o Festino usasse a palavra, dali mesmo, para dar o norte do processo do diálogo aqui e da entrega do documento à Mesa.

Sei que o Dr. Pedro Lopes é que vai entregar, mas você foi um dos que ajudaram muito nessa articulação.

Eu participei de alguns encontros nos Estados e de uma meia dúzia de audiências aqui, nesta Comissão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Está ok. Boa tarde.

Senador, antes eu queria dar um informe que diz respeito à audiência de terça-feira, que tem tudo a ver com o assunto. Na terça-feira, nós vamos discutir aqui, na Comissão de Direitos Humanos, a manutenção dos planos de saúde corporativos com o término do contrato de trabalho para os aposentados e os trabalhadores demitidos – são os arts. 30 e 31 da ANS –, esses trabalhadores que acabam perdendo o direito de continuar com o plano. Então, nós vamos ter audiência na terça-feira, dia 1º, e é uma ação do fórum das centrais sindicais de saúde e segurança no trabalho. É uma ação das centrais sindicais.

Na questão do processo, Senador, o senhor sabe que já estamos há mais de 20 e tantos anos, o Senador Clésio também sabe disso, construindo a proposta. Há mais de 30 projetos tramitando e, finalmente, com as discussões evoluindo e nos diversos fóruns, conseguiu-se chegar a um consenso entre CNT, CNTT e outros, como o pessoal dos autônomos. Participaram vários. Houve uma série de audiências na questão do Estatuto do Motorista. Na primeira fase, foram seis audiências; depois tivemos a segunda fase; fora toda a discussão que vem desde o processo lá no Mato Grosso, acompanhado pelo Ministério Público. E, finalmente, nós conseguimos chegar – eu não sei nem

como fechou nem nada – a um consenso. Acho que é um ato importante para os trabalhadores em transporte, assim como será também, na terça-feira, para o pessoal do comércio.

Gostaria de convidar o Vice-Presidente da CNT, porque o Senador Clésio... Quem vai participar da Mesa é o Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, vamos convocar aqui o Dr. Pedro Lopes, Vice-Presidente da Seção de Cargas da CNT, para que venha à Mesa, por favor. Providencie uma cadeira para ele sentar aqui ao nosso lado. A Ruth, gentilmente, cedeu aqui o lugar na Mesa. O plenário disse que seria bom que uma mulher ficasse na mesa, mas a Ruth disse que não há problema algum. Ela vai e volta, e o debate continua.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Ressaltando, Senador, que a discussão não termina só no PLC nº 309. Ela continua no Estatuto do Motorista. Então, o que não foi contemplado na regulamentação estará sendo discutido no Estatuto. E já estamos prevendo uma audiência para o dia 28 de novembro...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aqui, na Comissão.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – ...para tentar fechar um acordo do Estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pelo menos de procedimento, como vamos encaminhar dali para frente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – E, para terminar, o Senador Ricardo Ferraço, que é o relator, no momento do Estatuto, teve que viajar, mas a assessoria dele está presente. E ele vai dar continuidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está bom. O assessor do Ricardo está aí?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – O Valdir Leal, que é assessor...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valdir, muito bem. É fundamental, viu? O Ricardo Ferraço, na verdade, é um grande Senador – quero fazer esse registro aqui –, parceiro, muito tranquilo, muito equilibrado. Ele disse: "Paim, se vocês construírem o acordo, contem comigo! Não tem por que eu não fazer com que o projeto avance." Tanto o dos comerciários, de que ele também é relator, quanto esse dos motoristas. Então, no momento da entrega, eu vou pedir que você também venha aqui na frente para receber, em mãos, o relatório final, que vai ser o nosso projeto, ou seja, o projeto do setor na proposta de um substitutivo do relator.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – Ok. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, ao Dr. Pedro Lopes ou, primeiro, ao Senador Clésio? Senador Clésio, o Dr. Pedro disse que o senhor quem manda.

O Senador Clésio com a palavra.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Senador Paulo Paim, cumprimento-o, com a admiração e o respeito que todos nós temos pelo senhor, pelas causas que defende, um grande defensor do trabalhador, das causas sociais. Isso valoriza muito a nossa Casa. Aprendi muito na convivência com V. Exª, essa importância que têm as preocupações sociais, as preocupações maiores que consideramos para este País.

Eu queria aqui – o documento vai ser apresentado pelo Pedro Lopes, pelos trabalhadores – cumprimentar também o nosso Celinho e o Hamilton, nossos Presidentes, trabalhadores, pessoas que vêm lutando a favor da causa da classe trabalhadora.

Queria fazer o seguinte registro, Senador, que acho importante: eu acho que a empresa, além de tudo e acima de tudo, tem uma função social muito forte. E a função social é a principal. E, no momento em que enxergamos dessa forma, provavelmente esse resultado, que é o inicial, porque, sem dúvida, outras discussões terão que ocorrer na formulação final de todo o Estatuto do Motorista, é resultado exatamente dessa visão – o empresário vendo que a sua empresa tem uma função social muito forte, e o trabalhador também vendo a importância social da empresa a função econômica em toda a sociedade. E, dentro desse processo, há a nossa visão. Acho que tivemos a oportunidade de passar momentos muito importantes na convivência com o Hamilton, não é Hamilton? Tivemos oportunidade de ser companheiros de trabalho. Naquela época, você era motorista e eu, com muita honra, estive junto com você no processo de gerenciamento da empresa. E sabemos as dificuldades que enfrentávamos naquela época, dificuldades, às vezes, até de visão mesmo, dessa visão mais aprofundada que só a vida nos dá, que só a convivência nos dá, a convivência no Parlamento, a convivência com V. Exª.

Então, quero registrar que é uma alegria muito grande estar aqui hoje com o Senador Paulo Paim, exaltando e registrando também o papel importantíssimo do Senador Ricardo Ferraço, que tem sido também um grande parceiro, um lutador das causas do trabalhador, das causas do transporte, que é importante para a sobrevivência da Nação e para todo o processo de infraestrutura de transporte. É uma alegria muito grande estar aqui hoje ao lado do Senador Paulo Paim, o que não é pouca coisa. É muita coisa para mim, Senador – pode estar certo disso –, é muita coisa, é muito importante. Eu acho que isto que é importante no mundo: nestas horas poder estar ao lado de um grande líder que é o senhor, de um grande Se-

nador, de uma grande pessoa que sempre teve essa preocupação profunda.

E, com a vivência, com a vida por que passamos – eu fui trocador de ônibus, dirigi ônibus lá junto com o Hamilton em alguns momentos –, sabemos a importância que tem o trabalhador principalmente nessa área de transporte.

Vendo aqui os pontos que foram acertados, eu citaria um só, que acho fundamental: a questão do tempo de direção. Eu acho que isso é fundamental, porque é o tempo de direção, efetivamente, que traz toda a carga de pressão sobre o nosso motorista principalmente. E isso está sendo resolvido nessa discussão. Há também outros pontos importantes que vão ser discutidos mais para a frente, mas foi um grande avanço.

E esse avanço só ocorreu porque, de um lado, vem todo esse trabalho aí do Senador Ricardo Ferraço, e o Senador Paulo Paim também liderando esse trabalho. E, em algum momento também, eu tive realmente que me posicionar mais forte, o que assustou um pouco nosso segmento, mas aí o pessoal acordou e falou: "Não, gente, o Senador Clésio tem razão. Nós também temos que ter preocupação, temos que corrigir os nossos caminhos." Eu acho que esse é o grande resultado hoje. Para mim, realmente, é muito importante. Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Clésio.

Permitam-me que eu diga: sei que ele não quis detalhar os encaminhamentos, numa humildade que acho bonita. Eu acho que ser humilde é ser grande. Quem é arrogante... *(Interrupção do som.)* Mas, se não fosse o Senador Clésio, pela costura que fez, não haveria esse acordo. Eu quero aqui dar a mão à palmatória ao Senador Clésio pela forma como ele ajudou nessa articulação. *(Palmas.)* Houve momentos em que ele disse: "Paim, está listado, eu não vou, porque lá a coisa é muito mais complicada. É bom que eu fique de fora e você vá. Na próxima, eu vou." E vamos rompendo as resistências para se conseguir regulamentar. O que mais ouvi nas viagens que fiz – fomos a 10 Estados; eu sei que, no total, foram 26 audiências públicas – de parte dos trabalhadores e também dos empresários: nós temos que criar o escopo legal, um conforto jurídico para ambos os lados. Senão, o trabalhador entra na justiça, espera 10 anos para receber; e o empresário, com um acúmulo de ações na justiça, às vezes tem que pagar o que já não tem mais na sua empresa.

Então, com essa redação que vai ser aqui apresentada de entendimento com os advogados dos trabalhadores e dos empresários, os líderes e os empreendedores, buscamos isto: ter um escopo legal que garanta tranquilidade para todos os que atuam no setor, seja empregado, seja empregador. Por isso, acho que todos estão de parabéns.

Fiz questão de ouvir a sua palavra, Senador.

E, se me permitirem, eu queria ouvir também uma mensagem – sei que ele vai ter que sair – do Deputado Federal Miguel Corrêa, do PT, que chegou com o Senador aqui, ao evento.

O SR. MIGUEL CORRÊA – Eu só quero saudar todo o setor do transporte aqui, nas suas representações, e o Senador Clésio, que tem feito uma defesa importante no Estado de Minas. Nós ficamos muito tempo sem um Senador que defendesse o nosso projeto, que disputasse verdadeiramente a representação dos trabalhadores e do setor de infraestrutura, que tanto importa para Minas Gerais, um Estado que tem a dimensão de muitos países e depende muito do transporte, da infraestrutura e da logística, em que o Estado ficou por muito e muito tempo em débito e, de verdade, tem recuperado muito isso, em especial no Governo do Presidente Lula.

Também quero saudar o Deputado, o Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como Deputado, muito tempo junto lá, na Câmara, quatro mandatos.

O SR. MIGUEL CORRÊA – Perdoe-me. Eu aprendi a respeitá-lo muito pela sua defesa sempre muito veemente em todos os setores e, óbvio também, por termos as mesmas bandeiras partidárias.

Aqui tenho grandes amigos: o Celinho, que está aqui, Deputado do PCdoB...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Celinho vai falar depois também.

O SR. MIGUEL CORRÊA – Que é o futuro prefeito de Fabriciano.

O SR. MIGUEL CORRÊA – É uma boa disputa. PT e PCdoB onde ganhar está bom pra gente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas, se vacilar, nós vamos lá. Já fizemos um acordo também e vamos todos juntos.

O SR. MIGUEL CORRÊA – E já resolve. Também quero cumprimentar o Hamilton, que dirige também a categoria, um grande companheiro que temos em Belo Horizonte.

Eu estou aqui como um apoiador dos trabalhadores e, sem sombra de dúvidas – neste mandato, eu estou na Ouvidoria da Câmara –, como ouvidor da Câmara, como Parlamentar, como Deputado de Minas Gerais, quero ser mais um soldado na luta de todos nós, em especial dos trabalhadores do transporte. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Federal Miguel

Corrêa, do PT de Minas Gerais, que também acompanhou esse trabalho.

Já que passamos a palavra para os Parlamentares, é mais do que justo eu passar a palavra para o Deputado Celinho, do PCdoB também de Minas Gerais, que participou de diversas audiências públicas. Aí sou obrigado a dizer, meu amigo Clésio, que vou ser cidadão de Minas agora. A iniciativa foi dele. Vou estar lá, no dia 7, para receber o título. Eu vou tanto a Minas que daqui a pouco eu viro mineiro.

Com a palavra o Deputado Celinho.

O SR. CELINHO DO SINTTROCEL – Eu quero também saudar aqui o Senador Paulo Paim e dizer, Senador, que é uma honra e um prazer muito grande oferecer a V. Exª esse título de cidadania honorário de Minas. Você sempre tem feito uma defesa árdua dos trabalhadores, uma defesa árdua dos aposentados, e nós temos aí a origem do movimento sindical em defesa dessas categorias. É muito pouca ainda essa homenagem a sua pessoa.

Quero cumprimentar aqui o Senador Clésio Andrade pelo desprendimento que tem tido à frente no Senado, com o compromisso de fazer toda a justeza, de toda a conciliação entre o lado patronal e o lado profissional nos interesses que, muitas das vezes, são comuns: trabalhadores e empregadores.

Quero também cumprimentar o Deputado Miguel Corrêa pelo brilhante trabalho que vem fazendo aqui, na Câmara dos Deputados, na frente do trabalho como Ouvidor da Casa, representando Minas muito bem.

Quero também cumprimentar aqui, de forma firme e muito honrosa, o Presidente da nossa Confederação, o Omar José Gomes, que, nessa luta incansável em defesa dos trabalhadores, tem hoje esse prazer de, junto com outros pares do segmento, participar desse momento importante, em que a representação patronal, a representação profissional, junto com lideranças políticas e o Ministério Público do Trabalho, possa apresentar uma proposta consensual em relação ao PLC nº 319.

Quero cumprimentar aqui os representantes patronais, todos os companheiros, lideranças sindicais, lideranças políticas, e dizer da minha felicidade, Senador, de estar aqui, como também Parlamentar por Minas Gerais, e dizer que essa luta é incansável, que ela busca ter um fim, que é justamente o desejo de todos de buscar essa regulamentação da profissão do motorista e, bem em breve, discutir com profundidade também o Estatuto do Motorista. Precisamos, com urgência, discutir essa questão da aposentadoria especial desse profissional, aposentadoria dos 25 anos dos motoristas, que está aí para ser resolvida. *(Palmas.)* Nós precisamos que a Presidenta Dilma, que todos os Senadores, que todos os Deputados Federais possam estar olhando isso com todo carinho, porque essa categoria não quer nenhum tipo de privilégio. Essa categoria precisa mesmo é de um reconhecimento pelo grande trabalho que desenvolve em favor de todo o povo brasileiro. Minhas saudações a todos e meu agradecimento especial. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Celinho, do PCdoB de Minas Gerais.

Vejam que, na verdade, estamos aqui construindo um momento quase inédito. Eu não me lembro, nesses meus 25, 26 anos de Congresso, um momento como este, numa comissão – e que bom que na de Direitos Humanos –, construindo essa grande conciliação, com o PT falando, o PCdoB falando, enfim, todos os partidos, praticamente, aqui representados, de uma forma ou de outra, construindo entendimento em um dos setores mais complexos, que é o setor de transporte terrestre. Como já falamos aqui, há mais de 20 anos não se chegava a esse entendimento.

Eu articulei aqui com a Mesa e vamos passar a palavra para o Omar, Presidente da CNTT, e, em seguida, para o Sr. Adélio, Procurador do Ministério Público da 10ª Região. Depois, o Pedro Lopes encerra esta manifestação, mediante esse amplo acordo.

Por favor, meu amigo Omar, Presidente da CNTT.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Companheiros, líderes sindicais de trabalhadores deste País, Senador Paulo Paim, Senador Clésio Andrade, Sr. Procurador Adélio, demais membros desta Mesa, hoje estou deveras radiante na minha vida sindical. Foi dito aqui, antes da minha fala, que o sindicalismo brasileiro é um dos melhores do mundo, e eu reafirmo isso. Hoje o sindicalismo brasileiro é um dos melhores do mundo e não é só do Brasil.

Mas, Senador Paulo Paim, eu tenho também que eleger os meus companheiros do grupo de trabalho, chefiado pelo Festino e pelo Epitácio, que, junto com representantes patronais e o procurador aqui ao lado, construíram esse projeto que hoje apresentamos aqui. *(Palmas.)*

Também quero dizer ao Senador, que apresentou um projeto há 20 anos, mas eu, como líder sindical, fiz um Congresso há 40 anos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ganhou só com o dobro.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Há 40 anos, na Bahia, com o saudoso Deputado José Haddad, que era lá do meu Município de Nova Iguaçu, apresentamos um projeto desses, que foi aprovado na Câmara, mas, infelizmente, foi arquivado no Senado. Mas, com a minha perseverança, meus amigos, desde que eu

era presidente sindical em Nova Iguaçu, Presidente da Federação e hoje da Confederação, ajudado hoje pelo Senador Clésio, que, também se não fosse ele, com o seu modo de trabalhar junto tanto dos seus representados quanto até de nós trabalhadores, com a sua compreensão, nos ajudou muito na elaboração dos representados deles. O Dr. Carlos Alberto também foi muito importante no emaranhado desse projeto que nós vamos apresentar aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. OMAR JOSÉ GOMES – Portanto, talvez se eu morresse hoje, meus amigos, morreria simplesmente muito feliz.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Presidente Omar José Gomes, Presidente da nossa CNTTT, que faz aqui uma bela declaração e demonstra que essa luta não é de 20 anos; é de mais de 40 anos. Esse projeto de 40 anos, aprovado na Câmara, caiu aqui. Esse de que eu falei de 20 anos eu também aprovei na Câmara. Ele veio para o Senado – lembro aqui que quem estava com a relatoria era o Geovani Borges – e caiu aqui também. Agora, o sonho se torna realidade, como diria Martin Luther King – essa frase é dele. Trabalhamos para o sonho se tornar realidade.

Passo a palavra, neste momento, para o Procurador Adélio Justino Lucas.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Sr. Presidente Paulo Paim, agradeço a V. Exª a oportunidade de o Ministério Público do Trabalho estar presente neste evento como partícipe, coautor dessa orquestração, porque, hoje, tecnicamente encerramos uma fase desse primeiro capítulo.

Sr. Senador Clésio Andrade, cumprimento V. Exª também pelo desprendimento em orientar a sua categoria, orientar a classe patronal, no sentido de que é preciso, sim, em determinados momentos, promover avanços até para a nossa própria subsistência. Quero dizer a V. Exª que a CNT, que os seus representantes nas nossas mesas de negociações foram brilhantes, porque souberam compreender a grandeza do momento e avançar no sentido de encontrar uma razão ímpar para poder disciplinar o trabalho do motorista profissional.

Quero cumprimentar o Deputado mineiro Celinho, do Sinttrocel, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Parlamentares aqui presentes nesta Mesa. Eu o faço também porque sou mineiro e quero mandar, através de V. Exª e também do Deputado Federal aqui presente, meu abraço a meus conterrâneos.

Quero também destacar o trabalho ímpar, o trabalho preponderante da Comissão dos Trabalhadores. Tivemos contato bastante com o Epitácio e com os demais membros que foram capazes de compreender também a necessidade de ceder para podermos avançar. Esse foi o nosso maior ganho.

Sr. Senador, o Ministério Público do Trabalho, a convite de V. Exª, participou também de diversas audiências públicas nesta Casa e também na Câmara dos Deputados, onde pudemos empreender e buscar o entendimento para promover um texto, elaborar um texto que viesse a acomodar o entendimento dessa categoria.

Quero dizer que ingressei nesse processo em razão de uma ação judicial, originária do Mato Grosso, que veio para Brasília em virtude da OJ 130, que passei a conduzir. Compreendi que aquela ação civil pública era pequena demais, apesar de ter sido por nós ajuizada, para a grandeza do momento e para a grandeza do tema que estava sendo discutido.

Tive a ousadia de solicitar à juíza condutora do processo na 14ª Vara, a Drª Cilene, que suspendêssemos aquele julgamento para que pudéssemos promover o entendimento, porque entendia que nós poderíamos avançar, agora de uma maneira mais firme, no sentido de buscar a compreensão dos fatos e elaborar, de maneira objetiva, um regulamento que pudesse estabelecer regras claras para o motorista brasileiro. Fui atendido, e avançamos, num primeiro momento – até já me confessaram –, com desconfiança.

Mas, Senador Paulo Paim, confiança a gente adquire, não é, Senador Clésio Andrade?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – E conseguimos avançar. Conseguimos perceber e fazer com que aquela categoria pudesse encontrar no Ministério Público um parceiro equilibrado que pudesse conduzir, de maneira segura, equânime, observando os anseios dos dois lados, das duas categorias, para construirmos, então, um texto que pudesse servir de subsídio ao Substitutivo do PLC nº 319 em curso nesta Casa.

O trabalho que foi elaborado, Sr. Senador – entendo eu como membro do Ministério Público e como membro da sociedade –, é de uma relevância extraordinária para o povo brasileiro. É de uma relevância muito grande porque tem reflexo na nossa família, reflexo na família brasileira, reflexo no empresariado, reflexo seguro no trabalhador.

Procuramos disciplinar, de uma vez por todas, a questão da jornada de trabalho, a questão do tempo de direção, enfim, estabelecer deveres e direitos para a categoria. E isso traz um horizonte para o empre-

sariado que sabe, como V. Exª bem disse aqui, que, trazendo um horizonte, não adianta ganhar e não levar. Eu preciso ganhar e levar. Essa segurança para o empresariado é que eu mostrei para os trabalhadores; esse é o nosso ponto de toque. É isto que nós devemos estabelecer: que essa segurança, para ele, será o nosso caminho para avançar nessas conquistas, conquistas estabelecidas no próprio dimensionamento das questões feitas pelos trabalhadores.

Quero agradecer, então, essa oportunidade que foi dada ao Ministério Público de suspender essa ação e, depois, dela desistir, porque entendi que eu precisaria, primeiro, imprimir confiança para poder conquistar. E foi isso que fiz. Desisti – fui aconselhado a não fazê-lo –, porque eu entendia que o momento era de construção. E o momento era de construção e o foi.

Hoje, nós estamos vitoriosos porque encerramos, no Ministério Público, em torno das 16 horas, essa audiência, essa ata que traz aqui o texto que vai ser entregue a esta Casa e que traz todo o dimensionamento e todo o entendimento, o que é mais importante, das duas categorias. Isso é o que nos basta – entendendo dentro da lei. É óbvio que esse é um início, como foi dito aqui, mas é um grande marco, um grande salto para esses trabalhadores brasileiros, para o empresariado e para a sociedade brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Procurador do Ministério Público da 10ª Região, Adélio Justino Lucas, que fez aqui um resumo da construção coletiva que foi feita para esse acordo.

Eu, por uma questão de justiça – espero que ela não tenha saído, mas sei que o Mancha está aí –, peço ao Mancha que diga para ela que eu registrei. Ela me passou – eu não havia entendido a letra –,as mandei passar a limpo. Está nos Anais a presença da Rosângela Calzavara e do Rogério Willians, Diretores do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; do Luiz Carlos, o Mancha, da Executiva Nacional, CSP-Conlutas; da Vânia Carvalho, do Sindeess de Minas Gerais; da Vanessa Portugal e da Conceição Veloso, do Sind-Rede de Minas Gerais; e do Paulo Barela, da coordenação nacional de entidades do funcionalismo federal.

Agora, o Sr. Pedro Lopes, Presidente da CNT, para as suas considerações.

O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES – Cumprimento, inicialmente, o Senador Paulo Paim; cumprimento o Senador Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional do Transporte; cumprimento o Dr. Adélio Justino Lucas, do Ministério Público do Trabalho; cumprimento o Dr. Omar; o Dr. Waldir Leal, que representa o Senador Ricardo Ferraço nesta Mesa.

Honra-me muito estar aqui, e é preciso que se ressalte também e se faça referência à pessoa do Presidente Flávio Benatti, da Seção de Cargas da Confederação Nacional do Transporte, que eu represento neste ato.

Quero cumprimentar todos os integrantes da CNTT, seus assessores jurídicos, presidentes de centrais sindicais. Quero também ressaltar a presença do Dr. Marco Aurélio, que foi um dos artífices junto com os integrantes do corpo jurídico. Eles chegaram a esse consenso em busca de uma redação que viesse a atender ao desejo e aos anseios do transportador e do trabalhador brasileiro na área de transporte.

O que nós conseguimos, Senador Paulo Paim... Antes quero fazer uma ressalva com relação ao meritório título que Minas Gerais lhe confere, mas certamente o plebiscito que o Rio Grande do Sul recentemente lhe impôs pelas urnas vai resistir muito com essa mudança, se assim isso for, no futuro, desejado. Certamente, o Rio Grande não vai querer perdê-lo por todo o tempo, pela história que V. Exª tem no sindicalismo em defesa dos anseios do trabalhador no Rio Grande e que hoje se estende a todo o território nacional.

Quero cumprimentar a Srª Senadora e todos que estão presentes neste ato de suma importância. Não chegaríamos a um consenso, primeiro, se não tivéssemos a diretriz conciliatória do que representa a presença do Senador Clésio Andrade na Presidência da Confederação Nacional do Transporte. Nós sabemos do seu desejo pelo trabalho que faz através do Sest Senat Nacional na condução da nossa entidade, reunindo e unindo, em torno da sua pessoa, todos os modais rodoviários do Brasil, todos os modais voltados para o princípio da Confederação Nacional do Transporte, naturalmente levado pelo princípio de conciliação, pelo desejo de harmonia democrática que o Presidente Clésio Andrade nos impõe, pela sua maneira de ser e, acima de tudo, pelo que ele representa de importância para o nosso setor.

O que nós estamos trazendo hoje aqui é uma peça importantíssima, é uma peça histórica para o Brasil trabalhador. Esse trabalho reúne os empresários do transporte brasileiro de todos os modais. Ele une, no sentido de debate dessa questão, os representantes dos nossos trabalhadores que são a mola mestra que impulsiona o desenvolvimento daquilo que o Brasil produz. E também é preciso que se ressalte, neste entendimento, o Ministério Público do Trabalho.

O texto desse processo, aquilo que nós vamos entregar hoje, representou uma série de debates, mas sempre de forma conciliatória, objetiva, com diálogo franco, demonstrando desde o primeiro momento que era o nosso desejo o entendimento. E isso realmente

se constrói por aquilo que foi iniciado no seu trabalho, quando deu ao Brasil uma demonstração e uma abertura, Senador Paulo Paim, de que nós precisávamos realmente procurar um consenso que pudesse reforçar, cada vez mais, a ação daqueles que trabalham, daqueles que empregam, para buscar o melhor no desenvolvimento deste País que é alcançar o encaminhamento dos nossos produtos e da nossa produção.

Portanto, neste instante, esse documento que queremos levar é um consenso, unindo trabalhadores, como eu disse, empresários e o Ministério Público, construído, debatido em todas as partes do território nacional, mas que teve, acima de tudo, o objetivo principal de seguir a diretriz a que hoje nos leva o Presidente Clésio Andrade na Confederação Nacional do Transporte.

Aqui está o trabalho desenvolvido, debatido, item por item, não só para dar tranquilidade àquele que emprega, disciplinando a ação do transporte brasileiro, estabelecendo também uma regra de um consenso jurídico para nos dar tranquilidade de trabalhar em todos os cantos do País, mas também, de certa forma, para atender, conforme o objetivo que tem sido também o do empregador, para dar assistência, dentro do melhor possível, respeitando cada vez mais aqueles que são da maior importância para nós que são os trabalhadores.

Esse consenso todo se construiu pelo diálogo, e aquilo que vamos entregar a V. Exª, Senador Paulo Paim, reúne uma ação do conjunto do trabalho elaborado por todos nós e também a participação importantíssima e inequívoca do Ministério Público do Trabalho na análise disso aí, em avalizar aquilo que nós estamos entregando hoje ao Congresso Nacional, a V. Exª e principalmente àqueles que defendem o interesse por uma solução que, como disse o Presidente Omar, se busca há muito tempo, há mais de 40 anos. Em menos de quatro, Senador Clésio Andrade, Senador Paulo Paim, nós conseguimos buscar uma redação conciliatória, dando uma demonstração ao País de que estamos unidos em busca do melhor para o Brasil.

Portanto, Senador Paulo Paim, tenho a honra de entregar, em nome do Presidente Flávio Benatti, Presidente da Seção de Cargas e da Confederação Nacional do Transporte, o consenso que se construiu. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu recebo uma cópia do documento e espero que haja duas cópias aqui.

O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque eu queria muito que nós entregássemos uma cópia também ao assessor, que aqui está representando o Relator Ricardo Ferraço. Que a entrega fosse simbólica aqui.

O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES – Eu tenho uma cópia para entregar ao Senador Clésio Andrade, da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES – E ao Senador Ricardo Ferraço, na pessoa do seu representante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES – E ao nosso Senador da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. *(Palmas.)*

O SR. PEDRO JOSÉ DE OLIVEIRA LOPES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu que agradeço.

Missão cumprida nesta etapa.

Eu quero dizer que a Deputada Jô Moraes, do PCdoB, que é a Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores em Transportes Terrestres, estava se deslocando para cá, mas não conseguiu sair, porque há um debate lá na Câmara com o Ministro do Esporte do qual ela está participando. Ela não conseguiu vir, mas reafirmou a sua posição totalmente favorável a esse entendimento, como já tinha sido aqui apontado pelos Deputados que estavam presentes.

Eu só posso, neste momento, agradecer muito a presença de todos e registrar a alegria de tê-los aqui na Comissão de Direitos Humanos. Nós estávamos aqui, Clésio, num debate forte e firme. Estão aqui as principais centrais sindicais do Brasil discutindo a questão do mundo do trabalho e a questão sindical na ótica dos trabalhadores.

Eu acho que este ato tem uma simbologia, porque ele vem de fora para dentro. Não foram os Deputados e os Senadores que o construíram. Nós participamos, eu diria, da mediação, mas quem o construiu foram exatamente os representantes dos empresários e dos trabalhadores num fórum que criaram, num grupo de trabalho com inúmeras reuniões. Quem sabe a gente chegue a outros entendimentos também dessa forma.

Então, encerrando esta etapa da nossa audiência pública, porque vamos continuar com a segunda etapa – os painelistas estão aqui –, quero agradecer a todos. Quem ganha com um gesto como esse são os trabalhadores e empreendedores de todo o País.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. CLÉSIO ANDRADE (PR – MG) – Só fazer um registro final, Senador.

Meus cumprimentos ao nosso Presidente Omar, um grande companheiro, um defensor da causa do trabalhador, principalmente na área de transporte. Ele tem sido uma pessoa realmente que cobra muito do segmento e que hoje está sendo atendido com esse grande sonho – não é, Omar? – de todos nós e, tenho certeza, mais seu. Então, queria deixar esse registro.

Quero registrar também o nosso agradecimento ao Procurador Adélio. Nós sabemos da importância dessa construção que o senhor coordenou para nós, até porque nós todos, principalmente os empresários, estávamos muito apavorados com aquele processo que veio do Mato Grosso, da forma como ele estava, porque não tinha havido nem um diálogo nem uma visão tão grandiosa como a que o senhor teve, chegando a esse resultado. Eu acho que é disso que precisamos.

Mais uma vez, quero registrar a nossa alegria pelo grande trabalho do nosso Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Clésio.

Fazemos questão de que o nosso presidente Omar, em nome dos trabalhadores, tire uma foto coletiva aqui neste momento.

Eu quero ainda me dirigir aos dirigentes das centrais sindicais, porque, logo que tirarmos esta foto, nossa audiência continuará para as considerações finais. Pediria que aguardassem, por favor.

Na continuação, a audiência, em nenhum momento, foi interrompida, vamos continuar o trabalho.

Eu convidaria, neste momento, a participar da última Mesa o Zé Maria, Coordenador do Conlutas; o Jacy Afonso de Melo e o Germano Silveira de Siqueira, que representa aqui a Anamatra, e o Festino pela Nova Central Sindical.

Só para vocês entenderem: enquanto eu não falar que está encerrada a audiência, continua normalmente, porque nós temos que ir para os encaminhamentos finais.

Agradeço muito às centrais, que compreenderam esse momento em que a gente fez aqui um entendimento entre um setor de empregados e empregadores na busca da construção de um substitutivo que é um projeto de um Deputado Federal do PT, o Prefeito de Novo Hamburgo Tarcísio Zimmermann. Ele aprovou na Câmara, veio para cá e agora chegamos a esse entendimento graças a esse trabalho feito de forma coletiva.

Voltamos, neste momento, para dar os encaminhamentos desta nossa audiência pública em relação à proposta que está na Câmara dos Deputados e externar as nossas preocupações com o direito dos trabalhadores e a questão sindical.

Então, neste momento, para suas considerações finais, passarei a palavra, primeiro, para o Festino, que pode dar um gancho já, neste momento, sobre o que houve aqui e também transmitir a sua visão, em nome da Central, em relação à questão sindical e ao direito dos trabalhadores.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FESTINO – A importância do momento é ímpar. Eu tenho participado, inclusive com o Zé, nos velhos tempos na CUT, dessa luta dos trabalhadores em transporte, que vem também de alguns sindicatos combativos – Conlutas, CUT, Força Sindical. Então a luta não é isolada, só da nossa Confederação. É uma luta que vem há muitos anos. E tem toda relação este momento com a questão da reforma sindical e com esse Projeto 369.

No momento, eu estou na Coordenação do Fórum Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho das Centrais Sindicais e tenho percebido a importância da unidade de ação do movimento sindical. Eu acredito que é um dos setores que melhor está produzindo pelas centrais sindicais, sem levar em conta as divergências, que são muitas, mas estamos conseguindo saldos positivos, inclusive na discussão com os Ministérios, um avanço na questão dos acidentes de trabalho e isso tudo em virtude da unidade de ação do movimento sindical, das centrais sindicais.

Lógico que vamos ter que sanar as divergências na questão da representação sindical, que terá daqui pra frente, eu acredito, um novo debate, que já está acontecendo na Câmara, mas a unidade de ação hoje é real, com todas as divergências. Inclusive, a Conlutas está aqui com a gente, a Força Sindical, a CUT. Isso que é importante para nós da Nova Central.

Hoje estou muito mais contente por ser também da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essas foram as considerações finais do Festino, que falou aqui em nome da Nova Central Sindical, lembrando a importância deste momento.

Para as considerações finais, passamos a palavra ao Diretor de Assuntos Legislativos da Anamatra, Dr. Germano Silveira de Siqueira.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Senador, quero agradecer o convite e pontuar algumas questões que ficaram pendentes para a compreensão de todos.

O que eu disse aqui no começo é que a contribuição, seja associativa, assistencial ou de qualquer natureza, não pode ser imposta, nem deve ser imposta pelo Estado, mas pelos estatutos sindicais. E ela não deixa de ser obrigatória por conta disso. Eu sou radicalmente contrário, mesmo na assistencial, que haja o direito de oposição. Essa história de liberdade individual, de que o trabalhador pode ir lá e recusar, isso

é liberalismo. Não é nem neoliberalismo; é liberalismo. Na medida em que o trabalhador comparece e é sindicalizado, e mesmo não sindicalizado, se tem o benefício econômico de negociação coletiva, ele deve, sim, contribuir sindicalmente na contribuição assistencial e na associativa sem sombra de dúvida. Agora, a fonte é que não deve ser estatal. Não é o Estado que deve definir os quadrantes disso. Basta que seja o estatuto do sindicato, basta isso.

Outra questão: nós somos contra negociar o símbolo legislado. Já atuamos no Parlamento quando isso foi estabelecido e pensado inicialmente, no Governo Fernando Henrique Cardoso. É outra questão que nós queremos aqui pontuar.

Na Convenção nº58, o Zé Maria tocou no assunto aqui, nós atuamos fortemente, a Anamatra atuou fortemente e até recentemente nessa matéria. Pudemos tocar novamente no assunto. E certamente contamos aqui com o apoio do Senador Paim. Não tenho dúvida disso.

Outro ponto: a greve não pode causar dano. A greve, por natureza, causa dano, potencialmente causa dano. É o direito de resistência. John Locke fala disso, Bobbio e tantos outros autores no campo da política.

Orgulhou-me muito aqui o Deputado lá de Caxias, Deputado Assis Lopes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assis Melo.

O SR. GERMANO SILVEIRA DE SIQUEIRA – Assis Melo, perdão, falar que um juiz, lá em Caxias, determinou não só que fossem retiradas as câmeras da empresa, como delegou aos sindicato a vigilância dessa ordem judicial.

Os juízes, na verdade, ao contrário do que disse aqui o Ricardo Patah, não são inimigos das entidades sindicais. O que pode haver são decisões em um sentido ou noutro. Mas não há ontologicamente uma inimizade da magistratura com as entidades sindicais. Isso não existe. Agora, decisões judiciais há de toda forma. Mas ideologicamente a magistratura não está, especialmente a magistratura trabalhista, em campo ideológico, contrário às entidades sindicais. Agora, num universo de 3,6 mil juízes você vai encontrar decisões de todo modo. Quem tem coibido o assédio moral? Quem tem coibido o assédio moral nas grandes empresas do Brasil? É a magistratura do trabalho, que proíbe empresas, não vou aqui citar o nome, enormes, transnacionais a obrigar trabalhadores a dançar "Na Boquinha da Garrafa" como prenda, porque não alcançou metas. Então, imaginar que todo juiz é ideologicamente contrário aos trabalhadores ou aos sindicatos é uma falácia.

Preocupa-me muito o que foi dito aqui: que os sindicatos brasileiros ou o movimento sindical brasileiro está em patamar dos melhores do mundo. Eu não vou aprofundar o que eu queria dizer, mesmo porque o tempo não me permite. Mas eu acho que tem que haver uma reflexão muito forte a respeito disso.

A Ruth afirmou que eu havia dito aqui – e eu não disse – que o Estado não deve interferir nas relações econômicas. Eu não falei isso. Eu disse que não deve autorizar sindicatos a funcionar e não deve mesmo. Quando eu digo isso, estou reforçando o papel dos sindicatos. Os sindicatos não precisam disso. Não precisam. Isso reforça o papel dos sindicatos.

Agora, que os sindicatos devem interferir na relação econômica, na relação capital-trabalho para proteger o mais frágil, claro que deve. Eu não sou um neoliberal. Não diria jamais isso aqui, a não ser que não me reconhecesse.

Agora, autorizar sindicato a funcionar? Isso é tutela do Estado sobre os sindicatos. Isso é contra não só a liberdade sindical, como ideologicamente contra o papel dos sindicatos. O sindicato que se permite tutelar é um sindicato que não quer ser livre. Não quer ser livre para atuar politicamente e não quer ser livre para fazer valer o direito do trabalhador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Germano Silveira de Siqueira, que falou pela Anamatra.

Só para lembrar a todos os nossos convidados, que nós continuamos no ar pela TV Senado e também pelo Canal 8 da Internet.

Passo a palavra, neste momento, ao nosso amigo Jacy Afonso de Melo, Secretário Nacional da CUT, para suas considerações finais.

O SR. JACY AFONSO DE MELO – Senador, acho que o senhor, como sempre, promoveu aqui hoje, ao realizar esta audiência pública, um momento oportuno para a gente reunir as entidades, as centrais sindicais, a Anamatra e cada um expressar opiniões. Aí parte concorda com um, parque concorda com outro ou outros e assim por diante. Então acho que isso foi importante.

Queria aqui reafirmar: nós reafirmamos a necessidade de ratificação da Convenção nº 87. Esse é o debate que está colocado para a CUT e, portanto, as consequências. Se se ratifica a Convenção nº 87, no nosso entendimento, estará resolvido o conjunto dos problemas, como nós entendemos. Essa é a visão da CUT. E não só a Convenção nº 87. Como o Zé Maria aqui falava do projeto de lei, se ratificarem a Convenção nº 58, resolverão o problema da demissão imotivada e assim por diante.

Então eu acho que esta Casa, através do senhor e de outros, precisa retomar esses assuntos que estão colocados.

A Anamatra sempre foi parceira. Nós não podemos confundir eventualmente as decisões de juízes com a instituição. Eu lembro aqui, era Presidente do Sindicato dos Bancários, em 2004, e o Djalma era Presidente da Anamatra, que eu e ele íamos anunciar uma posição pública da Anamatra contra os interditos proibitórios, outro problema que a classe trabalhadora tem no momento do conflito, das greves.

Então, queria aqui reafirmar essa questão da Convenção nº 87.

Nós entendemos o seguinte: nós fizemos concessões. Foi aquilo que eu falei: o Fórum Nacional do Trabalho foi uma concertação. Se há mudanças nessa concertação ao apresentar o projeto, nós não vemos problema algum em, no transcurso da PEC, nós apresentarmos as nossas diferenças e as nossas mudanças. Então, acho que disso nós não temos que ter medo. Há um projeto, como outros que estão nesta Casa. E nós vamos lá. Portanto, a partir do momento em que não há mais a concertação, e acho importante isso que se constatou aqui, cada uma das entidades sindicais vai lá, reescreve e propõe emendas ou propõe substitutivo sobre a PEC. Nós achamos importante na PEC, porque está inserida nela a liberdade de autonomia sindical, que é uma cláusula, para nós, importantíssima na questão do movimento sindical. Ela é a possibilidade de a gente discutir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o companheiro Jacy Afonso de Melo, Secretário Nacional da CUT, que falou em nome inclusive do Presidente Artur Henrique.

Neste momento, passo a palavra à Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional da Força Sindical, para suas considerações finais.

A SRª RUTH COELHO MONTEIRO – Obrigada, Senador Paim.

Eu gostaria de dizer que, como foi relembrado aqui o histórico dessa PEC nº 369, que foi fruto de um debate, de um consenso do movimento sindical, pelo menos daquelas centrais que participaram desse processo, pois não foi todo o movimento sindical, enfim, ela foi uma proposta de consenso dessas centrais. Na medida em que não existe mais esse consenso, na verdade, todas as centrais aqui, com exceção da CUT, se posicionaram contrárias a esta PEC, o ideal é que esta, na verdade, não tenha encaminhamento nem prosseguimento, porque sua razão de ser deixou de existir.

Eu acho que o que deveria, sim, ser feito é um esforço, e aí no âmbito do legislativo, para ver de que forma, de que maneira algumas coisas podem e devem ser regulamentadas no sentido de melhorar essa organização sindical e, eu concordo também com a representante da Anamatra, sem a interferência do Estado, porque eu acho que o movimento sindical brasileiro já evoluiu ao ponto de se auto-regular em algumas coisas, especialmente nessa questão da organização sindical, da constituição de entidades.

O fato é que não se pode deixar isso como se fosse igual a criar uma ONG, simplesmente registrando no cartório. A verdade é que as entidades sindicais têm uma característica diferente, que é a representatividade. É preciso ser eleito para fazer parte de uma direção de sindicato. Ela é uma instância de poder também, democrática e que não pode ser comparada a outras entidades da sociedade civil. Então tem que ter um tratamento diferente.

Agora, como vai ser esse tratamento diferente se não necessita mais registrar ou depositar no Ministério do Trabalho? Então, o que substituiria, vamos supor, por parte do próprio movimento sindical, uma instância ou um conselho? Como se autorregular?

Na verdade, é necessário pensar, refletir, ver de que forma seria feito. O que não dá é a gente acabar com as coisas que temos sem colocar outras no lugar, tirar o que tem sem uma perspectiva de criar uma coisa.

A mesma coisa é a contribuição. Eu acho que a proposta do fim da contribuição sindical está desde a Conclat de 1982, primeira vez que foi discutida. Mas por quê? Porque, naquele momento, o movimento sindical tinha tudo a ver com a ditadura. Os líderes sindicais mais expressivos estavam fora daquela estrutura e também não tinham liberdade maior de cidadania e de outras coisas. Então aquela contribuição sustentava aquela máquina. Só que trinta anos depois mudou a situação. Hoje essa contribuição sustenta as centrais sindicais, que estão fazendo um trabalho de organização pelo País afora.

Então, eu acho que não é a questão de a contribuição ser compulsória ou não. E já falaram aqui: várias contribuições compulsórias ninguém questiona, ninguém reclama, ninguém fala a respeito e as pessoas contribuem. Mas quando chega à questão da contribuição sindical... Por exemplo, toda a contribuição patronal também é compulsória e a gente não tem quase controle nenhum sobre isso. As empresas são obrigadas, todas as empresas, a pagar a contribuição sindical também e ninguém questiona isso. Contribuem com o Sistema S e ninguém questiona. E a administração dessas entidades não é democrática.

Então a questão é a democracia interna das entidades, como a gente resolver isso e não terminar com uma contribuição que mantenha ainda, bem ou

mal, as organizações sindicais com mais dificuldade de organização, como são os rurais, como ocorre pelo interior afora do Brasil, sem ter nada para colocar no lugar. Se fosse: cria-se a negocial e, ao mesmo tempo, extingue-se a sindical, aí estariam falando alguma coisa. Mas não. É só assim: extingue a sindical e depois nós vamos ver como criamos a negocial.

Então, quer dizer, são coisas assim. É a mesma coisa da estrutura. Vamos deixar que cada um crie a entidade do jeito que quiser, como quiser.

Então eu acho assim: nós temos que aprofundar, sim, este debate e temos que ter, aqui no Congresso Nacional, um centro de discussão, um grupo de discussão, alguma coisa que auxilie, assim como nos foi mostrado nessa questão do transporte, o movimento sindical a chegar a uma proposta de consenso e a encaminhar essa proposta de consenso que ajude a melhorar a estrutura e a organização sindical.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Ruth Coelho Monteiro, Secretária Nacional da Força Sindical.

Agradeço.

E antes de encerrar, digo que toda a nossa audiência pública foi transmitida ao vivo e continua a ser transmitida pela TV Senado, Canal 44 da Net, e também pela Internet, Canal 8.

Agora passo a palavra ao companheiro que participou também da 1ª Mesa – eu segui sempre a sequencia, não foi preferência por quem fala por último –: José Maria, representante da Coordenação do Conlutas.

O SR. JOSÉ MARIA – Senador, queria começar parabenizando V. Exª, mais uma vez, pela iniciativa. Acho que essa atividade aqui possibilitou um debate, como disse o Jacy, muito importante. Mais uma vez o Senador Paulo Paim contribui nesse processo, nesse caminho longo para buscar fazer avançar a organização da classe trabalhadora.

Eu acho que, do debate feito, Senador e demais companheiros e companheiras que estão aqui, se explicita, por um lado, a preocupação, que é comum, no sentido de ver como nós podemos avançar em termos da nossa organização, mas eu acho muito importante que a gente vincule esse problema da organização e do avanço desta à luz daquilo que é a razão de ser dessas organizações.

Os trabalhadores se organizam em sindicatos, historicamente falando, para buscar melhorar suas condições de vida, se unem para se defender contra os mecanismos que são inerentes a esta sociedade capitalista que, para favorecer o capital, prejudica o trabalhador.

Então, o sentido da nossa organização é buscar fazer avançar as condições de vida da classe trabalhadora. Desde esse ponto de vista, obviamente nós temos avaliações que são distintas, que sugiro aqui na discussão acerca da PEC nº 369, e de vários outros instrumentos que estão em vigência e outros estão em discussão nesse momento no País.

Então, desde o ponto de vista do encaminhamento concreto em relação a essa discussão, eu acredito que o debate aqui hoje serviu para que nós pudéssemos conhecer as opiniões das diversas centrais sindicais. Acho que a partir dessas opiniões vão se constituir agrupamentos, alinhamentos para buscar pressionar, intervir no processo de debate da PEC nº 369 – se eu entendo que o Jaci falou aqui, provavelmente os companheiros da CUT façam emendas, mas apóiem a tramitação desta PEC; eu particularmente tenho uma opinião de que ela deve ser rejeitada globalmente por conta das questões que já coloquei aqui na minha primeira fala, e há posições parecidas assim também em outras centrais sindicais. Eu acredito que nós vamos ter que, cada um a luz daquilo que acredita que é melhor, buscarmos intervir nesse processo.

O que, sim, eu acho para tomar o tema que foi mais discutido aqui, eu acho que a PEC vai muito além do problema da organização sindical, mas tomando o problema da organização sindical e a busca de aprimorar a estrutura de representação, de organização sindical em nosso país eu faria uma sugestão numa questão que eu acredito que é consensual, é uma posição comum a todas as centrais sindicais e a boa parte dos parlamentares aqui dessa Casa, em particular aqueles que têm sintonia e que tem compromisso com os trabalhadores. Nós temos dois elementos que tem haver com fortalecer a organização sindical brasileira, que não estão tocados nesses instrumentos que estão em discussão nesse momento. Eu citei rapidamente no começo e queria trazer de volta aqui essa discussão. Proteção contra demissão imotivada. Não vai haver liberdade de organização sindical para classe trabalhadora brasileira enquanto o patrão puder mandar o cara embora sem sequer dar satisfação porque mandou. Porque o cara pode se sindicalizar? Pode. Mas dependendo de como é a atitude do sindicato dele se ele se sindicaliza ele perde o emprego, então, ele não pode se sindicalizar. Não é verdade que ele tem o direito. E não é naquelas oficinas de fundo de quintal. FIAT Automóveis, uma das maiores multinacionais deste País. Você sabe quantos sócios tem dentro dessa empresa? Ela tem cerca de 13 mil empregados direto, não tem 100 associados ao sindicato. Sabe por quê? Porque a chefia mapeia. Quem vai ser demitido naquele setor? O sócio do sindicato. Faz

isso e faz questão de alardear isso. Então, as pessoas morrem de medo de se sindicalizarem. Menos de cem associados numa empresa com 13 mil trabalhadores. Insisto: não é uma gata de fundo de quintal – como a gente fala que é meio barbárie – não, é uma multinacional, uma das maiores empresas do mundo.

Então, a garantia do trabalhador de ter a fonte do sustento da sua família não pode ser utilizada para ameaçar o trabalhador, para que ele não se organize o no seu sindicato... Não estou falando em fazer greve, porque fazer greve também é um direito. Agora, vacilou, você perde o emprego porque fez a greve. Então, que direito é esse? Você é punido porque exerceu. Então, a garantia contra a demissão imotivada, é verdade é a 158, o Brasil já foi signatário dessa convenção, depois não regulamentou – ela foi denunciada – e se perdeu essa possibilidade Essa denúncia foi na época do Governo Itamar ainda, que se aderiu à convenção.

Então, qual é o problema? Nós tentamos compensar isso com aquele Projeto de Lei, que foi entregue aqui no começo de 2009. Vamos retomar esse processo. Por que não aprovar uma lei, pelo Congresso Nacional brasileiro, que diga "olhe, pelo menos que coloquem regras que dificultem e que encareçam a demissão do trabalhador". Então, isso é uma coisa que ajuda no fortalecimento da organização sindical, e eu não conheço nenhuma central sindical que é contra a garantia contra a demissão imotivada.

Outra medida. Delegado Sindical, a Constituição garante o tal representante dos trabalhadores. Como sempre, não foi regulamentado, então, é um direito que existe; mas que não existe. Gente, alguém aqui tem dúvida de que se o trabalhador brasileiro tiver o direito de ter o seu representante eleito no local de trabalho, com estabilidade no emprego como tem o dirigente sindical, isso não vai fortalecer a estrutura sindical do conjunto: o sindicato, as federações, as centrais sindicais? Eu acho que também é um consenso entre todos nós isso.

Então, o que é que eu queria sugerir, para além daquilo que nós temos diferenças aqui, e vamos atuar cada um em função daquilo que pensamos, por que a gente não pensa uma iniciativa que podemos fazer em conjunto com parlamentares, com o Senador Paim, com outros parlamentares que queiram. Mas para trazer a tona o debate dessas duas questões. Que são consensuais, fortalece a organização sindical brasileira sem sombra de dúvidas e vão, sem dúvida nenhuma, criar condições para que a organização sindical brasileira possa cumprir melhor a razão de sua existência, que é lutar para melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

Então, eu termino deixando essa sugestão a todos nós aqui, agradecendo mais uma vez pelo convite e agradecendo mais uma vez a iniciativa do Senador Paulo Paim em relação a essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Os cumprimentos ao José Maria, que representa a Coordenação do Conlutas. E quero aqui cumprimentar a todos, quero, aqui, no encerramento, cumprimentar o Germano Silveira de Siqueira, que aqui representou o Anamatra; o Jaci Afonso de Melo, que representou a CUT; o Moacir e o Festino, que representaram a nova Central Sindical de Trabalhadores; o Wagner Gomes, que representou a CTB; o José Maria, que representou a Conlutas; o Ricardo Patah, que representou a UGT; o Artur Bueno de Camargo, que representou o Fórum Sindical dos Trabalhadores; e a Ruth Coelho Monteiro, que representou a Força Sindical.

Eu, no encerramento, os encaminhamentos aqui são esses. O José Maria apresentou três sugestões, que eu sei que a assessoria já tomou nota. E as outras sugestões que foram aqui colocadas serão também motivo de encaminharmos, dessa forma, os projetos ou mesmo as posições, buscando a unificação do movimento sindical de forma que pressione o Congresso Nacional a aprovar projetos de nosso interesse.

Eu tomaria a liberdade, que, nós deveríamos também regulamentar de forma definitiva o direito de greve no serviço público, até porque eu tenho o projeto, está tramitando na Casa e não anda. Porque se a gente não regulamenta... Eu recebi uma correspondência de um sindicalista em que ele diz o seguinte: "Mas Senador, nós é que temos que decidir o direito de greve". Eu digo: "Bom, vocês podem decidir, eu não regulamento"... E vem o Supremo e dá paulada, como deu agora no Correio. O que é que eu entendo de regulamentar o direito de greve? Ora, nos setores em que está em cheque o direito à vida, os trabalhadores vão manter plantões de emergência. Esse é o princípio do projeto, de minha autoria, que está tramitando na Casa. Eu não posso concordar, e os trabalhadores também não vão concordar, que a emergência do hospital, a UTI do hospital pare totalmente. Nós não vamos concordar que uma usina que pode explodir pare totalmente. Claro, que aí quem vai decidir os plantões de emergência será os trabalhadores.

Eu acho que é preciso, como já está regulamentado na visão de outros, o direito de greve na área privada – nós temos que construir um projeto que regulamente o direito de greve na área do servidor público. Mas aí eu diria, na ótica dos trabalhadores. Se nós tivermos o nosso projeto e ele for aprovado, tudo bem! Se não,

tudo bem! Fica como está. Então o Supremo que continue decidindo na questão dos Correios.

Eu queria mais uma vez insistir, aproveitando a essa oportunidade, e que para mim é fundamental, para os trabalhadores da área privada, da área pública, para os aposentados e pensionistas a votação da peça orçamentária que será amanhã de manhã, Comissão Mista do Congresso, será às 10 horas da manhã lá na Câmara dos Deputados. Lá vai ser discutido, queiramos ou não, se vai ter reajuste para os servidores, se vai ter reajuste para os aposentados porque se não constar na peça orçamentária a alegação eterna vai ser que não consta "Por que você não brigou lá?". Agora se nós brigarmos lá, nem que perdermos, nós vamos mostrar que brigamos. Brigamos, mas infelizmente não houve o atendimento das propostas que queríamos, e a luta continua, daí, inclusive durante o ano que vem para que o nosso pleito seja atendido tanto na linha dos servidores como naturalmente dos trabalhadores e aposentados e também pensionistas.

E, por fim, eu quero, mais uma vez, falar do fator previdenciário. Eu acho que isso unifica todos nós. Não há uma central, não há uma confederação, eu acho que não há um brasileiro sério, os que não sérios podem vir mentir para nós – mentir podem mentir, mas a gente não vai acreditar – então, não tem um brasileiro que seja do campo, eu diria do bem, que seja sério, que concorde com esse fator previdenciário. Eu vou repetir uma frase que eu já disse mil vezes e digo de novo: o Judiciário não tem fator; o Legislativo aqui não tem fator; o Executivo não tem fator. Só quem tem fator é o primo pobre, é o celetista, é o trabalhador do regime geral da Previdência que não tem paridade, não tem integralidade e ainda vem o fator e corta pela metade o salário. Então, quem está pagando aposentadoria – aí eu digo com a maior tranquilidade, porque já falei em outros fóruns: de todo o Parlamento, do Legislativo e do Executivo é o celetista, aquele que o teto é de R$ 3.600,00. Enquanto que o teto no Executivo, Legislativo e Judiciário é de R$27.000,00. E está comprovado, e ninguém questiona, nem o CIAF questiona, o Ministério da Previdência questiona, a Casa Civil não questiona, ninguém questiona, nem o Ministério da Fazenda questiona. Que o regime geral da Previdência, esse, sim, é superavitário, e é um superávit em média de R$14 bilhões por ano. É superavitário. Todos os dados estão ali e são publicados. E precisaríamos quatro, cinco bilhões para resolver o problema dos aposentados e pensionistas.

Então, fazendo esse chamamento e agradecendo a todos, que a gente continue nessa cruzada nacional para acabar com o fator previdenciário, eu dou por encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 14 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 07 minutos.)

ATA DA 81ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 27 DE OUTUBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Paulo Davim** e o não membro Senador **Eduardo Suplicy.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 134, de 2011–CDH, aprovado em 05/10/11, de autoria do Senador Paulo Paim, "a fim de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes". Convidados: Carmen Solange Maciel Franco, Técnica Administrativa da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde; Margarete Daldegan, Gerente de Hematologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, em representação ao Senhor Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal; Ana Palmira, Representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes; Elvis Silva Magalhães, Coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doença Falciforme – ABRADFAL; Ministra Luiza Bairros da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial; Domício Arruda Câmara Sobrinho, Secretário de Estado de Saúde do Rio Grande do Norte; Margarida Tojal, Assistente Social, em representação ao Secretário de Estado de Saúde de Alagoas; Isaura Cristina Soares de Miranda, Médica que atua na área técnica Hemorrede, no Estado de São Paulo, em representação ao Senhor Secretário de Estado da Saúde de São Paulo; e Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – CETRAB. Às dez horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente passa a presidência ao Senhor Senador Paulo Davim. Às dez horas e quarenta e oito minutos o Senhor Senador Paulo Davim devolve a presidência ao Senhor Presidente. O Senhor Presidente convida o grupo musical "batucada de Zumbi" a realizar uma apresentação musical que é executada e seguida de muitos aplausos. O Senhor

Presidente solicita ao grupo musical que repita a apresentação ao final da reunião, antes das considerações finais e, desta forma, ocorre. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Paulo Davim, Marta Suplicy e Wellingnton Dias. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 81ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 134, de 2011, aprovado em 05/10/11, de autoria deste Senador e outros, com o objetivo de debater o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

Temos aqui nove convidados para este evento. Faremos, então, duas Mesas.

Convidamos para a primeira Mesa a Srª Carmen Solange Maciel Franco. Está aí a Srª Carmen? (*Pausa*.)

Por favor, está convidada para a Mesa. Só esclarecendo, Carmen Solange Maciel Franco é Técnica Administrativa da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde. Seja bem-vinda.

Convidamos, também, a Gerente de Hematologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Srª Margarete Daldegan, que aqui representa o Secretário de Estado da Saúde do DF; a Srª Ana Palmira, representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes; e ainda o Sr. Elvis Silva Magalhães, Coordenador da Associação Brasiliense das Pessoas com Doenças Falciformes.

Sejam bem-vindos!

Com os convidados já à Mesa, os outros estão chegando, farei uma pequena abertura dos nossos trabalhos, para situar todos aqueles que estão assistindo pela TV Senado e pela Internet a esta audiência pública.

Hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos celebrar o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes. A data foi instituída por meio do Projeto de Lei nº 3.940, de 2008, de minha autoria. O projeto foi sancionado pelo Vice-Presidente, já falecido, meu grande amigo José Alencar. A sanção foi em 1º de novembro de 2009. Desde então, 27 de outubro tornou-se o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

A anemia falciforme é uma doença grave. Três em cada 100 brasileiros possuem o traço da doença. O tempo médio de vida dos afetados com anemia falciforme é de 18 anos; com o tratamento, a expectativa pode se aproximar dos 50 anos. Dados publicados pelo Ministério da Saúde mostram que, por ano, no nosso País, cerca de três mil crianças nascem com a doença; cerca de 200 mil apresentam o traço falciforme. São pessoas assintomáticas.

A transmissão da doença por pessoas que apresentem traço falciforme só é possível se o parceiro ou parceira também apresentar o traço. Nesse caso, a cada gestação, há 25% de chance de nascer uma criança com a doença.

Na Bahia, a cada 650 crianças que nascem, uma apresenta a doença. Por outro lado, outros dados do Ministério da Saúde mostram que, das 17 crianças que nascem, uma possui um traço falciforme com tendência a passá-lo às próximas gerações.

Já no Rio de Janeiro, das 1.200 crianças nascidas, uma tem a doença de forma manifestada. Ali em cima, só falava do traço.

No Rio Grande do Sul, a proporção de indivíduos com sintoma da anemia é de um para um conjunto de 1.1000.

O que nos preocupa é que essa moléstia, que não tem cura, e tem origem no continente africano, atinge diretamente, ou principalmente, a população negra. É mesmo uma das grandes causas de morte dessa parcela da população, mas pode atingir a qualquer um dos brasileiros. Em uma proporção bem menor, mas também brancos, pardos, índios e mulatos podem ter o gene da anemia falciforme, mesmo que o desconheçam. Isso porque nossa população é miscigenada e contém traços genéticos de todas as raças. Aqui, falamos dos afrodescendentes.

A anemia falciforme é uma doença hereditária, é transmitida de pais para filhos. É caracterizada, na maioria das vezes, por uma modificação no formato arredondado dos glóbulos vermelhos do sangue, que, alterados, tornam-se semelhantes a uma foice ou à chamada meia-lua, por isso o termo falciforme.

Segundo Berenice Kikuchi, da Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo, os glóbulos sofrem alterações na membrana que os protege, e o sistema imunológico passa a reconhecê-los como células estranhas. Passam, então, a ser destruídos pelos

leucócitos, uma célula de defesa do organismo. Com os glóbulos vermelhos ou hemácias alteradas, a redução do número de hemoglobina, que transporta o oxigênio no corpo humano, e é elemento essencial para a saúde dos órgãos do ser humano, acaba gerando toda essa situação que aqui já listamos nas folhas anteriores.

A anemia pode se manifestar de diferentes maneiras de indivíduo para indivíduo. Algumas pessoas têm apenas sintomas leves, outras podem apresentar um ou mais sinais. As complicações podem ser desde anemia crônica, crise de dor nos ossos e articulações, icterícia, maior tendência a infecções, úlcera de perna, até infecções, principalmente pulmonares.

Portadores da doença necessitam de um atendimento especializado, acompanhamento médico adequado que possibilite a atenção integral ao doente, principalmente profissionais adequados e especializados. A família do paciente anêmico também deve ser orientada por especialistas, médicos, enfermeiras, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos, dentistas, e por aí vai.

Concluindo, a anemia falciforme é uma doença grave, séria e que pode gerar complicações severas aos portadores da doença. Por isso tem que ser muito bem cuidada. É preciso acompanhamento desses pacientes, realização de exames preventivos e, principalmente, a intensificação de políticas públicas que viabilizem a prevenção, melhora no tratamento e redução do número de mortes dos negros, brancos, índios, pardos, mulatos, crianças, jovens, adultos e idosos.

Enfim, terminamos dizendo que, hoje, aqui na Comissão, vamos criar um espaço para discutir formas de combater esse tipo de anemia entre o nosso povo e toda a nossa gente.

O Senador Paulo Davim, que já está aqui conosco, é médico. Aliás, ontem, falava com ele, no plenário, sobre esta audiência pública, e ele disse-me: "Olha, muito, muito interessante, Senador. Parabéns pela iniciativa". Não só pela minha iniciativa, porque ele foi um dos signatários do requerimento, o assinou comigo à época, para que esta audiência acontecesse.

O Senador, naturalmente, vai usar a palavra no momento que entender mais adequado e, a partir deste momento, passarei a palavra aos nossos convidados. Vou seguir a ordem pela qual iniciei a chamada para a Mesa e, pela ordem, de imediato convidamos a Srª Carmen Solange Maciel Franco, Técnica Administrativa da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Falciformes, da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde.

V. Sª terá 10 minutos, com mais cinco, e com a tolerância da Mesa, se necessário.

Só para informar a todos, porque alguns estão chegando, que teremos uma segunda Mesa, na qual está prevista a presença de Antônio Faleiros, Secretário de Estado de Saúde do Estado de Goiás; Domício Arruda Câmara Sobrinho, Secretário de Saúde do Rio Grande do Norte; Margarida Tojal, Assistente Social, representando o Secretário de Estado de Saúde de Alagoas, que estarão na segunda Mesa. Os demais que aqui chegarem, naturalmente a Mesa será reformada.

Por favor, Srª Carmen.

A SRª CARMEN SOLANGE MACIEL FRANCO – Bom dia, Senador Paulo Paim; bom dia aos Senadores; bom dia a todos; bom dia Marcelo Monteiro, extensivo ao pessoal das associações aqui presentes.

Estou aqui, hoje, representando a Drª Joice Aragão, que, neste momento, está em uma audiência pública na Bahia, pois, como hoje é o Dia da Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes, está havendo, em todos os Estados, audiências, eventos, o que deixou a equipe totalmente distribuída.

Trago, aqui, uma fala deixada pela Drª Joice, tendo em vista a ausência dela, a qual passo a ler.

A Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados, na pessoa da Coordenadora da Política Nacional de Atenção Integral à Doença Falciforme, Drª Joice Aragão, pede desculpas pela ausência a esta Comissão por haver, anteriormente, confirmado sua presença, como falei, na audiência pública que está acontecendo na Bahia neste exato momento. Então, ela não pôde estar aqui presente, pois foram muitos convites e chamados.

Ela entende a importância desta audiência e, como já estivemos aqui anteriormente, apresentando os trabalhos desenvolvidos pelo Ministério da Saúde e suas questões pertinentes, consideramos que, naquele momento, colocamos os tópicos a serem desenvolvidos para os trabalhos desta Comissão.

Na semana passada, foi realizado em Fortaleza, do dia 17 a 18, o VI Simpósio Brasileiro de Doença Falciforme, com a representação das 43 associações da Fenafal e com doença falciforme. O Presidente da Associação de Brasília, Sr. Elvis, que está aqui presente, será de grande importância para responder às questões que devem ser levantadas.

O que trago, neste momento, são as desculpas pela ausência. E, como sou apenas uma técnica administrativa, eu não tenho palavras técnicas para passar aos senhores a respeito da doença.

Então, deixo meus amigos Elvis, Ana Palmira, também de Uberaba, da Associação, Drª Margarete, aqui do Hospital de Base, para darem mais esclarecimentos sobre quaisquer dúvidas em relação à doença.

Bom dia a todos e obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, ela foi muito rápida, mas não há problema nenhum. Vamos dar uma salva de palmas aqui para a Carmen, que se deslocou para cá.

Depois, no debate, a senhora vai interagindo. *(Palmas.)*

Lembrando que já está aqui presente, e vai participar da segunda Mesa, o Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras – Cetrab, Marcelo dos Santos Monteiro. Os outros já foram citados.

Neste momento, passo a palavra à Gerente de Hematologia da Secretaria de Saúde do DF, Srª Margarete Daldegan.

A SRª MARGARETE DALDEGAN – Bom dia.

Comemoro muito esta audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, faço questão de registrar que, além do Senador Paulo Davim, está aqui o Senador Eduardo Suplicy. Peço uma salva de palmas para os dois, que são comprometidos com essa causa. *(Palmas.)*

A SRª MARGARETE DALDEGAN – Eu vou ser breve no resumo, para dar margem para que a gente possa identificar as políticas que têm de ser discutidas.

A doença falciforme acomete mais a população de raça negra, mas o Brasil já não pode mais falar disso, pela miscigenação. Então, não é um assunto que interessa pura e simplesmente a quem sofre diretamente e que já sabe, mas que interessa a todos, exatamente pela chance de herança.

A doença falciforme é uma patologia que se apresenta de forma mais grave em quem herda a hemoglobina S e homozigose, chamada mais de anemia falciforme. E, sobretudo, esses pacientes precisam ter um atendimento muito pronto, muito rápido, exatamente por ser uma patologia que não perdoa em horas o retardo do atendimento. Por quê? Porque esse retardo pode gerar, sobretudo, uma isquemia cerebral, que é o que mais acontece em muitas crianças ainda nas áreas onde não tem assistência. E, dependendo da extensão, esses pacientes ficam sequelados. Mas, mesmo aqueles que não ficam sequelados, eles precisam entrar num regime transfusional regular, que pode levar à sobrecarga de ferro. Essa sobrecarga de ferro no organismo, dependendo da intensidade, começa a prejudicar muitos órgãos nobres. E por que eu falo disso? Porque são exatamente esses pacientes que tiveram algum evento isquêmico, o que acontece muitas vezes antes do primeiro ano de idade, que precisam ter uma assistência muito bem especializada, exatamente para que eles não sofram essa sobrecarga de ferro e possam seguir para a vida adulta com saúde de fato.

O atendimento da doença falciforme exige desde os medicamentos básicos, e pode parecer simples falar disso, mas, muitas vezes, as secretarias de saúde não têm uma compra regular disso; as imunizações, que também são essenciais, porque, como eles não têm uma defesa, os múltiplos enfartos pelas isquemias no baço fazem com que eles não tenham um baço funcionante, daí necessitarem das imunizações, mas também eles precisam do protocolo de hidroxiureia.

Nós temos que comemorar que nenhum país do mundo tem o programa do Brasil, a cobertura do pagamento dessa medicação, como tem o SUS, no Brasil. Temos dificuldades, mas precisamos apontar e elogiar aquilo que é grande. Nenhum país cobre o protocolo de hidroxiureia, que é uma medicação que protege o paciente das crises de hemólise e de dor, e essa é uma medida do Governo brasileiro que a gente comemora já há muitos anos, e que mudou a vida de muitos falcêmicos. Com isso, muitos falcêmicos necessitam menos de transfusão, ficando livres dos riscos das transfusões, porque hoje já não são mais as doenças infecciosas e sim a sobrecarga de ferro e os anticorpos irregulares que esses pacientes adquirem.

Para fugir desse risco dos anticorpos irregulares, os hemocentros precisam estar bem equipados e com servidores capacitados para isso, porque uma transfusão de uma hemácia, de um concentrado de hemácia que não é fenotipado pode gerar um risco de morte para o paciente no futuro se ele chega a tomar uma transfusão incompatível para a sua situação.

Outra questão de que a gente deve falar para dar margem à discussão, para prosseguir na discussão, é exatamente a questão da quelação de ferro.

Os pacientes, ao longo dos anos, dependendo dos serviços onde eles estiveram, receberam muitas transfusões simples e não transfusões de troca, o que faz com que eles tenham essa sobrecarga de ferro, e eles necessitam que o serviço de hemoterapia possa realizar essas transfusões de troca. Isso exige que todas as secretarias de saúde considerem a importância de existirem hemoterapeutas, mas não só os profissionais de nível superior, médico, mas outras categorias de nível superior, porque hoje não é só a figura do médico ou do enfermeiro, mas muitos outros profissionais estão envolvidos para esse atendimento ser de qualidade.

Por fim, eu gostaria de falar que, tendo em vista que muitos pacientes são sequelados e que suas famílias sofrem com a dedicação que têm de ter para com aquele filho e com os gastos – muitas vezes, com condições econômicas difíceis –, a questão do vale, do passe livre, é uma política muito importante, mas ela não é contemplada em muitos Estados e em muitas cidades.

Ainda uma última palavra sobre atendimento de emergência. Como o Brasil tem uma rede de SUS que vai desde o atendimento básico até a alta complexidade, o desconhecimento das peculiaridades dessa doença impede, muitas vezes, que um falcêmico, ao chegar a uma emergência, seja atendido como uma prioridade absoluta. E isso é muito importante, porque o falcêmico que é atendido a tempo vai para o mercado de trabalho, vai para concursos como as outras pessoas, e a média de vida aumenta muito. E nós temos prova disso, porque, com as políticas que o Ministério da Saúde instituiu ao longo desses anos, nós temos numerosos falcêmicos que já não têm – ao se olhar para eles nem mais se percebe – o aspecto de doença, e, sim, de pessoas saudáveis.

Isso significa que é indispensável e inadiável, que não só nós, no DF, mas em todos os outros Estados as Secretarias de Saúde, junto com os hemocentros, façam essa ponta de exigirem que esse programa de assistência integral ocorra. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim**.** Bloco/PT – RS) – Essa foi a Srª Margarete Daldegan, Gerente de Hematologia da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que mostra o trabalho e aponta caminhos. É preciso que todos se integrem nessa verdadeira cruzada nacional por políticas públicas para pessoas com anemia falciforme.

Antes de passar a palavra, queria só fazer um registro, e vou pedir cópias, de preferência para distribuir a todos os que estão aqui na sala desse belíssimo trabalho feito pelo *Jornal do Senado*. O *Jornal do Senado* fez toda a contracapa – ou a última capa, que seja – sobre esse tema. É um belo estudo. Vou pedir para a assessoria para conseguir umas 50 cópias do *Jornal do Senado* de hoje. Deve conseguir com a Assessoria de Imprensa do Senado.

Aqui, o título: "Senado quer que Estados detectem doença mortal". E fala da anemia falciforme, em outro título, explicando como funciona no corpo humano. Em outro título, há um senhor dizendo: "Já passei por mais de 500 transfusões de sangue". Ali está ele, com um cartaz: anemia falciforme. Um outro título: "Exclusivo de negros no passado, já afeta toda a população". Zezé Motta, que é uma grande lutadora das causas do povo negro e de todos os que são discriminados: "Zezé Motta diz que tevê ignora anemia falciforme".

Eu me lembro de que, há um tempo, ao falar com essa grande artista, orgulho de todos nós, ela disse que estava interagindo com uma emissora para que, no horário nobre da televisão, eles falassem, na novela de principal horário, que é aquela entre 20h e 22h, sobre a questão da anemia falciforme.

Então, uma salva de palmas para o nosso *Jornal do Senado*, pelo belo trabalho que fizemos, e também para a Zezé Motta. (*Palmas*.)

Passo a palavra, neste momento, à representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes, a Srª Ana Palmira.

A SRª ANA PALMIRA – Bom dia a todos! Bom dia, Senador!

Em nome da Federação das Associações de Pessoas com Doenças Falciformes, gostaria de agradecer e dizer da importância desta Mesa e deste dia para nós, pessoas representantes do controle social de todo o País.

Vou iniciar dizendo que, enquanto controle social, e em nome da Federação, e aqui representando o Professor Altair Lira, que, nesse momento está em um evento na Bahia, recebendo a medalha da Comenda Zumbi dos Palmares por conta da sua luta conosco sobre a questão da doença falciforme, a Fenafal, a nossa Federação, coincidentemente, foi fundada em 27 de outubro de 2001. Portanto, hoje, para nós, também, como Federação, é uma data significativa.

Nós estamos, neste momento – e acreditamos nisso –, contribuindo para a formulação das políticas de saúde e social e na promoção do direito de acesso das pessoas com doença falciforme. Esse é o papel do controle social; esse é o papel que nós buscamos. E nós buscamos por conta do tamanho do País, que é um continente, regionalizar as nossas ações. Assim, eu, nesse momento, estou na Coordenação Sudeste da Fenafal.

Próximo, por favor.

Quando a Drª Margarete coloca a questão da atenção às pessoas com doença falciforme, digo que nós, ao longo da nossa existência, desde 2001, como Federação e representação das associações, inicialmente pensávamos na doença; porém, hoje, também pensamos nas pessoas com a doença falciforme, tendo em vista esta ser uma doença crônica que vai acompanhar a pessoa desde o seu nascimento e ao longo de toda a sua vida. Daí a questão da atenção primária à pessoa. E, por isso, é importantíssimo que o SUS esteja preparado para o atendimento primário às pessoas com doença falciforme. Também pensávamos lá atrás, quando nós começamos a discutir, no combate à doença falciforme. Ocorre que essa doença, por ser de origem genética, não tem como ser combatida. Ela tem algumas perspectivas, porém, e o que nós precisamos é tratar da promoção da saúde.

Próximo, por favor.

Como foi colocado, ela é uma doença genética e hereditária. Então, não há como dizermos que vamos, de certa forma, evitar que a pessoa nasça com a

doença falciforme. Nós podemos aconselhar, nós podemos promover outras ações, porém, é uma doença hereditária de origem genética.

Como dito aqui, na formação do povo brasileiro, uma das grandes matrizes foi a africana, a europeia. E nós não podemos colocar, de forma alguma, que é uma doença exclusivamente dos negros, até por conta dessa miscigenação que todos conhecemos. Mas também é inegável o racismo institucional que está aí para todos nós vivenciarmos. Isso tudo vem ao encontro da questão social das doenças. Por isso, acreditamos nessa invisibilidade histórica, de vez que, embora seja uma doença que acomete um percentual altíssimo da população brasileira, apenas muito contemporaneamente é que passou a ser tratada como um problema de saúde pública.

Próximo, por favor.

Como eu coloquei, nós trabalhamos de forma regionalizada. Ainda não conseguimos atingir a forma que pretendemos, mas hoje somos 43 associações em todo o País, distribuídas em 23 Estados nas cinco regiões. Como vocês podem ver, no Nordeste se concentra o maior número de associações, seguido do Sudeste. O Norte com menor número. O Sul: o Rio Grande do Sul, com duas associações; o Paraná; São Paulo tem três associações; e aí vai subindo por conta da incidência da doença falciforme também coincidir com a questão da afrodescendência. O maior percentual de pessoas acometidas por doença falciforme no País, em primeiro lugar, está na Bahia; segundo lugar, Rio de Janeiro; em terceiro lugar, Minas Gerais; e outros Estados da Região Sudeste.

Próximo, por favor.

Então, o que nós buscamos? O controle social como novo tipo de posicionamento de todos os atores envolvidos: gestores, profissionais de saúde, pesquisadores e usuários. Nós queremos uma relação de/para, fundamental para a compreensão da oferta do serviço a partir da realidade da demanda de quem a utilizará: de quem virá a ação e para quem irá a ação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, rapidamente. Eu queria, neste momento, registrar a presença da Ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, oportunidade em que a convido para sentar-se à mesa com a gente. *(Palmas)*.

Sua cadeira estava guardada aqui. Eu disse à Assessoria que, se ela não vier, esta cadeira vai para a história. Eu tinha a certeza de que a senhora viria.

A palavra continua com a Srª Ana Palmira.

A SRª ANA PALMIRA – Então, o controle social, nós interpretamos a atuação como sendo uma intervenção junto à pessoa com a doença e seus familiares, porquanto uma doença crônica envolve todo o grupo familiar, buscando a sensibilização, mobilização, organização e defesa dos direitos dessas pessoas e, ao mesmo tempo, conjugando esforços para lutar pela implantação e implementação de políticas públicas de saúde abrangentes, equânimes e de acordo com as necessidades das pessoas com a doença falciforme.

Próximo, por favor.

Aí eu trago um texto da VIII Conferência Nacional de Saúde, de 1986, que vai ao encontro de nosso pensar como controle social, porque saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso à posse de terra e acesso ao serviço de saúde. É assim que, antes de tudo, os resultados das formas de organização social da produção podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida.

Como é a nossa relação com os órgãos oficiais que cuidam da gestão da rede SUS?

Em nível do Ministério da Saúde, a Fenafal, como Federação, tem assento no Conselho Nacional de Saúde. Em nível das Secretarias Estaduais de Saúde, temos assento através das Associações Estaduais, nos Conselhos Estaduais de Saúde; e, em nível municipal, assento nos Conselhos Municipais através das Associações Municipais.

Próximo.

Então, o nosso controle é exercido e participativo no Ministério da Saúde, através do constante diálogo com a coordenação da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados; no Ministério da Educação, através de grupo de trabalho pelo fato de entendermos que, por ser uma doença crônica, que abrange a população brasileira amplamente, a questão da educação é imprescindível em nosso foco.

A questão da Previdência e da Assistência Social.

As pessoas acometidas por doença falciforme não têm a doença acobertada em lei da Previdência. Nossa luta não é para que as pessoas sejam colocadas como incapazes, mas para que tenham uma certa proteção, para que tenham empregabilidade.

As pessoas acometidas por doença falciforme, por conta das crises constantes e permanentes, elas se tornam trabalhadores vulneráveis na questão da permanência no emprego. E elas estão no limbo, porque ela não é uma doença especificada em lei, e tampouco têm a saúde total, sem ter qualquer forma de proteção.

Como as pessoas conseguem aquele benefício de ação continuada hoje? Só quando elas estão sequeladas, ou seja, com algum tipo de acometimento grave. Aí, sim, elas conseguem o benefício. Será que as pessoas vão ter de esperar ter uma sequela grave para ter proteção social? Esse é um dos nossos grandes

questionamentos e uma das nossas grandes necessidades. Por conta disso, nós temos o GT-Trabalho, que dialoga, ainda de forma muito, como eu diria, pequena ainda com a Previdência e com a assistência social. Também temos assento na Anvisa. E esse diálogo da questão da proteção do trabalho ocorre com o Ministério da Previdência e Assistência Social e Ministério do Trabalho; e temos assento na Seppir também.

Próximo.

Acabei de colocar que se trata da questão de nossos assentos e dos grupos dos quais participamos.

Aliada a toda essa questão, nós também, como controle social, temos trabalhado junto às universidades e ao Ministério da Saúde na promoção de fóruns e seminários, para que a gente levante nossas necessidades.

Essas ações, que apresentei anteriormente, junto à Previdência, Ministério do Trabalho, Educação e Saúde, foram fruto desse Fórum Nacional de Políticas Integradas de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme, realizada em Belo Horizonte, em 2007, e aí foi produzido um relatório com nossas demandas, com a participação de todas as associações e também da área científica que trabalha com a doença.

Próximo.

Também a parte educativa, o Ministério da Saúde, juntamente com as associações e a Federação, promoveu um concurso de desenho para que as crianças acometidas com a doença falciforme, distribuídas em faixas etárias, participassem. Elas foram premiadas aqui, em Brasília, pelo Ministério da Saúde. Isso é uma forma de participação e de motivação para que as crianças já tenham conhecimento daquilo de que elas necessitam, daquilo com que elas sonham e do que elas buscam.

Também trabalhamos a questão da educação.

Esta é a capa de uma cartilha que trata da importância de se discutir a doença falciforme na escola, já que, conforme a Drª Margarete colocou, existe um desconhecimento sobre a questão da doença.

Então, a questão da escola nós a creditamos à educação. Mas os professores desconhecem e as crianças são acometidas de crises, elas têm necessidades diferenciadas da maioria das crianças. Então, acreditamos que o enfoque da escola pode ajudar na questão da qualidade de vida das crianças.

Outra ação foi a produção de um álbum seriado e um anual para que fossem trabalhados com a população em geral, escolas e profissionais de saúde no sentido educativo de se conhecer o que é a doença.

Também, em 2010, como todos sabem, foi o ano do centenário do primeiro relato sobre o diagnóstico da doença falciforme. Este foi nosso símbolo. Este 100 é representado por uma hemácia falcisada e a hemácia normal. Esta foi a marca da campanha.

Próximo.

Seguindo, temos aí algumas fotos sobre os nossos encontros. São pessoas pertencentes às associações do Brasil.

Para concluir, na questão do SUS, ele se faz necessário para que os administradores públicos, junto com a sociedade, se disponham a ter a ousadia de cumprir e fazer cumprir a lei.

É a isso que nós conclamamos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esta foi Ana Palmira, representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes.

A nossa audiência pública está sendo transmitida pelos canais do Senado, são nove canais, sendo que o nosso deve ser o canal 9 ou 14 e também pela Internet.

Vai falar agora o Coordenador da Associação Brasileira das Pessoas com Doença Falciforme, o Sr. Elvis Silva Magalhães.

Combinei com a Ministra para que ele abra, então, a segunda Mesa; depois, devido a compromissos, ela deverá sair em torno das 11h, não é, Ministra?

Por favor, Sr. Elvis.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Em primeiro lugar, quero agradecê-los por mobilizar esta audiência pública, aos Senadores aqui presentes, aos amigos da Associação, ao pessoal do Ministério da Saúde, meu irmão e amigos de nossa Associação, a Abradfal.

Meu nome é Elvis Silva Magalhães. Sou Coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doenças Falciformes (Abradfal).

Eu vou fazer uma explanação do que é viver com doença falciforme e do que é viver sem doença falciforme. Sou um dos poucos pacientes que foram curados dessa doença. Eu fiz transplante em 2006. Eu acho que é importante colocar o que é uma vida de uma pessoa com a doença falciforme. O que é nascer em 1966, ano em que nasci, e conviver com essa doença falciforme durante 38 anos. Foi o que aconteceu.

Hoje é o dia 27 de outubro, Dia Nacional de Luta pelo Direito das Pessoas com Doença Falciforme. A gente fica muito feliz de saber que há pessoas, Senadores e pessoas lá na Câmara, onde fizemos audiência também, que acreditam que precisamos lutar muito pelas pessoas com doença falciforme. Eu senti na pele o que é ter essa doença. Essa é uma doença genética de maior incidência no Brasil.

Eu nasci em 1966, e perdi uma irmã nesse mesmo ano. Minha mãe estava grávida de mim, e minha irmã, chamada Eliane, faleceu. Começa aí. Após o meu nascimento, três meses depois, começaram a

aparecer os sintomas da doença falciforme, o que é muito comum no bebê. Aos três meses, começam os olhos a ficarem ictéricos, amarelos; a pele pálida; o baço começa a inchar, então, o abdômen fica estendido. Então, eles começaram a se preocupar pensando que perderiam o segundo filho. Começa uma busca pelo diagnóstico, o que acontece dois anos depois, na cidade de Anápolis. Quem fez meu diagnóstico, por coincidência, foi um Senador desta Casa, amigo de vocês, que é o Senador Dr. Henrique Santillo. Não poderia deixar de homenageá-lo já que ele se esforçou muito para que fosse feito esse diagnóstico. Nós estamos falando de 1968.

Próximo.

Para que vocês tenham uma ideia, na década de 70, apenas 20% das crianças completavam cinco anos de idade, ou seja, em dez crianças, apenas duas conseguiam passar de cinco anos. E a gente vê que o que fez diferença entre a minha vida e a vida de minha irmã foi o fato de haver sido feito o meu diagnóstico. Hoje, esse diagnóstico é feito por intermédio do pezinho. Infelizmente, alguns Estados não incluíram a doença falciforme no teste do pezinho, e a gente precisa urgentemente que isso aconteça, porque, provavelmente, esses bebês terão o mesmo destino que o de minha irmã. A gente sabe que a diferença entre a vida e a morte na criança com doença falciforme é o diagnóstico.

Eu gosto de falar um pouco sobre minha vida não para reclamar, porque, na verdade, eu me considero uma pessoa privilegiada por ter vivido com a doença falciforme e por ter sido curado da doença falciforme.

Foi dito no começo, Senador Paulo Paim, que a doença falciforme não tem cura, mas ela tem cura. O transplante de medula óssea é possível. Ele é uma realidade hoje, e a gente tem lutado para que o SUS, o Ministério da Saúde, o inclua como procedimento. Alguns pacientes não respondem às terapêuticas atuais – o Hydrea, transfusões – e começam a acumular muito ferro no organismo. Essas pessoas devem ter a oportunidade que eu tive, aos 38 anos, de ter sido transplantado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Elvis, eu quero destacar essa sua informação. O documento que eu li aqui eu não inventei, eu recebi da assessoria do Senado, da assessoria aqui da Comissão. Significa que, de fato, muita gente não sabe o que é anemia falciforme, porque a assessoria, da qual recebi o documento, diz que não há cura; e você diz que há, sim, uma alternativa. E isso é bom! Fico feliz de ouvir. Que bom que houve um erro! Pior seria se, realmente, não houvesse cura. Então, fiquei feliz pela notícia que você me deu. *(Palmas.)*

Permita-me aplaudir. E a cura é via transplante de medula óssea.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Transplante de medula óssea.

Fazer uma complementação, na verdade. Muito agradecido.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Temos um exemplo vivo, aqui, presente.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Exatamente.

Então, assim, gosto de falar um pouco da minha vida não para reclamar dela, porque, na verdade, fui privilegiado. Primeiro, por ter uma família, uma mãe, um pai que me apoiaram; por ter pessoas que conviveram comigo, meus grandes amigos, e meu irmão, que foi uma pessoa que fez toda a diferença na minha vida.

Então, para abreviar, durante toda a minha vida, convivi com as sequelas da doença falciforme. Quem me vê hoje, aqui, nesta condição, sem estar com o olho amarelo, com a pele pálida, não sabe que, antes de 2005, eu tinha úlceras que eram de difícil cicatrização. A gente tem úlcera maleolar, que é na região do tornozelo, e algumas demoravam dois anos para cicatrizar. Para vocês terem uma ideia, tive priapismo durante 15 anos. O priapismo é uma ereção involuntária que acontece geralmente de madrugada. Eu passava semanas e semanas sem dormir direito, e você imagina o que é ter priapismo e úlcera, porque você acaba de fazer o curativo, deita para repousar, para que melhore a dor da ferida, tem que levantar de madrugada, tomar banho, fazer o curativo de novo, porque você não pode ficar deitado, tem que fazer exercício, tomar banho quente, ter todo um cuidado para que o priapismo passe, para que a ereção reverta, porque o priapismo pode levar à perda da função. Então, você imagina o que é viver durante 15 anos fazendo dessa forma que estou falando para vocês.

Então, assim, o que também não posso deixar de relatar aqui é que as pessoas com doença falciforme sofrem preconceito por conta do olho amarelo. Somos constantemente confundidos com pessoas que têm hepatite. O mercado de trabalho para pessoa com doença falciforme é muito difícil. Temos pessoas na nossa associação que já perderam o emprego nove vezes só no ano passado. O que você diz para uma pessoa dessa? Como é que você faz para que ela se integre ao mercado de trabalho? Acho que é uma discussão que tem que acontecer. A questão da previdência social tem que ser discutida também.

Próximo.

Para vocês terem uma ideia, a gente faz um exame chamado HLA para identificar um doador compatível. O meu irmão foi essa pessoa, cuja medula era compatível com a minha. Demoramos oito anos para descobrir

um centro que tivesse coragem de me transplantar. O que acontecia? Eu, na época, já tinha ultrapassado os 30 anos de idade. Os países que transplantam doença falciforme – principalmente a França, que tem150 pacientes transplantados, e, aliás, com grande êxito, fala-se em 93% de cura –, esses países geralmente transplantam mais na criança e no adolescente e em alguns adultos.

Então, convencer pessoas de me transplantar era complicado. Eu tinha uma coisa chamada hemossiderose, que é o acúmulo de ferro de que a Drª Margarete falou. Eu tinha o grau quatro de hemossiderose, que é um grau altíssimo. Já tinha algumas complicações no fígado, fibroses, essas coisas todas. E fomos para Ribeirão Preto, em 2004. O Dr. Júlio e a Drª Belinda Simões se prontificaram a me receber. Eu estive lá e passamos um ano tentando convencê-los de fazer meu transplante. Eu sabia da minha situação, porque acho que faz diferença também você estar sempre atento para tudo o que está acontecendo, você saber sobre o porquê de você estar sendo acometido pelas sequelas, saber como tratar, o que procurar ou a quem recorrer. Passamos um ano tentando convencer os amigos de Ribeirão Preto a fazerem o meu transplante, o que aconteceu no dia 18 de 2005, às 15 horas.

Gosto muito desta frase do Richard Bach, estou citando-a para vocês porque acho que vi isso durante toda a minha vida: "Todos os acontecimentos de tua vida estão lá porque tu os levaste para lá, o que decidires fazer com eles depende unicamente de ti".

O que vocês estão fazendo aqui é trazer-nos, nós, pessoas com doença falciforme, para discutir essa doença. O que vai sair daqui, não sei, mas o que posso dizer para vocês é que, neste momento, tem crianças em hospitais chorando de dor, sofrendo muito; tem, neste momento, pessoas que estão sem saída para a doença falciforme, só esperando morrer, porque não respondem às terapêuticas como o Hydrea e outras coisas; e, neste momento, tem pessoas que ainda não foram diagnosticadas e, provavelmente, estão no interior de algum Estado do Nordeste ou do Centro-Oeste, seja onde for, que estão sofrendo com a doença falciforme sem saber do que está sendo acometidas. Neste momento, tem mães que estão com seus bebês chorando e não sabem por que eles estão pálidos e ictéricos. Essa criança provavelmente vai falecer se não conseguirmos implantar neste País inteiro o teste do pezinho, que seria a primeira coisa para conseguirmos buscar o tratamento.

Próximo.

Tenho orgulho de pertencer, nós, da Abradfal, temos o orgulho de pertencer a 43 associações em 23 Estados do País. Nós somos ligados a uma federação chamada Fenafal. No ano passado, completamos 100 anos. O que me assustou foi a falta de atenção dada aos nossos 100 anos de diagnósticos. Em 1910, nos Estados Unidos, aconteceu o primeiro diagnóstico de uma pessoa com doença falciforme. E fico pensando por que ficamos tanto tempo à margem, na invisibilidade social. O que temos buscado, como associação, é que a sociedade nos reconheça, que a sociedade saiba quem somos, pelo que passamos e de que precisamos.

Agradeço muito que vocês estejam aqui lutando por nós e trabalhando conosco. Precisamos levar para as nossas associações – eu, a Palmira, o pessoal da Fenafal, que provavelmente está assistindo, neste momento, em todos os Estados – boas notícias, dar esperança para essas pessoas. Eu acho que a grande diferença na vida das pessoas é ter esperança, ser otimista em relação ao futuro. Precisamos mostrar a essas pessoas que um futuro melhor está vindo por aí. Essa é a busca da sociedade, é a busca das associações, é a busca desta Casa, é a busca de todos nós.

Pessoas do Ministério da Saúde têm trabalhado por nós, o pessoal da Promoção da Igualdade Racial, na busca pela melhoria de qualidade de vida das pessoas com doença falciforme. Nós não podemos dizer a eles que eles não têm condições de trabalhar, nós não podemos dizer a essas pessoas que elas não vão poder estudar. Na doença falciforme, a evasão escolar é muito grande. Como sabemos, ela é muito grande na população negra, e, na doença falciforme, existem estudos que mostram que ela é maior ainda.

Próximo.

Gosto muito dessa frase.

Este é meu irmãozinho.

Elder, por favor, levante-se!

Ele está ali atrás. *(Palmas.)*

Essa é a pessoa que mudou minha vida, fazendo o gesto tão nobre de doar a medula dele para mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diga o nome dele bem forte. É o orgulho de todos nós. O nome completo dele.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Elder Silva Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Grande Elder. Parabéns! Você é um herói. *(Palmas.)*

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Eu acho que...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me perguntar o que acontece com o irmão que fica sem a medula. É um gesto heróico, mas vem a pergunta naturalmente. Eu não sou médico, não sei.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – A medula óssea... Assim, é muito comum as pessoas confundirem medula espinhal com medula óssea. A medula óssea,

quando pegamos um osso, quando estamos comendo chambaril, por exemplo, tem aquele tutano lá dentro. Essa é a medula que fabrica o nosso sangue. Do doador de medula óssea é retirada uma quantidade, que é filtrada, e é feito todo um trabalho para que eu possa receber a medula. No caso, foi feita a quimioterapia, mataram a minha medula e injetaram a medula do meu irmão. Ela, na verdade, acontece pelo cateter venoso central, como chamam, que é como se fosse uma transfusão de sangue, só que, em vez de ser de sangue, é de medula.

Quem quiser complementar, pode ficar à vontade.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Viu, Senador? Ele não fica sem medula, não. Ele tem uma quantidade de medula óssea...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Tem bastante para ele?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Tem demais. E é preparada e feita a infusão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quer dizer que a pergunta do Suplicy é muito boa, porque a maioria não sabe, só que as pessoas não perguntam. E o Suplicy perguntou. Eu também não sabia, estou sabendo agora como é que se dá o processo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É importante para que outras pessoas possam fazer como o seu irmão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – É como doar sangue. Quem doa sangue não fica sem ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Dr. Paulo deu o caminho, simplificou: é como doar sangue, não é isso?

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Exato. O que é interessante é que esse irmão meu está sempre na luta conosco. No ano passado, fomos chamados para participar de uma campanha de doação de medula óssea. Inclusive reforçamos isto, como associação e como pessoa que já foi beneficiada: precisamos reforçar os bancos de medula óssea no País todo. Somos o terceiro país que mais doa medula óssea, mas precisamos de mais pessoas que doem. *(Palmas.)*

Obrigado.

Próximo.

Nós temos um *blog*, e nossos contatos estão aí. Estamos sempre à disposição. Eu, como disse na primeira vez, me orgulho muito de participar de um grupo como a Fenafal, de estar junto com o pessoal da Coordenação de Sangue do Ministério da Saúde, e vemos que pessoas da Fenafal e de associações de vários Estados estão em situação precária, mas, mesmo assim, estão na luta pelas pessoas com doença falciforme.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes que ele saia, quero registrar a presença de toda a Diretoria da Cobap. Está aqui o Warley e todos os seus diretores, que vieram acompanhar o debate na Câmara e vieram aqui para que eu fosse com eles, para aprovar a emenda que vai garantir os 80% do PIB aos aposentados. Como foi transferido para terça, eles vieram me avisar que eu posso continuar aqui, na Presidência, que eu ia passar para o Senador Paulo Davim.

Então, Warley, eu me comprometo na terça. E, durante o dia, vamos tentar falar com o Líder do Governo no Congresso, o Senador Pimentel, junto com os Deputados, a fim de construir o entendimento para que os aposentados não continuem sendo discriminados, como são discriminados, dos outros setores da sociedade.

Uma salva de palmas à Cobap, que está nessa luta conosco. *(Palmas.)*

Eu convidaria agora meus painelistas a retornarem para a primeira fila, pois vamos ter uma segunda Mesa. A Ministra está conosco.

Chamo Domício Arruda Câmara Sobrinho, Secretário de Estado de Saúde do Rio Grande do Norte. Eu quero uma grande salva de palmas para ele, porque diversos Secretários de Estado foram convidados, mas, se não me engano – se estiver errado, corrijam-me –, é o único que está aqui. *(Palmas.)*

Repito: este é o Sr. Domício Arruda Câmara Sobrinho, Secretário de Estado de Saúde do Rio Grande do Norte. Meus cumprimentos, e mande um abraço muito grande desta Comissão e de todos nós para a Governadora Rosalba Ciarlini, de quem fui Vice-Presidente na Comissão de Assuntos Sociais, que ela presidiu.

Convido também para a Mesa a Srª Margarida Tojal, assistente social, representando aqui o Secretário de Estado de Alagoas. Meus cumprimentos! Alagoas mandou uma representante. *(Palmas.)*

É claro que fica a nossa crítica, não expressa nem velada, nem dita na televisão, para os Estados que não mandaram nem representantes.

Convido também Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras. *(Palmas.)*

Para aqueles que estão nos assistindo e me pediram que eu anunciasse, para que possam comunicar aos colegas que querem assistir, os canais da TV Senado que estão transmitindo ao vivo esta reunião são: canal digital Brasília, canal analógico, TV a cabo, Intranet canais 3 e 4 e TV Web.

Conforme já havíamos combinado, neste momento, com enorme alegria, passamos a palavra à nossa

querida Ministra Luiza Bairros, que aqui, naturalmente, como Ministra, falará para todo o País como vê essa questão, ela que responde pela Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial.

Ministra Luiza Bairros, estou muito feliz com esta audiência pública. O objetivo é esse. Pelo menos pela TV Senado e pelos canais alternativos vamos chegar a todos os Estados. Tenho o orgulho de dizer que fui o autor, Senadores, da lei que criou o Dia Nacional da Anemia Falciforme, mas é claro que fui o autor como instrumento de luta. Foram as entidades, foram os movimentos sociais que me trouxeram o projeto prontinho e pediram que eu apresentasse aqui no Congresso. Eu assim o fiz, foi aprovado no Senado, depois na Câmara, e o Presidente Lula o sancionou.

Ministra Luiza Bairros, com a palavra, pelo tempo que entender necessário.

A SRª LUIZA BAIRROS – Obrigada.

Obrigada, Senador Paim, pelo convite para estar aqui hoje.

Este dia é dedicado ao debate e à discussão da anemia falciforme, também é o Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra, que se tem constituído com audiências como esta, em várias manifestações, atividades que acontecem em todo o País como uma oportunidade para que nós, como sociedade, como governos, possamos nos lembrar da necessidade de fazer efetivamente acontecer no Brasil ações que tenham impacto positivo na vida das pessoas que vivem com determinadas doenças. Especialmente as pessoas negras, que, como nós sabemos, compõem as estatísticas de prevalência em algumas doenças, como é o caso da hipertensão, como é o caso do diabetes, do mioma em mulheres e, entre essas doenças, a anemia falciforme, que, sem dúvida alguma, tem sido uma tônica bastante grande, a exemplo do que já foi falado aqui, na Mesa anterior – e acho que foi muito bem explicado.

No que se refere mais especificamente à anemia falciforme, eu queria aqui registrar a Fenafal, a federação de associações que trata dessa questão, como um exemplo muito importante do controle social na saúde. Essa mobilização das pessoas que têm a doença falciforme e de seus familiares tem sido muito importante nos últimos anos para fazer com que essa doença se torne mais conhecida, para fazer com que ela seja incorporada nos serviços de saúde do País como uma ocorrência importante, pela sua significação, estatística no conjunto da população.

Eu aproveitaria, portanto, este momento para situar um pouco o que tem sido essa discussão sobre a saúde da população negra no Brasil.

Na verdade, esse é um campo de intervenção e de pesquisa que começou a se afirmar a partir dos anos 1980, principalmente no Estado de São Paulo, e que teve essa questão da anemia falciforme como um carro-chefe importante para o estabelecimento desse campo. Em função disso, vários especialistas se formaram no Brasil tratando mais especificamente daquilo que seria singular no caso da população negra e da sua relação com a saúde.

Como todos vocês sabem, nós fazemos parte de um segmento populacional majoritário na população brasileira, mas nem por isso ainda com acesso pleno a todos os direitos e a todas as oportunidades nessa sociedade. E é nesse contexto inclusive que a questão da saúde se coloca, no campo da luta pela realização de direitos plenos para essa população.

Como eu falei, vários especialistas foram se formando nessa perspectiva e colocando de forma muito enfática o fato de que, num País como o Brasil e nas condições em que vivemos, nós temos que considerar entre os determinantes sociais da saúde a questão do racismo. Isso porque, muito provavelmente, esse é o aspecto que melhor explica o fato de que, desde a existência do diagnóstico dessa doença – conforme foi dito aqui, em 1910 –, nós nunca tivemos, até os anos 1980, no Brasil, nenhum esforço organizado e concentrado para fazer com que isso se tornasse uma realidade no atendimento dos serviços de saúde, por um lado; e, por outro lado, uma realidade nos currículos que formam os profissionais de saúde no País. Acreditamos que isso seria um fator fundamental.

Por outro lado também, o fato de ser uma doença que atinge majoritariamente pessoas negras, discriminadas nos vários âmbitos da sociedade, é um fator que também influencia o fato de que existam no Brasil tão poucas pesquisas tendentes a criar determinadas condições para que a sobrevida das pessoas que têm anemia falciforme aumente e, principalmente, para que a qualidade de vida dessas pessoas possa ser assegurada.

A verdade é que, ao longo desses últimos anos, nessa história mais recente do campo da saúde da população negra, nós sempre destacamos o contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo, que aconteceu em 2001, na África do Sul, na qual o Brasil teve uma participação muito importante. E, quando eu digo Brasil, refiro-me tanto à sociedade civil quanto ao próprio Governo brasileiro, que, instado pelas organizações, passou a ter uma presença mais efetiva neste debate de como o Estado deve se comportar para poder atender de forma plena os direitos de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente da cor.

Nesse contexto, portanto, da III Conferência Mundial contra o Racismo, foi que o movimento negro criou um espaço de interlocução com o Sistema das Nações Unidas no Brasil. Do Sistema das Nações Unidas fazem parte a Opas, Organização Pan-Americana da Saúde, e também o Unfpa, o Fundo de População das Nações Unidas, que têm mandatos relacionados à questão da saúde.

Então, naquele período, fizemos uma pequena investida no sentido de fortalecer algumas experiências que já existiam localmente, como já mencionei, em São Paulo, Minas Gerais, mas trazer esse debate para o plano nacional, para que, com a ajuda dessas instituições, que são reconhecidas por todas as autoridades de saúde, nós pudéssemos reforçar essa discussão no âmbito do Governo brasileiro. Foi nesse sentido que começamos a desenvolver com o Ministério da Saúde uma discussão que apontava para a necessidade de que, na saúde da população negra, para se instituir a saúde da população negra como um campo de intervenção na saúde pública, nós necessitaríamos produzir mais conhecimento a respeito dessas doenças que são prevalentes nessa população. Precisaríamos pensar os serviços de atenção à saúde para que eles pudessem, imediatamente, responder a essas necessidades, as várias campanhas que depois foram desenvolvidas pela Fenafal e por outras organizações. À medida que as secretarias de saúde também foram entrando nessa pauta, fomos criando as condições para a formatação de programas estaduais de atenção às doenças falciformes e também à questão de você capacitar os profissionais para que pudessem acolher esses casos de forma devida.

Um outro aspecto importante que foi trabalhado ao longo desse processo foi, obviamente, a disseminação de informação para a população, porque as famílias conviviam com essas situações também, e os médicos, sem saberem do que se tratava – as famílias, muito menos. Então, a disseminação de informação para a população também foi fundamental no sentido de criar, dentro das famílias, condições mínimas para que elas passassem a cobrar dos serviços de saúde o tipo de atendimento requerido, necessário numa doença que tem um curso tão grave e tão doloroso na vida das pessoas.

O quarto aspecto que foi importante nessa intervenção à saúde da população negra foi a questão da formação dos profissionais. Parece me que, de todos os aspectos, esse é aquele em que se encontra ainda a maior dificuldade, qual seja, de inserir como aspecto importante nos cursos que formam os profissionais de saúde aquilo que se refere à saúde da população negra. Até por isso, muito por conta desse tipo de dificuldade, nós continuamos a constituir, no País, o grupo populacional, o segmento populacional que morre mais e mais cedo, comparativamente a outros grupos raciais.

O que é importante também registrar, do ponto de vista desse pequeno histórico que faço, é que, com a criação da Seppir em 2003, obviamente o Governo brasileiro adquiriu melhores condições para fazer com que esse debate reverberasse no interior do Governo e, mais especificamente, dentro do Ministério da Saúde. Data, portanto, desse período, a ideia de formação de um comitê técnico nacional de saúde da população negra que existe até hoje dentro do Ministério da Saúde, formado não apenas pelos vários setores do Ministério aos quais interessa discutir, debater e propor ações nessa área de saúde da população negra, mas também composto por um grupo de quinze especialistas nesses temas da saúde da população negra que são fruto, digamos assim, desse processo de intervenção política e de pesquisa que se instituiu mais fortemente, como eu falei, a partir dos anos 80.

Nós, da Seppir, também temos assento nesse comitê obviamente e se deve ao trabalho desenvolvido por esse comitê a formulação, no Brasil, de uma Política Nacional de Saúde da População Negra, que leva em conta todos esses aspectos que eu citei anteriormente, na visão de fazer com que possamos reforçar, dentro do Sistema Único de Saúde, o princípio da equidade, na visão de que o serviço de saúde, a atenção à saúde deve levar em conta aquilo que é singular, aquilo que é específico nos diversos grupos, como forma de poder fazer valer a universalidade da própria política. Quer dizer, a necessidade de você especificar, singularizar para poder efetivamente ser equânime do ponto de vista do resultado da sua intervenção.

Essa Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foi, portanto, formulada em 2006. Em 2009, ela foi instituída pela via de uma portaria no Ministério da Saúde e hoje consideramos que, com a sanção do Estatuto da Igualdade Racial, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é lei no Brasil; é lei no Brasil.

O que fica para nós como desafio para isso? Criar as condições para a efetivação dessa lei, que é o Estatuto da Igualdade Racial. A esse propósito, nesse processo recente que tivemos no Governo de elaboração do Plano Plurianual 2012/2015, o PPA, foi o Estatuto que utilizamos como base para o diálogo com todos os Ministérios. E, particularmente, aqui no caso, com o Ministério da Saúde, de maneira que pudéssemos assegurar, por dentro do programa do sistema de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, a saúde da população negra como um objetivo ligado a iniciativas muito concretas que nos permitam fazer valer esses

últimos anos que tivemos de acúmulo, do ponto de vista da criação de mecanismos institucionais que deem conta dessas necessidades e desses problemas que são detectados na saúde da população negra.

Nessa direção, portanto, agora no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, somando-se às iniciativas anteriores, estaremos hoje, até motivadas por este 27 de outubro como o Dia de Mobilização Nacional pela Saúde da População Negra, assinando um protocolo de intenções com o Ministério da Saúde, no qual nós vamos retomar, à luz do Estatuto da Igualdade Racial, todas as ações conjuntas necessárias para que esse campo se institua dentro do Sistema Único da forma como nós necessitamos.

Esse protocolo de intenções, que será assinado hoje à tarde, envolve alguns aspectos principais. O primeiro dele seria a institucionalização de uma estratégia para implementar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. É muito bom que nós tenhamos aqui a presença do Secretário Estadual de Saúde e de outras representações de secretarias estaduais de saúde, porque não existe como pensarmos em uma possibilidade efetiva do respeito a esses direitos chegar efetivamente nos serviços de saúde se nós não tivermos os Estados, se nós não tivermos as secretarias municipais também envolvidas nesse esforço. Então, vamos, dentro desse protocolo, tratar de formas novas de fazer com que essas coisas cheguem até as pessoas que efetivamente necessitam desse tipo de serviço.

Além disso, vamos também trabalhar, junto com o Ministério da Saúde, ampliando esta campanha Igualdade Racial é pra Valer, que foi instituída pela Seppir este ano, para uma ideia de Igualdade é para Valer no Sistema Único de Saúde. É a nossa forma de mobilizar todos os servidores da saúde, os usuários de serviço no sentido de que eles também reivindiquem o atendimento adequado.

Além do mais, faz parte desse protocolo a implementação de um programa de enfrentamento ao racismo institucional no Ministério da Saúde, no SUS, que, de todas as propostas, parece-me uma das mais ousadas. Na verdade, é uma possibilidade que temos, através de um programa dessa natureza, de combater determinadas práticas que ainda existem dentro do serviço de saúde e que impedem, muitas vezes, que a população negra receba o tratamento e a atenção devidos, por conta de várias ideias que ainda vigoram infelizmente dentro dos serviços entre profissionais.

Eu não vou nem exemplificar aqui para não tomar muito mais tempo, mas gostaria também de dizer que parte dessa ação conjunta da Seppir e do Ministério também envolve a divulgação e o atendimento do disposto no Capítulo I do Estatuto da Igualdade Racial, que é o capítulo dedicado à questão da saúde.

O que observamos ao longo desse tempo? Isso pode parecer meio contraditório em relação aos depoimentos que me precederam e que deram a ideia de muitas lacunas que existem nos serviços de saúde no Brasil, mas busco lembrar o seguinte: a política de saúde no Brasil é, sem dúvida alguma, a política pública mais bem acabada que existe no País. É uma política resultante de um processo de mobilização muito intenso de usuários, de profissionais, de prestadores de serviços, naquele período ainda de discussão da Constituição brasileira.

Por conta até desse histórico de formatação dessa política, há na saúde um comprometimento muito grande dos profissionais que atuam na área em relação à realização e à efetivação plena dessa política. É exatamente na crença nesse compromisso dos profissionais de saúde em relação a essa política que nós nos baseamos para confiar que esse passo a mais que damos no Governo da Presidenta Dilma Rousseff contribuirá, sem dúvida, para que, no próximo dia 27 de outubro, seja dado aqui um depoimento mais otimista por parte da Fenafal e um depoimento mais otimista por parte do Elvis, no sentido de que, efetivamente, já tenhamos conseguido obter uma maior cobertura dos serviços de saúde para todas as doenças prevalentes na população negra, inclusive a anemia falciforme.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Essas foram as palavras da Ministra Luiza Bairros, da Seppir, que aqui resumiu a ideia de um protocolo que será assinado hoje no Executivo.

Nossos cumprimentos pelo trabalho!

Tenho a certeza de que essa mensagem que a Ministra deixa aqui anima todos nós. É claro que a expectativa é esta: a de que, no próximo dia 27 de outubro, possamos festejar os encaminhamentos feitos, que dependem não somente do Governo Federal, mas também dos Estados.

A SRª LUIZA BAIRROS – São muitos os atores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – São muitos os atores, como a senhora diz muito bem.

Antes, houve uma falha minha, porque eu não disse que também a Rádio Senado está transmitindo esta reunião, ao vivo, para todo o Brasil. Essa foi uma opção da Rádio Senado, por ser o dia 27 o dia de debate sobre a questão da anemia falciforme. É um dia de luta em torno da questão da anemia falciforme.

Registro que, além do Senador Eduardo Suplicy, contamos com a presença do Senador Paulo Davim.

O Senador Eduardo Suplicy pediu que eu justificasse a sua saída da reunião: S. Exª é relator de um

projeto que está sendo votado na Comissão que se reúne aqui ao lado.

O Senador Paulo Davim está conosco desde o início da reunião. Depois, vou pedir para S. Exª presidir esta reunião, porque terei de fazer uma gravação rápida, de cinco minutos, ao lado.

E está aqui também o Senador Wellington Dias, voltado a todas essas causas. Historicamente, tem feito um belíssimo trabalho.

Assim, estamos nos somando aqui, não é, Senador Paulo? O Senador Paulo Davim, o Senador Wellington, o Senador Lindbergh Farias e muitos outros têm esse compromisso.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Domicio Arruda Câmara Sobrinho, Secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte.

Senador Wellington, a Comissão fez um trabalho aqui e mandou correspondência para todos os Estados para que, se o Secretário não pudesse vir à reunião, mandasse um representante. Tive de dar um destaque a isso – estou dando este destaque –, porque ele é o único Secretário presente aqui. Não se trata de questão partidária, mas, sim, do compromisso com a causa. Sei que outros governadores também têm esse compromisso e que, talvez, tenha havido obstáculos para, neste momento, mandarem um representante ou o Secretário. Mas, naturalmente, o Secretário que aqui está é o que está sendo mais prestigiado por nós, sem demérito aos representantes de Alagoas e do Distrito Federal, que aqui estão. A doutora que aqui representou o Distrito Federal fez uma bela palestra.

Então, concedo a palavra ao Secretário de Estado de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. DOMICIO ARRUDA CÂMARA SOBRINHO – Bom dia a todas e a todos!

Cumprimento, especialmente, a nossa Ministra Luiza Bairros, o Senador Paulo Paim, o Senador Wellington Dias e, muito especialmente, o Senador Paulo Davim, que é um médico bastante comprometido com a saúde pública do brasileiro, principalmente no Rio Grande do Norte.

Trago aqui a presença do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conas). Fazemos reuniões mensais. Houve reunião ontem e hoje. Aqui, estou representando o Conas. Na nossa próxima reunião, farei o comunicado de que estive aqui, para, além de prestigiar esta Comissão, trazer o compromisso das Secretarias Estaduais de Saúde.

Eu não poderia deixar de aproveitar a oportunidade, já que estamos na presença dos Srs. Senadores, para dizer que precisamos – tenho a certeza de que os Senadores estão bastante preocupados com isto – ficar atentos ao financiamento da saúde, às deficiências que, porventura, ocorrem principalmente na ponta do atendimento por parte das Secretarias Municipais, das Prefeituras e dos Estados. Levamos em consideração também o subfinanciamento da saúde, que afeta todas as atividades da atenção à saúde.

Sou médico urologista e tenho a experiência própria de ter feito alguns diagnósticos de anemia falciforme. Mesmo sendo urologista, atendendo no pronto-socorro, recebo pacientes com priapismo, numa situação em que o paciente é duplamente discriminado. Não só há a discriminação, mas também o aspecto do priapismo geralmente é mal-entendido em muitos postos de atendimento de urgência. Temos a consciência de que essa doença é pouco divulgada. Como a própria Ministra falou, a doença é pouco pesquisada. Precisamos pelo menos aumentar o grau de conhecimento dos médicos que atendem em pronto-socorro, para que eles estejam alertas com relação ao aparecimento dessa doença. Às vezes, o diagnóstico é feito no pronto-socorro. Confesso que já fiz alguns diagnósticos de priapismo, e os pacientes não tinham a consciência do diagnóstico, nem o acompanhamento da doença.

A minha experiência como Secretário de Saúde me faz ver a presença muito constante das associações e dos grupos. Reconheço que, neste ano – sou Secretário de Saúde há dez meses –, tive de responder pela falta da hidroxiureia. Então, há essa preocupação. Na lista do jornal, na reportagem a que se referiu o Ministro, o Estado do Rio Grande do Norte está entre aqueles Estados que não realizam a pesquisa da anemia falciforme no teste do pezinho, mas essa realidade já mudou, porque, na renovação do contrato, ampliamos o leque das doenças que são pesquisadas no teste do pezinho.

Com relação ao compromisso dos Secretários Estaduais de Saúde, eu me comprometo a fazer essas solicitações, que são bastante modestas, como a inclusão no teste do pezinho da pesquisa da anemia falciforme. Isso é factível. E também teremos o cuidado para que as drogas, principalmente a hidroxiureia, não faltem nas centrais farmacêuticas.

Eu gostaria também, para finalizar, de dizer da importância das associações, dos grupos de ajuda mútua para que situações que poderiam ficar esquecidas venham à tona.

Nós somos um Estado pequeno, um Estado com 3,2 milhões, mas lá realizamos também transplante de medula óssea. Os brasis são muito diferentes. Nós temos problemas na atenção básica, mas essas desigualdades acontecem também na atenção à saúde. Às vezes falta muita coisa da atenção básica e nós realizamos transplante de medula óssea com regularidade no Rio Grande do Norte. Nós não podemos

deixar de fazer o transplante porque falta alguma coisa na atenção básica. Nós temos que ter tudo, até porque o nosso SUS é o programa de saúde pública mais ousado do mundo.

Nenhum país com mais de 100 milhões de habitantes tem a pretensão, ou já teve a pretensão, de oferecer o que o SUS oferece aos brasileiros.

Mas eu volto – já que estou num ambiente propício – à questão do financiamento, da atenção à saúde. Precisamos melhorar a gestão, diminuir a burocracia. Não se concebe que a compra de um medicamento fique faltando por conta de um processo burocrático, de uma licitação que até parece a construção de uma estrada de mil quilômetros, quando sabemos que lidamos com um segmento – talvez um dos únicos que ainda esteja tabelado –, que é a tabela de preços de medicamentos, e que poderia haver uma maneira mais inteligente de compra de medicamentos para que não faltasse ao paciente de todas as patologias, principalmente àqueles que têm doenças crônicas que precisam receber continuadamente seus medicamentos.

É um prazer muito grande estar aqui presente. Parabenizo as associações por lembrarem, no dia de hoje, que é um dia de luta, que a luta não deve parar. Nós já avançamos muito e continuamos avançando, mas precisamos sempre lembrar para sermos lembrados.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Obrigado, Dr. Domicio Arruda Câmara, Secretário de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte.

Aproveitamos para convidar para fazer parte da Mesa a Drª Isaura Cristina Soares de Miranda, aqui representando o Secretário de Saúde do Estado de São Paulo.

Seja bem-vinda, doutora! Junte-se a nós, para darmos seguimento...

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Senador Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Pois não, Senador.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Apenas para fazer uma saudação, dizendo que é um orgulho fazer parte desta Comissão e de estarmos tratando de um tema fundamental.

Eu queria apenas me reportar à fala da nossa Ministra. É um prazer muito grande a sua presença aqui, a do Marcelo, da Isaura, do Domicio, da Margarida, enfim. E quero saudar também todas as pessoas aqui presentes.

Eu queria me reportar a dois pontos. O primeiro é em relação ao desconhecimento que temos em relação à anemia falciforme. O segundo é em relação aos procedimentos relacionados à aquisição de medicamentos.

Na verdade, nós temos hoje um conflito muito grande – o senhor que é Secretário vivencia isso certamente na área da saúde –, porque há um conjunto de medicamentos não reconhecido pelo Ministério da Saúde. Ou seja, estão reconhecidos por esse ou aquele país, então, geralmente são importados, e até se encontrar uma alternativa ágil, os impedimentos terminam causando graves problemas. Uma saída já praticada com grande sucesso é exatamente o uso do pregão eletrônico, ou seja, da licitação eletrônica, que tem dado um bom êxito. Na verdade, faz-se uma consulta e, a partir daí, há essa implantação.

Tenho orgulho em dizer que, quando Governador, o Piauí foi o primeiro Estado a adotar essa sistemática, que tem resolvido bastante. É claro que há também um conjunto de regras do próprio Ministério que, às vezes, parece que são muito mais para cortar gastos do que propriamente para dar solução aos problemas existentes.

Avalio, meu querido Senador Paulo Paim, que nós poderíamos, pelo próprio Senado, por meio dessa transmissão pela TV e pela Rádio Senado – coisa muito importante –, mas vejo em algumas situações que o próprio sistema de comunicação da Câmara e do Senado poderiam fazer uma divulgação maior – acho que a nossa Ministra pode fazer também pela TV pública –, e creio que também em parceira com outras redes de comunicação privadas. Ou seja, é possível incluir para tornar mais conhecido e, principalmente, saber a quem recorrer e os procedimentos a serem adotados.

Mas eu queria saudar a todos aqui pela realização deste evento, e dizer que estaremos, junto com o nosso Presidente, atuando naqueles encaminhamentos que saírem desta audiência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço ao Senador Wellington Dias, que aqui dá o seu depoimento. S. Exª, quando Governador, já atuava nessa linha de fortalecimento da luta das pessoas com anemia falciforme.

Eu quero muito agradecer também ao Senador Paulo Davim, que gentilmente assumiu a Presidência enquanto eu fazia uma gravação – uma coisa bem regional, para o Rio Grande do Sul. Mas a atividade era ao meio-dia e, se eu não gravasse agora, o pessoal da cidade depois me cobraria muito.

Neste momento, não sei se a Ministra está com o seu horário apertado, mas sei que a moçada aqui queria fazer a apresentação com a sua presença.

A Ministra ficou comprometida.

Convido a moçada para fazer a apresentação para que a Ministra assista, porque ela vai ter que se retirar, e nós vamos continuar com a apresentação da orquestra Batucada de Zumbi. A Ministra me perguntou e eu não soube responder, porque tudo aqui é ao vivo, mas a orquestra Batucada de Zumbi é de onde? É daqui mesmo de Brasília? (*Pausa.*)

É de Brasília. Muito bem!

Eu quero também reforçar que já está conosco, meu Senador, a Isaura Cristina Soares de Miranda, médica, que atua na área técnica do Estado de São Paulo, representando, aqui, o Secretário de Saúde de São Paulo. Então, São Paulo também presente. (*Palmas*.)

Como tudo aqui é ao vivo, depois da orquestra Batucada de Zumbi, vamos passar à assistente social Margarida Tojal, que falará em nome do Secretário de Saúde de Alagoas.

Agora, é com vocês.

(Apresentação da orquestra Batucada de Zumbi.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, essa foi a apresentação da orquestra Batucada de Zumbi.

Antes que vocês saiam, vamos pedir para todo mundo...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi a emoção do minuto final de vocês.

Então, de pé e uma salva de palmas para vocês. Todo mundo de pé aí. (*Palmas*.)

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Senador Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim, com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV –- RN) – Senador Paim, infelizmente não poderei ficar até o final da audiência pública, porque eu tenho uma reunião agora com o Presidente do Senado, o Senador José Sarney, com as instituições médicas nacionais, a Federação Nacional dos Médicos, o Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira, e vou acompanhá-los nessa audiência.

Eu gostaria de pedir permissão para fazer alguns comentários, antes de ouvir os ilustres convidados. Saudar a Ministra que prestigiou esta audiência pública, e dizer que, na verdade, a anemia falciforme no Brasil deixou de ser, há muitos anos, uma doença de negros. Como foi dito aqui, pela miscigenação, passou a ser uma doença dos brasileiros; uma doença crônica, que traz gravíssimos problemas de toda ordem, até pela própria morfologia, digamos assim, da hemoglobina, porque a hemoglobina normal de um indivíduo é a hemoglobina A; a hemoglobina na anemia falciforme é uma hemoglobina S, tem um aspecto de foice. Isso dificulta a irrigação de determinados órgãos, o fluxo sanguíneo lentificado, levando à hipóxia tecidual e problemas de toda ordem, problemas neurológicos, problemas visuais, com obstrução de artéria da retina, cálculos de vesícula, problema de baço – que é o cemitério das hemácias. Enfim, leva à hemólise, aumenta o depósito de ferro, leva a doenças – como foi citado pelo Elvis, a questão do priapismo, e nós temos uma autoridade nessa área, o Dr. Domicio, que é urologista. A necrose asséptica da cabeça do fêmur também é um problema sério, causado pela anemia falciforme. Enfim, é uma doença sistêmica, até porque todas as doenças do sangue tornam-se sistêmicas. E o grande problema que eu vejo nessa patologia, como outras assemelhadas, é a falta de informação.

Eu começaria dizendo que, para que nós pudéssemos enfrentar essa patologia, a gente precisa, primeiro, levar a informação do que é essa doença de uma forma maciça para que todos saibam: o cidadão, a cidadã e, sobretudo, aqueles indivíduos que têm a responsabilidade de educar. Porque, muitas vezes, na escola, a criança passa a sentir uma dor súbita, se recusando à atividade física, ao esporte, muitas vezes a criança tem dificuldade de concentração, e não são diagnosticados problemas orgânicos, que passam despercebidos; a criança começa a apresentar a esclera ictérica e também não se valoriza. Então, é importante essa informação. Como também é importante, e eu diria até fundamental, massificar o teste do pezinho.

No Brasil, infelizmente, ainda há oito Estados da Federação que ainda não incluíram o exame da anemia falciforme no teste do pezinho. Fico feliz, porque o Secretário do meu Estado, um profissional de altíssimo gabarito, de extremo comprometimento com a saúde pública, já anunciando um novo contrato, ampliando o teste do pezinho, contemplando o diagnóstico precoce da anemia falciforme, o que é muito importante. Se você faz um diagnóstico precoce, você já passa a compreender a manifestação da doença na criança ainda em pequena idade.

Acho importante que se tenha uma política pública de assistência especificamente a essa patologia, como a distribuição generosa e precisa, sem atraso, do hidroxiureia, o Hydrea, é importante porque diminui as dores, ajuda os pacientes a suportarem essa patologia. A informação nos locais de trabalho, porque há uma intolerância. O indivíduo que tem a forma homozigótica, eles adoecem com frequência, têm sintomas muito fortes e, de alguma forma, não conseguem ter um desempenho profissional como o cidadão que não é portador dessa patologia, tendo em vista as dores, muitas vezes o afastamento das atividades, do trabalho, enfim, até mesmo pelos exames. É preciso que

haja uma contribuição social para esses indivíduos que são acometidos pela anemia falciforme, sobretudo na forma homozigótica. Que eles possam ter acesso a medicamentos, que possam se locomover para fazer exames, porque há uma deficiência, sobretudo nas regiões mais pobres do Brasil, que esses pacientes possam fazer acompanhamentos médicos regulares. Eles têm dificuldades, sobretudo quando essa patologia já começa a deixar sequelas, aí a locomoção fica difícil. É importante que esses pacientes sejam acolhidos pelo Poder Público no apoio necessário a esse enfrentamento dessa patologia.

É bem verdade que existe a cura, através do transplante de medula óssea, que graças a Deus o nosso querido Elvis foi beneficiado, mas não é tão simples assim. Porque, primeiro, não são todos os centros que dominam a técnica do transplante de medula. No nosso Estado, graças a Deus, nós temos essa técnica. Agora, existe a limitação natural da técnica, que é a questão histocompatibilidade. Não é simples assim. E muitas vezes, por mais que haja estrutura para se promover o transplante de medula, mas... É o imponderável! Haverá de se esperar um doador compatível, como no caso aqui, que foi o irmão... E ele teve a felicidade de o irmão ser compatível com ele, porque não são todos os irmãos que são compatíveis. E há até as dificuldades inerentes à própria técnica do transplante de medula, porque, primeiro, faz-se uma quimioterapia, a aplasia medular, ou seja, tem que se zerar a medula dele. Quando você zera a medula do paciente, você o expõe a riscos de infecção, porque ele fica absoltamente... Quando você faz a aplasia da medula, quando você zera a medula, quando você mata a medula, a medula óssea deixa de produzir não só células vermelhas, mas células brancas, células de enfrentamento, células de combate a infecções, e, nesse período, o paciente fica extremamente vulnerável a infecções. E não são todos os serviços que têm essa estrutura.

Portanto, há os riscos inerentes à técnica, há a dificuldade da histocompatibilidade e da infraestrutura dos próprios centros, ou ainda, do acesso ao centro que faça o transplante.

Então, eu acho necessário os governos, os gestores oferecerem a hidroxiureia de uma forma presente, de uma forma contínua, para diminuir o sofrimento desses pacientes. Acho fundamental a massificação do teste do pezinho, contemplando a anemia falciforme. Precisamos diagnosticar precocemente essa patologia para que possamos encará-la ou, pelo menos, oferecer àquela criança que teve o diagnóstico precoce as condições necessárias para minimizar o sofrimento. E a massificação da informação é necessária.

Então, acho louvável, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, essa iniciativa, até porque a CDH, a Comissão de Direitos Humanos... Eu sou apaixonado por esta Comissão porque ela é ampla, porque tudo é direito do cidadão: a saúde, o emprego, a previdência, a segurança, e o Senador Paulo Paim consegue dar o dinamismo necessário a esta Comissão; ele consegue puxar os problemas, que passam às vezes despercebidos por muitos ou, pelo menos, não são valorizados por alguns, e traz para a Comissão que ele preside – e ele faz uma belíssima presidência – esses problemas para serem discutidos aqui. Poderíamos estar discutindo esses problemas lá na CAS, na Comissão de Assuntos Sociais, que contempla a saúde, mas nada impede de essa discussão ser feita aqui, na Comissão de Direitos Humanos, porque isso é, sobretudo, direito à vida. (*Palmas*.)

É, sobretudo, o reconhecimento legítimo de cidadania. E é essa a sociedade que nós queremos, e todos nós temos de construí-la com muito afinco, com muita abnegação e muito denodo.

Quero parabenizar todos. Não vou me alongar, mas eu tinha que fazer esses comentários, até porque, como disse há pouco, eu gostaria de permanecer aqui até o final. Vou permanecer até onde der, mas, assim que chegar a minha hora, vou ter que sair para acompanhar as instituições médicas nacionais.

Mais uma vez, quero parabenizar todos que se dispuseram a vir a Brasília para participar desse debate: a Margarida, o Domicio, o Marcelo, a quem já conheço de outras ocasiões, a Isaura e todos que participaram da Mesa anterior.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Paulo Davim, um médico que tem compromisso com a política de direitos humanos.

É uma alegria enorme saber – eu já sei, mas digo para aqueles que não sabem –, Senador Paulo Davim, da sua história, no seu Estado, com a causa dos direitos humanos. V. Exª é um guerreiro, um soldado do bem, aqueles que sempre estão ao lado daqueles que mais precisam, dos mais pobres, dos que são discriminados, por isso V. Exª está aqui, durante todo esse período. Tenho muito orgulho de dizer que sou seu amigo, porque sei a pessoa que o senhor é. Parabéns!

Quero registrar a presença do Vladimar da Rocha Moreira – não é, Vladimar? –, da Bahia, que também foi acometido da doença falciforme.

Fica um abração para você e uma salva de palmas de todos nós aqui. (*Palmas*.)

Depois, no momento adequado, se você quiser deixar uma mensagem, você vai ter oportunidade. Está o.k.? Está o.k.

Eu quero dizer para a nossa Orquestra de Batucada de Zumbi que ela arrepiou aqui, por isso que ao Senador faltou a palavra no final. E eu, gentilmente, pedi se eles poderiam ficar para dar mais um palhinha – como se diz – no encerramento da audiência. Eles voltaram e vão ficar aqui, atendendo ao nosso pedido. Muito obrigado. (*Palmas*.)

Agora, passamos para a Margarida Tojal, Assistente Social, que representa aqui o Estado de Alagoas, Secretaria de Saúde.

A SRª MARGARIDA TOJAL – Bom dia a todos e a todas.

Quero louvar esta brilhante iniciativa do Senador Paulo Paim. Mas, a princípio, quero também desculpar o nosso Secretário, Dr. Alexandre de Melo Toledo, porque hoje no nosso Estado também está acontecendo uma movimentação em prol das pessoas com doença falciforme.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas*.)

É isso aí! Aí ele justificou.

A SRª MARGARIDA TOJAL – Ontem, nós estivemos reunidos com a Vereadora Fátima Santiago, que está destinada a formatar a Lei nº 5.974, a qual dispõe sobre a criação do dia e da semana municipal destinada às pessoas portadoras de anemia falciforme.

Como já foi bastante ressaltada a questão de todo o histórico da anemia falciforme, que é a doença mais prevalente no mundo e, consequentemente, já se tornou uma questão de saúde pública, vou detalhar – e tentar ser rápida também – um esboço do que vem se dispondo no nosso Estado na questão da atenção às pessoas com a doença falciforme.

Nós estivemos presentes também no simpósio, na semana passada. Aperreei – é o meu linguajar de nordestina, não é? – muito a Carmem, ela sabe disso, porque, como assistente social, eu me intitulo como "insistente".

Quero, antes de você sair, louvar você por uma palavra que tenho como o meu ideal, que é a questão de ser apaixonada. Eu sou apaixonada pelo que faço, porque fui militante, durante toda a minha vida estudantil, dos movimentos sociais. Assim como Elis, eu também tive um problema de saúde muito grave, porque eu tive um linfoma; depois, esse linfoma eussemizou. Foram 12 anos de tratamento e, hoje, a gente está aqui, prestando uma contribuição a outros quando a gente consegue se superar.

O SR. PPRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas*.)

A SRª MARGARIDA TOJAL – Obrigada.

E o nosso Estado consta com um apoio de 80% na implantação do teste do pezinho. Nós iniciamos esse diagnóstico a partir de 2008, após muitas informações, as quais depois eu gostaria de evidenciar. A gente sabe que, apesar de construirmos mais, na prática ainda falta muita coisa a ser efetivada.

Mas o nosso Estado tem 426 pacientes diagnosticados como portadores de anemia falciforme. Destes, em 170 pacientes já foi realizado o teste do pezinho e 50 já se encontram em tratamento.

A gente tem um prazer muito grande, porque eu participo de uma equipe multidisciplinar do Hemocentro de Alagoas. Eu sou apaixonada pelo que faço e a gente sabe que só pode assumir compromissos quando se envolve com a causa.

Existe uma perspectiva muito grande de o teste do pezinho ser implantado em todo o Estado, em todas as maternidades. A gente tem esse avanço com extensão, porque a gente sabe que a mortalidade até os cinco anos é altíssima. E, consequentemente, se você tem esse diagnóstico sendo realizado o mais brevemente possível – a gente sabe, no entanto, que só pode ser realizado depois de cinco dias ou uma semana, porque a criança tem que ter se alimentado, tem que ter ingerido proteínas – temos que dar continuidade a esse tratamento. Então, nós realizamos a busca ativa, que é feita em parceria com o PSF dos Municípios.

Então, ressalto, mais uma vez, a questão que eu acredito que seja primordial na disseminação da anemia falciforme, que é o conhecimento, que tem de ser ampliado, porque, muitas vezes, nossos pacientes, mesmo os portadores, desconhecem a sua própria patologia e são vítimas de muitos preconceitos, apesar de já ter sido aventado aqui que a doença não se caracteriza por uma questão de etnia. Mas a gente ainda tem uma efetivação muito grande na questão da negritude.

Outra questão que ressalvo é que, apesar de nós já termos tido algumas iniciativas bem a propósito, em 2008, nós realizamos o 1º Encontro Estadual de Pacientes com Anemia Falciforme, no qual a gente sensibilizou todas as entidades responsáveis de todos os Municípios para que os pacientes desses Municípios tivessem acesso a esse momento, porque é muito importante que eles recebam a orientação sobre a sua própria patologia. Isso aconteceu em 2008. Em 2008, nós também formatamos uma associação, a Aphal, cujo representante – acredito que todos já conhecem – é o Sidney, que hoje em dia eu digo que é o filho que a gente criou, mas que a gente jogou e ele já caminha com as próprias pernas e tem uma atuação muito incisiva, porque já tem assento nos conselhos, nas câmaras técnicas, e eu acredito que a gente só pode realmente disseminar as informações dessa patologia

se a gente tiver o apoio político também e os nossos aliados para desenvolver essa causa.

Desenvolvemos esse encontro e tivemos, no ano passado, em julho, um fórum com a participação de todos os profissionais colocando todas as questões de implicações decorrentes da patologia. Como o Secretário ressaltou, a questão do priapismo é uma questão muito, muito grave. Nós temos pacientes, inclusive, que, em muitos postos de saúde, ao serem atendidos pela equipe mesmo, o próprio médico desconhece e muitas vezes eles são discriminados, taxados até de dependentes de droga porque usam a dolantina. Isso causa enormes sequelas psíquicas também.

A gente faz esse trabalho multidisciplinar porque a gente sabe que o paciente portador de doença falciforme tem essa recorrência, mas ele é um cidadão comum, e tem o direito de exercer a sua plena cidadania.

Então, é por isso que a gente ressalva, mais uma vez, todas essas questões. Faço questão de ressaltar, mais uma vez, que a lei que regulamenta e que controla o passe livre interestadual deve ser extensiva às pessoas com doença falciforme. A definição, legalmente, o reconhecimento da incapacidade em doença falciforme para efeito da aposentadoria, a garantia, a aplicação do art. 111 da Convenção da Organização Internacional do Trabalho, que combate todas as formas de discriminação em matéria de emprego e profissão, assegurando, assim, o direito ao progresso material e desenvolvimento espiritual em liberdade e dignidade, em segurança econômica e com oportunidade às pessoas com doença falciforme.

Incluir as pessoas com doença falciforme e seus familiares nos projetos e programas especiais de crédito e geração de emprego e renda em nível nacional, estadual e municipal.

Essa questão da geração de emprego é uma questão *sine qua non*, porque a gente sabe que, no nosso sistema capitalista – no qual não vou me deter apesar de ser apaixonada por sociologia –, a gente sabe que é imprescindível, porque o homem só se completa se tiver também inserido nesse contexto, do trabalho. O trabalho é que dá a resposta ao seu esforço, à sua criatividade, ao seu empreendimento.

Então, eu acredito que estamos todos aqui para levantar outras propostas, ressaltar algumas que ainda são bastante incisivas, mas que precisam ser realmente efetivadas na forma de lei.

Sou apaixonada realmente pelo que faço e fui seguidora, durante muito tempo, de Dom Hélder Câmara, que dizia que, quando as dificuldades são grandes, os desafios são apaixonantes. Acho que, para a gente vencer os desafios, a gente tem que se apaixonar, a gente tem que ser comprometido; antes de mais nada, sermos profissionais comprometidos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Margarida Tojal, que representou aqui o Secretário de Estado de Saúde de Alagoas e fez um belo pronunciamento, apontando, inclusive, caminhos. Quem assistiu gostou.

Agora, passo a palavra, de imediato, à Drª Isaura Cristina Soares de Miranda, que representa aqui o Secretário de Saúde do Estado de São Paulo.

A SRª MARGARIDA TOJAL – Com licença, quero só fazer uma intervenção.

Quero parabenizar a orquestra e, mais uma vez, puxando, como a gente diz no Nordeste, a sardinha para o meu lado, Zumbi dos Palmares é nosso, é da serra da Barriga. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eles vão fazer mais uma apresentação no encerramento.

Doutora, por favor.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Eu queria pedir para... O pessoal que está com doença falciforme da nossa Associação queria ver se é possível baixar um pouco o ar-condicionado. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A solicitação, de imediato... Pede para desligar.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Drª Isaura, só um instantinho. Eu queria pedir desculpas por uma injustiça que eu cometi aqui. Eu esqueci de citar o Cetrab. Eu tenho acompanhado o Marcelo e o Leonel esses dias numa correria louca para organizar. Perdoem-me, perdoem-me mesmo, desculpem-me, porque vocês foram parte fundamental nisso que está acontecendo. Desculpem-me!

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Elvis.

Feito o registro e o apelo para que o ar seja desligado.

A SRª ISAURA CRISTINA SOARES DE MIRANDA – Bom dia a todos e a todas!

Em nome do Secretário de Saúde do Estado de São Paulo, Professor Dr. Giovanni, eu quero dar parabéns ao Senador pela iniciativa.

O que eu estava pensando ouvindo as falas? Eu não vou ficar repetindo, porque já aprendemos bastante aqui sobre anemia falciforme. Mas eu queria só jogar uma reflexão que nós estamos fazendo no nosso Estado. A população cresce, os pacientes com anemia falciforme estão crescendo, porque a gente tem um sistema de saúde bom. Consequentemente, nós

não estamos pensando na qualidade de vida desses portadores da anemia falciforme.

Uma ideia que está surgindo em São Paulo é sobre a reinserção desses pacientes, sabidamente, ao mercado de trabalho, o que acho que é muito importante nós pensarmos, e também relacionando a parte de hidroterapia.

Nos Estados, nós temos as piscinas públicas, piscinas aquecidas e piscinas não aquecidas. O portador da anemia falciforme precisa fazer fisioterapia. Isso é uma qualidade de vida. Por que não, junto com a fala da Srª Ministra, eu até perguntei para ela, conversarmos com o Ministério do Esporte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Desculpe-me, só para ajudar. Você vai precisar da janela, porque acho que não vão desligar o ar. Se puder abrir as janelas, ajuda.

A SRª ISAURA CRISTINA SOARES DE MIRANDA – Estou gelada também.

Por que não pensarmos em fazer algum movimento relacionado, Sr. Senador, junto com o Ministério do Trabalho, pensando também nas piscinas que quase não são ocupadas nos nossos parques aquáticos que são distribuídos em todo o País? Acho que essa era uma ideia interessante. Estamos iniciando essa fala em São Paulo, junto com a Secretaria Municipal, para ver o que conseguimos.

Parabenizo todos.

Não vou prosseguir. Não sei se alguém quer fazer alguma pergunta. Estou aqui à disposição.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Isaura.

Deixou sua contribuição apontando o caminho das piscinas públicas aquecidas, o que ajudaria as pessoas com anemia falciforme.

Passamos, de imediato, ao Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-brasileiras.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero saudar aqui a Mesa na pessoa do Senador Paulo Paim, um grande parceiro nessa luta, considerando até o dia, e dizer que nós ficamos muito felizes por ter sido aceito o requerimento do Centro de Tradições Afro-Brasileiras.

Acho que é importante – permita-me dizer – que a sociedade tenha conhecimento de que encontra parceiros no Legislativo, no Senado e na Câmara, quando acatam o requerimento da sociedade civil. Acho que esse é o grande papel. Parece que vai ao ar... Já está no *site* e vai ao ar no dia 29 e ficará até o dia 4 uma entrevista que nós demos junto com a Drª Joice, na TV Senado, no programa Cidadania.

Aí eu me lembro do Ministro Joaquim Barbosa, quando ele falava que a sociedade civil, muitas das vezes, modificou, porque na sociedade civil, as organizações não governamentais têm o papel não só de contribuir com o Estado nas suas ações – isso está sendo sempre dito –, mas também têm – e eu quero repetir aqui – o papel primordial de cobrar do Estado as ações em benefício da população brasileira. E, quando a gente encontra eco no Parlamento, é melhor ainda. Muito obrigado mesmo por essa aprovação do nosso requerimento neste dia também – não havia como escapar.

Deixe-me ver aqui. Nós tivemos – retornando um pouquinho aqui –, no dia 24 de agosto, uma audiência pública – não pude deixar de copiar essa obra de arte que está lá no *site* –, no âmbito da CAS e da Comissão de Direitos Humanos. Passaram por essa audiência dois, quatro, seis, oito, dez, doze, quatorze, dezesseis, dezoito Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se me permitir, só não tem um número tão expressivo hoje porque é quinta-feira e amanhã é feriado. Então, muitos Senadores estão viajando.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Sem dúvida. Mas com o advento da tevê e do rádio, a gente tem a certeza de que o Brasil inteiro vai tomar conhecimento dessa ação.

Tivemos essa audiência em que registramos doze encaminhamentos. Naquela primeira audiência foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- que fosse constituído um grupo de trabalho com os Senadores presentes, a fim de realizar ações coletivas de sensibilização do conjunto dos Parlamentares e dos governos sobre a eficácia do Programa de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme em todo o Brasil;

- que fosse feita uma indicação ao Ministério da Saúde para que, através do Conas – Conselho Nacional de Secretários de Saúde –, seja feito um termo de pactuação entre Estados e Municípios para a concentração de ações e recursos em todo o Brasil para o programa e, por fim, ser constituído um cadastro nacional;

- que o exame de eletroforese seja amplamente fornecido pelo SUS – Sistema Único de Saúde – para as pessoas adultas, visando constituir, de fato, o cadastro nacional.

Eu quero registrar que, aqui em Brasília, o laboratório Sabin – não sei se compareceu ou não compareceu – disponibilizou-se a fornecer, gratuitamente, a partir da nossa intervenção, esse exame de eletroforese para o povo em Brasília. É importante registrar

isso, porque aqui foi dito que o exame custava R$5,10 para a tabela SUS e era factível, mas a gente sabe que ainda não acontece.

Naquela audiência, nós estivemos com o Senador Eduardo Amorim, e eu ontem fiz questão de falar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Paulo Davim e Eduardo Amorim; ambos estavam na reunião.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Isso.

Mas eu fiz questão de fazer um contato com o nosso Presidente do Cetrab lá em Sergipe, Aracaju, e ele colocou para nós que os equipamentos estão lá – estão lá os equipamentos –, mas ainda não se sabe como começar os exames. Essa é a realidade.

Eu não posso deixar de registrar isso, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É claro. Aqui é ao vivo e em cores.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Continuando:

- que cada Parlamentar acompanhasse as ações em seus Estados e, assim sendo, caberia a eles verificar como fazê-lo.

Nós encaminhamos – e vocês vão ver mais à frente – ofício a todos os Senadores desta Comissão, independentemente do que foi feito pela Comissão, para que eles contatassem os seus governadores e conclamassem, pedissem que eles encaminhassem os representantes dos secretários e até o secretário. E fico aqui muito feliz de ver o Secretário do Estado do Rio Grande do Norte, a representação de São Paulo,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De Alagoas.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – E do DF.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Do DF, apesar de nós termos 27 Estados da Federação.

Esta é a parceria que nós estamos tentando: fazer com que o Parlamentar nos ajude.

E prossigo com os encaminhamentos:

- que, em 2012, seja instituído o Ano Nacional da Conscientização da Doença Falciforme em ações efetivas para a instituição do Ano Internacional;

- que seja realizado um ato alusivo ao Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes no final do ano, visando à apresentação da campanha: 2012, Ano Nacional da Conscientização da Doença Falciforme.

E essa é uma lei que eu quero provocar aqui no nosso Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então o faça.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – É uma lei muito simples. Há umas até que são... É um artigo só, um artigo só. Nós esperamos que, com a realização, com o Ano Nacional de Conscientização da Doença Falciforme, possamos concentrar ações efetivas durante todo o ano para o fortalecimento da política.

Cito outros encaminhamentos:

- que aquelas comissões fizessem um requerimento às respectivas presidências para garantir uma publicação do painel ali apresentado, a fim de garantir a divulgação entre todos os Senadores e ao Brasil da necessidade de conscientização da doença falciforme;

- que saísse daquela audiência pública uma provocação positiva aos governadores, independentemente de partido, porque os painéis apresentados deixaram muito claro: se o Rio de Janeiro e Minas Gerais podem, por que os outros não podem? Que esse exemplo seja seguido.

São Paulo também; Rio Grande do Norte também; Alagoas também. Está crescendo, está crescendo. Provocação positiva.

Muito bem. E continuando:

- que a peça orçamentária destine recursos para a saúde da população negra, com ênfase na questão da doença falciforme, como um compromisso da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- que daquela audiência fossem pontuadas as reais necessidades e interesses para que o Senador Walter Pinheiro, na qualidade de Relator do PPA, pudesse ir de encontro à peça orçamentária e ao PPA para os acréscimos que se fizerem prementes;

- e que as decisões tomadas naquela audiência fossem levadas ao conhecimento do Ministro da Saúde e que fosse marcada audiência com ele, com as comissões envolvidas e com os participantes da Mesa.

O Senador Eduardo Amorim solicitou que houvesse uma intervenção do Senador Walter Pinheiro junto às questões orçamentárias para que os recursos de emendas que forem destinados ao Ministério da Saúde entrem como dinheiro novo e não seja retirado do seu próprio recurso. Essa é uma questão que foi entendida naquele momento.

Muito bem. E nós chegamos a esta audiência, encontrando uma carta que foi assinada em Brasília, neste ano, em julho de 2011, em que os Secretários Municipais de Saúde, reunidos no XXVII Congresso Nacional de Secretários Municipais de Saúde e no VIII Congresso Brasileiro de Cultura e Paz e Não-Violência, reiteraram o compromisso com a saúde de todos os brasileiros e com a consolidação e defesa do Sistema Único de Saúde. Propuseram, então, a construção de uma agenda política para dialogar com a sociedade e

que explicite a defesa da saúde pública universal. E aí está envolvendo a atuação do Conasems, Cosems, das Secretarias Municipais de Saúde do Brasil e do Conas também, que foi citado nos nossos encaminhamentos.

Encontramos também a carta-compromisso – nós a trouxemos para vocês – em que os representantes das três esferas de gestão do Sistema Único de Saúde e do Fórum Nacional de Usuários do SUS, também reunido, reiteraram o compromisso com a saúde de todos e todas com a consolidação e defesa do Sistema Único de Saúde para a garantia do direito da saúde.

Muito bem. Existem vários encaminhamentos, várias leis, vários artigos que foram citados aqui. São encontros, simpósios, conferências, e a nossa amiga Margarida falou do Fórum Nacional de Políticas Integradas, que é o norteador hoje. E, nesse fórum, foram apresentadas algumas propostas importantes, propostas de articulação junto ao Governo Federal, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, que também foram colocadas aqui.

Eu vou acelerar um pouquinho.

É necessário extensão para todos os Estados brasileiros do diagnóstico; democratizar as relações sociais. Em resumo, a significativa dimensão do acometimento da doença falciforme e o diagnóstico das dificuldades enfrentadas pela maioria exigem políticas públicas amparadas em legislação própria.

E aí, meu prezado Senador Paulo Paim, eu quero deixar aqui... Seria muita pretensão nossa trazer uma sugestão de projeto de lei, considerando que nós estamos dentro de uma Casa de Leis...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero dizer que você está corretíssimo. Só para dar-lhe um exemplo: eu tenho mais ou menos mil projetos tramitando nas duas Casas – mil e poucos; nenhum, eu diria, é de minha autoria. Todos eles vieram de sugestão de fora para dentro. Eu os acatei e encaminhei. Por isso, você está correto em apresentar sugestões. Depois, a gente senta com a assessoria para encaminhar os projetos.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – E aí eu quero lembrar a sua fala, a sua provocação passada, na audiência anterior, quando o senhor disse: se o Rio de Janeiro pode, por que não pode? Quero dizer que, no Rio de Janeiro, nós temos uma lei do então Deputado Estadual Marcelo Dias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Acho que é Marcelo Dias.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Isso. É uma lei que institui o Programa de Acompanhamento das Pessoas Portadoras de Doença Falciforme.

Eu acho que o Executivo tem feito o seu papel. A sociedade tem feito o seu papel. Do que nós precisamos, neste momento, é de que haja uma lei federal, uma lei maior, para que exija que as ações que são citadas no fórum, nos encontros, nos simpósios sejam obrigatórias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixa eu registrar a presença da nossa Vice-Presidente, a Senadora Marta Suplicy, que tem nos ajudado sempre em todas as linhas. Mesmo a simbologia do Dia do Zumbi, se foi aprovada recentemente, foi porque ela trabalhou. E a Presidente Dilma há de sancionar. *(Palmas.)*

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, obrigada pelas palavras.

Bom dia a todos!

Vou ter que ser muito breve. Eu vou ouvir o final das suas palavras, mas tenho que receber o Primeiro-Ministro da Hungria, que está chegando. Mas eu gostaria também de falar alguma coisa.

Bom,deixe-me falar. Desculpe a forma como está...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vice-Presidente fala sentada, fala em pé, fala da forma como quiser aqui.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando Prefeita de São Paulo, coloquei o exame como obrigatoriedade, e o resultado, realmente, é muito bom. Sei que há outras cidades, várias já – Estados, acho que não. Por isso, queria falar realmente da importância, que é algo que não acarreta um custo enorme para o Município e a diferença é grande. São vidas que são preservadas.

Então, quero parabenizá-lo, Senador Paim. Primeiro, V. Exª tem feito reuniões e discussões aqui, nesta Casa, e na área dos direitos humanos muito importantes, em todas as áreas – não em uma, mas em várias. Várias comissões, várias discussões que têm ampliado os interesses e levado à população brasileira temas que, muitas vezes, não são nem conhecidos. Então, a importância desta reunião hoje, aqui, também é para que possa ser explanado, porque nós temos a TV Senado, uma televisão bastante vista, e a Rádio Senado, também bastante ouvida no Brasil todo.

O exame do nascituro para exatamente fazer esse diagnóstico da anemia falciforme é muito importante.

Então, parabenizando todos, vou lá cumprir o meu papel de Vice-Presidente.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Por isso que S.Exª é Vice-Presidente. Esta é a Marta Suplicy. *(Palmas.)*

Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy, Vice-Presidente da Casa.

Volto a palavra para o Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras, que tem contribuído muito. A outra audiência ele ajudou a organizar, e esta também.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Então, buscando concluir, nós vamos ter, do dia 30 de novembro a 4 de dezembro, a 14ª Conferência Nacional de Saúde do SUS, aqui, em Brasília. Acho que é a oportunidade que temos de estar encaminhando o que já foi encaminhado ao longo desses anos. É importante enfatizarmos essa questão.

A União é o principal financiador da saúde pública no País. E a União formula políticas nacionais, mas a implementação é feita por seus parceiros – Estados, Municípios, ONGs e iniciativa privativa.

Com o Pacto pela Saúde 2006, os Estados e Municípios poderão receber os recursos federais por meio de cinco blocos de financiamento. Importante entendermos que, antes do pacto, havia mais de cem formas de repasse de recursos financeiros, o que trazia algumas dificuldades para sua aplicação. E hoje temos esse trabalho, esses blocos resumidos aí.

Queria trazer uma pessoa que foi convidada, nossa madrinha da campanha 2012, mas que não pôde vir. Mas eu queria trazer para relembrar o nosso companheiro...

A SRª ISAURA CRISTINA SOARES DE MIRANDA – Bem lembrada essa coisa do dia 27 de outubro.

A minha sugestão é que saiamos daqui realmente com metas objetivas, que inclua a Campanha Nacional da Anemia Falciforme. E já que temos o dia 27 de outubro, por que não o dia 27 de outubro de 2011, logo, já, para a gente começar essa campanha?

O ano vai acabar muito rápido. Eu acho que em dois...

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Ah, meu Deus! Acabou mesmo. É alguma falha técnica, me perdoem. Nós a trouxemos.

E eu quero aproveitar a oportunidade para entregar a camisa. Não pudemos fazer muitas. É a camisa da campanha "2012, Ano Nacional pela Conscientização da Doença Falciforme", ao nosso Senador Paulo Paim e apresentar os nossos parceiros nessa campanha. *(Palmas)*

Como eu disse, nós já... Foi o documento que nós encaminhamos aos Senadores, aos 81 Senadores que compõem esta Casa Legislativa para que fossem contatados os governadores, como falei para vocês anteriormente, para que eles pudessem estar aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não estão, mas vamos trabalhar. Quem sabe no ano que vem a gente consiga fazer um grande evento com a presença dos governadores ou, pelo menos, de todos os secretários de saúde. Vamos trabalhar nesse sentido. *(Palmas)*

Eu sei que o Rio Grande do Norte vai dizer: eu já estou aqui; voltarei. Alagoas e DF, também.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Gostaríamos ainda que reforçasse o nosso convite com uma ação convocatória junto aos governadores de seus Estados para a participação e o comparecimento dos citados Secretários de Estado de Saúde ao Senado, em data a ser definida no término desta audiência, informando ainda que um dos encaminhamentos da primeira audiência a qual tratou da doença, em 24 de agosto, foi o lançamento da campanha: "2012, Ano Nacional da Conscientização da Doença Falciforme".

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe que ele conclua. Depois a gente vai passar para as considerações finais.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Juro que vou concluir. Juro, juro. Concluindo, concluindo.

Este é o dia nacional de luta pelos direitos... As palavras do Senador Paulo Paim. "Creio que é o primeiro passo para que o Governo incentive a pesquisa sobre essa doença prevalente na população negra e pobre e desenvolva campanhas públicas de educação sobre o tema", disse o Senador Paim quando da promulgação da Lei nº 12.104.

Se o som funcionar, nós temos aqui, fechando, o dia nacional. Será que o som vem? Vai ser rápido.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ainda estava dizendo: vamos jogar a foto dela ali e a voz.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – É... Ah, meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas valeu, valeu. *(Palmas)* Tudo é ao vivo.

Quero só dizer aos nossos convidados que todos terão oportunidade de fazer agora as suas considerações finais, mas, antes das considerações finais, depois da brilhante palestra do Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras, que deu um quadro geral, recordou a audiência passada e apontou os caminhos daqui para a frente, como havíamos pedido que a orquestra "Zumbi" nos desse mais um minutinho de atenção, eu os convoco para que agora nos prestigiem. Em seguida, passaremos a palavra para todos os convidados, para as suas considerações finais.

Peço aos convidados que fiquem na primeira fila de preferência. Os painelistas virão para a primeira fila e terão a oportunidade de fazer as suas considerações

finais logo após esse momento da orquestra "Batucada de Zumbi", que ficou aguardando esse encerramento. Quando eles cantaram aqui "O Abraço Negro" arrepiaram todo o plenário. Eu sei que o Brasil se arrepiou. Como alguém disse, quem não se emociona com a batida do tambor, brasileiro não é.

Então, vamos ter mais esse momento e, em seguida, vamos para as considerações finais dos nossos convidados.

Secretário, pode ficar aqui. Os que estavam na Mesa ficam e os que não estavam vão para a primeira fila.

(Exibição da orquestra "Batucada de Zumbi")

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos aqui ao cinegrafista Lulian Valadão; ao estagiário Marco Paulo Silva Teixeira; à orquestra Batucada de Zumbi; aos músicos Jorge Nóbrega da Silva, Cristiano Gomes da Silva, Tiago Bruno Ferreira Calazans, João Paulo Leite dos Santos Moura, Lucas Costa Santos, Valdison Lopes da Cruz Silva e Victor Fabrício Nóbrega da Silva.

Agora, passemos às considerações finais, começando pela primeira Mesa. Se estiver ainda presente, passamos a palavra à Carmen Solange Maciel Franco, que está aqui.

Eu pediria que cada um falasse, no máximo, por três minutos, nos ajudaria muito.

Carmem, com a palavra. Em seguida, Margarete.

A SRª CARMEN SOLANGE MACIEL FRANCO – Bom dia àqueles que não estavam no momento em que fizemos a primeira Mesa. Agradeço o convite, em nome da Drª Joice, do Ministério da Saúde. Estamos aqui presentes. Além de estarmos aqui em Brasília nesta audiência, estamos tendo outras audiências públicas, comemorando o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

Agradecemos a participação de todos, Drª Cristina, Drª Margarida, Dr. Marcelo Monteiro, do Rio Grande do Norte, do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Brasília também presente.

A SRª CARMEN SOLANGE MACIEL FRANCO – Temos bastante gente de Brasília. E Porto Alegre lhe mandou lembranças pela Neusa, que falou: "Não deixe de falar no meu nome"....

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Rio Grande do Sul presente. Pronto. Rio Grande do Sul chegou.

A SRª CARMEN SOLANGE MACIEL FRANCO – ...da Agafal. Agradecer todo o apoio que o senhor está dando. Que continue lutando. Esta luta vem há muitos anos com o senhor. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! A Carmem aqui falou pelo Ministério da Saúde. A Drª Margarete fala pelo DF.

A SRª MARGARETE DALDEGAN – É comemorar tudo que foi esta manhã, um marco importante. Apenas uma correção: lendo o jornal, eu vi que a fonte é o Ministério da Saúde, mas aqui ele cita como se o DF não estivesse incluído com o teste do pezinho. Isso não é verdade. Tem que, depois, ver como corrigir isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço à secretaria dos trabalhos que faça a devida correção.

A SRª MARGARETE DALDEGAN – Essa luta é uma luta de todos os dias, os pacientes sabem. Isso passa pela consciência de que todos os conselhos ligados ao SUS batalhem. Essa é uma luta de todos os dias, não é uma luta que fica no papel. O SUS é maravilhoso, mas ele existe onde as pessoas cobram com eficiência aos gestores. Então, isso exige que cada um de nós cobre uma atenção à saúde, que vai da rede primária até as emergências, mas cobre muito para que existam os profissionais, para que a hemoterapia seja muito boa e que à chegada de um falcêmico a qualquer serviço de emergência seja considerado um atendimento em menos de uma hora, porque é o tempo máximo em que deve ocorrer, para que não tenha uma sequela

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Drª Margarete! Passamos a palavra à Ana Palmira, representante da Federação Nacional das Associações de Doenças Falciformes.

A SRª ANA PALMIRA SOARES DOS SANTOS – Em nome da Federação, em nome das 43 associações existentes em todo o País, eu gostaria de agradecer a iniciativa do Senador Paulo Paim, que não é pontual. Nós sabemos do histórico de todo movimento e apoio que V. Exª vem dando à causa, que é justa, é necessária. Realmente, a doença falciforme vem invisível até certo momento. A partir do momento que o controle social começou a se movimentar e a buscar nos órgãos competentes o apoio e o acesso, nós estamos vendo alguma luz no fim do túnel para a melhoria da atenção às pessoas. Sabemos que a atenção está lá no Município. Portanto, nós, associação, temos um papel preponderante e importante em cada Município, consequentemente, nos Estados e na Federação, com as leis e com o apoio parlamentar.

Então, em nome da Federação, quero agradecer e dizer que este 27 de outubro, além de ser meu aniversário, também é um dia muito importante para todas as pessoas que são acometidas pela doença falciforme no País, as que sabem e as que ainda venham a saber, por conta da inserção da triagem neonatal em

todos os Estados brasileiros, que é o que buscamos como controle social. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Se vocês me permitirem, já que a Ana Palmira está de aniversário, a orquestra já foi embora, mas eu vou dizer aqui: Parabéns a você, nesta data querida, muitas felicidades, muitos anos de vida! Vida longa à Ana Palmira e a todos os lutadores desta causa!

Passamos a palavra, neste momento, ao Elvis Silva Magalhães, coordenador da Associação Brasiliense de Pessoas com Doenças Falciformes e que é um vencedor. Que bom poder dizer isso!

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – Agradeço à Casa, ao apoio de todos, aos amigos do Cetrab, a quem já pedi desculpa por não tê-los citado. Eu os tenho visto, eu os acompanhei – Marcelo, Leonel – aqui na Casa e em outros lugares.

O que nós percebemos é que a união faz a força – é uma frase muito dita – e a gente sabe disso. A partir do momento que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as associações, os médicos, todos trabalhem em prol de melhorias na doença falciforme, a gente percebe a mudança. De 2005 para cá, depois da Portaria 1391, de 16 de agosto de 2005, a gente percebe que as coisas têm acontecido. A união, realmente, faz a força.

Eu queria fazer uma homenagem aqui a todos esses médicos que me acompanharam durantes esses 38 anos – agora, estou com 44 –, aos profissionais de saúde, assistentes sociais, enfermeiros que me acompanharam no HUB, que se chamava HSU, o Hospital dos Servidores da União, depois, Hospital Presidente Médici. Eu costumo dizer que eu cheguei ao HSU para a inauguração e acabei ficando internado. Foi uma luta de 38 anos e a gente sabe que nada é feito sozinho, se não houver o empenho dos profissionais de saúde, dessas pessoas maravilhosas que a gente tem visto aqui. No dia 31 de dezembro – não vou citar nomes – estão lá trabalhando pela pessoa com doença falciforme. Isso é emocionante.

Agradeço aos meus pais, que foram pessoas fundamentais, ao meu irmão e aos amigos da nossa associação. A gente sabe que só mesmo com essa união vai conseguir chegar a algum lugar. Muito obrigado. Fiquem com Deus!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Diz o nome dos seus pais. Acho que é uma homenagem a eles.

O SR. ELVIS SILVA MAGALHÃES – A minha mãe se chamava Maria Policena de Souza Magalhães. Ela faleceu em 1989, de câncer. Uma pessoa que passava noites e noites comigo em hospital, para depois, no outro dia, de manhã, chegar em casa e ter três trouxas de roupa de famílias, que ela pegava para lavar, fazer pão de queijo para eu vender, torrar amendoim. Uma vida inteira de grande luta. Nós passamos muita dificuldade. Por isso a gente aqui tem esse empenho para que todas as pessoas tenham melhor condição de vida, principalmente as pessoas com doença falciforme. Nós sabemos muito bem o que é viver com doença falciforme, com todos os aspectos que a incluem – psicológico, social, do trabalho. A gente fica muito feliz quando vê tantas pessoas reunidas em prol de um doença para a qual a gente busca visibilidade na sociedade. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma história bonita. Um orgulho para todo brasileiro. Parabéns!

A Ministra já se retirou, já fez as suas considerações.

Seguindo a lista, vou passar a palavra ao Dr. Domicio Arruda Câmara Sobrinho, Secretário de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte.

O SR. DOMICIO ARRUDA CÂMARA SOBRINHO – Nesta rodada final, gostaria só de agradecer a todos vocês por esta manhã, que será realmente inesquecível. Eu acho que o gestor tem que estar também próximo do usuário.

Eu não vim especificamente para esta audiência. Houve uma reunião, ontem, dos secretários estaduais de saúde e resolvi ficar. Eu acho que saio muito mais rico desta audiência pública.

Agradeço bastante o convite que me foi feito pelo Senador Paulo Paim e também ao meu amigo Paulo Davim, que me estimulou para estar aqui.

Dou o testemunho de que estive vendo agora as mensagens em duas cidades do interior do Rio Grande do Norte. São pessoas que assistiram pela televisão e mandaram. Inclusive uma delas fez até uma cobrança: "O que é que a Secretaria do Rio Grande do Norte está fazendo nessa guerra?".

Portanto, eu vou ter que mostrar serviço aos meus conterrâneos.

Muito obrigado, realmente, de coração, a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Dr. Domicio Arruda Câmara Sobrinho, Secretário de Estado de Saúde do Rio Grande do Norte.

Passamos a palavra neste momento a Margarida Tojal, Assistente Social que representa aqui o Secretário de Saúde de Alagoas.

A SRª MARGARIDA MARIA SOARES TOJAL PIRES – Eu quero mais uma vez pedir desculpas pela ausência do Secretário, pedir desculpas também pela

minha inquietação ao interromper a fala do Marcelo, mas é porque eu sou muito inquieta.

Queria fazer uma ressalva importante que acho que a Drª Margarete deve saber. Além do teste do pezinho, acredito que é também importantíssima a questão do doppler transcraniano, que é um exame que vai identificar as pessoas com anemia falciforme e pode evitar o AVC.

No nosso Estado, já tivemos oportunidade de realiza-lo, nos meses de junho e julho, em 86 pacientes. No dia 4 de novembro, vamos estender para mais 65 pacientes. E queremos agradecer o apoio do Ministério ao disponibilizar o profissional de Neurologia e todos os aparelhos necessários para esse exame. É uma condição importantíssima para evitar sequelas mais graves nos diagnósticos.

Mais uma vez, agradecer, dizer que nosso Estado, apesar de pequenino, também está na luta e que somos apaixonados por essa patologia, porque todos nós somos afrodescendentes – eu acredito – através da miscigenação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Margarida Tojal, Assistente Social que representou aqui o Secretário de Estado de Saúde de Alagoas e fez questão, na sua fala anterior, de fazer um aparte até à orquestra para dizer: "Zumbi, Zumbi dos Palmares. Palmares, Alagoas".

Passamos a palavra de imediato a Isaura Cristina Soares de Miranda, médica que aqui representou a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

A SRª ISAURA CRISTINA SOARES DE MIRANDA – Quero agradecer o convite, como já falei anteriormente, o que eu aprendi, e quero ter várias emoções como senti com a fala do Sr. Elvis aqui. Eu já o conhecia, o seu nome é sempre referendado em todas as reuniões, principalmente naquelas que estamos fazendo sobre o transplante.

Parabéns a todos. E reitero meus parabéns à iniciativa do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valeu, Drª Isaura, que falou pelo Secretário de Saúde do Estado de São Paulo.

Vou passar a palavra nesse momento ao Marcelo dos Santos Monteiro, que é o Presidente do Centro de Tradições Afrobrasileiras, também para as suas considerações finais.

O SR. MARCELO DOS SANTOS MONTEIRO – Quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade e fazer o encaminhamento do quarto congresso, é isso? Agora esqueci. Décimo quarto. É o que vamos realizar aqui na conferência. Isso.

E quero dizer o seguinte... Quero ressaltar aqui, na qualidade de... E queria, inclusive, cumprimentar Mãe Baiana e Pai Marcos, Nhá Dolores, Mãe Carmen e Mãe Solange, que são de orixás. Quero dizer da importância da identificação. Uma doença em que há identificação em todos os gráficos de idade.

Na África, dentro da cultura *iorubá*, com três dias de nascido, o babalaô vai até a casa da criança – que fica fechada, não sai de lá, não tem visita por conta disso que parece ser um preceito –, mas para realizar uma coisa que se chama "*akossediaiê"*. É quando o babalaô vai fazer o diagnóstico de toda a vida dessa criança e identifica se ela é *abiku,* aquele que nasce para morrer.

Quando isso não acontece... Mas temos uma cultura importada aqui no Brasil, e, portanto, este é o papel do sacerdote: identificar os caminhos do povo brasileiro – aqueles que buscam, através da religiosidade africana, identificar o seu destino.

E aí nós, do Cetrab, que temos, no Rio de Janeiro, pessoas... Não só do Cetrab, mas nós, das comunidades tradicionais de terreiro, que temos pessoas fazendo parte dessas associações e da federação, enfim, temos o compromisso de fazer um trabalho de conscientização, esse projeto que vimos fazendo aqui, em Brasília, e que vamos estender para todo o Brasil, que é o de conscientização da doença falciforme, através das comunidades tradicionais de terreiro.

É um projeto que já iniciamos por nossa própria conta e a que vamos dar continuidade, porque acreditamos na importância da identificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Marcelo dos Santos Monteiro, Presidente do Centro de Tradições Afro-Brasileiras.

Eu havia dito, há poucos minutos, que, se o Vladimar de Rocha Moreira, da Bahia, que tem a doença falciforme, quisesse dizer algumas palavras...

Está com o microfone o Vladimar.

O SR. VLADIMAR DE ROCHA MOREIRA – Gostaria de agradecer ao Senador a oportunidade.

Gostaria de dizer a vocês que já tive seis AVCs e que continuo lutando em prol da anemia falciforme, junto com o Elvis. Estou lutando pelo transplante também, para ver se vai dar certo. Mas não é 100% ainda de certeza. Ainda tenho de fazer a tal da HLA.

Então, gostaria de citar que é muito importante divulgar o transplante de medula, porque é a única forma de tratamento curativo. O único tratamento curativo que existe no mundo é o transplante de medula.

Então, gostaria só de reforçar isso, de ressaltar a importância da divulgação do transplante de medula, para que outras pessoas não venham a ter sequelas

iguais às que tenho. Já tive seis AVCs, uma necrose da cabeça de fêmur, que dói para caramba. Então, já sofri bastante, até mesmo porque não tenho nem mãe nem pai.

Então, gostaria só de ressaltar para as pessoas com anemia falciforme que valorizem muito seus pais, porque é ruim demais não ter pai nem mãe, que dão força, apoio, que estão do seu lado.

Gostaria de agradecer novamente ao Senador a oportunidade. Obrigado. *(Palmas)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vladimar da Rocha Moreira. Você arrasou aqui, Vladimar. Deixou uma mensagem, com poucas palavras, que, tenho certeza, quem está assistindo à TV Senado não há de esquecer. Você lembrou o que o Elvis tinha dito, que temos de fortalecer o transplante de medula, e você contou um pouco da sua história. No final, deixou uma mensagem. E a mensagem mexe com todos nós. Ou seja, ame os seus pais, viva com seus pais, respeite os seus pais. Que bom que vocês têm pais, diz ele – e eu também já não os tenho –, e você não sabe como é triste viver longe deles, porque eles faleceram. Vladimar, você arrasou. Deu uma mensagem de sabedoria de vida para muita gente.

Vou terminar nossa audiência pública agradecendo a todos. Vou me apropriar, Elvis, e por isso a Assessoria já deixou lá, foi você quem leu esta bela composição do Richard. Vou me apropriar para terminar, homenageando a todos, agradecendo a todos. É com estas palavras que vou terminar, palavras ditas pelo Elvis. Eu iniciei dizendo que a informação que eu recebia era que não tinha cura a anemia falciforme. Você, com muita elegância, com muita categoria, com muita diplomacia, foi colocando a verdade dos fatos e deixando-me perante bem o público. O Senador pisou na bola, e ele salvou o Senador. Ele me explicou com muito jeito, com muito carinho – e aí mostra toda a sua liderança, Elvis –, que existe sim e você é o exemplo vivo da cura via transplante de medula.

Então, termino com as palavras do Elvis, que são também uma lição de vida, para que a gente entenda a profundidade do que está escrito ali. Sou metido a escrever algumas poesias, mas essa aí matou todas que já escrevei e mais um pouco ainda.

Então, terminamos dizendo o seguinte – palavras ditas pelo Elvis: todas as pessoas, todos os acontecimentos da tua vida estão lá, porque tu os levaste para lá, o que decidires fazer com eles depende unicamente de ti.

Viva a todos! Viva esta luta! Está encerrada esta audiência pública.

(*Iniciada às 9 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 23 minutos.)*

ATA DA 82ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 31 DE OUTUBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Vicentinho Alves e Cyro Miranda** e os não membros **Senadores Jorge Viana, Blairo Maggi e Casildo Maldaner.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 121, de 2011–CDH, aprovado em 25/08/11, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater "a reforma do Código Florestal na visão dos Direitos Humanos". Convidados: Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Raul Silva Telles do Valle, Advogado e Coordenador Adjunto do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental; José Batista de Oliveira, Dirigente do Movimento dos Sem Terra; Mário Mantovani, Diretor da SOS Mata Atlântica, em representação ao Senhor José Carlos Carvalho, Engenheiro Florestal, Ex-Ministro do Meio Ambiente e Ex-Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais; Rosane de Mattos, Membro da Comissão Nacional Permanente da APIB – Articulação dos Povos Indígenas e Cleber Cezar Buzato, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário. Fazem uso da Palavra os senhores Senadores Paulo Paim, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 82ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 121, de 2011-CDH, aprovado em 25/08/2011, de autoria deste Senador e de outros.

Motivo: debater o Código Florestal na visão dos direitos humanos.

Convidados: Dom Leonardo Ulrich Steiner, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil; José Carlos Carvalho, Engenheiro Florestal, ex-Ministro do Meio Ambiente e ex-Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais; Raul Silva Telles do Valle, Advogado, Coordenador Adjunto do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental; João Paulo Rodrigues Santos, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Rosane de Mattos, membro da Comissão Nacional Permanente da Apib – Articulação dos Povos Indígenas; Cleber Cezar Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista e Missionário; e Ivo Fonseca, Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

O Relator do Código Florestal, meu amigo, o Senador Jorge Viana, já se encontra aqui no Senado. Ele foi apenas registrar presença no plenário para a fala da tarde, mas vai estar conosco a partir das 9h20.

Audiência pública: Código Florestal.

Só para situar aqueles que estão assistindo à TV Senado, hoje, aqui na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a reforma do Código Florestal sob a ótica dos direitos humanos.

O texto do novo Código Florestal em análise aqui no Senado é de extrema importância para toda a sociedade brasileira. O texto diz respeito à vida, à dignidade da pessoa humana, à natureza e ao desenvolvimento sustentável.

Nesse aspecto, ambientalistas, indígenas, negros, quilombolas, agricultores grandes, médios e pequenos estão com o olhar atento a esse debate.

Hoje, o papel da Comissão de Direitos Humanos é ouvir a contribuição de representantes desses segmentos e encaminhar para o Relator as contribuições aqui apresentadas.

Repito que o Relator, Senador Jorge Viana, estará presente neste debate.

De pronto, convido o Frei Leonardo, que já se encontra aqui, para que ele venha à Mesa. Dom Leonardo, Secretário-Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, já se encontra conosco, para a nossa alegria, aqui na Mesa.

Também já se encontra conosco o José Batista, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Reafirmo que o Relator, Senador Jorge Viana, já esteve aqui e dentro de cinco minutos vai estar conosco. Eu dizia para ele que às nove e meia, o mais tardar, estaríamos iniciando os debates.

Preparei algumas perguntas sobre as quais eu gostaria que, no desenrolar da reunião, os nossos convidados pudessem expor o seu ponto de vista. Eu mesmo pergunto: quais os principais pontos que geraram mais polêmica no Código Florestal? Aí, no desenrolar do debate, cada um vai expor o seu ponto de vista.

Eu mesmo levantei aqui a questão dos pequenos agricultores, a questão das APPs – é um ponto também discutido –, a margem dos rios, a anistia ou não a quem desmatou já – é um tema que está em debate.

Eu apenas vou listar aqui para nós irmos ganhando tempo, depois vocês, naturalmente, cada um vai colocar o seu ponto de vista: como é que vocês estão vendo o relatório do Senador Luiz Henrique; as regras permanentes; as regras transitórias; os manguezais; inventário florestal; agricultura familiar; a questão quilombola; a questão indígena.

Naturalmente, vocês aqui vão expressar um ponto de vista que vai ajudar a posição da própria Comissão de Direitos Humanos quando tratar do tema no plenário. Explicamos que o Código Florestal não passa por esta Comissão, mas é obrigação da CDH debater um tema como esse, que interessa – permitam que eu diga isto – ao Planeta, interessa ao Planeta e não somente ao Brasil. Por isso que a nossa Comissão... Como fez, inclusive, na Comissão da Verdade, quando fizemos aqui um belo debate, ouvindo os familiares dos torturados, dos desaparecidos, embora eu soubesse que o projeto iria para o plenário em regime de urgência e passaria, no fundo, somente por uma comissão, que seria a CCJ. Nem por isso nós deixamos de fazer o debate aqui. Eu, particularmente, acharia que tanto a Comissão da Verdade deveria ter um debate mais aprofundado nesta Comissão, como também o Código Florestal, que tem tudo a ver com a questão dos direitos humanos. Mas, se essa foi a decisão tomada pela maioria da Casa, naturalmente eu respeito. A Comissão da Verdade já está aprovada e vamos torcer para que efetivamente ela consiga esclarecer todos os fatos que aconteceram, principalmente durante o golpe militar, a partir de 1961, eu diria – mas a decisão foi de que vai ser desde 1946, a decisão tomada.

Faço isso porque o debate do Código Florestal, no meu entendimento, é uma questão tão emblemática e tão importante que merecia, e merece, um debate aprofundado e qualificado, como sei que faremos.

De pronto, quero mais uma vez agradecer, e quero convidá-lo para a mesa, faço questão de que esteja conosco aqui...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PPRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sim, imagina! Não é todo dia que se bota o

relator mais disputado do Brasil aqui, na Comissão, para ouvi-los.

Jorge, queria de pronto agradecer. Fiz o convite na quinta-feira à noite...

Fiz o convite para o Jorge na quinta-feira e ele disse: "Olha, Paim, eu não poderia, mas vou mudar minhas agendas e estarei aqui; vou mudar o meu voo e estarei aqui na segunda-feira de manhã. Faço questão de ouvir todos para que nós caminhemos para uma redação final que seja aquela que construa, no campo da razoabilidade e do bom senso, o que seja o melhor para o País".

Então, de pronto, vamos iniciar o debate. Só fiz uma pequena introdução, falando da importância deste momento.

Então, vamos começar...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vocês que...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, tá! O Leonardo diz que para ele não tem tempo ruim: "se é para ser o primeiro, sou o primeiro". E vamos lá já!

Então, com a palavra...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, o nosso Relator primeiro.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu só queria, antes de mais nada, cumprimentar o Senador Paim, que é o madrugador do Senado, está sempre a postos bem cedo. Toda semana, Dom Leonardo, o Paim é o primeiro a abrir os trabalhos do Senado na semana, e o mais cedo também. E eu fiz questão de estar aqui tanto pelo convite do Senador Paim, como, também, pelos contatos que o Raul, do ISA, tem feito sempre comigo.

Aqui, acho que é uma maneira de, institucionalmente, registrarmos as preocupações de entidades que estão ajudando na precaução que o Brasil deve ter com uma lei, Dom Leonardo, tão complexa como essa e tão importante. Mas também queria aproveitar e registrar a ajuda, a contribuição que várias entidades estão dando, através de pessoas que as representam. No caso, refiro-me também ao Raul, que tem ajudado desde o primeiro momento, não está se negando, tem as posições bem explícitas do ISA, mas sempre que é chamado, seja aqui ou junto ao Governo, para alguma interlocução, tem comparecido. E assim tem sido, de alguma maneira, o envolvimento de várias entidades.

Esse é um debate que diz respeito diretamente aos interesses da sociedade. Nada como a sociedade estar se manifestando.

Estou aqui na responsabilidade de Relator, em meu nome e do Senador Luiz Henrique, que tem sido um grande parceiro nesse trabalho e que me deu a prerrogativa de ajudá-lo ou de estar junto com ele quando isso não era necessário regimentalmente. Então, desde o começo, de alguma maneira, estou trabalhando junto com ele, que está em viagem e deve chegar hoje ao Brasil.

Ainda temos muito trabalho ao longo de todo o mês de novembro e uma audiência como esta certamente... Queria informar que ela está sendo gravada e nós temos assessores que estão nos ajudando a juntar todas essas informações, que serão consideradas. Então, é da maior importância que esta Comissão de Direitos Humanos, que é tão ativa, possa também ouvir setores tão importantes da sociedade, que têm algo sempre objetivo e, quando nada, nos trazem mais responsabilidade para conduzir esse tema que pode sim melhorar o Brasil, que pode sim preparar o Brasil inclusive para os novos desafios deste milênio e deste século, que estão só começando.

Hoje, Dom Leonardo, o mundo alcança a cifra de sete bilhões de pessoas. São sete bilhões de pessoas vivendo neste mundo. Não é pouca coisa. É um mundo insustentável, que tem mais de um bilhão e meio de pessoas passando necessidade, abaixo da linha da pobreza. Em muitas regiões do mundo, as pessoas não têm moradia. E, mesmo sabendo que precisa de tantos consertos, a gente segue danificando este mundo, fazendo uma intervenção inadequada no uso dos recursos naturais. Este mundo vendo sendo conduzido por governos, mas, de algum tempo para cá, as sociedades de vários países começaram a se manifestar. Já que os governos não resolvem, já que os governos com as suas políticas até pioram o mundo, nada como ter uma manifestação da sociedade no sentido de cobrar e até apontar soluções para os governos, para que este mundo fique um pouco melhor. Até 2050, nós corremos o risco inclusive de alterar a temperatura do Planeta, o que é algo inimaginável. E, se alterarmos, os mais pobres vão sofrer mais e o mundo vai entrar numa situação tão perigosa que vai ficar muito caro até para os ricos.

Então, é bom adotarmos medidas agora, enquanto é tempo. E o Brasil tem a oportunidade de, alterando essa lei, fazer uma série de mudanças boas para corrigir erros do passado, mas, essencialmente, para não agravar esses problemas no futuro.

Então, Presidente Paim, muito obrigado. Acho que os convidados não poderiam ser melhores. São

legítimos representantes das preocupações da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Senador Jorge Viana, Relator do Código Florestal.

Quando a gente lhe fez o convite, na quinta-feira à noite, como eu dizia, Jorge, antes de você chegar, de pronto você disse: olha, vou dar um jeito de estar aí para acompanhar esse debate, pela importância.

Às vezes, em temas emblemáticos como esse, é difícil colocar, numa segunda-feira de manhã, o Relator ou mesmo o autor da proposta, seja do Executivo ou mesmo do Legislativo... Por isso, vou tomar a liberdade de pedir a vocês uma salva de palmas para o meu Relator, que está aqui, firme, para o bom debate que faremos com certeza. *(Palmas.)*

Dr. Leonardo, permita-me ainda – eu sei que o Jorge vai concordar, assim como todos vocês...

A gente recebeu, neste fim de semana, a notícia de que o nosso querido amigo o ex-Presidente Lula está com câncer. Então, eu queria, neste momento, iniciando os trabalhos da semana no Senado, me dirigir ao nosso querido ex-Presidente Lula para dizer que todos estamos muito confiantes, com todas as nossas energias, a energia do universo, e Deus vai nos dar a luz, naturalmente, para que ele faça o tratamento que se inicia hoje, fique bom e volte para o convívio de todos nós com toda a sua força, toda a sua capacidade.

Sem sombra de dúvida, considero o Lula uma pessoa ímpar. Só vou ficar por aqui, senão vocês vão dizer: "Não, é porque você é amigo dele". É ímpar, é uma pessoa de uma grandeza enorme. Para vocês terem uma idéia – permitam que eu dê esta declaração –, durante todo o governo do Lula eu fui considerado um pouco rebelde aqui, no Congresso. E, na minha eleição para o Senado, o Lula foi para o Rio Grande e disse: "Olha, eu quero o Paim como Senador. Ele é o meu candidato aqui no Estado, ele é o meu Senador".

Vejam a grandeza! Só um estadista mesmo. Pela minha rebeldia, se fosse um cara que não fosse o que ele é, ele poderia dizer: "Não, o Paim só me incomodou lá, em muitos momentos". Mas, pelo contrário, ele gravou, e gravou um belíssimo... E dizia: "É o meu candidato ao Senado".

Então, é o meu querido amigo, meu querido ex-Presidente.

Tenho certeza de que você voltará rapidamente para o convívio de todos nós depois desse tratamento.

Jorge.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente, desculpe-me, mas, de fato, não podemos começar esta semana no Senado sem, quando nada – e estamos aqui com Dom Leonardo –, nos somarmos.

Cheguei do Acre ontem à noite e há uma comoção muito grande, voltada à solidariedade, porque o povo acriano também adora o Presidente Lula. E nós estamos seguros e temos muita fé em Deus de que ele, Dona Marisa e os familiares irão enfrentar mais esse grande desafio na vida do Presidente com a vitória. Tenho muita fé de que ele vai superar. Ele começa hoje o tratamento e devo minha vida, o que eu aprendi a ele. Há mais de 25 anos que, de alguma maneira, quem conduz um pouco os meus passos é o Presidente Lula.

Então, estou muito sentido, mas, ao mesmo tempo, tenho confiança, tenho fé em Deus de que ele vai superar mais esse desafio, porque é muito bom para o Brasil. Ele é um dos grandes líderes do mundo. O mundo, que é hoje um mundo sem líderes, tem no Presidente Lula um grande líder; e o Brasil, que ele mudou e transformou, quer seguir mudando e sendo transformado. Tomara e tenho fé em Deus que vamos seguir fazendo essas mudanças, com o Presidente Lula cheio de saúde e de alegria, e fazendo esses gestos, como fez com você, Paim! Mas ele é assim, ele não guarda rancor de ninguém e procura ajudar a todos. Ele é um exemplo, e, como exemplo, tomara que ele fique muito tempo neste mundo para nos ajudar a ter mais fé, mais confiança, e a ficarmos um pouco melhor! E o Presidente Lula nos ajuda a sermos seres humanos melhores.

Muito obrigado, Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Jorge! Acho que, com essa pequena saudação que fizemos pela TV Senado, que está ao vivo neste momento para todo o Brasil – como está a Rádio Senado, enfim, toda a nossa Agência do Senado, transmitindo esta audiência ao vivo –, tenho certeza de que o Lula vai receber a energia deste momento que todos estamos dedicando a ele.

Dom Leonardo.

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Senador Paim, Senador Viana, eu queria primeiro agradecer o convite para participar desta audiência pública. É um momento muito importante no encaminhamento do novo Código Florestal, e queria agradecer por esta oportunidade de a sociedade se manifestar aqui, no Senado.

O Comitê das Florestas reúne muitas entidades, muitos organismos. Nós ficamos surpresos de quantas pessoas, quantos grupos, quantas entidades se dispuseram à discussão. Houve uma movimentação muito madura, muito equilibrada, e, certamente, o que o Raul vai apresentar aqui, na Comissão, é um pouco a síntese desse debate, dessa discussão toda feita.

Eu queria agradecer por esta oportunidade de estar aqui e fazer uma pequena brincadeira também: olhem, chegar até aqui não foi fácil, não! (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fora do microfone*.) – Mas toda segunda-feira é isso.

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Não, é que, nas indicações para chegar, todas as portas eram sempre mais adiante ainda. (*Risos*.)

Então, só para dizer que, talvez, às vezes a gente precisa ter um pouco mais de diálogo ainda entre a sociedade e o Senado e a Câmara.

Também lembrar do nosso ex-Presidente Lula. A doença é sempre uma grande oportunidade que Deus nos dá, porque nós nos medimos com a finitude, mas também com a grandeza da nossa vida. E, certamente, desse embate, ele sairá muito mais amadurecido e muito mais ainda preparado para ajudar o Brasil como político que é.

Em relação ao Código Florestal, como grupo, como entidade, como comitê, nós temos diversos pontos que o Raul apresentará. Eu não vou repetir aqui.

Eu, da minha parte, apenas gostaria de recordar que a CNBB entrou no debate porque ela já vem participando dessa discussão há muito tempo. Nós dedicamos duas Campanhas da Fraternidade a esse assunto. Nós dedicamos uma Campanha da Fraternidade para a Amazônia, em que abordamos concretamente todas as dificuldades que lá existem e também a proposta de nós realmente não apenas cuidarmos dos povos que lá habitam, das pessoas que lá habitam, mas também do próprio *habitat*, da própria casa que a Amazônia é.

Nós dedicamos uma Campanha da Fraternidade para buscar essa conscientização de todo o Brasil. Houve uma repercussão muito positiva. Nós, Bispos, nos surpreendemos, realmente com o interesse que houve; os Bispos da Amazônia foram chamados, convocados para as dioceses do Sul, centro-sul, Sudeste, para palestras, encontros, e foi muito positivo. E a Campanha da Fraternidade do ano passado teve, especificamente, o tema da ecologia, do meio ambiente.

Florestas significam meio ambiente; água significa meio ambiente. O Código Florestal é determinante para a nossa convivência, para a nossa vida no Brasil. A CNBB entrou nesse debate; a CNBB vai até o fim nesse debate. Tem tido uma oportunidade muito grande de expor as próprias ideias, mas também oportunidade de aprender. Isso foi muito positivo para nós.

De tudo aquilo que será dito, eu gostaria de ressaltar apenas um ponto em relação à agricultura familiar. A CNBB tem-se preocupado muito com a agricultura familiar e também com os pequenos proprietários. Por que essa preocupação? A preocupação de que sejam tratados de modo diferenciado dentro do Código e ouviremos, dentro da proposta que o Raul apresentará, essa proposta bem concreta porque os pequenos agricultores, em primeiro lugar, vivem da terra, não têm condições, pelo tanto de terra que têm, de, muitas vezes, ter aquela necessidade que a ciência propõe, seja na mata ciliar, seja também no uso da própria terra.

Nós gostaríamos de ver contemplado dentro do Código um item próprio e apropriado para a agricultura familiar e também para aquelas pessoas que têm o mínimo de terra para sobreviver, mesmo que não sejam considerados como agricultores familiares. A nossa grande preocupação é esta, para que o Código também ajude a agricultura familiar, apoie a agricultura familiar e também proponha ao próprio Governo, através do Código Florestal, dar condições à agricultura familiar para subsistir.

É muito importante isso porque, se formos olhar os dados estatísticos do Brasil, temos 70%, até mais, de pequenas propriedades que vivem da terra. Nós até costumamos dizer que os nossos alimentos do cotidiano, das nossas necessidades mais imediatas, vêm da agricultura familiar. Então, eles merecem também um cuidado especial, e também, com isso, creio que o Código daria uma boa contribuição para que nós não tenhamos um inchaço ainda maior das nossas cidades.

Outro elemento que eu gostaria de reforçar, que é muito importante e somente agora esse segmento está sendo ouvido, é a ciência, são os nossos cientistas. Os nossos cientistas, pelo que soube, daquilo que procurei ler, não foram ouvidos nas etapas anteriores, e o Senado se preocupou em ouvir.

Do que eu tenho lido, eles têm tido também oportunidade de expor as próprias ideias. E a ciência pode nos ajudar muito.

Nós temos áreas, creio, suficientemente abertas. Se realmente tiverem o apoio da ciência, o apoio das técnicas modernas de cultivo... Nós vemos isso na Europa. As propriedades são muito pequenas, mas, com incentivo do governo e com técnicas apropriadas, é possível realmente ter o suficiente de alimento. E não só isso, mas o suficiente também para o lucro.

E um terceiro elemento que eu gostaria de colocar, que nos preocupa muito, é que o Código Florestal não pode colocar agenda econômica acima da agenda ambiental. A natureza já reclama o nosso avanço. A natureza tem reclamado muito esse nosso modo de explorá-la sem darmos nada em compensação. Não é por nada que nós temos tido no Brasil tantas enchentes, tantas inundações, encostas descendo.

Eu gostaria de lembrar, da história da Itália, a cidade de Paestum, que foi toda soterrada porque os romanos devastaram as florestas da montanha para fazerem os navios de guerra com a madeira. E a natu-

reza, em determinado momento, disse "chega". Aconteceu que a grande cidade, a famosa cidade, a bela cidade de Paestum – nós podemos ir hoje lá e ver as ruínas; os templos gregos que lá estão são templos ainda mais conservados do que os próprios templos na Grécia – foi completamente soterrada.

Nós já tivemos problemas, ultimamente, no Brasil. Que a agenda econômica não se sobreponha à agenda ambiental. É por isso que, da parte da CNBB, como representante, eu tenho insistido muito em que o nosso Código seja um código ético. Ética tem a ver com as relações, com os cuidados. Então, que este Código Florestal realmente tenha uma preocupação ética, que possa nos ajudar realmente na convivência, possa nos garantir um futuro, possa ajudar o Brasil a conservar as suas águas.

Nós temos tido, cada vez mais, dificuldade com as águas. Estou agora em Brasília, mas vim de uma região devastada, onde nos pequenos rios, no tempo da seca, a água já não corre mais como corria há cinco anos.

O grande rio Araguaia, nosso amado rio Araguaia, está completamente assoreado. Dois cientistas que uma vez nos visitaram em São Félix diziam: "Se continuarmos assim, no futuro, será um rio, no tempo da seca, de grandes lagos".

Então, eu agradeço por esta oportunidade de estar aqui, ainda mais na presença de um dos relatores do Código Florestal, esta oportunidade de expormos nossas preocupações, esta oportunidade de um diálogo aberto, franco, livre, como sempre precisa ser, com o Legislativo e também com o Executivo, esta oportunidade de estar aqui e de expormos as nossas ideias e, assim, darmos a nossa contribuição.

O Código é para o Brasil. O Código é para a sociedade brasileira. Então, é importante também que a sociedade brasileira, por meio de tantas entidades, possa ser ouvida.

Eu agradeço por esta oportunidade. Muito obrigado. E que Deus abençoe todos esses trabalhos e que tenhamos um bom e ético Código Florestal. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Dom Leonardo, Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dando a visão da CNBB sobre o nosso Código Florestal.

Eu só quero informar aos outros convidados que faremos duas Mesas. O Jorge fica todo o tempo na Mesa. Provavelmente, o Rollemberg também virá para a Mesa também. Então, os painelistas virão para a Mesa e retornam depois para a primeira fila.

Então, de imediato, vamos passar a palavra ao Raul Silva Telles do Valle, advogado, Coordenador Adjunto do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Paim. Bom dia, Senador Jorge Viana.

Agradeço pela oportunidade e pelo convite para expor, em nome do Comitê Brasil em Defesa das Florestas, o nosso ponto de vista e as demandas da sociedade na melhoria do Código Florestal.

Eu queria aqui só reforçar o que o Dom Leonardo colocou, que o Comitê Brasil em Defesa das Florestas é uma grande articulação da sociedade, que reúne centenas de organizações do Brasil inteiro, tanto em nível nacional, como a CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita só que eu registre a presença do Senador Vicentinho, que veio participar deste momento de todos nós aqui.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Várias organizações ligadas à agricultura familiar, à agricultura camponesa, organizações ambientalistas e centenas de organizações locais... A CUT faz parte do Comitê. Então, a ideia é a de que a sociedade está mobilizada em torno do Código Florestal, porque entendemos, organizações tão diversas, que o Código Florestal é uma lei muito importante para a qualidade de vida do Brasil, na área rural e nas cidades também.

Em vim aqui com a missão de tentar expor mais detalhadamente alguns pontos que nós entendemos que devem ser necessariamente modificados no projeto. O projeto que saiu da Câmara dos Deputados, a nosso ver, é um projeto muito ruim, é um projeto que desestrutura absolutamente a legislação florestal brasileira, não só anistiando todo tipo de ilegalidade que aconteceu para trás, como fragilizando os mecanismos de proteção daqui para frente.

Achamos que ele vem melhorando no Senado. O Senado tem tido uma postura muito mais equilibrada do que a Câmara dos Deputados; vem de fato ouvindo e escutando os diversos lados, porque é diferente, a Câmara teve várias audiências no Brasil inteiro, porém apenas algumas informações, algumas ideias é que foram absorvidas e levadas em consideração. Eu acho que o Senado tem essa condição de poder ouvir os vários lados. Não são só dois lados. Têm muitos lados nessa história, têm muitos pontos de vistas, têm muitos interesses. Eu acho que qualquer lei não pode ser boa se prevalecer apenas um ponto de vista, dada a diversidade do Brasil e a diversidade de situações.

O projeto já teve sensíveis melhoras. Porém, a nosso ver – eu já vou falar aqui sobre o relatório que o Senador Luiz Henrique apresentou na Comissão

de Ciência e Tecnologia –, o projeto precisa ainda de muitas outras modificações.

Eu tenho certeza de que tanto o Senador Luiz Henrique quanto o Senador Jorge Viana, quanto os demais Senadores terão condições de fazer isso de que o Brasil precisa e de devolver à Câmara dos Deputados um projeto melhor, substancialmente melhor.

Bom, eu vou me centrar em alguns problemas centrais, porque, de fato, há muitos outros que são, digamos, detalhes importantes, mas eu vou ficar à disposição posteriormente para poder conversar com os Srs. Senadores, para poder detalhá-los, já que no espaço da apresentação aqui não será possível.

Um problema central, talvez o mais grave do projeto, é o da anistia. Ele não fala nesse nome, não se chama de anistia, mas por anistia nós entendemos não só a desobrigação de se pagarem as multas já aplicadas por desmatamento ilegal, mas, principalmente, isso sim que é o grave, a desnecessidade de recuperação das beiras de rios, das nascentes, das encostas, dos topos de morros, das áreas de reserva legal que foram ilegalmente desmatadas ao longo dos anos, até a data de 2008.

E essa anistia como ela está configurada no projeto? Como ela continua configurada no projeto? Já houve algumas melhoras nesse sentido; ou seja, o Senador Luiz Henrique já conseguiu resolver alguns pontos, porém há outros ainda que são importantes e que permanecem no texto. Ela tem duas formas. Primeiro, o art. 51 e o art. 53 do projeto apresentado na Comissão de Ciência e Tecnologia dizem que os programas de regularização ambiental podem dispensar a recuperação de APPs, que são justamente nessas áreas ambientalmente frágeis e sensíveis, que têm proteção na nossa legislação desde 1934, não são coisas recentes; as beiras de rios, encostas, nascentes, que são áreas suscetíveis à erosão, a enchentes, a vários problemas ambientais e têm a proteção antiga na legislação, em muitos casos não foram respeitadas, e o projeto dispensa a recuperação dessas áreas que foram desmatadas até 2008.

O art. 53 é meio genérico. Ele diz que todo tipo de atividade agrosilvopastoril e, portanto, por agrosilvopastoril entende-se qualquer atividade agrícola, pecuária ou de silvicultura, ou seja, quase todas as atividades rurais imagináveis serão mantidas nas APPs se tivessem sido desmatadas até 2008.

Outro problema central do projeto é que, nos artigos em que trata de determinadas práticas agrícolas em APPs, ele mistura alguns usos que são responsáveis, alguns usos que poderiam ser mantidos, seriam aceitáveis, mediante condições controladas manter, como as videiras do Rio Grande do Sul, as macieiras de Santa Catarina, que estão há décadas em locais que a legislação protege. Embora não sejam muitas, mas vou falar um pouco sobre isso, são usos responsáveis feitos por agricultores familiares que dependem daquela terra, que só têm aquele pedaço de terra, que dependem daquela produção. Por isso, produzem de forma correta. Protegem o solo, protegem a água, porque sabem que aquela terra é a única que têm para passar a seus filhos.

Porém, esses usos responsáveis no projeto são misturados com outras práticas que são irresponsáveis, degradantes. São práticas que, mesmo consolidadas pela lógica do projeto, estão já causando prejuízos permanentes à sociedade brasileira na forma de rios assoreados, de enchentes constantes, de morros que deslizam, encobrem cidades, bairros, plantações.

Então, por exemplo, os arts. 54 e 55 mantêm pastagens extensivas, mesmo para os grandes produtores em encostas. E qual é a justificativa para isso? É importante analisarmos um pouco quais são as razões que justificam os que propuseram isso manter no projeto essas condições. Primeiro que recuperar APPs, disse isso, significaria acabar com a produção de uva do Rio Grande do Sul, de maçã em Santa Catarina, do café em Minas Gerais. Espalha-se um terror no Brasil de que cumprir a legislação florestal significaria o fim da agricultura no País.

Outro mito bastante consolidado é o de que essas áreas estão consolidadas há décadas. São áreas que foram ocupadas quando a legislação era menos protetora e que, portanto, não teria nenhuma anistia nisso. Estaríamos, simplesmente, reconhecendo usos legítimos consolidados ao longo do tempo.

E uma terceira justificativa muito espraiada, principalmente nos debates aqui no Senado e na Câmara, sobretudo, é que seria muito caro recuperar essas áreas. Ou seja, recuperar as nossas nascentes, recuperar nossas beiras de rio seria um custo inestimável para a sociedade brasileira. Não teríamos como fazer isso. Seria um absurdo colocar floresta de novo no seu local original, porque isso significaria perda de produção por um lado e um investimento muito alto, que nós estaríamos drenando de áreas como saúde, educação, outras áreas importantes para a sociedade. Portanto, mais racional, segundo essa lógica, seria não tê-la simplesmente.

Mas será mesmo? Algumas pesquisas foram feitas justamente para verificar qual o impacto das áreas de proteção ambiental nas produções dessas culturas mais citadas. E essas pesquisas mostram que o impacto é muito pequeno, que não se justifica. Ou seja, feita uma pesquisa em Bento Gonçalves, que é o maior produtor de uvas do País, verificou-se que menos de

1% da produção agrícola de lá está em APP – menos de 1% está em Áreas de Preservação Permanente. A mesma pesquisa foi feita em Minas Gerais para os produtores de café. Menos de 3% das áreas de café estariam em áreas, em topos de morro ou encostas definidas como Áreas de Preservação Permanente pela legislação atual. E assim também foi feito com as macieiras e com outras culturas.

Portanto, percebe-se que, mesmo se aplicada na integralidade a legislação atual, não haveria uma perda agrícola significativa, pelo menos dessas culturas que foram tidas como bandeira da falta de realidade da legislação ambiental brasileira.

Outro mito é o de que a lei estaria simplesmente consolidando áreas que foram ocupadas legalmente ao longo do tempo. Quem conhece a legislação florestal brasileira sabe que a última modificação no tamanho das Áreas de Preservação Permanente foi em 1986. Ou seja, a última vez que a legislação brasileira aumentou alguma Área de Preservação Permanente foi em 1986. Portanto, 22 anos antes da proposta colocada aqui no Senado, que é 2008.

Além disso, a última vez que a lei foi modificada, e nessa última modificação não teve nenhum aumento de proteção, foi pela MP nº 2.166, de 2001, portanto, sete anos antes da data de 2008, que é tida como a data de corte para manter ocupações em APPs e desmatamentos ilegais em reserva legal.

Portanto, não se justifica essa tese de que estaríamos apenas consolidando áreas legalmente ocupadas antes do tempo. Realmente, há anistia, ou seja, legalmente há anistia e isso tem consequências, sobre o que vou falar mais à frente.

Sobre o custo de recuperação das áreas. Será que é tão caro, será que teremos tanto prejuízo em recuperar as nossas nascentes, recuperar nossas beiras de rio, recuperar nossas encostas, será que de fato teríamos uma perda agrícola, econômica expressiva?

Um estudo, recentemente apresentado aqui do Senado, do Professor Guedes, da Esalq/USP, instituto de ponta do País, que faz análise da expansão da agropecuária no País, mostra, com imagem de satélite, que 80% das áreas hoje desmatadas, que deveriam estar protegidas, têm pastagens, ou seja, 80% do passivo de APPs e reserva legal são pastagens; em grande parte, pastagens com baixíssima produtividade, pastagens extensivas onde pouco se produz, a não ser o assoreamento; onde pouco se produz, a não ser a extinção; onde pouco se produz, a não ser enchentes. Esse professor fez uma brilhante palestra aqui, no Senado, conhecemos o estudo dele, mostrando muito claramente que, com técnicas simples de melhoria no manejo dessas áreas, é possível manter ou aumentar o número de cabeças de gado em cada uma dessas propriedades, desocupando essas áreas, recuperando-as e aumentando a sua produtividade.

Experiências de várias organizações, de sindicatos e produtores rurais no País...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me registrar com alegria o Senador Blairo Maggi, que está acompanhando este debate em todo o Brasil e muitas vezes acompanhando o Relator. Seja bem-vindo ao nosso debate. (*Palmas.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Bom dia, Senadores. Eu gostaria de cumprimentar o Presidente e dizer que é um prazer estar aqui.

Acompanhei praticamente todas as audiências públicas, e o Presidente Jorge está aqui também, participei de todas as audiências públicas e, portanto, não poderia faltar a esta de hoje também. Obrigado.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Então, eu estava falando, Senador Maggi, sobre os custos de restauração das áreas. O Senador tem algumas experiências em suas fazendas no Mato Grosso e pode muito bem até atestar, em sua intervenção, pessoalmente. Nós, do ISA, trabalhamos na bacia do Xingu, no Mato Grosso, e verificamos essa situação. Grande parte do passivo em matas ciliares, por exemplo, e nascentes são pastagens, a grande maioria, cujo custo de recuperação é baixo; é basicamente o cercamento dessas áreas. É colocar cerca, algo necessário inclusive para manejar e melhorar o uso dessas áreas.

Temos desenvolvido técnicas onde é necessário plantar que estão baixando muito o custo de restauração. Ou seja, usam-se aqui alguns custos de R$20 mil a R$25mil por hectare de restauração, e isso não é necessário. Se conseguirmos dar escala à restauração florestal no Brasil, tenho certeza de que isso baixará muito. Nós, do ISA, já estamos trabalhando com o plantio mecanizado de sementes, plantio mecanizado de florestas, chegando a R$3mil ou mais por hectare, já considerando o monitoramento ao longo dos anos, necessidade de replantio. Tenho certeza de que com mais gente fazendo isso abaixará o custo, mas o fato é que em 80% dos casos basta cercar a área, basta deixar ela voltar sozinha, não há praticamente nenhum custo para restauração.

Acho importante reprisar que não temos necessidade de avançar sobre áreas de floresta ou de cerrado para expandir a agropecuária brasileira. Já temos área suficiente, não só para aumentar a área agrícola brasileira, para aumentar a produção agrícola brasileira, para aumentar a produção agropecuária brasileira, como também para recuperar as áreas que são necessárias serem recuperadas.

O Brasil é um País grande que, ao longo do tempo, infelizmente, teve um uso muito leniente do seu solo, com agropecuária extensiva, que nos últimos anos vem melhorando com novos investimentos em tecnologia. Agora, temos um passivo acumulado, temos áreas abertas há muito tempo ou recentemente abertas, por algumas políticas equivocadas que tivemos de incentivar essa expansão sem consolidação, de incentivar um desmatamento sem necessariamente gerar emprego, gerar melhor produtividade nas áreas já abertas. Hoje, a forma que temos de conseguir produzir, de conseguir expandir seria efetivamente dar condições de melhorar a produtividade nas áreas que já desmatamos.

Então, temos dados da Esalq que mostram isso. Temos hoje uma produtividade de 1,1 cabeça de gado por hectare, em média, no Brasil. Em alguns lugares do Sul, mesmo na Amazônia, em algumas fazendas, isso é muito mais; em outros lugares, muito menos. É possível, portanto, aumentar muito a produtividade liberando áreas para a agricultura e liberando áreas para a reposição de florestas.

Quais seriam as consequências da manutenção de todas essas ocupações em APPs? É isso que é importante nós entendermos e qual a relação disso com os direitos humanos, Senador Paim. Manter beiras de rios ocupadas, manter nascentes desmatadas, manter encostas com pastagens, manter topo de morro com pastagens significa perenizar situações de risco, significa condenar o Brasil permanentemente, de forma eterna, a conviver com deslizamentos, a conviver com enchentes, a conviver com situações de calamidade, cada vez que chove ou cada vez que tem estiagem. Somos um País tropical: temos estações bem marcadas de chuva e de estiagem.

Não custa lembrar aqui que um levantamento feito pela Epagri, que é um órgão do Estado de Santa Catarina, demonstrou que mais de 80% dos deslizamentos, no Vale do Itajaí, em 2008 – todos nos lembramos daquela tragédia no Vale do Itajaí. Vidas humanas foram perdidas, muitas plantações, casas, um prejuízo humano e econômico muito grande. A região estava ocupada por pessoas, ou seja, mais de 80% dos deslizamentos foram derivados de uma ocupação ilegal e irresponsável de encostas. Se a legislação fosse cumprida, se tivéssemos instrumentos efetivos para exigir o cumprimento da legislação, aquilo poderia não ter acontecido.

Queria citar outro dado aqui. É um dado nosso, do ISA. Na bacia do Xingu, onde trabalhamos, 100 mil hectares, mais de 99 mil hectares, de nascentes e matas ciliares foram desmatadas entre 2001 e 2008, ou seja, se adotarmos a linha de corte de 2008 para manter tudo para trás, independentemente do que é, independentemente do tipo de atividade, independentemente do tamanho do produtor, estamos na bacia do Xingu perenizando a perda de 100 mil hectares de nascentes e matas ciliares, que foram desmatadas apenas nesse período.

Gostaria aqui de mostrar esse mapa, porque é muito pouco conhecido. Tivemos outros mapas circulando no Senado. A CNA tem um mapa que mostra que o Brasil tem 61% de vegetação. Subliminarmente, então, está dizendo que não precisamos recuperar mais nada, porque já temos 61% de vegetação nativa e isso está muito bom, está dizendo que precisamos simplesmente congelar o desmatamento como está. Isso esconde uma situação perversa, e é essa situação que esse mapa tenta mostrar.

Esse é o mapa do Brasil dividido em bacias hidrográficas, que é uma unidade de planejamento ambiental mais adequada do que Estados e Municípios, bacias de terceira ordem. As áreas mais vermelhas estão com menos vegetação; as verdes, com mais vegetação. As vermelhas e laranjas têm menos de 10% a 20% ou 30% de vegetação nativa. Portanto, nessas áreas, nessas manchas vermelhas do mapa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me interromper, mas é positivo. A audiência pública está concorrida e prestigiada. O Senador Cyro Miranda está conosco também para ouvi-los. *(Palmas.)*

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Muito bem.

Dando continuidade, eu estava explicando, Senador Cyro Miranda, que está chegando, esse mapa e gostaria que o senhor pudesse olhar para ele.

Esse é o mapa do Brasil, da cobertura vegetal nativa do nosso País, dividido em bacias de terceira ordem. Esse é o mapa que tenta mostrar a nossa realidade. São dados do ProBio. Todos são dados oficiais e mostram que existem áreas no Brasil onde sobra vegetação, onde a situação é muito confortável, na Amazônia, sobretudo. Porém, nas regiões onde está concentrada a maior parte da população brasileira, temos déficit de vegetação. Já temos problemas hoje de secas, de enchentes, derivados da falta de vegetação no desmatamento histórico que nos condenou hoje a situações de problemas ambientais graves. Portanto, são regiões onde é necessária a recuperação. Embora o Brasil ainda tenha em torno de 60% de vegetação nativa em pé, essa vegetação está longe da região onde mora grande parte da população, que se ressente da falta de vegetação nessas áreas.

Para se ter alguns dados e alguns mitos que são colocados aqui: São Paulo tem menos vegetação, menos floresta que todos os países da Europa. A França tem mais vegetação que São Paulo; a Alemanha tem

mais vegetação que São Paulo; a Polônia tem mais, a Espanha tem mais, e tem mais vegetação que o Rio Grande do Sul. Os principais produtores agrícolas europeus recuperaram suas florestas e têm hoje mais florestas que os principais Estados agrícolas brasileiros, que são equivalentes inclusive em extensão territorial a esses países.

Esses países, que já sofreram com o desmatamento histórico, fizeram investimento muito grande para recuperar suas florestas e hoje têm uma situação mais confortável do que esses Estados mostrados aí nesse mapa. É sobre esse mapa que o Código Florestal terá que versar. O nosso desafio é: como podemos manter ou fazer uso sustentável dessas áreas, dessas bacias onde ainda temos uma situação de florestas confortável e quais são os incentivos, os mecanismos que vamos fazer para recuperar o mínimo necessário.

Acho que o Código Florestal tenta trazer um equilíbrio entre o uso agropecuário e a manutenção de florestas. E essa é a chave. Nessas áreas vermelhas, nessas áreas de déficit ambiental, como faremos para recuperar as florestas? Essa é uma situação que pela lei que está aí, pelo código, pelo projeto, pelo relatório que foi apresentado na Comissão de Ciência e Tecnologia, poderia ser consolidada. Ou seja, se todas as atividades agrosilvopastoris até 2008 puderem ser mantidas em beiras de rios e encostas, essa situação que está aí é uma situação que pode ser consolidada. Duvido que seja algo do interesse do País.

Então, precisamos modificar essa lei, esse projeto, para saber diferenciar situações. Uma situação como essa é inaceitável. Uma boa produção de videiras por um pequeno produtor numa encosta controlando o solo é uma situação aceitável e que deve ser reconhecida. Esse é o desafio que temos que fazer.

E como podemos solucionar isso?

Primeiro ponto, nós deveríamos retroceder à data para qualquer tipo de anistia – 2008 é uma data de três anos atrás, é inconcebível. É como se nada estivesse acontecendo até três anos atrás. E muita coisa aconteceu na década de 90 e na década passada para recuperar áreas e para proteger as áreas que deveriam ser protegidas. Já existe uma emenda nesse sentido, a Emenda 70, da CCJ, do Senador Aloysio Nunes, que retrocede essa data para 2001. A nosso ver, é o mínimo razoável para se colocar uma data de corte para anistia. Essa emenda já existe. Como eu disse, se colocarmos essa data, se retrocedermos, cem mil hectares de nascentes e matas ciliares no Xingu deverão ser recuperadas. Se for 2008, cem mil hectares serão perdidos para sempre.

Segundo ponto, temos que deixar claro que não será toda e qualquer ocupação que pode ser mantida. Ou seja, quais são as ocupações passíveis de manutenção e quais outras que não são passíveis de manutenção? A lei é confusa nesse sentido. A lei tem alguns artigos que dizem que tudo pode ser mantido e, em outros, que apenas algumas coisas podem ser mantidas. Para isso já existe uma emenda, a Emenda 4, da Comissão de Ciência e Tecnologia, que não foi ainda abrigada no relatório Luiz Henrique, do Senador Rodrigo Rollemberg, que tenta já aprimorar isso, deixar claro que só serão mantidas aquelas atividades nas condições que a própria lei estabelece, que isso não será feito ao bel-prazer de cada um dos programas de regularização ambiental, de cada um dos 27 Estados da Federação e precisamos recuperar, melhorar o art. 52 e o art. 53, para não deixar a possibilidade de pastoreio extensivo em encostas e topos de morro, porque são fatores de degradação muito grandes.

Temos outro problema que chamamos de anistia eterna. O que é isso? O art. 51 fala que, durante o prazo de um ano em que os programas de regularização ambiental estarão em vigência, ninguém poderá ser multado. Esse seria um incentivo razoável para que todos pudessem buscar um programa de regularização com calma, com prazo, para poder recuperar, para poder se regularizar. Porém, esse mesmo artigo permite que esse prazo possa ser prorrogado indefinidamente. Ou seja, com um simples ato do Governador, esse prazo de um ano pode ser dois, pode ser três, pode ser cinco, pode ser dez, pode ser quinze anos, e, durante esse prazo, ninguém, não só aqueles que aderiram ao programa, mas ninguém, mesmo que fora do programa, mesmo que não tenha buscado a regularidade, poderá ser autuado por desmatamentos feitos até 2008.

Então, essa situação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Raul, permita-me. O Senador Vicentinho fez um sinal. Os Senadores usam a palavra a qualquer momento. No momento que entenderem adequado, podem perguntar, podem interromper. Teremos uma segunda Mesa, fiquem todos à vontade.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Então, nós entendemos que esse dispositivo é absolutamente incompatível com a lógica do Código que tem sido defendida. Vamos tentar regularizar algumas situações, mas criar uma porta de entrada para que a regularização de todos os imóveis seja possível. Seria aceitável, e o Mato Grosso fez isso, Senador Maggi, na época do MT Legal, que era um programa muito bom. "Quem quiser se regularizar vem aqui, damos um prazo. Durante esse prazo, não será multado quem buscar o programa, quem for lá protocolar o seu pedido. Nós perdoaremos as suas multas, mas, em troca, haverá a recuperação".

Qual é o problema do projeto? Não só dispensa a recuperação, mas estende esse perdão de multas para todo mundo. O sujeito não precisa buscar o programa; ele pode ficar lá sem fazer nada, sem replantar nada, sem se comprometer com nada e o prazo vai sendo prorrogado, como temos no decreto hoje.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Permita-me. Só para ilustrar o que temos no Mato Grosso. Temos um programa muito parecido com esse, como você disse. Aliás, vocês participaram da formulação dele. Porque, para um programa desses funcionar, se você não chamar a sociedade civil organizada e aqueles que têm o dever de cuidar e aqueles que estão tentando fazer as ocupações para sentar todos na mesma mesa, você não consegue. Era o grande problema que tínhamos no Estado. A partir do momento em que todos se sentaram juntos, os Ministérios Públicos Estaduais e o Federal, as entidades todas, chegamos à conclusão de que algo deveria ser feito e esse algo foi o Programa MT Legal, onde se disse: "Você tem um ano para apresentar à Secretaria de Meio Ambiente da forma como você está, ato declaratório com as coordenadas tiradas no campo por você mesmo ou por um engenheiro credenciado, mas o Estado vai aceitar isso em primeira mão como sua intenção de regularização". Depois disso, teríamos mais três anos para fazer a recomposição, as compras, etc. O importante no Estado foi que não poderíamos dar, como estamos dando aqui neste programa, um perdão, se podemos chamar assim, final das multas e das dívidas ambientais que as pessoas tinham. Como nós não poderíamos fazer isso porque a Lei Maior não permite, nós dissemos o seguinte: vocês terão de, num prazo de dez anos, recompor tudo isso e, no final, se você não apresentar uma documentação de acordo ou se o Estado fizer a fiscalização e não encontrar isso com que você se comprometeu, porque é um ato declaratório, ninguém foi lá fiscalizar, ele que disse que tem isso, isso e isso. Se, ao final dos dez anos, ele não apresentar, ele volta, então, ao débito original com as multas, correções monetárias, etc. Fatalmente, ele vai perder a terra dele porque ninguém consegue pagar as multas e a correção monetária, os juros que essas multas promovem nesse tipo de coisa. São de fato muito elevadas. Tenho certeza de que o que está sendo feito pelo Senado, de que o que foi feito pela Câmara, com pequenos ajustes, para não permitir – compreendo a preocupação principalmente dos representantes que estão hoje aqui – que as coisas se agravem e que fiquem abertas janelas para que isso venha a acontecer. Agora, podem ter certeza de que todas as vezes de que participei de audiências públicas, a grande maioria junto com o nosso Relator, Senador Jorge Viana e também com o Senador Luiz Henrique, sempre tivemos esse cuidado e ouvimos de todos os Senadores, praticamente conheço a opinião de cada um deles de tanto que já assisti, participei. Ninguém está aqui querendo deixar brecha depois da vírgula ou uma segunda intenção ou, por exemplo, deixa assim que depois o promotor público lá do Tocantins vai achar um jeito de fazer isso, fazer aquilo. Não, não é isso que se pretende fazer. Pretende-se fazer um documento e pretende-se fazer algo que seja definitivo.

Outra coisa, Raul, você que está visitando, fazendo um trabalho – aliás, muito bem-feito – com o ISA, lá no Xingu; eu conheço o trabalho de vocês, como você conhece o trabalho que o Iphan faz na Fazenda Tanguro, lá em Querência, uma fazenda da minha família. É possível, sim, fazer recuperação de matas ciliares, de nascentes de água. Aliás, até temos que ir lá, não é Senador, já marcamos uma visita para irmos lá; quero, depois, convidá-los para participar dessa visita técnica que os Senadores farão na Fazenda Tanguro, porque há uma discussão, como você disse... Ah, vamos exigir aqui na lei que se faça a recuperação por plantio de espécies etc. Se for fazer o que muitos pensam, de fato vai para 15 mil, 20 mil, sete mil, três mil. Mas, o tanto que for é muito dinheiro; dependendo até do tamanho do produtor, ele até é inviável fazer, de três mil reais; é muito caro.

Então, temos experiências lá que mostram que o fechamento dessas áreas e um pouco de controle sobre a braquiária, nós permitimos que a vegetação muito rapidamente venha.

Eu tenho até fotos aqui no meu celular. Há duas semanas visitei a fazenda, onde, há cinco anos, era plantio de soja, Senador Paim. Deixou-se de fazer o plantio de soja e hoje já temos aquela primeira mata que vem, aquela primeira capoeira já está estabelecida e por debaixo já se começa a perceber que a mata vem se formando.

Então, há sim a possibilidade de nós não exigirmos o plantio imediato. E eu até, Senador Paim, este final de semana vou a São Miguel do Iguaçu, terra onde nasci, onde meu pai está enterrado, porque dia 2 é Dia de Finados, e pedi para o pessoal lá de São Miguel do Iguaçu uma licença para que eu possa entrar no Parque Nacional do Iguaçu.

Por que eu vou ao Parque Nacional do Iguaçu? Há 40 anos, naquela região de São Miguel do Iguaçu, as famílias foram retiradas de dentro do Parque Nacional do Iguaçu e havia uma comunidade chamada São José do Iguaçu, em que viviam mais de 10 mil pessoas. Eu tinha um tio que tinha uma fazenda lá dentro, uma pequena área, coisa de 40, 50 hectares, que era ocupada por gado, por atividades agrícolas que ele tinha. Passado esse tempo, eu não voltei mais lá, mas

quero ir justamente porque acho que a minha tese está correta. Para questão de meio ambiente, 10, 20, 30, 40, 50 anos, ou pensar na história da Humanidade, ou no tempo que o mundo existe, não é muita coisa. Aliás, é menos que um risco. Então, tenho certeza de que lá, onde havia uma cidade, onde havia fazendas estabelecidas, deve estar toda ela já formada com matas originalmente, porque ninguém foi lá replantar, ninguém fez nada.

Então, eu quero trazer a esta Comissão o meu testemunho, a minha certeza de que nós poderemos fazer, sim, recuperação, tanto faz da reserva legal ou das matas ciliares, sem ter que penalizar os produtores ou aqueles que são donos de algumas propriedades pelo Brasil afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Jorge Viana quer fazer alguns comentários.

Com a palavra o Relator.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Penso que até para ajudar as pessoas que estão em casa nos assistindo e outras que estão nos ouvindo. Eu, como um dos relatores do Código, e a gente está aqui para ouvir e procurar extrair as preocupações, as sugestões em uma audiência como esta, que é muito rica. Conhecendo bem o Raul e sabendo o quanto ele conhece este assunto, eu só queria que nós pudéssemos... Não quero fazer nenhum debate, porque estou na condição de Relator e, quanto mais eu ouvir, melhor. E o Raul sabe que eu tenho atuado assim desde o começo. Mas, quando nós fizemos a divisão desse texto em duas partes, em que, da Câmara, ele veio tratando de questões bastante distintas, às vezes em um mesmo parágrafo de um artigo, e isso nos leva a uma insegurança jurídica, até para aqueles que acharam que saíram vitoriosos do debate da Câmara.

Tem muita gente que diz: "Não, nós ouvimos aqui nesta sala ex-Ministros de Agricultura de outros governos que pediram para que não mudássemos nada, que está muito bom assim. E depois ouvimos ex-Ministros do Meio Ambiente pedirem para mudar tudo, que está muito ruim assim".

Então, há de fato posições bastante distintas, mas nós estamos conseguindo encontrar posições na busca de extrair o melhor das preocupações de todos. E o Senador Blairo Maggi e outros que estão aqui, Cyro Miranda, Vicentinho, todos sabem desse esforço, e o Paim também. Mas, quando nós fizemos essa separação, e o Senador Luiz Henrique fez, foi muito importante separar as disposições permanentes de disposições transitórias por uma questão básica: uma coisa é o Brasil definir como irá tratar problemas que já tivemos no passado. Daí, o Raul recorreu várias vezes a uma data, ou 2001 ou 2008. Então, esse é um debate importante que se faça.

Agora, para que essa data? Para que a gente possa separar bem o futuro, com a aprovação dessa lei, de um passado que tem passivo junto; tem muitas Áreas de Preservação Permanente que foram danificadas. E ele estava falando de um estudo da Esalq, de que 80% dessas Áreas de Preservação Permanente estão sendo hoje ocupadas por pastagens, que deveriam ter vegetação nativa.

Bem, o corte que nós demos foi para separar bem. E aí, quando colocamos a separação de disposições transitórias na nova proposta do Senador Luiz Henrique, no Capítulo XII, nós separamos bem as disposições transitórias, que vão tratar desse passado, de como lidar com esse passado. Isso fica muito claro, porque, para lidar com esse passado, boa parte das supressões de vegetação em todos os biomas do Brasil foram frutos de políticas públicas, que estimularam com crédito, com incentivo que tivesse essa ocupação. Não vale culpar somente proprietários, especialmente os pequenos.

Nós temos, entre pequenas propriedades e agricultura familiar, nós estamos falando de quatro milhões e oitocentas mil propriedades no Brasil, a grande maioria.

A minha região, no Acre, na Amazônia, posso dizer que 100% das supressões em áreas e das ocupações que nós identificamos – quando estou falando da agricultura familiar – foram fruto de políticas oficiais, que não carregavam nas políticas de assentamento nenhuma preocupação com o meio ambiente. Agora, o Brasil está fazendo esse acerto de contas. Aliás, a revisão do Código está acontecendo somente por isso, por conta dos problemas que temos, do desencontro entre a lei e a realidade.

Quando o Brasil quis encontrar a Lei do Código Florestal com a realidade, falou que havia um problema grave: milhões de hectares suprimidos.

Então, Raul, eu gostaria somente de colocar. A que o Raul está se referindo? Primeiro, acho que ainda tem um defeito no Código que nós acabamos – e eu vou conversar com o Senador Luiz Henrique, para explicitar –, toda a parte que diz respeito às disposições transitórias têm que estar explicitamente vinculadas ao passado. Não podem deixar margem, nem o art. 51, nem o art. 52 nem o art. 53, a nova supressão, já que eles tratam do passado. Isso pode ser até uma redundância. Mas, João de Deus, você que está acompanhando ali atrás, que trabalha no Ministério do Meio Ambiente e tem nos ajudado tanto, eu acho que a gente vai ter que explicitar, no Capítulo XII, para que isso que o Raul levantou não possa aparecer mais. Todos os artigos vinculados às disposições transitórias não

podem, em hipótese alguma, implicar nova supressão de vegetação. E eu acho que tem que ser explicitada com a data. Vai ser 2008? Vai ser 2001? Qual a data? Terá que estar explícito isso.

Mas aqui eu queria fazer somente uma ressalva. Quando você coloca no comentário sobre o 51 ou o 52, você tem razão, mas eu também queria que você comentasse que todos eles estão vinculados a algo que nós devemos aqui agradecer ao Senador Luiz Henrique. Quando ele foi escolhido relator, foi colocado claramente que o risco seria que o Senador Luiz Henrique iria criar uma guerra de legislação entre Estados, Municípios e a União Federal. E o Senador Luiz Henrique virou essa página e falou que não iria vincular o seu trabalho a algumas de suas convicções, que iria se prender à Constituição. Ouvimos nesta mesa aqui, em uma audiência com Ministros e ex-Ministros, e ficou muito claro que o art. 24 da Constituição Federal não estabelece uma legislação concorrente entre Estados. A União tem que estabelecer a regra geral e os Estados podem vir de maneira suplementar.

Então, Raul, o art. 51 dispõe que: "A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar um Programa de Regularização Ambiental, chamado PRA". E seria bom que você falasse, porque, quando você põe a sua insegurança, se a gente não souber que estamos propondo um PRA, fica parecendo que a coisa está perdida. Porque eu queria aproveitar, na essência da sua fala, as preocupações para aperfeiçoarmos isso.

Aí vai para o § 1º, do art. 51: "Na regulamentação dos PRAs, a União estabelecerá normas de caráter geral". Então, está bem claro que quem vai definir as regras de recuperação, de recomposição das áreas que sofreram supressão é a União Federal. Aqui está claro.

E aí vai mais: "Os Estados e o Distrito Federal entrarão de maneira suplementar..." Porque aqui está claro: "A União estabelecerá normas de caráter geral, incumbindo-se os Estados e o Distrito Federal de um detalhamento por meio de edição de norma de caráter específico, em razão de suas peculiaridades territoriais, climáticas, históricas, culturais e econômicas".

Então, se isso aqui não está bem claro, que venham propostas de como deixar mais explícito. Mas tem aqui, a intenção nossa é essa, que a União Federal criará as regras gerais para que Estados e Municípios não possam criar regras de fazer supressão em Áreas de Preservação Permanente além das que estão previstas nas disposições permanentes dessa lei.

Outra coisa que quero citar é que estamos colocando aqui o prazo de um ano, com que você bem concordou, para que as pessoas possam aderir e que a prorrogação desse ato só poderá ser feita por ato do Poder Executivo. A intenção do Senador Luiz Henrique aqui é Executivo Federal. Se precisar explicitar, que o façamos de maneira explicita; clarificar isso de maneira explícita. Porque a intenção é que só a União possa alterar esse prazo. E a sua recomendação é importante porque, se deixar dúvida e alguns Estados começarem a fazer isso, não vai ter mais fim. Uma coisa é a União fazer isso.

Tem também a questão do TAC, que a gente coloca no § 4º, e há uma clara intenção nossa de fazer a recuperação dessas áreas. Não queremos e acho que não seria bom para o Brasil usar a busca de anistia para um tema desse.

Gente, com instrumentos econômicos, com incentivos, nós podemos trazer parte ou boa parte dessas áreas de volta, que são fundamentais, são nascentes, são encostas de rios. Foi colocado aqui pelo Dom Leonardo que não é uma questão de ambientalismo. Na Roma antiga, cidades foram destruídas pela maneira danosa com que se fez a supressão de vegetação, para se fazer navios, para se promover ou alimentar uma economia. É evidente: o ambientalismo, que é combatido hoje, vem da década de 70, é recente, o Código é de 1965. Então, o Código foi feito antes, por agrônomos, por juristas, não foi feito por ambientalistas.

Mas eu queria, para que a gente não caia numa armadilha perigosa, Raul, de fazermos um debate onde a gente pega os pontos que nos preocupam; daqui a pouco, outros pegam os pontos que os preocupam, e se faz um debate, eu diria, até superficial, que nós entrássemos em conta. Nessa proposta aprovada aqui no Senado, que a gente está tentando aperfeiçoar, nós estamos querendo fazer com que o CAR (Cadastro Ambiental Rural) seja um instrumento poderoso para a gente separar quem quer se regularizar daqueles que querem seguir na ilegalidade. E, se esse CAR (Cadastro Ambiental Rural) for bem feito e a adesão ao PRA (Programa de Regularização Ambiental) for bem feita, gente, é falso usar o termo de que a lei estará anistiando alguém, porque nós estamos transformando o dano que tem lá com a oportunidade de as pessoas fazerem a recomposição de suas áreas. Mas é uma obrigação e tem custo. E o custo não é como estão dizendo, alto.

Então, quando fôssemos falar dos arts. 51 e 52, que os vinculássemos. Agora, faço um apelo, se estiver insegura ainda para as entidades a data; se estiver inseguro ainda que o Executivo não poderá prorrogar isso *ad eternum*, seria importante colocar, porque tem tempo de nós aperfeiçoarmos essa legislação e darmos segurança para a sociedade de que não há intenção, nem do Senador Luiz Henrique, nem minha, nem dos Senadores de fazer anistia com o novo Código Flores-

tal. Isso deseducaria e seria muito ruim o Brasil voltar a ter um ciclo de novos desmatamentos.

Por último mesmo, e aí não é uma provocação. Em 2003, Marina Silva era a Ministra do Meio Ambiente, e eu não conheço nenhuma pessoa no Brasil, conheço igual, mais zelosa de querer evitar desmatamento, de querer parar essa destruição que o Brasil está vivendo, e ela tomou atitudes, o Governo do Presidente Lula tomou atitudes, e os resultados vieram. O Brasil teve uma redução drástica no desmatamento nesse período do governo do Presidente Lula, quando nós saímos de quase 30 mil quilômetros quadrados de supressão de vegetação nativa por ano para seis mil, e ainda temos que seguir nessa luta.

Então, a questão da data também deveria ser considerada. Eu estou falando de um debate. Nós estamos ouvindo, buscando sugestões. Há três anos, em 2008, nós tínhamos um corte dado; nós temos ainda muito trabalho para fazer de 2008 para cá, porque já se vão três anos.

Tenho muito receio de voltar muito, de buscar esse pretérito lá atrás, o que é uma maneira também de não se resolver nada, porque vai lá para trás, o problema não tem fim. E tudo isso está muito vinculado a uma legislação, que é a vinculada à Lei de Crimes Ambientais, que é de 1996, a Lei de Crimes Ambientais no Brasil. Como a Lei de Crimes Ambientais veio seguindo conosco até agora no governo do Presidente Lula e ela estava fazendo sempre compensação, quem cometeu uma infração, quem está enquadrado na lei, boa parte tinha como fazer uma compensação com alguns serviços.

Quando chegou em 2008 – e aí é importante, a data de 2008 não pode ser satanizada, é uma oportunidade também –, foi baixado um decreto pelo Presidente Lula, que disse: "A partir de agora, não vai ter mais esse tipo de mediação. Cometeu um crime ambiental, vai ter que ter o rigor da lei". Foi isso que aconteceu em 2008. A partir de agora, quem está irregular não tem mais acesso a crédito. A partir de agora, quem não conseguir averbar a reserva legal está ilegal – 2008. Esse corte é importante. Senão, a gente também pode fazer um debate só com um lado e não com o outro; e eu quero ouvir todos os lados. O Senador Luiz Henrique quer ouvir todos os lados, principalmente quem está preocupado com a questão do meio ambiente, porque quem está danificado no Brasil é o meio ambiente. Quem precisa de reparo é o meio ambiente. Porque, do mesmo jeito que a gente reduziu o desmatamento, a gente teve um aumento extraordinário da produtividade e da produção no Brasil. Então, não é culpa... Reduzido o desmatamento, ele não é adversário do aumento da produção. Agora, só estou pondo o seguinte. Em 2008, o Brasil resolveu acertar as suas contas, Senador Paim, com quem comete crime ambiental. Quando foi fazer isso aí, foi uma grita danada. O pessoal falou que não dava. E o Código Florestal está tentando, sem anistia, e nós temos a oportunidade de fazer esse conserto.

Então, eu acho que, assim, por último, era só para o Raul, se ele pudesse considerar – eu conheço um pouco das observações muito importantes do Raul – o CAR, o PRA, a seriedade na implementação disso, a responsabilidade exclusiva da União na condução disso e também a importância que nós temos de fazer a aplicação da Lei de Crimes Ambientais dentro desse processo, isso ajudaria um pouco a gente ver, porque aí ele apontaria onde é que a lei deixa margem para essa interpretação legítima e correta que ele está fazendo, mas, se nós ajustarmos, como é que fazemos para que essa margem de flexibilização equivocada não aconteça, porque eu acho que a lei não pode deixar brecha para os problemas não se repetirem.

Obrigado e peço desculpas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Importantes as ponderações do Relator.

Agora, neste momento, o nosso convidado Dom Leonardo terá que se retirar. Então, eu vou deixar que ele faça a saudação final e, em seguida, passarei a palavra ao Senador Vicentinho, se assim o Senador concordar, porque ele vai ter que se retirar para outro compromisso, já assumido.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Se for possível, Dom Leonardo, eu gostaria que ele também ouvisse a minha fala, que será muito rápida. E eu também terei que me ausentar. Se for possível. Porque, talvez, com certeza...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dom Leonardo já concordou. V. Exª está com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – É de interesse da nossa Igreja. Pertenço, com muito prazer...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Porque ele manda muito mais do que eu aqui. Ele disse: "Não, tudo bem. Pode dar a palavra para ele".

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – ...a minha Igreja Católica. Graças a Deus, sou católico praticante, uma ligação muito direta, inclusive em Porto Nacional, sede de Bispado, que vem desde Dom Alano; hoje, temos Dom Romualdo; Dom Pedro, em Palmas, nosso Arcebispo.

Cumprimento V. Exª, Sr. Presidente; cumprimento o Senador Jorge Viana, Relator da Comissão do Código Florestal; saúdo o colega Blairo Maggi, brilhante Senador da República pelo Mato Grosso; Senador Cyro, nosso amigo, também aqui presente; os demais convidados, José Batista, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; o Raul, um brilhante palestrante; e cumprimento V. Exª Revmª Dom Leonardo; saúdo os demais convidados, particularmente o meu sobrinho aqui, que é seu admirador, Presidente Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Promotor de Justiça no nosso Estado, da cidade de Araguatins, Professor Universitário e o neto mais velho do comandante Vicentão, o avô dele aqui, que nos honra muito.

Eu tenho ouvido e visto muito o debate do Código Florestal, e ai vai direcionado ao Relator, e muito pouco se tocando com relação aos povos indígenas. Sei que vamos ter outra rodada, da qual não vou poder participar, mas está aqui a Rosane ao meu lado, e estou vendo aqui Cleber e Ivo Fonseca.

Então, nós precisamos ter uma atenção especialíssima nesse caso, muito especial, porque só se tem falado no agronegócio. Eu estou aqui sentado e, desde a hora em que cheguei até o exato momento, só vejo a atenção voltada para o agronegócio. É importante? É importante, mas também os povos indígenas têm que ter a sua importância. Aliás, eu quero aqui convidar todos, no dia 5, próximo sábado, na minha cidade de Porto Nacional, nós vamos ter a abertura dos Jogos dos Povos Indígenas. Todos estejam convidados: imprensa, servidores da Casa, Senadores.

A minha preocupação, estive em setembro lá na aldeia Cricretum, lá no Xingu, recebendo homenagem dos povos Caiapós. E aí, eminente Relator, eles têm muitas preocupações com o Código Florestal. Lá eles estão ligados, são super bem antenados, como dizem os jovens. E, com isso, a preocupação deles com as nascentes. Como vai ficar a nascente do rio Fresco? A nascente do rio Xingu? Como vão ficar as matas ciliares? A área de proteção das áreas indígenas? Como vai ficar isso? Se você sobrevoar a Amazônia, hoje, principalmente ali o Pará, o Sul do Pará, Dom Leonardo, a gente observa que a única área preservada são as reservas indígenas. E ali ao entorno, nós ainda estamos vendo rios poluídos, poluição de garimpos etc. Precisamos observar tudo isso; precisamos ter uma atenção diferenciada. Por exemplo, os Caiapós vivem da coleta da castanha, da pesca, da caça e da roça. A roça de um índio é diferente da roça do não índio. De modo que isso tem que estar com clareza no Código Florestal. E ainda não pude observar, Presidente Paim, a clareza com relação aos povos indígenas do Brasil. Precisamos discutir melhor isso. Precisamos ter uma atenção especialíssima com relação aos nossos povos indígenas.

Com relação aos crimes ambientais em áreas indígenas, como que nós vamos cuidar desse assunto?

Enfim, a minha preocupação, de um modo geral, é que nós estamos muito preocupados, com certo foco e uma certa razão com relação a quem desmata, a quem não preserva, mas também tem que ser valorizado quem preserva.

Portanto, Presidente Paim, a minha fala é direcionada exclusivamente aos povos indígenas. Eu gostaria de ouvir mais, com mais clareza dos Relatores o que é que nós temos para os nossos povos indígenas com relação ao Código Florestal.

Muito obrigado, Presidente.

Agradeço pela generosidade de Dom Leonardo.

Eu vou ouvi-lo, Dom Leonardo, e também, logo em seguida, tenho um compromisso às 11 horas fora do Senado, mas fica aqui esse questionamento e o meu apoio incondicional a todas as causas dos nossos povos indígenas do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Dom Leonardo com a palavra.

Não sei se o Senador Blairo Maggi...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu só quero cumprimentar Dom Leonardo e também o José Batista, que está aqui na Mesa, o que eu não fiz antes. Peço desculpas por ter chegado um pouco atrasado. Perdi a sua palestra, mas, depois, vou pegar os documentos e ler o que foi escrito.

Gostaria de perguntar se o senhor é parente do Baltazar Ulrich, lá de Cuiabá, ou de Arnildo Ulrich. São todos do Rio Grande do Sul. O senhor é gaúcho também?

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Sou catarinense. Ulrich é o meu nome, não é sobrenome.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Não é sobrenome? Grande coincidência. Está bom, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Dom Leonardo com a palavra.

O SR. DOM LEONARDO ULRICH STEINER – Só queria agradecer pela oportunidade, por este momento desta audiência pública, quando os dois Senadores tiveram a abertura de irem à CNBB se encontrar com representantes de mais de 150 entidades. Foi feita essa proposta e eles disseram que haveriam de estudar a

possibilidade de uma audiência pública, o que está acontecendo hoje de manhã, em plena segunda-feira.

Consideramos esta audiência pública muito importante, na medida em que a sociedade sempre puder participar e ajudar a legislar, porque, depois, os Senadores e os Deputados votam. Mas a sociedade tem quase como obrigação ajudar a legislar. Sempre a sociedade será beneficiada.

Então, agradeço por esta oportunidade.

Não são só os povos indígenas, Sr. Senador. Se formos entrar nesse assunto, que nos preocupa muito... A CNBB está criando agora, inclusive, um grupo de estudo a respeito dos quilombolas, e teremos, como brasileiros, uma obrigação muito grande de dar assistência à CNBB, que deseja começar a fazer esse estudo e esse debate.

Então, agradeço, Senador, por esta oportunidade.

E o que o Raul está apresentando não é apenas o que pensa o ISA, mas o debate longo, muito longo que eles vêm fazendo com a participação de mais de 150 entidades. Eu até diria o seguinte, Senador Paim, que não se trata de ambientalismo. Nunca senti nas discussões esse modo ferrenho de querer defender isso ou aquilo. Está em jogo a nossa vida. Está em jogo a Humanidade. Está em jogo o brasileiro, o nosso *habitat*, a nossa casa, a nossa moradia.

Foi essa questão que eu senti sempre como uma discussão muito importante de fundo de todas essas entidades.

Para tantas entidades chegarem a uma proposta é algo simplesmente admirável. É o que penso. É muito admirável. Por quê? Porque existe uma preocupação de fundo, e dessa preocupação de fundo a CNBB também tem participado e a tem defendido.

Agradeço muito por esta oportunidade. É um bom trabalho e que os nossos Senadores possam presentear o Brasil com um bom Código Florestal, que ajudará também a economia. A ciência tem demonstrado isso pelo relatório que fez, mostrando como a preservação das nossas matas é importante, inclusive para que se tenham insetos suficientes para que haja a polinização. São pequenas coisas que às vezes fogem do nosso debate, mas que são muito importantes.

Bom trabalho e deem ao Brasil um bom Código Florestal, e o Brasil será agradecido a todos os Senadores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Dom Leonardo, pela sua contribuição.

A palavra volta para o Raul.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Estou finalizando aqui, só vou interagir um pouco porque falaram que o debate é rico, e há as preocupações do Senador Jorge Viana.

Senador Jorge, quero reforçar que estou aqui falando não somente em nome do ISA, mas em nome do Comitê Brasil em Defesa das Florestas, que reúne mais de 150 organizações.

Se essa lei, Senador Maggi, Senador Cyro Miranda, conseguir criar, assim como no Mato Grosso, que foi o pioneiro, no Acre, no Pará, e outros Estados se inspiraram nisso, um programa de regularização ambiental que signifique o perdão de multas em troca da recuperação das áreas que foram ilegalmente desmatadas, aquilo que deveria estar protegido e não foi protegido, nós aplaudiremos. É isso que nós queremos. Ninguém quer multar um produtor rural. A multa é algo para se evitar. Ninguém é sádico, ninguém quer penalizar o produtor, não tem nenhum sentido isso. E a multa tem-se mostrado, e o debate no Senado demonstra isso, ineficiente, arrecada-se menos de 1% disso.

Então, nós temos de caminhar para um programa e para um projeto que tragam outros incentivos, que tragam outros mecanismos. Temos que financiar essa recuperação. Por que não usar os fundos constitucionais, Senador Maggi? Por que não pegar esse dinheiro que nós temos hoje aí para, num grande programa, com a participação da sociedade, ajudar a financiar a recuperação das áreas, o que, como o Senador Maggi colocou, não é tão caro. Ou seja, em grande parte das áreas, na imensa maioria das áreas, simplesmente abandonando, ela volta.

Hoje, têm-se colocado alguns dados de que a perda agropecuária no Brasil seria inestimável se a gente recuperasse essas áreas.

Senador Maggi, o senhor conhece o Mato Grosso, conhece bastante o Xingu, e nós estamos lá todos os dias trabalhando. Qual seria a perda de produção efetiva das áreas que foram recuperadas? Praticamente nenhuma.

Então, não é verdade isso. Nós podemos, com muito baixo custo, deixando regenerar, perdoando a multa em troca da recuperação, voltar às áreas.

O que nós não podemos é achar que esse mapa aí, esse vermelhinho, essas áreas onde temos menos de 10% da vegetação no Brasil devam ficar assim para sempre, que isso é normal. Isso não é normal, não está correto. Nós temos que ter mecanismos, e não é só a multa, para fazer com que, nessas áreas mais sensíveis e críticas, a vegetação retorne para onde deveria estar. Nós não podemos achar que isso aí é normal, que esse tipo de ocupação é legítima, legalizada e que para todo sempre poderá ficar assim. Nós temos que saber diferenciar.

Para isso, Senador Jorge Viana, o art. 53 tem que ser modificado. Agora, com essa separação, que foi boa, entre as disposições para frente, para trás, eu

acho que isso é fundamental, inclusive para dar clareza, mas o art. 53 diz que todas as ocupações feitas até 2008 em APPs devem ser mantidas. Isso gera insegurança, isso gera confusão, e, pelo art. 53, se eu o ler, eu acho que isso pode ser mantido, porque foi feito até 2008; estará legalizado. Então, o que nós temos que ter é um comando claro de que isso tem que ser recuperado, e dar condições. Não é só: tem que ser recuperado. Tem que ser recuperado e como será recuperado. E daí tem todo um capitulo de incentivos econômicos, que, a meu ver, ainda está tímido. Acho que o Senador Luiz Henrique avançou, mas está tímido ainda. Nós temos que ter mecanismos mais parrudos para conseguir financiar isso daí, para recuperar, reflorestar uma área como essa daí para parar de assorear esse rio.

Agora, há ocupações que podem ser mantidas. Há ocupações cuja retirada é mais prejudicial do que a sua recuperação. E aí, sim, a lei tem que saber fazer essa diferenciação.

O problema é que o art. 53 nivela por baixo tudo. Então, temos que deixar claro lá que algumas ocupações serão mantidas, não todas, e quais são as condições em que isso tem que ser mantido. Aí, sim, os programas de regularização e o cadastramento serão instrumentos para recuperação dessas áreas, para regularização com recuperação. E, nesse contexto, o perdão de multas é justificado, ou seja, aquilo que foi feito para trás, multar hoje não tem sentido, o importante é que se recupere.

Portanto, eu só queria deixar claro isto: temos problemas, sim, e nós temos uma solução, que é adotar a Emenda nº 4, da Comissão de Ciência e Tecnologia. O Senador Rodrigo Rollemberg colocou uma emenda correta nesse sentido. E os arts. 52 e 53 também têm que ser modificados. Pode-se deixar claro que nem toda ocupação será mantida; algumas ocupações, quais são as condições e que pastoreio em encosta e topo de morro não é aceitável. Ou seja, nós podemos fazer uma transição para ocupações mais responsáveis. Nem todos os casos necessariamente têm que ser recuperados com floresta, mas não se podem manter essas pastagens ali.

Sobre o programa de regularização, Senador Maggi, acho que aí é uma questão de vírgula. Tenho certeza de que os senhores não querem isso mesmo. Então já existe uma emenda, a Emenda nº 68-CCJ, do Senador Aloysio Nunes, que corrige isso e diz que não poderá ser prorrogável e indefinido o prazo. Tem lá uma emenda, é só adotá-la. Infelizmente, não foi adotada ainda, mas tenho certeza de que próprio Senador Luiz Henrique, entendendo que tem uma pequena falha, mas uma falha que pode causar grandes problemas, adotará essa emenda.

Vou finalizar, falando dos problemas que nós temos ainda com relação à reserva legal...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Permita-me, já que o nosso Presidente permitiu que a gente fizesse comentários no meio...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É isso que enriquece o debate e ajuda quem está assistindo à TV, inclusive.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Exatamente.

Naquele mapa, você mostra bem o que aconteceu na Região Centro-Oeste o no Norte do Brasil, e você está fazendo um trabalho pelo ISA já na Região Centro-Oeste e chegando para o Norte. As ocupações, de fato, nessas regiões, são muito mais recentes, e a observância da legislação foi muito maior do que aconteceu aqui em baixo, no Sul e Sudeste. Então, quando você vê aqui nesta Casa o debate de que nós queremos preservar a forma como se encontra até 2008, ela não diz respeito muito às ocupações do Centro-Oeste e às ocupações do Norte. De fato, lá em Mato Grosso, você é conhecedor, até o ano passado, ainda a margem de rio deveria ser de 50 metros. Depois que saí do governo, mudaram para 30 metros, mas era de 50. Então, o déficit que tem naquela região é muito pequeno. Se houver alguns problemas, é fácil de recuperar, é fácil fazer, não vamos desalojar muitas pessoas com isso. Mas, no Sudeste e Sul do Brasil, é que estão os grandes problemas. E tenho defendido aqui no Senado que a gente tem que consolidar essas coisas, principalmente até os quatro módulos fiscais; e não é familiar, é fiscal. Porque é nessas pequenas propriedades que vamos encontrar os grandes problemas.

Penso que nós não temos o direito, em nome até do meio ambiente e da preservação, de chegar lá, em Santa Catarina, no Paraná, em qualquer lugar desses, e retirar uma pessoa que tem lá quatro, cinco hectares de terra, e que está na beira de um rio. E, se levar em consideração o Código Florestal antigo, talvez ele não pudesse estar ali com essa propriedade. Estamos mexendo não só com o meio ambiente, mas com gente, com pessoas, e a nossa Constituição diz que, em primeiro lugar, é o homem.

Então, nós temos que fazer essa observação e, talvez, não gosto muito disso, mas até para acertar, a gente pudesse, de novo, regionalizar as coisas. Porque nós, no Mato Grosso, no Norte e no Centro-Oeste, principalmente na Amazônia Legal, que ficou sozinha nesse debate por muitos anos, porque não era exigida, até o decreto do Presidente Lula em 2008, a observação da lei ou a cobrança da lei aqui no Sul e Sudeste. Quando o Presidente Lula lançou o decreto

aqui, eu comemorei como Governador do Estado de Mato Grosso, e disse: "De hoje em diante, todos vão se preocupar em acertar a questão do meio ambiente e não só a Amazônia Legal, o Centro-Oeste e o Mato Grosso terão que fazer isso, individualmente. E eu sabia que jamais nós conseguiríamos fazê-lo sozinhos. Agora não, está o Brasil inteiro; estão Santa Catarina, Rio Grade do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo. Onde está o maior número de população temos o maior número de problemas.

Então, quando nós defendemos aqui, e eu tenho feito esse debate e essa defesa... Fui à Esalq na semana retrasada, junto com os nossos Relatores, para discutir isso. Nós vamos trabalhar nessa direção. Eu, pelo menos, vou defender essa posição de que não devemos retirar os pequenos agricultores que estão ocupando tradicionalmente as suas propriedades.

Quando se diz que, com a observância da lei, conforme era antigamente ou conforme não se quer fazer a modificação, há prejuízo na produção, está-se referindo ao Sul e ao Sudeste do Brasil. Jamais ao Centro-Oeste e ao Norte. O Nordeste eu conheço muito pouco, mas sei que nessas regiões nós não teremos grandes problemas. Como você disse, não há grandes problemas nessa região, porque a observância da lei foi feita, porque a ocupação foi mais recente.

Mas nós temos que observar, mais uma vez eu quero insistir, porque nós temos milhares e milhares – foi dito aqui em torno de 8 milhões – de proprietários. Nós temos que observar isso, porque nós não temos o direito. Eu, como Senador, não tenho o direito de chegar lá em Santa Catarina, lá em São Miguel do Iguaçu, no Paraná, onde eu nasci, que tem milhares de pequenas propriedades, e tirar o cidadão que está ali ao lado do córrego, que tem o seu aviário, que tem suas coisas ali.

Talvez, em um programa acoplado a esse, com incentivos fiscais, com forma de você dar prazo e condições para que o cidadão faça uma troca no futuro, acho interessante, podemos colocar isso. Agora, simplesmente, chegar lá e falar: "De hoje em diante, você está fora". Ele vai dizer: "Mas o meu bisavô nasceu aqui, o meu avô morou aqui, o meu pai e eu nascemos aqui, e agora todo mundo tem que ir embora?" Então, acho que temos que tomar cuidado nesse sentido. É a preocupação que eu tenho tido neste momento.

Com respeito ao Mato Grosso, a que você fez referência, e eu já fiz essa referência aqui também, nós chegamos a um acordo lá. Não tivemos grandes dificuldades – você acompanhou todo o processo, a implantação – de fazer aquilo que deveria ser feito para os pequenos, para os grandes. Todos entraram no programa e, felizmente, nós somos um Estado hoje que serve como referência nacional a esse programa que queremos implantar no Brasil inteiro.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Senador, concordo inteiramente com o senhor. O que nós temos defendido no âmbito do Comitê é justamente que se separe essa situação. Ou seja, vamos criar um capítulo específico para a pequena agricultura, para a agricultura familiar, que inclusive foi modificada recentemente. Com a lei que cria o programa Bolsa Verde, foi modificado o conceito de agricultura familiar de uma forma positiva, porque havia alguns limites – 80% da renda tinham que vir do imóvel e tudo mais. Ampliou-se hoje já esse público, então temos que ter políticas específicas de defendermos isso. Temos defendido e apresentamos uma proposta de se criar um capítulo específico para a agricultura familiar em que haja, por um lado, algumas flexibilizações a mais para a agricultura familiar, de forma que o sujeito que está na beira do rio, que foi empurrado para uma encosta, para uma beira de rio... E esse é um resultado da política de ocupação do território brasileiro. Ou seja, o pequeno agricultor foi para as áreas mais marginais da agricultura, o senhor sabe disso. Ele já vive um drama social, não queremos que viva um drama ambiental também. Então, você pode ter uma flexibilidade, mas também acompanhada de um pacote maior e mais parrudo de incentivo, para que ele opte. Em vez de ter que manter a sua beira de rio desmatada, ele opte por recuperá-la, tenha condições para isso, tenha um pagamento por serviço ambiental, tenha um incentivo fiscal.

Por exemplo, para que hoje o agricultor que protege ou que queira recuperar entre num programa, que se disponha, em quinze anos, a recuperar a margem de rio, a encosta lá, a transformar a área em outro sistema produtivo. Por que ele não pega um rebate no Pronaf? Hoje, se ele paga em dia, ele já tem rebate no Pronaf. Por que ele não pode ter um rebate por cumprir a legislação ambiental? Seria um incentivo grande. Isso ajuda financeiramente. Ao longo de cinco ou dez anos, ele pode colocar na ponta do lápis e falar: Olha, em dez anos, só de juros, só de empréstimos, eu economizei não sei quanto.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Eu concordo plenamente contigo. No passado – eu lembro quando o meu pai começou a atividade agrícola dele –, o governo dava incentivos fiscais para você desmatar, para você colocar calcário, para você colocar adubo, dava rebate e pagava a metade da conta. E era normal esse tipo de coisa. Portanto, hoje, dar rebate no Pronaf para quem está lá e vai fazer um programa de mudança, não vejo problema nenhum nisso. Aliás, é a solução dar juro zero. Cumpriu no primeiro ano, rebate de 10%; cumpriu no segundo, mais dez. Pode-se até

perdoar a conta que ele tem com o banco estatal, que é da sociedade, em troca do meio ambiente. Eu acho que essa é a discussão e o correto é fazer isso mesmo.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Pois é. Agora, qual é a questão, Senador Paim? O que nós não podemos é misturar as coisas, ou seja, em nome do pequeno proprietário, trazer isso para todo mundo. Nós temos que saber as situações diferenciadas. Não significa necessariamente penalizar o médio e o grande. Não é isso que nós queremos, mas ele tem mais responsabilidades, tem outras condições. Então, o que nós queremos e defendemos, e acho que vai ser falado aqui, é um capítulo específico para a agricultura familiar, que eu acho que poderia englobar e deixar claro: olha, para a agricultura familiar, para a situação que o senhor falou, tem essa solução aqui. Pode-se flexibilizar isso, pode-se manter isso, vamos dar esse tipo de incentivo. Para esses outros produtores, é outra solução. Temos que ter solução também. Temos que ter também incentivo no crédito.

Acho que hoje o médio e o grande produtor que pega dinheiro no Banco do Brasil a 6,75, mas faz plantio direto, recuperou a sua beira de rio, manteve a sua reserva legal, ele tem que ser diferenciado positivamente, tem que ter um benefício. Não pode ser que nós sigamos emprestando dinheiro público para quem desmata beira de rio da mesma forma que para aquele que conserva.

Bom, eu vou finalizar. Tem uma terceira ordem de problemas que diz respeito à diminuição e ao desvirtuamento da reserva legal. Então, o projeto continua mantendo a dispensa de reserva legal para até quatro módulos fiscais. E nós entendemos que deveria, sim, ser o público, Senador, da agricultura familiar ou se limitar àquele.

Qual é o problema dos quatro módulos, Senador? Quando você fala agricultor familiar, não só você tem uma ligação direta daquele sujeito social com a terra e, portanto, é aquele que depende daquela terra para sobreviver, como necessariamente ele só tem aquela terra. Para esse público, é razoável você pensar a dispensa de recuperação da reserva legal. Claro, desde que acoplado com um conjunto de incentivos em que ele possa optar por recuperá-la. Não só porque ele será multado, mas porque ele quer.

Quando você fala genericamente quatro módulos fiscais, não só há o risco concreto – e acho que o senhor sabe disso – de divisão de matrículas, porque isso já acontece hoje, como o mesmo proprietário pode ter três, quatro, cinco, seis fazendas de quatro módulos e todas elas serão dispensadas. Não falta terra para aquele proprietário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Raul, o Casildo Maldaner – a gente também tem que dar as palmas – veio aqui prestigiar o nosso debate. Senador por Santa Catarina. *(Palmas.)*

Vá lá, Raul.

O SR. RAUL SILVA TELLES DO VALLE – Então, o que nós temos defendido é que a solução para isso seria: sim, pode ser razoável a dispensa de reserva legal, desde que para aquele que, de fato, vive da terra, depende daquela terra, para quem cada metro quadrado faz falta.

Outro ponto preocupante é a recuperação da reserva legal com exóticas em até 50%. A nosso ver, na verdade, isso é uma diminuição pela metade do tamanho da reserva legal.

O Professor Ricardo Rodrigues – o senhor, Senador Blairo Maggi, foi à Esalq e acho que teve oportunidade de conversar com ele – fez uma pesquisa muito ampla nas fazendas de cana, em São Paulo – o que tem de APP, o que tem de reserva legal, o que tem de cana. Os dados dele mostram mais ou menos o seguinte: mais ou menos 10% – e foi uma coisa de quase duas mil fazendas – das áreas dessas fazendas de cana são APPs já, portanto, se a gente consertar esse projeto, basicamente, rios, áreas planas terão que ser recuperadas.

Bom, isso significa – já considerando o que o próprio projeto estipula, e com isso nós concordamos – o cômputo da APP na reserva legal, ou seja, o sujeito terá que ter 20% de vegetação nativa já considerando as APPs e terá que ter de reserva legal outros 10%, metade da reserva legal. Se esse dispositivo permanece, ele poderá plantar uma monocultura de eucalipto, que valerá para a reserva legal dele, o que, obviamente, não tem nenhum sentido, porque a plantação de eucalipto é boa como produção econômica, principalmente de madeira, está tudo certo, mas ela não é reserva legal, não tem a função da biodiversidade que a reserva legal tem.

Então, em São Paulo, essas fazendas que ele estudou, por exemplo, estariam dispensadas, na prática, de recuperar a reserva legal. A nosso ver, isso é um absurdo, ou seja, desvirtua-se a regra. É uma pequena mudança que parece que faz sentido, mas, olhando o caso concreto, haveria essa situação, ou seja, simplesmente recuperaria, ou mantém a APP e reserva legal zero de recuperação justamente nessas regiões onde mostra o mapa que é mais necessário.

O que nós defendemos é que nós tenhamos mecanismos não só econômicos, mas uma própria melhoria nas regras de compensação, para que isso possa acontecer. Que possamos ter a recuperação da reserva legal nas áreas que estejam abertas já, com

pastagens, com outros tipos de cultura. Não precisa necessariamente arrancar a cana ou áreas altamente produtivas, mas pode-se fazer isso, e nessas regiões tem espaço suficiente.

Qual seria a solução? Permitir o uso de exóticas apenas no processo de recuperação, como é a legislação hoje. Ou seja, a legislação permite que o proprietário use exóticas no começo da recuperação, permite plantar eucalipto, pinus, mas que ao longo do tempo ele vai sendo substituído por vegetação nativa. Se isso for um incentivo econômico, ótimo, mas que não fique de forma permanente. Ou seja, que você possa ter um retorno econômico imediato em troca da recuperação da área, e nós sabemos que é possível, sim, recuperar uma reserva legal com vegetação nativa com uso econômico também. Ou seja, pode fazer uma reserva legal enriquecida de espécies que têm mais valor, e isso poderá ser uma poupança com valor para a biodiversidade também.

Não permitir a troca de reserva legal por doação a um fundo público. Esse é um receio muito grande, que está no projeto. O sujeito não precisa mais fazer servidão em nada, ele dá um dinheiro para um fundo, esse dinheiro some, ninguém sabe o que acontece. A nossa experiência histórica com fundos no Brasil é ruim, não é boa; os recursos são contingenciados, são desviados para outras finalidades ou ficam parados. Nós entendemos que é melhor regulamentar bem, ter um sistema bom, eficiente, de compensação direta de servidão e, nesse sentido, há algumas discussões. Mas ter um melhor sistema de cota de reserva ambiental onde o sujeito pode, sim, comprar um título, mas que tem lastro, ou seja, uma cota é ter uma área cadastrada, identificada, com vegetação protegida ou em recuperação e esse título representa aquilo ali. O sujeito não precisar ir lá buscar aquele outro proprietário ou fazer um contrato de servidão. Ele compra aquela cota, mas a cota tem lastro, nós sabemos que é uma vegetação existente.

Então, a nosso ver, a doação para um fundo público seria perda muito grande nesse sentido. E permitida a exoneração da recuperação apenas para a agricultura familiar.

Por fim, nós temos que melhorar o artigo 8º, ou seja, nessa divisão entre regras permanentes e transitórias, nós temos hoje o que sobrou no texto lá, uma não regra para novos desmatamentos em APPs. E aí nós precisamos consertar, repor isso daí. Então, da forma como está lá, por exemplo, o plantio de soja poderia ser considerado de baixo impacto. O Senador Luiz Henrique trouxe para a lei o conceito de utilidade pública e interesse social e baixo impacto, inspirado na Resolução Conama nº 369, porém algumas pequenas modificações – acho que involuntárias – foram feitas, que dão esse sentido. Por exemplo, fala lá que qualquer plantio de espécie produtora de grãos em APP será considerado baixo impacto. Isso pode se entender, seria um absurdo, mas por isso que a gente tem que corrigir o que está lá, que um plantio de soja, um produtor de grão poderia ser considerado de baixo impacto em APP. O art. 8º, da forma como está no relatório apresentado, não exige autorização para o desmatamento de APP. Ou seja, hoje a regra fala isso. O sujeito que quiser desmatar APP, em casos excepcionais, precisa de uma autorização prévia, salvo baixo impacto. Isso não está mais na regra, a gente tem que devolver isso para a lei. Ou seja, obviamente, alguém que quer construir uma estrada tem que ter uma autorização para aquilo. Não exige mais compensação; o art. 8º, que permaneceu no texto, não exige compensação da área desmatada. A regra hoje é: se eu vou fazer uma estrada, uma ponte e desmato uma área de APP, é permitido, é uma utilidade pública; porém, aquela área de 10, 15, 20 hectares que eu desmatei eu tenho que recuperar em outro lugar, tem uma compensação pela área desmatada. No texto, não exige mais compensação pela área desmatada, como não exige também estudo de localização. Hoje, na regra atual, para poder desmatar uma APP, eu tenho que provar, mostrar: "olha, eu estou fazendo isso aqui porque não teria outro lugar". Quer dizer, uma área sensível, mas justifica-se fazer aqui porque é essa área que eu tenho. Para fazer uma ponte, por exemplo, é, óbvio, tem que desmatar uma beira de rio. A forma como está no texto dispensa esse estudo de localização, ou seja, aquele que quer desmatar não tem que mostrar que tem que fazer ali porque não existe outro lugar possível de fazer. Isso, a nosso ver, fragiliza muito a regra. O bom é que já existe uma emenda nesse sentido para corrigir. A Emenda nº 58, da Comissão de Ciência e Tecnologia, do Senador Antonio Carlos Valadares, a nosso ver, corrige esse erro e repõe uma regra permanente que evite novos desmatamentos desnecessários em APPs, dentro do princípio de que essa lei não deverá facilitar novos desmatamentos.

Eu poderia falar de outras coisas aqui, mas o tempo é pouco. Eu só queria citar mais um assunto, que é o regime de pousio. A lei hoje fala que nas áreas consolidadas será admitido o pousio, que é uma prática tradicional indígena, quilombola quando feita a roça de coivara dentro de áreas de floresta e isso está totalmente correto. A lei mantém e está correto. O problema é quando isso é aplicado em áreas de agricultura, digamos, não tradicional, nas áreas de agricultura intensiva. É até um contrassenso ao que a lei está dizendo. A lei está dizendo: Olha, vamos manter

alguma coisa daquilo que está em uso hoje, que está em uso há décadas. Nesse caso, um pousio de 10 anos, que é uma área de vegetação já alta, onde já há uma regeneração, não pode ser passível de entender que aquela área está em uso. Alguém que estaria supostamente usando uma beira de rio que há 10 anos não usa, sinceramente, ele não precisa daquela área para produção. Não existe num sistema de agricultura moderna uma rotação de área em 10 anos que seja necessária para a sobrevivência daquele agricultor.

Então, nós entendemos que o conceito de pousio no Código tem que ser modificado. Ou seja, tem que deixar claro que, a título de pousio, não se pode desmatar uma encosta, um topo de morro, uma beira de rio que esteja com floresta em regeneração; admite-se, sim, rotação de área, que é o descanso de área de um, dois, três anos, que é o que se faz hoje na agricultura moderna para poder fazer calagem e outras coisas ali. Mas área em regeneração não pode ser considerada pousio para fins de novos desmatamentos, porque, se isso permanecer no texto, ele estará permitindo que sejam desmatadas áreas que hoje estão em recuperação.

Eu fico por aqui e agradeço pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Raul Silva Telles do Valle, advogado, Coordenador Adjunto do Programa de Política e Direito do Instituto Socioambiental, que fez aqui sua exposição e a quem eu dei um tempo maior. Naturalmente, houve debates já com alguns Senadores; apresentou emendas, propostas e demonstrou a sua preocupação principalmente com os pequenos produtores.

Vamos, de imediato, ao José Batista de Oliveira, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

Vamos lá, José. Você tem o tempo que for necessário.

O SR. JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos. Uma saudação especial ao Paulo Paim. Quero não agradecer, mas reconhecer o papel importante de abertura deste espaço. Nós assistimos na Câmara a um debate um pouco conturbado, tumultuado, com confusões, que impediram a oportunidade de a sociedade em geral e dos movimentos e entidades organizadas participarem daquele debate. Então, aos demais Senadores também aqui presentes, quero registrar que o Senado tem esse papel de permitir o tempo necessário para este debate. Segundo, quero reforçar que essa síntese, expressada pelo Raul, que está disponível – já mantivemos diálogos com os dois Relatores e com esse conjunto de entidades – é de consenso, e é não fácil construir consenso com muitas entidades e muita gente. Então, não está expressa nem a vontade específica de um movimento (do MST ou da Via Campesina) nem só dos movimentos ambientalistas ou outros movimentos que estão neste debate. Inclusive, mediados pela CNBB, nós fizemos um amplo esforço para produzir essas observações e essas contribuições. Esperamos que elas sejam assimiladas pelos relatores e disponibilizadas para todos os Senadores como contribuição a este debate.

Já estivemos também com os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, com todos os movimentos do campo, mais Ministério do Desenvolvimento Agrário, mais Ministério do Meio Ambiente e acho que essa construção está sendo amadurecida. Aqui, então, como nós nos somamos à Mesa, com Dom Leonardo, com o Raul, eu vou passar em alguns pontos que são preocupações para nós, movimentos da Via Campesina, do MST e demais movimentos da Via Campesina, que envolvem pequenos produtores atingidos por barragens; aos movimentos indígenas também nos somamos, aos quilombolas...

Um primeiro registro. É importante e nos preocupa o contexto em que este Código Florestal está sendo modificado. É um contexto de crise desse sistema de acumulação, de concentração das riquezas, e, normalmente, nas crises, o sistema, para continuar acumulando e explorando, antes se expandia para continentes onde ainda não existia a exploração, mas como agora está se esgotando. Então, os recursos naturais, principalmente a água, minérios, a terra, o solo e a biodiversidade como um todo, são, digamos, a presa mais fácil, porque é ali que podem expandir as ganâncias de lucro e de concentração de riqueza.

Esse é só um registro do momento para que tenhamos essa preocupação.

O segundo elemento – já está registrado aqui, está nos documentos também, nas ponderações que o Raul colocou – é que, para nós, da agricultura camponesa, da pequena agricultura, assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, a preservação da biodiversidade, a preservação das florestas não pode, não deve ser adversária da nossa produção de subsistência, nem para a produção para o conjunto da sociedade se alimentar.

E essa consciência está sendo ampliada pelo esforço dos movimentos, pelos esforços inclusive de estudos científicos da Embrapa para melhorar a produção sem ter que competir com a preservação ambiental. E isso é possível. A agricultura familiar camponesa, indígena, quilombola, das comunidades tradicionais é necessariamente diversificada e está necessariamente preocupada em produzir alimentos livres de muito uso de veneno. Se não tiver água, se não tiver nascente, é impossível pensar tanto na agricultura, quanto na pecuária, quanto nos diversos ramos da produção.

Então, para nós, este é o nosso esforço, do MST e da Via Campesina, a preservação ambiental joga a nosso favor. A preservação das nascentes, das florestas, da biodiversidade joga a nosso favor e a favor da população brasileira que depende de alimentos cada vez mais saudáveis.

A terceira preocupação é que esse modelo de exploração da agricultura, que vem desde o Brasil colônia, sempre avançou predatoriamente sobre os recursos naturais, como forma de mais rapidamente acumular riqueza, não se preocupando com as formas de exploração do trabalho, com a utilização do trabalho escravo, com a destruição ambiental, e não se preocupando, inclusive, com a diversificação e a produção de alimentos. É mais voltada para os interesses de acumulação e de grandes monocultivos para a exportação, o que nós entendemos que cumprem um papel na economia, mas, exacerbadamente, cada vez mais a tendência é aumentar o risco dos desmatamentos, da destruição ambiental e inclusive da superexploração dos trabalhadores na agricultura e inclusive o trabalho escravo.

Por isso, a nossa preocupação principal é de que tem que se buscar o equilíbrio entre aqueles que preservam e aqueles que destroem, para não confundir. Por exemplo, num primeiro momento, na Câmara, foi muito confuso que os pequenos agricultores estavam apoiando essa mudança, mas levada a cabo para priorizar as mudanças que interessam às grandes expansões de produção para monocultivo e não os interesses da agricultura familiar.

Nós estamos tendo oportunidade agora de deixar muito claro isso, inclusive oportunidade de os indígenas, quilombolas, ambientalistas e movimentos sociais se pronunciarem.

Então...

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – José, permite-me uma observação?

O SR. JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – O Presidente já deixou livre aqui, não é?

Você fez menção agora à questão de que a preservação ou a volta das florestas não pode ser uma competição com a produção de alimentos da agricultura familiar, dos assentados etc e tal. Isso vem bem ao encontro daquilo que eu havia dito antes e quero voltar a insistir aqui, que é a questão de nós termos o cuidado... E aí você, como dirigente, como representante de uma organização dos Sem Terra, porque, na verdade, você está defendendo aqueles que já assumiram a terra. Quer dizer, eles eram sem terra e passaram pelos programas oficiais e hoje estão dentro das suas propriedades e estão todos com pequenas propriedades. Quanto mais ao Sul, mais ao Sudeste, em que esses assentados, ex-sem terra, estão colocados, maior ou menor são as suas parcelas. Lá, para a Amazônia, lá, para o Mato Grosso, são maiores. E eu conheço as dificuldades dos assentados lá de Mato Grosso na questão da regularização ambiental. Eles têm grandes dificuldades de fazer o que a legislação manda.

Então, quando faz essa afirmação, você vem ao encontro daquilo que eu também estou defendendo. E não é porque nós temos posições diferentes... Eu entendo que a agricultura extensiva cumpre o seu papel, gera emprego, distribui renda; ela gera riquezas para o País e, com isso, pode inclusive fazer outros programas, como o Bolsa Família e outras coisas, porque toda a sociedade precisa ganhar com isso. E também defendo a questão da agricultura familiar.

Então, penso que você tem que deixar bem clara aqui a posição de que você defende a manutenção das pequenas propriedades. A gente deixa para depois a discussão de que se é familiar ou quatro módulos. Mas é bom que fique bem claro que o representante do MST está aqui defendendo a pequena propriedade e o pequeno agricultor, e não fazer com que isso tenha que voltar à floresta, para aquelas áreas de recuperação mais intensiva, e ter que retirar essas pessoas de lá.

Isso vem bem ao encontro, Senador Jorge, do pensamento e da defesa que as outras duas Comissões das quais nós participamos têm feito sempre: cuidado com o pequeno produtor, cuidado com ex-sem terra, cuidado com aqueles ribeirinhos. Senão eles entram no meio dessa discussão e, daqui a pouco, a gente estará tirando todo mundo de lá. E o Raul já concordou que a gente tem que tratar isso em capítulos, de repente até à parte; decidir bem o que é agricultura familiar, até onde vai.

Eu mantenho a minha posição dos quatro módulos, mas nós precisamos discutir e gostaria então de deixar só registrado aqui, pela passagem do José, que representa aqui o MST, que nesse ponto nós estamos concordando com uma atenção especial à agricultura familiar ou às pequenas propriedade, os ex-sem terra que estão já assentados.

O SR. JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA – Dando sequência, uma das preocupações neste debate nosso e que inclusive já foi registrado aqui pelo Raul na síntese deste debate é que não tem necessidade, tanto para a pequena produção quanto para a grande produção, de aumentar as áreas, ou seja, abrir mais áreas. O que nós precisamos é como planejar, inclusive diversificando a produção, no nosso caso. Na nossa opinião, além de preservar as existentes, nós estamos pensando em como recuperar, vinculando às linhas de produção. Os sistemas agroflorestais, para a pequena produção, para comunidades tradicionais, já

são práticas históricas. Para a pequena produção dos assentados, deve ser um desafio, inclusive as regiões de produção histórica de frutas são muito somatórias, tanto os quebra-ventos, quanto a diversificação. A produção de café em várias regiões do País está demonstrando claramente que o sombreamento, que os sistemas agroflorestais são fundamentais, não só para a produtividade, eliminando o uso de adubos químicos, venenos etc, mas também para a qualidade, inclusive para a exportação desses produtos. Quer dizer, existe ciência, existe conhecimento, tanto tradicional, quanto do último período, sobre como aumentar a produção diversificando.

Então, é nesse sentido que, para a pequena produção, e esse é o desafio para a grande produção, é necessária a recuperação ambiental, inclusive sem cair no outro extremo, que é produzir eucalipto, celulose etc, como saída de recuperação. Nós não somos contra as plantas. Agora, elas, em monocultivo de escalas, não podem ameaçar a nossa necessidade de recuperar áreas como saída para recuperação permanente.

Nesse sentido, como já foi falado também na nossa síntese aqui pelo Raul, os desmatadores e aqueles que não levarem em conta isso não podem ser premiados ou com anistia ou colocados no mesmo patamar da pequena agricultura, da agricultura camponesa e demais comunidades tradicionais.

Nesse sentido, estamos totalmente à disposição e a elaboração vai ser registrada, está registrada, no sentido de que nós concordamos com que os pequenos sejam punidos no mesmo nível que os grandes que desmatam. Aliás, é muito mais fácil exigir de quem derrubou uma árvore para resolver um problema às vezes da casa, da sobrevivência, ou de uma ferramenta, para fazer material de trabalho, esse é punido mais facilmente do que aqueles que desmatam em grande escala, porque, muitas vezes, não tem quem o defenda.

Então, este debate conjunto nosso aponta para a necessidade de se criar uma delimitação, uma elaboração, ou seja, reconhecer aquilo que já existe sobre os pequenos agricultores. E nós temos clareza disso. Não vai ser com polícia que se vai resolver o problema dos pequenos agricultores em relação à questão da preservação ambiental. Não é um problema de polícia. É um problema de política, inclusive de políticas públicas que incluam a recuperação. Aqueles que preservam, que podem ser, como os indígenas gostam de ser chamados, os guardiões da agrobiodiversidade ou da natureza, da água, das florestas... Deve, inclusive, ser incluída essa preservação como um papel importante para o futuro da sociedade e da humanidade.

Nós defendemos isso e estamos à disposição para fazer esse debate. É preciso, além de separar a situação daquele que tem cinco hectares e produz uva, fruta, ver como ele vai incrementar aquela parte que falta de reserva no conjunto da sua produção, sem romper com isso. Para isso, é preciso ter política pública de incentivo, de fornecimento de assistência técnica, de muda, inclusive de prêmio, na venda da produção, àqueles que forem recuperar, preservar. E não abrimos mão de que aqueles que desmataram, que destruíram têm que ter um tratamento, senão de pena, mas de compromisso de recuperação. E, se isso não for cumprido, nós temos, na Constituição, disposição sobre áreas que devem ser destinadas para a reforma agrária daqueles que não cumprem a função social da terra.

Então, no Código Florestal, para nós é importante manter o conteúdo e ser aprimorada a função social da propriedade da terra, como uma forma de nós seguirmos avançando na produção e preservando.

Por último, para nós, é importante avançar numa elaboração, e acho que é esse o nosso esforço, do MST e da Via Campesina, de qual modelo de produção nós temos que implementar, que vai desde a pesquisa agropecuária, ao papel da Embrapa, no sentido de melhorar. A imprensa está aí, criando fatos sobre, e isso é histórico, atingirmos 7 bilhões de habitantes na casa, como disse Dom Leonardo, na nossa casa. Nós precisamos nos preocupar com que tipo de produção, que tipo de alimento, que tipo de conhecimento se deve desenvolver para resolver a questão da alimentação, mas não só alimentação no sentido de volume de comida, mas com a qualidade da comida que nós estamos ingerindo todos os dias. Da forma como vai esse modelo aí, em escala no mundo, nós estamos sendo obrigados a cada vez comer mais produtos químicos e mais veneno.

Nós estamos aproveitando este momento para afirmar que nós estamos nos esforçando para construir uma proposta sobre qual modelo de agricultura nós devemos organizar e sobre a diversificação: produzir práticas e técnicas cada vez mais adequadas entre a nossa relação com a natureza e a produção de alimentos, para atender essa demanda que hoje se exige da agricultura. E não é desmatando, não é envenenando, não é reproduzindo as relações arcaicas, como o trabalho escravo, que nós vamos resolver esse problema.

Então, este debate é muito importante e nós agradecemos e esperamos que a nossa pressa ou a pressa de um segmento que quer inclusive transformar isso, para que o mercado resolva o problema da preservação ambiental, imaginando como vai ganhar dinheiro com as florestas em pé, indo ao nível de isso ser negociado em bolsas de valores, que é o interesse do capital internacional, daqueles que destruíram lá, as

empresas que destroem lá querem abocanhar aqui... Não vamos ceder a essa pressão da acumulação e dos interesses inclusive internacionais de acumulação das nossas riquezas. Que se leve em consideração esse debate. A sociedade brasileira precisa ter tempo para participar desse debate, e o Senado tem esse papel. E que a pressa e a pressão de interesses daqueles que detêm as riquezas e o poder econômico não passem de novo o trator sobre os interesses, tanto dos pequenos, quanto da agricultura familiar, das comunidades tradicionais, mas, principalmente, do futuro da nossa sociedade brasileira e da humanidade, porque nós temos esse papel.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o José Batista de Oliveira, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que pediu que não haja pressa, que a gente faça um bom Código; enfatizou a sua fala na defesa dos pequenos.

Neste momento, eu pediria que os nossos dois convidados retornassem para a primeira fila, o Raul e o José.

Nós vamos formatar a segunda Mesa, convidando o Mário Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica, que aqui representa o Sr. Carlos Carvalho, engenheiro florestal, ex-Ministro de Meio Ambiente e ex-Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais; e também Rosane de Mattos, membro da Comissão Nacional Permanente da Apib, Articulação dos Povos Indígenas; e o Sr. Cleber Cezar Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário.

Eu dei um tempo maior, Mantovani, para o Raul, porque ele fez toda a exposição. Agora eu vou pedir que cada um fique no tempo de dez minutos, com mais cinco, se for necessário, o que seria o correspondente a quinze.

De imediato, a palavra com Mário Mantovani.

O SR. MÁRIO MANTOVANI – Bom, primeiro, agradecer pela oportunidade de a gente estar aqui.

Tentamos, em função do tempo, chamar o Ministro José Carlos Carvalho, mas ele também está com problema de saúde e acabamos não conseguindo trazê-lo para esta reunião. Mas os ministros de Meio Ambiente, e aí nós estamos falando de todos, é uma coisa impressionante como nós conseguimos fazer essa mobilização... O Senador Jorge Viana tem conversado com todos eles. Eu acho que tem sido assim uma grande contribuição, mesmo naquelas dificuldades que a gente tem quando se discutem os temas.

A minha principal colocação aqui, para não ser repetitivo, eu acho que é uma coisa que não interessa muito, porque foi muito bem colocado... A audiência aqui, e eu queria até fazer uma colocação que é muito importante. Primeiro, nós constituímos os Comitês em Defesa das Florestas em todo o Brasil. Isso é uma coisa para a qual eu não imaginava juntar tanta gente em tão pouco tempo: gente que já trabalhou na Lei da Mata Atlântica por quatorze anos; trabalhamos em tantas legislações aqui no Brasil. Essa reação da sociedade, a cada dia que passa, nós conquistamos mais e mais segmentos querendo trazer as suas observações, como foi o caso agora do Ministério Público Federal, como foi o caso de diversas outras empresas, empresários, inclusive, o pessoal ligado às empresas de sustentabilidade no Brasil, Cbed; todo mundo, a cada dia, trazendo uma contribuição, mostrando que esse debate é muito importante.

Outro ponto, aproveitando até que o Senador Blairo Maggi está aqui presente, nós estivemos em Piracicaba. Os Comitês de Bacias do Estado de São Paulo, os vinte e um Comitês de Bacias do Estado de São Paulo fizeram um documento dizendo que os Comitês de Bacias não foram ouvidos. Eu já fui presidente de um comitê de bacia; acho que o primeiro presidente de comitê de bacia de sociedade civil; fui presidente do Comitê do Alto Tietê, onde só na minha época como presidente de comitê, nós tínhamos de investimentos nesse comitê R$5 bilhões, entre projeto do Tietê, projeto de Guarapiranga, Billings, os vários projetos.

A importância de proteção das margens de rios. Hoje se gasta muito mais no Brasil com o desassoreamento de rios do que com a questão de saneamento. É uma inversão de valores, porque isso é muito caro para toda a sociedade.

Agora, em São Paulo, só para se tirar os assoreamentos na Região Metropolitana, das terras, das ocupações no entorno da Região Metropolitana, principalmente no alto Tietê, foram US$700 milhões para desassorear esse rio. Ora, não é possível a gente conviver com isso!

E eu dizia dos comitês por quê? Nós temos aqui o Décio, que representa o Comitê do Rio Grande do Sul, que procurou o Senador Paim, e é isso que nós estamos buscando, que cada comitê do Brasil busque o seu Senador, coloque as suas opiniões sobre a questão local, para que isso não se dilua, em Brasília, com as informações que são tão difíceis às vezes de chegar.

Então, para cada um dos nossos representantes nos comitês – e muitos deles estão nos ouvindo hoje, estão vendo, porque divulgamos essa audiência por todo o Brasil –, é que se faça esse movimento.

Eu disse dos comitês de bacia de São Paulo. Poderia parecer um movimento de São Paulo, de pressão de São Paulo em cima do projeto de Código Florestal, mas, como estava falando com o Senador Jorge Viana lá em Piracicaba, na nossa visita com o Senador Aloy-

sio, quando levamos o documento de São Paulo e o Governo de São Paulo, através do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, formalizou essa demanda dos comitês de bacia com relação à alteração do Código Florestal, nós tivemos também agora uma mobilização nacional de todos os comitês do Brasil, que se reuniram no Maranhão, e também fizeram uma carta já pedindo, e não é mais um pedido só dos comitês de São Paulo, mas de todo Brasil, dizendo o seguinte, e a mensagem é clara: não é possível consolidar a ocupação em margens de rio. Não há nenhuma justificativa ética ou moral.

Mesmo aquelas anteriores, não estamos dizendo marginal em São Paulo, como a gente ouvia falar até como modo de desdenhar dos ambientalistas, dizendo das outras ocupações. O que pudermos recuperar de matas ciliares, o que pudermos recuperar de áreas que não estão completamente ocupadas com cidades, porque aí seria também um outro tipo de intervenção, mas onde a gente puder evitar aquela cena de áreas consolidadas nas imagens que o Raul trouxe, nós teríamos que fazer isso. Essa é uma determinação de todos os comitês de bacia.

Primeiro, colocaram claramente no seu documento que não foram ouvidos dois pontos de que falamos do Código Florestal. Um é a questão da reserva legal, que foi muito bem falado no documento apresentado pelo Raul e, no segundo momento, a questão das APPs, principalmente as de beira de rio. Já temos hoje no Brasil mais de 80 comitês constituídos; temos uma legislação muito moderna dos recursos hídricos, que passou pelo Senado, que tem sido implementada em todos os Estados. Tem o pagamento de serviços ambientais, principalmente pelo princípio poluidor-pagador. Tem o princípio do produtor de água, como nós temos a nossa legislação, que é praticamente uma adaptação da legislação francesa. Temos mecanismos já para fazer com que haja um incentivo de que tanto falamos aqui, principalmente nessa discussão do Código Florestal no Senado, dos incentivos à restauração e à recuperação.

Então, temos isso e acho que vou ficar nessa proposta dos comitês de bacia. Fiquei impressionado com a aceitação desse tema, com a urgência desse tema pelos comitês de bacia, e vai haver uma mobilização nacional em termos de comitês de bacia para que todos eles tenham como garantia a nossa proteção das margens de rio e essa questão.

Outra coisa, aproveitando a oportunidade, nós, da SOS Mata Atlântida, estamos atualizando os dados do Atlas. Vamos ter um evento, no dia 23, sobre a Mata Atlântica, comemorando a legislação da Mata Atlântica. Nós, que vínhamos perdendo um campo de futebol de floresta a cada 4 minutos, só temos 7% da área original de Mata Atlântica no Brasil, monitorados por satélite, 3.100 Municípios, nos 17 Estados brasileiros, feito em parceria com o Inpe e a SOS Mata Atlântica, já hoje com a regulamentação do mapa dos biomas feito pelo IBGE. A nossa preocupação é que o que avançamos com a Lei da Mata Atlântica, que não fala de quatro módulos rurais, e essa foi uma discussão muito séria e lembro-me do Maldaner, do Colatto, do Micheletto, todos esses Deputados, conseguimos falar de 50 hectares, que passou a ser para que colocássemos a maioria absoluta dos pequenos proprietários; 50 hectares com uma lei que diz no seu *caput:* protege, garante o uso e a proteção da floresta.

Nós mudamos a história da Mata Atlântica no Brasil, conseguimos fazer com que tudo que a gente queria de proteção e garantia de uso estivesse ali.

Essa proposta que está aqui hoje, infelizmente, retrocede numa legislação que foi de grande mobilização de toda a sociedade, que é a Lei da Mata Atlântica. Precisamos atualizar um pouco esse debate, trazer essas conquistas da Lei da Mata Atlântica também para essa legislação e foi muito bem preparado pelo André Lima um documento já com relação ao que conflita na história da Mata Atlântica e aí estaremos fazendo isso.

Vamos entregar um mapeamento de toda a Mata Atlântica do Brasil, para que as pessoas possam, por Municípios, fazer os seus planos municipais e, com isso, termos uma forma de, em pelo menos 3.100 Municípios, 15% do Brasil, onde estão 60% da população brasileira, garantirmos essas conquistas.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Mário, permite-me?

O SR. MÁRIO MANTOVANI – Pois não, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Você colocou agora, por último, que, na Lei da Mata Atlântica, vocês garantiram até 50 hectares, que seria o mínimo. Então, até 50 hectares, quem estava na atividade permaneceria na atividade.

O SR. MÁRIO MANTOVANI – Exatamente. Por quê? Não tínhamos a Lei da Agricultura Familiar aprovada ainda. Então, naquela discussão de quatro módulos que vimos, muito forte, e que na proposta era interessante isso. Tínhamos o Deputado Jorge Cury, com o 6424, que era a proposta, desde 99. O ambientalista não se furtou em fazer essa atualização do Código Florestal. Tínhamos que era até quatro módulos do imóvel da agricultura familiar. Quando o Deputado Aldo Rebelo faz a sua intervenção, ele coloca quatro módulos do imóvel rural e por isso gerou esse ruído.

Então, o cara que tem imóvel de lazer passa a ter esse benefício, aquele que tem, como o Raul falou,

as matrículas feitas agora e nós recebemos um documento que foi apresentado na reunião passada – e entreguei isso para o Senador Aloysio – dos cartórios do Brasil, que acabaram de entregar um documento dizendo que há um movimento nos cartórios para que tenhamos essa mudança no tamanho das propriedades e no número de matrícula.

Então, Senador Blairo Maggi, na época, não tínhamos isso e achamos que um tamanho que abrigasse praticamente a maioria, a imensa maioria das propriedades, era 50 hectares. Então, ele poderia ter aquelas condições para agricultura familiar, que era o proprietário ter a maior parcela de sua renda vindo dessa propriedade; ter ali um trabalhador que pudesse manejar uma árvore para seu uso, como está previsto no Código Florestal, que permite usar a reserva legal. Não sei quem inventou essa história de que não se pode tocar na reserva legal. Reserva legal foi pensada para o manejo do proprietário, para que ele tivesse árvore e seus benefícios. No entanto, ficou aquela coisa de não me toque, mal interpretado por muitos dos ambientalistas e até mesmo pelas pessoas que fazem o controle. A reserva legal é para ser manejada.

Faço aqui uma homenagem ao nosso Deputado porque o que passou o Jorge Cury no debate com a pancadaria que foi em cima dele quando ele colocou essa questão de termos, como pioneira, a condição de recuperar a reserva legal e não 50-50, poderíamos usar as exóticas como pioneira, até que formassem 20 anos, por exemplo, e poderia tirar e fazer ganhos com eucaliptos e depois teríamos um sub-bosque, que seria a condição de avançar. Estava tudo previsto lá.

Essas mudanças que foram feitas agora criaram muito mais ruído do que avanço. Naquele momento, estava a CNA assinando, estavam os ambientalistas, estavam os Deputados e já tínhamos até o Governo assinando, e tivemos um retrocesso por algumas dessas coisas para atender um outro interesse, e acabou não avançando.

Então, 50 hectares era o tamanho que abrigava mais de 88%, e fizemos a conta pelo Ipea de que 88% das propriedades no Brasil, que ocupam menos de 20% das terras, estariam nessa condição.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – A minha colocação nesse sentido é porque os quatro módulos, com exceção da Amazônia e do Centro-Oeste, mas no Sul e Sudeste, acho que quatro módulos fiscais de cada Município talvez seja menos do que os 50 hectares que vocês mantiveram na Mata Atlântica.

O SR. MÁRIO MANTOVANI – Muito menos.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Então, há, Senador Jorge Viana, espaço para discutirmos isso e levar para o Código, porque a minha defesa, quando faço a defesa do pequeno agricultor, como fiz antes lá, há pouco tempo, é a de que não consigo admitir que uma pessoa que tenha cinco hectares ou dez hectares tenha que recompor tudo isso e mudar tudo o que fez na vida em nome da questão ambiental.

Podemos, como disse antes na minha outra intervenção, criar mecanismos para que, aos poucos e no futuro, quem está nessa situação possa trocar para uma situação melhor, por questões ambientais, mas recebendo incentivos para fazer isso. Então, acho que os 50 hectares que vocês colocaram na Mata Atlântica e a nossa proposta de defesa de quatro módulos fiscais dá para ser compatibilizar e não mexer com quem a gente não deve mexer.

O SR. MÁRIO MANTOVANI – Exatamente. Diria mais, Senador, acho que V. Exª tem toda a razão. Se já pegássemos o que está escrito na Lei da Mata Atlântica e trouxéssemos para o Código Florestal, já estaria resolvido. A Lei da Mata Atlântica foi regulamentada há dois anos pelo Presidente Lula e já temos um longo caminho e não precisaríamos estar fazendo esse debate aqui hoje e já teríamos avançado.

Mais uma coisa que é importante lembrar quando fazemos este debate com relação aos 50 hectares. Tínhamos previsto o uso e a proteção da floresta, mas o que estamos vendo hoje é que essa alteração de quatro módulos tem que ser vinculada à agricultura familiar, porque, se colocarmos a agricultura como estava previsto na Lei da Mata Atlântica e, depois, com a Lei da Agricultura Familiar, resolveríamos. Incorporamos o que está na Lei da Agricultura Familiar, o que está na Lei da Mata Atlântica e já seria um capítulo vencido.

É um desastre o nível de desgaste que está tendo hoje entre a agricultura. Vejo a chantagem que é feita com alguns dizendo que querem produzir alimentos e os ambientalistas querem impedir. Ambientalista não quer impedir nada. Fizemos muito mais avanços do que está sendo discutido hoje aqui, e é uma campanha sórdida porque se coloca como se fossem ONGs na frente, ONGs internacionais. A SOS é uma entidade nacional, vive só de sócios e tem hoje uma opinião como as mais de 200 organizações que estão dentro do comitê das florestas.

Esse é um avanço que conseguimos do ponto de vista da sociedade civil. Juntar tantos interesses não é a briga de ambientalistas ou de ongueiros contra a agricultura.

Tínhamos visto uma questão com o Ipea, no último debate, Senador Paulo Paim, que ficou muito interessante. Estávamos falando que, se reduzíssemos hoje para dois bois por hectare em 200 milhões de hectares e tivéssemos 100 milhões liberados, não adiantaria. V. Exª sabe muito bem, e está hoje trabalhando com

as *commodities* agrícolas que, se falarem no cenário que vamos ter, além dos 20 milhões da soja hoje, vamos elevar para 30 milhões de hectares, o preço da soja no mercado internacional despencaria. Ninguém mais conseguiria fazer... Então, não é essa a questão.

Hoje nós temos tecnologia, temos tudo para avançar, e estamos perdendo tempo numa discussão que atende a um grupo ou outro. Acho que foi muito bem colocado pelo Senador Jorge Viana que temos que resolver de vez isso, porque quem vai ganhar é o País e temos uma história para ser construída, uma história de um País da floresta, como foi o Governo de Jorge Viana no seu Estado, que assumiu a floresta e que fez disso um orgulho do seu Estado, dos seus habitantes e passou a ter aquela floresta como o aumento da atividade das pessoas no sentido de dizerem: Sou o povo da floresta. Temos que ter a virtude de dizer que o Brasil não se compara a ninguém em termos de biodiversidade. A Mata Atlântica, mesmo reduzida a 7%, é ainda a maior biodiversidade do Planeta. Ainda com toda ameaça, acabamos de ver agora a região de maior biodiversidade do Planeta, que é a região de Ilhéus, Itacaré, receber a ameaça de um porto nessa região. Tem tanto lugar para fazer e ainda ficamos fazendo esses conflitos.

Então, essa é a minha recomendação, principalmente porque temos um documento dos comitês de bacia, que acabou de ser aprovado e espero que a nossa audiência dos comitês de bacia no Brasil, que foi solicitada ao Senador Jorge Viana, aconteça mais rápido, antes da votação em novembro, porque os comitês poderiam falar melhor, cada um traria um pouco da realidade. A ideia, Senador Jorge Viana, é que viessem o comitê do São Francisco, o comitê do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, o comitê do Tietê, vários comitês e que apresentássemos um pouco da realidade brasileira na questão dos recursos hídricos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi Mário Mantovani, diretor da SOS Mata Atlântica, que falou muito sobre o comitê de bacias e agricultura familiar.

O Senador Jorge Viana perguntava sobre a hora em que iríamos terminar. A intenção seria em torno do meio dia. Vamos um pouquinho mais. Então, vou pedir que, se puderem, mantenham o tempo.

Rosane de Mattos, membro da Comissão Nacional Permanente da APIB, dez minutos e mais cinco, se necessário, e, em seguida, o Cleber.

Com a palavra Rosane.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Bom dia a todos e a todas, ao Senador Paulo Paim e a todos os Senadores presentes.

Antes de tudo, Senador Blairo Maggi, sou do povo kaingang do Rio Grande do Sul. O Senador Casildo Maldaner também conhece o meu povo. São quatro povos nos três Estados da Região Sul. Ressalto que o Senador lembrou de nós, mesmo estando no Paraná. V. Exª foi para o Mato Grosso e hoje está lembrando da Região Sul.

Nunca, Senador Paim, se discutiu a questão ambiental e se trouxe para dentro desta Casa a situação que a Região Sul vive. Gostaria que o Senador Blairo Maggi, o Senador Casildo Maldaner e o Senador Paim, que são da região, nos dessem mais atenção, porque, Senadores, estamos hoje, nós, kaingang, já com problemas de água dentro de nossas terras, sem água para beber, água boa. Por quê? Como disse o Mantovani, a Mata Atlântica só tem essa porcentagem preservada e nós somos povo da região da Mata Atlântica.

Temos, Senador, a segunda maior reserva de araucária do mundo, que está no Paraná e que precisamos preservar. Gostaria de reforçar a proposta do Mário Mantovani de que venha para discussão do Código Florestal a questão da Lei da Mata Atlântica e as bacias hidrográficas.

Quero também dizer que o tempo, Senador Paim, nobres Senadores, para nós, povos indígenas, é diferente do tempo da sociedade não indígena. Como bem lembrou o companheiro do MST, nós, dos segmentos sociais, principalmente nós, povos indígenas, temos problemas com o tempo, que não é problema. Nós temos um tempo, o nosso tempo, o tempo de escuta, o tempo de escutar os velhos, o tempo de escutar nossos povos indígenas, as nossas conversas. Em suma, temos um tempo diferente do tempo da sociedade não indígena e precisamos ter calma, paciência. Nesse sentido, peço a esta Casa e aos Relatores que tenham tempo e paciência de nos escutar. Não vamos fazer uma lei com pressa, que vai deixar de fora populações hoje que, para os Estados brasileiros, parecem invisíveis. Estamos na invisibilidade. Apesar de estarmos dentro dessas matas, somos invisíveis.

Peço que esse tempo, Senador Jorge Viana, possa ser utilizado para escutar os povos indígenas também. Acho que temos que escutar todos. Somos parte da sociedade brasileira que os Senadores defendem, todos nós, segmentos sociais, como quilombolas, companheiros da Via Campesina, MST e todos os segmentos sociais. Temos que fazer uma lei que dê conta de atender a todos e não só uma parte da sociedade, porque, se somos a minoria, como se diz que hoje é maioria, é a maioria que está defendendo um boa água, uma qualidade de vida para todos, porque a doença que vêm com agrotóxico é o câncer, com a comida, como diz o nosso companheiro. Nós estamos

comendo não uma comida saudável; nós estamos comendo veneno, e os filhos de vocês estão comendo veneno também.

No que se refere ao entorno de nossas terras indígenas, nós temos grande preocupação com o Código Florestal, Senador Viana, porque o entorno – o mesmo rio que nós, povos indígenas, utilizamos, às vezes o outro lado utiliza o mesmo rio, ou na cabeceira ou no meio do rio. Mas, quando é na cabeceira, nós estamos realmente lascados, como dizem vocês, porque, quando você polui a cabeceira de um rio, você vem no contorno de umas aldeias – e geralmente as aldeias são próximas dos rios, não é? –, você envenena todo o rio. E do outro lado, nosso vizinho, se ele é plantador de soja ou monocultor, ele está envenenando o mesmo rio, ele utiliza o mesmo rio que outros povos utilizam. E o meu entorno, o entorno das terras indígenas é preocupante nesse sentido. Você polui do outro lado e eu tento preservar do lado de cá. Então, é de fundamental importância essa questão do entorno das terras indígenas e a preservação dos rios, que servem não somente para nós, mas também para quem são nossos vizinhos.

Eu gostaria de reforçar toda a fala e apresentação do Raul porque nós, povos indígenas, concordamos com todos os itens que foram colocados aqui. Nesse sentido, eu vou ler a carta dos povos indígenas, do movimento indígena na posição sobre o Código Florestal. Portanto, nós concordamos em gênero e grau com o Raul quando ele coloca todas aquelas preocupações e com o nosso companheiro do MST, dizendo ao Relator que nós estamos em sintonia nas mesmas falas apresentadas aqui, nesta Mesa, nós, povos indígenas, estamos em sintonia com todas essas falas que foram feitas em relação ao Código Florestal.

Passo a ler, então, a posição do movimento indígena, que vai bater exatamente no que o Raul e o companheiro do MST falaram.

Senador Blairo Maggi, quero dizer para o senhor que realmente nós precisamos de incentivos para a preservação, como o companheiro do MST coloca. Se você não tem condições e recursos, você não tem como olhar para o ser humano dentro daquela comunidade em que ele trabalha nem como olhar para ele com especificidade.

O que nós, dos segmentos sociais, das comunidades tradicionais e dos povos indígenas, precisamos é que se respeitem e se cumpram as leis neste País em referência à diversidade, em referência às nossas formas, à cosmovisão, à nossa agricultura, que não é tão familiar – muitos podem utilizar-se da agricultura familiar, mas as nossas roças são tradicionais –; em referência à forma como nós manejamos, como gerimos o nosso território.

E, se acham muito caro desmatar... O Senador Blairo Maggi deve conhecer uma capivara – não sei se todo mundo conhece capivara. Capivara é um bicho que come muito, Senador, e, quando ele faz as necessidades dele, se ele come muito, ele vai fazendo as necessidades dele pela terra; ele mesmo vai florestando. Não precisamos de tanto dinheiro para florestar, para reflorestar, para recuperar. Em parte, sim, nós precisamos, nas áreas que estão totalmente degradadas, mas não precisamos de tanto dinheiro assim. Nós temos as nossas técnicas tradicionais, e tenho certeza de que os quilombolas, as comunidades tradicionais... O pessoal da agroecologia sabe como deve ser feito isso. Eu acho que essa justificativa de muito dinheiro, para nós, não existe, a não ser as condições de que precisam os agricultores familiares.

Então, passo a ler a carta:

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil é uma articulação nacional que tem como missão a defesa e os interesses dos povos indígenas, congregando seis organizações regionais do Brasil: Amazônia, Sul e Sudeste, Nordeste, Mato Grosso do Sul, Pantanal e o pessoal do Centro-Oeste, porque alguns deles também fazem parte da Coiab, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.

Bom, contribuições da Apib na defesa do Código Florestal.

Considerando a ofensiva da bancada ruralista, empenhada na alteração do Código Florestal no Congresso Nacional, e prevendo danos irreparáveis que as mudanças propostas poderão acarretar às terras indígenas e às terras ocupadas por pequenos agricultores e comunidades tradicionais, a Apib apresenta as seguintes contribuições na defesa do Código Florestal:

1) A noção de pousio é uma prática restrita a povos indígenas e comunidades tradicionais, principalmente da Amazônia, e não pode ser generalizada para os grandes produtores, que poderão utilizar o conceito para continuar desmatando indiscriminadamente ou justificar a expansão desenfreada da fronteira agrícola, isto é, do agronegócio, que não é nem mais nem menos que a ampliação da destruição do solo, o assoreamento e o envenenamento de nascentes e rios e lagos, a morte da floresta e de todos os seres viventes que ela abriga.

2) É inadmissível a perspectiva de anistiar os crimes de desmatamento cometidos em Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou Reservas Legais pelos produtores rurais somente até 22 de julho de 2008, ou seja, nós somos da mesma opinião de que retroceda para 2001.

3) As APPs interagem com o entorno, configurando um contínuo complemento. Daí que nada justifica a redução de manguezais, terras de alta salinidade, várzeas e terras de vazante, permitindo, neste último caso, a sua utilização para culturas temporárias, sobretudo exógenas.

4) A recuperação de áreas degradadas deveria rigorosamente ser feita por meio de vegetação nativa, sendo proibidas plantações exóticas ou a monocultura que somente pioram o desequilíbrio ambiental, do clima e do ciclo da água.

5) A compensação fora da região ou bacia hidrográfica, mesmo que seja dentro do mesmo bioma, deve ser vedada, para barrar a pressão sobre as pequenas propriedades, a agricultura familiar e terras de povos indígenas e comunidades tradicionais.

6) Ou seja, as áreas de Reserva Legal devem permanecer obrigatórias na mesma propriedade e não fora dela, inclusive para as pequenas propriedades, assim como devem ser garantidas as APPs, permitindo, contudo, o manejo e o uso sustentável das mesmas.

Essa utilização deve ser regulamentada e acompanhada de políticas públicas estruturantes e permanentes, tais como fomento, crédito, assistência técnica, capacitação e condições de comercialização e de mercado justo.

7) A elaboração e a implementação de Programa de Regularização Ambiental (PRA) ou ações de fiscalização ambiental devem ser de competência exclusiva da União e não dos Estados, a fim de evitar o risco de submeter a proteção das florestas aos interesses de poderes econômicos e políticos locais e de resguardar os compromissos do Brasil na Convenção do Clima e da Biodiversidade, relacionados, por exemplo, com a redução de gases por desmatamento.

8) Para as terras indígenas e de comunidades tradicionais devem ser asseguradas faixas de segurança etnoambiental, visando a preservá-las dos impactos da expansão da fronteira agrícola e de quaisquer empreendimentos governamentais ou privados.

Essa é a posição dos povos indígenas em referência ao Código Florestal.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rosane Mattos, que falou pela Apib, Articulação dos Povos Indígenas.

Apenas esclarecemos que nós convidamos também, de acordo com o Relator e com todos aqueles que ajudaram a formatar esta reunião, o Coordenador Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, Conaq, Ivo Fonseca, mas ele, infelizmente, não pôde estar presente.

Quero dizer também que a Senadora Marinor Brito justificou a sua não presença por motivo de doença, mas ela está assistindo à reunião pela TV Senado e cumprimentou-nos pela qualidade do debate.

Passo a palavra, agora, ao Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, Sr. Cleber Cezar Buzatto e, no fim, se assim vocês entenderem, penso que o Relator poderá fazer as suas considerações finais para encerrarmos os trabalhos. O Senador Maldaner, que não usou da palavra, se assim entender, também terá a sua oportunidade.

Cleber, por favor.

V. Sª dispõe de dez minutos com mais cinco.

O SR. CLEBER CEZAR BUZATTO – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Senador Paulo Paim, o Senador Jorge Viana, os demais Senadores e todos os presentes que assistem à reunião.

Será uma fala bem objetiva, pontuando, dentre as questões já elencadas pelo Raul, pelo Batista e também pelos companheiros que estão na Mesa, duas questões bem específicas.

No nosso entendimento, o novo Código Florestal não pode, não deve apontar ou abrir brechas para a perspectiva da mercantilização da natureza. Nós entendemos que essa perspectiva – e temos grande preocupação – pode potencializar os riscos de desterritorialização das populações tradicionais e, no nosso caso, que atuamos como Conselho Indigenista, dos povos indígenas no Brasil. Então, esse é um elemento que queremos, neste momento, focalizar, para que não haja essa perspectiva em nenhum ponto, em nenhum elemento do Código Florestal brasileiro.

Outro elemento que julgamos importante destacar é que, no nosso entendimento, não se pode generalizar a legitimação do desmatamento feito. Aí, entramos na perspectiva da temporalidade. Entendemos que é fundamental diferenciar o que foi feito – e aí eu falo à margem da legislação brasileira – por aquelas famílias consideradas pequenas proprietárias que o fizeram certamente na perspectiva de uma necessidade, de uma situação social e local, o que é importante que se destaque, daquelas situações em que os desmatamentos e as destruições foram feitos na perspectiva da exploração pura e simplesmente. Entendemos isso como um elemento central. Por quê? Se os primeiros o fizeram na perspectiva da necessidade, inclusive da subsistência, esses últimos o fizeram numa perspectiva em que, em muitas situações, além da ilegalidade própria, geraram crimes. Entendemos que a legislação brasileira não pode compactuar com isso. Eu cito isso, porque, no nosso entendimento, essas situações últimas foram feitas por grupos que apostaram na épo-

ca e que apostam na perspectiva da impunidade, na perspectiva do fato consumado.

E quero aproveitar a ocasião em que estamos nesta Comissão de Direitos Humanos para me manifestar aqui, pedindo providências também por parte deste espaço. Este caso tem estreita relação com o que estou falando, que é justamente a perspectiva desses setores de apostarem na impunidade, que é o que, analogicamente, está acontecendo, neste momento, com as invasões, retiradas de madeira, derrubadas, extrações ilegais de madeira, nas terras indígenas no Estado do Maranhão. O Conselho Indigenista Missionário tem uma equipe que tem o foco de atuação mais direcionado para a atenção aos povos indígenas em situação de isolamento. Esteve reunido, no final de semana passado, em Rondônia, e divulgou uma nota denunciando justamente o grande risco de extinção do povo indígena Awá-Guajá, em função da invasão dos territórios indígenas no Maranhão por madeireiros e por esses setores de exploração da natureza, que estão literalmente caçando os índios isolados naquelas regiões. Existem relatos. Inclusive a sede da equipe do Cimi foi atacada, porque o Cimi juntamente com algumas lideranças indígenas de um grupo dos Awás, que já têm contato há pouco tempo, apresentaram denúncias. Uma dessas lideranças – os Awás Guajás são essencialmente de tradição coletora e caçadora –, ao ingressar na mata para fazer sua prática de caça e coleta, foi atingida pelos chamados de mateiros, aqueles que vão à frente marcando as árvores que devem ser derrubadas.

Então, a gente faz esse apelo. E é importante fazer essa distinção porque senão a gente coloca todo mundo no mesmo prato, e não é assim que funciona. Sabemos que é importante fazer essas diferenciações e o novo Código Florestal tem que estar atento a isso para não legitimar a ilegalidade, para não legitimar crimes que foram cometidos e que estão sendo ainda cometidos no Brasil atualmente. Aproveito a oportunidade para chamar a atenção para essa situação.

Um último aspecto também, que não tem relação direta com a questão do Código Florestal, mas tem relação com a questão do meio ambiente. Queremos também chamar a atenção desta Comissão para o estudo de uma nova instrução normativa do Ibama, a Instrução Normativa nº 14, publicada no dia 27 de outubro de 2011, que estabelece prazos que consideramos irrisórios para que órgãos estaduais e ambientais se manifestem em relação a empreendimentos nas regiões, estudos: 15 dias estabelece como prazo. E, no caso da não manifestação, passaria a ser considerado que esses órgãos ambientais não teriam óbice algum a esses empreendimentos. Entendemos que isso é uma afronta inclusive à legislação e precisa ser enfrentado. E se torna inclusive uma forma de pressionar os órgãos públicos federais para que, dentro dessa balização dos prazos concedidos, estabelecidos aos órgãos estaduais, para que eles, por exemplo, a própria Fundação Nacional do Índio, no caso mais específico que trata das questões indígenas, para que esses órgãos federais também acelerem ainda mais as concessões de licenças para esses empreendimentos. E nós entendemos que isso não pode ser aceito.

Queremos reforçar o que a Rosane falou. A legislação brasileira precisa ser respeitada. A consulta aos povos indígenas precisa ser respeitada e esses prazos não são suficientes para isso. Por isso nós também chamamos a atenção desta Comissão, especialmente no caso dessas situações em que as terras indígenas estão sendo invadidas e desmatadas de forma ilegal. E é preciso que o Estado brasileiro tome as rédeas desse processo para pôr um fim nesta situação, porque estamos na iminência da extinção de mais um povo indígena que vive sem contato ainda com a sociedade, especificamente no Maranhão, como outras situações que também nós sabemos existir, mas esperamos aprofundar numa próxima audiência aqui nesta Comissão. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Este foi o Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, que apresentou inclusive essa denúncia, da maior gravidade, sobre o assassinato de índios, de desmatamento, e citou o caso do Maranhão. Depois vamos pegar mais detalhes para que a Comissão possa se posicionar.

O Senador Maldaner queria fazer uma rápida consideração e o Senador Jorge então fará o encerramento da nossa audiência pública.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Quero, primeiro, Senador Paulo Paim, cumprimentá-lo por presidir mais uma reunião dessas, principalmente do campo social, e aqui nos direitos humanos.

Cumprimento os senhores presentes, os que foram convidados para este debate, o nosso Presidente da Comissão de Defesa Civil e também Relator nesta Comissão, Senador Jorge Viana.

Antes de mais nada, eu estava conversando com o Senador Blairo Maggi, e ele me disse que vem acompanhando todas as reuniões do Código Florestal. Perguntei, depois, a certa altura: "Mas vai permanecer até o fim?" Ele disse: "Permaneço. Estou acompanhando todas". E vejo que ele vem anotando detalhe por detalhe. Ele já está com uma bíblia mais ou menos montada aqui. "Eu preciso formar um juízo para tentar fazer uma ginástica para nós construirmos e estou comungando desde o início desta caminhada", dizia ele.

Aí comecei a me lembrar dos tempos em que eu governava Santa Catarina, da paciência que se tem que ter. Nos momentos de greve, principalmente, tenho enfrentado. E quem não as enfrentou? Sei que a Polícia Militar às vezes mandava fazer o corredor polonês e mandava bater. Depois, corre sangue. No outro dia, os jornais apertam... Então, tem que ter uma paciência, tem que ter o diálogo. E eu sempre dizia: é melhor sempre duas horas de diálogo do que cinco minutos de tiroteio. Isso aqui está sendo um diálogo, um debate, é uma ginástica, como eu disse antes.

Eu sei que os Relatores deste Código, Senador Luiz Henrique da Silveira e o Senador Jorge Viana, meu Deus do céu... Isso aqui vai daqui, vai de lá, precisa construir, costurar, ouve aqui, ouve lá. O Senador Luiz Henrique apresentou em duas Comissões o relatório, para tentar votar nos próximos dias, mas temos que esperar o Senador Jorge Viana, para tentar parar, para tentar construir. E sempre tenho dito que os dois chegando à convergência, mais a participação de todos, talvez não seja o exato, o perfeito, mas o desejável e o melhor para o Brasil em termos de meio ambiente.

E aqui estive ouvindo algumas pessoas e a gente sente como tem que ter uma sacrossanta paciência. Não é fácil. Ouvi aqui inclusive a Rosane de Mattos, nas questões indígenas: conserva-se de um lado, que é a reserva indígena, e do outro lado não conserva, como é que fica? Polui a todos. Aí vem aqui a recuperação de uma questão e de outra.

Aí vem aqui o Busatto e diz que não se pode mercantilizar a floresta; que vai ter que haver um trabalho para, se for o projeto de manejo, se for sustentável, se tiver os órgãos que fiscalizam, por que não? Aí tem que debater, tem que levar com calma.

Aí escutei o aparte do Raul: se uma espécie de floresta de manejo está em regeneração, aí tem que deixar, existe o prazo para isso. Mas, se chegar lá com vinte anos, com trinta anos, se chegou uma árvore que esteja madura e pode, de acordo com a sustentabilidade do manejo, ser aproveitada, por um fim que dê um movimento econômico, por que não?

Aí vêm as APPs. Parece-me que a recuperação é fundamental para proteger nossas árvores. Agora, como vamos fazer essa recuperação? Deslocar os pequenos proprietários que foram os sem-terra ontem e estão lá, há cinquenta anos, foram sem-terra e estão lá, e sempre os que viajavam procuravam as margens, onde fosse mais fácil para se adaptar. Como ajudá-los a recuperar com florestas que sejam nativas, que sejam produzidas, que tenham valor econômico? Isso tudo é preciso inserir na legislação. É fundamental, sem dúvida alguma.

E o Senador Jorge Viana, além de Relator do Código Florestal, é presidente da Comissão que avalia Defesa Civil, da qual sou Relator. E, para o nosso trabalho, nós temos um prazo. E, quanto ao tempo, se pensarmos no que diz a nossa professora Rosane de Mattos: tem um tempo e tem o tempo. Então, não podemos nos precipitar. Tem o tempo para meditar, para fazer o diálogo, que ele não possa ser um tiroteio em poucos minutos.

Eu penso às vezes que as águas recuperadas das nossas APPs e assim por diante, e aí chegam os nossos períodos urbanos e aí vem a defesa civil. Aí vem aquele negócio de que o Mário tem falado. Aí é uma poluição, é alguma coisa em que entram as águas puras nos nossos perímetros urbanos, atravessam o perímetro urbano e estão poluídas. E aí vêm as inundações. Como é que a gente vai adaptar tudo isso? A urbanização do Código Florestal hoje, a urbanização do meio ambiente, quer queira quer não, tem uma simbiose em tudo isso.

Finalizo, dizendo que estamos todos meditando, acho que é importante e quero, pelo menos de longe, acompanhar aqui o Senador Blairo Maggi nesse pensamento de fazer com que a gente possa contribuir e chegar a esse entendimento.

Senador Paim, meus cumprimentos por presidir mais uma reunião de suma importância, numa segunda-feira, que, para nós, do oeste catarinense, é considerado, e estão lá os kaingangs, que a Rosane conhece, o dia da nossa senhora da pouca vontade. Vejo que aqui está sendo da boa. E, às sextas-feiras, já melhora. Isso é uma expressão que o pessoal usa lá. Vejo que aqui, numa segunda-feira, na parte da manhã, o pessoal está pegando, já meditando, acompanhando, para tentar chegar à boa vontade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu ia passar aqui para o Jorge, mas não tem como não dizer para o Senador Blairo, V. Exª desde o início está aqui e, antes de passar para o Relator, eu vou passar para V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (PR – MT) – Senador Paim, o meu nome é um pouco esquisito, às vezes dá um som diferente. Lembro-me do nosso saudoso Senador Jonas Pinheiro, que já faleceu, eu fui suplente dele por um período, e uma vez eu vim aqui numa reunião com um ministro, e o Senador ia me acompanhar. Ele não pôde me acompanhar naquele dia e ligou para o ministro, dizendo que eu ia lá e falou o meu nome como falam os cuiabanos, eles não conseguem usar o L, eles usam o R, então era "Brairo" Maggi. E ele ligou para o ministro, falou o meu nome, e o ministro não entendeu direito, porque achou um pouco complicado. Ele foi soletrar o meu nome e disse: o nome dele

é “Brairo”, anota aí, B,L,A,I,R,O, quer dizer, ele sabia certinho como era, mas não conseguia falar.

Eu só quero cumprimentar V. Exª pela condução da reunião, o Senador Jorge Viana e também todos aqueles que participaram aqui.

Entendo as posições de cada um. Penso que, às vezes, a gente diverge em muitos pontos, mas na essência todos nós compreendemos e entendemos que temos o mesmo objetivo. Eu sempre fui defensor de que nós devemos buscar o centro, a convergência. Se quisermos construir alguma coisa com os radicais da esquerda e com os radicais da direita, nós não vamos construir nada, porque esses dois lados querem a guerra. Quanto mais confusão, maior a diversão. Não é isso que queremos construir aqui. Então, ouvir a todos e prestar atenção e também ceder naquilo que se entende como questões relevantes é que faz construir um documento, uma lei, alguma coisa que seja aceita pela sociedade, que seja observada e que seja conduzida desta forma, que seja no dia a dia executado.

A gente vê muitas leis que são feitas e que nos usos e nos costumes não vão, talvez o Congresso tenha uma boa intenção, mas elas não acontecem na prática. E nesse assunto nós devemos estar trabalhando dessa forma. E mais, os nossos Relatores entendem e todos nós entendemos que nós temos um compromisso aqui de fazer um Código e devolvê-lo à Câmara, Senador Jorge. E a Câmara vai ter que olhar esse trabalho e dizer se concorda conosco ou não. Quer dizer, se nós também aqui jogarmos fora tudo que a Câmara fez, depois de onze, doze anos de trabalho executados lá, e simplesmente mandarmos uma coisa totalmente diferente, não vai avançar. E também temos que manter conversas com o Governo. Por último, tem o Governo, que pode vetar ou sancionar as modificações ou aquilo que está indo daqui para lá. Claro, ainda sobra para o Congresso o veto, se lá na frente houver e voltar para cá. Mas o veto aqui é uma questão muito complicada de lidar. Outro dia, fiz um pronunciamento no plenário, reclamando que acho que nós, Senadores, o Congresso, estamos abrindo mão do grande instrumento da democracia, que é o último instrumento que é o poder de veto; que é exercer o poder de derrubar o veto ou não. Infelizmente, a Casa não tem trabalhado isso muito bem. Acho que somos omissos e perdemos a oportunidade de muitas vezes fazer com que o pensamento do povo, por meio do Congresso Nacional, seja de fato executado e não o interesse do Governo, do Executivo. Mas estamos fracos neste momento. Espero que um dia a gente possa corrigir esse erro.

Para finalizar, estou participando, como já disse, estou conversando dia a dia sobre este assunto e vou procurar até o último instante da nossa votação aqui ajudar a construir um Código Florestal que seja bom para todos.

Não consigo entender a abominação que se tem pela agricultura empresarial. Ela é importante, ela está lá, gera riqueza, divisas. Não consigo ver como muitos companheiros às vezes fazem abominação da agricultura familiar, como não querem ver a questão do MST. Para mim, tudo isso é absolutamente normal, relevante e tem que ser discutido.

Quando Governador do Estado do Mato Grosso – a minha atividade é a agricultura empresarial, todos conhecem –, jamais deixei de dialogar com as categorias minoritárias ou movimentos sociais como o MST. Tive sempre um relacionamento muito bom com a comunidade indígena. Tem até um índio que leva o meu nome lá no Parecis. Quer dizer, sou uma pessoa que vai ajudar a cada momento e até o final um pensamento que seja de centro ou que seja bom para toda a sociedade brasileira.

Parabéns, Presidente, parabéns a todos aqueles que participaram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Blairo Maggi, falei rápido e acertei, é sinal de que consegui pronunciar.

Senador Jorge Viana está com a palavra, o nosso Relator.

Faço um agradecimento especial ao nosso Relator Jorge Viana, porque eu o convidei na quinta-feira, na véspera do feriado, e ele disse: “Paim, vou dar um jeito de estar aí”, e estava aqui na primeira hora.

Obrigado, Senador. Está com a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Paim. Quero cumprimentá-lo e dizer que, mesmo esta matéria não tendo a obrigação regimental de passar aqui, V. Exª presta um serviço a todos nós, a mim e ao Senador Luiz Henrique, quando V. Exª abre esse espaço também. Acho que é um gesto que o Senado tem feito de acolher essa audiência da maior importância com entidades legítimas que defendem os interesses da sociedade. E, nesta manhã de segunda-feira, transmitida ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado, para o Brasil inteiro, dando transparência a este debate para que todos possam, de fato, opinar, e com a audiência de Senadores, como o Senador Blairo, como o Senador Casildo, como o Senador Vicentinho. Tenho conversado também aqui em nome do Senador Luiz Henrique e do meu Presidente Rodrigo Rollemberg, o nosso querido colega Cyro Miranda, que também é um Senador que tem nos ajudado muito, mas penso que V. Exª faz, de fato, da Presidência da Comissão de Direitos Humanos um instrumento para a sociedade. E é o Senado que ganha com isso, todos nós ganhamos muito com isso.

Eu queria agradecer ao Dom Leonardo, que representando a CNBB nos acolheu tão bem lá e, ao mesmo tempo, ajuda, junto com várias pessoas que representam entidades, a levar adiante o comitê em defesa das florestas. Ao Raul, do ISA, que, como profissional e também como membro do comitê, tem procurado dar a sua parcela de contribuição; ao José Batista, que falou em nome do MST; ao Mário Mantovani, que é um companheiro envolvido nesta causa, que vem aqui como parte do comitê, mas é da SOS. Quero também cumprimentar a companheira Rosane, que fez a fala e, por último, o Cleber, que nos deram os seus depoimentos e as suas contribuições, e a todos que estão presentes.

De fato, toda hora alguém está questionando a questão do tempo de se votar. Eu não quero fazer nenhum contraponto com os que têm ideias diferentes sobre isso. Acho que é mais que legítima essa preocupação com que a gente delibere esta matéria depois de termos as condições reunidas para deliberar sobre ela. Mas aqui, como parlamentares, devemos obediência à Constituição e ao Regimento desta Casa. É o Congresso Nacional que está deliberando sobre esta matéria. Ela consumiu muito tempo na Câmara, mas não sei se foi um tempo muito bem aproveitado, porque uma parcela importante da sociedade se queixa, com razão, de não ter sido ouvida. Poderia ter ficado cindo anos, sem ouvir todos os lados; é perda de tempo, em minha opinião.

O Senado está procurando aproveitar, da melhor maneira possível, o tempo, considerando, fazendo audiências, indo, vindo e falando com todos, e num ambiente onde todos são ouvidos e respeitados. Então, isso para mim é importante.

O texto votado na Câmara, Senador Paim, que é parte deste Congresso, chegou aqui com 69 artigos, uma quantidade enorme de incisos e parágrafos. No fundo, como o próprio Congresso é responsável, boa parte desses 69 artigos ninguém questionou ou está questionando, é uma reprodução do que já tínhamos acumulado no País. O nosso problema se prende a não mais que 10 a 15 artigos; um deles mal formulado pode pôr em risco inclusive os outros 50, que ninguém questiona. Mas, de fato, não é um bicho de sete cabeças. É uma coisa complexa, em que estão envolvidos muitos interesses, entre os quais como lidar com o passado, mas, essencialmente, como o Brasil pretende pôr os dois pés neste novo século, neste novo milênio, como o Brasil pretende se firmar como uma Nação de referência no mundo em dois aspectos: do ponto de vista da produção e do ponto de vista da proteção ambiental. Esse é o desafio do Código, esse é o desafio dessa lei. Ela é muito importante. Agora, ela sendo debatida como está sendo aqui, no Senado, com todo respeito à Câmara, o ambiente, nós mudamos. O Senador Blairo Maggi é uma prova disso, ele andou esse tempo inteiro conosco, foi às audiências, passamos uma tarde inteira na Esalq, ouvindo cientistas, conversando, dialogando e não era para cumprir tabela, fomos a muitas audiências e vamos a outras, não era para cumprir tabela. Olha, temos que fazer isso, depois que ouvirmos todo mundo, podemos dizer que ouvimos. Não. É para aprender, é para levar em conta, para considerar, como estamos fazendo aqui, hoje, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, que V. Exª está nos dando a oportunidade.

Tem algumas questões que tínhamos e temos que aprofundar ainda, ainda temos tempo. Por exemplo, cidades. Eu e o Senador Casildo trabalhamos juntos na Comissão Temporária de Defesa Civil. Gente, quando o Código foi feito, já falei e repito, o Brasil era um país rural. O Código foi feito olhando a cidade como uma extensão da área rural; hoje, o Brasil é um país urbano. Oitenta e quatro por cento de nós todos moram na cidade, e o Código é o mesmo. Então, também dizer que não mexe no Código... Precisamos atualizá-lo. Falo como Engenheiro Florestal. É importante, o mundo é outro, o Brasil é outro, as ferramentas são outras. Quando o Código foi feito, ninguém tinha como fazer monitoramento de cobertura vegetal nem de conversão de área. Hoje, podemos, os próximos satélites é meio metro, 60 cm. Somos capazes de, com precisão, definir o que aconteceu em 60 cm de qualquer lugar do Planeta. São instrumentos que a ciência e o conhecimento nos disponibilizam. Não vamos adequar a lei a isso? Temos que adequá-la. O mundo, hoje, completa 7 bilhões de pessoas. Hoje, estamos completando 7 bilhões de pessoas, temos que adequar nossa lei para este mundo, que é insustentável do ponto de vista econômico, comprovadamente; é insustentável do ponto de vista social e é insustentável do ponto de vista ambiental. O desafio desta geração é isso. Se fosse sustentável do ponto de vista econômico, eu ficaria calado, pelo menos tem uma... Se fosse sustentável do ponto de vista social, e o nosso problema fosse só ambiental, era compatibilizar. O problema é que o modelo econômico do mundo é insustentável do ponto de vista econômico. A crise está lá na maior economia do mundo. A crise já pegou, quase levando à morte, a União Europeia, que chegou a discutir se se desfaz, se perde a moeda novamente. Então, o nosso País, que é o G1 da biodiversidade, o nosso País que tem 195 milhões de pessoas, que cuida de 20% da água doce do Planeta, nosso País tem um papel a cumprir nisso, e a nossa geração que está debatendo tem este papel.

Sinceramente, o Código seria muito ruim se não tivéssemos ouvido a ciência. A decisão, Senador Paim, é política, do Congresso; é política, mas a base dessa decisão não tem que ser levando em conta só a opinião dos políticos, com todo respeito que tenho por eles, se o fosse, estaria errada, porque é um tema complexa. Têm que ser levados em conta, pelo menos, três aspectos importantes, e, aí, não quero diminuir. A sociedade, com toda a sua representatividade de quem produz, de quem cria, de quem defende a natureza, de quem trabalha com movimentos sociais, de quem trabalha com setores da sociedade, tem um papel importante. Tem que levar em conta o Governo, que tem a responsabilidade diferenciada de conduzir o Estado brasileiro e, dentro dessa complexidade de levar em conta a realidade do País, o Governo, o Congresso tem que deliberar e, na dúvida, vamos ouvir a ciência, vamos buscar os que estudam, os cientistas, os pesquisadores que podem nos dar uma melhor condição de deliberar. Isso é uma diferença de qualidade de decisão.

Então, sem radicalismo, podemos aproveitar duas, três, quatro, quanto tempo nos resta, porque tem muita gente querendo deliberar de qualquer maneira sobre esse tema, e tem poder para deliberar, regimental e constitucionalmente. Pode ser ruim para o Brasil, que está cansado de ver decisões que são ruins para o País. Às vezes, a gente só vê depois, mas que acontecem. No nosso caso, acho que o Senado, usando uma linguagem bem do nosso povo, tem a faca e o queijo na mão, para a gente poder fazer um bom uso desses instrumentos para matar a fome do País, que quer isto: sustentabilidade econômica para a sua produção agrícola. O Brasil não pode ser o G1 de consumo de agrotóxico do mundo, não pode. Há mudanças importantes que têm que ser feitas. O Senador Blairo tem exemplos no Estado dele. Começamos a trabalhar com imagens de satélite lá, no Acre, em 86. Sei das conversas dele com o Governador Binho, o pessoal que trabalhava conosco. Foi uma turma para o Mato Grosso. Ele implementou políticas inovadoras nesse aspecto de licenciamento. Não vamos fazer isso agora? Temos condição de fazer, é a lei que tem que apontar para isso.

Então, a questão das cidades é fundamental, Senador Casildo. As áreas de risco, não estamos considerando. Os desastres naturais, o Brasil nem monitora. O Brasil não tem um centro de monitoramento de mudanças importantes que possa prevenir a população. Nós nos falamos uns com os outros, mas não usamos os instrumentos que temos. Vai implementar agora, e a nossa Comissão está cobrando. Então, essa questão das cidades tem que ser aprofundada mais um pouco, o mais possível.

Tem hora que eu penso que o Código é para uso de solo. Tem hora que é um Código rural brasileiro. Não é o Código rural, é o Código Florestal. Ele abrange mais coisas. As nossas florestas precisam ter uma sinalização muito mais forte. Não tem sentido o Brasil participar com 4% do PIB florestal do mundo. Perto disso não tem nenhum sentido. E, aí, Cleber, acho muito legítima a preocupação de entidades como a que você representa, o Cimi e outras, que já ouvi e que temos que ouvir, que levantam preocupação com a atividade econômica vinculada à floresta. Separo bem e consigo captar as precauções de vocês. Mas, gente, não acredito que o Brasil vá conseguir conservar nem os 61% que temos se não tivermos mecanismo para tirar benefício de forma sustentável dessa floresta, que é o que o Acre está tentando há algum tempo, que outros Estados estão colocando. Os adversários das florestas colocam: floresta é um problema, tem que tirar floresta e ir direto para o solo. Floresta é riqueza, gente, floresta é possibilidade de riqueza, seja com o papel que ela cumpre de manter o ambiente com um ciclo virtuoso das chuvas, seja de proteção dos solos, como ela cumpre também, mas ela tem uma dinâmica. E, se repetirmos a própria dinâmica dela, podemos extrair daí, de forma sustentável, atividades econômicas, como um manejo florestal com certificação é uma possibilidade real de a Amazônia parar de discutir só como que destrói floresta e começar a ganhar dinheiro e melhorar a vida das pessoas com ela.

Concluo, dizendo que estamos assumindo o compromisso – foi citado aqui, hoje, pelo Mário – de trabalhar e assumir compromisso. Quero ver se, no meu relatório, que será assinado também, terá as digitais do Senador Luiz Henrique, como ele está deixando que o ajude no dele, a gente assume o compromisso de implantar a lei dos biomas logo após o Código. Isso é fundamental, é o pós-Código, isso tem que estar acertado, como também uma política para as florestas do Brasil logo em seguida ao Código Florestal, porque tem coisa que não vai dar para resolver aqui dentro do Código, mas vai dar para deixar bem claro o que tem que ser feito logo após ele.

Eu quero ressaltar aqui para todos estão me ouvindo o papel da Ministra de Meio Ambiente, Izabella, que, neste trabalho, tem sido extraordinário. Depois das audiências, estamos fazendo audiências lá dentro do gabinete dela, coisa que não aconteceu quando estava sendo debatido lá. A Kátia Abreu esteve lá, juntamente com os representantes do setor empresarial, os Ministérios Públicos do Estado, as organizações do Ministério Público Federal, as entidades não governamentais, os representantes da agricultura familiar. Nós propusemos isso, o Senador Luiz Henrique. Fomos lá

debater, quer dizer, indo à exaustão quase, na busca de encontrar uma melhor formulação para essa lei. Vamos seguir esses passos.

Quero aqui assumir um compromisso com o Comitê de Bacias, que colocou suas reivindicações aqui; já tenho um compromisso firmado desde a Esalq. Vamos achar uma maneira de ter uma audiência onde seja colocada a questão das águas, porque isso está no centro da busca nossa de dar algum equilíbrio e alguma sustentabilidade para a atividade agropecuária de uso de solo no Brasil. Então, assumo aqui o compromisso com o que foi colocado.

Concluo, dizendo que temos sido cobrados também. Da mesma maneira que alguns se preocupam com o tempo, para termos o cuidado de não deliberar sobre isso tão apressadamente, mas estamos sendo cobrados pelo outro lado da moeda. Regimentalmente, a Câmara dos Deputados é que vai dar a última palavra nessa matéria. Encerro com isto: a Câmara vai dar a última palavra. O Senador Blairo Maggi colocou muito bem. Nós temos a obrigação de promover as mudanças necessárias aqui, no Senado, mesmo que isso possa implicar algum posicionamento diferente mais adiante. A Constituição nos garante essa prerrogativa, e o Regimento também. Mas queremos uma lei duradoura. A lei, hoje, tem problemas; o uso dela e de outros mecanismos legais, constitucionais, levam o Brasil a ser o campeão de não cumprimento de multas e cobrança de infração. Apenas 1% é pago. Vamos substituir esse cenário muito ruim por outro de uma legislação que possa representar o entendimento do Brasil neste momento. Então, para mim, é decisivo que, nesta hora em que estamos fazendo os ajustes na proposta e as mudanças necessárias, que levemos também em conta que temos de contar com o apoio, com o envolvimento da maioria da Câmara dos Deputados. Estou certo de que isso é possível, e acho que é possível também construirmos esse ambiente. Essa é uma posição que o Senador Luiz Henrique quer levar adiante, e estou junto com ele. A ideia nossa é ainda este ano deliberarmos sobre essa matéria, quem sabe até o final de novembro, e devolvermos para a Câmara, mas o tempo que vamos levar em consideração é o tempo de fazermos esses ajustes tão importantes, como esta audiência hoje aqui nos trouxe: a recomendação da questão indígena e de outras, que vai desde a comercialização, e também de precaução, como colocou Dom Leonardo com o Raul abrindo este debate.

Então, Senador Paim, muito obrigado pela contribuição que a Comissão de Direitos Humanos do Senado dá a essa reformulação do Código Florestal no Brasil, feita agora, em 2011.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Relator, Senador Jorge Viana.

Vamos encerrar a audiência pública. Eu falava aqui com o Senador Jorge que ele faria as considerações finais, mas quero encerrar, primeiro, agradecendo a todos que participaram desta belíssima audiência pública. E vou fazer o agradecimento, citando a pessoa de alguém que não falou nesta audiência pública, que é o Décio. Dá o seu nome completo aí, Décio.

O SR. DÉCIO MACHADO MONTEIRO – Décio Machado Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Décio Machado Monteiro, que é do Comitê de Defesa das Florestas do Rio Grande do Sul, que procurou o Mantovani, que lhe disse: "Procura o Paim que ele faz uma audiência lá, na Comissão de Direitos Humanos, para debatermos esse tema". Então, com uma salva de palmas a você, encerro a audiência pública, que atingiu os seus objetivos.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 43 minutos.)

ATA DA 83ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 1º DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e seis minutos do dia primeiro de novembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Lídice da Mata e Paulo Davim.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 137, de 2011–CDH, aprovado em 05/10/11, de autoria do Senador Paulo Paim, "para debater a regulamentação dos artigos 30 e 31, referentes a manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho, da lei 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Convidados: Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – UNIDAS; Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social, e Júlio Cezar Silva, Assessor Jurídico, ambos da NCST, em representação ao Senhor José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores; Arnaldo Gonçalves, Secretário Geral

do Sindicato Nacional dos Aposentados, Força Sindical; Raimundo Nonato dos Santos, Representante da União Geral dos Trabalhadores, em representação ao Senhor Ricardo Patah, Presidente da UGT; José Francisco Pereira, Secretário de Assuntos Sociais e Assuntos Legislativos da CNTC; Deputado Federal Laércio Oliveira; Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde – ANS; Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST; Uriel de Almeida Papa, Diretor do Tribunal de Contas da União; José Cláudio Ribeiro Oliveira, Assessor Jurídico da UNIMED Brasil, em representação ao Senhor Eudes de Freitas Aquino, Presidente da UNIMED; José Cechin, Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, em representação ao Senhor Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Presidente da FENASAUDE; Professor Victor José Ferreira, Representante da FNTF – Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários; Edson Guilherme Haubert, Presidente do Mozap; e Nilton Rodrigues da Paixão Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União – SINDILEGIS. O Senhor Presidente solicita que sejam colocada em extrapauta os seguintes requerimentos, que é aprovado. **EXTRAPAUTA**. **Item 01. Requerimento nº 146-CDH, de 2011**, que requer, em aditamento ao Requerimento nº 145–CDH, de 2011, que trata de audiência pública para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012, a inclusão no debate dos direitos sobre liberdade de crença, dos idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes e pessoas LGBT. Autoria: Senadora Lídice da Mata. Resultado: **Aprovado**. **Item 02. Requerimento nº 147, DE 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de ouvir o Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal - SIS em relação as alterações do plano coorporativo. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão. Autor: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. O Senhor Presidente solicita um minuto de silencio em homenagem a todos os trabalhadores que lutaram pela regulamentação da profissão de comerciário e faleceram antes do acordo ora apresentado. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às doze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 83ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência Pública: nos termos do Requerimento 137, da CDH, aprovado em 05/10 /2011, de autoria deste Senador e de outros, esta audiência pública tem como objetivo debater a regulamentação dos arts. 30 e 31, a manutenção dos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho, referindo-se à Lei 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde.

Foram convidados parta este evento: José Cláudio Ribeiro Oliveira, Assessor Jurídico da Unimed Brasil, em representação ao Sr. Eudes de Freitas Aquino, Presidente da Unimed.

Vou fazer uma leitura e aqueles que estiverem presentes podem se dirigir à mesa. Vamos fazer três Mesas pelo número de convidados: Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas; Paulo Vinícius da Silva, Secretário Nacional da Juventude Trabalhadora da CTB, em representação a Wagner Gomes, Presidente daquela central – CTB; Walcir Previtale Bruno, dirigente sindical da CUT, que representa aqui o Presidente Artur Henrique da Silva Santos; Raimundo Nonato dos Santos, representante da União Geral dos Trabalhadores – UGT; representando o Presidente Ricardo Patah; Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social, e Júlio Silva, assessor jurídico, ambos da Nova Central Sindical dos Trabalhadores, em representação a José Calixto, Presidente da Nova Central Sindical.

Celso Amaral de Miranda Pimenta ou Júlio César, enfim, quem representará a Nova Central Sindical? Então, Celso já está na mesa. O Ubiraci Dantas, representando a Central Geral dos Trabalhadores, CGTB. Sei que aqui tem toda uma polêmica, mas a polêmica não é minha. É deles com o Neto. Eles vão se entendendo.

José Cechin, Diretor-Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, em representação ao Sr. Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Presidente da FenaSaúde. Chegou e já está na mesa o Paulinho, que aqui representa a Força Sindical.

Então, o Paulinho vai fazer uma saudação e o Arnaldo vai falar em nome da Força Sindical. Mas como o Paulinho tem um compromisso sério, muito sério, que estamos aí juntos quase como irmãos siameses ou irmão gêmeo, que é a questão do debate dos aposentados e pensionistas. O Paulinho tem a emenda dos 80% e eu apresentei também como Senador para colar na sua, as duas juntas. Uma posição no Senado e a mesma posição na Câmara.

E ele vai lá para a Comissão Mista de Orçamento. Já estamos chegando lá, os aposentados, para, se iniciar o debate, e for votar, naturalmente, vocês vão entender que ele vai me convocar e vou também junto com ele. Mas o Paulinho, para sua saudação, aqui, como Presidente da Força Sindical.

O SR. PAULINHO DA FORÇA – Cumprimentar todos as companheiras e companheiros, o Senador Paim. Na verdade, estou lá vigiando para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Orai e vigiai, como nós falávamos nos velhos tempos.

O SR. PAULINHO DA FORÇA – Porque hoje se inicia o debate sobre o Orçamento da União, e nós fizemos uma emenda na Câmara, o Paim fez outra aqui. A da Câmara nós fizemos uma emenda com a assinatura de 157 Deputados. Então, portanto, o Governo terá algumas dificuldades.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais peso do que a minha. No mérito, as emendas são iguais. Mas o número de assinaturas, parabéns.

O SR. PAULINHO DA FORÇA – E só não pegamos mais por que ficamos com medo. Tinha assim um clima de golpe no ar. E, se acabasse a sessão, V. Exª não poderia mais fazer a emenda. Aí, na dúvida, nós fomos lá e registramos, para garantir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está certo.

O SR. PAULINHO DA FORÇA – E uma emenda que garante, é a mesma coisa, inflação mais 80% do PIB para os aposentados que ganham mais do que o salário mínimo.

É lógico que isso vai virar uma polêmica e o ideal seria que o Governo negociasse. Então, vamos forçar a barra para que o Governo possa abrir negociações.

Quero desejar um bom trabalho a todos vocês. Sei que está aqui o Nilton Paixão, que é o Presidente do Sindicato dos Funcionários do Senado, da Câmara e do TCU. Portanto, vocês estão bem acompanhados pelos funcionários da Casa também. Está aqui também a representação de todas as centrais sindicais.

Acho que esse é um debate importante, Paim, porque para essa questão de segurança e saúde do trabalhador normalmente as pessoas não ligam e só percebem na hora de que precisam. Temos acompanhado essas questões de saúde. Vemos, por exemplo, essa questão do Lula que estava bonzinho até esses dias e agora está com um problema gravíssimo que choca todo o País, choca todos nós, mas temos certeza de que vai sair dessa com tranquilidade, porque já enfrentou outras batalhas na vida, e, com certeza, essa será mais uma que ele vencerá.

Quero desejar a vocês um bom trabalho. Vou ficar na Comissão porque tenho que receber os aposentados. Se, por acaso, houver votação, eu avisarei – deixem o celular ligado. Bom trabalho a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Valeu, Paulinho! *(Palmas.)*

O SR. PAULINHO DA FORÇA – Quero convidar o companheiro Arnaldo Gonçalves, nosso representante da Força Sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Arnaldo Gonçalves está convocado para Mesa.

Vamos fazer três Mesas. Como essa Mesa já está completa por ordem de chegada, na segunda Mesa virão outros quatro companheiros e na terceira Mesa, outros.

Eu segui a orientação para formatar a Mesa e fui chamando os presentes. Os quatro que estão na Mesa foram os que estavam no momento em que fiz o chamamento, mas não importa se na primeira, segunda ou terceira Mesas, porque o debate é o mesmo e, só depois de todos os expositores falarem, é que vamos começar a fazer o debate entre aqueles que têm ponto de vista naturalmente diferente.

Vou fazer aqui uma pequena introdução, mas faço questão – o Arnaldo já está aqui – de ler esse documento que recebi da Força Sindical porque concordo com ele. Vou apresentar emenda, a pedido da Força Sindical e, conforme disse Paulinho, de outras centrais e confederações, sobre a Medida Provisória nº 540. Vou resumir aqui o documento que recebi e que simplesmente permite que o fundo de garantia seja usado para tudo que você possa imaginar durante o período da Copa. Estou resumindo o que diz o documento. Como diz o Paulinho, até para abrir comércio, vão permitir que se use o fundo de garantia, que é do trabalhador.

Recentemente, perdi aqui no Senado, por um voto, um debate onde eu queria que o fundo de garantia fosse usado para o trabalhador que é mutuário, que arrumou outro emprego, mas que na época usou o Fundo para comprar a casa. Ele arrumou outro emprego, pagou novamente o Fundo por cinco ou dez anos. A intenção era que ele pudesse usar o Fundo para pagar as prestações que estavam atrasadas e que eram do período em que ficou desempregado.

Não deixaram. Fui derrotado por um voto alegando que era um absurdo querer usar o Fundo para que o trabalhador não perdesse a sua casa. Então, nesse caso não pode, mas pode para usar para aquilo que bem entenderam, via Medida nº 540.

Vou fazer esse pronunciamento no plenário. Estou fazendo aqui e vou apresentar emenda para derrubar esse artigo, esse parágrafo que permite que o dinheiro do trabalhador seja usado da forma que os que estão gerenciando a Copa entendam mais adequado. Não é por aí. Vamos fazer esse bom combate aqui no Senado também. Estou convicto de que vamos derrubar essa emenda.

É uma pequena introdução sobre esse debate que faremos à tarde no plenário.

O Senador Paulo Davim está aqui conosco. Uma salva de palmas para o nosso Senador sempre presente em todos os temas que envolvem interesse dos trabalhadores, enfim, da sociedade em geral. *(Palmas.)*

Essa audiência está sendo transmitida ao vivo por alguns canais – nove canais transmitem o que acontece aqui no Senado – e também pela Internet. Para as pessoas que estão ligando aqui neste momento a TV Senado, os canais alternativos e a Net, vou situar.

Hoje, aqui, na Comissão de Direitos Humanos, vamos debater a regulamentação dos arts. 30 e 31 da Lei 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde a empregados demitidos sem justa causa e aposentados. O tema está sob consulta pública na Agência Nacional de Saúde.

Regulamentar os arts. 30 e 31 da Lei dos Planos de Saúde significa assegurar a continuidade da cobertura dos planos de saúde corporativos aos aposentados e demitidos sem justa causa, mesmo após o término do contrato de trabalho.

Dispõe o art. 30:

Art. 30 *Ao consumidor que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.*

Já o art. 31 determina:

Art. 31 *Ao aposentado que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de dez anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.*

Assim, a nosso ver, é preciso facultar aos aposentados e ex-funcionários de empresas que aderiram a planos de saúde corporativos a opção de permanecerem com o mesmo plano após o término do vínculo empregatício com o mínimo de razoabilidade.

Hoje, enfim, estamos aqui na Comissão para debater esta questão. Os convidados vão explicitar as suas preocupações e quais os caminhos que entendem mais adequados para preservar o interesse do trabalhador e também dos aposentados e pensionistas.

Também informo, rapidamente, antes de passar a palavra aos painelistas, que temos essa reunião de que já falei. Quero destacar que teremos, ainda, uma série de audiências públicas durante o mês de novembro. Na próxima terça-feira, teremos aqui uma reunião com empresários e trabalhadores do setor do comércio.

Nós vimos debatendo há muito tempo. Apresentei o projeto que regulamenta a profissão de comerciário há alguns anos, mais de uma década, e depois apresentei aqui de novo, no Senado. Em cima do projeto que eu apresentei, os empresários e os trabalhadores construíram um grande entendimento. Nesta terça-feira, eles vêm aqui para entregar ao Senador Ricardo Ferraço, que é quem vai estar aqui, um documento que vai garantir o acordo para que a gente, de uma vez por todas, aprove esse projeto que vai regulamentar uma das profissões mais antigas do mundo que é a dos comerciários. Estão de parabéns tanto os trabalhadores como os empregadores por terem construído esse grande entendimento que vai permitir, então, a aprovação da regulamentação do comerciário.

Durante o mês de novembro, mês da consciência negra, teremos, ainda, os seguintes debates:

- no dia 7 de novembro, segunda-feira, às 9 horas, a situação dos quilombolas no Brasil;

- no dia 8 de novembro, terça-feira, às 9 horas, na Subcomissão de Trabalho, Emprego e Previdência, a advocacia pública como função essencial e justiça;

- no dia 8 de novembro, terça-feira, às 11 horas, a participação dos negros, das mulheres e dos direitos humanos no Orçamento e no Plano Plurianual;

- no dia 9 de novembro, quarta-feira, às 9 horas, a questão dos indígenas do País, em especial, da reserva Maró, no Pará;

- no mesmo dia 9 de novembro, quarta-feira, às 14 horas e 30 minutos, a greve dos funcionários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a pedido do Senador Inácio Arruda;

- no dia 10 de novembro, quinta-feira, às 9 horas, em uma reunião deliberativa, o PL 112, que está na

pauta e que possibilita a cirurgia plástica reparadora gratuita às mulheres vítimas de violência

Além disso, no dia 14 de novembro, segunda-feira, às 9 horas, estaremos no Rio Grande do Sul realizando uma diligência pública que visa apontar caminhos para um conflito que está tendo lá em relação ao povo quilombola e a terra que ganharam na Justiça. No dia 16 de novembro, participarei, em nome desta Comissão, de um ato e uma diligência no quilombo Morro Alto.

Dia 21 de novembro, às 11 horas, no plenário do Senado Federal, vamos realizar uma sessão especial de homenagem aos 23 anos da Fundação Palmares, o ano internacional dos afrodescendentes; vamos homenagear também Zumbi e o ex-Senador Abdias do Nascimento, que faleceu com 97 anos, deu sua vida por esta causa, ou seja, o combate aos preconceitos.

No dia 22 de novembro, terça-feira, às 9 horas, na Subcomissão de Trabalho, Emprego e Previdência, vamos debater a desaposentação e, mais uma vez, o fim do fator previdenciário. Acredito que se aprovarmos o instituto da desaposentadoria e o Supremo assim decidir, que Deus ajude que decida, quero ver quem vai querer manter ainda o fator previdenciário. Vamos pedir para todo mundo se aposentar com o fator mesmo, continuar trabalhando, e ali na frente se aposenta com salário integral. Ou seja, qual é o alvo de todo esse movimento? Acabar com o fator previdenciário que é um assalto ao bolso do trabalhador. Para mim, o fator previdenciário é um caso de polícia. Por mim, eu metia na cadeia quem defende o fator previdenciário, porque ele confisca a metade do salário do trabalhador quando ele vai se aposentar, enquanto que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário não aplicam o fator, têm integralidade e paridade. E do trabalhador celetista, daquele que tem o teto máximo de R$3.650,00, eles cortam pela metade, principalmente o salário da mulher. Então, quem está pagando as aposentadorias ditas milionárias que existem neste país pode saber que é o metalúrgico, é a construção civil, é o professor, é o comerciário, enfim, é o celetista. Eu não quero fator para ninguém, nem para a área pública nem para a privada, até porque, se não caminharmos neste sentido, mais tardar hoje ou amanhã, eles vão estender o fator para todos. E todos vão perder a metade dos seus vencimentos.

Destaco, ainda, que no dia 24 de novembro, quinta-feira, às 9 horas, faremos outra reunião para debater questões fundamentais marcadas na Casa.

Dia 28 de novembro, segunda-feira, às 9 horas, vamos chegar ao entendimento sobre o Estatuto do Motorista e a violência no trânsito. Só para dizer que já construímos um acordo entre o setor empresarial e os trabalhadores para regulamentar a profissão do trabalhador motorista. O acordo está firmado. Vamos aprovar o projeto ainda este ano. E no Estatuto do Motorista vamos continuar debatendo ano que vem.

Dadas essas rápidas informações, a partir deste momento, vamos então para nossa audiência pública, ouvindo nossos convidados.

De imediato, pela ordem de chamada, como foi feito, vou passar a palavra à Presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas, Srª Denise Rodrigues Eloi de Brito. V. Sª tem dez minutos, e mais cinco, se for necessário.

A SRª DENISE RODRIGUES ELOI DE BRITO – Bom dia a todos.

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, agradecer o convite feito a nossa entidade para vir fazer a discussão de um tema tão importante para nossa sociedade, identificar o nosso segmento.

Somos um segmento de autogestão, que são planos de saúde sem fins lucrativos, formado por caixas de assistência, fundações, administradoras de recursos humanos e associações de trabalhadores. A sua grande maioria já tem um processo de inclusão na continuidade dos seus planos no que se refere aos aposentados. Novidade da norma trazida e do assunto discutido se refere aos ex-empregados. A própria autogestão, desde a edição, e principalmente depois da edição da norma, da consulta pública remetida pela agência nacional de saúde já vem fazendo o seu exercício e levando inclusive para a própria agência algumas preocupações do setor no segundo de buscar adequar o cumprimento da lei da melhor forma e de uma forma que realmente viabilize a assistência aos aposentados, viabilize a assistência aos ex-empregados, sem, no entanto, trazer nenhum prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro dessas caixas de assistência, dessas associações que já têm uma responsabilidade de fazer a sua gestão própria e de muitas vezes até ter a manutenção, custear os seus próprios planos, muitas vezes com participação do empregador e outras vezes só com a participação dos associados das referidas associações.

Houve uma publicação por parte da ANS, que, certamente o seu presidente abordará aqui, numa consulta pública à sociedade, buscando as sugestões e a manifestação dos diversos segmentos, buscando ajustar a melhor forma de atender ao texto legal. A Unidas, como sempre faz, apresentou algumas considerações em relação ao texto normativo de regulamentação, a proposta do texto normativo que foi apresentada à sociedade. Apresentamo-nos como entidade, individualmente, as 140 operadoras de autogestão também se manifestaram na sua maioria, e destacamos algumas

situações, alguns pontos da norma que gostaria que fosse revisitado pela agência.

Eu insisti aqui sobre outros convidados porque nós temos o presidente da agência, e eu posso até me precipitar citando algum item que, por ventura, a agência já tenha se reposicionado. Então poderia destacar rapidamente os pontos que as autogestões manifestaram a respeito da consulta pública, se não me engano Consulta Pública nº 41, que a ANS publicou, buscando essas contribuições da sociedade para regulamentação dos arts. 30 e 31 da Lei nº 9.656.

Inicialmente, nós destacamos que a norma não faz referência direta aos trabalhadores e servidores públicos, a grande maioria dos beneficiários da autogestão. Ela cita, na nossa avaliação, impropriamente, a expressão consumidor: "ao consumidor para contribuir para os produtos de que trata o inciso I e o §1º do art. 1º desta lei". Portanto acho que a primeira sugestão foi de conteúdo conceitual, mais de entendimento, para que a gente possa ter uma assistência ou entendimento no termo legal mais ampliado que houvesse uma revisão nesse sentido.

Concordamos, como eu já coloquei, que o arts. 30 e 31 trazem um benefício aos aposentados e aos ex-empregados, mas também concordamos que eles provocam um sensível aumento na sinistralidade até porque essa população, principalmente quando se refere a aposentado, é uma população de idade mais avançada e naturalmente consome um número maior de recursos. Traz aqui a nossa preocupação, e aí como não temos, as nossas caixas não tem objetivo lucrativo, não temos visão de lucro, todo o superávit por ventura ocorrido no semestre é reinvestido em saúde. Então nós trazemos aqui apenas uma preocupação do equilíbrio econômico-financeiro dessas operadoras de autogestão, principalmente das pequenas, que tem uma massa onde a gente destaca às vezes com maior dificuldade da manutenção do equilíbrio desses custos.

Entendemos, também, que, quando a norma cita sobre o período a ser computado, do período de trabalho, que faz referência a 10 anos, que nós entendemos que computar o período de trabalho anterior ao advento da Lei nº 9.656 fere, contraria o princípio da irretroatividade das normas. Também pontuamos isso para a agência. Ainda não temos uma posição sobre o conteúdo, mas é um item que eu acho que merece uma revisão porque pode ter alguma avaliação ou alguma crítica por parte da sociedade.

O art. 31 também não é claro quando não sabemos se ele se aplica somente aos casos de rompimento de contrato em decorrência da aposentadoria, ou também se aplica aos aposentados que permanecem na empresa e, posteriormente, são dispensados sem justa causa. Igualmente, a norma também não é clara para os casos de pedidos de demissão de empregados.

A norma também carece de alguma clareza quando faz referência ao direto que os herdeiros do empregado falecido têm de permanência no plano de saúde, pois deve restar claro que somente possui o direito restante de fruição se o falecimento ocorrer durante a vigência do mencionado benefício. Deve ficar claro que o falecimento do empregado não é causa para manutenção do mencionado benefício, pois somente é aplicado aos casos de desemprego e aposentadoria e nos casos de morte do empregado. Quando a norma, no seu texto, faz referência ao falecimento do empregado, não deixa claro sobre ele estar usufruindo, no nosso entendimento, do período de usufruto ou estando ainda na ativa.

A norma também só menciona a perda do mencionado direito quando da admissão do consumidor titular em novo emprego. Nada menciona sobre a participação do capital social de empresa, condição de cooperado, microempresário ou detentor de firma individual. Aqui, a norma se refere a como esse ex-empregado perderia, vamos dizer assim, essa condição de estar nesse plano, uma vez que prevê que, na oportunidade de um novo emprego, estaria ele vinculado a uma nova possibilidade de assistência e não àquele plano anterior, se foi bem entendido aqui pelo nosso segmento.

Destacamos essas questões, a partir da consulta pública que foi encaminhada à sociedade e encaminhamos à Agência Nacional de Saúde.

Quero ratificar aqui uma posição da autogestão no sentido de já ter um acolhimento dos nossos aposentados. Não é à toa que o Sistema de Saúde Suplementar hoje possui, na sua carteira, cerca de 12% da população idosa, com mais de 60 anos, e um percentual de 22,5% dessa população sendo acolhida, sendo assistida e sendo cuidada, na autogestão, através de uma assistência integral à saúde. Então, a nossa preocupação se refere apenas a essas questões pontuais. Até comunico que a maior autogestão do País, no caso, que é a do Banco do Brasil, da qual, inclusive, faço parte, já aplicou no seu plano de associados o art. 30, ou seja, já criou a figura do que a gente chama autofinanciável, que, justamente, seria a inclusão desses ex-empregados dentro da referência que a Agência já acenou para os diversos segmentos. As outras autogestões ainda aguardam outras orientações, esclarecimentos de como fazer esse movimento, até porque nosso segmento, sempre, quando acolhe uma norma dessa natureza, tem uma preocupação maior, de fato, com a inclusão do trabalhador brasileiro, dos servidores públicos na assistência à saúde suple-

mentar, pensando sempre, naturalmente, no equilíbrio econômico e financeiro dessas nossas instituições.

Seria isso. Agradeço a oportunidade e vou aguardar as próximas manifestações para ver se ainda tem algum ponto que poderíamos levar para as nossas filiadas.

Muito obrigada, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço a contribuição da Srª Denise.

Embora eu não tenha lido, tanto o Lourenço Ferreira do Prado vai estar na segunda Mesa, representando o Fórum Sindical dos Trabalhadores, como também, em algumas das Mesas, o Edson, do Mosap, a não ser que não queira, se não... *(Pausa.)*

Já tem outro indicado. O Edson se faz presente, mas tem um outro companheiro que vai estar na Mesa.

Então, passamos a palavra neste momento, de imediato, aqui, nesta Mesa, ao Sr. Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social da Nova Central Sindical de Trabalhadores, representando o Sr. Calixto Ramos, que é o Presidente daquela Central.

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Senador Paulo Paim, bom dia. Bom dia aos companheiros da Mesa e a todos aqueles que vêm enriquecer e colaborar para este grande debate que se instala.

Venho, aqui, representando politicamente a Nova Central e trazendo, Senador, o abraço fraterno do nosso Presidente, José Calixto Ramos, que, por "n" compromissos que vão se acumulando, não pôde estar aqui.

Quanto à Nova Central, sempre cuidamos para que nossas manifestações sejam seguras. Nessa busca, ora a Central se representa politicamente, ora se representa tecnicamente. Portanto, a minha presença nesta Mesa se faz apenas para dizer da posição política da Nova Central Sindical de Trabalhadores, porque a explanação técnica será feita, com certeza e daqui a pouco, pelo nosso companheiro Dr. Júlio César, que já se encontra aqui.

Queríamos apenas dizer, no que diz respeito à Nova Central Sindical e à regulamentação, que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Celso, só para entender, vocês vão dividir o tempo?

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Vamos dividir esse tempo. Estou tentando ser breve, Senador, exatamente para que o Dr. Júlio possa assumir logo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

O SR. CELSO AMARAL DE MIRANDA PIMENTA – Mas a nossa posição é no sentido de que são autoaplicáveis as normas, inclusive com posições dos tribunais pátrios. Também entendemos que a presença dos aposentados, dos trabalhadores de modo geral é importante, daí a magnitude desta audiência pública que vem de alguma forma contribuir para esse debate. Isso já foi bem explanado pela companheira Denise e será também explanado ao longo do dia por outros e outros que por aqui passarão.

Bom, a certeza é uma só: a Nova Central entende ser autoaplicável. Entende que é direito daqueles que já se inscreveram, após aposentados, enquanto dispensados sem justa causa do trabalho, prosseguir nesse plano corporativo. Entendemos mais: ainda que levássemos em consideração que não fosse autoaplicável, não há como se fazer uma autorregulamentação sem ter em vista, sem ter em mente o Código de Defesa do Consumidor, sem levar em consideração o Estatuto do Idoso e sem ter à frente o art. 5º da Constituição, principalmente no que diz respeito ao instituto do direito adquirido.

Com essas poucas palavras, Senador, trago aqui o agradecimento da Nova Central e do trabalhador brasileiro pela sua iniciativa e pela presença daqueles que aqui estão entregando a palavra, como se fosse numa corrida de bastão, ao nosso companheiro, Dr. Júlio, que, com certeza, fará aqui uma explanação curta, rápida, eficiente, que contribuirá muito para que esse tema possa alcançar um desate final positivo.

Muito obrigado, Senador. Conte sempre com a presença da Nova Central, que sempre contou e continuará contando com a colaboração desse grande Senador da República que é Paulo Paim.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Celso Amaral de Miranda Pimenta, Diretor de Seguridade Social, que vai passar a palavra ao Dr. Júlio César Silva, assessor jurídico da Nova Central.

V. Exª dispõe ainda de oito minutos. Ele usou somente dois minutos.

O SR. JÚLIO CÉSAR SILVA – Bom dia a todos.

Cumprimento, na pessoa do Senador Paulo Paim, todos os Senadores presentes, serventuários, Senhoras e Senhores.

A intenção dessa apresentação que irei fazer, apesar do tempo curto, é demonstrar, em primeiro lugar, que a Nova Central Sindical dos Trabalhadores não tem qualquer intenção de inviabilizar a regulamentação; ao contrário, quer apoiar. A visão que a Nova Central tem é porque ela participou das Câmaras Técnicas, da consulta pública sempre defendendo o direito dos trabalhadores brasileiros com opiniões e sugestões em prol da melhoria na qualidade de atendimento à assistência à saúde e com o objetivo de atingir a paz social, que é o que todos procuramos.

Acho que temos aqui interesses diversos, mas legítimos. Sempre falo que nem todos têm razão, mas todos têm as suas razões. A Nova Central apresentou...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Júlio, só para ajudar, você tem oito minutos mais cinco, porque é dez com mais cinco.

O SR. JÚLIO CÉSAR SILVA – Obrigado, Senador. Estou correndo um pouco mais por causa desse prazo.

A Nova Central Sindical identificou cinco pontos nucleares, em nossa opinião: a falta de um estudo técnico anterior à instalação da Câmara Técnica, o conceito do termo "mesmas condições de cobertura assistencial", afastando o cunho financeiro, a segregação imposta na resolução ao separar os contratos de ativos e inativos, o art. 11, *caput*, da resolução proposta inverte e não observa o princípio da autonomia da vontade, princípio esse do Direito Contratual, e, apesar de não ser foro próprio, achei importante e salutar a discussão ainda da coparticipação. Eu entendo, a Nova Central entende que há falta de estudo atuarial atualizado sobre a coparticipação – não ser considerada pela lei, pelas resoluções anteriores, até por súmula, uma contribuição.

Bem, vou fazer um resumo de cada um dos cinco pontos. A falta de estudos técnicos anteriores à instalação da Câmara Técnica. Conforme o próprio regimento interno da Câmara Técnica da Regulamentação dos Artigos 30 e 31 da Lei 9.656, a sua instalação precede a apresentação de estudos e/ou trabalhos técnicos relativos ao tema.

Isso está no Capítulo II, Do Funcionamento da Câmara Técnica, art. 11. Eu até trouxe aqui. O art. 11 cita o seguinte:

Art. 11. *Na reunião de instalação [da câmara técnica] serão realizados os seguintes atos.*

> I – Entrega do Regimento Interno aos membros da Câmara Técnica;
>
> II – Entrega do cronograma das reuniões de discussão indicando o local e horário das reuniões; e
>
> III – Apresentação de estudos e/ou trabalhos técnicos relativos ao tema objeto.
>
> IV – ....

Eu quero destacar que pesquisei no *site* da Agência e não localizei esse estudo técnico. Se esse estudo técnico foi feito, não foi apresentado. No nosso entendimento, pelo menos nas reuniões de que participamos, não foi apresentado um estudo técnico atuarial demonstrando o impacto da regulamentação para os aposentados e os demitidos sem justa causa.

Quero fazer um parêntese aqui e destacar a presença do Presidente da ANS, Dr. Maurício Ceschin, que sempre nos foi solícito, sempre se dispôs a todos os contatos das centrais sindicais.

Dr. Maurício, quero agradecer as audiências públicas. Nós já discutimos isso lá na agência, quero agradecer essa disponibilidade de V. Sª.

Ora, um assunto que causará impacto de toda ordem para todos os aposentados, que têm o direito, por lei, de continuidade do contrato do plano de saúde nas mesmas condições – eu tiro a assistência à saúde, mas para provocar, Dr. Maurício –, além dos trabalhadores que são demitidos anualmente, não pode ser realizado sem um estudo técnico de impacto financeiro que esses usuários de plano de saúde...

Há viabilidade desses contratos? Há inviabilidade? Não sabemos.

Bem, o outro ponto é o conceito de ter menos condições de cobertura assistencial afetando o cunho financeiro.

A ANS, em sua apresentação na Câmara Técnica, conceitua: "Mesmas condições de assistência à saúde, com mesma segmentação, mesmos procedimentos, rede assistencial, padrão de acomodação e área geográfica de abrangência." Correto.

Porém, ao separar os contratos de ativos e inativos verifica-se que as condições de cobertura assistencial são as mesmas. No entanto, o preço, a sinistralidade, o reajuste serão majorados de forma diversa. Olhem o Código de Defesa do Consumidor aí. Nós temos o mesmo produto, porém nós teremos preços diferenciados, sinistralidade diferenciada e reajuste diferenciado, pois além da sinistralidade impactar significativamente, visto que o cálculo será realizado apenas na utilização dessa, que é naturalmente mais alta, abre ainda um precedente perigoso.

O art. 17 da resolução proposta determina que... Eu até trouxe aqui o art. 17. O art. 17 fala que "o plano privado de assistência à saúde de que trata o artigo anterior deverá ser oferecido". É uma norma impositiva, no nosso entendimento. Deverá ser. Então, o plano tem que ser oferecido. Na mesma segmentação, rede assistencial....

Logo após, em ato contínuo, o parágrafo único do mesmo artigo destaca: "É facultada a contratação de outro plano". Isso nos soa pelo menos confuso, porque traz para o empresário, para o empregador, duas condições. Uma que é uma imposição da norma, e outra para faculdade dele e não do aposentado e do ex-empregado.

A segregação imposta na resolução ao separar os contratos de ativos e inativos. Destacar que esses termos "ativos" e "inativos" já vêm da Consu 20 e 21, que está sendo revogada por essa nova regulamentação. No meu entendimento, é a hora de discutir se

esse termo "ativo"... Inclusive esse termo "inativo" soa até como se a pessoa não atuasse mais na sociedade, não servisse mais para a sociedade.

A criação de planos destinados exclusivamente aos inativos acarreta concentração de idosos nas carteiras, fornecendo a eles condições diversas, sob a mesma cobertura contratual – estou destacando de novo o Código de Defesa do Consumidor –, dos ativos, segregando os aposentados e demitidos, sem falar na inviabilidade a curto prazo da continuidade desses nos contratos propostos.

Essa "divisão" de benificiários é no mínimo uma afronta ao CDC, no meu entendimento, no nosso entendimento, da Constituição Federal e da própria lei, que não estabelecem em seus artigos a possibilidade de separação de um grupo ou de outro. A lei não estabelece isso; a lei não estabelece: "Pode acusar o usuário de um jeito, o usuário de outro". Ao contrário, o *caput* do art. 30 é claro ao assegurar o direito de se manter na condição de beneficiário. O *caput* fala na condição de beneficiário. Não fala na condição de beneficiário como ativo, como inativo. A lei não determina isso.

Então, esse é o nosso entendimento.

Do art. 11, *caput,* essa inversão e observância do princípio de autonomia de vontade. O art. 11 dessa resolução propõe que o empregador escolha para onde o empregado ou aposentado vai. Por qual contrato que ele vai?

Bem, acho que isso é, no mínimo, uma incoerência, porque, ao mesmo tempo em que os empregadores têm o discurso – e esse discurso está nas notas taquigráficas da Câmara Técnica; é um discurso até velado, mas consta lá –, como perdem o vínculo com esses beneficiários, esses não teriam que continuar com os ex-empregados em seus contratos de ativos.

Bem, se esse discurso de que se perde o vínculo, que, agora – esta fala é minha –, os aposentados e os ex-empregados se virem nos contratos, por que a norma traz para o empregador escolher o destino deles?

Esse artigo, no meu entendimento, afeta um dos princípios do Direito Contratual, que é a autonomia de vontade. Ora, os ex-empregados são obrigados a recorrer a um plano que eles não contrataram, com o qual não concordam ou mesmo é a melhor opção. Na nossa opinião, a autonomia de vontade é sub-rogada para os empregadores sem autorização destes.

Bem, agora, entro num tema que não é alvo da regulamentação, mas é a falta de um estudo atuarial atualizado sobre a coparticipação não ser considerado pela lei para execuções até por súmula de que essa não é uma contribuição.

Senhores, apesar de sermos sabedores de que o entendimento técnico da coparticipação, que está no § 6º do art. 30, como sendo a contribuição nos termos do *caput* do mesmo artigo, para fins de atualização, precede mudança de lei, não sendo foro próprio para essa operação, entendemos que a ANS deve realizar um estudo técnico e principalmente atuarial, para conhecimento e esclarecimento de toda sociedade, para utilização em projeto de alteração da lei.

Dou um exemplo simples: o empresário, quando vai contratar um plano de saúde, a primeira coisa que ele verifica é se o contrato é coparticipativo ou não. Se ele é coparticipativo, o custo mensal é menor. Bem, isso significa que o trabalhador contribui com a coparticipação, influência, para que o empregador pague menor custo mensal na contratação de um plano.

Quando o usuário utiliza – eu gosto mais do termo "usuário" do que "beneficiário" – qualquer procedimento durante a vigência contratual, o trabalhador contribui com a coparticipação. E isso reduz o quê? A sinistralidade. A coparticipação é um fator moderador. Concluindo, o trabalhador contribui ao reduzir a sinistralidade para um reajuste menor. Ele contribui lá na mensalidade e na hora do reajuste, porque ele impacta na sinistralidade.

Diante dessa realidade fática, não há dúvida no nosso entendimento, no entendimento do trabalhador, de que a coparticipação é uma contribuição. Ele contribui, sim, nos termos do *caput* do art. 30, sendo que necessitamos do estudo atuarial da ANS para que o trabalhador não seja usado, no nosso entendimento, para viabilizar o plano para os empresários – ou seja, o empresário paga menos porque é coparticipativo; além disso, ele paga menos reajuste porque o trabalhador contribui – e depois ser preterido em seus direitos em face da legislação atual não considerar coparticipação como contribuição.

Bem, vou correr mais um pouquinho.

A nossa conclusão: a Nova Central entende e elogia; é louvável a regulamentação, principalmente o principio da previsibilidade. No entanto, a forma com que se está discutindo tema tão complexo e de impacto para milhares de brasileiros é que deve ser revista. Nossa proposta: suspensão da presente regulamentação, para providências de estudos técnicos atuariais dos impactos financeiros para os aposentados e demitidos sem justa causa, com a participação dos representantes de todos os segmentos. Isso está no art. 23 do próprio Regimento Interno. Ele dá ao Presidente da Câmara total competência para adotar outras providências necessárias à plena consecução de seus objetivos da Câmara Técnica – ou seja, não basta só à Câmara Técnica consulta pública, o Presidente tem essa prerrogativa, art. 23; estudo atuarial sobre a coparticipação, demonstrando tecnicamente

por que esta não pode ser considerada contribuição – desculpem-me a correrira; observar que o art. 30 da Lei nº 9.656/98 é norma autoaplicável. Isso é público e notório. Trouxe uma decisão da Ministra Nancy Andrighi, que determina:

O art. 30 da Lei n.° 9.656/98 é norma autoaplicável, razão pela qual não tem sua eficácia condicionada à ulterior edição de qualquer instrumento normativo para produzir todos os seus efeitos, não havendo qualquer óbice à sua imediata e plena aplicabilidade. O inciso XI, do 4.°, da Lei n.° 9.961/2000, não tem o propósito de regulamentar o direito conferido pelo art. 30 da Lei n.° 9.656/98, mas ampliá-lo, determinando que a Agência Nacional de Saúde Suplementar adote medidas 'para garantia dos direitos assegurados.

Destacar que a regulamentação dos arts. 30 e 31 não poderá limitar, restringir, contrariar ou alterar direitos previstos e conquistados pelos trabalhadores brasileiros, sob pena de criar insegurança jurídica e judicialização do tema; observar o aspecto financeiro ao conceituar mesmas condições assistenciais – porque, no meu entendimento, não há como eu entender que a mesma segmentação, a mesma abrangência, a mesma recomendação sejam consideradas com as mesmas condições sem se discutir o aspecto financeiro.

Quero agradecer a todos e espero que a Nova Central tenha contribuído para um bom debate.

Espero os contrapontos para um debate bem equilibrado.

Obrigado pela atenção. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Julio César Silva, que falou pela Nova Central.

Agora, vamos passar a palavra ao Arnaldo Gonçalves, do Sindicato Nacional dos Aposentados, que fala pela Força Sindical.

Quero dizer que também conheço o Arnaldo há algumas décadas – só digo algumas décadas!

O SR. ARNALDO GONÇALVES – Obrigado, Paim.

Paim foi militante sindical.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Com muito orgulho!

O SR. ARNALDO GONÇALVES – Trabalhamos muito juntos.

As centrais sindicais estiveram reunidas discutindo esse assunto e elaboraram um documento que foi acertado por seis centrais sindicais: pela Força, CUT, CTB, CGTB, Nova Central e UGT.

Vou ler este documento, que é a síntese das discussões que as centrais tiveram, e já a encaminharam para as autoridades. E eu gostaria também de encaminhá-lo, depois, para o Senado.

POSICIONAMENTO DAS CENTRAIS SINDICAIS SOBRE A RESOLUÇÃO NORMATIVA PROPOSTA ATRAVÉS DA CONSULTA PÚBLICA 41, DA ANS.

A proposta da nova Resolução Normativa da ANS, regulamentando os artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, estabelece restrições que dificultam a continuidade dos aposentados e demitidos nos planos de saúde coletivos privados. Assim, parece atender exclusivamente aos interesses das operadoras que muito gostariam de ter apenas a população mais jovem como "beneficiária". Aliás, por que utilizar o termo "beneficiário" e não "usuário"? Ao utilizar o termo "beneficiário" a legislação fortalece o discurso de que os planos de saúde são "benefícios" oriundos da generosidade empresarial, e não parte do contrato de trabalho e, muitas vezes, exigências dos trabalhadores.

Os aspectos mais importantes dessas restrições são:

Não considerar a coparticipação como contribuição. Afinal, a coparticipação não implica em redução do valor pago pela empresa? (Art. 4º.)

Estabelece que, quando o trabalhador se aposentar, ele passará a pagar o valor correspondente à sua faixa etária, o que significará um substancial acréscimo no valor integral a ser pago pelo aposentado.

O Art. 17º. da norma proposta é contraditório em si, pois que, enquanto no seu caput diz que o plano oferecido ao aposentado ou demitido deve ter o mesmo padrão assistencial que o anterior, o parágrafo único diz que é facultada a contratação de um outro plano com um padrão assistencial diferenciado. Aqui, a ANS nega, com todas as letras, o que a legislação determina, ou seja "as mesmas condições de cobertura assistencial" para os aposentados e demitidos.

A ANS precisa retomar o contido na legislação que rege o assunto.

A lei 9.656, de 03 de junho de 1998, que "dispões sobre os planos privados de assistência à saúde", nos seus artigos 30 e 31, caput, garantia aos aposentados e demitidos, "<u>as mesmas condições de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho</u>", desde que fossem contribuintes para plano ou seguro privado de saúde e que estes assumissem o pagamento integral, condicionando o período de uso futuro ao período de contribuição.

A Medida Provisória 2177-44, de 2001, alterou os referidos artigos da lei 9.656, substituindo os termos "<u>nas mesmas condições</u>" por "<u>nas mesmas condições de cobertura assistencial</u>".

A aparente "maior precisão" trazida pela MP 2177-44 criou base legal para induzir a regulamentações restritivas ao direito dos aposentados e demitidos, beneficiando as operadoras, feitas pelas normas

CONSU 20 e 21 e, agora, mantidas e até ampliadas pela proposta da Diretoria Colegiada da ANS.

As normas CONSU 20 e 21, de 07 de abril de 1999, dispondo sobre a regulamentação dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656, criaram a possibilidade de separação dos planos para ativos e para aposentados e exonerados e demitidos. Ao fazer isso, introduziram um componente negativo de diferenciação extremamente danoso, pois se até o momento, o custo do plano relacionado à "taxa de sinistralidade" estava diluído entre ativos e aposentados, quando se institui um plano apenas para aposentados, a taxa de sinistralidade torna-se um fator que, regra geral, cria enormes dificuldades para a permanência dos aposentados no mesmo plano. A "taxa de sinistralidade" é algo misterioso, caixa preta relacionada ao suposto uso efetivo dos serviços de assistência à saúde oferecidos pelos planos, sem que a ANS tenha qualquer norma regulamentadora sobre este assunto.

Ainda assim, a expressão "nas mesmas condições de cobertura assistencial" deveria ser autoaplicável, vez que a legislação não menciona "condições semelhantes", ou "condições similares", ou "condições análogas". Então, será ilegal qualquer regulamentação que altere essa determinação, conduzindo, diretamente, ou por vias transversas, a alterações na cobertura assistencial dos planos de saúde dos aposentados e demitidos.

Vias transversas é o que não faltam. E o semáforo traduz o elemento chave: a relação entre a manutenção das "mesmas condições de cobertura assistencial" e o custo monetário para isso. O sinal verde seria se o aposentado ou demitido continuasse pagando o mesmo valor de antes. Mas, não é assim. A Lei nº 9.656 implantou o sinal amarelo, pois já estabelece que o aposentado ou demitido deve assumir o pagamento integral, se quiser continuar no plano. Supõe-se aí, que o pagamento integral se refira à complementação no mesmo valor da contribuição da empresa, vigente no plano original, a ser assumida pelo aposentado ou demitido sem justa causa. Ora, se além disso, há substancial acréscimo no valor original e, mais ainda, há a ocorrência sistemática de reajustes sempre superiores aos do plano vigente no momento da aposentadoria, graças à taxa de sinistralidade, a situação fica impossível de sustentar. É o sinal vermelho para os aposentados no uso dos planos de saúde coletivos privados.

Assim é que a alteração da condição "custo monetário do plano" para o aposentado ou demitido implica, necessariamente, a alteração da condição "cobertura assistencial". Ou seja, não adianta dizer que a mesma "cobertura assistencial" está sendo oferecida, se para obtê-la o aposentado ou demitido terá que pagar um valor superior ao que ele pagaria se fosse mantido o mesmo valor integral do plano original.

A lógica da proposta é clara. A ANS aumenta o custo da cobertura assistencial vigente no momento da aposentadoria, mas abre espaço para o aposentado ou demitido pagar mais do que pagava antes, por uma cobertura assistencial inferior à que gozava no momento do contrato de trabalho. E a Lei nº 9.656 preconiza o contrário disto.

Sugerimos que a ANS avalie o impacto regulatório da norma sobre a trajetória dos aposentados e demitidos dos planos de saúde coletivos privados, antes de sancioná-la. Assim, a decisão poderia ser tomada a partir de um ponto de vista mais equilibrado.

Este documento é assinado por Antônio Fernandes dos Santos Neto, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil; Wagner Gomes, Presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; Artur Henrique da Silva Santos, Presidente da Central Única dos Trabalhadores; Paulo Pereira da Silva, Presidente da Força Sindical; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores; e Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores.

Essa é a posição das Centrais quanto a essa questão, que eu gostaria de passar à Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Arnaldo Gonçalves, que traz um documento muito preciso e muito claro, garantindo o direito do trabalhador aposentado. Esse documento é importante. Vou fazer a leitura dele no plenário, hoje à tarde, para que não fique nenhuma dúvida quanto ao nosso entendimento.

Quero registrar a presença aqui conosco, além do Senador Paulo Davim, da Senadora Lídice da Mata, que passou aqui, e também do Antônio Brito, Deputado Federal, que é filho do Edvaldo Brito, meu amigo, companheiro de longa jornada. Seja bem-vindo. Uma salva de palmas para os dois. *(Palmas.)*

Passo a palavra, encerrando esta Mesa, ao Raimundo Nonato dos Santos, da União Geral dos Trabalhadores, representando o Sr. Ricardo Patah, Presidente da UGT.

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Bom dia, Senador.

Acho que o debate é bastante oportuno. Estamos discutindo um dos setores da economia que é bastante perverso, que é a questão dos planos de saúde.

Venho mais para fazer uma crítica, mas uma crítica também construtiva, já que há um documento assinado pela central, e aqui eu estou representando o Presidente Ricardo Patah.

Na verdade, os planos de saúde viraram uma indústria – essa é a grande verdade. A lei vem para beneficiar, mas ela não deixa muito claro. Ela deixa mais dúvida do que clareza, porque, a partir do momento em que o trabalhador é demitido, ela garante isso por mais um ano, mas, se a outra empresa em que ele for contratado não tiver plano de saúde, ele perde. Então, chegamos a uma situação de, num momento, termos de discutir um ponto de vista desses, como essa questão dos planos de saúde.

Eu acho que este debate que você está trazendo para o Senado é de extrema importância porque leva a sociedade, a classe trabalhadora brasileira a discutir uma coisa que é para ela.

A nossa companheira Denise coloca aqui que a Unidas é uma organização que não tem fim lucrativo, mas que vem funcionando da melhor forma possível para oferecer o melhor trabalho a todas as pessoas que necessitam.

Agora, o que nós vemos hoje no Brasil é que os grandes planos de saúde – estou falando dos grandes planos de saúde, que é capital extremamente multinacional e transnacional –, sabemos, vivem de lucros exorbitantes. Não dividem isso. O empresariado colabora – aí eu estou trazendo o empresariado no contexto geral; não estou aqui fatiando economia –, o empresariado, em termos gerais, contribui muito para isso.

Por que contribui muito para isso? Quando propõe um plano corporativo para os seus empregados, na realidade, quem sofre com a maior parte disso são os trabalhadores, que pagam mais. A menor parte fica com o empresário. O empresariado também tem os seus incentivos quando vai fazer a declaração de imposto de renda da empresa – pessoa jurídica. "Ah, mas a minha empresa está oferecendo plano de saúde aos empregados." Sim, oferece, mas, quando demitido, é garantido esse plano de saúde continuar com ele. Porém, todavia, diz o seguinte – a própria lei diz isto: você é demitido – nós demitimos você –, você continua com o plano de saúde, porém a responsabilidade é sua de pagar o plano integral. Qual foi o benefício? Ele deu e tomou. Ele deu o plano de saúde, mas, ao mesmo tempo, ele tomou. Ora, mas se o trabalhador está desempregado, como ele vai poder continuar pagando esse plano de saúde? Essa é a pergunta que eu faço. Como é que nós, desempregados, vamos poder manter um plano de saúde para o titular e manter esse plano de saúde também para a família? Essa é a pergunta que fica no ar.

Acho que precisamos, da melhor forma possível, sentar para discutir isso, frente a frente, os planos de saúde e as centrais sindicais, e os trabalhadores como um todo.

Se não fizermos isso, o que vai acontecer? Nós vamos ter uma lei que já nascerá morta, uma lei natimorta. Já há uma lei que vai estar me dizendo que eu tenho o direito e, ao mesmo tempo, eu não tenho. Não vou ter mais condições de pagar esse plano de saúde. Quem é que vai acompanhar esses reajustes? Porque os planos de saúde reajustam anualmente... A sociedade brasileira está ficando cada vez mais velha, e, quanto mais idade, mais esse plano de saúde aumenta. Quando chega aos 50 anos, se o trabalhador é demitido aos 50 anos, não há mais praticamente vaga no mercado de trabalho. Então, como é que ele vai conseguir pagar esse plano de saúde? Essa é a pergunta que se faz. E nós devemos fazer esta pergunta: quem é que vai fiscalizar esses aumentos, esses reajustes nos planos de saúde?

Acho que nós precisamos discutir isso, a sociedade precisa discutir, as centrais precisam discutir, os trabalhadores precisam discutir, o empresariado precisa discutir, para encontrarmos uma solução menos dolorida para a classe trabalhadora brasileira, porque é muito fácil a gente dizer assim: "Você tem o direito; eu lhe dou, mas não lhe dou por completo; eu lhe dou só enquanto você estiver produzindo; na hora em que você produzir, tudo bem; mas, na hora em que você estiver desempregado, você vai bancar".

Ora, se eu estou desempregado, como é que eu vou pagar? Minha família como é que vai ser sustentada? Eu vou viver só para pagar plano de saúde e não vou comer, eu desempregado? Porque a rescisão de contrato que ele recebeu não vai dar nem para ele passar seis meses bancando a alimentação dele. Vai dar para bancar plano de saúde?

Então, eu acho que precisamos discutir isso com muita prioridade, com muito cuidado. A gente sabe que os planos de saúde e a política dos planos de saúde hoje são perversos. E aí eu digo perversos para a economia brasileira. Como nós temos uns planos de saúde que não dão alternativa... E também entendemos que aqui não podemos ser crianças, porque, quando o empresário monta um plano de saúde, ele visa ao lucro. O capital, o lucro dele é a remuneração dele. E não podemos ser crianças, precisamos pensar também dessa forma. Mas é preciso pensar numa forma para tentar, no mínimo, diminuir esse lucro desses planos de saúde, porque, quando o trabalhador sai, ele não é indenizado por esse plano de saúde. Ele já pagou, passou dez anos na empresa pagando plano de saúde; foi demitido; aí ele vai assumir esse plano de saúde 100%.

Como é que podemos discutir isso? Entendo eu que, nesses primeiros anos de demissão dele, acho que deveria ficar pela empresa antecessora. Logo após

assumir novo emprego, óbvio, ele optaria por outro plano de saúde. É o entendimento que eu tenho. Talvez não seja o entendimento de 100% da central, porque temos alguns entendimento diferenciados. Mas o entendimento que eu tenho seria esse. Por quê? Porque eu acho que, nesse ponto, nós estamos garantindo aos trabalhadores demitidos essa contribuição assistencial, pelo menos ambulatorial.

Se ela me diz que eu saio e pago, eu praticamente vou ficar sem esse plano de saúde e vou cair na rede pública de saúde – e hoje, diga-se de passagem, o Brasil está passando por uma situação difícil na área de saúde. E vejam que temos o SUS, que é um dos melhores programas de saúde; porém muito mal administrado. Esse é que é o grande problema. O problema da saúde no Brasil é um problema de administração. E os planos de saúde ganham com isso. Aumentam o lucro, aumentam a forma de como explorar isso sem os trabalhadores terem o melhor entendimento, sem a sociedade entender isso da melhor forma possível.

A nossa sociedade, diga-se de passagem, como eu disse anteriormente, está ficando cava vez mais velha, e, cada vez que a sociedade vai ficando mais velha, cada vez mais esse plano de saúde vai ficando mais caro. E vai chegar o momento em que vamos ficar numa situação insustentável, Senador!

Por isso é que proponho que temos de ter uma comissão para estudarmos isso com calma, com cautela, chamar as partes interessadas – os trabalhadores, as centrais, as agências regulamentadoras – para sentarmos e vermos o que podemos fazer. Porque também não adianta a UGT estar defendendo uma tese, a CUT defendendo outra, as outras centrais defendendo outra. Acho que é preciso nos sentarmos, todas as centrais, chegar a um denominador comum; o empresariado do setor dos planos de saúde sentar-se também para depois discutirmos, *tête-à-tête*, cara a cara, muito claro, e chegarmos ao momento de dizer: "Olhe, isto aqui dá para nós; vamos tentar fazer um acordo".

E haver, óbvio, um órgão fiscalizador para isso. O Governo tem a obrigação de fiscalizar. É uma obrigação do Governo. E nada mais justo do que o próprio Código de Defesa do Consumidor e o próprio Estatuto do Idoso. Isso está lá, isso está muito claro. Eu acho que isso é preciso. Precisamos valorizar as leis que existem. O grande problema é que o consumidor ainda não tem conhecimento das próprias leis. É preciso ser massificada a divulgação dessas leis, do Código do Consumidor, do Estatuto do Idoso.

A questão dos aposentados é importante. Um trabalhador se aposenta e volta para dentro da empresa, mas continua pagando o seu plano de saúde. E se ele for demitido? E se ele se aposentar e não quiser mais trabalhar? Será que, com a aposentadoria que ele recebe, ele terá condições de pagar esse plano de saúde? E, talvez, seja um plano de saúde da Unimed ou da Amil; cito esses nomes aqui. Como é que esse trabalhador vai pagar esse plano? Como ele, aposentado, terá condições de pagar esse plano recebendo praticamente um salário mínimo? E se passar o fator previdenciário? Aí termina de arrebentar, não é, Senador?

No meu pequeno entendimento, isso precisa ficar claro, para que possamos discutir, de forma transparente, essas questões, chamando também o Governo a assumir sua responsabilidade em relação a isso. Os reajustes desses planos de saúde, em determinado momento, ficam acima da própria inflação, acima do reajuste salarial, acima do reajuste dos aposentados. Então, ficamos de pés e mãos atados.

Portanto, Senador, na representação em que me encontro, o documento já está assinado. Proponho um pensamento: é preciso haver uma grande capacidade de aglutinar todas as forças políticas. E, nesse ponto, tenho de parabenizá-lo, Senador. O senhor consegue juntar todas as forças políticas, para discutirmos os pontos importantes para a Nação brasileira. Nada mais justo do que audiências públicas em que podemos discutir, frente a frente, com a própria Casa. Vamos criar leis, e essas leis terão de ser cumpridas. Não queremos fazer leis para inglês ver. Queremos fazer leis para os brasileiros, e elas devem ser cumpridas, para ser beneficiada a classe trabalhadora brasileira e a sociedade brasileira.

Senador, fico por aqui, agradecendo-lhe o convite. Estamos à disposição para qualquer debate, para qualquer assunto nesse sentido. Se for preciso, estaremos à sua inteira disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Raimundo Nonato dos Santos, que falou pela União Geral dos Trabalhadores (UGT), mostrando suas preocupações.

Antes de mudar a Mesa, vou dar um exemplo.

Vejam bem aonde chegamos: há situações em que o trabalhador pagou um plano durante 25 anos e foi demitido, mas, como ele pagou aquele plano durante toda a sua vida, ele faz um esforço supremo e continua pagando o plano. Olha a situação! Mas daí o plano diz: "Não! Nem pagando, eu o aceito".

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Veja a que ponto chegamos! O plano diz: "Nem pagando, eu o aceito!". E sabe onde isso acontece?

Vou ter de dizer. Isso acontece aqui, no Congresso. Estou aqui há 26 anos. Há gente que começou comigo, sempre pagando o plano. Se eu resolver sair daqui, ele vai acabar sendo demitido.

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Não tem jeito!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele diz: "Mas, se paguei a vida inteira esse plano, quero continuar pagando o plano". Eles dizem: "Não! Nem pagando, eu o aceito". Vocês vão falar disso depois.

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Isso é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esses são problemas que existem. Dizem: "Nem que você queira, você não vai poder pagar o plano". Ele vai ter de ir para a rua, já que o Deputado ou o Senador não se elegeu, e vai ter de procurar outro plano, porque do plano que por ele foi pago a vida toda ele não vai poder desfrutar nem que o pague.

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Veja que é muito grave essa situação. Ele nunca vai pagar o plano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Calcule quem não pode pagar outro plano! Esse, então...

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – E o aposentado? O caso do aposentado é pior ainda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um bom debate.

Convido os painelistas, os quatro convidados, a retornarem ao plenário. Vamos montar outra Mesa.

Se os senhores me permitirem, como eu havia anunciado antes, faremos, simbolicamente, a entrega de um acordo feito entre empresários e trabalhadores da área do comércio.

Conosco, está o Deputado Federal Laercio Oliveira, que é um dos que nos têm ajudado nessa construção coletiva; o Sr. Levi Fernandes, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC); e o Sr. José Francisco, Diretor de Assuntos Legislativos da CNTC.

Eu gostaria que, neste momento, eles me entregassem o documento desse grande acordo, que é importante. Eu pediria a todos os que aqui estão representando a CNTC e aos dois que usariam a palavra que viessem aqui na frente. O acordo será entregue simbolicamente.

Torcemos para que, adiante, na questão dos planos de saúde, haja também um acordo que proteja o trabalhador, para que ele não tenha prejuízo no seu plano.

Convido todos a vir aqui, para me entregar o acordo simbolicamente.

Esta nossa audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, no Canal 3 Digital, e pela Internet, no *site* www.senado.gov.br, na TV Canal 2.

Eu gostaria de receber o documento. E pediria para que um dos senhores usasse a palavra em nome dos trabalhadores e outro usasse a palavra em nome dos empregadores.

Recebo o documento neste momento, para continuarmos a nossa audiência pública. (*Palmas.*)

É uma satisfação, uma alegria enorme receber os senhores aqui.

É uma enorme alegria recebê-lo aqui também, Deputado Laercio.

Peço que os senhores passem para o lado de cá. Os outros ficam atrás. Os senhores vão usar a palavra, explicando o que está acontecendo para quem está assistindo à audiência neste momento.

O Sr. José Francisco vai falar em nome da CNTC, e o Deputado Federal Laercio falará em nome da CNC. O Deputado Laercio é o Vice-Presidente da CNC.

Eu pediria que os dois se sentassem, para poder falar melhor. Os outros companheiros ficam atrás, até para saírem bem na foto.

O Sr. José Francisco falará em nome dos trabalhadores, falará sobre esse acordo histórico. Com certeza, também haverá o dos motoristas. Mas esse é o primeiro acordo que está sendo formalizado.

O SR. JOSÉ FRANCISCO PEREIRA – Bom dia a todas e a todos!

É uma felicidade muito grande estar hoje aqui, Senador, principalmente na sua presença. Por longos anos, V. Exª luta e labuta em favor de todos os trabalhadores, dos aposentados e dos pensionistas do Brasil.

Aqui, trago nossa proposta, já discutida com a Confederação Nacional do Comércio (CNC) em relação ao projeto de profissionalização do comerciário, profissionalização essa que é extremamente importante para algo em torno de doze milhões de comerciários do Brasil inteiro.

É com essa satisfação que o nosso Presidente Levi Fernandes – logicamente, lembro a morte do nosso Presidente Antônio Alves de Almeida, que, com certeza, gostaria de estar aqui; e sei da sua amizade com ele – traz aqui, juntamente com o representante da CNC, a proposta do projeto, para que possamos definitivamente regulamentar essa categoria tão sofrida, que é a dos comerciários brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Parabéns ao senhor e ao Levi por esse acordo!

Vejam bem que esta Comissão já virou uma câmara setorial de conciliação. É o segundo projeto em

que ajudamos na mediação. O projeto original, o mais antigo, é de minha autoria, que é o de nº 115. Depois, veio o de nº 152, do Senador Pedro Simon. Com base nesses projetos, vamos construir o acordo.

Passo a palavra ao Deputado Federal Laercio, que nos tem ajudado muito nessas conciliações.

Também quero cumprimentar o Senador Clésio, que nos ajudou na conciliação da regulamentação da profissão de motorista no transporte terrestre.

Ambos são do setor empresarial e constroem, juntamente com os trabalhadores, esse grande entendimento.

Concedo a palavra ao Deputado Laercio.

O SR. LAERCIO OLIVEIRA (PR – SE) – Bom dia a todas e a todos!

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, meu querido amigo, um dos expoentes do Senado Federal e do Congresso Nacional. Na verdade, tenho feito questão absoluta de, todas as vezes que uso a palavra na frente do Senador Paim, externar minha admiração, meu carinho, meu respeito por ele. Acima de tudo, como Deputado de primeiro mandato, quero dizer que é muito bom chegar a esta Casa e mirar alguns dos parlamentares para trilhar e construir um caminho.

O senhor, na sua trajetória política, Senador Paim, tem sido exatamente esse caminho, esse horizonte, esse norte que procuro seguir aqui. E vejam os senhores que estamos em posições opostas: o Senador defende, com muita veemência e com muita competência, a classe dos trabalhadores – esta é a história do Senador, que não pode esconder isso em hipótese alguma –, e eu trabalho pelo lado patronal. Sou empresário na minha vida normal, sem ser na vida política. Sou empresário há 27 anos. Mas olhamos para o mesmo alvo, perseguimos o mesmo caminho, que é a tranquilidade, a segurança, o apoio, a liberdade e o fortalecimento das relações trabalhistas como o único instrumento capaz de transformar a sociedade e de trazer bem-estar para o povo brasileiro, porque esse é o nosso papel.

Então, com essas palavras, eu gostaria de dizer da minha alegria por estar aqui. Cumprimento o Levi Fernandes. Na condição de Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), eu me sinto extremamente feliz por viver este momento especial, em que é possível – este é um exemplo que precisamos levar para outros setores – construirmos caminhos positivos, que contemplem as partes e promovam o bem-estar social, com que tanto sonhamos todos os dias na nossa luta.

Há muito tempo, foi feita essa construção, da qual não participei diretamente, mas, sim, indiretamente, uma vez que o titular é o colega Josias Albuquerque, que os senhores tão bem conhecem e que esteve à frente desse trabalho.

Quero registrar – e minha presença aqui se prende exatamente a isto – meu total apoio a essas questões e nossa disposição, na Confederação, de trabalhar firmemente para que esse passo seja concretizado o mais brevemente possível. Também temos interesse no bem-estar de todos, dessa massa de brasileiras e de brasileiros que fazem do comércio essa atividade pujante, essa atividade secular, essa atividade que promove crescimento, desenvolvimento, riqueza e renda para todos os brasileiros.

Obrigado, Senador.

Obrigado, Levi. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Não sei se os senhores perceberam a importância deste momento, como foi o dos motoristas. Estou ligando os assuntos, porque são dois momentos inéditos na história do Congresso Nacional. O próprio Congresso busca o entendimento – por que não dizer? – entre o setor do capital e o do trabalho. Não tenho problema algum de dizer isso.

Quero cumprimentá-lo, Deputado Laercio. O senhor disse: "Sou empresário, não posso negar minhas origens, mas, nem por isso, posso deixar de demonstrar aos senhores que tenho compromisso com a paz e com a responsabilidade social". Por isso, estamos aqui, na mesma Mesa.

Falei duramente, na abertura desta audiência, sobre o fator previdenciário. Eu disse que é um caso de polícia, que é um caso de cadeia. Por que, meu Deus do céu, não se sentam, ao redor de uma mesa, governo e lideranças sindicais e constroem uma saída para esse fator? Vemos o Ministro da Previdência dizer, todos os dias, que o fator previdenciário é uma lei perversa, que prejudica o trabalhador e que traz dano à sociedade, mas aí está o fator previdenciário.

A iniciativa privada está dando exemplo de que é possível construir um acordo. Quem nos estiver ouvindo por parte do Executivo deve mirar-se neste ato, neste momento promovido por representantes de empresários e de trabalhadores neste Parlamento, olhando a sua responsabilidade social e construindo aqui um acordo. Se aqui isso é possível, por que não podemos construir uma alternativa ao fator previdenciário? Tenho a certeza de que os empresários e os trabalhadores vão ajudar, mas o Executivo tem de demonstrar boa vontade.

Sabem os senhores há quantos anos persigo o fim do fator previdenciário? Há doze anos, desde que surgiu o fator, estou atrás dele, perseguindo o seu fim, dia e noite, dia e noite. Já o chamei de tudo que

os senhores podem imaginar. Até de filho de uma boa mãe, já chamei o fator, não quem o criou, porque senão essa seria uma ofensa indevida naturalmente. E me parece que todo mundo concorda que ele fez todas as maldades que tinha que fazer, trouxe todos... Principalmente para a mulher. Nós que falamos tanto nas mulheres. Porque, com o fator, quem mais perde é a mulher. O homem perde 30%, até 40%, mas a mulher chega a 51%. E como é que não temos capacidade de nos sentar em uma mesa... Eu quero falar de vocês. Como vocês fizeram. Pegaram o que existia, dois projetos. Vamos regulamentar de uma vez por todas essa questão.

Eu só quero agradecer a todos. E vou me dar o direito de ler aqui o que diz a primeira página. E estou aqui representando, com todo respeito, o Senador Ferraço, que é o relator da matéria. Ele diz que não há problema nenhum. Ele vai dar parecer favorável, mediante o entendimento entre as partes. O Ricardo Ferraço, que é um grande Senador, não está aqui porque está em uma missão no Espírito Santo, mas sua assessoria aqui se encontra e vai levar a ele, e eu naturalmente vou lhe entregar uma cópia em mãos. Então, o que diz na abertura, bem rápido, em quatro ou cinco frases:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC, e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, tendo em vista o consenso a que chegaram em relação aos Projetos de Lei nºs 115, de 2007, e 152, de 2007, de autoria dos ilustres Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, respectivamente, que têm como objetivo a regulamentação da profissão do comerciário, vêm respeitosamente à nobre presença de V. Exªs apresentar a proposta resultante das inúmeras reuniões das entidades representativas dos empresários e dos trabalhadores, através da CNC e CNTC, pela apreciação dessa egrégia Casa Legislativa, certo de contarmos com o apoio de V. Exª, renovando aqui a V. Exª o nosso protesto de mais distinto apreço, subscrevemos...

Levi Fernandes Pinto, que está aqui à minha direita... À minha esquerda. Ele não gostou da direita. Ele disse: "É esquerda, Paim!". Mas está uma confusão tão grande neste País, que eu já não estou mais nessa, viu? Todos são comprometidos com responsabilidade social. Nessa história de esquerda ou direita nem eu entendo. Desculpe eu dizer isto, mas não entendo mais essa história. Então, Levi Fernandes Pinto, Presidente da CNTC, e Josias Albuquerque, aqui representado pelo Laércio Oliveira, vice-Presidente Administrativo da CNC. *(Palmas.)*

É isso. Agradeço a todos.

Não sei se o Levi, Presidente, quer fazer uma saudação rápida. Desculpe o "rápida", mas é porque temos que continuar a audiência.

O SR. LEVI FERNANDES PINTO – Senador, não poderíamos deixar de aqui agradecer o empenho de V. Exª, o empenho do Senador Simon, quando apresentaram...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Do Ferraço...

O SR. LEVI FERNANDES PINTO – Do Senador Ferraço, que estava aguardando a possibilidade de entendimento. E agradecer à CNC, ao Deputado Laércio, porque, depois de anos distantes, as duas entidades voltaram a se sentar e chegaram ao consenso de uma matéria tão importante. Isto aqui para nós é um marco, é realmente um fato histórico, não só por estarmos dentro do Senado hoje com essa proposta de consenso, mas pela reaproximação entre as duas Casas, sabedores que somos de que temos muitas matérias em comum e que já há o consenso de mantermos uma comissão de negociação permanente sobre os diversos assuntos que envolvem as categorias.

Nós só temos a agradecer a vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. É isso aí.

Pessoal, se vocês me permitirem – eu sei que o Levi vai permitir, que todos vão permitir –, eu, ao longo da minha vida sindical – o Arnaldo sabe –, essa história de quem é mais ou menos combativo comigo não tem muito isso. A prática é que vai dizendo, ao longo dos anos. No último final de semana – o Levi deixou para mim este momento –, nós perdemos o Almeida, um sindicalista de anos e anos, décadas caminhando conosco. Eu digo todos nós, da sua forma conciliadora, mas sempre querendo o melhor para o trabalhador, tenho certeza absoluta. E o enterro foi no fim de semana. Estive no velório, assim como o Presidente Sarney. E sei que o que ele mais gostaria era de ver a regulamentação da profissão do comerciário. Ele ficou quase quarenta anos dirigindo a entidade. E faleceu sem ver esse momento. Eu acho que é mais do que justo que todos nos levantemos e, de pé, façamos um minuto de silêncio em homenagem ao Almeida e a todos os lutadores que morreram. Parte deles conseguiu seus objetivos e outros... Lá do alto, ele está vendo este momento e esta homenagem a ele, nesse grande acordo.

Um minuto de silêncio.

(Um minuto de silêncio em homenagem ao sindicalista Antônio Alves de Almeida.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok, pessoal. Vamos continuar a nossa audiência pública.

Tomara que um dia, aqui nesta mesma Comissão, meu querido Senador Paulo Davim, consigamos, quem sabe, reunir as três partes: empresário, trabalhador e governo, e fechar um acordo em cima do fim do fator previdenciário. Vamos torcer para que isso um dia aconteça. Obrigado.

Eu quero dizer que me comprometi a entregar em mãos do Relator Ricardo Ferraço a proposta de acordo.

Vamos agora, então, para a segunda Mesa.

Convido o Sr. Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores. Convido o Lourenço para fazer parte da Mesa.

Mauricio Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde – ANS. Como há dois Ceschin aqui na minha relação, eu deixei um para esta Mesa e outro para a outra Mesa. Ok? Não há problema? Muda um "s". Só um "s" que os separa. Então, este é Mauricio Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde – ANS.

Uriel de Almeida Papa, Diretor do Tribunal de Contas da União. Agora que temos o Papa aqui, quero ver quem nos segura. Uriel de Almeida Papa. Se nós temos o Papa, quem nos enfrenta, não é? Vamos lá. Diretor do Tribunal de Contas da União.

Temos também José Cláudio Ribeiro Oliveira, Assessor Jurídico da Unimed do Brasil, em representação ao Sr. Eudes de Freitas Aquino, Presidente da Unimed.

Depois teremos, na terceira Mesa, o Sr. José Cechin, Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, em representação ao Sr. Márcio Serôa de Araújo Coriolano, Presidente da FenaSaúde.

E Nilton Rodrigues da Paixão Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas – Sindilegis.

Vou colocar, a meu convite, na terceira Mesa, porque gosto de ouvi-lo, o Professor Edson, que vai falar pelo Mosap. Então, esses três farão parte da terceira Mesa.

Registramos a presença de Kíssila Vasconcelos, Sindilegis; Alessandro de Jesus, Assistente Sindical do Sindicato dos Comerciários; Ana Clara Fonseca e Manuela Lima, Macropolítica; Victor José Ferreira, Serviço Social das Estradas de Ferro – Sesef, e Federação Nacional dos Trabalhadores Rodoviários; Rubens de Almeida, Secretário do Sindimototáxi; Sylvio de Moraes Sanches, da Caixa Econômica Federal; Edson Guilherme Haubert, Presidente do Mosap, que também vai usar a palavra – porque é um tema, Edson, que eu acho que você domina muito bem; faço questão que, na outra Mesa, você também possa falar –; e Solange Carneiro, Assessoria da CTB (Santa Alves, CTB-DF); Deputado Antonio Brito – já registrei a presença –; Deputado Laércio Oliveira – também já falei –; e Luís Carlos Oliveira, Diretor da Força Sindical.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Paulo Davim com a palavra.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, gostaria imensamente de continuar aqui na audiência pública, mas vou ter de me ausentar. A intenção é voltar. Vou receber algumas entidades médicas nacionais, temos uma audiência hoje no Ministério da Saúde. Mas acho que o tema a ser debatido é importante. V. Exª sabe do meu olhar sobre o tema, sobre a saúde, sobre o SUS e sobre a saúde suplementar. Acho importantíssimo. Gostaria muito de ouvir o estimado Diretor da ANS, Dr. Mauricio. Acho que ele tem...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele vai ser o primeiro a falar agora.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Então eu vou aguardar. Eu vou esperar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A pedido do Senador Paulo Davim, Dr. Mauricio Ceschin, Diretor-Presidente da ANS.

O SR. MAURICIO CESCHIN – Bom dia a todos. Agradeço ao Senador pela oportunidade. É um tema muito importante para a Agência e para a sociedade, para os trabalhadores, eu entendo. É motivo de satisfação para nós podermos esclarecer o que a ANS vem pretendendo dentro dessa regulamentação. Eu havia imaginado fazer a apresentação por último, porque aí eu receberia as sugestões e considerações e poderia fazer referência a elas na apresentação, mas acredito que nos debates teremos oportunidade.

Eu vou correr porque sei que o tempo é exíguo.

Vamos lá.

O art. 30 da Lei, que já foi lido, define que o consumidor – quem fala em consumidor é a Lei, não foi a Agência que definiu isso – que contribui para o plano tem o direito, em decorrência do seu vínculo empregatício, no caso de rescisão – e o art. 30 faz referência aos empregados demitidos – e de exoneração sem justa causa, de manter as mesmas condições de cobertura assistencial – que é um tema que já foi levantado –, desde que assuma, ao sair da empresa, o seu pagamento integral.

O § 1º faz referência ao tempo de permanência e diz que é um terço do tempo de permanência no plano, entre um mínimo de seis meses e um máximo de dois anos, para aquele que tem seu contrato de trabalho rescindido ou é exonerado da empresa.

A manutenção desse direito de seis meses a dois anos aos trabalhadores exonerados ou com rescisão é extensiva a todo o grupo familiar.

Próximo.

Em caso de morte do titular, o direito da permanência é assegurado aos dependentes cobertos e não exclui as vantagens obtidas nas negociações coletivas de trabalho. Deixará esse benefício de existir quando o trabalhador é admitido em um novo emprego. E nos planos coletivos custeados integralmente pela empresa, não é considerada contribuição a coparticipação, o que também foi levantado aqui. E essa é uma definição da Lei, que é de 1998, tem treze anos.

Próximo.

O aposentado tem considerações semelhantes. Só que em relação ao aposentado, se ele contribuiu no mínimo por dez anos, sua manutenção como beneficiário passa a ser nas mesmas condições de cobertura assistencial – está na Lei a questão da cobertura assistencial. Desde que assuma o pagamento integral, ele pode permanecer como beneficiário o resto da sua vida. Se ele contribuiu por menos de dez anos, o tempo em que pode permanecer no plano é proporcional ao tempo que contribuiu: um ano de beneficiário como ativo para um ano de beneficiário como aposentado. O restante é semelhante. Não vou repetir porque é semelhante à questão do demitido.

Na Consu nº 20, que também é de 1998, portanto, também tem treze anos, para a manutenção do exonerado ou demitido como beneficiário de plano ou seguro de assistência as empresas empregadoras devem oferecer plano próprio ou contratado. E as empresas operadoras ou administradoras de planos de saúde devem oferecer à empresa empregadora que o solicitar plano de assistência à saúde para ativos e exonerados. É facultada a manutenção no mesmo plano. Isso há treze anos. E para que ativos e exonerados ou demitidos possam pertencer a um mesmo plano é necessário um acordo formal, firmado entre empresa, empregador, os empregados ativos ou seus representantes legalmente constituídos.

Portanto, para manter, se assim for a opção do empregador e, por acordo, dos empregados ou seus representantes para que esse plano permaneça único para ativos e para aposentados e demitidos, é necessário um acordo formal firmado entre esses agentes.

No caso de manutenção de planos separados, é obrigatório que o empregador firme contratos coletivos empresariais para os ativos e inativos – esse termo é de 1998 –, em nome de empregados e ex-empregados, respectivamente, para ambos os planos, com uma única operadora devendo também um plano de inativos abrigar o universo de aposentados.

A Resolução Consu nº 20 faz referência aos exonerados ou que tiveram seu contrato de trabalho rescindido, e a Consu nº 21 faz referência nos mesmos termos para os aposentados – é semelhante, só que trata dos aposentados. Portanto, tanto a Lei nº 9.656 quanto o Consu nº 21 são de 1998. Elas já têm 13 anos.

Algumas observações gerais.

O plano de saúde é o benefício mais valorizado pelos empregados e deve ser, aos olhos da agência, incentivado. Os empregadores têm resistido em implementar um plano contributário unificado para empregados demitidos e aposentados. Isso é um fato. Por que isso tem ocorrido, e o que eles alegam? Pela elevação do custo do plano, que ocorre para empregadores e empregados ativos, devido ao subsídio cruzado do financiamento com a população de ex-empregados e aposentados. Pela contabilização no passivo da empresa referente ao déficit atuarial com planos de ex-empregados e aposentados pelas novas regras contábeis e internacionais, adotadas pelo Brasil em 2008, que tende a inviabilizar o subsídio continuado, por parte da empresa, ainda que ela possa arcar com as despesas iniciais e porque os ativos nem sempre podem ou querem subsidiar os custos dos ex-empregados ou aposentados. Em um sistema de repartição simples, os ativos contribuem para os ex-empregados ou aposentados.

Quero fazer só uma referência: quando o plano é unificado, quem o subsidia para os aposentados e demitidos é o trabalhador ativo e a empresa. Nesse sentido, quando transferimos para um plano único – e aí não há nenhum juízo de valor –, não é só a empresa que arca com esse custo. O trabalhador ativo também.

A lei diz que o ex-empregado ou o aposentado deve-se unir – isso é a lei que diz – ao pagamento integral. Ou seja, ela garante o pagamento do plano sem subsídio do empregador. A lei não prevê o subsídio do empregador.

Ao longo desses 13 anos, há várias pesquisas junto a empresas que têm planos contributários. E, aqui, é importante lembrarmos que só estamos falando de planos em que o empregado contribui para o custeio mensal do benefício. Naquele que ele não contribui, ele está excluído desse amparo legal.

Retirando a contribuição – não sei se é o caso que o senhor citou da casa – fixa de seus planos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para esclarecer o caso da casa – depois alguém pode falar sobre isso: o funcionário trabalhou comigo 25 anos. Eu saí do Parlamento. Ele sai junto. Mas ele quer continuar pagando seu plano. Não pode.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Se ele contribuiu para o plano ao longo do tempo, não há como não poder. É obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma questão jurídica que alguém vai ter que explicar aqui.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Estarei à disposição para esclarecer.

Retirando a contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Uma boa notícia, porque hoje é proibido.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Mas se ele for contributário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ele contribuiu a vida toda, e, digamos, o Parlamentar não se elegeu. Consequentemente, ele também é afastado. E ele quer contribuir. Eles dizem que não pode.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Ele pode, sim. Depois esclareço como.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Todos os funcionários dos gabinetes estão assistindo pela TV Senado.

Todos vocês vão poder continuar no plano!

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Depois eu quero um desconto do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A decisão é do Maurício. Vai ser descontado.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Quero um desconto do meu tempo. Ele pode, sim. O que a casa pode definir é se isso vai ser em conjunto com os outros funcionários ativos, os empregados ativos, ou em separado, mas são as mesmas condições assistenciais.

Reduzindo o padrão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos para cima deles.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – É.

Portanto, as empresas de planos contributários vêm adotando as seguintes práticas – isso eu acho importante a gente ressaltar:

- Retirando a contribuição fixa de seus planos, assumindo maior participação no custeio dos ativos, evitando assim o risco associado ao benefício para ex-empregados ou aposentados;

- Reduzindo o padrão dos benefícios dos ativos para absorver o impacto da retirada da contribuição fixa – portanto, elas tentam sair do plano contributário;

Tentando repassar o custo do plano dos ex-empregados ou aposentados;

Absorvendo o impacto dos custos inicialmente.

Próximo.

Por que regulamentar?

Por que a ANS, depois de 13, resolveu regulamentar e por que a decisão – a nossa proposta – de atualizar a regulamentação?

Primeiro, pelo conceito de contribuição, pela definição, que a gente entende que precisava ser revisitada.

Deixar muito explícito que para a Agência, é claro, são as mesmas condições de cobertura assistencial; o que é o novo emprego; o que é a obrigatoriedade de oferta para todo o grupo familiar. Se isso é aplicável ou não aos planos anteriores à Lei; a aplicabilidade ao aposentado que continua trabalhando na mesma empresa; a inclusão de novo cônjuge ou novo filho no(s) plano(s) de ex-empregado(s) ou aposentado(s); a contagem do tempo de contribuição. Por quê? Porque houve demandas. E processos sancionadores quanto a operadoras devido a esses problemas. E efetivamente porque, decorrido esses 13 anos, nós achamos que havia necessidade desses esclarecimentos e a gente avançar no processo regulatório.

Pontos de atenção para o regulador – e eu chamo a atenção dos senhores para isso, porque é importante. E os limites legais que a Agência tem.

A oferta de benefício saúde para empregados no País é facultativa.

A ANS estabelece regras a serem observadas pelas operadoras de planos de saúde; nós não podemos impor regras aos empregadores. A ANS não tem essa atribuição legal.

Com a introdução das novas regras de contabilização para empresas, em 2008, a manutenção de ex-empregados ou aposentados no mesmo plano de saúde dos demais empregados ativos implica a formação de um passivo crescente para o empregador com risco para a sustentabilidade do plano no longo prazo. Nós não estamos preocupados muito com o empregador e, sim, com a sustentabilidade do benefício. Isso é muito importante para o empregado.

A impossibilidade de manter os ex-empregados ou aposentados em planos separados pode estimular o empregador a fazer o que ele fez nos últimos 13 anos, ou seja, suprimir a contribuição dos empregados para o plano de saúde de modo a não possibilitar a elegibilidade aos referidos direitos dos seus empregados. Eu não estou dizendo que isso é motivo – isso é um ponto para que a gente precisa ter atenção.

E, por fim, é importante ter um olhar de longo prazo para a sustentabilidade dos planos coletivos empresariais.

E lembrando que o que nós estamos discutindo aqui não são planos individuais; são planos coletivos contratados por empregadores. Está claro?

Qual o histórico da proposta da atualização?

Nós instalamos a Câmara Técnica com representantes de toda a sociedade em julho do ano passado. Portanto, esta discussão não é recente.

Nós fizemos quatro reuniões de câmaras técnicas, até outubro de 2010.

Nós levamos a minuta da Câmara Técnica para a Procuradoria Federal junto à ANS antes da Consulta Pública, para validar se nós seríamos CDC, Estatuto do Idoso e todas as outras leis.

Abrimos uma consulta pública em abril deste ano, que foi até 18 de maio deste ano e, por solicitação das centrais sindicais e dos representantes dos trabalhadores, nós a estendemos até junho de 2011. Fizemos a consulta pública.

Trouxemos o assunto por quatro vezes à Diretoria Colegiada

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Tenho mais cinco minutos.

Portanto, é uma regulamentação que tem uma extensa discussão com a sociedade dentro da própria Agência.

Próximo passo.

O que nós queremos com ela? Avançar. E qual a diferença da regulação que existe hoje com aquela proposta?

Hoje, atualmente, os planos são separados, com possibilidade de se juntar, desde que por acordo formal entre empregador e empregados.

Nossa proposta é que, separados ou único, por definição de quem contrata, que é o empregador, podendo ser fruto de acordo e não havendo necessidade de um acordo formal.

Cada contrato e plano, individualmente, tem reajuste calculado com base na sua sinistralidade.

Nós estamos trazendo uma novidade para essa carteira, que é o reajuste calculado por *pool* de risco. O que nós estamos fazendo é que toda operadora que tem plano de demitidos e aposentados considere para o seu reajuste toda a carteira de demitidos e aposentados, não exclusivamente aquela empresa. Por quê? Por uma condição técnica: quanto maior o número de pessoas, menor é a tendência de haver reajustes em picos, e a linearidade do reajuste é muito maior em valores percentuais menores. Portanto, há um grande avanço naquilo que propomos hoje em relação ao que existia.

Atualmente, não há definição de oferta de planos para ex-empregados e aposentados nas mesmas condições assistenciais. Na nossa proposta, definimos as condições assistenciais e garantimos a mesma oferta para aposentados e demitidos.

Hoje, há financiamento integral pelo beneficiário com pagamento inicial pela média do custo por beneficiário, sem informação do custo por faixa etária, que existe no plano coletivo. A proposta é financiamento integral, facultando o subsídio da empresa – não é prevista qualquer regulação ou lei – com informação do custo por beneficiário por faixa etária para identificação do custo integral no momento da aposentadoria ou a qualquer momento em que o trabalhador ativo queira. Portanto, obrigam-se operadores e empregadores a divulgar qual é o custo por faixa etária a qualquer momento.

Atualmente, há exclusão do beneficiário sem garantias de sua comunicação para exercício do direito. A proposta é que a exclusão somente seja efetivada mediante prova da comunicação para o exercício do direito.

Com o encerramento dos prazos para manutenção de ex-empregado e aposentado como beneficiário, o mesmo busca um plano no mercado cumprindo carência e CPT. Estamos introduzindo a portabilidade: se o aposentado não quiser ficar no plano que lhe foi ofertado, ele pode ir para qualquer plano do mercado, do setor, sem cumprir nenhuma carência.

Próximo *slide*! (*Pausa.*)

Há um problema técnico.

Quais os avanços que, como agência, verificamos no novo normativo que está sendo proposto?

Primeiro, há a definição de que a "contribuição" do empregado é aquela realizada a qualquer tempo, ainda que o pagamento não esteja ocorrendo no momento da demissão ou exoneração sem justa causa ou aposentadoria, o que é um avanço.

Segundo, há a definição da expressão "mesmas condições assistenciais", que já existe há longa data na agência. Depois, posso delongar-me explicando por que é assim. Mas isso é claro. Fala-se de mesma segmentação e cobertura, de mesma rede, de mesmo padrão de acomodação e de mesma abrangência geográfica. Enquanto o princípio de plano de saúde se basear no mutualismo por faixa etária, não poderemos incluir o preço nas mesmas condições assistenciais. Vamos incorrer em erro técnico grave, o que, depois, poderei explicar.

Terceiro, há a definição de "novo emprego" – este é um avanço que poucos perceberam – como vínculo profissional que possibilite o ingresso do ex-empregado em um plano de assistência à saúde coletivo empresarial, coletivo por adesão ou de autogestão. Não basta que ele tenha um novo emprego. Se ele tiver um novo emprego em que não haja plano de saúde, para efeito de regulação, isso não é considerado novo emprego, e ele tem o direito de permanecer na apólice ou como beneficiário do plano como ex-empregado ou como aposentado, o que é uma ampliação grande.

Em quarto lugar, esclarece-se a expressão "obrigatoriamente" para extensão do benefício a todo o grupo familiar do ex-empregado ou aposentado. É a obrigatoriedade de aceitação por parte da operadora,

como Senador disse. A operadora é obrigada a aceitar aquele indivíduo nas condições previstas em lei e todo o seu grupo familiar.

Estamos garantindo para o ex-empregado ou para o aposentado o direito de manter a condição de beneficiário individualmente ou de escolher quais dos grupos familiares serão incluídos. Ele tem a faculdade de dizer isso, porque, por exemplo, ele pode ter um filho que já se formou, que está empregado e que tem plano de saúde. Assim, ele não precisa levar todo o grupo familiar, como algumas operadoras interpretavam, para que ele goze o direito como ex-empregado ou como aposentado.

Além disso, há a possibilidade de inclusão de novo cônjuge e filhos no período de manutenção da condição de beneficiário no plano de ex-empregados ou aposentados, coisa que não era prevista.

Próximo *slide*!

Há ainda a garantia de que os ex-empregados ou aposentados e seus dependentes permanecerão na mesma operadora contratada para os empregados ativos; a garantia do exercício do direito mesmo que o pagamento não esteja ocorrendo no momento da demissão ou exoneração sem justa causa ou aposentadoria; a garantia da transparência com informação ao empregado do valor correspondente ao seu custo por faixa etária e de tabela de preço por faixa etária, que será adotada, com as devidas atualizações, na manutenção da condição de beneficiário, e a garantia de que essas tabelas estarão disponíveis qualquer tempo para consulta; a garantia de que o plano separado para os empregados ou aposentados terá a mesma segmentação e cobertura, rede assistencial, padrão de acomodação e internação, área geográfica de abrangência e fator moderador do contrato para os empregados ativos.

Manutenção da condição do beneficiário como aposentado na hipótese em que o mesmo permanece trabalhando na empresa. Ele não perde as condições e os direitos de plano de aposentado pelo fato de permanecer na mesma empresa como ativo. Os períodos de contribuição do empregado decorrentes da contratação do empregador com várias operadoras serão considerados – o que também é uma novidade.

Contagem do prazo de trinta dias...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mauricio, permita-me apenas agradecer ao Senador Paulo Davim. Ele tem outro compromisso, vai ter de sair neste momento. Ele permitiu que eu saísse por dois momentos, para resolver duas questões dos aposentados. Então, uma salva de palmas ao Senador, por sua presteza conosco. Obrigado. *(Palmas.)*

Com a palavra o Sr. Mauricio.

O SR. MAURICIO CESCHIN – Contagem do tempo de contribuição para planos regulamentados e adaptados, lembrando que a contribuição é do empregado, independente da operadora. Portanto, se ele contribuiu para um plano anterior à regulação, esse tempo de contribuição conta para efeito de contagem de tempo nos planos regulamentados e adaptados.

No caso de plano separado, toda carteira de planos de ex-empregados e aposentados de uma operadora será tratada pela operadora de forma unificada, para fins de apuração de reajuste *pool* de risco. O que eu defini como *pool* de risco: o reajuste será para toda a carteira de aposentados e demitidos. Vale dizer que há empresas que têm a carteira de aposentados apartada. Nós temos alguns exemplos. E ela vai muito bem. Portanto, é como se criássemos empresas virtuais, compostas por todos os aposentados, e elas fossem tratadas como uma empresa, ou seja, como um único risco.

Direito a portabilidade de carências para planos de saúde individual ou familiar ou coletivo de adesão, o que também é uma novidade. E isso também abre a oportunidade, Senador, de as centrais se organizarem em planos coletivos, oferecerem esse benefício e concorrerem com os planos empresarias. E de absorverem não só a massa de beneficiários aposentados ou ex-empregados, mas também de empregados ativos. Essa portabilidade dá liberdade, traz poder para o consumidor, para o empregado, para o aposentado, para o ex-empregado. Da mesma forma que o *pool* de risco garante condições melhores.

Nós entendemos que todos esses avanços são avanços àquilo que existe há treze anos. E a nossa proposta e a não suspensão... Nós não queremos esgotar o assunto, mas nós queremos avançar. E eu acho que pelo fato de continuarmos discutindo, nós não podemos impedir os avanços que a Agência está propondo no sentido de melhorar as situações. Nenhuma delas me parece – e estarei disposto a discussões – que traz prejuízo ao empregado ativo, ao ex-empregado e ao aposentado. Lembro também que na resolução nós não usamos o termo "inativo". Nós usamos "ex-empregados", "aposentados" e "empregados ativos". Nós não usamos mais o termo "inativo". Portanto, a Agência entende que está evoluindo, está trazendo avanços principalmente para o empregado que se aposenta e para aquele que é admitido nas condições da lei. E faço uma diferenciação entre o que a lei prevê, o que é atributo legal – e a Casa correta para se discutir leis é exatamente esta –, e aquilo que é atribuição da Agência, quais são os limites da Agência em inferir nisso.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MAURICIO CESCHIN – Bom, eu só tenho a acrescentar uma coisa. Temos tido uma discussão com todos os agentes do setor produtivo, principalmente com as centrais – o Júlio tem participado, assim como outros têm participado das discussões da Agência – e eu ressalto que ela é muito importante. Vale dizer que para a Câmara Técnica – pelo amor de Deus, não estou reclamando – foram convidados mais de treze dirigentes de centrais para participar das discussões. Em muitas reuniões não tivemos nenhum, em algumas tivemos um, não é, Júlio? E é importante a participação dos representantes nessa discussão. Eu reitero a importância dela. A Agência quer continuar avançando na sua regulamentação.

Uma questão que não sei se foi abordada, e será abordada, e que acho que temos que abordar de frente: a discussão que temos tido com as centrais é se esse benefício deve ser único; a carteira de empregados ativos, ex-empregados e demitidos, quando contributária, se deve ser um plano único ou se pode ser um plano apartado.

É evidente que quando é um plano apartado, o aposentado recebe o custo real daquele plano para sua faixa etária. Quando é único, quem subsidia isso não só é a entidade, que necessariamente não é empresa, pode ser esta Casa também, mas o próprio trabalhador ativo.

Essa discussão de quem subsidia e quem arca com o custo eu acho que é o fulcro de muita discussão que há nessa relação, quando falamos de aposentados e demitidos.

Nós temos ideias para o futuro em relação a isso, nós não conseguimos avançar de imediato, mas eu acho que temos que construir uma solução de futuro da mesma forma que o senhor falou em relação ao fator previdenciário.

E construir significa uma coisa – me permita discordar de quem disse –, a questão de saúde neste País não é só uma questão de administração, é uma questão de recursos. A questão de saúde neste País, com uma população que envelhece na taxa de envelhecimento que temos e se desenvolve socialmente, graças a Deus, do jeito que este País evolui, significa que nós vamos ter que aplicar mais recursos em saúde. Então, nós temos que discutir de onde virão esses recursos. Não cairão do céu. Eles cairão daquilo que pudermos capitalizar para o futuro.

Portanto, eu acho que para o futuro faz parte da agenda regulatória da Agência, está lá no site da Agência, a discussão de que nós precisamos, durante a vida ativa do empregado, e com a contribuição do empregador, desenvolver sistemas de capitalização para que a hora que o indivíduo se aposenta ou que ele precisa daquele recurso, ele tenha onde recorrer e ele não seja penalizado com custo de plano maior quando tem um decréscimo dos seus vencimentos, da sua capacidade de custeio. E, para isso, temos que criar condições.

E temos que discutir, Senador, se o senhor me permite, exatamente isso: de onde virão os recursos. Porque ao simplesmente transferir de "a" para "b", ou de "b" para "a", nós vamos continuar com o mesmo problema; e vamos ter talvez com um problema pior: as empresas fugindo do plano contributário para evitar se vincularem a aposentados e demitidos. E com uma medida que nós talvez nem consigamos ter, uma medida obrigatória, comprometermos a sustentabilidade do plano no longo prazo.

Portanto, nós estamos abertos a discussões, vocês já sabem disso, as centrais sabem disso, nós as recebemos tantas vezes quantas fomos chamados a recebê-las, mas nós temos que buscar soluções que sejam construtivas e estruturantes e não apenas de transferência de custo de um lado para o outro.

Essa é a visão. Não sei se esqueci alguma coisa, mas eu estou à disposição para esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde.

Só permita um rápido comentário. Eu também tenho acompanhado, aqui no Senado, e não especificamente, digamos, a questão do plano de saúde.

Todo mundo fala que a saúde está um caos, eu também falo. Só que eu assumo que para resolver o problema da saúde não é só falar gestão, gestão, gestão. Tem que melhorar a gestão? Tem. Mas que tem que apontar recursos, tem também. Não tem como fugir desse debate.

Quero dizer que nesse ponto nós concordamos. Estou falando de saúde. Ninguém vai achar que a saúde, um caos no País, você vai resolver só dizendo: Melhore a gestão. Como se tudo fosse se resolver nas filas dos hospitais onde estão hoje as pessoas morrendo. Nós vamos ter que enfrentar o debate da gestão e também...

Estou falando em saúde principalmente no SUS aqui, pessoal, só para deixar claro isso. Nós temos que apontar caminhos. É do pré-sal? Não sei. É dizer que a DRU não vai mais incidir sobre a seguridade social, porque ela desloca 20%? Não sei. É sobre a bebida alcoólica, fumo? Mas que nós temos que apontar caminhos, temos. Não dá para continuar só dizendo que é um problema de gestão e as pessoas morrendo nas filas dos hospitais.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Lourenço Ferreira do Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Eminente Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, cuidado com a rouquidão, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, companheiras, companheiros, telespectadores:

Em primeiro lugar, quero agradecer à Presidência desta Comissão o convite para participar desse debate, de suma importância, relativamente à regulamentação dos arts. 30 e 31 dessa lei e cumprimentar o Senador pela realização desse acordo histórico aqui hoje, a que nós assistimos, em que trabalhadores e empregadores juntam suas forças no sentido de regulamentar uma das profissões mais antigas da humanidade, que justamente é a profissão dos comerciários.

Anteriormente a esse evento que selou a regulamentação profissional dos comerciários, houve o que se encaminhou também para regulamentar a profissão dos rodoviários – não é isso, Senador? Foi justamente capitaneado por V. Exª aqui, com muita consciência, muita oportunidade e também necessidade, porque, realmente, são categorias importantes, antigas, há muitos anos sem esse tipo de encaminhamento de forma célere e objetiva.

Esperamos que esse tipo de iniciativa, esse exemplo que já aconteceu aqui quanto aos comerciários e rodoviários seja também imitado por outras categorias profissionais, juntamente com suas confederações de empregadores. A indústria, os bancos e seguros, as comunicações, a educação são categorias profissionais muito importantes que trabalham para categorias econômicas também fundamentais para a sociedade brasileira. Na verdade, o ideal, o ótimo será que tenham as suas profissões regulamentadas, para que realmente tenham condições de trabalhar melhor.

Relativamente a esta audiência de hoje, Senador, não arriscaria muito a dar palpites. Por exemplo, a Drª Denise, que falou pela Unidas, colocou a figura muito importante que já existe em alguns planos de saúde do autofinanciado. Acho que isso é muito importante. Por outro lado também, pelo Governo, o Estado, falando aqui na pessoa do Presidente da ANS, trouxe as sugestões de alteração da norma, mediante essa consulta pública que foi realizada e depois até prorrogada por um período razoável.

Entendi que o novo normativo que S. Exª está sugerindo, nesse *slide* que foi projetado, é de uma razoabilidade importante. Na verdade, houve avanço. Não tenha dúvida nenhuma. O grande problema está justamente na hora de interpretar. O trabalhador para de trabalhar, se aposenta – trabalhador ou trabalhadora, porque também tenho que ser correto quanto à questão de gênero –, e vai contribuir, vai continuar pertencendo a esse plano de saúde? Uma questão de interpretação.

São questões que angustiam os trabalhadores, as trabalhadoras, aqueles que realmente se beneficiam dos planos de saúde.

Não tenha dúvida nenhuma de que as sugestões que o Presidente da Agência Nacional de Saúde traz aqui, de certa forma, confortam um pouco aquela angústia e respondem aquela angústia que muitos interpretavam quando justamente deixavam o seu emprego ou se aposentavam.

Na verdade, tomaria até a liberdade de ler um documento que foi enviado por um companheiro, trabalhador do sistema financeiro, que é o Presidente da Federação dos Bancários de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Distrito Federal, o Dr. Alfredo Brandão Horsth. Ele coloca que os planos de saúde têm sobrevivido graças aos planos corporativos, já que o plano individual de saúde é bastante caro, dispendioso; que as empresas mantêm esses planos coletivos porque, de certa forma, ficam mais adequados e até mais econômico também. O trabalhador, com ou sem coparticipação, permanece no plano até o dia em que é demitido ou aposentado, quando mais precisa do plano, de assessoria, de assistência. De qualquer forma, mais velho ou ganhando menos, esse trabalhador perde o direito de continuar como segurado.

Os arts. 30 e 31 da Lei 9.656, de 1998, regulamenta a matéria, porém com deficiência no seu entendimento, e não assegura claramente o direito dos ex-empregados continuarem no plano, porque faz exigência da coparticipação ou da contribuição. Ora, o consumidor, às vezes, não contribui diretamente porque seu empregador, como vantagem ou benefício trabalhista, faz isso em seu lugar, isto é, paga as partes como empregado e empregador, como benefício contratual. Se ele permaneceu na apólice como segurado é porque a empresa pagou por ele, mas, quando o trabalhador mais precisa, ou porque perdeu o emprego ou porque se aposentou, já mais idoso, justamente quando tem mais necessidade, fica numa situação de completa dificuldade, de falta de assistência, o que, na verdade, além de ser injusto, de certa forma, é desumano.

Resumidamente, é essa correspondência que recebemos e que tomamos a liberdade de ler aqui para prestar um mérito a quem realmente a redigiu e estudou a matéria, mas, por outro lado, também gostaríamos de fazer algumas considerações.

A matéria é a regulamentação dos arts. 30 e 31 da Lei 9.656, entretanto, notamos que, se formos nos

encaminhar para a norma, a filosofia que é dirigida às agências reguladoras, seja de petróleo, seja de saúde etc., todas elas não contemplam a figura do tripartismo. E, nós, aqui, na saúde, na Lei 9.656, temos o Conselho de Saúde Suplementar, que é mais comumente chamado de Consu. Esse Conselho, que é a mão solitária do Estado, é integrado pela Chefe da Casa Civil e pelos Ministros da Saúde, da Fazenda, da Justiça e do Planejamento.

Na verdade, sugeriríamos aqui – está fora do tema, sei disso –, nesta oportunidade, dentro dessa filosofia, que é mundial, que existe desde o começo do século passado, é a gestão dos interesses da sociedade através de uma forma tripartite. Essa é uma experiência exitosa, mundialmente consagrada através da Organização Mundial do Trabalho. Então, sugeriríamos que, no futuro, esse art. 35-B, que traz a composição desse Conselho de Saúde Suplementar, o Consu, fosse também gerido de forma tripartite, quer dizer, representantes do Estado, representantes de empregadores, representante de trabalhadores. Acho que essa é uma forma de discutir com muita clareza, com muita democracia. É uma discussão bastante aberta. Acima de tudo, a gente sabe muito bem que as consultas públicas são democráticas, são abertas, abrem espaço para quem quer que seja fazer a sua sugestão, os seus aportes de opiniões, entretanto entendemos que, se existe um conselho para cuidar dessa questão de saúde e se ele é de composição tripartite, não tenha dúvida nenhuma de que o seu trabalho será ainda mais profícuo e mais exitoso.

No mais, Senador Paulo Paim, senhoras e senhores, era esse o depoimento que, nesta manhã, gostaríamos de fazer.

Quero desejar muito êxito e, mais uma vez, cumprimentar também, aqui, o Presidente da Agência Nacional de Saúde, a ANS, pela colocação que traz aqui, nesta manhã. Pelo novo marco regulatório, pelo novo instrumento que S. Exª aqui projetou para nós, entendemos que tem muito de bastante razoável nos pontos, nos conceitos e interpretações ali contidas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador Interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores, que, aqui, expressou seu ponto de vista, inclusive deixando algumas sugestões. Peço que a assessoria da Mesa as recolha.

Passamos a palavra, neste momento, ao Diretor do Tribunal de Contas da União, Sr. Uriel de Almeida Papa.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Exmº Sr. Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, Exmºs Srs Parlamentares aqui presentes, Srªs e Srs, bom dia a todos.

Agradecendo a oportunidade de participar desta Mesa, quero dizer que é sempre muito importante para o TCU estar aqui no Congresso Nacional, relatando a sua atuação, haja vista que a missão mais nobre do TCU, sem sombra de dúvida, é prestar auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo. É uma diretiva do TCU, Ministro Benjamin Zymler, estreitar o relacionamento do Tribunal de Contas da União com o Congresso Nacional, por meio da apresentação dos trabalhos efetuados pelo TCU às comissões da Câmara e do Senado.

Outro ponto que eu queria mencionar é a importância do debate público e da instituição de mecanismos de participação da sociedade nos processos de elaboração de normas e regulamentos pelas agências reguladoras.

Sobre a temática de hoje, a questão da manutenção dos planos de saúde corporativos após o termino do contrato de trabalho, não existe decisão ou acórdão do TCU relevante sobre a temática. Porém, eu não poderia aqui perder a oportunidade de apresentar a relevância crescente que vem assumindo no TCU a questão da saúde suplementar, e esse é o teor da apresentação que vai ser breve e que vou iniciar agora.

O Tribunal é composto pelos nove Ministros. Para apoiar a atuação dos Ministros, existe a sua Secretaria, que é composta pelos auditores e técnicos do Tribunal. Parte dessa Secretaria é a Secretaria Geral de Controle Externo, que contém unidades finalísticas de servidores que executam as auditorias e demais fiscalizações demandadas pelos ministros, pela sociedade e, especialmente, pelo Congresso Nacional. Existem também secretarias típicas: oito em Brasília e sete nos Estados. Essas secretarias típicas atuam basicamente na análise das prestações de contas nos órgãos da administração pública, recebem demandas da sociedade também como denúncias e representações acerca de contratações públicas, compras e demais questões atinentes às áreas meio dos órgãos públicos.

Até o ano passado, a Agência Nacional de Saúde Suplementar estava, e ainda está, jurisdicionada à 4ª Secretaria de Controle Externo.

Além das secretarias típicas, o TCU possui secretarias especializadas. Para exemplificar, existe uma secretaria especializada em recursos impetrados junto ao TCU; uma secretaria especializada em auditorias na parte de TI, contratações de TI da administração pública; uma secretaria especializada em avaliação de programas de governo, e secretarias que eu gostaria

de destacar aqui, que são secretarias especializadas em desestatização e regulação, que são as chamadas Sefids. A partir do ano passado, a Agência Nacional de Saúde Suplementar passou também a estar jurisdicionada a essas secretarias que atuam na área de regulação. Esse foi um passo significativo na atuação do controle externo em relação à regulação exercida pela ANS.

Segundo artigo da Resolução do TCU nº 240, de 2010, a Sefid 1 tem como área de atuação a fiscalização e avaliação de outorga de obras e serviços públicos e de atividades econômicas dos setores de infraestrutura, de logística e de saúde suplementar, na execução dos respectivos contratos, da regulação setorial, da atuação dos entes reguladores e das privatizações de empresas estatais. A estrutura dessa secretaria, que é especializada em regulação, está dividida da seguinte forma: a primeira diretoria tem como foco a regulação exercida pela Antt, no setor de rodovias, de ferrovias, de transporte rodoviário interestadual e internacional; a segunda diretoria tem como foco a regulação exercida pela Antaq no que tange a hidrovias, portos e arrendamentos de terminais portuários, transportes hidroviários de passageiros, além de uma parte que é atinente à Receita Federal, que é a questão das aduanas; por fim, a terceira diretoria trata de aviação civil e de saúde suplementar.

Existe a Sefid 2, também, que atua no controle externo da regulação exercida pela Anatel, no campo das telecomunicações, da Aneel no campo da energia elétrica, da ANP, no que tange petróleo e gás natural, e em relação aos correios.

O TCU trabalha, desde 1995, exercendo o controle externo sobre a regulação de serviços, sejam eles públicos, e agora, também, sobre a questão da saúde suplementar. O foco da atuação do controle externo é justamente, no que tange à regulação, a atividade finalística das agências. Afinal cabe às agências garantir aos usuários a modicidade tarifária, a qualidade dos serviços, a universalização e a expansão da oferta, a prestação de contas, a transparência, o controle social e a continuidade e a segurança na prestação dos serviços.

A partir do momento em que a ANS foi incluída no rol de jurisdicionada dessa secretaria especializada em regulação toda a *expertise* do tribunal, no que tange ao controle da regulação, passa também a exercer essa atuação sobre a regulação exercida pela ANS.

Aqui um destaque: os entes reguladores nasceram para garantir um ambiente estável e economicamente ativo, preservando o interesse público.

Como funciona a estratégia de atuação no TCU em relação às agências reguladoras? Ele atua em diferentes momentos na outorga de serviços, na execução dos contratos e no desempenho do regulador.

Qual é o foco das fiscalizações? A regularidade e a legalidade dos atos das agências reguladoras, a questão da transparência e da isonomia, a melhoria da prestação do serviço público, ou da própria prestação dos serviços atinentes às operadoras de planos de saúde, e o desempenho do regulador. Uma característica dessa atuação é ela ser contínua, sistêmica, técnica, independente e efetiva.

Aqui é importante destacar que a fiscalização dos contratos de concessão e da atuação dos entes regulados é responsabilidade das agências reguladoras. Cabe ao TCU fiscalizar a regulação do ente regulador e não regular o mercado.

No TCU, antes de 2010, não havia esse foco em relação à regulação, ou seja, no tempo em que foram analisadas prestações de contas e outras demandas, inclusive do Congresso Nacional, relativas à ANS, foram tangenciados alguns temas finalísticos da agência.

Trouxe aqui alguns acórdãos de 2005 que tratam de questões de empréstimos para liquidação das operadoras e a determinação para que a ANS aprimore o sistema de notificação de operadoras a fim de diminuir o passivo de ressarcimentos vencidos, ressarcimentos ao SUS. Em 2006, também foi prolatado um acórdão pelo tribunal demandando que a agência promovesse estudos para aprimorar procedimentos relativos aos ressarcimentos ao SUS. Esse acórdão foi originário de um processo que veio de uma solicitação do Congresso Nacional. O mesmo aconteceu em relação a esse acórdão que trata de ressarcimento do SUS. No ano de 2010, teve outro acórdão do tribunal exigindo melhor acessibilidade do atendimento aos usuários por meio do uso de indicadores e de melhorias no acompanhamento e resolução de demandas pela ANS, também decorrente de uma solicitação do Congresso Nacional; em 2010, outro acórdão que determinou o aprimoramento dos mecanismos de cobrança de multas pela agência; e, agora, mais recentemente, em 2011, um novo acórdão que trata também de ressarcimento ao SUS.

Então, esses acórdãos foram ainda decorrentes de uma atividade de controle externo focada em prestação de contas, em atividades meio, e que acabaram tangenciando atividades "finalísticas" de regulação exercidas pela agência.

E agora, com a inclusão da ANS no rol de jurisdicionados dessa secretaria especializada em regulação, um segundo passo significativo foi tomado. Foi iniciado um processo, dentro do Tribunal, de levantamento para identificar as ações prioritárias para o controle externo da regulação do setor de saúde suplementar.

Qual é o objetivo desse trabalho? É que o TCU conheça a estrutura institucional e os principais macro-processos da ANS, bem como a percepção dos principais agentes do setor quanto à atuação da agência, de forma a subsidiar o planejamento das ações do Tribunal de Contas da União no controle da regulação. Esse trabalho está sendo concluído. Três auditores ficaram por três semanas este ano na ANS, e foram muito bem recebidos, aliás, pela equipe do Dr. Maurício Ceschin, justamente para conhecer a agência. Então, esse processo de conhecimento associado à experiência dos auditores do Tribunal de Contas em relação à regulação tem como intuito contribuir para o aprimoramento da regulação do setor de saúde suplementar. Lá na secretaria, todos os auditores dispõem de pelo menos uma especialização em regulação.

Só para exemplificar também alguns dos atores e entrevistados nesse processo de levantamento: a equipe conversou com o Ministério da Saúde, com o Idec, com a Pro Teste, com a Abramge, com a FenaSaúde, o Cremesp e com o Conselho Federal de Medicina, entre outros, justamente para captar a percepção deles quanto à atuação da agência; como está sendo a atuação da agência em relação à regulação do setor de saúde suplementar.

E aqui algumas considerações finais. Destaco que a titularidade do controle externo é do Congresso Nacional, que o exerce com o auxílio do TCU. Hoje, 35% das demandas, ou da força de trabalho, dessas secretarias especializadas em regulação são decorrentes justamente de solicitações do Congresso Nacional.

O controle externo sobre a regulação e entes reguladores não é facultado ao TCU, mas sim um dever constitucional e legal. A atuação do TCU busca contribuir para o aprimoramento do ambiente regulatório, aumentando a transparência, estabilidade regulatória, melhoria da atividade de regulação e, consequentemente, incremento da efetividade dos direitos dos consumidores.

Em geral, análises sobre preço e qualidade dos serviços concedidos são de grande interesse da sociedade e devem constar entre as prioridades dos órgãos de fiscalização e controle.

O objetivo desta apresentação é destacar que, no TCU, a saúde suplementar é tratada como tema prioritário, e daremos máxima celeridade e atenção aos temas de interesse desta comissão na nossa atuação na Secretaria de Fiscalização, de Desestatização e Regulação.

E, para finalizar, eu quero destacar que o TCU está aqui para, junto com o Congresso e com as demais instituições presentes, trabalhar e encontrar soluções dos problemas apontados na regulação do setor de saúde suplementar.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Dr. Uriel de Almeida Papa, diretor do Tribunal de Contas da União, trazendo a sua contribuição e colocando o Tribunal a disposição na busca de caminhos que venham a atender o nosso povo, a nossa gente.

Agora, por fim, nesta Mesa, eu passo a palavra ao assessor jurídico da Unimed Brasil, em representação a Sr. Eudes de Freitas Aquino, Presidente da Unimed, Sr. José Cláudio Ribeiro Oliveira.

O SR. JOSÉ CLÁUDIO RIBEIRO OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Inicialmente eu queria agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador Paulo Paim, e, em nome do sistema Unimed, do seu presidente, Dr. Eudes de Freitas Aquino, dizer que é um honra participar aqui no Senado Federal da discussão de um tema tão relevante.

Queria também parabenizar o Senador Paulo Paim pela iniciativa de discutir esse assunto aqui no Congresso Nacional. Com a edição da Lei nº 9.656, que regulamentou os planos de saúde, e da Lei 9.961, que criou a Agência Nacional de Saúde Suplementar, houve uma delegação, por parte do Poder Legislativo, para uma agência regulamentadora. Mas eu fico feliz de ver que o Senado Federal delegou, mas não abandonou a discussão e o aprofundamento desses temas relevantes, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento do modelo regulatório da saúde suplementar.

Estes dois temas, a questão do benefício para os demitidos, para os aposentados, foi muito discutido desde o início do processo regulatório. Eu tive também a honra, na Câmara do Deputados, depois aqui no Senado Federal, de participar de todo o andamento do projeto de lei. Eu me lembro que, em uma reunião lá na Câmara dos Deputados, o atual Senador Humberto Costa, que na época era Deputado Federal, depois foi inclusive Ministro da Saúde, participou aqui de toda a discussão.

O que nós temos hoje na lei talvez não seja o ideal, mas o que foi possível naquela oportunidade, tendo em vista que, como o Dr. Mauricio colocou aqui muito bem, é necessário se pensar na sustentabilidade desse sistema. Não existe operadora sem o beneficiário, mas não existe também plano coletivo sem o empregador, ou seja, a empresa contratante. Então é muito importante se colher propostas, sugestões que contribuam para o aperfeiçoamento e que não destruam aquilo que, a meu ver, uma grande conquista.

O sistema Unimed é um sistema de cooperativas médicas. Nós temos hoje aí 370 Unimed espalhadas por todo o território, integradas por médicos cooperados, um contingente hoje de cerca de 18 milhões de usuários e de cerca de 110 mil médicos cooperados. Ou seja, o sistema Unimed hoje congrega basicamente um terço da saúde suplementar e um terço dos médicos de todo o Brasil. Então é uma responsabilidade muito grande. Por ser exatamente um sistema cooperativo, um dos princípios basilares desse sistema é o solidarismo e, sendo esse um dos nossos princípios basilares, obviamente o sistema Unimed vai sempre apoiar todas as propostas que contribuam para o aperfeiçoamento desse sistema e do tema hoje aqui tratado, a questão do benefício aos demitidos e aos aposentados.

Mas vou tecer aqui algumas considerações, até porque, como já foi falado por aqueles que me antecederam, existe, no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar, uma discussão sobre esse tema. Existiu uma câmara técnica, o sistema Unimed ofereceu as suas contribuições, mas queria fazer alguns comentários.

O primeiro deles é em relação ao § 3º do art. 4º, que fala assim: "Ainda que o pagamento de contribuição não esteja ocorrendo no momento da demissão, exoneração sem justa causa ou aposentadoria é assegurado ao empregado os direitos previstos nos arts. 30 e 31 na proporção do período da soma dos períodos de sua efetiva contribuição para o plano privado de assistência à saúde". É uma inovação da proposta da agência em relação a esse tema, mas me parece que precisa de um aperfeiçoamento, porque o que se pretende aqui é o seguinte. Muitas vezes, no momento da demissão, ele não está contribuindo, mas contribuiu no passado e, por alguma razão, deixou de contribuir. Então se daria a ele o direito de manter o plano proporcionalmente.

Ora, se essa premissa é verdadeira, pode existir também a hipótese inversa: aquela pessoa que, por um longo período, não contribuiu e que está contribuindo há apenas um, dois ou três meses. Então, das duas, uma: ou se coloca o momento efetivamente da demissão, para saber se é contributivo ou não, ou, então, estabelece-se a proporcionalidade nas duas situações. O que não pode é estabelecer-se a proporcionalidade apenas em uma das situações.

Eu queria comentar outra questão. O art. 7º repete basicamente o que já existe na lei, no § 4º do art. 30: "O direito de manutenção de que trata esta resolução não exclui vantagens obtidas pelos empregados decorrentes de negociações coletivas de trabalho". Isso é muito importante. Por quê? Ouvi aqui um comentário no seguinte sentido: a grande questão que se apresenta é que, exatamente no momento em que o funcionário é demitido, ele tem o direito de permanecer no plano, mas assumindo o pagamento. Então, no momento em que ele deixa de receber, ele começa a pagar. Alguém tem de pagar: o empregado ou o empregador. Mas esse dispositivo é muito interessante, porque proporciona para as entidades e centrais sindicais a oportunidade de, em acordos coletivos, dar algo além ou conseguir algo além daquilo que a legislação estabelece. A legislação estabelece um mínimo para todos, mas existe o papel fundamental, a meu ver, das entidades sindicais, mediante acordos coletivos, de pleitearem uma coparticipação eventual da empresa por um período ou o pagamento até integral por parte da empresa por alguns meses. Quer dizer, nada disso está inviabilizado. A lei dá essa abertura, exatamente com este objetivo: "Olha, a lei concede o mínimo, mas, se o sindicato conseguir algo além daquilo que está estabelecido na lei, prevalece o que foi negociado". Então, é muito importante ater-se a esse detalhe.

Há outra questão que eu queria abordar aqui. Houve um comentário anteriormente em relação ao art. 17, como se houvesse uma contradição entre o *caput* do art. 17 e o parágrafo único do art. 17. O *caput* diz:

Art. 17. *O plano privado de assistência à saúde de que trata o artigo anterior deverá ser oferecido na mesma segmentação, rede assistencial, padrão de acomodação em internação, área geográfica de abrangência e fator moderador, se houver, do plano privado de assistência à saúde contratado para empregadores ativos.*

O parágrafo único diz:

Parágrafo único. É facultada a contratação de outro plano privado de assistência à saúde com rede assistencial, padrão de acomodação e área geográfica de abrangência diferenciadas daquelas mencionadas no caput como opção a ser oferecida juntamente com o plano privado de assistência à saúde de que trata o caput para escolha do ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa ou aposentado".

Na verdade, esse é um avanço, é algo que vai ao encontro do interesse do demitido ou do aposentado. Por que esse dispositivo é sugerido dessa forma? Por uma razão muito simples: uma empresa que tem um contingente muito grande de funcionários de primeira linha contrata um plano *top*, com rede credenciada no Sírio Libanês, no Hospital Nove de Julho. Aí o que acontece? Obviamente, para a empresa, esse plano é caro. Quando o funcionário é demitido, ele tem a opção de continuar no plano, mas aí ele vai ter de assumir o pagamento. Mas é um plano caro, e ele não tem condições de pagá-lo. Então, o que o parágrafo único oferece é uma possibilidade, uma opção, dizendo: "Olha,

se você não quiser esse plano *top*, você, talvez, possa pagar outro plano mais básico". O *caput* estabelece a obrigação; o parágrafo único estabelece uma opção, uma alternativa. Certo? Por isso, diz-se aqui, com todas as letras, que essa é uma opção, uma escolha do ex-empregado.

Então, na verdade, não se trata de contradição. É, inclusive, um benefício para o ex-empregado ou aposentado.

Outra coisa também que nós comentamos no art. 27, inclusive o Dr. Maurício até mencionou ali, que as operadoras de plano privado de assistência de saúde que ofertam planos coletivos empresariais para as empresas que concedem esse benefício a seus empregados ativos ou ex-empregados, deverão ofertar planos de assistência de saúde e tal, e citou inclusive a Resolução Consu nº 19. A única coisa que está faltando aqui, Dr. Maurício, é acrescentar o dispositivo que tem lá na Resolução Consu, que, se não me falha a memória, acho que é o art. 3º da Resolução Consu, que diz: "Aplicam-se às disposições deste artigo, somente às operadoras que mantenham também planos ou seguro de assistência e saúde na modalidade individual ou familiar". Ou seja, aquela operadora que só tem plano empresarial, ela não tem condições de ofertar isso daí, porque, na verdade, ela não teria esse produto para ser disponibilizado.

A última observação que eu queria fazer, para não tomar muito o tempo dos senhores, em relação a uma provocação do Lourenço, Coordenador interino do fórum sindical dos trabalhadores, é em relação quando ele fala daquele órgão tripartite e tal.

Na verdade, a proposta inicial nesse projeto de lei era, realmente, ter um órgão deliberativo, composto de operadoras, de empregadores, de empregados, de Estado, tudo isso. Depois, no encaminhamento do projeto de lei e, naquela época, até para satisfazer, de certa forma, Ministérios da Saúde e da Fazenda, que não se sabia quem ficaria com esse poder regulamentador da Lei nº 9.656, então, criou-se o Consu como órgão de Estado com o poder deliberativo. E aí foi criada a Câmara de Saúde Suplementar. Na Câmara de Saúde Suplementar, aí tem representação das operadoras, dos empregados, dos empregadores, das entidades médicas, e tal; tem lá uma representação grande, só que a Câmara de Saúde Suplementar é meramente consultiva, não tem poder deliberativo nenhum. Então, ficou um órgão de Estado, que o Consu, que editou aquelas primeiras resoluções e nunca mais se reuniu, e temos a Câmara de Saúde Suplementar, que se reúne a cada dois meses, mais que não tem poder deliberativo nenhum.

Por isso, encerro aqui essas breves considerações, parabenizando, mais uma vez, o Senador Paulo Paim pela iniciativa. Espero que em outras oportunidades possamos contribuir para o aperfeiçoamento do nosso modelo regulatório da saúde suplementar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Este foi o Dr. José Cláudio Ribeiro Oliveira, Assessor Jurídico da Unimed, em representação ao Sr. Eudes Freitas Aquino, Presidente da Unimed.

Então, eu convidaria os quatro painelistas para que retornassem ao plenário, agradecendo a todos, e vamos para a última Mesa.

Convidados o Sr. José Cechin, Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, em representação ao Sr. Marcio Serôa de Araujo Coriolano, Presidente da FenaSaúde; convidamos também o Prof. Victor José Ferreira, representante da Federação Nacional dos trabalhadores Ferroviários (FNTF); convidamos também Édson Guilherme Haubert, Presidente do Mosap, e Nilton Rodrigues da Paixão Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

Passo a palavra, de imediato, ao Sr. José Cechin, Diretor Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar.

Quero dizer a Levi e aos diretores da Federação dos Trabalhadores do Comércio a alegria em tê-los aqui no plenário.

O SR. JOSÉ CECHIN – Cumprimento o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, meu conterrâneo, que muito me honra. Também quero elogiá-lo não somente por essa iniciativa, mas pela pontualidade, e aproveitar para pedir desculpa pelo meu atraso.

Confesso que ao ouvir suas palavras sobre o fator eu temi ouvir voz de prisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso eu não posso fazer, foi força de pensamento só.

O SR. JOSÉ CECHIN – Não sou signatário dos instrumentos legais mais ajudei muito a fazê-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu estou sabendo disso. Mas pode saber que eu não personalizei a verdade.

O SR. JOSÉ CECHIN – Até lhe solicitaria uma audiência para a gente conversar um pouco mais sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Poderá até a nos ajudar a encontrar caminhos.

O SR. JOSÉ CECHIN – Também entendo que isso aí não é absolutamente pessoal, se trata de um confronto de ideias, o que tem de acontecer sempre,

porque do contrário o nosso sol continuaria girando em volta da Terra, não é mesmo?

Então, perfeito.

Represento aqui a FenaSaúde, o Sr. Márcio Coreolano que Presidente.

A FenaSaúde tem 26 empresas operadoras de plano de saúde das 1.500, e responde por um terço dos beneficiários, mais em torno de 36% a 37% de todas as despesas assistenciais. São associadas às seguradoras especializadas em saúde, mas também a algumas medicinas de grupos; não é só seguradora.

Nós envelhecemos, nos aposentamos, paramos de trabalhar em algum momento. Isto traz consequências.

Primeiro, procurei evitar a palavra "velho" por ter um tom pejorativo. Quando quiseram agredir o saudoso Ulysses Guimarães que brandiu a Constituição Cidadã de 1988, chamaram-no de "velho", e ele respondeu bem humoradamente: "Velho, sim, velhaco, não".

Então, acho que agente podia, aqui, dizer o seguinte: somos uma sociedade de idosos, não necessariamente de velhos. Com a idade vem problema de saúde. Mas hoje vêm menos problemas de saúde do que ontem; e amanhã menos do que hoje. Seremos uma sociedade com mais idosos, mas não necessariamente com mais velhos, se entendemos por velho aquela pessoa que perdeu as habilidades para as coisas mais comezinhas da vida, como sair da cama sozinho, amarrar o cadarço do sapato, tomar banho, alimentar-se, etc.

Com a idade, também dito aqui, a renda cai, e os gastos com saúde são altos. Como financiar? Acho que isso aqui é um problema que nós todos, pessoas antes de mais nada, Governo com alta responsabilidade, operadoras de planos de saúde e o Congresso Nacional, que faz as normas, nós temos de agir.

O tema que foi deixado aqui, e o Maurício Ceschin foi muito claro: quem paga essa conta das pessoas que tinham plano na empresa e que, em algum momento, deixam de tê-lo? Vejo aqui quatro possibilidades: a própria empresa, que deu voluntariamente; segundo, os próprios desligados e demitidos, com as dificuldades apontadas; terceiro, o Governo, na forma de algum subsídio, como fez Obama na sua reforma ao dizer que todos têm de ter um plano de saúde e, se isso comprometer uma parte importante da renda, o governo subsidia, e o quarto agente, as próprias operadoras. (...)

(falha na gravação.)

Uma parte da mensalidade do plano é escolha da empresa. A empresa dá plano. Sabe-se os motivos: é para reter talentos, atrair boas capacidades, ter maior produtividade e maior retorno. Os trabalhadores têm plano empresarial, em razão de vínculo de emprego com sua operadora. E no desligamento? Demitidos e aposentados?

Então, foi muito clara a apresentação do Diretor Presidente da ANS. Quis o legislador dar proteção a essas pessoas, no momento em que perdem o emprego, dizendo: vocês podem, têm o direito de permanecer no plano, por tempo determinado ou indeterminado. As condições foram vistas aqui. Os artigos são muito claros. Alguém disse: têm de ser autoaplicáveis. Eles são autoaplicáveis. Assegura o direito à permanência no plano de desligados e demitidos, desde que...Ou seja, tem condições, também estabelecidas em lei: que a pessoa tenha tido plano em razão de vínculo, que ela tenha participado do pagamento da mensalidade, que ela tenha expresso desejo de ficar, dentro de um determinado prazo, que assuma o pagamento integral. Ou seja, a parte do que ele já pagava mais a parte da empresa.

Pelos artigos 30 e 31, rescinde-se o contrato de trabalho, mas permanece uma relação de caráter social entre a empresa e o empregado. Não há mais contrato de trabalho. Sob esse aspecto, o ex-empregado fica umbilicado à sua antiga empresa. Obviamente, a condição é que a empresa continue mantendo plano de saúde para seus colaboradores. Portanto, o direito emana do contrato de trabalho, do fato de ter participado, enquanto trabalhador ativo, do plano da empresa e ter ajudado no pagamento.

Nessa condição de ativo, ele integrava a mutualidade, o conjunto das pessoas que participavam daquele plano, de forma solidária. E essa mutualidade formava custos que eram assumidos pela empresa e por essa mutualidade de pessoas que participavam desse plano, segundo regras escolhidas pela própria empresa. O Maurício Ceschin disse aqui: a agência não determina as relações entre a empresa e os empregados nem em relação a essas condições de coparticipação, copagamento, etc. Ora, esse direito de permanecer fica sujeito à participação nos custos, porque ele, em permanecendo, gera custos e têm de ser, de alguma forma, considerados por essa mutualidade.

Qual é a opção da empresa? Foi dito aqui. Tem duas. Ela tem um contrato com uma operadora. Pode ter uma apólice única para todos, pode ter duas apólices: uma para ativos; outra para desligados. É a empresa que escolha. Mas aqui o Diretor Presidente também disse que a empresa não tem muito interesse em permanecer com os seus desligados dentro do *pool* de ativos, porque são idosos que usam intensivamente os recursos da medicina, custam caro e encarecem o plano para os trabalhadores ativos, que estão coparticipando no pagamento para a empresa também.

Propostas que ouvimos aqui: formar um *pool* de risco, de todos os desligados de diferentes empresas contratantes que estão sob uma operadora. Então, operadora x, y, z, que tem contratos com empresas a, b, c, todas elas com seus desligados, a operadora colocaria num *pool*, eu entendo virtual – Maurício, não sei se estou correto – para efeitos de reajuste.

O argumento é que isso dilui riscos. E já ouvimos aqui manifestação dos trabalhadores de que eles têm alguma dificuldade com essa proposta. Vou manifestar alguns problemas também em relação a isso aqui.

O *pool* dilui risco, de fato, porque você põe muita gente - lei dos grandes números -, você tem uma curva de tendência, uma média e uma dispersão. O que os grandes números fazem é diminuir a dispersão, diminuir a variabilidade e, portanto, ganhar previsibilidade, como aqui foi dito, no caso das mensalidades.

Então, em grandes números, se o custo for cem, a variabilidade vai de 95 a 105. Em pequenos números, o custo é cem, mas ele pode ir de 50 ou a 200. A mutualidade não tem o condão de diminuir o custo médio, porque esse é dado pelo conjunto dos participantes de suas características.

Eu quero apenas citar dois números, que tomo emprestado da entidade que a Denise dirige - Unidas, que é a variação da despesa média da faixa 54, 58 para 59 e mais. Dobra cem por cento. Obviamente, não no instante em que a pessoa cruzou a fronteira, mas é que ela se juntou a uma mutualidade, em que tem gente de 70, de 80, de 90 anos. E mais, porque amanhã vai ter uma proporção ainda mais alta de gente de 70, de 80 e de 90 do que tem hoje. Portanto, com previsão de custos ascendentes.

Então, eu queria destacar aqui, para concluir, os efeitos do *pool*. Um sob atuarial. Foi solicitado aqui que a ANS faça os estudos atuariais. Imagino até que ela já os tenha feito. Então, imaginemos no momento da saída. A pessoa se desligou e está para permanecer no plano. Ela é uma aposentada. Já tem uma idade avançada. Ela já tem um aumento, porque banca a sua parte mais a da empresa. Mas pode ser que a empresa cobre por faixa etária. Quer dizer, o preço médio para os ativos, mas ela tem uma estrutura de preço por faixa etária, e ela cairá na faixa etária elevada. São dois aumentos: a parte própria da empresa mais a mudança de faixa etária. Essa mudança pode ser significativa. Depois, vem a questão do reajuste. Já foi dito. É dessa massa de beneficiados desligados, que é uma massa idosa, que vai ficar cada vez mais idosa, com idade média crescendo. Portando, com despesas crescentes. Portanto, essa massa tem de suportar a si mesma com reajustes mais altos.

Obviamente, a pessoa vai se comparar com os seus ex-companheiros na empresa, que estão lá, e vai ser perguntado: Por que pago tão mais caro e tenho um reajuste tão mais alto? Imagino que isso também deve preocupar os departamentos de pessoal da antiga empresa empregadora e certamente o caminho do judiciário será um caminho a ser buscado.

O outro não está muito claro. Por isso, perguntei se esse *pool* seria apenas virtual. Em princípio, ele rompe a umbilicalidade entre a pessoa e sua antiga empresa, não mais por contrato de trabalho, porque não existe mais, mas em decorrência do contrato que ela manteve. Entende-se muito isso se a empresa tem por objetivo livrar-se dessas despesas. Mas ela as colocou sob quem? Acho que é a pergunta que está à nossa mesa.

Entendemos, então, por essas razões, que o *pool* de risco põe o risco nos trabalhadores, retira da empresa. Pode até, mediante decisões judiciais, ser colocado sobre as operadoras, caso em que elas poderiam vir a enfrentar dificuldades financeiras para o dia de amanhã. Ou seja, continuamos tendo um problema na busca de uma solução.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Sr. José Cechin, Diretor-Executivo da Federação Nacional de Saúde Suplementar, em representação ao Sr. Marcio Serôa de Araújo Coriolano Presidente a FenaSaúde, que expôs aqui os seus pontos de vista e os pontos de interrogação que ficam no velho debate: quem paga a conta? É mais ou menos isso, se me permite que eu diga. Mas vamos lá. O debate está apenas iniciando.

Professor Victor José Ferreira, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários.

O SR. VICTOR JOSÉ FERREIRA – Inicialmente, a nossa federação... Presidente, quero agradecer o Senador Paulo Paim, não apenas por estar aqui, mas por todo o trabalho que ele tem feito em prol da defesa da categoria ferroviária. Nós costumamos dizer que ferroviário é quem trabalhou ou trabalha em ferrovia e ferroviarista é quem batalha pela ferrovia. O Senador, acho que nunca trabalhou na ferrovia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas sou um ferroviarista.

O SR. VICTOR JOSÉ FERREIRA – Ferroviarista é mérito, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O SR. VICTOR JOSÉ FERREIRA – Então, queremos agradecer essa oportunidade. A nossa Federação congrega trabalhadores das atuais concessionárias do transporte ferroviário, produto do processo de

desestatização, que aconteceu na década de 1990, e empregados de empresas públicas que operam nessa área, como a Valec; a CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos; a CBTN - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, e um grande contingente de ferroviários aposentados que, por decorrência de legislações anteriores, continuam com reflexos nos nossos acordos coletivos. A categoria ferroviária, ao celebrar um acordo, algumas das suas cláusulas têm efeito também sobre esse contingente de cerca de oitenta mil inativos.

Na área de plano de saúde, temos todo o interesse nessa regulamentação que está sendo debatida, porque grande parte dos ferroviários que operam hoje nas concessionárias é egressa da antiga Rede Ferroviária Federal. Então, são pessoas que já se aproximam daquele limite da aposentadoria e que têm todo o interesse em que haja essa possibilidade que está sendo debatida aqui, muito oportunamente, por iniciativa do nosso Senador.

Nós trabalhamos, então, a Federação, esse nosso universo, com uma multiplicidade de planos. Cada concessionária tem o seu plano, contrata com quem acha mais conveniente. E nós temos um plano específico dos ferroviários, que é utilizado mais pelos nossos aposentados, mas têm também trabalhadores da ativa que optam por ele, que é o Plansfer – Plano de Saúde dos Ferroviários, que foi criado dentro do Sesef – Serviço Social das Estradas de Ferro, e é uma autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, criada por lei, em 1961, e que, ao criá-la, estabeleceu quase que um sistema "s" para a ferrovia, permitindo que as estatais federais, na época, a Rede Ferroviária e a Vale do Rio Doce, passassem a cobrar o adicional de 2% sobre as tarifas praticadas, para constituir o fundo social ferroviário. Isso permaneceu até o processo de desestatização, quando foi extinto.

Esse serviço social da estrada de ferro criou, então, o Plansfer – Plano de Saúde dos Ferroviários. É um plano de autogestão, sem fins lucrativos. A Denise já explicou bem como funciona esse sistema dos planos de autogestão e que chegou a ter 43 mil participantes, mas que, infelizmente, no período de 2003 a 2008, uma gestão temerária, irresponsável, dilapidou a reserva técnica que se tinha em títulos públicos, em cerca de R$56 milhões, e ainda deixou um endividamento de 42 milhões.

Então, o plano tinha tido um bom padrão de qualidade a decair e só ainda não foi extinto por muito boa vontade da ANS. Somos muito gratos ao Dr. Maurício e à sua equipe, que tem procurado nos ajudar, no sentido de que possamos salvar esse plano, porque hoje, dos 43 mil, com esse rombo financeiro, desceu para 13 mil, dos quais hoje ainda temos 10 mil, numa pirâmide etária que é assim. Parece que os ferroviários comungam da tese do Ariano Suassuna. A morte não está nos nossos projetos. Então, é um pessoal...Nós temos vários. Ainda há pouco, partiu um de 102 anos de Araguari, segundo consta, muito a contragosto. Ele gostaria de continuar. Mas, então, é um problema que a gente tem tentado solucionar. O Senador Paulo Paim, inclusive, está participando dessa luta. Convocou uma audiência pública, no Senado. Foi feita uma Câmara e acontecerá outra no Senado, na Comissão de Fiscalização Financeira.

O que a nossa federação pleiteia é que a União assuma responsabilidade por esse problema financeiro que houve, causado por agentes seus, designados por ela, que durante cinco anos dilapidaram o patrimônio do trabalhador. Esse patrimônio não era constituído de recurso público, o plano de saúde nunca recebeu recurso público. Ele é autossustentado pela contribuição dos seus participantes e era, no passado, por essa taxa adicional, que não era, obviamente, recurso público. Mas a nossa federação está batalhando é para isso.

E nós temos a convicção de que, havendo essa solução, muitos dos que saíram retornarão, porque, pelo fato de ser um plano de autogestão, ele pratica mensalidades muito acessíveis. Aqueles ferroviários que tinham renda maior e eram mais novos, mais jovens, migraram para outros planos. Desses 43 mil, desceu para 13 mil, e os 30 mil eram mais jovens com renda maior. Ficaram no plano justamente aqueles mais idosos e de renda menor. Nós temos vários com mais de 100 anos; com 80, 70. Quer dizer, é uma complicação. Mas, como é uma administração muito austera, o plano tem sobrevivido, apesar disso tudo. Mas é preciso, de fato – e essa é a bandeira da federação - que a União assuma a responsabilidade pelo que aconteceu. Então - nós temos até várias categorias e uma entidade que representa os planos de autogestão – é preciso que haja muito cuidado na fiscalização, para evitar que só se tome iniciativa depois que o rombo foi feito.

Mas nós, então, estamos nessa luta. Agradecemos muito o Senador Paulo Paim e os parlamentares, de um modo geral, que estão nos ajudando muito; a ANS, que tem sido paciente, tolerante e está procurando solucionar, ajudar a solucionar, pois não cabe a ela solucionar, mas ajudar. Agradecemos e queremos - a Federação dos Trabalhadores Ferroviários - dar todo o apoio a essa iniciativa de regulamentar algo que nós consideramos muito importante para o trabalhador.

Depois de uma vida de trabalho, entra-se, por exemplo, na aposentadoria ou num processo de demissão e, neste momento, deve-se dar ao trabalhador a opção de continuar com o seu plano de saúde. A gente sabe que isso tem os reflexos que foram colo-

cados aqui, mas há a necessidade de que isso seja feito, até porque a tendência, conforme já foi dito, é de um envelhecimento progressivo da nossa população.

Outro dia, li uma matéria de problema na Europa, onde a curva etária já está preocupando. Temos muitos jovens aqui que um dia vão chegar lá, né? Então, é importante que a gente crie esse tipo de coisa. Mas, como já se disse, falou o economista, não há almoço grátis. Alguém paga. Então, o negócio é conseguir. Muito obrigado, Senador. Muito obrigado a todos pela paciência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De fato, é um bom debate, porque a gente vai envelhecendo, gasta mais, a Previdência paga menos. E como é que a gente faz? Se a Previdência cada vez paga menos para as nossas aposentadorias, os planos têm de aumentar. Como faz? Só matando os idosos mesmo.

O SR. VICTOR JOSÉ FERREIRA – Só o anjo da boa morte

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só matando. Quando falo em cadeia, é nesse sentido. Aqueles que, de uma forma ou de outra, dizem: Não, tu pagava tanto; tu vai receber tanto. Não vai ter reajuste que acompanha o crescimento do mínimo. Olha lá a inflação, porque se tiver um índice que der para manipular, ele joga para o índice mais baixo da inflação. E a gente vai envelhecendo; cada vez gasta mais com remédio, mais com plano de saúde. E como é que faz?

Eu ouvi um ex-Ministro dizer uma frase – não vou dizer o nome dele –, numa reunião de ex-Ministros da Previdência. Ele disse o seguinte: "Velho tem mesmo de morrer. Temos de cuidar das crianças."

O SR. JOSÉ CECHIN – Não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não foi o Senhor. Não foi. Não. Inclusive, foi um ex-político, só para dizer. Foi um ex-Deputado Federal. Não vou citar nome para não dar problema. Eu ouvi isso. Quer dizer dá vontade de chorar, não é? Por isso que tu falas que, às vezes, a expressão é aquela. Aí quando vai nessa linha: o plano tem de aumentar, o salário tem de diminuir, e tu tens de comer e comprar remédio. Eu vejo por mim, pois já tomo dois, três remédios. Mas vamos lá para o bom debate. *(Pausa.)*

Pois é. E por isso, para encontrar caminhos, estamos aqui. Seria mais fácil estar em casa, dormindo. Nós estamos aqui, dia e noite, fazendo esse debate e provocando o Executivo. Não é a primeira vez que provocamos o Executivo. Eu falo com a maior tranquilidade. Pergunte como votei para acabar com a contribuição financeira para o plano de saúde. Pergunte quem foi para a tribuna defender, desde que o dinheiro efetivamente ficasse para a saúde. Botei a minha cara para bater. Então, eu estou muito tranquilo para falar sobre esse tema. Não tive problema nenhum na minha reeleição. Elegi-me, reelegi-me, reelegi-me de novo com quatro milhões de votos. Fui o mais votado do Rio Grande do Sul, com quinhentos mil votos a mais do segundo lugar, que fez uma belíssima votação. A população, quando tu falas franco e bota a cara, ela entende. Por isso, concordei com o nosso Presidente quando ele disse que não é só de gestão o problema de saúde no Brasil. É problema de dinheiro também. Nós sabemos disso. Eu não tive problema nenhum de enfrentar esse debate, como tenho feito aqui debates muitas vezes, quando começam a desonerar tudo para a Previdência. Já está em 170 bilhões de desoneração. Não tenho nada a ver com isso no aspecto de querer incentivar o empreendedor, mas vão desonerando, vão desonerando e, claro, quem paga a conta? Paga o aposentado, paga o trabalhador e, principalmente, a parte mais fraca. Esse é o que mais marcha, porque não tem integralidade, não tem paridade. E queiramos ou não, tem o maldito fator, palavra do atual Ministro da Previdência, que diz que o fator é um instrumento maldito. Não sou só eu quem diz isso.

Então, só para que o debate continue. Vamos lá. *(Risos.)*

Se o próprio Ministro diz que esse fator é maldito, não é o Paim que está exagerando.

Vou passar a palavra para o Presidente do Mosap, nosso lutador, guerreiro histórico, Edson Guilherme Haubert, que sempre esteve na linha de frente defendendo os trabalhadores da área pública e privada. Por isso, rendo a você aqui as minhas homenagens. Todo momento em que é convocado vem e coloca, com muita precisão, seu ponto de vista.

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Senador Paulo Paim; senhoras e senhores; os jovens que estão esperando as suas aposentadorias muito gordas no futuro, se Deus quiser; membros da Mesa; ex-ministro José Cechin, da Previdência; professor Victor José Ferreira; Dr. Nilton Paixão, Presidente do nosso sindicato, do meu sindicato, do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas da União:

Quero, inicialmente, Senador Paulo Paim, agradecer-lhe, mas também manifestar aqui a minha surpresa em ser convocado para cá, neste dia. Eu na verdade nem sabia desta Comissão. Ontem o Nilton me disse: "Amanhã, vou falar numa comissão de direitos humanos." Eu disse: "Eu vou para lá." Constantemente, quando estou na direção do meu carro, andando por aí, ligo o rádio do meu carro e ouço a Rádio Senado, porque sei que, às terças-feiras, às segundas-feiras, a Comissão de Direitos Humanos está reunida, sempre sob a Presidência do Senador Paulo Paim. É um prazer

muito grande e, mais do que isso, uma esperança maior ainda para todos os cidadãos brasileiros, em especial dos trabalhadores brasileiros, ouvir, semanalmente, esta Comissão se debruçar sobre os problemas que dizem respeito a todos os cidadãos e cidadãs brasileiras. A Comissão está focada nos problemas que dizem respeito a nós, trabalhadores brasileiros, sejam da área pública ou da área privada.

A minha alegria, mas também a minha surpresa em ser chamado é porque, na verdade, eu só vim aqui ouvir. Onde eu compareço, aqui ou fora daqui, em nossos congressos, sempre digo que, onde a gente estiver, a gente estará aprendendo, a gente estará renovando o nosso oxigênio. Por isso, eu aceitei estar aqui, mas... *(Palmas.)*

Em absoluto poderei acrescentar alguma coisa, a não ser dizer que aprendi e que constato, a cada dia em que sou Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas, e reunimos mais ou menos 700 entidades de servidores públicos, que somos absoluta e incondicionalmente solidários a todos os trabalhadores brasileiros. Tenho um carinho muito grande pelas centrais, que lutam, mas lutam de verdade pelos seus representados.

Quero fazer menção à Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que vem lutando, e muito, para um mínimo de dignidade para aqueles aposentados e pensionistas que ganham um pouquinho mais que um salário mínimo, às vezes 10%, 8%, 9%, 15% ou 20%. Estes não têm o mesmo tratamento, com relação ao reajuste, que é dado para os aposentados com um salário mínimo. Os que ganham um pouco mais talvez não precisem, na ótica de alguns governistas, não de todos, ter o mesmo reajuste do que os que têm o salário mínimo. É uma contradição extraordinária. Achamos que é uma indignidade, um desrespeito para com essas pessoas.

Em se tratando da regulamentação dos arts. 30 e 31 da Lei já citada, eu acho que é um momento ímpar para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, sob a orientação desta Comissão, que é, ainda mais, presidida por um Senador que jamais se desviou um centímetro da sua trajetória política desde que entrou nela, que é absolutamente coerente com tudo aquilo que o estatuto do seu Partido na época determinava, ou seja, vamos, a qualquer preço, defender o trabalhador brasileiro; vamos, a qualquer preço, dar condições e dignidade para todos os trabalhadores, mais respeito aos aposentados e pensionistas. Isso é uma realidade, essa é uma verdade, e o Senador Paulo Paim é o timoneiro dessa realidade, dessa verdade, na busca do reconhecimento em relação a tudo aquilo que foi dito, em relação a planos de saúde.

Nós, do serviço público, eu, particularmente, aqui do Senado, temos um sistema integrado de saúde. Também temos problemas, mas quero dizer que, como aposentados, a gente continua a contribuição da mesma forma que se ativos fôssemos. Nós só temos um problema nas nossas famílias. A gente tem que sustentar os nossos meninos, os nossos filhos, pagar faculdade etc. até os vinte e um anos, quando, via de regra, eles estariam fora do nosso alcance ou não estariam mais nos nossos planos, mas, aqui, a gente continuava pagando até os vinte e quatro anos, enquanto universitários. Há bem poucos dias, a gente podia continuar pagando por eles. Pago por mim, pela minha esposa e pelos filhos a contribuição individual. Não pago só uma valor "x" e agrego todo mundo. Não! Para cada participante, depois da maior idade, eu pago como se fosse eu próprio, mas, agora, o nosso plano resolveu excluir esse pouco. Então, nós temos também essa realidade aqui.

No serviço público, no Mosap, entre todas as entidades, nós temos problemas também muito graves em relação à saúde. Na medida em que o pessoal vai ficando mais velho, mais idoso, os custos aumentam e as dificuldades também, porque, quando aposentado, naturalmente, o mais idoso, precisa de mais médicos, de mais hospitais, de mais amparo, não só o servidor público, mas também, sobretudo, o trabalhador do regime geral. Além disso, muitas vezes ele se desloca para regiões onde não tem os planos contratados, quer dizer, o sujeito tem um plano contratado, mas, em determinadas regiões, não existe o atendimento necessário.

(O Sr. Presidente fez soar a campainha.)

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Os mesmos problemas que vocês aqui estão colocando, nós também enfrentamos, mas o que eu quero reafirmar aqui é que o Governo, através da ANS, juntamente com o Senado e com todas as entidades... Quero concordar com o Lourenço quando ele disse que a administração deveria ou seria de bom alvitre que fosse tripartite, que cada um dos participantes, cada um dos que estão integrados pudessem também estar nas discussões. Isso é fundamental.

Quero ficar por aqui mesmo, porque eu falo muito. Não me preparei e só ouvi o que vocês disseram, mas quero concordar com todas as afirmações e, sobretudo, levá-las para o nosso movimento, para o Mosap. Quero levar também que, aqui, no Congresso, está se discutindo com as entidades e com o Governo qual é a melhor forma de garantir a dignidade de todos os trabalhadores, de todos os participantes, não importando a idade que cada um tenha, se ativo, aposentado ou fora do sistema. Assim como nos de-

mais outros sistemas, assim como nós, aposentados do serviço público, todos temos que contribuir para a Previdência depois de aposentados e também hoje. Acho que estamos certos em contribuir para o nosso plano de saúde depois de aposentados. Concordo com isso. Concordamos. Só não concordamos com a cobrança, pela Previdência Social, da aposentadoria que não é para a nossa aposentadoria, mas para um superávit primário e para outras coisas.

Parabéns à Comissão de Direitos Humanos! Parabéns ao Senado Federal! Parabéns a todos os quantos aqui estiveram hoje para discutir um tema de tanta importância para cada um de nós!

Deixo aqui a minha solidariedade a todos vocês. Quando eu digo minha, falo em nome da todas as 700 entidades, que lutam pela paridade, pela integralidade e pela não-contribuição para a Previdência Social.

Quero também dizer, sobretudo, que a Emenda do Senador Paulo Paim e do Deputado Paulinho, da Força Sindical, possa prosperar para que os aposentados, se não tiverem um plano de saúde possível de sanar todos os seus problemas, pelo menos tenham 80% de aumento do PIB nos seus reajustes, no ano que vem, em seus salários. Isso é muito importante. Estamos, portanto, solidários com todos os trabalhadores, com a Cobap, com todas as centrais que lutam pelos trabalhadores.

Parabéns, Senadores!

Muito obrigado e desculpe pela profusão de palavras, talvez sem muito nexo, mas é o coração que fala. Enquanto tivermos vida, vamos trabalhar pela dignidade de nós todos, brasileiros e brasileiras, aposentados, pensionistas e trabalhadores ativos e servidores ativos.

Muito obrigado! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o Edson, pessoal, do Mosap. Meus cumprimentos.

Poderia citar todos aqui, porque, na minha última caminhada, Arnaldo, e vocês estão há tantos anos juntos, o Levi e outros, houve um momento em que complicou um pouco a eleição. Baixaram todas as centrais para lá. Não teve uma que não fosse. As confederações também foram e eu quero... Por que eu estou falando dele? Um belo dia, no Comitê, aquela zoeira toda: "Que pesquisa é essa?" Está tudo errado. Não pode ser." "Ali, na rua, o pessoal está dizendo diferente." Está o Edson lá: "Meu Senador, vim aqui ver o que eu posso fazer para ajudar?" Com esses cabelos brancos, chegou e se colocou à disposição. "Vou para a rua entregar esse boletim e dar o meu depoimento." Na figura do Edson, quero cumprimentar todo o movimento sindical, todas as entidades de aposentados e pensionistas, todas as confederações, todas, todas, todas. Elas cumpriram a sua parte.

Só posso dizer muito obrigado. Essa minha salva de palmas é para vocês. *(Palmas.)*

Quero passar a palavra, neste momento, depois da fala emocionada do nosso mestre Edson, para o Nilton Rodrigues da Paixão Júnior, Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e também do Tribunal de Contas da União – Sindilegis.

O SR. NILTON RODRIGUES DA PAIXÃO JÚNIOR – Exmº Senador Paulo Paim, antes de dar prosseguimento, quero dizer que o Edson não fala muito: simplesmente já conquistou o direito de não ser breve mais. Nesse momento de campanha, ele deve ter dito a você, permita-me dizer isso, companheiro de muitas lutas, de tantas causas, que o Sindilegis também estava torcendo de uma forma efusiva por sua vitória.

Dois gaúchos aqui já falaram de Paulo Paim, mas Paulo Paim não é patrimônio só do Rio Grande do Sul: Paulo Paim é patrimônio de todos nós, brasileiros. Então, a salva de palmas que eu peço é para Paulo Paim. *(Palmas.)*

Pode parecer estranho que estejam aqui representantes do setor público, mas não é. Daqui a pouco, a Lei nº 9.656 também vai tratar de planos de saúde do setor público. Já tramitam dezenas de projetos de lei nesse sentido. Inclusive, na Câmara, só ao PL nº 4.076, para vocês terem ideia, que é de 2001, existem 44 PLs apensados tratando das particularidades de planos de saúde no setor público.

Quero deixar também aqui a minha solidariedade aos meus companheiros trabalhadores da iniciativa privada. Nós, do setor público, somos solidários pelo fim do fator previdenciário, pela redução da jornada, pela redução das taxas de juros, porque significa criar novos empregos, significa materializar e dar concretude à noção de dignidade humana para todos, brasileiros e brasileiras.

Especificamente aqui, em nome do Sindilegis, mas também em nome da Confederação Brasileira dos Servidores do Poder Legislativo do Brasil e dos Tribunais de Contas, que congrega em sua base mais de 500 mil trabalhadores do Poder Legislativo, queremos pedir ao Presidente desta Comissão que apresente um requerimento para também discutir as particularidades dos planos de saúde do setor público. O Presidente Paulo Paim falou de uma esquisitice com relação aos comissionados de seu gabinete, mas isso corre também com os comissionados dos gabinetes de todos os Parlamentares, Senadores e Deputados.

As esquisitices não param por aí, Senador Paim. Nós, efetivos concursados, com relação aos nossos dependentes, sofremos também uma série de distorções

que precisam ser mais bem debatidas e aprofundadas, para que nós, em conjunto com os nossos representantes, possamos buscar alternativas viáveis. O Edson citou um caso específico do SIS, Sistema Integrado de Saúde, no Senado. Por um ato da Mesa de 29 de setembro, da Mesa Diretora desta Casa, o Ato da Mesa nº 16, foram desligados do sistema 3.166 vidas, sem qualquer aviso prévio, sem tempo para uma adequação e uma movimentação inclusive nossa, do Sindicato, para buscar alternativas. Temos inclusive uma consulta formulada à ANS, mas, lamentavelmente, eu costumo brincar com os meus colegas aqui, Dr. Maurício, ruim com a ANS, muito pior sem ela. Nós, servidores públicos, não temos sequer a proteção da ANS, enquanto não houver a alteração da Lei nº 9.656. Inclusive, eu registro aqui, de público, o meu agradecimento a sua assessoria, porque ela me tirou uma série de dúvidas. Ela é uma assessoria extremamente competente.

Eu gostaria que, nesse requerimento de audiência, fosse convidado também o Dr. Maurício, pela ANS, para que nós aprofundássemos esse' debate.

E eu gostaria de saber também, aproveitando a presença do meu colega, Dr. Papa, que é Diretor do Tribunal de Contas da União, para indagar se há alguma ação do TCU, como órgão de fiscalização externa, especificamente ao Sistema Integrado de Saúde, o SIS. E, se há alguma ação específica, como seria possível que a Comissão de Direitos Humanos tivesse acesso a esse processo, se é que ele existe. Ou, se é possível que nós provoquemos o TCU, para que haja um aprofundamento nas contas do SIS, porque, a final de contas, recebe aporte orçamentário e, todo mundo que recebe aporte orçamentário está sob fiscalização do Tribunal de Contas da União, que, registre-se, é a mais competente deste País. O Tribunal de Contas é tão competente que chega a incomodar certos setores. É porque eficientemente presta o seu auxílio em defesa da competência constitucional do Senado, da Câmara e do Congresso Nacional, que é a fiscalização e controle das contas públicas.

Nós, do Sindilegis, temos muito orgulho dos nossos colegas do Tribunal de Contas da União.

Então, mais do que agradecer, a gente aproveita a oportunidade para solicitar que V. Exª apresente o requerimento e que a gente faça uma discussão específica do plano de saúde do SIS, que é de autogestão, e que a gente consiga encontrar uma saída honrosa e digna para essas 3.166 vidas que, a partir de hoje, Senador, estão em descoberto.

Além disso, eu peço que V. Exª envide esforços junto à Mesa para que a gente consiga uma alternativa.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para informar, respondendo de forma positiva o Nilton, que já redigiram, vai haver uma pequena alteração e, nós vamos aprovar no fim desta audiência pública o requerimento solicitado por você, para que tenhamos aqui uma audiência pública só para discutir essa questão específica do plano de saúde aqui do Congresso.

Vamos só encaminhar ao pessoal para a redação final.

Com a fala do Nilton Rodrigues da Paixão Júnior, que é Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, o Sindilegis, nós concluímos o ciclo dos debatedores.

Mas como ele pediu uma salva de palmas para mim, e eu fui responder para ele e não dei as palmas, uma salva de palmas para ele, pela luta dele.

Nesse momento, vamos para as considerações finais, porque são 12h31. Eu acho que recolhemos tudo que foi dito, para que, a partir daqui, possamos encaminhar propostas, que pelo menos, estejam na linha de uma construção coletiva.

Eu confesso que em inúmeras audiências públicas que eu realizei – e hoje tivemos duas demonstrações, na questão dos motoristas e também dos comerciários – foi a partir de grupos de trabalho que nós buscamos soluções. Eu me lembro do projeto dos autistas, por exemplo. Era uma situação delicadíssima. Fizemos um grupo de trabalho e aprovamos um projeto para os autistas.

Eu recomendaria, e aqui todos os painelistas e o presidente podem nos ajudar, que a gente pensasse em uma reunião de trabalho para construirmos o caminho, no campo da negociação, as alternativas que a gente entenda viáveis para esse setor, que é tão importante que nós estamos aqui falando... Quando falamos de saúde, seja SUS ou plano de saúde, estamos falando de vidas e com vidas não temos o direito de vacilar. Temos de tentar encaminhar o mais rápido possível.

Eu vou encaminhar para as considerações finais de todos os nossos convidados. Peço que cada um seja breve. Mas, ao mesmo tempo, eu recomendaria, se assim vocês entenderem, que a gente pudesse marcar uma reunião de trabalho para discutir tudo o que foi colocado aqui e o caminho mais viável para as soluções.

Vou retomar a primeira mesa, passando a palavra a Denise Rodrigues Eloi de Brito, Presidente da União Nacional de Instituições de Autogestão em Saúde.

Eu pediria que cada um pudesse falar por algo em torno de 3 minutos, porque são muitos painelistas. Mas é um fechamento. Eu acho que o caminho é esse:

nós termos uma reunião de trabalho, podemos até aqui já articular qual o dia, a hora e onde seria.

Denise, por favor.

A SRª DENISE RODRIGUES ELOI DE BRITO – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu queria, em nome da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, mais uma vez, agradecer o convite á Unidas. Eu gostaria de nos colocar á disposição para esse grupo de trabalho. Foi muito prazeroso ver duas autogestões ratificando o que foi dito por nós na Mesa. Inclusive, o nosso Professor Edson Haubert, também quando colocou sobre a continuidade dos aposentados em seu plano de autogestão, eu havia abordado sobre essa prática já em nosso segmento. A nossa preocupação de aplicar a legislação, no que se refere ao art. 30 e ao art. 31, de uma forma assertiva, inclusiva, porém, que não traga nenhum prejuízo para o equilíbrio econômico financeiro das nossas caixas de assistência, das fundações, das administradoras de recursos humanos e das associações de trabalhadores.

Quando no início falei sobre o artigo, referi o consumidor, e não trabalhador e servidor público. Referi a nossa diferente relação com o nosso beneficiário, quando não o enxergamos como consumidor, uma vez que participam de nossas associações – e os senhores podem confirmar isso, tanto na gestão quando no custeio. E a nossa relação é um pouco divergente ou diferente daquela relação com os outros segmentos de saúde.

Nós queremos, inclusive, nos colocar à disposição do Dr. Victor Ferreira, na luta pelo plano e pela manutenção do plano dos ferroviários. Nós estamos juntos nessa luta.

Queremos nos colocar à disposição do colega Nilton Rodrigues, na luta por essas vidas que a gente perde oportunidade de acolher no SIS.

E, mais uma vez, queremos colocar nossa instituição à disposição desta Casa, porque a nossa missão realmente é essa. Nosso objetivo maior é a prestação da assistência à saúde. Nós, como cidadãos, temos essa obrigação frente à sociedade brasileira.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Srª Denise.

Se o Levi quiser fazer uma consideração em relação ao evento (Pausa.) O Levi abre mão.

Então, passo a palavra ao Celso Amaral de Miranda Pimenta e o Júlio César, se entenderem de fazer uma consideração.

Acho que o Júlio vai fazer. *(Pausa.)*

O SR. JÚLIO CÉSAR SILVA – Primeiro, quero agradecer. Foi uma honra ter participado desta Comissão. Acredito que todos os palestrantes trouxeram. O Dr. Maurício, nós conversamos e ele mencionou a limitação da legislação. A agência não tem como fazer estudos atuariais sobre a coparticipação, por exemplo, se o foro seria o encaminhamento do Senador Paulo Paim.

A nossa central sindical entende o encaminhamento desta reunião. Entendo que essa reunião poderia ser o mais breve possível, como o Senador falou, com vidas a gente não pode perder tempo.

E a nova central coloca a disposição pessoas técnicas aos sindicalistas para participarem e tentar achar um ponto, e esse ponto é a paz social. Nenhum de nós aqui procura inviabilizar, Dr. Maurício, nem tumultuar. Ao contrário, nós queremos apontar o problema do trabalhador.

Eu falo muito que esses termos que nós usamos, coparticipação, a lei, a resolução normativa, Consu, câmaras técnicas, isso para nós é muito fácil de entender. Mas para o trabalhador, explicar para ele a coparticipação é muito complicado.

Então, quanto à participação dos trabalhadores, estamos disponíveis e só aguardando o agendamento de V. Exª.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, ao final das considerações finais, a gente vai propor data, hora, dia e local.

Raimundo Nonato dos Santos, aqui, fala pela UGT, representando Ricardo Patah.

O SR. RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS – Senador, a gente quer agradecer e dizer da felicidade de a gente, primeiro, compartilhar um momento histórico que foi a entrega do documento para a regulamentação da categoria "comerciário", e falo como comerciário. Nós os comerciários brasileiros estamos de parabéns. Eu acho que esse momento foi muito singular, quando sentamos à mesa, encontramos a solução e trouxemos para esta Casa dar um encaminhamento legal.

Parabéns ao Senador, parabéns à nossa confederação, parabéns a todos que estiveram imbuídos nesse trabalho da regulamentação da categoria.

Ademais, queremos agradecer o convite que nos foi formulado. Estou aqui na representação do Presidente da UGT, que me solicitação nesse sendtido. Vim para a discussão. Acho que a nossa pequena colaboração... Estamos no caminho correto, eu acho que estamos fechando no sentido em que sentamos à mesa para encontrarmos um entendimento, para que não haja prejuízo nem para um lado nem para o outro, especialmente para os trabalhadores brasileiros. E que também a conta não sobre só para nós. Está na hora também de o capital mostrar a sua parte, apesar de não ser muito solidário. Mas está na hora de ele tentar mostrar a sua parte também em termos de divisão

social. Em uma sociedade, temos de ter esse equilíbrio. Se não tivermos esse equilíbrio, não chegamos a nenhum denominador comum.

E você tem feito esse trabalho muito bem.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Raimundo Nonato dos Santos, que falou em nome do Patah, UGT.

Arnaldo Gonçalves, Secretário Geral do Sindicato Nacional dos Aposentados, que aqui representou o Paulinho, Força Sindical.

O SR. ARNALDO GONÇALVES – Senador, eu gostaria de parabenizar por essa iniciativa, por esse debate. Eu acho que foram apresentadas várias questões importantes. E eu acho que essa proposta de criar um grupo de trabalho para que a gente implemente as propostas aqui apresentadas, e tiremos conclusões, esse encaminhamento é muito positivo.

Nós nos colocamos à disposição para o que precisar, para colaborar. Nós estamos sempre dispostos a atender o chamado de V. Sª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Eu gostaria de informar ao Plenário e ao Arnaldo que o Paulinho me ligou e disse que não foi votado hoje, que ele encaminhou uma proposta para que o colégio de líderes se reúna. Votaremos, então, na semana que vem aquela questão da emenda dos aposentados, de que ele é autor na Câmara e eu, no Senado.

Então, sob controle. Por isso não foi preciso não foi preciso eu me deslocar para lá. Ele disse: "não é preciso. Aqui está sob controle".

Mas na semana que vem será preciso fazer uma carga pesada lá, como a gente diz.

Quero passar a palavra agora para Lourenço Ferreira do Prado, coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, para as suas considerações finais.

O SR. LOURENÇO FERREIRA DO PRADO – Em primeiro lugar, quero agradecer ao eminente Senador Paulo Paim, pelo convite para participar desse debate de importância fundamental para aqueles que usam os planos de saúde no Brasil. Que realmente se estabeleça um processo de justiça, no qual quem perde o emprego e quem se aposenta continue a usar esse tipo de serviço. A gente sugeriria até que a empresa inicialmente sustentasse financeiramente o pagamento dessa pessoa que perde o emprego.

Quero dizer que as considerações feitas aqui pela representante da Unidas foram muito importantes e de grande relevância. Também aqui a representação dos trabalhadores trouxe aportes que eu considero bastante relevantes.

A gente espera que essas propostas que o Presidente da Agência Nacional da Saúde, ANS, expôs para nós realmente sejam transformadas em realidade – e eu as achei bem razoáveis dentro da minha concepção.

E quero dizer mais uma vez que fica de pé ainda. Não é nenhuma provocação, como disse o eminente consultor jurídico da Unimed, a nossa proposta de que haja uma tripartição na gestão dos planos de saúde. O Consu, como se diz, é apenas a parte do Estado, são diversos ministros de Estado. Então, que realmente esse Consu, o Conselho Nacional de Saúde Suplementar, seja realmente integrado de forma tripartite, pelo Estado, pela representação dos trabalhadores, dos planos de saúde, etc, e também pelos trabalhadores.

Era isso, Senador.

Mais uma vez, muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns ao Lourenço Ferreira do Prado, Coordenador interino do Fórum Sindical dos Trabalhadores pelas suas contribuições.

Passamos a palavra ao Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde, ANS, Maurício Ceschin.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Senador, faço minhas as mesmas palavras dos que me antecederam e dos que, com certeza, vão falar depois, no sentido de agradecer a oportunidade, ressaltar a importância do tema, ressaltar a sua atuação ativa neste tema e dizer que a ANS vai participar desse grupo de trabalho de forma muito ativa, espero eu. Estaremos presentes nessa discussão, que interessa à sociedade, que interessa aos trabalhadores e interessa à Agência Nacional de Saúde Suplementar, como órgão regulador, porque entendemos que temos um grande desafio pela frente, o desafio de nós gerarmos riqueza suficiente para a cuidar das pessoas que trabalharam por este País ao longo de muitos anos.

Eu tenho dito e a agência tem se preocupado, tanto que tem um tema específico para os idosos, temos uma agência específica para idosos, de que a dignidade de um País se mede também pela forma como ele trata as pessoas idosas, os aposentados e os trabalhadores que contribuíram para a sua riqueza.

A agência está preocupada com isso, tem propostas a fazer, tem discussões a serem feitas, tem se debruçado sobre esse tema há mais de um ano com consultas, câmaras técnicas e discussões internas.

Esses avanços, que entendemos como avanços, nós pretendemos votá-los em diretoria colegiada brevemente e sair com uma resolução normativa – o que não impede, de forma alguma, a continuidade das discussões, porque ele não esgota o tema. Muito pelo contrário, ele abre novas discussões. E eu entendo muito oportuno esse grupo de trabalho porque vai dar mar-

gem a termos contribuições de muitos outros autores, naquilo que é muito importante, que a sustentabilidade de longo prazo do sistema de saúde suplementar e do sistema de saúde como um todo.

Nós precisamos encontrar formas de gerar riqueza para isso.

É evidente que o idoso, por si só, não pode fazer isso. Toda sociedade tem que fazer para que, no futuro, quando ficar idosa ela goze dos mesmos benefícios daqueles que a precederam.

Então, eu agradeço a oportunidade. Fique certo que a Agência Nacional de Saúde está à disposição para dar a sua contribuição e participar do debate, de forma bastante ativa, espero eu.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Maurício Ceschin, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde.

Vamos ver no final. Eu estou propondo que se você pudesse chamar a primeira reunião do grupo de trabalho no espaço que você entender mais adequado, a partir dessa audiência pública, seria importante. De preferência aqui em Brasília, se você assegurar isso.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Só para lembrar que a sede da Agência é no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...já me alertou.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – E o nosso espaço aqui é muito pequeno. Mas no que Agência puder contribuir nós estamos à disposição, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – No final , a gente amarra aqui. O espaço eu consigo. É importante que alguém assuma. Se você puder, como Presidente...

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Isso a gente combina. Não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Se você puder indicar um dia e uma hora, eu até facilito o espaço da Comissão, porque você é que vem do Rio.

O SR. MAURÍCIO CESCHIN – Não, mas a gente se submete. O espaço que houver aqui para discussão e a oportunidade que o senhor tiver, a gente se adéqua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Então, eu já peço à assessoria que pense em um dia para que esse grupo de trabalho se reúna, aqui mesmo na Comissão. Até o fim do último orador para as considerações finais, eu quero amarrar esse dia e hora.

O compromisso é deles agora, eu fiquei aqui...

Passamos a palavra ao Sr. Uriel de Almeida Para, Diretor do Tribunal de Contas da União, para as suas considerações finais, também no prazo de três minutos.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Bom, inicialmente, quero agradecer ao Exmº Senador Paulo Paim pelo convite feito ao TCU para participar desse relevante e interessante debate.

São crescentes as preocupações e os desafios do setor de saúde suplementar. Na mesma medida, aumenta a tensão do Tribunal de Contas da União quanto à regulação exercida pela ANS no setor de saúde suplementar.

Então, quero ratificar, reforçar que o TCU sempre dará a máxima celeridade e atenção aos temas de interesse desta Comissão e, mais uma vez, agradecer.

Na medida do possível, vamos atender também ao pedido do Sr. Nilton Paixão que foi feito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Uriel de Almeida Papa, diretor do Tribunal de Contas da União, colocando-se também à disposição.

Passamos, de imediato, a palavra – se ele se encontrar aqui ainda – ao Dr. José Cláudio Ribeiro Oliveira, assessor jurídico da Unimed. (*Pausa*.)

Acho que ele já se retirou.

Então, passamos a palavra para o José Cechin, diretor executivo da FenaSaúde.

O SR. JOSÉ CECHIN – Senador Paim, o tema tratado aqui é da maior relevância, por vários aspectos; porque envolve vidas, e só isso já justificaria.

Eu queria enfatizar as palavras que o Maurício disse: precisamos pensar em sustentabilidade. Às vezes, conversando com o desembargador, em São Paulo, ele retorna sempre com o tema um pouco saudosista, que dizia: "Plano bom era aquele que nos atendia, o Interclínicas. Não havia burocracia nenhuma, eram os melhores hospitais, eu podia levar o namorado da minha filha, a avó, etc." O que aconteceu com ele? Então, as coisas têm custos. Temos que ter clareza disso e temos que achar uma forma de reparti-las, solidariamente, entre muita gente, mas pensando sempre que as próprias instituições – estou imaginando aqui as empresas – têm que sobreviver, porque é delas que tiramos o nosso próprio sustento. Quando falo instituições, refiro-me à empresa empregadora. Lembremo-nos da GM americana, que faliu. Ela carregava 440 mil aposentados em seu plano de saúde e ela o entregou para o sindicato e disse: administre. Pagou um bom dinheiro para isso. Não queremos chegar a essa situação nós aqui.

O debate é extraordinariamente importante porque envolve gente, põe de público, expressa o problema, dá oportunidade a pessoas de se manifestarem.

Também considero muito importante a iniciativa da agência de ter tomado esse tema, com base em várias questões que aparecem na operacionalidade desses dispositivos, e de tentar clarear dispositivos pouco claros e introduzir dispositivos que atendam aos interesses do direito dos consumidores, dos beneficiários. Há importantes avanços nesse lado aí.

Agradeço muito o convite, e a FenaSaúde estará sempre à disposição para a sua convocação, para as convocações da agência, para os trabalhos e a construção de um sistema de saúde que atenda a todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi José Cechin, que representou aqui o presidente da FenaSaúde.

Se todos concordarem, embora faltem mais dois, a reunião de trabalho seria para o dia 08.11, às 14 horas, nesta mesma sala – daqui a uma semana. Pode ser dia 08.11?

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Isso é coisa de sindicalista. Porque, se eu mandasse levantar a mão, aí seria outra coisa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Às 14 horas, nesta mesma sala. Ela vai estar à disposição para recebê-los.

Passamos a palavra, neste momento, ao Prof. Victor José Ferreira, representante da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários.

O SR. VICTOR JOSÉ FERREIRA – Quero reiterar a nossa gratidão ao Senador Paulo Paim, não apenas por essa iniciativa, mas, como disse aqui o Prof. Edson, por toda a sua trajetória de coerência e de luta em prol dos direitos humanos e das pessoas. Quero agradecer e parabenizar por esta iniciativa, que congregou aqui pontos de vista diferentes – isso é muito bom, não ficar com uma visão unilateral –, e também cumprimentar o Senador pela operacionalização imediata. Como dizia o Odorico Paraguaçu, não adianta ficar nos "entretantos", temos de ir para os "finalmentes".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Exato.

O SR. VICTOR JOSÉ FERREIRA – E, com o senhor, a gente já sai daqui com uma proposta de caminhada.

Muito obrigado, então, em nome da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Prof. Victor José Ferreira, que falou pela Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários.

Então, neste momento, passo a palavra para o Prof. Edson Guilherme Haubert, presidente do Mosap.

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Em primeiro lugar, não sou professor, não; sou aluno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É professor porque é mestre de todos nós aqui, pela experiência.

O SR. EDSON GUILHERME HAUBERT – Sou servidor público aqui do Senado.

Quero reiterar o que eu disse antes, em relação ao Senador Paulo Paim, e dizer da felicidade que eu tenho ao receber o telefonema, agora, do meu filho – acho que ele está me ouvindo –, em que ele disse: "Pai, por amor de Deus, me ajude no plano, porque eu..." A partir desses dias, ele está fora. Ele e uma filha minha, que são médicos, mas estão sem plano nenhum. Eu disse: "Não se assuste; estamos tratando disso aqui agora e vamos achar uma solução."

Mas eu queria parabenizar cada um dos senhores que aqui estão e dizer que, enquanto nós servidores ou aposentados ou trabalhadores aposentados e pensionistas tivermos vida, tivermos condições de saúde – se não de plena saúde, mas, em todo caso, com vontade de ter saúde plena –, nós vamos sempre estar antenados nos assuntos que dizem respeito a todos que pertencem à nossa sociedade brasileira. E oxalá essas cruzadas pela derrubada da corrupção e outras questões mais aí que o nosso País está enfrentando possam vir a ajudar a haver mais recursos em favor da sociedade brasileira. O nosso País é muito rico, tem muitas potencialidades, e isso certamente vai nos ajudar a termos uma sociedade alegre, feliz, idosa, não velha e não inativa, mas sempre ativa, em prol dos nossos objetivos maiores.

Parabéns ao Senador Paulo Paim, uma vez mais. Onde ele estiver, nós estaremos juntos, porque as causas dele são as nossas causas.

Quero parabenizar os demais membros e dizer que nós servidores públicos queremos contribuir para essa melhoria das condições e da dignidade de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Edson Guilherme Haubert, presidente do Mosap.

Agora, Nilton Rodrigues da Paixão Júnior, presidente do Sindilegis.

O SR. NILTON RODRIGUES DA PAIXÃO JÚNIOR – Mais uma vez, quero registrar aqui o brilhantismo da iniciativa, e registrar o nosso agradecimento.

Faço coro e reforço a fala do Lourenço em defesa da representação tripartite, mas defendo uma outra representação: a quadripartite – dos servidores públicos também, porque temos plano de saúde.

E reitero a minha pergunta ao colega do TCU sobre se há ou não uma auditoria especial, ampla no SIS. Se não houver, que seja solicitada, por esta Comissão, uma ampla auditoria com relação à aplicação dos recursos do SIS, à avaliação dos padrões praticados de autogestão – nós entendemos que a autogestão é muito importante, mas é preciso avaliar também os padrões praticados de autogestão –, à verificação dos preços praticados aos prestadores do SIS, enfim, outros detalhes, saúde financeira.

Pergunto se há já alguma coisa em tramitação no TCU e, se não houver, se é possível que a Comissão solicite isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o líder Nilton Rodrigues Paixão Júnior, do Sindilegis.

Agora, antes de encerrar, teremos dois requerimentos extrapauta que vamos colocar em votação. Um se refere exatamente à questão do SIS.

Aqueles que concordam que haja uma audiência pública para debater esse plano permaneçam como se encontram.

Então, ele entrará extrapauta.

E, no outro, queremos discutir, junto à Peça Orçamentária e ao Plano Plurianual, a questão dos direitos dos aposentados – que tem a ver –, das mulheres, dos deficientes e também dos discriminados – negros, índios e tantos outros.

Aqueles que concordam também com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovada a entrada em extrapauta dos dois requerimentos.

Agora, nós vamos votar o mérito.

O primeiro, que tem de interesse exatamente a você, Nilton, diz o seguinte:

ITEM Nº 2
REQUERIMENTO Nº 147-CDH, DE 2011

"Com fundamento no disposto no Art. 93, inciso II, do RISF, REQUEIRO a realização de audiência pública a fim de ouvir o Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal - SIS em relação as alterações do plano coorporativo. Os convidados serão indicados posteriormente perante a secretaria da comissão."

Autoria: Senador Paulo Paim

Por isso eu disse que não precisaria lhe responder agora. Quem sabe nós convidamos o Tribunal de Contas para ser um dos convidados. Ou seja, seria pauta dessa audiência pública, inclusive, a proposta que você apresentou.

Então, aqueles que concordam com o mérito desse requerimento para uma audiência pública para discutir o SIS permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos marcar a data.

O outro requerimento:

ITEM Nº 1
REQUERIMENTO Nº 146-CDH, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 145-CDH, de 2011, que trata de audiência pública para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual, quadriênio 2012-2015, e na proposta do Orçamento Geral da União de 2012, a inclusão do debate dos direitos sobre a liberdade de crença dos idosos, de negros, índios, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes e pessoas LGBTs.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Esse requerimento é assinado pela Senadora Lídice da Mata e também por mim.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O requerimento anterior é assinado por mim e, naturalmente, por outros Senadores.

Estão aprovados os dois requerimentos.

Eu só posso, neste momento, agradecer a todos por esse debate e pelo encaminhamento que tivemos aqui.

Teremos, então, uma reunião de trabalho – o Levi e a sua Confederação também está convidado, se assim entender –, no próximo dia 08.11.2011, às 14 horas.

Meus cumprimentos a todos.

Nós temos que enfrentar esse debate da saúde com toda a sua complexidade, seja o SUS e também o plano de saúde.

Oxalá Deus nos ilumine e a gente busque soluções que sejam melhores para todo o nosso povo, toda a nossa gente.

Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 59 minutos.)

ATA DA 84ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS

E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2011, SEGUNDA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e dezenove minutos do dia sete de novembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim e Cristovam Buarque.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 143, de 2011–CDH, aprovado em 20/10/11, de autoria do Senador Paulo Paim, a fim de debatermos a situação dos quilombos no Brasil. Convidados: Edmilton Cerqueira, Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que substitui o Ministro Afonso Bandeira Florence; Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria da Presidência da República, que substitui o Ministro Gilberto Carvalho; Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, em representação ao Senhor Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do INCRA; Deputado Federal Amauri Santos Teixeira – PT/BA; Eloi Ferreira de Araujo, Presidente da Fundação Cultural Palmares; Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Ministra Luiza Helena de Bairros, Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial; Francisco Orlando Costa Muniz, Advocacia Geral da União – AGU; e Didier Dominique, Coordenador Nacional do Movimento Batalha Operária do Haiti. Às dez horas e trinta e oito minutos o Senhor Presidente passa a presidência para o Senhor Senador Cristovam Buarque. Às onze horas e dezenove minutos a reunião é interrompida por manifestantes Quilombolas de diversas regiões do Brasil. Às onze horas e quarenta e nove minutos o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque devolve a Presidência para o Senador Paulo Paim. Às dez horas e cinquenta e sete minutos o Senhor Presidente retoma os trabalhos. O Senhor Presidente franqueia a palavra para diversas lideranças quilombolas presentes no plenário da Comissão. **EXTRAPAUTA. ITEM ÚNICO. Requerimento nº 148-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública a fim de debater o julgamento da "Lei da Ficha Limpa" no Supremo Tribunal Federal. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim e Cristovam Buarque. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 84ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos à nossa audiência pública, nos termos do Requerimento nº 143, de 2011 – CDH, aprovado em 20/10/2011, de autoria do Senador Paulo Paim, "a fim de debatermos a situação dos quilombos no Brasil".

Há uma lista de convidados para este evento.

Pergunto se a assessoria já montou as duas Mesas. Estão montadas as duas Mesas? Qual é a Mesa 1? Qual é a Mesa 2? Os senhores já as montaram ou não? (*Pausa.*)

Permitam-me fazer uma rápida introdução, já que esta nossa audiência pública é transmitida pela TV Senado – são nove canais – para todo o País.

Peço que os senhores desliguem os celulares, porque isso nos ajuda. Se alguém tiver de atender ao celular, peço que o faça no corredor, porque ele dá interferência direta nos debates, nos nossos trabalhos.

Informa-me a assessoria que as duas salas que ficam ao lado desta, as Salas nºs 9 e 3, estão disponíveis para que os companheiros e companheiras possam assistir ao nosso debate sentados. Os que quiserem ficar aqui poderão fazê-lo de acordo com o limite da Comissão.

Sejam todos bem-vindos!

Hoje, a Comissão de Direitos Humanos vai debater a situação dos quilombolas no Brasil. O termo "quilombo", segundo o Ipea, remete à denominação nacional dada, na época colonial, às comunidades formadas pelos escravos foragidos das fazendas, que se instalavam em regiões de difícil acesso para se protegerem da perseguição de seus antigos donos e também do governo da época.

Há registro de quilombos espalhados pelas cinco regiões brasileiras. Ainda há quilombos no Rio Grande do Sul, onde faremos uma diligência na próxima semana, quando levaremos esta Comissão para aquele Estado. Na Assembleia Legislativa, no auditório Dante Barone, contaremos com a presença de centenas de

quilombolas para debater a questão dos quilombos no Estado. Lá a questão está mais centrada no Quilombo de Morro Alto. Depois do dia 16, farei uma audiência pública no território quilombola, dentro do próprio quilombo, para que o Brasil conheça um pouco mais os quilombos no Rio Grande.

Também faremos debates sobre a questão quilombola em Pernambuco, na Bahia, em Goiás, em Mato Grosso, em Minas Gerais, no Pará, no Rio de Janeiro, onde a resistência continua viva e firme. Com certeza, isso também ocorrerá no Maranhão e em todos os Estados. Aqui, diz-se "alguns e outros".

Quero também destacar que a falta de conhecimento das terras ocupadas pelos quilombolas, as ameaças de expropriação de seus territórios, a ausência de serviços sociais, como saneamento básico, água tratada e educação básica, são questões que vamos debater.

Nosso povo quilombola precisa de apoio e de proteção. É símbolo e herança cultural máxima da nossa gente. Merece atenção, proteção e, mais do que isso, garantia de dignidade e promoção dos direitos humanos.

O Projeto de Lei nº 131 cria os Quilombos do Amanhã. Na verdade, apresentei esse Projeto, que, se fosse aprovado, criaria o que chamo de Quilombos do Amanhã, para que, nos quilombos, houvesse estrutura para o esporte, para o lazer, para a cultura, para a dança, enfim, para tudo que entendemos ser adequado e que poderia existir num centro olímpico. Se dependesse do meu projeto, criaríamos em cada comunidade quilombola um centro olímpico, com toda a estrutura, como existe hoje nos bairros das grandes cidades.

O Senado Federal, mais uma vez, traz esse debate aqui, para o povo brasileiro conhecer mais a história e a realidade de nossa gente.

Então, a partir deste momento, vamos passar a montar a nossa Mesa.

Em primeiro lugar, com enorme alegria, chamo para compor a Mesa a nossa Ministra Luiza Helena de Bairros, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. (*Palmas.*)

Em todas as Comissões, quando um Ministro vem aqui, é o Ministro que decide quando deve falar e quando deve encerrar a sua fala, se deve falar, se fala toda hora. A Ministra é que manda aqui, ouviu? Mas os senhores sabem que também vão falar.

Na sequência, convido para compor a Mesa o Sr. Edmilton Cerqueira, Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que representa aqui o Ministro Afonso Bandeira. (*Palmas.*)

Chamo também o Sr. Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria da Presidência da República, que, aqui, representa o Ministro Gilberto Carvalho. (*Palmas.*)

Chamamos também o Sr. Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, que, aqui, representa o Sr. Celso Lisboa de Lacerda, que é o Presidente. Seja bem-vindo, Richard! (*Palmas.)*

Essa será a primeira Mesa.

Na segunda Mesa, estarão aqui o Sr. Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais; o Sr. Elói Ferreira de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares; o Sr. Francisco Orlando Costa Muniz, da Advocacia-Geral da União; e o Sr. Didier Dominique, Coordenador Nacional do Movimento Batalha Operária do Haiti, que também pediu que tivesse direito a usar da palavra.

Quero dizer que não importa qual é a primeira Mesa e qual é a segunda Mesa. Todos terão espaços iguais, a não ser a Ministra, naturalmente, para exporem seus pontos de vista sobre o tema.

Não sei se a Ministra gostaria de abrir...

A SRª LUIZA HELENA DE BAIRROS (*Fora do microfone.*) – Primeiro, vou ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Ministra falará no momento que entender mais adequado.

Registro a presença aqui do Deputado Federal Amauri Teixeira, do PT da Bahia. (*Palmas.*)

Vamos encontrar uma cadeira à mesa para o nosso Deputado, meus amigos! Seja nosso convidado aqui, Deputado.

Vou seguir a ordem de chamada à mesa.

Passamos a palavra, de imediato, para falar sobre o tema, ao Sr. Edmilton Cerqueira, Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que falará em nome do Ministro Afonso Bandeira Florence.

O SR. EDMILTON CERQUEIRA – Bom dia a todas e a todos!

Gostaria de, inicialmente, saudar os companheiros e as companheiras, os quilombolas que vieram de vários lugares do Brasil para participar desta audiência pública no dia em que a Conaq está fazendo o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Direitos Quilombolas e também organizando a marcha nacional em defesa dos direitos quilombolas.

Então, quero saudar a todos e a todas que vieram dos lugares mais distantes do Brasil para participar, aqui em Brasília, na Capital da República, de vários eventos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas.

Gostaria de saudar a Mesa e também de parabenizar, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, que

sempre foi um defensor histórico, incansável, dessa causa quilombola, seja no seu Estado de origem, o Rio Grande do Sul, como nacionalmente, e que mais uma vez cumpre relevantes serviços a essa causa ao convocar esta audiência pública para tratar dos direitos dos quilombos; a Ministra Luiza Bairros, da Seppir, Paulo Maldos, da Secretaria Geral da Presidência da República, Richard, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, o Deputado Amaury, nosso conterrâneo lá da Bahia, e o Elói Araújo, Presidente da Fundação Palmares.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Edmilton, permita que eu lembre só o Plenário de que cada convidado vai ter dez minutos, a campainha toca, e depois tem mais cinco.

O SR. EDMILTON CERQUEIRA – Quero dizer que o Ministro Afonso Florence não pôde estar presente neste evento por conta de compromissos que já tinha assumido anteriormente, mas que deseja a todos os participantes desta audiência pleno êxito e que podem continuar contando com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para impulsionar as reivindicações que vêm da comunidade quilombola naquilo que é pertinente ao Ministério.

Vou passar algumas políticas que o MDA vem implementando ao longo dos últimos anos, para que possamos perceber esse trabalho.

O MDA tem participado de políticas, planos e programas nacionais relacionados às comunidades quilombolas, dentre eles o Programa Brasil Quilombola, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, o Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar e o Programa Terra Legal, regularização fundiária da Amazônia Legal.

Também o Ministério tem participado de conselhos e comissões relacionados às comunidades quilombolas, dentre eles o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o CNPIR, o Comitê Gestor do Programa Brasil Quilombola, o PBQ, que é coordenado pela SEPPIR, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do MDS e do MMA, a Comissão Permanente de Povos e Comunidades Tradicionais, a CP5, no âmbito do Consea, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, e do Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, o Condraf.

Ações específicas do MDA para comunidades quilombolas: temos a regularização fundiária, que é realizada pela autarquia vinculada ao Ministério, o INCRA – o companheiro Richard, na sua fala, vai abordar essa política; temos também assistência técnica e extensão rural; o apoio ao desenvolvimento sustentável e também fomento a estudos e pesquisas referentes às comunidades.

Existem outras ações do Ministério que também contemplam as comunidades quilombolas, dentre elas o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o PNDTR, temos o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras e o Programa Territórios Digitais.

Um dos projetos que nós temos são os Territórios da Cidadania, um projeto de articulação e acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas de desenvolvimento rural nos Territórios da Cidadania. É um projeto que visa fortalecer as organizações comunitárias, as lideranças, para que tenham atuação nos Territórios da Cidadania. Esse projeto abrange 21 Estados, 38 Territórios da Cidadania e são contempladas 580 comunidades.

Outra política em que o MDA também está inserido é o Plano Brasil sem Miséria, que foi lançado pela Presidenta Dilma no mês de junho. O Plano Brasil sem Miséria é coordenado pelo MDS e, no meio rural, a responsabilidade por ele é do MDA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com várias ações voltadas para erradicar a miséria no meio rural.

Dentro do Plano Brasil sem Miséria, foi construída uma chamada, ATER Quilombola, que visa dar prestação de serviço e assistência técnica e extensão rural a famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade social. Essa chamada tem duas rotas de inclusão, uma que abrange o mapeamento das carências das famílias, documentação, acesso a benefícios sociais, alfabetização, casa, água, luz e estradas. E outra rota, que é a de inclusão produtiva, que prevê a estruturação da produção para autoconsumo e a comercialização do excedente, além do acesso das famílias às demais políticas voltadas para a agricultura familiar.

Essa chamada ATER Quilombola tem a parceria do MDA, do MDS, da SEPPIR, da Fundação Palmares e da SPU. Atingirá 5.520 famílias, no valor de R$9,275 milhões, sua previsão é de 15 meses e serão beneficiárias famílias que possuem renda mensal inferior a R$70,00, conforme consta no Programa Brasil sem Miséria. E as mulheres terão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Edmilton, vou fazer um cortezinho, sei que você vai entender.

Primeiro, uma salva de palmas para o Senador Cristovam, comprometidíssimo com essa causa. *(Palmas.)*

Deixem-me explicar para vocês aqui. Somos muito poucos que atuamos em todas as áreas. O Cristovam é um desses. E neste momento, lá na Comissão de Orçamento, está começando o debate do reajuste dos aposentados que ganham mais do que o salário mínimo. E o Relator, o Senador Vital do Rêgo, está aguardando para eu ir lá e abrir a reunião com as entidades dos aposentados e sindicalistas de todo o País.

Então, eu combinei com o grande Senador aqui, que já foi ministro, vai ficar ao lado da Ministra, que eu vou lá, participo da abertura da reunião, defendo o ponto de vista de que os aposentados têm que ter reajuste integral, acompanhando o crescimento do mínimo, e retorno para cá, ao lado do nosso Senador, da ministra e de todos vocês.

Eu quero saber se vocês me liberam para ir lá defender os aposentados, e volto aqui. Posso ir lá numa corrida? *(Palmas.)*

O Senador Cristovam assumirá a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada um e a cada uma. Eu não poderia, de maneira alguma, faltar, deixar de estar aqui nesta audiência, apesar de todas as outras atividades. Lamento não ter chegado antes, no início da fala do Edmilton. Mas estou satisfeito com a ministra, com o tema e de estar aqui no lugar desta grande figura brasileira, que é o Senador Paim. E, como substituto dele, passo imediatamente a palavra de volta ao Edmilton.

O SR. EDMILTON CERQUEIRA – Obrigado, Senador. Bom dia também.

Ainda falando sobre a chamada de Ater Quilombola, ela estará presente em oito Estados – Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo –, atingindo 69 Municípios.

E o que essa chamada de Ater, de assistência técnica, de extensão rural para as comunidades quilombolas, prevê? Um diagnóstico da unidade de produção familiar, um diagnóstico da unidade de produção coletivo, ou seja, da comunidade.

Depois, de posse desse diagnóstico, será elaborado um projeto de estruturação produtiva e social familiar e também um projeto de estruturação produtiva e social coletivo, da comunidade.

Está prevista a distribuição de sementes e um fomento também no valor de R$2,4 mil, a fundo perdido, ou seja, as famílias não precisarão devolver esse recurso, conforme prevê o próprio Plano Brasil Sem Miséria.

O Plano Brasil Sem Miséria, na verdade, tem fôlego, é um plano de alguns anos. Então, essa é a primeira chamada. Teremos outras chamadas no decorrer desse processo. Começamos com essas comunidades, mas será ampliado a outras, no decorrer do processo.

O MDA vem buscando fortalecer e ampliar as suas políticas direcionadas tanto a comunidades quilombolas como a demais povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, está em fase de implantação uma diretoria de política para povos e comunidades tradicionais nos quais as comunidades quilombolas estarão inseridas. Foi criado recentemente, no âmbito do Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável –, vinculado ao MDA, um comitê permanente de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Nesse comitê, a Conaq tem assento, tem representação, assim como o próprio Condraf.

Também está em andamento um processo de identificação de povos e comunidades tradicionais nas áreas de atuação do Programa Terra Legal.

Também foram incluídas ações nos Plano Plurianual 2012-2015 e na chamada de que acabei de falar, a Chamada Pública 03/2011, para 5.520 famílias quilombolas em situação de vulnerabilidade social, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, que foi lançado no mês de junho pela Presidenta Dilma, e as comunidades quilombolas também serão contempladas a partir desse plano.

Então, seriam essas as considerações que teria a fazer, mostrando um pouco, de forma bem resumida, até por conta do tempo que temos – há outras pessoas do Governo na Mesa que se manifestarão também –, para mostrar a vocês um pouco da política que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem implementando, tendo consciência de que esse trabalho precisa ser ampliado, precisa ser estendido, cada vez mais, para um número maior de comunidades quilombolas no Brasil. E esta é exatamente a ideia: cada vez mais, ampliar e fazer que essas políticas cheguem a um número maior de comunidades.

Muito obrigado por esta fala inicial.

Quero parabenizar a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas pelos seus 15 anos de existência, que está demonstrando, neste 7 de novembro, que está cada vez mais forte, cada vez mais organizada e com o firme propósito de continuar lutando pelos direitos dos quilombos no Brasil. Então, uma saudação inicial muito forte, muito especial à Conaq. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Edmilton Cerqueira e passo a palavra ao Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República e aqui está substituindo o nosso grande Ministro Gilberto Carvalho.

O SR. PAULO MALDOS – Bom dia a todos e todas. Bem-vindos vocês todos e vocês todas. É uma

honra receber os povos quilombolas nesta Casa, onde são feitas e aprovadas as leis do País. A presença de vocês enobrece o Congresso Nacional.

Estou aqui em nome do Ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e é nosso papel o diálogo com a sociedade brasileira e seus diferentes setores. É nosso papel escutar as demandas, as propostas, os projetos, e também contribuir no encaminhamento dessas demandas, dessas propostas no interior do Governo e fortalecer a participação social no Governo da Presidente Dilma, respeitando a autonomia dos povos, das comunidades, dos movimentos.

Queria falar um pouco do que é para nós o significado da luta dos povos quilombolas. Para nós, a luta de vocês revela muito sobre a nossa história, sobre a história do Brasil e prova que sempre foi possível construir aqui uma sociedade mais justa.

Essa leitura que foi feita na parte da manhã, no início da reunião, pelo Senador Paim, sobre o que é quilombo, para nós, mostra essas coisas. Revela a nossa história, põe o dedo na ferida da nossa história, e também mostra que sempre foi possível construir uma sociedade diferente entre nós.

Vou me dar a liberdade de ler dois trechos bem curtinhos da fala do Joaquim Nabuco, conterrâneo do Senador, que, em 1870, 141 anos atrás, com 21 anos de idade, escreveu um texto chamado "Escravidão", em que já denuncia a situação da escravidão, e fala inclusive sobre os quilombos.

Vou ler dois trechos bem curtinhos. Diz ele, em 1870:

Chegou a nossa independência: afirmar perante o mundo a soberania do povo era negar a escravidão; se o direito à liberdade política vem da natureza, primeiro vem o direito à liberdade pessoal.

Bem pelo contrário, quando se podia melhor extinguir o cancro [ou o câncer] e repudiar no benefício do inventário as servidões herdadas da metrópole, abriram-se os braços à emigração africana, como se dizia, isto é, ao tráfico dos negros. Todos os crimes, que a imaginação pode conceber, desde o lançamento ao mar de centenas de homens vivos até a morte, no porão, por asfixia, de outros tantos desgraçados, tudo cai como uma responsabilidade enorme de sangue sobre nossa cabeça.

Eis por que hoje quando queremos livrar-nos de um abalo desse mal, não o podemos.

Ele tem a idade de nosso país [a escravidão]: nascemos com ele, vivemos dele. Foi como um vírus que se embebeu longos séculos em nosso sangue.

Depois, ele faz uma longa explicação sobre a luta pelo fim da escravidão. Refere-se aos quilombos, saúda a luta dos quilombos como uma luta importante, feita pelos próprios negros que fugiam das fazendas e construíam essas áreas, esses territórios de liberdade, dos quais vocês são os descendentes. Inclusive, ele se refere a Palmares e conta a história de Palmares. E finaliza assim, dizendo do quilombo dos Palmares:

"Todavia, o quilombo dos Palmares não devia ter o fim de uma horda de salteadores. Os mesmos historiadores que o caluniaram rendem justiça a seu heroísmo. Havia dominando a colônia e dominando o horizonte um grande outeiro que servia de atalaia ao reduto: foi do alto dele que se precipitaram o Zumbi e os seus principais companheiros de armas. Livre era aquela população como as hordas de sua primeira pátria; no sei dela, mesmo os que tinham visto o céu da África eram muito poucos; quase todos tinham nascido naquele mesmo torrão e não conheciam os ferros do cativeiro: foi por isso que tanto heroísmo apareceu entre eles, o heroísmo de seus antepassados que lutavam com o tigre e as feras e que se tinham adestrado nas guerras constantes de seus países. Qualquer que seja a opinião da história sobre esse episódio nacional, uma certeza temos nós todos, perfeitamente fundada: a certeza de que aquele punhado de homens, cujo heroísmo diante da morte foi tão imponente, não era um punhado de escravos: havia ali as virtudes da liberdade."

Para nós, esse texto de 141 anos atrás é muito atual, no sentido do reconhecimento da luta dos quilombos como uma luta heróica, uma luta não de escravos, mas de homens marcados para serem livres. E vocês são descendentes deles.

Eu queria dizer que esse é o legado da luta dos quilombos para o nosso País. Existem cerca de quatro mil quilombos em todo o Brasil. São quatro mil territórios quilombolas no País. Para nós, cada quilombo é o testemunho vivo da luta contra a opressão e contra a miséria. A nossa luta atual, inclusive, foi mostrada aqui. O programa Luta Contra a Miséria é um programa atual, e o próprio MDA o coordena.

Então, para nós, é fundamental se preservar esse patrimônio material, reconhecendo, demarcando e titulando as terras de quilombos, e esse patrimônio imaterial, protegendo as comunidades quilombolas e suas culturas. O projeto do Senador Paim é importante no sentido de fortalecimento das comunidades e de suas culturas.

Para nós, o legado de vocês é fundamental para o Brasil de hoje e para o nosso futuro. Vocês herdam o heroísmo descrito por Joaquim Nabuco na busca de uma sociedade livre e justa, que é a luta de todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer a Paulo Maldos, pela sua fala e, sobretudo, pela lembrança desse grande brasileiro, que foi Joaquim Nabuco, que, talvez, tenha sido o maior entre os que fizeram política neste País no momento em que mais se precisava, no tempo da escravidão.

Passo a palavra ao Sr. Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, que, aqui, representa o Sr. Celso Lisboa de Lacerda.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Bom dia a todas e a todos!

Cumprimento a Mesa e os nossos colegas companheiros de governo, como o Senador Cristovam e o Senador Paulo Paim, grande combatente dessa causa no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil.

Nós estamos discutindo aqui a questão quilombola diariamente. Em algumas semanas, nós, do Governo, estamos mais juntos entre nós do que com a própria família, na defesa dos direitos das comunidades quilombolas.

Reforço o que os colegas já disseram: este é um momento histórico para nós, primeiro pela quantidade de pessoas que representam esse processo histórico no País, pessoas que representam as comunidades quilombolas dentro do auditório no Senado. E principalmente pela realidade que nós conhecemos para as comunidades quilombolas no Brasil se articularem e virem até aqui. Nós sabemos da dificuldade de cada um e de cada uma para chegarem até Brasília no dia de hoje. Por isso, certamente hoje é a 1ª Marcha Quilombola ainda. Se tivéssemos condições em períodos anteriores, esta seria a 20ª Marcha Quilombola, a 30ª Marcha Quilombola, a 40ª Marcha Quilombola, mas é a 1ª Marcha, uma marcha histórica, com todas as dificuldades.

Diante dessas dificuldades, temos de reforçar uma coisa aqui: as dificuldades estão sendo superadas e foram superadas, sob o meu ponto de vista, por conta de uma articulação muito importante em torno de uma entidade pela qual cabe o nosso respeito, cabe o respeito dos nossos colegas do Governo, que é a Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), que tem representado para nós, no último período, uma entidade combativa em torno dos direitos das comunidades quilombolas, em torno da defesa dos seus territórios. Nem sempre todos os representantes das comunidades podem estar aqui, mas a Conaq está presente, ou no Governo, demandando, criticando, apresentando alternativas, tanto no Governo quanto aqui no Congresso. O Deputado Amauri, aqui presente, já fez audiências públicas lá na Câmara dos Deputados em torno desse tema e também junto com a Conaq, assim como nas audiências em que temos tratado do tema no centro do Governo.

Queria justificar a ausência do Presidente Celso. Infelizmente, no momento em que chegou o convite lá no Incra, ele estava com um compromisso inadiável em sua agenda, mas reforço aqui o seu compromisso com a questão quilombola.

Há umas questões importantes para registrarmos. Hoje somos os responsáveis por resolver a questão fundiária, ou seja, a regularização dos territórios quilombolas no Brasil. Naturalmente, quando o Incra recebe essa responsabilidade a partir do decreto do Presidente Lula, junto com sua responsabilidade vem toda a herança da inoperância do passado, ou seja, os territórios quilombolas no Brasil já existiam, as comunidades quilombolas no Brasil já existiam, as comunidades quilombolas no País já sofriam o suficiente para o Governo enxergar a necessidade de reconhecer esses direitos; mas, infelizmente, nós passamos mais de quinhentos anos e tivemos que eleger um presidente operário, que reconhecesse essa dificuldade, que reconhecesse essa história e que teve a coragem, por conta de seus compromissos, de assinar um decreto para avançar com essa política, para garantir o direito dessas comunidades aos seus territórios.

Só que nós sabíamos, desde o início, da dificuldade que teríamos para avançar na regularização. Todos nós aqui certamente sabemos da dificuldade que é avançar com um processo de reconhecimento de direitos de comunidades no Brasil quando se trata de terra. Nós, do Incra, somos responsáveis por fazer a reforma agrária no Brasil, somos responsáveis por colocar homens sem terra na terra....

(*Palmas*.)

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – ...avançar com o processo de reconhecimento dos direitos de comunidades tradicionais em reservas extrativistas, e assumimos essa responsabilidade por meio dessa coragem do companheiro Presidente Lula, coragem assumida também pela Presidenta Dilma, de avançar com essa política.

Em audiências públicas passadas, nossos companheiros, algumas pessoas perguntaram se o Governo era a favor ou era contra o Decreto 4.887/2003. Ora, o Governo foi o responsável, o precursor desse processo. O Presidente Lula assinou o decreto. Então, é natural que o Governo defenda e seja favorável ao decreto e avance com o reconhecimento dos direitos que vocês têm, esses direitos históricos.

Só que, junto com esses direitos, vem a responsabilidade de carimbar, cristalizar, reconhecer o direito de vocês nesses territórios, e, depois do re-

conhecimento desses direitos, fazer um processo de "desintrusão" dessas terras. E nós sabemos que esse não é um processo tranquilo, não é um processo fácil. Eu coloco isso porque cabe a nós, no Incra, avançar o máximo possível com os estudos antropológicos que vão compor o relatório. Vocês devem ouvir falar muito em RTID (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). Infelizmente, as comunidades às vezes não sabem muito bem o que é esse tanto de coisas que o Governo diz que é necessário e porque demora tanto tempo para reconhecer esse direito, que já levou tanto tempo, e agora o Presidente Lula assina o decreto, a Presidenta Dilma dá continuidade nesses compromissos, e o título não sai.

Não sai porque dependemos de um processo complexo – ele é complexo – de estudo antropológico para caracterizar essas terras como terras efetivamente de quilombos. Depois desse estudo, cabe a nós fazer um trabalho interno nesses territórios para identificar quem os está ocupando, se são quilombolas ou se não são quilombolas; depois de identificar, depois de fazer o levantamento da área, que é georreferenciamento e o trabalho de topografia, que é definir o tamanho e a dimensão desse território, a gente compõe esse chamado RTID, que é o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do território.

Esse relatório leva a uma publicação. A Superintendência Regional do Incra tem que publicar esse relatório.

Hoje nós temos 142 relatórios antropológicos publicados. E vocês vão dizer: "É muito pouco!" Diante da demanda que nós temos e da demanda que ficou represada ao longo da história, de fato é muito pouco. Mas, perto do esforço que estamos fazendo, perto das condições efetivas com que estamos tocando a política, é um número que eu diria razoável. São 142 relatórios publicados, e temos hoje demonstração de que essa política e o compromisso do Governo venham cada vez mais fortalecer. Nós temos avançado com o número de processos abertos para reconhecimento desses territórios nas superintendências regionais. As comunidades têm reconhecido que a política efetivamente tem avançado e, por isso, demandam a abertura de processo no Incra para reconhecer os seus direitos. Hoje nós temos 1.081 processos abertos nas superintendências regionais.

Quanto aos RTIDs publicados, para vocês compreenderem melhor também esse processo, depois da publicação desse relatório, se há gente ocupando esse território com sítios, fazendas, propriedades rurais ou até, de repente, alguma propriedade urbana, o Incra tem que notificar todos esses ocupantes e dar 90 dias para eles se manifestarem e apresentarem os seus recursos. Depois desses 90 dias dos recursos, cabe ainda um contestação no Conselho Diretor do Incra. Primeiro os recursos na superintendência regional, depois vem essa contestação no Conselho Diretor do Incra. Após julgado o processo no Conselho Diretor, cabe ao Incra publicar uma portaria do presidente, reconhecendo aquele território quilombola. Hoje temos cerca de 68 portarias publicadas do presidente do Incra.

Aí vocês vão perguntar: "Mas, se há 142 RTIDs publicados, deveria haver o mesmo número de portarias publicadas". Não é o mesmo número porque, depois do RTID publicado, vêm as ações judiciais, vêm recursos, vêm recursos no Conselho Diretor, no Comitê de Decisão Regional, e a gente vai avançando nesse processo de reconhecimento dos territórios no RTID, mas os números, obviamente, dependem dos atos recursais, que vão atrasando um pouco a publicação das portarias. Mas o Incra tem envidado esforços para avançar na publicação da portaria do presidente.

Depois da publicação da portaria do presidente, havendo essas áreas privadas dentro dos territórios, cabe encaminhar esses documentos à Presidência da República, para publicar os decretos reconhecendo de interesse social para regularização dos territórios quilombolas.

O Presidente Lula assinou 41 decretos entre 2009 e 2010. É um feito histórico também no País. Como diria o próprio presidente, "nunca antes na história" tivemos esse número de decretos publicados. Desse número de decretos publicados, temos mais de mil propriedades dentro dos territórios, e agora é de responsabilidade do Incra também fazer esse processo de "desintrusão".

Esse é um pouco do histórico e do papel e da nossa tarefa no avanço dessa política.

Quero reforçar que nós, dentro das superintendências regionais e aqui na sede da nossa Coordenação de Regularização de Territórios Quilombolas, temos a honra de ter, na Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas, a companheira Givânia, que é uma quilombola de Conceição das Crioulas, lá em Pernambuco, que se dedica diuturnamente, dia e noite, em torno desse processo de regularização dos territórios. Nós vamos avançando, fazemos obviamente aquilo que temos condições hoje de fazer.

Nosso compromisso, ano passado, era de avançar nesse reconhecimento das comunidades quilombolas Brasil afora. Para avançar nesse reconhecimento dos territórios quilombolas, nós temos que avançar nos estudos antropológicos para reconhecimento desses territórios. Por isso, com os antropólogos que temos nas superintendências regionais do Incra, seria muito difícil avançar como nós queríamos avançar, como nós queremos avançar nesse processo. Assim, nós

travamos uma discussão jurídica durante um ano ou mais para convencermos juridicamente de que seria possível contratar relatórios antropológicos.

Então isso é uma conquista para nós, conquista para o Governo, mas uma conquista também para as comunidades quilombolas. Porque com essa possibilidade de contratar os relatórios antropológicos vamos ampliar, e já ampliamos, a nossa capacidade de avançar nesse reconhecimento dos territórios.

Este ano nós publicamos o edital e conseguimos contratar mais 150 relatórios antropológicos distribuídos em 41 lotes Brasil afora. E certamente, depois dos relatórios concluídos, vamos avançar com as demais tarefas do Incra para reconhecer esses territórios, que é o processo de identificação interna e reconhecimento das comunidades.

Gostaríamos de reforçar essas questões, reforçar os nossos compromissos. Temos dificuldades? Temos. Temos limites do ponto de vista operacional? Temos. Mas dentro dos nossos limites com certeza os nossos compromissos vão para além dos limites operacionais. Mas esses números, sob o nosso ponto de vista, são avançados, já se considerarmos aquilo que tínhamos antes, um avanço razoável, o que nós temos condições e capacidade de estar fazendo hoje.

A ideia, na audiência pública, via de regra, é que a gente ouça bastante, para que a gente saia daqui com alguns encaminhamentos práticos. Certamente vocês têm uma série de dúvidas e a gente vai estar aqui para ouvir e também para esclarecer.

Colocar, em princípio, que não tem na agenda do presidente audiência para hoje à tarde, mas já falei com o Presidente, e hoje à tarde há possibilidade. A Conaq certamente está fazendo um movimento no sentido de agendar os compromissos da marcha. Então à tarde nós estaremos disponíveis para tratar também da questão da política de regularização dos territórios quilombolas.

Por ora é isso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Richard.

Agora nós deveríamos completar a segunda Mesa.

Antes disso, preciso passar a palavra ao Deputado Amauri Teixeira e depois ao Elói Ferreira, que deveria estar na segunda Mesa, mas nós já poderíamos aproveitar a fala dele nesta Mesa. E a Ministra, como sempre, fala quando quiser. E ela me disse que está preferindo falar no final.

Deputado, V. Exª está com a palavra. É um grande prazer tê-lo aqui nesta Mesa.

O SR. AMAURI TEIXEIRA – Bom dia a todos.

Quero reconhecer nas figuras do Senador Paulo Paim e do Senador Cristovam Buarque o absoluto compromisso com as causas das comunidades negras. Eles dois fazem parte da frente, da qual sou Vice-Presidente, de combate ao trabalho escravo.

Quero parabenizá-los por esta audiência num dia tão importante, em que a Conaq está mobilizando todos nesta marcha.

Quero aqui também, Ministra, reconhecer que a Seppir tem propiciado um avanço muito grande nas questões do povo negro. Quero reconhecer que o MDA tem feito um esforço enorme para titulação das terras junto com os demais órgãos, inclusive com a Fundação Palmares. O Incra tem se esforçado.

Quero reconhecer que a Secretaria Geral da Presidência da República, aqui representada, mas através do Ministro Gilberto Carvalho tem absoluta identidade e prioridade nessa relação com as comunidades sub-representadas na sociedade. Mas também quero dizer aqui que o Estado brasileiro, e quando falo Estado brasileiro não é Executivo nem o Legislativo nem o Judiciário, é todo o aparato do Estado brasileiro. O Executivo, o Legislativo e o Judiciário caminham muito pouco em direção às demandas e aos direitos destas comunidades. Basta dizer que dentro do Executivo existem absurdos, Srª Ministra, da Receita Federal, órgão ao qual pertenço como auditor. Passei este final de semana todo me debruçando para, do ponto de vista jurídico e inclusive da legislação do ITR, tentar desconfigurar a tese da Receita Federal de que a comunidade quilombola é devedora de ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural). Isso é um absurdo! Essa postura da Receita Federal vai de encontro, inclusive, às diretrizes do Governo Federal, do Executivo, é uma interpretação muito ruim, e que prejudica o avanço das comunidades quilombolas.

As comunidades quilombolas não têm como pagar ITR no modelo que a Receita Federal vem cobrando. Isso mostra que mesmo dentro do aparato do Estado, mesmo dentro do Executivo, que teve o Presidente Lula e a Presidenta Dilma absolutamente identificados com esta causa, há órgãos que ousam dar interpretações totalmente dissonantes com as diretrizes principais do Governo.

O Judiciário resiste e impede que nós avancemos na titulação das terras quilombolas. E nós aqui do Legislativo, apesar do esforço do Paim, que está aqui há mais tempo, apesar do esforço enorme do Senador Cristovam, não conseguimos votar a PEC do trabalho escravo até hoje e diversas outras peças legislativas.

Isso mostra que estamos em débito. É um aparato do Estado brasileiro que não está preparado para reconhecer direito. O aparato do Estado brasileiro ainda tem, apesar de termos avançado, tanto no Judiciário como no Legislativo e principalmente no Exe-

cutivo, porque no Brasil temos avançado, o Executivo tem avançado muito, barreiras. Temos um aparato de Estado mais preparado para negar direito que para conceder e reconhecer direito. E precisamos quebrar essa resistência do aparato do Estado brasileiro. Estamos vendo lá na Bahia. A Marinha brasileira, e estou fazendo um requerimento ao Ministro da Defesa, foi suspenso o despejo da comunidade quilombola dos Macacos por quatro meses. *(Palmas.)*

Nós fizemos um pronunciamento, estou fazendo um requerimento ao Ministro da Defesa solicitando a ele que definitivamente interrompa esse processo, que reconheça o direito daquela comunidade, porque mesmo dentro do aparato do Executivo estamos vendo aí alguns órgãos. Assim como no Maranhão também há problemas com terras quilombolas em relação a órgãos nossos. Então precisamos cada vez mais avançar.

Estão de parabéns o Senador Paim e o Senador Cristovam. E está de parabéns a Conaq, porque é com muita mobilização que vamos quebrando essa resistência e avançando na luta e na conquista de direito.

Tenho um discurso aqui preparado. Hoje, duas horas, e eu já parei o discurso a respeito dessa marcha que considero um dos movimentos mais importantes. Tivemos a Marcha das Margaridas, que marcou este ano a luta das mulheres, principalmente das mulheres rurais, e temos a Marcha dos Quilombolas. Temos uma sessão especial no dia 11.

Eu, o Luiz Alberto e o Deputado Edi Santos estamos convocando uma sessão especial para comemorar o Dia da Consciência Negra, sexta-feira, 11 horas. Esta semana, como teve uma semana também na Câmara, tivemos três ou quatro audiências para discutir os direitos das comunidades. Mas precisamos, além da discussão, assegurar efetivamente os direitos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Deputado, pela sua fala e pelas referências pessoais que me fez.

Muito obrigado.

Passo a palavra, agora, a essa grande figura que é Eloi Ferreira de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Quero avisar, antes, porque me perguntaram se é possível garantir a voz aos quilombolas após a fala da Mesa, que não há dúvida nenhuma de que podemos, sim, garantir. Eu creio que temos uma representatividade muito grande nesta Mesa, com tantas entidades, mas se alguma pessoa se considerou não representada ou tem algo a acrescentar, certamente que podemos garantir a palavra. Obviamente, vamos ter que definir qual o limite de tempo e quais as pessoas que falarão. Mas, vamos garantir a palavra de qualquer pessoa que não se sinta plenamente contemplada com as falas que foram feitas aqui.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Bom dia a todos e a todas. Deputado Amauri, combatente da causa da população negra brasileira, combatente dos interesses da Nação brasileira; representando o Presidente do Incra, companheiro de governo também, companheiro Richard; Ministra da Seppir, Luiza Bairros; Senador Cristovam Buarque, que preside esta audiência; Paulo Maldos, da Secretaria Nacional de Articulação da Presidência da República; companheiro Ademilton Cerqueira, representando o Ministro Afonso Florence nesta audiência; quero cumprimentar inicialmente, muito efusivamente, a iniciativa da Conaq em articular com o Senado o acontecimento de uma audiência dessa dimensão e cumprimentar muito efusivamente o Senador Paulo Paim, por sua destemida e desprendida ação em defesa dos interesses nacionais, dos interesses populares, especialmente dos interesses da comunidade negra brasileira.

É bom que se diga...

Senador Pedro Simon...

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Peço que tragam uma cadeira para o Senador ficar aqui na mesa conosco.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAÚJO – Como eu dizia, gostaria de fazer um registro bastante especial. O art. 68, quando ele está inscrito na Constituição da República, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ele é resultado de uma ação intensa...

(Apresentação musical de manifestantes.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero agradecer...

O SR. (Não identificado.) – Não tem condição de ter uma audiência num espaço como esse, com o povo todo lá fora. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos conversar um pouco sobre isso.

CORO – Queremos auditório! Queremos auditório.

O SR. (Não identificado.) – É uma falta de respeito com todos os negros, não só do Maranhão, mas também do Estado de Santa Catarina e de todo o País. A falta de respeito é muito grande. Estão nos trazendo para cá não para nos ouvir, para saber o que está acontecendo nos nossos quilombos, mas para ouvir os argumentos que o Governo tem para nos enganar mais uma vez. Eles estão querendo garantir mais 500 anos de enrolação, mas a história é como as nossas músicas dizem: na luta ou na marra, nós vamos ganhar. Queremos o auditório, não ficar isolados aqui.

(Apresentação musical.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos conversar um pouco, gente.

Bem-vindos não só pelas presenças, mas também por essa manifestação. O canto faz parte também, é uma forma de protestar, de convencer, de fazer com que encontremos caminhos. Estamos numa audiência com uma representação muito grande, não só de Governo. Temos duas alternativas, três, na verdade, pois uma não vai dar. Uma seria encontrar outro auditório. Neste momento não temos condições. Podemos, sim, garantir outro auditório, mas adiando a audiência para outro momento. Salvo essa, temos duas alternativas: suspender a audiência e ficarmos todos cantando, o que não é mal, se quiserem eu entro no coro.

Então, vou colocar a terceira proposta, que é de se sentarem, e tem espaço aqui embaixo, ou fiquem em pé. Na sala 9 tem telões onde as pessoas podem ficar sentadas, assistindo pela televisão. Quero dizer que depois que terminarem os que estão na mesa, essa e a próxima, daremos a palavra às pessoas que não tiveram chance de falar e que não estão de acordo com o que foi dito. Se estiverem de acordo não tem por que falar. Haverá espaço para falarem. Trocaremos os Senadores para ter sempre um presidindo enquanto vocês falam. Agora, neste momento, o Elói Ferreira de Araújo, Presidente da Fundação Cultural Palmares, que estava com a palavra e deve retomar a palavra. Não sei se há espaço para sentar no chão ou se querem sentar no chão, mas até o Senador Simon, com os seus 81 anos, não teve lugar aqui, conseguiu uma cadeirinha no cantinho. Está em pé aqui também! Eu peço a compreensão, pois os que ficarem de pé tirarão o direito dos de fora assistirem. Mas eles não reclamaram.

Senta todo mundo.

O SR. (Não identificado.) – Agora tem uma coisa, para ficar bem claro. Se a gente programou uma audiência com os quilombolas do Brasil é uma falta de respeito muito grande! Não dá para admitir que aqui caibam todos os quilombolas, as comunidades quilombolas do Brasil. Não dá para admitir uma coisa dessas; ficou complicado. Saímos do Maranhão, dos Municípios do Maranhão, da Bahia, de toda parte do Brasil para chegarmos aqui e sermos humilhados? Sentar no chão? Será que voltamos ao tempo da escravidão? Tenha santa paciência! Estamos sendo humilhados aqui! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, houve um erro.

O SR. (Não identificado.) – Nós viemos para cá e pedimos respeito com a gente, nós somos quilombolas! Sentar no chão!

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Quero pedir desculpas pelos que organizaram e não previram tanta gente. Nós temos duas alternativas: ou acontecer o que sugiro... Estou pedindo desculpas a você. Embora eu não tenha sido o organizador, estou pedindo desculpas porque não se previu. Agora, há lugar para sentar nas outras salas, onde têm telão. Então, a falta de respeito não foi tão grande. Consulto: vocês querem suspender a reunião e a gente faz outra num grande espaço, amanhã ou depois? Vocês defendem isso?

Então, vamos fazer hoje. Se vocês querem fazer hoje será aqui e nas salas com telão. O que vocês querem? Estou consultando vocês.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Vamos para o Petrônio.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas está aberto o Petrônio?

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Manda abrir.

O SR. (Não identificado.) – Eles têm um evento lá. Não tenho informação se já está ocorrendo.

O SR. (Não identificado.) – Foi dito lá fora por um segurança, por alguém lá fora, que era para procurar um Senador e pedir para ir ao auditório Alexandre Costa, se não me falha a memória, que estaria disponível, é maior, tem mais espaço.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não é o que estou ouvindo aqui.

O SR. (Não identificado.) – Outra coisa importante: não adianta fazermos uma reunião e os Senadores irem embora. Eles não ouvem a comunidade. Os Senadores têm de permanecer aqui para ouvir as reivindicações, as lamentações, porque têm quilombolas lá no final do Maranhão, por exemplo, em Serrano do Maranhão... Quem, dos Senadores, já ouviu falar nesse Município? Quem já foi lá? Esse Município é o mais respeitado que temos no Maranhão. Quantos prefeitos já passaram por esse Município? Oito. Então, Senadores, desculpem-me, isso é só um detalhe. Agora, perguntem para as comunidades que estão vivendo em Serrano as dificuldades que eles têm para estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Fale no microfone.

O SR. (Não identificado.) – Podem sentar no chão.

Então, isso é importante. Nós saímos do Maranhão quinta-feira, Senador. De Pinheiro, viemos para cá. Não quero dizer que estão nos desrespeitando, mas é muita desconsideração vir para cá e não participar definitivamente da discussão. Só ouvir não dá. A gente tem de ter a palavra, ela é fundamental. Ouvir as comunidades que estão em Serrano, que são sofredoras. Esses que nos representam... Não vamos aceitar mais isso e dizer que negro não tem dono mais; negro é livre, até que se diga o contrário. Inclusive, está na

Constituição. Aí vem um representante e nos diz – de quem não quero discordar – que vamos ouvir os Senadores. Mas a comunidade não está sendo ouvida de fato e de direito, é isso o que a gente quer, ser ouvido, pelo menos isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Queremos ouvir. Digam quem está falando...

A SRª (Não identificada.) – Nós viemos em busca de socorro. Então, vamos cantar o Hino primeiro, antes de qualquer reivindicação. Somos trabalhadores. não somos violentos, nós estamos precisamos de misericórdia. Mas vamos saber conversar para gente conseguir nossos objetivos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Muito bem! (*Palmas.*)

Nós estamos...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª (Não identificada.) – Tenho certeza... Espera aí, minha filha... Se ele sentar aqui para nos ouvir, então vamos chegando. Tenho certeza de que ele vai dar oportunidade para todo mundo. Tenho certeza.

O SR. (Não identificado.) – Mas você vai sentar no chão?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Posso falar?

A SRª (Não identificada) – Sento no chão se for preciso, sento. Eu quero é conseguir. Espera aí, filho, você não deixou eu terminar...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Um momento.

A SRª (Não identificada.) – Deixa eu terminar... deixa eu terminar.... Espera aí....

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – (*Faz soar a campainha.*) – Me deem um minuto. Um minuto....

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu vou dar a solução. Eu já tenho lugar para todo mundo. Enquanto estamos procurando lá, a minha proposta é que todos fiquemos em pé. Eu não sento mais enquanto tiver um em pé. (*Palmas.*)

Estamos procurando outro auditório. Enquanto não encontramos outro auditório... Enquanto não encontramos outro auditório... É uma questão de minutos.

(Tumulto no recinto.)

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha*.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos nos respeitar todos entre nós, gente. Vocês vieram pedir respeito, então respeitem também.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Chegou a solução, mas eu só posso falar quando quiserem ouvir.

Quando é que vocês permitem que eu fale?

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Posso falar, para dar a solução?

Estão ouvindo lá atrás?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Acho que estão ouvindo. Nós conseguimos para, a partir de uma e meia, o auditório. Agora não, porque tem outra atividade e nós não podemos expulsar as pessoas. Temos que respeitar também as que estão lá, porque já estava previsto. Eu repito que aqui tem duas salas com telão e que todos terão direito de vir aqui falar. Se quiserem, nós suspendemos agora a reunião e retomamos uma e meia no auditório grande.

Ou, se vocês preferirem, nós continuamos agora todos em pé, porque não está direito uns em pé ou sentados no chão e outros não. Qual é a preferência de vocês?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. (*Não identificado.*) – Calma, por favor. Um fala. Vamos continuar e garantir a fala que deram para a gente aqui também, ok? Todo mundo em pé, garantindo a fala aqui, não só do Senador, mas a nossa também.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu quero dizer que Senador nenhum fala aqui, não. Os que falam são os convidados. Quem falam são os convidados. Senadores só dirigem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Muito bem, então está com a palavra o nosso amigo e líder Eloi.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Silêncio, para que todos possam ter tranquilidade de ouvir e, ouvindo, vamos encontrar o caminho para o diálogo, que é o melhor nesta hora.

Nós ouvimos as ponderações do Senador Cristovam e a orientação.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Vamos dar prosseguimento?

Companheiros e companheiras, nós gostaríamos, em continuidade ao que dizíamos anteriormente, ao tempo em que saudamos efusivamente a Conaq pela iniciativa de construir um ambiente para dialogar, em que as comunidades dos remanescentes de quilombos de todo o Brasil vêm a Brasília dialogar e encontram acolhida no Senado Federal, no Senado da República,

para que esse diálogo aconteça e aconteça de forma serena, buscando os caminhos.

Eu saudava o Senador Paulo Paim que, em 1998, como Deputado Constituinte, ele, a Deputada Benedita, o Deputado Caó, Deputado Edmilson Valentim, entre outros, mas saúdo esses especialmente que eram destacados parlamentares constituintes negros, que contribuíram de forma muito efetiva para que, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição da República, contasse o que tem ali, no art. 68, em referência às comunidades dos remanescentes de quilombos do nosso País.

(Pausa.)

O Senador Paulo Paim acabou de chegar.

Eu saudava, cumprimentava, Senador Paim, aquela ação de V. Exª durante a Assembleia Nacional Constituinte para trazer as comunidades de remanescentes de quilombos para a ordem constitucional e para a proteção, tendo em vista assegurar-lhes o direito às suas terras, que ocupavam desde os tempos imemoráveis, na luta contra a escravidão, na luta pela liberdade.

Esse encontro acontece em um momento muito especial, no mês de novembro, o mês da consciência negra, o mês de Zumbi dos Palmares, o mês da liberdade. E acontece trazendo uma pauta que é necessária ser trazida. Sabemos muito bem que pairam três grandes espadas sobre os direitos das comunidades negras brasileiras, pairam no STF, que são as três ações ali impetradas especialmente contra as comunidades quilombolas, que é a Ação nº4.887.

Mas a luta das comunidades quilombolas, tendo os aliados que as comunidades têm da qualidade do Senador Cristovam, do Senador Paim, do Senador Simon e de tantos outros, do Deputado que está aqui junto com a gente o tempo inteiro, seguramente nós haveremos de conquistar e sermos vitoriosos.

Mas, Senador Cristovam, gostaria de acentuar que a Fundação Cultural Palmares é um órgão, como vocês bem sabem, vinculado ao Ministério da Cultura e que tem a responsabilidade legal de certificar as comunidades de remanescentes de quilombos. Outro dia, indagavam o que haveria de vantagem em tantas comunidades quilombolas se certificando, se autodeclarando. Como pode uma comunidade quilombola se autodeclarar? Quem é que vai dizer quem é quilombola? É o quilombola que diz quem é o quilombola. Não é ninguém que vai apontar o dedo para dizer quem é o quilombola. (*Palmas.*)

E, quando dizem isso, nós insistimos: qual é a vantagem? É a vantagem da preservação da terra, é a vantagem de ter uma propriedade coletiva, a vantagem de ter um território inalienável, impenhorável, imprescritível, porque é destinado à reprodução cultural, é destinado à preservação da memória dos nossos antepassados, dos nossos ancestrais, que lutaram muito firmemente pela conquista da terra. (*Palmas.*)

Os quilombolas não estão envolvidos, os quilombolas brasileiros, essa resistência à escravidão contemporânea, na resistência pela terra, em esbulho. Os quilombolas não estão envolvidos, em nenhum momento, em fraude cartorial; não há fraude cartorial com as comunidades quilombolas. Os quilombolas não estão envolvidos em desmatamentos; os quilombolas querem a sustentabilidade, a produção da sua cultura e a preservação das suas terras. (*Palmas.*)

Neste ano de 2011, a Fundação Cultural Palmares, que dá continuidade às ações desenvolvidas desde 1988, o ano de sua fundação, registra 1.712 quilombos certificados em nosso País; 1.712 comunidades quilombolas certificadas. Nós temos, em Alagoas, 64 comunidades certificadas. No Amazonas, temos uma. No Amapá, 26. Na Bahia, 381. No Ceará, 29. No Espírito Santo, 29. Em Goiás, 22. No Maranhão, 380 comunidades certificadas. (*Palmas.*) Em Minas Gerais, 145. Em Mato Grosso do Sul, 19. Em Mato Grosso, 65. No Pará, 98. Na Paraíba, 34. Em Pernambuco, 104. No Piauí, 42. No Paraná, 34. No Rio de Janeiro, 24. No Rio Grande do Norte, 21. Em Rondônia, 7. No Rio Grande do Sul, 86. Em Santa Catarina, 11. Em Sergipe, 20. Em São Paulo, 44. Em Tocantins, 27. Nós não temos comunidades quilombolas nos Estados do Acre e de Roraima, e também não temos no Distrito Federal.

Esse é o número de comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares desde o ano de 1988. A Fundação Cultural Palmares cumpre o seu papel constitucional, o seu papel legal, determinado pela Constituição da República, determinado pelo Decreto 4.887 e pelas demais normas constitucionais e está junto com as comunidades quilombolas na luta pelas suas terras, na luta pela sua cultura. Com certeza, ao tempo em que saudamos o acontecimento desta audiência, nós esperamos que, a partir desta audiência, que já tem acolhida, como disse o Richard, do Incra, como disse o Edmilton, do MDA, o Governo Federal, o Governo brasileiro com um compromisso inafastável, inafastável com o povo negro do nosso País, inafastável com as comunidades quilombolas do nosso País. Nós sabemos que, neste Governo, vamos dar prosseguimento, como a Presidenta Dilma já acentua, àquilo que o Presidente Lula iniciou: o reconhecimento das comunidades quilombolas, levar os serviços públicos às comunidades quilombolas e preservar a cultura quilombola em nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Um momento! Respeito! Vamos nos respeitar mutuamente, da mesma maneira que estamos todos em pé, Senador Paim, já que não havia lugares para todos e alguns sentaram-se no chão.

Quero passar a presidência de volta ao nosso Presidente, Senador Paim. Antes, quero dizer para ele o que houve.

Senador Paim, nada me entristece mais do que uma audiência vazia, e aqui a gente está cheio de ter audiência sem ninguém. Eu quero dizer que lamento que vocês sejam todos poucos, eu queria ver dez, vinte vezes mais gente aqui. É assim que é uma boa audiência... (*Palmas.*) ... desde que o número maior de pessoas aumente a participação e não impeça a participação. E a maneira de mais gente permitir é cada um ouvir aquele que está falando.

Eu disse, quando chegou aqui uma consulta se haveria espaço para todos falarem além dos da Mesa, eu garanti que sim, desde que se decidisse, que se escolhesse até que horas vai. Pedimos um espaço novo, Senador Paim, e, de fato, o espaço maior que tem está comprometido com uma atividade que termina às 1h30. Uma possibilidade é, a partir de 1h30, irmos para lá. Perguntei se eles queriam suspender até 1h30 e eles disseram: "Não, vamos continuar e 1h30 a gente vai para lá se ainda tiver alguém que queira falar". Então está nessas condições.

Faltam três ainda que nem estavam na Mesa e que chamo agora... Não chamo ainda, vou passar para o Presidente Paim fazê-lo. Faltam o Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da Coordenação de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; o Francisco Orlando, da Advocacia-Geral da União; e o Didier Dominique, Coordenador Nacional do Movimento Batalha Operária do Haiti. O Deputado Amauri já falou e fez grandes referências a sua pessoa e a minha também; o Eloi já falou, que era da outra Mesa, e a Ministra fala quando ela quiser. (*Risos*.) Ela disse que quer falar no final.

Então passo a palavra a V. Exª, parabenizando-o por uma audiência que é capaz de trazer tanta gente e não traria se não fosse a combatividade do povo negro deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, eu ia pedir para vocês, não porque vou falar, mas para dar uma orientação nos trabalhos a partir do excelente trabalho feito na coordenação pelo Senador Cristovam.

Vocês têm que entender duas coisas. Vou falar como alguém que está dentro desta Casa há quase 30 anos; vocês sabem que tenho muito orgulho de dizer sempre que, aqui no Senado da República, não tem somente um Senador negro, tem um Senador negro e quilombola, porque o negro que não entendeu que ele é quilombola não entendeu nada. Então vamos deixar bem claro aqui o meu ponto de vista.

Segundo, pessoal, esta audiência aqui não é só para vocês. Entendam bem o que estou dizendo. Esta audiência aqui é para o Brasil. Nós estamos ao vivo pela TV Senado. Todo o Brasil está assistindo. Mais de três milhões de pessoas estão assistindo a esta audiência. Então se nós deixarmos aqui os nossos convidados falarem, é claro que nós vamos deixar, junto com vocês, e também muitos de vocês selecionados falarem, nós ganhamos muito mais do que fazer tipo um ato para demonstrar uma posição para nós mesmos, porque o povo não iria poder falar, vocês não poderiam falar.

Então como eu orientaria aqui, com a condução muito bem dada pelo Senador Cristovam? Nós vamos ocupar os lugares, há duas salas à disposição, com telão, e aqueles que não quiserem ficar aqui poderão ficar lá. Vamos fazer o bom debate, pessoal, para que o Brasil assista e ouça o que vocês pensam. O Brasil tem que ouvir o que vocês pensam. Há outra saída. Eu não estou querendo ser o dono da verdade nem o cara do consenso. Há outra saída, não há problema; podemos ir para o Petrônio, mas vamos perder uma hora para nos instalarmos lá. E às 14h começa a sessão no plenário do Senado, termina a TV e nós vamos ficar só para nós mesmos. Se nós ficarmos aqui e ocuparmos as outras salas, vocês vão poder falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois é, é isso que estou tentando dizer. O que eu estou tentando dizer é que não adianta nós perdermos o espaço da TV e falarmos para nós mesmos. Mas se vocês querem falar para nós mesmos, pessoal, nós somos parceiros. Aqui não há tempo ruim para nós. Toda e qualquer decisão que vocês quiserem, nós faremos.

Querem ir para o Petrônio? Encerramos aqui agora e vamos para o Petrônio.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Calma! Calma! Vamos dar a direção, pessoal. Então, não vamos para o Petrônio. Agora, se vocês todos ficarem aqui na frente, a TV Senado não consegue sequer fazer a cobertura devida. O bom senso manda o seguinte: vamos manter a sala lotada dentro do limite, com o número de companheiros que puder ficar aqui e os outros companheiros – há mais duas salas? – vão para a sala 3 e sala 2, aqui ao lado, e assistirão pelo telão, para podermos ouvir a Ministra, ver o Senador Simon, que está dando uma grande mão aqui, já falou inclusive com o Presidente da Casa. Então, nós temos que entrar agora nos encaminhamentos, pessoal. Se

não formos para os encaminhamentos, ficarei eu o tempo todo falando, e esta audiência não é para eu falar; esta audiência é para vocês falarem. Nós queremos que vocês falem. Então, eu pediria para a companheirada se sentar, para começarmos a organizar os trabalhos, e os outros que não puderem ficar de pé poderão se sentar nas salas ao lado. Nós vamos sentar aqui para retomarmos os trabalhos.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meu amigo do Maranhão, não adianta gritar mais alto porque, no grito, aqui ninguém leva.

Nós vamos encaminhar os trabalhos.

Nós vamos continuar a nossa audiência pública neste momento, cumprimentando todos vocês.

Quem é o próximo a usar a palavra?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. *Fora do microfone.*) – Ivo Fonseca é que tem que ser chamado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, Ivo Fonseca.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Claro que tem. Aqui, pessoal, vocês vão tirar...

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu entendi. Calma, pessoal. Isso, fiquem tranquilos. Vamos lá, pessoal. Fiquem tranquilos. Vocês vão decidir quantos falarão. E aqueles que forem indicados terão o direito de falar, estando nesta sala ou em outra.

Então, para ganharmos tempo, a TV Senado, a Rádio Senado, a Agência Senado querem ouvir vocês e não somente os Senadores.

Vamos passar a palavra, de imediato, para o Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da Coordenação Nacional da Articulação de Comunidades Quilombolas. Depois falará o Francisco Orlando. Quero chamar o Francisco Orlando aqui para frente, da Advocacia-Geral da União e o Didier também. Depois desses três, vocês vão escolher quem vai falar. Seria um? Dois, três, quatro, cinco, seis? Não há problema nenhum. Temos acordo nisso? *(Pausa.)*

Isso. Boa. A moçada está ajudando aí. Pediram apenas para recuar um pouco, e aqueles que quiserem passar ao lado vão, os que não querem fiquem aqui. Está tudo em casa.

Pedimos que a próxima Mesa seja montada neste momento.

Ivo Fonseca. Vamos ganhar tempo, Ivo.

(Manifestação fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, alguém me pergunta aqui se no telão há voz também. Sim. Há imagem e voz no telão.

Estão asseguradas voz e imagem no telão.

O Ivo Fonseca já está aqui? *(Pausa.)*

Está aqui do meu lado. Pessoal, vocês já deram uma recuada, o que já ajudou. Os componentes da Mesa, se quiserem, fiquem sentados, e o convidado fala de pé. Pode ser?

Com a palavra o Ivo, por dez minutos e mais cinco.

O SR. IVO FONSECA – Companheiros e companheiras, quero agradecer a todos e todas aqui presentes...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, o silêncio é importante, é fundamental, senão o representante de vocês aqui não consegue passar a mensagem e a TV não tem como reproduzir para o Brasil.

Então, peço o maior silêncio. Se alguém quiser conversar ou falar ao telefone, não há problema, é só ir para o corredor e ficar ali do lado.

Feito o acordo? Quem quiser conversar é só dar uma saidinha. Os que ficarem aqui dentro ficarão em silêncio. O Ivo vai falar.

O SR. IVO FONSECA – Quero agradecer a todos e a todas, quero agradecer ao Senador Paulo Paim a iniciativa de convocar esta audiência pública.

Meu nome é Ivo Fonseca, sou do Estado do Maranhão, sou do Quilombo Frechal; sou hoje coordenador executivo da Conaq; sou um dos fundadores da Aconeruq, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; sou militante efetivo do Centro de Cultura Negra do Maranhão, dentro do projeto Vida de Negro, que trabalha com as comunidades e sou presidente do PT no Município de Mirinzal. Estou aqui para contribuir, para somar em todas as nossas lutas.

Quero reforçar o agradecimento ao Senador por este momento, por esta audiência pública em nível nacional na data de hoje, data da marcha. A coordenação nacional de quilombos, com todas as comunidades quilombolas, já vem discutindo o dia 07 como o dia nacional de luta em defesa dos territórios quilombolas. Esse é um ato que os quilombolas vêm trabalhando, divulgando, para que aconteça o dia nacional de luta em defesa dos territórios quilombolas.

Cada ano que passa, estamos nos mobilizando para que esse dia dê mais visibilidade à nossa luta. Esta audiência hoje ocorre por iniciativa do Senador Paim, que, sabendo da nossa agenda, nos convidou, para que nós estivéssemos aqui presentes. Evidentemente, é um Senador parceiro, que entende as nossas questões, um Senador que luta pelos nossos direitos aqui no Senado. E nós não poderíamos deixar de vir a esta audiência. Então, esse é o motivo de estarmos aqui presentes.

Fico cheio de energia quando todos vocês tomam essa iniciativa de dizer ao Senador e de dizer ao Senado que não podemos ficar imprensados numa sala. É uma iniciativa importante. Gostei disso. Mas acho que o Senador não tinha a dimensão do número de pessoas presentes a esta audiência e, dentro da burocracia do Senado, as salas são reservadas com antecedência. Por isso, não estamos num espaço maior.

Mas o tema desta audiência pública e da nossa programação é discutir a temática dos direitos das comunidades quilombolas. Se fôssemos citar todos, nós passaríamos o dia todinho e não daríamos conta de citar um por um. Mas podemos citar os emblemáticos. Os mais emblemáticos que, se nós resolvermos um, nós resolveremos mil rapidinho. Por exemplo, se resolvermos Marambaia, nós resolveremos o problema daquela região de todas as comunidades quilombolas. Se resolvermos Alcântara no Maranhão, nós resolvemos aquela região. Se resolvermos Ilha dos Macacos, na Bahia, nós vamos resolver aquela região. Se nós resolvermos Morro Alto, no Rio Grande do Sul, nós vamos resolver aquela região. Então, companheiros e companheiras, as nossas falas não podem ser localizadas. Eu sou do Quilombo Frechal e passei 20 anos, 22 anos lutando para ter direito à terra – 22 anos!

E sinto isso na pele. Eu não sinto o Frechal; eu sinto todas as comunidades do Brasil. *(Palmas.)*

Os companheiros me dizem: "Ivo, você nunca foi à minha comunidade". Eu digo: eu vou e você não me vê. Você não me vê na sua comunidade porque eu sinto o problema da comunidade de vocês. E falo do problema da comunidade de vocês sem estar presente, porque sinto na pele. Você sabe o que é ter 12 anos de idade e não poder entrar na sua casa para morar? Eu estava com 12 anos de idade quando senti isso na pele. Hoje estou com 50 anos, falando dos problemas das comunidades no Brasil.

Então, cada momento, cada hora que falarmos, nós vamos dizer os problemas que nós temos no Brasil. Não se pode falar: "Ivo não pode falar localizado. Ivo não pode sentir o problema de Frechal". E o Frechal está aqui presente, o Maranhão está aqui presente; Bahia está presente, São Paulo está presente, todos os Estados estão presentes, como o Dr. Eloi citou, aqui em Brasília. O problema é nacional.

Então, vamos saber, vamos ver como nós podemos enfrentar esse Estado. Este Estado brasileiro é um Estado de normas, e normas que temos dificuldade de entender. Normas que temos a força, a coragem de compreender na força das pessoas que rezam por nós. D. Sebastiana é uma pessoa que reza todo dia por nós e que está aqui presente. Ela nunca deixou que eu falasse sozinho. Ela nunca nos deixou ficar sozinho num local. Ela está sempre junto dizendo: "Não desista". D. Sebastiana, lá no encontro do Rio de Janeiro, pegou meu filho, o benzeu e disse: "Esse menino vai tomar conta da luta dos quilombos no Brasil". Ele não veio porque não teve condições de vir por causa de passagem. Eu vim porque o CCN me deu passagem e estou aqui falando por vocês.

Então, quero dizer, companheiros, que essa luta não para hoje nem começa hoje. Essa luta é de quando nós – o povo negro – chegamos aqui numa condição de escravo. No dia que chegamos na condição de escravo neste País, nós começamos a lutar.

Olha a matemática do nosso sofrimento. Dizem que o Brasil foi descoberto em 1500 e, em menos de cem anos, mataram o nosso herói Zumbi dos Palmares – menos de cem anos! É a matemática do sofrimento.

Em 1824, faz-se uma constituição neste País – 1824! E nos artigos diziam: "Todos são iguais perante a lei". E nós continuávamos como escravos.

Nós viramos escravos em 1824. A escravidão que eles dizem que libertaram foi só em 1888. Então, o Brasil nos afasta do direito; o Brasil nos tira o direito de construirmos neste País. Então, é isso que temos que dizer para o Brasil. Nós somos brasileiros, nós construímos este País, nós queremos fazer parte dele, queremos dividi-lo e queremos usá-lo. *(Palmas.)*

É isso que nós temos que fazer. E como nós vamos fazer? Como eu estou fazendo hoje: gritando, dizendo ao Senador que estávamos imprensados na sala, dizendo ao Senador que nós viemos do Maranhão andando a pé, da Bahia, do Rio, de São Paulo, para chegar hoje aqui e falar. Mas nós também temos que fazer a matemática, a matemática do sofrimento neste País.

Eu soube que, recentemente, houve um debate no Senado em que estava presente o nosso Presidente Eloi. Nós acompanhamos em parte e ele enfrentou o debate. Ele disse ao Supremo que nós temos uma matemática a ser resolvida. Nós queremos resolver um problema que o Estado deixou. E aí, companheiros, como os meus cinco minutos estão terminando, nós podemos citar vários problemas. Não podemos dizer que o Maranhão não tem problemas. Recentemente, mataram um nosso companheiro, o companheiro Flaviano. O irmão e o primo dele estão aqui. Até hoje não se resolveu. Na Bahia,

Na Bahia, a situação da Ilha do Macaco. Alcântara, se formos ver, perceberemos que a situação é emblemática. Marambaia, gente, é uma ilha com pouca diferença da Ilha do Macaco. Quando discutimos com Lula, em 2003, nós dissemos que queríamos resolver Marambaia. O Lula foi Presidente por oito anos, a Dil-

ma está há quase um ano Presidente, e nós ainda não resolvemos Marambaia.

Marambaia é área do Estado, da Marinha, da União. E nós fazemos parte da União. Nós construímos o País. Mas o Estado brasileiro diz que nós não temos direito à ilha de Marambaia. Vejam como o Estado nos trata. O Estado nos trata de uma forma que parece que não existimos neste País. Mas não é por falta de falarmos, não é por falta de dizermos as coisas. E aí, companheiros, encerro dizendo que nós não vamos nos calar; nós vamos ser aquele grilo que canta direto. Direto nós vamos cantar nos ouvidos do Estado.

Encerro citando um filósofo que dizia que tínhamos que olhar para a África e que, quando um rei ou rainha fosse coroado, a liberdade estaria próxima.

Obrigado. Até a próxima. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, primeiro, quero agradecer a todos que entenderam este momento. O silêncio está sendo absoluto, o que ajuda a transmissão. Atendi aqui o celular e recebi diversos elogios a todos vocês, numa demonstração de que sabem o que querem e, por isso, nós nos organizamos aqui e a audiência continua ao vivo pela TV Senado.

E é com enorme alegria que passo a palavra, neste momento, a nossa querida Ministra Luiza Helena de Bairros, da Seppir. Uma salva de palmas. *(Palmas.)*

A SRª LUIZA HELENA DE BAIRROS – Bom dia a todos e a todas.

Eu estava aqui, gente, e até esqueci a formalidade de cumprimentar todos os componentes da Mesa. Então, queria fazer isso na pessoa do Senador Paulo Paim, que propôs esta reunião hoje, para discutirmos essa questão dos direitos quilombolas. Sintam-se todos cumprimentados, componentes da Mesa, Senadores, Deputado, representantes de órgãos do Governo Federal. Gostaria de cumprimentar todos os quilombolas na pessoa do Ivo Fonseca, que acabou de falar aqui de uma forma como sempre tem feito nos últimos anos, chamando-nos para uma reflexão, para pensar sobre o nosso papel nessa luta mais ampla, pela promoção da igualdade racial no Brasil, na luta pelo enfrentamento do racismo.

Novembro é um mês muito especial para todos nós, é um mês quilombola por excelência, um mês em que reverenciamos o Quilombo dos Palmares, que é o exemplo dos milhares de quilombos que existiram e ainda existem e resistem contemporaneamente no Brasil.

A última vez que falei com um grande grupo de quilombolas foi durante o IV Encontro Nacional que aconteceu no Rio de Janeiro. De lá para cá, nós, da Seppir, já tivemos alguns encontros com a Conaq, buscando afinar um pouco a nossa sintonia, a nossa atuação em relação a essas questões quilombolas, mantendo sempre, obviamente, o respeito pela autonomia que a Conaq tem de encaminhar as coisas diferentemente do que elas são encaminhadas dentro do Governo Federal.

Uma das coisas que ouvi, numa dessas reuniões que tivemos, eu queria compartilhar com vocês, porque veio hoje na minha cabeça de maneira muito forte. Numa dessas nossas reuniões, um dos dirigentes da Conaq me colocou o seguinte: não queremos que os quilombos sejam tratados e pensados pelo Governo Federal só de novembro em novembro. É como se, quando chega novembro, 20 de novembro, saísse todo mundo no Governo, correndo, para providenciar alguma coisa, alguma ação para mostrar para os quilombolas que estamos trabalhando, que estamos cumprindo nossa obrigação.

Isso calou muito fundo em mim porque uma decisão que tomei ali, naquele momento, é que a gente poderia fazer qualquer coisa, menos arranjar de última hora alguma entrega bombástica, alguma informação grande para dar para os quilombolas neste momento, porque não é disso que se trata a política pública, nem é isso o que a comunidade negra no País espera de nós como representações do Governo Federal.

Portanto, nesse 20 de novembro ou nesse mês de novembro em que nós reverenciamos a luta de todos os quilombolas por muito mais do que liberdade, uma luta pela dignidade humana, a única coisa que temos, como obrigação no Governo Federal, é dizer que nós estamos, sim, trabalhando diariamente, diuturnamente em favor dessa questão quilombola.

Esse é que tem que ser o nosso grande compromisso, renovado sempre, não uma vez por ano, mas todos os dias. E quando vocês ouviram aqui, na primeira parte da sessão, o MDA, o Incra, Palmares e outros órgãos que se manifestaram, fiquei pensando que muitas das pessoas aqui poderiam estar se perguntando: "Mas não vejo nada disso chegar à minha comunidade". Muita gente pensou isso enquanto as coisas eram ditas aqui, não pensou? (*Pausa.*)

Então, você pensa demais isso, e isso é uma coisa verdadeira em algum sentido, porque tudo que foi dito aqui são coisas que estão sendo realmente feitas, todas essas coisas estão sendo feitas, mas a conclusão a que todos nós podemos chegar é que, apesar de isso estar sendo feito, isso ainda é insuficiente para o tamanho da nossa necessidade e para o tempo que nós, negros, no Brasil lutamos por respeito, por dignidade, por oportunidades.

Apesar de muitas das comunidades aqui terem pensado que não viram isso chegando até elas, é verdade sim que, ao longo dos últimos tempos, nós con-

seguimos fazer com que o Programa Luz para Todos chegasse à maioria das comunidades quilombolas. Foram feitas, sim, obras de saneamento. Água chegou a muitas comunidades. Existem equipes de saúde da família, equipes de saúde bucal espalhadas em quilombos por todo o Brasil. Existem postos de saúde construídos em comunidades, em várias comunidades quilombolas no Brasil. Existem projetos de produção, de inclusão produtiva sendo realizados em várias comunidades brasileiras. Existem comunidades, hoje, mais de 100 mil famílias quilombolas inscritas no Cadastro Único, que pode dar direito ao Bolsa Família. Em função do trabalho desenvolvido no Governo Federal, por meio do Programa Brasil Quilombola, também foi possível fazer com que os benefícios da Previdência chegassem a lugares aonde nunca tinham chegado.

Isso também é parte de um caminho que nós já percorremos, e nós não podemos fazer com que isso seja perdido, não podemos retirar essas conquistas, por menores que elas sejam, retirar o crédito que o movimento quilombola e que a Conaq têm no sentido de fazer com que nós pudéssemos caminhar até aí.

O que eu sempre digo é o seguinte, sempre digo isso no Governo Federal, tenho dito isso para os 23 ministérios que trabalham dentro do Programa Brasil Quilombola: nós podemos fazer todo o esforço para que os serviços, os programas do Governo Federal cheguem até as comunidades. A maioria das comunidades não vai sequer perceber que essas políticas estão chegando lá. A maioria das comunidades não vai pensar que não tinha energia até pouco tempo e que agora a energia chegou, não vai pensar que não tinha equipe de saúde da família e que agora a equipe de saúde da família chegou. E por que elas não pensam isso? Por que as escolas que foram construídas dentro das comunidades quilombolas, nada disso é visto pelas comunidades? Por quê? Porque isso é direito básico. Isso é direito básico. Isso é algo a que as comunidades já tinham que ter tido acesso há muitíssimo tempo. A diferença que temos para fazer agora diz respeito à questão mais difícil de todas, que é a questão fundiária, que é a questão da terra. (*Palmas.*) Essa que é a grande questão!

Agora, como eu disse a vocês, e vou repetir aqui, correndo todos os riscos, como falamos no encontro: a questão da terra para as comunidades quilombolas, de todos os aspectos da questão fundiária que nós temos no Brasil, é a mais difícil, não apenas porque nós somos negros, e aos negros, ao longo da história, a maioria dos direitos foi negada, mas porque, na questão da terra quilombola, o que nós estamos fazendo é declarar como propriedade coletiva um pedaço do território brasileiro, e isso exige luta para vocês e exige luta para nós (*Palmas.*), dentro do Governo, porque nós trabalhamos com essa questão aqui dentro contra todos os paradigmas, contra toda a legislação relativa à terra, que tem que ser mudada, tem que ser flexibilizada para poder acolher esse nosso direito histórico. Não estamos aqui de brincadeira, não! Não estamos aqui repetindo coisas de atentado contra a dignidade das pessoas negras, não. Ou a gente entende que cada uma e cada um de nós têm o seu pedaço nessa luta, têm o seu espaço para essa luta, e cada um de nós luta em espaços diferenciados de maneiras também diferentes, ou a gente entende isso como possibilidade, ou nós não vamos conseguir avançar.

Até ontem, eu estava em Tocantins, onde estão acontecendo os jogos dos povos indígenas, uma experiência maravilhosa para poder dar para a gente a dimensão das questões que são trazidas pela diversidade do Brasil, pela diversidade da população brasileira, e, em algum momento, houve a fala de um pajé, que não fala português, fala na sua própria língua, ele foi traduzido, e disse algo que interessa muito para nós aqui, neste momento. Ele falava do que ele sentiu no momento em que ele saiu da aldeia dele. Ele passou dois dias viajando para chegar a Porto Nacional, em Tocantins. E, no momento em que ele se deslocava e passava por várias cidades, ao longo de dois dias de viagem, como ele se assustava com a ideia de como os índios são poucos no Brasil, e as cidades crescendo cada vez mais, e crescendo de uma maneira que ele percebia como sendo uma maneira que contrariava os interesses das comunidades indígenas. E eu fiquei pensando, mas não podia no momento me comunicar com ele, pela barreira da língua: até que ponto isso também é verdadeiro, mesmo no nosso caso, que somos a maioria da população brasileira? Nós somos mais de 90 milhões de pessoas neste País, e também nos sentimos, em algum momento, como se nós fôssemos muito poucos e como se, de repente, todos os outros interesses aparecessem contrariando os nossos interesses, os nossos direitos, a nossa reivindicação histórica.

Mas a gente não pode pensar nesses termos, porque o que determina a nossa sobrevivência nessa sociedade não são apenas os números pelos quais nós existimos, mas a força política que nós podemos organizar e colocar em movimento para fazer valer aquilo que é direito nosso. Não vamos continuar dizendo que nós não conseguimos nada. Falta-nos terra? Falta sim. Agora, essa luta desenvolvida hoje pelas comunidades quilombolas não é mais a mesma luta de 15 anos atrás, quando a Conaq foi criada.

Vi Simplício ali, agora, e me lembrei de um caso bem recente, na Bahia, de que todos vocês devem ter

conhecimento, que é o de uma jovem quilombola, ali, de um Município na região de Vitória da Conquista, que passou no vestibular da universidade federal para a faculdade de Medicina. Isso é um acontecimento! Você não tem esse tipo de resultado frequentemente, embora já tenhamos, no Brasil – e isso deve ser creditado à luta de vocês também – um número cada vez maior de estudantes universitários quilombolas, que foi como nós pudemos nos aproveitar, nos beneficiar de tudo o que conseguimos em relação às ações afirmativas no ensino superior.

E o que acontecia com essa jovem quilombola que vai entrar para a faculdade de Medicina, que é um dos lugares onde a discriminação operou sempre de maneira muito forte, de maneira que sempre tivemos um número muito pequeno de pessoas negras adentrando uma faculdade de Medicina? Essa jovem, perguntada sobre como foi que ela chegou até ali, sobre como foi que ela conseguiu estudar para poder vencer uma concorrência tão grande numa escola como aquela; ela, que hoje deve ter em torno de 20 anos de idade, disse que, na verdade, começou a estudar só com 10 anos de idade. Só aos 10 anos de idade que ela pôde, efetivamente, frequentar a escola de forma regular. E, perguntada por que demorou tanto para ela poder frequentar a escola regularmente, já nessa idade, quando a maioria das crianças já está muito mais adiantada, ela disse que pôde estudar todos os dias quando instalaram uma cisterna na comunidade dela; até então, a cisterna não existia, e ela era, na família, a pessoa responsável por manter a casa abastecida de água. Significava que ela tinha que fazer aquele trabalho ao longo do dia inteiro. Essa é uma história que dá bem a dimensão da diferença que nós podemos fazer e de como nós estamos de olho, obviamente, naquilo que pode nos trazer as melhores condições de vida possíveis, mas também estamos sabendo nos aproveitar das pequenas coisas que conseguem chegar a esses lugares onde nós moramos.

Esse exemplo dessa menina, dessa jovem, é da maior importância para nós. Ao longo da nossa luta, não temos o direito de perder de vista cada conquista, por menor que ela pareça para nós. Uma cisterna é algo de tecnologia rudimentar, que não chega perto de um grande sistema de abastecimento de água. Mas, essa possibilidade de fazer dessa pequena cisterna um elemento de transformação nas nossas vidas é o exemplo que nós temos que trazer para a nossa luta cotidiana, para a renovação permanente do nosso compromisso pela melhoria das condições de vida da população brasileira e da população negra, mais especificamente.

Era isso que eu queria deixar como mensagem e repetir: neste novembro, a única coisa que nós temos e a mais importante é a renovação do nosso compromisso, na condição de Governo Federal, de fazer valer e de defender esses direitos que fomos capazes de construir nos últimos anos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a fala da Ministra Luiza Helena de Bairros, da Seppir, colocando com muita força aqui a luta pelos direitos do povo quilombola.

Passamos, de imediato, a palavra ao Sr. Francisco Orlando Costa Muniz, que falará aqui em nome da Advocacia-Geral da União.

Antes, permita-me. Quero pedir a todos que entendam – como tive de sair e voltei, como havia me comprometido, a Ministra ficou todo o tempo aqui com o Senador Cristovam, a quem agradeço também –, mas agora a Ministra tem outras agendas e outros compromissos relacionados ao tema, defender os interesses dos quilombolas. Por isso, uma salva de palmas para ela, em sua saída neste momento. (*Palmas.*)

Quem quiser tirar foto com a Ministra, vá ali para o corredor.

(*Manifestações no plenário.*)

A SRª LUIZA HELENA DE BAIRROS – Gente, isso não tem o menor problema. Estou saindo porque o dia de vocês é longo e a gente, na Seppir, tem um monte de responsabilidade com relação à agenda que a Conaq vai cumprir aqui hoje. Tenho que correr atrás disso. A Ivonete Carvalho, que é a nossa Secretária de Comunidades Tradicionais permanece aqui. Há várias outras pessoas da Seppir aqui no auditório, e a minha saída não significa, em absoluto, que o Ministério não esteja presente. Até mais. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Ministra atenderá aqui no corredor a algumas pessoas que estão pedindo foto e para entregarem documentos.

Passamos, de imediato, a palavra ao Francisco Orlando Costa Muniz.

O SR. FRANCISCO ORLANDO COSTA MUNIZ – Senador Paulo Paim, cumprimento-o, em nome da Advocacia-Geral da União...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço novamente apelo ao silêncio. Para quem quiser falar com a Ministra, o corredor está livre, pessoal. Não vamos atrapalhar a nossa audiência pública. Respeito todos, mas é fundamental também que vocês entendam que a audiência vai continuar.

Com a palavra o Orlando.

O SR. FRANCISCO ORLANDO COSTA MUNIZ – Pois não. Senador, muito obrigado pelo convite. Nós

nos sentimos bastante honrados. O senhor tem toda legitimidade, na condição de Senador e em defesa da causa. Cumprimento o Ivo, os colegas de governo, Eloi, Richard, a Ministra que acaba de nos deixar, por compromissos.

A nossa participação neste evento, Sr. Senador, a advocacia pública é, antes de tudo, um ente do Estado brasileiro. Nós atuamos no conjunto de iniciativas e de questões de direitos da sociedade como um todo e muito também das questões que envolvem os povos tradicionais e as comunidades quilombolas especificamente.

Quero cumprimentar os senhores e as senhoras, os homens e as mulheres que estão aqui presentes nessa luta, que se deslocaram de tão longe, pelas condições em que estamos todos aqui, mas, infelizmente, não se faz aquilo que se quer, mas aquilo que se pode. O Senador, com toda a sua habilidade, consegue garantir o espaço e a fala de todos que estão aqui. Acho que isso é muito importante porque as reivindicações ficarão, serão consolidadas e isso faz parte de um processo; é uma luta, efetivamente, e é um processo em construção.

Vamos falar pouco porque queremos ouvi-los também. Vamos guardar e recolher as contribuições e as solicitações que serão postas.

A Advocacia Pública atua dentro do Governo, em algumas instituições, como a Fundação Cultural Palmares, a Seppir, em todos esses entes do Governo, no Incra, que está aqui representado pelo Richard. Temos as nossas procuradorias, os nossos procuradores e os embates são de toda ordem, de toda natureza e de toda grandeza, tanto quanto à questão de latifúndio quanto aos aspectos efetivos da regularização das terras das famílias quilombolas na defesa de alguns direitos que são...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço silêncio, e vou insistir, pessoal. Cada um fala o que quiser, mas aqui dentro tem de ficar em silêncio. Não adianta a gente trazer uma série de convidados, das mais variadas esferas do Governo e a gente não ouvi-los. Eu não o estou ouvindo aqui.

Peço a compreensão, com todo carinho, com todo respeito. Para quem quiser conversar, o corredor é livre. Quem quiser, tem água ali do lado; vai lá, toma água e depois volta.

Continua o nosso amigo Orlando.

O SR. FRANCISCO ORLANDO COSTA MUNIZ – Pois não, Senador Paim. Então, é para dizer que a Advocacia Pública atua vigorosamente em muitas das questões que são postas hoje aqui. Temos a nossa Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, que recolhe também um conjunto de demandas que são postas ou pela Fundação Cultural Palmares ou pela Seppir, ou pelo Incra, não são poucas as questões que estão lá, porque existem matérias, ao contrário do que se imagina, o Governo, em determinado momento, tem disputa interna com o próprio Governo. São questões quilombolas que têm superposição em áreas de projetos de meio ambiente. A Ivonete, que está aqui conosco, participa de várias reuniões na Câmara de Conciliação.

Então, nós fazemos um trabalho na expectativa de reduzir a litigância, a parte judicial lá na Câmara de Conciliação. É um processo longo, penoso, dolorido para quem espera, mas é uma forma de tirarmos essas questões do Poder Judiciário e resolvermos dentro da AGU.

Vou falar pouco exatamente para poder ouvir as demandas das pessoas que vieram de tão longe, que estão mal acomodadas, mas que estamos aqui para ouvir.

Agradeço, em nome do Ministro Adams, pela deferência e pela oportunidade de estarmos presentes neste momento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Francisco Orlando Costa Muniz, que falou em nome da AGU.

De imediato, Didier Dominique, Coordenador Nacional do Movimento Batalha Operária do Haiti, para quem, conforme combinado, abriremos um espaço.

A partir da fala dele, eu queria dialogar com vocês, embora presidindo, que a comissão coordenadora do evento indique o nome das pessoas que vão falar, porque, naturalmente, não dá para todos falarem. Todos sabem que não é possível todos falarem. Então, encaminhem à Mesa a relação das pessoas que vão fazer uso da palavra. Peço ajuda à coordenação.

O SR. DIDIER DOMINIQUE – Boa tarde. Não falo português. Vou falar em espanhol, se me entendem.

(*Pronunciamento em espanhol.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se falar bem devagar, ajuda.

O SR. DIDIER DOMINIQUE – (*Pronunciamento em espanhol.*)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Didier Dominique, do Haiti, que falou da realidade de seu povo.

Vamos retomar, a partir deste momento, já ouvindo os nossos convidados. Eu pediria, se possível, para ganharmos tempo, que a TV focalize também nas mesas, onde há um microfone. Peço que se sentem em lugares com microfone: Nelson, de Vitória da Conquista; o Edson, de Cachoeira; Bernadete, de Simões

Filho, e Rose, Quilombo dos Macacos. A TV focaliza normalmente onde tiver... Só peço calma, pessoal. Os outros nomes serão dados à Ivonete e vamos chamando os companheiros, está ok?

Enquanto a moçada vai sentando – e em seguida vou chamar primeiro o Nelson –, eu só tenho que ler a seguinte nota, que é importante para nós todos que defendemos a democracia, a justiça, a liberdade e o combate à corrupção e à impunidade, pois é a corrupção e a impunidade que fazem com que faltem verbas para o investimento no social.

Registramos que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob o comando deste Senador que a preside e do Senador Pedro Simon, Coordenador do Grupo de Combate à Corrupção e à Impunidade, estará reunida amanhã, dia 08 de novembro, às 14 horas, aqui na sala 2, Nilo Coelho, para debater o julgamento, que será na mesma tarde, no Supremo Tribunal Federal, da Lei da Ficha Limpa.

A reunião aqui contará com a presença da CNBB, da OAB, da ABI e de outros setores da sociedade que lutam pelo combate à corrupção.

No mesmo dia, às 17 horas, a Comissão de Direitos Humanos será recebida pelo Relator do processo, Ministro Luiz Fux, lá no Supremo Tribunal Federal, no seu gabinete.

No mesmo dia, no julgamento da Lei da Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal, nós estaremos no plenário do Senado, falando sobre a importância desse julgamento.

Só uma correção: o julgamento será na quarta, dia 09 de novembro, às 14 horas, e os Senadores, assim como a CNBB, a OAB e a ABI vão estar também, na quarta, lá no Supremo.

Além disso, lembramos a todos os Senadores que estão assistindo à TV Senado que já a partir de hoje é importante que se posicionem lá no plenário a favor da decisão de que a gente tenha consagrada a Lei da Ficha Limpa.

Vamos começar com o Nelson.

Já está acomodado aqui, Nelson, o nosso guerreiro?

Peço aos membros aqui da Mesa que se sentem para que o foco fique no Nelson, de Vitória da Conquista.

Nelson, podemos combinar isto: vamos dar, para cada um, cinco minutos, para que um número maior possa falar?

Não se preocupem, aqui temos dez inscritos, falarão mais dez, e vamos ter o tempo necessário para que vocês possam colocar o seu ponto de vista.

A palavra está com você, Nelson.

O SR. NELSON – Boa tarde, companheirada!

Eu queria saudar a Mesa na pessoa do quilombola companheiro Ivo.

Eu sou Nelson, eu sou quilombola do Baixo Sul da Bahia, do chamado Jericó, do Município de Wenceslau Guimarães, mas resido na cidade de Vitória da Conquista há 21 anos.

A Ministra Luiza fez um depoimento que nos comoveu muito, mas digo incompleto, sobre a companheira Marina, estudante de Medicina da UFBA.

Para vocês terem uma ideia, não tem estrada. O quilombo é rodeado de comunidades com energia e o quilombo não tem energia. Não tem escola dentro da comunidade, nem de 1º grau. Não tem escola! O Fantástico ia lá e nós contornamos porque ia expor a comunidade.

O caso de Marina é um caso que a gente fala porque está na mídia, mas nós enfrentamos, lá em Vitória da Conquista principalmente, dois casos de residência estudantil de quilombolas que passam por cotas, e a gente é obrigado a garantir essa cota, com cada comunidade contribuindo com R$15,00 para pagar o aluguel para que os estudantes morem.

Quando passam no vestibular, têm o quê? A bolsa. E a gente não consegue acessar essa bolsa de R$250,00. A gente não consegue e os outros conseguem! Está lá a casa. A gente contribui, cada um, com R$15,00. Está aqui a Vereadora Tia Silvia, que contribui, o Vereador Carlito, um vereador quilombola que está aqui – são dois vereadores de comunidades quilombolas. A Rosalina está aqui, Vereadora quilombola também. O Raimilton também, Vereador quilombola, e outros que estão aqui que eu não conheço, que lutam, que ajudam a gente a vencer essa batalha! (*Palmas.*)

As cotas, companheiros, são dadas. Mas as faculdades não querem negro dentro de faculdade. Não querem! A gente precisa ocupar também essas faculdades! (*Palmas.*)

Mas eu quero falar também aqui da Batateira, do quilombo que, recentemente, também sofreu agressões: um fazendeiro jogou até veneno dentro da água para os quilombolas não beberem!

Rio dos Macacos, no Recôncavo – o companheiro falou da Marinha, que é nossa –, mas lá, para passar, tem horas e dias. A pessoa não pode... Está lá, na Constituição, a gente tem direito de ir e de voltar, mas lá a gente não tem direito de ir e de voltar; tem que pedir permissão para passar.

O canto diz: "A luta não pode parar". Na lei ou na raça, nós vamos vencer! Por quê? Porque nós precisamos acreditar em nós mesmos. O espaço, falaram aqui que o espaço é pequeno. E é, mas nós temos gente lá na Educação, temos gente no Incra, temos gente no MDA: são 2 mil a 3 mil quilombolas que estão aqui

em Brasília hoje. Se Brasília nunca quisesse empretecer, nós empretecemos agora. Nós empretecemos Brasília! (*Palmas.*)

Então, é preciso, no ano que vem, que nós quilombolas garantamos o que temos lá de parlamentares negros e reelejamos o maior número de parlamentares negros, que são os que vão nos defender.

Eu lembro, jovem ainda, do quanto sofreu o Senador Paim, o único que tinha representando o Brasil de negros. E hoje nós temos, graças a Deus, vários parlamentares, como Amauri, da Bahia, e outros parlamentares de outros Estados que se juntam a nós para defender os nossos direitos. Mas a luta tem de ser nossa. Quem tem de dizer quem é quilombola somos nós, porque nós nascemos dentro do quilombo. A luta é nossa! (*Palmas.*)

Ninguém aqui do Supremo sabe a luta que nós sofremos lá. O Incra demarca a terra. Nós temos um quilombo lá com cinco anos de demarcação de terra – está o companheiro Flávio aí e o Charles, que está ali – para pagar aos fazendeiros. A produção de eucaliptos recorreu e está o quilombo sofrendo pressão dos fazendeiros. Está aqui o pessoal, que veio com a gente. Os quilombolas não podem passar na fazenda, pois estão sofrendo pressão dos fazendeiros. E por quê? Não pagaram, o fazendeiro não quer sair e está botando pressão em cima dos quilombolas.

E isso não é luta de Vitória da Conquista, não, mas é uma luta de todos nós. Gente, a demarcação de terras dentro das comunidades quilombolas tem de sair urgentemente! Não existe e tem de sair urgentemente! (*Palmas.*)

E, para finalizar, a Luiza disse ali que a gente não pode pensar que novembro é o mês das comunidades quilombolas, mas o MST tem também o abril negro e todo mundo fica com medo. Há o abril vermelho e todo mundo fica com medo no mês de abril! Lá no governo do Estado, quando o MST chega ao CAB, já tem banheiro, comida, tem tudo para todo mundo.

A gente precisa também, companheiros! Do Ceará, não veio ninguém, porque o Governo não deu ônibus. A gente precisa também ocupar os governos dos Estados, para defender as nossas políticas, porque lá é que estão.

E a questão da energia? Nos quilombos, ainda é tratada como favor do prefeito. É o prefeito que manda na energia! (*Palmas.*)

Eu cheguei ao Comitê Gestor, o Secretário – como é o nome lá, do Luz para Todos? – Silvano Ragno chegou para mim e disse: "Você representa que prefeitura?" E eu disse: "Eu represento as comunidades quilombolas. Está aqui." E bota lá por debaixo. Quando sai a energia, é o prefeito que sabe primeiro. E o prefeito vai ao quilombo dizer que ele está levando energia.

Então, se é prioridade... A Ministra assinou um decreto agora, recente, dizendo que, se é prioridade, esses convênios, essas reivindicações têm que passar pelas comunidades quilombolas, pelos conselhos quilombolas, para fortalecer a política e não para fortalecer os prefeitos que verdadeiramente massacram o nosso povo!

Muito obrigado.

Desejo a todos os quilombolas muita luta!

Estamos aí na luta, gente! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Nelson, de Vitória da Conquista, que ficou dentro do tempo. Ele falou cinco minutos, eu dei mais dois e ele deu, de forma muito adequada, a sua mensagem.

Eu peço para o Edson, agora, que use também do microfone. O Edson, de Cachoeira.

Fique à vontade, pode falar daí mesmo, Edson!

O SR. EDSON – Boa tarde, companheiros e companheiras!

Eu sou um cachoeirano, sou de Santiago do Iguape, Distrito de Cachoeira, BA, que muitos aqui não conhecem. O único político que conhece Cachoeira, que sempre esteve lá conosco foi o Deputado Luiz Alberto, infelizmente. Nosso amigo Ivo foi muito feliz quando nos convidou para hoje nós estarmos aqui.

Amigo Ivo, tiveram uns colegas nossos, de São Francisco do Paraguaçu, que infelizmente não puderam vir. Por quê? Porque, de um transporte, para levar até a Polícia Rodoviária Federal em Simões Filho, companheiro, o rapaz da Kombi disse que jamais ele ia passar o carro dele naquela lama, que está atolando – 17 km de chão!

Nós não temos como evacuar nosso produto da roça. Nosso prefeito prefere dar iogurte e biscoito recheado aos alunos, mas não compra nossos produtos para fazer a merenda escolar – o Exmº Prefeito de Cachoeira!

Então, que vocês políticos se sensibilizem com isso. Que procurem ver isso que está sendo denunciado. Aquela estrada é de 22,5km. Há muito a gente, todo dia, está no Derba (Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia) pedindo, pedindo, indo, alugando Kombi para ir para lá. Fizeram somente 6,5Km, que é do portão da Opalma até a Opalma do Paraguaçu. Só vendo a borra que botaram!

Agora, da Opalma do Paraguaçu até São Francisco só vendo como está: passa ônibus uma vez por dia para levar o pessoal do Caongi, do Dendê, de São

Francisco, do Iguape. Aquilo, meus amigos, é uma vergonha!

Eu saí ontem, de Santiago do Iguape, às 4 horas da manhã, para pegar os companheiros em Acupe e levar para a polícia rodoviária. Chegamos lá às 7 horas da manhã, Deus e nós. Nós viemos, três companheiros, de Santiago do Iguape até aqui. De São Francisco, os companheiros, infelizmente, não puderam vir, lamentando-se. Será, meu Deus, que nós vamos ficar nessa vida toda?

Quando a gente planta a roça e os bois dos fazendeiros vão à nossa roça, a gente não tem como cobrar, porque eles dizem que a terra é deles. Eles dizem que eles é que mandam. Nossas famílias, meus amigos, quando vão para o mangue mariscar têm de passar embaixo de cerca, com seu cofo, com seu balde. No verão, para a gente dar água aos animais, a gente tem de cortar um fio de arame para o animal ir beber a água porque os fazendeiros cercam.

Será que nós quilombolas nunca vamos nos unir? Eu tenho fé em Deus que nós ainda vamos nos unir e que vamos dar resposta a quem quer que seja! No dia que a gente botar na cabeça que a gente tem de se unir, que a gente tem de ir à luta, tem de lutar por nosso direito, a gente vai mostrar que nós quilombolas vamos vencer, vamos dar resposta a quem quer que seja!

Será que nós só prestamos para servir de escada, de quatro em quatro anos? Será? Agora mesmo que vem 2012, ano de eleição para prefeitos e vereadores, todo dia tem gente lá no Iguape. Passou isso aí, a gente é esquecido. Quando for 2014, eleição para deputados, governadores e presidente, aí a gente é lembrado.

Será que nós não vamos tomar vergonha na cara? Será que a gente vai ficar nessa? Será que a escravidão realmente acabou? A escravidão não acabou não, companheiros. Nós continuamos a ser os mesmos escravos, e eu tenho fé em Deus de que um dia eu possa dizer – eu posso estar velho, estar como estiver: Hoje, nós quilombolas realizamos o nosso sonho. Fomos à luta e vencemos, porque a gente tem força. Só nos falta um pouco mais de união.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Meus cumprimentos ao Edson, que ficou exatamente cinco minutos gravados.

Agora, passamos a palavra à Bernadete de Simões Filho.

A SRª BERNARDETE DE SIMÕES FILHO – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu pediria à senhora que se sentasse ali naquela cadeira, por favor.

A SRª BERNARDETE DE SIMÕES FILHO – Eu queria cumprimentar a Mesa, os Senadores e queria dar a benção aos mais velhos e aos mais novos, à minha mãe Sebastiana e a todos os meus irmãos quilombolas.

Olha, é o seguinte, autoridades, pessoal do INCRA aqui presente, a nossa dor é muito grande.

Começando pela titulação das terras, a regularização fundiária. Nós temos a terra, mas não temos o direito de plantar. Então, há cinco anos que já foi demarcada e não sei por que ainda não foi feita a titularização da terra. E também o que nós sofremos na Comunidade Pitanga de Palmares é só impacto; temos cinco impactos. O primeiro, a barragem, que chegou e não pediu nem por favor. O segundo, os dutos; são 23 dutos rodeando o território quilombola. O terceiro, o presídio, nosso cartão postal. O quarto, o pedágio que agora, até o quilombola, para passar, tem que pagar. O quinto, a linha férrea que está passando também pelo território. E o sexto é o MST, que invadiu as nossas terras quilombolas. Só que o meu colega falou que no mês de abril o MST é o dia dele; ele abriu e os quilombolas fecharam. Nós estamos no território e ganhamos a causa; tiramos eles. (*Palmas*.)

O que eu peço, acho que tudo muito está pedindo: seriedade nesse trabalho, principalmente por parte do INCRA. Por favor, a terra é nossa, então resolva esse problema.

Queremos agradecer a Fundação Palmares, que não está lá direto, fazendo um trabalho em relação à linha férrea, acompanhando de perto a bronca que deixaram nas mãos de seu Eloi – não foi seu Eloi . Ele está nos acompanhando de perto. Inclusive, a pessoa de nome Alex Vilas-Boas, que está lá nos acompanhando, vai lá quando tem reunião e nós agora estamos pedindo uma audiência pública, porque temos muitas reivindicações. Eu quero deixar bem claro, Alex, que eu quero falar e preciso falar com o Prefeito de Camaçari, que a ansiedade é dele. Ele não pode entrar no território sem falar com a gente, e até agora não foi cumprida, não tem nada feito.

E quero deixar bem claro que os meus irmãos quilombolas... Que essa força aumente, gente; nós somos o povo e o poder está nas nossas mãos. Queremos água, queremos luz – aliás, água não, porque nós temos. O nosso quilombo, que tomamos das mãos do MST, que se chama Quilombo Caipora, onde teremos o primeiro Encontro Quilombola, nos dias 26 e 27, em Pitanga dos Palmares.

Então, agradeço a todos vocês e peço – porque a violência está muito grande em Pitanga dos Palmares;

os nossos jovens estão se acabando – a todos vocês que estão na Mesa que tomem uma providência seriíssima em relação a nossa regularização fundiária – viu INCRA? –, por favor, porque nós precisamos de terra para plantar.

Muito obrigada. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Pessoal, a coordenação do movimento me informa que vocês têm uma marcha às 14 horas, e nós temos aqui em torno de 20 inscritos. São 25 minutos para cada um... Eu estou à disposição, não tenho problema nenhum hoje, porque não tem votação no plenário. O que eu quero alertar e lembrar aqui é que teria que diminuir o tempo, para que todos possam falar e todos ficarem em três minutos, O.k.? Isso, para que vocês possam sair para a marcha.

Então, agradeço à Bernardete, que ficou dentro do tempo também.

A Rose, do Quilombo dos Macacos, por três minutos.

A SRª ROSEMEIRE – Boa tarde. Eu sou Rosemeire, do Quilombo Rio dos Macacos.

Esse quilombo ficou isolado por mais de 200 anos. Eu sou de uma comunidade que sobrevive há mais de 200 anos. Essa comunidade, a Marinha do Brasil tomou posse, e foi quando chegou o nosso sofrimento. A Marinha do Brasil já bateu em criança, já colocou arma na cabeça de criança, de idosa com idade de 111 anos – ela ainda sobrevive lá naquele local, nasceu e se criou lá.

A Marinha do Brasil tirou a nossa liberdade em tudo, direito a estudar, de ir e vir. Eu sou analfabeta e isso eu agradeço à Marinha do Brasil. E aí tem nome, viu? É o tenente Café, Sandoval, tenente Cortizo, o tenente Costa e o tenente Lima, que comandavam aquela área. Já colocaram arma na minha cabeça, quando eu era criança. Agora, adulta, estou bem. Passaram isso para as minhas filhas, coisa que sempre pedi para não passar, mas já passaram.

A nossa comunidade não tem energia, não tem rede de esgoto, não tem água encanada, não tem estrada, não tem colégio e não tem posto médico. Tudo é proibido lá, até a nossa pescaria eles proibiram; proibiram a gente de trabalhar as nossas roças; a maioria dos moradores está passando fome. Já morreram três pessoas depois da ordem de despejo, mais um que um sargento da Marinha matou em frente à vila e ele está dizendo que foi na BR. Não foi na BR, foi em frente à vila e a gente tem como provar. Já perdi irmã por falta de socorro, já perdi tia, uma senhora de noventa e poucos anos, que foi colocada num carrinho de mão para poder descer no João Batista Caribe, para receber socorro. Só que a Marinha do Brasil impediu o SAMU de entrar no local para dar assistência. Colocou duas manilhas na frente e, agora, em 2010, deu ordem de despejo e a gente não sabia o que estava recebendo, para a gente desocupar a área. A gente deu entrada no Ministério Público Federal, na Defensoria Pública da União, em vários outros locais em Salvador; pediu ajuda ao ex-Presidente Lula, ao Governador da Bahia, à Presidente Dilma – eu pedi de joelhos, viu gente, pedindo pelo meu povo. Enquanto existir sangue nas minhas veias eu vou lutar. Não sei como, mas eu vou lutar.

À Fundação Palmares eu agradeço muito, porque está ajudando muito a gente; eu peço a Deus, também, para que o INCRA, que está aqui presente, ajude a gente. Eu não sei como são as palavras, porque sou analfabeta, isso agradeço à Marinha do Brasil. É a primeira vez que venho a uma audiência, e a gente está pedindo uma audiência lá para o Quilombo Rio dos Macacos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De fato, Rose, o que você diz aí é grave, muito grave. A Comissão de Direitos Humanos também se coloca à disposição, junto com a Fundação, com a Seppir e com o INCRA para entrar nessa mediação e assegurar o direito de vocês, O.k., Rose?

Passo a palavra, agora, para a Fátima.

A SRª ROSEMEIRE – Só um momento, rapidinho. Eu não falei tudo; aconteceram muitas coisas lá no local. Eles entram a cavalo nas nossas casas, pega a gente nua dentro de casa. Eu não falei nem a metade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Mas é importante que alguém coloque isso no papel, via Seppir, Fundação Palmares para que a Comissão de Direitos Humanos também possa interagir. A Fundação está acompanhando e ela também vai me dar subsídios para que eu também possa interagir em nome Comissão. Parabéns pela coragem. Uma salva de palmas para a Rose. (*Palmas*.)

Fátima, da Bahia.

A SRª FÁTIMA – Bom dia, eu queria agradecer a todos da Mesa, aos irmãos quilombolas que aqui estão. Vou falar rápido.

O nosso problema no Alto do Tororó também é bem parecido com o do Rio dos Macacos. Estamos na mesma linha. Também já sofremos esse tipo de ameaça, fuzileiros navais dentro dos nossos quintais, armados, dentro da comunidade.

Eu, que sou pescadora, saio para pescar, sou marisqueira, eu vou para o mar para buscar o peixe para comer. Quando a gente chega, eles querem tomar o nosso pescado. É de botina no pescoço, com arma na cabeça. Então, eu creio que acima deles exista autoridades a quem eles sejam submissos. Eu creio no

poder, eu creio na Justiça, e acredito que vocês não vão deixar tomarem o que é nosso por direito.

A nossa comunidade está toda cercada como boi no curral; perdemos as nossas roças, que eles tomaram; perdemos tudo, eles tomaram tudo. A gente cresce para cima, batendo laje, fazendo em cima porque não tem onde fazer. Então, eu acredito em vocês, eu creio que vocês vão resolver os nossos problemas. A nossa titulação de terra é o que precisamos para plantar, porque todo o pescador planta, todo pescador planta aipim, mandioca, milho, tudo. Nós não podemos plantar, porque eles entram e cortam tudo para que a gente não tenha como provar que usa a terra. Então, isso tem que acabar, porque quando a Marinha chegou ali nós já existíamos ali há quase 300 anos. O meu bisavô e o meu tataravô nasceram e se criaram ali; negros que se esconderam ali, correndo, se escondendo do sofrimento. Até hoje estamos ali.

A Marinha, se muito, está ali há 50 anos. Tenho 50 anos que vivo ali vendo tudo isso. Gente, eu não quero fazer mais 50 vendo essas coisas acontecerem. Eu espero que mude, eu acredito em vocês. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a Fátima.

Mais uma vez, quero dizer a todos que estamos ao vivo, em nove canais, para todo o Brasil, pela TV Senado. É importante, porque vocês estão mostrando um outro lado do Brasil que grande parte dos que estão lá fora não sabem. E vejam, a denúncia aqui é da Marinha. Ela perguntava aqui: "É da Marinha também isso?"

E ela me reafirmava, aqui da mesa, que é da Marinha. Isto é grave, muito, muito grave.

Uma salva de palmas para a senhora. Sei que vocês são guerreiros, resistentes, e que a Comissão de Direitos Humanos vai entrar também. (*Palmas*.)

Passo a palavra ao Sr. Valmir, do Senhor do Bonfim. Tem a palavra por três minutos, Valmir.

O SR. VALMIR – Meu boa tarde a todos e a todas, amigos, companheiros de quilombolas do Brasil.

Este é um momento feliz, em que estamos aqui, sentados, discutindo e lutando por aquilo que já deveria realmente ter acontecido há muitos anos.

Quero aqui levar em consideração algumas questões bem emblemáticas que estão acontecendo no Estado da Bahia. Acredito que os nossos companheiros dos outros Estados estão trazendo também as suas questões, mas quero dizer que o caso de Rio dos Macacos é um caso sério. Isso que foi colocado agora pela Rose é uma realidade. É uma comunidade que sobrevive hoje em processo de escravidão. Isso que a Marinha fez, durante tantos anos, com a comunidade – podemos dizer – a escravidão está ali. Aquele povo não teve como estudar. A Rose está aqui e falou em alto e bom som. Além de tudo, está ameaçada de morte. É o que deixa a gente bem mais triste diante de nossas lutas, porque são várias lideranças da gente que têm tombado. São várias lideranças ameaçadas, e muitas vezes não vemos punições.

Queremos sugerir que, nas comunidades quilombolas que estão em conflito, haja realmente essa necessidade e que seja implantada uma força de segurança, para que as lideranças dos quilombolas possam realmente ter segurança de vida, para que não esteja indo mais um, ou mais dois, ou mais três. Digo isso porque em minha comunidade, Tijuaçú, no norte da Bahia, passando pelo processo de regularização fundiária, tive que sair da comunidade, perseguido por fazendeiros. Tive que me esconder, tive que me exilar. Assim como fui eu, foram vários. E consegui realmente me exilar. E aqueles que foram embora?

Quero deixar aqui bem clara esta realidade, dizer também que a linha férrea Transnordestina está cortando muitas outras comunidades quilombolas. Essa é uma realidade que precisamos discutir. Os projetos nacionais precisam ser discutidos com as comunidades quilombolas.

Estamos aqui com lotações de sete ônibus da Bahia, viemos para participar realmente desse evento. Estamos aqui para dar o nosso recado e queremos resultados.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Valmir.

Agora, passamos para a segunda lista.

Cícero, coordenador da Conaq do Estado do Ceará.

O SR. CÍCERO – Boa tarde a todos e a todas!

Ouvi um companheiro dizendo que o Ceará não tinha representante. O Ceará tem sim. O Ceará conseguiu mandar cinco representantes, dois da Conaq, titulares, mais três da comissão estadual do Ceará.

Esse mesmo problema que está acontecendo com esse companheiro aconteceu onde eu moro, no Ceará. Lá, temos problema de terra. Todos os quilombolas querem terra para trabalhar.

Peço, Richard, em nome de todas as comunidades quilombolas do Brasil, que o Incra tenha mais sensibilidade para trabalhar as articulações das terras quilombolas. No território quilombola onde moro já são oito anos de luta. Só precisa abrir só a portaria para começar a pagar.

Pergunto ao Richard: abre-se a portaria, quando vai ser pago esse território quilombola para podermos trabalhar? Isso que eu queria explicar bem para vocês.

Outra coisa aqui, companheira: será que o poder público vai deixar essa companheira morrer? Quando o poder público vai dar a garantia aos quilombolas para lutar por seus direitos, para não matar tantos quilombolas?

Será que o poder público vai dar apoio a esta companheira aqui, ou vai dar apoio quando ela estiver morta?

É a pergunta que deixo no ar para os companheiros, governadores, senadores, deputados.

Não é só você, não, companheira. Também sofri lá, saí do meu território; tive que abandonar o meu lugar. Mas consegui vencer. Consegui derrotar eles aqui em Brasília. Este ano já era para ter saído a portaria. Infelizmente, não saiu ainda. Mas acho que no ano que vem sai. Mas, será que daqui a dez anos o Incra vai conseguir pagar esses territórios. É uma pergunta para o Senador. Será que tem dinheiro para trabalhar com o quilombola? Será que tem dinheiro para pagar quais são territórios quilombolas? Será que o Incra está fazendo isso porque não tem dinheiro para pagar? Será que tem companheiros que, com oito anos, não conseguiu pagar ainda os territórios quilombolas? Tem dinheiro, companheiro? Se não tem dinheiro, companheiro, é bom a gente saber se tem ou não tem, porque você luta, bota a sua vida em risco, morre pela comunidade, briga com fazendeiro e, quando chega, você passa oito ou nove anos para o Incra até hoje não começar a pagar esse território ainda. Então, companheiros, não têm dinheiro para pagar território de quilombola. Têm dinheiro para o agronegócio, têm dinheiro para os grandes agricultores e não têm dinheiro para pagar os quilombolas.

Era isso que eu queria dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Ficou exatamente no tempo, o Cícero.

Passo a palavra para o Onir Araújo, do Movimento Negro Unificado.

O Onir é gaudério lá do Rio Grande do Sul, atuante, militante. Advogado das comunidades que vai estar entre um dos coordenadores dos atos que teremos lá na semana que vem. Dois atos: um na assembleia e outro na comunidade.

Onir Araújo, com a palavra.

O SR. ONIR ARAÚJO – Boa tarde a todos e a todas, parentes quilombolas; uma saudação ao Senador Paim; e saudando a todos os quilombolas aqui presentes, saúdo a Mesa; Deputado Amauri, os gelatos falam por si. Se nós pegarmos uma fotografia dessa audiência, o próprio filme dela, vamos ver que o que o Estado brasileiro fala sobre as comunidades quilombolas, os órgãos responsáveis relatam e o que está acontecendo realmente no Brasil profundo.

Três semanas atrás, estive, Senador, na comunidade quilombola de Mormaça, Município de Sertão, no interior do Rio Grande do Sul e lá percebi e vi qual é a realidade de como o Estado brasileiro, o que ele aponta para as comunidades quilombolas. Primeiro, a comunidade foi induzida a erro pelo próprio Incra a abrir mão de parte do território. Reivindicava 1.300 hectares e foi induzida a aceitar 450 hectares, em 2009, com a promessa de que teria isso regularizado e sem conflito. Até agora a comunidade não foi titulada. Pelo contrário, a escola que havia na comunidade, poucos metros de um dos centros, o fazendeiro simplesmente transformou a escola num silo de feno.

Eu gostaria de colocar isso para concluir: a realidade está muito distante do que se está falando e prometendo aqui. A realidade é uma política de extermínio e genocídio das comunidades quilombolas. Não se garantem os direitos. A situação de Morro Alto é emblemática nesse sentido. É emblemática porque, desde março, os grileiros e posseiros já deveriam estar sendo notificados e o Incra não os notifica, passando por cima da própria legislação.

Então, é uma cobrança concreta aos representantes do Incra, aos representantes da Seppir que estiveram lá durante a ocupação da comunidade de Morro Alto. Quando vão começar as notificações de Morro Alto? Quando se vai começar o processo efetivo de desapropriação daqueles que roubaram as terras dos quilombolas de Morro Alto? Vocês vão estar de que lado? Vão estar do lado dos grileiros da Confederação Nacional da Agricultura ou cumprindo a lei, ao lado do nosso povo?

Chega de enrolação! A necessidade obriga não a discurso, mas a posições concretas para que os nossos direitos sejam garantidos, sob pena de aquilo que o representante da Haiti se cumprir aqui, ou seja, a única terra que vão nos dar são os sete palmos de terra sobre cada um dos nossos cadáveres, porque muitos já estão sendo mortos e assassinados. E a responsabilidade, quando o Governo Federal não titula, é também do Governo Federal, porque não dá segurança jurídica para que as roças nossas possam ser plantadas, para que a nossa sustentabilidade seja garantida.

Então, vamos parar de brincadeira e vamos cumprir o que a legislação determina, senão a responsabilidade vai ser não quilombolas que estão lutando, mas do Estado brasileiro, que não cumpre o que deveria cumprir e garantir o direito aos nossos territórios.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Onir Araújo, militante, advogado do Movimento Negro Unificado, que tem se destacado na defesa do nosso povo. Tenho que reconhecer de público o trabalho que ele vem fazendo.

Quero apenas registrar a presença, rapidamente, dos seguintes vereadores quilombolas: Francisquinho de Mirangaba, Bahia; Carlito de Tamboril, Bahia; Tia Silvia, de Piripá, Bahia; Raimildo, de Seabra, Bahia; Maria Rosalina dos Santos, de Queimada Nova, Piauí; Oliveira Francisco, de Mirangaba, Bahia; Manoel Edeltrudes Moreira (Tico), de Kaunga, Goiás.

Uma salva de palmas a todos os vereadores. *(Palmas.)*

Vamos passar para Rose, de Rio dos Macacos. *(Pausa.)*

Já falou. Está aqui na lista, mas já falou.

Élson, de Barra do Parateca.

O SR. ÉLSON RIBEIRO BORGES – Quero cumprimentar a todos os companheiros e companheiras. Sou Élson, do Quilombo Barra do Parateca, oeste da Bahia, no Município de Carinhanha. Represento também o movimento dos acampados e quilombolas, Movimento Ceta, no Estado da Bahia.

Quero fazer algumas perguntas porque, até o momento, ainda não estou convencido do que foi dito, até porque quando se diz que das cerca de 4 mil comunidades quilombolas apenas 1.712 são certificadas, com RTID apenas 142; mas, a maior vergonha é que não aparece o número das comunidades tituladas, que é o que realmente precisa, que desaparece, faz realmente isso.

Outra coisa é: com toda essa dificuldade, quando o Incra resolve a questão fundiária, como vai resolver a situação para entrar o credo. Aí é obrigado a fazer assentamento. É uma vergonha isso, fazer assentamento dentro de comunidade quilombola porque não existe uma política pública para quilombo. Nunca concordei com isso. Agora não pode mais. Nosso representante do Incra está aí e sabe que não se pode fazer assentamento dentro de comunidade quilombola. E como vai ser resolvida a situação das comunidades quilombolas quando resolver essa questão fundiária.

Existe ali nas Comunidades Pau D'arco e Parateca, há seis anos, um certificado, ou seja, autorização de uso da área da União. Agora, recentemente, um bocado dos companheiros foi preso ali dentro, usando a área da União porque não pode se trabalhar dentro da área da União, porque foi dada autorização de uso, mas a posse ainda está na mão dos fazendeiros. Para acabar de completar, vem a ferrovia, tratorando tudo, tirando o sossego de todas as comunidades quilombolas da região. São muitas outras coisas para se falar, mas, infelizmente, o tempo não dá.

Agradeço esse pequeno tempo. Na próxima audiência, nós precisamos de um tempo maior para colocar as nossas condições, até porque, eu, na minha comunidade, sou ameaçado. Hoje eu estou aqui falando. Talvez, na próxima reunião, eu posso não existir mais porque estou ameaçado também. Lá na comunidade quilombola, houve um despejo, um vergonha, dentro de uma área do Incra, da Reserva nº 4 do Incra, foi a Polícia Federal, o pessoal chorando, derramando lágrima e tratores do fazendo lá, junto com a Polícia Federal, escoltando o povo com arma, destruiu toda a plantação. O Ministério Público Federal tem conhecimento disso, a Fundação Palmares, que depois disso, esteve lá. Aconteceu no ano passado e até hoje providência nenhuma foi tomada. A situação está assim e a vida da gente está nessa situação. É uma vergonha isso!

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Édson. Pode ter certeza, Édson, nós teremos outras audiências públicas. Nós sabemos que não termina hoje. Nós estamos acelerando devido ao evento das 14 horas que vocês tem. Agora são 13 horas e 27 minutos.

O SR. RICHARD TORSIANO – Posso dar um informe aqui? Tem vários relatos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Mas o Deputado aqui fala, assim como o Senador, na hora que entenderem ser melhor, para ajudar.

O SR. RICHARD TORSIANO – Nós tivemos uma audiência há uns dois meses e um dos compromissos dessa audiência era criar uma comissão para acompanhar os casos de violência nas comunidades quilombolas. Já foi criada essa comissão pelo Presidente da Câmara dos Deputados e nós vamos começar a marcar visita e vamos começar, claro, pelo Rio dos Macacos, que é o caso de violência mais notório e talvez mais gritante. Mas nós vamos fazer um cronograma, dialogando com vocês, evidentemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Boa informação do Deputado Richard. Vamos ter uma comissão que vai visitar as áreas que estão em conflito. Já foi criada.

Maria Lúcia, Quilombo da Fazenda Ubatuba.

Está aí a Maria Lúcia? Muito bem.

A SRª MARIA LÚCIA – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os integrantes da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Veja que está aceso o verde. Fale bem pertinho do microfone.

A SRª MARIA LÚCIA – A gente é lá do Quilombo da Fazenda, litoral norte, de Ubatuba, Estado de São

Paulo. Nós vivemos em uma comunidade... Eu ouvi a fala dos outros companheiros, e a gente observa que os nossos objetivos são iguais. As nossas lutas são as mesmas, onde o Governo do Estado resolveu tombar a parte estadual da Serra do Mar, o nosso quilombo e desde então vivemos uma luta terrível, onde foi tirado o direito de plantar, foi tirado o direito de construir, foi tirada a educação, foi tirada a saúde. Perdemos os nossos jovens, temos perdido. A nossa cultura acabou. Hoje nós vivemos em um lugar que não podemos trocar uma porta, uma janela. Se a gente faz um pedido para trocar uma porta ou uma janela, é negado. As pessoas vivem massacradas pela Secretaria do Meio Ambiente.

Mas, na verdade, o que a gente observa é que nós estávamos lá há 150 anos, onde a gente preservava, tanto que eles encontraram uma mata preservada porque os nossos antepassados tinham esse manejo, apesar de serem analfabetos, mas eles tinham essa sabedoria. E tudo isso nos foi tirado, nos foi roubado.

O Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) nos fez engolir goela dentro uma antropóloga, que fez o nosso laudo científico manipulado onde ela sentada com os quilombolas, depois ela sentava com a gestora do parque, e ali ela colocava o que a gestora pedia para ser colocado.

Eu tive a minha casa demolida, grávida de cinco meses, com cinco filhos pequenos. Essa história é contada há nove anos. Então, não venham dizer que não sabem, porque por todo lugar porque passamos contamos nossas histórias. *(Palmas.)*

Não temos saúde, pessoas foram mortas por falta de socorro. Esta semana quase perdi a minha filha; a educação é péssima e nem escola o nosso quilombo tem. Viveremos dessa maneira até quando? Continuamos escravizados.

Acho que a escravidão para nós ainda não deixou de acontecer, porque se diz que existe lei, há os órgãos competentes, deputados, senadores, vereadores, Incra, Itesp, mas todas as vezes que precisamos de apoio quanto à nossa história até agora nada aconteceu. O parque está jogando os quilombolas de um lado para o outro, tomou 100% do nosso território, a praia eles não querem nem ouvir mais dos quilombolas, que já estão na praia e até onde sei a praia também não é do Estado e sim da União. E aí vamos viver até quando nessa situação? Precisamos de respostas. Queremos o título da terra, precisamos do título da terra até mesmo para sair desse sofrimento, porque é nosso direito, é um direito que temos, direito adquirido. Mesmo porque estamos para sair da nossa própria casa porque estamos na beira da praia. Negro não precisa de praia.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT - RS) – Muito bem pessoal. Uma salva de palmas para ambos que concluíram aqui, para podermos passar neste momento para Núbia de Souza, do Amapá. *(Palmas.)*

A SRª MARIA – Uma palavra só. Ela tem um documento para entregar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Pois bem. Pode me entregar o documento. Não tem problema nenhum.

A SRª MARIA – Temos um documento para ser entregue não sei para quem, para Comissão, e queríamos que realmente os senhores analisassem com carinho. Fiz uma denúncia: a Treze Paulista, no parque, onde moramos, fiz uma denúncia para Seppir dizendo que crianças estavam com arma apontada na cabeça por estarem passeando no rio de canoa. Ficaram de me dar resposta e até hoje não tive essa resposta. Por favor, somos seres humanos e não somos bichos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. Pode entregar o documento aqui para a Fundação Palmares e para Seppir.

Enquanto isso, vou, de imediato... Estou tentando ajudar porque estão me cobrando que vai ter a marcha. Para mim não tem problema e poderia estender até às 18 horas. Da minha parte, podem ficar tranquilos. Vocês têm o almoço e a marcha. Então, vou, de novo, fazer um apelo para que fiquem nos três minutos. Cada um já está falando em torno de cinco minutos e daí iremos até às 16horas.

Núbia de Souza.

A SRª NÚBIA DE SOUZA – Vou ser bem objetiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem, Núbia. Obrigada Núbia.

A SRª NÚBIA DE SOUZA – Vou ser bem objetiva com os meus companheiros e quero direcionar para os Senadores e para o Presidente. Solicito desta Casa que se monte um comitê permanente para acompanhar a regularização fundiária no Brasil. Solicito desta Casa, permanente, e que a maioria seja quilombola, a maioria seja quilombola, porque sabemos onde está o problema neste Brasil.

Solicito desta Casa, da Comissão de Direitos Humanos, que se monte um comitê com Polícia Federal, com todos os órgãos competentes para a defesa de nossos irmãos que estão morrendo em nossos territórios, de imediato. Não podemos mais esperar para depois montar a comissão.

Solicito desta Casa um requerimento que agilize o processo e crie um mecanismo para o Incra trabalhar, porque quando chega lá na ponta, lá nos Estados, não tem técnico suficiente e entramos em conflito dentro de nossas casas, dentro dos nossos territórios quilombolas. Então, é interessante que se monte ime-

diatamente, não se deixe para depois, porque amanhã ainda vai ter quilombola aqui e possamos ter resposta plausível, porque quando o Senado quer, Senador, ele faz. Lembro-me dos nossos opositores, do pessoal do movimento agrário lá. Quando eles ocuparam aqui, tiveram imediata resposta.

Então, nós precisamos imediatamente, porque não vamos esperar mais nenhum irmão morrer dentro do nosso território. Queremos suporte sim. Está deficiente? Está deficiente sim o sistema, não está funcionando. Então, vamos dar estrutura para o MDA, para o Incra, porque já chega de estarmos nos conflitando com os Estados; vamos dar estrutura para a Seppir, porque apesar de não ter estrutura, é a única que nos socorre; vamos dar estrutura para a Fundação Palmares, para podermos cobrar de quem de direito.

E não aceitamos retrocesso nessa política. Ouvi falar que estavam querendo acabar com a Seppir, acabar com aquilo que conquistamos – porque a Seppir foi uma conquista nossa. Está deficiente? Está. Mas foi uma conquista nossa. O MDA tem as direções de reorganização fundiária, mas está deficiente e precisa se estruturar. Não podemos retroceder.

Imediatamente eu peço, Senador, que se tenha compromisso da Polícia Federal, porque quando chegamos na Polícia Federal dizendo que um irmão nosso está ameaçado, que ele vai ser assassinado nos nossos territórios, eles não dão a mínima para nós. E comprometimento com os Estados, porque aqui neste Senado tem representante de todos os Estados, mas quando chega na ponta, eles desconhecem nossos direitos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

É aquilo que foi dito, pessoal, por todos aqui. Quem elege os Senadores são os Estados. E cada vez mais vocês têm que ter consciência de eleger deputados e senadores comprometidos com aqueles que querem igualdade, liberdade e justiça. Quanto à tua proposta, Núbia, de montar uma comissão, aqui estão todos os órgãos de governo, eu solicito que eles, dialogando entre si e com a própria Câmara, onde já existe uma comissão, façam essa montagem, e, naturalmente, também indicaremos também alguém do Senado para estar junto.

A SRª NÚBIA DE SOUZA – Só um minutinho. Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode. O que eu não quero é que vocês saíam daqui com a ilusão de que a partir desta reunião está tudo resolvido em matéria de encaminhamento. Eu quero combinar com vocês.

A SRª NÚBIA DE SOUZA – Não é tom de ameaça não, Senador, é cobrança mesmo, porque já esperamos muito tempo. Porque depois... Foi a maior dificuldade para nossos quilombolas chegarem aqui. O senhor não sabe a dificuldade que a Conaq teve para poder fazer isto aqui, para articular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei. Eu sei.

A SRª NÚBIA DE SOUZA – E nós sabemos o bairrismo que houve para a Seppir nos dar apoio, e todos os órgãos parceiros. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pessoal, só para ajudar vocês, e a Seppir é testemunha aqui, perguntem para a Seppir quem dá a maior verba por ano, se não é a Comissão de Direitos Humanos, que eu presido. É esta comissão.

Então, de minha parte, fiquem tranquilos. Eu normalmente avoco para minha relatoria, quando compete, as emendas de comissão, e destino a maior verba para a Seppir.

Então, estou tranquilo aqui presidindo, porque eu faço isso. Só que eu nunca preciso dizer que a maior verba desta Comissão vai todos os anos para a Seppir. Então, esta Comissão cumpre a sua parte.

Estão aqui nossos ex-ministros, e sabem disso. Esta Comissão tem cumprido, historicamente, sua parte. Se outros não cumprem, vamos cobrar daqueles, em bloco.

Por isso, entendo sua indignação, e não há aqui nenhuma discordância.

Vamos passar aqui a palavra para Ronaldo dos Santos, coordenador da Conaq, Quilombo do Campinho.

Estão ainda aqui? O Eloi ainda está aqui?

O SR. RONALDO DOS SANTOS – Bom dia, ou boa tarde, não sei, a todos e a todas. Este é um momento importantíssimo da nossa luta.

Quando o Senador questiona se é o mesmo órgão que oprime uma comunidade. No caso anterior, que no caso é a Marinha do Brasil, isso não nos surpreende, porque é a mesma Marinha que está na Marambaia. E é a mesma Marinha que chibatou João Cândido. Então se formos olhar para a história do Brasil, as opressões não são novas, as situações não são novas. E aí quando a Laura diz que tudo o que está sendo dito aqui, todo mundo sabe – e sabe mesmo –, às vezes não sabe de um caso específico, isolado, em um determinado ponto, mas sabe que ele é recorrente em todo o País. Na verdade, não existe, não conheço uma liderança quilombola que faça uma fala a respeito da sua situação que seja uma fala tranqüila, porque, em todo canto, ou é o fazendeiro, ou é o próprio Estado, ou é a mineradora, ou são os órgãos ambientais, en-

fim, está espalhado por todo o País esse sistema de oprimir, até com intuito de desaparecer com as comunidades quilombolas dali.

Nós, do movimento social organizado, precisamos nos focar, contando com aqueles que, dentro do Governo ou do Legislativo, têm postura de aliados à nossa causa e me arriscaria a dizer, a gente sabe que a maior parte do Legislativo e do próprio Executivo que, embora se diga um Governo de esquerda, mas a maior parte desse Governo não é sensível a nossa causa. *(Palmas.)*

Meus companheiros, eu só queria falar que o companheiro Nelson fez uma fala se referindo à fala da Ministra Luiza, que falou e saiu, e ela se referiu a uma fala minha. Conversei com o Nelson e a gente se entendeu, mas o que a Ministra disse foi que eu havia dito que a gente não pode ficar com processos de quilombolas terminados na gaveta esperando o dia 20 de novembro para decretar, assinar e entregar. Os nossos conflitos são do dia a dia. Então, a gente precisa de título de quilombo sendo entregue no dia 05 de julho.

Por que esperar o dia 20 de novembro para entregar um documento ou a publicação de uma RTID? Dia 05 de janeiro. É um pouco isso. E, companheiro Nelson, todos e todas, para nós, sim, o novembro é mês de luta e o ano inteiro, é claro. Mas só para reforçar: hoje é o dia 07 de novembro, Dia Nacional de Luta pela Regularização dos Territórios Quilombolas e é isso o que a gente está fazendo aqui. *(Palmas).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. RONALDO DOS SANTOS – Daqui a pouquinho, nós vamos para a rua fazer isso na rua, ok? E a gente precisa, meus companheiros, seguir nessa batalha porque – vocês não se iludam – tem muita gente querendo que esse movimento termine, se afunde, mas ele não vai terminar, não vai se afundar porque ele existe há séculos. O movimento quilombola é um dos primeiros movimentos sociais neste País. *(Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Ronaldo.

O SR. RONALDO DOS SANTOS – E nós vamos nos colocar de pé, com a nossa voz, com a voz quilombola em defesa do nosso direito, dos nossos territórios enquanto houver fôlego e não adianta matar liderança, não, porque quilombola nasce muito. Mata um, vêm dez e essa luta não vai acabar.

Muito obrigado. *(Palmas)*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Essa foi a fala do Ronaldo.

Passamos, de imediato, à D.Florência, do Quilombo Hibernada dos Negros.

Três minutos, por favor.

A SRª FLORÊNCIA – Quero cumprimentar a Mesa e a todos os presentes.

Nós viemos do Estado de Santa Catarina para lutar contra a situação de violência. Sabemos que no nosso Estado de Santa Catarina, até hoje, não aconteceu nenhum assassinato, graças a Deus, mas existiram ameaças; eu sou uma das pessoas. E a gente quer conscientizar as pessoas dos outros Estados em que houve assassinatos. A gente está se conscientizando juntamente, nós, quilombolas do nosso Estado.

Quero fazer também umas perguntas...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não é deixar ela falar, é que ninguém está ouvindo o que ela fala porque tem muita gente conversando aqui dentro.

Vou fazer de novo o apelo: para ela falar, os que estão falando têm que ficar do lado de fora.

Vou descontar o tempo. A Senhora vai ter mais um minuto, porque tive de interrompê-la.

A SRª FLORÊNCIA – Está Ok. Eu quero também fazer uma pergunta à Mesa. Quero perguntar e a gente quer ouvir respostas, né? É sobre a negociação de direito de titulações dos territórios. Não é verdade que o Governo está garantindo as políticas públicas às comunidades. O MDA tem dois projetos, no Estado, que estão paralisados há dois anos, porque diz que não tem funcionários para analisar um pedido de remanejamento.

São essas questões. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Parabéns pelo tempo! Foi bem objetiva. Deixou os questionamentos na Mesa, pois ela responderá no final.

Airton Conceição, comunidade de Mata Cavalo, Mato Grosso. *(Palmas.)*

O SR. AIRTON CONCEIÇÃO – Quero agradecer principalmente a Deus por nós estarmos aqui presentes, neste momento, e também ao nosso Senador. Nós queríamos também, Senador, ter um Senador desse em Mato Grosso. Nós temos o Dr. Pedro Taques, que está por dentro da situação, mas nós queríamos também pedir uma audiência desse tipo lá em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos falar com ele, para ver se ele marca audiência lá.

O SR. AIRTON CONCEIÇÃO – Eu quero também falar mais e fazer uma pergunta para o Incra. Ele falou bonito aqui, mas, lá em Mato Grosso, tudo que ele falou aqui é mentira. Lá em Mato Grosso é mentira, porque lá nós temos a situação de que a nossa comunidade em Mata Cavalo já está feita a cadeia dominial; já foi

feito todo o processo: vistoria, levantamento, trabalho antropológico; já se fez a vistoria em toda a fazenda. O fazendeiro já ia até entregar a fazenda e um funcionário do Incra, um técnico, falou para ele que daqui a 50 anos vai ser resolvida essa situação. O que aconteceu? Foi lá pedir uma liminar para o juiz; o juiz deu a liminar. O presente nosso, para o dia 20.... No dia 9, vai ter um despejo na comunidade de Mata Cavalo de dezoito famílias por incompetência do Incra. O juiz falou isso para nós. Mandou uma procuradora... Nós conversamos numa quinta-feira, antes, com o procurador do Incra. Ele falou que tinha dinheiro para indenizar. Tem dezoito fazendas prontas para indenizar e só não vai mandar porque o Incra de Brasília não quer aceitar. Está tudo pronto, o documento lá. Nós fomos no setor de habitação lá e está pronta a documentação. O Procurador, Dr. Bruno, de lá, falou que não ia aceitar. Aí foi a procuradora lá nos representar na audiência com o juiz. O juiz fez dez perguntas para ela, e nove ela não soube responder, nada. Aí o juiz falou assim: estou dando essa liminar, para o Incra abrir o olho, porque o Incra não está fazendo nada; é incompetência do Incra. Fica o Incra só ganhando diária aqui. O pessoal da vistoria vai na comunidade fazer vistoria, chega às 10 horas da manhã lá; monta o aparelho. Às 11 horas, eles desmontam e vão para Livramento almoçar. Às duas horas, chegam lá, deitam na camionete, ligam o ar condicionado e dormem. Nós vamos falar com eles e eles falam: estou fazendo o meu trabalho. O povo do Incra, ninguém faz mais nada. Eles ficam com essa conversa.

E nós vamos ter um despejo no dia 18. Nós temos um despejo para ser feito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. AIRTON CONCEIÇÃO – Não, dia 9. Dia 9, nós temos um despejo, pessoas vão ser despejadas. Nós estamos aqui e de repente a Polícia Federal já está lá para fazer o despejo. E a situação nossa é essa aí.

Eu queria saber do Incra, que fala que está em tudo, que vai resolver, e não está fazendo nada na nossa comunidade lá. Lá trocou o superintendente já tem três meses. Nunca fomos capazes de falar com ele. A gente chega lá, e não atende. E o pessoal sem-terra chega lá, faz pressão, e ele atende. Era isso que eu queria falar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, muito bem! O Airton foi direto e ficou no seu tempo.

Quero só registrar a presença conosco da nossa querida amiga Maria Aparecida Abreu, Secretária Nacional de Combate ao Racismo do PT, que, quando viu que a coisa estava difícil no Rio Grande, baixou para lá para ajudar o Senador Paim. Muito obrigado.

Passamos a palavra a Almirandir, do Quilombo Charco, São Vicente Ferrer - MA.

Vamos lá. Com a palavra o Almirandir.

O SR. ALMIRANDIR COSTA – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou o Almirandir Costa, do Quilombo Charco, São Vicente Ferrer. Quero dizer a todos os companheiros que estão aqui, nesta tarde, que esse problema que vocês vêm trazendo e relatando aqui, neste momento, não é um problema só de alguns Estados, mas de todos os Estados, também do Maranhão, como lá, no povoado do Charco, nós já perdemos uma liderança, o Flaviano Pinto Neto. No Maranhão, só em 2010, nós perdemos quatro lideranças. Agora, em 2011, recentemente, já perdemos outra liderança lá em Serrano.

Vemos que isto está acontecendo não é culpa das comunidades quilombolas, que se autodefinem, porque elas são comunidades, mas, sim, do próprio governo, dos próprios representantes que não cuidam do povo que têm, porque se eles cuidassem do seu povo isso não aconteceria.

Lá na comunidade de Charco, no Maranhão, não só no Charco, mas em 99% das comunidades maranhenses não têm água, não têm luz, não têm estrada, não têm estrada. É um caso, que esse não é caso, é caso de governo, é caso do governo que não toma fim nas responsabilidades que têm de ser suas.

Então, companheiros, nós temos de ver nesse caso que o Governo hoje tem que tomar responsabilidade que é dele e fazer o que tem de ser feito pelas comunidades, o que é direito de todas as comunidades. Onde nós vemos aqui, o governo maquia pessoas, trazendo para cá, dizendo que é representante de negro. Ele não representa negro em lugar nenhum, nem na própria cidade onde ele mora; nem no próprio Estado dele não representa.

E vem para cá sentar em mesa dizer que é representante de comunidade, que é representante de negro?!

Por essa pessoa, a qual se diz representante de negro no Maranhão, não tinha nenhum representante de negro no Maranhão. O que a Conaq faz para negro no Maranhão, companheiros? Não representa nada!

No Maranhão, nós temos 280 comunidades certificadas, onde não há uma comunidade titulada pelo Governo Federal, pelo Incra. Que não trabalha por suas comunidades.

Onde esse representante que diz ser representante de negro no Maranhão vem para cá dizer que é representante para fazer parte de governo. Nunca representou nem a própria comunidade onde ele mora! Nem certificação tem.

Pois, companheiro, é bom que o Governo tome vergonha e lute pelo seu povo!

O meu muito obrigado.

(*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Isaías.

Com a palavra agora o Manoel, Quilombo Charco, de São Vicente.

O SR. MANOEL SANTANA COSTA – Saúdo a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim. Saúdo os irmãos quilombolas de toda a federação.

Já que meu companheiro, do Charco, me antecipou e citou as dificuldades do nosso Estado, o Maranhão, onde, segundo o IBGE está a maior comunidade africana fora da África, então, eu chamo atenção desta Mesa para dois itens de suma importância, que até o momento, eu não vi ser relatado por meus companheiros que me antecederam.

É o caso da Adin nº 3.329, que pede a extinção do Decreto nº 4.887. Esta Adin está desde 2009, pela ação da Senadora Kátia Abreu, do Democratas do Tocantins; aliada, lógico, da bancada ruralista e inimiga ferrenha de todos os quilombolas de todo o Brasil.

Eu quero deixar um pedido ao Senado Federal da seguinte maneira: que arrume um meio, uma manobra, uma estratégia para proteger o quilombola, porque, com certeza, esse decreto tende a cair. E por quê? Porque é a bancada ruralista que está pedindo que o Supremo Tribunal Federal diga que esse decreto é inconstitucional.

Se fosse o contrário, se fosse um decreto a favor da bancada ruralista, com certeza, o Senado arrumaria um meio de proteger tal decreto. Mas como é um decreto que avança um pouco o direito do negro é fadado que ele caia, assim que essa Adin entrar, se ela ainda entrar este ano.

Então, peço aos Senadores que arrumem um meio de cuidar do negro após a queda desse decreto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

O SR. MANOEL SANTANA COSTA – Porque, com certeza, conhecendo bem o racismo que existe contra o quilombola no Brasil, é só uma questão de tempo para que o Supremo Tribunal Federal diga que ele é inconstitucional e a bancada ruralista consiga levar o negro, novamente, ao tempo da chibata, ao tempo da corrente, ao tempo do chicote e ao tempo da desigualdade. Nós teríamos que ter a igualdade por Constituição. Costumo dizer que a Constituição diz que nós somos iguais perante a lei, mas os quilombolas aqui sabem que nós não temos tratamentos igualitários. Então, baseado nisso, é preciso ter o cuidado de arrumar um outro meio de se proteger o quilombola tão logo esse decreto venha.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MANOEL SANTANA COSTA – Também peço que seja feita por esta Casa a extinção da Instrução Normativa nº 57, de 20 de novembro de 2009, que exige o laudo antropológico para titular terras quilombolas. *(Palmas.)*

Essa exigência dessa instrução normativa simplesmente veio para dificultar a vida do negro. O Governo Federal deu com uma mão e, com as duas, tirou, criando, em 2009, a instrução normativa que exige... Querem ver? Quando um território quilombola está dentro de uma área do Estado, a lei não exige o RTID, mas, assim que a terra é da União ou é de particular, é exigência que se faça o RTID, porque a Instrução nº 57 pede.

Eu peço aqui, em nome dos meus irmãos quilombolas, o fim da Instrução nº 57.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Certo, Manoel.

O SR. MANOEL SANTANA COSTA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Manoel.

Passamos, de imediato, para o Gil, do Quilombo Santa Rosa.

O SR. GIL – Boa tarde a todos aqui presentes nesta audiência.

Para começar, venho falar aqui em nome do Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), movimento que é o caçulinha do Brasil, mas que chegou realmente para ficar e chegou para colaborar, naquilo que for possível, com as outras entidades que representam o negro aqui no Brasil e no Maranhão. Estamos na batalha, nesse intuito de melhorar a questão do negro, a vida do negro.

Só para lembrar, ouvi o depoimento de várias pessoas, uma coisa tem que ser dita: o Governo tem que cumprir a sua parte. O Governo tem que definir, de uma vez por todas, do lado de quem está: é do lado do agronegócio ou é do lado dos quilombolas? Porque fica quando você vê a receita do agronegócio e o total de dinheiro que é destinado para a reforma agrária deste País. É brincadeira. Não dá para a gente acreditar em uma coisa dessas em um governo que diz que é do povo.

Não basta o Eloi Ferreira certificar tantas comunidades no Maranhão e, quando a gente chega ao Maranhão, não existe uma comunidade titulada. As comunidades que têm um processo em tramitação no Incra, por força da Justiça, estão paradas porque não têm dinheiro. De que adianta certificar e não titular?

Resolve a situação? Não resolve. Precisamos, sim, que se intitulem comunidades, mas também que venham a se demarcar essas terras; que venham a certificar essas comunidades, mas tem que haver titulação dos territórios. Só a certificação não vai terminar essa questão.

Temos um processo de resistência lá no Incra do Maranhão, porque, toda vez que a gente chega, "não; depende de Brasília". Desde abril, agora, de 2011, a gente está vindo nesse processo, o Moquibom está em cima, batendo, e as coisas não andam, porque o Governo não está dando aquela devida atenção para a situação do Maranhão. Enquanto isso, os quilombolas estão morrendo. Então, o Governo tem que parar com essa coisa, com essa máscara. Tire essa máscara e diga de verdade quem é. Você está apoiando quem? É quilombola? Pare de estar enganando os nossos companheiros quilombolas. Uma coisa está aí, é Marinha? É. Quem é Marinha? É do Governo. Quem tem que resolver? É Governo. *(Palmas.)* Eu estou vendo aqui muita questão de ôba, ôba para Governo e ninguém está batendo e dizendo que a responsabilidade de tudo isso aí é do Governo. Sim, ah, mas nós já temos algum avanço. Mas é muito pouco para o que nós precisamos. É muito pouco! Será preciso que os companheiros continuem morrendo no campo? É preciso que mais mortes aconteçam no Brasil inteiro para que o Governo venha a acordar? Foi esse Governo que nós, nós, quilombolas botamos aí. Foi para isso? Para andar a passos de tartaruga com nossos processos, dos nossos irmãos? Não. Latifundiário não votou neste Governo. Nós que votamos e nós temos que cobrar. Nós que temos que cobrar porque fomos nós que votamos. *(Palmas.)* E não aceitar que Governo nos faça engolir mais pílula sem água, porque já chega. Nós já estamos intoxicados de tanto beber pílula sem água.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem, para concluir, Gil.

O SR. GIL – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Valeu, Gil. Obrigado. Eu que agradeço ao Gil por ter entendido o tempo aí. Deu seu recado com muita precisão. Agora vai para o Luiz Alves, Quilombo de Saco das Almas.

O SR. LUIZ ALVES – Bom pessoal, eu sou do Quilombo Saco das Almas, antigo brejo da região do Baixo Parnaíba, primeiro quilombo titulado em plena ditadura, onde morreu gente porque a gente não podia falar. Eu pego a fala do companheiro aqui, ou nós negros e negras nos unimos ou não temos força. Eu disse ainda agora, não divida os negros nem as negras. O Congresso está dominado – não vou discutir, concordo com tudo que foi falado aqui, é fundamental. Estou aqui querendo cumprir o meu dever. Eu sou um quilombola, morreu gente, parente meu. Eu sou representante, porque me sugeriram, para cumprir meu dever. O Movimento Quilombola – Conaq e Aconeruq – me indicou para participar da primeira conferência mundial de determinante social sobre saúde.

Qual é a primeira determinante social sobre saúde? Eu sou médico, patologista, professor da Universidade Federal do Maranhão: é a terra. Eu tomei todas as notas. O primeiro determinante de saúde, para ter saúde, é a terra. O segundo determinante é a terra e o terceiro determinante é a água. E aí vêm outras coisas. Está aqui. Estou cumprindo com a Conaq, estou cumprindo com o Movimento Quilombola. Eu vi gente morrer.

Todas as falas aqui, eu conheço quase todo o País hoje. Conheço o norte de Minas, conheço o Paraná, conheço muitos quilombolas pelo papel que a gente tem. Eu ouvi aqui a fala da companheira, médica, que se formou jovem. E eu, quando me formei? Quando comecei não tinha isso. Precisamos de mais negros e negras na universidade. Tudo que foi falado, eu assino embaixo.

Senador, a minha fala é nesse sentido. Eu estou aqui também para participar da oficina quilombola que foi indicado pelo movimento quilombola, porque sou único médico, talvez, haja outros, mas não assumem. A oficina quilombola começa hoje no Ministério da Saúde. Eu sou membro do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde. Já andei o País todo, conheço hoje. O ponto central, Senador, de mesa, é esse aqui, é exatamente o que foi falado. Tudo que foi falado a gente assina embaixo.

Eu quero, para encerrar, colocar. Eu sou Secretário eleito da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Regional do Maranhão. E o tema central que nós colocamos faz parte do nosso povo: ciência, cultura e os saberes tradicionais, onde nós, quilombolas, estamos incluídos. Aí tem trabalho. Vai ser no Maranhão no ano de 2012, no dias 23 de julho a 27 de julho de 2012. Ciência é poder. Se nós, negros, não estivermos preparados, nós não podemos enfrentar não é só a luta – eu sei que a morte existe – mas enfrentar do ponto de vista estratégico e intelectual esse ponto. Está aqui o companheiro Eloi. Eu saúdo aqui e quero deixar isto aqui para a Comissão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você me entrega no final.

O SR. LUIZ ALVES – No final, eu deixo aqui, em nome do grande, que eu conheci, esse jornal do Centro de Cultura Negra do Maranhão, que eu fui um dos fundadores, que está aqui a luta da terra. Nós estamos aqui, eu e o então Senador Abdias do Nascimento. Eu

saúdo, em nome dele, todas as pessoas, em nome de Lélia Gonzáles, todas as mulheres que estão aqui.

Eu deixo para a Comissão esse trabalho e o livro do levantamento das comunidades quilombolas do Maranhão. Quem levantou as questões quilombolas foi o Centro de Cultura Negra, com o Cedemp (Centro de Educação Empreendedora), e o apoio de todo mundo.

Havia essa discussão, Senador, do movimento negro nos Estados, de que eu participei em São Paulo, eu estudava lá e sei disso. Dizia-se que a maioria dos negros estava no campo.

Se a gente melhorar os quilombos, se a gente melhorar a educação, ninguém vai para a favela.

Então, é esse o meu papel e eu estou cumprindo aqui o meu dever humildemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Luiz Alves. Peço que ele me entregue os documentos. Pode me entregar na Mesa, se puder.

Enquanto você me entrega aqui, eu já passo a palavra para a Maria Celsa, do Fórum da Mulher Negra.

A SRª MARIA CELSA – Boa tarde, companheiros e companheiras.

Eu sou a Maria Celsa que representou o País em 1993. Nesse ano eu fui representar a parte de indígenas, negros e brancos, que eu tenho essa parte. Mas estou muito dolorosa, porque eu sou do Rio de Janeiro. Não é só vocês que estão sofrendo, eu estou sofrendo no Rio de Janeiro.

Em 1988, foram me buscar. Foram me buscar, mas foram me buscar e fizeram um acordo para o crescimento de todo esse trabalho. Até colocamos isso aí na conferência. Mas, em compensação, eu estava sendo estuprada por vários parlamentares, no Rio de Janeiro. E não estuprou só eu, estuprou meu filho, com nove anos, e os amigos do meu filho. E eu quero que vocês, companheiros, me ajudem, porque eu estou aqui desde o dia 4 de julho, e fui, agora há pouco, de manhã, proibida de entrar nesta Casa, sendo massacrada pela segurança da Câmara dos Deputados.

Senador, não é fácil o que eu estou passando aqui dentro de Brasília, por ser negra. Estão os documentos aqui. O Alfredo Sirkis é o Deputado que me colocou como Presidenta do PV e, por incrível que pareça, ele proibiu tudo na Câmara dos Deputados, sendo humilhada.

Vim à Seppir, falei dia 4 de julho. Dia 5 eu fui à Polícia da Câmara dos Deputados e ninguém fez nada. A criança que foi estuprada foi essa, que ajudou o Lula a chegar à Presidência. E chegou vocês a avançar em trabalho. Fui à Justiça e a Justiça tirou o que eu falei e colocou outra coisa e fizeram a minha assinatura.

Companheiras, está aqui todo o relatório que eu representei este País em 1993, levando todas vocês ao País fora e gritando para nós termos um avanço. Pelo que eu estou vendo, não tivemos um avanço.

Faça alguma coisa, Senador! Faça alguma coisa, porque eu estou cansada. Estou sendo ameaçada de morte pelo Deputado Alfredo Sirkis. Ele não ganhou uma campanha sem falar da ex-noiva dele, a Xuma(?), que faz um trabalho de negro, tem livro. Toma cuidado com ela! Foi ela que me buscou em Rondônia, a vice-presidente da Jacqueline Pitanguy. Ela foi a primeira quando eu acordei das drogas que eles me deram, ela em cima de mim, nua. Parlamentares me bateram muito. Eu estou com meus rins roxos e estou com pedra na vesícula, tremendo, por causa das drogas.

Companheira, não sou viciada nada! Sou evangélica. Nem beber eu bebo. Me ajuda e se comuniquem um com o outro que a Maria Celsa foi estuprada. A Globo não mostrou na televisão os parlamentares que estupraram uma mulher no Rio de Janeiro. Fui eu. Não me mostraram com medo.

Está aqui para representar o País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Maria Celsa. Depois você, se puder...

A SRª MARIA CELSA – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... deixa com a Secretaria algum informe...

A SRª MARIA CELSA – Mas não vai fazer nada, nem a Secretaria de Mulher. Denunciei no dia para o Ministro da Justiça e para todos. Nada fizeram e nem me atenderam. Mandei a certidão de nascimento do meu filho que morreu e os outros foram raptados. Sirkis raptou. Está ganhando dinheiro público.

Vários parlamentares que me estupraram estupraram seis crianças; estão ganhando dinheiro de vocês.

Por favor, gente! Socorro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Essa foi a Maria Celsa.

Uma salva de palmas para ela, pela sua luta, pela sua vida. *(Palmas.)*

Vamos, de imediato, para a Berenice, do Quilombo de Mata Cavalo.

A SRª BERENICE – Bom dia a todos e a todas.

Nós estávamos aqui também, como vários companheiros já disse, lá, no nosso quilombo, sendo humilhadas pelo Incra, porque tem dois meses que eu estou tentando marcar uma reunião com o Incra e não consigo. A gente está sendo barrado na porta do Incra lá, que a secretária não deixa entrar para atender nós. Nós temos lá gente com ordem de despejo, temos gente lá que está sendo obrigada a vender os animais deles, porque o fazendeiro corta a cerca, ele arruma, arrancou os arames todinhos, levou para casa dele.

Nem todos sabem que estamos passando por isso. Nós estamos passando lá pelos garimpeiros, que estão acabando com a área lá, os fazendeiros tentando vender as áreas todinhas para os garimpeiros. Só vocês indo lá para ver como está devastada a nossa área lá dos garimpos. Garimpo por toda parte lá. Só vocês indo lá para ver o que está acontecendo.

Então, estamos aqui hoje, viemos fazer essa marcha aqui em Brasília.

E outra coisa também que eu quero dizer. O que a companheira falou ali, ela não está errada, não. Na hora que nós fomos chegando para nós entrar aqui, teve uma mulher que falou assim: "Lá vêm as tropas de negros, lá vêm as tropas dos fedidos". Nós somos negros, nós somos quilombolas, mas com muito orgulho. Nós não somos fedidos, nós somos gente como qualquer um de vocês. Então nós viemos de lá para escutar isso? Isso é muito errado, uma coisa dessas. A gente chegar aqui e ser tratado de fedido? Nós somos fedidos? Nós somos negros, nós somos quilombolas e temos orgulho de falar que nós somos quilombolas. Nós somos quilombolas com muito orgulho. Nós somos raça de negro mesmo. Nós somos lutadores, batalhadores. Para chegarmos aqui e nos falarem que nós somos fedidos?!

Muito obrigado pela atenção. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi a Srª Berenice.

A SRª (Não identificada.) – Ela esqueceu que o dinheiro que ela recebe nós que pagamos.

A SRª BERENICE – É, nós que pagamos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Parabéns!

Quero, neste momento, informar que a coordenação solicita que aqueles que quiserem ir se deslocando podem se deslocar para o almoço e, em seguida, para a marcha. E a Mesa vai continuar aqui expondo e respondendo a todos os questionamentos.

Passamos a palavra agora para o Neto Barras.

É isso?

O Neto está aí?

Com a palavra o Neto, por três minutos.

O SR. NETO BARRAS – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, quero aqui saudar a Mesa, a pessoa do Senador Paulo Paim e dizer a você que a gente sempre acompanha o seu trabalho pela TV Senado e que a gente agradece pela força que você dá para os quilombolas nesta Casa. E dizer também, Senador, que todo esse acontecimento de hoje, a chegada dos quilombolas que entraram nesta Casa é pelo fato de que a gente faz tempo vem tentando resolver os problemas no nosso Estado e lá nós não temos êxito nenhum.

Então quando a gente decide partir para resolver, a gente faz dessa maneira, porque só assim a gente seria ouvido. E dizer também que todas essas reclamações trazidas a esta Casa são a realidade.

O INCRA, no Estado do Maranhão, não se mobiliza na questão dos quilombolas. Nós temos o órgão do Estado, que é o Iterma (Instituto de Colonização e Terra Maranhão), para onde a gente está levando a reclamação da gente e não tem nenhuma resolução. O que o Incra fala é que não tem recurso para contratar antropólogo para fazer o levantamento das comunidades quilombolas. E a mesma coisa a gente acha no Estado.

Então, quando a gente resolve vir para cá, aqui, para nós, é o final. Se não for resolvido aqui, quem é que vai resolver?

Então, eu quero que os senhores que são parlamentares desta Casa, que são representantes – inclusive, fomos nós que elegemos este Governo – se comprometam a resolver esse problema, porque esses títulos de terra que estão saindo aí aos quilombolas - como foi citado aí, trezentas comunidades quilombolas, no Estado do Maranhão, isso aí não está valendo. O importante para nós hoje é o título.

O que queremos deixar aqui é que seja tomada essa providência. Contamos com a ajuda de vocês, principalmente do Senador.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, meu amigo. Esse foi o Neto.

A Mariana, pessoal, que é jornalista da Comissão, acabou – levante-se aí, Mariana, só para situarem – perdendo o celular dela. Se alguém encontrar o celular, devolva para a Mariana. Então, se alguém encontrar um celular, devolva para a Mariana.

José Anunciação dos Santos – Acaraí. O José Anunciação dos Santos está aí? Use a palavra, meu amigo.

O SR. JOSÉ ANUNCIAÇÃO DOS SANTOS – Boa tarde a todos, companheiros e companheiras. Quero saudar a Mesa.

É com referência ao Incra. Na comunidade de Acaraí, existem dois assentamentos e nós recebemos um certificado de que a comunidade é certificada remanescente de quilombo. Para a gente modificar o estatuto – porque a gente tem a associação –, está sendo um problema. Tem lá a Associação dos Filhos e Amigos de Acarai, mas é tudo funcionário público. E aí eu tenho um documento de que eles não podem. Eles não querem aceitar a gente lançar outra associação, porque diz que é filho de Acaraí. Eu queria deixar claro aqui para o Incra, eles já sabem disto, que é a Fazenda Acaraí com a Fazenda Guaraci. A gente vai

formalizar uma reunião lá e entrar em contato coma Fetag, em Salvador. Que compareça alguma pessoa do Incra para a gente definir se pode ou se não pode.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Está feito o seu pedido aqui.

Agora, temos mais duas pessoas. Primeiro, a Luzia, de Belo Horizonte, e, em seguida, a Lurdinha, da Invernada dos Negros, Santa Catarina.

A SRª LUZIA – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde à Mesa.

Eu sou Luzia, sou da Federação Mineira de Quilombos e sou também da Comissão de Direitos Humanos do Ministério Público Estadual.

É um caso muito incoerente. Eu sou dos direitos humanos e, no meu quilombo, é diferente. Não são os latifundiários. Está acontecendo um caso muito grave. Já mataram dois. Agora, eu sou a próxima a ser... Estou ameaçada de morte, só que pelas construtoras. O que aquela menina chorou aí... É um caso muito sério, porque, para que eles ataquem... Eu também vou chorar, porque o que a gente sente na pele... Atinjam a nós, mães, mas não mexam com nossos filhos! Mexeram com o meu filho, espancaram meu filho, que chegou desmaiado. Foram dois motoqueiros, espancaram o meu filho. Ainda botou meu telefone na escuta e disse "Isso aí é um aviso para você parar de falar", porque, a convite de todo mundo, estou dando nome aos bois. Infelizmente, no nosso quilombo... Eu vim hoje aqui e cheguei atrasada, porque eu fui à AGU, à Controladoria e me disseram que era com a Gilvânia e com o Richard. Então, mandaram que eu voltasse, porque eles não tinham nada a ver com isso. No Incra.

Eu tinha de falar. Eu sinto muito, mas espancaram meu filho. Como fizeram com o Chicão, espancaram o filho dele e prenderam, para dar um aviso para ele, no Brejo dos Crioulos.

Eu vim aqui e quero dizer que está na Constituição, na primeira página, que a ninguém é negado o direito de herança. É Carta Magna.

O Ivo falou aí e tudo o que ele disse, tudo bem, mas nós temos de falar.

O nosso quilombo foi titulado, tem escritura e registro, já tem RTID. A minha pergunta que quero deixar aqui: quando é que o Incra, que o Governo Federal vai nos dar – já foi até feito o RTID – o título da terra? Nós queremos o título da terra, porque, enquanto não acontecer isso, nós não seremos deixados livres dentro da nossa terra.

Muito obrigada. E eu me desculpo por ter ficado um pouco... *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Depois da Luzia, passamos a palavra à Lurdinha, Invernada dos Negros, Santa Catarina.

A SRª MARIA DE LOURDES MINA – Eu sou Maria de Lourdes, sou Coordenadora Estadual do MNU, de Santa Catarina.

Em Santa Catarina, quem organiza social e politicamente as comunidades somos nós, ao agrado de uns e ao desagrado de outros, mas essa é a realidade. Damos o nosso sangue lá pelas comunidades, junto com as comunidades que aqui estão e que, por elas mesmas, podem falar. *(Palmas.)*

No nosso Estado, todos acompanharam a luta da Invernada dos Negros. São seis anos de luta e ainda não temos o título. Eu não vou me repetir, porque a maioria dos quilombos falou da questão da importância do título, mas também eu gostaria de ressaltar a questão da falta de políticas públicas. Cadê este Brasil quilombola, gente? Cadê este Brasil quilombola? Nossas comunidades estão todas morrendo à míngua, por falta de políticas públicas, sem saúde, sem educação! Cadê este Brasil quilombola? Cadê o recurso do Brasil quilombola?

O que eu queria falar, muitos já falaram, mas tem uma questão que não foi falada aqui e que eu quero deixar registrada. Foi sugerido aqui que se crie um comitê. Esse comitê nada pode fazer se a primeira providência não for uma audiência com a Presidenta Dilma. A Presidenta Dilma diminuiu os recursos da ação social deste Governo. Se não discutirmos isso com a Presidenta Dilma, nada vai para frente. Não adianta comitê, não adianta comissão. Temos de discutir com ela. É isso que queremos conversar solidariamente com a Conaq. É uma audiência com a Presidenta Dilma para dizer aquilo que o companheiro disse: para onde vai este Governo e quem ele atende?

A denúncia, Edmilton, que a Florência fez aqui é seriíssima. Dois projetozinhos, pequenininhos, deste tamanho, para Santa Catarina, paralisados por dois anos! E a Paula, do MDA, diz o seguinte: "Não consigo encaminhar o projeto, porque não tem técnico para analisar um pedido de remanejamento". O que é isso?! *(Palmas.)*

O que é isso, gente?! Como vamos dizer que este Governo é um governo nosso, dos trabalhadores, da população negra deste País e dos quilombos?! Não está havendo seriedade nisso.

Aí, Senador Paulo Paim, o que vamos pedir é que saia desta audiência um pedido de audiência com a Presidenta e que ela diga para nós qual é o orçamento do País para a titulação das comunidades quilombolas e para que as comunidades quilombolas possam acessar as políticas públicas e ter o seu desenvolvimento sustentável garantido!

Era isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – OK.

Calma, pessoal. Calma, pessoal. Vamos por partes. Todo mundo está falando. Todos falaram. Não teve uma pessoa que pediu a palavra a quem não foi dada a palavra.

A senhora me faz um encaminhamento que a mesa acata. Que a gente, desta audiência pública, peça também uma audiência para a Presidenta Dilma para ouvir a nação quilombola. Naturalmente, vai ser uma comissão que vai lá.

Tenho que, neste momento, encaminhar o seguinte requerimento: Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de audiência pública para debatermos o julgamento da Lei da Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal. Serão convidados: a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, entre outros. Assina o Senador Pedro Simon e o Senador Paulo Paim.

Os que concordam com esse requerimento extrapauta permaneçam como se encontram.

Aprovado o extrapauta.

Os que concordam com o mérito do requerimento...

Essa audiência pública será amanhã, às 14 horas, porque o Supremo vai votar na quarta.

Foi a pedido do Senador Pedro Simon que eu encaminhei esse requerimento.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Ainda a título de informe, pediram que eu lembrasse que, quando eu dei a saída para ir à Comissão de Orçamento, ficou acertado que teremos outra reunião para continuar a discussão sobre o reajuste para os aposentados que ganham mais do que o salário mínimo. O Senador Arlindo Chinaglia disse que no seu relatório final há janelas, desde que se construa o entendimento, para que, na peça orçamentária, conste o reajuste real para os aposentados.

Quando estou falando de mais do que o mínimo, quero deixar bem claro, pessoal, que é quem ganha um, dois, três salários mínimos, que são 90% da população brasileira. Eles não têm paridade, não têm integralidade com nada e ainda pegam o fator previdenciário, que confisca pela metade seus salários.

Então essa reunião com deputados, senadores, Cobap e centrais será hoje à tarde.

Informamos ainda nesta reunião, antes de passar a palavra à Mesa, porque ficaram respostas a dar tanto do Incra como da Seppir e da Fundação Palmares, que, por iniciativa minha e de outrossSenadores diversos, nós teremos uma sessão especial para lembrar o Dia da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os 23 Anos da Fundação Cultural Palmares, o primeiro ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial e também homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento. Vai ser no dia 21 de novembro, uma segunda-feira, às 11 horas, no plenário do Senado. Por que numa segunda? Porque dia 20 é a data de Zumbi e dia 21 de novembro uma segunda e, como já foi acertado com a Casa, as sessões de homenagens serão preferencialmente na segunda. Já ajustamos com a Seppir, com a Fundação e com grande parte do movimento negro para lotarmos o plenário do Senado nesse dia. Irão falar representantes da comunidade negra, entre eles, naturalmente, dos quilombolas, a Seppir, a Fundação Palmares e outros que já foram informados.

Neste momento, eu quero passar a palavra para sua mensagem final ao Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da Conaq. E eu peço, se possível, porque nós já não estamos mais no ar, pois já entrou a TV Senado, que fale, no máximo, por dois minutos para que a gente possa encerrar e todos se deslocarem para a marcha.

O SR. IVO FONSECA – OK, Senador. Eu só quero agradecer a iniciativa do Senador de realizar esta audiência a que a gente compareceu. A gente sabe que o dia é curto e que temos uma agenda a cumprir.

Todas as falas aqui foram importantes, foram registradas. E a gente vai, na medida do possível, está na nossa pauta, buscar, vai reivindicar.

Pelas falas dos companheiros, às vezes, pensam que nós que estamos no movimento... Estamos fazendo, estamos buscando. A audiência com a Presidenta está há dois meses protocolada, já foi pedido. Existe um processo burocrático no País para você falar com a última instância. O Supremo Tribunal, já foi pedido, não recebe a sociedade civil com muita facilidade. Então você tem que ter uma série de elementos para chegar a certo setor do Governo.

Fizemos contato com os Parlamentares para nos ajudarem a chegar a este momento. Nós fizemos todos os movimentos necessários para chegar a essa posição. As iniciativas são boas. Nós não podemos ficar calados, nós não podemos dizer que um está fazendo mais e o outro está fazendo menos. A luta não é de hoje. Não fomos nós que começamos, nós somos herdeiros dessa luta. Não existe o grupo A que é melhor e o grupo B que é ruim. Há pessoas que falam diretamente à pessoa. E eu não vou ficar sentido quando a pessoa fala direcionando à minha pessoa, porque eu tenho a consciência limpa. Uma coisa eu

digo a vocês que estão aqui presentes: eu tenho um ouro na mão que até hoje eu conservo, que é o princípio da honestidade, que meu pai deixou. O meu pai deixou esse ouro para mim. (Palmas.) Então eu não tenho dificuldade se a pessoa falar direcionando a mim, se a pessoa ficar zangada comigo. Eu quero ajudar. Vou fazer isso na medida do possível. Vou ajudar, vamos protocolar, vamos reunir com Senador outra vez. Não é a primeira vez, Senador. O Senador sabe que não é a primeira vez que nós estamos aqui. E vamos sempre lutar para isso. Eu quero agradecer a todos e convidar a todos para a marcha. Nós vamos fazer uma festa aqui em Brasília.

Muito obrigado.

Até a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Ivo Fonseca.

Passamos a palavra ao Edmilton.

Peço a todos que, se puderem, atenham-se aos dois minutos. Ajuda.

O SR. EDMILTON CERQUEIRA – Como é minha última fala, estamos no final do evento, quero parabenizá-lo mais uma vez, Senador, pela iniciativa e agradecer o convite.

Foi colocado por pessoas da Mesa e também por pessoas da própria plenária que se tem feito muito. Só que, diante das demandas que são muitas, parece que não se tem feito nada. Essa fala saiu tanto aqui da Mesa como de pessoas que se manifestaram no plenário. Então isso é um fato.

Provavelmente, no próximo ano e no outro e no outro, teremos outros eventos como esse, mais trabalho será divulgado, mostrado e mais uma vez também parecerá que não se tem feito nada, ou seja, isso é uma luta histórica, de quinhentos anos.

O avanço que se teve nos dois primeiros mandatos do Presidente Lula é inegável. O Decreto nº 4.887, que o Presidente Lula, numa articulação com os movimentos, principalmente a Conaq, conseguiu construir no seu Governo e vem sendo questionado por setores que, na verdade, não conseguem entender que existe uma dívida histórica para com os quilombolas deste País que precisa ser corrigida. E da mesma forma como fez o Governo Lula, o Governo Dilma está fazendo a defesa desse decreto. Então não existe possibilidade de retrocesso no que se refere ao Governo na defesa de um decreto que é de sua responsabilidade. Está aqui o companheiro da Advocacia-Geral da União que narrou, inclusive, todos os esforços que o Governo vem fazendo no que lhe compete para defender o 48.

Florência e Lurdinha colocaram a questão dos projetos, das análises. Já tem algum tempo que, por falta de pessoal, todas as vezes que o movimento entrega uma pauta referente à questão quilombola um dos itens sempre é estruturar melhor os órgãos do Governo para atender melhor as comunidades. Então isso é um fato e ninguém aqui está querendo tapar o sol com a peneira, tanto que o próprio movimento sempre pauta o Governo nisto: equipar melhor os seus órgãos para atender.

Então existe realmente, Lourdinha, Florência, essa pendência que vamos buscar efetivamente sanar.

Não dá para vir a uma audiência ficar na base do faz de conta. O que nós colocamos é o que tem sido feito e na minha primeira intervenção eu afirmei: existe muito por ser feito ainda, mas nós vamos buscar resolver essa questão.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Passamos de imediato ao Richard, Incra. Em seguida, ao Eloi e à Ivonete pela Seppir.

O SR. RICHARD MARTINS TORSIANO – Primeiro, obrigado a todos por nos honrar com a participação nesta audiência.

Senador, é impossível responder todas as questões em dois minutos. Queria registrar que nós vamos estar à disposição o tempo todo, com as portas abertas da Diretoria e do Incra, aqui na sede, na superintendência e onde tiver dificuldade na superintendência. Por favor, nos procurem, para que a gente consiga resolver e ultrapassar esse obstáculo nas superintendências regionais.

Agradecer, reforçar e parabenizar o companheiro Ivo pela articulação e por essa marcha, que é uma marcha histórica. Sabemos de todas as dificuldades para que ela ocorresse, para ela estar acontecendo, graças à articulação da Conaq. Os quilombolas estão muito bem representados por uma entidade forte, combativa como a Conaq. Graças a essa articulação o movimento quilombola está hoje presente aqui em Brasília.

Agradecer também ao Senador Paim, companheiro combativo do Rio Grande do Sul, em toda essa batalha.

Há algumas questões que eu avalio importantes serem colocadas aqui.

Uma, a realidade que foi colocada aqui pelos companheiros que narraram que aquilo que o Governo está dizendo está muito distante da realidade.

Nós sabemos que no Brasil há uma realidade que foi construída ao longo dos anos e que é impossível resolver os problemas que foram criados e a omissão do Estado durante todos esses anos, no pouco tempo que nós tivemos para resolver esses problemas no País com o Governo Lula e agora com o Governo Dilma. Mas o Governo Lula deu uma demonstração do seu

compromisso com a comunidade quilombola no Brasil e com os quilombolas, que foi a edição do Decreto nº 4.887. E a Presidenta Dilma tem reforçado isso com a regularização dos territórios quilombolas.

Reforçar o compromisso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por intermédio do Ministro Afonso, e do Incra, por intermédio do Presidente Celso e de nós, na sua equipe, nosso compromisso com a regularização desses territórios.

Seria muito ruim, obviamente, se nós estivéssemos aqui, dialogando em lados opostos, onde estivesse o Estado querendo frear o avanço da regularização dos territórios, e a comunidade querendo avançar com isso. Nós estamos aqui compromissados com esse avanço. Nós estamos conscientes e vocês também têm essa consciência com certeza, fazem as cobranças que são legítimas, mas o Estado tem um tamanho. Nós estamos fazendo aquilo que o nosso tamanho permite hoje, no Incra, que é avançar com essa regularização, como já foi bem dito, que nos seus números não é aquilo que a gente esperava perto da demanda que nós temos, mas, junto com os esforços que estamos fazendo, neste período em que estamos avançando, é muita coisa. Se considerarmos que tivemos um avanço efetivo nesse processo de reconhecimento dos territórios quilombolas, a edição dos decretos em 2009 e 2010, que são os 41 decretos do Presidente Lula – este ano certamente teremos mais decretos assinados pela Presidenta Dilma –, e assim por diante, mas também temos consciência do que o próprio colega Edmilton reforçou, de que nos próximos anos nós participaremos de novas agendas e essa cobrança virá efetivamente.

Outra coisa que avalio importante é que nós não temos carreira solo nesse processo. O Incra não anda e não deve andar sozinho. Temos companheiros no Governo – está aqui a Ivonete, companheira da Seppir, que está sempre junto nesse processo –, a Fundação Cultural Palmares e os outros parceiros de outros Ministérios, além do MDA, obviamente, por estarmos juntos.

Com as questões pontuais que avalio importante registrar, Rio dos Macacos é uma com que nós lidamos há pouquíssimo tempo, é um problema sério de fato, Senador, onde tinha uma ordem de despejo da comunidade quilombola para sexta-feira passada, ainda não tinha o processo de certificação efetivado. No momento em que essa situação se deu, a Fundação Cultural Palmares garantiu os direitos das comunidades com o processo de certificação imediato da comunidade quilombola, o Incra imediatamente também abriu o processo de regularização desse território e nós conquistamos um prazo de quatro meses para avançar com o processo de reconhecimento do território quilombola. Naturalmente, nós apresentamos um prazo, para que isso fosse feito em oito meses, ganhamos quatro, quando vamos juntar o máximo de elementos possível que demonstrem que se trata de uma comunidade quilombola.

As demais questões levantadas, como no Mato Grosso, Mata Cavalo, a Superintendência está trabalhando na comunidade, tem uma série de imóveis, tem muitos imóveis inseridos nessa comunidade.

Portanto, este registro, Senador, de que os engenheiros agrônomos do Incra, que fazem vistoria e avaliação para desintrusar esses territórios, são os mesmos engenheiros agrônomos que têm que fazer vistoria e avaliação para avançar para a reforma agrária, para os movimentos de luta pela terra no País.

Infelizmente nós temos essa limitação do ponto de vista da capacidade operacional, mas de qualquer forma já existem vários imóveis nesse território vistoriados e avaliados. E o processo de vistoria e avaliação continua.

Na Invernada dos Negros, os imóveis ali inseridos já estão vistoriados e avaliados. Com a demanda apresentada aqui em Brasília de parte dos imóveis para a demanda orçamentária e financeira, certamente será inserido no projeto de lei orçamentária anual e na lei orçamentária do ano que vem. E está colocado entre os territórios que deverão ser desintrusados no próximo ano.

Na Bahia, o companheiro de Vitória da Conquista também apresentou a demanda de um território, salvo engano, chamado Velame.

Nós falamos com a Superintendência Regional da Bahia, ainda não há decreto, então não é uma comunidade titulada ainda. É uma comunidade em que há ORT publicado, mas existem diversos imóveis inseridos nesse território. Nós fizemos o processo de publicação e notificação dos proprietários desses imóveis, que ainda estão em análise. Tem uma série de recursos sendo analisados.

Então, das questões pontuais, eu avalio que é isso. Tem uma série de outras questões em que a gente pode e deve avançar conversando. A gente continua aqui conversando na sequência, sem problema nenhum.

No mais, agradecer a oportunidade, Senador. Gostaríamos de estar lá no Rio Grande do Sul para debater as questões que são de alta relevância também, em Morro Alto, dada a sua complexidade. Agradecer principalmente a oportunidade que vocês nos dão de debater e esclarecer todo esse processo de regularização dos territórios no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Esse foi o Richard, do Incra, que deixou muito claro que o Incra está inteiramente à disposição para dialogar sobre os temas relacionados ao povo quilombola.

Vamos passar agora ao Eloi, que é ex-Ministro da Seppir e hoje é Presidente da Fundação Palmares.

O SR. ELOI FERREIRA DE ARAUJO – Boa tarde a todos.

Senador, acho que o resultado desta audiência é que ela foi um sucesso. V. Exª tem todos os cumprimentos por ter recepcionado essa articulação e a competência do movimento quilombola do nosso País, que tem hoje o Ivo como Coordenador Executivo, que dá essa dimensão. Então, parabéns, Ivo. Quero cumprimentá-lo muito efusivamente por conta dessa articulação toda.

Tudo o que aconteceu aqui foi resultado de uma festa da democracia. Então, parabéns a todos os quilombolas que se reuniram aqui de uma forma entusiasmada e puderam colocar todas as suas reivindicações de forma muito presente, muito intensa e muito forte. Foi bom para todos nós ouvir. E nos oxigena sempre a manifestação da sociedade civil, especialmente das comunidades quilombolas.

Não vou me prender a um aspecto específico, mas gostaria de dizer que algumas ações estão em franco andamento em termos de avanço. As questões com a Marinha estão avançando. Eu acho que vão avançar.

A vitória havida, na semana passada, em relação ao Rio dos Macacos, é preciso que nós consigamos levar a experiência que temos hoje de Marambaia, quando já há um grande entendimento no sentido de incluir, no sentido de assegurar, no sentido de garantir os direitos e a inclusão daquela comunidade remanescente dos quilombos na Ilha de Marambaia. E assim por diante.

É verdade que as coisas não acontecem no limite, no passo, no nosso tempo. O tempo da gente é que deveria acontecer muito mais rapidamente. Há um tempo todo preso nos direitos, preso nas nossas limitações de pessoal, preso na própria natureza do Estado brasileiro que foi construído para fazer avançar rapidamente a inclusão, para que todo o nosso povo tenha acesso aos bens econômicos e aos bens culturais em igualdade de oportunidade.

Por fim, Senador, sempre cumprimento V. Exª inúmeras vezes por toda a sua militância, a sua ação como o único Senador negro no Senado da República. Mas, quando a gente discute numa audiência o direito das comunidades quilombolas e as suas reivindicações e elas se manifestam, não dá para esquecer que isso está dentro do Estatuto da Igualdade Racial, o primeiro documento de ordem não penal e que inclui as comunidades dos remanescentes de quilombos de uma forma presente. Ali está assegurado como em nenhum outro documento. Não há um diploma desde 1888, não há uma lei que assegure.

É preciso que a sociedade e as comunidades remanescentes dos quilombos se apropriem do conteúdo desse texto. Têm que se apropriar desse conteúdo. Tem de se apropriar desse conteúdo, para não deixar que as possibilidades passem.

Então, parabéns, Senador, por esta audiência. Parabéns a todas as comunidades quilombolas.

O nosso Governo, como já foi demonstrado aqui, já foi dito aqui por quase todos os órgãos que aqui acompanharam, está empenhado. Seppir, Incra, MDA, Fundação Cultura Palmeiras e outros órgãos, como o Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estão empenhados a assegurar os direitos das comunidades dos remanescentes dos quilombos em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Eloi, Presidente da Fundação Palmares.

Eu não sei se o Francisco Orlando Costa Muniz... Agradecemos pela rapidez aqui.

Passamos a palavra, então, à companheira Ivonete, que aqui representa a Ministra Luiza Helena de Barros, que teve de se retirar, e fala em nome da Seppir .

A SRª IVONETE CARVALHO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero ser muito rápida aqui. Grande parte dos questionamentos já foi feito pelos nossos parceiros de Governo, aqui da Mesa.

Digo para as lideranças quilombolas que estamos muito vibrantes e otimistas com este momento especial e histórico, que está sendo promovido pelas comunidades quilombolas de todo o Brasil, de vir à Brasília reivindicar um direito histórico de suas comunidades, para fazer justiça social, buscar essa justiça social.

Nós, como Governo, temos esse compromisso, que foi assumido em 2003, ainda no Governo Lula. Estamos aqui para assegurar esse direito. Quero dizer que se temos hoje um quilombo aqui na Esplanada, esse quilombo foi um conjunto, um esforço coletivo de Governo para garantir, minimamente, uma estrutura para que as comunidades estejam aqui e reivindiquem um direito histórico.

Então, quero afirmar aqui o nosso compromisso de continuar assumindo, desenvolvendo aquilo que assumimos lá em 2003, ainda no Governo Lula. Este Governo é um governo comprometido. O Governo Dilma é um Governo que a cada dia sinaliza esse compromisso.

Foi colocado aqui em algumas falas, Senador, de que lados nós estamos, qual é o nosso posicio-

namento em relação ao agronegócio, em relação à questão quilombola.

Acho que os que estão aqui acompanhando, as lideranças que acompanham há muito tempo essa caminhada do Governo, desde 2003, sabem muito bem qual é o nosso lado. O nosso lado é a defesa daqueles que historicamente foram excluídos, colocados à margem da sociedade. Este é um Governo que busca incluir os povos indígenas, que busca incluir as mulheres e o povo negro, em especial, o povo quilombola.

Agora, nós temos um desafio enorme pela frente. Enganam-se aqueles que acham que apenas em 8 anos, em 16 anos, vamos superar esse déficit histórico, esses anos de exclusão, de esquecimento e de abandona dessa parcela da nossa população – e as comunidades quilombolas estão na invisibilidade.

Nós trabalhamos, coordenamos essa política através da Seppir, Senador. O nosso orçamento é de mais de R$2 bilhões e não temos uma execução orçamentária como deveríamos ter. Por que não executamos? Será que é por falta de vontade política do Governo Federal? Ou será que é por estarmos desenvolvendo algo que mexe com interesses de setores da sociedade? Inclusive, não interessa a alguns gestores municipais e a alguns gestores estaduais.

Então, é muito bom que tenhamos um debate como este. Estamos avaliando como extremamente positivo esse movimento que os quilombos estão fazendo hoje em Brasília, porque isso publiciza, pauta o debate para a sociedade da importância de termos visibilidade, protagonismo e reconhecimento dessa parcela da população negra que tanto contribuiu para a nossa história.

Já foi colocado aqui pelos nossos membros da Mesa, do Governo, toda a postura que tivemos em relação à Rio dos Macacos, quando, prontamente, a Seppir, ao ser acionada pela Ouvidoria da Sipper – está aqui o Dr. Carlos, que tem sido um grande aliado, virou um quilombola assumido, tem sido um grande parceiro nosso –, imediatamente, com o Incra, com a Fundação Cultural Palmares, fomos atrás, nessa intermediação e, felizmente, ganhamos um tempo – não é Richard? – de 4 meses.

A AGU, que está aqui, foi fundamental nesse processo de mediação. Lá tivemos um momento história, na reunião da AGU, quando tivemos o Governo Federal dos dois lados, com duas posições. Mas, em um processo de diálogo e de mediação, conseguimos, através do papel fundamental da Advocacia-Geral, uma proposta de mediação desse processo.

Então, acho que é fundamental. Estamos em um momento histórico, que é, sim, de demarcar essa política dentro do Governo, que é demarcar o Orçamento para 2012/2015, o Orçamento da Seppir, da Palmares, do MDA e de todos os outros Ministérios. No próprio Incra, eles todos estão sendo revistos no sentido de atender essa demanda.

O PPA, que é o Plano Plurianual, está todo de forma transversal, todos os Ministérios. Isso é fruto de um trabalho de comprometimento. Um trabalho conjunto. Ou seja, nós estamos, de fato, trabalhando no sentido de buscar trazer resposta para essa parcela da nossa população. Agora, sabemos, somos realistas, que não vamos resolver tudo de uma hora para outra. Esse é um processo construtivo, coletivo e que precisa do envolvimento de todos os Poderes.

Então, o Senado é fundamentalmente estratégico. Quando aqui é colocada, Senador, a necessidade de uma comissão do Senado... O Senador Paulo Paim está indo ao Rio Grande do Sul agora, no dia 14, para ajudar no processo de Morro Alto. A Câmara dos Deputados é fundamental, os entes federados, os Estados, que se empenhem nessa batalha.

Não é nada fácil o que estamos fazendo.

Para finalizar, Senador, recentemente, tivemos uma vitória aqui na Câmara Federal, na Comissão de Direito Humanos, quando aprovamos uma emenda de R$50 milhões para quilombos, a partir de 2012. Então, recentemente aprovamos uma emenda para projetos em comunidades quilombolas, na área de desenvolvimento e inclusão produtiva.

Aqui foi falado da necessidade de haver investimentos, recursos na área de fomento. Recentemente, aprovamos, a partir de um trabalho de articulação muito grande aqui dentro, uma emenda de R$ 50 milhões para 2012, 2015, na questão de inclusão produtiva para as comunidades.

Então, para fechar, devo dizer que a Seppir está monitorando a agenda da Presidenta. Temos uma demanda da Conaq, que protocolou, junto ao gabinete da Presidenta, uma plataforma, ou seja, pontos de reivindicações. A Conaq aguarda, até o final da marcha, a resposta para esses pontos.

Já tivemos reuniões de Governo, interministeriais, com todos os Ministérios, e já temos resposta para a Conaq, que deverá ser entregue ao final da marcha. Estamos monitorando a agenda da Presidenta.

Todos sabem que a Presidenta chegou ontem da Europa. Portanto, a Presidente deva estar em uma agenda muito tensa, muito intensa, com reuniões de líderes e tal.

Então, estamos, por medidas de precaução, agendando uma reunião, amanhã, com o Ministro Gilberto Carvalho, às 15 horas, para receber toda a comitiva da Conaq, quando estabeleceremos um diálogo a partir de sua pauta. E estamos, ainda, fazendo gestões no

sentido de que a Presidenta receba, ainda no dia de hoje, a Comissão Nacional da Marcha.

Para finalizar, desejo um bom axé a todos e todas. Essa política é desafiadora e precisa de um movimento articulado, forte e de grandes aliados, que vão além do Governo. E temos aqui, na figura do Senador Paulo Paim, que tem sido um grande aliado nessa caminhada, um grande guerreiro dos pampas do meu Estado, o que me orgulha muito. É fundamental, Senador, que a sua gestão aqui dentro desta Casa seja no sentido de protagonizar e valorizar a pauta da nossa população negra, com certeza, isso será uma reparação.

Muito obrigada. Um grande axé a todos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito Bem. Essa foi a Ivonete Carvalho.

Só um pouquinho, pessoal. Não vamos já tumultuar aqui ao final.

Vamos dar os encaminhamentos. Você vai ter toda a oportunidade de falar, em seguida, com os representantes do Governo sobre essa questão.

Eu queria só agradecer muito à Ministra Luíza Helena de Bairros, que esteve conosco aqui, teve que sair e fez a sua exposição aos quilombolas; agradecer ao Edmilton Cerqueira, Assessor Especial do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que fez a sua exposição e botou o Ministério totalmente à disposição para o diálogo quanto à questão quilombola; agradecer ao Paulo Maldos, Secretário Nacional de Articulação Social da Secretaria da Presidência da República, que aqui botou à disposição aquele espaço em nome do Ministro Gilberto Carvalho – aqui a nossa Ivonete já disse que, provavelmente, terão uma primeira reunião com ele, sem deixar de insistir na audiência com a Presidenta Dilma; cumprimentar também o Richard Martins Torsiano, Diretor de Ordenamento de Estrutura Fundiária do Incra, que aqui representou o Celso Lisboa de Lacerda, que é o Presidente; cumprimentar o Ivo Fonseca, Coordenador Executivo da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas pelo trabalho que todos vêm fazendo, e, naturalmente, eu aqui falei do Incra, das respostas que ele deu e dos encaminhamentos; o Eloi Ferreira de Araújo, amigo de longas jornadas, que foi Ministro da Seppir, na época em que aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial e que hoje é Presidente da Fundação Cultural Palmares; o Francisco Orlando Costa Muniz, da Advocacia-Geral da União, que aqui representou o nosso Luís Inácio – não é Luiz Inácio Lula da Silva, mas é Luís Inácio Adamis; e também o Didier Dominique, que aqui falou como Coordenador Nacional do Movimento Batalha Operacional do Haiti. Cumprimento também todos os Vereadores que estiveram aqui, deputados, senadores e lideranças quilombolas.

Vou encerrar, pessoal, dizendo para vocês que, quando eu estava lá, porque tive que sair, Eloi, fui lá fazer a abertura da reunião com o Deputado Arlindo, que é o relator do Orçamento, e nosso querido Senador Vital do Rêgo, eu estava mais ou menos no meio da minha fala quando disseram: "Senador, volta, volta para lá que está pegando fogo na Comissão de Direitos Humanos, e o pessoal está pedindo para você voltar para lá". Eu disse: fique tranquilo, vou voltar no tempo certo e na hora certa. O Senador Cristovam está lá e o Senador Simon também está, eles vão dialogar, e o encaminhamento será tranquilo.

Então, eu vim no momento correto, sem nenhuma preocupação, porque eu sabia que as lideranças quilombolas saberiam dar o encaminhamento aqui para que a reunião se desenvolvesse no alto nível, o que foi exatamente o que aconteceu.

Quando eu cheguei, apenas sentei, bem dizer, e passei a coordenar os trabalhos, fazendo com que todos usassem da palavra, com a maior tranquilidade. Então, não há nenhum problema de nossa parte, e estou acostumado. Quantas audiências como esta! Uma vez tinha uma com mil companheiros dos povos indígenas, era flecha, tacape para lá e para cá, mas numa boa. Nós nos reunimos no Petrônio Portella, não houve problema nenhum. É que, às vezes, quando vêm os indígenas, quando vêm os ciganos também, quando vêm os quilombolas ou quando vêm os sindicalistas, é um problema na portaria, mas, no fim, se resolve. Eles entram e a gente discute e a audiência cumpre os seus objetivos.

Eu quero, ao encerrar aqui, registrar o meu carinho, o meu respeito a todas as lideranças quilombolas que, hoje, me informava aqui o Ivo, em torno de três mil lideranças quilombolas estarão fazendo essa marcha.

Parabéns, Ivo, Conaq, todos aqueles que ajudaram a organizar. Eu sei que a Fundação, a Seppir, enfim, órgãos do Governo também colaboraram para isso acontecer.

Quero dizer ao final, pessoal, que entendo também que o Governo gostaria de atender o mais rápido possível toda questão dos povos indígenas, toda questão dos quilombolas, toda questão dos povos ciganos, toda questão dos trabalhadores, toda questão dos aposentados, mas nós temos aí todo um passivo acumulado de dívida secular com o nosso povo e com a nossa gente. Por isso eu entendo a pressão.

A pressão é legítima e tem que acontecer. Por isso está acontecendo a marcha. Houve também a caminhada dos povos indígenas, a caminhada dos sindicalistas, dos trabalhadores, também dos aposentados, para que o Governo, naturalmente, ouça, digamos, com

o ouvido mais aguçado. Pode ser, professor, o senhor que é doutor?

O SR. (Fora do microfone) – Contrapõe-se às outras forças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, se contrapõe. Exatamente. Ajudou, professor. Por isso pedi ao nosso médico aqui ajudar.

Faça o contraponto a outras forças e a batida do tambor passe a ser ouvida nos palácios, no Judiciário, porque lá tem uma ação contra o nosso decreto, lá vai ser votada a Lei da Ficha Limpa, lá há inúmeras questões voltadas aos movimentos sociais.

Que a batida do tambor se ouça no Executivo, no Legislativo e, também, no Executivo. Por isso vocês, corretamente, estão aqui.

O SR. (Fora do microfone) – O Ministério Público tem que trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, tem que ser pressionado. Acho que esta é a mensagem. A mobilização e a pressão têm de ser feitas legitimamente nos Três Poderes.

Enfim, pessoal, vida longa ao povo quilombola! Vida longa ao povo brasileiro!

Está encerrada a audiência pública.

(Iniciada às 10 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas.)

ATA DA 85ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senadora **(Ângela Portela)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Marta Suplicy, Paulo Paim, Wellington Dias, Ângela Portela, Vicentinho Alves e Lídice da Mata** e os não membros Senadores Walter Pinheiro e Inácio Arruda**.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimentos nº 145, de 2011 – CDH, de autoria da Senadora Ângela Portela, aprovado em 25/10/11, e Requerimento nº 146, de 2011 – CDH, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 01/11/11. "Para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012, bem como, os direitos sobre liberdade de crença dos idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes e pessoas LGBT's". Convidados: Tatau Godinho, Secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, que substitui a Ministra Iriny Lopes; Guacira Cesar de Oliveira, Coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB; Marga Janete Stroher - Coordenação da LGBT – Secretaria de Direitos Humanos da PR; Deputada Federal Janete Rocha Pietá - Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados; e Deputada Federal Luciana Santos. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Ângela Portela, Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Declaro aberta a 85ª reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência Pública, nos termos dos Requerimentos nº 145, de 2011-CDH, de autoria da Senadora Angela Portela, aprovado em 25/10/11, e Requerimento nº 146, de 2011-CDH, de autoria da Senadora Lídice da Mata, aprovado em 01/11/11. "Para debater os direitos das mulheres nos programas e ações consignados na proposta do Plano Plurianual – Quadriênio 2012/2015 e na proposta do Orçamento Geral da União para 2012, bem como os direitos sobre liberdade de crença dos idosos, negros, indígenas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes e pessoas LGBT's.

Entre os convidados, queria registrar que o Deputado Arlindo Chinaglia, Relator do Orçamento 2012, desculpou-se pela ausência, uma vez que vai participar das discussões, juntamente com sua Assessoria, para aprovação de seu relatório preliminar, em reunião hoje, às 14 horas. O Senador Vital do Rêgo, presidente da Comissão Mista de Orçamento, deverá estar presente aqui conosco, mas se atrasará um pouco em função de reunião de que está participando para tratar do mesmo assunto. O Senador Walter Pinheiro também vai participar. Em breve, estará conosco nesta discussão.

Vamos chamar os convidados presentes e, na medida em que, iniciarmos a audiência pública, certamente os outros participantes estarão conosco também.

Gostaria de chamar Tatau Godinho, Secretária de Planejamento da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, que substitui a Ministra Iriny Lopes, que, no momento, não poderá participar, pois está em outra reunião para tratar de temas relacionados ao Or-

çamento também, mas que deverá passar aqui para registrar sua presença e apoiar esta iniciativa.

Gostaria de chamar também Guacira Cesar de Oliveira, Coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras; Marga Janete, representante do segmento LGBT, em substituição ao Sr. Gustavo Bernardes. Esses, por enquanto, são os convidados que estão presentes. À medida em que forem chegando os demais palestrantes, anunciaremos seus nomes.

A Senadora Lídice da Mata está em uma comissão e, em breve, estará participando dos nossos trabalhos, uma vez que ela é propositora de um dos requerimentos aprovado na Comissão de Direitos Humanos para que a Subcomissão da Mulher pudesse discutir, nesta audiência pública, esse tema de grande relevância para as mulheres brasileiras, principalmente neste momento em que se discute a LDO, o Orçamento para 2012.

A luta das mulheres para efetivação das políticas públicas que possam estar contribuindo para melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras, para sua saúde, para o combate à violência doméstica e família, é uma luta muito intensa e que tem avanços e retrocessos. Por isso a importância de esta Subcomissão da Mulher estar mobilizando as parlamentares do Congresso Nacional para que possamos, efetivamente, incluir, consignar no Orçamento da União a implementação dessas políticas públicas.

Temos levantamentos realizados pelo Cfemea que mostram claramente que pouco do que estava previsto no Orçamento destinado à implementação de políticas para as mulheres, o combate à violência, a luta pela igualdade entre gêneros e racial, é muito pouco, muito baixa a execução. Para se ter uma ideia, dos nove programas do Pronasci que tiveram execução zero, seis deles são programas que visam a defender os interesses, os direitos das mulheres, da saúde das mulheres, o combate à violência.

Então, essa baixa execução orçamentária das políticas públicas voltadas para as mulheres preocupa-nos muito. É por isso que esta audiência pública é muito oportuna no momento em que o Congresso Nacional discute o Orçamento para 2012, a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se não tiver consignado no Orçamento, não terá a menor possibilidade de acontecer. Até quando conseguimos incluir é difícil executar, imagine se não estiverem consignadas, se não estiverem definidas no Orçamento essas políticas públicas.

A execução do projeto implementação da Lei Maria da Penha, em 2010, foi de apenas 6,2%. Estavam previstos recursos para os núcleos especializados das defensorias públicas. Execução zero. Estava prevista também a construção de sistemas prisionais femininos. Execução zero. Estava prevista a construção de centros para agressores. Execução zero. Então, essa é uma situação muito preocupante.

Sabemos que o Brasil, em uma pesquisa realizada ano passado, entre 135 países, ficou em 111º lugar. Quer dizer, os índices de violência contra a mulher no País são assustadores. E isso exige políticas públicas para inibir, para coibir essa situação tão dramática em que vivem as mulheres brasileiras, principalmente no que diz respeito à desigualdade no mercado de trabalho.

Segundo levantamento realizado pelo Fórum Econômico Mundial, divulgado na semana passada, os índices piores do nosso País dizem respeito à desigualdade no mercado de trabalho e ao empoderamento de mulheres. Entre os 135 países, o Brasil ficou no 111º lugar no que diz respeito à presença da mulher no Congresso.

São levantamentos de instituições sérias, que se preocupam com esse segmento da sociedade, que assustam. Por isso, há necessidade de nos mobilizarmos. A Deputada Janete Pietá, que é coordenadora da bancada feminina, também deverá participar aqui. E eu queria registrar o empenho e a dedicação da Deputada Janete no sentido de estarmos organizadas, mobilizadas, já que somos um número tão reduzido aqui no Congresso Nacional. Precisamos estar todas mobilizadas, neste momento, para que possamos efetivamente incluir no Orçamento da União recursos para que possamos diminuir esses índices de violência contra a mulher brasileira.

Então, gostaria de registrar esses dados estatísticos e passar a palavra agora para a nossa companheira Tatau Godinho, Subsecretária de Planejamento e Gestão da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A SRª TATAU GODINHO – Muito bom dia a todas as pessoas aqui presentes, bom dia, Senadora, é um prazer estar aqui com uma Senadora que está sempre empenhada em garantir que os direitos das mulheres, que as políticas para as mulheres façam parte efetivamente do cenário político brasileiro.

Guacira, coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras, e a Marga, representante das organizações LBGT, queria começar, argumentando que é extremamente importante que o Congresso, o Senado, os diversos grupos da Câmara e do Senado façam o debate sobre o Orçamento Geral da União e, em particular, o orçamento de políticas para as mulheres, no nosso caso, porque isso permite responder a dois aspectos que são extremamente importantes do ponto de vista do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e das orientações estratégicas da Secretaria.

A primeira é a argumentação e a avaliação de que o avanço na definição de políticas para as mulheres depende fundamentalmente também de um avanço na alocação orçamentária dessas políticas.

Em segundo lugar, a compreensão de que as políticas para as mulheres no Brasil, do ponto de vista da definição de um papel institucional e da forma como o Estado brasileiro, não apenas o Executivo, entende a aplicação dessas políticas ainda é uma noção recente na sociedade brasileira. São poucos os períodos em que esse debate tem sido levantado como uma questão importante na ampliação dos direitos de cidadania no Brasil.

Ao dizer isso, repito uma expressão que a Ministra Iriny Lopes tem utilizado bastante na participação das conferências estaduais por todo o País, nesse processo de preparação da conferência nacional, de que a Secretaria de Políticas para as Mulheres, ao completar nove anos de vida, nem é adolescente. Isso não significa incapacidade de trabalho, mas significa uma história institucional ainda pequena e que ainda precisa se enraizar na compreensão política da necessidade de mecanismos institucionais de políticas para as mulheres no País.

Por isso, antes de entrar especificamente nos números do Orçamento, queria lembrar que, dos mais de 5.600 Municípios brasileiros e os 27 Estados, temos cerca de 300 apenas que têm um organismo institucional para coordenar políticas públicas para as mulheres.

Isso significa que o enraizamento dessas políticas ainda é muito pequeno no Estado e na sociedade como um todo. Neste ano de 2011, o Governo...

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Um minuto. Quero convidar, para fazer parte da Mesa, a querida Janete Pietá, coordenadora da bancada feminina na Câmara dos Deputados.

Com a palavra a Srª Tatau Godinho.

A SRª TATAU GODINHO – Então, neste ano, o Governo Federal promoveu, desde o início do ano, uma alteração bastante importante na concepção do Plano Plurianual. Foi um debate que nos ocupou por vários meses durante o primeiro semestre, numa busca de reorganizar a concepção do PPA a partir de ações temáticas de maior fôlego, que pudessem significar também uma possibilidade de uma integração transversal dos temas de políticas dentro dos diversos programas.

Nesse sentido, o programa que abarca as ações da Secretaria de Política para as Mulheres passou a ser um programa que teve uma ampliação em termos de previsão orçamentária...Vou me referir ao orçamento do ano, porque o orçamento do PPA é bem mais amplo, mas, na verdade, significa uma reconquista orçamentária a cada ano, uma vez que o Congresso, a cada ano, votará as alocações orçamentárias e as emendas.

Então, para a previsão de 2012, a Secretaria de Política para as Mulheres está com uma previsão orçamentária de R$74,9 milhões, o que significa um crescimento, do ponto de vista da alocação do Governo do orçamento original, bastante significativo, o que foi a previsão do Orçamento de 2011. O Orçamento de 2011 inicial previa um orçamento de R$55 milhões para a Secretaria, e, na LOA, a partir das emendas e do debate que foi feito no Congresso, esse orçamento subiu para R$109 milhões. Então, é muito importante o debate feito dentro do orçamento, porque numa área que tem ainda uma legitimidade institucional do ponto de vista nacional que se estrutura, o debate no Congresso significa um momento de ampliação efetiva desse orçamento. E isso é extremamente importante também considerando que, para a Secretaria de Política para as Mulheres, eu imagino, e para as organizações aqui presentes, a institucionalização do debate sobre políticas de igualdade entre mulheres e homens se deve também a uma necessidade de ampliação desse debate no Congresso.

O Congresso brasileiro, como a Senadora já mencionou, é o que tem uma das menores representações considerando os países ocidentais e mesmo países onde as desigualdades entre mulheres e homens, do ponto de vista cultural, institucionalizam-se de maneira distinta.

Então, dentro dessa agenda, queria levantar algumas questões. O orçamento final total da Secretaria de Política para as Mulheres para o ano de 2011 é de R$104 milhões. Levantei R$109 milhões inicialmente, mas considerando as emendas vetadas, porque temos que trabalhar com o orçamento que efetivamente foi alocado, não o discutido anteriormente, o orçamento é de R$104 milhões, e houve no Governo um contingenciamento bastante significativo no início do ano.

Esse debate é acompanhado pelo Parlamento, pela sociedade civil, e todas as pessoas aqui presentes sabem que apesar da situação financeira e econômica do Brasil, do ponto de vista internacional, ser bastante mais favorável que outros países, estamos em um momento de crise econômica bastante grande do ponto de vista mundial. Assim, no início do ano, o Governo foi cauteloso na liberação orçamentária ao considerar esse quadro, desde fevereiro, de um anúncio de crise econômica internacional bastante grande.

Faço essa observação porque o contingenciamento inicial se deveu a uma avaliação das possibilidades e cautelas da utilização do Orçamento Federal frente às possibilidades de crise internacional. Então, o que foi efetivamente liberado para a Secretaria de Política para as Mulheres foram R$59,8 milhões e, deste orçamento liberado – não o orçamento total –, a Secretaria já colocou em execução 65%. Esse dado é importante não como dado de liquidação de despesa, mas de empenho e, portanto, que significa também de encaminhamento de execução.

Claro que também temos que levar em consideração nesse processo um ano que significa o primeiro ano de um governo com uma readequação grande do ponto de vista orçamentário, em função da avaliação do plano plurianual, como eu mencionei, uma ideia de uma nova concepção de organização do plano e que influencia também o processo de execução dentro das Secretarias.

Finalmente, queria mencionar que a Secretaria de Política para as Mulheres está extremamente empenhada, neste período agora, em adiantar o seu processo de execução de maneira acelerada, apesar da suspensão de 30 dias da execução orçamentária em relação a organizações não governamentais. Então, eu acho que esses elementos têm que ser levados em consideração, porque todo processo de controle e crítica que é correto e que vem a partir de um olhar de fiscalização da sociedade civil e do Congresso im-

plica, muitas vezes, em uma desaceleração de questões administrativas.

Por outro lado, esse empenho é um empenho que nos leva a trabalhar em ritmo acelerado para conseguir que na III Conferência Nacional de Política para as Mulheres, que será realizada no dia 12 de dezembro... E aproveito para convidar as parlamentares para participarem dessa conferência e estarem presentes em particular no nosso processo de abertura, porque queremos, na abertura da conferência, contar com o apoio das Deputadas que se dedicam em especial a este tema e as demais representantes do Congresso. Mas gostaríamos e estamos trabalhando para apresentar praticamente 100% de empenho da Secretaria no período da Conferência. Esse é um compromisso interno da SPM, que vai significar um trabalho gigantesco para garantir que possamos, inclusive, reverter e digo isso de orçamento liberado, pois é impossível empenhar orçamento não liberado, aí não há mágica a ser feita.

Por outro lado, quero chamar atenção para uma questão que a Senadora mencionou sobre a não execução orçamentária do ano passado, em relação a algumas políticas que dependem fundamentalmente dos Estados.

Hoje, 17 Estados estão inadimplentes com a União. Portanto, é impossível repassar recursos para Estados inadimplentes. Isso nos bloqueia de uma forma extremamente grande e, em especial, em uma área importante de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, que são defensorias públicas, toda a área relacionada com delegacias de atendimento às mulheres, o serviço policial, enfim, ações executadas pelos Estados. Em 27 Estados da Federação, 17 neste momento estão inadimplentes, o que bloqueia qualquer execução orçamentária em relação aos Estados.

Esse é um problema efetivo da Secretaria de Política para as Mulheres, porque o tipo de funcionamento de repasse de recursos que é feito por meio de convênios com Estados e Municípios e também organizações não governamentais não pode ser executado e isso é uma legislação que todos nós aqui, imagino, defendemos. Ou seja, não é possível repassar mais recursos para quem não presta conta dos próprios recursos.

Então, às vezes, é uma realidade que não aparece na conta da execução, mas para nós, que estamos organizando o processo de convênios e de transferências para os Municípios, cria uma dificuldade fundamental.

Termino dizendo que tem, sim, havido um aumento gradativo de alocação orçamentária para a Secretaria de Política para as Mulheres. Com certeza temos tido também um apoio grande da sociedade civil e do Congresso, das parlamentares, na ampliação desse orçamento. Esse é um dado real. E o Governo Federal, inclusive, trabalha com essa perspectiva de que, se há uma parte importante de verbas que são alocadas para emendas parlamentares, é importante que esse apoio da sociedade civil nos ajude e que isso venha para as áreas de políticas para as mulheres. Isso tem acontecido e esperamos que aconteça ainda mais, porque possibilita que também da forma como funciona a distribuição do orçamento nacional, possamos ter um maior compromisso tanto das áreas de execução do Orçamento Federal quanto das alocações de emendas pelo Congresso voltadas para as políticas para as mulheres.

Responderei a questões a partir das outras intervenções. E deixo por aqui a minha primeira apresentação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito obrigada, Tatau, pela sua explanação. Gostaria de registrar a presença da nossa querida Deputada Federal Luciana Santos, do PCdoB de Pernambuco. Ela foi prefeita de Olinda e muito nos honra com a sua presença aqui entre nós.

Também quero registrar a presença de Eliana Magalhães Graça, do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos); Jacira Melo, do Instituto Patrícia Galvão, de São Paulo; Anadilza Paiva, da ONG Cunhã Coletivo Feminista, da Paraíba; Nilza Iraci, do Instituto da Mulher Negra, de São Paulo; Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; Lurdinha Rodrigues, da Liga Brasileira de Lésbicas; Rogéria Peixinho, da Articulação de Mulheres Brasileiras; Priscila Lima, do Cfemea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria); Vanda Regina Albuquerque, Coletivo Leila Diniz, do Rio Grande do Norte; Foro de Mulheres do Rio Grande do Norte; Rede de Mulheres da Paraíba; Conselho Nacional de Saúde; Alexandre Magno, da Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down; Lucimar Batista, do Movimento de Reintegração de Pessoas atingidas por Hanseníase; Sílvia Dantas, do SOS Corpo; e Foro de Mulheres do Distrito Federal.

Passo a palavra agora para a nossa companheira Guacira Cesar de Oliveira, Coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras.

A SRª GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA – Bom dia a todas e a todos. Eu queria agradecer, Senadora Ana Rita, pelo convite para estar aqui, e especialmente pelo empenho com que a bancada feminina se envolveu, há meses, há vários meses, para que esta audiência pública fosse possível em um momento tão importante e tão estratégico para a política pública para as mulheres. Então, quero cumprimentar a Senadora que está presidindo os nossos trabalhos; a Janete Pietá, que é a coordenadora da bancada, super-responsável por esse enorme empenho para que esta audiência acontecesse; a Tatau, da Secretaria de Política para as Mulheres; e a Marta, da Secretaria de Direitos Humanos.

Vou apresentar para vocês um pouco do que a Articulação de Mulheres Brasileiras vem refletindo, as críticas que vem fazendo, as proposições que tem para apresentar em relação ao debate sobre o orçamento público e as políticas para as mulheres.

A Articulação de Mulheres Brasileiras é uma instância nacional do Movimento de Mulheres. Reúne agrupamentos e organizações de mulheres de norte a sul, de leste a oeste do Brasil. Tem uma militância, um ativismo muito importante na luta das mulheres que não vem de hoje. A Articulação de Mulheres Brasileiras existe desde 1994 e sempre esteve muito a postos nesse debate.

Antes de colocar as nossas sugestões, as nossas propostas e a nossa visão sobre o contexto atual das políticas públicas para as mulheres, não posso deixar de lamentar que ainda não esteja aqui o relator do Plano Plurianual, o Senador Walter Pinheiro – que está chegando, informa-nos a Senadora Angela Portela –, porque a bancada feminina é nossa parceira, vem discutindo conosco a cada minuto o que colocaremos aqui. E era para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, para a bancada feminina que o Movimento de Mulheres se mobilizou e veio de diversos Estados para apresentar suas críticas e sugestões. E também era para o relator do PPA e para o relator da Lei Orçamentária que nosso discurso estava dirigido.

E fico superfeliz de que a Deputada Luciana Santos esteja aqui. Ela integra a Comissão Mista de Orçamento – não é, Deputada? –, e é superimportante essa presença comprometida com a luta das mulheres dentro da Comissão Mista de Orçamento, para que possamos avançar e reverberar a nossa posição, a nossa demanda, que vem do Movimento de Mulheres, que vem da Bancada Feminina, que vem da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em relação ao ciclo orçamentário.

Dito isso, passo para a nossa apresentação.

Pode, por gentileza, passar o primeiro *slide*.

Nossa discussão sobre a questão das políticas públicas para as mulheres vem dentro de uma afirmação de que os direitos das mulheres têm que estar colocados no debate sobre o ciclo orçamentário. E essa afirmação está relacionada a uma dinâmica social e política de luta contra as desigualdades e por mais participação na construção de uma vida digna para todas e para todos.

Pode passar, por gentileza.

Bom, aí nós temos a dizer, como movimento de mulheres na luta feminista, que a nossa luta contra as desigualdades é grande, é intensa, vem de anos e implica um trabalho enorme das mulheres. As mulheres trabalham muito mais do que os homens a cada dia. Trabalhamos em média três horas a mais do que os homens por dia e temos mais anos de estudo do que os homens. Estou querendo dizer, com isso, que estamos, cada uma de nós, e como movimento de mulheres, lutando para superar as desigualdades que enfrentamos. Nós assumimos enormes responsabilidades com as nossas famílias, além de assumir responsabilidades no âmbito do mercado de trabalho, como provedoras também das nossas famílias. Nós assumimos enormes responsabilidades com o controle da fecundidade. É sobre nós, é da nossa responsabilidade a possibilidade de termos ou não filhos. Embora nós queiramos muito compartir essa responsabilidade, ela ainda recai de maneira desigual, desproporcional sobre as mulheres. Nós aumentamos a nossa participação política, aumentamos enormemente o número de candidatas na última eleição, e não tivemos uma resposta condizente das políticas públicas e do Estado brasileiro a todo esse esforço que as mulheres e o Movimento de Mulheres vêm fazendo.

Então, os resultados, em termos de igualdade, têm sido muito lentos e muito menores que o esforço que cada mulher tem feito na sua própria vida e que o Movimento de Mulheres tem feito no debate político por direitos e por políticas públicas.

Pode, por gentileza, passar o próximo.

Queremos dizer que a dívida do Brasil com as mulheres é muito grande, é enorme. E estamos em um momento crucial de debater como avançar no sentido de suprir essa dívida do País com as mulheres.

Por favor, pode passar.

O Estado brasileiro comprometeu-se com metas para a redução das desigualdades e não cumpriu. Falta implementar as políticas para as mulheres, falta orçamento público para enfrentar essas desigualdades.

Pode passar, por gentileza.

Aí temos um gráfico apresentado pelo Ipea, em seu relatório sobre Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que fala da mortalidade materna. A linha média do gráfico é o ano de 2000. E o final é o ano de 2015. Como vocês podem analisar nesse gráfico, a mortalidade materna faz praticamente dez anos que não tem uma redução correspondente à demanda do Movimento de Mulheres. A luta das mulheres na saúde é enorme. A luta das mulheres por saúde é enorme. E continuam morrendo no Brasil aproximadamente 1.500 mulheres em fase reprodutiva, durante o parto, a gravidez ou por aborto. Isso é absolutamente inaceitável. Havia o compromisso de reduzirem em 15% a mortalidade materna, e esse compromisso não foi atendido. O ciclo orçamentário, o orçamento público tem que responder com responsabilidade a essas demandas das mulheres.

Pode passar, por gentileza.

Bom, isto é o que eu acabei de falar: 90% dessas mortes são evitáveis. A Organização Mundial de Saúde afirma que essas 1.500 mulheres não precisariam morrer se houvesse um atendimento adequado na saúde pública.

Pode passar, por favor.

Esse é o quadro da participação política das mulheres. Havia uma meta no nosso Plano Nacional de Políticas para as Mulheres de fazer crescer a participação política das mulheres. Esse gráfico mostra a evolução da participação política das mulheres de 1945 a 2010. Como vocês podem ver, há uma estagnação nos dois últimos pleitos que também consideramos inaceitável. Empoderar as mulheres, fazer com que te-

nham maior participação política exige um conjunto de iniciativas do Poder Público, um conjunto de iniciativas das políticas públicas, que não está sendo efetivo. As mulheres não têm sequer tempo para se dedicarem à participação política.

Pode passar, por gentileza.

Esse gráfico mostra a taxa de mortalidade por homicídio no sexo feminino. E temos que dizer que, nos últimos anos, travamos grandes batalhas e obtivemos grandes conquistas em relação ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Mas esse enfrentamento da violência contra as mulheres ainda requer políticas públicas e orçamento público condizente. O número de mulheres assassinadas no País continua crescendo todos os dias. Tudo que foi feito, inclusive as metas do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que eram de adquirir quase 800 equipamentos para serviços no enfrentamento da violência contra as mulheres, foram superadas. Mas a política pública não é suficiente para enfrentar a violência. Está aí: o homicídio aumenta, e aumenta muito mais entre mulheres negras. Esse gráfico mostra para vocês, na parte de cima, essa cor mais rosada, o assassinato de mulheres negras, certo? E a parte de baixo, a linha de baixo, mais azulada, o assassinato de mulheres brancas. O assassinato de mulheres negras cresce sem parar, de maneira que a linha média é de aumento constante do número de assassinato de mulheres. E isso para nós é absolutamente inaceitável. E tem muito mais violência por baixo disso: espancamento, assédio e tal, que não temos como contabilizar nacional. Só existem dados nacionais de homicídios.

Por favor, pode passar.

Aí, então, chegamos à questão do novo ciclo orçamentário. Como o novo ciclo orçamentário responde a esses compromissos e metas que não se chegou a alcançar? Houve problemas, houve defasagem, faltou compromisso político, faltou recurso suficiente para alcançar as metas que nós construímos, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, no Governo e nas conferências de políticas para as mulheres. Então, agora começa um novo ciclo orçamentário, e estamos em processo de debate de uma conferência nacional de políticas para as mulheres, que vai atualizar, renovar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. E o ciclo orçamentário tem que responder a isso, porque, se não, todos os acordos e todos os pactos estão esvaziados.

Pode passar, por gentileza.

Nesse novo ciclo orçamentário...

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA – Eu vou precisar de mais um tempinho, Senadora.

Nesse novo ciclo orçamentário, nós vemos que há avanços e recuos. Sob o ponto de vista da luta feminista e antirracista, há algumas mudanças e também permanências anunciadas. Há avanços e há recuos. Há iniciativas importantes que achamos que o Congresso tem que tomar para fazer com que os avanços sejam mais ousados e para reverter os recuos que estão colocados.

Pode passar, por gentileza.

Então, há um recuo supersignificativo para nós. O PPA de 2004-2007 e o PPA de 2008-2011 colocavam a questão da desigualdade de gênero e a questão da desigualdade de raça como uma diretriz para orientar todo o Plano Plurianual. E, infelizmente, nesse Plano Plurianual, o texto da lei não coloca que a desigualdade de gênero nem a desigualdade de raça é uma diretriz que deve orientar todo o PPA. Nós queremos, sim, que isso seja revertido. Faz oito anos que conseguimos confirmar isso, não é possível que agora percamos essa orientação.

Nós não temos, no Plano Plurianual, diretrizes para a promoção da justiça social. A lei do Plano Plurianual, o texto da lei principal, nenhuma vez sequer menciona a palavra "mulher". O texto da lei, certo?

Pode passar, por gentileza.

Nós queremos que o art. 4º do PPA tenha como diretriz a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-raciais e regionais. As de gênero e étnico-raciais estão na emenda que propomos.

Há avanços importantes nesse PPA também. Alguns programas temáticos, iniciativas e objetivos incorporaram reivindicações importantes do Movimento de Mulheres. Algumas formulações do PPA absorveram propostas e linguagens do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Então, tudo que andamos até agora em termos de debates sobre políticas para as mulheres teve reflexo no PPA, está lá dentro, em algumas das proposições.

Pode passar, por gentileza.

Aqui, temos um quadro – só para ter um demonstrativo rápido – do que acontece no PPA 2012-2015. Quando fazemos uma busca rápida sobre as palavras "mulher", "gênero", "racial" e "negro", encontramos 286 ocorrências da palavra "mulher" no Anexo I do Plano Plurianual; 65 ocorrências da palavra "gênero"; 46 de "racial". Isso, gente, é completamente diferente do que havia no PPA anterior. No PPA anterior, não se chegava a 50 ocorrências disso tudo. Então, há uma diferença substantiva, que, evidentemente, como vocês podem ver nesse quadro, está muito concentrada ainda no que se refere ao que a Secretaria de Políticas para as Mulheres planeja. É no Programa de Políticas para as Mulheres, Enfrentamento à Violência e Autonomia que encontramos 198 ocorrências da palavra "mulher". Mas ela também está lá na agricultura familiar, está no aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde. Houve mudanças.

Vamos lá. Pode passar, por gentileza.

E aí vamos às nossas reivindicações, então, em relação ao PPA. Nós queremos que as metas compromissadas no PPA sejam de fato compromisso político, pacto político, e que mudança de meta no novo PPA implique repactuação, implique debate no Congresso

Nacional. O art. 5º do projeto de lei do PPA diz que o Poder Executivo vai ficar autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações e as decisões sobre indicador, valor de referência, meta, órgão responsável. Meta não. Se o Governo se comprometer com 6 mil creches, para mudar essa meta, tem que consultar o Congresso Nacional, tem que ter nova pactuação. Então, nós queremos que exclua a meta daquilo que pode ser feito sem debate político, sem nova pactuação.

Pode passar, por gentileza. Pode seguir.

Nós queremos um Plano Plurianual que permita ao Congresso Nacional, que permita ao Movimento de Mulheres, a cada cidadão e a cada cidadã monitorar o que está acontecendo. Nós queremos um Plano Plurianual que, no seu planejamento, possa nos responder: estão sendo reduzidos os assassinatos de mulheres? Para que mulheres realmente está se conseguindo enfrentar a violência? Onde isso está acontecendo? Onde não está acontecendo? E por que está acontecendo? Nós queremos indicadores, instrumentos de monitoramento de cada uma das políticas que possa dizer, responder essas questões. De maneira que a sociedade, o Movimento de Mulheres, o Congresso Nacional e o próprio Poder Executivo tenham instrumentos para contornar os problemas que estão colocados, identificar os acertos e avançar no sentido da solução dos problemas da desigualdade, no caso do enfrentamento da violência.

Pode passar, por gentileza.

Uma outra questão absolutamente central para nós, no momento em que a gente está discutindo a autonomia das mulheres como um eixo importante na política de enfrentamento da desigualdade é a questão do cuidado. O cuidado com as pessoas no Brasil é ainda uma responsabilidade que se assume no nível privado, no nível das famílias e recai quase que exclusivamente nas costas das mulheres.

Então, nós queremos que o cuidado no Brasil, que ainda é um problema da esfera privada, tenha uma solução que não recaia exclusivamente sobre as costas das mulheres. E nós queremos que o PPA enfrente essa questão.

Pode passar, por favor.

Nós queremos um PPA que responda à questão da moradia digna para as pessoas idosas. Nós queremos um PPA que responda com condições de abrigamento, de acolhimento, de cuidado às pessoas idosas. Esse cuidado, hoje, também recai sobre as mulheres. É impossível às mulheres terem autonomia sobre sua própria vida, autonomia econômica se elas têm que dedicar grande parte do seu tempo para exercer uma função que o Poder Público também tem que assumir.

Pode passar, por gentileza.

Nós queremos que haja no PPA condições de monitorar o acesso ao crédito para as mulheres. Nós queremos saber se as mulheres estão podendo realmente acessar os programas de crédito que estão disponíveis: de microcrédito, de crédito rural, e a gente está dizendo isso tudo porque no PPA não tem esses elementos. Cada uma dessas propostas são emendas que a gente está fazendo ao Plano Plurianual oferecendo esses instrumentos para monitoramento das políticas de enfrentamento das desigualdades.

A gente quer uma infraestrutura social para o trabalho reprodutivo. Nós queremos que esse Plano Mais Brasil tenha uma orientação para autonomia econômica das mulheres. E nós queremos saber essa infraestrutura social para o trabalho reprodutivo para que mulheres está chegando, onde está acontecendo, por que está chegando ou não.

Pode passar, por gentileza.

Nós queremos saber quantas creches serão inauguradas a cada ano. A Presidenta disse que queria construir seis mil creches. Quantas serão construídas a cada ano? Quantas vão funcionar em tempo integral, inclusive no período de férias? Quantas creches vão funcionar no período noturno?

Ano a ano, nós queremos saber como vai se avançar para alcançar a meta das seis mil creches.

Pode passar, por gentileza.

Nós queremos mais recursos para financiar as políticas para as mulheres. E aí a gente chega à questão da lei orçamentária. Nós estamos, hoje, com aproximadamente 200 mil mulheres envolvidas participando da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. E esse Plano de Políticas para as Mulheres que está sendo atualizado, que está sendo debatido, que está sendo renovado, que está sendo criado em vários Estados e Municípios vai exigir recursos para ser implementado. Duzentas mil mulheres não estão brincando de fazer política pública. Nós queremos que esse ciclo orçamentário responda efetivamente àquilo que estamos construindo. Estamos apostando nessa democracia, construindo um debate político a partir da participação social, apostando que há pactos reais e que esses pactos reais, para serem efetivos, têm que estar traduzidos no ciclo orçamentário.

Pode passar, por gentileza.

A Tatau já mencionou anteriormente o quanto foi reduzido drasticamente o recursos para a Secretaria de Políticas para as Mulheres – e aí eu acrescento: para a Secretaria de Igualdade Racial e para a Secretaria de Direitos Humanos.

Para nós, é absolutamente inaceitável, num processo de produção de políticas públicas para as mulheres, num ano de conferência nacional de públicas para as mulheres, tendo mulheres tão poderosas à frente do Governo, que haja uma redução dessa dimensão: 31,3% de redução no projeto de lei orçamentária em relação ao orçamento atual da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

A Secretaria de Igualdade Racial tem uma redução de 67% dos seus recursos no orçamento de 2012. E a Secretaria de Direitos Humanos tem uma redução de 20% dos seus recursos. A desigualdade é um problema enorme para o Brasil, exige recursos,

exige coordenação política e a gente quer não só os recursos que tivemos este ano e que estão tendo muita dificuldade para serem executados, inclusive porque foram contingenciados.

A gente quer mais recursos para enfrentar a desigualdade.

Pode passar.

A gente quer que, na lei orçamentária, haja efetivamente mais recursos para ações da SPM e para as ações da Seppir. A gente quer uma fiscalização efetiva da execução do orçamento em políticas para igualdade. A gente quer um compromisso do Congresso Nacional nesse sentido, porque o Congresso Nacional, muitas vezes, nos apoiou e é um parceiro fundamental na ampliação dos recursos para políticas para as mulheres e políticas de igualdade racial. No entanto, ainda fica muito abaixo do necessário a ação de fiscalização do orçamento em relação à questão da igualdade no que se refere ao Congresso Nacional.

Pode passar, por gentileza.

Nós queremos financiamento para ações da igualdade no PLOA e queremos mais do que isso: queremos que haja maior transparência em relação a como os recursos do Orçamento público estarão sendo utilizados para alcançar as metas e objetivos que estão traçados no Plano Plurianual.

Peço especial atenção de vocês a essa questão.

O Plano Plurianual agora tem uma nova metodologia. A lei orçamentária está construída de uma maneira que não permite uma vinculação direita entre os objetivos e metas que estão colocados no PPA e o gasto efetivo que vai se fazer em cada ação orçamentária. Não dá para a gente saber da forma como está construído quanto de recurso vai ser utilizado para alcançar uma determinada meta que está traçada no PPA. Sem isso, para gente ter controle social, participação social, é impossível, fica muito difícil. É um instrumento político, é um compromisso com a participação social, com a democratização dessa esfera de debate sobre o orçamento público que a gente espera que o Congresso Nacional nos ajude, contribua, assuma o compromisso de contornar esse problema. Nós propusemos ontem ao Deputado Arlindo Chinaglia, relator geral do orçamento, que haja uma incorporação da codificação dos objetivos e iniciativas na lei orçamentária de 2012, de forma a possibilitar a ligação entre a lei orçamentária e o PPA.

Nós estamos propondo também que a projeto de lei do PPA assuma que vai haver um sistema nacional de participação no PPA, no planejamento. Que isso seja mais do que um compromisso do Governo frente ao fórum interconselhos, mas que seja algo que esteja consubstanciado, pactuado no própria lei do Plano Plurianual.

Pode passar, por gentileza.

Por fim, meu tempo já se esgotou não sei quantas vezes, eu queria também chamar o Poder Executivo, o Poder Legislativo a um compromisso com as mulheres no sentido de fiscalizar emendas que foram feitas com o nosso esforço, com a iniciativa do movimento de mulheres, com o apoio e autoria da bancada feminina, com o apoio da SPM, em relação ao orçamento e essas não vem sendo cumpridas.

Nós temos como parte da Lei de Diretrizes Orçamentárias há vários anos a obrigação do Executivo de apresentar um relatório anual sobre os impactos dos gastos públicos sobre as desigualdades de gênero, étnico-racial e regionais. Isso não vem sendo feito.

Nós temos uma obrigação das agências de fomento de respeitar as diretrizes para o enfrentamento das desigualdades em suas operações de crédito e atividades específicas. Estamos falando do Banco do Brasil, Petrobras, BNDES e nunca apresentaram isso. É lei, aprovada por aqui, compromisso que essas agências têm que ter com a gente.

A gente tem também uma obrigação de prestar contas publicamente em relação ao enfrentamento das desigualdades e uma prioridade às ações de enfrentamento das desigualdades. Quando a gente vê esse contingenciamento que a Tatau falou em relação às políticas públicas para as mulheres, é um contingenciamento que contradiz aquilo que está colocado na própria lei, que diz que o enfrentamento das desigualdades é uma prioridade. Prioridade não pode ser contingenciado em 50% praticamente e dificultada a execução orçamentária reduzindo a quase um quarto a execução da Secretaria de Políticas para as Mulheres, se a gente considerar o valor total autorizado. Isso é absolutamente inaceitável do nosso ponto de vista.

Essa é a exposição. Espero ter contribuído para o debate e ter correspondido à confiança que as organizações do movimento de mulheres e feministas aqui presentes depositaram na minha fala.

Obrigada, gente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Parabéns, Guacira. Eu penso que, depois da presença dos relatores, você ficou mais enfática. Perceberam? (*Risos*.)

Vamos aproveitar que os relatores chegaram e vamos fazer cobranças.

Eu queria registrar a presença do Senador Inácio Arruda, que é relator setorial, e do Senador Walter Pinheiro, que é relator do PPA.

A Marga está aqui na Mesa e vai fazer parte da discussão no segundo bloco, e, como nós estamos discutindo neste momento o Orçamento Mulher, eu queria saber de vocês quem vai falar primeiro, porque aí a gente abre espaço para um debate maior.

Então, pronto.

Eu gostaria de passar a palavra ao nobre companheiro Senador Walter Pinheiro, relator do PPA.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Eu já chego falando. Não é melhor ouvir primeiro para absorver as propostas?

Deixa eu só registrar duas coisas importantes, minha cara Senadora Angela.

Primeiro, quero saudar esta iniciativa, porque faz parte exatamente de um dos contextos que a Guacira levantou e que eu acho importante, que é o processo, inclusive, de envolvimento dos diversos setores e segmentos e essa relação de como se desdobra um planejamento principalmente para essas três áreas, Seppir, Mulheres e Direitos Humanos, de maneira que a gente possa construir o PPA e o orçamento – e aí eu quero acentuar, de forma muito mais enfática, não com mais prioridade ou mais intensidade do que o orçamento, mas a realidade muda muito nesse PPA. Portanto, o enfoque dado ao PPA é decisivo para essa caminhada e é, inclusive, uma coisa que o Governo nos chama para um processo estatal de maior acuidade no planejamento para frente. Lógico que isso tem que guardar relações primeiro com a ausculta e com a capacidade de execução, para permitir a eficiência, a aplicação, a fiscalização e a possibilidade efetiva de ajustar os pleitos a esse plano, em cada ano.

Então, por isso, eu acho importante trabalhar com esses elementos primeiro. Aí fica uma coisa muito clara na minha cabeça. A gente foi trabalhando, ao longo dos anos, muito numa lógica de que nós precisaríamos ir a detalhes no PPA para garantir algo no orçamento. Então, eu acho que essa é a primeira mudança positiva, que é separar, por exemplo, os programas das iniciativas e, ao mesmo tempo, das ações. Como é que você traça isso? Na medida em que a intersetorialidade, a própria transversalidade se aplica de forma macro, se isso é positivo por um lado para ação a cada ano, por outro lado tem riscos muito sérios na aplicação para frente no que diz respeito à identificação de programas que, nessas áreas, necessariamente adotam políticas muito mais estruturantes e de caráter nacional.

Portanto, a não fixação desses parâmetros e simplesmente encontrá-los nessa transversalidade é extremamente perigoso no momento da apresentação de emendas. Se eu traduzir isso numa linguagem bem na vida prática do Parlamento, Deputada Janete, V. Exª conhece muito bem. Depois o movimento e particularmente os três Ministério vão ficar na mão de uma iniciativa de bancadas que, na prática, tendem a ter uma postura muito mais vigorosa para as ações de infraestrutura do que efetivamente para essas questões estruturantes em nível nacional para essas três áreas.

Então, é uma dependência enorme. E aí não é só uma relação com um valor de referência, meu caro Inácio, mas é a ausência da possibilidade efetiva de materializar isso em cada ano, via comissões, via bancadas, ou emendas individuais. Portanto, você cria essa dificuldade.

Na realidade, o que a gente até mudou no relatório, no texto preliminar? Eu até brinco muito com o Planejamento e eu digo o seguinte: nós abrimos o grau de recurso para os ministérios; não que o Planejamento, o Governo não tenha feito esse debate com os ministérios, mas sempre tem o chamado grau de recurso, até pela leitura do que efetivamente não se adotou na peça central.

Então, eu acho que este é o momento para a gente inclusive fazer a pente fino aqui, amiúde, exatamente qual é a possibilidade de a gente abrir essa nova iniciativa.

Vamos pegar dois pontos centrais, por exemplo, na questão de mulheres. Quando a gente pega a questão do combate à violência contra a mulher e a outra ponta, alguém pode dizer assim: "Mas a inclusão produtiva é um negócio fantástico, porque nós estamos tratando isso num dos quatro principais eixos". É vero. Nós temos quatro eixos principais no PPA: social, infraestrutura, desenvolvimento produtivo e uns especiais que envolvem economia solidária e defesa. A gente poderia dizer que foi sobejamente bem tratada a questão da inclusão produtiva. Quando ela entra no desenvolvimento produtivo, tem uma capacidade de ali mover de diversas formas. É verdade, ele é amplo, ele é abrangente. Mas, por outro lado, quando eu parto para discutir a iniciativa dessa questão, para as mulheres, nós vamos ficar extremamente dependentes de iniciativas que se vinculem com ações concretas em cada área. E, na realidade, a aplicação para as mulheres fica como derivada, e não como peça central. Por isso essa abertura para a iniciativa, você tentar especificamente tratar isso para os próximos quatro anos e não só, e somente só, para o Orçamento de 2012. É fundamental abrir esse item.

Então, essa é uma das coisas que eu acho importante a gente discutir muito mais amiúde; sentar e dizer lá, a algumas mãos, como é que a gente incorpora uma emenda desse porte, que abre uma nova iniciativa, entendendo aí mais ou menos o limite entre essas duas coisas. O valor de referência, o valor apontado para a questão do combate à violência, se analisarmos do ponto de vista do que é a necessidade disso em nível nacional, ele é muito baixo, ele é muito baixo.

Então, aí é quando eu digo: "Está bom, eu mantenho do jeito que está, projeto para os quatro anos, e nós vamos disputar isso no Orçamento". Aí significaria – volto para aquilo que eu disse antes – submeter esses pleitos à disputa com elementos que são muito mais acirrados do ponto de vista da disputa nas bancadas. É o grau de recurso que é recorrer à comissão, recorrer à bancada ou recorrer a emendas individuais. Portanto, é você se submeter a uma lógica extremamente perigosa.

Por outro lado, é a gente aproveitar as comissões, tanto de Participação Legislativa, Direitos Humanos das duas Casas, e articular, por essas comissões, a possibilidade efetiva de abrir nesse item uma nova iniciativa que contemple exatamente os três setores.

Então, acho que esse é o limite que dá para a gente tranquilamente trabalhar. E aí a conversa, por exemplo, com o relator, porque alguém diz assim: "Mas existe um relator..." O relator do orçamento ou os relatores do orçamento ficarão muito mais prisioneiros de

uma lógica para atendimento se isso vem como essa iniciativa, como desdobramento desse programa do PPA, do que efetivamente a sua boa vontade. Do contrário, nós vamos transformar relatores – e isso vale para o Arlindo, como vale para mim, como vale para Inácio... Nós não temos a prerrogativa de, em nome da relatoria, adotarmos essas iniciativas.

Então, é necessário que a gente faça com os diversos instrumentos de proposição – nesse caso particular, eu sugiro que a gente trabalhe com as comissões. E aí, de certa forma, os relatores têm o compromisso do acatamento. Da forma contrária, nós não teríamos como fazer. E, se a gente submeter isso para posterior avaliação das comissões, Janete, nós vamos efetivamente perder essa disputa e, consequentemente, nós não vamos acatar.

Então, seria discutir uma mudança nesse escopo do PPA, garantindo uma efetiva aplicação disso como ação, e aí é o que vale para o orçamento efetivo e não para o PPA, a discussão que nós vamos fazer a cada ano. Agora, eu preciso estipular mais ou menos, abrir esse programa para os quatro anos. Eu vou dizer: "Olhe, nós estamos agora planejando isto aqui para quatro anos e, consequentemente, nós vamos fazer a disputa depois de liberação, de fiscalização, de acompanhamento, de execução". E aí essa é uma tarefa que fica muito mais facilitada.

Então, na minha visão, o PPA abre essa outra vantagem. Ou seja, o fato de ele vir com o genérico também nos permite encontrar esse genérico e encaixar nesse genérico as nossas iniciativas. Agora, especificamente nessa situação, a leitura nossa é que nós deveríamos abrir algumas iniciativas a mais nessas três áreas, porque contemplar e jogar exclusivamente nesses dois pontos a que eu me referi seria você colocar agora não mais o programa como genérico, mas seria você submeter a ação ao genérico. Aí não funciona, porque a iniciativa é parte da entrega. A ação no PLOA é efetivamente a concretização. Então, se isso vai para o genérico até o fundo, ou seja, até a ação, nós vamos ter a certeza de não realização.

Portanto, acho que é fundamental que a gente pegue esses tópicos e trabalhe exatamente nessa direção. Eu diria que não dá para abrir muito, mas dá para a gente exatamente estender, tirar dessa história da transversalidade, aproveitar inclusive o volume de recursos projetados para esses próximos quatro anos em um desses eixos temáticos e trazer para valor de referência, agora como iniciativa, esse pleito que vocês têm levantado. Isso porque a gente materializa a iniciativa, Angela, e efetivamente cola um novo valor de referência, permitindo, assim, a ampliação dos recursos para esses próximos quatro anos.

É isso. Eu acho que isso é a efetiva, eu diria, concretização do que a gente pode conversar aqui no dia de hoje.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Walter Pinheiro, sempre muito solícito, sempre muito disposto a contribuir com essa demanda das mulheres. Eu sou testemunha disso, Senador. Muito obrigada. Eu tenho a certeza de que, a partir dessa sua fala, dessas sugestões que V. Exª apresentou aqui, a gente já tem que começar a se mobilizar junto à Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Assuntos Sociais, para fazer a apresentação dessas propostas.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao nobre Senador Inácio Arruda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – O ideal é que a gente faça isso até quinta-feira. Portanto...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obviamente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Quinta-feira desta semana?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Esta semana.

O SR. WALTER PEREIRA (Bloco/PT – BA) – Deixa eu dizer um negócio aqui. Eu até não tenho anunciado isso, Inácio, porque senão todo mundo vai deixar para fazer a discussão dessa questão no dia 19, na undécima hora. Agora, por conta do próprio feriado e por conta da impossibilidade de a gente votar, nós vamos tentar, hoje à tarde, votar o relatório preliminar do PLOA. Se conseguirmos isso hoje à tarde, o que eu estou avaliando muito difícil, nós vamos abrir prazo para emendamento ao PLOA.

Na realidade, eu só terei condições de avaliar até fazer o devido ajuste das emendas depois de conversar com os setoriais, porque eu preciso que o relator-geral de 2012, até para poder incorporar ao PPA as coisas de 2012, que o relator-geral passe para os setoriais os limites.

Deixe-me fazer uma conta muito entre nós para que possam entender. Vamos pegar aquela história da reestimativa de receita, na qual todo mundo está de olho: R$26 bilhões, e não sei o quê.

Dali, na minha opinião, não projetamos para os 4 anos os 26 bilhões, porque eles, grosso modo... Efetivamente, não estou falando isso aqui já depois do detalhamento. Eu participei ativamente da construção dessa nova reestimativa. Então, provavelmente, vamos encontrar nesses R$26 bilhões algo em torno de R$16 bilhões que devem ser receitas atípicas. Ou seja, o que se processará em 2012, Inácio, mas não necessariamente nós vamos ter o ingresso disso em 13, 14 e 15.

Majoritariamente isso vem de leilão, licitação, que são áreas de operação que não vão ter resultado imediato. Uma usina não entra... Pode até, no processo de renovação, ou de uma nova licitação, entrar um recurso alto, mas a operação dessa usina só se processará em 2015.

Sei lá, vamos pegar o leilão de 4G, que está na moda. A expectativa nossa é que nesse 4G e 450 arrecademos 6 bilhões. Eu não vou ter receita operacional disso antes de 2014. Então eu não posso chegar

aqui agora e dizer: Vamos pegar o valor de referência, vamos tirar desse dinheiro aqui, e tal.

Então, eu preciso do relatório aprovado para eu chegar e projetar isso. Se desses R$26 bilhões, efetivamente, nós vamos ter a possibilidade de dez bilhões a cada ano de receita continuada, eu tenho que alterar o PPA em R$40 bilhões. Ou seja, abre-se uma folga, estou falando a grosso modo, de R$40 bilhões fazendo uma projeção de R$10 bilhões a cada ano e, portanto, há como trabalhar isso.

Então, nós dependemos muito desses relatórios setoriais agora, obviamente, para juntar os outros indicadores, macroeconomia, inflação, dólar, não sei o quê, para poder ir ao encontro disso.

E essa é a possibilidade, Guacira, efetivamente, de reforçar os orçamentos desses três ministérios. Que, diga-se de passagem, são três ministérios que vêm tendo o seu orçamento reduzido, e não são ministérios que encontram no Parlamento o reforço para a ampliação das suas receitas através das emendas aqui na Casa, por um motivo muito óbvio que eu já disse aqui. Então, termina esse apelo não sendo um apelo satisfatório.

Por outro lado, vamos pegar essa questão da violência contra a mulher de novo. O fato de dispensarmos recursos no Brasil para construção, investimento efetivo, não dá liga com custeio. Então, não adianta imaginarmos isso. O que temos que tentar trabalhar com esses ministérios é o seguinte: O que podemos, desses recursos, que são investimentos pontuais, o que podemos... Vamos livrar parte do orçamento do ministério nessa questão de investimento, para esse ministério ter capacidade de absorver a outra banda, que é o custeio.

Aí você pode dizer: Não, mas quando construímos uma delegacia de proteção à mulher, centro de referência, etc., cada Estado banca seu custeio. Legal. Mas aí eu preciso do investimento. Se isso é vero, se essa verba estou tirando daqui, por outro lado, eu também libero para o ministério a possibilidade de trabalhar custeio em programas em nível nacional.

Esse é o reforço que eu acho que podemos trabalhar na linha de entender como vamos reforçando esses três ministérios com política nessas áreas. A junção, por exemplo, de ações de direitos humanos com programas que têm a ver, inclusive, com situações locais. Cultura da paz e uma série de coisas.

Como é que encaixamos isso? Aí eu preciso fazer esse ajuste fino com o relator-geral e com o relator setorial, e particularmente com as comissões, Câmara e Senado, para dar uma ajustada e encaixar isso de maneira mais permanente no Orçamento. Então, acho que dá para fazer isso, agora, é um trabalho que tem que ser feito de forma dedicada e bem apuradinha, para conseguirmos encaixar.

Só pura e simplesmente a emenda não resolve. É importante fazer a combinação desses fatores todos no PPA, no PLOA, e principalmente nos setoriais, para assegurarmos que esse recurso efetivamente possa reforçar os orçamentos como vocês pleiteiam ali, que é fundamental recuperar isso para ter a capacidade, inclusive, de iniciativa e de propositura por parte dos Ministérios.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro. Vou pedir que o senhor se mantenha aí um pouquinho para que a gente possa passar a palavra às companheiras aqui e elas...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Até duas horas estou disponível.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada.

Passo a palavra agora ao querido Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PC DO B – CE) – Srª Presidente, nossas colegas que estão na Mesa, estamos na expectativa porque esse é o período em que esperamos o relator-geral aprovar o seu parecer preliminar. Com isso, ele vai liberar os recursos, os valores mínimos com que nós podemos atuar na relatorias setoriais, principalmente na área de investimentos, quais são os investimentos mais importantes que devemos procurar executar, quais são os programas mais importantes de cada secretaria. Essas secretarias, normalmente, têm tido valores muito pequenos. Esses valores muito pequenos, quando eles os submetem a cortes tão grandes, temos de examinar a razão. Há uma série histórica de que essas secretarias não executam? Elas têm aquele recurso orçado e não o executam? É por essa razão, ou isso está relacionado com a realidade econômica do País, que necessitou de um ajuste tão duro que teve que ir mesmo naqueles valores que, aparentemente, pelo Orçamento são irrelevantes?

Digamos que duas ou três secretarias que estão hoje recebendo recursos muito pequenos, se comparadas com os grandes orçamentos – Cidades, Saúde, Educação, MDS, Agricultura –, você olha e pergunta: "Por que vieram cortar aqui meus valores tão pequenos?" Se foi em função do ajuste, devemos ficar mais preocupados, porque a situação de crise parece que está se aprofundando; não está se arrefecendo, quer dizer, está havendo um aprofundamento da crise econômica mundial que rebate em todo lugar. Então, você vê que a Grécia teve um abatimento de 50% da dívida, e estou quase convicto de que vai acontecer o mesmo que aconteceu com a Argentina, que teve um desconto de 70% e não pagou os 30%. Então, a Grécia também não vai pagar. Não pagando, vai criar um efeito multiplicador. Então, vai puxar os outros países.

A situação não melhorou nos Estados Unidos. Então, é evidente que vamos ter... A situação de 2012 parece, até o presente momento, que é mais grave que a de 2011. Então, todo mundo fica olhando para o Orçamento e perguntando: o que eu faço? Se os cortes tiverem sido em função da crise, estaremos numa

situação mais difícil em 2012. E o que nós temos nós executamos? O Planejamento acompanha isto a cada minuto, a cada hora, a cada dia: nós tivemos a capacidade de executar?

Acho que isso é muito importante. Quando o relator-geral for também receber todos os relatores setoriais, ele vai examinar, porque ele examina um pouco como foi o desempenho de cada um para ver se é factível atender aquelas emendas que foram propostas pelo relator setorial. A mesma coisa fará o PPA. O relator do PPA também vai olhar, porque, como ele tem que atender a todo o universo de questões colocadas no Orçamento e no planejamento mais estratégico, que é o Plano Plurianual, ele vai olhar se temos capacidade de executar as políticas, nesse caso objetivo destinadas às mulheres na nossa Secretaria. Se tivermos tido essa capacidade... É como se você tivesse gastado tudo e ainda precisou de uma complementação pedida ao Planejamento. Então, há uma atividade muito grande, que tem exigido uma resposta maior do Governo.

Acho que essa é uma preocupação que deveríamos examinar com o Planejamento para a nossa emenda não ficar desajustada da realidade, da capacidade efetiva de execução.

Aqui você vê que, como os valores são ainda miúdos, porque você vê que, só nessa rubrica de enfrentamento da violência – a autonomia é do PPA –, são R$266 milhões, no conjunto, com a previsão de 62 para o ano de 2012. É isso mesmo? São esses valores? Vocês estão examinando esses números? Eles batem com essa necessidade?

Aqui inclui, aqui já está desde o debate, as discussões que nós precisamos fazer com as mulheres, seminários, cursos, preparação do Ministério Público, de discussão com o Ministério Público, de defensores públicos, de governos e secretarias estaduais para aplicar a legislação em defesa da mulher, como executar melhor a Lei Maria da Penha e tantas outras conquistas legais que obtivemos e as políticas que se quer desenvolver para as mulheres em situação que, digamos assim, exigem uma atenção especial na área produtiva, seja na área urbana, seja a párea rural. Está tudo aqui. São esses valores aqui. Então temos de examinar com esse cuidado, trabalhar as emendas, trabalhar bem. Por quê? Porque as duas áreas em que podemos fazer emendas – direitos humanos – na Câmara e no Senado e a área de assistência social no nosso caso, na comissão de assistência social, de mulheres, que é um conjunto grande de iniciativa só numa comissão, tem uma disputa muito grande. Então, temos de estar bem focados no que queremos, qual a emenda mais importante para nós, para conquistá-la nas comissões e trazê-la à relatoria setorial para que seja examinada.

Então, é assim: nós vamos estar absolutamente dedicados à discussão dessas emendas, vamos ser acompanhados na Câmara e no Senado pelas nossas colegas parlamentares mulheres que têm tido um trabalho muito afinado, Câmara e Senado. É uma bancada muito poderosa, mas ainda não se refletiu no Orçamento o poder que as mulheres têm dentro do Congresso Nacional, porque o poder tem de se refletir dentro do Congresso Nacional e afinado com o Planejamento. Se não for afinado com o Planejamento, você pode também fazer um desencontro grande. Não basta você ter uma boa emenda aqui; é preciso ter uma boa discussão com o Planejamento e com a própria secretaria, porque para que fazer uma emenda que não vai se executada? A que área vamos dirigir a nossa emenda? Tem que haver uma afinação muito boa entre todos nós para que possamos fazer uma boa emenda, ou podemos concluir que está muito bom o que foi proposto pelo PPA e, estando bom, não tem por que a gente se preocupar com emenda. Mas, se não está, se precisamos de mais recursos e a observação preliminar que todos fazem é a de que nós precisamos, então precisamos estar bem focados, na Câmara e no Senado, para escolher bem o que queremos para que não seja rebatido de nenhuma maneira, nem pela relatoria setorial, nem pela relatoria geral do Orçamento de 2012 nem pelo relator do PPA, que já está aqui comprometido conosco e tem participado conosco de todas essas discussões.

Então, eu queria colocar-me completamente à disposição para recepcionar as emendas que vierem das comissões da Câmara e do Senado, discutir com vocês, discutir com o Planejamento para fazer uma coisa bem construída, porque acho que isso é que é positivo. O Senado tem uma espécie de síndrome porque a Câmara tem 513 Deputados e tem 20 comissões. O Senado só tem 81 Senadores e fica correndo atrás da Câmara parece que quer ter tantas comissões quantas tem a Câmara dos Deputados e não dá para cobri-las com 81 Senadores. Ficamos na loucura. Acabei de sair da Comissão de Assuntos Econômicos, fizemos a votação lá da Defensoria Pública. Precisávamos apoiar lá a emenda do Pimentel, corremos para cá, abandonamos a Comissão de Educação temporariamente com duas relatorias que temos lá. Estamos aqui e vamos ouvi-las porque essa é uma responsabilidade maior nossa no Congresso Nacional, que é tratar do Orçamento.

Então, estamos inteiramente à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senador Inácio Arruda.

Passo a palavra agora à Deputada Luciana Santos, que é membro da Comissão Mista de Orçamento.

A SRª LUCIANA SANTOS (PCdoB – PE) – Bem, gente, muito bom dia a cada uma e a cada um de vocês aqui presentes.

Quero parabenizá-los pela iniciativa desta audiência pública, que foi uma iniciativa conjunta e coletiva de vários autores, mas destaco, sem dúvida nenhuma, o papel das entidades do movimento feminista e das mulheres, de maneira geral.

Quero registrar que para mim sempre foi muito importante, como fonte teórica de informação, essa articulação das mulheres, seja a AMB, seja o Cfemea.

Fui prefeita, durante oito anos, da cidade de Olinda e posso dizer a vocês que lá pudemos dar grandes saltos exatamente porque perseguimos, com muita determinação isso que Guacira aqui destacou bem, que é ter o controle social, garantir que haja essa transparência nos investimentos, no Orçamento e na aplicação desses investimentos.

Para vocês terem uma ideia, em nosso Governo, a metade do secretariado era de mulheres – eu dizia que era o governo rosa choque –, inclusive em áreas que, normalmente, as mulheres não comandam, como Secretaria de Obras, Planejamento Estratégico. Havia a participação feminina, não só a atuação das mulheres, mas também a visão voltada para a política para as mulheres.

Eu quero aqui reafirmar, Senador Inácio Arruda e Senador Walter Pinheiro: eu penso que os pleitos aqui foram sistematizados, e é bom porque já vêm mastigados. Não é simples se debruçar sobre o PPA, olhar o detalhe e verificar onde está contida a política voltada para as mulheres.

Eu acho que todas as questões aqui levantadas são muito relevantes porque garantem que nós tenhamos indicadores e tenhamos transparência. Eu me lembro de que numa das audiências da Comissão Mista de Orçamento contamos com a presença da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e ela apresentou o PPA. Naquela ocasião, eu indaguei dela a situação da redução do Orçamento na Seppir, na Secretaria de Mulheres e na Secretaria de Direitos Humanos.

A Ministra argumentou que essas Secretarias têm um papel mais de ação política, mas que as ações de ponta, as ações de execução se dão nos outros Ministérios.

Eu acho que, se é verdade... É verdade, até porque a política das mulheres tem de ser vista numa visão transversal e, de fato, as ações que concretizam a melhoria da qualidade de vida das mulheres e o enfrentamento das desigualdades vão se dar nas Secretarias de ponta, que executam as ações estratégicas do País, mas, mesmo levando em conta isso, não vejo por que reduzir aquilo que já é muito pequeno. Não há quem me convença que esse impacto seja tão representativo e grave para o Orçamento brasileiro. Na há como me convencer disso porque são orçamentos muito pequenos mesmo a articulação política para que ocorram as ações concretas nos Ministérios fins. Tem, necessariamente, que haver essa articulação política porque o processo de mobilização, de debate de ideias, de planejamento, de projetos, ou seja, não vejo como justificar a redução naquilo que já é muito pequeno. O espaço que isso tem...

Vale ressaltar: na semana passada, eu estava lendo – não me lembro se foi no *Valor Econômico* – um dos jornais que medem e debatem a economia brasileira. Nós estamos diante de um cenário que, em que pese o crescimento nacional, vai ser reduzida sua previsão de crescimento do PIB. Por outro lado, a receita orçamentária vai crescer mais do que o PIB. Isso foi dito pelos indicadores da semana passada: no Brasil, nós vamos ter um crescimento orçamentário maior do que o PIB. Isso foi dito pelos indicadores da semana passada: no Brasil nós vamos ter um crescimento orçamentário maior do que o PIB. Quando diminuímos da receita a despesa do Brasil, nós temos o superávit de R$9 bilhões. Quando você diminui da receita a despesa, que foi um contingenciamento consciente, deliberado, que fez a nossa Presidenta Dilma em função dessa crise internacional e da repercussão disso no Brasil, fruto dessa medida preventiva e correta, nós temos um resultado objetivo agora, que é um resultado de termos R$9 bilhões quando você diminui a receita da despesa. Isso é a vida real como ela está se apresentando, em que pesem a situação internacional e a crise.

Por isso eu acho que os dois, o nosso Senador Walter Pinheiro e, posteriormente o Senador Inácio Arruda, que vai ter a responsabilidade de tratar da questão setorial e pôs os pontos nos is, ou seja, colocar o guizo no pescoço do gato, que é exatamente garantir o Orçamento em termos quantitativos para cada rubrica que estamos aqui debatendo, eu penso e reafirmo a importância de a gente garantir – acho que o Senador Walter Pinheiro deixou isso bem claro – as diretrizes. Nós temos que garantir no PPA os avanços, porque eles não são impactantes como o receio que se tem de que isso impacte na inviabilidade da governabilidade do Brasil. Não vejo isso exatamente pelos dados reais. Nós estamos numa situação de ter uma receita maior do que o crescimento do PIB brasileiro. Nós estamos aí com a gordura, quando reduz receita/despesa, de R$9 bilhões. Por isso que há muitas possibilidades de nós tratarmos de uma questão que diz respeito à democracia brasileira, ao enfrentamento da desigualdade. O combate à miséria sem igualdade de gênero e o tratamento da inclusão da mulher nesse processo não será combate á miséria e nós não teremos igualdade se nós não enfrentarmos os indicadores ainda perversos de qualidade de vida por que passam as mulheres brasileiras.

Por isso, eu penso... Como membro da Comissão Mista de Orçamento, vou estar aqui, vou estar amanhã no Inesc. Nós vamos procurar amanhã, aliás, hoje mesmo, nós vamos ter reunião no Colégio de Líderes, de que também faço parte, para que a gente persista no caminho de dotar as emendas que estão sendo sugeridas pelo movimento porque acho que elas estão à altura do desenvolvimento brasileiro e que não há nenhuma coisa esdrúxula ou solicitação acima da razoabilidade, porque elas correspondem ao momento em que vivemos no Brasil, quando tempos pela primeira vez na história, uma mulher como Presidenta. Acho que é muito importante para a própria Presidenta Dilma que a gente consiga medir como vão se refletir nas

ações e nas políticas públicas os investimentos para melhorar a qualidade de vida das mulheres brasileiras.

Era isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Essa foi a Deputada Luciana Santos.

Vamos, de imediato, seguindo a sequência, passar a palavra à Srª Marga Janete Ströher. Está certo? Saí-me bem? Não muito eu erro a tal pronúncia. (*Pausa*.)

Marga Janete Ströher, da Coordenação LGBT, Secretaria de Direitos Humanos, está com a palavra pelo tempo que for necessário.

A SRª MARGA JANETE STRÖHER – Agradeço o convite.

O tema não é do Orçamento, mas, de alguma forma, entra também; é da Secretaria de Direitos Humanos. Na verdade, sou Coordenadora Geral da Diversidade Religiosa da Secretaria, mas venho representando a Coordenação Geral de Políticas de Direitos LGBT, até porque, nessa temática, a gente trabalha muito bem integrada nessa transversalidade, como é necessário.

Para começar, antes de entrar especificamente nessa temática, eu queria remeter ao art. 5º da Constituição, que fala da liberdade religiosa, da garantia da liberdade religiosa, que significa não apenas o direito de escolha religiosa, como o direito de não ter crença também. E esse é um assunto muito delicado, porque as pessoas que não professam nenhuma religião e se confessam ateias ou agnósticas não são respeitadas, como se religião fosse uma necessidade obrigatória para todo cidadão. E não é assim.

Outra consideração que eu gostaria de fazer desde o início é sobre a questão da laicidade do Estado. Isso é muito importante também para a gente trabalhar no Brasil. É uma questão muito mal resolvida. A gente tem 120 anos de República, 120 anos de laicidade do Estado expressa na Constituição, mas, no cotidiano, isso não é considerado, inclusive no nosso Congresso Nacional, onde se confunde o espaço público de governabilidade com o espaço para onde eu posso trazer a religião como forma de ingerir nas políticas públicas e nos próprios direitos civis. Então, essa questão da laicidade é muito importante de se trabalhar.

A questão dos direitos civis no Brasil sofre uma ingerência constante dessa herança que a gente tem da história da colonização, em que a religião sempre esteve presente nas decisões políticas e econômicas do País. Por exemplo, a questão dos próprios direitos civis. As pessoas LGBT são constantemente questionadas a partir de concepções religiosas e não dos seus direitos como cidadãos.

Outra questão religiosa que se torna problemática diz respeito ao art. 19 da Constituição, do não privilégio ou promoção de religiões em particular. Só que este é um assunto que está constantemente sendo... Eu acho que este é um artigo que é constantemente violado no cotidiano brasileiro.

Eu gostaria de trazer pequenos exemplos rápidos, como o uso de símbolos religiosos em espaços públicos. É um assunto polêmico quando se considera símbolo religioso como elemento cultural. E a gente sabe que não é, embora a religiosidade também seja uma expressão cultural.

A questão da obrigatoriedade de bíblias em bibliotecas públicas, que já é lei no Rio de Janeiro. E está aqui também, no Senado, um projeto de lei, cujo relator é o Senador Marcelo Crivella, que prevê a obrigatoriedade de bíblias em todas as bibliotecas públicas do País. Isso é uma clara violação do art. 19 da Constituição.

A questão do ensino religioso é problemática demais no País, porque é uma violência religiosa, uma intolerância religiosa constante no cotidiano de nossas escolas públicas. E a gente também está sendo bastante omisso em relação a isso, deixando tudo correr por conta das confessionalidades religiosas, diga-se, de passagem, via de regra, da tradição judaico-cristã, sendo que as religiões das chamadas minorias, das comunidades de matriz africana, indígena, cigana, podemos citar wicca, bahá'í, hare krishna, o que a gente quiser citar na lista, não são consideradas. E a questão dos programas religiosos em espaços de mídia, de TV pública. São exemplos de que o art. 19 da Constituição não está sendo respeitado.

Então, a gente precisa trabalhar na questão religiosa o mínimo de governabilidade para todos os cidadãos e cidadãs em equidade.

Na questão da violência religiosa e simbólica, todos os grupos mencionados na audiência pública, sejam idosos, mulheres, pessoas LGBT, negros, indígenas, ciganos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, são grupos que constantemente sofrem algum tipo de violência simbólico-religiosa, porque não são considerados como sujeitos e porque têm direitos garantidos que não são respeitados.

Por exemplo: crianças e adolescentes. Vamos tomar este exemplo. No tocante às crianças e aos adolescentes, o art. 16 do ECA garante a sua escolha religiosa, mas, por coação, seja de pais e mães, seja de responsáveis, seja de professores em escolas, eles não têm esse direito garantido. E, nos espaços de acolhimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade ou em conflito com a lei, também existe muita coação religiosa, porque muitos desses espaços são mantidos ou acompanhados por determinadas comunidades ou instituições religiosas que por si colocam a sua referência de confessionalidade como referência de transcendentalidade, religiosidade para essas crianças e adolescentes.

As religiões de comunidades negras, indígenas e ciganas no Brasil historicamente foram consideradas como religiões não só inferiores, mas também demonizadas. Cotidianamente a gente recebe, na nossa Secretaria de Direitos Humanos, denúncias do Brasil inteiro, sem exceção de nenhum Estado, de violência,

de intolerância religiosa, inclusive de assassinato de pessoas pertencentes a essas comunidades religiosas.

A questão das mulheres é muito interessante sob o ponto de vista da questão religiosa. Eu realizei uma pesquisa num centro de referência com mulheres em situação de violência, no Sul, em São Leopoldo. E há uma migração religiosa constante de mulheres em situação de violência buscando comunidades religiosas que possam dar alguma resposta para aquela situação de violência. E a gente tem uma legitimação religiosa da violência, segundo a qual a mulher tem que ser obediente ao marido, tem que ser submissa ao marido, tem que ser submissa ao pastor ou ao padre. Na própria celebração matrimonial religiosa, diz-se, em muitas denominações religiosas, que a obrigação da mulher daquele momento em diante é ser submissa ao marido, porque essa é a vontade de Deus, essa é a lei divina.

Então, esse é um problema seriíssimo a ser enfrentado também nas políticas públicas para as mulheres em situação de violência, porque muita dessa violência é legitimada por questões religiosas.

Em relação à comunidade LGBT, essa é uma questão seriíssima também a ser enfrentada. Há uma vinculação entre religião e homofobia. Sem exagero, eu poderia dizer que mais de 90%, para ser ainda bem razoável, da homofobia que a gente enfrenta no País é de fundamentação religiosa. Nós temos concepções religiosas muito discriminatórias, preconceituosas em relação a todos esses grupos que eu mencionei, mas particularmente em relação à comunidade LGBT.

A justificativa... E ontem eu estava lendo um texto onde é visto – uma expressão de uma determinada comissão religiosa – que a homossexualidade é uma depravação, é um atentado à vontade divina, e isso tem que ser banido, tem que ser – entre aspas – "curado". As pessoas homossexuais são chamadas para a cura, porque é uma anomalia, é uma doença, é algo que se pode resolver através da conversão, através do redirecionamento dessa pessoa a uma comunidade religiosa. Portanto, é passível de cura.

Parecida com essa está a questão das pessoas com deficiência, que são vistas como não sujeitos. Não são pessoas sexuadas, elas não têm direito à vida sexual, portanto, também não podem se casar, porque elas não serão procriadoras, como os casais homossexuais. O fundamento básico é que elas não são chamadas para a procriação. As pessoas com deficiência também são muito desrespeitadas. A pessoa não é respeitada no seu ser, porque ela é vista como uma anomalia que pode ser curada. Então, muitas comunidades religiosas chamam as pessoas com deficiência para serem curadas. Elas não são aceitas da forma como são, como seres humanos nos seus direitos.

Então, rapidamente, são questões para a gente pensar com muita seriedade no quanto a religião tem ingerido também através das próprias políticas públicas. Quando a gente acha que está tranquilo porque elas estão sendo implementadas, muitas vezes a servidora ou o servidor de ponta que está implementando uma política é altamente preconceituoso e coloca a sua confessionalidade particular à frente de uma política pública, de um direito civil que deve ser garantido.

Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados, prefeitas, prefeitos e vereadores, todos são servidores públicos também, são chamados a um serviço público. Isso já diz tudo. E, quando é um serviço público de fato, não é a minha confessionalidade particular que tem que estar à frente, não é o meu partido político, nem o meu clube de futebol, mas o atendimento à necessidade da população. Em relação à fé, também. Eu posso ter a minha fé, posso não concordar com determinado direito civil na minha confessionalidade particular. Mas, quando estou prestando um serviço público – e eu sou servidora pública também –, eu tenho que colocar o serviço público à frente da minha particularidade de fé.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada à Marga. Ela faz parte do segundo ciclo de palestras, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que aprovou requerimento na Comissão de Direitos Humanos para discutir os direitos sobre liberdade de crença dos idosos, dos negros, dos indígenas, de pessoas com deficiências, de crianças, adolescentes e pessoas LGBT.

Muito obrigada por sua participação.

Passo a palavra agora para a nobre Deputada Janete Pietá, coordenadora da bancada feminina na Câmara.

A SRª JANETE PIETÁ (PT – SP) – Em primeiro lugar, eu quero dizer que é muito importante esta audiência, que tem um significado especial porque houve uma parceria muito grande entre a Senadora Angela Portela, nossa querida Deputada, porque assim a chamo também, que permanece sempre em parceria, e também a Lídice da Mata, na construção desse trabalho, com a presença de ilustres Deputados como Walter Pinheiro e Inácio Arruda, que nos deram algumas diretrizes. E, a partir disso eu vou levantar, algumas questões. Agradeço também a presença do nosso querido Paim.

Paim, é muito importante que você esteja aqui.

E quero dizer para a sociedade civil, principalmente para a articulação das mulheres aqui presentes e também para o Governo, aqui representado pelo Ministério das Mulheres, na pessoa da Tatau, e para a Marga Janete, que este momento representa uma construção, e nós lutamos muito para chegar aqui. E aí eu entro especificamente em algumas questões sobre as quais, a meu ver, nós precisamos fazer pressão, porque a nossa correlação de forças nossas é muito pequena. Se não pressionarmos, certamente não conseguiremos muita coisa.

É claro que nós temos hoje o Brasil governado por uma mulher, Dilma Rousseff, que muito nos honra, mas também, por outro lado, se somos 52% da popu-

lação, nós temos a cara da exclusão. E aí eu gostaria de levantar alguns aspectos, reforçando o que a Guacira apontou.

Primeiro, o Brasil quilombola. Nada foi empenhado do Orçamento do LOAS de 2011. E a miséria no Brasil tem cor: é negra. Se nós formos entrar... Então, é inexplicável, para mim, que haja – essa é uma palavra difícil – contingenciamento, principalmente contingenciamento naqueles setores que mais vivem a situação de miséria. E, dentro da questão negra, eu queria também levantar a questão da juventude. Se a mulher negra, como foi bem colocado aqui, é a que mais sofre, 5,7% de um índice terrível de homicídio, o homicídio para a juventude negra é maior.

Então, eu gostaria de levantar algumas questões... A própria questão da saúde da mulher, e da mulher negra, e, principalmente, da juventude. Então, Senador Walter Pinheiro, foram muito importantes algumas dicas que foram apresentadas por V. Exª para nós. Mas eu gostaria de dizer que nós precisamos de, nesta audiência, tirar algumas diretrizes para trabalhar em conjunto com o Planejamento, porque outra palavra mágica, a meu ver muito perigosa, é a transversalidade, porque ela pode esconder os cortes reais que o Planejamento executa.

Realmente, nós precisamos, em primeiro lugar, solicitar a parceria dos relatores aqui presentes e da nossa querida companheira Luciana, que está na Comissão Mista de Orçamento – inclusive, estive lá e vou tentar agora, nesse período, ter um protagonismo maior –, que, primeiro, haja um compromisso dos Relatores nas rubricas relacionadas com esses três, vou dizer, Ministérios, tanto da Mulher, Direitos Humanos e Seppir, principalmente a Seppir, que houve um corte significativo. Se 315 foram contingenciados para as mulheres, 67 é inadmissível.

Assim, a solicitação é que nós façamos um pacto de criar mecanismos de acesso e também de protagonismo dos setores que são mais excluídos da sociedade, que são as mulheres, as mulheres negras e a juventude negra, e também é um compromisso de que essas questões, mesmo que sejam colocadas nos quatro eixos gerais, tenham uma importância na visão desses Relatores. Por quê? Eu tentei, estou tentando ainda conversar, acho que temos que cobrar do Relator do Orçamento Geral da União, o Deputado Arlindo Chinaglia, ter um compromisso com a manutenção dessas, de uma rubrica significativa desses três Ministérios. Essa é uma das questões que nos levaram à solicitação dessa audiência e também a incompreensão frente à não aplicação de rubricas estabelecidas no Orçamento deste ano com questões tão fundamentais como já citei.

Portanto, fica aqui este apelo e também a solicitação de um compromisso real para que nós possamos entender que, se realmente a crise internacional vai agravar, os setores que sofrerão mais profundamente essa crise internacional, que, a meu ver... Vejam a situação da Grécia. E aí quero dizer que eu tenho acompanhado, na Inglaterra e em outros países, inclusive árabes, a luta da juventude e das mulheres pelo emprego, que é exatamente onde é contingenciado. E quem é atingido são as mulheres na questão do emprego, porque são sempre elas que vivem em grande parte no subemprego. Então, nós gostaríamos de colocar essa tentativa, a meu ver, nas minhas palavras, de buscarmos uma cumplicidade e um acordo no sentido de não tentarmos camuflar, com algumas palavras mágicas, o contingenciamento de algumas questões vitais, como a questão da mulher negra, da juventude, e o Estatuto, que até hoje nós não sentimos, em relação à questão, na Seppir, a "concreticidade" dessa questão.

Então, esse é o nosso empenho. A Bancada Feminina... Eu queria justificar que hoje nós planejamos muito, mas, por questão até da própria discussão das bancadas, está havendo uma série de reuniões. Eu passei e marquei a presença na própria bancada do PT e vim para cá. Mas quero dizer que nós estaremos lutando junto com o movimento para que realmente a gente consiga defender os setores que estarão muito mais desprovidos de condições de defesa, que são exatamente esses setores que colocamos na pauta desta audiência.

Finalizo, agradecendo e dizendo que realmente precisamos estabelecer transparência, e podem contar com a minha iniciativa de que nós estamos buscando uma audiência com o Ministério do Planejamento para podermos solicitar mais esclarecimentos e certo compromisso pelo menos para 2012.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Deputada Janete Pietá, coordenadora da Bancada Feminina na Câmara.

O Senador Paulo Paim pediu a palavra?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Paim, só uma coisa, para eu aproveitar aqui...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – O relator de preferência...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Não só das duas Janetes, porque acho que é importante entendermos como podemos entrar nessa questão e, de maneira mais concreta, superarmos essas questões todas.

E aí vai para aquilo que eu falei da transversalidade, porque é extremamente perigoso no aspecto inclusive do esconderijo e, de outra forma, é a absorção por outras questões que têm, lamentavelmente, apelo e pressão maiores, para esse episódio.

Então, por exemplo, quando a gente pega no programa, se você pegar os programas temáticos, você vai encontrar aí uma série de programas que vão desde o aperfeiçoamento do SUS até as questões específicas de tratamento de violência. Aí você vai dizer: "Todas essas coisas estão inseridas". Não estão. Não estão. Então, é por isso que acho que é fundamental aí incluir, por exemplo, o negócio da moradia.

Vamos pegar um exemplo que move até todo mundo e que, se a gente não tiver cuidado, essas questões não entram. Ele é, sem dúvida nenhuma, talvez um dos maiores programas pautados no PPA, a moradia digna. Nós estamos falando, nos próximos anos, de mais de R$200 bilhões de investimento, que envolvem inclusive outras áreas nisso. Como é que a gente insere, como é que a gente crava, de forma concreta, nessa questão da moradia digna, a questão da pessoa idosa, sexo e a questão, inclusive, de gênero? Para a mulher, como é que se insere isso? Então se deixar exclusivamente na questão da moradia, que tem um apelo enorme – "não, está tranquilo, está atendido, está contemplado" –, não vai estar, porque as outras questões inclusive... Vou dar até um exemplo bem claro. Às vezes até questões corporativas terminam tendo um peso enorme, são tratadas... "Não, porque nós vamos fazer para atender agora a uma camada de servidores públicos municipais e não sei o quê"... Aí você joga nisso. A questão do que significa os sem-tetos. Aí você vai para a discussão dos sem-tetos de forma geral. Mas esses três componentes não entram como elementos inclusive decisivos para o estabelecimento do atendimento como prioridade.

Então, se não fizermos essa alteração, na contabilidade final, isso vai entrar. Vai-se dizer: "Não, mas foi atendido, na transversalidade foi atendido sobejamente bem". Aí depois alguém vai tentar pinçar um aqui, um acolá para justificar o atendimento.

Portanto, no que tange a essa mudança, por exemplo, que vocês têm apontado, é consubstancial alterarmos esses programas, exatamente cravando isso, porque aí dá para, na LOA, a partir dessa determinação programática, dizer: "Agora eu quero materializar, eu quero dizer para quem, quando, onde e em que lugar". Aí eu posso fazer a ação efetivamente nisso. Se eu não abrir isso no programa... Eu citei aqui moradia, mas se pode pegar qualquer outro fator destes aqui: educação, justiça, etc. Se você não cravar isso no programa, eu não tenho como materializar no PLOA cada ano. Aí nós vamos ficar depois de novo só para tentar, na hora de fechar o que executou, mascarar os números para dizer que foram atendidos na transversalidade. E não é verdade!

Então, essa é uma outra forma eficaz, na minha opinião, de a gente assegurar a ampliação do Orçamento para essas áreas com políticas efetivas em cada área dessa. Então, não tem nenhum problema. Eu não estou materializando valores na hora em que eu trato o programa. Mas, se eu não traçar essa diretriz, eu não tenho como disputar valores nas etapas seguintes e, principalmente, na etapa final, que é da ação.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito bem, Senador Walter Pinheiro.

Passo a palavra agora para o nosso querido Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Angela Portela, que preside a reunião, que é Presidente da Subcomissão das Mulheres e tem feito um belíssimo trabalho.

Eu consegui pegar só a fala da Marga, permita-me que eu me dirija diretamente a você, e também da nossa querida Janete. Ninguém tem dúvida quanto ao preconceito tão contundente não somente com a questão LGBT, como também com a questão religiosa. Nós, que trabalhamos no combate ao preconceito de todas as religiões e como negros, sentimos mais o preconceito às religiões de matrizes africanas. Você foi muito feliz em sua exposição. Como disse o nosso relator, Senador Walter Pinheiro, nós temos que construir efetivamente espaço no Orçamento para que possamos executar políticas públicas de combate a todo tipo de preconceito.

A Janete falou da questão quilombola. Ontem, Deputada Janete, nós tivemos aqui uma marcha de mais de três mil quilombolas. E aqui, nesta Comissão, tivemos uma audiência pública. Eles chegaram aqui, nesta sala, em torno de 500, no mínimo. Calcule 500 aqui dentro. Acabou a audiência pública acontecendo com todos em pé e todos falaram. Enfim, fizemos audiência pública. Mas fiquei chocadíssimo com tudo que ouvi aqui ontem sobre a situação dos quilombolas do Brasil.

Eles falam que não chega o Minha Casa, Minha Vida, não chega o Luz para Todos, não chega Água para Todos, não chega Bolsa Família; a titularidade da terra, então, nem se fala das dificuldades que são criadas, existe o decreto, enfim, e alguns entraram no Supremo. A forma como a Marinha trata eles nas terras ditas da Marinha, como aqui foi dito, eu fiquei de cara no chão; de cara no chão: de pisar no pescoço, botar arma e não deixar pescar, de não deixar ir e vir. Enfim, eu fiquei, de fato, muito, muito preocupado com a situação dos quilombolas.

Por isso, quero reforçar, Janete, que nós temos que achar uma forma de garantir verbas efetivamente e que não sejam de uma hora para outra trancadas, travadas; por um motivo ou outro, não destinadas.

Aqui, nesta Comissão de Direitos Humanos, não tenho dúvida de que vamos dar prioridade para as mulheres, toda a sua amplitude e também para, via Seppir, enfim, para o Brasil Quilombola, na votação que teremos esta semana no que compete às verbas que esta Comissão pode arbitrar da sua forma. Mas claro que depois vai depender da Comissão de Orçamento, do Walter, do Arlindo, de outros.

Mas eu quero destacar a questão quilombola e também das crianças e jovens negros. Eles deram depoimento aqui ontem; desde estupro, enfim, todo tipo de violência que a gente podia descrever eu ouvi aqui ontem nesta sala. Foi de fato muito, muito preocupante.

Temos que fazer um apelo, porque, de fato, não adianta só deslocar verbas e, depois, não cumprir, nada

acontecer. Eles saíram daqui, digamos, com esperança de que alguma coisa venha a acontecer...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. *Fora do microfone*.) – ... pedindo R$223 milhões até 2030. É preciso saber quanto disso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois é. E bom que a Marinha saiba que estamos também olhando isso, porque o que fizeram com o povo... As pessoas contavam chorando! Foi uma covardia, eu não queria acreditar. Eu dizia: "Não, mas a nossa Marinha fez isso? "Sim, Senador, a Marinha nossa, aqui do Brasil".

Enfim, o que eu ouvi ontem aqui me deixa muito indignado, mas muito mais compromissado, eu diria, com a luta dos quilombolas. Pode ter certeza absoluta de que tudo o que pudermos fazer nesta Comissão nós o faremos. Temos certeza de que os relatores nos ajudarão. É só um depoimento, porque eu vivi esse momento ontem, eu estou sob o impacto ainda do que ouvi aqui nesta sala.

Muito obrigada, Presidente.

A SRª PRESIDENTE(Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Obrigada, Senador Paim. Eu tive realmente a oportunidade de participar pela televisão, foi realmente uma audiência pública muito emotiva, com a participação dos quilombolas, que lutam pelos seus direitos, pelo direito à terra. O Senador Paulo Paim realmente acolhe a todos aqui na Comissão de Direitos Humanos e tem levado as demandas, as necessidades dessas populações e procurado ajudar a resolver os problemas.

Eu acho que, nesta Subcomissão da Mulher, nós também temos que ser mais práticos. É buscando a objetividade nessas audiências públicas que nós vamos abrir a fala agora para a Tatau, para a Guacira, para a Marga e para outras que quiserem se manifestar aqui, para que nós possamos ter um debate mais direito com os relatores do Orçamento, que estão aqui à nossa disposição.

Então, passo a palavra para a Guacira.

A SRª GUACIRA CESAR DE OLIVEIRA – Obrigada, Senadora.

Antes de qualquer coisa, eu queria discutir esta questão da execução orçamentária da Secretaria de Políticas para as Mulheres, porque a gente tem que ter uma preocupação muito grande em não criar uma arapuca que, de verdade, não existe.

Quer dizer, as mulheres brasileiras estão sendo assassinadas e precisam de uma política de segurança pública e de enfrentamento da violência. As mulheres brasileiras estão morrendo quando querem parir, quando abortam, quando estão grávidas, a mortalidade materna não cede, que foi o começo da minha fala. As mulheres brasileiras estão vivendo uma série de problemas, demandam direitos que as políticas públicas têm que responder.

E a resposta para isso não podem ser: "Bom, mas, se não dá para executar, se não há capacidade de execução, então, não vou botar mais recursos". A resposta tem que ser: "Nós vamos criar capacidade de execução". Certo? O argumento de que não há capacidade de execução orçamentária, de que não se está executando suficientemente o orçamento deste ano, de que não se executou o do ano passado ou o do ano retrasado, eu, que sou uma mulher do movimento de mulheres, que sou uma cidadã, quero uma resposta do Poder Público, de política pública e de orçamento para financiar essa política pública que responda ao meu direito.

Então, aqui a nossa exigência também é essa. A gente quer um orçamento para a Secretaria de Política para as Mulheres que dê condição à Secretaria de desenvolver a coordenação de uma política para enfrentar a desigualdade. Porque hoje, neste País, a gente tem muita política para criar desigualdade também. A gente tem política contra as mulheres ainda, a gente tem muita política que é contra a autonomia econômica das mulheres. A gente sabe que o racismo institucional existe! A gente sabe que a discriminação institucional existe! E esse combate não é fácil, ele exige recursos. E uma parte dele tem a ver com uma estrutura governamental que é tão pequena que não consegue responder ao desafio que está colocado para ela.

Então, uma parte do problema é o tamanho da estrutura que se tem para lidar com um problema desse tamanho! A forma de transferência de recursos é supercomplicada para tudo que a Secretária de Política para as Mulheres tem que fazer, como para outros lugares também. É muito mais fácil transferir recursos para pagar a dívida externa do que transferir recursos para o Centro de Referência da Mulher em Salvador. Então, a gente quer a solução para isso. Dinheiro público tem que estar para construir a cidadania e construir a cidadania das mulheres. (*Palmas*.)

Nós, do Movimento de Mulheres, vamos fazer a nossa parte – senadores, deputados, deputadas, companheiros que estão aqui. Nós vamos fazer a nossa parte, nós estamos fazendo a nossa parte. Nós queremos mais participação social no ciclo orçamentário, nós estamos nos mobilizando, nós estamos nos organizando, nós vamos fazer as nossas exigências, vamos buscar todos os canais para conseguir isso.

A gente quer que o Legislativo faça a sua parte. Garantir que haja mais recurso para as mulheres poderem ter as políticas que vão garantir os seus direitos. E nós queremos que o Executivo... E que fiscalize o Executivo. Parte do trabalho do Legislativo é fiscalizar o Executivo. A gente quer que essa fiscalização aconteça. Se o Executivo não está cumprindo com o que deve, com o que é sua responsabilidade para promover a igualdade, vamos em cima! A gente espera que o Legislativo vá em cima exigir que faça isso, que corrija o problema. É parte do Poder Público construir saídas para dar respostas a quem? À cidadania, respostas aos direitos da gente. Então, a gente tem essa expectativa.

De maneira que eu gostaria muito que esse argumento da execução orçamentária não fosse um

impeditivo para uma ampliação ousada, corajosa, do tamanho do desafio que é a desigualdade vivida pelas mulheres, especialmente pelas mulheres sujeitas a múltiplas formas de discriminação – como é o caso das mulheres negras, como é o caso das lésbicas, como é o caso, enfim, como a gente poderia fazer aqui, "n" situações em que as mulheres estão vivendo sob múltiplas formas de discriminação. Então, essa é a primeira coisa.

A segunda coisa é que a nossa demanda em relação ao orçamento público tem a ver também com uma democratização do espaço de decisão sobre o orçamento. Então, nós mulheres somos poucas aqui no Congresso Nacional, somos poucas nos lugares de poder, somos muitas na participação social, somos muitas nos movimentos sociais, e nós queremos que esses lugares tenham mais poder de decisão sobre a questão do orçamento. Então, nós queremos que a Lei do PPA, de fato, crie instrumentos para que essa participação social possa se fortalecer, possa se expressar, possa ser mais poderosa, porque não é possível... A gente passou oito anos sem conseguir descobrir onde é que o Ministério da Justiça – só para dar um exemplo, não há nada contra o Ministério da Justiça em particular – estava colocando e como estava executando o dinheiro para o enfrentamento da violência contra a mulher; como é que a política de segurança pública estava enfrentando a violência contra a mulher. A gente não consegue essa resposta, a gente não consegue agir na hora; então, a gente quer agora que haja instrumentos de transparência, instrumentos para o monitoramento e espaço efetivo de participação no social no ciclo orçamentário. E aí essa é uma emenda que a gente está colocando, e gostaríamos de contar com o apoio de vocês para essa emenda que é uma das nossas prioridades.

Por fim, eu queria colocar, dialogando com que os Srs. e a Srªs Parlamentares colocaram, que nós analisamos e discutimos e estudamos toda essa peça orçamentária. Nós estamos propondo emendas para o programa de aperfeiçoamento do SUS porque não basta o programa de políticas para as mulheres, autonomia e pelo fim da violência. A gente não vai conseguir enfrentar a questão da saúde integral da mulher se não houver mudanças efetivas no programa de aperfeiçoamento do SUS. As emendas que estamos apresentando têm a ver com o aperfeiçoamento do SUS, que é o Programa 2015; tem a ver com o Programa 2006, de políticas de enfrentamento da violência contra a mulher; tem a ver com o programa de cidadania e justiça; tem a ver com o programa de educação básica; com o programa de agricultura familiar; de trabalho, emprego e renda; com o Bolsa Família; com o programa de Turismo; com o programa de segurança alimentar; com o programa de desenvolvimento regional, territorial sustentável e economia solidária; com o Sistema Único de Assistência Social.

Enfim, tem a ver com todos esses programas, e, na lei orçamentária, para nós, como nós temos que fazer escolhas, para nós o estratégico é fortalecer os espaços de coordenação dessa política e de criação, de implementação, de sustentação de uma política que seja contra a desigualdade. A gente não tem isso. A desigualdade permanece no Brasil, e aumenta a violência, permanece e aumenta, porque existe muita desigualdade dentro da própria política pública, a política pública está promovendo isso.

Assim, nós achamos que é necessário o fortalecimento desses órgãos e que eles tenham iniciativas fortalecidas de referência para todos os demais órgãos dentro do governo. Isso é absolutamente crucial. Não existe argumento, com o tamanho da desigualdade e o agravamento dela em vários aspectos no que diz respeito às mulheres, para se reduzirem os recursos nessas áreas. E a gente está fazendo um esforço nesse sentido.

Então, eu queria esclarecer... Acho que o que os Srs. Relatores colocaram vem muito ao encontro do que nós estamos demandando. Peço que tenhamos a possibilidade de discutir amiúde, talvez com a assessoria de vocês, as propostas que nós estamos construindo, porque eu acho que os objetivos que os senhores colocaram coincidem com os objetivos que nós colocamos. E nós construímos propostas nesse sentido a partir de muito debate político entre nós e de muito estudo.

O Cfemea se debruçou sobre a peça orçamentária, estudou a articulação de mulheres brasileiras e reuniu 80 mulheres aqui em Brasília durante três dias, de todos os Estados brasileiros, discutindo propostas efetivas para o ciclo orçamentário. E a gente acha que encontrou e construiu soluções, proposições para o diálogo que nós gostaríamos que fossem consideradas na busca das soluções.

Eu acredito que tanto o Senador Inácio Arruda quanto o Senador Walter Pinheiro colocaram as mesmas preocupações que nós estamos colocando. Nós encontramos algumas saídas para elas, e estamos fazendo todo o trabalho com a bancada feminina de articulação das emendas prioritárias nas comissões. Todas essas emendas já estão dentro do sistema de apresentação de emendas; há vários parlamentares, várias mulheres e homens parlamentares envolvidos com isso, e a gente precisa definitivamente do apoio de muitos homens, como sempre precisamos, porque as mulheres aqui são minoria. E a gente vai ter esse apoio, a gente tem certeza de que vai ter esse apoio no âmbito das emendas individuais, além das emendas prioritárias. E aí precisamos de contar com o acolhimento dos senhores relatores. Acho que é isso.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Passo a palavra agora á Tatau.

A SRª TATAU GODINHO – Eu queria cumprimentar os dois relatores aqui presentes, consideran-

do que a Deputada Luciana e a Janete já estavam no momento da minha fala, e argumentar que eu gostaria de chamar a atenção para uma análise dos números do orçamento feita, também, por uma ótica diferente.

A primeira é: se nós compararmos o que foi o projeto de lei orçamentária de 2011 com o projeto de lei orçamentária de 2012, o orçamento para a Secretaria de Política para as Mulheres, embora pequeno, teve uma ampliação de 35,9%. A redução existente é na lei orçamentária aprovada e o projeto de lei apresentado agora.

Eu quero dizer isso, a redução que foi apresentada, de 31%, para dizer: é muito importante que o Congresso recomponha uma parte desse orçamento, como fez no ano passado. É nesse sentido que eu chamo a atenção, também, para o debate da execução orçamentária.

No debate da execução orçamentária, nós não podemos comparar um orçamento previsto com a execução. Nós temos de comparar o orçamento autorizado com a execução, e o orçamento autorizado da Secretaria de Política para as Mulheres no ano passado foi de R$76.681.172,00, em 2010, e a execução foi de R$76.535.242,00.

Isso significa uma execução de 99%, e uma execução em relação ao orçamento total, independentemente da autorização de 85,31%.

O ano de 2011 não terminou, todos os Srs. Parlamentares, aqui, sabem exatamente que houve um contingenciamento muito grande no início do ano, que quase metade do orçamento da SPM é de emendas parlamentares que não foram totalmente autorizadas.

Então, agora, argumentar que a SPM não executou o que não foi liberado para não liberar mais não é um argumento aceitável do ponto de vista do Governo, e eu, aqui, estou falando em nome da Secretaria de Política para as Mulheres, representando a Ministra Iriny Lopes nesta audiência, em nome das emendas parlamentares que foram aprovadas no ano passado e em nome da lógica matemática, porque, em qualquer lógica, não é possível cobrar um tipo de atuação.

Por mais que a gente reconheça, há um atraso na execução orçamentária, assim como há em outros órgãos do Governo. Infelizmente, esse é um problema difícil num primeiro ano de governo, que começa com um contingenciamento grande, que está passando, neste momento, por mais um processo de adiamento da execução pela exigência de fiscalização dos convênios com ONGs. E é correto fazer a fiscalização, não é um problema, do ponto de vista político, mas é uma dificuldade em termos de prazo da execução orçamentária, porque isso significa que uma parte grande da execução dos convênios da Secretaria de Políticas para as Mulheres está, neste momento, passando pela fiscalização que todo o Governo está fazendo e termina o prazo disso no dia 28 de novembro.

Eu estou levantando esses aspectos para insistir, mais uma vez, em dizer que os argumentos e as proposições levantadas pelo Senador Walter Pinheiro acho que têm uma pertinência bastante grande do ponto de vista da explicitação necessária, embora a apresentação feita pela Guacira tenha mostrado que essa explicitação é maior do que no PPA anterior, do que são diretamente políticas específicas para as mulheres, e não apenas na SPM. No Ministério do Desenvolvimento Agrário, também não só a primeira rubrica, mas como as rubricas apresentadas não estão organizadas por Ministérios, elas não mostram totalmente... Isto não é uma crítica, estou simplesmente chamando a atenção para o fato de que alguns Ministérios têm demonstrado que quando há uma estrutura institucional interna que organiza as políticas para as mulheres, a presença do Orçamento no PPA e na execução é muito maior. Isso vale também par a Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Então, o orçamento, desde 2003, apresenta um pequeno crescimento na proposição do Governo, mas nós também reconhecemos que ele é pequeno. É extremamente pequeno, e o nosso desafio é construir uma lógica de orçamento que passe a ter efetivamente um orçamento compartilhado, porque o orçamento compartilhado é o que vai permitir que as políticas para as mulheres, como sempre nos preocupamos, não fiquem ao sabor das definições de prioridade ao longo do ano no processo de execução.

Falo com bastante tranquilidade aqui porque, atualmente, na SPM, sou responsável pela gestão da transversalidade, mas acho também que o debate da transversalidade tem sempre um risco grande de esconder a definição específica das políticas, do mesmo jeito que durante muitos anos o gênero escondeu mulheres. Para muita gente, falar em gênero era um jeito de não precisar explicitar qual era o sujeito das políticas especificamente, o que é inclusive uma incompreensão teórica do que é o conceito de gênero e do significado dele na elaboração das políticas públicas.

Então, eu insisto que o Congresso tem sido, com o apoio do Movimento de Mulheres, um parceiro importante na ampliação orçamentária da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Esperamos que essa parceria se repita, que ela também não esteja apenas dentro de proposições específicas.

Como às vezes é preciso agrupar, existe uma rubrica dentro do orçamento de ação, dentro da Secretaria de Políticas para as Mulheres, cuja possibilidade de amplitude temos procurado dar, inclusive por causa das emendas de comissão, porque elas podem ter um volume maior, mas sem especificação tão pequena em termos de exposição. Por isso, temos inclusive discutido a importância da ação, que se chama Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, porque eles permitem que essa definição seja feita a partir desses eixos; da mesma forma que a sugestão do Senador Walter Pinheiro de especificação do objeto direto das demais políticas que aparecem nos ministérios específicos é

muito importante, porque isso permite claramente uma cobrança da sociedade civil, uma precisão da sociedade civil na execução e no resultado.

Claro, quando consideramos o papel de uma secretaria que tem esse caráter de dialogar com as diversas áreas de Governo e fazer políticas compartilhadas, estamos sempre numa posição incômoda.

Recentemente, o secretário de um ministério específico, num debate sobre as políticas, brincando comigo de uma maneira bastante companheira, disse que a Secretaria de Políticas para as Mulheres cumpre com seu papel de consciência crítica. E eu respondi que gostaríamos de ser mais do que uma consciência crítica. Nós queremos ser parceiras na execução das políticas. Para isso, a visão que temos debatido junto com o Ministério do Planejamento de uma maneira bastante companheira é exatamente no sentido de que o debate da transversalidade tem que dar à Secretaria de Políticas para as Mulheres – e aqui estou falando especificamente dela, mas também dos outros ministérios que cumprem o mesmo papel – a capacidade de realizar essa parceria. E a parceria não pode ser apenas na base da consciência crítica. Ela tem que se viabilizar, inclusive com propostas concretas de "vamos executar conjuntamente tal ação". Algumas não são desse caráter, mas outras são.

Políticas de capacitação do funcionalismo público, dos servidores na área de igualdades e direitos têm uma característica diferente, se pudermos participar de forma bem atuante nessa proposição e nessa execução. Em alguns locais onde temos conseguido aplicar essa transversalidade no atendimento a políticas para as mulheres, se a presença não é permanente, o conteúdo se perde. Então, você ganha num primeiro ano, em termos de ampliação, por exemplo, no atendimento à violência contra as mulheres, nas áreas da assistência social. Isso foi um ganho importante, mas se isso não é acompanhado de um compartilhamento na execução, ao longo dos anos isso se perde. Essa é a razão de ser da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Se não houvesse discriminação, desigualdade e a relação de uma sociedade patriarcal, não precisaríamos dessa Secretaria.

Portanto, sabemos que é resistência permanente em termos de convencer Parlamentares, convencer setores de aplicação das políticas do Executivo, do Legislativo, do Judiciário da importância de se ter efetivamente tais políticas. Nesse sentido, o Congresso tem muito a contribuir tanto no debate do PPA quanto especificamente da Lei Orçamentária, que é dar esse apoio específico, porque a aplicabilidade das políticas depende também da sua legitimidade na sociedade.

Temos uma situação extremamente positiva na sociedade brasileira hoje com a presença da Presidenta Dilma no Governo. Portanto, uma mulher no Governo estimula a sociedade a pensar na igualdade, a pensar no que significa uma sociedade com igualdade entre mulheres e homens. O exemplo da eleição de 2010 nos mostrou que isso não é automático. Se fosse automático, nós não tínhamos menos de 10% de mulheres no Parlamento: uma mulher Presidenta, e 8,7% de mulheres no Parlamento. A mesma coisa vale para a aplicação das políticas em todos os níveis.

Então, consideramos que é extremamente importante essa parceria e esse apoio tanto da bancada feminina no Congresso quanto das Senadoras que têm também trabalhado nesse debate, buscando fazer com que isso seja mais presente. E esperamos que os relatores acolham as demandas da sociedade civil nesse debate de ampliar e garantir maior institucionalização dessas políticas. Isso é um desafio que o Governo reconhece.

Então, não se trata aqui de fazer um questionamento indevido, mas trata-se efetivamente de reconhecer que na construção da igualdade entre mulheres e homens ainda há muito a ser feito no Brasil.

O discurso da Presidenta Dilma na ONU reafirmou isso. É o século das mulheres, nós avançamos muito, mas ainda devemos muito às mulheres brasileiras. E nesse sentido todos nós, todas nós temos obrigação de pagar essa dívida.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito bem, Tatau, bela fala.

Eu passo a palavra agora, por cinco minutos, para a Marga, e, depois, os relatores que quiserem fazer o encerramento...

A SRª MARGA JANETE STRÖHER – Não é justo só cinco minutos, mas, enfim,...

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – É porque o tempo já está bem avançado.

A SRª MARGA JANETE STRÖHER – Queria dizer que eu gostaria de endossar as palavras de Guacira e Tatau no que se referiram à questão do Orçamento, da inclusão das mulheres. E acrescentar só alguns tópicos, a partir da minha temática, também. Desde 93 temos um *slogan*: Sem as mulheres os direitos não são humanos; sem as pessoas com deficiência, os direitos não são humanos; sem as pessoas negras, indígenas, ciganas, enfim, migrantes, os direitos não são humanos; sem as pessoas idosas, os direitos não são humanos; sem as crianças e adolescentes, os direitos não são humanos.

E se o Estado exclui, não inclui esses grupos e outros em suas políticas públicas de forma efetiva, ele está violando os direitos humanos. E aí quero endossar também a questão do Orçamento e da própria Secretaria de Direitos Humanos, que sofreu corte.

Em relação à questão da religiosidade, eu queria colocar aquilo que já coloquei antes. Precisamos garantir, sim, em Orçamento a ser executado, mas que essa execução seja garantida com qualidade. Não basta executar o Orçamento, tem que haver qualidade.

Eu não posso mais admitir que duas enfermeiras deixem uma mulher por quase doze horas com dor, porque está em situação de abortamento, porque

a sua religião diz: Tem que sofrer. Quem aborta tem que sofrer. Quem mandou fazer isso? Eu não posso admitir isso num hospital público, porque elas são servidoras públicas.

Eu não posso admitir que uma professora, em sala de aula, chame um aluno de matriz africana de demônio e o expulse da sala de aula. Eu não posso admitir que uma professora seja impedida de trabalhar História da África e do Brasil no sentido da história africana e de afro-descendentes, porque as mães e pais de alunos não querem isso efetivado. Eu não posso concordar que pessoas com deficiência sejam excluídas, que não haja acessibilidade, e que sejam levadas constantemente para sessões de cura em religiões. Eu não posso admitir que pessoas que sejam lésbicas, *gays*, transexuais, travestis sejam discriminadas por convicções religiosas em particular.

A violência contra lésbicas é uma violência dissimulada. Precisamos qualificar e quantificar também a violência contra mulheres, porque a violência contra lésbicas é dissimulada também.

Eu tenho que me perguntar quantas empresas, no Brasil, dão emprego a travestis. E o que as travestis vão fazer? Travestis também comem, moram, envelhecem, têm necessidades básicas. O quanto as políticas sociais estão atingindo essa camada da população. O Minha Casa Minha Vida. Para quem chega às comunidades tradicionais, basicamente comunidades negras, indígenas e ciganas, no Brasil, que são atendidas pela Seppir, em sua maioria são lideranças femininas que estão lá, que estão segurando as pontas. De que maneira essas políticas chegam a essas mulheres, que são não só lideranças religiosas, mas são lideranças de referência nessas comunidades. Então, precisamos considerar essas questões não só na transversalidade, mas de maneira específica, nomeada.

A Secretaria de Direitos Humanos criou, neste ano, recentemente – foi em junho que isso se efetivou –, a Coordenação da Diversidade Religiosa. E o que temos de enfrentar? Temos de garantir o direito à liberdade religiosa, como previsto na Constituição. É preciso aceitar a colaboração das religiões, mas também é preciso haver critérios nessa colaboração. Não é de qualquer jeito, não é de qualquer forma que se pode aceitar qualquer colaboração religiosa. É preciso haver critérios.

A outra questão diz respeito ao enfrentamento da intolerância religiosa, que é muito forte não só entre religiões em si, mas também em exemplos como os que citei. As políticas públicas que a gente acha que estão sendo efetivadas lá na ponta estão sendo executadas de forma muito torta em situações diversas, e poderíamos nomear uma lista enorme. Então, é preciso executar essas políticas com qualidade e com critérios.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Marga.

Passo a palavra, agora, ao nosso colega Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Agora, temos de trabalhar, não é?

A SRª MARGA JANETE STRÖHER – Peço-lhe só um minutinho.

Devo dizer que essa qualidade nas políticas públicas depende de qualificação e que, para haver qualificação, é preciso orçamento.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, agora, em vez de falar mais sobre isso, prefiro passar para outro ponto. Por isso, era importante a gente ouvir. Agora, temos de marcar os encaminhamentos, para materializarmos isso.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Certamente. Penso que esta audiência pública cumpriu seu papel. As apresentações feitas aqui foram de fundamental importância, pois representam os interesses das mulheres brasileiras. Esses diálogos com os Relatores, com o Senador Inácio Arruda e com o Senador Walter Pinheiro, foram muito proveitosos. Espero que, agora, com a elaboração desse trabalho, para a apresentação das propostas nas Comissões, avancemos efetivamente nessa nossa intenção, na nossa luta de assegurar mais recursos no Orçamento para garantir saúde para a mulher brasileira, para combater a desigualdade de gênero e a desigualdade racial, para combater a violência doméstica e familiar.

No nosso País, Senador Walter Pinheiro, a cada quinze segundos, uma mulher é agredida. No *ranking* mundial, entre 135 países, ficamos no 111º lugar. Então, é necessário realizarmos esse trabalho sério de assegurar recursos e a execução desses recursos no Orçamento.

Eu gostaria de finalizar, agradecendo a presença à Deputada Federal Janete Rocha Pietá, Coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Senadora Angela, deixe-me só dizer uma coisa importante, antes de V. Exª encerrar a nossa reunião: não basta só uma mobilização específica, porque aí vamos perdendo a proeza que a transversalidade nos dá. Do contrário, vamos sair daqui e só vamos fazer pressão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Por exemplo, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, vamos apresentar emenda referente à moradia digna.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Não! É para a Secretaria de Política para as Mulheres e para todos os Ministérios afins.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, temos de chegar à Comissão de Infraestrutura e fazer a modificação exatamente do programa, para que a execução da moradia digna cubra todas essas áreas a que nos referimos aqui. E é necessário fazer essa mesma intervenção na Comissão de Ciência e Tecnologia. "Como está aqui na transversalidade?" "Políticas para mulheres e para negros na Comissão de Ciência e Tecnologia." "Sim, como é que se materializa isso, só deixando que cada Ministério faça a aplicação

no campo prático ou orientando a partir do programa como isso deve ser feito?"

Então, uma das principais ações que devem ser desenvolvidas, na minha opinião, é essa, inclusive tentando interferir, Janete, na elaboração das emendas dessas Comissões. A única forma que vejo de se tirar proveito da transversalidade é essa. Do contrário, vamos ficar só na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa reclamando da transversalidade, porque ela vai sugar, porque ela vai esconder... Então, vamos surfar na transversalidade e, nela, colocar a nossa marca.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Senador Walter Pinheiro, quero agradecer a presença de V. Exª aqui entre nós. Muito obrigada. Sei que vai ser um grande parceiro nesta nossa luta.

Quero agradecer a presença da Tatau Godinho, Secretária de Planejamento da Secretaria de Política para as Mulheres, representando aqui a nossa Ministra Iriny Lopes.

Agradeço a presença da Guacira, coordenadora da Articulação de Mulheres Brasileiras, que também fez uma excelente explanação para todos nós aqui.

Agradeço a presença da Marga Janete, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Quero, enfim, agradecer a presença de todas as representantes da sociedade civil organizada, do movimento de mulheres, dos parlamentares que passaram aqui conosco para demonstrar o seu apoio para incluirmos, no Orçamento da União, mais recursos para a implementação de políticas públicas para as mulheres.

Eu gostaria de informar aqui a todos que, amanhã, vai estar na pauta da CCJ, Senador Walter Pinheiro, uma PEC de minha autoria, a PEC 13, que trata da aposentadoria para as donas de casa. Então, peço o empenho dos Senadores que compõem a CCJ para que nós possamos aprovar a aposentadoria das donas de casa de baixa renda em nosso País.

Muito obrigada.

Está encerrada esta audiência pública. *(Palmas.)*

(Iniciada às 10 horas e 45 minutos, a reunião encerra-se às 13 horas e 31 minutos.)

ATA DA 86ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, SALA 02, DA ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e onze, na sala 02, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Ângela Portela, Lídice da Mata, Mozarildo Cavalcanti, Marinor Brito** e os não membros Senadores, Cassildo Maldaner, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda**.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 148, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 07/11/11, "para debater o julgamento da 'Lei da Ficha Limpa' no Supremo Tribunal Federal. Convidados: Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Marcelo Lavenere, Advogado, Membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz –, representa a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, e substitui o Presidente Dom Raymundo Damasceno Assis; Jovita José Rosa, Representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE; e Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Pedro Simon, Marinor Brito, Mozarido Cavalcanti, Cassildo Maldaner, Eduardo Suplicy e Inácio Arruda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às dezesseis horas e seis minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 86ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Audiência pública, nos termos do Requerimento nº 148, de 2011, CDH, de autoria do Senador Pedro Simon e deste Senador, aprovada em 07/11/2011, a fim de debater o julgamento da Lei da Ficha Limpa no Supremo Tribunal Federal.

Eu só vou citar os convidados para este debate: Ophir Cavalcante, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; Marcelo Lavenère, advogado, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, que representa a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Jovita José Rosa, Representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE); e Maurício Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

O Senador Jarbas já está conosco, e o Senador Simon, a quem peço que coloque uma cadeira à mesa. O Senador vai coordenar os trabalhos, porque, primeiro, ele é o autor do requerimento.

Vamos dividir a coordenação dos trabalhos, porque, a partir do momento em que eu ou ele tiver que ir ao plenário, o outro vai coordenando os trabalhos daqui.

O Senador Jarbas já está conosco, e nossos convidados já estão à mesa.

Senador Simon, se V. Exª me permitir, V. Exª é o autor do requerimento desta audiência pública; V. Exª coordena o grupo de trabalho de combate à corrupção e à impunidade. Passo de imediato a coordenação a V. Exª. Naturalmente, vou ficar aqui, sendo seu auxiliar.

Passo a coordenação desta audiência ao Senador Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Cá entre nós, foi uma boa piada! "Eu fico aqui sendo seu auxiliar!" Esse Paim vai longe!

Prezado Presidente, companheiro Ophir, quero felicitar o trabalho que o Ophir vem fazendo, sob a Presidência de V. Exª, e de modo muito especial. Inclusive, a decisão de amanhã tem o auspício da OAB.

Meu amigo Marcelo Lavenère, eu o conheci como um grande jurista.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Presidente da OAB, mas agora ele está aqui, representando o Papa em qualidade. Quando olhei, pensei que ele tinha vindo contigo, mas, quando o vi representando a CNBB, eu me curvei.

Companheira Jovita, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral.

Não veio o Presidente da ABI, porque está fazendo um *check-up* grave, em São Paulo, mas ele, solidário, até chegou a dizer: "Quem sabe eu suspendo". Eu disse: "Não, por amor de Deus!" Mas a ABI faz questão de dizer que está aqui representada.

Esta reunião é muito singela. Quero felicitar a Presidente da República pela escolha do nome para o Ministro do Supremo. Uma mulher gaúcha. A vaga era de uma gaúcha. Havia quatro candidatas gaúchas e uma paulista. Todo mundo achava que ia ganhar a paulista. Eu até interferi e disse: "Mas São Paulo já tem quatro, cinco. O Rio Grande vai ficar sem nenhum?"

Foi uma grande escolha e fico muito feliz. Eu perguntaria ao Presidente da OAB: há alguma chance – deve ter saído no *Diário Oficial* de hoje – de eles não votarem amanhã, para esperar a ida dela?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Difícil.

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Mas nós aprovamos correndo. O outro, nós aprovamos correndo. O último, votamos de manhã, na Comissão, e, à tarde, no plenário.

Não sei, acho que, se soubermos como é o voto do Relator, se for a nosso favor, não há problema! Se soubermos qual é o voto do Relator, tudo bem. Agora, se não soubermos...

Então, esta nossa reunião tem o objetivo de deixar claro, para que a imprensa publique. As notas que saíram da ABI, da CNBB, da OAB e MCCE e do Congresso Nacional são de grande expectativa com a reunião de amanhã.

Eu cheguei atrasado porque fui o primeiro orador, para iniciar os debates de hoje em cima dessa tese, e a nossa grande expectativa é nesse sentido.

Então, agradeço a presença dos companheiros que estão aqui.

Digamos que esta reunião é quase simbólica, porque há unanimidade aqui. É uma reunião para mostrar ao Supremo, que se reúne amanhã, a nossa esperança na decisão deles.

Hoje, estive conversando com o Líder do Governo e com pessoas ligadas ao Governo. O projeto de decreto do Ficha Limpa, no Executivo, está pronto, e eles querem adotá-lo. É algo que, entre nós, não precisaria existir. É algo inato. Eu sou prefeito, vou nomear os meus auxiliares; sou governador, vou nomear os meus auxiliares; sou presidente da república, vou nomear. Se, para casar a minha filha, eu preciso conhecer o noivo dela, para ver quem é, para eu nomear o ministro, eu tenho que saber quem ele é, qual é a sua biografia, qual é a história dele.

O tamar, Presidente da República – eu era seu Líder –, de repente, não sei por que, não mais do que de repente, o Ministério dos Transportes ficou vago. Ele nomeou uma engenheira do Rio de Janeiro. "Mas por que, Itamar?" Não sei de quem ele recebeu a sugestão. Quando eu a vi, ela era muito bonita. Aí eu disse: "Presidente, está certo, mas não precisava nomeá-la Ministra. O senhor tem outras maneiras de..." Ele ficou bravo: "Vocês não acham que é bonita? Pode ser e tal."

Dali a quatro dias, ele ficou sabendo que ela era esposa do advogado da empresa que fazia a fiscalização da ponte Rio-Niterói. Demitiu-a por telefone. Mas viu o erro que fez ao fazer uma nomeação assim, no grito. A biografia dela era ótima. Tinha todas as qualidades, mas isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – E bonita, principalmente. Foi o primeiro argumento, na minha opinião.

Isso está em véspera de ser adotado.

Agora me dizia um membro do Governo da Presidente da República: "Vai depender da decisão do Supremo". Se o Supremo matar o Ficha Limpa, e se o Executivo adotar, parece que ele está afrontando o Supremo. Se amanhã não sair o Ficha Limpa no Supremo, também não sai no Executivo.

Então, reparem que coisa interessante: nós estamos em véspera de, ao natural... Nunca passou. Nós imaginávamos entrar um dia com um projeto de lei para uma lei, para que houvesse o Ficha Limpa no Executivo. Não precisou de nada disso. O Governo vai fazê-lo por conta própria.

São coisas que eu considero importantes demais.

Eu acho que a decisão de amanhã é de uma responsabilidade!

Eu não me lembro. Eu sou muito mais velho do que vocês e só fiz política na vida. O Supremo já adotou muitas posições. Votou muitas questões delicadas, difíceis, complicadas. Politicamente, quando o Café Filho entrou de licença para tratamento de saúde, na verdade eles estavam dando o golpe para não deixar Juscelino assumir. Aí, Carlos Luz, quando estava preparando o negócio, demitiu o Lott. O Lott, em vez de fazer a demissão, derrubou o Carlos Luz, e assumiu Nereu Ramos, Presidente da Câmara. Assumiu Nereu Ramos, Presidente da Câmara, e o Café Filho, que tinha pedido licença para tratamento de saúde, disse o seguinte: "Eu já estou bom. Quero voltar à Presidência da República". Pediu para voltar. E ele ficou, na verdade, preso em casa. Não podia sair de casa. Então, ele entrou no Supremo, que decidiu, a cinco dias da posse de Juscelino: "O caso já está superado".

Então, são várias as coisas que aconteceram, mas, como essa de amanhã, eu não conheço igual. Sinceramente, não conheço. E acho que a OAB, a CNBB podiam até marcar uma reunião, se desse tudo certo, não digo para festejar, mas para mostrar a vitória de mais uma caminhada. Se der certo. Se der errado, não sei nem o que vamos fazer. Vai ser um baque tão grande que, sinceramente, não sei o que vou fazer.

Eu me nego a aceitar que o Supremo não vai aceitar. Eu me nego! Eu tenho dito: "Sou um homem de 80 anos e comecei – fui Presidente do Partido lá no Rio Grande do Sul – com 29". Era um guri, saí da vida universitária, elegi-me Deputado, uma maravilha! Época de Juscelino, tudo bacana, tudo formidável! De repente, fecham tudo, prendem, matam, degolam. Quando vou ver, sou Presidente do Partido no meio de uma ditadura.

E passei a vida inteira defendendo os direitos humanos, tirando o cara da cadeia, tirando o cara da tortura, fazendo com que o cara pudesse fugir para o Uruguai, cuidando das mulheres. Eu passei o tempo inteiro defendendo as pessoas. E, naquela época, no tribunal, não se conseguia nada. Eles não podiam, aqui não podiam. Mas o que menos se podia fazer era *habeas corpus* ou coisa parecida, porque não havia nada.

Então, defesa dos direitos humanos, defender os direitos individuais é uma coisa que, para mim... A minha vida foi toda assim.

Olhamos hoje a Constituinte, e o Sarney foi praticamente a primeira pessoa que dizia que com aquela Constituição o Brasil ia ser ingovernável, chamando a atenção para os exageros. Mas é que, ali – o Jarbas que o diga –, só pensávamos na tortura e na violência, nas coisas que aconteciam. Então, fizemos a Constituição absoluta em defesa da pessoa.

Com todo respeito ao Supremo e aos seus ilustres membros, nenhum deles passou pelo que nós passamos. Quando eles falam em defesa dos direitos individuais, na presunção de inocência, essa coisa toda, todo mundo é a favor. Mas, com todo respeito, essa decisão é muito tranquila. O cidadão é condenado pelo juiz, recorre, vai para o Tribunal de Justiça, uma Junta condena. Ele recorre no Brasil, na Europa, nos Estados Unidos. Vai para o Tribunal de Justiça, para o Pleno, depois vai para uma Junta do Superior Tribunal de Justiça; depois vai para o Pleno e recorre. A diferença é que, lá, ele é condenado. Se tiver que ir para a cadeia, vai para a cadeia e continua recorrendo. No Brasil, não. Ele fica solto. Então, o advogado leva dez, doze anos, e a pena prescreve.

Amanhã muda. E eu confio nessa mudança. Sinceramente, eu espero a convocação da CNBB, da ABI, da OAB para, na semana que vem, perguntar qual é a próxima etapa em cima da vitória. Mas bem confesso que não me chamem, porque não sei o que fazer em cima da derrota.

Vamos dar a palavra para os nossos organizadores.

Com a palavra o Presidente da OAB.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Senador Simon, é uma honra muito grande estar sob a sua Presidência e tendo um assessor da estirpe, da qualidade do Senador Paulo Paim, como ele mesmo disse.

Querido Presidente Marcelo Lavenère, ex-Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, advogado de muitas lutas em favor da redemocratização deste País; querida Jovita Rosa, do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral; Senadores Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Waldemir Moka, Eduardo Suplicy e Deputado Francisco Praciano, do Amazonas, que muito nos honra também neste momento; colegas aqui presentes, senhoras e senhores, efetivamente, hoje, é um momento de muita expectativa para todos nós.

Amanhã, o Supremo Tribunal Federal analisará a Ação Declaratória de Constitucionalidade, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, pelo Conselho Federal, dentro daquela missão constitucional, que foi outorgada pelo constituinte originário, a advocacia brasileira, a nossa entidade, de fazer o controle da constitucionalidade abstrata das leis.

Nunca imaginamos ter que utilizar esse instrumento, Ação Declaratória de Constitucionalidade, até porque esse foi um instrumento criado muito mais para atender o Executivo do que propriamente para proteger a sociedade, mas o constituinte originário, o derivado foi muito sábio também ao prever essa ADC de uma forma também de fazer o controle das leis.

A nossa expectativa, evidentemente, é a de que o Ficha Limpa passe a vigorar, passe efetivamente a valer em toda a sua extensão, quebrando o paradigma até então existente de que tudo era possível dentro da política para se chegar a esse ou àquele cargo. Parece-me que a sociedade brasileira, os próprios homens públicos, Senadores aqui presentes, têm esse conceito de que efetivamente podem muito, mas não podem tudo, e quem pode mais é a Constituição, quem pode mais é o povo brasileiro.

Portanto, o Ficha Limpa veio para melhorar os costumes políticos, veio com a perspectiva de que não é concebível que, como diz o Senador Pedro Simon, para abrir a porta da nossa casa para o namorado da filha entrar tenhamos que pedir todas as referências, e que se deixe abrir a porta da Nação brasileira, a porta da cidadania brasileira, através do Congresso Nacional, através do parlamento municipal, estadual, para pessoas que não têm essas credenciais. Então, é fundamental que tenhamos essa concepção.

E o Ficha Limpa veio, dentro de um movimento da sociedade brasileira, capitaneado pela CNBB, pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, pela Ordem dos Advogados do Brasil, e outras entidades irmãs e afins, para melhorar cada vez mais esses costumes políticos, introduzindo uma nova lógica, um novo paradigma, que me parece que é o paradigma adequado. Para ser político, tem que ter ficha limpa; para nos representar, nós, sociedade brasileira, precisa ter uma vida pregressa, uma passado sério, um passado que não deixe máculas, porque, aquele que vier a ser designado pelo povo brasileiro, eleito, vai ter um poder quase que divino de nos representar em nome de toda a sociedade brasileira. Por isso, o Ficha Limpa veio quebrar tudo isso.

Do ponto de vista da constitucionalidade, a Ordem entende, em conjunto com os movimentos sociais aqui presentes, CNBB, ABI, Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que o Ficha Limpa é, sim, constitucional.

Passou pelo crivo do Senado, passou pelo crivo da Câmara, pela sanção presidencial e, para além disso, ele apenas cria requisito objetivo para investidura em mandato. Não há qualquer tipo desarrazoado, desproporcional de requisito que esteja sendo estabelecido. Para ser candidato precisa ter um passado que o recomende.

Por isso, o Ficha Limpa efetivamente é constitucional. O art. 14, § 9º, da Constituição Federal, de uma forma muito clara, diz que a lei complementar pode estabelecer requisitos de elegibilidade. E o Ficha Limpa estabeleceu isso.

A grande questão que se põe, em relação ao Ficha Limpa, são duas, basicamente: a possibilidade dele retroagir, ou seja, considerar a vida pregressa daqueles que já estão hoje ou que querem se candidatar, e a presunção de inocência. São esses os dois pontos sobre os quais o Supremo vai ter que se debruçar amanhã, e esperamos que a conclusão seja, em ambos, de que o Ficha Limpa é constitucional.

Vamos ao primeiro ponto. Não há que se falar em retroação. Na verdade, o que se vai considerar é, no momento da candidatura, se aquela pessoa preenche os requisitos. Se foi condenada antes, paciência. Efetivamente ela tem um obstáculo para ser eleita. Não há retroatividade na lei. Ela vale para daqui para frente. Só haveria retroação se pudesse alcançar fatos passados que impediriam dele sair do mandato. Não é o caso. Então, seria a hipótese, por exemplo, de um Senador da República, hoje, ou de um Deputado Federal ou estadual ou municipal ser apeado do seu cargo em função de uma condenação ou de uma lei que ainda não entrou em vigor. Não é essa a hipótese.

E o segundo aspecto, da presunção de inocência. É um aspecto, é um princípio constitucional, Senador Simon, pelo qual a Ordem dos Advogados do Brasil, o povo brasileiro, os senhores que lutaram pela redemocratização deste País sempre se bateram: que as pessoas só fossem consideradas culpadas quando houvesse uma decisão transitada em julgado.

Mas aqui não há essa mesma interpretação. O que vai se avaliar são os requisitos objetivos para o ingresso ou para a candidatura. Aqui não há que falar em presunção de inocência. Na verdade, esse é um requisito de elegibilidade, diferente da presunção de inocência que teria que haver se fosse um processo criminal etc., o que não é a hipótese. Portanto, é dado ao povo, através do Legislativo, a possibilidade de se dizer: a partir de agora, os requisitos para ser candidato devem se esses, entre os quais o de uma decisão por um órgão colegiado. Por isso, é fundamental que esses dois aspectos sejam preservados. Sem eles, Senador Suplicy, não vai haver efetivamente a eficácia esperada do Ficha Limpa. Será mais uma lei para, digamos assim, engrossar todo o acervo de leis já existentes neste País, uma lei que não terá eficácia. Isso será muito perigoso. Esses dois aspectos precisam ser preservados, sob pena de o Ficha Limpa se tornar ineficaz.

Por isso, Senador Simon, Senador Paim, Senadores aqui presentes, a nossa expectativa é de que o Supremo, mais uma vez, atendendo não só os anseios da Nação, mas, sobretudo, os princípios emanados da Constituição, decida em favor da sociedade brasileira, decida em favor da constitucionalidade do Ficha Limpa. Essa é a nossa expectativa.

Iremos amanhã ao Supremo Tribunal Federal para levar essa mensagem em nome da sociedade civil brasileira. Tenho certeza de que o Supremo vai escutar e vai construir, mais uma vez, uma pauta positiva. Na semana que passou, construiu uma pauta positiva em relação à constitucionalidade do exame de Ordem. Agora, é chegada a hora de construir essa pauta, também positiva, no sentido de defesa da sociedade brasileira.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Presidente Ophir Cavalcante, se a Mesa permite...

O SR. OPHIR CAVALCANTE – Pois não, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Em tese, concordo com os princípios de que as condições mínimas para a pessoa ser candidata

e fazer o registro da candidatura são pressupostas da legislação. Se amanhã decidir em torno da ficha limpa, são os pressupostos para saber quem poderá ser candidato ou não. Não entramos em campo ainda, ninguém entrou em campo. Então, para entrar em campo, conhecer a legislação para poder disputar isso.

Agora, partindo daquela tese que o nobre Presidente levantou de que possa haver presunção – eu banco o advogado do diabo agora –, vamos supor que, no prazo de inscrição, de registro de candidaturas, de convenções ou coisa que o valha, no ano que vem, alguém que tenha sido, num colegiado, e se a decisão do Supremo for no sentido de que fica impedido, é claro, ele já sabe, não pode, em termos da presunção de inocência, pedir uma segurança, e o Judiciário liberar o registro da candidatura? Só para desencargo, porque talvez alguém possa levantar isso.

O SR. OPHIR CAVALCANTE – O senhor me permite, Senador?

Senador Casildo Maldaner, na verdade, a decisão do Supremo Tribunal Federal a ser proferida amanhã deverá analisar a questão da presunção de inocência e, em decidindo que a lei não fere esse princípio constitucional, essa decisão terá o caráter *erga omnes,* será aplicada em todos os processos, haverá uma repercussão dessa decisão e fixará definitivamente a posição no Supremo Tribunal Federal, vinculando todos os demais juízos. Então, o direito de ação é um direito constitucionalmente garantido. Certamente, algum candidato pode manejar uma medida judicial, um mandado de segurança. Entretanto, ele vai esbarrar no caráter vinculante dessa decisão. Nenhum juiz poderá se afastar da decisão do Supremo Tribunal Federal, porque a ADC tem essa perspectiva, ou essa condição de, tal qual a Ação Direta de Constitucionalidade, vincular a todos os juízes. Portanto, a partir desse momento e por determinação constitucional, através do Parlamento brasileiro, é que o Supremo Tribunal Federal passou a ter esse poder nas suas decisões, ter o caráter vinculante.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me, Senador Pedro Simon, vou precisar me ausentar. Quero dizer que atenderei o apelo ontem formulado por V. Exª – já preparei – para que também hoje, ao lado de outros colegas, faça um pronunciamento em consonância total com o que V. Exª, o Presidente Ophir Cavalcante, o Sr. Marcelo Lavenère, a Srª Jovita José Rosa estão pronunciando, porque estou de acordo inteiramente com o seu propósito.

Vou pedir licença para me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu queria convidar Francisco Praciano, da Câmara dos Deputados, para que nos dê a honra de participar da Mesa, já que esta reunião foi convocada também por S. Exª.

Faça o favor!

Peço também que faça parte da Mesa o companheiro Rodrigo Montezuma, que é do Movimento de Combate à Corrupção e que representa a sociedade, esse movimento extraordinário.

Está aqui também Júlio Ferreira, do Movimento Brasil contra a Corrupção; Deputado Colatto e Deputado Zampa, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Sérgio Petecão, Waldemir Moka.

Falando com Marcelo Lavenère, tive vontade de falar com o Presidente da OAB, porque, num movimento histórico deste País, foi ele que, em nome da OAB, participou do movimento do *impeachment*. E me lembro, quando havia um movimento intenso, aprovado, quem assinaria a moção do *impeachment*? Eram centenas de pessoas querendo. Na reunião, inclusive, estava o Lula, que era presidente sindical. Chegamos à conclusão de que não iríamos apresentar com centenas. E botamos duas pessoas: a primeira foi o Marcelo Lavanère, em nome da OAB; e a segunda foi o então Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, que, praticamente, assinou quase que em nome pessoal.

Então, V. Exª vem conosco há muito tempo. Primeiro, como advogado, com suas grandes qualidades, mas nós todos, advogados, reconhecemos nossos muitos pecados. Porém, agora, V. Exª como membro da Comissão de Justiça e Paz, representando a CNBB, tem a palavra.

O SR. MARCELO LAVENÈRE – Exmº Sr. Senador Pedro Simon, que tem o coração maior do que o talento. É difícil ter alguma coisa maior do que o talento no Senador Pedro Simon, mas o coração dele ainda é maior do que o talento dele; Senador Paim; eminente advogado Ophir Cavalcante, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; minha queridíssima colega Jovita Rosa, incansável, batalhadora pela causa da defesa da probidade do combate à corrupção eleitoral, dirigente do Movimento de Combate à Corrupção eleitoral; Deputado Francisco Praciano, que coordena, na Câmara, o grupo de combate à corrupção; Dr. Montezuma, também do Movimento de Combate à Corrupção;Exmºs Srs. Senadores e Senadoras; Deputados; Padre Geraldo, representante também da CNBB; nossa colega da fé bahá'í, também aqui presente; Senador Pedro Simon, esse episódio de que falou e que ocorreu em 1992 me lembra outro fato que também ocorreu naquela época: estávamos em dezembro de 1992, entre o Natal e o ano-novo, dia 27 de dezembro, e, no dia seguinte, dia 28, o Senado da República iria apreciar o primeiro processo que, no mundo, instaurava-se a respeito de

responsabilização do Presidente da República num processo de *impeachment.*

Com todas as garantias democráticas, uma delas era a de que o Senado da República era presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Era o Ministro Sydney Sanches o Presidente do Supremo Tribunal Federal e presidia o Senado da República para fins da apreciação do processo de *impeachment.* Às vésperas desse julgamento, como estamos hoje às vésperas de um julgamento histórico no Supremo Federal, o que a sociedade brasileira, o que a cidadania queria fazer? O que ela precisava fazer? O mesmo que estamos fazendo agora: uma espécie de vigília vespertina, no sentido de conclamar as forças espirituais, intelectuais e as da justiça para que iluminem o Supremo Tribunal Federal na decisão que vai tomar amanhã.

Naquela época, Senador Simon – não sei se V. Exª se lembra –, tínhamos a ajuda de um grupo chamado de cara-pintada. Hoje estão ocupando *Wall Street;* hoje estão os jpvens na Primavera Árabe; hoje estão os jovens em São Paulo, nos Jardins, pedindo para que se abra o metrô para atender a gente diferenciada. E o jovem naquela época: "O que nós vamos fazer? Vamos visitar o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Vamos até a casa – era um apartamento – do Presidente Sydney Sanches, que, amanhã, vai presidir o Senado". E um grupo de jovens cara-pintada pegou um violão e se postou nos jardins do prédio em que morava o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que, no dia seguinte, iria presidir o Senado para o primeiro processo de *impeachment* do mundo. Essa rapaziada ficou ali embaixo, tocando, fazendo uma serenata, naturalmente com músicas de Vandré, de Caetano, de Chico Buarque.

O Presidente Sydney Sanches, um homem de carne e osso e seresteiro – e seresteiro – ouviu aquilo e procurou se informar a respeito. Chegou aos seus ouvidos de que aquilo eram estudantes fazendo uma seresta para o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que, no dia seguinte, ia julgar um processo de tamanha importância para o País.

O que fez o Presidente Sydney Sanches diferentemente do que fez algum Ministro do Supremo Tribunal Federal quando se discutia a aplicação da lei, da ficha limpa, das eleições de 2010? O Presidente Sydney Sanches, talvez com menos convicção do seu valor pessoal, o Presidente Sydney Sanches, talvez com um pouco mais de humildade do que alguns dos seus sucessores do Supremo Tribunal Federal, tirou o pijama, colocou uma roupa informal, desceu da sua casa, misturou-se com os estudantes, sentou-se no jardim e ficou cantando e tocando com eles "Pra não dizer que não falei das flores" e "porque o dia vai amanhecer, independentemente que você diga que o dia não vai amanhecer".

Foi esse, Senador Pedro Simon, o comportamento digno, democrático, republicano, austero que teve o Presidente Sydney Sanches às vésperas de decidir, presidindo o Senado, o processo do *impeachment*.

Peço a Deus hoje, Senador Paim, que o Presidente do Supremo Tribunal Federal e os demais membros do Supremo Tribunal Federal tenham amanhã essa mesma clarividente posição de que nós não estamos num mundo esquizofrênico em que a Justiça é refém da burocracia, em que o Direito é refém de uma suposta rigidez da legalidade, em que uma suprema corte constitucional não julga com os instrumentos, muitas vezes, do magistrado de primeira instância, de juizados especiais, adstritos, que estão ao princípio da legalidade estrita. A Suprema Corte tem um papel muito mais importante do que um tribunal que não é constitucional porque a Suprema Corte diz o que é a Constituição.

Nesse ponto em que o Supremo Tribunal Federal discute a constitucionalidade de uma lei, a dignidade, a importância, a dimensão do Supremo Tribunal Federal é semelhante à da Assembleia Nacional Constituinte, que votou a Constituição, porque não importa o que os Constituintes colocaram no texto da Constituição, se a leitura, se a interpretação, se a hermenêutica desta Constituição será analisada pela Suprema Corte do País.

Portanto, a nossa reunião aqui, hoje, Presidente Ophir, é no sentido de fazer um apelo a essas forças, a essas energias que nós sabemos, para que iluminem, deem clarividência à maioria do Supremo Tribunal Federal, para que eles entendam, como o Presidente Ophir mencionou, que o princípio da inocência não está nem sequer molestado de longe na Lei da Ficha Limpa.

Não estamos fazendo nenhum prejulgamento de quem é culpado, sem direito de defesa; que o princípio da não retroatividade ou da duplicidade da pena, que é o princípio do Direito Penal, não tem absolutamente nenhuma interface com a possibilidade de que, ao demonstrar num determinado dia as suas condições de elegibilidade, o candidato deva aprovar, sim, coisas muito simples. Por exemplo, se a Lei de Inelegibilidade estabelecer que o esposo da governadora ou a senhora do prefeito não pode ser candidato, ou o contrário, seja o que for, que o parentesco seja pelo vínculo conjugal ou pelo vínculo parental seja impedimento para sua condição de elegibilidade, não aproveita o cônjuge para dizer: "Se eu soubesse que era assim não tinha me casado?!" É o raciocínio que leva alguém a dizer: "O governador que faltou com a probidade, que lesou o Erário público e que foi cassado não pode agora, quando quiser ser candidato a vereador ou a

deputado federal, ser impedido porque já foi cassado. Ele não pode ser impedido porque suas condições de elegibilidade estão retroagindo". É claro que estão retroagindo! Tem que retroagir. Não há condições de inelegibilidade para o futuro.

De modo que, então, este raciocínio "eu não devia ter casado, porque, se eu soubesse que, casado, eu não poderia mais ser candidato... Isso não pode ser assim!"

Trata-se de duas coisas absolutamente diferentes: o princípio da retroatividade penal, que todos nós defendemos, daí retroatividade da lei penal; e a exigência de que, na data em que alguém vai se candidatar, ele prove que tem determinada idade.

Imaginem V. Exªs, que estão aqui presentes, se uma lei determinasse: "só pode ser prefeito de Porto Alegre alguém que tenha 40 anos de idade; e alguém que tenha 40 anos de idade está cuidando de ser prefeito de Porto Alegre". Em determinado momento, o legislador entende que 40 anos de idade é pouco para ser prefeito de uma capital. Então, estabelece que a condição de elegibilidade agora é uma pessoa ter 45 anos de idade, e não 40. Aí o candidato diz: "Isso é inconstitucional, porque antes era 40 anos, agora é 45. E eu? Como é que fico?" Fica que você não pode se candidatar, porque, no dia em que se estão apurando as suas condições de elegibilidade, que não é pena, o Tribunal Superior Eleitoral discutiu exaustivamente que não é pena e decidiu que não era pena; portanto, não pode ser arguido.

De modo que temos a impressão, temos a expectativa, temos a esperança de que essas coisas possam calar fundo no espírito dos nossos magistrados amanhã.

Com muita tristeza, ouvi, num voto proferido por ocasião da discussão da aplicação da lei nas eleições do ano passado, num voto de um eminente ministro, uma frase mais ou menos assim: "Pouco me importa a origem popular do projeto de Lei da Ficha Limpa. Não estou ligando a mínima para o fato de que esse projeto nasceu no seio do povo". O que é o seio do povo? Quase nada, quase nada! É só quem tem soberanamente a fonte do poder. Só é o povo. Então, ouvir isso num voto da corte constitucional... Um projeto que veio do povo...

A CNBB, os padres, os bispos, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, os líderes comunitários, que coletaram 2 milhões de assinaturas, pouco valem. Pouco valem!

Então, pinça-se um princípio da Constituição, no meio de 10, 12 ou 15 princípios, e se diz: "este princípio é o que vale, e acabou". É o princípio da anualidade, e está resolvido.

O Ministro Carlos Ayres Britto disse: "Há outros princípios da Constituição tão fortes quanto o princípio da anualidade: o princípio da probidade, o princípio da fé pública, o princípio da justiça, o princípio da seriedade. E não podemos colocar no lixo todos os princípios éticos em nome de um princípio que nem sequer para alguns se aplicava, que era o da anualidade".

De modo que, neste momento, muito honradamente falando em nome da CNBB, por deferência especial de seu Presidente, Dom Raymundo Damasceno, estamos aqui trazendo a convicção de que todos nós que nos empenhamos para que pudesse esse projeto de lei... E o Senador Paim, o Senador Pedro Simon, que estava aqui ao lado, sabe o quanto representou, Senador Paim, na Câmara Federal, esse projeto de lei ter sido aprovado praticamente à unanimidade e, neste Senado da República, à unanimidade. Todas as pessoas, todos os partidos de governo, de oposição, seja o que for, de direita, de esquerda, grandes e pequenos, todos neste Senado votaram a favor da Lei da Ficha Limpa. Na Câmara Federal, com pouquíssimas restrições, num elenco de mais de 500 Deputados, 10, 12 ou 15 se abstiveram ou votaram contra, o que significou um consenso quase universal sobre esse projeto de Lei da Ficha Limpa.

Portanto, seria com muita tristeza e enorme frustração – o que acredito que não vai acontecer – se, amanhã, na nossa Suprema Corte – na qual confiamos, apesar de sabermos que em todo colegiado há divergências – prevalecer mais do que uma burocracia positivista; prevalecerá o sentido ético e justo do nosso sistema jurídico.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – (*Fora do microfone*.) ...fez aqui uma bela manifestação. E agora o Dr. Marcelo dá uma aula, inclusive voltando à história.

Eu estava no *impeachment*, fui Constituinte, estou aqui desde 1986 e não sabia desse episódio, que foi lindo, na verdade. Ele contou aqui, e vou tentar resumir em duas ou três palavras: os jovens, com o violão, cantando Vandré, cantando Caetano, Chico Buarque, acamparam em frente à casa do Presidente do Supremo, que, por sua vez, desceu e cantou com eles aquelas belas músicas que falam da liberdade e do combate a todo tipo de opressão.

Parabéns a V. Exª pelo conjunto da obra; não só por esse episódio.

Ele lembrou os caras-pintadas.

Continuando, o Senador Simon só foi dar uma entrevista e logo retornará. Ele está aqui ao lado.

Passo a palavra, neste momento, para a representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral. Mas, antes, quero, com alegria, registrar a presença da Senadora Ana Amélia e da Senadora Marinor Brito, além da do Senador Mozarildo Cavalcanti, que já chegou há um tempo. Passaram por aqui – alguns sa-

íram e voltarão – os Senadores Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Sérgio Petecão, Waldemir Moka; o Deputado Federal Francisco Praciano está conosco à Mesa, Senadora Ana Amélia, Senador Eduardo Suplicy, Senadora Marinor Brito.

Agora, então, passo a palavra à representante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, Srª Jovita José Rosa.

A SRª JOVITA JOSÉ ROSA – Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento a Mesa e todo o Plenário na pessoa da Senadora Marinor, que esteve conosco na luta nos dias da votação do Ficha Limpa. Hoje, ela é um símbolo na coleta de assinaturas também; hoje, ela é um símbolo e luta conosco para que a Lei da Ficha Limpa tenha validade.

A colocação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) é na seguinte forma: no Brasil, há algumas leis que pegam e outras que não pegam. Quando nos metemos a fazer leis de iniciativa popular, há doze anos, criamos a Lei nº 9.840, que tipificou como crime a compra de voto. Isso veio de uma campanha da fraternidade que tratava de fé e política, Justiça e Paz se Abraçarão. A partir daí, começamos a sonhar com uma mudança de paradigma do Brasil, principalmente das pessoas que iriam se candidatar. A compra de voto é vergonhosa e causa náuseas em qualquer brasileiro de bem.

Começamos essa luta dispostos a fazer a lei pegar. A Lei nº 9.840 pegou. Trabalhamos muitos anos fiscalizando as eleições contra os políticos que compram votos e contra os brasileiros que vendem seus votos, que são também corruptos.

E aí começamos a sonhar mais. E veio a Lei do Ficha Limpa. Veio uma grande mobilização do Brasil. Houve um acordar político para essa causa. Muitas vezes, as pessoas não sabiam para onde ir. Já andei em mais de 50 Municípios, levando a proposta da Lei da Ficha Limpa. Mesmo que as pessoas não acreditassem que aquilo poderia ser uma realidade, elas viam uma luz no fim do túnel. Isso foi contagiando, e as pessoas foram incorporando a Lei da Ficha Limpa, até que conseguimos aprová-la nas duas Casas do Congresso Nacional.

Depois, veio outra batalha: essa lei tem que pegar. E a Lei da Ficha Limpa já é realidade em mais de 20 Municípios, que criam suas próprias leis de ficha limpa para cargos comissionados. Onde não está aprovado, há projetos de lei em tramitação.

Então, a Ficha Limpa – que Deus nos livre de uma má notícia amanhã –, acho que podemos considerá-la vitoriosa, porque já há essa cultura.

Vamos fazer uma vigília esta noite. Fizemos na noite passada. Havia pessoas em frente ao Supremo. Esta noite também estaremos lá. Tudo isso para que seja declarada a constitucionalidade da lei. Para nós, inelegibilidade não é pena; para nós, inelegibilidade é condição.

Caso isso seja considerado inconstitucional, as pessoas proibidas a assumir cargos de concurso público, principalmente na área policial, como delegado da Polícia Federal, que tem que apresentar a vida pregressa dele, e se isso for proibido? E se eles entrarem com ação, pedindo o mesmo tratamento, como faremos? Se os membros do Ministério Público, que também têm que apresentar um relatório da sua vida pregressa – todos os servidores públicos têm que fazer isso –, se isso começar a ter um efeito cascata, para que essas pessoas também possam assumir os cargos – afinal de contas, elas passaram numa prova – então, pedimos ao Supremo que tenha a sensibilidade de olhar o anseio da sociedade.

Hoje, a sociedade já ganhou as ruas. Estamos dispostos a fazer com que a Lei da Ficha Limpa não morra. Às vezes, comparamos o movimento da Lei da Ficha Limpa com outros movimentos, que afrouxaram um pouco a luta. Por exemplo, sou da área da saúde pública, sou do Ministério da Saúde. O movimento da reforma sanitária começou pelo menos uns vinte anos antes da Constituição e culminou com uma garantia: saúde, direito de todos, dever do Estado. Quando o movimento sanitário conseguiu isso, afrouxaram a luta, eles pensaram que isso bastava. Depois, veio o movimento pelas Diretas Já, que foi um grande avanço. Como ansiávamos em votar, como queríamos democracia! Depois, veio o movimento para colocarmos no poder um trabalhador. Conseguimos. Também o movimento sindical afrouxou um pouco a luta.

Não podemos afrouxar a luta. E agora o movimento da Lei da Ficha Limpa não vai afrouxar a luta, não. Muito pelo contrário. Vamos acampar. Quem esteve aqui, nas ruas, nos dias 7 de setembro e 12 de outubro, pôde ver que não vamos parar.

A sociedade brasileira quer moralidade, sim. A sociedade brasileira está com intolerância à corrupção. Esperamos que o Supremo tenha esse olhar, tenha essa sensibilidade de votar constitucional a nossa lei, essa lei que queremos avançar para ser aplicada em todas as nomeações de cargos públicos, para ministros de Tribunais de Conta, enfim, essa Lei da Ficha Limpa tem que pegar para todos os níveis, até para a pessoa se candidatar no sindicato, no meu condomínio. Para isso tem que haver a Lei da Ficha Limpa. Ela tem que pegar igual a uma cola Super Bonder. Tem que pegar. E queremos isso. A sociedade quer isso. E não vamos parar.

Para concluir, hoje teremos uma reunião com o Ministro Fux, para tentarmos, mais uma vez, sensibilizá-lo para essa questão.

Amanhã, estaremos lá, torcendo. Já aceito o convite. O Senador Pedro Simon convidou-nos para uma festa da vitória amanhã, depois da votação no Supremo.

Quero agradecer e colocar-me à disposição. *(Palmas.)*

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria agradecer à Drª Jovita, porque ela fez menção de que, hoje, 20 Municípios brasileiros...Há mais de 20.

Quero lhe dizer que, no meu Estado, no Rio Grande do Sul, para nosso orgulho, Senador Simon e Senador Paim, que estamos aqui, o Município de Erechim, por iniciativa de um vereador do meu Partido, José Rodolfo Mantovani, apresentou a lei, que já foi aprovada pela Câmara de Vereadores e já sancionada pelo Prefeito Paulo Pólis, do Partido dos Trabalhadores. Então, faço um reconhecimento, porque essa lei já está em vigor para os cargos de confiança no Executivo e no Legislativo também. Vale para concursados e cargos de confiança. No Município de Passo Fundo, já está tramitando na Câmara de Vereadores e na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, por iniciativa da Deputada Zilá Breitenbach, também uma matéria idêntica, aí valendo para o Executivo, Legislativo e Poder Judiciário.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Com a palavra o companheiro Deputado Francisco Praciano, que é o Presidente da Comissão na Câmara dos Deputados e um dos coordenadores da nossa reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Permita-me só dar um aviso, só para comunicar a todos que esta audiência está sendo transmitida ao vivo, pela Internet, canal 2 e canal 4 e sendo gravada pela TV Senado, será transmitida à noite. Mas, no momento, está ao vivo no canal 2 e no canal 4, que são canais alternativos aqui do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Obrigado pela assessoria.

O SR. FRANCISCO PRACIANO (PT – AM) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, muito obrigado pelo convite. Quando V. Exª me ligou ontem falando da reunião, eu estava com a minha mulher. Eu disse para ela: estou feliz. "Por quê?" Recebi a ligação do Senador Pedro Simon, um Senador que o Brasil respeita e eu também.

Saúdo o companheiro Paim, não é necessário fazer nenhum elogio, pois sua história é grande.

Saúdo o nosso companheiro Ophir, quase conterrâneo nosso, do Pará – sou um cearense que representa a Amazônia, portanto somos amazônidas. Parabéns pela luta, por esse combate, pela cidadania que exerce diariamente em nome da OAB.

Saúdo o companheiro Dr. Lavenère. Parabéns pela sua fala! Tocou-me o relato que V. Sª fez ao dizer que alguém – não precisa dizer o nome –, talvez um anticidadão afirmou que se dane a opinião pública, que é muito mais válido o legalismo do que a ética, do que a vontade, o grito da sociedade para esse cidadão. Sou um simples economista, não sou advogado, e, com relação ao Ficha Limpa, eu tenho a tendência de me curvar diante de dois milhões ou mais de assinaturas, da vontade popular, e diria o contrário desse cidadão, embora seja grosseiro também dizer isso: que se dane um pouco o legalismo. Eu tenho tendência a ouvir os dois milhões da sociedade.

Saúdo o companheiro Montezuma. Parabéns pela luta!

Saúdo a companheira Jovita, velha conhecida nossa, grande cidadã, companheiros, Deputados, Senadores, Senadoras, vou ser bem rápido porque tudo já foi dito.

A primeira coisa a dizer é que me curvo diante das palavras do Dr. Ophir, do Lavenère com relação à Lei da Ficha Limpa. Não vou entrar nesse mérito. Prefiro dizer que, como cidadão, sonho, acredito. Como disse o Senador Pedro Simon, não posso acreditar que, amanhã, essa lei não seja reconhecida como constitucional pelo Supremo. Até porque o cenário, hoje, dos últimos anos, sem dizer períodos, datas, mas, nos últimos oito, dez anos, tivemos só da Polícia Federal, divulgadas neste País para a opinião pública, quase duas mil operações de escândalos. Trinta por cento delas aproximadamente se referem a escândalo de corrupção, a desvio de dinheiro.

Ultimamente, estamos perdendo um ministro de dois em dois meses. Os últimos ministros caíram por conta de suspeição, em que as ONGs estão envolvidas, sem discutir o mérito, mas há grande suspeição. O Ministro do Turismo, o Ministro do Esporte, há mais um ministro na fila, envolvimento de ONGs, e o Brasil está se sensibilizando. O brasileiro já está impondo a ele mesmo limites de tolerar isso ou não tolerar. O ambiente não é bom para a corrupção, graças a Deus. E, de repente, nesse cenário, ficamos decepcionados com o Supremo por não considerar uma lei constitucional. Isso é um retrocesso, é algo ruim para a educação do jovem, para a sociedade. O momento também não é propício para se dizer um "não" à Lei da Ficha Limpa. O Supremo daria este recado para o Brasil todo: "estou na contramão da história; não estou ouvindo os gritos da sociedade".

Eu não acredito, não tenho outro caminho a não ser acreditar que a Ficha Limpa será válida para as próximas eleições. Um dos primeiros passos para combatermos a imoralidade, a ilegalidade, a corrupção neste País é melhorar a nossa representação.

Companheiros, estou disponível nesta luta, Senador Pedro Simon, para o que der e vier. Estarei presente amanhã, se necessário. Espero que a sociedade esteja.

Permita-me só dizer uma coisa: a Lei da Ficha Limpa é uma só das iniciativas do Congresso no sentido do aperfeiçoamento do Estado brasileiro. O voto secreto é outra coisa que está meio parada aqui nesta Casa. Algo sobre o que eu convido os cidadãos também a se pronunciarem, a colocarem a questão do voto secreto nessa pauta. A sociedade tem que assumir isso também. O financiamento de campanha tem quer se algo que resulte também em uma lei, em uma regra, porque o financiamento privado das nossas candidaturas, dos nossos mandatos é algo que colabora muito com esse

processo de corrupção, de ilegalidade, de imoralidade, com a imagem que nós temos diante da sociedade. Portanto, o financiamento de campanha é outra coisa.

Eu gostaria de dar algumas informações nesta linha do aperfeiçoamento do Estado. Outro dia, como Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, estivemos com o Ministro Peluso. Eu lhe disse o seguinte: "Ministro, parece-me que eu, que todos nós estamos sempre esperando o próximo escândalo. Nós estamos curtindo escândalos. CPIs são iniciativas no sentido de aprofundar o escândalo, mas para evitar o escândalo estou vendo poucas iniciativas".

Há um ministro na fila. Hoje, a imprensa toda está aí. Primeira iniciativa, vamos fazer uma CPI; segunda iniciativa, vamos chamar o cara ou chamar o assessor dele?

Quando se trata inclusive de corrupção, de ONGs, na Câmara e no Senado há 17 projetos – 17 projetos – para todos os gostos, para regular a questão das ONGs. Nós estamos esperando que a Dilma, que o Executivo se reúna e mande uma MP para nós, quando temos 17 projetos aqui para todos os gostos: projetos que regulamentam a organização da ONG, projeto que cria o cadastro positivo das ONGs, projeto que regula a atuação das ONGs na Amazônia, projetos que regulamentam a atuação das ONGs estrangeiras, projeto que exige um processo de seleção de ONG quando o Estado quer contratar um serviço, projeto que existe fiscalização, prestação de conta, balanço, envolvimento de conselho de políticas públicas. Existem para todos os gostos 17 projetos. Há cinco anos esses projetos estão aí. No Senado, há um de quatro anos – em 2008, uma CPI do Senado propôs uma lei que regulamenta a questão das ONGs –, e nós estamos esperando que o Executivo mande uma MP?!

Há cinco anos, nós estamos numa briga para que 160 leis de combate à corrupção no Senado e no Congresso tenham tramitação nesta Casa.

Então, nós, como Congresso, no sentido da ética, no sentido da moralidade, não estamos fazendo quase nada, se efetivamente uma das nossas funções é legislar! Nós não estamos legislando no sentido de aperfeiçoar o Estado brasileiro com relação à moralidade e à ética. Estamos gritando, estamos até ouvindo a sociedade. Estamos aqui porque estamos ouvindo a sociedade, mas, efetivamente, precisamos consolidar, materializar esse grito.

Este é o primeiro recado: devemos pedir o apoio dos companheiros, e há muitos companheiros nessa luta. Muitos não focam isso, não colocam isso na sua pauta, mas estão preocupados com isso. Que peçamos ao colégio de líderes, às Mesas das duas Casas que não façam isso. A sociedade está pedindo que se faça algo efetivamente além de gritar, além de chorar.

A segunda observação – desculpe-me, Sr. Presidente, acho que não tenho tanto tempo assim – refere-se ao Instituto Ethos, que acaba de publicar uma avaliação do que ele chama de sistema de integridade dos Estados brasileiros. Avaliou e selecionou algumas dimensões. Uma delas é a transparência. Resultado: nos nossos Estados, nas entidades da Federação, há muito pouca transparência; nossos Estados não são transparentes, tanto é que eles tiveram dificuldade de fazer coleta de dados.

Outra dimensão é o que ocorre nas assembleias: há uma média entre 10% e 20% de oposição nas assembleias. Esse fenômeno acontece logo depois da eleição, como ele diz, entre aspas, porque a capacidade que os governadores têm que atrair deputados é muito grande. E as nossas oposições vão murchando. O desequilíbrio é grande nas assembleias, e, consequentemente, a fiscalização por parte das assembleias brasileiras é quase nula. Isso ocorre em função desse desequilíbrio e dessa cooptação que existe. Estou falando das assembleias dos Estados brasileiros.

Nos TCEs, ocorre a mesma coisa: não se cumpre o comando constitucional de se colocarem sempre, entre os sete conselheiros, pelo menos dois conselheiros da Casa, concursados. Na maioria dos Estados, não se cumpre isso. Quase sempre, vi assembleia em que o governador manda, que é orientada diretamente pelo governador. É mais uma instituição do Estado brasileiro que precisa ser aperfeiçoada e que está anexada aos Executivos.

Há um item importante que mostra outra fragilidade do Estado brasileiro e que diz respeito a essa pauta. Como não tinham condição de coletar muitos dados, eles selecionaram o Instituto Ethos, junto com a CGU. Foi um convênio entre CGU e Instituto Ethos. E quem fez essa pesquisa foi nada menos que a Unicamp, com a participação de várias instituições, como a Fundação Getúlio Vargas. Eles selecionaram dois itens para fazer uma avaliação do comportamento do Executivo com relação a recursos públicos: educação e saúde. A Secretaria de Educação e a Secretaria da Saúde, normalmente, são as duas Secretarias em que há os maiores orçamentos. Qual foi o resultado? Cinquenta e sete por cento – esta é a media nacional – desses recursos de saúde e de educação são usados, são contratados sem licitação, Senador Pedro Simon e Senador Paim. No Estado de São Paulo, por exemplo – e se pressupõe que este seja um Estado muito mais evoluído dos que os Estados mais periféricos –, 75% dos recursos de saúde e de educação são contratados sem licitação; no Estado do Pará, esse percentual é de 61%; em Minas Gerais, é de 62%; no Estado do Espírito Santo, se não me engano, é de 65%; e, no Estado do Maranhão, é de 100%. Essa é outra vergonha, é outra fragilidade do Estado brasileiro.

Companheiros, esse é um belo trabalho. Eu gostaria até que a Comissão de Direitos Humanos e a Frente se reunissem mais e chamassem o Instituto Ethos para fazer essa apresentação. Eu estava à mesa quando foi feita essa apresentação pela Unicamp e reclamei de uma coisa: por que a Justiça e o Ministério Público não estão nessa avaliação feita nos Estados?

Eles disseram o seguinte: "Essa será a próxima etapa, porque é um levantamento mais complexo".

Trago aqui para os senhores – e juro que estou encerrando – uma pesquisa de 2007, e acho que o Estado brasileiro não mudou em relação a isso. É uma pesquisa de um instituto americano chamado Mckinsey. É uma consultoria que tenta responder a seguinte pergunta: por que o Brasil não entrou ainda no Primeiro Mundo? E se diz: há cinco dimensões que promoveriam a entrada mais acelerada do Brasil no Primeiro Mundo. Aí se fala do gigantismo do Estado, das informalidades, das ilegalidades, da corrupção.

Quero destacar, uma vez que o Instituto Ethos não deu essa fotografia da Justiça nos Estados, um resumo do que a Mckinsey pensa sobre o Estado brasileiro. Primeiro, diz-se algo – e é uma pesquisa científica – que não é novidade para nós, com o que concordo: "A Justiça brasileira é lenta, parcial e cara". São dados alguns exemplos, e achei um deles interessante e simbólico: se uma empresa vende um carro por R$50 mil, se o cidadão não o pagou e se a empresa quer recuperar na Justiça esses R$50 mil, a empresa passa 546 dias para fazê-lo – e a média mundial é de 250 dias – e, dos R$50 mil que quer recuperar, gasta R$37,5 mil.

É dada outra informação: devido à lentidão, hoje – recentemente, isto foi publicado pelo Conselho Nacional de Justiça –, há 60 milhões de processos na Justiça nacional. E essa instituição faz a seguinte pergunta: será que a Justiça é lenta por conta de mão de obra, de recursos humanos? Ele mostra uma estatística, em nível mundial, que a média de cada juiz é de 10 assessores. No Brasil, a Justiça tem 14 assessores por juiz. Conclui-se, muito grosseiro e rapidamente, que parece que o problema de recursos humanos não é o problema da lentidão da Justiça. Então, é dinheiro, é falta de recursos na Justiça.

Uma outra estatística também mostra que gastamos do PIB 3,7 com a Justiça enquanto a média mundial está bem baixa, mostrando a Itália, por exemplo, gastando 1,5 de recursos do PIB; o México, 1%, e a Espanha, 0,6%. Parece-me que ele quis dizer também que a Justiça brasileira não tem problema de recursos.

Portanto, quero encerrar e, ao mesmo tempo, fazer um convite à sociedade e aos Senadores para que se juntem, que todos nós nos juntemos para tentar propor ao Estado brasileiro – o Estado brasileiro de que estou falando é o Executivo, o Judiciário e esta Casa –, fazer uma força-tarefa, algo desse tipo, fazer um pacto nacional para que possamos aperfeiçoar o Estado brasileiro com relação a essa questão da moralidade, da ética. Algo do tipo: temos que ter dinheiro para estruturar as instituições que fiscalizam, como, por exemplo, os TCEs. Fazemos críticas ao TCE com relação à falta de independência, mas, em compensação, sabemos que os TCEs nos Estados são desestruturados com relação às auditorias.

Os Ministérios Públicos precisam de dinheiro também. Eu chamaria de PAC da moralidade, quando falo em dinheiro. Dinheiro para quê? Para que o Ministério Público esteja especializado, tenha mais promotores, tenha recursos, instrumentos para trabalhar, orçamento para viajar, para contratar um consultor. Fui vereador quatro vezes na minha cidade. Toda vez que entrávamos com representação no Ministério Público, no que diz respeito, por exemplo, à tarifa de transporte coletivo, o advogado, o promotor não conhece de custo; conhece de direito, mas não conhece de custo, não sabe o que é tarifa, e ficava dois, três, quatro, cinco meses na gaveta, porque não tinha dinheiro para consultar um economista, um contador, para avaliar uma planilha de custo.

Então, eu diria que esse pacto, que esse aperfeiçoamento do Estado estaria no sentido de ter dinheiro. A corrupção está comendo R$80 bilhões por ano deste País. Qualquer bilhão que possamos gastar com aperfeiçoamento, com a estruturação das instituições vale a pena. O custo benefício é positivo. Então, temos que gastar dinheiro na estruturação das instituições. Do outro lado, da nossa parte, por exemplo, é colaborarmos com o aperfeiçoamento do Estado, pelo menos fazendo transitar as leis de combate à corrupção, que estão engavetadas, estão dormitando nas gavetas do Senado e da Câmara.

Portanto, companheiro Presidente, Senadores, o Praciano aqui está representando um bom número de Deputados Estaduais que têm a pauta da moralidade e do combate à corrupção na sua vida, na sua agenda. Estamos disponíveis nessa luta da Ficha Limpa.

Convido todos os cidadãos da sociedade, Senadores e Deputados para tentarmos fazer essa proposta em termos de Brasil, de um pacto nacional de combate à corrupção.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Foi o Deputado Francisco Praciano que fez a sua exposição.

Da Mesa, só falta falar agora o Sr. Rodrigo Montezuma. Vamos passar a palavra para o Montezuma, registrando a presença também conosco do meu querido amigo e ex-Senador João Pedro – eu nem queria botar o ex –, sempre Senador João Pedro, que está aqui, prestigiando sempre os eventos da Comissão e participando dos debates na Casa.

Por favor, o Montezuma com a palavra.

Só quero dizer que o Senador Simon só foi votar na CCJ e voltará.

O SR. RODRIGO MONTEZUMA – Está bem.

Senador Paulo Paim; Ophir Cavalcante; Marcelo Lavenère, da CNBB; Jovita Rosa; Deputado Francisco Praciano; Senadora Marinor; Deputados presentes; Senadores, agradeço o convite de estar aqui. Falo aqui em nome do Movimento Brasil contra a Corrupção. Somos aproximadamente 70 colaboradores. Eu sou um deles.

Nós fizemos essas incursões no dia 07 de setembro, pela corrupção de forma geral. Foi um movimento espontâneo da população. E, no dia 12 de outubro, elegemos três prioridades: a Ficha Limpa, o fim do voto secreto e o apoio ao CNJ. Contamos com o apoio, nas duas ocasiões, da OAB, da CNBB, da Associação Brasileira de Imprensa, do MCCE e, principalmente, da população, que compareceu em massa. Nos dois eventos, compareceram mais de 50 mil pessoas.

Esse número é bastante expressivo, principalmente quando se leva em consideração, já que o Deputado Praciano comentou a estatística, o fato de que apenas 5% das pessoas realmente se levantam para se indignar. Então, se levarmos em consideração 50 mil pessoas que se levantaram para mostrar indignação, o universo de pessoas indignadas é muito maior.

A mobilização popular convocada pela Internet clama pela justiça em vários aspectos: saúde, educação e segurança são alguns deles.

Amanhã, temos um verdadeiro passo histórico do Supremo com a votação da Ficha Limpa. A aplicação retroativa não é pena, mas regra eleitoral. Se ela não acontecer, ela se traduzirá em anistia a todos os atos corruptos que já aconteceram. A pena mesmo é o povo pagar o preço por toda essa ausência de recursos, conforme o próprio Deputado já falou, de R$86 bilhões a cada ano.

A probidade administrativa é fundamental para a atividade pública. Ela é a essência da atividade pública. A aprovação da Ficha Limpa será um divisor de águas, então: das águas turvas, dos escândalos semanais, de corrupção dos agentes públicos, para a água cristalina da probidade e da idoneidade dos homens públicos.

Queria encerrar dizendo que, em Brasília, em função do feriado, no dia 15, não faremos nenhum tipo de promoção de evento popular, provavelmente acontecerão alguns, em função do feriado e da disponibilidade das pessoas, que têm intenção sempre de protestar pelo que está acontecendo, mas, no dia 11 de dezembro, faremos uma corrida caminhada, na Esplanada dos Ministérios, chamada Venceremos a Corrupção. Ela é próxima ao dia 9 de dezembro, Dia Mundial de Combate à Corrupção, declarado pela ONU.

Gostaria de contar com a participação de todos vocês.

É só isso. (*Palmas*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Rodrigo, que é um dos coordenadores. São 70 colaboradores, não é?

O SR. RODRIGO MONTEZUMA – São 70 colaboradores.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Este movimento trabalha principalmente pela Internet, com as redes sociais, na linha do combate à impunidade e à corrupção.

Queria dizer que me sinto duplamente contemplado, porque, quando cheguei ao Congresso, há 26 anos, o primeiro discurso que fiz, ainda na Constituinte, foi para acabar com o voto secreto. Eu não entendia, pois eu vinha lá das ruas, como sindicalista ainda. Como é que aqui se votava secretamente? Perdi a votação, perdi como Deputado, e eu a reapresentei como Senador. Trata-se da PEC nº 50. É aquela que acaba com o voto secreto em todas as hipóteses, porque este foi um dos argumentos que ouvi: "Como é que tu vais, no voto aberto, eleger um Ministro do Supremo? E quando cair um processo seu lá?" Isso é argumento que se use?! Um absurdo!

Por isso que o voto secreto é importante para mim, no sentido de combater a impunidade e a corrupção.

Parabéns a V. Exª!

O SR. RODRIGO MONTEZUMA – É interessante que as pautas que elegemos para a 2ª Marcha – Ficha Limpa, voto secreto e apoio ao CNJ – estão concretizando o movimento popular, que é levantar sob sol, sob chuva, como estávamos ontem, em frente ao Supremo, pela aprovação do Ficha Limpa.

Estamos caminhando para medidas concretas e chamando os Parlamentares e a sociedade para realmente cobrar a efetividade dessas ações e também o apoio ao CNJ.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. A Senadora Marinor Brito pediu a palavra. A representante da comunidade Bahá'i perguntou se ela não poderia dar uma mensagem.

Senadora Marinor, V. Exª fala antes ou ela dá a mensagem?

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Isso, ela vai ser rápida. A Senadora Marinor teria de falar um pouco mais.

A SRª DANIELLA HICHE – O meu é só uma contribuição. Meu nome é Daniela, eu sou representante da Comunidade Bahá'i do Brasil, que também faz parte do movimento de combate à corrupção eleitoral.

No ano passado, eu participei de uma audiência pública que foi realizada aqui, no Senado, do Parlasul, referente à preparação do relatório anual de direitos humanos do Parlasul. É um relatório bastante incipiente ainda, mas uma das sugestões – eu, como representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, estava representado a sociedade civil brasileira –, uma das recomendações que a sociedade civil brasileira fez para o Parlasul, para esse relatório de direitos humanos do Parlasul, foi a inclusão dos critérios de elegibilidade do Ficha Limpa nas futuras eleições do Parlasul.

Então, eu só queria destacar isso para mostrar um pouco da importância, da relevância, da influência que a Lei da Ficha Limpa tem, não só no contexto nacional, mas também no contexto regional. Acho que vale muito a pena estarmos atentos, porque são valores da sociedade brasileira que estarão em jogo amanhã. Isso tem uma contribuição, um impacto enorme no sistema de governança brasileiro, mas acho que, além disso, para além disso, podemos pensar também no contexto

do Parlasul. Ainda que levando em conta que é muito incipiente, está no seu começo, está ainda estruturando as suas bases, vamos dizer assim. A contribuição que o Brasil pode dar para os critérios de uma eleição em nível regional é extremamente importante.

Eu só queria ressaltar isso, porque acho que é um outro elemento que, muitas vezes, passa batido, mas foi uma sugestão que foi feita pela sociedade civil brasileira, nessa audiência pública, para critérios de eleições regionais. Então, que isso também não seja perdido na discussão, porque acho que é uma contribuição fantástica que o Brasil pode dar para o Parlasul nas eleições que vão pintar por aí nos próximos anos.

Era só essa a minha contribuição. (*Palmas*.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Daniella, que falou pela Comunidade Bahá'i.

Nós, que fizemos parte do Parlamento do Mercosul, poderemos levar esse debate, naturalmente, pela importância que ele tem não só no Brasil, mas também fora dele.

Parabéns pela sua fala!

Agora, de imediato, passamos para a Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom, boa tarde a todos e a todas. É uma atividade simplória, do ponto de vista numérico, mas que se realiza com muito conteúdo e, sobretudo, num momento absolutamente importante da vida política do nosso País.

Então, estão de parabéns o Senador, pela convocação deste momento, o Senador Paim, que é um parceiro histórico das lutas por direitos humanos, de combate à corrupção neste País, e os diversos parceiros e interlocutores dos movimentos que têm lutado e tentado organizar a sociedade brasileira para resistir a essa lógica da corrupção da improbidade, da falta de fé pública.

A sociedade brasileira tomou as rédeas do seu próprio destino, começou, como disse bem, aqui, a Jovita, há 12 anos, a interferir na legislação brasileira, a interferir nas decisões políticas deste País, para criar perspectivas futuras diferentes.

Eu digo que este momento é absolutamente importante não apenas porque, amanhã, julga-se ou não a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa, mas porque exatamente neste momento, Brasil afora...

No meu Estado do Pará, agora, há poucos minutos, os direitos constitucionais do povo foram violados, dos trabalhadores da educação. Coordenadores do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado do Pará, que estão em greve por decisão unânime da categoria, para que o Governo do Estado pague a Lei do Piso Nacional, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, que foi referendada pela Suprema Corte do País, acabam de ter as suas prisões decretadas no nosso Estado, enquanto os corruptos, enquanto os processos de corrupção estão engavetados na Justiça brasileira.

O Deputado Francisco foi muito feliz. Eu acho que nós precisamos mesmo nos apropriar desse estudo: o que é de fato que falta, o que é de fato que precisa ser feito para que a Justiça brasileira e as instituições públicas andem em consonância com o interesse público.

Há muito ainda a ser feito, há muito ainda a fazer. Nós ainda temos muita resistência para fazer. Eu fiz questão inclusive de denunciar, porque esse é mais um movimento que indigna as pessoas de bem, que lutam por justiça, por liberdade, por direitos democráticos, para a afirmação de conquistas históricas, para fazer valer as decisões tomadas em favor do povo brasileiro.

Então, aqui, há de se registrar que nós não estamos trabalhando, os que se envolveram nesse debate, sejam os Deputados, os Senadores, os Vereadores, as lideranças partidárias, as instituições não governamentais, os representantes de entidades da sociedade civil, essas pessoas não se mobilizam, não reúnem no Movimento contra a Corrupção 70 colaboradores para legislar ou para buscar a afirmação de uma legislação em causa própria. Nós nos movimentamos pela cidadania brasileira, pelo respeito à ética, à democracia, à consolidação de um Estado verdadeiramente de direito, onde o Estado esteja presente para assegurar os direitos do povo.

Eu me sinto muito à vontade. Mesmo sendo parte interessada, tendo um mandato que está diretamente vinculado ao lado positivo de toda essa discussão, eu me sinto muito à vontade para debater, para ocupar espaços, para interagir, como tenho interagido com os Ministros do Supremo, com a Procuradoria-Geral da República, porque sou parte dessa construção histórica e quero ver essa consolidação fazer parte das instituições públicas deste País, Jovita. Isso porque o povo brasileiro já afirmou nas urnas a constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. Ou não é verdade que mais de 70% dos candidatos que concorreram ou que acabaram tendo o direito de concorrer foram eliminados nas urnas?

Nós temos casos, nós temos 30%, nós temos situações específicas, nós temos nomes de pessoas que são conhecidas nacionalmente pela utilização do espaço público como espaço privado, apropriação indevida dos recursos públicos, que deveriam ser destinados para o bem comum, para a sociedade como um todo. Nós temos muitos casos.

E eu sei que, neste momento, a manutenção de um mandato como o nosso tem um simbolismo histórico e importante, sobretudo por conta desse debate e de ser a pessoa que está ocupando um espaço que teoricamente estaria destinado a mais um desses corruptos no Brasil. No entanto, não o faço por interesse, digamos assim, particular, mas pela consciência política que tenho e que tem nos movido, no sentido de buscar construir e consolidar neste País uma mudança, uma mudança que afirme os nossos princípios éticos, morais, que afirme os nossos princípios democráticos, que possamos nos consolidar como Estado de direito.

Então, eu queria aqui dizer que este momento simbólico, Senador Paim, que V. Exª promove, em que talvez algumas pessoas que nos assistem pela TV Senado, ou que ouvirão este debate ser repercutido na Rádio Senado, ou algumas notinhas que possam chegar aos jornais, ou nas redes sociais...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – está sendo transmitido pela Internet e por dois canais, os canais 2 e 4.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Ou mesmo no jornal do Senado, tenho certeza de que se somam a um esforço político que é preciso ser feito cotidianamente, a um esforço político de construção de uma unidade política que avance não só para que o Judiciário brasileiro, de uma vez por todas, respeite o direito do povo, as decisões, inclusive, do Congresso Nacional, que foram originadas a partir do interesse do povo brasileiro, mas que também possamos avançar no enfrentamento de outras etapas que são absolutamente necessárias, para que a democracia se consolide neste País.

Aí, eu faço coro com o debate que tem sido feito muito apressadamente, muito no afogadilho, aqui nesta Casa e na própria Câmara dos Deputados, que é o da pauta da reforma política.

O que é, afinal, o que vai trazer de contribuições essa mudança que nós estamos buscando, a pauta da reforma política, se ela for consolidada na lógica como a que a maioria dos Parlamentares tem tratado? Onde fica o debate sobre a democratização dos meios de comunicação neste País, que é um elemento absolutamente importante para que consigamos dar um salto de qualidade, para que consigamos ter o envolvimento real da sociedade nas discussões que ocorrem, sejam nas esferas do Parlamento, sejam nas esferas onde os debates políticos acontecem?

É bom que se denuncie e que a nossa Comissão tome inclusive como determinação, mais uma vez, porque não é a primeira vez que nós debatemos isso aqui, os questionamentos necessários. A Câmara e o Senado, Presidente Ophir, até hoje não instalaram o Conselho Nacional de Comunicação Social, que é um instrumento de controle social. É o único instrumento que tem uma parte da sociedade representada, e estão aí os canais de rádio e televisão tendo concessão pública, à luz dos interesses partidários, particulares, de grupos e de setores sociais vinculados normalmente às elites, às esferas de poder neste País, negando o direito de vez e voz ao povo brasileiro.

É preciso denunciar, é preciso cobrar, colocar na nossa pauta essa questão, assim como, obviamente, e aqui já foi bem referenciado por vários, as frentes criadas pelo voto aberto, que nós integramos também, pelo financiamento público de campanha, entre outras questões que se colocam nesse núcleo de interesses pró-povo brasileiro, que tem mais de 17 projetos, como aqui já foi colocado.

Então, eu queria aproveitar para que fosse deliberação desta nossa atividade de hoje também a cobrança pública da nossa Comissão, tanto junto à Câmara como ao Senado, que esse material, que não é apenas um material ilustrativo, mas é um material que vai permitir o enfrentamento desses mecanismos que estão enraizados nas instituições, nas diversas esferas de poder, de corrupção, que eles possam ser combatidos verdadeiramente.

Então, essa é uma pauta nossa. Nós não podemos abrir mão disso, e eu queria apelar. Eu tenho certeza de que um documento sai daqui, desta atividade de hoje, também solicitando a imediata reunião desse material, para que seja tirada uma comissão, para que entre na pauta da Câmara e do Senado, e que possamos ter consolidados instrumentos muito melhores e mais eficazes para o enfrentamento da corrupção, e que possamos viver, enfim, sonhando com um passo um pouquinho mais perto, não é, Senador Pedro Simon? Às vezes, nós pensamos que andamos, andamos, andamos, mas temos de voltar muitos passos atrás; mas, quantos passos precisarmos dar para trás desde que possamos avançar nos próximos com conquistas para o povo brasileiro, eu acho que vale a pena.

Então, parabéns!

Eu também vou estar amanhã. A minha pauta, amanhã, vai ser no acompanhamento da votação do projeto, porque eu acho que, de fato, esse projeto é simbólico para este momento histórico no nosso País.

Parabéns pela luta de todos nós, e vamos em frente! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. Bloco/PMDB – RS) – Eu creio que cumprimos a finalidade da reunião.

Eu poderia dizer que nós ficamos em reunião permanente, quer dizer, até amanhã à hora em que for necessário, e quem puder comparecer, a partir das duas horas... De maneira amigável, eu digo que vou comparecer, porque, como é um momento histórico, eu quero estar presente para poder contar: "Eu estava lá, eu vi".

Agradeço ao Presidente da OAB, que é um grande condutor dessa luta; ao jurista e meu irmão, não franciscano, mas de fé, camarada, Marcelo Lavenère; à querida companheira Jovita; ao bravo Deputado, Presidente dos nossos trabalhos; esse Montezuma, que é um verdadeiro Montezuma, e saudando a ti eu saúdo todo esse pessoal que está fazendo esse trabalho espetacular. Repare que até Wall Street, nos Estados Unidos, está balançando.

Agradecemos aos Senadores.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Estou aqui para apoiá-lo, Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Neste momento, podemos encerrar, porque agora dá para encerrar. Até então, não dava, porque chegou o nosso bravo companheiro.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – V. Exª, então, fique com toda a liberdade.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Está encerrada.

Até amanhã, às duas horas, lá no Supremo.

(Iniciada às 14 horas e 24 minutos, encerra-se a reunião às 16 horas e 06 minutos.)

ATA DA 87ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, SALA 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às dez horas e quatro minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Paulo Paim, Angela Portela, Vicentinho Alves, Clovis Fecury, Marinor Brito,** e o não membro **Cassildo Maldaner e Flexa Ribeiro.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte **PAUTA**. Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 110, de 2011 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18/08/11, para debater violações aos direitos humanos e delimitação da Terra Indígena Maró, região Oeste do Estado do Pará. Convidados: **Francisca Picanço**, Assessora da Presidência para Assuntos Parlamentares, representante da Funai em substituição ao Senhor Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Funai; **Lucas Oliveira de Almeida Sobrinho**, em representação do Instituto de Terras do Estado do Pará, em substituição ao Presidente Carlos Lamarão, **Kleber Karipuwa**, representante da Coordenação Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB; **Rosane de Mattos**, membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – APIB; **Cleber Cezar Buzato**, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário**; Lucinaldo Blandtt**, Sociólogo, Doutor em Ciências Socioambientais. **Sérgio Sauer**, Relator Nacional de Direito a Terra, Território e Alimentação da Plataforma DHESCA e **Guillherme Carvalho**, Engenheiro Florestal; **Carlos Pankararú**, liderança indígena Pankararú; **Paulinho Javaé**, liderança indígena da Ilha do Bananal, Estado do Tocantins; **Antônio Apinajé**, liderança indígena da Aldeia Areia Branca no Estado do Tocantins, Região do Bico do Papagaio; **Wagner Krahô Kanela**, Presidente da Associação Krahô Kanela Apoinkk, Estado do Tocantins; **Bonfim Xerente**, Cacique da Aldeia São José, Povo Xerente Estado do Tocantins; Eunice Tapuia, Professora, liderança indígena da Aldeia Carretão do Povo Tapuia do Estado de Goiás. Às onze horas e nove minutos o Senhor Presidente passa a presidência dos trabalhos para o Senhor Senador Vicentinho Alves. Às onze horas e trinta e dois minutos o Senhor Presidente, Senador Vicentinho Alves, devolve a presidência dos trabalhos para o Senhor Presidente Paulo Paim. **Extrapauta. Item único. Requerimento nº 149, de 2011- CDH**, que requer a realização de diligência na Gleba Nova Olinda, no Município de Santarém, Estado do Pará, com a finalidade de debater as violações dos direitos humanos e delimitação da Terra Indígena Maró, Região Oeste do Estado do Pará. Autoria Senador Vicentinho Alves. Resultado: **Aprovado**. Fazem uso da palavra os seguintes senhores Senadores Paulo Paim, Cassildo Maldaner, Vicentinho Alves, Marinor Brito e Flexa Ribeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 87ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 110, de 2011 – CDH, de autoria desse Senador e de outros, aprovada em 18/08/2011, tendo como objetivo debater violação aos direitos humanos e delimitação da terra indígena Maró – Região Oeste do Estado do Pará.

Foram convidados para essa atividade – e tenho certeza que a assessoria já disse os convidados que estão presentes, embora nada esteja marcado aqui – porque estava coordenando e participando de um outro debate de duas comissões e já peço desculpa a todos pelo atraso, porque tive que adiar a votação porque estávamos votando o orçamento na Comissão de Assuntos Sociais, que tratou, inclusive, do tema saúde para os povos discriminados, entre eles os povos indígenas, tema que esta Comissão também vai tratar a partir do meio-dia e somente por isso tive que iniciar a reunião às 10 horas.

Vamos, de imediato, formatar a nossa Mesa.

Convido para Mesa, para debate sobre o tema, Aloysio Guapindaia, Diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável; e também Leila Sotto-Maior, Antropóloga da Diretoria de Proteção Territorial, representam a Funai e substituem o Presidente Márcio Augusto Freitas de Meira.

Estão aí o Aloysio e a Leila? Pelo menos consta aqui que estão. Estão ou não estão presentes? Está aí o Aloysio? Não está. Está aí a Leila?

Vamos lá pessoal. Presidi duas reuniões e voltei aqui e não sei quem posso convidar para Mesa. Nesse período que estava lá alguém tinha que estar fazendo isso.

Por favor.

A senhora é a...

A SRª FRANCISCA PICANÇO – Francisca Picanço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Francisca Picanço. Não tenho o nome aqui e tenho que ouvir para repetir.

Francisca Picanço, assessoria da Presidência para Assuntos Parlamentares representando a Funai.

Pergunto se Sérgio Sauer, Relator Nacional de Direito à Terra, Território e Alimentação da Plataforma está presente.

Não se encontra?

Rosane de Mattos se encontra? Rosane de Mattos, membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas – Apib, por favor, venha à Mesa.

Cléber Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário está presente?

Muito bem Cezar. Por favor, venha à Mesa.

Carlos Pankararu, liderança indígena, está presente? Não está presente.

Ainda pergunto se está presente Kleber Karipuwa, representante da coordenação indígena. Está presente o Kleber? Venha à Mesa.

O último convidado para usar a palavra como painelista, Lucas Oliveira de Almeida Sobrinho, do Instituto de Terra do Pará, está presente? Por favor, pode vir à Mesa.

Vamos, de imediato iniciar o nosso debate.

Como sempre fizemos, informo a todos que esta audiência pública para discutir a situação dos povos indígenas, e vocês é que vão dizer qual a área que vai ser o eixo do nosso debate.

Senador Casildo Maldaner, é uma alegria recebê-lo aqui, prestigiando a nossa Comissão.

Uma salva de palmas para o Senador pelo compromisso com todo o nosso povo e com toda a nossa gente, e aqui especificamente os povos indígenas. *(Palmas.)*

A transmissão dessa audiência pela Internet, pelo sistema de comunicação do nosso Senado. Quem quiser assistir o programa é só entrar audiência internet www.senado.gov.br, TV canal 4 e também TV digital Brasília Canal 4.

O Senador Casildo Maldaner usará da palavra no momento que ele entender mais adequado.

Peço aos que estão chegando que sentem e fiquem todos à vontade.

Vamos iniciar, neste momento, a nossa audiência pública. Não sei se há na Mesa alguma preferência para iniciar.

A Francisca, a quem eu gostaria muito de ouvir, já que representa a Funai... você quer iniciar ou quer ouvir primeiro. Seria bom ouvir primeiro e até recomendaria.

Rosane de Mattos está aqui, assim como a Francisca, a Rosane, o Cleber, o César, o Carlos, o Kleber está aqui do meu lado e o Lucas Oliveira. Agora está organizado pessoal.

Só quem não está presente ou não chegou foram o Sérgio Sauer e o Carlos,que chegou neste momento e entrará na segunda Mesa.

Vamos começar.

Senador Casildo Maldaner com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Sr. Presidente Paulo Paim como sempre encabeçando reuniões, audiências públicas, aliás nome conhecido não somente no Rio Grande do Sul, mas no Brasil; Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senador que foi contemplado como um dos melhores Senadores do Brasil no campo dos direitos humanos, da área social, foi contemplado por um colegiado extraordinário de repórteres e leitores.

Como sempre, o Senador Paulo Paim vive diuturnamente ocupado e o Brasil inteiro apela a ele para que realize audiências públicas nas Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos, tanto é que recebeu do Congresso Nacional destaque do ano, do Senador mais destacado em relação à área social e dos direitos humanos, aliás como é conhecido não só no Rio Grande do Sul como no Brasil inteiro.

Pois bem, hoje, mais uma audiência pública, e que V. Exª vem presidindo, nesta Comissão de Direitos Humanos, ouvindo vários setores da sociedade, principalmente agora em questões de reservas indígenas.

Eu fui procurado, Sr. Presidente Senador Paulo Paim, por alguns setores também, e eu sei que aqui, com o direito de ouvir o contraditório, ouve-se um lado, ouve-se o outro. É importante para que os Srs. Senadores possam formar sua opinião. Vão fazer exposição diversas personalidades ligadas ao setor da área indígena, o que é um direito, reservas, não reservas.

Eu sei que até no meu Estado de Santa Catarina existem vários movimentos em relação a isso. Parece que aqui também vão levantar questões do Estado do Pará, da região de Nova Olinda, onde temos alguns catarinenses lá estabelecidos, e eu sei que vão expor isso, suas reivindicações, suas preocupações. Por parte do Governo do Pará também tem algumas personalidades, se não me engano, o Dr. Lucas, alguém que representa não sei se o Iterpa... Representa a presidência do Iterpa.

Falaram-me alguns representantes do Pará que viria aqui também o Dr. Sérgio Leão, representando também alguma coisa da área do governo. Sérgio Leão, se não está parece que estaria chegando. Foi o que me chegou.

Enfim, eu sei que só com a Presidência do Senador Paulo Paim estará assegurado aqui o contraditório, o bom princípio, o estado de direito, para que todos nós, da parte do Senado, possamos formar opinião e possamos ouvir as reivindicações de ambos os lados. Em todo caso, nós aqui almejamos um bom debate, uma boa audiência pública.

Estes são os votos que estamos aqui para formular. Muito obrigado, Senador Paim. Muito obrigado a todos os senhores. Tenhamos uma boa audiência. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – (Falha na gravação.)

...a sua contribuição. E nesta quarta-feira todas as comissões estão votando, inclusive os orçamentos das comissões. E assim mesmo o Senador Casildo Maldaner fez questão de vir aqui prestigiar vocês.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Voltarei aqui, mas o Código Florestal está sendo debatido agora em duas comissões, a CRA e também a Comissão de Ciência e Tecnologia. Depois vai para a Comissão do Meio Ambiente também. Estão todos reunidos debatendo os destaques. Então, esta Casa, ainda mais às terças feiras, às quartas e quintas, é muito agitada, é tumultuada. O Brasil inteiro está aqui. Mas tenhamos então uma boa audiência.

A gente vai e volta, eu acho que é assim mesmo. Eu sei que V. Exª acabou de presidir uma reunião da Comissão de Assuntos Sociais, começou cedo, às oito horas. E é assim mesmo. Isso costuma acontecer nesta Casa, mas temos que tentar ir costurando todos os entendimentos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Estávamos lá sob a presidência do Presidente daquela comissão, o Senador Jayme Campos, mas como abrimos às nove horas em ponto, ficamos eu e ele contribuindo para dar *quorum*. E depois acabei relatando ainda dois projetos e aprovamos lá o orçamento já da Comissão de Assuntos Sociais, de que o Senador Humberto Costa foi o relator, e fez um belo relatório, acatando praticamente todas as emendas.

Parabéns, meu Senador.

Vamos de imediato então passar a palavra à Rosane de Mattos, membro da Comissão Nacional Permanente da Articulação dos Povos Indígenas, a APIB.

Rosane com a palavra. Nós vamos dar dez minutos, com mais cinco, se necessário, para que todos possam expor o seu ponto de vista.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Senador, na verdade, nós gostaríamos de ouvir a Funai, e o Pará, primeiro, nós, povos indígenas, e depois o Kleber Karipuna e, por último, eu. Poderia ser?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem. Nós seguimos a orientação de vocês aqui. Pode ser para vocês?

A SRª ROSANE DE MATTOS – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Primeiro falaria quem, pela sua proposta?

A SRª ROSANE DE MATTOS – A Funai, e o Estado do Pará, o Lucas, e o terceiro, o Kleber Karipuna, e, por último, eu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos lá então. Passamos a palavra a Francisca Picanço, assessora da Presidência para Assuntos Parlamentares, que representa aqui a Funai.

A SRª FRANCISCA PICANÇO – Bom dia a todos, obrigada, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, que preside esta comissão no Senado, pela proposição do tema violação dos direitos humanos e, especificamente, o debate sobre a identificação e delimitação da terra indígena Maró, no Município de Santarém, no Oeste do Pará.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, o Sr. Lucas Almeida, do Iterpa, do Estado do Pará, a Rosane Kaingang, representando aqui a APIB, o Cléber Buzatto, representando o Conselho Indigenista Missionário; o Kleber Karipuna, a Coiab, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; gostaria de cumprimentar também os povos indígenas aqui representados, os povos pataxós hã-hã-hães, na pessoa ali do grande guerreiro Nailton Pataxó, o povo krahô kanela do Estado do Tocantins, apinajé também, kaingangs do Rio Grande do Sul, e os demais aqui presentes nesta audiência.

Gostaria também de justificar a ausência do Diretor Aloysio Guapindaia por motivo de outras agendas. Entendemos, esta audiência foi marcada com bastante antecedência, porém os compromissos da direção às vezes surgem de um dia para o outro. Enfim, nós estamos também representados numa outra audiência na Câmara dos Deputados, na Comissão de Agricultura, onde estão em debate estudos e a demarcação das terras indígenas no País. Especificamente hoje, na Câmara, é sobre a situação do povo karitiana, lá de Rondônia, e do povo uirapuru, do Estado do Mato Grosso, lá de Campos de Júlio.

E de cumprimentar também o Senador Celso Maldaner... Casildo, desculpe, Celso é o Deputado. Desculpe. Casildo Maldaner. Na assessoria parlamentar temos que conhecer.

Eu estou na assessoria parlamentar, mas tenho uma militância e uma trajetória de quase 20 anos na questão indígena, o que me dá uma certa propriedade em entender toda essa problemática e principalmente defender os povos indígenas. Trabalhei durante cinco anos com os povos karipuna e galibi marworno, na região do Oiapoque, na região aqui do Kleber Karipuna. Porque nós temos os karipunas também de Rondônia. Mas você é lá da região do Amapá.

Tive esse prazer e essa oportunidade, porque quando você está convivendo – e eu convivi mesmo, passei cinco anos, saía uma vez por ano só da aldeia –, você vai justamente modelando e revendo e incorporando alguns valores, certos valores que são de posse dos povos indígenas, e são ensinamentos muito valorosos para a nossa sociedade brasileira.

Então vou entrar no tema específico, que é a delimitação da terra indígena maró. Preparei um texto baseado no relatório circunstanciado que foi publicado sobre a terra indígena maró, é um resumo desse relatório mais amplo. Esse relatório é dividido em várias partes, mas vou ficar estritamente mais no relatório

dos dados gerais da identificação e da delimitação dessa terra indígena.

Eu vou ler o texto, Senador, para não me perder, porque eu falo muito, eu gosto de falar, de me expor. Vou me ater ao texto e depois ficamos mais à vontade para o debate, para outras questões mais amplas.

No dia 10 de outubro de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União o despacho da Presidência da FUNAI, do Presidente Marcio Meira, aprovando as conclusões do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena maró, em Santarém, oeste do Pará.

Um parêntese. Conheço muito Santarém, morei lá três anos, conheço a região arapium. Na década de 80. Então falo também com conhecimento dessa região.

No documento é destacado que a aprovação se deu com base nas justificativas apresentadas em relatório pela antropóloga que coordenou o grupo de trabalho, designada pela Funai, Geórgia da Silva, e devido à decisão da Justiça Federal em Santarém, nos autos da ação civil pública movida contra a FUNAI pelo Ministério Público Federal, a ação 2010/3922490.

Pelo documento, conforme o resumo do relatório, a terra indígena maró abrange uma área aproximada de 42.373 hectares, localizados na Gleba Nova Olinda, abrangendo as comunidades do Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, O território delimitado se destina aos grupos identificados como borari e arapium.

É destacado em diversos trechos do resumo como a extração ilegal de madeira se tornou um impedimento para os indígenas terem acesso ao seu território. Há inclusive a possibilidade de perda de signos culturais fundamentais para os povos indígenas e o impedimento da circulação desse povo para a realização de suas atividades de produção física e cultural.

O relatório aponta ainda, e é incisivo, em diversos trechos, a presença de grileiros, madeireiros e produtores agrícolas na terra indígena. Apesar da extensão territorial necessária para a busca da caça, os indígenas não percorrem mais todo o espaço antes utilizado para as caçadas, porque temem a ação dos madeireiros e grileiros, afirma o trecho do relatório circunstanciado.

O documento também põe por terra os argumentos de setores reacionários de que os grupos não seriam indígenas e que estes não teriam ligação com o território pleiteado.

A autodemarcação reforçou o sentimento de um espaço comum a partir de narrativa dos mais idosos, dos mais velhos, sobre o uso do espaço e dos recursos naturais há mais de uma década. A autodemarcação como campo de experiência também legitima o processo de reivindicação da política territorial, pois demonstra que os hábitos e costumes mantidos por gerações passadas ainda são praticados pelos mais jovens. Esses sinais apontam para a construção coletiva do território e para o modo de ocupação radicalmente distinto das outras populações e pessoas residentes na Gleba Nova Olinda I.

A seguir, então, eu tenho impressa aqui a portaria, e vou detalhar, vou colocar para vocês, agora, a primeira parte do relatório, que são dados gerais sobre a terra indígena maró, para que os senhores e nós tenhamos uma compreensão mais ampla do porquê dessa identificação e dessa delimitação, e a sociedade brasileira também entenda um pouco esse processo. Como é pouco divulgado, muitos da nossa sociedade têm dificuldade de entender quando falamos desse processo de demarcação, que, na verdade, se inicia com esse estudo antropológico. A terra é identificada. Há essa expressão primeira dos povos da comunidade indígena. Essa autodemarcação – que denominamos – são os povos se autodeclararem indígenas e fazerem essa reivindicação.

Nós temos, hoje, na Funai – já estou fugindo aqui – mais de 400 pedidos de reconhecimento de povos, de terras; pedidos para serem iniciados os processos de registro de identificação, de delimitação, e o final da homologação e a demarcação em si.

A terra indígena maró tem ocupação tradicional permanente dos povos indígenas borari e arapium, ligados por relações de parentesco e de redes de reciprocidade. Consta no sistema de terras indígenas da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, da DPT, o nome Terra Indígena Rio Maró. Contudo, a escolha dos boraris e arapiuns para referenciarem-se ao seu espaço de ocupação é somente maró. E assim definiram coletivamente o nome de Terra Indígena Maró, em reunião durante o trabalho de campo do grupo técnico realizado em 2008.

O processo de reivindicação territorial e étnica data de 2000, de 31/12/2000, em carta endereçada ao Ministério Público Federal, assinada pelos indígenas da região do Baixo Tapajós.

Os boraris e arapiuns estão localizados nas comunidades de Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, na margem esquerda do rio Maró, afluente do rio Arapiuns, Gleba Nova Olinda I, em frente à reserva extrativista Tapajós Arapiuns.

É preterido o uso de comunidade, em detrimento de aldeia, por ser o modo como os boraris e arapiuns determinam seus espaços de residência, compreendendo que comunidade também é referência a uma unidade sociopolítica para além da referência territorial.

Destaque: é importante essa referência sociopolítica cultural de seus hábitos e costumes, que vai além apenas do reconhecimento de uma terra, de um território em si. Os boraris e arapiuns são falantes somente do português tendo referência memorial e pequeno uso do nheengatu, que era língua derivada da família lingüística tupi, por alguns membros apenas dessa região.

A região do Baixo Tapajós apresenta descrições de ocupação tupi desde o século XVII, onde os arapiuns e seus etnônimos são descritos como residentes primeiro na margem direita do rio Tapajós e em seguida na margem esquerda do rio Arapiuns.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a região foi marcada por frente de expansão colonial, epidemias e políticas indigenistas que causaram depopulação das sociedades indígenas, esmorecimento das práticas culturais e afrouxamento das redes sociais, ou seja, da relação desses povos com outros povos, com outras entidades.

A implantação do nheengatu como língua franca e posteriormente a língua portuguesa nos aldeamentos pluriétnicos ao longo do rio Tapajós e afluentes, e a escravidão indígena para obtenção das chamadas drogas do sertão são exemplos das práticas que fomentaram mudanças nas territorialidades indígenas na Amazônia já no século XIX.

Esse fator não é apenas marca dessa região do Tapajós, mas sim de toda a região amazônica, principalmente porque são extensões de terra expressivas dentro do nosso mapa geográfico brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A senhora tem mais cinco minutos para concluir.

A SRª FRANCISCA PICANÇO – Cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Dei dez, mais cinco, e agora mais cinco.

A SRª FRANCISCA PICANÇO – Mais cinco. Então eu vou passar aqui para a última parte. Porque nessa parte vem toda a caracterização, que é importante, como fator para justificar essa delimitação e essa identificação, ou seja, o processo em si da demarcação.

E vou passar para a última parte, onde somente, então, depois de toda essa luta pela garantia do acesso coletivo do território, somente então, com a Constituição de 1988, em todas as audiências e reuniões, não se pode deixar de fazer referência a esse marco que foi a Constituição, onde ela legitima, garante e assegura o direito dos povos indígenas, é que então, a população desse território, da Cachoeira do Maró, começa a ter um contexto mais favorável para desvelar as suas narrativas e se apropriar, sentir-se proprietários, pertencentes, dando sentido a essa sua própria história.

Então, essa é uma marca não somente dessa região, mas de toda história de vários povos indígenas e de várias histórias contidas em relatório.

Quanto à aprovação desse relatório, quero dizer para vocês que é um avanço, é uma vitória para o povo dessa região, que desde 2004 aguarda esse procedimento governamental, que é justamente partir. Porém, essa terra indígena requer muitas outras políticas, e isso está demonstrado no relatório do Sr. Sérgio Sauer, que, infelizmente, não pôde comparecer, mas ele apresenta justamente as violações, o que precisa ainda ser feito nessa gleba, nesse território, para que garanta realmente a integridade e a posse propriamente dita, principalmente garantindo os direitos sociais e que essa terra justamente fique sem a intervenção e a invasão desses fatores externos, principalmente – como mencionei no início – da extração da madeira.

Então, em depoimentos, as próprias lideranças indígenas podem comprovar isso. O relatório detecta também que os madeireiros ainda estão impedindo que esse trabalho seja realmente levado à frente, derrubando as árvores, colocando outras marcas, plaqueando, para que não se garanta que essas comunidades vivam nesse local.

E dizer, mais precisamente, que a Funai aguarda a publicação do relatório, no *Diário Oficial do Estado*, porque, após a deliberação por portaria do Ministério da Justiça, que determina que os entes federativos participem e colaborem nesse processo de demarcação – isso é um avanço também –, a Funai aguarda a publicação desse relatório para que dê continuidade aos processos.

Após essa publicação, o Ministério da Justiça vai analisar esse relatório; tem um prazo de 60 dias, e já se abriu o prazo, a partir da data de publicação dessa portaria da contestação. Mas, nesse período, a Funai já está desenvolvendo várias ações e uma delas, a principal, é justamente intensificar o trabalho de monitoramento territorial e de gestão ambiental, para que possa garantir, dar segurança à população para dar continuidade ao processo. E dizer também aos senhores a importância dessa articulação entre a sociedade civil, entre a Funai, entre o Ministério Público Federal, os entes federativos, os órgãos e a sociedade civil, para que seja uma ação articulada. Para isso, a gente conta também com o apoio... Senador Paim, esta audiência é de fundamental importância justamente para essa declaração, para reafirmar esse compromisso de que o governo brasileiro garante e zela por esses povos e pelo território. E que essas ações sejam justamente articuladas, sejam atuações articuladas, porque ainda virão outras etapas desse processo de demarcação e, com certeza, enfrentando fortes interesses contrários à demarcação dessa terra indígena Maró, que é desconhecida para muitos povos e, principalmente, para a sociedade brasileira.

Então, obrigada pela atenção. *(Palmas.)*

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Essa foi Francisca Picanço, que representou aqui, na Mesa, a Funai.

É com satisfação que quero registrar a presença aqui conosco do Senador Flexa Ribeiro e do Senador Vicentinho. Ambos vieram aqui prestigiar a nossa audiência pública. Eu pediria cumprimentos a eles, que vão participar do debate aqui, com todos os companheiros que estão presentes. *(Palmas.)*

Cada um especificando aqui, naturalmente, democraticamente, o seu ponto de vista sobre os temas.

Registro também conosco aqui, que vieram prestigiar o evento, José Francisco dos Santos, Condsef, e também a Srª Teresa Alencar, Sindsep-DF, está certo? Onde está o José Francisco? José Francisco está aqui. E a Teresa? Aqui. Então, uma salva de palmas para ambos. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Para ordenarmos a nossa reunião – entendi

a sua boa intenção, você tem colaborado muito – eu pediria que aqueles que quiserem ser registrados que dêem o nome aqui para a assessoria, e a assessoria registrará, então, sem nenhum problema. Então, a assessoria receberá o nome daqueles que querem ser citados aqui como apoiando o movimento dos povos indígenas, que é legítimo.

Então, vamos, de imediato, agora, dizer que os Senadores usam a palavra, no momento em que entenderem mais adequado. Conforme combinado com a Mesa, o número dois a usar a palavra seria o Sr. Lucas de Oliveira de Almeida Sobrinho, do Instituto Terra, do Pará. Dez minutos com mais cinco, e com a tolerância, se for necessário.

O SR. LUCAS DE OLIVEIRA DE ALMEIDA – Eu gostaria de cumprimentar todos os membros da Mesa, na pessoa do Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, e cumprimentar todos do auditório, desejando um bom dia a todos e esperando que esta reunião possa trazer encaminhamentos produtivos.

Eu venho representar o Presidente do Instituto de Terras do Pará, Dr. Carlos Lamarão, que, por força maior, não pôde se fazer presente. Pretendo fazer alguns esclarecimentos sobre a história fundiária da Gleba Nova Olinda e, ao final, se houver tempo, ler uma mensagem do Presidente do Iterpa.

A história dos conflitos na Gleba Nova Olinda, especificamente a Nova Olinda I, no oeste do Pará, próximo a Santarém, remonta ao ano de 1978, quando o Estado do Pará arrecadou e matriculou várias glebas na região de Altamira, uma das quais, chamada Gleba Altamira 6, foi destinada para licitação e implantação de projetos agropecuários e agrícolas de um modo geral.

Por ocasião dessa arrecadação em matrícula, à época havia a proximidade da reserva da grande nação Caiapó. E, em entendimentos com a Funai, à época, ficou estabelecido que a Funai não teria interesse em avançar sobre aquela área da Gleba Altamira 6.

Com base nessa informação, o Estado, através do Iterpa, preparou um projeto e, em 1985, iniciou as licitações através de concorrência pública, para vendas de áreas de diversos tamanhos, de mil hectares, dois mil hectares, 1,5 mil hectares, para implantação desses projetos na Gleba Altamira 6, mais ao sul do Rio Xingu, próximo ao Rio Xingu, Município de São Félix do Xingu.

Abrindo um parêntese para esclarecer sobre as licitações. Elas foram feitas de 1985 a 1989. A Gleba Altamira 6 foi dividida em onze áreas, onze setores, dos quais dez foram licitados. Um dos setores, tem um mapa aqui, eu não pude trazer, foi destinado para permuta de uma outra área da Gleba Altamira 2 que também havia ocorrido problemas de sobreposição de títulos. Já havia títulos expedidos pelo Estado lá naquela área, então ela foi usada para isso.

E os outros dez setores da Gleba Altamira 3 foram corretamente licitados. Os títulos foram entregues, títulos definitivos com condição resolutiva, com estabelecimentos de cláusulas que, expressamente, retornariam as áreas ao patrimônio público fundiário do Estado, caso elas fossem descumpridas, e elas foram licitadas entre 1985 e 1989, salvo engano em doze processos licitatórios, devido a cada licitação sempre haver uma sobra diária ou por não haver proposta que alcançasse o mínimo ou por irregularidades no procedimento, enfim por questões formais. E até 1989 todas foram licitadas, sempre com base naquela informação de 1978 de que não havia interesse de avançar a terra indígena da grande nação Caiapó.

No entanto, em 1990, foi definida, a Funai delimitou a área da reserva indígena da grande nação Caiapó e alcançou dois setores daquela área que já estava licitada, em grande parte, eram 511 lotes, deles já havia 213 lotes com títulos definitivos expedidos nessa área e, em parte, foram alcançadas por esse aumento da área indígena, que, a princípio, não havia sido previsto. Então, aí já surgiu um primeiro problema.

Posteriormente, em 1993, com a intenção de criar a reserva Baú/Menkragnoti e com a ampliação, cerca de 80% da Gleba Altamira 6 foi alcançada por esse aumento da área da nova terra indígena. E, com isso, criou-se um problema para o Estado do Pará. As áreas já estavam no patrimônio fundiário estadual, desde 1978. Elas foram licitadas através de concorrência pública, o valor da terra foi pago, foram exigidos projetos de aproveitamento econômico. Alguns processos, à época, talvez metade deles, estavam com uma ou outra pendência, ou faltando demarcar a área ou parte do valor da terra nua faltava ser quitado. Mas, de um modo ou de outro, já havia títulos expedidos dentro dessas condições resolutivas. E, no entanto, tanto com ampliação da área da nação Caiapó quanto da criação do Baú/Menkragnoti, o Estado ficou com um problema: essas pessoas, esses que já estavam lá ocupando e outros que estavam em vias de ocupar e demarcar não puderam efetivar os seus projetos de aproveitamento econômico ou não puderam ocupar efetivamente essas áreas e passaram a exigir do Estado alguma forma de compensação, ou a devolução dos valores que haviam sido pagos, ou a permuta dessas áreas por outras áreas devolutas estaduais, que é um instituto claramente previsto na legislação agrária paraense; isso não feito ao arrepio da lei, mas tem previsão na lei agrária paraense desde 1969.

E, procurando uma solução para o problema que o Estado não havia criado, sem entrar aqui no mérito das comunidades indígenas, que precisam ser reconhecidas, assim como das comunidades tradicionais, das populações ribeirinhas, das comunidades quilombolas. Eu acho que há espaço para todo mundo neste País, mas, sem entrar nesse mérito, o Estado não criou esse problema. Mas, talvez a omissão da União em estabelecer maior diálogo ou talvez a omissão do Estado em ter uma próatividade maior em estabelecer uma comissão interinstitucional para definir melhor essas questões, o fato é que o problema surgiu.

Em valores atualizados, num levantamento feito em 2007 – vocês podem ver que esse problema já se arrasta há mais de 25, quase 30 anos – em valores atualizados de 2007, se o Estado fosse devolver os valores que foram pagos a título de compra, através da licitação, hoje seriam R$95 milhões.

O Estado, se tivesse esse dinheiro para desembolsar, R$95 milhões, remanejaria de outras áreas também prioritárias. Vocês podem ver como se encontra hoje um conflito, um problema, entre os professores e o governo do Estado, cada um com as suas reivindicações e razões. Ou seja, o Orçamento sempre, na história institucional no Brasil, sempre é curto, cobertor sempre curto. Aí é que se buscou uma área de terras devolutas estaduais, onde se pudesse fazer a permuta, que é outro instituto previsto na legislação paraense, ou a compensação, se a pessoa tivesse ocupado apenas parte da área e não toda a área.

Em 99, o Estado do Pará, então, arrecadou e matriculou, ou seja, ingressou no patrimônio fundiário do Estado, a gleba Nova Olinda. Havia ali, como há ainda até hoje, quatorze comunidades, dentre elas as três comunidades: São José Três, Cachoeiro do Maró, e a comunidade de Novo Lugar.

Dentre essas quatorze comunidades ribeirinhas tradicionais, que nasceram e se criaram ali, apenas essas três se reconheceram como comunidades indígenas, sendo que a comunidade Cachoeiro do Maró, pouco antes de endereçar essa carta ao Ministério Público Federal ou até concomitante, havia sido feito estudo pelo Instituto de Terras do Pará, um levantamento socioeconômico, um preenchimento de dados cadastrais socioeconômicos, para a regularização das comunidades nessa área. Só que não chegaram a ser autuados os processos, não chegaram a ser efetivamente iniciados, por conta da nova decisão deles, legítima, dessa comunidade, de se declarar indígena. No entanto, as outras quatorze comunidades permaneceram com o seu interesse em regularização fundiária coletiva, que é a modalidade que o Estado do Pará utiliza para regularizar populações tradicionais.

Tenho aqui um mapa que mostra claramente essas comunidades. Não sei se é possível vê-lo daqui. Aqui a gente vê a comunidade do Peaex de Aruã É uma comunidade chamada Aruã, que tem treze, doze comunidades por aqui. Aqui é a área atual da terra indígena Amaró; aqui é o limite com a Resex Tapajós-Arapiuns Aqui, outro Peaex, outra área coletiva de comunidades tradicionais, Mariazinha Aracati. Aqui é também uma comunidade tradicional, chamada Repartimento. No entanto, eles optaram pela regularização individual, que tem alimentação de até cem hectares por família.

É questionável também uma comunidade tradicional optar por isso, já que as comunidades tradicionais se caracterizam pela exploração coletiva do território. Mas não vem ao caso entrar nesse mérito aqui. Aqui tem mais uma comunidade tradicional. Aqui ficam algumas comunidades chamadas Sociedades dos Parentes, Sempre Serve; aqui a Comunidade Fé em Deus, nessa região. Essas duas últimas são comunidades que exploram individualmente o seu território.

Ou seja, como vocês podem ver, grande parte dessas áreas, no entorno da terra indígena Amaró, é formada por comunidades tradicionais. Inclusive – particularmente, não fui a campo, não sou antropólogo –, boa parte do modo de vida deles é de comunidades tradicionais. Mas o laudo antropológico que tem autoridade para definir isso, definiu como comunidades indígenas.

Por que eu fiz esse parêntesis? Porque aquelas pessoas que foram impedidas de ocupar a Gleba Altamira A6, nas licitações feitas nos anos de 1985, 1989, foram permutados alguns, apenas mais ou menos 25 lotes foram permutados para essa área, nesse entorno da região, no lado Oeste da terra indígena Amaró.

No entanto, isso foi feito com acordo ou com diálogo com a Funai. O decreto que autorizou essas permutas foi editado em 2006, ainda no primeiro governo do Governador Simão Jatene. E no início de 2007, o Instituto de Terras do Pará estabeleceu diálogo com a Funai para que pelo menos se estimasse qual seria a área que seria delimitada para a terra indígena Amaró.

Na ocasião – isso tem em relatórios do Ibama, em relatórios do Iterpa, todos do ano de 2007, uma equipe interinstitucional, que passou trinta dias lá – ficou estabelecido que a comunidade da terra indígena Amaró teria uma área de aproximadamente de 29 mil hectares, de 30 mil hectares – aqui tenho um mapa muito pequeno –, mas que incidiria, em parte, em três a cinco lotes que estavam sendo permutados da licitação anterior. Os outros não seriam prejudicados, os outros lotes não seriam sobrepostos. Ou seja, poderia se resolver o passivo que tinha sido criado para o Estado do Pará e aqueles que, porventura fossem sobrepostos, seriam compensados ou indenizados, já que seria uma quantidade menor, ou ainda permutados com outra área que seria buscada.

No entanto, com a delimitação final do território indígena da terra Amaró, a área que era para ser – novamente vou me levantar – mais ou menos por aqui, cresceu até aqui, por razões, novamente esclareço, técnicas, enfim, mas que já passou a alcançar diversas outras pretensões. Só que nem todos são títulos definitivos. São pretensões, são processos em andamento, ou até mesmo arquivados, mas que foram levantados na base cartográfica do Iterpa.

E aí surge, vocês podem ver, um conflito de interesses muito grande à comunidade indígena Amaró, que já teve alguns conflitos aqui, com comunidade próxima, a Sociedade dos Parentes, e outras comunidades para cá. E também passa a entrar em conflito com as pretensões dos permutados nessa área aqui. E novamente o Estado do Pará se vê com um passivo, com uma batata quente, com o perdão do coloquialismo, nas suas mãos, que não foi ele que criou. Em parte pela omissão da União Federal, pela sua demora, en-

fim, ou pelos critérios que ela utiliza, ou pela falta de articulação com o Governo do Estado do Pará e com o seu órgão fundiário, que acaba sempre sobrepondo áreas indígenas ou unidades de conservação também, e é muito comum, e se torna, de certa forma, uma intervenção branca, uma intervenção territorial da União no Estado do Pará.

Então, é um problema sério que não tenho autoridade para resolver, já que também se trata de uma esfera de governo, uma esfera política. Estou apenas representando o Presidente do Iterpa. Eu aqui pretendo trazer os esclarecimentos que se fizerem necessários e ouvir as proposições que forem feitas, justamente para levar e, quem sabe, estabelecer um cronograma de trabalho.

Não sei se ainda tenho tempo para ler a mensagem do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você pode ler, porque, como dei para ela 25 minutos, você usou 15 e tem mais 5 ainda. Nesses 5, você poderia ler a mensagem do Presidente.

O SR. LUCAS OLIVEIRA DE ALMEIDA SOBRINHO – Inclusive essa mensagem também foi encaminhada para a Assembleia Legislativa do Estado. Ele diz que:

As superposições de títulos no Estado do Pará são numerosas sobre as áreas posteriormente consideradas como de ocupação tradicional e permanentes de comunidades indígenas. Esse fato resulta da omissão injustificável de entes federais responsáveis pela identificação, demarcação e cadastramento de glebas pertencentes a essas comunidades, circunstância que transfere para um futuro incerto a segurança e a estabilidade que deveriam resultar da transferência oficial de terras públicas a particulares.

Não se pretende negar, de modo algum, que desde a Lei 601, a Lei de Terra de 1850, sempre houve a preocupação do legislador pátrio em preservar as áreas ocupadas pelas comunidades indígenas. Tal orientação foi mantida em todas as Constituições Republicanas, inclusive na de 1988, como todos sabem, e consagrou, mais uma vez, o princípio de que são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio, a posse das reconhecidamente pertencentes a essas comunidades.

Não apenas isso. O mesmo dispositivo prescreve que tais atos a serem considerados nulos não geram sequer aos prejudicados direito à indenização e ações contra a União.

Caberia um parêntesis. Eu sei que não é a interpretação que prevalece nos tribunais, mas caberia um parêntesis no sentido de e quando os negócios são legítimos? Quando se constituem direitos adquiridos? Será que não haveria direito à indenização? É uma questão que deveria ser repensada. E quem deveria pagar essa indenização? É um outro aspecto.

Constituindo, como constitui, bens públicos da União com destinação específica, é desnecessário dizer que as terras ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis e os direitos sobre elas imprescritíveis, demarcadas administrativamente, nos termos de decreto federal.

Por outro lado, é forçoso reconhecer também que o assunto encerra a complexidade bem maior do que pode parecer à primeira vista, pois as situações em que ocorreram, na faixa de terras licitadas pelo Iterpa, previamente e regularmente na década de 1970, foram depois alcançadas pela Funai sem qualquer objeção à época desses procedimentos.

Abreviando aqui.

Então, a gente pode se questionar sobre qual liame, qual o fato gerador do nexo de causalidade dessa responsabilidade que se pretende atribuir ao Estado do Pará, já que o Estado agiu dentro da sua competência federativa, dentro da sua competência institucional, assim como o Instituto de Terras do Pará. No entanto, com a atuação da Funai, também na sua competência, mas não levando a efeito acordos ou convênios estabelecidos entre ambos ou nem mesmo procurando estabelecer esse diálogo, já que se trata de um reconhecimento de propriedade territorial da União sobre uma área estadual, criando para o Estado do Pará esse passivo que, muitas vezes, é penoso, é oneroso demais para um Estado que tem ainda dificuldades para fechar as suas contas.

Então, eu gostaria só de colocar esses esclarecimentos da história fundiária dessa região e me colocar à disposição para outros que se fizerem necessários e ouvi-los, para levar à Presidência do Iterpa os encaminhamentos que forem feitos e buscar uma solução para essa região. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Lucas Oliveira de Almeida Sobrinho, que falou pelo Instituto de Terras do Pará; colocou seu ponto de vista, enfim. Trouxe a carta do Presidente e, ao mesmo tempo, está à disposição para ouvir a todos e encaminhar aquilo que for possível, dentro da limitação da sua competência.

Quero de novo registrar aos que prestigiam esta comissão, que debate a situação dos povos indígenas, e dizer a eles, com muito carinho, uma frase que tem no Congresso que diz muito e o pessoal usa – por favor, não façam comentários, porque vou fazer de forma positiva: A questão indígena não dá voto, mas a causa é muito maior que os votos. Por isso, uma salva de palmas a vocês e a todos que lutam pelos povos indígenas. (*Palmas*.)

Estão aqui os Senadores Flexa Ribeiro, Vicentinho e Casildo Maldaner que esteve aqui por duas vezes já. O que importa é a causa. Por isso, nós estamos aqui. É isso que move os nossos mandatos, com certeza absoluta.

Vou passar a palavra neste momento, conforme combinado com a Mesa – repetindo que os Senadores usam a palavra quando entendem mais adequado – ao representante da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira, o Kléber, e desculpem-me sempre pela pronúncia, Karipuna. Já me ajudou. Ele que está me assessorando aqui e não é a primeira vez. Umas duas vezes ele já me ajudou.

Kléber Karipuna está com a palavra, pelo tempo que foi concedido aos outros painelistas.

O SR. KLEBER KARIPUNA – Obrigado, Senador. Bom dia a todos os presentes e às nossas lideranças indígenas principalmente, aos Senadores e parlamentares que estão presentes, a todo o pessoal que acompanha a Mesa.

Eu queria pedir para começar a minha fala lendo o manifesto público, Senador, feito por organizações indígenas e indigenistas, e entregar ao Senhor uma cópia desse manifesto, pedindo a todos que acompanhem a leitura na tela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu só vou pedir que a assessoria reproduza e entregue aos Senadores também uma cópia.

O SR. KLEBER KARIPUNA – Perfeito.

Esse manifesto vem ao encontro da preocupação, na verdade, com tudo que foi colocado pelos que me antecederam, que é a preocupação também de várias lideranças que estão presentes, sobre essas questões relacionadas não só à demarcação de terras indígenas, à questão de empreendimentos em terras indígenas, como a outros problemas também que afetam e preocupam muito os povos e as organizações indígenas do Brasil inteiro:

MANIFESTO PÚBLICO DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS E INDIGENISTAS

PERVERSIDADE E AUTORITARISMO: GOVERNO DILMA EDITA PORTARIAS DE RESTRIÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DE DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Nós, organizações Indígenas e indigenistas abaixo listadas, vimos a público manifestar nossa perplexidade e indignação diante das medidas administrativas e políticas do governo da presidente Dilma Rousseff relativas aos povos indígenas, aos quilombolas e ao meio ambiente. Tais medidas restringem o alcance dos direitos constitucionais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas; impõem limites à participação destas nas discussões, debates e decisões a serem tomadas sobre os programas e empreendimentos econômicos que afetam direta ou indiretamente suas comunidades, terras, culturas, história e as suas perspectivas de futuro; bem como asseguram celeridade e lucratividade exorbitantes aos empreendimentos das grandes corporações econômicas, especialmente as empreiteiras.

Nessa perspectiva, o governo editou, no dia 28 de outubro de 2011, a Portaria Interministerial de número 419, assinada pelos Ministros da Justiça, Meio Ambiente, Saúde e Cultura. A portaria visa regulamentar, de acordo com os interesses do governo, a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Ministério da Saúde quanto à elaboração de pareceres em processos de licenciamento ambiental de competência federal, a cargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A Portaria 419/2011 foi criada, portanto, para facilitar a outorga (concessão) das licenças ambientais aos grandes projetos econômicos, especialmente de hidroelétricas, mineração, portos, hidrovias, rodovias e de expansão da agricultura, dos monocultivos e da pecuária na Amazônia e no Centro-Oeste do país.

Em diversas ocasiões, representantes do governo externaram publicamente contrariedade com a legislação ambiental vigente, alegando que ela dificulta a implementação de certos projetos e que paralisa os empreendimentos econômicos. No entender de quem governa o país, o respeito aos prazos estipulados pela legislação para a realização de estudos e análises dos EIA-Rima, bem como os procedimentos previstos para resguardar direitos de comunidades e povos indígenas e quilombolas torna demasiado lenta a concessão das anuências ou licenças que permitam a implementação dos projetos econômicos.

As recentes medidas anunciadas transformam a Funai, o Ibama e a FCP em meros "carimbadores" de atividades e projetos exploratórios. Apesar de apresentar um vasto conteúdo (32 páginas), acerca de princípios ambientais e preservacionistas, em sua essência a Portaria 419/2011 pretende limitar os prazos para a manifestação dos órgãos responsáveis pelos estudos, análises, avaliação e posicionamento quanto à viabilidade ou não dos empreendimentos que afetam os povos indígenas, os quilombolas e as áreas de preservação ambiental.

No Capítulo II, Art. 5º da Portaria 419/2011, por exemplo, se estabelece que a participação dos órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental para a definição do conteúdo do TR (Termo de Referência), seguirá as seguintes normas: "I - O Ibama encaminhará, em até 10 (dez) dias consecutivos, a partir do requerimento de licenciamento ambiental, a solicitação de manifestação dos órgãos e entidades envolvidos, disponibilizando a Ficha de Caracterização Ambiental em seu sítio eletrônico oficial; II - Os órgãos e entidades envolvidos deverão manifestar-se ao Ibama no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos, contados do recebimento da solicitação de manifestação".

Nos §§ 1º e 2º deste artigo estabelece que: Em casos excepcionais, a pedido do órgão ou entidade envolvida, de forma devidamente justificada, o Ibama poderá prorrogar em até 10 (dez) dias o prazo para a entrega da manifestação; expirado o prazo estabelecido neste artigo, o Termo de Referência será considerado consolidado, dando-se prosseguimento ao procedimento de licenciamento ambiental.

Já o Art. 6º (incisos I, II, III, IV e V) deste mesmo Capítulo evidencia o que o governo espera da Funai, do Ibama e da FCP: "Os órgãos e entidades envolvidos no licenciamento ambiental deverão apresentar ao Ibama manifestação conclusiva sobre o Estudo Ambiental exigido para o licenciamento, nos prazos de até 90 (noventa) dias no caso de EIA/Rima e de até 30 (trinta dias) nos demais casos, a contar da data do recebimento da solicitação, considerando: I - Fundação Nacional do Índio - Funai - Avaliação dos impactos provocados pela atividade ou empreendimento em terras indígenas, bem como apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos. II - Fundação Cultural Palmares - Avaliação dos impactos provocados pela atividade ou empreendimento em terra quilombola, bem como apreciação da adequação das propostas de medidas de controle e de mitigação decorrentes desses impactos. III - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - Avaliação acerca da existência de bens acautelados identificados na área de influência direta da atividade ou empreendimento, bem como apreciação da adequação das propostas apresentadas para o resgate. IV - Ministério da Saúde - Avaliação e recomendação acerca dos impactos sobre os fatores de risco para a ocorrência de casos de malária, no caso de atividade ou empreendimento localizado em áreas endêmicas de malária".

No § 3º deste artigo, o governo abre uma possibilidade de ampliação do prazo por mais 15 dias para que os órgãos ou entidades entreguem sua manifestação ao Ibama: "Em casos excepcionais, devidamente justificados, o órgão ou entidade envolvido poderá requerer a prorrogação do prazo em até 15(quinze) dias para a entrega da manifestação ao Ibama". Já o § 4º é categórico ao afirmar que: "a ausência de manifestação dos órgãos e entidades envolvidos, no prazo estabelecido, não implicará prejuízo ao andamento do processo de licenciamento ambiental, nem para a expedição da respectiva licença".

Observa-se, assim, que o governo almeja ver autorizados "a toque de caixa", de maneira imediata e sem estudos mais aprofundados todos os empreendimentos econômicos planejados. Como se pode concluir, a Portaria limita o tempo de intervenção dos órgãos e lhes obriga a avalizar qualquer atividade ou empreendimento num prazo de 90 dias. Caso não consigam apresentar um parecer no tempo estabelecido, o empreendimento terá continuidade.

Além disso, o esclarecimento de dúvidas relativas aos impactos das atividades em terras indígenas e sobre o meio ambiente somente poderá ser solicitado uma única vez aos empreendedores. Textualmente, o § 6º do Artigo supracitado, determina que os órgãos e entidades envolvidos poderão exigir uma única vez, mediante decisão motivada, esclarecimentos, detalhamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Kleber, o Presidente Sarney está me convocando na sala dele. Eu terei de ir até lá, por cinco ou dez minutos, e volto aqui para continuar. Nesse período, o Senador Vicentinho vai continuar na Presidência, ok?

O SR. KLEBER KARIPUNA *–... detalhamento ou complementação de informações, com base no termo de referência específico, a serem entregues pelo empreendedor no prazo de até 60 (sessenta) dias no caso de EIA/Rima e 20 (vinte) dias nos demais casos.*

E, na mesma direção, o § 7º engessa os pareceres dos órgãos competentes, impondo que os eventuais óbices sejam apontados a fim de que medidas possam ser adotadas para a sua superação, mas nunca a paralisação definitiva da obra ou empreendimento, como se verifica no texto a seguir: A manifestação dos órgãos e entidades envolvidos deverá ser conclusiva, apontando a existência de eventuais óbices ao prosseguimento do processo de licenciamento e indicando as medidas ou condicionantes consideradas necessárias para superá-los.

Como se isso não fosse suficiente, no inciso 10, do art. 2º., é estabelecido que "para efeitos desta Portaria", o Governo considera terra indígena somente aquelas que tiveram seus limites estabelecidos por Portaria do Presidente da Funai. Ao fazer isso, a Portaria atenta contra o direito originário, violando o art. 231 da Constituição Brasileira, restringindo o conceito de terra indígena àquelas previamente identificadas pela Funai. Com isso, de uma canetada, são ignoradas pelo menos 346 Terras Indígenas que são reivindicadas pelos povos indígenas, mas que ainda não tiveram iniciados, por parte do Estado brasileiro, os procedimentos administrativos necessários para o seu reconhecimento. A Portaria significa, então, na prática, uma prévia autorização para que essas terras sejam invadidas por qualquer tipo de empreendimento, mesmo nos casos em que sobre elas vivam populações indígenas.

O Ministério Público Federal certamente fará uma análise jurídica da Portaria 419/2011 e não se omitirá em acionar o Poder Judiciário pedindo a sua imediata revogação, uma vez que os exíguos prazos estabelecidos para a realização dos estudos e elaboração dos pareceres acerca dos empreendimentos tornam humana e tecnicamente impossível opinar sobre os impactos que barragens, rodovias e/ou qualquer outra grande obra trarão para as populações e ao meio ambiente.

Somando-se a estas medidas, no dia 31 de outubro de 2011, o Ministro da Justiça editou a Portaria nº. 2.498/2011 estabelecendo que a Funai convoque

os entes federados (nos quais se localizem as terras indígenas ainda não demarcadas) a indicar técnicos para acompanhar os procedimentos demarcatórios.

Esta é outra determinação do Poder Executivo que fundamentalmente pretende frear as demarcações de terras em curso e as demandas por áreas que os povos indígenas exigem do Governo Federal. Ao avalizar que outros entes não legalmente constituídos para o trabalho de identificação e delimitação de terras participem dos procedimentos, o Governo estabelece ingerências políticas e administrativas que servem para retardar ainda mais ou inviabilizar as demarcações.

Além disso, ao possibilitar a participação de estados e municípios em um procedimento de competência exclusiva da União, destinado a resguardar um direito originário dos povos indígenas (e, portanto, anterior à constituição do Estado nacional), o Governo estabelece um perigoso precedente: o da negociação de interesses sobre terras que, desde um princípio constitucional, não são negociáveis mesmo que se situem nos limites de um município e de um estado específico.

É importante ressaltar também que no dia 25 de outubro último, o Senado Federal aprovou o PLC 01/2010, que regulamenta o Art. 23, incisos VI e VII, da Constituição Federal, no qual se estabelece a competência comum dos entes federativos na proteção do meio ambiente. O projeto deixa dúvidas acerca de quem deverá agir quando os empreendimentos causarem impactos às terras indígenas, e a proposta aprovada dá a entender que ficará a cargo de estados ou municípios a incumbência dessa fiscalização. Isso poderá acarretar sérios problemas nas regiões onde as autoridades estaduais e/ou municipais têm algum tipo de prevenção ou são contrárias aos direitos e interesses das comunidades indígenas ou quilombolas.

Ao mesmo tempo, são graves as denúncias de que representantes da própria Funai têm pressionado membros de Grupos de Trabalho a modificar Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas no sentido de reduzir as áreas delimitadas como tradicionais de povos indígenas e vêm atuando para tentar convencer lideranças indígenas a aceitar essa redução, condicionando a publicação dos referidos relatórios à redução da área de acordo com a proposta feita pelos membros da Funai. Além disso, há situações, inclusive, em que o órgão indigenista tem defendido, em público e até mesmo em juízo, que uma determinada área reivindicada por povo indígena não seria tradicional, não reconhecendo pareceres antropológicos que afirmam o contrário e se negando a constituir Grupo de Trabalho nos termos do que estabelece o Decreto 1.775/96, único instrumento legal vigente com legitimidade para afirmar se uma terra é ou não tradicional indígena. Com isso estamos diante de mais uma grande manobra revoltante, antidemocrática, autoritária e tutelar que atenta contra o Estado de Direito uma vez que o reconhecimento do direito dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais passa a depender do que pensa, defende e decide politicamente esse ou aquele dirigente do órgão indigenista.

Não podemos deixar de mencionar o fato de que o Governo Federal, apesar de todas as denúncias feitas nestes últimos anos, tem feito "vista grossa" à invasão e devastação protagonizada por garimpeiros, madeireiros e latifundiários. Essa situação se repete em várias terras indígenas, especialmente na região norte, e coloca em risco a sobrevivência de muitos povos, especialmente aqueles que vivem em situação de isolamento, a exemplo do caso dos Awá Guajá, no estado do Maranhão, que estão sendo literalmente caçados no interior das terras indígenas Araribóia e Carú.

Entendemos que esse conjunto de decisões desencadeadas em âmbito federal não ocorre ao acaso. Está perfeitamente conectada aos interesses das grandes corporações econômicas e aos políticos que estão visceralmente ligados entre si e com o próprio Governo Federal.

O Estado brasileiro já vinha atuando como financiador dos grandes empreendimentos, com vultosos recursos financeiros subsidiados e com a concessão de estratos do patrimônio territorial, ambiental, hídrico e mineral. Com as recentes medidas, a presidente da República afrouxa a legislação de proteção ao meio ambiente, aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Assim, ela vem desempenhando, com sucesso, a função de gerente de negócios, beneficiando especuladores e predadores dos bens e riquezas públicas de nosso País.

Tudo isso explica o fato da presidente Dilma ter se recusado veementemente a estabelecer diálogo com o movimento indígena brasileiro. Reiterados pedidos de audiência foram protocolados desde o início de seu governo, mas todos foram negados. Até mesmo a Comissão Nacional de Política Indigenista, única instância governamental onde os povos indígenas podem se manifestar sobre os rumos da política indigenista, encontra-se com as atividades paralisadas desde junho deste ano, porque a presidente se recusa a participar de uma reunião com os indígenas.

Por fim, exigimos do Governo Federal a manutenção dos acordos firmados no que se refere ao apoio à tramitação do Projeto de Lei que trata de um novo Estatuto dos Povos Indígenas e do Projeto de Lei do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), bem como a não aprovação do PL 1.610/96 sobre mineração em terras indígenas, por entender que este tema já está incorporado ao Estatuto. Exigimos ainda a imediata revogação das medidas recentes e a retomada dos procedimentos demarcatórios, tanto das terras reivindicadas pelos povos indígenas, quanto pelos quilombolas. Que a defesa dos direitos humanos, da justiça social e ambiental, apregoada pela própria presidente Dilma, se tornem realidade, em favor dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, e não apenas discurso para melhorar a imagem do Brasil junto à opinião pública nacional e internacional.

Brasília, DF, 09 de novembro de 2011.

Assinam essa carta, esse manifesto, aproximadamente mais de sessenta organizações indígenas e indigenistas. Não vou ler todas por causa do tempo, que é bem escasso. Mas, finalizando o meu posicionamento em relação a esta questão do que provocou essa audiência pública de que estamos participando hoje aqui sobre a terra indígena Maró, vem a somar com a aflição de todos os outros povos indígenas do País, que estão tanto com as suas terras demarcadas, regularizadas, como as que não estão, por todos esses fatos citados na carta, que os companheiros que me antecederam também citaram, por problemas tanto no Estado brasileiro, na União, como nos Estados da Federação, como o Pará e outros Estados, que estão nessa discussão por brigas por terras, e muitas dessas terras estão sobrepostas a terras indígenas, regularizadas ou não, é preocupante a situação por que passam todos os povos indígenas do Brasil.

Não obstante isso, não só falando desses problemas citados aqui, também temos, Presidente, a questão da saúde indígena, há vários parentes aqui que vieram também e que vão se manifestar, que vão se pronunciar em relação a isso.

Eu também sou, além de representar aqui a..., sou representante do nosso Conselho Distrital do Amapá e Norte do Pará, e estamos vendo também uma situação muito triste e calamitosa na saúde indígena de todo o País, não pelo fato da instância que foi criada hoje para assumir a responsabilidade sobre a saúde indígena, que foi discutida com os povos indígenas, com o movimento indígena, mas pela morosidade do Estado brasileiro, da União em acelerar a autonomia desses distritos de saúde indígena, a autonomia da própria Sesai, que ainda se vê patinando muito nas ações relacionadas à atenção à saúde dos povos indígenas.

Isso tudo vem de encontro às preocupações que nós, povos indígenas, estamos tendo em relação a todos esses problemas que afligem o País. A nossa preocupação é muito grande em relação a essas medidas que foram tomadas recentemente, aprovadas em portarias e em projetos de lei no Congresso, que vão de encontro aos direitos dos povos indígenas, garantidos em Constituição, garantidos em legislações correlatas como a própria Convenção nº 69, da OIT; como a própria Declaração das Nação Unidas e outras legislações internas brasileiras.

A gente, passa ano, entra ano; sai governo, entra governo e é sempre essa mesma afronta aos direitos dos povos indígenas. E isso a gente precisa, o movimento indígena, povos indígenas... nossos Parlamentares, sabemos que não são todos que compõem esta Casa que são a favor dessas atrocidades contra o direito dos povos indígenas, dos nossos companheiros quilombolas, e comunidades tradicionais. Sabemos que não são todos a favor dessas atrocidades e a gente vem clamar por um apoio.

Como bem o Senador Paim falou, e isso vemos lá na base. Índio não dá voto, mas o movimento indígena tem que ser respeitado por essa luta. E a gente vem clamar por esse apoio, clamar por esse apoio para que todas essas medidas contra o estado de direito dos povos indígenas sejam revogadas e banidas. Que a gente sente à uma mesa de negociação. Se na CNPI, que é a nossa instância, criada pelo Presidente Lula para compor uma homogeneidade de representação indígena e do Governo, para discutir os assuntos relacionados aos povos indígenas, tanto na questão da saúde, educação, demarcação de terra e outros. Que nós possamos nos reunir, se não na CNPI, mas em alguma instância em que o povo indígena possa colocar os seus assuntos, os seus problemas, os seus anseios na mesa e possamos sair com acordos, com discussões favoráveis a ambos os lados, como é feito nas instâncias de governo, nas instâncias do Poder Legislativo e nas instâncias do Poder Judiciário.

Eu acho que essa é uma das principais reivindicações nossas, do povo indígena, do movimento indígena brasileiro, a de sermos ouvidos, de voltar a sermos ouvidos, de sentarmos em uma mesa de negociação e fazer com que os direitos dos povos indígenas não sejam atingidos e retroagidos. São direitos garantidos e conquistados com muita luta e muito sangue de lideranças indígenas nossas que passaram por essas discussões nos anos passados. Temos o dever de dar prosseguimento a essa luta.

Então, a gente vem clamar, Sr. Presidente, por esse apoio e fazer com que os povos indígenas e as comunidades tradicionais e quilombolas sejam, de fato, respeitadas e os seus direitos, garantidos.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Vincentinho Alves. PR - TO) – Assumindo a Presidência, convido para fazer uso da palavra a Srª Rosane de Mattos, Presidente da Comissão Permanente da Articulação dos Povos Indígenas.

V. Sª dispõe de cinco minutos.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Somente cinco?

O SR. PRESIDENTE (Vincentinho Alves. PR - TO) – Não. São dez minutos.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Só eu sou discriminada?

O SR. PRESIDENTE (Vincentinho Alves. PR - TO) – Não. Aliás, você é minha amiga.

Portanto, dez minutos.

A SRª ROSANE DE MATTOS – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas. Obrigada à Comissão, novamente na Presidência do Senador...

O SR. PRESIDENTE (Vincentinho Alves. PR - TO) – Só um minutinho, para não haver qualquer discriminação, a senhora dispõe de dez minutos e cinco a mais...

A SRª ROSANE DE MATTOS – Obrigada.

Agradeço, novamente, o espaço da Comissão de Direitos Humanos do Senado, na pessoa do Senador

que preside esta Comissão, Paim, do Senador Vicentinho e dos demais Senadores que têm sensibilidade com a causa indígena.

Estou aqui como representante, membro da Comissão Nacional Permanente e representando a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), que congrega todas essas organizações citadas no documento – são seis organizações regionais. E também não deixei de militar no segmento de movimentos de mulheres indígenas.

Como mulher indígena... Nós, povos indígenas, como dizem nossos antepassados, e como dizem nossos velhos, e como dizem nossas lideranças, nós somos os primeiros habitantes daqui. Como as nossas lideranças falam. Nós somos os verdadeiros brasileiros – como a gente vê todos os dias sendo repetido pelas nossas lideranças – e estamos sendo tratados de uma forma desrespeitosa pelo Estado brasileiro. Porque, quando o Estado brasileiro, seja ele o Poder Executivo, o Legislativo ou o Judiciário... E eu não diria que todos, no caso desta Casa, do Legislativo, são desfavoráveis a nós, mas eu diria que, a partir deste momento, quando esses Poderes violam uma Constituição brasileira, como a da Constituinte de 1988, que foi a Constituinte da participação do povo brasileiro, onde nós, povos indígenas, conquistamos os arts. 231 e 232; quando o Estado brasileiro viola uma legislação, automaticamente ele está violando direitos, seja dos povos indígenas, seja dos quilombolas, seja das comunidades tradicionais, seja do povo brasileiro – que é a minoria; nós somos a maioria –; e nega, quando ele viola, nega os nossos direitos dentro do nosso próprio País, como indígenas brasileiros, nós vamos recorrer a quem?

Hoje, a nós, povos indígenas, só nos resta, depois de toda essa carta que foi lida, conforme decretos, medidas provisórias editadas pela Presidente Dilma, que afetam diretamente nossas vidas, nossos povos, tanto do ponto físico, como cultural, e as violências que acontecem dentro de nossas terras indígenas, e, se a Presidente Dilma vai fazer um ano que está no Poder e nunca recebeu os povos indígenas; povos indígenas do Brasil, nós só temos uma via hoje: é o Tribunal de Haia. Porque o Estado brasileiro está silencioso conosco.

E eu quero, como mulher indígena, dizer para a Presidente Dilma – ela, como mulher, que teve seus filhos – que ela repense no que ela está fazendo conosco e que nós só queremos o diálogo com ela. Nós não queremos bater na Presidente Dilma, nós queremos o diálogo, como há 500 anos nós, povos indígenas, vimos dialogando. Continuamos tentando um diálogo com a Presidente, que alguém ou alguma instituição disse para ela: não receba, não há necessidade – o próprio partido disse (...)

Senhora Presidente Dilma, o Presidente Lula pelo menos recebeu a gente, teve a dignidade de receber a gente. E a senhora? Vai ficar assim? Será que nós precisamos ir ao Tribunal de Haia para sermos recebidos pela Presidente Dilma? Só nos resta essa opção. É gritante a violência contra os povos indígenas. Estamos cansados de dizer isso, estamos cansados de fazer documentos, mas passa como se nós não existíssemos.

Presidente Dilma, o País devia se orgulhar da diversidade cultural que há de povos indígenas no Brasil: mais de 234 povos indígenas, 69 pontos geográficos de índios isolados, o que não há no mundo, mas só neste Brasil. E fazem de conta que nós não existimos, na perda e no desrespeito de uma Constituição, de uma legislação indigenista, das convenções internacionais. Eu queria saber por que o Brasil é signatário da 169, e assinou, e por que a 169 foi aprovada dentro desta Casa e não é respeitada no quesito da oitiva dos povos indígenas?

Então, nós estamos cansados de vir aqui e dizer para o Estado brasileiro da nossa situação, em todas as áreas, principalmente na vulnerabilidade em que estão os índios sem a presença do Estado brasileiro dentro de suas terras; a vulnerabilidade de um madeireiro mexer com suas filhas, de violar, de um garimpeiro, de um traficante de arma, de todos se esconderem dentro da terra indígena. Mas o Estado brasileiro só tem dinheiro para a Copa do Mundo. Bilhões para a Copa do Mundo! Será que a sociedade, o povo brasileiro não está vendo isso? E a saúde? O povo brasileiro, tanto nós índios quanto o povo brasileiro estamos passando por necessidade, mas, para a saúde, não tem dinheiro; para demarcar nossas terras, não tem dinheiro. Nós não queremos além daquilo que nos pertence, de ocupação tradicional, por onde perambularam nossos povos e por onde existem os cemitérios tradicionais.

O Estado do Pará, através do seu Instituto de Terras, como todos os Estados brasileiros, distribuiu terra para todo mundo. E, no caso da Terra Indígena Maró, ela está invadida por madeireiros, com violação, com violência contra os povos indígenas. Isso é normal, o Estado brasileiro trata como normal. E está em todos os Estados do Brasil a violência contra os povos indígenas.

No caso de terras pretendidas, como disse o nosso representante do Estado do Pará, a terra pretendida é terra conquistada através da grilagem. Ninguém desses fazendeiros ou do agronegócio tem titulação dessas terras. E essas terras pertencem aos povos indígenas da Terra Indígena Maró. Que o Estado brasileiro reconheça os seus direitos; que o Estado brasileiro desintruse essa invasão de madeireiros dentro da Terra Indígena Maró.

É isto que o movimento indígena quer: é o respeito a uma legislação. Que o Estado brasileiro respeite a legislação, e estará respeitando os povos indígenas; e que o Ministério Público Federal entre com uma ação contra essa Portaria.

E quero fazer uma queixa à sociedade brasileira, que não está participando da retalhação da Constituição Federal dentro desta Casa, sem a participação

do povo brasileiro. E nós índios estamos lutando para que a conquista dos arts. 231 e 232 permaneça. Mas nossos direitos, parentes, e para a sociedade brasileira, nossos direitos estão sendo violados. Ninguém está respeitando a Carta máxima deste País, nem as convenções, e muito menos uma legislação que trate dos nossos direitos dos povos indígenas. Portanto, o Estado brasileiro é um grande violador de uma legislação em referência aos direitos não somente dos povos indígenas, mas do povo brasileiro.

Então, é nesse sentido que nós pedimos ao Legislativo que todas essas PECs, PDLs, PDCs que estão tramitando, tanto na Câmara, quanto no Senado, que sejam inseridas no nosso Estatuto, onde está a nossa proposta dos povos indígenas, e que não sejam votados fora desse Estatuto, porque também... Se isso está acontecendo, novamente, é uma violação dos direitos dos povos indígenas.

Agradeço – já que esta é a última audiência do ano – ao Senador Paim, a esta Comissão, aos membros desta Comissão, como os Senadores e todo o pessoal que nos atende aqui, que é o pessoal da Comissão, que assessora a Comissão de Direitos Humanos – os Senadores e os membros desta Comissão.

Agradeço o bom atendimento que a gente tem tido nesta Comissão, quando a gente vem para essas audiências públicas, diferentemente do que acontece na Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da Câmara, onde nós somos maltratados e não somos escutados. Essa é uma queixa que trago ao Legislativo. Se ouvirmos as partes, temos que ouvir todas as partes. A Comissão de Agricultura da Câmara só serve para um lado, o lado do agronegócio, só o lado dos ricos; para pobre ela não serve. Essa é a minha queixa, Senador.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Pela ordem, Presidente Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Você está na Presidência. Depois que você passá-la para mim, eu falo.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Meu caríssimo Presidente e demais ilustres palestrantes, visitantes, pedi a palavra pela ordem porque, ao meio-dia, encerra-se o prazo para apresentação de emendas à Comissão de Infraestrutura, e eu tenho alguns assuntos do Governo do Estado de Tocantins para ser inserido nessa Comissão. Portanto, tenho apenas 20 minutos para ir ao gabinete, organizar as emendas e apresentá-las à Comissão de Infraestrutura.

Nesta minha rápida fala, todos sabem, nesta Comissão, da minha solidariedade aos povos indígenas do País. Inclusive, na minha cidade – Porto Nacional, em Tocantins –, estão, exatamente nesta semana, acontecendo os Jogos dos Povos Indígenas. Lá em Porto Nacional. É um momento muito interessante para a nossa cidade, Paim, porque ela foi criada em função, em razão de um conflito entre os Xerente e os bandeirantes da época. Os bandeirantes e os Xerente. Os Xerente desceram o rio Tocantins, foram para Tocantínia, e os bandeirantes atravessaram o rio e criaram o Porto da Salvação – depois, Porto Real, Porto Imperial e Porto Nacional. Portanto, é um reencontro da paz na nossa cidade. Fantástico.

Tenho, inclusive, como um grande líder dos povos indígenas, o amigo, o companheiro, o aviador – colega, porque sou aviador – Marcos Terena. Para mim, ele é uma referência nas causas indígenas deste País.

Sempre registro, Senador Paim, Presidente, e demais visitantes, a ausência do Presidente da Funai em todos os eventos. *(Palmas.)*

Modéstia à parte, nós tivemos a grata satisfação, e o destino nos reservou, como Senador da República, de requerer a 1ª Sessão Solene em homenagem aos povos indígenas. E lotamos. O Presidente Paim estava presente. Sempre ausente o Presidente da Funai. Nada contra, de ordem pessoal, mas não dá para compreender como o Presidente da Funai administra resguardado pela Guarda Nacional. Eu acho que ele tinha que estar com os povos indígenas ao lado dele, alegres, felizes. E talvez muitas dessas colocações que a Presidenta Dilma, que recaem sobre os ombros dela... Eu, como companheiro dela, quero dizer que às vezes falta a liderança à frente da Funai. Porque, se ali houvesse um grande líder, talvez a insatisfação dos povos indígenas com a Presidência da República, com a Presidente Dilma, poderia não estar havendo.

Portanto, mais uma vez, registro aqui, na Comissão de Direitos Humanos, a ausência do Presidente da Funai, que deveria estar aqui discutindo esses assuntos. Inclusive, a assessora parlamentar já se ausentou, justificando que teve que se dirigir à Comissão de Agricultura da Câmara. Aí, termina a Mesa não tendo nenhum representante da Funai.

Portanto, quero, com relação ao Secretário Nacional dos Povos Indígenas, dizer que tenho um apreço muito grande por ele. Vejo um bom empenho no Dr. Antônio Alves. Inclusive, naquilo que eu puder contribuir com a interlocução com o Secretário Nacional de Saúde Indígena, estarei à disposição. Ele esteve conosco, inclusive, em Porto Nacional. Ele está sempre presente, se esforçando para fazer o melhor.

Quero entender... Pelo que entendi aqui, Sr. Presidente, temos um conflito de várias posições do Governo Federal, incluindo o Governo do Estado do Pará, incluindo os povos indígenas, que aqui estão colocando também os seus direitos. E eu fui visitado... Ontem tive a visita de um sociólogo, o doutor... Ele até está aqui. Esqueci o nome dele.

Qual é o seu nome?

O SR. LUCINALDO BLANDTT – Lucinaldo. *(Fora do microfone.)*

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Lucinaldo, que também fez as colocações lá, de outra parte. Eu até perguntei se ele ia fazer algumas colocações

aqui. Ele disse que não foi incluído na relação. Seria bom ouvi-lo também.

Concluindo, quero sugerir a V. Exª, Presidente, que façamos uma audiência pública lá no local, porque, no meu caso, sou do Tocantins e não conheço a realidade dos fatos – estou agora tomando um pouco de informação –, mas quero muito contribuir com esse processo, da melhor forma, com o melhor senso de justiça. Sugiro a V. Exª, como membro da Comissão, Presidente Paim, que V. Exª agende, coloque em pauta nesta Comissão uma audiência pública no local, para ouvirmos todas as partes e, daí, procurarmos condensar aquilo que for de melhor para o nosso País.

Tenho um respeito, uma deferência especialíssima pelos povos indígenas, todos sabem, mas quero também observar aonde vai a responsabilidade da União, a responsabilidade do Estado, porque, pelo que vi no início desse processo, a Funai ficou ausente, parece-me, pelo parecer deles. Com isso, o Governo do Estado do Pará tomou uma posição. Então, talvez tenhamos que observar quem vai, realmente e efetivamente, assumir todo esse processo, inclusive com indenizações, porque são várias as partes envolvidas.

Desse modo, quero agradecer a oportunidade de estar aqui com todos. Quero dizer que, nessa audiência, com certeza, estarei lá, até para me aprofundar mais e conhecer melhor e detalhadamente... Imagino eu que o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Marinor, que são do Pará, e o Senador Casildo que também conhece essa causa. Eu passei a conhecer, ontem à tarde, com uma visita que eu recebi no Gabinete. De modo que fica a sugestão, fica a sugestão não, fica um encaminhamento extrapauta para uma audiência pública, que a gente possa efetivamente conhecer melhor esta situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado Senadores e Senadoras e dos demais visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Muito bem, Senador Vicentinho. Eu só peço, Senador Vicentinho, para pedir à assessoria para formular o requerimento e nós colocaremos em votação ou hoje mesmo, ou na próxima audiência.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR - TO) – E peço a permissão para que eu posa me ausentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Pois não.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Senador Vicentinho, eu sei que está se ausentando, mas, a proposição, estou vendo com bons olhos. Essa proposta de fazer essa audiência até se é possível fazer, pedir para a assessoria, V. Exª que é membro da Comissão.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR - TO) – Senador Casildo, é porque eu tenho 10 minutos para ir à Comissão de Infraestrutura, porque as emendas vencem meio-dia. Se V. Exª me permitir, eu vou ter que me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Pode ir, que nós continuamos. O que o Senador Casildo está pedindo...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB - SC) – Eu estou propondo, Senador Vicentinho é que a sua assessoria formule o requerimento para poder aprovar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Aprovamos hoje.

Eu, antes de passar a palavra aos outros convidados, o único que não usou da palavra ainda e está na nossa lista é o Carlos. Então, peço ao Carlos que venha à mesa. Faltam ainda falar o Cléber, o Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, que vai usar da palavra e o Carlos Pankararu, liderança indígena da tribo Pankararu, que vai usar também da palavra.

Eu só queria, antes de passar a palavra ao Senador Flexa, que estava inscrito, em seguida...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) - Só pela ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – Pois não, pela ordem V. Exª.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Não puderam vir vários convidados do Estado do Pará, mas se encontra presente o sociólogo Lucinaldo Blandtt. Se V. Exª pudesse abrir uma exceção e ele pudesse também usar da palavra seria importante ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT - RS) – O pedido de V. Exª aqui é uma ordem.

O sociólogo presente, a pedido do Senador Flexa. Vamos ouvi-lo também. Então teríamos ainda três convidados a usar a palavra. Só vou ler aqui a pedido do Plenário registro de presença. Edson Bacairi, do Mato Grosso, Oitá Nativa, da Cooperativa Cinta Larga, que é presidente; Elisama, que é da Cooperativa Cinta Larga; Márcio Tapuia, diretor da Escola Indígena Cacique José Borges, povo Tapuia Goiás; Sérgio Sauer, Relator Nacional dos Direitos da Terra, Território e Alimentação da Plataforma. Desses, fizemos o registro. Registramos, também, que acompanharam a audiência e estão acompanhando o Senador Flexa Ribeiro, Senador Vicentinho Alves, Senador Casildo Maldaner e a Senadora Marinor Brito. Ainda a dizer que, conforme entendimento feito com as lideranças, nós teremos, também, já falei aqui do Oton Pereira Neves, Secretário Geral do Sindisep. Nós teremos ainda a palavra, nem que seja por cinco minutos, do Paulão César – já foi combinado com as lideranças, vamos só abreviar, do Antonio Apinajé, do Wagner Karaô, do Bonfim Xerente e Eunice Tapuia, ainda usarão da palavra no momento que eu conceder o direito que o Plenário fale. Mas, neste momento, antes de passar a palavra para o Cleber, em seguida, para o Carlos, é a Senadora Marinor que tinha pedido a palavra. Em seguida, concluímos com o Cleber e o Carlos em nome dos painelistas. E, naturalmente, o sociólogo. Eu pediria até que ele tivesse um espaço aqui na mesa, já que é uma indicação do Senador. Os outros falarão

do plenário, conforme combinado. Como é o nome do sociólogo? Sociólogo Lucinaldo Blandtt, por favor, que venha à mesa. Nós nos aproximamos aqui e o sociólogo vai ter direito à palavra.

Senadora Marinor Brito.

A SRª. MARINOR BRITO (PSOL - PA) – Senador, eu agradeço. Queria saudar os povos indígenas, as populações tradicionais, em especial os que demandaram essa audiência pública. Quero agradecer, mais uma vez a sensibilidade do Senador Paulo Paim com esta causa, esta luta pela defesa dos povos indígenas, das populações tradicionais, em especial, neste caso que nós estamos tratando com muita preocupação a situação dos povos indígenas do oeste do Pará.

O Senador Paulo Paim tem sido testemunha e parceiro em vários momentos de realizações de audiências e de debates, com a nossa preocupação de apresentar ao Governo Federal, às instituições públicas deste País, os relatos sobre as dificuldades gerais e as situações de violações de direitos humanos, que tem ocorrido e se intensificado nesses últimos anos no nosso País, nas regiões de terras indígenas.

Muitas situações são decorrentes da falta de responsabilidade política do Governo no processo de demarcação das terras indígenas. Muitas por negligência, acomodação e conivência com os órgãos que deveriam estar tratando com compromisso constitucional a garantia dos direitos dos povos indígenas. E aqui eu não vou deixar de fazer referência, Senador Paim, à Funai, ao Ibama, à FCP, que se transformaram, neste País, em meros carimbadores de atividades e projetos exploratórios em áreas indígenas no País.

Eu estive, há mais ou menos duas semanas, junto com os índios Caiapós e outras etnias, numa região paraense também, em Altamira, confirmando o tratamento que essas instituições tem dado. E o Governo brasileiro, com a falta de diálogo, de respeito às instâncias, à legislação brasileira para atender os interesses exploratórios no caso específico da usina de Belo Monte. E pudemos constatar a miserabilização dos indígenas, dos pescadores, dos quilombolas daquela região.

Alguém aqui pode dizer que alguém vive uma situação de dignificação humana quando tem que se humilhar por uma cesta básica, ou um prato de comida, ou uma Bolsa Escola, ou uma Bolsa Família? É possível dizer que existe dignificação humana quando as populações indígenas não tem dente? Não tem o direito do tratamento à saúde. Essa é uma realidade nacional, mas é uma cruel realidade amazônida.

E é preciso, Senador Paim, não só denunciar mas cobrar das autoridades. As ameaças por conta da criminalização dos movimentos sociais e das lutas neste País viraram balela no debate racional. E, no entanto, nós estamos lá no Pará sofrendo ameaças de morte. Está lá, inclusive, o cacique Dadá, que luta no movimento em defesa da vida e da cultura do rio Arapiuns sendo ameaçado. Eu queria deixar aqui o compromisso político do nosso mandato enquanto ele durar porque inclusive hoje deve estar entrando da votação extrapauta da Suprema Corte do País a votação do embargo de declaração pedido pelo ex-Deputado Jader Barbalho, que a depender da decisão da Suprema Corte, poderá estar assumindo aqui no nosso lugar uma vaga no Senado Federal. Mas independente de estar ou não, o nosso compromisso com esta causa vai permanecer firme. Como Presidenta do PSOL estadual no Pará eu não negligenciarei minha tarefa política em defesa dos povos indígenas, em defesa das populações tradicionais deste País e daquela região em especial. E queria aqui apelar ao Governo paraense, apelar porque essas denúncias já foram feitas, Senador Paim, já foram protocoladas. A cada Governo as comunidades indígenas protocolam as mesmas denúncias, na esfera municipal, na esfera estadual, na esfera federal, nos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, e a situação da população indígena continua degradante, humilhante, vexatória.

Queria aqui apelar e concordar com a proposta feita pelo Senador Vicentinho. Que a gente marque uma audiência na região. Vamos levar as autoridades, vamos ver o compromisso da Funai, vamos ver o compromisso dos órgãos que estão responsáveis pela Constituição Federal de travar esse debate. Vamos fazer o contraditório, vamos encontrar as saídas para enfrentar essa situação, ou nós vamos estar fadados, como muitos indígenas estão neste País hoje, a parar de sonhar com um mundo justo, com um mundo livre, com um mundo fraterno onde a condição humana tenha privilégio, tenha a possibilidade de preponderar sobre a ganância, o lucro, a exploração, que tem tomado conta deste País.

Eu pedi para falar antes porque estou com quatro comissões, estou com emendas no Plano Plurianual, relativa a esta comissão, relativa à Comissão de Educação porque estou apresentando 10% do PIB para a educação. Na Comissão de Economia, acabei de aprovar uma emenda para transparência no pagamento da dívida pública, porque essa famigerada dívida pública, que leva mais de 50% do Orçamento da União, como levou em 2010, é a grande responsável por não ter recursos para que as populações tradicionais indígenas, os pobres deste País tenham uma vida humana digna, que não vivam a mendicância de uma bolsa, que não vivam a mendicância do desemprego, e que não exponham os seus filhos, as suas filhas à prostituição infanto-juvenil ou às drogas.

Quero deixar o meu abraço fraterno, vou me somar ao requerimento para que a gente faça na região uma audiência pública, mobilize a população e a gente possa de lá tirar frutos para enfrentar não só essa situação de ameaças imediatas mas de violação de direitos que, historicamente tem sido cometido contra as populações indígenas.

Um abraço e muito obrigada, muita luz para vocês e força na luta. (Pa*lm*as.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor Brito. Pelo que percebo já entendimento de parte de todos os Senadores, Senador Flexa Ribeiro, Senado Vicentinho, Senadora Marinor Brito, Senador Casildo Maldaner, que se faça o requerimento. Então, eu peço aqui à assessoria da Comissão e do Gabinete que formulem – já estão fazendo – para que a gente aprove o requerimento ainda nesta reunião da audiência pública e que a data será combinada com as lideranças para que Comissão desloque para aquela região.

Vamos, de imediato, passar a palavra, então, ao Cleber César Buzatto, Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, depois para o Carlos e, por fim, o sociólogo Luciano também vai usar da palavra.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – Bom dia a todos e todas. Cumprimento o Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direito Humanos. Cumprimento os demais Senadores presentes, que já passaram também aqui pela audiência e, também, em especial cumprimentar todos os representantes, lideranças dos povos indígenas, que estão participando desta audiência, que já falaram e que ainda vão expressar a sua fala neste importante oportunidade que estamos tendo.

Inicialmente espero ser bastante breve, mas não posso deixar de fazer um comentário avaliativo em relação às preocupações que nós socializamos junto com mais de 60 organizações indígenas, Sr. Presidente, mais de 60 organizações indígenas que subscrevem esse manifesto que foi lido pelo representante da Apib, Koiab, aqui nesta audiência.

Isso não é pouca coisa, isso, no nosso ponto de vista, constitui-se num momento histórico do movimento indígena, indigenista, também, no nosso País. Não é fácil reunir sob um único documento a representação de cerca de 200 povos indígenas, que são representados por estas 65 – se não me engano, até o momento – organizações indígenas que subscrevem esse documento. Certamente, outras ainda subscreverão porque ao foi possível, em razão da dimensão do nosso País, contatar com todas elas.

Isso demonstra que a avaliação que nós temos, enquanto organização indigenista, de assessoria também junto aos povos indígenas, ela se fundamenta. No nosso entendimento, estamos bastante preocupados e queremos, nesta comissão, neste momento, demonstrar essa preocupação e tornar pública essa preocupação, porque, no nosso entendimento, a implementação do projeto desenvolvimentista da forma como está sendo levada a cabo, no Brasil, na atual conjuntura, mais do que colocar em risco, na prática, está atingindo o âmago do estado democrático e de direito neste País. Em função desse projeto desenvolvimentista, uma espécie de uma nova marcha para o Norte – referência à marcha para o oeste – tudo é justificado, inclusive o desrespeito, como bem frisou o documento, o manifesto lido e na fala, também, da representante do povo Kaingan, da Apib, Rosane Kaingang, inclusive o desrespeito à legislação brasileira, da Carta Magna, a Constituição, às normas infraconstitucionais.

Nesse sentido, entendemos que parece que estamos diante de uma espécie de Estado absolutista, uma espécie de ditadura do poder econômico, uma espécie de ditadura do capital. Tudo é justificado em função desse desenvolvimentismo e aí os povos indígenas, as comunidades quilombolas, meio ambiente, são vítimas desse processo e estão sendo atacados de forma, como diz o documento, cruel, perversa, nesses últimos tempos. Achamos importante salientar para iniciar a conversa.

Eu quero fazer referência, aproveitando a ocasião, há três situações que julgo, neste momento, mais emergenciais. Todas as questões já foram tratadas no documento, mas são fundamentais: chamar a atenção desta Comissão e indicar para que esta comissão tome providências propositivas no sentido de superar essa realidade, que são situação de violação dos direitos humanos, que, no nosso entendimento, não são admissíveis no nosso País.

Uma delas é relativa a situação de calamidade no plano da Saúde, em âmbito nacional, mas, de forma especial, quero destacar aqui o caso do Vale do Javari; falta de equipes médicas, falta de medicamentos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Peço a assessoria que dê um destaque às três solicitações que o Cléber está colocando.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – Como eu dizia, falta de medicamentos, falta de equipes, falta de pessoal têm produzido nos últimos anos uma situação que já está sendo divulgada e foi entregue, inclusive, um diagnóstico agora por entidade indigenistas também ao Secretário Antonio Alves, da Sesai; uma situação de endemia de hepatite junto à população dos diversos povos que residem na terra indígena do Vale do Javari. Já foi denunciada a situação várias vezes pela Unijava, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari.

Senador, os dados demonstram que 85% da população indígena do Vale do Javari está infectada, contaminada pelos vírus da hepatite A, B, C e D, principalmente. Óbitos semanais têm atingido aquela população em função disso, inclusive de crianças e adolescentes. Isso não é aceitável, nós não podemos aceitar esse tipo de situação em nosso País; e precisamos que o Estado brasileiro, por meio dos seus instrumentos, das suas esferas públicas, tome as providências emergenciais para resolver isso, dar uma resposta aos povos indígenas que estão sofrendo e enterrando os seus entes queridos todas as semanas, para não dizer quase todos os dias naquela região, como em outras e não vamos aprofundar neste momento. Inclusive, há poucos dias, junto com as organizações indígenas lá do Vale do Javari, especialmente a Unijava, o Conselho Indigenista Missionário e outras organizações, foi lançada uma campanha pública – estou aqui com uma camiseta para fazer referência – para chamar a atenção da sociedade brasileira, do Governo brasilei-

ro, das instâncias governamentais, inclusive no campo internacional, para que o Estado brasileiro dê atenção e dê uma resposta às populações a essa situação de gravidade.

Outra situação que eu quero trazer novamente aqui, que nós julgamos de extrema violência, nós temos... E por falar em violência, o Cimi tem divulgado os relatórios anuais de violência contra os povos indígenas no ano de 2010, em âmbito nacional. Cerca de 60 indígenas foram assassinados. Neste momento, eu faço referência mais especifica ao caso vivido pelos indígenas que vivem em acampamentos de beira de estrada, de beira de rodovias, especialmente no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul. Acho que esta comissão já ouviu falar de toda essa situação, mas não podemos passar em branco e deixar de tratar novamente dessa situação, porque a situação não foi resolvida, a situação continua calamitosa, continua grave ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cléber, se você me permitir, eu queria já de público te convidar para que, na próxima segunda-feira, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, nos acompanhar lá com esta Comissão, com todo aparato do Senado: Rádio, TV, Jornal para um debate da questão Quilombola em relação ao Rio Grande e, naturalmente, também, queremos tratar da questão indígena. Seria fundamental que tivesse um representante, no mínimo, lá para aproveitar aquele espaço lá do Dante Barone, para que a gente trate com o mesmo carinho que estamos tratando aqui.

Eu vou descontar do seu tempo Cléber. Por exemplo, queriam que eu estivesse agora lá no debate da CCJ, do item nº 8. O item nº 8, os companheiros da Educafro estão aqui e foi pedido vista e tratava das quotas na universidade – negros, índios e pobres.

Então, não estou lá porque foi pedido vista. Mas, quando for votado, estarei lá e podem ter certeza Educafro, enfim, os pobres, índios e negros que os estarei defendendo, e estou aqui tratando com o mesmo carinho. Toda situação de pobres, negros e índios, sejam brancos ou não eu estarei defendendo.

Então, queria convidá-los para que vocês estejam lá, na próxima segunda-feira, dentro do possível, pelo menos um representante que fale o que você está falando aqui, inclusive, como você lembrou aqui, do Rio Grande do Sul.

O SR. CLEBER CÉSAR BUZATTO – Obrigado, Paulo Paim. Desde já agradecemos o convite e confirmamos a participação do nosso colega nosso Roberto Liebgott, Vice-Presidente do Cimi, que atua na equipe Porto Alegre, da regional sul do Cimi estará participando e já comentou que está em contato com assessoria nesses preparativos.

Então, em relação à situação desses povos que vivem em acampamentos, especialmente no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, e aqui fazendo uma referência especial ao caso do Mato Grosso do Sul, é necessário que o Estado brasileiro avance nos processos de reconhecimento e demarcação dos territórios das terras indígenas, principalmente dos povos guarani-kaiowá e terenas no Mato Grosso do Sul.

O Cimi lançou, na semana passada, em Campo Grande, um relatório específico, um relatório de violências contra os povos indígenas no Mato Grosso do Sul, específico sobre a questão, e os dados são aterrorizantes. O senhor pode ficar com um exemplar e tem outros exemplares para serem distribuídos a quem tiver interesse.

Esse relatório demonstra, Senador, que nos últimos oito anos, apenas três ou quadro dados, para chamar atenção da gravidade: primeiro, em âmbito nacional, nos últimos oito anos, de acordo com o levantamento do Cimi, 452 indígenas foram assassinados, lideranças indígenas foram assassinadas, 452 lideranças indígenas assassinadas no País nos últimos oito anos, no período de 2003 a 2010, porque 2011 ainda não foi contabilizado.

No Mato Grosso do Sul, no mesmo período, dos 452 indígenas assassinados, 250 foram do Mato Grosso do Sul, ou seja, mais de 50% dos casos de homicídios ocorridos em âmbito nacional de lideranças indígenas.

No Mato Grosso do Sul, em 2003, a mortalidade infantil atingiu uma média de 93 casos por mil nascidos vivos, enquanto que a média nacional e de aproximadamente 23 casos por mil nascidos vivos.

No Mato Grosso do Sul, nos últimos oito anos, cerca de quatro mil crianças sofreram com desnutrição. Quatro mil crianças indígenas!

Um dos que é extremamente grave é que as poucas áreas que foram reservadas aos indígenas do Mato Grosso do Sul, especialmente o povo guarani-kaiowá, áreas extremamente reduzidas e populosas, que temos chamado de verdadeiro campo de concentração, que colocam em situação de extrema violência aquela população. No caso específico da terra indígena de Dourados, os dados de homicídios atingem uma média, por cem mil habitantes, maior inclusive do que é verificado na guerra do Iraque. Na caso da terra indígena de Dourados há uma média de 145 homicídios por cem mil habitantes.

No Brasil, a média é de aproximadamente 24,5 por cem mil e no Iraque, em situação de guerra, é de 93 por cem mil. Então, nós temos ali uma situação de verdadeira guerra em função dessa concentração populacional.

Para o senhor ter uma ideia, terra indígena Dourados, com pouco mais de 3 mil hectares, tem mais de 13 mil indígenas vivendo naquela área. Isso não é admissível, enquanto que a Funai, mesmo com um TAC assinado no ano de 2007 com o Ministério Público federal, comprometendo-se a agilizar os procedimentos de demarcação, de reconhecimento das terras dos povos guarani-kaiowá, naquela região, até o momento não publicou sequer um relatório de identificação e de delimitação dessas terras dos grupos de trabalho que foram criados nos anos de 2008 e 2009.

Então, nós entendemos que é uma situação urgente, emergencial, e ali tem acontecido situações, inclusive, ainda mais graves porque os indígenas, em função dessa concentração, em função dessa paralisação dos procedimentos administrativos de regularização de suas terras, eles não encontram outra saída. Muitos acabam se suicidando. É o maior índice de suicídios indígenas no Brasil. Também ali no Mato Grosso do Sul, os dados estão também presentes no relatório.

Mas outra iniciativa que os indígenas têm para tentarem ver alguma solução, alguma reação do Estado brasileiro, frente à inoperância do Estado brasileiro para reconhecer os seus direitos é eles próprios partirem para o que eles chamam de retomadas de seus territórios, de seus tekoá, principalmente no caso dos guarani-kaiowá. Então, com suas famílias, muitas vezes, grupos familiares retomam, ingressam nas fazendas e aí tem toda uma situação de violência, inclusive o que a gente pode chamar de forças paramilitares, que recebem o nome de seguranças privadas e que atacam. Nesses últimos anos, não foi uma nem duas vezes, foram várias situações já denunciadas publicamente pelo Cimi, por outras organizações em âmbito nacional, internacional, atacam os indígenas na calada da noite, de madrugada, com tiros.

Há dois meses, uma comunidade foi atacada por esses "seguranças" com uma série de tiros, com munição calibre 12, balas de borracha, que nós entendemos como uma munição específica e controlada forças policiais. Mas, foram atacados durante a madrugada, durante a noite, tiveram que fugir. Ficaram vários dias sem contato. Essas situações, nós entendemos, não são toleráveis, o Estado não pode tolerar. Acho que esta Comissão tem tudo, inclusive no caso do Mato Grosso, fazer uma diligência no local, visitar esses acampamentos, essas áreas e essas lideranças que foram atacadas e que estão sendo atacadas lá no Mato Grosso do Sul.

Justamente esse ponto tem relação também com o que está acontecendo na terra indígenas Maró, que é a questão da invasão e depredação de territórios dos povos indígenas. Eu já falei na audiência do dia 31, no dia que se tratou sobre o Código Florestal, mas essa é uma situação que tem se alastrado em âmbito nacional. Como todos sabem, a maior parte das terras indígenas no Centro-Oeste do País está cercada por grandes fazendas. Aí tem todo o debate sobre o uso de agrotóxicos, que tem atingido as populações noutras regiões também.

Não se contentando com o entorno, em muitas situações e muitas regiões os madeireiros e outros grupos econômicos estão adentrando sobre as áreas já, muitas delas, demarcadas. E aí tem situações recorrentes no Mato Grosso, como a terra indígena Maraiwatsede, que está já com o processo finalizado, praticamente, de demarcação, mas está ainda ocupado. Mas outras situações inclusive, e aí que quero chamar atenção, de forma especial para o caso do povo indígena Awá-Guajá, novamente, no Maranhão. O documento, o manifesto que foi lido já faz referência a esse caso, mas não podemos deixar de falar. Os Awá-Guajá, no Maranhão, nas terras indígenas araribóia e karu, estão sendo literalmente caçados dentro dos próprios territórios indígenas por madeireiros e outros grupos econômicos que tentam grilar aquela terra. Caçados, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, principalmente os grupos de Awá, que ainda não foram contatados, porque os Awá-Guajá têm um recente grupo recém-contatado, há poucos anos fez contato. Mas, dentro desses territórios existem grupos que não fizeram contato ainda, e esses grupos estão tendo todo o seu habitat, o seu espaço de sobrevivência destruído. E, não se contentando em destruir os espaços onde eles sobrevivem, caçam, coletam, retiram água etc., estão acontecendo situações de ataques, inclusive um caso em que já foi registrada a ocorrência, em que um indígena foi baleado, foi atingido. Nesse caso não faleceu, mas foi atingido. Há poucos dias a equipe do Cimi está na área para comprovar a informação de que vestígios de um acampamento de índios isolados teria sido atacado. Inclusive, com a notícia de que poderia ter vestígio de uma criança, um adolescente, que teria sido morto, uma questão que está ainda sendo analisada, comprovada. Então, queremos mais uma vez chamar a atenção para essa situação das invasões, especialmente nesse caso dos Awá-Guajá. Senador, tem outras lideranças, é importante que falem. Agradeço mais uma vez pela oportunidade. Espero que a Comissão prossiga nesse debate e que continuem tomando as providências. Nesse caso específico, acho que podemos depois ver uma forma de representação, por exemplo, no caso do Vale do Javari, representação à Sesai, alguma iniciativa para que esses órgãos se sintam mais pressionados pelo Poder Legislativo brasileiro a assumirem as suas atribuições e também nos demais casos, no caso da Funai, no Mato Grosso do Sul e em outras regiões, para que dê seguimento aos processos de reconhecimento das terras desses povos e, nesse caso dos Awá-Guajá, como outros que já foram citados aqui, as forças sejam usadas para combater, digamos assim, as invasões aos territórios indígenas. Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Cléber César Buzatto, Secretário

Executivo do Conselho Indigenista Missionário, que nos relatou fatos que chocam a todos. O tipo de relato que o Cleber faz a gente via em filmes e ficava, com certeza, chocados com a forma com que os Estados Unidos da América caçavam covardemente os índios. Que isso esteja acontecendo hoje no Brasil é inadmissível, é um verdadeiro filme de terror. Calculem vocês as pessoas invadirem suas casas caçando homens, mulheres e até crianças, pela forma com que foi dado o relato, não importando se é bala de borracha. Calculem o terror que cria na cabeça de cada homem, de cada mulher que está ali na sua terra, na sua aldeia, sendo caçado covardemente como se fosse um animal irracional. Por isso que você tem razão. Acho que, mediante os dados que você coloca, a Comissão terá de depois fazer uma reunião de trabalho para encaminharmos uma série de ofícios, porque não dá para ouvir tudo isso, encerrar a sessão e ir embora. Acho que vamos ter de sentar, ver com o pessoal da Comissão, fazer um grupo de trabalho e encaminhar uma série de ofícios à Polícia Federal, à Segurança Nacional, às áreas correspondentes, porque alguma coisa tem que ser feita; não dá para ir para casa e dormir o sono dos justos ouvindo tudo isso e fazendo de conta de que só ouviu e termina por aqui.

Acho que nós vamos ter que dar uma sentada, depois, com o Cimi e eu me comprometo formularmos alguns ofícios e encaminharmos desde a Presidência da República... Eu me refiro a vocês todos; peguei em cima da tua fala, que ouvi integralmente.

Agora, vou passar a palavra ao Sociólogo Lucinaldo Blandtt, para que ele use o tempo para expor o seu ponto de vista. E por fim, o Carlos, liderança indígena da tribo Pankararú.

O SR. LUCINALDO BLANDTT – Bom dia a todos Srs. Senadores, na pessoa do Sr. Presidente, demais presentes, especificamente, também, para as lideranças indígenas e representantes dos movimentos indígenas aqui.

Eu quero ser breve na minha informação, especificamente.

Bem, primeiro fazer uma apresentação sobre os trabalhos específicos que venho desenvolvendo junto às populações tradicionais, à comunidades tradicionais da Amazônia, trabalhos que já foram desenvolvidos no Amazonas e em outros pontos do Pará, na área de Portel, na área de Tucuruí. Há quatro meses que venho desenvolvendo um estudo de identidade cultural, um estudo de desenvolvimento socioeconômico para as populações tradicionais, relacionado às comunidades que estão em pauta e que, infelizmente, não foram convidadas, não estão presentes, que é a Cachoeira do Aruã, Sociedade dos Parentes, São Luiz do Aruá, Monte Sião e São José II. A região do Arapiuns é formada por catorze comunidades e três delas têm uma demanda de discutir uma pauta de criar uma área de território indígena e demais onze têm um outro padrão de comportamento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só para dizer aos companheiros que estão que se sentem aqui, as cadeiras estão vagas, fiquem à vontade.

Por favor.

O SR. LUCINALDO BLANDTT – Só lembrando, a Comunidade de Cachoeira do Aruá tem 119 anos de registro de ocupação na área, ou seja, caracteriza uma população tradicional e que, na verdade, tem isso como elemento sociológico muito claro, se caracteriza como uma instituição social que chegou, ocupa a região desde o período da exploração da borracha, de ocupação das áreas do Arapiuns.

A pauta específica é que os estudos que estão sendo desenvolvidos nessa região, especificamente sobre o desenvolvimento dessas comunidades, acompanhando, por exemplo, as interferências das empresas madeireiras que se localizam nessas áreas e que algumas têm ações, outras não têm; são ações sociais diante dessas onze comunidades, em particular sete dessas que eu acompanho há quatro meses, a pauta principal deles, na verdade, reforça o que a Rosana de Matos colocou anteriormente, o que a Senadora Marinor colocou anteriormente, e que é reforçado pela solicitação do Senador para que haja uma ampliação dessa discussão, porque não estão aqui presentes, e hoje eles têm dúvidas sobre o que realmente está ocorrendo nessa região, que de certa forma a criação da área de terras indígenas comprometem, também, a preocupação de desenvolvimento que eles estão tendo. Então, a necessidade de interpretação sociológica como um direito de todos, como a Rosane colocou muito bem para todos nós, é a necessidade de que todos possam participar e opinar, dar seu parecer, suas informações sobre todos os elementos que estão sendo colocados, os prós e os contras, as infelizes inadimplências das representações do Estado nessas ações e como, por exemplo, com a criação ou não dessa terra indígena, vão viver exatamente essas outras onze populações tradicionais que são características tradicionais dessa área – uma delas tem 119 anos de ocupação, que comprovam que sua origem tem ligação com os chegantes da época da borracha, que herdam uma herança cultural, mas uma herança cultural construída pela ambientação e que na verdade tem grande dúvida.

Hoje, o meu trabalho junto dessas comunidade específica – não acompanho as onze, na verdade, apenas essas sete – , a grande interrogação que eles fazem é: e agora, se de fato isso se concretiza com as populações indígenas para as três comunidades que buscam esse interesse, como eles irão diretamente estar incluídos ou excluídos desse processo de desenvolvimento local?

Então, como eu falei, de uma forma breve, essa é a pauta que eu queria colocar para que todos tenham informação de que essas populações tradicionais que estão lá deveriam ser ouvidas, deveriam ser escla-

recidas sobre todo esse processo que de uma certa forma os envolve.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, sociólogo Luciano, que nos trouxe uma série de esclarecimentos sobre a região.

Agora, como último convidado da Mesa, eu quero só dizer que o Sérgio Sauer, relator nacional sobre direitos humanos à terra, território e alimentação, havia dito que não queria usar a palavra, que eu apenas o citasse. E me parece que agora ele mudou de opinião... se quiser falar, não há problema. Aqui falar é bom, ainda mais você que estava convidado.

Então, se o Sérgio também...convido para sentar ao lado do Senador Flexa, que vai usar a palavra logo após o Carlos Pankararu.

Aí, Carlos, é com você agora. Tem dez minutos, com mais cinco.

O SR. CARLOS PANKARARU – Meus agradecimentos a todos que aqui se encontram para esta audiência pública, Senador Paulo Paim e a todos que aqui se encontram.

Complementando o que o nosso amigo Cléber falou, realmente a questão de Mato Grosso do Sul Guarani-Kaiowá, é isso que ele falou, a coisa é séria, não é brincadeira, eu estive lá e vi como é a situação. Eu ia até falar sobre Mato Grosso do Sul, mas como ele já falou tudo, não tem mais necessidade que eu fale.

Iniciando a minha fala, Senador Paulo Paim e todos que aqui se encontram, do meu ponto de vista, parece que o Brasil ainda não terminou de ser descoberto. Parece que ainda existem os bandeirantes, parece que ainda existe a Coroa Portuguesa. Só mudaram as armas; em vez dos rifles e espingardas, estão usando a caneta e o papel. Os bandeirantes que usavam farda, hoje estão usando gravata e paletó dentro do Congresso Nacional. (*Palmas*.)

Essa é a realidade que estamos vendo. Parece que quando a última tribo indígena do Brasil, aquele que ainda não fala português, quando todos eles forem dizimados, os madeireiros e os garimpeiros violarem e matarem o último índio no Brasil, aí realizou-se o descobrimento do Brasil para homem branco, o Congresso Nacional deste Brasil.

Eu acredito que o Brasil ainda não terminou de ser descoberto como falam porque é uma invasão assim como está sendo dos territórios indígenas. Aquilo que se fala ser descobrimento do Brasil, que hoje ainda é e todos nós sabemos que o Brasil já estava descoberto por nossos antepassados. Nós sabemos que a mineração em territórios indígenas, de autoria do Sr. Romero Jucá, que já foi Presidente da Funai. Então, o que acontece? A Funai – foi falado aqui – que está reconhecendo indígenas. Se a Funai não está nem aí com os que já são reconhecidos, como é que vai estar aí para os nossos parentes que querem ser reconhecidos pelo Governo? Nós estamos aqui agora e talvez os nossos parentes estejam sendo atacados lá no setor Noroeste agora, porque estavam previstas operações policiais e as empresas entraram agora no Noroeste ao meio-dia.

Nós estamos aqui conversando e nossos parentes talvez estejam lá sofrendo a maior pressão.

Quem da Funai, desde esses tempos que estão rolando, não foi um da Funai para ver como está a questão do Noroeste. E é papel dela porque é índio que está lá. E se eles estão lá é porque a Funai fez um laudo. Se ali não for terra indígena, a culpada é a Funai porque fez um laudo e disse que ali é terra indígena. Se algo acontecer, de um militar ou qualquer um matar um índio lá, a culpa será do Sr. Márcio Meira, porque foi ele que fez o laudo do Santuário dos Pajés.

Eu não entendo também porque o Senado Federal, a Presidente Dilma segura esse homem na Funai, se sabe da situação que está acontecendo, se tem provas. Se os índios do Brasil, como eu falei mais cedo, se o acampamento indígena Revolucionário, há tempos, pediu a saída desse homem, que modificasse e não aceitaram porque acharam que era minoria. Veio o acampamento Terra Livre e pediu a mesma coisa, com 700 lideranças. Então, o Brasil se completou, pedindo a saída desse homem.

Por que o Congresso Nacional não tem poder de tirar? Por que a Câmara dos Deputados não tem poder de tirar? Por que esse homem está aqui, acusado pelo Ministério Público Federal de roubo?! Está aqui, quem quiser ler, pode ler. Quando era secretário no Ministério da Cultura.

Eu tenho ordens bancárias pela administração de Paulo Afonso – eu não estou com elas aqui agora –, quando nós estávamos acampados aqui na Esplanada, ordens bancárias que ele pagou, que dá mais ou menos R$100 mil, lideranças para deixar o acampamento, para deixar o movimento ir embora. Eu quero entregar isso ao Ministério Público Federal na imprensa em nível nacional. Tenho também um dossiê pesado de violações e desvio de verbas pela administração em Cacoal, Rondônia. Tudo isso tem que ir para a imprensa, para mostrar quem é o Sr. Márcio Meira.

Quero que a Srª Dilma Rousseff não segure esse bandido na Funai, porque eu tenho prova e os índios do Brasil, o movimento indígena vai vir com peso. Assim como sai Ministro, assim como saem autoridades por desvio de verbas, então, analise e olhe bem direitinho quem é que está na Funai. Porque quem está dizendo aqui não sou eu, é o Ministério Público Federal.

Essas são as minhas palavras e deixo os meus agradecimentos a todos. Me desculpem se faltou mais alguma coisa.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –SP) – Fizemos o debate democrático no campo das leis, como estamos fazendo neste momento, permitindo a todos que coloquem o seu ponto de vista.

Agora, para retirar ou não retirar o Presidente da Funai não depende do Legislativo e, sim, do Execu-

tivo. Só para ficar claro a todos. Essa é uma decisão do Executivo.

Neste momento, a não ser que os Senadores queiram usar da palavra, eu ainda passaria a palavra por cinco minutos a cinco lideranças, mas antes, conforme combinado, nós passaríamos ao último painelista, que é o Sérgio Sauer.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT –SP) – Senador Casildo Maldaner, com a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, estão colocando para a gente aqui... De um lado, falou o representante do Iterpa e o sociólogo Luciano. Se pudesse ouvir também, após o Dr. Sérgio, o engenheiro florestal Guilherme Carvalho. Se ele pudesse fazer algumas considerações também. Essa foi uma solicitação que chegou. É o engenheiro florestal Guilherme Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Maldaner, o pedido de um Senador à presidência não tem como recusar, como acatou o pedido de cinco companheiros aqui no plenário, cujas falas não estavam previstas. Todos vão falar: o César, o Antônio Apinagé, o Wagner, o Maró, o Bonfim Xerente e Eunice Tapuia.

Então, neste momento, passo a palavra ao Sérgio e, em seguida, à indicação aqui colocada pelo Senador Casildo Maldaner.

Sérgio, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SAUER – Senador Paulo Paim, demais Senadores, gostaria de agradecer imensamente a oportunidade. O senhor, como Presidente desta Comissão é reconhecida e publicamente um defensor do direito das minorias e por isso a oportunidade desta audiência é importante, em especial para os povos indígenas que aqui estão, mas também para o povo borari, que está na região de Santarém.

Ao lhe agradecer a oportunidade, rapidamente eu gostaria de justificar por que a gente não veio inicialmente para a mesa. Como doutor em Sociologia, professor da UnB e Relator Nacional do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação, ficamos desconfortável, porque não conseguimos trazer uma liderança borari. Este seria o primeiro espaço público em que esse povo teria o direito de se manifestar publicamente, portanto, entendíamos que era simbólico que eles falassem por eles mesmos, agora reconhecidos por um órgão oficial do Governo brasileiro, que é a Funai, como povo indígena. Esta tem sido parte da luta deles: serem reconhecidos como povo indígena. Portanto, um descendente de alemão, gaúcho, professor da Universidade de Brasília falar em nome de um povo não seria o mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Você não é gaúcho? Gaúcho é um pedaço enorme do Brasil. Esse é o meu bairrismo, viu, pessoal. Só para descontrair. Pode falar aí, professor.

O SR. SÉRGIO SAUER – É verdade, mas é importante a gente deixar claro que não tem nenhuma restrição em relação à audiência, ao contrário, nós e a Plataforma de Direitos Humanos, que congrega mais de 40 organizações, movimentos em defesa dos direitos humanos, apoiam essa pauta, apoiam a luta dos povos indígenas deste País pela garantia dos seus direitos. Mas entendíamos que era fundamental a presença de uma liderança borari. Gostaria até de mencionar a principal liderança, o cacique Dadá, que já foi mencionado duas ou três vezes aqui. Ele está ameaçado de morte e sob a proteção federal, porque a situação lá é bastante complicada. O vice-cacique escapou recentemente de um atentado. Ele sofreu sérias agressões por quatro ou cinco pessoas uma noite dessas a uns seis meses atrás e escapou por um detalhe: ele caiu no rio e conseguiu nadar até um local.

O que eu estou tentando dizer? O primeiro elemento da minha fala, nesta audiência, é que o reconhecimento do direito do povo borari da terra indígena Maró de ser indígena não é um processo simples como o Cleber, do Cimi, e os outros que me antecederam mencionaram a problemática da violação dos povos indígenas, inclusive ameaças de morte, atentados contra a vida de algumas lideranças, como essas duas que acabei de mencionar.

Mais uma vez agradeço a oportunidade e vou rapidamente me manifestar como relator do Direito ao Território. Algumas pessoas que me antecederam, como o representante do Iterpa e o próprio sociólogo, eu gostaria de me contrapor com alguns elementos, porque estivemos, como relator, duas vezes na terra indígena, quando fomos ouvir as lideranças, ouvir as comunidades locais, ouvir lideranças inclusive sindicais, representantes da Comissão Pastoral da Terra e outras pessoas na região sobre a realidade antes da publicação do relatório da Funai. Vários desses elementos de violação de direito estão bastante presentes naquela realidade local, na Gleba Nova Olinda I, entre eles, violações como, por exemplo, extração ilegal de madeiras na área que é hoje já reivindicada pelo povo indígena borari. Então o primeiro elemento central para a Plataforma de Direitos Humanos e para esta relatoria é de que é uma conquista do povo brasileiro, é uma conquista da nação brasileira o direito à autodeterminação. Muitos que estão aqui sentados sabem exatamente o que essa luta significou no passado, antes da Constituição de 88, e o que ela significa depois, por esse reconhecimento. Então este é um ponto fundamental, um ponto de partida do qual qualquer entidade de direitos humanos e de defesa dos povos indígenas não pode abrir mão: o direito de se autorreconhecer e se autodeterminar como indígena. E essa é a primeira e grande luta do povo borari lá na região da Gleba Nova Olinda. Isso é fundamental a gente entender como uma conquista da sociedade brasileira, ou seja, um grupo humano, um grupo social dizer: nós somos indígenas. Esse é o elemento mais fundamental.

Em segundo lugar, e eu tendo a concordar com os que me antecederam, a gente tem várias reclamações, várias críticas à Funai, à sua morosidade, a sua ausência em vários espaços, o não cumprimento de várias regras legais e assim por diante, mas a Funai tem um elemento positivo, que eu gostaria de reforçar: o reconhecimento de um povo indígena passa por uma série de estudos inclusive antropológicos, a trajetória histórica das lideranças, das famílias. Portanto, a publicação do relatório da Funai reconhecendo o povo borari é um segundo elemento que devemos considerar, porque ele passou por um processo, na nossa opinião, inclusive moroso, longo, demorado, fizemos algumas pressões no sentido de que a Funai publicasse o referido estudo e ele comprova, vamos dizer assim, avaliza a autodeterminação daquele povo lá. Esse é o meu segundo elemento.

O terceiro, que é fundamental, como disse antes, sou relator do Direito Humano à Terra, Território e à Alimentação, portanto, consideramos outros direitos além dos direitos indígenas. Mas todas as lideranças que aqui estão e que me antecederam sabem melhor do que eu, melhor do que qualquer um de nós aqui desta Casa, que os direitos originários, portanto, os direitos dos povos indígenas, são anteriores e precedem qualquer outro direito de uma comunidade tradicional, de um grupo de assentados de reforma agrária, como é o caso da Gleba Nova Olinda, e por aí vai. Então este terceiro elemento é fundamental termos sempre presente: os direitos originários dos povos que aqui estavam antes da chegada dos colonizadores, inclusive dos alemães, italianos e assim por diante.

Bom, o quarto elemento, referindo-me aos dois relatórios das duas missões que fizemos na região da Gleba Nova Olinda, é verdadeira a presença de outros grupos humanos, digamos assim, comunidades tradicionais, famílias extrativistas que convivem com o ambiente natural, com a floresta amazônica dentro da reserva, como mencionado aqui, mas, além desses, como eu disse antes, os direitos dos povos indígenas precedem ao direito desses – esse é um elemento central. Mas, além disso, e é fundamental, existem em uma série de violações de direitos a esse povo que agora a Funai acaba de reconhecer. Entre eles, está, por exemplo, a violação do seu território.

Existe uma série de empresas ou de grupos extraindo ilegalmente madeiras nas terras Maró. Essa extração, inclusive ano passado foi fruto de um conflito bastante sério lá na Gleba Nova Olinda, foi o motivo da nossa primeira missão, é que algumas concessões de extração de madeira feitas pela Secretaria do Meio Ambiente ou pelo órgão responsável no Estado são o mecanismo que se utiliza para extrair madeira além dos limites estabelecidos nos documentos. Foi mencionado aqui também que existem lá produtores rurais que já foram deslocados de outras áreas. Mas o que é fundamental, em relação aos direitos dos povos indígenas e em relação aos direitos humanos gerais, é que o Estado brasileiro, seja em nível federal, seja em nível de Estado, deve assumir e ser responsabilizado por ações do passado. Então se outros direitos devem ser reconhecidos, primeiro, eles não devem preceder os direitos dos povos indígenas, segundo, o Estado brasileiro então deve cumprir o seu papel e fazer, no processo de "desintrusão" daquela área, reconhecer outros direitos.

Para finalizar, Senadores e demais presentes, eu gostaria então de reforçar a proposta do Senador Vicentinho de que seria muito importante para o povo borari e para a terra Maró, para o reforço dos direitos indígenas naquela região da Amazônia que esta Comissão realizasse uma audiência pública lá em Santarém, com a presença dos Senadores, com a presença das lideranças e que elas possam falar pelos seus próprios direitos.

Mais uma vez, Senador Paim, obrigado pela oportunidade. Quero reforçar que entendemos ser uma conquista dos povos indígenas daquela região e de todos os povos indígenas brasileiros o reconhecimento do direito de ser indígena do povo borari na terra indígena Maró.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só estou esperando que o Guilherme se desloque aqui para a Mesa para que, a pedido do Senador Casildo, ele possa usar a palavra também como nosso convidado.

Com o tempo de dez minutos e mais cinco, concedo a palavra ao nosso engenheiro florestal Guilherme Carvalho.

Não posso deixar de cumprimentar a fala do Sérgio Sauer, que foi também muito ilustrativa para a nossa reunião, para a nossa audiência. Parabéns, Sérgio. Foi uma bela exposição.

O SR. GUILHERME CARVALHO – Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento os membros da Mesa e agradeço a oportunidade, Senador Casildo Maldaner, Senador Flexa Ribeiro, Senador do Estado do Pará, Estado do qual sou natural, eu cumprimento todos aqui presente e agradeço, mais uma vez, a oportunidade de me trazer a palavra para trazer alguns esclarecimentos da nossa parte.

Em primeiro lugar, como representante da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará, eu quero manifestar o nosso repúdio à extração ilegal de madeira, essa deve ser combatida com rigores da lei e os seus coordenadores devem responder civil, penal e criminalmente, até porque não podemos macular o nome de um setor pelo desvio de conduta de alguns membros desse setor, assim também como não podemos macular e denegrir o nome desta Casa em função de desvio de conduta de algum Senador.

Bem, em segundo lugar, eu queria dizer que nós não somos contra, em hipótese alguma, a criação de reserva indígena desde que ela seja legítima. Mas

os fatos que vêm ocorrendo naquela ocasião, já pela imprensa local, também pela imprensa nacional, dão conta de que não é isso que vem ocorrendo. Ou seja, há uma pretensão de criação de reservas indígenas, de áreas indígenas, áreas artificiais, uma vez que nos próprios estudos divulgados na mídia mostram que, na árvores genealógica, não existem pessoas nativas, pessoas que tenham descendência indígena.

A Amazônia vive uma situação de pressão no sentido de que o uso dos seus recursos naturais ocorra de forma ordenada, sustentada e equilibrada. Nesse sentido, o setor madeireiro se enquadra como atividade que gera emprego, que gera renda. Tanto que o último levantamento feito pelo Imazon, uma organização não ambiental que existe no Pará, mostra que, entre empregos diretos e indiretos, hoje o setor gera em torno de 100 mil a 120 mil empregos. Já foi maior no passado, diminuiu em função da crise internacional de 2008 para cá, mas as expectativa são de retomada, num futuro próximo, desse setor madeireiro.

Então, nós não somos contra a criação da reserva indígena, desde que ela ocorra de forma legítima, como eu disse inicialmente. Agora, a extração desses recursos madeireiros vem sendo feita por empresas que estão na região da pretensa criação da reserva indígena com projetos aprovados pelo órgão ambiental, fiscalizados e monitorados não só pelo órgão ambiental estadual, mas também pelo órgão ambiental federal, e vem, como eu disse inicialmente, gerando empregos para essa população que vive naquela região.

Então, temos que considerar também que o Estado do Pará hoje, apesar de ser o segundo Estado em dimensão geográfica, com 1,248 milhão de km^2 de terras, possui apenas 20% do seu território para desenvolver suas atividades. Quer dizer, o resto são áreas de unidades de conservação, reservas indígenas, parques nacionais, e assim sucessivamente. Ou seja, o Estado não pode ter dilapidado o seu patrimônio para criação de pretensas reservas que não têm legitimidade.

Digo também que o Estado do Pará, como já foi colocado aqui pelo representante do Instituto de Terras do Estado, fez a consulta em 1999, não só à Funai, mas também ao Serviço de Patrimônio da União, ao Incra, e, naquele momento, foi informado que não existia nenhuma reserva indígena ali.

Então, as empresas que estão lá desenvolvendo seus projetos de manejo florestal são empresas que têm, sim, áreas tituladas, em função da permuta de terras que foi feita, no passado, já por ampliação da reserva indígena caiapó no sul do Pará; foram permutadas naquela região e estão passando por novo processo de terem o risco novamente de terem que deixar suas áreas para a criação de uma pretensa reserva indígena. Caso isso ocorra, eles vão ter que ser indenizados, ou essas áreas vão ter que ser repermutadas para que o Estado possa honrar o seu compromisso.

Agora, nós aqui manifestamos a nossa posição mais uma vez: não somos contra a criação de reserva indígena. Entretanto, solicitamos que, nesse processo, seja, sim, levada em consideração a nossa Constituição, no sentido de se manter o Estado de direito, para que não venha a ocorrer insegurança jurídica para aqueles que já estão desenvolvendo suas atividades em terras tituladas pelo órgão fundiário, gerando emprego, gerando renda, e que não venha, amanhã ou depois, essa iniciativa ser um pretexto, num futuro próximo, ou um precedente de novas criações de reservas indígenas que só vão trazer – nada contra reservas indígenas, desde que sejam legítimas – a criação de áreas indígenas artificiais, que vão trazer instabilidade, insegurança jurídica e conflitos com as populações que lá estão desenvolvendo suas atividades em áreas tituladas, com projetos de manejo aprovados, gerando emprego, gerando renda para o Estado do Pará.

Obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu acho que, para a gente terminar bem nossa reunião, conforme o acordo firmado...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não. O Senador fala a qualquer momento, e depois eu dou os encaminhamentos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª que, se pudesse aprovar o requerimento da audiência que a Comissão fará realizar na área que está em discussão nesta audiência, seria oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Flexa Ribeiro lembra, corretamente, o entendimento de que o mais concreto que sai desta reunião é, em acordo com todos os Senadores – o Senador Vicentinho é o autor do requerimento, e nós todos vamos ser signatários, o Senador Casildo Maldaner, eu mesmo e o Senador Flexa Ribeiro –, que nós faremos uma audiência lá na região.

Aqueles que concordam que esse requerimento seja votado extrapauta permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Vamos ao mérito do requerimento.

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, a ser realizada na cidade de Santarém – gleba Nova Olinda, Estado do Pará, para debater as violações dos direitos humanos e delimitação da Terra Indígena Maró, região Oeste do Estado do Pará.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.

Senador Vicentinho Alves (PR –TO)

Troquei a palavra diligência, que estava no requerimento, para audiência pública, que é o termo utilizado normalmente.

Também assinam o requerimento os Senadores Flexa Ribeiro, Casildo Maldaner, Paulo Paim, ou seja, todos os Senadores que se encontram aqui neste ambiente onde estamos debatendo a questão dos povos indígenas. É isso? O requerimento contempla as preocupações? (*Pausa*.)

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram (*Pausa*.)

Aprovada por unanimidade a vontade dos povos indígenas e também dos Senadores. (*Palmas*.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Eu queria agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, por ter colocado em votação o requerimento do Senador Vicentinho – houve o acordo aqui da unanimidade –, até em função deste horário, 13h10min praticamente, em que há vários outros compromissos. Eu acho que foi oportuno colocar neste momento, para que se possa ouvir *in loco* as partes, estabelecer o contraditório, sentir mais de perto, como colocou o Senador Vicentinho. Acho que foi boa a medida.

Por outro lado, sem prejuízo desta audiência, que deve continuar, eu acho que foi interessante que cada um aqui pudesse expor, que pudéssemos ouvir e, democraticamente, auscultar, como se diz, o que vem ocorrendo. Na verdade, vimos aqui alguns discorrendo sobre temas do Brasil, e aqui está a TV Senado focalizando, e vi que só uns dois ou três focalizaram especificamente o caso em tela nesta audiência pública. Mas eu quero aproveitar a oportunidade, porque isto aqui atinge o Brasil. E aí vamos falar para o Brasil, porque o Brasil acompanha muito as audiências públicas aqui no Senado. O tema é palpitante.

Eu sei até que Santa Catarina... Há poucos dias, tivemos outra audiência pública, em que a Rose de Matos tem participado, e, no meu Estado, os kaingangs, os guaranis e outros também têm problemas. Fui até lá na região oeste, e há conflitos na região de Cunha Porã, Saudades, famílias que estão lá há 80 anos, há 100 anos, e agora existem movimentos para deslocá-las, para ver como fica, como não fica. Quer dizer, há problemas em toda parte, no Brasil inteiro, sem dúvida alguma, e são questões que merecem ser discutidas e analisadas,.

Então, essa especificamente para esse caso de Nova Olinda, na região de Santarém, vai ser importante para que as partes, de um lado e de outro, formem um juízo para se verificar o problema, de acordo com o que o Dr. Guilherme, engenheiro florestal, e os diversos debatedores também têm colocado aqui. Isso é fundamental.

Quero deixar esses cumprimentos e os agradecimentos a todos. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Casildo Maldaner, que deu a sua contribuição, como sempre.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Paulo Paim, apenas para, mais uma vez, parabenizá-lo. V. Exª tem se colocado sempre em defesa das minorias aqui no Senado Federal de forma permanente.

Quanto a essa questão aí que hoje debatemos em audiência pública, eu vou na mesma linha do Senador Casildo: essa questão indígena é uma questão que está sempre em debate. As reclamações com relação à Funai vêm de todos os lados. O movimento indígena tem o apoio nosso, e o que foi colocado aqui – falta de ações na área da saúde, atendimento das reivindicações que são feitas – deve ter e tem, por parte do Senado Federal, total apoio. Tanto que, no momento em que se convida para uma audiência pública para tratar um foco pontual, as lideranças aproveitam – e não deixar de ser um caso necessário – para tentar chamar a atenção da sociedade brasileira para todo esse leque de ações que eles precisam mostrar que não são atendidos.

Eu quero dizer que, nesse caso da questão de Nova Olinda, o que me parece muito estranho é que, lá atrás, há muitos anos, a própria Funai disse não reconhecer a existência, Dr. Sérgio, de qualquer presença indígena naquela região, ou seja, liberou o Estado do Pará para que pudesse fazer essa compensação de áreas, em função de outro litígio que ocorria no sul, lá em Trairão. Então, agora está trazendo essa questão aqui para frente.

Acho que, com essa proposta do Senador Vicentinho de irmos à área, e o próprio Dr. Sérgio aprovou essa ida, se os Senadores forem até lá e analisar *in loco* essa questão, teremos condição de verificar melhor a existência. Vamos conversar com as pessoas, vamos verificar a situação, e teremos um conhecimento melhor, até porque, pelo edital que a Funai lançou, temos um prazo ainda, de 90 dias, parece-me, para que possa ser feita a contestação sobre o laudo do antropólogo que fez o reconhecimento da existência de indícios da presença indígena na região.

Mas eu quero aqui parabenizar a Comissão de Direitos Humanos por esta audiência de hoje, que vai, com certeza, ser bastante importante para que possamos, de forma esclarecedora, chegarmos a um entendimento.

Nós temos um conflito... O Pará, como foi dito, está todo engessado em termos de reserva, seja ambiental, seja indígena. Temos um conflito que, lamentavelmente, foi criado pela Funai. Estávamos em entendimento para chegarmos a um acordo lá – o Dr. Sérgio deve conhecer, o Cleber também – na reserva Apitereua, na região do Xingu. Tentávamos negociar com a Funai um entendimento entre os índios e os não índios, uma reserva de 750 mil hectares, que, se a Funai negociasse,

os índios negociariam isso. Ficariam 550 mil hectares e liberariam 200 mil hectares para as famílias que lá estavam. Até hoje, passados quatro anos, fora os quatro em que já se estava negociando, ainda estão no conflito e não vão chegar tão cedo a um entendimento.

Não vamos para essa linha. Vamos para um entendimento, que é a melhor solução que vamos encontrar, com a intermediação da Comissão de Direitos Humanos.

Parabéns, Senador Paulo Paim. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, falando na linha do entendimento.

Então, neste momento, para concluirmos nossos trabalhos, vou pedir que todos que estão aqui na Mesa retornem ao plenário, e eu vou dar a palavra por cinco minutos, conforme o combinado, para as seguintes lideranças – e que venham compor a Mesa, então: Paulo César Javaé, do povo javaé, Tocantins, 1º secretário do Condis (Conselho Distrital de Saúde Indígena), Tocantins; Antônio Apinajé, liderança da Aldeia Areia Branca, povo apinajé, Tocantins; Wagner Krahô Kanela, presidente da Associação Krahô Kanela; Bonfim Xerente, cacique da Aldeia São José, povo xerente, Tocantins; Eunice Tapuia, professora, liderança indígena da Aldeia Carretão do Povo Tapuia, do Estado de Goiás.

Eu quero dizer que isso foi combinado com as lideranças.

Cada um terá cinco minutos, e, nesses cinco minutos, eles farão as suas ponderações, e a gente encerra a audiência pública, até porque, como disseram aqui os Senadores, em seguida temos de liberar a comissão, porque teremos a nossa sessão plenária.

Então, de pronto, passo a palavra ao Paulo César, se ele já estiver à Mesa. Está aqui o Paulo César?

O Paulo César tem cinco minutos.

Peço a todos que sejam diretos, nesses cinco minutos. Aqui, nós usamos, durante toda a manhã, o debate na audiência. Agora vocês farão as considerações finais em nome da audiência pública do dia de hoje.

O SR. PAULO CÉSAR JAVAÉ – Bom dia, boa tarde a todos e a todas.

Meu nome é Paulo. Sou conhecido como Paulinho Javaé.

Sou do povo de Javaé, da Ilha do Bananal. Sou membro do Conselho Distrital de Saúde Indígena. Faço parte da diretoria como 1º Secretário, lá no meu Estado.

O que me traz aqui, Senador Paulo Paim, o que traz o nosso povo aqui é com relação... Eu vou falar, como foi escolhido pelo nosso povo, lá do Estado, com relação à saúde.

Eu, como conhecedor da saúde, vou falar do descaso, do desrespeito com o nosso povo, com relação às funerárias, ao transporte, às comunicações. Ficou pactuado que a Funasa – vou dizer Funasa, porque até, no entanto, não é a Sesai que está atuando como gestora principal, mas a Funasa. Então, a Funasa não está cumprindo o seu dever como gestora na condução da saúde indígena.

A prova disso são as comunicações em nosso Estado cortadas, único meio de o índio pedir socorro para ir até a cidade, pedir um carro. Essas comunicações estão cortadas, há três meses. Não sei se consertaram agora, mas, até o momento em que saímos, a Funasa não tinha pago ainda à Saotins – à Saotins, não, à empresa que cuida da parte de comunicação.

E outra, com relação ao transporte. Por último, ficamos sabendo que foi suspendido. A empresa que ganhou a licitação, a empresa que dá manutenção nos veículos foi suspensa, não vai mais prestar serviço.

Então, isso é sério para nós. Não podemos chegar ao final do ano com essa questão do transporte nosso, que é o único meio de fazermos o socorro ao nosso povo.

A outra questão é a mortandade de nossas crianças, Senador. Nossas crianças continuam morrendo. Houve quatro crianças apinajés mortas; crianças xerentes mortas por falta de uma equipe multidisciplinar preparada.

O que temos lá é a técnica e a enfermeira, que dão a atenção básica. E, mais na ponta, fazendo essa atenção, temos só a enfermeira, a técnica, junto com a AS, que a gente chama de agente de saúde. E, para ser uma equipe disciplinar completa, tem de haver o médico, o dentista. Então, não temos essa equipe multidisciplinar.

Por isso, estamos preocupados. E, com essa nova transição, com esse novo modelo, também, que nos vai dar assistência – não desfazendo da nova instituição que vai trabalhar conosco, que é a Sesai, o que foi um pedido nosso na 4ª conferência, não desfazendo dela, porque está em forma de transição –, não podemos também aceitar essa lentidão da transição e deixar...

Agora, o parente acabou de falar, o Kleber karipuna. Aquela morosidade lá, com relação a... Praticamente, as ações pararam. Ninguém sabe se é a Sesai ou se é a Funasa, mas nós, por entendermos, sabemos que é a Funasa, que é responsabilidade da Funasa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais um minuto.

O SR. PAULO CÉSAR JAVAÉ – Era isso que queria colocar a todas as pessoas, se é que, realmente... Deve estar conectado a todo o Brasil, ao País, a todos os telespectadores brasileiros e a todas as pessoas que estão aqui presentes, os Senadores, os parlamentares.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Paulo César Javaé, que ficou exatamente nos cinco minutos e que deu a sua mensagem, falando que o maior problema deles, além do transporte, é a saúde.

Acho que ele foi muito firme, muito claro aqui, falando em nome do plenário, já que os painelistas todos já usaram a palavra.

Quero só registrar – ele chegou um pouquinho mais tarde, não entrou na lista dos convidados para falar em nome do plenário – a presença do Araju Sapeti, liderança guarani, ameaçado de morte, que está aqui conosco. Fica a nossa solidariedade.

Passo a palavra, de imediato, ao Antonio Apinajé, liderança da aldeia Areia Branca, para os seus cinco minutos.

O SR. ANTONIO APINAJÉ – Boa tarde ao Senador, à plenária. Quero agradecer, em nome do meu povo, em nome dos povos indígenas de Tocantins, esse convite para a gente estar aqui trazendo nossas preocupações, Senador – especificamente, as nossas, lá do Bico do Papagaio, as nossas, de Tocantins, na divisa com o Pará e com o Maranhão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Abaixe um pouquinho o dedo, para ele falar melhor. Aí.

O SR. ANTONIO APINAJÉ – ... na divisa com o Pará e com o Maranhão, com a questão das hidroelétricas.

A gente esteve aqui, em 2007, nesta Comissão de Direitos Humanos. A gente falou sobre a questão de Estreito. A obra saiu, aconteceu. Os problemas com o empreendedor, da parte indígena, dos povos atingidos, não foi resolvido ainda, com o Certi. O povo krahô, o povo apinajé, o povo gavião e o povo krikati, nós não tivemos nossas demandas da compensação resolvidas com o empreendedor.

Agora, a Eletronorte – começou em 2009 e em 2010 –, por vários momentos, tem manifestado grande interesse em construir outra obra na região de Taguatins, do lado tocantinense, e de Governador Edison Lobão, no lado maranhense, nesses dois Municípios.

A gente está sendo ameaçado – o nosso território –or mais essa obra do PAC, da Dilma e desse Senador do Maranhão e agora Ministro das Minas e Energia. Eles querem, de qualquer maneira, de qualquer forma, construir na região essa obra que ameaça grande parte do nosso território apinajé.

Então, a nossa vinda aqui é para trazer a nossa apreensão – do povo apinajé, do povo Krikati, também ameaçado, dos ribeirinhos da região, da região.

A nossa região, o norte de Tocantins, é uma região historicamente conflituosa. E nossa terra, hoje, de 142 mil hectares, ameaçaram, quando... A Funai não quer mais demarcar terra. Mas a gente está correndo o risco de perder mil alqueires ou mais de nossa terra por causa de uma obra dessa, de uma hidrelétrica.

Então, será que não há outra forma de produzir energia em nosso País? Será que nem a reserva indígena vão poupar? Será que não vão pensar nem em deixar a gente em paz, com tanta hidrelétrica no rio Tocantins? Já são sete grandes obras em todo o rio Tocantins.

A nossa vinda aqui é para trazer isso ao senhor, como Presidente desta Comissão, porque nós a gente está tendo o nosso direito violado. A Constituição brasileira está sendo... Se o Governo, se a Presidenta Dilma, o Ministro e todos que apóiam essas hidroelétricas atropelarem a Constituição brasileira, violarem nosso direito, a gente entende que chegou o fim dos povos indígenas.

Será que a Presidente Dilma veio para terminar de exterminar os povos indígenas do nosso País, com tanta obra? A gente já está tomando como base Estreito; agora liberaram Belo Monte de forma suspeita, um licenciamento confuso, sem ouvir, sem terem oitiva as comunidades afetadas. Nós estamos vivendo num país plural.

Isso é uma imposição, Senador – uma imposição de ideias, uma imposição política, uma arbitrariedade, uma violação de direitos em nosso País.

Nós queremos construir uma Nação plural, onde a gente tenha o direito de falar, o direito de se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tem mais um minuto.

O SR. ANTONIO APINAJÉ – E nós, apinajés, junto com os krahôs, os xerentes, os krikatis, não vamos aceitar essa obra – mais essa obra no rio Tocantins. E temos outra obra, Santa Isabel, no rio Araguaia.

Queremos, mudando o assunto, que a Funai trabalhe, porque as terras indígenas da região estão sem fiscalizar – uma região cercada de grandes... de povoado, onde as terras estão literalmente encurraladas.

O povo guajajara, o povo Kricati estavam, nesta semana, ocupando a CTA de Imperatriz, revoltados com essa situação na região.

A Funai tem de trabalhar, tem de fiscalizar, e não ficar sendo um mero carimbador, como já foi falado aqui, de projetos, de obras nas terras indígenas.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO APINAJÉ – Isso era a minha fala. Obrigado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Antonio Apinajé, que colocou aqui seu ponto de vista, de forma contundente, apelando ao Poder Executivo.

É bom lembrar a todos que, pela própria credibilidade desta Comissão e do Senado da República, nós abrimos espaço na Comissão, para que a sociedade expresse seu ponto de vista sobre os mais variados temas.

Todos aqui são ouvidos. O que a gente faz no fim é encaminhar para os poderes constituídos as propostas que foram apresentadas na Comissão. Esta Comissão não tem poder de deliberar sobre, por exemplo, se vai sair uma obra nesta ou naquela região do País. Mas fizemos o nosso papel aqui, para abrir espaço, para que vocês façam as colocações e os pedidos que entenderem adequados para cada momento.

Então, neste momento, passo a palavra ao Sr. Wagner Krahô Kanela, Presidente da Associação Krahô Kanela, povo krahô kanela, Tocantins, para os seus cinco minutos.

Por favor.

O SR. WAGNER KRAHÔ KANELA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Bom dia.

O SR. WAGNER KRAHÔ KANELA – Quero falar aqui em relação à demarcação das nossas terras indígenas. Hoje, no Brasil, no nosso Estado, Tocantins, a gente está vivendo isso. Quero falar algo relacionado ao meu povo, krahô kanela.

No ano de 2007, foi feita a demarcação por aquisição, por parte da FUNAI, de sete mil hectares de terra – isso foi uma medida da FUNAI; acho que o Senador Paulo Paim conhece como foi feito esse trabalho –, ficando para ser legalizado como aquisição depois. Já se passaram quatro anos, e agora a Funai achou por bem retomar esse trabalho.

E a gente está muito preocupado – a minha comunidade – é com o fazendeiro da fazenda. Essa história da aquisição chegou até o ouvido dos fazendeiros, de dois fazendeiros que estão no poder, hoje, dessas terras.

Eles estão destruindo, fazendo pastagem e cerca, para, quando o GT for, terem coisa para mostrar. E a gente está sofrendo em ver aquilo. A terra é nossa, apenas ainda não está demarcada, e a gente vendo aquela situação.

Já fizemos um documento para a 6ª Câmara, para o Ministério Público Federal do Estado do Tocantins, para a Funai, mas nada foi feito.

O Ibama esteve na área, o Naturatins esteve na área, mas a gente não sabe o que aconteceu, porque os caras continuam desmatando.

O apelo que quero fazer para o Sr. Senador, Presidente desta Comissão, é o de que queremos a paralisação desse desmatamento. Será que não há uma forma, para que esse cara possa parar? Foi feito um estudo da terra, e a Funai não aceitou como terra tradicional: achou por bem fazer a aquisição da área.

Isto é uma coisa grave: saber que a terra é nossa e depois ter de pagar para o fazendeiro para a terra ser nossa. Então, é preocupante isso para nós.

Outro problema que a gente está enfrentando agora – nosso parente aqui já falou – é o da saúde no Estado de Tocantins. Está um momento de transição, com muita dificuldade. Não há transporte.

Hoje, para o índio sair da comunidade e ir fazer seu exame, tem de pagar a consulta. Isso aconteceu com uma indígena na minha comunidade.

Quero também voltar a falar. Quero pedir para o senhor, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O SR. WAGNER KRAHÔ KANELA – ... que fale, por nós, com o Secretário da Sesai, para que ele cumpra a agenda. Ele falou para a gente que ia ao Estado nos dias 3 e 4, o que não aconteceu. Queremos que essa agenda seja cumprida ainda neste ano, porque eles precisam nos ouvir, não só o DSEI de Tocantins.

Está sendo ouvido apenas aqui o DSEI. Ele está vindo aqui, a Brasília, e está falando que está tudo bem, mas isso não é verdade.

Também quero falar aqui, para a Presidente Dilma e para o Congresso Nacional, que o que nós queremos não é a aprovação desse projeto de lei para a mineração. Não. Nós queremos a aprovação do estatuto nosso, dos povos indígenas do Brasil. Que ela, realmente, possa ver isso e que quem está aqui, no poder, realmente possa olhar para nós, para a causa indígena.

Então, essas são as minhas palavras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Wagner.

Pessoal, deixem-me falar um pouquinho para vocês. Eu sei que aqui estão lideranças de todo o País, dos povos indígenas.

Essa questão do Estatuto dos Povos Indígenas, toda vez que a gente faz uma audiência, é lembrado o estatuto.

Eu propus – como vocês cobram de mim, eu vou cobrar de vocês agora – que vocês têm de me apresentar uma minuta do Estatuto dos Povos Indígenas na versão de vocês.

O que eu faço? Aqui na Comissão de Direitos Humanos, eu recebo essa minuta e ela passa a tramitar não como de autoria do Paim, ou desse, ou daquele Senador. Ela passa a tramitar com a autoridade que vocês têm como povos indígenas e a partir daí, então, eu indico o relator ou posso avocar para mim, vou dar o parecer, mediante as contribuições que vocês entenderem adequadas, até para melhorar essa proposta, e ela passa a tramitar no Congresso Nacional, porque quanto a esse que está tramitando há mais de 20 anos não há entendimento por parte dos próprios povos indígenas e ele vai continuar encalhado.

Então, eu quero, aqui, fazer mais um apelo a todas as entidades, não só a vocês que estão aqui, mas aos que estão assistindo à TV Senado.

Eu me disponho a ajudar com a consultoria do Senado. Foi boa a tua lembrança, porque deu oportunidade, com a consultoria do Senado, de nós construirmos o Estatuto dos Povos Indígenas, mas vocês é que vão dizer qual é o caminho, qual é a construção, artigo por artigo.

Se chegarem a um entendimento, vocês apresentam aqui, como autoridades que são, eu recebo o estatuto e ele passa a tramitar.

Naturalmente, vai ser debatido com a sociedade o estatuto, mas a partir de uma proposta dos povos indígenas e não desse ou daquele Senador.

Então, fica aqui esse apelo. Eu acho que ajudará muito para a gente avançar nesse tema.

Em toda audiência a gente fala que o ideal é aprovar o Estatuto dos Povos Indígenas, só que nós não temos o Estatuto dos Povos Indígenas. Na verdade, não temos, porque aquele que foi apresentado há 20 anos já caducou, não está mais atualizado, até pelo número de mudanças que houve no nosso País.

Então, o apelo que faço é que a gente construa.

Antes de passar para os últimos dois, eu queria já convocá-los, porque, para mim, é meio... Eu fico até numa angústia – é angustiante o termo correto, não é? –, por tudo que ouvi aqui hoje, de vocês irem embora e tudo terminar aqui.

Se vocês assim entenderem, amanhã, quinta-feira, pela manhã, a gente faria uma reunião de trabalho com o grupo de lideranças que vocês indicarem, para a gente encaminhar uma série de ofícios, principalmente, eu diria, das denúncias que o Cimi aqui colocou, que são da maior gravidade, e também de um companheiro, aqui, que está sendo ameaçado de morte.

Então, se algumas lideranças puderem... Estou avisando a assessoria, a assessoria principalmente do gabinete – o Tiago, a Mariana, o Roberto e alguém, naturalmente, indicado pela assessoria da Casa –, para que essas denúncias que foram feitas se transformem pelo menos em requerimento, para que a gente faça um alerta para as mais variadas autoridades que têm compromisso com essa causa, para o atendimento.

A outra é essa do Estatuto dos Povos Indígenas.

Passo a palavra, agora, ao Bonfim Xerente, cacique da aldeia São José, Povo Xerente de Tocantins.

Depois, à Eunice.

O SR. BONFIM XERENTE – Boa tarde. Eu sou Bonfim Xerente, de Tocantins, cacique da minha aldeia. Sou representante dos Xerentes, da etnia.

A gente veio aqui com a preocupação muito grande com o que está acontecendo em toda a área da etnia, no Estado de Tocantins, a respeito da saúde, porque a saúde, lá, está péssima. Não tem transporte, não tem remédio. As pessoas que vêm da aldeia têm de vir de moto ou no coletivo, ou em algum carro que chegue lá, como carona, para poder levar um paciente para Tocantínia.

Ontem, mesmo, adoeceu meu netinho na aldeia e eu liguei lá. Eles trouxeram no coletivo dos estudantes para poder chegar em Tocantínia, vomitando, obrando e fraquinho.

É por isso que está dando muita morte de crianças, jovens, adultos. Estão morrendo muito.

Cadê os recursos que são da Funasa? Não sei se é o Ministro da Funasa, mas não estão mandando recursos para Palmas, para Tocantins, porque lá alega-se que não tem dinheiro.

Tem vezes em que a gente compra o medicamento da receita que o médico passa para a gente. A gente tem de comprar com o nosso dinheiro, porque se a gente esperar até eles comprarem o remédio, isso demora um mês, dois meses, até o paciente ficar fraco para poder manter alguma coisa.

É por isso que a gente veio aqui.

E outra: tem o pagamento dos que estão trabalhando. São quatro meses sem receber. Na hora em que eles pagam, pagam um mês. Os três meses ficam para trás. Isso é uma coisa triste e a gente está trazendo a notícia, aqui, da dificuldade. É uma preocupação muito grande.

Estou só colocando, porque o colega já colocou um pouco também, mas não é só com os Xerentes. Com todos do Estado de Tocantins está acontecendo isso com a saúde.

Nós estamos pedindo ao senhor para nos ajudar e ver se é possível conseguir essa pessoa que tenha dó da gente, para mandar recursos. Senão, os indígenas vão se acabando. Vão se acabando.

Agora, eu me preocupo assim, preocupação de político.

Nessa época, nós, indígenas, ajudamos a votar. Ajudamos a votar em prefeito, em deputado, governador, igual ao Edinho, que está lá. Os indígenas ajudaram muito e, hoje, o que nós estamos recebendo? Nós estamos recebendo o troco, agora. Não estão nem aí. Já estão lá mesmo, não é? Mas a dor de barriga não dói só uma vez.

Agora, é uma preocupação do político sabe o quê? Asfaltamento da estrada dentro da reserva indígena e a barragem que vai... Através da barragem, vai chegando a doença: hepatite, tanta coisa de que o índio não adoecia. Agora, está pegando muitas coisas, todo tipo de doença.

É por isso que nós, do Tocantins, não aceitamos as estradas que cortam a reserva indígena, porque vem prostituição grande. Já vem acontecendo e se fizer isso aí vai acontecer mais, vão morrer mais indígenas.

Isso era o que eu queria colocar para complementação dos meus colegas.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o cacique da aldeia São José, povo Xerente Estado do Tocantins, Bonfim Xerente, que reforçou essa questão da saúde, a falta de assistência, a falta de remédio e até o não pagamento. Trabalham quatro meses, recebem um e ficam três para trás.

Por isso eu acho que essa reunião de amanhã – pessoal que chegou aí, da assessoria, o Tiago, a Mariana, o Canindé, enfim, todos aí – é importante, para que eu remeta uma série de ofícios, inclusive para Tocantins, para o Ministério, também, correspondente na área, e para o setor do Ministério da Saúde que cuida da saúde indígena. Naturalmente, vamos remeter, também, para a Funasa.

Eu farei a minha parte, pessoal, quero só dizer, por isso lembrei o estatuto. Agora, vamos fazer pressão para que, efetivamente, os órgãos competentes respondam, porque percebi, ao longo desta audiência, que as pessoas estão morrendo, e morrendo crianças, adultos indígenas, por falta de um atendimento adequado.

Por favor, professora, liderança da aldeia Carretão do Povo Tapuia, Goiás, Srª Bonfim Xerente.

A SRª EUNICE TAPUIA *(Intervenção fora do microfone.)* – Não, Eunice.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eunice Tapuia, professora, liderança da aldeia Carretão do Povo Tapuia, Goiás.

Eunice Tapuia.

A SRª EUNICE TAPUIA – Boa tarde, Senador, boa tarde a todos, eu gostaria de frisar aqui, devido ao tempo, que eu, como do Estado indígena, representante do Estado de Goiás têm vários problemas que são iguais aos dos parentes, mas eu gostaria de citar um referente à demarcação do nosso território, o território Tapuia, cujo estudo antropológico apontou 46 mil hectares. E a denúncia que eu estou fazendo aqui agora é que a Funai, como órgão indigenista, ao invés de ela defender o povo indígena, ela vem tentando persuadir a comunidade e liderança a requerer apenas cinco mil hectares, negando o estudo antropológico que aponta para 46 mil.

Os outros fatores que eu queria frisar também são dois fatores que agravam o mesmo problema. Em 2006, a Funai levou para o Carretão uma família que era usuária de drogas ilícitas, e isso acabou viciando muitos Tapuia. Tendo em vista que o povo Tapuia já sofria com o uso de drogas lícitas, e somado aos problemas das drogas ilícitas, tem causado muita violência dentro e fora da aldeia, além de doenças, de furtos, de prisões, destruição das famílias e também da maior causa de evasão escolar na escola indígena Carretão.

Pelo fato de o povo Tapuia ser um povo tradicionalmente agricultor, que praticava o sistema de roça de toco, individual, mas a Funai tem mudado esse costume quando implantou, no Carretão, o sistema de roça comunitária. E que por falta de organização da própria Funai, que não permite que o povo Tapuia faça suas roças tradicionais individuais e não providencie o insumo na época certa, assim, a colheita da roça comunitária é escassa e insuficiente para o sustento das famílias, que estão passando por necessidades até mesmo de gêneros básicos, como, por exemplo, alimentação. Essa denúncia que eu estou fazendo aqui de passar necessidade não é por preguiça, é por falta mesmo de opção, porque não tem como trabalhar. Desse modo, os chefes de famílias são obrigados a trabalharem fora da aldeia, a buscar sustento fora da aldeia, e eles deixam as famílias sozinhas na aldeia e, quando eles chegam à cidade, o que eles encontram são mais drogas, porque tem muita droga nas cidades vizinhas, muito tráfico nas cidades vizinhas à aldeia e, com isso, só aumenta mais os problemas que as drogas trazem, inclusive até casos de pequenos tráficos dentro da própria aldeia. E a Funai e a Funasa não tomam nenhuma providência. As famílias se encontram totalmente desestruturadas, As famílias recorrem à Funasa e a Funasa diz que é da FUNAI, e aí a Funai fala que é da Funasa, e ninguém toma providência, sendo que esse problema foi causado primeiro pela Funai, porque, de forma indireta, ela é a causadora desse problema quando introduziu o uso de droga na comunidade.

Eu, como mulher, como mãe, como professora, eu sofro muito vendo a minha comunidade sofrer desse jeito. Estou aqui para denunciar esse triste episódio da nossa história. Porque é vergonhoso falar que você tem família, falar que a sua comunidade está sofrendo um caso desses, mas, mais do que vergonhoso e a gente vê a família da gente desestruturando-se, passando por vários problemas e não ter como fazer nada, porque os órgãos que deviam zelar pelas causas indígenas, eles se omitem.

Por isso, aqui, peço que sejam tomadas algumas providências referente a isso, em caráter de urgência, porque o povo Tapuia é um povo que nasceu do sofrimento. O povo Tapuia nasceu do sistema de aldeamento implantado pela Coroa Portuguesa no Estado de Goiás, quando Goiás ainda era Capitania. Então, é um povo que já nasceu do sofrimento. E isso é mais um triste episódio que está acontecendo na história Tapuia. Então, venho aqui clamar por providencias. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Deixe-me dar uma respiradinha aqui, porque a Eunice mexeu com a emoção de todo mundo, tenho certeza absoluta. Com a sua fala muito tranquila e muito firme, falando... *(Pausa.)*

Vou passar a palavra neste momento para o Adelar. É que nós fizemos um acordo em relação às falas aqui, e temos um horário para terminar – 13h47min. E é importante a fala do Adelar – vou dizer o porquê – porque nós provocamos essa ideia de uma reunião amanhã para discutir todo esse tema que nós aprofundamos aqui. Repito: eu mesmo vou me sentir mal se for para casa e ficar tudo como foi dito aqui, só para a TV Senado. Alguma coisa tem de ser feita.

É importante a TV Senado para o Brasil saber o que está acontecendo com os povos indígenas, e nós provocamos a ideia de uma reunião, amanhã de manhã, às 9h, ali na Sala 2 da Comissão de Direitos Humanos, uma reunião de trabalho – sem TV, sem jornal, sem nada. Vamos ver como encaminhar os requerimentos aos órgãos competentes.

Aí, o Adelar, assessor jurídico do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), quer dar uma contribuição. Adelar, é importante a sua fala agora.

Só um pouquinho, pessoal, porque, se eu abrir agora, não tem mais jeito, e o meu tempo é 13h47min – sou obrigado a encerrar antes das 14h.

O SR. ADELAR CUPSINSKI – Boa tarde a todos! Boa tarde, Senador!

Na verdade, essas manifestações aqui são o que o Cimi tem acompanhado no Brasil todo. Então, isso que foi manifestado aqui representa a situação dos povos indígenas, mas eu queria falar mais, em forma de agradecimento, Senador, e não é porque eu sou do Rio Grande do Sul. Nós temos acompanhado aqui que muitas portas se têm fechado para os povos indígenas do Brasil, e quando essas portas se fecham, a Comissão de Direitos Humanos deixa a porta aberta. É isso o que temos acompanhado aqui em Brasília.

Então, queria falar, na verdade, em forma de agradecimento. Agradecer por receber os indígenas, por trazer a realidade que o povo está vivenciando, que é essa mesma. Esses relatórios, o que foi relatado aqui hoje é o que o Cimi acompanha lá na base, lá nas aldeias, e nada melhor do que os próprios indígenas virem aqui e falar.

Com relação à reunião amanhã, Senador, acho que a maioria dos indígenas vão hoje, mas aí poderíamos combinar da seguinte forma. As reivindicações, porque o Cimi é parceiro dos indígenas... Ele não representa os indígenas aqui, porque os indígenas têm suas próprias organizações. Então, nós poderíamos nos comprometer no sentido de trazer essas reivindicações. Que os indígenas deixassem por escrito, nós podemos trazer e também podemos trazer a minuta dos povos indígenas sobre o Estatuto do Indígena.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. Muito bem.

Olha, muito bem, Adelar, porque, se você trouxer a minuta e houver um entendimento mínimo... Até porque, pessoal, os povos indígenas têm de entender que essa minuta não precisa ser perfeita. A partir da minuta que a gente apresentar na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, faremos tantas audiências quanto for necessário, ouvindo todas as lideranças dos povos indígenas para partirmos para a redação final.

Então, se já tem uma minuta, esta seria apresentada na Comissão, passando a tramitar em nome dos povos indígenas.

Mas fiquem tranquilos, porque eu sei que sempre alguém vai dizer; "Não, o meu ponto de vista não está aí". Foi assim no Estatuto da Igualdade Racial, quando apresentei, e hoje é lei. Foi assim com o Estatuto do Idoso, e hoje é lei. Quando apresentei o Estatuto do Idoso, ele tinha mais ou menos 60 artigos e terminou com mais de 100. O Estatuto da Igualdade Racial, a mesma coisa; o da Pessoa com Deficiência começou com 70 e hoje está com cerca de 300 artigos, indo para a redação final – creio eu – lá na Câmara, porque aqui já o aprovamos.

Então, eu gostaria muito que os povos indígenas entendessem que nós podemos aprovar um estatuto. Podem ter certeza de que vamos trabalhar em parceria. Eu mesmo, se vir que a coisa não avança, mando arquivar. Nós vamos segurar na Comissão de Direitos Humanos, onde ele arranca. Ou sai algo que efetivamente represente o que vocês querem em todas as áreas – educação, saúde, transporte, direito ao trabalho, à formação... Enfim, que seja algo que represente a vontade, efetivamente, dos povos indígenas. Não tenham medo.

Eu sei que ao enfrentar o novo, muitas vezes, nós temos medo, todo ser humano tem medo. Eu mesmo tenho medo. Quando me dizem, por exemplo, que eu tenho de atravessar um rio – vocês não têm medo –, eu, que nado muito pouco, já entro no rio com medo. Para mim é novo atravessar aquele rio, para vocês não. O ser humano tem receio daquilo que desconhece.

Esse tema, primeiro, vocês o conhecem como ninguém; segundo, fica o compromisso de nós não aprovarmos nada sem que vocês digam: é isso que nós queremos.

Eu fiz esse acordo com os idosos no Brasil todo, e foi isso que foi feito. No Estatuto da Igualdade Racial ocorreu a mesma coisa. Eu disse: dá para chegar a isso aqui. Vamos aprovar ou não? Por mim, eu não aprovaria na forma em que estava. Eles disseram: "Não, é um passo. Vamos aprovar".

E eu assumi junto com eles a responsabilidade de aprovar e até aquilo que não foi contemplado um passo, está sendo importante, e nós vamos adendando outras propostas até que ele represente efetivamente aquilo que quer o conjunto da sociedade brasileira.

Para concluir, Adelar. Eu acabei te interrompendo.

O SR. ADELAR CUPSINSKI – Apenas para retificar uma informação: a maioria dos indígenas está indo hoje para suas aldeias, mas há as representações deles, como a Apib, que está aqui. Acho que há outras organizações. A Rosane, que era Presidente da Apib pode mencioná-las. Acho que seria importante que eles estivessem presentes também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só quero lembrar, pessoal, que temos ainda cinco minutos. Não dá...

(*Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –Não, a mim você entrega em seguida. Não há problema nenhum. Vai entregar em seguida. Só quero dizer que nós temos cinco minutos para encerrar a reunião.

O SR. ADELAR CUPSINSKI – O Cimi, como parceiro da Apib – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, composto por seis organizações indígenas regionais como a Coiab, do Amazonas; Apoinme, do Nordeste; Arpin-Pan, Pantanal: Ati-Guaçu, dos Guarani; Arpin-Sul, do sul do Brasil; Arpin-Sudestee todas as organizações que estão aí no Fórum Nacional de Lideranças Indígenas estão na casa de Retiro Assunção e que nós possamos fazer a minuta, em conjunto, de tudo o que foi dito aqui, de forma geral para defesa dos direitos dos povos indígenas. Vamos fazer em conjunto com o Cimi essa minuta.

Quero dizer, Senador, que, de antemão, minha sugestão também de outro encaminhamento é que esta Casa faça gestões junto À Presidente Dilma para que receba os povos indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso, com certeza, pessoal, nós faremos. Já fizemos

duas vezes, como fizemos ontem, em relação á Marcha dos Quilombolas. Estavam cerca de 3 mil. Fizemos as gestões. É na Casa Civil que decidem, mas eu acato essa recomendação. Então, vamos manter a reunião amanhã, pela manhã, às 9 horas, aqui na sala da Comissão de Direitos Humanos, Plenário II, para que a gente reúna tudo o que foi dito e até um ou outro – eu gostaria de passar a palavra para outros, mas não há mais tempo – que não tenha podido falar amanhã de manhã poderá, se estiver aqui, expressar seu ponto de vista ou através das lideranças.

Pessoal, muito, muito obrigado a todos!

Essa reunião foi histórica, no meu entendimento, e cumpriu o seu objetivo.

Muito obrigado. (*Palmas.)*

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 55 minutos.)

ATA DA 88ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS QUE SERÃO APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 29/2011-CN (PLPPA PARA 2012-2015).

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia nove de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 13, sob a Presidência do Senador (**Marcelo Crivella)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra presença os seguintes senhores Senadores membros da CDH **Ana Rita, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Lídice da Mata, Cyro Miranda, Marinor Brito** e do não membro **Valdir Raupp.** Deixam de registrar a presença os demais membros. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: **Item Único**. **Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 29/2011-CN (PLPPA para 2012-2015)**. Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente passa a palavra ao Relator das emendas ao PLOA, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **Aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 29/2010 - PLPPA, conforme tabela abaixo**:

Emendas ao Texto da Lei

Emenda	Ementa	Referência	Texto Proposto
01	Acrescenta parágrafos ao Art. 16	Corpo da lei Art. 16	§ 1º. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão coordenará o Sistema Público de Monitoramento do PPA que terá efetiva participação social e transparência das informações § 2º. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disponibilizar, na internet, a execução orçamentária dos Programas do PPA e anualmente, o quantitativo alcançado de cada meta prevista, inclusive a posição das metas qualitativas especificadas, e a evolução dos indicadores, quando couber. § 3º. Caberá à Secretaria Geral da Presidência da República coordenar e viabilizar a divulgação, no Sistema Público de Monitoramento do PPA, das informações dos Conselhos de Controle Social e as deliberações das Conferências Nacionais e sua interface, no que couber, com os Programas Temáticos e Metas do PPA. § 4º O Fórum Interconselhos deverá compor o Sistema Público de Monitoramento do PPA, devendo se reunir no mínimo uma vez a cada semestre para monitorar a execução do PPA 2012-2015.
02	Altera a redação do inciso I do art. 4º	Corpo da lei Artigo 4º Inciso I	I - a redução das desigualdades sociais, de gênero, étnico-racial e regionais;
03	Participação da Sociedade no processo de avaliação dos programas do PPA 2012-2015	Corpo da lei Artigo 16	Art. 16. O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade no processo de monitoramento e avaliação dos Programas do PPA 2012-2015.

ATA DA 88ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS QUE SERÃO APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 29/2011-CN (PLPPA PARA 2012-2015).

Emendas de Programas

<table>
<tr><th>Emenda</th><th>Ementa</th><th>Programa</th><th>Proposto</th><th>Justificativa</th></tr>
<tr><td>04</td><td>Inclusão de indicadores no programa 2016</td><td>Políticas para as Mulheres: Enfrentamento à Violência e Autonomia</td><td>Inclusão de Indicadores - ver Justificativa</td><td>INCLUAM-SE OS SEGUINTES INDICADORES:
- Taxa de Homicídio de Mulheres, por cor/etnia, segundo Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios. Unidade de Medida %, Data de Referência 01/01/2011.
- Participação das mulheres na População Economicamente Ativa (PEA). Unidade de medida %, Data de Referência 01/01/2011.</td></tr>
<tr><td>05</td><td>Amplia recursos do programa "promoção e defesa dos direitos humanos"</td><td>Promoção e Defesa dos Direitos Humanos</td><td colspan="2">
<table>
<tr><th rowspan="2">Esfera</th><th colspan="2">Valor 2012 (R$)</th><th colspan="2">Valor 2013-2015 (R$)</th></tr>
<tr><th>PL</th><th>PROPOSTO</th><th>PL</th><th>PROPOSTO</th></tr>
<tr><td>Orçamento Fiscal e da Seguridade Social</td><td>97193109</td><td>300000000</td><td>319920820</td><td>630000000</td></tr>
<tr><td>Despesas Correntes</td><td>91783000</td><td>200000000</td><td>302240148</td><td>600000000</td></tr>
<tr><td>Despesas de Capital</td><td>5410000</td><td>100000000</td><td>17680672</td><td>30000000</td></tr>
<tr><td>Orçamento de Investimento das Empresas Estatais</td><td>0</td><td></td><td>0</td><td></td></tr>
<tr><td>Outras Fontes</td><td>0</td><td></td><td>0</td><td></td></tr>
<tr><td>Valores Globais</td><td>97193000</td><td>300000000</td><td>319920820</td><td>630000000</td></tr>
<tr><td></td><td colspan="2">Total PL</td><td colspan="2">Total Proposto</td></tr>
<tr><td></td><td colspan="2">417113929</td><td colspan="2">930000000</td></tr>
</table>
</td></tr>
</table>

Emenda de Objetivo

<table>
<tr><th>Emenda</th><th>Ementa</th><th>Objetivo Novo</th><th colspan="2">META</th></tr>
<tr><td rowspan="5">06</td><td rowspan="5">Garantir o poder de compra dos benefícios pagos pela Previdência</td><td rowspan="5">Garantir o poder de compra dos benefícios pagos pela Previdência, garantido condições dignas de remuneração para os beneficiários do Regime Geral da Previdência.</td><td colspan="2">Descrição Proposta</td></tr>
<tr><td colspan="2">Garantir aumento real das aposentadorias e pensões do Regime Geral de Previdência acrescentando à reposição das perdas inflacionárias mais 80% do percentual apurado no Produto Interno Bruto do Brasil</td></tr>
<tr><td colspan="2">Regionalização: Nacional</td></tr>
<tr><td>Total Proposto</td><td>Unidade Proposta</td></tr>
<tr><td>80</td><td>percentual</td></tr>
</table>

ATA DA 88ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2011, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 13, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS QUE SERÃO APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 29/2011-CN (PLPPA PARA 2012-2015).

Iniciativa Nova

Emenda	Ementa		Objetivo Novo		Iniciativa Nova
07	Garantir o poder de compra dos benefícios pagos pela Previdência		Garantir o poder de compra dos benefícios pagos pela Previdência, garantido condições dignas de remuneração para os beneficiários do Regime Geral da Previdência.		Melhoria na Fiscalização da Arrecadação e Aperfeiçoamento na Cobrança dos Débitos Previdenciários.
	Custo Total Proposto	**Data Início Proposta**	**Data término Proposta**	**Valor Custo Primeiro Ano**	**Valor Custo Demais Anos**
	19.500.000.000	01/01/2012	31/12/2015	3.500.000.000	16.000.000.000

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Marcelo Crivella. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada sem revisão.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimenta, declaro aberta a 88ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Os que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.)*

Esta reunião visa à discussão do Plano Prurianual da União para o período 2012/2015.

Como sou Relator da matéria e vamos apreciar as emendas neste momento, passo a palavra, para presidir a reunião, ao Senador Valdir Raupp

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco/PMDB – RO) – Passo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, para que faça o relatório sobre as emendas.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a proposta de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 29, de 2011, que institui o Plano Prurianual da União para o período 2012/2015.

Tramita no Congresso Nacional sob o nº 29 /2011, CN, o Projeto de Lei que institui o Plano Prurianual da União para o período 2012/2015 – PPA 2012/2015.

Conforme a Resolução nº 1, de 2006 – CN, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH – neste momento pode participar do processo legislativo orçamentário por meio de apresentação de emendas ao texto e à despesa.

No prazo fixado, foram apresentadas dezesseis sugestões de emendas entre as quais haverão de ser selecionadas as que cabem regimentalmente à CDH, sendo uma, à despesa – inclusão de iniciativa – e as demais ao texto.

Fui escolhido para Relator da matéria, sobre a qual aqui passo a discorrer.

A CDH, nos termos do art. 102 do nosso Regimento, combinado com a Resolução nº 1 e o Parecer preliminar aprovado pela CMO, pode apresentar cinco emendas à despesa, tantas de texto quantas aprovar, todas em relação às matérias que lhe sejam regimentalmente afetadas.

A análise por nós empreendida focalizou o exame da adequação das dezesseis propostas de emendas às disposições da legislação vigente.

Quanto ao mérito, somos da opinião de que todas as propostas são relevantes, uma vez que são de interesse público. O exame da regimentalidade, no entanto, nos força a concluir que a proposta nº 13 não tem pertinência com a atuação da CDH, conforme previsto no art. 102, e, do nosso Regimento, devendo, então ser inadmitida.

A Proposta nº 8 e a nº 10, por sua vez, não preenchem os requisitos exigidos para serem preliminarmente aprovadas pela CMO, razão pela também não podem ser admitidas por este colegiado.

Essas três propostas, no entanto, após ajustadas às disposições regimentais, podem ser apresentadas diretamente na CMO pelos autores ou por qualquer outro congressista. Todas as demais sugestões atendem aos requisitos regimentais para aprovação.

Voto do Relator.

Isto posto, votamos pela aprovação das Sugestões nºs 1, 2,3, 4, 5, 6, 7, 9, 11, 12, 14, 15 e 16 e con-

versão delas em emendas desta Comissão ao PL PPA 2012/2015.

Propomos que a Secretaria deste colegiado agregue em uma só emenda as Sugestões 1, 7 e 9 e 12, por tratarem do mesmo propósito. Em outra emenda, as Sugestões 2,6 e 11 pelo mesmo fundamento e, em outra, as Sugestões 15 e 16, igualmente pela mesma razão.

Propomos, também, que a Secretaria da CDH seja incumbida de incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas no total de sete, devendo levar em conta que a ata relativa à presente reunião deverá conter o ora decidido e ser entregue na CMO juntamente com o conjunto das emendas.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, em que eu defini pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Em discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo sobre o que deliberar, Senador Paim, dou por encerrada a reunião.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Crivella.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 14 horas e cinquenta e 07minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 03 minutos.).

ATA DA 89ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA DELIBERATIVA. **Item Único**. Não Terminativo. **Requerimento nº 150-CDH, de 2011**, requer a realização de Audiência Pública a fim de debater as condições de trabalho e aposentadoria dos motoristas profissionais. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às nove horas e treze minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 89ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovada.

Vamos ao item da pauta:

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 150, DE 2011

Requeiro a realização de Audiência Pública a fim de debatermos as condições de trabalho e aposentadoria dos motoristas profissionais"

Senador Paulo Paim.

Em votação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovad o requerimento para que realizemos audiência pública com esse fim.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 15 minutos.)

ATA DA 90ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 2, ALA SENADOR NILO COELHO, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e quinze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador

(Paulo Paim), reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Paulo Paim e Cyro Miranda.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. **Item Único**. Audiência Pública, nos termos do **Requerimento nº 150, de 2011**, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater as condições de trabalho e aposentadoria dos motoristas profissionais. Convidados: Luiz Alberto Mincaroni, Secretário Executivo do Movimento pró Estatuto do Motorista. Narciso Figueirôa Júnior, Assessor Jurídico da CNT, em representação de Marcos Aurélio Ribeiro, Membro da Sessão de Cargas da Confederação Nacional do Transporte; Flávio Benatti, Presidente da NTC & Logística; Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro – MUBC; Jorge Luiz Frizzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Carga Seca, Líquida, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul – SINDIMERCOSUL; Adélio Justino, Procurador de Justiça; José Araújo China, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros – UNICAM; Francisco Cardozo, Vice-Presidente da ABTI; José Alves de Couto Filho, Nova Central Sindical dos Trabalhadores; José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros; Marcos Bicalho, Membro do Conselho Ambiental da Confederação Nacional do Transporte; e Célio Moreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Uberlândia. Extrapauta. **Item único**. **Requerimento nº , de 2011-CDH**, que requer a realização de audiência pública para *debater o combate ao bullying*. Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. A Senhora Vice-Presidente Senadora Ana Rita faz o registro e manifesta repúdio ao fato criminoso ocorrido no Estado do Espírito Santo, referente ao assassinato do Presidente do Sindicato dos Cegonheiros, Ivan Demachi Tavela, executado com dois tiros na cabeça, segunda-feira 21 de novembro de 2011, dentro do escritório da sede do sindicato, localizado na Rua Espírito Santo, bairro Rosário de Fátima, na Serra – ES. O Senhor Presidente manifesta sua solidariedade aos familiares da vítima e colegas de categoria. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim e Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às quinze horas e dez minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Paim,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 90ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Esta audiência pública é realizada, nos termos do Requerimento nº 150, de 2011, de autoria deste Senador e de outros, aprovado em 22/11/2011, "para debater as condições de trabalho e aposentadoria dos motoristas profissionais", ou seja, o transporte terrestre.

Para este debate, vamos convidar a compor a Mesa, em primeiro lugar, o Sr. Narciso Figueirôa Junior, em substituição a Marcos Aurélio Ribeiro, membro da Sessão de Cargas da Confederação Nacional do Transporte (CNT); o Sr. Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro (MUBC); Jorge Luiz Frizzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Carga Seca, Líquida, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul (Sindimercosul); o Sr. Luiz Alberto Mincaroni, Secretário Executivo do Movimento Pró-Estatuto do Motorista; e o Sr. Flávio Benatti, Presidente da NTC & Logística.

Nossos convidados todos estão aqui.

Vamos colocar mais uma cadeira. Aproximando, podemos colocar as cadeiras aqui.

De imediato, vamos à nossa audiência.

Informo a todos que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo pela TV digital, Canal 2, do nosso Senado, do sistema de comunicação do Senado, com *flashes* pela Rádio Senado, e pela Internet, também ao vivo, pelo *site* www.senado.gov.br/tv, Canal 6. Então, a transmissão está sendo feita pela TV digital, Canal 2, e pela Internet, no *site* www.senado.gov.br/tv, Canal 6.

Só para situar aqueles que estão assistindo à rede de comunicação do Senado e também o Plenário, vou fazer uma pequena introdução e, em seguida, vou passar a palavra aos nossos convidados.

Hoje, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, vamos, mais uma vez, debater o Estatuto do Motorista e apresentar os trabalhos realizados pelo Grupo de Trabalho do Movimento Pró-Estatuto do Motorista.

O GT Movimento Pró-Estatuto do Motorista já realizou onze audiências públicas com representantes do setor pelo País durante este ano. As reuniões foram realizadas nas cinco regiões do País, sendo as cidades polos Brasília, Cuiabá, Manaus, Belém, Salvador, Belo Horizonte, Uberlândia, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

A adesão das bases foi muito boa: mais de três mil representantes dos trabalhadores autônomos e empresários debateram o tema. Tanto celetistas como autônomos, todo o setor se envolveu no tema.

Eu mesmo participei da grande maioria das audiências para ouvir o que pensam aqueles que estão, no dia a dia, na base. Ouvimos o clamor das famílias, dos pais, enfim, dos homens e das mulheres que dedicam sua vida a esse setor. É claro que uma das maiores preocupações diz respeito aos acidentes no trânsito.

Hoje, teremos a oportunidade de ouvir um balanço das audiências públicas que percorreram o País. Uma das conclusões que posso adiantar foi a de trabalharmos, primeiramente, pela aprovação da regulamentação da profissão, projeto que estava em apenso ao Estatuto do Motorista. Vamos ver se essa é a visão, na verdade, de todos os que se encontram aqui.

Enfim, os pontos de consenso, pelo que entendi, serão trabalhados, com todo o cuidado, para que não haja dissensão e se complique, consequentemente, a tramitação dos dois projetos.

Uma das coisas que entendo seria consenso, se houvesse o entendimento também com o Executivo, seria a aposentadoria especial para todos aqueles que atuam nesse setor, motoristas de ônibus, de caminhão, de táxi, enfim, todos aqueles que atuam no transporte terrestre.

Essa é uma matéria que, no meu entendimento, deveria estar contemplada ou no Estatuto ou em outro projeto.

Sei que há uma expectativa muito grande dos trabalhadores desse setor quanto à questão da aposentadoria especial – que eles já tinham um tempo atrás e perderam –, que queremos, mais uma vez, garantir.

Hoje, vamos saber mais sobre os demais andamentos para a construção do texto final do Estatuto do Motorista e ouvir os participantes do Movimento Pró-Estatuto do Motorista.

Para iniciarmos a nossa reunião, seria bom que o Secretário Executivo – e, a partir daí, abriríamos o debate – Luiz Alberto Mincaroni fizesse um relato sobre como foram as audiências públicas fora de Brasília. No total, houve mais de vinte audiências públicas, entre as que realizamos aqui e aquelas que fizemos nos Estados.

Eu começaria com a exposição do Mincaroni, o Secretário Executivo desse trabalho todo, para que ele fizesse uma exposição sobre o andamento dos trabalhos até o momento.

Mais uma vez, quero enfatizar que esse é um tema que interessa a todo o povo brasileiro, porque, se o transporte parar, o País para. E queremos viabilizar que ele continue cada vez mais forte, naturalmente, colaborando também para que o motorista tenha um atendimento cada vez melhor, para haver, com isso, o desenvolvimento da sua profissão. Com isso, com certeza, contribuiremos para diminuir os acidentes no trânsito e para garantir a aposentadoria especial.

Quando falo em diminuir os acidentes no trânsito, que fique bem claro que não estou achando que o culpado dos acidentes de trânsito é o motorista profissional. Acho que os mais culpados são os que não são motoristas profissionais. Os motoristas profissionais são aqueles que se preparam para dirigir os veículos e assim ganhar a vida. Sabemos que a condição de trabalho adequada vai, com certeza, colaborar muito para diminuir esses acidentes. É preciso que avancemos, cada vez mais, nas condições de trabalho dos nossos motoristas.

O Sr. Mincaroni está com a palavra.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONI – Bom dia a todos! Muito obrigado, Senador, pela palavra, pela oportunidade.

Vamos apresentar um PowerPoint. Eu pediria à pessoa que está ali que ajudasse. Se o Canindé pudesse fazer esse favor...

Enquanto está sendo colocada a apresentação em tela, quero dizer que, aqui mesmo, nesta sala, no mês de abril do corrente ano, as entidades representantes de autônomos, trabalhadores e empresas que estavam aqui presentes, no final da audiência pública, conversaram informalmente, com a presença do Senador Paim também, para verificar de que maneira a gente poderia contribuir para que esse projeto fosse aperfeiçoado e para que se buscasse um consenso.

Então, a partir daquele momento, o grupo que estava presente, com o apoio do Senador, resolveu criar o Movimento Pró-Estatuto do Motorista, que se propôs, nesse período de tempo de seis meses, a percorrer o Brasil, para escutar, democraticamente, todos os participantes de audiências públicas que seriam realizadas nesse período.

É preciso que se aumente a imagem na tela, para que todos pudessem enxergar.

Pode passar para o próximo *slide*, por favor. Vamos começar pelo de nº 2.

Formamos um grupo de trabalho, esse movimento formou um grupo de trabalho, com participantes dos três segmentos, que acompanharam todas as audiências públicas. Nós procuramos identificar os consensos e indicar os pontos que teriam de continuar em negociação.

Próximo!

Realizamos dez audiências públicas mais a de Brasília, o que totaliza onze audiências. Percorremos todas as regiões do País.

Identificamos três capítulos importantes no projeto: um deles orientaria os acessos, o exercício e a aposentadoria na profissão de motorista; o segundo capítulo seria específico para o tempo de direção; e um terceiro capítulo trataria de jornada de trabalho.

No caso do acesso, exercício e aposentadoria na profissão, o que foi levantado nessas audiências públicas como importante? Primeiro, a questão de formação profissional do motorista, que é fundamental. Hoje, já existe falta de motoristas no mercado, e não existe uma formação regular para motoristas. Entendemos que a formação técnica do motorista, com escolas técnicas, seria muito importante para que o motorista fosse realmente um profissional. O motorista profissional não é aquele que somente aprendeu a dirigir com o colega ao lado e fez uma autoescola curta. Esse motorista, realmente, deve ter uma visão completa da sua profissão, do que é ser um profissional do volante.

A questão da reciclagem e do aperfeiçoamento também foi abordada e é muito importante, porque as tecnologias estão mudando, as normas estão sendo aprimoradas, e a constante reciclagem e o aperfeiçoamento fazem parte da função do motorista.

A carteira de saúde e os exames periódicos são outros pontos fundamentais. A saúde é uma das coisas que mais foram colocadas durante todo esse período. A preocupação com o motorista é necessária, pois já se viram várias situações de motoristas que morreram na estrada de repente e que não tinham acompanhamento periódico de saúde.

Também foi colocada a questão de seguro de vida, porque é uma função de risco, e, em caso de infortúnio, a família deve ter a garantia de que, no mínimo, receba um valor que lhe permita viver com dignidade.

Ainda no acesso e exercício, a questão começa agora a entrar em pontos bem objetivos e importantes, pontos operacionais.

Pontos de parada em estradas e terminais de ônibus são também fundamentais. Todo mundo citou que, sem pontos de parada nas estradas, onde o motorista possa cumprir seu horário de descanso, a lei acaba não tendo efetividade. No caso dos motoristas dos terminais urbanos, é citada a estrutura adequada em terminais urbanos. Sabemos que, nos terminais, os motoristas dispõem de curto espaço de tempo, de quinze minutos, um pouco mais ou um pouco menos, e, nesse espaço de tempo, às vezes, o motorista, que tem de fazer um lanche ou de ir ao banheiro, não conta com essa estrutura adequada. Consideramos esse um ponto importante.

Outro ponto importante é a segurança e a prevenção de assaltos. É muito grande a incidência de assaltos, hoje em dia, nas estradas, mas também nas cidades e nos ônibus, quando estes passam por regiões mais problemáticas. É preciso considerar a questão da segurança e prevenção de assaltos.

Quanto à aposentadoria de 25 anos, em geral, todos se mostram favoráveis, mas as empresas, principalmente, condicionaram essa questão a que não se onere o setor, o que quer dizer que, se existir um acordo com o Executivo sobre de onde tirar recursos, de modo a que não se venha a onerar o setor, não haverá oposição. A preocupação é esta: de onde sairão os recursos? Acho que esse é um trabalho para ser negociado no âmbito do Estatuto. Cremos que a presença do Senador Paim nessa negociação será muito importante para buscar as fontes de origem do recurso.

Há outros assuntos, como, por exemplo, a penosidade. Os trabalhadores estão a favor do adicional de penosidade, e as empresas, a princípio, num primeiro momento, estão contra, em função de não existir uma regulamentação do artigo da Constituição. A Constituição fala em penosidade, mas isso não foi regulamentado. Então, entendemos que conceder o adicional de penosidade ao motorista sem haver essa prévia definição que abranja outras categorias profissionais não seria razoável. Mas não é que haja uma situação de irreversibilidade na negociação. Ao contrário, a negociação continua, mas as empresas acham que têm de aguardar essa regulamentação.

Próximo *slide*!

Aqui, fala-se do tempo de direção. Quanto a essa questão, o controle deve ser efetuado por instrumentos mecânicos ou eletrônicos, e a fiscalização deve ser eficiente. Se não há um instrumento confiável para controlar o tempo de direção, permite-se que se cometam fraudes, e, com fraudes, vamos burlar o espírito da lei, que é o de dar segurança nas estradas e dar condições de trabalho adequadas ao motorista. Então, é fundamental que esse controle seja feito por meio de um instrumento confiável. Quanto à questão da papeleta, do livro Diário, não há problema na jornada de trabalho. Mas, no que diz respeito ao tempo de direção, a fiscalização tem de ser feita com um instrumento confiável que minimize as fraudes.

A fiscalização deve ser eficiente. Obviamente, a legislação só irá funcionar se houver fiscalização. Temos visto muito a questão da Lei Seca, que, em alguns lugares, funciona um pouquinho, que, em outros lugares, funciona mais e, em outros, menos. A Lei Seca só funciona se há fiscalização. Os índices de acidentes com motoristas embriagados se reduzem muito na mesma proporção da fiscalização. E, no caso do tempo de direção, tem de haver o mesmo.

Os pontos de parada, que já foram citados antigamente, são fundamentais também para haver o controle

do tempo de direção. Se o motorista não puder dirigir mais que x horas e tiver de parar, onde ele vai parar? Então, é fundamental que se resolva esse gargalo, que são os tempos de parada, para que o motorista possa contar com um local seguro e adequado para fazer sua parada.

Há alguns princípios gerais no tempo de direção. Deve haver igualdade entre autônimos e empregados, de um lado, e entre brasileiros e estrangeiros, por outro lado. Por que a igualdade? Porque o principal aspecto do tempo de direção é a segurança viária, não a questão da jornada de trabalho. E a segurança viária tem de ser igual para todos. Não pode alguém dizer: "Eu dirijo x, e o outro dirige dois x". Seguramente, esse que está dirigindo mais está colocando em risco a sua vida e a vida dos que estão na estrada.

E há a questão de brasileiros e estrangeiros também. Tem havido acidentes muito graves no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Eu me recordo de que, no verão do ano passado – o Pedro pode me ajudar –, houve um acidente com dois ônibus argentinos, em que houve mais de vinte ou trinta mortes. É fundamental que a lei abranja o estrangeiro, limitando o tempo dele e limitando a operação do tempo de direção, para que haja segurança viária em relação a estrangeiros e a brasileiros, porque um ônibus desse pode colidir também com um veículo brasileiro.

Também entendemos que, na questão da longa distância e do transporte internacional, deve haver algumas normas mais específicas.

As multas específicas para as infrações referentes ao tempo de direção são importantes, principalmente na questão que abordamos: se não houver multa nem fiscalização, a lei cairá em desuso.

Também nesse mesmo exemplo de motoristas estrangeiros, motoristas quer foram flagrados, na autoestrada, no Rio Grande do Sul, a 150 km/h foram multados. Eles estavam saindo do País, e não acontecia nada. O que acontece? Ele volta no próximo verão, e continua a mesma coisa. Então, estava sendo feita uma negociação para que ele pagasse a multa na saída do País.

Alguns ajustes não foram previstos no Código de Trânsito Brasileiro no início e causaram impactos negativos. Então, a nossa visão é a de que deve haver uma previsão bem clara nesse Estatuto, para que não haja esses subterfúgios, principalmente, por parte de pessoas que não têm responsabilidade com a vida.

Também está sendo abordada a importante questão da responsabilidade solidária entre motoristas, transportadores, embarcadores, destinatários e ordenadores em geral. Quer dizer, se um embarcador exige uma carga horária de um motorista – e ali está o outro ponto, que é prazo de viagens compatível –, em caso de infração, ele pode ser responsabilizado. Isto é fundamental: responsabilizar quem ordena um tempo de direção inadequado, seja quem for que estiver vinculado a essa cadeia de operação de transporte.

Próximo!

Há a questão do tempo de direção. Para a maioria dos pontos, já existe um consenso geral, com poucas exceções. Tentamos identificar aquilo que praticamente é consenso, e, naquilo que não havia consenso, colocamos as diferenças de posições.

Quanto à direção ininterrupta, o consenso está sendo de quatro horas, no máximo, com a possibilidade de prorrogação para atingir um local seguro de uma hora. A pausa mínima durante as quatro horas é de 30 minutos. Pode ser uma pausa só, ao final das quatro horas, ou ela pode ser subdividida durante as quatro horas. O intervalo mínimo para a refeição é de uma hora, e a direção máxima diária é de 12 horas.

Próximo!

O descanso semanal mínimo seria de 35 horas contínuas. O que são 35 horas contínuas? Onze horas de descanso noturno mais 24 horas de um dia, que tem de ser em continuidade, representando 35 horas no total.

Para o repouso diário mínimo, na curta distância de onze horas e na longa distância, foram colocados dois tipos de posição: alguns dizem que é de onze horas; outros, que é de nove horas. Esse foi o levantamento feito na questão da longa distância.

Próximo!

O controle da jornada de trabalho poderia ser feito por livro de bordo, papeleta, instrumento mecânico ou eletrônico. Também foi considerada a necessidade de haver uma fiscalização eficiente da jornada de trabalho, principalmente na questão do registro de carteira e dos limites de jornada.

Existem empresas que têm uma frota, por exemplo, de dez caminhões próprios e têm somente dois motoristas registrados. Isso poderia ser fiscalizado pela RAIS e pelo Caged. Então, há instrumentos para fiscalização; não pode uma empresa ter onze caminhões e ter dois motoristas, o que significa que uma quantidade grande está trabalhando sem registro.

O Capítulo III, então – o Capítulo II se refere a tempo de direção –, trata da jornada de trabalho. Na jornada de trabalho, há a questão do intervalo mínimo, que são de onze horas entre a jornada. Da mesma maneira que ocorre na questão do tempo de direção, alguns dizem que são onze horas; outros, que são nove horas. Há a possibilidade, na longa distância, de se fazer um fracionamento. Alguns defendem que as onze horas se subdividam em nove mais duas, e há os que

defendem que as nove horas sejam subdivididas em sete mais duas. O fracionamento se dá em situações nas quais o motorista precisa acordar mais cedo para aproveitar o trânsito ou para chegar a determinado destino, desde que ele compense essas duas horas.

Alguns dizem que a compensação do fracionamento tem de ser feita em sequência, isto é, se ele reduziu duas horas de noite, ele, durante o próximo dia, terá de compensar com duas horas a mais. Outros defendem que essa compensação possa ser feita no retorno da viagem, ou seja, ele aproveita a viagem e, no retorno, recebe essa compensação.

Próximo!

Há questões de especificidades. Alguns defendem o tempo de espera como sendo uma especificidade para colocar dentro do projeto. Outros acham que tem de ser prontidão e sobreaviso. O conceito de tempo de espera aí seria todo aquele em que o veículo está em carga, descarga, em fila, parado, no qual o motorista estaria esperando para que finalizassem essas operações. No caso de prontidão e sobreaviso, é um pouco diferente. No caso de sobreaviso, eles são dispensados para ir para casa e teriam de retornar quando os chamassem. No caso de prontidão, é a mesma coisa: eles estariam dispensados, mas teriam de estar próximos ao caminhão, e seriam chamados quando fosse preciso.

Outra especificidade é a questão de viagens em dupla. Alguns entendem que, mesmo quando os motoristas viajam em dupla, trocando o motorista, deve haver uma parada mínima de seis horas do caminhão por motivo de segurança. Outros dizem que não deveria haver parada mínima nem para caminhão, nem para ônibus. No primeiro caso, aquela parada mínima para caminhão não está prevista para ônibus, só para caminhão. No segundo caso, não existe parada prevista para nenhum.

Próximo!

Há outras questões, como forma de remuneração. São pleiteadas formas de remuneração que não comprometam a segurança. Quer dizer, remuneração baseada só em comissão que faça com que os motoristas procurem rodar mais e com excesso não seria possibilitada. Outras formas, talvez até uma comissão pequena, um complemento ou alguma coisa que não comprometa a segurança, seriam possíveis.

Quanto à questão de dupla função, que ocorre muito com passageiros urbanos, alguns acham que é compatível, outros acham que não é compatível.

A questão do intervalo intrajornada urbana está em debate, não se chegou a números ainda. Teria de se falar mais com os trabalhadores e com as empresas de transporte urbano para verificar as eventuais alternativas existentes.

Próximo!

Eu me esqueci de falar – deve ter escapado algum *slide* – que, na questão da jornada de trabalho, há alguns que defendem duas horas extras na longa distância e outros que defendem quatro horas, mas somente na longa distância. Na curta distância, é consensual que seriam duas horas extras para as jornadas de trabalho. No caso da longa distância internacional, alguns defendem duas horas, e outros, quatro horas.

Há pontos importantes para outras normas legais. Nós detectamos vários pontos que não têm a ver diretamente com o Estatuto do Motorista, mas que são preocupações da classe, seja dos autônomos, seja de empresários, seja de empregados. Um deles é o seguinte: remuneração adequada para o frete carreteiro. É um ponto que foi muito abordado, principalmente pelos autônomos.

A solução para filas em descargas é outro ponto importante.

Em postos de abastecimento, é muito precária a estrutura de lazer e de higiene oferecida para os motoristas.

Outra questão são os limites de peso somente para os pesos brutos, não vinculados aos pesos sobre eixos.

Nos postos de pesagem, nos postos de balança, a estrutura é deficiente e não permite ao caminhoneiro parar quando tiver de parar e quando tiver de mexer na carga. Há uma série de problemas ali no meio.

As transformações de veículos bitrem em rodotrem também estão preocupando muito.

Próximo!

Especificamente para os autônomos, foram colocados vários pontos que eles consideram importantes, como a base de cálculo dele para o INSS. Sobre o frete que os autônomos recebem, uma parte é sua mão de obra, e o resto são seus custos operacionais. Eles entendem que a base de cálculo, quer dizer, a parte da mão de obra é exagerada sobre o valor do frete. Então, teria de se estudar essa questão da base de cálculo para o INSS.

A renovação de frota para autônomos é um ponto que preocupa muito, bem como a conta frete e a questão de bases de abastecimento não condicionadas. O que é isso? Muitas operadoras de combustível colocam preços e condições mais adequadas em alguns locais em detrimento de outros e, de certa maneira, acabam induzindo os motoristas, seja na hora de ele receber a conta frete, seja na hora de ele ter de abastecer por outro motivo, a ter de ir somente para determinados locais. Os motoristas entendem que todos os postos de abastecimento deveriam ter liberdade para esta-

cionamento e para abastecimento em condições de concorrência semelhantes.

O formulário para comprovação de estadia também foi colocado como uma necessidade para ordenar melhor essa questão.

A renovação de frota está repetida.

A não exigência de CNPJ foi outro ponto colocado: o motorista autônomo, como pessoa física, não precisaria ser obrigado a ter CNPJ, e existem situações em que ele acaba sendo obrigado a isso.

O horário de liberação do motorista para viagem, em função da entrega de notas fiscais, é uma preocupação muito grande do motorista.

Próximo!

Esse repetiu. Há mais vale-pedágio.

Próximo!

Outro ponto específico dos autônomos é a questão do seguro dos seus veículos, dos caminhões e das carretas.

A existência de cadastros negativos de motoristas, muitas vezes, acaba quase tirando do mercado alguns motoristas que são cadastrados como sendo motoristas de uma lista negra.

Eles também pleiteiam que exista uma planilha referencial de custos, para que tenham uma referência de fretes, de preço mínimo.

Próximo!

Há outros pontos considerados muito importantes, e o primeiro é a concessão de rodovias, para que, nelas, possam existir pontos de parada, no máximo, a cada 200 quilômetros. Em rodovias com muito trânsito, provavelmente, esses pontos de parada vão ter de ser construídos a cada 50 quilômetros ou a cada 100 quilômetros, não só a cada 200 quilômetros.

A questão de compensações tributárias é um ponto muito complexo e envolve também uma negociação dos legisladores com o Governo. Examinamos legislações de outros países, como as da Argentina e as dos países da União Europeia, nas quais, quando se implantaram controles e limites de jornada, houve compensação tributária, seja na redução de encargos nas folhas de pagamento, seja na compensação com tributos.

Então, achamos que, no momento da implantação dessa lei, vai haver um custo maior para todos. As empresas e os clientes, todos eles vão ter um custo maior porque vai haver um disciplinamento. Em consequência disso, vai haver uma redução na produtividade global em favor da segurança e da qualidade de vida do trabalhador, o que é justo, mas isso implica um impacto de custo, o que, em um período de transição, precisaria ser compensado para que não houvesse impactos na inflação e nos custos gerais de produção e de distribuição de produtos. Mas esse é um assunto que não é objeto do Estatuto do Motorista e que tem de ser estudado de alguma outra maneira.

Próximo!

Esse, então, é um resumo do trabalho feito até o momento, um trabalho que está aberto para novas contribuições. O grupo de trabalho continuará esse trabalho, contribuindo para a elaboração dessa importante lei, o Estatuto do Motorista.

Nós nos preocupamos até agora, Senador, em fazer esse levantamento dos tópicos. Como deu para ver ali, a grande maioria dos pontos é de consenso; outros pontos, mesmo que não sejam de consenso, não são pontos problemáticos para serem ajustados e negociados. Nós entendemos que o Estatuto está em permanente debate; então, ele vai ter continuidade, não é aqui hoje que se encerrará.

Acreditamos que o trabalho feito pela Comissão, um trabalho exaustivo, vai continuar à medida que puder contribuir mais para a redação final do Estatuto do Motorista. Isso se dará sem prejuízo a que outras leis e partes do Estatuto já sejam votadas e avancem no que diz respeito à sua tramitação e à sua aprovação.

Agradeço muito a todos vocês.

Essa é a contribuição que temos feito até o momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Luiz Alberto Mincaroni, Secretário Executivo do Movimento Pró-Estatuto do Motorista, que viajou pelo País, participou de todas as audiências públicas e apresentou aqui um resumo desse trabalho.

É claro que vamos ouvir agora os outros convidados. E, no final, vamos para os encaminhamentos.

Chegou aqui uma carta, neste momento, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Terrestre, cuja leitura depois vou fazer, justificando a sua não presença, no caso, aqui hoje.

Vou seguir a lista. Depois, haverá a segunda Mesa, na qual contaremos com a presença do Dr. Adélio Justino Lucas, que já está conosco e que é Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, do Ministério Público do Trabalho; e do Sr. José Araújo China, presidente da União Nacional dos Caminhoneiros.

Nós vamos esgotar esta Mesa. Depois, os senhores virão aqui. O Mincaroni vai continuar nas duas Mesas, porque qualquer esclarecimento sobre o debate ele poderá dar no momento adequado, já que ele participou de todas as reuniões. E lerei, na segunda Mesa, a carta que chegou aqui da Confederação Nacional dos Trabalhadores.

Então, agora, passo a palavra, para fazer suas considerações, ao Sr. Narciso Figueirôa Júnior, assessor jurídico da Confederação Nacional do Transporte (CNT), que substitui aqui o Marco Aurélio Ribeiro. Em seguida, será a vez do Sr. Neori Tigrão.

O SR. NARCISO FIGUEIRÔA JÚNIOR – Bom dia, Senador Paim e demais componentes da Mesa!

Tive a oportunidade de participar de boa parte das audiências públicas, representando a Confederação Nacional do Transporte (CNT). É importante mencionar que, independentemente das audiências públicas que foram realizadas em função da necessidade de se discutir o PL nº 271 – até é bom que se esclareça, para não ficar dúvida a respeito dessa discussão –, já existe uma discussão sobre esse assunto, há mais de dois anos, no âmbito das entidades de transporte, inclusive partindo das entidades de primeiro grau, passando pelas federações e chegando à Confederação Nacional do Transporte, inclusive não só pela Seção de Cargas, mas também pela Seção de Passageiros e pela Seção de Autônomos. Dessa maneira, esse trabalho das audiências públicas veio intensificar uma discussão que já existia havia alguns anos a respeito desse assunto.

Nas discussões nas nossas entidades, o Dr. Marco e eu apresentamos algumas propostas nas audiências públicas das quais eu não participei. Nós apresentamos propostas que foram discutidas ao longo desse tempo, inclusive considerando que o setor de transporte de cargas possui diversas especialidades. E a NTC tomou o cuidado de consultar todas as suas câmaras temáticas, no sentido de buscar uma proposta que representasse não a opinião de assessores jurídicos da entidade, mas, sim, a opinião dos empresários, porque o papel dos assessores nesse assunto foi o de colocar, exatamente naquilo que seria uma proposta, o que o empresário realmente anseia nesse aspecto.

Nessas propostas que mencionei, que já discutimos há um bom tempo, chegamos a algumas premissas que basearam, desde o início, os trabalhos. A primeira delas é a de que o tempo de direção tem de ser tratado diferentemente da jornada de trabalho. No início, percebíamos que havia certa confusão em relação a essas duas questões. As duas questões são de igual importância, mas devem ter um tratamento diferenciado na legislação. Por quê? Porque o motorista empregado deve ter realmente o tratamento em relação ao tempo de direção também ligado à jornada de trabalho, mas o tempo de direção deve afetar todo e qualquer condutor, não só o condutor com vínculo empregatício, mas o autônomo e o empregado de empresas estrangeiras.

A outra premissa que baseou toda essa discussão no âmbito da CNT é a de que, na legislação, deve haver tratamento diferenciado entre motorista urbano e motorista rodoviário de longas distâncias – e, aqui, quando falamos em motoristas, estamos falando de motoristas de carga e de motoristas de passageiro, seja passageiro urbano, seja intermunicipal, mas também o de fretamento. Isso não quer dizer que o motorista urbano tem uma condição de trabalho melhor, mas é que a situação fática da prestação de serviço tem de ser considerada.

Outra premissa, que seria a terceira, é a questão da infraestrutura para os pontos de parada. Em todas as discussões que tivemos sobre esse assunto – e acompanhei essas discussões nas audiências públicas –, eu diria, Senador, pela avaliação que fiz das audiências de que participei, que foi uníssono que a questão da infraestrutura é tão importante quanto a discussão do Estatuto. Uma coisa não deve ser dissociada da outra e deve ter a mesma prioridade. Por quê? Porque, se discutirmos pausas em relação à jornada de trabalho ou em relação ao tempo de direção, teremos de dar condições para que o motorista possa cumpri-las. E, com essas viagens que fizemos pelo Brasil todo, percebemos, sobretudo na região Norte, que há falta de adaptação da estrutura à logística regional.

Então, nesse sentido, eu gostaria de destacar – o relatório feito a partir das audiências públicas não mencionou este aspecto importante – que temos uma proposta concreta sobre os pontos de parada, e essa proposta concreta, evidentemente, depende de uma política de governo. Mas está muito delineado o que pode ser feito. Quando se colocam pontos de parada a cada 200 quilômetros – e, se for menos que isso, será até melhor, mas entendemos que 200 quilômetros é algo factível –, apresentamos a proposta de que, nas rodovias com concessão, isso seja feito através de aditivo aos contratos e de que, nas rodovias que estão para entrar no regime de concessão, isso já seja previsto no edital. E, naquelas que não estão sob o regime de concessão, por meio da lei de Parceria Público-Privada, esses pontos de parada poderiam ser criados.

Dessa maneira, nessa proposta que mencionei inicialmente, discutida há mais de dois anos, há concretamente a possibilidade de viabilizar esses pontos de parada. Mas isso, evidentemente, depende da conscientização e do entendimento do Congresso de que isso é tão importante quanto definir o que o Estatuto irá conter.

Em relação às propostas que mencionamos nas audiências públicas, Senador, entendemos que, até por uma questão de sistematização, muito embora já tenhamos acompanhado a posição do Senador em

outros encontros, há necessidade de uma alteração na CLT para que se defina, realmente, qual a jornada de trabalho e quais os repousos legais e para que se considere, num capítulo da CLT, a questão do motorista, que seria tratada num capítulo específico, assim como já existe em outras atividades.

É fundamental uma alteração no Código de Trânsito Brasileiro, para que se possa definir o tempo de direção, para que esse tempo de direção seja possível de ser aplicado em outras circunstâncias, como mencionei. E há também a questão da alteração da concessão de rodovias.

Vou concluir minha fala.

Foi dito por nós nas audiências públicas que, em nenhum momento, o setor empresarial é contra a discussão de alteração na legislação em relação à profissão do motorista. O que temos de levar em consideração é que, em toda e qualquer proposta de alteração legislativa, se buscarmos o ideal, se buscarmos que a nossa proposta seja aprovada integralmente, poderemos ter uma surpresa. Temos de nos contentar, em uma discussão de colegiado, inclusive como é o próprio Congresso, com aquilo que é possível, sem buscar somente aquilo que é o ideal. Nesse sentido, a proposta que fizemos – o próprio Senador e todos dela já têm conhecimento – foi considerada exatamente nesse aspecto, no sentido de se buscar aquilo que é possível se defender como factível e juridicamente possível dentro do Congresso Nacional, independentemente de propostas que foram discutidas no âmbito da entidade e que não prevaleceram. Mas todos os setores –eu gostaria de deixar claro – envolvidos no setor de transportes foram consultados, e foram colhidas todas as sugestões.

Era assim que eu queria concluir, Sr. Senador. Agradeço-lhe a oportunidade de fazer esse relato. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Narciso Figueirôa Júnior, Assessor Jurídico da CNT.

Só para situar todos quanto à exposição que fez aqui o Narciso, quero dizer que recebi um documento assinado, que me foi entregue há algum tempo e que é fruto de um grande entendimento de grande parte dos trabalhadores e dos empregadores. Nesse documento, busca-se um entendimento – digo isto para situar quem está assistindo à TV Senado – na regulamentação da profissão de motorista via projeto que está apensado ao Estatuto, mas que poderia, mediante acordo, tramitar na Casa.

Ele fez a defesa aqui desse substitutivo, que é assinado pelo Presidente da Seção de Cargas da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Sr. Flávio Benatti, que está aqui conosco; pelo Vice-Presidente da Seção de Passageiros da CNT, Sr. Otávio Cunha; pelo Presidente da Seção de Transportes Autônomos da CNT, Sr. José da Fonseca Lopes; pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTT), Sr. Omar José Gomes, que nos mandou uma carta; e pelo Secretário de Educação Ambiental, Sr. Epitácio Antônio dos Santos.

Esse documento também está conosco. Naturalmente, depois, vamos deixá-lo à disposição de todos.

Esclareço também que, nesta carta que chegou aqui agora, o Sr. Omar José Gomes, Presidente da CNTT, diz que, em resumo, estão num evento em outro Estado, no dia de hoje, mas que mantém a posição exatamente de acordo com esse documento. Estou resumindo o que ele diz aqui. Ele diz que a posição dele acompanha exatamente o que está no documento, que me foi entregue, assinado por empresários e trabalhadores.

Vamos ao debate, para vermos por onde podemos caminhar na linha de entendimento.

Nesse sentido, de imediato, passamos a palavra – já que me referi a ele – ao Presidente da NTC & Logística, Sr. Flávio Benatti.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Bom dia, Senador Paim! Quero, mais uma vez, cumprimentá-lo pela iniciativa. Boa parte daquilo que eu poderia dizer, o Dr. Narciso já afirmou. Mas quero enfatizar o fruto desse documento.

Quando houve a audiência pública em São Paulo, o senhor fez questão – por várias vezes, eu ouvi o senhor dizer isto – de afirmar que, se tivéssemos uma proposta e se essa proposta fosse de entendimento e, na realidade, pudesse melhorar essa relação capital/trabalho no setor e esclarecer algumas realidades que existem no setor de transporte – e é o autônomo que atua nessa área –, ela se incorporaria ao PL nº 271, sem prejuízo, logicamente, de futuras discussões de outros temas que poderão ser discutidos e até aperfeiçoados.

Esse é o trabalho que fizemos, e quero dizer como ele se iniciou.

Já vínhamos num processo de conversa com a própria Confederação Nacional dos Trabalhadores, quando da sua iniciativa em torno do PL nº 271, que trata da criação do Estatuto do Motorista. Naquela ocasião, tivemos a oportunidade de recebê-lo na nossa casa, em São Paulo, na NTC, numa ampla discussão, com vários empresários de vários segmentos de transporte. E o senhor foi muito claro e muito objetivo ao dizer que estava ali na busca da apresentação de um projeto que não era o definitivo – o definitivo, na

realidade, deveria ser feito pelas partes envolvidas nessa questão. O senhor disse isso com toda clareza.

Naquela oportunidade, na reunião, estava o coordenador das nossas comissões, por especialidade na NTC. A NTC mantém várias câmaras de especialidade em transporte, porque a realidade de quem transporta carga fracionada é muito diferente da de quem transporta grãos ou da de quem transporta contêineres, carga líquida, carga seca, a granel, enfim, há realidades diferentes no segmento de transporte.

Então, a nossa preocupação era poder começar a discutir, com seriedade, uma proposta com os trabalhadores que pudesse ser avalizada por todos esses segmentos de transporte. Inclusive, dentro da NTC, existe uma diretoria específica da área internacional, que é presidida pelo Sr. Ademir Pozzani, empresário da área e presidente de empresa de transporte que atua na área, que também participa desse debate e dessas posições.

Colocamos, então, o corpo técnico e o corpo jurídico da NTC juntamente com essas câmaras, para que pudéssemos elaborar um documento. Esse documento elaborado, nós o entregamos à CNT, onde há três seções: a seção de cargas, a seção de passageiros e a seção de autônomos. Na CNT, há toda a necessidade de discutir também a questão dos motoristas.

Foram quase três anos de trabalho constante, de reuniões praticamente semanais, e aí chegamos a um consenso interno dentro da CNT quando resolvemos, então, começar uma ampla discussão com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte, representada ali por vários sindicatos, por várias autoridades na área de representação da classe laboral.

Concomitantemente, no Ministério Público do Trabalho, existia também uma ação, e tivemos o cuidado de discutir, de maneira clara e responsável, com o Dr. Adélio, que vinha acompanhando essa ação, que era o Procurador responsável por ela, a elaboração de algum documento que pudesse atender aos anseios do setor, que pudesse atender à segurança jurídica que falta no setor. E buscamos a inclusão desse documento na CLT. Aí se deu o fruto desse substitutivo ao PL nº 319.

O motorista de transporte, lamentavelmente, pela CLT, é tratado como um burocrata, como uma pessoa que pode trabalhar por oito horas, com mais duas horas extras somente. Existem realidades muito diferentes.

Esse documento é altamente moderno. Ele prevê, na realidade, a questão do tempo de espera, o que é uma realidade para o setor de transporte. Há espera em portos, há espera em entrega em supermercados, há espera nas fronteiras. Quer dizer, esse documento traz um avanço muito grande. Grande parte desse documento foi apresentada nas audiências públicas tanto pelo Dr. Marco Aurélio quanto pelo Dr. Narciso.

É claro que não podemos falar em relação com o profissional motorista se não alterarmos também o Código de Trânsito Brasileiro, porque o autônomo, por exemplo, não tem vínculo empregatício com a empresa, ele não é um empregado celetista. Então, tínhamos de também elaborar uma proposta para alteração do Código de Trânsito Brasileiro e de tratar da questão da infraestrutura, para viabilizar a questão das paradas, como já foi bem abordado aqui pelo Dr. Narciso.

Eu queria dizer ao senhor, Senador, que todo esse processo foi feito com muita responsabilidade, com muitas horas de trabalho e com muita vontade de dar uma resposta à sociedade, porque, para nós, empresários da área de transporte, o pior dos mundos é sermos taxados como responsáveis por mortes, como responsáveis por aqueles que incentivam motoristas a se doparem, incentivam motoristas a se drogarem. Quer dizer, essa pecha não serve para empresários que têm responsabilidade de organização, responsabilidade social e responsabilidade de ajudar a organizar uma sociedade.

Senador, o senhor pode ver que, na sua carta, o Sr. Omar praticamente fecha questão com esse documento. Nós, da CNT, também fechamos questão com relação a esse documento, voltando a dizer: não é que, no transcorrer do Estatuto do Motorista, não possamos até trabalhar e discutir aperfeiçoamentos, mas tanto os trabalhadores quanto os empresários e os autônomos, todos nós precisamos de um arcabouço jurídico e legal, precisamos de controle, precisamos, na realidade, ter a condição legal para praticar nossa atividade, condição esta que hoje não temos. Nós estamos levando as empresas de transporte, os próprios trabalhadores, com essa insegurança toda. Principalmente o empresário fica sem saber qual é, neste momento, seu passivo trabalhista, porque, em cada processo, há uma decisão, por falta exatamente de uma lei que nos dê o arcabouço jurídico e legal para atuarmos em nossas atividades.

O que esperamos desta Casa, o que esperamos do senhor, que vem capitaneando todo esse processo, Senador, é que, o mais rapidamente possível, faça com que se aprove esse documento. Esse documento, aprovado na Casa, vai para a Câmara, para que possamos, na realidade, ter os nossos objetivos e o esforço desse trabalho de quatro anos contemplados.

Então, eu queria mostrar essa situação e dizer que esse não é um documento qualquer, esse é um documento feito com muita base e com muita responsabilidade, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Flávio Benatti, Presidente da NTC & Logística, que reafirma sua posição mediante o acordo firmado com a CNTT. É verdade – depois, vou ler a carta, eu apenas a sintetizei – que o Presidente Omar referenda essa posição aqui defendida por V. Exª.

Neste momento, vou passar a palavra ao Sr. Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

Antes, faço um apelo, uma vez que as pessoas da Mesa e do plenário vão falar. Há uma expectativa muito grande do Brasil todo. Eu tenho anunciado já que íamos construir um grande acordo com empresários e com trabalhadores. Todo mundo sabe a minha posição: comigo, não tem essa história... Se o acordo for firmado em cima do projeto ou do Estatuto, o que importa para mim é o acordo, não qual é o projeto. Ninguém está preocupado aqui com a história, como se fala, do pai da criança. Para mim, o pai da criança é aquele que gesta, é aquele que embala, é aquele que cuida, é aquele que torce para que ela vença na vida. Quero que esse projeto vença, porque, com esse projeto aprovado mediante amplo acordo entre nós, na verdade – eu falei em vida –, defenderemos a vida, a vida do caminhoneiro, a vida daqueles que atuam nessa área, a vida do setor, até pela importância que isso tem para o País.

Estamos caminhando para ser, na minha avaliação, um país de primeiro mundo e, quanto mais avançarmos e quisermos isso, mais temos de avançar no diálogo e no entendimento. Então, reafirmo que há uma expectativa. Tenho recebido inúmeros *e-mails*. Esta nossa audiência está sendo transmitida, ao vivo, pela TV digital, Canal 2, e pela Internet, pelo *site* www.senado.gov.br/tv/canal6. Muitos estão assistindo a esta audiência. Então, vou pedir sempre a todos que, nas falas, preservem a elegância, que foi mantida até o momento – sei que há uma discordância pontual em relação a esse encaminhamento –, para que façamos um debate muito tranquilo.

Eu sempre conto que, uma vez, estávamos num palanque com o Presidente Lula – que Deus o ajude, para que ele se recupere rapidamente; sei que todos nós gostamos dele –, e ele disse: "Paim, não sei por que o pessoal está gritando tanto. Para convencer, não precisa gritar nem ser agressivo". Sei que existe uma divergência, mas vamos fazer esse diálogo na linha que está sendo seguida até o momento. Conheço todos vocês e sei que o debate se dará neste nível: no campo das ideias, com muita elegância, expressando até o carinho que temos com os telespectadores da nossa TV Senado e com os ouvintes da Rádio Senado.

Acredito muito que vamos construir ainda um acordo no setor que vai ser bom para todos. Vamos lá!

Tem a palavra o Sr. Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro (MUBC).

O SR. NEORI TIGRÃO – Bom dia à Mesa, bom dia aos ilustres amigos que estão aqui, em especial a esse guerreiro, a esse lutador, Senador Paulo Paim!

Orgulha-nos estar aqui. Sabemos do grande compromisso assumido diante da sociedade brasileira, que muito espera de nós, Senador. Nesse trabalho, o senhor nos atendeu. Buscamos a ideia do setor de transporte nessas audiências públicas. Quero dizer da nossa lealdade junto a esse grupo de trabalho, junto a esse grande Senador, que tem um compromisso com este País de valorizar o trabalhador, seja ele quem for, e que tem respaldo nesta Casa. É um Senador que defende o trabalhador deste País.

Nós estamos nesta Mesa, numa apresentação magnífica de um trabalho de que todo o setor teve a honra de poder participar. Só não participou quem realmente não quis ou quem não teve condições de se fazer presente.

Hoje, representando os autônomos, eu me orgulho de estar aqui. Faz parte da CNT abrir as portas na Confederação, Flávio, porque esta Casa tem um compromisso muito grande de ajudar os autônomos. Nós temos de valorizar o bom empresário. Existe muito picareta no setor que nós não podemos apoiar. E este é o lugar de nós valorizarmos quem paga os seus impostos, quem dá emprego, quem valoriza o trabalhador.

Está aqui o Fonseca; o Lourival, do Sindicato de São Paulo; o China, que é nosso amigo. Então, nós temos hoje aqui uma boa representatividade. O Plínio veio junto comigo. Espero que esse grupo de trabalho, Senador, seja reconhecido pelo Governo Federal e que este nos dê condições de trabalho para abrirmos as portas, dentro do Senado Federal e dentro da Câmara Federal, junto com o Governo, para pormos em prática esses projetos.

Flávio, o setor de transportes tem de passar por uma grande transformação. Chegou o momento de assumir o compromisso de valorizar a vida neste País.

Existe coisa errada que nós não podemos admitir, Dr. Flávio! Não podemos permitir que caminhões sejam transformados da noite para o dia. Isso está acontecendo e é gravíssimo para a segurança do nosso País. Bitrem é transformado em bitrenzão sem segurança alguma, Senador, em fundos de quintal. Isso é feito no maçarico, sem o acompanhamento, às vezes, de engenheiros, de profissionais. O nosso País não tem estrutura para isso. Não há cabeceira de ponte que aguente isso, nem viaduto! Nas rodovias, isso vai ser um desastre.

Estou aqui com um documento, que vou protocolar no Contran. Essa é uma fábrica de matar pessoas, de matar famílias. Eu prezo a vida do irmão caminhoneiro, que dorme na cabina, como se fosse sua casa, que deixa a sua família pelo compromisso de dar uma faculdade a seu filho, de formar seu filho. Então, não podemos brincar com isso! Esse grupo de trabalho tem de ser sério! Pessoas sérias estão aqui, nesta Mesa. Pessoas sérias estão nos acompanhando aqui dentro.

Chegou o momento! O Governo Federal tem um compromisso com a gente. Nós queremos renovar a nossa frota. A nossa Presidenta Dilma, na época Ministra da Casa Civil, cedeu-nos o Procaminhoneiro, mas precisamos mudar algumas coisas. Tem de ser renovada a frota. A nossa Ministra da Casa Civil hoje, a Gleisi, é paranaense e tem compromisso com o setor de transportes, com os caminhoneiros, que a ajudaram a se eleger. Ela tem um compromisso. E falou: "Tigrão, você tem o nosso apoio".

Nesse grupo de trabalho, precisamos ser valorizados. E de uma coisa, Flávio Benatti, não abro mão! Este é um compromisso nosso com o Senador Paim desde o início: vocês precisam dar apoio a esse grupo e abrir as portas da Confederação! Um dos itens principais que tratamos com o Celinho, lá de Minas, é a aposentadoria especial, um direito adquirido por lei que nós perdemos. Se a aposentadoria especial não entrou nesse projeto de vocês, ela tem de ser o item número um do Estatuto do Motorista. *(Palmas.)*

Queremos trabalhar junto com vocês, com o Fonseca, com o Lourival, com o China, com o Flávio, com os Senadores, abrindo a porta desta Casa. Nunca tivemos representante para falar de caminhoneiro. Temos aquela imagem negativa de uma pessoa que não quer nada com a vida. E, hoje, a preocupação é muito grande.

Nos últimos cinco anos, foram vendidos mais de 620 mil caminhões novos. E os velhos estão todos aí. Nós não temos mais estrutura. Como queremos definir uma carga horária se não existe estrutura para pararmos os caminhões? Nós temos de criar um centro de atendimento de forma urgente, para que esse caminhoneiro consiga fazer a carga horária, ou vai continuar a acontecer o que está acontecendo.

Quinze dias atrás, dois caminhoneiros de uma grande empresa de Ponta Grossa bateram entre si. O caminhoneiro morreu queimado, pedindo socorro, imprensado na ferragem. Essas coisas doem no coração da gente. E aqui nós abrimos as portas para nos ajudar. As ideias têm de surgir aqui.

Eu me orgulho quando vejo representantes do Ministério do Trabalho que defendem a vida. Nesta Mesa, eu gostaria que estivesse a ANTT, o Contran, a Polícia Federal, todo mundo. O Estatuto do Motorista é coisa séria, gente! É séria! É a hora da mudança deste País! Ou nós vamos entregar uma metralhadora armada, vendo as nossas famílias morrendo?

Um caminhoneiro, na semana passada, transformou seu bitrem num rodotrem. Eu tinha reuniões com os dez sindicatos lá, Senador Paim, e o caminhoneiro veio pedir: "Neuri, o que posso fazer? Você tem advogado?". Eu disse: "Tenho. Mas o que aconteceu?" "Não consegui segurar o rodotrem na praça de pedágio. Para a minha sorte, não tinha ninguém, mas arrebentei as cancelas e bati passado, porque minha carreta de trás deu um laçaço e eu tive de largar o caminhão."

Um caminhão que sai da fábrica para carregar 57 mil quilos, da noite para o dia, passa a carregar 74 mil quilos. Quem dá garantia? Um caminhoneiro morreu em Irati, na ponte, num bitrenzão desse, gente!

Então, estamos aqui, Senador Paulo Paim, para trazer as informações da ponte, da origem, do trabalhador, do pai de família que deixa a família em casa e não sabe se volta. Nós temos de criar delegacias especiais para combater o roubo de carga e o assalto a caminhoneiro. Caminhoneiro autônomo não consegue fazer seguro porque está sendo roubado no seguro, que é muito caro. Mas empresários compraram de 100 a 200 bitrens para transformar em rodotrem! Que garantia, Flávio, isso vai ter? A coisa é bem mais séria do que estamos imaginando aqui!

Estamos fazendo esse trabalho, esse levantamento, esse estudo. Alguém que tenha ideias boas pode entrar no *site*, na página do motorista. Pode entrar lá! E peço: se alguém tem ideias, vamos trazer essas ideias aqui para dentro.

Eu gostaria que o Senador Paulo Paim marcasse uma audiência, de repente, com a Ministra da Casa Civil, com a Presidenta e com esse grupo de trabalho, para que nos dessem condições de fazer esse trabalho dentro do Estado, dentro do País, junto com o Sr. Flávio. O senhor tem um compromisso, porque a Confederação é um nome muito forte. E dependemos da Confederação hoje. O senhor tem de abrir as portas da Confederação, para trazer projetos viáveis. E o que sair dali deve ser discutido por um grupo amplo. Que isso não volte a acontecer, Sr. Flávio! Esse tipo de coisa não pode acontecer!

O SR. FLÁVIO BENATTI – Senador, posso me manifestar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pode! Aqui, nós podemos dialogar.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Tigrão, entendo toda a sua indignação, mas não sou Presidente da Confederação. Existe na Confederação, na realidade, uma estrutura sindical – há a Confederação, as federações

e tal –, e existem as seções. O Presidente da sua Seção é o Dr. José da Fonseca Lopes. Eu acho que essa é uma questão, por exemplo, que considero setorial, na área de autônomos. O senhor tem razão, acho que todos têm de ser ouvidos. A Confederação, realmente, está ali para abrigar todos, e há um caminho a ser seguido. Mas a forma como o senhor diz dá a impressão de que sou o grande responsável pelo fato de o senhor não fazer parte da Confederação, e não é bem assim. Eu presido, inclusive, a Seção de Empresários na Área de Transporte Rodoviário de Carga dentro da Confederação. Está certo? Quer dizer, posso ter um trabalho muito atuante, mas não sou o Presidente da Confederação.

O SR. NEORI TIGRÃO – Tudo bem, Sr. Flávio. Mas eu sei da sua grande responsabilidade como empresário e como nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Posso lhe ajudar?

O SR. NEORI TIGRÃO – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero dizer que o senhor é uma grande liderança do setor. Esse é um reconhecimento público.

O SR. NEORI TIGRÃO – Eu reconheço isso pelas grandes reuniões e pelos grandes debates que já tivemos. Então, reconheço em sua pessoa, hoje, vamos dizer, alguém que pode se tornar essa liderança dentro da Confederação, para nos ajudar. Quanto ao Fonseca, a gente tem esse conhecimento.

Quanto à nossa carga horária, Flávio, a proposta dos autônomos seria a de 10 horas mais 2 horas. Mas o Ministério do Trabalho, quem sabe, talvez não autorize o projeto em si, mas nós, como autônomos, hoje, estamos trabalhando 18, 22, 24, 36, 48 horas. Então, hoje, se fossem cinco horas mais meia hora, cinco horas mais meia hora, com mais duas horas e, de repente, com uma hora de bonificação, para que o caminhoneiro chegasse à origem da carga ou à sua residência, se estivesse a cem quilômetros de casa, para que ficar com sua família, essa seria uma carga horária excelente, que também ajudaria o pessoal do internacional. Então, teríamos como ajudar.

Quanto à questão, por exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Aos que estão assistindo a esta audiência, o internacional nada tem a ver com o Internacional de Porto Alegre. (*Risos.*)

Ele está falando do transporte internacional. Eles poderão perguntar: "Por que o Paim está deixando falar só do Internacional, não do Grêmio?". "Depois, ele diz que é Caxias", vão dizer.

O SR. NEORI TIGRÃO – E nós somos Colorado.

Mas, quanto à carga horária, essa seria uma posição dos autônomos. Tenho certeza de que essa é a proposta do Fonseca, do Lourival, do China, nossa proposta de consenso.

Quanto aos cursos profissionalizantes, quero dizer que, valorizando a vida, iremos valorizar o caminhoneiro. Não vejo um grande empresário, hoje, comprar um caminhão, pagar R$450 mil e colocá-lo na mão de um profissional que não está capacitado. É o patrimônio dele que está em jogo. Então, o curso profissionalizante é fundamental. Não abrimos mão disso. Precisamos treinar, preparar melhor os nossos profissionais do volante.

Quanto à questão da carta-frete e do cartão-frete, não adianta acabarmos com eles se vamos favorecer a rede de cartões, Visa e companhia limitada. Então, também tem de ser visto como podemos ajudar nisso, dentro da ANTT, valorizando o pagamento do frete, mas não através de algumas exploradoras que estão vindo aí para explorar a carta-frete.

E se fala do peso bruto total, de acabar com o peso entre eixos. Somos contra o excesso de peso, mas não podemos ver os caminhoneiros subindo no caminhão, em um dia de chuva, sem estrutura nenhuma. Se o caminhoneiro cair de lá, ele vai morrer, porque não há uma ambulância, nada há naquele posto de balança, e, de repente, a gente vê baldear de 100 a 200 quilos para frente e para trás. O peso do caminhão é de 27 mil quilos, mas, se ele estiver com 26,8 mil quilos, se houver de 100 ou 200 quilos, o peso entre eixos tem de acabar. Precisamos nos ajudar nesse sentido.

Dr. Flávio, o caminhoneiro precisa do cartão saúde, no mínimo. Precisamos fazer convênio com o Sest, com o Senat, com faculdades, com a Polícia Federal, com o Ministério do Trabalho, com quem for, mas o caminhoneiro precisa ter o seu cartão saúde e fazer, no mínimo, dois exames por ano.

Flávio, você sabe que não estamos aqui para cobrir o sol com a peneira, não estamos aqui para falar mal de ninguém. Nós estamos querendo procurar o melhor para o setor de transporte neste País. Muito caminhoneiro está trabalhando doente, sem ter condições de trabalho, tentando pagar a prestação do seu caminhão, o financiamento.

Então, essas coisas a gente sente. Estou falando o que os caminhoneiros vêm falar comigo no dia a dia. E eles param o caminhão lá do outro lado e dizem assim: "Tigrão, ajude-nos. Ajude-nos e veja o que é que podemos fazer juntos".

Aqui, nós podemos – deixo este desafio – construir a maior corrente do bem deste País, com pessoas que querem fazer o bem e ajudar quem precisa a

construir um país para todos, com trabalho digno, com seriedade, com moral e com ética.

Essas são as minhas palavras. E nós temos de agradecer a esse grande Senador do Brasil, junto com outros Senadores – não vamos discriminar ninguém –, junto com Clésio Andrade. Recebi um *fax* que não gostei muito do Senador Clésio, mas vou falar pessoalmente com ele, porque é nosso amigo, nosso companheiro, e precisamos dele. Então, não podemos ter divergência.

Esse plano vai ajudar vocês, e vocês vão nos ajudar. A gente tem de saber ser humilde. A falecida mãe sempre me ensinou: "Meu filho, as coisas têm de ser boas para os dois". As coisas têm de ser boas para os empresários e para os autônomos e melhor ainda para o motorista.

Essa é minha palavra. Vocês podem contar com meu apoio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Muito bem! Esse foi o Neuri Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

Quero dizer – eu tinha aqui tomado nota – que o Valdir, assessor do Ferraço, está acompanhando a audiência. O Senador Ferraço não está aqui, mas é nosso parceiro. Ele deixou dito, mais uma vez, que o que nós decidirmos ele vai encaminhar. Disse ele que não haverá empecilho da parte dele quanto ao que for entendimento entre o setor empresarial, o empreendedor e o autônomo, e os trabalhadores do setor. Eu conversei ontem muito com o Senador Ferraço, que está inteiramente à disposição para ajudar. Ele também quer colaborar. Ele não está preocupado com nada a não ser ajudar o setor. Foi isso que ele me passou. E o Valdir fez questão de, hoje de manhã, vir aqui falar comigo que o Senador está na Comissão de Infraestrutura. Ele disse: "Olha, Paim, tenho plena confiança no que for construído. Daí eu toco".

Quero dizer também, já que estamos aqui ao vivo, inclusive pela Rádio Senado, que a mesma posição assume o Senador Ferraço em relação à regulamentação da profissão de comerciário. É também um projeto de minha autoria que ele está relatando. Eu já dialoguei com o setor empresarial e com os trabalhadores, e chegamos a um entendimento. Quero só dizer que se chegou a um acordo final. Parece que há uma vírgula, um detalhe ali que estão construindo. Ele também já coloca os projetos em votação. Ele não é empecilho para nada. Ele quer ajudar tanto os comerciários como os motoristas. É até um Senador que tem um belo trabalho na Casa. Quero dar este depoimento sobre o trabalho do Senador Ricardo Ferraço.

Agora, passamos a palavra ao último inscrito desta Mesa. Depois, vamos chamar a outra Mesa, também com cinco convidados.

Concedo a palavra ao Sr. Jorge Luiz Frizzo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Carga Seca, Líquida, Explosiva e Refrigerada de Linhas Internacionais do Estado do Rio Grande do Sul (Sindimercosul).

É bairrismo a minha pronúncia aqui. E tu gostaste, não é? Rio Grande do Sul!

Tem a palavra o líder Jorge Luiz Frizzo.

O SR. JORGE LUIZ FRIZZO – Bom dia, Senador Paim! Cumprimentando o senhor, cumprimento os demais componentes da Mesa. Bom dia aos demais que estão presentes!

Eu estava aqui observando e acho que, hoje, nesta Casa, o nosso Sindicato é o único representante dos trabalhadores em transportes internacionais, até mesmo porque não veio aqui, a não ser o Célio, alguém da nossa Confederação.

Nós temos acompanhado o senhor, Senador, desde o início do projeto do Estatuto do Motorista. Fizemos, junto ao Setcergs, alguns trabalhos de pesquisa e temos sempre um consenso nesse sentido quanto à regulamentação da profissão, diferentemente do PLC nº 319, que nos chegou de surpresa. Ontem, pela primeira vez, tive a oportunidade de me manifestar na CNT sobre esse tema, que é um tema à parte, e encontramos também ali algumas discordâncias.

Nós somos representantes dos trabalhadores dos transportes internacionais, e o transporte internacional tem uma série de peculiaridades em relação aos demais transportes, como já é visto e sabido. Nós, que andamos pelos países andinos, sofremos as consequências dos invernos rigorosos e da precariedade da infraestrutura que lá existe para os motoristas.

Em primeiro lugar, Senador, desde o início, nós sempre tivemos o entendimento com os autônomos e com os demais segmentos do transporte de que, na longa distância, a jornada de trabalho tem de ser uma para todos, para o autônomo, para o empregado, para que não haja uma disputa nesse sentido, para que as empresas não optem por autônomos, para que não se inicie uma defasagem na mão de obra. Nós, nessa disputa por postos de trabalho, perdemos em grande escala, porque, quando se transforma o trabalhador em autônomo ou quando se prefere um autônomo, como n empresas fazem hoje no Brasil, nós perdemos postos de trabalho para o trabalhador regido pela CLT.

Então, o nosso entendimento como Sindicato representante dos trabalhadores internacionais é o de que, no transporte de longa distância, a jornada tem de ser a mesma: 10 horas ou 12 horas para todos. Esse é nosso entendimento. Sei que há uma dificuldade. Já estive com o Ministério Público do Trabalho em Uruguaiana, onde há uma setorial deles. Apresentamos a

proposta de 12 horas, junto com os demais segmentos, pela própria legislação que existe hoje na CLT, mesmo porque as 10 horas já estão previstas. Mas, de repente, já que se trata de legislação que se está criando para a categoria, alguma modificação pode ser feita nesse sentido.

Entendemos que a aposentadoria especial é primordial para nós. Não sei se alguém aqui chegou a enfrentar as estradas no inverno. Nós sofremos demais naquelas situações em que as temperaturas chegam a -20ºC, em que ficamos parados por 15, 18, 20 dias, esperando a cordilheira ser liberada. Quando liberada a cordilheira, saímos, às vezes, às seis horas da manhã, do último ponto de partida da Argentina. E, para chegar ao Chile – são 160 quilômetros –, levamos o dia inteiro, enfrentando a cordilheira, porque o gelo não nos permite avançar. Às vezes, descemos do caminhão, colocamos correntes, acorrentamos as rodas do veículo, rodamos cem metros e somos obrigados a retirá-las porque, onde há asfalto, elas não podem rodar para não estragar a própria corrente, e assim passamos o dia inteiro muitas vezes. Então, isso é penoso. Para nós, isso é penoso. Para nós, é penoso pernoitarmos na cabine em temperaturas de 20 graus abaixo de zero. O caminhão tem ar-condicionado, tem calefação, e precisamos deixá-los funcionando, às vezes, a noite inteira. E, quando há um empecilho que congela todo o veículo – muitas vezes, fica lá soterrado na neve –, temos de trabalhar muito para conseguir retirá-lo dali.

Não somos melhores do que aqueles que enfrentam as estradas em Mato Grosso – está aqui o representante do Mato Grosso –, mas as condições são outras. Eu enfrentei essa estrada. Durante 30 anos, fui motorista de caminhão e o sou até hoje. Eu me considero motorista de caminhão. Enfrentei todo o tipo de estrada. Mas lá é mais penoso, pode ter certeza. Para nós uma das condições primordiais é essa. Nós não vamos conquistar o que já tínhamos; queremos de volta o que já tínhamos. É um direito nosso.

Nós entendemos que o Estatuto do Motorista não deve somente contemplar legislação trabalhista, tempo de direção e outras coisas, mas, sim, deve preservar vidas. Esse é o principal objetivo do Estatuto do Motorista. Hoje, quando vemos em todos os noticiários os acidentes, se observarmos, a maioria deles acontece justamente naquele horário em que o motorista deveria estar dormindo. Os acidentes mais graves acontecem nesses horários, quando o motorista deveria estar em descanso, mas, às vezes, por pressão ou por necessidade, ele trabalha dessa forma.

Nós vemos isso no transporte internacional também, senhores, que vamos contemplar, dentro do Brasil, com paradas, com postos de estacionamento com toda a infraestrutura. Haverá aqui banheiros decentes, lanchonetes, assistência! Mas não vamos contar com isso na Argentina, no Chile, no Uruguai, no Peru. Nesses lugares, não vamos contar com essa assistência.

No transporte internacional, o motorista, depois de passar pela fronteira, enfrentará outro problema, que não vamos poder resolver, porque são coisas de outros países. Mas nós, que fazemos aquelas rotas, vamos passar por isso. No momento em que passarmos pela fronteira, vai terminar toda essa estrutura.

A exigência que fazemos – e é primordial que saia isso no Estatuto – é a de que o estrangeiro seja controlado aqui, porque senão haverá uma desigualdade tão grande, que os importadores e exportadores vão passar a embarcar suas cargas nas empresas de transportes estrangeiros, que não terão seus motoristas regulamentados, os quais poderão trafegar à hora que quiserem e bem entenderem no nosso País. Isso sim, vai ser um caos para nós todos.

Dessa forma, nós nos manifestamos hoje nesta Casa, pedindo que o Estatuto – e nós temos acompanhado o Mincaroni em algumas audiências – seja bem específico nesses pontos. Entendemos que o Estatuto não tem como dizer que são, por exemplo, 12 horas para esse ou para aquele. Temos de definir quem vai ser quem dentro do Estatuto: motorista de táxi, motorista de ônibus. Cada um tem sua especificidade dentro do próprio Estatuto.

É disso que precisamos, é isso que nós viemos buscar aqui e apresentar hoje para os senhores, solicitando que se olhe, com muito carinho, com muita atenção, essa parte do transporte internacional.

O Senador Paim esteve em Uruguaiana conosco numa audiência pública. Ontem, a gente fez um convite à CNT para que desça também a Uruguaiana, para ver a desigualdade que existe naquele tipo de transporte.

Tenho a certeza de que a regulamentação vai colocar na linha muitas coisas que estão fora do eixo no transporte internacional, até pela diversidade que existe no tal do *permiso* internacional. No transporte internacional, não existe autônomo; o autônomo não pode ter um *permiso* internacional. O *permiso* é dado a uma pessoa jurídica, a uma empresa. Por exemplo, tenho um caminhão, e o *permiso* é dado à empresa do Mincaroni, que, de outra parte, passa a trabalhar para outro. E o empregado se pergunta: a quem realmente estou subordinado? Essas coisas acontecem no transporte internacional.

A ANTT, dentro das suas diretrizes, já esteve reunida conosco várias vezes, especificando mais ou menos como isso seria, mas não há fiscalização nesse sentido. Não há fiscalização. Na Gerência Regional do Trabalho na nossa cidade, há, hoje, dois auditores

fiscais para atender sete ou oito Municípios, o que não permite condições mínimas de trabalhar num porto seco onde transitam diariamente 700 caminhões, o maior porto seco da América Latina. Não há como dizer que ali há controle de trabalho, porque isso é impossível da forma com que isso está sendo feito hoje.

Então, eram essas as solicitações que tínhamos a fazer.

Nós pedimos que, realmente, a jornada de trabalho na longa distância seja igual para todos, para que possamos trabalhar sem competição, olhando-nos como irmãos, que somos todos nós, autônomos e empresários. É assim que temos de tocar o transporte, senão vai ser muito difícil de trabalharmos.

Da aposentadoria nós já tratamos.

Quanto a esses cadastros negativos de motoristas, temos sofrido muito com isso. Há algumas ações já direcionadas. Algumas gerenciadoras de risco, como se intitulam, causam transtorno ao trabalhador, cujo nome, muitas vezes, por uma dívida mínima referente a uma prestação de um material elétrico ou a qualquer coisa que ele compra para sua casa, já vai para o SPC. Com isso, ele já fica impossibilitado de trabalhar, porque passa a constar de uma lista negra dentro do cadastro das seguradoras. Essa questão já está sendo debatida até no Ministério Público do Trabalho, como o doutor já sabe.

E os cursos profissionalizantes, Paim? Eu gostaria de, em outro momento, conversar com o senhor sobre isso. Hoje, fala-se da falta de motoristas no mercado, mas não é tanto a falta de motorista que conta, mas, sim, a falta de profissionalização do trabalhador. Hoje, as empresas investem em veículos que valem muito dinheiro, embarcados de tecnologia avançada, e não há profissional capacitado para isso. O profissional faz o teste, dirige de certa forma, mas não está apto a trabalhar naquele veículo e não é absorvido pelo mercado de trabalho.

A profissionalização custa caro para quem está desempregado e está buscando serviço. Hoje, é bastante alto o custo de todos aqueles cursos de que o motorista necessita. E o motorista não tem condições de fazer isso. Temos de pensar numa forma de profissionalizar essas pessoas, para que possamos absorver isso através de programas.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Posso me manifestar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Mesa pode interagir. A segunda Mesa também vai interagindo e esclarecendo quem está assistindo a este debate.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Exatamente. Inclusive, eu queria cumprimentá-lo por tratar dessa questão da profissionalização, que tem preocupado muito todos nós.

Além de todas as nossas atividades, tenho a satisfação de presidir o Conselho Regional Sest/Senat do Estado de São Paulo. E não é diferente a nossa realidade. Todo o Brasil, hoje, sofre com essa falta de mão de obra qualificada.

Há cursos em que a grade curricular foi elaborada pela área pedagógica do Senat e foi discutida amplamente com empresários de transporte de carga e com empresários de transporte de ônibus. Mas o grande problema é conseguir mão de obra para fazer esses cursos. Por exemplo, no Estado de São Paulo, há um convênio com o próprio Governo do Estado de São Paulo, que disponibilizou algo em torno de R$18 milhões para formar motoristas. Eles têm o registro da mão de obra desempregada para recolocação no mercado de trabalho, mas, hoje – pasmem os senhores! –, não há interesse dos jovens em praticar a atividade de motorista. Por quê? Por tudo isso que estamos discutindo aqui! É um setor mal visto pela sociedade brasileira. Se há problema de mobilidade urbana, tira-se o caminhão do trânsito. Se há acidente, isso ocorre porque empresa dopa. Mas ninguém fala da questão da infraestrutura rodoviária brasileira, que é uma das piores do mundo.

Falamos de descanso aqui. Estamos batendo na tecla da necessidade até de fazer o cumprimento da legislação, ou seja, de que se coloque a infraestrutura necessária nas estradas brasileiras, para que possa haver os tempos de parada.

Então, a questão é mais ampla. Temos de fazer com que o jovem volte a se interessar por essa profissão. No passado – sabemos disso –, o caminhoneiro colocava o sobrinho ou o filho na boleia, e a atividade crescia. No Rio Grande do Sul, o senhor sabe disso, era muito comum esse tipo de coisa. Hoje, com o advento da Internet, com o advento da integração que se faz no mundo, perde-se um pouco daquele romantismo de o jovem sair de casa para explorar o mundo.

Então, do que precisamos? Por meio de legislação moderna, que é o que estamos fazendo aqui, temos de dar condição para que essa profissão volte a contar com o interesse do jovem. E isso se faz por meio de uma profissão em que há regras, em que se sabe exatamente o que se vai ganhar, quais são os seus tempos, quais são as condições de praticá-la.

A imprensa, muitas vezes com razão, outras vezes com desconhecimento de causa, faz a imagem de uma péssima atividade no nosso País. Mas, se essa péssima atividade não existisse, não seriam movimentadas as riquezas do País. Mais de 60% das riquezas são movimentadas pelo modal rodoviário nas longas

e médias distâncias. Se consideramos coletas e entregas, sem medo de errar, podemos dizer que 100% das riquezas são movimentadas no Brasil por meio do modal rodoviário, porque nem o trem, nem o caminhão, nem o avião, nem o navio vão à porta do consumidor.

Então, temos de ter a responsabilidade – aliás, nós temos essa responsabilidade – de vir aqui e trabalhar uma legislação moderna.

Aproveitando essa ponderação que o senhor faz a respeito do transporte internacional, quero dizer que não lhe tiro a razão. Mas, pelo próprio Estatuto do Motorista, podemos aperfeiçoar essas realidades que o senhor apontou aqui. Mas é imprescindível que, em curto prazo, haja uma legislação, como essa do substitutivo ao PL nº 319, que dê o arcabouço jurídico e legal até para avançarmos nas discussões a respeito de outros segmentos e aprimorarmos situações como essa que o senhor está abordando.

Neste momento, temos uma responsabilidade com a sociedade brasileira. Tanto o Poder Público quanto os empresários e os trabalhadores, todos nós temos a responsabilidade de dar essa resposta à sociedade brasileira. Tenho certeza absoluta de que esse substitutivo ao PL nº 319, incorporado ao Estatuto do Motorista, dará essa resposta.

O SR. JORGE LUIZ FRIZZO – Com certeza.

Quando me manifesto aqui, assim o faço em relação ao Estatuto do Motorista que estamos construindo, porque entendo que vai ser mais amplo que o PL nº 319 e vai abranger todas as nossas necessidades.

Uma das necessidades que considero de maior importância é a seguinte: se colocarmos como legislação trabalhista simplesmente uma carga horária, só vai ser subordinado a isso o trabalhador CLT. Então, quando se fala em modificar o Código de Trânsito, penso que se deve colocar no Código de Trânsito Brasileiro o tempo de direção, o tempo de jornada de trabalho, seja o que for, 12 ou 10 horas para todos.

A atribuição de fiscalizar a CLT é do Ministério do Trabalho. Temos como fiscalizar nas empresas quando o motorista chega de viagem? Temos. Mas sabemos que há sempre o jeitinho brasileiro. O mais efetivo seria fiscalizar em estradas. E, nas estradas, não haverá quem fiscalize via CLT. Mas, se houver quem fiscalize via Código de Trânsito Brasileiro, poderemos contar com a Polícia Rodoviária, com a ANTT, que pode auxiliar nesse sentido, com o Dnit. Todos são órgãos voltados à fiscalização. Do contrário, vamos aprovar algo que vai penalizar, no bom sentido, o trabalhador CLT e deixar os demais à deriva, da forma como acharem melhor trabalhar.

Essa é a nossa colocação no dia de hoje como Sindicato, representando os trabalhadores internacionais.

Quero agradecer novamente ao Senador Paulo Paim e a todos os senhores pela oportunidade que nos deram e dizer que Uruguaiana parece longe, mas não é tão longe assim. Estamos lá à espera dos senhores. Viemos de carro de Uruguaiana até aqui, porque temos outras viagens a fazer. Quero reforçar que estamos de portas abertas em Uruguaiana para recebê-los.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Jorge Luiz Frizzo, Presidente do Sindimercosul.

Sei que, naturalmente, outros que estão à Mesa também querem participar neste primeiro momento, mas digo aos senhores que vão poder participar em um segundo momento.

Agora, vou convidá-los a retornarem ao plenário. O Mincaroni ficaria à Mesa. Vou convidar a segunda Mesa, mas o debate continua, e todos terão direito à palavra para fazer suas considerações finais, ouvindo naturalmente os nossos convidados.

Convido, neste momento, a compor a Mesa o Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região; o Sr. José Araújo China, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam); o Sr. Francisco Cardoso, Vice-Presidente da ABTI; o Sr. José Alves de Couto Filho, o Toré, da CNTTT; e o Sr. José da Fonseca Lopes, Presidente da Sessão de Autônomos da CNT.

Peço que todos se sentem à mesa, para que possam ser trocadas as placas. Não se preocupem com as placas, porque todas serão trocadas. Há espaço para todos aqui.

Vamos à nossa segunda Mesa, para, depois, termos a oportunidade do debate, quando permitiremos que o Plenário também se manifeste.

Muitos companheiros que estão aqui participaram do debate nos Estados, como, por exemplo, o Vereador Célio Moreira. Não nos podemos esquecer dele, já que ele me concedeu o título na cidade de Uberlândia, por sua iniciativa, tendo colaborado no debate para a concessão do título de cidadão mineiro, que ainda não pude receber.

Passamos a palavra, de imediato, ao Sr. Adélio Justino Lucas, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região.

Permitam-me apenas que eu registre ainda a presença de José Alves de Couto Filho, do grupo de trabalho da CNTTT, que representa a Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONI – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONI – A respeito do que falou o Frizzo sobre o transporte internacional, eu até daria uma sugestão. Nós já fizemos dez audiências públicas e fomos a vários lugares importantes, mas acho que nos esquecemos de ir a Uruguaiana, para fazer uma audiência pública para discutir a questão do motorista internacional. É importante a presença de uma quantidade boa de trabalhadores que relatem suas experiências e necessidades. Quem sabe haja condições de fazermos uma audiência pública futuramente em Uruguaiana?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica a sugestão. No fim desta audiência pública, nos encaminhamentos, nós apreciaremos também essa sugestão do Mincaroni.

Então, passamos a palavra ao nosso Procurador do Trabalho.

O SR. JOSÉ ALVES DE COUTO FILHO – Bom dia, Sr. Senador Paulo Paim, em nome de quem cumprimento toda a Mesa.

Sr. Senador, agradeço-lhe, mais uma vez, esta oportunidade de o Ministério Público do Trabalho participar deste momento tão importante na vida de uma categoria de profissionais brasileiros com que temos uma preocupação em âmbito nacional.

Primeiramente, quero dizer a todos aqui presentes que o Ministério Público do Trabalho, antes de qualquer coisa, é escravo da lei. Só trabalhamos naquilo que é emanado desta Casa, o Congresso Nacional. É assim que nós pautamos a nossa conduta. O Ministério Público não é pautado por qualquer tipo de segmento na atuação. Nosso segmento é a lei. Digo isso porque eu estava sentado ao fundo, observando não divergências, mas talvez alguns pontos que precisam ser mais bem convergidos.

O que mais nos preocupa neste momento, como Ministério Público, como instituição, é exatamente o fato de que esses profissionais brasileiros, esses motoristas brasileiros, que vivem do volante – esta é sua força de trabalho –, estão à deriva. Não há uma legislação objetiva e específica que venha a regular esse trabalho.

De outro lado, está o empresariado, também sem um norte, sem segurança jurídica, dizendo, nas nossas audiências e até nas audiências judiciais, que não existe legislação. E digo que existe, sim, legislação. Existe legislação aplicável a todos os casos.

É preocupação do Ministério Público captar exatamente toda a essência dessa categoria não regularizada, para buscar nesta Casa um norte legislativo que possa pelo menos dar algum rumo objetivo e claro para esse segmento.

O Ministério Público do Trabalho sempre se antecipa aos fatos, mas fica horrorizado, a cada momento, quando vê uma notícia como a que o Neori traz aqui e muitas outras notícias de morte.

Estamos sempre atentos ao aspecto do tempo de direção. Seja autônomo, seja motorista empregado, temos de disciplinar, sim, o tempo de direção. Esse é o nosso maior balizador. Se não houver o balizamento do tempo de direção, seja de autônomo, seja de profissional, estaremos fadados ao insucesso.

Então, o Ministério Público do Trabalho, como eu disse, é escravo da lei. Nós estamos aqui prontamente para observar aquilo que se cumpre nas normas de segurança, nas normas de higiene e de medicina do trabalho. Tudo isso está regulamentado.

A questão já está posta nas discussões, numa ação judicializada. Conduzindo o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal, resolvi converter uma possível decisão judicial favorável ou desfavorável a algum segmento e trouxe para a mesa de negociação um entendimento das bases, naquilo que foi posto. Entendemos que não tratamos, naquele momento, da insalubridade e que não tratamos, naquele momento, da aposentadoria.

Em outra audiência pública, o Senador Clésio Andrade se mostrou favorável – V. Exª se lembra disso, Senador? – exatamente à aposentadoria especial. Então, era um segmento diferenciado, que seria tratado no momento específico. É evidente que não desmatamos ou fazemos alguma coisa de uma vez só. Nós vamos por empreitadas, de lado. E essa primeira empreitada foi exatamente a que o Ministério Público conduziu, e se resolveu, no curso do caminho, com muita humildade por parte do Senador Paulo Paim, adotar um possível substitutivo do PL nº 319, mesmo ele dizendo que não era o pai da criança, mas era quem a embalava. E mais: é quem está acolhendo essa categoria no Senado. É importante o trabalho do Senador. É importante a humildade dele, ao receber, em primeiro lugar, um trabalho que possa acomodar essas questões, não no todo, mas pelo menos em parte. E, no futuro, numa discussão menos ampla, mais restrita, já poderemos incorporar ganhos, como a aposentadoria especial e a questão da insalubridade, sobre a qual o Sr. Frizzo estava dizendo aqui. Para isso, já existem recursos. A lei está aí. Qualquer trabalhador que trabalha em ambiente insalubre já tem aposentadoria especial. É só mandar fazer a perícia por quinze ou vinte dias naquele ambiente. Os trabalhadores da Petrobras trabalham na Avenida Chile, no centro, e ganham o adicional de insalubridade, porque, de quinze em quinze dias, eles enfrentam o perigo.

Portanto, isso é resolvível, é claro. Por isso é que falei: "*Habemus Papam*, *habemus* legislação". Há legislação, sim! Mas este é um concerto, é um consenso. E do consenso da história o Ministério Público não participa. Participei como condutor e canalizador de um entendimento entre dois segmentos que estavam para receber uma decisão que poderia ser desfavorável às partes e, inclusive, ao próprio Ministério Público. Era isto que queríamos: trazer à mesa o entendimento.

A questão da jornada de trabalho tem sido disciplinada. Aquele trabalho que foi resultante de consenso do Ministério Público serviu de subsídio para o PL nº 319. Tanto isso é verdade, que, naquela foto que tiramos nesta Comissão, está lá o Ministério Público entregando o documento. Eu até peguei por empréstimo o documento timbrado das duas confederações, que foi entregue ao Senador. Eu entreguei a minha foto, que era a do lado. Aquela foto está registrando isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Junto com o Senador Clésio.

O SR. JOSÉ ALVES DE COUTO FILHO – Junto com o Senador Clésio. Estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O representante do Ferraço também estava lá.

O SR. JOSÉ ALVES DE COUTO FILHO – Exatamente.

Observei algumas situações aqui e acho que construções aditivas devem ser feitas, sim, até porque, naquele momento, o trabalho do Ministério Público não tinha a intenção de exaurir toda a problemática do caminhoneiro, mas tinha a pretensão profunda, pelo menos de um modo legislativo, de estabelecer critérios claros, jogos claros, para empresário e para trabalhador, que têm, sim, de seguir essas normas, para ninguém falar que não *habemus* lei. Isso não pode acontecer.

O grande prejudicado nessa história toda é o próprio trabalhador. Eu disse, nesta Casa, que o trabalhador soube avançar e soube recuar, para poder ganhar. Sabe por quê? Se uma empresa monta um passivo trabalhista horrível, estrondoso, ela quebra, ela não paga, mata os postos de trabalho. E além de a empresa não pagar, o que adiantou eu ganhar e não levar? Precisamos ter a consciência crítica de que devemos avançar. E esta Casa está fazendo isso. E tenho a consciência de que o Ministério Público está fazendo isso.

Quero levar mais um informe para os senhores. Ao elaborarmos aquele documento que foi transposto para esse substitutivo do PL nº 319, tínhamos um objetivo claro e rápido, porque existia nesta Casa – e ouvi isto também – o compromisso claro e rápido de aprovar aquilo por consenso.

O Ministério Público do Trabalho, vou dizer aos senhores, não pode esperar desentendimentos para regulamentar a questão. Se for necessário, teremos de abrir... Nós somos 800 membros do Ministério Público no Brasil. Cada procurador, cada membro do Ministério Público está organizado para essa questão. Nós temos de entrar com quantas mil ações civis públicas forem possíveis. Nós não queremos inviabilizar, nós não queremos atrapalhar o desenvolvimento – e, até agora, andou-se assim –, mas temos a consciência de que é preciso mudar.

Quero dizer aos senhores o seguinte: a questão da aposentadoria – eu já disse aqui o que ouvi – é interessante, e não é impossível haver esse trabalho. A questão da aposentação tem de passar por uma negociação governamental. Para o Ministério Público, aposenta-se com 30 anos, com 18 anos, com 19 anos, com 32 anos, com 95 anos. Nós somos escravos da lei. Esta Casa é que vai debater isso.

Quanto às condições insalubres, eu já disse: se há trabalho insalubre, isso já está legislado, não temos o que perguntar. Pode existir, sim, aposentadoria especial para essa categoria. Precisamos ter essa consciência. Então, o normativo que estamos aqui apresentando pelo substitutivo do PL nº 319 é um grande ganho. Não defendo CNT, CNTT, ANTT, nada! Eu defendo é a lei. É isso que quero dizer para vocês.

Há coisas pequenas aqui. Estamos deixando de tratar de uma coisa grande e importante para tratar de uma coisa pequena. Temos de negociar, e isso não vi hora nenhuma. O projeto originário do Senador Paim diz respeito ao Estatuto do Motorista, do caminhoneiro, é algo mais amplo. Não há divergência. Mas há divergências – e ouvi na explanação – com relação à ampliação do tempo de direção. Quanto a isso, temos divergência. Quanto à jornada de trabalho, temos divergência. Tanto isso é verdade, que, quando veio uma legislação, uma proposição em que discutíamos a questão da jornada de trabalho, no bojo da jornada de trabalho, já estavam incluídas mais dez horas. No *caput*, falava-se de dez horas: oito horas mais duas horas. Eu falei: "Não! São oito horas hoje, e eu acrescento um parágrafo para dizer que extraordinária é extraordinária". Nós precisamos trazer uma nova normatização e uma nova consciência crítica de como deve ser a jornada de trabalho. Alguém vai me dizer: "Mas nós vamos elevar o custo Brasil". Esse é o custo. Eu não posso é passar isso para o trabalhador. Esse é o custo. É o custo que a sociedade tem de pagar.

A segurança jurídica é muito importante. Ouvi empresários dizendo que a questão dos rebites continua acontecendo. Há poucos dias, vimos mais uma matéria em que um caminhoneiro, um motorista, na-

quela central de cargas, dizia que, para pagar o seu frete, precisa tomar remédio, senão não funcionava. São drogas ilícitas. Isso não pode acontecer. Deve haver um disciplinamento claro disso. Ele faz isso por necessidade, por um estado de necessidade. Mas temos de acabar com isso. Temos de disciplinar isso e dizer: "Olha, amigo, o senhor vai pegar essa carga, mas o senhor vai dirigir só por quatro horas, o senhor vai ter de parar". É esse o disciplinamento. Aí ele vai saber quanto é essa carga.

Nós precisamos ficar atentos também à questão da terceirização desses motoristas, em que é preferível pagar ao autônomo. A empresa tem 300 caminhões e paga um motorista. Isso não pode acontecer. Autônomo é autônomo. São situações distintas.

A questão legislativa entre países andinos do Mercosul tem de ser tratada como uma questão de acordo internacional. Há o Mercosul para trabalhar isso. Nós não nos podemos preocupar com isso. Os acordos internacionais devem regular como vai ser esse trânsito. É um aspecto legislativo, mas estou apenas sinalizando isso. Isso não pode ser um bicho para nós. Nós não podemos deixar nossa regulamentação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Posso levar esse debate para o Mercosul.

O SR. JOSÉ ALVES DE COUTO FILHO – Exatamente. E deve ser levado ao Mercosul. Quando o caminhoneiro está em um clima como o do Chile, de quinze graus negativos, ele trabalha em condições de insalubridade, ele trabalha em condições adversas para a sua saúde. Então, ele tem o direito de receber por isso. Nós não podemos só reclamar. Nós temos de dar esse direito a esse motorista. O empresariado tem de saber de tudo isso.

Há outra questão: a das listas negras. Sou pequeno, Senador, mas, lamentavelmente, só pego pilastra, só trombo em pilastra. Estou trabalhando a questão das gerenciadoras de risco, que é uma questão séria no Brasil. Estão impedindo que muitos trabalhadores honestos exerçam sua profissão. Se, um dia, deixam de pagar uma conta da Sky ou uma conta de telefone, eles caem no Serasa e não arrumam emprego, não podem transportar mais uma carga. Então, estamos atentos a isso. Conduzo e tenho uns oito processos de gerenciadoras aqui. Senador, sei do perigo que existe, porque correm, nesta Casa, alguns projetos de lei que estão querendo dar uma autorregulamentação, em que elas não se submetem a ninguém. Isso não pode acontecer!

Quero que o empresariado, ao contratar um transporte de risco, de valor elevado, também tenha uma condição elevada, tenha um trabalho diferenciado, uma característica diferenciada, para contar com aquele motorista diferenciado. Ele paga R$1 mil por mês e vem reclamar: "Ah, eu pago R$1 mil!". "Quanto é?" "Pago R$1 mil ou R$1,2 mil." O motorista que transporta uma carga de R$80 mil ou de R$100 mil, segundo eles, vai ali adiante e acerta um assalto. O motorista está ganhando muito mal para fazer uma coisa dessas, no que eu não acredito. Mas são esses os argumentos.

Senador, a questão nossa aqui, com que me preocupei bastante, porque é uma questão legislativa, é a jornada de trabalho, o tempo de direção. O Ministério Público não pode intervir nisso. Se mudar a lei, aí vou ser escravo da lei. Se falarem que são trezentas horas, falo que tudo bem! Mas as quatro horas implicam dados técnicos. Uma pessoa dirigir por quatro horas sem interrupção... Pegue um carro seu e dirija por quatro horas! Imagine quem dirige um caminhão, com carga pesada, com tensão, com responsabilidade! O motorista tem de parar.

Quanto à questão dos pontos de parada, a própria lei, nesse Estatuto, prevê as modificações no aspecto das concessões, das novas concessões, como isso será formatado. As Parcerias Público-Privadas, como ouvi nesta audiência, também serão um bom caminho para resolver isso.

E há mais: em todo o Brasil, hoje, todos os caminhoneiros rodam e sabem onde encostar. O senhor pode ter certeza. Ele já sabe para onde vai. Se ele vai para o Nordeste, pergunta: "Não existe estrutura?". Se vai para o Norte, pergunta se há ou não estrutura. O problema é uma questão gerencial de como isso será trabalhado a partir dessa implementação. É isso que é mais importante.

Precisamos estabelecer bem as questões de segurança, de norma, de higiene no trabalho. Na hora em que o motorista estiver esperando carga, tem de haver banheiro adequado, locais adequados. Como será isso aqui, se ele não conta com isso no Chile? Mas isso tem de existir aqui. Se pudermos resolver isso no Chile por um acordo internacional, esse será outro problema.

Senador, eu queria apenas trazer essas informações aqui. O Ministério Público está aqui para acolher as diretrizes que foram emanadas desse entendimento, mas entendo que não podemos perder a oportunidade de todos aqui, mesmo os que ainda não se sentem contemplados, lutarem pela aprovação de uma questão que foi gestada dentro do critério mais técnico possível. Eu, muitas vezes, rejeitei propostas acordadas entre CNT, CNTT e sindicatos, dizendo: "Essas não servem, pois ferem a lei. Então, não servem". Então, foi dessa forma que ocorreu.

Quero finalizar, dizendo a todos, Senador, que aquilo de que mais precisamos é uma lei clara, neste

momento, através desse acordo, porque não podemos esperar. A sociedade não pode mais esperar, com vidas sendo ceifadas a cada momento por falta de um disciplinamento claro.

Obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Procurador do Trabalho da 10ª Região, que fez uma defesa muito tranquila e muito firme sobre a importância de avançarmos na regulamentação, deixando claro que a Procuradoria é escrava da lei. Ele está aqui dando sua colaboração para que saia uma lei que contemple todos. Nesse sentido, sua fala foi brilhante. Meus cumprimentos ao Procurador do Trabalho!

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Permita-me, antes, dizer – anoto e esqueço – que a Senadora Ana Rita, que, já há algum tempo, está prestigiando a nossa reunião, como sempre, é a Vice-Presidente desta Comissão.

Agora, vou conceder a palavra a V. Exª.

Peço uma salva de palmas para a Senadora. *(Palmas.)*

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, eu queria dar um bom-dia a todas as pessoas que aqui estão, representando as mais variadas entidades, tanto de trabalhadores quanto de empresários, e o Ministério Público do Trabalho.

Dr. Adélio, pude ouvir a fala do senhor de forma mais completa. Tenho total concordância com as preocupações que o senhor aqui levanta. Realmente, precisamos ter um olhar preferencial para essa categoria, que é uma categoria extremamente sacrificada. Falo isso com base nas pessoas trabalhadoras da área que conheço. É uma categoria muito sacrificada, e, em função disso, coloca-se também em risco a vida de outras pessoas. Nós sabemos quantos acidentes acontecem nas rodovias brasileiras por falta de condições de trabalho, por uma carga horária excessiva. Conheço pessoas muito próximas que vivenciam isso. Então, concordo plenamente com as preocupações que o senhor traz aqui.

Eu não vou poder ficar no debate. Não pude acompanhar a primeira Mesa e vou ter de sair agora, porque, aqui, na dinâmica do trabalho, acontece tudo ao mesmo tempo. Fazemos parte de várias Comissões e, como hoje estão sendo votadas as emendas ao Orçamento, temos de estar presentes também nas demais Comissões.

Quero aproveitar este momento para me colocar à disposição, pela Comissão de Direitos Humanos, juntamente com o Senador Paim, que é um grande companheiro, que tem cumprido um papel muito importante aqui, no sentido de possibilitar o debate de vários temas nesta Casa, por meio da Comissão de Direitos Humanos. Então, quero me colocar inteiramente à disposição e quero poder contribuir com a aprovação do projeto de lei que está em tramitação. Podem contar conosco! Estou à disposição dos demais aqui presentes.

Também quero aproveitar o momento, Senador Paim, para fazer um registro. No dia de ontem, no Estado do Espírito Santo, houve um assassinato. O presidente de um dos sindicatos dos cegonheiros, pelo que sei, foi assassinado, ontem, às 10 horas, dentro do seu próprio escritório, que estava sendo montado. Tudo indica que é um crime de mando. Não sabemos as razões – eu, particularmente, não sei as razões. Sabemos que pode haver os mais variados motivos.

Quero fazer este registro: não podemos permitir que trabalhadores continuem sendo assassinados, principalmente sindicalistas. Volta e meia, há notícias em jornais de pessoas que estão sendo assassinadas.

Ele era diretor do sindicato e estava dentro do seu escritório. Os criminosos chegaram ali de moto e subiram ao terceiro andar, onde ele foi assassinado a sangue frio. Não podemos permitir essas coisas. Quero fazer esse registro e manifestar o nosso repúdio a esse ato. Independentemente das razões, não se justifica assassinar ninguém. Não se justifica isso. Não podemos tirar a vida de ninguém. Muito pelo contrário, temos de lutar para preservar a vida das pessoas e para garantir que a livre organização dos trabalhadores aconteça. Não podemos permitir que trabalhadores sejam assassinados. Podem ser problemas entre sindicatos, não sei qual o motivo, mas não podemos permitir que assassinatos continuem acontecendo.

Quero fazer esse registro e, como membro da Comissão de Direitos Humanos, repudiar esse fato. Que a Polícia do Estado do Espírito Santo apure rigorosamente esse crime, encontre os culpados e coloque na cadeia quem o cometeu! E, se for crime de mando, é preciso averiguar quem mandou, não somente quem executou. Então, quero fazer esse registro aqui e manifestar meu total repúdio a esse fato.

Parabenizo vocês! Infelizmente, não vou poder permanecer aqui, porque agora vou para a Comissão de Educação, para votar matérias relacionadas a esse tema.

Então, era isso que eu gostaria de dizer.

Um abraço a todos vocês! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita! V. Exª faz aqui uma denúncia da maior gravidade, a de que um sindicalista da área das cegonhas foi covardemente assassinado.

Como disse bem a Senadora Ana Rita, é inadmissível que ainda aconteça isso neste País. Da disputa que esteja acontecendo, nós não queremos nem saber. Queremos só saber que alguém foi assassinado, que a vida lhe foi tirada.

Por isso, fica aqui toda a solidariedade aos familiares por parte da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Eu me somo a V. Exª no voto de pesar que será apresentado, à tarde, no plenário do Senado. Mais do que nunca, isso mostra que temos de avançar na regulamentação de todo o setor.

Embora não saibamos o motivo do assassinato – nem queremos saber esse aspecto –, queremos condenar quem assassinou, pois quem assassinou tem de ser punido. Não há motivo nenhum que justifique o assassinato de uma pessoa, seja sindicalista ou não.

Então, eu me somo à sua posição. Vamos encaminhar um voto de pesar no plenário do Senado e avançar aqui – acho que esta é a melhor coisa, neste momento – na regulamentação. Parabéns a V. Exª!

Está conosco também o Sr. Marcos Bicalho dos Santos, que foi convidado para ser painelista. Ele chegou aqui há pouco tempo. Nós vamos aqui adaptar: na hora da sua fala, alguém que já tenha falado retorna ao plenário, e o senhor vem fazer, então, a sua exposição.

Agora, passamos a palavra ao nosso amigo China. É o Sr. José Araújo, mas fui diretamente ao sobrenome. O Sr. José Araújo China é Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros.

O SR. JOSÉ ARAÚJO CHINA – Quero parabenizar o Senador Paulo Paim pelo seu trabalho, pela sua dignidade, pela sua coragem, por tudo que tem feito pelo País e por essa bandeira que pegou, com esse projeto para tentar minimizar os grandes problemas que os caminhoneiros deste País vivem – consequentemente, toda a sociedade sofre com isso.

Quero cumprimentar a Mesa, em nome do Paulo Paim, e os demais aqui presentes.

Senador, o senhor sabe que procuro falar bem pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É bem objetivo.

O SR. JOSÉ ARAÚJO CHINA – Mas, como hoje muita gente está falando, antes de entrar no tema do projeto de lei do Estatuto do Motorista, eu gostaria de fazer algumas ressalvas a algumas coisas, como, por exemplo, o fim da carta-frete. Como hoje é um momento histórico – através da TV Senado, somos vistos por todo o País –, acho que é importante citar algumas coisas aqui. O fim da carta-frete só veio para beneficiar a nossa categoria, após 50 anos.

Eu estava num evento em Paranaguá, e vieram alguns companheiros nossos da cidade de Ponta Grossa. Inclusive, o Neori sabe bem do que estou falando. Eles falaram para mim: "China, vocês fizeram um belo trabalho, a Unicam fez um belo trabalho, com seus companheiros". Quero frisar que não fui eu que fiz o projeto, foi um grupo de pessoas que fez o projeto, com a participação dos autônomos, do sindicato dos autônomos, com a participação das entidades sindicais patronais, principalmente a NTC e as demais que compõem o setor empresarial. Eles falavam: "O projeto é muito bom. Vamos sair da escravidão, mas o grande problema é que vamos pagar impostos". Eu falei: "É evidente que vão pagar impostos". Como era uma feira com mais de oitenta estandes, falei: "Olha, você está vendo ali a empresa tal, a empresa tal". Não vou citar o nome de ninguém. Disse: "Todas estão ricas. Nós, que não pagamos imposto, somos todos pobres. Então, acho que estamos no caminho errado. Temos de pagar imposto".

Não em função disso, porque já tínhamos a ideia de fazer isso, nós corremos atrás de um projeto que reduzisse, no mínimo, em 20% para os caminhoneiros autônomos, com o TAC. Entramos com um projeto por meio do Senador Gim Argello, o Projeto nº 234, que já passou pela primeira Comissão e que está nas mãos do Senador Dornelles, na segunda Comissão, que é a de direitos econômicos. Por orientação de alguns nossos advogados e de companheiros que têm muito conhecimento de causa – por exemplo, um deles é o Benatti –, achamos por bem correr ao Governo e tentar uma medida provisória específica para reduzir esses 20% do Imposto de Renda, com medo de que, amanhã, tudo seja aprovado e de que, ao chegar lá, a Presidenta acabe com isso, vetando esse projeto. Então, estamos correndo atrás de uma medida provisória específica, só para reduzir os 20% de imposto do caminhoneiro autônomo, que é o TAC. E nós não paramos. Nós não somos de parar. Estivemos já na Receita Federal, na Fazenda, e a coisa está andando.

Quero aproveitar este momento para pedir a V. Exª, junto com os seus pares – o senhor tem um grande trânsito no Senado –, que nos ajude a fazer vingar esse projeto.

Quando nós conseguimos o Procaminhoneiro, por incrível que pareça, em função de não ter comprovante de renda, quem acabou renovando a frota nova foram alguns empresários, os grandes empresários – não vou citar. Há grandes empresários honestos, mas aqueles aproveitadores aproveitaram a deixa – fala-se que este é o País do jeitinho – para renovar a frota dos que já eram novos. E nós estamos aí nesse perrengue, nessa situação aí, com caminhoneiros com caminhões de 23 anos e até de 40 anos rodando nas rodovias brasileiras, e, nos portos – isto é mais ver-

gonhosamente ainda –, há caminhões de 60 anos de vida. Então, temos de dar um jeito nisso.

Essa é uma das preocupações, e eu gostaria que V. Exª nos ajudasse com seu trabalho, com sua capacidade, com seu empenho e com sua boa vontade.

Outra preocupação também é referente aos pontos de apoio. No que diz respeito aos pontos de apoio, como já foi falado, em toda a nossa andança pelo País, houve um coro só: todo mundo quer que realmente existam pontos de apoio. Mas não é só o ponto de apoio nas rodovias. Como o nosso amigo Célio sempre fala, em alguns portos, não há lugar para o cara beber água. Às vezes, o caminhoneiro pega sua ordem na chuva e anota na chuva. E assim ocorre também nos terminais de carga.

A gente vive esse dia a dia e sabe que, principalmente no Mato Grosso – estou falando com os professores que estão ao meu lado, o Miguel e o Vando, que sabem muito bem o que estou dizendo –, onde essas grandes empresas recebem mercadoria e carregam caminhões, a situação é lamentável, é vergonhosa, pois o caminhoneiro não tem onde beber água, dorme na chuva. É uma calamidade!

Então, eu queria acrescentar isso, que não está dentro do nosso tema, Senador, e pedir que V. Exª nos ajude nesse aspecto.

Outro ponto é a aposentadoria pelos 25 anos de serviço, que foi tema de várias discussões. Quero, em nome da Unicam, pedir que possamos ter direito a isso. Acho que 25 anos são suficientes para quem sofre tanto! A pessoa que roda, como estava falando o nosso representante do Ministério Público... A única categoria que nós conhecemos – não sou eu que conheço – que não trabalha oito ou nove horas é a dos caminhoneiros. A toda hora, na mídia, pode-se ver caminhoneiro rodando por 30 horas, por 20 horas, com rebite. Ninguém sabe por quantas horas eles rodam. Sabe-se que nunca são 10 horas, 11 horas. Então, era isso que eu queria deixar registrado e que não está bem na pauta.

Quanto ao projeto em si, não me conformo quando as pessoas falam: "Essa lei não pega". Pega! É só a gente querer que pega. Quando faço algumas intervenções referentes à carta-frete, sempre falo que, se alguma lei neste País não pega, nós vamos fazer essa pegar agora, porque é inadmissível que a pessoa viva, na data de hoje, sem comprovante de renda. Saiu o projeto do Procaminhoneiro, em que os juros caíram de 13,5% para 4,5%. O prazo de financiamento, que era de até 84 meses, foi aumentado para 96 meses. Antes, o caminhão podia ter oito anos de fabricação, mas, agora, são permitidos 15 anos de uso. Ainda assim, ninguém compra caminhão, porque não tem comprovante de renda. Então, isso é um absurdo.

Essa lei da carta-frete vai pegar, Senador, tenha certeza, porque há dois milhões de agentes caminhoneiros para fazer essas leis pegarem, principalmente essa, que é a do Estatuto do Motorista. Então, tenha certeza disso.

Quero que V. Exª trabalhe com mais afinco ainda – o que é pedir demais – mas, paralelamente a isso, eu gostaria que conseguíssemos um projeto de governo, uma ação do Governo, para que, mediante esse projeto de lei, pudesse haver o estacionamento. O Benatti está aqui de frente. Todos nós sabemos disso. Em São Paulo, passamos por algumas dificuldades quando veio o rodízio dos caminhões. Ninguém pensou em infraestrutura, e nós, como dizia o Ciro Gomes, engolimos isso goela abaixo. Só Deus sabe onde esses caminhoneiros pararam! Não queremos que isso venha a se repetir.

Conheço o seu trabalho e, mais do que nunca – eu já o conhecia –, sei da sua personalidade, sei do seu empenho. Em nenhum momento, V. Exª falou: "Vai ser assim, e acabou". Tanto isso é verdade, que, agora, o senhor deu a sugestão para irmos, mais uma vez, a Uruguaiana. E nós vamos, sim. Não é fácil.

Por último, quero agradecer aos meus companheiros do grupo de trabalho: Neori; Plínio; Célio; Benatti; meu amigo – sempre esqueço o seu nome; acho que é a idade – Narciso, que nos acompanhou com afinco; Toré, que sempre nos acompanhou. Acho que todos nós estamos de parabéns. Eu acho que trabalho demais, mas todo mundo acha que trabalha demais. Ninguém trabalha demais, trabalha o suficiente para sobreviver. E quem pega uma briga dessa, como Senador, como qualquer Parlamentar, como nós, entidades sindicais, que lutamos por alguém, defendemos alguém, tem de defender com muita perseverança. Então, não foi fácil a gente acompanhar isso em todos os Estados. Eu só não fui a dois, infelizmente por problema de voo, mas muitos acompanharam, como o Plínio. Todos estão de parabéns. Todos nós estamos de parabéns.

Então, era isso que eu queria dizer na minha explanação. Aproveito esta oportunidade, já que hoje esta reunião está sendo transmitida em nível nacional, e, mais uma vez, quero lhe desejar muita saúde, muitos anos de vida. Sei que V. Exª tem coragem, capacidade e boa vontade. Então, não há por que a gente ter medo. E temos de fazer com que as leis que saírem daqui para frente sejam cumpridas. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Sr. José Araújo China, Presidente da União Nacional dos Caminhoneiros.

Vamos avançando aqui, porque, provavelmente, haverá outra Mesa, pelo que percebo.

O Sr. Francisco Cardoso, Presidente da ABTI, tem a palavra por dez minutos, com mais cinco minutos, se necessário.

O SR. FRANCISCO CARDOSO – Senador, bom dia! Cumprimentando o senhor, cumprimento todos os componentes da Mesa e os demais presentes nesta Casa.

A ABTI tem participado, Senador, de quase todas as audiências públicas. A ABTI tem defendido dois pontos muito importantes, Dr. Adélio: a preservação da vida, buscando oferecer mais segurança nas estradas não só para aqueles que dirigem nossos caminhões, mas para todos que transitam nelas; e a redução da insegurança jurídica nas relações trabalhistas. Hoje, nós, que somos empreendedores, não conhecemos o passivo do nosso negócio.

Senador, sou representante de uma associação de transportadores internacionais. Neste País, existem 56 mil caminhões permissionados, e, para cada caminhão, há um motorista. E há, no mínimo, um caminhão trabalhando na base. São cerca de 120 mil empregos. Quero aproveitar a oportunidade, porque esta audiência está sendo gravada pela TV Senado, para passar a esses profissionais que trabalham no transporte internacional e a esses empreendedores que a ABTI tem defendido os interesses desses empreendedores e desses profissionais.

No Estatuto, podemos mudar muita coisa. A ABTI apoia o PL nº 319. Ontem, conversamos com a NTC, com a CNT, com a CNTT, com os autônomos. Vamos seguir juntos, vamos seguir trabalhando empenhados no Estatuto do Motorista, para mudar muita coisa, mas uma coisa nós não podemos mudar: os nossos vizinhos. Se eu tivesse falado antes dos empregados, Dr. Adélio, talvez o senhor estivesse surpreso com minha fala.

Uruguaiana é uma cidade que depende 85% do transporte internacional. Quando redigirmos e aprovarmos, nesta Casa, o Estatuto do Motorista, teremos de saber qual bandeira vamos defender, qual profissional vamos defender. Opero no transporte internacional e sei que aquele que nos contrata vai buscar aquele que oferece o serviço mais competitivo.

Infelizmente, nos acordos internacionais dos quais participamos, é permitido o que chamamos de câmbio, troca de tração. É possível até um cavalo argentino tracionar um baú ou uma carreta brasileira, com um profissional argentino, uruguaio ou chileno ao volante.

Então, o que defendemos aqui é a segurança e a estabilidade nas relações trabalhistas de forma clara, para que possamos remunerar de forma justa, oferecendo saúde ao trabalhador, mas temos de pensar no emprego e nos nossos negócios, porque, sem negócios, não haverá empregos. Sobre isso nós precisamos refletir.

Pedimos um capítulo à parte para o transporte internacional para que se estudasse isso com carinho e com atenção. Acho muito importante a sugestão do Mincaroni de irmos a Uruguaiana e conhecermos o que os profissionais do volante de lá que trabalham no transporte internacional realmente desejam.

O nosso País cresce e está tomando uma relevância continental. Cada vez mais, faremos negócios com a Venezuela, com o Peru, com a Colômbia. Hoje, o Sindimercosul é o maior sindicato de profissionais do volante no transporte internacional do País. Mas quem sabe isso, um dia, não ocorra no Amazonas ou no Acre? Isso nós não estamos levando em consideração.

Pedimos uma jornada diferenciada, Dr. Adélio, ao transporte rodoviário internacional justamente para que se preservasse o emprego. Ontem, tive a oportunidade de dizer a algumas pessoas numa reunião que, se houver um caminhão brasileiro e um caminhão estrangeiro liberado pela aduana em Uruguaiana na mesma hora, o estrangeiro vai entregar a carga antes em São Paulo, vai carregar antes o retorno e vai voltar antes a Uruguaiana. Isso vai ser determinante para quem contrata.

O senhor falou que o Ministério Público do Trabalho é escravo da lei, cumpre a lei e faz cumprir a lei e fiscaliza. Isso é muito importante, mas, agora, temos a oportunidade de escrever, de legislar.

O argentino vai estar com a capacidade de dirigir por doze horas dentro do País, e nós, celetistas, teremos a capacidade de dirigir por dez horas. Então, fazemos um pedido de reflexão a respeito do transporte de longa distância, do transporte internacional, para que tenhamos condições de competir de forma igual, com a preocupação de que nós possamos, inclusive, não permitir que o estrangeiro seja mais competitivo dentro do nosso País.

Para os senhores terem uma ideia, na Argentina, não há regulação com relação à jornada e ao tempo de direção. O motorista argentino, que é o mais bem remunerado deste continente, conta com o sindicato mais forte daquele país. Esse sindicato para a Argentina, e o Governo senta para negociar com ele. Ele é referência em qualquer negociação de dissídio coletivo. O motorista recebe um salário-base e um valor por quilômetro rodado. O senhor imagine esse caminhoneiro entrando no Brasil! Ele vai dizer: "Que bacana! Vou para Fortaleza entregar o seu arroz".

No transporte internacional, não há essa exploração que vocês podem imaginar que exista – tenho sentido aqui o pessoal comentar sobre isso –, de que

os caminhões no Brasil rodam 18 horas e fazem 15 mil ou 20 mil quilômetros por mês. No transporte internacional, a empresa que é realmente competente, que é referência, vai conseguir, como seu indicador, rodar oito mil quilômetros por mês. Por quê? Nós passamos muito tempo em aduanas.

Então, posso lhe garantir, Dr. Adélio, que nós passamos muito mais tempo parados. Estatisticamente – pude fazer uma apresentação em Porto Alegre –, são dois terços de uma jornada em que ficamos parados e um terço em que ficamos rodando. Se nos fosse permitido, naqueles dias em que nós não estamos parados, rodar mais, limitados a 12 horas, como o autônomo, nós estaríamos trabalhando para os brasileiros.

Então, fica esse meu registro, porque a nossa preocupação segue com relação à vida, à segurança na estrada, à redução do nosso passivo trabalhista, para, se possível, eliminar a insegurança jurídica e também preservar o emprego e dar competitividade à indústria do transporte nacional no Brasil e no Mercosul.

Muito obrigado, Senador. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. Francisco Cardoso, Presidente da ABTI.

Quero dizer que a primeira reunião do Mercosul deste ano – houve uma série de entraves – de que o Brasil vai participar será realizada na quinta-feira e na sexta-feira. Provavelmente, deverei participar de uma das Comissões e, com certeza, vou levar esse tema para o Mercosul. Não há como não levá-lo. Quem sabe até fazemos uma reunião, lá inclusive, para debater essa questão do transporte internacional? Do contrário, de fato, vai se criar uma concorrência desleal, um *dumping*, como a gente fala, em relação à legislação. Quem sabe a gente não possa sonhar com o Estatuto do Mercosul? Quem sabe não possamos avançar nessa ideia? Com isso, pode haver o mínimo de parâmetro de uma legislação.

O SR. FRANCISCO CARDOSO – Em Porto Alegre, o senhor esteve lá conosco, trouxemos representantes do Chile e da Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu me lembro disso.

O SR. FRANCISCO CARDOSO – Eles sabem que o Brasil é uma potência, é uma referência. O que realmente decidirmos aqui vai ter impacto lá.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vai ter impacto também lá. Vamos dialogar sobre isso. Com certeza, é uma bela contribuição dada aqui pelo Presidente da ABTI.

Passo a palavra ao Sr. José Alves de Couto Filho, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ ALVES DE COUTO FILHO – Bom dia! Em nome do Senador, quero cumprimentar toda a Mesa e todos os presentes aqui.

Senador, hoje, não estamos representando a Confederação, até porque está acontecendo hoje e amanhã, em Manaus, a reunião da Confederação.

Na semana passada, mandamos um documento a V. Exª, afirmando que nós não estaríamos presentes aqui. Como eu estava numa reunião no Ministério, pude me fazer presente aqui, em nome da Nova Central.

Quero dizer o seguinte: a Confederação e a Central não representam apenas o transporte de carga. Há vários anos, a gente vem discutindo, inclusive com V. Exª, um projeto que faz 23 anos e que diz respeito à regulamentação da profissão de motorista. Isso a gente vem discutindo com o senhor e dizendo o seguinte: o Estatuto é muito importante, mas a regulamentação da profissão de motorista se torna mais importante neste momento, porque não estamos representando apenas o caminhoneiro, estamos representando 322 sindicatos, onze federações, o que abrange mais de 2,5 milhões de trabalhadores no sistema de transporte. Então, representamos o ônibus rodoviário, o ônibus urbano, o ônibus internacional, o transporte de carga, o diferenciado.

É por isso que, com o Projeto nº 319, que, há muito tempo, discutimos, e devido ao problema de um processo que houve no Mato Grosso, vimos discutindo, desde o começo do ano, com o Ministério Público e conseguimos fazer um acordo entre o setor patronal e o setor de trabalhadores, o que resultou nesse projeto que entregamos a V. Exª no dia 26 de outubro. Deixamos bem claro que nós, que participamos de todas as reuniões referentes ao Estatuto, temos a certeza de que o Estatuto é importante, mas sabemos que alguns pontos terão de ficar no Estatuto neste momento e que temos de avançar em outros pontos.

A aposentadoria especial é importante. Nós estamos brigando por isso há muitos anos e vamos continuar discutindo essa questão, mas, para nós, no momento, temos de dar continuidade à discussão do Estatuto. Pedimos a V. Exª que nos ajude a apressar o PL nº 319, que é um acordo que nós discutimos com o Ministério do Trabalho, com o setor patronal e com as confederações – as duas confederações fizeram esse acordo. Se há alguém do setor dos trabalhadores que não está de acordo com isso, esse alguém deve discutir com a sua federação, porque as onze federações foram comunicadas dessa discussão, e foram feitos os debates nas federações.

Então, nós, representando a Confederação, só queremos reafirmar que somos a favor, sim, do Estatuto, que estamos discutindo com V. Exª, mas, no momento,

interessa para nós o PL nº 319, que já está na mão do Senador Ricardo Ferraço. Que nós apressemos essa relatoria, pois o projeto tem de passar por mais algumas sessões, para ver se, este ano, conseguimos pelo menos fazê-lo sair do Senado, porque, para nós – por 23 anos, o projeto ficou na Câmara dos Deputados, já saiu para o Senado, mas ficou engavetado muitos anos aqui; desse projeto, o senhor fez parte quando era Deputado Federal –, uma profissão tão importante como a nossa não pode ficar desregulamentada.

Se, hoje, temos alguns problemas, acho que é até por falta da regulamentação da profissão de motorista. A jornada de trabalho tem de valer não apenas para o empregado, mas também para o autônomo, porque, onde dirige o autônomo, dirige também o motorista empregado, e, quando acontece um acidente, ninguém vai verificar se era empregado ou não.

Voltamos a frisar: nós não discutimos somente caminhão; estamos discutindo a regulamentação, que deve valer para todos os trabalhadores.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Sr. José Alves de Couto Filho, da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Quero que fique muito claro para todos – eu tinha falado isso na abertura desta audiência – que o projeto original é de um colega meu, de um parceiro que não está mais no Congresso, o Tarcísio Zimmermann, pelo qual tenho o maior carinho, o maior respeito. Estive com ele, inclusive, na campanha que fez para Prefeito de Novo Hamburgo. Fiquei um bom período lá. Tenho uma relação excelente com Tarcísio Zimmermann e tenho comentado com ele que estamos trabalhando aqui para aprovar o projeto, não como ele deixou na Câmara, mas na forma de um substitutivo que está sendo construído mediante acordo entre as partes.

Esse projeto vai passar por outras Comissões. Provavelmente, na Comissão da qual faço parte, naturalmente, vou defendê-lo, como também o faço aqui, na Comissão de Direitos Humanos. Posso avocar a relatoria se ele passar por aqui ou mesmo indicar um relator, naturalmente, que seja simpático à nossa ideia.

Então, que não fique dúvida quanto à nossa posição! *(Palmas.)*

Todos sempre souberam disso. A minha palavra desde o início foi a mesma: aquilo que for possível aprovar de imediato, a gente aprova, sem prejuízo de continuar o debate do Estatuto. Estou percebendo que é para isso que estamos caminhando aqui.

É claro que, se determinado setor entende que deve ser ajustada alguma coisa, é legítimo que se faça o debate. Aí vocês é que vão decidir. Eu não tenho problema algum quanto a isso. Pelo contrário, quero ver a profissão regulamentada o mais rapidamente possível, sem que isso traga prejuízo para continuarmos a formar um arcabouço – a gente já usou esse termo – muito mais amplo que é o Estatuto do Motorista.

Nós sabemos que um estatuto, eu disse desde o início, não se aprova do dia para a noite. Lembro que o Estatuto do Idoso demorei uns doze anos para aprová-lo. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial levou outros dez anos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência já está aí há mais de quinze anos. O Estatuto dos Povos Indígenas está aqui há mais de 25 anos. Por isso, desde o início, eu falava: aquilo que for consenso, se der, a gente aprova, sem prejuízo de continuar o debate de um arcabouço mais amplo.

Desde a primeira reunião que fizemos, mais de vinte audiências públicas atrás, foi essa a expressão, e continuo exatamente com a mesma posição. Naturalmente, vocês é que vão dizer. Eu disse e repito é: se não houver um grande entendimento, isso trará prejuízo para que a gente acelere a votação. É claro que eu gostaria que, até o fim do ano, a gente soltasse pelo menos um deles no Senado, para que ele retornasse à Câmara e para que continuasse o debate do Estatuto, mas isso depende de vocês. Se vocês assim entenderem, isso tranquiliza.

Quero repetir que o Senador Ricardo Ferraço está inteiramente à disposição. Como ele me disse, ele está torcendo para que haja o entendimento.

Então, ainda nesta Mesa, concedo a palavra ao Sr. José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros.

O SR. JOSÉ DA FONSECA LOPES – Senador Paim, meus cumprimentos pelo grande trabalho que o senhor vem desenvolvendo! Agradeço-lhe o convite para fazer parte da Mesa.

Eu queria dizer algumas coisas, Senador, que são muito importantes.

O grande problema ou a grande dúvida que se tinha até ontem era com relação ao PL nº 319. Então, aconteceu uma coisa muito importante: houve uma negociação, um debate exaustivo, cansativo, mas se chegou a um denominador comum.

O senhor diz aqui, com todas as letras, que aquilo que for melhor num determinado momento é aquilo que deve ser feito. E estamos aqui para dar todo o apoio.

Entendo também, Senador, que maior do que o PL nº 319, lá na frente, vai ser o Estatuto do Motorista. Nisso, há pontos importantes. Tudo o que se discutiu aqui até agora são coisas que, por questão de opinião, não estão sendo vistas lá na frente. Há gente que fala: "Prefiro ver o presente, não o futuro". Mas prefiro viver o presente e ver o futuro. E acho que o Estatuto

do Motorista é um grande avanço nesse trabalho que está sendo feito aqui.

O senhor é testemunha, Senador, de que, lá atrás, quando se começou esse trabalho do Estatuto, essa posição firme que o senhor teve de levar isso adiante, havia divergências entre nós. O senhor é testemunha disso, bem como o próprio Senado. Eu não sei se, naquela época, o Neori ou o próprio Plínio participaram disso. Entendeu? O senhor vê que nada ia à frente. Por quê? Porque a divergência fazia com que determinados segmentos saíssem sempre ganhando.

Havia aquela questão de cada um ver o seu lado como representante, querendo aparecer aqui, querendo aparecer ali. E aquele coitado, o caminhoneiro, lá na ponta, era quem estava pagando a conta. Depois, cada um saía das reuniões – e as decisões, infelizmente, às vezes, eram tomadas de forma errada –, ia para casa, colocava a cabeça no travesseiro e dormia, mas o coitado continuava com os mesmos problemas.

Nós estamos vendo aqui hoje uma situação diferente. E, ontem, falei, com todas as letras, na reunião, aos trabalhadores que participaram disso. Mais uma vez, Senador, como Presidente da Seção dos Autônomos, eu disse – e, em tudo, há uma regra a seguir – que a gente tinha de unir forças. E não falo só do caminhoneiro autônomo, dos presidentes de sindicato e da Associação dos Autônomos, mas também do próprio trabalhador.

Aqui, eu ouvi o Procurador Dr. Adélio falar que ele é escravo da lei, que ele tem de cumprir o que a lei determina. Nós podemos fazer mudar a lei, para que ela atenda as necessidades e os objetivos da nossa sobrevivência, como acabou de dizer o Francisco, na parte do transporte internacional. Tudo é legislação. O Dr. Adélio falou: "Nós temos de resolver o nosso problema aqui. Passou a fronteira, é outro problema". E eu concordo. Se eu for à Argentina, ao Uruguai, ao Paraguai, terei de seguir a lei de lá, a regra de lá, porque, "se eu pisar a bola lá, estarei na roça". E os caras que vêm de lá para cá não podem simplesmente fazer o que quer, como, de alguma forma, está sendo colocado aqui. Essa é uma realidade que se vivencia.

Então, vamos criar as nossas regras aqui, a nossa lei, a nossa legislação. E nós podemos fazer isso. Nós queremos e podemos fazer isso. É o que temos de fazer. É um desafio que lanço para todo mundo, seja presidente de sindicato de autônomo, seja participante de entidades de trabalhador. Esse é um ponto de honra para nós. Não podemos deixar ir para a lata de lixo um trabalho importante de que o Senador Paim levantou a bandeira. Essa hoje é uma grande realidade. E temos o apoio de outros Senadores, como o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Clésio Andrade, para fazer a coisa vingar.

Não vou discorrer sobre tudo o que foi falado, Senador, porque o que foi falado aqui é, para mim, ponto de honra. E sou um que vou participar disso e que vou cobrar, para que isso aconteça. O senhor falou muito bem: pode levar um ano, dois anos ou três anos, mas, com a força que nós temos, eu acho que vamos conseguir fazer isso.

Há uma coisa importante que eu queria falar aqui também: o pessoal fala muito sobre os pontos de apoio. São importantes os pontos de apoio? Eles são muito importantes. Tem dinheiro o Governo Federal para fazer isso? Tem, com todo o respeito. Não estou criticando, mas estou reivindicando.

Hoje, no jornal da manhã, em relação à Copa de 2014, vi que a reforma do estádio daqui, orçada em R$600 milhões, vai atingir o montante de R$1 bilhão. O Governo tem dinheiro para botar R$1 bilhão numa coisa que se vai usar uma vez na vida! E, com todo o respeito, não tem estrutura, não tem dinheiro para fazer esses pontos de apoio de que tanto precisamos, Senador? Eles servem para salvar vidas. Com eles, a família do caminhoneiro pode saber que, quando ele está na estrada, ele pode parar em determinado horário para dormir e está protegido. Naquele horário em que ele tem de parar para dormir, a família sabe que ele está protegido. E a família também dorme. *(Palmas.)*

Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros, José da Fonseca Lopes, que, de forma bem objetiva, colocou a sua posição, dizendo da importância de aprovarmos o que for possível no presente, sem deixar de olhar o futuro, que é o Estatuto do Motorista.

Neste momento, vamos ter de formatar a última Mesa.

Como o Mincaroni está secretariando, ele fica aqui.

Eu convidaria os senhores a retornar ao plenário.

Vou convidar a compor a Mesa o Marcos Bicalho, do Conselho Ambiental da Confederação Nacional dos Transportes, e também o Célio Moreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia, que participou praticamente de todas as audiências públicas.

Com esses três nomes, nós concluiremos as exposições, pela lista que recebi daqueles que deveriam participar das Mesas.

Sejam bem-vindos!

O SR. CÉLIO MOREIRA DA SILVA – Estou representando a Força Sindical no grupo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Célio lembra que, aqui, ele fala em nome da Força Sindical, como falou o outro companheiro pela Nova Central.

Então, de imediato, passamos a palavra ao nosso convidado Marcos Bicalho, que é do Conselho Ambiental da Confederação Nacional dos Transportes.

Em seguida, passaremos a palavra ao Sr. Célio Moreira da Silva. E, depois, vou pedir para o nosso Secretário fazer o fechamento.

O SR. MARCOS BICALHO – Bom dia, Senador Paulo Paim!

Bom dia aos membros da nossa Mesa e às senhoras e aos senhores presentes a esta audiência pública.

Senador, estou representando nesta audiência pública o setor de passageiros da Confederação Nacional dos Transportes, especialmente a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) e a Associação Brasileira de Transportes Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional de Passageiros (Abrati).

Gostaria de acrescentar que participamos, representando o setor de passageiros, de todas as audiências públicas realizadas para discutir o Estatuto do Motorista e que, paralelamente, participamos também desse grupo formado pela CNT e pela CNTTT, formado por trabalhadores e por empregadores, que desenvolveu essa proposta de substitutivo ao Projeto de Lei nº 319, que foi entregue pelas duas Confederações aos Senadores, no dia 26 de outubro, como uma proposta de consenso.

Eu gostaria de enfatizar que esse grupo, Senador, que trabalhou na construção dessa proposta, foi incentivado pela postura de V. Exª, que sempre, ao longo das audiências públicas, defendeu e orientou a negociação e o entendimento entre trabalhadores e patrões como forma de acelerar a tramitação das propostas dentro do Congresso Nacional.

Em vários momentos, inclusive hoje, mais uma vez, V. Exª afirmou aqui, numa demonstração de grande desprendimento, que o conteúdo de consenso poderia e até deveria ser encaminhado em partes como forma de acelerar a tramitação e de atender aos anseios de ambas as partes com referência ao mínimo de segurança jurídica de que o setor precisava.

Foi nesse ambiente de relação transparente com V. Exª que nós conseguimos avançar nessa proposta de consenso, que foi entregue numa solenidade ocorrida aqui, nesta Comissão.

Dessa forma, Senador, viemos aqui para defender o aproveitamento desse ambiente propício dentro do Senado Federal e para acelerar a tramitação dessa proposta consensuada, em face da urgência que ambas as partes têm de tentar construir o mínimo de regras em um arcabouço que possa tornar a relação entre trabalhadores e empregadores mais firme, mais profícua.

Acreditamos que os outros temas que não foram considerados e que são de grande importância para o setor também possam ser objeto de uma negociação dentro do Estatuto do Motorista, cuja discussão acreditamos que vá prosseguir.

Então, basicamente, Senador, eram essas as palavras que eu gostaria de lhe dirigir, trazendo aqui a posição do setor de passageiros da CNT com referência ao PL nº 319, ao Estatuto do Motorista.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Sr. Marcos Bicalho, do Conselho Ambiental da Confederação Nacional dos Transportes, também defendendo um grande entendimento por passos. Esta é a posição dele: aprova-se, primeiro, esse projeto cujo substitutivo em tese estaria pronto, com uma visão muito ampla da busca do consenso, sem prejuízo de continuarmos o debate do Estatuto do Motorista.

Passamos, agora, a palavra ao Vereador Célio Moreira da Silva, que falará pela Força Sindical e também pelo Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Uberlândia.

O SR. CÉLIO MOREIRA DA SILVA – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo pela iniciativa desse amplo debate. Cumprimento também o Mincaroni, que secretariou esse grupo de trabalho. E tenho a honra de fazer parte desse grupo de trabalho. Tivemos a oportunidade de percorrer o Brasil, colhendo as propostas necessárias para ajudar na composição desse projeto, que é a construção do Estatuto do Motorista, que tem como objetivo dar segurança jurídica às empresas e dar dignidade aos profissionais do volante, que ajudam a transportar o progresso do nosso País.

Realmente, é necessário fazer uma lei para tratar especificamente das necessidades e das dificuldades que vive o setor, sobretudo os seres humanos, os motoristas que transportam cargas e passageiros pelo Brasil.

Senador Paulo Paim, fico muito feliz por ter a oportunidade de fazer parte desse grupo de trabalho formado pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, que tem V. Exª como Presidente. É um Senador que, realmente, tem vivido as questões necessárias e tem discutido todos os projetos necessários para o bem-estar da sociedade e dos trabalhadores em todos os segmentos.

Parabéns a V. Exª! Que Deus continue abençoando-o e iluminando-o, dando-lhe saúde, para que V. Exª continue com toda essa garra e determinação defendendo o povo brasileiro!

Exatamente por admirar seu trabalho, tive a honra de fazer uma singela homenagem a V. Exª na Câmara Municipal de Uberlândia, como vereador que sou, concedendo-lhe o título de cidadão honorário.

Solicitei ao meu companheiro José Célio de Alvarenga, que é Deputado e também Diretor da Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Minas Gerais (Fettrominas), que fizesse a mesma proposta, para que V. Exª seja um cidadão do Estado de Minas Gerais. Esse projeto está tramitando na Assembleia Legislativa.

Eu represento a Força Sindical no grupo de trabalho. Sou da Fettrominas, como já disse, e ligado à CNTTT.

Ontem, falei com o Presidente Omar sobre uma preocupação que tenho em relação ao PL nº 319. Hoje, nós estamos aqui discutindo o Estatuto do Motorista, um projeto de iniciativa do Senador Paulo Paim, mas o Estatuto do Motorista, com certeza, terá de recepcionar o que está no PL nº 319.

Quero parabenizar o grupo de trabalho da nossa Confederação, da CNT também, que discutiu e chegou a uma redação do PL nº 319.

Ontem, o grupo de trabalho formado pelo Senado participou de uma reunião na CNT. Foi uma reunião prévia, como sempre temos feito nas audiências públicas. Fazemos essas reuniões para organizar o debate no dia da audiência pública.

Tive a oportunidade de expor meu ponto de vista em relação a uma questão que é fundamental para nós, os trabalhadores do transporte: a aposentadoria especial. Essa aposentadoria foi tirada. A princípio, ela estava contemplada dentro do PL nº 319, mas, pelo fato de os nossos representantes dentro da CNTTT terem visto alguma dificuldade na tramitação do projeto – ainda não havia consenso quanto a isso por parte dos empresários, que temem ter de pagar essa conta –, não houve consenso, e a nossa CNTTT resolveu deixar para um segundo momento ou para o Estatuto do Motorista essa discussão.

Ontem, fiz um apelo aos empresários e, através deste debate, volto a reforçar esse apelo, para que voltemos a discutir esse assunto. Sei que há um acordo firmado. Eu estava observando a redação do acordo, que traz principalmente segurança jurídica para as empresas. É disso que as empresas mais necessitam. Acho que essa é a bandeira número um das empresas do transporte.

O PL nº 319 trata apenas da relação capital e trabalho, da relação entre empregados e empresários, e não fala sobre os autônomos. O autônomo nós vamos tratar dele, com certeza, dentro do Estatuto do Motorista.

Faço, aqui, um apelo para que consigamos fazer com que o projeto da aposentadoria especial caminhe junto ou que esse benefício volte a constar do PL nº 319. É uma reivindicação que faço. Ou até mesmo isso pode ser tratado dentro do Estatuto do Motorista. Devemos fazer essa discussão paralelamente.

Tememos – esta é a minha preocupação – que, se resolvemos o problema que é a bandeira número um das empresas, que é a segurança jurídica, fiquemos com pouca força, Senador. Essa é a minha preocupação. Não teremos os empresários como aliados para resolver o problema da aposentadoria especial, porque eles temem que o Governo queira repassar essa conta para eles pagarem.

Realmente, já há uma alta carga tributária no País, e nós precisamos dar as mãos, empresários, trabalhadores e autônomos, para abraçar verdadeiramente essa bandeira e fazer com que o Governo assuma sua responsabilidade. Pagamos a previdência social para ter o direito de aposentadoria quando não tivermos mais condições de trabalho, e todos nós sabemos que o motorista, quando chega aos 45 anos ou 50 anos de idade, está com a saúde debilitada e não encontra mais espaço no mercado de trabalho. É mais do que justo que ele tenha, então, o direito da aposentadoria especial.

O Dr. Adélio falou sobre o direito dos trabalhadores às aposentadorias especiais e disse que, para isso, basta que eles comprovem sua exposição aos riscos.

Quero dizer, Dr. Adélio, que temos algumas dificuldades de mensurar alguns agentes que são nocivos à saúde dos profissionais. Cito um exemplo: a exposição em dias de chuva nas rodovias do Brasil em que não existe sinalização. Quem é motorista profissional sabe o que é dirigir um caminhão ou um veículo qualquer em uma rodovia em dias de chuva. Mas, quanto a isso, é imensurável a penosidade. A exposição, a vibração de corpo inteiro, isso é imensurável. O trabalho insalubre, talvez, seja possível de mensurar, outras exposições, outros agentes que também agridem a saúde do profissional.

Então, o que queremos é que seja reconhecido que, pelo fato de ser motorista, ele está exposto a vários agentes nocivos e agressivos à saúde e que se dispense a apresentação desse laudo técnico e pericial, que é tão burocrático e difícil de conseguir.

Então, hoje, temos o direito da aposentadoria especial, mas nós não conseguimos comprovar a

exposição. É preciso fazer um debate sobre isso, é preciso tratar com atenção a aposentadoria especial para o motorista.

Reforço aqui minhas ponderações. Precisamos trabalhar para que esse projeto tramite paralelamente. O PL trata da segurança jurídica das empresas, e, em alguns aspectos, abrimos mãos de algumas coisas, como, por exemplo, o tempo de espera, Senador Paulo Paim. Hoje, há falta de estrutura – e, graças a Deus, o PL contempla a construção dessas estruturas – no Brasil para recepcionar o transportador, o motorista, o empresário. Talvez, o pior momento enfrentado pelo motorista seja aquele em que ele está aguardando para carregar ou descarregar seu caminhão, pois ele não conta com um mínimo de estrutura. Não há banheiro para ele tomar banho. Isso ocorre nas aduanas. Tivemos oportunidade de fazer um movimento na fronteira do Brasil com a Argentina, com o Uruguai e com o Paraguai e verificamos que não há o mínimo de estrutura.

Então, com a construção da estrutura necessária, isso pode se resolver, mas, hoje, o pior momento da jornada de trabalho se dá no tempo de espera. Aqui, nós estamos abrindo mão de parte da remuneração. Hoje, a lei fala o seguinte: 50% a hora extra. Há uma proposta de consenso em que estamos abrindo mão de 20%. Nós estamos aceitando o tempo de espera com uma remuneração de 30%. Não é mesmo? Isso está dentro do projeto, da proposta de consenso.

Isso é importante, mas também é importante para nós a aposentadoria especial, como é importante para as empresas a segurança jurídica, no que estamos em consenso.

Vejo também com otimismo a audiência pública em Uruguaiana. Ali, há a questão do transporte de longa distância. Ouvi atentamente as explicações do companheiro Frizzo, que falou sobre a realidade vivida pelos trabalhadores nos países do Mercosul, o que acho muito importante.

Para finalizar, quero dizer que todos os que vierem para o Brasil têm de estar sujeitos à nossa legislação, porque senão iremos permitir a concorrência desleal com os trabalhadores ou os empresários dos países da América do Sul, que entram no Brasil e podem trabalhar por 12 horas ou por 13 horas, enquanto temos de obedecer à nossa lei específica, que determina uma jornada menor. Então, se essa lei não for aplicada também para os estrangeiros que entrarem no País, permitiremos uma concorrência desleal.

Então, precisamos construir uma lei que seja a mais justa possível e que venha realmente a solucionar o problema dos trabalhadores brasileiros dos transportes e dos empresários do setor de transportes.

Agradeço-lhe aqui a oportunidade, Senador.

Toré, a nossa Confederação, muito ao contrário – este é o meu ponto de vista –, entende que o projeto, o PL nº 319, precisa caminhar. Mas faço um apelo. Ontem, conversei com o Presidente Omar, e ele quer porque quer – esta é uma bandeira dos trabalhadores – a aposentadoria especial. A nossa Confederação, o nosso grupo de trabalho está abrindo mão do debate neste momento, apenas para tentar agilizar a regulamentação da profissão do motorista, mas queremos, como o Presidente Omar, a aposentadoria especial, que é a bandeira principal dos trabalhadores do transporte no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Célio Moreira da Silva, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Uberlândia, que é Vereador naquela cidade e que falou em nome da Força Sindical.

Sei que mais dois pediram a palavra.

Como é que vamos encaminhar agora?

Não sei se o Mincaroni quer fazer um resumo, ou se passamos para as considerações finais de cada um dos convidados.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONI – Acho que podemos simplificar. Gostaria apenas de fazer dois comentários rapidamente.

O primeiro deles diz respeito à questão da formação profissional e da necessidade da divulgação e da valorização da profissão do motorista e da chamada busca ativa. Na Europa, eles nos mostraram um problema que eles enfrentaram há muito anos. Eles foram às escolas de ensino médio para fazer a divulgação da profissão de motorista, buscando a valorização da profissão. Então, é muito importante que haja um incentivo à divulgação e a essa busca nas escolas, para que se consigam formar motoristas.

Eu queria que o Senador comentasse a questão do curso de formação, pois parece que há um projeto do Senador referente ao Fundep. Gostaria que ele explicasse isso um pouco para nós.

O último ponto seria a questão de convenções coletivas. Há uma dúvida de entidades sobre a questão da segurança jurídica: até que ponto a convenção coletiva pode ir nas especificações de determinada categoria em relação à própria lei que vai ser aprovada do Estatuto ou do PL nº 319?

Então, esse ponto ficaria para ser visto com o jurídico. E gostaria que o Senador esclarecesse um pouco a questão do Fundep.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos fazer o seguinte encaminhamento: vou passar a palavra, por três minutos, a cada um, para que faça suas considerações finais; em seguida, fecho

o debate, falando um pouquinho do Fundep, e encerramos esta audiência pública.

Eu queria que as considerações finais de cada um dos nossos convidados ficassem claras, porque, terminando essa reunião, tenho de me reportar ao Relator, Senador Ricardo Ferraço. Quero levar uma posição para ele desse encontro.

Pelo que entendi, está havendo um grande entendimento. Se não é isso, digam-me, que, depois, vou conversar com o Senador e dizer que houve entendimento no momento em cima daquele projeto. Estou dizendo o que estou pensando. Vocês vão usar a palavra e vão dizer que não é bem assim ou que é isso mesmo.

Penso que houve o entendimento de aprovar o projeto da forma que foi acordado. E vamos remetê-lo para a Câmara dos Deputados. Lá, faz-se a discussão adequada. E vamos torcer para que ele seja aprovado o mais rapidamente possível, sem prejuízo de esse grupo continuar dialogando e discutindo sobre o Estatuto do Motorista, sem prejuízo de levarmos esse debate, como me comprometi, já a partir dessa quinta-feira ou sexta-feira, também para o Mercosul.

Para mim, essa é a síntese da reunião, mas eu gostaria de ouvir as considerações finais de cada um de vocês sobre o tema.

Entendi que a aposentadoria especial vai ser tratada no Estatuto do Motorista, ou seja, será tratada à parte, não agora, nesse projeto, que é uma construção coletiva, que é um substitutivo ao projeto que veio da Câmara.

Na verdade, o Senado trabalhou exaustivamente pela lavra dos senhores, porque foram vocês que deram a redação final do substitutivo que o Senador Ricardo Ferraço vai apresentar. Se houver entendimento, vamos pedir urgência; se for aprovado na Comissão, ele vai ao plenário.

Quero ser muito claro ao explicar a vocês como é que isso se dá. Se há vontade de aprovar, vamos tentar fazê-lo junto ao colégio de líderes. E, talvez, os senhores tenham de estar presentes, os representantes dos empresários e dos trabalhadores, para que eles aceitem o requerimento de urgência, dizendo que há um grande entendimento no setor. Daí, aprovando-o na Comissão do Ferraço, o projeto vai diretamente para o plenário. Aprovando-o no plenário, ele vai para a Câmara dos Deputados e vai tramitar lá.

Agora, eu queria ouvir as considerações finais de vocês. E, se é esse o entendimento, será assim que vou fechar a reunião. Foi isso que entendi da maioria das falas. Alguns senões sempre surgiram. Nos três minutos finais, vocês darão suas opiniões e dirão se é esse o encaminhamento a que devo proceder. Vamos seguir a mesma linha de quando começamos este trabalho, quando eu disse que quem iria redigir seriam os senhores, não seria eu.

Conversei muito com o Senador Ricardo Ferraço. Estou falando muito do Senador Ricardo Ferraço, porque dialoguei com ele, que me disse: "Paim, vá tocando lá! Tenho plena confiança em você. Se você vir de lá com um acordo firmado, vou topar também. Não se preocupe! Quero fazer uma parceria com você e com os empregados, com os empregadores, com os autônomos, com os celetistas".

Então, vamos lá!

Só vou pedir para cada um, se puder, falar por três minutos no máximo, porque, agora, serão feitas as considerações finais sobre o que debatemos hoje. Daí vamos para o *day after.*

Vou começar pela ordem aqui.

Concedo a palavra ao Sr. Narciso Figueirôa Júnior, assessor jurídico da CNT, que dispõe de três minutos, no máximo.

Vamos lá!

O SR. NARCISO FIGUEIRÔA JÚNIOR – Senador, vou apenas fazer uma menção – na minha fala, acabei não citando isto – à importância desse trabalho que foi desenvolvido em relação substitutivo.

Nos encontros, o senhor sempre mencionou que o que fosse objeto de consenso poderia prosseguir, e foi exatamente o que foi feito.

Essa é uma proposta do substitutivo que não contempla tudo o que foi sugerido, mas é uma proposta muito moderna, pois regulamenta a profissão do motorista; cria direitos e deveres dos motoristas; cria o seguro obrigatório, o atendimento médico e o controle de jornada obrigatório pelas empresas; trata da jornada diária do motorista com limite na Constituição Federal; cria a figura do tempo de espera, que é uma inovação na legislação trabalhista, para que se possa compensar esse período do tempo de espera também com uma indenização; trata da regulamentação do revezamento dos motoristas trabalhando em dupla, o que também é um pleito dos transportadores da região Norte – esse tempo de reserva do motorista em dupla também é indenizado em 30% –; possibilita a jornada de 12 horas por 36 horas.

Na proposta do substitutivo – isto é muito importante –, há uma proibição de remuneração do motorista em função de distância percorrida ou de valores de frete. Há outras condições específicas no próprio substitutivo que se podem, no art. 236-H, adequar a situações específicas através de acordo ou de convenção coletiva.

No CTB, a proposta veda expressamente a direção por mais de 4 horas interruptas e cria, inclusive, a

responsabilidade solidária do embarcador, do destinatário, pelo descumprimento desse dispositivo.

Então, é uma proposta realmente de entendimento.

O senhor é um parlamentar democrático.

Gostaríamos de registrar que o Ministério Público, representado aqui pelo Dr. Adélio, foi além da sua função constitucional. Ele, inclusive, foi um mediador, opinou em muitos desses pontos.

Dessa maneira, entendemos que deve ser, realmente, evitado que esse substitutivo tenha algum tipo de tramitação que prejudique a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Narciso, que deixou muito claro a sua posição sobre a importância do entendimento.

Tem a palavra o Sr. Neori Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro.

O SR. NEORI TIGRÃO – Nós queremos agradecer ao Senador Paulo Paim por esta oportunidade. É impressionante, Senador, o seu trabalho e a sua dedicação, bem como a do seu gabinete. Nós nos sentimos valorizados aqui. Acho que nunca tivemos uma oportunidade tão grande como esta. Estamos sendo prestigiados dentro desta Casa, o Senado, principalmente pela sua pessoa.

Eu gostaria de me somar aos outros senhores, principalmente ao Clésio Andrade, que representa aqui a CNT e o setor de transporte. É preciso que nos somemos e que nos empenhemos, Flávio, para chegarmos a um objetivo comum, que é o maior: uma grande mudança no setor de transporte. E temos de colocar sempre em primeiro lugar a vida, a família do irmão caminhoneiro, valorizando-o.

Não abro mão, Dr. Adélio, da frase que eu disse. Quero ver um filho de caminhoneiro ter orgulho de bater no peito e de dizer: "Meu pai é caminhoneiro. Meu pai deu essa faculdade para mim. Eu sou formado, porque meu pai é caminhoneiro e lutou para que eu chegasse até aqui".

Venho de família muito humilde, eu vim da roça. Eu sei trabalhar. Meus falecidos pais me ensinaram isso, e estou aqui para trabalhar.

E nós nos queremos somar a essa luta. Eu gostaria, junto com o Ministério do Trabalho, que está aqui e que sabe que a maior preocupação é com a vida, de conseguir a suspensão imediata da transformação de bitrem em rodotrem, para que a lei seja aplicada. Que os rodotrens andem das 6 horas da manhã até as 6 da tarde em rodovia federal em pista dupla, conforme diz a lei!

Então, peço o apoio de vocês.

Quero deixar aqui o nosso respeito ao Mincaroni, que não mediu esforços.

Aqui está o levantamento do nosso País, a transformação que nós podemos fazer.

Senador Paulo Paim, gostaria que esse grupo de trabalho tivesse continuidade e fosse reconhecido pelo Governo Federal, pela nossa Presidente, pela Casa Civil, que precisam dar condições de trabalho a esse grupo, para que não aconteçam coisas erradas, porque, depois, teremos de correr atrás.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Tigrão, Presidente do Movimento União Brasil Caminhoneiro, que faz um apelo final, que vamos encaminhar no encerramento da reunião.

Passamos a palavra ao Presidente da NTC & Logística, Flávio Benatti.

O SR. FLÁVIO BENETTI – Senador, quero deixar registrada, mais uma vez, a nossa satisfação de participar de um debate dessa importância, dessa magnitude.

Quero parabenizá-lo, porque, na realidade, se não fosse o senhor uma pessoa empenhada em resolver essas questões de igualdade social neste País, principalmente no Senado, talvez alguns temas tivessem, ao longo dos anos, sido deixados de lado. Logicamente, a sua posição incitou a busca desses entendimentos, a busca de um avanço num setor que estava totalmente desamparado de legislação, num setor em que não há sequer regulamentação. Agora, estamos buscando também uma regulamentação junto à ANTT, com temas como a conta-frete, como o Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC). Há a questão da responsabilidade da empresa, com responsáveis técnicos.

Enfim, hoje, estamos realinhando o setor de transporte, tenha a certeza, Tigrão, que capitaneados pelo Senador Clésio Andrade, que tem muita responsabilidade com isso e que nos tem passado muito – somos liderados por ele – essa orientação, e é nessa linha que temos de trabalhar.

Eu quero deixar algo muito claro sobre a questão que o Vereador Célio levantou, de que a área patronal está saindo ganhando, porque há segurança jurídica.

Quero dizer-lhe, Célio, que essa segurança jurídica não é dada para a classe patronal; essa segurança jurídica se estende à classe laboral, porque, com o setor organizado, todos nós ganhamos.

Realmente, essa questão da aposentadoria é um pouco mais complexa. Acho que ela não está fora de discussão. Ela deve continuar sendo discutida no Estatuto do Motorista. Temos de encontrar os melhores caminhos para que realmente essa questão se resol-

va. Tenho a certeza de que vamos encontrar a solução mais adequada para essa questão, como tivermos a coragem, o trabalho e o empenho de chegar a um documento como esse, que é o substitutivo ao PL nº 319.

Mais uma vez, Senador, muito obrigado pela oportunidade de participar desta audiência. Parabéns pelo seu trabalho! (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Presidente da NTC, Sr. Flávio Benatti.

Vamos, agora, conceder a palavra ao Sr. Jorge Luiz Frizzo, Presidente do Sindimercosul.

O SR. JORGE LUIZ FRIZZO – Senador Paim, queremos nos manifestar em nome dos trabalhadores de transporte rodoviário internacional, dizendo ao senhor que agradecemos, mais uma vez, a oportunidade de estarmos aqui.

Quero agradecer-lhe também o seu empenho. O senhor sempre foi um exemplo para nós todos no sentido de defender a nossa profissão, nossos trabalhadores.

Nós vamos respeitar as decisões emanadas da nossa Confederação, juntamente com a CNT.

Já conversamos ontem sobre isso. Contamos novamente com o apoio deles para tocarmos o projeto do Estatuto. Conversamos com o Tigrão, representante dos autônomos, e com o Plínio. Ainda há pouco, eu conversava com o Procurador. Nós tínhamos apontado um detalhe aqui na modificação do art. 28 do Código de Trânsito, em que se fala de dirigir por mais de quatro horas ininterruptas, devendo descansar por, pelo menos, trinta minutos. E o Procurador disse que valeria a jornada das 10 horas para todo mundo. Talvez, se colocássemos a limitação máxima de horas nesse capítulo, nós delimitaríamos também o estrangeiro.

Era essa a minha dúvida. Eu já estava esclarecendo isso com Dr. Adélio.

Quero dizer, mais uma vez, que esperamos o senhor em Uruguaiana.

Quero dizer que é muito importante para nós todos a igualdade nas condições de trabalho. Nós nunca nos diferenciamos de autônomos ou de empresários – em Uruguaiana, há muitos autônomos.

Queremos recebê-los em Uruguaiana, para mostrar a todos vocês como funciona aquela realidade.

Agradeço-lhe, mais uma vez, Senador. Quero dizer que estamos de braços abertos a todo o momento, para o que precisar.

Queremos também continuar nesse grupo de trabalho, porque é importante trabalharmos em conjunto. Assim, vamos conseguir muito mais avanços do que se o fizermos isoladamente. Se cada um vem aqui um dia, discutindo isso separadamente, as opiniões vão se afastando. Então, o grupo deve permanecer unido.

Agradeço-lhe, mais uma vez. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Esse foi o Jorge Luiz Frizzo, Presidente do Sindimercosul. Concordamos com sua posição em relação ao acordo.

Passamos a palavra ao Procurador Regional do Trabalho da 10ª Região, Sr. Adélio Justino Lucas.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Sr. Senador, Sr. Presidente, o Ministério Público do Trabalho só tem a agradecer a esta Comissão por lhe permitir participar desta audiência, para externar nossos posicionamentos técnicos e, talvez, mais do que isso, catalisar ou até mesmo permitir ou conduzir o entendimento entre as partes. Isso é o mais importante.

Quero ressaltar, mais uma vez, nesta Comissão, que o documento, o texto que embasou o Substitutivo ao PL nº 319 foi um texto gerado dentro de um procedimento investigatório, num inquérito civil público do Ministério Público, que foi transmudado para esse PL, como substitutivo. Então, é um texto técnico, como eu disse, em que notificamos ou intimamos as partes, mas transmudamos para o entendimento bem amigável no sentido de promover o entendimento daquilo que era mais natural à classe, à categoria: vivenciar o trabalho deles no dia a dia.

A questão do PL nº 319, pelo que vi depois, passou, na verdade, a ser um consenso mesmo. Aquilo que partiu de divergência seria mais um *plus*, mas um acréscimo naquilo que pudesse ser adotado pelo Estatuto do Motorista.

Quero contemplar aqui o que disse o Célio Moreira, participante da Mesa. Quanto à aposentadoria especial, esta continua inalterada. Ela é prevista, é possível e previsível, mas a questão da aposentadoria, hoje, nesses casos particulares, carece, sim, de perícia tanto no caso da periculosidade, quanto no da insalubridade. Isso é possível. Não há dificuldade nisso. E, se não existe dificuldade, acho que ela está contemplada. Mas percebo que parece que se busca apenas uma aposentadoria *ex officio*. Se a lei assim disser, assim será. Mas ela não está proibida. Acho que há facilidade, ao contrário do que o senhor disse, de se estabelecer o critério da periculosidade, da insalubridade ou até da penosidade do trabalho.

Agradeço a todos.

Quero até parabenizá-los. Parece-me que, aqui, o debate foi mais convergente do que divergente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. V. Exª ajudou muito. Acabamos de ouvir o Procurador do Trabalho Adélio Justino Lucas.

Passamos a palavra ao China, ao José Araújo China, Presidente da Unicam.

O SR. JOSÉ ARAÚJO CHINA – Obrigado por tudo.

Vamos continuar essa caminhada, mas, com referência ao PL nº 319, já existe consenso; não há por que discutir. Nós, os autônomos, vamos seguir a orientação da nossa Confederação, a CNT, para trabalhar o Projeto de Lei nº 271, o Estatuto do Motorista.

Obrigado por tudo. Estamos aí para tudo! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, China! Foi bem objetivo e direto, para ganharmos tempo.

Tem a palavra o Sr. Francisco Cardoso, Presidente da ABTI.

O SR. FRANCISCO CARDOSO – Senador, como foi dito na oportunidade na Mesa, a ABTI também está fechada com a CNT, em consenso, no sentido de que o PL nº 319 tem de correr em regime de urgência.

Eu queria também agradecer essa oportunidade de compartilhar com todos os membros do grupo do Estatuto do Motorista, porque foi uma grande oportunidade de aprendizado. Não só a ABTI pôde colocar os pontos que interessam ao transporte internacional, mas também pudemos conhecer as demandas do trabalhador e do autônomo.

Ninguém aqui deve ficar perguntando se é ovo ou galinha. Todos nós fazemos parte do mesmo galinheiro. Somos todos interessados nesse negócio e temos de trabalhar unidos.

Gostaria também, Senador, de colocar a ABTI à sua disposição em Uruguaiana, para fazermos a audiência pública, e também no Parlamento do Mercosul, para, sempre que for necessário, tratarmos de tempo de direção e de jornada de trabalho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Francisco Cardoso, Presidente da ABTI, que nos ajudou muito nesse encaminhamento.

Quero, de público, comprometer-me com a audiência de Uruguaiana e também convocá-lo para a primeira audiência que for feita no Mercosul, para debatermos esse tema.

Concedo a palavra ao Sr. José Alves de Couto Filho, da Nova Central Sindical.

O SR. JOSÉ ALVES DE COUTO FILHO – Primeiramente, quero agradecer ao Senador e dizer o seguinte: a Confederação, de maneira alguma, vai deixar de discutir a aposentadoria especial. Essa é uma bandeira da Confederação e de todas as federações. Mas o que tínhamos condição de fazer neste momento foi isso que conseguimos nesse acordo.

Quero dizer ao companheiro Célio que o Sr. Omar, mesmo com seus 92 anos, diz o seguinte: "Só quero sair da Confederação quando nós conseguirmos a aposentadoria especial". Temos a certeza de que, neste ano, esse é mais um dos instrumentos que vamos trabalhar. Com a ajuda do Senador, nós vamos conseguir a aposentadoria especial.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Sr. José Alves de Couto Filho, da Nova Central.

Concedo a palavra ao Sr. José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros.

O SR. JOSÉ DA FONSECA LOPES – Senador, esta audiência, no dia de hoje, para mim, foi uma das mais importantes, e tudo transcorreu aqui dentro daquilo que todo o grupo esperava, tanto os que fazem parte da Comissão, quanto aqueles que estão acompanhando esse trabalho.

Agora, estou vendo aqui todo mundo agradecer muito e estou imaginando que esta vai ser a última audiência do ano e que, a partir daí, ninguém vai fazer mais nada. Mas o grande trabalho nós vamos ter daqui para frente. Isso é que é importante.

Eu queria fazer um alerta também, Senador: falaram aqui sobre o problema das gerenciadoras de risco. A gente sabe que esse é um problema muito grave. Em São Paulo, graças a Deus, a gente tem feito um trabalho muito firme em cima disso. Em todo caso que chega ao nosso conhecimento que não seja por crime, por roubo, por essas coisas, se for por inadimplência, a gente está conseguindo reverter situações e fazer com que essa pessoa trabalhe, sendo ele autônomo, sendo ele empregado, trabalhador.

Mas há algo que nos preocupa nisso. Parece-me que o Relator do Projeto de Lei nº 7.181/2010 é o Deputado Arnaldo Faria de Sá, com quem a gente já conversou. É uma pessoa que está irredutível em relação a isso. Esse é um Projeto perigoso, que vai dar todas as condições para as gerenciadoras de risco e para as próprias seguradoras – quem faz o jogo não é a gerenciadora, é a seguradora, que cumpre a regra –, o que vai, realmente, trazer muitos problemas para a gente.

O Flávio está me dizendo que há algumas mudanças.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Posso esclarecer.

O SR. JOSÉ DA FONSECA LOPES – Eu não estou acompanhando isso, mas isso é muito preocupante. A gente precisa estar preparado para que essa situação tome outro rumo.

Obrigado.

O SR. FLÁVIO BENATTI – Só à guisa de esclarecimento, Senador, quero dizer que essa questão, realmente, era muito preocupante – o Fonseca tem toda razão –, e a relatoria foi feita pelo Deputado Camilo Cola, que alterou bastante essa questão. Davam-se poderes a gerenciadoras de risco, mas, hoje, isso está bem ajustado. Estamos acompanhando de perto isso, ouviu, Fonseca? Realmente, é um absurdo o que se faz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Agora, usou a palavra o Sr. José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros. Nossos cumprimentos também! (*Palmas.*)

Vamos, de imediato, conceder a palavra ao Sr. Célio Moreira da Silva, Presidente do Sindicato em Uberlândia e da Força Sindical, Vereador daquela cidade.

O SR. CÉLIO MOREIRA DA SILVA – Quero, mais uma vez, Senador Paulo Paim, parabenizá-lo pela iniciativa desse amplo debate, da construção desse projeto importante para o setor de transportes, para a sociedade, porque, na verdade, a sociedade está exposta aos riscos de acidentes por causa da falta de estrutura, por causa da falta de regulamentação da profissão, de uma legislação específica para atender o setor.

Então, vejo isso com muita alegria, com muita felicidade. Reforço aqui a minha preocupação. Vamos ser favoráveis ao PL nº 319, é um fechamento da nossa Confederação. O Sr. Omar me disse ontem que entendia a dificuldade do debate para contemplar a aposentadoria especial neste momento, mas volto a reforçar que a aposentadoria especial deve andar paralelamente, se possível, com a mesma agilidade, ao PL nº 319, que é um anseio da nossa Confederação, um anseio dos trabalhadores do transporte do Brasil.

E vejo isso com muito otimismo, porque o Clésio Andrade, que é amigo nosso também, que é uma pessoa que conheço, que é o Presidente da CNT e que é um Senador da República, no seu pronunciamento, disse que só não defende a aposentadoria especial para o motorista aquele que nunca foi motorista. E o Senador Clésio Andrade começou, parece-me, como cobrador de ônibus – ele me disse isso uma vez. Então, ele conhece bem as dificuldades do setor.

Então, vejo com muito otimismo esse debate que envolve transportadores, autônomos, trabalhadores e empresários.

Parabéns pela iniciativa!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Célio, da Força Sindical de Uberlândia e Vereador daquela cidade.

Agora, passo a palavra ao Sr. Marcos Bicalho, que é do Conselho Ambiental da Confederação Nacional de Transporte.

O SR. MARCOS BICALHO – Senador, quero agradecer-lhe a oportunidade de, aqui, representar o setor de passageiros da CNT. Acredito que avançamos bastante nesse período. Confesso que, quando entramos dois anos atrás nesse processo, a nossa posição era bastante cética quanto a chegar ao entendimento, mas crescemos sob a liderança do Senador, que nos ajudou muito nesse entendimento, que incentivou o entendimento. Com isso, chegamos a um consenso que representa o bom – não representa o ótimo, mas representa o bom.

Gostaria de tranquilizar o Vereador Célio, porque, durante todo esse processo de negociação, a continuidade das discussões foi um ponto que foi reafirmado muitas vezes na Mesa, sempre na linha de tentar chegar a um ponto que fosse possível consensuar e de adiar as discussões mais penosas, aquelas para os quais não havia solução.

Então, acho que o senhor pode ficar tranquilo, Vereador, porque vamos continuar sentados à mesa de discussão, avançando nessas relações entre trabalhadores e empregadores do setor de transporte.

Então, Senador, cumprimento-o, mais uma vez, pela liderança do senhor à frente desse trabalho.

Vamos continuar a participar do grupo de trabalho e de todas as discussões que envolvem os trabalhadores e as empresas do setor.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Este foi o Sr. Marcos Bicalho, do Conselho Ambiental da Confederação Nacional de Transporte.

Para que façam uma rápida saudação – peço que cada um fale por um minuto –, vou conceder a palavra a três pessoas.

Para ganhar tempo, Mincaroni, quero dizer que o Fundep é um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante. Eu diria que o próprio Pronatec foi inspirado no Fundep. O Pronatec foi, recentemente, lançado pelo Governo. Mas, assim mesmo, o Fundep continua tramitando na Casa, está pronto para ser votado em plenário. Esse Fundo geraria algo em torno de R$9 bilhões, o dinheiro sairia do FAT, especificamente para investimento no ensino técnico profissionalizante.

É claro que, se depender de nós, no debate do próprio Estatuto do Motorista, tentaremos vincular algum percentual do Fundep para investimento na formação de motoristas profissionais. Essa é a intenção. Por isso, em quase todas as audiências públicas, trabalhei também com o Fundep, até porque é preciso um movimento articulado.

É uma PEC e, se é PEC, é definitiva. O Fundep fica criado até que outra emenda constitucional venha

a revogá-lo, o que não acredito que aconteça, porque sabemos que a grande questão do País, hoje, é a questão, como dizem – isso pegou! –, do tal do apagão de profissionais. Como não queremos o apagão, estamos investindo muito nesse projeto, que apresentei já há uns cinco anos, chamado Fundep, que é o Fundo Nacional de Ensino Profissionalizante.

Fica acertada aqui a audiência pública em Uruguaiana.

Fica também ajustada entre nós, além do fortalecimento do Fundep, a ideia sugerida por muitos aqui de que esse grupo de trabalho pró-Estatuto do Motorista não deve acabar. O grupo de trabalho pró-Estatuto do Motorista vai continuar, e, com certeza, se for necessário, marcarei uma audiência junto às áreas correspondente do Governo, para dialogarmos sobre esse tema. Consequentemente, às vezes, até com uma portaria ou com um decreto, pode-se atender o setor, desde que seja acordado entre todas as partes que estão envolvidas nesse tema de viabilizar, cada vez mais – sempre foi viável –, o nosso transporte terrestre.

Agora, passo a palavra ao Sr. Miguel Antonio Mendes, da área do transporte de cargas de Mato Grosso.

O SR. MIGUEL ANTONIO MENDES – Boa tarde, Senador! Boa tarde a todos!

Senador, primeiramente, quero parabenizá-lo pela iniciativa de regulamentar a profissão de motorista por meio do Estatuto.

Parabenizo também o Mincaroni, que conduziu as audiências públicas muito brilhantemente. E, na oportunidade, foi dada voz aos trabalhadores, aos representantes de trabalhadores, aos empresários e aos representantes de empresários.

Por meio do Estatuto, Senador, a gente tinha a esperança de que a classe patronal conciliasse os interesses de ambas as partes. A gente quer deixar explícito aqui que esse PL que está sendo conduzido pelo Senador Ferraço, que vai ser feito por meio de substitutivo, não é unanimidade. Nós, lá do Mato Grosso, iniciamos essa discussão em relação à regulamentação do profissional por meio do Paulo Douglas, representante do Ministério Público do Trabalho, que levantou a bandeira, atendendo aos anseios dos trabalhadores, que estavam sofrendo não, muitas vezes, pelas longas jornadas, mas, sim, pelas precárias condições dos pontos de parada, principalmente na intermodalidade, pelos terminais rodoviários.

Infelizmente, nós, do Mato Grosso, fomos deixados de lado na discussão do PL nº 319. Nós não fomos ouvidos, não tivemos voz, e há o consenso, sim, dos empresários de Mato Grosso de que ele não atenderá nossas expectativas. Vai haver uma dificuldade enorme para colocar isso em prática, mesmo porque, como disse o nosso nobre Procurador, esse texto é um texto técnico. E, muitas vezes, a coisa técnica, na prática, é inconcebível, não funciona.

Nós não somos contra a regulamentação, estivemos na audiência, estivemos em todos os debates, mas, infelizmente, quanto a esse substitutivo, nós não fomos ouvidos.

Aqui, também está o representante do Sindmat, que é o Sindicato das empresas, o Vando, que é mais um diretor que o acompanha e que também não foi ouvido. Na hora em que ele chegou aqui, eu perguntei a ele se estava sabendo da tramitação desse substitutivo, e ele me confirmou que não foi ouvido também. E, quando falo "ele", eu me refiro ao segmento patronal de Mato Grosso.

Então, fica aqui o nosso registro. A gente apoia, sim, os trabalhos que estavam sendo feitos perante o Estatuto do Motorista. Quanto a esse, sim, estava sendo dada voz aos trabalhadores e aos empregadores, e, ali sim, a gente via que poderia ser construída uma lei que não ficasse, como muitas, no descrédito, sem ser aplicada.

O que a gente teme, Senador, justamente nessa regulamentação, é que haja falta de isonomia principalmente entre autônomos e empregados. Em relação à jornada de trabalho, quem fiscaliza os autônomos é a Polícia Rodoviária, e não adianta a gente tapar o sol com a peneira. Não vamos generalizar – a gente sabe que existem bons profissionais na honrosa Polícia Rodoviária –, mas muitos, com R$50,00 ou com R$10,00, não fiscalizam os autônomos. E aí o que vai acontecer? Vai haver preferência na contratação.

Senador, hoje, há mais de 60% dos motoristas que trabalham no transporte rodoviário de cargas no setor autônomo, e menos de 40%, em torno de 38% a 35%, são motoristas empregados. Então, muitas dessas questões estão sendo abordadas. A gente está querendo preservar a vida. Entendeu? Mas, se a gente regulamenta somente 30% desses profissionais, como vamos preservar a vida como um todo?

Então, a gente tem de ter essa preocupação. É sério o encaminhamento desse substitutivo, que não reflete a unanimidade da classe patronal. Então, fica isso aqui registrado.

Nós vivenciamos todas essas questões lá. Houve um embate junto ao Ministério Púbico do Trabalho. Apoiávamos muitas questões que eram abordadas, mas, como o nobre Procurador disse aqui, ele é escravo da lei, e essa lei que está aí há mais de 60 anos não atende o profissional do volante. Infelizmente, ao se querer adaptar um novo projeto baseado na lei atual, não vamos conseguir colocar isso em prática.

Então, há essa preocupação do setor patronal do Estado de Mato Grosso, como vai haver essa preocupação por parte desse setor no resto do País, porque muitos sindicatos patronais não estavam participando da elaboração desse substitutivo.

Então, Senador, não se pode vender a imagem de que a classe patronal está satisfeita com esse substitutivo. Não está satisfeita. A gente tem muitas particularidades, como as tem o transporte internacional, o transporte de longa distância. E essas particularidades foram praticamente alijadas desse substitutivo. Não vai haver como a gente negociar com o sindicato laboral, numa convenção coletiva, aquilo que já está na lei.

Deixo aqui manifestada a nossa preocupação em relação a esse substitutivo. E nos colocamos à disposição para apoiar muito esse PL nº 271, que se refere ao Estatuto. Como o senhor mesmo disse: um Estatuto tão complexo, que demora em torno de cinco anos ou de quatro anos para ser apreciado – poderia ser reduzido esse tempo –, precisa ser muito estudado. Não podemos simplesmente colocar a carroça na frente dos bois e regulamentar uma atividade como essa, porque, depois, infelizmente, vai acabar sendo um tiro no próprio pé do caminhoneiro, porque muitas empresas, com esse substitutivo que aí, vão deixar a atividade, vão simplesmente arrendar os caminhões para os transvestidos motoristas autônomos.

Então, essa é a preocupação do segmento patronal do Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fica feito o registro por parte de Miguel Antonio Mendes.

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Senador, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Procurador não tinha pedido a palavra em nenhum momento...

O SR. ADÉLIO JUSTINO LUCAS – Sr. Presidente, só quero deixar registrado que, na realidade, esse documento que embasou o substitutivo do PL nº 319 foi originário de uma ação civil pública ajuizada no Mato Grosso, que foi deslocada para o Distrito Federal, razão da nossa atuação. E, naquela ação, o Paulo Douglas já tinha ajuizado a ação contra a CNT. Então, quem era parte do polo passivo era a CNT. Então, quem representava a categoria em nível nacional para deslocar para Brasília era a CNT. Então, a ordem técnica está perfeitamente correta. E, além do mais, a questão foi tratada de maneira técnica, mas foi pulsada nas veias das duas categorias: patronal e laboral. Aquele é o entendimento correto, que deve ser preservado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! O Procurador faz o esclarecimento.

Concedo a palavra à Srª Sandra Aparecida Paiva, de Maringá.

Calma, pessoal! Vou seguir a ordem dos inscritos.

A SRª SANDRA APARECIDA PAIVA – Boa tarde, Senador! É um prazer muito grande estar aqui, conhecer o senhor pessoalmente e, inclusive, ver a disponibilidade que o senhor está tendo e a boa vontade de normatizar a questão dos trabalhadores na área do transporte.

Sou da região de Maringá, no norte do Paraná. Somos um grande polo na área do transporte.

A minha fala para com o senhor é no sentido de que analise, com mais carinho, com mais amor, o transporte nacional de longa distância, porque, realmente, é uma questão que vai afetar muito a nossa região. Não somos antagônicos ao projeto, éramos muito mais atentos ao Estatuto, mas, como disse o Procurador Dr. Adélio, somos escravos da lei depois de ela ser aprovada. Mas, antes de a lei ser aprovada, somos flexíveis e podemos ajustar e criar novas diretrizes.

Essa seria a minha fala.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Falou Sandra Aparecida Paiva, de Maringá.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Benedito Teles Santos, do Sindicato dos Transportadores da Bahia, de Salvador, por dois minutos.

O SR. BENEDITO TELES SANTOS – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar os presentes na figura do Senador Paim.

Como o senhor disse, eu estou aqui representando o Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Estado da Bahia.

A nossa atuação se dá no segmento de cargas perigosas. Aqui, ouvi muitas manifestações a respeito de carga horária, de locais de parada.

Realmente, o Decreto-Lei nº 96.044, que regulamenta a carga perigosa no Brasil, fala em locais de parada desde 1988. Não me parece que vai ser aqui, nesta discussão, que esse assunto vai ser resolvido. Não me parece também que os estabelecimentos de carga horária com obrigatoriedade de paradas a cada x horas serão possíveis se não houver, de fato, locais adequados para que os caminhoneiros possam parar. Discutiremos e decidiremos em cima de algo que não vai ser resolvido tão facilmente se não for criada, de fato, uma infraestrutura para isso.

Com relação à carga horária, defendo também que deve haver uma diferença entre o motorista que trabalha nos centros urbanos do motorista rodoviário.

Se considerarmos que, hoje, o trânsito nas grandes cidades é um dos maiores fatores de estresse, vamos constatar que um motorista que trabalha em coleta e em entrega em grandes centros – hoje, praticamente em todo o Brasil, em todas as grandes cidades, há esse problema do trânsito – vai estar muito mais sujeito a estresse do que um motorista que está numa rodovia. Então, parece-me que é adequada essa discussão a respeito de diferenciação de carga horária de motorista de centro urbano e de motorista rodoviário.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Sr. Benedito Teles Santos, do Sindicato de Transportadores da Bahia.

Pediu um minuto também o Norival de Almeida Silva, da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral do Estado de São Paulo.

E, depois, pediu um minuto ainda o Gilvando.

O SR. NORIVAL DE ALMEIDA SILVA – Boa tarde, Senador!

Sou Presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos do Estado de São Paulo. Ele está carimbado, assinado pelo trabalho vindo desta Comissão e formalizado junto com o próprio China, que vem determinando esse trabalho, junto com vocês. Eu não tive tempo nem oportunidade de estar junto com o próprio Tigrão. Então, está representada e apoiada a continuidade do Projeto nº 319. Era uma das coisas que eu queria deixar aqui.

E, voltando um pouquinho ao que disse o nosso Procurador, quero dizer que, talvez, isso não seja 100% certo. Há um SAC dentro do nosso *site*. Qualquer um que precisar, dentro ou fora do Estado de São Paulo, em termos das gerenciadoras, podem tentar escrever e colocar alguma coisa lá, porque temos procurado sentar à mesa e solucionar as questões. Aquele profissional que, por meses ou até por um ano, está fora do mercado de trabalho, nós o estamos trazendo para o mercado, solucionando isso, talvez, dentro de uma semana.

Era só isso que queria dizer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi Norival de Almeida Silva, que fortaleceu o grande entendimento, falando em nome dos caminhoneiros autônomos de carga em geral do Estado de São Paulo.

Agora, é a vez do Gilvando, que será o último orador. Depois, vamos para os encaminhamentos. Ele é do Sindicato de Mato Grosso.

O SR. GILVANDO ALVES DE LIMA – Boa tarde!

Senador, eu lhe agradeço pela oportunidade. Eu só queria fazer um registro a titulo de esclarecimento.

O nosso colega Miguel, da ATC, citou nosso nome aqui. A gente acabou colocando a não participação da nossa entidade, como entidade do primeiro grau, no que diz respeito à questão do projeto substitutivo que foi colocado. Por quê? Porque entendemos absolutamente o propósito das audiências públicas que, em Cuiabá, foram realizadas na Câmara dos Deputados, em que também estiveram presentes o Mincaroni e o Célio.

Foi dada a possibilidade de as categorias profissionais apresentarem, naquela ocasião, todas as suas particularidades. Esses assuntos que são complexos têm de ser encarados de forma diferenciada. No Brasil, com essa dimensão continental, têm de ser respeitadas essas particularidades. Entretanto, na medida em que o projeto está sendo discutido no âmbito do acordo do projeto substitutivo, isso não quer dizer necessariamente que o empresariado não está sendo ouvido. Em caráter de segundo grau, as nossas federações, a CNT e a NTC, estão carreando essas condições.

Queremos despertar aqui a atenção dos senhores, para que o trabalho final aposte no resultado de sustentabilidade das empresas, inclusive flexibilizando a norma, para que essas empresas continuem a manter postos de trabalho.

Então, acho que era muito importante dizer isso. Sabemos que as nossas instituições maiores terão a responsabilidade de fazer esses eventuais ajustes, que serão necessários para o sucesso total do projeto, que começa com o projeto substitutivo e que avançará para o Estatuto do Motorista.

Era isso que eu precisava dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Gilvando, do Sindicato do Mato Grosso.

Agora, vamos às considerações finais do Mincaroni, que foi um carregador de piano, porque ele secretariou todas as audiências públicas realizadas fora de Brasília e também em Brasília.

O SR. LUIZ ALBERTO MINCARONI – O importante de todo esse trabalho foi o debate que conseguimos estabelecer em todo o País, desaguando nesta audiência em Brasília. Ninguém pode dizer que não foi escutado. Acho que todos os que puderam estar presentes nas audiências e foram convidados e comunicados – lembro que, em São Paulo, 32 pessoas falaram – tiveram oportunidade de falar.

Então, faço um apelo a todos os presentes. Aqueles que ainda não conseguiram visualizar bem o projeto devem conversar sobre isso. O pessoal que chegou agora de Mato Grosso, de Maringá e de Salvador também podem conversar, porque tenho a certeza de que tudo isso se ajusta.

Quanto ao Estatuto do Motorista, vão continuar os debates, as audiências. O Senador já se comprometeu com Uruguaiana. Vamos cuidar da parte do transporte internacional. O Frizzo mostrou muito bem a necessidade de se evitar concorrência com o estrangeiro.

Na própria redação do PL nº 319, o Dr. Flávio, o Dr. Marco Aurélio e o Pedro Lopes disseram que isso está contemplado. Se houver uma vírgula ou alguma coisa, ele falou ontem para vocês, que podem confirmar isso com ele.

Então, entendo que o trabalho chegou a um ponto importante de consenso. Vamos continuar com os complementos que são necessários para que o Estatuto do Motorista seja aprovado e contemple tudo que o PL nº 319 não está contemplando.

Então, o nosso apelo é no sentido de que os senhores conversem sobre os pequenos ajustes que tiverem de ser feitos e que são considerados importantes.

Depois desta reunião, haverá almoço à tarde, e nos encontraremos amanhã de manhã, e assim por diante. Acho que tudo está bem encaminhado.

Então, nosso agradecimento! Meu muito obrigado pela colaboração de todos nessas onze audiências públicas. E, nas próximas audiências, estaremos sempre presentes, para dar ouvido às palavras dos senhores e para registrar tudo que foi colocado.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem!

Ficam aqui os nossos cumprimentos ao Mincaroni pela forma como ajudou na condução de todos os trabalhos não só nas audiências nos Estados, como também nesta Comissão.

Pessoal, agora, nos encaminhamentos finais, tenho de fechar esta reunião. Eu diria que esta reunião chegou a um entendimento. O Mincaroni usou um termo que entendo adequado; sobre alguns pequenos ajustes vocês vão continuar conversando. Mas, neste ano, esta é a última audiência pública. Vamos ser francos. Aqui, os trabalhos terminam no dia 15 de dezembro. Portanto, neste ano, não faremos mais audiência pública aqui.

Eu diria que há a vontade, inclusive minha – confesso –, de aprovarmos, neste ano, no Senado, o PL nº 319. Vocês conversaram muito ontem, antes de vir para esta reunião. As divergências eram muito maiores, pelo que vi em Porto Alegre. Fiquei numa situação meio de sanduíche, porque eu queria agradar ambos os lados, mas sabia que isso era difícil. A intenção de agradar é construir o consenso e o bom senso.

Mas, felizmente, pelo que vi, avançamos bastante. Vocês deveriam continuar conversando, se puderem. O Mincaroni também encaminhou dessa forma.

Dessa maneira, poderei conversar com o Relator da matéria e dizer que vai prevalecer o entendimento ajustado até o momento, mediante o documento que recebi das mãos do Senador Clésio Andrade e dos líderes, empresários e trabalhadores. Vou dizer a ele que gostaríamos muito que ele desse o parecer. Se ele der o parecer numa Comissão, há como levarmos para o plenário. Isso não quer dizer – a vida é assim mesmo – que, na Câmara, vocês também vão ser chamados para falar sobre a matéria. Naturalmente, vocês lá reafirmarão essa posição ou dirão: "Podemos até concordar, mas desde que retire isso". Isso faz parte do jogo democrático.

Neste momento, o jogo não termina aqui – esta é a minha avaliação. Como aqui foi dito, o Estatuto, como fiz com o Estatuto do Idoso, vai recepcionar na íntegra essa lei. Quando aprovarmos o Estatuto, se construirmos esse grande entendimento nessa forma do arcabouço legal, do guarda-chuva, vamos dialogar naturalmente com o Executivo também, porque muitas coisas passam pelo Executivo. O Estatuto vai recepcionar essa lei, e, quando isso acontece, pode ser que tenhamos de fazer alguns ajustes. Vamos aprovar o Projeto de Lei nº 319, transformado em lei, mas com os devidos ajustes. Neste período, comprovou-se que deveria haver ajustes.

Então, quando aprovarmos o Estatuto – isso está claro para todos –, dentro do Estatuto, estará o fruto do Projeto de Lei nº 319, que poderá exigir, se assim vocês entenderem, que deve ser feita alguma alteração. Se isso ocorrer, assim procederemos, para que o Estatuto fique sendo uma única lei. Até lá, haverá uma lei que seria o primeiro passo, se assim for o entendimento no Senado e na Câmara.

Se vocês concordam com essa forma de encaminhar, vou dar por encerrada esta audiência pública, encaminhando essa resolução para o meu amigo Senador Ricardo Ferraço. Se as palmas soarem, esse será bom sinal. (*Palmas.*)

Então, darei esse encaminhamento, entendendo que estaremos sempre abertos ao diálogo, podem ter certeza. Sou parceiro de todos vocês aqui. Há muito tempo, estamos aqui dialogando e não vamos parar. A Comissão Pró-Estatuto continua, e vamos sempre querer o melhor para o setor. Quando digo do setor, refiro-me ao trabalhador, ao empregador e ao autônomo, naturalmente.

Permitam-me aprovar um requerimento extrapauta, que trata do combate ao *bullying* nas escolas.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Vamos ao mérito do requerimento, que diz: "Com fundamento no art. 93, requeiro a realização de audi-

ência pública para debater o combate ao *bullying.* Os convidados serão enviados posteriormente para esta Comissão. Sala de Comissões, Senador Paulo Paim".

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Está encerrada a audiência pública.

Viva o transporte terrestre! *(Palmas.)*

(*Iniciada às 9 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 10 minutos.*)

ATA DA 91ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 28/2011 - PLOA

Às quinze horas do dia vinte e dois de novembro de dois mil e onze, na sala de reuniões nº 02, sob a Presidência do Senador (**Paulo Davim)**, reúne-se a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Registra presença os seguintes senhores Senadores membros da CDH **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Davim, Geovani Borges, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Vicentinho Alves**. Deixam de registrar a presença os demais membros. Dispensada sua leitura é aprovada a ata da reunião anterior. Passa-se a pauta: **Item Único**. **Discussão e votação das Emendas da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que serão apresentadas ao Projeto de Lei nº 28, de 2011-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012 – PLOA)**. Relator: Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente passa a palavra ao Relator das emendas ao PLOA, Senador Paulo Paim, que lê o relatório. Após a discussão da matéria, o Senhor Presidente põe em votação o Relatório do Senador Paulo Paim, que é **Aprovado**, indicando que **a Comissão deverá apresentar as seguintes emendas ao PLN nº 28/2011 - PLOA, conforme tabela abaixo**:

R$ 1,00

ÓRGÃO	UO	SUBTÍTULO	GND	MA	VALOR
Emenda 1:					
20000 - Presidência da República	20121 - Secretaria de Direitos Humanos	8794.0001 - Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes - Nacional (seq: 1005)	3	30	200.000.000
Meta: 5.106 RP: 2			4	30	361.000.000
			4	90	235.000.000
		Subtotal			**796.000.000**
Emenda 2:					
20000 - Presidência da República	20122 - Secretaria de Políticas para as Mulheres	8834.0001 - Apoio a Iniciativas de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - Nacional (Seq: 1043)	3	30	15.500.000
Meta: 564 RP: 2			3	40	110.500.000
			3	90	200.000.000
			4	30	100.000.000
			4	40	200.000.000
			4	90	100.000.000
		Subtotal			**726.000.000**
Emenda 3:					
20000 - Presidência da República	20126 - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	6440.0001 - Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais - Nacional (Seq: 1075)	3	30	50.000.000
Meta: 830 RP: 2			3	90	35.000.000
			4	30	100.000.000
			4	40	80.000.000
		Subtotal			**265.000.000**
		TOTAL			**1.787.000.000**

ATA DA 91ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2011, TERÇA-FEIRA, ÀS 15 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 02, ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL. DEFINIÇÃO DAS EMENDAS AO PLN Nº 28/2011 - PLOA

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Paulo Paim e Paulo Davim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dez minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, lida e aprovada no plenário desta Comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro das notas taquigráficas.

Senador **Paulo Davim,** Presidente em exercício da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 91ª Reunião da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passo a Presidência ao Senador Paulo Davim para que eu possa relatar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Apreciação de emendas da Comissão ao Orçamento de 2012.

ITEM ÚNICO
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 28, DE 2011

"Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012."

Autoria: Presidente da República

Observações: Discussão e votação das Emendas da CDH ao PLN nº 28, de 2011-CN (PLOA 2012).

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Passo a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, relatando a matéria, eu vou direto ao histórico.

Tramita no Congresso Nacional, sob o nº 28, de 2011-CN, o Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício financeiro de 2012 – PLOA 2012. Presentemente, o projeto encontra-se na fase de emendas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Conforme a Resolução nº 1, de 2006-CN, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, pode participar do processo por meio da apresentação de seis emendas à despesa, sendo três de apropriação e três de remanejamento. Não há limite de quantidade para apresentação de emendas ao texto.

No prazo fixado, foram apresentadas 43 sugestões de emendas, todas de apropriação, das quais haverão de ser selecionadas as que cabem efetivamente à CDH.

Fui escolhido Relator da matéria, que passo a analisar.

Análise das propostas.

Todas as sugestões objetivam aumentar as dotações de programações constantes do PL.

No Anexo a este parecer, entabulamos as propostas apresentadas pelos nobres pares, especificando autoria, órgão e unidade orçamentária beneficiários, ação objeto da proposta, grupo da despesa, modalidade da aplicação dos recursos, indicador do resultado primário, valor pretendido e análise técnica.

Orientaram-nos nesse parecer as normas regimentais sobre a apresentação de emendas pelas comissões permanentes, especialmente a Resolução n° 1, de 2006-CN, e o Relatório do Comitê de Admissibilidade da Emenda – CAE da CMO.

O exame da regimentalidade das propostas nos permitiu constatar que:

1) as propostas nº 17, 18, 33 e 42 destinam recursos para órgãos não abrigados pela competência desta Comissão, nos termos do Anexo à Resolução nº 1, de 2006-CN. Por isso não podem ser admitidas na CDH;

2) as propostas de 36 a 40 foram apresentadas por Senador que não é membro desta Comissão, razão pela qual não poderei também apreciar e nem deliberar;

3) as propostas 19, 24 e 36 apresentam equívocos que podem ser corrigidos quando da elaboração definitiva das emendas deste Colegiado, podendo ser admitidas;

4) as propostas 5, 6, 8, 10, 18 e 25 foram classificadas inadequadamente como "emendas de inclusão", mas o são de "acréscimo", equívoco que não as impede de serem acolhidas: e

5) as demais propostas são admissíveis tal como se encontram.

Quanto ao exame do mérito, consideramos as propostas relevantes e oportunas. São inegavelmente de interesse nacional e, ressalvadas as inadmissíveis, estão na área de competência regimental da CDH. A limitação numérica imposta pela Resolução nº 1, de

2006-CN, contudo, nos força a escolher apenas 3 (três), uma vez que não há sugestão de emendas de remanejamento, tampouco de emendas ao texto.

Critérios para Seleção das Emendas.

Optamos por selecionar as propostas 1, 4, 6, 8, 12, 13, 24, 25, 26, 27, 34 e 41, na forma consolidada a seguir neste Parecer, porque sintetizam os interesses da maioria do Colegiado, tanto em relação aos órgãos beneficiários, quanto aos objetos das emendas.

A seleção atende diretamente, em pelo menos uma proposta a 100% dos Senadores que participaram do processo e tiveram sugestões admitidas, mesmo que parcialmente.

Nosso parecer também visa atender as ações orçamentárias mais visadas no conjunto das propostas recebidas, quais sejam 8794 – Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes; 8834 – Apoio a Iniciativa de Referência nos Eixos Temáticos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e 6440.0001 – Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos e Outras Comunidades Tradicionais.

VOTO DO RELATOR

Assim, votamos pela apresentação das emendas de apropriação, do tipo "acréscimo", a seguir demonstradas:

- Secretaria de Direitos Humanos. Apoio à Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes. Eu somei, dos diversos parlamentares que apresentaram emendas nesse sentido, e deu: R$796 milhões;

- Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. No mesmo sentido, eu somei as emendas de todos os parlamentares, e deu: R$726 milhões;

- Por fim, para as comunidades quilombolas – e eu especifiquei para as comunidades quilombolas – no combate ao racismo e ao preconceito, também diversos parlamentares apresentaram emendas, uma de R$50 milhões, uma de R$35 milhões, uma de R$100 milhões e uma de R$80 milhões. Deu um total, então, de R$265 milhões, que eu também acatei.

A Emenda 1 ajusta e consolida as sugestões constantes das propostas 1, 12, 25 e 26; a Emenda 2, das propostas 4, 8, 13 e 27; e a Emenda 3, das propostas 6, 24, 34 e 41.

Propomos, por fim, que a deliberação final conste da ata desta Reunião, cuja cópia deverá ser entregue à CMO juntamente com as emendas aprovadas. Propomos, também, que a Secretaria da CDH seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas, devendo levar em conta que os demais dados para elaboração das emendas permanecem como constam nas propostas 1, 4 e 6, respectivamente.

Esse é o relatório, Sr. Presidente, para que pedimos o apoio de nossos Pares.

Aqui estão as emendas de todos os Senadores, que, de uma forma ou de outra, total ou parcialmente, foram acatadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Coloco em discussão o relatório do Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório do Senador Paulo Paim.

Os Senadores que estiverem a favor permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Presidente Paulo Davim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Davim. Bloco/PV – RN) – Devolvo a Presidência da Comissão ao Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço muito ao Senador Paulo Davim, que presidiu esta reunião da Comissão de Direitos Humanos. Vocês podem perceber que nós só tínhamos, nesta Comissão, o direito de acatar três setores, de atender três setores. Por isso, atendemos os três setores, que, no meu entendimento, hoje estão mais fragilizados em matéria de políticas públicas. Optamos pela criança e adolescente, optamos pelas mulheres e optamos pelos quilombolas, que é o setor mais marginalizado, eu diria.

Para se ter uma ideia, Senador Paulo Davim, eu tive recentemente com eles uma grande audiência pública aqui nesta mesma sala. Em torno de 400 quilombolas. Depois, fizeram uma marcha com mais de 3 mil quilombolas. Estive depois, no Rio Grande do Sul, em dois eventos: um na Assembleia e outro no chamado Morro Alto, também atividades quilombolas. E eu fiquei perplexo porque muitos deles estão lutando por água. Por direito a ter água potável, por direito a ter luz, por direito a ter atendimento à saúde lá na comunidade, de ter um médico que vá lá de vez em quando, por direito à moradia – Minha Casa, Minha Vida –, ao Bolsa Família. Eles dizem que as políticas públicas não estão chegando às comunidades quilombolas. Por isso que apresentamos esse projeto. Não fui só eu, foram diversos Senadores, quatro ou cinco Senadores que apresentaram, sensibilizados com aquela audiência pública, investimentos nas comunidades quilombolas.

Eu tenho um projeto tramitando aqui no Congresso, que é Quilombos de Amanhã. De que eu gostaria? Que criássemos um centro, que eu chamo de Centro

Olímpico, como os que têm nas comunidades pobres das grandes cidades, em que haja um ginásio de esportes e nesse mesmo ginásio de esportes uma estrutura paralela com espaço para atendimento à saúde e à educação, para lazer, lugar para futebol, enfim, para todo tipo de esporte e ginástica. Seria tipo um centro de recreação com o olhar voltado para a educação e para a saúde em cada comunidade quilombola. Sei que, se isso acontecesse, estaríamos salvando vidas, e milhares de vida, com os chamados 'quilombos do amanhã". Temos os CIEPs, no Rio de Janeiro, em que há até piscinas em comunidades pobres. Por que não podemos ter nos quilombos uma piscina? Até se fizessem lá uma represa, eu já ficaria faceiro, desde que houvesse a devida assistência para que as pessoas pudessem ter lazer. Seria um balneário, exatamente um balneário.

Esse é o objetivo. E, por isso, os Senadores, sensibilizados, acabaram por aprovar, ou encaminhar, diversas emendas, que tive a alegria de acatar. V. Exª mesmo é um dos que ajudou muito, tanto na questão da criança e adolescente, quanto no combate ao preconceito e também na questão específica das mulheres. É incrível como tem aumentado a violência contra as mulheres.

Não sei se V. Exª quer fazer algum comentário. Caso contrário, agradeço muito ao Senador Paulo Davim, que presidiu a reunião para que eu relatasse.

Dou por encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 07 minutos.)

ATA DA 92ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 19, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e onze, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **Ana Rita, Marta Suplicy, Paulo Paim, Marcelo Crivella, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, Lídice da Mata, Eduardo Amorim, Paulo Davim, Cyro Miranda, José Agripino, Vicentinho Alves e Marinor Brito.** A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA. Deliberativa. **Item 1**. Não Terminativo. **Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003**, que institui a Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela prejudicialidade da matéria, nos termos do inciso I, do art. 334, do RISF. Resultado: **aprovado**. **Item 2**. Não Terminativo. **Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2011**, que dispõe sobre a acessibilidade na comunicação e expressão de pessoas com deficiência auditiva no Senado Federal, tornando obrigatória a presença de intérpretes, tradutores e guia-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nas atividades oficiais do Senado Federal, sessões, reuniões das comissões, audiências, TV Senado, Instituto Legislativo Brasileiro - ILB - Interlegis e nas dependências do edifício da Casa, e dá outras providências. Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com três Emendas que apresenta. Resultado: **aprovado**. **Item 3. Não Terminativo.** Sugestão nº 2, de 2010, que cria o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Autoria: Associação Pankararu Fonte da Serra e outros. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 4**. Não Terminativo. **Sugestão nº 4, de 2011**, que concede incentivo a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul. Autoria: Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul – INTERSUL. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma do Projeto de Lei que apresenta. Resultado: **aprovado**. **Item 5**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008**, que altera a Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial. Autoria: Senador Demóstenes Torres. Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela rejeição da matéria.Resultado: **aprovado**. **Item 6**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado Nº 291, de 2011**, altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a instalação de semáforos sonoros para pedestres. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador Wellington Dias. Relatoria *ad hoc*: Senadora Marinor Brito. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 7**. Não Terminati-

vo. **Projeto de Lei do Senado Nº 323, de 2011**, que altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados. Autoria: Senador Pedro Taques. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela prejudicialidade da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 8**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011**, que dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos. Autoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatoria *ad hoc*: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. Resultado: **aprovado**. **Item 9**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2011**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para tipificar a conduta de violência sexual contra crianças e adolescentes. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **adiado**. **Item 10**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2011**, que estabelece que, para a fruição dos benefícios fiscais relativos à realização da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a pessoa jurídica deverá destinar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos seus cargos a pessoas com deficiência. Autoria: Senador Lindbergh Farias. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatoria *ad hoc*: Senadora Marinor Brito. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 11**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2011**, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer prioridade absoluta no julgamento dos crimes envolvendo violência sexual contra crianças ou adolescentes. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatoria *ad hoc*: Senadora Marinor Brito. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 de redação que apresenta. Resultado: **aprovado**. **Item 12**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2011**, que acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **aprovado**. **Item 13**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011** - Complementar - Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 14**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 553, de 2011**, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso a isenção de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. Autoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **aprovado**. **Item 15**. Não Terminativo. **Projeto de Lei do Senado nº 569, de 2011**, que altera a Lei nº. 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para isentar do imposto sobre a renda da pessoa física os proventos de aposentadoria ou reforma percebidos pelos portadores do transtorno do espectro autístico. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **Adiado**. **Item 16**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2009**, que dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de deficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares. Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 17**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara Nº 78, de 2009**, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume). Autoria: Deputado Arolde De Oliveira. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 18**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 2009**, que possibilita a realização de cirurgia plástica reparadora, gratuitamente, a mulheres vítimas de violência. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relato-

ria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com o aperfeiçoamento da CAS, e apresentação da Emenda nº 05. Resultado: **adiado**. **Item 19**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2010**, que proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares. Autoria: Deputado Clodovil Hernandes. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 01-CAE. Resultado: **Adiado**. **Item 20**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2010,** que obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal. Autoria: Deputado Dr. Nechar. Relatoria: Senador Marcelo Crivella. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 01-CI, Substitutiva. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 21**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2003**, que dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social - LOAS à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família). Autoria: Senador Pedro Simon. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 22**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004**, que altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência. Autoria: Senador Álvaro Dias. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva da CCJ, e com a Subemenda que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 23**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2007**, que modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Demóstenes Torres. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas de nº1a nº6 da CCJ. Resultado: **Adiado**. **Item 24**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2008**, que acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 25**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2008**, que altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo. Autoria: Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 26**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2009**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar a reserva de assentos para pessoas com deficiência em locais de espetáculo, conferências, aulas e outros de natureza similar. Autoria: Senador Eliseu Resende. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta, incorporando nela a Emenda nº 01-CE. Resultado: **Adiado**. **Item 27**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 415, de 2009**, que acrescenta os §§ 6º e 7º ao art. 2º da Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992, para possibilitar o exame de código genético - DNA em ação de investigação de paternidade, nos casos que especifica. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas Emendas que apresenta. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 28**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2009**, que autoriza a União a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para treinar cães-guia e destiná-los a pessoas com deficiência visual. Autoria: Senador Gim Argello. Relatoria: Senador João Durval. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas de nº 1 a nº 4, que apresenta. Resultado: **Adiado**. **Item 29**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 478, de 2009**, que altera a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para implementar uma política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos. Autoria: Senador Renan Calheiros. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com as Emendas de nº 1 a nº 3 da CCJ. Resultado: **adiado**. **Item 30**.

Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009**, que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutiva), com a três Subemendas que apresenta. Resultado: **Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame da matéria**. **Item 31**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 504, de 2009**, que estende os benefícios financeiros do "Programa Bolsa Família" para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela rejeição da matéria. Resultado: **Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame da matéria**. **Item 32**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 578, de 2009**, que altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para determinar a reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida. Autoria: Senadora Serys Slhessarenko. Relatoria: Senadora Ana Rita. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda nº 1 que apresenta, e rejeição da Emenda nº 1-CI. Resultado: **adiado**. **Item 33**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 27, de 2010**, que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.899, de 1994, para estender a concessão do passe livre interestadual ao acompanhante de pessoa com deficiência que dele necessite. Autoria: Senador Flávio Arns. Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti. Relatório: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 34**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2010**, que altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, para tratar do direito à moradia e introduzir o uso da expressão "pessoa com deficiência". Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador João Alberto Souza. Relatório: Pela aprovação da matéria, com a Emenda que apresenta. Resultado: **adiado**. **Item 35**. Terminativo na Comissão. Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2010, que inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador. Autoria: Senadora Marisa Serrano. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 36**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2011**, que altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da expressão pessoas portadoras de deficiência.Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg. Relatoria: Senador Cyro Miranda. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **lido o relatório é adiada a votação da matéria por falta de quorum**. **Item 37**. Terminativo na Comissão. **Projeto de Lei do Senado nº 436, de 2011**, que altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social -, para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação da matéria. Resultado: **adiado**. **EXTRAPAUTA**. **Item 01**. **Requerimento nº , de 2011**, que requer a realização de diligência no Distrito de Icoaraci e na cidade de Belém, para investigar o assassinato de seis adolescentes naquela localidade, ocorrido no dia 19 de novembro de 2011. Autoria: Senadora Marinor Brito. Resultado: **aprovado**. **Item nº 2**. **Requerimento nº 153-CDH, de 2011**, que requer a realização de audiência pública para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a elaboração do Relatório Nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **aprovado**. **Item nº 3**. Requerimento nº 154-CDH, de 2011, que requer a realização de audiência pública para debater as repercussões sociais dos acidentes do trabalho face a dignidade da pessoa humana. Os convidados serão enviados posteriormente para a secretaria da Comissão". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: **Aprovado**. Às dez horas e vinte minutos o Senhor Presidente passa a presidência dos trabalhos para a Vice-Presidente Senadora Ana Rita. Às dez horas e trinta e cinco minutos a Senhora Vice-Presidente Senadora Ana Rita devolve a presidência dos trabalhos ao Senador Paulo Paim. O Senhor Presidente anuncia que conforme entendimento dos Senhores Senadores Vicentinho Alves e Marta Suplicy, aquele autor do Requerimento nº69, de 2011-CDH, que requer a realização de audiência Pública para instruir o PLC 122/2006 e esta relatora da matéria, ficou acordado que a audiência pública supracitada será

realizada no dia 29 de novembro de 2011, às 14 horas. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores Paulo Paim, Paulo Davim, Eduardo Amorim, Cyro Miranda, Marcelo Crivela, Ana Rita e Marinor Brito. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às onze horas e cinqüenta e sete minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

4Senador **Paulo Paim**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Declaro aberta a 92ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa.)*

Aprovada.

Teremos hoje a votação de uma série de projetos não terminativos e outros terminativos. Votaremos o PL nº 4, de 2003, não terminativo; o Projeto de Resolução do Senado nº 40, não terminativo, com relatoria do Senador Eduardo Amorim. Temos também o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, do Senador Marcelo Crivella. Temos o nº 2, de 2010, do Senador Cristovam Buarque; uma SUG nº 4, de 2011, do qual sou Relator. Temos, também, o PLS nº 469, de 2008, não terminativo, da Senadora Ana Rita; o PLS nº 291, não terminativo, do Senador Wellington Dias; PLS nº 323, não terminativo, do Senador Paulo Davim. Como o Senador Paulo Davim já se encontra, proponho que iniciemos a nossa leitura dos relatórios, pois só os votaremos no momento adequado. Sugiro que comecemos pelo PLS nº 323, de 2011, página 126, não terminativo, cujo relator é o Senador Paulo Davim.

ITEM 7
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2011

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Tem a palavra o Senador Paulo Davim, já com a presença do Senador Eduardo Amorim, também Relator da matéria.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Srªs e Srs. Senadores, funcionários da Comissão, passarei a ler o relatório do PLS nº 323.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) examina o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 323, de 2011, de autoria do Senador Pedro Taques, que propõe limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

A proposição altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física. Por meio dessa alteração, o projeto acrescenta parágrafo ao art. 3º da referida lei, para determinar que as pessoas com deficiência de caráter comprovadamente irreversível estarão dispensadas da apresentação de novo laudo nas aquisições de veículos "subsequentes àquela devidamente instruída pela comprovação".

Na justificação do projeto, o autor enfatiza que seu objetivo é diminuir os enlaces burocráticos que envolvem a aquisição de veículos por parte de pessoas com deficiências amparadas pela Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. E questiona o motivo pelo qual se submete o adquirente do veículo a sucessivas inspeções periciais, "muitas vezes ocupando o serviço médico público e gratuito, quando a deficiência é irreversível".

A proposta foi distribuída a este colegiado para avaliação e, posteriormente, deverá seguir para análise da Comissão de Assuntos Econômicos, que sobre ela deverá deliberar em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas de proposição.

Indago ao Presidente se faço a leitura da análise ou passo direto para o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem toda a liberdade. Se quiser fazer a análise...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Vou fazer a análise.

A análise da proposição confirma que a matéria tratada no PLS nº 323, de 2011, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos do art. 24 da Constituição Federal, pois trata de isenção tributária e, também, da proteção e integração de pessoas com deficiência. Da análise da proposta, portanto, não foram identificados vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado Federal, é competência da CDH tratar da matéria, conforme dispõe o inciso VI do art. 102-E

do Regimento Interno do Senado Federal, que determina caber a este colegiado opinar sobre os aspectos relativos à proteção e à integração social da pessoa com deficiência. Estão atendidas, assim, as normas regimentais pertinentes.

Sobre o mérito, informamos que em 2010 foi aprovado nesta Casa o PLS nº 330, de 2008, com objetivo idêntico ao da proposição ora em exame: dispensa da realização de exame médico-pericial em pessoas com deficiência permanente, quando destinado a instruir processo de concessão ou manutenção de benefícios instituídos por lei. Para tanto, o projeto de 2008 busca alterar a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, exigindo, porém, que a deficiência permanente deva ser atestada em documento oficial, válido para todos os fins.

O PLS nº 330, de 2008, referido, de autoria do Senador Cristovam Buarque, foi analisado pela Comissão de Assuntos Sociais e por esta CDH, que concluíram pela aprovação da matéria – remetida, em outubro de 2010, à Câmara dos Deputados para revisão. Naquela Casa, a proposição hoje tramita autuada como Projeto de Lei nº 7.826, de 2010, devendo ser encaminhada às comissões pertinentes para exame.

Nesse sentido, entendemos que, embora a intenção do nobre autor da proposta revista-se de inegável mérito social, a matéria já foi, muito recentemente, prejulgada pelo Senado Federal e, por essa razão e em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, deve ser declarada prejudicada.

Voto.

Em face do exposto, nosso voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2011.

Era essa a análise e o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O relatório está lido. Embora não terminativo, colocaremos o projeto em votação no momento em que tivermos o número de assinaturas no livro, baseado no Regimento, para que se coloque em votação.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, faria uma solicitação a V. Exª. Eu gostaria de fazer a leitura dos projetos dos quais sou relator, porque tenho um compromisso inadiável e improrrogável logo mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se o Plenário assim entender, passarei, de imediato, a palavra a V. Exª para leitura do relatório. Se puder sintetizar, ajuda, porque sei que todo mundo está correndo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu também, Excelência. Tenho uma viagem com o Ministro Mercadante. Às 10 horas e 30 minutos, terei que estar lá.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, o Ministro da Saúde fará uma visita ao meu Estado. Por isso, queria ler os meus relatórios também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos tentar acelerar. O próximo seria, no caso, bem sucinto... Depois, inclusive, há o Item 1, Senadora Ana Rita, que é um projeto de minha autoria, que foi considerado prejudicado, mas faço questão de votar, respeitando a decisão do Marcelo Crivella, e V. Exª poderia relatá-lo, no momento adequado, com relatora *ad hoc*. Como é de minha autoria, está sendo pela rejeição, estou concordando, não teria muita polêmica.

Mas vamos ao Item 13, não terminativo.

Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011, página 179.

ITEM 13
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 512, DE 2011 – Complementar

Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Farei a leitura, Sr. Presidente, e peço vênia a V. Exª e aos meus pares para começá-la já da análise e, depois, do voto.

Análise.

A matéria tratada no Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011, insere-se no âmbito das competências da União, nos termos dos incisos XXIII do art. 22 e XII do art. 24 da Constituição Federal, pois trata de seguridade e previdência social.

No Senado Federal, é competência da CDH tratar da matéria, conforme dispõe o inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, que determina caber a este colegiado opinar sobre os aspectos relativos à proteção e à integração social da pessoa com deficiência. Estão atendidas, assim, as normas regimentais pertinentes.

Sobre a Síndrome da Talidomida, lembramos que é decorrente da utilização de um medicamento desenvolvido na Alemanha em 1954, responsável por milhares de casos de focomelia – uma síndrome ca-

racterizada pela aproximação ou encurtamento dos membros junto ao tronco do feto. A talidomida, quando utilizada durante a gravidez, também provocou graves defeitos visuais, auditivos, da coluna vertebral e, em casos mais raros, do tubo digestivo e problemas cardíacos nos bebês.

Segundo estudiosos, a talidomida começou a ser comercializada no Brasil em março de 1958, tendo sido relatados os primeiros casos de malformações no País a partir de 1960. Até 1962, mesmo depois de a droga ter sido retirada do mercado na Alemanha e Inglaterra – o que ocorreu em 1961 –, a talidomida continuou a ser vendida aqui, por total falta de informação quanto aos efeitos adversos já comprovados em outros países. De acordo com a Associação Brasileira dos Portadores da Síndrome da Talidomida (ABPST), esse medicamento só foi de fato retirado do mercado brasileiro em 1965, ou seja, com pelo menos quatro anos de atraso.

Esse atraso acarretou graves consequências, resultando em um número expressivo de vítimas ditas de primeira geração no País. Ademais, a retirada da droga do mercado também não encerrou a questão, pois a falta de uma fiscalização eficiente permitiu o surgimento de novas vítimas – milhares de crianças, cujas vidas ficaram para sempre marcadas por sérias dificuldades. E mesmo com essas dificuldades, mesmo com as deficiências decorrentes do uso da talidomida, muitas dessas vítimas venceram preconceitos e barreiras e entraram no mercado de trabalho. Contudo, não podemos ignorar que, por sua condição física, os trabalhadores com deficiência decorrente do uso da droga ainda enfrentam, hoje, inúmeras dificuldades que, certamente, se agravam com o tempo.

Assim sendo, parece-nos que o PLS nº 512, de 2011-Complementar, faz justiça às vítimas da talidomida. Ademais, segue as orientações da própria Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil: reconhece a diversidade das pessoas com deficiência. Também, vai ao encontro da necessidade de promover e proteger os direitos humanos das pessoas, principalmente daquelas que requerem apoio mais intensivo, conforme preconiza a Convenção. Nesse sentido, entendemos que a proposta é extremamente meritória e, por essa razão, merecedora de nosso acolhimento.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2011.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria não será votada porque não temos ainda assinaturas suficientes no livro.

Passamos ao próximo, ainda do Senador Paulo Davim.

É o Item 16, pág. 210.

ITEM 16
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2009

Dispõe sobre o tratamento preferencial aos idosos, aos portadores de eficiência e às gestantes em eventos culturais, artísticos, desportivos e similares.

Autoria: Deputado Luiz Bittencourt.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Se V. Exª puder também sintetizar e ir para o voto, ajudará, porque o Senador Cyro está angustiado aqui e gostaria de atendê-lo também.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Serei objetivo. Farei apenas um relato sumário e, depois, passarei para o voto.

Da análise, de acordo com o art. 102-E, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão o exame de assuntos relacionados à proteção e integração social das pessoas com deficiência e à proteção das pessoas idosas.

A matéria, além de ser regimental, não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência de legislação concorrente da União. Tampouco identificamos qualquer óbice no que tange à sua juridicidade.

O objetivo da proposição é suprir a carência de lei que garanta às pessoas idosas, às pessoas com deficiência e às gestantes preferência nos eventos culturais, esportivos e afins, no momento da compra do ingresso e do acesso aos recintos onde eles serão realizados.

O tema é tratado em diversas leis que mostram preocupação com grupos sociais vulneráveis.

Destacamos, a propósito, que o art. 23 do Estatuto cuida da participação dos idosos em atividades culturais e de lazer, garantindo-lhes descontos de pelo menos 50% no valor dos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como acesso preferencial aos respectivos locais.

Para evitar a indesejada proliferação de leis sobre temas que guardam estrita afinidade entre si, recomendamos, portanto, que o PLC nº 33, de 2009, em vez de ser mais um projeto de lei extravagante, simplesmente altere a legislação já existente – no caso, a Lei nº 10.048, de 2000 –, nela introduzindo a prioridade almejada pelo autor da matéria.

Além de atender às recomendações acerca da elaboração de leis, a modificação proposta agrega

a vantagem de introduzir essa prioridade em lei que prevê penalidades para o descumprimento das regras ali dispostas.

Em resumo, o projeto é meritório por introduzir no ordenamento jurídico uma questão socialmente relevante, mas deve assumir outro formato: o de lei modificadora.

O substitutivo que apresentamos ao final deste parecer, então, não só assume esse formato, como também acolhe as emendas, além de oferecer definição mais precisa para o público idoso e prever punições em caso de descumprimento das preferências estabelecidas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 33, de 2009, na forma do substitutivo a seguir.

Aí vem o substitutivo.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Tudo bem, meu Relator. Agora, passaremos ao seu último. Página 331.

ITEM 24
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 154, DE 2008

Acrescenta parágrafo ao art. 239 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para agravar a pena de notários e oficiais de registro que pratiquem ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.
Relatoria: Senador Paulo Davim.

V. Exª está com a palavra. Se V. Exª puder sintetizar também... Aí vamos ao Senador Cyro.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Da mesma forma.

Da análise.

Enfatizamos que o tráfico de crianças e adolescentes é um crime que causa enorme repulsa à nossa consciência. Esse crime dilacera a família, matriz da sociedade; destrói, pela morte, abandono ou encarceramento, a vida de pessoas em plena formação, que precisam da proteção de toda a sociedade para desenvolver seu potencial humano à plenitude; o crime, ademais, lança sobre parentes e amigos a profunda angústia de não saber o paradeiro de um ente amado, numa situação que, para muitos, é até mesmo pior que a morte.

Em alguns casos, os desaparecidos são submetidos a trabalho escravo ou à prostituição forçada, ou aliciados pelo tráfico de drogas, ou mesmo assassinados por traficantes de órgãos e tecidos humanos. São, todas essas, condições desumanas contra as quais devemos lutar vigorosamente.

Nesse contexto, é absolutamente intolerável a hipótese de que notários e oficiais de registro, no exercício de suas funções, compactuem com esses crimes bárbaros, tomando proveito da fé pública que a lei outorga a seus atos.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 154, de 2008.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Paulo Davim, que fez a leitura de seus relatórios.

Nós votaremos no momento em que tivermos, quando terminativo, os Senadores em plenário, e quando não terminativo, com as assinaturas no livro.

Agradeço muito a V. Exª e passo, por entendimento, a palavra ao Senador Cyro Miranda, que pede uma retirada de pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – O item 9, Excelência. É porque tenho um entendimento com o Senador Eduardo Amorim de discutirmos esta matéria para encontrarmos uma forma de dar o parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, sai de pauta o item 9. Vamos direto ao Item 8.

ITEM 8
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2011

Dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos.

Autoria: Senador Paulo Bauer.
Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

V. Exª é o Relator *ad hoc*, por entendimento feito com o Senador Sérgio Petecão e também com o Senador Paulo Bauer.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Quero, primeiro, agradecer a V. Exª a compreensão e também ao Senador Eduardo Amorim a gentileza de me ceder a vez.

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 416, de 2011, do Senador Paulo Bauer, tem o objetivo de garantir às trabalhadoras que tenham filhos menores de

seis anos o pagamento em dobro do salário-família, auxílio contributivo pago pela Previdência Social.

Na análise, Excelência, a proposição trata de benefícios da Previdência Social, matéria de competência da União, não se constituindo iniciativa reservada a nenhum outro Poder da República. Tem o propósito de garantir às trabalhadoras o recebimento do salário-família em dobro, no caso de ser a segurada mãe de crianças com idade entre zero e seis anos.

Excluída desse amparo encontra-se apenas a categoria dos trabalhadores domésticos. Contra essa injustificável discriminação, considerando que se trata de segmento que também contribui para a Previdência Social, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal aprovou recentemente, em decisão terminativa.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação de Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CDH
(ao PLS nº 416, de 2011)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, a seguinte redação:

"Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os benefícios da Previdência Social, para estabelecer o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos."

EMENDA Nº – CDH
(ao PLS nº 416, de 2011)

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 416, de 2011, a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 2º como art. 3º:

"Art. 2º – O Poder Executivo, para fins de observância do estabelecido no art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará a despesa decorrente desta Lei, a qual será compensada pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na lei de diretrizes orçamentárias, e a incluirá no projeto de lei orçamentária para o exercício seguinte ao de sua promulgação."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS) – Muito bem. O projeto de autoria do Senador Paulo Bauer, Senador Sérgio Petecão, *ad hoc* Senador Cyro Miranda, sai de pauta para que seja votado no momento adequado, com o quórum.

Passamos ao item 17, pág. 223.

ITEM 17
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2009

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (os fabricantes de aparelhos de rádio e televisão deverão disponibilizar 30% dos equipamentos com saída de áudio compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume).

Autoria: Deputado Arolde De Oliveira.
Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Senador Cyro Miranda com a palavra.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o autor argumenta na justificação do projeto que a legislação em vigor favorece corretamente a acessibilidade de pessoas com perda de audição total ou quase total, mas deixa sem amparo o segmento da população que convive com a perda auditiva parcial. Em sua opinião, a mudança apresentada preencheria esse lapso legislativo.

No Senado, foi aprovada sem alterações pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Assuntos Sociais.

Da análise.

Nos aspectos formais e materiais, o projeto atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, não contendo vícios que prejudiquem sua análise.

Em relação ao mérito, concordamos com a avaliação das comissões antecessoras que identificaram na iniciativa uma contribuição relevante na melhoria de vida das pessoas com perda auditiva parcial, na medida em que lhes assegura meios de usufruir do lazer, educação e formação possibilitados pelos programas de rádio e televisão.

Desse modo, em vez de fixar a oferta em 30% dos equipamentos produzidos, decidimos estabelecer que sejam fornecidos tantos quantos forem demandados pelo consumidor, que terá sido informado a respeito da possibilidade de receber seu rádio ou sua televisão com esse dispositivo.

Contudo, concede-se ao fabricante o prazo de 30 dias para a entrega do equipamento, que deve vir acompanhado de informações acessíveis acerca das características dos aparelhos e cuidados especiais a serem adotados em seu manuseio, de maneira a evitar o agravamento de perdas auditivas. Diante dessas exigências, ampliamos de 90 para 180 dias o prazo para

que a indústria tome as providências necessárias ao atendimento da lei.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2009, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº – CDH (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2009

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para determinar a oferta de equipamentos de rádio e televisão com saída de áudio independente compatível com fones de ouvido, com ajuste de volume, bem como para atualizar sua terminologia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

"Art. 19-A. O fabricante de receptores de rádio e de televisão disponibilizará, sob demanda do consumidor, aparelhos fabricados com saída de áudio compatível com fones de ouvido ou equipamento externo capaz de suprir a mesma funcionalidade.

§ 1º Por ocasião da compra de aparelhos de rádio e televisão, o consumidor será informado da possibilidade de receber equipamento com as características descritas no caput.

§ 2º O equipamento com as características descritas no caput será entregue ao consumidor no prazo máximo de trinta dias após a compra.

§ 3º Além dos manuais próprios de tais equipamentos, o fabricante encaminhará ao consumidor informações acessíveis acerca da utilização correta dos fones e dos cuidados essenciais a sua adequada utilização."

Art. 2º Os arts. 2º, incisos I e III; 11, parágrafo único, incisos II e IV; 18; e 24 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passam a vigorar com a expressão "com deficiência" em substituição à expressão "portadora de deficiência".

Art. 3º A ementa e os arts. 1º; 3º; 4º; 7º; 9º; 10; 11, *caput* e parágrafo único, inciso I; 13, inciso III; 15; 17; 19; 21, inciso II; e 26 da Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, passam a vigorar com a expressão "com deficiência" em substituição à expressão "portadoras de deficiência".

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação.

Faço aqui somente o esclarecimento de que – no projeto original, fizemos, depois de conversarmos com os fabricantes que – se tivessem de disponibilizar um produto de cada tipo nas lojas, eles teriam de pôr centenas de milhares... Então, estamos atendendo o pleito. Faz-se o pedido e, em 30 dias, a loja entrega. Então, a indústria pode se programar.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A discussão e a votação ficam adiadas. Nós as faremos com o quórum adequado.

ITEM 35

– **Terminativo na Comissão** –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2010

Inclui parágrafo único no art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, para estabelecer o atendimento prioritário de jovens egressos de abrigos pelo Projovem Trabalhador.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Cyro Miranda.

Senador Cyro Miranda com a palavra, para leitura do relatório. Pág. 480, Item 35, Projeto de Lei do Senado nº 152.

A discussão e a votação serão feitas no momento em que o quórum permitir.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Só a leitura do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só a leitura do relatório.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, assim, acrescenta parágrafo único ao art. 17 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Projovem, para estabelecer o atendimento, em caráter prioritário, àqueles que, tendo vivido em instituições públicas ou privadas de abrigo, não foram acolhidos por família substituta até completarem a idade de 18 anos.

Na justificação da matéria, a autora ressalta as dificuldades enfrentadas especialmente por essa parcela da juventude na busca pelo primeiro emprego, pois suas desvantagens em relação aos outros se avultam em função de terem permanecido longo período de sua vida distantes dos cuidados familiares.

Cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a análise da matéria.

Além de atender aos preceitos regimentais, a matéria foi elaborada de acordo com as exigências constitucionais e jurídicas, respeitando os critérios de competência e iniciativa para propor legislação.

As estatísticas mostram as dificuldades enfrentadas pela juventude em busca do primeiro emprego. Por meio da prioridade ora estabelecida, a proposição reconhece e busca compensar as vulnerabilidades a

que estão expostos especialmente os jovens que se viram privados da convivência familiar, no que concordamos enfaticamente com a autora.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. A matéria sai também de pauta. A discussão e votação ocorrerão no momento em que o quórum permitir.

Passamos ao último Item 36, que é o último de que o Senador Cyro Miranda é Relator.

ITEM 36
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2011

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para garantir vagas destinadas a pessoas com deficiência nos estacionamentos privados e corrigir o uso da expressão pessoas portadoras de deficiência.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg.
Relatoria: Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, estabelece, ainda, a proposição que as vagas deverão estar situadas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para facilitar o acesso de veículos que transportem pessoas com deficiência que implique dificuldade de locomoção.

O autor justifica sua iniciativa por constatar uma lacuna na atual legislação em relação à disponibilidade de vagas para pessoas com deficiência nos estacionamentos dos prédios privados, que fazem atendimentos públicos ou que sejam de uso coletivo. Identifica aí a necessidade de aperfeiçoamento do diploma legal.

Também propõe modificação no texto da referida lei para atualizar a sua linguagem em relação às pessoas com deficiência, ali referidas como "portadoras de deficiência".

A matéria, além de ser regimental, não traz vícios de constitucionalidade, pois está circunscrita à competência comum da União. Tampouco identificamos ali qualquer óbice no que tange à sua juridicidade e à boa técnica legislativa.

Com relação ao mérito, concordamos com a análise do autor acerca da necessidade de a legislação estabelecer a obrigatoriedade de que também os prédios privados de uso público reservem vagas para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tais vagas, detalha a proposição, devem-se localizar perto dos locais de acesso às entradas dos prédios e estar devidamente sinalizadas.

Por último, importa reconhecer a propriedade de que seja alterada a terminologia da lei em questão, visando atualizá-la para incorporar a expressão "pessoa com deficiência". A expressão foi adotada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil em 2007, e incorporada ao nosso ordenamento jurídico com força de norma constitucional em 2008.

Diante do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do projeto.

Esse era o relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Cyro Miranda.

A matéria será discutida e votada no momento em que o quórum assim permitir.

Passamos agora às relatorias do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 2
– Não Terminativo –
PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 40, DE 2011

Dispõe sobre a acessibilidade na comunicação e expressão de pessoas com deficiência auditiva no Senado Federal, tornando obrigatória a presença de intérpretes, tradutores e guia-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nas atividades oficiais do Senado Federal, sessões, reuniões das comissões, audiências, TV Senado, Instituto Legislativo Brasileiro – ILB –, Interlegis e nas dependências do edifício da Casa, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.
Relatoria: Senador Eduardo Amorim.

Senador Eduardo Amorim com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Procurarei ser sucinto naquilo que for possível. Irei, portanto, direto à análise.

As pessoas surdas dependem, em grande medida, do uso da Libras para acompanhar ou participar das atividades do Senado Federal. A falta de intérpretes, tradutores e guias-intérpretes cria barreiras efetivas à cidadania dessas pessoas quanto à sua dignidade humana fundamental. Entre as Casas legislativas, o

Senado Federal foi pioneiro no uso da Libras, mas deve avançar no uso dessa linguagem para combater mais efetivamente as barreiras de comunicação que afetam os surdos.

Nesse sentido, é bastante meritório o PRS nº 40, de 2011. Não obstante, identificamos alguns aspectos dessa proposição que merecem reparo.

A ementa do PRS nº 40, de 2011, contém a expressão "e dá outras providências", que prejudica a compreensão do conteúdo do ato normativo. O uso dessa expressão é incompatível com a boa técnica legislativa e deve ser suprimido.

Há hífens que devem ser suprimidos após as ocorrências da sigla "ILB" na ementa e no art. 2º da proposição.

Portanto, Sr. Presidente, o voto, em razão do que foi exposto, é pela aprovação do Projeto de Resolução Senado nº 40, de 2001, com as seguintes emendas:

– Suprima-se a expressão "e dá outras providências" da ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2011.

– Suprimam-se os hífens após a sigla "ILB" na ementa e no art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2011.

– Substitua-se o termo "guia-intérpretes" na ementa e no art. 4º do Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2011, pelo termo "guias-intérpretes".

Esses são a análise e o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A matéria sai de pauta e será votada no momento em que o quórum assim permitir.

Passamos a palavra ainda ao Senador Eduardo Amorim. Item 22, pág. 292.

ITEM 22
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 216, DE 2004

Altera o art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dando prioridade de tramitação às causas judiciais em que seja parte pessoa portadora de deficiência.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senador Eduardo Amorim, com a palavra.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, também procurarei ser sucinto naquilo que for possível. Portanto, irei direito à análise.

O mérito da proposição é nítido. A morosidade dos processos judiciais tem peso dobrado para pessoas com deficiência, que já precisam lutar pelo simples direito de inclusão na sociedade. Nas situações em que ocorram distorções em desfavor dessas pessoas, ou naquelas em que os problemas que a todos afetam representem uma injustiça maior, é justa e necessária a discriminação positiva. Não raro, a luta pela acessibilidade deságua no Poder Judiciário, sendo extremamente importante dar vazão rapidamente a essas demandas, que têm relação com a justiça e a igualdade na nossa sociedade como um todo.

As pessoas com deficiência estão sujeitas aos mesmos transtornos que pontuam a vida de todos os cidadãos e mais alguns, como todos nós sabemos. As pessoas idosas ou com determinadas doenças graves contam com o direito à tramitação prioritária de processos judiciais. Assim, por afinidade substantiva, é justo que estendamos o mesmo direito às pessoas com deficiência.

O substitutivo adotado na CCJ é igualmente meritório, inclusive por estender também aos processos administrativos o tratamento diferenciado. Contudo, identificamos a necessidade de um pequeno reparo de técnica legislativa desde a redação original da proposição: o inciso que se pretende incluir no art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, será incluído, na verdade, no parágrafo único do mesmo dispositivo.

Propomos, assim, somente essa alteração àquilo que já foi aprovado na CCJ.

Portanto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo) aprovada na CCJ, com a seguinte subemenda:

SUBEMENDA Nº – CDH
(à Emenda nº 1 – CCJ ao Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo) ao Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2004:

*"**Art. 1º** O parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:*

*'**Art. 2º** ....*

Parágrafo único. ....

VI – nos processos judiciais e administrativos, em qualquer instância, prioridade na realização de todos os atos e diligências em que figure como parte ou como interveniente pessoa portadora de deficiência definida em lei, desde que a causa tenha vínculo com a própria deficiência. (NR)' "

É a análise e, portanto, o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem. A matéria também será votada no momento adequado, com a devida discussão.

Volto ao Item 1, Senador Marcelo Crivella, para o seu parecer. E aí podemos já começar a votar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Eu gostaria de ter a palavra depois do Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Logo após o Senador Marcelo Crivella, o Líder Humberto Costa.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, do Senador Paulo Paim, institui Ouvidoria Permanente do Senado Federal, para receber e encaminhar denúncias de preconceitos e discriminações.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre assuntos referentes à proteção das minorias sociais ou étnicas. É regimental, portanto, a análise da matéria por este Colegiado. Acrescente-se, ainda, que a proposição não veicula óbices jurídicos nem de ordem formal ou material, conforme atestou sua aprovação pela CCJ.

Quanto ao mérito, a proposição visa constituir, de forma institucionalizada e permanente, a participação da população nos trabalhos do Senado Federal por meio da oitiva de pessoas que tenham denúncias a respeito de ocorrências relacionadas à discriminação ou preconceito, em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.

A abertura desse espaço atende à população que encontra dificuldades em denunciar os desrespeitos, especialmente aquela parcela que luta para ver consolidadas suas garantias individuais, seus direitos à igualdade e, também, à diferença.

Contudo, ao tempo em que reconhecemos a relevância de esta Casa legislativa ouvir os cidadãos, condição fundamental para uma atuação parlamentar relevante, lembramos que a CDH vem cumprindo primorosamente esse papel, conforme demonstra a expressiva quantidade de audiências públicas aqui realizadas, muitas delas motivadas por denúncias trazidas pela sociedade.

Compreendemos que a iniciativa foi fundamental em 2003, quando não havia nem a CDH, para ouvir as denúncias aludidas no projeto, nem a própria Ouvidoria do Senado Federal, destinada a receber contribuições acerca do funcionamento da Casa.

Perceba-se que a criação da CDH, ocorrida em 2005, dois anos após a apresentação do PRS nº 4, de 2003, foi constituída com as mesmas atribuições da ouvidoria proposta, mas robustecida pelas prerrogativas constitucionais e regimentais próprias desses colegiados, conforme pode-se depreender do texto do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal.

Diante das considerações apresentadas, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2003, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Este é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Marcelo Crivella apresentou o seu relatório pela prejudicialidade de matéria, por entender que já a Ouvidoria da Casa e as respectivas Comissões cumprem esse papel.

Como autor, eu me submeto à análise criteriosa do meu querido Relator e acato a decisão com a maior tranquilidade. Que seja, então, considerado prejudicado o projeto.

Mas, antes mesmo de fazermos qualquer votação, eu passo a palavra ao Líder Humberto Costa, conforme solicitado.

Ah, tem mais um do Senador Marcelo Crivella, antes do Líder.

ITEM 20
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2010

Obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.
Autoria: Deputado Dr. Nechar.
Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

É o Item 20, pág. 272.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Sr. Presidente, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª tem a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – É que no momento eu estava falando aqui com a dona Marisa. É o seguinte: eu gostaria de pedir a V. Exª a retirada de pauta do Item 31, do qual eu sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Item 31 retirado de pauta a pedido.

ITEM 31
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2009

Estende os benefícios financeiros do "Programa Bolsa Família" para os casos de adoção de criança desvalida, asilada ou abrigada, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.
Relatoria: Senador Humberto Costa.

Está retirado de pauta e volta na próxima semana.

Senador Crivella, para o seu relatório do Item 20.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, trata-se de um Projeto de Lei da Câmara de 2010, do Deputado Dr. Nechar, que obriga a divulgação do número de telefone da Polícia Rodoviária Federal.

Nos termos do art. 102-E, III, do nosso Regimento Interno, compete a esta Comissão opinar, entre outros temas, sobre a garantia e promoção dos direitos humanos, neste caso o direito à vida.

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade, a proposição encontra amparo no âmbito da competência da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, legislar privativamente sobre "trânsito e transporte". É lícita, igualmente, a teor dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar.

Quanto à técnica legislativa, estamos de acordo com a avaliação da Comissão de Serviços de Infraestrutura quando observa que o projeto vai de encontro aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a redação das leis. E, de fato, nos termos da Lei Complementar nº 95, de 1998, a proposta de criar a obrigatoriedade de fixação de placas nas rodovias deveria vincular-se, por remissão expressa, ao Código de Trânsito Brasileiro. Afinal, é ele, o Código de Trânsito Brasileiro, a norma federal que trata da competência da Polícia Rodoviária Federal no âmbito das rodovias e estradas federais.

No que se refere ao mérito, a proposta é extremamente válida, pois sua implementação proporcionará melhor condição de comunicação e maior rapidez no atendimento àqueles que são vítimas de acidentes nas rodovias brasileiras. Ademais, criar condições para que mais vidas sejam salvas em nossas estradas vai ao encontro dos preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre eles seu artigo III que determina: "Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

Nesse sentido, a proposta tem mérito inquestionável, uma vez que, por meio da divulgação, ao longo das rodovias, do número de atendimento da Polícia Rodoviária Federal, milhares de vidas poderão ser salvas.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2010, na forma da Emenda nº 1 (Substitutivo), aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Sr. Presidente, esse projeto é relevante. Nós todos, ao trafegarmos pelas rodovias federais do Brasil, encontramos ao longo delas os postos de Polícia Rodoviária. Mas, muitas vezes, vemos acidentes, às vezes até graves, interrupções na pista, árvores que caem, uma série de outros imprevistos, e ninguém tem o número da Polícia Rodoviária Federal. Então, se ao longo da rodovia nós pudermos ter algumas placas com esse número de telefone, para que nós possamos comunicar esses imprevistos, certamente vai contribuir, e muito, para a segurança nas estradas.

De tal maneira que eu quero parabenizar o Deputado, porque acho que é uma iniciativa louvável. Está chegando ao final. É uma tramitação que já percorreu diversas Comissões, mas que, seguramente, quando implementada, trará benefícios ao nosso povo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

Feito o relatório, a matéria, como é terminativa, será votada com o quórum necessário neste Plenário.

Vamos ao Item 5.

Senadora Ana Rita, V. Exª relata este projeto. Já havia feito a leitura e pediu, naturalmente, para fazer um estudo antes da posição final.

V. Exª está com a palavra.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Antes de iniciar, Sr. Presidente, a leitura desse relatório, estão na pauta diversos projetos dos quais eu sou relatora *ad hoc* e em uma boa parte desses projetos eu não tenho concordância com os relatórios apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Legitimamente.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Na verdade, essa pauta também foi entregue... Nós ficamos sabendo dessa pauta ontem, então não tivemos oportunidade de fazer uma avaliação no sentido de apresentar relatórios que possam substituir os relatórios feitos pelos Senadores anteriormente.

Então, eu queria fazer essa ponderação, porque, como é uma pauta bastante extensa, é importante que a tenhamos com mais antecedência para que possamos aqui opinar com mais segurança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendida, com certeza absoluta, quanto a isso.

Quanto aos relatórios *ad hoc* que V. Exª fez, se V. Exª concordar, nós votamos; se V. Exª discordar, nós não votamos.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Certo. Então, de alguns eu vou pedir reexame.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ok. Não tem problema. Nós os retiramos de pauta.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Mas, de qualquer modo, nós fizemos o relatório do Item 5 diferente do que foi apresentado pelo Relator anterior. Então, quero fazer a leitura do relatório na íntegra.

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008, do Senador Demóstenes Torres, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para aumentar o prazo de internação provisória de adolescente infrator, fixar o prazo máximo para a autoridade policial concluir e encaminhar procedimento investigatório ao Ministério Público e alterar o prazo máximo para conclusão do procedimento judicial.

Argumenta o autor que "Os Tribunais brasileiros têm tratado diferentemente a instrução processual das ações penais dos imputáveis, em que há a possibilidade de manutenção da prisão cautelar além dos 81 dias, conforme dicção da Súmula 52 do Superior Tribunal de Justiça, onde estabelece que "encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo".

A proposição foi apresentada em 04/12/2008. Na data de 15/09/2011 o PLS nº 469, de 2008, foi encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para exame de mérito, juridicidade, técnica legislativa e constitucionalidade, cabendo a esta Comissão a decisão terminativa.

À matéria não foram apresentadas emendas.

A nossa análise, Sr. Presidente:

Nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos opinar sobre proteção à infância e à juventude, que abarca o objetivo primordial da proposição ora examinada.

Quanto à constitucionalidade formal, observou-se, na elaboração e propositura do Projeto de Lei do Senado, a competência privativa da União em matéria penal, na forma do art. 22, inciso I, da Constituição, bem como a competência do Congresso Nacional para dispor sobre matérias de competência da União, na forma do art. 48, *caput*, e ainda a regra de iniciativa, disposta no art. 61, *caput* do Texto Maior, razão por que não se vislumbram vícios de constitucionalidade formal.

Quanto à constitucionalidade material, é de se observar que o inciso V do art. 227 da Constituição da República determina expressamente que qualquer medida privativa de liberdade de criança ou adolescente deverá guardar "obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (...)".

Tal preceito constitucional está em plena consonância com as Regras da Organização das Nações Unidas (ONU) para Proteção de Jovens Privados de Liberdade, aprovadas pela Assembléia Geral, em 14 de dezembro de 1990, em Beijing, na China.

Ao pretender dobrar o prazo de internação estabelecido pelo ECA – mesmo com a justificativa de que supostos autores de crimes graves são colocados em liberdade após os 45 dias estabelecidos –, a propositura nega vigência ao preceito constitucional e às recomendações internacionais sobre o tema, padecendo de inconstitucionalidade material.

Quanto ao mérito, o PLS nº 469, de 2008, contém em seu cerne o aumento do prazo previsto para a internação preventiva de adolescentes sujeitos às disposições do ECA.

No entanto, a Constituição Federal, ao tratar da proteção da criança e do adolescente, assegura o mais amplo acesso aos direitos de prestação positiva, compondo assim um particular conjunto normativo-tutelar sobre a matéria. Esse "conjunto normativo-tutelar", repita-se por oportuno, consagra a observação dos princípios da brevidade e da excepcionalidade quando da aplicação de qualquer medida privativa de liberdade contra "pessoas em fase peculiar de desenvolvimento", como é o caso dos adolescentes.

E não poderia deixar de ser diferente, visto que a criança e o adolescente têm a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, o que implica estágio diferenciado de formação de suas subjetividades.

Com efeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao dispor sobre a possibilidade (sempre excepcional) de internação provisória do adolescente, decretada antes da sentença, estabelece que esse recolhimento dar-se-á "pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias" (art. 108, *caput*, *in fine*).

Portanto, o Projeto de Lei do Senado ora analisado não merece prosperar, uma vez que contraria as disposições constitucionais que estabelecem a excepcionalidade e a brevidade da internação provisória de adolescentes infratores e comporta também contradição absoluta com as disposições do ECA e com os documentos internacionais assinados pelo Brasil.

O nosso voto, Sr. Presidente:

Em razão do que foi exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2008.

Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer uma observação, porque o Relator se havia posicionado pela aprovação do projeto. Mas, em conversa com o Autor da matéria, o Senador Demóstenes, que tomou a iniciativa, inclusive, de conversar comigo, ele está reven-

do o projeto de lei e pediu justamente que fizéssemos também o parecer pela rejeição, porque ele chegou à conclusão de que o seu próprio projeto não está de acordo com a legislação vigente.

Então, é com muita tranquilidade e com o parecer também, neste momento, favorável do Senador Demóstenes que chego à conclusão de que não merece prosperar o referido projeto.

Neste sentido, é com muita tranquilidade que o meu parecer é pela rejeição da matéria.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Senador. Eu já estava, inclusive, Senadora Ana Rita, preparada para pedir vista do projeto. Pela complexidade, pelo debate que o movimento de direitos da criança e do adolescente tem feito em relação a isso é que se opta pela rejeição dessas medidas propostas no projeto do Senador.

Então, sendo assim, eu já opto por votar pela rejeição também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senadora Ana Rita, V. Exª, como 1ª Vice-Presidente, teria que assumir a Presidência, porque eu tenho que relatar dois projetos. Daí eu vou para o seu lugar e V. Exª vem para cá.

Em seguida, a gente vota o item 5 e aqueles em que há entendimento.

Item 4, qual é a página? Setenta e oito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, Senador Paim, que agora substituo, para que V. Exª faça a leitura do relatório do Item 4, pág. 78.

ITEM 4
– Não Terminativo –
SUGESTÃO Nº 4, DE 2011

Concede incentivos a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

Autoria: Instituto de Estudos Estratégicos para a Integração da América do Sul – Intersul.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Peço ao Senador então que faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidenta, esse projeto foi apresentado aqui na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa pela Intersul, e, como V. Exª disse, é um projeto que concede incentivos a projetos que favoreçam a integração regional na América do Sul.

Nós, em cima desse projeto, realizamos uma série de audiências públicas. Entendo eu que foram cinco ou seis audiências públicas, ouvindo empresários, as centrais, as mulheres, a juventude, e houve um grande entendimento para que o projeto, a partir do nosso relatório, passe a tramitar. Neste momento, esta Comissão vai acatar o projeto da sociedade civil e ele passará então a tramitar nas Comissões da Casa, se assim a Mesa Diretora entender.

Eu vou direto à análise.

À luz do inciso I do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre as sugestões legislativas apresentadas por associações e órgãos de classe, sindicatos e entidades organizadas da sociedade civil. Em caso de parecer favorável, serão elas transformadas em proposição legislativa de autoria da Comissão e encaminhadas à Mesa, para tramitação, ouvidas [como eu dizia] as Comissões competentes para o exame [aí sim] do mérito.

A presente sugestão legislativa atende os requisitos formais de admissibilidade, conforme estipulados pelo Ato da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 1, de 2006.

No que diz respeito ao objetivo, a iniciativa, é, a vários títulos, meritória. Com efeito, por ela, promove-se incentivo à integração sul-americana, por meio de empreendimentos conjuntos, levados a cabo por empresas cujo capital provenha de pelo menos dois diferentes países da [nossa] América do Sul. Tais iniciativas certamente contribuirão para tornar os produtos da região mais competitivos no mercado internacional [na nossa economia tão globalizada].

Além disso, o projeto contempla a execução de contrapartidas sociais, tais como a qualificação de mão de obra e desenvolvimento sócio-econômico das comunidades situadas na região dos empreendimentos.

Por outro lado, conforme ressalta a instituição autora em sua justificação, cumpre destacar que a aprovação de projeto que incorpore os termos da sugestão em pauta fará com que tais empreendimentos sejam possíveis apenas em território brasileiro, porquanto não se trata de norma do Mercosul, não se estendendo, por conseguinte, aos demais Estados Partes do bloco. Caberia, portanto, ao Parlamento do Mercosul, encaminhar projeto de norma ao Conselho do Mercado Comum no sentido de estender a todos os Estados Partes iniciativa similar, ou enviar anteprojeto de norma aos parlamentos nacionais dos demais países do bloco com esse mesmo intuito.

Ademais, Srª Presidenta, não obstante seu indubitável mérito no que diz respeito ao conteúdo, o projeto apresenta incongruências com o atual regime de integração. Com efeito, a isenção de Imposto de Importação vislumbrada no art. 5º, inciso III, esbarra em óbices representados pelas próprias regras do Mercado Comum do Sul. No caso da isenção prevista pela

letra *a*, concernente a insumos oriundos dos países do Mercosul, cabe recordar que se porventura houver produtos ainda em exceção ao livre comércio entre os países do bloco, não competiria ao legislador interno alterar unilateralmente aquilo que já foi negociado em âmbito quadripartite. Por outro lado, caso as trocas do insumo já se processem livres de imposto por estar ele incluído na área de livre comércio, torna-se desnecessário o dispositivo em tela.

Da mesma forma, no que concerne ao previsto na letra *b*, sobre insumos provenientes de terceiros países, tal dispositivo poderá acarretar violação à Tarifa Externa Comum (TEC), já acordada pelos quatro Estados Partes da união aduaneira, o que demandaria a sua renegociação a cada empreendimento aprovado. Por fim, a obtenção de autorização "do órgão competente do Mercosul", a que se refere o dispositivo contido no art. 5º, afigura-se problemática, uma vez que a estrutura institucional do bloco, de natureza intergovernamental, não prevê a existência de órgão permanente com poderes para emitir tais autorizações.

Finalmente, tanto o Banco do Sul – a partir do momento em venha a funcionar – como a Corporação Andina de Fomento – CAF e o Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID, configuram organismos financeiros multilaterais, não cabendo ao Congresso Nacional determinar negociações a serem desenvolvidas em seu âmbito, da mesma forma que não cabe ao Poder Legislativo determinar modalidade prioritária de acesso a financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Voto.

Diante do exposto, o voto é favorável à transformação da Sugestão Legislativa nº 4, de 2011 em projeto de lei do Senado, com a supressão do inciso III do art. 5º e do inciso II do art. 6º, nos seguintes termos:

Srª Presidente, nós fizemos toda a adequação com a Consultoria do Senado para que o projeto não fosse considerado inconstitucional, com a maior boa intenção da Intersul, e eu, se V. Exª assim entender, não precisaria ler o projeto. Foi feita toda uma adequação e eu nem quis transformar em substitutivo para manter o projeto na forma original, como a Intersul aqui encaminhou. Mas fizemos as devidas adequações, que passarão agora a serem discutidas, Comissão por Comissão, quanto ao mérito.

Esse é o relatório, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Terminou de ser lida a Sugestão nº 4, de 2011.

Eu coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Como nós já temos quórum para ser votada e não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam com se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o referido relatório.

Parabéns, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Parabéns a todos nós.

Agora eu tenho, se não me engano, que relatar mais dois projetos, que vou tentar sintetizar ao máximo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Isso, Senador Paim.

Aproveitando que V. Exª já está relatando, solicito a V. Exª que relate o Item nº 14, página 194.

Já foi lido, é o:

ITEM 14
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 553, DE 2011

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, e dá outras providências, para conceder aos portadores de xeroderma pigmentoso, a isenção de carência para concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já foi lido.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O projeto já foi lido... Não foi lido ainda esse projeto?

Então com a palavra o Senador Paim para a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, eu vou para a área da análise já e na linha que V. Exª mesma colocou.

O xeroderma pigmentoso é uma doença de pele rara, causada por uma anomalia transmitida geneticamente.

Os portadores do xeroderma pigmentoso apresentam extrema sensibilidade à radiação ultravioleta (UV), além de defeitos no processo de reparação do DNA. Esses fatores ocasionam alterações da pele, tais como atrofia, espessamento, escurecimento e neoplasias em áreas expostas à luz solar, bem como alterações oculares e neurológicas. A fase mais avançada da doença é marcada pela presença de neoplasias da pele, tais como carcinomas basocelulares e epidermóides, sarcomas e melanomas, além de diferentes neoplasias benignas.

A moléstia atinge indistintamente ambos os sexos, podendo surgir em qualquer etnia, sendo normalmente detectada antes dos doze anos de idade. De modo

geral, a expectativa de vida dos portadores de xeroderma pigmentoso está reduzida em cerca de trinta anos.

A incidência do xeroderma pigmentoso na população mundial é de dois a quatro casos por milhão. No Brasil, merece destaque a comunidade do distrito de Araras, município de Faina (GO), que apresenta alta concentração de portadores dessa doença.

Por essas razões, é inegavelmente meritório o objetivo de estender aos portadores de xeroderma os benefícios concedidos às pessoas com doenças graves, visto que constitui modo de proporcionar uma existência mais digna, compensar os gastos efetuados para o controle da doença, notadamente no tocante à imprescindível proteção à exposição solar, e amenizar as restrições de vida e de trabalho sofridas por seus portadores.

Pelo fato em si, já que está muito claro, pela exposição do projeto da Senadora Lúcia Vânia, o nosso voto é favorável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Parabéns à Senadora Lúcia Vânia.

O projeto de fato é meritório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Vamos passar para o Item nº 21, página 284.

ITEM 21
– Terminativo na Comissão –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, DE 2003

Dá nova redação ao § 3º do artigo 20 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. (Dispõe sobre a garantia de um salário mínimo mensal do benefício de prestação continuada da Lei Orgânica da Previdência Social – Loas à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família).

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Peço então ao Senador Paulo Paim que faça a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, normalmente eu não faço substitutivo, mas, fazendo uma análise do tema em questão e da bela iniciativa do meu querido amigo Senador Pedro Simon, foi necessário, nesse caso, depois de conversar com inúmeros especialistas no setor e com o Ministério, que eu apresentasse um substitutivo que, na verdade, contempla com a mesma amplitude a intenção do nobre Senador.

Eu vou ler, Srª Presidenta, a parte final, começando pela análise.

Compete à CDH, nos termos do art. 102-E, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições relativas à proteção e à integração social das pessoas com deficiência, bem como à proteção aos idosos.

O BPC foi criado com a finalidade de garantir renda suplementar de um salário mínimo à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme disposto no art. 203, V, da Constituição Federal. Esse benefício, previsto no art. 20 da Loas, contemplava idosos com 70 anos ou mais até que o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003) reduziu a idade mínima para 65 anos.

De pronto, portanto, convém uniformizar a idade referida nesses dois diplomas legais, para evitar que idosos com idade entre 65 e 70 anos pensem, erroneamente, que ainda não fazem jus ao benefício. [Fazem jus, sim, a partir dos 65 anos.]

É inegável que o aumento do patamar de renda utilizado como critério para habilitação ao recebimento do BPC tem grande mérito social [por parte do meu querido amigo Senador Simon], pois favorecerá milhões de pessoas com deficiência e idosos que, embora não sejam miseráveis, estão no limiar entre a pobreza e a classe média baixa, à qual ascenderam nos últimos anos. Julgamos, assim, que elevar o limite de renda requerido para habilitação ao recebimento do BPC ampliará a abrangência desse importante mecanismo assistencial e favorecerá a ascensão social das famílias de classe média baixa integradas por idosos ou por pessoas com deficiência.

Contudo, a alteração que já mencionamos, relativa ao critério etário, aliada à necessidade de tornar mais claro o texto da ementa da proposição, faz com que seja necessário reformular quase integralmente o texto original, motivo pelo qual apresentamos uma emenda substitutiva .

Mas a emenda é pequena e eu vou ler só o que diz o art. 20 e o parágrafo.

Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou

mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção.

Nós tiramos os 70 e firmamo-nos nos 65, como está no Estatuto do Idoso, para não dar o entendimento para alguns que é só a partir dos 70. Não, se ele tiver os 65 e não tiver pedido, por um motivo ou outro, mas tem direito, se ele tiver 65, 66, 67, 70, 80, 90, ele tem direito. Então achamos desnecessário botar a idade de 70, mas atinge o que quer o Senador Simon. O que eu quero dizer é que o Autor do projeto é ele e eu apenas fiz a adequação.

....

§ 3º "Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um salário mínimo.

É claro, Srª Presidente, que aqui há uma mudança profunda em relação ao que existe hoje. Hoje é quando a renda *per capita* não ultrapassa ¼ do salário mínimo. Neste projeto, de autoria do Senador Pedro Simon e do qual eu sou Relator, eu mantenho a essência do projeto do Senador Simon, que é a partir dos 65 anos e não mais a renda *per capita* será de ¼ do salário mínimo, mas sim um salário mínimo.

É claro que faremos o debate adequado. É um projeto que nesta Comissão será votado, porque é terminativo, no momento adequado.

Então está feito o relatório. A discussão e a votação serão feitas no momento em que o quórum assim permitir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Muito bem, Senador. Como é terminativo e a votação é nominal, não será possível votar nesta manhã de hoje.

Lido o relatório, a matéria fica adiada.

Como já concluímos os projetos que estavam sob a relatoria do Senador Paulo Paim, solicito a V. Exª que retome a Presidência desta Comissão para que eu possa relatar os meus projetos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência agradece muito à nossa Vice-Presidente, Senadora Ana Rita que, como sempre, com muita competência presidiu para que eu pudesse relatar três projetos.

Aprovamos dois e lemos dois.

Obrigado Senadora Ana Rita.

Vamos agora... Há um pedido do Plenário para que se vote o Item 5. Vamos seguir a ordem, mas vamos, a pedido do Plenário, votar o Item 5, que já foi lido, já há acordo entre o Autor e o Relator e não há mais nem sequer o que discutir.

Não havendo mais quem queira discutir... E não é terminativo.

Então, coloco em votação o parecer da Senadora Ana Rita.

Aqueles que concordam com o parecer da Senadora Ana Rita permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Então, a partir deste momento... Já havíamos terminado a discussão, porque houve entendimento entre autor e a relatora, neste momento, colocado em votação, todos concordam pela rejeição deste projeto mediante entendimento do Autor, Senador Demóstenes Torres. É Relatora *ad hoc,* Senadora Ana Rita.

O projeto está rejeitado.

Valeu o relatório da Senadora Ana Rita.

Item 5 está votado.

Vamos agora retornar rapidamente à pauta, se V. Exªs permitirem, porque temos condição de ir votando rapidamente alguns projetos e vamos chegar em seguida no projeto que será relatado pela Senadora Marinor e no outro pelo Senador Vicentinho.

Então, o Item 1 já foi lido, é projeto de minha autoria, Relator Senador Marcelo Crivella, institui Ouvidoria Permanente do Senado Federal para encaminhar denúncias de preconceito e discriminação.

O parecer é pela rejeição do projeto, uma vez que foi considerado prejudicado porque há instâncias da Casa que cumprem já esse objetivo: a Ouvidoria e as Comissões também cumprem esse papel.

Houve também concordância, a exemplo do projeto anterior, para que considerássemos prejudicado e o projeto fosse rejeitado.

Aqueles que concordam com o parecer do Senador Marcelo Crivella permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o parecer do Senador Marcelo Crivella.

O projeto é rejeitado.

Item 2.

O Item 2 também foi lido pelo Senador Eduardo Amorim, é de autoria do Senador Lindbergh Farias, o Projeto de Resolução nº 40, de 2011. Não terminativo também. Dispõe sobre a acessibilidade na comunicação e expressão de pessoas com deficiência auditiva no Senado Federal, tornando obrigatória a presença de intérpretes, tradutores e guia-intérpretes da Língua Brasileira de Sinais nas atividades oficiais do Senado Federal, sessões, reuniões das comissões, audiências, TV Senado, Instituto Legislativo Brasileiro – ILB –, Interlegis e nas dependências do edifício da Casa, e dá outras providências.

Todo mundo entendeu que é para garantir a linguagem de sinal.

Aqueles que concordam...

Em discussão a matéria.*(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, botaremos em votação o projeto do Senador Lindbergh Farias, relatado pelo Senador Eduardo Amorim.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado o parecer do Senador Eduardo Amorim.

Item 3. O Senador Cristovam Buarque ainda não chegou aqui e o Item 4 já foi votado, assim como o 5.

Do Item 6, estamos esperando chegar o Senador Wellington Dias.

ITEM 7
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 323, DE 2011

Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para limitar a exigência de laudos de avaliação para portadores de deficiência adquirentes de automóveis com isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados.

Autoria: Senador Pedro Taques.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Já foi lido.

Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Senador Pedro Davim.

Meus cumprimentos Senador Pedro Taques.

ITEM 8
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 2011

Dispõe sobre o pagamento em dobro do salário-família à segurada do regime geral de previdência social com filho em idade de zero a seis anos.

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Ad hoc: Senador Cyro Miranda.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, colocamos em votação.

Aqueles que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos agora ao Item 9.

O Item 9 saiu de pauta.

Para o Item 10 faltou a presença do Senador Sérgio Petecão.

A senhora quer ler o relatório?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Pela ordem Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Presidente Paim, com aquiescência da eminente Senadora Marinor, estou com dois secretários em meu gabinete, o de Infraestrutura do meu Estado, Alexandre Ubaldo e também o Diretor de Planejamento e temos em seguida, agora às 11:30h, uma audiência no Ministério das Cidades.

Solicito a V. Exª a possibilidade de inversão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Qual é o seu item?

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Item 12.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então vamos para o Item 12. Tenho certeza haverá concordância.

V. Exª está com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Agradeço a V. Exª e à Senadora Marinor. Cumprimento os demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

ITEM 12
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 508, DE 2011

Acrescenta os arts. 242-A e 258-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime a venda de bebidas alcoólicas a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Vicentinho Alves, com a palavra.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Antes, porém, Presidente, quero registrar a visita ilustre nesta Comissão do meu primo Armando Castro, do Tocantins, da nossa cidade de Porto Nacional. Seja bem-vindo.

Sr. Presidente, fui consultado agora há pouco pela Senadora Marta a respeito da possibilidade de abrir mão do requerimento de audiência pública.

Por tratar o Projeto de Lei 122 de um assunto polêmico, acho melhor mantermos a audiência pública, discutirmos melhor e todos nós, com certeza, vamos avançar neste sentido.

Vamos manter a audiência pública com o requerimento aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso.

Se V. Exªs concordarem, já havia sido consultado sobre o tema, é um tema que temos discutido tentando construir o entendimento e marcaria audiência pública para a próxima terça-feira às 9 horas da manhã. Ou seja, na semana que vem. Ninguém quer obstruir, todo mundo quer aprofundar o debate.

Então, terça-feira que vem, 9 horas da manhã, faremos audiência pública.

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – Obrigado Presidente.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2011, do Senador Humberto Costa, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para definir como crime os atos de vender, fornecer, ainda que gratuitamente, servir ou entregar bebidas alcoólicas a pessoas com menos de 18 anos de idade.

Em seu art. 1º, a proposição acrescenta à Lei nº 8.069, de 1990, os arts. 242-A e 258-C para caracterizar o crime, estabelecer pena de 3 a 6 anos de reclusão para quem nele incorrer e ainda fixar multa de 30 mil a 100 mil para os estabelecimentos comerciais que incorrerem na prática.

Coerente com a tipificação da venda ou oferta de bebidas alcoólica a crianças e adolescentes como prática criminosa, o art. 3º que revoga o inciso I, do art. 63, do Decreto Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1940, equivocadamente citado como sendo de 1940, excluída a matéria do rol das contravenções penais ali estabelecidas.

Na justificação do projeto o Senador Humberto Costa afirma que a iniciativa irá resolver a controvérsia jurídica acerca de qual procedimento aplicar nos casos de venda de bebida alcoólica a criança ou adolescente, se o ato deve ser tratado como contravenção ou crime.

Depois de analisada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a proposição irá à Comissão de Constituição e Justiça para decisão terminativa.

Não foram apresentadas, Sr. Presidente, emendas ao projeto.

Análise.

Cabe à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o exame de matéria que trate da proteção à infância e à juventude, nos termos do inciso VI, art. 102, *e,* do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto em exame define como ato criminoso vender, fornecer e, ainda que gratuitamente, servir ou entregar de qualquer forma a criança ou adolescente bebida alcoólica.

A iniciativa é meritória, pois retira o assunto do âmbito das contravenções penais, possibilitando aplicação de medidas mais rigorosas para coibir essa prática nefasta, cuida também de impor multas elevadas para os estabelecimentos que cometam ou tolerem ocorrência em suas dependência.

Observe-se que o art. 243 do Estatuto da Criança e Adolescente, já considera implicitamente crime a venda ou oferta de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

No entanto, nos termos da justificação do Senador Humberto Costa, esse dispositivo não vem encontrando acolhida na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, que manda aplicar em tais ocorrências o art. 63 da Lei das Contravenções Penais, resultando na administração de medidas brandas para uma situação que deve ser tratada como criminosa.

Por isso, a necessidade de dirimir a questão, deixando inequívoco o entendimento de que a prática deve ser coibida porque é criminosa, conforme propõe a matéria ora em exame.

No entanto, pugnando pela coerência interna do Estatuto, oferecemos emenda substitutiva ao projeto original, de maneira a apenas deixar explícito que o art. 243 deve ser aplicado em caso de venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes. Dessa forma, caracteriza-se, sem a menor sombra de dúvida, o ato como crime e não contravenção, mas se mantêm as penalidades proporcionais aos outros crimes já previstos.

No mesmo sentido, alteramos a sanção administrativa estabelecida no aventado art. 258-C, tornando-a coerente com outras medidas semelhantes aplicadas no Estatuto (arts. 254 a 258).

Voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 508, de 2011, nos termos da seguinte emenda substitutiva.

A nossa emenda é sobre o art. 1º.

Art. 1º O art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 243 Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.

Pena – detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave."

Art. 2º. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 258-C:

"Art. 258-C. Descumprir a proibição estabelecida no inciso II do art. 81:

Pena – multa de R$ 3.000 (três mil reais) a R$ 10.000 (dez mil reais).

Medida Administrativa – interdição do estabelecimento comercial até o recolhimento da multa aplicada."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 – Lei das Contravenções Penais.

Este é o relatório e este é o voto Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Os que concordam com o Relator, Senador Vicentinho Alves, permaneçam como se encontram.*(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Vicentinho, antes que a Senadora Marta saia e V. Exª, verificamos que na próxima terça-feira pela manhã já temos uma audiência pública. Então, faríamos na própria terça, mas às 14 horas, um bom debate, tranquilo...

O SR. VICENTINHO ALVES (PR – TO) – De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Então, fica sendo a próxima terça, às 2 horas da tarde, a audiência para debater o 122.

Cumprimento o Senador Vicentinho, porque o projeto que S. Exª relatou foi aprovado, na forma do substitutivo, o projeto de autoria do Senador Humberto Costa.

Voltamos agora à nossa pauta.

Item 10. Há um pedido do item 10 e vou ler aqui.

ITEM 10
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2011

Estabelece que, para a fruição dos benefícios fiscais relativos à realização da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, a pessoa jurídica deverá destinar o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos seus cargos a pessoas com deficiência.

Autoria: Senador Lindbergh Farias.

Relatoria: Senador Sérgio Petecão.

A Senadora Marinor Brito, pela grandeza do projeto, prontificou-se a relatar *ad hoc.*

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não só pela grandeza, Senador Paim, mas pela importância de agilizar a aprovação desse projeto aqui, já que é não terminativo, ainda vai ter que ser submetido à Comissão de Justiça da Casa e lá ele será terminativo, para que exista tempo de sanção, uma vez que o projeto trata de ampliar um direito às pessoas com deficiência a partir das empresas que serão beneficiadas, que terão benefícios fiscais relativos à realização da Copa do Mundo, da Copa das Confederações – Fifa 2013 e da Copa do Mundo – Fifa 2014.

Relatório do Senador Petecão que passo à leitura agora.

Projeto de Lei do Senado nº 506, de 2011, do Senador Lindbergh Farias. Reserva às pessoas com deficiência 5% dos postos de trabalho existentes nas empresas que recebem benefícios fiscais por atuarem em atividades relacionadas à Copa das Confederações, da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Para alcançar esse intento, altera a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que regula as medidas tributárias atinentes à realização dos mencionados eventos esportivos.

A proposição assegura cotas de emprego para pessoas com deficiência, sem prejuízo daquelas já previstas na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Também dá prazo de 90 dias para as empresas que já recebem incentivos fiscais relacionados aos eventos se adequarem às condições estabelecidas.

Na justificação do projeto, o autor afirma que a medida irá contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência durante a organização das competições.

Depois de analisado nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o projeto seguirá para exame terminativo da Comissão de Assuntos Econômicos e não da Comissão de Justiça, como disse anteriormente.

Análise.

O inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal estabelece a competência da CDH para opinar sobre proposições pertinentes aos direitos das pessoas com deficiência. O PLS nº 506, de 2011, atende, portanto, às regras regimentais exigidas para seu exame.

O projeto não fere quaisquer vedações constitucionais ao poder de legislar, de natureza formal ou material, cumprindo os requisitos de constitucionalidade e juridicidade.

O mérito da proposição é inconteste, pois cuida de aproveitar os encargos assumidos pelo País na organização dos maiores eventos esportivos do mundo para inserir as pessoas com deficiência nas oportunidades de emprego que deverão surgir.

Para conseguir esse objetivo, vincula a fruição de benefícios fiscais concedidos a empresas à oferta de postos de trabalho para esse segmento da população. E o faz sem prejuízo das cotas de trabalho vigentes, disciplinadas pela Lei nº 8.213, de 1991.

As isenções fiscais previstas envolverão somas vultosas, haja vista que, somente no âmbito federal,

as empresas participantes estarão desoneradas do pagamento do Programa de Integração Social, mais conhecido como PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Importação. Ainda haverá isenção, nos Estados, do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações em que também for aplicável o benefício dos tributos federais.

Sendo assim, o PLS nº 506, de 2011, estabelece uma contrapartida social mais do que justa, em benefício de segmento da população notadamente vulnerável, que luta há anos pelo reconhecimento efetivo de seu direito ao trabalho.

O voto diz o seguinte:

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto.

Assinado pelo Relator.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Coloco a matéria em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Senador Lindbergh Farias é o Autor, Relator o Senador Sérgio Petecão, *ad hoc* Senadora Marinor Brito.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O projeto foi aprovado.

ITEM 11
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 507, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer prioridade absoluta no julgamento dos crimes envolvendo violência sexual contra crianças ou adolescentes.

Autoria: Senador Humberto Costa.

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Relatora *ad hoc:* Senadora Marinor Brito.

V. Exª está com a palavra para ler o seu relatório.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 507, de 2011, do Senador Humberto Costa, que visa alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para estabelecer prioridade absoluta no julgamento dos crimes envolvendo violência sexual contra crianças ou adolescentes.

A proposta altera o art. 4º do ECA para incluir, entre as prioridades relativas à efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, a preferência no julgamento das ações penais em que estes figurem como vítima de violência sexual.

Também acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de prever a prioridade na tramitação de ações penais, de inquéritos policiais e na execução de quaisquer atos e diligências judiciais ou policiais em que figure como vítima de violência sexual criança ou adolescente, em qualquer instância. Nesse mesmo dispositivo, estabelece que cabe ao Ministério Público zelar pela observância da prioridade, fazendo prova da idade da vítima e, também, para determinar que essa prioridade não cessará com a maioridade do beneficiado.

Na justificação da proposta, o Senador Humberto Costa lembra que, hoje, a longa tramitação dos processos perpetua a situação aflitiva suportada por crianças que tenham o infortúnio de figurar como vítima de violência sexual, inclusive com a necessidade da repetição de seus depoimentos, de forma espaçada no tempo. Nesse sentido, o autor defende que a pronta resolução desses casos proporcionará uma mitigação dos efeitos danosos à formação do caráter e da personalidade dos jovens. Além disso, contribuirá para evitar a "segunda vitimização", decorrente da atuação dos próprios órgãos do sistema de Justiça criminal.

O projeto foi distribuído a este colegiado para análise, devendo ser, posteriormente, avaliado em caráter de decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

À proposição não foram apresentadas emendas.

Da análise.

O projeto em exame nesta Comissão trata de matéria compreendida no âmbito das competências da União, de acordo com o que estabelece o art. 22, I, da Constituição Federal. Também, insere-se no âmbito das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 24, XV. De sua análise, não foram identificados, assim, quaisquer vícios de constitucionalidade formal ou material.

No Senado Federal, cabe à CDH opinar, nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, sobre os aspectos relativos à garantia e à promoção dos direitos humanos e, também, à proteção à infância e à juventude. Por essa razão, sua apreciação neste colegiado é pertinente.

No mérito, levando em consideração a dimensão e a proporção com que a violência se manifesta no País – especialmente com relação à violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes –, entendemos que a proposta que ora analisamos é extremamente oportuna.

De fato, crianças e adolescentes, por sua natureza, constituem um grupo especialmente vulnerável e são os que mais sofrem o lado perverso do desrespeito à cidadania e do tratamento concedido aos direitos humanos.

Sofrem, sim, todo tipo de violência: além da social – consequência do desemprego de seus pais e da falta de acesso à educação, saúde, cultura, moradia, segurança, esporte e lazer –, sofrem violência física, moral e sexual.

Neste último caso, crianças e adolescentes vítimas de abusos, além da humilhação que a situação impõe, ainda enfrentam o desconforto e o estresse psicológico no decorrer de um longo processo judicial. São vítimas, sim, da falta de prioridade e do excesso de trabalho nas varas criminais que lhes impõem uma nova agressão: a lentidão da Justiça.

É imperiosa, portanto, a alteração do ECA proposta pelo projeto, que estabelece, de forma inequívoca, a preferência no julgamento das ações penais e a prioridade na tramitação de ações penais, de inquéritos policiais e na execução de quaisquer atos e diligências judiciais ou policiais em que figure como vítima de violência sexual criança ou adolescente, em qualquer instância.

Contudo, de maneira a não descaracterizar a condição de vítima da criança ou adolescente alvo da concessão da prioridade instituída pelo projeto, entendemos ser necessária a alteração do termo "beneficiado" inscrito no § 2º do art.144-A proposto. Por essa razão, optamos pela aprovação da matéria com uma emenda de redação.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2011, com seguinte emenda de redação.

EMENDA Nº – CDH

Substitua-se a expressão "do beneficiado" pela expressão "da vítima".

O parecer, portanto, é pela aprovação do projeto. O voto é pela aprovação do projeto com a emenda apresentada, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor Brito. Esse é o projeto de autoria do Senador Humberto Costa, Relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, Relatora *ad hoc* Senadora Marinor Brito.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, coloco o relatório em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

O Item 13 já foi lido pelo Senado Paulo Davim.

Acrescenta dispositivos ao art. 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre a aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da Síndrome da Talidomida e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Paulo Davim.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa)*

Aprovado.

Agora vamos ao Item 6, que vou solicitar que a Senadora Marinor, pág. 118, se puder, faça a leitura.

Autoria do Senador Gim Argelo.

Relatoria Senador Wellington Dias.

ITEM 6
– Não Terminativo –
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2011

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a instalação de semáforos sonoros para pedestres.

Autoria: Senador Gim Argello.

Relatoria: Senador Wellington Dias.

Relatora *ad hoc*: Senadora Marinor Brito.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – O projeto de lei em análise altera o Código de Trânsito Brasileiro e a Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, para determinar que todos os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas sejam equipados com mecanismo sonoro que sirva de orientação para a travessia de pessoas com deficiência visual.

O autor da iniciativa, Senador Gim Argello, apresenta como justificação o dever do Poder Público, nas três esferas da Federação, de implementar o art. 203, IV, da Constituição, segundo o qual um dos objetivos da assistência social é a promoção da integração à vida comunitária das pessoas portadoras de deficiência.

Para as pessoas com deficiência visual, é essencial a existência de semáforos sonoros, para garantir

a segurança necessária à sua locomoção no meio urbano. A Lei nº 10.098, de 2000, condicionou, no entanto, a instalação obrigatória desses equipamentos à intensidade do fluxo de veículos e à periculosidade da via. Essa circunstância limitaria a mobilidade das pessoas com deficiência visual no espaço urbano, por não saberem ao certo onde seria possível contar com o apoio de semáforos sonoros.

A proposição foi distribuída às Comissões de Direito Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

Da análise.

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.

Consideramos altamente meritória a proposta do Senador Gim Argello.

A fruição do espaço urbano é um dos direitos mais importantes para qualquer pessoa. A locomoção urbana é o que viabiliza o acesso aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Para a pessoa com deficiência visual, a possibilidade de circular como pedestre é condição indispensável para sua independência na vida cotidiana.

A sonorização de semáforos é uma técnica amplamente utilizada em outros países e que pode ser facilmente disseminada por todo o País.

A Lei nº 10.098, de 2000, procurou incentivar essa política, mas não cumpriu seu objetivo. Passados mais de dez anos, ainda são raríssimos os semáforos sonoros nas cidades brasileiras.

Ao suprimir as restrições contidas no texto daquela lei, no sentido de que apenas as vias perigosas e com intenso fluxo de veículos tenham que ser dotadas desses equipamentos, a lei em que se converter o projeto em análise tornará obrigatória a sonorização de todos os semáforos, beneficiando, assim, inúmeras pessoas com deficiência visual.

Do voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do projeto, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse é o Projeto de Lei do Senado, não terminativo, nº 291, de 2011, altera a Lei nº 10.098, de 2000. Autoria do Senador Gim Argello, Relatoria do Senador Wellington Dias, e Senadora Marinor Brito, *ad hoc*.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, vamos à votação.

Aqueles que concordam com o relatório aqui feito, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Terminamos todos os projetos não terminativos. Foi uma sessão produtiva. Votamos acho que uns 10, 12 projetos. Os terminativos ficarão para a semana que vem. Neste momento, vamos colocar em votação, extrapauta, três requerimentos.

O primeiro requerimento que eu proponho que entre extrapauta é o da Senadora Marinor Brito. Vou ler o requerimento.

EXTRAPUTA
ITEM Nº 1
R EQUERIMENTO Nº 152-CDH, DE 2011

> **"Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de diligência nas cidades de Belém, no distrito de Icoaraci, Estado do Pará, no sentido de investigar o assassinato de seis adolescentes naquela localidade, ocorrido no dia 19 de novembro passado".**
>
> **Autoria:** Senadora Marinor Brito

Ela disse que não é assassinato, é chacina mesmo.

Quem concorda com o requerimento extrapauta permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

O requerimento será, então, votado extrapauta.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Queria pedir a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vamos agora ao mérito.

Quem concorda com o mérito, passa a discutir.

Naturalmente, a Senadora Marinor Brito vai discutir para encaminhar a votação do seu requerimento dessa diligência lá no seu Estado.

Senadora Marinor Brito com a palavra.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Senador Paulo Paim, a nossa luta, no Estado do Pará, pelos direitos da infância e adolescência tem sido constante e árdua, no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, contra a vulnerabilidade social que as crianças, naquele Estado, vivem, sendo vendidas, sendo torturadas pelas ruas, sendo presas fáceis ao tráfico de drogas, ao tráfico de pessoas. Não são poucas as crianças hoje no Pará que têm sido levadas no tráfico interno e no tráfico externo ao Brasil, no tráfico internacional e transnacional, portanto, para serem utilizadas, comercializadas, ou para atenderem à prostituição, ou para atender ao tráfico de órgãos, à venda de órgãos, ou para atenderem, mais recente-

mente, aos interesses dos grandes clubes do mundo, para servirem de futuros ídolos, futuros jogadores de futebol. Olhem o absurdo a que chegou a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes naquele Estado. Um Ganso vira um grande atleta no Brasil, vira referência no mundo e, a partir daí, as crianças lá do Pará começam a ser levadas para fora para serem utilizadas futuramente como jogadores de futebol, fora o tráfico para adoção e outras modalidades que são comuns, as meninas para o trabalho doméstico, escravo, enfim.

Estou fazendo questão de fazer esta referência, Senador, Paim, senhores que nos ouvem pela TV Senado, funcionários desta Casa, assessores, Srs. e Srªs Senadoras, porque, além desses crimes, mesmo que tenhamos um movimento forte em defesa das crianças e adolescentes no Pará, que tenhamos conseguido criar um programa de atendimento integrado às vítimas, para evitar a revitimização das crianças que são vítimas de violência – e, há pouco, aprovamos um projeto importante para priorizar o atendimento dos processos vinculados à violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes – mesmo que, no Pará, tenhamos conseguido instalar uma vara especializada... E estou dando entrada num projeto de lei obrigando todos os Estados brasileiros a criarem varas especializadas, porque não é possível que os processos de violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes continuem e permaneçam no bolo das gavetas dos tribunais do Brasil e sejam tratados sem prioridade, ou, mesmo aprovando a prioridade, ainda com a deficiência, com a falta de estrutura dos tribunais terão dificuldades de receber um atendimento que evite a revitimização de crianças e adolescentes.

Mas também se têm tornado comuns as chacinas contra crianças e adolescentes naquele Estado. E faço questão aqui, Senador Paim, de mostrar para os senhores telespectadores e colocar à disposição a matéria de hoje do Jornal *O Liberal*, que fala sobre o início do processo de investigação e que já aponta como suspeito da chacina de seis adolescentes de 14 a 17 anos, que estavam parados numa esquina na frente de um órgão público, do Instituto de Previdência de Belém, conversando como faziam todos os dias. Foram submetidos, abordados, depois de aparecer um carro e uma moto, supostamente por policiais e ex-policiais, foram colocados de joelhos – aqui já foi feita por parte da polícia uma simulação de como teria acontecido a chacina – foram colocados de joelhos na frente do Instituto, e 22 tiros da cabeça, no pescoço, ceifaram a vida de mais seis jovens adolescentes na Cidade de Belém. Filhos de pobres, filhos da classe trabalhadora, de pessoas humildes, de mães, com tios, pais e parentes desesperados. Na Cidade de Belém, não foi no interior longínquo, no sul do Pará, onde é comum o massacre de trabalhadores, a morte no campo, foi na Cidade de Belém, no Distrito de Icoaraci, a 10 km do centro da cidade. Falo com muita tristeza sobre isso.

Belém, hoje, é uma das capitais mais violentas do Brasil, tem os maiores índices de homicídios, lamentavelmente, com o envolvimento de muitos adolescentes, que são absorvidos pelas redes de traficantes, que são absorvidos pelas redes de criminosos. Mas este crime aqui, esta chacina tem indícios fortes de que tenha sido cometido por policiais e por ex-policiais. E eu queria fazer um apelo, Senador Paim, à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que não trate esta questão como mais um requerimento, como mais um pedido de informação à Ministra Maria do Rosário, ou um pedido de providências à Ministra Maria do Rosário e à Presidência da República, como mais um pedido disso ou daquilo, mas que pudéssemos acompanhar este crime, a apuração dessa chacina e que pudéssemos apresentar aqui, nesta Comissão e ao Senado Federal as respostas que a sociedade paraense, que a sociedade belenense e que os familiares estão aguardando.

Não foi há muito tempo, foi há menos de dois meses que estivemos numa diligência, Senador Paim, para acompanhar aquela denúncia da menina de 14 anos que foi levada para dentro de uma penitenciária, no Pará, e, por cinco dias, estuprada, abusada sexualmente, submetida ao uso de drogas e, até agora, não há resposta nenhuma, nenhuma, do Governo do Estado, não há resposta nenhuma do Governo Federal, que mandou, sim, o Ouvidor do Governo Federal; que mandou, sim, uma assessora da Ministra Maria do Rosário, que esteve comigo e com alguns Deputados Estaduais visitando a penitenciária, coletando provas, mostrando ao Governo do Estado e ao Governo Federal que aquele tipo de acontecimento não era isolado não, Senador Paim, mas comum, comum naquela penitenciária pela apuração que fizemos em todas as casas penais no Estado do Pará, com conivência de agentes públicos, com liberação de identidade falsa, com liberação de carteirinha para que as meninas pudessem entrar em todas as casas como se fossem esposas, companheiras, tendo filho com vários presos de várias casas. Até agora, nenhuma providência foi tomada. Ao mesmo tempo, denunciamos a situação das casas penais no Pará, de presos dormindo em banheiro, de presos dormindo, Senador Paim, em estábulo. Então, a situação que envolve criança e adolescente no Pará é muito grave, é de uma gravidade que deixa qualquer um perplexo quando entra em contato. E estou muito emocionada, Senador Paim, porque não aguento mais, não aguento mais denunciar.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Um depoimento emocionado aqui da Senadora Marinor Brito, quando, mais uma vez, faz uma denúncia da maior gravidade dos jovens que foram covardemente assassinados lá, no seu Estado.

A emoção tomou conta, entendo e aproveito este momento para ler a justificativa do seu requerimento, enquanto V. Exª... Peço, se alguém puder trazer um copo d'água.

Diz a justificativa da nobre Senadora:

Mais uma vez, o Estado do Pará é manchete nacional, e, mais uma vez, não é por nenhum mérito do Governo local, e, novamente, o meu querido Estado, [diz ela], ganha repercussão nacional por não garantir a integridade de seus adolescentes. [Segundo a justificativa] No sábado, 19 de novembro, seis adolescentes foram assassinados...

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Chacinados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) –

...chacinados, no Distrito de Icoaraci, na Cidade de Belém.

A violência contra criança e adolescente virou rotina na Capital paraense e o sentimento de impunidade continua presente.

Em fevereiro de 2008, os policiais civis e militares prenderam, em apenas um dia, 23 pessoas, entre as quais, 13 policiais militares acusados de fazerem parte de um grupo de extermínio com atuação na região metropolitana de Belém. Novamente, a principal suspeita da chacina de seis adolescentes recai sobre ex-policiais militares, ou seja, o Governo Estadual não foi eficiente para desbaratar e prender grupos que continuam atuando livremente na região.

O presente requerimento pretende garantir que esta Comissão atue diretamente no caso, visando garantir a proteção da população local e a punição dos responsáveis.

Eu botaria, de imediato, a aprovação do requerimento, com a defesa emocionada feita pela nobre Senadora Marinor Brito.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria agradecer a aprovação do requerimento.

Mas, como eu estava dizendo... E não peço desculpas pela minha emoção, quem tem que pedir desculpas é a Presidenta da República, é o Governador do Estado, é o Prefeito da Cidade, são as autoridades que são omissas, que conhecem esses criminosos, que sabem onde estão e não atuam para evitar esse tipo de chacina, têm que pedir desculpas ao povo paraense, ao povo de Belém, pedir desculpas a essas mães, a esses familiares dessas crianças. Mas dizer, Senador Paulo Paim, que eu queria muito que algum outro Senador ou outra Senadora da Comissão de Direitos Humanos, além de mim, pudesse acompanhar esta questão, porque já acompanho. Não preciso estar Senadora da República, não preciso ter sido vereadora, como fui na minha cidade, presidir CPI de investigação da violação de direitos sexuais de crianças e adolescentes, de abuso, de prostituição e outras formas de violência para acompanhar, para denunciar, para pressionar o Ministério Público, para pressionar o Judiciário paraense, Senador Paulo Paim.

Há poucos dias, vimos uma vara criminal isolada, com três membros da Justiça paraense, três membros, inocentar um pedófilo, que, pelo que tivemos de informação, pagou 6 milhões ao ex-Ministro da Justiça... Como é o nome dele? O Advogado Márcio Thomaz Bastos, para ajudar a inocentá-lo de um crime que estava absolutamente nítido. Conseguimos prendê-lo, conseguimos condená-lo, em primeira instância, a 21 anos de cadeia. E o que está acontecendo agora, lá, sabe o que é, Senador Paim? Esta mesma Freira que está aqui, a Irmã Henriqueta, que é militante dos direitos humanos, está sendo ameaçada de morte por eles. O pai dele ligou ameaçando-a, não ligou só ameaçando a ela, Senador Paim, ameaçando a mim, ameaçando a Delegada que presidiu o inquérito, a Delegada Christiane, ameaçando o Deputado Federal Arnaldo Jordy, que, à época, era o Relator da CPI da Pedofilia, no Estado.

A impunidade impera naquele Estado, não há Estado de Direito no Pará. E, por conta deste meu pronunciamento, a Associação dos Magistrados do Pará botou nota, pagou nota para repudiar minha atitude nos dois principais jornais do Estado: num, consegui responder, no outro, nem pagando nota, porque é do ex-Deputado Jader Barbalho, que, obviamente, não se conforma por eu estar ocupando esta vaga aqui, não permite que os meus pronunciamentos e as minhas respostas sejam dados, porque também não há lei, a Justiça, naquela região, sempre favorece o interesse econômico, as elites. Então, eu queria deixar claro aqui, Senador, que mais esta chacina não pode ficar sem resposta desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem.

A SRª MARINOR BRITO (PSOL – PA) – E espero contar com o apoio do Senado Federal, para que consigamos desvendar este caso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Marinor Brito, nossa total solidariedade.

Além disso, vamos articular aqui com os Senadores e Senadoras para que, além de V. Exª, naturalmente, que tem feito este trabalho com brilhantismo, algum outro Senador ou Senadora, ou mais de um, possa acompanhá-la nessa diligência, em nome da Comissão de Direitos Humanos.

Temos, ainda, dois requerimentos extrapauta que eu gostaria de colocar em votação neste momento. O primeiro deles:

Com fundamento no disposto no inciso III, art. 93 do nosso Regimento, "requeiro a realização de audiência pública para debater as repercussões sociais dos acidentes do trabalho, em face da dignidade da pessoa humana".

Isso é um pedido das Centrais Sindicais que alertam que o número de acidentes no trabalho tem aumentado muito no nosso País.

Então, aqueles que concordam com esse requerimento extrapauta, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o extrapauta.

Vamos ao mérito.

Como já li o mérito, visa debater os acidentes do trabalho no País.

Aqueles que concordam com o mérito, permaneçam como se encontram.

Também aprovado.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II:

REQUERIMENTO Nº 153-CDH, DE 2011

"Requeiro a realização de audiência pública para celebrar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e a elaboração do Relatório Nacional para o mecanismo de Revisão Periódica Universal, do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Os convidados serão enviados posteriormente para asecretaria da Comissão".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Essa audiência pública, vamos fazê-la em parceria com a nossa querida Ministra Maria do Rosário, para que ela possa aqui, então, apresentar o relatório e, ao mesmo tempo, celebrarmos o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Aqueles que concordam com o requerimento extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao mérito.

Já expressei aqui o mérito.

Aqueles que concordam, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu, ainda, por dever de ofício, tenho que fazer os seguintes encaminhamentos. O primeiro, quero deixar muito claro que houve aqui o entendimento entre os Senadores e Senadoras – principalmente, com o Senador Vicentinho, porque é o Autor do pedido de audiência pública – no sentido de que possamos realizar audiência pública para instruir o PLC 122, de 2006, e que a audiência pública seja realizada no dia 29 de dezembro de 2011, às 14 horas.

Faremos essa audiência pública para debater o PL 122. Isso é só um informe, já está acordado. E, a partir, então, desse debate é que poderemos, então, discutir a votação do chamado PL. Foi o entendimento feito entre a Relatora, Senadora Marta Suplicy, e o Autor do pedido do requerimento de audiência pública.

Tenho que informar, ainda, que ontem se realizou aqui, em Brasília, da qual nós participamos, a III Conferência Nacional da Pessoa Idosa. Ocorreu ontem, dia 23 de novembro, no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, com a presença de mais de 900 delegados de todos os Estados do País. É importante lembrar que a III Conferência Nacional da Pessoa Idosa começou com as conferências estaduais. Foram realizadas conferências em todos os Estados. Participamos ontem, então, desse debate aqui em Brasília, no auditório da Confederação dos Trabalhadores no Comércio. Qual o objetivo da Conferência? Debater sobre o envelhecimento com qualidade de vida, os avanços e os próximos desafios da Política Nacional do Idoso. O tema do encontro é *O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil.* A Mesa de abertura contou com a participação da Ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário; do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho; da Secretária Nacional de Promoção de Direitos Humanos, Nadine Borges; da Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Rosemeire Rodrigues; da Deputada Federal Flávia Morais, que coordena a Frente dos Idosos na Câmara. Ainda com a presença da Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, Srª Karla Cristina Giacomin, que fez lá um belo pronunciamento. A presença também da Deputada Janete Pietá, do Deputado Vitor Paulo e do vice-diretor dos Correios, Larry de Almeida, que apresentou lá o selo em homenagem aos idosos; do Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Fabiano Ferreira, ex-deputado, representando o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Governador Tarso Genro; do Prefeito da cidade de Bagé, do Estado do Rio Grande do Sul, Dudu Co-

lombo, que é pioneiro na criação do Conselho Nacional do Idoso; de Ricardo Quirino, Secretário do Idoso do Governo do DF, representando o Governador Agnelo. Na ocasião, como eu dizia antes, foi lançada a Campanha de Valorização da Pessoa Idosa, em parceria com os Correios, com destaque para a divulgação das ações do Disque 100 para esse público específico, os idosos. Por fim, a III Conferência dos Idosos conferiu homenagens a representantes da sociedade civil com atuação notória em prol dos idosos, sendo eles, conforme dito lá pela Karla Cristina Giacomin, Presidenta do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, neste ano os homenageados seriam somente pessoas que não estavam entre as ditas autoridades da República, mas que se têm destacado na organização da sociedade civil em defesa dos idosos. Todos foram muito aplaudidos. Destaco aqui o Dr. Papaléo, médico na cidade de São Paulo, pelo brilhante trabalho que faz em defesa dos idosos; Aymoré Alves Marinho, que é do Conselho dos Aposentados de Campo Grande, também um belo destaque de atuação em defesa dos idosos; Edusa César Menezes, vice-presidenta do Conselho do Idoso de Pernambuco. Também destaque Jorge Gilberto Leite, que é o Presidente da 1ª Associação dos Aposentados do Brasil, que fica lá em Caxias do Sul, cidade em que nasci e vivi toda a minha adolescência. Tenho o maior carinho pela cidade de Caxias do Sul, e não tem nada a ver com a indicação do Flexa. O Jorge Gilberto Leite – a Senadora Marinor também conhece aquela cidade – é conhecido como Flecha. Ele recebeu o prêmio por sua atuação em defesa dos idosos, representando, inclusive, a Cobap naquele evento. Recebeu o prêmio ainda Maria das Graças Monteiro, da Pastoral da Pessoa Idosa de Manaus, também uma articuladora, uma heroína nessa atuação; Denise Colin, representante dos idosos, trabalha com idosos também, na mesma linha, receba o nosso respeito e o nosso carinho. Eles gostaram tanto da cidade de Caxias do Sul que repetiram o Jorge Gilberto Leite – peço que retirem depois –, da Associação de Aposentados de Caxias, o Flecha, e Maria das Graças Monteiro, Pastoral da Pessoa Idosa de Manaus. Por fim, a nossa amiga Karla, que é uma estudiosa nesse assunto, indiscutivelmente – tenho o maior respeito por ela –, Karla Cristina Giacomin, fez uma surpresa a este Senador. Ela disse que nenhuma autoridade seria homenageada, mas que iria quebrar o protocolo e que ia me fazer uma homenagem, já que eu estava lá, por ser o autor do Estatuto do Idoso.

O evento vai de 23 a 25 de novembro, está-se desenvolvendo no auditório da Confederação. Esse evento representa cerca de 30 milhões de pessoas idosas, aposentadas e pensionistas ou não.

Ainda tenho de fazer aqui um breve relato sobre a audiência pública que tivemos no Rio Grande do Sul, com o objetivo de verificar a situação do povo quilombola. A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou, nos dias 14 e 16 de novembro de 2011, duas audiências públicas destinadas a discutir a situação das comunidades quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul e buscar soluções para o conflito que estava acontecendo entre agricultores e quilombolas. Eu presidi as duas audiências públicas e acho que avançamos na linha do entendimento. Os debates foram organizados em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que é presidida pelo Deputado Miki Breier. A primeira audiência aconteceu no teatro Dante Barone, localizado nas dependências da própria Assembleia Legislativa, na capital de todos os gaúchos, Porto Alegre, com a presença de aproximadamente 600 pessoas. Na segunda audiência nós fomos a Maquiné, no distrito chamado Morro Alto, ou seja, lá onde estão os quilombolas e os agricultores, em tese, em conflito.

Na abertura dos trabalhos em Porto Alegre lembrei que a data de 14 de novembro, momento daquela audiência, marca a passagem histórica e triste do Massacre de Porongos, que aconteceu no ano de 1844, nesse mesmo dia, 14 de novembro. Portanto, naquela oportunidade, há 167 anos, durante a Revolução Farroupilha, os lanceiros negros, que integravam o exército insurgente, foram dizimados pelas tropas imperiais após o que teria sido uma traição dos líderes que firmaram um acordo.

Para nós é uma data lembrada com muita tristeza, porque foi prometido aos quilombolas, no caso, os negros chamados lanceiros, que, no fim da Revolução e com o acordo, eles teriam a liberdade, já que naquele período vivíamos sob a escravidão dos negros. Eles entregaram as armas e foram covardemente assassinados, até porque, se eles fossem libertos, conforme os traidores do acordo da liberdade e da justiça, estaríamos, a partir do Rio Grande, iluminando este Brasil como um rastilho de pólvora, exigindo que todos os negros fossem libertos. Para não conceder a liberdade aos negros brasileiros, eles assassinaram covardemente os lanceiros negros no Rio Grande do Sul. Muitos tombaram na Revolução Farroupilha defendendo o solo gaúcho contra os imperiais.

Há uma carta divulgada, até hoje discutida por muitos, que seria assinada pelo próprio Duque de Caxias, que dizia: "Poupem os índios e os brancos revoltosos", o que deixou os negros sob a própria sorte, desarmados, porque era uma decisão política do governo brasileiro para não dar a liberdade aos negros, que não entregariam as armas se não fosse assegu-

rada a liberdade a todos. Sabendo disso, eles resolveram massacrá-los.

É triste, mas temos de relatar esses fatos que marcam a história do Brasil. Escrevi um poema falando sobre a saga do povo negro e o Massacre de Porongos, que acabei lendo lá na abertura do evento.

Cumprimento todos que lá estiveram presentes, o Mário Theodoro, representante da Seppir; o Nilton Tubino, representando o Ministro, o Secretário-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho; o Roberto Ramos, representando o INCRA; o Carlos Henrique Cauper, representando o Governador Tarso Genro; o Julio Cesar Finger, representando o Ministério Público Estadual; Fernanda Hahn, Defensora Pública Federal que fez um belo depoimento, dizendo que ela é a única Defensora sem nenhuma estrutura no Estado e que a luta dos quilombolas é ainda pelo direito de ter acesso à água, à luz, à moradia, ao saneamento, naturalmente, e à saúde. Claro que ela reafirmou que, sendo a única representante do Ministério nessa área, não tem como ela fazer mais do que estava fazendo para garantir a titularidade da terra dos quilombolas. Deu um depoimento emocionante lá. Meus cumprimentos à Defensora Pública Federal Fernanda e a todos os que dedicam a sua vida a essa causa.

Falou também o Roberto Liebgott, do Conselho Indigenista Missionário, que lembrou o trabalho da CNBB nessa área. Falou o Deputado Edegar Pretto, e fiz questão de lembrar, filho do nosso querido Adão Pretto que, infelizmente, faleceu há pouco tempo, um guerreiro, um lutador pelas causas populares, sempre defendendo os pequenos. Falou também o Deputado Estadual Raul Carrion, que coordena a Frente Parlamentar Quilombola na Assembleia e é o autor, lá no Estado, do Estatuto da Igualdade Racial. Ele se inspirou no Estatuto que apresentamos e aprovamos aqui. Tive a alegria de participar de diversos debates com eles. O Deputado Estadual Miki Breier falou em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. O Roberto Ortiz falou em nome do Quilombo de Candiota; a Laídes falou em nome do Quilombo Mormaça, Manuel Dueira falou em nome do Quilombo do Limoeiro; Leomar Alves falou em nome do Quilombo Palmas; Manoel Silveira da Conceição fez uma bela fala em nome do Quilombo de Morro Alto e Irmão Antônio Cechin, um líder histórico, um ícone da nossa Pastoral Ecológica, um homem que trabalha na reciclagem. Ele e a sua irmã dedicaram a sua vida em defesa dos moradores de rua, em defesa daqueles que mais precisam, daqueles que vivem num estado de miséria absoluta. Em nome daquele evento pedi uma homenagem, que foi feita por todos, ao Irmão Antônio Cechin. Fica aqui o meu carinho, o meu abraço ao meu querido Irmão, eu diria, Antônio Cechin pelas causas que ele defendia e continua defendendo. O Irmão Cechin deve estar hoje com cerca de oitenta e poucos anos e é um lutador, como eu dizia ontem na abertura da Conferência, na minha fala, que age como um guri em defesa dos mais pobres, dos que mais precisam, dos discriminados.

A Senadora está liberada porque vou ter de fazer essa apresentação aqui. Muito obrigado, Senadora Marinor Brito, valeu.

Quero destacar também, prestando conta desse evento que fizemos no Estado, a participação da Reginete Bispo, do Instituto Akanni, Instituto de Pesquisa e Assessoria em Direitos Humanos, Gênero, Raça e Etnia, que fez um belo pronunciamento lembrando a situação das comunidades. Segundo ela, o movimento quilombola lembra a todos que existem 174 comunidades no Estado que resistiram à escravidão. O Onir de Araújo é o advogado do Movimento Negro Unificado, que fez um discurso firme também, exigindo a titulação imediata dos territórios quilombolas, enfatizando Morro Alto, pedindo com muita força que se dê mais estrutura para o Incra para que o mesmo possa fazer a demarcação.

Quero aqui destacar também o Santiago Franco, liderança indígena guarani, que fez um belo pronunciamento e pediu que eu realizasse uma audiência pública lá no Estado especificamente para a nação indígena, compromisso que assumi. Falou também Isabel Genelício, Presidente da Chácara das Rosas e Coordenadora da Conaq, que falou sobre a luta do povo negro e da Conaq; Ronaldo Franco de Oliveira, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do Rio Grande do Sul. Também fez o seu pronunciamento defendendo a titulação das terras dos quilombolas; Evanir Albarello, representante da Comissão Pastoral da Terra, ligada à CNBB, também foi na mesma linha; João Maurício Farias, em nome da Funai, falou da importância da titulação da terra dos quilombolas e dos povos indígenas. Enfim, ainda falaram pelo plenário José Antônio Dal Negro, o Bira, que é o militante das causas populares e sociais, defendendo a titulação da terra com urgência; Joel Severo, do Quilombo Rincão; Lélia Rosa, também falou na mesma linha; Pedro Sales também, líder da etnia Kaingang, dizendo da importância de acelerar a titulação das terras dos quilombolas, no caso, dos índios; Mário Moreira, líder guarani, na mesma linha. No final, encerrei essa audiência em Porto Alegre e disse que ela continuaria lá em Morro Alto, com a segunda parte da audiência pública. Isso foi no dia 14, dia 15 foi feriado e dia 16 nós fomos para Morro Alto.

Quero dizer que na abertura do segundo evento, Morro Alto, antes de compor a Mesa, eu abri um espaço – e foi belíssimo – ao grupo folclórico Moçambique, da comunidade quilombola, que apresentou cantorias em homenagem a nossa Senhora do Rosário.

Antes desse evento em Morro Alto, naquele espaço que nos foi assegurado – a TV Senado estava lá e fez toda a cobertura – tive, no dia anterior, em pleno feriado, uma reunião com todos os pequenos agricultores da região para discutir a questão de Morro Alto. O prefeito de Maquiné foi quem abriu os trabalhos em Morro Alto e fez um belo pronunciamento, dizendo que ele era prefeito de todos, negros e brancos, e que estava ali com o objetivo de buscar a unidade, o diálogo, o entendimento, para que não houvesse conflito mais na região. Naturalmente, destaquei o seu pronunciamento, que era o nosso objetivo. Dizia que o meu sonho é que negros, brancos e índios caminhem de mãos dadas pelas mesmas estradas da vida, desfrutando das sombras das mesmas árvores e comendo do mesmo pão.

Falou no evento de Morro Alto o vereador Denílson da Silva, Presidente da Câmara de Osório, que também falou na linha do entendimento, garantindo a titularidade da terra dos quilombolas e que aqueles agricultores que estão lá na terra por incentivo dos próprios governos fossem devidamente indenizados. Essa foi a maioria das falas que ouvi lá. Ouvimos o Wilson Marques da Rosa, só vou citar; o Marcelo Porciúncula; o Edson de Souza, a Ivonete Carvalho, que falou em nome da Seppir; o Manoel Francisco Antônio, Presidente de Honra dos Quilombos; o Onir de Araújo, advogado dos quilombolas; o Nilton Tubino, de quem já havia falado, que fez um pronunciamento na Assembleia e também naquela região; a Marilda Aparecida Souza, professora local, que também falou. Depois falou o Lélio Rosa no mesmo sentido. O Alan da Costa Marfim diz ser um aliado na luta dos quilombolas, avaliou que a questão ali não é racial, mas pela garantia dos direitos de todos. Eu diria que todas as falas... A do professor José Catafesto, da Universidade do Rio Grande do Sul, também foi nesse sentido, o representante do Incra, o Arnaldo Jonas, Secretário do PT de Maquiné, diz que a comunidade se dividiu com o Programa Brasil Quilombola e a harmonia tem que voltar. Falou das festas religiosas. O Manoel Conceição da Rosa diz que, apesar de ter trabalhado na construção da igreja local, ainda percebeu que há muita discriminação. O José Inácio Silva diz que um pequeno proprietário de uma empresa de pedra declarou-se descendente do afro – empresa de pedra naquela região do quilombo – conta que o trabalho e a exploração da pedreira veio de pai para filho, passou pelos avós, ele está muito triste com o conflito que está havendo e acha que tem que haver um grande entendimento. Laura Zacher, Defensora Pública da União, fez uma bela fala também, colocou-se à disposição dos pequenos proprietários para garantir a indenização justa das terras desapropriadas e disse que o valor justo será pago à vista. Por isso afirmou não ver razão pela intranquilidade.

No final dos trabalhos, nós resumimos o que aconteceu para todos.

E fiquei feliz quando vi que brancos e negros, de pé, bateram palmas em homenagem à Comissão de Direitos Humanos. Fiz uma fala, que já fiz em outros lugares, dizendo que tenho trabalhado muito nesse sentido, combatendo sempre todo o tipo de preconceito. Inclusive relatei o fato quando fui à África do Sul, quando Nelson Mandela estava ainda no cárcere. Fui recebido junto com outros cinco Deputados, na época, por Winnie Mandela. Quando fui a uma reunião no salão de uma igreja, achava eu que ia encontrar lá, juntamente com Winnie Mandela, somente negros, e, para alegria minha, 50% negros e brancos estavam ali pedindo o fim do *apartheid* e conspirando positivamente junto com as lideranças do Congresso Nacional africano para que o Mandela fosse liberto e que a gente acabasse com o *apartheid* em África do Sul. Jamais vou esquecer esse momento bonito. E disse a eles que só acreditaria, e como acredito, que o Brasil será um país de primeiro mundo quando, de uma vez por todas, combater todo o tipo de preconceito, seja religioso, seja pela orientação sexual, seja pela cor da pele, negro, branco, índio, enfim, que todos sejam tratados como seres humanos e todos tenham direitos iguais.

E, no fim, houve um almoço entre todos que só qualificou aquele grande evento. Espero que a gente possa caminhar para um grande entendimento.

Enfim, terminamos, neste momento, meio-dia, nossa reunião da Comissão de Direitos Humanos. Inclusive, fiz o relato não só da III Conferência Nacional da Pessoa Idosa, como também do trabalho que a Comissão de Direitos Humanos fez lá no Estado do Rio Grande do Sul, com dois grandes eventos, na Assembleia e lá, onde está instalada em tese – acho que vamos nos encaminhar para uma boa solução – a terra dos quilombos de Morro Alto.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 58,00**
Porte do Correio	**R$ 488,40**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 546,40**

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	**R$ 116,00**
Porte do Correio	**R$ 976,80**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	**R$ 1.092,80**

.

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	**R$ 0,50**
Porte Avulso	**R$ 3,70**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	**GESTÃO - 00001**	**COD. – 70815-1**

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União - GRU, que poderá ser retirada no SITE: http://www.tesouro.fazenda.gov.br código de recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020054/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.**

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF

CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 1034 páginas

(OS: 10006/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL